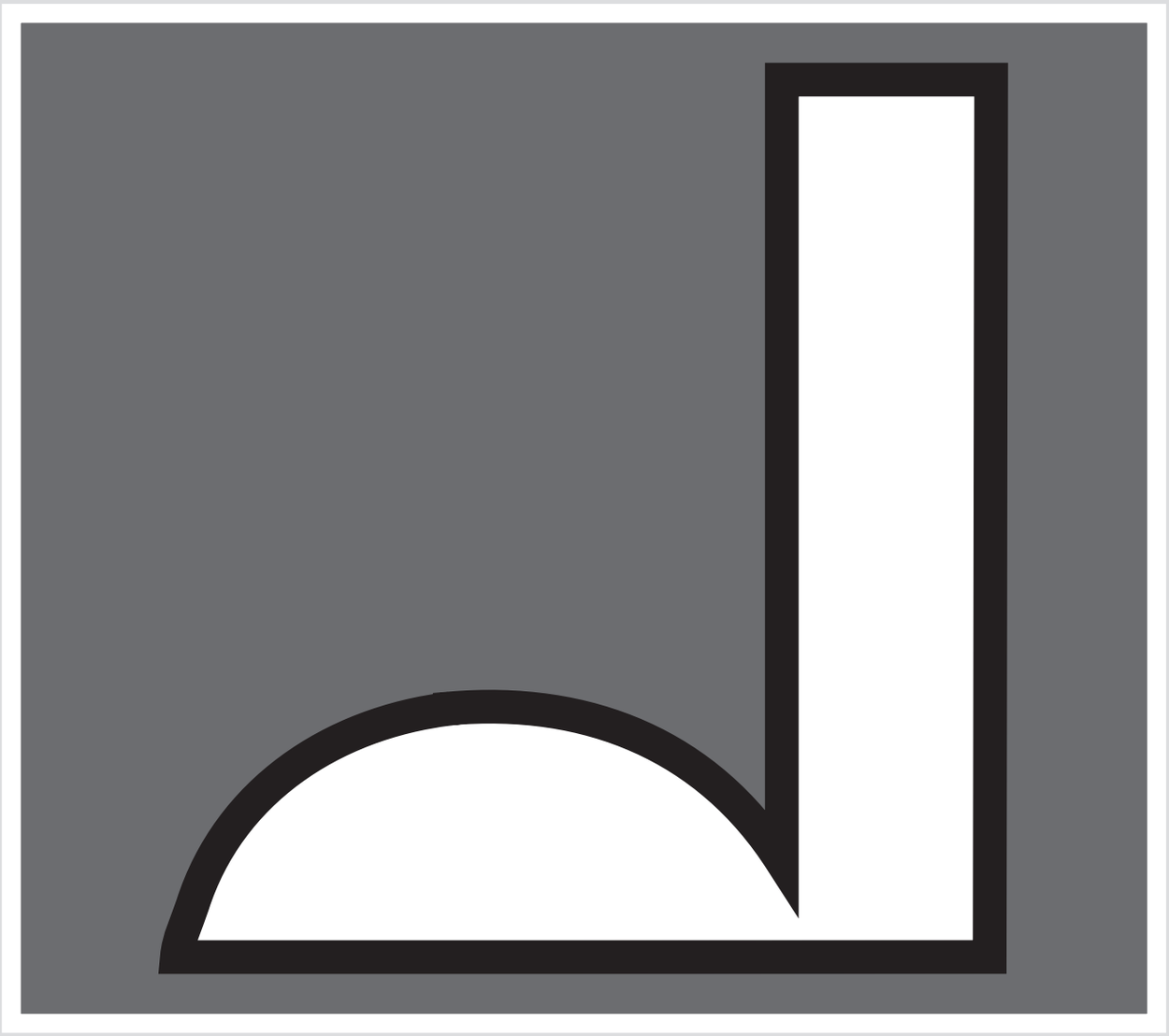
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS DE COMISSÕES

ANO LXI - SUP. AO Nº 088 - QUINTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA
3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF
4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER **Ney Suassuna** VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) [5] ..... **LÍDER DO PMDB – 21** **Ney Suassuna** VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) [6] Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	**LÍDER** **Delcídio Amaral – PT** VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB ..... **LÍDER DO PT – 12** **Delcídio Amaral** VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide **LÍDER DO PL – 3** **João Ribeiro** VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas **LÍDER DO PSB – 2** **Antônio Carlos Valadares** VICE-LÍDER DO PSB (vago)	**LÍDER** **José Jorge – PFL** VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL ..... **LÍDER DO PFL – 16** **José Agripino** VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro [2] **LÍDER DO PSDB – 15** **Arthur Virgílio** VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 **Osmar Dias** VICE-LÍDER DO PDT (vago) **LÍDER DO PMR– 1** **Marcelo Crivella**	**LÍDER DO PTB – 4** **Mozarildo Cavalcanti** VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi **LÍDER DO P-SOL – 1** **Heloísa Helena**	**LÍDER DO GOVERNO** **Aloizio Mercadante – PT** VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB[1]

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata
José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

[1] A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.
[2] O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005
[5] O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005
[6] O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.
[7] O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES

1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos

6ª Reunião extraordinária, realizada em 11 de abril de 2006..... 00005

7ª Reunião extraordinária, realizada em 18 de abril de 2006..... 00019

8ª Reunião extraordinária, realizada em 25 de abril de 2006..... 00032

9ª Reunião extraordinária, realizada em 25 de abril de 2006 (Realizada em conjunto com as Comissões de Assuntos Sociais, de Serviços de Infra-Estrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo)..... 00041

10ª Reunião extraordinária, realizada em 2 de maio de 2006..... 00089

11ª Reunião extraordinária, realizada em 16 de maio de 2006..... 00124

12ª Reunião extraordinária, realizada em 23 de maio de 2006..... 00145

1.2 – Comissão de Assuntos Sociais

7ª Reunião extraordinária, realizada em 27 de março de 2006 (Realizada em conjunto com a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência)..... 00160

8ª Reunião extraordinária, realizada em 20 de abril de 2006..... 00186

9ª Reunião extraordinária, realizada em 25 de abril de 2006 (Realizada em conjunto com a 7ª Reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e com a 1ª Reunião extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)..... 00206

10ª Reunião extraordinária, realizada em 2 de maio de 2006 (Realizada em conjunto com a 11ª Reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e com a 2ª Reunião extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)..... 00254

11ª Reunião extraordinária, realizada em 4 de maio de 2006..... 00278

12ª Reunião extraordinária, realizada em 10 de maio de 2006..... 00293

13ª Reunião extraordinária, realizada em 16 de maio de 2006 (Realizada em conjunto com a 9ª Reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e com a 4ª Reunião extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)..... 00302

14ª Reunião extraordinária, realizada em 17 de maio de 2006..... 00332

1.3 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

5ª Reunião ordinária, realizada em 25 de abril de 2006..... 00337

6ª Reunião ordinária, realizada em 9 de maio de 2006..... 00352

1.4 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

1ª Reunião extraordinária, realizada em 22 de fevereiro de 2006..... 00358

2ª Reunião extraordinária, realizada em 22 de fevereiro de 2006..... 00362

3ª Reunião extraordinária, realizada em 6 de março de 2006..... 00372

4ª Reunião extraordinária, realizada em 8 de março de 2006..... 00407

5ª Reunião extraordinária, realizada em 15 de março de 2006..... 00444

6ª Reunião extraordinária, realizada em 21 de março de 2006..... 00462

7ª Reunião extraordinária, realizada em 22 de março de 2006 (Realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais)..... 00489

8ª Reunião extraordinária, realizada em 28 de março de 2006 (Realizada em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde)..... 00511

9ª Reunião extraordinária, realizada em 3 de abril de 2006..... 00534

10ª Reunião extraordinária, realizada em 4 de abril de 2006..... 00556

11ª Reunião extraordinária, realizada em 6 de abril de 2006..... 00578

12ª Reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2006..... 00608

13ª Reunião extraordinária, realizada em 3 de maio de 2006..... 00631

1.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

5ª Reunião extraordinária, realizada em 30 de março de 2006..... 00642

6ª Reunião extraordinária, realizada em 6 de abril de 2006..... 00662

7ª Reunião extraordinária, realizada em 27 de abril de 2006..... 00666

8ª Reunião extraordinária, realizada em 4 de maio de 2006..... 00677

9ª Reunião extraordinária, realizada em 9 de maio de 2006..... 00688

10ª Reunião extraordinária, realizada em 11 de maio de 2006..... 00734

11ª Reunião extraordinária, realizada em 16 de maio de 2006..... 00744

12ª Reunião extraordinária, realizada em 18 de maio de 2006..... 00786

13ª Reunião extraordinária, realizada em 25 de maio de 2006..... 00799

1.6 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

23ª Reunião extraordinária, realizada em 20 de setembro de 2005..... 00833

24ª Reunião extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2005..... 00845

25ª Reunião extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2005..... 00868

4ª Reunião extraordinária, realizada em 11 de abril de 2006 (Realizada em conjunto com a 9ª Reunião extraordinária da Comissão de Educação) ... 00872

5ª Reunião extraordinária, realizada em 18 de abril de 2006..... 00901

6ª Reunião extraordinária, realizada em 20 de abril de 2006..... 00913

1.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

3ª Reunião extraordinária, realizada em 29 de março de 2006..... 00920

4ª Reunião extraordinária, realizada em 5 de abril de 2006..... 00942

5ª Reunião extraordinária, realizada em 12 de abril de 2006..... 00962

6ª Reunião extraordinária, realizada em 17 de maio de 2006..... 00986

7ª Reunião extraordinária, realizada em 24 de maio de 2006..... 01002

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Sexta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de abril de 2006, às 9:30 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e vinte minutos do dia onze de abril do ano de dois mil e seis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, João Batista Motta, Flexa Ribeiro, Ramez Tebet, Mão Santa, Sérgio Cabral, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Romero Jucá, Gilvam Borges, Pedro Simon, Gerson Camata, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Antônio Carlos Valadares, Roberto Saturnino, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Bornhausen, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho e João Ribeiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente informa o recebimento dos seguintes ofícios do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, Ofício nº OF.SF/494/2006, de 06/04/06, solicitando a remessa à Secretaria-Geral da Mesa do Projeto de Lei nº 236, de 2005, para que possa dar seguimento à tramitação do Requerimento de Tramitação Conjunta, de autoria do Senador Romero Jucá, com o Projeto de Lei nº 87, de 2005; Ofício nº OF.SF/495/2006, de 06/04/06, solicitando a remessa à Secretaria-Geral da Mesa do Projeto de Resolução nº 57, de 2003, para que possa dar seguimento à tramitação do Requerimento de Informação, de autoria do Senador Romero Jucá, ao Ministro da Fazenda, com finalidade de instruir a Matéria; e o Ofício nº OF.SF/497/2006, de 06/04/06, solicitando a remessa à Secretaria-Geral da Mesa do Projeto de Lei nº 75, de 2004, para que possa dar seguimento à tramitação do Requerimento de Tramitação Conjunta, de autoria do Senador Romero Jucá, com o Projeto de Lei nº 84, de 1999. Em seguida, a Presidência comunica o adiamento da 1ª Parte da Reunião, Audiência Pública com a presença do Sr. Jorge Khalil Miski, Secretário Adjunto do Tesouro Nacional, com a finalidade de "prestar informações sobre operação de crédito realizada entre o Estado do Maranhão e a Empresa Camargo Correa", em atendimento ao Requerimento nº 06/06-CAE, de autoria do Senador Gilvam Borges. Logo após, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da Segunda Parte da Reunião; Item 01-Projeto de Resolução do Senado nº 37, de 2004, não terminativo, que "acrescenta § 5º ao art. 48 da Resolução n° 43, 2001. (Permite a dedução dos Investimentos dos Estados em Educação e pesquisa de nível superior, nos pagamentos de encargos de parte de dívidas junto à União.)", de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator, Senador Fernando Bezerra, pela rejeição do Projeto; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2005, não terminativo, que "cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Ramez Tebet, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. Em 21/02/06, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 28/03/06, foi apresentado e rejeitado o Requerimento nº 25/2006-CAE, de autoria do Senador Jefferson Péres, requerendo audiência prévia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Em 04/04/06, foram apresentadas as Emendas nºs 02, 03, 04 e 05, de autoria do Senador Valdir Raupp. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2005, não terminativo, que "modifica o art. 12 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, autorizando o parcelamento do Imposto Territorial Rural – ITR em até 12 (doze) meses", de autoria do Deputado Nelson Marquezelli, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer da Relatora, Senadora Ana Júlia Carepa, pela rejeição do Projeto; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2004, terminativo, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre equipamentos utilizados em obras rodoviárias e de infra-estrutura, quando adquiridos por Prefeituras Municipais", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador João Batista Motta, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria com a Emenda nº 01 que apresenta. Usam da palavra para discutir a Matéria os Senadores Ney Suassuna e João Batista Motta. A Matéria é retirada de Pauta a fim de atender à Requerimento de Tramitação Conjunta com o PLS nº 84/99; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº

358, de 2004, Complementar, não terminativo, que "altera a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 29/11/2005, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator, Senador Pedro Simon, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo) apresentada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2005, não terminativo, que "dispõe sobre incentivos fiscais à produção de fármacos, dos seus insumos e de medicamentos", de autoria do Senador Papaléo Paes, tendo como Relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. O Presidente procede à leitura do Requerimento, de autoria do Senador Romero Jucá, requerendo seja realizada audiência pública com a participação do Secretário da Receita Federal, a fim de instruir a Matéria. Usa da palavra o Senador Romeu Tuma. A Comissão delibera no sentido de adiar a apreciação da Matéria e do Requerimento de Audiência Pública; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2005, Complementar, não terminativo, que "inclui o § 2º ao art. 17 e dá nova redação ao caput do art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (disciplina o Sistema Financeiro Nacional)", de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2003, não terminativo, que "institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que "altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Usa a palavra o Relator, Senador Osmar Dias, que solicita o adiamento da apreciação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2005, não terminativo, que "reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, incidentes sobre os produtos que menciona", de autoria do Deputado Nelson Bornier, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Usa da palavra o Senador Romero Jucá, que pede Vista. È concedida Vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2004, não terminativo, que "institui o Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica – 'Poupança Escola' e dá outras providências", de autoria do Senador Cristovam Buarque, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, com decisão terminativa. Após a leitura do Parecer pela Relatora, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer da Relatora, Senadora Ana Júlia Carepa, favorável ao Projeto; Item 12-Mensagem do Senado Federal nº 116, de 2006, não terminativa, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2006", de autoria da Presidência da República, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Após a leitura do Parecer pela Relatora, Senadora Ana Júlia Carepa, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PDS apresentado; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005, Complementar, não terminativo, que "estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Usam da palavra os Senadores Edison Lobão, que solicita o adiamento da Matéria, e Romeu Tuma. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2004, terminativo, que "altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para incluir a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias de números administradas pela Caixa Econômica Federal", de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator

o Senador Ney Suassuna que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2004, terminativo, que "dispõe sobre o emprego de rendimentos auferidos das aplicações, no mercado financeiro, das receitas tributárias da competência dos Estados, Distrito Federal, Municípios e das transferências obrigatórias da União para os entes federados, bem assim dos Estados para os Municípios", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. A Relatora, Senadora Patrícia Saboya Gomes procede à leitura de seu Relatório. A discussão e votação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2003, terminativo, que "dá nova redação ao inciso I do artigo 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, acrescenta-lhe um parágrafo único, e dá outras providências. (Acrescenta a área de abrangência da Amazônia Legal com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social, mediante a execução de programas de financiamento dos setores produtivos, aplicados por meio das instituições financeiras federais)", de autoria do Senador Jonas Pinheiro, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2004, terminativo, que "altera a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, para destinar a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números para as Associações da Cruz Vermelha Brasileira", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2005, terminativo, que "dispõe sobre isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação incidentes sobre ferramentas, máquinas, aparelhos e instrumentos adquiridos por profissional autônomo, quando destinados ao uso exclusivo em sua profissão", de autoria do Senador Hélio Costa, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria, com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A Matéria é retirada de Pauta para atender à Requerimento de Tramitação Conjunta com o PLS nº 87/05; Item 19-Projeto de Lei do Senado n° 131, de 2004, terminativo, que "fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontado na fonte, e dá outras providências", de autoria do Senador Pedro Simon, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer prazo até o último dia útil do ano em que é entregue a declaração de ajuste para a restituição de Imposto de Renda Pessoa Física pago a maior", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pela aprovação do PLS nº 41, de 2004, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 131, de 2004. A apreciação da matéria é adiada; Item 20-Projeto de Lei do Senado n° 177, de 2003, terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que 'altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2005, terminativo, que "acrescenta alínea ao inciso II do artigo 8º da Lei n º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir, entre as despesas dedutíveis do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, o salário-mínimo pago a empregado doméstico", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer pela prejudicialidade do PLS nº 149, de 2005, e pela aprovação do PLS nº 177, de 2003, com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 21-Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, terminativo, que "institui o cheque promissivo", de autoria do Senador Duciomar Costa, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta. Em 13/12/2005, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 22-Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, terminativo, que "dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditício, de que trata o art. 165, § 6º da Constituição e dá outras providências", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da matéria é adiada; Item 23-Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2003, não terminativo, que "autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências", de autoria Senador Sérgio Cabral, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das Emendas apresentadas. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A apreciação da matéria é adiada; Item 24-Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2002, terminativo, que "altera a legislação do Imposto de Renda. (Reduz de 15% para 5% a alíquota do Imposto na hipótese de transferência de bens constantes da declaração do Imposto de Renda).", de autoria do Senador Ari Stadler, tendo como Relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 25-Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a aquisição, pela União, de créditos relacionados à participação governamental obrigatória dos Municípios na exploração de recursos hídricos para fins de energia elétrica, petróleo e gás natural", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 26-Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2004, terminativo, que "dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre os veículos automotores que especifica, e dá outras providências", de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto, com as Emendas n°s 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 27-Aviso nº 6, de 2006, não terminativo, que "encaminha ao Senado Federal Relatório sobre as emissões de títulos da República, no período de 1º de julho de 2005 a 30 de setembro de 2005, no âmbito do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior", de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Roberto Saturnino, que oferece Parecer pelo arquivamento. Após a leitura do Relatório, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator, Senador Roberto Saturnino, pelo arquivamento da Matéria; Item 28-Aviso nº 7, de 2006, não terminativo, que "encaminha ao Senado Federal Relatório sobre as emissões de títulos da República, no período de 1º de outubro de 2005 a 31 de dezembro de 2005, no âmbito do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior", de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Roberto Saturnino, que oferece Parecer pelo arquivamento. Após a leitura do Relatório, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator, Senador Roberto Saturnino, pelo arquivamento da Matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Declaro aberta a 6ª Sessão da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, e Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura. A realizar-se hoje, dia 11 de abril de 2006, às 10h20, na Sala de Reuniões nº 19, na Ala Alexandre Costa.

Nós temos uma Audiência Pública aprovada na reunião anterior, do requerimento do Senador Gilvam Borges que propõe uma Audiência Pública com a presença do Dr. Jorge Kalil , Secretário Adjunto do Tesouro Nacional, com a finalidade de prestar informações sobre operação de crédito realizada entre o Estado do Maranhão e a empresa CAMARGO CORREA, em atendimento ao Requerimento nº 6. Essa Sessão fica adiada, tendo em vista a agenda, tanto da parte que propôs o requerimento, no caso o Senador Gilvam Borges, como da parte do Governador do Maranhão, Dr. José Reinaldo Tavares, da parte da Secretaria do Tesouro Nacional, Dr. Jorge Kalil se colocou à disposição e estaria aqui presente e nós, portanto, adiamos a Audiência Pública.

Passamos a pauta da reunião, mas antes, Senador Romeu Tuma, era importante confirmar a presença hoje, na sala de reuniões da Presidência do Senado e do Congresso Nacional, do Senador Renan Calheiros com os Governadores dos Estados que, através do pedido de audiência do Governador Aécio Neves de Minas Gerais, do Governador Simão Jatene do Estado do Pará e outros Governadores, pediram audiência, tendo em vista que hoje está marcada a partir das 11h a reunião do Congresso Nacional para a votação do Orçamento de 2006. Esta reunião solicitada pelos Governadores para o Presidente do Congresso e para o Presidente, inclusive, da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, tem por objetivo equacionar a questão da compensação dos Estados exportadores no que se refere à famosa Lei Kandir.

Existe um acordo por parte tanto do Relator Carlito Merss como do Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Senador Gilberto Mestrinho, de que haja um entendimento para inclusão no orçamento de três bilhões e quatrocentos milhões no que refere à compensação das exportações. Porém, a condição dos Estados é de que nos anos anteriores o volume total foi de cinco bilhões e duzentos, então faltam um bilhão e quatrocentos, na verdade, para se definir como será votado ou não o Orçamento de 2006, pela participação, logicamente, dos Governadores desses Estados.

Agora mesmo, o Ministro de Assuntos Institucionais e da Articulação Política, o Ministro Tarso Genro, encontra-se no Palácio em reunião com o Senador Romero Jucá que é Vice-Líder do Governo, tratando também dessa matéria. Inclusive, tanto o Senador como o Ministro ao se referirem a esta reunião pediram, inclusive, que fosse justificada a ausência do Senador Romero Jucá, tendo em vista que ele está tratando exclusivamente desse assunto.

A Presidência também recebeu.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A que horas será a reunião?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – A reunião será às 11h no gabinete da Presidência do Senado com os Governadores.

A Presidência recebeu também três ofícios do Presidente do Senado, o Ofício nº 497, 494 e 495/2006. Os ofícios encaminham a comunicar à Comissão de Assuntos Econômicos que foi protocolado na Secretária-Geral da Mesa requerimento de autoria do Senador Romero Jucá de tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado 75/2004 com o Projeto de Lei do Senado nº 84, que, nesses termos, solicita a V.Exª. a remessa do Projeto de Lei que se encontra nesse colegiado, para que se possa dar seguimento à tramitação do mencionado requerimento, uma vez que sua leitura somente poderá ocorrer com o processado sobre a Mesa, art. 266 do Regimento Interno do Senado. Os processos da proposição ficarão sobre a Mesa durante sua tramitação em Plenário. É a respeito do item 4 da nossa pauta, item 4, item 18 e item 23. No item 4 é o Projeto de Lei de autoria do Senador César Borges nº 75 que concede isenção do imposto sobre Produtos Industrializados e incidentes sobre equipamentos utilizados em obra rodoviária e de infra-estrutura quando adquirido por Prefeituras Municipais. O item 18 que faz referência ao outro ofício do Presidente do Senado, se refere ao Projeto de Lei do Senado 236 de 2005 que também se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos. Esse projeto trata-se de autoria do Senador Hélio Costa que dispõe sobre isenção de imposto sobre produtos industrializados e imposto de importação incidentes sobre ferramentas, máquinas, aparelhos e instrumentos adquiridos por profissional autônomo quando destinados ao uso exclusivo de sua profissão. E o item 23 também do Presidente do Senado encaminhou esse oficio e que este projeto de resolução nº 57 se encontra também para votação na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos é de autoria do Senador Sérgio Cabral que autoriza a sessão para cobrança da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências. Esse projeto está sendo, inclusive, muito pressionado pelos municípios, mais de 5.500 municípios brasileiros. O Paulo Ziulkoski que é o Presidente da Associação dos Municípios Nacionais tem, inclusive, insistentemente vindo, foi ao Presidente do Senado, ao Presidente da Câmara porque isso aqui é um projeto que trata das dívidas que os municípios têm, os créditos, melhor dizendo, que tem a receber da Dívida Ativa e que eles podem terceirizar essas cobranças. Pará, inclusive, como todos os Estados, existem vários municípios com essa condição, inclusive, a capital, a cidade Belém, e também pelo requerimento do Senador Romero Jucá salvo minha memória também que é o Senador Romero Jucá, ele pede que seja ouvido o Ministério da Fazenda que tem aqui como Relator o Senador Jonas Pinheiro. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, o Senhor me dá licença sobre esse caso. Realmente foi um dos assuntos que eu trouxe pela pressão mesmo que está sendo feita pelos Prefeitos há 15 dias houve uma reunião dos Prefeitos dos Estados de São Paulo, o Senador Edson Lobão, o Jonas, que é o Relator dessas aflições por causa da grande dificuldade que os municípios têm para efetuar, parece que o seu relatório é favorável, Senador Jonas, e isso eu trouxe aqui para que a gente decida, vai ouvir o Ministério da Fazenda a troco do quê? Isso é uma questão que eu levanto. Por que o Ministério de Fazenda tem que definir o que é de interesse pecuniário, econômico dos municípios que a Receita não tem participação nessa dívida ativa dos municípios, ou será que precisa tirar alguma lasca para o Ministério da Fazenda? Eu acho que a gente podia decidir, aqui é uma angústia muito grande, talvez a Sub-Comissão dos Municípios poderia marcar uma reunião para definir. Eu trouxe esse assunto até para conversar com V.Exª. e ver se a gente põe em votação.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Senador Romeu Tuma, esse projeto já passou por esta Casa, passou por essa Comissão, passou, foi ao Plenário e quando estava no Plenário a Senadora Maria do Carmo encaminhou para cá, encaminhou uma Emenda, por causa dessa Emenda voltou aqui para a Comissão, mas isso foi há muito tempo já, o que é que ela pretende? Que fossem também inseridos os Estados a pedido dos Governadores, evidentemente, comandado pelo Governador do Sergipe, e por isso que ela está aqui exatamente para isso. Agora hoje quem faz um trabalho para rejeitar esse projeto são os Procuradores dos Estados. Procuradores? Sim são os Procuradores dos Estados ou dos Municípios, principalmente, dos Municípios que acha que vai quebrar um pouco de força.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Jonas Pinheiro, só para informação de V.Exª. a Secretaria da Mesa está informando que esse Requerimento será votado no Plenário do Senado, se ele for aprovado essa matéria fica sobrestada até o retorno das informações do Ministério da Fazenda, se nós rejeitamos o Requerimento no Plenário ele volta para cá e é votado.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – O Requerimento da Fazenda?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Isso. Tem outra solução, Senador Lobão? O Presidente Paulo Ziulkoski informa o ofício...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (inaudível) A Comissão de Cobrança de Dívida Ativa não quer perder esta qualificação e interferir em favor do Município delegando aos bancos que a rapidez da cobrança é muito maior, porque o banco pode cobrar uma taxa, mas está permanentemente na cabeça do devedor. Eu não sei, eu nunca fui Prefeito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu não posso deixar de concordar com o Senador Tuma, os nossos Prefeitos estão muito sacrificados. O Governo Federal a todo instante institui novas taxas e contribuições das quais se apropria com exclusividade, ele não subdivide os recursos oriundos dessas taxas com os Estados e os Municípios, e é por isso que os Municípios estão cada vez recebendo menos recursos do Governo Federal. Então tudo que vem em benefício das Prefeituras, dos Municípios e dos Estados eu, pessoalmente, sou inteiramente favorável e estou na persuasão de que os demais Srs. Senadores porque é uma forma que se tem de ajudar ainda que minimamente esses municípios.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, depois desse assunto eu vou pedir Pela Ordem para outro assunto, mas este assunto eu gostaria de me manifestar a respeito dele, que eu tenho uma Emenda Constitucional que já foi votada na Comissão de Justiça que considera a possibilidade de repassar 10% das contribuições para os Municípios, as contribuições que nós conhecemos PIS, COFINS, CPMF, SID, CSLL. Essas contribuições no ano passado arrecadaram 140 bilhões de reais e o Governo tem sistematicamente aumentado as contribuições nas reformas tributárias que são feitas, e tem usado o chapéu alheio para fazer caridade quando isenta os impostos que são, na verdade, repassados aos Municípios. Nas contribuições, como elas são de exclusiva participação do Governo Federal não há nenhuma generosidade do Governo, muito pelo contrário, têm aumentado de forma drástica as contribuições.

Então eu fiz essa Emenda Constitucional, ela foi votada na Comissão de Justiça e aprovada e está para ser colocada no Plenário e acho que nós deveríamos, aqui no Senado, aqueles Senadores que entendem que o Município tem que ser fortalecido nos unirmos em torno de todos esses projetos que beneficiam os Municípios. Eu acho que isso tem que ser feito até porque os Municípios não se encontram em condições de cumprir com as suas necessidades mais básicas de atendimento à população. Por isso eu apóio as palavras do Senador Romeu Tuma e acho que esse projeto tem que ser votado o mais rápido possível para que a gente possa contribuir com os Municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Osmar Dias eu concordo com V.Exª. e está claro que o Governo está protelando a votação desse projeto. Esse projeto já esteve na pauta desta Comissão e foi a Senadora Maria do Carmo Alves que fez um Requerimento idêntico, foi um Requerimento feito em maio de 2004 pela Senadora Maria do Carmo Alves, e essa estratégia do Senador Jucá já foi utilizada anteriormente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela Ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela Ordem o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, neste momento está sendo realizada em Curitiba uma passeata organizada por Deputados do PT protestando contra um projeto de minha autoria que moderniza a Lei do Cooperativismo. E esse protesto é tão descabido, e isso eu já falei da Tribuna ontem, mas como ele está ocorrendo agora e eu recebi uma ligação da Deputada do PT que ontem me disse que não faria nenhum protesto mais porque tinha entendido, mas parece que a palavra anda um pouco desprezada nos últimos tempos por alguns e a passeata se realiza.

O meu projeto foi idealizado, elaborado em 1999 quando então só existia a OCB, Organização das Cooperativas do Brasil. Em 2005 foi criada a outra organização das cooperativas que representa a agricultura familiar. Eu não tenho dom da previdência, Sr. Presidente, para adivinhar em 99 que a UNICAFES seria criada em 2005 para constar do meu projeto a UNICAFES e eles estão protestando dizendo que foi uma manobra minha para tirar o poder da UNICAFES o meu projeto. O meu projeto é de 1999 e eu já concordei aqui na Comissão, na Comissão de Agricultura, na Comissão de Justiça, no Plenário que só o relator pode aceitar as Emendas modificando o meu projeto e considerando a presença da UNICAFES.

Se o Relator que é o Senador Demóstenes Torres fizer isso eu votarei com o Relator e, portanto, votarei

com a participação da UNICAFES nas decisões do cooperativismo brasileiro. Agora o que eu não podia é adivinhar em 99 que a UNICAFES ia ser criada em 2005, mas o oportunismo político porque é um ano eleitoral levou à passeata, e a passeata se realiza com faixas de protesto ao meu nome. Eu, de um lado, fico muito triste com os agricultores familiares que estão sendo manipulados nesse momento por alguns Deputados que querem aparecer, mas fico feliz porque pelo jeito eu estou incomodando muito lá no Paraná, Presidente. Agora eles poderiam aproveitar esse protesto para protestar mesmo com o Governo que quebrou a agricultura nesse País. Já que estão reunidos, fazer do protesto um protesto para valer contra o Governo que deixou só no Paraná 42 mil produtores agora executados pelo Tesouro da União e estão prestes a perder as suas propriedades. Quem está fazendo isso? O Governo de quem está promovendo o protesto. Então eles deviam protestar contra isso. Quem sabe protestar também contra tudo que aconteceu aqui nos últimos tempos em Brasília e que ainda não foi totalmente esclarecido. São protestos válidos. Agora protestar contra um projeto que foi elaborado em 99 reclamando que não foi incluído uma entidade criada em 2005, Sr. Presidente, é querer colocar, sem dúvida nenhuma, a carroça a frente dos bois e olha, eu vou dizer uma coisa, eu apóio a UNICAFES e apóio a sua organização, mas se acham que o projeto é inconstitucional eu acho que vou fazer um referimento pedindo para que a Comissão de Constituição e Justiça analise a constitucionalidade do meu projeto. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Sérgio Cabral.

SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Sr. Presidente, primeiro para dizer que no Paraná se fizermos uma manifestação pró Osmar Dias será muito maior do que qualquer manifestação anti Osmar Dias. Então, portanto, pela audiência eu tenho certeza absoluta, senador Osmar Dias, que pelos serviços prestados por V.Exª. ao Estado do Paraná qualquer manifestação organizada pró ao mandato de V.Exa. terá muito mais audiência e êxito do que qualquer manifestação tola com V.Exª..

Em relação ao item 23, V.Exª. estava esclarecendo que o Senador Jucá, é o item relativo ao nosso projeto, o meu projeto que teve o parecer do Senador Jonas Pinheiro.

O Senador Jucá solicitou o Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – O Senador Jucá apresentou um Requerimento à Mesa pedindo informações ao Ministro da Fazenda a respeito desse projeto. Esse projeto é de 2003 e em 2004 esse mesmo artifício foi utilizado. A Senadora Maria do Carmo Alves apresentou esse Requerimento, o Requerimento foi para o Plenário e agora a matéria voltou à Comissão de Econômica. Se nós mantivermos essa posição, esse Requerimento que o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros mandou em ofício para nós vai voltar para a Mesa do Senado e vai ser pautado, vai ser votado pelo Plenário o Requerimento do Senador Romero Jucá pedindo informações. Se o Requerimento for aprovado nós vamos ter que aguardar as informações do Ministério da Fazenda para voltar para discutir as informações e votar. Se nós não aprovarmos o Requerimento do Senador Romero Jucá lá no Plenário, se nós rejeitarmos o projeto retorna para a Comissão de Assuntos Econômicos para ser votado.

SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Mas a minha questão é a seguinte, o Requerimento do Senador Jucá sobresta a tramitação dele na nossa Comissão? Isso que eu não estou entendendo. Ele não tem esse poder de sobrestar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Ele teria esse poder se já não tivesse acontecido isso em 2004. Em 2004 já usaram esse artifício. Então nós podemos, se o Plenário, se a maioria do Plenário decidir não acatar, porque esse artifício já foi usado, senão vão usar isso indefinidamente.

SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Então, esse é o meu apelo para que nós hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Será a discussão que nós temos agora. Pois não, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É que eu estava falando com o assistente líder do Governo, Senador Sérgio, o problema é o seguinte como havia Audiência Pública do Ministério da Fazenda para se manifestar e foi retirado esse pedido, eu tenho anotado aqui o histórico, então dia 28 a CAE aprovou a dispensa de Audiência Pública, assim está instruída para deliberação, falta pautar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Já está pautado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas o Ministério da Fazenda pede para se manifestar porque cortada a Audiência Pública eles querem fazer por escrito. Eu não sei se isso tem algum valor, porque é um processo que o município é lá no final da pauta, ela tem é com os contribuintes dela, eu não sei onde o Ministério da Fazenda interfere.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Tuma, hoje há um clamor de

todos os municípios brasileiros, nós temos recebido as associações municipais.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu tive na reunião em São Paulo, na reunião dos municípios do Estado, quer dizer, qualquer 10 centavos que puder entrar no caixa tá valendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Exatamente. A grande maioria, a esmagadora maioria.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E há uma pressão muito grande das mais de 5.500 Prefeituras com relação a esse projeto, Senador Sérgio Cabral. Realmente o próprio Senador já esteve várias vezes comigo, nós já pautamos, nós temos que votar esse projeto, senão realmente nós ficamos sem condição de manter a pauta em dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu gostaria, até porque nós discutimos diversos projetos, são várias situações e é natural que nós não possamos saber todos os projetos, é natural que nem todos os projetos nós sejamos especialistas no assunto. A Audiência Pública que teria seria até para nos ajudar a esclarecer o que se trata. Eu gostaria então até para também ajudar a esclarecer, Senador Luiz Otávio, eu sei que V.Exª. tem tido toda essa boa vontade que pudesse ler pelo menos para nós para que a gente entendesse melhor o Requerimento de informações do Senador Romero Jucá porque eu acho que isso nos ajudaria. Porque também têm preocupações, mas a gente tem que saber muito bem exatamente o que está votando porque eu também tenho sido procurado por Prefeitos. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com relação ao isso, Senadora Ana Júlia, eu vou ler o Requerimento, não tem nenhum embaraço em ler o Requerimento e a justificação, será lido. Agora nós não somos última instância, este é um projeto que aprovado aqui irá a Plenário e com certeza terá que ir à Câmara também. Então, não é uma coisa que nós vamos resolver aqui. Então, sinceramente, eu sou da base do Governo, eu apóio o Governo, agora já está demais, nós não podemos nem discutir, nem votar os projetos, espera aí. Assim é difícil. Eu já não quero mais nem que tenha reunião. O Jucá ligou para não ter reunião, então quer dizer, fica difícil.

SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Eu queria esclarecer à Senadora Ana Júlia, Senador, Presidente Luiz Otávio, eu quero fazer um apelo porque nós tivemos discussões sobre esse projeto por várias vezes nesta Comissão e o Senador Mercadante com muita propriedade levantou uma questão séria sobre o mérito do projeto em que ele chamava a atenção para o risco das chamadas operações às antecipações de receitas orçamentárias, o chamado ARO e o Senador Jonas Pinheiro no seu relatório aperfeiçoou o projeto e retirou exatamente todas as ameaças a esse tipo de operação. O que eu quero chamar atenção é o seguinte, no meu Estado do Rio de Janeiro, um dos estados mais desenvolvidos da Federação onde as Prefeituras, teoricamente, tem uma infra-estrutura e condições superiores, por exemplo, ao Estado da Senadora Ana Júlia do Pará e o Estado de V.Exª., só no meu Estado o levantamento feito por mim demonstra que hoje são mais de 15 bilhões de reais, incluindo a cidade do Rio de Janeiro de dívida ativa, agora se excluir a cidade do Rio de Janeiro que tem uma infra-estrutura, tem uma Procuradoria, as demais cidades não têm nenhum tipo de estrutura jurídica para fazer essa cobrança. Então vai desde cidades como Trajano de Moraes com 132 mil reais à cidade como Itaperuna com 10 milhões, Santo Antônio de Pádua com 15, Saquarema com 33 milhões, São Pedro D'Aldeia com 64 milhões, Angra dos Reis com 178 milhões, Volta Redonda 184 milhões, São João do Miriti 616 milhões, Niterói 609 milhões, quer dizer, isso é fundamental para a sobrevivência dos municípios por uma arrecadação nova para os municípios.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só o Estado de V.Exª. cobre três vezes a compensação dos Estados exportadores com 5 milhões.

SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Exatamente, então eu faço um apelo a essa Comissão que V.Exª., com muita energia, coloca a necessidade de votação. É um projeto que tramita, que já foi ao Plenário, que já voltou, que já sofreu intervenções por parte do Governo e a oposição, está pronto para ser votado, aperfeiçoado; francamente eu não entendo o Senador Jucá querendo procrastinar uma votação já pronta, um projeto já pronto para ser votado e como me parece quase que unanimidade dos Srs. Senadores desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Aloizio Mercadante, líder do Governo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sr. Presidente, Sr. Senador Sérgio Cabral eu queria ponderar que a preocupação toda em relação a esse projeto não é autorização para que instituições financeiras ou escritórios possam participar da cobrança da dívida ativa dos municípios, mesmo porque isso já pode ser feito hoje, não há nenhuma objeção, muitos municípios já fazem contratos com empresas que exatamente assumem às vezes a parte mais difícil da

cobrança, ou o conjunto da cobrança, especialmente médios, pequenos municípios onde há capacidade operacional para prestar esse tipo de avaliação é mais difícil. Em grandes municípios, em geral, tem equipe própria de Advogados, técnicos; mas mesmo os grandes municípios podem fazer, a lei não é impeditiva nesse sentido. A preocupação que existe em relação a esse projeto, desde o início, é que não se retome a Antecipação de Receitas Orçamentárias, antiga ARO, ou seja, você entrega a dívida ativa, o Banco exige algum tipo de garantia que seria receita líquida e certa do Município e com isso anteciparia financeiramente ao Município e nós estaríamos trazendo de volta um procedimento que arrebentou a administração pública do Brasil. O meu Estado de São Paulo, por exemplo, foi feita uma operação de Antecipação de Receita Orçamentária de um bilhão de reais que não só arrebentou o orçamento do Estado como quebrou o Banespa. A véspera de um processo eleitoral e é uma herança pesadíssima que eu acho que trouxe um alerta para todo o País e que a Lei de Responsabilidade Fiscal não permitiu mais que ocorresse.

Nós fizemos a sugestão de uma audiência para exatamente ouvir a Fazenda, os especialistas da área para fazer uma discussão mais aprofundada sobre esse tema. Houve objeção em relação à Audiência Pública, foi feito um Requerimento pedindo as informações exatamente para mostrar as cautelas que nós precisamos ter em relação a eventuais garantias que o sistema financeiro passe a exigir dos entes públicos que não só trará grandes prejuízos para os administradores futuros alguns aqui seguramente estão nessa sala, serão futuros governadores de Estado, espero, inclusive, me reunir com alguns no futuro CONFAZ para nós discutirmos as finanças comuns, o Senador Osmar, por exemplo, uma candidatura com grande potencial no Paraná, o próprio Senador Sérgio Cabral com grande potencial no Rio de Janeiro, Senador Mão Santa seguramente com grande potencial no Piauí; entre outros. Então nós esperamos seguramente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – V.Exª. em São Paulo. Agora eu queria dizer, talvez V.Exª. não tenha sido informado pela Assessoria que eu citei exatamente aqui, há poucos minutos atrás a preocupação de V.Exª. justificando, elogiei exatamente a intervenção de V.Exª. com essa preocupação. Mas eu creio, Senador Mercadante, que o Senador Pinheiro retificou o projeto nesse sentido.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu queria pedir, Presidente, se nós poderíamos votar esse projeto terça-feira que vem e até terça-feira que vem essas informações fossem oferecidas à Comissão, porque aí nós teríamos os dados básicos para ter a segurança do que nós estamos fazendo e não gerar uma insegurança orçamentária.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só queria uma questão com o Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pois não Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Mercadante, o Código Tributário proíbe terceirização, então isto aqui vem corrigir esta. E quando se fala em ARO é adiantamento, o que está fazendo é passar cobrança. Então o que recebe repassa e desconta a Comissão, não tem nenhum adiantamento que precise oferecer garantia. Garantia para quê? Qual é a garantia que vai exigir o Banco se vai os títulos de cobrança, ele vai cobrar uma taxa pela cobrança que fizer, é o contrato.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Se for só isso eu acho que não haverá dificuldade. A nossa única preocupação é que o banco exige. Eu assumo a carteira, mas eu quero uma garantia básica que é de algum recebível e aí você vai abrir a porta que desde o início nós estamos nos batendo para que não aconteça, se for apenas administrar o passivo eu sou totalmente favorável porque aumenta a cobrança e melhora a receita do Município. É só essa a cautela, esse Requerimento vem no sentido de esclarecer esse aspecto.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Senador Mercadante e Sérgio Cabral eu queria também colocar um outro aspecto que a gente precisa ter cautela para os Municípios, principalmente, que tem quadros de Procuradores, porque eu fui procurada por Procuradores Municipais com essa preocupação de também ter, de não retirar completamente aqueles municípios maiores que já tem quadro de Procuradores que é essa função deles também que não seja retirada essa função também dos Procuradores. Então, eu queria colocar, eu não sei. Por isso mesmo que eu pedi para ter informação, mas eu acho que nós já com esse encaminhamento dado para terça-feira eu acho que facilita para que todos possamos tirar todas as dúvidas.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu só queria ponderar, Senadora Ana Júlia, que em relação a essa questão é uma questão de cada Município de como é que vai administrar, do meu ponto de vista se a lei deve facultar a opção de você contratar um serviço especializado para viabilizar a cobrança efetiva. O que a lei não pode permitir é que seja dado um comprometimento de receita corrente para esta operação porque isso trará de volta a antecipação da receita orçamentária, foi devastadora para as finanças dos municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – É apenas para concordar com tudo que disse o Senador Mercadante. O Estado do Paraná teve também o mesmo processo. O Banco do Estado do Paraná quebrou em função disso e nós não podemos correr o risco de recuperar uma prática nefasta ao erário. Então, eu quero concordar com essa cautela do Senador Mercadante. Concordo com tudo que ele falou, inclusive, aquela parte dos Governadores que poderão ser eleitos.

SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Eu posso garantir, Presidente, ao Senador Osmar Dias. Senador Osmar Dias, não há a menor chance... Eu queria esclarecer ao Senador Osmar Dias que não há a menor chance desse projeto retornar às práticas anteriores de ARO. O Senador Romeu Tuma esclareceu perfeitamente a essência e a índole do projeto, é um projeto que visa recuperar passivos e a Senadora Ana Júlia não compreendeu (soa a campainha) Esse projeto, Sr. Presidente, garante às Prefeituras faculta às Prefeituras esse tipo de passivos, não tem nada a ver com receitas correntes, não tem nada a ver com o uso de receitas correntes que o Senador Osmar Dias, com razão e o Senador Mercadante também em manifesto e que jamais está contido na essência do projeto. E o Senador Jonas Pinheiro no seu parecer aperfeiçoou o projeto de tal maneira que impede qualquer tipo de relação de familiaridade com a antiga ARO. Não há menor chance, Senador Osmar Dias, esse fantasma não chega próximo ao projeto, o projeto está pronto para ser votado, é um instrumento de busca de passivos que as Prefeituras não têm estrutura. São raras as Prefeituras do Brasil que tem estrutura para buscar a dívida ativa e que não tem estrutura jurídica não tem Advogados, não tem Procuradores, é uma esperança para os municípios brasileiros. Agora eu quero agradecer a V.Exª., Senador Luiz Otávio, pela firmeza da condução, o Senador Mercadante deu uma proposta objetiva, da minha parte não vejo nenhum problema em colocarmos em votação como um dos primeiros itens da nossa pauta na nossa próxima reunião da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Será atendido a proposição de V.Exª. Voltamos ao item da pauta original. Item 1: Projeto de Resolução do Senado 37 de 2004, não terminativo que acrescenta o § 5º do art. 48, da Resolução 43 de 2001. Permite a dedução dos investimentos dos Estados em educação e pesquisa de nível superior nos pagamentos de encargos de parte da dívida junto à União. Autoria, Senador Osmar Dias. Relator, Senador Antônio Bezerra. Parecer pela rejeição do projeto. O parecer já foi lido. Em discussão. Item 1. A matéria está em discussão. Como ninguém discute, em votação. O parecer do Relator é pela rejeição do projeto. Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer. Fica rejeitado o projeto. Item 2: Matéria Projeto de Lei do Senado 385 de 2005 não terminativo, cria a Zona Franca de São Luis no Estado do Maranhão. Autoria, Senador Edson Lobão. Relator, Senador Ramez Tebet. A matéria também fica adiada para a próxima Sessão atendendo a solicitação do autor e dos Srs. Senadores do Estado do Amazonas. Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 12 de 2005 não terminativo. Modifica o art. 12 da Lei 9.393 de 19 de dezembro de 96, autorizando parcelamento do Imposto Territorial Rural, ITR em até 12 meses. AutoriA – Deputado Nelson Marquezelli. Relatora, Senadora Ana Júlia Carepa pela rejeição da matéria. Esse relatório também já foi lido. Em discussão. Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o relatório da Senadora Ana Júlia Carepa pela rejeição da matéria. Item 4. É o item que foi retirado de pauta a pedido do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros. É o Projeto de Lei do Senado 75 de 2004, terminativo de tramitação conjunta com o PLS 8499 que tem como Autor o Senador César Borges e Relator o Senador João Batista Motta. Retirado de pauta. Vai à Secretaria Geral da Mesa para providências.

(Inaudível)

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Aquele outro 43 vai ficar para a próxima Sessão. Item 5.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, apenas para saber, aquele processo do Rio Grande do Sul sobre a refinaria entra na pauta hoje, não?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Se tiver na pauta entra tudo, aqui não escapa nada, vai até o talo.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Muito bem, Presidente, gostei de ver a determinação de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Agora ninguém pára mais.

SENADOR RAMEZ TEBET (PMDB-MS) – Eu não posso, diante de uma decisão firme como essa deixar de cumprimentá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Agradeço. Senador Motta.

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB-ES) – Eu não entendi porque o item 4 saiu de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – O pedido por escrito do ofício do Presidente do Senado vai ser tramitação conjunta com outro Projeto 84. Item 5: Projeto de Lei do Senado 358 de 2004, complementar não terminativa. Altera a Lei Complementar nº 110 de 29 de junho de 2001 que autoriza a antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Dá outras providências. Autoria, Senador Paulo Paim. Relator, Senador Pedro Simon. Parecer pela aprovação do projeto nos termos dos substitutivos que apresenta. Em discussão. Como ninguém discute em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 358. Já foi devolvido. Pela Ordem Item 6, Senadora Ana Júlia Carepa.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu apresentei, já tem um sobre um que eu sou Relatora, a mensagem que encaminha ao Senado a programação orçamentária relativa ao segundo trimestre de 2006. Como eu tenho outras Comissões eu gostaria de que fosse.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o Item 12. Senadora Ana Júlia com a palavra para reatar.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu vou ler o relatório, Sr. Presidente. Nos termos do § 1º do art. 6º da Lei 9.069 de 29 de junho de 1995 o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2006. Como de praxe a programação monetária referida explicita as estimativas de faixas de variação dos principais agregados monetários, estipula metas indicativas de sua evolução para o segundo trimestre e para o ano de 2006, assim como procede a uma sucinta descrição do comportamento previsto para a economia nacional nesse período à justificativas pertinentes. De acordo com a Norma citada o Banco Central do Brasil submeteu à programação monetária ao Conselho Monetário Nacional tendo sido aprovado por esse Conselho em Sessão realizada em 31 de março do corrente ano. A Comissão de Assuntos Econômicos conforme disposto no § 2º do art. 6º da referida Lei cabe emitir parecer sobre a programação monetária que desse modo servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional vedada a introdução de qualquer alteração. § 3º do art. 6º da mesma lei. Análise: não resta dúvida de que a Lei 9.069/95 estabeleceu a definição, formulação e operacionalização da Política Monetária atribuiu ao Congresso Nacional participação e co-responsabilidade quanto à evolução da oferta da moeda e das taxas de juros a serem praticadas na econômica, contrariamente ocorrida em situações anteriores.

O Poder Executivo vem dando conseqüência à citada Norma em prazos adequados e compatíveis com a possibilidade de uma efetiva participação do Congresso Nacional no entendimento e na formulação da programação monetária trimestral. Essa programação é elemento central da Política Monetária que em última instância informa um conjunto de variáveis estratégicas e fundamentais para a compreensão e efetivação dos objetivos macroeconômicos buscados e definidos como prioritários. Relativamente à programação monetária proposta e submetida a esta Comissão cumpre-nos observar que as estimativas de suas principais agregados e monetários contemplam uma expansão nominal real (soa a campainha) da oferta de moeda. As taxas de variação prevista para o final do trimestre de junho e para o final do ano atualizadas são respectivamente de 12,4% e 11,9% para os meios de pagamento MI; de 12,4 % e 12,3% para a base monetária restrita; de 18,1 e 15,1% para a base monetária ampliada e de 19,8 e 15,8 para o M4 que como é sabido corresponde a oferta de moeda em seu conceito mais amplo e abrangente. A programação expansionista para os agregados mostra-se compatível com o nível da atividade econômica em crescimento onde desempenha importância estratégica iniciada em setembro de 2005. A expansão contínua do nível de emprego e da renda, o crescimento do crédito e o fortalecimento da confiança dos consumidores, além da flexibilização da Política Monetária. Certamente esses são fatores que impulsionarão atividade ao longo dos próximos trimestres exigindo a continuidade desse processo de flexibilização monetária. Logicamente a esses fatores devem ser acrescidos efeitos provenientes do novo valor do salário mínimo, dos impulsos fiscais ocorridos no último trimestre do ano passado e dos esperados para o primeiro semestre deste ano. Como enfatizado na programação em exame não se pode descartar ademais uma possível recomposição de estoques que indica que a economia deverá acelerar seu ritmo de crescimento ao longo de 2006 com perspectivas favoráveis do ponto de vista da ampliação da oferta de bens e serviços.

Mais ainda como se depreende do documento em análise, a programação dos agregados monetários para o segundo trimestre para o ano de 2006 é consistente (soa a campainha) com a atual sistemática de metas para inflação e com um cenário provável de comportamento de outros indicadores, como crescimento esperado do produto e das operações de crédito e o comportamento das taxas de juros.

Aí vem, com efeito conforme expresso em documento intitulado relatório de inflação disponível no CIDE do Banco Central do Brasil as expectativas sugerem que a inflação voltará a recuar em 2006 aproximando-se ainda mais da meta de 4,5% fixada para o ano. Dentro dos fatores que respaldam as expectativas de recuo da inflação pode se destacar o bem sucedido esforço de desinflação levada ao cabo de 2005 que possibilitará uma convergência ainda mais suave para a trajetória de metas. A projeção associada ao cenário de referência indica desaceleração da inflação medida pelo IPCA que para o acumulado em doze meses parte de 5,3% no primeiro trimestre de 2006 e alcança 3,7% no último trimestre. Essas mesmas expectativas quanto à convergência dos índices de preços à trajetória de meta de inflação sustentam e dão fundamento ao processo de flexibilização da Política Monetária. O recuo da taxa real esperada de juros que hoje assistimos é reflexo do ajuste das expectativas sobre a evolução da taxa Selic, fator essencial do processo de flexibilização da Política Monetária iniciada em setembro como já referi. Obviamente, a política econômica, em particular, sua componente monetária são fatores decisivos para o enfrentamento das questões relacionadas com o crescimento econômico e sua sustentação, assegurando os fundamentos macroeconômicos da economia brasileira essenciais para a consolidação da estabilidade obtida desde 1994. Desempenha papel fundamental para tanto a redução da taxa de juros básico da economia estipulado pelo COPOM que alcançou o seu valor maior de 19,75% ao ano situando-se atualmente no patamar de 16,5 ao ano com possibilidade de decréscimo continuado.

Entendemos que a redução da taxa de juros mais célere estipulada pelo COPOM estará sim de acordo com as metas de inflação e garantirá o desenvolvimento econômico e por, conseguinte geração de emprego no País.

Assim, de forma compatível com a programação monetária prevista para ser executada ao longo do ano, o decréscimo da taxa básica de juros, taxa Selic contribui para sustentação do processo de crescimento sem que se imponham perspectivas desfavoráveis para a evolução dos preços. Portanto, no plano interno os indicadores relativos ao consumo e ao investimento às taxas de juros e à programação expansionista dos agregados e monetários apontam para a continuidade do processo de aceleração da atividade econômica.

Por outro lado sabe-se que a taxa de juros dentre outros fatores determinantes à função dos débitos internos e externos, conseqüentemente a consecução de juros compatíveis com o crescimento do consumo e do investimento pretendido com a atual flexibilização pressupõe reversão estrutural dos desequilíbrios nas contas públicas e nas transações correntes externas. E esses desequilíbrios, como se ressalta no documento que acompanha a mensagem estão sob controle e em condições favoráveis, no momento, e em particular aos recentes resultados positivos obtidos no balanço de pagamentos.

Eu vou, Sr. Presidente... O Poder Executivo. Eu acho que aqui são várias considerações.

Em suma, o Poder Executivo cumpre a formalidade requerida pela Lei nº 9.069 de 95, art. 6º inciso I e II ao submeter à programação monetária para o segundo trimestre de 2006 à apreciação desta Comissão.

Quanto ao mérito da matéria cabe destacar que as faixas de variação dos principais agregados monetários sinalizam para uma Política Monetária adequada e compatível com os objetivos de estabilidade monetária e de crescimentos econômico com ela ajustados. Esta 6ª Comissão dá conseqüências formalidades previstas na Lei 9.069 de 95 concedendo a aprovação da programação monetária sobre exame. VotO – Somos face ao exposto favoráveis à aprovação da programação monetária relativo ao segundo trimestre de 2006 nos termos do seguinte projeto de Decreto Legislativo a ser submetido ao Congresso Nacional conforme dispõem o § 2º do art. 6 da Lei 9.069 de 29 de junho de 95.

Projeto do Decreto Legislativo. Aprova a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2006. O Congresso Nacional decreta art. 1º, fica aprovado a programação monetária relativo ao segundo trimestre de 2006 com as estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários e as metas indicativas de sua evolução nos termos da mensagem presidencial nº 116 de 2006. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. É esse o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Em discussão. Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o Item 12, mensagem do Senado Federal não terminativa, encaminha a correção monetária. Autoria, Presidência da República. Relatora, Senadora Ana Júlia Carepa.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Sr. Presidente, só para fazer um registro, eu fiz questão até de incluir diferente até do que a Assessoria havia feito um Parágrafo especifico dizendo que acho que o COPOM deve ser mais célere na redução da taxa de juros porque para ser coerente com o que eu tenho defendido o tempo todo, independente de dar o parecer favorável, eu não vou mudar a minha posição nesse ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Ok. Item 6. O item 8. Há um pedido de retirada de pauta, digo, 7. A Senadora Serys Slhessarenko. Projeto de Lei do Senado 355 de 2005, complementar, não terminativa. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o pedido de retirada de pauta do item 7. O Item 8 do Senador Valdir Raupp. De autoria agora da Senadora Serys Slhessarenko. Também pedido de retirada de pauta. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontraram. Aprovado o pedido de retirada de pauta do item 8. Temos dois itens aqui, o item 27 e o item 28 que é apenas para conhecimento.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – E o item 9 Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Chegaremos já, já.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Ah, pensei que depois do 8 visse o 9.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Não, mas nós temos ainda o 6. O 6 não foi lido ainda. Item 6. Então, voltando à pauta como V.Exª. pede. Item 6: Projeto de Lei do Senado 95 de 2005, não terminativa. É que, Senador Osmar Dias, tem projeto aqui que é só para conhecimento. Então seria muito mais fácil votar e deixar os projetos que a discussão porque senão depois nós perdemos o quorum. Item 6: Dispõe sobre incentivos fiscais da produção de fármacos, dos insumos e de medicamentos. Autoria, Senador Papaléo Paes. Relator, Senador Gilberto Mestrinho pela aprovação do projeto. Projeto em discussão. Para discutir Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu acho que é um projeto bastante importante, mas nem o Autor, nem o Relator estão presentes, eu não sei se o Senador Mão Santa, ou alguém poderia nos orientar sobre esse problema.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Pela Ordem, Sr. Presidente. É para registrar que numa parte ao Senador Romeu Tuma que eu apresentei um Requerimento de uma Audiência Pública sobre essa matéria, eu acho que o Requerimento deve estar sobre a Mesa.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só um detalhe, é uma coisa tão delicada, Senador Edson Lobão, porque anteontem os jornais já publicaram, Senador Mão Santa, que o Governo. Não, nós vamos adiar, mas eu acho que é importante por logo em discussão para votação. Que o Governo ao fazer a farmácia popular dentro das drogarias subiu quase 23% o preço dos medicamentos. Então, isto aqui vem trazer de volta aquilo que a população mais pobre não está conseguindo comprar medicamento indicado para duas ou três doenças de uso permanente. Então, é por isso que eu estou pedindo. Eu concordo com o adiamento, mas que os dois sejam intimados a comparecer na próxima Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Em discussão, então o Requerimento do Senador Romero Jucá que pede uma Audiência Pública para tratar desse assunto. Como ninguém discute, em votação. Ele pediu adiamento, mas ele tem um pedido de Audiência Pública. Nós podemos votar Audiência e adiar o projeto até que haja audiência. Com ou sem audiência?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sem audiência. Só com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Então fica adiada sem audiência? Tem que decidir como é, porque não pode todos juntos. A proposta do Senador Romeu Tuma é que seja adiada a votação. Então sem Audiência Pública?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Segura o Requerimento para quando tiver presente a gente discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Proposta do Senador Romeu Tuma pelo adiamento. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontraram. Aprovado. Fica adiado o Item 6. Como já está adiado o item 7 e o item 8, passamos ao item 9.

Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 19 de 2005, complementar não terminativa. Altera a redação do § 2º art. 9º da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 para vedar o contingenciamento das despesas especificas. Das despesas que especificam. Autoria, Senador Rodolpho Tourinho. Relator, Senador Osmar Dias. Parecer favorável ao projeto. Com a palavra o Relator Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, eu sou Relator desse projeto e por isso mesmo eu recebi aqui um apelo do Senador Romero Jucá e da Assessoria do Governo porque o Senador Tourinho que é Autor do projeto ainda quer conversar com o Ministro do Planejamento, com o Ministro da Fazenda, mas eu não concordo com o Relator, Sr. Presidente, em relatar na ausência do Autor, por isso eu peço o adiamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Fica, portanto, adiado o item 9. Item 10. Projeto de Lei da Câmara nº 136 de 2005, não terminativo, reduz alíquotas do imposto sobre produtos industrializados incidentes sobre produtos que mencionam. Os produtos que mencionam são fabricação de canetas e cargas. Autoria, Deputado Nelson Bor-

nier. Relator, Senador Sérgio Cabral pela aprovação do projeto. Em discussão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu peço vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pede vista o Senador Romero Jucá. Item 11 Projeto de Lei do Senado nº 60 de 2004, não terminativa. Institui o programa de incentivo à conclusão da educação básica, poupança escola, dá outras providências. Autoria, Senador Cristovam Buarque. Relatora, Senadora Ana Júlia Carepa, favorável ao projeto. Em discussão. Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 60 de 2004, não terminativa. Item 12. Já foi aprovado, é o projeto que foi relatado há pouco pela Senadora Ana Júlia Carepa. Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 43 de 2005, complementar não terminativa. Estabelece que a fiscalização de empresa de fomento mercantil, Factoring, será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal. Autoria, Senador Antero Paes de Barros. Relator, Edson Lobão pela rejeição do projeto. Em discussão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Presidente, o projeto que diz respeito à Factoring?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Isso. Rejeição do projeto de V.Exª.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Mas eu peço a V.Exª. a retirada do projeto para reexame em virtude de uma solicitação que recebi do Autor do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Em discussão o pedido de adiamento. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu acho, Senador Edison Lobão, concordo com V.Exª. para discutir, mas Factoring é um assunto que tem que ser resolvido porque desde que eu ingressei neste Congresso, portanto, há 12 anos se fala em Factoring, porque praticamente eles são considerados agiotas, não tem uma regulamentação, não tem nada que fiscalize e nós vimos na CPI dos CORREIOS como é que funciona isso. Então, V.Exª. tem razão em aprofundar e alcançar o ideal estabelecendo uma regra.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Em discussão o pedido de adiamento. Em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o adiamento do item 13. Item 14: Projeto de Lei do Senado 322 de 2004, terminativa altera a Lei nº 6.717 de novembro de 1979 para incluir a obrigatoriedade de identificação do apostador na loteria dos números administrados pela Caixa Econômica Federal. Autoria, Senador Sérgio Zambiasi. Relator, Senador Ney Suassuna pela rejeição do projeto. Em discussão. Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores, o projeto é terminativo, ficará para votação posteriormente. Item 15: Projeto de Lei do Senado nº 58 de 2004, também é terminativo que dispõe sobre emprego de rendimentos auferidos às aplicações no mercado financeiro das receitas tributárias, da competência dos Estados, Distrito Federal e Municípios e das transferências obrigatórias da União para entes federados e bem assim dos Estados para os Municípios. Autoria, Senador Marcelo Crivella. Relatora, Senadora Patrícia Saboya Gomes pela rejeição da matéria. Em discussão. Como é rejeição.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Devo ler o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pode ler a Emenda então, o relatório. Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Sr. Presidente, é submetida à decisão terminativa dessa Comissão nos termos do art. 91, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 58/2004 de autoria do Senador Marcelo Crivella.

O projeto é composto por dois artigos. O art. 1º determina que sejam aplicados exclusivamente em ações e atividades nas áreas de saúde e educação todos os rendimentos resultantes da aplicação financeira dos recursos oriundos tanto da arrecadação de tributos dos Estados, Distrito Federal e Municípios quanto das transferências obrigatórias da União para os demais entes federativos, bem como dos Estados para os Municípios. O § Único desse artigo estabelece que os recursos aplicados na forma do art. 1º não poderão ser considerados para o cumprimento dos limites constitucionais relativos à saúde e educação. O segundo artigo estabelece a vigência da lei a partir da data de sua publicação. A apresentação desse projeto apóia-se fundamentalmente na percepção de que os recursos públicos investidos em saúde, educação não têm sido suficientes para atender as demandas da sociedade por serviços nesses setores. A análise: antes de proceder à avaliação do mérito, juridicidade e constitucionalidade do projeto cumpre-nos apontar um equívoco na numeração de seus artigos aparentemente na elaboração do Projeto de Lei o dispositivo correspondente ao art. 2º foi transformado em § Único do art. 1º sem que se tenha tomado o cuidado de renumerar o artigo seguinte. Em respeito à técnica legislativa é necessário efetuar a aludida renumeração, bem como alterar a referência ao art. 1º feito no seu § Único para uma referência no *caput* desse artigo.

O projeto em exame insere novas vinculações de aplicações, de receitas nos orçamentos dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. Com isso traz em si a tendência de agravar ainda mais as dificuldades atualmente enfrentadas por esses governos na sua administração financeira.

O próprio autor do projeto reconhece em sua justificação que as fontes de recursos dos Estados, Distrito Federal e Municípios são limitadas e poucas são as de caráter discricionário. Dessa forma, embora seja louvável a intenção de garantir a aplicação de mais recursos para atividades nas áreas de saúde e educação não se afigura prudente introduzir maiores embaraços na gestão das finanças públicas, estaduais e municipais.

O projeto também ofende ao pacto federativo porque o estabelecimento de regras específicas para as finanças públicas estaduais e municipais constitui uma limitação indevida à autonomia administrativa dos Estados, Distrito Federal e Municípios. O principio da autonomia político-administrativo nos entes federativos encontra-se protegido no art. 18 da Carta Magna.

Concluindo a análise quanto aos aspectos constitucionais do projeto devemos ressaltar que a Constituição Federal em seu art. 163 inciso I determina que a disposição sobre finanças públicas seja manifestada através de Lei Complementar. O PLS 58 de 2004 não está em conformidade com a disposição constitucional referida, pois se apresenta como Projeto de Lei Ordinário ao mesmo tempo em que aborda assunto reservado ao gênero legislativo Lei Complementar. Voto. Frente ao exposto manifestamo-nos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 58/2004. Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de colocar a nossa Assessoria em contato com a Assessoria do Senador Marcelo Crivella antes de dar esse parecer contrário, como não houve nenhuma tentativa de Emenda ou mudança no projeto, então o nosso voto foi contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – O projeto deixa de ser votado por ser terminativo, por exigir quorum qualificado. Fica para a próxima Sessão. Os outros itens que são terminativos também serão discutidos e votados posteriormente, tendo em vista, o mesmo problema.

Passamos, então ao item 27. Aviso nº 6 de 2006, não terminativo, que são dois projetos não terminativos. Encaminho ao Senado Federal relatório sobre emissões de título da república no período de 1º de julho de 2005 a 30 de setembro 2005 no âmbitO – programa de emissão de títulos e de administração de passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior. Autoria, Ministério da Fazenda. Relator, Senador Roberto Saturnino. O parecer pelo arquivamento. Em discussão. Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer pelo arquivamento do item nº 27 aviso nº 6 de 2006 não terminativo. Item 28, aviso nº 7 de 2006, não terminativo. Encaminho ao Senado Federal relatório sobre emissões de título da república no período de 1º de outubro de 2005 a 31 de dezembro de 2006 no âmbito do programa de emissão de títulos e de administração de passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior. Autoria, Ministério da Fazenda, também como Relator, Senador Roberto Saturnino que também é pelo parecer pelo arquivamento. Em discussão. Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Fica, portanto, aprovado o parecer pelo arquivamento do Senador Roberto Saturnino do item 28. Item 18 também irá para a Secretaria Geral da Mesa a pedido do Presidente do Senado Federal para tramitação conjunta. Fica, portanto. Pela Ordem Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Presidente, Senador Luiz Otávio, eu vim aqui para discutir o item nº 20 da pauta, o projeto ainda de 2003 que assegura...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – É porque é um projeto terminativo e a votação tem que ser nominal.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Então está adiada?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Ficou adiado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Submeto à orientação de V.Exª. e voltaria na próxima reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Será uma honra para nós muito grande. Fica, portanto, encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h26.

Ata da Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 18 de abril de 2006, às 9:30 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quarenta minutos do dia dezoito de abril do ano de dois mil e seis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Demóstenes Torres, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Mão Santa,

Sérgio Cabral, Valdir Raupp, Romero Jucá, Gerson Camata, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, João Ribeiro, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Antônio Carlos Valadares, Serys Slhessarenko, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Bornhausen, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, Ney Suassuna e Fernando Bezerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento, Aviso nº 13/06 (nº 128/GMF, na origem), de 30 de março de 2006, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de fevereiro de 2006, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; e Aviso nº 14/06 (nº 127/GMF, na origem), de 30 de março de 2006, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o anexo demonstrativo das emissões do real relativo ao mês de fevereiro de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. Os expedientes serão posteriormente encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 114, de 2006, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US$ 106,250,000.00 (cento e seis milhões duzentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Tocantins e o MCC S.p.A – Capitalia Gruppo Bancário – MCC, da Itália, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento – Pontes Tocantins – Fase II'", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. O Presidente concede Vista Coletiva, nos termos Regimentais; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2004, terminativo, que "dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre os veículos automotores que especifica, e dá outras providências", de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas n°s 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2003, não terminativo, que "autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências", de autoria do Senador Sérgio Cabral, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das Emendas apresentadas. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Usam da palavra para discutir a Matéria os Senadores Romero Jucá, Romeu Tuma e Ana Júlia Carepa. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator, Senador Jonas Pinheiro, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 05-CAE (Substitutivo) apresentada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2004, não terminativo, que "altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer novos equipamentos ou componentes de uso obrigatório nos veículos", de autoria do Senador Eduardo Azeredo, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Usam da palavra os Senadores Antônio Carlos Valadares, Eduardo Azeredo e Romeu Tuma. A Matéria é retirada de Pauta; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, terminativo, que "institui o cheque promissivo", de autoria do Senador Duciomar Costa, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Em 13/12/05, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. O Presidente procede à leitura do Requerimento, de autoria do Senador Romero Jucá, requerendo seja realizada audiência pública com a participação de representantes do Banco Central do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, a fim de instruir a Matéria. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 26/2006-CAE, ficando sobrestada a apreciação da Matéria até a realização da audiência pública; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2003, terminativo, que "altera a redação dos artigos 6º e 49 da Lei nº 9478, de 06 de agosto de 1997, e dá outras providências. (Dispõe sobre a política energética nacional)", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 apresentadas. Encerrada a discussão, o Presidente coloca em votação a Matéria. A Comissão aprova o Projeto por doze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abs-

tenção, com a presença do Presidente e do Autor, Senador Rodolpho Tourinho; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2005, Complementar, não terminativo, que "inclui o § 2º ao art. 17 e dá nova redação ao caput do art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (disciplina o Sistema Financeiro Nacional)", de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A matéria é retirada de pauta; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2003, não terminativo, que "institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que "altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Osmar Dias, para que proceda à leitura de seu Relatório. Usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Rodolpho Tourinho e César Borges. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2003, terminativo, que "institui incentivo fiscal à contratação de jovens para o primeiro emprego em microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no SIMPLES", de autoria do Senador Sibá Machado, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de Pauta; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo, que "altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que "Estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental", e dá outras providências", de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 9311, de 24 de outubro de 1996, para estabelecer que parte do produto da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) seja destinada ao município de origem", de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Usa da palavra o Senador Osmar Dias. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005, Complementar, não terminativo, que "estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator, Senador Edison Lobão, pela rejeição da Matéria; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2004, terminativo, que "altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para incluir a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias de números administradas pela Caixa Econômica Federal", de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2004, terminativo, que "dispõe sobre o emprego de rendimentos auferidos das aplicações, no mercado financeiro, das receitas tributárias da competência dos Estados, Distrito Federal, Municípios e das transferências obrigatórias da União para os entes federados, bem assim dos Estados para os Municípios", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 11/04/06, foi lido o Parecer pela Relatora, sendo adiada a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 16- Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2004, terminativo, que "dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que dispõe sobre a incidência do imposto de renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2004, terminativo, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, para estabelecer o percentual mínimo do produto de arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinado à conservação, recuperação e ampliação da malha rodoviária", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves

Filho, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que "modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2004, terminativo, que "fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontado na fonte, e dá outras providências", de autoria do Senador Pedro Simon, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer prazo até o último dia útil do ano em que é entregue a declaração de ajuste para a restituição de Imposto de Renda Pessoa Física pago a maior", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pela aprovação do PLS nº 41, de 2004, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 131, de 2004. A apreciação da matéria é adiada; Item 20-Projeto de Lei do Senado n° 177, de 2003, terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que 'altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2005, terminativo, que "acrescenta alínea ao inciso II do artigo 8º da Lei n º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir, entre as despesas dedutíveis do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, o salário-mínimo pago a empregado doméstico", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer pela prejudicialidade do PLS nº 149, de 2005, e pela aprovação do PLS nº 177, de 2003, com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 21-Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, terminativo, que "dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditício, de que trata o art. 165, § 6º da Constituição e dá outras providências", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da matéria é adiada; Item 22-Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a aquisição, pela União, de créditos relacionados à participação governamental obrigatória dos Municípios na exploração de recursos hídricos para fins de energia elétrica, petróleo e gás natural", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. Em seguida, a Comissão aprecia Matéria constante da Extrapauta, Item 01-Mensagem do Senador nº 117, de 2006, Não Terminativo, Propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até cento e setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Ajuste Estrutural e de Políticas de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Luiz Otávio, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. O Presidente, Senador Luiz Otávio, solicita ao Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente, para que assuma a Presidência, de acordo com o art. 89, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal. Após a leitura do Parecer, usa da palavra para discutir a Matéria o Senador Eduardo Azeredo. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 26/2006-CAE, de autoria do Senador Romero Jucá, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública deste Órgão Técnico com representante do Banco Central do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Luiz Otávio,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52º Legislatura a

realizar-se hoje 18 de abril de 2006 às 10 horas e 40, na sala de reuniões nº. 19, na Ala Alexandre Costa. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e as Srªs. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata da reunião anterior. Será publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se me permite um "pela ordem", Senador, o Senador Flexa de Lima, Senadora Ana Júlia, Senador Luiz Otávio eu peço pela ordem porque os três representantes do Pará estão aqui para hipotecar a minha solidariedade ao povo do Pará que está sofrendo com as enchentes e aproveitar para fazer um apelo ao Presidente Lula que dispense um dia de inaugurações e vá ao Pará para fazer doação de algum dinheiro que favoreça um pouco aqueles cidadãos que estão sofrendo e que a televisão tem mostrado nos últimos dias. Então, eu hipoteco aqui a minha solidariedade aos três representantes do Pará que eu sei que como eu ou talvez muito mais o coração de vocês está sangrando pelo que está ocorrendo no Pará com o povo sofrido daquela região Ribeirinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Romeu Tuma, nós estamos os três Senadores chegando do nosso Estado. Temos estado junto com a população do Estado e principalmente junto com a área do Governo Federal, do Governo do Estado do Pará, uma reunião semana passada no gabinete da Presidência da República coordenado pelo General Félix, tendo em vista essa questão dos mais de 17 Municípios, eram 10, agora são 17 Municípios do Estado do Pará, estado de calamidade. Foram chamados Prefeitos da Região do Marajó, 11 Ministérios estão sendo coordenados pela ação do Ministério da Integração Nacional, inclusive com o apoio da defesa social, a defesa civil esteve presente também. E agora ainda durante essa semana não só com relação a enchente porque, inclusive, já temos informações de que os rios iniciaram a vazão e a baixa da questão das enchentes. Mas como, com certeza, ficarão problemas em conseqüência do nível alto das águas principalmente no que se refere à questão da saúde, a malária, como já está sendo detectada inclusive em Município da Região do Marajó. Há uma Medida Provisória sendo editada ainda esta semana para alocar recursos para atender essa calamidade que o Estado do Pará e o Estado do Amazonas se encontram em vários Municípios.

Portanto, nós agradecemos a solidariedade de V.Exª., mas sabemos da importância dessa situação em que se encontram esses Estados da região Amazônica e principalmente esses Municípios, no caso, do Estado do Pará que terão o apoio do Governo Federal, o Presidente Lula e do Governo do Estado do Governador Simão Jatene.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agradeço V.Exª. a explicação e é uma demonstração clara do esforço que os Srs. Senadores estão fazendo na busca de uma solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro e depois a Senadora Ana Júlia Carepa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Tuma, eu sensibilizado agradeço a solidariedade de V.Exª. e não poderia ser diferente face à preocupação que V.Exª. tem não só com o Estado que tão bem representa aqui no Senado, mas com todo o nosso País. Realmente a situação no Estado do Pará é uma situação de grande aflição. Estive na quarta-feira junto com o Governador Simão Jatene em Marabá e na quinta-feira, digo, em Marabá e em Tucuruí e estivemos nas áreas alagadas visitando as famílias que estão desabrigadas, algumas, Senador Luiz Otávio, Senadora Ana Júlia, sem condições, inclusive, ou não querendo se afastar das suas residências, ainda permanecendo lá em situações precárias. E o Governo do Estado tem colocado todas as suas ações no sentido de minorar as aflições e atender as necessidades imediatas e como bem disse o Senador Luiz Otávio, no momento que as águas começam a baixar, a questão de saúde também é muito preocupante.

Eu espero que essas informações que o Senador Luiz Otávio das ações do Governo Federal, que elas aconteçam o mais rápido possível, face a necessidade premente das vítimas das enchentes.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente Senador Luiz Otávio.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem a Senador Ana Júlia Carepa.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Obrigado Sr. Presidente. Senador Romeu Tuma, de dizer que, como Senadora que representa o povo do Estado do Pará, eu quero agradecer a sua solidariedade e dizer que nós estamos exatamente trabalhando como fazemos todo o ano. Essa que é a verdade, porque essa é uma situação que nos acomete com maior grau de intensidade conseqüências e seqüelas e alguns anos do que outros. Mas que acaba acontecendo todo o ano. Por isso que tem algumas situações. Eu já fui, por exemplo, em Marabá, eu não pude estar ontem porque o avião não pode pousar. Aí viemos para Brasília e aí eu cheguei lá em Eldourado dos Carajás já no final da tarde, tive de voltar para Carajás que

era onde o avião tinha pousado, porque fui de Brasília junto com a comitiva que foi lá acompanhar o ato dos 10 anos do massacre de Eldourado dos Carajás, mas eu iria em Marabá, como já fui tantas vezes, uma das minhas visitas de manhã seria na área das enchentes. Mas já fui inclusive com Ministros, lá. E além das ações que o Governo Federal já está fazendo, que o Senador Luiz Otávio aqui tão bem descreveu, o envolvimento de vários Ministérios, nós vimos isso inclusive na seca, na liberação de recursos, cestas básicas que existem já a defesa civil que estão sendo... Não só isso, mas vacinas, enfim, as ações que, junto com o Governo do Estado, obviamente constituiu o atendimento a essa população.

Agora tem ações que precisam ser feitas. A resistência de muitas pessoas em saírem das suas casas em parte é compreensível. Agora em algumas situações ou algumas Prefeituras também tomam atitudes no sentido de impedir porque pessoas, às vezes, constrói em área absolutamente inadequada e fazem projetos, apresentam projetos. Eu fui com o Ministro das Cidades há dois anos em Marabá e a ausência de projetos para que pudesse, essas pessoas que constrói ali naquele local que todo o ano enche, realmente tem sido uma situação que poderia já ter solucionado. Por quê? Porque as possibilidades de ter acesso a recursos, elas são concretas, são reais hoje. Existem os recursos na Caixa Econômica, mas precisa ser apresentado projeto adequado para que se possa cessar. O Ministro foi lá e claramente se colocou a disposição. O Ministro na época era Olívio Dutra.

Então, eu quero colocar aqui que as duas ações estão sendo feitas, tanto do Governo Federal em relação às questões mais imediatas, mas também em relação às questões que podem dar soluções de forma não apenas no momento da enchente, mas de forma mais perene a essa situação. Em algumas das situações. É lógico que não são todas. Não dependem disso, mas algumas situações poderiam ser evitadas dessa forma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agradeço a V.Exª., Senador Flexa Ribeiro, Senador Luiz Otávio porque foi muito amargo a mim, a minha esposa e todos nós que estávamos assistindo à televisão de ver aquele drama terrível, inclusive crianças morrendo afogadas porque não tinham condições de serem socorridas. Então, isso traz um trauma.

Então, eu estou vejo que os Senhores estão se dedicando junto aos seus governos, para que haja uma solução definitiva. Porque a repetição permanente de fatos graves como esse é que são ruins, não é Senador Flexa...

Então, eu queria agradecer os três pelas explicações e acredito que o povo do Pará está ansioso para que essas soluções sejam o mais rápido possível.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Vou já dar a palavra a V.Exª., Senador João Ribeiro. Comunico aos membros dessa Comissão que recebemos os seguintes documentos para conhecimento. Aviso nº. 13 de 2006, de 30 de março de 2006, do Ministério da Fazenda encaminhado em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado, nº. 43, relatório contendo as características das operações de créditos analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de fevereiro de 2006, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios, bem como aviso nº. 14 de 30 de março também do Ministério da Fazenda encaminhado nos termos do inciso II do art. 7º da Lei 9.069 de 95, anexo demonstrativo das emissões do real, relativo ao mês de fevereiro de 2006, as razões delas determinante, é a posição de reservas internacionais a ela vinculada. Pela ordem, Senador João Ribeiro do PL de Tocantins, com a palavra V.Exª.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Presidente, a exemplo do que fez a Senadora Ana Júlia e o Senador Romeu Tuma, eu quero também deixar aqui registrada a minha posição, o quanto àquela situação vivida em região do Sul do Pará e também na região norte do Estado de Tocantins, onde a cidade de Araguanã uma cidade que foi Distrito de Araguaína onde eu fui Prefeito, realmente vivem momento de drama terrível, e como foi colocado pela Senadora Ana Júlia e pelo Senador Romeu Tuma esse drama se repete praticamente todo o ano no período da época da cheia e das enchentes. E eu vivi isso Senador Romeu Tuma, quando eu fui Prefeito de Araguaína e é uma situação extremamente complexa e complicada é preciso haver uma decisão, Senador Luiz Otávio V.Exª. que é do Estado do Pará, ilustre representante do Estado do Pará, uma decisão forte por parte do Governo Federal, não só na questão do apoio da defesa civil, das instituições que podem levantar essa situação, mas eu quero aqui, Senadora Ana Júlia, deixar um fato registrado, porque eu vivi isso quando eu fui Prefeito da cidade de Araguaína lá no período de chuva. Aliás, esse é um período em que todos os Prefeitos que passaram na cidade de 44 anos de emancipação política, eles vivem o pior momento da sua administração no período de chuva, cidade acidentada. E lá antes da Canalização do Cór-

rego Neblina, que foi uma decisão minha, na época, e que nós concluímos, agora, graças a Deus.

Depois de 16 anos foi iniciado no meu mandato, que recurso no nosso País é muito difícil para essas obras prioritárias. Mas o que é que acontecia, eu não período de cheia, ocorreu aquele alagamento, pessoas... isso já no primeiro ano de mandato. Eu construí no outro setor, num local alto algumas moradias para atender aquelas pessoas que eram atingidas pela enchente. O que é que ocorreu? Depois que essas pessoas foram retiradas, foi dado uma casa nova e normalmente essas pessoas que moram nessas regiões são pessoas muito pobre, com casas muito mal construídas, sem nenhum tipo de infra-estrutura, e lamentavelmente nós conseguimos doar essas casas e construímos uma vila de casas, um conjunto habitacional digno, com rede de esgoto com poço artesiano, com toda a infra-estrutura. E o que é que aconteceu? Eles pegavam assim na hora de derrubar as casas velhas, as casas de palha, houve realmente uma grande revolta, porque eles queriam botar o parente, botar o filho botar alguém para ficar mantendo aquilo.

Então, eu faço esse alerta que é realmente o Governo Federal tomar uma atitude forte, o Prefeito da cidade que, aliás, essa não é a responsabilidade só do Governo Federal, mas do Governo do Estado do Pará e do Prefeito daquele Município. E nós juntos, aqui no Congresso Nacional, Senadora Ana Júlia, fica aqui o meu compromisso de não só ajudar essa questão de lá, mas vamos fazer Paraguanã, para algumas cidades que nessa época da Amazônia vive esse drama terrível.

Portanto, fica aqui o meu registro, a minha preocupação de ver o sofrimento daquela população, daquela gente. Que, aliás, do Estado do Pará nessa época, eu até esses dias, o Presidente Lula deve ter pensado, ficou meio em dúvida "o Senador João Ribeiro mora em Tocantins, onde ele mora?" Porque eu fiz um pedido ao Presidente Lula, Senadora Ana Júlia, Presidente eu quero lhe fazer um pedido. Quando nós terminávamos de acertar a posse do novo Ministro dos Transportes, eu disse: "Presidente, eu queria lhe fazer um pedido. Vamos a pavimentar a transamazônica no trecho do Pará, porque no trecho do Tocantins ela está pronta". Nossa bancada bateu duro e pavimentou. Colocou recurso ao orçamento da União.

Então, eu faço aqui um apelo também a bancada do Pará, porque eu disse ao Presidente Lula que isso é algo extremamente necessário. O sofrimento de ver... Isso não é só do Pará, nós sabemos que o Mato Grosso está vivendo isso e outros Estados... Da transamazônica, mas isso ajuda também, Senador Romeu Tuma, a melhorar a vida daquela população.

Então, são obras estruturantes, são obras essenciais que precisam ser feitas. E por nós estarmos nessa Comissão tão importante num dia como esse, é que eu estou citando esse fato. Porque ali não é só o sofrimento daquela população que está ali marginalizada, crianças morrendo, passando fome, mas também as pessoas que vivem em outras regiões que estão no isolamento nesse período do ano.

Então, fica aqui o meu registro e o meu apoio à bancada do Pará de que contem com a gente. Essa questão eu acho que não deve ter fronteira e nem pátria. Pátria, sim, não fronteira. Nós precisamos nos unir todos para defender o País, defender essas regiões que estão precisando muito do nosso apoio emergencial. *(Soa a campainha).*

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria dizer a V.Exª. que o meu primeiro serviço como Diretor da Polícia Federal, quando eu fui nomeado pelo então, Presidente Sarney, foi em Araguaína com a morte do Padre Josino.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – No beco do Papagaio.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Foi o meu primeiro serviço como Diretor da Polícia Federal. Tristemente uma ocorrência grave que houve. Nós esclarecemos, mas eu registro nas minhas anotações que o meu primeiro trabalho na Polícia Federal como Diretor foi em Araguaína na investigação da morte do Padre Josino.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Diga-se de passagem, Senador, um dos melhores diretores da nossa história. Da história do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pauta item 1: Mensagem Senado Federal nº. 114 de 2006, não terminativa. Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil, o valor equivalente até a cento e seis milhões, duzentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América entre o Governo do Estado do Tocantins e o grupo bancário MCC da Itália com recursos que destinam-se a financiamento parcial do Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento. Pontes Tocantins, fase dois. AutoriA – Poder executivo. Relator: Senador Gilberto Mestrinho. O Senador João Ribeiro pediu vistas, pediu do projeto. Então, concedo vistas... Como?

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – No meu nome. Aelton.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – ...Ele pediu vistas. Vista coletiva. Temos cinco dias úteis de prazo para a apresentação do projeto. Encontram-se presentes de acordo com

a Resolução 43 de 2001 do Senado Federal, o representante do Tesouro Nacional o Dr. Eduardo Luiz Gaudard e Gerente de Responsabilidade Financeira Iceu Marrec(F), Coordenador de Operações de Crédito nos Estados e Municípios, de acordo com a Resolução nº. 43 do Senado Federal. O Dr. Jorge Kalil está em viagem e deverá estar já na próxima reunião aqui junto conosco.

Item 2, depois nós entramos Extra Pauta. Como é que pode? Nós não votamos a pauta. (risos) Item 2, pedido de retirada de pauta do Projeto de Lei do Senado 278 que dispõe sobre a isenção do imposto sobre o produto industrializados – IPI, incidente sobre os veículos automotores que especifica e dá outras providências. É de autoria da Senadora Lúcia Vânia e tem como Relator o Senador Artur Virgilio. Pedido de retirada de pauta pela Senadora Lúcia Vânia. É isso? E pelo Relator Senador Arthur Virgílio.

Item 3, Projeto de Resolução do Senado não terminativo de nº. 57 de 2003. Autoriza a Sessão para a cobrança da dívida ativa dos Municípios das instituições financeiras e dá outras providências. De autoria do Senador Sérgio Cabral que tem como Relator o Senador Jonas Pinheiro. Esse é o famoso projeto que já ficou semana passada retrasada, antepassada e ficou de ser votado hoje. Em discussão, como ninguém discute em votação.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Em votação já, mas V.Exª. pode encaminhar a votação.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu queria discutir porque eu fiz um Requerimento de pedido de informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Mas nós já lemos o parecer, nós já discutimos, nós já marcamos... Aí depois Senador, vão dizer que nós estamos de novo...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu quero dizer a V.Exª. que eu sou a favor da tese. Agora me preocupa a forma como está explicitada na proposta. Por quê? Porque eu sou a favor de que os Municípios possam negociar seus créditos. Agora, essa negociação de crédito para recebimento de crédito não pode se transformar numa operação de antecipação de receita que possibilite a criação de créditos fictícios e que dá a garantia para nível de endividamento.

Então, eu tinha feito uma solicitação de informação, mas pela informação que eu tenho pela Mesa não foi ainda nem enviada ao Ministério da Fazenda, foi aprovada na semana passada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Romero Jucá na semana passada nós discutimos de novo esse projeto. Foi lido o relatório, foi discutido. Ia ser votado, o Líder do Governo o Senador Aloízio Mercadante pediu mais uma semana e todos aqui concordaram que a última semana, da última semana... Garantiu que ia ser votado hoje.

Então, fica difícil a nossa condição se nós, de novo, adiarmos esse projeto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador Romero, permite um aparte?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O problema é o seguinte: O que ficou... O Senador Mercadante se comprometeu a votar hoje de qualquer jeito, trazendo uma Emenda que cercearia qualquer possibilidade de um adiantamento, como empréstimos para os Municípios, e sim só receberiam os valores cobrados. Foi o que ficou esclarecido aqui.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Veja bem. Eu acho que o projeto precisa de uma Emenda que diga que não pode haver uma antecipação e mais do que isso, não pode haver garantia, no caso FPM, de receitas vinculadas para a garantia como se fosse um empréstimo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Isso ficou claro aqui, mas que traria, hoje, o governo, para ser votado hoje. Porque é uma aflição...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Esse projeto vai para o Plenário, não? Posso apresentar a Emenda no Plenário. Então eu apresentarei Emenda no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Em votação os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o item 3 do Projeto de Resolução não terminativo.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu quero dizer que aprovo com a proposta já colocada da Emenda que é positiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Aprovado, então o item 3 que autoriza a Sessão para cobrança da dívida ativa dos Municípios e instituições financeiras e dá outras providências, o Projeto de Resolução do Senado 57 não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Cabral, e teve como Relator o Senador Jonas Pinheiro.

Item 4 pedido de retirada de pauta pelo. Relator item 4 é o Projeto de Lei do Senado 115/2004 não terminativo, que altera o art. 105 da Lei Nº. 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de trânsito Brasileiro para estabelecer novos equipamentos ou componentes de uso obrigatório nos veículos.

Autoria Senador Eduardo Azeredo, Relator Senador Romeu Tuma. Senador Romeu Tuma pede adiamento do item 4.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, Senador ACV, Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se há nesta Comissão algum Requerimento propondo uma Audiência Pública sobre o caso Varig que está preocupando a empresários, pessoas ligadas a economia. Senadores e Deputados, eu gostaria de saber se há algum requerimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Não.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – ... Porque o Juiz que trata do caso da falência da Varig não aceitou a decretação da falência da empresa. Significando dizer que ele acha que a empresa pode ser recuperada. Com a queda das vendas das passagens em virtude da crise, dos boatos que se espalharam no País de que a companhia não teria a capacidade de cumprir todos os seus compromissos com seus passageiros, a Varig realmente está passando por uma crise que se avoluma cada vez mais. Entretanto, é passivo de recuperação da empresa.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu daria entrada ainda hoje a um pedido de Audiência Pública para ouvida de algumas autoridades sobre a possibilidade de recuperarmos a Varig, de vez que se trata de uma companhia conhecida internacionalmente. É uma marca que sem dúvida alguma ela evoluiu a posição do Brasil nas viagens internacionais, de modo que eu acho que essa Comissão poderá se debruçar sobre esse assunto e quem sabe abrir caminhos para uma recuperação total da empresa. Agradeço a V.Exª.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Apenas sobre o item 4, só solicitando, ele já está retirado de pauta, solicitando que nós pudéssemos voltar a discuti-lo talvez na próxima reunião, porque é um projeto que se trata da obrigatoriedade de *airbags* em automóveis. É um item da maior importância para que nós pudéssemos salvar vidas no Brasil. Não tenho dúvida nenhuma. E essa é uma questão que não é meramente econômica. O custo de um *airbag* duplo num automóvel hoje não chega a dois mil reais. E, na medida que ele for obrigatório em todos os veículos, ele cairá seguramente de preço e se justifica plenamente pela questão da segurança nas nossas rodovias.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma que está sem som. Há um boicote a V.Exª.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (risos) Só cumprimentar o Senador Eduardo Azeredo que tem compreendido algumas dificuldades que temos encontrado na nossa Relatoria. Inclusive, o Inmetro ficou de mandar um parecer sobre tudo que diga respeito ao *airbag*, inclusive sobre alguns riscos para menores e tal e não fez. Hoje eu falei na televisão dessas dificuldades e da importância que V.Exª. tem lutado por isso. E eles se comprometeram de ainda essa semana nos enviar e mais outros itens que estão sendo estudados para substituir o *airbag* num futuro bem próximo, porque o *airbag...* se você leu o Estadão de anteontem, "Carta do Leitor" vai ver alguns defeitos que quase trouxeram a morte de uma usuária de veículo.

Então, são coisas que eu acho que V.Exª. tem o valor correto, mas nós vamos resolver isso rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Item 5. Projeto de Lei do Senado 285/2004, terminativo. Instituiu o cheque promissivo. Autoria do Senador Duciomar Costa, Relator Senador Mão Santa. Há um Requerimento do Senador Romero Jucá e do Senador Jefersson Peres e Romeu Tuma e seu eu não me engano da Ideli, também, Senadora Ideli, pedindo uma Audiência Pública de órgãos técnicos como representante do Banco Central, CAIXA ECONÔMICA, Banco do Brasil, a fim de instruir deliberação desse projeto. Os Senhores concordam...?

Então, o requerimento em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Fica o item 5 sobrestado até a Audiência Pública com relação ao cheque promissivo.

Item 6 Projeto de Lei do Senado 268/2003, terminativo. Autor o Senador Rodolpho Tourinho que altera a redação dos artigos 6 e 49, art. 6º e 49 da Lei 9.478 de 6 de agosto de 1997 e dá outras providências. Dispõe sobre a política energética nacional. Relator Senador Delcídio Amaral. Que é favorável ao projeto e já apresentou duas Emendas. Esse projeto, inclusive, agora vamos votá-lo... Foi discutido, apresentado. Srs. Senadores, esse é um projeto terminativo, então ele precisa de quórum qualificado... Tem quórum qualificado, terminativo. Vamos a votação. Senador César Borges, ainda está na Bahia. Senador Rodolpho Tourinho?

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Luiz Otávio? Sim. Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senadora Ana Júlia Carepa.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Almeida Lima?

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Leonel Pavan?

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) –(pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador ACV, Antônio Carlos Valadares...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sim. Senadora Patrícia Saboya?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Quantos tem? Senador Flexa Ribeiro. Desculpe Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Catorze sim, aprovado o Projeto de Lei do Senado nº. 268 de 2003, terminativo que altera os artigos da Lei 9.478 item 6.

Item 7, Projeto de Lei do Senado nº. 355 complementar, não terminativo, que incluiu o § 2, art. 17. Da nova redação ao *caput* do art. 44 da Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964. Senador César Borges acaba de chegar da Bahia... (risos) disciplina Sistema Financeiro Nacional. Autor Senador Pedro Simon, Relatora a Senadora Serys Slhessarenko pediu retirada de pauta.

Item 8, Projeto de Lei do Senado 348 não terminativo, institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. Senadora Serys Slhessarenko é autora, Relator Senador Valdir Raupp. Com a palavra o Relator. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de meio ambiente, defesa do consumidor, fiscalização e controle com decisão terminativo. Com a palavra o Relator.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, eu peço retirada de pauta para a revisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Retirada de pauta item 8. Item 9, Projeto de Lei do Senado não terminativo nº. 19/2005 complementar. Altera redação § 2º, art. 9º da Lei Complementar nº. 101 de 4 de maio de 2000 para vedar contingenciamento das despesas que se especifica. De autoria do Senador Rodolpho Tourinho. Relator, Senador Osmar Dias que é parecer favorável ao projeto. Esse projeto também... Diga, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Tendo em vista a ausência do Senador Osmar Dias e que nós estamos buscando um entendimento exatamente para chegar a um ponto de consenso sobre a Lei de responsabilidade fiscal, e esse projeto, eu pediria que pela ausência do Relator que fosse retirado de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Retirado de pauta a pedido do líder do Governo o Senador Romero Jucá. Item 10, Projeto de Lei do Senado 185 terminativo, foi pedido retirado de pauta do Senador Rodolpho Tourinho. Esse projeto instituiu incentivo fiscal a contratação de jovens para o primeiro emprego em microempresas e empresas de pequeno porte, inscritas no simples. Autoria Senador Sibá Machado, Relator o Senado Rodolpho Tourinho pela rejeição do projeto. O projeto foi retirado de pauta a pedido do Senador Rodolpho Tourinho. Item 11, não terminativo, Projeto de Lei do Senado 120 de 2002 é um projeto terminativo que altera a redação do art. 2º, Decreto-Lei 356 de 15 de agosto de 1968, e que estende benefícios ao Decreto-Lei Nº. 288 de 28 de fevereiro de 1967, a área da Amazônia ocidental e dá outras providências. Senador Moreira Mendes, Relator Senador Aelton Freitas. O parecer é favorável ao projeto com Emendas um, dois e três. O Relator também

se encontra ausente. Fica adiada a matéria. Senador César Borges chegou agora.

Passamos ao item 13, Projeto de Lei do Senado nº. 43, complementar, não terminativo que estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil, *factoring*, será feita pelo Banco Central do Brasil, pelo Ministério Público Federal. Autoria, Senador Antero Paes de Barros, Relator, Senador Edson Lobão pela rejeição do projeto. Já foi lido esse parecer. Em votação o parecer do Senador Edson Lobão. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Fica, portanto rejeitado o projeto item 13.

Temos ainda o item 12 que é terminativo. Item 12 em diante que é o projeto 14, 15, 16, 17 e 18 é um projeto terminativo. Senador Eduardo Azeredo pede que a gente faça uma inversão na pauta e vote logo o projeto de empréstimo externo para o Estado de Minas Gerais. Os Srs. Senadores que concordam e as Srªs. Senadoras, também, tanto a Senadora Ana Júlia, como a Senadora Patrícia e a Senadora Ideli que agora dá o ar de sua graça, concordarem, então nós inverteremos a pauta para atender o Senador Eduardo Azeredo do Estado de Minas Gerais, que é um projeto de financiamento em pauta.

Pela beleza e pela importância de sua participação na reunião. Eu transfiro a presidência ao Senador Romeu Tuma do PFL de São Paulo para relatar o projeto de Minas Gerais. Posso ficar aqui, não eu faço questão de passar o bastão e o porrete para ele.

(troca de presidência)

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador César Borges, se ele reclamou a sua ausência, eu acho que o Senhor veio num super jato aí. Ele falou, "não faço a reunião sem a presença de César Borges".

SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Cumprimentar o Senador Osmar Dias que agora já temos o seu projeto. Pode ser relatado. Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs. Senadoras. A mensagem do Senado Federal 117 de 2006 não terminativa, propõe ao Senado Federal nos termos do art. 52, inciso V da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até cento e setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujo recurso destina-se ao financiamento do programa de ajuste e estrutural e de políticas de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Autoria, a Presidência da República e tendo como Relator o Senador Luiz Otávio. Trata-se de pleito do Estado de Minas Gerais para que seja autorizada essa operação de crédito externo com garantia da União junto ao BIRD.

O programa em questão foi considerado por meio da recomendação nº. 806 de 29 de junho de 2005, como passível de obtenção de financiamento externo, pela Comissão de Financiamentos Externos, o COFIEX, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário manifestando-se favoravelmente ao oferecimento de garantia da União como atestado pelo Parecer 110 da Secretaria do Tesouro Nacional de 23 de março de 2006 e pela nota nº. 377 da Secretaria, também, do Tesouro Nacional de 6 de março de 2006.

O Banco Central do Brasil efetuou o credenciamento da operação conforme expediente de 21 de março de 2006, e já a Procuradoria da Fazenda Nacional por intermédio do parecer nº. 669 de 2006 de 04 de abril, pronunciou-se pelas pela legalidade das minutas contratuais, concluindo não haver óbice ilegal a concessão da garantia.

Passamos a análise do financiamento e, portanto o voto. Em conclusão o pleito encaminhado pelo Estado de Minas Gerais encontra-se de concordo com o que preceitua a resolução do Senado Federal nº. 96, 40 e 43 de 2001 devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida nos termos do seguinte.

Esse é o parecer Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Em discussão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu quero apenas agradecer o parecer do Senador Luiz Otávio e relatar a importância desse projeto para Estado de Minas Gerais. É um projeto de cento e setenta milhões de dólares, como foi colocado, e ele vem para atender vários programas que estão previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental de Minas, como a Modernização da Previdência Estadual, Shopping de Gestão, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Estratégica de Suprimentos, Governança Eletrônica, Planejamento Orçamento Governamental, redução da criminalidade em Minas Gerais, parcerias público-privadas, também o Programa de Estrada Real, que é um programa turístico importante.

Esse financiamento teve um longo caminho. Não foi fácil para Minas Gerais conseguir chegar a classificação "B" para poder agora fazer jus a esse financiamento.

Ele começou, na verdade, a tramitação em 1997 ainda, e ele constou nas excepcionalidades da negociação da dívida dos Estados, ainda na época em que eu era governador. Houve um período de quatro anos em que ele ficou paralisado, o Governador Aécio Neves retomou os entendimentos, e chega agora ao fim dessa aprovação. De maneira que eu quero apenas endossar a importância desse financiamento e cumprimentar o Governador pelo trabalho feito até, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mais alguém deseja fazer o uso da palavra? Senador Eduardo Azeredo, eu acho que todos nós, inclusive, cumprimentando o nosso Presidente Luiz Otávio, temos uma alegria imensa em votar pedidos do Deputado Aécio porque a gente sabe o trabalho sério que vem desenvolvendo a frente do Governo de Minas Gerais, inclusive, em continuidade também ao trabalho de V.Exª.

Então, não havendo mais quem queira discutir, em votação o Projeto de Resolução de autoria do Senador Luiz Otávio. Aprovado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, eu pediria só urgência para que nós pudéssemos votar, aproveitar que a pauta está destrancada. Se pudéssemos votar ainda hoje no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o pedido de urgência. Devolvo a presidência.

(troca de presidência).

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Retornarmos a pauta original. Item 12, é?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Enquanto eu estava no gabinete atendendo pela vigésima vez os representantes das cooperativas familiares, que não concordam com o projeto que está para ser votado no Senado, eu vi V.Exª. anunciar a chegada do Senador César Borges, inclusive, e ouvi também V.Exª. anunciar o meu Projeto de Lei do item nº. 9. Ele foi relatado, já? Foi votado?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – O Senador Romero Jucá, usando do artifício rudimentar(F), não regimental, pediu adiamento pela ausência de V.Exª.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – E agora eu peço para votar porque eu já estou presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Então retornarmos ao item nº. 9 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 19/2005, complementar, não terminativo que altera à redação do § 2º, do art. 9º da Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica. Autoria, Senador Rodolpho Tourinho, Relator Senador Osmar Dias favorável ao projeto. Com a palavra o Relator Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº. 19 de 22 de fevereiro 2005, complementar, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, compõe-se de dois artigos O primeiro altera a redação do § 2º, art. 9º da Lei Complementar nº. 101 de 4 de maio de 2000, com o objetivo de vedar o contingenciamento ou qualquer outra forma de limitação, além das despesas constantes da redação original do referido parágrafo. Também daquelas que, primeiro, sejam destinadas na forma da Lei ao pagamento de *royalties* aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, bem como aos órgãos da administração direta da União, relativos a participação dos resultados da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais ou território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva dos respectivos entes da federação ou a compensação financeira por essa exploração em conformidade com o disposto no § 1º do art. 20 da Constituição Federal.

Segundo, tenho como fonte de custeio: A – receitas de multas e outros receitas próprias das agências reguladoras das atividades econômicas de geração de energia elétrica, prestação de serviço de telecomunicações, exploração de petróleo e utilização de recursos hídricos. B – empréstimos ou financiamentos obtidos junto ao organismo multilaterais. Seu artigo segundo é a cláusula de vigência. Não foram apresentadas Emendas ao PLS 19 de 2005. Análise, quanto á constitucionalidade e juridicidade não cabem restrições do PLS 19 do 05. o Projeto de Lei atende as exigências de iniciativa tendo em vista que em conformidade com as disposições do art. 61 da Constituição Federal, cabe a qualquer membro do Senado Federal a iniciativa das leis complementares ordinárias, não se incluindo a matéria na área da competência privativa do Presidente da República de que trata o § 1º do mesmo artigo. O Projeto de Lei respeita também o requisito de juricidade em razão de inserir no ordenamento jurídico mediante a mera introdução de alteração em dispositivo de lei pré-existente.

22 – quanto a técnica legislativa. O PLS de 19/05 atende as exigências da boa técnica legislativa, além de não incluir em seu texto matéria diversa ao termo expresso em sua Ementa.

Quanto ao mérito: – Em razão do seu objetivo de vedar o contingenciamento ou qualquer outra forma de limitação das despesas que se refere o item um do presente parecer, o PLS 19 de 2005 apresenta-se como altamente relevante quanto ao mérito. O instituto jurídico do contingenciamento é regulado pelo art. 9º da Lei Complementar 101 de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. O texto desse artigo prevê que o contingenciamento deve ser precedido da observação de pelo menos um bimestre na arrecadação das receitas devendo ainda eventuais alterações das metas fiscais ser precedida de modificações do anexo das metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ao justificar o Projeto de Lei de sua autoria, o Senador Tourinho pondera que o contingenciamento constitui a limitação orçamentária e financeira de verbas públicas operacionalizadas por meio de Decreto, em que se impõem limites globais para o conjunto de projetos e operações especiais a cargo de cada órgão ou unidade orçamentária, cabendo a seu responsável selecionar os problemas e ações a serem atingidos. Observa-se ainda com inteira propriedade do Senador Rodolpho Tourinho que diz que:

A – a margem de discricionariedade da administração pública vem sendo gradualmente reduzida com o aumento da participação das despesas obrigatórias e a prática do contingenciamento.

B – tem se observado que ações não previstas da Lei de Diretrizes Orçamentárias vêm merecendo tratamento privilegiado sobre a forma de programas com gerenciamento intensivo.

C – ao eleger programações com gerenciamento intensivo determinando sua precedência na execução orçamentária, o contingenciamento cria novas categoria de prioridade dentre o rol constante do anexo de Prioridade e Metas de Diretrizes Orçamentárias, sem que o poder legislativo participe do processo.

D – a regulamentação promovida reduz assim a eficácia da Lei Orçamentária como instrumento definidor das despesas públicas. Além de neutralizar a orientação contida no § 2º do art. 165 da Constituição, segundo o qual as prioridades e o gastos públicos devem ser fixadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Com base no exposto, manifesto-me favoravelmente a aprovação do PLS 19 de 2005. O voto, então Sr. Presidente, é favorável ao Projeto de Lei do Senador Rodolpho Tourinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu informei ao Senador Rodolpho Tourinho que com o propósito de estar estimulando um diálogo dele com o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo que gostaria, inclusive, de estar dialogando com o Senador Rodolpho Tourinho levando em conta inclusive o seu conhecimento desta área. Então, para essa finalidade eu estou pedindo vistas Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Eu só queria, em primeiro lugar, agradecer a atenção dada pelo Relator o Senador Osmar Dias e a clareza também do seu parecer. Eu considero muito importante e tendo o direito de qualquer Senador pedir vista, mas já esclarecer o seguinte: O primeiro objetivo desse projeto foi vedar o contingenciamento, por exemplo, da participação especial. Hoje não se faz pesquisas geológicas no País de petróleo, que é fazer a Petrobras depois da Lei do Petróleo passou... deveria ser feita pela Agência Nacional do Petróleo, que não está fazendo, o ano passado deveria ter recebido mais de dois bilhões de reais, deve ter recebido trinta ou quarenta milhões. E em outro ponto como, aliás, já foi esclarecido pelo Senador Osmar Dias é você evitar que as receitas próprias das agências reguladoras sejam contingenciadas. Isso tem levado ao estrangulamento das agências. Mas eu acho que o assunto deve ser discutido e outra vez eu quero agradecer a clareza e a competência do Relator que colocou de forma muito objetiva essa questão toda do contingenciamento.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, pela justeza do projeto do Senador Rodolpho Tourinho e procurando que ele possa tramitar rapidamente aqui nessa Casa é que eu queria também solicitar vista para que ela fosse concedida de forma coletiva e pudesse dentro do prazo regimental e da próxima Sessão colocar esse projeto em votação nessa Comissão. É essa a nossa solicitação, Sr. Presidente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Antes a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – É só para lembrar o seguinte, que na semana passada foi solicitado pelo Governo a mim, que não relatasse e pedisse o adiamento para que houvesse essa reunião com a Ministro do Planejamento. Eu cumpri o meu compromisso, pedi o adiamento para hoje e hoje, então, se pede vista. Eu peço, então que nessa semana seja

realizada a reunião que era para ter sido na semana passada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pedido de vista do Senador Eduardo Suplicy, portanto, e do Senador César Borges concedido o pedido de visto coletivo. Votaremos na próxima Sessão. Os projetos que temos ainda em pauta que são quatro ou cinco, são todos terminativos. Fica, portanto, encerrada a presente Sessão convocando os Srs. Senadores para a próxima semana. (soa a campainha)

Sessão encerrada às 11h31.

Ata da Oitava Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 25 de abril de 2006, Às 9:30 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e dez minutos do dia vinte e cinco de abril do ano de dois mil e seis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jorge Bornhausen, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Demóstenes Torres, Álvaro Dias, Flexa Ribeiro, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Romero Jucá, Gerson Camata, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, João Ribeiro, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos o Presidente comunica o recebimento do seguinte documento para conhecimento, Aviso nº 039/BCB-Presi – PRS nº 8/96 (Resolução nº 23/96), de 11 de abril de 2006, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 23/96, as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, relacionando as operações no período de janeiro a março de 2006. O expediente será posteriormente encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Comunica, ainda, o recebimento do Ofício nº 655/2006 do Senador Tião Viana, 1º Vice-Presidente do Senado Federal, encaminhando Requerimento, de autoria do Senador César Borges, que solicita a tramitação conjunta do PLS nº 216/03 com os PLS nº 265/99, 137/01 e 167/01. O Presidente em exercício solicita, portanto, a remessa do referido Projeto para que se possa dar continuidade à tramitação do mencionado Requerimento, uma vez que sua leitura só poderá ocorrer com os processados sobre a Mesa. Usam da palavra os Senadores Romero Jucá, César Borges, Ideli Salvatti, Romeu Tuma, Álvaro Dias, Eduardo Suplicy, Edison Lobão e Osmar Dias. A apreciação do encaminhamento é adiada. De acordo com o RSF nº 43/01, a fim de que a Comissão possa deliberar a Mensagem nº 114, de 2006, constante da Pauta da Reunião, o Presidente comunica a presença do Senhor Jorge Khalil, Secretário Adjunto do Tesouro Nacional. Logo após, é colocado em votação e aprovado pela Comissão o Requerimento nº 27/2006-CAE, autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que requer, nos termos regimentais, seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Assuntos Sociais, para realização de audiência pública visando esclarecimentos sobre o processo de recuperação empresarial da Varig, as propostas de reestruturação e os respectivos impasses, a garantia dos empregos e de defesa do consumidor; com a presença de representantes legais das instituições Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), BR-Distribuidora, Trabalhadores do Grupo Varig (TGV), e Infraero. Assim sendo, o Presidente adia a apreciação de todas as matérias constantes da Pauta da Reunião, assim como demais requerimentos apresentados, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 114, de 2006, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US$ 106,250,000.00 (cento e seis milhões duzentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Tocantins e o MCC S.p.A – Capitalia Gruppo Bancário – MCC, da Itália, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento – Pontes Tocantins – Fase II'", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Em 18/04/06 foi concedida nos termos Regimentais. A apreciação da matéria é adiada. Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2004, terminativo, que "dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre os veículos automotores que especifica, e dá outras providências", de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relator

o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas n°s 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, não terminativo, que "dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil", de autoria do Senador Flávio Arns, tendo como Relator o Senador Álvaro Dias, que oferece Parecer favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que "altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 18/04/06, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2005, não terminativo, que "cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Ramez Tebet, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 02, 03, 04, 05 e 06. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com decisão terminativa. Em 21/02/06, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 28/03/06, foi apresentado e rejeitado o Requerimento nº 25/2006-CAE, de autoria do Senador Jefferson Péres, requerendo audiência prévia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Em 04/04/06, foram apresentadas as Emendas nºs 02, 03, 04 e 05, de autoria do Senador Valdir Raupp. Em 11/04/06, foi apresentada a Emenda nº 06, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Em 24/04/06, foi apresentada a Emenda nº 07, de autoria do Senador Álvaro Dias. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2004, Complementar, não terminativo, que "dispõe sobre a criação de conselhos tripartites, com representantes do governo, empregados e empregadores, para fiscalizar a concessão de incentivos fiscais", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2004, terminativo, que "altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesas com doações a instituições filantrópicas", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2003, não terminativo, que "institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo, que "altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que 'Estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental', e dá outras providências", de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para estabelecer que parte do produto da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) seja destinada ao município de origem", de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2004, terminativo, que "altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para incluir a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias de números administradas pela Caixa Econômica Federal", de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 18/04/06, o Senador Rodolpho Tourinho apresentou Voto em Separado. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2004, terminativo, que "dispõe sobre o emprego de rendimentos auferidos das aplicações, no mercado financeiro, das receitas tributárias da competência dos Estados, Distrito Federal, Municípios e das transferências obrigatórias da União para os entes federados, bem assim dos Estados para os Municípios", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo

como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 11/04/06, foi lido o Parecer pela Relatora, sendo adiada a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2004, terminativo, que "dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que dispõe sobre a incidência do imposto de renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2004, terminativo, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, para estabelecer o percentual mínimo do produto de arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinado à conservação, recuperação e ampliação da malha rodoviária", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que "modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2004, terminativo, que "fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontado na fonte, e dá outras providências", de autoria do Senador Pedro Simon, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer prazo até o último dia útil do ano em que é entregue a declaração de ajuste para a restituição de Imposto de Renda Pessoa Física pago a maior", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pela aprovação do PLS nº 41, de 2004, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 131, de 2004. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado n° 177, de 2003, terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que 'altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2005, terminativo, que "acrescenta alínea ao inciso II do artigo 8º da Lei n º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir, entre as despesas dedutíveis do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, o salário-mínimo pago a empregado doméstico", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer pela prejudicialidade do PLS nº 149, de 2005, e pela aprovação do PLS nº 177, de 2003, com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, terminativo, que "dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditício, de que trata o art. 165, § 6º da Constituição e dá outras providências", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da matéria é adiada; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a aquisição, pela União, de créditos relacionados à participação governamental obrigatória dos Municípios na exploração de recursos hídricos para fins de energia elétrica, petróleo e gás natural", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 20-Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2004, terminativo, que "acrescenta § 6º ao art. 43, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a formação do cadastro positivo nos Sistemas de Proteção ao Crédito", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda n° 01-CCJ aprovada. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Luiz Otávio,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a

realizar-se em 25 de abril, hoje, às 10h10, na sala de reuniões nº 19, na Ala Alexandre Costa. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com seus registros. Comunico aos membros desta Comissão que... (Bom dia, Senadora Ana Júlia Carepa)...Que recebemos o seguinte documento para conhecimento da Comissão – Aviso nº 039, do Banco Central do Brasil, do Presidente, Ministro Henrique Meirelles. Nº 8/96, Resolução 23/96, de 11 de abril de 2006. O Banco Central do Brasil encaminhando, em cumprimento ao art. 3º da Resolução do Senado Federal, na resolução 23/96, as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios de caráter não reembolsável, relacionando as operações no período de janeiro a março de 2006.

Comunico ainda o recebimento do Ofício nº 655/2006, do Senador Tião Viana, Vice-Presidente do Senado Federal, encaminhando Requerimento de autoria do Senador César Borges, que solicita a tramitação conjunta do PLS 216/03 com o PLS 265/99, 137/01 e 167/01. O Presidente em exercício solicita, portanto, a remessa do referido projeto para que se possa dar continuidade à tramitação do mencionado Requerimento, uma vez que sua leitura poderá ocorrer com os processados sobre a Mesa.

Antes de colocarmos o Requerimento do Senador César Borges, aliás, do Ofício do Senador Tião Viana... Há quórum?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de levantar se nós da Comissão de Assuntos Econômicos vamos participar da audiência conjunta, que estará se iniciando daqui a pouco, sobre a Varig. Porque esse é um assunto que... Há um Requerimento na Mesa para que haja uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos sobre a questão da Varig, e está havendo, está se iniciando uma audiência conjunta de duas Comissões, sobre essa mesma questão... Três comissões, com a Ministra Dilma, com a Infraero e com tudo o mais.

Eu perguntaria se a Comissão de Assuntos Econômicos, se foi aprovado o Requerimento, se nós vamos participar efetivamente, daqui a alguns momentos, dessa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Jucá, nós temos vários Requerimentos. Se votarmos um, temos que votar os outros. Então, nós temos que votar o Requerimento e o Plenário decidir.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pois não, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Só para esclarecimento, na verdade, o meu Requerimento foi direcionado à Mesa Diretora que, por sua vez, através do seu 1º Vice-Presidente, Senador Tião Viana, comunicou a esta Comissão que, regimentalmente, pelo art. 266 do Regimento Interno do Senado Federal, o processo de proposição ficará sobre a Mesa durante sua tramitação em Plenário. Então, me parece que aí não há deliberação, seria apenas a comissão atendendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Aqui é apenas a comunicação, não é isso?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – ...Isso. Só a comunicação da 1ª Vice-Presidência, no exercício da Presidência, solicitando que este Projeto de nº 216/03 possa...

SENADOR ROME TUMA (PFL-SP) – A que se refere?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – A Mesa diz que não. Tem que ser votado no Plenário da Comissão.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, o Senhor acabou de ler aí que é uma comunicação do Senador Tião Viana, que foi protocolado o Requerimento, nesses termos solicita a V.Exª., e V.Exª. é V.Exª., não sou eu, é V.Exª, o eminente Presidente desta Comissão, a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 216, que se encontra neste colegiado, Comissão de Assuntos Econômicos, para que se possa dar seguimento à tramitação do mencionado Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Mas, Senador César Borges, ainda não vi nenhum problema. Qual é o problema de nós votarmos?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – É porque a votação se dará em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Mas, se o Plenário da Comissão não aprovar, não vai para o Plenário, senão não tem sentido termos a Comissão.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Mas não é Comissão que delibera sobre o Requerimento, o

meu Requerimento é deliberado pelo Plenário do Senado Federal. Apenas o processo precisa estar apensado e precisa estar sobre a Mesa do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sim, Senador César Borges. Mas, tem que ter a decisão do Plenário da Comissão, porque, senão não precisava nem dele mandar, ele decidia...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Mas é exatamente isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Mas então, se eu não preciso ser ouvido, eu não vou me manifestar.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Mas é exatamente isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Mas se a Comissão precisa ser ouvida, ela vai deliberar.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Mas, Presidente, eu peço a sua compreensão...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – V.Exª. sabe da boa vontade que eu tenho sempre com V.Exª. Agora, realmente...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Não é uma questão de má ou boa vontade. Porque é inquestionável que a sua boa vontade é total e completa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Agora, realmente, como eu vou poder tomar uma decisão, se eu não ouvir o Plenário? Ainda há pouco, eu fui ouvido aqui por vários... Por exemplo, temos o assunto de Tocantins, só para V.Exª. ver, foi o que eu disse ao Senador João Ribeiro: "Senador, a decisão é do Plenário, eu vou sempre acatar a decisão do Plenário". Nós podemos fazer qualquer coisa, desde que o Plenário decida. Eu sozinho não posso fazer nada. Agora, eu também, se não precisa ser ouvida a Comissão, eu não preciso, já está comunicado e pronto. Que providenciem aquilo que tiver que ser providenciado, não com o concorde ou não da Comissão...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – *Data venia*, Sr. Presidente, eu não quero polemizar com a Mesa. *Data venia*.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Isso é até bom para nós dirigirmos as dúvidas. Agora, se nós não vamos decidir, então está comunicado.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – *Data venia* a Mesa Diretora do Senado Federal ela tem uma posição regimentalmente dada de que, no momento que houve um Requerimento, e que esse Requerimento vai ser deliberado em Plenário, é preciso que os projetos estejam apensados e sobre a Mesa, para que o Plenário possa deliberar. Isso está incluído no art. 266, não sou eu que estou dizendo, é o Senador Tião Viana. Dizendo que o processo da proposição ficará sobre a Mesa durante sua tramitação em Plenário. Então, é essa a questão que eu estou levantando.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Eu vou já dirimir a dúvida. Senador César Borges, é bom, porque "aqui se faz, aqui e paga". Eu tenho a mesma situação, na semana passada, ouça logo a sua Assessoria, porque aí V.Exª. vai ficar mais... Nós tivemos uma situação, assinado pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, com relação aos agricultores, da mesma forma, pedindo, e nós votamos na Comissão e...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Não. Nós não votamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Votamos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Votamos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Não. Nós não votamos, foi encaminhado à Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Foi votado pelo Plenário.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – É uma comunicação similar, e V.Exª. tem toda razão. É similar não foi votada. Foi para a mesa, foi um pedido do Senador Romero Jucá, num projeto meu...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Está nas notas taquigráficas, Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – É um projeto que inclusive procura dar isenção de IPI sobre máquinas rodoviárias. Foi esse o projeto? Porque esse é do projeto de máquina rodoviária, para isenção não de agricultores, mas para Prefeituras Municipais. O Senador Romero Jucá fez um Requerimento à Mesa, e a Mesa solicitou que fosse encaminhado. E assim foi feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – E votado no Plenário.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Votado o quê?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Se V.Exª. quiser a cópia, eu lhe remeto.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Posso dar um aparte ao Senador César Borges, e acho que era importante a gente dirimir essa questão, porque outros procedimentos como esse irão ocorrer...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Estão sendo feitos dessa maneira.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – ...Nós estamos aqui entre dois caminhos. Quando há Requerimento feito no Plenário, ou para junção de projetos

ou para qualquer pedido de informação, eu entendo que o Regimento diz que a Mesa Diretora, que é soberana, requisita o processado...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Jucá, a Assessoria está dizendo o seguinte. Quando o projeto está na pauta, ele tem que ser votado no Plenário, e as situações, os projetos que estavam na pauta...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Mas o Requerimento vai para a pauta. O Requerimento faz parte da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sim, querido. Mas tem que ser votado, senão não tem validade.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu pergunto o seguinte. Eu acho que era uma questão que nós tínhamos que levantar, para ter um entendimento. A solicitação da Mesa é uma solicitação de remessa obrigatória, ou é facultativo?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Se não estiver na pauta...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Vamos dar um exemplo, vamos dizer que o Presidente peça a remessa do processado...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Se não estiver na pauta, é remetido.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – ...Nós colocamos aqui em votação, e diz não vai mandar. Quer dizer, gera-se um impasse. Como é que fica isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Romero Jucá, se estiver na pauta, ele apenas é votado. Não tem nenhum problema, apenas votar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu perguntaria à Assessoria do Presidente da Mesa, qual é o artigo que impõe que seja votado o Requerimento aqui? Qual é o artigo? Porque o artigo do Senador Tião Viana, ele se escora, é o 266 do Regimento Interno. Que para que o meu Requerimento seja apreciado no Plenário, é preciso que essa proposição fique sobre a Mesa. Por isso é que ele está pedindo aí. Então, qual é o outro artigo que obriga a Mesa da Comissão de Assuntos Econômicos se contraditar...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – É o mesmo artigo, Senador César Borges. Ele nem diz que sim, nem diz que não...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Por isso que é sobre a Mesa, Mesa do Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Então, vamos fazer o seguinte. Eu vou propor, nós suspendemos a Sessão até definirmos isso. Porque nós não podemos fazer de outra forma.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Era algo assemelhado ao que V.Exª. está propondo. Há uma solicitação para que nós possamos integrar a Audiência Pública que trata da questão da Varig, que está sendo comandada por várias Comissões. E, portanto, se nós deliberarmos que a Comissão de Assuntos Econômicos integre a Audiência Pública, toda esta matéria ficaria sobrestada, até porque, Sr. Presidente... Eu sei que o Senador Romeu Tuma merece de V.Exª. toda a atenção...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É em razão da colocação de V.Exª. que eu estou perguntando, porque o Senador...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Era economia processual, o Senhor já estava o convencendo. É isso? (risos).

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senador se referiu aos projetos. Eu queria saber a que se referiam os projetos, se eram os projetos dos pneus...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O famoso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...Porque eu sei que o PT vai apoiar o Requerimento do Senador e vai pedir uma Audiência Pública, e eu assinei o pedido. Por isso é que eu estava aqui querendo tirar essa dificuldade, porque nós vamos levar a manhã inteira discutindo se deve ou não votar o Requerimento. Desculpe, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Por isso que talvez a gente ganharia tempo e eficiência...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Senhora transformou o seu visual, que eu fiquei meio...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O Senhor ficou assim meio estarrecido (risos). Senador Romeu Tuma, vamos ver se o Senhor consegue comover o Presidente a prestar atenção na minha questão aqui. (risos). Gostou, não é? Presidente, o Senhor pode me ouvir agora? Obrigada. Então, como há uma solicitação para que a Comissão de Assuntos Econômicos acompanhe a Audiência Pública a respeito da Varig, que deverá, não sei se até ela já não se iniciou na Comissão de Infra-Estrutura, juntamente com a Comissão de Assuntos Sociais, eu queria sugerir que nós pudéssemos suspender a Sessão efetivamente, participarmos do debate sobre a Varig e deliberarmos...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senadora Ideli, nós só podemos fazer

isso depois que votarmos o Requerimento. Porque nós não podemos... Desde a semana passada, quando foi criada essa situação com relação à Varig, da Audiência Pública com a Varig, nós não podemos participar de Audiência Pública sem ter a aprovação do Requerimento. Esse precedente, se nós abrirmos dessa vez, vai acontecer outras vezes da mesma forma, como hoje está acontecendo com o Senador César Borges, aí vão querer decidir baseado... Então tem que ter a aprovação, a confirmação do Plenário. Se o Plenário não decidir, não vai ser decidido.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Do Requerimento para que nós participemos da audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Nós temos aqui vários Requerimentos. Esse, por sinal, nem teria necessidade de ter essa prioridade. Mas aqui, Senador César Borges, sinceramente, nós fazemos tudo para não termos nenhum tipo de problema com ninguém. O Secretário aqui dá prioridade em tudo, o Dr. Gonzaga tem sido cuidadoso com relação a isso, para que amanhã não surja... "Ah, mas aqui é porque foi do fulano é do cicrano". Não. Todos são iguais, então nós estamos fazendo isso da forma mais correta possível.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Mas, Presidente, é que eu não entendi ainda qual é a posição da Mesa. Para mim, era...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – É a aprovação do Requerimento pelo Plenário.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Só um minuto. É porque eu não fiz nenhum Requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Mas o Presidente fez, eu tenho que encaminhar... V.Exª. fez para a Mesa Senador, César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Não, eu fiz à Mesa do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – E eles fizeram para cá, para a Comissão.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Mas não mandaram para cá para deliberar na Comissão, eles mandaram apenas um comunicado de que V.Exª....

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Se está comunicado e não precisa votar, está bom para mim. Não tem problema nenhum. Só que eu não posso...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Mas eu também acho. Eu acho que estamos criando um problema artificial.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Não. Então eu vou retirar. Se V.Exª. quer assim, eu retiro da pauta o Requerimento, o ofício que foi encaminhado pela Mesa do Senado. Eu desconheço, eu desconheço. Pronto, está resolvida a questão. Como V.Exª. quer, não vai. Na marra, aqui, não vai.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Mas V.Exª. está sendo injusto com seu colega e amigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Eu já fiz isso com a Presidência do Senado, Senador Renan Calheiros, na semana passada, para atender V.Exª., eu fiz da maneira correta.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – A mim?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sim. Está aqui. O assunto era de V.Exª., com relação aos agricultores. Então, eu farei novamente assim, para que não paire dúvidas com relação a nada.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Qual o Requerimento, então, que V.Exª. coloca lá em votação? Qual é o Requerimento? Eu não estou entendendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Foi o Requerimento dos agricultores.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Não, qual o Requerimento agora que está em pauta? Qual é o Requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Aqui nós comunicamos o recebimento do ofício, da mesma forma que fizemos nas reuniões anteriores com relação a outros assuntos. Nós comunicamos o recebimento desse ofício. Só que o projeto está na pauta e, quando está na pauta, para atender a Mesa, o que nós fazemos com a maior tranqüilidade, com a maior serenidade, e sabendo que a Mesa do Senado é quem tem o poder total do Senado, ninguém está questionando isso, nós fazemos isso como deve ser feito, nós colocamos para o Plenário aprovar, é só isso, mais nada.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – E se o Plenário não aprovar, comunica-se à Mesa que ele foi...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Que não foi aprovado. Paciência. Nós não aprovamos aquele outro dos agricultores, Senador César Borges. Votamos aqui e foi para o Plenário ser votado. Nós fizemos isso duas semanas atrás, Senador. Quer dizer, quando há interesse de que vote um projeto, independente da vontade da Mesa, aí vale. Hoje, não quer, não pode ser assim, cada dia uma regra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Essa questão do anterior Sr. Presidente, eu não...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, Senador Álvaro Dias.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Só para encerrar. Esse anterior, eu efetivamente nem sei do que está se tratando, porque eu gostaria até que a Mesa pudesse me esclarecer qual é o do agricultor que foi solicitado, eu não sei exatamente qual é o projeto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só um minutinho, porque eu falei consultando, não há prejuízo da votação se os três projetos estiverem aqui, mas têm que ir a Plenário, de qualquer forma, para votar ajuntado, mas não haveria prejuízo, em tese, de se votar aqui também, se o Relator dos três é o mesmo Relator.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, é exatamente isso que eu queria.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Não, os três não têm o mesmo Relator, não. São Relatores diferentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador César Borges, enquanto o Plenário não votar, não pode deliberar nada. O Plenário do Senado Federal. Apenas eles vão ter apensados para votar. Enquanto eles não votarem, não tem decisão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não tem saída .Tem que votar é no Plenário do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, o Senador Álvaro Dias.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – E nós aqui deliberaríamos sobre o quê?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Aqui delibera o encaminhamento só.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, Senador Álvaro Dias. Só um instante, Senador César Borges, vamos ouvir o Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu creio que nós temos que ter sempre o cuidado de não abrirmos precedentes que possam ser utilizados futuramente. A apresentação de Requerimento, propondo apensamento de matérias no Plenário do Senado Federal não tem efeito suspensivo. É evidente que a tramitação dos projetos prosseguem normalmente, até porque esse pode ser um expediente protelatório, e nós que trabalhamos sempre a favor da agilização dos procedimentos legislativos, não podemos contribuir para que práticas protelatórias tenham consistência no Senado Federal. Portanto, Sr. Presidente, eu creio que a posição de V.Exª. é absolutamente correta, coerente com posições anteriores e, sobretudo, preservando esse desejo de todos de agilizarmos os procedimentos legislativos, evitando as práticas protelatórias. Eu não estou pretendendo aqui insinuar que há, neste caso, uma tentativa de protelação, mas isso pode ser usado em momentos em que a prática protelatória seja utilizada como expediente. Por isso, Sr. Presidente, eu quero aplaudir a decisão de V.Exª. de não interromper o processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Ok, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Bom, quero apenas, Sr. Presidente, esclarecer que, com relação a esse projeto meu da agricultura, o Senador Sérgio Guerra, Presidente da Comissão de Agricultura foi quem abriu mão de que esse projeto passasse pela Comissão de Agricultura, para que ele fosse tramitado mais rapidamente. Foi apenas isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – V.Exª. lembra bem desse seu projeto, passou um ano em pauta. Todo o tempo pediu um adiamento, adiamento, adiamento. Fizeram todas as formas de adiamento. Lembra disso? Não sei se V.Exª. lembra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Me recordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – E nós tivemos que ser duros realmente, para cumprirem, para votarem o projeto, senão não tinha-se conseguido.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – E ele não teve... Aqui é um Requerimento que a Comissão de Agricultura solicitava... A Comissão de Agricultura é que abriu mão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – E na semana passada, nós tivemos outro caso desse, assinado pelo Presidente Renan. Está aqui. Semana passada, tivemos outro caso.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sim. Então, eu só queria que V.Exª. esclarecesse qual será o rito.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – O rito é votar no Plenário, só isso. Se o Plenário aprovar, está resolvido.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Nós temos duas possibilidades. Aprovar ou não aprovar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Ou não aprovar.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Aprovando, segue para a Mesa, e não aprovando...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Não aprovando, segue a votação normal da pauta. Está na pauta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de dar uma informação, que o Secretário Gonzaga, da Mesa, me disse esta manhã, que o Presidente Henrique Meirelles e a Direção do Banco Central informou que a Audiência Pública sobre a taxa de juros básica, SELIC, será realizada dia 13 de junho, conforme havia o próprio Presidente Henrique Meirelles combinado comigo, e como eu tinha ficado, por determinação de V.Exª., encarregado de promover este diálogo, para marcar, então eu queria anunciar que ficou marcada para 13 de junho a audiência, aqui na CAE, com os Diretores do Banco Central.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, agradeceria se pudermos apreciar e votar um Requerimento de natureza simples, solicitando ao que sejam encaminhadas à Secretaria de Defesa Econômica e ao CADE um pedido de informações acerca das medidas adotadas junto à AMBEV, tendo em vista notícias de que estaria sendo descumprido termo de compromisso de conduta econômica em relação às pequenas cervejarias estabelecido no momento da sua constituição, em 2000.

A Comissão de Assuntos Econômicos acompanhou, e inclusive aqui nós ouvimos os Diretores da AMBEV quando ouve a fusão Antarctica e Brahma, e naquela ocasião foi firmado um compromisso, segundo o qual não poderia haver cláusula de exclusividade de compra e venda de produtos da AMBEV nos pontos de revenda. Como há denúncias de que isso poderia estar ocorrendo, então apenas apresento um Requerimento junto ao CADE e à Secretaria de Direitos Econômicos, para que seja dada à CAE a devida informação a respeito. Então, se trata de um Requerimento de informações simples e que acabo de explicar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Se eu conseguir votar os Requerimentos (risos), esse será um dos Requerimentos que será votado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente, vamos votar, então, de uma vez, porque assim a gente já delibera essa história de uma vez e vamos embora. E vamos lá participar do debate sobre a Varig, porque está todo mundo angustiado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Falta um minuto para começar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Lobão, com a palavra.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, parece-me que não houve ainda uma decisão clara sobre o que fazer com os Requerimentos. Eu sugiro que nós votássemos o Requerimento da Varig. Pronto. E os outros ficam para a próxima semana.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E os que sejam consensuais, Sr. Presidente.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – O que eu desejaria propor, Sr. Presidente, era a antecipação do Item 5. Enquanto os ânimos serenam um pouco mais, nós votaríamos o Item nº 5 e votaríamos os Requerimentos em seguida.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Qual é o Item 5? Não é a zona franca de São Luiz?

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – É. (risos). É exatamente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Essa não tem nada de consenso.

(risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – (risos). O que está bom é que não existe em pauta nenhum projeto que não tenha problema. Tocantins temos problemas, financiamento externo para Tocantins. Temos problema na Varig, estamos com problema...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente, o que não faltam são problemas aqui (risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Agora o Senador Suplicy, ainda traz a AMBEV de volta (risos).

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas é consensual. Um Requerimento de Informação.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Osmar Dias, com a palavra, pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – É para dar uma solução a V.Exª. porque o Item 4, eu sou Relator, e o autor é o Senador Rodolpho Tourinho, que telefonou da Bahia pedindo que suspendamos a votação desse projeto hoje, já que ele não está presente. Então, eu estou pedindo para retirar o Item 4 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Eu queria registrar a presença do Dr. Jorge Khalil, Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional, como sempre, presente na Comissão de Assuntos Econômicos ou, quando está em viagem, tem um representante, sempre, da Secretaria do Tesouro Nacional. O Dr. Jorge Khalil ainda não foi convidado para compor a Mesa porque ele está vendo a dificuldade em que nós estamos ainda em votar os Requerimentos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, eu peço prioridade para a votação da Varig, em razão...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, eu gostaria de conhecer o Requerimento da Varig, porque eu não conheço.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É um momento desesperador. Se der prioridade, o Senhor tem que ler o Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Então, é para dar prioridade para a Varig?

Requerimento. Audiência Pública conjunta da CAE e CAS. Para tratar sobre a recuperação empresarial da Companhia de Aviação Varig.

Requerimento. Requer, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado dia e hora, desimpedido desta Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Assuntos Sociais, para realização de Audiência Pública, visando a esclarecimentos sobre o processo de recuperação empresarial da Varig, as propostas de reestruturação e os respectivos impasses, a garantia dos empregos e de defesa do consumidor.

Para tanto, deve ser providenciada a oitiva dos representantes legais das seguintes instituiçõeS – Agência Nacional de Aviação Civil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BR Distribuidora, trabalhadores do Grupo Varig e Infraero. Senador Antônio Carlos Valadares, ACV, Senador do PSB de Sergipe. Subscrevem Senador Paulo Paim e Senador Pedro Simon. Em discussão o Requerimento. Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento. Fica, portanto, suspensa a Sessão de hoje, para acompanharmos em conjunto...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Requerimento consensual sobre a informação junto ao CADE. É consensual, acredito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – O Senador Romeu Tuma está dizendo que tem que suspender tudo. Como é que eu faço?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu acho que pela discussão desse Requerimento do Senador César Borges, é o primeiro, então, ou vota ele... Porque Varig, a Varig é prioritária nas discussões de hoje, em razão do sufoco que está passando...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador Romeu Tuma, é questão de dez segundos. Já foi explicado o Requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu só acho o seguinte, como não está votando os outros...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Senador César Borges se estiver de acordo que votem um Requerimento de informações sobre a AMBEV...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Está Aprovado, portanto, o Requerimento. Fica suspensa a Sessão. Senador Suplicy, deixemos para resolver essas questões da eleição de São Paulo lá em São Paulo. V.Exª. e o Senador Tuma. O Senador Tuma quer ser o Vice, V.Exª. quer ser o Senador. Encerrada a presente Sessão. (soa a campainha).

Sessão encerrada às 10h34.

Ata da Nona Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, a realizar-se, em conjunto, com a Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Infra-estrutura e com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinárias, da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura, em 25 de abril de 2006, às 10:00 h, na Sala de Reuniões nº 13, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia vinte e cinco de abril do ano de dois mil e seis, na sala número treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Heráclito Fortes, e, em seguida, do Senador Antônio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Infra-Estrutura e com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores César Borges, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Demóstenes Torres, José Jorge, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Ramez Tebet, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Romero Jucá, Wellington Salgado, Pedro Simon, Gerson Camata, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, João Ribeiro, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Roberto Saturnino, Flávio Arns, Siba Machado, Serys Slhessarenko e Jefferson Péres e, ainda, dos Senadores Marco Maciel, Sérgio Zambiasi, Juvêncio da Fonseca, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Augusto Botelho e José Maranhão e dos Deputados Bába e Darcísio Perondi. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Sérgio Guerra, Sérgio Cabral, Aloizio Mercadante, Patrícia Saboya Gomes e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das atas das reuniões anteriores que são dadas como aprovadas. A presente Reunião tem por finalidade Audiência Pública para discutir a grave situação a que vem passando o grupo Varig, em atendimento aos Requerimentos nºs 15 e 16/2006-CI, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes e Pedro Simon, respectivamente, e nºs 09/2006-CAS e 27/2006-CAE,

de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como convidados o Sr. Demian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Sr. Pedro Caldas Pereira, Gerente Executivo de Produtos de Aviação da BR Distribuidora; Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da Infraero; Sr. Milton Sérgio Silveira Zuanazzi, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil –Anac; Sr. Marcelo Gomes, Gerente Geral da Empresa Alvarez e Marsal; Comandante Marcio Marsillac, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo Varig; e Sr. Elnio Borges, Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas. O Presidente convida para sentarem-se à Mesa a fim de dar início a suas exposições os Senhores Pedro Caldas Pereira, Gerente Executivo de Produtos de Aviação da BR Distribuidora; Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da Infraero; Milton Sérgio Silveira Zuanazzi, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac; Marcelo Gomes, Gerente Geral da Empresa Alvarez e Marsal; Comandante Marcio Marsillac, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo Varig; e Elnio Borges, Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas. Após a exposição, usam da palavra para interpelar os convidados os Senadores Pedro Simon, João Ribeiro, Ramez Tebet, Edison Lobão, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Paulo Paim, Eduardo Azeredo, Wellington Salgado, Roberto Saturnino, Lúcia Vânia, Garibaldi Alves Filho, José Maranhão, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Serys Slhessarenko e Jefferson Péres e os Deputados Babá e Darcísio Perondi. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Luiz Otávio,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura, da 9ª Comissão de Assuntos Sociais, 1ª da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinárias e 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Antes de iniciar a presente reunião, solicito aos Srs. Senadores a dispensa das Atas das reuniões anteriores. Os Senadores que aprovarem, permaneçam como se encontram.

Há expediente para ser lido. Da Petrobras Distribuidora. "Fazendo referência ao requerimento dessa honrosa Comissão, informamos que, por motivos alheios à nossa vontade, o Presidente da Petrobras Distribuidora, Sr. Rodolfo Landim, não poderá comparecer à Audiência Pública, que se realizará no dia 25 de abril nessa Comissão. Dessa forma, os representantes da Petrobras Distribuidora na audiência serão o Sr. Pedro Caldas Pereira, Gerente-Executivo de Produtos de Aviação, que fará parte da Mesa, e o Sr. Aurélio Cardoso Sampaio, Gerente-Executivo de Operações Financeiras, e a Srª. Marina Sobral Pernambucano, Gerente do Contencioso". Recebem os Exmºs. Srs. Presidentes das Comissões de Infra-Estrutura e tal... Quem assina é a Drª. Regina Guimarães da Mota Zalan.

Evidentemente que o documento é inadequado, não é ela quem define quem ocupa a Mesa, está a Dª. Regina extrapolando as suas funções, é uma prerrogativa do Senado, e das Comissões. No entanto, se for realmente o nome indicado para representar a Petrobras Distribuidora, que seja feito, mas não por uma indicação externa, e sim por uma decisão desta Casa.

Ofício do BNDES. "Ao Ofício 39, pelo qual V. Exª. convida o Presidente do BNDES, Sr. Demian Fiocca, a comparecer a Audiência Pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Infra-Estrutura e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para tratar de assuntos sobre a recuperação empresarial da Companhia Varig. Em resposta, informo a V.Exª. que, apesar dos esforços para remanejamento de diversas reuniões coincidentes, não será possível a participação do Presidente Demian Fiocca no referido evento, nem o envio de um representante, uma vez que não houve tempo hábil para que fossem tomadas as providências necessárias visando à representação do BNDES".

Diante do exposto, proponho a esta Comissão a renovação da presença do Sr. Demian, quinta-feira próxima, numa reunião extraordinária. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Portanto, à Secretaria comunicar ao Sr. Demian o comparecimento aqui na quinta-feira. Espero que haja agora tempo hábil para que ele atenda à convocação desta Casa.

Convido para fazer parte da Mesa o Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da Infraero; Dr. Milton Silveira Zuanazzi, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil; Sr. Marcelo Gomes, Gerente da empresa Alvarez & Marsal; Dr. Pedro Caldas Pereira, Gerente-Executivo de Produção de Aviação da BR Distribuidora; Comandante Márcio Marsillac, Coordenador dos Trabalhos do Grupo Varig TGV; Dr. Elnio Borges, Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Fomos informados que o Dr. Elnio encontra-se em deslocamento para esta Comissão, tendo em vista

dificuldades de deslocamento de sua origem até o presente momento, mas já se encontrando em Brasília. Tão logo chegue à Comissão, fará parte dos trabalhos.

Esta Mesa será presidida simultaneamente pelo Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e Comissão de Assuntos Sociais.

Agradecemos aqui a presença dos Srs. Deputados Federais que aqui se encontraM – Jandira Feghali e Alceu Colares.

Esta Audiência Pública foi convocada por iniciativa de um grupo de Senadores, tendo à frente o Senador Pedro Simon, o Senador Paulo Paim e o Senador Zambiasi, da bancada do Rio Grande do Sul.

É uma preocupação desta Casa e das Comissões, de uma maneira muito especial com os fatos que ocorrem envolvendo uma companhia aérea com a tradição e a repercussão que tem a Varig. Daí porque o Senado, através dessas Comissões, achou por bem trazer para uma oitiva nesta Comissão os que já aqui se encontram e, posteriormente, caso necessário, continuar a ouvir autoridades no sentido de prestar esclarecimentos sobre o que vem ocorrendo com a nossa Varig.

Senador Pedro Simon, como autor da matéria, vamos acionar o microfone, quero saber se V.Exª. quer fazer alguma manifestação inicial.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – V.Exª. já colocou com toda clareza, Sr. Presidente. A iniciativa aqui na Comissão e nas três Comissões é uma tentativa no sentido de fugir desse debate permanente, que vem de longa data, sem conseqüência, sem se ter uma continuidade.

Então, já se falou com 10 Ministros diferentes, já se fez 200 reuniões diferentes, e o que se pretende é nessa oportunidade a gente ir até o fim. Quer dizer, falar com as pessoas, botar no papel, analisar, debater e chegarmos a uma conclusão definitiva, "a conclusão é esta". Então, nós estamos sabendo aonde é que nós vamos chegar.

Por isso, Sr. Presidente, é que está se ouvindo essas pessoas que hoje estão aqui, outras virão, membros do Governo inclusive, a Ministra Dilma, o Ministro da Defesa, e vamos tentar, através de um estudo concreto e objetivo, chegar a uma solução que seja realmente concreta.

Era isso, Sr. Presidente.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não, Senador João Ribeiro. Aceito a palavra de V.Exª.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, eu estou observando, e V.Exª. e todos nós que estamos aqui, que o Plenário realmente ficou pequeno, desta Comissão. Devido à importância do assunto, um assunto com bastante publicidade na imprensa, eu consultaria V.Exª. se não temos condições para transferir para o Plenário do Senado, porque eu estou vendo que realmente muitos Parlamentares que aqui estiveram estão saindo porque realmente não têm como sentar, e até mesmo as Assessorias, o pessoal da área técnica, que vieram para participar e assessorar os setores que aqui estão participando. Eu queria ver se a gente poderia, se tem condições de ser feito isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador João Ribeiro, a minha preocupação é com o transtorno que essa transferência possa provocar agora. Realmente houve uma falha desta Presidência de não ter feito essa previsão antes. Mas, no momento, essa transferência, inclusive os equipamentos do Senado, a movimentação poderia trazer transtornos. Nós ficamos agora de sobreaviso e na próxima convocação, tenho certeza que haverá, nós já tomaremos essa providência.

Quero registrar também aqui a presença do Líder do PT na Câmara, Henrique Fontana. Deputado Francisco Turra, também presente.

SENADOR RAMEZ TEBET (PMDB-MS) – Sr. Presidente, não é pela ordem, não é uma questão de ordem, é um apelo que vou fazer a V.Exª. para que me conceda a palavra só por dois minutos, porque tenho um compromisso pessoal e inadiável e não posso trazer a minha palavra nesse momento aqui para que ela seja ouvida pelo Governo.

Muitos aqui são testemunhas, Senador Tasso Jereissati colaborou demais, para que nós fizéssemos aqui no Senado um substitutivo à Lei de Falências, que eu sempre que dou entrevista peço que ela tenha outro nome, que é a "Lei de Recuperação das Empresas". A maior dificuldade que nós tivemos foi com a Fazenda, foi na área econômica do Governo, foi com a Receita Federal, que não queria abrir mão, como não abriu, o assunto foi transferido para a lei que promoveu algumas modificações no Código Tributário Nacional, e que não satisfazem, a Lei de Recuperação de Empresas poderia ser muito melhor com a colaboração do Governo. E eu acho que chegou, essa é a oportunidade.

É impossível o Governo ter lutado tanto para a modificação de uma lei que realmente vinha prejudicando o País no seu todo. A nova lei, a Lei de Recuperação de Empresas, ninguém nega, e as estatísticas já estão demonstrando que ela não é mais instrumento de cobrança, como era usada antigamente, e a revogação da antiga Lei de Falências, que durou no País meio

século, as estatísticas estão demonstrando que aquilo que o Congresso fez, a nova Lei de Recuperação de Empresas, diminuiu, no primeiro trimestre desse ano, em cerca de 36% os pedidos de falência no País.

Ora, esta audiência que está sendo aqui realizada ela não será concretizada satisfatoriamente ao desejo nacional. Eu reconheço que tem muito de corporativismo nisso a atrapalhar as *démarches*, mas é preciso entender que esta é a primeira oportunidade, a meu ver, Senador Paulo Paim, que, com o apoio dos outros dois Senadores do Rio Grande do Sul, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon, eu fui ao Rio Grande do Sul para falar a mil e quinhentos trabalhadores, demonstrando, ou procurando demonstrar a nova Lei de Recuperação de Falências, demonstrando que se ela não continha um aspecto econômico, ela continha um aspecto social.

Pois bem, se nós tivemos discutido a questão da Varig naquela hora, eu não teria dúvida nenhuma em afirmar que isso é uma questão econômica, é uma questão nacional e é uma questão patriótica. Porque a Varig passou a ser um patrimônio nacional a ser defendido coerentemente, a ser defendido com espírito público.

Daí porque eu não queria sair daqui sem fazer um apelo ao Governo, que demonstre agora efetivamente, com dados concretos, a sua participação nisto.

Eu não posso imaginar que haja polêmica quanto a encontro de contas. Quer dizer, como é que pode? O Governo sabe que deve, vai ter que pagar um dia, e não temos uma palavra definitiva do Governo que não vai compensar, não vai haver compensação de dívida, não está concordando com compensação de dívida, matéria transitada em julgada, ou que está em precatório.

Então, eu entendi de vir aqui, por coerência. O Senador Tasso Jereissati sabe o sofrimento para fazer essa Lei de Recuperação de Empresas. Só não foi maior porque colaborou o Congresso como um todo, colaboraram as forças da sociedade. A CUT sentou-se numa das salas, na sala onde se reúne a Comissão de Assuntos Econômicos, que é essa mesma, ao que me parece. É a outra. A Força Sindical compareceu. Todos aplaudiram essa lei. Está na hora do Governo agora, que tem a oportunidade e instrumento, tinha instrumento...

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Senador Ramez Tebet, uma ligeira interferência.

SENADOR RAMEZ TEBET (PMDB-MS) – ...Acertar essa posição. É só isso que eu vim aqui falar. É uma oportunidade grande. E que isso não pode. Porque até, vamos falar a verdade, vamos derrubar mais uma. Como é que nós vamos explicar a Lei de Recuperação de Empresas, com a falência da Varig? Eu pergunto. Que prejuízo econômico este País vai ter? Que prejuízo social este País vai ter? Ela está em processo de recuperação, foi um Juiz de Direito que, graças à Lei de Recuperação de Empresas, declarou, e a simples declaração fez as ações da Varig subir. Eu ainda não encontro condições para decretar a falência da Varig. E isso já ajudou.

Eu concedo o aparte e peço desculpa por ter ultrapassado os dois minutos.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – É rapidinho, Senador. É que V.Exª. abordou o ponto em relação ao qual acho que devemos voltar o nosso pensamento. Porque, não sendo resolvido este ponto, não se chegará a parte alguma. Que é o encontro de contas das dívidas da Varig para como o poder público e do poder público para com a Varig. E não é só esta companhia. Também com a TAM, acabo com a Vasp, que deixou de funcionar em razão disto. São créditos que essas empresas possuem junto ao Governo, decididos pelo Poder Judiciário, e o Governo não cumpre. O Governo cobra, impiedosamente, das companhias aéreas, e de todas as empresas, aquilo que essas empresas devem ao Governo. Mas, não paga às empresas o que ele, Governo, deve. Eu cheguei a fazer um projeto aqui do Senado, de encontro de contas entre o Governo e empresas privadas. Sempre, quando houver devedores, Governo devedor e empresa de devedora faz-se o encontro de contas desde logo, e quem ficar devendo acerta o seu saldo. Então, é neste ponto que nós devemos insistir, sem o qual resolvido não se chegará a parte alguma. O Governo tem que admitir que perdeu na Justiça, no STJ, Superior Tribunal de Justiça, já perdeu definitivamente para a Transbrasil, para a Varig, a Vasp também, a TAM, na mesma situação. Então, é preciso fazer esse encontro de contas com urgência. E aí os problemas estarão razoavelmente resolvidos.

SENADOR RAMEZ TEBET (PMDB-MS) – Senador, eu agradeço muito, o aparte de V.Exª. foi muito oportuno.

Sr. Presidente, muito obrigado, e aos companheiros que me ouviram e permitiram tudo isso a partir do Presidente, os meus agradecimentos por terem me ouvido.

Não fora uma questão pessoal, eu ia permanecer até o fim aqui. Porque não posso admitir que um País da dimensão continental do Brasil, querendo crescer internacionalmente, já tem poucas companhias aéreas, e fique com três a quatro. Está tão pouco, que havia companhia aérea ontem de onde vim, de São Paulo, e para onde talvez tenha que retornar dependendo de alguma coisa que vou fazer aqui agora, que teve passagem aérea que custava ontem, de São Paulo para

Brasília, novecentos reais, enquanto em outras companhias, em uma companhia ou outra que foi consultada, custava quatrocentos e sessenta. Não preciso dizer qual é uma e qual é outra. Muito obrigado.

(Palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nós vamos iniciar o depoimento testemunhal de cada um dos Srs. convidados, e lembrando que cada um dispõe de 10 minutos. Em primeiro lugar, concedo a palavra ao Dr. Milton Zuanazzi, Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, que terá 10 minutos para expor, sob a ótica da empresa, o detalhe sobre a crise em que a Varig se encontra.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – Senador Tasso Jereissati, demais componentes da Mesa, Sras. e Srs. Senadores, Deputados, Deputadas, eu quero, inicialmente, registrar a presença dos meus três colegas de direção da ANAC, Drª. Denise Abreu, Dr. Veloso e nosso caríssimo Leur Lomanto, conhecido de vocês. Estamos os quatro aqui, aprovados, aliás, nesta Comissão de Infra-Estrutura, sabatinados aqui e aprovados no Plenário, para dizer que sempre procuramos estar os quatro nas decisões importantes que envolvam a aviação civil, se porventura nós, um ou outro, não pudermos estar, alguém, representando o nosso órgão colegiado da agência, estará sempre presente.

A agência é o poder concedente, recebeu, no momento da aprovação da Lei nº 11.182, a unção de ser o poder concedente da aviação civil. E também de ser aquele poder que é consultado para as devidas soluções que se encontram nos nossos concessionários.

Na questão específica da Varig, mas isso evidentemente vale para qualquer empresa, a agência, constituída 35 dias atrás, tem estado dia e noite e, como eu digo, até nas madrugadas, porque a gente sonha com a Varig, aguardando uma solução que venha surgir desse processo, Senador Pedro Simon. Essa solução o Senador Alberto Silva ele colocou que a Varig está em recuperação judicial. Portanto, a solução tem que partir do processo de recuperação judicial. A não ser que apareça um investidor, um capitalizador, que pudesse trazer os recursos que a Varig S/A necessita. Isso não se tem notícias, de que esse capitalista, esse recurso esteja disponível.

Com a Lei de Recuperação Judicial, também o passivo da empresa está lá, de certa forma, no congelamento da lei. Está lá no FIP-Controle. Portanto, está sob a coordenação do Juiz e das Consultorias e Assessorias que ele contratou e da própria Direção da Varig.

Portanto, a questão do acerto de contas ela é, de certa forma, até relativa, neste momento, ela é importante num segundo momento.

Eu diria que agora o que se trata é de como fazer a Varig continuar operando, manter os seus fluxos de caixa e, portanto, corresponder aos compromissos na Lei de Recuperação Judicial. O que se trata é isso, em questão. E dentro da lei, em juízo, encontrar quais são os caminhos de se capitalizar a empresa, de alguém que queira capitalizar a empresa, ou de parte da empresa, ou da forma que se construir.

Evidentemente que a agência não é a pessoa que deve falar esses caminhos. Ela acompanha, analisa, em última instância ela tem que dar a palavra final, como poder concedente, mas, a engenharia disso parte da própria lei, a própria lei da recuperação dá a engenharia para isso, e dá instrumentos ao Juiz para construir essa engenharia. Agora, se ela é fácil, evidentemente que ela não é. São muitos componentes.

Dentro da lei também tem um papel significativo do comitê de credores. Alguns estão nessa Mesa. O comitê de credores também tem que fazer a aprovação prévia dessas soluções.

O que interessa para nós é que haja uma solução que seja viável, ou seja, apareça esse capitalizador, apareça alguém que tenha desejo de colocar recursos na Varig, que a operação que vai se fazer para o futuro dela também lhe dê as garantias de um fluxo de caixa corrente, que ela possa ter sobrevivência, que ela possa ir daí, paulatinamente, saldando suas dívidas. É um tempo suficiente, porque é dois anos, dentro da Lei de Recuperação Judicial. Até o próprio acerto de contas, de repente, num determinado momento, isso pode ocorrer, porque em dois anos muitas coisas vão ocorrer. Mas, enfim, estará lá sob o controle da lei que foi votada aqui nesta Casa.

Então, me parece que tem que se encontrar esse caminho, que não venha a ferir determinados aspectos legais outros, como aqui o aspecto das Leis de Concessão, porque nós não podemos ferir outras leis, em detrimento dessa. Mas, dá para se construir essa engenharia. Eu vejo essa boa vontade do Juiz. Essa declaração que ele deu, na minha opinião, ela somente reparou um debate que estava errado na opinião pública. Porque o debate estava "o Governo ajuda, o Governo não ajuda". O Governo vem ajudando muito a Varig. Eu até posso afirmar, se o Governo, eu não estou falando do Governo do Presidente Lula, eu estou falando do Governo Brasileiro, há anos não viesse ajudando a Varig, o desfecho da Varig já teria sido outro. Isso é fácil de ver, basta verificar o seu balanço, seus endividamentos.

O que o se discute é a forma de capitalizá-la. Aí, tem até uma revista que lançou a idéia de uma estatização, enfim, aí é outro debate. Como buscar recurso para viabilizar a empresa. Isso é um outro debate. Se esse recurso vem do Governo, não vem do Governo, vem do investidor privado, não vem do investidor privado. O mais importante é que se encontre essa engenharia que, como eu digo, tem um papel significativo hoje na pessoa da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Ela tem um papel na condução da construção dessa engenharia. É um papel que é muito importante. Depois de construída essa engenharia, evidentemente a agência tem um papel a cumprir, ou seja, ela tem que dizer se aquela engenharia é possível ou não é, dentro da Lei de Concessões. Se nós podemos aceitar que aquilo seja construído daquela forma, ou se teria que haver mudança em relação àquela construção.

Então, eu posso transmitir aos Senhores, Senador Heráclito, que nós temos conversado diariamente com o Juiz e com a equipe de Consultoria por ele e pelos credores contratada, a agência evidentemente está atenta a ser colaboradora nisso.

Eu não vejo ninguém nesse País, muito menos vai ser nós, que não tenha vontade de achar uma solução para a Varig. Não vejo mesmo. Aliás, não vejo nem nos concorrentes essa palavra, falo isso até francamente, porque a importância da permanência da Varig ela é reconhecida por todos. E se tem uma Lei de Recuperação Judicial, que joga a favor de recuperar a empresa, e a lei tem esse espírito, o espírito da lei é esse exatamente, recuperar empresas em situação concordatária, ou em pré-falimentar, se é esse o espírito, é nesta lei, que teve esse espírito, é que nós temos que nos pegar para encontrar essas soluções. Se isso for plenamente possível, nós saímos vitoriosos desse episódio. Se isso não for possível, aí realmente o episódio pode ser aquele que todos não desejamos.

Mas, eu sou daqueles que acham que existe essa perspectiva, nós podemos ajudar a construí-la, estamos tentando de todas as formas construí-la, e eu tenho certeza que essa capacidade, essa inteligência e, especialmente, conseguir conjugar esse conjunto de interesses, que são díspares, não é meramente do Governo ou de alguns organismos do Governo, tem um conjunto de outros credores, tem o Fundo AERUS, tem os trabalhadores, que precisam ser atendidas determinadas demandas nessa hora, afinal são 11 mil funcionários também em jogo. Se nós conseguirmos conjugar tudo isso, nós podemos estar encontrando o caminho para uma solução, mesmo que não definitiva, mas, pelo menos, uma solução mais longa para a nossa Varig.

Por enquanto, era isso, Senador Heráclito, depois eu fico à disposição dos Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria indagar aos companheiros Senadores se nós deveríamos ouvir todos e após, então, se fariam as perguntas.

Vamos tentar intercalar os depoimentos. Ouvimos agora o Dr. Milton Zuanazzi, vamos ouvir agora o Comandante Márcio Marsillac, que é o Coordenador de Trabalho do Grupo Varig TGV. 10 minutos.

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Senador Heráclito Fortes, Senador Tasso Jereissati, demais componentes da Mesa, Senadoras e Senadores, Deputados e Deputadas, que aqui comparecem para discutir, mais uma vez, essa questão da Varig.

Para nós do grupo de trabalhadores da Varig, da TGV, este não é um assunto novo, nós já o trouxemos para cá há muito tempo atrás, vejo aqui a Senadora e Ministra Emília Fernandes, quando Senadora foi o nosso primeiro contato dentro da Casa Parlamentar sobre este assunto, então, isso já mostra que já se vão anos discutindo esta questão. De parte dos trabalhadores da Varig sempre houve um reconhecimento de que os problemas corporativos, os problemas internos da Varig eram de fato o problema-raiz dentro dessa questão. Um modelo de governança corporativo inadequado, uma gestão, a gente ousa dizer, em muitos momentos, temerária, fez um patrimônio desta empresa sair de dois bilhões de reais para hoje um patrimônio líquido negativo da ordem de seis a sete milhões de reais. Isso em valores nominais, sem considerar inflação, e tudo o mais, significam realmente uma inversão muito preocupante.

Não queremos dizer com isso, e assim como na aviação, um fato, um incidente, não ocorre por um único fator, aqui, numa empresa deste tamanho, nós não temos a Varig nessa situação tristemente pré falimentar por um único fator. Tivemos planos econômicos, tivemos uma abertura dos céus feita de maneira atabalhoada, que levou a hoje nós estarmos com, praticamente, as quatro maiores empresas americanas voando para o Brasil, enquanto somente duas empresas brasileiras voam para os Estados Unidos. A mudança da monodesignação para multidesignação foi efetivamente feita de forma muito complicada para as empresas aéreas.

Então, foi um conjunto de fatores. E por que não citar o congelamento tarifário dos anos 80? Este congelamento tarifário que hoje trouxe um crédito, traz um crédito para essa empresa, da ordem de 4,6 bilhões de reais, calculados pela Fundação Getúlio Vargas, ao final do ano de 2005. E ICMS cobrados indevidamente que montam à ordem de 1,2 bilhão de reais. Ou seja, essa empresa tem, entre ações que estão transitadas em

julgado ou ações que já transitaram em julgado no STJ, que é a questão do congelamento tarifário, 6,8 bilhões de reais em créditos contra a União e Estados.

Ver uma empresa que tem esses créditos ir a falência, enterrar 11 mil postos de trabalho, jogar fora 1.2 a 1.5 bilhão de dólares em divisas anuais para o País, deixar de fazer ligações que só a Varig faz, porque algumas outras empresas aéreas não se dispõem a fazer aquilo que essa empresa já fez por muito tempo, como os vôos diplomáticos para a África. Muitos vôos eu mesmo fiz, ligando o Brasil à África, por interesse diplomático brasileiro. Esta foi a empresa que, decolando de Luanda, em Angola, quando na revolução, trazendo os brasileiros, teve seus aviões alvejados. E, num dos vôos eu mesmo estava.

Então, é uma empresa que tem uma ligação muito forte com esta Nação. Eu tenho certeza de que crédito moral essa empresa tem de sobra para com o País e para com a sociedade brasileira. Mas ela também tem créditos que são de ordem econômica e financeira. E é isso que vai fazer a recuperação da Varig.

Nós estávamos ouvindo aqui o Presidente da ANAC, Dr. Milton Zuanazzi, e entendemos a posição da ANAC quando diz que continua aguardando um processo de recuperação judicial que envolve os credores e a própria empresa. Mas nos parece que, pela importância pública desta empresa, que é privada, deveria o Governo ser pró-ativo, como me parece, busca a ser a ANAC ao comando agora do Dr. Milton Zuanazzi. Nós precisamos disso, mas precisamos disso com muita urgência. Muita urgência.

Infelizmente, a gente não se dá conta, mas esta foi uma empresa que quando nós mesmos, a TGV, veio ao Senado e à Câmara dos Deputados levantar a questão da governança corporativa e da ponta do *iceberg* financeiro que nós já tínhamos desvendado, nós operávamos Varig com 123 aeronaves. A Varig hoje está operando, o Dr. Marcelo Gomes, da Alvarez, poderá confirmar em dados mais precisos, mas em torno de 53 aeronaves.

Esta empresa já paralisou-se, na verdade, em mais da metade dela. O espaço tem sido ocupado e, como isso ocorre a intervalos regulares, é como nós todo dia nos olhando no espelho, sem sentir que envelhecemos. Nós não sentimos, mas esta empresa está a sumir.

Temos problemas sérios de ordem de transporte aéreo aqui, porque se poderá haver no âmbito do transporte aéreo nacional doméstico uma substituição por outras empresas e que trará problemas sérios para os consumidores, o Senador Ramez Tebet já aponta alguns. É óbvio que se nós trocarmos aqui uma concorrência de três ou mais empresas aéreas por um monopólio ou por um duopólio, nós teremos, sem sombra de dúvidas, consumidores pagando muito mais por essas passagens. Para que possam arcar as companhias com os pesados tributos, com as pesadas taxas que são obrigadas a pagar. Há um estudo aqui, que mostra, por exemplo, que o combustível de aviação subiu três vezes mais do que o combustível para os automóveis, do que o combustível para o transporte rodoviário de carga. Mas, para a aviação, o querosene de aviação subiu três vezes mais do que esses dois combustíveis. Nós temos taxas e, me parece, foram revistas há pouco tempo atrás, mas as taxas aeroportuárias, porque foi dado reajuste pelo Governo de três vezes mais.

Eu poderei, Senador Pedro Simon...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Eu, particularmente, não saberia responder, deixaria para o Governo responder isso. Mas eu acho que falta uma visão, nos parece, essa é a nossa percepção, de que falta uma visão de que a aviação aérea, de que o transporte aéreo tem aqui um forte fator para o desenvolvimento e integração nacional. Obviamente nós poderíamos restringir a aviação a ligar pontos das nossas principais capitais. Mas o Brasil, que já foi servido por aviação aérea regular em 330 cidades, hoje não serve mais do que 120. Enquanto o mundo se expande na aviação, o Brasil se retrai no serviço de aviação.

Nós temos aqui o Senhor, Senador Pedro Simon, Senador Zambiasi e Paulo Paim, eu mesmo, em 1986, quando trabalhava na RIOSUL, uma subsidiária da Varig, fazia todo o interior do Rio Grande do Sul com os nossos Bandeirantes fabricados pela EMBRAER. Praticamente cobríamos todo o Rio Grande do Sul. Hoje sobraram talvez uma ou duas cidades servidas pela aviação regular.

Então, nos parece faltar aos Governos que passaram por esse País uma visão estratégica para a aviação nacional. É preciso, e nós temos uma grande esperança de que a ANAC, ao se constituir, faça o debate nesse Fórum e promova as ações, as políticas necessárias para que nós tenhamos uma política nacional para a aviação que seja estratégica, que seja desenvolvimentista.

Mas, nos preocupa muito, porque esta é uma questão, a questão da Varig, nos parece, ela, de certa forma, se politizou muito, e isso até é natural, porque a Varig é importante para a Nação brasileira. (soa a campainha). E várias são as informações contraditórias.

Eu vou citar um dos itens que nos toca direto, porque na discussão feita na semana passada, dentro do Plenário do Senado Federal, quando foi chamada

esta Audiência Pública conjunta entre quatro Comissões, houve manifestações, por exemplo, de alguns Senadores que, com informações equivocadas que, tenho certeza, foram passadas a eles, levantaram que havia Comandantes da Varig, Pilotos da Varig, que ganhavam cinqüenta mil reais. Esse seria um sonho para nós. Não há, eu posso lhes assegurar. Eu mesmo, com dezoito anos de empresa, o Comandante Elnio Borges, do outro lado, que representa aqui o Sindicato Nacional dos Aeronautas, com praticamente 30 anos de empresa, nós não ganhamos sequer metade disso. Essa informação está equivocada.

Nós temos certeza que há uma percepção geral na sociedade de que esta empresa é extremamente corporativista. Eu quero lhes informar, e temos dados para tanto, de que, com relação à massa de trabalhadores, com relação aos trabalhadores que fazem esta empresa acontecer, isto não é uma realidade. Pode ser para uma casta, que tomou conta da Fundação Ruben Berta, desviou dos seus princípios e objetivos, da sua finalidade e foi uma causa raiz, como eu já disse aqui, com relação à gestão e ao modelo de governança corporativa, para o problema que hoje enfrentamos. Mas, não nos parece que o País deva se render e entregar este patrimônio nacional, fruto deste obstáculo que, graças a Deus, hoje já não mais está, porque, roubando as palavras do Diretor-Presidente da ANAC, Dr. Milton Zuanazzi, o Juiz da 8ª Vara afastou completamente a gestão ligada à Fundação Ruben Berta da responsabilidade de condução do plano de reestruturação e colocou à frente a empresa Alvarez & Marsal, aqui representada pelo Dr. Marcelo Gomes, para conduzir o processo de recuperação da Varig.

Com isso, nos parece, existe um contexto diferente que justifica, mais uma vez, porque reconhecemos muitas vezes o que os Governos aqui fizeram. (soa a campainha). Mais uma vez, o Governo se empenhar, participar desse processo de reestruturação. Para finalizar aqui, eu gostaria de dizer o seguinte, nós, em discussão junto com a empresa Alvarez & Marsal, temos consciência do esforço que temos que fazer. Já estamos em negociação da adequação necessária de quadros de funcionários. Nós estamos discutindo, Senhores, nada menos do que 2.900 demissões de trabalhadores altamente especializados, muitos deles terão que buscar emprego fora do País, no Oriente e na Ásia, longe de seus familiares e de sua pátria, como forma de manter as suas famílias com alimento, com escola, para poderem gerar receita para as suas famílias. Estamos negociando também uma redução de 30% nos salários para os trabalhadores que aqui remanescem, como forma de colaboração e de conscientização do problema que aqui vivemos.

Então, não há que se falar em corporativismo da parte dos trabalhadores que fazem esta empresa acontecer. Isso nós podemos asseverar e assegurar a todos os Senhores de que a defesa da empresa, que os Senhores certamente farão junto ao Governo Federal e junto à sociedade brasileira, será uma defesa responsável.

Eu gostaria só de salientar a questão da gestão novamente, porque este é um fato, sem sombra de dúvida, muito importante.

Nós entendemos, como disse o Dr. Milton, que temos que manter a Varig viva. A Varig exige hoje uma solução de curtíssimo prazo, para que possa aplicar o plano de recuperação aprovado no final de dezembro, o seu plano de recuperação. Não são as dívidas concursais, que hoje estrangulam esta empresa, elas foram repactuadas em três anos de carência e alongamento de quatro e sete anos, totalizando sete e dez anos, com IGPM mais 4,75.

O que estrangula essa empresa hoje é o seu fluxo de caixa, porque os credores também sabiam, porque lá estava eu representando os trabalhadores credores que a empresa passaria por um estresse financeiro no início deste ano, durante o primeiro semestre, que é naturalmente um semestre fraco em vendas para a aviação. O desempenho do segundo semestre é muito melhor. As empresas inclusive procuram jogar os seus custos, as suas despesas, para o segundo semestre. Nós já sabíamos de antemão que esse primeiro semestre exigiria mais esforço dos credores, dos fornecedores e dos trabalhadores da Varig. Isso já tinha sido discutido. Mas nos parece que só surgirá...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa solicita, estourou já seu tempo, e eu queria que colaborasse, poderemos ter inclusive uma segunda rodada para a conclusão.

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Nós acreditamos, e temos convicção, investidores só surgirão na medida em que o dever de casa desta empresa, e em cooperação com seus fornecedores e trabalhadores, seja feito.

Daí a participação do Governo ser fundamental, tanto na questão da BR quanto na questão da Infraero quanto agora na questão da Secretaria de Previdência Complementar, porque, com a liquidação, fechou uma oportunidade que os trabalhadores tinham vislumbrado de usarem os seus próprios recursos para viabilizar o curtíssimo prazo da empresa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra, o Tenente Brigadeiro José Carlos Ferreira, Presidente da Infraero.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª. vai ter a oportunidade de responder.

SR. JOSÉ CARLOS FERREIRA – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Senador Tasso Jereissati, Exmºs. Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas. Eu tentarei ser rápido e objetivo, no que concerne à relação Varig-Infraero. Me parece importante que os Senhores tenham a exata noção de qual é o problema hoje em relação a Infraero.

No dia de ontem, a dívida da Varig com a Infraero totalizava quinhentos e quinze milhões e cento e noventa e quatro mil reais.

A história dessa dívida não é de agora. Em dezembro de 2002 a dívida da Varig já somava trezentos e vinte e cinco milhões, houve recuperação parcial, houve securitização dessa dívida em 2004. A coisa evoluiu e chegamos hoje a quinhentos e quinze milhões de dívida. Essa dívida cresce novecentos mil reais por dia, que é o quanto a Varig deve pagar pelos serviços prestados pela Infraero.

É importante que os Senhores entendam, Srs. Senadores, Srs. Deputados, a posição da Infraero como uma empresa estatal. Nós estamos sujeitos a controles extremamente rigorosos, do Conselho Fiscal da empresa, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público, da Controladoria-Geral da União.

Desses quinhentos e quinze milhões, de fato, cento e trinta e três milhões é o que representa a dívida corrente. O restante está resguardado pelo processo de recuperação judicial. Os contratos comerciais da Varig, que somam em torno de quatrocentos e quinze mil reais por mês, a Varig tem pago em dia. As taxas de embarque, que precisam ser repassadas da empresa para a Infraero, têm sido repassadas em dia. O problema é constituído pelos novecentos mil reais das tarifas de pouso, decolagem e permanência.

Ao longo do tempo, é importante também que os Senhores tenham em mente que, em junho de 2005, toda a exigibilidade de pagamentos da Varig foi suspensa, por força da recuperação judicial. Então, nós consideramos que essa dívida está *sub judice* e será resolvida no momento oportuno pelo processo de recuperação judicial.

Em agosto do ano passado, uma liminar judicial proibiu a cobrança de qualquer taxa por parte da Infraero para a Varig. E assim foi feito. Nada foi cobrado da Varig, até que esta liminar caiu, e imediatamente nós fizemos a cobrança à Varig, conforme manda a lei. A partir daí, uma série de ações ocorreram, judiciais e não judiciais, e o que nos preocupa, no momento, a Infraero, é um acórdão do Tribunal de Contas da União, que não foi ainda publicado em Diário Oficial, mas esse acórdão é bem taxativo, é muito claro, eu já tive acesso à minuta dele, ao que será enviado ao Diário Oficial, que determina que a Infraero cumpra a lei. E a lei é a cobrança das taxas diárias da Varig. Isso para nós é extremamente preocupante.

Nós temos sentido, tanto no Tribunal, quanto no Ministério Público, quanto no Ministro da Defesa, uma enorme preocupação. Como disse o Zuanazzi, "às madrugadas, sonhando com a questão da Varig". A preocupação é grande, mas esta preocupação termina esbarrando nos limites da lei. Esses limites da lei, para nós, Infraero, está chegando na beira do precipício. Essa é a nossa preocupação, tudo que nós pudemos fazer para ajudar, a Infraero, nós fizemos. Alongamos dívida, tudo o que foi possível. Mas, estamos agora a poucos dias, talvez, depende do Tribunal de Contas, da publicação de um acórdão, e eu espero que... Isso aí independe da Infraero, como empresa pública, que essa questão seja encaminhada.

Senhores, era isso. E eu me coloco à disposição para qualquer assunto, qualquer pergunta que os Senhores tenham.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa agradece a V.Sª. pela precisão e síntese. É só uma informação. Quem é o Relator desse processo do Tribunal de Contas? Para informação da Comissão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (inaudível) 2ª Região?

SR. JOSÉ CARLOS FERREIRA – Eu gostaria de registrar também que nós estamos aqui com o Diretor Financeiro, Procuradora Jurídica, Assessores da Infraero, para qualquer dúvida, qualquer esclarecimento mais profundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamos ouvir agora o Dr. Marcelo Gomes, Gerente-Geral da empresa Alvarez & Marsal. O Senhor tem 10 minutos.

SR. MARCELO GOMES – Senadores, Mesa, muito obrigado, inicialmente, pelo convite.

Eu acho que a Alvarez ela pode ajudar aqui hoje a homogeneizar um pouco o conhecimento em relação à Varig, e, principalmente, falar um pouco sobre a cronologia da recuperação judicial no qual a Varig está inserida. Acho que são as coisas mais importantes para que todos tenham uma idéia clara da situação atual e do que realmente está sendo pedido. Porque se fala muito em dinheiro público, que a Varig está solicitando dinheiro do Governo, e não existe isso. Quer dizer, a solicitação não é essa, e eu acho que valeria muito a

gente explicar a situação atual de caixa da companhia e explicar a cronologia.

Dia 17 de junho de 2005 a Varig entrou na Lei de Recuperação Judicial, e ela tinha seis meses para apresentar um plano de recuperação. Esse plano foi apresentado no dia 23 de dezembro e aprovado por 96% dos credores. No dia 23 de fevereiro foi aprovado o detalhamento desse plano por 98% dos credores.

Então, o que é que isso significa? Que todos os credores que tinham dívida com a Varig aprovaram um plano de recuperação da companhia. Esse plano de recuperação exigia, pelo menos, quatro a cinco meses de operacionalização dos fundos de investimento, que eu vou explicar rapidamente. Nessa recuperação, nessa aprovação, participaram entidades como AERUS, BR, Infraero, os funcionários que eram credores também... Quer dizer, todas essas empresas credoras participaram e aprovaram esse plano.

Só que a Varig tinha um problema que poucos verificaram, poucos prestaram atenção, que era a sazonalidade da operação de aviação no primeiro semestre do ano. Que é uma sazonalidade negativa que provoca um descasamento de caixa. A Varig precisaria, do mês de março até pó mês de maio, aproximadamente cento e cinqüenta milhões de dólares, para continuar a operação dela.

Eu vou voltar um pouquinho, porque a Lei de Recuperação é uma lei muito nova, e ela ainda não foi testada. Eu posso falar bastante sobre a lei americana, que é onde nós atuamos há muito mais tempo, mas, normalmente, quando você entra numa Lei de Recuperação para recuperar a companhia, você faz um ato preventivo. O que é que é esse ato preventivo? Você forma caixa, você deixa de pagar alguns credores, forma caixa dentro da sua companhia, para que você sobreviva durante o prazo de recuperação. Porque, normalmente, os credores tiram os seus prazos de capital de giro durante a operação de recuperação. Isso é uma coisa normal.

Então, como eles tiram esse giro seu, você tem que ter capital no seu caixa para te sustentar durante esse período. Isso não aconteceu com a Varig. A Varig entrou na Lei de Recuperação sem caixa, sem ter dinheiro para conseguir honrar os seus compromissos correntes. E isso pioraria muito, no mês de março, abril e maio, que é a época que estamos agora.

Porém, todos os credores que aprovaram o plano em 23 de fevereiro sabiam dos números da Varig, e sabiam que essa situação iria acontecer.

Nós fomos convocados pela Direção da companhia e a convite de dois credores para estruturar um plano de recuperação emergencial da companhia, dentro do plano de recuperação judicial. Por quê? Porque a companhia não iria sobreviver até a finalização do plano de recuperação judicial, que era a criação dos fundos de investimento, a definição do gestor desses fundos, a subscrição do capital da Fundação Ruben Berta nesses fundos, a avaliação das ações da Fundação Ruben Berta, isso demoraria três a quatro meses, e a companhia não iria viver durante esse período. Então, eles nos convocaram para que a gente fizesse um plano de recuperação emergencial.

E o que é que foi feito? Foi feito um plano ortodoxo, um plano claro, que foi a convocação dos credores correntes da companhia. E quem são os credores correntes mais importantes? Os Leasors, são as empresas que fazem *leasing* de aeronave, o meu Fundo, que é o AERUS, a BR Distribuidora, a Infraero, e os funcionários. E nós convocamos esses cinco grupos, para que eles, como a gente brincou no começo, "cortassem a mão juntos", para que mantivessem a Varig viva durante esse processo de recuperação, que a Varig estava honrando. É importante citar que a Varig honrou todo o processo de recuperação judicial até o momento. Quer dizer, tudo que foi combinado com os credores anteriormente foi executado.

Hoje, que qual é a situação atual? Foi proposta para esses cinco grupos, a Alvarez & Marsal fez uma proposta formal para que eles dessem apoio durante esses três meses, três a cinco meses de problema de giro da companhia, até a viabilização dos fundos de investimento.

Então, não foi pedido dinheiro público. Foi pedido apoio dos credores correntes da companhia para sustentabilidade do capital de giro da empresa durante um período curto. É isso que foi solicitado.

E foi solicitado o quê? Foi solicitado de uma BR Distribuidora dois meses de prazo de fornecimento. A BR está presente e ela tem todos os dados do fornecimento da BR com a Varig e nós já chegamos a ter um dia na história, a Varig teve 75 dias de prazo de fornecimento com a BR e, antes da recuperação judicial, tínhamos 60 dias e chegamos a ter 10 dias em dezembro, quando a BR cortou esse prazo de fornecimento da Varig. Hoje, nós pagamos em dia, a Varig. Pagamos até, vamos dizer, antecipado, baseado no fluxo projetado de utilização das nossas aeronaves.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Pagar em dia quer dizer antecipadamente?

SR. MARCELO GOMES – É. Porque eu projeto quanto eu vou utilizar hoje, para receber amanhã. Eu posso estar até, em alguns casos, pagando a mais, se eu estiver voando menos. Desculpa, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Em dia, é antecipado?

SR. MARCELO GOMES – É antecipado. E eu posso até estar pagando a mais, se eu estiver voando menos. Isso pode acontecer.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Amigona a Petrobras, não é?

SR. MARCELO GOMES – Como eu disse anteriormente, é comum quando você entra dentro de um processo de recuperação, os credores não darem prazo de fornecimento mais. Mas, o que foi solicitado é que esses credores dessem um prazo de fornecimento para a companhia, porque a companhia ela é sustentável, ela é viável economicamente. Ela precisa de uma recuperação? Precisa sim. Precisa readaptar a estrutura de funcionários? Precisa sim. E os funcionários estão comprometidos para isso. Precisa reestruturar, e hoje eu tenho 74 aeronaves, tendo 24 aeronaves paradas, que eu pago o *leasing* delas. Elas não voam e eu estou pagando por elas.

Então, se eu reestruturo essa companhia, ela se transforma numa companhia viável rapidamente. E não foi solicitado dinheiro, investimento do Governo, ou investimento de nenhuma parte para isso.

O que se esperava é que, desde o dia 23 de fevereiro até o momento, aparecesse algum investidor interessado em colocar dinheiro na companhia. O problema é que para se colocar dinheiro na companhia, os fundos de investimentos teriam que ser criados, e eles não foram criados, porque não teve tempo para isso ainda. O gestor foi definido agora, está se criando o fundo, a Fundação Ruben Berta está colocando as ações dela dentro desse fundo, mas isso toma um tempo, e esse tempo tem que ter a complacência dos credores para isso.

Então, alguns credores, sim, têm apoiado a companhia. Nós continuamos a voar. (soa a campainha). As empresas de *leasing* não tiraram aeronave da Varig até o momento. A gente ainda continua a voar. Mas, a gente não conseguiu prazo de nenhum dia com a BR, nós não conseguimos ainda, claro, uma situação do Fundo AERUS, porque houve uma intervenção da SPC no Fundo AERUS, no qual nós já havíamos negociado um prazo de carência com eles, estamos tendo todo o apoio da Infraero para isso, estamos tendo todo o apoio da ANAC, e nós estamos trabalhando para uma solução de mercado para a companhia. Não uma solução de dinheiro público, e sim, uma solução de mercado. Quer dizer, a contribuição que a gente tem a dar, e nós estamos abertos à discutir com vocês, no momento que quiserem, é da viabilidade econômica da companhia hoje, reestruturada. Essa companhia ela precisa ser reestruturada? Realmente, precisa. E ela é viável? Realmente, é.

Eu não vou falar da importância nacional da companhia, porque todos vocês conhecem muito mais do que eu. Quer dizer, a importância que a Varig tem para o Brasil.

O que me interessa aqui é deixar bem claro para vocês que isso é um processo de mercado, que está sendo executado corretamente, dentro dos padrões, e que, infelizmente, temos uma sazonalidade que provoca uma necessidade de caixa adicional. E está sendo solicitado para esses credores nos apoiarem durante esse período. Basicamente é isso a contribuição que a gente tem a dar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa agradece a V.Sª. e concede a palavra ao Dr. Pedro Caldas Pereira, Gerente-Executivo de Produtos de Aviação da BR Distribuidora. Nós temos já aprovado aqui a convocação, o convite do Presidente do BNDES, que não pode vir hoje, remarcando. E eu queria sugerir para aprovação conjunta das Comissões, o convite ao Juiz Luiz Roberto Ayoub, da 8ª Vara. Concordam? Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Seriam os dois? O do BNDES e ele juntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sim, na mesma. Se faria, mais ou menos, o que está se fazendo aqui. O Dr. Paulo Rabelo de Castro, que participa de um plano de recuperação, e vem acompanhando já há algum tempo, o Sr. Adacir Reis, que é o Secretário de Previdência Complementar...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Na próxima semana?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não entendi, Pedro. Sim, na próxima quinta-feira. Faria na quinta-feira. O Procurador da República, Antônio Carlos Avelar Bastos, que é o Curador de fundações.

Então, nós colocaremos na quinta-feira esses convidados aqui participando dessa audiência com todas as Comissões. Quinta próxima.

A Ministra virá juntamente com o Ministro da Defesa. Os dois juntos. Com outra, talvez para terça-feira. Consultar apenas a agenda do Ministro e da Ministra. A Ministra já está aprovada. Então eu queria saber também se teríamos a aprovação do Ministro Valdir Pires? Viriam os dois. Aprovado. Vou formalizar apenas aqui. Então, estas convocações estão aprovadas.

Com a palavra V.Sª.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não, Senador. No microfone.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O ex-Presidente do BNDES, Dr. Carlos Lessa. Tenho um pedido para ouvi-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas nessa audiência, ou numa outra?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Numa outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Numa outra, posterior.

Então, se concordam com a aprovação da convocação do Dr. Carlos Lessa para um depoimento posterior, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Exmº. Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes, demais componentes da Mesa, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados. Inicialmente, eu gostaria de me escusar pelo fato de o Presidente Rodolfo Landim não estar aqui presente, em razão dos fatos que já foram veiculados na imprensa, ele está demissionário da Petrobras, da Presidência da BR, e a Diretoria da BR me incumbiu de aqui vir, junto com mais três representantes do nosso corpo gerencial, prestar os esclarecimentos que estas Comissões julgarem pertinentes.

Gostaria de me apresentar, meu nome é Pedro Caldas Pereira, eu sou o Gerente de Aviação da companhia, sou funcionário de carreira do sistema PETROBRÁS há 34 anos, já passei por diversas áreas da empresa, área industrial e outras áreas comerciais e, no momento, eu estou ocupando a Gerência de Produtos de Aviação, que é o órgão que se relaciona comercialmente com o segmento de Aviação, de Transporte Aéreo.

Junto comigo, estão aqui a Drª. Marta Sobral, que é a nossa Gerente de Contencioso, o Pedro Sampaio, que é o Gerente de Operações Financeiras da companhia e o José Eduardo Barrocas, que é o Gerente de Relações Governamentais. Essas pessoas elas têm acompanhado *pari passu* todo o processo de recuperação judicial, de todas as reuniões, de todas assembléias, e estarão aptas a prestar qualquer esclarecimento que, porventura, a apresentação que eu vou fazer não traga os esclarecimentos devidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dr. Pedro, só um minuto. Baseado no que ele acabou de dizer agora, é até um ato falho, nós criamos uma Comissão para acompanhar essa crise da Varig, capitaneada pelos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Zambiasi. E essa Comissão pode a qualquer momento necessitar de informações. O que eu queria sugerir, o Presidente da Infraero já apresentou a sua equipe, V.Sª. está apresentando, e que todos fizessem a mesma coisa e houvesse um entrosamento aqui com a Assessoria Técnica, dando telefone e endereço para o caso de uma necessidade de informação.

Eu acho que quanto mais ágil, mais rápido, a gente puder trabalhar nessa questão, é melhor para o País. De forma que eu queria também que isso fosse aprovado e colocar... A maior dificuldade que nós temos aqui de acesso é com a ANAC, por causa do Deputado Leur Lomanto, que tem horror a esta Casa. Fora isso, o acesso aberto, direto, com todos, não tem nenhuma dificuldade. Então, eu gostaria que ficasse aprovado isso. Muito obrigado.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Eu gostaria de esclarecer que a Companhia Petrobras Distribuidora se coloca inteiramente à disposição, não só através dos técnicos que estão aqui presentes, como de todo o seu corpo técnico, para qualquer questão que diga respeito ao processo de recuperação da Varig.

A Petrobras Distribuidora é a subsidiária integral da Petrobras, do qual 68% desse capital é privado. De origem privada. Embora pertencente à Administração Pública Federal indireta, ela exerce atividade econômica, nos termos da Constituição.

A Varig possui outros fornecedores, que disputam esse mercado com a BR. E a BR é uma companhia prestadora de serviço de distribuição de combustíveis, que é remunerada através de uma margem, que é um percentual diminuto, bastante pequeno, em relação ao preço do produto de uma maneira geral.

O nosso relacionamento com a Varig vem desde 73. O último contrato, como já foi colocado, ele se encerrou em dezembro de 2005, 31 de dezembro de 2005, a Varig vem comprando, segundo a média do primeiro trimestre deste ano, cerca de 56 mil metros cúbicos de querosene de aviação, um faturamento médio mensal em torno de oitenta e um milhões.

E, como já foi dito também, a forma de pagamento dela é a vista, ou antecipado, como foi colocado. E o porquê disso? A Varig, desde 2001, quando ela apresentou um primeiro processo de dificuldade financeira, a Petrobras Distribuidora financiou a dívida dela que, naquela época representava cerca de duzentos e quarenta milhões, se não me falha a memória, e o valor que remanesceu desse processo de financiamento, que são os cinqüenta e sete milhões, que são aqueles que hoje estão cobertos pelo processo de recuperação judicial.

Do ponto de vista das operações correntes, a Varig não tem nenhum tipo de dívida conosco.

E a questão do prazo é que todo o fornecimento de prazo que era concedido à Varig, eram prazos pequenos, não se falava nunca em prazos da ordem de grandeza que está sendo solicitado agora, eram prazos

de dez dias, esses prazos eram concedidos, mas estavam lastreados em garantias, garantias de recebíveis de cartões de crédito de vendas de passagem.

Com o término do contrato e com a necessidade da Varig de negociar esses recebíveis para fazer caixa para outras necessidades financeiras que ela tinha, a BR abriu mão dessas garantias e, por conseguinte, teve que recorrer ao fornecimento a vista. Isso com base numa decisão do próprio Conselho de Administração da companhia. Portanto, uma decisão que transcende à competência individual de um Gerente, ou do próprio Presidente, ou de um Diretor, na medida em que o caso Varig dentro do sistema Petrobras hoje é acompanhado pelo Conselho de Administração da empresa.

Com relação ao plano de recuperação judicial, esse plano prevê três formas de pagamento, o plano que está aprovado no momento. Que é a quitação no prazo de sete anos, como foi colocado, com IGPM mais 4,75% ao ano, a conversão do crédito em cotas do fundo de investimentos e participações, do FIP-Controle ou a conversão de créditos em títulos mobiliários, que seriam negociados no mercado, tipo cédulas de crédito bancário, certificados de depósitos, enfim, certificados que seriam lastreados por esses créditos e seriam, então, negociados no mercado.

A BR, dentro do processo de recuperação judicial, optou por receber a dívida mediante o financiamento, exatamente em razão dos riscos que a companhia vinha sofrendo e do grau de exposição que isso poderia acarretar para os administradores e para a própria empresa, do ponto de vista financeiro, no caso de um eventual insucesso do prosseguimento do plano de recuperação judicial, conforme previsto, conforme aprovado originalmente. O que, de fato, vem ocorrendo. Na verdade, como já foi colocado pelo Dr. Marcelo Gomes, os fundos ainda não foram lançados, então essa opção, no momento, ela inexiste, à medida que essa parte do plano não foi possível de ser concretizada. E a Varig vem honrando o pagamento desse financiamento, dentro do processo de recuperação judicial, da forma como previsto nesse plano.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, só para uma informação rápida, aproveitando que já ele está falando, para saber aquela questão que foi colocada com referência ao aumento do combustível, que foi informado pelo Dr. Marsillac, que subiu três vezes mais do que os outros combustíveis. Se ele já pudesse esclarecer essa questão para o Plenário, seria importante.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Eu vou seguir aqui a seqüência e, em seguida, eu falo sobre a questão do preço.

Do ponto de vista da Consultoria, Alvarez & Marsal, esse diagnósticos indicam que a Varig não teria fluxo de caixa suficiente para as despesas correntes, que ela está com problema de crédito junto a fornecedores, não se dispunha de novas fontes de recursos, estaria com uma estrutura operacional super dimensionada para suas operações, a questão do processo de recuperação judicial, que ainda está na fase de implementação, ainda inconclusa, dificulta a entrada de novos entrantes, de novos investidores, e isso gera uma incapacidade de cumprimento do plano, no que diz respeito a outras questões que dizem respeito ao plano, como a questão do lançamento dos fundos etc., que pudesse ser colocada em leilão e atrair investidores.

Diante desse diagnóstico, a Consultoria recomendou para os credores estatais, BR inclusive, Infraero e AERUS, a dilatação dos prazos de pagamento.

No caso específico da BR, nos foi solicitada uma dilatação de prazo para 60 dias, e eu gostaria de mostrar o impacto que isso pode provocar na questão financeira da companhia. A BR é uma empresa que teve em 2005 um lucro de 650 milhões, de lucro líquido, esse prazo de 60 dias representa 24,4% desse lucro. Ou seja, representa 160 milhões. Quer dizer, é um grau de exposição ao risco extremamente elevado para que a companhia possa aceitar isso sem que esteja lastreado em algum tipo de garantia. A gente entende que esse esforço dos credores é necessário para poder fazer com que a companhia possa superar essa fase, nesse momento de baixa estação, que são esses meses até meados do ano, mas, por outro lado também, os administradores da companhia, eles são fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União, e a eventual exposição a esse risco financeiro, no caso de um determinado insucesso, isso pode levar os administradores a responder por gestão temerária, coisas desse tipo, perante os órgãos controladores.

Então, a Petrobras Distribuidora não se furta a analisar e a contribuir para esse processo. Apenas, o que a companhia está solicitando é que se encontre nessa discussão que está tendo, e para nós isso é importantíssimo porque a Varig é o nosso principal cliente do segmento aviação aérea, é o nosso maior cliente na aviação aérea, ainda é o nosso maior cliente de companhias aéreas no País, é um cliente com quem nós temos relacionamento extremamente cordato e fraterno, de longa data. Nós sempre participamos, em socorro, nas fases anteriores em que ela teve dificuldade de operação, mas o tamanho do risco financeiro, o tamanho do sacrifício que nos está sendo colocado, a direção da empresa vem entendendo que, a menos

que haja uma garantia que possa lastrear esses prazos, fica extremamente complicado de ser atendido.

A BR vem participando ativamente dos trabalhos, do processo de recuperação judicial, votando e discutindo e acrescentando e, enfim, participou de todas as assembléias. Depois que ela entrou em recuperação judicial, nós já flexibilizamos prazos de pagamento por diversas vezes. Toda vez que tem um feriado grande, Carnaval, Páscoa. Tiradentes, semana que vem, que é um feriado grande, a gente procura flexibilizar, a gente concede prazos, um, dois, três dias, para poder evitar que haja uma sangria de recursos muito intensa nas vésperas desses feriados. Então, a gente entende que o sacrifício que a gente pode fazer nós estamos fazendo. E a gente torce para que seja encontrada uma solução que seja de conforto, não só para a Varig, mas que seja também de conforto para os credores, em face do risco financeiro que essa concessão de prazo, que é o que está sendo solicitado a nós, possa representar.

Do ponto de vista do mercado, o mercado de aviação aérea, por ser um mercado em que o capital empregado na aquisição de produtos é muito alto, ele é um mercado que trabalha essencialmente com pagamento a vista, isso não é exceção. Ou, quando há concessão de prazo, essa concessão era de prazos extremamente reduzidos. Eu acho que o maior prazo que nós temos hoje é para companhias comerciais, tirando (soa a campainha) órgãos de Governo, é da ordem de sete dias.

Então, eram essas as considerações que a gente gostaria de fazer.

Sim, respondendo a questão que o Senhor colocou. O querosene de aviação, como a nafta, como o óleo combustível, como todos os derivados de petróleo, à exceção da gasolina e do diesel, eles têm seus preços fixados pela Petrobras, segundo uma regra que é determinada pela agência, que é paritária com os preços do mercado internacional. Essa aí não é uma decisão da empresa, da BR, que é uma distribuidora, porque ela não produz o querosene, e uma decisão que também não é da Petrobras, que é quem nos vende o combustível para ser distribuído, e isso é uma política de Governo em termos de prática de preços.

Então, essa flutuação, essa volatilidade que existe no preço do querosene de aviação, existe em outros derivados de petróleo, que não a gasolina e o diesel, que é em função da variação cambial e em função dos preços praticados para esses derivados no mercado internacional. É isso o que explica a flutuação desses preços. Mas insisto, isso aí não somos nós, a Petrobras Distribuidora, que fixa o preço. A Petrobras é que fixa o preço que nos vende a nós e aos demais distribuidores, com base numa regra que é definida pelo órgão regulador, e que leva em conta, no caso específico do querosene, assim como outros derivados do petróleo, a variação e a flutuação dos preços desses derivados no mercado internacional.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Mas por que é que lá aumentaram três vezes mais?

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Porque o petróleo e o querosene de aviação, no mercado internacional, sofreram esse aumento. Quer dizer, a combinação da variação dos preços da *commodity*, no caso, do que houver, e da variação cambial, fez com que essa variação se desse, 3,6. É uma regra de contrato, quer dizer, as distribuidoras têm um contrato com a Petrobras, que tem com as outras distribuidoras também, e a regra de preços que a Petrobras pratica ela é regulada pela agência.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Quer dizer que confere essa informação de que subiu três vezes mais do que os outros combustíveis? Porque o ideal seria que trouxesse os números para que a Comissão pudesse avaliar bem.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Esses números podem ser disponibilizados, sem problema nenhum. Como isso é uma série histórica, eu não tenho essa série histórica aqui disponível no momento, mas nada que não possa ser informado, por isso aí é público, não tem...

Agora, insisto, a gasolina, diesel e GLP não têm acompanhado essa regra, por uma política de preços do Governo. Agora, os demais derivados de petróleo, tirando gasolina diesel e GLP, eles têm seus preços flutuando de acordo com o mercado internacional. É um reflexo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nos chega aqui um documento com um demonstrativo exatamente sobre os aumentos. Eu passaria, farei chegar às mãos de V.Exª. A fonte, é do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Leia para nós, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É um documento longo. Por isso é que eu estou mandando copiar. Traz várias explicações.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Sr. Presidente, só um último esclarecimento. A questão do preço do combustível não é o fator determinante na discussão desse processo que nós estamos tendo aqui. é um fator acessório, sem dúvida que é, mas nós estamos falando aqui de questões estruturais, financeiras, da companhia, que transcendem a questão do preço em si. É a questão de fluxo de caixa, como foi colocado, é a questão desse vale aí de demanda por passagem, que cria uma dificuldade adicional para as companhias,

mas eu acho que seria precipitação a gente discutir a questão do preço do combustível como sendo o fator que é condicionante para essa problemática toda que nós estamos discutindo. Acho que está longe disso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu quero registrar aqui, em nome de todas as Comissões a presença de funcionários da Varig, que se encontram assistindo essa Audiência Pública, acho que é positivo essa participação e a Casa acolhe como uma forma de estimular a sobrevivência da empresa. Eu faço esse registro aqui na pessoa da Das Dores, que é uma funcionária da Varig aqui na Casa há muitos anos e que tem nos procurado e tem nos cobrado muito solução para essa questão. Com a palavra, o Dr. ELNIO BORGES, Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

SR. ELNIO BORGES – Sr. Presidente, Srs. membros das Comissões, Srs. Parlamentares, presentes, bom dia.

Eu pretendo abordar, com muita objetividade, alguns pontos, todos interligados e me colocarei, posteriormente, à disposição para explorá-los.

Primeiro, é que eu estou aqui como Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas por determinação da Assembléia dos Trabalhadores que afastou a Diretoria Executiva do Sindicato, como porta-voz dos trabalhadores a respeito deste assunto. Por quê? Porque esses dirigentes, especialmente os que se declaram dirigentes cotistas, vêm defendendo uma proposta impossível para a solução da Varig e, na verdade, isso só se dá para possibilitar a recusa da solução para essa companhia, especialmente daqueles que repetem quase como um mantra que dinheiro público não será entregue à Varig. Quando, de fato, a Varig não precisa e não pede dinheiro público. Isso, na verdade, se conserta com a série de interesses que querem ver essa empresa ou falida, ou entregue à concorrência, ou a interesses especulativos de investidores.

O segundo ponto é para apontar o que consideramos uma incoerência que leva essa situação toda à baila.

Em dezembro, foi aprovado por todos os credores, inclusive os de origem governamental, um plano de recuperação para Varig. E em janeiro, sobre a alegação principal de que o risco Varig havia aumentado, a Petrobras parou de dar os créditos que nós tínhamos e sacou, só em janeiro, trinta milhões de dólares do fluxo de caixa da empresa. Nos parece incoerente. Quando o plano foi aprovado só pode ter melhorado o risco Varig.

O terceiro ponto passa um pouco agora pelo que foi dito aqui da questão do custo do trabalhador da Varig, folha de pagamento etc. Aliás, coloco à disposição da Mesa, por acaso recebi o meu último contracheque ontem e vou disponibilizar para Mesa, dez mil reais, no mês passado. Esses dados também podem ser abertos. Fato concreto, os pilotos da Varig, considerando-se o faturamento da empresa e sua folha de pagamento...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – E dez mil é a média, é alto ou é baixo? Quanto se tem que ganhar? Porque foi feito aqui na última reunião que nós fizemos com um ilustre Senador, Líder de Bancada, disse que tem os que ganhavam 50 mil.

SR. ELNIO BORGES – Eu gostaria de abrir mão de 50%, aliás, como os trabalhadores estão abrindo mão de 50% dos seus pagamentos, nós vamos reduzir a folha de pagamento em 50%, vamos recuperar essa companhia, e ainda ganharia bem mais do que eu ganho, na média. A média de um Comandante como eu, Comandante 777, sou um dos mais antigos na empresa, voando normalmente, não leva para casa quinze mil reais por mês. De qualquer maneira, os números estarão disponíveis para a Mesa.

O fato mais importante, todavia, quanto a isso, é que comparado às demais empresas brasileiras, os Pilotos da Varig, olhando-se o faturamento da e empresa e o seu custo com folha de pagamento, levam para os cofres da empresa de 7% a 9% mais dinheiro do que os Pilotos da TAM e da GOL. É esta situação, na verdade, que demonstra a posição dos trabalhadores, estamos dispostos a todos os sacrifícios para capitalizar a empresa, como a Alvarez & Marsal aqui colocou, investindo.

O quarto ponto diz respeito à questão AERUS e à Secretaria de Previdência Complementar, dirigida pelo Dr. Adacir Reis.

Os trabalhadores da aviação consideram criminosa a liquidação que está-se procurando impor na SPC. Ela só tem um fito. Quando os trabalhadores da Varig finalmente tomaram as medidas necessárias para que os trabalhadores ativos sacassem um quarto das reservas existentes, do dinheiro existente, de modo a investir na companhia, a liquidação é feita para fechar os cofres da empresa. Essa é parte do nosso plano para resolver. Plano, aliás, que é o que está aprovado. Aqui se falou da aprovação do plano, o plano foi aprovado em dezembro, estamos há quatro meses, basta implementar, não precisa esperar ainda o fundo de investimento. É implementar o plano. O plano está aprovado, a parte operacional da empresa pode ser leiloada, os trabalhadores têm proposta, apesar de que existem interesses, inclusive estrangeiros, tentando

comprar a companhia a preço de "Bacia das Almas". Nesses quatro meses os trabalhadores estiveram cem dias dentro da empresa tentando reduzir sua folha de pagamento, cem dias tentando reduzir, sem sucesso. Tentamos trabalhar cem dias.

Enquanto isso, cientificamente, foi vendido recebível para os primeiros quatro ou cinco meses, levando a empresa hoje a não ter dinheiro. Mês passado, faturamos acima de duzentos milhões de dólares. O custo operacional, consideradas as despesas fundamentais, cem milhões de dólares, e não tem dinheiro hoje para pagar o combustível de amanhã. Temos que faturar hoje o combustível de amanhã.

Basicamente, é preciso apontar que a questão de que o Governo tem ajudado a Varig e, para isso, a gente precisa olhar o balanço. Eu, com todo o respeito às pessoas de boa-fé dentro do Governo, o fato é que, olhando o balanço da Varig, nós vamos verificar que o Governo deve à Varig. De sorte que não é o Governo que está financiando a Varig. Quem financia a Varig há algum tempo, pode-se olhar o balanço, é o trabalhador da Varig. E financia com mais de três bilhões de reais. O trabalhador da Varig não tem apenas o dinheiro dos seus salários atrasados, 13º etc. Tem também o Fundo de Pensão, que não é um ente separado. O AERUS, dirigido pelos próprios administradores da Varig, criou este rombo. Este dinheiro é dos trabalhadores, e os trabalhadores estão dispostos a com ele investir na companhia. O plano existe, está pronto, está aprovado pela Justiça, o inexplicável é que ele não seja aplicado imediatamente.

Eu finalizo essa intervenção preliminar trazendo um dado, que este sim eu considero fundamental para a sociedade brasileira. Eu desconheço, estou há 26 anos na aviação, tenho trabalhado com segurança de vôo muito dessa parte, sou Dirigente Sindical e sou Ativista Sindical desde 1982, eu desconheço história de empresa de aviação que, perto da falência, com a situação crítica econômico-financeira que tem a Varig, tenha um terço da sua frota no chão porque a cultura de segurança de vôo da empresa não admite a menor flexibilidade colocando aeronaves que não tenham total segurança em vôo. 30% da nossa frota está parada porque nós não trocaremos a sobrevivência dos nossos empregos pela segurança dos nossos passageiros. É este valor que o Brasil está prestes a perder. Isto é que deveria ser considerado. Eu agradeço a atenção. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamos iniciar agora a fase do debate e, para que haja rodízio da Direção dos trabalhos, eu vou passar a Presidência para o Senador Antônio Carlos Valadares, que preside a Comissão de Assuntos Sociais.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Obrigado, Presidente Heráclito Fortes, da Comissão de Infra-Estrutura. Nós ordenaremos o trabalho do debate ouvindo, em primeiro lugar, os Senadores que participaram da assinatura do requerimento de convocação conjunta das Comissões. Sendo assim, Senadores como Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Gerson Camata, Paulo Paim, Roberto Saturnino serão chamados, pela ordem, nesta ordem que eu me referi. Eu sou também um dos signatários, o primeiro signatário na Comissão de Assuntos Sociais, mas eu deixarei a minha participação *a posteriori*.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, pela ordem. É só uma pergunta, porque apresentaram uma lista de inscrição para...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A lista de inscrição será obedecida religiosamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Como a CAE foi aprovada depois de iniciada a Comissão aqui, nós interrompemos a discussão lá para poder participar dessa importante reunião. Então eu não sei se isto vai convalidar a presença dos membros da CAE.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Os membros da CAE terão possibilidade de participar do debate. Afinal de contas, todas essas Comissões, as quatro Comissões, estão participando desta reunião conjunta.

Como eu anunciei, pela ordem dos signatários do requerimento, nós vamos dar a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador Pedro Simon.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu acho que o Senador Pedro Simon deve ter precedência. Então, eu agradeço se ele puder... Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com a palavra, então, o nobre Senador Pedro Simon, que se referiu a este assunto com muito destaque, não só no Plenário do Senado, como também defendendo uma reunião conjunta das Comissões no sentido de proporcionar à Varig uma recuperação completa de suas atividades, com o apoio da justiça, com o apoio do Senado Federal. Com a palavra V.Exª., Senador Pedro Simon, um grande lutador em favor da Varig.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu agradeço a gentileza de V.Exª. e a gentileza do Senador Suplicy. E quero dizer, Sr. Presidente, que eu acho que nós estamos enveredando por um caminho que nos levará a algum resultado. Eu acharia muito impor-

tante que V.Exª., ao final da reunião, fizesse chegar a todos os Parlamentares a cópia dos depoimentos que foram prestados aqui, para nós juntarmos. Acho, por exemplo, muito importante que a cópia desses depoimentos possam chegar à Ministra Dilma e ao Ministro Valdir, se é que eles virão aqui na terça-feira.

Eu digo o seguinte: Fica muito claro aqui que a situação da Varig tem solução. Fica muito claro aqui também que, com o maior respeito, a gente não vê, por parte da representação do Governo, uma atitude que não seja de frieza com relação à Varig. É uma empresa, atravessa dificuldades, e estamos dando a atenção que devemos. Agora, uma preocupação a mais, um *plus* a mais, a gente não consegue sentir.

Eu vejo que houve muitos equívocos para nós chegarmos até aqui. Quando apareceu o problema, o Governo interveio e nos procurou. E tese era a fusão da Varig com a empresa TAM. Fusão essa que, na verdade, significava a incorporação. A Varig, se não me engano, ficava com 5% da TAM. Um negócio que não tinha chance de a gente aceitar. Era uma proposta tão incompreensível na sua lógica que não dava para aceitar. Aí veio uma boataria que não dá para se chegar aqui, mas ela andou pelo ar, de que há uma coincidência nos prazos do PT e da criação da TAM. E que, lá no início, quando ambos estavam iniciando, houve, e é natural, não vejo nada demais, uma simpatia, os Parlamentares do PT normalmente tiravam suas passagens na TAM e a TAM dava a gentileza a um partido que estava começando.

Mas que o Chefe da Casa Civil, esse, e que estou vendo agora, que é ex-Chefe da Casa Civil, mas parece que é o coordenador político da campanha, está nos jornais de hoje com a maior tranqüilidade. Eu até não entendo como um cidadão pode estar sendo processado no Supremo ser coordenador político de uma campanha.

Mas disse ele, quando nos procurou, com toda clareza, era um assunto para ser resolvido naquele mês. Estava resolvido, estava equacionado e não se falava mais. Aquela boa vontade, aquela rapidez que existia no sentido de resolver o problema se transformou numa morosidade que nada dava certo, no momento em que não foi aceita a proposta da fusão. E aí vem uma seria série de questões.

Eu não vou deixar de reconhecer que entre essas questões, está aqui o que o Dr. Brizola dizia que era uma maravilha, a Fundação Ruben Berta, que era um exemplo a ser seguido pelo Brasil, porque era uma fórmula diferente de um capitalismo onde os trabalhadores participavam da organização do capital e, na verdade, se nós analisarmos com calma, e se foi um processo que deu certo durante muito tempo, a Varig se transformou numa das melhores e mais competentes empresas de aviação do mundo durante um monte de tempo. Mas está provado também que, quando a coisa vai muito mal, complica. Porque aí a fundação passa a ser uma competição, uma briga interna, os Pilotos estão aqui, as Aeromoças estão lá, o serviço de terra está ali adiante, e aí a coisa realmente complicou. E parece realmente, a Ruben Berta complicou a situação.

Mas, no meio dessa discussão, não se sentiu, por parte do Governo o interesse de equacionar a questão no sentido de "vamos equacionar". E aí me perdoe, Presidente, mas eu acho que o Senado e a Câmara também. Fizemos 500 audiências, falamos com mil Ministros, fizemos mil reuniões, conversamos mil vezes, mas nunca se deu seqüência, nunca se deu continuidade, nunca se teve um plano "nós vamos entrar num esquema para ajudar", e nós estamos nisso aí.

Acho que, dessa vez, a tentativa é essa, quando se reúnem as quatro Comissões. E quando se faz esse esforço é no sentido de que vamos tentar equacionar uma solução. Eu não sei, e Deus me perdoe, mas, de quinta-feira para cá, a gente vê uma mudança de linguagem do Governo. O Governo que, no Rio Grande do Sul, tanto o Presidente Lula quanto a Ministra foram duros, quando indagados com relação à Varig, o Presidente, quando perguntado por um Deputado Federal, ele foi até um pouco ríspido, e disse: "Então encontre alguém que queira resolver". E a Ministra disse que ajuda, mas não bota um tostão nesse "saco sem fundo" que é a Varig.

Mas, já agora, desde sábado, que tanto a Ministra quanto o Governo vêm falando com simpatia que está na hora de resolver a questão. Eu acho que está na hora de resolver a questão.

Pelo que eu senti aqui, em primeiro lugar é a pessoa do Juiz. Que, com a maior tranqüilidade, conhecedor da matéria, e ele vai ser ouvido por nós, ele diz que se nega a decretar a falência da empresa, e que não tem nada na empresa que prevê para agora, nem para um futuro ali adiante, a falência. Pelo contrário, que a empresa reúne todas as condições de ser levada adiante. E esse é um depoimento de alguém que não que não é nem Executivo, nem Legislativo, nem agente comercial. É um Juiz, que todo o processo está passando por ele, e ele dá com a imparcialidade e a responsabilidade que deu.

Segundo a gente vê, e já tem chegado aqui, que os representantes dos trabalhadores dizem: 1) Que estão dispostos a demitir mil e quinhentos; 2) Estão dispostos a abrir mão do seu salário; 3) Que estão dispostos a abrir mão de seu Fundo de Pensão. Como forma de contribuição para se encontrar uma saída.

Isso é algo que me parece altamente positivo e altamente concreto.

A Infraero. Eu vejo na análise da Infraero (soa a campainha) uma praticamente de indiferença.

A Petrobras, quero felicitar V.Exª., afinal V.Exª. representa a Petrobras aqui, temos auto-suficiência. V.Exª. merece o nosso respeito. Tem trinta e tantos anos de Petrobras. Meus cumprimentos. E eu acho que é por essa rigidez de cobrar antecipado que a Petrobras está chegando lá. Mas essa questão de cobrar antecipado e essa questão que nós estamos vendo documentos que foi distribuído aqui onde o combustível representa 20% do valor, e nos Estados Unidos é 7,5%, na Europa é 16,5% e no Brasil é 35%. É uma análise a ser feita. É uma explicação a ser dada no sentido da situação que nós estamos vivendo. Acho que é realmente muito importante. O Sr. Marsal, que é a empresa que foi encarregada de fazer o trabalho, disse que o trabalho é viável, que a saída é normal. Ou eu não me engano, ou V.Exª. disse que não precisa de dinheiro público? Não precisa de dinheiro público, e que a saída é absolutamente tranqüila.

Então, é quem está responsável, quer dizer, não se fala mais agora na fundação, a fundação está fora. Não se fala mais nas brigas internas, elas foram colocados de fora. O Juiz colocou a representação e a representação vem dizer aqui que tem condições, que ela leva a questão adiante.

Eu não sei se o Sr. Elnio Borges, porque ele deixou muito no ar. Mas que interesses estranhos são esses aí?

SR. ELNIO BORGES – Os interesses passam desde os que desejam entregar essa empresa à concorrência até os empresários que pretendem comprar na "Bacia das Almas", passando por administradores da empresa, que não desejam ver mudar muita coisa dentro da governança da companhia. Esse é o conjunto de interesses que tem trabalhado contra a Varig nesses quatro anos que os trabalhadores têm vindo aqui inclusive nesta Casa e recebendo apoio para buscar uma solução.

Por isso, essa empresa tem um plano aprovado, que prevê uma Varig operacional ser leiloada, os trabalhadores conseguiram que a Justiça do Trabalho acelerasse esse processo, posto que na Justiça Civil há quatro meses nós não conseguimos andar e continuam os interesses. Dia 2, agora, de abril está colocado uma Ordem do Dia para a Assembléia Geral de credores que visa a alterar o plano, não conseguimos entender porquê, e ver uma proposta de compra do Sr. Lap Chan, que é o atual controlador da Varig LOG, que oferece quatrocentos milhões de investimento numa Varig totalmente limpa, para ele, enquanto deixa as dívidas todas para a União, para os trabalhadores e para os demais credores.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É, eu acho que a Varig precisa de oração de nós cristãos e do Sr. Antônio Carlos e companhia ir lá na Bahia fazer alguma reza contra seus inimigos.

Eu acho muito importante a vinda da Ministra e do Ministro aqui. Eu acho que é significativa a vinda desses companheiros que estão aqui, mas, a vinda do Ministro e da Ministra é fundamental. E, principalmente, Sr. Presidente, a decisão que V.Exª. tomou de que aqui não é uma reunião apenas, aqui (soa a campainha) tem um grupo que vai se reunir aqui, e eu já pedi a V.Exª. de nós fazermos uma outra reunião para discutirmos uma Assessoria para esse grupo, quer dizer, vamos trazer uma Assessoria Técnica para esse grupo, porque não adianta, vamos pedir inclusive a essas pessoas que estão aqui que indiquem um representante para a nossa Assessoria Técnica, para nós conseguirmos fazer um estudo em condições de discutir com a representação da empresa, com os empresários, com os trabalhadores e com a Ministra Dilma.

Eu quero dizer que acho que nós podemos encontrar uma solução e quero dizer, com toda a sinceridade, não fica bem para o nosso amigo Lula ele ficar assistindo o que está acontecendo com a Varig sem fazer nada. Não fica bem para nós brasileiros acontecer isso com a Varig sem fazer nada.

Eu tenho casos aqui, que eu poderia ler, de intervenção do Governo, com dinheiro, até em frigorífico de abate de aves. Tem Ministro importante aí e conseguiu. E o Governo interferiu e botou dinheiro do BNDES e resolveu. Tem casos aqui, que eu tenho, que eu poderia citar, de interferência do Governo em empresas inclusive multinacionais ultra bilionárias, e que o Governo interveio e o Governo respondeu. O que eu digo...

SR. ELNIO BORGES – Interveio para ajudar.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Para ajudar. O ex-Presidente da BNDES está dizendo na Isto É, com todas as letras, que é muito simples, é só querer fazer. Querer ou não querer.

Por isso é que eu digo que tem gente que fala, Deus me perdoe, cala-te boca, que se a Varig fosse paulista seria diferente. "Seria diferente, mas ela é gaúcha". Mas ela nem é gaúcha, meu Deus do céu. Ela está em São Paulo e no Rio de Janeiro. Ela só tem o nome que é Varig, e também se usa um Varig pequeninho, desse tamanhinho, e ninguém sabe o que é que é Varig, Viação Aérea Rio-Grandense. Mas ninguém sabe. "Porque o Brasil é desse tamanho".

Agora, eu não entendo essa antipatia, juro por Deus que eu não consigo entender essa antipatia. E,

que não fica bem para o Presidente Lula assistir acabar com a Varig, não fica bem.

Uma empresa para adquirir a credibilidade, para ser recebida nos aeroportos do mundo inteiro como uma empresa de categoria internacional, leva um bocado de tempo. Nem querendo dava para transferir isso da noite para o dia para uma outra companhia. Isso para uma outra companhia. Nem querendo, se transfere isso para uma outra companhia. O que vai acontecer é que nós vamos perder uma tradição de 50 anos e outra empresa vai ter que trabalhar 40 anos para chegar a esse ponto. Não sabendo o que acontecerá em termos de comunicação internacional daqui a 40 anos.

Por isso, Sr. Presidente, eu felicito V.Exª. por realizar esta reunião. Agradeço a presença dos Senhores. Digo, com certa frieza também, que eu noto que a representação do Governo está aqui por obrigação de ofício. Mas não vi por parte de S.Exªs. nenhuma preocupação. Eu não vi nenhuma angústia por parte dos representantes do Governo, das entidades que eles representam com relação à Varig. "Não, mas nós estamos preocupados. Nós estamos tentando fazer isso tudo". Quer dizer, inclusive a própria Petrobras, com todo o respeito, na sua grandiosidade, ela... Eu não vi. Uma preocupação zero com uma empresa que, cá entre nós, entre os compradores da Petrobras é difícil que tenha alguém que tenha pago mais, ao longo desses 40 anos que existe a Petrobras, do que a Varig. Quer dizer, quem mais tem pago, quem mais tem contribuído com os cofres da Petrobras, ao longo da sua existência, do que a Varig? No entanto, eu não vi, como não tenho visto, por parte do Governo, nenhuma simpatia.

Acho, e fui procurado com informações, que eu acho muito importantes. o Governo, a partir de segunda-feira, vai, e inclusive seria essa a causa da não vinda da Ministra hoje, para vir na próxima semana, porque o Governo está reconsiderando, e estaria estudando uma forma de apresentar aqui uma proposta que seria concreta. Queira Deus que isso seja verdade. E quando eu vejo o representante da empresa dizer que ela está preparada para isso e que a firma está preparada para isso, é só querer, eu acho que a Dra. Dilma e o Ministro Valdir nos trarão uma grata surpresa na próxima terça-feira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Exª., Senador Pedro Simon. Vamos fixar um tempo da fala dos oradores. Cinco minutos, prorrogável por mais cinco.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar prioridade primeiro aos três Senadores do Rio Grande do Sul, conforme inscritos, o Zambiasi e Paulo Paim e, em seguida, eu falarei. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Exª. a compreensão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Repara-se que é um *gentleman*, que tem que retornar. É impossível que o PT negue legenda para um homem desse gabarito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E V.Exª. ainda fala mal de São Paulo, Senador Pedro Simon.

(Risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – São Paulo merece os nossos aplausos. Com a palavra, o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul. Grande defensor também da Varig.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Valadares, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e o Luiz Otávio, nosso Senador da Comissão de Assuntos Econômicos.

Primeiro eu quero cumprimentar os quatro Senadores pela importância desta Audiência Pública. Como aqui foi dito, nós já participamos de, no mínimo, umas três dezenas de eventos. Até na Casa do Vice-Presidente da República, por duas vezes. E como também lá no Palácio, com o próprio Vice-Presidente, Ministro da Defesa, e Ministros das mais variadas áreas. Audiências, eu presidi uma, aqui no Auditório Petrônio Portella, com a presença de cerca, creio eu, de uma mobilização gigantesca das entidades dos trabalhadores lideradas pelo Márcio, eu acho que com a presença de setecentos, oitocentos trabalhadores. E realizamos audiências, voltamos para outra audiência, e o caso continua igual.

Eu sou obrigado a repetir, infelizmente, um discurso que fiz numa outra vez numa audiência. Não dá também para dar a impressão que do problema da Varig o culpado é o PT. Aí não dá. E todo mundo sabe minha posição, de uma certa independência. Mas também não dá. O problema da Varig o culpado não pode ser o PT. O problema da Varig começou a partir do Governo Lula? Não começou. Eu pergunto a qualquer um dos Senhores que estão aqui. O problema da Varig antecede o Governo Lula, que vem se avolumando e ninguém deu resposta. Oxalá, a exemplo da Petrobras, que está agora numa situação privilegiada, Oxalá o Presidente Lula consiga apontar caminhos.

Aí depois também não digam que ele não pode dizer que os Presidentes anteriores não responderam e ele respondeu. Eu acho que esse não é o debate. Mas, eu me obrigo a fazer essa fala. Esse não é o debate. Nós estamos aqui numa posição suprapartidária, ouvindo todos os setores envolvidos, para tentar buscar uma saída. Porque aqui, como foi dito, que não significa aporte de dinheiro público. Mas por que não fazer? E aí eu concordo sim, um encontro de contas. Ou é mentira o encontro de contas? Porque cada um conta uma versão. Tem ou não tem, três bilhões, quatro bilhões de uma dívida acumulada que deve ser ajustada? Isso nós temos que fazer esse debate e fazer esse acerto.

Eu tenho uma preocupação, sim, com o Fundo de Pensão dos trabalhadores. Tem ou não tem dinheiro? Dizem para mim que ele já está falido, já foi usado, de uma forma ou de outra, para sustentar a Varig voando. E digo mais, e me assusta e me preocupa se é verdadeiro essa grandeza de um Fundo usado indevidamente para a Varig continuar voando, mas que faz com que os trabalhadores não tenham perspectiva nenhuma no futuro de ter a sua aposentaria.

Eu encontrei aqui um Senhor que é, eu acho, Comandante também, ou Piloto, ele disse que o pai dele, que foi Comandante, está previsto o pagamento por mais dois meses. A situação, de fato, é gravíssima. É gravíssima, em todos os sentidos.

Agora, eu não quero ficar aqui somente numa fala que dê a impressão de que nós estamos em campos opostos, porque não é verdadeiro. Eu, o Senador Simon, Senador Zambiasi e todos os Senadores estamos com uma única preocupação aqui. Achar caminhos para a nossa Varig. Estou aqui com um documento, que já está com 78 assinaturas de Senadores. Tenho certeza que vai chegar nos 81 que gostaríamos inclusive, Senador Heráclito Fortes, liderado por V.Exª. porque foi a partir de um discurso, e quero que se faça justiça ao Senador Jefferson Perez, no Plenário, num longo debate que alongou por três, quatro dias, com a participação do Senador Simon, do Senador Zambiasi, Senador Valadares, Heráclito Fortes e tantos outros (soa a campainha) que nós encaminhamos, a partir, quero repetir, da liderança do Heráclito Fortes, essa Audiência Pública com as quatro Comissões.

Então a nossa posição aqui é achar caminhos. Quem sabe, depois dessas Audiências Públicas, se necessário, eu tenho certeza que uma Comissão representativa de Senadores vai ao Presidente, mostrando a boa vontade do Senado de contribuir. É verdadeiro que o BNDES, por exemplo, está disposto a financiar investidores. Eu não vejo problema nenhum. Financiar, não é dar dinheiro público, financiar investidores para que haja a possibilidade de a Varig voltar a voar normalmente.

A BR Distribuidora disse aqui que foi sempre pedido prazos pequenos. Mas é possibilidade de um prazo maior? Eu acho que é. Mas claro que não sou eu que vou discutir, e não posso decidir.

Eu quero terminar dizendo que eu estou convencido de que a Varig tem todas as condições de voltar a voar normalmente. E vou terminar com o episódio de ontem. Eu tive que ir a São Paulo ontem. Num debate sobre a Comissão do Salário Mínimo, em benefício dos aposentados, o Senador Pedro Simon estava lá. O vôo da companhia, atualmente voando em grande escala, atrasou duas horas. Na volta, eu sentadinho lá, da companhia, entra alguém no avião e diz o seguinte: "Quem aceita trezentos reais para descer desse vôo e ir no vôo da Varig, vai sair daqui a duas horas". Ofereceram assim trezentos reais para quem descesse e aceitasse, devido à superlotação em que estava o avião devia estar uma meia dúzia de pessoas sem poder voar e a Varig sairia num vôo dali a uma hora e meia.

Então, essa situação, para mim, aponta que o tal de monopólio é assustador. E para onde vamos. E sem querer aqui fazer um discurso somente apaixonado, porque o Senador Pedro Simon fez, o Zambiasi tenho certeza que fará também, da nossa Varig, meu amigo Zuanazzi, companheiro de longas jornadas também, eu tenho certeza que nós podemos achar um caminho. E esta Comissão, que a gente faz parte com muito orgulho, eu tenho certeza que ela só vai dar certo, e quero fazer aqui esse pronunciamento, se nós deixarmos de lado a disputa político-partidária. Não há partido contra, nem a favor. Eu duvido que tenha aqui um partido que não esteja a favor do retorno da nossa Varig. E é com esse espírito, que o PMDB, que o PTB, que o PFL, que o PSDB, que o PSB, que o PV, enfim, que o PCdoB, enfim, não esqueci nenhum partido, que a gente há de se encontrar. E vamos caminhar juntos.

Então, o apelo que eu faço é que para a construção de uma alternativa, se ficar no jogo de um campo ou de outro, e polarizando o debate, devido ao processo que estamos aí há cinco meses, não vai ajudar. Por isso é que o apelo que eu faço é nesse sentido. E, se necessário for, por que não irmos a numa Comissão representativa ao próprio Presidente Lula entregar, quem sabes esse documento de 81 Senadores e, por que não dizer, um outro documento com a assinatura dos 503 Deputados Federais, dizendo que o Congresso está disposto a colaborar numa negociação, numa discussão da construção de uma alternativa para a nossa Varig.

Quero dizer de novo, e os Senhores todos sabem, o carinho que eu tenho pelo meu querido amigo

e Senador Simon. E sei que a intenção dele aqui, Simon, e quero que você entenda nesse sentido, pelo carinho que eu tenho por você, e você sabe disso, foi numa linha de provocar mesmo o debate. E eu acho que é na provocação do debate que a gente vai encontrando as soluções.

Por isso, meu Presidente Valadares, eu estou convicto que essa é mais uma Audiência Pública. Faremos outras, se necessário, mas haveremos de, juntos, construir uma saída alternativa para os 11 mil trabalhadores da nossa querida Varig e dos tantos aposentados e pensionistas, que estão desesperados, não sabendo se vão receber efetivamente o salário nos próximos meses. Era isso. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu indago se algum representante aqui da Mesa deseja fazer alguma explicação, explanação, sobre o pronunciamento do Senador Paulo Paim. Eu concedo a palavra ao Dr. Marcelo.

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Senador Paim, a sua preocupação, e histórica preocupação, com os trabalhadores, com os aposentados, obviamente a gente só poderia assistir a um pronunciamento como este aqui.

Nós podemos lhe assegurar. O Fundo de Pensão AERUS está efetivamente em seriíssimos problemas.

Existem dois planos, um plano de benefício definido aonde se reúne a maior parte dos aposentados. E o plano dois, chamado plano dois, o plano de contribuição definida, que é aonde estão a maior parte dos ativos. O nível de recursos, líquidos e não líquidos, para o plano um, é da ordem de 10 ou 12% do que lá deveria haver. No plano dois, é entre 45 e 50%.

Quando nós sugerimos, como forma de fazer a capitalização de curtíssimo prazo desta empresa, para que justamente ela se mantenha viva e possa honrar com as notas promissórias para pagamento da dívida junto ao AERUS, porque é só desta maneira que os trabalhadores aposentados do plano um haverão de receber, por longo período, as suas aposentadorias, era que os trabalhadores da ativa resgatassem parte das suas poupanças, limitados a um valor, estimado pelos nossos técnicos em cem milhões de dólares, duzentos milhões, dos setecentos e trinta e sete que lá existem, para investir esses cem milhões de dólares para duas coisaS – Fazer a adequação de quadro, e não ver os nossos colegas que vão ser demitidos saírem daqui sem o pagamento das suas rescisões, ao menos e recuperar 10 aeronaves, para que a gente possa aumentar o faturamento da empresa, aumentar a sua receita líquida em função das negociações. inclusive de ordem salarial que estamos fazendo, para que ela possa, tendo resultado positivo, honrar com as promissórias de dez milhões de reais ao mês, para pagamento junto ao AERUS.

É justamente esta a operação que estamos oferecendo. E isso nos dizem os nossos técnicos, pois nós estamos especializados nesta questão atuarial, de que inclusive a minha saída e a saída de outros da ativa trará um equilíbrio atuarial maior inclusive ao plano dois. Nós saímos de uma aposentaria que, até mesmo com a liquidação já se provou, não mais existe, e vamos para a empresa correr o risco junto com a empresa para vermos se, convergindo os esforços, podemos manter os nossos empregos e pagar as aposentadorias daqueles que lá já estão aposentados. É esse o raciocínio, simplificadamente falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço ao comandante Márcio Marsillac, Coordenador dos trabalhadores do Grupo Varig pela sua participação e desprendimento, demonstrando publicamente que os trabalhadores do grupo Varig estão dispostos a recuperar a sua companhia. Eu concedo a palavra ao Dr. Marcelo Gomes, Gerente-Geral da empresa Alvarez & Marsal, por três minutos.

SR. MARCELO GOMES – Senador, em relação ao plano de recuperação e à participação que todos, nós estamos falando sempre sobre o Governo ajudar ou não ajudar, e o representante da BR Distribuidora foi muito claro aqui, dizendo que quem decide esse tipo de crédito é o Conselho da BR, que é formado por Ministros que compõem a base, que está sendo discutida, de apoio à Varig.

Então, eu acho que esses Ministros deveriam ser sensibilizados em uma liberação de crédito para a Varig.

Para a BR, a Varig hoje ela representa 5% do faturamento anual da BR, de toda a BR, e representa, talvez, o maior cliente em querosene de aviação da BR no Brasil hoje.

Então, perder um cliente desse, para a BR, eu também não acho que seja uma coisa simples. Eu não acho que seja uma coisa vazia, de falar "Ok, se quebrar quebrou, isso não é problema nosso, nós somos uma empresa de mercado e temos que trabalhar com ferramentas de mercado". Isso não é realidade. A BR, se nós analisarmos a rentabilidade da BR, a Varig, pelo menos, representa vinte milhões de reais de lucro para a BR por ano. Então, isso é uma conta importante. Isso é uma conta de um bilhão de reais por ano. Isso não é uma conta pequena, não é uma conta que eu possa deixar de receber.

Então, a BR ela sempre deu crédito para a Varig em todos os momentos da parceria que existia entre

as duas empresas. E hoje esse crédito não existe por não existir um contrato também. A BR e a Varig hoje trabalham sem contrato. Então, existe um caminho para isso. É só se executar um contrato novo, no qual se tenha garantias e, quando se fala sobre garantias, nós estamos falando sobre garantias dos próprios cartões de crédito que a BR tinha anteriormente. Porque a Varig continua vendendo, a Varig continua voando. A Varig faturou, em março, duzentos e vinte milhões de dólares. Então, a Varig continua sendo uma empresa que fatura, que tem os seus recebíveis, que nós podemos utilizar para dar como garantia em um processo de fornecimento de combustível. Basta que, obviamente, o Conselho da BR tenha uma flexibilidade. Eu entendo que no mercado é muito complexo você pedir crédito para uma empresa que está em recuperação judicial. Mas é uma parceira da BR desde 1973. Então é uma empresa que apoiou a BR em muitos momentos, que hoje está solicitando um apoio, que foi retirado dela desde dezembro.

Então, só para poder explicar o cenário, existe, sim, uma possibilidade de o Governo ajudar, que seria o Conselho da BR ter essa flexibilização em dar crédito para a Varig. Eu entendo a posição da Diretoria, e quem define isso hoje é o Conselho. E o Conselho pode definir uma ajuda à Varig hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Há um requerimento da Mesa, da autoria do Senador Eduardo Suplicy, dirigido aos Senadores Heráclito Fortes e Antônio Carlos Valadares. E o Senador está solicitando a presença da Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio e do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Selma Balbino, para serem ouvidas na Audiência Pública da próxima quinta-feira.

Este requerimento depende de aprovação do Plenário. Eu gostaria de ouvir o Plenário. Os Senadores que aprovam e as Senadoras que aprovam...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar, se possível, a gente sabe que num momento difícil como esse existe alguma divergência, eu recebi também um documento correspondente às entidades aí citadas, e eu acho muito bom, já que eu fiz esse apelo inclusive aqui suprapartidário que, independentemente alguma divergência sindical na base, todos sejam ouvidos e a gente possa com isso estar construindo um grande entendimento.

Então, totalmente favorável ao documento do Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Os Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Próximo orador é o Senador Zambiasi, do Rio Grande do Sul, a quem concedo a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Acho, Sr. Presidente, Senhores componentes da Mesa, que esse encontro ele talvez seja o pontapé inicial de, finalmente, notícias positivas para a Varig. Eu ouvi depoimento, a manifestação emocionada do Senador Simon, a defesa intransigente do Senador Paim, o registro da viagem do Senador Paim inclusive com a proposta de um passageiro abrir mão, em função da lotação, o que é uma coisa maravilhosa, eu sou testemunha disso, porque nós fazemos o discurso e tentamos, especialmente os Parlamentares gaúchos, pelo vínculo histórico com a Varig, viajarmos pela empresa.

E eu testemunhei, sexta-feira passada, Paim, um desabafo, não foi comigo, eu apenas ouvi, à chegada do vôo em Porto Alegre, era feriado e, ainda assim, no vôo seguramente tinha mais de 60% de lotação, que acho que é uma base mínima para voar com uma certa tranqüilidade, não dar ainda mais prejuízo, e me comoveu ouvir uma das aeromoças comentar com a outrA – "E aí?" E a resposta dela: "Só notícia ruim". Aquilo ficou no meu ouvido. Foi o que eu ouvi da conversa no corredor na chegada do aparelho.

Eu, sinceramente, acho que esta reunião de hoje, quem sabe, comece a transmitir notícias boas. Eu sei que o Dr. Milton Zuanazzi, que representa aqui a ANAC, o nosso Brigadeiro, Dr. José Carlos Pereira, da Infraero, o Dr. Pedro Caldas, da BR, não podem trazer aqui a posição oficial do Governo, mas a sua presença aqui dá uma demonstração, seguramente, do compromisso de encontrar soluções para essa empresa, que, aliás, Marsillac, Dr. Braga, Dr. Marcelo, da Consultoria, está completando, dia 7 de maio agora, 79 anos, daqui a doze dias.

É bom referir, eu busquei aqui num levantamento que a Folha fez, a leitura da cronologia da Varig é muito interessante: Fundada em 7 de maio de 1927, vem todo um histórico, a criação do Fundo dos funcionários, depois Ruben Berta, em 1945, e veio um histórico muito interessante até 1986. O Plano Cruzado começa a criar os primeiros problemas com a Varig.

Então o problema de gestão é tanto empresarial como governamental. É gestão empresarial e gestão governamental. O Plano Cruzado, que congela os preços das passagens, mas não os custos da companhia.

Em 90, o Presidente Collor abre o mercado da aviação nas rotas internacionais. Aí, abre concorrência da Varig com a Vasp e Transbrasil. Vasp e Transbrasil quebram, mas a Varig resiste heroicamente. (soa a campainha). 91, começa a Guerra do Golfo. Outro impacto em cima da empresa. 99, crise cambial. 2003 Varig e TAM assinam o memorando de intenções para

se unirem nesse compartilhamento que, de alguma maneira, eu não sei se ajudou ou não, mas minimizou os problemas.

E agora, finalmente, esta reunião que reúne quatro Comissões do Senado, tem aqui o apoio parlamentar da Câmara também, trazendo aqui toda esta representação e a expectativa de, na semana que vem, finalmente, então, o Governo institucionalmente estará aqui para, quem sabe... Olha, eu vou ler apenas um trechinho de uma manifestação do Presidente Lula, e eu quero aqui me associar ao Senador Paim, que disse que a crise não é do atual do Governo. Eu fiz questão de ler aqui a cronologia para se ver que a crise ela começa lá em 86 realmente a se acentuar, e vem crescendo até aqui.

E agradeço ao Senador Azeredo, que me cede aqui uma manifestação do Presidente, ainda Presidente de honra do PT, e ele diz, muito interessante isso aqui e, por isso, eu acredito que o Presidente Lula quer, sim, a solução do problema. Acredito. Acredito que o Governo queira e, quem sabe, na próxima semana, nestes dias, já maio, nestes dias que antecedem os 79 anos da empresa, o Governo realmente interceda em favor da empresa, não colocando dinheiro público, como foi colocado aqui, ontem eu fui questionado sobre, por exemplo, a participação do BNDES, sendo o BNDES dinheiro público. Como faria. E eu entendo que se o Governador admitir a dívida, a admissão da dívida pelo Governo, será uma forma de contrapartida para que haja garantia da concessão do dinheiro público, se for o caso. Isso é uma questão técnica bastante complexa que acredito que não seja o momento para discutir. Mas, apenas para lembrar, dizia aqui, então, o Presidente LulA – "Para o setor sair da crise seriam necessárias medidas governamentais voltadas para assegurar a isonomia tributária e de financiamento às empresas brasileiras compatíveis com a realidade internacional". Ou seja, as condições de concorrência teriam de ser equalizadas. Seria urgente a revisão dos acordos bilaterais vigentes. Isto, à época. E o Senador Azeredo quer, Presidente Valadares, pegar uma carona num aparte aqui para, inclusive, ganharmos tempo. Eu tenho alguns minutinhos, e eu cedo esses minutos ao Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Só um aparte, Presidente, eu quero só mostrar realmente esse texto aqui do Presidente Lula, que é de 2002, em que ele diz exatamente que "Entretanto é preciso avaliar a parcela de responsabilidade do setor público e, mais especificamente, da política macroeconômica no enfraquecimento dessas companhias. Os altos juros praticados pelo Governo Brasileiro desde o início da década – dizia o Presidente Lula – juntamente com a carga fiscal elevada incidindo sobre as atividades produtivas afetaram negativamente esse e outros setores da economia brasileira". E mais adiante ele dizia: "Nesse sentido vale, sim, uma intervenção das autoridades competentes, não para presentear com recursos públicos, mas para dar as condições macroeconômicas de sobrevivência e de competitividade, antes que elas sejam engolidas pelas grandes companhias estrangeiras".

Quer dizer, esse é um texto importante, e eu acredito que o Presidente Lula quando o disse, o disse com uma boa intenção. Agora, que ele tem as condições como Presidente, eu diria, quero até fazer uma proposta aqui, se o Governo é obrigado a recorrer, e é verdade, é obrigado a recorrer quanto à decisão do STJ, por que não o Governo pedir ao Congresso uma autorização especial para fazer esse acordo? Nós já fizemos pelo Congresso um projeto, que foi o PROER, que foi exatamente para evitar que o País tivesse uma bancarrota dos Bancos e que, no fundo, eram os brasileiros que eram afetados, não eram os Bancos, se falou, na época, muita bobagem, que era dinheiro para Banco. Não era. Foi para evitar que os correntistas tivessem prejuízo. Eu acredito que nós poderíamos ter uma aprovação no Congresso de uma autorização para que o Governo fizesse o acordo, respeitando a decisão, que já existe, do STJ, sem precisar de recorrer.

SR. ELNIO BORGES – (pronunciamento fora do microfone) Aos Senhores que já existe um estudo técnico, está dentro do BNDES. Nós vimos tentando há quatro anos ter acesso a ele, Fundo garantidor do crédito aeroviário, tem todas as condições para resolver esta questão, inclusive, mais uma vez, sem desembolso efetivo de Fundos públicos, de dinheiro público, através da garantia para empresas em recuperação (soa a campainha) das diferenças que essas ações de congelamento tarifário vão sendo favoráveis a essas empresas.

O Fundo garantidor, e eu me comprometo a trazer aqui os dados que nós temos, é um projeto da CONSULTEC, que está no BNDES há muitos anos, e nós não conseguimos ter acesso. Talvez esse, sim, fosse um grande passo que os Senhores pudessem nos ajudar a dar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, existem créditos da Varig que estão sendo objeto de ação judicial inclusive no STJ, por parte da Varig. Eu gostaria que o Dr. Marcelo Gomes informasse à Comissão em que pé andam essas ações e se já foi votada esta matéria no STJ e quais as providências que podem ser tomadas junto aos Governadores de Estado, já que os Estados devem mais de um bilhão à

Varig, a União, quatro bilhões e meio, quais as providências que poderiam ser tomadas, nos Estados, para amenizar essa situação da Varig. Agradeço a V.Sª.

SR. MARCELO GOMES – Em relação ao crédito federal, a Varig tem um débito com o Governo, ela tem um crédito com o Governo Federal. Então, esse encontro de contas, no fundo, ele não afeta o caixa da companhia em nada. Ele melhora o balanço. Mas, afetar o caixa e afetar a geração de caixa, ele não faz. Ele poderia ser uma ferramenta de eu resolver a minha situação de balanço, fazendo um encontro dos meus créditos e dos meus débitos com o Governo Federal. E esses créditos são referentes a defasagem tarifária, que se calcula algo em torno de 4.6 bilhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Congelamento de tarifas na época Collor, por exemplo?

SR. MARCELO GOMES – Congelamento de tarifas, e são 4.6 bilhões. Porém, existe um outro crédito, de aproximadamente 1.2, que a Varig tem com os Estados. Somente um Estado aprovou a cessão desse crédito até hoje. Foi o Estado do Rio de Janeiro. Nenhum outro Estado aprovou a cessão. A cessão foi aprovada em 2004 pela Governadora Rosinha, ela cedeu cento e cinqüenta milhões, para uma empresa comprar esse crédito.

Hoje, os Governadores, obviamente que com o apoio da Procuradoria, poderiam ceder esse crédito, para empresas terceiras aproveitarem esse crédito. Porém, já foi discutido, e que os Senhores poderiam ajudar muito em relação a isso, era se nós montássemos um grupo de Governadores, e o Governador Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul com que eu estive ontem, disse que irá solicitar aos outros Governadores esse apoio, da criação de um grupo de Governadores, no qual a Varig se proporia a dar um desconto nesses recebíveis, quer dizer, dar um deságio no recebimento desses valores, dar um prazo longo para pagamento, e o Governo assumiria a obrigatoriedade de pagar, os Governos estaduais. Seria feito um acordo com os Governos estaduais. O que é que isso provocaria? Com esses recebíveis, nós poderíamos securitizar esses recebíveis e ter acesso a esse dinheiro no mercado. Os Governos estaduais não precisariam disponibilizar esse capital imediato, e sim, o mercado securitizaria esses recebíveis de longo prazo do Governo para com a Varig. Esse projeto está com o Governador Germano Rigotto, ele se comprometeu a entrar em contato com todos os outros...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – São quantos Estados?

SR. MARCELO GOMES – São aproximadamente 15 Estados. Mas nós temos nove Estados...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Seria interessante disponibilizar a relação desses Estados.

SR. MARCELO GOMES – Nós temos a relação de valores por Estado. Você tem oito ou nove Estados que são mais representativos, mas 15 Estados têm esse valor devido com a Varig. (soa a campainha). Então, isso seria de uma importância enorme, se a gente conseguisse viabilizar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Deixa eu fazer uma pergunta direta, porque eu não entendi bem. Entra mais dinheiro diretamente para a Varig, desse encontro de contas, se me permite usar o termo, dos Estados ou com a União?

SR. MARCELO GOMES – O Estado não é encontro de contas. O Estado é uma dívida que o Estado tem com a Varig, e a Varig não deve ao Estado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Melhor ainda. Veja aonde é que eu quero chegar. Entra mais dinheiro para o caixa da Varig se os Estados pagarem a sua dívida que a União?

SR. MARCELO GOMES – Com certeza entra dinheiro imediatamente no caixa da Varig, se os Estados pagarem a dívida. É imediato. O Governo Federal...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Dá a impressão que é só a União.

(soa a campainha)

SR. MARCELO GOMES – O Governo Federal, a Varig tem um débito com o Governo Federal também. Então, quando a gente fala encontro de contas com o Governo Federal, é eu eliminar o meu débito com o meu crédito. E aí eu melhoro o meu balanço para que eu possa ir ao mercado ter acesso a capital.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu acho que o Senador Paim queria saber é se o crédito da Varig com os Estados ou esse acerto de conta é maior ou menor do que a União. Pelo que o Senhor colocou é 1.2, não é isso?

SR. MARCELO GOMES – A União é 4.6 bi e o Estado é 1.2. É uma conta diferente da outra. Bem diferente. Só que esse 1.2 é uma dívida que os Estados tem com a Varig e a Varig não tem uma dívida com os Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Mas esta dívida é diferença de semestre? A origem desta dívida. Nós estamos perguntando é de onde ela sai.

SR. MARCELO GOMES – Essa dívida é de 89 a 94, uma inconstitucionalidade na cobrança de ICMS pelos Estados. Já transitado em julgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E essa inconstitucionalidade já foi decretada pelo...

SR. MARCELO GOMES – Transitado em julgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, só para perguntar essa questão dele, que ele está falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Wellington, com a compreensão de V.Exª., eu darei a palavra. Existem oradores inscritos, e...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu só queria saber qual o deságio em que foi vendido no mercado esse crédito. Só isso. Porque, se vendeu com deságio de quanto? A Varig? Nos quinze milhões que a Governadora Rosinha autorizou, por quanto o Senhor conseguiu vender no mercado?

SR. MARCELO GOMES – Foi um deságio de 25%.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Um quarto do valor foi perdido?

SR. MARCELO GOMES – O mercado comprou, foi uma empresa de telecomunicações do Rio que comprou isso com o deságio de 25%, que é o mesmo deságio que está sendo proposto para os Governos. Quer dizer, em vez de esse deságio ser ao benefício de uma outra empresa, vai ser ao benefício do próprio Governo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então você não deu um crédito de 1.2. Você tem 1.2 menos 25%.

SR. MARCELO GOMES – Se eu der o deságio em cima do meu crédito é 1.2.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu me comprometo a levar ao Governador de Minas essa resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Dr. Marcelo, eu darei a palavra agora, concessão mais uma vez do nobre e compreensivo Senador Suplicy, ao eminente Senador do Rio de Janeiro, Saturnino Braga.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. convidados, eu agradeço a gentileza do Senador Suplicy, porque realmente tenho um compromisso daqui a poucos minutos.

Mas eu queria, enfim, saudar a realização desta reunião porque sinto eu, sentimos todos nós que aqui estamos, que nunca esteve tão próxima a solução para o caso da empresa Varig, que constitui realmente um patrimônio deste País e uma afeição da Nação e do povo brasileiro. E quero dizer que esta solução, que acho que será encontrada, e eu estou acreditando que será encontrada, ela deriva de toda uma mobilização nacional que esta questão suscitou. Claro que os trabalhadores da Varig e suas lideranças tiveram um papel muito importante nisso, Parlamentares, Senadores e Deputados também tiveram importância, Jornalistas que escreveram sobre o assunto tiveram importância. Mas o fato é que a população brasileira, a Nação brasileira, está reconhecendo claramente que este é um problema da Nação. Que é uma questão que envolve a nação brasileira. E que, por conseguinte, é necessário que se encontre uma solução, e esta solução se aproxima na medida em que fica mais claro e cada vez amadurece mais essa certeza, essa convicção de que está em jogo o interesse da Nação, o patrimônio da Nação, a afeição que a Nação tem por essa grande empresa, o valor que a Nação dá a esta empresa que tanto representou e tanto representa.

Eu teria algumas indagações a fazer, mas eu vou simplesmente mencioná-las, a começar pela questão da sazonalidade, Dr. Marcelo Gomes, quer dizer, o plano de recuperação, que foi aprovado por quase 100% dos credores ele tinha que ter levado em conta essa questão da sazonalidade, tinha que ter previsto uma fonte de financiamento para isso, e parece que não levou, agora, emergencialmente...

SR. MARCELO GOMES – Não levou, porque o fluxo de caixa demonstrado era um fluxo de caixa anual. Não considerava mês a mês. Então, muitos não perceberam que existia essa sazonalidade.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Daí a necessidade de emergencialmente se ter que buscar essa fonte de financiamento.

Outro ponto que eu queria tocar é na questão do preço do combustível, que foi levantado aqui. Tudo bem, eu acho que o Dr. Pedro Caldas explicou muito bem. Agora, não é que o preço do combatível seja o fator que levou a Varig a essa situação, porque as tarifas têm que levar obrigatoriamente em conta o preço do combustível. Então, não é este fator que terá determinado a situação de dificuldade da Varig.

Agora, eu só gostaria, para encerrar a minha intervenção, de fazer uma demanda, especialmente ao Comandante Marsillac, mas também ao Dr. ELNIO BORGES no sentido de que aproveitassem esta audiência, que está tendo uma assistência muito grande, para dar uma afirmação categórica de que não há nenhum problema de segurança nos vôos da Varig. Porque isso começa, obviamente, a ser levantado. Hoje sai nos jornais a notícia de que o Cônsul americano proibiu os cidadãos americanos de voar pela Varig porque não há segurança nesses vôos. E é claro que a população acaba evitando os vôos na Varig, porque essa onda vai crescendo. Então, eu faço um apelo aos dois representantes aqui que, (soa a campainha) ca-

tegoricamente, os Senhores que estão dentro da empresa, da vida da empresa, reafirmem publicamente que não há nenhum prejuízo na questão da segurança nos vôos da Varig.

SR. MARCELO GOMES – Mas esse comentário feito pelo Cônsul, ou outros comentários, são de uma tremenda irresponsabilidade. E a ANAC, que eu acho que pode responder isso muito bem, ela tem investigado e olhado e analisado todos os vôos da Varig. Nós temos duzentos e poucos técnicos tomando conta hoje dos vôos, que tem a garantia que esses vôos hoje não tem nenhum problema de segurança. Então, isso é uma de uma tremenda irresponsabilidade alguém, com o poder de uma pessoa dessa, falar que os passageiros não deveriam voar com uma empresa como a Varig.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra a V.Sª.

SR. ELNIO BORGES – Obrigado. Eu espero que aquela minha manifestação exatamente a respeito de segurança de vôo seja efetivamente uma manifestação ilustrativa. E eu até proporia que V.Exªs. atribuíssem às suas Assessorias uma tarefa impossível. Encontrar outra empresa, seja no Brasil, seja no mundo, que os funcionários tenham paralisado 30% da frota por razões de segurança de vôo, nesta situação. E o comentário do Cônsul americano é efetivamente lamentável. Assim como seria lamentável, ainda que justificável, dizermos que esses cidadãos americanos que foram por ele alertados deveriam estar proibidos de se locomover via aérea de volta aos Estados Unidos, teriam que ir de navio. Porque o que lhe restaria seriam as empresas americanas, estas sim, constantemente sob risco, de várias maneiras. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Dr. Milton.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – Aqui a agência, como órgão responsável pela fiscalização, pela segurança de vôo, por todos os aspectos de homologação, seja dos Pilotos, das aeronaves, o Brasil tem padrão de Excelência nesta área. As aeronaves brasileiras voam em absoluta segurança. Nós temos um dos menores índices de acidentes do mundo. Não por acaso colocou o Brasil numa posição destacada nessa questão da aviação civil brasileira e eu quero fazer minhas as palavras aqui do Elnio, a Varig tem uma cultura de segurança, e isso é absolutamente verdadeiro.

Evidentemente que a nossa fiscalização está junto com a Varig. Nesse momento então tem que se ter o maior rigor possível, qualquer problema pode vir, essa acusação muitas vezes extemporânea ou precipitada, mas a Varig tem essa cultura, é da história dela, da história dos funcionários da Varig, e por isso eles realmente não tergiversam e a agência também não vai abrir mão de observar isso com absoluta atenção. O Senhor pode crer que essas críticas aí não têm fundamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu queria uma palavrinha, bem breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois não, Senador Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador, Eu faço minhas as palavras do Comandante ELNIO BORGES, as palavras do Diretor-Geral da ANAC, e eu posso tranqüilizar, com muita serenidade e muito positivamente. Os passageiros que embarcam nos aviões da Varig não correm risco algum maior do que qualquer outra empresa de primeira linha no mundo inteiro. Não há, esse é um dogma para nós, a questão de segurança de vôo é algo que não tem flexibilidade para nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Exª. Concedo então a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do Estado de São Paulo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador Antônio Carlos Valadares, Presidentes destas quatro Comissões, em primeiro lugar, eu gostaria de fazer a seguinte sugestão. Que possamos, os membros todos desta Comissão, fazer um requerimento para ser apreciado em Plenário, levando em consideração o que acaba de ser dito, e sugiro que a própria Secretaria da Comissão possa prepará-lo, tendo em conta os depoimentos dos que aqui se expressaram, que o Senado Federal, levando em conta o que foi expresso, venha a encaminhar um apelo tanto ao Cônsul dos Estados Unidos quanto à autoridade, acredito que foi no Reino Unido, na semana passada, que teria feito uma recomendação semelhante no sentido de que venham a reconsiderar esta recomendação que fizeram, de que sejam cidadãos do Reino Unido, sejam cidadãos dos Estados Unidos, não utilizem a Varig para sua locomoção, seja para o Brasil, seja para outros territórios.

Então, Sr. Presidente, a minha sugestão é que venhamos todos requerer no Plenário do Senado Federal que estas autoridades, o Cônsul dos Estados Unidos e ali do Reino Unido, possam, diante das informações aqui prestadas sobre a segurança dos vôos da Varig, que continuam seguros, fazer uma recomendação diferente ou retroagir na recomendação que fizeram, dada

a gravidade, conforme o Dr. Marcelo Gomes expressou da recomendação feita. Primeiro ponto.

SR. MARCELO GOMES – Senador, é só para lembrar, UNITED AIRLINES e US AIRWAYS estão também em recuperação judicial. E ninguém aqui no Brasil recomendou que parássemos de voar em UNITED, parássemos de voar de US AIRWAYS. Só para lembrar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quem sabe possam os Senhores aqui convidados inclusive contribuir com os argumentos para a feitura deste documento que me disponho ainda na tarde de hoje, mas, acredito, coletando a assinatura dos Srs. Senadores, e na direção do que o Senador Paulo Paim tem inclusive proposto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Suplicy, me permite um aparte, rápido? Eu queria fazer um apelo a V.Exª. e, se me permitir, Senador Valadares, acho que todos os Senadores, os três de cada Estado, é importante essa relação dos Estados devedores, porque, pela lista preliminar que recebi, São Paulo é o maior devedor da Varig, que os três Senadores de São Paulo fizessem um apelo ao Governo de São Paulo, que quite a sua dívida com a Varig, e eu entendo que os outros Senadores, dentro do seu tempo, farão também o mesmo pedido, independente do partido, já que todos nós temos Governadores, de uma forma ou de outra, dirigindo os Estados.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu acato a sugestão do Senador Paulo Paim e, como ele descreveu uma situação de vôo da Varig, eu vou descrever duas aqui, bem recentes. Uma, hoje de manhã, eu quero informar que voei pela Varig no vôo das 6h56 para Brasília, e o avião estava lotado, e saiu no horário e chegou no horário, que é um registro que eu acredito que seja positivo. E na última quinta-feira, quando eu voltei para São Paulo, tinha um compromisso e precisava chegar lá às 17h (soa a campainha) e queria informar que notei que o avião estava lotado. Inclusive foi nesse dia que a autoridade do Reino Unido tinha recomendado para não voar nos aviões da Varig. Pois bem, o avião estava lotado. Quando eu cheguei no avião até havia três Senhoras na torcida para que eu não chegasse, mas eu cheguei no horário e entrei. Quer dizer, tinha mais pessoas querendo entrar. Saiu no horário, e chegou no horário. Pois bem, diante daqueles episódios e dessas notícias que estavam chegando, eu resolvi escrever no guardanapo uma pequena mensagem ao Comandante e disse: "Quero registrar que o avião está lotado, saindo no horário, e isto é muito positivo para todos nós que estamos torcendo para que a Varig funcione bem e, portanto, longa vida para a Varig". Mandei para o comandante. Ele resolveu fazer um registro, e sabe o que aconteceu? Fez o registro pelo som, agradecendo a solidariedade à Varig, que estava caminhando o ano bem, e eis que todos os passageiros, grande parte, pelo menos, aplaudiram. Eu faço esse registro para dizer que há uma energia positiva muito grande em defesa da Varig, desses cidadãos brasileiros, dos seus usuários.

Então, quando nós chegamos nos aeroportos, ainda hoje de manhã, eu noto que, sejam os servidores, os aeroviários nos aeroportos, sejam os aeronautas, sejam os Comissários de bordo, os Pilotos, todos estão numa energia muito positiva e interagindo conosco que viajamos nos aviões, e eu viajo em todos as companhias, a TAM, a GOL, e assim por diante, mas eu quero registrar que inclusive o Presidente Lula, o Ministro Valdir Pires, o Comandante da Aeronáutica, a Ministra Dilma Rousseff certamente estão sentindo isto.

Eu quero também solidarizar-me com a palavra do Senador Paulo Paim em relação à questão suprapartidária. Porque avalio que o Senador Pedro Simon sabe o quanto que nós, inclusive Senadores do PT, estamos também empenhados para procurar resolver este assunto. Quero registrar, eu queria inclusive explicar ao Dr. Elnio Borges que recebi uma comunicação da vontade das Presidentas do Sindicato dos Aeronautas, dos Aeroviários e também contribuir, conforme o Senador Paulo Paim disse, há algumas divergências de pontos de vista, mas há um ponto uníssono, todos querem colaborar.

E há um ponto que eu gostaria até de, como o Dr. Marcelo Gomes está, pelo que entendi, estudando a solução possível, como percebo na disposição dos aeronautas, aeroviários, trabalhadores na Varig em geral, de estarem contribuindo com uma solução, há um ponto que eu avalio como, eu pessoalmente acho positivo, a possibilidade de os trabalhadores da Varig, desde os comandantes até os aeroviários e todos, estarem eventualmente abrindo mão de parte da sua remuneração para que isto seja transformado em quotas de participação, crédito ou algo assim.

Pois bem, (soa a campainha) há um grande debate em meio aos que trabalham na Varig, ao conjunto dos onze mil servidores, sobre "como seria isso?" Será que isso iria significar um corte da sua remuneração, dos seus direitos e tal? A minha pergunta é: Em que medida esta consideração, que avalio como positiva, poderá ser efetuada de maneira voluntária? Ou seja, digamos que haja onze mil e poucos servidores, trabalhadores, de pilotos (soa a campainha) aos aeronautas e aeroviários, e assim por diante. Em que medida poder-se-ia implantar um caminho em que estes trabalhadores dissessem: "Aqueles que desejarem irão poder transformar a sua remuneração por tanto tempo

em, não um pagamento, mas que se transforme em crédito para eventualmente isto ser transformado em quota de participação, ou nome que for, para estes trabalhadores". Isto teria que ser necessariamente, nos estudos até agora elaborados, ao compulsório para todos ou poderia haver, digamos, uma grande consulta a todos, mediante o debate e o esclarecimento, e essa pergunta tem um sentido de relevância na medida em que, se há débitos ou dívidas para com os diversos credores da Varig, que a Varig precisa pagar, claro, a Varig precisa pagar mensalmente os que colaboram com ela. Se estas pessoas estiverem dispostas a abrir mão temporariamente daquilo que iriam receber, mas transformando isto numa quota de participação em resultados futuros, isso pode ser uma solução interessante. Quanto melhor esclarecido isto, provavelmente, maior será a vontade das pessoas (soa a campainha) participarem disso. Então essa é a minha indagação. Em que medida esse pode ser voluntário ou compulsório. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Antes de conceder a palavra ao Dr. Marcelo, eu gostaria de indagar aos Srs. Senadores e Senadoras se melhor não seria, neste final de debate, que ouvíssemos os últimos oradores inscritos e, logo após, a resposta, a participação dos membros da Mesa, dos convidados. Os Senadores que aprovam esta sugestão permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, após o Senador Suplicy nós vamos ouvir os inscritos e, logo em seguida, os convidados. Concedo a palavra ao Dr. Marcelo.

SR. MARCELO GOMES – Senador, essa consideração da adesão dos funcionários a um plano de capitalização da companhia com os seus próprios salários ela está sendo executada. Existe um modelo dentro do plano de recuperação judicial, a criação dos fundos, nos quais os funcionários eles são credores também. Então eles podem converter esses créditos deles em ação da companhia. Paralelamente a isso, obviamente existem as dívidas correntes com os funcionários, que são os salários do dia-a-dia hoje. A Varig hoje tem um número de funcionários superior ao tamanho dela, devido ao enxugamento das operações da Varig. Então, com certeza, algum plano de redução de funcionários vai ter que existir. Quer dizer, se são mil e quinhentos, se são dois mil ou são três mil funcionários, vai ser definido ainda. Nós estamos estudando a forma de nós não perdermos esses funcionários, porque custou muito caro para você treinar um funcionário desse e você perder para a concorrência, o melhor seria mantê-lo de alguma forma que com o crescimento da companhia eu pudesse tê-lo de volta. Mas a consideração sua de como seria feito, isso só pode ser feito através de acordo sindical. Quer dizer, você tem que ter um acordo com todos os sindicatos, permitindo que parte do salário seja transformado em participação na companhia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Presidente que disse.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Tem a palavra.

SR. ELNIO BORGES – Seria interessante, com muita brevidade, abordar essa situação, iniciando pelo seguinte.

O Senador Suplicy é conhecido de todo o Brasil hoje pela sua boa-fé e a sua consistente perseguição da ética e imparcialidade em todas as suas intervenções. O Senador Paim é um homem de origem sindical, conhece bem o que é sindicato.

Para todos os presentes, e para que fique registrado, não existe absolutamente nenhuma divergência entre os trabalhadores da Varig. Os trabalhadores da Varig estão unidos, unanimemente unidos. Unidos para fazer a recuperação da empresa. Srª. Graziella, ex-aeronauta, está proibida pela assembléia de se manifestar em nome do Sindicato Nacional dos Aeronautas. Os Senhores precisam entender isto. Não temos problema nenhum de que ela venha, pelo contrário, acho que o debate é sempre bom, e se houver, e onde houver interesse de salvar a Varig, todas as ajudas são bem-vindas para nós.

A parte objetiva de sua questão, Senador, não há uma possibilidade de se fazer voluntariamente. O plano é este. Está aprovado. Os trabalhadores da Varig já têm as suas assembléias para acordo coletivo de trabalho. Os cem dias que passamos dentro da Varig tentando implementá-lo, inclusive um dos presentes aqui, o Comandante Marsillac, é membro da Comissão de Acordo Coletivo do Sindicato Nacional dos Aeronautas, só foram frustrados pelo volume excessivo, exagerado volume de interesses em torno da Direção da companhia.

E finalizo lhe dizendo que isso remete a uma questão outra, que é esta dos Governadores se mobilizarem em torno do ICMS, a possibilidade do Fundo garantidor. Tudo isso deve ser, de alguma maneira, condicionado à efetiva mudança da Varig. Não ajudou a contribuição da Governadora Rosinha com o ICMS. Absolutamente. Não ajudou. Primeiro, porque com deságio exagerado e indevido. E segundo, porque só ajudou a financiar a situação que nós estamos.

Então, a solução já existe, eu quero repetir aqui, está aprovada. A Justiça do Trabalho autorizou e os trabalhadores da Varig, acelerando o processo de recuperação, são os primeiros lançadores em um leilão

de compra da Varig operacional. Há prazo judicial, é uma liminar vigente hoje. E está aprovado no plano. Eu acho que o que nós precisamos fazer aqui é ter oportunidade.

E eu lamento que hoje o Professor Paulo Rabelo não tenha tido a oportunidade de lhes mostrar o projeto que existe e a proposta de compra que existe e acelerar isto. Nós precisamos acelerar isto, para libertar a Varig.

Imaginem os Senhores, uma empresa com um débito baixo, que é a Varig operacional, com treze milhões de passageiros transportados no ano passado, com cinco bilhões de dólares faturados no passado, no mercado, ela, em si, é garantia para qualquer empréstimo do BNDES, por exemplo. Ela, em si, é garantia. Não é mais risco. Ela se afasta do risco da Varig, que está pendurada, sem deixar, dentro da nossa proposta, que a Varig matriz, que a Varig continue com ativos suficientes para continuar pagando a União, pagando o AERUS e pagando a todos. O AERUS vai ser tremendamente convertido por nós.

Então, o plano existe, a proposta existe, é plenamente viável, os trabalhadores não vão se manifestar sobre ele? Os trabalhadores já se manifestaram sobre ele. Os trabalhadores estão prontos, os trabalhadores estão sendo impedidos. Estão sendo impedidos. Por isso a nossa revolta efetivamente com o ato da Secretaria de Previdência Complementar, que impediu pessoas que estão contribuindo para este Fundo, desde 1982, que foi a época que nós começamos esse fundo, possam sacar parte desse dinheiro, de uma maneira criteriosa, que não exaure o Fundo, pelo contrário, permite que ele sobreviva e faça com que a Varig continue. Esta é a situação. Todos nós estamos unidos. Não há divergência. A ex-funcionária, a ex-aeronauta Graziella Baggio, faz apenas um reflexo do aparelhamento político sindical partidário que está em todo o sindicalismo brasileiro. Não representa, absolutamente, os trabalhadores.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se me permite um aparte, é que se esse debate vai se encaminhar, e nós conhecemos muito bem o mundo sindical, não é produtivo, porque eles virão aqui na semana que vem, em vez de fazer o debate em defesa da Varig, farão novamente o debate das divergências no campo sindical. Quero cumprimentar V.Sª. pela forma que expôs aqui, e muito bem, só quero, se me permitir, quero só ajudar. Não vamos trazer as divergências sindicais, que são naturais, por isso tem doze centrais sindicais no País, para esse debate, porque daí não ajudará. Se me permite, só esse aparte. E, no mais, meus parabéns pela sua fala.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu queria dizer ao Dr. ELNIO BORGES, primeiro eu achei positivo que tenha dito que não há a que a Sra. Graziella Baggio e a Srª. Selma, Presidentes dos Aeronautas e dos Aeroviários, possam vir aqui. Eu expressei aqui há pouco que resolvi apresentar o requerimento porque elas são Presidentes dos Aeronautas e dos Aeroviários, e é uma entidade legalmente constituída e seria normal que pudessem ser ouvidas. Não sei as divergências que existem ali dentro com o detalhe que V.Sª. aqui registrou. Mas como mencionou que não tem objeção que elas também possam aqui trazer a sua contribuição, acho que isso é importante. E da mesma maneira como o Senador Paulo Paim, vamos agora então unirmo-nos no objetivo de (soa a campainha) recuperar a Varig.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Srs. Senador, Sras. Senadoras, antes de conceder a palavra...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A audiência seria quinta-feira desta semana, Sr. Presidente? Não é na próxima, é depois de amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não. Nós temos quinta e temos terça uma outra, por sugestão já dos Srs. Senadores presentes a esta Comissão. Eu, antes de conceder a palavra à Senadora Lúcia Vânia, eu gostaria de mencionar aqui a sugestão que foi feita pelo Senador Eduardo Azeredo, que foi colocada no papel aqui pelo nosso Comandante Marsillac, no sentido de formarmos uma Comissão Mista, de Comissões ou de Senadores, da Câmara dos Deputados, que também está interessada neste problema, e amanhã tem reunião. A Deputada está aqui prestigiando e naturalmente vai participar amanhã do debate. A Deputada (inaudível).

Então, é no sentido de viabilizar o encontro de contas e também fazer com que a BR Distribuidora e a Infraero, que são credoras da Varig, e são prestadoras de serviço da Varig, que manifestem também o seu interesse em dar um prazo de carência para o fornecimento dos serviços, como também, que se analise tecnicamente a possibilidade de usar recursos do Fundo de Pensão dos trabalhadores ativos para capitalizar a empresa. Naturalmente que esse Fundo de Pensão seria utilizado de forma voluntária. Aqueles trabalhadores que quisessem entrar na empresa através dos seus direitos poderiam entrar voluntariamente. Então é uma sugestão que aqui foi formulada em primeira mão pelo Senador...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se me permitir um adendo, eu quero insistir com a questão dos Governadores. Que fique bem claro nesse documen-

to que nós também gostaríamos muito que todos os Governadores que estão devendo para a Varig, esse é o termo correto, não é? Que restituam à Varig, de preferência na íntegra, sem deságio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Exatamente. Houve 25% de deságio no Rio de Janeiro. Mas já foi um avanço, já foi um bom começo. A Governadora foi a única que fez e temos que registrar este fato auspicioso. Eu concedo a palavra...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, sobre aquela sugestão que eu havia feito, eu acho que se for enviado aos Embaixadores dos Estados Unidos e dos Reino Unido, abrange todos os Cônsules. Então, seguindo a sugestão da Secretaria e pediria então que possa ser preparado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Requerimento será alterado, nesse sentido. Senadora Lúcia Vânia, com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Srs. expositores. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar os expositores e dizer, aqui foi colocado pelo Dr. Marcelo que, pela primeira vez, nós estamos testando a Lei de Recuperação de Empresa. Essa lei demandou um debate aqui na Comissão de Assuntos Econômicos por seis meses. E eu tive a honra de aprovar 54 Emendas na lei. Isso, ajudada pela minha filha, que é economista. E eu vejo, pelo que os expositores colocaram, eu perguntaria ao Dr. Marcelo, onde está o gargalo da lei? Porque, na verdade, o que nós temos aqui são credores, os trabalhadores credores em 52%. Eu acho, Sr. Presidente, V.Exª. que é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais tem que atinar bem para isso. Não se entende que uma empresa constituída por credores, por diversos credores e, dentre esses credores, 52% são trabalhadores, eu acho que, por si só, isso aí demandaria uma atenção especial. Principalmente nossa, na Comissão de Assuntos Sociais. Nós temos aqui como credores também a AERUS, que se predispôs a dar um percentual, que me parece que seria na ordem de duzentos milhões, para ajudar e, no entanto, o Governo vem e promove uma intervenção. Então, onde é que está a lei nisso aí? E temos um bilhão de reais, mais ou menos, como credores, a GE, BR, Banco do Brasil e outros. E, por fim, 1.3 bilhões dos *leasings*.

Então, veja bem como é que está dividido os credores deste plano. E o que nos assusta é que, de repente, nós temos uma lei, a lei está determinando, ou pelo menos o objetivo e o princípio dela é recuperar uma empresa para evitar perda de trabalho, para evitar uma série de danos que poderia provocar ao meio empresarial e ao meio trabalhador. Então, eu perguntaria a V.Exª. onde é que está o gargalo da lei, se a lei não responde ao plano, ou se o Governo está desconsiderando a lei, ao intervir nos planos, ao não permitir que todo esse processo seja feito de forma mais independente com a decisão geral dos maiores credores, que seriam os próprios trabalhadores.

E eu perguntaria ao Dr. ElniO – O que é que falta, na sua visão, para que o plano seja implementado? Então me assusta, me parece, quando V.Exª. coloca a questão da dívida dos Governadores, é bem verdade que é um débito fiscal. Mas me parece que está faltando um operador. Um operador para ir atrás. E eu não sei como é que esse plano (soa a campainha) está sendo aprovado e como é que isso dividiria com o este operador. Então essa é a minha pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Conforme ficou anteriormente combinado com a Comissão, nós ouviremos os oradores inscritos e, em seguida, os debates. Em primeiro lugar, o nosso grande Relator, o Senador Garibaldi, Relator da CPI dos Bingos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, autoridades e dirigentes de instituições presentes à Mesa, claro que num Fórum como esse, numa reunião como essa, nós não podemos aprofundar os números em torno da crise da Varig.

Mas me parece que uma solução só virá se realmente o Governo participar deste processo, desta operação ou desta solução. Se o Governo não participar, nós não teremos a saída tão esperada para que esse patrimônio, que não é da Varig, mas que é do País, quer dizer, o que a Varig representa para o País, possa ser recuperado.

Foi dada aqui uma sugestão de que deveríamos ir ao Presidente da República, através de uma Comissão, a despeito do que o Governo tem dito, para saber se o Governo ainda pretende participar. Eu gostaria, não sei exatamente qual foi o Senador que deu, foi o Senador Paulo Paim, porque eu não pude acompanhar todos os debates, eu gostaria de me associar à idéia do Senador Paulo Paim, e gostaria de sugerir ao Presidente que designasse o Senador Paulo Paim para ser o interlocutor que iria possibilitar essa audiência. Para que se procurasse tornar objetiva a questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V.Exª. está se referindo a audiência com o Presidente? É uma ótima escolha.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Foi uma sugestão do... A sugestão não é minha. Estou me associando ao Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Da minha parte a su-

gestão de V. Exª. está aceita e gostaria de consultar a Comissão se existe alguma divergência a respeito dessa indicação. Como não há nenhuma divergência, pelo contrário, acho que unanimidade na sua aprovação, fica então designado, em nome das quatro Comissões, o atuante Senador Paulo Paim para agilizar, articular a Audiência com o Presidente da República, com os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas na solução desse grave problema que é a recuperação da nossa Varig.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Claro que a gente aceita como uma missão. Vamos fazer de tudo para que seja o mais rápido possível e que essa Audiência Pública, de preferência, seja quando terminarmos as Audiências Públicas das quatro Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Exatamente. V.Exª. então terá tempo suficiente para agilizar esse ato que será histórico, o Presidente da República receber todos nós interessados em resolver esse problema. Vamos conceder a palavra... O Senador Garibaldi já terminou sua participação? Ao final, antes de ouvirmos os convidados, sempre nós concedemos a oportunidade aos Deputados, porque eles também concedem a nós quando vamos a Câmara dos Deputados. Por exemplo, a Deputada... O Deputado Babá também já solicitou, a Deputada Luciana Genro também está presente. Se por acaso desejar falar ao final depois da ouvida dos Senadores nós concederemos a palavra a V.Exªs. com muito prazer. O Senador Maranhão e em seguida e o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Sr. Presidente, autoridades convidadas que fazem parte da Mesa, eu acho que o Congresso Nacional está cumprindo o seu papel, analisando democraticamente as questões relacionadas com a crise da Varig, sobretudo na busca de soluções para que a empresa e o transporte aéreo como um todo, saia dessa crise, saia desse impasse. A mim me parece que não nos é dado agora nessa busca quase emocional de solução emergencial, me parece que nós não podemos deixar de levar em consideração as causas, pelo menos uma parte delas ou a parte que me parece fundamental, na crise da Varig pela qual já passaram outras companhias, como a Transbrasil, como a Vasp e outras tantas. Naturalmente que existem diferenças e diferenças. Não vamos... Vamos procurar dentre esse elenco de causas que determinaram as crises de outras companhias, e agora a crise da própria Varig, vamos procurar os pontos comuns. E me parece que um ponto comum é a questão da manutenção. Incluído aí não somente a manutenção técnica, a manutenção dos equipamentos em si, a parte mecânica e tudo que envolve a segurança do vôo, porque tudo está dolarizado, e ainda por cima incide sob suas importações pesados encargos, essa é a questão crônica do Brasil, a questão dos encargos fiscais que incide. Mas, sobretudo, a questão que me parece fundamental, porque afora o próprio investimento nos equipamentos, a despesa maior que as companhias têm é a despesa com o combustível.

O combustível no Brasil é indiscutivelmente o mais caro do mundo. Eu não diria... Não posso garantir que seja o mais caro, mas um dos mais caros do mundo. O combustível seja o querosene de aviação, que é utilizado pelas companhias comerciais, quase que exclusivamente, e a gasolina de aviação, sobretudo, que é utilizada pelas empresas de táxi aéreo, muitas delas que operam, sobretudo, no Brasil remoto, na Amazônia, e que são essenciais ao processo até de ocupação do território nacional, como a aviação geral, de modo geral.

Nós estamos aqui buscando a solução emergencial para essa crise da Varig. (soa a campainha). E vamos ter que encontrar essa solução. Não é lícito, não é justo, não é admissível que o Brasil queira ignorar que a crise da Varig afeta a economia nacional. Não só porque é um transporte estratégico, um transporte fundamental, mas, sobretudo porque a Varig é um produto que internacionalmente projeta o Brasil. É uma empresa que emprega milhares de trabalhadores especializados e que, se ela for levada à falência, se a sua falência for declarada, evidentemente que esses trabalhadores não vão encontrar mercado de trabalho. De vez que o seu trabalho, os pilotos, os mecânicos, os aeronautas de modo geral, mas os aeroviários também são trabalhadores especializados. Eles se prepararam a vida toda para ser esse quadro de Excelência que o Brasil e o mundo inteiro reconhece.

Aliás, já que estamos falando na questão da segurança, na Excelência dos quadros e na própria organização da aviação comercial brasileira, eu quero me dirigir aqui especialmente ao Dr. Milton Sérgio Silveira, que é Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação. O Brasil precisa reagir, Sr. Diretor. Diante dessa declaração insólita e irresponsável do Cônsul americano em conjunto com o Cônsul da Inglaterra. Os dois sempre estão juntos quando se trata de discriminar os Países emergentes. A história que o diga, em outros momentos da vida, da relação internacional desses Países com Países da própria América Latina. Mas isso não está interessando aqui. (soa a campainha)

Agora, o Governo Brasileiro precisa reagir, e de forma exemplificar, contra esse ato de irresponsabilidade. Esse ato atrevido de querer malsinar uma empresa que é um orgulho nacional de todos os brasileiros. E, sobretudo, porque a acusação ela é leviana, ela não

procede, ela não tem fundamento. E ninguém melhor do que a Agência Nacional de Aviação sabe disso. Porque compete à Agência Nacional de Aviação, entre outras atividades, fiscalizar o bom funcionamento e a segurança das empresas brasileiras da aviação comercial e da aviação geral, assim como os táxis aéreos brasileiros. Então é preciso que haja uma reação.

Não é justo que o Brasil se limite a dizer: "Não, eu não concordo com isso". Eu acho que esse ato é um ato de relação diplomática, a própria embaixada dos Estados Unidos tem que ser interpelada para desautorizar esse precipitado...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Parece até um boicote.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Claro que é. E nos é dado o direito, diante do que houve, de suspeitar que há algum interesse subalterno nisso aí. Não sei se há. Não estou querendo fazer juízo temerário, mas nos dá todo o direito de suspeitar que existe alguma coisa por trás disso tudo. Aqui já foi citado que nunca uma autoridade brasileira ou de qualquer outro País ousou fazer a mesma coisa em relação às empresas americanas que entraram em crise. Já agora tem pelo menos duas que estão em crise aí. Essa crise das empresas de aviação comercial no mundo ela é sempre recorrente. Ora é uma crise do terrorismo, mas mesmo sem terrorismo as grandes empresas americanas já enfrentaram grandes crises. Não adianta aqui querer analisar o porquê, mas essas crises aconteceram, mas elas acontecem.

Mas o que eu queria dizer, para concluir, é que nós não devíamos apenas ficar nas medidas emergenciais e específicas para o caso da Varig. Um dos fatores que agravou a crise da Varig foi, sem dúvida nenhuma, os custos da manutenção. Sobretudo os combustíveis brasileiros que são escandalosamente caros. Estão entre os mais caros de mundo se não o mais caro do mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Uma viagem internacional, por exemplo, se um avião sai lá de Porto Alegre e descer no Rio de Janeiro, o combustível é pago em dólar. Nossa moeda não é dólar.

(soa a campainha)

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Nós não vendemos, as empresas comerciais brasileiras não vendem passagem em dólar. Sem falar de outras coisas. Por exemplo, nós não vemos os aviões da EMBRAER serem vendidos no Brasil. Por um princípio geral de comércio, não se exporta imposto. Então um avião que vai para os Estados Unidos, que vai para muitos dos Países do mundo e que compram porque o produto é bom, porque o produto é tão seguro quanto os melhores do mundo, eles não estão pagando impostos. Já as empresas nacionais não compram os aviões da EMBRAER porque se comprarem os aviões vão ser onerados pelos pesados impostos que são cobrados aqui. Claro que eu não estou aqui querendo fazer... (risos) pregar a política de renúncia fiscal, pura e simplesmente. Mas há que se ter um tratamento que permita, inclusive, a EMBRAER se sustentar também no mercado interno. Nenhum País industrializado pode ter uma economia forte se não tem consumidor interno. Já era tempo de se cuidar disso.

Mas eu volto à questão do combustível. Não teria sido uma das razões que levou a Varig a essa situação? Todos reconhecem isso. Pelo menos nós lemos isso todos os dias nos jornais. Todos os dias nós lemos isso nos jornais. Por que então o Governo Brasileiro não... E nós aqui que temos também responsabilidade com isso, não estudarmos a questão pela causa que não está sequer sendo tangenciada nesse momento. Eu sou favorável a qualquer solução que permita a Varig sair dessa situação. Pelos aspectos econômicos, pelos aspectos até de auto-estima do povo brasileiro, mas, sobretudo, pelos aspectos sociais. O prejuízo imenso (soa a campainha) que nós vamos causar a uma parcela altamente classificada dos trabalhadores brasileiros. Os aeronautas, os aeroviários, enfim, todos aqueles que estão envolvidos com essa questão. Nem sequer discuto. Cabe aos técnicos, cabe ao próprio Ministério... Eu não sei porque é que a Ministra Dilma Rousseff não está aqui, porque todas essas soluções, como disse o Senador Garibaldi muito bem, passam pelo Governo Federal, passam pelo Executivo, o Legislativo discute, o Legislativo formula, propõe, etc., mas a decisão é uma decisão típica de Executivo. Não só o Federal, mas o Estadual também. Um bilhão e duzentos milhões de débitos com a Varig. Quatro bilhões e meio do Governo Federal.

Então, eu acho que a solução não pode ignorar também a causa primária dessa crise, no meu entender. Posso até estar dizendo uma heresia, mas acho que não estou, porque conheço razoavelmente essa questão do custo dos combustíveis, não só para a aviação comercial, mas para a aviação de modo geral. Essa é a colocação que eu queria fazer, Sr. Presidente, que ficasse registrado aqui essa preocupação com as causas da crise, também. E no meio de todas elas, como principal crise no meu entender, a questão dos combustíveis, a questão da manutenção em geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Para conhecimento dos membros das quatro Comissões, a pauta das reuniões de Audiência Pública com as Comissões de Serviço

de Infra-Estrutura, Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo, é a seguinte: Na próxima quinta-feira, às 10 horas, dia 27, portanto, estarão aqui presentes como convidados o Dr. Luiz Roberto Ayoub, Juiz da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, Procurador de Fundações. Dr. Adarci Reis, Secretário da SPC, Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência. Prof. Paulo Rabelo de Castro, Consultor da TGV. A Srª. Graziella Baggio, Presidenta do Sindicato Nacional dos Aeronautas. A Srª. Selma Balbino, Presidenta do Sindicato Nacional dos Aeroviários, e o Dr. Demian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES. No dia 2 de maio, terça-feira, de hoje a oito, às 10 horas, Ministra Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil, e o Dr. Valdir Pires, Ministro da Defesa. Esta é a relação dos participantes dos próximos debates a serem realizados no âmbito das quatro Comissões que tratam da questão Varig.

Eu concedo a palavra neste momento ao Senador Flexa Ribeiro, mas antes, porém Senador, eu gostaria de passar a Presidência dos trabalhos, tendo em vista que eu irei a Plenário tentar me inscrever para falar. Eu concedo a Presidência... Passo a Presidência ao Senador pelo Rio Grande do Sul, nosso Paulo Paim, para dar continuidade aos nossos trabalhos, e agradeço a todos os convidados pela deferência e cordialidade com que trataram todos aqueles que presidiram essa Sessão e todos aqueles que participaram dos debates.

Eu acho que esse debate foi construtivo, vai resultar positivamente em favor do Brasil. Porque se falando da Varig, nós estamos falando do Brasil. De um patrimônio inalienável do povo brasileiro.

Portanto, com a Presidência o nobre Senador Paulo Paim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Paulo Paim, o Senador Arthur Virgílio solicitou-me que invertesse a ordem. Que ele tem um compromisso em Plenário, e da minha parte não há nada contrário. Posso passar então ao Senador, se V.Exª. concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos de imediato a palavra ao líder Arthur Virgílio, conforme já decidido pelo Presidente que me antecedeu, com cinco minutos, mas com a tolerância de mais cinco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, Presidente. Antes de mais nada, eu ressalto quando cumprimento todos os integrantes desta Mesa, tão consistentes, eu ressalto... Estava acompanhando no que podia o debate por informações de Assessoria e por televisão, o nível alto, a conversa construtiva, a busca efetiva de soluções. Mas faço aqui uma... E vou me ater a questões basicamente técnicas, mas evidentemente que manifestando a minha estranheza com algumas incoerências, uma delas básica. Eu vou ter que por uma incoerência ou outra, eu não sei se somas de incoerência, dá incoerência. Na matemática eu saberia da resposta, aqui eu não sei. É o Brasil abrir as burras do BNDES para o metrô de Caracas, numa hora em que Caracas não só esbanja... Eu diria até que desperdiça petrodólares como os aufere cada vez mais, e essa outra posição que se choca com a primeira do Governo de fazer o papel da Ms. Thatcher. Ou seja, deixa quebrar, estou nem aí. Porque a Ms. Thatcher diria deixa quebrar. Bush não deixou quebrar as empresas após o 11 de setembro, mas a Ms. Thatcher diria deixa quebrar. Mas a Ms. Thatcher não colocaria nenhum tostão no metrô de Caracas. Ela procuraria trabalhar realidades nacionais, realidades brasileiras. Mas eu não vou por essa vereda. Primeira pergunta que faço dirigida, Sr. Presidente, à Mesa, ou seja, quem imaginar que pode respondê-lo ou deve respondê-la que o faça, não estou direcionando a quem quer que seja.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Todos Senadores falarão e responderão em bloco, no final.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ah, muito bem. Então, a primeira perguntA – A Varig que aufere somente com vôos internacionais, ou seja, traz para o Brasil moeda dita forte, um bilhão e duzentos milhões de dólares por ano, apenas com vôos internacionais, ela não seria viável economicamente? A segunda perguntA – Não seria de interesse do Governo Brasileiro, seria de interesse do Governo Brasileiro perder a marca Varig no exterior? Isso demora décadas para se construir e eu não sei se não é algo a ser pesado à base do Meta comércio. Meta comércio é aquele que não aparece em dinheiro. Ou seja, se o Chile e a Bolívia, que já tiveram problemas de fronteiras terríveis, se diz assiM – "Olha, eu gasto menos em armamento e você gasta menos em armamentos, aí você aplica em educação, eu aplico em saúde". Significa que eu passei a ter dinheiro com o qual eu não contava porque o dinheiro estava dirigido a armamentismo – isso em linguagem de economia de política internacional se chama de meta comércio. Então, não seria de se levar em conta esse dado de meta comércio que é o tempo que se leva para construir uma marca desse peso no exterior? Pergunto algo que – não sei se estou aqui repetindo outros colegas, se estou me perdoem – o prejuízo de socorrer a empresa não é menor do que a perda de arrecadação, dívidas tributárias hoje existentes? Se eu quiser ser bastante econômico, ou seja, o

que é que é mais? O que a empresa tem a pagar ou o que seria o aporte necessário para ela com as intervenções todas necessárias para ela se soerguer.

Não seria possível se montar... Não estou falando de estatização, eu até sou contra a figura da estatização. Não quero voltar àquele passado, não. Tenho o maior medo de que muita estatização termine "delubizando" a economia. E eu não quero isso. Quero o Brasil a favor da correnteza que exige produtividade, exige competitividade sistêmica a partir de medidas que passam por reformas estruturais que precisam ser retomadas nesse País, e passam, inclusive, por nós, entendemos como objeto de acerto o conjunto de privatizações que esse País vivenciou recentemente e que significaram muito.

Eu ouvi a palavra do Presidente da Petrobras outro dia dizendo que chegamos à auto-suficiência porque a Petrobras é estatal. Não é verdade. Chegamos à auto-suficiência por causa do esforço de décadas de brasileiros, e técnicos da Petrobras, de investimento de sucessivos governos e chegamos apesar da Petrobras ser estatal. Eu que sou a favor de mantê-la estatal. Chegamos porque se quebrou o monopólio estatal do petróleo e porque se fez uma reforma administrativa na Petrobras muito séria. Então não estou encampando a opinião do ilustre Prof. Carlos Lessa. (soa a campainha)

Mas muito bem, não seria possível se estruturar a empresa... Aí sob a supervisão do Governo e não o Governo como dono da empresa, cumprir seus compromissos num projeto que levaria uma empresa com a sua credibilidade restabelecida a pulverizar ações no mercado? Pergunto aindA – Se a nova direção da Varig desistir do negócio com os portugueses, quem pagará a conta de 12.5 milhões de dólares imposta pela TAP a título de indenização? Eu temo por um certo vácuo que vejo estabelecido aí.

Muito bem, aí eu volto àquela história da Ms. Thatcher. O Presidente Lula e os Ministros Guido Mantega e Dilma Rousseff afirmaram que não seria papel do Governo socorrer a Varig, que teria que encontrar uma solução sem recursos públicos. Qual seria uma solução sem recursos públicos? Ou seja, mais simples é realmente deixar quebrar com os prejuízos todos que estamos vendo, mas eu insisto que nós devemos exercitar os nossos neurônios ao máximo para encontrarmos uma saída, uma saída que seja compreendida, inclusive pelas concorrentes. Não é hora da concorrente tal querer ganhar a outra, abocanhar. Não. Está na hora de pensarmos grande, e não abrir mão de uma empresa com características multinacionais, transnacionais como a Varig que deveria ser... só entregar se não tiver mesmo outro jeito. Se for essa, de fato, no consenso, a melhor saída para o País.

Muito bem. Aí essa aqui é a minha Assessoria... Eu tenho um pessoal perverso na Assessoria. Eles falam assiM – "Em seus tempos de sindicalista, Lula assinou artigo defendendo ajuda do Governo à Varig. Porque está se negociando ajudar?" Eu não estou aqui querendo discutir o passado do Presidente Lula porque eu não sou psicanalista, eu entrei por outro ramo de atividade. Eu enveredei por outro ramo de atividade humana, enfim, de atividade profissional. Eu sou mais do ramo das ciências sociais, mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – A gente acaba tendo que ser. Mas eu não tenho essa ambição... Psicólogo, assim aquele Psicólogo meio rábula, aquela coisa... Mas o fato é que eu não estou dando bola para os artigos que o Presidente assinou. Não quero questioná-lo, ou seja, o Presidente assinou artigos ingênuos, como quase tudo que dizia era ingênuo, como quase tudo que dizia não era prático, como quase tudo que dizia não era para realizar, como quase tudo que dizia visava mesmo a manter aquela aura do líder popular que faria o Governo ideal quando esse Governo ideal se apresentasse à frente dele. Então não quero questionar a figura. Me interessa muito pouco essa figura. Me interessa saber do Presidente da República de hoje, se ele é capaz de compreender a importância de uma grande empresa nacional. Com ramificações no exterior forte. Com características transacionais. Se ele é capaz de entender hoje, agora, neste momento, o Presidente Lula se ele é capaz de entender neste momento agora que nós poderíamos perfeitamente tentar uma saída que fosse a de menor custo para os cofres públicos e que redundasse com muita rigidez em relação às cobranças a se fazer à Varig do ponto de vista de não dispensar dinheiro público lá, mas com a saída com o menor custo de dinheiro público que mantivesse voando uma empresa que a mim... Eu vejo, imagine o Paim, o Pedro Simon, imagine o Zambiasi, eu vejo com dor. Eu olho no aeroporto, toda hora estou no aeroporto e vendo no aeroporto, até quando isso vai ficar aqui, quando é que nós vamos ter de novo? E eu vejo e é muito fácil. Algumas pessoas escrevem com lucidez, "Ah, mas as empresas nascem e morrem como as pessoas". É verdade. Nos Estados Unidos a PAN AM morreu. É verdade. Mas é verdade que com o 11 de setembro o Presidente Bush entendeu que estava na hora de dar uma injeção naquelas empresas lá, ate pelo trauma que a sociedade e o turismo americano sofreram com o gesto deslocado da Al Qaeda.

Eu não gostaria... Não ficaria bom para minha consciência não fazer um gesto. "Ah, mas está adotando posições nacional-desenvolvimentista". Não, não estou querendo aceitar a posição do ilustre e respeitável Prof. Carlos Lessa. Não é essa posição que eu quero, não. Eu só estou querendo saber se na lógica de um País moderno, de um País que se insere cada vez mais no mundo da economia dos mercados globalizados, se nós temos ou não temos saída para uma grande empresa brasileira. Se a saída mais simples é essa. É essa "*a la Thatcher*". E aí eu queria o dinheiro do BNDES de volta, aquele do metrô de Caracas, para sermos pelo menos minimamente incoerentes, nesse mar de incoerência que eu estou vendo grassar neste País. (soa a campainha)

Eu vou correr no Plenário, porque eu tenho uma fala para fazer e volto para ouvir a resposta, porque eu sei que ainda tem gente na minha frente. Muito obrigado aos Senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O Senador Arthur Virgílio ficou exatamente dentro do tempo. Cinco com mais cinco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Como sempre. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro, cinco minutos com mais cinco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Paulo Paim, eu quero saudar a todos os nossos convidados e dizer a V.Sªs. que escutei atentamente os quatro primeiros. Tive que me ausentar para participar de uma outra Audiência Pública na Comissão de Meio ambiente e retornei aqui face à importância do tema que estamos aqui discutindo. Tão importante é que une quatro Comissões Permanentes da Casa, e traz com muita satisfação para nós, muita honra, os Deputados Federais dessas também Comissões da Câmara, de discutir em conjunto, já o Congresso Nacional mobilizado para discutir a questão da Varig, que é uma questão que eu diria nacional.

Há uma comoção da sociedade brasileira no sentido de encontrar, de se ver uma saída para a permanência da Varig no setor da aviação civil do nosso País. E aí, Senador Paulo Paim, V.Exª. que tem sido defensor permanente aqui da causa da Varig, e de todos, todos os Senadores, todos os Deputados, eu diria todos os brasileiros defendem a causa da Varig. Eu até pelo que eu pude depreender das informações dos quatro primeiros convidados, nós já temos uma análise aprofundada da situação da Varig. Nós temos um diagnóstico da questão da Varig. Nós temos que ter é o receituário, agora, para que a gente possa tirar esse paciente. Senador Arthur Virgílio disse ainda há pouco que as pessoas nascem e morrem. Mas a morte do ser humano é inexorável. Nós temos que aqui lamentar o fechamento de qualquer empresa, seja ela de qualquer porte. Porque quando se tenta diminuir a taxa de desemprego, nós temos que começar lutando pela manutenção dos empregos atuais. Porque cada vez que a gente cria emprego nós perdemos outros, nós vamos ficar sempre numa aritmética de resultado pelo menos zero. E nós temos que ter resultado positivo na diminuição da questão do desemprego.

Então, eu ouvi atentamente. Me parece que a primeira questão que é sobejamente de consenso, foi o afastamento da gestão da Varig que levou a essa situação que a Varig se encontra. Houve a mudança de gestão. Há o engajamento de todos os trabalhadores da Varig. O Dr. Marcelo colocou aqui com propriedade, fazendo uma avaliação do teste que está passando a nova Lei de Recuperação das Empresas, e fazendo um paralelo com a legislação americana, no sentido de que a Varig não teve o cuidado – a Senadora Lúcia Vânia há pouco perguntou qual seria o motivo – a Varig não teve o cuidado de se preparar para ser atendida pela Lei de Recuperação das Empresas. Ou seja, ela não... Não sei qual o motivo, mas ela não fez um caixa para manter a necessidade, ou o não atendimento que é natural, é de mercado, dos credores e dos fornecedores dela quando entrasse no plano de recuperação, que ainda é visto a nível nacional como uma falência, apesar de não ser mais, e de forma acertada aprovada aqui no Congresso Nacional.

Então eu acho que a primeira coisa que nós tínhamos que fazer, e quero dizer que o Senador Suplicy ainda há pouco disse que voou pela Varig, eu tenho desde que possível, voado pela Varig. Eu tive uma reunião quarta-feira à noite em São Paulo, fui ao início da noite e retornei de lá pela Varig, porque tinha que estar aqui cedo no Congresso, no Senado, e saí de lá nesse mesmo vôo que ele fez referência 6h56 de Congonhas e saiu pontualmente. Lamentavelmente o número de passageiros não era aquele talvez adequado.

Então, primeira coisa que temos que fazer, ao invés de fazer o que o Cônsul dos Estados Unidos e do Reino Unido fizeram, é de instar à população brasileira que faça, de preferência nesse momento, a voar pela Varig, para que a Varig possa ter a capacidade de voltar a ter a sua saúde financeira para atender as necessidades imediatas quais sejam aqui já colocadas.

E apenas para colocar aqui, Senador, e sou solidário à questão da Varig, tenho vários amigos que são comandantes da Varig, e tenho pessoa de família minha que era do Grupo Varig Cruzeiro do Sul, que foi incorporada, então eu tenho e sou solidário como os outros Senadores, também, a todas as propostas que

aqui foram postas. Acho que nós temos que acelerar essas Audiências Públicas para que se chegue, porque o processo que leva a insolvência de um Banco é a corrida dos clientes a retirar o dinheiro. O que pode levar a insolvência da Varig é a ausência de passageiros para manter a sua atividade do dia-a-dia.

Então, é por isso que eu digO – Quem puder que voe pela Varig nesse momento que a Varig precisa de apoio de todos nós, mas precisa do apoio também dos passageiros brasileiros que o façam.

E aí eu queria colocar aqui como provocação, até para tentar... Provocação no bom sentido de se tentar encontrar uma saída. Foi colocado que havia um interesse dos aeroviários da Varig, trabalhadores da Varig, de utilizar parte do seu Fundo de Pensão para capitalizar a Varig, algo em torno de duzentos milhões de reais. Me parece que esse seria o número e que em face do Governo Federal no AERUS, não foi possível. Não sei o caso, Senador Paulo Paim, isso já foi feito em outras oportunidades, não para essa finalidade, mas para capitalizar a Petrobras, para capitalizar a Vale do Rio Doce, no sentido de trocar as suas ações pelo FGTS dos trabalhadores. Não seria o caso agora de haver um estudo nesse sentido, já que é uma ação de escolha pessoal, não é nada impositivo que se possa fazer uma capitalização da Varig via o uso do FGTS, troca de ação. Seria uma questão de risco. Quem acreditar na Varig vai lá e pode comprar o número necessário de ações no sentido de tentar capitalizar a Varig.

Eu coloco isso aqui no sentido de abrir essas oportunidades para que a gente possa encontrar um caminho que de uma forma bastante ágil possa então dar o reforço necessário. Porque eu tenho certeza absoluta, que assim como as outras companhias estão em condições de terem auto-suficiência e terem lucro, a Varig também. Resolvido esse problema emergencial que já se arrasta há bastante tempo, ela possa então, a partir daí, saudar seus compromissos. Aí é ganho para todo mundo. Porque nós estamos falando de 11 mil funcionários, mas não estamos falando dos indiretos. Aqueles que dependem dos que prestam, e o comandante me ajuda aqui dizendo que são outros 50 mil trabalhadores que também serão penalizados, que aí eu acho que ninguém lucra. O próprio governo e os próprios credores não terão como, já que o patrimônio é negativo, não terão como se retornar, terem de volta os seus créditos junto à Varig.

Então, é preciso que haja um esforço de todos no sentido que com uma injeção de recurso a gente possa revigorar e ter esse patrimônio nacional continuado. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Quero dizer que a sua sugestão nós vamos encaminhar à Comissão para um debate adequado. De imediato, Senadora Serys Slhessarenko. Cinco minutos com mais cinco.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Bom, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Senhores que participam dessa Audiência Pública, eu diria da maior relevância e acredito que muita coisa aqui já foi discutida, muita mesmo, e como nós já temos mais duas audiências, foi isso que eu entendi quando eu adentrava aqui, dois momentos de audiência e talvez até mais nos próximos dias, eu diria que a gente vai... Que a nossa crença de que vai se encontrar uma saída. Todo mundo junto buscando.

Não precisa dizer da minha crença na importância da Varig. Pela sua tradição, pela história, etc., etc., etc. Pelos trabalhadores, são milhares e milhares, estão sendo falados aí, 11 mil diretos, 50 mil indiretos, e isso aí é uma questão que tem que ser considerada, sim. É o turismo brasileiro. Me preocupa grandemente. Por exemplo, eu sou Senadora pelo Estado de Mato Grosso. A Varig já parou lá em Mato Grosso tem algum tempo. Nós brigamos do jeito que pudemos, tentamos segurar pelo menos um vôo da Varig e não conseguimos. Aí existe lá um entendimento, passam os vôos internacionais, para as outras companhias, enfim, o turista chega lá. Mas chega já com muito mais dificuldade do que chegava quando tinha o vôo da Varig.

Mato Grosso que é um Estado em potencial gigantesco turístico, que está começando agora a se organizar, tem muito para se tornar muitíssimo maior. Eu diria que hoje ele é 10% do que ele tem de potencial. Mas uma questão como essa da Varig já atrapalha até os 10% que a gente já tinha.

Então, eu acredito que essas questões todas têm que ser consideradas. Não é simplesmente vai a falência e acabou. Agora, por outro lado, eu me questiono também, eu diria que isso tem que ser aprofundado grandemente, o entendimento que levou a Varig a essa situação. Porque de repente tem gente que se beneficiou. Eu não sei, não estou fazendo nenhuma acusação aqui. Eu só quero saber. Eu acho que a gente precisa saber. Porque essa história de não vamos olhar para o passado, deixa os culpados para lá, é isso que vai levando uma coisa atrás da outra. Essa é uma questão. Acho que tem que esclarecer essa questão. Como vai se buscar esclarecimento, eu não sei. Não sei mesmo. Em termos de investigações, etc. Não é só simplesmente deixa como está e vamos ver daqui para frente. Tem muita gente que adora esse discurso por aí em todos os sentidos. E eu não gosto, não. Eu gosto de tocar daqui para frente, mas eu gosto de ver por que é que isso ficou lá para trás. Não é só no caso da Varig, em tudo, mas na Varig, também.

Então eu acho que essa questão seria importante. Agora vejo que a gente tem que achar uma alternativa, tem que achar uma saída. Sei também que o Brigadeiro João Carlos é uma pessoa que tem um grande conhecimento como todos os outros, eu não estou discutindo, até porque eu não assisti de todos, (risos) assisti os dois primeiros, que eu tinha várias outras Comissões, como tenho já, já, aqui para a Comissão do orçamento. E eu gostaria de fazer uma pergunta bem diretA – Qual a solução para o caso da Varig, tanto no que tange a Varig nacional quanto a Varig internacional? Ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – De imediato a palavra ao Senador Romeu Tuma, cinco minutos com mais cinco, se necessário.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vou procurar ser rápido, que infelizmente como disse a Senadora Serys, vai para cá e vai para lá, essa correria a gente acaba perdendo mais da metade do que é colocado aqui.

Então, praticamente a gente fica quase sem pergunta a fazer. Eu queria só fazer uma sugestão para BR para falar com a Petrobras, fazer uma campanha através dos aviões da Varig. O Brasil conseguiu auto-suficiência em petróleo e pagar em querosene de aviação. Provavelmente ajude a Varig a voar com essa publicidade pelo País e pelo mundo inteiro. Não estou falando de brincadeira, estou falando que já que há um investimento enorme da Petrobras na campanha da auto-suficiência, eu não estou criticando a campanha, eu estou apenas achando que poderia usar o avião da Varig e botar ali e a Varig receber em combustível. Talvez isso aliviasse e desse condições de vôo.

Mas eu vôo pela Varig. Ainda semana passada, Senador Paulo Paim, o Paulo Paim é gaúcho, tem um amor especial pela Varig. Eu como paulista também tenho. Eu passo toda semana na Ruben Berta, porque eu moro pegado ao aeroporto. Então mesmo para ir ao aeroporto ou não, eu passo pela Ruben Berta. Então o Senador Simon talvez tenha cometido um pouco de injustiça em dizer que se a Varig fosse paulista estava resolvido. Não é verdade. Eu acho que o amor que se tem pela Varig ele é histórico, Senador Paulo Paim. Ela tem a vida toda a serviço do País, em divulgar... Era considerada... Sempre a gente procurava vôos internacionais a Varig pelo atendimento elitizado que ela dava ao passageiro. Ainda semana passada eu pedi para ir a São Paulo num vôo de um horário que eu precisava, a secretária disse, "Só tem da Varig. Eu vou ver da TAM e de outras..." Eu disse, "negativo. Por que é que não da Varig? Eu vôo na Varig". "Mas estão cancelando"; "Não importa, eu vou ao aeroporto, se cancelar eu procuro outra". E eu fui e sofri muito nesse vôo, Senador. Sofri porque a chefe da equipe sentou ao meu lado e começou a chorar pelo desespero que os funcionários da Varig estão sofrendo com a possibilidade de ficarem desempregados. E não há a possibilidade de repor essa mão-de-obra especializada em outros setores de trabalho. Porque a maioria tem mais de 15, 20 anos de serviço e não vão encontrar emprego fácil. Alguns pilotos conseguiram ir para Ásia, para outros lugares que eu já cruzei com eles, mas a grande mão-de-obra que é especializada, a Varig antiga, ela não tem como recompor os empregos se a Varig fechar.

Então aqui tem propostas de sacrifício de funcionários, de sacrifício até da Previdência. Eu até li com atenção do Grupo Varig e do Jorge Lobo a apreciação, inclusive o comentário do consultor, estão gerenciando, e ele fala que o plano emergencial da Alvarez & Marsal negociando com os credores. Fora a BR Distribuidora e a Infraero. Porque V.Exª. disse aqui, que uma estatal não pode. Depende do Tribunal. Se o Tribunal decidir o contrário, não tem como socorrer. Mas a BR é uma estatal relativa, porque a Petrobras tem ações de fora. Ela é o capital misto. Então não sei se ela pode ou não negociar a BR essa parte de financiamentos novos para a Varig continuar voando. Eu faço um pouquinho de... Para trás. Eu tenho um minutinho ainda. Mais para trás, eu estou aqui há 10 anos. Oito do primeiro mandato e dois do segundo mandato. (soa a campainha) Acho que mais de cinco, seis anos nós temos Audiências Públicas dedicadas às companhias áreas. Pelas dificuldades que elas atravessam, inclusive do período de intervenção. Que tiveram que ir à justiça e a grande maioria... Não sei se já falaram sobre isto aqui, a grande maioria teve vitórias na justiça e querem fazer um encontro de contas.

Eu tenho muito respeito pela Ministra, acho que ela virá aqui, mas eu não entendi por que é que é um saco sem fundo, Senadora Lúcia Vânia. Eu não entendi. Porque quando se fala um saco sem fundo é porque tem algum ralo grave ali que não dá para segurar o dinheiro. Você tem que equacionar a dívida para pagamento de dívida e direto. Do Banco que financiar direto com o credor. Não vai para mão da administração. Então tem que ser um crédito fixado já para fazer o acerto de contas. Então eu não sei o que é saco sem fundo. Não entendi. Sei que a Ministra é uma pessoa correta, tem respeito pela sociedade, e acho que a empresa é uma empresa que eu vi todos aqui ninguém aqui falou uma palavra contra a recuperação da Varig. Ou como diz o Senador Arthur, Margareth Thatcher. Nenhum deles falou com a Thatcher da Inglaterra. Todos querem ver qual é o caminho que dá para solucionar. Estão tão desesperados, provavelmente, como os funcionários.

Porque não querem ver a Varig se afundar completamente nessa luta que se desenvolve.

Eu acho que o País inteiro, Senador, não são só os Senadores gaúchos, não. Acho que eu queria me incorporar como paulista à luta do Senhor e sei que os outros paulistas também têm isso, em Goiás também, todos nós queremos que a Varig se salve de alguma forma. Eu não... Eu vi aqui. O que é que é garantia de penhor do *Smiles*? O Senhor falou sobre isto aqui. Pelo menos está nesse Varig um patrimônio nacional, um estudo que foi feito pela Advocacia, fazendo referência à empresa Alvarez & Marsal. Não é isso? Touche Tohmatsu e Alvarez & Marsal que está fazendo a busca de uma solução técnica e econômica para isso. E essa intervenção, no fundo, que o Governo fez para seqüestrar os bens do fundo, para evitar que esse capital pudesse servir de geração de capital para a Varig, qual foi a fundamentação correta e legal que foi dada para que isso houvesse uma intervenção em 24 horas? Praticamente de um dia para outro quando houve o compromisso dos funcionários de abrirem mão dos fundos para poder ajudar a Varig com o saldo de quinhentos milhões, se não me engano, que tem no fundo. Não é isso?

Então, Sr. Senador, é isso aqui. Estou pronto para colaborar no que for possível. Acho que a luta é grande e tem que se encontrar uma solução talvez dentro desse plano de recuperação das empresas e ver se tem um espaço, um *stand-by* que o Governo, já que o Juiz tem uma decisão favorável, uma perspectiva de solução, que os outros setores públicos que também acompanhem num prazo em *stand-by* para ver se consegue alcançar aquele fundo para tentar equacionar os problemas da Varig como pagamento do passado e ter um presente mais ativo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Todos os Senador já fizeram uso da palavra. Por uma decisão do Presidente anterior, ele havia já anunciado que depois que os Senadores falassem, ele abriria mão para os Deputados presentes. Como só está presente o Deputado Babá, e o horário já ultrapassa às 14 horas, Deputado Babá fará uso da palavra e em seguida, independente da chegada de um outro Parlamentar, a gente vai passar a palavra à Mesa por cinco minutos com mais cinco. Eu peço ao Deputado Babá se possível ficar dentro dos cinco minutos. Está com a palavra.

DEPUTADO BABÁ (PSOL-PA) – Pois não. Muito obrigado, Paim. Primeiro que eu queria falar que a minha companheira Luciana que estava agora há pouco aqui comigo não vai poder vir porque nós estamos com outro compromisso de bancada. Então, eu vim aqui falar pela bancada do PSOL.

Eu acho que o importante desse debate, primeiro, é constatar que a Varig é uma realidade nesse País. Mesmo com problemas. Uma empresa que é um patrimônio nacional, não apenas de seus funcionários. E efetivamente os funcionários sempre nessas crises, são os que saem mais prejudicados. Podem ir atrás como andam hoje os trabalhadores da Vasp, como andam os trabalhadores da Transbrasil, que no caso é diferente da Vasp, porque efetivamente o Sr. Canhedo e o proprietário da Transbrasil deram belos canos nesse País, no orçamento público, e que levaram aquelas empresas a uma situação de insolvência, mas quem pagou o preço alto foram seus trabalhadores. Pilotos, Comissários de bordo, Comissárias de bordo, pessoal da manutenção. E a Varig tem um patrimônio acumulado de profissionais com a maior qualidade, sem sombra de dúvida desse País, é um exemplo. Aliás, a aviação brasileira tem tido um grau de respeitabilidade pela sua atuação e a Varig é um exemplo disso. Inclusive pela dedicação desses trabalhadores que estão aí, dos aposentados que estão na iminência de dentro em pouco não receberem mais nada do AERUS, e que é preocupante.

Pessoas que estão aí, que dedicaram a sua vida à empresa e a esse País, que daqui a alguns meses terão que cair, na verdade, da aposentaria que recebem para uma aposentaria simplesmente do INSS que todo mundo sabe o baque que é para essas famílias. Mas, aos milhares que trabalham na Varig, os familiares deles, infelizmente eu não trouxe uma cartinha que uma menina tentou entregar para o Lula, filho de um Comissário e uma Comissária mostrando qual a situação dessas famílias.

E eu queria pegar essa discussão por um lado. Eu participei domingo num ato, no Rio de Janeiro, dos companheiros, como a companheira Luciana participou lá no BRIC da Conceição, que nós estamos acompanhando efetivamente esse caso, e é interessante perceber, e aí eu falo ao Governo aqui, tanto a Infraero como a BR Distribuidora que é uma companhia estatal, por mais que seja capital aberto, é Governo. Não adianta tirar agora, dizer que é uma empresa de capital aberto, por isso tem que dar responsabilidade aos seus... A principal responsabilidade da BR Distribuidora efetivamente é com a população brasileira porque é uma empresa estatal. E mais. O Governo deve à Varig quase cinco bilhões de reais. Só isso praticamente já resolveria em grande parte o problema da Varig. A Ministra Dilma Rousseff disse que vira as costas e diz que não vai injetar dinheiro público na Varig, como se esse Governo não tivesse devendo nada para Varig. Só isso já resolveria em grande parte este problema.

Mas é interessante, o mesmo Governo que vira as costas para a Varig, uma empresa nacional, com todos os profissionais aqui nesse País que voa, que tem vôos internacionais, que eu acho que o Governo Brasileiro em retaliação deveria também colocar ao Sr. Ministro das Relações Exteriores para dizer para a população brasileira não voar nas companhias norte-americanas e nem européias que viessem para fazer esse vôo internacional para o Brasil, porque não é possível que a gente fique recebendo todos esses ataques e não faça nada.

Mas, vejam bem a contradição ao Governo. Vira as costas para a Varig dizendo que não pode injetar dinheiro público na Varig. Mas na Brasil Ferrovias o BNDES entrou com um bilhão e quatrocentos milhões, há pouco tempo atrás, de uma empresa que, na verdade, deu um prejuízo brutal a esta Nação, que foi privatizada, o Governo Lula teria todas as condições morais de reestatizá-la, porque era uma empresa estatal, porque foi entregue na época do Governo Fernando Henrique Cardoso como toda a crise que fizeram com as ferrovias brasileiras argentinas, que também está causando o mesmo problema naquele País. O Governo injeta um bilhão e quatrocentos milhões.

Na Eletropaulo, onde a ENRON, que deu aquele cano internacional, que comprou a Eletropaulo, a AES. E qual foi o papel do Governo? Que deu também outro rombo. Qual foi o papel do governo? Foi reestatizar a Eletropaulo como deveria ter sido feito? Não. Injetou dinheiro público na Eletropaulo porque o Bush assim queria. Porque o Bush não permitiria. Infelizmente é essa a situação. Um Governo refém do capital internacional, que não pode despender nem os cinco bilhões que deve à Varig, mas pode pagar 11 bilhões ao mês só de juros da dívida pública, em média. Porque nos últimos meses foram 15. Ora, vejaM – No último mês o Governo paga 15 milhões de juros aos banqueiros (soa a campainha) – Eu pediria dois minutos para concluir – E se nega a pagar um terço disso à Varig que corresponde na verdade, três vezes a dívida da Varig. Em um mês de juros da dívida. Não estou nem querendo entrar na questão social, do País, tudo mais. Só para dar um exemplo de como o Governo age com relação quando é uma empresa multinacional, ele ajuda. Quando é uma empresa nacional, ele vira as costas e nem paga o que deve.

Portanto, nós queremos chamar atenção da população brasileira que ela tem que sair às ruas, porque essa luta não é apenas uma luta dos trabalhadores da Varig. Essa é uma luta da população brasileira, se não quer ver essa empresa parar na mão da TAP ou das empresas multinacionais ou ser incorporada por empresas brasileiras de menor capacidade do que a própria Varig no jogo que está aí por trás, na penumbra, que não se sabe efetivamente a quem beneficia, apesar de...

(Soa a campainha)

Eu vou concluir, Paim. Para dizer ao Governo Lula que não é possível tratar esses milhares de pais de família que trabalham perfeitamente para esta Nação e não destinar a dívida e, inclusive, da mesma forma que fez com a Brasil Ferrovia. Por que é que o BNDES não pode também pegar, virar sócio da Vasp em parte para ajudar na recuperação da empresa? Por que é que não pode? É por que ela não é comandada pelos Estados Unidos? É para beneficiar a America Airline? É para beneficiar a British? Efetivamente, é.

Portanto, Tenente Brigadeiro da Infraero e vocês, inclusive, são um exemplo de trabalho. Felizmente não foi privatizada a Infraero. Felizmente. Porque aí nesse ponto os militares tiveram um peso importante nesse País, porque na Argentina foram privatizados todos os aeroportos. Foram privatizados Aerolínea Argentina (soa a campainha) e entregue na mão do capital espanhol e está na mesma crise ou maior do que a própria Varig que atravessa no Brasil.

Então eu concluo aqui, em nome do Partido Social da Liberdade, nós temos que entender que o Governo tem que dar uma saída. Quem pode dar a saída a essa situação? O Governo primeiro, pagando a dívida que deve à Varig, a BR Distribuidora que tem que compreender que é uma empresa pública e não uma empresa privada. Que tem que atuar assim não para objetivar e, aliás, o Juiz que tomou a decisão de impedir a entrega do avião da Varig à empresa norte-americana agiu corretamente, como agiu corretamente o Juiz que não aceitou pedir a falência da Varig. Agora, o Governo tem que ser pressionado a destinar o orçamento dessa Nação em parte para pagar a dívida e até para ajudar na recuperação da Varig. Porque esse é o interesse também nosso, do País, de cada brasileiro, efetivamente sabendo com todos os problemas que hoje atravessa. É isso, Senador Paim, que nós queremos colocar aqui em nome do PSOL. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Essa Presidência abre mais uma exceção. O Deputado Perondi pediu um minuto. A Mesa vai dar dois minutos. Um mais um.

DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS) – Parabéns, Senador Paim, Senador Simon, Zambiasi, por marcarem essa Comissão e trazer esse assunto que é importante. Que o Brigadeiro, Tenente Brigadeiro José Pereira disse muito bem da revista Isto que a Varig tem posição estratégica no País. Parabéns, Brigadeiro José Pereira. O Senhor, o Ministro Valdir Pires, Ministro

Marinho estão com essa visão maior, mais profunda do que significa a Varig. A Varig, no mês de março, transportou quase um milhão de passageiros, quase meio bilhão de receitas, e em termos de divisas traz um bilhão e duzentos, meu caro Dr. Milton Zuanazzi, gaúcho, que conhece mais do que quase todos aqui a importância da Varig para o Rio Grande do Sul e para o Brasil. Um bilhão e duzentos na nossa conta corrente, nossa balança comercial. (soa a campainha)

Então precisa, sim, a visão maior do Governo. A Varig que nós gaúchos, os cariocas, enfim, funcionários todos, aonde tem ponto da Varig não querem meu caro Pedro Pereira da nossa querida BR Distribuidora. A Varig não quer esmola, não quer intervenção, não quer dinheiro público. Quer uma relação comercial, apenas comercial, meu caro Senador Paulo Paim. E eu tenho certeza que não passa pela cabeça do núcleo duro do Governo que o caminho é o capital paulista assumir, através da TAM, a Varig. O que havia dois anos atrás, há dois ou três anos atrás, pelo Chefe da Casa Civil. Não passa pela cabeça. E mais, temos o Dr. Ayoub, firme e claro. (soa a campainha) o Juiz que mergulhou, que administra como Juiz a recuperação judicial, acha que é viável. E realmente é viável. E já tomou a decisão de passar as ações para a Fundação Ruben Berta, já tem aí Dr. Marcelo representando a Alvarez para fazer a gestão judicial com competência.

Para encerrar, Senador Paim, eu não acredito que o Presidente Lula que quando sindicalista, que quando Presidente do PT, escreveu muitos artigos da importância para os trabalhadores da Varig, e para o Brasil da Varig, talvez Senador Paim, e isso é importante, o Congresso como está se manifestando, a Câmara e agora o Senado com força, passar mais informações. E aí tem Dr. Milton, o Brigadeiro e o Pedro Pereira de passar essas informações seguras. E mais, para encerrar de fato, o Tribunal de Contas aberto. (soa a campainha)

Então, é confiar na recuperação. Retirar da Fundação Ruben Berta. Os dráculas lá que mamaram, sangraram ao longo dos últimos 15 anos, têm que ir embora. Têm que ir embora de uma forma ou outra. Mas o Governo não pode ficar com essa marca. E está claro. É incrível com toda campanha negativa até semana passada. De semana passada para cá a imprensa começou ver que a Varig é viável. E o Governo começou a reavaliar, o povo continua viajando, não é comandante? Continua viajando.

Então, evidente, não se quer dinheiro público. Não se quer. É uma relação comercial, meu caro Pedro. A Petrobras comemora a auto-suficiência. A Petrobras não pode comemorar o enterro por simplesmente um rigor comercial. A Varig está no ar, a Varig vai continuar no ar. E essa Casa, o parlamento está se levantando e com muita força. Parabéns, Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Obrigado Deputado Perondi. Passamos de imediato a palavra aos nossos convidados, pela ordem aqui de inscrição. Eu vou dar também à Mesa cinco minutos, com mais cinco, se necessário. Eu passo a palavra ao Dr. Pedro Caldas Pereira, Gerente-Executivo de produtos de aviação da BR Distribuidora.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Finalizando a nossa participação eu queria registrar que a Petrobras Distribuidora é solidária nesse esforço de recuperação da Varig. Desde a primeira hora ela tem prestado a sua colaboração naquilo que é possível, e a solução que a Comissão encontrar e que for a solução de consenso e solução de Governo, a BR irá cumprir. Nós não temos nenhuma restrição quanto a seguir com a solução que for de consenso e que for a solução que vier a ser recomendada por aquelas autoridades que assim determinarem.

Lembro apenas que a BR Distribuidora ela presta contas das suas ações, das suas atitudes ao Tribunal de Contas da União, e ela atua especificamente no que diz respeito às ações em relação à Varig, em estrito acordo com as orientações que emanam do seu Conselho de Administração. Era só isso que eu tinha a falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou ter que é quebrar o protocolo, porque o nosso Senador Jefferson Peres, e eu dizia aqui Senador, que V.Exª. mediante aquele discurso que fez, naquela quarta-feira, desencadeou uma série de debates, foi quarta, quinta e sexta, sobre a Varig, e dessa iniciativa sua é que foi articulado pelas quatro Comissões essa Audiência Pública e outras que virão na seqüência. E eu ia encerrar aqui com a fala da Mesa, mas antes de passar para os outros painelistas V.Exª. está com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Pois não, Senador Paim, eu creio que V.Exª. está sendo generoso. Não fui eu quem desencadeou o processo. Já vem de longo tempo. O Comandante Marsillac que é testemunha que um grupo de Parlamentares, um grupo ao qual V.Exª. pertencia, vem há três anos neste esforço coletivo pela salvação da Varig. E eu nunca percebi. Não está falando aqui o Senador oposicionista, de forma alguma. Está falando o Parlamentar que procura ser isento. Eu nunca percebi muita vontade do Governo de intervir na Varig. Até mesmo se fosse o caso para estatizar, Senador Paim. Se fosse o caso. A Varig é uma empresa tão especial, uma empresa emblemática, uma empresa que diz relacionada à auto-estima do brasileiro, até. Que ela deveria ter um tratamento especial. Não para injetar dinheiro público

em empresa falida, como estão dizendo autoridades. Não, de forma alguma. Saldar, estatizar, sanear, e não para entregá-la à fundação Ruben Berta. Me desculpe se alguém da fundação está presente aqui. Nunca. Sejam quais forem os outros fatores que concorreram para a debacle da Varig, a fundação também tem sua parcela de culpa por má gestão. Mas intervir na Varig efetivamente, fazendo encontro de contas, transformando débitos, créditos do Governo em ações da empresa, injetando dinheiro do BNDES também diante compra de debêntures conversíveis em ações, enfim, uma ação efetiva de dura do Governo para salvar a empresa. Isso há três anos. Quando a situação não se agravou a este ponto. Eu numa entendi isto, não sei o que foi dito aqui nos debates, eu estava numa reunião do meu partido de presidenciável, e não pude deixar de ir lá, eu era um dos expositores, mas é isso.

Parabéns a V.Exª., parabéns a todos os Presidentes de Comissões que promoveram este encontro, meus agradecimentos aos que compareceram, e realmente eu noto, Senador Paim, quase uma unanimidade do Senado. (soa a campainha) Será que todo o Senado Federal está enganado ao dizer que há um clamor popular, se não de todos os brasileiros, claro, mas de uma grande parcela da sociedade brasileira no sentido de que a Varig seja salva? Eu acho que estamos, sim, vocalizando sentimentos de grande parte do povo brasileiro. Meus parabéns, mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu cumprimento V.Exª., Senador Jefferson Peres, já havia falado quando usei aqui meu tempo, da sua iniciativa na Tribuna que suscitou um aparte nosso, enfim, uma seqüência de debates no Plenário do Senado que foi importantíssimo. Continuamos aqui então com os convidados. Passo a palavra nesse momento ao Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, a Infraero.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Muito bem, Sr. Presidente. A Senadora Serys me fez um pergunta direta de qual seria a solução para a Varig. A Senadora teve que se retirar por razões de Plenário, mas eu gostaria de dizer à Senadora que como eu gostaria de ter essa resposta. Eu daria alguma coisa da minha vida para ter essa resposta. De qualquer forma, Presidente, nós na Infraero temos acompanhado muito de perto através do trabalho principalmente da nossa Drª. Josefina, todo o drama da Varig já há alguns anos. E temos visto, Sr. Presidente, soluções, muitas soluções foram apresentadas ao longo desse tempo. O que eu poderia dizer para a minha querida Senadora Serys era que qualquer solução ela primeiro tem que ser adequada, Presidente. Ou seja, tem que ter certeza que aquela solução resolve o problema. Mas não basta ser adequada, ela tem que ser praticável. É fácil dizer pegue dez bilhões do Governo e aplique na Varig. Resolve o problema? Resolve, mas é impraticável. Ela não pode ser praticada. Então nós temos que ter uma solução adequada, que resolva o problema, e possível de ser feita. Ou seja, obedece a lei, temos tempo para fazer isso? Temos Recursos Humanos, temos recursos materiais? E não basta ser só adequada e praticável. Tem que ser aceitável também, em termos de risco. A velha perguntA – E se não der certo isso? Nós vamos sobreviver ao fracasso? O sistema sobrevive a uma derrota? Então, dentro desse critério de soluções tem que ser necessariamente... Se ela não for adequada, abandone-se. Se ela não for praticável, abandone-se. Eu acho que ao longo desse tempo perdeu-se muito tempo discutindo soluções inadequadas e soluções impraticáveis, principalmente em termos de lei, principalmente em termos do cumprimento da lei.

E esse é um ponto de vista, Presidente, e eu gostaria de acrescentar que num critério crítico para se chegar a uma solução, eu vejo os interesses estratégicos do Estado, porque a empresa Varig tem um fortíssimo potencial estratégico para o Estado brasileiro, e em segundo plano, o interesse dos trabalhadores. Segundo plano que eu digo, no mesmo nível. Os interesses dos trabalhadores e o interesse dos consumidores brasileiros que, afinal de contas, são os grandes usuários disso.

Eu, apenas para completar, eu gostaria de deixar claro que eu devo a minha vida à Varig. Como piloto da Força Aérea, eu me vi em uma situação extremamente crítica, levei um raio no meu avião, perdi todos os sistemas, ia morrer e fui salvo por um piloto da Varig que eu nunca tive oportunidade de conhecer. Pelo rádio ele me orientou e me fez chegar no aeroporto seguro. Nunca conheci esse piloto e espero que não seja um dos demitidos.

(Palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao Dr. Milton , Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil, a ANAC.

SR. MILTON SÉRGIO ZUANAZZI – Presidente Senador Paim, Srs. Senadores, Senadoras e Deputados. Eu quero tentar manifestar nesse final de debate o mínimo de passionalidade possível. Apesar de para nós gaúchos esse é um tema sempre muito passional. A Varig tem muita relação com a nossa história, com o nosso Estado.

Primeiro responder ao Senador Maranhão sobre a questão do Cônsul norte-americano. O papel da agência, e isso está sendo feito, é comunicar o organismo

brasileiro que é responsável pelas nossas relações internacionais, que é o nosso Ministério das Relações Internacionais. A Varig e todas as empresas regulares brasileiras voam com segurança operacional de primeira qualidade. Nós temos um dos menores índices de acidentes no mundo na aviação comercial e na aviação civil. E, portanto, nós temos absoluta segurança, tranqüilidade de fazer essa afirmação.

Afirmação da Inglaterra, acho que teve um outro caráter, se é que eu estou me referindo da mesma, porque teve um caráter mais do ponto de vista de consumidores, que aí é um outro debate, de preservar os consumidores ingleses.

Agora a manifestação sobre segurança de vôo da Varig essa realmente não podemos admitir. A agência dará todo um instrumental para que o Itamaraty tome as devidas providências. Apesar de que o Senado nessa reunião mesmo, tomou uma medida requisitada pelo Senador Suplicy. A Senadora Lúcia Vânia colocou uma questão importante. A Lei de Recuperação Judicial ela veio para recuperar as empresas. Esse é um fato novo que nós estamos vivemos aqui. Se nós tivéssemos na lei antiga, tecnicamente, sem passionalidade a Varig estava falida. Porque ela tinha patrimônio líquido negativo. Esse é o que diz que uma empresa faliu ou não. A entrada na recuperação judicial, numa lei que é a favor da recuperação da empresa, é que torna possível nós resgatarmos as saídas para a Varig. E nesse sentido, nós temos que distinguir duas coisas que se misturou muito nesse debate aqui. Uma, são as coisas de curto prazo. Estamos falando de fluxo de caixa para ela chegar até a solução na Lei de Recuperação Judicial, porque apesar da lei ser positiva, ela precisa de prazos, tempos, *times*, leilões, separação de ativos e passivos, enfim, é um conjunto de ações que o Juiz e seus assessoramentos têm que tomar.

Então, primeiro estamos tratando de uma questão de curto prazo. Tem que se tratar, portanto, de fluxo de caixa, sobrevivência da empresa voando. Porque se ela parar de voar, aí sim é o fim. Então essa é uma questão. Nesse sentido surgiu uma dívida que essa é real, transitada em julgado que é com os Estados, com de um bi e duzentos que só um Estado até ou. Essa é real, isso é fluxo de caixa. A dívida, o encontro de contas que o Governo Federal voltou-se esse debate novamente aqui, outros Parlamentares, o Marcelo já tinha dito. Ele hoje tem efeito somente de balanço, não tem efeito nesta sobrevivência de curto prazo, nenhum. Por quê? Porque, enfim, o Governo também tem créditos na empresa. Então tem o efeito de balanço. A médio prazo é importante a discussão do encontro de contas. Ela não está morta. E nem é desnecessária. Mas nesse curto prazo ela não resolve nada. Você precisa que ela voe cotidianamente.

Então acho que a primeira coisa tem que se tratar dessa questão. Que ela é absolutamente essencial. E é isso que o Juiz, através da consultoria, da Marsal e da outra consultoria do administrador judicial estão conversando com os credores. É nesse debate também que foi procurado o BNDES. É nessa busca de uma questão de curto prazo. Infelizmente essa questão do curto prazo está misturada com salvar a Varig. Que é uma questão que está se tratando mais do longo prazo. E aí eu pego as palavras da Senadora Serys. O passado é importante, sim, para analisar o futuro. O futuro da Varig ele é possível, tem luz no fim desse túnel e não é um trem, há essa possibilidade, mas não pode ser um futuro onde a gente negue o que ocorreu no passado. E eu não estou falando de Fundação Ruben Berta. Não estou falando. Estou falando exatamente de questões de fluxo de caixa, competitividade da empresa. Esse é um setor, setor aéreo no mundo, trabalha com baixas lucratividades. Grandes movimentos de recursos e baixas lucratividades. O ajuste de um setor como esse no ano de 2006 é absolutamente distinto do ajuste que se tinha na década de 80 ou de 70. Mudou muito. O próprio Brasil mudou muito. A Varig hoje tem monodesignação em sete Países, somente. Os Estados Unidos está aberto à multidesignação desde 91. (soa a campainha) A América do sul está aberta desde o tratado de Fortaleza em 1996. As empresas brasileiras e empresa da América do Sul podem viajar para cá e vice-versa. Não há mais monodesignação. A monodesignação da Varig, mesmo nos Países de monodesignação não é mais em todos. A TAM já opera com Paris e vai começar a operar com Londres. Então o tempo da monodesignação, que lhe permitia determinadas atitudes empresariais, não é mais possível.

Então, o futuro da Varig passa também pela compreensão do futuro da empresa enquanto uma empresa competitiva no mercado doméstico, no mercado internacional da América do Sul, norte-americana e no mercado mesmo da monodesignação. É necessário isso. Se nós não fizermos essa análise, o Brigadeiro J Carlos tem absoluta razão. Nós vamos continuar postergando, tomando atitudes muito intempestivas, tomando atitudes emocionais.

Então, eu quero dizer com isso, isso aqui não é um banho de água fria, muito pelo contrário, eu acho que a gente ter a visão rigorosa e crítica é o início da solução. Nós precisamos ter essa encomenda acertada. E nesse aspecto minhas conversas, nossas, estamos aqui os quatro Diretores da agência, com o Dr. Ayoub. Cotidianamente. O Marcelo tem participado de várias delas. Ou seja, nós queremos buscar uma solução.

Na questão do longo prazo é que o Governo tem dito que não quer ser o capitalizador da empresa. Não quer colocar o recurso, não quer estatizá-la. Não quer intervir. A intervenção, Senador Jefferson Peres, ela tem os seus problemas. Houve uma intervenção na Transbrasil no ano 2000, se não me falha a memória. Houve uma intervenção, e até hoje o Governo paga um preço muito caro pela intervenção. Porque de repente, todos os passivos, como é o Governo, assume, voltam. Gente que nem está mais cobrando aspectos do passivo, volta. Então a intervenção ela pode ser analisada, mas ela tem que ter todo um conjunto de cuidados. Se nós tivermos uma alternativa que é essa que está se tentando construir na Lei de Recuperação, e eu volto a dizer, somente a Lei de Recuperação permitiu isso. Portanto, nós estamos falando de algo que ocorreu a partir do dia 23 de fevereiro. O acordo lá, quando a Varig entra, é em junho do ano passado, mas é em 23 de fevereiro que dá o acordo com o Comitê de Credores. Portanto, estamos falando de algo de 23 de fevereiro e hoje é 25 de abril. Estamos falando de algo de dois meses e dois dias de vida. Portanto, algo novo. Isso precisa ser entendido. Porque senão a gente fica imaginando soluções que eram antes desse período e que foram tentadas. Eu não estou aqui com... Ungido pelo Governo para defendê-lo. Foram tentadas várias. A citação de uma, a difusão com a TAM é uma delas. Em cima de um *code-share*. Aliás, um *code-share* que o Governo autorizou. E no caso o DAC, hoje ANAC, autorizou. E foi absolutamente fundamental naquele momento. Se não autoriza, talvez ali tivesse sido decretado o fim da Varig. Foi absolutamente fundamental aquele *code-share*.

Então, são ações de Governo... Eu volto a afirmar. Não é justo dizer que o Governo não faz nada. É um conjunto de ações que vêm ocorrendo no período, e eu não quero colocar culpa em ninguém mesmo, mesmo sendo tentado, quer dizer, tentado a culpar alguém. Eu quero dizer que não é justo que nós façamos simplesmente esta crítica. Há um conjunto de ações feitas, muitas feitas que esbarrou, ora na não vontade dos dirigentes da empresa, ora porque não compôs todo o conjunto de interesses que compunha aquilo.

Mas hoje, se isso ajuda, se isso coloca uma pá de cal nessa questão do passado no sentido de ficar achando culpados, nós estamos numa lei. O Juiz não tem jurisprudência nessa lei. Ele não tem doutrina. É uma lei absolutamente nova. A Varig, aliás, entrou nesta lei numa décima hora, porque não havia nos artigos que a criavam, a possibilidade das empresas concessionárias públicas ingressarem. Esse artigo é o 199 que na décima hora é colocado exatamente olhando para Varig. Olhando para achar uma saída para a Varig, já que a lei é uma lei que busca alternativa nas empresas brasileiras O espírito da lei é esse. Mas, enfim, ela é uma lei nova, o Marcelo colocou que a Varig não se precaveu com recursos para fazer seu fluxo de caixa.

É muito natural que os credores que vão lá e negociam e congelam seus créditos, que ocorre isso, congelamento, é muito natural que o credor diga o seguinte: "Bom, eu estou congelando para nós lá na frente discutirmos". Então não está a discussão que os créditos como o INSS, com Infraero, com BR, com ninguém. É natural que o credor digA – Mas a partir de agora, aliás, está escrito, esse é o acordo, a partir desse momento, 23 de fevereiro, eu quero ser pago em dia.

Então, esse é o debate. Nós estamos há dois meses. Então eu olho ali para o meu companheiro do Infraero (soa a campainha) e ficando que ele não merece tanta crítica. Há dois meses se tomou essa decisão. Está lá congelada com o endividamento da BR Distribuidora e a partir de então está inscrito e eu vou receber em dia no fluxo de caixa. E aí viemos com os problemas de fluxo de caixa. Eu quero tentar repor com isso um pouco da realidade de cada um. A ANAC até fica um pouco acavaleiro nesta hora, apesar de que ali na frente é na ANAC que essas decisões vão acabar desaguando. Que nós somos o Poder Concedente, e temos a obrigação de achar essa solução. Hoje nós estamos aqui com observadores atentos desse processo. E como observadores estamos olhando o problema de cada um de que está nessa Mesa, inclusive dos trabalhadores aqui da Varig. E é realmente um problema bastante sério, bastante crítico. Estamos olhando o problema individual de cada um. Tentando somar isso numa composição.

Então, Senador Paim, eu quero encerrar porque acho que as suas palavras foram sábias ali na sua manifestação antes de estar presidindo a Mesa. Se nós não tivermos a capacidade de buscar os consensos agora, eu sei, essa é uma Casa política, é um ano político, os movimentos, mas o consenso é generalizado. É também não só entre os partidos, muito pelo contrário, é um consenso entre os trabalhadores, é um consenso entre a sociedade brasileira em achar esses caminhos, é buscar dentro dos limites que a lei impõe a cada um de nós, soluções para tudo isso. E as suas palavras foram sábias, porque eu acho que o Senhor colocou um pouco de água mais branda nesse processo e eu não vejo outra saída. Eu acho que há saída, a agência está trabalhando no sentido de ser colaboradora nesse caminho, existe alguma perspectiva, tem complexidades. O próprio futuro da Varig precisa de um debate mais efetivo para que ela seja uma empre-

sa que venha para o futuro, competitiva, para que nós aqui a seis meses, oito meses, um ano, não estejamos voltando aqui a debater o mesmo assunto.

Mas, enfim, só tem um jeito. Se nós tivermos essa capacidade de compor e de entender os limites de cada um e dentro dos limites de cada um encontrar as soluções necessárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra ao Dr. Marcelo Gomes, Gerente-Geral da empresa Alvarez & Marsal.

SR. MARCELO GOMES – Eu vou tentar inicialmente responder a Senadora sobre os gargalos da lei. Na verdade, não existe nenhum gargalo na lei. A lei está sendo interpretada corretamente, muito bem interpretada pelo Poder Judiciário que tem apoiado durante todo esse processo. O que acontece é que a lei ela tem etapas que têm que ser cumpridas. E o nosso problema foi de *timing* dessas etapas. Quer dizer, não foi da interpretação, e sim de *timing*. E também da Varig não estar preparada quando ela entrou para essa lei. Então são os dois grandes problemas hoje da lei.

Em relação ao questionamento do Senador Romeu Tuma, em relação ao penhor dos *Smiles*, foi solicitado para o BNDES, a Varig tem um ativo que é o ativo muito importante. É o ativo que tem cinco milhões de clientes que gera seis milhões de dólares/mês de caixa, livre, que esse ativo poderia ser dado em garantia a um empréstimo do próprio BNDES para capital de giro da empresa durante esse período de baixa sazonalidade. E esse ativo não foi aceito. Aliás, esse mesmo ativo foi ofertado para a BR Distribuidora como garantia do fornecimento de combustível.

Eu vou tentar, só para homogeneizar novamente, informar o que é que nós estamos solicitando realmente do Governo Federal e dos Governos Estaduais. Dos Governos Estaduais são basicamente que eles... Eu ia falar: paguem o que eles devem, mas não, é mais *light*... Que eles façam um acordo com a Varig de assunção dessa dívida e que a Varig tenha a flexibilidade de poder pagar e receber essa dívida em cinco anos, seis anos, mas que eu tenha a confirmação desses Governos Estaduais que eles vão pagar a dívida que eles têm com a Varig. Que é uma dívida de 1.2 bi. Esse processo eu acho que já se iniciou com o Governador Germano Rigotto, e acho que vocês Parlamentares poderiam ajudar bastante no apoio e na cobrança aos Governadores para que eles fizessem um acordo, um acordo geral. Vamos chamar um "acordão Varig", que eles assumissem a dívida que eles têm com a Varig. A Varig poderia dar um deságio, poderia fazer qualquer negócio para que a gente recebesse esse dinheiro que nós temos a receber em curto prazo.

Então esse é o problema com os Governos Estaduais. Com o Governo Federal, a Varig tem a situação do encontro de contas que realmente o Milton está corretíssimo, isso não gera caixa, mas resolve, me ajuda muito a minha situação de balanço para que eu tenha mais crédito e que eu possa recorrer ao mercado para soluções de crédito. Então, realmente ajuda a minha situação ter balanço.

A segunda coisa que o Governo Federal poderia ajudar é influenciar o Conselho da BR para que se executasse um novo contrato com a Varig, um contrato que a Varig não tem com a BR hoje, e que nesse contrato fosse dado um prazo de pagamento para a Varig. Esse prazo poderia ter as garantias que eu já falei anteriormente que são as garantias dos recebíveis que a Varig tem com os cartões de crédito, ou com o próprio *Smiles*. (soa a campainha)

Em relação à Infraero, a solicitação da Varig, uma solicitação de carência durante um prazo para que a Varig possa se reerguer durante esse momento de baixa sazonalidade. Em relação à ANAC, e o Milton falou muito bem falado, nós estamos discutindo muito em relação à interpretação da lei. A lei é uma lei nova e a Varig entrou no último momento dentro dessa lei que as concessões não estavam dentro dessa legislação.

Então, tem uma questão de interpretação de rotas, interpretação de horários de trânsito que tem que ser mais flexível da parte da ANAC para com a Varig nessa nova interpretação, que acho que a ANAC está totalmente aberta para que a gente chegue a um acordo em relação a isso.

E a última ferramenta do Governo Federal, que é o BNDES. Sem um capital de giro para esse momento de recuperação, a Varig vai ter problema de continuidade. E nós não estamos pedindo para o *free lunch* para o BNDES. Nós estamos pedindo para o BNDES que ele dê uma linha de financiamento para a Varig com as garantias de uma empresa dentro do art. 60, que é o *Smiles*, que ele poderia ter a garantia total dessa companhia para emprestar o dinheiro para a Varig durante o período necessário para a recuperação da companhia. E nós estamos pedindo cem milhões de dólares, nós não estamos falando de dinheiro que foram falados hoje, montantes para Brasil Ferrovia, para a GOL. Não estamos falando disso, estamos falando do montante de mercado de cem milhões de dólares com garantia de um ativo que a Varig tem, que é um ativo pode acabar. Porque se a Varig acabar, esse ativo acaba. Que é um ativo maravilhoso que é o ativo *Smiles* hoje.

Então, o que está sendo solicitado para o Governo é um apoio nas suas entidades aonde ele participa,

que é BR, Infraero, ANAC, BNDES, que ele apóie essa recuperação da Varig.

A única coisa que eu posso dizer para vocês de uma empresa que conhece recuperação mundial, que já foi a centenas de recuperação pelo mundo inteiro, é que a Varig é totalmente viável economicamente, ela é recuperável, tem que ser feita várias alterações. É um fato. Mas ela é viável economicamente. E com esse apoio, com esse momento, a Varig vai voltar a ser uma empresa extremamente rentável dentro da rentabilidade das empresas aéreas internacionais. Muito obrigado.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, eu poderia...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só um minutinho. Eu vou passar a palavra ao Dr. ELNIO BORGES, Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Às vezes quando V.Sª. fala da ajuda do Governo, da presença do Governo quando se trata do encontro de contas, aí fica a minha dúvida. A lei não exige isso?

SR. MARCELO GOMES – Exige sim, mas obviamente que poderia ser acelerado com a ajuda do Governo. Mesma coisa quando a gente fala com relação à BR, nós pedimos ajuda para os *resources*. Os *resources* deram. São empresas internacionais que nós estamos há dois meses sem pagar a eles. Quer dizer, eles deram essa ajuda que foi uma ajuda importantíssima para a Varig continuar operando até o momento.

Então, se o *resources*, vamos dizer, aquela empresa de *leasing* fosse do Governo, talvez eu não tivesse tido essa ajuda. Porque o Conselho não poderia provar, porque o mercado não pode aprovar, porque TCU não pode aprovar.

(Soa a campainha)

Estamos falando de negociações de mercado, negociações solicitadas por uma empresa que está em recuperação e que quando eu falo de mercado é por quê? Porque são grandes clientes. A Varig é um grande cliente hoje da BR como é da Infraero. É importante a sobrevivência dela para continuar gerando caixa para a BR e para a Infraero.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Só mais um pouquinho, só mais "umazinha". É minha curiosidade com a Lei de Falência. Também não foi indevido à intervenção do Governo no AERUS, quando a gente lê aqui o § 7º do art. 50 que exige o repasse, o arrendamento de estabelecimento, inclusive a sociedade constituída pelos próprios empregadores.

SR. MARCELO GOMES – Olha, em relação ao AERUS, eu não posso falar aqui que a intervenção é indevida. A intervenção pode ser até devida. A liquidação talvez seja indevida. A AERUS, como outros fundos, como existem vários fundos como PREVI, PETROS, normalmente eles têm participação em ações da própria patrocinadora. E o AERUS é muito criticado. Mas ele não tem nenhuma ação da Varig hoje. Poderia ter. O AERUS poderia comprar até 10% das ações da Varig e ajudar a Varig. Porque se a Varig for salvo, o AERUS é salvo também. Então isso poderia ser feito e foi proposto para o AERUS um dia antes da intervenção. Era uma solução de mercado dentro da lei. O AERUS investir na própria patrocinadora com títulos da patrocinadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra ao Dr. Elnio, como já havia anunciado, depois vou permitir uma pergunta antes do encerramento dos trabalhos.

SR. ELNIO BORGES – Passando rapidamente pela observação da imagem que a Ministra Thatcher deixou para o mundo num passado recente, vale a pena lembrar que o Estado inglês interveio para recuperar a Rolls-Royce e a British Airways. Quanto às perguntas que o Senador Virgílio colocou aqui, se é viável a Varig. Sim, é viável. Por todas as informações que existem e por todas as informações que foram aqui trazidas. Se vale a pena recuperar a Varig em face da dificuldade para reposicionar uma empresa brasileira no mercado? Sim, sem dúvida. Nenhuma empresa brasileira vai conseguir ter a dimensão que a Varig tem dentro do mercado devido à grande disputa existente. Se é coerente agir para prevenir um prejuízo ao erário nacional com a falência da Varig? Sem dúvida também. A Varig é credora de 4.6 bilhões e é devedora de 3.5. Com a falência nem a União vai receber seus 3.5 e nem deixará de ter obrigação de pagar a massa falida os 4.6. Se é possível reestruturar a Varig com sucesso e pulverizar as suas ações, sem dúvida nenhuma. Inclusive para se tornar uma empresa pública como deveria ser efetivamente uma empresa de interesse nacional. Quanto à fundamentação para liquidação do AERUS, indagado pelo Senador Tuma, a resposta é nenhuma. Nenhuma fundamentação. Os trabalhadores estiveram ao longo dos últimos quatro anos implorando à Secretaria de Previdência Complementar que fizesse uma intervenção para promover o saneamento do plano, aliás, objetivo primário da lei quando determina a intervenção. Isso foi negado ao longo desse tempo todo, de todas as maneiras. A liquidação foi feita apenas para inviabilizar que os trabalhadores da Varig pudessem fazer o investimento do seu próprio dinheiro na companhia e recuperá-la. Esperamos, inclusive, que

nas próximas Assembléias-Gerais de Credores, o Governo não se valha agora da condição de ter tomado o nosso fundo como liquidante para votar tanto como devedor da companhia de quatro bilhões e seiscentos, como credor interposto entre os trabalhadores e o verdadeiro patrimônio dos trabalhadores, de forma a propiciar com o seu voto ou a falência da Varig ou a sua entrega a preço vil, como foi feito com a VEI(F), Varig LOG, também por interferência do mesmo AERUS já sob administração especial.

Com respeito a Fundo Garantidor do Crédito Aeroviário, o pedido de esclarecimento aqui vai. Seria lastreado no congelamento tarifário, na verdade, além da parte que ajuda no balanço da companhia, ou seja, com a diferença entre o valor que é devido pelo Governo e o valor que a companhia deve, que soma pelo menos 1.1 bilhão. É melhor do que apenas o balanço. É favorável à Varig essa diferença, mas o 1.2 de ICMS nós teríamos 2.3 bi no fundo garantidor de crédito aeroviário que poderia lastrear perfeitamente operações de crédito para esta nova Varig, a Varig operacional. Esse benefício não deveria ser estendido aos maus gestores ou aos maus controladores. Ele deveria servir de instrumento de recuperação da empresa em prol da Nação. Para isso, deveria ser restrito a empresas que passem por um processo de recuperação judicial e cujo plano ou quite ou permita converter créditos trabalhistas e Previdenciários. Além disso, ele poderia ser feito mediante instrumento do Congresso Nacional que autorizasse a União compor as ações de congelamento tarifário.

Com respeito ao que falta para o plano ser implementado, indagação da Senadora Lúcia Vânia, o que falta, Senadora, é vontade política de implementar um plano que já está aprovado. E ressalvo mais uma vez, faço das minhas palavras ao que o Dr. Marcelo Gomes aqui colocou, com uma ressalvA – Não para a Varig atual. Tudo isso deve ser feito para a Varig operacional, com passivo e ativo equilibrado e leve. Capaz de efetivamente ser uma empresa competitiva como merece ser. Confio nesse aspecto que o Prof. Paulo Rabelo, na próxima reunião dessas Comissões (soa a campainha), poderá demonstrar com clareza os efeitos saneadores da decisão judicial que homologou o plano de recuperação judicial, assim como da decisão judicial trabalhista que aceitou a proposta dos trabalhadores como lance inicial da alienação dessa Varig operacional, e que garante a venda desta Varig com a presteza que a situação da empresa impõe.

Quero registrar que esta solução é aceitável, é totalmente praticável, é legal, e é prontamente implementável como o nosso Brigadeiro José Carlos com o seu discurso patriótico aqui ponderou que seria a necessidade.

E finalmente, quero mencionar que durante ao longo das últimas duas semanas, um pouco antes do feriado da páscoa, a Varig praticamente deixou de vender. Graças aos insistentes e repetitivos cânticos do mantra, "Não se dará dinheiro público", aliás para uma empresa que não merece esse tratamento porque não precisa de dinheiro público. Bastou que a ANAC, juntamente com um dos juízes da 8ª Vara desse uma declaração de que a empresa não ia falir, que não seria motivo de falência neste momento, e que a empresa voa com segurança e continuará voando com segurança, para que as vendas da Varig repicassem acima do seu nível normal, nada excepcional, mas veio praticamente do zero para o seu nível normal.

Significa que a Varig é uma empresa que recusa a se deixar matar. E eu tenho certeza que os trabalhadores, como investidores e com a solidariedade por meio da solidariedade do povo brasileiro, seja pelos nossos clientes, sejam pelos Parlamentares de todo o Brasil, como representantes deste povo, não vamos permitir que a Varig tenha solução outra que não seja a sua recuperação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com a tolerância devida aqui da conciliação, meu amigo Deputado quer fazer uma perguntinha que o nosso amigo aqui, Márcio, responderá na seqüência.

DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS) – A grandeza de um homem se mede pela sua sabedoria e capacidade de mudar quando erra. O Presidente Lula afirmou que não ajudaria a Varig porque era falida. Agora se vê nos últimos 15 dias de que é possível. Então o Presidente Lula tem a oportunidade excepcional de mostrar que é um homem sábio.

A pergunta que eu faço, acho que é para o Dr. Marcelo, ou para o Comandante, como ficou em termos práticos a decisão desse extraordinário e corajoso Juiz, Dr. Ayoub, que enfrentou o Governo e a própria imprensa, num momento, e transferiu 87% das ações da Varig para o FIP, para o fundo da BRASCAM. Em que pé está e que passo será dado, houve uma conta reação desse grupo da Fundação Berta que se fosse sábio se afastaria imediatamente, sem ação judicial.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Conforme combinado, Deputado, Dr. Marcelo, se V.Exª. puder em um minuto.

SR. MARCELO GOMES – Vou fazer, sim. A Fundação Ruben Berta tem 10 dias para se pronunciar. Ela não se pronunciou ainda em relação à subscrição das ações dela no FIP-Controle. E com as ações dela no FIP-Controle, a partir desse momento todo o modelo de governancia da empresa muda.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra de imediato, devido ao nosso tempo, ao comandante Márcio Marsillac, coordenador dos trabalhos do Grupo Varig TGV.

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Obrigado, Senador Paim, Deputado Darcísio Perondi, pelas conversas que temos tanto com o Dr. Ayoub quanto com o Procurador de fundações do Rio Grande do Sul, Dr. Avelar Bastos, nós temos certeza que se a fundação em suas Instâncias de decisão oferecer qualquer resistência a isso, eles agirão de pronto para viabilizar um processo que seja construído de consenso pelo Governo, pelos trabalhadores, pelos consultores, pelo juízo da 8ª Vara empresarial. Essa é a informação que temos e a certeza disso.

Começando com o Senador Arthur Virgílio, repetindo um pouco, mas economizando as palavras porque o Comandante Elnio Borges já respondeu em alguns pontos sobre a viabilidade econômica dessa empresa. Essa empresa, com todas as dificuldades e em plena crise, faturou como já salientado aqui, no mês de março 220 milhões de dólares. Ou seja, é uma empresa que vai... E nós não estamos falando de um mês de alta estação, mas se nós multiplicarmos isso por 12, encontraremos 2.6 bilhões de dólares de faturamento. Quantas empresas no Brasil têm este faturamento? Ela equilibrada operacionalmente, tendo o seu caixa equilibrado, e para isso todos sabemos terá que ser reestruturada, como salientou o Dr. Marcelo Gomes, será uma empresa economicamente viável, financeiramente viável. O prejuízo para socorrer a Varig é maior ou menor do que as perdas para a União. A gente pode numa conta muito rápida. O PAES, a Varig deve ao Governo, em PAES, 3.4 bilhões em contingências tributárias 1.1 bilhão, para a BR, Infraero e Banco do Brasil em torno de 600 milhões de reais. Nós estamos falando de 5.1 bilhões. A Varig tem em contingências ativas 4.6 bilhões e contra Estados, 1.2 bilhões. 5.8 bilhões. Nós estamos falando que se essa empresa falir não pagará à União 5.1 e a massa falida receberá da União e dos Estados 5.8. Totaliza 10.9 bilhões de reais, sem falar no prejuízo social e econômico que eu acredito, Prof. Paulo Rabelo tenha passado aos Senhores, já essa tabela fazendo algumas avaliações.

Qual seria a solução sem recursos públicos, perguntou o Senador Arthur Virgílio. Eu acho que está colocada. O plano de emergência que foi elaborado Alvarez & Marsal, com prazos e carências, agregado à disposição dos trabalhadores de usarem uma parcela das suas poupanças previdenciárias em torno de duzentos milhões de reais viabilizam um pagamento de rescisão dos funcionários para adequar o quadro de funcionários, como para colocar em operação 10 aeronaves das 20 que estão paradas. Isso aumenta o faturamento e a rentabilidade da empresa colocando-a num ciclo virtuoso.

Em seguida foi colocada aqui a questão do ICMS junto aos Estados na viabilização de capital de giro, não incidindo aos Estados um desencaixe de dinheiro num curto prazo. Isso garante, como salientou o Diretor-Geral da ANAC, a Varig, num curto prazo voando e pronta para implementar as medidas do plano de recuperação aprovado ao final do ano.

O movimento seguinte, a segregação e venda do ativo operacional. Não deveria ser feita antes do encontro de contas. Porque é justamente isto que vai agregar um valor monstruoso a esse ativo quando for vendido a novos investidores e controladores. Isso é importante não só para os credores privados, para os trabalhadores, mas principalmente para os credores públicos, porque esta será a forma de se ressarcirem dos créditos que têm contra a Varig.

Nós estamos falando numa atitude da União que vai trazer benefícios a estatais. Nós estamos fazendo uma atitude do Governo Federal que representa os interesses públicos da sociedade brasileira e que, com esta atitude, estará satisfazendo outros interesses públicos, o recebimento das dívidas, dos créditos que as estatais têm, junto à Varig.

Aí esta empresa, sem sombra de dúvida, sai equilibrada e (soa a campainha) e competitiva dentro do mercado de aviação, sob novo controle e uma gestão profissional. O BNDES pode participar com financiamento por garantias dadas por esta empresa agora limpa e bem gerida ou então financiando, como disse e afirma que disse, o Presidente Demian Fiocca em encontro que tivemos na semana passada, Deputado Darcísio Perondi estava junto, que o BNDES já se colocava à disposição para financiar interessados em participar da capitalização com investimentos na Varig.

O Senador Suplicy tocou num dos pontos que é o que mais temos insistido nesses últimos tempos. A vontade dos trabalhadores de contribuírem na conversão de seus créditos e em aportes, seja através da redução salarial, seja através do uso de suas poupanças. Isso diminui substancialmente o passivo da Varig e coloca dinheiro de curto prazo na empresa. E volto a salientar, são movimentos que devem ser feitos antes de uma alienação, pois valoriza uma empresa e contempla a satisfação como previsto na no art. 47 da Lei de Recuperação de Empresas para a satisfação dos credores. É isto que deve ser respeitado dentro dessa lei. Senadora Lúcia Vânia e o Senador Flexa Ribeiro acrescentaram a isso a possibilidade de se analisar o uso, inclusive, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço dos Trabalhadores para a capitalização da em-

presa. Sabemos do receio de vários dos Parlamentares, se isso aberto para todas as empresas possa provocar um movimento, inclusive dos controladores pressionando os próprios trabalhadores a participar.

Já podemos antecipar aos Senhores que no caso da Varig o nível de conscientização dos trabalhadores é enorme. Os trabalhadores aqui realizam funções altamente especializadas, e o prejuízo aos trabalhadores com a falência e parada desta empresa será enorme. Volto a dizer. A disposição é total de todo e qualquer sacrifício para manter essa empresa voando. E nossos empregos em patamares condizentes com os de mercado.

A Senadora Serys falou sobre responsabilização. No tocante a isso nos sentimos confortáveis. As associações, desde muito, tem ações de gestão temerária contra várias das administrações desta empresa Varig. E fizeram uma representação ainda no ano passado sobre a gestão do nosso Fundo de Pensão. Não precisamos discutir esse assunto, basta ver os números, tanto da empresa quanto do fundo, para descobrir que há mais do que relações para isso. O Ministério Público Federal está promovendo inquéritos, tanto civil quanto criminal para apurar responsabilidades.

O Senador Romeu Tuma falou sobre a Infraero e a BR e a questão de eles facilitarem prazos e carências. Se estas empresas não entenderem que há um contexto diferente, sob uma nova gestão, um novo momento também político dentro do País, aonde nós temos Senadores de todos os partidos, Deputado de todos os partidos, a sociedade brasileira de norte a sul, voltada para essa questão, nós não lograremos êxito nisso. O que nós entendemos é que os grandes prejudicados será a sociedade brasileira, até mesmo no não recebimento dos créditos que BR e Infraero têm, junto a esta empresa.

Com relação à SPC e a intervenção colocada aqui. Se existem razões para intervenção, existem questionamentos muito fortes quanto à liquidação principalmente do Plano 2, aquele que serviria para gerar recursos para o investimento de curtíssimo prazo na empresa. O *Smiles* já foi colocado aqui como garantia, existem avaliações que transformam esse ativo, que dão a esse ativo valores de centenas de milhões de dólares. São 5.6 milhões de clientes que geram, como falou o Dr. Marcelo, praticamente vinte milhões de recursos mensais para a empresa. (soa a campainha)

O Deputado Babá falou da questão do uso do BNDES para investimento em empresas como Eletropaulo, Brasil Ferrovias. Na nossa concepção não será preciso acessar o BNDES, mas, sem sombra de dúvida, o envolvimento do BNDES nos mesmos parâmetros do que se usou com a Eletropaulo e com a Brasil Ferrovias seria um facilitador enorme dentro desse processo.

Darcísio Perondi, nosso Deputado, estava acompanhando também numa reunião junto ao TCU em função dessa questão principalmente com relação à Infraero, e o nosso Presidente Adilson Motta, com muita tranqüilidade falou que o Tribunal de Contas da União não será empecilho para que Infraero ou BR possam, dentro de um projeto equilibrado e que se entenda, dê solução adequada. Participar deste processo que o TCU não seria este empecilho. Por quê? Porque já fez em outros casos especiais e excepcionais esta mesma atitude.

Quanto ao Deputado Jefferson Peres o que nós podemos fazer é agradecê-lo, porque o seu pronunciamento transformou dentro desta Casa a Varig de uma preocupação para uma ação, para uma resolução. E isso, para nós, foi importantíssimo.

Brigadeiro J. Carlos talvez não esteja lembrado, mas ainda em 2002, Brigadeiro, nos encontramos no Congar. Fomos lhe fazer uma visita porque tínhamos o seu histórico, e sabíamos da sua preocupação com esta empresa. Tivemos conversando por algumas horas sentados na sua sala no Congar, discutindo essa questão da Varig. E já lá falávamos e concordávamos que a solução deveria ser uma solução adequada, praticável e de risco aceitável. Mas aí salientamoS – Se nós ainda não a temos completamente e acabada, é inadmissível que a sociedade brasileira, que o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Governo Federal, os trabalhadores não consigam construir uma solução para essa questão. Esta empresa é privada e de interesse público. E pelo interesse público, tudo se pode fazer, porque é de interesse público. Nós temos certeza que, juntando, convergindo as idéias, agregando valor, nós construiremos. Só pedimos uma coisa ao Senado, a todos os presentes e a Governo, rapidez, muita rapidez. Porque este é um mercado extremamente competitivo. E cada dia aqui é pior para a Varig.

Eu agradeço a oportunidade, Senador Paulo Paim, agradeço a todos os Senadores e Deputados e volto a dizer: Dos trabalhadores da Varig não faltará esforço e sacrifícios para manter essa empresa voando e de pé por outros 79 anos. Obrigado.

(Palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Antes de encerrar a presente reunião, quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes, que se moveu rapidamente para esse evento acontecer. Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Tasso Jereissati, e Luis Otávio das respectivas Comissões.

E lembrar a todos que, no próximo dia 27 de abril, às 10 horas, teremos aqui Dr. Luiz Roberto, Juiz da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, Procurador de Fundações, Dr. Adarci Reis, Secretário de Previdência Complementar, Professor Paulo Rabelo de Castro, Consultor, Srª. Graziella Baggio, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Srª. Selma Balbino, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, e também Dr. Demian Fiocca, Presidente do Banco nacional BNDES. E no dia 2 de maio, a Ministra Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil e Ministro Valdir Pires e Ministro da Defesa. Está encerrada a reunião, agradecendo a todos os convidados presentes.

Sessão encerrada às15h38.

Ata da Décima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 2 de maio de 2006, às 10:00 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e trinta minutos do dia dois de maio do ano de dois mil e seis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, e, em seguida, da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jorge Bornhausen, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, José Agripino, Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Romero Jucá, Gilvam Borges, Wellington Salgado, Pedro Simon, Ana Júlia Carepa, Fernando Bezerra, João Ribeiro, Ideli Salvatti, Antônio Carlos Valadares, Roberto Saturnino, Serys Slhessarenko e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Ramez Tebet, Mão Santa, Sérgio Cabral, Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, a Comissão aprova, o Requerimento nº 28/2006-CAE, de autoria do Senador César Borges, que requer, nos termos regimentais, o sobrestamento do exame do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, versando sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, até que seja cumprida a diligência solicitada através do Ofício nº 655, de 2006, da Mesa Diretora do Senado Federal, do 1º Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Tião Viana, baseado no artigo 266 do Regimento Interno do Senado Federal, para leitura de Requerimento de tramitação conjunta protocolado em 19/04/06; Requerimento nº 30/2006-CAE, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que requer, nos termos regimentais, seja incluído como convidado na próxima audiência pública a ser realizada no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006, o Exmo. Sr. Manoel Felipe Rego Brandão, Procurador-Geral da Fazenda Nacional; Requerimento nº 31/2006-CAE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados o Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores, Senhor Celso Amorim, o Excelentíssimo Ministro das Minas e Energia, Senhor Silas Rondeau, o Excelentíssimo Ministro da Fazenda, Senhor Guido Mantega, o Excelentíssimo Ministro da Defesa, Senhor Valdir Pires, e o Presidente da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, Senhor José Sérgio Gabrielli, para prestarem esclarecimentos sobre as ações do Governo da Bolívia que vieram a prejudicar seriamente os interesses brasileiros naquele país; Requerimento nº 32/2006-CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que requer, nos termos regimentais, sejam solicitadas à Secretaria de Defesa Econômica (SDE), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, informações acerca das medidas adotadas contra a Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV), tendo em vista notícias de que estaria descumprindo o Termo de Compromisso de Conduta Econômica em relação às pequenas cervejarias, estabelecido no momento da sua constituição, em 2000; e o Requerimento nº 33/2006-CAE, de autoria do Senador Arthur Virgílio, subscrito pelos Senadores Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Romeu Tuma e pela Senadora Serys Slhessarenko, que requer, nos termos regimentais, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 29 de abril de 2006, de um dos mais notáveis economistas do mundo contemporâneo, John Kenneth Galbraith. A Comissão rejeita o Requerimento nº 29/2006-CAE, de autoria do Senador Álvaro Dias, que requer, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o estudo do Projeto de Lei nº 216, de 2003, que "dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil", feito em reunião conjunta desta Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A Presidência retira, a pedido do autor, o Requerimento nº 34/2006-CAE, de autoria do Senador João Ribeiro, apresentado no dia 25/04/06, requerendo adiamento da discussão da Mensagem nº 114/06.

Logo após, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes na Segunda Parte da Pauta, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 114, de 2006, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US$ 106,250,000.00 (cento e seis milhões duzentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Tocantins e o MCC S.p.A - Capitalia Gruppo Bancário - MCC, da Itália, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento - Pontes Tocantins - Fase II'", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Em 18/04/06 foi concedida nos termos regimentais. Usam da palavra para discutir a Matéria os Senadores Romeu Tuma, Ney Suassuna, Artur Virgílio, Lúcia Vânia, Serys Slhessarenko e João Ribeiro, que retira o Requerimento nº 34/2006-CAE de sua autoria, apresentado na 8ª Reunião da Comissão, realizada em 25/04/06 e comunica que apresentará Requerimento para que o Tribunal de Contas da União faça o acompanhamento da obra, sendo acatado pela Presidência que enviará à comissão competente (CFC). Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02-Aviso do Senado Federal nº 01, de 2006, não terminativo, que "encaminha cópia do Acórdão nº 2.084/2005-TCU-Plenário, referente à auditoria realizada na Secretaria do Patrimônio da União (SPU)", de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, tendo como Relator o Senador Roberto Saturnino, que oferece Parecer pelo conhecimento da Comissão e posterior arquivamento da Matéria. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A Presidência designa o Senador Antonio Carlos Valadares Relator *Ad Hoc.* Após a leitura do Parecer pelo Relator *Ad Hoc*, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer concluindo pelo conhecimento da Comissão e posterior arquivamento da Matéia; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, não terminativo, que "dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil", de autoria do Senador Flávio Arns, tendo como Relator o Senador Álvaro Dias, que oferece Parecer favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com decisão terminativa. Usam da palavra os Senadores Álvaro Dias, que apresenta o Requerimento nº 29/06-CAE, requerendo seja feita a apreciação da Matéria em Reunião Conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, César Borges, que apresenta o Requerimento nº 28/06-CAE, solicitando sobrestamento do exame da Matéria até que seja cumprida diligência solicitada pelo Ofício nº 655/06 da Presidência do Senado Federal, Ney Suassuna e Ideli Salvatti. Colocados em votação a Comissão aprova o Requerimento nº 28/06-CAE e rejeita o Requerimento nº 29/06-CAE. A apreciação da matéria é sobrestada, de acordo com o Requerimento nº 28/06-CAE; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que "altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 18/04/06, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2005, não terminativo, que "cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Ramez Tebet, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 02, 03, 04, 05, 06 e 07. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com decisão terminativa. Em 21/02/06, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 28/03/06, foi apresentado e rejeitado o Requerimento nº 25/2006-CAE, de autoria do Senador Jefferson Péres, requerendo audiência prévia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Em 04/04/06, foram apresentadas as Emendas nºs 02, 03, 04 e 05, de autoria do Senador Valdir Raupp. Em 11/04/06, foi apresentada a Emenda nº 06, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Em 24/04/06, foi apresentada a Emenda nº 07, de autoria do Senador Álvaro Dias. Usam da palavra os Senadores Edison Lobão, que solicita a retirada da Matéria da Pauta, Ney Suassuna, Jefferson Péres, José Agripino, Gilberto Mestrinho, Ana Júlia Carepa, Romeu Tuma e Flexa Ribeiro. A Matéria é retirada de Pauta; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2004, Complementar, não terminativo, que "dispõe sobre a criação de conselhos tripartites, com representantes do governo, empregados e empregadores, para fiscalizar a concessão de incentivos fiscais", de autoria do Senador Paulo Paim,

tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2004, terminativo, que "altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesas com doações a instituições filantrópicas", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2003, terminativo, que "altera o inciso III do artigo 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a incluir cinqüenta e oito municípios do Estado de Minas Gerais como beneficiários do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste (FCO)", de autoria do Senador Aelton Freitas, tendo como Relator o Senador Wellington Salgado, que oferece Parecer favorável ao Projeto e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo, que "altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que 'Estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental', e dá outras providências", de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para estabelecer que parte do produto da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) seja destinada ao município de origem", de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2004, terminativo, que "altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para incluir a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias de números administradas pela Caixa Econômica Federal", de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 18/04/06, o Senador Rodolpho Tourinho apresentou Voto em Separado. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2004, terminativo, que "dispõe sobre o emprego de rendimentos auferidos das aplicações, no mercado financeiro, das receitas tributárias da competência dos Estados, Distrito Federal, Municípios e das transferências obrigatórias da União para os entes federados, bem assim dos Estados para os Municípios", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 11/04/06, foi lido o Parecer pela Relatora, sendo adiada a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2004, terminativo, que "dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que dispõe sobre a incidência do imposto de renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2004, terminativo, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, para estabelecer o percentual mínimo do produto de arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinado à conservação, recuperação e ampliação da malha rodoviária", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que "modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2004, terminativo, que "fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontado na fonte, e dá outras providências", de autoria do Senador Pedro Simon, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer prazo até o último dia útil do ano em que é entregue a declaração de ajuste para a restituição de Imposto de Renda Pessoa Física pago a maior", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pela aprovação do PLS nº 41, de 2004, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 131, de 2004. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado

n° 177, de 2003, terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que 'altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2005, terminativo, que "acrescenta alínea ao inciso II do artigo 8º da Lei n º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir, entre as despesas dedutíveis do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, o salário-mínimo pago a empregado doméstico", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer pela prejudicialidade do PLS nº 149, de 2005, e pela aprovação do PLS nº 177, de 2003, com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, terminativo, que "dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditício, de que trata o art. 165, § 6º da Constituição e dá outras providências", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da matéria é adiada; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a aquisição, pela União, de créditos relacionados à participação governamental obrigatória dos Municípios na exploração de recursos hídricos para fins de energia elétrica, petróleo e gás natural", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 20-Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2004, terminativo, que "acrescenta § 6º ao art. 43, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a formação do cadastro positivo nos Sistemas de Proteção ao Crédito", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda n° 01-CCJ aprovada. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da matéria é adiada. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da Primeira Parte da Pauta, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 118, de 2006, não terminativa, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM", de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante, que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. A Presidência designa a Senadora Patrícia Saboya Gomes Relatora *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do Parecer pela Senadora Patrícia Saboya Gomes, usa da palavra para fazer a sua exposição a Senhora Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana. Usa da palavra para interpelar a Sabatinada, o Senador César Borges. A Presidência convida a Senadora Ana Júlia Carepa e o Senador Roberto Saturnino para atuarem como escrutinadores. Após a Sabatina, a Comissão aprova a indicação do nome da Senhora Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por dezessete votos favoráveis, um contrário e nenhuma abstenção; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 121, de 2006, não terminativa, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Francisco José Rabelo do Amaral para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene", de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Ney Suassuna, usa da palavra para fazer a sua exposição o Senhor Francisco José Rabelo do Amaral. Usa da palavra para interpelar o Sabatinado o Senador César Borges. A Presidência convida a Senadora Ana Júlia Carepa e o Senador Roberto Saturnino para atuarem como escrutinadores. Após a Sabatina, a Comissão aprova a indicação do nome do Senhor Francisco José Rabelo do Amaral, para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene, por quinze votos favoráveis, três contrários e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Luiz Otávio,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – (soa a campainha) Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se hoje, 2 de maio, às 10h30, na sala de reuniões nº 19, na Ala Alexandre Costa. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com seus registros.

Pela ordem, Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, está incluído na pauta de votação, hoje, o projeto de minha autoria que cria a Zona Franca de São Luis. Conversando com o Senador Jefferson Peres, parece-me que começamos a encontrar um caminho. Tenho conversado também com o Líder do Governo, Aloizio Mercadante e com o Senador Gilberto Mestrinho, então, solicito a V.Exª. a retirada de pauta deste projeto, para que aprofundemos os nossos entendimentos na tentativa de se encontrar uma solução comum para resolver este problema.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, eu queria não só endossar a posição do Senador Lobão, como sei da luta dele pelo Estado, e sei dos atritos que isso pode gerar em relação a outros Estados, mas, com boa vontade, nós encontraremos uma solução, e queremos que essa solução exista para a gente poder votar com o Senador Lobão, que é um Senador que a gente tem muita admiração e tem todo o interesse, porque eu nunca vi ele chegar com um projeto que não fosse um projeto que somasse. Essa é a primeira vez que a gente tem um probleminha, mas ele mesmo abriu o caminho para se encontrar uma solução.

A segunda coisa, Sr. Presidente, eu queria pedir que depois fosse colocado Tocantins em votação, o processo, e queria também pedir o da ADENE. São dois processos que nós temos todo o interesse, como nordestinos e como peemedebistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, o Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, muito me alegra o requerimento do Senador Lobão, além do apreço pessoal que eu tenho por ele, e me preocupa também a situação do Estado do Maranhão, que tem toda a legitimidade de propor medidas que tirem aquele Estado da pobreza em que se encontra, de forma que acho possível se encontrar um meio-termo que concilie os interesses do Pólo Industrial de Manaus e os anseios de desenvolvimento do Estado do Maranhão. Era esse o registro que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, o Senador José Agripino Maia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, eu acho que com a palavra do Senador Jefferson Peres, o encaminhamento favorável ao entendimento está posto. É uma palavra conciliadora, talvez seja um dos grandes interessados, em sentido contrário, no embate e, na medida em que S.Exª. coloca a posição conciliadora de reconhecimento à importância da Zona Franca do Maranhão, da zona de livre comércio do Maranhão, eu acho que os fatos ficam convergentes e é de muito bom alvitre que se adie, por um pouco de tempo, a discussão, para que se chegue a um entendimento favorável, principalmente para um Estado que guarda grandes proporções de renda, que é o Estado do Maranhão, aqui representado pelo Senador Edison Lobão. Eu manifesto minha opinião absolutamente favorável à destinação de tempo para a busca de entendimento em torno dessa questão, que é da maior importância.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, o Senador Gilberto Mestrinho.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – (pronunciamento fora do microfone) Sr. Presidente... Esse projeto poderia trazer problemas com alguns Estados e até com a Zona Franca de Manaus.

Daí a necessidade de uma conversa, de um entendimento e de buscarmos um ponto de apoio. Até porque historicamente o Amazonas já foi ligado ao Maranhão. Mesmo porque, historicamente, o Amazonas já foi ligado ao Maranhão, por incrível que pareça. No passado, a capital da região era São Luís.

Mas, o Senador Lobão está com o nosso apoio, o nosso muito obrigado e vamos então dar preferência, com o pedido do Senador Suassuna, à questão do empréstimo do Tocantins, já que a resolução que regulamenta o assunto não permite empréstimos para Governos que faltem 180 dias para término do mandato e, se não aprovarmos isso agora, e a Comissão jamais deixou de aprovar um pedido de empréstimo, se não for aprovado agora, terá perdido o empréstimo. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa, pela ordem. Depois, o Senador Romeu Tuma e, finalmente, o Senador João Ribeiro.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – É só para concordar com o Senador Lobão que nós deveríamos realmente adiar essa matéria e discuti-la melhor. Eu não vou entrar no mérito da questão, não por conta de Zona Franca de Manaus, mas por conta realmente de como nós entendemos o desenvolvimento nas nossas regiões. Porque senão, imagine o Pará cercado de zonas francas por todos os lados. Ele ficaria uma ilha. Então nós precisamos realmente discutir melhor esse tipo de matéria e esse tipo de instrumento de mecanismo, se ele realmente tem sido...

Por isso que eu acredito, apesar de ter sido derrotada a proposta do Senador Jefferson Peres de fazer uma Audiência Pública, eu acho que a Audiência Pú-

blica ainda é um caminho importante para que a gente possa discutir isso de forma absolutamente transparente, porque eu considero absolutamente justo que se queira para cada região deste País, e reconhecendo nas regiões Norte e Nordeste as regiões onde existem mais desigualdades, está na nossa Constituição exatamente o combate às desigualdades regionais, que nós possamos discutir que mecanismos são os melhores para combater as desigualdades regionais realmente que são existentes na região que eu represento, na região que V.Exª. também representa e que é legítimo que nós queiramos realmente fazer com que as nossas regiões possam chegar num nível de desenvolvimento onde não só tenha crescimento, um PIB alto, mas principalmente distribuição de renda, geração de emprego, um desenvolvimento sustentável, que é o que nós defendemos.

Então, eu quero concordar que nós possamos fazer, mas queria propor novamente, porque eu acho que um debate é bem interessante que nós façamos, porque eu acho que ele vai além do que significa uma Zona Franca em São Luís. Ele vai na direção de que tipo de mecanismos nós podemos ter no nosso País que possam garantir aquilo que reza a nossa Constituição, que é combater as desigualdades regionais de um País tão grande como este, com dimensões tão grandes e, portanto, com tanta diversidade, e como essa diversidade fantástica, essa riqueza pode ser melhor utilizada para trazer benefícios e qualidade de vida para a maioria do nosso povo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Eu registro a presença da equipe da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, do Dr. Jorge Khalil, Dr. Eduardo Guerra, que é Gerente de Responsabilidade Financeira e o Dr. Celmar Rech, Coordenador de Operações de Crédito dos Estados e Municípios, também do Tesouro Nacional.

Com relação a essa matéria da Zona Franca, nós vamos incluir também Belém e Barcarena, Santarém, que já fica no caminho entre o Maranhão e o Amazonas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – É. Se fosse o caso (risos). Ainda pela ordem, o Senador Romeu Tuma, depois o Senador Flexa Ribeiro e o Senador João Ribeiro. Se o Senador João Ribeiro quiser falar antes, eu já permito. Com a palavra, então, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – João Ribeiro, eu vou fazer um apelo para nós votarmos Tocantins. Mas isso, posteriormente, na hora da pauta.

Mas eu queria cumprimentar o Senador Edison Lobão, porque eu tenho nele um amigo, companheiro permanente que, na hora mais sofrida da minha vida, me estendeu a mão com carinho, com muita sinceridade, saindo de Brasília, pôs um tapete para que eu... Tapete voador que, de Brasília eu me dirigisse ao Maranhão para ser seu Secretário de Segurança. Mas, felizmente, à época, eu tinha sido convidado pelo Governador Fleury, e aí tirar minha família de casa era difícil. Mas isso ficou inesquecível.

E sinto agora, V.Exª., que tem um amor profundo pelo Maranhão, como os três representantes do Maranhão que aqui têm assento à Casa, mas V.Exª. coloca o Brasil acima de tudo, sem perder de vista o seu projeto, mas sabe que há um interesse a ser discutido. Eu conheço a região Norte muito bem, não profundamente como o Amazonino, o Mestrinho e V.Exª. e tantos outros, que são da região, o Senador Flexa, mas eu conheço um pouco, porque eu andei por todas as áreas do Amazonas, e sei o que representou a Zona Franca, porque eu fui no início. E o progresso dela não foi por Projetos de Lei, foi com um esforço tremendo da população e do povo do Amazonas, que aprenderam a conviver com a tecnologia moderna na produção dos seus produtos acontecendo hoje um PIB bastante alto.

Eu sei que nós vamos ter uma festa bonita na terra do Senhor, da Senadora e dele, que é a festa culinária no Ver-o-Peso, mas já começamos a sentir que Belém é uma das cidades mais antigas do País e que precisa realmente também de assistência. Mas, o Maranhão, todos os índices são de muita pobreza na periferia, na região maranhense. Eu acho que o norte tem que ter uma visão diferenciada do Governo. Não só Bolsa-Família. Tem que ter investimento, produtividade, e abrir as portas para que as indústrias cheguem. Não precisa ser tanto a Zona Franca, pode ser também com incentivos fiscais, com uma série de possibilidades de modernização da região.

O Maranhão tem o porto mais atraente do País, pela profundidade, e não se consegue estabelecer lá um porto que tenha uma atração internacional.

São pontos que a gente poderia discutir, Senador, e avançar aqui, já que eu sinto uma prioridade de atenção ao Maranhão, em razão do projeto de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Luiz Otavio, eu quero associar-me aos meus pares, Senador Edison Lobão, dizer da forma como V.Exª. aqui tão bem representa o Estado do Maranhão, defendendo os direitos que todos os maranhenses têm pelo desenvolvimento econômico e

social, e a atitude que V.Exª. toma, de fazer com que se possa ter uma discussão mais ampla a respeito do projeto tão bem elaborado por V.Exª., só reconforta a todos nós, porque, o que há necessidade, Senador Edison, e V.Exª., como grande Governador que foi, e Senador, com brilhantismo, sabe que o que há que pode ser feito para diminuir essas desigualdades, tanto na região Norte como na região Nordeste, é usar os instrumentos, que sejam eles até do orçamento da União, para que se possa minorar os sofrimentos e as necessidades de uma infra-estrutura que propicie a essas regiões as condições mínimas de agregar investimentos para o seu desenvolvimento.

Eu tenho uma PEC que trata sobre o orçamento impositivo, como tem o Senador Antônio Carlos Magalhães, só que a minha diz respeito apenas às regiões ainda em desenvolvimento. De tal forma que as verbas alocadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, essas ficariam livres de contingenciamento, para que elas pudessem então efetivamente ser aplicadas. Não basta isso, evidentemente. Há necessidade de que se tenha, pelo Governo Federal, uma política de desenvolvimento regional e que o orçamento da União seja um instrumento para a efetiva política de diminuição dessas desigualdades, porque o que se vê, na realidade, Presidente, Senador Luiz Otávio, é o inverso, é a convergência dos recursos nas regiões mais desenvolvidas, em detrimento das regiões de maior necessidade.

Então, quero dizer a V.Exª. que eu mesmo fiz uma emenda ao projeto de V.Exª., evidentemente incluindo alguns Municípios, como já estão no projeto do Senador José Sarney, também no seu projeto. Mas terá todo o apoio, tenho absoluta certeza, da Bancada do Pará, mesmo porque nós passamos agora por um momento de grave apreensão para o setor produtivo do Estado, com a derrubada, pelo Supremo Tribunal Federal, da Lei de Incentivo do Estado do Pará, que coloca quase 180 empresas na possibilidade de terem os seus projetos desestruturados por falta de uma política de incentivo que, lamentavelmente, como também não temos a Reforma Tributária resolvida, há essa lastimável guerra fiscal entre os Estados de menor desenvoltura econômica.

Então, eu quero parabenizá-lo pela sua posição em relação ao Estado do Maranhão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com relação a essa colocação de V.Exª., Senador Flexa Ribeiro, eu estive com o Ministro da Fazenda, Ministro Mantega, e com o Secretário Executivo, Bernardo Appy, e a informação que nós temos é que o Governo do Pará, através da Secretária de Fazenda, Ruth Tostes, fez uma proposta no CONFAZ, na semana passada, para que haja uma decisão do CONFAZ, por inteiro, com relação a todos os Estados, que é a condição que não só o Ministério da Fazenda, através do Ministro e seu Secretário Executivo, bem como de todos os Secretários de Fazenda do Brasil, possam acelerar a votação da Reforma Tributária na Câmara, com relação àquela PEC que foi aprovada aqui pelo Senado Federal, convalidar o que foi feito de incentivo fiscal, não só pelo Pará, mas todos os Estados da Federação, até a data da sanção do projeto, e, a partir daí, sim, nós podermos realmente estabelecer, com a Reforma Tributária aprovada, não mais uma guerra fiscal, como se encontra no País inteiro hoje, mas, sim, uma condição que a Reforma Tributária fará para que a política fiscal do País seja uma só, determinada por todos os Secretários de Fazenda, pelo Governo Brasileiro.

Senador Edison Lobão, pela ordem.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, nós tivemos um sacerdote no Maranhão, muito caro, às nossas tradições, aos nossos costumes, que era o Padre Antônio Vieira, que dizia que o primeiro dever do cristão é o dever da gratidão.

Eu quero agradecer as manifestações de solidariedade que aqui ouvimos, muito mais ao Maranhão, meu Estado, ao povo da minha terra do que a mim mesmo, do meu Líder e amigo José Agripino, do Senador Jefferson Peres, do Senador amazonense também Gilberto Mestrinho, Arthur Virgílio já havia falado comigo antes, do meu estimado e querido amigo, que tanto me emociona muitas vezes, Romeu Tuma, cujo coração é maior do que esta sala, do Senador Flexa de Lima, do próprio Presidente também, meu amigo querido, Luiz Otavio, o Líder do PMDB, Ney Suassuna, também muito expressivo e sempre muito solidário com as causas do povo do Maranhão, a Senadora Ana Júlia Carepa.

Eu não tenho dúvida de que nós haveremos de encontrar um caminho, um território comum dentro do qual possamos encontrar também esta fórmula capaz de atender ao Maranhão sem prejudicar os interesses legítimos do Estado do Amazonas. Nós não podemos assistir à infelicidade de uma Unidade da Federação brasileira de braços cruzados. Temos todos, não apenas os filhos daquela terra, daquele torrão, a obrigação de ajudar, contribuir, buscar mecanismos de solução para esses problemas. Eu estou na persuasão, Sr. Presidente, de que, com a inteligência política dos Srs. Senadores, nós haveremos de encontrar esta "avenida" através da qual encontraremos também o êxito do Estado do Maranhão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com a palavra, pela ordem, o Senador João Ribeiro, do PL do Estado do Tocantins.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otavio, do Estado do Pará, Sras. e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, eu queria que V.Exª. registrasse a presença do ex-Senador Carlos Patrocínio, meu amigo de longas datas e que está aqui neste Plenário, olhando para trás agora há pouco eu vi a sua presença, não sei que já saiu, que V.Exª. registrasse, foi Senador por dois mandatos e, portanto... Eu votei e apoiei ele nos dois mandatos em que ele foi Senador.

Mas eu quero, Sr. Presidente, primeiro, dizer a esta Comissão, aos membros desta Comissão, aos Senadores e Senadoras dos vários partidos, que ninguém nesta Casa e nesta Comissão me viu, em momento algum, Senador Romeu Tuma, pedir a alguém para que votasse contrário ao projeto...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sou testemunha inclusive que V.Exª. não pediu vistas. Não foi V.Exª. que impediu. Eu só peço desculpas por ter brincado com o Senhor, porque eu sei do seu interesse pelo Estado.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – V.Exª. tem toda a liberdade, e V.Exª. sabe que sou um admirador de V.Exª.

Eu quero, Sr. Presidente, apenas para restabelecer a verdade aqui nesta Casa, já que lá no Tocantins não vai ser possível, porque a imprensa, setor da imprensa, que é pago com o dinheiro do Estado, faz o que fizeram aqui comigo. "Senador trai"; "Traição de Senador pode custar caro".

Bom, e eu não sou candidato a nada. Estou cumprindo o meu dever e a minha obrigação de Senador da República. Que isso fique bem claro, Sr. Presidente. Porque, na semana passada, ou na semana anterior, faltaram só dizer que aquela reunião que teve das três ou quatro Comissões a respeito da questão da dívida da Varig, da falência, da possível falência da Varig, teria sido articulado por mim. Só faltou isso. Na imprensa, setor da imprensa, do meu Estado, que, infelizmente, é paga com o dinheiro público, com o dinheiro do Estado.

Agora, duas semanas atrás, Sr. Presidente, quando eu me deporei aqui nesta Comissão com o pedido de empréstimo dos 106.3 milhões de dólares para o Tocantins, dinheiro italiano, eu apenas fiz um requerimento, Sr. Presidente, solicitando as informações que eu não tinha, porque tomei conhecimento deste projeto, Sr. Presidente, naquele momento, deste pedido de empréstimo. No momento em que cheguei a esta Comissão, já que sou um dos Senadores mais assíduos desta Comissão, V.Exª. pode conferir nas assinaturas e nas Sessões anteriores.

Então, vejam, Sr. Presidente, que tentaram criar um clima para mim e no meu Estado, e até nesta Casa, como se eu aqui fosse o Silvério dos Reis.

Ora, Sr. Presidente, é preciso ter respeito para com o Parlamentar. Eu aqui estou cumprindo o meu dever constitucional, e sabe o Senador Carlos Patrocínio, que aqui está, e todos os Senadores desta Comissão, que nós temos o dever e obrigação, nós viemos para aqui para defender os interesses do povo, e não de um Governo. Os Governos passam, e o povo está lá. O Estado tem o dever e a obrigação de prestar as informações... Quando eu digo Estado, é o Estado brasileiro, a União também.

Agora, quero, Sr. Presidente, deixar isso para o momento próprio da discussão, porque ainda tenho algumas colocações, e os Senadores vão entender por que é que solicitei informações, já que disseram que o Senador Aelton havia pedido vista do projeto, do requerimento, a pedido meu. Eu solicitei vistas, Sr. Presidente, a V.Exª., e o Senador Aelton disse: "Eu quero pedir vistas"; "Então, V.Exª. pede, Senador". E V.Exª. concedeu vista coletiva. Agora, eu cometi um crime, Sr. Presidente, na cabeça daqueles que não têm responsabilidade no Estado, que estão com pressa de botar a mão no dinheiro. Eu cometi um crime em um Senador do meu partido pedir vista. Aí, Sr. Presidente, o que é que eu disse? A imprensa do meu Estado, em qual foi o momento? Eu desafio qualquer membro da imprensa, mesmo dessa imprensa comprada do meu Estado, setor dessa imprensa comprada, que diga que o Senador João Ribeiro foi à imprensa ou a qualquer setor desta Casa e disse que votaria contra o empréstimo. Eu pedi informações, Sr. Presidente, para saber se as taxas de juros estavam compatíveis, se foi feita uma boa negociação, se todas as taxas estavam dentro dos padrões normais, aonde seriam aplicados os recursos, e isso é obrigação do Senador e da população, saber a respeito de algo que está indo para o seu Estado. Saber se esse dinheiro, esses recursos serão realmente aplicados, aonde eles serão aplicados e como serão aplicados.

Agora, existem coisas que eu ainda vou falar quando do momento da discussão do projeto. Eu estou fazendo essa colocação, Sr. Presidente, peço a V.Exª. só mais um minuto, para dizer o seguinte. Aí tem um requerimento meu, e eu queria, até para tomar aqui uma decisão neste momento, porque foi isso que tentei fazer naquela hora, e V.Exª. talvez não tenha me entendido, quando eu solicitei e perguntei de V.Exª. qual seria o andamento da Sessão, já que este assunto acabou se tornando polêmico em função da maldade,

da covardia de setor da imprensa do meu Estado e do Governo, que não teve a coragem de botar a cara e, na verdade...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador João Ribeiro, só para V.Exª. saber, a mesma forma como sempre procedemos, procederemos com o Tocantins. Como vai ser a votação? No momento que for lida a mensagem do Senado Federal que trata do empréstimo externo, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional, com o aval do Governo Brasileiro, que é uma mensagem encaminhada pelo Presidente da República, e que precisa da homologação do Senado Federal, logo que for lida, o Relator fizer a leitura do seu relatório, o requerimento de V.Exª. será colocado em discussão, e será em votação junto com o projeto. Nós temos por obrigação, e sempre fizemos dessa forma, não impedir o trabalho de V.Exª. ou de qualquer outro Senador. A partir do momento que o Requerimento de V.Exª. for votado, se for rejeitado, nós votaremos o projeto do Relator, do Senador Gilberto Mestrinho, que é o empréstimo para Tocantins...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Eu gostaria só de concluir...

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – O relatório já foi lido...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Não foi lido, não, Senador.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Daí a razão de ser pedido vista.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Só pede vista depois que relata.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Foi dado como lido, porque foi pedido vista.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – É verdade.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Eu quero apenas, Sr. Presidente, para que eu possa dar continuidade ao meu encaminhamento, que quero fazer, é dizer o seguinte. Eu fiz esse requerimento para esta Comissão, e fiz um requerimento à Mesa do Senado.

Então, vou aqui, Sr. Presidente, fazer um gesto que, por parte deles, jamais seria capaz, que é um gesto de grandeza. Eu, que estou sendo acusado de traidor, se alguém não viu, porque isso aqui é pouco perto do que eles estão falando de mim no Estado. Apesar, Sr Presidente, de ser o Coordenador da Bancada, de esta Casa conhecer minha luta para o Tocantins, de ter sido Relator setorial, por três vezes consecutivas, por três anos consecutivos, e de ter feito a defesa do Estado brasileiro o tempo todo e do meu Estado, apesar de ter colocado trezentos milhões em emenda de Bancada para o meu Estado, apesar de a primeira vez na nossa história, Sr. Presidente, ser o único ano em que o Governador do Estado manda para a sua Bancada um ofício pelo Correio.

E aonde me causou estranheza foi o fato de este projeto, Sr. Presidente, e aí eu quero chamar atenção desta Comissão, quando, mais ou menos, dois anos atrás, ainda neste Governo, houve aqui um pedido de empréstimo, do Banco Mundial, de sessenta milhões de dólares, ou cem milhões de dólares, quarenta milhões de contrapartida, naquela oportunidade, eu, como membro desta Comissão, e havia uma solicitação, porque, naquela época, embora já sabíamos da questão política, do problema, das questões que haveriam, nós, naquela época, fomos acionados, eu, o Senador Eduardo e o Senador Leomar Quintanilha, que desta vez não tomou conhecimento se não fosse a minha presença naquele dia aqui na Comissão, o Governo do Estado procurou Senadores de outros Estados, e disse que nós só atrapalhamos o Tocantins. "Que os três só atrapalham o Tocantins, a Bancada só atrapalha. Lá só tem dois Deputados que ajudam o Tocantins". Mesmo assim, Sr. Presidente, nós só tomamos conhecimento deste fato naquele dia. Então, em função disto, foi que eu solicitei estas informações.

Portanto, Sr. Presidente, apesar de tudo isso, vou estar permanentemente vigilante, é meu dever e minha obrigação, mas eu retiro o requerimento, o requerimento desta Comissão, mantenho o requerimento de pedido de informação da Mesa do Senado, já que não são todas as informações, como disse o Secretário da Fazenda, lá no Tocantins, que quis polemizar comigo o tempo todo, já que o Sr. Governador não teve a coragem de abrir a boca em momento algum para tratar dessa questão, seria muito mais fácil, Sr. Presidente, eu quero apenas registrar mais isso, seria muito mais fácil e muito mais lógico, porque naquela época eu saí da Comissão e cedi o lugar para o Senador Edison Lobão, e o Líder do partido já era o Senador Agripino Maia, que fez a indicação do Senador Lobão em meu lugar nesta Comissão, para que ele pudesse relatar o empréstimo, já que o Senador é considerado por nós lá o quarto Senador do Tocantins. Aliás, eu acho que é o primeiro, Senador, porque o Tocantins não tem Senador, para eles lá. E acho que é o único. Acho que V.Exª. é o único. Então, naquela época, Sr. Presidente, e estou falando sobre o assunto, naquela época, o Senador Lobão... Eu saí da Comissão, Sr. Presidente, para ceder lugar ao Senador Edison Lobão, para que nós, eu, o Senador Eduardo, o Senador Leomar pudéssemos articular, e aí sim tentar ajudar o Tocantins. Embora não tenha havido reconhecimento nenhum,

nós não estamos atrás de reconhecimento, porque reconhecimento nós tivemos nas urnas pelo povo do Tocantins. E, portanto, eu saí da Comissão, naquela época, para ceder lugar ao Senador Edison Lobão, que relatou o projeto e nós aprovamos no Plenário. E como disse a...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Só para fazer justiça, Senador João Ribeiro, tanto V.Exª., que nunca, em momento algum, colocou empecilho para a votação desse projeto, como o Senador Eduardo Siqueira Campos e o Senador Leomar Quintanilha também. Em momento algum eu ouvi da parte dos Senadores do Estado do Tocantins qualquer manifestação, qualquer pedido de protelação ou de adiamento da votação dessa matéria tão importante para o Estado de Tocantins. Eu faço justiça a V.Exª. e aos demais Senadores, e da forma fidalga e amiga que V.Exª. trata todos os companheiros, todos os colegas, não só da Bancada do seu Estado, como de todos os Estados. Com certeza é uma justiça que faço com V.Exª.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Eu quero só encerrar, Sr. Presidente, para não tomar tempo, porque senão daqui a pouco vão reclamar também que eu falei muito. Lá é assim. A democracia de lá funciona desse jeito.

Mas, como eu estou na minha Casa, para onde o povo me mandou, eu quero, Sr. Presidente, dizer ainda o seguinte. Que, como disse, vou retirar o requerimento, e podem dizer o que quiserem. Se eu quisesse manter o requerimento, Sr. Presidente, eu poderia ser derrotado, não teria problema nenhum, só que, Sr. Presidente, como estão colocando, acho que já fizeram isso para ver se me intimidava. Sr. Presidente, eu sou um homem que tem seis mandatos. Dois de Deputado Federal, Secretário de Estado duas vezes. É bem verdade que sou um homem simples e humilde, de origem humilde, mas a vida me ensinou, ao longo da vida eu aprendi que é preciso ter coragem, Sr. Presidente, ou a gente tem coragem ou então tem que deixar o mandato.

Então, eu vou estar nesta Casa, se Deus quiser, até o último dia do meu mandato, defendendo os interesses do Estado que represento, independentemente das covardias que são feitas contra minha pessoa, independentemente... Para o Senhor ter uma idéia, Sr. Presidente, esse mesmo jornal, semana passada, faz os maiores ataques a mim. Não só este, mas todos os que são ligados ao Governo do Estado, todos os que são pagos com dinheiro público lá no Tocantins. E inclusive tenta me ligar à questão da minha Fazenda, quando houve aquela questão da fiscalização que fizeram, aquela...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sim, Senador, mas está, se for preciso eu mando buscar o jornal ali para vocês verem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) justiça que V.Exª. sofreu naquela época.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Mas, Sr. Presidente, eu só quero informar a esta Casa e a esta Comissão que o processo eu ganhei em Belém. Se esse jornal não tem coragem de falar a verdade, eu ganhei o processo em Belém, no TRT de Belém. Porque estava sendo injustiçado. Essa é uma covardia que fazem com muitos proprietários, e eu sou proprietário de uma Fazenda de 160 alqueires. Tem gente do Governo lá que tem cinco, tem 10 mil alqueires, e eu nunca toquei no nome deles. Eles que tenham. Se estiver errado, é problema deles com o Imposto de Renda. Eu não tenho nada que não está em meu nome, que não esteja certinho. Portanto, ataques à minha pessoa e covardia não vão em fazer recuar.

Eu retiro o requerimento, Sr. Presidente, para não dar a impressão a esta Comissão, porque o que eles colocaram lá no Estado para a população não se conserta mais, contra a minha pessoa. Mas, para mim, basta uma coisa, Sr. Presidente, eu colocar a cabeça no travesseiro e dormir tranqüilo, com a certeza que estou cumprindo o meu dever e minha obrigação.

Então, eu vou deixar para falar sobre três ou quatro outros assuntos, que eu considero de extrema gravidade, já que lá na Assembléia Legislativa do Estado, agora recentemente, o Governo do Estado mandou uma PEC para a Assembléia, Senador Tuma, tirando os poderes do Tribunal de Contas do Tocantins, exatamente por causa dessa questão desse empréstimo, que está funcionando por uma liminar. O Tribunal pediu que corrigisse, que algumas coisas que o Tribunal mandou corrigir que estava errado, foi feita licitação em apenas um lote, uma licitação grande, a obras do sul, no norte, no extremo norte, são muitas obras, são obras importantes para o Estado, e fizeram a licitação em apenas um lote. Então, o Tribunal de Contas do Estado mandou que cancelasse. Pediu para que corrigisse. Como não houve a correção, mandou que cancelasse a licitação. Aí o Governo do Estado mandou uma PEC retirando os poderes do Tribunal de Contas do Estado.

E essa PEC, a Associação Nacional dos Tribunais entrou com uma ADIN. A justiça vai definir. Mas para ver o Governo democrático que nós temos lá no Tocantins.

Então, eu vou falar sobre essas outras questões, Sr. Presidente, agradeço a V.Exª. a paciência, o esclare-

cimento que eu queria dar inicialmente, porque eu não posso aceitar que achem, em momento algum, que eu criei qualquer dificuldade ou atrapalhei o Tocantins em qualquer questão. Se o Governo do Estado tivesse nos procurado, nós somos adversários políticos, Sr. Presidente, hoje. Estivemos no palanque no passado.

Então, se tem alguém que pode ser chamado de traidor, não sou eu. Mas, apesar de tudo isso, se o Governo do Estado ou o Secretário, que andou me atacando pelo Tocantins afora, que queria polemizar comigo para ver se cresce politicamente no Estado, eu não quis polemizar com o Sr. Secretário. Fui ao Bom Dia Tocantins, o programa da Rede Globo no Estado, dei todos os esclarecimentos, isso que estou dizendo aqui, exatamente para colocar verdade no seu devido lugar.

Então, apesar de tudo isso, se o Governo do Estado tivesse nos procurado, não haveria nenhum tipo de polêmica, porque eu pedira as informações, como da outra vez foi feito. "Senhor Governador, mas a taxa de juros é a mesma do empréstimo anterior, a taxa de administração é a mesma, os locais onde serão aplicados?" E são informações que perfeitamente poderiam ser dadas naquele momento.

Agora, dizer que eu sou obrigado a conhecer todos os projetos, como disse o Secretário, está nos jornais de lá que eu tenho obrigação de conhecer todos os projetos que entram para esta Casa. Ora, Sr. Presidente, isso é só quem não conhece aqui ou quer achar que os outros são bestas. Que só eles são inteligentes, e os outros são bestas.

Portanto, nós temos um trabalho longo nesta Casa, em Brasília. Não é possível conhecer tudo. É claro que quando conhece, quando é procurado, a gente procura interar do assunto, para inclusive informar os Senadores de outros Estados brasileiros, para que eles possam votar com consciência. Aquilo que é bom, como eu dizia aqui ao Senador Lobão, ele me perguntou qual a minha posição, eu disse: "Senador, eu não voto contra aquilo que é bom para o nosso povo". E disse isso no Bom Dia Tocantins. Agora, eles, em vez de dizer: "Olha, o Senador João Ribeiro disse que vai ajudar naquilo que ele puder, e tal", mais ataques à minha pessoa.

Quer dizer, provocação não ajuda, Sr. Presidente. Quem tem consciência, quem sabe o que é política, sabe que não é na base da provocação, ainda mais quem me conhece há mais de vinte anos na vida pública do meu Estado.

Portanto, encerro esta minha participação neste momento, Sr. Presidente, pedindo a V.Exª. que, se for necessário, e aí eu gostaria de me inscrever não como o primeiro, o segundo ou o terceiro, mas, pelo menos, entre o terceiro e o quarto Senador a falar, na hora do projeto, para eu esclarecer alguns outros pontos deste projeto, deste empréstimo. Acho importante fazer isso, até em função das minhas explicações preliminares. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O Senador Edison Lobão está pedindo a palavra, o Senador Ney Suassuna, o Senador Romeu Tuma, e eu pediria a V.Exªs. se nós não podíamos iniciar o processo e, durante o processo, todos usariam a palavra. Se todos concordarem. Por unanimidade, então, aprovada a minha proposta.

Item 1. Mensagem do Senado...

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, se V.Exª. me permitisse, eu falaria rapidamente agora, e não falarei durante o encaminhamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Então, V.Exª. foi o único contra. Então, quando chegar o momento de votação da Zona Franca do Maranhão, nós faremos (risos). Com a palavra, o Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, poucos de nós experimentaram tanto o amargor da injustiça quanto eu. Dela tenho sido vítima ao longo da minha vida pública. Portanto, eu posso avaliar a amargura do Senador João Ribeiro com o encaminhamento deste pedido de empréstimo. Quero dizer que o relato de S.Exª. no que diz respeito a mim é absolutamente verdadeiro. Ele renunciou ao seu lugar na Comissão de Assuntos Econômicos para que eu pudesse ser indicado para cá, e aqui foi o Relator do empréstimo anterior do Tocantins. Apresentei o meu parecer favorável, porque eu sou solidário sempre com o Estado do Tocantins, com o seu povo, foi aprovado e o Estado recebeu o empréstimo ou está a recebê-lo. Isso quanto ao empréstimo anterior.

Devo dizer que em nenhum momento o Senador João Ribeiro me pediu que votasse contrariamente aos interesses do Estado do Tocantins. Jamais me deu uma palavra sobre este assunto. É o testemunho que trago aqui neste momento.

Digo mais, Sr. Presidente, passou por aqui o empréstimo do Maranhão. De trinta milhões de dólares. E nós levamos mais de seis meses para votá-lo. Mais de seis meses. Esta Comissão mesma pediu audiência da Comissão de Constituição e Justiça. Houve pedido de informações também sobre ele. Registra-se nesta Comissão que, de um modo geral, nós temos aprovado os empréstimos solicitados. Mas é dever dos Senadores informarem-se sobre a aplicação desses recursos. Nós não estamos aqui apenas para homologar o pedido que nos vem do Ministério da Fazenda. É preciso que os Senadores tomem conhecimento da aplicação

dos recursos. Portanto, eu compreendo a posição do Senador João Ribeiro.

Eu também fui muito acusado do meu Estado, por estar obstruindo um empréstimo de trinta milhões de dólares, que por aqui passou. E em nenhum momento eu obstruí. Ao contrário, fui Relator na Comissão de Constituição e Justiça. E se a Comissão não desse o seu parecer em 10 dias, o projeto seria arquivado, e eu emiti o meu parecer em 24 horas, o que demonstra que eu não podia ser contra o meu Estado. Do mesmo modo, penso que se coloca o Senador João Ribeiro.

Quero dizer que sou solidário com o povo do Tocantins, que solicita, através do Governo do Estado, esse empréstimo. Votarei a favor, mas compreendo perfeitamente as reações do Senador João Ribeiro, que será sendo acusado de atitudes que ele não tem nesta Casa. Em nenhum momento ele pediu a mim, e creio que não pediu a ninguém, que votasse contrariamente ao projeto do Tocantins. V.Exª. tem, portanto, a minha solidariedade, Senador João Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Item 01. Mensagem do Senado Federal nº 114/2006. Não terminativa. Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de cento e seis milhões e duzentos e cinqüenta mil dólares americanos, entre o Governo do Estado do Tocantins e o MCC da Itália, com recursos destinados a financiamento parcial do projeto "Eixos rodoviários de integração e desenvolvimento, pontes, Tocantins, fase dois". AutoriA – Presidência da República. Relator: Senador Gilberto Mestrinho. O parecer é favorável, nos termos do PRS que apresenta. Em discussão o parecer do Senador Gilberto Mestrinho. Em votação o parecer do Senador Gilberto Mestrinho. Os Srs. Senadores que...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Para discutir, Sr. Presidente. Só para discutir, um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Não, agora para encaminhar à votação. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Claro que eu vim aqui para votar favoravelmente, mas, Senador João Ribeiro, é claro que a sua mágoa é natural, esse desabafo que V.Exª. fez, mas quem convalida a nossa presença aqui e a representação do Estado, é a votação popular.

Então, todos nós temos conseqüência de conflitos entre Poder Executivo e Legislativo, em razão da postura da linha partidária de cada um. Eu tive o cuidado de ler, Senador Mestrinho, porque eu acho que o que a gente se baseia nos empréstimos é o relatório de quem é indicado para fazê-lo. E V.Exª. teve toda a cautela. E realmente é difícil de se tomar conhecimento de todos os projetos de empréstimos que entram nesta Casa. Inclusive este teve medida junto ao Supremo, porque V.Exª. colocou no seu relatório e que foi dado liminar e de 17 litisconsórcios, que foram em razão de definições diferenciadas para todos os empréstimos de 17 Estados.

Então, eu sou favorável, Senador João Ribeiro, porque o Senador Mestrinho teve toda a cautela em analisar item por item, e me parece que o Senador pediu vistas e foi coletiva, ele também devolveu, sem nenhuma modificação ou proposta, o relatório do Senador Mestrinho. Portanto, eu voto favoravelmente, e cumprimento V.Exª. pela lisura do seu comportamento em retirar o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu não posso deixar de estar solidário com o João, de maneira nenhuma, porque é uma injustiça, até pelo comportamento que ele teve antes, e está tendo agora. É um projeto que não é de hoje, é um projeto de 1998, a primeira vez que foi assinado foi em 98, é um projeto importante para o Estado, mas ele está no papel dele de pedir informações. No entanto, ele, mostrando a grandeza que ele tem, imediatamente ele retirou o requerimento.

Agora, eu não só voto favorável, mas peço que votem favorável, porque na nossa Resolução nº 03/2002, no seu art. 15º diz que, vejam só os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, "É vetado a contratação de operação de crédito nos 180 dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal e do Município". Então, isso restringe o prazo e, por essa razão, num Estado novo como é o Tocantins, que precisa de estradas, e esse recurso é exatamente para estradas, é muito importante que esse dinheiro esteja chegando para viabilizar as pontes, viabilizar a área rodoviária.

Então, por essa razão eu voto favorável, peço aos companheiros que votem favorável, mas não deixo, de maneira nenhuma, de dar o apoio moral ao meu companheiro João Ribeiro, porque ele já sofreu aqui, que eu saiba, duas injustiças, e uma delas foi uma coisa patente de nível nacional, que foi o problema da Fazenda, que ele ganhou na Justiça, que era uma injustiça, e que eu fui solidário também no primeiro momento.

Então, João, eu quero lhe parabenizar pela atitude que você acabou de tomar, quero dizer que realmente você não pediu a ninguém, pelo contrário, hoje, quando cheguei aqui, eu quero dar esse testemunho, e o Senador Mestrinho é testemunha disso, que eu lhe procurei e disse: "Eu vou lutar para que seja aprova-

do". E você disse: "Está tudo bem, não há problema nenhum, eu só quero registrar esse ato, que é um ato que eu não posso deixar passar em branco". E por essa razão, quero lhe agradecer, ao mesmo tempo que declaro o meu voto, sim, e peço aos companheiros que façam o mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio e, logo depois, a Senadora Lúcia Vânia. Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio, do PSDB do Estado do Amazonas.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, muito honrado com as presenças da Deputada Kátia Abreu, sempre atenta aos assuntos do Tocantins, e do Deputado Eduardo Gomes, que vai no mesmo diapasão, eu passo a V.Exª. que recebi agora telefonema do Senador Eduardo Siqueira Campos, pedindo enfaticamente que o PSDB acompanhasse o raciocínio aqui expendido pelo Senador João Ribeiro e que, portanto, votasse "sim" nesta matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia. Depois, a Senadora Serys.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores. Sr. Presidente, eu gostaria também de solidarizar aqui com as palavras do Senador João Ribeiro, companheiro nosso que, sem dúvida nenhuma, tem trabalhado muito nesta Casa, e cumprimentar o povo do Tocantins por este empréstimo que, sem dúvida nenhuma, virá trazer grande benefício àquela região. Portanto, cumprimento todas as autoridades, Governadores, Senadores, Deputados, pelo empenho que fizeram para viabilizar este empréstimo ao Estado do Tocantins, Estado irmão do meu Estado, o Estado de Goiás.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com a palavra, a Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Serei bastante breve, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para dizer que o nosso voto "sim" significa um voto a favor do povo do Tocantins e de solidariedade ao nosso Senador João Ribeiro, com certeza, porque está muito clara a sua posição. Então, o nosso voto é sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em votação o Item 1, Mensagem do Senado Federal nº 114/2006...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, eu ainda tinha solicitado...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – ...Não terminativa. Com a palavra, o Senador João Ribeiro, do Tocantins, para encaminhar a votação.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – É porque eu havia deixado registrado, Sr. Presidente, na minha fala anterior, por isso é que eu não o fiz neste momento. Eu quero, Sr. Presidente, primeiro, já no encaminhamento da votação...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Eu só quero fazer justiça com V.Exª., porque V.Exª. pediu, e eu ainda não fiz, registrar a presença do Senador Patrocínio, do Estado do Tocantins. Foi preciso o Patrocínio vir aqui, para aprovar essa matéria.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, portanto, eu quero, já nesta fase de encaminhamento de votação, deixar registrado aqui com tristeza alguns fatos que ocorreram no Tocantins, e, sobretudo, de acusação a este Parlamentar, a este representante do povo do meu Estado, que nada tenho feito na minha vida a não ser ser coerente, manter a minha linha política, que eu sempre mantive, e, sobretudo, a minha linha de raciocínio e de respeito ao povo do meu Estado. Portanto, quero aqui agradecer as palavras daqueles que o fizeram em depoimento ao trabalho que tenho feito nesta Casa, tanto do Senador Edison Lobão, que tem sido um irmão, um conselheiro, como eu aqui coloquei, que inclusive foi, repito novamente para aqueles que ainda não ouviram, ou por acaso tenham ligado agora a TV Senado, que o Senador Lobão foi o Relator do outro empréstimo, do qual eu tive que sair da Comissão para ceder a vaga a ele, já que não tinha outra vaga, para que ele pudesse relatar o empréstimo para ajudar o Tocantins.

Então, meus agradecimentos, Senador Lobão. Se V.Exª. não recebeu por parte do Governo do Tocantins, merecidamente, neste momento, eu o faço, em nome do povo do Tocantins, por V.Exª. ter nos ajudado naquele momento em que a gente precisou, que o Estado precisou, e que o povo precisou, em meu nome, em nome do Senador Eduardo Siqueira Campos e do Senador Leomar Quintanilha. E agradecer as palavras também do Senador Ney Suassuna, da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Arthur Virgílio, da Senadora Serys e do Senador Romeu Tuma, que, como disse, tenho por ele, e por todos, uma grande admiração e respeito.

Senador Luiz Otávio, se tem uma coisa nesta vida, Senador, que me deixa realmente indignado, eu não vou dizer irritação, ou mágoa. Não. Eu sou um homem que não carrego mágoa na minha vida. Eu sou daqueles que resolvo as questões na hora. Eu não ajo pelas costas, Sr. Presidente, como estão colocando os jornais, como colocaram os jornais pagos com o dinheiro público do Tocantins, do povo tocantinense, eu

não preciso agir às escuras, como disseram, porque assinei dois requerimentos, Sr. Presidente, de pedido de informação, como aqui disse o Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB nesta Casa, no Congresso e no Senado Federal, que é dever e obrigação, como disse também ao Senador Lobão, dos Senadores, saberem a informação.

Ora, se tudo que o Governo... Eu que sou um Senador da base do Presidente Lula, Líder de um partido, como disse o poderoso Secretário da Fazenda do Tocantins, que está aqui presente, que eu tinha a obrigação de saber, conhecer o projeto todo, já que eu era Líder, um dos Líderes do Governo nesta Casa, e que isso havia sido encaminhado pelo Tesouro e pela Secretaria da Fazenda. Não, Sr. Presidente, nós não somos obrigados a nada.

Agora, eu não sou melhor do que ninguém nesta Casa, Sr. Presidente. Mas também não sou pior, Sr. Presidente. Eu não posso, em momento algum, Senador Romeu Tuma, ser acusado de estar criando problemas, ou dificultando, ou de trair. Se tem alguém que tem que ser acusado de traidor, não sou eu. No Tocantins, não sou eu. Tem alguém lá que tem que está explicando o tempo todo traição. Mas eu não, eu mantenho a minha linha política, a coerência que eu sempre tive. E, portanto, eu jamais pedi. Eu não pedi, meu Deputado Eduardo Gomes, V.Exª. que está aqui presente nesta Comissão, a nenhum Senador eu não tratei do assunto, deste assunto deste empréstimo. Nem ao meu amigo, meu padrinho, Senador Edison Lobão. Eu não pedi, porque informação quem precisava, Senador Luiz Otavio, é o Senador que vos fala. Quem representa o Tocantins nesta Casa, tem a obrigação e o dever de representar o Tocantins nesta Casa, sou eu, o Senador Eduardo e o Senador Leomar Quintanilha. Como eles não são membros da Comissão, tenho eu a missão de solicitar essas informações. E, portanto, quando eu tive conhecimento...

Quero aqui lembrar a esta Casa para deixar registrado e deixar aqui dois, pelo menos um pedido, porque tomei conhecimento pela imprensa de alguns fatos que me deixaram estarrecido. Por exemplo, o Governo "democrático" do Tocantins, que se diz democrático, mandou, Senador Lobão, uma PEC para a Assembléia Legislativa tirando os poderes do Tribunal de Contas do Tocantins. Para não fiscalizar os atos do Governo, ou da própria Assembléia. Basta que um membro da Assembléia questione qualquer atitude do Tribunal, e o julgamento final é da Assembléia, onde o Sr. Governador tem 20 dos 24 Deputados hoje que o apóiam. Nada contra o apoio dos Parlamentares, cada um faz a opção política que quer, que melhor lhe convier, que melhor consultar os seus interesses, pessoais ou políticos.

Mas, Sr. Presidente, portanto, foi feita uma PEC, e inclusive preocupados com a questão desse empréstimo, que foi feita licitação apenas em um lote. Um lote. Portanto, essas obras deveriam ter... Aí, Sr. Presidente, eu pergunto, aonde está a figura da concorrência, da lisura, da competição, da transparência? Então, isso, Senador Flexa, é que eu cobro do Governo do Tocantins. São algumas coisas que somente o pedido de informação, Sr. Presidente, é que poderia resolver essas pendências e esses meus questionamentos. Porque, na verdade, são coisas que a população do Tocantins tem me perguntado.

Eu vou citar aqui um fato que acho que nem deveria citar. Mas, em função de tudo que fizeram contra mim, das agressões que recebi durante esses 10 dias, da semana passada para cá, que, por exemplo, além dessa questão de que hoje o Tribunal de Contas não pode analisar nada do Governo do Tocantins, tudo que ele analisar cai por terra, a Assembléia tem que dar a palavra final. Então, esta é uma informação.

A outra informação, que corre "à boca miúda", "à boca pequena", como assim nós costumamos dizer, Senador Tuma, no ditado popular, de que uma das maiores beneficiárias deste pedido de empréstimo seria uma empresa que tem denúncias fortes contra ela, de ligações familiares, forte, contra o Governo do Tocantins. A FECI Engenharia. Vou dar o nome, para não dizer que eu faço as coisas às escuras. Eu estou aqui fazendo uma denúncia, Sr. Presidente. Eu tenho a obrigação e o dever de esclarecer e elucidar bem os fatos. Que a maior beneficiária do subcontrato seria essa empreiteira chamada FECI Engenharia, que recebeu, no ano passado, mais de cinqüenta milhões de reais do Governo do Tocantins. Uma empresa que era considerada pequena. Denúncias que a mim foram feitas, que teria sido mais fácil o Governo me informar através do inteligente e do poderoso Secretário da Fazenda do Estado, que sabe atacar, mas não sabe dar informação.

E portanto, Sr. Presidente, eu quero dizer a V.Exª. que, além dessas acusações, Sr. Presidente, existem outras. Agora, em função dessas acusações, por ser uma obra avalizada pelo Governo, ou um empréstimo avalizado pelo Governo Federal, pelo País, eu vou solicitar o acompanhamento do Tribunal de Contas da União, se for preciso apresentarei requerimento, aí vão me chamar, de novo, de traidor. Podem me chamar, não tem problema. Quero ser sempre traidor, em defesa dos direitos do Tocantins. Vou apresentar um requerimento, não sei nesta Comissão, se cabe a esta Comissão ou à Comissão de Fiscalização e Contro-

le, para que o Tribunal de Contas da União, deve ter alguém do Tribunal me ouvindo, para que eles acompanhem o desenrolar deste processo. Desta maneira como foi feita com o Tribunal de Contas do Estado, e por ser um dinheiro avalizado pelo Governo Federal, que este processo seja acompanhado, inclusive a questão da licitação, que me parece está mantida por uma liminar. Eu não tenho informações, Sr. Presidente, concretas, exatas, porque, infelizmente, a Secretaria da Fazenda, o Governo do Tocantins, não me prestou essas informações, embora eu tenha feito essas acusações, tenha feito estes questionamentos.

Então, veja, Sr. Presidente, eu solicito do Tribunal de Contas da União que acompanhe, primeiro, essa questão da licitação, se houve vício, se houve cerceamento, se houve direcionamento para uma só empresa, já que os valores são altíssimos, e pela legislação, pela lei das concorrências, nós teríamos que manter, teriam que ser várias concorrências, ou vários lotes, poderia ser a mesma, mas vários lotes, para que todas tivessem o mesmo direito de participar da concorrência e houvesse a transparência, houvesse a competição no preço, na execução, enfim, na qualidade, em tudo o mais que é salutar em qualquer obra pública. Ainda mais num dinheiro que é avalizado pelo Governo Federal. Agora, o Governo, em vez de tomar as providências, prestar as informações ao Tribunal de Contas da União, o Governo "democrático" do Tocantins manda uma PEC para poder calar o Tribunal de Contas do Estado. Para não deixar que o Tribunal de Contas do Estado mantenha o seu parecer ou a sua opinião sobre as licitações que são feitas no Tocantins.

Portanto, Sr. Presidente, quando eu falei a respeito do orçamento, Sr. Presidente, e tem relacionamento, porque este Parlamentar que vos fala aqui, Senador Luiz Otavio, colocou, eu fui o articulador, porque sou o Coordenador da Bancada, há três anos sou o Coordenador da Bancada aqui no Senado Federal, do empréstimo que o Governo do Tocantins, ou melhor, da dívida da União com o Governo do Tocantins, coloquei em nome da nossa Bancada, que represento, sobretudo, a Bancada da união do Tocantins, trezentos e vinte e quatro milhões no caixa do Governo do Tocantins. Para isso o Senador João Ribeiro não era traidor. Para isso, Senador Flexa, estava tudo bem.

Além disso, todo ano... O Sr. Governador, Senador Lobão, foi à cidade de Pedro Afonso fazer um lançamento da ponte sobre o Rio Tocantins, de uma concorrência que demorou mais de dois anos, e só agora, este ano, porque é ano eleitoral, deixaram para as vésperas das eleições, ele, com vinte e seis milhões em caixa, que este Parlamentar colocou, representando a sua Bancada, recursos de emenda da nossa Bancada, Senador Luiz Otavio, mas o Governador teve o descaramento de ir a Pedro Afonso dizer que lá era só dois Parlamentares que o acompanhavam, que eram bons Parlamentares para o Estado, os outros eram ruins e quem tinha colocado aqueles recursos eram os dois dele. Eu nunca ouvi falar que dois vence nove, já que nós temos dois terços da Bancada que eu aqui coordeno, e mais o Senador Leomar Quintanilha, que tem a sua independência, mas é um Senador que nos respeita e temos com ele, portanto, a ele, não só um excelente respeito, mas também uma excelente convivência.

Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo o seguinte. Que isso sirva de lição, que estes fatos sirvam de lição para o Governo do Tocantins. Me atacar, não resolve o problema deles. Não resolve, Sr. Presidente. Não vou disputar essa eleição, não adianta eles andarem falando de casa em casa que o João Ribeiro será o candidato a Governador. "Não, não será fulano ou sicrano, é o João Ribeiro". Não, não sou candidato nesta eleição, Sr. Presidente. Vou estar trabalhando, sim, com o grupo que eu sempre pertenci, porque não sou traidor, Sr. Presidente. Não sou traidor, sou homem que honro os meus compromissos. Não sou candidato. Então, ataques a mim, com isso eles não vão conseguir nada. Agora, o ataque não resolve o problema, Sr. Presidente. Eles deveriam ter tido um pouco mais de competência, como fizeram no empréstimo anterior, quando procuraram a mim e ao Senador Eduardo e ao Senador Leomar.

Então, Sr. Presidente, se eu fosse aqui agir de acordo com a cabeça deles, ora, Sr. Presidente, eu tenho amizade nesta Casa, e, sobretudo, nesta Comissão, suficiente. Se eu quisesse ter feito aqui uma articulação, Sr. Presidente, para aprovar o meu requerimento, V.Exª. sabe que eu tenho condições de fazer isso, pelo trabalho árduo que realizo nesta Casa. Pelo trabalho no dia-a-dia que realizo nesta Casa. Eu posso garantir, Sr. Presidente, que estou entre os 10 ou 15 Senadores que mais trabalham nesta Casa. Não estou aqui criticando ninguém. Estou entre os que mais trabalham nesta Casa. Portanto, não posso ser acusado de não estar trabalhando, de estar atrapalhando o Estado em qualquer questão. Porque o Tocantins, neste ano, novamente, repete os últimos anos anteriores, apesar de ser um Estado com uma Bancada de apenas 11 Parlamentares, um Estado novo, nós estamos entre os 10 Estados melhor atendidos no Orçamento Geral da União, Senador Flexa.

E, portanto, eu não aceito. Não aceito as acusações mentirosas, covardes e cruéis que setor da imprensa do meu Estado, sobretudo, volto a repetir, aqueles que são pagos com o dinheiro do povo, para

falar aquilo que interessa ao Governo do Tocantins, não à população. Que fizeram.

Mas quero, Sr. Presidente, para não cansar os meus colegas, os meus pares, já que antecipei a minha posição, e disse isso no Bom Dia Tocantins, que não estava eu, em momento algum, querendo obstaculizar ou criar qualquer dificuldade para que o projeto não fosse votado.

Agora, a população do Tocantins esteja tranqüila. Aqueles que não têm acesso à imprensa, aqueles que às vezes não têm voz ou não têm vez, aqueles que às vezes não têm nome, que às vezes não são conhecidos, que eu represento aqui nesta Casa. Eu vou estar, Sr. Presidente, vigilante o tempo todo. As diferenças políticas nossas, Sr. Presidente, não vão fazer com que o Senador João Ribeiro venha criar qualquer dificuldade, eu disse isso no Bom Dia Tocantins, independente de quem esteja no Governo.

Primeiro, haviam informações distorcidas, por esses mesmos jornais, de que o empréstimo teria uma carência, Sr. Presidente, de dois anos, e, na verdade, não são três anos, são 36 meses, que eu não sei nem qual vai ser o Governador que vai pagar isso. Na verdade, não será nem o Governador. Quem vai pagar isso é o suor, é o sacrifício do povo tocantinense. E não serão aqueles que estão com CAD e DAS, que são os cargos comissionados para aqueles que vão fazer campanha eleitoral agora para o atual Governo.

Existe um fato interessante, Senador Romeu Tuma. O País, o Senhor sabe quantos cargos comissionados tem a União? Acho que o Senhor sabe, o Senhor é um homem bem informado, 23 mil. O Senhor sabe quantos o Tocantins tem? Já passa de 20 mil. Porque o Governo de lá pensa que vai ganhar eleição contratando CADs e DAS. É difícil encontrar, Senador Tuma, em qualquer Município tocantinense, um ex-Vereador, de quando foi criado o Tocantins para cá, um ex-Prefeito, uma ex-Primeira-Dama, um Vice-Prefeito que não tenha um CAD ou um DAS neste atual Governo. São 20 mil, Senador Lobão. Mais de 20 mil. Que foram contratados para fazer campanha política. Eu não sou contra emprego. Meu Deus, se pudessem dar 50 mil, 100 mil empregos, estaria aqui o Senador João Ribeiro elogiando. Mas, para fazer campanha eleitoral, Senador Arthur Virgílio, não é outra coisa, não. É para campanha eleitoral.

Então, estes fatos precisam ser colocados, a verdade tem que ser colocada, doa em quem doer. E eu, ao contrário do que fez o Sr. Secretário da Fazenda, Senador Luiz Otavio, eu não vou aqui ler uma manchete de um jornal do meu Estado, que faz acusações graves contra o atual Secretário da Fazenda, para não dizer que é algo pessoal contra o Secretário, contra a pessoa dele. Deixarei. Se for preciso, eu farei da Tribuna do Estado, no momento certo. Porque tenho, graças a Deus, a Tribuna para isso.

Mas quero, portanto, Sr. Presidente, ao encerrar esta minha fala, dizendo o que eu disse no Bom Dia Tocantins. A Bancada do Tocantins, Sr. Presidente, a Bancada do Tocantins, Sr. Presidente, vou repetir pela terceira vez, a Bancada do meu Estado do Tocantins, é uma das melhores no Congresso Nacional. É uma Bancada correta, trabalhadora, que cumpre o seu dever e a sua obrigação. Portanto, eu, como Coordenador da Bancada, sou obrigado a dar aqui este depoimento, porque eu sei que deve alguém do Tocantins nos vendo aqui, na TV Senado. Já que lá o acesso à imprensa é muito difícil. É muito difícil. É muito complicado. E portanto, pelo menos isso nós temos que falar. Quero aqui, de público, Sr. Presidente, agradecer, sobretudo, à Bancada da união do Tocantins e até os outros Parlamentares. Pelo que nós temos feito, pela correção da banca, pelo trabalho na Comissão de Orçamento e nesta Casa. É bom que a população do Tocantins saiba disso. É uma das melhores Bancadas do Brasil. Por ser um Estado novo, apesar de ser um Estado novo e tudo o mais.

Mas, Sr. Presidente, eu vou dar o voto aqui. Portanto, neste momento, quero fazer o meu voto com este pedido, não sei se teria que ser um voto em separado, mas com este pedido de fiscalização e acompanhamento, um requerimento, um requerimento para que o Tribunal de Contas da União faça o acompanhamento dessa obra, já que foram tirados os poderes do Tribunal de Contas do Estado, e é um recurso, esse dinheiro é externo, tem o aval da União e precisa ser acompanhado de perto pelo Tribunal de Contas da União. Portanto, eu peço aos meus pares...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – A Mesa acata o pedido de V.Exª., e pede que V.Exª. apresente o requerimento por escrito...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Vou encerrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – ...Não, não. Apenas para dar resposta ao que V.Exª. solicitou. O requerimento pedindo o acompanhamento do Tribunal de Contas da União nós encaminharemos à Comissão de Fiscalização e Controle, a quem cabe a votação do requerimento. Mas, se quiser também, nós votamos aqui.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, eu não sei se teríamos tempo para eu elaborar esse requerimento. Então, pergunto a V.Exª. se posso fazer verbalmente esse requerimento...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor formaliza.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Eu formalizo?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Faça verbal e formalize.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Formalizo o pedido para que o Tribunal de Contas da União faça o acompanhamento de perto. Porque eu acho que é a única maneira de nós colocarmos as coisas no seu devido lugar.

E quero, por último, Sr. Presidente, agradecer a V.Exª. a paciência que V.Exª. teve para comigo e sempre tem, agradecer a solidariedade desta Casa, o respeito mútuo que existe entre nós, e dizer que quero, Sr. Presidente, ao final do meu mandato, poder ir para minha casa, se for o caso, se eu não for disputar outra eleição, não sei se irei disputar, com tanta coisa vergonhosa que eu tenho visto, com tantas decepções que eu tenho sofrido, não sei se estarei disputando um novo mandato, vou avaliar daqui para lá, mas quero dizer a V.Exª. que quero, no dia que encerrar o meu mandato, poder olhar para minha esposa e meus filhos e meus amigos, e olhar para estes pares e eles dizereM – "O João Ribeiro foi um Parlamentar que cumpriu sua obrigação". Eu não quero agradecimento, não quero homenagens de ninguém, porque homenagem maior, Sr. Presidente, eu já recebi quando o povo para aqui me enviou. Portanto, eu quero solicitar dos companheiros desta Comissão o voto favorável com este pedido de requerimento ao Tribunal de Contas da União, para que a gente possa fazer este acompanhamento de perto.

Voto sim, Sr. Presidente, portanto, ao relatório do Senador Mestrinho, um dos homens mais íntegros deste Congresso, todos aqui são, mas ele, que foi o meu presidente na Comissão de Orçamento por dois anos consecutivos, sabe o Senador Mestrinho, e está ele aqui, se for o caso, para testemunhar, que fui um dos Senadores mais assíduos na Comissão, um dos membros mais assíduos da Comissão de Orçamento, travei debates duros e ferrenhos co a Senadora Lúcia Vânia, com a questão do PET e do Bolsa-Família, sabe ela, mas nunca desrespeitando a minha ilustre colega do Senado e representante do Estado de Goiás, no final, chegamos a um entendimento, votamos o orçamento, com muito atraso, mas votamos, e, portanto, sabe o Senador Mestrinho da minha luta e do meu trabalho nesta Casa e, sobretudo, quero aqui dizer do trabalho que o Senador Mestrinho desenvolveu. Não apenas na Comissão de Orçamento, mas no relatório que ele faz, que ele presta a esta Comissão.

Então, meus agradecemos, Senador Mestrinho, pela elucidação de tudo aquilo que V.Exª. coloca em seu relatório.

E solicito, portanto, o voto favorável, com essas restrições e com esses pedidos de informação que faço a este pedido de empréstimo de cento e seis milhões de dólares, com a contrapartida que chegará a cento e vinte e cinco milhões de dólares. Muito obrigado, Sr. Presidente. (soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 1. Mensagem do Senado Federal nº 114/2006. Não terminativa. Que propõe ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a cento e seis milhões e duzentos e cinqüenta mil dólares americanos, entre o Governo do Estado do Tocantins e o MCC, Capitalia Gruppo Bancário, da Itália.

Pela ordem, o Senador César Borges, do PFL da minha querida Bahia.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, após ouvir atentamente as palavras do Senador João Ribeiro, e vendo que há uma concordância plena desse Plenário em aprovar este projeto, que é um projeto para beneficiar um Estado importante da Federação brasileira, é que, como é de praxe desta Casa, eu quero apresentar um requerimento do pedido de urgência, que ele possa tramitar em regime de urgência, Sr. Presidente. É essa minha ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em discussão. O pedido de urgência solicitado pelo Senador César Borges, do PFL da Bahia. Aqueles que concordam com a urgência do projeto, permaneçam como se encontram. Aprovado. O pedido de urgência à Mensagem do Senado Federal nº 114/2006. Não terminativa.

Item 2 da pauta.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, antes de mais nada, registrar o gesto sempre de concórdia do Senador Edison Lobão. No episódio legítimo em que ele busca caminhos de desenvolvimento para o Estado do Maranhão, o Item 5 da pauta é aquele que trata de uma possível, suposta Zona Franca no Maranhão, e, como não há evidentemente acordo com a Bancada do Amazonas, o Senador Lobão tomou a iniciativa de conversar comigo, com o Senador Jefferson Peres e com o Senador Gilberto Mestrinho no sentido de protelarmos, adiarmos essa matéria, e nós quatro nos reunirmos para elaborarmos o que pudesse ser a melhor saída para aquele Estado,

sem prejuízo dos interesses do Estado que nós aqui, Jefferson Peres, Gilberto Mestrinho e eu defendemos. Eu louvo o gesto do Senador Lobão.

E apresento à Mesa, Sr. Presidente, neste momento, imagino que isso mereça ser aprovado por unanimidade, voto de pesar desta Comissão a ser endereçado à Embaixada dos Estados Unidos da América pela morte, pelo falecimento do ilustre e talentosíssimo Economista John Kenneth Galbraith, que Assessorou Roosevelt, Assessorou Kennedy, Assessorou Clinton, Presidentes que, não por coincidência, souberam dar respostas econômicas muito efetivas às demandas dos seus tempos. E eu assino este voto de pesar, imaginando que outros Senadores, o Senador...

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – V.Exª. permite que eu também assine?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sem dúvida, Senador Ney Suassuna, Senador Romeu Tuma. Apresento, e fica à disposição de todos os Senadores da Comissão, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em votação, então, o Requerimento do Senador Arthur Virgílio. Já foi assinado inclusive pelo Senador Ney Suassuna, pelo Senador Jucá e Senador Gilberto Mestrinho. Em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o voto de pesar proposto pelo Senador Arthur Virgílio.

Item 2 da pauta. Aviso do Senado Federal nº 01/2006. Não terminativo. Encaminha cópia do Acórdão TCU-2084-Plenário. Referente a auditoria realizada na Secretaria do Patrimônio da União. Autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União. Relator, Senador Roberto Saturnino. Pelo conhecimento.

É o parecer dele, pelo conhecimento da Comissão e posterior arquivamento da matéria. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Com a ausência do Relator, pediria que o Senador ACV, Antônio Carlos Valadares, como Relator *ad hoc*, resumisse. Página 7, Item 2. Faremos já a sabatina, se quiserem. Senão, faremos na próxima terça. Faremos. Aqui não pára. Aqui é um dínamo.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – é página a 96, não é, Sr. Presidente? Não é o Item 2?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador João Ribeiro, pela ordem.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Embora sendo já um assunto vencido, mas eu apenas quero solicitar de V.Exª., desta Comissão, cópia das notas taquigráficas, com a maior brevidade possível, para que eu possa me defender dos ataques que vou receber, mesmo tendo feito tudo o que fiz em prol do Estado do Tocantins e do empréstimo, para que eu possa encaminhar para a imprensa do meu Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Será providenciado imediatamente.

O parecer é favorável. Autoria do projeto é da Presidência do Tribunal de Contas da União, do Ministro Adilson Motta. O Relator é o Senador Roberto Saturnino. É o aviso nº 01/2006, que constitui encaminhamento para o Tribunal de Contas da União...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Vamos. Faremos a sabatina. Faremos tudo hoje. Realizada na Secretaria do Patrimônio da União, acompanhada do respectivo relatório...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente. Vem a esta Comissão o Aviso nº 01/2006, pelo qual o Tribunal de Contas da União encaminhou cópia do Acórdão nº 2.084/2005 referente a auditoria realizada na Secretaria do Patrimônio da União, acompanhado do respectivo relatório e voto que a fundamentam.

O TCU encaminhou, Sr. Presidente, essa documentação ao Senado, para que tomasse conhecimento seguindo o procedimento que vem sendo adotado por aquela Corte de contas, de enviar cópias de todos os seus julgamentos a esta Casa.

Por se tratar de auditoria realizada na SPU, o supracitado aviso foi juntado ao processado do Aviso nº 25/2002.

E, analisando a questão, o Relator disse o seguinte, na sua conclusão, Sr. Presidente.

O Acórdão nº 2.084 refere-se a auditoria realizada na STU em decorrência da Decisão nº 295/2002, a qual determinou a realização dessa auditagem. O seu objetivo foi avaliar a administração e os resultados do Programa da Administração Patrimonial Imobiliária da União, PROAPI, examinar a possibilidade de incrementação da geração de receitas, como alternativa a alienação de bens patrimoniais, e verificar as providências adotadas para obstruir a prescrição e a decadência referentes a créditos patrimoniais.

Os Ministros da egrégia Corte de contas, reunidos em Sessão plenária, ante as expostas pelo Relator, decidiram, em conjunto, várias recomendações, que aqui estão expostas no parecer do nobre Relator Roberto Saturnino.

E o voto de S.Exª. é com base no exposto.

Opino que a Comissão de Assuntos Econômicos tome conhecimento do Aviso nº 01/2006 e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo. É o

parecer do Relator, Senador pelo Rio de Janeiro, Roberto Saturnino.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em votação. O parecer. Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator, permaneçam como se encontram. Aprovado. O parecer. Fica, portanto, aprovado o Aviso do Senado Federal nº 01/2006, não terminativo, que encaminha o Acórdão do TCU, com relação à fiscalização dos serviços de patrimônio da União.

Pela ordem, Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, o próximo item da pauta é o projeto de autoria do Senador Flávio Arns. Se deliberado, ele irá ainda à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com decisão terminativa naquela Comissão.

Por essa razão, para economia processual, para que essa tramitação ocorra de forma mais objetiva, eu apresentei requerimento propondo a realização de Sessão conjunta das duas Comissões para deliberação dessa matéria.

Então, eu gostaria que V.Exª. não submetesse o item três da pauta a deliberação, mas submetesse, sim, o requerimento que propõe a Sessão conjunta das duas Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador César Borges, pela ordem.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, lamentavelmente, nós temos discordar desse requerimento do Senador Álvaro Dias. Nem tanto sobre o requerimento, mas até da precedência desse requerimento. Porque este projeto, na verdade, ele está com um requerimento nosso na Mesa do Senado. Debateu-se aqui na semana passada se, regimentalmente, nós deveríamos apreciar esse requerimento meu aqui, porque houve uma comunicação do Presidente da Casa, exercida pelo Senador Tião Viana, para que esse processado fosse para o Plenário. V.Exª. teve uma posição contrária, achava que tinha que submeter esse requerimento aqui ao Plenário. Isso não foi, de certa forma, ainda esclarecido totalmente, mas sem entrar no mérito...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Mas podemos esclarecer hoje. Com toda o aprove da Consultoria, que foi ouvida, e deu razão total para esta Presidência. Enquanto não votar na Mesa, nós podemos votar todos os projetos nas Comissões. Porque, senão, Senador César Borges, vai acontecer aquilo que eu disse na Sessão anterior. "Para uma situação vale e para outra situação não vale".

Então, está clara a posição. Clara. É só a Mesa votar, está votado. Agora, enquanto a Mesa não votar, nós não podemos parar os trabalhos da Comissão. É óbvio, é lógico.

Pela ordem, Senador.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, quando nós chegamos aqui, eu pedi a inversão da pauta, e foi acatado, por unanimidade...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu estava com a palavra. V.Exª. me tomou a palavra...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – De jeito nenhum. Já devolvo a V.Exª. Quem tomou, na verdade, foi o Senador Ney. Greve de fome. É o Senador Ney. (risos)

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Então, Sr. Presidente, eu não quero entrar nesse mérito, eu acho que é um outro momento da discussão. Apenas eu acho que temos uma procedência. Temos que apreciar, claro, aquela discussão, que foi da Sessão anterior, tenho inclusive um requerimento meu, feito agora aqui, que deve ser apreciado também, para que pudesse ser apensado...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – V.Exªs. não podiam fazer um acordo sobre isso, não? Será que essa matéria é realmente uma coisa "mortal" para todos? Porque o próprio Governo se manifesta também numa situação. Por que é que não senta todo mundo e faz um acordo e resolve isso...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, só para finalizar a minha questão "pela ordem"...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – É que V.Exªs. ficam trazendo para cá as diferenças, aí não querem que a Mesa e a Presidência decidam. Nós temos que decidir. Se V.Exªs. não se entendem, está aí o exemplo de Tocantins hoje. Nós sabemos de toda a ritualística, como é, todos os Estados... Pois é. Aí quando chega na hora que um não quer, aí joga para cá e quer que a gente decida contra. Não pode.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu não quero entrar nesse mérito. No entanto poderia adiantar a V.Exª. que o Senador Romeu Tuma fez na Sessão do dia 25/04 uma Questão de Ordem que foi feito à Presidência na hora exercida pelo nobre Senador Antero Paes de Barros, sobre essa questão que foi suscitada aqui. E a Mesa informou o seguinte: Que o requerimento, por ser de autoria de Comissão, de Senador, e a deliberação pode ser feita aqui no Plenário do Senado da República e não da Comissão. Eu enfatizei essa Questão de Ordem tentando reforçar o esclarecimento da Mesa, para que ficasse claro para nós essa questão. E o Senador Antero Paes de Barros, diante do meu questionamento, disse textualmente: "Senador César Borges, a Mesa

informa o seguinte: Chegando o requerimento à Mesa - o meu requerimento já estava lá há muito tempo - o Presidente vai requisitar o processo onde ele estiver. E, em seguida, esse requerimento será lido no Plenário, juntado ao processado e ficará retido na Mesa até o ulterior deliberação do Plenário. E esse será o procedimento a ser seguido no Plenário do Senado. E ainda usei a seguinte argumentação após isso. Eu só perguntaria ao Sr. Presidente se será comunicado aos Presidentes de Comissões para que o entendimento possa ser comum, em conjunto em todas as comissões. O Presidente Antero Paes de Barros respondeu: Poder ser informado aos Presidentes de Comissões uma vez que consta do regimento. Vamos solicitar o encaminhamento das notas taquigráficas aos Presidentes de Comissão. Isso foi dito pelo Senador Antero Paes de Barros. Quer dizer, é uma questão que...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Por isso que eu digo. Nós vamos ter que ir ao Supremo para decidir isso. É uma saída, porque não é isso que diz a consultoria, não é isso que diz... A questão é bem colocada aqui e já aconteceram vários casos. Mas eu volto a dizer: Agora mesmo aconteceu um caso. O Senador João Ribeiro apresentou um requerimento no Plenário que suspenderia aqui a votação do projeto de Tocantins. Agora, Senador César Borges. Quer dizer, quando convém ao cidadão, aí o Senador vem aqui e usa esse artifício. A própria decisão da Mesa é simples. É só a Mesa votar.

Por exemplo, só para V.Exª. ver que tem boa vontade da Mesa. Nós nos reunimos uma vez por semana. Existe todo dia. É só a Mesa se reunir lá, e decidir. Não tem problema. Acabava a questão. Agora, nós não podemos ficar dependendo da vontade de se votar um requerimento e parar o projeto por interesse de uma parte só.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Presidente, é que o requerimento não pôde ser votado, até porque a pauta está sobrestada por Medidas Provisórias. Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Mas aqui também não se votou. V.Exª. vê que ninguém está apressando nada.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Se V.Exª. me permitir uma sugestão...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – No mesmo dia que entrou lá, entrou aqui e está aqui parado também.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Calçando as sandálias da humildade, diante do Presidente que eu sei que conhece ...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Eu estou descalço, Senador.

(risos)

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu, Presidente. Eu estou calçando as sandálias para me dirigir e ousar fazer a V.Exª. uma sugestão. Simplesmente, não vamos deliberar sobre isso absolutamente nada, hoje. Poderá V.Exª. entrar em contato com a própria Presidência da Casa e verificar para esclarecer. Eu tenho muito receio, até como oposição nessa Casa, que a gente possa ser de uma forma hoje, amanhã de outra, e que ...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Mas é assim que está acontecendo. Nós estamos votando sempre dentro do regimento.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – V.Exª. sabe que eu tenho apreço e respeito a V.Exª.. Eu lhe pediria isso, não deliberemos nada hoje, até o entendimento que V.Exª. poderia ter com a Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Pronto. Vamos acatar V.Exª. e do próprio Senador Álvaro Dias que pediu também que fosse adiado para a próxima semana. Quer dizer, V.Exª. está vendo que há... Quando V.Exª.Exªs. querem um entendimento... A própria Senadora Ideli também está dizendo com o dedo que não concorda. Ou concorda?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Se me desse a palavra por um minutinho.

(tumulto)

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, apenas na... Não sei se é o mesmo assunto...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O Senador Eduardo Azeredo "pela ordem". Então V.Exªs. aguardem. Pela ordem, Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – É outro assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Ah, é outro assunto, então aguarde aqui um instantinho. Senadora Ideli, por favor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não, é apenas o seguinte, Presidente. Eu queria até fazer a pergunta porque esta situação de votação de requerimento no Plenário, nós já tivemos várias situações. Mas teve uma agora bem recente, que é o Projeto da Programação Regional dos Meios de Comunicação. Este projeto que é de autoria da Deputada Jandira Feghali está tramitando no Congresso Nacional já há quase 15 anos. E está parado já há um certo tempo na Comissão de Constituição e Justiça e teve vários procedimentos. E o Relator deste projeto, por coincidência é o Senador César Borges, se não me falha a memória. Não é Senador César Borges. Como nós tivemos uma movimentação grande dos artistas brasileiros que vieram aqui há 15 dias atrás, nós conseguimos a

assinatura de praticamente quase todas as lideranças, assinaram o requerimento de urgência que não pode ser votado, foi no dia que nós tivemos aquela enxurrada de votações no Plenário, votamos muitas coisas e tal, e o requerimento não pode ser votado quando abriu a pauta e teria uma seqüência de votações, e a alegação que nos foi dada é que o requerimento estava pautado, tinha acordo para votação e não pode ser votado, por quê? O processado não estava anexado.

Então, eu só estou usando este exemplo para, até corroborar no sentido de que para poder votar o requerimento lá no Plenário o processado tem que estar lá. Se não estiver lá, não vota.

Então, eu acho que seria...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pois é. Então, não mandando para lá, quando eu abri a pauta... Eu quero dizer assim...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O projeto foi direto para o Plenário aí o outro entra... Então, não tem finalidade a reunião da Comissão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então eu não sei como é que nós vamos resolver. Eu estou trazendo apenas um caso concreto que aconteceu há duas semanas e não... Abriu a pauta e não –

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Presidente, apenas uma questão de ordem, eu queria relatar Sudene... ADENE.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Hoje, mesmo... (inaudível) a situação de Tocantins. Agora mesmo. Se eu não tivesse tomado a providência de me cercar com o parecer da consultoria e ouvir realmente como tem que ser decidido, nós tínhamos ficado aqui na mão do Senador João Ribeiro. Se votava ou se não votava. Ele graças a Deus foi favorável. Mas e o dia que o cara for contra? A vontade de 80 vai ser votado por um?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – V.Exª. está no entendimento de que deverá ser votado o requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Nós temos que ter muito cuidado com esse precedente que nós estamos abrindo. Nós temos que ter muito cuidado com esse precedente. Isso inviabiliza qualquer coisa aqui.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) –: A prudência de V.Exª. é louvável, por isso que eu acho que era melhor não pôr esse assunto agora...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – É só colocar o requerimento para votar. Se o requerimento for votado... Nós só temos esse requerimento pela Sessão da semana passada da Varig. A pauta nunca tem requerimento para votar. V.Exªs. todas são testemunhas. Nós votamos no mesmo dia a apresentação do requerimento. Agora mesmo. O Senador Arthur Virgílio ...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – V.Exª. quer votar o requerimento meu?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Todos. Aí está resolvido. Nós não precisamos ficar nesse impasse.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Aquele requerimento então, meu, ficou da semana passada para essa. V.Exª. colocaria para essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Tem requerimento de V.Exª., tem requerimento do Senador Eduardo Suplicy, tem do Rodolpho Tourinho, tem do Senador Álvaro Dias, agora.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Mas o meu requerimento é no teor de que esse processado vá para a Mesa do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – É o encaminhamento.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Então é esse que o Senhor quer votar?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Eu voto todos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sim, mas inicialmente esse?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Sim. Esse. Pode ser. Se V.Exªs. concordarem.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Tudo bem, concordamos. Vamos votar.

SR. RELATOR SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu queria lembrar V.Exª. da inversão da pauta, aprovada logo no início da Sessão.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu proponho que a gente vote o requerimento e depois a gente...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Então pronto. Temos aqui o requerimento e depois temos os outros requerimentos que votarei rapidamente. Requerimento do Senador César Borges solicita o sobrestamento do exame do Projeto de Lei do Senado nº. 216/2003, então ele pede: "Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, requer nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento do exame do Projeto de Lei do Senado nº. 216/2003, versando sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, até que seja cumprida a diligência solicitada através do Ofício 665/2003 da Mesa Diretora do Senado Federal, baseado no art. 266

do Regimento Interno do Senado Federal, para instruir requerimento de tramitação conjunta protocolado em 19 de abril de 2006". Sala das Sessões, Senador César Borges. Em discussão o requerimento.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Para discutir, o Senador Álvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, eu creio que V.Exª. despachou de forma correta ao dar continuidade à tramitação do projeto. Nós temos que dar respostas mais rápidas, mais ágeis à sociedade em relação aos problemas que são submetidos à apreciação do Congresso Nacional.

Uma das razões do desgaste de imagem do Poder Legislativo é exatamente a lentidão dos procedimentos. Nós levamos em relação a alguns projetos muitos anos para chegarmos à deliberação final.

Nesse caso já há um debate que se prolonga. Este assunto não é novo a esta Casa ou a esta Comissão. É um debate que se prolonga. Audiências Públicas foram realizadas, inúmeras delas. Não se trata aqui de discutir o mérito do requerimento que pede o apensamento de projetos que, inclusive, não dizem respeito especificamente à questão que será alvo de deliberação através do projeto do Senador Flávio Arns. Não é isso que eu discuto nesse momento. Isso se discutirá no Plenário do Senado Federal. O que eu pretendo colocar para reflexão é o fato de que expediente dessa natureza quase sempre tem o sentido protelatório. E nós devemos trabalhar contra os expedientes protelatórios. Não há razão para se apensar determinados projetos. Não é este o primeiro episódio. Nós já vivenciamos outros episódios semelhantes de requerimentos de apensamento de projetos, que fazem com que projetos em discussão no Plenário do Senado Federal, acabem retornando às Comissões e jamais são alvo de deliberação.

Eu próprio sou autor de propostas que chegando ao Plenário, retornaram às comissões em função da utilização desse expediente, inclusive apensamento, a meu ver, sem justificativa, porque os projetos não eram tão similares assim, retornando à Comissão jamais foi à pauta outra vez.

Então, eu tenho, Sr. Presidente, a impressão de que o correto é trabalharmos no sentido da agilização dos procedimentos e não do seu retardamento.

Por essa razão que eu imagino que a decisão de V.Exª. relativamente a aguardar a deliberação do Plenário do Senado Federal, sem prejuízo da tramitação do projeto, é a mais correta. Sobretudo porque nós estamos pedindo em requerimento que está sobre a Mesa, e que pode ser ou não deliberado, em função do resultado desta deliberação, o requerimento pede que ocorra uma Sessão Conjunta para a discussão e deliberação dessa proposta do Senador Flávio Arns.

Portanto, Sr. Presidente, eu vou me posicionar contra o requerimento do Senador César Borges, com todo respeito, que pese se a admiração que devoto ao Senador César Borges, vou me posicionar contra, meu voto será contrário, e naturalmente favorável a que se realize uma Sessão Conjunta das duas Comissões exatamente com esse objetivO – De agilização. E não de postergação de deliberações que nós consideramos importantes nessa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores. Esse projeto já se arrasta mais de ano aqui no Senado. Inicialmente o Relator era o Senador Antônio Carlos Valadares, já estava pronto para fazer o seu Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, aí ele assumiu a Presidência da Comissão, passou a relatoria para mim, eu demorei ainda uns três ou quatro meses até colocar esse relatório em falta, e foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais. Sou Relator também na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

Então, eu acho que até pedido do Senador César Borges foi encaminhada à CAE também, para ser ouvido à CAE. Então, na verdade, já está demorando demais. Então eu concordo com a tese do Senador Álvaro Dias, de uma forma ou de outra ele vai chegar no Plenário do Senado. Ele votar ainda seja em conjunta ou separada, no Meio Ambiente, na Comissão de Assuntos Econômicos, nessa Comissão, e vai ser colocado à apreciação do Plenário do Senado.

Então não vejo porque ficar protelando. Vamos aprovar nas Comissões e depois encaminhar ao Plenário do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, embora não tão brilhante quanto V.Exª., eu também fui Presidente de Comissão, e sei o quão é difícil tomar certas decisões. V.Exª. se manteve inabalável desde o começo e inabalavelmente prossegue no seu entendimento regimental.

Eu estive sempre aqui no pressuposto de apoiá-lo, como agora apoio também nas suas decisões. V.Exª. foi vitorioso, que pretendia colocar em votação o requerimento, e o fez. Portanto, V.Exª. tem a minha solidariedade e os meus cumprimentos. Mas eu peço

permissão também para apoiar com o meu voto o requerimento do Senador César Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do Senador César Borges permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento por maioria. Votaram o Senador Álvaro Dias, Senador Valdir Raupp e o Senador Arthur Virgílio, contra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – V.Exª. não votou com o Senador César Borges. O Senador César Borges é que votou com V.Exª.. Apresentou o Relatório... (risos)

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente, meu voto também foi contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O Senador Eduardo Azeredo também registra seu voto contrário. Então, são quatro votos contrários. Os demais requerimentos. Pela ordem Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, existe um assunto que é da maior urgência, sobre o qual me parece que essa Comissão não pode deixar de se manifestar: Então, com esse objetivo eu estou apresentando um requerimento solicitando que pudéssemos incluir Extra Pauta, que diz respeito à grave questão da Bolívia em relação à Petrobras. É um requerimento que nós possamos aqui não só respaldar o Governo nas ações em relação à Bolívia, mas que tenhamos informações da parte do Ministro Celso Amorim e Rondeau e também do Presidente da Petrobras.

Hoje, metade do fornecimento de gás do Brasil vem da Bolívia, a Petrobras investiu, como é sabido, mais de um bilhão de dólares lá, e essa atitude veio surpreender a todos nós. Talvez não de maneira absoluta. Porque quando o Presidente Evo Morales esteve acerca de pouco tempo em Belo Horizonte, ele já disse com todas as letras que ia lutar contra os saqueadores dos recursos naturais da Bolívia. Preocupa muito porque ele vem num crescendo, já tinha a questão da ...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Apresente o requerimento que nós votaremos. O próximo requerimento do Senador Álvaro Dias.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, só um aparte que o Senador...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Meu aparte é o seguinte. Eu tinha um amigo que usava essa expressão, não pensem que eu estou errando, não. "Mas eles não eram amiguíssimos?".

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – (risos) requerimento do Senador Álvaro Dias, nos termos do Art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal. Requer seja estudo do Projeto de Lei nº. 16, o mesmo projeto que foi votado o requerimento do Senador César Borges, que dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Não, não. A secretaria diz que não. Não tem nada a ver. Esse aqui pede uma reunião conjunta. Feita uma reunião conjunta desta Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Meio Ambiente. Em discussão. Os Srs. Senadores que concordam... Digo, em votação...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Só para esclarecer. Uma reunião conjunta com que finalidade?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Comissão de Assuntos Econômicos e Defesa do Consumidor.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Qual a finalidade?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu explico, Sr. Presidente, ao Senador César Borges. O Relator da matéria na outra Comissão é o Senador Valdir Raupp. Então nós vamos repetir uma discussão desnecessariamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – A outra Comissão tem que votar e tem que concordar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Exatamente. O que se solicita é apenas uma reunião...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Primeiro vai ser atendido o requerimento do Senador César Borges. Depois é que vai ser... Havendo concordância da Comissão de Fiscalização e Controle. Ainda alguma dúvida? Senão a gente não anda. Tem muitas coisas para votar.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu tenho realmente dúvidas. Eu não estou entendendo a finalidade...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador está explicando a V.Exª.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu estou economizando palavras até para que nós possamos trabalhar. Ocorre que Senadores dessa Comissão integram a outra Comissão. Será um debate repetitivo. Inclusive, o Relator da outra Comissão é o Senador Valdir Raupp. Eu estou propondo que ao invés de trabalharmos duas vezes, em duas reuniões, façamos uma única reunião conjunta com as duas Comissões para a deliberação da matéria. Depois, claro, que definir sobre o apensamento da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Foi ouvida a consultoria, nós estamos fazendo dentro da... Fiquem tranqüilos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, com relação ao requerimento, eu acho que uma coisa é apreciar numa Comissão de Assuntos Econômicos... É outra coisa apreciar. As Comissões têm composições diferentes. As discussões têm que se tratar dentro de cada Comissão. Não é uma praxe você fazer reuniões conjuntas das Comissões, sobre determinado projeto. (soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Continua em discussão. Em votação o requerimento.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu estou discutindo ainda. Só um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Então encerre, Senador César Borges, porque nós estamos cheios de requerimentos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – É rápido. Eu só acho que V.Exª., aí no caso aprovado esse requerimento, está abrindo mão da prerrogativa da Comissão de Assuntos Econômicos, e eu estou discutindo para votar contra. O meu posicionamento é contra o requerimento. Eu sou contra o requerimento, Sr. Presidente, pelo fato de que nós não podemos... Aí estou defendendo a autonomia da Comissão de Assuntos Econômicos, e a Presidência do Senador Luiz Otavio. Eu não posso ver de forma nenhuma diminuída essa competência da Comissão de Assuntos Econômicos, e essa Presidência. Porque, na verdade, no momento que você abre mão de ter uma deliberação aqui e passa a ser em conjunto, você terá então uma deliberação que será a somatória dos votos. E na votação individualizada de cada Comissão.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A votação é individualizada, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – De qualquer forma eu ficarei contra o requerimento.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Só para esclarecer, Sr. Presidente. Os pareceres são individualizados. Não há nenhuma subtração de prerrogativa da Comissão, não se reduz a autoridade da Comissão. Já é um expediente comum no Congresso Nacional, já se realizaram outras reuniões conjuntas para deliberação. Portanto, não é um fato novo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – A Mesa inclusive explica que será votado na CAE e depois votado...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Exatamente. A votação é em separado. O que nós estamos querendo é ganhar tempo, apenas. Nós não queremos que se postergue indefinidamente a decisão dessa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, eu já pedi a compreensão de quem está do outro lado da linha. É nós queremos encaminhar também. O nosso voto vai ser contrário à realização conjunta, tendo em vista de que os aspectos econômicos deste projeto precisam ser debatidos com independência por esta Comissão. E, portanto fazer deliberação em conjunto acaba desvirtuando o espírito da deliberação que esse projeto merece, dado as gravidades das conseqüências da sua adoção.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Rejeitado o requerimento. Requerimento do Senador Rodolpho Tourinho. O Senador Rodolpho Tourinho propõe, nos termos do art. 90, Inciso II, Regimento Interno Senado Federal, incluído como convidado na próxima Audiência Pública a ser realizada no âmbito dessa Comissão com a finalidade de discutir o Projeto de Lei da Câmara 20/2006, o Sr. Manoel Felipe Rêgo Brandão, Procurador-Geral da Fazenda Nacional. Em discussão. Como ninguém discute. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Requerimento do Senador Eduardo Azeredo. Requer nos termos regimentais que sejam convidados os Exmºs. Ministro das Relações Exteriores, Ministro Celso Amorim, Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e o Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli para prestar esclarecimentos sobre as ações do Governo da Bolívia, que vieram a prejudicar seriamente os interesses brasileiros naquele País. Para discutir a Senadora Ideli Salvatti.

(soa a campainha)

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, a deliberação do Governo da Bolívia é uma deliberação extremamente grave e delicada para com os interesses do Brasil, da Petrobras, e eu quero aqui, além de estar falando em nome... Estar falando como

brasileira, eu quero estar falando como Senadora de Santa Catarina, tendo em vista que todo o gás consumido pelo sul do País vem da Bolívia.

Portanto, o desenrolar desta crise é algo que efetivamente, para nós, do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tem uma gravidade ainda maior, porque nos coloca sob risco de termos um racionamento no fornecimento e um comprometimento de vários setores produtivos que adotaram o gás como a sua matriz energética.

Então eu tenho um entendimento que é relevante nós podermos ter o mais rapidamente possível. O Senado da República é a instância dentro do Legislativo Nacional que tem a prerrogativa de tratar das questões das relações internacionais do País, é por aqui que passam os acordos, os convênios, ou seja, toda a nossa política externa que depende do Legislativo, passa pelo Senado da República.

Por isso eu entendo que o Senado deverá, sim, ser comunicado das medidas que o Governo Federal está adotando. Inclusive eu tenho a informação que neste momento a reunião de emergência está acontecendo no Palácio do Planalto, reunindo toda a esfera do executivo que tem a ver com a reação que nós deveremos dotar de imediato enquanto País, e reação que deveremos adotar levando em consideração os interesses e os investimentos feitos naquele País e também toda a necessidade de nesse caso, termos o cuidado, de termos pronta a deliberação, termos uma atitude muito firme em defesa do interesse da soberania nacional, mas também tendo o cuidado de respeitarmos e termos as tratativas adequadas para a relação que interessa a todos nós, de fortalecimento da América Latina.

Então, Sr. Presidente, eu queria aqui já deixar o nosso "de acordo" ao requerimento, o voto favorável para que exatamente as autoridades arroladas pelo Senador Eduardo Azeredo, possam aqui comparecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Arroladas não, convidadas. Autoridades convidadas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Convidadas, perdão. Arroladas tem um outro caráter. (risos). Os convidados no requerimento do Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em discussão...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu quero apenas acrescentar que como se trata do assunto também de defesa nacional, eu estou apresentando um outro requerimento que a Senadora Serys também deseja subscrever, convidando o embaixador da Bolívia a ir a Comissão de Relações Exteriores. Seria o segundo momento para essa tratativa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Aliás, Presidente, se o Senador Eduardo Azeredo tiver concordância, eu gostaria de subscrever o requerimento com ele.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Perfeitamente, nada contra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu também, Senador Azeredo, que eu também sou da Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Wellington Salgado. Senador por Minas Gerais, pelo glorioso PMDB de Minas Gerais, com a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Nosso PMDB. Sr. Presidente, eu acho simplesmente um absurdo tratar a Petrobras como vem sendo tratada outras empresas que estão hoje na Bolívia.

Na verdade, a Petrobras investiu na Bolívia, a Petrobras assumiu riscos, botou todo o dinheiro, como o Senador Azeredo disse, um bilhão de dólares investido, e agora o nosso "*muy amigo*", *hermano* Evo Morales que diz que se não fosse um Presidente... Eu acharia, Senador César Borges, que se não fosse um Presidente, quero deixar bem claro, ele poderia estar consumindo o que antes plantava para tomar uma atitude dessa. Porque isso é uma coisa muito séria. Não pode o Presidente fazer isso. Simplesmente chegar, tomar conta, meter a mão e falar, "Não, agora nós nacionalizamos". É dono. É um investimento de um bilhão de dólares feito pela Petrobras. E além disso colocamos o consumo para a Bolívia. Que além de investir, descobrir, criar toda a infra-estrutura e ainda estamos consumindo o gás.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Exª. me concede um aparte?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Claro, é sempre bom um aparte.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador ACM, o Senhor tem razão. Nesse ponto o Senhor tem razão. O homem veio aqui, foi bem recebido, no entanto traiu. Traiu. E traição ninguém está... Ninguém está protegido de ter

uma traição a qualquer momento. O Senhor conhece bem isso. O Senhor sabe como é. Uma vez eu fiz uma pergunta para o Senhor e o Senhor falou: "Não, um fulano veio aqui, saiu para comprar cigarro e nunca mais voltou". Foi o caso do Evo Morales. Ele veio aqui no Brasil, saiu para comprar cigarro e nunca mais voltou. Entendeu? Então, é isso que aconteceu.

Agora, nós não podemos é deixar essa situação passar desapercebido. Começou com a empresa EBX, ele foi lá, tomou a decisão e ninguém falou nada. E agora ele vai e mete a mão na Petrobras. Eu queria até que o Senador Arthur Virgílio, que é um homem ligado às relações diplomáticas, eu queria saber como é que pode funcionar essa situação de nós acharmos como é que se resolve uma situação dessa com diplomacia. V.Exª. que é conceituado, estudou... E às vezes eu vejo até que o Senhor seria um grande Diplomata, porque na hora da verdade, na hora do coro, de enfrentar olho no olho, V.Exª. enfrenta. Eu não vejo caminho para a diplomacia desse jeito. O que é que é diplomacia?

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador Wellington, eu pediria que os dois, tanto o Dr. Francisco Rabelo Amaral, da ADENE, como a Drª. da CVM ficassem, para nós logo após a votação dos requerimentos pudéssemos ouvi-los. Com a palavra V.Exª.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ok. Então eu queria, Senador Arthur Virgílio, que V.Exª. como é que você pode resolver diplomaticamente uma situação em que tomam o patrimônio do povo brasileiro. Que fez um contrato com a gente, foi recebido aqui como irmão, e não... Essa questão de trair pode acontecer com qualquer um. Não é só com o Presidente Lula, não. Pode acontecer comigo, com o Senhor. Agora, como é que se resolve isso diplomaticamente? Chega alguém na sua Casa, vai lá e te convida para ir a casa dele, e quando chega lá bate sua carteira, toma tudo. Como é que se resolve isso diplomaticamente, Senador Arthur Virgílio?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem. Eu, na verdade, quando respondo ao Senador Wellington Salgado, Sr. Presidente, eu até já me eximo de continuar na lista de inscrições porque dá para dar minha opinião.

Senador Wellington Salgado, eu tenho a impressão que há dois caminhos diplomáticos muito claros. Um deles é persistir nas negociações. Sempre. O outro é pedir a arbitragem internacional. E não é a primeira vez que o Brasil entra em demanda com o Acre e pede arbitragem internacional. Já houve algo parecido com a Bolívia quando o Acre terminou sendo incorporado ao território brasileiro.

Eu tenho relações pessoais privilegiadas com o Chanceler Celso Amorim, mas é sobejamente conhecido, de todos os meus colegas que faço reparos, faço crítica à política externa brasileira. E vejo que o Presidente Lula encarou esse "Episódio Evo Morales" com uma enorme dose de ingenuidade, como se estivesse tratando de uma relação partidária ou de uma relação sindical, quem sabe, saudando como vitória da esquerda mundial, da esquerda sul-americana a eleição de um cidadão que, o Presidente talvez não tenha percebido, mas que o mundo inteiro sabia perigoso, que o mundo inteiro sabia ultrapassado, que o mundo inteiro sabia incapaz de conduzir de maneira adequada o destino da Bolívia. Este é o começo da crise, Senador Wellington. Esse é o começo. Daí ele vai cometer outros equívocos e nós teremos... Infelizmente, eu vou bancar a pitonisa e gostaria de ter desmentido, teremos novos momentos de atrito institucional na Bolívia.

Ele tem essa cabeça de que nacionalizar é a solução, ele está, na verdade, se privando de técnicos brasileiros essenciais para o funcionamento do sistema gasífero boliviano, ele está dispensando, está abrindo mão de investimentos vultuosos que a Petrobras intentava fazer lá, e teria ...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Petrobras e a EBX também. Nós temos que ver como o povo brasileiro investindo, lá.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Estão o que ele chama de nacionalização, para mim é expropriação. Ele está expropriando bens de um povo no estatal e no privado de um povo com o qual a Bolívia mantém relações. Está mais do que isso, está ameaçando a estabilidade do Mercosul. Eu vejo que isso enfraquece a posição do Mercosul como um todo. Tem uma notícia preocupante nos jornais hoje dizendo que o Uruguai está na iminência de sair do Mercosul, o que significa dizer que uma prioridade essencial para nós não foi cumprida.

A prioridade para nós não era agregar o Gabão a projeto nenhum. A prioridade para nós era consolidar o Mercosul para valer. E isso não aconteceu. Digam o que quiserem dizer: Não aconteceu. Porque o Uruguai, que é um dos mais relevantes membros do Mercosul, sai.

Então, eu tenho a impressão que a primeira demanda é o Presidente da República mudar de enfoque em relação a Evo Morales. Não se preocupar tanto se quem está assumindo e direita é de centro, é de esquerda, é de costas, é de lado, é de bola, é de rebola, é de carambola. Isso não tem nenhuma importância.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Arthur Virgílio, V.Exª. me

concede só uma observação? Nós poderíamos incluir, acrescentar o nome do Ministro da Fazenda, Guido Mantega também a essa audiência com o Ministério das Relações Exteriores e com o Ministro das Minas e Energia e da Petrobras. Acho que o Ministro da Fazenda também seria importante para dar realmente a dimensão do prejuízo que isso pode dar para a economia brasileira, num momento muito importante.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu endosso plenamente a idéia de V.Exª. e a iniciativa muito louvável do Senador Eduardo Azeredo. Mas o fato é que até chegar a misturar, Senador Wellington, alhos com bugalhos. Por exemplo, a Srª. Bachelet uma pessoa com raiz de esquerda. E o Presidente Lula, uma pessoa com raiz de esquerda. Ambos praticando políticas econômicas bastante tranqüilizadoras em relação ao quadro que está a nos envolver. E nós temos, por outro lado, supostamente de esquerda, Hugo Chávez, que é um perigo ambulante, aquilo é uma bomba humana, dilapidando criminosamente recursos do povo venezuelano, dilapidando recursos não renováveis, que poderiam estar fazendo a infra-estruturação do desenvolvimento venezuelano. Ele é mais um daqueles governantes venezuelanos que gasta os petrodólares e agora os petrodólares estão muito fartos com preços excepcionais devido à conjuntura internacional. Mas muito bem, Hugo Chávez se diz de esquerda, e eu não sei o que é, mas ele não é parecido com a política econômica que o Presidente Lula tem colocado.

Assim como a Bachelet não é... Se é de esquerda ou se foi de esquerda não importa muito, o importante é que ela não exercita uma política econômica insensata. Já não é o caso de Hugo Chávez, não é o caso de Evo Morales, e nós estamos vendo agora essa ameaça Peruana.

Aliás, no Peru, impressionante, o segundo turno geralmente é para a gente ver quem faz o povo ganhar. No Peru nós temos o populismo ameaçador de Alan García, temos uma candidata que poderia fazer uma política econômica razoável se fosse para o segundo turno, e temos, sem dúvida alguma, o mala, que é terrivelmente perigoso. O Presidente Lula saudou tudo isso como se fosse uma coisa só. Até depreciando algo que eu nunca desconheci que ele fez de bom, que foi seguir e aprofundar políticas econômicas que herdou. E, portanto, tranqüilizando bastante os mercados, tranqüilizando bastante os investidores. Eu que estou preocupado com o nível maior de gastança pública, estou preocupado o que pode ser uma crise fiscal na metade do outro mandato, seja quem venha a ser o próximo Presidente.

Mas, enfim, está na hora de olharmos com bastante realismo, o Presidente Lula perceber, sobretudo, que não há companheirismo em política internacional. Que não há relação sindical em política internacional. Que não existe relação partidária ou ideológica em política internacional. Existe interesse de um País contra o outro e às vezes interesses de um País a favor do outro. Se interessa ao meu País, eu fico com o País de fulano de tal. Se interessa ao meu País, eu fico contra o interesse do País de fulano de tal. O que gera os fatos na política internacional é com muita frieza nós defendermos os interesses de nosso País.

Então, hoje eu li uma crítica à política externa brasileira e isso para mim deve ser observado pelo meu prezado colega Celso Amorim. Nós temos uma certa mania, e isso não é de agora, da nossa política externa justificar o ponto de vista dos outros, dos contendores. O Brasil começa a raciocinar, tenta raciocinar pelos seus adversários. Quando não tem que raciocinar pelos seus adversários. Tem que ser frio e duro na defesa do interesse nacional. Usar todos os recursos pacíficos ao seu dispor para impedir que a Petrobras seja lesada, que as empresas privadas sejam lesadas, e que o Brasil, portanto, perca fazendo a Bolívia perder. Porque o melhor para a Bolívia é o Brasil não perder e continuar investindo num País que é carente de recursos para tocar o seu processo desenvolvimentista.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Arthur Virgílio, como eu não fiz todos esses cursos de relações internacionais que V.Exª. muito domina, muito bem, eu queria pedir para o Senhor indicar também o Ministro da Defesa. Queria que no requerimento tivesse o Ministro da Defesa. Como eu não tenho toda essa relação de relações internacionais, eu queria que já fosse... Aquela velha história, se está prejudicando a gente, vamos direto a quem decide. Eu queria que o Ministro da Defesa fosse incluído nesse requerimento. Se possível. Se não for, eu faria um requerimento também da minha parte pedindo para vir o Ministro da Defesa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Da minha parte, estou de pleno acordo. Acho mais do que justo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Fica, portanto, incluído no requerimento o convite extensivo ao Ministro da Fazenda, Ministro Guido Mantega, e Ministro da Defesa, Valdir Pires. Em discussão. Como ninguém discute. Em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento do Senador Eduardo Azeredo, com relação à Petrobras, Ministério das Minas e Energia, Ministério da Fazenda, e Ministério da Defesa com vistas às questões Brasil-Bolívia/gás.

Requerimento do Senador Eduardo Suplicy. Requer nos termos regimentais que seja solicitado à Secretaria da Defesa Econômica, órgão vinculado ao Ministério da Justiça e ao Conselho de Defesa Econômica, informações acerca de medida adotada pela companhia de bebidas das Américas, AMBEV, tendo em vista a notícia de que estaria descumprindo o termo de compromisso de conduta econômica em relação a pequenas cervejarias estabelecido no momento de sua Constituição, no ano de 2000. Em discussão. Como ninguém discute. Em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento do Senador Eduardo Suplicy contra o voto do Senador Wellington Salgado. Quando todos permaneciam... Quando V.Exª. levantou. V.Exª. então é contra... Mais algum Requerimento? Não temos mais requerimentos em pauta, Senador César Borges. Retornaremos a primeira parte da ordem do dia para convidar o Dr. Francisco José Rabelo do Amaral, indicado para a Agência de Desenvolvimento do Nordeste. E a Drª. Maria Helena dos Santos Fernandes Santana, indicada para a CVM, Comissão de Valores Mobiliários.

Mensagem do Senado Federal nº. 118/2006, não terminativa. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Autoria da Presidência da República. Relator: Senador Aloizio Mercadante. Parecer a ser apreciado em votação secreta. Mensagem do Senado Federal nº. 121/2006, não terminativa, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Francisco José Rabelo do Amaral para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, ADENE. AutoriA – Presidência da República. Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer a ser apreciado também em votação secreta. Iniciamos pelo item 1. Eu pediria à Senadora Patrícia Saboya Gomes, como Relatora *"ad hoc"* da mensagem do Senado Federal nº. 118/2006, não terminativa, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana para o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários.

Com a palavra a eminente Relatora *"ad hoc"*, Senadora Patrícia Saboya Gomes, que substitui o Senador Aloizio Mercadante, do PT do Estado de São Paulo. Com a palavra a Relatora *"ad hoc"*, Patrícia Saboya Gomes, do Estado do Ceará.

SRª. RELATORA AD HOC SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – O Sr. Presidente da República, através da mensagem nº 118/2006, submete ao exame do Senado Federal a indicação da Srª. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários, CVM, autarquia em regime especial vinculado ao Ministério da Fazenda com mandato até 31 de dezembro de 2010, na vaga anteriormente ocupada pela Drª. Norma Parente. A candidata nascida em São Paulo, em 1959 é filha de José Pereira Fernandes e Elvira dos Santos Carvalho Fernandes, tornou-se bacharel em economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

Do currículo da candidata constam informações que atestam sua ampla experiência na área de valores mobiliários. Na Bolsa de Valores de São Paulo, ela atua desde 1994. Na CVM, a indicada exerceu o cargo de Gerente de Projetos Especiais de 1997 a junho de 2000. Desde então ela ocupa o posto de Superintendente Executiva de relações com empresas. No exercício dessa função ela responde pela supervisão das companhias listadas quanto às suas obrigações de fornecimento de informações ao mercado, na função de entidade auto-reguladora da BOVESPA, além da supervisão e garantia do cumprimento dos contratos de listagem das companhias registradas no novo mercado nos níveis um e dois de governança corporativa.

Na qualidade de Superintendente é também da competência da Srª. Maria Helena a implantação e o desenvolvimento dos segmentos especiais, novo mercado em níveis um e dois de governança corporativa, além do mercado de acesso BOVESPA MAIS em fase de implantação.

Ela é ainda responsável pela atração e listagem de novas companhias na BOVESPA. Dentre outras atividades desempenhadas pela Drª. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, cabe salientar as seguinteS – Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, e membro do Conselho de Administração desde 2001, membro do Conselho de auto-regulação do Mercado de Capitais da Associação Nacional dos Bancos de Investimento, desde 2001, e membro latino-americana de governança corporativa do Banco Mundial desde 2000.

Anteriormente a indica ocupou os cargos de Diretora-Gerente e sócia da VESTE SEMPRE CONFECÇÕES no período de 90 a 93, de Gerente financeira da rede BARATEIRO de supermercados de 81 a 89. Assistente Administrativa do Banco do Brasil de 80 a 81. Foi estagiária da função de Instituto de Pesquisa Econômicas da Universidade de São Paulo, no período de 1977 a 1980.

O exame de seu histórico profissional revela que a candidata reúne os atributos necessários para o perfeito desempenho do cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários. Apontado dentre outros esses

dados biográficos da Srª. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, submetemos sua escolha constante da referida mensagem presidencial à apreciação e julgamento dessa douta Comissão em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 2º combinado com o art. 6° com redação dada pelo art. 1º de fevereiro de 2002, certo de que os seus ilustre integrantes já dispõe de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial. Eu quero já concluir, mas apenas desejar muita sorte à Drª. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana nessa sua próxima missão. Pelo seu currículo, pelo seu histórico, já temos a plena convicção de que mais nesta missão irá conseguir dar uma grande contribuição ao nosso País na posição que irá ocupar.

Portanto, meus parabéns já antecipadamente a V.Sª. Era só, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Mensagem do Senado Federal nº. 121/2006, não terminativa. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. José Rabelo do Amaral para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, ADENE. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Ney Suassuna. A ser apreciado em votação secreta. O Parecer com o Relator. Senador Ney Suassuna.

SR. RELATOR SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "E" da Constituição Federal, combinada com o art. 12 da Medida Provisória nº. 2.156-5 de 24 de agosto de 2001, o Sr. Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Francisco José Rabelo do Amaral, para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, ADENE.

O citado dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente por voto secreto através de argüição pública a escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

A citada Medida Provisória que criou a ADENE prevê que o Diretor-Geral e os demais Diretores serão nomeados pelo Presidente da República após a aprovação do Senado Federal. A mensagem presidencial é acompanhada do *curriculum vitae* do candidato em conformidade que dispõe o art. 383, do inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

As informações evidenciam à adequada formação acadêmica e a vasta experiência profissional do Sr. Francisco José Rabelo do Amaral, que certamente se habilita para o exercício de cargo de Diretor da Sudene.

O candidato nascido em 1955, em Fortaleza, formou-se em Direito em 84 pela Universidade Federal do Ceará e obteve inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil em 1986. Posteriormente em 1993 obteve o Mestrado em Administração Contábil e Financeira pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, na COPPEAD.

Além de sua formação acadêmica, tem uma vasta participação em cursos de pós-graduação*, lato sensu*, E em conferência especialmente nas Áreas de Análises de Gestão Financeiras. Dentre esses podemos citar Especialização em Desenvolvimento Econômico, formação de analistas financeiros e especialização para a área financeira todos no Banco do Nordeste do Brasil. Programa avançado em finanças corporativas pela Fundação Dom Cabral e muitos outros.

Em relação à sua atuação profissional, possui experiência docente na Universidade Federal do Ceará, portanto é meu colega, sou da Federal do Rio, na Universidade de Fortaleza, UNIFOR. E na Universidade Estadual do Ceará. Nessas instituições de ensino ministrou o curso de Análise de Investimento, Avaliação de Projetos, e Finanças Internacionais. Participou também em bancas examinadoras e na orientação de monografias.

A maior parte de sua vida profissional desenvolveu-se no Banco do Nordeste do Brasil, onde é funcionário desde 1976. Ocupou os Cargos de Chefe do Setor de Divisão do Departamento Financeiro, Chefe de Divisão do Departamento de Mercado de Capitais e de Captação dos recursos de médio e longo prazos, e de Superintendente da área de atração de investimentos.

Coordenou também diversos programas de lançamento de títulos do Banco do mercado internacional e ademais os trabalhos de obtenção do *rating* nacional e internacional do Banco.

As informações prestadas evidenciam como já ressaltada, a adequada formação acadêmica e a pertinente experiência profissional do candidato. A única consideração é que a mensagem presidencial não explicita que serão obedecidas as vedações constantes do art. 14 da Medida Provisória 2.156/2001 que impede o exercício do cargo por pessoa que nos doze meses anteriores a da sua indicação tenha mantido vínculos com a empresa que tenha projeto submetido ou aprovado pela ADENE.

Tudo cumprido, portanto, essa Comissão dispõe de elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. Francisco José Rabelo do Amaral, para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, ADENE. Eu assim dou parecer favorável, Sr. Presidente, e acho que a ADENE vai se beneficiar com a indicação do Sr. Francisco José Rabelo do Amaral como Diretor.

(Troca de Presidência)

SRª. PRESIDENTA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Obrigada, Senador Ney Suassuna. Quero agradecer de antemão o Senador Luiz Otávio Presidente dessa Comissão por ter me concedido a honra e o privilégio de presidir o final dessa Sessão, passando agora, já que se trata também da ADENE e de um conterrâneo nosso do Ceará, portanto, uma honra e privilégio muito grande.

Eu gostaria de passar a palavra à Drª. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, para que faça uma breve exposição nesse momento.

SRª. MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA – Obrigada, bom dia a todos. Eu agradeço o privilégio de poder vir aqui expor um pouco e responder aos questionamentos dos Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos.

A indicação que eu recebi para integrar a Diretoria da CVM que muito me honra, certamente tem algo a ver com a minha trajetória profissional sobre a qual quero então rapidamente expor alguns aspectos.

Eu sou Economista formada pela Universidade de São Paulo, e depois de ter trabalhado em algumas empresas estou na Bolsa de Valores de São Paulo há 12 anos.

Nessa atividade na BOVESPA e desde o início, eu tive a oportunidade de ter contato com a própria CVM, com a Comissão de Valores Mobiliários. Como os Senhores sabem, a BOVESPA é uma das atividades supervisionadas pela Comissão, e ao longo desse período pude reconhecer o trabalho e a importância de que haja uma entidade reguladora para o Mercado de Capitais forte e capaz de garantir um mercado sadio e eficiente para o nosso País. Eu, em 2000, quando fui nomeada para Superintendente, recebi o encargo de estruturar uma área de relacionamento com as companhias. Lá na BOVESPA não apenas em relação às listadas, as companhias já registradas, mas especialmente com a missão de atrair novas empresas para o mercado. E depois os Senhores vão ver porque eu faço questão de mencionar isso.

Nessa minha função, conforme a Senadora mencionou ali na leitura do currículo, eu tive a oportunidade de atuar na capacidade de entidade auto-reguladora da BOVESPA, na medida em que a Bolsa tem alguns poderes em relação às suas companhias listadas.

Então, era uma das minhas atribuições supervisionar o fornecimento de informações ao mercado por parte das companhias. Informações simultaneamente distribuídas a todos e de forma eqüitativa e suficiente, aliás. Completa. Mas a principal tarefa que me coube encaminhar como Superintendente de Relações com Empresas foi de atrair empresas novas para a Bolsa. A Bolsa desejava cumprir de forma mais plena o seu papel não apenas garantindo um mercado secundário. Para a negociação ordeira e justa dos papéis dos valores mobiliários detidos por acionistas de companhias abertas, mas também servindo para locação de recursos dos poupadores em direção ao setor real da economia, em direção aos projetos que as companhias têm que financiar e que precisam deles para crescer.

Então, naquela ocasião, havia já vários anos em que uma situação de bastante estagnação no nosso mercado primário de capitais se verificava. Praticamente nenhuma empresa recorreu ao mercado para buscar os recursos que necessitavam para financiar o seu crescimento. E, ao me incumbir dessa missão, eu tive a felicidade de contar com uma ferramenta que transformou o Mercado de Capitais. E aqui eu me refiro ao novo mercado. Certamente os Senhores já ouviram falar deste novo segmento de listagem que a BOVESPA lançou em 2000, e que tem como pressuposto a adesão voluntária das empresas à regras mais rígidas de governança corporativa. O propósito da BOVESPA ao criar esse novo seguimento, foi garantir aos investidores maior proteção aos seus direitos, mais direitos, mais garantias, melhores informações sobre as companhias, nas quais investiam, e a nossa crença ao lançar esse produto foi de que em troca disso os investidores estariam dispostos a pagar preços mais justos pelas ações, a pagar preços mais próximos daqueles que, afinal, estimulariam os empreendedores a trazerem suas empresas para serem listadas no mercado, ajudando a aproximação dos dois lados nessa equação sem os quais não acontece nada, que é o que vinha se dando no nosso Mercado de Capitais.

Depois de alguns anos dessa experiência, é possível dizer que hoje a Bolsa voltou a desempenhar o papel de ser uma alternativa de capitalização para empresas brasileiras.

Nos últimos dois anos houve mais de 20 empresas novas entrando no mercado, quase todas diretamente no novo mercado, nesse seguimento mais exigente, com regras mais rígidas, e esse parece ser um processo em evolução que tende a continuar.

Eu mencionei isso porque essa experiência fez crescer minha convicção ainda mais em relação à importância, o papel fundamental da regulação para o desenvolvimento de um Mercado de Capitais sadio no Brasil. A regulamentação ambiente regulatório. As regras de jogo que cercam os agentes, as entidades que compõem esse mercado, teve papel determinante para esse caso de sucesso que a gente observa, e de resto isso já tem sido demonstrado em estudos acadêmicos realizados pelo mundo afora, analisando a evolução de Mercado de Capitais.

Então, se eu vier a ser aprovada pelos Senadores e poder atender a indicação que recebi da Diretoria da CVM, isso me dará oportunidade, eu fico muito feliz com isso, de poder contribuir com esse trabalho. Numa entidade que atua para ordenar e desenvolver o Mercado de Capitais, tão importante para o desenvolvimento do nosso País.

É isso, agradeço, Presidente, e fico à disposição.

SRª. PRESIDENTA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Obrigada, Srª. Maria Helena. E agora passo a palavra ao Sr. Francisco José Rabelo do Amaral para que possa também aqui se pronunciar. Meu conterrâneo, com muita honra.

SR. FRANCISCO RABELO DO AMARAL – Exmª. Senadora Patrícia Saboya, Exmº. Senador Relator Ney Suassuna, Exmºs. Srs. Senadores, demais presentes, estamos aqui a atender um preceito legal de submeter o meu nome ao crivo desta Casa, e é uma honra, ao lado da satisfação que tenho de estar aqui, uma honra muito grande, de a gente poder atender uma missão desta dimensão.

Nós estamos vivenciando hoje uma nova era, novos paradigmas, novos mercados. Nós estamos tendo o exemplo aqui do lado, questão de novos comportamentos, e estamos passando hoje por profundas modificações nesse cenário nacional e internacional.

Não são mais só recursos naturais, não são mais... Um pouco mais livre a questão ambiental. Hoje se busca muito mais exigências dessa questão ambiental. Hoje nós temos uma busca por inovação, por melhoramento de Recursos Humanos, das instituições e por conta disso é muito importante que a gente possa estar nesse momento de uma maneira bastante firme, atentos a esses novos momentos para que a gente possa trabalhar de maneira muito mais consistente.

Vou passar alguns dados sobre o nordeste brasileiro. A área de atuação da ADENE, Sudene. Essa é uma região que compreende Estados que vão desde o Maranhão até a Bahia, passando pelo Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais, parte de Minas Gerais, do Espírito Santo, também, uma área de um milhão quinhentos e quarenta e oito mil quilômetros quadrados. Isso, para se ter uma idéia mais precisa, é equivalente à França, Itália, Alemanha e Reino Unido juntos.

Se a gente olhar para o lado da população, a gente tem aí o Chile e Portugal duas vezes, o conjunto da população desses dois Países. Se a gente olhar para um País como a Espanha, a gente tem cerca de 20 a 25% a mais de população em relação a esse País.

Nós temos cerca de 28% do território brasileiro, e temos apenas cerca de 15% do Produto Interno Bruto. Isso dá um descompasso muito grande em termos de atendimento às necessidades da região. Enquanto nós temos uma população 50 milhões de habitantes, nós temos apenas em termos *per capita*, 55%, 56% da renda *per capita* do País, e apenas 15% do Produto Interno Bruto.

Esse é uma concentração muito inquietante, para nossa região. Alguns dados também saltam aos olhos. Nessa região vive a metade dos que passam fome no País. 46% da População Economicamente Ativa ganham até um salário mínimo. Para a gente ter uma idéia, esse número no Brasil é em torno de 24%. Tem mais baixa escolaridade do que o País, e se a gente olhar numa gradação de Índice de Desenvolvimento Humano, a gente tem nove Estados do nordeste que estão entre os 10 menores Índices de Desenvolvimento Humano do País. A despeito dos avanços que a gente tem, dos ganhos que a gente tem conseguido, mas ainda é muito... Uma área muito preocupante em relação a esse desenvolvimento.

A criação da ADENE e Sudene, se a gente for atrás da fundamentação legal, a fundamentação empírica, a fundamentação pelos exemplos de desenvolvimento regional que se tem feito nos Países, ela deve estar em um patamar que possa estar dando essas respostas, ajudando a dar essas respostas para que a gente possa estar cada vez mais convergindo essa região para a média nacional.

Deverá ter uma concepção de desenvolvimento sustentável, com planejamento participativo, introdução de inovação, melhoria da qualidade de Recursos Humanos, e aproveitamento de todas as forças dos atores locais para que a gente possa empreender em conjunto dessas ações. Em organização com competência técnica e apoio político.

Essa é uma região que tem dado respostas, quando a gente vê os números que foram apropriados por ações que foram implementadas, a gente pode notar aqui, por exemplo, entre 65 e 85 que esse é o período de maturação de projetos da Sudene, a região nordeste do Brasil obteve uma taxa de crescimento anual média do Produto Interno Bruto e do valor da transformação industrial, essa média de crescimento foi maior do que qualquer economia classificada pela organização das Nações Unidas. Se a gente pegar uma pesquisa que tem Banco do Nordeste em conjunto com a Sudene, foi evidenciado que mais da metade da População Economicamente Ativa e o valor da transformação industrial, esses dois itens eram gerados por empresas financiadas pela Sudene. Isso mostra o poder de resposta que tem a região quando posta diante dos incentivos, dos trabalhos, das ações e das estratégias, para que

possam ser tirados essas desigualdades que a gente ainda tem, em relação ao resto do País.

A Sudene deve tornar-se um centro estratégico de inteligência na região nordeste para que ela possa estar pensando toda as políticas em todas as áreas do nordeste. É um órgão catalisador, sem sombra de dúvida, para que todas essas ações que são empreendidas em favor da região, sejam elas advindas de atores locais, de atores nacionais, de atores internacionais, possam ter fruto, possam ter resultado na região nordeste do Brasil.

É uma região com potencial, uma região já com uma economia diversificada, uma localização privilegiadíssima em relação aos principais mercados internacionais, é competitiva em diversos setores, em diversas escalas, e isso mostra que pode ser erradiado esses setores e essas escalas que ainda estão ainda em segmentos muito localizados, que possam ser expandidos para toda a região, de uma maneira generalizada.

Há um desafio especial também que a gente tem que trabalhar que é a questão do semi-árido. Uma região que tem cerca de 20 milhões de habitantes, e onde tem alguma vulnerabilidade adicional em relação à questão climática, por exemplo. Mas ele é competitivo também. É possível tirar a competitividade, é possível trabalhar bem o semi-árido, também, para que ele possa, em segmentos que ele já tem essa condição, como a agricultura irrigada e outros setores mais, que o nordeste possa dar resposta como todo em todos os seus segmentos.

Uma questão que nós achamos essencial nesse trabalho é que a gente possa obter nessa caminhada de desenvolvimento da região, que a gente possa de uma maneira salutar poder descolar até o próprio crescimento do nordeste em relação ao País. Isso quer dizer o quê? Que a gente possa crescer de uma maneira maior do que o Brasil para que a gente possa, de uma certa forma, estar corrigindo essas desigualdades. A gente pode citar alguns números, se o Brasil crescer, por exemplo, a 3% e o nordeste a 4%, que não fica muito diferente também se ele crescer a 4 o Brasil a 4, e o nordeste a 5%, isso consistentemente só recuperaria a paridade de renda *per capita* em 62 anos, 63 anos. Isso é muito longo para o trabalho que a gente tem pela frente, a missão que a gente tem pela frente, que é uma maneira de a gente acelerar cada vez mais esse desenvolvimento para que a gente possa ter um País de uma maneira mais equilibrada, ter um desenvolvimento mais sustentável, e com o aproveitamento das potencialidades que todas as regiões merecem e devem ter de uma maneira conjunta para que o País tenha um crescimento mais harmônico.

Eu gostaria de tecer alguns comentários aqui sobre a minha participação no Banco do Nordeste, eu sou um nordestino, funcionário do Banco há 29 anos, tenho acompanhado essas discussões dentro do Banco do Nordeste, junto com os organismos de atuação regional também, e dentro do Banco do Nordeste nós atuamos desde o atendimento a pessoas físicas, micro, pequenas, médias e grandes corporações. O Banco do Nordeste é uma escola fantástica para isso, para que ponha a gente em exposição a esses problemas que a gente tem, mas que a gente tem muita potencialidade para que a gente possa estar resolvendo esses problemas. Tanto dentro das micros, pequenas, médias e das grandes corporações, para que a gente possa de uma maneira estruturada conduzir esse processo de desenvolvimento da região.

Eu espero contar com o apoio dos Senhores, estou à disposição com a vontade de servir a essa missão para que eu estou sendo indicado nesse momento, e muito obrigado a todos.

SRª. PRESIDENTA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Obrigada. Pois não, Senador Ney Suassuna, pela ordem.

SR. RELATOR SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Srª. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, como Relator eu acho que foi exatamente o que nós tínhamos falado sobre o nosso candidato. Eu acho que todos acharam, leram, a aqui a gente tem a vantagem de sempre ler antes o assunto, e acho que nós podíamos até abrir a urna e ver o número de votos. Mas eu queria desejar muita sorte, a ambos, mas especialmente ao nosso companheiro que está assumindo a ADENE, porque o desafio do nordeste é muito grande. E são muitas as nossas vulnerabilidades, inclusive a vulnerabilidade financeira, e até a Legislativa porque ainda não votamos o projeto da nova Sudene.

Então, infelizmente vocês vão encontrar... Vocês Diretoria da ADENE vão encontrar pela frente muitos obstáculos, desde o Legislativo, tivemos aqui um projeto do Senador ACM, que foi um projeto muito bom, mas que está na Câmara e que ainda não foi finalizado na Câmara. E temos, com certeza, problemas financeiros. Porque como Ministro da Integração, a última verba que foi levada para a Sudene, significativa, foi quando da minha gestão para cumprir quanto às empresas. Para cumprir outros objetivos o Ministro Ciro fez, principalmente as áreas de obras. Mas, infelizmente, em relação ao empresariado, que era o fato propulsor e mais importante da Sudene que era vencer desafios de se industrializar a região, infelizmente nós não tivemos mais recursos desde aquela época.

Então, sucesso é o que eu desejo para o Senhor e sucesso é o que eu desejo também para a nova Di-

retora. E pediria a V.Exª., Presidenta, que permitisse a gente ir contando os votos, uma vez que todo mundo já votou.

SRª. PRESIDENTA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Senador Ney Suassuna, só tem uma pessoa inscrita, que é o Senador César Borges.

Então, encerrada a exposição, nós vamos passar a argüição pelos Senadores e Senadoras que obedecerá a ordem de inscrição que tem à frente o Senador César Borges.

Portanto, assim que ele concluir sua argüição, nós faremos a abertura da urna e eu pediria já a V.Exª., à Senadora Ana Júlia que pudessem aqui ajudar na apuração dos votos como escrutinadores.

Pois não, Senador César Borges com a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Obrigado, nobre Presidenta, Patrícia Saboya Gomes, é sempre uma honra quando uma Senadora está presidindo essa Comissão. Srs. Senadores, Srªs. Senadoras, de minha parte...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Só um segundo, Senador. Desculpa interromper, mas eu fui informada como o Senador Ney Suassuna foi o Relator, eu pediria então ao Senador Saturnino para fazer a contagem de votos ao lado da Senadora Ana Júlia. Obrigada.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu, primeiro, me dirijo a Srª. Maria Helena dos Santos Fernandes Santana, indicada para compor a Diretoria da Comissão de Valores Mobiliários. Li atentamente o seu currículo e vi que é uma pessoa que tem uma vivência profissional exatamente nessa própria Comissão que agora ela é indicada para Diretora. Ela já exerceu os cargos importantes como Gerente de Projetos Especiais, e a Superintendência Executiva de Relações das Empresas.

Então, é alguém que conhece exatamente, está no ramo, conhece a CVM, conhece o Mercado de Capitais com profundidade, e nós só temos a elogiar quando o Governo faz uma indicação de alguém que é profissionalizada dentro do setor que está sendo indicada para exercer sua atividade. Eu apenas perguntaria a ela de que ela, mesmo, fez menção.

O Mercado de Capitais no Brasil vem tendo uma ascensão muito grande, isso nos últimos quatro anos. A Bolsa de Valores de São Paulo, a BOVESPA, ela saiu de valores comercializados diariamente de quinhentos milhões, se não me engano, hoje atinge um bilhão e meio, chega a quase dois bilhões. Houve um avanço sem sombra de dúvida no Mercado de Capitais. Apesar de que o País viveu um aumento de juros altíssimos que poderiam desestimular os investimentos de Mercado de Capitais e canalizar esses investimentos para a aplicação em título do Governo.

Quer dizer, houve, e eu pergunto se isso é verdadeiro, houve um afluxo de capital nacional e internacional, também, principalmente internacional, para as Bolsas de Valores. O que na verdade me interessa é saber qual a perspectiva daqui por diante. Se essa perspectiva em relação, por exemplo, à política de diminuição das taxas de juros, vai significar aumento no Mercado de Capitais, de mais aporte de recursos dos investidores, ou não? Quer dizer, qual o futuro do Mercado de Valores Mobiliários no nosso País? Porque é muito importante para nossas empresas ter uma fonte de capitação de recursos a custo zero, porque você vai captar fazendo parte de sua sociedade, vendendo ações preferenciais e ações também, principalmente preferenciais, mas outros tipos de ações, ou captando através de debêntures, então nós assistimos que há uma confiança, assistimos até com satisfação que é uma confiança desse mercado investidor com relação às empresas brasileiras.

Então eu lhe perguntaria a que a Senhora reputa esse crescimento da Bolsa e essa confiança e a perspectiva daqui para frente com relação à Comissão de Valores Mobiliários, ela vai apenas regular e dar segurança a esse mercado, mas qual a perspectiva para esse mercado?

Essa é uma pergunta para a Srª. Maria Helena, desde já parabenizando a sua indicação e apoiando inteiramente a sua indicação e desejando que ela faça um bom trabalho à frente da Comissão de Valores Mobiliários. E tenho também uma pergunta para o Sr. Francisco José Rabelo do Amaral, que poderia ouvir primeiro a Srª. Maria Helena e depois ouviria...

SRª. PRESIDENTA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Eu queria que V.Exª. fizesse logo as duas perguntas e em seguida eu passaria a palavra para os dois. Obrigada Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – O outro indicado, o Sr. Francisco José Rabelo do Amaral, também tem um currículo de plena satisfação para qualquer um que analise, ele teve - como confessou aí - uma grande escola, que é o Banco do Nordeste DO BRASIL, que acho que desempenha um grande papel, entretanto, com relação à ADENE, é que nós temos imensas preocupações.

Eu fui Governador da Bahia, conheço, sou nordestino, baiano, e conheço como o nordeste desenvolveu com o apoio decisivo quando nós tínhamos uma Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene, e ela era prestigiada pelo Governo Federal. No momento em que os governos foram deixando a Sudene de lado, colocando como uma autarquia subordinada

a um Ministério. Então, começou um processo de degradação da ação institucional da Sudene no nordeste brasileiro. E esse desenvolvimento hoje felizmente por um lado e infelizmente por outro, não se dá mais em função da presença de um órgão de desenvolvimento regional. Se dá porque os Governos Estaduais e os seus governantes perceberam que tinham que assumir a liderança desse processo. Foi assim no Ceará, que é o Estado de V.Sª., que conhece muito bem, e foi assim também no meu Estado. Então nós entendemos que era preciso que o Estado incentivasse esse processo e criamos o mecanismo do incentivo fiscal, através dos impostos estaduais, ICMS, e que alguns rotulam de guerra fiscal. Pode ser até o rótulo, no fundo é um instrumento que cada Estado teve para desenvolver a sua região, por falta de uma Política Federal e por falta de uma agência de desenvolvimento efetiva.

E me parece, espero que V.Sª. possa comentar, me parece que essa é a situação lamentável que nós vivemos hoje. E a ADENE, em momento nenhum, veio suprir o que foi a Sudene no passado. Mas quando veio a ADENE, Senador Roberto Saturnino, a Sudene já estava toda dilapidada como órgão institucional. E lamentavelmente, olhando e focando nesse Governo, que eu não quero outros governos também praticaram esse tipo de desídia com a Sudene. Mas neste Governo foi feita uma promessa, que seria recriada a Sudene.

A Sudene foi abraçada pelo Presidente Lula e pelos seus correligionários. O Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, foi com o Presidente Lula a Fortaleza e lançou a recriação da Sudene. Elaborou... Podia ter feito por Medida Provisória. Não fez porque não quis, porque Medida Provisória é feito a rodo nesse Governo. Não fez. Preferiu o Projeto de Lei. Tudo bem. Atendeu o Congresso e só nessa questão e foi desatento com o nordeste. O Projeto de Lei chegou aqui como urgência constitucional. Depois deixou de ter urgência constitucional. E eu já assisti aqui o Ministro Ciro Gomes, que foi ex-Ministro da Integração Nacional, dizer que ele era contra a recriação da Sudene se não houvesse um fundo específico para a Sudene. Senão ela seria uma mera autarquia de fachada, sem ter função real. E começou uma briga interna entre o próprio Governo Federal e os Governos Estaduais para disputar o tal Fundo de Desenvolvimento Regional, que foi criado no bojo da Reforma Tributária. Briga essa que nunca se elucidou e a Reforma Tributária está parada há dois anos na Câmara dos Deputados.

Então, eu lamento, Dr. Francisco José Rabelo do Amaral, com o seu brilhante currículo, o Senhor vai para uma agência que hoje é meramente formal. Lamentavelmente é meramente formal. A não ser que V.Sª. pudesse me disser, e aí eu perguntaria a V.Sª., quais são as linhas efetivas, objetivas da ação da ADENE. Qual é o orçamento? Quais são os programas da ADENE para promover? Porque essa é a sua função precípua. É promover o desenvolvimento do nordeste. Mas não me parece aqui, que só eu e a Senadora Presidenta Patrícia somos nordestinos. Mas chega ali o Senador Lobão que é do Maranhão que também é atendido pela ADENE e pela Sudene. O Maranhão tem o privilégio de ser pela Sudene e pela SUDAN.

Então, o que nós assistimos hoje é que lamentavelmente o nordeste brasileiro e o *gap* continua existindo, de renda *per capita*, de Produto Interno Bruto, do nordeste brasileiro para o restante do País. Principalmente para o sul e o sudeste. Esse *gap* existe e lamentavelmente está se aprofundando.

Recursos, por exemplo, do BNDES poderiam ser destinados, e nós já votamos projetos aqui do Senador Tarso Jereissati de obrigar que parcela desse recurso fosse aplicada no nordeste. Um mínimo ser aplicada no nordeste. Até hoje não foi aprovado e nunca teve o acordo do Governo.

Então, o BNDES que já chegou a aplicar próximo a 20% do nordeste, chegou a 13,5 nos anos passados e recentes, agora chegou o ano retrasado a 6,5% aplicado no nordeste brasileiro. Quer dizer, lamentavelmente. E continua, se nossos Estados estão se desenvolvendo graças ao esforço dos Estados que estão mais ainda preocupados, como diz o Governador do meu Estado, Governador Paulo Souto, que foi Superintendente da Sudene, nós pagamos pelo emprego na região nordeste. Pagamos pelo emprego. Quer dizer, o Governo do Estado, paga, porque dá incentivo fiscal, promove terrenos mais baratos, construção de galpões e assim por diante.

Então eu pediria a V.Sª. que comento isso. Orçamentos, plano de ação da ADENE, para onde é que vai a ADENE, porque é que ela existe ainda, porque na prática me parece que é só formal a existência da ADENE para ali recepcionar alguns ex-funcionários da Sudene.

Então, é isso que eu pergunto a V.Exª. lhe desejando também sucesso, apesar que sua missão é muito mais difícil do que a missão da Srª. Maria Helena, sem sombra de dúvida. Mas veja bem, como também o órgão não funciona, nós não cobramos. Eu não vejo ninguém cobrando muito de ADENE.

Antigamente nós tínhamos o Conselho Deliberativo da Sudene, onde os Governadores estavam presentes. Era o Fórum político do nordeste brasileiro. O Governo tentou esvaziar colocando ali dezenas de membros, de Ministérios, de organismos, iam para lá sub, do sub, do Subsecretário de um Ministério. Mas nem isso nós temos mais. Aquele minhocão que tinha

na Sudene em Recife, ou no Recife, como chamam os pernambucanos, parece que está totalmente desativado.

Então são as questões, Srª. Presidente, me desculpe se eu extrapolei um pouco o tempo, mas que nesse momento me preocupa.

SRª. PRESIDENTA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Bom, antes de passar a palavra, só disser dizer que a Senadora Ana Júlia lembra agora, que da forma como o projeto foi votado com o Relator, que foi inclusive o Senador Antônio Carlos Magalhães, o projeto fica bastante amarrado na recriação da Sudene em relação, inclusive, à presença dos Ministros exclusivamente a presença dos Ministros.

Graças a Deus que isso foi no passado, no governo passado e agora a gente consegue dar esse salto de qualidade.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Mas ainda não foi aprovado ainda pela Câmara.

SRª. PRESIDENTA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – ...Mas acho que foi um passo importante que o Senado conseguiu construir essa nova alternativa que eu acho que vai também ajudar no fortalecimento da Sudene e da SUDAN, que teve a Senadora também como Relatora.

Eu passo então a palavra à Srª. Maria Helena. Eu pediria só que as respostas pudessem ser um pouco mais breve, porque os outros Senadores já estão em outras Comissões, e alguns precisam se deslocar. Mas fique à vontade, por favor.

SRª. MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA – Muito obrigada. Muito obrigada pela pergunta, Senador. Em relação à evolução recente do mercado, eu acho que evidentemente Bolsa tem sempre em relação com economia, e na verdade, com a expectativa dos investidores a respeito da evolução da economia. Sempre antecipando um pouco dessa expectativa.

Então esse movimento de ascensão da Bolsa de Valores guarda relação com a estabilização da nossa economia e com a expectativa no sentido da queda da taxa de juros, muito embora não tenha se concretizado em nível que torne o mercado mais competitivo para os investidores. Mas, sem dúvida, acho que vale a pena mencionar a retirada da CPMF que foi aprovada pelo Congresso, a retirada da CPMF sobre os investimentos em Bolsa trouxe de volta o capital estrangeiro, inclusive para as aberturas de capital de novas empresas, assim como a revisão que foi feita na regulamentação do mercado, das companhias abertas e da CVM, por meio da Lei 10303 em 2001, a revisão da Lei das SAs. Foi muito importante pelo aspecto de modernizar a regulamentação para as companhias e pelo aspecto de dar mais força à CVM, aprovando os mandatos dos Diretores, melhorando suas condições de acesso aos recursos necessários para que ela seja forte. E nesse sentido o perspectiva que eu vejo para esse mercado é extremamente positiva.

Eu acho que nós estamos só começando na medida em que o ciclo de queda da taxa de juros permita o nosso mercado vai se tornar muito mais competitivo, muito mais interessante para os investidores institucionais brasileiros que estão acumulando recursos para pagar aposentadorias no futuro e vão ter que disponibilizar esses recursos. E para os estrangeiros, sem a menor dúvida, na medida que o País promete crescer mais com juros menores.

SRª. PRESIDENTA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Obrigada, Srª Maria Helena. Eu passo então a palavra ao Sr. Francisco José Rabelo.

SR. FRANCISCO RABELO DO AMARAL: Obrigado pela brilhante pergunta. Até porque me dá a oportunidade, primeiro, já saber da sua condição, e da visão para esses problemas. Dá um *feedback* impressionante para isso.

Eu não citei alguns números aqui. Eu tenho como uma pessoa que está chegando, eu tenho a consciência do tamanho da missão. E o que precisa ser feito para que a gente possa corrigir esse tipo de distorção. A gente tem números muito modestos no nordeste. Além dos que eu citei, nós temos 4 a 5% de investimento externo direto que chega ao País, só 4 a 5 vão para o nordeste. E por isso o esforço de cada Estado, e a gente vê como o Estado da Bahia, o Estado do Ceará, e alguns outros vão para esse mercado de uma maneira individualizada, também. Eu acho que a gente pode ter essa contribuição.

Eu fui Superintendente de Atração de Investimento do Banco do Nordeste enquanto essa superintendência existiu. Durante dois, três anos eu fui Superintendente para ver o tipo de recurso que a gente poderia trazer para o nordeste brasileiro. E se a gente continuar fazendo as mesmas... Os mesmos trabalhos da maneira, do mesmo jeito que a gente tem feito, nós vamos continuar crescendo na mesma velocidade. Isso eu não tenho dúvida nenhuma.

Eu acho que fui convidado para isso para tentar ver uma visão diferenciada, uma contribuição também.

Eu sou uma pessoa de mercado também, de mercado internacional, e fui privilegiado por conta disso, da área de Previdência individual, de Fundo de Pensão, Presidente de Fundo de Pensão. Estruturamos para os governos, para o Governo do Estado de São Paulo, também, esse tipo de coisa.

Se nós não formarmos uma poupança na região significativa, nós não chegaremos a isso. E a formação bruta do capital do nordeste for na dimensão que está hoje, nós não cresceremos. Aquele número que eu citei de 1%, para a gente conseguir aquele 1% consistentemente acima do Brasil, a gente precisaria ter a dimensão pelo menos o dobro do que a gente tem hoje. E é muito difícil esse tipo de trabalho para fazer para que possa chegar ao nordeste investimentos de outras regiões nacionais e internacionais, também, para que a gente possa estar fazendo isso.

Eu acho que a gente tem uma missão muito grande, eu tenho consciência de que os recursos que temos hoje não são suficientes para isso. Eu acho que o trabalho que a gente pode fazer, um trabalho de articulação, um trabalho de soma de todos os atores que a gente possa estar somando o bom trabalho da Bahia, o bom trabalho de Pernambuco, o bom trabalho da Paraíba, de Alagoas, e assim por diante. Eu acho que a gente tenha o comprometimento, o apoio político para a instituição, para ela possa fazer o trabalho que ela tem que fazer, aí eu tenho consciência que vamos fazer um excelente trabalho.

Eu acho que é uma missão não minha, não da Diretoria atual que está na Sudene, mas acho que de todo o corpo político da região, e uma visão do próprio Governo Federal de que a gente pode estar fazendo um trabalho para a região. Muito obrigado.

SRª. PRESIDENTA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Obrigada ao Sr. Francisco. Nós acabamos a apuração dos votos e o resultado é o seguinte: A Comissão aprova a indicação da Srª. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários, a CVM, com 18 votos, 17 sim e 1 não.

A Comissão aprova a indicação do Sr. Francisco José Rabelo do Amaral para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, ADENE, por 15 sim e 3 não.

Portanto, concluída a votação, aprovada as indicações. Boa sorte aos dois e que possam dar uma grande contribuição ao nosso País. Obrigada. Encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 13h34.

Ata da Décima Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 16 de Maio de 2006, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas trinta minutos do dia dezesseis de maio do ano de dois mil e seis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, José Agripino, Heráclito Fortes, José Jorge, Flexa Ribeiro, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Romero Jucá, Wellington Salgado, Pedro Simon, Leomar Quintanilha, Ana Júlia Carepa, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, João Ribeiro, Patrícia Saboya Gomes, Antônio Carlos Valadares, Sibá Machado e Serys Slhessarenko. Deixam de comparecer os Senadores Jonas Pinheiro, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Mão Santa, Aloizio Mercadante e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos o Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento da Comissão, Aviso nº 16/06 (Aviso nº 174/GMF, na origem), de 27 de abril de 2006, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de março de 2006, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 15/06 (Aviso nº 175/GMF, na origem), de 27 de abril de 2006, do Ministério da Fazenda, informando, em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, que não consta nos registros, nos meses de janeiro a março de 2006, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Aviso nº 17/06 (Aviso nº 172/GMF, na origem), de 27 de abril de 2006, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o anexo demonstrativo das emissões do real relativo ao primeiro trimestre de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas

internacionais a ela vinculadas; Ofício nº 180/2006-Cofig/MF, de 09 de maio de 2006, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 12 da Resolução nº 50/93 do Senado Federal, relatório sobre financiamentos com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações-Proex, relativo ao terceiro e quarto trimestres de 2006. Os expedientes serão posteriormente encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Comunica, ainda, o recebimento do Ofício nº 683/2006 do senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, encaminhando Requerimento, de autoria do Senador José Agripino, que solicita a tramitação conjunta do PLS nº 177/03 com os PLS nºs 149/05, 42/06 e 162/05. o Presidente solicita, portanto, em conformidade com o art. 266 do R.I.S.F., a remessa dos referidos Projetos para que se possa dar continuidade à tramitação do mencionado Requerimento, uma vez que sua leitura poderá ocorrer com os Processados sobre a Mesa. Colocado em votação, a Comissão aprova o encaminhamento ao Plenário do Senado Federal dos PLS nº 177/03 e do PLS º 149/05, constantes do Item 14 da Pauta da presente Reunião. Usa da palavra o Senador Gilberto Mestrinho, que requer, a inclusão, como Extrapauta, da Emenda nº 01-Plen oferecida ao PRS nº 33, de 2006. A Comissão acata a inclusão da referida Emenda de Plenário como Extrapauta. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da 1ª Parte da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 122, de 2006, não terminativa, que "encaminha ao Senado Federal a indicação do Senhor Mário Magalhães Carvalho Mesquita, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, na vaga do Senhor Sérgio Darcy da Silva Alves", de autoria do Presidente da República, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Relatório pela Senadora Ana Júlia Carepa, usa da palavra o Senhor Mário Magalhães Carvalho Mesquita para fazer sua breve exposição. Em seguida, usam da palavra para interpelar o Sabatinado os Senadores Eduardo Suplicy e Wellington Salgado. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Wellington Salgado e Gilberto Mestrinho para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação do Senhor Mário Magalhães Carvalho Mesquita, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por dezenove votos favoráveis, um contrário e nenhuma abstenção; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 123, de 2006, não terminativa, que "encaminha ao Senado Federal a indicação do Senhor Paulo Vieira da Cunha, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, em substituição ao Senhor Alexandre Schwartsman", de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Valdir Raupp, usa da palavra o Senhor Paulo Vieira da Cunha para fazer sua breve exposição. Em seguida, usam da palavra para interpelar o Sabatinado os Senadores Eduardo Suplicy e Wellington Salgado. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Wellington Salgado e Gilberto Mestrinho para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação do Senhor Paulo Vieira da Cunha, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por dezoito votos favoráveis, um contrário e uma abstenção. Em seguida, é apreciada a matéria constante da Extrapauta da Reunião, Item 01-Emenda nº 01– Plen oferecida ao Projeto de Resolução do Senado nº 33, de 2006, não terminativo, que "autoriza o Estado do Tocantins a contratar operação de crédito externo, com a garantia da União, com o MCC S.p.A. Capitalia Gruppo Bancario, no valor de até US$ 106,250,000.00 (cento e seis milhões duzentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece Parecer pela rejeição da Emenda nº 01-Plen. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Gilberto Mestrinho, usam da palavra para discutir a Matéria os Senadores João Ribeiro e Ney Suassuna. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela rejeição da Emenda nº 01-Plen. São adiadas as Matérias constantes da 2ª Parte da Pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2006, Complementar, não terminativo, que "acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º, ao art. 32, da Lei Complementar nº 87, de 13.09.1996 (Estabelece prazo para o ressarcimento aos Estados e ao Distrito Federal pelas renúncias do ICMS referente a produtos destinados à exportação)", de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Gilvam Borges, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que "altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 18/04/06, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2004, terminativo, que "dispõe sobre isenção

do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre os veículos automotores que especifica, e dá outras providências", de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2004, terminativo, que "altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesas com doações a instituições filantrópicas", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2003, terminativo, que "altera o inciso III do artigo 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a incluir cinqüenta e oito municípios do Estado de Minas Gerais como beneficiários do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste (FCO)", de autoria do Senador Aelton Freitas, tendo como Relator o Senador Wellington Salgado, que oferece Parecer favorável ao Projeto e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo, que "altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que 'estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental', e dá outras providências", de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para estabelecer que parte do produto da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) seja destinada ao município de origem", de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2004, terminativo, que "altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para incluir a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias de números administradas pela Caixa Econômica Federal", de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 18/04/06, o Senador Rodolpho Tourinho apresentou Voto em Separado. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2004, terminativo, que "dispõe sobre o emprego de rendimentos auferidos das aplicações, no mercado financeiro, das receitas tributárias da competência dos Estados, Distrito Federal, Municípios e das transferências obrigatórias da União para os entes federados, bem assim dos Estados para os Municípios", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 11/04/06, foi lido o Parecer pela Relatora, sendo adiada a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2004, terminativo, que "dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que dispõe sobre a incidência do imposto de renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2004, terminativo, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, para estabelecer o percentual mínimo do produto de arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinado à conservação, recuperação e ampliação da malha rodoviária", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que "modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2004, terminativo, que "fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontado na fonte, e dá outras providências", de autoria do Senador Pedro Simon, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer prazo até o último dia útil do ano em que é entregue a declaração de ajuste para a restituição de Imposto de Renda Pessoa Física pago a maior", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que

oferece Parecer pela aprovação do PLS nº 41, de 2004, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 131, de 2004. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado n° 177, de 2003, terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que 'altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2005, terminativo, que "acrescenta alínea ao inciso II do artigo 8º da Lei n º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir, entre as despesas dedutíveis do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, o salário-mínimo pago a empregado doméstico", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer pela prejudicialidade do PLS nº 149, de 2005, e pela aprovação do PLS nº 177, de 2003, com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, terminativo, que "dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditício, de que trata o art. 165, § 6º da Constituição e dá outras providências", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a aquisição, pela União, de créditos relacionados à participação governamental obrigatória dos Municípios na exploração de recursos hídricos para fins de energia elétrica, petróleo e gás natural", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2004, terminativo, que "acrescenta § 6º ao art. 43, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a formação do cadastro positivo nos Sistemas de Proteção ao Crédito", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda n° 01-CCJ aprovada. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da matéria é adiada. Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2005, terminativo, que "altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 11.052, de 29 de dezembro de 2004, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores da forma incapacitante de linfangioleiomiomatose pulmonar", de autoria do Senador Fernando Bezerra, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 02 que apresenta, e com o acolhimento da Emenda nº 01, de autoria do Senador Romeu Tuma. A apreciação da matéria é adiada. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 35/2006-CAE, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa e do Senador Luiz Otávio, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater sobre políticas de concessão de benefícios fiscais a empresas participantes de políticas de incentivos ao desenvolvimento dos Estados, sob a ótica do artigo 155, § 2º, inciso XII, alínea "g", da Constituição Federal, com a presença do Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega; do Presidente em exercício do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz, Sr. Bernardo Appy; do Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual – Fenafisco, Sr. Rogério Macanhão; do Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará – Fiepa, Sr. José Conrado Azevedo Santos; do Presidente da Associação Comercial do Pará, Sr. Altair Vieira; da Secretária de Fazenda do Estado do Pará; e de representante do Ministério Público Federal; e o Requerimento nº 36/2006-CAE, de autoria do Senador Wellington Salgado, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instruir o PLC nº 119, de 2005, que "acrescenta o art. 17-A à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências" (transferência para o Tesouro Nacional das ações de acionistas não identificados de sociedade anônima de capital aberto), com a presença dos seguintes convidadoS – Alfried K. Ploger, da Companhia Melhoramentos de São Paulo e Presidente da Abrasca; Horácio Lafer Piva, da Klabin S.A., e ex-Presidente da Fiesp; Jorge Gerdau Johannpeter, Presidente da Gerdau S.A.; Paulo Cezar Aragão, Advogado e ex-Presidente da CVM; e de Marcelo Trindade, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Luiz Otávio,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Havendo número legal regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, a realizar-se hoje, 16 de maio, às 10h30, na Sala de Reuniões nº. 19, na Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da

reunião anterior. Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata e ela será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros dessa Comissão que recebemos os seguintes documentos, para seu conhecimentO –

Aviso nº. 16, do Ministério da Fazenda, do Gabinete do Ministro Guido Mantega, de 27 de abril de 2006, encaminhando, em cumprimento ao Art. nº. 41 da Resolução do Senado Federal 43, Relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de março de 2006, bem como a tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados, do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios.

Aviso nº. 15, também do Gabinete do Ministro da Fazenda, cumprindo também o Art. nº. 42 da Resolução do Senado Federal 43, que não consta registros no mês de janeiro a março de 2006 qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

E o aviso nº. 17, de 27 de abril, também do Gabinete do Ministro da Fazenda, encaminhando nos termos do inciso II, Art. nº. 7º, da Lei 9.069/95, o anexo demonstrativo das emissões do Real relativo ao primeiro trimestre de 2006. Há razões dela determinadas e a posição das reservas internacionais a ela vinculada.

Ofício nº. 18, de 09 de maio de 2006, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao Art. nº. 12 da Resolução 50, de 93, do Senado Federal, relatório sobre financiamentos com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações, o PROEX, relativo ao terceiro e quarto semestre de 2006. Os expedientes serão posteriormente encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Comunico ainda o recebimento do Ofício nº. 683, do Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, encaminhando requerimento de autoria do Senador José Agripino, Líder do PFL, que solicita a tramitação conjunta dos PLSs nº. 177/03 com o PLS nº. 149/05. E o PLS nº. 42/06 e o PLS nº. 162/05.

O Presidente solicita, portanto, em conformidade com o Art. nº. 266 do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa dos referidos projetos para que se possa dar continuidade à tramitação do mencionado requerimento, uma vez que sua leitura poderá ocorrer com os processados que se encontram na Mesa do Senado Federal.

Os PLSs nº. 42/06 e o nº. 162/05 foram encaminhados em virtude de estas matérias não constarem na pauta da Comissão. Portanto, como é norma da Comissão, coloco em votação o encaminhamento à Mesa do Senado Federal dos PLSs nº. 177/03 e nº. 149/05, uma vez que as referidas matérias encontram-se na presente pauta.

Temos dois projetos na pauta e, como é praxe, a Comissão, para encaminhar à Mesa do Senado Federal, é colocado para o Plenário da Comissão para decidirem o encaminhamento dessas matérias. Em votação o encaminhamento dos projetos à Mesa do Senado Federal. Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Será encaminhado à Mesa do Senado Federal.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, o Senador Gilberto Mestrinho.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Eu solicito a V.Exª. a inclusão na pauta de hoje, extrapauta, do PRS nº. 53, que recebeu a Emenda do Plenário e já tem Parecer da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O Senador Gilberto Mestrinho pede a inclusão na pauta de hoje do PRS nº. 53?

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – 53, referente ao empréstimo...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – PRS nº. 33.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – 33.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Para que seja incluída extrapauta, tendo em vista que essa matéria já foi votada pela Comissão de Assuntos Econômicos, foi a Plenário do Senado Federal e lá foi aprovado o requerimento, uma Emenda, que pelo Senador Almeida Lima para que se incluísse a participação do Tribunal de Contas da União nesse projeto que trata-se de financiamento externo para o Estado de Tocantins. É um convênio, um contrato com o Governo Italiano para a construção de pontes. São cento e seis milhões de dólares para que o Tribunal de Contas da União acompanhe a operação. Será incluída na extrapauta.

Passamos à pauta original. Primeira parte da pauta.

Item nº. 01. Mensagem do Senado Federal nº. 122 de 2006, não-terminativa, que encaminha ao Senado Federal a indicação do Sr. Mário Magalhães Carvalho Mesquita para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil na vaga do Sr. Sérgio Darcy da Silva Alves. AutoriA – o Presidente da República. Relatora: Senadora Ana Júlia Carepa.

Eu convido o Dr. Mário Magalhães Carvalho Mesquita para comparecer à Mesa para ouvir o Relatório da Relatora Senadora Ana Júlia Carepa. Logo após, será feita a sua argüição bem como a votação do seu nome indicado pelo Presidente Lula para a Diretoria do Banco Central.

Convido também o Sr. Paulo Vieira da Cunha, que é o segundo indicado pelo Presidente Lula, para exercer o cargo do Diretor do Banco Central em substituição ao Sr. Alexandre Schwartzman. Visto a descrição, está aberta. O Senador Suplicy como primeiro inscrito.

Então, nós vamos iniciar com o item 1º da pauta. Concedo a palavra à Relatora Senadora Ana Júlia Carepa.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Obrigado, Sr. Presidente. Srs. Senadores, senhores indicados para a Diretoria do Banco Central do Brasil.

O Sr. Presidente da República, por intermédio da mensagem nº. 122 de 2006, submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do Art. nº. 84, inciso XIV, combinado com o Art. nº. 52, inciso III, alínea "d" da Constituição Federal, a indicação do Sr. Mário Magalhães Carvalho Mesquita para cargo de Diretor do Banco Central do Brasil na vaga do Sr. Sérgio Darcy da Silva Alves. Apesar dessa vaga ter sido ocupada pelo Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro, o indicado irá assumir a Diretoria de Estudos Especiais.

O Sr. Mário Magalhães Carvalho Mesquita nasceu no Rio de Janeiro em 14 de setembro de 1965. E seu currículo encaminhado em anexo em conformidade com o que prescreve o Art. nº. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, atesta a sua qualificação acadêmica e ampla experiência profissional. O indicado é Bacharel em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; possui mestrado em Economia do Setor Público obtido na PUC - Pontifícia Universidade Católica - do Rio de Janeiro em 1992; Mestrado em Economia na Universidade de Oxford, no Reino Unido, em 1994. Concluiu Doutorado em Economia também na Universidade de Oxford em 1997.

São dignos de menção o Prêmio Iadrel(F) , que recebeu nessa universidade, perdão, Eadie e o Prêmio BNDES, concedido por sua dissertação de mestrado intitulada "1961 a 1964: A política econômica sobre Quadros e Goulart".

Entre suas atividades profissionais, destacam-se a de Economista-chefe para a América Latina, do Banco ABN Amro, em São Paulo, entre abril de 2005 e abril de 2006; de Economista-chefe para o Brasil, no mesmo Banco, de dezembro de 2000 a abril de 2006, cargo que acumulou como Diretor de Pesquisa da corretora também ABN Amro Real, em São Paulo, entre abril de 2004 e abril de 2006.

Anteriormente, o indicado foi Economista do Fundo Monetário Internacional, em Washington, de junho de 1997 a setembro de 2000.

O Sr. Mário Carvalho Mesquita exerceu ainda a função de Diretor Setorial de Economia da Febraban - Federação Brasileira de Banco - de maio de 2005 a abril de 2006.

O indicado foi Professor agregado de vínculo extraordinário do Departamento de Economia da PUC do Rio de Janeiro. Em 1997, Auxiliar de Ensino no mesmo Departamento, de 89 a 91.

O seu currículo registra também a participação em duas bancas de mestrado e a publicação de artigos técnicos, entre os quais um texto para discussão do FMI, matérias na área de Política Monetária, no jornal Valor Econômico, além de contribuições regulares para as publicações do Banco ABN Amro.

Dessa forma, tendo em vista as informações constantes do currículo do Sr. Mário Magalhães Carvalho Mesquita, consideramos que esta Comissão possui os elementos para deliberar sobre sua indicação para o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Eu queria só comentar que eu tive oportunidade de conversar com o Sr. Mário Magalhães Carvalho Mesquita que aqui está e que apesar de ser uma pessoa jovem, tem um currículo realmente invejável, um currículo que o capacita para a função. E eu tive oportunidade também de conversar com o Sr. Mário no sentido de que possa, na direção do Banco Central, atender melhor àquilo que é uma ansiedade de toda a população, de todos os setores da sociedade, que é, exatamente, nas reuniões do COPOM, ter a sensibilidade de que ao determinar a taxa de juros, sejam levados em consideração outros elementos que são importantes para o crescimento, para o desenvolvimento desse País, para a geração de emprego como em outros locais no mundo. E eu me senti bastante sensível para a realidade brasileira que é distinta nas diversas regiões do País. E ele que teve oportunidade inclusive de conhecer outras regiões do País e, portanto, no seu trabalho ver as diversas realidades desse País ,que é tão grande, tão diverso, mas tão rico também não só em riquezas naturais, mas principalmente na riqueza humana. Eu acho que esse é o nosso maior patrimônio, com certeza. Então, por isso o nosso voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Faremos logo a leitura do Relatório do segundo indicado e depois abriremos para a manifestação dos indicados e, por conseguinte, as pergun-

tas, argüição já do Senador Eduardo Suplicy que já está inscrito.

Mensagem do Senado Federal nº. 123, de 2006, não-terminativa, encaminha ao Senado Federal a indicação do Sr. Paulo Vieira da Cunha para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil em substituição ao Sr. Alexandre Schwartzman. AutoriA – Presidência da República. Relator: Senador Valdir Raupp, a quem eu passo a palavra para leitura do seu Relatório.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores indicados.

É submetida à apreciação do Senado Federal, nos termos do Art. nº. 84, inciso XIV, combinado com o Art. nº. 52, inciso III, alínea "d" da Constituição Federal, a indicação do Sr. Paulo Vieira da Cunha para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Trata-se de uma indicação presidencial feita por meio da mensagem nº. 123, de 2006, acompanhado do *curriculum vitae*.

O Sr. Paulo Vieira da Cunha é brasileiro, nascido em São Paulo, capital. Ele realizou sua Graduação e pós-Graduação nos Estados Unidos da América no Instituto... No ITT. Sua pós-Graduação foi realizada na Universidade da Califórnia em Planejamento Regional e Economia em 1979, PhD.

Em sua experiência profissional, ocupou os seguintes cargos e funçõeS – 1972 a 1903, Governo do Estado do México, Toluxa, MX, Diretor do Instituto de Acción Urbana y Integracion Social na área de Estudos Tributários Regionais; 1976 e 1977, Universidade de São Paulo, USP, Professor Assistente em Economia Urbana, Escola de Arquitetura e Planejamento; 1978 a 1983, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Professor Associado do Corpo Docente de Pós-Graduação, Instituto de Economia Industrial; 1977 a 1983, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, IPEA, no Rio de Janeiro, Pesquisador Sênior e Editor do periódico Pesquisa e Planejamento Econômico; 1984 a 1986, Governo do Estado de São Paulo, Diretor do PRODESP e Consultor das Secretarias de Educação, Orçamento e Planejamento; 1986 a 1998, Banco Mundial, BIRD, em Washington, Estados Unidos, Economista, Líder e Diretor Adjunto, México; 1998 a 2003, Lehman Brothers, Inc em Nova Iorque, Estados Unidos, Vice-Presidente Sênior, Economista Sênior, América Latina; 2003 a 2006, HSBC Securities, Inc, em Nova Iorque, Diretor Gerente, Chefe de Pesquisa e Economista-Chefe da América Latina.

Atualmente, acumulou cargo de Professor Visitante da Columbia University, em Nova Iorque.

O pleiteante ao cargo listou 14 atividades profissionais adicionais desempenhadas no Brasil e no Exterior.

O currículo lista duas filiações profissionais, ele é membro da AEA, American Economic Association.

A formação acadêmica e profissional do Sr. Paulo Vieira da Cunha obedece aos requisitos necessários para a ocupação do cargo de Diretor do Banco Central do Brasil para o qual foi indicado pelo Presidente da República. Destarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, o nome em apreço está em condições de ser apreciado por essa Comissão. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Concedo a palavra ao Dr. Mário Magalhães Carvalho Mesquita para que faça uma breve exposição.

SR. MÁRIO MAGALHÃES CARVALHO MESQUITA – Exmº. Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Luiz Otavio, Exmº. Sr. Vice-Presidente, Senador Romeu Tuma, Excelentíssima Srª. Relatora, Senadora Ana Júlia Carepa.

Srªs. e Srs. Senadores, é com grande honra que compareço a essa Digníssima Comissão na condição de indicado para compor a Diretoria do Banco Central do Brasil. A política econômica deve ter como objetivo criar condições favoráveis ao crescimento sustentado. A experiência prática com o ativismo monetário nos anos 60 e 70 do século passado, bem como desenvolvimentos teóricos importantes com a interação entre a política monetária e as expectativas dos agentes econômicos, levaram à formação de uma convergência de opiniões entre Bancos Centrais e Acadêmicos, qual seja de que a contribuição fundamental que um Banco Central deve dar ao crescimento sustentado é manter a inflação sob controle em níveis reduzidos, o que contribui para um ambiente econômico mais sólido e equilibrado, maximizando as chances de maior crescimento.

Tentativas de utilizar a política monetária para promover surtos temporários de crescimento têm geralmente sido infrutíferas, com ganhos de produto apenas transitórios, se tanto, e custos bem mais persistentes, sob a forma de deterioração das expectativas de inflação e redução da atividade econômica em momentos subseqüentes. Isso não significa que Bancos Centrais devam deixar de considerar a atividade econômica em suas deliberações e, de fato, nenhum Banco Central atua de tal forma. A atuação dos Bancos Centrais tem por objetivo promover a estabilidade monetária de forma a favorecer o crescimento sustentado, que deve ser o objetivo central da política.

É dentro desse arcabouço básico que situa a atual política monetária brasileira. Um regime de metas de inflação com flutuação cambial implementado por meio de trabalho árduo e muita dedicação por sucessivas

Diretorias e pela excelente equipe técnica do Banco Central, consolidou-se como um dos elementos centrais da política econômica brasileira nos últimos anos.

Sem ser uma panacéia, tal regime mostrou-se robusto e flexível, permitindo à nossa economia superar severos problemas de balanço de pagamentos, crises de confiança e energia, contágio de problemas em países vizinhos... Em suma, diversas conjunturas desfavoráveis. Sem que a estabilidade monetária fosse posta em risco, e sem que a economia experimentasse períodos recessivos prolongados. Considero que, diante da trágica experiência de desequilíbrios monetários que caracterizou boa parte de nossa história republicana, tal desempenho foi uma importante conquista não apenas do Banco Central, do Governo, mas de toda a sociedade brasileira. E acredito que a sociedade tem demonstrado e continuará demonstrando, por meio de seus representantes eleitos, como os ilustres membros dessa Casa, que não mais aceita a saída aparentemente fácil, mas regressiva e concentradora de renda apresentada pela tolerância inflacionária.

Nesse contexto, entendo que o papel do Banco Central na atual conjuntura é o de consolidar os expressivos ganhos dos últimos anos, mantendo as expectativas de inflação, ancoradas as metas, contribuindo de maneira decisiva para o crescimento com distribuição de renda para o desenvolvimento do Brasil e a construção de uma sociedade mais justa e mais coesa.

A estabilidade da inflação em níveis consistentes com padrões internacionais permite alongar o horizonte de planejamento das empresas, reduzir os prêmios de risco embutidos nos projetos de investimento e cobrados pelos investidores. Tais efeitos tendem a, por um lado, incentivar o crescimento da capacidade produtiva da economia e, por outro, a estimular a normalização de nosso mercado de capitais, ajudando tomadores de recursos, no setor privado e no setor público, a alongarem as suas dívidas, abandonando progressivamente os mecanismos de indexação típicos de uma economia mais instável.

O regime de metas, no Brasil, tem funcionado de acordo com uma divisão de trabalho e responsabilidades que minimizam o que em certos Países tornou-se um déficit de transparência no desenho da política monetária. Cabe à autoridade eleita pela sociedade, por meio de seus representantes no Conselho Monetário Nacional, estabelecer a meta de inflação, e cabe ao Banco Central utilizar com sólido embasamento técnico os instrumentos da política monetária para fazer com que a trajetória da inflação convirja ao longo do tempo para a trajetória de metas.

A contrapartida da autonomia na utilização dos instrumentos de política monetária para atingir os objetivos estabelecidos pelo Poder Executivo é a transparência. O Banco Central tem sido e deve continuar a ser transparente quanto a seu diagnóstico sobre os riscos enfrentados pela economia e sua estratégia de política monetária. Esse esforço de comunicação inclui a divulgação tempestiva das Atas das reuniões de Comitê de Política Monetária, a publicação de relatórios de inflação em freqüência trimestral, bem como os contatos diretos das autoridades com representantes da sociedade, como as prestações de contas do Presidente do Banco Central ao Congresso Nacional. Atuando dessa forma, o Banco Central tem sido avaliado por observadores independentes como instituição de elevado grau de transparência segundo padrões internacionais.

A transparência não é importante somente por ser requisito da nossa vida democrática, o que já em si seria suficiente, mas também porque uma política monetária transparente tende a ser uma política monetária mais eficiente. As decisões de política influenciam a economia por meio de vários canais e essa influência é tão mais potente quanto melhor for o processo de formação de expectativas dos agentes. Assim, a comunicação passou a ser parte essencial das melhores práticas dos Bancos Centrais modernos.

Uma bem sucedida inovação no Banco Central sobre a gestão do Dr. Henrique Meirelles foi a ativação permanente da Diretoria de Estudos Especiais, ao qual eu tenho a honra de ter sido indicado. A esta Diretoria, sob responsabilidade dos Drs. Eduardo Loyo e, posteriormente, Alexandre Tombini, coube a tarefa de adensar a capacidade de análise do Comitê de Política Monetária. Pretendo, caso esta Digníssima Comissão decida aprovar o meu nome, continuar a conduzir a Diretoria de Estudos Especiais de forma a ajudar a discussão sobre estratégias de política monetária e sua implementação dentro do regime de metas de inflação com o câmbio flutuante.

Agradeço muito ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva e ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, pela honrosa indicação do meu nome para ocupar este lugar na Diretoria do Banco Central do Brasil. Estou ao inteiro dispor de V.Exªs. para responder a quaisquer questões que julguem necessárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Registro também que ainda ontem, o Presidente... O Ministro do Banco Central Banco Central, Henrique Meirelles, me localizou para que ultimasse essa Audiência, essa argüição, bem como a votação, para que nós pudéssemos também votar o requerimento de urgência para o Plenário votar a indicação dos dois diretores do Banco Central pela

necessidade que o Banco tem de poder ter composta a sua Diretoria.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Vieira da Cunha, indicado para a Diretoria do Banco Central, para seus esclarecimentos.

SR. PAULO VIEIRA DA CUNHA – Exmº. Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Luiz Otavio, Exmº. Sr. Vice-Presidente, Senador Romeu Tuma, Exmº. Sr. Relator, Senador Valdir Raupp, Srªs. e Srs. Senadores.

Em primeiro lugar, gostaria de assinalar a honra de estar presente a essa Comissão como indicado para exercer o cargo de Diretor do Banco Central.

Em seguida, quero deixar público também os meus sinceros agradecimentos ao Exmº. Sr. Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, e ao Presidente do Banco Central, Henrique de Campos Meirelles, pela confiança explicitada por meio da indicação do meu nome a esta Casa. É um privilégio ser indicado para o Banco Central nesta ocasião, seguindo os avanços já conquistados e o excelente trabalho que tem sido feito pelo Dr. Alexandre Schwartzman, que deixa a Diretoria do Banco e sua equipe.

A economia brasileira vive um de seus melhores momentos não apenas dos últimos anos, mas de décadas. Acredito que o Brasil se depara, finalmente, com um processo de crescimento econômico, seguro e sustentável. O emprego cresce e, conjuntamente, o aumento da renda real sustenta a expansão do consumo doméstico.

As exportações continuam a crescer e agora também as importações, especialmente aquelas derivadas do aumento do investimento.

Prevalecem expectativas de baixa inflação, segurança e progresso no quadro externo com estabilidade na taxa de câmbio. Houve uma significante diminuição das desigualdades sociais com uma melhoria clara e duradoura dos índices de pobreza.

O conjunto é fruto em um ambiente externo favorável do acúmulo de transformações estruturais que impulsionaram a competitividade da economia brasileira e permitiram uma nova forma de inserção no mundo globalizado. É produto do tripé macro-econômico que sustenta a estabilidade e orienta o crescimento. A âncora fiscal, sem a qual qualquer esforço macro-econômico mostra-se eventualmente inútil, a taxa de câmbio flutuante para atender o equilíbrio externo, liberando a política monetária para o seu objetivo precípuo, que é a estabilidade da moeda e o regime de metas de inflação. Este último, em particular, demonstrou-se especialmente eficaz na experiência recente. O regime tem permitido ao País lidar com choques de diferentes naturezas e magnitudes, mantendo bem ancoradas as expectativas de uma inflação convergente para a trajetória de metas e evitando, ao mesmo tempo, movimentos voláteis do Produto Interno Bruto e do emprego.

Mesmo que os modelos de condução de política monetária estejam em permanente construção, presenciamos hoje um momento único nessa experiência ainda curta e eu diria "de êxito" com o sistema de metas de inflação. Pela primeira vez, estão alinhadas as expectativas de curto e médio prazos com as metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Tanto a expectativa de inflação para o fim do ano como para o fim de 2007 encontram-se no centro da meta. É importante destacar esse resultado. Ele indica que a política monetária goza de credibilidade e eficácia. Ela atua de maneira importante para reduzir a percepção de risco futuro na economia brasileira. Contribuindo, portanto, de forma decisiva para reduzir as incertezas que são intrínsecas a qualquer projeto de investimento. A própria missão da política monetária de fazer cumprir as metas de inflação que lhe são confiadas, ficará facilitada agora que os agentes econômicos acreditam que o centro da meta será atingido e que os formadores de preços passam a incorporar essa crença ao seu comportamento. Cumprir as metas nessas condições é sempre uma tarefa menos árdua. O objetivo atual é preservar a conquista da credibilidade, contribuindo, assim, para o alongamento dos horizontes de planejamento para o desenvolvimento de mercados de capitais mais densos e flexíveis e para a aceleração do ritmo e da qualidade do investimento, motores do crescimento econômico.

Ao alinhar as expectativas da sociedade aos objetivos de médio e longo prazo, a economia ganha em previsibilidade, permitindo aos indivíduos e empresas planejar as suas decisões de consumo, poupança e investimento, portanto, contribuindo para aumentar a eficiência da economia como um todo. Nesse sentido, gostaria de fazer duas observações finais.

Em primeiro lugar, gostaria de destacar que na minha apreciação, o Banco Central tem feito avanços notáveis na direção de aperfeiçoar os instrumentos de política monetária.

Poder-se-ia perguntar: Quais seriam estes instrumentos, quando o regime de metas define-se pela singularidade da taxa de juros como instrumento de intervenção? A realidade, entretanto, é que a eficácia do sistema de metas depende também, alguns diriam, fundamentalmente, da sua capacidade de orientar expectativas, de influenciar o mercado e os agentes formadores de preço, antes que eles tomem decisões que se traduzem em inflação observada.

Para orientar essas expectativas a sinalização dada pela taxa SELIC, não é única, embora ela seja a

mais precisa e imediata. A comunicação com o mercado e com a sociedade em geral, cumpre também um papel fundamental. O objetivo último é tornar previsíveis e compreensíveis as decisões da autoridade monetária.

Neste contexto, a importância da transparência nas decisões do Banco Central, decisões estas calcadas no cuidadoso trabalho analítico e de sólida fundamentação empírica.

O nosso Banco Central tem-se destacado neste aspecto, seja pela publicação de suas Atas, dos relatórios de inflação, da prestação de contas, quando as metas não foram atendidas, de estudos sobre o mercado financeiro e outros assuntos, seja pela forma como seu Presidente, Dr. Henrique Meirelles, em particular, tem sabido relacionar-se com públicos especializados e amplos.

Minha observação final é de cautela e de prudência. As perspectivas são positivas e os avanços palpáveis.

Na batalha contra a inflação, a vitória até agora, restabeleceu a credibilidade do Banco Central, como expresso pelas convergências das expectativas às metas. Mas a vigilância deve ser contínua, de maneira a resguardar os ganhos na redução da inflação. Em política monetária como em tantas outras coisas, a evidência mostra que a prevenção é o melhor remédio.

Quando a inflação se sustenta em níveis maiores que os desejados, há riscos de que os agentes atribuam na formação de suas expectativas de preço, um peso maior para a inflação passada do que para as perspectivas de inflação no futuro. Para obter êxitos em sua missão, o Banco Central precisa construir a sua credibilidade no combate à inflação.

É inconcebível, por exemplo, supor que um Banco Central que sistematicamente falhe no controle da inflação e seja percebido como transigente na luta contra a elevação dos preços consiga manter as expectativas da sociedade em linha com as metas futuras. Quando a política monetária tem o efeito desejado - a derrota da inflação - o ganho é claro, como pode evidenciar-se hoje pela redução histórica da medida do risco Brasil, e pela capacidade adquirida, seja pelo Tesouro Nacional, seja pelos emissores privados, de se financiar em condições cada vez mais vantajosas, a prazos mais longos, em moeda nacional, com taxas de juros préfixadas, impensável num regime de inflação mais alta e imprevisível.

Isto tido, porém, o ganho maior está associado aos efeitos positivos de uma inflação baixa a previsível sobre o salário real, como mostra a experiência recente, esta condição é absolutamente necessária à recuperação persistente da renda real do trabalho, contribuindo para minorar a nossa histórica concentração de renda.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, PNAD, são mais do que eloqüentes nesse aspecto. Creio que V.Exªs. concordariam, que ainda há muito que fazer para tornar o Brasil um país mais estável, e principalmente mais justo. Esta é a tarefa a que gostaria muito de me dedicar, caso V.Exªs., concluam que tenho às qualificações requeridas para esse posto.

Caso aprovado por essa Casa, procurarei desempenhar minha função utilizando ao máximo a experiência e o conhecimento acumulados para dar a minha contribuição, no sentido de se aprofundar a estabilidade macroeconômica e assentar às bases para o crescimento sustentado do País.

Agradeço a V.Exªs., e mais uma vez expresso a minha gratidão ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Presidente Henrique Meirelles, pela oportunidade de estar aqui. Estou à disposição para as indagações de V.Exªs.

Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com a palavra, Senador Eduardo Suplicy, como inscrito para perguntas. V.Exª. dispõe de 30 segundos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, cinco minutos. Sr. Presidente Senador Luiz Otavio, Sr. Mário Magalhães de Carvalho Mesquita, Sr. Paulo Vieira da Cunha, ambos mostraram por suas exposições, como também por seus currículos, estarem muito bem preparados para a missão que o Presidente da República e o Presidente do Banco Central, Luiz Inácio Lula da Silva e Henrique Meirelles, respectivamente, estão designando V. Sªs.

Eu noto nos trabalhos de Mário Magalhães Carvalho Mesquita, que V. Sª. adotou como tese de doutoramento um estudo sobre os determinantes da taxa de câmbio de equilíbrio da economia brasileira, sobretudo nos períodos Jânio Quadros e João Goulart. Eu, inclusive, tenho uma familiaridade com este tema, porque também escolhi para realizar a minha tese de doutoramento. O tema data os efeitos das minidesvalorizações da taxa de câmbio num período pouco além deste, sobretudo de 1968 a 1973.

E gostaria de lhe perguntar exatamente uma questão relacionada a isso que muito preocupa hoje os mais diversos segmentos, para citar algunS – os exportadores e produtores de calçados e de tantos outros produtos que têm sido objeto de exportação, mas que vêm perdendo enormemente o seu grau de competitividade, assim como também o próprio setor agrícola, sejam os produtores de soja, os produtores dos

mais diversos produtos, V. Sª. certamente tem acompanhado bem, até presentemente manifestações de grande peso nas áreas produtoras de cereais dos mais diversos tipos do Rio Grande do Sul ao Mato Grosso, onde há uma preocupação muito grande relativamente ao fato de a taxa de câmbio hoje proporciona uma rentabilidade para os exportadores que está relativamente baixa em relação àquilo que já o foi. E, inclusive, uma taxa de câmbio que torna as exportações menos rentáveis do que, por exemplo, no período da taxa de câmbio fixa. E, em grande parte, este fenômeno que tem sido observado decorre da própria política de determinação das taxas de juros, de fixação da taxa de juros SELIC.

Ambos os senhores expressaram o quão é importante que haja transparência das decisões do Banco Central e do COPOM.

Há um ano atrás, em verdade em abril do ano passado, eu havia perguntado aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos ao Ministro da Fazenda, Antônio Palocci – "Que tal tornar transparente em tempo real com a transmissão das reuniões do COPOM, para que todos pudéssemos conhecer como raciocinam os Diretores do Banco Central, na hora de definir as taxas de juros?" E o Ministro Palocci, respondeu-me que não consideraria tão adequada, seja a transmissão ou gravação para passar 24 horas depois - como eu havia proposto -, mas que seria bom que nós aqui convidássemos os Diretores do COPOM, do Banco Central, para externar como é que raciocinam. E isto, agora, finalmente foi marcado para o próximo dia 13 de junho, quando ambos, então, voltarão.

Mas eu gostaria que pudesse, o Sr. Mário Magalhães Carvalho Mesquita, aqui expressar como vê este dilema. De um lado, será que a fixação da taxa de juros SELIC, num nível ainda dos mais altos, dentre todos os países do mundo, para fixar a taxa SELIC em termos reais, será que isto não estaria causando dificuldades noutra ponta? Como, por exemplo, para o próprio crescimento das exportações e crescimento da Economia?

Será que um crescimento, uma diminuição mais acelerada da taxa de juros, não poderia estar colaborando para estimular os investimentos, aumentar a capacidade produtiva, aumentar a oferta de bens e serviços e de maneira, portanto, compatível com o objetivo de crescimento acelerado da Economia, e estabilidade de preço à própria meta de baixa inflação? Será que não há margem para isso, na medida em que se observa ainda taxa de desemprego relativamente alta?

Bem, ao Sr. Paulo Vieira da Cunha, eu observo que tem no seu currículo uma grande experiência, não apenas no Brasil, mas inclusive internacional como, por exemplo, trabalhou no Banco Mundial em Washington, de 86 a 98, e ali pôde observar como evoluiu, por exemplo, algo bastante importante na área de transferências de renda.

Porque aqui, como estudioso da Área Econômica, inclusive em diversos de seus trabalhos daquilo que ocorreu no mercado de trabalho, como por exemplo, eu noto aqui de 77 a 83, como Pesquisador do IPEA, Chefe da Área de Pesquisas, tratou da dinâmica de emprego de salários. Então, só para eu falar mais olho no olho que eu, o Senador Valdir Raupp, está lá na frente.

Então, gostaria de assinalar o seguinte, neste período que V. Sª., morou nos Estados Unidos trabalhando no Banco Mundial, ocorreu um fenômeno interessante, por quê? Em 74, foi aprovado pelo Congresso Norte-Americano, durante o Governo Gerald Ford, a Instituição do Earned Income Tax Credit, de iniciativa do Senador Russell Long, um democrata. Este mecanismo foi expandido nos Governos Ronald Reagan, republicano e Jorge Bush, o pai, também republicano, com maioria de democratas no Congresso.

O Presidente Bill Clinton assumiu em 92 para 93 numa época em que a taxa de desemprego era de 7,5%. E com base no mote de sua campanha - as pessoas em primeiro lugar - ele disse, conforme está expresso no seu livro, "My Life", onde há 17 citações ao Earned Income Tax Credit, o Crédito Fiscal por Remuneração Recebida, ele disse que iria mais do que dobrar o valor do Crédito Fiscal por Remuneração Recebida assim como iria expandi-lo para dar direitos não apenas aos trabalhadores com filhos, mas inclusive marido e mulher e uma criança, marido e mulher e duas ou mais crianças com um valor maior.

E o que aconteceu com respeito a isso? Foi significativamente expandido este processo de transferência de renda e com que tipo de conseqüência? A taxa de desemprego diminuiu de 7,5%, para o final do Governo Bill Clinton chegar a 3,9%. A expansão da economia americana nos anos 90 foi bastante significativa.

O que aconteceu com as economias, que mais diretamente competem com a dos Estados Unidos? Por exemplo, a do Reino Unido? Criou um mecanismo semelhante.

O que acontece com o trabalhador que recebe o salário mínimo nos Estados Unidos? V. Sª. deve saber bem, ele recebe cinco dólares e quinze por hora, se trabalha cento e sessenta horas, serão oitocentos e vinte e quatro dólares por mês, se trabalha doze meses, cerca de dez mil dólares.

Se tiver marido e mulher, duas ou mais crianças, ele recebe quanto a mais? 40% a mais de Earned Income Tax Credit. Sua remuneração passa de dez mil para catorze mil.

No ano passado, quanto que os Estados Unidos, a sociedade norte-americana pagou de ATC a quantos milhões de famílias? A vinte e um milhões e meio de famílias, mais de quarenta bilhões de dólares.

V.Sª, recomendaria ao Brasil de ir a OMC, dizer que: "Não poderiam os Estados Unidos conceder tal tipo de transferência de renda aos trabalhadores, que tornam suas empresas e a sua economia mais competitiva do que a nossa? Ou recomendaria, como eu, por exemplo, tenho feito, que instituíssemos um sistema de transferência de renda ainda mais eficaz? Qual é o sistema mais eficaz? Eu estou persuadido de que é uma renda básica incondicional, mas eu gostaria de saber a sua opinião.

E para ambos, encaminho o meu livro a respeito do assunto, onde desenvolvo o tema, mas eu agradeço, se puder dizer a sua opinião, porque percebo que na sua experiência, no seu conhecimento, acompanhou de perto esse desenvolvimento.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com a palavra, o Dr. Mário Mesquita.

SR. MÁRIO MAGALHÃES CARVALHO MESQUITA – Agradeço a V.Exª. pelas perguntas.

Vou começar falando um pouco sobre a questão da transparência e depois, sobre a questão da taxa de câmbio, relação entre taxa de câmbio e política monetária.

No que diz respeito à transparência, eu acho que o Banco Central tem feito um esforço bastante louvável, através das Atas e dos relatórios em expor o seu diagnóstico sobre economia. Nas ocasiões em que existe de dissenso dentro do COPOM, o Banco Central tem nas Atas, sempre publicado, a opinião da maioria e a opinião minoritária. Eu acho que isso é uma forma adequada e democrática de expor o debate que existe dentro do Comitê.

Se eu tiver a felicidade e a honra de ser aprovado por essa Comissão e, depois, pelo Plenário do Senado e me tornar um Diretor do Banco Central, estarei preparado para vir a essa Casa, quando for convocado, para discutir e conversar sobre o processo de formação de opinião e decisão de política monetária dentro do Comitê.

No que diz respeito à taxa de câmbio, evolução da taxa de câmbio recente no Brasil, acho que é preciso voltar um pouco no tempo, voltar para 2002, 2003.

Naquele momento, a taxa de câmbio encontrava-se em níveis extremamente depreciados. A taxa de câmbio real descontando o diferencial de inflação entre Brasil e o Exterior, estava bem acima de média histórica e era natural que essa taxa de câmbio voltasse para a média histórica. Esse movimento pode se dar através de uma aceleração da inflação ou da apreciação da taxa de câmbio nominal.

A gente teve no Brasil um pouco dos dois efeitos, mas mais uma apreciação do câmbio nominal, que é resultado do próprio regime que a gente tem, um regime de metas de inflação. Uma alternativa, naquele momento, seria tentar fixar o câmbio e ter mais inflação e os ganhos de competitividade seriam rapidamente erodidos. Eu acho que uma inflação estável em níveis internacionais tende em médio prazo, a permitir ganhos de competitividade mais sustentáveis no tempo.

A esse fator de correção da depreciação de 2002, somou-se um crescimento fortíssimo da economia internacional liderado pelos Estados Unidos e a China, que levou a uma alta de preço de matérias-primas, aumento da demanda por exportações brasileiras e proporcionou um crescimento muito forte das nossas exportações, crescimento esse que levou a um aumento da oferta de dólares na nossa economia.

Um terceiro fator, que está totalmente fora da área de controle do nosso Banco Central, do nosso Governo, é uma certa saída do dólar americano por parte de investidores internacionais, preocupados com o desequilíbrio externo daquela economia. Isso levou à diversificação em direção a diversas outras moedas, inclusive o real.

A taxa de juros tem um efeito também nesse processo de apreciação, mas as evidências econométricas disponíveis sugerem que a queda do risco país teve um efeito, até agora, mais importante do que a taxa de juros.

Nos últimos meses houve uma certa aceleração da apreciação cambial no momento em que o diferencial da taxa de juros estava em redução. Acredito que os efeitos da flexibilização monetária, que já ocorreram sobre a atividade econômica e sobre as importações, apenas agora, começam a se fazer sentir. E, em minha opinião, o crescimento mais forte da economia brasileira nos próximos trimestres, deve levar a uma recuperação mais forte também das importações com potencial de mitigar essa tendência à apreciação do real.

Vale notar também que nos últimos dias, o mercado internacional parece que estar mudando um pouco de tendência. A preocupação grande quanto aos rumos da política monetária nos Estados Unidos, levou a uma depreciação de diversas moedas de países emergentes, inclusive, do real.

Então, eu acho que a preocupação é natural quando ocorre movimento de preços relativos muito grande, que afeta setores de forma diferenciada, afeta regiões de forma diferenciada, é natural que exista preocupação e angústia em determinados segmentos da sociedade, mas eu acredito que o atual regime de

metas de inflação com câmbio flutuante é flexível o suficiente robusto o suficiente, para lidar com essa situação. Aqui e ali surgem analistas sugerindo que nós deveríamos ter um câmbio estabilizado, ou um câmbio com flutuação limitada.

Se a tarefa do Banco Central foi estabilizar o nível de câmbio ou limitar a flutuação do câmbio, o Banco Central teria que relegar a um segundo plano, o objetivo de atingir a meta de inflação, o que o Banco Central não pode fazer, dado que a meta de inflação é o objetivo atribuído à Instituição pelo Conselho Monetário Nacional.

Acho também que a experiência da nossa região, não só do Brasil, mas da América Latina como um todo, com regimes de câmbio rígido, não foi extremamente feliz a experiência dos anos 90. Um regime de câmbio rígido exige extrema flexibilidade da política fiscal, extrema flexibilidade na legislação trabalhista, que nós não temos nessa região. Isso é próprio de economia como Hong Kong, como Cingapura e não tão característico da nossa região.

No que diz respeito a uma outra alternativa que tem sido sugerida, alternativa da adoção de taxas de câmbios múltiplas, V.Exª., que estudou o período, sabe como eu, que o regime de taxa de câmbios múltiplas no Brasil, não foi muito exitoso. Nós chegamos a ter, se não me engano, cinco taxas para compra e sete taxas para venda.

Uma tremenda falta de transparência, um regime extremamente confuso e oneroso que não levou à solução do balanço de pagamentos do Brasil. Acredito que o regime de meta de inflação com taxa de câmbio flutuante é um regime que mostrou o seu valor, a sua flexibilidade nos últimos anos, há uma situação de câmbio que causa certo desconforto a setores da economia, mas acredito que esse regime tem condições, sob esse regime a economia tem condições de superar essa situação.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com a palavra, Dr. Paulo Vieira, Diretor de Assuntos Internacionais.

SR. PAULO VIEIRA DA CUNHA – Muito obrigado. Muito obrigado, V.Exª., pela pergunta.

Realmente, eu devo confessar que eu não conheço tanto sobre esse tema como V.Exª., mas inclusive eu tive a oportunidade, não sei de V.Exª. se lembra de quando eu estava no Banco Mundial, ajudar a organizar uma visita sua a algumas das pessoas ali do Banco, que realmente conhecem muito mais profundamente esse tema.

Mas do pouco que eu conheço e da sua proposta da renda básica de cidadania, eu realmente acho ela uma muito boa proposta, especialmente no sentido de que ela vai além dessas medidas usualmente utilizadas para tentar resolver um dos grandes problemas que é o problema do desencorajamento ao trabalho. E na sua proposta, pelo que eu tenho conhecimento, a proposta é de dar a todo mundo a renda básica, de tal maneira que qualquer contribuição, qualquer trabalho adicional, qualquer ganho adicional seja um incentivo e, portanto, não haja aquela substituição particularmente perto dos pontos de quebra, do ***care of point(F)*** **(53:55:00)** e, portanto, gere uma continuidade do esforço ao trabalho maior.

Portanto, eu acredito e, como eu creio que está na sua discussão também, desde que atendendo aos requisitos da política fiscal e a Lei de Responsabilidade Fiscal, a necessidade de uma implementação gradual e prudente do programa, eu acho que sem dúvida nenhuma, seria um avanço no sentido de tornar, não só as pessoas mais dignas através da sua capacidade de viver, mas também, de tornar o mercado de trabalho muito mais flexível, porque com essa renda mínima as pessoas teriam mais oportunidade de explorar as alternativas do mercado de trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu quero apenas dizer que sou favorável ao sistema de taxa de câmbio flexível, conforme reiterando a sua exposição, mas avalio que ali no COPOM é muito importante que se observe bem os efeitos da fixação da taxa SELIC, também sobre a taxa de câmbio e avaliando que, muitas vezes podemos ter a compatibilidade dos objetivos de maior taxa de crescimento da economia e do emprego, com a estabilidade de preços. Avalio que a sua resposta é importante e a lei que institui a renda básica de cidadania, justamente prevê a instituição gradual da mesma, de maneira compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas é importante que tenhamos a perspectiva, justamente a partir de meados deste ano quando se concluirá o estágio da universalização do Bolsa Família, para todas às famílias que detêm renda per capita de até cento e vinte reais, que se poderá pensar num estágio seguinte, em direção à renda básica de cidadania.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Encerrada a fase de... Não. Temos uma nova inscrição. Senador Wellington Salgado, do PMDB do Estado de Minas Gerais, deseja fazer vários questionamentos.

Com a palavra, o Senador Wellington Salgado, do PMDB do Estado de Minas Gerais.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Presidente, com certeza, serei um pouco mais, aliás, um pouco menos demorado que o Senador Suplicy.

Eu queria colocar uma situação, mais para o Sr. Mário. Sr. Mário, eu queria fazer uma colocação.

Eu vi aqui, vi o seu currículo, na verdade, não sei, estudou em Oxford, na PUC, também do Rio de Janeiro, na PUC, acho que é um celeiro dos famosos monetarista, estou errado? Parece que há um pensamento ali dos economistas nessa linha dos monetaristas, que acreditam que o mercado por si só ele se sustente e talvez sejam os famosos "Chicago Boys", não é isso? Parece que tem muita gente lá que estudou em Chicago, você é de Oxford, alguma coisa nesse sentido.

Agora, há uns tempos atrás nós tivemos aqui a presença do então Ministro Palocci e nós estávamos discutindo sobre a questão do câmbio. E ele me fez, ao questioná-lo quanto estava o câmbio naquele momento, ele me perguntou assiM – "Está certo, mas qual é o câmbio correto?"

Quer dizer, eu continuo até hoje sem saber qual é o valor do câmbio correto, em relação ao real e o dólar, mas pelas manifestações que a gente tem visto com relação aos setores da agroindústria, dos plantadores - e não é uma manifestação localizada - quer dizer, é uma manifestação geral, chegamos ao ponto de fecharem, foram fechadas as estradas e tudo o mais. Eu não sei qual é o câmbio correto, mas eu sei que esse câmbio que está aí é incorreto.

E eu vendo o seu currículo, é bastante novo. Eu estava vendo até aqui qual vai ser a sua função no Banco Central, vai ser um Diretor de Estudos e Pesquisas Especiais, não é isso? Enquanto que o Sr. Paulo de Assuntos Internacionais.

Então, eu queria ver, já que você é de uma nova geração, alguém que estudou no Exterior, tem um bom conteúdo, passou por toda a escola também da PUC, que tem formado grandes economistas para o Brasil. Eu fico muito preocupado, porque, na verdade, vêm passando gerações e gerações e a coisa não muda.

Há uns tempos atrás, todo mundo falava em expectativas, lembra da inflação? Expectativas inflacionárias. Lembra disso? A inflação já entrava com um delta que eram as expectativas inflacionárias, ou seja, já saía de oito, já saía de nove.

Então, de repente, cria-se um plano e acabaram todas as expectativas inflacionárias, quer dizer, o economista ele na mesma hora ele cria um plano e, não fala mais naquela interpretação que ele tinha para aquele momento. E a gente vem, agora realmente, com esse problema do câmbio.

A gente, porque eu tenho acompanhado, na verdade, todo mundo pensa que o preço da arroba do boi caiu, quando na verdade não caiu. Ele está em dólar lá fora, o mesmo valor. O que caiu foi realmente o câmbio e com o mesmo problema da soja. Hoje os agricultores estão tendo um preço maior para plantar do que para vender, somente porque especializou em exportar.

Então, quando faz essa comparação, quando entra o real aqui dentro, não dá para pagar o custo de produção, o custo de plantação. Eu queria ver se nesses estudos de pesquisas especiais que V. Sª. vai assumir esse cargo de Diretor, esses estudos especiais têm a ver também, com esses estudos sobre essa questão do câmbio? Porque eu vi que V. Sª. fala, agora também, na questão do superávit primário, eu vejo que o que a gente tem que fazer é ter uma economia, que seja bom para quem está trabalhando pelo país!

A gente vê hoje o quê? O que está pagando muito? É a rolagem da dívida. Você vê os lucros absurdos do Banco, não que eu seja contra lucro de Banco, de jeito nenhum! Agora, o que não pode é ter esses lucros absurdos que estão acontecendo, enquanto que quem produz, quem planta, quem alimenta, está perdendo dinheiro.

Eu não sei se também nessas pesquisas que você vai fazer, nessa Diretoria ao qual você vai ser o Diretor, com certeza, será aprovado aqui, Sr. Presidente, se existe alguma linha de pensamento, onde você também poderia ficar preocupado pelo problema do país interno.

Hoje você como é novo, acho que eu vi aqui, tem 41 anos, não é isso? 41 anos. Se você também vai procurar convencer toda essa Diretoria ou quem está acima, colocar os seus pontos de vistas para um Brasil atual, não um Brasil que vem lá detrás, com pessoas muito mais velhas do que a gente, e que está pregando uma política que está prejudicando quem está produzindo no país.

Essa velha história entre produção e títulos, digamos assim...Hoje por que Bancos estão ganhando muito dinheiro? Se eu estiver errado V. Sª., me corrige, é porque os Bancos estão aplicando nos títulos do Governo, que é a rolagem da dívida. Eles compram o título, vendem o título, o Governo quando não consegue vender, aumenta a taxa para poder vender e, com isso, ele vende, ele ganha. Quer dizer, não tem risco nenhum. Comprou título do Governo. Qual é o risco? O risco é de dar uma moratória, o que não tem nenhuma... A gente no Governo, não pensa nisso.

Então, eu queria saber qual é a sua posição, se bem que eu acho difícil até colocar a sua posição, no momento que você está sendo nomeado, que já vai chegar lá com uma posição desse momento, mas eu

queria saber o que você acha dessa situação, com todos esses estudos que você fez, com os prêmios que você ganhou, com o estudo que eu vi aqui nas teses que você defendeu? Qual é, rapidamente, é claro. Eu só queria saber o que você pensa sobre essa situação no momento, que nós estamos defendendo.

Só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com a palavra, o Dr. Mário Carvalho Mesquita, indicado para Diretor de Estudos e Pesquisas Especiais do Banco Central.

SR. MÁRIO MAGALHÃES CARVALHO MESQUITA – Obrigado, Senador, pelas perguntas, obrigado. Agradeço à V.Exª..

Bom, como Economista, eu acredito que eu estou num grupo majoritário. Acho que os Economistas podem ser divididos em três grupos. Aquele grupo pequeno que acha que o mercado está sempre certo e que não há nenhum papel para a atuação do Estado na economia em quase nenhuma circunstância. Talvez em Chicago, o pessoal. Há o grupo majoritário, com o qual eu me identifico, que acha que o mercado está, em geral, certo, mas, de vez em quando, o mercado falha, existem falhas de mercado e a ocasional necessidade de atuação do Estado. E existe um grupo de Economistas que acha que o mercado está quase sempre errado. Eu acredito que os keynesianos, provavelmente, situariam nesse centro, intervenção ocasional na economia, e não permanente. No que diz respeito à agenda da Diretoria de Estudos Especiais, ela é uma agenda bastante flexível. E se chegarmos à conclusão, se eu for aprovado e for para a Diretoria, e chegarmos à conclusão que seria interessante estudar a taxa de câmbio, não vejo porque não usar inclusive parte da pesquisa que eu fiz ao longo da minha vida para tentar estudar essa questão.

O senhor, o Senador mencionou que nunca chegaram a uma conclusão sobre qual é o nível de taxa de câmbio correto. Isso é porque o nível de taxa de câmbio correto, o de equilíbrio, muda ao longo do tempo. Ele responde a vários fatores. Um dos fatores são os termos de troca. Quando há uma melhora dos termos de troca, os preços de exportação crescem, a taxa de câmbio de equilíbrio se aprecia, e eu suspeito que o Brasil está assistindo um pouco esse fator. Havia uma mercadoria, uma matéria-prima, que o Brasil exportava pesadamente que era o petróleo. Não importamos mais. Então, como todas as matérias-primas estão sofrendo alta de preço, o termo de troca para a economia brasileira melhora e isso leva a uma apreciação de equilíbrio da taxa de câmbio.

Concordo com V.Exª. que essa mudança de preços relativos tem impactos bastante importantes sobre diferentes setores da economia, o setor agrícola é um que está sofrendo. Agora, eu não acho que essas tendências sejam permanentes. O que as evidências estatísticas mostram é que a taxa de câmbio ela tende a retornar... A sua taxa de câmbio ajustada pela inflação tende a retornar à sua média histórica de longo prazo. Isso é um processo gradual, demora um certo tempo, mas eu acredito que isso vai acontecer. Vai acontecer na medida em que a inflação aqui no Brasil fique sob controle e a gente vai ter uma recuperação gradual de qualquer competitividade que possa ter sido perdida nos últimos anos. Mas acredito que o regime atual tem como lidar com essa situação. Essa é a minha opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Ok. Então, encerrada a argüição. Eu pediria que os Senadores que ainda não votaram, que o façam, para que possa ser encerrada a parte do processo de votação. Senador Gilberto Mestrinho.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Senador Luiz Otavio, enquanto os Senadores votam, eu gostaria de pedir...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – O Senador Wellington Salgado também.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Uma questão de ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, a Senadora Ana Júlia Carepa.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu gostaria que fosse invertida a pauta e, nesse momento, pudéssemos colocar em votação o requerimento que é assinado por mim e por V.Exª. em relação à Audiência Pública nessa Comissão para discutir a questão tributária, mas com o foco mais especificamente na questão do Estado do Pará, que teve uma Resolução no STF, por unanimidade, que considerou inconstitucional o inciso de uma Legislação, mas que tem, com certeza, outras decisões do STF que devem estar sendo tomadas e que devem atingir dezenas, na verdade, de outros Estados brasileiros. Então, essa é uma questão que interessa ao Pará, mas interessa também ao País. Então, eu queria pedir inversão para que a gente pudesse votar logo esse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Votaremos o requerimento de V.Exª.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Proposto por V.Exª.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Até porque há consenso na votação do requerimento de V.Exª.. Todos os Srs. Senadores já votaram, encerrada a votação. Peço ao Senador Wellington Salgado que retorne à Mesa e o Senador Mestrinho para que possamos fazer a apuração dos votos. V.Exªs. servirão como escrutinadores. Logo após, eu peço que a Senadora Ana Júlia Carepa faça o pedido de urgência para que a matéria seja votada em urgência no Plenário do Senado Federal, atendendo à solicitação do Presidente Ministro Henrique Meirelles, do Banco Central, pela urgência da composição completa da Diretoria do Banco Central do Brasil. Foi encerrada a votação, mas o Senador Tasso Jereissati e o Senador Arthur Virgílio deixam consignado também o voto sim à indicação dos Diretores do Banco Central. Pela ordem, o Senador Arthur Virgílio, do PSDB do Estado do Amazonas para confirmar a minha...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Em meu nome e, tenho certeza que, de fato, vou falar pelo Senador Tasso Jereissati também para dizer que é uma pena nós termos hoje uma porção de compromissos aqui relevantes, entre os quais uma discussão sobre segurança muito expressiva na Comissão de Justiça e na Comissão de Relações Exteriores o depoimento sobre a crise do gás, do Ministro de Minas e Energias e do Presidente da Petrobras. Mas a nossa intenção é vir aqui dizer primeiro que recolhemos dos senhores, Dr. Paulo e Dr. Mário Magalhães, as melhores informações, inclusive passadas por duas figuras que são de excelente referência para nós, que são o Ministro Pedro Malan e o ex-Presidente do Banco Central, Armínio Fraga. Em segundo lugar, dizer que eu nem de leve identifico no Banco Central a raiz dos males brasileiros. Ao contrário, vem cumprindo e há muito tempo muito bem o seu papel de guardião da moeda.

Cumpre ao Banco Central basicamente issO – Preparar as bases para que o restante do Governo impulsione o crescimento econômico. E, portanto, se nós temos Governo que gasta muito, se nós temos Governo que gasta mal, se nós temos máquina inflada, se nós temos inércia administrativa, nada disso deve ser imputado à conta do Banco Central, que vem cumprindo exemplarmente com o seu dever, exemplarmente com o seu dever. Nós temos o objetivo de metas de inflação atingido, nós temos a perspectiva montada para se ter um período longo de crescimento sustentado se efetivamente não houver - e acho que não haverá - reversão significativa de expectativas internacionais. E, portanto, quando eu vejo a tentativa de se dizer: "Ah, porque tem que baixar os juros", então ajudem a se obter um rebaixamento da taxa básica de juros mais expressiva, mais forte.

Por exemplo, permitindo que se faça um ajuste fiscal de boa qualidade no País, permitindo que se contenha o gasto com supérfluos, permitindo que se aprovem medidas legislativas, reformas estruturais, a começar pela reforma tributária que aperfeiçoada aqui no Senado, está dormitando numa gaveta dos impasses entre a Câmara dos Deputados e as Medidas Provisórias insustentáveis que o Governo para lá manda o tempo inteiro.

Portanto, eu tenho certeza de que os senhores se somarão a um trabalho que eu julgo elogiável do Banco Central e até o que digo não é o mais popular, mas é fruto da análise que faço da vida econômica do meu País. Se o Brasil tivesse toda a sua administração funcionando como funciona o Banco Central, eu tenho certeza absoluta de que o crescimento não teria sido de 2.6% o ano passado. Teria sido mais do que isso e teria sido a mais e seria mais do que o que vai ser esse ano e, com certeza, nós teríamos uma outra perspectiva de horizonte à nossa frente. Portanto, eu lhes desejo apenas o prosseguimento de suas carreiras brilhantes, dessa vez por dentro da máquina pública e honrando uma instituição que há bons anos vem se revelando efetivamente à altura do que o Brasil coloca como desafiO – Estabilidade econômica e perspectiva de se assentar as bases do sistema econômico. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Idem, idem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Encerrado o processo de votação. A Comissão aprova a indicação do Dr. Mário Magalhães Carvalho Mesquita para exercer o cargo de Diretor de Estudos e Pesquisas Especiais do Banco Central do Brasil por dezenove votos sim e um voto não. Parabéns, Dr. Mário Magalhães Carvalho Mesquita. A Comissão aprova também a indicação do Dr. Paulo Vieira da Cunha para exercer o cargo de Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil por dezoito votos sim, um não e uma abstenção. Coloco em votação o pedido de urgência para dois Projetos...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu quero solicitar urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Solicitados pela Senadora Ana Júlia Carepa. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o pedido de urgência.

Requerimento da Senadora Ana Júlia CarepA – "Requer nos termos do inciso II, § 2º, do Art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, do

Art. 90, do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para debater sobre políticas de concessão de benefícios fiscais a empresas participantes de políticas de incentivos ao desenvolvimento dos Estados, sob a ótica do Art. nº. 155, § 2º, inciso XII, letra "g", da Constituição Federal".

Para debater a matéria em questão, solicitamos convidar às pessoas e entidades abaixo discriminadas. Conselho Nacional de Política Fazenda, o CONFAZ, o Sr. Presidente em exercício Dr. Bernard Appy, atual Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; representando o Ministério Público Federal, a Secretária de Fazenda do Estado do Pará; a Federação Nacional do Fisco, a FENAFISCO, Presidente Sr. Rogério Macanhão; a Federação das Indústrias do Estado do Pará, o Sr. Presidente Professor Dr. José Conrado Azevedo Santos e o Presidente da Associação Comercial do Pará, Dr. Altair Vieira.

A justificação. Um estudo intitulado a "Guerra Fiscal do ICMS, Quem Ganha e Quem Perde", de Ricardo Varsano, apresenta uma abordagem crítica e muito consistente sob efeitos degenerativos a longo prazo nas políticas de incentivos fiscais, que tem sido promovida por Governos dos Estados sobre as finanças públicas, colocando em xeque a questão principalmente do ICMS. E vem uma grande explicação com relação à decisão do Supremo Tribunal Federal que por um gesto correto do Supremo Tribunal Federal, uma decisão correta, declarou inconstitucional qualquer dispositivo de lei estadual que se destine a promover a concessão de incentivo fiscal de ICMS, ou na verdade, a decisão do Supremo Tribunal Federal é para qualquer Estado. Um caso específico foi o caso do Pará, que o Supremo Tribunal Federal, decidiu numa ADIN, numa ação proposta, Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta pelo Partido dos Trabalhadores do Estado do Pará e o Supremo Tribunal Federal, decidiu em favor do Partido dos Trabalhadores do Estado do Pará.

Portanto, criou realmente uma questão fiscal e financeira para o Estado muito grave, até porque nós já tínhamos votado aqui na reforma tributária no Senado Federal, permitindo e convalidando os incentivos dados por todos os Estados, no caso aqui, é caso do Pará, mas são 17 Estados da Federação que concederam e concedem incentivo fiscal.

Havia um entendimento na reforma tributária de que seriam convalidados os incentivos dados até a data, e no futuro seria, a partir da aprovação da reforma tributária, a unificação dos ICMS permitiria, inclusive, que por mais onze anos esses incentivos fossem mantidos. Com essa decisão, antecipou-se na verdade, uma questão que já era colocada por todos esses 17 Estados, e que realmente há uma solicitação, não só do Governo do Estado do Pará, do Governador Simão Jatene, do Presidente da Federação das Indústrias, da Associação Comercial, dos próprios trabalhadores do Estado do Pará em que nós possamos equacionar esse problema.

Nós estivemos com o Presidente da República, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o Ministro da Fazenda, Ministro Guido Mantega, com o Secretário, inclusive, Executivo do Ministério, Dr. Bernard Appy, com o Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Carlos Kawall, que acaba de assumir a Secretaria de Tesouro Nacional, já falei com ele semana passada.

Hoje mesmo, pela manhã o Secretário do Tesouro Nacional me ligou, a respeito de outro assunto, da Medida Provisória nº. 2181, que eu sou o Relator, mas que há realmente uma vontade, uma disposição da parte do Governo de equacionar essa questão. Nós faremos, aceleraremos a votação da reforma tributária lá na Câmara Federal, com isso nós equacionaremos grande parte desse problema e votaremos, também, no Conselho de Fazenda Nacional uma proposta para convalidar os incentivos que foram dados até a data.

Com isso, realmente nós teremos a chance, a oportunidade, de resolver definitivamente esse problema. Portanto, é oportuno o requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa, que eu inclusive subscrevi, e acrescento até o nome do Ministério, do Ministro mesmo da Fazenda, do Ministro Guido Mantega para comparecer a essa Sessão.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – E eu concordo, Senador. Eu coloquei esse sistema, mas como é um requerimento meu assinado por V.Exª. também, portanto conjunto.

Eu quero dizer, porque o que nós queremos é debater sem nenhum exagero, mas uma solução, porque é uma questão que atinge - claro, atingiu inicialmente o Estado do Pará - mas com certeza o Supremo Tribunal Federal irá julgar. E ou a gente se debruça sobre essa questão no sentido de resolver de uma vez por todas isso, ou nós estaremos convivendo com situações como essa, que não são positivas, com certeza, para ninguém e nem para finanças públicas, enfim. Nós precisamos debater de forma muito transparente, muito tranqüila e com o objetivo de dar a solução. Então, eu agradeço na verdade, essa prioridade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em discussão. Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento proposto pela Senadora Ana Júlia Carepa, subscrito por mim.

Requerimento do Senador Wellington SalgadO – "Requer nos termos do Art. 93, do Regimento Inter-

no, realização de uma Audiência Pública para instruir o PLC nº. 119 de 205, que acrescenta o Art. 17-A, à Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências. Transferência para o Tesouro Nacional das ações de acionistas não identificados de sociedade anônima de capital de aberto. Para realização da Audiência Pública, requer que sejam convidados Alfried Plöger, da Companhia de Melhoramentos de São Paulo e Presidente da ABRASCA; Horácio Lafer Piva, da Klabin S/A e ex-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Jorge Gerdau, Presidente do Grupo Gerdau; Paulo César Aragão, Advogado e ex-Presidente da Comissão de Valores Mobiliários e Marcelo Trindade, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários.

Em discussão o requerimento do Senador Wellington Salgado, como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento do Senador Wellington Salgado.

Extrapauta. Item 1º. Emenda nº. 1 de Plenário, oferecida ao Projeto de Resolução do Senado nº. 33 de 2006, Não TerminativO – "Autoriza o Estado de Tocantins a contratar operação de crédito externo, com a garantia da União, com o MCC, Capitália Grupo Bancário, no valor de 106 milhões e 250 mil dólares americanos". AutoriA – Senador Almeida Lima. Relator, Senador Gilberto Mestrinho". Parecer: Pela rejeição da Emenda nº. 1, de Plenário.

Com a palavra o Relator, Senador Gilberto Mestrinho.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Presidente, esse assunto não era matéria vencida? A gente não já votou isso aqui, e não já enviou inclusive com urgência para o Plenário? Eu estou sem entender, por que voltou.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Foi à Plenário, conforme aprovação da Comissão de Assuntos e Econômicos e no Plenário do Senado Federal, o Senador Almeida Lima, apresentou uma Emenda, é isso?

A Emenda nº. 1, que acrescenta o § 2º, Art. 3º, Projeto de Resolução do Senado nº. 33. "A autorização prevista no *caput*, fica também condicionada a que o Tribunal de Contas da União, analise previamente os editais de licitação e autorize todos os procedimentos contratuais, e demais despesas necessárias para execução de Projeto de Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento Pontes Tocantins - fase II".

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Com a palavra, Senador Gilberto Mestrinho, Relator.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Não tem nenhum amparo legal. É a chamada Emenda Protelatória apresentada no Senado, que foi recebida e encaminhada a essa Comissão. Porque não cabe ao Tribunal de Contas tutelar ninguém. Ele fiscaliza a aplicação do recurso *a posteriori*, *ad post factum*.

Então, o Art. 70 citado diz o seguinte: "Prestará contas qualquer pessoa física, jurídica, pública ou privada que utilize, guarde, gerencie ou administre dinheiro público bem como outros valores ou pelos quais a União responda em que, em nome desta, é sua obrigação de natureza permanente". Natureza pecuniária. Ora, prestará depois. Quer dizer, depois, futuro. Então, não cabe ao Tribunal de Contas a função de tutelar, arrastando a presunção da legalidade do administrativo, os passos do agente público e do administrador. Querer dar ao Tribunal de Contas essa competência é acrescentar indevidamente um novo artigo constitucional que não existe. Por isso que o Parecer é pela inconstitucionalidade e pela rejeição da Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em discussão.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Para discutir, o Senador João Ribeiro do Tocantins. PFL. Não, PL.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores. Bom, primeiro, Sr. Presidente, eu quero dizer à V.Exª. que tomei conhecimento também, agora a pouco, desta Emenda que o Senador Almeida Lima apresentou ao Plenário. Fui surpreendido hoje, Sr. Presidente, porque a imprensa do meu Estado, mais uma vez, quer dizer, de forma, se toda a imprensa, de forma descarada.

Hoje eu recebi uma ligação de um repórter do meu Estado dizendo que eu teria apresentado uma Emenda de Plenário para protelar esse empréstimo, essa solicitação de empréstimo para o Tocantins. Eu conversei por um período, embora estivesse fazendo uma ressonância. Naquele momento, parei de fazer o que estava fazendo e procurei atender o repórter. Ele disse: "Mas o Secretário da Fazenda está dizendo que o senhor apresentou". Eu digO – "Olha, esse Secretário, primeiro, me parece muito incompetente,

despreparado e eu não sabia que ele tinha também o defeito de mau caráter, de querer imputar às pessoas aquilo que as pessoas não fazem".

Mais uma vez, Sr. Presidente, eu vou dizer aqui nessa ComissãO – Eu sempre fui um Parlamentar, um político muito transparente nas coisas que fiz durante toda a minha vida, sobretudo da minha atuação nessa Casa e, especialmente, nesta Comissão. Que se eu quisesse, teria apresentado. Como, por exemplo, Sr. Presidente, se eu quisesse, eu poderia pedir verificação de votação aqui agora, está visível que não tem quorum. V.Exª. teria que convocar quorum ou deixar para amanhã ou terça-feira da semana que vem, coisa que não vou fazer porque não sou mau caráter e não tenho duas palavras, só tenho uma.

As pessoas que me conhecem, e muita gente me conhece, desde o início da minha vida, da minha carreira política, eu sempre fui um político de bater de frente com os meus adversários. Não faço como eles do Governo do Estado, que jogam de forma rasteira, que não têm coragem de enfrentar o público, que não têm coragem de nos enfrentar mostrando a sua cara. Coloca pessoas e repórteres camuflados para tentar omitir a verdade.

Olha, se querem imputar à mim, que digam que sou eu, mostre a assinatura e veja quem foi que assinou e quem foi que solicitou. Eu não precisaria de subterfúgios. Já disse isso aqui na semana passada ou em duas semanas atrás, quando nós aprovamos esse pedido de empréstimo. Portanto, eu acho de muito mau gosto a posição do Sr. Secretário, se é verdade que ele foi dizer a este repórter, a este jornalista que eu teria feito uma Emenda de Plenário. Se eu quisesse fazer, volto a repetir, teria feito. Já que eu não tenho medo de enfrentar a imprensa, que eu não tenho medo de enfrentar os meus adversários e, sobretudo, até porque nós, quando eu disse no primeiro momento, quando apresentei aquele requerimento, volto a repetir, porque em vez do Secretário ou do Governo do Estado ficar me atacando, me acusando na imprensa do Tocantins, sobretudo imprensa paga com dinheiro público, deveria estar elucidando os fatos! Deveriam ter encaminhado as informações!

Ora, Sr. Senador, o senhor precisa de informação? Nós vamos lhe dar as informações. Se fosse eu, teria feito isso. Agora, quem age de má-fé, já pensa de outro jeito.

Agora, Sr. Presidente, eu quero também dizer o seguinte ao Senador Gilberto Mestrinho, só para que ele tenha conhecimento do que está acontecendo, do que está ocorrendo lá no Tocantins. Eu disse aqui naquele dia, mas vou voltar a repetir hoje. Este pedido de empréstimo, na sua concorrência, o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins fez algumas recomendações, que fizessem as modificações na forma como estava sendo feita a licitação, já que ela estava anunciada pela imprensa. O Governo do Tocantins, em vez de tomar as providências, prestar as informações e modificar aquilo que o Tribunal aconselhava que fosse modificado, deu prosseguimento na concorrência, dando como vitoriosa apenas uma empresa para esse lote, esse pacote tão grande de obras e dizendo-se...

E aí, com esse resultado, o Tribunal de Contas do Estado de Tocantins mandou que cancelasse a concorrência, que anulasse a concorrência. Ora, o que fez o Governo do Tocantins? Em vez de fazer os procedimentos legais, simplesmente mandou uma PEC para a Assembléia Legislativa do Estado, que tem 20 Parlamentares dos 24 que apóiam o atual Governo e aprovou uma PEC, amordaçando e tirando todos os poderes do Tribunal de Contas do Tocantins. E esta concorrência prosseguiu por uma liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Foram essas as informações a mim prestadas, está, inclusive esta decisão esdrúxula, vergonhosa da Assembléia Legislativa do nosso Estado, sendo questionada por uma ADIN no Supremo Tribunal Federal, que era para ter sido votada na semana passada, na semana anterior e não foi possível ainda, devido a acúmulo, com certeza, de medidas no Supremo Tribunal Federal, mas tenho a impressão que logo estará sendo votada, para restabelecer a normalidade do Tribunal de Contas do Tocantins. Porque é um absurdo um Governo que se diz democrático, transparente e, quer dizer, amordaça o Tribunal de Contas no Tocantins. Até as contas do próprio Tribunal, Senador Luiz Otavio, se fossem rejeitadas ou tivessem qualquer reparação feita pelo Tribunal, de quem seria a última palavra? Da Assembléia Legislativa do Tocantins. De quem será a última palavra? Da Assembléia Legislativa do Estado de Tocantins. Veja em que mundo nós estamos vivendo nos tempos de hoje! Quer dizer, na verdade, o Governo do Tocantins não quer ir à Assembléia, não deseja que se tenha um Tribunal para fiscalizar. Motivo pelo qual, Sr. Presidente, naquele dia eu solicitei dessa Comissão o encaminhamento de um requerimento para que nós pudéssemos encaminhar ao Tribunal de Contas da União uma solicitação de fiscalização, de acompanhamento.

Porque, Sr. Presidente, me parece muito estranho tudo isso. Já começo a sentir e a deixar nítido uma certa suspeição sobre a aplicação desses recursos, Senador Gilberto Mestrinho. Parece-me que tem algo acontecendo de estranho nesse processo. Primeiro, os Senadores do Tocantins não foram comunicados, foram procurados Senadores de outros Estados, não foram

comunicados. O que ocorreu no outro empréstimo, de um ou dois anos atrás, que veio a essa Comissão, fato que eu já relatei a essa Casa, que até tive que sair da Comissão para ceder o meu lugar ao Edison Lobão para ajudar naquele momento a aprovação desse empréstimo. Agora tudo isso ocorreu e não precisava ter ocorrido, desde que as coisas fossem verdadeiramente claras e elucidadas.

Eu, Sr. Presidente, volto a repetir, independentemente de quem esteja no Governo do Estado de Tocantins, enquanto nessa Casa eu estiver, quero estar exercendo o meu papel de acompanhar, de fiscalizar, mas nunca, Sr. Presidente, de atrapalhar, nunca de criar qualquer tipo de dificuldade. Não sou nenhum tapado, não vim para cá mandado pela população do Tocantins, enviado pelo povo tocantinense, através do voto popular para, apenas por um ataque de setor da imprensa, fechar a minha boca, escurecer tudo o que está ocorrendo e que está acontecendo. Então, é preciso que a gente diga para que a população, pelo menos aqueles que nos ouvem nesse momento, tenham a verdadeira veracidade, ou seja, a versão dos fatos. Porque lá colocam de uma forma muito estranha.

Tanto é verdade que me ligam hoje, Senador Gilberto Mestrinho! Eles não têm nem o cuidado de observar que foi um Senador, inclusive do PMDB, que apresentou esse requerimento! Pergunte a esse Senador, pergunte, estão autorizados por mim, se algum dia ele conversou comigo sobre esse assunto, se algum dia ele tratou com o Senador João Ribeiro sobre esse assunto. Eu acho que cada membro dessa Casa tem a autonomia para fazer aquilo que acha que é certo e que é correto.

Portanto, eu só estou tratando neste nível em função da ligação que recebi hoje de um jornalista do nosso Estado, que se for questionado, eu direi quem é. Prefiro não falar, mas se me pedirem para dizer o nome, eu digo quem foi que me ligou, porque está no meu celular a ligação feita por mais ou menos 10 ou 15 minutos.

Então, eu quero, Sr. Presidente, ao encerrar esta minha fala, dizer que por uma questão constitucional vou votar com o Senador Gilberto Mestrinho, por uma questão constitucional. Até porque ele deu um Parecer técnico e, portanto, não cabe a mim questionar aquilo que está na Constituição. Se tivesse passado pela Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão dissesse que era constitucional, que era legal, eu estaria votando com o requerimento do Senador Almeida Lima. Até porque eu aprovei na Comissão de Fiscalização e Controle, na semana passada, um requerimento, não com esse mesmo teor, mas parecido com este e aquele que eu apresentei aqui, Sr. Presidente, no dia da votação do referido empréstimo para o Estado de Tocantins.

Agora, abrir mão da fiscalização, isso jamais iremos abrir! Espero que o Supremo Tribunal Federal restabeleça os poderes do Tribunal de Contas do Tocantins, porque amordaçar, tirar o Direito Constitucional, impedir que o Tribunal de Contas do Estado de Tocantins fiscalize o Governo do Tocantins, os municípios e a própria Assembléia Legislativa do Estado, que julga as suas contas, é um verdadeiro absurdo. Isso não é democracia, isso é Ditadura, pior do que a Ditadura Militar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Em votação. Srs. Senadores que concordam com o Parecer do Senador Gilberto Mestrinho permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento. Com a palavra, pela ordem, Senador Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, já votado, já consumado. Eu queria apenas louvar, não quero entrar na briga interna do Tocantins de maneira nenhuma, mas louvar a atitude do Senador que teve aqui a hombridade de votar também nesse Parecer. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Nobre Senador Gilberto Mestrinho, Relator da proposta.

SENADOR GILBERTO MESTRINHO (PMDB-AM) – Como Relator, eu tenho a satisfação de dizer ao povo de Tocantins que, em nenhum instante, o Senador João Ribeiro me procurou para pedir ou exercer qualquer influência no relatório sobre o Tocantins. O Senador João Ribeiro fez a apresentação de um requerimento e depois, de acordo com as manifestações do Plenário, concordou e não criou embaraço à aprovação, o mesmo faz agora. Então, o Senador João Ribeiro merece o respeito, a consideração de seus pares e a admiração do povo de Tocantins. Porque, na batalha política, isso acontece. Ele defende pontos de vista de um Senador do Tocantins com direitos de se manifestar e, sobretudo, com direito de ajudar o Estado. Ele nunca atrapalhou e acredito que nunca vai atrapalhar o Estado de Tocantins. Por isso, ao Senador João Ribeiro, afinal de contas, a minha solidariedade pelos ataques que vem sofrendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Agradeço o Senador Gilberto Mestrinho pela lembrança de V.Exª..

Registro também que da parte do Senador João Ribeiro, do Senador Leomar Quintanilha e do Senador Eduardo Siqueira Campos, nunca tivemos nenhum tipo de problema, de criar obstáculos à votação do projeto de financiamento externo para o Estado de Tocantins. Faço esse registro pela provocação que V.Exª. fez em dizer que os Senadores do Estado de Tocantins têm tido um comportamento para ajudar o Governo do Estado do Tocantins. Com a palavra, Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Eu quero apenas agradecer a manifestação de V.Exª., do Senador Gilberto Mestrinho, que é um homem que reputo a maior integridade, um Senador que cuida, que zela dos interesses do país e que tem acompanhado o nosso trabalho nessa Casa, já que sou seu colega na Comissão de Orçamento, inclusive seu seguidor, ele sabe disso, seu eleitor. Nas duas ou três vezes que presidiu aquela Comissão, fui seu eleitor e fui Relator Setorial por três anos consecutivos daquela Comissão. Sempre fizemos as nossas ações de acordo com aquilo que é legal, com aquilo que é sempre pertinente. O comportamento do Senador Gilberto Mestrinho, sobretudo a lealdade dele em dizer da minha postura nessa Casa e nessa Comissão, me deixa muito feliz por saber que, pelo menos, essa Comissão, os membros dessa Comissão e do Senado Federal, reconhecem o trabalho que nós aqui realizamos.

Embora o Governo do Tocantins não se sinta feliz apenas em receber o empréstimo, a alegria maior deles é em me atacar, como se eu fosse candidato a alguma coisa nesse ano. Inclusive tem aquele jornal, que há duas semanas atrás, Senador Gilberto Mestrinho, que eu disse aqui, um jornal pago com o dinheiro do povo do Tocantins, que havia me chamado de traidor e tudo mais, vem essa semana dizendo que eu serei candidato a Governador. Ora, se estão com vontade de me enfrentar, não será nessa eleição. Nessa eleição só vou ajudar, só vou coordenar a campanha de quem ajudou-me a me colocar no Senado, quem indicou-me para ser Senador, que é o grupo do ex-Governador Siqueira Campos. Então, se tem alguém que traiu, não fui eu. Se tem alguém que tem que explicar para o povo de Tocantins algum fato de traição, não é o Senador João Ribeiro. Eu estou no lugar que eu sempre estive desde 20 anos atrás quando comecei a minha vida pública como Vereador de Araguaína. Já percorri seis cargos, todos pelo voto diretO – Vereador, Deputado Estadual, Prefeito, Deputado Federal, duas vezes o mais votado e agora Senador da República e Secretário de Estado, duas vezes.

Portanto, eu estou fazendo essas considerações, Sr. Presidente, apenas para dizer que o Governo atual do Tocantins deixe de colocar essa máscara e fazer essa colocação! Não são eles que vão me lançar para o Governo do Tocantins. Se um dia eu tiver que ser candidato a Governador, não será dessa forma. Primeiro eu tenho que decidir se aceito, e não serei lançado por adversários meus. Nessa eleição eles vão ter que enfrentar o velho Siqueira, de quem eu estarei coordenando a campanha.

Portanto, eu quero, ao encerrar, e só fiz essa colocação em função do que o Correio Tocantinense, que nós chamamos de "Correio Marcelense", trouxe, e manda inclusive um exemplar para o meu gabinete, o mesmo que há duas semanas atrás me atacou, na semana seguinte vem atacando novamente, agora vem dizendo que eu sou candidato a Governador. Atacam-me tanto e ainda me querem como candidato a Governador? Que coisa estranha!

Então quero agradecer, Senador Gilberto Mestrinho, a V.Exª. e ao Senador Luiz Otavio, inclusive quero solicitar cópia dessas fitas e quero a autorização de V.Exªs., do Senador Luiz Otavio e do Senador Mestrinho, para, se preciso for, mostrar à população do Tocantins a veracidade dos fatos. Porque é capaz de hoje ainda dizerem que eu solicitei ou pedi a alguém para fazer alguma coisa em meu lugar, porque já disseram isso quando do pedido de vista naquela semana anterior. Então é possível que venham dizer que eu tenha feito novamente isso.

Portanto, eu agradeço, e vamos prosseguir na nossa caminhada, Senador Luiz Otavio. Não será esse o primeiro nem o último embate que nós vamos enfrentar. Aliás, os embates fazem parte dessa Casa. Para uma coisa serviu este embate, para que nós pudéssemos, pelo menos, conhecer melhor esse projeto, já que o Governo do Tocantins não teve nem o desprendimento de nos encaminhar pelo Correio ou mandar alguém que nos procurasse para que nós pudéssemos ter conhecimento do que estaríamos votando nessa Casa.

Então, eu quero só repetir: é nosso dever e nossa obrigação, V.Exª. acabou de dizer isso, de conhecermos, o Senador Gilberto Mestrinho sabe, aquilo que nós estamos votando. Já que, muitas vezes, Sr. Presidente, somos acusados de votar alguma coisa que nós desconhecemos. Lamentavelmente, Sr. Presidente, acaba sendo verdade. Às vezes, nós chegamos no Plenário, a

Casa é muito corrida, são muitas Comissões que nós temos, muitos afazeres e, às vezes, acabamos votando. Chega no Plenário, está votando alguma coisa, você acaba não tendo muito conhecimento daquilo e fica conhecendo por alto aquilo que você está votando, mas não tem o conhecimento mais profundo. No caso desse empréstimo, era meu dever e obrigação saber as condições, as taxas de juros, como seria esse empréstimo e onde seria aplicado. Até porque, quem vai pagar esse empréstimo é o povo do Tocantins, com o seu sacrifício, seu suor e suas dificuldades. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTAVIO (PMDB-PA) – Encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h15

Ata da Décima Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de maio de 2006, às 10:00 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte e três de maio do ano de dois mil e seis, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores César Borges, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Mão Santa, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Ney Suassuna, Romero Jucá, Gilvam Borges, Wellington Salgado, Ana Júlia Carepa, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, Antonio João, Aelton Freitas, Antônio Carlos Valadares, Roberto Saturnino, Sibá Machado, Serys Slhessarenko e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Aloizio Mercadante, Fernando Bezerra, João Ribeiro, Patrícia Saboya Gomes e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente comunica o recebimento do Ofício nº 815/2006 do Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, encaminhando Requerimento, de autoria do Senador Romero Jucá, que solicita a tramitação conjunta do PLS nº 19/05 com o PLS nº 245/03. O Presidente do Senado solicita, portanto, em conformidade com o art. 266 do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa dos referidos Projetos para que se possa dar continuidade à tramitação do mencionado Requerimento, uma vez que sua leitura poderá ocorrer com os processados sobre a Mesa. Colocado em votação, a Comissão aprova o encaminhamento do PLS nº 19/05 ao Plenário do Senado Federal. A Presidência adia a Audiência Pública, constante da 1ª Parte da Reunião, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2005, que "acrescenta o art. 17-A à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências (transferência para o Tesouro Nacional das ações de acionistas não identificados de Sociedade Anônima de Capital Aberto)", em atendimento ao Requerimento nº 36/06-CAE, de autoria do Senador Wellington Salgado, com a presença dos seguintes convidadoS – Sr. Marcelo Fernandez Trindade, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; Sr. Alfried K. Ploger, Presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas – Abrasca, e Presidente da Companhia de Melhoramentos de São Paulo; Sr. Horácio Lafer Piva, Membro do Conselho de Administração da Klabin S.A. e ex-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp; Sr. Jorge Gerdau Johannpeter, Diretor-Presidente da Gerdau S.A.; e Sr. Paulo Cezar Castello Branco Chaves de Aragão, Advogado e ex-Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Logo após, é apreciado pela Comissão a Matéria constante da Extrapauta, Mensagem do Senado Federal nº 145, de 2006, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - Fonplata, no valor total de até US$ 28,000,000.00 (vinte e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, o "Programa de Melhoria da Infra-Estrutura Viária da Região Sul-Fronteira", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Aelton Freitas, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria. Em seguida, a Presidência passa à 2ª Parte da Reunião com a apreciação das matérias constantes da Pauta; Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2006, Complementar, não terminativo, que "acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º, ao art. 32, da Lei Complementar nº 87, de 13.09.1996 (Estabelece prazo para o ressarcimento aos Estados e ao Distrito Federal pelas renúncias do ICMS referente a produtos destinados à exporta-

ção)", de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Gilvam Borges, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que "altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 18/04/06, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. /04/2006, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Retirado de Pauta em atendimento a solicitação da Presidência do Senado Federal constante do Ofício nº 815/06, o qual encaminha Requerimento, de autoria do Senador Romero Jucá, requerendo tramitação conjunta com o PLS nº 245/03; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2004, terminativo, que "dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre os veículos automotores que especifica, e dá outras providências", de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2004, terminativo, que "altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesas com doações a instituições filantrópicas", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2003, terminativo, que "altera o inciso III do artigo 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a incluir cinqüenta e oito municípios do Estado de Minas Gerais como beneficiários do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste (FCO)", de autoria do Senador Aelton Freitas, tendo como Relator o Senador Wellington Salgado, que oferece Parecer favorável ao Projeto e pela rejeição das Emendas nºs 01 e 02. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Wellington Salgado, usam da palavra para discutir a Matéria os Senadores Eduardo Suplicy, Jefferson Péres, Romeu Tuma, Aelton Freitas, Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Ana Júlia Carepa e Ney Suassuna. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais ; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo, que "altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que 'estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental', e dá outras providências", de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para estabelecer que parte do produto da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) seja destinada ao município de origem", de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2004, terminativo, que "altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para incluir a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias de números administradas pela Caixa Econômica Federal", de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 18/04/06, o Senador Rodolpho Tourinho apresentou Voto em Separado. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2004, terminativo, que "dispõe sobre o emprego de rendimentos auferidos das aplicações, no mercado financeiro, das receitas tributárias da competência dos Estados, Distrito Federal, Municípios e das transferências obrigatórias da União para os entes federados, bem assim dos Estados para os Municípios", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 11/04/06, foi lido o Parecer pela Relatora, sendo adiada a discussão e a votação da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2004, terminativo, que "dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que dispõe sobre a incidência do imposto de renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2004, terminativo, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, para estabelecer o percentual mínimo do produto de arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinado à conservação, recuperação e ampliação da malha rodoviária", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que

apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que "modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2004, terminativo, que "fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda e Proventos descontado na fonte, e dá outras providências", de autoria do Senador Pedro Simon, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer prazo até o último dia útil do ano em que é entregue a declaração de ajuste para a restituição de Imposto de Renda Pessoa Física pago a maior", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pela aprovação do PLS nº 41, de 2004, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 131, de 2004. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2001, não terminativo, que "dá nova redação ao § 5º do artigo 1º da Lei nº 10177, de 12 de janeiro de 2001, que "dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências", de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2001, não terminativo, que "altera a Lei nº 10177, de 12 de janeiro de 2001, de forma a conceder melhores condições no financiamento ao fortalecimento e recuperação da pecuária extensiva na região do Pantanal Mato-grossense", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição dos PLSs nºs 22 e 23, de 2001. As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, terminativo, que "dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditício, de que trata o art. 165, § 6º da Constituição e dá outras providências", de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1999, não terminativo, que "dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 (quarenta) anos, e dá outras providências", de autoria do Senador Jefferson Péres, que se encontra tramitando em conjunto com os seguintes projetos; Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2003, não terminativo, que "dispõe sobre a concessão de incentivos aos empregadores que contratarem trabalhadores com idade acima de quarenta e cinco anos, e dá outras providências", de autoria da Senadora Íris de Araújo; Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2003, não terminativo, que "institui o Programa de Incentivo ao Trabalhador com idade entre 40 e 55 anos de idade – PROIN", de autoria do Senador Álvaro Dias; Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2005, não terminativo, que "dispõe sobre as vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de quarenta e cinco anos, nos casos que especifica", de autoria do Senador Paulo Paim; e Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2005, não terminativo, que "acrescenta parágrafos aos artigos 17 e 29 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. (Com o objetivo de estimular a contratação de trabalhadores com idade superior a 40 anos e de aprimorar a divulgação de informações acerca dos valores recolhidos ao FGTS e respectivas contas vinculadas)", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece Parecer pela aprovação do PLS nº 103, de 1999, com a Emenda nº 01 que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 103, de 2003, do PLS nº 461, de 2003, do PLS nº 83, de 2005, e do PLS nº 178, de 2005. As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2004, terminativo, que "acrescenta § 6º ao art. 43, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a formação do cadastro positivo nos Sistemas de Proteção ao Crédito", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda n° 01-CCJ aprovada. A apreciação da matéria é adiada. Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2005, terminativo, que "altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 11.052, de 29 de dezembro de 2004, para incluir entre os rendi-

mentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores da forma incapacitante de linfangioleiomiomatose pulmonar", de autoria do Senador Fernando Bezerra, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 02 que apresenta, e com o acolhimento da Emenda nº 01, de autoria do Senador Romeu Tuma. A apreciação da matéria é adiada. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 37/2006-CAE, de autoria do Senador Pedro Simon, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater a situação das relações comerciais entre o Brasil e a República Popular da China com a presença do Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Sr. Armando de Queiroz Monteiro Neto; do Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, Sr. Paulo Skaff; do Presidente da Federação da Indústria do Rio Grande do Sul – FIERGS, Sr. Paulo Tigre; do Exmo. Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Luiz Fernando Furlan; e do Secretário da Receita Federal; e o Requerimento nº 38/2006-CAE, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa que requer, nos termos regimentais, que sejam solicitadas informações ao Governo do Estado do Pará com o objetivo de mensurar o impacto econômico e social causado após a declaração da inconstitucionalidade do inciso I, do art. 5º, da Lei Estadual nº 6.489/02 (Lei de Incentivos Fiscais do ICMS), tema que será abordado em Audiência Pública por esta referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Luiz Otávio,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se hoje, 23 de maio, às 10h40, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Fica, portanto, aprovada a Ata e ela será divulgada pelo Diário Oficial do Senado.

Comunico ainda o recebimento do Ofício 815/2006, do Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, encaminhando Requerimento de Autoria do Senador Romero Jucá, que solicita tramitação conjunta, o PLS nº 19 com o PLS 245. O Presidente solicita, portanto, em conformidade com o art. 266 do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa do referido projeto para que se possa dar continuidade à tramitação do mencionado Requerimento, uma vez que sua leitura poderá ocorrer com os processados sobre a Mesa. O PLS nº 245 já foi encaminhado em virtude de não constar na pauta da Comissão. Portanto, como é norma da Comissão, coloco em votação o encaminhamento à Mesa do Senado Federal o PLS nº 19/Maio, uma vez que a referida matéria encontra-se na presente pauta, no Item 2 da pauta. O Item 2, na verdade, é o Projeto de Lei do Senado nº 19/2005, complementar, não terminativo, que altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica. Autoria do Senador Rodolpho Tourinho, o Relator é Senador Osmar Dias, que inclusive é favorável ao projeto. Em votação o encaminhamento do projeto à Mesa do Senado Federal. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Será encaminhado a Mesa do Senado Federal.

Passamos à nossa pauta.

Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 30/2006, complementar, não terminativo. Acrescenta o § 1º, 2º e 3º ao art. 32 da Lei Complementar nº 87, de 13/09/96. Estabelece prazo para o ressarcimento aos Estados e ao Distrito Federal pela renúncia de ICMS referente a produtos destinados a exportação. O Autor é o Senador Pedro Simon, o Relator é o Senador Gilvan Borges, que também não encontra-se presente. Esse projeto já está em pauta há algum tempo, mas nem o Autor e nem o Relator estão presentes. E o Relator é pela rejeição do projeto. Fica adiada a votação do projeto, pela ausência do Autor e do Relator.

Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 19/2005, complementar, não terminativo também. Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica. Também é o que foi encaminhado à Mesa agora mesmo, o Item 2, aprovado inclusive junto com o outro projeto que já estava encaminhado à Mesa.

Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 278/2004, terminativo. Esse projeto é terminativo, precisa de votação nominal. Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, incidente sobre os veículos automotores que especifica, e dá outras providências. A Autora é a Senadora Lúcia Vânia, o Relator é o Senador Arthur Virgílio, favorável ao projeto das Emendas nº 1, 2 e 3 que apresenta. Fica adiado o projeto.

Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 249/2004, terminativo também. Altera. Daqui para frente todos os projetos em pauta são terminativos, com exceção do Item 14, que é um projeto do Senador Antero Paes de Barros, que tem como Relator o Senador Valdir Raupp, que é pela rejeição do projeto.

Eu pediria aos Srs. Senadores que nós poderíamos logo votar esse projeto não terminativo, se V.Exªs. concordarem, porque nós assim procedendo, agilizamos a votação do projeto. Os senhores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vou alterar a pauta, incluindo aqui o Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 22/2001, não terminativo. Dá nova redação ao § 5º do art. 1º da Lei 10.117, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Estados, na verdade, os Fundos Constitucionais dos Estados de financiamento do Norte e do Nordeste e do Centro-Oeste, FNO, FCO, de que trata a Lei nº 7827, de 27 de setembro de 89, e dá outras providências. A Autoria é do Senador Jonas Pinheiro, o Item 14, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 23/2001, não terminativo, que altera também a mesma lei, a Lei 10.177, de 12 de janeiro de 2001, de forma a conceder melhores condições no financiamento ao fortalecimento e recuperação extensiva na região do Pantanal Matogrossense. A Autoria é do Senador Antero Paes de Barros, o Relator é o Senador Valdir Raupp, o Parecer é pela rejeição do PLS nº 22, esse que foi lido agora, que é de Autoria do Senador Jonas Pinheiro, e 23. O Parecer é contra os dois projetos, tanto o 22 quanto o 23, do Senador Valdir Raupp, que é o Relator. A matéria ainda não foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com decisão terminativa. Em discussão o projeto. Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro, para discutir o projeto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pelo mesmo motivo que os anteriores, um dos Autores do projeto, o Senador Antero, está ausente e o Relator, Senador Valdir Raupp, também se encontra ausente. Eu pediria que, da mesma forma que os anteriores...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pode ser designado um *ad hoc*, Senador Flexa Ribeiro, porque esse projeto é não terminativo, ele não precisa de votação nominal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas os dois primeiros também eram não terminativos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Não, todos são terminativos aqui. Os que estão em pauta são terminativos. Não foi retirado de pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pois é. Eu pediria para adiar para a próxima Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Aí nós não vamos votar nada de novo, mas se V.Exª. assim quer, da minha parte, não tem nenhum problema. Então, fica adiado também esse projeto.

Ainda de projetos não terminativos. Item 16. Projeto de Lei do Senado nº 103/99, não terminativo. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos, e dá outras providências. A Autoria é do Senador Jefferson Peres. Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 103/2003, também não terminativo, da Senadora Íris de Araújo, que dispõe sobre a concessão de incentivos aos empregadores que contratarem trabalhadores com idade acima de 45 anos, Projeto de Lei do Senado 461/2003, não terminativo, que institui o programa de incentivo ao trabalhador com idade de 40 a 55 anos de idade, o PROIN, também do Senador Álvaro Dias e o Projeto de Lei do Senado 83, também não terminativo, que dispõe de vagas nas empresas para trabalhadores com mais de 45 anos nos casos que especifica, do Senador Paulo Paim.

Tem um outro projeto também com a mesma finalidade, são cinco, é o Projeto de Lei do Senado 178, também não terminativo, que acrescenta aos § 17 e 29 da Lei 8.036, de 11 de maio de 90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com o objetivo de estimular a contratação de trabalhadores com idade superior a 40 anos e de aprimorar a divulgação de informações acerca dos valores recolhidos ao FGTS e respectivas contas vinculadas. Autoria á do Senador Marcelo Crivella, Relator é o Senador José Agripino. O Parecer é pela aprovação do PLS nº 103/99, com a Emenda nº 1 que apresenta, e pela rejeição dos PLS 103/2003, ou seja, o de Autoria do Senador Jefferson Peres, o PLS 461, que é o de Autoria do Senador Álvaro Dias, o 83, que é de Autoria do Senador Paulo Paim e o PLS 178 que, na verdade, é o do próprio Senador Marcelo Crivella. Esse é o relatório do Senador José Agripino, do PFL do Rio Grande do Norte, Líder do PFL no Senado Federal. As matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Sr. Presidente, eu peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Em discussão o Parecer do Relator, Senador José Agripino. Com a palavra, a Senadora Ana Júlia Carepa.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – São vários projetos na mesma direção que tratam de

desoneração, incentivos fiscais para contratação com idade superior a 40 anos. Nós estamos discutindo a LDO e temos informações no Ministério de que esse projeto ele causa uma perda de mais de cinco bilhões. Em compensação, os ganhos para os trabalhadores nessa faixa etária seriam bastante tímidos, não tem um ganho significativo. Então, pelo menos que a gente pudesse aguardar, o próprio Ministério do Trabalho também havia se colocado contrário, então, eu acho preocupante que a gente aprove hoje esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senadora Ana Júlia, essas matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais. O mérito delas será da Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu sei. Mas, como nós estamos tratando exatamente do impacto econômico, o impacto econômico é muito grande realmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Eu só estou observando que vai ser votado lá.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Então, era isso que eu iria solicitar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Qual é a solicitação, então, de V.Exª.?

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Que a gente não votasse também esses. São vários projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Então, fica encerrada a presente Sessão, convocando os Srs. Senadores para a próxima terça-feira.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, tem um extrapauta de Mato Grosso, se V.Exª. pudesse aproveitar essa Sessão e a gente votá-la, de Mato Grosso do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Extrapauta de...?

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Uma mensagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Mato Grosso do Sul? Financiamento externo?

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sim, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Se os Srs. Senadores concordarem, a gente vota. Só tem esse projeto. Pelo menos esse, não é Senador? Então, dando última forma no encerramento, vamos reabrir a Sessão. Reaberta a Sessão.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Caso o Senador Wellington chegue, que é o Relator do Item 5, caso o senhor queira aproveitar também, fica à sua vontade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – É que o Item 5 é terminativo. Mas se ele chegar nós votaremos então. Ele está vindo. Ele atrasa sempre, o Senador Wellington.

Extrapauta. Mensagem nº 145/2006, Autor é o Presidente da República, Mensagem nº 00368, de 16 de maio de 2006, na origem. Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, FONPLATA, no valor total de até vinte e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América, como principal, destinado a financiar parcialmente o programa de melhoraria da infra-estrutura viária da região sul-fronteira. Em discussão. Antes, eu coloco à condição de Relator o Senador Aelton Freitas, do PFL de Minas Gerais, para relatar o projeto.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, com visto, a operação de crédito pretendida será contratada pelo Estado do Mato Grosso do Sul e alcança do valor de até vinte e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América e destina-se ao financiamento de programa de melhoria da infra-estrutura viária na região sul-fronteira.

A Secretaria do Tesouro emitiu Parecer favorável ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo. Assim, é que os termos do art. 1, 2 e 3 da Resolução 96/1989 do Senado, a concessão de quaisquer garantias por parte da União equipara-se a uma operação de crédito que onera os seus limites de endividamento, sujeitando as operações financeiras externas a prévia Autorização do Senado.

Ressalta-se ainda que, de acordo com os cálculos das estimativas realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deve-se implicar com um custo efetivo equivalente a 8,07% ao ano com o custo de captação do Tesouro Nacional em dólar no mercado internacional. As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções Nº 96/89 e 43/2001 do Senado Federal são atendidas pelo Estado de Mato Grosso do Sul e pela União, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

O Voto. Em conclusão ao pleito encaminhado pelo Estado do Mato Grosso do Sul, encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nº 96/89, 40 e 43/2001 do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação a de operação de crédito externo pretendida, nos termos seguinteS –

Art. 1º O Estado do Mato Grosso do Sul autorizado a contratar operações de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, FONPLATA, no valor de até vinte e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo, referida ao *caput*, destina-se ao financiamento parcial do programa de melhoraria de infra-estrutura viária na região sul-fronteira.

Art. 2º A operação de crédito referida ao art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições: 1º) Devedor: Estado do Mato Grosso do Sul; 2º) Credor: Fundo de Financiamento do Desenvolvimento da Bacia do Prata, FONPLATA; 3º) Garantidor: República Federativa do Brasil; 4º) Valor: Vinte e oito milhões.

E daí por diante, Sr. Presidente, portanto, concluímos lendo o parágrafo único, que a autorização prevista no *caput* fica condicionada a que o Estado do Mato Grosso do Sul celebre contrato com a União para a concessão de contra-garantias sobre a formação de vinculação dos direitos e créditos relativos às cotas e receitas tributárias previstas nos art. 155, 157 e 159, combinados com o art. 167 § 4º da Constituição Federal e outras garantias em direitos admitidos, podendo o Governo Federal reter o recurso necessário para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras de arrecadação do Estado.

Art. 4º E último. O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 dias contados a partir de sua publicação. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Em discussão. Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto enviado pelo Presidente da República, o financiamento para o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, de vinte e oito milhões de dólares. Para concluir, Senador Aelton Freitas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com toda a atenção de V.Exª., se puder, eu queria pedir urgência urgentíssima, porque sabemos da necessidade...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Primeiro vamos votar o projeto, e logo após a aprovação do projeto votaremos o pedido de urgência de V.Exª.

Em votação o projeto. Mensagem nº 145, que propõe ao Senado Federal seja Autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil entre o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata. Vinte e oito milhões de dólares. Em votação. Os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o projeto.

Pedido de urgência do Senador Aelton Freitas. Em discussão. Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o pedido de urgência do projeto nº 145/2006.

Bom dia, Senador Romeu Tuma.

O Senador Wellington Salgado, que aí é Relator do Item 5, pede que seja apresentado o seu relatório. O Projeto é de Autoria também do Senador Aelton Freitas. O Senador Wellington Salgado já justificou o seu atraso. Realmente, o secador teve problema (risos), mas já foi resolvido, tanto que ele chegou aqui (risos). Com a palavra o Relator, Senador Wellington Salgado, do Item nº 5, Projeto de Lei do Senado nº 277/2003, terminativo. Altera o inciso III do art. 5º da Lei 7.827, de 27 de setembro de 89. Com a palavra o Relator, Senador Wellington Salgado, do PMDB do Estado de Minas Gerais.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiramente eu queria pedir desculpas pelo meu atraso, foi um atraso no avião, agora, a razão não é a que o Presidente colocou realmente (risos).

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy, do PT do Estado de São Paulo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Como o projeto é terminativo e precisa de número mínimo de votos, então acredito que possa ser feita a leitura, mas, salvo engano, não há número suficiente para votação de projeto terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Ele pode ler o relatório, e a votação ficará para a próxima Sessão. Encerramos a discussão hoje ainda. Mantenho a palavra ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, de novo, Srs. Senadores, esse é um Projeto de Lei muito importante para Minas Gerais que vem a exame dessa Comissão para decisão terminativa, o Projeto do Senado nº 277/2003, de Autoria do Senador Aelton Freitas, que está presente, que altera o inciso III do art. 5º da Lei 7.827, de 27 de setembro 1989, de modo a incluir 58 Municípios de Minas Gerais como beneficiários do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Atualmente, a Lei 7.827/89, que dispõe sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento, define a área de atuação do FCO da seguinte formA – Para efeito de aplicação dos recursos, entende-se por Centro-Oeste a região de abrangência dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. O objetivo da proposição é de incluir na área de atuação do FCO, 58 Municípios mineiros situados no Triângulo Mineiro, na faixa de até 100 quilômetros a leste da divisa do Estado de Goiás e Mato Grosso do Sul.

O Autor do PLS 277/2003 justifica a inclusão desta porção do Estado de Minas Gerais na área de atuação do FCO, em função das suas características serem similares às presentes em Goiás e no Mato Grosso do Sul. Segundo o Senador Aelton Freitas, o Triângulo Mineiro tem características geográficas, econômicas e sociais semelhantes às de Goiás, está fortemente ligado a esse Estado por laços comerciais, industriais e agropecuários. Na prática, ambas as regiões formariam uma só economia, com a mesma potencialidade de carência. Além da insuficiência de infra-estrutura, saúde e educação, os Municípios do Triângulo Mineiro enfrentariam dificuldades na atração de investimentos, dada à desvantagem competitiva em relação aos vizinhos que contam com recursos do FCO.

A proposição iria, assim, corrigir essa distorção, fazendo com que os recursos do fundo possam viabilizar a implantação de novos projetos produtivos na região, com impactos favoráveis em termos de geração de emprego e renda e elevação do nível de vida da sua população residente nos Municípios a serem incluídos na área de atuação do FCO.

À proposição foi apresentada a Emenda nº 1 de Autoria do Senador Eduardo Azeredo, que amplia a área mineira a ter acesso aos recursos do FCO, com a inclusão de outros 26 Municípios que fazem parte do Triângulo Mineiro, Alto Parnaíba, noroeste de Minas e a leste da divisa do Estado de Goiás e Mato Grosso do Sul.

A Emenda nº 2, de Autoria do mesmo Senador, propõe a inclusão de todos os Municípios já constantes na Emenda nº 1.

Análise. Cabe a esta Comissão analisar a constitucionalidade, a juridicidade e o mérito do PLS 277/2003, em caráter terminativo. O projeto atende aos requisitos constitucionais, no que diz respeito à competência da União, definida no art. 43 da Constituição Federal e à exigência constitucional de iniciativa, à luz do disposto no art. 61. Além disso, a proposta respeita o requisitivo de juridicidade, em razão de apenas introduzir alterações em dispositivo da Lei 7.827/89, já incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro.

No que tange ao mérito da matéria, cabe apontar a similaridade da proposição em foco com a inclusão das regiões norte e nordeste de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, ADENE, sucessora da extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Sudene. Assim, a denominada área mineira da Sudene corresponde à área mineira de atuação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, FNE.

Vale notar, que a proposição em análise apresenta propósito idêntico ao do art. 2º do Projeto de Lei Complementar nº 59/2004, em tramitação nesta Casa, que trata da Sudene. O dispositivo citado expande a porção mineira incluída na área de atuação da Sudene, com a adição de 30 Municípios que passariam a ter acesso a recursos do FNE.

Do mesmo modo que a semelhança das condições sociais e econômicas das regiões norte e nordeste de Minas Gerais com as condições prevalecentes no Nordeste brasileiro serviu de fundamento à inclusão de Municípios mineiros na área de atuação da Sudene.

A proposição em análise está baseada no fato de que os Municípios a terem acesso aos recursos do FCO são situados na região natural do cerrado, tal como acontece em Goiás e nos demais Estados do Centro-Oeste. Além das condições naturais, prevalecem carências, potencialidades, expectativas similares às vigentes nos Municípios goianos e mato-grossenses do sul, independente dos limites interestaduais. Estão sob a mesma influência econômica e estão ligadas por fortes laços comerciais, industriais e agropecuários. Separam-se, exclusivamente, quanto ao Triângulo Mineiro, pelo Rio Paranaíba, e quanto à mesorregião do noroeste de Minas, pelo divisor de água entre os Vales de São Francisco, do lado mineiro, e Tocantins, no lado goiano. No entanto, os pequenos produtores rurais, as pequenas empresas, associações de cooperativas da região do Alto Parnaíba, Triângulo Mineiro e da região de Unaí ou Paracatu não podem se beneficiar desse instrumento de financiamento, que pretende promover o desenvolvimento de sua área de atuação. Se por um lado os Municípios do Triângulo Mineiro e do noroeste de Minas possuem características geográficas e econômico-sociais similares às dos Municípios da região Centro-Oeste, evidente está que as dificuldades encontradas para otimizar a produção rural e, conseqüentemente, o desenvolvimento da região, também se apresentam em igualdade.

Assim, a inclusão dos 58 Municípios listados no projeto entre as cidades beneficiadas com a ampliação dos recursos do FCO é justa e oportuna, já que promove o crescimento da área, carente de oportuni-

dades de investimentos. O intuito do fundo é exatamente amparar a região, que não tem condições de se desenvolver sem esse apoio. Como os Municípios mineiros possuem as mesmas dificuldades e carências dos demais incluídos na região Centro-Oeste, devem, portanto, igualar-se também nas condições de crescimento que a Lei Maior procura garantir com os Fundos Constitucionais de Financiamento.

A Emenda nº 1, que propõe a inclusão de mais 26 Municípios entre aqueles passíveis de serem beneficiados pelo FCO é meritória, pelo fato de que esses Municípios possuem características semelhantes às daqueles, objeto da proposta. Entretanto, julgamos mais conveniente aprovar o projeto como proposto originalmente, de forma a evitar uma discussão interminável sobre a inclusão de outros Municípios limítrofes aos passíveis de acesso ao crédito subsidiado pelo FCO. Além disso, com base na experiência que se vem adquirir a participar da incorporação de 59 Municípios mineiros na área beneficiada por esse fundo, nos parece que será mais oportuna posteriormente a discussão sobre nova alteração da lei, com o objetivo de incluir Municípios objeto da Emenda. Por fim, está prejudicada a Emenda nº 2, por propor a inclusão de Municípios já constantes na Emenda nº 1.

Voto. Pelo exposto, o voto é de aprovação pelo PLS nº 277/2003, da forma como apresentado e pela rejeição das Emendas nº 1 e nº 2. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Em discussão... Com a palavra o Senador Jefferson Peres. Logo depois, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, eu não sou parte diretamente interessada, porque o projeto se refere ao FCO, Fundo Constitucional do Centro-Oeste. Minas é beneficiada já pelo FNE, na área geográfica que era abrangida pela antiga Sudene, área do semi-árido, do polígono das secas. O FCO abrange Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul. O projeto pretende ampliar para uma área do Triângulo Mineiro. Eu não tenho condições de analisar o mérito, mas tenho que levar em conta que se trata de distribuir o mesmo montante de recursos por um universo maior, ampliado. Portanto, haverá perdas para Municípios de Goiás e do Mato Grosso do Sul, que eu gostaria, Sr. Presidente, sem entrar na discussão, repito, para mim, pelo Estado que represento, é indiferente, eu gostaria era de que, numa Sessão mais cheia, ouvir principalmente os representantes de Mato Grosso do Sul e de Goiás, se eles estão de acordo com isso, se estiverem, eu é que não vou fazer objeção nenhuma, porque, repito, o Amazonas não perde nem ganha com isso. Era a ponderação que eu gostaria de fazer, ouvir os representantes de Mato Grosso do Sul e de Goiás.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O mesmo problema que levantou o Senador Jefferson Peres, Senador Wellington, é claro que a gente tem que lutar por esses Municípios que são pobres e quase não conseguem sobreviver. Mas, já houve outros projetos nesse sentido em que estavam incluindo até Belo Horizonte. É um problema geográfico, de divisão geoeconômica do País, eu acho que o Senador colocou bem, eu não sou contra não, só acho que tinha que aumentar esse fundo financeiramente, porque senão não vai suportar. São 59 Municípios, é isso Senador Aelton? Então, eu acho que eles precisam ter essa ajuda, mas a fonte, quem está no orçamento sabe o desespero que é, o Senador Mestrinho sabe o que é no orçamento se arrumar mais um pouco mais de dinheiro ou se tirar de um Município para passar para outro. Então, eu acho que nós temos que apoiar mesmo é descobrir a forma, o Senador Jefferson Peres, eu sou de São Paulo, não tenho nenhuma perturbação nisso, o Senador é do Amazonas, mas Minas Gerais também tem a região de pobreza, de miséria. É Isso é que eu digo, é um problema geoeconômico que tem que ser provavelmente revisto.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Senador Aelton Freitas.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Eu queria agradecer a participação do Senador Jefferson e do Senador Romeu Tuma e dizer que eu sou de pleno acordo, e peço à Casa que aprove sem que mexa em nenhum centavo desses quatro Estados, inclusive de Mato Grosso. Temos o compromisso desse Governo, é que o projeto demorou muito, de pegar um recurso, parte de um recurso de fundos diversos, que tinha no BNDES, palavra do Presidente da República, e acrescentar a esses 58 Municípios. Então, eu peço à casa, e reitero inclusive ao nobre Senador, em sendo aprovado, não mexer em nenhum vintém do fundo que pertence a esses Estados e, sim, criarmos uma nova rubrica, uma nova fonte para esta região.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro e, depois, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, é evidente, se não for mexer no recurso, conforme disse o Senador Aelton Freitas, fica menos complicado para os nossos Estados que compõem a região Centro-Oeste. Agora, eu entendo que esse projeto ele vem ser inconstitucional, porque o art. 159 da Constituição brasileira ele diz que a União entregará e, no Item "C" ele diz "3% para aplicação em programas de financiamento no setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste". Portanto, eu entendo que, nessa altura, nós teríamos que fazer uma Emenda à Constituição, nesse art. 159, incluindo aqui o Triângulo Mineiro. Porque extrapola a Constituição. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, PT do Estado de São Paulo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu acho que a ponderação do Senador Jonas Pinheiro faz sentido, porque se trata de uma definição de projetos relativos ao fundo para o Centro-Oeste e também leva em conta que a Constituição diz que recursos serão destinados ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nós sabemos que já uma certa região de Minas Gerais foi considerada como parte da região semi-árida, do Vale do Jequitinhonha e tudo, e é incluída na região da Sudene. Mas agora, se ampliar por Projeto de Lei precisaria-se examinar constitucionalmente se não seria o caso de haver aquela mudança.

Sobre o que mencionou o Senador Aelton Freitas, de que então precisaria haver outros recursos que não aqueles que hoje estão previstos no Fundo para o Centro-Oeste, para se dar recursos ao Triângulo Mineiro, aí precisaria ver se este projeto, de fato, contempla isto, porque a informação que temos é que o projeto destina os recursos que hoje são para o Centro-Oeste. Por outro lado, embora eu não seja Senador por Minas Gerais, e não conheço tão bem quanto os Senadores Aelton Freitas e Wellington Salgado a região do Triângulo Mineiro, mas eu tenho visitado algumas, eu já estive em Uberlândia e em Uberaba e a impressão que eu tenho é que se trata de uma das regiões do Brasil que tem um grau de desenvolvimento, de dinamismo bastante acentuado. Nós temos ali nessa região, por exemplo, as maiores empresas de atacado no Brasil, conhecidas por isso, e centros universitários importantes...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A maior distribuidora de grãos no País é Uberlândia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então, se trata de uma região, felizmente, com dinamismo significativo. Mas, Sr. Presidente, eu acredito que foi importante ter-se iniciado a discussão sobre o referido projeto, e como não podemos aqui votar, já que não há o número de 14, mínimo para a votação de projeto terminativo, gostaria de sugerir que nós pudéssemos até a próxima reunião ter mais elementos para dirimir as dúvidas que aqui foram suscitadas...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pedido de vista caberia bem, não é? Por que não? Quem falou não aí atrás?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu queria sugerir que, como não há número...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Eu pediria que a platéia não se manifestasse.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não fui eu que falei isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Mas eu estou dizendo. Também já é demais. Daqui a pouco, a platéia é que vai mandar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Tudo bem. Mas Sr. Presidente, eu acho que o normal então é adiar a votação da matéria e o Senador, o Vice-Presidente, tinha sugerido que a discussão continua.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Eu faço um pedido de vista. Eu peço vistas, então. Lido o relatório, peço vista coletiva, tendo em vista os pedidos do Senador Romeu Tuma e Senador Jefferson Peres. Com a palavra ainda o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com todo o respeito que eu tenho pelo Senador Suplicy, e que inclusive, certamente, teria muitos votos em Minas, se por lá fosse candidato, mas eu quero dizer o seguinte, que essa região que tem, como o Senador Romeu Tuma...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com licença, Senador Wellington Salgado. A Assessoria do Governo, principalmente depois que mudou a Casa Civil, sinceramente, está incrível aqui. Aqui V.Exªs. às vezes não percebem, tem Assessor do Governo que quer influenciar, decidir inclusive a pauta dessa Comissão, como das outras. Isso é um absurdo. Isso eu não aceito. Se houver manifestação de Assessoria do Governo, de qualquer maneira, na próxima Sessão aqui, será evacuado qualquer Assessor, seja do Governo ou da oposição, que venha a se manifestar dentro dessa Sessão. Se eu tiver o apoio de V.Exªs., eu farei isso imediatamente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tem o meu apoio, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Sr. Presidente tem a minha inteira solidariedade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Meu também, Sr. Presidente. Voltando ao assunto, Sr. Presidente, bem colocada a posição de V.Exª., eu queria dizer o seguinte. Realmente, Uberlândia tem as grandes distribuidoras. Agora, Senador Romeu Tuma, o que é que tem acontecido? Com os subsídios, por outras razões que Goiás tem dado, um Estado que eu até gosto muito, até Brasília teve agora julgado no Supremo, na semana passada, voltando atrás numa isenção que estavam dando de ICMS, quer dizer, toda essa receita tem saído do Triângulo Mineiro, tem ido para Goiás e tem ido, até como tiradores de notas, Sr. Presidente, simplesmente tirando nota, porque, na verdade, os caminhões saem de Uberlândia, saem do Triângulo Mineiro, e aí essa colocação do Senador Suplicy de que lá é uma... Senador, o senhor que é de São Paulo falar que o Triângulo Mineiro é rico... O Triângulo Mineiro trabalha muito, mas com certeza São Paulo tem muito mais, não vou chamar de riqueza, mas muito mais prosperidade do que o Triângulo Mineiro. Então, eu queria só colocar isso. Porque o Triângulo tem sofrido com essa situação, não só Triângulo como Minas, minas tem sofrido porque todo muito diz que Minas não está precisando de nada, fizeram a "Lei Kandir", e prejudicaram Minas, toda a hora nós temos que implorar para poder passar, e o Senador "Flexinha" está aqui, temos que implorar para poder ter o direito à "Lei Kandir", quando o imposto era de Minas e que está sendo subsidiado pelo Governo Federal. E agora, mais uma vez, quando Minas vem tentar, de alguma maneira, receber esses recursos que nós estamos dando para a União através de uma lei correta, nós enfrentamos essa série de dificuldades aqui, colocando como o Triângulo Mineiro é uma área de prosperidade. O Triângulo Mineiro é uma área onde se trabalha muito. Trabalha muito, planta muito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E, portanto, prospera.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não, prospera com dificuldade. Porque vocês estão tomando tudo, vocês estão levando tudo para os outros Estados e colocam uma situação desse tipo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Nós, quem?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – São Paulo. Nós temos aprovado aqui constantemente empréstimos para o Estado de São Paulo e para a Prefeitura de São Paulo. O senhor inclusive, como um grande Senador, defende assustadoramente, e bem, por isso que o senhor é bem conceituado no Estado, esses empréstimos bem definidos os quais nós aprovamos, em que eu participei de votações.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas não me lembro de ter pregado susto. Assustadoramente? Não me lembro de ter pregado susto em V.Exª. (risos)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Algumas vezes, sim, Sr. Senador (risos). Algumas vezes, sim, eu já coloquei diretamente para o senhor que o senhor às vezes me prega um susto. Mas, a colocação é essa, toda a vez que Minas vem discutir alguma coisa sempre encontra uma certa dificuldade, até mesmo pela Assessoria do Governo. Quando Minas, Minas vai ser um Estado importante nessa eleição, Senador Suplicy, Minas vai ser o "fiel da balança" como sempre fez na história, então o Governo, a Assessoria que se manifestou aí tem que tratar muito bem Minas, se não tratar, vai encontrar nas urnas a diferença. Porque, na hora de se manifestar aqui, como o Presidente bem colocou, que não pode se manifestar, a Assessoria do Governo vem e se manifesta. Agora, na hora de colher o voto lá, vai ter que colher com o que fizer para Minas Gerais, porque se não fizer não vai levar o voto, não. A verdade é essa. Porque toda a vez, eu, o Senador Aelton ou o Senador Azeredo viemos aqui com algum projeto, encontramos uma série de dificuldades parecendo que Minas quer tomar alguma coisa de alguém. Quem acompanha o FCO, o Fundo do Centro-Oeste, sabe que é um fundo altamente controlado, que você tem que passar por uma série de exigências para conseguir esse financiamento, é muito bem controlado pelo Banco do Brasil aqui em Brasília e que sobra recursos sempre, sempre sobra recursos no Fundo do Centro-Oeste.

Quer dizer, Sr. Presidente, está bem colocado, a vista foi dada, mas eu queria uma atenção para com o Triângulo Mineiro e com Minas Gerais. Porque, dessa maneira, realmente, Minas está sendo prejudicada por colocações de riqueza que o Triângulo não tem. O Triangulo trabalha, tem terra fértil e trabalha. Mas, agora mesmo, o senhor sabe disso, que dentro da Agricultura está sofrendo assustadoramente, as manifestações estão aí pelo Brasil afora e o Presidente Lula está tomando decisões para mudar essa situação. Aí quando a gente vem aqui tentar levar indústrias para fugir da questão da Agricultura, a gente encontra esse tipo de dificuldade aqui. Só isso, Sr. Presidente. Obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, dá licença um pouquinho. Eu não fiz nenhum protesto, não. Eu só, porque eu gosto de Uberlândia, tenho família lá, o senhor sabe disso, e sei as dificuldades. Apenas, quando eu estava na CPI do Roubo de Cargas, a grande concentração de grãos que eram vitimas

dessas quadrilhas era Uberlândia, tanto é que nós fizemos uma Audiência Pública lá, por isso que foi uma referencia, não desprestigiando Uberlândia, porque ela está sofrendo com a situação atual pela diminuição da capacidade que ela tinha anteriormente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É verdade, Sr. Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu estou contigo e não abro.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Pela ordem, o Senador Aelton Freitas.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Eu queria voltar um pouco no início da história e por que é que esse projeto aconteceu, porque o Triângulo não é só Uberlândia e Uberaba, nós estamos pondo aqui mais 56 Municípios pequenos que perdem tudo para esses grandes porque ali concentra a economia e a distribuição de cargas. Mas, como engenheiro agrônomo, pequeno produtor rural, filho de produtor rural e mais um sofredor do Triângulo, se nós analisarmos hoje os agricultores de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, principalmente de algodão, 80% deles são advindos do Triângulo Mineiro e do Alto Parnaíba, porque, enquanto aqui no FCO tira-se qualquer empréstimo, seja para custeio, seja para investimento a 8.75, Sr. Presidente, com um ou dois anos de carência em financiamentos para até dez anos, na nossa região é financiamento de um ano só, sem nada de carência e com juros acima de 20%. Então, onde esse projeto nasceu? Dentro do "Sucatinha", numa viagem Brasília a Belo Horizonte onde estava o Presidente Lula, os Ministros Luiz Dulci, Tasso Genro e Patrus Ananias e o Senador Aelton, e eu ponderei com o Presidente Lula que teria vontade de fazer esse projeto, mas sem em prejudicar em nada os quatro Estados, ele virou para o Luiz Dulci e falou: "Vamos deixar o Senador Aelton viabilizar o projeto, a gente tira recursos de outros fins para que beneficie também essa região, que eu conheço muito e sei do sofrimento daqueles pequenos produtores". Aliás, o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba hoje têm o maior número de assentamentos de pequenos produtores rurais que estão lá na base de favela rural.

Então, Sr. Presidente, com a aquiescência de V.Exª. e desta Comissão, está sendo desenvolvida a Emenda a pedido do Relator, do nobre Senador Wellington Salgado, pedindo que seja aprovado o projeto, em sendo, sem que mexa nada nesse recurso, depois, cabe à Bancada e ao Senado, juntamente com a equipe econômica, buscar recursos de outras fontes. Mas esse é o primeiro passo, não adianta a gente correr atrás dos demais se não tiver esse fundo criado, pelo menos. O que é que, como Senador mineiro, um produtor rural como a maioria do nosso segmento, que é o sustentáculo do superávit deste País e da alavanca do desenvolvimento do nosso País, o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba faz parte, em nome daqueles sofridos produtores rurais, eu peço a esta Casa que veja com carinho e nos ajude a criar esse fundo para essa região. O segundo, o terceiro e os outros momentos eu tenho certeza que teremos o apoio de V.Exªs., e chegaremos lá, dando a condição dos nossos produtores de ter o mesmo direito, a mesma qualidade de produzir e trabalhar tão bem como os produtores do Centro-Oeste do nosso País fazem hoje. Muito obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Estado do Pará.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu quero parabenizar o Senador Aelton Freitas, o Senador Wellington Salgado e o Senador Eduardo Azeredo, que representam muito bem o Estado de Minas Gerais no Senado Federal, pela luta em propiciar a 58 novos Municípios da fronteira leste de Minas Gerais com Goiás e Mato Grosso do Sul, o advento do FCO. Mas aí, Senador Aelton Freitas, V.Exª. vai ter que buscar um outro projeto, através de uma PEC, porque, lamentavelmente, o que o Presidente Lula lhe informou no avião, durante a viagem, é impossível de ser feito dentro da legislação vigente, porque os recursos do FCO são recursos constitucionais, inclusive há uma luta, já de algum tempo, de se aumentar o percentual destinado aos Fundos Constitucionais, porque aí atenderia o FCO. Não há como, Senador Aelton, não há como serem colocados recursos, adicionar no FCO, para atender somente esses Municípios, como o Presidente comentou com V.Exª. no vôo. Há, sim, para que possa atender o vosso projeto, de ser feito uma Emenda Constitucional para agregar a região e aumentar esses recursos, que é uma luta de todos os Fundos, não só do Centro-Oeste, como também do Norte e do Nordeste.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu peço a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa, do PT do Pará.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu queria discutir isso e recolocar, Senador Wellington, a discussão, eu acho que ela foi desviada um pouco daquilo que estava-se ponderando aqui. Ninguém está comparando que essa região é mais rica ou é

mais pobre que São Paulo. Eu acho que nós estamos discutindo aqui incluir mais de 50 Municípios para serem atendidos, e a gente reconhece a necessidade de serem atendidos pelo Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Agora, nós temos que olhar é que forma nós vamos fazer, porque o Fundo Constitucional do Centro-Oeste ele atinge Estados do Centro-Oeste, que são Estados também que têm necessidade, eu não nego a necessidade dos Municípios mineiros, mas o que essa Comissão, e aí acertadamente o Presidente pediu vistas, para que nós tivéssemos tempo para verificar que forma, constitucionalmente, e forma também a não prejudicar, claro, os Municípios dos outros Estados do Centro-Oeste, nós podemos incluir. Eu digo isso porque, como membro da Comissão de Desenvolvimento Regional, fui Relatora do projeto da SUDAN, e também discutimos o projeto da Sudene, e essa discussão inclusive veio à tona na discussão do projeto, de incluir inclusive uma parte também de Municípios mineiros. E acabou não sendo aprovado.

Então, eu acho que o que nós estamos querendo aqui não é não incluir os Municípios mineiros, Senador Wellington, nós não estamos querendo aqui não incluir, as necessidades nós reconhecemos, nós estamos é tentando ver que forma nós podemos fazer para que esse projeto seja da melhor forma possível, contribua com os Municípios mineiros e também que forma os Fundos Constitucionais, que é uma luta realmente de muito tempo que amplie, porque, eu tenho informação diferente do que V.Exª. tem, eu não posso dizer aqui que a minha informação é a correta e a sua não é, ou a sua é correta e a minha não é, eu acho que inclusive é até prudente que nós possamos ter essa informação correta porque, até onde eu sei, não sobram recursos do FCO, pelo contrário, faltam.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Todas as documentações. Porque as informações que eu tinha do Banco do Brasil inclusive é que faltava sempre recursos, que sempre havia uma demanda maior do que a abrangência inclusive, do que o volume de recursos do fundo. Então, eu acho que é prudente até de que nós estejamos discutindo isso agora e possamos votar depois. Eu acho que o Presidente, o Senador Luiz Otávio, tomou uma atitude prudente no sentido de que a gente possa inclusive se subsidiar mais de informações e de que forma nós podemos contribuir, sim, para que esses Municípios tenham acesso, porque todos nós sabemos que os Fundos Constitucionais eles têm realmente juros mais baixos, são juros subsidiados e com isso, com certeza, há uma possibilidade desses empreendimentos, desses projetos darem certo e realmente gerarem desenvolvimento, como tem acontecido em diversas outras regiões no País, sem dúvida nenhuma. Então, eu acho que a tentativa é exatamente de procurar adequar o projeto para que ele seja constitucional e para que nós não possamos também prejudicar os outros Municípios da região Centro-Oeste, que é onde esse fundo abrange hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna, do PMDB da Paraíba.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, do ponto de vista de direito e de correção, o Senador Wellington está inteiramente certo em tentar aumentar a área para incluir Municípios dele, é um direito dele. Do ponto de vista de adequação, nós temos que ter a prudência que teve o Presidente de analisar com mais profundidade para não acontecer da gente fazer o que fez com a Sudene. A Sudene tinha uma área geográfica "X", nós expandimos tanto que, o que aconteceu? Ela deixou de ter razão porque foi tão pulverizado os recursos que parou de ter razão de existir, e o que aconteceu? A morte da Sudene. Eu, quando fui Ministro da Integração, Sr. Presidente, o FCO só podia ser atendido pelo Banco do Brasil e eu pedi para que outros Bancos, porque o Banco fazia força, na época, para não emprestar o dinheiro, para o dinheiro ficar no caixa. E nós tomamos providência para facilitar essa tramitação, obrigando o Banco a fazer as aplicações.

Eu acho, e aí é uma sugestão, Sr. Presidente, Sr. Senador Wellington, Sra. Senadora Ana Júlia, eu acho que nós devíamos não fazer uma Audiência Pública, mas nós devíamos chamar aqui o Diretor responsável pela aplicação, ou seja, a Diretoria responsável no Banco do Brasil, e devíamos chamar também do Ministério da Integração, o coordenador, e ter uma conversa entre nós num *petit comité* para a gente saber qual é a situação real hoje. Isso é coisa de meia hora, uma hora. Chama informalmente, faz-se uma reunião, toma-se os dados todos, porque a gente não pode tirar o direito do Senador de querer melhorar a sua região, mas a gente também não pode ter a veleidade de querer "fazer com que a comida que dá para dois seja para dez e aí ninguém come, fica todo mundo com fome". Então, eu acho que a gente resolvia isso se o Presidente fizer rapidamente uma solicitação para que venha aqui o Banco do Brasil, para que a venha aqui o Ministério da Integração, que é quem é coordenador, a gente faz uma reunião aqui rapidamente, resolve isso rapidamente e tem os dados reais para saber onde é que a gente está pisando. Essa seria a sugestão que eu faria ao nobre Presidente, acho que foi prudente a atitude

do Presidente, acho que é um direito que o Senador tem de defender a sua região, mas que nós devemos saber com mais claridade qual é o quadro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente. Veja bem, Senador Ney Suassuna, eu até me sinto como o senhor defendendo o Estado da Paraíba, sempre lutando contra a maioria, brigando, não é isso? Tudo o que senhor consegue para a Paraíba é uma guerra infernal. A verdade é essa. Então, é a mesma coisa que está acontecendo aqui agora, e Minas está indo para o mesmo caminho, toda vez que Minas apresenta alguma coisa, ela sofre uma pressão enorme. E agora, veja bem, se somar o PIB desses 53 Municípios, 51 Municípios, deve dar um Município de São Paulo. Se somar o PIB deve dar um PIB de São Paulo, Senadora Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – A Senhora não está entendendo. Eu estou dizendo que... Não são os 53, eu estou falando que os 53 Municípios, no fundo, no fundo, em termos de estrutura financeira, de tentativa de crescimento não representam um Município de São Paulo. E V.Exª., eu vejo bem, V.Exª. colocou calmamente para mim, eu até admiro, quando é coisa do Pará, a Senhora se transforma. A Senhora, já vi, a Senhora já jogou num relatório uma vez em cima de mim, até respeito, porque eu gosto da Senhora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Joga nela também.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não. De jeito nenhum, não vou jogar, não (risos). Eu tenho

uma...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Não joguei em V.Exª.(risos)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Jogou para o alto e, como eu sou muito grande...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Pois é. Não joguei em V.Exª. Eu rasguei e algumas folhas chegaram até V.Exª. Não foi bem assim. (risos)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas foi numa outra situação, mas o que eu queria demonstrar é o quanto a Senhora é guerreira ao defender seus ideais. Então, a Senhora sentou ao meu lado, bem calmamente, falA – "Olha...". Não, não dá!

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Nós estamos procurando ver uma fórmula que seja, porque veja bem, Senador, nós queremos...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas a Senhora colocar uma fórmula para o meu Estado, é calmo, mas o problema é que o meu Estado está sendo prejudicado.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Mas nós queremos exatamente é ajudar o seu Estado, Senador, porque não adianta depois aprovar alguma coisa aqui, porque amanhã vai ser questionado, como falou o Senador Jonas Pinheiro, sobre a constitucionalidade, não é melhor encontrar uma fórmula? O que nós todos aqui, todos falaram no sentido positivo, no sentido de ver a melhor forma de incluir. Eu não vi ninguém ser contra a inclusão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora, é no sentido positivo, mas sempre por um caminho não positivo. É isso que eu estou colocando. É assim, olha "Não, está bom, vamos ver, mas não vai por aí, porque não é bom, temos que ver o bem de todos". Eu entendo a posição do senhor, Senador Jonas, claro, o senhor faz parte integrante dessa situação, não pode deixar de prejudicar o seu Estado, o senhor está bem colocado na situação.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Senador, eu não estou por esse lado, porque o Senador Aelton já tinha me dito o propósito desse projeto e eu concordo. Só que há algumas informações meio truncadas. No ano passado, para atender o FCO de Mato Grosso, a demanda, nós tivemos que arrumar dois bilhões de reais no FAT. O FAT é que acudiu as propostas do FCO dentro do Estado de Mato Grosso. É evidente que nem todos os Estados têm demanda tão grande quanto do Estado de Mato Grosso. Mato Grosso são 900 mil quilômetros quadrados, é um Estado pujante, e nem por isso deixa de estar em crise. Agora, com respeito a estender o programa para Minas Gerais, sobretudo, para nosso Triângulo Mineiro, eu não tenho nada contra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado. Entendeu, Senadora Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu também não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu acolho a idéia do Senador Ney Suassuna, de realmente nós debatermos, eu e o Senador Aelton vamos procurar esse caminho de trazer para cá para debater se existe recurso, se não existe, se existe possibilidade ou não, eu fazer uma consulta da questão da constitucionalidade de repente até na CCJ. Agora, não vamos abrir mão dessa luta, entendeu, Senador Aelton? Porque eu acho que isso é importantíssimo para o Triângulo Mineiro, não para Uberlândia e Uberaba, não, é importante para os ou-

tros 51 Municípios, Senador Luiz Otávio, porque se o senhor caminhar nesses Municípios, eles sofrem muita dificuldade, e o Senador Aelton inclusive já foi Prefeito de um Município dessa região e que sabe a dificuldade que representa. É 56, mas eu estou tirando aqui, Senador Aelton, esses 56, o que eu digo é o seguinte, se somar, voltando àquele raciocínio, não vale um Município de São Paulo, em termos de PIB.

É isso que eu quero colocar. Tudo é na dificuldade, quer dizer, está certo também, quando a questão é dinheiro, não tem dinheiro para todo mundo. Não é como feijão, que você bota água e dá para alimentar mais dois na família, "botar água no feijão". Não dá. Eu concordo com isso. Agora, o que eu preciso, e o Presidente já tem, mas eu preciso dos outros membros desta Comissão, é um pouco mais de atenção com Minas Gerais. Porque Minas sempre foi o "fiel da balança" entre São Paulo e o resto do País, o resto não, os outros Estados, sempre procurou, só que ela tem sido prejudicada, e muito, nesse sentido. Muito, muito, muito mesmo.

Na questão da "Lei Kandir" é algo que atravessado na minha garganta. Eu conversava com o Senador "Flexinha", e o Flexa falava para mim, "Wellington temos que mudar alguma coisa. Porque não dá, toda a vez Minas vem como se estivesse implorando 'Olha libera a "Lei Kandir" para nós'. Como se tivesse dando uma moedinha lá no saquinho da igrejinha que passa para pedir esse dinheiro". E Minas não precisa disso, Minas só precisa do que é ela, do que é de Minas Gerais. Que são os impostos sobre as exportações, que tiraram.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Senador, só para dizer do meu compromisso, eu tenho um Projeto de Lei que vai ajudar muito Minas Gerais, que vai inclusive garantir mais recursos para Minas Gerais também...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com certeza, o Pará também. E eu estou com a senhora, nesse sentido.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Nessa questão dos *royalties,* dos minérios. Então, se nós nos juntarmos aqui e aprovarmos esse projeto, que amplia os recursos da CEFEM, porque a compensação financeira sobre a exploração de um bem que não é renovável da natureza, nós vamos estar ajudando todos os Estados mineradores, e Minas Gerais é um deles. Então...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E temos uma empresa...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu sei que... Só para dizer o quanto também eu não, pelo contrário...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – ...Que tem um lucro absurdo e que explora os recursos no seu Estado e no nosso Estado. Eu não sou contra o lucro absurdo...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Então, vamos juntos aprovar o projeto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas tem que dar alguma coisa para Minas, senão Minas vai virar o quê? Um monte de buraco aí. Está bom, Sr. Presidente, eu acho que eu estou um pouco empolgado, então eu vou baixar um pouco e tomar um cafezinho aqui. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Então fica adiada o a votação. Foi pedido vista, vista coletiva ao projeto. Nós vamos agora votar dois Requerimentos, um da Senadora Ana Júlia e um do Senador Pedro Simon. Os projetos que temos em pauta são terminativos e os projetos que são não terminativos foram adiados. O Senador Mão Santa, que é Relator do Item 4, pode inclusive relatar. Mas, Senador Mão Santa, o projeto também é terminativo, precisa de voto qualificado. Então, encerrada a pauta, nós passamos à votação de Requerimentos.

Requerimento do Senador Pedro Simon. Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação das relações comerciais entre o Brasil e a República Popular da China, com fundamento no disposto no art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, ele requer uma Audiência Pública para discutir a relação comercial entre o Brasil e a China no sentido de buscar políticas para fortalecer e proteger o mercado nacional com todos os seus setores, inclusive em face de adesão desta à Organização Mundial do Comércio, OMC, e às regulações subsidiárias daí recorrentes. Dá como sugestão convidar o Presidente da CNI, Confederação Nacional das Indústrias, o Dr. Armando Queiroz Monteiro Neto, a FIESP, de São Paulo, Paulo Skaf, a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Paulo Tigre, o seu Presidente, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan e o Secretário da Receita Federal, Dr. Jorge Rachid.

Em discussão o Requerimento. Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento do Senador Pedro Simon, do PMDB do Estado do Rio Grande do Sul.

Requerimento de informações, da Senadora Ana Júlia Carepa. Requer, nos termos do art. 52, inciso XV da Constituição Federal, combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas por esta Comissão informações do Governo

do Estado do Pará, com o objetivo de mensurar o impacto econômico e social causado após a declaração da inconstitucionalidade do inciso I do art. 5º da Lei Estadual 6.489/2002, a Lei de Incentivos Fiscais do ICMS, tema que será abordado em Audiência Pública por esta referida Comissão. Aqui ela faz referência a que o Governo do Pará, através da Comissão da Política de Incentivos e Desenvolvimento Social do Estado, criada pelo art. 12 da Lei Estadual, já anunciada, e ela quer informações, o seguinte: Qual o montante em reais e em UPF da renúncia do ICMS concedido com base nessa lei; Qual o valor da renúncia por cada empresa; Qual o número de empregos; Qual o incremento verificado; Quantos benefícios foram concedidos a partir de agosto de 2004; O número total de empresas; As medidas adotadas em observância à lei, ao que dispõe o art. 14 da Lei Complementar 101/2000; Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa da receita da Lei Orçamentária. E à Secretaria de Fazenda do Pará, das empresas que haviam sido beneficiadas pelo inciso I do art. 5º da mesma lei – Qual a composição atual de janeiro a abril de 2006 da receita de ICMS; Qual a evolução da arrecadação; O montante de recursos; E, por último, que o Governo do Pará, através da Secretaria Especial de Produção, esclareça qual o número de empresas atingidas pela decisão do Supremo Tribunal Federal. Em discussão. Como ninguém discute, em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa.

Fica, portanto, encerrada a presente Sessão, com a presença do Senador Sibá Machado. Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu queria fazer dois comentários somente. Primeiro, pedir a V.Exª. que agende a Audiência Pública, já aprovada por esta Comissão, para nós discutirmos a regulamentação da "Lei Kandir". Já tivemos um processo penoso por ocasião do Orçamento de 2006. Então, nós temos que regulamentar, até porque a "Lei Kandir" expira agora em 2006. Se nós não fizermos a regulamentação, a partir de 2007...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Desde que os convidados aceitem a...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pois é. Mas vamos agendar, porque nós temos somente...

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Faremos na próxima Sessão, então. Na próxima semana. Até porque a reunião, na verdade, do julgamento da ADIN do Pará com relação a incentivo fiscal, a "Lei Kandir", do Supremo Tribunal Federal, ficou para o próximo dia 7. Então, na próxima semana nós teremos agenda para isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Aí a Comissão vai fazer os convites, para a gente fazer. Outra coisa, eu ouvi agora a aprovação do Requerimento, da nobre Senadora Ana Júlia, de informações. Não havia a necessidade de ser feito o Requerimento para solicitar. Eu vou pedir à Secretaria de Gestão do Estado que passe as informações necessárias à Senadora Ana Júlia, para que ela tenha os dados todos.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu lhe agradeço, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 11h44.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Sétima Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a 1ª Reunião (Extraordinária) da Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 27 de março de 2006, segunda-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas, e doze minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **PAULO PAIM**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais para a realização de Audiência Pública conforme Requerimento nº 04, de 2006 – CAS de autoria do Senador Paulo Paim, com vistas a tratar de assuntos pertinentes à "APOSENTADORIAS E PENSÕES". O Senador Paulo Paim que preside a reunião, declara aberta a reunião da Comissão informando os motivos que levaram à realização da presente reunião. O Senador Paulo Paim convida para tomarem assento à mesa, para suas exposições, o **Sr. EDSON GUILHERME HAUBERT** – Presidente do MOSAP–Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas; **Sr. PAULO JOSÉ ZANETTI** – Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical; **Sr. CANINDÉ PEGADO** – Secretário-Geral

da CGT–Confederação Geral dos Trabalhadores; **Sr. BENEDITO MARCÍLIO ALVES DA SILVA** – Presidente da COBAP - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO QUEIROZ** – do DIAP; **Dr. DAISSON PORTANOVA** – Consultor Jurídico da COBAP; **Sr. FLORIANO JOSÉ MARTINS** – Presidente da Fundação ANFIP. Registra-se também a participação do **Sr. Octaviano Pereira dos Santos** – Vice-Presidente da Federação dos Aposentados de São Paulo e Presidente da União dos aposentados e Pensionistas de Osasco. Fez uso da palavra o Senhor Senador Geraldo Mesquita Júnior. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Paulo Paim,** Presidente em Exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais conjunto com a Reunião da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, do qual sou Presidente, da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 52ª Legislatura. A presente Reunião destina-se à Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº. 04 de 2006, aprovado aqui na CAS, com vista a tratar das questões atinentes às APOSENTADORIAS e PENSÕES.

Foram convidadas as seguintes autoridadeS – o Ministro da Previdência, Sr. Nelson Machado; o Sr. Wilson Roberto Ribeiro, do Sindicato Nacional da CUT; o Sr. Canindé Pegado, da Confederação Geral dos Trabalhadores; Sr. João Batista Inocentini, do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical. O Canindé Pegado, membro da Confederação Nacional dos Trabalhadores. O Presidente da COBAP, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; o Presidente do MOSAP, Movimento dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas, que é o Sr. Edison; e ainda o Sr. Antônio Augusto de Queiroz, do DIAP, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar que tem nos ajudado muito aqui dentro do Congresso, e acompanhando o debate de todos os temas que tratam das questões de interesse dos trabalhadores do campo, da cidade, e também dos aposentados e pensionistas.

Quero agradecer ao Toninho, pela ajuda que tem dado a nós todos aqui, e não é de hoje. O DIAP é uma entidade que há duas décadas, no mínimo, está trabalhando e fazendo esse papel de Assessoria. Quero também registrar a presença do Presidente da ANFIP, Associação Nacional de Auditores Fiscais da Previdência. A Assessoria me lembra aqui a seguinte... O Ministério da Previdência Social comunicou a essa Comissão, que lamentavelmente o Sr. Ministro da Previdência, Dr. Nelson Machado, não poderá comparecer hoje, devido a compromissos previamente assumidos, mas que se bota à disposição para conversar com as entidades e também com essa Comissão, no momento possível, devido à agenda. A partir dessa informação, convidamos os palestrantes que já estão aqui no Plenário. O primeiro a ser chamado à Mesa, pela ordem que está colocada, o Sr. Wilson Roberto Ribeiro, do Sindicato dos Aposentados da CUT, e o Sr. Canindé Pegado, da Confederação Geral dos Trabalhadores. Convido também para que fique aqui na Mesa conosco, o Sr. João Batista Inocentini, do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical, e também Presidente da COBAP, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas. Convidaria, já, os quatro, que ficassem aqui na Mesa. Depois teremos mais uma rodada e viria então, o Presidente do MOSAP, viria o DIAP e viria a ANFIP. Canindé Pegado está aqui, companheiro está aqui... Paulo José Janete representando a Força Sindical. Estão os quatro aqui na Mesa. Eu convidaria então, o Presidente do MOSAP para sentar aqui e na última rodada fica o Sr. Antônio Augusto de Queiroz, do DIAP, e o Presidente da ANFIP.

É intenção nossa encaminhar o debate sobre esse tema da seguinte formA – nós vamos permitir, por sugestão aqui da Assessoria, que cada painelista use o tempo, eu diria de 10 minutos com a tolerância de mais cinco; 10 com mais cinco, dá 15. E depois, a gente faz a conversa com o Plenário, com as lideranças que estão aqui presentes nesse momento.

Enfatizo que essa Audiência Pública, realizada nessa segunda-feira, está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado para todo o País. O objetivo é debater como fica a situação dos benefícios dos aposentados e pensionistas. O Canindé como ninguém, outros que estão aqui, sabem que quanto ao valor específico do salário mínimo, mediante o acordo construído pelas Centrais Sindicais, eu acho que essa não é a grande polêmica; até porque, foi a Comissão Mista que eu faço parte, que pediu tanto às Centrais quanto ao Ministro Marinho, que não mandasse o projeto por MP e assim foi feito. O acordo entre as Centrais e o Ministro Marinho é que o projeto viesse à Casa por medida de lei. Eu lamento que até o momento a Câmara não aprovou; espero, eu, que a Câmara aprove no início desta semana. Eu já entrei com requerimento de urgência, urgentíssima, aqui no Senado. O Senado está pronto para votar o projeto de salário mínimo tão rápido aqui ele chegue, e eu espero que chegue antes de

quarta-feira e, o Senado, acho que vota entre quarta e quinta, para termos uma política para esse ano do salário mínimo. Mas, como a política para esse ano do salário mínimo, eu diria, está em tese resolvido, claro, com direito ao contraditório que ia pesar diferente, mas dos aposentados ainda não estão. A questão não está definida. Por isso, essa Audiência Pública tem toda razão de ser nesta segunda-feira, que é uma semana que decide como será o reajuste a partir de primeiro de abril ou, se for uma situação, que jogue para primeiro de maio.

Então, essa audiência mobilizar o Congresso, para que decida também como fica a situação dos nossos milhões de aposentados e pensionistas, que, até o momento, não sabem qual será o percentual de reajuste e qual a data. Quando nós gostaríamos, claro, que fosse um percentual idêntico ao salário mínimo e que fosse dia primeiro de abril. Mas, pelo menos, nós estamos abrindo a discussão do tema para fortalecer um processo de negociação com as entidades, com o Ministério correspondente, já que esse não é o papel. O nosso papel aqui é trabalhar para aprovar leis que assegurem, efetivamente, um resultado positivo para os envolvidos.

Quero dizer também, que o PLS 58, de nossa autoria, que diz, uma vez ele aprovado, "Que os aposentados e pensionistas teriam o poder de compra correspondente ao número de salários mínimos da época da sua aposentadoria", está tramitando na Casa e o Relator, já é o Senador Rodolpho Tourinho, e já de antemão anunciou que ele dará o parecer favorável. Isso é importante, porque nós conseguimos assegurar essa relatoria essa semana. E dizer também, que nós temos uma PEC, a PEC vai além. A PEC é muito mais que a reposição do passado, ela faz uma projeção para o futuro. Fazendo esses esclarecimentos muito rápidos, faço questão, também, de lembrar que a Comissão Mista do Salário Mínimo, que está reunida no momento nessa própria Comissão de Assuntos Sociais, composta de 11 Deputados e 11 Senadores, tem todo um organograma de debate nos Estados.

No próximo dia sete, nós estaremos na Bahia aproveitando um grande movimento feito pelo MOSAP e pela COBAP, onde inclusive é a terra do Relator Rodolpho Tourinho. Vai ser feita lá uma homenagem ao Gilson, que foi o fundador da Frente Parlamentar em defesa da Previdência. A COBAP e a MOSAP estarão lá e nós aproveitaremos, claro, aquela oportunidade, também, para fortalecer esta luta em defesa dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Eu estarei lá, junto com outros Senadores, que foram convidados, e Deputados. Já a Comissão Mista estará no dia 10, em Curitiba, em um encontro com os aposentados, com o Governador do Estado, com assembléias, Deputados e Senadores, para discutir dois pontoS – política permanente de recuperação do salário mínimo e política permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Após Curitiba, nós vamos para São Paulo. Eu saio da Bahia, dia sete, e da Bahia eu vou direto para Curitiba; porque, inclusive lá, vou visitar algumas empresas, um assunto que também envolve o tema dessa Comissão. E nós retornamos aqui e faremos então a caminhada para São Paulo.

Eu quero registrar, com muita alegria, a presença, aqui conosco nessa manhã de segunda-feira, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador do PMDB do Acre, que tem um belíssimo trabalho e tem nos ajudado muito nesse debate; tanto na Comissão Mista do Salário Mínimo, como na Comissão de Assuntos Sociais, de todos os temas que envolvem os trabalhadores do campo, da cidade e aposentados e pensionistas. Senador Geraldo Mesquita Júnior, seja bem-vindo. V. Exa. sabe que é uma alegria muito grande V.Exª. aqui, numa segunda de manhã. Sei o esforço que V.Exª. fez para prestigiar esse debate.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador Paim, ilustres convidados, Senhoras e Senhores, a minha presença aqui se deve... E é uma preocupação e homenagem aos temas que V.Exª. escolheu para defender nessa Casa. É uma humilde consideração aos nossos ilustres convidados, pessoas envolvidas de corpo e alma, no debate de tão importantes assuntos e, sobretudo, uma homenagem, também, absolutamente humilde e sincera, a uma pessoa que eu tenho como um líder aqui nessa Casa, Senador Paulo Paim. Pessoa que se joga de corpo e alma no debate, na defesa, intransigente, inclusive, de assuntos que dizem respeito a uma massa enorme de brasileiros, que estão aí precisando, carecendo, de que tratemos desses assuntos com mais propriedade, com mais resolutividade, inclusive. Então aqui, a minha presença se deve a essas razões que eu expus e estou aqui prazerosamente para, na medida das minhas possibilidades, contribuir para esse debate tão importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito obrigado, Geraldo. E, se o Toninho me permitir, eu conhecia o Geraldo de nome e daí, o Toninho do DIAP um dia me contou como é que você fez essa campanha, sem dinheiro, sem nada, meio que pelo celular. E enfim, isso mostra seus compromissos com o nosso povo e a nossa gente. Então, de imediato, nós iniciamos. Vamos começar pela minha esquerda, não há nenhuma discriminação.

Então, o Presidente do MOSAP, o Edison. Eu começaria com o Edison, para que ele usasse o tem-

po de 10 minutos, com a tolerância de mais cinco, e depois vamos nessa seqüência da esquerda para a direita. Depois, nós vamos iniciar o contrário, da minha direita para a esquerda. Então, Edison, 10 minutos com mais cinco.

SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Bom, bom dia. Ao nosso querido amigo Senador Paulo Paim, não precisamos qualificá-lo, porque já é conhecidíssimo de todos, há muito tempo; a sua luta é a própria apresentação.

Demais colegas aqui da Mesa e meus colegas também do Plenário, em especial o nosso Senador Geraldo. Para nós discutirmos esse problema de aposentadorias e pensões, é sempre tema recorrente. Já, desde há muito. O próprio movimento MOSAP, Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas, ele surgiu exatamente em decorrência do não cumprimento de regras estabelecidas para as aposentadorias e pensões.

Então, historicamente, nós do MOSAP, que é composto por cerca de 700 entidades de Servidores Públicos nesse País, tanto do setor do Poder Legislativo, Judiciário, Executivo, todas as esferas de Governo Estadual, Federal, do Distrito Federal e Municípios, justamente para tentar, principalmente, a partir da Constituinte de 88, quando lá, já se conseguiu inserir dispositivos que viessem a garantir as aposentadorias e pensões, na mesma situação em que os colegas servidores da ativa estivessem. A Constituição Cidadã de 88 consagrou o princípio da paridade, da integralidade, e eu não poderia deixar de dizer, também, a não contribuição para a Previdência por parte de quem já estava aposentado. Infelizmente, este último ponto, nós viemos a perder aqui no Congresso Nacional e lamentavelmente depois, lá no Supremo Tribunal Federal, pelas circunstâncias que todos conhecem, também fomos derrotados. E nesse último ponto também quero apenas, a título de informação, dizer que nós estamos com uma denúncia na Comissão de Direitos Humanos, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, do sistema OEA, exatamente reclamando o não cumprimento de convenção, duas ou três convenções assinadas pelo Brasil, de cumprimento dos direitos e garantias individuais. Portanto, nos ensejou a entrarmos naquela Comissão, reclamando junto àquele organismo, de que o Estado Brasileiro violou dispositivos da convenção que o Brasil é signatário; e uma vez signatário, tem força de lei interna. Então, esse é apenas um parêntesis que eu faço, e para saudar os membros da corte de São José da Costa Rica, que estão sediados, justamente nessa semana, aqui no Brasil, vão se reunir no STJ, para discutir problemas de aposentados e, inclusive, da Argentina; é um dos temas, eles não tratarão assuntos do País, aqui agora.

Bom, em relação às aposentadorias e pensões, no que diz respeito ao serviço público, não há necessidade de nós discorrermos muito, porque o tema já é absolutamente conhecido de todos. Apenas reafirmar a luta de todos os servidores e, aí sim, também com a solidariedade da COBAP, eu quero frisar isso, também das demais forças que representam aposentados e pensionistas, hoje aqui, mas, sobretudo, num momento crucial, por ocasião da revisão constitucional, quando se discutia o fator previdenciário, que agora foi restabelecido aqui no Senado. E nós torcemos muito para que a Câmara dos Deputados tenha o mesmo sentimento que teve o Senado em derrubar esse fator, que não é um fator de benefício, mas sim um fator de desestabilização e, eu diria, um setor apenas que vem bater e nada de bom traz. Então, é um momento importante e naquele momento, por isso que eu citei a COBAP, foi necessária a união da COBAP e do MOSAP, já naquela oportunidade, brigando para que não se estabelecesse o fator previdenciário; mas, infelizmente, fomos vencidos. Mas isso não significa que hoje nós não estejamos unidos e, mais do que isso, fortalecidos pela vontade de fazer com que essas realidades voltem de novo a beneficiar a quem está hoje fora desse parâmetro.

A aposentadoria e pensão, uma vez concedidas, elas têm que guardar as mesmas proporções de aumentos que o servidor em atividade tiver. Isso é o mínimo de dignidade que nós advogamos e que nós entendemos ser justo. Não é favor que a gente está aqui buscando e pleiteando, mas sim, que se cumpram as regras estabelecidas, primeiro pela Constituição, em segundo lugar pelas leis e em terceiro lugar pela dignidade e justiça que isso representa. Então, isso é um parâmetro, que não há que se discutir, porque aposentados e pensionistas, uma vez tendo concluído o seu período laboral, dentro das regras estabelecidas e dentro dos parâmetros legais e constitucionais, não há porque se fazer diferenciação entre o aposentado e o pensionista em relação ao que governos e organismos tendem a falar sobre reajustar salários ou reajustar pensões e reajustar aposentadorias, tanto do servidor do serviço público, como do regime geral. Sempre aquela velha choradeira da diferenciação do aposentado e pensionista em relação ao outro.

Então, essa é uma luta que nós estamos travando e vamos travar sempre, porque agora o Governo, quando vem com o seu projeto e finaliza a sua proposta de reajuste, de cara já diz que o aposentado e pensionista não terá o mesmo índice do ativo. Por quê? Se a Constituição assim determina? Por que o Governo, que deveria ser o cumpridor dessa mesma Constituição, insiste em que não há necessidade ou que o Governo não tem razão de cumprir a Constituição? Isso nós não podemos entender. Não só em relação ao Servidor Público, mas também em relação ao trabalhador desse País, principalmente o aposentado e o pensionista.

Eu sempre digo que o meu velho pai, de 92 anos, é um aposentado do regime geral. E ele sempre me pergunta: "Mas por que é que eu venho recebendo a menos do que recebe o meu amigo que está na ativa? O índice não é o mesmo? A fórmula não deveria ser a mesma?" É lógico que deveria ser, mas infelizmente essa que é a lógica política de hoje. E não só de hoje; aliás, o MOSAP surgiu justamente por questões já do Governo neoliberal de FHC, ou até mesmo antes, com Fernando Collor, por ocasião do "emendão", etc. Depois, infelizmente, o Presidente que nós ajudamos a eleger e, eu não tenho vergonha de dizer, eu votei só uma vez no PT que foi na eleição do Presidente Lula, na última; e hoje eu tenho que dizer, com tristeza, que eu estou enganado. Essa que é a palavra que eu posso usar. Nós fomos enganados, porque o Presidente Lula nos garantia que não mexeria em direitos adquiridos, que não mexeria em situações já plenamente constituídas juridicamente, e, infelizmente, tanto o Presidente Lula quanto o Ministro Palocci, não era Ministro, mas o coordenador da campanha em São Paulo, nos afirmavam, e depois o Ministro Berzoini no seu MinistériO – "Vocês não precisam vir aqui e perder o seu tempo, porque nós vamos respeitar os direitos adquiridos e as questões constituídas juridicamente". Nada disso foi, infelizmente, respeitado em determinados momentos. Até pela própria proposta da Emenda Constitucional, que nós sabemos da luta e da briga, inclusive, por parte dos Parlamentares, principalmente do Senador Paulo Paim, que foi vencido em relação à contribuição, mas conseguiram segurar outros elementos fundamentais naquela reforma, que veio minorar aquilo que a primeira proposta propunha.

Então, em relação a nós Servidores Públicos e a nós do regime geral, o que eu posso dizer aqui nesse momento, para não tomar mais o tempo, é apenas dizer o seguinte: nós não queremos favores, nós não queremos nenhum tipo de privilégio, mas nós queremos aquilo que a Constituição nos assegura, e aquilo que a dignidade de cada um dos Servidores Públicos e a dignidade de cada um dos trabalhadores desse País conquistou. E não fora de leis e nem da Constituição, conquistou obedecendo todos os parâmetros. Portanto, não para chorar, mas para dizer que quanto mais nós apanharmos, me parece que mais a consciência da gente tem que aflorar, no sentido de que nós temos uma força extraordinária, latente nesse País, por parte dos servidores aposentados e pensionistas, sobretudo que tem tempo para trabalhar, que tem tempo para escrever aos Parlamentares, que tem tempo para participar dos movimentos.

Eu tenho a impressão que nesse ano eleitoral é um momento singular em que a cidadania, nesse particular, não será jamais atingida por quem quer que seja, mesmo por aqueles que fazem promessas mirabolantes, que prometem, mas não cumprem, que é a oportunidade do voto. Naquela cabine é indevassável o nosso direito. Somente os aposentados e pensionistas, os servidores da ativa, os trabalhadores brasileiros é que têm a condição e podem usar desse direito, podem, inclusive, contribuir de uma maneira efetiva, forte, corajosa; apoiando aqueles Parlamentares que nos apoiaram nas eleições e trabalhar, não contra os demais, mas trabalhar para que mais e mais Parlamentares que pensem da mesma forma, que têm compromisso com Constituição Federal e que tem compromisso com a dignidade do trabalhador brasileiro. É para esses candidatos, que nós devemos fazer com que nossas forças e possibilidades de atuação e de inserção (soa a campainha) nessa luta das eleições, neste ano, eu tenho a impressão que muito nós poderemos contribuir.

E aí, conseguindo isso, tenho certeza que o desenvolvimento econômico virá, que as forças produtivas também terão em nós o apoio. E que o capital internacional, tenha um pouquinho de paciência, e deixe um pouquinho do dinheiro que eles ganham tão facilmente aqui, para a produção e deixem para quem produz e para quem ajuda a construir esse País. Muito obrigado. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra nesse momento, representando a Força Sindical, o Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas Idosos dessa Central. Passamos a palavra, então, ao Sr. Paulo José Zanetti. V.Exª. dispõe da palavra por 10 minutos, com a tolerância de mais cinco.

SR. PAULO JOSÉ ZANETTI – Bom dia aos integrantes da Mesa e do Plenário. Primeiramente justificando a ausência do nosso Presidente, uma reunião anteriormente marcada pela nossa Central, ele está lá, então não pôde estar aqui presente.

Eu queria dizer, já a exemplo do que eu falei na Comissão de Salário Mínimo, que é necessário, pegando aqui um gancho na palavra do Edison, que esse País deixe de tratar iguais de forma diferente. Isso que precisa acabar nesse País. Não se pode, no momento de qualquer reajuste, querer dizer "os aposentados ficam de fora". Isso nós não podemos mais concordar. Acho que é um direito insofismável assegurado na Constituição, pelo qual, nós aposentados, devemos lutar sempre e não poderemos admitir qualquer tipo de discriminação com relação à nossa categoria.

Portanto, o que tem acontecido hoje na questão dos reajustes dos aposentados é de uma disparidade muito grande. Então, isso faz com que o pico e a base estejam se aproximando muito e isso nós não podemos concordar. Se hoje somos dezesseis milhões já no salário mínimo, com esse aumento, que foi negociado com as Centrais, de trezentos e cinqüenta e se nós não conseguirmos nessas negociações que estamos entabulando com o Governo, esse número passará para dezoito milhões de aposentados que vão ganhar o salário mínimo. O salário mínimo de trezentos e cinqüenta, do qual não vamos ser hipócritas de dizer, que não reconhecemos que teve um aumento real de 11%, mas também não podemos deixar de dizer aqui, que está muito distante daquele que assegura a nossa Constituição, através do seu art. 7º no seu capítulo 4º, que informe estudos do DIEESE, hoje seria de um mil, quatrocentos e setenta e quatro e quarenta e um centavos. Então, para trezentos e cinqüenta existe uma diferença muito grande e temos que começar a pensar e recuperar o valor do poder aquisitivo de todos os trabalhadores.

A questão que está sendo muito discutida, nesse País, nesse momento, é como é que fica o reajuste desses oito milhões de aposentados e pensionistas, que ganham acima de um salário mínimo. Nós não podemos mais concordar com esse tipo de reajuste, vamos dizer, 16,67 é o salário mínimo e talvez 3,1, 3,3 ou 3,7, que seja, para os demais aposentados. Isso vai fazer com que, volto a dizer, haja uma aproximação muito perigosa entre o pico e a base da pirâmide dos nossos salários. Então, eu acho que o nosso objetivo nessa Reunião conjunta, da Comissão de Assuntos Sociais e da Previdência, é justamente para apresentar algumas alternativas que possibilitem que o desiderato dos aposentados seja atendido.

Infelizmente, o Ministro Nelson não está presente aqui, mas nós temos discutido e já entregamos as nossas sugestões, e acho que todas as entidades representativas de aposentados já entregaram as suas reivindicações ao Ministro, para se buscar uma solução. Não adianta dizer que a Previdência tem *déficit* que nós sabemos... Hoje parece que aqui vai falar alguém da ANFIP e essa pessoa com certeza nos trará dados que vão assustar esse País. Ela não é nada deficitária, basta que o Governo seja sério e que encaminhe para a Previdência aquilo que é determinado nas leis, que aqui mesmo são feitas. Dinheiro seja da loteria esportiva, seja do CPMF, enfim, muito dinheiro que está sendo desviado e que não está indo para a Previdência Social.

Gostaria de falar também dessa questão do recadastramento. Achamos importante que tenha sido feito, mas não concordamos com a forma como que foi feita. A questão dos bancos, eu sou Bancário, posso falar com muita tranqüilidade sobre isso, minha vida inteira fui Bancário, é que não está funcionando como nós queríamos, mas mesmo assim os números apresentados pelo Ministério, já nos trazem uma grande preocupação. Paraná, eu sou do Paraná, o segundo Estado onde foi feito o maior recadastramento e, mesmo lá, quase 9% dos aposentados não compareceram para o recadastramento. Será que alguém não quer receber mais? O que houve com esses 9%? E Estados do nordeste, aí é gravíssimo, que parece que tem um Estado, não sei se é o Alagoas, parece que 47% dos aposentados que lá recebem, não fizeram o recadastramento. Agora nós estamos convocando aí, o Governo está reconvocando, mais treze milhões e vamos ver o que dá por aí. Nós temos a certeza, na hora das denúncias, todas as entidades representativas dos aposentados, tínhamos a certeza de que mais do que 10% desses aposentados, que estão sugando a Previdência Social, que estão recebendo, eles não existem; existem só no papel. E para os Bancos é uma tranqüilidade que continuem recebendo, porque esse dinheiro desaparece e vai para lucros de credores diversos do País e isso faz com que o lucro dos Bancos cada vez aumente mais e mais, é lucro encima de lucro e o Governo tem colaborado com isso.

Outra questão que eu queria fazer uma denúncia, mas o Ministro não está aqui, é justamente, os Bancos fizeram, estão recebendo para tal, mas não o fizeram perfeitamente. E essa questão dos Procuradores, é uma questão muito temerária; então esses números que nos assustam, ainda está como regularizada a situação dos Procuradores e nós sabemos que existe no Rio de Janeiro um Procurador com mais de mil procurações. E agora, mais triste ainda, é que o INSS, o Ministro está mandando com que os funcionários do INSS, já com uma carga, que agora foi aumentado o horário de atendimento da Previdência, nos horários de folga, eles vão conferir se esses aposentados que foram enviados com procuração, se eles estão vivos ou não. Isso também nós somos contra, nós já deixa-

mos registrado no Conselho da Previdência Social, o qual faço parte lá em Curitiba, encaminhamos ao Conselho Nacional de Previdência Social. Já com uma carga sobre-humana que estão os companheiros do INSS, ainda sair à noite, sair no horário de almoço, para aumentar um pouco a sua renda, porque não é só o aposentado que está com a sua situação caótica e desesperadora; pelo jeito os funcionários do INSS também estão, porque estão se sujeitando a aumentar a sua jornada e buscar essas pessoas.

Outro ponto que nós, do Sindicato Nacional dos Aposentados, entendemos, é que o Governo também tem que começar a taxar as grandes empresas pelo seu faturamento, para que possa gerar emprego. A gente fala isso, porque roubou não gera emprego. As máquinas no setor bancário, volto a dizer, quando era Presidente do Sindicato, tínhamos oitocentos mil Bancários no Brasil; hoje, com muito mais agências, nós não temos quatrocentos mil Bancários. Então, no setor metalúrgico, onde eu estou também dando uma grande ajuda, lá em Curitiba, a gente vê que os robôs estão fazendo com que a mão-de-obra seja cada vez mais diminuída. Então, nós temos que fazer alguma coisa, porque esse País precisa de emprego e também precisa tirar os aposentados do mercado de trabalho, para que possam abrir vagas para os jovens; mas não com essa remuneração. Com esse sistema de reajuste, se o Governo quiser abrir vagas, quiser gerar empregos, eles que paguem uma aposentadoria digna aos aposentados e eles estarão em casa cuidando dos seus filhos, dos seus netos, viajando, como é o direito que eles têm pela luta que eles tiveram nos 30, 35 anos, em que labutaram em prol desse País.

Outra coisa é a cobrança efetiva dos maiores devedores do INSS. Isso se fala dos clubes de futebol, da igreja, entidades filantrópicas que não pagam sob hipótese alguma a contribuição ao INSS. Também acho que é chegada a hora de dar um basta e se cobrar efetivamente; e começar a levar para cadeia, mas parece que quem rouba não vai para cadeia. Só aquela que roubou o pote de margarina que continua presa, há mais de 30 dias, e os grandes ladrões desse País continuam todos soltos. Outras sugestões para o INSS – ações regressivas, no caso de auxílio doença. Isso é uma questão que nós temos que discutir muito, porque em uma cidade como Sorocaba, de repente aparecem 10% dos trabalhadores, todos encostados pelo INSS. Acho que alguma coisa tem que ser analisada, verificada e acertada.

Cumprimentar o companheiro Paulo Paim, fizemos também na Reunião de sábado, Reunião dos aposentados em Curitiba, com essa questão do fator previdenciário, acho que é de fundamental importância. Vamos admitir um funcionário metalúrgico que ganha quatro mil reais, e tem muito nessa situação, que paga pelo teto máximo de dois quinhentos e cinqüenta e oito e se aposenta com mil quatrocentos e oitenta. Não pode deixar dormir um dia com quatro mil reais de salário e amanhecer no dia seguinte (soa a campainha) com mil quatrocentos e oitenta. Por isso, a necessidade de se acabar com esse fator previdenciário, que de imediato já tira 30% do valor da aposentadoria daqueles que querem se aposentar no momento em que já contribuiu, que tem 35 anos de serviço, que tem mais de 53 anos. Ou será que o Governo vai querer com que todos trabalhem até 65 anos e paguem por 45 anos a contribuição do INSS, para, aí sim, poderem sair com um valor próximo ao teto da Previdência? Acho que isso é não justo.

Eu acho que existem as condições, as normas foram obedecidas, mas o que é de fundamental importância é se manter a condição do aposentado na ativa e, depois, na aposentadoria. Porque se isso não for feito, não tem como sobreviver e ele vai continuar no mercado de trabalho. Volto a dizer, o Paim é da categoria metalúrgica, e eu posso falar de cadeira, que nós temos mais de 15% dos trabalhadores aposentados, dos metalúrgicos, ainda no mercado de trabalho, tirando a vaga de um jovem e eu acho que isso não interessa a ninguém.

Também, agora um pouco de crítica. Já enalteci o companheiro Paim, mas a questão do Estatuto do Idoso. Nós temos negociado com o Governador, esperamos que essa negociação evolua e se possa buscar uma solução. A questão do Estatuto do Idoso, nós não podemos deixar que ele se transforme no Estatuto da Criança e do Adolescente, que não funcionou sob hipótese alguma. Então, nós temos que definir se o idoso é 60 anos, se ele é 65 anos, se ele tem direito a remédio gratuito, se tem passagem de ônibus ou se não tem.

Enfim, nós temos que verificar tudo isso e fazer com que funcione. Eu acho que o projeto em si é maravilhoso, mas ele precisa funcionar. Isso nós precisamos regulamentar, às vezes, talvez, sei lá, se dá uma contrapartida aos outros organismos, mas que funcione. Não sei se vai ter que dar alguma concessão às empresas de ônibus, por exemplo, mas que nós tenhamos esse benefício. Eu acho que é um direito dos trabalhadores aposentados. Estamos aproveitando essa falação, uma solicitação que os aposentados têm feito, porque volto a dizer, somos iguais tratados de forma diferente. O Imposto de Renda existe uma dedução de mil, cento e sessenta e quatro reais para aposentados acima de 65 anos.

Acho que a dificuldade desse País são de todos os aposentados, não só com mais de 65 anos. Eu acho que o Governo poderia também isentar a taxação do Imposto de Renda sobre aquilo que nós percebemos da Previdência Social. O valor já é mínimo, já é ruim, e não temos mais como agüentar. O Governo que se preocupe um pouco mais com suas políticas públicas, também para o aposentado, porque nós estamos sofrendo. Nós já temos o maior índice de custo de vida, em função dos planos de saúde, em questão dos remédios, mas as políticas públicas desse País também estão subindo vertiginosamente acima da inflação. Telefone, luz, água, saneamento básico, tudo isso tem feito com que as condições dos aposentados tenham piorado sensivelmente nos últimos anos. Então é necessário dizer que esperamos que essa negociação, que todas essas entidades que estão aqui, que estamos travando com o Governo, que ela tenha um denominador comum e que possamos buscar a recuperação do poder aquisitivo de todos os trabalhadores.

Agora, falar também, que nem o companheiro falou, eu termino com isso, eu já citei isso, nós temos uma grande arma na mão. Nós não podemos fazer greve aos aposentados, mas nós podemos votar. E é no dia três. É aí que nós vamos dar o troco para aqueles que nos ajudarem e que se sensibilizarem com o problema dos aposentados. Aqueles que nos traírem, que não derem a contribuição à luta dos aposentados, no dia três de outubro, nós diremos nas urnas que esse Governo não está correspondendo ou ele está correspondendo. Se nós chegarmos a uma conclusão, um ponto positivo nessa Reunião, não vejo porque não os apoiarmos. Agora, se nós ficarmos sendo marginalizados, deixados de fora, discriminados, então, nós saberemos dar o troco nesse dia.

Eu quero agradecer mais uma vez a oportunidade e, me colocar sempre à disposição dessas comissões, em busca da melhoria da qualidade de vida e do resgate da dignidade de todos os aposentados desse País. Muito obrigado. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra, de imediato, ao Sr. Canindé Pegado, Secretário-Geral da CGT, Confederação Geral dos Trabalhadores, representando o Departamento dos Aposentados e Pensionistas. 10 minutos com mais cinco.

SR. CANINDÉ PEGADO – Obrigado, Senador Paim. Nós agradecemos em nome da CGT. Não poderíamos deixar de estarmos presentes aqui presentes, atendendo ao seu convite, convite como Presidente dessa Subcomissão, importante nesse momento, que nós passamos justamente para um patamar de negociação, envolvendo de forma mais definitiva o próprio Congresso Nacional. Porque antigamente, nós discutíamos praticamente batendo cabeça com o Governo, mas sem essa interveniência, que é importante, do Legislativo. Também agradecer a presença do Senador Geraldo, que fortalece também esse debate e, imediatamente, passar aqui aos nossos pontos de vista a respeito justamente da questão das aposentadorias.

Nós, primeiramente, queremos dizer de forma objetiva, que a nossa bandeira, na verdade, é justamente a recuperação do poder aquisitivo das aposentadorias. Nós queremos recuperar o poder aquisitivo e queremos um ganho real. Se nós formos levar em consideração o que está previsto para ser colocado como correção para as aposentadorias, superiores ao piso, superior a um salário mínimo, vai ficar em torno de 5,5%, talvez isso; considerando o INPC e mais o que existe de sugestão que é justamente a recuperação da perda decorrente da fase do Governo Luís Inácio Lula da Silva, do Presidente Lula. Mas isso não tem ganho real aí no meio, não existe nenhum tipo de ganho real. Então, lógico que para você manter um poder aquisitivo, evidentemente precisa, sim, ter ganho real. Agora, esse ganho real, nós precisamos levar em consideração o seguinte, primeiro: é fundamental que se crie uma cesta de índices para se discutir a questão da correção das aposentadorias.

O INPC, na nossa opinião, já não é o índice positivo ou fundamental para discutir a correção das aposentadorias. Por quê? Porque o aposentado ele tem uma situação diferente, a partir do momento que ele passa a ser um beneficiário da Previdência Social. O INPC é um índice estanque, mas o aposentado tem os problemas relacionados, por exemplo, à questão da sua saúde. Então, qualquer que seja o índice que vier para bater ou para cobrir o INPC, ou empatar com o INPC pelo menos, ele com certeza é inferior ao que ocorre no mercado, que é justamente o aumento dos medicamentos que é um produto que o aposentado mais precisa. Não tem Governo nenhum que consiga manter ou que consiga fazer com que o reajuste dos preços, dos medicamentos, ele seja compatível realmente com o índice inflacionário.

Os fabricantes de medicamentos, os laboratórios, estão sempre ganhando mais, sempre querendo mais. Isso, logicamente, qualquer que seja o ganho que se tenha, a correção que se tenha para as aposentadorias, vai perder só para um índice desse, para a questão dos medicamentos. Imagine os outros índices, os outros produtos que o aposentado, efetivamente, também necessita. Então, nós queremos estabelecer uma regra. Nós queremos que essa cesta de índice, além de índice como INPC, que pode ser mantido, mas também tenha efetivamente a pesquisa sobre o aumento

dos produtos, dos medicamentos, sobre a questão dos produtos de higiene e outros índices. Mas, aquilo sim que o aposentado efetivamente precisa, aquilo que ele está o tempo inteiro submetido, à essas condições. O poder aquisitivo, a recuperação do poder aquisitivo com ganho real e a correção baseada, justamente, numa cesta de índices a ser examinada.

O outro aspecto é o seguinte: são os tratamentos, como falaram aqui os outros companheiros, que são dados de forma diferente. O que nós pretendemos é que a antecipação da correção das aposentadorias venha para o mês de janeiro. O que acontece? Nós começamos nesse momento a discutir por volta do mês de fevereiro, o aumento das aposentadorias, isso aí pra acontecer em abril, porque agora com o aumento do salário mínimo antecipado para abril, logicamente que vai ter que trazer também a aposentadoria, a sua correção, para o mês de abril. Mas isso não se dá agora, isso vem desde novembro do ano passado, a gente já vem trabalhando esse assunto. Ou seja, novembro, dezembro, janeiro, seis meses depois para ver o efeito da primeira correção. Então, janeiro, na verdade, isso deve acontecer. É a nossa reivindicação e a nossa luta para antecipar essa correção das aposentadorias.

Também no sentido de manter o paradigma das aposentadorias com os trabalhadores da ativa, nós também temos a proposta de antecipação da metade do 13º salário das aposentadorias para junho. Aliás, o trabalhador da ativa tem junho e dezembro. Então, o aposentado só tem o final do ano. Então, antecipar também a metade dessas aposentadorias relacionadas ao 13º, para o mês de junho. São ganhos que na antecipação, vão sim, valorizando um pouco mais a aposentadoria.

Agora, fundamental também, Senador, que se crie uma Comissão Permanente para discutir a questão Previdência Social. Quando está se falando em Previdência Social, não é o problema somente do reajuste das aposentadorias ou essas questões econômicas. Não, está se falando de tudo. Está se falando que essa Comissão tem que discutir a questão sonegação, tem que discutir a questão das dívidas, tem que discutir a questão da imobiliária, que é o INSS com tantos imóveis aí fechados, sendo depredados, o patrimônio sendo totalmente perdido, e isso poderia justamente vir em benefício também da Previdência Social. Ou seja, precisa discutir todos esses aspectos relacionados à questão Previdência Social nesse País e uma Comissão Permanente para discutir esse assunto, é o que nós reivindicamos.

Estamos solicitando também, Senador, de forma muito clara, que a questão relacionada à rubrica orçamentária Seguridade Social, de uma vez por todas, seja fracionada. Quer dizer, quando mistura todo o orçamento dentro de uma rubrica só, evidentemente que fica mais complicado, mais difícil, você visualizar. Embora nós tenhamos a ANFIP, o DIAP, tenhamos outros órgãos mostrando claramente que a Previdência não é deficitária, mas é claro que no momento em que você tem a devida separação das despesas dentro do orçamento da União, fica mais transparente, fica mais visível para que qualquer instituição, qualquer representante aqui - como a COBAP e outros companheiros mais, outras entidades que lutam a vida inteira, pela questão dos aposentados e pensionistas desse País - de examinar, de trabalhar, de vir para dentro do Congresso Nacional, de mostrar claramente quais são esses gastos existentes. Então, isso daí o Congresso Nacional, na nossa opinião, precisa trabalhar. De uma vez por todas, isso precisa, realmente, ser seccionado para poder prevalecer esses gastos de forma mais transparente.

Um outro detalhe, que nós aqui, aproveitando justamente as informações passadas pelos companheiros, e isso já um objeto de debate também entre as entidades presentes, é que na verdade o regulamento de grande parte do Estatuto do Idoso, ele deve se dar, também, na nossa visão, (soa a campainha) com o apoio do Congresso Nacional, com o apoio da Casa. Por quê? Porque no momento em que nós damos a oportunidade ou damos uma autorização, para que o Executivo vá negociar, por exemplo, a questão das passagens gratuitas nos ônibus interestaduais para os aposentados, conforme o estatuto prevê; quer dizer, há a lei, existe o Estatuto, mas está *sub judice* justamente essa parte, em especial, lá no judiciário. Quer dizer, os donos de empresas de transportes interestaduais conseguiram justamente vetar esse que é um benefício conquistado a "duras pernas", mas, tudo bem. Como diz o companheiro da força sindical: "É possível haver a negociação", mas a lei foi feita aqui. A lei foi discutida e aprovada aqui, depois de muito tempo. Então, o Congresso Nacional deve avocar também esse debate. Não deixar somente nas mãos do Executivo e nas nossas mãos também, porque a luta é nossa.

Então, eu finalizo, Senador, falando também da questão da farmácia popular. Logicamente que ela não atende a toda necessidade que o aposentado precisa, correlacionado à questão do medicamento mais barato, nós sabemos disso. É um passo significativo? Não tenho a menor dúvida que é um passo significativo. Tanto que a maior parte das outras entidades que estão aqui deverão adotar, inclusive, a prateleira de medicamentos. É um ganho, não tenho a menor dúvida. O que vier em beneficio dos aposentados é significativo. Mas, precisamos, justamente, também ver a questão

dos produtos de marca; porque não são somente os genéricos ou os produtos fabricados pelo Governo, tem os produtos de marca também, que precisam ser vistos, colocados dentro de um pacote, ou negociados para também favorecer, em termos de baixar o seu custo, para a venda aos aposentados. É fundamental que o Congresso Nacional examine que a questão medicamento para os aposentados é de grande importância. Seja através da farmácia popular ou através da inclusão, também, dos produtos de marca.

Concluo dizendo o seguinte: é importante, Senador, que o Senhor traga ao debate a questão do Subgrupo 10 do Mercosul. Talvez muita gente não se recorde dessa questão. O Subgrupo 10 Mercosul é justamente o subgrupo que discute também, e foi o último subgrupo inclusive a ser criado dentro do debate do mercado comum, voltado para discutir as questões de condições de trabalho e as questões previdenciárias dos trabalhadores da região. Então, eu não tenho dúvida, Senador Geraldo, de que no momento em que o Estado Brasileiro, ele mantém essa questão "Olha, aposentadoria não pode sofrer correção assim, tem ser desse jeito, mantém essa questão do fator previdenciário, etc e tal, conforme está aí", é justamente para evitar o conflito entre trabalhadores da região. O Paraguai, a Argentina e o Uruguai não têm uma Previdência Social, por mais que nós critiquemos aqui, merece ser criticado, não é tão avançada ainda quanto à nossa, e é lógico, no momento em que a gente avança mais, cria conflito regional.

Então isso aí é um "acertozinho" que existe e precisa o Senhor convidar as Centrais Sindicais que atuam justamente na coordenadoria de Centrais Sindicais do Cone Sul, debatendo na Comissão de Seguridade Social do Mercosul e, especificamente no Subgrupo 10, para examinar justamente o que está ocorrendo lá fora, que reflexo tem isso aqui no País.

E parabenizar a sua luta pelo PL 58, para de uma vez por todas tentar sepultar a questão do fator previdenciário, que tanto malefício está trazendo aos aposentados e pensionistas deste País. Obrigado, Senador. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Vou passar a palavra nesse momento ao Sr. Benedito Marcílio Alves da Silva, Presidente da COBAP, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que usará da palavra por 10 minutos mais cinco. Por sugestão aqui da Assessoria, porque eu sei que a intenção do Benedito era dividir o tempo com o Advogado Portanova, que é um especialista também nessa área, você usaria o seu tempo e depois como faltou um dos representantes aqui convidados, na última Mesa nós botaríamos o Sr. Florêncio José Martins, Presidente da Fundação ANFIP, o Antônio Augusto de Queiroz, DIAP, e o Portanova daria a sua contribuição necessária, com o mesmo tempo. A intenção nossa é aprofundar o debate sem preocupação alguma. Então, o Presidente da COBAP, Marcílio, com o tempo de 10 minutos mais cinco, se assim entender necessário. E depois nós vamos para outra Mesa e em seguida vamos para os debates.

SR. BENEDITO MARCÍLIO ALVES DA SILVA – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Paulo Paim, companheiros representantes de entidades dos trabalhadores da ativa e aposentados, Senador Geraldo Mesquita Júnior, demais componentes aqui desta sala, representantes sindicais e de aposentados, Advogados, imprensa, nossos representantes também no Conselho Nacional de Previdência Social, Senhoras e Senhores.

Na verdade, a COBAP, a Confederação Brasileira de Aposentados, com representação nesse País de 19 federações, em 19 Estados, e mais de 1200 associações de base filiada a esta Confederação, criada e fundada em 1985, com longos anos de serviços no movimento de aposentados e pensionistas desse País.

Nós, neste momento, Sr. Presidente, nós estamos trabalhando em três frentes, nesse momento crítico que estamos vivendo, com o movimento de aposentados e pensionistas. A primeira frente é uma frente jurídica, onde estamos também buscando direitos negados aos aposentados à barra da justiça. Constituímos uma grande Comissão Jurídica liderada pelo Dr. Portanova, que logo em seguida irá fazer uso da exposição técnica também do Projeto 58. Criamos, também, movimentos, e quero aqui deixar claro a todos os Srs. Senadores, aos Srs. Deputados, aos Srs. Ministros, ao Governo, de que realmente os aposentados voltaram às ruas nesse País. Estamos numa luta permanente nas ruas deste País. Como já realizamos anteriormente, quando também foram delegados os direitos aos aposentados dos 147%, quando levantamos esta luta nas ruas e conseguimos aquilo que os governos não queriam atender.

Oito de março realizamos um grande movimento aqui em Brasília, vinte e três de março realizamos vários movimentos nas grandes capitais desse País e estamos numa luta permanente. Inclusive cobrando coerência também dos nossos representantes, porque, na verdade, nós estamos negociando reajustamento dos benefícios dos oito milhões que ganham acima do salário mínimo, e estamos verificando que o Governo tem interesse apenas em fazer um acordo com o cumprimento do INPC. INPC puro e simplesmente que dá 5%, não pode ter acordo. Sem um centavo, sem 1% de ganho real, não pode existir acordo.

As propostas também, além do percentual, além do econômico, desse negócio de transporte coletivo, cumprimento do art. 40 do Estatuto do Idoso, jogando a responsabilidade, inclusive de reduções de direitos que nós conquistamos após oito anos de debate, nós não podemos abrir mão dos nossos direitos. Abrimos mão naquela época, as entidades abriram mão do artigo que contemplava o econômico no Estatuto do Idoso. Com alegações de que deveríamos perder um dedo para não perder uma mão; e hoje nós já estamos perdendo o dedo, perdemos a mão e estamos perdendo o braço também.

Sr. Presidente, em boa hora verificamos a ação do nosso Senador, dos operários, dos trabalhadores e dos aposentados. Primeiro, combatendo sempre as causas, como é o caso do fator previdenciário, que é um crime que está se fazendo, inclusive aos futuros aposentados. E, eu não vejo nesse momento, nenhuma reação do movimento ativo, das Centrais Sindicais; porque vai atingir realmente quem vai se aposentar, nós já estamos aposentados. É um matadouro do direito, da Previdência Social, do direito a uma aposentadoria digna. Eu conclamo, inclusive, os Senhores representantes das Centrais Sindicais a levantar essa bandeira também, junto com o Senador Paulo Paim, como nós estamos levantando juntos. Há uma voz só, para nós conseguirmos enterrar de uma vez por todas esse fator previdenciário. Isso que eu digo, cobrar coerência. Com referência a nós, aposentados, somos mais de oito milhões que ganham acima do teto do salário mínimo. A coerência que nós cobramos, também, é que trezentos e cinqüenta reais não é aquilo que contempla a nossa Constituição. Porque ela diz claramente, inclusive não fala que é de ano em ano para ser reajustado o salário mínimo, "Tantas quantas vezes for necessário, para manter o poder de compra", é esse artigo que está na Constituição nossa.

E eu perguntO – A COBAP assinou esse acordo de trezentos e cinqüenta reais? Não. Embora, vamos reconhecer que houve um ganho real, de acordo com o índice de INPC, houve um ganho real. Mas está muito distante de ser um salário mínimo constitucional que atenda às necessidades básicas de uma família, com moradia, saúde, educação, lazer, transporte e Previdência Social. Caberia e cabe, a nós, cobrar essa coerência e exigir dos nossos governantes, inclusive do próprio Congresso Nacional, que é o representante do povo nesta Casa, a fazer cumprir a Constituição. A partir do momento que a Constituição Federal, a nossa Carta Magna não é respeitada, é o que está ocorrendo hoje em outros setores de atividade desse País; há um desrespeito total do cidadão. Então, essa audiência é de suma importância, Senador, esse Projeto de Lei.

Nós estamos trazendo aqui também, quando digo os aposentados estão na rua, estamos na rua. Nas praças públicas, em passeatas e fazendo aquilo que, infelizmente, nós nunca esperávamos que com a nossa idade de 60 anos ou acima e como idoso, de termos que voltar às ruas desse País clamando por justiça. Iniciamos, inclusive, com os abaixo-assinados, que fazemos a entrega nesse momento ao Sr. Senador, dos trabalhadores e dos aposentados (soa a campainha).

São mais de 600 mil assinaturas, que estão aí presentes, Senador, e as assinaturas prosseguirão em campanha, em praça pública, coletando esses documentos, esses abaixo-assinados. Tenho fé que dos 23 milhões de aposentados e pensionistas que temos nesse País, nós deveremos passar também de mais de 23 milhões de assinaturas, encima do apoio, Senador, desse projeto da iniciativa de S.Exª., o Senador Paulo Paim. Pelo apoio e, inclusive, esperamos que esta Casa, passando pelo Senado Federal a sua aprovação e em seguida à Câmara Federal também, esperamos que a Câmara Federal aprove o Projeto 58; e, inclusive, o fator previdenciário, que já passou nesta Casa.

Nós já estamos trabalhando e dizendo aos Deputados "Não é ameaça, nós não somos de ameaçar ninguém". Quem somos nós para fazer ameaças à alguém? Mas, na verdade, nós estamos acompanhando *pari passu* o comportamento e as atitudes de Deputados e Senadores representantes do povo nesta Casa.

Nós, aposentados, cansados do trabalho, a saúde debilitada, a idade avançada, nós ainda encontramos energias para prosseguir nessa luta e não vamos parar. Nós temos, inclusive, uma arma poderosa na nossa mão. Nós queremos negociações com o Governo, negociações que venham corrigir as distorções das aposentadorias, que está levando os aposentados ao desespero. Não tem um cidadão, hoje, que não reclame da sua aposentadoria. Todos nós, inclusive os Políticos tem pai e mãe também aposentados, eles devem ouvir seus pais aposentados, para ver se realmente é aquilo que eu estou falando ou não. "Eu ganhava cinco, seis salários mínimos, estou ganhando um; eu ganhava oito salários mínimos, e agora estou ganhando quatro". Na verdade, essa mudança de critérios, de comportamentos, que inclusive o aposentado, ele tem uma previsão de vida quando se aposentar. Ele faz o seu planejamento, ele planeja seu recurso para suas despesas, para sua manutenção, e ele vê no meio do caminho, aposentado, vê inclusive as dificuldades financeiras para a manutenção da própria família.

É esse critério que nós chamamos de critério perverso, critério desumano, critério que deve sensi-

bilizar, inclusive, os nossos Deputados e Senadores a corrigirem essa grande injustiça cometida pelos Governos anteriores, mas que está sendo mantido por esse Governo atual. Então, nós estamos negociando o reajustamento e, vejo, inclusive, as dificuldades que estão impondo a nós aposentados. Nós não podemos de forma alguma, assinar um acordo homologando esse índice de INPC. A COBAP se recusa a assinar qualquer tipo de acordo que não contemple um aumento real. O cumprimento do Estatuto do Idoso já fez dois anos e pouco se aproveitou do Estatuto do Idoso. Então, a verdade é essa. Nós estamos nas ruas, porque o remédio para essa doença é isso, é o povo na rua. Nós aposentados estamos já colocando o nosso exército de aposentados na rua. (soa a campainha).

Vou concluir, Sr. Presidente. Cumprimentar e congratular V.Exª. por essa Audiência Pública, onde eu tenho certeza absoluta, que nós deveremos contar com o apoio dos Senadores desta Casa, para a aprovação da PL 58, de iniciativa do nobre Senador. Tenho certeza que no Senado, V.Exª. é uma liderança inconteste e tenho certeza que os Senadores irão realmente fazer justiça nessa Casa, corrigindo essas grandes distorções havidas até hoje e, em seguida, eu tenho certeza absoluta, que deveremos travar uma grande batalha na Câmara Federal, para que a Câmara Federal também aprove.

Sobre os outros pontos que nós falamos, de Comissão Permanente, eu sou favorável que se restabeleça imediatamente o Conselho Nacional de Seguridade Social. Eu acredito que se a Casa, o Senado e a Câmara, unidos, restabeleçam esse direito constitucional. E daí, nós teremos realmente condições quadripartito de participação, para fiscalizar os recursos da Seguridade, que vai para área da saúde pública, que vai para a área da Previdência Social, e que vai para a área da Assistência Social.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Presidente Marcílio, eu quero fazer uma observação...

SR. BENEDITO MARCÍLIO ALVES DA SILVA – Concluindo, eu quero só agradecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu sei que V.Exª. ainda vai entregar a essa Presidência e daí nós vamos para a outra Mesa. Faço um apelo a V.Exª..

SR. BENEDITO MARCÍLIO ALVES DA SILVA – Eu só quero agradecer então, ao Sr. Presidente, a tolerância que teve conosco e agradecemos a todos os Senhores. Vou fazer a entrega dos documentos, de mais de meio milhão de assinaturas, para prosseguir, inclusive, nesse projeto de apoio ao Projeto 58. Obrigado. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nesse momento, em nome da Comissão de Assuntos Sociais do Senado e do Senado da República, eu convidaria também o Senador Geraldo Mesquita Júnior, para que aqui na frente recebesse junto comigo, porque eu acho que é importante. Isso aqui é um esforço enorme, de milhões de pessoas nesse País; 600 mil assinaturas que aqui chegaram, e eu sei que outras chegarão. Eu acho que é importante que a gente registre. O Senador Geraldo Mesquita Júnior aqui com a gente, para receber, aqui, então.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nesse momento então eu assino junto com o Senador Mesquita Júnior, que nós estamos recebendo, que a TV Senado está mostrando aqui na frente, devido ao piso, é que não está encima da mesa, porque eu não ia nem conseguir segurar em torno de 700 mil assinaturas.

Estão recebidas as 700 mil assinaturas, com a certeza que outras virão. Parabéns a todas as entidades.

Essa Mesa esta desfeita, mas vamos continuar no debate, e eu passo agora a compor a segunda Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Convidamos agora, a fazer parte da segunda Mesa – a segunda Mesa será uma Mesa mais técnica – o Sr. Floriano José Martins, Presidente da Fundação ANFIP, e o Antônio Augusto Queiroz, Toninho, representando o DIAP. Também, o Dr. Daisson Portanova, que é uma analista desse tema e vai apresentar um trabalho que ele fez encima do PLS 58. Eu acho que nesse momento, você, Daisson, não representa somente uma entidade, você representa os aposentados e pensionistas, já que a COBAP foi representada oficialmente na Mesa pelo Sr. Presidente.

Então, de imediato, pela ordem, eu passo a palavra, também com o tempo de 10 mais cinco, ao Toninho, pode ser? Antônio Augusto Queiroz, do DIAP, o Toninho, que vai fazer uma análise dessa situação aqui no Congresso. Depois, os outros dois, o Daisson e o Floriano farão uma análise mais técnica do tema, que eu tenho certeza, como nós estamos ao vivo, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, pela TV Senado, milhões de pessoas estão assistindo essa audiência. Nós somos um número de Senadores não muito grande aqui, mas eu entendo. que os Senadores estavam viajando, todos assinaram o requerimento a favor da Audiência Pública. O próprio Relator do PL 58, Rodolpho Tourinho, também justificou a sua ausência, mas vai estar presente no debate, na Bahia, no dia sete. O

Senador Valadares, que é o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, também pediu que eu registrasse a sua boa vontade com esse tema. O Brasil todo está assistindo esse debate. É um debate importantíssimo que envolve a vida de milhões e milhões de brasileiros.

Passo a palavra, nesse momento, ao Antônio Augusto Queiroz, representando o DIAP. 10 minutos com mais cinco.

SR. ANTÔNIO AUGUSTO QUEIROZ: Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senador Geraldo Mesquita, lideranças sindicais aqui presentes, bom dia a todos.

Eu queria, inicialmente, agradecer em nome do DIAP o convite para participar dessa Audiência Pública. É sempre um motivo de alegria, de satisfação, e mesmo uma honra para o DIAP, participar das Audiências Públicas lideradas pelo Senador Paulo Paim, porque ele sempre traz ao debate temas sobre os quais ele tem uma trajetória de acompanhamento e de atuação significativa, como esse que se debate agora, do reajuste dos aposentados.

Eu me recordo na constituinte o artigo das disposições transitórias, de nº. 58, teve ativa participação do Senador Paulo Paim, o então Deputado constituinte Paulo Paim, no sentido de recompor os benefícios previdenciários com base no número de salários mínimos. E, coincidentemente, tomou o número de 58 o projeto que ele acaba de apresentar, com esta mesma finalidade de recompor; que também seja aprovado como foi na constituinte. Me recordo também da luta pelos 147% no Governo Collor, que o Senador teve uma participação importante. Foi uma decisão judicial, mas que existiam projetos no Congresso, iniciativas do Senador, nessa perspectiva.

E para não relatar todas as ações ao longo de todos esses governos do período Sarney para cá, eu queria chamar a atenção apenas para o atual, em que o Senador teve um papel decisivo, no sentido de contribuir para que os benefícios previdenciários fossem pagos entre o dia primeiro e o quinto dia de cada mês. Também contribuiu para trazer para a data de primeiro de maio o pagamento, o reajustamento dos benefícios previdenciários. Teve papel, ainda, decisivo, me recordo de ter discutido isso com o próprio Senador em várias oportunidades, em relação à Lei 10.666 de 2003, que resgata a aposentadoria por idade àqueles que tinham se afastado do serviço público; quer dizer, é uma medida de maior importância do ponto de vista social. O próprio Estatuto do Idoso, que é de autoria do Senador, também é um tema, uma iniciativa, da maior importância para os idosos e aposentados desse País. Até o polêmico crédito consignado, que hoje virou um problema para os aposentados, cumpriu o seu papel no primeiro momento. Então, uma série de iniciativas que o Senador acompanhou e que, portanto, tem autoridade para tratar dessa matéria. É por isso que sempre que convoca as entidades, elas comparecem aqui em massa, em plena segunda-feira, temos aqui a presença de Centrais, de confederações de aposentados e associações, além da Presidência do MOSAP.

Antes de me dirigir aqui para essa audiência, eu fiquei pensando sobre o que falar ou sobre que enfoque dar, em relação a essa matéria. Pensei em tratar do ponto de vista conceitual, dos três regimes previdenciários, o geral, o próprio e o complementar; mas, essa matéria, o Floriano da ANFIP e o Dr. Portanova, são autoridades e certamente abordarão esse tema. Imaginei trazer alguns dados estatísticos, com informações sobre o caixa da Previdência e o caixa da Seguridade. Não me senti seguro ou a pessoa mais indicada para fazer isso, porque a ANFIP, aqui presente, tem essa base de dados melhor sistematizada do que qualquer outro. E , além disso, eu tenho uma dúvida e uma forte suspeita que os recursos da Previdência, contabilizados apenas aqueles decorrentes da folha, o seu montante é um pouco superior àquilo que o Governo tem anunciado e apresentado, o que chamam de rombo da Previdência. Eu tenho uma forte suspeita e tem um consultor da Câmara que está estudando esse assunto em profundidade e, brevemente, vai dar essa resposta de forma conclusiva, que o Governo tem se apropriado de 20% desses recursos através da DRU. Existem dois comandos constitucionais. O texto permanente diz que não pode ser desviada para outra finalidade, aquela rubrica de recursos destinados à Previdência Social, esse é o texto permanente. As disposições transitórias, através da DRU, permite que possam haver desvinculação de 20% das receitas da Seguridade, na qual se inclui a Previdência. Como existem duas contaS – uma do Tesouro, que se arrecada na conta do tesouro e só depois ela repassa para a Previdência, pode ser, não estou afirmando aqui, há forte suspeita, que já subtraia esses 20%. De modo que, o que chega na Previdência, corresponde a apenas 80% do que efetivamente foi arrecadado. E tenho razões para essa suspeita, porque se eu fosse do Governo e fosse efetivamente defensor de mudanças, no critério de elegibilidade de benefícios previdenciários, portanto preocupado em reduzir o gasto da Previdência com o aposentado, seguramente utilizaria o argumento de que o rombo já é levado sem considerar os 20% da DRU. O Governo dificilmente deixaria de utilizar esse argumento. Quer dizer, se fosse retirado os 20% da DRU, o rombo seria muito maior, etc.

Então, essa é uma desconfiança que precisa brevemente analisar e verificar se ela procede ou não. O

meu sentimento é que os recursos que são passados, já são excluídos os 20%. Isso brevemente vai haver condições de se estabelecer. O TCU se manifestou a respeito desse assunto, mas não disse claramente que havia a retirada, mas deu um dado que é importante: primeiro informou que existem as duas contas e, em segundo, disse que isso é feito por computador, automático. Então, ingressou o dinheiro, os 20% saem automaticamente e são direcionados para diversas contas vinculadas. Mas esse é um outro problema, nós vamos ter oportunidade de comprovar brevemente, a partir desse estudo.

O que eu quero trazer para os Senhores é uma reflexão sobre o ato de governar. O ato de governar entendido como a arte de fazer escolhas; que realmente não é uma tarefa fácil. Eu pego aqui como exemplo, essa relação entre o salário mínimo e os benefícios previdenciários. Na história recente do País, todos os Presidentes da República, no momento de confecção do orçamento e também por ocasião da definição do salário mínimo, eles ficavam num dilema, e ficam num dilema, se dão ou não aumento real para o salário mínimo. E o por quê desse dilema? Porque se não derem aumento real para o salário mínimo, são criticados por suposta insensibilidade para com a maioria dos trabalhadores, aqueles que ganham o salário mínimo que constitui a maioria dos assalariados desse País. Se derem reajuste para o salário mínimo, se derem o aumento real para o salário mínimo, além da inflação, são também criticados porque supostamente estariam prejudicando pequenos e microempresários, prejudicando Estados e Municípios e aumentando, entre aspas, o rombo da Previdência; então, é um dilema permanente. E se derem aumento real para o salário mínimo e não estenderem esse aumento aos aposentados e pensionistas, igualmente são criticados.

Então, uma situação absolutamente curiosa, em que tem razão o Governo e têm razão os aposentados, que pedem que seja estendido a eles o aumento real efetivo. Ambos têm dupla razão. Os governantes porque alegam estarem cumprindo a Constituição, que estabelece a garantia de reposição do poder aquisitivo dos benefícios previdenciários; e utiliza, ora o INPC, ora outro índice, mas muito próximo daquele que reflete o custo de vida do País. Além disso, há um dispositivo na Constituição que proíbe a vinculação do salário mínimo para qualquer fim. Então, o Governo do ponto de vista legal, ele se ampara nesses dois argumentos. Os aposentados também têm dupla razão.

Em primeiro lugar, porque se persistirem os ganhos reais para o salário mínimo, sem que sejam repassados aos benefícios previdenciários, num futuro muito próximo, todos os benefícios previdenciários estarão equivalendo a um salário mínimo e, com isso, abre-se uma janela enorme para a privatização da Previdência, por um outro caminho, que não aquele que o mercado durante muito tempo insistiu. Um caminho mais suave, de forma mais hábil, sem que as pessoas incutam nesse debate o componente ideológico, que é de favorecimento explícito do mercado, na medida em que se abre um filão dessa dimensão para o setor privado.

Em segundo lugar, os aposentados têm razão porque o custo de vida da terceira idade, das pessoas com mais de 60 anos, é superior ao custo de vida do resto da população. O índice de preço ao consumidor da terceira idade, que é calculado pela Fundação Getúlio Vargas, que considera família com 50% de idosos, demonstra isso com absoluta clareza; mostra que realmente é superior à inflação dos idosos. Só para dar um exemplo, entre 1994 e 2004, a inflação para a terceira idade ficou em 224.3, enquanto o índice da população em geral ficou em 175.96. Há uma diferença aí significativa, pelo simples mecanismo de aferir quais são os componentes, a cesta de produtos que os idosos consomem e que tem uma incidência maior do que do resto da população.

Foi mencionado aqui medicamento, plano de saúde, isso é realmente muito pesado e, as tarifas públicas, as tarifas administradas pelo Governo, todas elas têm crescido acima da inflação. Quais são as soluções para esse problema? Soluções de ordem política, jurídica e social, e todas elas têm amparo na razoabilidade para que se adote.

O aspecto político está associado à vontade do Presidente sobre o modelo de Previdência que deseja para o País. Então, se o Presidente entender que a Previdência Pública, até determinado patamar, por exemplO – até dez salários mínimos, deva continuar pública e estatal, ele deve procurar atualizar os benefícios previdenciários, de modo a preservar esse patamar definido, sob pena de ocorrer aquilo que já mencionei no início, de que todos os benefícios fiquem limitados, ao longo do tempo a um salário mínimo. Entretanto, se o governante quiser entregar esse filão ao mercado, basta que ele continue ou persista nessa política de reajuste diferenciado, e logo, logo esse objetivo será atingido. (soa a campainha)

O aspecto legal, e já vou abreviar para concluir, Presidente, o aspecto legal está previsto na própria Constituição. O art. 201, § 4º, disciplina a forma de reajuste dos benefícios previdenciários e diz o seguinte: "É assegurado ao reajustamento dos benefícios, para preservá-lo, em caráter permanente, o valor real, conforme critério definido em lei". Então, como não existe índice fixado, nenhum modo de cálculo na Constituição,

há apenas o enunciado de que o reajuste deve preservar o valor real, nada impede que se adote um índice que calcule corretamente o custo de vida da terceira idade, sem prejuízo de eventuais aumentos reais, para evitar a privatização da Previdência.

Finalmente, do ponto de vista social, é preciso lembrar que o nosso sistema é um sistema de repartição; ou seja, é um regime de solidariedade intergeracional. Por esse sistema, o atual trabalhador contribui para a aposentadoria de quem já está aposentado e os atuais trabalhadores serão, quando aposentados, custeados pelos trabalhadores daquela oportunidade. De modo que é um sistema de solidariedade intergeracional e, nada mais justo e legítimo, de que haja a transferência entre as gerações, dos ganhos havidos durante aquele momento. Então, se os trabalhadores têm aumento real, é mais do que justo, correto e aceitável, que se estenda aos aposentados e pensionistas.

Então, Presidente, apenas para concluir. Tem havido crítica de que no Brasil se prioriza os idosos em detrimento das crianças e dos adolescentes, como se um eventual corte de despesas de idosos, automaticamente fosse revertido para as crianças, para a educação, para investimento na formação do adolescente e da criança. Isto, na minha avaliação, não passa de propaganda do mercado, que é reduzir e aprofundar o ajuste sem, necessariamente, garantir para as crianças o repasse automático desses recursos economizados. Em conclusão, então, considero justo, defensável, ética e moralmente, além de possível do ponto de vista legal, social e político, assegurar ganhos reais tanto para os salários mínimos quanto para os aposentados e pensionistas.

Com essas palavras, então, Presidente, eu concluo aqui a minha rápida exposição, pedindo desculpas pelo improviso e mais uma vez cumprimentando V.Exª. por essa iniciativa. Muito obrigado. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Quero só informar o Plenário, que, como a nossa Audiência Pública, está sendo transmitida ao vivo para todo o País, pela nossa TV Senado, algumas pessoas perguntaram o e-mail, questionaram a minha Assessoria, que ficaram com dúvidas as Audiências Públicas. Então, eu quero aqui reafirmar que Curitiba é o dia 10 de abril, às 14h, no chamado Museu Central, fica bem próximo à Assembléia e ao Palácio. São Paulo - inclusive o companheiro Canindé havia me perguntado - São Paulo dia 24 de abril, às 14h. Como o Vice-Presidente dessa Comissão é o Barelli, ele está definindo essa semana qual o local, mas é São Paulo, 24 de abril, às 14h. Salvador - Salvador nós temos duas Atas. Eu estarei lá no dia sete de abril, sexta-feira, das 9 às 12h, num evento promovido por diversas entidades, na Reitoria da Universidade Federal da Bahia. Canela, não é isso? Está certo aqui? Na Rua Augusto Viana, nº 20, onde vai ter um evento, onde o MOSAP e a COBAP e outros estão patrocinando. Acho que é isso, estou correto? Onde o tema é a recuperação das perdas dos benefícios dos aposentados e pensionistas na área pública e na área privada.

Agora, a Comissão Mista do Salário Mínimo, repito, composta de 11 Deputados e 11 Senadores, em que o Presidente é o Deputado Jackson Barreto, o Vice é o Walter Barelli e eu sou o Relator, vai estar em Salvador no dia 22 de maio. Então, São Paulo 24 de abril, Curitiba 10 de abril e Salvador 22 de maio.

Passamos a palavra ao Dr. Daisson Portanova, Consultor Jurídico, que fará uma análise do tema em debate.

SR. DAISSON PORTANOVA – Muito bom dia. Exmo. Senador Paulo Paim, agradeço a deferência de poder participar da Mesa; Senador Geraldo Mesquita Júnior, que representa aqui, acho que o PMDB inteiro e o Estado do Acre; demais participantes da Mesa que aqui estiveram, representando os movimentos sociais, o movimento sindical e o movimento dos aposentados. Especial deferência ao ex-Deputado Benedito Marcílio, Presidente da COBAP. Toninho, Floriano, que a gente já tem participado de alguns debates em conjunto e construído um diálogo mais amplo sobre Previdência Social.

Ao ver o Toninho conversando com vocês, eu também acho importante fazer um apanhado histórico, de como se construiu essa situação do art. 58, mesmo que breve, para que nós possamos também trabalhar o por quê da necessidade de aprovação desse Projeto de Lei, de origem no Senado, nº. 58, proposto pelo Senador Paim.

O Movimento Sindical Brasileiro tem claro e, demarcadamente, um momento histórico, muito forte no Brasil. Foi em 1978 e 1979, as duas grandes greves que o Brasil passou e um processo de redemocratização do Estado Brasileiro, que se iniciou ali. Ali se inicia também uma pretensão melhoria de condição social, através de uma nova política salarial, que o Brasil instituiu em 1979, com a Lei 6.708. Só que nesta composição de política salarial àquela época, houve, para o reajustamento dos trabalhadores ativos e inativos, uma composição em faixas salariais que não integrava o índice no seu todo, no caso, ainda àquela época, o índice era o INPC. As faixas salariais eram compostas de um a três salários mínimos, onde era pago o INPC integral e tudo que era superior a três salários mínimos havia uma composição com efeito cascata e fórmulas tão mirabolantes, quanto a fórmula do fator previdenciário, que também debatemos em outro momento.

Essa situação da Lei 6.708, ela agrava profundamente os benefícios previdenciários, principalmente aqueles que tinham remuneração acima de dez salários mínimos, porque aquela remuneração e os índices tinham uma negociação direta com o trabalhador ativo. Ele era muito mais variável que com o inativo, que ficaria com o percentual limitado do INPC.

Com isto, eu quero roubar um pouco da manifestação do Edison, quando ele falavA – "Olha, muita gente dizia que estava ganhando oito, dez, doze, salários mínimos, está com quatro, cinco, seis". Uma das fórmulas empregadas, inicialmente, foi praticada pela Lei 6.708, de 1979. Dois momentos significativos e históricos, também são importantes que se diga. O Plano Cruzado, em 1986, porque o Plano Cruzado estabiliza economicamente a nossa economia e o repasse dos valores se dariam em gatilhos a partir de 20%, quando a inflação ultrapassar esses 20%. E o segundo momento estratégico, é a criação do piso nacional de salários e o salário mínimo de referência para quem se aposentou nesta época, setembro de 1987 até outubro de 1988. O piso nacional do salário é que serviu de paradigma para a aplicação do art. 58, que o Toninho também falava, do processo histórico. E não se fez o paradigma, a Previdência não fez o paradigma pelo salário mínimo de referência.

Para vocês terem uma idéia do que pode gerar de diferença a indexação pelo piso nacional de salários contra o salário mínimo de referência, um trabalhador que se aposentou em quatro de outubro de 1988, um dia antes da outorga da Constituição Federal, que teria aplicação do art. 58, ao ser indexado pelo piso nacional de salários e não pelo salário mínimo de referência, perdeu 73% na aplicação do art. 58 do ADCT. 73% do valor desse valor desse benefício, hoje, se esse cidadão estiver ganhando hoje mil reais, deveria estar ganhando mil, setecentos e trinta reais. É isso que representa a perda de um único período, entre 1987 e 1988.

Vejam, a Previdência quando foi compor o seu sistema contributivo, quando foi elaborar a escala de salário de contribuição, utilizou o salário mínimo de referência e não o piso nacional de salários. Então, uma medida para dar a retributividade para o trabalhador e outra para buscar o custeio de Previdência. A do custeio, o piso nacional de salários, que era muito mais alto. A de retribuição, o salário mínimo de referência. Então, esta disparidade, por si, já levaria até a uma autocrítica, ao próprio art. 58, e estas já seriam demandas mínimas que poderiam ser sufragadas, ou quem sabe até reparadas, num futuro próximo, através de um Projeto de Lei. Mas, nós temos que, necessariamente, ultrapassar esse momento constitucional, que foi a Constituição de 88, onde nós víamos que, a necessidade do resgate das perdas, ocorridas historicamente, dos aposentados, estariam em pauta. Uma delas era o cálculo das aposentadorias, porque também o cálculo das aposentadorias, não implementava a correção plena, à época, em média de 40% de inflação. E a Assembléia Nacional Constituinte optou por um cálculo, pela média dos 36 meses e correção plena.

Hoje, nós estamos num retrocesso social diante do fator previdenciário e nós temos que lembrar que, historicamente, foram os constituintes originários do poder originário, quem estabeleceram a regra dos 36 meses da correção plena, que foi alterada pelo fator previdenciário. Há duas semanas atrás, o debate do fator previdenciário estava em voga. Parece que historicamente estamos tentando resgatar aquilo que tem sido retirado, gradativamente, dos aposentados e pensionistas. Hoje, discutimos o PLS 58, que nada mais é do que resgatar um dispositivo que estava na própria Constituição de 1978 com a garantia de recuperação.

Então, Senhores, feita essa pequena abordagem histórica, nós estamos vendo que a máxima de que a história se repete está sendo vivenciada de novo nesta Casa, cuja democracia plena se divulga e se faz no Congresso Nacional, e esta Casa tem aberto as portas para isso.

Mas vejam como é importante a gente demarcar os momentos históricos. Em 1991, o Senador Paim falava aqui do debate sobre os 147% dos aposentados. Se os aposentados não tivessem ido à rua, eles estariam perdendo, hoje, um aumento de 147%, tinham, sim, 54, e a perda se acumularia em mais 80%. Foi a organização dos aposentados, o embate no Poder Judiciário e a democracia efetivada nesta Casa que se consagrou os 147%, com a legítima pressão dos aposentados. Hoje nós estamos vivendo de novo um processo muito parecido.

Eu vou trabalhar com alguns números, que depois a COBAP vai passar ao Senador Paim, porque o Toninho fez um alerta importantíssimo: "A Constituição veda que a lei diga que as relações jurídicas serão constitutivas por números de salários mínimos". Então, o projeto, quando evoca o debate sobre o salário mínimo, ele está obviamente se reportando às perdas nos seus percentuais. Então, é importante que nós tragamos à tona este percentual, porque, quando eu conversava com o Presidente Benedito, ele me apontava que se continuar assim, mais de um milhão e quatrocentos mil aposentados, em cinco anos, estarão de novo absorvidos por um salário mínimo. Não serão mais seis, sete, serão quatro ou cinco, que ganharão acima de um salário mínimo; e isto é importante que seja denunciado, porque, não é porque o salário mínimo cresce,

é porque o repasse dos índices aos aposentados não representa preservação do valor real, que o Toninho falou que tem que ter. Não preserva o valor real e não garante, muitas vezes, a própria irredutibilidade nominal do valor do benefício.

Vejam, se nós pegarmos o paradigma quando esgotou a equiparação em salários mínimos, foi setembro de 1991, as perdas, hoje, do aposentado, em números de salários mínimos, representa 62.43%, sem o aumento que virá a seguir. Porque se vier mais um aumento nessa proporção do 3.73 contra os 16, é mais 12% encima dos 62, nós vamos a 74%. Isto quando os benefícios já estavam equiparados em salários mínimos e foram desvinculados. Portanto, para todos aqueles que foram concedidos (soa a campainha) antes da Constituição. Para estes, a perda hoje é de 62%. Muito bem, mas nós temos que pensar também, que entre a Constituição e a regulamentação da norma, os trabalhadores não receberam em números os salários mínimos. Os trabalhadores aposentados naquele período receberam índices diversos, que a política salarial estabelecia.

Para dar um único exemplo, de demonstração do que representa, o mês de janeiro de 1989, com uma mesma circunstância, perde 72.61%. Se nós incluirmos os 12 do próximo reajustamento, nós vamos a 84%; ou seja, a punga é próxima a 100%. 100% de perda com o critério que tem sido adotado pelos governos, desde a desvinculação do salário mínimo. E os fatores são os maiores possíveis, e os mais diversos. Por quê? Porque o aumento do aposentado, muitas vezes, hoje nós estamos vivendo ele anual, em muitos momentos ele foi semestral, em outros quadrimestral. Só que o reajustamento quadrimestral, só ganha o índice integral do aumento da inflação, quem se aposenta na data base do aumento. Quem está fora da data base, o reajustamento não é integral; conseqüentemente, as perdas se avolumam. A ponto de, nós termos, como exemplo, um único mês de diferença, e eu vou tentar me socorrer aqui de agosto de 1991 contra setembro de 91, em agosto de 1991 a diferença... Porque naquela época o cidadão que se aposentou em agosto de 91, ele não teve o índice integral, não ganhou os 147 e não tinha o benefício equiparado em salários mínimos. Em agosto, este cidadão perde 70.61%, contra aquele que, tendo a equiparação em salários mínimos, vai perder 62%. Então, ele perde mais ainda do que um trabalhador que no curso da sua vida, já por mais tempo aposentado, vem perdendo pelo resgate do salário mínimo.

Então é necessário, é impositivo, que este Projeto de Lei passe, não só no Senado, passe na Câmara, e que nós tenhamos assim como foi apresentada pela COBAP uma pressão popular, nós tenhamos a pressão popular, perante o Presidente da República, porque vetar um projeto desses pode ser fácil. Uma simples mensagem de veto, dizendo não, pode ser muito simples. Agora, com a organização social na rua, nós temos a MOSAP, a COBAP, a Força Sindical, o Sindicato Nacional, a CGT, se for para rua, aí eu entro um pouquinho na questão política, vai ser bem mais difícil o Presidente vetar um projeto, aprovado numa Casa que representa, legitimamente, os aposentados e pensionistas, e que está aí resgatando uma perda que é histórica, resgatando o que a Constituição Federal em 88 fez. O que foi disputado na Assembléia Nacional Constituinte e, lembro muito bem, vimos que o PT queria um avanço maior da Constituição Federal e a ela não sufragou. E hoje, nós estamos querendo só que se resgate aquilo que foi disputado em 1988.

Para concluir, eu faço questão de colocar três detalhes. Primeiro, o projeto não está vinculando as aposentadorias em salário mínimo, é importantíssimo que se diga isso, para fazer o refutar que o Toninho levantou aqui. Não está se vinculando em salários mínimos, portanto não se está violando a Constituição Federal. Constitucionalmente, tecnicamente, não há nenhum vício de inconstitucionalidade, isso é fundamental que se estabeleça, porque, aplicados os percentuais, depois vai ter que se disputar uma nova lei de política de reajustamento para os aposentados. O Toninho traz um exemplo, o índice da terceira idade, que há muito nós temos debatido lá na COBAP. Daqui a pouco nós podemos tentar resgatar o IGPDI ou um terceiro índice que melhor represente esse percentual. Mas, é importantíssimo que se digA – o projeto não quer número de salários mínimos, ele quer a recuperação das perdas. E a partir daí, vamos fazer um novo ringue, um novo round ou uma nova luta, dali para a frente. Segundo detalhe...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Por favor, se me permitir. Até porque, se eu quisesse vincular, eu estaria hoje debatendo aqui com o projeto. Eu não estou vinculando, mas eu tenho uma PEC que vincula. Querem fazer um debate para vinculação, tudo bem, é só discutir a PEC nº. 13, de minha autoria. Lá eu vinculo. Os aposentados e pensionistas (soa a campainha) voltam a receber o número de salários mínimos, aí eu estou vinculando. E, tenho aqui a quem quiser cópia, que é a PEC 13. Na PEC 13, eu vinculo. Agora, no Projeto 58, não. Eu só quero que o poder de compra retorne à época da aposentadoria, é isso. Agora, a PEC 13 é a vinculação mesmo. Aí é um outro debate.

SR. DAISSON PORTANOVA – Mas Senador, é importantíssimo que se diga isso, porque é óbvio que

a restrição ao projeto vai ser: induzir ao erro, o que o projeto não diz. Então, é importante que seja dito isso em Audiência Pública, para que não seja lá no Plenário, induzidO – "Ah, o Senhor está querendo fraudar a Constituição". Não, é aqui o momento de se apontar isto e, tecnicamente está apontado, e V.Exª., inclusive, referenda. Se quiserem, o debate é outro, é via proposta de Emenda Constitucional. Então esse detalhe é importante que se diga.

Segundo, o projeto não estabelece uma política salarial para as aposentadorias. Ou seja, os reajustamentos serão ou não serão pelo salário mínimo? Não, isto tem lei própria para regrar. Ou se quisermos alterar a lei, é outro projeto. Então, o projeto demarca as perdas, é o fim de determinadas perdas, em determinado período. É um campo de limitação e para que isso aconteça, se estabelece essa diretriz.

E por fim, nós podemos também, que também o projeto não faz, é discutir o teto, mas não é aqui o Fórum. Porque alguém falA – "Não, com isso vai elevar teto de benefício". Não, o teto foi elevado com a Emenda 20, com a Emenda 41, e não foi repassado para os benefícios. Só foi elevado o teto na relação contributiva. Com isso, mais uma vez, e aí o Floriano vai poder me ajudar depois, aumentou a arrecadação sem repassar aos valores dos benefícios, que só aquelas duas emendas constitucionais representam a perda de 42%. Então, eu achava importantíssimo que, diante desses percentuais, Senador, e me desculpa até abusar um pouco do tempo, eu acho que é importante que essas três balizas sejam postas, principalmente para que não haja um discurso malicioso para derrubar o projeto, alegando o vício de inconstitucionalidade. Pode alegar que não tem dinheiro, pode disputar num outro nível, mas não que ele é inconstitucional, não que ele esteja mudando o sistema, não que ele esteja alterando a estrutura constitucional brasileira. Não. O projeto simplesmente vai fazer referência a percentuais e à recuperação dessas perdas.

Muito obrigado, Senador, por poder, não só por participar do projeto, mas por poder conhecer o projeto e ver que ele realmente recupera o que é a luta, hoje, de todos os representantes dos aposentados. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu quero reafirmar, mais uma vez, porque eu percebi que esse projeto não andou com a agilidade que nós gostaríamos, alegando exatamente issO – que eu estava vinculando. Eu não sou contra a vinculação, não. Tanto que eu apresentei uma PEC nesse sentido, que é a PEC nº. 13. Essa sim vincula, daqui para frente, os benefícios dos aposentados e pensionistas, de acordo com o número de salários mínimos; mas, o PLS 58 não. Ele recupera as perdas acumuladas, nesse sentido, que conforme os dados, pode chegar a 70, 80%. Isto é a recuperação. Daqui para frente é outra política, que pode ser a aprovação da PEC 13 ou não. Ou uma outra proposta que o movimento social construa e eu vou estar junto, com certeza absoluta. Nesse momento, eu passo a palavra ao Sr. Floriano José Martins, Presidente da Fundação ANFIP.

SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, Senador Geraldo Mesquita, colegas da Mesa.

Eu vou falar um pouco sobre alguns números, para que a gente possa fazer uma reflexão no final, se há ou não condições de um reajuste mais justo acima do INPC, já que os demais companheiros da Mesa fizeram um histórico, como foi o Portanova, uma denúncia, como foi o nosso amigo Toninho. Então, eu vou colocar alguns números para que a gente possa refletir um pouco.

Antes, porém, gostaria de colocar que o sistema de Seguridade, ou sistema de Previdência, no Brasil, ele é composto de três regimeS – o Regime Geral do INSS, que é administrado pelo INSS com o sistema de caixa, sistema de orçamento, ou seja, os ativos pagam para os inativos; o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, chamado Regime do Servidor Público, que pode ser de caixa ou de capitalização; e o Regime de Previdência Complementar, que é subdividido em regime aberto, feito por qualquer entidade seguradora a qualquer indivíduo, e o sistema fechado, chamado Fundo de Pensão, agregando, exclusivamente, os empregados daquela empresa, daquele aglomerado.

Feito isso, eu vou passar alguns números, a começar pelo mercado de trabalho, onde a gente mostra o seguinte: dentro desse contexto, nós temos hoje, em torno de 92 milhões da população economicamente ativa, sendo que, o que nos resta, o que discute e demanda para a discussão, é esse valor aqui, é esse número aqui, que eu acho importantíssimo, que é a população ocupada de 84 milhões. Desta população ocupada, nós temos, apenas, 39 milhões de contribuintes para a Previdência Social. Isso nos reflete, ou manda para uma reflexão grande, os demais não são contribuintes da Previdência. E essa diferença nós temos que buscar, porque um dia esse não segurado, contribuinte ou não ao longo da sua vida, ele vai buscar uma aposentadoria, ou um benefício, seja da luz(F) ,seja mais próximo à sua idade.

O outro dado importante é justamente a crescente demanda em função desses números. De 89 a 2004, só para ter uma idéia, a população ativa cresceu 34%, mas a desocupada cresceu 337%, e a população previdenciária cresceu apenas 28%. Ou seja, é

um processo inverso, exatamente do que demanda a Previdência. Este é um outro quadrinho, vou enjoar vocês de tantos números, mas faz parte, até para a gente, no final, concluir. É por segmento, ele subdivide o segmento em agricultura, indústria, construção, etc, mas que chama a atenção alguns números. Por exemplO – na agricultura, os quase 19 milhões existentes, apenas dois milhões são contribuintes.

Na área da construção civil, por exemplO – quase seis milhões, um milhão e seiscentos são contribuintes. Além do índice de rotatividade, é um índice de informalidade. Além, lógico, a sonegação, fruto dessa não contribuição ou dessa não admissão formal. Na área do comércio, é espantoso também, porque o comércio é mais objetivo, a contribuição é mais imediata e, no entanto, desses 16 milhões existentes, apenas sete milhões são formalizados. O empregado doméstico - que hoje temos seis milhões e quatrocentos - isso é fomentado pela classe média, que é a maior sonegadora, talvez, pois é a classe média que emprega o empregado doméstico - e nós temos, apenas, um milhão e seiscentos formalizados. Então, vejam o quadro como ele é contrastante. Um aumenta significativo e outro aumenta quase que zerando em índices.

Depois, temos outros, mas eu vou ficar aqui com alguns números para a gente refletir. Os benefícios urbanos e rurais. Aqui nós temos só para mostrar, o total de benefícios urbanos e rurais. Hoje nós temos 24 milhões de benefícios, praticamente. Quero dizer, Senador, que 24 milhões de benefícios representam em torno de 50 milhões de eleitores, isso se multiplicar 2,5%. Cinqüenta milhões de eleitores elegem um Presidente da República. E se nós fizermos o cálculo, Estado por Estado, todos elegem os Governadores e a maioria dos Deputados. O cálculo é simpleS – 24 milhões de benefícios, multiplicando por 2,5 em média, elege praticamente Presidente da República, Senador, Governador e um grande número de Deputados. É importante que se diga esses números.

Aqui eu quero chamar atenção, é o benefício urbano. A média de taxa de crescimento foi em torno de 4%, mas tem algumas taxas interessantes. Por que é que aqui em 97, aumentou 10%? Por que é que aqui aumentou 6%, em 2002? Fruto da reforma da Previdência. Toda vez que se anuncia e se discute aqui a reforma da Previdência, há um índice de demanda exagerado na busca do benefício, com medo de perder o direito adquirido ou o direito de aposentadoria; seja através de fator, seja através da reforma estrutural.

Aqui são mais os números (?) (01:57:37) desses, 24 milhões, nós temos só de contribuição três milhões e setecentos mil aposentadorias por tempo de contribuição.

Bom, aqui é um dado interessante, só para comparar, ele não serve basicamente de parâmetro, mas é interessante se ver que daqueles três milhões e seiscentos mil de aposentadoria por tempo de serviço, ele tem uma média de benefício de novecentos e trinta e dois reais, hoje; que é mais ou menos a média do trabalhador brasileiro. Em compensação, na Previdência Complementar, esse valor sobe para três mil e novecentos reais. Ou seja, enquanto o trabalhador da Previdência recebe novecentos, o da Previdência Complementar três e novecentos, e, assim sucessivamente. Por idade: trezentos e trinta e sete para um e oitocentos, por invalidez: um e trezentos para quatrocentos e vinte e seis, outros benefícios em médiA – quatrocentos e vinte e três. Logicamente, "outros benefícios" inclui até o trabalhador rural.

Análise de Seguridade, que acho que é o foco da nossa questão. Todos nós sabemos o que diz a Constituição, o que diz o art. 194, que é um conjunto de ações ligadas à saúde em Previdência e Assistência Social, cujo financiamento deveria ser por toda a sociedade e mais, especificamente, pela COFINS, que hoje está em torno de 3 a 7,5%; a contribuição sobre o lucro líquido, que está em torno de 18 a 32%; concursos prognósticos; toda e qualquer loteria, números, sena, etc, 5% da renda bruta vai para a Seguridade Social; a contribuição sobre a folha de salário que é de 8 a 11%; a CPMF, de 0,38%; e o PIS/PASEP, que é de acordo com a folha salarial ou a produção. Quero dizer que, com isso, dando essa definição, sempre digo o seguinte, qualquer trabalhador ou qualquer indivíduo, mesmo mendigo, que compre a sua cachacinha, ele está pagando a Seguridade Social. (soa a campainha) Por que disso? Porque ali incide pelo menos a COFINS, que a contribuição para a Seguridade Social. Então, um mendigo está contribuindo, também, para a Seguridade Social, Senador. Ou, qualquer trabalhador que tenha transação de Banco, automaticamente também está pagando a contribuição social, que é a CPMF de 0,38%. Portanto, toda a sociedade paga para a Seguridade Social. E aí, diante desse cenário, a contribuição, a fonte de financiamento, inteligentemente feita pelos constituintes de 88, é composta dessas contribuições e que resultou, em 2005, nesse valor.

Por exemplo, em 2005, esses dados estão saindo agora, ainda são preliminares, mas que a diferença aí é muito pouca. Arrecadou-se da folha líquida da Previdência, ou seja, da folha de Previdência, cento e oito bilhões, da COFINS oitenta e seis bilhões, da CPMF vinte e nove bilhões - estou chamando isso de bilhões - da contribuição sobre o lucro líquido 25 bilhões, do PIS vinte e um, e assim outros menos significantes, que significa, mas é um ou dois bilhões de reais. O

total do financiamento para a Seguridade Social chegou-se a duzentos e setenta e sete bilhões de reais. E aí? Temos *déficit* ou não?

Vamos para a despesa da Seguridade Social. Total de benefícios foi cento e cinqüenta e sete bilhões. Cento e quarenta e seis de urbano e rurais, cento e dezenove urbano e vinte e sete rurais. Depois temos a Assistência Social que é 9%, a LOAS e a renda mensal, e a saúde com trinta e quatro bilhões. Depois temos transferência de renda, Bolsa Família e outros benefícios do SAT, que é grande também, resultando numa despesa de duzentos e vinte e um bilhões de reais. Onde que se conclui, que em 2005 deu um saldo de cinqüenta e cinco bilhões de reais. Nós chamamos de saldo, porque muita gente diz que é *déficit*. De onde vem o *déficit* da Previdência? Como é que é calculado o *déficit* da Previdência? O chamado *déficit* da Previdência vem da folha de pagamento, cento e oito bilhões, menos o total de benefícios urbano e rural que é de cento e quarenta e seis. Então, o chamado *déficit* da Previdência sai daqui. Deu trinta e oito bilhões, que o Governo disse que deu trinta e oito bilhões. Esse, eu quero chamar atenção dizendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ou seja, só para ajudar. Eles desconsideram todas essas fontes de recursos que os constituintes colocaram em 88.

SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Então, veja. Naquela época, em 88, os rurais, que recebiam apenas meio salário mínimo, passaram-se para um salário mínimo e criou-se a folha de custeio diferente da folha de salário, porque os rurais não pagam sobre a folha. Os rurais pagam 2,5 ou 2,1%, dependendo da pessoa jurídica sobre a comercialização dos produtos rurais. Ele não paga sobre a folha. Quando é *déficit* somase o rural, quando é *superávit* não soma. Ou seja, há uma diferenciação aí, até de nomenclatura, porque ele não faz parte, ele não recolhe sobre a folha. A sua contribuição é sobre a comercialização dos produtos rurais. E, já naquela época, os constituintes já o fizeram, exatamente, porque a capacidade produtiva dele de contribuição era muito insignificante. Ou seja, ele não contribui para o equilíbrio atuarial, dentro desse segmento. Portanto, ele faz parte do benefício previdenciário, mas através de uma outra fonte de financiamento, que é a contribuição sobre o fundo rural. E, diante disso, já se sabia que não dava para equilibrar. Fez-se então, o quê? Um conceito de Seguridade, que é buscando fonte de financiamento de toda a sociedade, que é COFINS, contribuição sobre o lucro, PIS/PASEP, etc, etc. Ou seja, onde todos pagam, inclusive aquele mendigo que eu citei.

Aqui já é um histórico de 2000, dizendo que em todos os anos, não foi só desse Governo, todos - nós fizemos de 2000 para ter um paradigma de mais ou menos cinco anos, seis anos - todos tivemos um *superávit* todos os anos.

E mais, este quadrinho mostra retirando a DRU...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Incomodar, mas não incomodando, é importante ver que o *superávit* vai sempre aumentando.

SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Sim. Aumentando por quê? Porque todos os governos estão aumentando a contribuição social, que não é repassado para Estados e Municípios. Qualquer imposto, Imposto de Renda, o IPI, é repassado para o Município e, automaticamente, aumenta a contribuição social, que é uma fonte exclusiva para a União. Bom, mas isso é outro debate.

Eu queria voltar um pouquinho só. Este aí é um quadrinho sem a DRU, mesmo que tirássemos a DRU fora, os 20%, ainda teríamos um *superávit* ao longo desse período.

Esse é um quadrinho, apenas para ilustração, mas que demonstra a evasão oriunda da inadimplência, evasão oriunda da sonegação e a renúncia fiscal ano a ano, que se compararmos com 2005, ou todos os anos, dá mais de 50%. A evasão e a renúncia fiscal somadas dá mais que 50% da arrecadação líquida da folha, todos os anos.

Aqui é mais um quadrinho para refletir sobre os nove milhões e meio que recebem até um salário mínimo. Sejam, sete milhões rurais, dois milhões a LOAS, que é fruto de um milhão de idosos e um milhão de deficientes, ou seja, só recebe a LOAS quem tem essas duas condições, e mais, que receba um quarto do *per capita* do salário mínimo. Aqui nós temos nove milhões para os vinte e três milhões que dá 40%. Ou seja, 40% são assistenciais rurais, rurais essenciais, que consomem 23% da folha.

É evidente que esse quadro aqui é mais para dizer que o alcance social do *déficit,* é um *déficit* na área rural. Eles arrecadam muito pouco daquela comercialização e, por isso, tem que ser coberto com o recurso da Seguridade Social e não da folha, como querem fazer. Ou seja, exatamente isso; já desde aquela época, já se sabia que não tinha capacidade contributiva para esse segmento. Tanto é, que os benefícios rurais gastaram vinte e sete e ele arrecada quase dois bilhões de reais, só.

Esse é um outro quadrinho para dizer que mesmo se puséssemos toda a arrecadação urbana, ainda os benefícios urbanos estariam superando. Mas acontece que, na época que foi feito o *superávit*, ou seja, existia

superávit e não foi feito o provisionamento do fundo geral da Previdência, do chamado Fundo do Regime Geral; nunca foi feito. Logicamente que a folha, hoje, não dá para comportar os benefícios urbanos.

Este aqui é uma síntese do que o Portanova colocou. Ele explanou com muita propriedade, mas eu estou traduzindo aqui, uma análise da evolução de reajuste a partir de 95. Reajuste do salário mínimo que era cem reais em 1995 e hoje vai para trezentos e cinqüenta; em que o reajuste nominal se deu em 250%. Aqui a variação do INPC de maio a abril, porque esses índices foram dados nessa época e, conseqüentemente, esse valor deu 128%.

Quero registrar que o nosso índice para o reajuste de benefício, como manda a tablita, ou a lei, seria 2,73. Por que não cinco? Porque se fosse antecipado para abril, agora. Então, se fosse concedido o índice do reajuste dos trabalhadores acima de um salário mínimo, não seria cinco, seria 2,73, só. Que é, exatamente, o INPC de maio, de junho do ano passado, (soa a campainha) até março desse ano. E que, ao longo desse período, os reajustes de benefícios acumulados deu 191%, com o valor do INPC 119, portanto, diferentemente do salário mínimo. Ou seja, o reajuste do salário mínimo deu 250 e variação do INPC, de junho a maio, desse mesmo segmento acima de um salário mínimo deu 119 mil. Com apenas o valor real de 5%. Vejam ali, ainda têm alguns resíduos negativos a partir de 2004.

Aí nós fizemos um cálculo do impacto que seria feito, ou que seria demandado, nas contas da Previdência. O impacto do salário mínimo de 16,67, ou de trezentos para trezentos e cinqüenta, neste ano, incluso o 13º, seria de oito bilhões de reais. O impacto se desse 1.9, o total seria de dez. Mas, o impacto do benefício acima de 16, se fosse dado para todo mundo, seria 11% do acima, e todos, juntando este aqui, o oito, mais o 11, daria dezenove bilhões o impacto para este ano. Portanto, arredondando aí, daria 20 bilhões, que seria o impacto na folha de pagamento do INSS. Bem inferior ao saldo da Seguridade que deu 57. Portanto, tem recursos suficientes para conceder benefícios. Ou seja, o mesmo impacto, o mesmo valor, se quiser. Aí, evidentemente, teria que ser ajustado.

Por favor, mais outra, só para terminar. Aqui é uma repetição, mas dizer que, esse impacto seria 19, o saldo de Seguridade foi 55 (soa a campainha), mas quero dizer que os gastos de juros do ano passado foram 157 bilhões. O *superávit* foi de 93 bilhões e os juros, para este ano, estão previstos para 177; portanto, muito superior a qualquer reajuste dado aos aposentados.

E para terminar mesmo, eu não posso... Eu fiz um quadrinho. No histórico da Previdência, em quadro, a dívida histórica. Buscando um trabalho da Eli, da professora Eli Gurgel, de Minas Gerais, ela fez desde 1923 até 2002, a receita de despesa. Esse é o quadrinho, só para mostrar, mas tem um em números, em que ela capitalizou até 2002. O Governo tinha uma dívida com a Previdência de oitocentos e vinte e dois bilhões de reais, e aí eu calculei estimando para este ano, para 2005, deu um trilhão de reais capitalizando, se fosse capitalizada toda a dívida. Igualzinho ao *déficit* projetado por alguém aí, por alguns economistas dos três regimes. Disseram que o *déficit* da Previdência, dos três regimes, do Regime Próprio, Regime Geral... Os dois regimes, principalmente, seria de um trilhão. Então, está aí o *déficit* da Previdência.

E para terminar mesmo, eu queria dizer que achei um livro semana passada, que me deram só semana passada, quanto custou Brasília. Isso escrito em 1968. É um livro do Maurício Vaitsman, estava no livro do sebo e aqui traz o custo de Brasília. Em 1968 ele diz que Brasília custou, em 31 de dezembro de 61, oitenta e um bilhões de reais, na época, que não foi possível traduzir ainda. E que desses oitenta e um bilhões, vinte e um bilhões, portanto, um quarto, foram gastos de IAPC, IAPFESP, IAPM e IAPI.

Fico aqui, porque acho que eu estourei o quadro, mas fico à disposição. Muito obrigado. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Queria abrir, de imediato, ao meu Senador Geraldo Mesquita Júnior para fazer uso da palavra, algum questionamento à Mesa. Dizer que essa audiência está conseguindo abrir a tal de caixa fechada da Seguridade Social e desmistificar, de uma vez por todas, aquilo que eu chamo de "a farsa do *déficit* da Previdência". Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Caro amigo Presidente Senador Paim, caros companheiros, lideranças sindicais, meu prezado amigo Toninho, Senhoras e Senhores.

É claro que a importância da presença de vocês todos aqui hoje, nessa audiência, ela transcende a importância dessa audiência, Senador Paim. Ela é como se fosse um grito aqui dentro do Senado Federal, do reconhecimento, do apoio, eu não me canso de frisar isso, porque, isso é de uma importância tão fundamental.

Uma pessoa como o Senador Paim, se clama aqui nesse Senado Federal sem essa manifestação, sem a presença dos Senhores, que representam na verdade o reclamo, o clamor de milhões de brasileiros que impugnam por decisões justas, inclusive, muitas das vezes negligenciadas pelos governantes. A atua-

ção do Senador Paim com a presença dos Senhores aqui é de uma importância enorme. Dele e de alguns Senadores que enxergam nele a liderança, a atuação firme e decisiva, no sentido de a gente impedir essa curva que traduz a atuação de governos, que traduz a insensibilidade, inclusive desse Congresso Nacional, com relação a direitos dos trabalhadores, com relação à sua situação de modo geral. Então, eu queria que V.Sªs. saíssem daqui com essa sensação. Eu diria até: "Olha, não abandonem o Senador Paim. Perseverem. O País está vendo a presença de vocês, o País está sentindo que o que vocês vieram aqui dizer, significa apoio determinado". Há uma atuação dentro do Congresso Nacional, uma das atuações mais, para mim inclusive, mais emocionantes, que eu venho acompanhando durante todos esses anos.

Eu queria também deixar meu depoimento, eu estou aqui nesse Senado há pouco mais de três anos. O Toninho estava falando aqui como é difícil a decisão governamental. Eu vou revelar uma coisa para os SenhoreS – eu cheguei no Senado com a expectativa, a esperança, de que o Presidente Lula, com a autoridade com que ele chegou à Presidência da República, com um lastro aí de cinqüenta e tantos milhões de votos de esperança. Eu costumo dizer que naquele exato momento, e não poderia ser muito depois, ele chegou aqui com autoridade de convocar esse País, botar esse País numa mesa, convocar o sacrifício, mas também a colaboração de todos. Dizer para o capital financeiro internacional, por exemplo: "Olha, talvez até seja justo que vocês estão nos cobrando aí, mas nós vamos ter que dar um tempo nisso aqui. Toda essa dinheirama que nós estamos transferindo para vocês, ela vai ter que ser, em grande parte, aproveitada internamente no nosso País". Ou seja, adotar medidas justas. Eu sei que isso resultaria, digamos, em diminuição da afluição de grupos econômicos, de setores desse País, que sempre se beneficiaram, secularmente, desse sistema tão perverso e cruel que concentra, que se apropria de forma até indecente da riqueza desse País, em detrimento da grande maioria do povo brasileiro.

Eu tenho certeza absoluta que se tivesse sido esse o comportamento e a atitude do Presidente Lula, ele, hoje, estaria sendo aplaudido, reverenciado como um verdadeiro estadista. No entanto, eu creio que o Presidente Lula e seu Governo se renderam às pressões ilegítimas, indecentes até, de banqueiros, de capital financeiro internacional.

Eu quero aqui, só traduzir como eu enxerguei isso tudo, dentro do Senado Federal. Eu estou aqui, como eu disse, há mais de três anos, e eu teria enorme dificuldade, a não ser essas exceções, fruto inclusive do trabalho interno da Casa, de alguns Parlamentares, mas eu teria uma enorme dificuldade em me lembrar, em enxergar, proposições do Governo Federal colocadas aqui dentro desse Congresso Nacional, que não significaram e não significam favorecimento a interesses de grupos, grandes grupos, desse País. Eu tenho enorme dificuldade de lembrar, se é que elas existiram, proposições que tenham tido o propósito de... Eu não digo nem eqüalizar as coisas, mas pelo menos minimizar.

Eu vou confessar uma coisa para vocês aqul – eu estou num processo de tentar me redimir de algo que fiz aqui nesse Senado. Acreditando, fazendo parte da base de sustentação desse Governo, que não faço mais, e votando, inclusive, a favor daquilo que eu considerei, mesmo votando a favor, uma violência que não deveria ter sido praticada contra os aposentados e os pensionistas desse País e a grande massa de trabalhadores desse País, que foi a Reforma da Previdência. Eu estou num processo de tentar me redimir desse voto que eu dei, em confiança, a um Governo que se anunciou para esse País como um Governo que não iria fazer uma revolução, Senador Paim, mas iria enveredar por um caminho, pelo menos iria construir de forma - como se diz hoje em dia, que é moda – de forma "sustentável", as condições para que a gente diminuísse em grande parte esse fosso enorme, que separa milhões de brasileiros daqueles que se apropriam da riqueza desse País, que é uma minoria, e burra, por sinal.

Então, eu não poderia sair hoje daqui sem dar esse depoimento. Primeiro da importância da atuação de um Parlamentar como o Senador Paim. Ele exerce uma liderança no Senado Federal e nesse Congresso, porque ele não dissimula, ele não está fazendo graça para ninguém aqui. A história da vida do Senador Paim é uma prova disso, mais do que eu estou dizendo. É uma prova da persistência dele e da luta incessante por melhores dias, para milhões de brasileiros.

E, por último mesmo, eu quero de novo reprisar a importância da presença de vocês aqui, sempre que convocados. Porque, não só o Senado Federal e não só o Congresso Nacional, perceberá que o Senador Paim e alguns outros Parlamentares não estão aqui falando só. Eles não falam nem em nome próprio, eles falam em nome de vocês, eles falam porque estão articulados com vocês e estão conduzindo, encaminhando, os assuntos que são a preocupação de vocês que, por sua vez, representam milhões de brasileiros.

Eu queria mais uma vez agradecer o privilégio e oportunidade de ter estado aqui e me colocar à disposição dos Senhores, do Senador Paim, dessa Comissão, para prosseguirmos nessa luta que ela é de fato, não pode parar, é incessante. Os resultados que a gente colhe são por vezes muito pequenos, bem aquém da-

quilo que a gente deveria estar conseguindo, mas o caminho é esse, não tem outro caminho. É o caminho, inclusive, da resistência democrática, para que consigamos, quem sabe, num futuro bem próximo, reverter esse jogo e fazer com que milhões de brasileiros tenham a sua dignidade reconhecida. Não no discurso, mas na prática, mas em ações concretas, que possam valorizar a vida de quem dá a vida por esse País. Muito obrigado. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Entendo eu, que o Senador Geraldo Mesquita Júnior dá um depoimento e, claro, que mexe com as emoções de todos nós, muito com a minha, Senador. Eu queria pegar muito uma frase que V.Exª. expressou aqui – "Dizer a todos vocês que estão aqui e que têm colaborado muito nesse debate das Audiências Públicas", não é que não me deixem a mim só, não deixem a nós só. Não deixem alguns Senadores e Deputados, que têm compromisso com vocês, podem ter certeza disso, que saia Governo e venha Governo, o compromisso com o povo, com os trabalhadores, não é só do Paulo Paim, Senador aqui representado, Geraldo Mesquita Júnior e outros Senadores, como outros Deputados têm compromissos.

O nosso compromisso não só com o Governo atual, é com o Estado Brasileiro, enfim, é com o nosso povo, por isso que, eu não vou repetir o seu discurso. Quero dizer que para mim é muito importante V.Exª. estar aqui nesse momento histórico, que foi numa audiência como essa, com essas entidades aqui presentes e outras que não puderam vir, que a gente deu uma chacoalhada no fator previdenciário, que hoje, pelo menos, aprovou no Senado, o mérito é das entidades.

O próprio debate do salário mínimo se avançou um pouco mais nesse ano, o mérito é dessas entidades que se mobilizaram eternamente para que isso acontecesse. E o mérito, que nós vamos ter que mudar essa política, na busca de um reajuste decente para os aposentados e pensionistas é de vocês.

Então, o apelo que eu faço, repetindo suas palavras, Senador Geraldo Mesquita Júnior, "não nos deixem só".

É fundamental que o povo brasileiro entenda que as nossas vozes não são vozes isoladas aqui dentro. Nós temos movimentos sociais organizados, acompanhando nós, auxiliando e até criticando, quando for necessário; para uma correção de rumo, se num momento ou outro, embora a gente ache que estamos no caminho certo, a gente dê uma falseada, a gente dê uma pisada na bola, e vocês são aqueles que vão nos orientar eternamente.

Eu entendo que a Audiência Pública contribui, e muito, para o debate sobre a Previdência Pública que nós queremos em nosso País. Podem ter certeza que milhões de pessoas assistiram essa audiência, nesse momento. Então, muito mais do que eu falar, eu gostaria de dar um minuto para cada um dos painelistas, para suas considerações finais e, também, com a liberdade que sempre tivemos aqui. Se uma ou duas entidades que não tiveram oportunidade no Plenário, quiserem também fazer uma breve saudação... E com isso nós encerramos essa Audiência Pública.

Eu começaria aqui com a Mesa, mas permitindo que cada um, se assim entender, queira usar o seu minuto. Acho que o Senador Geraldo Mesquita Júnior fez o fechamento aqui. Não porque falou de mim, mas falou de vocês. Acho que o mais importante é o que ele falou de vocês e eu quero reproduzir a frase que ele disse: "Não nos deixem sós aqui dentro do Senado". Nós sozinhos, aí eu digo o Congresso Nacional, nós *solitos* não somos ninguém, nem Deputado e nem Senador; mas aqueles Senadores e Deputados que têm compromisso com a história de vocês, precisam muito de vocês.

Então, eu passaria aqui para Mesa, um minuto cada um, e depois ao Plenário aqueles que quiserem fazer uma observação rápida, para que a gente possa concluir a nossa Audiência Pública.

SR. ANTÔNIO AUGUSTO QUEIROZ – Apenas para mais uma vez agradecer o convite da Comissão e, rapidamente dizer que, o Parlamento e o Parlamentar, na democracia, exercem três ou quatro funções relevantes, que é a de representar, a de legislar, a de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos arrecadados compulsoriamente da população, e de mediar conflitos e abrir interlocuções. Nessas quatro dimensões, os dois Senadores aqui presentes, Paulo Paim e Geraldo Mesquita, têm atuado com esmero a toda prova. O compromisso - posso assegurar isso, porque acompanho o Congresso há 25 anos - desses dois Senadores com os assalariados, com a maioria da população é inabalado, entre Governo, saia Governo. Esse testemunho é importante, porque há Parlamentares que só aparecem de quatro em quatro anos, no período de eleição.

Nós temos agora, dia primeiro de outubro, domingo, a eleição para a renovação do Congresso. Creio que vai ser expressiva. Sempre que a eleição é antecedida de uma grande crise de natureza ética ou moral como ocorreu especialmente na Câmara dos Deputados, a renovação é muito expressiva. Eu me lembro que em 1990, a renovação foi de 62% na Câmara, e a tendência é que esse ano vá ser muito expressiva, também.

O eleitor tem que ter o conhecimento daqueles Parlamentares que têm coerência, tem compromisso,

e que, portanto, merecem renovar o seu mandato. E aqueles que descumpriram a sua palavra ou não honraram a representação que lhe foi dada, que sejam rechaçados nas urnas e retornem à sua casa, porque o eleitor é o titular do mandato dos Parlamentares. Porque ele delega o Parlamentar para que, em seu nome, possa legislar, fiscalizar e exercer todas as atribuições em nome da população.

Era apenas esse registro final e, mais uma vez, agradecer e parabenizar o Senador e a Comissão por essa iniciativa. (palmas).

SR. DAISSON PORTANOVA – Vou tentar ser breve também, Senador, porque o tempo nos toma de assalto, mas acho importantíssimo nós pegarmos alguns tópicos.

O Toninho foi muito feliz quando falou na questão que deve ser tratada no campo político, jurídico e social. Acho que as entidades que não tiverem uma intersecção política, não tiverem estrutura jurídica e não souberem fazer a disputa parlamentar, talvez, Senador Mesquita, nós não tivéssemos aqui 600, 700 mil assinaturas. Então, as entidades estão demonstrando isso, em especial a COBAP, que tem sido conduzida pelo meu querido amigo Benedito Marcílio.

Quero colocar de novo um segundo detalhe, que a COBAP tem levantado, Conselho Nacional de Seguridade Social, antes de ele ser extinto, ele já tinha um ato do Conselho querendo recuperar as perdas e os benefícios previdenciários. Não é a toa que foi extinto o Conselho Nacional de Seguridade Social e aqui, sim, é a pauta para se levantar o debate.

E, por fim, a posição de todos os expositores, de um jeito ou de outro, falou muito e atentou muito para o caráter assistencial que está se transformando as relações que se vive hoje. Estamos transformando Previdência Social, a riqueza do trabalhador, a contribuição, toda essa estrutura, em migalhas assistenciais. Eu acho que esta crítica também deve ser feita, porque não é o problema de termos aí um remédio mais barato, o problema é nós termos uma aposentadoria digna. É a recuperação dessa aposentadoria que vai dispensar alguns trabalhos assistenciais, alguns programas assistenciais, e dar efetividade ao Estado Social, que era a busca da Constituição de 88, que ela tem sido perdida com o tempo.

Então eu acho que esses três aspectos podem ser elementos até de compreensão de um todo, que este papel, esta Audiência Pública realmente fez.

Senador, eu gostaria de ter a capacidade do Senador Mesquita Júnior de poder lhe elogiar, mas eu não tenho esta capacidade, mas sei que o Estado do Rio Grande do Sul tem e por isso o Senhor nos representa lá. Muito obrigado, Senador.

SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Mais uma vez quero agradecer, em nome da ANFIP, ao Senador, que é um baluarte em prol da defesa dos previdenciários e de todos os segurados da Previdência.

Queria colocar também duas sugestões, talvez. Primeira, não deu tempo de falar, mas seria importante, já falei da outra vez do fator previdenciário. É, talvez, uma mobilização de todos nós na segregação dos orçamentos. Os orçamentos são compostos de orçamento fiscal, orçamento das estatais e orçamento da Seguridade Social. Nós temos que separar esses orçamentos, para que aquilo que eu apresentei ali, fosse exatamente destinado à Seguridade Social. Nada daquele financiamento fosse para outras atividades que não da Seguridade Social, saúde e Previdência Social. E o segundo movimento, e aí, com essa segregação, talvez pudéssemos resgatar o Conselho Nacional de Seguridade Social, que foi extinto por Medida Provisória, em 98, e também os Conselhos Regionais que foram agora restituídos.

Há um outro fator, para terminar, vai se extinguir o prazo para a DRU em 2007, em 31 de dezembro ele termina. Essa mobilização tem que ser feita já, porque muita gente, os organismos internacionais, quer passar de 20 para 30 e 40. E se nós não nos mobilizarmos, seguramente vai ser passado. E aí, a Previdência e todo esse sistema de Seguridade vai ser analisado em recurso e livremente para outras fontes de despesa.

Portanto, acho que nós deveríamos também fazer um movimento no sentido de não mais, além de não ultrapassar os vinte, Senador, extinguir e ficar todo esse valor para o orçamento da Seguridade e, também, logicamente, ao orçamento fiscal.

Com isso, agradeço mais uma vez o convite e estamos à disposição. (palmas).

SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Também para me associar, em nome do MOSAP, Instituto Nacional de Servidores Aposentados e Pensionistas, às manifestações tanto do Senador Geraldo quanto dos demais componentes da Mesa, em relação ao Senador Paulo Paim. Ninguém tem dúvida e ninguém vai esquecer de sempre se manter nessa luta. Como se trata de resgate ou de novas formulações e novas conquistas, nós não podemos esquecer nesse momento a PEC que está em tramitação na Câmara dos Deputados, que é a 157, que é da revisão constitucional. É uma matéria de extrema importância e acho que o momento é oportuno, apenas para lembrar que nós todos das entidades devemos estar presentes naquele momento, lá na Câmara, para que aquela PEC não passe, se possível não seja aprovada. Mas, digamos que nós não tenhamos força, mas eu acredito que nós temos força, ela não se cinja naqueles aspectos de maioria absoluta

para fazer reformas. Isso é muito perigoso. Eu tenho a impressão que nós, Servidores Públicos, tanto ativos, principalmente ativos, e aposentados e pensionistas, mas sobretudo trabalhadores do regime geral desse País, tenhamos a exata compreensão e noção do que significa uma reforma desse teor nesse momento.

Então, eu só quero concluir, agradecer uma vez mais o Senador Paulo Paim, que sempre tem prestigiado o movimento dos aposentados do serviço público, como também os demais. Agradecer a todas as Centrais que aqui estão e já estivemos, acho que é a quarta vez que em curto espaço de tempo, tivemos a oportunidade de dialogar e dizer que a esperança é a última que morre. E nós, com esse momento político de primeiro de outubro de 2006, temos a certeza que muitas das nossas preocupações e muitas das nossas ansiedades, nós temos condições de dar rumos certos e com pessoas certas naquele momento.

Portanto, eu apenas reitero o que disse e convido, uma vez mais, para as entidades que puderem, juntamente com a COBAP e MOSAP, estarmos em Salvador, no dia sete, para que lá, também, possamos fazer uma manifestação e também um resgate da Frente Parlamentar em defesa da Previdência Social Pública. É muito importante, nesse momento, que nós tenhamos essa perspectiva e, em Salvador, será o momento especial para que nós demos, de novo, um impulso para essa Frente Parlamentar.

Portanto, parabéns ao Senador Paulo Paim, parabéns ao Senador Geraldo Mesquita que veio aqui prestigiar e em boa hora chamar a atenção de todos para que não deixem os Parlamentares sozinhos. Nós não deixaremos jamais sozinhos. Acreditamos que naquelas perdas que nós tivemos, ainda temos condições de resgatar aqui na Casa, fora da Casa e em outros organismos. Parabéns a todos vocês e muito obrigado em nome dos servidores aposentados e pensionistas.

SR. PAULO JOSÉ ZANETTI – Eu gostaria de agradecer essa oportunidade e parabenizar também a Mesa e, gostaria também, de fazer uma ressalva, agradecer aos técnicos, porque daí não fica só uma voz dos aposentados ecoando, dados do DIAP, dados do companheiro do jurídico, da ANFIP. Isso vem para engrandecer essa nossa falação.

No momento que eu fiz uso da minha palavra, eu citei que ficava muito contente com a presença da ANFIP, não o conhecia, e sabia que eu estava falando a verdade, porque a gente sabe que a história da Previdência Social não é essa que tanto denigre. A Previdência Social, ela é possível nesse País e agora colaborando aqui, com o companheiro.

Nós temos que defender a Previdência Pública. Esse País não é para a Previdência Privada. A minha situação, eu sou da Previdência Complementar e da Privada. Eu sou de uma estatal, mas eu sei que a dificuldade com os salários pagos nesse País, qual é o trabalhador de classe média que poderá, nos dias de hoje, pleitear uma aposentadoria complementar através do sistema financeiro? Eu acho que nós temos que lutar incessantemente para preservarmos a nossa Previdência Pública. Mas também, colaborando com aquilo que falou o DIAP. Porque, nós não podemos permitir esse achatamento, porque isso vai fazer com que a Previdência Pública desapareça. Então, temos que lutar e eu acho que valeu.

Nós estamos sempre também, Paulo, à sua disposição. Eu acho que quando a pessoa merece, eu falei para você ali no particular, no sábado em Curitiba eu elogiei muito a sua atuação. Temos colocado em nosso *site* as tuas matérias que a gente pega no teu *site,* também.

Gostaria de agradecer também a palavras do Senador. Eu acho que se todo mundo tivesse a coragem e a dignidade, porque se as pessoas, num momento do passado, erraram, eu acho que nada mais justo que reconhecer o erro e se voltar. Isso está sendo ouvido com certeza por toda essa Casa. Que todos tenham esse exemplo do companheiro e que possamos, então, minimizar o sofrimento que foi causado aos aposentados nessa Casa. Vamos resgatar a dignidade dos aposentados. Muito obrigado. (palmas).

SR. BENEDITO MARCÍLIO ALVES DA SILVA – Senador Paulo Paim, como Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, representando aqui as federações e associações, queremos congratular com V.Exª. por essa Sessão, inclusive, da qual estamos participando e, ouvindo, inclusive, os depoimentos do Floriano da ANFIP, depoimento do Dr. Daisson Portanova, do Dr. Antônio Augusto de Queiroz. E muito importante para essa Audiência Pública, o Senador Geraldo, também, a sua importância, o seu depoimento mexeu muito conosco também. Isso que nós esperamos dos nossos representantes aqui na Casa, nesta Casa democrática que é o Congresso Nacional.

A COBAP junto com a ANFIP e com a MOSAP, no dia sete de abril, nós deveremos realizar um seminário na Bahia. É um ato político. Aquilo que eu disse, nós aposentados, Servidores Públicos aposentados da empresa privada, nós estamos na luta, nós estamos na rua. A verdade é essA – organizar e participar.

E, o importante que hoje estamos entregando o primeiro trabalho nosso, que são os abaixo assinados de mais de setecentas mil assinaturas, e vamos prosseguir nessa luta, para que realmente o Projeto

58 seja aprovado, bem como também a derrubada do fator previdenciário, que é uma luta de V.Exª. e nós aposentados esperamos conquistar esse direito. Muito obrigado. (palmas).

SR. CANINDÉ PEGADO – Bom, Senador Paulo Paim, Senador Geraldo, demais companheiros que participaram dessa Audiência Pública. Eu quero, aqui, justamente dizer do valor, da importância que tem a Audiência Pública quando convocada com essas características e reunindo os atores sociais mais importantes e representativos desse segmento.

Então aqui, em nome da CGT, Confederação Geral dos Trabalhadores, e da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas, que é filiada a CGT, quero dizer que nós temos, Senador, amparo para discutir tudo isso. Amparo constitucional, amparo na Lei Infraconstitucional, tem as informações aí que são as mais bem elaboradas, pesquisadas e seguras para nós estarmos discutindo, tomando como base essas informações. Está aí a ANFIP, o DIAP, mostrando justamente com segurança a arrecadação que nós temos na Previdência, mostrando com segurança o número de aposentados e pensionistas que nós temos, mostrando com segurança o *superávit* que nós temos, que não tem prejuízo na Previdência Social. O que existe é, justamente, essa mistura de interesses por parte da arrecadação pública, no sentido de desviar a atenção, que é de interesse dos trabalhadores ativos, sim. Também, porque hoje, nesse momento, já estão se aposentando quantas e quantas pessoas.

Então, o que foi mostrado aí, que nós temos em torno de 84 milhões de ocupados e apenas 39 milhões contribuem para a Previdência Social, isso diz respeito ao ativo também. Logo na seqüência, nós estaremos também nesse mesmo buraco negro, nesse problema aí. O importante é dizer o seguinte: nós temos elementos, mais do que suficientes, para fazer esse debate, Senador, dentro daquilo que nós propomos, que é a constituição de um Conselho ou de uma Comissão Permanente, para discutir toda a problemática da Previdência Social. Hoje, com a segurança que o Senado nos dá, e o Congresso, de um modo geral, nós temos convicção de que haveremos de avançar muito para resolver a questão da Previdência Social neste País.

Então, nós queremos, também, agradecer ao convite. Dizer que estamos à disposição não só da Casa, mas também para fazer unidade de ação entre todos os atores sociais que aqui estão. É fundamental a unidade de ação para que nós possamos então conquistar justamente a Previdência Social que todos nós queremos para os ativos e para os inativos deste País. Obrigado. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Antes de concluir, há um cidadão no Plenário representando uma entidade que gostaria de usar um minuto. Eu, por ordem aqui da Casa, faço a leitura da seguinte convocaçãO – Exmºs. Srs. Senadores e Senadoras, na qualidade de Presidente de Comissão de Assuntos Sociais, convoco V.Exªs. para a 8ª Reunião Extraordinária, que será realizada terça-feira, dia 21 de março de 2006, às 10h30, na sala Florestan Fernandes, Plenário 9, da Ala Senador Alexandre Costa.

Secretaria das Comissões, de 24 de março de 2006, Senador Antônio Carlos Valadares.

Em resumo, o Senador Antônio Carlos Valadares está convocando uma reunião da Comissão de Assuntos Sociais para amanhã, às 10h00. E, ao mesmo tempo, quero agradecer ao Senador Antônio Carlos Valadares e toda a sua equipe, que estão aqui, porque, sem sombra de dúvida, aí meu amigo Edison, porque o pessoal comenta sempre sobre o Servidor Público. Pois bem, esses Servidores Públicos, tanto na sexta como hoje, só como exemplo, têm virado da manhã à noite, comigo aqui, em Audiências Públicas. Eu queria, na figura dos Servidores Públicos aqui da Comissão de Assuntos Sociais, uma salva de palma que vocês merecem. (palmas) Eu acho que tem feito um trabalho brilhante, é preciso que a gente saiba reconhecer.

Então eu passo a palavra ao Senhor que pediu a palavra por um minuto. Peço que o Senhor se identifique para efeito de registro.

SR. OCTAVIANO PEREIRA DOS SANTOS – Em nome da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Osasco, da Federação de São Paulo e da UAP de Osasco, quero trazer o meu abraço de todos os aposentados e do seu amigo Luiz Gonzaga, que mandou um grande abraço para V.Exª..

Estou muito satisfeito no dia de hoje, de a gente nessa audiência, poder estar aqui, sentados com várias entidades que estão, ao tempo, arregaçando as mangas e estão juntando as suas forças para que a gente lute contra as injustiças desse País. É preciso que a gente continue nessa luta, irmanado, para que a gente acabe com tanta miséria, com tanta perseguição ao aposentado e ao pensionista.

Os aposentados e pensionistas do Brasil não estão precisando de caridade. Não estão precisando de esmola, estão precisando de justiça, precisando que a gente lute junto nessa força para que a gente chegue nos nossos ideais.

É preciso acabar com tanta barbaridade que está acontecendo com os aposentados e pensionistas dessa nação. Hoje nós aposentados estamos sendo tratados como papel higiênico, foi usado e agora não tem mais valor.

Então, gente, o meu abraço ao nosso Senador Paulo Paim e, rezarmos, para que nesta Casa apareçam mais homens e mulheres com esse ideal, com essa vontade de tentar salvar este País. Obrigado. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com esse depoimento nós encerramos essa nossa Audiência Pública. Eu o faço em nome do Senador Geraldo Mesquita Júnior e também do Senador Antônio Carlos Valadares, que embora não presente, fez todo o movimento para que os requerimentos, tanto da audiência de sexta-feira que tivemos aqui à tarde para discutir PETROBRÁS, pólo petroquímico de Triunfo, e todo um processo de negociação que envolve interesses da PETROBRÁS. Assim essa Audiência Pública cumpriu o seu objetivo.

Quero agradecer muito, muito mesmo, ao Senador Mesquita e outros Parlamentares que têm atuado conosco nessa frente e a todos painelistas e entidades que aqui estiveram hoje.

No fator previdenciário avançamos bastante. Tenho certeza que vamos avançar, também, no projeto de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas, que é o PLS 58. E, quem quiser, vamos fazer também um bom debate, que eu sei que as entidades concordam, da PEC 13, que garante, efetivamente, que nas políticas futuras, a gente garanta, não só a recuperação do passado, mas também um reajuste decente para todos os aposentados e pensionistas do nosso País. Muito obrigado, está encerrada a presente Sessão. (palmas).

Sessão encerrada às 13h04.

Ata da Oitava Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 20 de abril de 2006, quinta-feira, às 9:30 horas.

Às dez horas, e dezenove minutos do dia vinte de abril de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **HERÁCLITO FORTES, EDUARDO AZEREDO, JOSÉ MARANHÃO, DELCÍDIO AMARAL, EDUARDO SUPLICY, MARCO MACIEL, FLEXA RIBEIRO, LÚCIA VÂNIA, NEY SUASSUANA, SÉRGIO CABRAL, GERALDO MESQUITA JUNIOR, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATI, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO .** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência o Senador Rodolpho Tourinho , Senador Vaudir Raupp e o Senador Cristóvam Buarque**.** O Senador Antônio Carlos Valadares declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da 6ª reunião, audiência pública realizada no dia 24 de março de 2006, assim como da 7ª reunião, também audiência pública, realizada no dia 27 de março de 2006. Ambas as Atas são aprovadas. A Presidência comunica que o item 06, PLS 464, de 2003 fica retirado de pauta para atender a solicitação da mesa de leitura de requerimento de audiência da Comissão de Assuntos Econômicos. O item 12, PLS 340, de 2004 e o PLS 176 de 2004 foram retirados de pauta a pedido de um dos autores. O Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES** passa o uso da palavra para a Senadora **LÚCIA VÂNIA,** para esclarecimentos sobre o andamento do parecer do **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2002** sobre o Ato Médico, convidando para compor a mesa o **Dr. CARLOS MARCIAL** - Advogado e o **Dr. SEBASTIÃO MOREIRA JÚNIOR –** Consultor Jurídico do Senado Federal. Passa-se à apreciação dos itens da pauta. **EXTRA PAUTA - ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 10, DE 2006- CAS** "Requer nos termos do inciso II do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir o PLS nº 25, de 2002, que dispõe sobre o Ato Médico, com convidados a serem definidos na próxima reunião". **Autora:** Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Aprovado. **EXTRA PAUTA - ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 09, DE 2006- CAS "**Requer nos termos do inciso II do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Comissão de Infra-Estrutura (CI) e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para realização de audiência pública visando esclarecimentos sobre o processo de recuperação empresarial da Varig, as propostas de reestruturação e os respectivos impasses, a garantia dos empregos e de defesa do consumidor; para tanto deve ser providenciada a oitiva dos representantes legais das seguintes instituiçõeS – (a) Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), (b) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), (c) BR - Distribuidora, (d) Trabalhadores do Grupo Varig (TGV) e (e) Infraero". **AutoreS –** Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Pedro Simon e Senador Paulo Paim. **ResultadO –** Aprovado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2006,** "Estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, portadores da deficiência conhecida como "Síndrome da Talidomida" e dá outras providências". **Autor:** Senador Marco Maciel. **Relatora:** Senadora Lúcia Vânia **Parecer:** Favorável, com duas emendas que apresenta. **ResultadO –** Concedido vista coletiva. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2005**

"Altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida". **Autora:** Deputada Ann Pontes e outros. **Relator:** "ad hoc" Senador Paulo Paim **Parecer:** Favorável com duas emendas que apresenta **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2004,** "Permite que o trabalhador com mais de 45 anos de idade e desempregado saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/PASEP". **Autor**: Senador NEY SUASSUNA **Relator**: Senador EDUARDO AZEREDO **Parecer**: Favorável. **Resultado:** Aprovado com 12 votos**. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2004,** "Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências"**. Autor:** Senador Marcelo Crivella. **Relator**: Senador Augusto Botelho. **Parecer:** Pela Prejudicialidade**. Resultado:** Prejudicado com 13 votos. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, DE 2004,** "Institui o Dia Nacional da Mamografia". **Autora:** Senadora Lúcia Vânia **Relator:** "ad hoc" Senador Geraldo Mesquita Júnior **Parecer:** Favorável. **ResultadO –** Aprovado com 12 votos. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2003,** "Dá nova redação ao artigo 149 da Consolidação das Leis do Trabalho, dando ao trabalhador o direito de pleitear a concessão das férias para serem gozadas ou sua conversão em pagamento".**Autor:** Senador Antônio Carlos Valadares, **Relator:** "ad hoc" Senador Paulo Paim, **Parecer:** Favorável. **Resultado:** Aprovado com 12 votos. Os demais itens da Pauta 3, 4, 5 e 7 foram adiados. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores: Lúcia Vânia, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Ney Suassuana, Paulo Paim, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita, Leonel Pavam. Foi levantada a questão a posição do retrato da Senadora Lúcia Vânia, na galeria de ex presidentes da Comissão e o Senador Ney Suassuna se comprometeu a fornecer o coquetel. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. –Senador **Antônio Carlos Valadares,** Presidente.

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – É uma reunião informal, em que nós aqui estamos prestando conta ao Presidente, de um trabalho que tem sido desenvolvido paralelamente a esta Comissão para que a gente pudesse encontrar um consenso entre aqueles que apóiam o ato médico e os que não apóiam o ato médico, que são os demais profissionais de Saúde. Então existem dois grupos organizados que têm se encontrado frequentemente para que a gente possa ver se encontramos um eixo entre esses dois grupos. Confesso para os Senhores que tem sido assim, extremamente difícil, mas nós temos tido uma paciência enorme, conseguimos aprofundar bastante no assunto e já fizemos um estudo sobre a legislação nacional e internacional com relação...

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu vou abrir a Sessão para dar oportunidade a esta Comissão, principalmente a Senadora Relatora, para falar sobre o ato médico.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer ao Presidente, essa oportunidade de prestar contas aqui aos meus companheiros do trabalho que temos desenvolvido com relação ao ato médico.

Como todos os Srs. Parlamentares sabem, tenho sido procurada pelos grupos aqui, àqueles que apóiam o projeto de lei da regulamentação da profissão do médico, e àqueles que não apóiam que tem receio, que são os demais profissionais de saúde, que tem receio de que a regulamentação da profissão do médico venha interferir nas conquistas e nos avanços que eles já conseguiram nas suas leis. Para que a gente pudesse fazer um trabalho democrático, um trabalho que não trouxesse trauma à sociedade, principalmente ao Sistema Único de Saúde, que é sem dúvida nenhuma, uma das maiores conquistas da sociedade brasileira, nós entendíamos desde o início desse trabalho que era necessário buscar o consenso.

Temos feito um trabalho assim, paciente, já de oito meses escutando um grupo, escutando o outro, fazendo com que um grupo apresentasse as suas sugestões, o outro discutisse as sugestões e fizesse as alterações. Enfim, temos conseguido alguns avanços expressivos. Dentre os avanços que nós temos conseguido, nós temos visto o entendimento já surgido no Estado de São Paulo, onde os profissionais de saúde de todas as aéreas, já fizeram um pacto de convivência pacífica entre esses grupos para que a gente pudesse avançar no trabalho.

Também tivemos em Minas Gerais, um seminário altamente produtivo que fugia um pouco da linha dos demais seminários que nós fizemos pelo país, porque a grande parte do seminário redundava, às vezes, num

bate-boca que não dava resultado positivo. Mas agora, eu acho que com esse trabalho de paciência, de informação, de respostas nós temos conseguido alguns avanços. Fizemos um estudo da legislação nacional e internacional, com relação à regulamentação do ato médico. Fizemos uma comparação das legislações normativas de cada uma das profissões envolvidas, para saber até onde haveria uma zona cinzenta entre a atividade do médico e das demais profissões. Realização de mesa redonda com a presença de especialistas da Consultoria Legislativa do Senado. Realização de reuniões com representantes do Movimento em Defesa do Ato Médico e do Movimentado Nacional contra o PL 25.

Já realizamos 26 reuniões, Audiências Públicas em Assembléias, Câmaras Legislativas, audiência no meu gabinete, reuniões com representantes dos dois movimentos, já tendo recebido cerca de 1600 pessoas para tratar desse assunto. O MOMENTO ATUAL.

Segundo semestre de 2005. Em 1º de setembro recebi o documento sugestão ao substitutivo da parte da Coordenação em Defesa do Ato Médico. Em 19 de outubro, eu recebi o documento sugestão ao substitutivo da parte da Coordenação Contra o PLS 25. Em seguida, a equipe técnica realizou reuniões em separado com as duas coordenações em busca de um consenso possível. Foram realizadas reuniões técnicas com os representantes dos dois Movimentos em novembro e dezembro.

O momento atual.

Em 2006, foram retomados contatos com os dois movimentos. Em fevereiro, a Coordenação Nacional em Defesa do Ato Médico encaminhou as últimas pendências solicitadas pela Equipe Técnica do Gabinete. Em quinze de fevereiro foram repassados documentos solicitados pela Coordenação Nacional contra o PLS e solicitadas providências para a marcação de uma reunião com aquela Coordenação. Em 20 de fevereiro, o Gabinete marcou reunião para o dia 28, visando consolidar o processo de discussão e visando passar-se para uma nova etapa.

Avanços conseguidos durante o processo de negociação.

Primeiro trazer o grupo contrário ao Projeto do Ato Médico para a negociação. A Coordenação do Movimento contra o PLS, passa a admitir a pertinência de um projeto de lei - que até então eles não admitiam - que regulamente a atividade médica, ainda que não concorde com o seu mérito.

A Coordenação do Movimento em Defesa do Ato Médico aceita que sejam feitas mudanças no texto do PLS número 25, de 2002, aprovado pela Comissão de Constituição Justiça e cidadania, e passa a negociar as alterações. A Coordenação do Movimento Contra o PLS abandonou a posição de apenas se manifestar contra o projeto e, passou a apresentar propostas concretas por escrito para construção do substitutivo do PL 25 de 2002. Em muitos tópicos o documento oferecido por esta Coordenação, está em concordância com a minuta discutida com o representante dos médicos.

Tópicos inicialmente polêmicos, mas que foram solucionados total ou parcialmente.

Primeiro. Competência do Conselho Federal de Medicina para regular os procedimentos médicos para uso pelos médicos. Segundo. Colaboração entre os médicos e demais integrantes da equipe de saúde. Terceiro. Prescrição de medicamentos como atribuição privativa do médico. Esse ainda tem ruído.

Determinação do prognóstico e atestado de condições de saúde e doença como atos privativos do médico. Ensino de disciplinas especificamente médicas e coordenação dos cursos de graduação e pós-graduação em medicina com funções privativas do médico.

Tópicos em relação aos quais ainda não foi possível obter o consenso.

Redação do art. 2º, que trata do campo de atuação do médico. Diagnósticos nosológicos versus diagnóstico médico. Isso aqui nós já ouvimos juristas, convidamos aqui o Dr. Ives Gandra e outros juristas que aqui vieram, para ver se a gente conseguia uma terminologia que pudesse enquadrar e não trouxesse dificuldade para algumas áreas.

Nós temos uma dificuldade com a área de Fonoaudiologia nessa questão do diagnóstico. Com a área de Nutrição e com a área de Enfermagem, enfim, nós não conseguimos ainda uma definição que pudesse agradar os dois lados. Nós estamos com o tema diagnóstico nosológico versus diagnóstico médico. Isso aqui é uma coisa muito difícil.

Prescrição Terapêutica.

Reservada aos médicos com as exceções específicas do inciso I, do art. 4º, as exceções estão assinaladas no parágrafo 1º, do art. Indicação e execução de procedimentos invasivos, incluindo a entubação nasorotraqueal, incisos IV e V do caput, e art. 4º.

A Exceução de Bloqueis Anestésicos.

Não está resolvida, porque os médicos não aceitam que qualquer atividade invasiva possa ser feita por outro profissional, que não médico. Alguns profissionais entendem que eles têm toda a competência para

fazer esses atos invasivos. Isso é uma situação que eles não abrem mão.

Indicação de Órteses e Próteses.

Também os Fonoaudiólogos acham que eles têm condição de fazer essa indicação.

Internação e Alta.

Também é um item polêmico.

Funções de Chefia e Direção Técnica.

Está praticamente resolvido como eu coloquei aqui. O próximo passo que nós estamos pensando fazer e o objetivo dessa reunião é trocar uma idéia com os Senhores. Nós entendemos que não há mais como tentar esse acordo que não seja agora, através de Audiências Públicas. Eu pretendo, agora, fazer a apresentação do substitutivo.

Ao apresentar esse substitutivo, a gente vai... Eu acredito, se o Presidente assim entender, nós podemos realizar a primeira audiência pública, para que a gente possa tentar encontrar os pontos comuns e àquilo que não for possível obter um consenso, que seja feita através do voto. Eu estou muito preocupada com esse projeto, porque eu sei do interesse do nosso Presidente em não querer deixar nenhum projeto nessa Comissão, que não seja discutido e passado para frente para que ele tenha evolução.

Portanto, eu acredito que um ano e meio de discussões, pelo menos para equipe que me assessora, me parece suficiente para que a gente possa fazer pelo menos um indicativo. Eu pretendo e acho que estrategicamente, é melhor trabalhar uma audiência pública não com um substitutivo, mas principalmente com as duas posições, capítulo por capítulo, para que a gente possa ouvir e ver o que a gente pode consensuar ali que são três pontos mais sérios. Eu gostaria de ouvir o Presidente sobre isso.

Depois eu gostaria que os assessores que participaram de todas as reuniões que estão nos acompanhando, pudessem dizer onde é que está essa grande dificuldade. Na verdade, essa necessidade de regulamentar o ato médico, ela se dá em função de que os Conselhos das demais profissões, inclusive, Conselho Médico também da área de medicina, eles têm por hábito emitir resoluções. Eles têm normas, resoluções etc.

E essas resoluções, se a gente compara essa resoluções com a lei que rege cada profissão, a gente vai ver que essas resoluções avançam muito mais do que a lei. E isso em geral vai parar na Justiça. E, nós temos no Judiciário um número enorme de resoluções e muitas delas são aprovadas ou discutidas pelos Juízes de forma quase que arbitrária e isso vai provocando caos na área médica como um todo.

Eu acredito que é mais do que justo - isso a gente conseguiu mostrar para o Movimento Contra o Ato Médico, que era impossível continuar como está. Em primeiro lugar eles levantaram uma questão de que o médico, a profissão do médico, a profissão médica, ela estaria regulamentada. Então, nós levantamos. A Assessoria, a Consultoria levantou toda a regulamentação que rege a atividade do médico e a gente vê que na regulamentação existente não existe nada que regule o ato médico.

Então, isso é mais do que justo que venha a ser regulamentado. Agora, nós temos é que encontrar esse meio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em relação... Na verdade, nós consultamos o Canadá, a legislação do Canadá, me parece que a da Espanha, Portugal e Estados Unidos. Algum outro mais?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Nenhum desses países tem uma coisa muito clara, embora a atuação... Porque, na verdade, a atuação do médico ela é muito definida, mas hoje, o Canadá que eu acredito seja um dos mais desenvolvidos, ele tem uma legislação um pouco mais rígida que dá para a gente fazer uma boa comparação.

Eu gostaria de passar para os Consultores, para que eles pudessem detalhar essa questão da legislação e essa questão... Como é que as coisas estão se dando, onde é que está o maior embaraço, para que eles pudessem dizer, mas antes eu queria que o Presidente pudesse me responder algumas perguntas, se ele acha conveniente nós fazermos a audiência pública, agora ainda esse período, ou se nós ainda continuamos tentando com essas reuniões informais?

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em primeiro lugar eu gostaria de parabenizar e felicitar a Senadora Lúcia Vânia, que tem se desdobrado para fazer um relatório consistente consensual. É uma tarefa hercúlea, quase impossível conseguir em meio a tantas divergências, tantas diferença de pensamentos relacionados com as várias profissões da área da saúde.

Entretanto, é de registrar nesse instante, o grande trabalho que foi realizado pela Senadora com este objetivo. Todas as reuniões que ela fez informalmente, ela teve a preocupação Srs. Senadores, de documentá-las inclusive com fotografias. Ela trouxe aqui, a esta mesa um álbum de fotografias, registrando todas as reuniões que foram realizadas com os mais diferen-

tes segmentos, que foram consultados e participaram dessas reuniões.

Isso significa que ela procurou trabalhar com espírito de isenção, para que oferecesse a esta Comissão um relatório credenciado, pela ouvida de tantas pessoas, de tantos interesses envolvidos nesse projeto PLS 25 de 2002. Eu sou de opinião, pessoalmente, depois eu passarei a palavra aos Senadores que queiram falar, de que realmente estamos numa etapa final e decisiva.

Mas como ela, nós temos a preocupação de que antes de colocarmos em votação o substitutivo da sua autoria, Senadora Lúcia Vânia, estamos de acordo em que tem que haver pelo menos uma audiência pública, onde todas as posições serão aqui destacadas, publicamente, numa reunião coletiva, numa reunião de todas os Senadores e Senadoras dessa Comissão, com audiência típica que nós temos da TV Senado e da Rádio Senado.

Eu gostaria então de abrir para os Srs. Senadores a discussão, para eventualmente dar alguma sugestão à nobre Relatora. Em seguida conforme solicitado pela Relatora, nós poderemos escolher um dos Assessores para falar ...

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Até dois.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sim. Um Jurídico e outro ligado à área médica. Pois bem. Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns. Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, senhora Senadora Lúcia Vânia. Eu só quero em primeiro lugar, também enaltecer o trabalho que foi feito pela senhora Senadora Lúcia Vânia. Realmente foram eu diria, incontáveis reuniões.

Eu participei de uma ou duas, eu acho que foram duas reuniões somente, em função das outras reuniões todas, CPIs e tudo, que realmente impediram uma participação maior, mas num determinado ponto, já faz alguns meses, eu até cheguei a comentar com V. Exªs., que eu achava que estamos próximos de um consenso, de um entendimento porque me pareceu assim, uma metodologia muito adequada utilizada nas reuniões. Inclusive tomando-se já a regulamentação das diversas profissões que já existem, que já estão regulamentadas.

Quer dizer, o que compete a Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia, Odontologia, Enfermagem, isso tudo já consta da lei, constava da proposta e depois, vendo onde é que as áreas de conflito se encontravam. Mas depois inclusive falando com a senhora, vi que esses entendimentos não estavam assim tão próximos.

Agora, eu diria Sr. Presidente, que o que a Senadora propôs como metodologia, me parece que é o adequado. Não é o substitutivo, mas um texto substitutivo onde apareçam, em relação a alguns ou em relação a vários artigos, as posições conflitantes.

Quer dizer o texto vai trazer o consenso e vai trazer a posição assim de redação, inclusive, em que uma tendência acha que deva ser de uma maneira e o outro lado acha que deva ser da outra maneira. Eu acho que se nós tivermos esse texto com as Audiências Públicas e com o debate que vai acontecer, eu diria que isso vai ajudar muito a tarefa de análise do projeto de lei. Eu tenho muito claro também para mim, que, por exemplo, V. Exª. mencionou a questão de prótese auditiva.

Eu trabalho nessa área há muitos anos e não vejo porquê um Fonoaudiólogo não possa destinar uma prótese auditiva para alguém que tenha uma deficiência auditiva. Ele tem formação, tem habitação, pode fazer, e não tem porquê esta pessoa, este profissional não possa fazer. Agora, é claro que antes da indicação da prótese auditiva existe o exame médico, para ver por que a pessoa está com déficit auditivo, para ver se isto é em função de uma causa médica, neurológica e tal.

Mas ultrapassada essa etapa que tem que acontecer, a indicação de uma prótese auditiva tem que ser feita, na verdade, por profissional habilitado. Não é todo Fonoaudiólogo que também vai fazer, como têm médicos que também não podem fazer.

Então no fundo, o debate que nós vamos fazer é: Como é que a saúde da população, da pessoa, pode ser melhor atendida e não o debate em função do que deve competir a cada profissional. Nós temos que ter o ângulo de ver como é que o brasileiro pode ter o acesso à saúde, com qualidade, com segurança, com formação e é o que V. Exª. vem fazendo. Mas eu diria Sr. Presidente, em termos de metodologia, eu concorde plenamente com o que foi sugerido pela Relatora pelo texto.

Naturalmente, nós temos várias possibilidades de artigos, não é o substitutivo ainda, mas colocar o que foi em relação a artigos conflitantes à conclusão a que se chegou. Fazermos as Audiências Públicas, os debates e chegamos a uma conclusão. Concordo com o encaminhamento dado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu convido o Dr. Carlos Maciel. Ele é ligado à área médica jurídica, Dr. Carlos Maciel para que ocupar aqui a mesa ao nosso lado e fazer suas explanações, sobre as dificuldades e às facilidades, às divergências encontradas, durante as dis-

cussões do PLS 25 de 2002, que trata do ato médico com a palavra V. Sª.

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de sugerir ao Dr. Maciel, que iniciasse o histórico porquê é importante regulamentar o ato médico. Essa é a primeira pergunta que se faz é essA – O ato médico não precisa ser regulamentado. Porque já existem algumas regulamentações. Eu queria que Vossa Senhoria pudesse explicar porquê que ele precisa ser regulamentado?

SR. CARLOS MACIEL – É uma questão absolutamente simples, por que a origem da primeira das profissões que veio a ser regulamentada foi exatamente as dos médicos, em seguida a dos enfermeiros. Naturalmente, com a evolução tecnológica educacional, outras profissões foram surgindo ao longo do tempo e vieram a ser regulamentadas.

Com isso o espectro foi se dividindo e reduzindo cada vez mais a área de atuação do médico, criando evidentemente, conflitos e superposições de atuação. Todas essas profissões que o Senador elencou há pouco, já estão todas elas regulamentadas em lei.

Na estrutura normativa de todas as carreiras, inclusive a carreira dos advogados também e as com menos conflitos ou quase nenhum conflito, a cúpula é um Conselho que tem poder de baixar resoluções.

Então, o modelo jurídico peca, porque talvez, porque copiaram da estrutura da OAB, peca com um poder normativo concedido a esse Conselho. E esses Conselhos exorbitam bastante, daquilo que seria o campo normativo da regulação da profissão, autorizando a que determinadas profissões pratiquem atos dentro de uma área cinzenta.

O Senador teve a oportunidade de colocar que o grande patrimônio e a grande vítima desse conflito de interesses é a população, é o cidadão, o ser humano. Porque uma resolução... Ainda recentemente, o Tribunal de Regional Federal da Primeira Região, considerou ilegal uma Resolução do Conselho de Enfermagem, que autorizava a prática de um ato invasivo, só que a jurisdição é aqui.

São Paulo é uma outra jurisdição. Então, a nulidade se aplica em Brasília, mas em São Paulo continuam praticando um ato invasivo, absolutamente ilegal. Não está em questão aqui a destreza ou a capacitação individual de cada técnico, e sim, a deficiência normativa ao atribuir a esses colegiados que ao exorbitarem permitem que seus filiados pratiquem cirurgias, ou outros atos indevidos, não necessariamente com pré-qualificação geral para a profissão. Eu acho que basicamente é isso. Quem dirime os conflitos hoje é um leigo, que é o Juiz, que não tem jurisdição nacional.

Então, reiterO – Pode em Brasília estar proibido o Enfermeiro praticar um ato, ou um ótico ou um outro qualquer, uma cirurgia, mas em São Paulo está sendo praticado. Esse é o grande problema que nós temos que urge uma regulamentação, por que vidas estão em jogo, sem que se possa responsabilizar ninguém, porque existe um ato normativo.

Eu acho que basicamente é isso.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Convido o Dr. Sebastião, pode vir para frente ocupar a Mesa. O primeiro debatedor Dr. Carlos Maciel, e agora, o Dr. Sebastião, que vai participar desse debate, desse estudo, todos dois são Consultores do Senado Federal. Não? O Dr. Carlos Maciel, onde é que ele trabalha? Está trabalhando ao lado da Senadora, prestando Assessoria Direta.

E o Dr. Sebastião é Consultor do Senado Federal, mas todas as profissões serão ouvidas, como aqui propôs a Relatora, haverá um amplo debate com a participação de todos os segmentos interessados ou não nesta matéria, os que divergem, os que são contra ou a favor.

Todos serão ouvidos apenas esta é uma primeira reunião preparatória, para o grande debate que será realizado com audiência pública que essa Comissão irá organizar.

Com a palavra, portanto, o Dr. Sebastião, consultor do Senado Federal.

SR. SEBASTIÃO – Bem, eu não tenho muito a acrescentar em relação ao que a Senadora Lúcia Vânia já falou. Ela resumiu bem, todo o processo de negociação desse processo de discussão do projeto.

Talvez seja interessante, talvez, só esclarecer um pouquinho com regulamentação da profissão médica, regulamentação atual. Não que a medicina não esteja regulamentada, existe alguma regulamentação na medicina, não é uma profissão completamente desregulamentada.

Por outro lado, o que não existe é uma definição do campo de atuação do médico. Enquanto para outras profissões está bem estabelecido qual é o campo de atuação de cada uma delas, no caso da medicina por incrível que pareça, do ponto de vista legal não existe a definição.

Está completamente em aberto. Então, o que se procura com esses projetos, tanto o projeto do ex-Senador Benito Sampaio, como o do Senador Geraldo Mesquita, é definir o campo de atuação do médico. Definir exatamente, quais atividades o médico pode e deve exercer e dentro dessas, quais sãos as atividades que seriam privativas da profissão médica.

Em relação às Audiências Públicas que a Senadora pretende implantar de agora em diante, um

aspecto muito interessante, um aspecto muito interessante que vai ser colocado é a participação dos usuários, porque até então a população, ou seja, os pacientes, ainda não opinaram sobre o projeto, nem contra e nem a favor.

Então, vai ser uma oportunidade muito interessante, para que nós possamos ouvir a opinião dos mais principais interessados nesse projeto, que são justamente os pacientes.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com a palavra a Relatora Senadora Lúcia Vânia, para suas considerações finais. E em seguida nós passaremos a votar algumas matérias, não terminativas e requerimentos de constituição de audiência pública.

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu agradeço, Sr. Presidente e acredito que a metodologia foi praticamente discutida, acho que os senhores puderam ver como é que estão a (...) Desse trabalho.

Se todos concordarem com audiência pública, eu acho que o Presidente naturalmente ouvi-los, para a gente definir essa data. Mas eu já deixo...

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Definiu? Na outra quinta-feira tem mais algum feriado?

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Tem o outro é feriado.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A outra quinta-feira é feriado? Não? (Manifesta fora do microfone) – 1º de maio é segunda-feira.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – 1º de maio é segunda-feira. Então, nós poderemos marcar para outra quinta-feira, dia 27, não vamos nominar às pessoas a serem convidadas.

SRA. RELATORA SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu faço o requerimento...

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A senhora faz o requerimento e nessa Sessão poderá ser

aprovado...

SRA. RELATORA SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – E nessa Sessão, se alguém que quiser também incluir algum nome que tenha interesse, eu acho que seria interessante. Então eu agradeço... **SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Então, tem a semana que vem.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Exatamente. **SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – V. Exª. propõe para a semana que vem?

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Semana que vem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está ótimo. Está bem.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Senador Flávio Arns, também... (Manifestação fora do microfone) – (Inaudível).

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não. Conforme as solicitações que sejam feitas pelos Senadores ou pelas próprias entidades, nós poderemos marcar mais de uma.

SRA. RELATORA SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu acho que essa primeira audiência ela vai fornecer para nós um termômetro de como vamos conduzir para frente. Eu gostaria só de terminar a minha intervenção, dizendo que é um relatório complexo.

Eu gostaria de ter a parceria de todos os meus companheiros. Eu não tenho a pretensão de ser autora de um projeto tão difícil e tão complexo. Eu acho que isso aqui, como eu disse para os interessados também é um substitutivo que será construído a muitas mãos. Ele não tem autoria.

Eu deixo os meus agradecimentos por essa oportunidade.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senadora, eu irei colocar logo em votação o requerimento de V. Exªs, que será formalizado com os nomes a serem convidados até o final dessa Sessão, uma consulta que será feita também informalmente aos Senadores presentes a esta Sessão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só uma pergunta.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois não, Senador, por favor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu gostaria só de indagar da Relatora, se ela já tem este texto disponível. Só uma pergunta, eu gostaria só de indagar da Relatora se ela já tem esse texto disponível com esta comparação dos artigos onde há conflitos, porque naturalmente muitas pessoas gostariam de ter esse texto.

Para, nós próprios, antes da audiência pública, lermos pensarmos, discutirmos assim, com pessoas das várias áreas para assim fazemos também a reflexão em conjunto, e assim, contribuir mais nas Audiências Públicas.

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Já está pronto. Eu pediria ao Presidente que pedisse à Secretaria para que distribuísse, pedisse a Secretaria para distribuir...

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O material...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Está ótimo, está bem.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então, eu colocarei em votação o requerimento de convocação de audiência pública, com a presença de autoridades, profissionais e técnicos ligados à área médica, para a próxima quinta-feira, da autoria da Relatora Senadora Lúcia Vânia.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Os nomes constarão do requerimento, ainda até o final dessa Sessão. Próxima, quinta-feira, dia 27, estaremos então realizando audiência pública, para uma discussão pormenorizada a respeito de matéria tão importante, que diz respeito à regulamentação da profissão do médico ou do ato médico.

Eu passarei antes de iniciarmos os nossos trabalhos. Eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião, do dia 14 de março, de 2006, sexta-feira, quando foi realizada audiência pública sobre negociações relativas a participação acionária da Petrobras, na BRASQUEM e a entrega de ativos da Petrobras, no Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, como a ata da reunião anterior realizada no dia 27 de março de 2006, segunda-feira, também audiência pública destinada a debater as questões atinentes às aposentadorias e pensões. Os Senhores Senadores que aprovam queriam permanecer como se encontram. Aprovada a ata.

Comunico aos Srs. Senadores e senhoras Senadoras, que o item 6º, PLS, 464 de 2003, fica retirado de pauta para atender solicitação da mesa de leitura e requerimento de audiências da Comissão de Assuntos Econômicos. O item 12 fica retirado de pauta, sendo os Projetos de Lei números 340 de 2004 e 176 de 2004.

Há na mesa o requerimento que é da autoria do Presidente, Senador Antônio Carlos Valadares, do Senador Pedro Simon e do Senador Paulo Paim nos seguintes termoS – audiência pública conjunta da CAE e CAS, como também da infra-estrutura e turismo, porque turismo também vai requerer. Vai ser uma audiência coletiva, vamos dizer assim, de várias Comissões na próxima terça-feira, visando a discussão, a recuperação empresarial da Varig.

Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja designados dia e hora, desimpedidos desta Comissão e das Comissões já referidas, para realização de audiência pública visando esclarecimentos sobre o processo de recuperação empresarial da Varig, as propostas de reestruturação e os respectivos impasses, a garantias dos empregos e de defesa do consumidor.

Para tanto, devem ser providenciadas a oitiva dos representantes legais das seguintes InstituiçõeS – Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES; BR Distribuidora; Trabalhadores do Grupo Varig, TGV e a Infraero.

Eu determino a Secretaria desta Comissão, que entre em contato imediato, logo após a aprovação dos requerimentos, com as entidades aqui discriminadas, no sentido de que mandem seus representantes na próxima terça-feira, para uma audiência pública conjunta de várias Comissões; Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Assuntos Econômicos; Comissão de Infra-Estrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Em votação o requerimento e em discussão. Não havendo quem queria discutir o requerimento eu passo à votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade.

SENADOR EDUARDO AZREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, eu quero apenas reforçar a importância dessa...

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com a palavra V. Exª.

SENADOR EDUARDO AZREDO (PSDB-MG) – Eu quero reforçar importância dessa audiência, porque esse assunto da Varig, ele já está realmente muito atrasado. Numa busca de uma decisão a empresa já está em processo de recuperação judicial, mas as informações são muito contraditórias, especialmente da parte do Governo.

Seria realmente muito importante, nós termos aqui uma participação da Mesa do Senado, nessa busca de uma solução. Eu diria que urgente, para que não fique nessa situação... A situação atual é a pior que existe, é a situação indefinida, em que ficam apenas boatos e mais boatos e isso acaba quebrando toda a possibilidade de crédito que as empresas possa ter.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES – A esse respeito que V. Exª., falou da falta de crédito da habilidade da empresa, vamos dizer assim... Esses boatos criam esse sentimento.

Na semana passada, ou melhor, na segunda-feira passada, eu vim de Sergipe pela TAM, mas o pessoal da TAM me disse que o avião da Varig veio quase vazio. E vinha sempre cheio nas segundas-feiras, do Estado de Sergipe para Brasília e isso em decorrência dos boatos de que a Varig ia quebrar, ia entrar em falência, e isso não aconteceu. Não aconteceu porque o Juiz que está cuidando da causa, disse que ainda há saídas para a recuperação total da companhia e é uma

oportunidade que a própria Justiça está dando. Ora, se a Justiça está dando essa oportunidade, que acha que há justificativa suficiente para esta luta em torno de recuperação. E mais de perto o Senado Federal que é uma instituição política que é uma instituição política que cuida do social, do emprego, do desenvolvimento empresarial do nome do Brasil lá fora.

Então, eu acho que é da maior importância que essa audiência pública seja realizada, para dar um reforço a essa luta que vem sendo desenvolvida pelos funcionários da Varig, no sentido da manutenção do funcionamento da empresa, que é da maior relevância, porque o nome da Varig é um nome internacional, um nome já gravado na consciência de passageiros do mundo inteiro. Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

SRA. RELATORA SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Presidente, eu só gostaria de saber qual o local.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O local deverá ser na Comissão de Infra-Estrutura. Daqui até a terça-feira nós saberemos, nós teremos a confirmação... A sala é maior, não é?

(Manifestação fora do microfone) – A maior é a CAE.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A sala é maior é a CAE. O Senador Heráclito Fortes esteve aqui há poucos instantes, me parece que vai ser na Comissão de Infra-Estrutura. Em qualquer lugar que seja, estaremos presentes lá participando do debate. É sobre a Varig, Senador Ney Suassuna, que estamos falando. Aprovamos nesse instante um requerimento da convocação de uma Audiência Pública.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu queria me somar a isso. Eu acho que temos que lutar para salvar a Varig de alguma forma. Como ontem V. Exª.., viu no Plenário, eu não pude deixar de dar às informações, porque quando eu era Presidente da Comissão de Economia, nós já tínhamos feito audiência pública naquele tempo.

Eu queria informar que a gente que lutar para salvar sim, o nome e o maior número de funcionários possíveis. Na verdade, têm coisas que precisam mudar. Por exemplo, a Fundação por anos seguidos foi empurrando com a barriga, empurrando com a barriga. Eles tinham seis bilhões de dólares de capital, gastaram esse dinheiro, passaram a gastar mais oito bilhões de reais. No total eles gastaram uma quantia superior a quinze bilhões. E por quê? Como a Fundação é formada por todos os empregados antigos, principalmente os pilotos, hoje a Varig tem cerca de 80 aviões, só tem 59 voando, mas tem 1300 pilotos ainda hoje recebendo. Então, claro que tem que demitir gente.

As pessoas não querem tomar essas atitudes, terão que tomar...

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – No processo de recuperação tudo isso pode acontecer.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – E vai ter que acontecer. Agora, tirada essa parte, uma vez, eu, o Senador Lobão e o Senador Renan, fomos ao Ministro e dissemoS – "Ministro, tem que se ajudar a Varig". E ele disse o seguinte: "Olha, já foi gasto esse dinheiro todo. Toda hora ficam esperando que a gente tome uma atitude". Na verdade, eles dizem que: "A gente tem cinco bilhões a receber no STJ, no Superior Tribunal de Justiça, acontece que ainda tem recursos.

Nós ainda vamos mais uma vez solicitar, porque é de ofício, senão fizermos como funcionários públicos nós iremos presos. Temos que percorrer. Podíamos fazer um acordo, mas o acordo significaria 33% no mínimo, como feito com a Transbrasil. Então, isso reduziria para três bilhões e meio, acontece que desses três bilhões e meio, dois bilhões e meio já foram dados para a Fundação, em garantia a Fundação. Então, só sobra um". Não é verdade. É por isso que eles nunca oficializaram essa negociação, vejam só que coisa incrível. Agora, isso não isenta a gente de lutar pela Varig, porque é um nome internacional do Brasil. Porque tem gente séria que quer trabalhar. Quem fez a má Administração na Fundação, pague. O que eles imagina, e estão imaginando e, talvez chegue a ser a solução, é o seguinte: entra em falência, perde as concessões.

Imediatamente uma Medida Provisória daria as concessões para nova. Essa nova, sem ter nenhum peso do passado, porque ela no dia-a-dia ela dá lucro e muito lucro. O que mata ela é o passado. Nesse passado, quem é da Fundação paga o pato. Sim, mas quem é novo para tocar a nova, salvam-se os empregos, salva-se o nome e salvam-se as concessões. Essa foi a solução que o Governo apresentou naquela época.

Vamos tentar melhorar o máximo que possa isso, vamos ver que solução, mas eu estou acordo com a audiência, mais do que a audiência, Excelência, eu estou de acordo que nós batamos em todas as portas e procuraremos salvar de toda maneira, uma empresa que é um nome do Brasil, não tenha dúvida.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Nós poderíamos pensar na constituição de uma nova empresa, como se referiu V. Exªs., formada pelos credores, tipo BNDES que tem dinhei-

ro a receber, a Infraero que tem dinheiro a receber, a BR Distribuidora e os empregados do Banco do Brasil. Então, essa nova empresa iria administrar. Depois de totalmente saneada ela seria vendida. Agora, logicamente que com isso essas empresas credoras teriam a perspectiva de em algum tempo recuperar os seus créditos.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Excelência, a bem da verdade ele já fizeram muita coisa, porque, por exemplo, o vôo para o Japão dava um prejuízo de um milhão de dólares cada vez que ia. Era uma coisa...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Um milhão de dólares!

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Inviável.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Um milhão de dólares. Ida eu volta custava um milhão de dólares. O vôo para Portugal, que podia ter sido feito junto com TAFF ou com outros qualquer, também dava prejuízo, não nesse volume. Eles já cortaram isso tudo.

Eles já cortaram muita coisa. Eles tinham muitos modelos diferentes de aviões, agora já não tem mais. A reposição de peças já é mais... Agora, realmente, a empresa esta pagando pelo passado. Está pagando porque todo mundo ficou esperando, que vai sair uma solução; solução essa que não veio. E, agora chegou à beira do precipício. Mas nós Parlamentares, temos a obrigação de não deixar cair os que estão trabalhando.

Eu viajei essa semana pela Varig um vôo internacional, eu fui à Itália, e a equipe é maravilhosa, o povo é maravilhoso, dá pena a gente ver a decadência de uma empresa que quem conheceu tinha orgulho de dizer...

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Era uma verdadeira embaixada do Brasil em qualquer lugar do mundo.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Não tenha dúvida. Eu estou à disposição para ajudar no que for necessário.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sem a burocracia da diplomacia.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sem a burocracia...

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Da diplomacia.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – É verdade. Não diga mais nada hoje Presidente, o senhor sela com essa frase esse assunto.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois, não. Então, passemos ao item 2º, tendo em vista que o item 1º é da autoria do Senador, da Deputada Ann Pontes, e tem como Relator, o Senador Valdir Raupp, e que o Senador Paulo Paim vai fazer o seu relato.

Eu quero conceder a palavra a Relatora Lúcia Vânia, ao Projeto de Lei do Senado nº19, de 2006, da autoria do Senador Marco Maciel, que estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de Previdência Social, portadores da deficiência física conhecida, como Síndrome da Talidomida e dá outras providências.

Com a palavra V. Exª.

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, antes de iniciar o relatório, eu gostaria de comunicar a presença nessa Comissão do Dr. Marcos D'Ávila, que é um Oftalmologista hoje reconhecido, não apenas no nosso país, mas também já com todas as honras dos demais países que conhecem o seu trabalho.

Portanto, é um prazer tê-lo aqui conosco, um goiano, que é orgulho da nossa terra.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Dr. Marcos seja bem-vindo à nossa Comissão. É uma honra muito grande recebê-lo aqui.

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – O segundo item, que eu gostaria de solicitar Sr. Presidente, é que a Consultoria está pedindo que a audiência pública não seja feita na próxima semana, mas sim, na semana seguinte. No dia 04.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Dia 04.

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Dia 04, é. Eles acham que fica mais fácil preparar.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – É numa quinta-feira também.

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Isso.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então, os Senadores que aprovam e às Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada essa sugestão de V. Exª..

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, o item número 8º, nós não vamos votar porque ele não vai dar quorum hoje porque ele é terminativo, mas eu gostaria de deixar só uma palavra sobre ele.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Se V. Exª. quiser fazer a discussão, podemos fazer a discussão...

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Então, ótimo.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – No momento adequado.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Ótimo.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E em seguida, em outra Sessão faremos a votação.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Posso fazê-la, agora?

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A Senadora Lúcia Vânia está relatando a matéria, logo a seguir, depois da votação.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu dou um pulinho na Infra-Estrutura para assinar um negócio também da Varig e volto.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E volta aqui. Está certo.

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Em análise nessa Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº19 de 2006, acima ementado, de autoria do nobre Senador Marco Maciel.

Análise.

Compete a essa Comissão nos termos do art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito do projeto de lei referenciado. No aspecto formal a iniciativa satisfaz o prescrito nos artigos 22, 23, 61 e 2001, parágrafo 1º, da Constituição Federal, e não contraria o Princípio Geral do Direito, não padecendo, portanto, de qualquer vício de constitucionalidade e nem de juridicidade.

No mérito, a iniciativa é bem-vinda e pertinente, na medida em que reconhecem a necessidade de tratamento diferenciado àqueles que têm necessidades especiais. A Talidomida como se sabe, é um medicamento que foi desenvolvido na Alemanha em 1954, sendo utilizada inicialmente como sedativo. Contudo, se utilizado durante a gravidez, o medicamento ultrapassa a barreira placentária causando a Focomelia, que é uma síndrome caracterizada pela aproximação ou encurtamento dos membros junto ao tronco do feto, tornando-os semelhantes ao de uma foca. Pode também provocar graves defeitos visuais e auditivos na coluna vertebral. E, em casos mais raros no tubo digestivo, bem como problemas cardíacos.

A ingestão de um único comprimido nos três primeiros meses da gestação é o bastante para acarretar a Focomelia. Esse efeito foi descoberto em 1961, e provocou a retirada imediata do medicamento do mercado mundial. No entanto, em 1965 foi descoberto seu efeito benéfico no tratamento de estados reacionais da Hanseníase, o que gerou a sua reintrodução no mercado brasileiro com essa finalidade específica.

Desde então se tem descoberto inúmeras utilizações da Talidomida, no tratamento da AIDS, Lupus, doenças crônico degenerativas, câncer e transplante de medula. Todavia, ainda não existem pesquisas que estabeleçam, com certeza, qual o tempo de eliminação total do medicamento do organismo.

A Associação Brasileira dos Portadores de Síndrome da Talidomida recomenda que se aguarde, no mínimo, um ano após o fim de qualquer tratamento com a Talidomida, para que se possa pensar em uma gravidez segura e sem riscos para o feto.

Sr. Presidente, o Senhor me desculpe estar lendo, mas eu acho que na verdade esse tema, já que nós estamos com a televisão é muito importante que a população tome conhecimento.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Fique à vontade, Senadora.

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Tem-se se demonstrado que a prescrição de anticoncepcionais às mulheres em idade fértil, não é suficiente para prevenir a ocorrência de nascimentos de crianças com defeitos característicos da Síndrome da Talidomida, pois a droga inibe o efeito de anticoncepcionais.

Hoje se sabe que o novo grande efeito colateral é a Neuropatia Periférica, que os pacientes apresentam após o uso contínuo da Talidomida nas diversas utilizações. Tal efeito colateral causa dores insuportáveis, só aliviadas com aplicações moleculares que tem custo elevado, e que até agora não é fornecido aos pacientes pelo Estado.

De todo o exposto, vemos a importância e a pertinência da matéria, objeto do PL 19 de 2006, bem como a sua atualidade. Explicitamos, ainda que o projeto não terá grande impacto nas contas da Previdência, uma vez que prevê o requisito de tempo de contribuição de 20 anos para a concessão deste benefício, abrindo mão somente do limite etário.

Finalmente com o objetivo de atender ao dispositivo do parágrafo 5º, do art. 195, da Constituição Federal, que determina que: "Nenhum benefício e seu serviço de seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total", estamos propondo ao final, uma emenda que estabelece a fonte de custeio desse novo benefício e outra que cuida da cláusula de vigência da lei.

Voto.

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei número 19 de 2006, com as seguintes emendas. Do art. 2º, do PLS 19 de 2006 Complementar, a seguinte redação: As despesas decorrentes da concessão da aposentadoria prevista nessa lei corre-

rão à conta das dotações próprias do orçamento da Seguridade. Acrescente-se ao PLS 19 de 2006 Complementar, o art. 3º.

Essa lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir do primeiro dia do exercício subseqüente ao de sua publicação. Eu só li a análise e não li o projeto, por que todos Srs. Senadores têm o projeto em mãos.

É um projeto que eu acredito seja muito importante...

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Posso levar o projeto em redação final, ou o projeto original?

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Projeto original. Eu gostaria de dizer, que é um projeto importante. Ele concede uma aposentadoria para a pessoa portadora de deficiência que tenha contribuído por 20 anos, à Previdência.

E é uma coisa importante, porque se trata de uma questão de direito, embora as pessoas com efeitos da Talidomida tenham uma pensão, é uma coisa muito, eu acredito, muito assistencialista. O que nós estamos tratando aqui é de uma questão de direitos.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Terminada a leitura do parecer. Eu coloco a matéria em discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flávio Arns, com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Em primeiro lugar, eu quero enaltecer o Senador Marco Maciel, por ter apresentado o projeto de lei. Senador que historicamente, vem se preocupando bastante com o atendimento dos direitos da pessoa com deficiência.

E enaltecer também o relatório da Senadora Lúcia Vânia, que também em toda a sua trajetória, sempre dá uma atenção especial para todos os debates relacionados aos assuntos da pessoa com deficiência. Esse debate vem acontecendo e a Senadora Lúcia Vânia, colocou muito bem, de que as pessoas que têm seqüelas decorrentes da Síndrome da Talidomida têm direito já a uma pensão especial em função da utilização do medicamento e isso tem que continuar acontecendo. Tem um percentual a mais, inclusive já na legislação, em função do tempo trabalhado.

E este projeto é um Projeto de Lei Complementar, porque objetiva regulamentar a mudança da Constituição. Porém, nesse meio tempo eu quero lembrar, que aqui na Comissão de Assuntos Sociais nós aprovamos um Projeto de Lei Complementar que aborda aposentadoria especial da pessoa com deficiência de uma maneira geral. E eu acharia assim interessante, até para cotejar o projeto para ver se aquele projeto já prevê essa condição, da pessoa que seja portadora de deficiência física decorrente da Síndrome da Talidomida, para ver se isso está suficientemente previsto naquele projeto de lei.

Eu naturalmente sou a favor, ainda mais a Senadora Lúcia Vânia relatando, o Senador Marco Maciel propondo, que sempre são coisas justas e necessárias, mas eu sugeriria que esta comparação pudesse ser feita, para ver se isso está previsto, e se está previsto entraria dentro de um Projeto de Lei Complementar mais amplo, porque realmente eu compartilho do argumento de que a aposentadoria tem que ser prevista e dentro de critérios especiais, como é o objetivo do projeto de lei.

E isso não invalida aquela pensão especial que a pessoa já vem tendo, porque afinal a pessoa ficou deficiente em função de uma medicação e o Estado é responsável por isso também. Então, as duas coisas ficariam concomitantes em benefício desta pessoa.

Então, Sr. Presidente, senhora Relatora, se me permitem, eu pediria vistas do projeto, mas dentro dessa argumentação, para fazermos até a semana que vem só está comparação, inclusive, se for o caso para melhorar outro projeto de lei, ou então aprovar este, caso não esteja previsto naquele outro. Porque naquele outro, como eu disse, estão todas as situações de pessoas com deficiência a partir da Constituição de 88.

Então, já tem inclusive o cálculo, assim de tempos e número de anos trabalhados, número de anos trabalhados antes da Constituição, o percentual a ser acrescentado e lá está previsto, inclusive, que haverá então a diminuição para mulheres para 20 anos, para homens para 25 anos, mas tendo um co-eficiente, já de cálculos de anos trabalhados. Eu pediria...

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senadora, Lúcia Vânia...

(tumulto)

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria...

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V. Exª.. Aceita ponderação?

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Aceito. Eu gostaria de pedir o número desse projeto de lei.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu não me lembro...

SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – V. Exª. tem?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas foi aprovado aqui nesta Comissão.

SRA. RELATORA SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Aqui na Comissão, neste ano?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Acerca de três semanas, um mês mais ou menos.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A Secretaria vai verificar para informar V. Exªs.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Um mês, mais ou menos, aprovado aqui na Comissão.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sendo assim, o projeto poderá ser adiado. Então, neste caso V. Exª., pede vistas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exatamente Sr. Presidente, com esta justificativa. Eu acho que todos vamos até poder contribuir com mais conhecimento, também, em função do que foi aprovado para esta população, que realmente precisa deste projeto de lei.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então, eu concedo vistas a V. Exª. e nós aguardamos até a próxima Sessão que um novo rumo poderá ser tomado, de acordo com o projeto já aprovado por esta Comissão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Presidente, eu penso que fosse vistas coletivas, o Senador Flávio Arns, tem razão nas ponderações dele, e o projeto por outro lado é realmente muito meritório.

Nós todos dessa geração, sabemos o que foi o trauma dessa época da Talidomida na década de 60, de maneira que é importante que a gente consiga compatibilizar os projetos e eles surtam efeitos rapidamente.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então, até a próxima Sessão estaremos colocando a matéria em pauta novamente. Em discussão o item 1º, decisão Não Terminativa, do Projeto de Lei da Câmara, número 49 de 2005, que altera artigos da CLT, aprovado pelo Decreto número 5452, de 1º de maio de 43, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida. Autora, Deputada Ann Pontes e outros Deputados.

O Relator é o Senador Valdir Raupp, mas eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para relatar a matéria como Relator *ad hoc*.

A palavra a V. Exª.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, o projeto é Não Terminativo, eu vou dispensar a leitura do relatório e foi direto na análise, porque a análise é precisa e sintetiza o objetivo do Projeto de Lei da Câmara, número 49 de 2005, de autoria dos Deputados Ann Pontes, Laura Carneiro e Milton Cardias, que altera os artigos 428 e 432, da CLT.

Da Análise, Sr. Presidente.

Compete a essa Comissão nos termos do art. 110, parágrafo 1º, do Regimento Interno, do Senado Federal, manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito do Projeto de Lei referenciado. Do aspecto formal, as iniciativas satisfazem o prescrito no art. 22 parágrafo 1º, e 61, da nossa Constituição e não contraria o Princípio Geral do Direito, não padecendo, portanto, de qualquer vício se é constitucional ou não e no aspecto da juridicidade.

No mérito, a iniciativa é importante Sr. Presidente, a medida assecuratória de que os jovens brasileiros tenham condições adequadas para conclusão não só do ensino fundamental, como também do ensino médio, etapa final da educação básica, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É a educação que qualifica o jovem para o mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e exigente.

Nessa medida a conclusão do ensino médio é diferencial importantíssimo, para que o jovem possa dar um saldo social de qualidade, conseguindo melhores empregos.

Assim sendo, todas as iniciativas que tenham por objetivo a incorporação do maior número possível de jovens às atividades produtivas, sem perder de vista a necessidade de compatibilizar trabalho e aprendizagem - eu que V. Exª. sabe, sou tão apaixonado pelo ensino profissionalizante - são bem-vindas e terão o nosso apoio.

A redução, porém da jornada do aprendiz somente para quatro horas diárias, não nos parece adequada para o momento, porquanto, criaria uma dificuldade para o desenvolvimento das atividades diárias e a devida parceria com o setor empresarial, ou mesmo para àquelas escolas que atuam nessa área.

Assim sendo e simplificando, a jornada de seis horas prevista atualmente, entendo que está dentro dos parâmetros gerais e adequados, vai de encontro aos interesses do jovem e da própria empresa. Finalmente, observamos que a cláusula da vigência deve estabelecer prazo suficiente, para que a sociedade possa tomar conhecimento das alterações trazidas pelo projeto, conforme recomenda a melhor técnica legislativa.

E vem o voto.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e no mérito pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara do Projeto de Lei 49 de 2005, com a seguinte emenda. Aí vem a emenda do Relator: "O art. 422 da CLT, aprovado pelo Decreto 5452, de 1º, de Maio de 43, nos termos do art. 1º, do PLC de 49 de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação. Artigo 412: 'O limite previsto nesse artigo, poderá ser de até 08h00 diárias, para o aprendiz que tiver completado o ensino médio, se nelas

fossem computados as horas destinadas à aprendizagem teórica'".

Sr. Presidente, eu entendo que o projeto é um projeto na linha do Autorizativo e da forma ampla em que foi conduzido aqui pelo nosso Relator principal, Senador Valdir Raupp, não haverá nenhum empecilho, entendo eu, por parte do empresariado e também, por parte do Sindicato dos Trabalhadores, caminhando ambos assim numa linha de parceria.

Por isso, eu acho interessante que o projeto seja aprovado, e o meu voto naturalmente então, é a favor.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão a matéria.

Srs. Senadores que aprovam, já estamos agora, em processo de votação permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós vamos votar algumas Matérias Terminativas, que não sejam polêmicas, o que possibilitará, vamos dizer, a tramitação normal com a assinatura de todos os Senadores que compõem esta Comissão.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Presidente, vamos poder fazer a discussão daquele projeto número 8º?

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E votação, também.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Ótimo.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Nós temos quorum.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Ótimo.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O projeto a que se refere V. Exª. é o de número 142 de 2004, que permite que o trabalhador... O item 8º, com mais de 45 anos de idade, desempregado, saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/PASEP.

O Relator é o Senador Eduardo Azeredo, o autor é o Senador Ney Suassuna. Eu concedo a palavra ao Senador Relator Eduardo Azeredo, para proferir o seu parecer.

SR. RELATOR SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, o Projeto de Lei 142, de 2004, de autoria do Senador Suassuna, permite que como V. Exª. lembrou que o trabalhador com mais de 45 anos de idade, que se encontre em situação de desemprego involuntário, saque o saldo de sua conta individual no Fundo de Participação PIS/PASEP, ficando ainda o Conselho Deliberativo, CODEFAT, fato com a responsabilidade de definir os requisitos adicionais que o participante deve satisfazer.

No que concerne à constitucionalidade, juridicidade da matéria, nada a opor. A iniciativa não se encontra entre as exclusivas do Presidente da República, a inserção na ordem do juiz está adequada e foram observados os dispositivos regimentais aplicáveis à espécie. Assim, com relação ao mérito, também não há oposição muito pelo contrário, a iniciativa é sobremaneira oportuna e de elevado alcance social.

Como muito bem se argumenta o autor, tendo em vista esses tempos de elevadíssimas taxas de desocupação - há que se lembrar que a taxa de desemprego no Brasil ainda está por volta de 10% - não há justificativa para que o trabalhador, encontrando-se na difícil e muitas vezes desesperadora situação de desempregado, em especial quando é um trabalhador mais velho, de baixa renda e sem outra fonte financeira de sustento, não possa utilizar os recursos que, na verdade, lhe pertence.

Então, ele merece aplauso em conciliar o interesse do trabalhador individual com o do país como um todo. Com efeito, cabe evitar a descapitalização do Fundo PIS/PASEP, já que esta é essencial para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Assim, as limitações impostas são apropriadas, quais sejam trabalhador com mais de 45 anos de idade, desempregado, de baixa renda e que necessite efetivamente dos recursos. Igualmente oportuna à previsão de que o CODEFAT estipulará requisitos adicionais que o participante do Fundo deverá satisfazer, para fazer jus ao saque dos recursos acumuladas em sua conta, de modo a beneficiar os trabalhadores de baixa renda, desempregado, que mais necessita dos recursos.

Com tal previsão, além de garantir adequada flexibilidade à matéria, tende a evitar que o trabalhador ocupado no mercado informal de trabalho, ou àquele que perceba renda suficiente ao seu sustento, como seguro-desemprego, por exemplo, possa efetuar saque por desemprego.

É lembrar que o PIS/PASEP, na verdade, os trabalhadores recebem os seus rendimentos anualmente, mas aqui está se tratando do patrimônio que está acumulado em nome do trabalhador.

Portanto, tendo em vista as considerações apresentadas, somos pela aprovação do Projeto de Lei número 142 de 2004, do Ilustre Senador Ney Suassuna.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão. Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, autor da matéria.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O PIS/PASEP era um Fundo, imaginem um lago, que tinha um rio que

chegava a ele, então o lago, permanentemente estava recebendo água. Parou de receber.

O patrimônio hoje é um patrimônio de 25, 5 bilhões, 39 mil contas. Se o cidadão estiver com câncer, se o cidadão estive quer Aids, ele ou um beneficiário, um dependendo, se o cidadão tiver morrido a viúva recebe. Se o cidadão estiver com mais de 70 anos e tiver com problemas, recebe. Mas o cidadão com mais de 45 anos que está desempregado, com a sua família passando fome, não pode receber os 650 reais que é a média do Fundo.

Não é nenhuma fortuna, 650 reais, mas numa hora dessas de aflição em que ele está desempregado, mais de 45 anos, desiludido, sem ter para quem apelar, esses 650 reais podem ser vitais na vida dele. Não é para todo mundo receber, é para quem tem mais de 45 anos e está desempregado involuntariamente.

Novas regras serão colocadas, algumas cláusulas serão colocadas pelo Fundo. Nós não queremos descapitalizar o Fundo, nós queremos...

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Por exemplo, quem recebeu o seguro-desemprego, no caso...

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Recebeu o seguro-desemprego. Enquanto está recebendo o seguro-desemprego não pode receber. É quem nem está recebendo o seguro-desemprego e nem está recebendo nada por alguma outra razão.

Nesse caso, o cidadão pode tirar esses 650 reais. Eu acho que... Nós já vimos outro dia desses, uma empregada doméstica roubar uma lata de manteiga, porque o filho queria comer um pouco de manteiga, imaginem! O cidadão com 650 reais pode comprar várias cestas-básicas.

Então, é isso que a gente está pensando, é isso que a gente está pedindo e eu pelo o apoiamento dos meus companheiros, porque eu acho que não estamos pedindo nada demais.

E quero louvar o relatório do nosso Relator Azeredo, porque realmente é uma coisa de Justiça, a gente está pedindo para quem precisa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, para discutir a matéria.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com a palavra V. Exª.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Primeiro, eu quero cumprimentar o Senador Ney Suassuna e o Relator o Deputado Eduardo Azeredo. Senador Ney Suassuna, eu quero primeiro dizer que fiquei muito satisfeito de V. Exª. ter aceitado, agora mesmo, na Comissão de Infra-Estrutura, coordenar uma Comissão de Senadores que vai interagir, discutir, buscar, alguma alternativa possível na questão da nossa Varig, que eu sei que hoje aqui ainda, vamos aprovar o requerimento... Já foi aprovado o requerimento que vai na mesma linha, que a Infra-Estrutura aprovou nesse momento.

Será uma audiência pública que reunirá quatro Comissões. Em segundo lugar, sobre o mérito do projeto. Eu quero dizer para a V. Exª., que eu estou totalmente favorável, até porque V. Exª., também, recentemente apoiou um projeto nosso, como todos os Senadores e Senadoras aqui presentes apoiaram, de incentivo às empresas para contratarem trabalhadores com mais de 45 anos.

O seu projeto vem de encontro. Então, se há um de emprego acentuado para trabalhadores de mais de 45 anos é mais do que justo, que pelo menos, eles possam no momento que estão desempregados retirar o correspondente ao que eles têm de direito sobre o PIS/PASEP.

Então, a minha fala é mais cumprimentando o Senador Ney, e o relatório do Senador Eduardo Azeredo, que vem em benefício daqueles que são discriminados no momento que eles mais precisam, que é no momento do desemprego. Veja bem, é o PIS/PASEP que está lá como muito bem foi colocado, depositado que não criaria nenhum impacto negativo na economia do próprio Ministério da Fazenda, que eu sei que tem algumas preocupações sobre esse projeto.

Mas eu quero dizer que o meu voto é favorável. Eu acompanho o Relator e o autor Senador Ney Suassuna.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em votação. Os Srs. Senadores irão votar nominalmente. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Marco Maciel, deixou consignado. Flexa Ribeiro, Ney Suassuna, ele é o autor. Sérgio Cabral. Antônio Carlos. Flávio Arns. Ideli Salvatti. Geraldo Mesquita. Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com o autor e com o Relator.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Heráclito Fortes. Eduardo Azeredo. José Maranhão. José Maranhão?

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Aprovado. Eu passarei, agora, ao item seguinte.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB–MG) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu estou observando a nossa galeria de ex-Presidente, eu estou vendo que nós não temos ainda o retrato da Senadora Lúcia Vânia. Eu queria propor que nós providenciássemos a colocação.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Na verdade, já solicitamos reiteradamente. Ela está muito nova, não é? Enquanto, está nova mande o retrato. (risos).

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pode ter certeza, Sr. Presidente, que eu vou aproveitar a faSe.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, eu queria me oferecer para patrocinar o coquetel no dia do lançamento do retrato.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Bom, já temos o patrocinador e vai ser registrado em ata. Passemos ao item 9º, o Senador Augusto Botelho é o Relator e o Senador Marcelo CrivellA – "Acrescenta dispositivo à Lei nº 9787, de 10 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências".

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SR. RELATOR SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sr. Presidente, eu vou começar lendo a análise. Atualmente a maioria dos medicamentos disponíveis nas drogarias e farmácias brasileiras são acondicionados em embalagens que não permitem a dispensação fracionada dos mesmos.

Em muitos casos a quantidade de medicamento dispensada na embalagem padronizada é insuficiente ou excedente às necessidades do paciente. Geralmente o resultado dessa inadequação é o uso do produto em dose menor do que a indicada ou sobra e a perde do mesmo.

O PLS 70 de 2004 é de indiscutível mérito, pois pretende tornar obrigatória a adoção de medidas que beneficia os consumidores e até mesmo o setor público, pois muitos medicamentos fornecidos pelos serviços de saúde institucionais poderão ser dispensados na quantidade exata exigida para o tratamento.

No entanto, permitir a dispensação fracionada só de medicamentos genéricos traz poucos resultados, pois a participação desse seguimento na indústria farmacêutica do mercado ainda é pequena, apesar de ascendente. Os números divulgados pela página eletrônica da Associação Brasileira de Indústria de Medicamentos Genéricos mostram que é dezembro de 2004, tais produtos participaram apenas 7,8 e meio por cento do total das vendas de medicamentos no Brasil.

Temos que considerar ainda, que esta Casa já deliberou sobre a matéria por meio do Projeto de Lei do Senado número 65 de 2000, que tramita na Câmara dos Deputados, como o Projeto de Lei 5909 de 2001. Essa proposição não faz restrições à espécie de medicamentos de referência similar ou genérico que pode ser vendida de forma fracionada.

A Comissão de Seguridade Social e Família daquela Casa emitiu parecer pela aprovação da matéria que foi encaminhada à Comissão de Defesa do Consumidor, onde aguarda a apreciação na CDC. Foi apresentado no dia 15 de fevereiro de 2005, o parecer de complementação de voto, pela aprovação com o oferecimento de substitutivo.

A última ação relativa a sua tramitação ocorreu em 25 de maio de 2005, com designação de novo Relator. Devemos considerar ainda outros aspectos legais e infralegais relacionados com a dispensação de medicamentos. Para que se torne obrigatória a dispensação de medicamentos na forma fracionada, não é necessária a aprovação de uma lei específica, não são necessárias nem mesmo alterações nas leis vigentes.

Com efeito, no art. 8º, da Lei de número 9782, de 26 de janeiro de 99, atribui competência a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA, para regulamentar, controlar e fiscalizar entre outros produtos os medicamentos de uso humano.

Especificamente em relação aos medicamentos genéricos, o art. 4º da Lei 9787 de 99, confere ao Poder Executivo a autorização para promover medidas especiais relacionadas com o registro, a fabricação, o regime econômico fiscal, a distribuição e dispensação dos mesmos.

Para tanto, o Presidente da República, pode valer-se da prerrogativa concedida pela Constituição Federal, que no art. 84, inciso IV, atribui-lhe competência para expedir decretos e regulamentos para a execução de leis. Valendo-se dessa prerrogativa, o Poder Executivo publicou o Decreto 5348 de 19 de janeiro de 2005, que dá nova redação à art. Do decreto 74.170 de 10 de junho de 74, para definir o fracionamento de medicamentos e permitir farmácias à prática desse procedimento.

A normatização do fracionamento foi instituída pela Resolução da Diretoria Colegiada RDC, número 135 de 18 de maio de 2005, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, alterada pela RDC, 260 de 20 de setembro de 2005. Apenas farmácias devidamente licenciadas pela ANVISA, podem disponibilizar medicamentos de forma fracionada.

A exceção dos medicamentos sujeitos a controle especial, entre os quais estão os psicotrópicos. Podem

ser fracionados os medicamentos genéricos, os de referência e os similares, desde que o procedimento seja tecnicamente seguro. Pelo exposto, concluindo que as leis e às disposições infralegais vigentes são suficiente para permitir a venda fracionada de medicamentos. Ademais, o Senado Federal já deliberou sobre o assunto e em tais circunstâncias, os incisos I e II, do art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal, permitem que o Presidente desta Casa, declare prejudicada a matéria.

Pelo exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado número 70 de 2004. Esse é o voto, Sr. Presidente. O voto é pela prejudicialidade do projeto.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V. Exª. quer discutir matéria, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu quero só dizer uma frase. Eu quero mais fazer uma homenagem ao ex-Deputado Federal, Eduardo Jorge, se não me engano está hoje no PV, quanto ao chamado remédio genérico. Ele trouxe esse debate para dentro do Congresso, e no mais, eu acompanho o Relator.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Como não há mais nenhum dos Senadores que desejam discutir a matéria, eu encerro a discussão.

E declaro a prejudicialidade do projeto. Em votação o Projeto de Lei do Senado, número 70 com parecer pela prejudicialidade.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam, digo melhor, essa matéria vai ser votada nominalmente. Lúcia Vânia. Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sim.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Geraldo Mesquita. Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Ideli Salvatti. Marcelo Crivella, não pode votar. Paulo Paim. Augusto Botelho, voto conhecido. Heráclito Fortes. Eduardo Azeredo. José Maranhão, com o Relator. Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Marco Maciel, deixou consignado. Aprovado, portanto. Agora, como último item, desta Sessão deliberativa, passemos à leitura do parecer, que tem como Relator *ad hoc* o Senador Geraldo Mesquita.

O projeto da autoria da Senadora Lúcia. É o Item 10. Autora Senadora Lúcia Vânia. Eu concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, como Relator, *ad hoc*, tendo em vista que a Senadora Maria do Carmo, não se encontra nesta Sessão que é Relatora.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, para mim é uma honra receber tal incumbência de relatar *ad hoc*, um projeto de autoria da querida Senadora Lúcia Vânia, que em breve terá sua foto na galeria dos presidentes dessa Comissão, dia esse que faremos festa.

Mas esse é daqueles projetos que nos dá alegria participar do Parlamento e apreciar tal matéria, e certamente, aprová-la. Em todos os nossos lares, temos mães, avós, filhas, a Senadora Lúcia Vânia, propõe que seja instituído o Dia Nacional da Mamografia. Prática já que se falou no início dessa audiência que no ato médico, prática na área da saúde que tem salvado milhões e milhões de mulheres, não só no nosso país como no mundo inteiro.

É uma proposição de alta relevância, que dispensa por óbvio, até a leitura de um relatório feito com a maior atenção e dedicação pela nobre Senadora Maria do Carmo Alves, dado o reconhecimento da importância da proposição. O projeto de lei que tomou o número 275, propõe a instituição da data a ser lembrada como o Dia Nacional da Mamografia, providência que é bastante oportuna como já foi dito, pois visa estabelecer uma forma de valorizar o exame mamográfico e de enfatizar a importância das ações que têm por objetivo a detecção precoce do câncer de mama.

O Senador Botelho está destacando aqui uma parte do relatório que ele reputa de grande importância, e que disse que nunca recomenda que entre os 50 e os 69 anos, as mulheres que não se enquadram no grupo de alto risco para câncer de mama, devem fazer uma mamografia a cada dois anos. As que pertencem a esse grupo, ou seja, às mulheres cujas mães, irmãs ou filhas tiveram câncer de mama antes do 50 anos, entre outros casos, devem fazer o exame anualmente.

A instituição de um dia dedicado a lembrar a necessidade da realização da mamografia, tem o objetivo de chamar a atenção das mulheres da sociedade em geral e particularmente das autoridades sanitárias, para a importância desse exame.

A Senadora Lúcia Vânia, inclusive, elegeu o dia 05 de fevereiro, para ser consagrado como o Dia Nacional da Mamografia, e fundamenta a escolha do dia o fato da que a Igreja Católica Apostólica Romana comemora nessa data o dia se Santa Ágata, Protetora das Mulheres Contra as Doenças da Mama e Padroeira dos Mastologistas.

Portanto, Presidente, Sras. e Srs. Senadores, como eu já disse, o projeto é de absoluta importância,

extremamente relevante, parabenizo a Senadora Lúcia Vânia pela proposição, a Senadora Maria do Carmo pelo brilhante Relatório que ofereceu, com parecer favorável pela aprovação do projeto de lei.

Mantido na forma e no conteúdo proposto.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão. Senador, Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É só cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia pela iniciativa tão importante que vêm em defesa de todas as mulheres brasileiras, enfim, de todo o povo brasileiro pela importância do debate nesse dia e o Senador Mesquita, junto, que faz o Relatório, mantendo na íntegra a proposta original.

Então, Senadora Lúcia Vânia eu fiz questão de fazer essa fala, muito mais para cumprimentar o seu trabalho, um brilhante trabalho que é um orgulho para nós aqui da Comissão de Assuntos Sociais.

É com muita alegria que eu voto a favor desse projeto, numa homenagem não só às mulheres, isso eu ouvi de uma Senadora, eu vou repetir aqul – as mulheres e aos homens, porque as mulheres são mães de todos os homens.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Augusto Botelho, com muito prazer.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Apenas parabenizar a nossa Relatora e ao autor do projeto pela definição desse dia. É um dia que a gente vai chamar a atenção sobre a mamografia.

A mamografia é um exame que permite a detecção do câncer de mama em estado inicial e volto a reafirmar, porque eu acho que é importante, que as mulheres que tiveram mães ou filhas ou irmãs que tiveram câncer antes dos 50 anos, todas as mulheres dessas famílias são consideradas pacientes de risco.

Elas devem fazer mamografia anualmente dos 50 aos 69, anos. As outras pessoas que não têm essa característica podem fazer de dois em dois anos, mas as que tiverem parentes, irmãs, mães, parentes que tiveram câncer de mama antes de 50 anos devem fazer o exame de mamografia.

De outra forma eu vou ressaltar mais uma coisa importante que as mulheres devem fazer. Felizmente em relação ao câncer de colo de útero todas as mulheres têm consciência plena e fazem o seu preventivo periodicamente anualmente ou bi-anualmente.

Agora, o exame de mama, o auto-exame de mama que é a própria pessoa se examinar após o período menstrual, deve ser feito pelas mulheres porque qualquer estatística em qualquer trabalho, os tumores de mama são detectados em sua maioria pelas mulheres, principalmente por essas que fazem. Quando você vai ao seu ginecologista uma vez ao ano para fazer o preventivo de câncer, ou de dois em dois anos, ele faz exame de mama também, mas ele só lhe examina uma vez, pode ser que você saía do ginecologista e o tumor começa a crescer no outro mês.

Então, você fazendo auto-exame de mama que você aprende nos postos de saúde ou em qualquer serviço de oncologia de câncer, você fazendo mensalmente, você ajuda a sua vida, ajuda a prevenir e ajuda a detectar lesões benignas, nem todo tumor de mama é maligno. Graças a Deus é um percentual bem pequeno que é maligno. Às mulheres tem que fazer o auto-exame de mama para o bem da sua família e para o bem da sua saúde.

Eu sou favorável ao relatório.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, para participar da discussão.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, eu quero louvar a atitude. Quero endossar em gênero, número e grau, às palavras do Senador Botelho, às mulheres podem fazer esse auto-exame permanente, mensalmente, por que não semanalmente? Mas um dia vai chegar, eu estou querendo apoiar e vou votar favorável, mas um dia vai chegar que outros portadores de câncer, por exemplo, câncer de intestino, tem famílias que dez pessoas morrem com problema de câncer de intestino.

Vai chegar um dia que a gente também vai poder fazer um exame muito mais caro. É um exame muito mais difícil, mas que no caso, por exemplo, as famílias da minha mãe, muitos morreram com problema de câncer de intestino, todos nós somos recomendados pelos médicos, a fazer pelo menos, duas vezes, de dois em dois anos, porque é recorrente geneticamente pelo problema da predisposição genética.

Eu quero apoiar e dizer que é de suma importância isso e alertar que mais cedo ou mais tarde, quando o Brasil estiver um pouco mais sofisticado, que seja possível também fazer dos outros tipos de câncer.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra à autora.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de agradecer ao Relator *ad hoc*, Senador Geraldo Mesquita, agradecer ao Senador Paulo Paim, ao Senado Suassuna e dizer que esse projeto ele visa, principalmente, nesse dia discutir as políticas públicas voltadas para a saúde de mulher.

Acho que a incidência de câncer de mama, que é o segundo tipo de câncer mais comum entre as mulheres, ele precisa e pode ser prevenido. E esse dia sem dúvida nenhuma será um dia em que nós vamos promover uma discussão como essa que estamos promovendo aqui hoje.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Antes de colocar em votação a matéria, eu gostaria de parabenizar a autora, a nobre Senadora Lúcia Vânia pelo brilhantismo e oportunidade da sua iniciativa, como também felicitar a Relatora que foi substituída pelo nobre Senador Geraldo Mesquita, a Senadora Maria do Carmo do Estado de Sergipe ela destaca alguns fatos interessantes no seu relatório.

Ela traz aqui um dado de que em 2003, o país possuía apenas 1504 aparelhos chamados mamógrafos. Com o aumento da tecnologia a melhoria das condições tecnológicas da área da medicina, foi possível detectar a existência de pequenos tumores milimétricos.

Hoje só pode vamos dizer, acontecer uma amputação de mama, se houver realmente um descaso, uma omissão, uma falta de cuidado. Porque a tecnologia da medicina proporcionou essa oportunidade e esse direito da mulher de preservar sua sexualidade, além de não permitir que suas mamas sejam amputadas.

E ela conta uma história que, aliás, a data que aqui foi escolhida pela Senadora Lúcia Vânia, é o dia 05 de fevereiro para ser o Dia Nacional da Mamografia, deve-se ao fato de que a Igreja Católica Apostólica Romana comemora nessa data, o Dia de Santa Ágata.

Quem é Santa Ágata? Segundo a história, aqui trazida a lume pela Senadora Maria do Carmo, Ágata, era uma jovem belíssima que vivia na Cecília, em meados do Século III, depois de Cristo. As suas mamas foram amputadas por um Pro-Cônsul chamado Quinciano, que se apaixonou por ela, e ela não se rendeu aos encantos desse Pro-Cônsul. Por causa disso, por um motivo simples de vingança, ele praticou esse ato torpe, malvado, perverso, mandando ser Ágata, que depois chegou a ser santa, torturada e impondo a ela esse castigo terrível. Além de causar intensas dores e mutilação, quer dizer a mulher perde essa qualidade, a beleza da mulher, representada por isso que a natureza entregou a ela.

Por esse motivo, eu quero parabenizar a autora, porque essa data 05 de fevereiro, deverá ser sempre lembrado pelas mulheres do Brasil, e teve uma grande mulher aqui nesta Comissão, no Senado Federal, que se lembrou de que essa data não pode ser despercebida, todos têm, todos os homens e mulheres devem se lembrar, de que no dia 05 de fevereiro, olheM – por mais saúde que eu tenha, eu tenho que me submeter a esse exame, que é tão simples, não tem nenhuma dor.

Qualquer coisa de anormal nos seios da mulher poderá ser identificada por um mamógrafo, por esta razão mais uma vez, eu quero parabenizar a V. Exª., e a Relatora Senadora Maria do Carmo. Em votação nominal. Senador Marco Maciel, consignado. Senadora Lúcia Vânia é a autora. Senador Ney Suassuna. Senador Sérgio Cabral deixou consignado. Senador Geraldo Mesquita. Senador Flávio Arns. Senador Paulo Paim. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Heráclito Fortes. Senador Eduardo Azeredo. E Senador Eduardo Suplicy e Senador José Maranhão. E o nobre Senador Pavan. Precisa de V. Exª., e como! O voto de V. Exª. valoriza a vitória da Senadora Lúcia Vânia.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, eu não participei antes, eu cheguei tarde em função de outros compromissos, mas o projeto da Senadora Lúcia Vânia, ele não tem a aprovação apenas da Comissão, ele tem a aprovação da sociedade brasileira. Por isso, eu queria deixar o meu voto sim, mesmo.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V. Exªs., aprovada a matéria, por unanimidade. Eu antes de encerrar, eu consulto o nobre Senador...

(tumulto)

SR. RELATOR AD HOC SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, foi me consultado se eu poderia ser Relator

ad hoc...

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paulo Paim, V. Exª. poderia relatar o número 11?

SR. RELATOR AD HOC SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu estou pedindo para relatar, porque projeto é seu. E é tão bom o projeto, que eu quero ter o direito de relatar.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V. Exª. Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou sintetizar aqui o projeto que vem ...

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – É a última matéria desta Sessão.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Em bom momento do Senador Antônio Carlos Valadares, um relatório muito preciso, muito

competente, da Senadora Patrícia Saboya Gomes. Eu sou sintetizar, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado, número 196 de 2003, dá nova redação ao art. 149, da nossa CLT, dando ao trabalhador o direito de pleitear a concessão de férias para serem gozadas, ou a sua conversão em pagamento, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares. Vamos para a justificativa.

Na sua justificativa o ilustre autor, Senador Carlos Valadares, aduz que o objetivo dessa proposição é estabelecer uma nova disciplina, para a contagem do prazo prescricional de férias, de forma a manter da maneira mais eficaz as duas alternativas dadas aos empregados já previstas na CLT.

Da forma como está atualmente redigido, o art. 149 da CLT, o empregador que quiser usar da má-fé, pode se beneficiar da prescrição qüinqüenal, prevista no art. 7º, inciso XXIX, da nossa Constituição Federal, sem que o empregado possa reclamar o direito ao gozo de férias que ele foi negado no curso da vigência do contrato de trabalho, assim como o seu pagamento.

Eu já vou para os finalmente.

Diz a nossa Relatora a Senadora Patrícia. O princípio da norma ou condição mais benéfica foi incorporado ao Ordenamento Jurídico Laboral Pátrio, através da regra constante do art. 620 da CLT, ao estabelecer que as condições estabelecidas em Convenção quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em acordo, ou seja, prevalece o que for melhor para o trabalhador. Assim a nova redação proposta ao art. 149, da CLT está harmonizada com os Princípios Gerais do Direito do Trabalho e ancorada em decisões dos Tribunais Regionais. Diz a Relatora que eu endossO – a obrigação do legislador é dar efetividade ao texto constitucional, proporcionando assim que os direitos sociais previstos na legislação se tornem realidade para os trabalhadores brasileiros".

Razão pela qual é louvável a iniciativa do nobre Senador Antônio Carlos Valadares, que traduz com rara felicidade, o desejo dos trabalhadores, no que se refere à garantia do direito ao gozo e ao pagamento das férias.

Senador Carlos Valadares, eu lhe confesso que numa reunião do Bloco de Apoio ao Governo, eu tenho muita preocupação, quando a gente confunde e permite que as férias dos trabalhadores sejam diluídas quase todos os meses, e a forma de pagamento.

Numa primeira leitura eu tinha dito esse entendimento, depois eu fui ver, inclusive consultando os especialistas da área, do conjunto do Movimento Sindical, é exatamente o inverso. Ele é que está protegendo o trabalhador para assegurar o direito.

Eu quero de público render a V. Exª., as sinceras homenagens, porque o seu projeto vem efetivamente assegurar plenamente o direito do trabalhador, no caso das férias. Parabéns a V. Exª. e parabéns a nossa Senador Patrícia, pelo relatório por ela feito com muita precisão.

E, o meu voto naturalmente é favorável. Mais uma vez parabéns, Senador Valadares.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu acho que nós tivemos dois grandes Relatores dessa matéria, a Senadora Patrícia Saboya que infelizmente, por motivo superior não está presente nessa Sessão, e o nobre Senador Paulo Paim, que é um especialista, um defensor intransigente do trabalhador.

E se tivesse alguma coisa contra o trabalhador primeiro eu não apresentaria e segundo, Relator *ad hoc*, não se submeteria a minha pressão de ser o Relator.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Obrigado a V. Exª. vamos colocar esse item último, em votação nominal. Senador Paulo Paim, voto já conhecido. Senador Marco Maciel. Senadora Lúcia Vânia. Senador Ney Suassuna. Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – (pronunciamento fora do microfone) – (...) Certificado de qualidade pelo seu projeto, como seu Relator *ad hoc*, o projeto não precisava, mas como diz o ditado o que abunda não prejudica. Parabéns ao Senhor, ao Senador Paim e à Senadora Patrícia.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Obrigado a V. Exª., Senador Geraldo Mesquita. Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flávio Arns. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Heráclito Fortes. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador José Maranhão. Senador Eduardo Suplicy, que deixou consignado o voto. Aprovado.

Então, no dia 04, esta Comissão estará aqui reunida, segundo o requerimento já aprovado pela Co-

missão, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, Relatora do projeto do ato médico, para uma audiência pública, onde várias autoridades dos segmentos médicos serão ouvidas, e os nomes serão entregues segundo o requerimento, até a próxima reunião, vamos dizer até o dia 27. V.Exa, Senadora Lúcia Vânia entregará esses nomes, naturalmente consultando os demais Senadores e as áreas interessadas. Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h05.

Ata da Nona Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a 7ª Reunião (Extraordinária) da Comissão De Serviços de Infra-estrutura e 1ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 25 de abril de 2006, terça-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas, e quarenta e três minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sob a presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, reúnem-se conjuntamente a Comissão de Assuntos Sociais, Serviços de Infra-Estrutura, Desenvolvimento Regional e Assuntos Econômicos para a realização de Audiência Pública, "com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo Varig", em atendimento aos Requerimentos nº 15 e 16, de 2006-CI de autoria dos Senadores *Heráclito Fortes, Pedro Simon* e outros; e ao Requerimento nº09, de 2006-CAS, de autoria dos Senadores *Antonio Carlos Valadares, Paulo Paim e outros*. Com a presença dos (as) Senadores (as) **MARCO MACIEL, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, LÚCIA VÂNIA, NEY SUASSUNA, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATTI, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, JOSÉ JORGE, DEMÓSTENES TORRES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, WELLINGTON SALGADO, RAMEZ TEBET, JOSÉ MARANHÃO, PEDRO SIMON, GERSON CAMATA, DELCÍDIO AMARAL E EDUARDO SUPLICY.** Compareceram ainda os senadores (as) César Borges, Tasso Jereissati, Gilberto Mestrinho, Garibaldi Alves Filho, Ana Júlia Carepa, Fernando BezeRra, Jefferson Peres, Sibá Machado, Sérgio Zambiasi, Aelton Freitas e João Ribeiro. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando sua ausência o Senador Geraldo Mesquita Júnior. O Senador Heráclito Fortes que preside a reunião, declara aberta a reunião informando os motivos que levaram à realização da presente reunião. O Senador Heráclito Fortes convida para tomarem assento à mesa, para suas exposições, o **Sr. Milton Sérgio Silveira Zuanazzi**, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; **Comandante Marcio Marsillac**, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo Varig - TGV; **Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira**, Presidente da Infraero; **Sr. Marcelo Gomes**, Gerente Geral da Empresa Alvarez & Marsal; **Dr. Pedro Caldas Pereira**, Gerente Executivo de Produtos de Aviação da BR Distribuidora; **Elnio Borges** – Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas. Logo após é dada a palavra ao primeiro expositor Dr. Milton Sérgio Silveira Zuanazzi, seguido pelos Senhores Marcio Marsillac, José Carlos Pereira, Dr. Marcelo Gomes, Dr. Pedro Caldas Pereira e pelo Dr. Elnio Borges. Às doze horas e treze minutos , o Senador Antônio Carlos Valadares assume a presidência da reunião. Posteriormente o Dr. Marcio Marsillac faz uso da palavra, seguido pelo Dr. Elnio Borges e Dr. Marcelo Gomes. Às quartoze horas e dois minutos o Senador Paulo Paim assume a presidência, concedendo mais cinco minutos a cada expositor. Fizeram o uso da palavra os Senhores Senadores Pedro Simon, João Ribeiro, Ramez Tebet, Edson Lobão, Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Lúcia Vânia, Garibaldi Filho, Flexa Ribeiro, José Maranhão, Arthur Virgílio, Sery Selharenko, Jéferson Peres. Fizeram uso da palavra os Senhores Deputados Babá e Darcísio Perondi. A Comissão aprova os seguintes requerimentos, **EXTRA–PAUTA REQUERIMENTO Nº 011, DE 2006- CAS** "Requer, nos termos regimentais, seja convidado para participar de Reunião de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo, o Dr. Demian Fiocca – Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, agendada para o próximo dia **27** de abril do corrente, quinta-feira, com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo Varig". **AutoreS –** Senador Heráclito Fortes, Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Tasso Jereissati, Senadora Ana Júlia Carepa e Senador Luiz Otávio. **Resultado** – Aprovado. **EXTRA-PAUTA REQUERIMENTO Nº 012, DE 2006- CAS** "Requer, nos termos regimentais, sejam convidado para participarem de Reunião de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo, os Senhores**":** Dr. Luiz Roberto Ayoub – Juiz da 8ª Vara Empresarial no RJ; Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos – Procurador de Fundações; Dr. Adacyr Reis – Secretário da SPC – Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, e Professor Paulo Rabello

de Castro – Consultor da TGV. **Autores –** Senador Heráclito Fortes, Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Tasso Jereissati e Senador Luiz Otávio. **ResultadO** – Aprovado. **EXTRA-PAUTA REQUERIMENTO Nº 013, DE 2006- CAS "**Requer, nos termos regimentais, convidar o Ministro de Estado da Defesa, Valdir Pires, para participar de Reunião de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo, a fim de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo Varig". **AutoreS –** Senador Heráclito Fortes, Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Tasso Jereissati e Senador Luiz Otávio. **Resultado** – Aprovado. **EXTRA-PAULTA REQUERIMENTO Nº 014, DE 2006- CAS** "Requer sejam acrescidos os nomes das Presidentas do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziela Baggio e do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Selma Balbina, para serem ouvidas na Audiência Pública da próxima quinta-feira sobre a Varig, uma vez que é importante a sua cooperação sobre o tema". **Autores –** Senador Eduardo Suplicy. **Resultado** – Aprovado. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, **Álvaro Araújo Souza**, Secretário-Adjunto da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Antônio Carlos Valadares,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura, da 9ª Comissão de Assuntos Sociais, 1ª da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinárias e 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Antes de iniciar a presente reunião, solicito aos Srs. Senadores a dispensa das Atas das reuniões anteriores. Os Senadores que aprovarem, permaneçam como se encontram.

Há expediente para ser lido. Da Petrobras Distribuidora. "Fazendo referência ao requerimento dessa honrosa Comissão, informamos que, por motivos alheios à nossa vontade, o Presidente da Petrobras Distribuidora, Sr. Rodolfo Landim, não poderá comparecer à Audiência Pública, que se realizará no dia 25 de abril nessa Comissão. Dessa forma, os representantes da Petrobras Distribuidora na audiência serão o Sr. Pedro Caldas Pereira, Gerente-Executivo de Produtos de Aviação, que fará parte da Mesa, e o Sr. Aurélio Cardoso Sampaio, Gerente-Executivo de Operações Financeiras, e a Srª. Marina Sobral Pernambucano, Gerente do Contencioso". Recebem os Exmºs. Srs. Presidentes das Comissões de Infra-Estrutura e tal... Quem assina é a Drª. Regina Guimarães da Mota Zalan.

Evidentemente que o documento é inadequado, não é ela quem define quem ocupa a Mesa, está a Dª. Regina extrapolando as suas funções, é uma prerrogativa do Senado, e das Comissões. No entanto, se for realmente o nome indicado para representar a Petrobras Distribuidora, que seja feito, mas não por uma indicação externa, e sim por uma decisão desta Casa.

Ofício do BNDES. "Ao Ofício 39, pelo qual V. Exª. convida o Presidente do BNDES, Sr. Demian Fiocca, a comparecer a Audiência Pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Infra-Estrutura e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para tratar de assuntos sobre a recuperação empresarial da Companhia Varig. Em resposta, informo a V.Exª. que, apesar dos esforços para remanejamento de diversas reuniões coincidentes, não será possível a participação do Presidente Demian Fiocca no referido evento, nem o envio de um representante, uma vez que não houve tempo hábil para que fossem tomadas as providências necessárias visando à representação do BNDES".

Diante do exposto, proponho a esta Comissão a renovação da presença do Sr. Demian, quinta-feira próxima, numa reunião extraordinária. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Portanto, à Secretaria comunicar ao Sr. Demian o comparecimento aqui na quinta-feira. Espero que haja agora tempo hábil para que ele atenda à convocação desta Casa.

Convido para fazer parte da Mesa o Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da Infraero; Dr. Milton Silveira Zuanazzi, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil; Sr. Marcelo Gomes, Gerente da empresa Alvarez & Marsal; Dr. Pedro Caldas Pereira, Gerente-Executivo de Produção de Aviação da BR Distribuidora; Comandante Márcio Marsillac, Coordenador dos Trabalhos do Grupo Varig TGV; Dr. ELNIO BORGES, Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Fomos informados que o Dr. Elnio encontra-se em deslocamento para esta Comissão, tendo em vista dificuldades de deslocamento de sua origem até o presente momento, mas já se encontrando em Brasília. Tão logo chegue à Comissão, fará parte dos trabalhos.

Esta Mesa será presidida simultaneamente pelo Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Desenvolvi-

mento Regional e Turismo e Comissão de Assuntos Sociais.

Agradecemos aqui a presença dos Srs. Deputados Federais que aqui se encontram: Jandira Feghali e Alceu Colares.

Esta Audiência Pública foi convocada por iniciativa de um grupo de Senadores, tendo à frente o Senador Pedro Simon, o Senador Paulo Paim e o Senador Zambiasi, da bancada do Rio Grande do Sul.

É uma preocupação desta Casa e das Comissões, de uma maneira muito especial com os fatos que ocorrem envolvendo uma companhia aérea com a tradição e a repercussão que tem a Varig. Daí porque o Senado, através dessas Comissões, achou por bem trazer para uma oitiva nesta Comissão os que já aqui se encontram e, posteriormente, caso necessário, continuar a ouvir autoridades no sentido de prestar esclarecimentos sobre o que vem ocorrendo com a nossa Varig.

Senador Pedro Simon, como autor da matéria, vamos acionar o microfone, quero saber se V.Exª. quer fazer alguma manifestação inicial.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – V.Exª. já colocou com toda clareza, Sr. Presidente. A iniciativa aqui na Comissão e nas três Comissões é uma tentativa no sentido de fugir desse debate permanente, que vem de longa data, sem conseqüência, sem se ter uma continuidade.

Então, já se falou com 10 Ministros diferentes, já se fez 200 reuniões diferentes, e o que se pretende é nessa oportunidade a gente ir até o fim. Quer dizer, falar com as pessoas, botar no papel, analisar, debater e chegarmos a uma conclusão definitiva, "a conclusão é esta". Então, nós estamos sabendo aonde é que nós vamos chegar.

Por isso, Sr. Presidente, é que está se ouvindo essas pessoas que hoje estão aqui, outras virão, membros do Governo inclusive, a Ministra Dilma, o Ministro da Defesa, e vamos tentar, através de um estudo concreto e objetivo, chegar a uma solução que seja realmente concreta.

Era isso, Sr. Presidente.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não, Senador João Ribeiro. Aceito a palavra de V.Exª.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, eu estou observando, e V.Exª. e todos nós que estamos aqui, que o Plenário realmente ficou pequeno, desta Comissão. Devido à importância do assunto, um assunto com bastante publicidade na imprensa, eu consultaria V.Exª. se não temos condições para transferir para o Plenário do Senado, porque eu estou vendo que realmente muitos Parlamentares que aqui estiveram estão saindo porque realmente não têm como sentar, e até mesmo as Assessorias, o pessoal da área técnica, que vieram para participar e assessorar os setores que aqui estão participando. Eu queria ver se a gente poderia, se tem condições de ser feito isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador João Ribeiro, a minha preocupação é com o transtorno que essa transferência possa provocar agora. Realmente houve uma falha desta Presidência de não ter feito essa previsão antes. Mas, no momento, essa transferência, inclusive os equipamentos do Senado, a movimentação poderia trazer transtornos. Nós ficamos agora de sobreaviso e na próxima convocação, tenho certeza que haverá, nós já tomaremos essa providência.

Quero registrar também aqui a presença do Líder do PT na Câmara, Henrique Fontana. Deputado Francisco Turra, também presente.

SENADOR RAMEZ TEBET (PMDB-MS) – Sr. Presidente, não é pela ordem, não é uma questão de ordem, é um apelo que vou fazer a V.Exª. para que me conceda a palavra só por dois minutos, porque tenho um compromisso pessoal e inadiável e não posso deixar de trazer a minha palavra nesse momento aqui para que ela seja ouvida pelo Governo.

Muitos aqui são testemunhas, Senador Tasso Jereissati colaborou demais, para que nós fizéssemos aqui no Senado um substitutivo à Lei de Falências, que eu sempre que dou entrevista peço que ela tenha outro nome, que é a "Lei de Recuperação das Empresas". A maior dificuldade que nós tivemos foi com a Fazenda, foi na área econômica do Governo, foi com a Receita Federal, que não queria abrir mão, como não abriu, o assunto foi transferido para a lei que promoveu algumas modificações no Código Tributário Nacional, e que não satisfazem, a Lei de Recuperação de Empresas poderia ser muito melhor com a colaboração do Governo. E eu acho que chegou, essa é a oportunidade.

É impossível o Governo ter lutado tanto para a modificação de uma lei que realmente vinha prejudicando o País no seu todo. A nova lei, a Lei de Recuperação de Empresas, ninguém nega, e as estatísticas já estão demonstrando que ela não é mais instrumento de cobrança, como era usada antigamente, e a revogação da antiga Lei de Falências, que durou no País meio século, as estatísticas estão demonstrando que aquilo que o Congresso fez, a nova Lei de Recuperação de Empresas, diminuiu, no primeiro trimestre desse ano, em cerca de 36% os pedidos de falência no País.

Ora, esta audiência que está sendo aqui realizada ela não será concretizada satisfatoriamente ao desejo nacional. Eu reconheço que tem muito de corporativismo nisso a atrapalhar as *démarches*, mas é preciso entender que esta é a primeira oportunidade, a meu ver, Senador Paulo Paim, que, com o apoio dos outros dois Senadores do Rio Grande do Sul, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon, eu fui ao Rio Grande do Sul para falar a mil e quinhentos trabalhadores, demonstrando, ou procurando demonstrar a nova Lei de Recuperação de Falências, demonstrando que se ela não continha um aspecto econômico, ela continha um aspecto social.

Pois bem, se nós tivemos discutido a questão da Varig naquela hora, eu não teria dúvida nenhuma em afirmar que isso é uma questão econômica, é uma questão nacional e é uma questão patriótica. Porque a Varig passou a ser um patrimônio nacional a ser defendido coerentemente, a ser defendido com espírito público.

Daí porque eu não queria sair daqui sem fazer um apelo ao Governo, que demonstre agora efetivamente, com dados concretos, a sua participação nisto.

Eu não posso imaginar que haja polêmica quanto a encontro de contas. Quer dizer, como é que pode? O Governo sabe que deve, vai ter que pagar um dia, e não temos uma palavra definitiva do Governo que não vai compensar, não vai haver compensação de dívida, não está concordando com compensação de dívida, matéria transitada em julgada, ou que está em precatório.

Então, eu entendi de vir aqui, por coerência. O Senador Tasso Jereissati sabe o sofrimento para fazer essa Lei de Recuperação de Empresas. Só não foi maior porque colaborou o Congresso como um todo, colaboraram as forças da sociedade. A CUT sentou-se numa das salas, na sala onde se reúne a Comissão de Assuntos Econômicos, que é essa mesma, ao que me parece. É a outra. A Força Sindical compareceu. Todos aplaudiram essa lei. Está na hora do Governo agora, que tem a oportunidade e instrumento, tinha instrumento...

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Senador Ramez Tebet, uma ligeira interferência.

SENADOR RAMEZ TEBET (PMDB-MS) – ...Acertar essa posição. É só isso que eu vim aqui falar. É uma oportunidade grande. E que isso não pode. Porque até, vamos falar a verdade, vamos derrubar mais uma. Como é que nós vamos explicar a Lei de Recuperação de Empresas, com a falência da Varig? Eu pergunto. Que prejuízo econômico este País vai ter? Que prejuízo social este País vai ter? Ela está em processo de recuperação, foi um Juiz de Direito que, graças à Lei de Recuperação de Empresas, declarou, e a simples declaração fez as ações da Varig subir. Eu ainda não encontro condições para decretar a falência da Varig. E isso já ajudou.

Eu concedo o aparte e peço desculpa por ter ultrapassado os dois minutos.

SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA) – É rapidinho, Senador. É que V.Exª. abordou o ponto em relação ao qual acho que devemos voltar o nosso pensamento. Porque, não sendo resolvido este ponto, não se chegará a parte alguma. Que é o encontro de contas das dívidas da Varig para como o poder público e do poder público para com a Varig. E não é só esta companhia. Também com a TAM, acabo com a Vasp, que deixou de funcionar em razão disto. São créditos que essas empresas possuem junto ao Governo, decididos pelo Poder Judiciário, e o Governo não cumpre. O Governo cobra, impiedosamente, das companhias aéreas, e de todas as empresas, aquilo que essas empresas devem ao Governo. Mas, não paga às empresas o que ele, Governo, deve. Eu cheguei a fazer um projeto aqui do Senado, de encontro de contas entre o Governo e empresas privadas. Sempre, quando houver devedores, Governo devedor e empresa de devedora faz-se o encontro de contas desde logo, e quem ficar devendo acerta o seu saldo. Então, é neste ponto que nós devemos insistir, sem o qual resolvido não se chegará a parte alguma. O Governo tem que admitir que perdeu na Justiça, no STJ, Superior Tribunal de Justiça, já perdeu definitivamente para a Transbrasil, para a Varig, a Vasp também, a TAM, na mesma situação. Então, é preciso fazer esse encontro de contas com urgência. E aí os problemas estarão razoavelmente resolvidos.

SENADOR RAMEZ TEBET (PMDB-MS) – Senador, eu agradeço muito, o aparte de V.Exª. foi muito oportuno.

Sr. Presidente, muito obrigado, e aos companheiros que me ouviram e permitiram tudo isso a partir do Presidente, os meus agradecimentos por terem me ouvido.

Não fora uma questão pessoal, eu ia permanecer até o fim aqui. Porque não posso admitir que um País da dimensão continental do Brasil, querendo crescer internacionalmente, já tem poucas companhias aéreas, e fique com três a quatro. Está tão pouco, que havia companhia aérea ontem de onde vim, de São Paulo, e para onde talvez tenha que retornar dependendo de alguma coisa que vou fazer aqui agora, que teve passagem aérea que custava ontem, de São Paulo para Brasília, novecentos reais, enquanto em outras companhias, em uma companhia ou outra que foi consultada, custava quatrocentos e sessenta. Não preciso dizer qual é uma e qual é outra. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nós vamos iniciar o depoimento testemunhal de cada um dos Srs. convidados, e lembrando que cada um dispõe de 10 minutos. Em primeiro lugar, concedo a palavra ao Dr. Milton Zuanazzi, Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, que terá 10 minutos para expor, sob a ótica da empresa, o detalhe sobre a crise em que a Varig se encontra.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – Senador Tasso Jereissati, demais componentes da Mesa, Sras. e Srs. Senadores, Deputados, Deputadas, eu quero, inicialmente, registrar a presença dos meus três colegas de direção da ANAC, Drª. Denise Abreu, Dr. Veloso e nosso caríssimo Leur Lomanto, conhecido de vocês. Estamos os quatro aqui, aprovados, aliás, nesta Comissão de Infra-Estrutura, sabatinados aqui e aprovados no Plenário, para dizer que sempre procuramos estar os quatro nas decisões importantes que envolvam a aviação civil, se porventura nós, um ou outro, não pudermos estar, alguém, representando o nosso órgão colegiado da agência, estará sempre presente.

A agência é o poder concedente, recebeu, no momento da aprovação da Lei 11.182, a unção de ser o poder concedente da aviação civil. E também de ser aquele poder que é consultado para as devidas soluções que se encontram nos nossos concessionários.

Na questão específica da Varig, mas isso evidentemente vale para qualquer empresa, a agência, constituída 35 dias atrás, tem estado dia e noite e, como eu digo, até nas madrugadas, porque a gente sonha com a Varig, aguardando uma solução que venha surgir desse processo, Senador Pedro Simon. Essa solução o Senador Alberto Silva ele colocou que a Varig está em recuperação judicial. Portanto, a solução tem que partir do processo de recuperação judicial. A não ser que apareça um investidor, um capitalizador, que pudesse trazer os recursos que a Varig S/A necessita. Isso não se tem notícias, de que esse capitalista, esse recurso esteja disponível.

Com a Lei de Recuperação Judicial, também o passivo da empresa está lá, de certa forma, no congelamento da lei. Está lá no FIP-Controle. Portanto, está sob a coordenação do Juiz e das Consultorias e Assessorias que ele contratou e da própria Direção da Varig.

Portanto, a questão do acerto de contas ela é, de certa forma, até relativa, neste momento, ela é importante num segundo momento.

Eu diria que agora o que se trata é de como fazer a Varig continuar operando, manter os seus fluxos de caixa e, portanto, corresponder aos compromissos na Lei de Recuperação Judicial. O que se trata é isso, em questão. E dentro da lei, em juízo, encontrar quais são os caminhos de se capitalizar a empresa, de alguém que queira capitalizar a empresa, ou de parte da empresa, ou da forma que se construir.

Evidentemente que a agência não é a pessoa que deve falar esses caminhos. Ela acompanha, analisa, em última instância ela tem que dar a palavra final, como poder concedente, mas, a engenharia disso parte da própria lei, a própria lei da recuperação dá a engenharia para isso, e dá instrumentos ao Juiz para construir essa engenharia. Agora, se ela é fácil, evidentemente que ela não é. São muitos componentes.

Dentro da lei também tem um papel significativo do comitê de credores. Alguns estão nessa Mesa. O comitê de credores também tem que fazer a aprovação prévia dessas soluções.

O que interessa para nós é que haja uma solução que seja viável, ou seja, apareça esse capitalizador, apareça alguém que tenha desejo de colocar recursos na Varig, que a operação que vai se fazer para o futuro dela também lhe dê as garantias de um fluxo de caixa corrente, que ela possa ter sobrevivência, que ela possa ir daí, paulatinamente, saldando suas dívidas. É um tempo suficiente, porque é dois anos, dentro da Lei de Recuperação Judicial. Até o próprio acerto de contas, de repente, num determinado momento, isso pode ocorrer, porque em dois anos muitas coisas vão ocorrer. Mas, enfim, estará lá sob o controle da lei que foi votada aqui nesta Casa.

Então, me parece que tem que se encontrar esse caminho, que não venha a ferir determinados aspectos legais outros, como aqui o aspecto das Leis de Concessão, porque nós não podemos ferir outras leis, em detrimento dessa. Mas, dá para se construir essa engenharia. Eu vejo essa boa vontade do Juiz. Essa declaração que ele deu, na minha opinião, ela somente reparou um debate que estava errado na opinião pública. Porque o debate estava "o Governo ajuda, o Governo não ajuda". O Governo vem ajudando muito a Varig. Eu até posso afirmar, se o Governo, eu não estou falando do Governo do Presidente Lula, eu estou falando do Governo Brasileiro, há anos não viesse ajudando a Varig, o desfecho da Varig já teria sido outro. Isso é fácil de ver, basta verificar o seu balanço, seus endividamentos.

O que o se discute é a forma de capitalizá-la. Aí, tem até uma revista que lançou a idéia de uma estatização, enfim, aí é outro debate. Como buscar recurso para viabilizar a empresa. Isso é um outro debate. Se esse recurso vem do Governo, não vem do Governo, vem do investidor privado, não vem do investidor privado. O mais importante é que se encontre essa engenharia que, como eu digo, tem um papel significativo hoje na

pessoa da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Ela tem um papel na condução da construção dessa engenharia. É um papel que é muito importante. Depois de construída essa engenharia, evidentemente a agência tem um papel a cumprir, ou seja, ela tem que dizer se aquela engenharia é possível ou não é, dentro da Lei de Concessões. Se nós podemos aceitar que aquilo seja construído daquela forma, ou se teria que haver mudança em relação àquela construção.

Então, eu posso transmitir aos Senhores, Senador Heráclito, que nós temos conversado diariamente com o Juiz e com a equipe de Consultoria por ele e pelos credores contratada, a agência evidentemente está atenta a ser colaboradora nisso.

Eu não vejo ninguém nesse País, muito menos vai ser nós, que não tenha vontade de achar uma solução para a Varig. Não vejo mesmo. Aliás, não vejo nem nos concorrentes essa palavra, falo isso até francamente, porque a importância da permanência da Varig ela é reconhecida por todos. E se tem uma Lei de Recuperação Judicial, que joga a favor de recuperar a empresa, e a lei tem esse espírito, o espírito da lei é esse exatamente, recuperar empresas em situação concordatária, ou em pré-falimentar, se é esse o espírito, é nesta lei, que teve esse espírito, é que nós temos que nos pegar para encontrar essas soluções. Se isso for plenamente possível, nós saímos vitoriosos desse episódio. Se isso não for possível, aí realmente o episódio pode ser aquele que todos não desejamos.

Mas, eu sou daqueles que acham que existe essa perspectiva, nós podemos ajudar a construí-la, estamos tentando de todas as formas construí-la, e eu tenho certeza que essa capacidade, essa inteligência e, especialmente, conseguir conjugar esse conjunto de interesses, que são díspares, não é meramente do Governo ou de alguns organismos do Governo, tem um conjunto de outros credores, tem o Fundo AERUS, tem os trabalhadores, que precisam ser atendidas determinadas demandas nessa hora, afinal são 11 mil funcionários também em jogo. Se nós conseguirmos conjugar tudo isso, nós podemos estar encontrando o caminho para uma solução, mesmo que não definitiva, mas, pelo menos, uma solução mais longa para a nossa Varig.

Por enquanto, era isso, Senador Heráclito, depois eu fico à disposição dos Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria indagar aos companheiros Senadores se nós deveríamos ouvir todos e após, então, se fariam as perguntas.

Vamos tentar intercalar os depoimentos. Ouvimos agora o Dr. Milton Zuanazzi, vamos ouvir agora o Comandante Márcio Marsillac, que é o Coordenador de Trabalho do Grupo Varig TGV. 10 minutos.

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Senador Heráclito Fortes, Senador Tasso Jereissati, demais componentes da Mesa, Senadoras e Senadores, Deputados e Deputadas, que aqui comparecem para discutir, mais uma vez, essa questão da Varig.

Para nós do grupo de trabalhadores da Varig, da TGV, este não é um assunto novo, nós já o trouxemos para cá há muito tempo atrás, vejo aqui a Senadora e Ministra Emília Fernandes, quando Senadora foi o nosso primeiro contato dentro da Casa Parlamentar sobre este assunto, então, isso já mostra que já se vão anos discutindo esta questão. De parte dos trabalhadores da Varig sempre houve um reconhecimento de que os problemas corporativos, os problemas internos da Varig eram de fato o problema-raiz dentro dessa questão. Um modelo de governança corporativo inadequado, uma gestão, a gente ousa dizer, em muitos momentos, temerária, fez um patrimônio desta empresa sair de dois bilhões de reais para hoje um patrimônio líquido negativo da ordem de seis a sete milhões de reais. Isso em valores nominais, sem considerar inflação, e tudo o mais, significam realmente uma inversão muito preocupante.

Não queremos dizer com isso, e assim como na aviação, um fato, um incidente, não ocorre por um único fator, aqui, numa empresa deste tamanho, nós não temos a Varig nessa situação tristemente pré falimentar por um único fator. Tivemos planos econômicos, tivemos uma abertura dos céus feita de maneira atabalhoada, que levou a hoje nós estarmos com, praticamente, as quatro maiores empresas americanas voando para o Brasil, enquanto somente duas empresas brasileiras voam para os Estados Unidos. A mudança da monodesignação para multidesignação foi efetivamente feita de forma muito complicada para as empresas aéreas.

Então, foi um conjunto de fatores. E por que não citar o congelamento tarifário dos anos 80? Este congelamento tarifário que hoje trouxe um crédito, traz um crédito para essa empresa, da ordem de 4,6 bilhões de reais, calculados pela Fundação Getúlio Vargas, ao final do ano de 2005. E ICMS cobrados indevidamente que montam à ordem de 1,2 bilhão de reais. Ou seja, essa empresa tem, entre ações que estão transitadas em julgado ou ações que já transitaram em julgado no STJ, que é a questão do congelamento tarifário, 6,8 bilhões de reais em créditos contra a União e Estados.

Ver uma empresa que tem esses créditos ir a falência, enterrar 11 mil postos de trabalho, jogar fora 1.2 a 1.5 bilhão de dólares em divisas anuais para o País, deixar de fazer ligações que só a Varig faz, porque algumas outras empresas aéreas não se dispõem a fazer aquilo que essa empresa já fez por muito tempo, como os vôos diplomáticos para a África. Muitos vôos eu mesmo fiz, ligando o Brasil à África, por interesse diplomático brasileiro. Esta foi a empresa que, decolando de Luanda, em Angola, quando na revolução, trazendo os brasileiros, teve seus aviões alvejados. E, num dos vôos eu mesmo estava.

Então, é uma empresa que tem uma ligação muito forte com esta Nação. Eu tenho certeza de que crédito moral essa empresa tem de sobra para com o País e para com a sociedade brasileira. Mas ela também tem créditos que são de ordem econômica e financeira. E é isso que vai fazer a recuperação da Varig.

Nós estávamos ouvindo aqui o Presidente da ANAC, Dr. Milton Zuanazzi, e entendemos a posição da ANAC quando diz que continua aguardando um processo de recuperação judicial que envolve os credores e a própria empresa. Mas nos parece que, pela importância pública desta empresa, que é privada, deveria o Governo ser pró-ativo, como me parece, busca a ser a ANAC ao comando agora do Dr. Milton Zuanazzi. Nós precisamos disso, mas precisamos disso com muita urgência. Muita urgência.

Infelizmente, a gente não se dá conta, mas esta foi uma empresa que quando nós mesmos, a TGV, veio ao Senado e à Câmara dos Deputados levantar a questão da governança corporativa e da ponta do *iceberg* financeiro que nós já tínhamos desvendado, nós operávamos Varig com 123 aeronaves. A Varig hoje está operando, o Dr. Marcelo Gomes, da Alvarez, poderá confirmar em dados mais precisos, mas em torno de 53 aeronaves.

Esta empresa já paralisou-se, na verdade, em mais da metade dela. O espaço tem sido ocupado e, como isso ocorre a intervalos regulares, é como nós todo dia nos olhando no espelho, sem sentir que envelhecemos. Nós não sentimos, mas esta empresa está a sumir.

Temos problemas sérios de ordem de transporte aéreo aqui, porque se poderá haver no âmbito do transporte aéreo nacional doméstico uma substituição por outras empresas e que trará problemas sérios para os consumidores, o Senador Ramez Tebet já aponta alguns. É óbvio que se nós trocarmos aqui uma concorrência de três ou mais empresas aéreas por um monopólio ou por um duopólio, nós teremos, sem sombra de dúvidas, consumidores pagando muito mais por essas passagens. Para que possam arcar as companhias com os pesados tributos, com as pesadas taxas que são obrigadas a pagar. Há um estudo aqui, que mostra, por exemplo, que o combustível de aviação subiu três vezes mais do que o combustível para os automóveis, do que o combustível para o transporte rodoviário de carga. Mas, para a aviação, o querosene de aviação subiu três vezes mais do que esses dois combustíveis. Nós temos taxas e, me parece, foram revistas há pouco tempo atrás, mas as taxas aeroportuárias, porque foi dado reajuste pelo Governo de três vezes mais.

Eu poderei, Senador Pedro Simon...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Eu, particularmente, não saberia responder, deixaria para o Governo responder isso. Mas eu acho que falta uma visão, nos parece, essa é a nossa percepção, de que falta uma visão de que a aviação aérea, de que o transporte aéreo tem aqui um forte fator para o desenvolvimento e integração nacional. Obviamente nós poderíamos restringir a aviação a ligar pontos das nossas principais capitais. Mas o Brasil, que já foi servido por aviação aérea regular em 330 cidades, hoje não serve mais do que 120. Enquanto o mundo se expande na aviação, o Brasil se retrai no serviço de aviação.

Nós temos aqui o Senhor, Senador Pedro Simon, Senador Zambiasi e Paulo Paim, eu mesmo, em 1986, quando trabalhava na RIOSUL, uma subsidiária da Varig, fazia todo o interior do Rio Grande do Sul com os nossos Bandeirantes fabricados pela EMBRAER. Praticamente cobríamos todo o Rio Grande do Sul. Hoje sobraram talvez uma ou duas cidades servidas pela aviação regular.

Então, nos parece faltar aos Governos que passaram por esse País uma visão estratégica para a aviação nacional. É preciso, e nós temos uma grande esperança de que a ANAC, ao se constituir, faça o debate nesse Fórum e promova as ações, as políticas necessárias para que nós tenhamos uma política nacional para a aviação que seja estratégica, que seja desenvolvimentista.

Mas, nos preocupa muito, porque esta é uma questão, a questão da Varig, nos parece, ela, de certa forma, se politizou muito, e isso até é natural, porque a Varig é importante para a Nação brasileira. (soa a campainha). E várias são as informações contraditórias.

Eu vou citar um dos itens que nos toca direto, porque na discussão feita na semana passada, dentro do Plenário do Senado Federal, quando foi chamada esta Audiência Pública conjunta entre quatro Comissões, houve manifestações, por exemplo, de alguns Senadores que, com informações equivocadas que,

tenho certeza, foram passadas a eles, levantaram que havia Comandantes da Varig, Pilotos da Varig, que ganhavam cinqüenta mil reais. Esse seria um sonho para nós. Não há, eu posso lhes assegurar. Eu mesmo, com dezoito anos de empresa, o Comandante Elnio Borges, do outro lado, que representa aqui o Sindicato Nacional dos Aeronautas, com praticamente 30 anos de empresa, nós não ganhamos sequer metade disso. Essa informação está equivocada.

Nós temos certeza que há uma percepção geral na sociedade de que esta empresa é extremamente corporativista. Eu quero lhes informar, e temos dados para tanto, de que, com relação à massa de trabalhadores, com relação aos trabalhadores que fazem esta empresa acontecer, isto não é uma realidade. Pode ser para uma casta, que tomou conta da Fundação Ruben Berta, desviou dos seus princípios e objetivos, da sua finalidade e foi uma causa raiz, como eu já disse aqui, com relação à gestão e ao modelo de governança corporativa, para o problema que hoje enfrentamos. Mas, não nos parece que o País deva se render e entregar este patrimônio nacional, fruto deste obstáculo que, graças a Deus, hoje já não mais está, porque, roubando as palavras do Diretor-Presidente da ANAC, Dr. Milton Zuanazzi, o Juiz da 8ª Vara afastou completamente a gestão ligada à Fundação Ruben Berta da responsabilidade de condução do plano de reestruturação e colocou à frente a empresa Alvarez & Marsal, aqui representada pelo Dr. Marcelo Gomes, para conduzir o processo de recuperação da Varig.

Com isso, nos parece, existe um contexto diferente que justifica, mais uma vez, porque reconhecemos muitas vezes o que os Governos aqui fizeram. (soa a campainha). Mais uma vez, o Governo se empenhar, participar desse processo de reestruturação. Para finalizar aqui, eu gostaria de dizer o seguinte, nós, em discussão junto com a empresa Alvarez & Marsal, temos consciência do esforço que temos que fazer. Já estamos em negociação da adequação necessária de quadros de funcionários. Nós estamos discutindo, Senhores, nada menos do que 2.900 demissões de trabalhadores altamente especializados, muitos deles terão que buscar emprego fora do País, no Oriente e na Ásia, longe de seus familiares e de sua pátria, como forma de manter as suas famílias com alimento, com escola, para poderem gerar receita para as suas famílias. Estamos negociando também uma redução de 30% nos salários para os trabalhadores que aqui remanescem, como forma de colaboração e de conscientização do problema que aqui vivemos.

Então, não há que se falar em corporativismo da parte dos trabalhadores que fazem esta empresa acontecer. Isso nós podemos asseverar e assegurar a todos os Senhores de que a defesa da empresa, que os Senhores certamente farão junto ao Governo Federal e junto à sociedade brasileira, será uma defesa responsável.

Eu gostaria só de salientar a questão da gestão novamente, porque este é um fato, sem sombra de dúvida, muito importante.

Nós entendemos, como disse o Dr. Milton, que temos que manter a Varig viva. A Varig exige hoje uma solução de curtíssimo prazo, para que possa aplicar o plano de recuperação aprovado no final de dezembro, o seu plano de recuperação. Não são as dívidas concursais, que hoje estrangulam esta empresa, elas foram repactuadas em três anos de carência e alongamento de quatro e sete anos, totalizando sete e dez anos, com IGPM mais 4,75.

O que estrangula essa empresa hoje é o seu fluxo de caixa, porque os credores também sabiam, porque lá estava eu representando os trabalhadores credores que a empresa passaria por um estresse financeiro no início deste ano, durante o primeiro semestre, que é naturalmente um semestre fraco em vendas para a aviação. O desempenho do segundo semestre é muito melhor. As empresas inclusive procuram jogar os seus custos, as suas despesas, para o segundo semestre. Nós já sabíamos de antemão que esse primeiro semestre exigiria mais esforço dos credores, dos fornecedores e dos trabalhadores da Varig. Isso já tinha sido discutido. Mas nos parece que só surgirá...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa solicita, estourou já seu tempo, e eu queria que colaborasse, poderemos ter inclusive uma segunda rodada para a conclusão.

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Nós acreditamos, e temos convicção, investidores só surgirão na medida em que o dever de casa desta empresa, e em cooperação com seus fornecedores e trabalhadores, seja feito.

Daí a participação do Governo ser fundamental, tanto na questão da BR quanto na questão da Infraero quanto agora na questão da Secretaria de Previdência Complementar, porque, com a liquidação, fechou uma oportunidade que os trabalhadores tinham vislumbrado de usarem os seus próprios recursos para viabilizar o curtíssimo prazo da empresa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra, o Tenente Brigadeiro José Carlos Ferreira, Presidente da Infraero.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V.Exª. vai ter a oportunidade de responder.

SR. JOSÉ CARLOS FERREIRA – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Senador Tasso Jereissati, Exmºs. Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas. Eu tentarei ser rápido e objetivo, no que concerne à relação Varig-Infraero. Me parece importante que os Senhores tenham a exata noção de qual é o problema hoje em relação a Infraero.

No dia de ontem, a dívida da Varig com a Infraero totalizava quinhentos e quinze milhões e cento e noventa e quatro mil reais.

A história dessa dívida não é de agora. Em dezembro de 2002 a dívida da Varig já somava trezentos e vinte e cinco milhões, houve recuperação parcial, houve securitização dessa dívida em 2004. A coisa evoluiu e chegamos hoje a quinhentos e quinze milhões de dívida. Essa dívida cresce novecentos mil reais por dia, que é o quanto a Varig deve pagar pelos serviços prestados pela Infraero.

É importante que os Senhores entendam, Srs. Senadores, Srs. Deputados, a posição da Infraero como uma empresa estatal. Nós estamos sujeitos a controles extremamente rigorosos, do Conselho Fiscal da empresa, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público, da Controladoria-Geral da União.

Desses quinhentos e quinze milhões, de fato, cento e trinta e três milhões é o que representa a dívida corrente. O restante está resguardado pelo processo de recuperação judicial. Os contratos comerciais da Varig, que somam em torno de quatrocentos e quinze mil reais por mês, a Varig tem pago em dia. As taxas de embarque, que precisam ser repassadas da empresa para a Infraero, têm sido repassadas em dia. O problema é constituído pelos novecentos mil reais das tarifas de pouso, decolagem e permanência.

Ao longo do tempo, é importante também que os Senhores tenham em mente que, em junho de 2005, toda a exigibilidade de pagamentos da Varig foi suspensa, por força da recuperação judicial. Então, nós consideramos que essa dívida está *sub judice* e será resolvida no momento oportuno pelo processo de recuperação judicial.

Em agosto do ano passado, uma liminar judicial proibiu a cobrança de qualquer taxa por parte da Infraero para a Varig. E assim foi feito. Nada foi cobrado da Varig, até que esta liminar caiu, e imediatamente nós fizemos a cobrança à Varig, conforme manda a lei. A partir daí, uma série de ações ocorreram, judiciais e não judiciais, e o que nos preocupa, no momento, a Infraero, é um acórdão do Tribunal de Contas da União, que não foi ainda publicado em Diário Oficial, mas esse acórdão é bem taxativo, é muito claro, eu já tive acesso à minuta dele, ao que será enviado ao Diário Oficial, que determina que a Infraero cumpra a lei. E a lei é a cobrança das taxas diárias da Varig. Isso para nós é extremamente preocupante.

Nós temos sentido, tanto no Tribunal, quanto no Ministério Público, quanto no Ministro da Defesa, uma enorme preocupação. Como disse o Zuanazzi, "às madrugadas, sonhando com a questão da Varig". A preocupação é grande, mas esta preocupação termina esbarrando nos limites da lei. Esses limites da lei, para nós, Infraero, está chegando na beira do precipício. Essa é a nossa preocupação, tudo que nós pudemos fazer para ajudar, a Infraero, nós fizemos. Alongamos dívida, tudo o que foi possível. Mas, estamos agora a poucos dias, talvez, depende do Tribunal de Contas, da publicação de um acórdão, e eu espero que... Isso aí independe da Infraero, como empresa pública, que essa questão seja encaminhada.

Senhores, era isso. E eu me coloco à disposição para qualquer assunto, qualquer pergunta que os Senhores tenham.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa agradece a V.Sª. pela precisão e síntese. É só uma informação. Quem é o Relator desse processo do Tribunal de Contas? Para informação da Comissão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (inaudível) 2ª Região?

SR. JOSÉ CARLOS FERREIRA – Eu gostaria de registrar também que nós estamos aqui com o Diretor Financeiro, Procuradora Jurídica, Assessores da Infraero, para qualquer dúvida, qualquer esclarecimento mais profundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamos ouvir agora o Dr. Marcelo Gomes, Gerente-Geral da empresa Alvarez & Marsal. O Senhor tem 10 minutos.

SR. MARCELO GOMES – Senadores, Mesa, muito obrigado, inicialmente, pelo convite.

Eu acho que a Alvarez ela pode ajudar aqui hoje a homogeneizar um pouco o conhecimento em relação à Varig, e, principalmente, falar um pouco sobre a cronologia da recuperação judicial no qual a Varig está inserida. Acho que são as coisas mais importantes para que todos tenham uma idéia clara da situação atual e do que realmente está sendo pedido. Porque se fala muito em dinheiro público, que a Varig está solicitando dinheiro do Governo, e não existe isso. Quer dizer, a solicitação não é essa, e eu acho que valeria muito a gente explicar a situação atual de caixa da companhia e explicar a cronologia.

Dia 17 de junho de 2005 a Varig entrou na Lei de Recuperação Judicial, e ela tinha seis meses para

apresentar um plano de recuperação. Esse plano foi apresentado no dia 23 de dezembro e aprovado por 96% dos credores. No dia 23 de fevereiro foi aprovado o detalhamento desse plano por 98% dos credores.

Então, o que é que isso significa? Que todos os credores que tinham dívida com a Varig aprovaram um plano de recuperação da companhia. Esse plano de recuperação exigia, pelo menos, quatro a cinco meses de operacionalização dos fundos de investimento, que eu vou explicar rapidamente. Nessa recuperação, nessa aprovação, participaram entidades como AERUS, BR, Infraero, os funcionários que eram credores também... Quer dizer, todas essas empresas credoras participaram e aprovaram esse plano.

Só que a Varig tinha um problema que poucos verificaram, poucos prestaram atenção, que era a sazonalidade da operação de aviação no primeiro semestre do ano. Que é uma sazonalidade negativa que provoca um descasamento de caixa. A Varig precisaria, do mês de março até pó mês de maio, aproximadamente cento e cinqüenta milhões de dólares, para continuar a operação dela.

Eu vou voltar um pouquinho, porque a Lei de Recuperação é uma lei muito nova, e ela ainda não foi testada. Eu posso falar bastante sobre a lei americana, que é onde nós atuamos há muito mais tempo, mas, normalmente, quando você entra numa Lei de Recuperação para recuperar a companhia, você faz um ato preventivo. O que é que é esse ato preventivo? Você forma caixa, você deixa de pagar alguns credores, forma caixa dentro da sua companhia, para que você sobreviva durante o prazo de recuperação. Porque, normalmente, os credores tiram os seus prazos de capital de giro durante a operação de recuperação. Isso é uma coisa normal.

Então, como eles tiram esse giro seu, você tem que ter capital no seu caixa para te sustentar durante esse período. Isso não aconteceu com a Varig. A Varig entrou na Lei de Recuperação sem caixa, sem ter dinheiro para conseguir honrar os seus compromissos correntes. E isso pioraria muito, no mês de março, abril e maio, que é a época que estamos agora.

Porém, todos os credores que aprovaram o plano em 23 de fevereiro sabiam dos números da Varig, e sabiam que essa situação iria acontecer.

Nós fomos convocados pela Direção da companhia e a convite de dois credores para estruturar um plano de recuperação emergencial da companhia, dentro do plano de recuperação judicial. Por quê? Porque a companhia não iria sobreviver até a finalização do plano de recuperação judicial, que era a criação dos fundos de investimento, a definição do gestor desses fundos, a subscrição do capital da Fundação Ruben Berta nesses fundos, a avaliação das ações da Fundação Ruben Berta, isso demoraria três a quatro meses, e a companhia não iria viver durante esse período. Então, eles nos convocaram para que a gente fizesse um plano de recuperação emergencial.

E o que é que foi feito? Foi feito um plano ortodoxo, um plano claro, que foi a convocação dos credores correntes da companhia. E quem são os credores correntes mais importantes? Os Leasors, são as empresas que fazem *leasing* de aeronave, o meu Fundo, que é o AERUS, a BR Distribuidora, a Infraero, e os funcionários. E nós convocamos esses cinco grupos, para que eles, como a gente brincou no começo, "cortassem a mão juntos", para que mantivessem a Varig viva durante esse processo de recuperação, que a Varig estava honrando. É importante citar que a Varig honrou todo o processo de recuperação judicial até o momento. Quer dizer, tudo que foi combinado com os credores anteriormente foi executado.

Hoje, que qual é a situação atual? Foi proposta para esses cinco grupos, a Alvarez & Marsal fez uma proposta formal para que eles dessem apoio durante esses três meses, três a cinco meses de problema de giro da companhia, até a viabilização dos fundos de investimento.

Então, não foi pedido dinheiro público. Foi pedido apoio dos credores correntes da companhia para sustentabilidade do capital de giro da empresa durante um período curto. É isso que foi solicitado.

E foi solicitado o quê? Foi solicitado de uma BR Distribuidora dois meses de prazo de fornecimento. A BR está presente e ela tem todos os dados do fornecimento da BR com a Varig e nós já chegamos a ter um dia na história, a Varig teve 75 dias de prazo de fornecimento com a BR e, antes da recuperação judicial, tínhamos 60 dias e chegamos a ter 10 dias em dezembro, quando a BR cortou esse prazo de fornecimento da Varig. Hoje, nós pagamos em dia, a Varig. Pagamos até, vamos dizer, antecipado, baseado no fluxo projetado de utilização das nossas aeronaves.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Pagar em dia quer dizer antecipadamente?

SR. MARCELO GOMES – É. Porque eu projeto quanto eu vou utilizar hoje, para receber amanhã. Eu posso estar até, em alguns casos, pagando a mais, se eu estiver voando menos. Desculpa, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Em dia, é antecipado?

SR. MARCELO GOMES – É antecipado. E eu posso até estar pagando a mais, se eu estiver voando menos. Isso pode acontecer.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Amigona a Petrobras, não é?

SR. MARCELO GOMES – Como eu disse anteriormente, é comum quando você entra dentro de um processo de recuperação, os credores não darem prazo de fornecimento mais. Mas, o que foi solicitado é que esses credores dessem um prazo de fornecimento para a companhia, porque a companhia ela é sustentável, ela é viável economicamente. Ela precisa de uma recuperação? Precisa sim. Precisa readaptar a estrutura de funcionários? Precisa sim. E os funcionários estão comprometidos para isso. Precisa reestruturar, e hoje eu tenho 74 aeronaves, tendo 24 aeronaves paradas, que eu pago o *leasing* delas. Elas não voam e eu estou pagando por elas.

Então, se eu reestruturo essa companhia, ela se transforma numa companhia viável rapidamente. E não foi solicitado dinheiro, investimento do Governo, ou investimento de nenhuma parte para isso.

O que se esperava é que, desde o dia 23 de fevereiro até o momento, aparecesse algum investidor interessado em colocar dinheiro na companhia. O problema é que para se colocar dinheiro na companhia, os fundos de investimentos teriam que ser criados, e eles não foram criados, porque não teve tempo para isso ainda. O gestor foi definido agora, está se criando o fundo, a Fundação Ruben Berta está colocando as ações dela dentro desse fundo, mas isso toma um tempo, e esse tempo tem que ter a complacência dos credores para isso.

Então, alguns credores, sim, têm apoiado a companhia. Nós continuamos a voar. (soa a campainha). As empresas de *leasing* não tiraram aeronave da Varig até o momento. A gente ainda continua a voar. Mas, a gente não conseguiu prazo de nenhum dia com a BR, nós não conseguimos ainda, claro, uma situação do Fundo AERUS, porque houve uma intervenção da SPC no Fundo AERUS, no qual nós já havíamos negociado um prazo de carência com eles, estamos tendo todo o apoio da Infraero para isso, estamos tendo todo o apoio da ANAC, e nós estamos trabalhando para uma solução de mercado para a companhia. Não uma solução de dinheiro público, e sim, uma solução de mercado. Quer dizer, a contribuição que a gente tem a dar, e nós estamos abertos à discutir com vocês, no momento que quiserem, é da viabilidade econômica da companhia hoje, reestruturada. Essa companhia ela precisa ser reestruturada? Realmente, precisa. E ela é viável? Realmente, é.

Eu não vou falar da importância nacional da companhia, porque todos vocês conhecem muito mais do que eu. Quer dizer, a importância que a Varig tem para o Brasil.

O que me interessa aqui é deixar bem claro para vocês que isso é um processo de mercado, que está sendo executado corretamente, dentro dos padrões, e que, infelizmente, temos uma sazonalidade que provoca uma necessidade de caixa adicional. E está sendo solicitado para esses credores nos apoiarem durante esse período. Basicamente é isso a contribuição que a gente tem a dar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa agradece a V.Sª. e concede a palavra ao Dr. Pedro Caldas Pereira, Gerente-Executivo de Produtos de Aviação da BR Distribuidora. Nós temos já aprovado aqui a convocação, o convite do Presidente do BNDES, que não pode vir hoje, remarcando. E eu queria sugerir para aprovação conjunta das Comissões, o convite ao Juiz Luiz Roberto Ayoub, da 8ª Vara. Concordam? Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Seriam os dois? O do BNDES e ele juntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sim, na mesma. Se faria, mais ou menos, o que está se fazendo aqui. O Dr. Paulo Rabelo de Castro, que participa de um plano de recuperação, e vem acompanhando já há algum tempo, o Sr. Adacir Reis, que é o Secretário de Previdência Complementar...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Na próxima semana?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não entendi, Pedro. Sim, na próxima quinta-feira. Faria na quinta-feira. O Procurador da República, Antônio Carlos Avelar Bastos, que é o Curador de fundações.

Então, nós colocaremos na quinta-feira esses convidados aqui participando dessa audiência com todas as Comissões. Quinta próxima.

A Ministra virá juntamente com o Ministro da Defesa. Os dois juntos. Com outra, talvez para terça-feira. Consultar apenas a agenda do Ministro e da Ministra. A Ministra já está aprovada. Então eu queria saber também se teríamos a aprovação do Ministro Valdir Pires? Viriam os dois. Aprovado. Vou formalizar apenas aqui. Então, estas convocações estão aprovadas.

Com a palavra V.Sª.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não, Senador. No microfone.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O ex-Presidente do BNDES, Dr. Carlos Lessa. Tenho um pedido para ouvi-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas nessa audiência, ou numa outra?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Numa outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Numa outra, posterior.

Então, se concordam com a aprovação da convocação do Dr. Carlos Lessa para um depoimento posterior, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Exmº. Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes, demais componentes da Mesa, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados. Inicialmente, eu gostaria de me escusar pelo fato de o Presidente Rodolfo Landim não estar aqui presente, em razão dos fatos que já foram veiculados na imprensa, ele está demissionário da Petrobras, da Presidência da BR, e a Diretoria da BR me incumbiu de aqui vir, junto com mais três representantes do nosso corpo gerencial, prestar os esclarecimentos que estas Comissões julgarem pertinentes.

Gostaria de me apresentar, meu nome é Pedro Caldas Pereira, eu sou o Gerente de Aviação da companhia, sou funcionário de carreira do sistema PETROBRÁS há 34 anos, já passei por diversas áreas da empresa, área industrial e outras áreas comerciais e, no momento, eu estou ocupando a Gerência de Produtos de Aviação, que é o órgão que se relaciona comercialmente com o segmento de Aviação, de Transporte Aéreo.

Junto comigo, estão aqui a Drª. Marta Sobral, que é a nossa Gerente de Contencioso, o Pedro Sampaio, que é o Gerente de Operações Financeiras da companhia e o José Eduardo Barrocas, que é o Gerente de Relações Governamentais. Essas pessoas elas têm acompanhado *pari passu* todo o processo de recuperação judicial, de todas as reuniões, de todas assembléias, e estarão aptas a prestar qualquer esclarecimento que, porventura, a apresentação que eu vou fazer não traga os esclarecimentos devidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dr. Pedro, só um minuto. Baseado no que ele acabou de dizer agora, é até um ato falho, nós criamos uma Comissão para acompanhar essa crise da Varig, capitaneada pelos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Zambiasi. E essa Comissão pode a qualquer momento necessitar de informações. O que eu queria sugerir, o Presidente da Infraero já apresentou a sua equipe, V.Sª. está apresentando, e que todos fizessem a mesma coisa e houvesse um entrosamento aqui com a Assessoria Técnica, dando telefone e endereço para o caso de uma necessidade de informação.

Eu acho que quanto mais ágil, mais rápido, a gente puder trabalhar nessa questão, é melhor para o País. De forma que eu queria também que isso fosse aprovado e colocar... A maior dificuldade que nós temos aqui de acesso é com a ANAC, por causa do Deputado Leur Lomanto, que tem horror a esta Casa. Fora isso, o acesso aberto, direto, com todos, não tem nenhuma dificuldade. Então, eu gostaria que ficasse aprovado isso. Muito obrigado.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Eu gostaria de esclarecer que a Companhia Petrobras Distribuidora se coloca inteiramente à disposição, não só através dos técnicos que estão aqui presentes, como de todo o seu corpo técnico, para qualquer questão que diga respeito ao processo de recuperação da Varig.

A Petrobras Distribuidora é a subsidiária integral da Petrobras, do qual 68% desse capital é privado. De origem privada. Embora pertencente à Administração Pública Federal indireta, ela exerce atividade econômica, nos termos da Constituição.

A Varig possui outros fornecedores, que disputam esse mercado com a BR. E a BR é uma companhia prestadora de serviço de distribuição de combustíveis, que é remunerada através de uma margem, que é um percentual diminuto, bastante pequeno, em relação ao preço do produto de uma maneira geral.

O nosso relacionamento com a Varig vem desde 73. O último contrato, como já foi colocado, ele se encerrou em dezembro de 2005, 31 de dezembro de 2005, a Varig vem comprando, segundo a média do primeiro trimestre deste ano, cerca de 56 mil metros cúbicos de querosene de aviação, um faturamento médio mensal em torno de oitenta e um milhões.

E, como já foi dito também, a forma de pagamento dela é a vista, ou antecipado, como foi colocado. E o porquê disso? A Varig, desde 2001, quando ela apresentou um primeiro processo de dificuldade financeira, a Petrobras Distribuidora financiou a dívida dela que, naquela época representava cerca de duzentos e quarenta milhões, se não me falha a memória, e o valor que remanesceu desse processo de financiamento, que são os cinqüenta e sete milhões, que são aqueles que hoje estão cobertos pelo processo de recuperação judicial.

Do ponto de vista das operações correntes, a Varig não tem nenhum tipo de dívida conosco.

E a questão do prazo é que todo o fornecimento de prazo que era concedido à Varig, eram prazos pequenos, não se falava nunca em prazos da ordem de grandeza que está sendo solicitado agora, eram prazos de dez dias, esses prazos eram concedidos, mas estavam lastreados em garantias, garantias de recebíveis de cartões de crédito de vendas de passagem.

Com o término do contrato e com a necessidade da Varig de negociar esses recebíveis para fazer caixa para outras necessidades financeiras que ela tinha, a

BR abriu mão dessas garantias e, por conseguinte, teve que recorrer ao fornecimento a vista. Isso com base numa decisão do próprio Conselho de Administração da companhia. Portanto, uma decisão que transcende à competência individual de um Gerente, ou do próprio Presidente, ou de um Diretor, na medida em que o caso Varig dentro do sistema Petrobras hoje é acompanhado pelo Conselho de Administração da empresa.

Com relação ao plano de recuperação judicial, esse plano prevê três formas de pagamento, o plano que está aprovado no momento. Que é a quitação no prazo de sete anos, como foi colocado, com IGPM mais 4,75% ao ano, a conversão do crédito em cotas do fundo de investimentos e participações, do FIP-Controle ou a conversão de créditos em títulos mobiliários, que seriam negociados no mercado, tipo cédulas de crédito bancário, certificados de depósitos, enfim, certificados que seriam lastreados por esses créditos e seriam, então, negociados no mercado.

A BR, dentro do processo de recuperação judicial, optou por receber a dívida mediante o financiamento, exatamente em razão dos riscos que a companhia vinha sofrendo e do grau de exposição que isso poderia acarretar para os administradores e para a própria empresa, do ponto de vista financeiro, no caso de um eventual insucesso do prosseguimento do plano de recuperação judicial, conforme previsto, conforme aprovado originalmente. O que, de fato, vem ocorrendo. Na verdade, como já foi colocado pelo Dr. Marcelo Gomes, os fundos ainda não foram lançados, então essa opção, no momento, ela inexiste, à medida que essa parte do plano não foi possível de ser concretizada. E a Varig vem honrando o pagamento desse financiamento, dentro do processo de recuperação judicial, da forma como previsto nesse plano.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, só para uma informação rápida, aproveitando que já ele está falando, para saber aquela questão que foi colocada com referência ao aumento do combustível, que foi informado pelo Dr. Marsillac, que subiu três vezes mais do que os outros combustíveis. Se ele já pudesse esclarecer essa questão para o Plenário, seria importante.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Eu vou seguir aqui a seqüência e, em seguida, eu falo sobre a questão do preço.

Do ponto de vista da Consultoria, Alvarez & Marsal, esse diagnósticos indicam que a Varig não teria fluxo de caixa suficiente para as despesas correntes, que ela está com problema de crédito junto a fornecedores, não se dispunha de novas fontes de recursos, estaria com uma estrutura operacional super dimensionada para suas operações, a questão do processo de recuperação judicial, que ainda está na fase de implementação, ainda inconclusa, dificulta a entrada de novos entrantes, de novos investidores, e isso gera uma incapacidade de cumprimento do plano, no que diz respeito a outras questões que dizem respeito ao plano, como a questão do lançamento dos fundos etc., que pudesse ser colocada em leilão e atrair investidores.

Diante desse diagnóstico, a Consultoria recomendou para os credores estatais, BR inclusive, Infraero e AERUS, a dilatação dos prazos de pagamento.

No caso específico da BR, nos foi solicitada uma dilatação de prazo para 60 dias, e eu gostaria de mostrar o impacto que isso pode provocar na questão financeira da companhia. A BR é uma empresa que teve em 2005 um lucro de 650 milhões, de lucro líquido, esse prazo de 60 dias representa 24,4% desse lucro. Ou seja, representa 160 milhões. Quer dizer, é um grau de exposição ao risco extremamente elevado para que a companhia possa aceitar isso sem que esteja lastreado em algum tipo de garantia. A gente entende que esse esforço dos credores é necessário para poder fazer com que a companhia possa superar essa fase, nesse momento de baixa estação, que são esses meses até meados do ano, mas, por outro lado também, os administradores da companhia, eles são fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União, e a eventual exposição a esse risco financeiro, no caso de um determinado insucesso, isso pode levar os administradores a responder por gestão temerária, coisas desse tipo, perante os órgãos controladores.

Então, a Petrobras Distribuidora não se furta a analisar e a contribuir para esse processo. Apenas, o que a companhia está solicitando é que se encontre nessa discussão que está tendo, e para nós isso é importantíssimo porque a Varig é o nosso principal cliente do segmento aviação aérea, é o nosso maior cliente na aviação aérea, ainda é o nosso maior cliente de companhias aéreas no País, é um cliente com quem nós temos relacionamento extremamente cordato e fraterno, de longa data. Nós sempre participamos, em socorro, nas fases anteriores em que ela teve dificuldade de operação, mas o tamanho do risco financeiro, o tamanho do sacrifício que nos está sendo colocado, a direção da empresa vem entendendo que, a menos que haja uma garantia que possa lastrear esses prazos, fica extremamente complicado de ser atendido.

A BR vem participando ativamente dos trabalhos, do processo de recuperação judicial, votando e discutindo e acrescentando e, enfim, participou de todas as assembléias. Depois que ela entrou em recuperação judicial, nós já flexibilizamos prazos de pagamento por diversas vezes. Toda vez que tem um feriado grande,

Carnaval, Páscoa. Tiradentes, semana que vem, que é um feriado grande, a gente procura flexibilizar, a gente concede prazos, um, dois, três dias, para poder evitar que haja uma sangria de recursos muito intensa nas vésperas desses feriados. Então, a gente entende que o sacrifício que a gente pode fazer nós estamos fazendo. E a gente torce para que seja encontrada uma solução que seja de conforto, não só para a Varig, mas que seja também de conforto para os credores, em face do risco financeiro que essa concessão de prazo, que é o que está sendo solicitado a nós, possa representar.

Do ponto de vista do mercado, o mercado de aviação aérea, por ser um mercado em que o capital empregado na aquisição de produtos é muito alto, ele é um mercado que trabalha essencialmente com pagamento a vista, isso não é exceção. Ou, quando há concessão de prazo, essa concessão era de prazos extremamente reduzidos. Eu acho que o maior prazo que nós temos hoje é para companhias comerciais, tirando (soa a campainha) órgãos de Governo, é da ordem de sete dias.

Então, eram essas as considerações que a gente gostaria de fazer.

Sim, respondendo a questão que o Senhor colocou. O querosene de aviação, como a nafta, como o óleo combustível, como todos os derivados de petróleo, à exceção da gasolina e do diesel, eles têm seus preços fixados pela Petrobras, segundo uma regra que é determinada pela agência, que é paritária com os preços do mercado internacional. Essa aí não é uma decisão da empresa, da BR, que é uma distribuidora, porque ela não produz o querosene, e uma decisão que também não é da Petrobras, que é quem nos vende o combustível para ser distribuído, e isso é uma política de Governo em termos de prática de preços.

Então, essa flutuação, essa volatilidade que existe no preço do querosene de aviação, existe em outros derivados de petróleo, que não a gasolina e o diesel, que é em função da variação cambial e em função dos preços praticados para esses derivados no mercado internacional. É isso o que explica a flutuação desses preços. Mas insisto, isso aí não somos nós, a Petrobras Distribuidora, que fixa o preço. A Petrobras é que fixa o preço que nos vende a nós e aos demais distribuidores, com base numa regra que é definida pelo órgão regulador, e que leva em conta, no caso específico do querosene, assim como outros derivados do petróleo, a variação e a flutuação dos preços desses derivados no mercado internacional.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Mas por que é que lá aumentaram três vezes mais?

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Porque o petróleo e o querosene de aviação, no mercado internacional, sofreram esse aumento. Quer dizer, a combinação da variação dos preços da *commodity*, no caso, do que houver, e da variação cambial, fez com que essa variação se desse, 3,6. É uma regra de contrato, quer dizer, as distribuidoras têm um contrato com a Petrobras, que tem com as outras distribuidoras também, e a regra de preços que a Petrobras pratica ela é regulada pela agência.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Quer dizer que confere essa informação de que subiu três vezes mais do que os outros combustíveis? Porque o ideal seria que trouxesse os números para que a Comissão pudesse avaliar bem.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Esses números podem ser disponibilizados, sem problema nenhum. Como isso é uma série histórica, eu não tenho essa série histórica aqui disponível no momento, mas nada que não possa ser informado, por isso aí é público, não tem...

Agora, insisto, a gasolina, diesel e GLP não têm acompanhado essa regra, por uma política de preços do Governo. Agora, os demais derivados de petróleo, tirando gasolina diesel e GLP, eles têm seus preços flutuando de acordo com o mercado internacional. É um reflexo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Nos chega aqui um documento com um demonstrativo exatamente sobre os aumentos. Eu passaria, farei chegar às mãos de V.Exª. A fonte, é do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Leia para nós, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É um documento longo. Por isso é que eu estou mandando copiar. Traz várias explicações.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Sr. Presidente, só um último esclarecimento. A questão do preço do combustível não é o fator determinante na discussão desse processo que nós estamos tendo aqui. é um fator acessório, sem dúvida que é, mas nós estamos falando aqui de questões estruturais, financeiras, da companhia, que transcendem a questão do preço em si. É a questão de fluxo de caixa, como foi colocado, é a questão desse vale aí de demanda por passagem, que cria uma dificuldade adicional para as companhias, mas eu acho que seria precipitação a gente discutir a questão do preço do combustível como sendo o fator que é condicionante para essa problemática toda que nós estamos discutindo. Acho que está longe disso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu quero registrar aqui, em nome de todas as

Comissões a presença de funcionários da Varig, que se encontram assistindo essa Audiência Pública, acho que é positivo essa participação e a Casa acolhe como uma forma de estimular a sobrevivência da empresa. Eu faço esse registro aqui na pessoa da Das Dores, que é uma funcionária da Varig aqui na Casa há muitos anos e que tem nos procurado e tem nos cobrado muito solução para essa questão. Com a palavra, o Dr. Elnio Borges, Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

SR. ELNIO BORGES – Sr. Presidente, Srs. membros das Comissões, Srs. Parlamentares, presentes, bom dia.

Eu pretendo abordar, com muita objetividade, alguns pontos, todos interligados e me colocarei, posteriormente, à disposição para explorá-los.

Primeiro, é que eu estou aqui como Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas por determinação da Assembléia dos Trabalhadores que afastou a Diretoria Executiva do Sindicato, como porta-voz dos trabalhadores a respeito deste assunto. Por quê? Porque esses dirigentes, especialmente os que se declaram dirigentes cotistas, vêm defendendo uma proposta impossível para a solução da Varig e, na verdade, isso só se dá para possibilitar a recusa da solução para essa companhia, especialmente daqueles que repetem quase como um mantra que dinheiro público não será entregue à Varig. Quando, de fato, a Varig não precisa e não pede dinheiro público. Isso, na verdade, se conserta com a série de interesses que querem ver essa empresa ou falida, ou entregue à concorrência, ou a interesses especulativos de investidores.

O segundo ponto é para apontar o que consideramos uma incoerência que leva essa situação toda à baila.

Em dezembro, foi aprovado por todos os credores, inclusive os de origem governamental, um plano de recuperação para Varig. E em janeiro, sobre a alegação principal de que o risco Varig havia aumentado, a Petrobras parou de dar os créditos que nós tínhamos e sacou, só em janeiro, trinta milhões de dólares do fluxo de caixa da empresa. Nos parece incoerente. Quando o plano foi aprovado só pode ter melhorado o risco Varig.

O terceiro ponto passa um pouco agora pelo que foi dito aqui da questão do custo do trabalhador da Varig, folha de pagamento etc. Aliás, coloco à disposição da Mesa, por acaso recebi o meu último contracheque ontem e vou disponibilizar para Mesa, dez mil reais, no mês passado. Esses dados também podem ser abertos. Fato concreto, os pilotos da Varig, considerando-se o faturamento da empresa e sua folha de pagamento...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – E dez mil é a média, é alto ou é baixo? Quanto se tem que ganhar? Porque foi feito aqui na última reunião que nós fizemos com um ilustre Senador, Líder de Bancada, disse que tem os que ganhavam 50 mil.

SR. ELNIO BORGES – Eu gostaria de abrir mão de 50%, aliás, como os trabalhadores estão abrindo mão de 50% dos seus pagamentos, nós vamos reduzir a folha de pagamento em 50%, vamos recuperar essa companhia, e ainda ganharia bem mais do que eu ganho, na média. A média de um Comandante como eu, Comandante 777, sou um dos mais antigos na empresa, voando normalmente, não leva para casa quinze mil reais por mês. De qualquer maneira, os números estarão disponíveis para a Mesa.

O fato mais importante, todavia, quanto a isso, é que comparado às demais empresas brasileiras, os Pilotos da Varig, olhando-se o faturamento da e empresa e o seu custo com folha de pagamento, levam para os cofres da empresa de 7% a 9% mais dinheiro do que os Pilotos da TAM e da GOL. É esta situação, na verdade, que demonstra a posição dos trabalhadores, estamos dispostos a todos os sacrifícios para capitalizar a empresa, como a Alvarez & Marsal aqui colocou, investindo.

O quarto ponto diz respeito à questão AERUS e à Secretaria de Previdência Complementar, dirigida pelo Dr. Adacir Reis.

Os trabalhadores da aviação consideram criminosa a liquidação que está-se procurando impor na SPC. Ela só tem um fito. Quando os trabalhadores da Varig finalmente tomaram as medidas necessárias para que os trabalhadores ativos sacassem um quarto das reservas existentes, do dinheiro existente, de modo a investir na companhia, a liquidação é feita para fechar os cofres da empresa. Essa é parte do nosso plano para resolver. Plano, aliás, que é o que está aprovado. Aqui se falou da aprovação do plano, o plano foi aprovado em dezembro, estamos há quatro meses, basta implementar, não precisa esperar ainda o fundo de investimento. É implementar o plano. O plano está aprovado, a parte operacional da empresa pode ser leiloada, os trabalhadores têm proposta, apesar de que existem interesses, inclusive estrangeiros, tentando comprar a companhia a preço de "Bacia das Almas". Nesses quatro meses os trabalhadores estiveram cem dias dentro da empresa tentando reduzir sua folha de pagamento, cem dias tentando reduzir, sem sucesso. Tentamos trabalhar cem dias.

Enquanto isso, cientificamente, foi vendido recebível para os primeiros quatro ou cinco meses, levando a empresa hoje a não ter dinheiro. Mês passado, faturamos acima de duzentos milhões de dólares. O

custo operacional, consideradas as despesas fundamentais, cem milhões de dólares, e não tem dinheiro hoje para pagar o combustível de amanhã. Temos que faturar hoje o combustível de amanhã.

Basicamente, é preciso apontar que a questão de que o Governo tem ajudado a Varig e, para isso, a gente precisa olhar o balanço. Eu, com todo o respeito às pessoas de boa-fé dentro do Governo, o fato é que, olhando o balanço da Varig, nós vamos verificar que o Governo deve à Varig. De sorte que não é o Governo que está financiando a Varig. Quem financia a Varig há algum tempo, pode-se olhar o balanço, é o trabalhador da Varig. E financia com mais de três bilhões de reais. O trabalhador da Varig não tem apenas o dinheiro dos seus salários atrasados, 13º etc. Tem também o Fundo de Pensão, que não é um ente separado. O AERUS, dirigido pelos próprios administradores da Varig, criou este rombo. Este dinheiro é dos trabalhadores, e os trabalhadores estão dispostos a com ele investir na companhia. O plano existe, está pronto, está aprovado pela Justiça, o inexplicável é que ele não seja aplicado imediatamente.

Eu finalizo essa intervenção preliminar trazendo um dado, que este sim eu considero fundamental para a sociedade brasileira. Eu desconheço, estou há 26 anos na aviação, tenho trabalhado com segurança de vôo muito dessa parte, sou Dirigente Sindical e sou Ativista Sindical desde 1982, eu desconheço história de empresa de aviação que, perto da falência, com a situação crítica econômico-financeira que tem a Varig, tenha um terço da sua frota no chão porque a cultura de segurança de vôo da empresa não admite a menor flexibilidade colocando aeronaves que não tenham total segurança em vôo. 30% da nossa frota está parada porque nós não trocaremos a sobrevivência dos nossos empregos pela segurança dos nossos passageiros. É este valor que o Brasil está prestes a perder. Isto é que deveria ser considerado. Eu agradeço a atenção. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamos iniciar agora a fase do debate e, para que haja rodízio da Direção dos trabalhos, eu vou passar a Presidência para o Senador Antônio Carlos Valadares, que preside a Comissão de Assuntos Sociais.

(Troca de Presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Obrigado, Presidente Heráclito Fortes, da Comissão de Infra-Estrutura. Nós ordenaremos o debate ouvindo, em primeiro lugar, os Senadores que participaram da assinatura do requerimento de convocação conjunta das Comissões. Sendo assim, Senadores como Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Gerson Camata, Paulo Paim, Roberto Saturnino serão chamados, pela ordem, nesta ordem que eu me referi. Eu sou também um dos signatários, o primeiro signatário na Comissão de Assuntos Sociais, mas eu deixarei a minha participação *a posteriori*.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, pela ordem. É só uma pergunta, porque apresentaram uma lista de inscrição para...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A lista de inscrição será obedecida religiosamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Como a CAE foi aprovada depois de iniciada a Comissão aqui, nós interrompemos a discussão lá para poder participar dessa importante reunião. Então eu não sei se isto vai convalidar a presença dos membros da CAE.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Os membros da CAE terão possibilidade de participar do debate. Afinal de contas, todas essas Comissões, as quatro Comissões, estão participando desta reunião conjunta.

Como eu anunciei, pela ordem dos signatários do requerimento, nós vamos dar a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador Pedro Simon.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu acho que o Senador Pedro Simon deve ter precedência. Então, eu agradeço se ele puder... Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com a palavra, então, o nobre Senador Pedro Simon, que se referiu a este assunto com muito destaque, não só no Plenário do Senado, como também defendendo uma reunião conjunta das Comissões no sentido de proporcionar à Varig uma recuperação completa de suas atividades, com o apoio da justiça, com o apoio do Senado Federal. Com a palavra V.Exª., Senador Pedro Simon, um grande lutador em favor da Varig.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu agradeço a gentileza de V.Exª. e a gentileza do Senador Suplicy. E quero dizer, Sr. Presidente, que eu acho que nós estamos enveredando por um caminho que nos levará a algum resultado. Eu acharia muito importante que V.Exª., ao final da reunião, fizesse chegar a todos os Parlamentares a cópia dos depoimentos que foram prestados aqui, para nós juntarmos. Acho, por exemplo, muito importante que a cópia desses depoimentos possam chegar à Ministra Dilma e ao Ministro Valdir, se é que eles virão aqui na terça-feira.

Eu digo o seguinte: Fica muito claro aqui que a situação da Varig tem solução. Fica muito claro aqui também que, com o maior respeito, a gente não vê, por

parte da representação do Governo, uma atitude que não seja de frieza com relação à Varig. É uma empresa, atravessa dificuldades, e estamos dando a atenção que devemos. Agora, uma preocupação a mais, um *plus* a mais, a gente não consegue sentir.

Eu vejo que houve muitos equívocos para nós chegarmos até aqui. Quando apareceu o problema, o Governo interveio e nos procurou. E tese era a fusão da Varig com a empresa TAM. Fusão essa que, na verdade, significava a incorporação. A Varig, se não me engano, ficava com 5% da TAM. Um negócio que não tinha chance de a gente aceitar. Era uma proposta tão incompreensível na sua lógica que não dava para aceitar. Aí veio uma boataria que não dá para se chegar aqui, mas ela andou pelo ar, de que há uma coincidência nos prazos do PT e da criação da TAM. E que, lá no início, quando ambos estavam iniciando, houve, e é natural, não vejo nada demais, uma simpatia, os Parlamentares do PT normalmente tiravam suas passagens na TAM e a TAM dava a gentileza a um partido que estava começando.

Mas que o Chefe da Casa Civil, esse, e que estou vendo agora, que é ex-Chefe da Casa Civil, mas parece que é o coordenador político da campanha, está nos jornais de hoje com a maior tranqüilidade. Eu até não entendo como um cidadão pode estar sendo processado no Supremo ser coordenador político de uma campanha.

Mas disse ele, quando nos procurou, com toda clareza, era um assunto para ser resolvido naquele mês. Estava resolvido, estava equacionado e não se falava mais. Aquela boa vontade, aquela rapidez que existia no sentido de resolver o problema se transformou numa morosidade que nada dava certo, no momento em que não foi aceita a proposta da fusão. E aí vem uma seria série de questões.

Eu não vou deixar de reconhecer que entre essas questões, está aqui o que o Dr. Brizola dizia que era uma maravilha, a Fundação Ruben Berta, que era um exemplo a ser seguido pelo Brasil, porque era uma fórmula diferente de um capitalismo onde os trabalhadores participavam da organização do capital e, na verdade, se nós analisarmos com calma, e se foi um processo que deu certo durante muito tempo, a Varig se transformou numa das melhores e mais competentes empresas de aviação do mundo durante um monte de tempo. Mas está provado também que, quando a coisa vai muito mal, complica. Porque aí a fundação passa a ser uma competição, uma briga interna, os Pilotos estão aqui, as Aeromoças estão lá, o serviço de terra está ali adiante, e aí a coisa realmente complicou. E parece realmente, a Ruben Berta complicou a situação.

Mas, no meio dessa discussão, não se sentiu, por parte do Governo o interesse de equacionar a questão no sentido de "vamos equacionar". E aí me perdoe, Presidente, mas eu acho que o Senado e a Câmara também. Fizemos 500 audiências, falamos com mil Ministros, fizemos mil reuniões, conversamos mil vezes, mas nunca se deu seqüência, nunca se deu continuidade, nunca se teve um plano "nós vamos entrar num esquema para ajudar", e nós estamos nisso aí.

Acho que, dessa vez, a tentativa é essa, quando se reúnem as quatro Comissões. E quando se faz esse esforço é no sentido de que vamos tentar equacionar uma solução. Eu não sei, e Deus me perdoe, mas, de quinta-feira para cá, a gente vê uma mudança de linguagem do Governo. O Governo que, no Rio Grande do Sul, tanto o Presidente Lula quanto a Ministra foram duros, quando indagados com relação à Varig, o Presidente, quando perguntado por um Deputado Federal, ele foi até um pouco ríspido, e disse: "Então encontre alguém que queira resolver". E a Ministra disse que ajuda, mas não bota um tostão nesse "saco sem fundo" que é a Varig.

Mas, já agora, desde sábado, que tanto a Ministra quanto o Governo vêm falando com simpatia que está na hora de resolver a questão. Eu acho que está na hora de resolver a questão.

Pelo que eu senti aqui, em primeiro lugar é a pessoa do Juiz. Que, com a maior tranqüilidade, conhecedor da matéria, e ele vai ser ouvido por nós, ele diz que se nega a decretar a falência da empresa, e que não tem nada na empresa que prevê para agora, nem para um futuro ali adiante, a falência. Pelo contrário, que a empresa reúne todas as condições de ser levada adiante. E esse é um depoimento de alguém que não que não é nem Executivo, nem Legislativo, nem agente comercial. É um Juiz, que todo o processo está passando por ele, e ele dá com a imparcialidade e a responsabilidade que deu.

Segundo a gente vê, e já tem chegado aqui, que os representantes dos trabalhadores dizeM – 1) Que estão dispostos a demitir mil e quinhentos; 2) Estão dispostos a abrir mão do seu salário; 3) Que estão dispostos a abrir mão de seu Fundo de Pensão. Como forma de contribuição para se encontrar uma saída. Isso é algo que me parece altamente positivo e altamente concreto.

A Infraero. Eu vejo na análise da Infraero (soa a campainha) uma praticamente de indiferença.

A Petrobras, quero felicitar V.Exª., afinal V.Exª. representa a Petrobras aqui, temos auto-suficiência. V.Exª. merece o nosso respeito. Tem trinta e tantos anos de Petrobras. Meus cumprimentos. E eu acho que é por essa rigidez de cobrar antecipado que a Petrobras está

chegando lá. Mas essa questão de cobrar antecipado e essa questão que nós estamos vendo documentos que foi distribuído aqui onde o combustível representa 20% do valor, e nos Estados Unidos é 7,5%, na Europa é 16,5% e no Brasil é 35%. É uma análise a ser feita. É uma explicação a ser dada no sentido da situação que nós estamos vivendo. Acho que é realmente muito importante. O Sr. Marsal, que é a empresa que foi encarregada de fazer o trabalho, disse que o trabalho é viável, que a saída é normal. Ou eu não me engano, ou V.Exª. disse que não precisa de dinheiro público? Não precisa de dinheiro público, e que a saída é absolutamente tranqüila.

Então, é quem está responsável, quer dizer, não se fala mais agora na fundação, a fundação está fora. Não se fala mais nas brigas internas, elas foram colocados de fora. O Juiz colocou a representação e a representação vem dizer aqui que tem condições, que ela leva a questão adiante.

Eu não sei se o Sr. Elnio Borges, porque ele deixou muito no ar. Mas que interesses estranhos são esses aí?

SR. ELNIO BORGES – Os interesses passam desde os que desejam entregar essa empresa à concorrência até os empresários que pretendem comprar na "Bacia das Almas", passando por administradores da empresa, que não desejam ver mudar muita coisa dentro da governança da companhia. Esse é o conjunto de interesses que tem trabalhado contra a Varig nesses quatro anos que os trabalhadores têm vindo aqui inclusive nesta Casa e recebendo apoio para buscar uma solução.

Por isso, essa empresa tem um plano aprovado, que prevê uma Varig operacional ser leiloada, os trabalhadores conseguiram que a Justiça do Trabalho acelerasse esse processo, posto que na Justiça Civil há quatro meses nós não conseguimos andar e continuam os interesses. Dia 2, agora, de abril está colocado uma Ordem do Dia para a Assembléia Geral de credores que visa a alterar o plano, não conseguimos entender porquê, e ver uma proposta de compra do Sr. Lap Chan, que é o atual controlador da Varig LOG, que oferece quatrocentos milhões de investimento numa Varig totalmente limpa, para ele, enquanto deixa as dívidas todas para a União, para os trabalhadores e para os demais credores.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É, eu acho que a Varig precisa de oração de nós cristãos e do Sr. Antônio Carlos e companhia ir lá na Bahia fazer alguma reza contra seus inimigos.

Eu acho muito importante a vinda da Ministra e do Ministro aqui. Eu acho que é significativa a vinda desses companheiros que estão aqui, mas, a vinda do Ministro e da Ministra é fundamental. E, principalmente, Sr. Presidente, a decisão que V.Exª. tomou de que aqui não é uma reunião apenas, aqui (soa a campainha) tem um grupo que vai se reunir aqui, e eu já pedi a V.Exª. de nós fazermos uma outra reunião para discutirmos uma Assessoria para esse grupo, quer dizer, vamos trazer uma Assessoria Técnica para esse grupo, porque não adianta, vamos pedir inclusive a essas pessoas que estão aqui que indiquem um representante para a nossa Assessoria Técnica, para nós conseguirmos fazer um estudo em condições de discutir com a representação da empresa, com os empresários, com os trabalhadores e com a Ministra Dilma.

Eu quero dizer que acho que nós podemos encontrar uma solução e quero dizer, com toda a sinceridade, não fica bem para o nosso amigo Lula ele ficar assistindo o que está acontecendo com a Varig sem fazer nada. Não fica bem para nós brasileiros acontecer isso com a Varig sem fazer nada.

Eu tenho casos aqui, que eu poderia ler, de intervenção do Governo, com dinheiro, até em frigorífico de abate de aves. Tem Ministro importante aí e conseguiu. E o Governo interferiu e botou dinheiro do BNDES e resolveu. Tem casos aqui, que eu tenho, que eu poderia citar, de interferência do Governo em empresas inclusive multinacionais ultra bilionárias, e que o Governo interveio e o Governo respondeu. O que eu digo...

SR. ELNIO BORGES – Interveio para ajudar.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Para ajudar. O ex-Presidente da BNDES está dizendo na Isto É, com todas as letras, que é muito simples, é só querer fazer. Querer ou não querer.

Por isso é que eu digo que tem gente que fala, Deus me perdoe, cala-te boca, que se a Varig fosse paulista seria diferente. "Seria diferente, mas ela é gaúcha". Mas ela nem é gaúcha, meu Deus do céu. Ela está em São Paulo e no Rio de Janeiro. Ela só tem o nome que é Varig, e também se usa um Varig pequeninho, desse tamanhinho, e ninguém sabe o que é que é Varig, Viação Aérea Rio-Grandense. Mas ninguém sabe. "Porque o Brasil é desse tamanho".

Agora, eu não entendo essa antipatia, juro por Deus que eu não consigo entender essa antipatia. E, que não fica bem para o Presidente Lula assistir acabar com a Varig, não fica bem.

Uma empresa para adquirir a credibilidade, para ser recebida nos aeroportos do mundo inteiro como uma empresa de categoria internacional, leva um bocado de tempo. Nem querendo dava para transferir isso da noite para o dia para uma outra companhia. Isso para uma outra companhia. Nem querendo, se transfere isso para uma outra companhia. O que vai acontecer é que nós vamos perder uma tradição de 50 anos e outra

empresa vai ter que trabalhar 40 anos para chegar a esse ponto. Não sabendo o que acontecerá em termos de comunicação internacional daqui a 40 anos.

Por isso, Sr. Presidente, eu felicito V.Exª. por realizar esta reunião. Agradeço a presença dos Senhores. Digo, com certa frieza também, que eu noto que a representação do Governo está aqui por obrigação de ofício. Mas não vi por parte de S.Exªs. nenhuma preocupação. Eu não vi nenhuma angústia por parte dos representantes do Governo, das entidades que eles representam com relação à Varig. "Não, mas nós estamos preocupados. Nós estamos tentando fazer isso tudo". Quer dizer, inclusive a própria Petrobras, com todo o respeito, na sua grandiosidade, ela... Eu não vi. Uma preocupação zero com uma empresa que, cá entre nós, entre os compradores da Petrobras é difícil que tenha alguém que tenha pago mais, ao longo desses 40 anos que existe a Petrobras, do que a Varig. Quer dizer, quem mais tem pago, quem mais tem contribuído com os cofres da Petrobras, ao longo da sua existência, do que a Varig? No entanto, eu não vi, como não tenho visto, por parte do Governo, nenhuma simpatia.

Acho, e fui procurado com informações, que eu acho muito importantes. o Governo, a partir de segunda-feira, vai, e inclusive seria essa a causa da não vinda da Ministra hoje, para vir na próxima semana, porque o Governo está reconsiderando, e estaria estudando uma forma de apresentar aqui uma proposta que seria concreta. Queira Deus que isso seja verdade. E quando eu vejo o representante da empresa dizer que ela está preparada para isso e que a firma está preparada para isso, é só querer, eu acho que a Dra. Dilma e o Ministro Valdir nos trarão uma grata surpresa na próxima terça-feira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Exª., Senador Pedro Simon. Vamos fixar um tempo da fala dos oradores. Cinco minutos, prorrogável por mais cinco.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar prioridade primeiro aos três Senadores do Rio Grande do Sul, conforme inscritos, o Zambiasi e Paulo Paim e, em seguida, eu falarei. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Exª. a compreensão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Repara-se que é um *gentleman*, que tem que retornar. É impossível que o PT negue legenda para um homem desse gabarito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E V.Exª. ainda fala mal de São Paulo, Senador Pedro Simon.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – São Paulo merece os nossos aplausos. Com a palavra, o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul. Grande defensor também da Varig.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Valadares, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e o Luiz Otávio, nosso Senador da Comissão de Assuntos Econômicos.

Primeiro eu quero cumprimentar os quatro Senadores pela importância desta Audiência Pública. Como aqui foi dito, nós já participamos de, no mínimo, umas três dezenas de eventos. Até na Casa do Vice-Presidente da República, por duas vezes. E como também lá no Palácio, com o próprio Vice-Presidente, Ministro da Defesa, e Ministros das mais variadas áreas. Audiências, eu presidi uma, aqui no Auditório Petrônio Portella, com a presença de cerca, creio eu, de uma mobilização gigantesca das entidades dos trabalhadores lideradas pelo Márcio, eu acho que com a presença de setecentos, oitocentos trabalhadores. E realizamos audiências, voltamos para outra audiência, e o caso continua igual.

Eu sou obrigado a repetir, infelizmente, um discurso que fiz numa outra vez numa audiência. Não dá também para dar a impressão que do problema da Varig o culpado é o PT. Aí não dá. E todo mundo sabe minha posição, de uma certa independência. Mas também não dá. O problema da Varig o culpado não pode ser o PT. O problema da Varig começou a partir do Governo Lula? Não começou. Eu pergunto a qualquer um dos Senhores que estão aqui. O problema da Varig antecede o Governo Lula, que vem se avolumando e ninguém deu resposta. Oxalá, a exemplo da Petrobras, que está agora numa situação privilegiada, Oxalá o Presidente Lula consiga apontar caminhos. Aí depois também não digam que ele não pode dizer que os Presidentes anteriores não responderam e ele respondeu. Eu acho que esse não é o debate. Mas, eu me obrigo a fazer essa fala. Esse não é o debate. Nós estamos aqui numa posição suprapartidária, ouvindo todos os setores envolvidos, para tentar buscar uma saída. Porque aqui, como foi dito, que não significa aporte de dinheiro público. Mas por que não fazer? E aí eu concordo sim, um encontro de contas. Ou é mentira o encontro de contas? Porque cada um conta uma

versão. Tem ou não tem, três bilhões, quatro bilhões de uma dívida acumulada que deve ser ajustada? Isso nós temos que fazer esse debate e fazer esse acerto.

Eu tenho uma preocupação, sim, com o Fundo de Pensão dos trabalhadores. Tem ou não tem dinheiro? Dizem para mim que ele já está falido, já foi usado, de uma forma ou de outra, para sustentar a Varig voando. E digo mais, e me assusta e me preocupa se é verdadeiro essa grandeza de um Fundo usado indevidamente para a Varig continuar voando, mas que faz com que os trabalhadores não tenham perspectiva nenhuma no futuro de ter a sua aposentaria.

Eu encontrei aqui um Senhor que é, eu acho, Comandante também, ou Piloto, ele disse que o pai dele, que foi Comandante, está previsto o pagamento por mais dois meses. A situação, de fato, é gravíssima. É gravíssima, em todos os sentidos.

Agora, eu não quero ficar aqui somente numa fala que dê a impressão de que nós estamos em campos opostos, porque não é verdadeiro. Eu, o Senador Simon, Senador Zambiasi e todos os Senadores estamos com uma única preocupação aqui. Achar caminhos para a nossa Varig. Estou aqui com um documento, que já está com 78 assinaturas de Senadores. Tenho certeza que vai chegar nos 81 que gostaríamos inclusive, Senador Heráclito Fortes, liderado por V.Exª. porque foi a partir de um discurso, e quero que se faça justiça ao Senador Jefferson Perez, no Plenário, num longo debate que alongou por três, quatro dias, com a participação do Senador Simon, do Senador Zambiasi, Senador Valadares, Heráclito Fortes e tantos outros (soa a campainha) que nós encaminhamos, a partir, quero repetir, da liderança do Heráclito Fortes, essa Audiência Pública com as quatro Comissões.

Então a nossa posição aqui é achar caminhos. Quem sabe, depois dessas Audiências Públicas, se necessário, eu tenho certeza que uma Comissão representativa de Senadores vai ao Presidente, mostrando a boa vontade do Senado de contribuir. É verdadeiro que o BNDES, por exemplo, está disposto a financiar investidores. Eu não vejo problema nenhum. Financiar, não é dar dinheiro público, financiar investidores para que haja a possibilidade de a Varig voltar a voar normalmente.

A BR Distribuidora disse aqui que foi sempre pedido prazos pequenos. Mas é possibilidade de um prazo maior? Eu acho que é. Mas claro que não sou eu que vou discutir, e não posso decidir.

Eu quero terminar dizendo que eu estou convencido de que a Varig tem todas as condições de voltar a voar normalmente. E vou terminar com o episódio de ontem. Eu tive que ir a São Paulo ontem. Num debate sobre a Comissão do Salário Mínimo, em benefício dos aposentados, o Senador Pedro Simon estava lá. O vôo da companhia, atualmente voando em grande escala, atrasou duas horas. Na volta, eu sentadinho lá, da companhia, entra alguém no avião e diz o seguinte: "Quem aceita trezentos reais para descer desse vôo e ir no vôo da Varig, vai sair daqui a duas horas". Ofereceram assim trezentos reais para quem descesse e aceitasse, devido à superlotação em que estava o avião devia estar uma meia dúzia de pessoas sem poder voar e a Varig sairia num vôo dali a uma hora e meia.

Então, essa situação, para mim, aponta que o tal de monopólio é assustador. E para onde vamos. E sem querer aqui fazer um discurso somente apaixonado, porque o Senador Pedro Simon fez, o Zambiasi tenho certeza que fará também, da nossa Varig, meu amigo Zuanazzi, companheiro de longas jornadas também, eu tenho certeza que nós podemos achar um caminho. E esta Comissão, que a gente faz parte com muito orgulho, eu tenho certeza que ela só vai dar certo, e quero fazer aqui esse pronunciamento, se nós deixarmos de lado a disputa político-partidária. Não há partido contra, nem a favor. Eu duvido que tenha aqui um partido que não esteja a favor do retorno da nossa Varig. E é com esse espírito, que o PMDB, que o PTB, que o PFL, que o PSDB, que o PSB, que o PV, enfim, que o PCdoB, enfim, não esqueci nenhum partido, que a gente há de se encontrar. E vamos caminhar juntos.

Então, o apelo que eu faço é que para a construção de uma alternativa, se ficar no jogo de um campo ou de outro, e polarizando o debate, devido ao processo que estamos aí há cinco meses, não vai ajudar. Por isso é que o apelo que eu faço é nesse sentido. E, se necessário for, por que não irmos a numa Comissão representativa ao próprio Presidente Lula entregar, quem sabes esse documento de 81 Senadores e, por que não dizer, um outro documento com a assinatura dos 503 Deputados Federais, dizendo que o Congresso está disposto a colaborar numa negociação, numa discussão da construção de uma alternativa para a nossa Varig.

Quero dizer de novo, e os Senhores todos sabem, o carinho que eu tenho pelo meu querido amigo e Senador Simon. E sei que a intenção dele aqui, Simon, e quero que você entenda nesse sentido, pelo carinho que eu tenho por você, e você sabe disso, foi numa linha de provocar mesmo o debate. E eu acho que é na provocação do debate que a gente vai encontrando as soluções.

Por isso, meu Presidente Valadares, eu estou convicto que essa é mais uma Audiência Pública. Faremos outras, se necessário, mas haveremos de, juntos, construir uma saída alternativa para os 11 mil trabalhadores da nossa querida Varig e dos tantos aposentados

e pensionistas, que estão desesperados, não sabendo se vão receber efetivamente o salário nos próximos meses. Era isso. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu indago se algum representante aqui da Mesa deseja fazer alguma explicação, explanação, sobre o pronunciamento do Senador Paulo Paim. Eu concedo a palavra ao Dr. Marcelo.

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Senador Paim, a sua preocupação, e histórica preocupação, com os trabalhadores, com os aposentados, obviamente a gente só poderia assistir a um pronunciamento como este aqui.

Nós podemos lhe assegurar. O Fundo de Pensão AERUS está efetivamente em seriíssimos problemas.

Existem dois planos, um plano de benefício definido aonde se reúne a maior parte dos aposentados. E o plano dois, chamado plano dois, o plano de contribuição definida, que é aonde estão a maior parte dos ativos. O nível de recursos, líquidos e não líquidos, para o plano um, é da ordem de 10 ou 12% do que lá deveria haver. No plano dois, é entre 45 e 50%.

Quando nós sugerimos, como forma de fazer a capitalização de curtíssimo prazo desta empresa, para que justamente ela se mantenha viva e possa honrar com as notas promissórias para pagamento da dívida junto ao AERUS, porque é só desta maneira que os trabalhadores aposentados do plano um haverão de receber, por longo período, as suas aposentadorias, era que os trabalhadores da ativa resgatassem parte das suas poupanças, limitados a um valor, estimado pelos nossos técnicos em cem milhões de dólares, duzentos milhões, dos setecentos e trinta e sete que lá existem, para investir esses cem milhões de dólares para duas coisaS – Fazer a adequação de quadro, e não ver os nossos colegas que vão ser demitidos saírem daqui sem o pagamento das suas rescisões, ao menos e recuperar 10 aeronaves, para que a gente possa aumentar o faturamento da empresa, aumentar a sua receita líquida em função das negociações. inclusive de ordem salarial que estamos fazendo, para que ela possa, tendo resultado positivo, honrar com as promissórias de dez milhões de reais ao mês, para pagamento junto ao AERUS.

É justamente esta a operação que estamos oferecendo. E isso nos dizem os nossos técnicos, pois nós estamos especializados nesta questão atuarial, de que inclusive a minha saída e a saída de outros da ativa trará um equilíbrio atuarial maior inclusive ao plano dois. Nós saímos de uma aposentaria que, até mesmo com a liquidação já se provou, não mais existe, e vamos para a empresa correr o risco junto com a empresa para vermos se, convergindo os esforços, podemos manter os nossos empregos e pagar as aposentadorias daqueles que lá já estão aposentados. É esse o raciocínio, simplificadamente falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço ao comandante Márcio Marsillac, Coordenador dos trabalhadores do Grupo Varig pela sua participação e desprendimento, demonstrando publicamente que os trabalhadores do grupo Varig estão dispostos a recuperar a sua companhia. Eu concedo a palavra ao Dr. Marcelo Gomes, Gerente-Geral da empresa Alvarez & Marsal, por três minutos.

SR. MARCELO GOMES – Senador, em relação ao plano de recuperação e à participação que todos, nós estamos falando sempre sobre o Governo ajudar ou não ajudar, e o representante da BR Distribuidora foi muito claro aqui, dizendo que quem decide esse tipo de crédito é o Conselho da BR, que é formado por Ministros que compõem a base, que está sendo discutida, de apoio à Varig.

Então, eu acho que esses Ministros deveriam ser sensibilizados em uma liberação de crédito para a Varig.

Para a BR, a Varig hoje ela representa 5% do faturamento anual da BR, de toda a BR, e representa, talvez, o maior cliente em querosene de aviação da BR no Brasil hoje.

Então, perder um cliente desse, para a BR, eu também não acho que seja uma coisa simples. Eu não acho que seja uma coisa vazia, de falar "Ok, se quebrar quebrou, isso não é problema nosso, nós somos uma empresa de mercado e temos que trabalhar com ferramentas de mercado". Isso não é realidade. A BR, se nós analisarmos a rentabilidade da BR, a Varig, pelo menos, representa vinte milhões de reais de lucro para a BR por ano. Então, isso é uma conta importante. Isso é uma conta de um bilhão de reais por ano. Isso não é uma conta pequena, não é uma conta que eu possa deixar de receber.

Então, a BR ela sempre deu crédito para a Varig em todos os momentos da parceria que existia entre as duas empresas. E hoje esse crédito não existe por não existir um contrato também. A BR e a Varig hoje trabalham sem contrato. Então, existe um caminho para isso. É só se executar um contrato novo, no qual se tenha garantias e, quando se fala sobre garantias, nós estamos falando sobre garantias dos próprios cartões de crédito que a BR tinha anteriormente. Porque a Varig continua vendendo, a Varig continua voando. A Varig faturou, em março, duzentos e vinte milhões de dólares. Então, a Varig continua sendo uma empresa que fatura, que tem os seus recebíveis, que nós podemos

utilizar para dar como garantia em um processo de fornecimento de combustível. Basta que, obviamente, o Conselho da BR tenha uma flexibilidade. Eu entendo que no mercado é muito complexo você pedir crédito para uma empresa que está em recuperação judicial. Mas é uma parceira da BR desde 1973. Então é uma empresa que apoiou a BR em muitos momentos, que hoje está solicitando um apoio, que foi retirado dela desde dezembro.

Então, só para poder explicar o cenário, existe, sim, uma possibilidade de o Governo ajudar, que seria o Conselho da BR ter essa flexibilização em dar crédito para a Varig. Eu entendo a posição da Diretoria, e quem define isso hoje é o Conselho. E o Conselho pode definir uma ajuda à Varig hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Há um requerimento da Mesa, da autoria do Senador Eduardo Suplicy, dirigido aos Senadores Heráclito Fortes e Antônio Carlos Valadares. E o Senador está solicitando a presença da Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio e do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Selma Balbino, para serem ouvidas na Audiência Pública da próxima quinta-feira.

Este requerimento depende de aprovação do Plenário. Eu gostaria de ouvir o Plenário. Os Senadores que aprovam e as Senadoras que aprovam...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar, se possível, a gente sabe que num momento difícil como esse existe alguma divergência, eu recebi também um documento correspondente às entidades aí citadas, e eu acho muito bom, já que eu fiz esse apelo inclusive aqui suprapartidário que, independentemente alguma divergência sindical na base, todos sejam ouvidos e a gente possa com isso estar construindo um grande entendimento.

Então, totalmente favorável ao documento do Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Os Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Próximo orador é o Senador Zambiasi, do Rio Grande do Sul, a quem concedo a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Acho, Sr. Presidente, Senhores componentes da Mesa, que esse encontro ele talvez seja o pontapé inicial de, finalmente, notícias positivas para a Varig. Eu ouvi depoimento, a manifestação emocionada do Senador Simon, a defesa intransigente do Senador Paim, o registro da viagem do Senador Paim inclusive com a proposta de um passageiro abrir mão, em função da lotação, o que é uma coisa maravilhosa, eu sou testemunha disso, porque nós fazemos o discurso e tentamos, especialmente os Parlamentares gaúchos, pelo vínculo histórico com a Varig, viajarmos pela empresa.

E eu testemunhei, sexta-feira passada, Paim, um desabafo, não foi comigo, eu apenas ouvi, à chegada do vôo em Porto Alegre, era feriado e, ainda assim, no vôo seguramente tinha mais de 60% de lotação, que acho que é uma base mínima para voar com uma certa tranqüilidade, não dar ainda mais prejuízo, e me comoveu ouvir uma das aeromoças comentar com a outrA – "E aí?" E a resposta delA – "Só notícia ruim". Aquilo ficou no meu ouvido. Foi o que eu ouvi da conversa no corredor na chegada do aparelho.

Eu, sinceramente, acho que esta reunião de hoje, quem sabe, comece a transmitir notícias boas. Eu sei que o Dr. Milton Zuanazzi, que representa aqui a ANAC, o nosso Brigadeiro, Dr. José Carlos Pereira, da Infraero, o Dr. Pedro Caldas, da BR, não podem trazer aqui a posição oficial do Governo, mas a sua presença aqui dá uma demonstração, seguramente, do compromisso de encontrar soluções para essa empresa, que, aliás, Marsillac, Dr. Braga, Dr. Marcelo, da Consultoria, está completando, dia 7 de maio agora, 79 anos, daqui a doze dias.

É bom referir, eu busquei aqui num levantamento que a Folha fez, a leitura da cronologia da Varig é muito interessante: Fundada em 7 de maio de 1927, vem todo um histórico, a criação do Fundo dos funcionários, depois Ruben Berta, em 1945, e veio um histórico muito interessante até 1986. O Plano Cruzado começa a criar os primeiros problemas com a Varig.

Então o problema de gestão é tanto empresarial como governamental. É gestão empresarial e gestão governamental. O Plano Cruzado, que congela os preços das passagens, mas não os custos da companhia.

Em 90, o Presidente Collor abre o mercado da aviação nas rotas internacionais. Aí, abre concorrência da Varig com a Vasp e Transbrasil. Vasp e Transbrasil quebram, mas a Varig resiste heroicamente. (soa a campainha). 91, começa a Guerra do Golfo. Outro impacto em cima da empresa. 99, crise cambial. 2003 Varig e TAM assinam o memorando de intenções para se unirem nesse compartilhamento que, de alguma maneira, eu não sei se ajudou ou não, mas minimizou os problemas.

E agora, finalmente, esta reunião que reúne quatro Comissões do Senado, tem aqui o apoio parlamentar da Câmara também, trazendo aqui toda esta representação e a expectativa de, na semana que vem, finalmente, então, o Governo institucionalmente estará aqui para, quem sabe... Olha, eu vou ler apenas um trechinho de uma manifestação do Presidente Lula, e eu quero aqui me associar ao Senador Paim, que disse que a crise não é do atual do Governo. Eu

fiz questão de ler aqui a cronologia para se ver que a crise ela começa lá em 86 realmente a se acentuar, e vem crescendo até aqui.

E agradeço ao Senador Azeredo, que me cede aqui uma manifestação do Presidente, ainda Presidente de honra do PT, e ele diz, muito interessante isso aqui e, por isso, eu acredito que o Presidente Lula quer, sim, a solução do problema. Acredito. Acredito que o Governo queira e, quem sabe, na próxima semana, nestes dias, já maio, nestes dias que antecedem os 79 anos da empresa, o Governo realmente interceda em favor da empresa, não colocando dinheiro público, como foi colocado aqui, ontem eu fui questionado sobre, por exemplo, a participação do BNDES, sendo o BNDES dinheiro público. Como faria. E eu entendo que se o Governador admitir a dívida, a admissão da dívida pelo Governo, será uma forma de contrapartida para que haja garantia da concessão do dinheiro público, se for o caso. Isso é uma questão técnica bastante complexa que acredito que não seja o momento para discutir. Mas, apenas para lembrar, dizia aqui, então, o Presidente LulA – "Para o setor sair da crise seriam necessárias medidas governamentais voltadas para assegurar a isonomia tributária e de financiamento às empresas brasileiras compatíveis com a realidade internacional". Ou seja, as condições de concorrência teriam de ser equalizadas. Seria urgente a revisão dos acordos bilaterais vigentes. Isto, à época. E o Senador Azeredo quer, Presidente Valadares, pegar uma carona num aparte aqui para, inclusive, ganharmos tempo. Eu tenho alguns minutinhos, e eu cedo esses minutos ao Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Só um aparte, Presidente, eu quero só mostrar realmente esse texto aqui do Presidente Lula, que é de 2002, em que ele diz exatamente que "Entretanto é preciso avaliar a parcela de responsabilidade do setor público e, mais especificamente, da política macroeconômica no enfraquecimento dessas companhias. Os altos juros praticados pelo Governo Brasileiro desde o início da década - dizia o Presidente Lula - juntamente com a carga fiscal elevada incidindo sobre as atividades produtivas afetaram negativamente esse e outros setores da economia brasileira". E mais adiante ele dizia: Nesse sentido vale, sim, uma intervenção das autoridades competentes, não para presentear com recursos públicos, mas para dar as condições macroeconômicas de sobrevivência e de competitividade, antes que elas sejam engolidas pelas grandes companhias estrangeiras".

Quer dizer, esse é um texto importante, e eu acredito que o Presidente Lula quando o disse, o disse com uma boa intenção. Agora, que ele tem as condições como Presidente, eu diria, quero até fazer uma proposta aqui, se o Governo é obrigado a recorrer, e é verdade, é obrigado a recorrer quanto à decisão do STJ, por que não o Governo pedir ao Congresso uma autorização especial para fazer esse acordo? Nós já fizemos pelo Congresso um projeto, que foi o PROER, que foi exatamente para evitar que o País tivesse uma bancarrota dos Bancos e que, no fundo, eram os brasileiros que eram afetados, não eram os Bancos, se falou, na época, muita bobagem, que era dinheiro para Banco. Não era. Foi para evitar que os correntistas tivessem prejuízo. Eu acredito que nós poderíamos ter uma aprovação no Congresso de uma autorização para que o Governo fizesse o acordo, respeitando a decisão, que já existe, do STJ, sem precisar de recorrer.

SR. ELNIO BORGES – (pronunciamento fora do microfone) Aos Senhores que já existe um estudo técnico, está dentro do BNDES. Nós vimos tentando há quatro anos ter acesso a ele, Fundo garantidor do crédito aeroviário, tem todas as condições para resolver esta questão, inclusive, mais uma vez, sem desembolso efetivo de Fundos públicos, de dinheiro público, através da garantia para empresas em recuperação (soa a campainha) das diferenças que essas ações de congelamento tarifário vão sendo favoráveis a essas empresas.

O Fundo garantidor, e eu me comprometo a trazer aqui os dados que nós temos, é um projeto da CONSULTEC, que está no BNDES há muitos anos, e nós não conseguimos ter acesso. Talvez esse, sim, fosse um grande passo que os Senhores pudessem nos ajudar a dar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, existem créditos da Varig que estão sendo objeto de ação judicial inclusive no STJ, por parte da Varig. Eu gostaria que o Dr. Marcelo Gomes informasse à Comissão em que pé andam essas ações e se já foi votada esta matéria no STJ e quais as providências que podem ser tomadas junto aos Governadores de Estado, já que os Estados devem mais de um bilhão à Varig, a União, quatro bilhões e meio, quais as providências que poderiam ser tomadas, nos Estados, para amenizar essa situação da Varig. Agradeço a V.Sª.

SR. MARCELO GOMES – Em relação ao crédito federal, a Varig tem um débito com o Governo, ela tem um crédito com o Governo Federal. Então, esse encontro de contas, no fundo, ele não afeta o caixa da companhia em nada. Ele melhora o balanço. Mas, afetar o caixa e afetar a geração de caixa, ele não faz. Ele poderia ser uma ferramenta de eu resolver a minha situação de balanço, fazendo um encontro dos meus créditos e dos meus débitos com o Governo Federal.

E esses créditos são referentes a defasagem tarifária, que se calcula algo em torno de 4.6 bilhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Congelamento de tarifas na época Collor, por exemplo?

SR. MARCELO GOMES – Congelamento de tarifas, e são 4.6 bilhões. Porém, existe um outro crédito, de aproximadamente 1.2, que a Varig tem com os Estados. Somente um Estado aprovou a cessão desse crédito até hoje. Foi o Estado do Rio de Janeiro. Nenhum outro Estado aprovou a cessão. A cessão foi aprovada em 2004 pela Governadora Rosinha, ela cedeu cento e cinqüenta milhões, para uma empresa comprar esse crédito.

Hoje, os Governadores, obviamente que com o apoio da Procuradoria, poderiam ceder esse crédito, para empresas terceiras aproveitarem esse crédito. Porém, já foi discutido, e que os Senhores poderiam ajudar muito em relação a isso, era se nós montássemos um grupo de Governadores, e o Governador Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul com que eu estive ontem, disse que irá solicitar aos outros Governadores esse apoio, da criação de um grupo de Governadores, no qual a Varig se proporia a dar um desconto nesses recebíveis, quer dizer, dar um deságio no recebimento desses valores, dar um prazo longo para pagamento, e o Governo assumiria a obrigatoriedade de pagar, os Governos estaduais. Seria feito um acordo com os Governos estaduais. O que é que isso provocaria? Com esses recebíveis, nós poderíamos securitizar esses recebíveis e ter acesso a esse dinheiro no mercado. Os Governos estaduais não precisariam disponibilizar esse capital imediato, e sim, o mercado securitizaria esses recebíveis de longo prazo do Governo para com a Varig. Esse projeto está com o Governador Germano Rigotto, ele se comprometeu a entrar em contato com todos os outros...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – São quantos Estados?

SR. MARCELO GOMES – São aproximadamente 15 Estados. Mas nós temos nove Estados...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Seria interessante disponibilizar a relação desses Estados.

SR. MARCELO GOMES – Nós temos a relação de valores por Estado. Você tem oito ou nove Estados que são mais representativos, mas 15 Estados têm esse valor devido com a Varig. (soa a campainha). Então, isso seria de uma importância enorme, se a gente conseguisse viabilizar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Deixa eu fazer uma pergunta direta, porque eu não entendi bem. Entra mais dinheiro diretamente para a Varig, desse encontro de contas, se me permite usar o termo, dos Estados ou com a União?

SR. MARCELO GOMES – O Estado não é encontro de contas. O Estado é uma dívida que o Estado tem com a Varig, e a Varig não deve ao Estado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Melhor ainda. Veja aonde é que eu quero chegar. Entra mais dinheiro para o caixa da Varig se os Estados pagarem a sua dívida que a União?

SR. MARCELO GOMES – Com certeza entra dinheiro imediatamente no caixa da Varig, se os Estados pagarem a dívida. É imediato. O Governo Federal...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Dá a impressão que é só a União.

(soa a campainha)

SR. MARCELO GOMES – O Governo Federal, a Varig tem um débito com o Governo Federal também. Então, quando a gente fala encontro de contas com o Governo Federal, é eu eliminar o meu débito com o meu crédito. E aí eu melhoro o meu balanço para que eu possa ir ao mercado ter acesso a capital.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu acho que o Senador Paim queria saber é se o crédito da Varig com os Estados ou esse acerto de conta é maior ou menor do que a União. Pelo que o Senhor colocou é 1.2, não é isso?

SR. MARCELO GOMES – A União é 4.6 bi e o Estado é 1.2. É uma conta diferente da outra. Bem diferente. Só que esse 1.2 é uma dívida que os Estados tem com a Varig e a Varig não tem uma dívida com os Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Mas esta dívida é diferença de semestre? A origem desta dívida. Nós estamos perguntando é de onde ela sai.

SR. MARCELO GOMES – Essa dívida é de 89 a 94, uma inconstitucionalidade na cobrança de ICMS pelos Estados. Já transitado em julgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E essa inconstitucionalidade já foi decretada pelo...

SR. MARCELO GOMES – Transitado em julgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, só para perguntar essa questão dele, que ele está falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Wellington, com a compreensão de V.Exª., eu darei a palavra. Existem oradores inscritos, e...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu só queria saber qual o deságio em que foi vendido no mercado esse crédito. Só

isso. Porque, se vendeu com deságio de quanto? A Varig? Nos quinze milhões que a Governadora Rosinha autorizou, por quanto o Senhor conseguiu vender no mercado?

SR. MARCELO GOMES – Foi um deságio de 25%.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Um quarto do valor foi perdido?

SR. MARCELO GOMES – O mercado comprou, foi uma empresa de telecomunicações do Rio que comprou isso com o deságio de 25%, que é o mesmo deságio que está sendo proposto para os Governos. Quer dizer, em vez de esse deságio ser ao benefício de uma outra empresa, vai ser ao benefício do próprio Governo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então você não deu um crédito de 1.2. Você tem 1.2 menos 25%.

SR. MARCELO GOMES – Se eu der o deságio em cima do meu crédito é 1.2.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu me comprometo a levar ao Governador de Minas essa resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Dr. Marcelo, eu darei a palavra agora, concessão mais uma vez do nobre e compreensivo Senador Suplicy, ao eminente Senador do Rio de Janeiro, Saturnino Braga.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. convidados, eu agradeço a gentileza do Senador Suplicy, porque realmente tenho um compromisso daqui a poucos minutos.

Mas eu queria, enfim, saudar a realização desta reunião porque sinto eu, sentimos todos nós que aqui estamos, que nunca esteve tão próxima a solução para o caso da empresa Varig, que constitui realmente um patrimônio deste País e uma afeição da Nação e do povo brasileiro. E quero dizer que esta solução, que acho que será encontrada, e eu estou acreditando que será encontrada, ela deriva de toda uma mobilização nacional que esta questão suscitou. Claro que os trabalhadores da Varig e suas lideranças tiveram um papel muito importante nisso, Parlamentares, Senadores e Deputados também tiveram importância, Jornalistas que escreveram sobre o assunto tiveram importância. Mas o fato é que a população brasileira, a Nação brasileira, está reconhecendo claramente que este é um problema da Nação. Que é uma questão que envolve a nação brasileira. E que, por conseguinte, é necessário que se encontre uma solução, e esta solução se aproxima na medida em que fica mais claro e cada vez amadurece mais essa certeza, essa convicção de que está em jogo o interesse da Nação, o patrimônio da Nação, a afeição que a Nação tem por essa grande empresa, o valor que a Nação dá a esta empresa que tanto representou e tanto representa.

Eu teria algumas indagações a fazer, mas eu vou simplesmente mencioná-las, a começar pela questão da sazonalidade, Dr. Marcelo Gomes, quer dizer, o plano de recuperação, que foi aprovado por quase 100% dos credores ele tinha que ter levado em conta essa questão da sazonalidade, tinha que ter previsto uma fonte de financiamento para isso, e parece que não levou, agora, emergencialmente...

SR. MARCELO GOMES – Não levou, porque o fluxo de caixa demonstrado era um fluxo de caixa anual. Não considerava mês a mês. Então, muitos não perceberam que existia essa sazonalidade.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Daí a necessidade de emergencialmente se ter que buscar essa fonte de financiamento.

Outro ponto que eu queria tocar é na questão do preço do combustível, que foi levantado aqui. Tudo bem, eu acho que o Dr. Pedro Caldas explicou muito bem. Agora, não é que o preço do combatível seja o fator que levou a Varig a essa situação, porque as tarifas têm que levar obrigatoriamente em conta o preço do combustível. Então, não é este fator que terá determinado a situação de dificuldade da Varig.

Agora, eu só gostaria, para encerrar a minha intervenção, de fazer uma demanda, especialmente ao Comandante Marsillac, mas também ao Dr. ELNIO BORGES no sentido de que aproveitassem esta audiência, que está tendo uma assistência muito grande, para dar uma afirmação categórica de que não há nenhum problema de segurança nos vôos da Varig. Porque isso começa, obviamente, a ser levantado. Hoje sai nos jornais a notícia de que o Cônsul americano proibiu os cidadãos americanos de voar pela Varig porque não há segurança nesses vôos. E é claro que a população acaba evitando os vôos na Varig, porque essa onda vai crescendo. Então, eu faço um apelo aos dois representantes aqui que, (soa a campainha) categoricamente, os Senhores que estão dentro da empresa, da vida da empresa, reafirmem publicamente que não há nenhum prejuízo na questão da segurança nos vôos da Varig.

SR. MARCELO GOMES – Mas esse comentário feito pelo Cônsul, ou outros comentários, são de uma tremenda irresponsabilidade. E a ANAC, que eu acho que pode responder isso muito bem, ela tem investigado e olhado e analisado todos os vôos da Varig. Nós temos duzentos e poucos técnicos tomando conta hoje dos vôos, que tem a garantia que esses vôos hoje não tem nenhum problema de segurança. Então,

isso é uma de uma tremenda irresponsabilidade alguém, com o poder de uma pessoa dessa, falar que os passageiros não deveriam voar com uma empresa como a Varig.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra a V.Sª.

SR. ELNIO BORGES – Obrigado. Eu espero que aquela minha manifestação exatamente a respeito de segurança de vôo seja efetivamente uma manifestação ilustrativa. E eu até proporia que V.Exªs. atribuíssem às suas Assessorias uma tarefa impossível. Encontrar outra empresa, seja no Brasil, seja no mundo, que os funcionários tenham paralisado 30% da frota por razões de segurança de vôo, nesta situação. E o comentário do Cônsul americano é efetivamente lamentável. Assim como seria lamentável, ainda que justificável, dizermos que esses cidadãos americanos que foram por ele alertados deveriam estar proibidos de se locomover via aérea de volta aos Estados Unidos, teriam que ir de navio. Porque o que lhe restaria seriam as empresas americanas, estas sim, constantemente sob risco, de várias maneiras. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Dr. Milton.

SR. MILTON SÉRGIO SILVEIRA ZUANAZZI – Aqui a agência, como órgão responsável pela fiscalização, pela segurança de vôo, por todos os aspectos de homologação, seja dos Pilotos, das aeronaves, o Brasil tem padrão de Excelência nesta área. As aeronaves brasileiras voam em absoluta segurança. Nós temos um dos menores índices de acidentes do mundo. Não por acaso colocou o Brasil numa posição destacada nessa questão da aviação civil brasileira e eu quero fazer minhas as palavras aqui do Elnio, a Varig tem uma cultura de segurança, e isso é absolutamente verdadeiro.

Evidentemente que a nossa fiscalização está junto com a Varig. Nesse momento então tem que se ter o maior rigor possível, qualquer problema pode vir, essa acusação muitas vezes extemporânea ou precipitada, mas a Varig tem essa cultura, é da história dela, da história dos funcionários da Varig, e por isso eles realmente não tergiversam e a agência também não vai abrir mão de observar isso com absoluta atenção. O Senhor pode crer que essas críticas aí não têm fundamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu queria uma palavrinha, bem breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois não, Senador Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador, Eu faço minhas as palavras do Comandante ELNIO BORGES, as palavras do Diretor-Geral da ANAC, e eu posso tranqüilizar, com muita serenidade e muito positivamente. Os passageiros que embarcam nos aviões da Varig não correm risco algum maior do que qualquer outra empresa de primeira linha no mundo inteiro. Não há, esse é um dogma para nós, a questão de segurança de vôo é algo que não tem flexibilidade para nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Exª. Concedo então a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do Estado de São Paulo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador Antônio Carlos Valadares, Presidentes destas quatro Comissões, em primeiro lugar, eu gostaria de fazer a seguinte sugestão. Que possamos, os membros todos desta Comissão, fazer um requerimento para ser apreciado em Plenário, levando em consideração o que acaba de ser dito, e sugiro que a própria Secretaria da Comissão possa prepará-lo, tendo em conta os depoimentos dos que aqui se expressaram, que o Senado Federal, levando em conta o que foi expresso, venha a encaminhar um apelo tanto ao Cônsul dos Estados Unidos quanto à autoridade, acredito que foi no Reino Unido, na semana passada, que teria feito uma recomendação semelhante no sentido de que venham a reconsiderar esta recomendação que fizeram, de que sejam cidadãos do Reino Unido, sejam cidadãos dos Estados Unidos, não utilizem a Varig para sua locomoção, seja para o Brasil, seja para outros territórios.

Então, Sr. Presidente, a minha sugestão é que venhamos todos requerer no Plenário do Senado Federal que estas autoridades, o Cônsul dos Estados Unidos e ali do Reino Unido, possam, diante das informações aqui prestadas sobre a segurança dos vôos da Varig, que continuam seguros, fazer uma recomendação diferente ou retroagir na recomendação que fizeram, dada a gravidade, conforme o Dr. Marcelo Gomes expressou da recomendação feita. Primeiro ponto.

SR. MARCELO GOMES – Senador, é só para lembrar, United Airlines e Us Airways estão também em recuperação judicial. E ninguém aqui no Brasil recomendou que parássemos de voar em UNITED, parássemos de voar de US AIRWAYS. Só para lembrar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quem sabe possam os Senhores aqui convidados inclusive contribuir com os argumentos para a feitura deste documento que me disponho ainda na tarde de hoje,

mas, acredito, coletando a assinatura dos Srs. Senadores, e na direção do que o Senador Paulo Paim tem inclusive proposto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Suplicy, me permite um aparte, rápido? Eu queria fazer um apelo a V.Exª. e, se me permitir, Senador Valadares, acho que todos os Senadores, os três de cada Estado, é importante essa relação dos Estados devedores, porque, pela lista preliminar que recebi, São Paulo é o maior devedor da Varig, que os três Senadores de São Paulo fizessem um apelo ao Governo de São Paulo, que quite a sua dívida com a Varig, e eu entendo que os outros Senadores, dentro do seu tempo, farão também o mesmo pedido, independente do partido, já que todos nós temos Governadores, de uma forma ou de outra, dirigindo os Estados.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu acato a sugestão do Senador Paulo Paim e, como ele descreveu uma situação de vôo da Varig, eu vou descrever duas aqui, bem recentes. Uma, hoje de manhã, eu quero informar que voei pela Varig no vôo das 6h56 para Brasília, e o avião estava lotado, e saiu no horário e chegou no horário, que é um registro que eu acredito que seja positivo. E na última quinta-feira, quando eu voltei para São Paulo, tinha um compromisso e precisava chegar lá às 17h (soa a campainha) e queria informar que notei que o avião estava lotado. Inclusive foi nesse dia que a autoridade do Reino Unido tinha recomendado para não voar nos aviões da Varig. Pois bem, o avião estava lotado. Quando eu cheguei no avião até havia três Senhoras na torcida para que eu não chegasse, mas eu cheguei no horário e entrei. Quer dizer, tinha mais pessoas querendo entrar. Saiu no horário, e chegou no horário. Pois bem, diante daqueles episódios e dessas notícias que estavam chegando, eu resolvi escrever no guardanapo uma pequena mensagem ao Comandante e disse: "Quero registrar que o avião está lotado, saindo no horário, e isto é muito positivo para todos nós que estamos torcendo para que a Varig funcione bem e, portanto, longa vida para a Varig". Mandei para o comandante. Ele resolveu fazer um registro, e sabe o que aconteceu? Fez o registro pelo som, agradecendo a solidariedade à Varig, que estava caminhando o ano bem, e eis que todos os passageiros, grande parte, pelo menos, aplaudiram. Eu faço esse registro para dizer que há uma energia positiva muito grande em defesa da Varig, desses cidadãos brasileiros, dos seus usuários.

Então, quando nós chegamos nos aeroportos, ainda hoje de manhã, eu noto que, sejam os servidores, os aeroviários nos aeroportos, sejam os aeronautas, sejam os Comissários de bordo, os Pilotos, todos estão numa energia muito positiva e interagindo conosco que viajamos nos aviões, e eu viajo em todos as companhias, a TAM, a GOL, e assim por diante, mas eu quero registrar que inclusive o Presidente Lula, o Ministro Valdir Pires, o Comandante da Aeronáutica, a Ministra Dilma Rousseff certamente estão sentindo isto.

Eu quero também solidarizar-me com a palavra do Senador Paulo Paim em relação à questão suprapartidária. Porque avalio que o Senador Pedro Simon sabe o quanto que nós, inclusive Senadores do PT, estamos também empenhados para procurar resolver este assunto. Quero registrar, eu queria inclusive explicar ao Dr. Elnio Borges que recebi uma comunicação da vontade das Presidentas do Sindicato dos Aeronautas, dos Aeroviários e também contribuir, conforme o Senador Paulo Paim disse, há algumas divergências de pontos de vista, mas há um ponto uníssono, todos querem colaborar.

E há um ponto que eu gostaria até de, como o Dr. Marcelo Gomes está, pelo que entendi, estudando a solução possível, como percebo na disposição dos aeronautas, aeroviários, trabalhadores na Varig em geral, de estarem contribuindo com uma solução, há um ponto que eu avalio como, eu pessoalmente acho positivo, a possibilidade de os trabalhadores da Varig, desde os comandantes até os aeroviários e todos, estarem eventualmente abrindo mão de parte da sua remuneração para que isto seja transformado em quotas de participação, crédito ou algo assim.

Pois bem, (soa a campainha) há um grande debate em meio aos que trabalham na Varig, ao conjunto dos onze mil servidores, sobre "como seria isso?" Será que isso iria significar um corte da sua remuneração, dos seus direitos e tal? A minha pergunta é: Em que medida esta consideração, que avalio como positiva, poderá ser efetuada de maneira voluntária? Ou seja, digamos que haja onze mil e poucos servidores, trabalhadores, de pilotos (soa a campainha) aos aeronautas e aeroviários, e assim por diante. Em que medida poder-se-ia implantar um caminho em que estes trabalhadores dissessem: "Aqueles que desejarem irão poder transformar a sua remuneração por tanto tempo em, não um pagamento, mas que se transforme em crédito para eventualmente isto ser transformado em quota de participação, ou nome que for, para estes trabalhadores". Isto teria que ser necessariamente, nos estudos até agora elaborados, ao compulsório para todos ou poderia haver, digamos, uma grande consulta a todos, mediante o debate e o esclarecimento, e essa pergunta tem um sentido de relevância na medida em que, se há débitos ou dívidas para com os diversos credores da Varig, que a Varig precisa pagar, claro, a Varig precisa pagar mensalmente os que colaboram com ela. Se estas pessoas estiverem dispostas a abrir

mão temporariamente daquilo que iriam receber, mas transformando isto numa quota de participação em resultados futuros, isso pode ser uma solução interessante. Quanto melhor esclarecido isto, provavelmente, maior será a vontade das pessoas (soa a campainha) participarem disso. Então essa é a minha indagação. Em que medida esse pode ser voluntário ou compulsório. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Antes de conceder a palavra ao Dr. Marcelo, eu gostaria de indagar aos Srs. Senadores e Senadoras se melhor não seria, neste final de debate, que ouvíssemos os últimos oradores inscritos e, logo após, em resposta, a participação dos membros da Mesa, dos convidados. Os Senadores que aprovam esta sugestão permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, após o Senador Suplicy nós vamos ouvir os inscritos e, logo em seguida, os convidados. Concedo a palavra ao Dr. Marcelo.

SR. MARCELO GOMES – Senador, essa consideração da adesão dos funcionários a um plano de capitalização da companhia com os seus próprios salários ela está sendo executada. Existe um modelo dentro do plano de recuperação judicial, a criação dos fundos, nos quais os funcionários eles são credores também. Então eles podem converter esses créditos deles em ação da companhia. Paralelamente a isso, obviamente existem as dívidas correntes com os funcionários, que são os salários do dia-a-dia hoje. A Varig hoje tem um número de funcionários superior ao tamanho dela, devido ao enxugamento das operações da Varig. Então, com certeza, algum plano de redução de funcionários vai ter que existir. Quer dizer, se são mil e quinhentos, se são dois mil ou são três mil funcionários, vai ser definido ainda. Nós estamos estudando a forma de nós não perdermos esses funcionários, porque custou muito caro para você treinar um funcionário desse e você perder para a concorrência, o melhor seria mantê-lo de alguma forma que com o crescimento da companhia eu pudesse tê-lo de volta. Mas a consideração sua de como seria feito, isso só pode ser feito através de acordo sindical. Quer dizer, você tem que ter um acordo com todos os sindicatos, permitindo que parte do salário seja transformado em participação na companhia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Presidente que disse.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Tem a palavra.

SR. ELNIO BORGES – Seria interessante, com muita brevidade, abordar essa situação, iniciando pelo seguinte.

O Senador Suplicy é conhecido de todo o Brasil hoje pela sua boa-fé e a sua consistente perseguição da ética e imparcialidade em todas as suas intervenções. O Senador Paim é um homem de origem sindical, conhece bem o que é sindicato.

Para todos os presentes, e para que fique registrado, não existe absolutamente nenhuma divergência entre os trabalhadores da Varig. Os trabalhadores da Varig estão unidos, unanimemente unidos. Unidos para fazer a recuperação da empresa. Srª. Graziella, ex-aeronauta, está proibida pela assembléia de se manifestar em nome do Sindicato Nacional dos Aeronautas. Os Senhores precisam entender isto. Não temos problema nenhum de que ela venha, pelo contrário, acho que o debate é sempre bom, e se houver, e onde houver interesse de salvar a Varig, todas as ajudas são bem-vindas para nós.

A parte objetiva de sua questão, Senador, não há uma possibilidade de se fazer voluntariamente. O plano é este. Está aprovado. Os trabalhadores da Varig já têm as suas assembléias para acordo coletivo de trabalho. Os cem dias que passamos dentro da Varig tentando implementá-lo, inclusive um dos presentes aqui, o Comandante Marsillac, é membro da Comissão de Acordo Coletivo do Sindicato Nacional dos Aeronautas, só foram frustrados pelo volume excessivo, exagerado volume de interesses em torno da Direção da companhia.

E finalizo lhe dizendo que isso remete a uma questão outra, que é esta dos Governadores se mobilizarem em torno do ICMS, a possibilidade do Fundo garantidor. Tudo isso deve ser, de alguma maneira, condicionado à efetiva mudança da Varig. Não ajudou a contribuição da Governadora Rosinha com o ICMS. Absolutamente. Não ajudou. Primeiro, porque com deságio exagerado e indevido. E segundo, porque só ajudou a financiar a situação que nós estamos.

Então, a solução já existe, eu quero repetir aqui, está aprovada. A Justiça do Trabalho autorizou e os trabalhadores da Varig, acelerando o processo de recuperação, são os primeiros lançadores em um leilão de compra da Varig operacional. Há prazo judicial, é uma liminar vigente hoje. E está aprovado no plano. Eu acho que o que nós precisamos fazer aqui é ter oportunidade.

E eu lamento que hoje o Professor Paulo Rabelo não tenha tido a oportunidade de lhes mostrar o projeto que existe e a proposta de compra que existe e acelerar isto. Nós precisamos acelerar isto, para libertar a Varig.

Imaginem os Senhores, uma empresa com um débito baixo, que é a Varig operacional, com treze milhões de passageiros transportados no ano passado,

com cinco bilhões de dólares faturados no passado, no mercado, ela, em si, é garantia para qualquer empréstimo do BNDES, por exemplo. Ela, em si, é garantia. Não é mais risco. Ela se afasta do risco da Varig, que está pendurada, sem deixar, dentro da nossa proposta, que a Varig matriz, que a Varig continue com ativos suficientes para continuar pagando a União, pagando o AERUS e pagando a todos. O AERUS vai ser tremendamente convertido por nós.

Então, o plano existe, a proposta existe, é plenamente viável, os trabalhadores não vão se manifestar sobre ele? Os trabalhadores já se manifestaram sobre ele. Os trabalhadores estão prontos, os trabalhadores estão sendo impedidos. Estão sendo impedidos. Por isso a nossa revolta efetivamente com o ato da Secretaria de Previdência Complementar, que impediu pessoas que estão contribuindo para este Fundo, desde 1982, que foi a época que nós começamos esse fundo, possam sacar parte desse dinheiro, de uma maneira criteriosa, que não exaure o Fundo, pelo contrário, permite que ele sobreviva e faça com que a Varig continue. Esta é a situação. Todos nós estamos unidos. Não há divergência. A ex-funcionária, a ex-aeronauta Graziella Baggio, faz apenas um reflexo do aparelhamento político sindical partidário que está em todo o sindicalismo brasileiro. Não representa, absolutamente, os trabalhadores.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se me permite um aparte, é que se esse debate vai se encaminhar, e nós conhecemos muito bem o mundo sindical, não é produtivo, porque eles virão aqui na semana que vem, em vez de fazer o debate em defesa da Varig, farão novamente o debate das divergências no campo sindical. Quero cumprimentar V.Sª. pela forma que expôs aqui, e muito bem, só quero, se me permitir, quero só ajudar. Não vamos trazer as divergências sindicais, que são naturais, por isso tem doze centrais sindicais no País, para esse debate, porque daí não ajudará. Se me permite, só esse aparte. E, no mais, meus parabéns pela sua fala.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu queria dizer ao Dr. ELNIO BORGES, primeiro eu achei positivo que tenha dito que não há a que a Sra. Graziella Baggio e a Srª. Selma, Presidentes dos Aeronautas e dos Aeroviários, possam vir aqui. Eu expressei aqui há pouco que resolvi apresentar o requerimento porque elas são Presidentes dos Aeronautas e dos Aeroviários, e é uma entidade legalmente constituída e seria normal que pudessem ser ouvidas. Não sei as divergências que existem ali dentro com o detalhe que V.Sª. aqui registrou. Mas como mencionou que não tem objeção que elas também possam aqui trazer a sua contribuição, acho que isso é importante. E da mesma maneira como o Senador Paulo Paim, vamos agora então unirmo-nos no objetivo de (soa a campainha) recuperar a Varig.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Srs. Senador, Sras. Senadoras, antes de conceder a palavra...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A audiência seria quinta-feira desta semana, Sr. Presidente? Não é na próxima, é depois de amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não. Nós temos quinta e temos terça uma outra, por sugestão já dos Srs. Senadores presentes a esta Comissão. Eu, antes de conceder a palavra à Senadora Lúcia Vânia, eu gostaria de mencionar aqui a sugestão que foi feita pelo Senador Eduardo Azeredo, que foi colocada no papel aqui pelo nosso Comandante Marsillac, no sentido de formarmos uma Comissão Mista, de Comissões ou de Senadores, da Câmara dos Deputados, que também está interessada neste problema, e amanhã tem reunião. A Deputada está aqui prestigiando e naturalmente vai participar amanhã do debate.

Então, é no sentido de viabilizar o encontro de contas e também fazer com que a BR Distribuidora e a Infraero, que são credoras da Varig, e são prestadoras de serviço da Varig, que manifestem também o seu interesse em dar um prazo de carência para o fornecimento dos serviços, como também, que se analise tecnicamente a possibilidade de usar recursos do Fundo de Pensão dos trabalhadores ativos para capitalizar a empresa. Naturalmente que esse Fundo de Pensão seria utilizado de forma voluntária. Aqueles trabalhadores que quisessem entrar na empresa através dos seus direitos poderiam entrar voluntariamente. Então é uma sugestão que aqui foi formulada em primeira mão pelo Senador...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se me permitir um adendo, eu quero insistir com a questão dos Governadores. Que fique bem claro nesse documento que nós também gostaríamos muito que todos os Governadores que estão devendo para a Varig, esse é o termo correto, não é? Que restituam à Varig, de preferência na íntegra, sem deságio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Exatamente. Houve 25% de deságio no Rio de Janeiro. Mas já foi um avanço, já foi um bom começo. A Governadora foi a única que fez e temos que registrar este fato auspicioso. Eu concedo a palavra...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, sobre aquela sugestão que eu havia feito, eu acho que se for enviado aos Embaixadores dos Estados Unidos e dos Reino Unido, abrange todos os

Cônsules. Então, seguindo a sugestão da Secretaria e pediria então que possa ser preparado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Requerimento será alterado, nesse sentido. Senadora Lúcia Vânia, com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Srs. expositores. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar os expositores e dizer, aqui foi colocado pelo Dr. Marcelo que, pela primeira vez, nós estamos testando a Lei de Recuperação de Empresa. Essa lei demandou um debate aqui na Comissão de Assuntos Econômicos por seis meses. E eu tive a honra de aprovar 54 Emendas na lei. Isso, ajudada pela minha filha, que é economista. E eu vejo, pelo que os expositores colocaram, eu perguntaria ao Dr. Marcelo, onde está o gargalo da lei? Porque, na verdade, o que nós temos aqui são credores, os trabalhadores credores em 52%. Eu acho, Sr. Presidente, V.Exª. que é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais tem que atinar bem para isso. Não se entende que uma empresa constituída por credores, por diversos credores e, dentre esses credores, 52% são trabalhadores, eu acho que, por si só, isso aí demandaria uma atenção especial. Principalmente nossa, na Comissão de Assuntos Sociais. Nós temos aqui como credores também a AERUS, que se predispôs a dar um percentual, que me parece que seria na ordem de duzentos milhões, para ajudar e, no entanto, o Governo vem e promove uma intervenção. Então, onde é que está a lei nisso aí? E temos um bilhão de reais, mais ou menos, como credores, a GE, BR, Banco do Brasil e outros. E, por fim, 1.3 bilhões dos *leasings*.

Então, veja bem como é que está dividido os credores deste plano. E o que nos assusta é que, de repente, nós temos uma lei, a lei está determinando, ou pelo menos o objetivo e o princípio dela é recuperar uma empresa para evitar perda de trabalho, para evitar uma série de danos que poderia provocar ao meio empresarial e ao meio trabalhador. Então, eu perguntaria a V.Exª. onde é que está o gargalo da lei, se a lei não responde ao plano, ou se o Governo está desconsiderando a lei, ao intervir nos planos, ao não permitir que todo esse processo seja feito de forma mais independente com a decisão geral dos maiores credores, que seriam os próprios trabalhadores.

E eu perguntaria ao Dr. Elnio: O que é que falta, na sua visão, para que o plano seja implementado? Então me assusta, me parece, quando V.Exª. coloca a questão da dívida dos Governadores, é bem verdade que é um débito fiscal. Mas me parece que está faltando um operador. Um operador para ir atrás. E eu não sei como é que esse plano (soa a campainha) está sendo aprovado e como é que isso dividiria com o este operador. Então essa é a minha pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Conforme ficou anteriormente combinado com a Comissão, nós ouviremos os oradores inscritos e, em seguida, os debates. Em primeiro lugar, o nosso grande Relator, o Senador Garibaldi, Relator da CPI dos Bingos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, autoridades e dirigentes de instituições presentes à Mesa, claro que num Fórum como esse, numa reunião como essa, nós não podemos aprofundar os números em torno da crise da Varig.

Mas me parece que uma solução só virá se realmente o Governo participar deste processo, desta operação ou desta solução. Se o Governo não participar, nós não teremos a saída tão esperada para que esse patrimônio, que não é da Varig, mas que é do País, quer dizer, o que a Varig representa para o País, possa ser recuperado.

Foi dada aqui uma sugestão de que deveríamos ir ao Presidente da República, através de uma Comissão, a despeito do que o Governo tem dito, para saber se o Governo ainda pretende participar. Eu gostaria, não sei exatamente qual foi o Senador que deu, foi o Senador Paulo Paim, porque eu não pude acompanhar todos os debates, eu gostaria de me associar à idéia do Senador Paulo Paim, e gostaria de sugerir ao Presidente que designasse o Senador Paulo Paim para ser o interlocutor que iria possibilitar essa audiência. Para que se procurasse tornar objetiva a questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V.Exª. está se referindo a audiência com o Presidente? É uma ótima escolha.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Foi uma sugestão do... A sugestão não é minha. Estou me associando ao Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Da minha parte a sugestão de V. Exª. está aceita, e gostaria de consultar a Comissão se existe alguma divergência a respeito dessa indicação. Como não há nenhuma divergência, pelo contrário, acho que unanimidade na sua aprovação. Fica então designado, em nome das quatro Comissões, o atuante Senador Paulo Paim para agilizar e articular a Audiência com o Presidente da República, os Senadores e Senadoras, e com Deputados e Deputadas na solução desse grave problema que é a recuperação da nossa Varig.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Claro que a gente aceita como uma missão. Vamos fazer de tudo para que seja o mais rápido possível e que essa Audi-

ência Pública, de preferência, seja quando terminarmos as Audiências Públicas das quatro Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Exatamente. V.Exª. então terá tempo suficiente para agilizar esse ato que será histórico, o Presidente da República receber todos nós interessados em resolver esse problema. Vamos conceder a palavra... O Senador Garibaldi já terminou sua participação? Ao final, antes de ouvirmos os convidados, sempre nós concedemos a oportunidade aos Deputados, porque eles também concedem a nós quando vamos a Câmara dos Deputados. Por exemplo, a Deputada... O Deputado Babá também já solicitou, a Deputada Luciana Genro também está presente. Se por acaso desejar falar ao final depois da ouvida dos Senadores nós concederemos a palavra a V.Exªs. com muito prazer. O Senador José Maranhão e em seguida e o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Sr. Presidente, autoridades convidadas que fazem parte da Mesa, eu acho que o Congresso Nacional está cumprindo o seu papel, analisando democraticamente as questões relacionadas com a crise da Varig, sobretudo na busca de soluções para que a empresa e o transporte aéreo como um todo, saia dessa crise, saia desse impasse. A mim me parece que não nos é dado agora nessa busca quase emocional de solução emergencial, me parece que nós não podemos deixar de levar em consideração as causas, pelo menos uma parte delas ou a parte que me parece fundamental, na crise da Varig pela qual já passaram outras companhias, como a Transbrasil, como a Vasp e outras tantas. Naturalmente que existem diferenças e diferenças. Não vamos... Vamos procurar dentre esse elenco de causas que determinaram as crises de outras companhias, e agora a crise da própria Varig, vamos procurar os pontos comuns. E me parece que um ponto comum é a questão da manutenção. Incluído aí não somente a manutenção técnica, a manutenção dos equipamentos em si, a parte mecânica e tudo que envolve a segurança do vôo, porque tudo está dolarizado, e ainda por cima incide sob suas importações pesados encargos, essa é a questão crônica do Brasil, a questão dos encargos fiscais que incide. Mas, sobretudo, a questão que me parece fundamental, porque afora o próprio investimento nos equipamentos, a despesa maior que as companhias têm é a despesa com o combustível.

O combustível no Brasil é indiscutivelmente o mais caro do mundo. Eu não diria... Não posso garantir que seja o mais caro, mas um dos mais caros do mundo. O combustível seja o querosene de aviação, que é utilizado pelas companhias comerciais, quase que exclusivamente, e a gasolina de aviação, sobretudo, que é utilizada pelas empresas de táxi aéreo, muitas delas que operam, sobretudo, no Brasil remoto, na Amazônia, e que são essenciais ao processo até de ocupação do território nacional, como a aviação geral, de modo geral.

Nós estamos aqui buscando a solução emergencial para essa crise da Varig. (soa a campainha). E vamos ter que encontrar essa solução. Não é lícito, não é justo, não é admissível que o Brasil queira ignorar que a crise da Varig afeta a economia nacional. Não só porque é um transporte estratégico, um transporte fundamental, mas, sobretudo porque a Varig é um produto que internacionalmente projeta o Brasil. É uma empresa que emprega milhares de trabalhadores especializados e que, se ela for levada à falência, se a sua falência for declarada, evidentemente que esses trabalhadores não vão encontrar mercado de trabalho. De vez que o seu trabalho, os pilotos, os mecânicos, os aeronautas de modo geral, mas os aeroviários também são trabalhadores especializados. Eles se prepararam a vida toda para ser esse quadro de Excelência que o Brasil e o mundo inteiro reconhece.

Aliás, já que estamos falando na questão da segurança, na Excelência dos quadros e na própria organização da aviação comercial brasileira, eu quero me dirigir aqui especialmente ao Dr. Milton Sérgio Silveira, que é Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação. O Brasil precisa reagir, Sr. Diretor. Diante dessa declaração insólita e irresponsável do Cônsul americano em conjunto com o Cônsul da Inglaterra. Os dois sempre estão juntos quando se trata de discriminar os Países emergentes. A história que o diga, em outros momentos da vida, da relação internacional desses Países com Países da própria América Latina. Mas isso não está interessando aqui. (soa a campainha)

Agora, o Governo Brasileiro precisa reagir, e de forma exemplificar, contra esse ato de irresponsabilidade. Esse ato atrevido de querer malsinar uma empresa que é um orgulho nacional de todos os brasileiros. E, sobretudo, porque a acusação ela é leviana, ela não procede, ela não tem fundamento. E ninguém melhor do que a Agência Nacional de Aviação sabe disso. Porque compete à Agência Nacional de Aviação, entre outras atividades, fiscalizar o bom funcionamento e a segurança das empresas brasileiras da aviação comercial e da aviação geral, assim como os táxis aéreos brasileiros. Então é preciso que haja uma reação.

Não é justo que o Brasil se limite a dizer: "Não, eu não concordo com isso". Eu acho que esse ato é um ato de relação diplomática, a própria embaixada dos Estados Unidos tem que ser interpelada para desautorizar esse precipitado...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Parece até um boicote.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Claro que é. E nos é dado o direito, diante do que houve, de suspeitar que há algum interesse subalterno nisso aí. Não sei se há. Não estou querendo fazer juízo temerário, mas nos dá todo o direito de suspeitar que existe alguma coisa por trás disso tudo. Aqui já foi citado que nunca uma autoridade brasileira ou de qualquer outro País ousou fazer a mesma coisa em relação às empresas americanas que entraram em crise. Já agora tem pelo menos duas que estão em crise aí. Essa crise das empresas de aviação comercial no mundo ela é sempre recorrente. Ora é uma crise do terrorismo, mas mesmo sem terrorismo as grandes empresas americanas já enfrentaram grandes crises. Não adianta aqui querer analisar o porquê, mas essas crises aconteceram, mas elas acontecem.

Mas o que eu queria dizer, para concluir, é que nós não devíamos apenas ficar nas medidas emergenciais e específicas para o caso da Varig. Um dos fatores que agravou a crise da Varig foi, sem dúvida nenhuma, os custos da manutenção. Sobretudo os combustíveis brasileiros que são escandalosamente caros. Estão entre os mais caros de mundo se não o mais caro do mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Uma viagem internacional, por exemplo, se um avião sai lá de Porto Alegre e descer no Rio de Janeiro, o combustível é pago em dólar. Nossa moeda não é dólar.

(soa a campainha)

SENADOR JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB) – Nós não vendemos, as empresas comerciais brasileiras não vendem passagem em dólar. Sem falar de outras coisas. Por exemplo, nós não vemos os aviões da EMBRAER serem vendidos no Brasil. Por um princípio geral de comércio, não se exporta imposto. Então um avião que vai para os Estados Unidos, que vai para muitos dos Países do mundo e que compram porque o produto é bom, porque o produto é tão seguro quanto os melhores do mundo, eles não estão pagando impostos. Já as empresas nacionais não compram os aviões da EMBRAER porque se comprarem os aviões vão ser onerados pelos pesados impostos que são cobrados aqui. Claro que eu não estou aqui querendo fazer... (risos) pregar a política de renúncia fiscal, pura e simplesmente. Mas há que se ter um tratamento que permita, inclusive, a EMBRAER se sustentar também no mercado interno. Nenhum País industrializado pode ter uma economia forte se não tem consumidor interno. Já era tempo de se cuidar disso.

Mas eu volto à questão do combustível. Não teria sido uma das razões que levou a Varig a essa situação? Todos reconhecem isso. Pelo menos nós lemos isso todos os dias nos jornais. Todos os dias nós lemos isso nos jornais. Por que então o Governo Brasileiro não... E nós aqui que temos também responsabilidade com isso, não estudarmos a questão pela causa que não está sequer sendo tangenciada nesse momento. Eu sou favorável a qualquer solução que permita a Varig sair dessa situação. Pelos aspectos econômicos, pelos aspectos até de auto-estima do povo brasileiro, mas, sobretudo, pelos aspectos sociais. O prejuízo imenso (soa a campainha) que nós vamos causar a uma parcela altamente classificada dos trabalhadores brasileiros. Os aeronautas, os aeroviários, enfim, todos aqueles que estão envolvidos com essa questão. Nem sequer discuto. Cabe aos técnicos, cabe ao próprio Ministério... Eu não sei porque é que a Ministra Dilma Rousseff não está aqui, porque todas essas soluções, como disse o Senador Garibaldi muito bem, passam pelo Governo Federal, passam pelo Executivo, o Legislativo discute, o Legislativo formula, propõe, etc., mas a decisão é uma decisão típica de Executivo. Não só o Federal, mas o Estadual também. Um bilhão e duzentos milhões de débitos com a Varig. Quatro bilhões e meio do Governo Federal.

Então, eu acho que a solução não pode ignorar também a causa primária dessa crise, no meu entender. Posso até estar dizendo uma heresia, mas acho que não estou, porque conheço razoavelmente essa questão do custo dos combustíveis, não só para a aviação comercial, mas para a aviação de modo geral. Essa é a colocação que eu queria fazer, Sr. Presidente, que ficasse registrado aqui essa preocupação com as causas da crise, também. E no meio de todas elas, como principal crise no meu entender, a questão dos combustíveis, a questão da manutenção em geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Para conhecimento dos membros das quatro Comissões, a pauta das reuniões de Audiência Pública com as Comissões de Serviço de Infra-Estrutura, Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo, é a seguinte: Na próxima quinta-feira, às 10 horas, dia 27, portanto, estarão aqui presentes como convidados o Dr. Luiz Roberto Ayoub, Juiz da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, Procurador de Fundações. Dr. Adarci Reis, Secretário da SPC, Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência. Prof. Paulo Rabelo de Castro, Consultor da TGV. A Srª. Graziella Baggio, Presidenta do Sindicato Nacional dos Aeronautas. A Srª. Selma Balbino, Presidenta do Sindicato Nacional

dos Aeroviários, e o Dr. Demian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES. No dia 2 de maio, terça-feira, às 10 horas, Dra. Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil, e o Dr. Valdir Pires, Ministro da Defesa. Esta é a relação dos participantes dos próximos debates a serem realizados no âmbito das quatro Comissões que tratam da questão Varig.

Eu concedo a palavra neste momento ao Senador Flexa Ribeiro, mas antes, porém Senador, eu gostaria de passar a Presidência dos trabalhos, tendo em vista que eu irei a Plenário tentar me inscrever para falar. Eu passo a Presidência ao Senador pelo Rio Grande do Sul, nosso Paulo Paim, para dar continuidade aos nossos trabalhos, e agradeço a todos os convidados pela deferência e cordialidade com que trataram todos aqueles que presidiram essa Reunião e todos aqueles que participaram dos debates.

Acho que este debate foi construtivo, e resultará positivamente em favor do Brasil. Porque se falando da Varig, nós estamos falando do Brasil. De um patrimônio inalienável do povo brasileiro.

Portanto, com a Presidência o nobre Senador Paulo Paim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Paulo Paim, o Senador Arthur Virgílio solicitou-me que invertesse a ordem. Que ele tem um compromisso em Plenário, e da minha parte não há nada contrário. Posso passar então ao Senador, se V.Exª. concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos de imediato a palavra ao líder Arthur Virgílio, conforme já decidido pelo Presidente que me antecedeu, com cinco minutos, mas com a tolerância de mais cinco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, Presidente. Antes de mais nada, eu ressalto quando cumprimento todos os integrantes desta Mesa, tão consistentes, eu ressalto... Estava acompanhando no que podia o debate por informações de Assessoria e por televisão, o nível alto, a conversa construtiva, a busca efetiva de soluções. Mas faço aqui uma... E vou me ater a questões basicamente técnicas, mas evidentemente que manifestando a minha estranheza com algumas incoerências, uma delas básica. Eu vou ter que por uma incoerência ou outra, eu não sei se somas de incoerência, dá incoerência. Na matemática eu saberia da resposta, aqui eu não sei. É o Brasil abrir as burras do BNDES para o metrô de Caracas, numa hora em que Caracas não só esbanja... Eu diria até que desperdiça petrodólares como os aufere cada vez mais, e essa outra posição que se choca com a primeira do Governo de fazer o papel da Ms. Thatcher. Ou seja, deixa quebrar, estou nem aí. Porque a Ms. Thatcher diria deixa quebrar. Bush não deixou quebrar as empresas após o 11 de setembro, mas a Ms. Thatcher diria deixa quebrar. Mas a Ms. Thatcher não colocaria nenhum tostão no metrô de Caracas. Ela procuraria trabalhar realidades nacionais, realidades brasileiras. Mas eu não vou por essa vereda. Primeira pergunta que faço dirigida, Sr. Presidente, à Mesa, ou seja, quem imaginar que pode respondê-lo ou deve respondê-la que o faça, não estou direcionando a quem quer que seja.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Todos os Senadores falarão e responderão em bloco, no final.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ah, muito bem. Então, a primeira perguntA – A Varig que aufere somente com vôos internacionais, ou seja, traz para o Brasil moeda dita forte, um bilhão e duzentos milhões de dólares por ano, apenas com vôos internacionais, ela não seria viável economicamente? A segunda perguntA – Não seria de interesse do Governo Brasileiro, seria de interesse do Governo Brasileiro perder a marca Varig no exterior? Isso demora décadas para se construir e eu não sei se não é algo a ser pesado à base do Meta comércio. Meta comércio é aquele que não aparece em dinheiro. Ou seja, se o Chile e a Bolívia, que já tiveram problemas de fronteiras terríveis, se diz assiM – "Olha, eu gasto menos em armamento e você gasta menos em armamentos, aí você aplica em educação, eu aplico em saúde". Significa que eu passei a ter dinheiro com o qual eu não contava porque o dinheiro estava dirigido a armamentismo - isso em linguagem de economia de política internacional se chama de meta comércio. Então, não seria de se levar em conta esse dado de meta comércio que é o tempo que se leva para construir uma marca desse peso no exterior? Pergunto algo que - não sei se estou aqui repetindo outros colegas, se estou me perdoem - o prejuízo de socorrer a empresa não é menor do que a perda de arrecadação, dívidas tributárias hoje existentes? Se eu quiser ser bastante econômico, ou seja, o que é que é mais? O que a empresa tem a pagar ou o que seria o aporte necessário para ela com as intervenções todas necessárias para ela se soerguer.

Não seria possível se montar... Não estou falando de estatização, eu até sou contra a figura da estatização. Não quero voltar àquele passado, não. Tenho o maior medo de que muita estatização termine "delubizando" a economia. E eu não quero isso. Quero o Brasil a favor da correnteza que exige produtividade, exige competitividade sistêmica a partir de medidas que passam por reformas estruturais que precisam ser retomadas nesse País, e passam, inclusive, por nós,

entendemos como objeto de acerto o conjunto de privatizações que esse País vivenciou recentemente e que significaram muito.

Eu ouvi a palavra do Presidente da Petrobras outro dia dizendo que chegamos à auto-suficiência porque a Petrobras é estatal. Não é verdade. Chegamos à auto-suficiência por causa do esforço de décadas de brasileiros, e técnicos da Petrobras, de investimento de sucessivos governos e chegamos apesar da Petrobras ser estatal. Eu que sou a favor de mantê-la estatal. Chegamos porque se quebrou o monopólio estatal do petróleo e porque se fez uma reforma administrativa na Petrobras muito séria. Então não estou encampando a opinião do ilustre Prof. Carlos Lessa. (soa a campainha)

Mas muito bem, não seria possível se estruturar a empresa... Aí sob a supervisão do Governo e não o Governo como dono da empresa, cumprir seus compromissos num projeto que levaria uma empresa com a sua credibilidade restabelecida a pulverizar ações no mercado? Pergunto aindA – Se a nova direção da Varig desistir do negócio com os portugueses, quem pagará a conta de 12.5 milhões de dólares imposta pela TAP a título de indenização? Eu temo por um certo vácuo que vejo estabelecido aí.

Muito bem, aí eu volto àquela história da Ms. Thatcher. O Presidente Lula e os Ministros Guido Mantega e Dilma Rousseff afirmaram que não seria papel do Governo socorrer a Varig, que teria que encontrar uma solução sem recursos públicos. Qual seria uma solução sem recursos públicos? Ou seja, mais simples é realmente deixar quebrar com os prejuízos todos que estamos vendo, mas eu insisto que nós devemos exercitar os nossos neurônios ao máximo para encontrarmos uma saída, uma saída que seja compreendida, inclusive pelas concorrentes. Não é hora da concorrente tal querer ganhar a outra, abocanhar. Não. Está na hora de pensarmos grande, e não abrir mão de uma empresa com características multinacionais, transnacionais como a Varig que deveria ser... só entregar se não tiver mesmo outro jeito. Se for essa, de fato, no consenso, a melhor saída para o País.

Muito bem. Aí essa aqui é a minha Assessoria... Eu tenho um pessoal perverso na Assessoria. Eles falam assiM – "Em seus tempos de sindicalista, Lula assinou artigo defendendo ajuda do Governo à Varig. Porque está se negando ajudar?" Eu não estou aqui querendo discutir o passado do Presidente Lula porque eu não sou psicanalista, eu entrei por outro ramo de atividade. Eu enveredei por outro ramo de atividade humana, enfim, de atividade profissional. Eu sou mais do ramo das ciências sociais, mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – A gente acaba tendo que ser. Mas eu não tenho essa ambição... Psicólogo, assim aquele Psicólogo meio rábula, aquela coisa... Mas o fato é que eu não estou dando bola para os artigos que o Presidente assinou. Não quero questioná-lo, ou seja, o Presidente assinou artigos ingênuos, como quase tudo que dizia era ingênuo, como quase tudo que dizia não era prático, como quase tudo que dizia não era para realizar, como quase tudo que dizia visava mesmo a manter aquela aura do líder popular que faria o Governo ideal quando esse Governo ideal se apresentasse à frente dele. Então não quero questionar a figura. Me interessa muito pouco essa figura. Me interessa saber do Presidente da República de hoje, se ele é capaz de compreender a importância de uma grande empresa nacional. Com ramificações no exterior forte. Com características transacionais. Se ele é capaz de entender hoje, agora, neste momento, o Presidente Lula se ele é capaz de entender neste momento agora que nós poderíamos perfeitamente tentar uma saída que fosse a de menor custo para os cofres públicos e que redundasse com muita rigidez em relação às cobranças a se fazer à Varig do ponto de vista de não dispensar dinheiro público lá, mas com a saída com o menor custo de dinheiro público que mantivesse voando uma empresa que a mim... Eu vejo, imagine o Paim, o Pedro Simon, imagine o Zambiasi, eu vejo com dor. Eu olho no aeroporto, toda hora estou no aeroporto e vendo no aeroporto, até quando isso vai ficar aqui, quando é que nós vamos ter de novo? E eu vejo e é muito fácil. Algumas pessoas escrevem com lucidez, "Ah, mas as empresas nascem e morrem como as pessoas". É verdade. Nos Estados Unidos a PAN AM morreu. É verdade. Mas é verdade que com o 11 de setembro o Presidente Bush entendeu que estava na hora de dar uma injeção naquelas empresas lá, ate pelo trauma que a sociedade e o turismo americano sofreram com o gesto deslocado da Al Qaeda.

Eu não gostaria... Não ficaria bom para minha consciência não fazer um gesto. "Ah, mas está adotando posições nacional-desenvolvimentista". Não, não estou querendo aceitar a posição do ilustre e respeitável Prof. Carlos Lessa. Não é essa posição que eu quero, não. Eu só estou querendo saber se na lógica de um País moderno, de um País que se insere cada vez mais no mundo da economia dos mercados globalizados, se nós temos ou não temos saída para uma grande empresa brasileira. Se a saída mais simples é essa. É essa "*a la Thatcher*". E aí eu queria o dinheiro do BNDES de volta, aquele do metrô de Caracas, para

sermos pelo menos minimamente incoerentes, nesse mar de incoerência que eu estou vendo grassar neste País. (soa a campainha)

Eu vou correr no Plenário, porque eu tenho uma fala para fazer e volto para ouvir a resposta, porque eu sei que ainda tem gente na minha frente. Muito obrigado aos Senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O Senador Arthur Virgílio ficou exatamente dentro do tempo. Cinco com mais cinco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Como sempre. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro, cinco minutos com mais cinco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Paulo Paim, eu quero saudar a todos os nossos convidados e dizer a V.Sªs. que escutei atentamente os quatro primeiros. Tive que me ausentar para participar de uma outra Audiência Pública na Comissão de Meio ambiente e retornei aqui face à importância do tema que estamos aqui discutindo. Tão importante é que une quatro Comissões Permanentes da Casa, e traz com muita satisfação para nós, muita honra, os Deputados Federais dessas também Comissões da Câmara, de discutir em conjunto, já o Congresso Nacional mobilizado para discutir a questão da Varig, que é uma questão que eu diria nacional.

Há uma comoção da sociedade brasileira no sentido de encontrar, de se ver uma saída para a permanência da Varig no setor da aviação civil do nosso País. E aí, Senador Paulo Paim, V.Exª. que tem sido defensor permanente aqui da causa da Varig, e de todos, todos os Senadores, todos os Deputados, eu diria todos os brasileiros defendem a causa da Varig. Eu até pelo que eu pude depreender das informações dos quatro primeiros convidados, nós já temos uma análise aprofundada da situação da Varig. Nós temos um diagnóstico da questão da Varig. Nós temos que ter é o receituário, agora, para que a gente possa tirar esse paciente. Senador Arthur Virgílio disse ainda há pouco que as pessoas nascem e morrem. Mas a morte do ser humano é inexorável. Nós temos que aqui lamentar o fechamento de qualquer empresa, seja ela de qualquer porte. Porque quando se tenta diminuir a taxa de desemprego, nós temos que começar lutando pela manutenção dos empregos atuais. Porque cada vez que a gente cria emprego nós perdemos outros, nós vamos ficar sempre numa aritmética de resultado pelo menos zero. E nós temos que ter resultado positivo na diminuição da questão do desemprego.

Então, eu ouvi atentamente. Me parece que a primeira questão que é sobejamente de consenso, foi o afastamento da gestão da Varig que levou a essa situação que a Varig se encontra. Houve a mudança de gestão. Há o engajamento de todos os trabalhadores da Varig. O Dr. Marcelo colocou aqui com propriedade, fazendo uma avaliação do teste que está passando a nova Lei de Recuperação das Empresas, e fazendo um paralelo com a legislação americana, no sentido de que a Varig não teve o cuidado - a Senadora Lúcia Vânia há pouco perguntou qual seria o motivo - a Varig não teve o cuidado de se preparar para ser atendida pela Lei de Recuperação das Empresas. Ou seja, ela não... Não sei qual o motivo, mas ela não fez um caixa para manter a necessidade, ou o não atendimento que é natural, é de mercado, dos credores e dos fornecedores dela quando entrasse no plano de recuperação, que ainda é visto a nível nacional como uma falência, apesar de não ser mais, e de forma acertada aprovada aqui no Congresso Nacional.

Então eu acho que a primeira coisa que nós tínhamos que fazer, e quero dizer que o Senador Suplicy ainda há pouco disse que voou pela Varig, eu tenho desde que possível, voado pela Varig. Eu tive uma reunião quarta-feira à noite em São Paulo, fui ao início da noite e retornei de lá pela Varig, porque tinha que estar aqui cedo no Congresso, no Senado, e saí de lá nesse mesmo vôo que ele fez referência 6h56 de Congonhas e saiu pontualmente. Lamentavelmente o número de passageiros não era aquele talvez adequado.

Então, primeira coisa que temos que fazer, ao invés de fazer o que o Cônsul dos Estados Unidos e do Reino Unido fizeram, é de instar à população brasileira que faça, de preferência nesse momento, a voar pela Varig, para que a Varig possa ter a capacidade de voltar a ter a sua saúde financeira para atender as necessidades imediatas quais sejam aqui já colocadas.

E apenas para colocar aqui, Senador, e sou solidário à questão da Varig, tenho vários amigos que são comandantes da Varig, e tenho pessoa de família minha que era do Grupo Varig Cruzeiro do Sul, que foi incorporada, então eu tenho e sou solidário como os outros Senadores, também, a todas as propostas que aqui foram postas. Acho que nós temos que acelerar essas Audiências Públicas para que se chegue, porque o processo que leva a insolvência de um Banco é a corrida dos clientes a retirar o dinheiro. O que pode levar a insolvência da Varig é a ausência de passageiros para manter a sua atividade do dia-a-dia.

Então, é por isso que eu digo: Quem puder que voe pela Varig nesse momento que a Varig precisa de apoio de todos nós, mas precisa do apoio também dos passageiros brasileiros que o façam.

E aí eu queria colocar aqui como provocação, até para tentar... Provocação no bom sentido de se

tentar encontrar uma saída. Foi colocado que havia um interesse dos aeroviários da Varig, trabalhadores da Varig, de utilizar parte do seu Fundo de Pensão para capitalizar a Varig, algo em torno de duzentos milhões de reais. Me parece que esse seria o número e que em face do Governo Federal no AERUS, não foi possível. Não sei o caso, Senador Paulo Paim, isso já foi feito em outras oportunidades, não para essa finalidade, mas para capitalizar a Petrobras, para capitalizar a Vale do Rio Doce, no sentido de trocar as suas ações pelo FGTS dos trabalhadores. Não seria o caso agora de haver um estudo nesse sentido, já que é uma ação de escolha pessoal, não é nada impositivo que se possa fazer uma capitalização da Varig via o uso do FGTS, troca de ação. Seria uma questão de risco. Quem acreditar na Varig vai lá e pode comprar o número necessário de ações no sentido de tentar capitalizar a Varig.

Eu coloco isso aqui no sentido de abrir essas oportunidades para que a gente possa encontrar um caminho que de uma forma bastante ágil possa então dar o reforço necessário. Porque eu tenho certeza absoluta, que assim como as outras companhias estão em condições de terem auto-suficiência e terem lucro, a Varig também. Resolvido esse problema emergencial que já se arrasta há bastante tempo, ela possa então, a partir daí, saudar seus compromissos. Aí é ganho para todo mundo. Porque nós estamos falando de 11 mil funcionários, mas não estamos falando dos indiretos. Aqueles que dependem dos que prestam, e o comandante me ajuda aqui dizendo que são outros 50 mil trabalhadores que também serão penalizados, que aí eu acho que ninguém lucra. O próprio governo e os próprios credores não terão como, já que o patrimônio é negativo, não terão como se retornar, terem de volta os seus créditos junto à Varig.

Então, é preciso que haja um esforço de todos no sentido que com uma injeção de recurso a gente possa revigorar e ter esse patrimônio nacional continuado. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Quero dizer que a sua sugestão nós vamos encaminhar à Comissão para um debate adequado. De imediato, Senadora Serys Slhessarenko. Cinco minutos com mais cinco.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Bom, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Senhores que participam dessa Audiência Pública, eu diria da maior relevância e acredito que muita coisa aqui já foi discutida, muita mesmo, e como nós já temos mais duas audiências, foi isso que eu entendi quando eu adentrava aqui, dois momentos de audiência e talvez até mais nos próximos dias, eu diria que a gente vai... Que a nossa crença de que vai se encontrar uma saída. Todo mundo junto buscando.

Não precisa dizer da minha crença na importância da Varig. Pela sua tradição, pela história, etc., etc., etc. Pelos trabalhadores, são milhares e milhares, estão sendo falados aí, 11 mil diretos, 50 mil indiretos, e isso aí é uma questão que tem que ser considerada, sim. É o turismo brasileiro. Me preocupa grandemente. Por exemplo, eu sou Senadora pelo Estado de Mato Grosso. A Varig já parou lá em Mato Grosso tem algum tempo. Nós brigamos do jeito que pudemos, tentamos segurar pelo menos um vôo da Varig e não conseguimos. Aí existe lá um entendimento, passam os vôos internacionais, para as outras companhias, enfim, o turista chega lá. Mas chega já com muito mais dificuldade do que chegava quando tinha o vôo da Varig.

Mato Grosso que é um Estado em potencial gigantesco turístico, que está começando agora a se organizar, tem muito para se tornar muitíssimo maior. Eu diria que hoje ele é 10% do que ele tem de potencial. Mas uma questão como essa da Varig já atrapalha até os 10% que a gente já tinha.

Então, eu acredito que essas questões todas têm que ser consideradas. Não é simplesmente vai a falência e acabou. Agora, por outro lado, eu me questiono também, eu diria que isso tem que ser aprofundado grandemente, o entendimento que levou a Varig a essa situação. Porque de repente tem gente que se beneficiou. Eu não sei, não estou fazendo nenhuma acusação aqui. Eu só quero saber. Eu acho que a gente precisa saber. Porque essa história de não vamos olhar para o passado, deixa os culpados para lá, é isso que vai levando uma coisa atrás da outra. Essa é uma questão. Acho que tem que esclarecer essa questão. Como vai se buscar esclarecimento, eu não sei. Não sei mesmo. Em termos de investigações, etc. Não é só simplesmente deixa como está e vamos ver daqui para frente. Tem muita gente que adora esse discurso por aí em todos os sentidos. E eu não gosto, não. Eu gosto de tocar daqui para frente, mas eu gosto de ver por que é que isso ficou lá para trás. Não é só no caso da Varig, em tudo, mas na Varig, também.

Então eu acho que essa questão seria importante. Agora vejo que a gente tem que achar uma alternativa, tem que achar uma saída. Sei também que o Brigadeiro João Carlos é uma pessoa que tem um grande conhecimento como todos os outros, eu não estou discutindo, até porque eu não assisti de todos, (risos) assisti os dois primeiros, que eu tinha várias outras Comissões, como tenho já, já, aqui para a Comissão do orçamento. E eu gostaria de fazer uma pergunta bem direta: Qual a solução para o caso da

Varig, tanto no que tange a Varig nacional quanto a Varig internacional? Ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – De imediato a palavra ao Senador Romeu Tuma, cinco minutos com mais cinco, se necessário.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vou procurar ser rápido, que infelizmente como disse a Senadora Serys, vai para cá e vai para lá, essa correria a gente acaba perdendo mais da metade do que é colocado aqui.

Então, praticamente a gente fica quase sem pergunta a fazer. Eu queria só fazer uma sugestão para BR para falar com a Petrobras, fazer uma campanha através dos aviões da Varig. O Brasil conseguiu auto-suficiência em petróleo e pagar em querosene de aviação. Provavelmente ajude a Varig a voar com essa publicidade pelo País e pelo mundo inteiro. Não estou falando de brincadeira, estou falando que já que há um investimento enorme da Petrobras na campanha da auto-suficiência, eu não estou criticando a campanha, eu estou apenas achando que poderia usar o avião da Varig e botar ali e a Varig receber em combustível. Talvez isso aliviasse e desse condições de vôo.

Mas eu vôo pela Varig. Ainda semana passada, Senador Paulo Paim, o Paulo Paim é gaúcho, tem um amor especial pela Varig. Eu como paulista também tenho. Eu passo toda semana na Ruben Berta, porque eu moro pegado ao aeroporto. Então mesmo para ir ao aeroporto ou não, eu passo pela Ruben Berta. Então o Senador Simon talvez tenha cometido um pouco de injustiça em dizer que se a Varig fosse paulista estava resolvido. Não é verdade. Eu acho que o amor que se tem pela Varig ele é histórico, Senador Paulo Paim. Ela tem a vida toda a serviço do País, em divulgar... Era considerada... Sempre a gente procurava vôos internacionais a Varig pelo atendimento elitizado que ela dava ao passageiro. Ainda semana passada eu pedi para ir a São Paulo num vôo de um horário que eu precisava, a secretária disse, "Só tem da Varig. Eu vou ver da TAM e de outras..." Eu disse, "negativo. Por que é que não da Varig? Eu vôo na Varig". "Mas estão cancelando"; "Não importa, eu vou ao aeroporto, se cancelar eu procuro outra". E eu fui e sofri muito nesse vôo, Senador. Sofri porque a chefe da equipe sentou ao meu lado e começou a chorar pelo desespero que os funcionários da Varig estão sofrendo com a possibilidade de ficarem desempregados. E não há a possibilidade de repor essa mão-de-obra especializada em outros setores de trabalho. Porque a maioria tem mais de 15, 20 anos de serviço e não vão encontrar emprego fácil. Alguns pilotos conseguiram ir para Ásia, para outros lugares que eu já cruzei com eles, mas a grande mão-de-obra que é especializada, a Varig antiga, ela não tem como recompor os empregos se a Varig fechar.

Então aqui tem propostas de sacrifício de funcionários, de sacrifício até da Previdência. Eu até li com atenção do Grupo Varig e do Jorge Lobo a apreciação, inclusive o comentário do consultor, estão gerenciando, e ele fala que o plano emergencial da Alvarez & Marsal negociando com os credores. Fora a BR Distribuidora e a Infraero. Porque V.Exª. disse aqui, que uma estatal não pode. Depende do Tribunal. Se o Tribunal decidir o contrário, não tem como socorrer. Mas a BR é uma estatal relativa, porque a Petrobras tem ações de fora. Ela é o capital misto. Então não sei se ela pode ou não negociar a BR essa parte de financiamentos novos para a Varig continuar voando. Eu faço um pouquinho de... Para trás. Eu tenho um minutinho ainda. Mais para trás, eu estou aqui há 10 anos. Oito do primeiro mandato e dois do segundo mandato. (soa a campainha) Acho que mais de cinco, seis anos nós temos Audiências Públicas dedicadas às companhias áreas. Pelas dificuldades que elas atravessam, inclusive do período de intervenção. Que tiveram que ir à justiça e a grande maioria... Não sei se já falaram sobre isto aqui, a grande maioria teve vitórias na justiça e querem fazer um encontro de contas.

Eu tenho muito respeito pela Ministra, acho que ela virá aqui, mas eu não entendi por que é que é um saco sem fundo, Senadora Lúcia Vânia. Eu não entendi. Porque quando se fala um saco sem fundo é porque tem algum ralo grave ali que não dá para segurar o dinheiro. Você tem que equacionar a dívida para pagamento de dívida e direto. Do Banco que financiar direto com o credor. Não vai para mão da administração. Então tem que ser um crédito fixado já para fazer o acerto de contas. Então eu não sei o que é saco sem fundo. Não entendi. Sei que a Ministra é uma pessoa correta, tem respeito pela sociedade, e acho que a empresa é uma empresa que eu vi todos aqui ninguém aqui falou uma palavra contra a recuperação da Varig. Ou como diz o Senador Arthur, Margareth Thatcher. Nenhum deles falou com a Thatcher da Inglaterra. Todos querem ver qual é o caminho que dá para solucionar. Estão tão desesperados, provavelmente, como os funcionários. Porque não querem ver a Varig se afundar completamente nessa luta que se desenvolve.

Eu acho que o País inteiro, Senador, não são só os Senadores gaúchos, não. Acho que eu queria me incorporar como paulista à luta do Senhor e sei que os outros paulistas também têm isso, em Goiás também, todos nós queremos que a Varig se salve de alguma forma. Eu não... Eu vi aqui. O que é que é garantia de penhor do *Smiles*? O Senhor falou sobre isto aqui. Pelo menos está nesse Varig um patrimônio

nacional, um estudo que foi feito pela Advocacia, fazendo referência à empresa Alvarez & Marsal. Não é isso? Touche Tohmatsu e Alvarez & Marsal que está fazendo a busca de uma solução técnica e econômica para isso. E essa intervenção, no fundo, que o Governo fez para seqüestrar os bens do fundo, para evitar que esse capital pudesse servir de geração de capital para a Varig, qual foi a fundamentação correta e legal que foi dada para que isso houvesse uma intervenção em 24 horas? Praticamente de um dia para outro quando houve o compromisso dos funcionários de abrirem mão dos fundos para poder ajudar a Varig com o saldo de quinhentos milhões, se não me engano, que tem no fundo. Não é isso?

Então, Sr. Senador, é isso aqui. Estou pronto para colaborar no que for possível. Acho que a luta é grande e tem que se encontrar uma solução talvez dentro desse plano de recuperação das empresas e ver se tem um espaço, um *stand-by* que o Governo, já que o Juiz tem uma decisão favorável, uma perspectiva de solução, que os outros setores públicos que também acompanhem num prazo em *stand-by* para ver se consegue alcançar aquele fundo para tentar equacionar os problemas da Varig como pagamento do passado e ter um presente mais ativo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Todos os Senadores já fizeram uso da palavra. Por uma decisão do Presidente anterior, ele havia já anunciado que depois que os Senadores falassem, ele abriria mão para os Deputados presentes. Como só está presente o Deputado Babá, e o horário já ultrapassa às 14 horas, Deputado Babá fará uso da palavra e em seguida, independente da chegada de um outro Parlamentar, a gente vai passar a palavra à Mesa por cinco minutos com mais cinco. Eu peço ao Deputado Babá se possível ficar dentro dos cinco minutos. Está com a palavra.

DEPUTADO BABÁ (PSOL-PA) – Pois não. Muito obrigado, Paim. Primeiro que eu queria falar que a minha companheira Luciana que estava agora há pouco aqui comigo não vai poder vir porque nós estamos com outro compromisso de bancada. Então, eu vim aqui falar pela bancada do PSOL.

Eu acho que o importante desse debate, primeiro, é constatar que a Varig é uma realidade nesse País. Mesmo com problemas. Uma empresa que é um patrimônio nacional, não apenas de seus funcionários. E efetivamente os funcionários sempre nessas crises, são os que saem mais prejudicados. Podem ir atrás como andam hoje os trabalhadores da Vasp, como andam os trabalhadores da Transbrasil, que no caso é diferente da Vasp, porque efetivamente o Sr. Canhedo e o proprietário da Transbrasil deram belos canos nesse País, no orçamento público, e que levaram aquelas empresas a uma situação de insolvência, mas quem pagou o preço alto foram seus trabalhadores. Pilotos, Comissários de bordo, Comissárias de bordo, pessoal da manutenção. E a Varig tem um patrimônio acumulado de profissionais com a maior qualidade, sem sombra de dúvida desse País, é um exemplo. Aliás, a aviação brasileira tem tido um grau de respeitabilidade pela sua atuação e a Varig é um exemplo disso. Inclusive pela dedicação desses trabalhadores que estão aí, dos aposentados que estão na iminência de dentro em pouco não receberem mais nada do AERUS, e que é preocupante.

Pessoas que estão aí, que dedicaram a sua vida à empresa e a esse País, que daqui a alguns meses terão que cair, na verdade, da aposentaria que recebem para uma aposentaria simplesmente do INSS que todo mundo sabe o baque que é para essas famílias. Mas, aos milhares que trabalham na Varig, os familiares deles, infelizmente eu não trouxe uma cartinha que uma menina tentou entregar para o Lula, filho de um Comissário e uma Comissária mostrando qual a situação dessas famílias.

E eu queria pegar essa discussão por um lado. Eu participei domingo num ato, no Rio de Janeiro, dos companheiros, como a companheira Luciana participou lá no BRIC da Conceição, que nós estamos acompanhando efetivamente esse caso, e é interessante perceber, e aí eu falo ao Governo aqui, tanto a Infraero como a BR Distribuidora que é uma companhia estatal, por mais que seja capital aberto, é Governo. Não adianta tirar agora, dizer que é uma empresa de capital aberto, por isso tem que dar responsabilidade aos seus... A principal responsabilidade da BR Distribuidora efetivamente é com a população brasileira porque é uma empresa estatal. E mais. O Governo deve à Varig quase cinco bilhões de reais. Só isso praticamente já resolveria em grande parte o problema da Varig. A Ministra Dilma Rousseff disse que vira as costas e diz que não vai injetar dinheiro público na Varig, como se esse Governo não tivesse devendo nada para Varig. Só isso já resolveria em grande parte este problema.

Mas é interessante, o mesmo Governo que vira as costas para a Varig, uma empresa nacional, com todos os profissionais aqui nesse País que voa, que tem vôos internacionais, que eu acho que o Governo Brasileiro em retaliação deveria também colocar ao Sr. Ministro das Relações Exteriores para dizer para a população brasileira não voar nas companhias norte-americanas e nem européias que viessem para fazer esse vôo internacional para o Brasil, porque não é possível que a gente fique recebendo todos esses ataques e não faça nada.

Mas, vejam bem a contradição ao Governo. Vira as costas para a Varig dizendo que não pode injetar dinheiro público na Varig. Mas na Brasil Ferrovias o BNDES entrou com um bilhão e quatrocentos milhões, há pouco tempo atrás, de uma empresa que, na verdade, deu um prejuízo brutal a esta Nação, que foi privatizada, o Governo Lula teria todas as condições morais de reestatizá-la, porque era uma empresa estatal, porque foi entregue na época do Governo Fernando Henrique Cardoso como toda a crise que fizeram com as ferrovias brasileiras argentinas, que também está causando o mesmo problema naquele País. O Governo injeta um bilhão e quatrocentos milhões.

Na Eletropaulo, onde a ENRON, que deu aquele cano internacional, que comprou a Eletropaulo, a AES. E qual foi o papel do Governo? Que deu também outro rombo. Qual foi o papel do governo? Foi reestatizar a Eletropaulo como deveria ter sido feito? Não. Injetou dinheiro público na Eletropaulo porque o Bush assim queria. Porque o Bush não permitiria. Infelizmente é essa a situação. Um Governo refém do capital internacional, que não pode despender nem os cinco bilhões que deve à Varig, mas pode pagar 11 bilhões ao mês só de juros da dívida pública, em média. Porque nos últimos meses foram 15. Ora, vejaM – No último mês o Governo paga 15 milhões de juros aos banqueiros (soa a campainha) - Eu pediria dois minutos para concluir - E se nega a pagar um terço disso à Varig que corresponde na verdade, três vezes a dívida da Varig. Em um mês de juros da dívida. Não estou nem querendo entrar na questão social, do País, tudo mais. Só para dar um exemplo de como o Governo age com relação quando é uma empresa multinacional, ele ajuda. Quando é uma empresa nacional, ele vira as costas e nem paga o que deve.

Portanto, nós queremos chamar atenção da população brasileira que ela tem que sair às ruas, porque essa luta não é apenas uma luta dos trabalhadores da Varig. Essa é uma luta da população brasileira, se não quer ver essa empresa parar na mão da TAP ou das empresas multinacionais ou ser incorporada por empresas brasileiras de menor capacidade do que a própria Varig no jogo que está aí por trás, na penumbra, que não se sabe efetivamente a quem beneficia, apesar de...

(Soa a campainha)

Eu vou concluir, Paim. Para dizer ao Governo Lula que não é possível tratar esses milhares de pais de família que trabalham perfeitamente para esta Nação e não destinar a dívida e, inclusive, da mesma forma que fez com a Brasil Ferrovia. Por que é que o BNDES não pode também pegar, virar sócio da Vasp em parte para ajudar na recuperação da empresa? Por que é que não pode? É por que ela não é comandada pelos Estados Unidos? É para beneficiar a America Airline? É para beneficiar a British? Efetivamente, é.

Portanto, Tenente Brigadeiro da Infraero e vocês, inclusive, são um exemplo de trabalho. Felizmente não foi privatizada a Infraero. Felizmente. Porque aí nesse ponto os militares tiveram um peso importante nesse País, porque na Argentina foram privatizados todos os aeroportos. Foram privatizados Aerolínea Argentina (soa a campainha) e entregue na mão do capital espanhol e está na mesma crise ou maior do que a própria Varig que atravessa no Brasil.

Então eu concluo aqui, em nome do Partido Social da Liberdade, nós temos que entender que o Governo tem que dar uma saída. Quem pode dar a saída a essa situação? O Governo primeiro, pagando a dívida que deve à Varig, a BR Distribuidora que tem que compreender que é uma empresa pública e não uma empresa privada. Que tem que atuar assim não para objetivar e, aliás, o Juiz que tomou a decisão de impedir a entrega do avião da Varig à empresa norte-americana agiu corretamente, como agiu corretamente o Juiz que não aceitou pedir a falência da Varig. Agora, o Governo tem que ser pressionado a destinar o orçamento dessa Nação em parte para pagar a dívida e até para ajudar na recuperação da Varig. Porque esse é o interesse também nosso, do País, de cada brasileiro, efetivamente sabendo com todos os problemas que hoje atravessa. É isso, Senador Paim, que nós queremos colocar aqui em nome do PSOL. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Essa Presidência abre mais uma exceção. O Deputado Perondi pediu um minuto. A Mesa vai dar dois minutos. Um mais um.

DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS) – Parabéns, Senador Paim, Senador Simon, Zambiasi, por marcarem essa Comissão e trazer esse assunto que é importante. Que o Brigadeiro, Tenente Brigadeiro José Pereira disse muito bem da revista Isto que a Varig tem posição estratégica no País. Parabéns, Brigadeiro José Pereira. O Senhor, o Ministro Valdir Pires, Ministro Marinho estão com essa visão maior, mais profunda do que significa a Varig. A Varig, no mês de março, transportou quase um milhão de passageiros, quase meio bilhão de receitas, e em termos de divisas traz um bilhão e duzentos, meu caro Dr. Milton Zuanazzi, gaúcho, que conhece mais do que quase todos aqui a importância da Varig para o Rio Grande do Sul e para o Brasil. Um bilhão e duzentos na nossa conta corrente, nossa balança comercial. (soa a campainha)

Então precisa, sim, a visão maior do Governo. A Varig que nós gaúchos, os cariocas, enfim, funcioná-

rios todos, aonde tem ponto da Varig não querem meu caro Pedro Pereira da nossa querida BR Distribuidora. A Varig não quer esmola, não quer intervenção, não quer dinheiro público. Quer uma relação comercial, apenas comercial, meu caro Senador Paulo Paim. E eu tenho certeza que não passa pela cabeça do núcleo duro do Governo que o caminho é o capital paulista assumir, através da TAM, a Varig. O que havia dois anos atrás, há dois ou três anos atrás, pelo Chefe da Casa Civil. Não passa pela cabeça. E mais, temos o Dr. Ayoub, firme e claro. (soa a campainha) o Juiz que mergulhou, que administra como Juiz a recuperação judicial, acha que é viável. E realmente é viável. E já tomou a decisão de passar as ações para a Fundação Ruben Berta, já tem aí Dr. Marcelo representando a Alvarez para fazer a gestão judicial com competência.

Para encerrar, Senador Paim, eu não acredito que o Presidente Lula que quando sindicalista, que quando Presidente do PT, escreveu muitos artigos da importância para os trabalhadores da Varig, e para o Brasil da Varig, talvez Senador Paim, e isso é importante, o Congresso como está se manifestando, a Câmara e agora o Senado com força, passar mais informações. E aí tem Dr. Milton, o Brigadeiro e o Pedro Pereira de passar essas informações seguras. E mais, para encerrar de fato, o Tribunal de Contas aberto. (soa a campainha)

Então, é confiar na recuperação. Retirar da Fundação Ruben Berta. Os dráculas lá que mamaram, sangraram ao longo dos últimos 15 anos, têm que ir embora. Têm que ir embora de uma forma ou outra. Mas o Governo não pode ficar com essa marca. E está claro. É incrível com toda campanha negativa até semana passada. De semana passada para cá a imprensa começou ver que a Varig é viável. E o Governo começou a reavaliar, o povo continua viajando, não é comandante? Continua viajando.

Então, evidente, não se quer dinheiro público. Não se quer. É uma relação comercial, meu caro Pedro. A Petrobras comemora a auto-suficiência. A Petrobras não pode comemorar o enterro por simplesmente um rigor comercial. A Varig está no ar, a Varig vai continuar no ar. E essa Casa, o parlamento está se levantando e com muita força. Parabéns, Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Obrigado Deputado Perondi. Passamos de imediato a palavra aos nossos convidados, pela ordem aqui de inscrição. Eu vou dar também à Mesa cinco minutos, com mais cinco, se necessário. Passo a palavra ao Dr. Pedro Caldas Pereira, Gerente-Executivo de produtos de aviação da BR Distribuidora.

SR. PEDRO CALDAS PEREIRA – Finalizando a nossa participação eu queria registrar que a Petrobras Distribuidora é solidária nesse esforço de recuperação da Varig. Desde a primeira hora ela tem prestado a sua colaboração naquilo que é possível, e a solução que a Comissão encontrar e que for a solução de consenso e solução de Governo, a BR irá cumprir. Nós não temos nenhuma restrição quanto a seguir com a solução que for de consenso e que for a solução que vier a ser recomendada por aquelas autoridades que assim determinarem.

Lembro apenas que a BR Distribuidora ela presta contas das suas ações, das suas atitudes ao Tribunal de Contas da União, e ela atua especificamente no que diz respeito às ações em relação à Varig, em estrito acordo com as orientações que emanam do seu Conselho de Administração. Era só isso que eu tinha a falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou ter que quebrar o protocolo, porque o nosso Senador Jefferson Peres - e eu dizia aqui Senador, que V.Exª. mediante aquele discurso que fez, naquela quarta-feira, desencadeou uma série de debates, foi quarta, quinta e sexta, sobre a Varig, e dessa iniciativa sua é que foi articulado pelas quatro Comissões essa Audiência Pública e outras que virão na seqüência. Já íamos encerrar aqui com a fala da Mesa, mas antes de passar para os outros painelistas, V.Exª. está com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Pois não, Senador Paim, eu creio que V.Exª. está sendo generoso. Não fui eu quem desencadeou o processo. Já vem de longo tempo. O Comandante Marsillac que é testemunha que um grupo de Parlamentares, um grupo ao qual V.Exª. pertencia, vem há três anos neste esforço coletivo pela salvação da Varig. E eu nunca percebi. Não está falando aqui o Senador oposicionista, de forma alguma. Está falando o Parlamentar que procura ser isento. Eu nunca percebi muita vontade do Governo de intervir na Varig. Até mesmo se fosse o caso para estatizar, Senador Paim. Se fosse o caso. A Varig é uma empresa tão especial, uma empresa emblemática, uma empresa que diz relacionada à auto-estima do brasileiro, até. Que ela deveria ter um tratamento especial. Não para injetar dinheiro público em empresa falida, como estão dizendo autoridades. Não, de forma alguma. Saldar, estatizar, sanear, e não para entregá-la à fundação Ruben Berta. Me desculpe se alguém da fundação está presente aqui. Nunca. Sejam quais forem os outros fatores que concorreram para a debacle da Varig, a fundação também tem sua parcela de culpa por má gestão. Mas intervir na Varig efetivamente, fazendo encontro de contas, transformando débitos, créditos do Governo em ações da empresa, injetando dinheiro do BNDES também diante compra de debêntures conversíveis em ações, enfim,

uma ação efetiva de dura do Governo para salvar a empresa. Isso há três anos. Quando a situação não se agravou a este ponto. Eu numa entendi isto, não sei o que foi dito aqui nos debates, eu estava numa reunião do meu partido de presidenciável, e não pude deixar de ir lá, eu era um dos expositores, mas é isso.

Parabéns a V.Exª., parabéns a todos os Presidentes de Comissões que promoveram este encontro, meus agradecimentos aos que compareceram, e realmente eu noto, Senador Paim, quase uma unanimidade do Senado. (soa a campainha) Será que todo o Senado Federal está enganado ao dizer que há um clamor popular, se não de todos os brasileiros, claro, mas de uma grande parcela da sociedade brasileira no sentido de que a Varig seja salva? Eu acho que estamos, sim, vocalizando sentimentos de grande parte do povo brasileiro. Meus parabéns, mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu cumprimento V.Exª., Senador Jefferson Peres, já havia falado quando usei aqui meu tempo, da sua iniciativa na Tribuna que suscitou um aparte nosso, enfim, uma seqüência de debates no Plenário do Senado que foi importantíssimo. Continuamos aqui então com os convidados. Passo a palavra nesse momento ao Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, a Infraero.

SR. JOSÉ CARLOS PEREIRA – Muito bem, Sr. Presidente. A Senadora Serys me fez um pergunta direta de qual seria a solução para a Varig. A Senadora teve que se retirar por razões de Plenário, mas eu gostaria de dizer à Senadora que como eu gostaria de ter essa resposta. Eu daria alguma coisa da minha vida para ter essa resposta. De qualquer forma, Presidente, nós na Infraero temos acompanhado muito de perto através do trabalho principalmente da nossa Drª. Josefina, todo o drama da Varig já há alguns anos. E temos visto, Sr. Presidente, soluções, muitas soluções foram apresentadas ao longo desse tempo. O que eu poderia dizer para a minha querida Senadora Serys era que qualquer solução ela primeiro tem que ser adequada, Presidente. Ou seja, tem que ter certeza que aquela solução resolve o problema. Mas não basta ser adequada, ela tem que ser praticável. É fácil dizer pegue dez bilhões do Governo e aplique na Varig. Resolve o problema? Resolve, mas é impraticável. Ela não pode ser praticada. Então nós temos que ter uma solução adequada, que resolva o problema, e possível de ser feita. Ou seja, obedece a lei, temos tempo para fazer isso? Temos Recursos Humanos, temos recursos materiais? E não basta ser só adequada e praticável. Tem que ser aceitável também, em termos de risco. A velha perguntA – E se não der certo isso? Nós vamos sobreviver ao fracasso? O sistema sobrevive a uma derrota? Então, dentro desse critério de soluções tem que ser necessariamente... Se ela não for adequada, abandone-se. Se ela não for praticável, abandone-se. Eu acho que ao longo desse tempo perdeu-se muito tempo discutindo soluções inadequadas e soluções impraticáveis, principalmente em termos de lei, principalmente em termos do cumprimento da lei.

E esse é um ponto de vista, Presidente, e eu gostaria de acrescentar que num critério crítico para se chegar a uma solução, eu vejo os interesses estratégicos do Estado, porque a empresa Varig tem um fortíssimo potencial estratégico para o Estado brasileiro, e em segundo plano, o interesse dos trabalhadores. Segundo plano que eu digo, no mesmo nível. Os interesses dos trabalhadores e o interesse dos consumidores brasileiros que, afinal de contas, são os grandes usuários disso.

Eu, apenas para completar, eu gostaria de deixar claro que eu devo a minha vida à Varig. Como piloto da Força Aérea, eu me vi em uma situação extremamente crítica, levei um raio no meu avião, perdi todos os sistemas, ia morrer e fui salvo por um piloto da Varig que eu nunca tive oportunidade de conhecer. Pelo rádio ele me orientou e me fez chegar no aeroporto seguro. Nunca conheci esse piloto e espero que não seja um dos demitidos.

(Palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao Dr. Milton , Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil, a ANAC.

SR. MILTON SÉRGIO ZUANAZZI – Presidente Senador Paim, Srs. Senadores, Senadoras e Deputados. Eu quero tentar manifestar nesse final de debate o mínimo de passionalidade possível. Apesar de para nós gaúchos esse é um tema sempre muito passional. A Varig tem muita relação com a nossa história, com o nosso Estado.

Primeiro responder ao Senador Maranhão sobre a questão do Cônsul norte-americano. O papel da agência, e isso está sendo feito, é comunicar o organismo brasileiro que é responsável pelas nossas relações internacionais, que é o nosso Ministério das Relações Internacionais. A Varig e todas as empresas regulares brasileiras voam com segurança operacional de primeira qualidade. Nós temos um dos menores índices de acidentes no mundo na aviação comercial e na aviação civil. E, portanto, nós temos absoluta segurança, tranqüilidade de fazer essa afirmação.

Afirmação da Inglaterra, acho que teve um outro caráter, se é que eu estou me referindo da mesma, porque teve um caráter mais do ponto de vista de con-

sumidores, que aí é um outro debate, de preservar os consumidores ingleses.

Agora a manifestação sobre segurança de vôo da Varig essa realmente não podemos admitir. A agência dará todo um instrumental para que o Itamaraty tome as devidas providências. Apesar de que o Senado nessa reunião mesmo, tomou uma medida requisitada pelo Senador Suplicy. A Senadora Lúcia Vânia colocou uma questão importante. A Lei de Recuperação Judicial ela veio para recuperar as empresas. Esse é um fato novo que nós estamos vivemos aqui. Se nós tivéssemos na lei antiga, tecnicamente, sem passionalidade a Varig estava falida. Porque ela tinha patrimônio líquido negativo. Esse é o que diz que uma empresa faliu ou não. A entrada na recuperação judicial, numa lei que é a favor da recuperação da empresa, é que torna possível nós resgatarmos as saídas para a Varig. E nesse sentido, nós temos que distinguir duas coisas que se misturou muito nesse debate aqui. Uma, são as coisas de curto prazo. Estamos falando de fluxo de caixa para ela chegar até a solução na Lei de Recuperação Judicial, porque apesar da lei ser positiva, ela precisa de prazos, tempos, *times*, leilões, separação de ativos e passivos, enfim, é um conjunto de ações que o Juiz e seus assessoramentos têm que tomar.

Então, primeiro estamos tratando de uma questão de curto prazo. Tem que se tratar, portanto, de fluxo de caixa, sobrevivência da empresa voando. Porque se ela parar de voar, aí sim é o fim. Então essa é uma questão. Nesse sentido surgiu uma dívida que essa é real, transitada em julgado que é com os Estados, com de um bi e duzentos que só um Estado até ou. Essa é real, isso é fluxo de caixa. A dívida, o encontro de contas que o Governo Federal voltou-se esse debate novamente aqui, outros Parlamentares, o Marcelo já tinha dito. Ele hoje tem efeito somente de balanço, não tem efeito nesta sobrevivência de curto prazo, nenhum. Por quê? Porque, enfim, o Governo também tem créditos na empresa. Então tem o efeito de balanço. A médio prazo é importante a discussão do encontro de contas. Ela não está morta. E nem é desnecessária. Mas nesse curto prazo ela não resolve nada. Você precisa que ela voe cotidianamente.

Então acho que a primeira coisa tem que se tratar dessa questão. Que ela é absolutamente essencial. E é isso que o Juiz, através da consultoria, da Marsal e da outra consultoria do administrador judicial estão conversando com os credores. É nesse debate também que foi procurado o BNDES. É nessa busca de uma questão de curto prazo. Infelizmente essa questão do curto prazo está misturada com salvar a Varig. Que é uma questão que está se tratando mais do longo prazo. E aí eu pego as palavras da Senadora Serys. O passado é importante, sim, para analisar o futuro. O futuro da Varig ele é possível, tem luz no fim desse túnel e não é um trem, há essa possibilidade, mas não pode ser um futuro onde a gente negue o que ocorreu no passado. E eu não estou falando de Fundação Ruben Berta. Não estou falando. Estou falando exatamente de questões de fluxo de caixa, competitividade da empresa. Esse é um setor, setor aéreo no mundo, trabalha com baixas lucratividades. Grandes movimentos de recursos e baixas lucratividades. O ajuste de um setor como esse no ano de 2006 é absolutamente distinto do ajuste que se tinha na década de 80 ou de 70. Mudou muito. O próprio Brasil mudou muito. A Varig hoje tem monodesignação em sete Países, somente. Os Estados Unidos está aberto à multidesignação desde 91. (soa a campainha) A América do sul está aberta desde o tratado de Fortaleza em 1996. As empresas brasileiras e empresa da América do Sul podem viajar para cá e vice-versa. Não há mais monodesignação. A monodesignação da Varig, mesmo nos Países de monodesignação não é mais em todos. A TAM já opera com Paris e vai começar a operar com Londres. Então o tempo da monodesignação, que lhe permitia determinadas atitudes empresariais, não é mais possível.

Então, o futuro da Varig passa também pela compreensão do futuro da empresa enquanto uma empresa competitiva no mercado doméstico, no mercado internacional da América do Sul, norte-americana e no mercado mesmo da monodesignação. É necessário isso. Se nós não fizermos essa análise, o Brigadeiro J Carlos tem absoluta razão. Nós vamos continuar postergando, tomando atitudes muito intempestivas, tomando atitudes emocionais.

Então, eu quero dizer com isso, isso aqui não é um banho de água fria, muito pelo contrário, eu acho que a gente ter a visão rigorosa e crítica é o início da solução. Nós precisamos ter essa encomenda acertada. E nesse aspecto minhas conversas, nossas, estamos aqui os quatro Diretores da agência, com o Dr. Ayoub. Cotidianamente. O Marcelo tem participado de várias delas. Ou seja, nós queremos buscar uma solução.

Na questão do longo prazo é que o Governo tem dito que não quer ser o capitalizador da empresa. Não quer colocar o recurso, não quer estatizá-la. Não quer intervir. A intervenção, Senador Jefferson Peres, ela tem os seus problemas. Houve uma intervenção na Transbrasil no ano 2000, se não me falha a memória. Houve uma intervenção, e até hoje o Governo paga um preço muito caro pela intervenção. Porque de repente, todos os passivos, como é o Governo, assume, voltam. Gente que nem está mais cobrando aspectos do passivo, volta. Então a intervenção ela pode ser analisada, mas ela tem que ter todo um conjunto de cuidados. Se

nós tivermos uma alternativa que é essa que está se tentando construir na Lei de Recuperação, e eu volto a dizer, somente a Lei de Recuperação permitiu isso. Portanto, nós estamos falando de algo que ocorreu a partir do dia 23 de fevereiro. O acordo lá, quando a Varig entra, é em junho do ano passado, mas é em 23 de fevereiro que dá o acordo com o Comitê de Credores. Portanto, estamos falando de algo de 23 de fevereiro e hoje é 25 de abril. Estamos falando de algo de dois meses e dois dias de vida. Portanto, algo novo. Isso precisa ser entendido. Porque senão a gente fica imaginando soluções que eram antes desse período e que foram tentadas. Eu não estou aqui com... Ungido pelo Governo para defendê-lo. Foram tentadas várias. A citação de uma, a difusão com a TAM é uma delas. Em cima de um *code-share*. Aliás, um *code-share* que o Governo autorizou. E no caso o DAC, hoje ANAC, autorizou. E foi absolutamente fundamental naquele momento. Se não autoriza, talvez ali tivesse sido decretado o fim da Varig. Foi absolutamente fundamental aquele *code-share*.

Então, são ações de Governo... Eu volto a afirmar. Não é justo dizer que o Governo não faz nada. É um conjunto de ações que vêm ocorrendo no período, e eu não quero colocar culpa em ninguém mesmo, mesmo sendo tentado, quer dizer, tentado a culpar alguém. Eu quero dizer que não é justo que nós façamos simplesmente esta crítica. Há um conjunto de ações feitas, muitas feitas que esbarrou, ora na não vontade dos dirigentes da empresa, ora porque não compôs todo o conjunto de interesses que compunha aquilo.

Mas hoje, se isso ajuda, se isso coloca uma pá de cal nessa questão do passado no sentido de ficar achando culpados, nós estamos numa lei. O Juiz não tem jurisprudência nessa lei. Ele não tem doutrina. É uma lei absolutamente nova. A Varig, aliás, entrou nesta lei numa décima hora, porque não havia nos artigos que a criavam, a possibilidade das empresas concessionárias públicas ingressarem. Esse artigo é o 199 que na décima hora é colocado exatamente olhando para Varig. Olhando para achar uma saída para a Varig, já que a lei é uma lei que busca alternativa nas empresas brasileiras O espírito da lei é esse. Mas, enfim, ela é uma lei nova, o Marcelo colocou que a Varig não se precaveu com recursos para fazer seu fluxo de caixa.

É muito natural que os credores que vão lá e negociam e congelam seus créditos, que ocorre isso, congelamento, é muito natural que o credor diga o seguinte: "Bom, eu estou congelando para nós lá na frente discutirmos". Então não está a discussão que os créditos como o INSS, com Infraero, com BR, com ninguém. É natural que o credor diga: Mas a partir de agora, aliás, está escrito, esse é o acordo, a partir desse momento, 23 de fevereiro, eu quero ser pago em dia.

Então, esse é o debate. Nós estamos há dois meses. Então eu olho ali para o meu companheiro do Infraero (soa a campainha) e ficando que ele não merece tanta crítica. Há dois meses se tomou essa decisão. Está lá congelada com o endividamento da BR Distribuidora e a partir de então está inscrito e eu vou receber em dia no fluxo de caixa. E aí viemos com os problemas de fluxo de caixa. Eu quero tentar repor com isso um pouco da realidade de cada um. A ANAC até fica um pouco acavaleiro nesta hora, apesar de que ali na frente é na ANAC que essas decisões vão acabar desaguando. Que nós somos o Poder Concedente, e temos a obrigação de achar essa solução. Hoje nós estamos aqui com observadores atentos desse processo. E como observadores estamos olhando o problema de cada um de que está nessa Mesa, inclusive dos trabalhadores aqui da Varig. E é realmente um problema bastante sério, bastante crítico. Estamos olhando o problema individual de cada um. Tentando somar isso numa composição.

Então, Senador Paim, eu quero encerrar porque acho que as suas palavras foram sábias ali na sua manifestação antes de estar presidindo a Mesa. Se nós não tivermos a capacidade de buscar os consensos agora, eu sei, essa é uma Casa política, é um ano político, os movimentos, mas o consenso é generalizado. É também não só entre os partidos, muito pelo contrário, é um consenso entre os trabalhadores, é um consenso entre a sociedade brasileira em achar esses caminhos, é buscar dentro dos limites que a lei impõe a cada um de nós, soluções para tudo isso. E as suas palavras foram sábias, porque eu acho que o Senhor colocou um pouco de água mais branda nesse processo e eu não vejo outra saída. Eu acho que há saída, a agência está trabalhando no sentido de ser colaboradora nesse caminho, existe alguma perspectiva, tem complexidades. O próprio futuro da Varig precisa de um debate mais efetivo para que ela seja uma empresa que venha para o futuro, competitiva, para que nós aqui a seis meses, oito meses, um ano, não estejamos voltando aqui a debater o mesmo assunto.

Mas, enfim, só tem um jeito. Se nós tivermos essa capacidade de compor e de entender os limites de cada um e dentro dos limites de cada um encontrar as soluções necessárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra ao Dr. Marcelo Gomes, Gerente-Geral da empresa Alvarez & Marsal.

SR. MARCELO GOMES – Eu vou tentar inicialmente responder a Senadora sobre os gargalos da lei. Na verdade, não existe nenhum gargalo na lei. A

lei está sendo interpretada corretamente, muito bem interpretada pelo Poder Judiciário que tem apoiado durante todo esse processo. O que acontece é que a lei ela tem etapas que têm que ser cumpridas. E o nosso problema foi de *timing* dessas etapas. Quer dizer, não foi da interpretação, e sim de *timing*. E também da Varig não estar preparada quando ela entrou para essa lei. Então são os dois grandes problemas hoje da lei.

Em relação ao questionamento do Senador Romeu Tuma, em relação ao penhor dos *Smiles*, foi solicitado para o BNDES, a Varig tem um ativo que é o ativo muito importante. É o ativo que tem cinco milhões de clientes que gera seis milhões de dólares/mês de caixa, livre, que esse ativo poderia ser dado em garantia a um empréstimo do próprio BNDES para capital de giro da empresa durante esse período de baixa sazonalidade. E esse ativo não foi aceito. Aliás, esse mesmo ativo foi ofertado para a BR Distribuidora como garantia do fornecimento de combustível.

Eu vou tentar, só para homogeneizar novamente, informar o que é que nós estamos solicitando realmente do Governo Federal e dos Governos Estaduais. Dos Governos Estaduais são basicamente que eles... Eu ia falar: paguem o que eles devem, mas não, é mais *light*... Que eles façam um acordo com a Varig de assunção dessa dívida e que a Varig tenha a flexibilidade de poder pagar e receber essa dívida em cinco anos, seis anos, mas que eu tenha a confirmação desses Governos Estaduais que eles vão pagar a dívida que eles têm com a Varig. Que é uma dívida de 1.2 bi. Esse processo eu acho que já se iniciou com o Governador Germano Rigotto, e acho que vocês Parlamentares poderiam ajudar bastante no apoio e na cobrança aos Governadores para que eles fizessem um acordo, um acordo geral. Vamos chamar um "acordão Varig", que eles assumissem a dívida que eles têm com a Varig. A Varig poderia dar um deságio, poderia fazer qualquer negócio para que a gente recebesse esse dinheiro que nós temos a receber em curto prazo.

Então esse é o problema com os Governos Estaduais. Com o Governo Federal, a Varig tem a situação do encontro de contas que realmente o Milton está corretíssimo, isso não gera caixa, mas resolve, me ajuda muito a minha situação de balanço para que eu tenha mais crédito e que eu possa recorrer ao mercado para soluções de crédito. Então, realmente ajuda a minha situação ter balanço.

A segunda coisa que o Governo Federal poderia ajudar é influenciar o Conselho da BR para que se executasse um novo contrato com a Varig, um contrato que a Varig não tem com a BR hoje, e que nesse contrato fosse dado um prazo de pagamento para a Varig. Esse prazo poderia ter as garantias que eu já falei anteriormente que são as garantias dos recebíveis que a Varig tem com os cartões de crédito, ou com o próprio *Smiles*. (soa a campainha)

Em relação à Infraero, a solicitação da Varig, uma solicitação de carência durante um prazo para que a Varig possa se reerguer durante esse momento de baixa sazonalidade. Em relação à ANAC, e o Milton falou muito bem falado, nós estamos discutindo muito em relação à interpretação da lei. A lei é uma lei nova e a Varig entrou no último momento dentro dessa lei que as concessões não estavam dentro dessa legislação.

Então, tem uma questão de interpretação de rotas, interpretação de horários de trânsito que tem que ser mais flexível da parte da ANAC para com a Varig nessa nova interpretação, que acho que a ANAC está totalmente aberta para que a gente chegue a um acordo em relação a isso.

E a última ferramenta do Governo Federal, que é o BNDES. Sem um capital de giro para esse momento de recuperação, a Varig vai ter problema de continuidade. E nós não estamos pedindo para o *free lunch* para o BNDES. Nós estamos pedindo para o BNDES que ele dê uma linha de financiamento para a Varig com as garantias de uma empresa dentro do art. 60, que é o *Smiles*, que ele poderia ter a garantia total dessa companhia para emprestar o dinheiro para a Varig durante o período necessário para a recuperação da companhia. E nós estamos pedindo cem milhões de dólares, nós não estamos falando de dinheiro que foram falados hoje, montantes para Brasil Ferrovia, para a GOL. Não estamos falando disso, estamos falando do montante de mercado de cem milhões de dólares com garantia de um ativo que a Varig tem, que é um ativo pode acabar. Porque se a Varig acabar, esse ativo acaba. Que é um ativo maravilhoso que é o ativo *Smiles* hoje.

Então, o que está sendo solicitado para o Governo é um apoio nas suas entidades aonde ele participa, que é BR, Infraero, ANAC, BNDES, que ele apóie essa recuperação da Varig.

A única coisa que eu posso dizer para vocês de uma empresa que conhece recuperação mundial, que já foi a centenas de recuperação pelo mundo inteiro, é que a Varig é totalmente viável economicamente, ela é recuperável, tem que ser feita várias alterações. É um fato. Mas ela é viável economicamente. E com esse apoio, com esse momento, a Varig vai voltar a ser uma empresa extremamente rentável dentro da rentabilidade das empresas aéreas internacionais. Muito obrigado.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, eu poderia...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só um minutinho. Eu vou passar a palavra ao Dr. Elnio Borges, Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas. Senadora Lúcia Vânia V Exa. tem a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Às vezes quando V.Sª. fala da ajuda do Governo, da presença do Governo quando se trata do encontro de contas, aí fica a minha dúvida. A lei não exige isso?

SR. MARCELO GOMES – Exige sim, mas obviamente que poderia ser acelerado com a ajuda do Governo. Mesma coisa quando a gente fala com relação à BR, nós pedimos ajuda para os *resources*. Os *resources* deram. São empresas internacionais que nós estamos há dois meses sem pagar a eles. Quer dizer, eles deram essa ajuda que foi uma ajuda importantíssima para a Varig continuar operando até o momento.

Então, se o *resources*, vamos dizer, aquela empresa de *leasing* fosse do Governo, talvez eu não tivesse tido essa ajuda. Porque o Conselho não poderia provar, porque o mercado não pode aprovar, porque TCU não pode aprovar.

(soa a campainha)

Estamos falando de negociações de mercado, negociações solicitadas por uma empresa que está em recuperação e que quando eu falo de mercado é por quê? Porque são grandes clientes. A Varig é um grande cliente hoje da BR como é da Infraero. É importante a sobrevivência dela para continuar gerando caixa para a BR e para a Infraero.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Só mais um pouquinho, só mais "umazinha". É minha curiosidade com a Lei de Falência. Também não foi indevido à intervenção do Governo no AERUS, quando a gente lê aqui o § 7º do art. 50 que exige o repasse, o arrendamento de estabelecimento, inclusive a sociedade constituída pelos próprios empregadores.

SR. MARCELO GOMES – Olha, em relação ao AERUS, eu não posso falar aqui que a intervenção é indevida. A intervenção pode ser até devida. A liquidação talvez seja indevida. A AERUS, como outros fundos, como existem vários fundos como PREVI, PETROS, normalmente eles têm participação em ações da própria patrocinadora. E o AERUS é muito criticado. Mas ele não tem nenhuma ação da Varig hoje. Poderia ter. O AERUS poderia comprar até 10% das ações da Varig e ajudar a Varig. Porque se a Varig for salvo, o AERUS é salvo também. Então isso poderia ser feito e foi proposto para o AERUS um dia antes da intervenção. Era uma solução de mercado dentro da lei. O AERUS investir na própria patrocinadora com títulos da patrocinadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra ao Dr. Elnio, como já havia anunciado, depois vou permitir uma pergunta antes do encerramento dos trabalhos.

SR. ELNIO BORGES – Passando rapidamente pela observação da imagem que a Ministra Thatcher deixou para o mundo num passado recente, vale a pena lembrar que o Estado inglês interveio para recuperar a Rolls-Royce e a British Airways. Quanto às perguntas que o Senador Virgílio colocou aqui, se é viável a Varig. Sim, é viável. Por todas as informações que existem e por todas as informações que foram aqui trazidas. Se vale a pena recuperar a Varig em face da dificuldade para reposicionar uma empresa brasileira no mercado? Sim, sem dúvida. Nenhuma empresa brasileira vai conseguir ter a dimensão que a Varig tem dentro do mercado devido à grande disputa existente. Se é coerente agir para prevenir um prejuízo ao erário nacional com a falência da Varig? Sem dúvida também. A Varig é credora de 4.6 bilhões e é devedora de 3.5. Com a falência nem a União vai receber seus 3.5 e nem deixará de ter obrigação de pagar a massa falida os 4.6. Se é possível reestruturar a Varig com sucesso e pulverizar as suas ações, sem dúvida nenhuma. Inclusive para se tornar uma empresa pública como deveria ser efetivamente uma empresa de interesse nacional. Quanto à fundamentação para liquidação do AERUS, indagado pelo Senador Tuma, a resposta é nenhuma. Nenhuma fundamentação. Os trabalhadores estiveram ao longo dos últimos quatro anos implorando à Secretaria de Previdência Complementar que fizesse uma intervenção para promover o saneamento do plano, aliás, objetivo primário da lei quando determina a intervenção. Isso foi negado ao longo desse tempo todo, de todas as maneiras. A liquidação foi feita apenas para inviabilizar que os trabalhadores da Varig pudessem fazer o investimento do seu próprio dinheiro na companhia e recuperá-la. Esperamos, inclusive, que nas próximas Assembléias-Gerais de Credores, o Governo não se valha agora da condição de ter tomado o nosso fundo como liquidante para votar tanto como devedor da companhia de quatro bilhões e seiscentos, como credor interposto entre os trabalhadores e o verdadeiro patrimônio dos trabalhadores, de forma a propiciar com o seu voto ou a falência da Varig ou a sua entrega a preço vil, como foi feito com a VEI(F), Varig LOG, também por interferência do mesmo AERUS já sob administração especial.

Com respeito a Fundo Garantidor do Crédito Aeroviário, o pedido de esclarecimento aqui vai. Seria lastreado no congelamento tarifário, na verdade, além da parte que ajuda no balanço da companhia, ou seja, com a diferença entre o valor que é devido pelo Go-

verno e o valor que a companhia deve, que soma pelo menos 1.1 bilhão. É melhor do que apenas o balanço. É favorável à Varig essa diferença, mas o 1.2 de ICMS nós teríamos 2.3 bi no fundo garantidor de crédito aeroviário que poderia lastrear perfeitamente operações de crédito para esta nova Varig, a Varig operacional. Esse benefício não deveria ser estendido aos maus gestores ou aos maus controladores. Ele deveria servir de instrumento de recuperação da empresa em prol da Nação. Para isso, deveria ser restrito a empresas que passem por um processo de recuperação judicial e cujo plano ou quite ou permita converter créditos trabalhistas e Previdenciários. Além disso, ele poderia ser feito mediante instrumento do Congresso Nacional que autorizasse a União compor as ações de congelamento tarifário.

Com respeito ao que falta para o plano ser implementado, indagação da Senadora Lúcia Vânia, o que falta, Senadora, é vontade política de implementar um plano que já está aprovado. E ressalvo mais uma vez, faço das minhas palavras ao que o Dr. Marcelo Gomes aqui colocou, com uma ressalvA – Não para a Varig atual. Tudo isso deve ser feito para a Varig operacional, com passivo e ativo equilibrado e leve. Capaz de efetivamente ser uma empresa competitiva como merece ser. Confio nesse aspecto que o Prof. Paulo Rabelo, na próxima reunião dessas Comissões (soa a campainha), poderá demonstrar com clareza os efeitos saneadores da decisão judicial que homologou o plano de recuperação judicial, assim como da decisão judicial trabalhista que aceitou a proposta dos trabalhadores como lance inicial da alienação dessa Varig operacional, e que garante a venda desta Varig com a presteza que a situação da empresa impõe.

Quero registrar que esta solução é aceitável, é totalmente praticável, é legal, e é prontamente implementável como o nosso Brigadeiro José Carlos com o seu discurso patriótico aqui ponderou que seria a necessidade.

E finalmente, quero mencionar que durante ao longo das últimas duas semanas, um pouco antes do feriado da páscoa, a Varig praticamente deixou de vender. Graças aos insistentes e repetitivos cânticos do mantra, "Não se dará dinheiro público", aliás para uma empresa que não merece esse tratamento porque não precisa de dinheiro público. Bastou que a ANAC, juntamente com um dos juízes da 8ª Vara desse uma declaração de que a empresa não ia falir, que não seria motivo de falência neste momento, e que a empresa voa com segurança e continuará voando com segurança, para que as vendas da Varig repicassem acima do seu nível normal, nada excepcional, mas veio praticamente do zero para o seu nível normal.

Significa que a Varig é uma empresa que recusa a se deixar matar. E eu tenho certeza que os trabalhadores, como investidores e com a solidariedade por meio da solidariedade do povo brasileiro, seja pelos nossos clientes, sejam pelos Parlamentares de todo o Brasil, como representantes deste povo, não vamos permitir que a Varig tenha solução outra que não seja a sua recuperação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com a tolerância devida aqui da conciliação, meu amigo Deputado quer fazer uma perguntinha que o nosso amigo aqui, Márcio, responderá na seqüência.

DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS) – A grandeza de um homem se mede pela sua sabedoria e capacidade de mudar quando erra. O Presidente Lula afirmou que não ajudaria a Varig porque era falida. Agora se vê nos últimos 15 dias de que é possível. Então o Presidente Lula tem a oportunidade excepcional de mostrar que é um homem sábio.

A pergunta que eu faço, acho que é para o Dr. Marcelo, ou para o Comandante, como ficou em termos práticos a decisão desse extraordinário e corajoso Juiz, Dr. Ayoub, que enfrentou o Governo e a própria imprensa, num momento, e transferiu 87% das ações da Varig para o FIP, para o fundo da BRASCAM. Em que pé está e que passo será dado, houve uma conta reação desse grupo da Fundação Berta que se fosse sábio se afastaria imediatamente, sem ação judicial.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Conforme combinado, Deputado, Dr. Marcelo, se V.Sª. puder em um minuto.

SR. MARCELO GOMES – Vou fazer, sim. A Fundação Ruben Berta tem 10 dias para se pronunciar. Ela não se pronunciou ainda em relação à subscrição das ações dela no FIP-Controle. E com as ações dela no FIP-Controle, a partir desse momento todo o modelo de governancia da empresa muda.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra de imediato, devido ao nosso tempo, ao comandante Márcio Marsillac, coordenador dos trabalhos do Grupo Varig TGV.

SR. MÁRCIO MARSILLAC – Obrigado, Senador Paim, Deputado Darcísio Perondi, pelas conversas que temos tanto com o Dr. Ayoub quanto com o Procurador de fundações do Rio Grande do Sul, Dr. Avelar Bastos, nós temos certeza que se a fundação em suas Instâncias de decisão oferecer qualquer resistência a isso, eles agirão de pronto para viabilizar um processo que seja construído de consenso pelo Governo, pelos trabalhadores, pelos consultores, pelo juízo da 8ª Vara empresarial. Essa é a informação que temos e a certeza disso.

Começando com o Senador Arthur Virgílio, repetindo um pouco, mas economizando as palavras porque o Comandante Elnio Borges já respondeu em alguns pontos sobre a viabilidade econômica dessa empresa. Essa empresa, com todas as dificuldades e em plena crise, faturou como já salientado aqui, no mês de março 220 milhões de dólares. Ou seja, é uma empresa que vai... E nós não estamos falando de um mês de alta estação, mas se nós multiplicarmos isso por 12, encontraremos 2.6 bilhões de dólares de faturamento. Quantas empresas no Brasil têm este faturamento? Ela equilibrada operacionalmente, tendo o seu caixa equilibrado, e para isso todos sabemos terá que ser reestruturada, como salientou o Dr. Marcelo Gomes, será uma empresa economicamente viável, financeiramente viável. O prejuízo para socorrer a Varig é maior ou menor do que as perdas para a União. A gente pode numa conta muito rápida. O PAES, a Varig deve ao Governo, em PAES, 3.4 bilhões em contingências tributárias 1.1 bilhão, para a BR, Infraero e Banco do Brasil em torno de 600 milhões de reais. Nós estamos falando de 5.1 bilhões. A Varig tem em contingências ativas 4.6 bilhões e contra Estados, 1.2 bilhões. 5.8 bilhões. Nós estamos falando que se essa empresa falir não pagará à União 5.1 e a massa falida receberá da União e dos Estados 5.8. Totaliza 10.9 bilhões de reais, sem falar no prejuízo social e econômico que eu acredito, Prof. Paulo Rabelo tenha passado aos Senhores, já essa tabela fazendo algumas avaliações.

Qual seria a solução sem recursos públicos, perguntou o Senador Arthur Virgílio. Eu acho que está colocada. O plano de emergência que foi elaborado Alvarez & Marsal, com prazos e carências, agregado à disposição dos trabalhadores de usarem uma parcela das suas poupanças previdenciárias em torno de duzentos milhões de reais viabilizam um pagamento de rescisão dos funcionários para adequar o quadro de funcionários, como para colocar em operação 10 aeronaves das 20 que estão paradas. Isso aumenta o faturamento e a rentabilidade da empresa colocando-a num ciclo virtuoso.

Em seguida foi colocada aqui a questão do ICMS junto aos Estados na viabilização de capital de giro, não incidindo aos Estados um desencaixe de dinheiro num curto prazo. Isso garante, como salientou o Diretor-Geral da ANAC, a Varig, num curto prazo voando e pronta para implementar as medidas do plano de recuperação aprovado ao final do ano.

O movimento seguinte, a segregação e venda do ativo operacional. Não deveria ser feita antes do encontro de contas. Porque é justamente isto que vai agregar um valor monstruoso a esse ativo quando for vendido a novos investidores e controladores. Isso é importante não só para os credores privados, para os trabalhadores, mas principalmente para os credores públicos, porque esta será a forma de se ressarcirem dos créditos que têm contra a Varig.

Nós estamos falando numa atitude da União que vai trazer benefícios a estatais. Nós estamos fazendo uma atitude do Governo Federal que representa os interesses públicos da sociedade brasileira e que, com esta atitude, estará satisfazendo outros interesses públicos, o recebimento das dívidas, dos créditos que as estatais têm, junto à Varig.

Aí esta empresa, sem sombra de dúvida, sai equilibrada e (soa a campainha) e competitiva dentro do mercado de aviação, sob novo controle e uma gestão profissional. O BNDES pode participar com financiamento por garantias dadas por esta empresa agora limpa e bem gerida ou então financiando, como disse e afirma que disse, o Presidente Demian Fiocca em encontro que tivemos na semana passada, Deputado Darcísio Perondi estava junto, que o BNDES já se colocava à disposição para financiar interessados em participar da capitalização com investimentos na Varig.

O Senador Suplicy tocou num dos pontos que é o que mais temos insistido nesses últimos tempos. A vontade dos trabalhadores de contribuírem na conversão de seus créditos e em aportes, seja através da redução salarial, seja através do uso de suas poupanças. Isso diminui substancialmente o passivo da Varig e coloca dinheiro de curto prazo na empresa. E volto a salientar, são movimentos que devem ser feitos antes de uma alienação, pois valoriza uma empresa e contempla a satisfação como previsto na no art. 47 da Lei de Recuperação de Empresas para a satisfação dos credores. É isto que deve ser respeitado dentro dessa lei. Senadora Lúcia Vânia e o Senador Flexa Ribeiro acrescentaram a isso a possibilidade de se analisar o uso, inclusive, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço dos Trabalhadores para a capitalização da empresa. Sabemos do receio de vários dos Parlamentares, se isso aberto para todas as empresas possa provocar um movimento, inclusive dos controladores pressionando os próprios trabalhadores a participar.

Já podemos antecipar aos Senhores que no caso da Varig o nível de conscientização dos trabalhadores é enorme. Os trabalhadores aqui realizam funções altamente especializadas, e o prejuízo aos trabalhadores com a falência e parada desta empresa será enorme. Volto a dizer. A disposição é total de todo e qualquer sacrifício para manter essa empresa voando. E nossos empregos em patamares condizentes com os de mercado.

A Senadora Serys falou sobre responsabilização. No tocante a isso nos sentimos confortáveis. As asso-

ciações, desde muito, tem ações de gestão temerária contra várias das administrações desta empresa Varig. E fizeram uma representação ainda no ano passado sobre a gestão do nosso Fundo de Pensão. Não precisamos discutir esse assunto, basta ver os números, tanto da empresa quanto do fundo, para descobrir que há mais do que relações para isso. O Ministério Público Federal está promovendo inquéritos, tanto civil quanto criminal para apurar responsabilidades.

O Senador Romeu Tuma falou sobre a Infraero e a BR e a questão de eles facilitarem prazos e carências. Se estas empresas não entenderem que há um contexto diferente, sob uma nova gestão, um novo momento também político dentro do País, aonde nós temos Senadores de todos os partidos, Deputado de todos os partidos, a sociedade brasileira de norte a sul, voltada para essa questão, nós não lograremos êxito nisso. O que nós entendemos é que os grandes prejudicados será a sociedade brasileira, até mesmo no não recebimento dos créditos que BR e Infraero têm, junto a esta empresa.

Com relação à SPC e a intervenção colocada aqui. Se existem razões para intervenção, existem questionamentos muito fortes quanto à liquidação principalmente do Plano 2, aquele que serviria para gerar recursos para o investimento de curtíssimo prazo na empresa. O *Smiles* já foi colocado aqui como garantia, existem avaliações que transformam esse ativo, que dão a esse ativo valores de centenas de milhões de dólares. São 5.6 milhões de clientes que geram, como falou o Dr. Marcelo, praticamente vinte milhões de recursos mensais para a empresa. (soa a campainha)

O Deputado Babá falou da questão do uso do BNDES para investimento em empresas como ELETROPAULO, Brasil Ferrovias. Na nossa concepção não será preciso acessar o BNDES, mas, sem sombra de dúvida, o envolvimento do BNDES nos mesmos parâmetros do que se usou com a ELETROPAULO e com a Brasil Ferrovias seria um facilitador enorme dentro desse processo.

Darcísio Perondi, nosso Deputado, estava acompanhando também numa reunião junto ao TCU em função dessa questão principalmente com relação à Infraero, e o nosso Presidente Adilson Motta, com muita tranqüilidade falou que o Tribunal de Contas da União não será empecilho para que Infraero ou BR possam, dentro de um projeto equilibrado e que se entenda, dê solução adequada. Participar deste processo que o TCU não seria este empecilho. Por quê? Porque já fez em outros casos especiais e excepcionais esta mesma atitude.

Quanto ao Deputado Jefferson Peres o que nós podemos fazer é agradecê-lo, porque o seu pronunciamento transformou dentro desta Casa a Varig de uma preocupação para uma ação, para uma resolução. E isso, para nós, foi importantíssimo.

Brigadeiro J. Carlos talvez não esteja lembrado, mas ainda em 2002, Brigadeiro, nos encontramos no Congar. Fomos lhe fazer uma visita porque tínhamos o seu histórico, e sabíamos da sua preocupação com esta empresa. Tivemos conversando por algumas horas sentados na sua sala no Congar, discutindo essa questão da Varig. E já lá falávamos e concordávamos que a solução deveria ser uma solução adequada, praticável e de risco aceitável. Mas aí salientamoS – Se nós ainda não a temos completamente e acabada, é inadmissível que a sociedade brasileira, que o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Governo Federal, os trabalhadores não consigam construir uma solução para essa questão. Esta empresa é privada e de interesse público. E pelo interesse público, tudo se pode fazer, porque é de interesse público. Nós temos certeza que, juntando, convergindo as idéias, agregando valor, nós construiremos. Só pedimos uma coisa ao Senado, a todos os presentes e a Governo, rapidez, muita rapidez. Porque este é um mercado extremamente competitivo. E cada dia aqui é pior para a Varig.

Eu agradeço a oportunidade, Senador Paulo Paim, agradeço a todos os Senadores e Deputados e volto a dizer: Dos trabalhadores da Varig não faltará esforço e sacrifícios para manter essa empresa voando e de pé por outros 79 anos. Obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Antes de encerrar a presente reunião, quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes, que se moveu rapidamente para esse evento acontecer. Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Tasso Jereissati, e Luis Otávio das respectivas Comissões.

E lembrar a todos que, no próximo dia 27 de abril, às 10 horas, teremos aqui Dr. Luiz Roberto, Juiz da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, Procurador de Fundações, Dr. Adarci Reis, Secretário de Previdência Complementar, Professor Paulo Rabelo de Castro, Consultor, Srª. Graziella Baggio, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Srª. Selma Balbino, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, e também Dr. Demian Fiocca, Presidente do Banco nacional BNDES. E no dia 2 de maio, a Ministra Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil e Ministro Valdir Pires e Ministro da Defesa. Está encerrada a reunião, agradecendo a todos os convidados presentes.

Sessão encerrada às15h38.

Ata da Décima Reunião (Extraordinária) da Comissão e Assuntos Sociais, Conjunta com a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-estrutura e 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 2 de maio de 2006, terça-feira, às 10:00 horas.

Às onze horas e treze minutos, do dia dois de maio de dois mil e seis, na Sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador PAULO PAIM, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARIA DO CARMO ALVES, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, LÚCIA VÂNIA, VALDIR RAUPP, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO E PEDRO SIMON.** Também compareceram os Senadores (as) **SERYS SLHESSARENKO, JUVÊNCIO DA FONSECA, JEFFERSON PERES, SÉRGIO ZAMBIASI.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando sua ausência os Senadores Cristovam Buarque e Mozarildo Cavalcanti. O Senhor Senador Paulo Paim declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública conforme Requerimentos nº 11, 12 e 14, de 2006-CAS de autoria dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Heráclito Fortes, Luiz Otávio, Tasso Jereissati, Ana Júlia Carepa e Eduardo Suplicy, respectivamente, "com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo Varig". Às onze horas e dezesseis minutos o Senador Antônio Carlos Valadares, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, assume a Presidência dos Trabalhos. O Senador Antônio Carlos Valadares convida para tomarem assento à mesa, para suas exposições, o **Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos** – Procurador de Fundações, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e o **Professor Paulo Rabello de Castro –** Consultor da TGV. Às onze horas e cinqüenta e um minutos, o Senador Heráclito Fortes assume a presidência. Às treze horas e cinco minutos o Senador Pedro Simon assume a presidência, e às treze horas e oito minutos o Senador Heráclito Fortes reassume a presidência. A Comissão aprova os seguintes requerimentoS – **EXTRA-PAUTA REQUERIMENTO Nº 15, DE 2006 -CAS** "Com fundamento no disposto do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das questões atinentes à "Recuperação Judicial da Varig", notadamente quanto a sua relação com os Estados devedores, para o dia 11 de maio de 2006, às 10:00 horas. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados os Governadores ou Vice-Governadores, ou seus Secretários de Fazenda dos Estados de São Paulo, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Distrito Federal". **Autor:** Senador Paulo Paim **Resultado –** Aprovado. **EXTRA-PAUTA REQUERIMENTO Nº 16, DE 2006 – CAS** "Requer nos termos do artigo 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal combinado com o artigo 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o *Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,* Dr. Luiz Fernando Furlan, para comparecer a Reunião de Audiência Pública conjunta das Comissões de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e Desenvolvimento Regional, acompanhado do Sr. Demian Fiocca, *Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social".* **AutoreS –** Senadores Jefferson Peres, Paulo Paim e Heráclito Fortes. **Resultado –** Aprovado. **EXTRA-PAUTA REQUERIMENTO Nº 17, DE 2006 – CAS** "Requer nos termos do artigo 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal combinado com o artigo 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Dr. Nelson Machado, para comparecer a Reunião de Audiência Pública conjunta das Comissões de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e Desenvolvimento Regional, acompanhado do Sr. Adacyr Reis, *Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência".* **Autores –** Senadores Jefferson Peres, Paulo Paim e Heráclito Fortes. **ResultadO –** Aprovado. **EXTRA-PAUTA REQUERIMENTO Nº 18, DE 2006 – CAS** "Requer, nos termos regimentais, seja convidado para participar de Reunião de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo o Dr. Erno Dionízio Brentano – *Liquidante dos Planos Varig no AERUS*, com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o GRUPO Varig". **AutoreS –** Senadores Heráclito Fortes, Sérgio Zambiasi, Paulo Paim e Geraldo Mesquita. **Resultado –** Aprovado. **EXTRA-PAUTA REQUERIMENTO Nº 19, DE 2006 – CAS** "Requer, nos termos regimentais, sejam convidados para participarem de Reunião de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo, o Dr. Luís Roberto Pontes – *Reestruturador Empresarial do Plano do GRUPO Varig* e o Comandante Márcio Marsillac – *Coordenador dos Trabalhadores do Grupo Varig – TGV*,

a fim de discutirem a grave situação da Varig". **Autor:** Senador Heráclito Fortes **Resultado –** Aprovado. Às treze horas e trinta minutos os trabalhadores da Varig promovem manifestação, fazendo a entrega simbólica das carteirinhas de benefícios. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi, Jefferson Peres, Paulo Paim, Pedro Simon, Romeu Tuma, Valdir Raupp ,Geraldo Mesquita Junior e Eduardo Azeredo**.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, **Álvaro Araújo Souza**, Secretário-Adjunto da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Antônio Carlos Valadares,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião de Audiência Pública das Comissões Permanentes de Serviço de Infra-Estrutura, 10ª da Comissão de Assuntos Sociais e também a 2ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinárias, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Como chegou aqui o meu Presidente eu passo de imediato a ele a condução dos trabalhos. Farei somente a leitura, então.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Há expedientes a serem lidos. A presente reunião de Audiência Pública vem em atendimento aos Requerimentos nº 17, 18 e 20, de 2006-CI, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes, Antônio Carlos Valadares, Luiz Otávio, Tasso Jereissati, Ana Julia Carepa e Eduardo Suplicy, respectivamente e de outros Senadores, com a finalidade de discutir a grave situação que passa o Grupo Varig. Nesse momento eu passo a Presidência para chamar os nossos convidados presentes, nesse momento então o Presidente já pede que eu convide o Antônio Carlos Avelar Bastos, Procurador de Fundação da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, e o Sr. Professor Paulo Rabello de Castro, Consultor da TGV, Trabalhadores do Grupo Varig. Depois o Presidente vai ler a justificativa da não presença de alguns outros convidados, e também o Senador Cristovam, que justifica aqui a sua ausência, e há também Presidente, eu faço questão de estar no Plenário, um requerimento de minha autoria que eu queria que V.Exa. colocasse em votação antes de iniciarmos a fala dos convidados.

(Troca de Presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V. Exa., Senador Paulo Paim. Eu me encontrava ao lado de outros companheiros na Comissão de Assuntos Econômicos, onde estão sendo votadas diversas matérias do interesse do Senado e do País. O requerimento do Senador Paulo Paim tem a finalidade da realização de uma Audiência Pública, com vistas a tratar das questões atinentes da recuperação judicial da Varig notadamente quanto a sua relação com os Estados devedores, para o dia 09 de maio de 2006, às 10h00. Para tanto gostaríamos que fossem convidados os Governadores ou Vice-Governadores, com seus Secretários da Fazenda, dos Estados de São Paulo, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Distrito Federal. Sua Excelência, o Senador Paulo Paim, em determinado trecho do requerimento, disse que o crédito que a Varig teria com os Estados é relativo ao pagamento de ICMS no período de 89 a 94, considerado inconstitucional em processo já transitado em julgado. Sem dúvida alguma esse requerimento tem grande valor, desde quando esse crédito que pode chegar a um bilhão e trezentos milhões de reais, aproximadamente um bilhão e 385 milhões de reais, pode servir como desafogo, para resolver a questão financeira da Varig.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, é um convite onde eu digo que pode vir quem o Estado entender melhor para dialogarmos sobre esse tema. A idéia é efetivamente fazer a exemplo do Rio de Janeiro, os Estados, que são 25 Estados devedores possam nesse momento apontar caminhos na linha de pagar o que eles devem à nossa Varig. E também dizer Sr. Presidente, que eu entendo que o requerimento ele vai na linha de uma construção, por isso que nós colocamos que ou o Governador ou vice-Governador ou o Secretário da Fazenda, seria convidado para dialogar conosco sobre essas dívidas, que eu entendo que é fundamental que a gente encontre uma saída negociável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois não. Eu colocarei, então, em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram aprovado. Existem aqui algumas justificativas que foram apresentadas por convidados. O Sr. Presidente do BNDES, através do Chefe de Gabinete, informa que não pôde comparecer por que não houve tempo hábil para que fossem tomadas as providências necessárias, visando a representação do BNDES na referida audiência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)– Quem assina?

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Quem assina é o Chefe de Gabinete, do Presidente do BNDES. O Secretário da Previdência Complementar também manda um ofíciO – ...problemas intransponíveis na agenda. E o Sindicato também apresenta justificativa, o Sindicato dos Aeroviários e o Sindicato Nacional dos Aeronautas. Tendo em vista que lá estão sendo realizadas Assembléias, justamente para tratar do assunto da Varig. Então, os funcionários justificaram e com credibilidade e fundamentação a sua ausência, desde quando a sua não presença nessa assembléia geral dos credores da empresa - e os funcionários são credores da Varig - poderia prejudicar o bom andamento do sistema de recuperação que está sendo objeto de apreciação pela Justiça Federal.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Concedo a palavra a V. Exa., Senador Jefferson Peres pela ordem.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, três Comissões do Senado Federal convidaram o Presidente do BNDES para participar de uma Audiência Pública. Ele não veio. Enviou um ofício assinado pelo Chefe de Gabinete. Disse que ele não pôde vir porque tinha outras reuniões agendadas e nem podia mandar representantes. E nem se pôs à disposição próxima vir em outro dia. Não teve a gentileza de dizer que se colocava à disposição para a próxima semana em outro dia. Este expediente é grosseiro é um menosprezo ao Senado Federal. Sr. Presidente, não sei quem foi o autor do requerimento que o convidou. Mas eu sugeriria ao autor do requerimento, apresentar um outro requerimento convocando o Ministro da Indústria, que é o superior hierárquico para vir aqui em companhia dele. Eu faria isso. Eu o convocaria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu acho que V. Exa. tem toda razão. A Assessoria da Comissão de Infra-Estrutura entrou em entendimento com o Gabinete do Presidente do BNDES e foi confirmada a sua vinda, por telefone. E a agora, a Comissões recebem esse ofício do Presidente do BNDES, dizendo não houve tempo hábil para a sua presença nesta Audiência Pública. Então, eu gostaria que V. Exa. formalizasse o requerimento, que contaria inclusive, com a minha assinatura. Contaria não, contará com a nossa assinatura. Eu passo a palavra em primeiro lugar, ao Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, ele é Procurador de Fundações da Procuradoria Geral do Estado de Justiça do Rio Grande do Sul e agradeço a V. Sa., e também ao Paulo Rabello de Castro, Consultor da TGV, Trabalhadores do Grupo Varig que aqui comparecem espontaneamente, para debater esse assunto tão importante para todos nós que somos brasileiros, que é a recuperação da Varig. Portanto concedo a palavra ao Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos.

SR. ANTÔNIO CARLOS AVELAR BASTOS – Eminente Senador Antônio Carlos Valadares, receba a minha saudação. Eminente Professor Paulo Rabello de Castro, igualmente os meus cumprimentos. E uma saudação toda especial e destaco aos Senadores do meu Estado que estão todos aqui presentes, numa demonstração clara do interesse que têm pela questão Varig.

Assim também, como o Eminente Senador Jefferson Peres, a quem apresento meus cumprimentos. Destaco, portanto, a presença aqui do Senador Pedro Simon - o mais antigo - e dos jovens Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi.

SR. PAULO PAIM – ... são todos jovens.

(risos)

SR. ANTÔNIO CARLOS AVELAR BASTOS – Cumprimento a todos os Senhores e especialmente aos Variguianos que eu aqui enxergo, presentes mais uma vez com aquela garra que eu aprendi a admirar cada vez que se trata das questões da Varig. Convém que eu explique inicialmente a razão da minha presença. Eu sou Procurador de Fundações do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e esta Procuradoria de Fundações é encarregada pelo velamento de todas as Fundações privadas do Estado do Rio Grande do Sul. Daí porque efetivarmos o acompanhamento e o controle sobre o funcionamento da Fundação Ruben Berta. E a Fundação Ruben Berta é intimamente ligada a Varig, numa relação onde o que ocorra com uma repercute com a outra. Daí porque estarmos acompanhando em todos os seus desdobramentos a questão da Varig, por que ela interfere diretamente nas questões da Fundação, assim como a Fundação vem interferindo nos destinos da Varig. Penso e seguramente não é novidade nenhuma que o Estado Brasileiro tem uma responsabilidade extraordinária no processo de manutenção da Varig, porquanto este mesmo Estado é o grande responsável pelo estado de penúria em que ela se encontra. Porquanto segundo dados que pesquisei, foi o congelamento de tarifas imposto pelo Estado, que iniciou o problema de descompasso financeiro da empresa. A época o prejuízo teria se situado em torno de 30%.

É inconcebível que o poder concedente por uma medida arbitrária, ele que é responsável pela manutenção do equilíbrio financeiro da empresa concessionária dos serviços que ele conferiu, cause tamanho dano e

depois ao longo do tempo além de outras providências, outros congelamentos, enfim, depois tente afastar a responsabilidade que é flagrante e inquestionável. Então, por esta razão, vemos tanto quanto possível defendendo o encontro de contas, que não será favor nenhum nem por parte do Estado, mas é uma obrigação do Estado para com a Varig. O encontro de contas é perfeitamente viável, basta uma decisão de Governo no sentido de operacionazá-lo. Foram percorridas a nível de STJ desde a Primeira Instância é até o Superior Tribunal de Justiça, referendando ganho de causa para a Varig. Não acredito que houvesse qualquer oposição de parte dos Srs. Ministros, no sentido de se fazer uma composição. Composição que viria dar o oxigênio que a Varig está precisando. Então penso, que é o caso de aprofundarmos a questão do encontro de contas, a fim de possibilizarmos uma solução imediata para a questão Varig. Muito se têm falado também ao longo do tempo que um dos grandes responsáveis pela crise da Varig é a Fundação Ruben Berta. Não represento a Fundação Ruben Berta aqui, porque como fiscal da lei não tenho esta representação. Agora, venho acompanhando as atividades da Fundação Ruben Berta e do ponto de vista de obrigações perante o Ministério Público, ela vem ao longo do tempo se portando adequadamente, mantendo absolutamente em dia todos os compromissos de prestação de contas, de prestação de informações ao Ministério Público do Rio Grande do Sul. Portanto, a Fundação está em situação de absoluta regularidade perante o Ministério Público. Mas retomo. Disse e critica-se muito, inclusive até no exterior - o que eu acho extremamente inadequado e até no mínimo deselegante, que se critique no exterior uma Instituição Nacional -, mas isso vem ocorrendo o que é lamentável. Então, se atribui à Fundação toda a responsabilidade pelos desvios de rota da Varig. Penso que essa história deva ser reescrita. Não que a Fundação não tenha parcela de responsabilidade. Agora, há que se estabelecer uma linha de equilíbrio, porque se esta Fundação pode e deve ter tido equívocos na gestão da Varig - seguramente teve - também é esta Fundação, que em meio a esta crise da Varig tem suavizado esta mesma crise através da efetiva assistência que vem prestando a todos os trabalhadores do Grupo Varig. Isto é importante que se diga.

Esta Fundação não recebe dividendos da Varig, seguramente há mais de cinco anos. E a Fundação não foi para o espaço. Que fez a Fundação? Ela encontrou maneiras de se tornar auto-suficiente, efetivando, prestando serviços e consegue se manter sem a percepção desses dividendos, que deveriam ser creditados e que não são, em função da crise econômica financeira da Varig. Então, entendo que existam condições para que se supere a questão da Varig. Segundo dados que já devem ser do conhecimento do Srs, o crédito seria da Varig, acho que há um mês atrás, em torno de quatro bilhões e 600 aproximadamente seria o crédito. O débito seria aqui INSS e outros débitos, em torno um acerto de contas, de 03 bilhões e meio. Nós teríamos, fazendo esse acordo de contas, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, que já estão desatualizados, isso aqui eu coletei há um mês, um mês e meio atrás, então, nós teríamos em torno de 01 bilhão disponível para a Varig, feito o encontro de contas que possibilitaria a superação desta situação de angústia em que está mergulhada a empresa e todos os segmentos da sociedade brasileira, que vivem a apreensão desta crise sem precedentes na História, porque há um potencial que precisa ser trabalhado e surge cada dia uma dificuldade e outra e outra.

Outra questão que eu gostaria de chamar a atenção de V. Exas.., é para as tropelias que acontecem a cada lance deste processo. Eu assisti uma assembléia dramática em 19 de dezembro de 2005, onde se colocou a faca no peito de credores da própria Fundação, sob o argumento: "Ou aprova-se o plano de recuperação judicial tal como concedido, ou se decreta a falência da empresa". E num esforço admirável, conjunto de compreensão coletiva, tantos os credores quantos os agentes da Fundação Ruben Berta, compactuaram um chamado Plano de Recuperação Institucional. Esse plano não estava acabado, mas as linhas mestras estavam lançadas. E nessa mesma assembléia ficou decidido que uma nova assembléia ocorreria no mês de fevereiro, para que se fizesse o detalhamento jurídico deste plano. Não era um novo plano. Não era a reformulação. Era o detalhamento jurídico. E qual não é a surpresa? Numa assembléia feita em 13 de fevereiro, algumas linhas mestras do plano, inclusive a colocação em determinadas categorias, aconteceram sendo modificadas pela empresa que dava Assessoria e que era encarregada tão-só de elaborar os instrumentos jurídicos, não de mexer na estrutura do plano que acabou sendo alterado. Isto é uma questão que posteriormente nós pretendemos questionar juridicamente, na medida em que a Procuradoria de Fundações venha a ser instada a manifestar-se. Mas, então, o que eu gostaria de registrar é a apreensão também, com relação a essas assembléias que são marcadas em cima da hora. Agora, teria outra assembléia de credores que estaria se desenvolvendo no Rio de Janeiro, neste momento e onde também se diz: Ou se aprova tal proposta, ou então, a empresa vai falir. Eu entendo que há necessidade da se encarar com mais seriedade essas ações dando um tempo mínimo necessário, a fim de que todos os credores que a Fundação, que todos os segmentos

interessados possam examinar as questões que são de extrema gravidade, sem esta ameaça constante: Ou se decide, agora, ou a Varig vai falar. Lamentavelmente essa prática vem sendo reiterada e é extremamente prejudicial para os interesses que estão sendo discutidos. Então essas eram as primeiras colocações que eu tenho. Eu fui convidado gentilmente por esta Casa e aqui estou à disposição, para trocar idéias a respeito da questão Varig. Como Curador de Fundações o que me ocorre colocar nesse primeiro momento, são estas referências. Permanecendo ao dispor na medida que se avance na discussão, se outras questões surgirem e sobre as quais eu possa me manifestar. Eu agradeço ao Eminente Senador Heráclito Fortes, que agora está presidindo a Sessão, pela oportunidade da manifestação nesse primeiro momento.

Permaneço ao dispor da Mesa e dos Srs. Senadores.

(Troca de Presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Presidência agradece as palavras do Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, que é o Procurador de Fundações da Procuradoria de Justiça do Estado de Rio Grande do Sul. Passo a palavra para seu uso por quinze minutos, ao Professor Paulo Rabello de Castro, que é Consultor do Grupo de Trabalhadores da Varig.

Tem V. Sa., a palavra.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Bom dia a todos. Devo em primeiro lugar, registrar a minha satisfação de estar aqui nesse momento representando as diversas Associações de Pilotos, Comissários, Mecânicos de Vôo, Pilotos da Nordeste, enfim, Aeroviários, Sindicatos diversos, a Comissão Especial do Sindicato Nacional dos Aeronautas, enfim, a Comunidade Trabalhadora do Grupo Varig, que eu com muito orgulho, nesse momento e por esses poucos minutos, tenho a honra de representar.

Agradecer ao Presidente dessa Mesa o Senador Heráclito Fortes, que ainda na semana passada me convocou a estar aqui. Convocatória que atendo com o máximo prazer e com muita honra. Tanto mais, quando o privilégio é de estar repartindo esta Mesa, com o nobre Procurador do Estado de Rio Grande do Sul, Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos que tem muito se dedicado ao tema da Varig, pela via do acompanhamento das ações da sua controladora que é a Ruben Berta e acaba de nos prestar importantes esclarecimentos.

E cumprimentando os demais Senadores presentes, a quem dedico muita simpatia, eu gostaria de convidá-los para mais ou menos em dez minutos repassar um tema que é por natureza complexo, é um tema financeiro, mas também com fortes aspectos e tonalidades de vinculação do setor público a esta empresa de serviço concedido que é a Varig. E como já foi ressaltado pelo Dr. Bastos, um poder concedente que concedeu, mas não deu nem os poderes e nem muito menos em várias ocasiões, não deu às condições econômico-financeiras para que essa empresa trabalhasse equilibradamente.

E desde já eu pontuo o seguinte, a Varig vai comemorar no próximo mês de maio de 2007, 80 anos de vida. Nós estamos, portanto, entrando a partir de 07 de maio próximo, semana que vem, no octogésimo ano de vida. Eu convidaria a todos e instaria o Brasil inteiro, para levantar essa estrela da Varig, de novo no céu do Brasil, no seu octogésimo aniversário como sendo o ano da virada. Nós que vamos torcer pelo Brasil no hexa, muito mais importante do que 06 vezes, são 80 vezes. 80 anos, 200 milhões de passageiros voados e uma história gloriosa, principalmente no plano do heroísmo pessoal e no plano técnico, também, porque é uma empresa que alta tecnologia. Razão pela qual eu diria, que fazemos muito mal e se trata do ponto de vista financeiro, um péssimo negócio deixar que a Varig soçobre no momento em que ela tem plena viabilidade financeira. É o que eu pretendo demonstrar nesse momento em dez minutos apenas, percorrendo sete pontos fundamentais, com a ajuda do Comandante Marsilac que hoje está pilotando o Power Point.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer alto e bom som que a Varig é recuperável. Digo isso como um Consultor Econômico com prática, porque sou também classificador de riscos de crédito, através da Empresa RS Rating, da qual eu sou o Sherman e, portanto, diuturnamente analiso empresas do ponto de vista do seu risco de crédito. Acho que a Varig, e assim pensa o Comitê da RS Rating, que prestou um laudo econômico-financeiro de viabilidade daquele plano original do 19 de dezembro, até agora ainda não implementado, que a Varig é recuperável sim. E por isso fez muito bem o Juiz Luiz Roberto Ayub, quando em 28 de dezembro homologou o plano de recuperação judicial, à vista do detalhamento dos meios da sua recuperação, da viabilidade econômica demonstrada pelos inúmeros gráficos e tabelas que acompanharam o plano.

E finalmente, o nosso laudo de viabilidade econômico-financeira. As ferramentas jurídicas, portanto, a partir da homologação do plano estão prontas, muito mais ainda, agora que o gestor é profissional interino também já está apontado, e o Banco Administrador do chamado Fundo de Investimento em Participações que controlará a Varig, recepcionando as ações da Fundação Ruben Berta também. O plano, portanto, é viável. E isso é muito importante, porque a estratégia brasi-

leira não deveria ser desperdiçar patrimônio que é de todos. Aliás, sabemos muito bem que o patrimônio de um país pertence a todos, que se o regime constitucional é da propriedade privada é que somos inquilinos dos bens e dos serviços. Aqui estamos na nossa vida para colaborar com a comunidade. Somos apenas tomadores de conta do patrimônio que deixamos para a nossa família e deixamos para a comunidade. Portanto, esse patrimônio público da Varig merece ter a sua viabilidade garantida. Credores clientes e contribuintes ganham com a recuperação. E só a recuperação esse é o ponto que talvez seja fundamental, salvará o Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Funcionários da Varig, que e o AEROS.

E o que é mais interessante. A solução não empata um só tostão do Governo. Diferentemente do que se alega, a Varig não é um caso de precisar de dinheiro público. Como o Senador Jefferson Peres teve oportunidade no Jornal "A Crítica", do qual ele é Emérito Economista fez questão de alegar, poderia até se pensar. Dada a característica estratégica da empresa na interferência direta do poder concedente, pelas múltiplas razões e motivos que teríamos para manter a Bandeira Brasileira, principalmente no exterior, só que não é necessário. Ocorre que temos uma boa notícia para dar.

E é isso que vamos, agora, com uma certa rapidez mostrar, pelo lado onde a nossa especialidade nos indica, que é começando daquilo que está sempre nos jornais. Uma dívida total, que quando olhada pelos números bilionários 8,5 bilhões, dos quais 3,5 bilhões é o plano de parcelamento de débitos já referidos pelo Dr. Bastos, INSS o imposto de renda, que estão fora do plano de recuperação, porque entendeu o Congresso Nacional ao aprovar a Lei de Recuperação de Empresa, deixar fora os créditos tributários. 4,5 bilhões é à parte concursal, ou seja, aquela parte que em 19 de dezembro do ano passado, foi devidamente repactuada e renegociada. E lamento dizer, mas 500 milhões de reais que a incúria, a imprevidência e a falta de ação das pessoas que estão encarregadas de fazer este plano ter vida deixaram acontecer. Porque a Varig desde, então, não tem ainda o seu plano de recuperação devidamente implementado.

Então, cogitamos hoje, inclusive na reunião que hoje se realiza no Rio, dessa coisa esdrúxula que é alterar e modificar um plano que ainda nem começou. E não começou, e é preciso então, que se pergunte, que se cogite: Por que não? Porque não foram tomadas as medidas. E antes que me perguntem por quê? Dou um exemplo de todos o mais banal. Esta empresa chegou sem em dezembro sem um Diretor-Financeiro e pasmem! Até hoje não tem um Diretor-Financeiro. Como nós poderíamos conceber uma recuperação quanto mais judicial, onde um Diretor-Financeiro quatro meses após iniciado o processo, ainda não foi apontado.

De qualquer maneira a boa notícia já apontada pelo Dr. Bastos é que ao lado de uma dívida fiscal, que está espalhada para ser paga em 15 anos, no valor de 3,5 bilhões, a ela se contrapõe por dados recalculados recentemente pela Fundação Getúlio Vargas, de modo conservador, porque com correção monetária inferior àquela praticada neste período de acumulação desses créditos nos deixam um saldo de 1,1 bilhão de reais para o Governo. Ou seja, se esta Casa determinar, através quem sabe, de uma resolução do Senado, talvez esclarecendo aquilo que me parece que a legislação já permite que esse encontro de contas se faça, rapidamente nós temos condição com esse 1,1 bilhão de criar um Fundo de Créditos Aeroviários, que não seja inclusive só para a própria Varig, mas para qualquer empresa que esteja num processo recuperacionista, utilizando esses recursos securitizados devidamente. O Governo nem precisa desembolsar isso, não se alegue que vai alterar execução do superávit primário e nós teríamos condição de o BNDES, amparado nesse colateral realizar um Fundo Nacional Aeroviário.

Eu gostaria de apresentar-lhes o quadro geral que parece complicado, mas rapidamente percorrendo, se os Srs, tiverem paciência, estão lá vendo a Fundação Ruben Berta, Controladora em cima. O FIP que já tem o Banco Brascam como seu administrador, portanto, a questão da Ruben Berta está equacionada. A Empresa Reestruturadoras AM, Álvares e Marçal de categoria internacional e a RG, a Varig Rio-Sul e Nordeste que são as devedores, que tem do lado esquerdo os ativos judiciais, àqueles a que eu me referi, da ordem de 4,6 bilhões e ativos operacionais os mais diversos South Smiles da ordem de 250 milhões de dólares, que é a sua avaliação. Os flots lá fora. Os direitos de aterrisagem e de decolagem e assim por diante. Do lado do passivo, o grande passivo tributário de 3,5 bilhões e os passivos operacionais. Os contratos diversos de fornecimento que a Varig tem normalmente. E agora, temos além do mais que nos enfrentar com o passivo extra concursal, que não precisava estar lá senão tivéssemos tido essa incúria tremenda nesses quatro meses passados. E o passivo concursal que está aqui 4,5 bilhões, distribuídos entre 200 milhões dos credores da classe 1, trabalhadores; 2, 1 bilhões de novo dos trabalhadores, agora, representados pelo AEROS, entre ativos 800 bilhões e inativos 1,3 bilhões; e outros 2, 2 bilhões. O que nós vamos fazer?

Basicamente o que se pretende no plano de recuperação judicial, que não precisa ser modificado, a Varig Operacional ela é uma unidade produtiva isolada.

A Varig que voa. E ela passa a ser separada, deixando na parte de cima o encontro de contas a ser feito, que deixa um saldo positivo. Andando um pouquinho mais rápido Comandante, a Varig Operacional fica com os ativos operacionais e passivos operacionais, e pelo plano de recuperação já aprovado, voluntária e opcionalmente os trabalhadores que já assinaram procurações a esse respeito manifestaram-se desejosos para colaborar com a empresa, de converter créditos trabalhistas 200 bilhões. Seu saldo de contas no AEROS - e lamento muito a ausência do Dr. Adacir Reis, que muito contribuiria nesse momento, já que esse AEROS foi inopinadamente liquidado, teve os planos da Varig inopinadamente liquidados exatamente no momento na véspera dos trabalhadores verterem recursos importantíssimos e líquidos e certos, porque está no Fundo de Renda Fixa do AEROS, o dinheiro que é desses trabalhadores da ativa e que salvaria os inativos que hoje estão liquidados.

E vejam, que praticamente o que se tem é que os outros vão ser, os outros 2,2 bilhões que estão renegociados em até 13 anos de prazo, eles serão pagos através do leilão judicial dessa Varig, sem a parte financeira e a eventualmente comercial. Pagos através do resultado do leilão, das debêntures de participação de lucros que essa Varig Operacional pode verter para os credores e através das conversões já estabelecidas. E mais interessante ainda, a própria União com aquele 1,1 bilhão que deve, ela poderia perfeitamente verter isso para o Fundo AEROS, a quem ela deve responsabilidade por esse 1, 3 bilhões, porque este Fundo AEROS deixou de ser acompanhado, devidamente pelo órgão fiscalizador e regulador a Secretaria de Previdência Complementar. Portanto, nós estamos diante de uma situação que embora complexa, eu quis mostrar aos Senhores, que é perfeitamente plausível a recuperação desta Varig, apenas com o movimento já previsto no plano, que é a separação da Varig Operacional de um lado e ficando a Varig Comercial e Financeira na parte superior. Portanto, as ferramentas estão prontas. O detalhamento aprovado...

(Soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL -PI) – Dr. Paulo.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL -PI) – Eu vou pedir a V.Sa., um minuto.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Claro, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL -PI) – Porque tendo em vista que questões burocráticas nós temos urgência na aprovação de dois requerimentos. Eu gostaria que fosse feito agora; que são de autoriaS – do Senador Jefferson Peres. O primeirO – "Requeiro nos termos do art. 52, § 2º, do inciso III, da Constituição Federal, combinado com art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Dr. Nelson Machado, para comparecer a reunião de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Desenvolvimento Regional, acompanhado do Dr. Odacir Reis, Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência. Sala das Comissões, Senador Jefferson Peres, Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon e Senador Heráclito Fortes". Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Nos mesmos termoS – "Requeiro nos termos do art. 58, § 2º, do inciso III, da Constituição Federal, combinado com art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Indústria e Comércio e Exterior, Dr. Luis Fernando Furlan, para comparecer a reunião de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Desenvolvimento Regional, acompanhado do Sr. Damian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Sala das sessões, os mesmos autores".

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Srs. Senadores, antes de devolver a palavra ao Dr. Paulo, eu quero mostrar o desrespeito do Presidente do BNDES, para com o Congresso Nacional, fato que vou levar ao conhecimento do Sr. Presidente da República. Foi convidado para vir aqui, duas vezes, e remeteu ao Senador Pedro Simon, através do Chefe de Gabinete dele, como resposta, o mesmo ofício com a mesma data, apenas trocando a data aqui do fax. É o apreço e o respeito que o Sr. Demian tem para com o Congresso Nacional numa hora como essa. Daí por que a convocação do Senhor Ministro, que eu tenho impressão que ele terá outro tipo de comportamento com esta carta.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, me permita?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL -PI) – Com a palavra V. Exa..

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Além da convocação devemos levar o fato ao conhecimento do Presidente do Senado e do Congresso, Senador Renan Calheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL -PI) – Acho que é uma medida que deve ser tomada e isso tem que ser repelido de maneira enérgica. Aqui estão os dois fatos e as duas respos-

tas do Chefe de Gabinete, datado do dia 24, o ofício é o número P 264, apenas o Chefe de Gabinete teve o trabalho de repetir a convocação. Fica feito o registro. Com a palavra novamente V. Sa.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Sr. Presidente, espero que eu possa ter uma ligeira correção monetária do tempo, aproveitando para poder encaminhar a conclusão do meu raciocínio, apenas dizendo que eu acho que vocalizo os trabalhadores do Grupo Varig, em desagravo ao seu descontentamento, dizer que o Senado Federal fez, tem feito e continuará fazendo muito, por esse estratégico tema que é soerguimento da Varig. Na realidade, tratamos aqui não do soerguimento da recuperação da recuperação da Varig. Eu me atreveria a dizer que nós estamos aqui tratando Sr. Senador Presidente da Mesa, do soerguimento da cidadania e do bom senso. Não se trata só do assunto Varig.

O Brasil está precisando de mais bom senso, mais senso estratégico, de dar demais importância às coisas que de fato são importantes, e mais atenção àquela falência do que é produtivo, como ainda hoje podemos dizer, que setores importantes da atividade nacional como o agronegócio de grão, está submergindo diante de um tremendo desequilíbrio entre preços e custos e tal como a Varig não precisa de tostão do Governo, mas perecerá por causa da incúria pública.

Mas voltando ao assunto Varig, nós gostaríamos de dizer que está tudo pronto, faltando apenas desbloquear os recursos do AEROS, motivo pelo qual lamento, mais uma vez, porque o preparadíssimo Advogado Odacir Reis que tem conduzido a SPC com grande maestria, poderia estar nos ajudando muito nesse momento a superar a infausta liquidação dos planos, nesse momento, onde esses planos mesmo poderiam ser a ferramenta de soerguimento da Varig. Segregaram a Varig Operacional como consta do plano aprovado e mencionado aqui pelo Dr. Bastos no dia 19 de dezembro. E liberaram o empréstimo ponte do BNDES, pelo que lamentamos a ausência do Sr. Presidente aqui, porque poderíamos já estar aqui saídos com todos o entendimento a respeito com constituição de um Fundo Aeroviário, com créditos não de privados, mas do próprio Governo, não só dos ICMs dos Estados, como o Governador do Rio Grande do Sul em boa hora se lembrou de captanear a securitização desses créditos estaduais, como também dos créditos federais.

E concluo que obviamente a Varig voando, tem o serviço, tem o Smiles, tem pagamento, o Governo receberá os 3,5 bilhões através da transação que fará, isso constitui custo zero para os contribuintes. As pensões estarão garantidas, empregos e salários racionais estarão garantidos. A Varig parada não tem serviço. não tem Smiles, o Governo perde os 4,5 bilhões, que poderia... Obviamente, os credores perdem os 4,5 bilhões que teriam a receber no tempo. O Governo não recebe nada e ainda paga. Os Senhores já podem ver que o custo nesses dois itens já chegam a 08 bilhões. E seguramente com toda certeza, por causa da imprevidência do órgão fiscalizador, fatalmente e, por favor, não se desesperem os pensionistas, heróicos pensionistas e aposentados, muitos dos quais aqui estão acompanhando a gente hoje, porque o Governo, se não deixar que a própria Varig honre os créditos estando viva - e ela quer pagar, porque os próprios trabalhadores através do seu Plano pretendem dar garantia do pagamento aos seus colegas aposentados ou pagará o Governo. Pagará como pagou o Plano da Vasp por não ter feito adequada provisão desses recursos no momento em que a Administração estava em crise.

E concluindo, obviamente que só a recuperação, como eu dizia, vai conseguir dar cobro a isso que eu gostaria de encaminhar ao Presidente da Mesa, (soa a campainha), que é lamentavelmente - se pudesse alguém também distribuir para os Srs. Senadores -, é uma carta que realmente merece um descontentamento muito grande, porque ela entre outras coisas, Srs. Senadores, diz o seguinte: " Informamos ainda - e é uma carta endereçada ao participante assistido pelo liquidante do AEROS, Sr. Senador Jefferson Peres - que os convênios prestados aos assistidos da Varig com desconto no contracheque do AEROS, ou seja, AMIL, AMIL Dental, SAMOC, UIT, AMICO, PLANAF e outros, cujo Instituto seja interveniente, condicionados a existência de saldo para o desconto em referência deixarão de estar disponíveis para os aposentados e pensionistas, sendo o pagamento efetuado em 03 de outubro próximo, o último sobre o qual incidirão descontos. Assim, sendo caso V.Sa., esteja associado a algum deles, solicitamos que efetue a devolução das respectivas carteiras de identificação após o período de cobertura".

Isto é uma injúria contra esses trabalhadores que durante décadas - e muitos aqui estão - muito provavelmente simbolicamente, gostariam de estar nesse momento, devolvendo seus cartões de cobertura de saúde. E simbolicamente entregarão ao Presidente Heráclito Fortes, que obviamente os receberá com muito carinho, porque representa de certa forma um singelo e simpático, por assim dizer, mas trágico protesto contra uma maneira atabalhoada de lidar com pensões e aposentadorias de brasileiros que nos carregaram com segurança até aqui nesta Varig.

Portanto, para concluir, e já me penitenciando pelo excesso de tempo, apenas para dizer: Gasto zero

para o Governo. Não faz sentido um custo total que eu estimo da ordem de 10 bilhões de reais, que é o custo total para o país, para os contribuintes em termos de perda de produto interno bruto, de empregos destruídos, de marca destruída, marca internacional de presença do Brasil no exterior. E faz sentido isso? Bastaria que nós conseguíssemos carências e prazos na BR e na Infraero e para isso gostaria de me referir a uma carta do Governador Germano Rigotto e do Deputado Fernando Záquia, Presidente da Assembléia Legislativa, e mais uma série de outros subscritores, que resume o que está aí, não precisa nem interferir na Varig, basta obter as carências e prazos da BR e da Infraero, pedir a Secretaria de Previdência Complementar que levante o processo de liquidação e que implante um plano de recuperação da empresa, que seja compatível com o plano de recuperação judicial. Solicitar ao BNDES que disponibilize linha amparada nos próprios créditos do Governo, que podem constituir um Fundo Aeroviário e, finalmente, a Advocacia da União que transacione débitos contra créditos, uma idéia generosa, que já devia ser implementada no Brasil há muito tempo, fazer encontros de contas, como se fez no setor elétrico amparado por esse Congresso Nacional em 1993, por exemplo, salvou o setor elétrico. E, poderíamos, agora, com esse encontro de contas salvar também a nossa querida Varig.

Portanto, eu encerro dizendo o seguinte: a Varig permanecerá. Nós continuaremos voando com segurança, posso dizer pelos meus aqui representados. Vamos continuar atendendo os clientes com alegria, apesar de tudo, e simpatia. Vamos continuar nas ruas fazendo os protestos, com cada vez maior firmeza e apoio desta Casa e da Câmara Federal. Vamos contar com a ajuda do Juiz da Recuperação Judicial, Dr. Luiz Roberto Ayub, que tem se empenhado muito neste processo. E finalmente, vamos contar com a ajuda de Deus, orando, não só que nos dê forças, mas que principalmente ilumine o Governo, para que ele comece a pensar, estrategicamente, nos destinos e no patrimônio da Nação. Muito obrigado.

(Palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradecemos as palavras do Dr. Paulo Rabello de Castro...

Questão de ordem?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Em seguida eu passarei a palavra a V.Exa. Agradecemos aos dois convidados que aceitaram de pronto esse chamamento. De uma coisa a Nação brasileira pode ter certeza, que não há omissão por parte do Congresso Nacional nessa questão. Tanto Câmara como Senado, há três ou quatro anos vêm lutando, procurando informações, procurando interferir no que é possível dentro das suas limitações.

Essa Comissão por iniciativa da Bancada do Rio Grande do Sul e com o apoio das outras Comissões tem se reunido e tem feito rodadas de negociações, principalmente com o objetivo de tornar essa discussão a mais transparente possível, para evitar que se diga nos Gabinetes uma coisa quando se é procurado pela Varig ou pelos seus funcionários, e se diga outra em praça pública. Essas Audiências Públicas, meu caro Senador Zambiasi, têm servido, pelo menos para que a Nação tome conhecimento do que vem acontecendo. Acho que é positivo e essa nova tomada de posição do Governo nas últimas semanas, já admitindo a abertura de crédito. É um começo que nós temos que continuar avançando no sentido de que se encontre uma solução que seja satisfatória ao país. Eu queria sugerir e perguntar aos Srs. Senadores, se não era chegado o momento de se convocar, convidar no caso, para vir aqui o liquidante do Plano Varig, exatamente o autor dessas medidas, numa das próximas Audiências Públicas. Caso seja de concordância eu mandarei formalizar. Todos concordam?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) – Convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É convite, ele não pode ser convocado. Então está aprovado. Peço à Mesa que formalize.

Vamos iniciar então as perguntas.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Não é pergunta, Sr. Presidente, é apenas lamentar não ter podido acompanhar todo o depoimento do Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, mas a urgência da votação do projeto no Conselho da Educação, do qual eu sou Relator e o Paulo Paim, o autor, nos obrigou nos afastarmos no depoimento. Peguei às últimas palavras do Professor Paulo Rabello de Castro, a quem tanto quanto o Dr. Bastos, admiramos muito o trabalho que vem fazendo e entendemos fundamental.

Aliás, eu na minha manifestação, eu pedi autorização para o Masilac... Mas não deixa, eu não poderia deixar de colocar aqui essa preocupação e da urgência de uma solução. Exatamente pelos impactos negativos que situações vivenciadas no cotidiano acabam provocando com relação à Varig.

Ontem, por exemplo, o vôo Buenos Aires, Porto Alegre, Brasília foi cancelado. Eu e praticamente todos nós Parlamentares gaúchos, temos como oposição voar Varig. E quero registrar o esforço dos servidores da Varig em Porto Alegre, no sentido de colocar todos

os passageiros em vôos, seja da TAM ou de outros. No meu caso, os funcionários da Varig em Porto Alegre, me colocaram num vôo e Varig, São Paulo/Varig e Paulo Brasília. Mas eu quero fazer este registros e com certeza não foi por falta de passageiros, porque o vôo de sexta-feira passada para Porto Alegre Porto Alegre/ Buenos Aires, estava lotado, presume-se, portanto e o retorno, também, na segunda-feira teria perspectiva de lotação. Isso registra exatamente essas forças ocultas que de alguma maneira insistem em manter a Varig no chão. Por isso, eu acho que essas reuniões, esses depoimentos, o Dr. Bastos, o Dr. Paulo Rabello, esses próximos convidados e convocados devem estar aqui sim, porque através deles nós passamos a conhecer melhor esse processo todo e quem sabe a gente consiga reafirmar caminhos para uma solução deste problema, que realmente não é apenas da Varig, não. É um problema nacional e nós temos obrigação de buscar uma solução. Era esse um registro Presidente, de uma situação vivida há poucas horas, e que não afetou apenas o passageiro, afetou principalmente a Varig. E acima de tudo seus servidores, porque se via em todos eles a angústia, a expectativa. Eu tinha comentado a semana passada que me comentou muito ouvir de uma aeremoça na chegada em Porto Alegre, àquela perguntA – "E aí?" E a resposta do colega. "Só notícia ruim" Quer dizer, ontem a notícia foi pior, ainda, portanto, porque o vôo não se realizou. Então, nós temos que lutar para que as notícias comecem a melhorar com relação à Varig.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com palavra o Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Bom dia, aos convidados Dr. Bastos. Bom dia, meu amigo Dr. Paulo Rabello. Dr. Paulo Rabello, o assunto Varig está movimentando o Senado há vários semanas, embora estejamos acompanhando o problema, Varig há três anos. Mas com o agravamento da situação, já houve a primeira Audiência Pública, semana passada, a segunda agora. E vários aspectos da questão obviamente já foram levantadas e discutidas. Mas eu li uma entrevista de V. Sa., numa revista da semana passada, Istoé Dinheiro, a qual V. Sa. dizia que o fechamento da Varig, a derrocada da Varig custará cerca de 10 bilhões de reais à sociedade brasileira. Ao Estado e à sociedade em geral. É uma estimativa, claro. Mas eu gostaria que V. Sa., explicasse melhor isto, e aproveito para pedir a confirmação do seguinte: Se a Varig deixar de voar, as outras duas empresas podem assumir as linhas domésticas, mas as linhas internacionais não pertencem ao Brasil, pertencem a Varig. Portanto, provavelmente, serão rateadas com outras empresas, que não as duas brasileiras, é isso mesmo?

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Senador Jefferson Peres, respondendo a sua pergunta, eu gostaria de dizer que sim, o cálculo de 10 bilhões de reais de custo para o país, portanto, um custo social, como se diz, para a sociedade brasileira, ele é um cálculo estimativo, mas que parte de um item que sozinho já responde, na minha estimativa por cerca de quatro bilhões de perda, que é o valor estimado e defasado no tempo 2006, 2007, 2008 até que outros serviços possam percorrer os mesmos caminhos deixados por uma Varig falida, eventualmente, que corresponderia à redução das divisas líquidas brasileiras.

E falo líquidas, porque obviamente, há que deduzir apenas o valor agregado pelo serviço, retirado todos os custos que são pagos e alguns inclusive, no exterior e que alguns economistas inclusive me repreenderiam dizendo que se nós fizéssemos uma conta mais avantajada, certamente passaríamos dos quatro bilhões de reais. Mas como o nosso objetivo não é tornar esse número fantasmagórico, porque nem precisamos só esses quatro bilhões de reais, já constitui motivo para uma grande preocupação, por quê? A bandeira brasileira, a Varig não voa e não tem voado por uma estratégia brasileira, apenas nas chamadas rotas lucrativas. Até uma rota como Lisboa - pelo que entendo e não entendo muito, não sou um profissional do ramo - não é uma rota lucrativa propriamente dita. Poucas são as rotas lucrativas. É por isso que uma empresa concorrente - e vou citá-la porque cito de cabeça de uma declaração de seu Diretor-Financeiro ainda esta semana nos jornais. Disse: "Não o meu interesse é uma nacional que está crescendo muito ultimamente. O meu interesse é na rota de Londres. Só estou interessado em voar para Londres". De forma que se o Senador Paulo Paim quiser, por exemplo, voar para Beijim de quem que é um estratégico para o Brasil, é algo que hoje pode ser deficitário durante um ano ou dois, mas tem uma importância fundamental, porque sabemos que as rotas asiáticas hão de ter para as para o Brasil. E para os sojicultores brasileiros, no dia que conseguirem sair da falência em que a política cambial os meteu, e eles voltarem à China para voltar à soja em 2009, 2010, que voltarão certamente a plantar, cadê o avião brasileiro? Não há o avião brasileiro, porque do ponto de vista estritamente privatistas, estas companhias vão estar só fazendo o que chama o inglês *shery piking*, vão só estar pegando as amoras que lhe interessarem.

A Varig é uma empresa de serviço que concedido, que sempre envergou o brasileiro. E o interesse brasileiro com um certo equilíbrio entre rotas deficitárias é

rotas lucrativas, portanto, esse prejuízo de fato ocorrerá, o Senhor tem toda razão. As demais empresas com a visão estritamente privatistas não vão fazer cobertura de rotas deficitárias pela bandeira brasileira e tem uma outra mentalidade. Se somarmos a isso Senador os empregos líquidos perdidos, porque alguns vão ser alocados. Os nossos profissionais brasileiros como o Senhor são respeitados no mundo inteiro e disputados como excelentes profissionais. Então serão realocados no exterior, mas a renda perdida aqui no Brasil ocorrerá, vão ser mais como muito brasileiros que vão para o exterior mandar recursos para suas famílias, eles serão mais brasileiros exportados, trabalhando no exterior e mandando recursos para cá.

Obviamente teremos um prejuízo em termos de aumento de tarifa sim, porque teremos. E aí falo, sem nenhum demérito para as empresas e digo, faço até vênia que são empresas bastante eficientes as duas que permanecerão. E que deterão mais de 80% do mercado, e constituirão uma duopólio, num país cuja Constituição reza pela livre iniciativa e pela concorrência tão perfeita quanto possível. Óbvio que no campo tributário vai ser resto da perda a lamentar porque uma empresa falida não paga PAES, nem transaciona contra crédito. E o Governo Federal vai ficar numa situação, aliás, que é uma situação, desculpe a expressão, Senador, burra". Porque ele de qualquer maneira, quando vencida a ação que resta por um triz no STJ - se é que resta alguma coisa, e se houver pronunciado o Supremo Tribunal Federal, o contribuinte brasileiro haverá de pagar sofridamente os 4,6. Mas muito provavelmente, não haverá PAES para se confrontar e ser transacionado mais. Com isso já temos uns bilhões, ao qual eu somo e repito, o Governo senão deixar que a Varig viva pague as aposentados do AEROS, eu posso dizer tecnicamente que não há muito que escapar de uma ação, pela qual ele será responsabilizado, por não ter feito a adequada fiscalização no momento certo - não vamos entrar nesses pormenores aqui, até porque não estamos na presença do Dr. Odacir que nos ajudaria, mas ele vai pagar esses dois milhões do déficit do AEROS, que de outra forma os próprios trabalhadores gostariam de investir e eliminar passivo da Varig, colocando parte acionária na nova Varig. Uma pena Senhor Senador, apesar dos esforços nossos Senadores aqui presentes, que um problema tão resolvido nós não tenhamos a capacidade como sociedade de fazê-lo implementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Satisfeito Senador Jeferson? Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, Heráclito Fortes, cumprimentar V. Exa., em nome das quatro Comissões que estão realizando essas Audiência Públicas, pela sua importância e pela repercussão positiva que tem dado junto à sociedade e mesmo junto ao Governo. A partir do momento que essas Audiências Públicas começaram, com certeza, eu posso dar aqui o testemunho que sinto uma movimentação maior junto ao Governo, para contribuir para essa situação da nossa querida Varig se resolva o mais rápido possível.

Quero cumprimentar também o Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos pela sua posição, e o Professor Rabello que eu conheço há muito tempo já. Eu quero dizer que na semana retrasada ou passada, li na tribuna do Senado na íntegra o seu artigo, onde V. Exa., fala dessa questão específica que foi comentada agora, que o Brasil teria um prejuízo de no mínimo 10 bilhões, senão acharmos uma saída para a nossa Varig. Mas a pergunta que vou fazer veja bem, eu sempre digo que, nós aqui os três Senadores e tantos outros, somos tanto defensores da Varig, com certeza, como os Srs., que estão na Mesa, por tudo que ela representa. Mas tem uma coisa que me intriga, que intrigou eu diria. Na última reunião, até foi uma fala feita, muito pela intervenção que fizemos, eu e o Senador eu Zambiasi.

Eu fiz a pergunta para a empresa que está administrando essa situação contratada de forma correta pelas partes interessadas. Eu perguntava o seguinte - eu tenho insisto muito com a palavra encontro de conta, até o momento ele me corrigiu, que na segunda fala não era adequado que eu usava aquele termo. Eu perguntei a ele o seguinte: "No encontro de contas entre a União e a Varig, entra ou não entra o dinheiro para a Varig?" Diz ele: "Não entra". Perguntei de novo – "Mas então, você diz que esse encontro de contas tão falado, porque a gente vê e a gente participa do debate, inclusive junto à imprensa, em televisão, em rádio, enfim. Uns falam: "Não, o Governo deve 08 bi para a Varig". O outro diz: "Não, a Varig que deve 08 bi para o Governo". Depois outro diz: "Não é 08 bi, é 4,5". O outros diz: "Não, é 4". O outros : "É 5". Então eu insistir muito com ele. Sabe o que ele disse: "Nós estávamos na reunião. "Paim, efeito de balanço. É muito importante para efeito de balanço o encontro de contas, mas não entra dinheiro de imediato". Ele repetiu isso diversas vezes. Depois entrou na mesma discussão, uma questão dos Estados. Eu estou inclusive aqui com o documento já que mostra, são 26 Estados devedores, um pagou, ficou 25, só quem pagou foi o do Rio de Janeiro, com deságio - e ele mesmo falou aqui - de 25%. Se fosse paga essa dívida a 01 bilhão 385 milhões de reais. Este sim, eu digo que entra. E mais. Eu fiz um requerimento a Mesa, Senador Heráclito aprovado na abertura. Onde eu digO – "Qual é o

critério que tu adotou para botar 04 Estados". "Eu não ia convidar os 26, então, eu fiz os 04 que têm uma dívida acima de 100 milhões". E pega Santa Catarina, pega o Amazonas, pega o Rio Grande do Sul e pega São Paulo. Rio Grande do Sul e esses Estados é mais de 100 e São Paulo é mais de 400 milhões.

Mas eu deixei muito claro, não é nem situação dos atuais Governadores, então não tem aqui ninguém que diga que se nós levantarmos esse debate estamos fazendo críticas aos atuais governadores. Não tem nada a ver. São dívidas que nós sabemos muito bem, do período de não paga o ICMS - eu tinha aqui documento - que vai até 94, se não me engano.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) 85, 94.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Isso, é dessa época, entãO – 85, 94, ninguém está fazendo nenhum debate político. Queremos ver se os atuais Governadores que herdaram essa dívida se tem como fazer aí sim, esse devido pagamento para resolver em parte, a questão da Varig. Sei também da situação dos Estados. A maioria vai alegar que nesse momento não teria esse aporte de recursos de uma dívida passada. Por isso que eu acho que... Eu estou muito esperançoso. Eu acho que na linha que o Dr. Rabello coloca aqui, o BNDES pode sim, fazer um empréstimo que a Varig mostrará que tem lastro, até com outros parceiros que estão interagindo nesse momento para serem compradores de parte, de todo o poder, que eu diria a Varig.

Dois. Acho que a BR Distribuidora pode dar um prazo maior, diz aqui que eram 10 dias, que seja no mínimo dois meses para pagar o combustível pago no momento adequado. E acho também que o Governo tem que naturalmente, como é na audiência que teremos hoje do Conselho do Rio de Janeiro, não é isso? O Governo é que tem maioria, ele pode encaminhar nesse sentido, dando a sua contribuição. Mas eu quero insistir muito aqui, que eu estou muito preocupado com nosso Fundo de Pensão da nossa Varig. Eu acho que esse Fundo de Pensão tem que ser tratado com muito carinho. Acho até que deve ser suspendida na minha avaliação a dita intervenção. Eu posso daqui de fonte segura, que naquele diálogo que V. Exa., Presidente, me autorizou a fazer em algumas instâncias de Governo, já há setores de dentro do Governo que entende que achando uma saída viável da forma que está sendo colocada deve se rever essa intervenção, porque para salvar o Fundo de Pensão dos nossos aposentados e pensionistas que têm assegurado, pelo documento que nós recebemos e também a mesa recebeu, está garantido mais três, quatro meses, e daí como é que fica? Como é que fica a situação dos aposentados e pensionistas? Eu quero apenas reforçar que nós temos que encontrar uma saída. Eu acho que essa linha do BNDES como foi dito, nenhum centavo de dinheiro público. Eu também quero reafirmar isso, porque nos debates que participei nesse fim de semana: "Não, mas o dinheiro público!" Que dinheiro público?

Os trabalhadores e aqueles que estão participando ativamente não querem um centavo. E o BNDES empresta dinheiro para tanta gente, que todos nós sabemos, porque se tiver lastro, se mostrar que pode pagar por que não fazer o empréstimo? Até eu, se eu estou endividado eu vou ao Banco, se eu mostrar que tenho lastro eu posso pagar no futuro, o Banco me emprestar o dinheiro. é mais do que legítimo esse movimento que a Varig faz.

Então, muito mais do que uma pergunta, porque a pergunta mais é essa, é a do chamado encontro de contas, eu quero aqui dizer de toda a nossa satisfação. Eu estou esperançoso que no máximo em 10, 15 dias a gente tenha uma saída mediante um amplo entendimento entre todos. Governo do Estado, Governo Federal, naturalmente o BNDES, prováveis novos investigadores que estão a surgir e naturalmente a tolerância da BR, na linha dos combustíveis. É isso, no mais cumprimentar V. Exas., pela forma firme e clara que sempre defenderam a Varig. E eu sei que eles vão falar, que eu acho que é a linha desses três Senadores que estão aqui no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o senhor Paulo Rabello.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Obrigado, Senador Paim. Para mim é um orgulho poder receber um questionamento de V. Exa., pela inteligência, pelo descortino, principalmente pela sua coragem e pelos grandes temas da sociedade, da cidadania brasileiras. Eu gostaria de em primeiro lugar, falar sobre a questão do encontro de contas, porque esse encontro de contas é a pedra de financeira, com a qual passaremos dos entretanto para os finalmente. Vamos partir das considerações gerais para a linha conclusória, porque a empresa precisa de resolver com urgência os problemas.

Pois bem. Eu gostaria de lhe dizer que a Fundação Getúlio Vargas - pelo que sei, estou informado - ela recentemente foi chamada - e praticamente foi à única medida pró-recuperação, quem sabe, que tenha sido tomada pela atual administração. Convocou a FGV que entregou um trabalho e pelo qual Sr. Presidente, eu teria a ousadia de sugerir a V. Exa., que convocasse, através do Presidente da Fundação Getúlio Vargas, o técnico que desenvolveu esses trabalhos, porque ele muito ajudaria a elucidar em definitivo ao Senador Paim e a todos os demais Senadores, qual na avalia-

ção na Fundação Getúlio Vargas seria essa conta, que o Ministro Edson Vidigal - brasileiro ilustre - já no ano passado diziA – "Eu acho que o Judiciário, no início posso parecer que esteja exorbitando mas não estou - assim dizia ele, parafraseando - eu acho que o Poder Judiciário deve recomendar que o Executivo centre com esse credor e faça um encontro de contas". Um Ministro, Presidente - e nisso provoco até o nosso Procurador, que é uma pessoa conhecidíssima e eterno candidato a uma daquelas cadeiras no STJ, que nos diga, se isso é uma exorbitância do Ministro Edson Vidigal, ou se é uma recomendação séria que esse Presidente do Tribunal fez já no ano apresentado.

Pois eu diria, Senador Paim, que o representante da Álvares e Marçal, não respondeu equivocadamente quando lhe disse que não há desembolso, no sentido de que não há necessidade de se verter recursos, se fazer um saque no Ministério da Fazenda e com isso se diminuir em 01 bilhão, nesse exercício fiscal, o penoso superávit fiscal que tanto ambicionamos. O que é possível é simplesmente haver o reconhecimento da diferença entre os 3,5 bilhões devidos pela Varig ao país - e quanto a isso, não há problema, porque está no balanço - e os 4,6 bilhões que não estão ativados, como é o linguajar das auditorias. E, portanto, o patrimônio líquido da empresa sempre aparece nos jornais como dramática, bilionariamente deficitário, é por causa de uma prudente maneira de proceder dos auditores independentes, que se recusam a não ser que tudo tenha transitado em julgado, etc e tal, colocar no ativo, embora o passivo esteja completamente passivado, por assim dizer. Então, a empresa fica contabilmente desequilibrada. Agora, há um crédito líquido a favor da Varig de 1.1 bilhão. Como fazer esse pequeno milagre financeiro e aí vai a boa notícia para V. Exa.., milagre das estruturações financeiras. Ela pode ser feita em menos de um mês, Senhor Senador. Em que medida? Se o Governo transaciona, senta, reconhece que entre débitos e créditos tem um 1.1 para a Varig receber, ele não quer impactar isso no exercício presente. Ele emite uma OTN Especial, uma Obrigação do Tesouro. E essa Obrigação do Tesouro vai para um para fundo que os Senhores, podem quem sabe por Resolução do Senado, constituir especialmente, poderia até ter um nome: Fundo Nacional de Créditos Aeroviários, desta empresa Varig e quem quer mais que possa ter habilitação para esses créditos. Uma vez constituído o Fundo, a Varig deterá cotas desse Fundo. Então, veja só, o crédito vai ficar lá, não há desembolso de nenhum real. Cotas, Senhor Senador, serão emitidas em favor da Varig, no valor de 1.1 bilhão e a Varig ou vende essas cotas no mercado, ou inclusive, ela deposita essas cotas como colateral e garantia no BNDES. O BNDES poderá tranqüilamente, a não ser que o BNDES comece a desconfiar do rating também do Governo Federal, que é o próprio controlador dele mesmo, acho que não é esse o problema. Então, estamos resolvidos. Agora, vejam que interessante, se o Sr. Fizer esse mesmo raciocínio, em relação a esse 1.3 bilhão de reais que o Senhor tão corretamente aponta que são créditos dos Estados, cujos Estados estão desejosos de fazer esse acerto, que se escondem atrás do biombo de uma argumentação de que é o passageiro que receberia como credor final este crédito e não em relação à Varig. E até se tivesse tempo seria ocioso, porque andei falando sobre isso num programa de rádio, imediatamente recebi, meia hora depois, já havia recebido dezenas de e-mails de pessoas que me haviam identificado, dizendo: "Como posso eu devolver o meu ICMS para a Varig?". Isso que eu achei bonito, ou seja, o povo brasileiro disposto a devolver o seu suposto crédito de ICMS, se isso fosse realmente necessário. Muito interessante essa corrente de solidariedade, mas não é necessário. Esse 1.3 poderia ser depositado da mesma forma no Fundo Aeroviário. O Governador Germano Rigotto não desembolsaria um só tostão a curto prazo, esse Fundo seria eventualmente distribuído para pagamento ao longo dos próximos, cinco, seis, dez anos, e as mesmas cotas seriam recepcionadas no balanço da Varig. Está resolvido o problema, para quem quiser resolver está resolvido.

Igualmente o Senhor, está tão correto, que eu que me atreveria a ler o art. 46 que é a que ula a da Lei Complementar 109, que diz o seguinte: "A intervenção do Fundo de Pensão, cessará quando aprovado o plano de recuperação da entidade pelo órgão competente, que é o SPC ou se decretada a sua líquido extrajudicial". Ou seja, na realidade o que nós deveríamos estar objetivando hoje no AEROS, é o plano de recuperação, irmão gêmeo do plano de recuperação judicial que corre na 8ª Vara. E não a falência do plano da Varig, diante de uma recuperação que queremos ver implantada.

E para complementar, no art. 52, a liquidação extrajudicial poderá a qualquer tempo ser levantada, desde que constatados fatos supervenientes que viabilizem a recuperação da entidade de previdência complementar.

O Senhor está certíssimo, deve ter de cor e salteado as legislações brasileiras na cabeça, porque está realmente enquadrada a possibilidade a qualquer momento de estabelecermos a recompatibilização do AEROS aos desígnios de salvar a nossa empresa Varig.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O próximo orador é o Senador Pedro Simon, mas eu queria pedir permissão para mostrar mais uma vez, Senador Paulo Paim, como setores do Governo tratam esta Casa. O Senador Simon acabo de receber do BNDES um outro ofício ipsis literis, nos mesmos termos dos dois anteriores, só que agora corrigido para a data de hoje. E postado da sede do BNDES do Rio de Janeiro, às 12h14 minutos, o que prova que estão assistindo a TV Senado e sabem o que está se passando aqui

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) – Por outro lado é bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Só que dessa vez, já não é mais o Chefe de Gabinete Sr. Élvio é o sub-Chefe de Gabinete. Vamos terminar recebendo correspondência...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Daqui a pouco vai ser o porteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O porteiro. Que não chegue ao caseiro, porque aí complica.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com caseiro ele já tem um antecedente perigoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agora, é o Sr. Denílson Ribeiro de Sena Nunes. Ele responde o mesmo ofício da convocação para a sessão de hoje que o Presidente não pôde comparecer, só que a resposta de hoje é das 12h14, quando o Presidente deveria estar aqui 10h00/11h00. E repete exatamente, o conteúdo dos dois ofícios anteriores. Como já foi aprovado aqui o encaminhamento desses fatos ao Presidente do Congresso, eu vou pedir que outra cópia seja enviada aos Srs. Senadores e ao Senador Jefferson Peres, que é quem vai em nome da Comissão tratar desse assunto hoje no Plenário. Mas apenas para ficar o registro de como é que o BNDES trata o assunto da importância para o país como é a Varig. Infelizmente os empréstimos externos que aqui tanto se falou são tratados de outra maneira.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É que não dá para entender esse ofício, porque eles devem estar assistindo à televisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois é, exatamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Ouviram as dúvidas levantadas...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Exato.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Ouviram o pronunciamento de V. Exa.., e do Senador Peres e vem com uma outra grosseira igual-–

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pior.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Só mudam a data, não dá para entender!

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Por. O ofício é o mesmo...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Porque anteriormente, a gente levava para anarquia, o negócio está uma desorganização, "mandaram lá não sei o quê". Então, aconteceu. Mas agora não, agora, é um troço deliberado...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É uma agressão, é um desrespeito...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Agora é deliberado, agora foi feito, o cara viu, assistiu, ouviu, viu que viu que está errado e muda a data. Isso se chama reincidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É. O conteúdo é o mesmo. Vamos dar conhecimento ao Ministro Furlan, que pelo seu comportamento e o seu respeito por esta Casa, sendo ele Chefe Superior Hierárquico do Presidente do BNDES, a mim me parece que não concorda com atitude dessa natureza. Pelo menos tem sido até agora o seu comportamento. E comunicar, como já foi dito anteriormente ao Presidente do Congresso Nacional, para que fique feito o registro.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pela ordem, só um minuto Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Tem V. Exa.. A palavra pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É que o Dr. Paulo fez uma referência com a minha chegada, eu sei que o Paulo Paim conhece de cor e salteado tudo que diz respeito ao interesse do trabalhador. Ele é o melhor especialista, mas como V. Exªs., falou 8, 5, 10 anos, eu só queria lembra aqui no Time Mania, nós concedemos 180 meses. O pedido era de 240, a Receita queria dar 120 e nós dividimos em 180.

Então, pode Senador, parcelar por que o Estado tem capacidade para agüentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero apenas fazer uma correção Senador Simon. A Assessoria me avisa que a TV Senado não está no ar. Então, eu quero parabenizar o funcionário do BNDES que está aí. E que passou a informação por telefone, lamentar apenas que não levassem a sério, lá no Gabinete, no Rio de Janeiro, as ponderações feitas pelo funcionário que assiste a essa Audiência Pública. Com a palavra V. Exa., Senador Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, eu manifesto a satisfação pelas explicações do bravo companheiro Antônio Carlos Avelar Bastos, Ilustre Procurador do Rio de Grande do Sul Janeiro e pelo nosso amigo Paulo Rabello de Castro, cuja atuação é por demais conhecida. Eu não sei, mas me parece Sr. Presidente, não vou ter a vaidade de dizer que foi a Comissão presidida por V. Exa., embora V. Exa. tenha um prestígio muito grande que mudou isso que está acontecendo, mas que mudou, mudou. Que mudou, não há dúvidas que mudou. Eu acho que nós estamos com um atraso perdendo não sei quantos anos, mas nós estamos no caminho certo.

Nós estamos no caminho certo. Dá gosto ouvir o Presidente da República. Dá gosto ver os jornais de hoje, dizendo que o Presidente da República se reuniu com a Ministra Chefe da Casa Civil, o Ministro da Defesa, que o Ministro da Defesa já falou com o Presidente do BNDES e que estão buscando uma solução. Eu acho que nós vamos evitar que se cometesse um absurdo, um equívoco desses que ficaria carimbado para o resto da vida na História do Brasil, que era crime de assassinar a Varig, com a eu não digo omissão, eu não digo com a ação, mas com a omissão de todos nós, que a gente fazia. Todo mundo discursava, todo mundo falava, todo mundo protestava, mas ficava por isso mesmo, não tinha nenhuma atitude no sentido de fazer. Eu quero confessar aqui com toda a sinceridade, a gente participa da Varig, nós, a Bancada Gaúcha inclusive, desde a primeira discussão.

E na primeira discussão que nós fomos chamados, na verdade, o que tinha naquela reunião era um objetivO – A TAM incorporar a Varig. O Governo estava fechado com essa tese, quer dizer, e nós fomos convocados de uma maneira muito tranqüila, para aceitar a tese de que a TAM incorporaria a Varig. E isso foi feito de uma maneira muito bonita, quer dizer, muito tranqüila, muito serena, "vamos resolver todos os problemas e vamos questionar todas as questões". Eu lembro que na hora se levantou duas questões. Primeiro. Por que não há incorporação das duas, porque não a junção das duas? Então, por que não a Varig pegar a TAM? Porque fica bem lógico a TAM ser incorporada pela Varig.

Segundo lugar. A Varig teria na nova empresa 5%. 5% seria... Quer dizer era um negócio, assim para dizer que... Mas o que chamava a atenção e é uma coisa que eu já falo, agora com mais tranqüilidade, porque acho que passou, mas que o chamava a atenção era que a gente sentia, não apenas nas conversas externas, mas nas conversas internas de que o havia era uma simpatia enorme da TAM e o PT. Isso vinha do tempo. A TAM iniciou quando o PT iniciou. Os dois começaram juntos a trajetória e começaram lá embaixo. E a TAM foi crescendo e o PT foi crescendo. E Justiça seja feita, quer dizer às informações que se têm, é que o PT quando cresceu fez uma simpatia pela Varig, no sentido de fazer um esquema e eu acho que um esquema corretO – "Nós vamos trabalhar com a com a TAM". Quer dizer os Deputados do PT, Prefeitos do PT, "os trabalhos do PT serão via TAM". O que é correto, repito, porque a TAM estava começando e deve ter feito uma vantagem ou coisa que o valha, que a Varig já estava costumada e cansada com isso, não tinha condições de fazer. Chegando lá no poder, e dando esse estorno, todas as informações que eu tive foi que o Chefe da Casa Civil tinha uma determinação - diz ele que falava em nome do Lula em nome de não sei o quê - mas o objetivo era um só: Fechar com a TAM, e aí vem mil informações. Eu não quero nem discutir de que por fora teria a empresa X, sócios ocultos e não sei mais o quê. Eu nem vou entrar nesse debate. Só vou entrar que eles foram muito duros nesse sentido. E na medida que nós dissemos "não", foi uma guerra para cima da Varig. Aí foi um mata, "não aceito, não discuto, não converso, não dialogo", foi um corte. Não se aceitava nenhuma discussão. E foi levado, quase que eu diria a um estrangulamento.

E foi nessa fase que eu digo que a gente ficava só falando, discursando, protestando, mas não tendo uma atitude concreta, uma atitude objetiva de se fazer alguma coisa. E por outro lado o Governo também ficava nesse de dizer não e também não está preocupado, "isso é problema de mercado, é uma empresa particular, se regula lá fora". Quer dizer, hoje eu acho que a coisa está numa situação altamente positiva. E eu acho que não é momento nem se cobrar, buscar culpado e nem responsável nem buscar solução.

Eu acho que o Dr. Rabello coloca muito bem quando fala da Fundação, eu me criei gurizinho - criança eu tenho a idade da Varig - ouvindo falar bem dessa Fundação, principalmente o Dr. Brizola. O Brizola apontava na Fundação Ruben Berta um exemplo de economia que o Brasil deveria copiar, que era um exemplo de economia onde os funcionários, os trabalhadores se reuniam e eles eram trabalhadores e proprietários. Então, ele dava isso como um exemplo de realmente a Varig foi longe, cresceu uma barbaridade. E era um ambiente que durante anos a fio, havia um regime de alegria de convivência pacífica entre a Fundação e a Varig e o crescimento da Varig, que parecia que era realmente... Eu era um dos que achava realmente um exemplo a ser feito e o Rio Grande do Sul tem coisas interessantes. O Rio Grande do Sul no campo social, nós temos lá atrás no início da nossa história as Fundações Jesuítas, quando as Missões foram um exemplo

de socialização feita, que hoje a gente mostra estudos analisados que senão houvesse o pacto Espanha-Portugal destruindo as Missões, se elas pudessem serem levadas adiante, hoje ali naquela região, nós teríamos uma das regiões mais modernas do mundo, tal o avanço que se tinha na produção, na tecnologia, na cultura que tinha naquela época. Nós temos o exemplo das Indústrias Renner, onde o Egon Renner era muito antes de qualquer legislação social, ele fez um plano de construção de casas populares. Ele fez um plano de destruição mensalmente de super - naquela época ninguém era super, mas de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) – Compra de supermercado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – De compra de compra para o fulano. Ele criou uma espécie de supermercado, para os trabalhadores comprem e pagarem a preço de custo. Ele fez um plano de assistência social, de colégio de educação, foi uma coisa 50 anos na frente de todo mundo. E essa outra questão da Varig era uma outra questão importante, que lamentavelmente ficou nela. E não dá para dizer que a Varig foi mal, por causa da Fundação, isso eu não admito a tese que dizem algunS – "Não a Fundação foi, foi, foi e terminou no que deu". Com Fundação Varig, sem Fundação Varig, tendo na frente da Varig o maior economista privado e inteligente do mundo, daria no que dava, se acontecesse o que aconteceu. Quer dizer a Varig foi destruída no momento que o Sr. Collor, quer dizer a Varig queria, degrau por degrau, degrau, por degrau, chegou aonde chegou. Tinha uma das maiores companhias áreas do mundo. A primeira classe com maior credibilidade no mundo. O vôo São Paulo/Nova Iorque, que não tinha nenhuma empresa americana, ninguém que pudesse concorrer, porque era realmente espetacular. O Sr. Collor houve por bem dizer que era monopólio da Varig, que era ridículo, e abriu o comércio internacional para outras empresas nacionais e internacionais.

No mundo inteiro, a aviação internacional é feita por uma empresa. Nos Estados é uma. Na Inglaterra é uma. Na Alemanha é uma. Na Itália é outra. É uma empresa que faz o serviço internacional. E no Brasil era a Varig, o Sr. Collor resolveu abrir. Então, a Empresa Santa Catarina, a Transbrasil, o vôo mais lucrativo da Varig era São Paulo/Nova Iorque. A Transbrasil botou um vôo Rio/São Paulo/ Brasília/Washington/Nova Iorque, era um terço mais barato que o vôo da Varig. Um terço mais barato que o vôo da Varig! Então a pessoa... E a propaganda era essa: "Vá, conheça Washington e pague o mesmo preço".

Quer dizer, foi isso aí que começou. E a outra foi essa que não tem lógica. Num sistema capitalismo que a gente vê, uma hora como a gente vê, vê que o custo de vida aumenta, 100 e preço da passagem aumenta 07, não tem explicação. Não tem explicação! Como o cidadão da Petrobras aqui não soube explicar por que a gasolina para avião é três mais cara do que a gasolina para táxi! Ele não deu nenhuma explicação, ele ficou aqui, enrolou e enrolou, mas não de nenhuma explicação : "Ah, pois é, não sei o quê..." Não deu nenhuma explicação. Então, são essas coisas que estão mostrando que é uma autenticidade de má-fé. Quer dizer, com a Transbrasil o Governo deu o dinheiro, por que não deu para a Varig? Isso é uma demonstração em primeiro lugar, que a Justiça Brasileira é um caos, quer dizer, ali na parte jurídica o Governo já perdeu a ação. É bom que se esclareça isso, não tem mais nenhuma chance... O Governo não tem nenhuma chance de ganhar essa ação, ela está perdida.

Agora, juridicamente o nosso Código de Processo é uma anarquia, e dá chance para o cara entrar com o negócio para ganhar tempo, só para ganhar tempo. Não vale 2000 réis, mas leva dois anos e o Governo se aproveitou desse detalhe.

Então, eu acho que agora, Sr. Presidente, em primeiro lugar eu sinto que o Governo entendeu que ele continuar nessa posição, inflexível de deixar quebrar, ia cair na cabeça dele. Não ia ser um troço que acontece, era uma coisa que ia ter conseqüência mais séria do que se imaginava. Então, agora você vê. E foi uma coisa muito interessante, foi questão de 48 horas. O Lula estava lá no Rio Grande do Sul, o Lula foi visitar - Tu estava comigo meu patrício, meu parceiro ali, a gente vai ficar junto, o Lula estava no Rio Grande do Sul...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) – Quando?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Nessa última viagem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Infelizmente, eu não pude estar presente, iria com muito prazer. Eu tenho muito respeito pelo Presidente da República e quando convidado vou.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O Lula estava no Rio Grande do Sul, e o nosso Deputado Federal, o Zicarazinho(F).

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Osvaldo Biolchi.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É. Ele foi para cima dele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Foi essa abordagem foi em Erechim, Senador Simon. E pela repercussão da imprensa, o Sr, está dando a maior repercussão, inclusive a manifestação. Efetivamente o Presidente, deu uma resposta dura, mas é exatamente o

que os próprios trabalhadores estão colocando, que não há dinheiro público para solução do problema lá.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Mas a resposta foi no sentido: "O problema da Varig é problema da Varig". Quer dizer, que ele quer se livrar do (?), depois a Ministra também falou muito durA – "Nós não vamos botar nenhum dinheiro..." Quer dizer, não vamos botar nenhum dinheiro: "A Varig é um saco sem Fundo. Botar dinheiro lá é botar dinheiro fora. O Governo não vai botar um tostão". Isso foi na quinta-feira, saiu nos jornais de sexta-feira. Segunda-feira aparecia a Ministra dizendo: "Não nós estamos estudando. O Presidente da República... Não." Quer dizer, houve nessa 48 horas uma alteração muito profunda, muito positiva, diga-se de passagem. Muito positiva no sentido que o Governo retomou uma outra posição.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Me permita? Pedro Simon.

Eu acho que muito disso tem muito a ver com as reuniões que as Comissões estão fazendo de forma conjunta. As suas posições têm sido muito fortes, muito críticas e muito verdadeiras...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Alguma coisa me diz...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tem repercutido, com certeza, intensamente junto ao Governo Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Alguma coisa me diz que o Ministro Valdir Pires, o novo Ministro da Defesa, que é uma pessoa que tem um passado, que tem uma história, que tem uma biografia e que conhece a Varig, ao contrário desses moços que estão aí. Eu acho que a atitude dele funcionou. Que ele falou com a Ministra. Falou no BNDES. Falou com o Lula. E deu declaração. A primeira declaração que saiu nesse sentido foi a dele: "Nós vamos encontrar uma solução". Então, eu acho que nós agora devemos fazer um esforço - e eu estava dizendo para o Presidente, e repito aqui, para não ficar no oba, oba. Nós temos que ouvir as nossas manifestações, ouvir os pronunciamentos. Eu acho que a manifestação feita por V. Exa., Procurador, foi muito importante, os estudos feitos pelo Rabello, foram excepcionalmente completos. Nós temos que nos preparar para chegar no momento e levar para a Ministra, uma coisa concreta e receber uma resposta concreta. Eu acho que vai ser uma saída positiva. Nós não temos que ter o objetivo de dizer: "O Governo recuou". Eu acho que o Governo não recuou. O Governo estava estudando e o Governo vai encontrar uma solução. O Governo vai encontrar uma solução. Não é problema de ter nem vitoriosos e nem derrotados, mas que nós estamos em condições de encontrar uma saída. E acho meu Presidente, que será uma saída excepcional para todos nós. E será com orgulho que a gente vai ver a Varig retornar ao seu caminho. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Pedro Simon, eu não nenhuma dúvida de que o trabalho dessa Comissão, com também o gesto de V. Exa., de convocar a Ministra Dilma para vir aqui, em data inclusive que está discutida, ajudaram e muito - já não digo nem o Governo a recuar, mas acordar o Governo a acordar. O Governo acordou. A sensação que eu tenho é que o Governo abriu os olhos. Mas eu queria lembrar aqui, V. Exa. puxou um assunto fantástico. Eu queria lembrar aqui a V. Exa., que na CPI dos Correios, em determinado momento, o assunto evoluiu quando se chegou a aprovar que foi feito uma viagem a Portugal, por pessoas ligadas ao Governo para tratar da venda da Varig. Esse assunto colocou-se uma pedra em cima e ninguém sabe a mando de quem, por que preço e como seria feita essa venda. Esse foi um dos assuntos que a CPI ficou a dever a Nação.

Assunto grave. Discutiu-se durante uma semana, deu-se nome das pessoas que foram a Portugal, deu-se tudo. Mostrou-se os roteiros, Bancos que estariam envolvidos. Pronto. Mas de repente a maioria impôs o desejo sobre a minoria e este assunto não foi mais falado, o que é um mistério.

O segundo ponto. Agora, os jornais de ontem ou de hoje, fala novamente de que um grupo com capital Venezuelano - as más línguas falam até do Hugo Chávez, mas tenho a impressão de que ele não vai se meter nisso - estaria se preparando para comprar ou assumir a Varig. E cita inclusive uma aquisição feita através das ações da Pluma, que é filhote hoje da Varig. E as coisas ficam por isso mesmo.

V.Exa falou de combustível. Esse fato dessa Comissão faz com que e a abertura com o que se está discutindo isso. Quinta-feira passada eu fui para São Paulo e um piloto sentou-se ao meu lado, um piloto que estava viajando civil, e me fez um desafio sobre a questão do combustível: "Senador, pegue um avião, um monomotor - ele é a gasolina, mas o parâmetro de preço é a mesma coisa - decole de Santos Dumont, desça em..." - aquele aeroporto pequeno de São Paulo, como é o nome dele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, não o aeroporto de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) Campo de Marte.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – "Campo de Marte. Decole de campo de

Marte e me deu o nome de um aeroporto do Interior de Minas Gerais, desça no Santos Dumont, volte para o Aeroporto de Jacarepaguá e retorne a Congonhas. Você vai diferencial de preço de combustível de 40%".

É o monopólio das grandes, sem querer deixar que as pequenas entrem. E aí mostrando exatamente que o preço mais caro era de Santos Dumont e Congonhas, porque essas que vendem o combustível mais barato, através da pressão das empresas não entram. Eu estou inclusive entrando em contato com a televisão, para que alguém faça, pagando com cheque a cada abastecimento desse, para que se tenha condições realmente de se verificar se isso é verdade. Se for verdade é um absurdo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) – Preço de monopólio.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Exatamente é o monopólio impondo o seus caprichos para o mercado. Mas antes de conceder a palavra ao próximo orador, eu gostaria de saber do Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos, se tem algum comentário a fazer.

SR. ANTÔNIO CARLOS AVELAR BASTOS – Não, de momento não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dr. Paulo Rabello, inclusive uma colaboração, que ele podia com relação a assunto Varig, desde quando começaram essas tratativas de venda, de não venda ou pressão, para que a Varig chegasse ao ponto que está hoje?

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria em primeiro lugar de cumprimentar os Senadores que, agora estão no recinto, em particular o nobre Senador Pedro Simon, pela sua valentia, pelo seu senso absoluto de brasilidade que nós tanto admiramos Senador. É um privilegio estar recebendo seus comentários nesse somente. A Senador a Serys, do nosso Estado do Mato Grosso e cumprimentando o Senador Gelnar, aqui também presente entre outros. O objetivo, Sr. Presidente desse rápido esclarecimento é apenas dizer, que a saga desses trabalhadores da Varig em busca de uma solução começa em março de 2002.

Em 2001, após os eventos inclusive do colapso das Torres Gêmeas e o agravamento interno da crise Varig em si. E é preciso que se diga uma crise fratricida, por que de trinta comandantes foram de uma vez só demitidos por justa causa, felizmente já a grande maioria já reintegrados, nas lamentando que nem todos o foram numa perseguição política. E que me motivou a mim, digo isto, Senador, para apenas esclarecer por que estou aqui. Um pouco também motivado um pouco por esse espírito público que anima o Senador Pedro Simon, a idéia de que é preciso lutar por aqueles que lutam, e eu não concebia como é que aqueles, não eram trinta, mas uns 10 comandantes que vieram me procurar, aqueles comandantes que pareciam pessoas tão ponderadas, tranqüilas, que nos carregam pelo Atlântico enquanto nós dormimos distraidamente na cabine, que fossem esses os agitadores que estivessem botando a sua própria empresa em risco. Não me fazia sentido.

E aí resolvi adentrar um pouco mais na questão técnica e logo descobri que havia um estudo que jamais veio a lume, mas cujas cópias obtivemos. Um estudo de muitos bons estudos reservados do BNDES, que tratava do setor aéreo, porque o Banco ele faz estudos objetivos sobre diversos setores. Mas lá dizia uma coisa meio complicada, eu diria como classificador de risco, um pouco audaciosA – Que havia no Brasil duas empresas sadias e duas empresas áreas doentes e citava as duas. Não preciso dizer que a nossa Varig estava entre as duas empresas, supostamente doentes. E eu acabava de ter feito um primeiro estudo a pedido da Associação dos Pilotos da Varig, identifiquei que essa doença é dupla, mas perfeitamente curável, uma doença do Governança realmente como foi objetivado aqui pelo Procurador Avelar Bastos a Fundação Ruben Berta, estava se tornando cada vez mais disfuncional, não como Fundação, mas como uma controladora de empresa comercial. Ela não conseguia pelas dificuldades de articulação, é como se uma Fundação fosse dona de uma empresa, de uma frota de táxi. Não é o perfil desta empresa. Ela já tinha tentado remediar organizando-se como Fundação Ruben Berta Par, e assim mesmo os problemas continuavam. Portanto, ela tinha um problema sério de governança a ser superado. Tinha que arrumar investidores para compartilhar com ela a futura governança.

E o segundo problema era o problema previdenciário. Longe de ser o Governo quem já financiava a empresa, quem já financiava a empresa era o Fundo AEROS, esse mesmo Fundo que o Governo hoje vem a liquidar. Ele primeiro Governo, como poder concedente, como dito pelo Procurador Bastos, afundou a empresa no congelamento tarifário mencionado pelo Senador Simon e não satisfeito, depois a Varig foi pagando aos seus fornecedores de créditos, Bancos um a um e os Senhores podem... Os dados são públicos na CVM, basta à assessoria puxar para ver, Senador, que a partir do ano 2000, todas as Instituições Financeiras vão saindo do financiamento da Varig, até que hoje só temos basicamente, um pequeno crédito Banco do Brasil, lastreado no Centro Empresarial Varig e o nosso Banrisul, que diz que até ficou, para não dizer que tinha saído completamente. Não há Bancos nes-

sa recuperação. É uma curiosidade. O maior credor da Varig é o próprio trabalhador da Varig, através do seu Fundo AEROS e dos atrasados de salário que financiam. E no entanto, o Governo está sempre e enchendo a boca, para dizer que os créditos são estatais. E a partir de 2003, o Governo FHC, pouco pôde fazer - também não fez muita força, o assunto parecia complexo, ele já estava de saída. E entrou um Governo... É uma indiferença, inclusive, a pessoa que era o Presidente do BNDES a época, interessou-se pelo assunto, mas não pode animar-se para fazer nada. E depois veio a ser agora, um vice-Presidente, agora, recentemente ao início da recuperação judicial como pessoa física privada. O que importa é que em 2003, essa é a pergunta do Senador, cabe esclarecer que eu tive a honra de acompanhar, o então novo Secretário Luis Roberto Ponte, do então novo Governo, Germano Rigotto e o Rio Grande do Sul, já nos primeiros dias daquela governança, ele tirava o Secretário Pontes das suas atribuições no Rio Grande do Sul, viemos juntos e eu tive o privilégio de acompanhá-lo na única audiência que eu tive o prazer e o privilégio de estar junto com o então Ministro José Dirceu. "E fomos recebidos pelo Ministro José Dirceu, no dia 31 de janeiro de 2003, mas ele nos deu uma má notícia, para nós que sabíamos que a solução não era essa. Ele disse, repetindo um pouco a tese do BNDES, que haviam duas empresas doentes, e uma e meia que eram boas, fez um ressalva inclusive que tinha uma lá que não era tão boa assim, diferentemente é a que mais vale hoje no mercado, e disse-noS –" A Varig desse jeito não tem jeito". Então, nós saímos de lá um pouco desanimados e seis dias depois, foi anunciada a fusão patrocinada pelo Governo, com as condições e se estabeleceram. Logo a seguir, ano depois, foi tentada uma Medida Provisória, que liquidaria extrajudicialmente a Varig.

Por isso me estranha, Sr. Presidente, que numa entrevista numa palestra que o Valor Econômico cobriu, do dia 27 de abril deste ano, que o ex-Ministro José Dirceu, dando essa palestra que, aliás, parece que foi muito bem recebida na UFRJ, ele disse que se a Varig tivesse sido vendida há um ano e meio atrás estaria voando sem problemas, quando ele alegava há três anos atrás que a Varig parecia inviável. E ressaltava o ex-Ministro, mais uma vez, que não trabalhou contra a companhia quando esteve no Governo, o que é uma alegação, que às vezes, os jornalistas nos traem, portanto não necessariamente, é a observação dele. Mas sei lá. Freud explica, eu diria, porque quem é que teria dito que ele estaria trabalhando contra a principal bandeira aérea brasileira. E reforçou que aérea, ainda existe porque a União a subsidia violentamente. E aí eu gostaria de saber porque já é no plano técnico, que subsídios são esses, até porque eu gostaria...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Não, subsidia a Varig. A alegação do ex-Ministro é de que a empresa área, não é o AEROS, a empresa área só existe ainda, porque a União a subsidia violentamente. E ele finalmente conclui, ou pelo menos a matéria conclui, dizendo – "A idéia era trocar parte das dívidas da Varig por ações. Como o Governo é o maior credor a estatização seria inevitável".

Um outro erro técnico, lamentavelmente, porque como sendo o maior credor da Varig e que pretenderia ser acionista da Varig é o trabalhador da Varig. Seria muito bonito se captaneando modernamente o pensamento social de Ruben Berta, que naquele momento teve um pensamento, Senador, tão comunitário quanto das antigas Missões Jesuítica, pensamento socializante com o qual eu compactuo como liberal, já que nesse país todas as polaridades estão trocadas. Eu venho aqui como liberal defender a socialização do capital no nosso país, a socialização que deveria começar pela educação, que é a grande e verdadeira socialização. E a socialização do capital tão mal distribuído, principalmente que se distribui o capital contra as atividades produtivas e contra quem produz e contra quem trabalha. E aí do trabalhador que pensar em participar acionariamente do capital neste país é muito perigoso.

E nós estamos a quatro anos tentando fazer a proposição de utilizar os recursos do trabalhador da Varig para se tornar um acionista minoritário, compartilhando a gestão com o investidor. Temos grande dificuldade nesse país, infelizmente, de tradição, escravocrata, de tradição imperial no mal sentido, de tradição autoritária, de não permitir que emergam as forças sociais mais generosas e que o país seja, realmente, como diz a propaganda do Governo um Brasil de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp. Em seguida teremos o Senador Geraldo Mesquita, como o último orador inscrito.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sras, e Srs, Senadores, Srs, convidados eu queria me somar aqui a esse trabalho forte do Senador Pedro Simon, do Senador Paulo Paim e do Senador Sérgio Zambiasi, em defesa da nossa Varig. Eu tenho voado muito na Varig inclusive para o Rio Grande do Sul, tenho parentes, a minha mãe em Capão da Canoa, no Estado do Rio Grande do Sul, então, anualmente a gente está viajando para Porto Alegre, e sempre sendo bem atendido pela Varig. Eu acho

um crime deixar a Varig quebrar. É claro que houve aí talvez, falta de competitividade da Varig, em relação às outras empresas as mais novas de mercado, mas nem por isso nós devemos penalizar a Varig. Agora, se o Governo quiser que a Varig quebre é retardar esse socorro, esse apoio a Varig. Cada dia que passa a Varig vai enfraquecendo, vai atrasando seu vôos, vai perdendo credibilidade no mercado nacional e internacional. Basta aquela frase daquele Cônsul dos Estados Unidos, aconselhando seus patrícios a não voar mais pela Varig e ter cuidado quando for comprar passagem aérea. Isso já é suficiente para que a Varig vá perdendo força. Eu vejo que o Governo já está demorando nesse entendimento.

Eu fico preocupado quando eu vejo aqui mais uma série de requerimentos para ouvir mais autoridades, mais pessoas em relação à Varig e mais semanas que vai se perdendo. Eu acho que não temos mais uma semana, duas semanas, três semanas, mais um mês. Eu acho que tem que ser logo, já. Esse entendimento para que a Varig possa pelo menos, retomar a sua credibilidade para não perder mais mercado como eu já falei. Então, fica aqui a minha palavra de apoio irrestrito a essa operação de salvação da nossa grande empresa que é a Varig. Muito obrigado.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, Srs e Srs. Senadores, Ilustres convidados, Dr. Paulo Rabello, Dr. Antônio Carlos, eu fico quando se trata de Varig, eu fico na dúvida se a gente mantêm a emoção ou se tira à emoção para refletir, e depois eu vi os Senadores do Rio Grande do Sul, com a ênfase do Senador Simon. Eu resolvo, vamos manter a emoção quando se trata de Varig. Eu queria deixar aqui uma sugestão, que eu vou declinar ao final, mas eu queria lembrar aqui Senador Paim, da importância de se manter particularmente aqui no Senado, no Congresso Nacional e particularmente no Senado esse Foro. A Varig hoje precisa como ninguém de um Foro como esse. Manter viva. Eu ouvi aqui comentários, por exemplo, particularmente do Senador Simon de que a mobilização das Comissões do Senado, talvez tenham gerado o efeito de sensibilizar um pouco mais as Instâncias Governamentais, no sentido de se buscar com mais ênfase uma solução para a Varig.

Então, o Senador Valdir Raupp tem razão, nós não temos mais três semanas, quatro semanas, um mês, dois meses. A solução requerer uma agilidade que talvez não tenhamos tido em todo esse período. Há três anos que o assunto Varig é recorrente nesse Senado Federal. Vai e vem, vai e vem. A gente acompanhando com aflição com angústia terrível, Dr. Paulo. Um dia desses, por exemplo, eu vim do Acre na Varig, e no avião estava pensando ir à tribuna, propor, por exemplo, que os amigos da Varig, os brasileiros, àqueles que tem amor por essa companhia, fizessem uma tentativa de capitalização da empresa, por exemplo, comprando ações. E aí alguém vem para mim e me diz: "Geraldo, isso não capitalizaria a Varig". Eu não entendo patavina disso. É o lado da emoção. A gente fica uma busca de uma solução. E muito pouco a gente tem evoluído, no sentido de...

É por isso que eu trago aqui, Senador Heráclito, uma sugestão à V. Exa., em particular, e as Comissões que estão aqui reunidas. O Dr. Paulo, provocado pelo Senador Paim, pintou com cores fortes a importância de que é dessa demanda judicial, pendente ainda de uma decisão final no Superior Tribunal de Justiça. O Dr. Paulo frisou aqui a importância que é o deslinde dessa questão. O que se passa em torno da discussão do assunto Varig é, por exemplo, eu abro o jornal e leio lá que a Fundação seria hoje a coveira da Varig. Eu vi o Senador Simon aqui resgatar a história da Fundação e da importância que foi a sua autuação na construção da empresa, reconhecida hoje internacionalmente. Então são informações que deixam a gente... Pessoas como Dr. Paulo e outras pessoas que estão debruçadas tecnicamente sobre o assunto, tem muito mais condições. E eu louvo a presença de V. Sas, aqui no sentido de trazer esclarecimento para que a gente possa evoluir nessa questão.

Encerro trazendo então a sugestão, Senador Heráclito, é de que se é tamanha a importância dessa demanda judicial que pende ainda de uma decisão final, eu gostaria de sugerir que V. Exa. designasse uma Comissão de Parlamentares, presidida inclusive por V. Exa., e fossemos a instância judicial onde essa demanda tramita, fazer um apelo dramático. Eu sei que os Magistrados, a partir da atuação do Juiz, muito equilibrado, muito ponderado que hoje se debruça sobre essa questão com muita responsabilidade, partir dele. Eu sei que os Magistrados no Superior Tribunal de Justiça, que podem decidir uma questão dessa, por que a gente não antecipa essa decisão? Pelo que eu estou informado, o recurso da União é meramente protelatório. É um recurso que teria que ser interposto, pena de o profissional que representa a União, sofrer sanções, mas que o recurso seria meramente protelatório. Então, a sugestão é de que V.Exa. designe uma Comissão de Senadores para irmos ao STJ e conversarmos com os Magistrados daquele Tribunal, fazendo um apelo para que essa demanda seja imediatamente colocada uma pauta, no Tribunal, e seja decidida em última instância, para que se esse é um ponto tão importante na tentativa de solução Varig, que ele seja imediatamente elucidado e colocado à disposição,

para num quadro complexo como esse, que envolve essa empresa tão importante para o país, que possa ser uma peça a mais no sentido de favorecer a solução que todos nós certamente buscamos.

Era isso que eu gostaria de deixar, Senador Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Senador Paulo pede a palavra e eu concedo com muita honra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Heráclito, de forma muito rápida, primeiro dizer ao Senador Valdir Raupp e também na mesma linha ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, que eu entendo que a posição do Senador Heráclito Fortes, na linha de a gente fazer com que as Audiências Públicas continuem é uma forma de estarmos de manter o Fórum, de mostrar que o Senado da República está fazendo uma Audiência Pública por semana, buscando que a solução venha com rapidez. Nós sabemos que entre hoje e amanhã poderá até termos alguma solução, já a nível federal, porque pelo que sei haverá uma reunião hoje ou amanhã no Rio de Janeiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador, houve hoje, mas parece que o próprio Governo não deu quorum, pelo que eu sei.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O interventor do AEROS.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Curiosa, o próprio interventor do AEROS, talvez, com receio de aparecer, haver aposentados por lá, ele não compareceu.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Mas essa reunião terá que acontecer, ou seja, mais hoje, ou no mais tardar a semana que vem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – No dia oito está marcado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – No dia oito está marcado. Então, essa posição nossa de ficarmos, e já existem audiências marcadas para a semana que vem, inclusive para o dia 09, é uma forma de manter o Fórum Permanente.

Pelo outro lado eu não vejo problema nenhum de uma Comissão ir ao Judiciário, mas com essa preocupação, buscando as duas soluções, o encontro de contas da União com a Varig, que eu acho corretíssimo e também que os Governadores paguem esses um bi e quatrocentos milhões que eles estão devendo, que no meu entendimento é maior, vamos ver depois no encontro de contas, do que o próprio encontro de contas. A dívida dos Governadores para mim é bem maior do que o encontro de contas, mas para tirar essa dúvida, vamos fazer com que efetivamente o encontro de contas aconteça e os Governadores assumam da forma que o Dr. Rabello colocou muito bem, qual vai ser a sua contribuição com essa dívida que vai em torno de um bi e quatrocentos pelos documentos que eu tenho aqui em mãos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Paim, o calendário nos favorece. A reunião é na segunda-feira dia 08 e nós favorecemos aqui, Audiência Pública no dia 09, convocando os dois Ministros, convidando o liquidante do Fundo, os Ministros virão respectivamente com o Presidente do BNDES e com o Presidente da Secretaria de Previdência Complementar. Queríamos convidar para participar no caso de necessidade inclusive fazer uso da palavra, o Presidente da Associação dos Pilotos e o Dr. Paulo Rabello de Castro.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – (pronunciamento fora do microfone). Eu teria que pesquisar, porque eu vou dar uma palestra na Academia Internacional de Direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Paulo Rabello, está nos avisando aqui, que tem compromissos já assumidos, então nós tentaremos pediríamos a V. Exa., como gaúcho que trouxesse, seus colegas, Secretário Roberto Ponte...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ponte, do qual eu tenho uma excelente relação também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Algum comentário a fazer sobre questão da participação judiciária.

Com a palavra o Antônio Carlos Avelar Bastos.

SR. ANTÔNIO CARLOS AVELAR BASTOS – Eu penso que as sugestões, vão ao encontro dessa busca de efetividade que a todos preocupa. Então, aplaudiria, mais não posso fazer esta decisão de criar Comissão para fazer contatos com o Judiciário e também com os Governadores. E não sei dos outros depoente, mas talvez, fosse o caso também de endereçar um questionamento, e até convidar, o responsável pela execução do plano aprovado, que poderá dizer das eventuais dificuldades, porque este plano já aprovado é para estar em curso. E ele não tem tido andamento que seria esperado, talvez por dificuldades operacionais. Mas seria o caso também de uma convocação do gestor responsável pelo andamento do plano, para esclarecer a V. Exas., por que e que providências efetivas para implementação ainda não foram tomadas.

É a sugestão que eu daria nesse sentido dentro da preocupação que vejo coletiva, no sentido de se agilizar as tratativas para resolver problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O gestor do plano.

SR. ANTÔNIO CARLOS AVELAR BASTOS – O gestor do plano que é o liquidante.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Coloco em votação. Os Senadores que aprovam a convocação do Sr. Marcelo Gomes, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos formalizar.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O seguinte, do Sr. Márcio Masilac. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

E do Secretário Luis Roberto Ponte. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado

Com a palavra o Dr. Paulo Rabello, que tem um requerimento a fazer.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – (Falha no áudio) Por um segundo, eu estou ansioso para ouvir os demais Senadores, mas eu queria cumprimentar o Senador Geraldo, por portunismo de cabeceador na pequena área, de chamar a atenção para a necessidade de manter a emoção que foi corroborado pelo Senador Paim. Emoção da racionalidade porque nós estamos aqui num protesto permanente de cidadãos, para não jogar dinheiro fora. A Varig morta é patrimônio jogado fora. E eu gostaria de corroborar então financeiramente, para dizer que com emoção, mas com razão, o Senador Paim, insiste nos dois grandes créditos públicos, tanto o encontro de contas em plano federal e o não encontro de contas, porque nem encontro há. Há só crédito de um lado e uma relutância de pagá-los, até por dificuldades pelas quais passam os Estados do outro, mas que eu acho que já ficou sanada aqui, Senador Geraldo, e o Sr, que alega talvez por excesso de modéstia não entender das questões financeiras, mas para lhe dar a boa notícia de que a constituição de um Fundo Nacional de Créditos Aeroviários é matéria que pode ser resolvida em menos de um mês, certamente. Ela securitiza como é a palavra da moda, tanto o resultado líquido do encontro de contas, quanto os créditos de ICMS, coloca num pacote todos esses créditos, que não precisam ser vertidos naquele ano, nem precisariam ser vertidos neste ano, de forma que inclusive esses pagamentos poderiam ser começados no ano de 2007. Eventualmente as próprias notas promissórias que o AEROS tem a seu favor contra a Varig, poderia fazer-se um mata a mata, aí já um encontro de contas, ao nível da recuperação, a Varig detentora dos créditos contra o Governo, fazendo então o aporte desses certificados.

Uma vez constituído um Fundo de Crédito Aeroviários e quem os estiver, estiver a empresa em recuperação, seja a Vasp, Transbrasil ou quem quiser, tiver esses créditos líquidos e certo pode aportá-los, detentores desses certificados descontarão esses certificados no mercado. Ou no mercado privado, ou o BNDES antecipando-se, como é a sua função social, contra um Rating, que é do Governo Federal ou dos Estados, porque na realidade os pagantes finais vão ser ao longo do tempo o Governo Federal e os Governos Estaduais, pode descontar esses certificados e em menos de 60 dias, nós temos 100, 200, milhões de dólares aportados a nova empresa, Varig, com a nova governança. E muito antes disso, como lembrou o Dr. Avelar, Bastos, o que nós precisamos é no dia 07 de maio estarmos aqui no Senado Federal, com alguém dando conta de que o plano de recuperação judicial começou a ser implantado. Porque nós já passamos janeiro, fevereiro, março e abril e paradoxalmente, nenhum Diretor-Financeiro existe nesta empresa. Vou repetir. Nenhum Diretor-Financeiro a Varig tem. Como uma empresa pode estar em recuperação financeira, sem um Diretor-Financeiro? Então eu acho que no dia 08 de maio, que é a data da Varig - e ela vai fazer seus 79 anos de idade - eu acho que o Senador Heráclito Fortes foi feliz em marcar essa data, porque eu acho que é o início, o pontapé inicial aqui desse Senado Federal, de uma marcha pela virada da Varig, e quando chegarmos aos 80 anos essa empresa será nova e o Sr, estará indo ao Acre de Varig.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Srs. Senadores que aprovam a proposta do Senador Geraldo Mesquita, de formalização desta Comissão para tratar junto ao Judiciário da questão permaneçam como se encontram. Aprovado.

Tendo em vista sua aprovação solicito ao Senador Paulo Paim, como Coordenador do Grupo de Trabalho da nossa Comissão, que se articule com os demais companheiros de Comissão sobre a sua liderança para que seja marcada essa Audiência, de preferência com a presença dos Presidente da Comissões envolvidas. Em segundo lugar, eu queria propor ao Senador Paulo Paim, há um convocação feita por ele de uma audiência, para o dia 09, com a presença de Governadores ou Vice-Governadores e seus Secretários de Fazenda, São Paulo, Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Distrito Federal. Eu queria propor a transferência dela para quinta-feira e que terça-feira, nós fizemos a Audiência com o nomes que estão aqui, até mesmo porque...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aprovado. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Essa Comissão só age por unanimidade, o que é bom. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, eu quero apenas me manifestar à concordância com a continuidade dessas Audiências, eu acho que é fundamental que se mantenha a participação do Senado na busca da solução desse assunto. É lamentável como disse o Professor Paulo Rabello, não é possível que uma empresa em recuperação não tenha um Diretor-Financeiro. Eu ainda dizia na semana passada que o fundamental é esse caminho que haja uma percepção da população de que a empresa está em recuperação, esse que é o processo fundamental, para quebrar toda essa onda de boatos a questão toda. Agora, eu tenho uma informação da Secretaria da Fazenda de Minas que não é boa é de que esses créditos de ICMS, na verdade, não seriam cabíveis em pagamento pelo Estado, porque o Estado, na verdade, deveria pagar aos passageiros que pagaram a passagem mais cara, não sei. Essa é a posição da Secretaria de Fazenda de Minas, que eu procurei a semana passada, essa informação tentando exatamente buscar uma abertura de caminho nesse sentido.

E a outra questão em relação a esse encontro de contas, dos créditos que a Varig tem junto ao STJ, na semana passada eu aventei a hipótese, que o Dr. Antônio Carlos pudesse dizer, sendo que nós tivéssemos aqui um projeto autorizativo, que eu já pedi até um estudo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Fazer no Plenário um outro projeto autorizado do Congresso, autorizando o Governo a fazer o encontro, independentemente de ir até o último recurso.

Eu não sei se é cabível realmente ou não...

SR. ANTÔNIO CARLOS AVELAR BASTOS – Eu acho que pode ser uma grande medida, no sentido de estimular o Governo e para evitar restrições que podem de fatos existir da área técnica, porque ainda predomina num certo sentido e não é desse Governo, mas tradicionalmente dos Governos, esta filosofia de ir até o último recurso, mesmo em se tratando de causa perdida, o que um dia eu acredito que a sociedade vá cobrar dos Governos. Eu já foi Curador de Acidentes do Trabalho no Rio Grande do Sul e via com absoluta tristeza as condenações do Estado a pagar segurados que tinham sofrido acidentes, e a orientação que existia à época de que o Estado, no caso, o Procurador do INSS, recorresse até a último instância, atrasando o pagamento devido daqueles segurados. Esta é uma filosofia deturpada do Estado que eu acho que está na hora de se modificar. E essa idéia do Estado autorizativo eu acho que pode facilitar essa conscientização do Estado Brasileiro, no sentido de que as ações que já estão perdidas sejam alvo de composição, porque ganha o Estado e ganha também àqueles que já têm o crédito praticamente assegurado...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador Azeredo me permite um aparte.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Permito, com muito prazer o aparte.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu acho que esse Decreto Legislativo que Vossa Excelência fala, pode ser um caminho, porque uma coisa é certa, os Estados devem, não podem, e aqui o Professor Rabello foi muito feliz, dizendo que há diversos caminhos para resolver isso. Eu cito inclusive o Rio Grande do Sul e vejo, deixar bem claro, a dívida não é do atual Governo, é dívida de 84.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim, claro.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É dívida lá de 84.

Vamos fazer nesse Decreto Legislativo, que tenha também validade para os Governos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Os Governos estaduais...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Os Governos têm que pagar também esse 01 bi e 400.

E quero dizer a V. Exa., porque no Plenário, um aparte que V. Exa. me fez, eu disse que o resultado do encontro de contas à conseqüência era zero, aqui o Professor Rabello me explica que não é zero, que dá no mínimo 01 bi.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – A favor da Varig.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Então, o encontro de contas é fundamental...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Está certo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Para ver se isso é verdadeiro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Heráclito, então, vamos continuar também nesse caminho. Eu vou entrar em contato com a Consultoria do Senado para poder ultimar a apresentação desse projeto em caráter de urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Dr. Paulo Rabello de Castro tem esclarecimento a prestar concedo-lhe a palavra.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Sr. Presidente, apenas para dizer que a Consultoria Jurídica da Varig, já tem esse trabalho feito que muito ajudaria as observações super pertinentes do Senador Azeredo e que muito as aproveitará porque o Estado de Minas

Gerais, por exemplo, está com a perícia exatamente nesse momento, em andamento para verificar se o ICMS teria sido parte da composição do prego ou não, ou seja, que essa transferência houvesse sido feita ou não. Mas para corroborar mais uma vez o Senador Paim na sua insistência de que podemos e devemos enfrentar a tarefa, nos dois casos de reconhecer a dívida seja para quem for, fazermos no caso do Fundo Nacional Aeroviário, idéia muito oportuna do Procurador Bastos, que acaba de me passar à idéia uma parte que fique contingenciada para eventuais reclamantes pessoas físicas, porque isso também é possível 20%, 30% desse valor em certificados já securitizados, mas eu gostaria de dizer que se fizéssemos uma corrente brasileira, porque eu tenho certeza, que ninguém mais entre esses passageiros tal como no período das saudosas simonetas, lembra, Senador?

Também poucos vieram reclamá-las, que apenas uma intervenção na rádio Globo, no ouvidíssimo Programa do Carlos Alberto Sardenberg, em que eu explicava sobre o caso Varig, trouxe umas duas, três, de muitíssimos e-mails de recebi, dizendo – "Acabo de ouvir a entrevista com o Sr. Paulo e gostaria de doar os ICMS meu e de minha filha, as viagens realizadas com a Varig, só não sabemos a partir de quanto valeria, não sei o quê, não sei o que lá mais". O outro faz comentário sobre a Ministra Dilma Roussef, não sei o quê, e no final: "Em tempo, eu dou o meu ICMS para a Varig". Eu acho que o Brasil está devolvendo as colherinhas, às vezes, de cafezinho que simbolicamente nós levávamos, outro dia, eu vi uma minha lá em casa, que também deveríamos quem sabe devolver para a Varig. Eu acho que uma corrente de devolução de carinho e de amor por esta empresa, é um pouco o resgate da nossa auto-estima nacional e que o Senador Azeredo tão oportunamente... Eu diria, na hora que os mineiros resolverem devolver aí está devolvido de vez.

(Risos)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Conte com o meu apoio. Eu também abro mão do meu ICMS.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Por uma questão de Justiça o Rio de Janeiro já devolveu.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sem dúvida, sem dúvida. Eu acho que devolveu tanto, que o Governador teve que fazer agora uma dieta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu tenho certeza que o ICMS, do Senador Eduardo Azeredo é bastante gordo e a Varig terá uma boa ajuda de V.Exa. Não há mais oradores eu queria encerrar. Antes, porém houve manifestação de servidores que querem trazer as famosas carteirinhas aqui, então eu pediria que àqueles que o quisessem fazer que o fizessem, agora, e nós vamos depositar na Comissão essas carteiras, para que sirva exatamente como uma atitude simbólica para um fato desta natureza.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Tem uma informação, última., Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mais uma informação prestada aqui pelo Dr. Paulo Rabello de Castro.

SR. PAULO RABELLO DE CASTRO – Mais uma informação para o Senador Paim e para o Senador Azeredo, é importantíssimo, Senador Paim, já há no BNDES um projeto analisado, inclusive aprovada pela Diretoria, passo a informação que é o FGCA, é Fundo Garantidor de Créditos Aeroviários, ele simplesmente, ainda não foi implementado, portanto, temos todo um estudo agilizador do processo, se houvesse a decisão política, nós eu acho que em trinta dias teríamos esse Fundo Garantidor e o fim dos nossos problemas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Bom, vamos aguardar aqui a entrega das carteiras de benefício, que eles estão fazendo a entrega, o AEROS tornou nulas e ao invés de entregar ao AEROS, estão fazendo de maneira simbólica a esta Comissão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador, só para que fique claro, pelo que eu entendi, se refere ao seguinte, o AEROS está pedindo de volta...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – De volta as carteiras de saúde.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eles não terão direito nem sequer mais ao plano de saúde, acho que é uma denúncia da maior gravidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É da maior gravidade, por isso eu estou pedindo aos Srs. Servidores, que todos que queriam fazer essa entrega aqui, nós seremos o depositários das carteiras.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Vamos espelhar para que eles não percam o plano de saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Exatamente. Estamos recebendo, vamos colocá-las em depósito aqui na Comissão. E os demais servidores que queriam fazer pode remeter pelo correio ou entregar à Varig do Congresso. Eu acho esse fato um fato da maior gravidade o Senador Paim, alerta para isso, e nós vamos tomar as medidas que forem necessárias para que este fato não tenha a sua confirmação realizada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença do Dr. Antônio Carlos Avelar Bastos e do Dr. Paulo Rabello de Castro, e encerro esta sessão.

Sessão encerrada às 13h33.

Ata da Décima Primeira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 4 de maio de 2006, quinta-feira, às 9:30 horas.

Às dez horas e trinta e cinco minutos, do dia quatro de maio de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **MARCO MACIEL, RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, LÚCIA VÂNIA, LUIZ PONTES, VALDIR RAUPP, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, IDELI SALVATI, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, EDUARDO AZEREDO, WELLINGTON SALGADO, PEDRO SIMON E CRISTÓVAM BUARQUE.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão, justificando ausência o Senador Romeu Tuma**.** O Presidente, Senador Antônio Carlos Valadares, declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura das Atas da 8ª, 9ª e 10ª reuniões, que são dadas como aprovadas. Passa-se à apreciação dos itens da pauta. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006,** "Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.425, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho." **Autor:** Deputado Sandro Mabel **Relator:** Senador Paulo Paim **Parecer:** Favorável ao projeto nos termos do Substitutivo que apresenta **ResultadO –** Aprovado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005** "Regulamenta o exercício da Profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências." **Autor:** Deputado Cezar Schirmer **Relator:** Senador Wellington Salgado **Parecer:** Favorável. **Resultado –** Aprovado. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005** "Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego." **Autora –** Deputada Almerinda de Carvalho **Relator:** "ad hoc" Senador Pedro Simon **Parecer:** Favorável **Resultado –** Aprovado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2005,** "Dispõe sobre o incentivo fiscal ao empregador para construção de habitação para o empregado" **Autor:** Gilberto Goellner **Relator:** "ad hoc" Senador Eduardo Azeredo **Parecer:** Favorável na forma do Substitutivo que apresenta **Resultado –** Aprovado. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 2003,** "Dispõe sobre o exercício da profissão de ortoptista". **Autor:** Senador Paulo Paim **Relator:** Flávio Arns **Parecer:** Favorável na forma do Substitutivo que apresenta **Resultado –** Lido o relatório pelo Senador Eduardo Azeredo, a votação foi adiada. Os demais itens da Pauta 5, 6, 7 e 9 foram adiados. **EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO N° 20, DE 2006 – CAS,** "Nos termos do artigo 336, inciso II, combinando com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005, que "altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego." **Autor:** Senador Antônio Carlos Valadares **ResultadO –** Aprovado. **EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO N° 08, DE 2006 – CAS,** "Requer nos termos do art. 93, do Regimento Interno, que seja realizada audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a Comissão de Educação com o objetivo de discutir a prevenção da violência com investimento na primeira infância e para instruir o PLS nº 340, de 2005, que "Institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância". Para a realização da audiência pública, os temas a serem abordados e os respectivos expositores deverão ser os seguinteS – Dr. Laurista Corrêa Filho, Pediatra/Neonatologista – Tema – A importância da perinatalidade na prevenção da violência. Dr. Salvador Célia, Psiquiatra e Professor Titular de Psiquiatria da Ulbra (Canoas, RS) e Presidente da Federação Latino–Americana e Psiquiatria da Infância, Família e Profissões Afins (FLAPIA) – Tema – Apego, resiliência e prevenção da violência. Dr. Antônio Márcio Lisboa, Pediatra e Professor Titular de Pediatria da Universidade de Brasília – Tema – Prevenção da violência. **AutoreS –** Senadora Patrícia Saboya Gomes, Senador Paulo Paim e Pedro Simon. **Resultado –** Aprovado. **EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO N° 21, DE 2006 – CAS,** "Requer a urgência, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 296 de 2003, que altera o art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e revoga os arts. 3º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, modificando a forma de cálculo dos benefícios da Previdências Social". **Autor:** Senador Paulo Paim **ResultadO –** Aprovado. O Senador Antônio Carlos Valadares adiou a Audiência Pública referente ao **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2002** sobre o Ato Médico, a pedido e solicitação da Relatora, Senadora Lúcia Vânia. Fizeram uso da palavra os Senhores SenadoreS – Paulo Paim, Wellington Salgado, Pedro Simon, Geraldo Mesquita Júnior, Flexa Ribeiro, Leonel Pavan, Eduardo Azeredo, Augusto Botelho, Ideli Salvati, Lúcia Vânia. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e nove mi-

nutos, lavrando eu, **Álvaro Araujo Souza**,, Secretário-Adjunto da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antonio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Antônio Carlos Valadares,** Presidente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 8ª Reunião, realizada no dia 20 de abril de 2006, assim como da Ata da 9ª e 10ª Reunião, realizadas no dia 25 de abril e 02 de maio de 2006, respectivamente, quando foram realizadas reuniões de Audiência Pública com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo Varig. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O item dois nós vamos colocar como prioridade, trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº. 11/2006. O autor é o Deputado Sandro Mabel, o Relator o Senador Paulo Paim, acrescenta Parágrafo Único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452 de 1º de maio de 1943 para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho. Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o seu Relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu fui colega na Câmara dos Deputados do Deputado Sandro Mabel. Entendo que o seu projeto, como disse aqui, tem as melhores intenções, porque diz em resumo o projeto. O projeto prevê que na apresentação do trabalho as partes devem proceder com probidade e boa-fé, visando o progresso social do empregado e a consecução do fim das empresas no ambiente de cooperação e harmonia.

Sr. Presidente, a redação que eu dou aqui no substitutivo, na verdade, não se afasta da intenção do nobre Deputado. Eu só deixo muito claro que no conjunto a idéia é boa, mas a avaliação que eu faço e a redação por nós dada, ela faz com que a empresa tenha que cumprir efetivamente a sua responsabilidade social, e nessa relação de boa-fé, é fundamental que se leve em consideração, primeiro, os interesses da parte mais fraca, ou seja, do trabalhador, ou seja, do empregado. Na verdade, essa lei do Deputado Mabel, Sr. Presidente, ela fica quase no campo de uma carta de boas intenções, de parte do empregado e do empregador. Então, eu não vejo nada contra isso. Eu apenas faço... A lei, na verdade, ela altera o Parágrafo Único do art. 1º, eu apenas reforço a visão e deixando bem claro, conforme a argumentação que estou aqui a fazer, que é muito bom que haja harmonia, que haja cooperação, que haja um ambiente de trabalho tranqüilo, e que a responsabilidade social da empresa possa ser, então, a partir dessas medidas, vistas com a maior tranqüilidade em relação aos interesses principalmente da parte mais fraca. Mas eu não mudo praticamente nada, Sr. Presidente. Acho que a boa-fé é importante, e no momento de tanta falta de fé, de boa vontade de aprovação de projetos no campo social, por obstrução que percebemos que infelizmente são feitas principalmente com recursos ao Plenário, eu espero que esse projeto que só trata de boa-fé alguém não peça recurso ao Plenário, porque sei que aqui na Comissão ele será aprovado com tranqüilidade. Era isso, Sr. Presidente, por isso sou favorável ao projeto do Deputado.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Continua em discussão. Colocarei em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº. 11, por unanimidade.

Agora passamos ao item três, que... O item três é o Projeto de Lei da Câmara nº. 132 de 2005, que regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências. Tem como autor o Deputado Cezar Schirmer. Relator, Senador Wellington Salgado, com o parecer favorável. Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado para proferir o seu Relatório.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores presentes, vamos a Relatoria. O Projeto de Lei da Câmara nº. 132 de 2005, que regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências de autoria do eminente Deputado Cezar Schirmer. Na sua justificação o eminente autor apresenta como razões para a aprovação da matéria a necessidade de regulamentação das atividades de administração escolar, cometendo-as aos supervisores educacionais graduados em Pedagogia com habilitação em Supervisão Educacional ou Supervisão Escolar, ou ainda pós-graduados nessa área. A proposição estaria em sintonia com o que dispõe a lei de diretrizes e base da educação Lei 9.394 de 96, que em seu art. 164, estabelece que a formação de profissionais em educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, para educação básica. Será feita em curso de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino garantida nesta formação a base comum nacional. Assevera ainda que a escola é uma das ins-

tituições sociais que necessitam de constante ajuste à realidade, a fim de cumprir o seu papel na sociedade e para que possa participar desse processo de desenvolvimento e transformação necessita revisar e redefinir papéis até agora existentes, a fim de adaptar-se às novas exigências sociais, transformando a educação escolar em um dos instrumentos de desenvolvimento individual, social e econômico colaborando decisivamente para a construção da própria cidadania.

A história da supervisão educacional acompanha a história da educação, e atualmente busca fazer uma releitura da realidade municipal, estadual, nacional e até mesmo internacional. A fim de oferecer subsídios para a construção de uma educação mais democrática e eficiente. Aprovada na Câmara de Deputados a proposição em síntese abrange os seguintes aspectoS – Define os critérios para o exercício da profissão de Supervisor Escolar. Estabelece os campos de atuação desse profissional. Dispõe sobre suas competências profissionais. Trata-se, portanto, de matéria de grande alcance para a educação brasileira. Merecendo, portanto, especial atenção dos membros dessa Comissão. À proposição não foram apresentadas Emendas.

Análise: Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente Projeto de Lei a questão meritória sobre a necessidade ou não da regulamentação do exercício da profissão de Supervisor Educacional. Os princípios que orientam a regulamentação do exercício de atividades profissionais como aqui agora se pretende efetivar, devem estar harmonizadas com a Legislação de regência, especialmente a que dispõe sobre as diretrizes da educação nacional e amparada pelo interesse social que se apresenta inequívoco. Vale lembrar que o inciso XIII do art. 5º e o Parágrafo Único do art. 170, ambos da Constituição Federal estabelece o Princípio da Liberdade de Exercício de qualquer atividade profissional e econômica, desde que lícita. É muito comum confundir regulamentação profissional com reconhecimento da profissão e a garantia de direitos, quando na verdade, regulamentar significa impor limites, ordenar competências, atribuições e fixar responsabilidades.

O poder do Estado de interferir em determinada atividade para limitar o seu livre exercício, só se justifica se o interesse público assim o exigir. Certamente que a exigência do interesse público não é pela especificação ou reservas de direitos para um determinado segmento econômico profissional, e sim pela imposição de deveres em favor da sociedade que se prestadas por pessoas sem o mínimo de conhecimento técnico e científico especializado poderiam acarretar sério dano social com risco à educação e a formação da cidadania dos brasileiros.

Assim, a Regulamentação Legislativa só é aceitável uma vez atendida cumulativamente os seguintes requisitos: Que a atividade exija conhecimentos teóricos e técnicos; que seja exercida por profissional com curso reconhecido oficialmente; que a regulamentação seja considerada de interesse social. No caso específico, parece existir a necessidade de formação de considerável contingente de profissionais para atividades elencadas, abrangida pela área de supervisão educacional em atendimento à norma pretérita que integra as diretrizes de base da educação nacional.

Nesses termos, em consonância com o já discutido e votado na Câmara dos Deputados, a matéria merece ser aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Voto – Em face do exposto, considerando a relevância das funções que o Supervisor Educacional deve exercer, assim como definido o seu campo de atuação, além da garantia que este detentor de qualificação em curso devidamente reconhecido, optamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 132 de 2005. Esse é o Relatório, Sr. Presidente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão. Senador Pedro Simon com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu felicito o Sr. Relator, e de modo muito especial eu felicito o autor do projeto, o Deputado Cezar Schirmer. Aliás, uma pessoa do mais alto gabarito e um dos melhores políticos da história do Rio Grande do Sul. Trata-se de um projeto que realmente vem ao encontro de uma questão da maior importância e significado, fazer esse trabalho, definir critério para exercício da profissão de Supervisão Educacional, estabelecer critérios no campo da atuação, e estabelecer a competência e permitir que a atividade seja conhecida tecnicamente e que os profissionais em cursos reconhecidos oficialmente possam exercê-la é realmente uma missão significativa, que em alguns Estados do Brasil praticamente não existe. E é fácil de compreender o significado disso. Em qualquer profissão importante e significativa, nós temos a regulamentação, nós temos aqueles que trabalham no sentido de que o exercício seja feito da melhor maneira possível. Isso é importante na educação. A Professora dá aula, os alunos estudam, mas fazer a regulamentação de como deve funcionar a escola, de como as Professoras devem se preparar, de como elas devem agir, de como devem cumprir as suas finalidades, principalmente hoje quando a atividade na escola é cada vez mais complexa com o desafio entre a escola e o mundo real do lado de lá.

Eu estava assistindo - convidado pelos Professores do meu filho de 11 anos - os debates que eles estão travando, as discussões que eles têm na escola hoje com relação aos problemas da vida sexual. Eu fico impressionado porque é completamente diferente de tudo aquilo que eu aprendi, a maneira como eu aprendi quando eu era criança. Hoje o mundo é outro. E deve-se preparar as Professoras e os Professores para essa realidade. Por isso eu acho o projeto da maior importância, do maior significado. Eu felicito o Relator porque ele conseguiu apreender o alcance objetivo, e levo um abraço muito fraterno ao Deputado Cezar Schirmer, porque acho que preenche uma lacuna muito importante com o seu projeto. Era isso, Sr. Presidente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu também quero cumprimentar o Relator, Senador Salgado, e dizer que ele sabe que eu tenho um respeito muito grande pelas suas posições, e estamos inclusive dialogando muito eu e ele, e quero cumprimentá-lo pela forma, inclusive, como ele está conduzindo. Inclusive é um projeto de minha autoria que garante política de cotas nas universidades particulares. E ele, depois de longas conversas comigo chegamos a um entendimento que eu entendo como razoável para continuarmos debatendo esse tema. E eu o cumprimento inclusive pelo seu Relatório, nesse momento, já que ele, sem sombra de dúvida, reforça esse projeto do Deputado do Rio Grande do Sul, o Deputado Federal Cezar Schirmer, que valoriza a atuação desses profissionais. Ou seja, regulamenta o exercício da profissão do supervisor educacional e dá outras providências. E aqui no seu relatório destaque, defino os critérios para o exercício da profissão de Supervisor, estabelece campo de atuação, dispõe sob suas competências, e ele vai além, fala da questão do conhecimento teórico, da importância do reconhecimento oficialmente dessa profissão, e a relevância da mesma no campo do interesse social.

Por isso meus cumprimentos ao nobre Senador Salgado e também ao Deputado Cezar Schirmer pelo projeto ora apresentado, e tenho certeza, aprovado aqui nesta Comissão. Era isso, Sr. Presidente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, da mesma forma eu queria aqui louvar a iniciativa do Senador Wellington de acolher proposição Legislativa de tanta importância, da lavra do Deputado Schirmer, um gaúcho sério, compenetrado e absolutamente responsável no que diz respeito à condução dos assuntos públicos nesse País.

A atividade educacional, hoje complexa, como bem disse o Senador Simon, ao longo dos últimos tempos, introduziu práticas, orientação pedagógica, supervisão educacional, escolar, e outras, inclusive. A atividade do Professor na sala de aula é a atividade por Excelência no processo educacional. Mas o processo educacional, como a própria expressão traduz, é um processo que envolve um sem número hoje em dia de atividades por vezes complexas. Então, olha que situação. O Supervisor Educacional é uma atividade que sem esse suporte legislativo pode se dizer que é uma atividade até hoje no limbo. Sem uma regulamentação.

Então, o Senador Wellington, que é um homem de estreita relação com o processo educacional, aguçou a sua sensibilidade a ponto de acolher essa proposição, sugerir a sua aprovação nessa Comissão, e no Congresso Nacional preenchendo assim um vácuo, uma lacuna que há muito tempo incomodava e incomoda a todos aqueles que fazem o processo educacional no nosso País.

Parabéns ao Senador Wellington e as minhas homenagens ao Deputado Schirmer.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu queria agradecer as palavras, Senador Geraldo Mesquita, em especial essa bancada do Rio Grande do Sul, as palavras do Senador Pedro Simon, que para mim é uma referência não só como pessoa, mas também dentro do meu partido. E o Senador Paim sabe do meu grande apreço que eu tenho por ele, pelas causas realmente que o Senador Paim briga por elas. Ontem eu o vi brigando realmente no Plenário do Senado contra o seu próprio partido em coisas de ir contra o Governo no que ele acredita. Então, é um Senador corajoso, que tem uma origem lá da escola técnica, não é isso, Senador Paim? Sempre lutando, então eu gosto muito de ver, é um Senador combatendo as suas idéias e até mesmo contra a maioria e contra até o Governo, e sendo do Governo.

Então, Senador Paim, eu tenho no Senhor uma grande inspiração. E o Senador Pedro Simon não precisamos nem falar, porque quando ele fala, eu sempre escuto com muita atenção. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Srs.

Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de passar a matéria seguinte eu gostaria de me congratular com o autor da matéria, o Deputado Federal Cezar Schirmer, cuja iniciativa recebeu aqui elogios de todos os Srs. Senadores, e a atuação do Deputado Federal do Rio Grande do Sul é uma marca da bancada desse grande Estado gaúcho aqui mesmo no Senado, nós temos essas figuras que posso dizer históricas de Pedro Simon e Paulo Paim, cuja representatividade nas Comissões e no Plenário é realmente merecedora de elogios e de reconhecimento do povo do Rio Grande do Sul e do Brasil. Este projeto que trata da regulamentação do exercício da profissão do Supervisor Educacional tem a utilidade muito grande. Eu já fui Secretário da Educação, e até no meu Estado de Sergipe, na escolha dos Diretores de escola eu dava preferência, eu dava prioridade às indicações de Supervisores para dirigirem as escolas de primeiro e de segundo graus no meu Estado de Sergipe. E hoje estou vendo que depois de tantos anos essa profissão tão nobilitante que é reconhecida por todos têm a sua regulamentação, e através de um parecer eficiente e inteligente do Senador Wellington Salgado, que é um homem da área, conhecedor profundo do sistema educacional do Brasil.

Portanto, felicito a todos os Senadores que se pronunciaram nesta Sessão, e passo então ao item seguinte, que é o item nº. 1. O Projeto de Lei da Câmara nº. 1O5/2005 que altera a Lei nº 5.859 de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos, o direito ao benefício do Seguro Desemprego. A autora é a Deputada Almerinda de Carvalho, Relatora é a Senadora Patrícia Saboya Gomes, e como Relator *ad hoc*, indicado aqui pela direção desta Comissão o nobre Senador Pedro Simon, a quem concedo a palavra para proferir o Relatório. E agradeço V.Exª. que aceita essa indicação.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é V.Exª. que agradece a mim, eu é que fico muito feliz com a coincidência de chegar aqui e receber para relatar um projeto dessa natureza. Primeiro, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, indiscutivelmente uma Senadora que desde que chegou nessa Casa, vem se impondo pela preocupação, pelo interesse, pelas questões sociais. A Senadora Patrícia realmente impressiona, porque ela se dedica de corpo e alma com uma capacidade, com uma competência e com uma dedicação exclusiva nas questões relativas à mulher, à violência e às questões sociais.

Esse projeto que ela está relatando é de um significado, de uma importância absolutamente impressionante. Eu até não entendo como que o Senador Paim ainda não tenha apresentado um projeto que nem esse. Acho que ele já deve ter apresentado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É difícil aquele que eu não apresentei. Inclusive, só para falar, em relação a empregada doméstica, o meu era muito mais amplo. E esse é um... é menos radical. Então vamos votar nesse aqui pelo menos. O meu é mais difícil.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu acertei "na mosca". Quando eu leio o projeto... "E o Paim, onde é que está?" Mas vejo realmente, o Paim tem razão, é uma questão difícil, e eu na verdade tenho acompanhado o trabalho do Senador Paim, inclusive nessa matéria. Talvez seja uma das matérias mais complicadas a questão das empregadas domésticas. Eu não sei porque é que todo Parlamentar tem uma esposa, alguns tem várias, mas... (risos) E toda esposa tem uma empregada doméstica. Então, essa é uma questão que na hora de discutir, na hora da votação a gente tem que fazer um esforço. Eu mesmo tive que discutir várias vezes em reuniões sociais quando nós votávamos aqui projetos relativos à empregada doméstica, e aí as donas de casa em roda social que eu participava diziaM – "É, mas vocês não estão vendo essas coisas. Vocês falam da empregada doméstica, mas a empregada doméstica a gente dá cama, a gente dá comida, a gente dá estudo para o filho, a gente faz mais isso, mais aquilo", e aí eu disse para ela, mas eu quase apanhei: "A Senhora tem que entender o seguinte, a empregada doméstica é o último resquício da escravidão que nós temos. Porque qualquer outra empregada, pode ser operária do trabalho mais humilde, ela tem suas horas de trabalho, ela chega lá, ela faz aquele seu serviço, termina de fazer o seu serviço, está com a sua missão pronta. A empregada doméstica não tem horário, não tem atividade, obedece a dona de casa, obedece a filha da dona de casa, obedece a namorada do filho da dona de casa, vai até tal hora da noite buscar isso, buscar aquilo...". É uma atividade realmente que eu volto a repetir, é um resquício que sobrou da escravidão.

Então eu acho que essa regulamentação... Não é à toa que quando se vai aos Estados Unidos, a empregada doméstica não é um cargo depreciativo. A empregada doméstica vive muito bem, obrigado. E para ter empregada doméstica como nós temos aqui, a nossa classe média baixa que dorme no trabalho e que trabalha o ano inteiro, é uma coisa muito rara. É só gente rica. Porque empregada doméstica lá nos Estados Unidos, ela tem o seu carro, ela faz o seu trabalho por dia, diarista, e ganha uma nota superior a qualquer pessoa que trabalha em qualquer pessoa da indústria ou do comércio.

Então esse projeto visa a garantia do benefício do Seguro Desemprego. Eu acho que não tem nenhuma dúvida nesse sentido. É como disse o Paim, é o mínimo que a gente pode concordar. Entre tantas coisas que têm, se esse projeto sozinho assim passa, vamos passar assim e depois vamos pensar nas outras vantagens e garantias que ela tem. Eu dou o meu voto, dou a minha solidariedade, é com muita honra que eu falo em nome da Senadora, Senadora essa que eu acho que honra esse Congresso Nacional, e que eu... Se o meu partido estivesse numa outra situação, eu gostaria de trazê-la para o meu partido, embora hoje eu acho que segurar os que estão já é grande coisa. Trazer é quase impossível. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Não é só o seu partido hoje. Está difícil.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Presidente Antônio Carlos Valadares, quero também parabenizar ao Relator *ad hoc,* Senador Pedro Simon, e a Relatora, Senadora Patrícia Saboya Gomes, que tão brilhantemente fez o seu parecer a respeito do Projeto de Lei da Câmara nº. 1O5, que assegura a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do Seguro Desemprego, e Senador, tudo que já foi dito, ele espelha bem a grandeza desse projeto. Não há como deixar de atender o seguimento dos trabalhadores domésticos, das trabalhadoras domésticas no sentido de terem direito ao Seguro Desemprego. Mesmo porque a Senadora Patrícia Saboya no seu parecer ela vai ao âmago da questão, por quando querem exigir o pagamento do Seguro Desemprego com a concessão para a adoção do regime do FGTS, ou seja, que as empregadas domésticas façam o recolhimento ao FGTS, que hoje é optativo, para que elas possam ter asseguradas o Seguro Desemprego. Só que os recursos que pagam o Seguro Desemprego não são os recursos do FGTS, e sim os recursos do FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador. Então, não há porque as trabalhadoras domésticas não terem atendido as suas necessidades ao Seguro Desemprego. Quero já então antecipar o meu voto favorável e louvar a Relatora, Senadora Patrícia Saboya.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu queria, ao fazer a defesa do... Pelo menos do Seguro Desemprego da empregada doméstica. E eu falava com o Senador Simon, e falei de forma muito séria, na verdade, o meu projeto estende a empregada doméstica com uma Emenda Constitucional todos os direitos que são assegurados pela forma de contrato aos outros trabalhadores. A empregada doméstica é discriminada. Por isso que essa iniciativa se fará pelo menos justiça. A gente que fala tanto em defesa da empregada doméstica, e quero lembrar que a data simbólica, o dia da secretária do lar, como alguns falam, empregada doméstica, é 26 de abril. Próximo agora, passado.

Então, uma forma de homenagear esses homens e mulheres que dão a sua vida atendendo, na verdade, as nossas famílias, é aprovar pelo menos o Seguro Desemprego. Eles vão ficar bem aquém ainda dos direitos dos trabalhadores. E quero fazer uma homenagem à ex-Senadora Benedita da Silva, que apresentou no Congresso Nacional o primeiro projeto. Eu sei porque havia um meu e um dela, e daí, em homenagem a ela eu abri mão naquela oportunidade e fiquei com o dela para regulamentar essa situação.

Lamento muito, e quero dizer com todo o carinho que eu tenho aos meus amigos do Rio de Janeiro, do PT. Que a Senadora Benedita da Silva estava com 20% das pesquisas em primeiro lugar, quem estava mais próximo estava muito aquém, e foi tirada a decisão, infelizmente, que a Senadora não poderá ser candidata ao Senado. Ela voltaria, com certeza absoluta, ao Senado da República, mas por uma posição...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Mas pode ser Deputada.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – ...Que eu respeito, pela decisão tomada, eu faço aqui uma homenagem a ela, porque nós poderíamos ter aqui uma Senadora que foi empregada doméstica, mas a decisão do partido no Rio, eu respeito mas não concordo. E deixo aqui a minha solidariedade à Senadora Benedita da Silva, que eu espero que não aconteça com o meu amigo Suplicy, lá em São Paulo, que também eu estou preocupado. Eu estou tomando nota aqueles daqueles amigos que poderão ter problema. Que eu estou já apontando os meus problemas no futuro. Porque tem coisas que não dá para concordar. Mas eu isso eu falo de forma muito carinhosa. Enfim, eu quero fazer mesmo é uma homenagem à Senadora Benedita da Silva, aprovando na íntegra o projeto como está aqui. Era isso, Sr. Presidente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Leonel Pavan, com a palavra.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, primeiro quero dizer que esse projeto não é apenas uma homenagem às secretárias do lar, as empregadas domésticas, homens e mulheres. Mas é um direito. São trabalhadores. Nós, e com todo respeito ao Senador Paim, que é uma pessoa da qual aqui é um dos homens que mais luta para a igualdade social, luta em favor dos oprimidos, é um homem

que eu admiro muito. Mas não é homenagem, é direito que deve ser dado. É direito dos trabalhadores. Se existem categorias...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se me permite um aparte, Senador, eu disse homenagem porque é muito pouco. Eu acho que a empregada doméstica, a secretária do lar deveriam ter os mesmos direitos que os outros trabalhadores. Infelizmente não têm. Isso aqui é apenas o Seguro Desemprego. E os outros direitos? Por que não? Por isso que eu digo – É mais uma simbologia, quase, do que tudo aquilo que nós gostaríamos de dar legitimamente para a nossa secretária do lar, a empregada doméstica.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu queria acrescentar, além da homenagem, então o direito. Aí ficamos iguais. Eu quando fui Deputado Federal, nós já trabalhávamos num projeto desse porte na Câmara Federal. Depois eu acabei saindo, fui novamente eleito Prefeito no meu Município Balneário de Camboriú, esse projeto tinha se perdido nas gavetas. Mas nós já discutimos, inclusive, na época, isso em 1995, discutimos aí de fazer com que o Governo criasse um mecanismo para que as empregadas domésticas tivessem as carteiras assinadas, porque o número de secretárias do lar e secretários do lar eram milhares. Acho que a maior indústria do Brasil é esta. E não estavam tendo os mesmos direitos que os demais trabalhadores tinham em nosso País. Então nós, na época, já trabalhávamos nesse sentido para que isso ocorresse. Felizmente esse projeto chega ainda em 2003, chega a essa Casa com o brilhante parecer da Patrícia, da Senadora Patrícia, do qual ela tem também como o seu principal mote de trabalho justamente na área social, com as crianças, e as secretárias do lar, a empregada doméstica, ela participa muito, não apenas com o trabalho da Casa, mas também com os filhos das proprietárias de casas, de apartamentos. E a Patrícia mostra sensibilidade neste seu relato.

Por isso quero dizer, Sr. Presidente, que o parecer favorável, o nosso voto favorável não poderia ser diferente. Se nós queremos igualdade social, se nós queremos realmente corrigir erros do passado, nós também temos que corrigir este erro com estas trabalhadoras e trabalhadores do lar. Por isso mesmo que o nosso voto é favorável.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senador, Presidente...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Geraldo Mesquita, concedo a palavra a V.Exª.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Muito obrigado. Eu parto de uma constatação óbvia, quando o Senador Paim diz aqui que na lida legislativa ele tenta há muito tempo fazer com que os trabalhadores e as trabalhadoras, ditos domésticos, a eles sejam assegurados os mesmos direitos que os demais trabalhadores, lastimavelmente a gente tem que considerar também aqui o que disse o Senador Simon. É claro que essa relação de trabalho ela tem a natureza de trabalho escravo mesmo, Senador Paim. Quando você... A sua tentativa de nivelar direitos e garantias de emprego sociais, etc, os trabalhadores domésticos com os demais trabalhadores, nós estamos constatando o óbvio. Se eles não têm é porque a relação de trabalho tem natureza de escravidão. No Brasil nós temos a mania de cantarmos em prosas e versos algumas das conquistas obtidas. Por exemplO – "Abolimos a escravidão". Quando, Paim, que nós abolimos a escravidão no Brasil? "Conquistamos a democracia". Democracia de araque. Democracia para poucos nesse País. Uma ditadura econômica aí que sufoca a grande maioria do povo brasileiro.

Então, a gente tem que parar com essas besteiras de ficar cantandO – "Abolimos a escravidão". Abolimos coisa nenhuma. Além dos trabalhadores domésticos, o que há de brasileiros aí submetidos a trabalho escravo mesmo, ainda no século 21 nesse País, Paim, não é brincadeira.

Então, é claro, como repito ainda ao Senador Paim, parece uma coisa redundante assim, mas é porque é o filão dele, a sua sensibilidade política social aguçadíssima sempre o colocou na linha de frente na tentativa de minorar, de nivelar, de melhorar a condição dos trabalhadores brasileiros, de assegurar-lhes as garantias, muitas delas conquistadas no braço, na luta, hoje fortemente ameaçadas. Nós estamos aqui tentando assegurar minimamente um direito aos trabalhadores domésticos e sob ameaça de que o conjunto dos demais trabalhadores brasileiros poderão sofrer retrocessos graves, Paim. No que diz respeito à assegurar direitos legitimamente conquistados.

Então, parabéns à Senadora Patrícia também, outra Parlamentar de extrema sensibilidade, que ao lado do Senador Paim e de outros Parlamentares que atuam nessa linha, tem se mostrado firme. A prova disso é essa proposição Legislativa.

No mais, é só aquela preocupação, Paim, de que o que está acontecendo, a sua preocupação e a sua homenagem à Senadora Benedita, agora se desentendendo ao próprio Senador Suplicy, e eu digo, eu já fico de antemão preocupado até com a sua situação. Porque da forma como o seu partido tenda viabilizar acordos, alianças, leva a gente, autoriza a gente a supor que pessoas como você, pessoas como o Suplicy possam ser colocadas nesse tipo de negociação como moeda de troca. Isso é uma coisa inominável, é

uma coisa absolutamente detestável, Paim, algo que deixa a gente enojado do processo político, da forma como ele é conduzido. Eu já estou preocupado, sem brincadeira, eu já fico preocupado de antemão do que pode acontecer com um Parlamentar da envergadura do Senador Paim, no futuro, que se coloca firmemente, lealmente dentro do seu partido, como ele disse agora aqui. Discordo, respeito a decisão do diretório do meu partido no Rio, mas não posso concordar.

Então, com essas posições firmes, eu já fico apreensivo de que, no futuro, e eu espero que isso não venha acontecer, um mandato como o do Senador Paim possa ser colocado como moeda de troca, como é iminente que possa acontecer isso com o nobre Senador Suplicy. É uma coisa que a gente tem a lastimar no processo político brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. E antes de colocar em votação, somente para informar à Comissão que a autora deste projeto, que assegura a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do Seguro Desemprego, é a Deputada Almerinda de Carvalho, do PMDB do Rio de Janeiro. Ela, em sua justificativa, apresenta dados que justificam, que fortalecem, sem dúvida alguma, a aprovação desse projeto.

São mais de seis milhões de brasileiros e brasileiras que exercitam essa atividade de secretária doméstica ou de empregada doméstica, sendo que 93% das empregadas domésticas são mulheres. E apenas 25% têm carteira assinada. Quer dizer, é uma atividade importante, porque cuida da casa, cuida da família, e que, infelizmente, em se comparando com outras profissões, está num nível muito abaixo do merecimento que tem.

Por isso eu felicito a Deputada, como também a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que no seu parecer, preciso, ela justificou com muita propriedade a importância desta matéria.

Eu proponho à Comissão, devido à relevância do assunto, que nós aprovemos um Requerimento de Urgência, porque logo após a manifestação do Plenário do Senado, 48 horas, pelo nosso regimento, a Mesa será obrigada a colocar em votação a matéria.

Os Srs. Senadores que aprovam, em primeiro lugar, o Projeto de Lei da Câmara nº. 1O5/2005 permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. E agora passemos a deliberar sobre o Requerimento que eu estou propondo, de urgência ao Projeto de Lei da Câmara nº. 105, de 2005. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, manifestando também a minha concordância com o projeto, a visão da importância que tem. Na verdade, a profissão de empregado doméstico fica como um emprego de segundo nível. É o que tem acontecido.

Então, nós precisamos dar a esse emprego as mesmas garantias que todos os empregos têm.

Então, assim como a questão de férias, 13º e outros benefícios, também o Seguro Desemprego se justifica plenamente. Eu quero concordar com V.Exª. e também dar o meu voto favorável ao projeto e à urgência.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, só cumprimentar V.Exª. pela iniciativa da urgência à matéria e naturalmente à nossa Relatora, Senadora Patrícia Saboya, que, com muita precisão, soube fazer um Relatório que vem de encontro a tudo aquilo que eu sei que V.Exª. pensa e que nós pensamos. Mas a minha fala é mais para cumprimentar agora pela iniciativa de V.Exª., pela urgência dada à matéria, fazendo justiça ainda em parte, mas nós estamos dando o nosso passo na linha de que elas tenham pelo menos o Seguro Desemprego. Parabéns a V.Exª., Senador Antônio Carlos Valadares.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Exª., Senador Paulo Paim. Agora passemos à última matéria dessa Sessão. É o item quatro. Decisão não terminativa, Projeto de Lei do Senado nº. 412/2005 que dispõe sobre o incentivo fiscal ao empregador para a construção de habitação para o empregado. O autor é o Senador Gilberto Goellner, ele é Suplente do Senador Jonas Pinheiro. O Relator é o Senador Marcelo Crivella. Eu pediria ao nobre Senador Eduardo Azeredo para fazer a leitura do parecer que foi concedido pelo Senador Marcelo Crivella a esta matéria. Agradeço a V.Exª.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, o projeto dispõe sob incentivo fiscal ao empregador para a construção de habitação para o empregado, de autoria do Senador Gilberto Goellner. Nos termos da lei proposta, a União facultará ao contribuinte a opção de aplicar a parcela do Imposto de Renda no apoio a projetos residenciais em benefício de seus empregados, apresentados tanto por pessoas físicas quanto por pessoas jurídicas. Nesse sentido, poderá haver dedução do imposto devido relativamente à quantia efetivamente despendida nos limites e condições estabelecidos na legislação tributária. O aporte financeiro concedido pelo empregador para a construção de moradia não será considerado como salário útil. De outra parte, caberá ao Poder Executivo assegurar o efetivo cumprimento da legislação orça-

mentária, bem como da Lei de Responsabilidade Fiscal. Para tanto o Governo deverá estimar o montante da renúncia de receitas decorrentes da nova proposta. A nova lei tem a vigência prevista para o ano subseqüente da sua aprovação. E, na análise, nós vemos que a despeito da economia dinâmica, que há mais de meio século esse acerto sobre a base urbana e industrial e permanente atualização tecnológica, o Brasil ainda mantém em circunstâncias habitacionais indignas da condição humana, cerca de sete milhões de famílias em grande parte concentradas nos centros urbanos. Não resta dúvida de que a escassez dos recursos públicos do Estado à produção habitacional, especialmente a moradia popular, impõe exigências de que várias instâncias de Governo dediquem essa grave questão à prioridade requeria. Não foi por outra razão que a própria Constituição Federal passou a tratar o direito à moradia como um dos direitos sociais escritos no seu art. 6°, ao lado de outros, como o direito à educação, à saúde e à segurança.

Ocorre, contudo, que a proposição encontra óbices em outro dispositivo da lei maior, ao instituir por iniciativa Parlamentar um programa administrativo que demanda subsídios fiscais. O art. 167 da Constituição Federal, por exemplo, explicitou vedar o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual. A qual, por sua vez, demanda iniciativa exclusiva do Poder Executivo. Projetos autorizativos como aqui se examina, são tratados como injurídicos, por diversos constitucionalistas, uma vez que não possuem natureza coercitiva.

De fato, o Presidente da República ademais de independer da autorização dada, não fica ela obrigada. No entanto, o Senado Federal tem dado à matéria interpretação distinta, ao perceber a lei autorizativa como forma de colaboração, cuja prática também se encontra no âmbito da competência constitucional do Poder Legislativo.

Nesses termos, para que não se perca o destacado sentido social da proposição, impõem-se a sua transformação em norma expressamente autorizativa, o que se faz na forma de um substitutivo. Um novo texto proposto de outra parte, limita-se à faixa salarial dos beneficiários para objetivamente configurar o caráter social do projeto, assim como se promove o aprimoramento da sua redação, inclusive para adaptá-la aos ditames da Lei Complementar 95 de 26 de novembro de 98.

Portanto, o voto é pela aprovação do projeto em pauta, mas na forma de um substitutivo que autoriza o Poder Executivo a instituir programas de incentivo fiscal ao empregador com a finalidade de promover o acesso à moradia dos trabalhadores de baixa renda.

Sr. Presidente, portanto, o voto é favorável na forma do substitutivo transformando o projeto em projeto autorizativo cabendo ao Poder Executivo, portanto, criá-lo ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O projeto é autorizativo, eu não vejo problema nenhum. O Relator foi muito feliz para que essa matéria possa ser, enfim, aprovada. E como autorizativo o executivo vai adotar se quiser ou não. Por isso totalmente favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Antônio Carlos, o Senador Paulo Paim já foi bem claro dizendo que como projeto é autorizativo. Eu só queria fazer um apelo para que ele fosse realmente adotado, porque é mais do que justo que se resolva o problema da habitação familiar para a baixa renda, principalmente. Isso talvez seja um dos grandes males que aflige a sociedade brasileira. A falta de habitação. E é preciso que o Governo faça uma política voltada a atender aqueles que não têm reais condições de ter um teto digno para abrigarem a sua família.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, passamos então à votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria, por unanimidade. O Projeto de Lei do Senado nº. 412 que dispõe sobre o incentivo fiscal para o empregador para a construção de habitação para o empregado. O autor, Senador Gilberto Goellner.

Senador Paulo Paim deseja formular alguma sugestão? Porque eu vou encerrar a Sessão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu iria propor. O Senador Flávio Arns não se encontra presente, mas ele fez um belíssimo trabalho quanto o exercício da profissão de ortoptista, e conseguiu um acordo dos mais difíceis, unindo todos os profissionais dessa área da saúde visual. Depois de um longo período, há um acordo. Não há uma entidade desse País que não seja a favor da aprovação desse projeto. Não é matéria polêmica. Não é polêmica. É tranqüila. Tanto é que o Senador Flávio Arns, ao ter que viajar, pediu ao Senador Azeredo, que está de posse aqui de todas as informações, que faça o seu relatório, porque tanto os oftalmologistas como os ortoptistas estão esperando que haja a aprovação desse projeto, com isso regulamentando a profissão que vai fazer com que ambos

trabalhem em sintonia. E por isso que eu peço a V.Exª. que a gente encaminhe ao Relator da matéria numa homenagem também ao nosso querido Flávio Arns, que trabalhou, nós sabemos, mais de um ano. Já na Câmara dos Deputados ele trabalhava em cima dessa idéia. Vindo ao Senado, tanto eu como ele, continuamos com esse debate.

Então eu pediria a V.Exª. que encaminhasse para que o Relator apresentasse o seu parecer e a gente faça a votação, já que a matéria não é polêmica. É acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paulo Paim, regimentalmente nós poderíamos fazer a leitura do parecer, através do Senador Eduardo Azeredo, conforme foi proposto pelo autor da matéria, que é V.Exª., e também pelo Relator que não se encontra presente por motivo superior, o Senador Flávio Arns. Eu já havia falado com o Senador Flexa Ribeiro, mas diante da informação de V.Exª., o Senador Eduardo Azeredo ele está devidamente informado por antecipação sobre a importância dessa matéria.

Então, eu pediria ao Senador Eduardo Azeredo que fizesse a leitura. E a votação nós poderíamos transferir para a próxima Sessão. Tendo em vista que poderá haver alguma contestação se nós votarmos hoje essa matéria porque é evidente a falta de quórum.

Realmente trata-se de uma matéria não polêmica, já que todos os segmentos ligados à saúde prestam homenagem ao autor que teve a competência, mais uma vez, confirmada nesta Casa de apresentar a regulamentação desta profissão. Agora, Senador, nós faríamos a leitura, atendendo ao apelo de V.Exª., e na próxima Sessão nós colocaremos como prioridade a votação da mesma.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Valadares, eu quero dizer que já é praxe de inúmeras Comissões, quando a matéria não é polêmica, de que com assinatura suficiente e um bom número de Senadores e Senadoras em Plenário, a gente vote a matéria. Mas eu quero dizer que eu acato, na íntegra, o encaminhamento de V.Exª. pelo respeito e carinho que eu tenho pelas suas posições. Votaremos na próxima Sessão com a maior tranqüilidade...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paim, realmente existe uma praxe, inclusive dentro dessa Comissão. Já ocorreu, como na Comissão de Educação.

Entretanto, como estou sendo avisado pela representante da liderança do seu partido...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ah, é do meu partido? Eu não sabia. Mas o Relator é do PT e o Autor é do PT?

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – A liderança do PT seria acionada de imediato caso fosse colocada em votação essa matéria.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Senador Paim, me dê um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Diante desta realidade, nós não podemos arriscar. O seu projeto é muito importante.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Senador Paim, V.Exª. é uma pessoa que se destaca no Senado Federal e na política nacional. Mas o PT não reconhece muito isso, não. O PT tem batido cabeça em várias coisas. Eu tenho certeza absoluta que se V.Exª. estivesse na Câmara Federal, não admitiria que aquela *pizza* toda fosse feita, realizada. Estaria votando pela cassação dos envolvidos com os escândalos do Mensalão. Mas o PT teima em continuar se envolvendo cada vez mais com pessoas que não merecem mais a credibilidade popular. O PT teima em não deixar que os projetos fluam normalmente, projetos sociais, projetos que vão trazer melhor qualidade de vida aos brasileiros. O PT teima em não deixar que pessoas que pensam desta forma democrática, pessoas que têm envolvimento social com as causas populares como V.Exª., teima em não deixar crescer.

Vejam só, tens uma posição brilhante, com o apoio da oposição e o PT conduz de outra forma esse projeto, orienta o Presidente. É uma das pessoas mais queridas. Jamais ele tomaria uma posição diferente se não fosse por orientação. O Presidente está tomando uma posição até parece que é meio no acordo. Do acordo de lideranças. Mas para ter certeza, o Senador Valadares tem essa mesma posição que V.Exª. tem. Mas o PT não pensa assim. O PT apenas está pensando em se reeleger. Apenas está pensando nas próximas eleições. Independe se é PT, se é PMDB, o partido que for. Eles querem vencer a eleição. Não pensa como V.Exª. que sempre orgulhou essa legenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Na verdade, Senador Leonel Pavan, eu não poderia colocar a matéria em votação se há realmente um aviso de que a Sessão poderá ser nula. Ou seja, a votação poderá ser nula.

Então, eu não fiz acordo nenhum. Eu apenas estou agindo dentro da realidade e dentro do regimento. Porque se houvesse, vamos dizer, um consenso, naturalmente que nós colocaríamos em votação agora. Mas não há consenso dentro da bancada do PT. Não há consenso.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – O PT não tem consenso nunca. O PT está mais dividido hoje que melancia em dia de festa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Na verdade, se porventura a matéria realmente já foi dita aqui, é importante. Mas regimentalmente falando, o PT está correto. Eu não sei, eu não vou entrar no mérito se existe algo contra o Senador. Eu acho que não. A informação que veio é que temos que obedecer ao regimento.

Então, sou regimentalista, vou obedecer ao regimento. Gostaria que ela fosse votada hoje. Infelizmente nós não temos o quórum suficiente para a matéria deliberativa como eu já falei. E todo mundo sabe da admiração e o respeito que eu tenho ao Senador Paim, que tem iniciativas louváveis nesta Casa, que merece o nosso total e integral apoio.

Eu concedo a palavra, então, ao nobre Senador Eduardo Azeredo para fazer a leitura do parecer.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito bem, Senador Presidente Antônio Carlos Valadares, eu quero então ter a honra de ler esse Relatório que foi preparado pelo Senador Flávio Arns, que é o Senador sempre atento às questões sociais e nosso companheiro especialmente às questões ligadas às pessoas com deficiência. Mas nesse caso específico aqui nós estamos tratando realmente da finalidade de regulamentar o exercício da profissão de ortoptista. E ao justificar em sua iniciativa, o autor da proposição Senador Paulo Paim, alega que atualmente no Brasil, em virtude da falta de uma legislação regulamentadora, o mercado em ortóptica se encontra invadido por amadores e curiosos, pessoas de nível médio, com noções primárias de ciência ou apenas interessadas ou atraídas pela atividade. Além daqueles que são malintencionados que compromete o seu exercício com o mercantilismo e aventura.

Os verdadeiros ortoptistas, aqueles com graduação superior em curso reconhecido pelo Conselho Federal de Educação, e os que detêm título oficial exercendo a profissão com competência, correção e zelo, estão injustamente igualados aos referidos curiosos, sem garantias legais para o exercício profissional. Garantias essas idênticas às de tantos outros trabalhadores na área da saúde, e que lhes permita o exercício digno com segurança e respeitabilidade de sua profissão.

Os dispositivos substanciais do projeto estabelecem a definição do profissional de ortóptica, a habilitação requerida, as atribuições do ortoptistas. A exclusividade do ortoptista para o preenchimento de cargos e funções técnicas da ortóptica, tanto no serviço público quanto na iniciativa privada, a duração do trabalho normal não superior a seis horas diárias e 36 horas semanais, e ainda a criação do Conselho Federal e Conselho Regionais de ortóptica.

Ao projeto, não foram apresentadas Emendas. E na análise nós temos então toda a justificativa deste projeto, e eu quero exatamente confirmar aqui o que já foi colocado pelo Senador Paim. Que esse projeto é fruto de uma ampla discussão, eu mesmo trouxe sugestões da área médica de Minas Gerais, Drª. Elizabeth, Dr. Cleber Godinho, que nos trouxeram sugestões que foram acatadas pelo Senador Flávio Arns.

Assim, está regulamentação do exercício ela vem se mostrar adequada no sentido de que esses profissionais de ortóptica devem ter habilitação especializada, eis que se trata de uma atividade habilitadora e reabilitadora. Sendo ainda importante lembrar que trabalhará sempre em conjunto com a equipe de médicos oftalmologistas. São vários pontos que estão aqui elencadas na página 88 em relação a algumas modificações que foram feitas pelo Relator dentro essa linha da busca do entendimento.

E assim sendo, o voto é favorável na forma do substitutivo que está descrito a partir da página 90, que basicamente no seu art. 2º estipula que o ortoptista é um profissional com graduação em ortóptica obtida de acordo com o previsto nessa lei, que o habilita a realizar pesquisa e conscientização preventiva, e mediante prescrição médica, procedimentos complementares de diagnose, aperfeiçoamento ou desenvolvimento de habilidades nos distúrbios óculos, sensório-motores, excetuando-se os procedimentos relacionados ao exame de refração, a adaptação de lentes de contacto e a prescrição de lentes de grau e medicamentos, por serem atos privativos do profissional médico.

Assim sendo, ainda no art. 3º, está previsto que o exercício da profissão de ortoptista é privativo dos diplomados em ortóptica, nos estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos. Nos diplomados em cursos similares no exterior, após a revalidação e registro do diploma no órgão competente, bem como aos que tenham esse exercício amparado por convênios internacionais de intercâmbio. Ainda dos diplomados em ortóptica pela Escola Paulista de Medicina e pelo Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação, anteriormente a data do reconhecimento do curso pelo Conselho Nacional de Educação.

No item quatro, pelos que possuem certificado de curso de ortóptica, ministrado por cátedra da oftalmologia da escola médica oficial reconhecida legalmente até a data da promulgação desta lei. E ainda daqueles que possuem título de ortoptista, expedido pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia até a promulgação desta lei.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o projeto é fruto de um consenso. Eu quero listar aqui que o acordo foi entre o Conselho Nacional de Oftalmologia, Sociedade Brasileira de Oftalmologia, Sociedade Brasileira de Estrabismo, Associação Brasileira de Ortóptica, e vários outros Senadores puderam participar dessa discussão nesse período.

Portanto o parecer é favorável cumprimentando o Senador Paulo Paim pela oportunidade da sua proposição, nós estamos contentes com a especialização cada vez mais presente nas profissões brasileiras e o parecer do Senador Flávio Arns é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu agradeço a V.Exª., Senador Eduardo Azeredo.

Nós temos presentes nesta Sessão oito Senadores. Nós precisaríamos de onze Senadores para que a matéria fosse votada. Eu gostaria de sugerir aos Srs. Senadores e as Srªs. Senadoras que pudéssemos realizar na próxima terça-feira, às 9h30, uma Sessão Extraordinária para votarmos não só este projeto de autoria do Senador Paulo Paim, como outros projetos terminativos, considerados terminativos. Terça-feira, às 9h30 nós estaríamos então reunidos aqui. Lógico que existe outras Comissões, como a Comissão de Assuntos Econômicos, como a Comissão de Educação. E vamos ter a audiência da Varig aqui, conjunta. Terça-feira. A não ser que fizéssemos na quarta-feira. Quarta-feira, 9h30. Teríamos a reunião da Comissão de Justiça, da qual também eu faço parte, e alguns dos integrantes dessa Comissão também, poderíamos fazer às 9h30 da quarta-feira, uma reunião dessa Comissão para a votação dessas matérias tão importantes.

Eu pergunto aos Srs. Senadores se estão de acordo com essa sugestão aqui da Presidência.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, estou totalmente de acordo. Tenho certeza. Por isso que não tenho essa pressa que alguns imaginam que eu tenha. Que essa profissão que está há mais de um século em debate no mundo, em muitos Países já regulamentaram, aqui no Brasil está há mais de 15 anos em debate, começamos na Câmara aqui. Tenho certeza que na próxima quarta-feira será aprovado por unanimidade. E vou aproveitar para convidar para vir participar da festa da aprovação desse projeto na próxima quarta-feira os profissionais da área. Que são os profissionais da saúde do nosso campo visual. Eu cumprimento a decisão de V.Exª., sei que no mérito ninguém em plena sanidade mental pode ser contra esse projeto. Por isso que ter radiado, preservando o Regimento Interno, como aqui foi colocado por V.Exª., eu entendo que não há problema algum. E nós votaremos essa matéria tranqüilamente na próxima quarta-feira.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Nós discutimos bastante esse projeto, principalmente com pessoas da área, profissionais da área. E é de extrema importância esse projeto, que seja realmente aprovado aqui, e depois sancionado pelo Presidente. O problema, Senador Paulo Paim, acho que não tem ninguém aqui que não lhe admira. E repito, pelo seu trabalho para fazer com que a sociedade seja mais organizada. Mas o teu partido não vai aceitar. O PT não vai aceitar. O Presidente da República vetou um projeto agora de turismólogo. É a maior indústria do mundo, o turismo. A maior indústria do mundo, que mais gera emprego.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Permite um aparte?

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Nós aprovamos esse projeto no Senado e na Câmara e o Presidente vetou.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Um momento, o Presidente em exercício hoje é o Senador Renan Calheiros. Cuidado que o Presidente não vetou.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Pudera-mos nós termos um Presidente com a visão de Renan. Infelizmente o Presidente Lula lhe deu apenas 10 horas. Porque nem no Renan ele confia. Ele confia só nele. Ele acha que ele é que entende. Mas ele vetou um Projeto de Lei discutido com o Ministro de Turismo, requerido pelo trading turístico. O envolvimento nacional com as universidades de todo o Brasil. Milhares de pessoas desta profissão. O Presidente vetou. Nós vamos discutir este projeto porque é necessário, é importante, é preciso que realmente nós buscamos sensibilidade no Presidente. Vamos trabalhar, gastar nosso tempo, e o Lula vai vetar. Só vale aquilo que ele cria, aquilo que nós criamos ele não reconhece.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Augusto Botelho, concedo a palavra a V.Exª..

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu gostaria só de reafirmar aqui a posição – falar para o Senador Paim e o Senador Azeredo - esse projeto foi amplamente discutido, eu participei de várias discussões dele, com o Colégio Brasileiro de Oftalmologista e com a Associação dos Optometristas(F) e eu acho que

não existe mais dificuldade para ser. Há um consenso. Havia uma pequena modificação que apareceu por último isso no início do mês passado, reuniram novamente, vieram todos aqui. O ABO, fizemos o substitutivo para fazer da forma mais aperfeiçoada. Eu acho que é de fazer porque, inclusive, pessoas que não estão habilitadas estão querendo exercer essa profissão e prejudicando a saúde. O ortopedista é a pessoa que ajuda a gente na adaptação. Quando você começa a ver duas imagens, problemas de estrabismos... Quer dizer, é um número de patologias muito grande na qual eles trabalham junto com os médicos e eles também trabalham sozinhos. É tipo uma fisioterapia ocular. Reeduca o cérebro da pessoa depois de acidentes para voltar a ver uma imagem só. Existem muitos casos, e elas quiseram regulamentar a profissão porque estava havendo uma entrada de pessoas não habilitadas, prejudicando a saúde das pessoas. E a nossa responsabilidade dessa Casa é zelar pelos bens públicos e principalmente pela saúde dos habitantes.

Eu concordo com a posição do Senador Eduardo Azeredo e do Senador Paim e do Flávio Arns que foi o Relator e que discutiu bastante. E acho que na quarta-feira nós iremos votar esse projeto por unanimidade, sem problemas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Augusto Botelho, V.Exª. é um médico, é um homem que conhece pormenores a situação de pessoas acidentadas ou de pessoas que de forma congênita precisam de um tratamento especializado do ortoptista.

Então, o projeto é merecedor de elogios de todos nós e é reconhecido o seu valor, o seu mérito por todas as profissões ligadas à área de saúde. Portanto, eu quero parabenizar mais uma vez a esse grande iniciador de leis, de Projetos de Lei no Senado Federal, que é o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Valadares, aproveitando a presença da nossa líder Ideli Salvatti eu queria propor aqui, tenho certeza que ela concordará, a nossa bancada se reúne sempre na terça-feira, eu me comprometo de levar esse assunto inclusive para a bancada, para não virar esse mal estar, esse constrangimento aqui de um projeto de autoria de um Senador do PT, relatado por um Senador do PT, que é o Flávio Arns, que é um Senador respeito digníssimo em todo o País...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – O problema é que a oposição apóia esse projeto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Construiu esse grande substitutivo mediante o acordo com todos os profissionais da área da saúde da visão.

Então, eu tenho certeza que a Senadora Ideli Salvatti há de concordar que nós façamos esse debate na terça, na nossa Comissão lá do PT e na quarta poder aqui acompanhar então os outros Senadores para a aprovação desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Olha, eu quero deixar bem claro, já que a líder Ideli Salvatti está presente nessa Comissão, de que em nenhum momento, nem eu nem o Senador Paulo Paim falamos que o PT seria contra o seu projeto. O que nós falamos foi sobre o problema do número, do quórum que poderia ser requerido a qualquer momento, e isso me foi avisado pela Assessoria do Partido dos Trabalhadores.

Então, em nenhum momento aqui discutimos o mérito se o PT seria contra o mérito dessa proposta. Concedo, com muito prazer, a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente, é só porque na minha terra tem uma frase que os da área costumam usar que "uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa". E tem gente que gosta de fazer coisa que inventa de confundir as coisas. Nós temos um problema concreto aqui que já foi explicitado que é de quórum. E quero dizer o seguinte, que a Assessoria foi orientada a alertar que nós vamos pedir verificação de quórum, sim, porque está se instalando nas Comissões algo que pode ser conveniente, mas é algo absolutamente anti-regimental, que é a história de deixar voto consignado. Isto não existe no regimento. O regimento é claríssimo – Vota quando tem quórum presencial. Ou seja, os Parlamentares têm que estar presente na hora da votação.

Então, nós já debatemos isto, porque não é o caso deste projeto. Por isso que eu disse que uma "coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa". O problema que está se falando aqui é de quórum. Não tem posicionamento com relação ao projeto. Inclusive, porque é o seguinte: Eu fui agora lá, porque eu sou Relatora de um outro terminativo. Que é um projeto que eu entendo inclusive que deverá ser aprovado, no meu ponto de vista, até por unanimidade aqui na Comissão, que é a questão do trabalhador poder escolher o Banco aonde será depositado o seu salário. Mas eu não fui pedir para votar porque já está claro que não tem quórum.

Então, não é um problema de mérito. Nós não estamos aqui debatendo mérito. Nós estamos debatendo uma questão regimental, de quórum de que as deliberações têm que ser feitas com presença dos Parlamentares. Por quê? Tem projetos que não têm polêmica, que até assim a priori dizer: "Mas por que é que precisa ter quórum?" Mas quando você abre

o procedente, em projetos polêmicos, e aqui eu vou relatar que nós temos polêmica. Temos polêmicas, inclusive, instaladas dentro da bancada do Partido dos Trabalhadores como é o caso, por exemplo, do fator previdenciário. Tem polêmica, não tem acordo, não tem consenso, foi terminativo, teve recurso para o Plenário. E vamos fazer o debate lá no Plenário. Qual é o problema de fazer o debate lá no Plenário em assuntos polêmicos? Tem que fazer, tem determinadas questões que são necessárias até... Podemos perder a votação, não tem problema de perder, mas que fique claro a posição, os motivos, as razões, até porque depois, na conseqüência do que vai acontecer com a aprovação daquela matéria, a sociedade tem que saber por que é que ela foi aprovada, quem é que defendeu, com que argumento, quem era contra e com que argumento.

Então, é por isso que vamos baixar a fervura, e a semana está muito gaseificada, vamos tirara um pouquinho o gás aqui da disputa, eu quero até fazer o registro porque eu já entrei solicitando à Assessoria da bancada do PSDB para alguns conselhos de estilo de moda ao Senador Pavan, que ali está hoje num traje muito vermelho até em homenagem, mas eu recomendei que lista sobre lista não é muito adequado para o visual. Mas para a gente poder efetivamente fazer o debate dentro do que merecemos fazer.

Então, aqui não tem debate de mérito a respeito do projeto do Senador Paulo Paim. Que com certeza levará o assunto para a bancada. Eu acho que vai ter o apoio da bancada, com certeza, não tenho o detalhamento, mas não é questão de mérito o que nós estamos discutindo. Não é. A discussão aqui é de procedimento para que a gente não tenha de novo problemas em assuntos, sim, divergentes, aonde há controvérsias de a gente ter a aprovação sem o quórum regimental exigido.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Leonel Pavan, pela ordem.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, a bancada da oposição, ela tem marcado uma presença maior nas Comissões do que na própria bancada do Governo. Isso ocorre no Plenário também do Senado. Quando existem os debates acalorados, muitas vezes nós temos chamados no Plenário para que o Governo se faça presente para debatermos sobre principalmente Mensalão, corrupção, sobre muitas coisas que ocorrem no País. E projetos polêmicos também nas Comissões. Mas isso é um caso que falta de quórum de todo mundo, e a Senadora Ideli falou em todos, e ela falou da bancada. Mas eu quero cumprimentar a Senadora Ideli pelo que, além de ser uma brilhante líder do Governo e corajosa em defender algumas coisas, agora na sua nova profissão, designer, *personal styler*. O seu estilo *personal*, do seu estilo é uma pessoa que está sempre bem vestida. Eu realmente eu admiro o seu charme. Eu não sabia... Eu vou ter que falar com o pessoal que me vendeu as roupas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Recomendo o estilista da Lu Alckmin.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu sugiro aos nobres Senadores e Senadoras que voltemos ao tema, em vez do tema da moda.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu, como vim da roça, eu estou tentando me aprimorar. Sempre quando ela entra, eu fico olhando no seu traje para ver se eu... Qual é mesmo a pessoa que lhe indica no seu traje para que eu possa também...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Leonel Pavan, eu não tenho, mas eu acho que no PSDB tem algum roteiro. O estilista da Lu Alckmin.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – O seu estilo realmente agrada a todos, eu concordo. Mas eu estou usando hoje o vermelho é porque o Lula está saindo do Governo, então o vermelho aqui para...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Recomendo as pesquisas de ontem também. Nem em São Paulo o Alckmin decola.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Essa reciprocidade de admiração. Eu passo a palavra finalmente ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu queria dizer que me tranqüilizou aqui a fala da Senadora Ideli por dois motivos que eu faço questão de explicitar, e que entendo que vai ficar registrado em Ata. Primeiro, que não há nenhuma discordância explicitada aqui no mérito, e que a bancada, claro, vai refletir sobre o Relatório do Senador Flávio Arns, excelente Relatório, e sobre o projeto de nossa autoria, que me dá segurança de que na quarta-feira o PT também vai colaborar muito, eu tenho certeza, para dar quórum e a gente votar a matéria. Um.

Dois, Sr. Presidente, fiquei feliz de ouvir também quanto ao fator previdenciário, que é aquele projeto de nossa autoria, aprovado por unanimidade por essa Comissão, quero cumprimentar essa Comissão, que vai garantir que aqueles que estão para se aposentar, e isso eu digo que interessa a 180 milhões de brasileiros, que eles não terão um redutor de 41.5 para as mulheres e 35 para os homens. Que a Senadora Ideli disse que faremos um bom debate no Plenário. Estou eu subtendendo com essa declaração dela e que eu vi com alegria que não haverá Emendas ao projeto. Que

o debate vai ser lá no Plenário. Que façamos o grande debate lá no Plenário.

Vamos pegar todas as partes interessadas, vamos fazer o grande debate lá. Eu estou entendendo, e eu tenho o maior respeito pela minha liderança, que não haverá Emenda. Se não haverá Emenda não haverá nem medida protelatória, e nós vamos fazer o debate na Tribuna. Cada um com suas posições.

Eu fiquei feliz com essa posição da minha líder. Porque estava dando a impressão, confesso, líder, que a medida seria protelatória, que faria Emendas para jogar para a Comissão, depois entra com Requerimento, joga lá para a Comissão de Relações Exteriores - não estou dizendo que nosso partido vai fazer isso - e daí quem sabe vamos discutir no Itamaraty essa questão. Eu quero dizer que eu estou feliz com a sua fala. Que o debate será no Plenário. Um aparte a V.Exª..

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Um aparte de novo no "uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa". Vamos continuar nesse ritmo. Eu exemplifiquei a questão do fator previdenciário porque efetivamente, Senador Paulo Paim, e o Senhor sabe disso, porque nós tratamos do assunto na bancada...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Houve discordância e isso foi explicitado no Plenário, inclusive na defesa do recurso e contra o recurso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então, nós vamos fazer o debate necessário. Eu não disse o que é que nós vamos fazer. Não digo o que eu vou fazer ou o que eu não vou fazer, que a bancada vai fazer ou não vai fazer. Nós vamos estar debatendo. Eu acho que o que é importante é que o que sair aprovado aqui do Senado saía com o debate devido, com o debate devido. Porque tem determinados assuntos que efetivamente nós podemos acelerar a tramitação porque são questões mais singelas que a repercussão não tem ingredientes agravantes e tal. Agora, tem matérias... E Previdência é uma matéria que... Eu estou sendo acionada para falar com a imprensa a respeito de um projeto que foi aqui aprovado que garante o Seguro Desemprego para o empregado doméstico mesmo quando ele não esteja inscrito no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Eu não estava aqui na hora do debate, mas eu quero já dizer porque eu vou dizer depois de público, que este é um assunto que merece, sim, não que o empregado doméstico não tenha direito, mas o direito também pressupõe a garantia de onde vai sair o dinheiro. Então é um assunto que efetivamente merece um detalhamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Segundo esse projeto, Senadora, a empregada doméstica terá que provar o recolhimento da Previdência. Está lá escrito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Está lá inscrito, então...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E hoje não está assegurado. Com esse projeto regulamenta, inclusive, essa situação. Por isso eu defendi aqui a aprovação do projeto que teve a Relatoria do Senador Crivella e que vem da Câmara dos Deputados. E lá foi aprovado por unanimidade.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Só para exemplificar, não tem posicionamento contrário. Agora, precisa ter cuidado para aprovar isso? Precisa. Você precisa estar muito bem garantido. Porque você aprova o direito e depois não tem como garantir o direito financeiramente?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Ideli, para ajudar, tanto que a bancada do PT na Câmara foi a maior defensora desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Encerrando então a discussão em definitivo, eu gostaria de enaltecer a elegância não só verbal dos companheiros de Comissão, como também a elegância da indumentária da Senadora Lúcia Vânia ao lado de V.Exª., e do Senador Pavan.

Bom, só a leitura de um Requerimento, que desde algum tempo, Senador Leonel Pavan, já está aqui nesta Comissão. É um Requerimento de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que também foi assinado pelo Senador Paulo Paim que requer uma Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Educação para discutir a Prevenção da Violência com Investimento na Primeira Infância. Para instruir o PLS nº. 340/2005 que institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância. Para a realização da Audiência Pública são convidadas várias pessoas. Como por exemplo, o Dr. Laurista Corrêa Filho, pediatra, e o tema será a importância da perinatalidade na prevenção da violência. Também o Dr. Salvador Célia, Psiquiatra e Professor titular de psiquiatria e Presidente da Federação Latino-americana e Psiquiatria da Infância. TemA – Apego, resiliência e prevenção da violência. E Dr. Antônio Márcio Lisboa, Pediatra e Professor Titular da Universidade de Brasília, o tema é Prevenção da Violência. Os Senadores que aprovam...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Como autor, como um dos signatários da iniciativa da Senadora Patrícia, eu gostaria de justificar a importância, em rápidas palavras, que na verdade é fazermos uma Audiência Pública para fortalecermos iniciativas que venham na linha de combater a violência contra as nossas crianças. Por isso o nosso apoio, Sr. Presidente, a essa iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento. Agora, Senador Paim, Senadora Lúcia Vânia, Senador Flexa Ribeiro, Senador Wellington, e também o Senador Pavan, na próxima quarta-feira nós estaremos reunidos não somente para aprovarmos esta matéria, que foi objeto agora de discussão, de autoria do Senador Paulo Paim. Também estaremos possivelmente votando, se o Senador Suassuna trouxer o relatório, a aprovação do nome que foi indicado para a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Está aprovado esse, então, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não. Nós vamos colocar em votação e possivelmente na quarta-feira a indicação do nome para a Agência Nacional de Saúde Suplementar. E ainda há um outro requerimento que pede a urgência nos termos do art. 336, inciso III do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado n°. 296 que altera o art. 29 da Lei 8.213 de 24 de julho de 91, revoga os artigos 3º, 5º e 6º da Lei 9.876 em novembro de 99, modificando a forma do cálculo dos benefícios da Previdência Social. O autor é o Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra. Se quiser justificar. Não querendo justificar coloquemos em votação. Os Senhores Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Antes de encerrar a Sessão, "pela ordem", concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar, eu solicitei o adiamento da Audiência Pública sobre o ato médico uma vez que os debatedores solicitaram com antecedência conhecer o tema.

Então, está sob a supervisão desses debatedores, a hora que eles entregarem esse trabalho eu colocarei o Requerimento em votação. Eu acredito que a próxima semana já estará à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço então a V.Exª. a comunicação, Senadora Lúcia Vânia, até a próxima quarta-feira para a próxima Sessão.

Encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h05.

Ata da Décima Segunda Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 10 de maio de 2006, quarta-feira, às 9:30 horas.

Às dez horas e onze minutos, do dia dez de maio de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **JONAS PINHEIRO, MARIA DO CARMO ALVES, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, LUIZ PONTES, NEY SUASSUNA, MÃO SANTA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATI, MARCELO CRIVELLA, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, WELLINGTON SALGADO, ANTÔNIO JOÃO E EDUARDO SUPLICY.** Estava também presente na reunião o Senador **FERNANDO BEZERA.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão**.** O Senador Antônio Carlos Valadares, declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se ao 1° item da pauta que diz respeito à Mensagem nº 125 de 2006, que submete ao Senado Federal a indicação do Sr. Eduardo Marcelo de Lima Sales para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. O Senador Antônio Carlos Valadares designa o Senador Augusto Botelho e o Senador Paulo Paim, para conduzirem o indicado, Sr. Eduardo Marcelo de Lima Sales, para ocupar o seu lugar à mesa. O Senador comunica que o indicado Sr. Eduardo Marcelo de Lima Sales, no decorrer do debate, terá trinta minutos para sua exposição, e os Senadores que desejarem fazer alguma pergunta, cinco minutos. Como resposta, o indicado terá cinco minutos. Na tréplica, o interpelante terá dois minutos e o indicado dois minutos. O Senador Antônio Carlos Valadares concede a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Ney Suassuna, para proferir o seu relatório. Após a leitura do relatório feita pelo Senador Ney Suassuna, o Sr. Eduardo Marcelo de Lima Sales fez sua exposição. Às dez horas e cinqüenta minutos o Senador Flávio Arns assume a presidência. O Senador Flávio Arns convida o Senador Paulo Paim e o Senador Wellington Salgado para serem os escrutinadores da votação. **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 125, DE 2006,** "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Eduardo Marcelo De Lima Sales para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS" **Autoria –** Presidência da República **Relator:** Senador Ney Suassuna **Parecer:** A Comissão dispõe dos elementos necessários sobre a indicação **Resultado –** Aprovado o nome do Senhor Eduardo Marcelo de Lima Sales, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, com 15 votos sim e 01 voto não, e nenhuma abstenção. **ITEM 3 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, DE 2004,** "Altera o art. 464, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conferir aos em-

pregados o direito de escolher a instituição financeira e a agência em que os empregadores depositarão sua remuneração", de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2004,** "Acrescenta § 3º ao art. 1º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre a escolha, pelos empregados, do estabelecimento bancário e da agência na qual receberão os salários e demais parcelas remuneratórias e dá outras providências", de autoria do Senador Romeu Tuma, fica retirado de pauta, a pedido da relatora, para análise da emenda apresentada pelo Senador Romero Jucá. **EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO N° 22, DE 2006 – CAS,** "Com fundamento no disposto no Art.58, § 2º , inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90,inciso II , do Regimento Interno desta Casa, requer a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das QUESTÕES ATINENTES AO FGTS, em data e local a serem definidos, devendo ser convidados Presidente do Conselho Curador do FGTS, Presidente da Caixa Econômica Federal, Representante dos Trabalhadores – Centrais Sindicais e Confederações conforme lista que segue anexa". **Autor:** Senador Paulo Paim **Resultado –** Aprovado. Os demais itens da Pauta 2, 4, 5 e 6 foram adiados. Fizeram uso da palavra os Senhores SenadoreS – Ney Suassuna, Flávio Arns, Augusto Botelho, Paulo Paim, Wellington Salgado. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas , lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro da estenotipia informatizada. – Senador **Antônio Carlos Valadares,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, Da 4ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata ra reunião anterior.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se acham. Aprovada.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer à Comissão que já se encontra na Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais o Dr. Eduardo Marcelo de Lima Sales, que é candidato indicado a ocupar a Diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Portanto, eu tenho a satisfação de convidar o indicado, o Dr. Eduardo Marcelo de Lima Sales para ocupar o lugar a esta Mesa e designo os Senadores Augusto Botelho e Paulo Paim para conduzirem o indicado até esta Mesa.

Antes de iniciarmos essa Audiência, eu gostaria de dizer que logo após a sua realização, estaremos votando outras matérias. Matéria em caráter terminativo e matérias em caráter não terminativo.

Sr. Eduardo, primeiro, eu gostaria que se sentasse aqui ao meu lado. Meus cumprimentos. Dizer que o Dr. Eduardo encaminhou a esta Comissão os dados relativos à sua vida profissional, o seu *curriculum vitae*, e está no processado, nas mãos do Relator, o Senador Ney Suassuna. Já tem o seu Relatório pronto. O Dr. Eduardo Marcelo terá 30 minutos para a sua exposição, e os Senadores que desejarem fazer alguma pergunta, terão cinco minutos. Como resposta o indicado terá também cinco minutos. E na tréplica o interpelante terá dois minutos e o indicado dois minutos.

Portanto, eu concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Relator da matéria, o Senador Ney Suassuna.

SR. RELATOR SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Estava aqui telefonando pedindo para que todos os Senadores do PMDB se deslocassem para cá, porque nós vamos ter votação em seguida, e é preciso ter número. Mas podemos começar o relatório.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, com base do art. 52, inciso III, alínea F da Constituição Federal e de conformidade com os termos do art. 6º da Lei 9.961 de 28 de janeiro de 2000, o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Eduardo Marcelo de Lima Sales para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS. Encaminhando para tanto a mensagem 125 de 2006, mensagem 299 de 27 de abril na origem. Na qual incluído o *curriculum vitae* do indicado.

O Sr. Eduardo Marcelo de Lima Sales é brasileiro, natural do Rio de Janeiro, tem 44 anos e é casado. É Bacharel em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, formado em 1987 e pós-graduado em Direito do Estado, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O referido *curriculum vitae* consta que a sua última atividade, a de Procurador-Geral em exercício da Procuradoria-Geral Federal na Agência Nacional de Saúde Suplementar, onde vem ocupando o cargo de Procurador-Chefe desde maio de 2004.

Portanto, ele já conhece com profundidade todos esses processos, todos os meandros, todas as nuances da própria Agência, que como Procurador ele, inclusive, pega a parte mais difícil de estar fiscalizando, analisando, vendo se a lei está sendo cumprida.

Do citado documento consta também relação de funções exercidas no setor jurídico, como Advogado responsável nas áreas cíveis o empresarial do escritório de João Luiz Duboc Pinaud Advogados Associados, nos anos de 88 a 91, Subprocurador-Geral do Município de Angra dos Reis, de 91 a 93, Procurador-Geral no período de 93 a 98, Procurador-Geral da Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre 98 e 2001 e Procurador Federal no exercício na Procuradoria Regional da União entre 2001 e 2004.

Em face ao histórico pessoal e profissional apresentado e já resumido, entendemos dispor essa Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Eduardo Marcelo de Lima Sales para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Como Administrador e até Professor de Administração, eu sei que quanto mais diversificada for uma Diretoria, melhor é, Sr. Presidente. Porque normalmente as pessoas tendem a fazer a visão do universo pela sua ótica. Por exemplo, um Médico tende sempre a olhar o universo pelo seu ensino. Dificilmente alguém que tivesse feito medicina com afinco descobriria que não havia a geração espontânea. Porque isso era ensinado nas escolas que havia geração espontânea. Quando Pasteur fez a afirmação, foi um... Mas isso é uma idiotice, porque claro que não é assim, porque foi ensinado assim. A humanidade tem vício de querer tornar inverdade coisas que foram lhe passadas e a gente aceita como rótulo. Eu acho excelente a indicação de um Advogado, de um Procurador-Geral para esse cargo específico. Por quê? Porque vai ser uma outra visão. Essa Agência vai ter, além da área de saúde, das preocupações, vai ter na sua Diretoria uma pessoa com a visão jurídica e com o formato de Procurador, que é o homem que está sempre comparando a lei com que está acontecendo e vendo onde é que transgrediu. Então eu acho que o Governo está de parabéns, e acho que essa Agência Nacional de Saúde Suplementar vai estar muito bem servida com o nome do Dr. Eduardo Marcelo de Lima Sales. O currículo dele traz inúmeras conferências, traz inúmeras palestras que ele proferiu e traz principalmente do ponto de vista profissional na área da Advocacia um currículo muito bom e ele sempre esteve alcançando conquistas e essa será com certeza mais uma. Por isso o nosso parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Exª, Senador Ney Suassuna. Agora nós passamos a palavra ao Dr. Eduardo Marcelo de Lima Sales, que terá o mínimo de 30 minutos, o máximo de 30 minutos, digo melhor, para proferir a sua palestra. Mas terminando antes dos 30 minutos, naturalmente teremos mais tempo para o debate.

Com a palavra V.Sª.

SR. EDUARDO MARCELO DE LIMA SALES – Exmº. Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Antônio Carlos Valadares, Exmº. Sr. Relator Ney Suassuna, Srªs. e Srs. Senadores, inicialmente dizer que para mim é uma honra estar aqui tomando o tempo importante dos Senhores e prometendo ser muito breve nessa exposição.

Dispenso apresentações em razão do Relatório do Senador Ney Suassuna, e eu passarei então de imediato a uma exposição. Achei pertinente trazer aqui para o conhecimento dos Senhores um panorama do mercado de saúde suplementar. Se os Senhores perceberem, nos 12 anos posteriores à promulgação da Constituição Federal de 88, nós tivemos alguns fatos que são extremamente relevantes. Com a promulgação da Carta Republicana, nos artigos 196 e 197, o poder constituinte originário definiu como de acesso universal e igualitário a todos os brasileiros os serviços de assistência à saúde. Com todas as políticas necessárias à efetivação desses serviços. Também no art. 197 consagrou como de relevância os serviços de assistência à saúde garantindo inclusive a sua prestação pela iniciativa privada.

Em 1991 entrou em vigor o Código de Defesa do Consumidor, Lei 8.078, estabelecendo um novo panorama nas relações de consumo. Em 97 iniciou-se o debate aqui no Congresso Nacional a respeito da Lei de planos de saúde, do marco regulatório no seguimento de atividade tão importante. Com a sanção da lei 9.656 nós criamos novas regras, o Estado brasileiro cria novas regras, novos parâmetros, e controle conforme determina a Constituição Federal da atividade de saúde suplementar. No ano de 2000 é criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar. Natureza jurídica da Agência é uma autarquia sob regime especial. Ela regula, normatiza, controla e fiscaliza toda essa atividade de assistência suplementar à saúde. A sua finalidade institucional é a defesa do interesse público. Neste conceito de interesse público nós vislumbramos a defesa do direito dos consumidores, a continuação da empresa, a preservação da empresa que traduz na rigidez do mercado para que ele possa prestar serviço de saúde, eficientes, efetivos, e todo esse controle... Em todo o território nacional.

Seria interessante nós percebermos, que após o marco regulatório, a Lei de planos de saúde, em 1998, antes do advento dessa lei, o único controle que era exercido era referente àquelas pessoas jurídicas de seguro saúde. As seguradoras de planos de assistência à saúde que se submetiam a um controle econômico-

financeiro da SUSEP, Superintendência de Seguros Privados, as demais operadoras não se submetiam a qualquer tipo de controle efetivo pelo Estado. Após o advento da lei, a autorização de funcionamento passou a ser obrigatória perante o órgão regulador. Regras de operação uniformes, como o balanço publicado. Sujeição à intervenção pela Agência, são os regimes especiais, direção técnica fiscal, liquidação e requerimento autorizado previamente pela Agência Nacional para que o liquidante possa requerer a falência em juízo, já que de regra as operadoras são excluídas do regime falimentar. Com a exceção quando a Agência autoriza-se expressamente.

Depois tivemos antes da lei a livre definição da cobertura assistencial era feita diretamente e exclusivamente pelas operadoras de planos de saúde. Elas poderiam a qualquer tempo excluir os beneficiários dos contratos, negar celebração de contratos, elas que definiam as carências, e os reajustes eram estabelecidos de forma unilateral, em cláusulas, várias vezes abertas, sem índice predefinido contratualmente. Após a Lei 9.656 os Senhores podem perceber que o Estado brasileiro definiu parâmetros, controles, combateu a assimetria de informações, criando mecanismos para que os consumidores e os prestadores nas relações empresariais com as operadoras, pudessem ter, basear-se em critérios estabelecidos na Constituição e na Legislação infraconstitucional.

O gráfico demonstra a evolução dos beneficiários. Entenda-se que beneficiários como contratos celebrados em vigor. Os Senhores podem perceber que a partir de 2003 houve um aumento expressivo do número de contratos celebrados na saúde suplementar, de 37 milhões e 103 mil para, hoje, com dados de dezembro de 2005, aproximadamente 42 milhões e 500 mil contratos celebrados. Isso demonstra que a regulação ela não intimidou o mercado, ela não trouxe prejuízos efetivos às empresas. Pelo contrário, emprestou segurança, clareza e regras que podem e que viabilizam o investimento neste segmento.

Nós temos aqui as operadoras registradas. Os Senhores podem perceber que de 1999 a 2006 tivemos o cancelamento de mais de mil empresas. Mas dentro desse número várias empresas que antes da Lei 9.656 operavam e não tinha o objeto exclusivo de assistência à saúde. Deixaram de operar. Então esse número é significativo em razão disso. Há uma estabilidade hoje, desde 99 a 2006. Os Senhores podem perceber que é a atuação das operadoras é muito significativa no mercado brasileiro.

Aí nós definimos a parcela de cada segmento de operadoras no mercado de saúde suplementar. A maior parte traduz pela medicina de grupo, com 36,6 do mercado brasileiro de saúde suplementar; em seguida as cooperativas médicas com 26,5; a autogestão 12,6; seguradoras especializadas 11,2%; e aqueles três segmentos representando 16,1%.

Quais as perspectivas da regulação? Uma necessidade de evoluir de uma regulação para uma regulação que tenha uma abrangência tanto no aspecto econômico-financeiro como também no aspecto assistencial. É fundamental. Este é o papel precípuo da Agência. Criar as condições necessárias através de proposta de políticas gerais, através do normativo claro, seguro, através da própria aplicação da lei. Há um mercado que tem o equilíbrio ao mesmo tempo em que preste um serviço de assistência à saúde de qualidade, mas também garanta a preservação das empresas, garanta o recebimento pelos prestadores dos valores justos pelos serviços que prestam a essas operadoras. Necessidade que a saúde suplementar seja vista como produtora de saúde. A lógica, exclusivamente antes da Lei 9.656 era a lógica econômico-financeira. E que foi preservada com o advento da lei. Só que o Estado brasileiro resolve emprestar um novo viés para esse mercado, além da lógica econômico-financeira, uma assistência que produza a saúde para os quase quarenta milhões de brasileiros que participam desse mercado como beneficiários desses serviços. A necessidade do equilíbrio, como já mencionei aqui, do mercado. Necessidade de evolução de uma regulação normativa para uma regulação indutora. E aí a Agência Nacional ela está agora debruçada na política de qualificação, que significa um Programa de Qualificação para as operadoras de plano de assistência à saúde, onde essas operadoras possam conhecer de fato o perfil da sua carteira de beneficiários, de consumidores. Possam saber que tipos de doenças são mais recorrentes, possa estabelecer políticas de controle de prevenção de doenças, de curação de doenças, de promoção da saúde.

A Agência, por sua vez, baseado nessa política de qualificação, ela padroniza a informação discutindo isso com todos os atores do mercado. Através da Câmara da Saúde Suplementar a Agência iniciou um debate há algum tempo de padronização da informação através do TISS, que significa Troca de Informação em Saúde Suplementar. Que é exatamente a troca de informações entre os prestadores, que fazem parte da rede credenciada de todas as operadoras. Essa troca facilitada possibilita um controle epidemiológico da população, como eu falei para as Senhoras e Senhores. Isso é fundamental para que as operadoras e o Estado brasileiro tenham condições, tenham informações necessárias para definir novas políticas, novas diretrizes e acompanhar a própria dinâmica do mercado,

no sentido de editar resoluções ágeis, seguras, claras, precisas, de fácil entendimento não só pelos consumidores, mas também pelo empresário que quer investir neste mercado.

A autorização de funcionamento, a Agência Nacional regulamentou o art. 19 da Lei 9.656 de 98, a partir do ano passado pela Resolução Normativa de nº. 100. Estabelecendo diversos critérios. Com essa Resolução a ANS tem condições hoje de ter um conhecimento próximo da perfeição do perfil das operadoras da saúde econômico-financeira dessas operadoras, da capacidade e condição de operar nesse mercado. Ao mesmo tempo, a Agência busca uma melhoria contínua nas suas práticas, nos seus normativos, estamos fazendo uma compilação de toda a Legislação, de todo o normativo, aperfeiçoando, atualizando esses normativos. O poder de fiscalização da Agência agora ele radicalizará, ele vai ser radicalizado no sentido de um diálogo permanente entre as entidades representativas dos consumidores, as entidades representativas do mercado e dos prestadores. Esse é o grande papel da Agência Nacional. De chamar o mercado, de conversar, de enfrentar de forma efetiva esses problemas, de dar efetividade àquilo que for consensual entre esses vários atores e segmentos. O mercado, por sua própria natureza, ele é muito complicado. Mas eu acho que tudo aquilo que for consenso ele merece de forma efetiva ser materializado para a sua aplicação.

Interessa também a Agência a contratualização, incentivar a contratualização entre os prestadores de serviços, leia-se aí os Médicos, os laboratórios, hospitais, clínicas que fazem parte das redes credenciadas dessas operadoras com essas. No sentido de que com a contratualização a ANS pode, por via reflexo, alcançar esses prestadores. Até porque a lei, tanto a Lei 9.656 quanto a Lei 9.961 elas não permitem a Agência Nacional, diretamente, alcançar, estabelecer penalidades, estabelecer mecanismos efetivos de controle sobre este segmento importantíssimo do mercado de saúde suplementar. Então a contratualização ela mitiga um pouco esse problema na medida em que com a contratualização as operadoras submetidas à Lei 9.656, elas vão celebrar contratos já com absoluta observância ao normativo e às leis que regem a saúde suplementar.

Os Senhores conhecem bem o ressarcimento ao SUS, previsto no art. 32 da Lei 9.656, onde o beneficiário com o contrato cobertura, utilizando-se do Sistema Único de Saúde, a operadora ela tem o dever de ressarcir ao Estado para que ele possa... A ANS sendo arrecadadora para que ela possa distribuir a esses operadores, aos gestores públicos de saúde. Como eu disse para os Senhores, temos também a necessidade da revisão sistemática desses normativos.

Agradeço a paciência dos Senhores e atenção e me ponho à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Felicitando o Dr. Eduardo pelas informações trazidas a esta Comissão, eu passo a palavra ao Relator, Senador Ney Suassuna, caso deseje fazer algumas indagações, ou quem sabe fazer novamente referências à personalidade e às condições técnicas e a competência profissional do indicado.

SR. RELATOR SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, Dr. Eduardo, sobre a competência não precisa falar e ficou bem demonstrada a segurança com que ele fala sobre os assuntos da Agência. Mas eu, como nordestino, tenho visto uma coisa interessante. Os recursos do SUS são menos utilizados no sul e sudeste. Porque a grande maioria desses contratos está no sul e sudeste. Mas são extremamente usados em relação ao nordeste, norte e centro-oeste. E é exatamente da boa operacionalidade desses contratos que sobra mais recursos para serem aplicados no sistema do SUS.

Eu perguntaria ao Senhor qual tem sido a arrecadação do SUS em relação aos contratos. Tem sido um contingente grande de recursos que entra através da Agência para o SUS? A Agência recebe e repassa ao SUS? O Senhor tem noção de qual tem sido a cifra nesses últimos dois anos?

SR. EDUARDO MARCELO DE LIMA SALES – Excelência, obrigado pela pergunta. Na verdade, o ressarcimento ao SUS ele tem despertado várias controvérsias. As operadoras têm transferido essa discussão para a seara do Poder Judiciário. Nós temos grandes dificuldades na arrecadação desses valores. Discute-se muito a constitucionalidade do art. 32. Inclusive, esse art. 32, ele foi objeto da ação direta de inconstitucionalidade em 1931, ajuizada pela Confederação Nacional de Saúde, e mantida a sua eficácia em apreciação cautelar pelo Supremo Tribunal Federal, ou seja, o Supremo entendeu que esse artigo guarda a presunção de constitucionalidade e assim deveria ser mantida a sua eficácia. Mas mesmo assim, perante os vários Fóruns da Justiça Federal brasileira, as operadoras questionam essa constitucionalidade através do controle difuso, fazem depósitos judiciais, e isso dificulta a Agência no sentido de ela ter um repasse eficaz e imediato para os gestores.

A Agência Nacional ela, no ano passado, realizou eventos vários de integração com o SUS, com todos os segmentos do mercado. Operadora, gestores, prestadores, entidades de consumidores para discutir no

âmbito da integração também o instituto do ressarcimento ao SUS. Para buscar mecanismos de consensualidade fora do processo judicial.

Então, hoje não é significativo ainda a arrecadação em que pese os esforços da Agência nesta direção.

SR. RELATOR SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – última pergunta, Sr. Presidente.

Então, hoje nós temos um montante de depósitos na justiça, mas não temos tido uma arrecadação significativa. Essa é a resposta. E a outra pergunta é: Eu vi também hoje com mais de 40 milhões de beneficiários, ou melhor, de usuários desse sistema dos planos de saúde, nós temos na Agência também um estreitamento buscando fazer o estreitamento com os servidores, quer dizer, com os Médicos das várias especialidades, os fornecedores Médicos. Também esse tem sido o objetivo da Agência.

SR. EDUARDO MARCELO DE LIMA SALES – Correto. Esse Programa de Qualificação, na verdade, a intenção da Agência é um diálogo, permanente, efetivo, com todos os segmentos. Com os prestadores... Sabemos da dificuldade dos prestadores, dos profissionais médicos. Sabemos dessa dificuldade e a ANS ela sempre tem sempre criado todos os fóruns possíveis, inclusive os segmentos de prestadores eles têm assento na Câmara da Saúde Suplementar, que é um órgão que faz parte da estrutura permanente da Agência, reúne-se (soa a campainha) periodicamente com todos segmentos onde são discutidos todos esses problemas.

E só para informar a V.Exª, nós temos... A ANS já vem cobrando quatrocentos e trinta e um milhão de reais referente ao ressarcimento ao SUS. Desse montante recebeu 72 milhões de reais, tendo repassado aos gestores Estaduais, Municipais, que realmente fizeram o atendimento àqueles beneficiários de planos de saúde. Então é essa a informação que eu tinha.

SR. RELATOR SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Me dou por satisfeito, Presidente. E pediria ao nobre Presidente se pudesse já liberar a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Após o Senador Flávio Arns concederei a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Concordando, inclusive, com a observação do Senador Ney Suassuna, de liberar a possibilidade dos membros já irem votando, quero em primeiro lugar parabenizar o Dr. Eduardo Marcelo de Lima Sales, pelo currículo, pela indicação, pela apresentação, pela segurança, almejando que a indicação aconteça dentro da Comissão de Assuntos Sociais, bem como pelo Plenário na seqüência, e que realmente possa desenvolver um excelente trabalho dentro da Agência, voltado para a regulamentação, para a profissionalização, para o enfrentamento dos desafios desta área que é fundamental para o Brasil.

Eu só gostaria de fazer duas perguntas na esteira daquilo que o Senador Ney Suassuna colocou. Quando se coloca ressarcimento ao SUS, eu considero isto importante porque de fato a população está pagando pelo plano de saúde, paga pelos serviços que estão sendo realizados, e é atendida pelo SUS, então nada mais justo que o plano também pague pelo ressarcimento. Agora eu queria perguntar porque um dos desafios, a gente vê lá no hospital de clínicas da Universidade Federal do Paraná, quando a pessoa é internada num sistema de saúde, esta pessoa já não poderia ser internada já especificando o plano de saúde que tem, se tiver? Ao invés de ser ressarcido, quer dizer, o SUS ser ressarcido pela despesa para que a própria pessoa já, vamos dizer, de uma certa maneira, entre aspas, gasta o dinheiro já sem a necessidade de ser ressarcido. Qual é que seria a dificuldade nesse sentido? Porque eu tenho a impressão que administrativamente ser ressarcido é muito mais difícil do que já ser atendido pelo plano de saúde, no hospital público. Quer dizer, como é que nós poderíamos ter uma saída legal para isto, de controle, ou algo assim. Não sei como é que o Senhor vê isso.

E a segunda pergunta é relacionada ao montante. Eu não sei, até me desculpe, porque eu tive que fazer uma observação também durante a apresentação, mas qual é que é o montante no Brasil através dessas modalidades todas que são apresentadas através... Representadas através da Agência para nós sabermos quanto que vem sendo despendido no Brasil na área da saúde com o orçamento naturalmente do Ministério da Saúde, mas também com o orçamento que advém desses planos todos.

Então, as duas perguntas é que eu gostaria que, se possível, que V.Sª. abordasse.

SR. EDUARDO MARCELO DE LIMA SALES – Obrigado, Senador. Na verdade, essa prática ela deve ser fruto de um debate permanente com os atores. Como eu falei aos Senhores e às senhoras, a Agência ela promoveu a integração com o SUS, discutindo métodos, procedimentos referentes ao ressarcimento. O fato de nós podermos simplificar onde aquela unidade pública de saúde que atende o beneficiário poder já receber da operadora, é uma proposta bastante interessante que deve ser levada, mas discutida e se possível com o permissivo legal e normativo. Mas isso, Excelência, deve ser resultado de um consenso entre as operadoras. Independentemente das propostas, se o mercado não absorver, se as operadoras não ab-

sorverem isso como uma proposta consensual, como algo positivo, porque a grande questão hoje com relação ao ressarcimento é a insistência em se discutir a constitucionalidade do art. 32, que inclusive nós da Agência entendemos da Agência que já estaria sendo superado. Esse é o grande problema.

Então, é a negativa de querer indenizar o Estado brasileiro pelos recursos que ele vem despendendo com o atendimento àquele beneficiário que tem plano de saúde e esse plano prevê a cobertura desses serviços. Isso aí excluindo a urgência, um atendimento de urgência, onde geralmente nesses casos o paciente é levado de um acidente automobilístico, o paciente geralmente é levado imediatamente para uma unidade pública. Um hospital, uma emergência. O grande problema é que se possa discutir mecanismos eficazes de controle desses valores, e isso tornar-se uma norma.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas mesmo no caso de um acidente automobilístico, nada impediria, quer dizer, logicamente não negar o atendimento de maneira alguma, porque a pessoa tem que ser atendida. Mas imediatamente verificar se a pessoa tem o plano de saúde e o plano de saúde ressarcir toda a despesa que houvera em função da natureza do plano de saúde. Eu penso a mesma coisa lá no Hospital das Clínicas lá no Paraná. Faz o transplante de medula óssea e o Poder Público, na verdade, tem que pagar por todo o procedimento. Se a pessoa tem o plano de saúde, se não tiver, tudo bem. Faça. Mas se ela tiver o plano de saúde, eu penso, nada mais justo que o plano de saúde pagar pelo procedimento, mas achar um caminho menos burocrático que não seja de ressarcir, porque eu acho que a Justiça tem se pautado no sentido de analisar realmente o fato do ressarcimento. Mas eu tenho a impressão que o caminho jurídico no sentido de pagamento da despesa (soa a campainha) é muito mais fácil do que o de ressarcimento. Não sei. V.Sª...

SR. EDUARDO MARCELO DE LIMA SALES – Acho que a proposta do Senhor é bastante pertinente, acho que é merecedora, inclusive, de debate e de aprofundamento e de discussão com o mercado. Eu creio que isso afeta diretamente a Diretoria de Desenvolvimento Setorial da Agência que tem toda a estrutura de ressarcimento ao SUS. Inclusive levarei isso lá para o Dr. Leôncio, que define a iniciativa da discussão desses debates juntamente com os demais pares, mas eu entendo perfeitamente que é possível, não entendo como dificuldade.

Agora, o grande problema também, Senador, é que esses procedimentos de alta complexidade e muitos dos casos ele é feito pela rede pública. Porque a rede pública em alguns segmentos tem a sua excelência. Então, procedimentos de alta complexidade como transplantes, ainda é feito no Sistema Público de Saúde. Então isso é mais um complicador (soa a campainha) para que o Senhor possa ter essa apreensão, mais um complicador no ressarcimento. Muitas vezes o beneficiário tem o plano de saúde, mas vai realizar um procedimento de alta complexidade, um transplante na rede pública de saúde.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E por que não o plano de saúde pagar? Mesmo sendo na rede pública.

SR. EDUARDO MARCELO DE LIMA SALES – Concordo plenamente com o Senhor. A idéia é procedente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Qual é que é o valor despendido pelos planos no Brasil? Não sei se V.Sª. tem essa ...

SR. EDUARDO MARCELO DE LIMA SALES – Com relação ao ressarcimento?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não. Quanto que o povo brasileiro gasta em relação aos planos todos aí?

SR. EDUARDO MARCELO DE LIMA SALES – Aproximadamente trinta e oito bilhões de reais ao ano.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Trinta e oito bilhões/ano. Agradeço.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador Valadares...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Augusto Botelho, V.Exª. é o terceiro inscrito. O segundo é o Senador Paulo Paim. Mas V.Exª. está com o tempo cedido pelo Senador Paulo Paim. Concedo então a palavra ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, pela ordem, pediria a minha inscrição, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Com muito prazer, Senador Wellington Salgado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eu gostaria de parabenizar o Dr. Eduardo pelo seu currículo e lhe dar as boas vindas à ANS como membro. Mas, essa discussão que nós estamos travando aqui agora é a discussão que vem sempre sobre o reembolso do SUS, reembolso pelo sistema. Realmente os planos de saúde têm um pouco de razão, porque a saúde está na Constituição é um dever do Estado. É nosso dever prestar assistência. Mas todos nós sabemos que os planos de saúde não tem sistema de emergência. Qualquer acidente público, qualquer coisa, quem faz

somos nós, o SUS. Então nós temos que entrar num acordo, numa forma de fazer esse ressarcimento.

Mas eu acho mais grave o problema, quando os planos de saúde não passam... O Ministério da Saúde para elaborar os seus planos de saúde, para cuidar bem da população, do povo, nós temos que saber todas as informações de saúde. Todas as doenças que ocorrem, todas as causas de morte, tudo isso.

Então, eu tenho certeza de que os planos continuam... Eu quero saber de V.Exª. se os planos continuam não passando as informações nosológicas para o Ministério da Saúde. Se ainda existe aquela dificuldade, aquela barreira. Isso é muito mais grave do que o reembolso. Porque o reembolso existe essa dúvida jurídica, "Ah, é um direito e tal...", uma coisa a resolver mais à frente. Mas as informações eles têm a obrigação de passar. Eu acho que se a ANS não tiver conseguido isso, nós temos que trabalhar é uma coisa mais urgente do que esse reembolso. Porque isso é que define para onde vai a direção das coisas, para onde vão o nosso programa de saúde.

Eu gostaria de saber de V.Sª. se já está ocorrendo isso ou qual o percentual de informações que nós, o Sistema Único de Saúde, estamos recebendo do sistema privado de saúde?

SR. EDUARDO MARCELO DE LIMA SALES – Na verdade, já existe, sim, uma forte prestação de informações pelas operadoras nos seus vários segmentos no mercado de saúde suplementar. (soa a campainha) A Agência hoje do seu surgimento, da sua criação até hoje, houve uma evolução significativa de informações. Há pouco tempo atrás tínhamos a resistência de alguns segmentos de operadores que não entendiam que estarem submetidas à Lei 9.656, vários desses segmentos têm celebrado termo de compromisso e ajuste de conduta com a Agência, porque é um instituto previsto na nossa lei, ajustando a conduta da empresa, passando a prestar as informações, e essas informações o sistema de informação de produtos, de beneficiários, eles vêm com regularidade prestando. Obviamente como todo um sistema ele apresenta ainda algumas falhas, mas a Agência conseguiu pactuar com o mercado através do seu normativo e o mercado vem assimilando bem essa iniciativa. Acho que eles vêm efetivamente prestando informações que são fundamentais para a Agência e a Agência definir essas política na saúde suplementar e também transmitir tais dados, tais informações ao próprio Ministério da Saúde.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço e **passo na seqüência a palavra ao Senador Paulo Paim**, depois o Senador Wellington Salgado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu quero de forma muito rápida dizer que eu tive acesso ao Relatório do Senador Ney Suassuna, tive acesso que poderíamos dizer a todo o processo em andamento, o currículo, a história, muito gratificante de ler a sua tua história, Dr. Eduardo. Eu tenho certeza que nós teremos aqui inúmeras oportunidades de discutirmos tudo, relacionarmos a questão da saúde, principalmente a saúde suplementar. E entendo que nesse momento a sua votação aqui deverá ser por unanimidade, sem prejuízo algum de nós continuamos com esse debate sobre os planos de saúde, no momento adequado que teremos no longo desses próximos anos.

Por isso, Presidente, faço questão de declarar a nossa satisfação de estar aqui nesse debate com o Dr. Eduardo e que fico feliz de ver que está o processo de votação já acontecendo.

Era isso, e dizendo que me sinto tranqüilo do voto que darei aqui ao Dr. Eduardo. Era isso, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Senador Paulo Paim, passo em seguida a palavra ao Senador Wellington Salgado. V.Exª tem a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Eduardo Marcelo de Lima Sales, eu tive analisando aqui o currículo de V.Sª., mas eu acho que a questão mais importante é que vem uma indicação onde nós vamos transformar um Conselheiro em, na verdade, um Conselheiro da Diretoria, agora o novo Diretor. Então eu acho isso muito importante, porque na verdade, que nós temos observado toda essa modificação que tem acontecido com relação aos planos de saúde, temos notado que existe uma série de planos de saúde que já foram fechados porque não aprendiam as normas, e, no entanto, nós não temos notado uma reclamação ao nível de mercado ou ações ou escândalos, ou seja, a ANS vem trabalhando corretamente, mostrando onde estão a eficiência desses planos, eles são fechados, os clientes são passados para outros planos num acordo que acontece, de repente, entre os planos de saúde ou uma carência passando para um outro plano. A gente tem acompanhado isso na imprensa.

Então, para fazer um trabalho desse tipo que envolvem milhões de pessoas, envolvem milhões de recursos em dinheiro, digamos assim, de pagamento, isso tem que ter uma habilidade muito grande, isso tem que ter uma consciência da necessidade de poder ver qual é a questão social e a questão financeira desse

momento. E a Agência vocês vêm conduzindo muito bem. Com certeza essas atitudes todas devem estar anexas sempre a um parecer de V.Sª., nessas atitudes que a Agência Nacional de Saúde tem tomado.

Essa questão que o ilustre Senador Ney Suassuna levantou da questão do repasse dos atendimentos feitos pelo SUS, eu só queria pedir à Agência e também ao Senhor, com certeza será aprovado aqui, que tivesse um critério, ou seja, se os planos de saúde reembolsassem exatamente o valor que vocês pagam, para não ficar uma defasagem. Por exemplo, de repente vocês quando pagam o hospital paga dez e quando vocês cobram aquele mesmo atendimento de um plano de saúde, vocês vão cobrar quinze. Acho que seja quinze ou seja dez, eu queria que vocês só procurassem ter um critério. Porque a pior coisa que pode existir é você ter a mesma coisa de duas maneiras. Então você não consegue ter nenhuma medida de duas maneiras diferentes.

Então, tenho certeza que vocês como vêm conduzindo toda essa questão dos planos de saúde no País, que é uma questão complexa, agora V.Sª. falou que o orçamento desses planos de saúde é mais ou menos de trinta e oito bilhões. O Presidente me falou aqui. E o orçamento do Ministério da Saúde é mais ou menos isso também. Ou seja, Senador Flávio Arns, nós já temos hoje (soa a campainha) O Governo atendendo e também a iniciativa privada no mesmo patamar.

Então, mais do nunca a Agência Nacional de Saúde vai ser esse fiel da balança, para saber até que ponto pode existir essa questão do público e privado.

Fico muito feliz, porque eu acho que equipe, você tem que ter equipe até mesmo no setor público, se fosse indicado alguém que não tivesse já uma relação boa com a Diretoria, seria alguma coisa que poderia tirar do caminho, do jeito que a Agência Nacional de Saúde tem conduzido os trabalhos. Então eu fico muito feliz, Presidente Flávio Arns, nesse momento, que já vem alguém para o time que fale mais ou menos e entenda qual é o caminho muito bem conduzido pela Agência Nacional de Saúde. Era só isso que eu queria colocar. E pelo seu currículo não tenho questionamento nenhum. Inclusive, já esteve do outro lado Assessorando à Prefeitura de Angra dos Reis.

Então só essa colocação que eu queria fazer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Senador Wellington Salgado. Não sei se o Dr. Eduardo gostaria de fazer observações.

SR. EDUARDO MARCELO DE LIMA SALES – Agradecer a manifestação do Senador Wellington, e dizer simplesmente que a indicação do meu nome ela partiu, Sr. Presidente, que registro aqui a presença do Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, o Dr. Fausto, teve o apoio de seus pares a quem eu agradeço já, sempre agradeci.

Então, a indicação ela foi consensual entre os Diretores que atuam naquela Agência e isso me deixa feliz e muito honrado por estar aqui neste momento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Dr. Eduardo e solicito aos Senadores Paulo Paim e Wellington Salgado que sirvam como apuradores, escrutinadores dos votos depositados na urna, para a indicação do Dr. Eduardo Marcelo Lima Sales, para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Nossa apuração, minha e do Senador Paim, uma operação rápida, foi de quinze a um. Mas eu acho que esse um, Sr. Presidente, eu queria até fazer uma colocação, se o Senador Paim concordar comigo, temos que colocar melhor essa questão da votação. Porque eu tenho certeza que esse voto foi sim, só ele marcou como se fosse na prova de vestibular, na frente, e colocaram para marcar ao lado. Então ele marcou no "sim" que na verdade representava o "não" porque estava ao lado. Então eu tenho certeza que a intenção era de unanimidade, mas com essa interpretação que nós temos que contar como sendo, quinze a um. Aprovado por quinze "sim" e um "não".

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então o resultado para a indicação do Dr. Marcelo, para a Agência Nacional de Saúde Suplementar teve o resultado de quinze votos "sim", um voto "não", com a observação do Senador Wellington Salgado que provavelmente ocorreu alguma dificuldade em relação à interpretação da cédula. Mas de qualquer forma, um voto "não". Então, quinze votos "sim", um voto "não" e nenhuma abstenção.

Mas quero parabenizar o Dr. Marcelo pela indicação dessa Comissão de Assuntos Sociais. Esta decisão irá para o Plenário do Senado Federal, onde todos desejamos que tenha o mesmo sucesso e faça um extraordinário trabalho como Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que é essencial o serviço para o Brasil.

Parabenizo então V.Sª. pela indicação dessa Comissão. Antes de encerrar esta Sessão, eu vou submeter ao Plenário um requerimento do Senador Paulo Paim nos seguintes termos:

Com o fundamento no disposto no art. 58, § 2°, inciso II da Constituição Federal combinado com o art. 90 inciso II do Regimento Interno desta Casa, requeiro realização de Audiência Pública com vistas a tratar

das questões atinentes ao FGTS em data e local a serem definidos, devendo ser convidados o Presidente do Conselho Curador do FGTS, Presidente da Caixa Econômica Federal, representantes dos trabalhadores, Centrais Sindicais e Confederações conforme lista que segue anexa.

Está em discussão o requerimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, não tem que ser de hoje para amanhã. A intenção que eu noto é que existe dezenas de projetos deslocando verbas do Fundo de Garantia para outros fins. São legítimos. Por isso como fizemos na Câmara no ano passado, eu queria fazer uma Audiência Pública para que a gente aprofunde o debate sobre a importância do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para todos os trabalhadores. Era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço a V.Exª. Não havendo mais quem queira discutir está em votação o requerimento. Srªs. Senadoras e Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Agradeço novamente a participação do Dr. Marcelo, parabenizo-o novamente pela indicação e declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 11:12h.

Ata da Décima Terceira Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-estrutura e 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 16 de maio de 2006, terça-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e trinta e seis minutos, do dia dezesseis de maio de dois mil e seis, na Sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, com a presença dos (as) Senadores (as) **RODOLPHO TOURINHO, FLEXA RIBEIRO, LEONEL PAVAN, ROMERO JUCÁ, GERALDO MESQUITA JUNIOR, FLÁVIO ARNS, IDELI SALVATI, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, HERÁCLITO FORTES, JOSÉ JORGE, ROMEU TUMA, PEDRO SIMON, EDUARDO SUPLICY E CRISTÓVAM BUARQUE.** Também compareceu o Governador do Rio Grande do Sul, **GERMANO RIGOTTO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Senador Antônio Carlos Valadares declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública conforme Requerimentos nº 16, 17, 18 e 19, de 2006-CAS de autoria dos Senadores Jefferson Peres, Heráclito Fortes e outros Senadores, "com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo Varig". O Senador Antônio Carlos Valadares convida para tomarem assento à mesa, para suas exposições, o **Dr. Demian Fiocca** – Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; o **Dr. Adacyr Reis** – Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social e o **Comandante Márcio Marsillac –** Coordenador dos Trabalhadores do Grupo Varig - TGV. Às onze horas e dezesseis minutos, o Senador Heráclito Fortes assume a presidência. O Senador Heráclito Fortes propõe a realização de um Grupo de Trabalho para discutir a grave situação que vem passando o Grupo Varig, tendo como coordenador o Senador Paulo Paim. O Senador Heráclito Fortes convida para compor a mesa e fazer sua exposição o **Dr. Luiz Roberto Ponte –** Reestruturador Empresarial do Plano do Grupo Varig. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores, Romeu Tuma, Paulo Paim, Pedro Simon, Cristóvam Buarque, Leonel Pavan, Eduardo Suplicy, e Arthur Virgílio**.** A Comissão aprova os seguintes requerimentoS – **EXTRA-PAUTA REQUERIMENTO Nº 23, DE 2006 -CAS** "Requer, nos termos regimentais, a realização de uma Audiência pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a participação do presidente de empresa Petróleo Brasileiro – Petrobrás, José Sérgio Gabrielli de Azevedo; o empresário Eike Batista; o Secretário-Geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães e o diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, professor Adriano Pires, para analisarem a estatização de ativos da Petrobrás e a expulsão da empresa EBX, pela República de Bolívia. E também, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais". **Autor:** Senador José Jorge. **ResultadO –** Aprovado. **EXTRA-PAUTA REQUERIMENTO Nº 24, DE 2006 – CAS** "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinando com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para, com a participação do Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Presidente da Petrobrás, e do Sr. Aloísio Marcos Vasconcelos Novais, Presidente da Eletrobrás, debater as causas do atraso na implantação do Gasoduto Urucu-Porto Velho. E também. No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. **Autor:** Senador Valdir Raupp. **Resultado –** Aprovado. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente

Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Antônio Carlos Valadares,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Havendo número regimental declaro aberta a 13ª reunião da Comissão de Assuntos Sociais, 9ª da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e 4ª da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, extraordinárias, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propomos a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovadas. Pela ordem concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Meu caro e querido Presidente, V. Exª. Senador Antônio Carlos Valadares tem sido um baluarte nessa luta pela recuperação financeira e moral da Varig. Senador Paim, foi à tribuna outro dia e nos descreveu todo o trabalho que está sendo desenvolvido, e com alegria no rosto, com um sorriso no rosto Senador Paim. Agora, isto não pode deixar cair por terra. Essa manutenção das audiências públicas que V. Exª., vem e faz questão de abrir, pouco importa o número de Parlamentares presentes, mas a sociedade brasileira está toda ela atenta a isto que vem acontecendo. Ontem eu voei pela Varig, fiz questão. Falei: "Tem vôo para Varig nesta hora? Quero ir na Varig". E vim na Varig, e cumpriu quase que o horário, perfeitamente determinado pelo DAC. Não sei nem se tem mais DAC, mas estou no passado.

E todo dia eu passo pela Ruben Berta, todos os dias, eu sou vizinho lá. E essa história da Varig, nós não podemos esquecer, e os funcionários na própria angústia de perder o emprego, estão sempre em lágrimas, tiraram aquele sorriso natural da aeromoça que vem servir o passageiro, e a gente entende a extensão desta angústia, desse sofrimento que as famílias da Varig, e nós somos famílias da Varig também Senador, V. Exª., como é do Rio Grande do Sul, sabe como ela nasceu, a pioneira em várias...

Eu estava lendo a revista ontem, os hidroaviões que circularam no transporte de passageiros, hoje estão tentando recuperar. Eu acho que o Governo hoje, tem dado demonstrações claras, e o Senador Paim, Augusto Botelho, outros que estão nesta luta, Heráclito, sabe e são testemunhas que... O Senador Pedro Simon, também um grande lutador, bancada toda ela do Rio Grande do Sul, tem sentido que hoje, o Governo tremeu na base. Tremeu, porque é uma história tão árdua para se chegar até a agora, a Varig, 70 anos. Não é isso Senador Paim? 78. 78 anos. 79 anos. Não pode ser morta, porque ela não envelheceu, a juventude dela está nos componentes que pilotam, que tratam da aviação e assistência técnico/mecânica. O que fizeram? Uma campanha deletéria Senador Heráclito, fazendo com que ninguém queira voar na Varig, é uma violência, o que foi feito dentro de tudo àquilo que foi colocado, até por autoridades do Governo. Eu vôo pela Varig, com confiança total, e acho que nós temos que lutar pela sobrevivência, pela história que a própria Varig representa para nós. E no exterior, eles faziam mais do que embaixadores, Senador, muito mais do que embaixadores. A Varig era uma presença marcante em vários países da Europa, da Ásia, da América do Sul, enfim, do mundo inteiro, e ela não pode perder, e o Brasil não pode perder esse cartão de visita. Então, eu quero cumprimentar V. Exª., por esta permanente vigilância até ver a Varig em condições de continuar voando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V. Exª. Senador Romeu Tuma. Realmente... (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – V. Exª. também é um dos Senadores mais atuantes e permanentes da defesa desta grande instituição nacional, que é a Varig. A Varig é uma companhia que tem um respeito, tem um carinho e tem a solidariedade de todos nós que compomos essas Comissões, que aqui se reúnem para ouvirmos conjuntamente, autoridades que podem sem dúvida alguma, participar do processo de integração nesta luta para recuperação total desta empresa, que proporciona milhares e milhares de empregos, segurança às famílias, a milhares e milhares de famílias, como também proporciona não só no âmbito interno do Brasil, como em caráter internacional, viagens maravilhosas onde nós somos bem tratados, onde nós somos bem orientados, sempre bem recebidos, como disse V. Exª., em qualquer país, como se a própria Varig representasse uma embaixada de brasileiros, de brasileiros de todos os segmentos sociais, pobres, ricos e remediados, enfim, não há nenhuma discriminação e preconceito desta empresa para com brasileiro que lá fora precisa de uma ajuda, de uma orientação, um verdadeiro guia internacional que nós dispomos através da bandeira da Varig.

Nós temos ao nosso lado aqui o Presidente da Comissão de Infra-estrutura que é também como disse V. Exª., e temos que reconhecer, um dos grandes batalhadores e conhecedor profundo dos problemas de transporte aéreo do Brasil, e afinal, graças a ele e as demais Comissões, inclusive, a Comissão de Assuntos Sociais, a de Desenvolvimento Regional e

Turismo, e graças a essa luta conjunta que nós tomos empreendemos com a participação do Senador Heráclito, é que desencadeamos esse processo e sem dúvida alguma teremos resultados auspiciosos para o transporte aéreo brasileiro. Notadamente para a Varig, que sem dúvida alguma as autoridades estão reconhecendo o seu valor no conserto nacional e internacional para o desenvolvimento do nosso país. Eu quero fazer um convite, tenho a honra de convidar para compor a nossa Mesa... Tem dois requerimentos que serão lidos aqui pelo nosso Presidente da Infra-Estrutura, Senador Heráclito Fortes.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Queria pedir a permissão dos companheiros para leitura desses dois requerimentos e convites, e aproveitar a presença dos Senhores para aprovação. Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a participação do Presidente da Empresa Petróleo Brasileira, José Gabrielli, o empresário Eike Batista, o Secretário do ITAMARATI, Samuel Pinheiro Guimarães, o Diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, Professor Adriano Pires, para analisarem a estatização de ativos da Petrobrás e expulsão da empresa EBX pela República da Bolívia. O autor é o Senador José Jorge, que faz uma justificativa fundamental. As Sras. e Srs. Senadores, que aprovam permaneçam como se encontram.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, eu fiz também um requerimento nesse sentido, só que foi em outra Comissão, se puder fazer conjunto...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Poderíamos...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...agradeceria, porque desde o primeiro, dia em que o novo Presidente da Bolívia cessou a atividade, mandou paralisar, impediu que se retirasse o material, porque o proprietário iria transferir para o território brasileiro, houve uma convulsão dentro da Bolívia, porque vários empregos seriam perdidos por pessoas que tem necessidade de trabalhar. Então, eu fiz o requerimento da presença dele... Mas acho que foi nas Relações Exteriores...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – De qualquer maneira V. Exª. pode mandar anexar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O que me entristece é que eu não sou da sua Comissão. Por isso que eu fico amargurado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V. Exª. é dessa Comissão. É dessa Comissão e não sabe.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vou me autoconvidar para esse debate e acho que tem que ser aprovado com urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Está certo. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O segundo requerimento é de autoria do Senador Valdir Raupp. Nos termos do inciso 2º do § 2º do art. 51 da Constituição, combinado com inciso 2º do art. 90, do Regimento Interno do Senado, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão, para com a participação do Dr. Sérgio Gabrielli de Azevedo, Presidente da Petrobrás, e do Sr. Aloízio Vasconcelos Novaes, Presidente da ELETROBRÁS, para debater as causas do atraso na implantação do Gasoduto Urucu. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Eu queria apenas fazer uma ponderação. Eu sei que o Presidente da Petrobrás deve ter várias atribuições, como ele tem dois requerimentos...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele já está presente na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A sugestão que eu faço, é que no dia, são duas convocações para dois assuntos diferentes, embora muito conectados um ao outro que é o Gasoduto de Urucu e essa questão da Bolívia. Pois é, que ele viesse aqui e tratasse do mesmo assunto dos dois assuntos no mesmo dia. Se for o caso se dividiria em primeira e segunda etapa a Sessão. Mas para evitar...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas é bom ele trazer o planejamento...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Exatamente. Se evitaria a vinda dele aqui duas vezes, poupando gasolina da Petrobrás. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Esperamos que o carro de corrida que...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Comissão da Infra-Estrutura. Você quer se associá-lo? A sua Comissão vai participar? Faz logo aqui a aditivo. É o adendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Colocar um adendo. Comissão de Assuntos Sociais. Então, como eu disse, antes de eu convidar os Srs., as autoridades que farão parte da Mesa, eu queria registrar a presença do Deputado do Estado do Paraná, Ricardo Barros, que é um dos grandes, também, lutadores em favor desta

causa na Varig e na Comissão de Orçamento, é um dos líderes, um homem que conhece profundamente a situação orçamentária do Brasil, e sem dúvida alguma irá colaborar para regularização e termos uma Comissão de Orçamento que seja respeitada, e não apenas pela sociedade, principalmente pelo Executivo. Eu, então, convido o Dr. Demian Fiocca, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES o Dr. Adacir Reis, Secretário da SPC, Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, o Comandante Márcio Marsilac, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo Varig, TGV.

(Interrupção do áudio)

(Troca de Presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu ouviria em primeiro lugar, nós ouviríamos em primeiro lugar, o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Agradeço a V. Exª., a prestimosidade com que comparece a essa Reunião, o Dr. Demian Fiocca. V. Exª. terá 15 minutos, que poderão ser prorrogados por mais 5 minutos, dependendo da necessidade de V. Exª.

V. Exª. tem a palavra.

SR. DEMIAN FIOCCA – Senador Heráclito Fortes, Senador Antônio Valadares, demais Senadores, Senadoras e autoridades presentes. Gostaria de dizer, antes de mais nada, que é uma satisfação ter a oportunidade de vir ao Senado para trazer as informações de como o BNDES vem atuando no caso da Varig. Eu estou um pouco gripado, mas fiz questão de vir assim mesmo. Gostaria de transmitir também os comprimentos do Ministro Furlan, com quem estive ontem no Conselho de Administração do BNDES, e que pediu que transmitisse aos Senadores o seu, o seu abraço, seu comprimento em meu nome. Preparei rapidamente uma visão do contexto, sobre o qual nós abordamos agora a questão da Varig, e em seguida um pouco do que o BNDES tem feito para o setor e para a Varig.

Bem, o primeiro aspecto que gostaria de destacar é que nós tivemos, apesar de turbulências de diferente natureza, nos últimos 35 anos até que um desenvolvimento positivo do setor de aviação no Brasil, e mais recentemente, tomando final da década de 90 a 2005, tivéssemos o crescimento da demanda de passageiros, passageiro por quilômetro, superior a da oferta de quilômetro por passageiro. E isso colocou hoje o setor, no seu conjunto, em uma situação de ocupação que é a última linha abaixo e à direita mais para auspiciosa, ou seja, nós temos que a taxa de ocupação do conjunto do setor está no nível mais alto dos últimos 8 anos. Esse é um elemento positivo, digamos para o contexto geral da aviação. O que no entanto, temos observado é uma mudança que vem de vários anos também, na disputa pelo mercado.

Nós vemos que algumas das empresas vieram, em trajetória descendente de captação de passageiros a Transbrasil e a Vasp, encerrando atividades, vemos que tem duas empresas que tem ganhado mercado na competição, e a Varig tem infelizmente perdido mercado, do ponto de vista operacional, como eu disse há vários anos, um cenário de 8 anos. No entanto, há também o surgimento de novas empresas, é um mercado com um certo dinamismo, e o número de passageiros cresceu bastante bem, nos últimos anos.

Se não me falha a memória, tem uma tabela que eu me lembro de 3,5 milhões de 2002, subiu para 4,5 acho que em 2004. Se não for 2005, é 2004.

(Pode passar). E temos um mercado no qual, além da Varig, outra empresa brasileira começa a entrar no mercado internacional, a Varig ainda ocupa 33% do mercado de vôos internacionais. Se feita à conta apenas entre as empresas nacionais, aí a Varig tem cerca de 70%, e temos outras, hoje outras aerolíneas que dividem o conjunto do mercado internacional.

Nós temos uma participação importante no PIB, com impacto também importante sobre a geração de empregos, efetivamente o número de empregos, no setor de aviação, vem crescendo, ainda que há taxas moderadas, mas cerca de mil empregos, entre 2002 e 2004.

E eu gostaria agora, de comentar um pouco sobre a atuação do BNDES. O Banco vê o setor de aviação, como setor da maior importância para o país, tem trabalhado no aperfeiçoamento das suas linhas de financiamento, envolvendo, seja a questão da indústria de aeronaves, seja a questão da operação, mesmo das empresas aéreas, e eu gostaria de destacar duas operações feitas também com outras empresas, ainda recentemente. O BNDES apoiou o plano de investimento da TAM, com ampliação do centro tecnológico, aquisição de equipamento, aquisição de materiais nacionais, provocando um efeito positivo sobre a cadeia produtiva, a geração de empregos indiretos e também aprovou o plano similar da GOL por 3 anos também com apoio ao centro de manutenção, aquisição de equipamentos, materiais, softwares e outras adaptações, incluindo capacitação técnica.

Você tem de cabeça a quantia? Da GOL 80 milhões... Pouco menos de 100 milhões cada uma. Cerca de 90, GOL certa de 80. Também aprovamos uma nova linha, no que se refere ao estímulo à indústria de aviação nacional. As empresas estão em discussão com o BNDES e com os fabricantes de aeronaves. Mas no que se refere à nossa parte, por assim dizer, nós atendemos a um pleito que o setor entendia necessário para dar

início a esse... A possibilidade de venda de aeronaves nacionais, para operações do Brasil que é o financiamento em reais. Como as grandes empresas nacionais, especialmente a EMBRAER, tem a maior parte das suas vendas para o exterior, o BNDES financiava linha de aeronaves em dólares, porque era adequado, uma vez que se tratava de exportação.

Quando surge a perspectiva de também fomentar a venda de aeronaves para o mercado local, houve um pedido das empresas operadoras e também dos fabricantes, para que o BNDES pudesse criar uma nova linha em reais e efetivamente o Banco, após analisar o setor, atendeu, e hoje existe essa possibilidade. Com a linha em reais, nós pretendemos possibilitar às empresas, reduzir a exposição à variação do dólar, que foi um problema de empresas nacionais em várias empresas, em vários momentos da sua história, reduziu o custo de leasing, por conta dos créditos do BNDES, um custo melhor do que poderia obter no mercado, pelo menos para os prazos que o BNDES oferece, para melhoria da estrutura de capital. A velocidade do endividamento cai, mas pela mesma razão de não ter a vinculação ao dólar, e por fim, continuar fomentando uma indústria que tenha dado bem no Brasil.

A situação atual da Varig. O Governo Federal e o BNDES, como parte do Governo Federal, tratam com a maior importância a Varig, nós sabemos da importância da sua marca, da sua simbologia, da importância dos empregos lá envolvidos. E é por isso que o BNDES tem atuado e se oferecido a atuar dentro dos seus limites de rigor técnico e de, enfim, bons critérios bancários no sentido de contribuir para uma solução o mais ordenada possível da situação da Varig.

Aqui tem uma descrição do Grupo Varig, nos últimos 12 meses, tem havido alguma redução de empregos.

E na verdade há um histórico que contribuiu para a situação atual. Mesmo antes do pedido de recuperação, em meados do ano passado, a empresa enfrentou certas dificuldades devido a mudanças na sua administração, com uma certa freqüência, ela sofreu com as guerras tarifárias, com o aumento do preço dos combustíveis, que afetaram o conjunto das empresas, mas a Varig pelo visto se posicionou de maneira menos bem-sucedida nessa situação. Ela hoje tem um número de funcionários, por aeronave, superior ao dos concorrentes, o que talvez lhe tire um pouco da competitividade, e também tem custo operacionais mais elevados por conta de uma frota com idade maior e sofreu ao longo da sua história, é conhecido, com flutuações cambiais, com perdão dos seus passivos.

Quanto aos acontecimentos recentes, o plano foi aprovado em dezembro, ele foi detalhado, também, com ampla aprovação das Assembléias de credores em fevereiro. Em março a empresa contratou a consultoria Alvarez & Marsal, para fazer a reestruturação, ainda no mês de março, houve a eleição do Banco BRASCAN, como gestor FIP Controle. Em abril houve um acordo com o sindicato e associações para redução da folha salarial. Eu estou apenas descrevendo, o BNDES não tem intervenção nesses eventos até aí. Onde o BNDES teve, sim, alguma atuação? Mesmo não sendo originalmente credor da Varig, o BNDES por entender sua importância e por compartilhar da preocupação que o Governo Federal tem com a empresa, agiu de maneira bastante rápida, posso dizer para os padrões que a qual empresas em situações diferentes são submetidas.

Em novembro de 2005, para financiar a venda de dois ativos, que àquela época o Conselho da Varig recomendava como saída para obter o caixa necessário a um período de transição, o BNDES se dispôs a financiar 2/3 dessa venda, de tal modo a facilitar a atração de potenciais investidores. E efetivamente desembolsou num prazo muito rápido cerca de 40 milhões de dólares, 42 milhões que eram 91 milhões de reais, e permitiu com isso que as empresas que compraram a operação da VEM e Varig LOG, aportasse a Varig 60 milhões de dólares, que o Juiz norte-americano exigia como aporte imediato em uma conta judicial nos Estados Unidos, para não promover o arresto imediato de mais de 20 aeronaves.

Os técnicos do BNDES foram à Corte de Nova Iorque para indicar os Juízes que estavam trabalhando nessa medida, o Juiz deu um prazo curtíssimo depois de uma primeira Sessão, e o Banco trabalhou nesse prazo curtíssimo, noites, madrugadas, finais de semana etc. E como efetivamente os gestores da Varig, naquela ocasião apresentaram, ofertaram a venda das empresas e houve um investidor que decidiu investir, o BNDES pôde financiar 2/3 daquela operação e contribuir para que se aportassem cerca de 130 milhões de reais à empresa naquela época.

A idéia naquele momento, segundo os gestores da empresa, é que aquele recurso daria um fôlego para a empresa implantar um plano de recuperação, reverter à trajetória de perda de passageiros, criar uma perspectiva de fluxo de caixa mais positivo e se recuperar, inclusive, junto aos seus credores.

De novembro de 2005 para cá, entretanto, houve mais uma mudança na, enfim, nas consultarias contratadas pela empresa para a gestão desse processo. Houve algumas idas e vindas, houve um anúncio de redução de funcionários, depois uma reversão de anúncio de retorno de funcionários, aquela do Conselho da Administração ter sido contratada atualmente, enfim, o

plano daquela época não foi implementado como imaginado, o BNDES não tinha gestão sobre isso, apenas tomava conhecimento, à parte do BNDES tinha que fazer esse financiamento. Mas de todo modo àquela operação além de conseguir um caixa para evitar o arresto imediato das aeronaves, permitiu tirar, separar da Varig que hoje continua sob um forte estresse financeiro, as operações de VEM e Varig LOG que tem cerca de 6 mil empregos. Claro, são empresas que têm forte relacionamento comercial com a Varig, portanto, algum grau de relacionamento, de dependência existe, mas já não estão no mesmo grupo sob a pressão das grandes dívidas que hoje complicam a situação da Varig. Qual é o plano de recuperação judicial desenhado pelo Juiz e pelos atuais gestores da Varig? A idéia é fazer a alienação de uma unidade isolada livre dos passivos, ou seja, a venda de parte da operação da Varig deixando na outra parte os passivos, e a idéia é que essa alienação gere recursos para dar fôlego à segunda parte, que num processo de reestruturação de melhora de gestão e etc. Possa então, voltar ter uma perspectiva de funcionamento positivo.

Como seriam utilizados os recursos? Os recursos recebidos pela parcela da Varig não vendida, deveriam destinar-se a reforma de aeronaves, a devolução das aeronaves excedentes, ao pagamento dos lessors, ao pagamento de dívidas extraconcursais, enfim, e outras medidas necessárias para a implantação do plano de recuperação. Como é que está desenhado hoje, como estão desenhadas, que na verdade são duas alternativas, esse plano? A idéia é que a Varig possa caminhar para uma Varig e uma Varig Operações, ou uma Varig e uma Varig Regional.

No caso da primeira opção, que seria a Varig Relacionamentos. O que seria? A Varig Relacionamento, fica como a Varig original com as dívidas. A Varig Operações, leva o conjunto das operações, ela é vendida sem os passivos. Os recursos obtidos pela Varig Relacionamento, servem para dar o fôlego que se espera, permita a recuperação da empresa volta a sua normalidade. E quem comprar a Varig Operações não leva passivos. Nesse caso os gestores e o Juiz, indicaram como preço mínimo, 860 milhões de dólares. A Assembléia aprovou duas alternativas a serem decididas no leilão judicial. A primeira alternativa é que em vez de dividir entre uma Varig Relacionamento, seria a operação mais comercial, e outra que leva toda a operação, sendo a operação a doméstica e a internacional.

A segunda alternativa seria que a Varig, fica com a Varig Internacional e vende apenas a operação nacional. Então, no mesmo modelo da anterior a Varig Internacional fica com os passivos e a Varig Regional é vendida livre de passivos. Nesse caso o preço indicado pelos gestores e pelo Juiz é de 700 milhões de dólares, esses recursos serviam para a Varig Internacional, de novo, recuperar aeronaves, funcionar, pagar lessors, pagar credores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. DEMIAN FIOCCA – Não. Os passivos são muito maiores. A idéia não é que os recursos sirvam...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. DEMIAN FIOCCA – Não. Seria o total dos passivos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. DEMIAN FIOCCA – É da ordem de sete bilhões, talvez os gestores aqui presentes tenham os valores mais preciso. A idéia não é que os recursos sejam para pagar, é que eles serviriam para dar a operação e torná-los gerenciáveis. Detalhando um pouco, então.

Na primeira opção, na verdade, se aliena toda a operação, se cria unidade de negócios que ficaria com os slots e com a malha de serviços da Varig. Isso eu já mencionou. O produto seria injetado na operação remanescente. A idéia é que permita a reestruturação operacional e agora, no que se refere ao BNDES o pagamento do empréstimo-ponte.

Deixa eu chegar... Passa a segunda opção, acho que também já mencionei. (soa a campainha)

A segunda opção é divisão intra-regional e internacional, que é apenas um detalhamento.

Vamos passar, então, para o empréstimo-ponte, uma vez que está terminando o meu tempo. Esse é o desenho feito pelos gestores e pelo Juiz. Agora, além disso, os gestores e o Juiz manifestaram ao BNDES o seguinte: que a empresa precisa de recursos, talvez, antes do tempo hábil necessário para realização do leilão, que é de 60 a 75 dias. Então, por conta dessa necessidade da empresa, os gestores e o Juiz desenharam o seguinte: Nós vamos aceitar que algum dos investidores que tenha planos de entrar no leilão, possa fazer um empréstimo-ponte à Varig. Nesse empréstimo-ponte, esse investidor adquiriria algumas vantagens para depois participar do leilão, assim atualmente ele teria a vantagem de comprar a um preço mínimo, supondo que depois do leilão, pode ser que o preço suba e ele terá adquirido parte das ações da Varig a um preço mais baixo. Ele também, caso ele não vença, ele recebe o estorno desse empréstimo-ponte, como uma remuneração mais alta do que a do

mercado. Tudo isso, foi enfim, desenhado pelos gestores e pelo Juiz.

Onde entra o BNDES? O BNDES se dispôs para, digamos, tornar mais atraente essa solicitação de um investidor, que faça um empréstimo-ponte, financiar em 2/3 esse empréstimo-ponte. Isso em prazo curtíssimo. Com base nisso, a empresa pediu que o BNDES anunciasse a sua disposição. Nós fizemos em quase todos os jornais do país. E que desse um prazo curto. O prazo foi a pedido dos gestores e do Juiz. Por quê? Porque a empresa tem necessidade rapidamente disso. Nós demos o prazo até ontem às seis horas. E houve uma reunião do Juiz com credores e gestores, ontem a tarde, e nós recebemos a solicitação de dar mais 48 horas. Estamos aqui atendendo apenas ao que a empresa achar o mais adequado, demos mais 48 horas. Então, o prazo é até amanhã.

Já passei as principais características dos empréstimos. Ele vai até os 250 milhões, não significa que chegue nisso. Se a empresa conseguir algum crédito com fornecedores ela provavelmente precisará de menos do que isso. E além disso a empresa nos solicitou que fosse, que tipo de empréstimo o BNDES poderia analisar em poucos dias? Então, temoS – "Olha, a análise do Banco é uma análise rigorosa, uma análise tradicional do Banco, não dá para fazer em poucos dias". Agora, se houver um investidor, que venha no empréstimo-ponte, digamos, ou mais até de um investidor, achamos isso possível, ele certamente terá Bancos que o conhecem. Então, os Bancos que o conhecem podem dar uma fiança para o BNDES. Com uma fiança, nós passando por cima de todo o nosso rito natural, não por cima da prudência, mas por cima dos prazos normais, estamos criando uma disposição de acelerar empréstimo para liberar em poucos dias, esses 2/3 do empréstimo-ponte. Se houver mais de um investidor, a idéia é que seja dividido entre os vários investidores, porque só um deles deve ganhar, mesmo que se consorcie. Então, nós não poderemos aportar várias vezes, mas dividiríamos proporcionalmente a número de investidores.

O empréstimo-ponte se esgota no leilão, quando então, haveriam as ofertas mais firmes pela, ou a Varig regional ou a Varig operacional.

A questão de incentivo do investidor... O que ocorre se o vencedor do leilão não for quem tomou o empréstimo-ponte? Que queria o empréstimo-ponte para Varig e tomou os recursos do BNDES. Chega alguém no leilão e paga ainda mais do que é quem se adiantou?

Bom, nesse caso o pagamento do vencedor liquida o empréstimo. Então, dessa maneira nós estamos conseguindo, tornar mais atraente, apoiar sem submeter o BNDES aportando recursos públicos a um risco de fazer o empréstimo sem ver como chega ao seu final. E o Juiz informou que se não for alcançado o preço mínimo, ele fará um leilão reverso, ou seja, o vencedor será aquele que for fazendo a melhor oferta.

É isso. Estou à disposição para esclarecimentos. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço o eminente Presidente do BNDES. Felicito pela brilhante palestra que fez nesta Sessão. O próximo convidado a falar é o Secretário da SPC, Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, Dr. Adacir Reis. A quem concedo a palavra.

SR. ADACIR REIS – Bom dia a todos. Bom dia Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Paulo Paim, Senador Simon, Senador Mesquita Júnior. A Secretaria de Previdência Complementar foi convidada a participar desta Audiência Pública, por conta do Fundo de Pensão Aerus, patrocinado pela Varig. O Fundo de Pensão Aerus é uma entidade fechada de Previdência Complementar. Tem hoje, além da Varig outros patrocinadores, tem vários planos de Previdência Privada administrados. O Aerus é um fundo criado em 1982, fundo privado criado em 1982. E as suas patrocinadoras dentre elas a Varig, a Varig é a patrocinadora de planos mais importante. Todas essas empresas são empresas privadas. O Aerus agora em abril, sofreu um processo de decretação de intervenção e de liquidação. E por conta aí de problemas de desequilíbrio e problemas que se acumularam ao longo de anos.

Os problemas do Aerus em relação aos planos da Varig, decorrem fundamentalmente de dívidas não honradas pela empresa patrocinadora. Em dezembro de 2002, o Aerus fez várias modificações nos planos de benefícios da Varig, encaminhou pedidos de alterações da Secretaria de Previdência Complementar. E esses pedidos foram aprovados. Ali se fazia uma mudança importante na formatação dos planos. Se criou um plano novo de contribuição definida, e a partir de janeiro de 2003, por essa aprovação em dezembro de 2002, a Varig poderia optar a cada ano, se aportaria ou não recursos para o plano de previdência.

E a partir daí em relação a contribuições novas a sua contribuição passou a ser praticamente zero. Uma contribuição pequena inferior a um milhão de reais, a título de despesa administrativa e uma parte para benefícios de risco. Mas o fato é que não houve ingresso de contribuição nova, em razão do redesenho do plano, então, existente desse novo plano. Portanto, nós passamos a falar de planos um e dois patrocinados pela Varig. E assumiu ali a responsabilidade de bancar as dívidas já pactuadas e houve sucessivas repactu-

ações ao longo dos anos. No início de 2003 nós chamamos a Varig e o Aerus à Secretaria de Previdência Complementar, e colocamos que aquele quadro era um quadro que precisaria ter, exigir um compromisso maior da empresa, na assunção das suas responsabilidades.

E foi o Aerus orientado à época, a agir efetivamente enquanto credor porque a essa altura e já com assunção de explicitação de um déficit assunção. Isso somado às dívidas existentes. Nós estávamos falando de algo em torno de 2,3 bilhões de reais. Portanto, o Aerus, como Fundo de Pensão já com essa dependência da patrocinadora, na ordem de 2,3 bilhões de reais. Houve um processo de saneamento do plano, em termos de explicitação da sua situação atuarial, ajustes de premissas, houver o provisionamento de alguns ativos, considerados ativos duvidosos, participação em algumas empresas, participação, aquisição de debêntures. Houve, então, o provisionamento e houve a assunção de uma dívida, fruto dessa explicitação de déficit pela empresa Varig. Passamos a acompanhar de perto a situação da Aerus, inclusive, com reuniões periódicas na Secretaria de Previdência Complementar com a direção do fundo, que nos reportava à evolução dos acontecimentos e todo esse processo de explicitação da real situação do fundo de pensão. Foi fixado um fluxo mensal de entrada de recursos da Varig para o Aerus e aí em razão de compromissos assumidos na ordem de 9 milhões de reais/mês.

Então, todo mês a Varig aportava esse valor de 9 milhões, como resultado dessa assunção de compromissos. Alguns pagamentos seriam iniciados em janeiro de 2008, na outra parte de todo esse processo de assunção e consolidação de dívidas. Houve mês em que a Varig chegou atrasar salário, chegou atrasar 13º, mas não atrasou a sua parcela para o Aerus, já numa visão de que o quadro do fundo era um quadro delicado. Em meados de 2005, no contexto da lei de recuperação de empresas, a nova Lei de Falências, cotado aqui nesse Congresso, a Varig requereu os benefícios da Nova Legislação, que a lei acabou incluindo as Companhias Aéreas, alcançando as Companhias Aéreas e ela então, requereu os benefícios da Nova Legislação e suspendeu os pagamentos ao Aerus, assim, como aos demais credores, inclusive, com homologação judicial desse pedido, dentro do processo da Nova Legislação, já com os benefícios da Nova Legislação. Então, inclusive, foi suspensa a exigibilidade desses créditos junto à Varig. E aí alcançando todos os credores, inclusive, esse credor privado Aerus.

À época, dada essa situação já peculiar, essa situação diferenciada, e uma expectativa de que a empresa patrocinadora abrigada pela Nova Legislação, pudesse negociar com os credores e dali se viabilizar um plano de recuperação da empresa, nós na Secretaria, para acompanharmos mais de perto esse processo, já estávamos acompanhando bem perto a situação do Aerus, mas para acompanharmos, inclusive, essa interlocução do Aerus, enquanto credor, com a empresa devedora, nós nomeamos um administrador especial, que é uma figura nova da legislação, da Lei Complementar nº 109/2001, onde no ato da nomeação nós damos, definimos qual a competência desse administrador. Ele não remove a Diretoria, ele não substitui a Diretoria, mas tem ali poderes de co-gestão e de acompanhamento. Então...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Compartilhado?

SR. ADACIR REIS – Pode ser compartilhada. Mas ali foi com esse intuito maior de fazer o acompanhamento *in loco* de todo esse processo de interlocução do Aerus, enquanto credor, com a empresa devedora.

Então, todas as reuniões, o administrador especial passou a acompanhar, e ficou ali *in loco* dentro do Aerus. Inclusive, aí há de se ressaltar que o Aerus à época, passou a figurar na classe 2 de credores, que é um credor com garantia. Então, houve um reconhecimento pelo juízo da Vara Empresarial do Rio de que o Aerus tinha, era um credor, e um credor com uma garantia que foi algo conseguido em 2003, nesse processo de envolvimento maior da Secretaria e à época, então, a Varig ofereceu em garantia o suposto crédito que ela tem junto à União, em razão daquela ação judicial que versa sobre a defasagem tarifária.

Então, o resultado daquela ação foi dado em garantia nesse processo, e na época da renegociação isso foi reconhecido pelo juízo da Vara empresarial do Rio de Janeiro, que foi considerado, inclusive, uma conquista importante para o Fundo de Pensão.

Em dezembro de 2005, teve um processo com algumas idas e vindas, em relação à condução do processo. Em dezembro a Varig apresentou aos credores, inclusive, ao Aerus, a proposta de plano de recuperação dentro de toda essa concepção da nova Lei de Falências.

Esse plano foi levado à Assembléia dos credores, foi aprovado e foi depois homologado em juízo. Nesse plano aprovado e homologado judicialmente, o Aerus, enquanto credor, não se submeteria a uma carência, ou seja, ele já voltaria a receber em janeiro de 2006, isso, porque já se via e era reconhecido por todos, uma situação diferenciada do Aerus em relação aos demais credores. Ele já estava bastante fragilizado, e com esse grau absolutamente anormal de dependência em relação à Varig. Então, não submeteu à carência. Voltaria a receber em janeiro de 2006, que seria a

retomada daquele fluxo em torno de 9 milhões/mês, em janeiro, a empresa pagou, houve o pagamento. No entanto, em fevereiro deixou de pagar.

Depois em março novamente deixou de fazer o aporte tal como definido. E aí diante desse quadro, um quadro absolutamente dramático, um quadro absolutamente delicado, a área técnica da Secretaria de Previdência Complementar propôs a liquidação dos planos 1 e 2 da Varig. Então, houve a decisão em função de um fato novo negativo, em todo esse período. Pela primeira vez de maneira objetiva, um fato novo negativo é que ensejou essa medida extrema, lembrando aí que o ato do Estado entrar num Fundo de Pensão que é um fundo privado é um ato extremo. Significa o Estado entrar num Fundo de Pensão que é privado. Então tem que se dar em situação absolutamente excepcional e era ali o caso. Então, se decretou a liquidação desses planos e por conseqüência a intervenção no Aerus.

E aí, inclusive, por problemas de governança uma vez que a liquidação desses planos somados aos planos da Transbrasil o montante de recursos era superior a 80%. Então, até em termos de governança era preciso fazer, se promover à intervenção. E é então, o que foi feito. E aí é preciso realçar, que a liquidação dos planos estanca uma situação, ou seja, evita que aquela situação se deteriore, interrompe o fluxo de direitos e obrigações no âmbito desse plano de previdência. E conforme diz a legislação, de maneira muito clara, esse movimento é feito para proteger prioritariamente, os interesses dos assistidos, os interesses dos aposentados, numa situação em que se caracteriza insuficiência de recursos do plano, para honrar todos os seus compromissos, a lei pede que se faça uma opção, e essa opção é feita prioritariamente em favor dos assistidos.

Então, a liquidação ali naquele momento significou: 1) Estancar uma situação. Evitar que aquela situação do plano de previdência do Aerus, patrocinado pela Varig, se deteriorasse; 2) Isso em favor dos assistidos que terão diante desse quadro, a prioridade de pagamento em relação aos seus direitos, junto ao plano de previdência.

E por outro lado, é importante assinalar que a liquidação, se por um lado ela interrompe e impede que o quadro se deteriore, ela por outro lado não cria nenhum embaraço para que diante de um fato novo essa liquidação venha ser levantada. E aí eu acredito que todo esse esforço de diversos atores, inclusive, aqui deste Senado Federal, o Senador Heráclito, para que se construa esse fato novo em relação à empresa e ao se construir esse fato novo em relação à empresa, por conseqüência, nós possamos ter alguma repercussão positiva no plano, ou nos planos de previdência, patrocinados pela Varig.

Então, é uma situação delicada, como toda a questão Varig, complexa. Fruto aí de uma situação que se agravou ao longo dos anos. Se promoveu, esse ato, como um ato extremo. E agora, diante de um eventual fato novo isso pode ser revertido. Então, em linhas gerais, essas eram as palavras iniciais e me coloco aí à disposição dos Srs. Senadores. Muito obrigado.

(Troca de Presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sobre a Mesa, o expediente que vou ler.

Prezado Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Infra-estrutura. Novamente agradeço o convite objeto do expediente ofício 090/2006 de 08/05/2006, relativamente à participação de Audiência Pública, para discutir soluções para a questão da Viação Área Riograndense Varig. Tendo em vista outro compromisso assumido anteriormente, informo não ser possível a presença nessa data de 16 de maio corrente. Atenciosamente, Erno Dionizio Brentano, Interventor.

Eu acredito que... Dr. Adacir, é da maior importância o compromisso do Dr. Brentano, mas seria muito importante que ele estivesse aqui, juntamente com V. Sª., para que se discutisse essas questões. Tendo em vista, estamos fazendo o terceiro expediente para ele. Agora, pedindo que seja por intermédio de V. Exª., de V. Sª.. que é o responsável pela sua nomeação, ficando-lhe já acertado que mais uma negativa, nós iremos convocar o Ministro da Previdência. Nós não podemos de maneira nenhuma, permitir que se trate o Senado da República, com desleixo e com a falta de respeito com que o Senhor Erno, nos trata. (palmas)

Quero lembrar que esse ofício dele com os compromissos anteriores é datado de ontem. Não foi... Não é uma coisa datada... Foi datado de ontem. Estou comunicando ao Presidente do Congresso, essa correspondência. Acho que não se pode tratar um assunto dessa natureza, da maneira como vem sendo tratado. De forma que eu pediria à V. Exª. que colaborasse nessa Comissão. Nós estamos reconvocando ou reconvidando, nós não temos poderes para aqui... Há, inclusive, agora um estudo para modificar o nosso regimento. Possibilitando a convocação. Porque nós podemos convocar o Ministro, mas não podemos convocar o segundo ou terceiro escalão. Mas vamos ver se essa questão é corrigida. Mas enquanto isso eu pediria a colaboração de V. Exª. no sentido de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Se me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois não. Com o maior prazer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Sr. Brentano, me ligou ontem à noite, dizendo que realmente não poderia aparecer, por conta aí de algumas reuniões que estariam ocorrendo hoje. E aí como foi até dito pelo Presidente do BNDES, algumas coisas aí que estão sendo processadas em horas ou em dias, mas quero crer que da parte dele não houve nenhum desapreço à este Senado Federal, mas de qualquer maneira vou levar até ele, inclusive, aquela outra reunião, que tinha sido agendada depois acabou sendo cancelada, inclusive, pela própria...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pela própria Comissão...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Com o agendamento da Assembléia de credores, mas isso de qualquer maneira, quero crer que não significa nenhum desapreço, porque entendemos, e aí falo em nome da Secretaria, que esta Comissão tem dado uma contribuição importante para esse Debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O primeiro convite foi negado, sem nenhuma justificativa plausível de hoje datado ontem. Refere-se a compromissos anteriores. Mas tudo bem. Com a palavra o comandante Márcio Marsilac, Coordenador dos Trabalhadores do Grupo Varig.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Senador Heráclito Fortes, Dr. Adacir Reis, Dr. Demian Fiocca, Senador Paulo Paim. Em nome dos trabalhadores do Grupo Varig, eu gostaria de mais uma vez agradecer ao Senado no seu todo, ao Congresso no seu todo, melhor dizendo, especialmente à Comissão de Infra-Estrutura, Comissão de Assuntos Sociais, assuntos econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo que tem promovido uma série de audiências públicas tentando aprofundar o conhecimento e as discussões em torno, não só da crise da Varig, como também da crise do Fundo de Pensão Aerus.

O plano de recuperação foi aprovado e novamente consolidado na Assembléia geral de credores, promovida no último dia 9. Foi também aprovado nessa mesma Assembléia, um modelo de alienação judicial, como aqui exposto pelo Presidente do BNDES, Dr. Demian, onde nós temos duas opções para o leilão. Nos parece, por análise que os nossos Consultores e assessores fizeram, que o Brasil estaria muito melhor servido e a sociedade brasileira muito melhor servida, se nós tivéssemos uma única opção de leilão, que seria manter a Varig, com as suas operações integrais, ou seja, a parte doméstica e a parte internacional funcionando dentro de uma mesma unidade produtiva, em função das várias sinergias que existem entre a operação de vôos internacionais e as operações dos vôos domésticos, vamos assim dizer.

A operação unida da força de trabalho também traz com grande escala a empresa e um melhor aproveitamento da mão-de-obra, dois fatores, o de aeronaves e o da mão-de-obra, que pesam muito nos custos de qualquer empresa aérea. Ocorre que definido o plano, definido o modelo de alienação e definido um prazo de 60 dias para que ele ocorra, a Varig precisa sobreviver precisa urgentemente implementar as ações previstas neste plano de recuperação. Sob pena de não conseguir sobreviver se manter operando até a data deste leilão. Ou seja, precisamos de recursos, e aí eu abro um parêntese para falar com relação à operação que foi aqui trazida em outubro, setembro e outubro do ano passado, quando da venda da VEM e Varig LOG, para AERO-LB e para a VOLO, os recursos que foram obtidos com a alienação daqueles dois ativos, foram unicamente suficientes para o pagamento dos *leasings* atrasados.

Nós, à época e hoje, ainda temos uma ação tramitando na justiça pedindo a nulidade daquele ato por entendermos que foram alienados dois ativos de maneira estressada, à empresa enforcada no seu fluxo de caixa, os ativos foram vendidos muito rapidamente sem um processo que pudesse trazer o preço próximo da sua avaliação. Se eu não estou enganado os recursos totais obtidos com aquela venda, foram em torno de 70 milhões de dólares, o que digo cobriu por muito pouco os recursos que foram depositados em Nova Iorque, para o pagamento desses lessors. E o que ocorreu é que não sobraram recursos suficientes em caixa, para promover as ações previstas no plano que trariam um aumento do faturamento por trazer as aeronaves de novo para operacionalidade e para implementar ações que trouxesse uma redução dos custos operacionais da empresa.

Bom, ocorre que nós estamos hoje, vivendo uma situação semelhante, ao nosso entender. Talvez vejamos, antes dos 60 dias, temos que reunir os credores de maneira urgente, para promover a alienação do ativo, seja doméstico, ou seja, internacionais domésticos nas operações, para que possamos viabilizar o pagamento de alguns créditos concursais. E nada mais, ou muito pouco restará à empresa Varig original.

Então, essa é uma observação que trazemos aqui, e precisamos encontrar com urgência uma solução para essa questão. O BNDES tem colocado algumas exigências, com relação ao empréstimo-ponte, que são a carta de fiança bancária por aqueles pretendentes e pela informação que tenho, ainda não oficial, mas oficiosa, de que o empréstimo seria dado com uma taxa Selic. A análise dos próprios reestruturadores da

empresa é de que isso inviabilizará a participação de qualquer pretendente dentro desse leilão. É uma informação que passo e que foi recebida por mim e pelos próprios reestruturadores e corroborada pela análise preliminar, feita por alguns dos nossos Consultores.

Então, o que nós trazemos à Mesa é a necessidade de abrirmos um debate muito rápido, sobre como viabilizaremos os recursos para que a empresa possa sobreviver, se manter viva e implementar as ações previstas no plano para redução dos seus custos e recuperação das aeronaves que estão paradas por falta de peças, por falta de peças nos almoxarifados. Isso tem ferido de morte a capacidade da empresa de manter o seu faturamento, quanto mais recuperá-lo nos moldes do ano passado.

Então, essa é uma questão para discutirmos e entendemos muito boa a presença, não só do Presidente Demian, como de alguns técnicos do BNDES, para que a gente possa respeitando os regulamentos e as normas do próprio Banco, a que o Banco está sujeito, de forma criativa, viabilizarmos recursos para a empresa poder fazer essa reestruturação e sobreviver esses 60 dias.

O que nos informam é que esses recursos girariam na ordem de 150 a 160 milhões de dólares. Seriam os recursos necessários para colocar em torno de 20 aeronaves novamente em vôo e implementar não só os desligamentos que já foram, já tiveram um número de 1700 funcionários aderindo a planos de demissão voluntária e planos de incentivos à aposentadoria e que vai impactar positivamente dentro do fluxo de caixa da empresa.

O Deputado Ricardo Barros esteve preocupado quando da apresentação do slide sobre a questão do passivo. E posso tranqüilizar a todos que ao menos no modelo de Varig Relacionamento com Varig Operações, com um valor mínimo de leilão estabelecido é perfeitamente factível dar viabilidade econômica e financeira tanto para a Varig Relacionamento quanto para a Varig Operações. Então, este é um ponto fundamental de que nós possamos, de que nós abrirmos um debate aqui sobre a participação do BNDES ou do próprio Banco do Brasil que já manifestou possibilidade de entrar nessa discussão, de participar deste empréstimo-ponte para que viabilizemos este empréstimo-ponte em valor condizente, com o necessário pela empresa para se reestruturar e poder, inclusive, agregar valor ao leilão daqui a 60 dias.

Uma das informações que temos é de que mesmo previsto na lei de recuperação, não há tranqüilidade no mercado financeiro suficiente para garantir que os empréstimos que sejam feitos à empresa depois do deferimento do pedido de recuperação tenham primazia, preferência na eventualidade de uma falência, que faltaria uma regulamentação do Banco Central nesse encaminhamento. É preciso se verificar isso e entendemos que o Senado Federal pode contribuir muito, não só na verificação como também no encaminhamento rápido para que o Banco Central regulamente esta questão.

Onde se insere o Aerus neste processo de recuperação da Varig? Nós entendemos que o Aerus é merecedor não de um plano de liquidação, mas de um plano de recuperação. Inserido e sinergicamente colocado dentro do plano de recuperação da Varig. Nos agrada muito ver o Secretário, Dr. Adacir, colocar aqui que a liquidação, veio como forma de prevenir a eventualidade de um encaminhamento que pudesse comprometer mais o fundo. Mas que a Secretaria já se coloca aberta a discussões e disposta, inclusive, a levantar a liquidação, caso haja um plano colocado sobre a Mesa que seja entendido tecnicamente viável e que também promova uma melhora da situação atual do Aerus.

Bom, sobre isso e sobre a situação atual, nós nos sentimos como representante dos trabalhadores da Varig, perfeitamente confortáveis. No nosso entender, o Dr. Adacir tem conhecimento disso, o pedido de intervenção no Fundo de Pensão, para a sua recuperação à época, foi feito em 2002, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, pelas Associações de Trabalhadores da Varig, por comprovarem e apresentarem à Secretaria à época, dentro de um processo administrativo que o fundo contemplava 7 dos 8 itens previstos pela Lei Complementar 109, que justificaria uma intervenção do plano.

Então, quanto ao processo de intervenção em si nós estamos perfeitamente confortáveis. Para nós isto deveria ter ocorrido em 2002, e foi, é um processo que se arrasta desde lá, que justificou, inclusive, uma ação no Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, desencadeando dois inquéritos para investigação e tomada de conhecimento sobre o que ocorreu em relação ao fundo durante este processo, durante este tempo. Mas o mais importante para nós, além da verificação de responsabilizações, do que efetivamente ocorreu, de onde foram criados os rombos, é nós sentarmos e debatermos e discutirmos uma solução, porque isso que efetivamente poderá garantir as aposentadorias dos assistidos e recuperar se não de pleno ao menos parcialmente os recursos dos trabalhadores da ativa que depositaram durante anos e anos, durante décadas de 8 a 12% dos seus salários mensais, dentro dos fundos cientes ou crentes, de que estavam garantindo o seu futuro com relação às suas aposentadorias.

Então, com relação a isso, nós temos uma proposta de encaminhamento que, no nosso entender, apesar de criativa, não colide com a lei, precisando talvez de alguns esclarecimentos no âmbito do ordenamento jurídico e no âmbito de dentro da própria lei de recuperação de que é possível inserir o plano de recuperação do Aerus, dentro do plano de recuperação da Varig. E com relação a isso, já posso informar e nos agrada, em contato ontem ainda, com o Dr. Adacir, e hoje antes desta Audiência, a disposição da Secretaria de sentarmos no dia de amanhã para discutirmos esta questão, para discutirmos de que modo nós poderemos encaixar o plano de recuperação do Aerus dentro do plano de recuperação da Varig.

Nós temos uma proposta. Já é do conhecimento. Queremos discuti-la. Queremos estudar a viabilidade técnica que acreditamos tenha para que possamos trazer ela para dentro da seara da recuperação, levantando aquisição do Aerus, melhorando a condição dos assistidos, recuperando de certa forma os recursos que os ativos colocaram lá. E mais, liberando talvez as garantias que foram dadas em parte para o Aerus em relação à ação de defasagem tarifária para que possamos promover aquilo que já é um consenso eu diria dentro do Congresso Nacional e que precisa ser levado ao Governo Federal, não só a questão do encontro de contas com relação aos créditos e débitos que a Varig tem junto à União, como também de promover como defendido pelo Senador Paulo Paim, a viabilização dos recursos seja, como garantias, sejam como recursos propriamente dito dos créditos de ICMS.

Para entender isso, a dimensão disso, somando-se os créditos que a Varig tem da defasagem tarifária e os créditos com relação a ICMS, com relação a 25 Estados somam a bagatela de 5,9 bilhões de reais, ou seja, mais de 2/3 da dívida que a Varig tem. E que isso não seja, obviamente, impeditivo para se prosseguir no processo de recuperação, implementar o plano, dando uma nova estrutura societária a essa empresa, uma capitalização necessária à ela, a tornando competitiva, eficiente e lucrativa com os postos de trabalho, na relação condizente com o mercado, para que possamos retomar o marquetier(F) no mercado da Varig, e com isso resgatar aqueles trabalhadores que porventura tenham ficado temporariamente sem o emprego aqui dentro dessa empresa. Era isso e muito obrigado Senador. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Srs convidados, Sras. e Srs. Senadores. O Senado entende que por ser a Varig brasileira e essa discussão está sendo travada entre brasileiros não tem ninguém contra a Varig. É impossível que de bom senso alguém esteja contra esta empresa às portas de completar 80 anos. O fato de termos chamado à discussão para o Senado, unindo quatro Comissões, o que é pelo menos nessa atual Legislatura um fato inédito, é exatamente de se fazer com que a discussão se unificasse.

Até então, Dr. Demian, o que se ouvia eram informações desencontradas na maioria dos casos de pessoas bem intencionadas, mas cada uma com uma estratégia e uma proposta diferente. Então, você ouvia declarações de autoridades de que a Varig estava no poço, ou que a Varig não se salvava, e enquanto isso nada de prático era feito.

A partir da primeira Audiência Pública, inclusive, eu quero até declarar aqui, recebi um telefonema da própria Ministra da Casa Civil, que tinha dado declarações em outra direção, e que achou que a partir da primeira rodada de conversas, poderia se tomar um outro caminho e outro rumo. Nós estamos tentando até por causa do tempo desburocratizar ao máximo e dar velocidade a essas oitivas. Daí porque a minha preocupação. Acabei de fazer uma proposta ao Dr. Adacir, que me parece que vai resolver a questão, que seria a vinda do Dr. Erno Dionísio Brentano, ou a Comissão ou nós iríamos à Secretaria para uma conversa. E aí os representantes do Senado, representantes de Varig e a Secretaria de Previdência Complementar.

A única dificuldade que eu estava vendo aqui é que para o funcionamento externo eu tenho que ter, passar em processo de votação o que não seria o caso hoje. Então, o que o nós poderíamos fazer era disponibilizar uma sala e se faria aqui numerário à tarde ou a manhã, já que há um grupo reduzido, a não ser que os Senadores todos queiram participar, o que o eu não acredito, se faria numa sala, apenas para que se trocasse idéias objetivas.

Falei com o Dr. Demian, e ele vai disponibilizar também, um assessor categorizado, para que se discuta isso até a exaustão. Eu acho que é o trabalho que essa Comissão e que essa Casa, pode fazer e vem fazendo, o Comandante Marsilac é testemunha, há dois anos nós fizemos a primeira reunião juntando essa Comissão, a Comissão de Turismo com o Senador Tasso Jereissati à frente, Dr. Paulo Abílio de Castro, está aqui, apresentou o primeiro plano, a primeira saída.

Eu quero que os funcionários da Varig aqui, eu quero que todos fiquem com absoluta certeza que o objetivo desta Casa, primeiro é esclarecer e dar transparência a todos os fatos que estão sendo tomados.

Segundo, dar velocidade a uma solução positiva para esse caso. E para se evitar que se abra jornais e digA – "Uma empresa da Venezuela vai comprar, uma empresa da Bolívia, ou uma empresa...", E quando você vai ver todas as empresas na maioria das vezes

que apresentaram agora, são bem menores do que a Varig, aumentando a insegurança, porque como diz um ditado popular que se usa no Piauí: "Cachorro mordido de cobra, corre com medo de salsicha".

Nós tivemos um episódio da Transbrasil, uma venda, feita por um real. Uma semana depois o comprador foi preso. Era o dono de uma empresa de turismo, completamente complicado. Então, para evitar repetições dessa natureza é que nós... Acho que a obrigação dessa Casa, tomar esses cuidados. E tenho certeza que os que aqui estão e que representam o Governo, procurarão e estão procurando soluções que amenizem esse problema. Antes de passar a palavra ao Dr. Luís Roberto Pontes, extraordinária figura de ex-Parlamentar, ex-Ministro, que hoje, empresta a sua inteligência ao Rio Grande do Sul e agora entrou nesse mutirão de salvação da Varig.

Eu queria passar a palavra ao Presidente do BNDES, Dr. Demian Fiocca, para alguns esclarecimentos. E depois se o Dr. Adacir quiser também, ou se alguém tiver algum reparo a fazer vamos... Isso é que nem um casamento, que seja agora.

Queria convidar o Secretário para tomar assento aqui.

SR. DEMIAN FIOCCA – Gostaria apenas de fazer os esclarecimentos sobre dois pontos levantado pelo Comandante Marsilac. O primeiro deles é sobre a questão da fiança bancária. O BNDES não tem condições, dentro da sua respeitada a sua técnica, de fazer empréstimo diretamente com o risco Varig. Isso é o conhecido, isso já foi explicitado em novembro, e continua sendo apresentado sob um nível de estresse que o Banco não conseguiria justificar um empréstimo à Varig, tal como ela está. Por isso, mas na busca de contribuir para melhor solução possível, desenhamos a proposta, "podemos financiar rapidamente a alguém que venha investir". Mas a um terceiro. Então, sobre a questão da fiança, se o desejo for, se não então... "dispense fiança, entre no risco Varig", isso realmente não é possível.

Agora, entre as alternativas para o tipo de fiança de terceiros a opção pela fiança bancária, foi por conta da solicitação da empresa e do Juiz de que se fizesse o formato mais rápido possível. Se houver desejo que o BNDES, por exemplo, financie garantias reais, também é possível. Mas análise do valor real toma muito mais tempo do que na fiança bancária. Então, a questão da fiança, como alternativa à garantia real, podemos fazer, mas leva muito mais tempo, acredito que não é o desejo da empresa.

Se o desejo for sem nenhuma garantia e aí realmente o BNDES infelizmente não pode apoiar diretamente a Varig.

Sobre a questão do custo desse empréstimo-ponte, de fato nós estamos trabalhando com a hipótese de fazer um empréstimo em Selic. Por que isso? Esse é um empréstimo de natureza que não é de grande investimento, longo prazo etc. Sobre o qual nós temos lá, toda nossa política de prioridades. É um empréstimo emergencial, como demonstração de esforço do Governo para contribuir com essa solução. Agora, a informação que o BNDES obteve dos gestores da Varig, é que o investidor que fará o empréstimo-ponte e tomará para isso 2/3 dos recursos do BNDES, será remunerado 200% da Selic ou do CDI, ou seja, se o investidor que tomou empréstimo-ponte, chegar no leilão e não vencer, se ele vencer ele ficou com as ações e teve algum prêmio, digamos, que o leilão andou bem e ele comprou mais barato, mas se ele não vencer a Varig pagará a ele, financiador do empréstimo-ponte, ele investidor, 200% da Selic ou do CDI.

Então, nós achamos que fazer um empréstimo, que é neutro do ponto de vista do custo dos recursos, para uma coisa de 60 dias ou 75 dias, algo adequado, estávamos falando neutro, quer dizer, ninguém procura especular para mais ou para menos sobre o empréstimo-ponte do BNDES. E também os técnicos do BNDES quando trouxer esta situação para a Diretoria, disseram o seguinte: "Esse também é um padrão que o Banco usou em Governos anteriores várias vezes em operações desse tipo de curto prazo e capital de giro, o Banco até cobrou Selic mais um, muitas vezes nós achamos que Selic estava adequada". Mas é por essa razão a Selic, que quem tomar o nosso recurso, vai receber se não encontrar efetivamente as ações 200% da Selic. Então, achamos que isso não está especificamente onerando a operação... Está puxando para curto prazo. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dr. Adacir.

SR. ADACIR REIS – Ok, rapidamente algumas considerações. Primeiro registrar que tem havido aí esse esforço importante dos trabalhadores da Varig, por meio de várias entidades, dentre elas a TGV, a PIVAR (F), todo esse trabalho aí sendo feito, inclusive, com o Dr. Paulo Rabelo de Castro, aqui presente. Isso tem merecido a nossa atenção. É preciso assinalar também que o Aerus, ele hoje se encontre em dificuldade, porque ao longo dos anos, dinheiro deixou de entrar no Aerus. É por isso que ele tem esse grau de dependência, hoje em relação à patrocinadora. Em relação à Varig. Patrocinadora. Então, há um cuidado aí especial para que também, o que entrou, uns diria, o pouco que entrou, venha eventualmente a sair do Aerus. E aí é preciso levar em conta obviamente à legislação complementar que é uma legislação que dá

ao Fundo de Pensão, uma finalidade exclusiva de gerenciar ativos, recursos para uma finalidade previdenciária. O Marsilac aqui registrou que em 2002, havia sido endereçado um pedido de intervenção à Secretaria de Previdência Complementar, e depois a partir de 2003 tivemos, inclusive, oportunidade de apreciar esse pedido que já se encontrava lá. E por que não acolhemos esse pedido? Acho que vale aqui também essa, essa consideração.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Qual é o valor dos recursos não repassados? Tem...

SR. ADACIR REIS – É o valor de 2,3 bilhões. 2,3 bilhões. Então, vejam os Senhores. A intervenção pela lei, ela tem por objetivo buscar, interferir na gestão do plano, o Estado assume a gestão do plano do Fundo de Pensão, e tem por objetivo a sua recuperação. Àquela altura, a solução para o Aerus, já dependia umbilicalmente da solução para a Varig, quer dizer, o Estado entrar numa entidade que é privada, com o objetivo de sanear a entidade, mas já com diagnóstico claro, que um dos objetivos, inclusive, da intervenção é o ingresso na entidade, para diagnosticar a situação. E então, adotar medidas com vistas ao seu saneamento.

Bom, diagnóstico já havia, inclusive, houve mudanças no plano em dezembro de 2002, com desoneração da empresa. Saneamento do plano, o que foi possível adotar em termos de saneamento foi feito, quer dizer, todo o processo de exigir que a empresa oferecesse garantias ao fundo. Então, a questão da defasagem tarifária, o suposto crédito contra a União, os 5% da Varig LOG dados em garantia pela Varig ao Aerus. Isso se processou em 2003. Todo o processo de depuração do plano para que fosse explicitada a realidade do plano. Então, um ou outro ativo lá de retorno duvidoso, então, se optou pelo provisionamento, se fez o ajuste atuarial e se teve uma situação que ali efetivamente correspondia à realidade. A contratação de nova dívida, que foi em razão dos benefícios concedidos, dívidas em relação aos assistidos, contratado também ofertada a garantia. E dali esse monitoramento.

Então, é por isso, Dr. Marsilac, que houve o entendimento sóbrio, abalizado, seguro a nosso ver, de que uma intervenção ali além de não ir além do que estava sendo feito, poderia, inclusive, trazer efeitos deletérios, periféricos negativos, com uma intervenção dentro do fundo, a repercussão negativa disso.

Enfim, então, tecnicamente não havia, a nosso ver, a motivação para essa intervenção. Quando vem o plano de recuperação, a suspensão da exigibilidade dos créditos, toda uma aposta, um envolvimento dos credores para buscar recuperar essa empresa, isso aprovado, homologado judicialmente e depois fevereiro, março, o não pagamento, aí nós estivemos pela primeira vez em todo esse período, diante de um fato novo negativo que exigiu a nossa ação. E aí lembrando também que a intervenção se ela não interrompe o fluxo de direitos, e obrigações e alguns pensam na intervenção como tendo esse poder, esse alcance e não tem. Ela também, vamos dizer assim, seria de efeito limitado, daí a liquidação. E como observei aqui na primeira manifestação, a liquidação é preciso que todos tenham clareza em relação a isso, porque a lei é muito clara em relação a isso. Diante de um fato novo que demonstre a viabilidade de recuperação do plano, essa liquidação pode ser levantada.

Por isso, inclusive, a Secretaria está aberta a eventuais proposições que dentro, naturalmente, da legislação da Previdência Complementar e na convergência desses esforços, nós estamos abertos ao debate e ao diálogo e enfatizo mais uma vez que a gente tem aí uma clareza e uma sensibilidade quanto a esse esforço todo das entidades de representação dos trabalhadores, para que se construa uma solução que seja adequada, que seja realmente uma solução duradoura.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Comandante Marsilac. Mas antes eu queria só fazer uma pergunta. Em 2003, houve a indicação de administração compartilhada? A Secretaria mandou alguém monitorar?

SR. ADACIR REIS – O que houve foi uma fiscalização e reuniões periódicas com a direção do Fundo de Pensão, onde todas essas tratativas se deram, inclusive, com essa melhora de posição do Aerus enquanto credor frente à empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Doutor...

No nosso entender tínhamos que salientar, porque é uma questão para nós fundamental. As causas que trouxeram a esse desequilíbrio absurdo, do Plano de Pensão dos Trabalhadores da Varig. Porém, o principal e o nosso foco aqui é o encaminhamento de solução. E nós esperamos que o entendimento da Secretaria de que a recuperação deva ser do plano e se não for no Plano, os trabalhadores da ativa principalmente, terão perdido todas as suas poupanças, as suas economias feitas, como no meu caso, durante 18 anos, e de muitos outros por mais de 30 anos, nos parece que seria uma visão restrita, mas volto a dizer, eu acho que são discussões para ter de maneira técnica e a gente buscar contemplar, na verdade, não o plano, mas as pessoas que fazem parte do plano. Os interesses daqueles que lá estavam. E eu falo com tranqüilidade porque este é o meu interesse. E o plano só existe no nosso entender para estabelecer o interesse de cada...

SR. ADACIR REIS – Me permita?

SR. MÁRCIO MARSILAC – Claro.

SR. ADACIR REIS – Aí obviamente quando me refiro ao plano, estou me referindo aos participantes e assistidos do Plano.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Tá. Tá ótimo. Claro.

SR. ADACIR REIS – Porque ele se confunde com esse contingente de pessoas.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Eu acho que só tivermos essa visão de que, na verdade, temos buscar um equilíbrio dos interesses, daqueles que fazem parte do Plano. Eu acho que abre e nós temos um caminho bastante positivo para uma discussão de solução de encaminhamento, que volto a dizer, não acredito que a gente consiga recuperar tudo aquilo que investimos lá, mas hoje se recuperarmos uma parcela considerável daquilo, garanto que o grande contingente de trabalhadores ativos da Varig, de assistidos da Varig, se darão por satisfeitos dentro desse processo. Porque de muitos sabem que sacrifícios terão que passar e estão dispostos para garantir um futuro minimamente tranqüilo, discutir e aceitá-los. É basicamente nessa questão.

E se me permite ainda, Senador Heráclito, eu gostaria de fazer um questionamento ao nosso Presidente Demian. Se o BNDES ou como o BNDES encararia emprestar com garantias reais a Varig Operações, naquele modelo primeiro, devidamente segregado num veículo próprio mesmo antes do leilão. Se a Varig Operações fosse segregado mesmo antes do leilão sem o passivo, usando-se da lei de recuperação, se haveria a possibilidade de o BNDES emprestar a esta empresa?

(Interrupção no áudio 1:28:20)

SR. DEMIAN FIOCCA – ... até se debruçou sobre essa possibilidade, porque tinha vindo, tinha sido aventada efetivamente. E a constatação infelizmente de que não, quer dizer, a gente não visualizou a possibilidade tecnicamente de justificar um empréstimo diretamente a empresa mesmo que é um segmento da empresa. Por isso é que nos dispusemos, assim, recursos com rapidez, com tipo de fiança mais simples etc. Mas há um investidor que tem interesse. E, na verdade, nós temos essas limitações sobre procedimentos bancários, mas efetivamente o desafio de encontrar um investidor para Varig, eu acho que ele é o desafio central, porque a busca de mais recursos, mais recursos, um pouco mais de crédito daqui, quer dizer, a Varig se financiou por meio de financiamentos, digamos, de fornecedores, por meio de atraso de pagamento de tributos, por muito tempo. O desafio claramente é encontrar um investidor que crie uma nova realidade para a empresa. Então, nós achamos que também que nesse caso das nossas limitações, do ponto de vista bancário, projeto é a questão que eu importante: achar de fato um novo investidor.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Senador, só rapidamente é só, porque mesmo...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamos esgotar. Esse capítulo é interessante.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Mesmo eu não sendo especialista e o nosso consultor Professor Paulo Rabello, certamente discorreria muito melhor sobre essa questão, mas me parece que, há que se analisar, Senador Heráclito, uma forma de garantir uma linha de financiamento, para as empresas que adentrarem a recuperação judicial, sob pena de nós vermos este instrumento que, já no caso da Varig, se mostra extremamente eficaz, estar fortemente comprometido por não conseguirmos viabilizar recursos para a empresa em recuperação judicial, fazer ou implementação as ações de reestruturação que precisa, porque muitas delas demandam recurso, demandam investimento. E devido ao estresse que levou justamente a empresa a solicitar a recuperação judicial, realmente nós encontramos um nó dentro desse caminho. De que modo nós encontramos e talvez seja replicando o modelo americano que reestruturou as empresas aéreas lá, possamos viabilizar uma linha de financiamento para as empresas que adentrem a Lei de recuperação judicial. É algo que eu entendo, poderá ser discutido e talvez pensado pelo Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero dizer que compreendo perfeitamente a cautela que o Dr. Adacir, teve em 2003, em não tomar nenhuma providência mais drástica com relação ao fundo, evitando talvez aquela época uma corrida no caso até de credores a questão Varig. Tecnicamente compreendo. Agora eu queria fazer ao Dr. Adacir, uma colocação e gostaria que ele se pudesse nos explicasse. Na última reunião que nós tivemos aqui, os servidores da Varig encaminharam a esta Mesa, basicamente a Comissão de assuntos sociais. Uma correspondência do liquidante, pedindo a devolução dos planos de saúde, dos cartões, houve até uma entrega simbólica aqui de alguns cartões. Essa é uma questão que cria insegurança e acima de tudo desespero. Principalmente aqueles que já estão aposentados, que tem dependência médica permanente, que merece maiores cuidados, a indagação, e se não há um outro mecanismo por parte da secretaria, para evitar a antecipação dessa angústia por parte desse pessoal? Porque no momento que todo mundo tenta encontrar uma solução eles passam a previamente ser

punidos, a partir do momento em que estão com os seus direitos de assistência suspenso, de acordo com a tabela. Eu poderia até mostrar a V.Sª., a correspondência que chegou a Comissão e eu já pedi que fosse até a Comissão pegar uma cópia.

SR. ADACIR REIS – Obrigado ao Senador Heráclito, pela oportunidade. Bom, queria fazer esse esclarecimento. O Aerus, não opera planos de saúde. Ele não opera planos de saúde, ele só opera planos de previdência, há fundos que operam planos de previdência e de saúde, Fundos de Pensão. No caso do Aerus só se opera plano de previdência. Então, onde entra aí o plano de saúde? É que os Aerus ele fazia no desconto, no espelho, ali no espelho mesmo, ele fazia o débito da contribuição do aposentado para o plano de saúde e repassava. Então, ele era um mero interveniente. Como ele já fazia, emitia a folha para o benefício, então, ele aproveitava, houve um convênio e ele fazia então, o recolhimento da contribuição dos aposentados para o plano de saúde, que é fora e repassava para o plano de saúde. Então, ele era um mero repassador.

No momento em que se decreta a liquidação dos planos, e se interrompe esse fluxo do plano de previdência com o dos aposentados. Então, não vai haver mais recolhimento nem pagamento, porque o que está sendo feito agora, num processo de liquidação, é pagamento não de benefício, mas antecipação de pagamento de reserva matemática. Então, tecnicamente é essa a situação. Então, não há mais, vamos dizer assim, operacionalmente não há mais como se fazer essa dedução. Por isso, então, é que se comunicou que lamentavelmente não poderia haver mais esse recolhimento, quer dizer, o Aerus dada a essa situação, ele não tem como operacionalizar esse recolhimento e esse pagamento para o plano de saúde, que é fora do plano de previdência. E aí estava se buscando um entendimento, com a Fundação Ruben Berta, para que houvesse por lá, a operacionalização desse desconto para que não prejudique os aposentados. Então, não sei se isso já foi concluído, mas todo o esforço é para que, por algum meio disponibilizado pela Fundação Ruben Berta, se fizesse esse recolhimento da contribuição para o plano de saúde.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador, eu estou todo o tempo aqui assistindo, é claro, entusiasmado com o debate, eu acho que seria importante, nós ouvíssemos o Luiz Roberto Pontes, para fazermos o debate, até com a participação nossa e V. Exª., eu estou entusiasmado com sua proposta, eu quero falar sobre ela um pouquinho depois, uma proposta que V. Exª. encaminhou.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para falar sobre?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A sua proposta, que fiquei entusiasmado com a sua proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Qual delas?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Aquela que o senhor apresentou antes de passar a palavra para os debatedores, da possibilidade de uma reunião para aprofundarmos tecnicamente caminhos que apontem uma solução. Espero o Dr. Luiz Roberto Pontes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – E V. Exª. como coordenador desse movimento, não só por ser gaúcho, mas por ter viajado uma vez para África do Sul, na Varig e não se esquecer nunca dessa viagem. (risos)

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – 10 vezes, a história...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (risos) V. Exª., estará, já está de antemão convocado para tarefa. Eu passo com muita satisfação, a palavra para o Dr. Luiz Roberto Pontes, que está como reestruturador empresarial do plano do grupo Varig, como ele é campeão em reestruturar as coisas, eu tenho certeza que dessa vez vamos. Tem a palavra V. Exª.

SR. LUIZ ROBERTO PONTES – Queria saudar o Senador Heráclito Fortes, com quem eu tive a alegria e a honra de conviver durante a constituinte, queria saudar meu direto conterrâneo que já me considero meio gaúcho, Senador Paulo Paim, Paulo Rabello que sugeriu nós sermos ouvido aqui e meus demais companheiros de Mesa. Presidente, eu começo fazendo uma correção, eu não estou aqui nessa condição de reestruturador empresarial, é um nome extremamente, não só pomposo, mas de grande profundidade. Eu apenas estou aqui representando o Estado do Rio grande do sul. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que se envolveu desde o início deste debate na busca de ajudar a resolver essa questão da Varig. A minha contribuição neste momento não vai ser muito grande, porque graças a Deus, e eu vejo pelas palavras finais do Senador Paulo Paim, que estamos aqui na busca de reuniões deliberativas e não mais conceituais. Ainda sim eu acho que posso e que é útil para o debate...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu quero pedir para registrar a chegada a essa sala, com muita honra para todos nós da Líder do Governo Senadora Ideli Salvatti, que nos abrilhanta com sua presença. Evidentemente que estava em outras Comissões, defendendo o Governo,

cuja tarefa desempenha nesta Casa com muita... Fica feito o registro

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu agradecer o Senador Heráclito, a gentil referência e registrar o desejo de paz.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Esse seu branco deveria ser permanente.

SR. LUIZ ROBERTO PONTES – Eu acho, portanto, Presidente, que talvez fosse conveniente eu ler pequenos trechos de uma correspondência que reproduzi a posição do Estado do Rio Grande do Sul, e a análise que naquela ocasião nós dispúnhamos com os números que envolviam a Varig, dirigida ao então, Ministro da Defesa e Vice-Presidente da República, isso já há um ano e pouco atrás, depois de já ter a Varig se desgastado bastante por uma postergação da solução, que não querendo buscar culpados, vinha se dando. Eu, apenas para situar, porque foi também referida a Varig como empresa, o Governador começava assiM – "A Varig é uma empresa grandemente vinculada ao Rio Grande do Sul, onde nasceu há 78 anos, e carrega no seu nome o próprio nome deste Estado".

Agora, o importante é isso, ainda sim, não é essa a razão maior que tanto nos faz batalhar por uma solução para as dificuldades que a tem atingido, e que vem comprometendo a normalidade do seu funcionamento e ameaçando a continuidade das suas operações.

E para não me alongar, eu vou a três informações de grande relevância que naquela época eram rigorosamente o retrato da realidade. Dizia o Governador, os dois maiores credores da companhia são: o Governo com mais de 60% da sua dívida total e os trabalhadores. Quer por salários e direitos não pagos, quer por falta de aporte ao Aerus para a sua Previdência Complementar, com cerca de 25%. Os restantes 15%, são substantivamente de alguns grandes fornecedores dos aviões ou de suas peças, que concordam até por óbvio interesse na continuação da sua atividade, em renegociar essas dívidas ou transformá-las em ações da própria Varig, num processo de negociação racional. Portanto, em termos financeiros a falência da Varig atingirá basicamente, a União e os seus ex e atuais funcionários. Eu acho que faltou esta visão.

Claro que, quem são os culpados? Nessas alturas não importa. Eu acho que o registro vale a pena, um pouco pelo que eu ouvi do BNDES. Porque quando fica o BNDES cuidando de fazer o empréstimo, com o juros que seja simétrico ao rendimento que vai ter, eu acho que o BNDES como braço operacional, o mais importante que o Governo dispõe, tem que olhar isto aqui, o interesse econômico da União. Não é só o interesse do que é Varig, isto aqui está cheio aqui de argumento, e por certo nesta Casa, não há mais dúvida. O movimento de defesa da Varig, não só por razões sentimentais que também são válidos, mas por milhões de outras razões, entre as quais, aqui estava também informado, o fato de que a falência ou a não continuidade da Varig, implicava em não fazê-la preservar um patrimônio de cerca de quatro bilhões de reais, estimado na época pelos especialistas, do seu ativo intangível. Isto tudo era jogado no lixo para pagar o próprio Governo. O Governo não viabilizando, perderia a possibilidade de receber a sua renegociações da Previdência Social no refiz. Falou alto, três bilhões e tanto, renegociado e que durante muito tempo teve rigorosamente em dia, até que já na dificuldade, por não se encontrar uma operação, ela teve que sustar o pagamento. Ao mesmo tempo tem essas, essa peculiaridade, que o maior credor é o maior devedor e, portanto, o maior interessado em semear a Varig, isso tem que ficar registrado. Porque não é esse negócio de não botar dinheiro públicos, nunca se cogitou de botar dinheiro público, é evitar que o dinheiro público se esboroe como pó, perdendo primeiro os seus ativos intangíveis que são quatro bilhões, e queriam ajudar a pagar as contas que ela tem com o Governo. Portanto eu acho, Presidente, meu caro Presidente do BNDES, meu Presidente, que esta visão tem que ser mantida, já no detalhamento que aqui se dão. Eu não sei de lá para cá, isso faz um ano e dois meses, certamente a Varig se deteriorou muito, naquela ocasião ela gerava fluxo de caixa positivo. Isso já decorridos dois anos, de vai e vem, de todos eles. Então, não tinha nada mais lógico.

Eu acho que houve unidade, sabe, Paulo Rabello? Sabe, Marcio Marsilac? É que eu cansei de fazer reuniões com a força do trabalho da Varig, com a Fundação Ruben Berta, na busca de uma coisa só. "Se unam!". Porque os trabalhadores diziam: "Nós estamos dispostos a abrir mão de uma parte do que temos de crédito". Que eu estou vendo aqui, reafirmar, e mais do que isso, da outra parte, entramos como sócio. Os credores, obviamente, fornecedor de turbina, não vai querer que a Varig continue, até para continuar fornecendo e por saber que falindo não recebe os seus créditos, todo empresário sabe disso, e o Governo tinha que saber disso e tem que saber. Porque esse crédito que a Varig tem com ele, que agora é só protelatória, quem tem que julgar já julgou, este vai ser pago, mesmo que ela entre em falência e vai ser pago para acudir o Aerus, pelo que me informaram. Então, o débito da União, se ela falir, vai ser pago e o seu crédito não vai ser recebido. Não precisa ir longe para mostrar a conveniência econômica para o país, jamais esse negócio de colocar: "dinheiro público den-

tro da Varig, alta sociedade botar...” Nunca se cogitou disso, pelo menos no que concerne às intervenções que o Estado fez, como não se cogita ainda. O que se cogita é de salvar dinheiro público, fazer com que ela siga por mil outras razões, não só por causa dos empregos, que eu acho que esse argumento, até os empregos adiante serão gerados por outra companhia que venha. Para preservar a Previdência Social, sim, que era outro grande interesse do Governo. Era e é! Porque, como todos sabemos, o Governo fez uma reforma previdenciária e sobretudo no Setor Público, pelo qual os brasileiros vão ser iguais, os funcionários públicos dali para frente vão se aposentar iguais aos do Setor Privado. Mas para evitar o transtorno de você ter altamente reduzido os seus ganhos, criou-se a aposentadoria complementar, que ainda falta uma regulamentação.

Agora, se você pega, talvez um dos maiores fundos de previdência privada, e deixa se esboroar botando 20 mil pessoas aí, isso não mutila a idéia central de que é possível fazer a aposentadoria complementar de fato, confiável que as pessoas não fiquem com a idéia que eu vou entrar nisso, contribuo a minha vida toda, como já houve no passado alguns exemplos, e depois, BROAP(F), como está acontecendo agora, com a Varig. Agora, com a Varig! Era mais uma razão, que tinha que ter feito o Governo se empenhar mais.

E eu não estou aqui para fazer crítica de caráter político nenhum! A finalidade desta exposição é dizer o seguinte. Eu acho que o BNDES, que tem o instrumento, eu não sei as suas limitações jurídicas e a idéia do Senador Paulo Paim, que pede uma reunião, que foi propondo refortalecimento da proposta do Senador Heráclito Fortes, que se debruce de fato, que tragam especialista em Direito, fica um Presidente de um Tribunal Superior, dizendo que pode fazer acerto de conta, propondo que se faça acerto de contas. Um Presidente de um Tribunal Superior, o penúltimo na idéia hierárquica, e aí chega um advogado da União e diz: “Não pode fazer”. Contraria a lei. Quem sabe? Quem que julga a constitucionalidade? Quem julga se não pode? Quem julga é o Tribunal não é o Advogado da União. Portanto, houve uma inversão naquele momento, e eu refiro só para nós resgatarmos isso, a Varig agora, já tem, naquela época o seu, a sua dívida era seis bilhões, nesta composição. Vejam só que loucura não termos feito isso lá atrás. A Varig hoje estava voando em céu de brigadeiro, porque o setor aéreo, que também passava dificuldade por conta das decorrências de 11 de setembro, já não estava mais, já começava a se limpar, a gerar todas as empresas estão indo bem, gerando lucro. Por que não a Varig? Por que não a Varig?

Esse equívoco é registrado para isso, não vamos ficar de novo pensando que eu quero salvar esse pedaço e daqui, daqui a pouco é BROAP(F). Essa coisa de achar, o que é que vai ser do Brasil sem a Varig? Morre como passarinho! Todos os dias, tem milhões de passarinhos que morre, vocês não enxergam nem os esqueletos. Vocês já viram esqueletos de passarinhos? Morre milhões. Companhia aérea é assim, começa a botar o torniquete, vai diminuindo, vai diminuindo, outros vão ocupando, daqui a pouco não existe mais. Então, é momento... Com todo o prejuízo econômico para o Governo. Prejuízo econômico para o Governo. A denúncia tem que ser o contrário, o Governo para não botar dinheiro público, tem que achar um jeito de viabilizar a Varig. Tirarmos bairrismo, o amor enorme pela Varig no Rio Grande do Sul, o Governador está empenhado nisso até a medula.

Eu fiz chegar essa correspondência, que eu vou deixar aqui com essa Comissão, que já esteve e agora já está com o Valdir Pires de novo, quando ele assume, de novo não. Com o Ministro Valdir Pires também, que diz uma posição com os argumentos da conveniência de o Governo se empenhar de fato. De fato! Mergulhar, se os trabalhadores, se a estrutura da Varig não está unida, o Governo tem que forçar a unidade dela, forçar a unidade dela e é possível fazer isso dentro de, fechando nas quatro paredes e dizer: “Vocês querem que a Varig continue isso aqui, ou senão eu vou deixar liquidar”. E aí na hora do aperto, eu e tu, que se vai para o entendimento, porque eu sempre encontrei a melhor das boas vontades, nas várias peças que não se entendiam.

Era isso que eu queria deixar aqui, meu caro Presidente, Senador, me permita dizer, a amizade diz que não se perde com o tempo. Temos aí já mais de 10 anos que não convivemos, posso lhe dizer, amigo Presidente, que tem um poder muito grande, coordenando que está uma Comissão.

Quero, por fim, agradecer ao Paulo Rabello, com quem tanto discutimos essa matéria, está certo? O Marsilac também foi. E eu acho que estamos no bom caminho. Eu acho que ainda dá tempo. Ainda é tempo da racionalidade prevalecer nos processos deliberativos da Varig. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A liberalidade dessa Comissão tem feito com que se permita, inclusive, aplauso. Nós sabemos da motivação dos senhores aqui, e essas manifestações, quando elas são feitas com respeito, como está sendo feita agora, nós acatamos, esquecendo um pouco o Regimento.

Eu gostaria de indagar se algum dos senhores tem alguma consideração, comentário a fazer sobre as palavras do grande Secretário Luiz Roberto Pontes. Com a palavra o comandante Marsilac.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Talvez seja o momento oportuno, com a presença do Secretário Luiz Roberto Pontes, que de anos em anos vem buscando colaborar nesse processo de rendimento e reestruturação da Varig. Muito participei das reuniões promovidas pelo Secretário, no Rio Grande do Sul, entre os trabalhadores e a Fundação Ruben Berta, buscando, porque sempre disse, deixou muito claro a esses dois atores, que era preciso unidade de propósito, unidade de alternativa para que depois pudéssemos caminhar efetivamente, junto ao Governo Federal, junto a outros segmentos, que pudessem colaborar dentro desse processo. E nesta intenção, Secretário, e conscientes da precariedade econômica, com que os Estados da Federação têm em relação ao seu próprio caixa, mas talvez, seja o momento para que a gente possa trazer à Mesa, uma idéia aqui já defendida pelo Senador Paulo Paim, e também defendida pelo Professor Paulo Rabello de Castro, de viabilizarmos dentro desse processo de convergência de esforços, para o seu erguimento da empresa, também uma discussão com relação aos ICMSs. Sabemos e temos consciência de que várias das ações estão em fases processuais muito distintas, sabemos que no Rio Grande do Sul, por exemplo, essa ação recém nasce. Mas há um dado importante trazido aqui pelo reestruturador, a empresa Alvarez & Marsal, dentro de uma das audiências, que revelou em uma tabela mostrada, que o valor total dos ICMSs, em relação a 25 Estados, chega a ordem de um bilhão de reais, e que poderia ser estruturada, e aí aproveito a presença do Dr. Demian aqui, uma operação entre os Estados nos moldes do que fez o Rio de Janeiro, com o BNDES, buscando, talvez, a criação de uma idéia defendida pelo Professor Paulo Rabello, a criação de um fundo garantidor de créditos, que pudesse viabilizar esses recursos, como um fundo onde a Varig pudesse obter recursos para a sua reestruturação.

É uma idéia que talvez possa ser discutida, inclusive, dentro da reunião de trabalho que eu acredito tenha sido a idéia do Senador Heráclito Fortes e do Senador Paulo Paim. Mas desde já, em nome dos trabalhadores, nós gostaríamos de agradecer o senhor, em nome do Governador Germano Rigotto, também que o senhor leve esse nosso agradecimento ao Governador, de todo o empenho que o Estado tem feito durante esses anos na discussão da questão da Varig.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Quero fazer o registro à presença aqui do Deputado Federal, pelo Rio Grande do Norte, Henrique Eduardo Alves, que tem sido lá na Câmara um dos defensores da salvação da empresa Varig. Mas eu queria lhe dizer Dr. Luiz Roberto Pontes, ele falou de um fato aqui para a aviação mundial é emblemático. Foi o episódio de 11 de setembro, onde as empresas americanas entraram em colapso e foram socorridas, de uma maneira ou de outra, pelo Governo Americano, que é na realidade o Governo menos intervencionista do mundo. Aqui, o nosso 11 de setembro, para as empresas de aviação, aconteceu lá atrás naqueles planos. Em todas elas tiveram dificuldades, se a gente lembrar a Vasp, foi salva pelo Governo de São Paulo e depois privatizada.

As questões da Vasp, geradas pelo fim da Vasp, vieram depois, mas ela foi a primeira a ser socorrida. Depois foi a Transbrasil, que recebeu, inclusive, com a intervenção do Congresso àquela época, aporte, tinha entrado em intervenção, foi suspensa a intervenção, e recebeu. A única que ficou ao largo, foi a Varig, sem ter recebido direta ou indiretamente, esse tipo de ajuda do Governo. De forma que, dizer que o Governo não intervém, não, pode até não intervir, mas o Governo já participou. E nós temos dois exemplos. Agora, o plano, em primeiro lugar o plano cruzado, depois o plano verão, ao impor tarifas que não cobriam os custos das empresas, e não foi por pouco tempo, foi tarifa que varou um ano um ano e meio, fez com que a saúde das empresas à época existentes no país, ficassem debilitadas. A sobrevivente é a Varig, e ficou no entanto na UTI, esperando salvação. Como continua ainda, as palavras do nosso Luiz Roberto Pontes, são estimulantes acima de tudo orientadoras, eu tenho certeza de que nós haveremos de encontrar uma solução para esse problema.

Com a palavra Dr. Luiz Roberto Pontes.

SR. LUIZ ROBERTO PONTES – Eu queria primeiro agradecer as palavras a referências ao trabalho do Estado do Rio Grande do Sul, na busca desse interesse comum da sociedade brasileira.

E apenas dizer, que a menção de créditos de ICMS, em vários Estados, é verdade. Estão, em várias fases do Rio Grande do Sul, esta numa fase de recurso, que em tese não seria impossível se cogitar de um entendimento, há uma ação do Governo contra a Varig, de valor menor, que também teria que ser feito um acordo. Evidentemente, que o Estado dentro das suas dificuldades financeiras, não tem todos aqui conhecem, estará disposto a analisar uma proposta nessa direção. Há uma outra, são duas ações e os valores não são tão elevados assim, a do Rio Grande do Sul. Há uma outra que já foi julgada, e esta sim, pela interpretação melhor do Supremo, ela tem obrigatoriamente que entrar na relação de precatórios do

Rio Grande do Sul, e está em fase de execução de sentença, não são valores grandes.

Mas queria também realçar aqui a importância da sua referência de que faltou essa unidade no reconhecimento de que o esforço para isso tem que ser cada vez mais firmes, se é que ainda não foi atingida, e se não foi atinjam isso, pelo bem de vocês próprios, da Varig e da própria nação brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, em seguida V. Exª., Pedro Simon.

Agora, convido o Senador Tasso Jereissati, que também preside essa Comissão, esse mutirão de Comissões, como Presidente da Comissão de Turismo e Desenvolvimento Regional, a tomar parte aqui na Mesa dos trabalhos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes. Eu queria primeiro me dirigir a V. Exª. que, sem sombra de dúvidas, com todo o respeito a todos os Presidentes das outras Comissões, e está aqui o Presidente Tasso Jereissati. V. Exª. tem sido o grande comandante desse movimento aqui no Congresso, e claro que os três Senadores do Rio Grande, estão com V. Exª., como estão os Presidentes das Comissões, e se outros Senadores não estão aqui, pela importância dessa Audiência, é que nós temos quatro, cinco, seis, Comissões, debatendo nesse momento, uma delas a questão da segurança pública, a questão de São Paulo, que chocou, sem sombra de dúvida, a todo o país.

Mas eu queria dizer, Senador, a V. Exª., que nós estamos num grande momento. Eu confesso, meu comandante Márcio, que temos conversado muito, o Presidente do BNDES, o Demian, e também o Dr. Adacir e o meu amigo Luiz Roberto Pontes, que nesses anos todos que eu estive no Senado, eu estou no Congresso há 20 anos.

A crise da Varig, o Márcio pode me ajudar, é mais ou menos 10 anos, só para arredondar, uma década, e nunca atravessamos um momento como esse. Tem momentos que eu vi o BNDES, abrindo convenção e mostrando toda a sua disposição de fazer um empréstimo-ponte, e para mim esse empréstimo-ponte é fundamental, quer dizer, não criando nenhum obstáculo, dando mais prazo, vamos fazer o empréstimo! Falando em torno, eu diria até de 400 milhões de reais, que foi a proposta que eu vi aqui, colocada pela empresa que está apontando nesse caminho, e o BNDES estaria disposto a contribuir nessa caminhada com 2/3, mais ou menos que eu peguei. Vi aqui o Dr. Adacir falando pela nossa previdência, que está totalmente aberto, disposto a sentar com todas as partes e todos sabem a preocupação e nosso vínculo, com a questão dos inativos e também com a questão dos ativos. Falando até que houve sim, a interferência direta do Estado, quando solicitado por três, quatro vezes e houve nesse momento, já havia sido solicitado pelos trabalhadores, e querendo sentar para buscar uma saída até para levantar essa forma, como o Estado teve que agir no momento adequado.

Eu acho que é um grande momento, eu quero cumprimentar o BNDES, pela forma como a exposição foi feita, quero cumprimentar o Senador Heráclito Fortes, pela proposta que apresentou, que nós aqui já debatemos tudo, ninguém mais tem dúvida, e a Assembléia dos credores apontou caminhos, e conforme o Márcio me forneceu documentos, que eu fiz um discurso apaixonado, aí vem a questão sentimental da nossa Varig, no Plenário dizendo que os trabalhadores viam com bons olhos o encaminhamento que estava sendo dado. Conversei algumas vezes, e sei também que o Heráclito Fortes fez, com a Ministra Dilma, com o companheiro Milton Zuanasi(F), que tem trabalhado muito nesse sentido, e por isso que eu estou muito animado, que essa vez nós, efetivamente, vamos achar saída para que a nossa Varig continue, efetivamente, voando e não só voando, preservando os direitos dos trabalhadores na ativa, e aqueles que estão aposentados e pensionistas, que são os inativos.

Eu quero, Senador Heráclito Fortes, muito mais do que só falar aqui nesse momento, que é um momento histórico, é uma das reuniões mais produtivas que nós fizemos, depois da Assembléia dos Credores, com a proposta que V. Exª., mais uma vez apresentou muito bem aqui. Que a gente faça uma outra reunião, e que possa aprofundar os debates no campo técnico, para ir construindo uma saída que, efetivamente, garanta o direito dos trabalhadores, e também dos aposentados e pensionistas. Todos sabem, e eu repito seguidamente isso, minha forma um pouco, eu acho, exagerada de independência, mas sem sombra de dúvida o Governo está tendo uma postura nesse momento da questão da Varig, muito positiva. E é importante que a gente não perca esse momento da história, de nós viabilizarmos efetivamente a Varig, eu quando eu olho aqui para trás e aquela, se me permitirem assim, aqueles companheiros e companheiras que eu sei, que viajaram de todo o país. Quantas vezes vocês vieram aqui, no longo, eu diria, no mínimo desses 10 anos? Quantos e-mails, quantas correspondências? Principalmente o Aerus, ainda meu amigo Márcio, que você tem me dado todas as informações. A preocupação que eles estão, aquela perspectiva da primeira Audiência, meu Presidente Heráclito Fortes, onde a previsão era que só até outubro, havia ainda a possibilidade de receberem a diferença que eles têm de direito, e que hoje

nós podemos projetar, que esse direito pode ser assegurado pelo longo das suas vidas.

Então, para mim essa reunião, Senador Heráclito Fortes deixou muito claro, Senador Tasso Jereissati, eu sempre disse desde o primeiro momento, se nós tirarmos o viés, político partidário e pensarmos somente na causa, que é isso que interessava, nós íamos buscar uma saída. Eu apostei muito nisso. Eu, Senador Simon, Senador Zambiasi e todos os Senadores. Por isso que V. Exª. ajudou e o Senador Cristovam que está aqui, foi um dos que sugeriu, inclusive. V. Exª. ia viajar, Senador Cristovam, quero fazer aqui essa referência. Paim, por que você não colhe assinaturas? Já estamos com, em torno de 80 assinaturas dos Senadores, se pondo à disposição para ajudar no que for possível, para que efetivamente, aquilo que até ontem, até ontem eu diria, ontem, anteontem, dava a impressão que era um sonho distante de nós vermos a Varig, com toda sua força, voando pelo país e pelo mundo, pode se tornar realidade.

Eu quero mais na sua figura, Senador Heráclito Fortes, que V. Exª. foi fundamental ao convocar todos os Presidentes e a convocar nós, para que fizéssemos essa cruzada em defesa da Varig, que eu estou entendendo que vai dar certo. Então, parabéns a essa Mesa toda, e parabéns a vocês que estão aqui, que nunca vacilaram e sempre acreditaram que a Varig ia dar certo. Era isso. Muito obrigado.

(Palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, eu estou aqui há um mês esperando o pronunciamento do Secretário Luiz Roberto Pontes, e ele faz uma injustiça comigo, eu estou lá assistindo o pronunciamento do Governador do Rio Grande do Sul, lá no Petrônio Portela, e ele aproveita para falar exatamente no momento que o Governador estava falando lá. E eu não nego, eu teria deixado o Governador e teria vindo para cá, mas é que eu não sabia que V. Exª. estava falando. Soubera eu, eu viria. Mas o Senador Paim, me pôs a par do que diz o Senador, o querido Secretário Pontes. E acho que realmente nós estamos hoje, meu amigo Pontes, numa situação bem mais serena do que nós estávamos há um mês atrás. A primeira reunião que nós fizemos aqui foi uma reunião áspera. Olha que o representante da Petrobras, ele foi duro. Mas duro, duro, duro! Dizendo com a maior frieza, é assim e vai continuar assim. A Varig, para viajar tem que pagar hoje a gasolina que vai usar amanhã. Então, tinha que pagar a gasolina para o dia, e no dia anterior. E o representante do aeroporto, qual é o nome dele? A empresa?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – BR Distribuidora.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Não...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ... João Carlos, JK era conhecido.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – A dívida era aquela, iria para a execução, não tinha mais como esperar. Como é que ele ia esperar? Mas falou no Banco, no BNDES, não estava o BNDES, mas falaram para o BNDES, dizendo que o BNDES não tinha como dar dinheiro para a Varig, a Varig era um saco sem fundo. Inclusive, eu lembrei aqui, duas manifestações que não foram felizes, do próprio Presidente e do próprio Ministro, lá no Rio Grande do Sul, quando eles foram fazer uma visita no Rio Grande. O Lula respondendo para um DeputadO – "Problema é da Varig, a Varig que resolva". E a Ministra também dizendO – "Eu resolvo tudo, mas dinheiro, não boto nenhum tostão, nesse saco sem fundo".

Eu não sei o que aconteceu, mas... Isso foi na quinta-feira, lá no Rio Grande do Sul, na quarta-feira na Comissão aqui, mas como diz o Senador Paim, tem suas injustiças, pode se dizer que a situação inverteu. E hoje a gente vê que o Governo, está bem intencionado no sentido de encontrar uma solução. É bom a gente dizer que essa confusão, que se chama a Varig hoje, não nasceu de uma confusão interna, na minha opinião pessoal, nem nasceu numa briga de mercado.

Nasceu, fatídico Presidente Collor de Melo, quando abriu a viação internacional para outras empresas. Enquanto no mundo inteiro, cada país tem sua empresa internacional. Isso na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Itália, na França... O Brasil de repente abriu, a Inglaterra e o Brasil, que era a Varig que era considerada o melhor serviço internacional, comparado com os melhores do mundo, de repente sofreu uma concorrência enorme. Me lembro da Transbrasil, que colocou... A galinha dos ovos de ouro da Varig, era o vôo São Paulo para Nova Iorque. Que era uma loucura e ela ganhava, o serviço dela era tão bom, que ela ganhava das Americanas, quer dizer, ela ia voltava sempre lotada. Aí a Transbrasil botou um vôO – Rio, São Paulo, Brasília, Washington, Nova Iorque, por um preço deste tamanhozinho. Quer dizer, começou... E o que era mais grave, não era esse vôo da Transbrasil, com o vôo da Transbrasil, os americanos puderam botar outro vôo. Então, vem outra empresa americana para fazer... E aquilo que anos a fio, quer dizer, eu não consigo entender isso, quer dizer a tarifa estava 10 e o Governo obrigava vender por 8, quer dizer... E

na hora de pagar, não pagou. Um serviço de má-fé. Essa é a justiça brasileira, quer dizer, a justiça brasileira, o Governo perdeu na primeira, na segunda, na terceira, perdeu não tem mais o que fazer, mas tem 10 anos de levar chincana(F) que nunca... Quer dizer ganhar o Governo sabe que não ganhou, mas pagar não paga, porque entra com... Isso que para outra companhia, ele abriu mão e concordou com a Varig, ele não concordou.

E me desculpe, mas eu tenho um mal-estar de sentir em certo momento que o que houve por parte do Governo, uma vontade de transformar a TAM numa super companhia, em cima da Varig. Tanto que a proposta que veio, que era praticamente para resolver imediatamente da chefia da Casa Civil da época, era a TAM compra a Varig. Era uma, quer dizer, unir, mas uma união que a Varig ficava com 5% e a TAM com 95%. E quando houve uma reação geral, principalmente aqui no Congresso negativa a isso, o Governo sentou para trás, aí deixou a crise afundar, afundar, afundar, afundar e não houve nada. Parece que agora vamos encontrar uma solução. Eu acho que o Pontes disse uma grande verdade, pelo que me contou o Paim, quer dizer, não é dinheiro fora que o Governo está botando, não é aventura. Eu ia perguntar para o Presidente do BNDES, ele foi consultado pela Ford, quando pegou dinheiro que V. Exª. e depois ia fechar as fábricas e demitir não sei quantos trabalhadores. Ali foi um dinheiro... E nós tínhamos vários casos que nós conhecemos, que o Governo bancou as causas interrogativas, se era o melhores lugar de aplicar.

Agora, a Varig não me parece isso. Agora, é que a Varig foi muito humilhada, ela está numa situação assim, que ela está vivendo de caridade. Quer dizer, então, parece que... Ela fica sempre na UTI, e não se sabe se ela vai da UTI para dissolução ou se vai ser comprada por caridade, por preço de galinha de uma hora para outra. Por isso que essa empresa que entrou, essa questão que apareceu ela é importante. Por isso que quando se disse e a Varig falou e o Governador do Rio Grande do Sul, Rigotto, falou com outros Governadores que há, inclusive, um crédito da Varig com relação ao ICMS, que envolve vários Estados, que podem ser analisados, pode ser colocados na balança. Isso é uma verdade, como é verdade o problema do crédito que a Varig tem com o próprio Governo. Como é verdade essas questões que podem ser equacionadas, e que eu acho que a Varig é uma questão de honra brasileira. Eu já não falo isso como rio-grandense, porque a Varig é, foi uma companhia rio-grandense, mas hoje é uma empresa nacional. E eu... Fizerem uma pesquisa no Brasil via internet: O que quer dizer a Varig? Nem no Rio Grande do Sul, os cara vão dizer que a viação aérea rio-grandense, ninguém sabe, porque a Varig é uma empresa nacional, com a cara do Brasil.

Então, não é paixão gaúcha, agora é, quem acompanhou durante a vida inteira, porque tem algumas histórias do Brasil que merecem serem contadas. A história do crescimento, do avanço da Varig é uma dessas. É uma experiência que foi feita e que deu absolutamente certo. Os trabalhadores serem trabalhadores e sócios do negócio. Deu certo durante muito tempo. E dizer que depois deu errado, porque gastaram demais, porque exorbitaram na comida de primeira grandeza, exorbitaram no luxo. Eu tenho visto empresas particulares que caíram no mesmo erro, cresceram, cresceram, de repente pareciam que estava uma maravilha e exageraram e erraram.

A Varig entrou num negócio e chegou em determinado momento, que era importante mostrar que o serviço de alimentação da Varig era o melhor, de primeira classe. Então, contrataram grandes cozinheiros, aí a gente comia na primeira classe em talher de prata, era um serviço realmente, que era um luxo, mas era um luxo que estava dentro de um contexto que estava vivendo. Eu acho que lá na Varig, não é fácil morrer um Ruben Berta e aparecer um outro cara com as mesmas condições, quer dizer, deu a confusão que tinha que ser dada. E eu não sei, mas eu acho que, fora eu dirigente a nível federal, eu teria resolvido o problema da Varig há 10 anos atrás, meio que na marra. É assim, está assim, está acabado e vai ser feito. Não esperava esses 10 anos, não fazia esses trabalhadores sofrer o que estão sofrendo, não fazia encontrar mil soluções e é claro que nunca encontra, cada vez tem uma melhor do que outra, ai chega agora quando vê que tem o entendimento, nós vamos ter o entendimento.

Então, eu felicito essa Comissão, esse conjunto que desde que nós nos reunimos aqui nessa Comissão, e desde que as pessoas tem vindo aqui, falando, depondo que nem V. Exª., que estão com muita tranqüilidade, como os depoimentos que não foram felizes, os que vieram aqui e ficaram sabendo que não foram felizes e a informação que eu tenho, é que a nível de Governo Federal, também foi chamado atenção. Até o momento, que nós estamos esperando, quando vem a, eu digo isso com respeito, a toda poderosa primeira dama de ferro, a Ministra chefe da Casa Civil. Que eu acho que vai bater o martelo, absolutamente a nosso favor. Era isso. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque, quero lembrar. Acho até por requerimento de V. Exª., salvo engano, chefe da Casa Civil está convidado para comparecer a esta Comissão, faltando apenas

essas conversas dessa semana e no caso seria marcada para a semana que vem, a sua presença.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Para dar a resposta positiva a grande resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Será positivo se viesse, se tiver uma solução.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, só para explicar que hoje, ela está no Rio Grande do Sul, devido a crise do calçado, enfim, na FIERGS e na FEDERASUL. Se ela ficar um mês e meio lá e resolver essa crise, eu fico feliz.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu quero manifestar aqui em primeiro lugar, e especialmente ao amigo que eu vejo aqui defendendo esse assunto. Eu quero dizer que hoje em dia, eu sinto uma admiração maior do que eu já tinha pela Varig, pelo heroísmo dela continuar voando. Quando eu chego nos aeroportos que vejo os aviões da Varig, eu sinto uma emoção de alegria e de reconhecimento. Porque a crise, agrava a crise. Se o saco estava furado, mantendo esse clima, o saco vai abrindo esse buraco cada vez mais. A gente precisa ter uma resposta e uma solução urgente. E essa solução não pode, Senador Tasso Jereissati, ser pelo fechamento da Varig. Porque não é uma empresa apenas, é um símbolo nacional, é um pilar de uma estrutura nacional. O Brasil só tem dois grandes símbolos lá fora, os jogadores de futebol e a Varig. Não tem outro símbolo mundial do Brasil. Não tem! Há outros países que conseguiram grandes símbolos nas artes, na ciência, na literatura, a gente não conseguiu isso. Os nossos símbolos sãO – Pelé, da minha geração e que continua e outros mais novos, e a Varig. Então, deixar que a Varig desapareça, é apagar um símbolo nacional no cenário mundial.

Agora, deixar que ela fique na situação atual, que eu vou chamar, desculpe a expressão, moribunda como estão deixando, é não só fazer com que ela desapareça, mas também maltratar de uma maneira perversa a situação, dizer que a Varig é um saco sem fundo, então, o papel do Governo é começar costurando esse fundo, também eu não sou favorável a jogar dinheiro em saco sem fundo, nem mesmo para símbolo nacional. Mas é um saco sem fundo? Vamos tapar esse buraco? Até porque, nada indica que é um buraco que não tenha jeito de ser tapado, é uma empresa de um ramo que tenha lucro na sociedade. É uma empresa de um ramo que tem outros empresas crescendo. Se as novas empresas estão crescendo. Por que é que a Varig não pode ser também uma empresa rentável? Vamos definir como, e vamos tomar as medidas duras que sejam necessárias para costurar. Além disso, eu queria falar de uma coisa chamada omissão, que a gente não tem levado em conta o custo da omissão nas decisões que toma. E está aí o resultado em São Paulo, nesses dias, isso aí é fruto de omissão, não está no DNA desses bandidos, desde que nasceram fazerem maldade. Eles puxam o gatilho hoje, porque não usaram lápis na hora certa, salvo um ou outro que deve ser de fato biologicamente perverso, porque pode ser, mas é raro. Foi a omissão que a gente teve no passado. Ou foi a omissão de muitos, que deixou a Varig chegar a essa situação. Mas eu temo que acabar com ela agora, seja uma omissão, Senador Heráclito, quando daqui a 20, 30 anos a gente analisar que não conseguimos construir um patrimônio igual ao que a Varig conseguiu nessas suas décadas de funcionamento.

Esse documento que eu fiz pedindo a assinatura dos Senadores, que o Senador Paim, é quem está levando, e eu acho que ele quer ter unanimidade, por isso que não fez ainda, é pedindo ao Presidente da República, que diga do Congresso, o que ele precisa para que se encontre uma saída para a Varig. Que leis precisamos fazer e mudar? Onde precisam tocar onde for preciso? Eu acho que, Paim, é que se não der para os 81 é melhor a gente mandar com os que estão, porque demorar demais essa é uma UTI, que joga contra o doente. Tem UTI que é favorável, mas na empresa ficar muito tempo na UTI agrava a doença. Contamina-se cada vez mais, pela falta de confiança das pessoas. Eu ultimamente tenho dito que quero que me ponha para viajar sempre pela Varig, como uma questão até de solidariedade. Para poder evitar que seja parte do jogo dos que com medo fogem da empresa, e aí jogam a empresa na situação ainda pior. Como Senador, quero dizer que eu estou esperando dizer e faça isso, faça isso, faça isso. Eu não consigo saber exatamente o que a gente pode fazer, salvo reuniões como essa, documentos como esse, discursos como esse que eu estou fazendo aqui.

Senador Heráclito, como Presidente da Comissão, da qual eu faço parte, por favor, o que é que eu posso fazer, como Senador brasileiro, para que a gente não tenha essa tragédia nacional de qualquer dia abrir o jornal e ler: "A Varig não existe mais."?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O que acabou de fazer, participar, falar, e eu acho que a nossa posição no Senado é exatamente essa. Trazer esse debate para cá, tornando-lhe o mais transparente possível, eu acho que o Senador Pedro Simon, foi muito feliz quando disse que a partir do momento em que nós iniciamos as quatro Comis-

sões, essas rodadas de conversa. O Governo viu que o caso era mais grave e merecia mais agilidade nas suas soluções. Na sua solução.

Daí, porque eu acho que esse é o nosso papel, meu caro Senador Cristovam, é continuar aqui lutando pelo um patrimônio nacional. Lutando contra 11 mil empregos diretos e 40 mil empregos indiretos. E acima de tudo lutando pelo nome, que tem respeitabilidade não só no Brasil, mas como também lá fora. Nenhum de nós é acionista da Varig, nenhum de nós tem nenhum interesse, que não seja a da manutenção desta empresa e acima de tudo uma solução que não provoque desempregos num país de desempregados. Senador Leonel Pavan, com a palavra V. Exª.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, Presidente Heráclito. Eu apenas também, quero deixar aqui o nosso apoio, pró à Varig. Eu estava comentando há pouco que, o Senador Paulo Otávio, que acho que na existiu outro tema tão discutido como a Varig, aqui nesse Senado, mas isso já acontece há três anos, há três anos. É claro agora agravou-se ainda mais.

Nós, no Senado Federal, Senadores, estamos preocupados há muito tempo. Ainda quando se anunciava a crise. Ainda quando estavam avisando "olha, vamos socorrer a Varig, porque as coisas poderão ficar pior". Talvez o Governo, não tenha acreditado em tudo que foi dito, e todos os avisos que foram anunciados, mas há mais de três anos, nós aqui nessa Casa, estamos discutindo o futuro da Varig, na Comissão de Turismo, de Assuntos Econômicos, Assuntos Sociais, no Plenário, principalmente a Bancada do Sul, do nosso país tem feito muito essa discussão, inclusive, em seus Estados, o Rio Grande do Sul, através de nossos brilhantes Senadores do Rio Grande do Sul, e nós também no Estado de Santa Catarina.

Parece que as coisas já estão chegando num ponto final, vamos ter que ter um investimento bem maior, do que se tivéssemos socorrido no passado. Se o Governo tivesse investido no passado nós estaríamos hoje passando por esse momento de dor até, de tristeza, de insegurança da Varig e de seus funcionários, e não estaríamos debatendo hoje novamente esse tema. Se tivesse o Governo no passado, quando foi anunciado tudo isso que está ocorrendo hoje, a cada dia que passa aumentava a dívida, a cada dia que passa, mais insegurança, e o Governo foi levando com a barriga, deixou as coisas acontecerem. Chegou a um ponto que tem que abrir as portas, abrir as malas. Não tem mais jeito.

Então, eu queria apenas deixar aqui também registro, mais uma vez, o nosso apoio à Varig, e talvez o Governo Federal, até pela proximidade de eleição, tome uma posição agora, concreta, para salvar a Varig. Aquilo que tinha que ser feito no passado, vai fazer com atraso, com prejuízo maior, mas deverá fazer nos próximos dias. É o que todos nós esperamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Deputado Luiz Roberto Pontes, Senhor...

SR. ADACIR – Secretário de Previdência Complementar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Secretário da Previdência, Adacir. Prezado Presidente do BNDES, Demian Fiocca e comandante Márcio Marsilac. Também quero aqui expressar, o meu apoio às iniciativas, que os Senadores de todas as bancadas, do Rio Grande do Sul e de todo o Senado, estão unidos neste propósito de procurar criar uma solução viável para a continuidade, o fortalecimento da Varig, tão importante ela é para a economia brasileira, e a afirmação de algo tão importante, e sobretudo tendo em conta, está aqui o comandante Márcio Marsilac, vendo o esforço que percebemos no cotidiano daqueles que trabalham na Varig. Sejam os que trabalham em terra, sejam os que estão como aeroviários, como aeronautas nos aviões, que nós toda a semana temos a oportunidade de estar voando, temos visto o empenho dessas pessoas no sentido de realizar um trabalho que seja o melhor para resguardar essa empresa.

O Presidente do BNDES, Demian Fiocca, que colocou os termos de como o BNDES estará provendo um empréstimo para a empresa compradora, o grupo acionário comprador da Varig, viabilizando, ou pelo menos facilitando a sua recuperação. Ao longo da história da Varig, como houve a fundação Ruben Berta, que de princípios tinha um forma de participação dos que trabalhavam na Varig, mas de alguma maneira eu não conheço todos detalhes e histórico, mas se diz que a Fundação Ruben Berta, acabou de alguma maneira tendo procedimentos que não foram os melhores, depois de um longo período em que ela era considerada tão exemplar e positiva, mas eu considero muito importante que caso haja da parte de todos aqueles que trabalham na Varig, que sejam 11 mil pessoas ou até mais, ou que venham a ser se possível até mais.

Se for a sua vontade, como parece estar sendo, de estar cooperando para a recuperação da Varig, num momento de dificuldade, se puder haver, do ponto de vista até voluntário dessas pessoas que trabalham na Varig, desde os que trabalham em terra até os comandantes pilotos e assim por diante. Uma disposição de estar, digamos, se propondo a fazer algo. Olha, dada

esta dificuldade nós nos exporíamos a ter uma remuneração menor do que a que temos hoje. Transformar isso como que numa cota de participar junto Varig, como se fosse, então, a transformação disso em cotas de participação dos trabalhadores que trabalham na Varig, como muitas vezes isto ocorre. Nós temos tido casos de empresas que, inclusive, estavam para ir a falência, estavam praticamente em falência, e os trabalhadores resolveram se juntar, formaram cooperativas e, inclusive, foram ao BNDES e conseguiram empréstimo que viabilizaram a continuidade, sobrevivência e depois o sucesso destas empresas. Certamente conhece exemplos, que hoje são considerados importantes caminhos até de alto gestão.

É possível perfeitamente se combinar a participação privada de acionistas, com a participação de trabalhadores, nos mais diversos níveis, que teriam cotas de participação. Eu pergunto se isso está sendo considerado, ao comandante Márcio Marsilac, eu sei que houve dentre os que trabalham na Varig, até pontos de vista diferentes, mas na medida em que isso possa ser algo oferecido voluntariamente, ou se puder haver um mecanismo pelo qual eles decidam em suas respectivas Assembléias, algo que pudesse, inclusive, significar um salto de bom entendimento para a continuidade, recuperação fortalecimento e bom sucesso da Varig. Se isso está sendo cogitado? Essa é a minha pergunta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu vou passar a palavra ao Dr. Demian, e quero fazer justiça. Desde o primeiro momento em que nós levantamos a idéia da discussão conjunta, lá no Plenário do Senado, o Senador Suplicy, foi um dos primeiros que a pôs a sua assinatura, para que esse debate fosse realizado e a partir daí nós começássemos essa discussão. Passo a palavra ao Dr. Demian, para as suas respostas.

SR. DEMIAN FIOCCA – Senador, houve indiferentes momentos, discussões sobre a possibilidade de conversão de determinados direitos e trabalhadores em participações da futura empresa. O BNDES tomou conhecimento dessas questões como observador à medida em que o Banco não é credor da Varig, e tampouco conduz o processo de reestruturação que é conduzido hoje, pela justiça, o Banco tampouco está na assessoria das diferentes consultorias, que assessoraram gestores da empresa durante esse período, e hoje a assessoria quem faz é Alvarez & Marsal. O BNDES, ele está...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu pediria permissão a V.Sª. para registrar aqui a presença do Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Demian, continua V.Sª. com a palavra.

SR. DEMIAN FIOCCA – Eu dizia então, que o BNDES tomou conhecimento de discussões nesse sentido, destacava que o BNDES, ele não conduz o processo, uma vez que ele não está nem assessorando a empresa, nem é credor da empresa, e muito (?). Na condução que a justiça faz. O BNDES está se dispondo a contribuir como demonstração do desejo do Banco Central, perdão do Governo Federal, de contribuir na medida do possível, resguardar, também naturalmente, inclusive, com os recursos públicos para uma solução mais ordenada possível, nós não somos parte interessadas, estamos apenas procurando ajudar.

Agora, a possibilidade de conversão de direitos de trabalhadores, de algum grau de participação maior dos trabalhadores, eu entendo que é algo que a consultoria Alvarez & Marsal, contratada atualmente pelos gestores da Varig, que faz um pouco a gestão, devem estar considerando. A única coisa que eu gostaria de, entretanto, comentar é que na avaliação da própria consultoria e dos gestores da Varig e do Juiz que conduz o processo, hoje está claro que apenas a idéia de fazer a auto-gestão e conseguir empréstimos, ela seria insuficiente para uma solução duradoura da Varig. A Assembléia de credores, aprovou a venda da parte da operação da Varig, de duas modalidades diferentes, mas sempre com... Nas duas alternativas como a venda de recuperação, pelo entendimento dos próprios Consultores, na sua análise técnica, de que a empresa precisa hoje de um aporte de capital. Vocês não precisam, não é apenas refazer uma gestão e conseguir crédito, ela precisa de investimento em capital. Daí a solução conduzida pelo Juiz, de propor duas alternativas de venda de parte dos ativos, uma com valor mínimo de 700 milhões de dólares, outra com valor mínimo de 860 milhões de dólares, mas sempre supondo que haverá um investidor de capital. Então, a combinação de participação dos trabalhadores, eu entendo que a consultoria e a empresa está examinando, o BNDES não é parte nisso. O BNDES pode financiar uma solução tal como encaminhado, adiantar recurso etc. Mas a minha impressão é que a consultoria, quem analisou os fluxos da empresa concluiu que é necessário um aporte, sim, de capital, não bastaria apenas entregar a empresa aos trabalhadores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita uma brevíssima observação, mas vamos supor que 11 mil trabalhadores, em média, disponibilizassem por ano, 11 mil vezes mil, 11 milhões de recurso, e que o fizessem isso por cinco anos. E isso significaria também um aporte de capital, que poderia ser transformado

em cotas de participação dos trabalhadores, ou seja, a idéia eventual, se eles concordassem em abrir mão de parte da sua remuneração transformando-a num aporte de capital, que por outro lado seria transformado em cota de participação, então, algo assim. Que é algo que pode ser viabilizado, mas... Então, é algo que pode ser considerado, que poderá contribuir em acréscimo a injeção de recurso que grupos de acionista fariam. Essa... Nesse sentido, Sr. Presidente.

SR. MÁRCIO MARSILAC – Se for possível Senador Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Dr. Marsilac.

SR. MÁRCIO MARSILAC: Nessa intenção, Senador Suplicy e Presidente Demian, os trabalhadores do grupo Varig, chamado TVG, ontem protocolaram no BNDES, uma carta justamente tratando deste assunto. Nós, ontem, ao meio dia e quatorze, protocolamos a intenção dos trabalhadores, através de uma empresa constituída, uma limitada constituída, pelas próprias associações de trabalhadores, para que seja o veículo de um clube de investimento de empregados na Varig, como forma de solicitar ao BNDES, um empréstimo-ponte para a empresa da ordem de 150 milhões de dólares, justamente tratando da viabilidade de um empréstimo-ponte para a empresa. Nós, algum tempo atrás, trouxemos a idéia de usar recursos de parcela da poupança previdenciária dos trabalhadores ativos. Infelizmente a liquidação e a atitude preventiva, como esclareceu hoje o Secretário da Secretaria de Previdência Complementar, acabou inviabilizando o uso desses recursos. Nós, ontem então, através dessa outra fonte, que é uma parcela dos trabalhadores que aderissem a participação, de um percentual dos seus salários dentro de um clube de investimentos, poderíamos ser o canal de viabilização do empréstimo-ponte necessário à empresa, para que ela não só sobrevivesse os 60 próximos dias, como pudesse começar a implementar as ações de retorno da aeronaves ao vôo, recuperando o seu faturamento, e também a implementação de ações de diminuição dos seus custos. E por paradoxo que seja, dentro dessas ações, nós sabemos, já existem 1700 a 1800 trabalhadores, que aderiram a planos de demissão voluntária e que não estão podendo concretizar essa demissão por falta de recursos em caixa.

Então, eu até aproveito para passar ao Dr. Demian, Presidente do BNDES, a carta apresentação e a carta de termos desta proposta, para que o BNDES possa analisar efetivamente, se há condições de ele financiar antecipando justamente esses descontos em folha. Porque o que nós precisamos, se temos resolvido o médio e o longo prazo da Varig, através da repactuação da Assembléia Geral de credores, nós vivemos uma crise de curtíssimo prazo, que deve ser resolvida para que a empresa se mantenha viva e possa angariar condição de sobreviver, quando do leilão da alienação judicial. Então, é isso, eu aproveito também para passar ao Senador Heráclito Fortes, uma cópia dessa carta que estamos encaminhando ao...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (pronunciamento fora do microfone).

SR. MÁRCIO MARSILAC – Das duas. Então, nesse sentido se puder tomar mais um minuto, Senador Pedro Simon. Eu diria o seguinte: Se nós reconhecermos que há problema de gestão, houve problema de governança corporativa, quando da falta, daquele que foi o patrono desta empresa, Ruben Berta, nós temos que reconhecer que a história dessa empresa se confunde com a história do Estado Brasileiro. Nós, como corporação, somos a única corporação do transporte aéreo viva, depois da abertura dos céus brasileiros na era Collor, enfrentamos vários planos econômicos, com problemas cambiais dentro de uma indústria que tem basicamente todos os seus insumos dolarizados, todos os seus insumos, até mesmo o combustível de aviação. A única empresa que se propôs a manter fazendo os vôos de integração nacional, para lugares onde as outras empresas, dentro do moderno conceito de só voar em rotas de alta demanda, não mais atuavam. Porque Vasp e Transbrasil, já se foram dentro desses fatores externos. Empresa que fez diversos vôos chamados vôos diplomáticos, não só para a África, como Maputo, como África do Sul, Joanesburgo, como Lagos, como Angola. Eu mesmo tive a oportunidade de participar de um vôo, que foi buscar os brasileiros que estavam na Angola, quando da revolução. Então, esta empresa cumpre papel que é do Estado, e não consegue cumpri-lo com lucratividade. Isto é óbvio.

E como disse um brigadeiro, essa foi a empresa que quando se discutiu no Brasil, que os chamados VDC, Vôo Direto ao Centro, iriam ser feito por aeronaves de até 50 lugares. Porque a EMBRAER, acabava de fabricar o RG 145, com 50 lugares, foi a EMBRAER junto com o BNDES financiando, adquiriu 15 aeronaves, para que 2 meses depois, fosse rasgado o projeto e as outras empresas pudessem usar aeronaves 737, dentro desses vôos, e a Varig foi obrigado através da Rio Sul, a canalizar esses aviões em outras rotas que não eram rentáveis. E como disse um Brigadeiro ligado à operação na épocA – "Infelizmente a Varig viveu de ingenuidade patriótica". Esse foi o conceito gerencial que ele disse que solapou a Varig, ingenuidade patriótica.

Eu não concordo com esse observação, eu acho que as empresas de transporte aéreo, faziam e devem

retornar a fazer algum papel de integração nacional, e cumprindo por ser uma concessão públicas, obrigações que são do Estado, mas que isso deve estar inserido dentro dos seus custos e da sua viabilidade econômica. Basicamente era isso. E trazer a conhecimento dos senhores, que o Juiz da 8ª Vara Empresarial, tomou decisões ontem importantíssimas.

Uma delas é de que não há sucessão, seja no modelo da Varig Operações, mantendo as operações internacionais e nacionais juntas, seja através da Varig regional, separando a Varig da internacional da Varig nacional. Acompanhado no seu Parecer pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e também tomou a decisão de manter a BR fornecendo combustível para a empresa, mesmo sem o pagamento, e agora na parte da tarde está promovendo uma Audiência unindo a empresa reestruturadora e a BR Distribuidora, para tentar encontrar um denominador comum. Então, a gente vê que há uma convergência de atores buscando uma solução para a empresa, nós precisamos urgentemente discutir. E aí volto a idéia do Senador Heráclito e do Senador, Senador Paulo Paim, de promovermos, e a nossa proposta é que isso seja feito, ainda no dia de amanhã, uma reunião entre o Governo Federal, com todas as suas instâncias, BNDES, Banco do Brasil, Infraero, BR Distribuidora, a Secretaria de Previdência Complementar, representação dos Estados que tem de alguma forma ICMS, como um crédito da Varig junto a esses Estados. O Governador Germano Rigotto já capitania o movimento nesse sentido. Então, era unir esforços em relação a isso do Congresso Nacional com a representação do Senado e da Câmara, e a representação dos trabalhadores com seus Consultores, para poder agregar também dentro desse processo. Essa é a nossa proposta e eu agradeço, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa acolhe as sugestões de V.Sª., e está solicitando ao Senador Paim, para formalizar.

SR. MÁRCIO MARSILAC – A informação que temos é assim, é que está confirmado o transporte oficial ser pela Varig, da Seleção.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente. Eu vou providenciar o requerimento, mas eu sei que a agenda do Governador não é fácil, se nós déssemos agora a oportunidade...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu vou passar exatamente agora, queria apenas fazer um pequeno comentário aqui com o Senador Suplicy.

Senador Suplicy, no dia que nós votamos, no Plenário do Senado, a criação e as convocações feitas, o Senador Sibá Machado, colega de V. Exª. indagou o que é que os funcionários da Varig estariam dispostos a perder. Só que essas negociações já tinham sido feitas. E uma das coisas mais importantes nessa discussão toda é a disposição de sacrifício que os servidores, os funcionários da Varig se dispõem desde que a solução seja encontrada.

Agora vejo V. Exª. com a mesma preocupação, eu fico muito feliz, porque há tentativa de buscar um caminho para resolver. Mas só fico triste, porque V. Exª. é de um partido que durante 20 anos defendeu o trabalhador brasileiro. E eu acho que nós não podemos iniciar a discussão, sabendo o que é que o trabalhador pode perder, o que o trabalhador pode perder é discussão final do projeto. Estou apenas fazendo essa referência, porque eu acho oportuno, sei que V. Exª. é um dos Senadores mais bem intencionados que essa República tem, mas acho que não só eles já deram a sua parte, estão dispostos a dar a sua parte, mas eu acho que num momento da discussão, ela tem outras vertentes e eu prefiro continuar lhe olhando como homem que defende a renda mínima.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita, Sr. Presidente. A proposta que eu formulei não tem sentido de perda dos trabalhadores, tem o sentido de os trabalhadores transformarem a sua própria remuneração...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Redução de salário foi falado aqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ...em um crédito, que significaria um investimento, uma cota de participação nos resultados a exemplo do que tem, inclusive, acontecido em diversas empresas, que onde os trabalhadores tendo os empresários até... Se fosse continuar o procedimento, iriam inviabilizar a empresa, iriam levá-lo a falência, e esses trabalhadores resolveram assumir, e transformaram muitas vezes a sua remuneração em cotas de participação, tendo uma diminuição de remuneração temporária, mas no futuro acabaram tendo resultados muito positivos. Então, é apenas uma maneira de transformar, que é considerada adequada e que não significa a perda de direitos. Se não ganhos para o futuro. Este é o sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O que me preocupei, foi apenas quando falei na redução de salário. Agora a minha preocupação cresce, porque na Câmara tramita...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É transformação do salário em crédito, em cota de participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O que ganha muito até que agüenta, o que ganha pouco começa a tirar do sustento do dia-a-dia. Mas eu estou preocupado não é por isso, é porque tem um Deputado que é, inclusive, no meu

Estado na Câmara, que tem um projeto defendendo a renda máxima, o meu medo é esse.

Com a palavra, com muita alegria, o Senador, o Governador Germano Rigotto foi um extraordinário companheiro na Câmara dos Deputados, teve uma atuação brilhante, inclusive, percorrendo o Brasil todo, mostrando o seu projeto sobre a reforma tributária. Essa extraordinária figura que se encontra hoje aqui, a quem passo a palavra.

GOVERNADOR GERMANO RIGOTTO – Eu gostaria de cumprimentar...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Pedro Simon. A segunda vez. A primeira foi defendendo a reforma tributária.

GOVERNADOR GERMANO RIGOTTO – Eu gostaria de cumprimentar o nosso Senador Heráclito Fortes, dizer da alegria de reencontrá-lo. Nós trabalhamos juntos aqui no Congresso Nacional, e eu tenho que agradecer o Senador Heráclito Fortes, meu ex-colega na Câmara Federal, porque hoje ele tem esse trabalho importante de discussão de encaminhamentos para solução de todo esse quadro de instabilidade, de insegurança que gera o problema da Varig. Mas o Senador Heráclito Fortes, há pouco tempo atrás também tinha a famosa convenção quadro, que poderia atingir fortemente o setor fumageiro do Brasil, e ele com muita competência conseguiu buscar os entendimentos que precisávamos buscar, acredito muito na sua capacidade de aglutinação e de ajuda, momentos tão difíceis como esse.

Quero da mesma forma cumprimentar cada um dos nossos Senadores aqui presentes, Senador Eduardo Suplicy, Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon, dizer da alegria de reencontrá-los. Dois Senadores do meu Estado, Senador Paulo Paim e Senador Pedro Simon, e o Senador Eduardo Suplicy que eu tive a possibilidade de ser o Relator do seu Projeto de renda mínima, na Câmara Federal, e estudar com profundidade...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – E ele nunca esquece de dizer que V. Exª. deu o Parecer favorável.

GOVERNADOR GERMANO RIGOTTO – Favorável ao projeto de renda mínima, e é bom que se diga que todos os programas de renda mínima que existem hoje no Brasil, todos, eles foram gerados a partir do projeto de, do programa de renda mínima do Senador Eduardo Suplicy. Não é exatamente o que o Senador Eduardo Suplicy, gostaria que nós tivéssemos, mas os programas de renda mínima, inclusive, o bolsa família, e aquilo que tivemos no Governo anterior, surgiram do trabalho do Senador Eduardo Suplicy.

Então, eu quero cumprimentar a todos, cumprimentar o meu Secretário de desenvolvimento e assuntos internacionais, que foi um dos participantes desse encontro, Secretário Luiz Roberto Pontes, Paulo Rabello de Castro que está conosco também, o Deputado Perondi. Mais uma saudação muito carinhosa ao nosso Presidente do BNDES, Dr. Demian Fiocca que está prestigiando essa reunião. E o papel tão importante que tem o BNDES, nesta quadra de definição, das questões que envolvem a nossa Varig. Da mesma forma na pessoa do comandante Márcio Marsilac, eu cumprimento todos aqueles que compõem a família Varig, que estão aqui, funcionários, representantes de entidade, a minha saudação carinhosa na pessoa do comandante Márcio, a todos os senhores e as senhoras e na pessoa do Dr. Adacir Reis, também, o nosso Ministério da Previdência Social, ele como Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social. O meu abraço à imprensa.

E eu quero rapidamente, meu prezado Presidente, Senador Heráclito Fortes, dizer que eu estou vendo luz no fim do túnel, finalmente. Depois de tanta apreensão, intranqüilidade e até imobilismo no agravamento da situação da Varig, porque nós já podíamos ter tido essa luz surgindo antes, mas não vamos olhar para trás, vamos olhar para frente. Há tanta empresa reestruturadora, como a Assembléia que determinou a repactuação, com a Assembléia dos credores que foram passos importantes que nós tivemos nesses últimos dias, mas principalmente a decisão do Governo Federal, e eu sinto essa decisão do Governo Federal, entrar nesse processo para ajudar que tenhamos uma solução, que preserve um patrimônio nacional que é a Varig, é um patrimônio que o país tem e tem que ser preservada. E eu sinto uma mudança.

A presença aqui do presidente do BNDES, significa a certeza que nós vamos ter o BNDES com as suas limitações, com os cuidados que tem que ter, ajudando nesse processo de reestruturação. Eu fico muito feliz, Presidente, com isso. Fico muito feliz, viajei com o Presidente Lula, com a Ministra Dilma, há poucos dias atrás, uns 20 dias atrás. Conversamos sobre o que é que representaria para o país o fim da Varig, não apenas nos empregos, mas a perda deste patrimônio que é a Varig que foi construída ao longo de tantos anos e com tanto trabalho. O que é que se representaria para a imagem do Brasil, o fim da Varig? E felizmente eu acho que está havendo esta compreensão, da importância da presença do Governo Federal, e capitaneado pelo Presidente Lula, com os seus Ministros, com o agente de fomento tão importante como o BNDES, e tendo este trabalho de diálogo, Senador Heráclito Fortes, com todas as partes. A presença dos funcionários

da Varig, que vão dar a sua contribuição, e já estão se disponibilizando a dar sua contribuição, quero dizer que recebi uma tarefa com relação aos créditos que a Varig teria de ICMS com os Estados.

E eu lembro que numa reunião, recebi o resultado da reunião, pediram uma interferência minha. Levei à Procuradoria Geral do Estado a proposta que foi feita. Porque isso tem que ter um acordo judicial. Não tramitou em julgado. É um processo que na verdade por exemplo no Rio Grande do Sul, ele está apesar no início, apenas nas primeiras etapas de debate judicial, diferente do que aconteceu com STJ, diferente com que aconteceu com a decisão do Superior Tribunal de Justiça, que praticamente no meu modo de ver é definitiva, a busca do Supremo Tribunal Federal é apenas para ganhar tempo, o Supremo Tribunal Federal decidirá a favor da Varig, eu não tenho a menor dúvida disso. Pela forma como a definição ocorreu no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça diferentemente dos créditos de ICMS quando o processo está iniciando, mas a proposta feita pela Varig é uma proposta que ela tem que ser analisada pelos Estados. O que é que diz a Varig? Ela dá um tempo de pagamento, dá um prazo de pagamento. Ela determina uma redução do valor que os Estados tem que ser pagos com período de carência. Então, é uma proposta possível de ser aceita pelos Estados, é claro que não é fácil o entendimento com todos os Estados, pode ter Estado que avance e Estado que não avance. Nós determinamos à Procuradoria que em cima da proposta feita pela Varig nós possamos chegar a um entendimento. Se aquela proposta da carência, dos meses para pagar, da diminuição do valor total. Se aquela proposta que foi apresentada ou é aquela proposta modificada. E qual o entendimento que nós podemos buscar no judiciário.

Eu acredito que se nós tivermos alguns Estados, reconhecendo esses créditos, isto para o BNDES, isto para a Varig, para a companhia e para os próprios credores, outros fornecedores da Varig, isto tem uma importância muito grande por isso que pedi pressa à nossa Procuradoria para encontrar alternativa que signifique, a busca desse acordo judicial. Que nos dê proteção. Porque o Governador não pode, comandante ser responsabilizado de ter um crime de responsabilidade, ou digamos um processo de crime de responsabilidade sobre Governador, de aceitou uma dívida que o Estado poderia não ter. Então, os cuidados que nós temos que ter, tanto o Governador do Rio Grande do Sul, como todos os Governadores de Estados da Federação, que teriam essa pendência, é algo que passa por esse Parecer e por esse entendimento das nossas procuradorias, mas eu vejo que é muito possível, que nós possamos avançar e dar a Varig, mais este oxigênio fundamental que a Varig teria.

Eu quero cumprimentar a todos aqueles, cumprimentar o nosso Senado Federal, o nosso Congresso Nacional, pelo trabalho que estão fazendo, e quero me colocar à disposição, Senador Heráclito Fortes, meu Presidente, toda vez que entenderem que nós pudermos estar aqui para participar de alguma reunião que signifique, quem sabe o bater martelo para o entendimento final, e que nós possamos dar a contribuição, a Varig é do Brasil, a Varig não é de um ou outro Estado da Federação, talvez o Rio Grande do Sul, tenha historicamente a maior vinculação com a Varig, talvez não tem, porque ela surgiu no Rio Grande do Sul, viação aérea rio-grandense, mas é do Rio Grande do Sul, se transformou nessa grande empresa nacional e internacional que é a Varig. Ela como patrimônio nacional, todos os Governadores devem estar nesse momento, preocupados em ajudar a que tenhamos um final feliz nesse processo. E o final feliz obrigatoriamente, tem que ser a preservação da companhia. Muito obrigado e me coloco a disposição da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sobre a Mesa requerimento do Senador Paulo Paim, que propõe uma reunião de trabalho nesta Casa do Senado, para debater a curto e médio prazo, a crise financeira que assola a Varig. Ele sugere aqui a participação de um representante da Casa Civil, de um representante do BNDES, do SPC, do Banco do Brasil, da BR Distribuidora e da Infraero. Representante do Senado, representante da Câmara, representante dos trabalhadores do grupo Varig e representantes de Estados que têm ICMS com a Varig. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Para discutir, V.Exª. com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu só faço um apelo que o requerimento seja no nome dos três Senadores do Rio Grande, e dizer o que Senador Zambiasi, Governador Germano Rigotto, só não está aqui, porque ele está presidindo nesse momento uma Sessão do Mercosul; pediu que eu justificasse a V. Exª., o telefonema que ele me deu há 10 minutos atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Então, Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Pedimos à Secretaria das Comissões que comunique, e evidentemente que nesse caso aqui nós temos que ter uma certa compreensão, porque estamos a menos de 24 horas da realização, da Reunião, de forma que vamos

pedir a colaboração de todos os convidados para que se possa fazer.

Na quinta-feira está marcada a Reunião, vamos acertar apenas o local com Dr. Adacir.

Bom, queremos agradecer a presença de todos... Quinta-feira, 23. A presença do comandante Marsilac, do Dr. Demian, do Dr. Adacir, do Dr. Luiz Roberto Pontes e a presença aqui, muito boa, do Governador Rigotto, Senador Arthur Virgílio acaba de chegar e pelo sinal quer a palavra e suspendemos o encerramento e concedemos a palavra a S. Exª.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Governador, saúdo na sua pessoa, todos os presentes a começar por todos os convidados... a começar, enfim por V. Exª. mesmo. Mas eu vou ser bastante breve. Dizer que eu estranhei muito esse ataque de *Margareth Thatcher* que o Governo teve nesse episódio da Varig. Ou seja, tão generoso, colocando recursos do BNDES à disposição de um país que não precisa desses recursos, está cheio de "petrodólares", a Venezuela, metrô de Caracas eu considero isso aberrante até, pouco tem a ver, inclusive, com exportações brasileiras, não dá nem para dizer que está financiamento exportações, que Brasil auferirá, porque era meramente um equipamento urbano para Caracas. Eu entendo que esforços devem ser feitos para se salvar a Varig, várias formas foram muito discutidas, debatidas e sugeridas, uma delas pediu um esforço de Governos Estaduais e Municipais, que devem a essa empresa.

Uma outra fórmula seria se fazer o cálculo entre o que uma injeção de recursos custaria mais ou menos do que, ou seja, a relação custo/benefício, o que se investiria lá, seria menor do que o que se perderia, isso do ponto de vista do raciocínio matemático do Governo Federal. Mas sobretudo eu vejo uma empresa que tem toda uma tradição de vôo internacional, isso não se obtém de uma hora para outra, isso demanda décadas e décadas de construção de um reputação, essa reputação precisa ser preservada, tanto quanto possível.

Em outras palavras, é trazer aqui a minha palavra de solidariedade aos servidores da Varig, aos funcionários da Varig, numa hora em que essa empresa, com muita garra, com muito luta, ela ficou mais pontual do que antes, ela está fazendo tudo que pode para sobreviver. Uma empresa que representa muito para o Brasil. E trazer de fato a palavra de solidariedade do meu partido, da liderança do PSDB nesta Casa, aos funcionários da Varig e a essa marca. É uma grande empresa brasileira de renome mundial que não pode ser tratada assim como se fosse algo dispensável. Ela que, e eu digo mais, o ataque de *Margareth Thatcher*, que o Governo teve, não casa sequer com a atitude do Presidente Bush, que após o 11 de setembro, reconheceu que era preciso enfrentar junto com as empresa aéreas americanas, a crise da falta de turistas em Nova Iorque, por via de conseqüência nos Estados Unidos, e injetou substanciais bilhões de dólares nas empresas aéreas americanas.

Não prego que se abra torneirinha em vão, que se jogue dinheiro a fundo perdido, mas a Varig tem, a meu ver, credenciais, possibilidades e viabilidades, de modo a ressarcir o Governo, tostão por tostão, eu que gostaria muito que saísse uma solução, até que não demandasse recursos do Governo, mas em outras palavras, que não bancássemos o moderninho, deixando pura e simplesmente quebrar. Não é simples. Tem reflexos diretos e indiretos no Governo de V. Exª., Governador Germano Rigotto, e reflexos diretos e indiretos, em turismo brasileiro, tenho certeza absoluta, que muita gente foi passar a viajar por outras companhias, na hipótese, e eu sei que as outras têm tudo para crescer e torço para que cresçam. Na hipótese de faltar a Varig de repente crescerá a demanda, não pelas nacionais que a substituiriam, mas pelas empresas internacionais que sempre concorreram com ela. Portanto, eu não poderia deixar, Senador Heráclito Fortes, de trazer essa palavra em meu nome, em nome do meu partido. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Dr. Demian, para esclarecimentos.

SR. DEMIAN FIOCCA – Apenas o esclarecimento sobre um tema que ressurge por vezes com certa imprecisão na informação, a questão do financiamento a exportação de serviços, por parte do BNDES, foi citado já em outras ocasiões a questão do metrô de Caracas. Eu queria fazer dois esclarecimentos, o BNDES ele financia a exportações de bens e serviços brasileiros, não financia um importador estrangeiro, quando não esteja pagando um contrato de remuneração a uma empresa brasileira. E no caso específico desse empréstimo, inclusive, o primeiro empréstimo ao próprio metrô de Caracas foi feito no Governo Fernando Henrique, pelo BNDES, mas na gestão ainda no Governo anterior. É uma linha corriqueira do BNDES, o financiamento a serviços, e realmente eu gostaria apenas de esclarecer isso, porque de algum mal-entendido que surgiu, em algum momento, vem se repetindo uma idéia que é equivocada.

O financiamento a exportações de bens e de serviços, sempre tem um comprador no outro país. Sempre tem. Se é uma construção em outro país, pode ser uma construtora brasileira, se há venda de um caminhão, tem uma empresa que comprou o caminhão e uma empresa brasileira que o vendeu. Se a venda de

um trem, de metrô tem uma empresa que comprou o trem de metrô e uma empresa brasileira que vendeu. Então, eu queria apenas reparar essa falha de informação, e saudar a postura do Senador, no sentido de nos apoiar, no sentido de que não haja, haja sim um esforço do Governo, como está havendo por meio do BNDES, mas não de maneira imprudente que nas palavras do Senador configuraria, colocar recursos a fundo perdido. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradecemos portanto a presença das autoridades que já mencionamos, mais uma vez a presença do Governador Germano Rigotto, dos funcionários da Varig que estão aqui acompanhando *pari passu* essas discussões, e Senador Pedro Simon, parece que é a segunda vez que o Rio Grande do Sul terá sucesso nas suas empreitadas. Como disse o Governador Rigotto, a primeira foi na questão do fumo. Agora parece que as coisas começam a clarear. É só questão de persistência.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – E casualmente sempre com V. Exª. na frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Portanto, agradecemos a presença de todos e está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada 13h46

Ata da Décima Quarta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada no dia 17 de maio de 2006, quarta-feira, às 9:30 horas.

Às dez horas e quarenta minutos, do dia dezessete de maio de dois mil e seis, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLEXA RIBEIRO, LÚCIA VÂNIA, LUIZ PONTES, VALDIR RAUPP, SÉRGIO CABRAL, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ JORGE, DEMÓSTENES TORRES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, WELLINGTON SALGADO E ANTÔNIO JOÃO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão**.** O Senador Antônio Carlos Valadares, declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica ainda que o **ITEM 01, PLC Nº 52, DE 2003 e outros**, fica retirado de pauta a pedido do Relator. Passa-se à apreciação do item 06 da pauta. **ITEM 6 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2000,** "Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos seguros privados de assistência à saúde para coibir a exigência de realização de testes genéticos para a detecção de doenças". **Autor:** Senador Juvêncio da Fonseca. **Relator** "ad hoc": Senador Flexa Ribeiro. **Parecer:** Favorável com uma emenda apresentada pelo relator e com a inclusão da emenda apresentada pelo autor do Projeto. **Resultado –** Aprovado por 10 votos sim. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 343, DE 2005,** "Altera o art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, (dispõe sobre utilização de mão de obra de menores de dezesseis anos)". **Autora –** Senadora Lúcia Vânia. **Relator** "ad hoc": Senador Luiz Pontes. **Parecer:** Favorável com uma emenda que apresenta. **ResultadO –** Aprovado por 10 votos sim. **ITEM 03 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2003** "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir a atribuição de destaque às declarações de qualidades e de características nutritivas, tanto nas embalagens quanto na publicidade de alimentos". **Autor:** Senador Tião Viana. **Relator:** Senador Flexa Ribeiro. **Parecer:** Contrário. **Resultado –** Rejeitado o projeto por 11 votos não. Os demais itens da Pauta 2 e 4 foram adiados. Fizeram uso da palavra os Senhores SenadoreS – Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Luiz Pontes, Augusto Botelho e Luiz Pontes. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e oito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Antônio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro da estenotipia informatizada. – Senador **Antônio Carlos Valadares,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Havendo número legal declaro aberta 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e provação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permaneçam como se encontram.

Comunico que o Item nº 01 fica retirado de pauta a pedido do Relator Senador Papaléo Paes. Faremos uma inversão de pauta decisão terminativa do Projeto de Lei do Senado nº 231 de 2000, que "acrescenta dispositivo a Lei nº 9.656 de 3 de junho de 1998 que dispõe sobre os planos de seguros privados de assistência à saúde para coibir a exigência de realização de testes genéticos para a detecção de doenças". Autor é o Senador Juvêncio da Fonseca, o Senador Mão

Santa é o Relator, e como Relator *ad hoc* eu designo o Senador Flexa Ribeiro, a quem concedo a palavra para fazer a leitura do Parecer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Antônio Carlos Valadares, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Srs. Senadores.

A Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa sobre o Projeto de Lei nº 231 de 2000 que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656 de 3 de junho de 1998 que dispõe sobre os planos privados de assistência a saúde para coibir a exigência de realizações de testes genéticos para a detecção de doenças.

O Relatório é do nobre Senador Mão Santa. O Projeto de Lei do Senado nº 231 de 2000 de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656 de 1998 que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde para coibir a exigência de teste genético para detecção previa de doenças.

Em sua justificativa o autor considera que os testes genéticos cuja utilização pode representar grandes avanços para a promoção e recuperação da saúde de pessoas portadoras de doenças genéticas passíveis de detecção precoce podem vir a se transformar em instrumentos de redução de custos para operadoras de planos privados de assistência à saúde em detrimento de valores éticos quando utilizados como condição para o beneficiário participar de plano de saúde.

Para o autor a exigência por uma operadora de plano de saúde do conhecimento antecipado de características genéticas de um cidadão é, sem dúvida, discriminatória e atenta contra a sua privacidade.

Assim a propositura acrescenta a lei dos planos de saúde. O Art. 14-A com o propósito de vedar a exigência de testes genéticos para a detecção prévia de doenças.

Emenda do próprio autor foi apresentada para propor que se acrescente ao final do texto do nosso dispositivo a expressão "como condição para participar de planos privados de assistência à saúde". No entender do Senador Juvêncio da Fonseca essa providência é essencial para explicitar a vedação da exigência de testes genéticos e seu alcance evitando qualquer possibilidade de desentendimento a cerca de sua intenção e seus limites.

O Projeto foi encaminhado a esta Comissão para decisão em caráter terminativo. Análise: O PLS nº 231 de 2000 sem duvida preenche uma lacuna da legislação existente no que se refere ao estabelecimento por parte das operadoras de condições de adesão aos planos de saúde.

Se a identificação de suscetibilidade ou pré-disposição genética a determinadas doenças e condições é hoje um fato real, e uma possibilidade técnica de mais ampla aplicação num futuro próximo, a utilização dessas informações precisa ser regulamentada para permitir a salva guarda de direitos civil das pessoas, de forma a impedir que elas sejam objetos dessa nova forma de discriminação em razão do patrimônio genético.

Essas questões derivadas da constante evolução do conhecimento científico e tecnológico na área médica e biológica são de grande utilidade e exige a elaboração de regras e limites para a sua utilização e aplicação, porque como já se observou ao mesmo tempo em que abre novas portas para a detecção precoce e o tratamento mais efetivo de patologia de caráter genético pode se transformar em instrumento discriminatório cujo uso atenta contra os direitos humanos individuais e sociais. Daí a pertinência e a oportunidade do Projeto de Lei em tela.

A Emenda apresentada, por outro lado, é essencial para os objetivos que o Projeto almeja tendo em vista que não se pretende, nem se deve impedir a utilização de testes genéticos em geral na prática médica, mas apenas a sua utilização como critério discriminatório. Adicionalmente importa observar que na feitura de leis é imperiosa a inclusão de cláusula de vigência omitida no Projeto de Lei em apreço.

Assim apresentamos Emenda para adequar a proposição à boa técnica legislativa. VotO – Diante do exposto somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 231 de 2000 com a inclusão da Emenda apresentada pelo Senador Juvêncio da Fonseca e da seguinte Emenda. Emenda CAS de nº desse ao Art. 14-A a ser acrescentada a Lei nº 9.656 de 3 de junho de 1998 nos termos do Art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 231 de 2000 a seguinte redaçãO – Art. 14-A "é vedada a exigência de teste genético para a detecção prévia de doenças para o ingresso nos planos ou seguros privados de assistência à saúde". Sala das Comissões. Emenda nº CAS, inclui-se no PLS nº 231 de 2000 o seguinte Art. 2º. Art. 2º "esta Lei entra em vigor na data de sua publicação".

Era o Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – O Item nº 05, a leitura do Item nº 05, peço ao Senador Luiz Pontes para fazer a leitura do Parecer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, tendo em vista uma audiência com o Ministro da Agricultura daqui a 10 minutos, eu queria deixar os meus Votos consignados já nesses Pareceres que não são projetos polêmicos, então gostaria se ...

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Levarei em consideração o pedido de V.Exª. no momento apropriado da votação.

Agora, no momento nós estamos fazendo a leitura dos Pareceres. Muito obrigado a V.Exª.

SENADOR LUIZ PONTES (PSDB-CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 343 de 2005 em decisão terminativa que altera o Art. 434 da consolidação das leis do trabalho aprovado pelo Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943.

RelatóriO – Vem a exame desta Comissão em caráter terminativo o Projeto de Lei do Senado nº 343 de 2005 que ao dar nova redação ao Art. 434 da consolidação das leis do trabalho tem por objetivo estabelecer novos valores e multas aplicadas em razão do descumprimento das normas de proteção do trabalho do menor.

Para tanto o Projeto prevê multa de 300 reais que será elevado ao dobro em caso de reincidência a ser imposta aos que infringirem as normas constantes do capítulo 4º da CLT que trata da proteção do trabalho do menor. 2) multa de 3 mil reais aplicada tantas vezes forem os menores empregados para o empregador que utilizar mão-de-obra de menores de 16 anos ressalvada a contratação na condição de aprendiz de menores a partir de 14 anos.

Determina finalmente que os valores resultantes da aplicação das multas sejam destinados para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente instituído pela Lei nº 8.242 de 12 de outubro de 1991.

Não foram apresentadas Emendas ao Projeto no prazo regimental.

É bem verdade que no campo social o Brasil vem desenvolvendo ações e programas visando à proteção integral das crianças e adolescentes nas áreas da trabalho, educação, saúde, direitos humanos e assistência social.

Anos atrás o Ministério do Trabalho e Emprego criou comissões estaduais de combate ao trabalho infantil que são responsáveis pela realização do diagnóstico preliminar dos focos do trabalho de crianças e do adolescente em todo País. Esse diagnóstico vem sendo usado para direcionar as ações de fiscalização em todo o País do trabalho de menores de 14 anos.

Em 1997 o Ministério do Trabalho e Emprego transformou essas comissões em núcleos de combate ao trabalho infantil e proteção do trabalhador adolescente no âmbito das Delegacias Regionais do Trabalho com a finalidade de diagnosticar, planejar, executar e avaliar as ações fiscais em atividades econômicas que utilizam mão-de-obra infantil buscando articulação e integração com órgãos e entidades capazes de viabilizar o fim da exploração da mão-de-obra da criança e do adolescente.

Mas recentemente com intuito de dar maior efetividade ao combate do trabalho infantil e visando a proteção do trabalhador adolescente nos setores formal e informal da economia, inclusive, no regime de economia familiar ou em qualquer outra modalidade que venha a ser identificada foi editada a Instrução Normativa nº 54 de 16 de dezembro de 2004 dispondo sobre a atuação dos grupos especiais móveis de combate ao trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador e das Delegacias Regionais do Trabalho no mesmo tema. Enfatize-se ainda que mediante a criação de oportunidades de geração e renda o Poder Público vem desenvolvendo programas que contribui para a geração de empregos e treinamento profissional para melhorar a qualidade de vida dos membros adultos das famílias.

Com esses instrumentos se pretende dificultar a exposição precoce das suas crianças ao mercado do trabalho. São eleS – Programa de Geração e Renda, Programa Nacional de Qualificação Profissional e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Ademais disso estão sendo financiadas pesquisas sobre os impactos do trabalho precoce na saúde da criança com recursos da FUNDACENTRO.

Na área de educação existem os programas de repasse de recursos para a manutenção das escolas públicas do ensino fundamental, o de transporte escolar e o de esporte solidário.

Na área de saúde há os programas de saúde da família, de saúde da criança, de alimentação escolar. Na Previdência Social a Secretaria de Assistência Social implantou o Programa Criança Cidadã em parceria com os Governos Estaduais e Municipais.

Nesse contexto se insere por meio do presente Projeto de Lei na legislação trabalhista. Novas multas, que como se sabe são instrumentos voltados à dissuasão do infrator com a certeza da aplicação da pena. E esse é o grande mérito do Projeto que além de estabelecer a multa pelas infrações das normas de proteção do trabalho do menor institui uma nova com claro objetivo de reprimir o trabalho infantil constituindo-se dessa forma em eficiente mecanismo auxiliar das Políticas Públicas de erradicação do trabalho infantil. Bastante oportuna também é a destinação ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente dos valores arrecadados com a aplicação das multas.

Quanto aos valores estipulados para as multas entendemos que eles estão adequados ao princípio da razoabilidade que a Norma Jurídica deve atender e a relação que a ela deve guardar com justiça.

Atende ainda ao princípio da reserva legal proporcional onde a Norma não pode se ater apenas à legitimidade dos meios e dos fins a serem atingidos,

mas também a necessidade de se utilizar o meio menos gravoso ao indivíduo para alcançar o fim almejado.

Poder-se-ia ainda cogitar da estipulação de indexação do valor da multa e algum índice de correção monetária expresso em termos de preços qualquer ou de uma determinada unidade monetária de conta.

Todavia com o advento da Lei 10.192 de 14 de fevereiro de 2001 que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências, essas possibilidades estão vedadas.

Finalmente, com o intuito de aprimorar o Projeto sugerimos novo valor à multa prevista no *caput* do Art. 434 tendo em vista que em valor atualizado pela extinta Ufir de 1 de janeiro de 2001 e vigente até o momento,a infração prevista no Art. 434 é de 402 reais e 53 centavos, de acordo com a Portaria nº 290 de 11/4/1997 do Ministério do Estado do Trabalho e Emprego atualizando esse valor até 1º de outubro de 2005 pelo índice de preço ao consumidor aplicado IPCA medida oficial de inflação teremos o valor de 611 reais e 84 centavos.

O Voto – Em face do exposto opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 343 de 2005 com a seguinte Emenda – Dê a seguinte redação ao *caput* do Art. 434 da CLT na forma que dispõe o Art. 1º do projeto, Art. 434 "os infratores das disposições desse capitulo ficam sujeito à multa de valor igual a 611 reais e 84 aplicado tantas vezes quantos forem os menores empregados em desacordos com a Lei.

Era esse o Relatório do nobre Senador Rodolpho Tourinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir o Projeto da autoria do Senador Rodolpho Tourinho, passamos à votação. Senador Luiz Pontes, favorável. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senadores Geraldo Mesquita, José Jorge, Demostenes Torres, Romeu Tuma, deixaram os seus Votos aqui consignados, como também o Wellington Salgado. Eduardo Azeredo. Senador Antônio João. Aprovado.

Passemos ao Item nº 06 que já foi lido anteriormente pelo Senador Flexa Ribeiro. Em discussão. Não havendo quem queira discutir o PLS 231 de 2000. O Item nº 06. O projeto tem como Relator o Senador Mão Santa e foi designado o Senador Flexa Ribeiro como Relator *ad hoc*.

Passemos então para a votação. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Luiz Pontes no Item nº 06.

SENADOR LUIZ PONTES (PSDB-CE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Geraldo Mesquita, Flávio Arns, Paulo Paim, José Jorge, Wellington Salgado, Antônio João. Aprovado. Passemos agora ao item... Pois não. Senador João, com muito prazer.

SENADOR ANTÔNIO JOÃO (PTB-MS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço a V.Exª. O Item nº 03 é o Projeto de Lei do Senado terminativo, é o Projeto de Lei do Senado nº 26 de 2003 que altera o Decreto Lei nº 986 de 21 de outubro de 1969 para proibir a atribuição de destaque às declarações de qualidade de características nutritivas tanto nas embalagens quanto na publicidade de alimentos. Esses Projetos que nós estamos votando hoje, são três projetos terminativos, eles não têm nenhuma divergência, ou seja, há uma unanimidade, há um consenso em torno da sua aprovação, significando dizer que não são polêmicos.

Eu passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro que é o Relator para proferir o seu Parecer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, Senador Antônio Carlos Valadares, Srs. Senadores. Na reunião do dia 16 de março já foi anunciado o Voto do nosso Parecer, mas vamos fazer a leitura para que os Senadores possam tomar conhecimento porque naquela ocasião foi pedido vista do processo pelo Senador Paulo Paim, que ele gostaria de fazer um encontro, ter um encontro para esclarecer algumas dívidas que teria e mesmo com o autor do Projeto, o nobre Senador Tião Viana. Conversamos com ambos e depois de esclarecido o assunto em pauta houve concordância pelo Voto da rejeição daquela proposta.

Eu vou fazer a leitura do Parecer. Trata-se do Projeto de Lei do Senado PLS nº 26 de 2003 apresentado a esta Casa pelo Senador Tião Viana em 24 de feve-

reiro daquele ano para vedar que se destaquem declarações de qualidades e de características nutritivas na rotulagem e na publicidade de alimentos.

A proposição não recebeu Emendas. Análise: O objetivo do PLS nº 26 de 2003 é contribuir para a promoção de práticas alimentares saudáveis e, por conseguinte combater o aumento da obesidade infantil. Para tanto pretende coibir a exploração promocional de característica nutricional dos alimentos, uma vez que essa medida pode induzir o consumidor a adquirir produtos de baixa qualidade nutricional e a reforçar maus hábitos alimentares que, eventualmente, pode levá-lo a obesidade, ainda na infância ou posteriormente na idade adulta.

A nosso ver, todavia, atribuição de destaque às características nutricionais dos produtos nem sempre é usada de forma a prejudicar o consumidor. Desse modo a proposição legislativa em apreço implica a restrição do acesso dos consumidores à informação e o desestímulo da indústria para aprimorar seus produtos alimentícios visto que suas qualidades não mais poderão ser convenientemente divulgadas. Patente está, portanto, o prejuízo econômico a ser causado pela aprovação do projeto em análise na medida em que inibe o investimento das indústrias de alimento em novas tecnologias para aprimorar o valor nutricional de seus produtos.

A despeito das louváveis intenções do autor da proposição, entendemos também que a sua aprovação trará mais problemas do que vantagens para o consumidor brasileiro. Atualmente ainda é restrito o número de brasileiros que no momento da compra examina e entende satisfatoriamente o quadro de informações nutricionais presentes nos rótulos dos produtos alimentícios.

Em verdade muitos consumidores brasileiros não conseguem sequer compreender os nomes dos grupos básicos de alimentos. Por esse motivo cabe ao Poder Público e às Autoridades Sanitárias investirem em um amplo programa de educação do consumidor, para dar-lhes condições de entender as informações presentes nos rótulos de alimento. Então, o Senador Tião Viana, a preocupação que ele tem válida do seu projeto é de não induzir o uso de alimentos que possam vir a causar a obesidade infantil ou mesmo a obesidade na idade adulta. E isso se pode fazer não pela restrição de informação ao consumidor, e sim com uma propaganda que esclareça ao consumidor que tipo de alimento é nocivo à sua saúde.

Então aí sim, eu acho que o Governo pode fazer, como faz no uso do fumo, uma propaganda para esclarecer o consumidor da nocividade de determinados produtos. Assim sendo, apesar de entendermos o bons propósitos do Projeto de Lei em análise acreditamos que em termos do controle dos abusos cometidos na rotulagem e na publicidade de alimentos, cabe à agência reguladora o papel de coibi-los por meio da ação fiscalizadora embasada na regulamentação infralegal. Dessa forma preserva-se o direito das empresas sérias do setor de alimentos de promover a venda e a diferenciação de seus produtos por meio de alegações verdadeiras e éticas. Voto, Sr. Presidente. Diante do exposto o Voto é pela rejeição do PLS nº 26 de 2003. Esse é o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu esclareço aos Srs. Senadores que é quem estiver de acordo com o Parecer lido e da autoria do Senador Flexa Ribeiro, os Senadores votarão com o Relator. Os Senadores que deverão votar nominalmente. Senador Flexa Ribeiro é o Relator. O Senador Antônio João, sim ou não. Não é com o Relator. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Luiz Pontes.

SENADOR LUIZ PONTES (PSDB-CE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Lúcia Vânia, Geraldo Mesquita, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Wellington Salgado, José Jorge. Rejeitado, então o Projeto.

Eu gostaria de avisar aos Srs. Senadores que em face das dificuldades de encontrarmos quorum nas quintas-feiras, nós resolvemos fazer as nossas reuniões sempre às quartas-feiras a partir das 9h30. Se nós cumprirmos este horário, nós poderemos votar muitas matérias, inclusive, na proximidade das eleições.

Então, fica acertado aqui entre nós, aqui entre todos os Senadores e Senadoras de que todas as quartas-feiras às 9h30 a Comissão de Assuntos Sociais estará se reunindo para votar as matérias que se encontrarem em pauta, principalmente as matérias mais importante, menos polêmicas, porque nós sabemos que os compromissos que os Senadores estão assumindo nos seus Estados em face do preparo de novas convenções, de Congressos Estaduais e de seminários; às quintas-feiras será quase que impossível para a gente conseguir número, por isso que nós estamos avisando, mais uma vez, desta obrigação regimental de estarmos aqui, em reunião extraordinária desta Comissão para apreciação das matérias constantes da pauta.

Está encerrada a presente Reunião e convocada uma outra para a próxima quarta-feira, se Deus quiser, no horário já estabelecido, 9h30.

Obrigado.

Sessão encerrada às 11h08

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, do dia 25 de abril de 2006, às 11:30 horas.

Às onze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e seis, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **CÉSAR BORGES, FLEXA RIBEIRO, GILVAM BORGES, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, NEY SUASSUNA e ROMERO JUCÁ.** Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à deliberação da pautA – **Primeira parte - Item 01) Turno Suplementar – Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2003 – TERMINATIVO**, que "dispõe sobre o processo de fabricação de cal, com o objetivo de eliminar riscos de geração de compostos poluentes ao meio ambiente, e dá outras providências." **Autoria –** Senador **AELTON FREITAS. Relatora "ad hoc"**: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Parecer**: Pela aprovação nos termos do substitutivo aprovado na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.**Observação –**O Projeto foi aprovado em 11.04.2006, nos termos da emenda n º1 CMA (Substitutivo). **Resultado –** Não houve apresentação de emendas. O Substitutivo foi definitivamente adotado nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. É colocado, extra-pauta, com aquiescência da comissão, o **Requerimento nº 12, de 2006-CMA,** que "requer nos termos do art. 70 e do art. 71, IV, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria em licitação realizada pela Companhia Docas do Estado da Bahia – CODEBA para instalação de terminal de grãos no porto de Aratu, no Estado da Bahia". **Autoria –** Senador **CESAR BORGES. Resultado – Aprovado. Segunda Parte – Audiência Pública,** para "discutir e propor medidas relacionadas com a entrada em vigor da Lei nº 10.165/00, que institui a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA", conforme o Requerimento nº 06, de 2006-CMA, aprovado em 14 de março do corrente ano. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados Dra. MARIA LUÍZA WERNECK DOS SANTOS, Diretora Financeira da Confederação Nacional das Indústrias, Dr. ROMILDO DE OLIVEIRA CAMPELO, representante da CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Dr. RUBENS FERREIRA ALVES – Diretor de Administração e Finanças do IBAMA e Dr. MÁRCIO ROSA DE FREITAS, Diretor de Qualidade Ambiental do IBAMA.Após a explanação dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **FLEXA RIBEIRO e CÉSAR BORGES** para apresentar seus questionamentos sobre o tema da audiência pública**.** No decorrer da audiência, assume a Presidência da reunião o **Senador CÉSAR BORGES.** Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra aos convidados para as suas considerações finais e agradece a participação de todos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatorze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B-TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5º Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor de Fiscalização e Controle, da 4º Sessão Legislativa Ordinária, da 52º Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da Leitura da Ata da Reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passamos ao item um da pauta. Turno suplementar substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 314/03. Dispõe sobre o processo de fabricação de cal, com o objetivo de eliminar risco de geração de compostos de poluentes do meio ambiente, dá outras providências. Autoria Senador Aelton Freitas. Relatora, *ad hoc*, Senadora Serys Slhessarenko. Parecer pela aprovação nos termos do substitutivo, aprovado na Comissão de Serviço de Infra-Estrutura. Observação – primeiro – não sendo oferecidas Emendas ao projeto até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão; segundo – que preceitua o art. 282 combinado com o 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Segundo o Parecer do PLS, 314/03, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao projeto na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 11 de abril de 2006. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao item dois da pauta que é a Audiência Pública no âmbito desta Comissão com a finalidade de discutir e propor medidas relacionadas com a entrada em vigor da Lei 10.165/00, que institui a Taxa

de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA - com representantes do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, CIESP; da Confederação Nacional da Indústria, CNI, e do Instituto BrasiLeiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais, IBAMA. De acordo com o Requerimento 06/06 desta Comissão, de autoria do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP - nos termos do art. 93, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, aprovado em 14 de março de 2006.

Eu solicito a secretaria da Mesa que convide os participantes da Audiência Pública. Drª. Maria Luiza, representante da CNI; o Dr. Romildo de Oliveira Campelo, representante da CIESP e o Dr. Rubens Ferreira Alves, representante do IBAMA, para que tomem assento à Mesa. A Mesa cumprimenta os Srs. participantes e estabelece um critério mínimo para o desenvolvimento desta Audiência Pública, onde ocorrerá a manifestação dos Srs. palestrantes depois a abertura para o debate. Nós começaremos pela representante da CNI, Drª. Maria Luiza Werneck dos Santos, que terá quinze minutos para a sua exposição inicial. Tem V.Sª. a palavra.

SRª. MARIA LUIZA WERNECK DOS SANTOS – Obrigada. Bom dia a todos. É um prazer, uma honra muito grande estar aqui e ter a oportunidade de falar dessa mais uma taxa que foi imposta ao setor produtivo. Peço desculpas, antecipadamente, por qualquer tropeço, porque eu fui informada ontem à tarde de que deveria estar aqui hoje e, questão de vôo; saí às 6h do Rio de Janeiro e cheguei meia noite aqui, estão todos lotados. Os demais, acho que vai dar tudo certo.

Bem, essa taxa de controle e fiscalização ambiental já houvera sido tentada ser instituída, já quatro anos antes. Primeiro, através de uma Portaria 31 do IBAMA. Então, nós ajuizamos uma ADIn e questionamos a legalidade; que não se poderia instituir taxa por portaria, porque é um tributo, tributo só por Lei. Aí, no ano seguinte, eles editaram outra Portaria "33n", nós derrubamos outra vez, pelo mesmo motivo. No ano seguinte foi editada a Lei 9.960, que ela criava uma taxa de fiscalização ambiental. Havia, também, alguns defeitos jurídicos, nós ajuizamos outra ADIn e essa foi conferida a liminar e foi derrubada a Lei.

Bem, tentando então suprir todos aqueles vícios de inconstitucionalidade apontados na Lei 9.960, o IBAMA entrou com o auxílio de um Advogado competente que fez uma outra Lei que tentava suprir os defeitos. De fato, alguns foram supridos, principalmente que nas outras ADIn´s a gente questionou mais a legalidade; mas, então eles criaram a Lei, agora não, já é desde 2000, a Lei 10.165 que acrescentou esses artigos a Lei 6.938/81, essa Lei que tinha instituído o sistema nacional do meio ambiente e a política nacional do meio ambiente. E vamos ver, o art. 17b que criou a taxa, diz o seguinte: "Fica instituído a taxa – TCFA - cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia, conferido ao IBAMA, para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais".

Bem, o que nós questionamos inicialmente? Primeiro que esse fato gerador é justamente, esse controle dessas atividades naturais utilizadoras de recursos e potencialmente poluidoras, ele é controlado pelo instrumento do licenciamento ambiental. Esse licenciamento ambiental está previsto no art. 10, da Lei 6.938, a quem foi inserida a taxa. E o quê que diz esse art. 10? Lá ele diz: "Construção, instalação, ampliação, funcionamento de estabelecimentos e atividades...", vejam bem que a mesma palavra, "...atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetivas, potencialmente poluidoras, bem como capazes, sobre qualquer forma, de causar degradação ambiental. Ou seja, essas atividades poluidoras já são controladas através do Instituto do Licenciamento Ambiental e que já cobre e que é feito como regra geral. Quem licencia, como regra geral, é o Estado. O IBAMA atua supletivamente, está até ali, pelo órgão estadual. Veja bem, no art. 10, "será prévio licenciamento pelo órgão estadual competente, integrante do SISNAMA e do IBAMA, em caráter supletivo". Ou seja, como regra geral, quem licencia essas atividades poluidoras é o órgão estadual, que já cobra por isso; ele licencia e já cobra. Então, o que a gente estava questionando é que havia uma dupla incidência tributária sobre isso. Porque essas atividades são controladas pelo Estado que impõe uma série de condições e requisitos para que eles supram, para que o impacto causado ao meio ambiente seja o menor possível ou inexistente. O Estado já cobra por isso e o IBAMA, quando age supletivamente, também já cobra. Então, o que se questiona, pergunta-se: "Como poderia o IBAMA controlar ou verificar as condições impostas pelo órgão estadual?" Isso significaria uma violação à autonomia dos Estados. Quer dizer, quem impõem as condições, aquele órgão estadual, que no Rio de Janeiro é FEEMA, em São Paulo é a CETESB, ele impõe essas condições que controlam as atividades poluidoras e utilizadoras de recursos naturais e vai verificar o cumprimento delas; porque, se ele não cumpre as condições, certamente não será deferida a licença, ou será caçada, ou será suspensa a atividade. Então, esse é primeiro argumento. Por que primeiro? O que se questionou aqui não é que o IBAMA não tinha poder de polícia. Ele tem sim, mas só que aqui é uma dupla incidência, quem fiscaliza, quem controla as atividades é o Estado. Pode passar para o próximo, por favor.

Eu quero aqui mostrar, aqui fala do IBAMA, eu estou repetindo o art. 10 e digo que eu quero que o § 4º... Que o IBAMA, então, "compete ao IBAMA o licenciamento previsto nesse artigo, no caso de atividades com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional". Aqui eu estou só reforçando que quando o IBAMA exerce essa atividade licenciatória, em que ele impõe condições e restrições a essas atividades poluidoras e utilizadoras de recursos nacionais, ele já cobra por isso e toda essa cobrança está estipulado na Lei 9.960 que é a parte do anexo que estipula os valores de cobrança; ela continua em vigor.

Bem, então, um dos nossos argumentos, se o IBAMA estava criando uma taxa, que na verdade quem exercia esse controle de fiscalização não é o IBAMA e sim o Estado, então havia violação ao art. 145, inciso II. Passa esse, eu vou falar nesse depois. Então deixa esse, põe um pouquinho mais para frente. Eu vou dizer então o que é isso. O que se questionava, então, reforçando, esse poder de polícia era na verdade exercido pelos Estados. E o que dizia a exposição de motivos da Lei 10.765? Ela dizia que o fato gerador dessa taxa seria a fiscalização diuturnamente realizada pelo IBAMA, sobre as atividades poluidoras ou utilizadores de recursos naturais. Quer dizer, pelo monitoramento à distância de suas atividades, consistente na vistoria à distância em rondas terrestres, marítimas, fluviais, aéreas, sem ingresso de fiscais no estabelecimento fiscalizado; na análise de imagens de satélite; no acompanhamento de dados estatísticos regionalizados sobre a poluição e utilização de recursos naturais; na apreciação de relatórios de apresentação obrigatória pelo sujeito passivo. Vejam que esse poder de polícia que a exposição de motivos se refere, é um poder de polícia geral que beneficia toda a coletividade e esse poder de polícia, como é sabido, é custeado pelos impostos. Veja bem, a segurança pública é custeado pelos impostos, por quê? Porque a taxa se destina a custear um serviço público ou um poder de polícia específico e divisível; ou seja, a taxa, ela é cobrada de quem usa o serviço prestado ou de quem sofre o poder de polícia, aquele que vai pagar pela taxa. Por isso é que a taxa tem que ser específica e divisível, porque ela pode ser diretamente vinculada, referenciada, àquele que vai pagar a taxa.

Então veja bem, no caso, o que a gente questionou, então? Primeiro que se não é o IBAMA que controla aquelas atividades, salvo quando ele tem competência para licenciar e nesse caso ele já cobra, havendo aí uma dupla incidência tributária. Segundo, pela própria exposição de motivos o poder de polícia que ele vai prestar, é um poder de polícia geral que beneficia toda coletividade, toda sociedade, não apenas a indústria fiscalizada. Então, se é assim, ele viola o art. 145/2 que exige que as taxas sejam prestadas diretamente e pagas por aqueles que sofrem a fiscalização ou que se utilizam do serviço prestado.

Bem, se esse poder de polícia que, por tudo que já foi explicado, que não é o IBAMA quem controla essas atividades, salvo quando ele licencia, nesse caso ele já cobra, então esse poder de polícia, se é geral, que tem que ser remunerado por impostos, então o que acontece? Isso trata-se de um imposto disfarçado de taxa. E se é assim, se trata de imposto inominado e que teria de acordo com a art. 67/4 da Constituição, teria que ser instituído por Lei complementar, esse é um outro vício formal.

Bem, essa ADIn foi ajuizada no início de 2001. Entre outros argumentos, a gente argumentava também que havia a violação ao principio da proporcionalidade, em razão dos altos valores cobrados e eu, por exemplo, citei o exemplo de quanto a Vale do Rio Doce, que tem estabelecimento no Brasil inteiro, teria que pagar dessa taxa. Isso eu teria que provar, porque já há decisão do Supremo nesse sentido, para provar a desmedida do poder de tribular, que era irrazoável e desproporcional. Em razão de eu ter citado o nome de uma indústria, essa ADIn, ela não foi conhecida, conhecida quer dizer o seguinte: antes de você aceitar o julgamento de qualquer ação, você tem dois pressupostos que têm que ser preenchidos. Um juízo que chama de admissibilidade e um juízo de mérito, que é o que entra no próprio mérito da questão. Pois bem, antes da entrar no mérito, no juízo de admissibilidade, aceitando os argumentos da AGU - a AGU é obrigada a defender o ato impugnado - o Ministro Relator, que é o Ministro Celso de Melo, ele não aceitou a ADIn, não conheceu, dizendo, primeiro – que a ADIn é um instrumento próprio para defender interesses abstratos, gerais, que eu estaria ali defendendo interesses individuais, concretos, ao citar a Vale do Rio Doce. E mais, que eu teria apenas impugnado parte de toda Lei e que ia resultar em dispositivos desconexos. Então, nós recorremos dessa decisão, impondo um agravo regimental e argumentamos o seguinte: primeiro que apesar de a ADIn ser um instrumento próprio para defender, apenas atacar norma em abstrato, é lógico que ela tem repercussão, ela atinge direitos individuais, concretos. Por quê? Porque o direito tem a ver, ela disciplina a conveniência real, isso que se chama agora do principio da realidade que vem ganhando grande fortalecimento na doutrina, que você não disciplina situações fantasiosas e reais e fictícias, não, é real. E é lógico que a ADIn, a Lei, ela tem repercussão na indústria, concretamente; isso o próprio Gilmar Mendes, Ministro do Supremo, disciplina situações abstratas,

mas ela, indiretamente, ela atinge direitos subjetivos concretos. Interessante, nós propusemos uma ADIn contra uma Lei do Espírito Santo, que em síntese ela proibiu o plantio de eucaliptos para fins de produção; ou seja, você podia plantar eucalipto para fazer carvão, para fazer o que quisesse, menos para produção. Ela atingia diretamente a ARACRUZ e nós propusemos a ADIn, questionando argumentos jurídicos, invocando argumentos jurídicos, mas não tocamos no nome da ARACRUZ e, no entanto, no julgamento da ADIn, que nós ganhamos por unanimidade, os próprios Ministros se referiram a ARACRUZ o tempo todo. Quer dizer, é claro que não estou defendendo o interesse da Vale, mas de todo parque industrial brasiLeiro. E com relação ao outro argumento, não, nós atacamos apenas aqueles artigos que instituíam uma taxa e que foram introduzidos na Lei 6.938.

Bem, esse agravo regimental ainda não foi levado a julgamento, ele teria que ser levado a julgamento no Plenário, só o Plenário pode referendar ou não a decisão do Ministro Relator, que não admitiu o julgamento da ADIn. Isso está rolando há cinco anos e agora, recentemente, houve uma decisão que era de primeira instância, que se questionou em primeira instância, e foi levada por recurso extraordinário, chegou ao Supremo e foi indecisão em uma turma, que o Relator foi o Ministro Peluzo, e ele afirmou a constitucionalidade da Lei, mas o argumento principal, porque eles entenderam por um artifício - claro que o Advogado faz isso - que se estava argumentando que o IBAMA não tem poder de polícia e não é isso que se argumenta, de jeito nenhum. O IBAMA, é lógico, tem poder de polícia para fiscalizar. O que eu argumentei foi esse poder de polícia específico, desse controle das atividades que é feito pelos Estados no licenciamento ambiental e que já cobra por isso, havendo assim uma dupla cobrança, que eu acho que até isso significa o enriquecimento sem causa do Estado, que é vedado pelo nosso ordenamento jurídico. Bem Srs., de fato é que hoje, com esse mercado selvagem, globalizado, e que a gente sabe que sabidamente favorece os Países desenvolvidos e que o Brasil faz um esforço enorme para se manter competitivo nesse mercado, é inaceitável, mais uma cobrança, mais uma taxa, e que vem sobrecarregar a indústria nesse País que tem uma das maiores cargas tributárias do mundo. Srs., muito obrigada pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B -TO) – Cumprimentando V.Sª. pelo cumprimento, pela exatidão do cumprimento do tempo que lhe foi destinado, nós passaríamos...

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Pela Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B -TO) – Pela Ordem, tem a palavra V.Exª.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, sem querer interromper a Audiência Pública, eu queria apenas encaminhar um Requerimento de minha autoria, onde eu solicito que o Tribunal de Contas da União possa fazer uma auditoria numa licitação que foi realizada numa empresa pública de âmbito federal. Então, eu solicito a V.Exª. que pudesse ter a gentileza de colocar extrapauta nessa reunião, pela urgência da questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B -TO) – Perfeitamente, Senador César Borges. V.Exª. comenta sobre as razões que pelas quais apresenta o Requerimento, nós submetemos à aprovação do acatamento do Requerimento extrapauta à Comissão. Srs. Senadores, em discussão. Não havendo quem queira discutir, os Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento de V.Exª. Vamos dar continuidade.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Obrigado, Sr. Presidente. Agora eu perguntaria, Sr. Presidente, se nós vamos comentar cada pessoa individualmente, cada um dos apresentadores ou esperaremos por todos para poder fazer uma manifestação?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B -TO) – Como eu entendo que há um contraditório, seria importante que nós ouvíssemos as partes. Então, em conseqüência disso, vamos ouvir o próximo inscrito, Dr. Rubens Alves. Não, o Dr. Romildo de Oliveira Campelo representante da CIESP, tem V.Sª. a palavra por quinze minutos.

SR. ROMILDO DE OLIVEIRA CAMPELO – Muito obrigado. Me sinto muito honrado pelo privilégio de aqui estar e precisaria explicar... (interrupção no áudio) Tem qualquer coisa, ok. É a emoção de falar no Senado pela primeira vez. Então, os Srs. me desculpem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Senado está honrado com a presença de V.Sª..

SR. ROMILDO DE OLIVEIRA CAMPELO – O Senhor é muito gentil. Ouvindo... (pronunciamento fora do microfone) o CIESP pediu essa audiência. Por que é que nós pedimos a audiência ao Senado? Porque nós entendemos que o Senado é o órgão maior da Legislatura, ele representa o Estado e ele precisa tomar conhecimento das conseqüências brutais que esse fato está causando à indústria.

Como a Doutora bem explicou, o IBAMA, de maneira legítima, sobre o âmbito de vista deles, tentam aumentar a arrecadação para exercer suas funções. O grande problema é que encontraram uma maneira que não é uma maneira correta de fazê-lo, e isso está

levando um problema seriíssimo às indústrias e especial à indústria de São Paulo. Como a Doutora disse, houve duas portarias que foram derrubadas, foi apresentada uma Lei que nós conseguimos uma ADIn e à Lei foi dada a liminar, foi suspensa a Lei, o IBAMA reconheceu que havia erros formais, faz uma correção, apresenta uma segunda Lei, esta Lei é aprovada, nós entramos com novos processos legais de ADIn, como a Doutora muito bem explicou, e não conseguimos a liminar. Não conseguindo a liminar, há um efeito imediato, Sr. Senadores, a Lei está em vigor. E este espaço de tempo entre o inicio disso e este momento, estamos caminhando para seis anos.

Como muito bem disse a Doutora, a cobrança é leonina. Ela tem multas pesadas, incide correção monetária e vai agravando cada vez mais. Então, neste exato momento, nós estamos inadimplentes por cinco anos, caminhando para o sexto ano. Agora, no mês de março, nós seremos obrigados, segundo a Lei vigente, apresentar novamente o cadastramento e o relatório de atividades. Esse será o sexto ano consecutivo. Qual é grande problema? O CIESP tem hoje um número que varia, dependendo da circunstância financeira, entre oito e nove mil associados. Setenta, quase oitenta por cento desses associados, são micro e pequenas empresas e elas não fizeram essa declaração nesses cinco anos e o IBAMA pretende nesse momento cobrar isso da via executiva. Isso vai levar a situação em São Paulo, e conseqüentemente no Brasil, de uma inadimplência generalizada. O Senhor terá todas as empresas pequenas e micros inadimplentes, conseqüentemente serão jogadas no CADIN, elas não poderão mais tomar empréstimo no sistema.

Então veja, nós vamos causar dois problemas terríveis. Nós vamos jogar na ilegalidade, eu diria que quase 100% das pequenas e médias; por que eu estou falando tanto em pequenas e médias? Porque o grande resolve os seus próprios problemas, não precisa que a CNI e o CIESP venham aqui pedir a ajuda dos Srs.. Quem precisa disso é o pequeno e médio industrial. Ele vai ficar inadimplente e aí o pior é que o IBAMA não vai receber o dinheiro; por quê? Porque eles não terão condições para pagá-lo. O que é que o CIESP está pretendendo nesse momento? Por que é quê nós pedimos para que primeiro a CNI falasse, para em seguida nós falarmos? Porque nós acreditamos que só os Srs. poderão encontrar um caminho para que nós possamos sair desse impasse. Os recursos não são julgados, a Lei está em vigor, o IBAMA é obrigado a fazer a cobrança, senão ele está prevaricando, porque não está cumprindo as suas próprias obrigações e eu estou vendo a totalidade das pequenas e médias empresas brasiLeiras sendo colocadas na inadimplência e nós vamos instituir o caos, sem vantagem para ninguém. Vejam, eu não estou pedindo autorização para poluir. A indústria brasiLeira, principalmente em São Paulo, sofre uma fiscalização duríssima, que eu sou obrigado a confessar, justa, do CETESB e nós tratamos no meio ambiente com um carinho excepcional.

Eu diria aos Srs., eu hoje, por circunstância, eu sou Vice-Presidente do Comitê de Bacia do Alto Tietê, São Paulo tem vinte e dois comitês de bacia, mas o do Alto Tietê, que é a capital e mais as 36 cidades que compõe o Alto Tietê, representa metade dos problemas hídricos de São Paulo. Pois bem, o único dos entes que tratam a água é a indústria. Eu diria que trata, inclusive, porque é obrigada de maneira duríssima pela CETESB, mas nós tratamos. O Tietê, cada um de vocês que passam por lá, vêem aquele rio, de cor negra, onde o milagre de Cristo de andar sobre as águas no Tietê seria relativisado, porque a água chega a ficar pastosa. Mas aquilo não é de maneira alguma resíduo industrial, aquilo é esgoto doméstico não tratado, de 20 milhões de pessoas que compõe a bacia do Alto Tietê, que vai de forma direta e indireta canalizada para o Tietê.

Eu não estou pedindo de maneira alguma autorização para poluir, mas Srs. Senadores é a última oportunidade que nós temos e a única Casa que pode nos ouvir, são os Srs., para que nós encontremos uma solução para nós e para o IBAMA. Ele vai falar e eu estou defendendo ele. Ele tem um problema sério, a Lei está em vigor e ele precisa executar. Agora, se ele executar, ele não recebe e ele destrói toda a base industrial nossa. Então Srs., é algo muito sério. Eu acredito, eu espero e tenho certeza que nós vamos ganhar a ADIn. Eu espero ver revogada essa Lei, porque ela é medonha; os argumentos que a Doutora apresentou são claríssimos; taxa decorre de serviço prestado; o IBAMA não está prestando esse serviço, ele presta outros serviços meritórios, mas não este; quem licencia são os órgãos estaduais. O IBAMA quando licencia é pago pelo licenciamento que faz e só em casos em que há interesses entre Unidades Federativas, os casos que se reduzem ao Estado são feitos pelos Estados; no caso de São Paulo, pela CETESB. Agora nós vamos destruir a indústria brasiLeira e o IBAMA está amarrado, "se correr o bicho pega, se ficar o bicho come". O único caminho que o meu Presidente encontrou para que nós pudéssemos sair disso enquanto o Supremo não julga os nossos recursos, é vir falar com os Srs.. Srs., nós precisamos juntos, nos darmos as mãos, para encontramos uma saída. Aí eu inverto a perguntA – como é que o Senado da República vai nos ajudar, a nós indústria, CNI, CIESP, e cada uma das federações, e o IBAMA a sair desse imbróglio?

Porque a Lei está em vigor. Não há o que se discutir, Lei se cumpre e não sei discute. Mas, se nós formos executá-la, nós destruímos a indústria brasiLeira, se nós pedirmos para o IBAMA não fazer isso, eu estou pedindo ele para prevaricar e eu não posso pedir, até porque ele não vai me atender.

Então, este é o grande impasse que nós estamos vivendo. A coisa é muito séria! Nós lá no CIESP recebemos um número infindável de telefonemas, o desespero de cada um, pequeno industrial, que não tem como resolver isso. Ele é inadimplente por cinco anos já, caminhando para o sexto, eu já estou me repetindo. Se nós não encontramos uma alternativa para isso, nós vamos instalar o caos; é o rompimento do contrato social. Como poderemos continuar a crescer, a gerar emprego, a trabalhar, se as nossas empresas num percentual fantástico estarão inadimplentes, estarão incapacitadas a negociar?

Srs., eu não vou nem gastar o tempo que o Senhor me deu, porque a mensagem é tão direita e tão contundente. O que vim fazer aqui em nome do CIESP, em nome do meu Presidente? É pedir aos Srs., para que nós possamos ter nos Srs. os grandes Advogados, para nós encontrarmos uma saída para esta situação terrível. Eu acredito na vitória da justiça, na vitória de nós com a ADIn revogarmos essa Lei, mas, enquanto isso, nós estamos com um problema sério e esse é o grande problema que nós precisamos resolver, Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B -TO) – Muito obrigado Dr. Campelo, a exposição de V.Sª. foi muito objetiva e muito clara. Ouçamos agora a manifestação do Dr. Rubens Ferreira Alves, que aqui representa o IBAMA. Tem V.Sª. a palavra por quinze minutos.

SR. RUBENS FERREIRA ALVES – Bom dia Srs.. Eu sou o Diretor de Administração e Finanças do IBAMA e vim representar o Dr. Marcos.

Quando nós falamos (interrupção no áudio) localização e acompanhamento do desenvolvimento das atividades da empresa. Quando nós falamos na questão de que a atuação do IBAMA é supletiva, ela realmente é supletiva, mas onde o Estado não atua, o IBAMA tem atuado e tem uma série de gastos em relação a isso. Se nós virmos aí nos arts. 17p e 17q, a exemplo dos Estados de Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro, esses Estados já fizeram a legislação própria e o IBAMA repassa 60% dessa taxa a todos esses Estados. Há que se saber que a TCFA representava para o IBAMA uma arrecadação em torno de 60% dos recursos do IBAMA e com essa divisão com o Estado a tendência é cair. A parte menor vai ficar com o IBAMA. E o IBAMA, ainda assim, ainda que supletivamente, ele tem toda a obrigação de continuar por ser o órgão, o principal órgão, executor da política do meio ambiente. E também é importante ressaltar que a grande maioria das empresas paga normalmente a taxa ao IBAMA; mesmo aquelas que entraram anteriormente a exemplo da CIESP, elas já reconheceram e pagam as taxas devidas ao IBAMA.

Procuro ser bastante breve, porque a minha área é área-meio, e bem incisivo para que não haja muita discussão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B -TO) – Agradeço a V.Sª. a sua manifestação. Vamos partir para a parte em que há a intervenção dos Srs. Senadores. Alguns dos Srs. Senadores se inscrevem; Senador César Borges, com V.Exª. a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade, Srs. palestrantes e representantes da CNI, do CIESP, e do IBAMA.

Sr. Presidente, semana passada eu estive acompanhado de alguns Senadores, procurando um auxílio do Ministério Público Federal, através do Procurador Antônio Fernando, para que o Ministério Público pudesse auxiliar essa questão, que me parece vai se tornando uma questão muito grave no País, desse conflito de competência com relação ao meio ambiente. Acho que essa questão está na raiz de todos os problemas.

Eu fui Governador do Estado da Bahia e o Estado da Bahia já há muitos anos vem implementando todo o seu arcabouço institucional com relação à preservação do meio ambiente. Então, nós temos um Conselho Estadual de Proteção ao Meio Ambiente, o CEPRAM, nós temos um Centro de Recursos Ambientais. Todo processo desde o início, a idéia inicial de implantação do empreendimento industrial, é necessário se pedir uma licença de localização, que é pública, que tem que ser noticiada nos principais jornais; depois nós temos o passo seguinte que é uma licença de implementação da indústria, quando ela for efetivamente implantada; em terceiro a licença de funcionamento. Em todos essas etapas há condicionantes duras a serem cumpridas pelas empresas e o CRA faz o acompanhamento, a fiscalização. São cobradas taxas e assim sempre funcionou, o Estado se preparou para isso.

Esse conflito de competência vem de que ao IBAMA competem as questões federais a nível nacional e nível regional, mas a nível estadual a autonomia do Estado é flagrante, ela é existente. Acontece que o IBAMA hoje se imiscui em todos os problemas ambientais e de maneira totalmente inadequada, do ponto de vista que não é o órgão que está devidamente capacitado; seja através do número de funcionários, das devidas representações, do conhecimento técnico,

em todos os Estados BrasiLeiros, para dar vazão até a própria vontade do órgão de dominar todo o setor ambiental. Então, muitas questões não são simplesmente decididas, porque o IBAMA não se pronuncia. Ele não tem competência e pessoal suficientes para fazer uma análise de um determinado projeto industrial, e lá morre algum industrial, ou outro tipo de projeto, e muitas vezes o conflito se estabelece de forma extremamente violenta. Eu poderia citar aqui dezenas de exemplos que nós vivemos no dia-a-dia da administração de um ente Federativo, como o Governo do Estado, versos Governo Federal, em especial com relação ao IBAMA.

Parece que o IBAMA e o Governo Federal se auto-intitularam como únicos defensores do meio ambiente desse País. Como se todos os demais entes Federativos, Municípios, Estados e os setores privados fossem os grandes degradadores do meio ambiente; o que não é verdade, absolutamente. O que o Dr. Romildo disse aqui é a pura verdade. Isso lá na Bahia, nós tínhamos ao longo, em torno da Bahia de Todos os Santos - e temos lá todo um pólo industrial, que é o Centro Industrial de Aratu, temos a Petrobrás - e no passado foram eminentemente poluidoras. Nós tivemos a TIBRÁS que não tinha lugar no mundo para instalar, vieram instalar na Bahia, no litoral norte, e causou graves problemas ambientais, mas o Estado atuou. O Estado atuou através das imposições dos condicionantes e das negociações, hoje essas empresas estão plenamente adequados, porque o problema do meio ambiente é de investimento, para você manter o meio ambiente protegido; o que é eu acho um direito do cidadão e todos têm que entender. Ou seja, a consciência ambiental nesse País avançou consideravelmente, é uma coisa extraordinária, como avançou nos últimos vinte, trinta anos a consciência ambiental no País. E os Estados se instrumentalizaram, mas hoje, lamentavelmente, o IBAMA quer se agigantar em algo que até ele não tem, volto a dizer, ele não tem condições para esse agigantamento das suas atribuições.

Afora isso, Sr. Presidente, essa dificuldade em estabelecer exatamente os limites onde vai o papel do Governo Federal, através do IBAMA, e até onde tem autonomia dos Estados que não é respeitada. Volto a dizer, recorremos aqui aos Senadores, no caso da carcinocultura, que o País está ficando para trás. Nós estamos perdendo um salto para aproveitar essa potencialidade do nosso litoral, o Vietnã está indo à frente, a China, porque lamentavelmente aqui, o Brasil tem dezessete mil hectares contra duzentos e cinqüenta mil do Vietnã; dos dezessete mil você não tem setecentos hectares licenciados, porque o IBAMA não licencia, simplesmente não licencia.

Fora essas questões que estão aí a perturbar todo o nosso crescimento e desenvolvimento, que não é apenas industrial, mas como um desenvolvimento do País. Nós precisamos crescer, Sr. Presidente! Nós estamos perdendo uma oportunidade de ouro que a economia mundial tem passado nos últimos anos, coisa que é raro acontecer; porque o crescimento é uma coisa ciclotímica, é um momento de pico que nós temos no mundo inteiro e o Brasil está crescendo a pífios 2,3% ao ano. E as dificuldades para o mundo empresarial são quase que intransponíveis, porque são tantas dificuldades, de toda ordem, que, ao empresário que quer empreender, ele começa a pensar duas vezes. E é muito melhor aplicar no mundo financeiro - eu não recomendo a ninguém que tem algum recurso, que deixe de aplicar na taxa SELIC para aplicar em uma atividade empresarial, lamentavelmente – mas, além disso, Sr. Presidente, é a carga que esse Estado pesado, mastodonte, ele está atuando sobre o setor privado e aqui é mais um exemplo. É essa questão eu quero entrar agora. Ou seja, afora os impostos, que são Imposto de Renda e IPI, é onde o Governo costuma fazer as benesses, porque esses dois impostos são divididos com Estados e Municípios. Nós temos as famosas taxas PIS, COFINS, este atual Governo dobrou essas taxas, “botou o bode na sala”. Nós queríamos que, na verdade, o PIS e COFINS não fossem cumulativos, mas ninguém imaginava que ao não ser cumulativo a taxa saísse de três para 7,6, no caso do COFINS, e também fosse dobrado no caso do PIS. Além disso, são taxas e mais taxas sobre tudo. Quer dizer, aqui, sem sombra de dúvida, não há como você admitir a constitucionalidade de algo que o Estado já cobra e já faz a fiscalização. Lá na Bahia eu posso atestar, e tenho certeza que aqui em São Paulo, pela CETESB, é permanente.

Ai de uma indústria que cometa alguma irregularidade ambiental, porque ela será multada pesadamente pelo órgão ambiental estadual. Pesadamente! Multas diárias até com fechamento, com o cerceamento do funcionamento da empresa. Isso eu tenho assistido na Bahia e, como Governador, nós não aceitávamos de outra forma; agimos duramente para preservar o meio ambiente. (interrupção no áudio) Acha que nós acreditamos inteiramente, improcedente e inconstitucional.

Eu vejo o Dr. Romildo clamar por uma solução, eu também aqui estava pensando, qual é a solução? O quê é que nós Senadores podemos efetivamente fazer, para que ele não saia daqui cheio de esperança ou desesperançado com relação à questão, Sr. Presidente? Eu acho que o âmago dessa reunião é exatamente se nós vamos ter a capacidade de construir uma posição onde o Senado Federal pudesse agir, de forma a

dirimir esse problema. A não trazer essa inquietação, mais essa, de tantas outras. Porque o mais fácil aqui é você ser inscrito no CADIN, mais fácil. Um produtor rural que teve um empréstimo feito a um Banco Federal e que em determinado momento houve o pesa ou a securitização de sua dívida e ele não cumpriu, o que era um empréstimo bancário passou o ser uma dívida fiscal; e como dívida fiscal você é executado, de imediato. Vai com o seu nome para o CADIN e aí as suas atividades ficam todas elas prejudicadas, quase que suspensas, seu crédito é tirado.

Então, Sr. Presidente, eu quero dar inteira razão do que eu ouvi aqui da Srª. Drª. Maria Luiza Werneck dos Santos, Dr. Romildo de Oliveira Campelo. Entendo que o IBAMA tem uma legislação que é cumprir essa legislação, mas o quê nós podemos fazer a nível do Senado? Eu acho que nós temos que prestar apoio a CIESP, ao CNI, porque estaremos prestando não só a CIESP, mas a todo senso de indústria, toda economia nacional, que não é apenas em São Paulo, mas hoje está diversificada no País inteiro. Então, ao próprio País, é essa a minha posição, Sr. Presidente, claramente. Eu estou disponível, agora, aqui ainda não consegui elucubrar uma solução que o Senado tivesse e fosse. Porque lamentavelmente nós somos Poder Legislativo, não somos Poder Executivo. Poder Executivo é quem legisla neste País, Dr. Romildo, porque pode fazer Medida Provisória. Se o Presidente da República quisesse acabar com isso, ele faz uma Medida Provisória e ela passa a valer amanhã. Agora, nós aqui se formos uma iniciativa legislativa de uma legislação, nós vamos passar anos, dezenas, talvez, de anos, para ver aprovado no Senado, posteriormente na Câmara e depois até ter o veto total do Presidente da República; que ele veta, veta com a Lei inteiramente e adita uma Medida Provisória em seguida, para fazer a Lei como ele deseja. Essa é a democracia brasiLeira que nós estamos vivendo, lamentavelmente, ainda nesse País, que se pretende democrata.

Então, Presidente, é essa a minha posição e me colocar inteiramente ao lado dessa luta. Agora, confesso que sou meio cético e como é que nós vamos procurar e vamos atingir o objetivo de ajudar as soluções desse problema?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B -TO) – Agradecemos V.Exª. Senador Flexa, quer se manifestar? Tem V.Exª. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, Leomar Quintanilha, todos convidados, Senhora convidada. Eu, a cada dia, o IBAMA me surpreende, mas, lamentavelmente, negativamente. Eu tenho colocado aqui em diversas oportunidades a preocupação que também foi levantada agora pelo Senador César Borges, com a competência do IBAMA para administrar a nível nacional essa questão do meio ambiente. A própria Lei, e a Drª. Maria Luiza colocou de forma bastante transparente, diz que o IBAMA tem uma ação supletiva na questão dos licenciamentos ambientais, que a gestão ambiental, e como não poderia deixar de ser, são dos entes estaduais. Então, a transferência dessa obrigação aos Estados, e a eles que compete gerir a questão ambiental nos seus domínios, faz com que o IBAMA a nível nacional possa supletivamente, como a própria Lei diz, houver questões regionais ou nacionais, aí ele é chamado a ser instado a se pronunciar.

Então no caso do Estado do Pará, no caso específico da Amazônia, a questão, então, é muito mais gritante, é muito mais gritante, porque a ação do IBAMA é uma ação de engessamento da região, como se nós quiséssemos destruir o meio ambiente; fôssemos os grandes poluidores do meio ambiente, o setor produtivo. Quando na realidade, não somos. E no segmento da indústria é aquele que mais respeita a questão ambiental, é o que mais é fiscalizado, é o que é mais cobrado e é o que mais cumpri as suas obrigações. Isso é de forma transparente colocado. Então, o que me parece nessa questão? Me parece que, primeirO – nós temos que, sim, ter a autonomia realmente praticada a nível dos Estados. As secretarias de meio ambiente - é o caso da São Paulo, é o caso do Rio de Janeiro, é caso da Bahia, é o caso do Pará - eles têm uma ação fiscalizadora, uma ação permanente de fazer com que o desenvolvimento se faça de forma sustentável. Mesmo no Estado do Pará, nós aprovamos há dois anos o zoneamento econômico e ecológico, que o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA simplesmente se fazem por desconhecer; e determinam de cima para baixo, intervenções no Estado, contrárias à vontade da sociedade paraense, no sentido do seu zoneamento. Quer dizer, como se eles fossem "Srs. da razão" e pudessem, de cima para baixo, impor ao Estado um engessamento que tem outros interesses; que isso sim, talvez, Senador Leomar Quintanilha, nós precisássemos fazer uma CPI das ONG´s, da ações da ONG´s nesse País. Porque todos nós sabemos, quais são os interesses de fora para dentro, para que o nosso País não possa atingir o que é o sentimento de todo brasiLeiro, o nível de desenvolvimento de um País do primeiro mundo. Mas não há interesse e aí há uma guerra comercial, fratricida, e que só mercados a serem disputados e aqueles que estão detentores do mercado hoje não querem abrir espaço para essas relações emergentes.

Então você tem todo tipo de barreira, a barreira tributária e criaram agora a barreira ambiental, como

sendo a última a ser transposta para evitar que esses Países atinjam. E aí o IBAMA se presta, lamentavelmente, a esse papel. E o Dr. Rubens Ferreira dizendo que é da atividade meio e não da atividade fim, de uma forma muito simplista, coloca coisa em dois, três minutos, sem colocar uma posição, sem colocar uma busca de um encaminhamento, de uma saída para o impasse que está deflagrado. Como bem disse o Senador César Borges, quando o IBAMA que tem que agir para aprovar os projetos da carcinocultura, lá na Bahia ou a nível nacional, não o faz; como não faz também no Pará para aprovar os projetos de manejos florestais, que estão todos eles para serem aprovados e as indústrias do segmento madeireiro estão todas sendo inviabilizadas. Porque o Presidente do IBAMA, o Diretor Romeu, do IBAMA, depois de anos, Senador Leomar Quintanilha, de um ano e poucos meses de discussão envolvendo o Ministério Público Federal se assina um termo de ajustamentos de conduta, depois do próprio Presidente do IBAMA e a Ministra do Meio Ambiente assinarem esse termo de conduta, o Dr. Romeu diz que não vai cumprir o termo de conduta, porque ele acha que não deve cumprir. Estão lá as empresas esperando que a IBAMA desça do seu pedestal, para que possa aprovar o projeto de manejo que estão em andamento. E mais, nós do Senado Federal dando um cheque em branco à área ambiental do Governo, aprovamos o projeto de uso econômico das florestas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B -TO) – Senador Flexa, permita-me interromper um minutinho V.Exª., para anunciar que se encontra conosco o titular da Diretoria de Qualidade Ambiental do IBAMA, o Dr. Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, que poderia participar do debate. Nós gostaríamos de convidá-lo para compor conosco a Mesa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então, como eu dizia, nós demos esse cheque em branco para a área ambiental e pasmem, na Lei vai ser criado um instituto de floresta, mas quem vai fiscalizar é o IBAMA. Quer dizer, já não dá conta das tarefas que já são hoje de seu encargo, ainda se acrescentam outras para que sejam feitas. Então eu diria, e o Senador César Borges foi bastante taxativo, não há nada que se possa esclarecer aqui. A exposição da Drª. Maria Luiza na questão substantiva do Direito é clara; a exposição do Dr. Romildo na questão objetiva das empresas que vão ser inviabilizadas se o IBAMA fizer a cobrança judicial dessas taxas. Me parece que... Eu já não entro nem no mérito se as empresas suportam ou não, suportam mais esse aumento da sua carga tributária, se é suportável ou não é suportável. Eu não vou entrar no mérito, mas para dizer o seguinte: que a Lei é inconstitucional; quer dizer, está claro que o IBAMA não tem competência para cobrar por algo que ele não presta ou que não atende aos serviços que deveriam ser prestados por ele, porque quem faz o licenciamento e que cobra para isso, as empresas já pagam esse custo, são os órgãos ambientais. Quando ele for instado a chamar a nível federal ou a nível...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PC DO B -TO) – Permita-me interromper novamente V.Exª. Eu gostaria de transferir a Presidência para o Senador César Borges.

(troca de presidência)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Obrigado, Presidente Leomar. É uma honra ter dois Presidentes numa mesma Audiência Pública, do quilate do Senador Leomar e do Senador César Borges.

Então, como eu dizia, você já não tem mais condições de discutir se as empresas suportam ou não suportam o pagamento, discutir o mérito da questão. E aí, Senador César Borges, V.Exª. foi bastante direto na coisa. Vamos fazer um apelo ao Presidente para que ele então possa, através de uma Medida Provisória, que é comumente e diariamente utilizada - e ele mesmo diz que era contra e hoje sabe que não governaria se não existisse as Medidas Provisórias, que é um ato de força, do tempo da revolução que foi por ele muito combatida - então, pedir que ele possa emitir uma Medida Provisória e resolver. E uma outra questão é talvez formarmos uma Comissão do Senado para irmos ao Judiciário, no sentido de agilizar o julgamento do mérito; porque é tão claro, é tão cristalina a coisa, que temos é que fazer o processamento acelerado desse julgamento, para evitar que as empresas fiquem nessa situação de não ter a quem apelar, a não ser o pagamento. E se for julgada indevida, a coisa está paga. Para ter a restituição, nós sabemos que não será feito durante um prazo, pelo menos, médio de tempo.

Então era essa a posição e eu quero parabenizar a CNI e o CIESP por essa ação permanente; em defesa, não das indústrias, mas em defesa do nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu agradeço, Senador Flexa, a sua manifestação e acredito que após ouvirmos aqui o Diretor do IBAMA, Márcio Rosa, que acaba de chegar e deseja também, como Diretor de Qualidade Ambiental do IBAMA, colocar a sua posição e a posição do órgão o qual dirige; eu acredito que nós temos um papel a desempenharmos aqui nesta Comissão.

Vou falar em meu nome pessoal, mas acho que podemos trabalhar com o Presidente Leomar Quintanilha, no sentido de formarmos uma Comissão de Senadores para analisarmos a questão e as medidas que podemos tomar desde a abertura de um canal de diálogo junto com a direção do IBAMA e o Ministério

do Meio Ambiente, até procurarmos o Judiciário, o Ministério Público Federal, o TCU, para que possamos levar essa questão, que é uma questão grave, séria e urgente, para que o Senado Federal possa também contribuir para a solução desse impasse; que a meu ver se não for resolvido, não vai beneficiar ninguém. Porque não é pela cobrança pura e simplesmente de taxas sobre a economia e sobre os setores, que o Governo vai resolver os problemas ambientais brasiLeiros. Eu acho que nós temos que, nesse momento, defender o interesse do povo brasiLeiro, o interesse do meio ambiente e cumprirmos esse papel que temos essa responsabilidade constitucional.

Então, eu vou propor, aceitando também uma sugestão de V.Exª., que se faça uma Comissão aqui, na Comissão de Fiscalização e Controle do Meio Ambiente, que nós possamos tentar abrir canais de comunicação para a procura de uma solução; de um problema que angustia hoje um setor importante da economia brasiLeira.

Eu lhe agradeço a sua intervenção e passo a palavra por quinze minutos ao Dr. Márcio Rosa, Diretor de qualidade do IBAMA.

SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Bom dia a todos, agradeço ao Senador César Borges a oportunidade de prestar alguns esclarecimentos que eu acho que se fazem necessários, em relação a essa questão. Quer dizer o foco da discussão ficou em cima da taxa de controle e fiscalização e nós estamos esquecendo aqui que esta taxa foi, na verdade, uma complementação de uma Lei que é anterior e que, esta sim, estabelece com muita clareza quais os papéis do IBAMA e dos órgãos estaduais, em relação à atuação na área ambiental, que é a Lei 6.938; que, aliás, a 10.165 apenas a complementa no sentido de disciplinar a utilização da taxa.

Então, eu queria dizer que não há, do ponto de vista legal e regimental, nenhum conflito de competência entre os órgãos federais, estaduais e municipais. A Lei 6.938 estabelece com bastante clareza o papel de cada um desses agentes no meio ambiente brasiLeiro e é ponto de honra da Ministra, inclusive, faz parte da política de um dos três pontos fundamentais da política definida pela Ministra Marina Silva, o reforço daquilo que a 6.938 cria, que é o chamado Sistema Nacional de Meio Ambiente. Então, dentro do Sistema Nacional de Meio Ambiente estão muito claras as competências do Município, do Estado e da União no que diz respeito à atuação destes órgãos no controle e fiscalização ambiental e nas ações, tanto preventivas, quanto corretivas, das questões ambientais que ocorrem no País. Portanto não há, do ponto de vista legal, nenhum tipo conflito de competência.

Existem algumas zonas de difícil determinação - e essas zonas são bem determinadas, inclusive, são alguns desses conflitos colocados aqui, pelos Senadores, que são reais e são legítimos - mas os papéis estão muito claros. E o papel do IBAMA, neste caso, não é um papel de suplementabilidade. Todos os níveis de atuação, quer dizer, o nível municipal é determinado pelo nível de impacto, que em determinada situação confere ao meio ambiente; por exemplO – poluição visual de *outdoor*, poluição sonora, são questões que são reguladas pelo nível municipal. Questões que dizem respeito a emissões de poluentes que atinjam mais de um Município, são questões do Estado. Questões que atinjam mais de um Estado são questões da União e é o IBAMA que atua nisso. Está aí a transposição do São Francisco, estão aí as grandes hidrelétricas, que é papel do IBAMA fazer o licenciamento e controle.

O que acontece especificamente na 10.165 é que ela estabeleceu muito mais do que uma taxa, ela estabeleceu uma forma de controle que eu louvo como, talvez, o grande processo de modernização da integração entre esses três enteS – o Município, o Estado e a União - que é o Cadastro Técnico Federal estabelecido pela 6.938.

A 6.938 criou dois instrumentos de gerenciamento do Sistema Nacional de Meio Ambiente: o Cadastro Técnico Federal e o próprio Sistema Nacional de Meio Ambiente - o sistema de informações - o SINIMA, que é o Sistema Nacional de Informações do Meio Ambiente. Esses dois instrumentos, o cadastro e o SINIMA são fundamentais para que nós tenhamos uma coisa que até hoje no País nós não conseguimos obter, que é um grande raio-x de quais são as situações ambientais que nós temos no País. Se nós formos perguntar, hoje: qual é o volume de resíduos sólidos que nós geramos no País, hoje? Eu duvido que os Srs. consigam responder essa pergunta, porque essa informação está fragmentada ora no Município, ora no Estado e em alguns casos na União. Se nós perguntarmoS – qual o volume de esgoto que é lançado nos nossos rios? Essa informação também está fragmentada em uma série de outras informações. O que o Cadastro Técnico Federal propicia é a reunião de todas essas informações numa única base de dados; e foi isso que a 6.938 criou. E este grande banco de dados criado pela 6.938 chama-se Cadastro Técnico Federal, está sobre gerência do IBAMA e contêm lá, hoje, quatrocentas mil empresas registradas; todas elas como base na Lei 10.145, que estabelece quais são as empresas que devem se cadastrar, define aquilo que na 6.938 não está tão claro, que é: quais são as atividades passíveis de cadastramento no Cadastro Técnico Federal?

Para que o IBAMA faça este controle - e aí é preciso esclarecer aquilo que foi colocado aqui pela CIESP. Uma questão é o licenciamento ambiental, outra questão é o controle e fiscalização. São duas etapas completamente distintas da atuação dos órgãos ambientais. O licenciamento tem um caráter eminentemente prévio. Nós fazemos a licença prévia que vai determinar se aquele empreendimento é viável, do ponto de vista ambiental; fazemos a licença de instalação, que é para verificar se aquela localização e naquela situação o empreendimento pode funcionar e fazemos a licença de operação que é aquela que permite que o empreendimento entre em funcionamento. Aí acabou o licenciamento. E o que é pago no licenciamento não é nenhuma taxa de controle e fiscalização, o que é pago no licenciamento é o custo da equipe que analisa o processo "licenciamento", portanto, não é uma taxa, é um custo de um serviço prestado pelo órgão ambiental, seja ele municipal, estadual ou federal. Ele é pago nessa instância. Se o licenciamento é feito no Município é pago no Município, se é feito no Estado é pago no Estado, se é feito na União é pago na União. E é um pagamento por um serviço prestado pelo órgão ambiental, que é analisar e verificar se aqueles dados estão corretos.

Cessado o licenciamento inicia-se a operação do sistema e durante o processo de operação é preciso verificar se aquela operação está ocorrendo em conformidade com aquilo que ela recebeu licença para atuar. Este procedimento de acompanhamento é feito através dos relatórios que são entregues pelas empresas ao final de doze meses de operação, que são os relatórios que fazem menção à Lei 10.165. São esses relatórios que o IBAMA consolida, cria estatísticas em relação a isso para o País inteiro e, portanto, nós temos hoje o que nós não tínhamos antes, que são estatísticas de meio ambiente, nós temos hoje, por exemplo, a informação de quanto é gerado de resíduo perigoso, de quanto é gerado de resíduo por cada uma das empresas, graças a esses relatórios que são fornecidos pelas empresas através da Lei 10.165.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Permita-me, Dr. Márcio, mas esse acompanhamento do funcionamento não é feito pelo órgão ambiental estadual?

SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Não, ele é feito pelos dois órgãos. Só para concluir, eu vou fazer um paralelo que talvez fique mais claro isso. Porque a taxa, veja bem, depois eu lhe explico o seu questionamento específico, mas antes deixa concluir o meu raciocínio.

O que a Lei 10.165 criou é uma espécie de Declaração de Imposto Ambiental, fazendo um paralelo de Declaração de Imposto de Renda, nós criamos uma declaração de conformidade. Nós fazemos uma declaração de ajuste para o Imposto de renda, para a Fazenda, a cada final de ano. O que nós criamos... O imposto é conseqüência do trabalho, o imposto não é o que fundamenta o trabalho. Deixe-me concluir e vai ficar claro isso.

Todas as empresas ao final de um ano de exercício são obrigadas a encaminhar ao IBAMA um relatório onde elas colocam a prestação, a declaração de ajuste delas, anual. Elas colocam tudo que elas exerceram, em termos de atividade econômico, o que geraram de resíduos sólidos, líquidos e atmosféricos e entregam isto para o IBAMA. Esta declaração é que permite o IBAMA e aos órgãos estaduais que têm acesso ao cadastro, fazerem o controle; porque o cadastro é de uso nacional, o cadastro não é do IBAMA, o cadastro é Federal. Assim como as declarações, os dados da Receita Federal são utilizados pela Receita Estadual para fazer fiscalização, é o mesmo critério, exatamente o mesmo critério.

Então, assim como as Receitas Estaduais se valem da Receita Federal para fazer seu controle e fiscalização, também os órgãos ambientais estaduais se valem dos dados que o IBAMA tem, de nível nacional, sobre todas as empresas, não só as que estão no Estado de São Pulo, mas aquelas que tem filial em São Paulo, filial no Paraná, filial em Santa Catarina, todas estas têm esta informação. E esta taxa de controle e fiscalização, ela simplesmente é arrecadada de forma centralizada. Na verdade, os artigos já citados, o 17p e o 17q, prevêem o repasse para os Estados, e nós estamos repassando essas verbas, já tem três Estados recebendo essas verbas decorrentes dessa situação.

Finalmente, eu queria esclarecer só uma questão colocada para relativisar o que é colocado pela CIESP, que é com relação à questão do custo, primeiro, dessas taxas e segundo em relação à abrangência. Eles falam que 95%... Olha, nós temos quatrocentos mil cadastrados que pagam regularmente a taxa, que regularmente prestam informações ao IBAMA, sem nenhum tipo de problema em relação a isso. Esta ação que foi movida pela CIESP já teve ganho de causa, já teve declaração de que ela é constitucional, por parte do Supremo. Naturalmente há uma prerrogativa desta Casa querer rever essa Lei, querer encaminhar um novo instrumento legal. Agora, eu digo aos Srs., de cadeira - com a experiência de quem atua na área há mais de vinte anos, não só do ponto de vista institucional como até pessoal, eu trabalho na área ambiental desde que ela se criou e sou Engenheiro de formação - então eu posso dizer que o setor produtivo brasiLeiro

foi quem mais ganhou com a legislação ambiental que nós temos hoje; porque graças a isso, ele é um setor competitivo internacionalmente, hoje. O Brasil eu acho que, da América Latina, com certeza é o País que tem a melhor legislação e isso graças a essa Casa também. E é graças a esses progressos que nós temos hoje que nós nos distinguimos em relação a demais Países em desenvolvimento, do ponto de vista, não só da qualidade da nossa indústria, como da qualidade do nosso meio ambiente.

Finalmente, eu gostaria só de destacar que o valor da taxa para uma empresa de pequeno porte é de cento e doze reais por trimestre. Portanto, nós estamos falando de trezentos reais por ano. Ou melhor, de quatrocentos reais por ano. E este valor nunca foi reajustado, este valor vigora desde o ano 2000. Empresa de pequeno porte e com pequeno potencial de poluição, cento e doze reais; de médio potencial de poluição cento e oitenta reais; de alto potencial de poluição duzentos e vinte e cinco reais.

Então, vamos relativisar isso que está sendo discutido aqui e entender, exatamente, as razões técnicas para as quais as taxas foram criadas, que não é uma taxa pura e simplesmente; aí eu discordo fundamentalmente daquilo que está sendo dito aqui. Ela não é uma taxa. O que foi criado foi a 6.938, que criou o SISNAMA, o SINIMA e o Cadastro Federal para fazer gestão ambiental nesse País e, graças a isso, o País está fazendo gestão ambiental. A taxa foi criada posteriormente para viabilizar a implementação desses instrumentos, que, até então, não poderiam ter sido desenvolvidos e não foram. Se nós olharmos historicamente desde que a 6.938 foi implantada em 80 até o ano 2000, nós não tínhamos conseguido implementar nem o Cadastro Técnico Federal, nem o Sistema Nacional de Informações. Graças ao aporte dessa taxa que nós conseguimos implantar, esses sistemas que hoje estão implantados, funcionando e trazendo benefícios assombrosos para o País. A própria pesquisa, que o Instituto BrasiLeiro de Geografia e Estatística publicou no ano passado em relação ao estado de meio ambiente no País, foi publicada graças a dados que agora existem no nível federal e que antigamente nós não tínhamos. Eram dados que estavam fragmentados em cada Unidade da Federação.

Só queria prestar esse esclarecimento e fico à disposição para futuros esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Agradeço ao Dr. Márcio Rosa. Eu estranho apenas que o Dr. Márcio, ele diz que não é taxa, mas o art. 17p fala em taxa. Agora, o que é pior, ele acha que é imposto e faz um...

SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Não, por favor. Se eu não fui claro, eu me corrijo. É uma taxa e não é um imposto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Com relação ao Imposto de Renda e aos impostos estaduais, eu acredito que ninguém paga para declarar. Você, o Estado se aparelha para cobrar, seja o Imposto de Renda, seu ICMS. Tem-se o cadastro de contribuintes para fazer o papel natural do Estado de arrecadador de impostos; agora, você pagar para declarar... Quer dizer, o Governo precisa ter um instrumento de gerenciamento, eu não sei exatamente para quê, porque se fosse para ajudar os Estados para saber o volume de lixos urbanos, de resíduos sólidos, de esgoto despejado; se esse dado fosse para o Governo investir nos Estados, para minimizar, mitigar esse problema, eu acho que seria razoável. Só que o Governo não participa desse esforço que fica basicamente com os Estados BrasiLeiros. Mas, se é para formar um cadastro e aí você exige que a empresa pague para ela fornecer os dados, é realmente incrível, é coisa de Brasil.

Mas eu queria dar a oportunidade para os demais palestrantes que se quiserem uma segunda rodada, rápida, eu pediria para se pronunciar. O Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu fico, de novo, surpreendido. O Dr. Márcio coloca coisas que só fazem clarear no sentindo de uma solução, Dr. Márcio. Porque o Senhor mesmo diz que a Ministra quer implantar o Sistema Nacional. No Sistema Nacional você tem a graduação dos entes.

Então, esse trabalho que o IBAMA quer fazer no sentindo de... Imagino que o Senhor está falando a nível de licenciamento, uma questão pontual, e depois, o que é muito mais complicado de ser feito, o acompanhamento. Então imagine, vamos todos nós refletir qual a capacidade que o IBAMA tem de acompanhar uma microempresa, que está no interior do Estado do Pará. A capacidade poluidora dessa microempresa é nenhuma. Então o Senhor vai me desculpar, o Senhor dizer que quer cobrar essa taxa para fazer o acompanhamento...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – ...para fazer o cadastro. Não, seria o acompanhamento da capacidade poluidora dessa empresa, para que tenha a estatística disso, pelo amor de Deus; é fazer um valor de juízo da capacidade de inteligência de cada um de nós. Então eu diria, se isso é feito, como bem colocou novamente o Senador César, ele ficou tão impulsionado ao longo da sua explicação que ele lhe interrompeu.

Mas isso é atribuição do órgão ambiental do Estado fazer o acompanhamento e subir com a informação para efeito de cadastro nacional para o IBAMA. Isso é que deve ser um sistema nacional. Ou seja, o órgão municipal encaminha para o estadual, o estadual encaminha, depois de ordenadas as informações, para o nacional que faz o fechamento; isso é uma lógica, eu estou indo pela lógica. Agora se é de cima para baixo, nós vamos ver que dificilmente. O IBAMA não tem capacidade, nós temos que reconhecer isso. Eu acho que o IBAMA tem que se reestruturar, tinha que fazer um saneamento ambiental de trabalho, na condição de trabalho do IBAMA, no sentido dele ter capacidade de atender as suas obrigações hoje. Nós não temos condições de fazer.

Eu coloquei há pouco, o Senhor não estava aqui, a questão da aprovação dos projetos de manejo no meu Estado, que é o Estado do Pará. Então essa é uma obrigação efetiva do IBAMA que deveria ser da área ambiental do Estado, mas que o IBAMA não transfere, mas também não faz; até por um entendimento pessoal do Diretor Romeu, porque a Ministra já assinou o termo de ajuste com o Ministério Público, mas não faz.

Então como é que o IBAMA pretende fiscalizar, acompanhar, atividades de uma microempresa, não vou colocar nem em São Paulo, vou colocar no Município de Afuá, na Ilha de Marajó, no meu Estado do Pará; é nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Márcio, vamos fixar aqui um padrão, porque nós temos outros compromissos. Eu vou dar cinco minutos a cada um, para que nós possamos encerrar a audiência. Eu daria primeiro cinco minutos a Drª. Maria Luiza, passo para o Dr. Romildo, para o Dr. Márcio e Dr. Rubens Ferreira.

SRª. MARIA LUIZA WERNECK DOS SANTOS – Eu só queria, aproveitando as próprias palavras do Dr. Márcio Rosa, em que ele diferenciou o licenciamento de controle, quando que o licenciamento se destina efetivamente a controlar as atividades. Não o licenciamento é dado pelo órgão estadual e ele controla, mediante a emissão da licença prévia, a licença de instalação e licença de operação, a qual impõe condições severíssimas para dar a segunda e depois ele controla toda a operação; tem que ser renovada. Então, quem controla é o Estado e ele diz: que esse controle, esse licenciamento é cobrado, palavras dele "o custo do serviço prestado pelo órgão ambiental estadual". Ora, o que é taxa? Parte definida na ConstituiçãO – "é o pagamento pelo custo do serviço prestado", tanto que o Supremo diz que não pode ter lucro, que ela vai remunerar o custo.

Então, há uma dupla incidência, paga duas vezes. Não importância se é pouca, é ilegítima. Além do que, eu preciso ver onde é que estão essas competências tão bem definidas, porque o conflito de competência toda hora é constante, o órgão municipal exige, o estadual exige, o empresário fica perdido. Tem que atender milhões de condições, porque não está clara essa competência. Justamente porque se reclama a edição de uma Lei Complementar, que está prevista no art. 23, que ia definir, que reclama essa Lei, que justamente ia definir essa competência, evitar essa superposição de atividades, esse conflito, esse desperdício de esforços que a gente vê o tempo todo.

Essa é outra questão, se eu deixei de falar na minha exposição, que ele fala do repasse, para os órgãos estaduais, da taxa. Então, o quê que aconteceu nessa Lei, no art. 17p? Eles permitiram também que o Estado cobrasse uma taxa de fiscalização ambiental; outra, além dos custos já cobrados, e que, nesse caso, o IBAMA repassaria 60% para ele. Ou seja, a dupla incidência, essa cobrança dupla se repete nos Estados, quando criaram esta taxa. Estão cobrando de novo para fiscalizar essas atividades que já é feita pelo licenciamento estadual e já é cobrado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador, só aproveitando a Drª. Maria Luiza. Você poderia inverter Dr. Márcio. Ao invés do IBAMA transferir 60% para os Estados, os Estados transfeririam quarenta para o IBAMA e o IBAMA não cobraria. Se o IBAMA precisa de recursos para fazer o gerenciamento...

(tumulto)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – ...V.Sª. disse na sua explicação e colocou bem a questão do nível de poluição. Você colocou a questão municipal, a poluição sonora, aí colocou a do Estado e colocou a questão do IBAMA, quando atinge mais de um Estado, quando é questão regional, vamos dizer assim. V.Sª. colocou um exemplo de uma empresa que tem uma matriz em São Paulo, uma filial em Santa Catarina, mas são ações pontuais, não quer dizer porque ela tem três filiais que é uma questão regional. Então, que o IBAMA se atenha à questão quando atinge mais de um Estado. E se há necessidade de recursos para a gestão do IBAMA, que ele faça a partição da taxa que é cobrada na base lá da empresa que já o faz a nível estadual.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Obrigado Senador Flexa. Dr. Romildo Campelo, para suas considerações finais, cinco minutos no máximo, por favor.

SR. ROMILDO DE OLIVEIRA CAMPELO – Eu queria, Senador, começar agradecendo ao Dr. Márcio

Rodrigues de Freitas, porque todos os argumentos que nós precisaríamos trazer em convencimento aos Srs., ele fez a gentileza e a bondade de trazê-los, com a clareza cristalina. É um imposto, ele não decorre de serviço algum que o IBAMA presta, nós pagamos para apresentar um formulário de informações. Porque, veja – com o Imposto de Renda eu apresento o formulário, no formulário declaro se devo ou não devo e o Estado consolida esta informação. No caso de cá, não. Eu dou uma informação, eu não cometi nenhum delito, não tem nenhuma razão para o Estado intervir e o IBAMA cobra para que eu faça essa declaração, e cobra isso anualmente.

Então, qual é o impasse que o CIESP vem hoje, aqui, e eu preciso e estou muito feliz de ver o Senador César Borges propor? É o seguinte: eu acredito no nosso Judiciário, ele é lento, ele é difícil, mas ele é sábio e com certeza ele irá declarar inconstitucional essa Lei. Qual é o grande problema que nós estamos vivendo hoje? É que esta Lei vigora desde o ano da graça de 2000. Nós estamos com cinco anos, encaminhando para sexto ano, de inadimplência, por não declaração e isso incide em impostos, na taxa, em multa e em correção monetária. E nós vamos jogar os pequenos, porque os grandes, Dr. Márcio e Senadores, não precisam da ajuda de ninguém, o grande resolve os seus problemas e vai até lá e resolve.

O grande problema são os pequenos. O CIESP, eu conversava hoje aqui na Diretoria do CIESP em Brasília, o maior órgão de indústrias do mundo é um órgão americano, tem doze mil associados. O CIESP é um órgão estadual, tem um número que varia de oito mil e quinhentos a nove mil, dependendo dos estados financeiros; há sempre uma oscilação, mas o número é por aí. 80% dos nossos associados são pequenas e médias empresas e essas empresas serão profundamente abaladas, porque, em não pagando, elas devem uma taxa e a taxa vai jogá-las como inadimplentes no CADIN. Diferentemente do que o Dr. Márcio diz, o IBAMA em São Paulo diz que 90% das indústrias ainda não fizeram a declaração. Então, o quadro é terrível! E qual é a angústia do CIESP? Por que é que o nosso Presidente solicitou essa audiência em um bom momento - porque esse é realmente o local para essa discussão – é: o que fazemos enquanto o Judiciário não revoga essa Lei?

O IBAMA está obrigado a cobrar, nós já falamos isso agora, Senador, se eles não cobrarem eles estão prevaricando. Nós não podemos pagar, então nós criamos uma situação terrível. A Legislação vai jogar na ilegalidade a maior parte das nossas indústrias, porque a maior parte, infelizmente, não são de grandes empresas, são de pequenas e médias, e esse é o grande drama. Então, o Senhor, me parece, que deu uma luz no caminho. Essa proposta da Comissão, e eu tenho certeza que a Ministra Marina não deve odiar as indústrias do País, eu tenho certeza que ela não quer de maneira alguma causar esse mal. É aquela história das boas intenções que causam problemas. E precisamos ter a coragem, e só os Srs. tem essa condição, de dizer para a Ministra o mal que está sendo causado, e que nós encontremos uma solução para esse problema (soa a campainha)Caso contrário, Senador, nós vamos simplesmente destruir a base industrial do nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Muito obrigado, Dr. Romildo. Com a palavra o Dr. Márcio Rosa.

SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Obrigado. Agradeço mais uma vez a oportunidade e peço desculpas, porque realmente eu cheguei um pouco atrasado na Reunião e naturalmente não tenho a formação dos Srs.. Eu tenho uma formação mais técnica, na área de meio ambiente, e não tenho uma formação tão universal como a dos Srs., então fiz alguma confusão em relação à taxa, imposto; e até pelo fato de ter chegado com a conversa já andando, talvez eu não tenha me posicionado com toda clareza que eu gostaria na minha primeira intervenção.

A primeira coisa que eu queria colocar para esclarecer isso é que é taxa, está claro que é taxa na Lei, é óbvio que não é imposto. Eu é que fui infeliz na hora de fazer uma correlação entre a forma como funciona o controle e fiscalização do IBAMA, nessa questão especifica, e a forma como funciona na Receita Federal, que é similar. Eu vou já esclarecer isso.

Mas, enfim, eu queria também salientar que essa questão de competência está muito bem regulamentada, não só na 6.938, como também na Resolução 237 do CONAMA, que estabelece exatamente os pontos de atuação desses três entes federados, da União, Estado e Município, nas questões ambientais. Então, como disse a Drª. Maria Luiza, não há essa confusão e há essa regulamentação na 237 do CONAMA, a Senhora pode procurar lá e encontrará com clareza essa definição.

O que eu quis colocar em relação ao Cadastro Técnico Federal é que ele é um instrumento que permite o controle e fiscalização. É óbvio que a taxa é feita para o controle e fiscalização, está claro na Lei. A taxa não é para se cadastrar, não é pago para entregar as informações lá. É que uma vez entregues as informações lá, eu posso, a partir do cadastro, fazer a fiscalização. Eu vou explicar como e aí é que eu me perdi na explicação, anteriormente.

Os relatórios que são fornecidos lá, Senador - e aí eu lhe esclareço também em relação a essa questão de... Não é uma questão de nós centralizarmos, é que um instrumento hoje, chamado *Internet*, possibilita que nós tenhamos informações diretamente na fonte. Se antigamente eu, para obter uma informação de uma indústria lá na Ilha de Marajó, eu precisava solicitar ao Município, às vezes pelo correio, uma informação de como está operando essa indústria, hoje essa indústria informa via *web*, *on-line*, diretamente para o IBAMA qual é a situação que ela está operando. Então, o relatório que nós temos, esse relatório mensal, me permite ter todos os dados, tudo que ela gerou de controle de emissões, do ponto de vista de efluentes líquidos, sólidos e gasosos, no momento que ela informar eu tenho essa informação lá dentro da minha rede; e é assim que funciona o Cadastro Técnico Federal. Uma vez com essa informação, eu cruzo essas informações com os bancos de dados que nós temos dentro do IBAMA e com os bancos de dados do Estado e aí vem o SINIMA, que é o Sistema Nacional de Informações do Meio Ambiente que é gerido pelo Ministério, e me permite estabelecer claramente incongruências entre aquela informação que ela deu no Estado, a informação que ela deu no IBAMA, o porte da indústria em relação até às questões fiscais.

Muitas vezes, nós descobrimos, já, situações de inconformidade entre o que ela declara na Receita e o que ela declara para o órgão ambiental. Eu vou lhe dar um exemplo concreto disso – nós fazemos na Diretoria de Qualidade Ambiental o controle das substâncias que destroem a camada de ozônio. Isto é feito, o programa brasiLeiro de controle em atendimento ao Protocolo de Montreal, de controle da destruição da camada de ozônio exige o acompanhamento nosso, inclusive da atividade daquele mecânico que troca o gás da geladeira da sua casa, quando a geladeira tem problema. Pois, graças ao Cadastro Técnico Federal, esse mecânico está cadastrado, tem um registro e informa ao IBAMA mensalmente quanto que ele utilizou de gás, quanto de gás foi para a atmosfera diretamente. Eu não preciso perguntar isso para ninguém, não preciso perguntar isso para a empresa a qual ele é filiado. Eu tenho diretamente uma declaração - e aí que eu fiz o paralelo com o Imposto de Renda - é um sistema auto-declaratório do controle e fiscalização. Quer dizer, o sujeito declara e na declaração, se os Srs. entrarem na *Internet*, os Srs. vão ver que lá tem, (soa a campainha) já explícito qual é a penalidade em que incorre um sujeito, por prestar uma informação de má-fé. E a partir desta informação, eu posso cruzar as informações, fazer o que a Receita faz, que são os pentes finos para descobrir incoerências e inconsistências no relatório, entre o que ele produz e o que ele gera de resíduos, entre o que a licença ambiental previa e o que ele está operando e uma série de instrumentos desse tipo. Esta é a fiscalização que o IBAMA executa e que o Estado não executa e que o Município não executa. Nós executamos suplementarmente. Como? Através desse instrumento, viabilizado pela taxa de controle e fiscalização. Eu não poderia fazer esse controle e fiscalização se eu não tivesse uma taxa que o suportasse.

Agradeço se fui mais claro agora e agradeço da oportunidade e continuo à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Muito obrigado, Dr. Márcio, e para as considerações finais, Dr. Rubens.

SR. RUBENS FERREIRA ALVES – Eu gostaria de enfatizar que o Cadastro Técnico Federal é uma base da dados essencial. Não é só para Governo Federal, não é só para o Estado ou Município, é ao todo. Essa informação é acessada instantaneamente via *Internet*. Obviamente que compete ao IBAMA, atualmente, manter esse cadastro, e se algumas empresas ficam fora disso há distorções.

Se a gente continuar nessa tendência de que... Independente de ser taxa, o IBAMA, a tendência natural, é que ele fique com apenas 40% e isso, se nós formos levá-lo em custo, que hoje nós não podemos fugir da questão de custo, 40% seria insuficiente para que o IBAMA fiscalizasse todas essas empresas; obviamente que a gente trabalha com amostras. Eu estou enfocando o lado administrativo, porque eu sou administrativo.

Com relação à questão do parcelamento, ele é viável tanto quanto é viável para a Receita; trata-se de um tributo. E o parcelamento é feito da mesma forma, em até trinta vezes, e isso basta que se faça um requerimento ao IBAMA e se proponha, claro que por CNPJ e não por Sindicato, se fazer o parcelamento. Eu queria só acrescentar isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Senador Flexa, satisfeito?

Bom eu quero agradecer a participação de todos e dizer a CIESP e a CNI e também ao IBAMA que o quê depender aqui do Senado Federal, nós vamos procurar articular para procurar uma solução para esse problema; se é que ela existe.

Essa eu acho que é nossa obrigação, é o nosso papel e nós vamos tentar desempenhá-lo com o máximo de empenho possível.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Pois, não, Sr. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu pediria a V.Exª., eu tenho uma solicitação de Audiência Pública, um Requerimento aprovado, para uma Audiência Pública conjunta da Comissão de Meio ambiente com a Comissão de Infra-estrutura, aprovado dia 21 de fevereiro, para discutir a questão da pavimentação da BR-163, Santarém/Cuiabá. Então, eu pediria ao Presidente que se pudesse em contato com o Senador Heráclito Fortes, que nós pudéssemos marcar, o mais breve possível, a Audiência Pública aprovada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – V.Exª. será atendido. Declaro encerrada a Sessão.

(Levanta-se a reunião às 13h14)

Ata da 6ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, do dia 9 de maio de 2006, às 11:30 horas.

Às doze horas e trinta e oito minutos do dia nove de maio de dois mil e seis, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **FLEXA RIBEIRO, GILVAM BORGES, LUIZ OTÁVIO, VALDIR RAUPP, JOÃO RIBEIRO, SERYS SLHESSARENKO, AUGUSTO BOTELHO e FLÁVIO ARNS.** Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à deliberação da pautA – **Item 01) Aviso nº 123, de 2001 – NÃO TERMINATIVO**, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 431, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins, obra de responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem - DNER/12º Distrito Rodoviário Federal, no Estado de Goiás (TC nº 006.710/2001-0)" **Autoria –** Tribunal de Contas da União**. Relator "ad hoc"**: Senador **JOÃO RIBEIRO**. **Parecer**: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **ResultadO –** APROVADO. **Item 02) Aviso nº 11, de 2001 – NÃO TERMINATIVO**, que "encaminha ao Senado Federal o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre do exercício de 2005" **Autoria –** Tribunal de Contas da União**. Relator "ad hoc"**: Senador **FLÁVIO ARNS**. **Parecer**: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado –** APROVADO. São incluídos, extra-pauta, com aquiescência da comissão, o **Requerimento nº 13, de 2006-CMA,** que "requer, com base no art. 71, VI, da Constituição Federal e nos termos regimentais, seja solicitado ao Tribunal de Contas da União o acompanhamento da liberação de recursos na operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US$ 106,250,000.00 (cento e seis milhões, duzentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Tocantins e o MCC S.p.A. - Capitalia Gruppo Bancário – MCC, da Itália, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento – Pontos de Tocantins – Fase II", solicitado através do Projeto de Resolução nº 33, de 2006, do Senado Federal". **Autoria –** Senador **JOÃO RIBEIRO. Resultado –** APROVADO e o **Requerimento nº 14, de 2006-CMA,** que requer "a realização de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com as presenças da Ministra de Estado do Meio Ambiente, Dra. Marina Silva, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Dr. Guilherme Cassel, do Presidente da Indústria Madeireira do Sudoeste do Pará, Sr. Herinaldo Queiroz, do Procurador da República, Ubiratan Cazetta e de representante da sociedade civil, para tratar sobre a situação do setor florestal-madeireiro na região Oeste do Pará, áreas de abrangência das BRs 163 e 230, sobre o Termo de Ajuste de Conduta referentes a planos de manejo e sobre a transição para implantação da recém aprovada Lei de Gestão de Florestas Públicas". **AutoriA –** Senador **FLÁVIO ARNS** e Senadora **ANA JÚLIA CAREPA. Resultado –** APROVADO**.** Usam da palavra os Senhores Senadores **FLÁVIO ARNS** e **JOÃO RIBEIRO.** Em prosseguinto à pauta é deliberado o **Item 03) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO**, que "dispõe sobre o início do pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal, e dá outras providências". **Autoria –** Senador **LEONEL PAVAN. Relatora "ad hoc"**: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Parecer**: Pela aprovação do projeto com a Emenda que apresenta. **ResultadO –** APROVADO. **Item 04) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2006 – TERMINATIVO**, que "acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor, para determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores". **Autoria –** Senadora **MARIA DO CARMO ALVES. Relator**: Senador **AELTON FREITAS**. **Parecer**: Pela aprovação do projeto. **Resultado –** ADIADO**.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos, lavrando eu, José Francisco B.

de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Havendo número regimental declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª da Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Srs. Senadores que se manifestarem de acordo com a dispensa da leitura da ata da Reunião anterior permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 1. Eu gostaria de solicitar ao Senador João Ribeiro que funcionasse como Relator *ad hoc* do Item 1.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Com todo prazer, Sr. Presidente. Só gostaria de solicitar de V. Exa. que colocasse um Requerimento meu, extrapauta, um Requerimento no qual eu peço acompanhamento do Tribunal de Contas da União na aplicação dos recursos de um empréstimo internacional de 106 milhões de dólares, 106 milhões, 250 mil dólares dos Estados Unidos, entre o Governo do Estado do Tocantins e o *MCCspa, Capitalia, Gruppo Bancario*, da Itália, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento - Pontes Tocantins - Fase II, solicitado através do Projeto de Resolução nº 33 do Senado Federal.

Então gostaria que V. Exa., se possível, colocasse...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – A Mesa está aguardando a apresentação do Requerimento, Senador João.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, pela ordem, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Pela ordem, Senador Raupp... Senador Arno.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu até já coloquei sobre a Mesa, também, um Requerimento de minha autoria e da Senadora Ana Júlia Carepa também, para realização de Audiência Pública, encarecendo, de V. Exa., a aquiescência para que ele seja, também, colocado em votação. Obrigado.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Senadores...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Senador João Ribeiro, só um minutinho. A Mesa vai decidir sobre os Requerimentos. O Requerimento do Senador Flávio Arns...

Nós submetemos à aprovação da inclusão extrapauta, dos dois Requerimentos apresentados, de autoria do Senador João Ribeiro e de autoria do Senador Flávio Arns.

Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Senador João Ribeiro, o Item 1 da pauta.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Posso fazer a leitura, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Do Aviso 123, de 2001, que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão 431, do Tribunal de Contas, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins, obra de responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, DNER, Distrito Rodoviário Federal, no Estado de Goiás. V. Exa. funcionará como Relator *ad hoc*, tem V. Exa. com a palavra.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Senadores.

O Relatório da Senadora Ideli Salvatti:

O Aviso nº 123, de 2001, Aviso nº 3510, de 2001 na origem, do Presidente do Tribunal de Contas da União, TCU, encaminhado ao Senado Federal, cópia da decisão nº 431, de 2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a construção de trecho rodoviário no corredor Araguaia-Tocantins, obra de responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, DNER, 12º Distrito Rodoviário Federal, no Estado de Goiás.

À época da realização da auditoria, a construção dos trechos rodoviários em questão ainda não haviam sido autorizados pela Administração Central do DNER. Assim sendo o Tribunal de Contas determinou ao 2º Distrito Rodoviário Federal que confirme a destinação dos recursos, tão logo a sua aplicação seja aprovada pelo DNER.

Trata-se, portanto, de uma etapa inicial da auditoria, que ainda não apresenta conclusões definitivas.

Em face do exposto, concluo no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria procedendo-se, em seguida, o arquivamento do processado. Sala das Sessões, Senadora Ideli Salvatti, Relatora, eu, Senador *ad hoc*. Portanto ela aconselha o arquivamento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Em discussão o Relatório apresentado pelo Senador João Ribeiro. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 2.

Aviso nº 11, de 2006. Encaminha ao Senado Federal o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre do exercício de 2005.

Eu solicitaria ao eminente Senador Flávio Arns que funcionasse como Relator *ad hoc*. Tem, V. Exa., a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Como mencionado, é o Aviso nº 11, pelo qual o Tribunal de Contas da União encaminha ao Senado Federal Relatório das Atividades daquele órgão fiscalizador referente ao 4º trimestre do exercício de 2005.

No Relatório sob análise, o Tribunal noticia suas atividades de controle externo no período, que compreende, em síntese, o julgamento de Contas, o exame de Atos de Pessoal, medidas cautelares, condenações e sanções aplicadas aos Responsáveis, remessa de Processos ao Ministério Público para adoção de medidas judiciais cabíveis, inspeções realizadas e apreciação de denúncias que lhe foram feitas.

Dá conta, também, do auxílio que prestou às Comissões do Congresso, notadamente a CPMI da Terra. A presente, do Tribunal de Contas da União destaca, particularmente, o seguinte:

Este é o Relatório do 4º trimestre do exercício de 2005, que tem alguns Itens que eu acho muito interessantes. O cumprimento, por parte do Governo Federal de determinação do Tribunal, no final de 2005, no sentido de destinar os recursos advindos do parcelamento especial, PAES, aos fundos constitucionais resultou em repasses de quase um bilhão para Estados e Municípios. No caso de recursos da CIDA e combustíveis, cujo saldo não utilizado atinge o montante de nove bilhões, desde 2002, bastante, não é? O TCU determinou a sua aplicação exclusivamente em programas finalísticos de transportes e meio ambiente, conforme previsão legal.

No trimestre, o TCU investigou as razões pelas quais os recursos do FUST, Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, não estavam sendo utilizados; determinações aos órgãos competentes foram realizadas com vistas a assegurar a aplicação de mais de 3,6 bilhões para inclusão digital de milhões de brasileiros, o que, aliás, foi debatido bastante, também, na Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da Comissão de Educação.

Sugestões de aprimoramento do processo de concessão de 8 trechos de rodovias federais, propiciarão benefícios para milhares de usuários das rodovias que serão privatizadas e para o próprio Governo. A revisão dos projetos básicos e orçamentos utilizados em atendimento à solicitação do TCU resultou em significativas contribuições para otimização dos investimentos e para redução do preço máximo de tarifas de pedágio em até 30%, nas principais rodovias, o que, para o público usuário dessas rodovias, é fundamental; para os Estados também.

Em face do exposto cabe a esta Comissão tomar conhecimento das informações contidas no Relatório e, como não há outras providências a tomar, deliberar pelo encaminhamento da matéria ao arquivo, com a devida comunicação à Mesa, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Agradecemos a V. Exa. e submetemos à discussão o Relatório expendido.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Passaremos, agora, à discussão dos Requerimentos apresentados extrapauta, de vez que a Comissão aprovou a sua inclusão na pauta de hoje.

O primeiro Requerimento, de autoria do eminente Senador João Ribeiro, que propõe seja instado o Tribunal de Contas da União, a acompanhar a libertação de recursos, na operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a 106.250.000 dólares dos Estados Unidos, entre o Governo do Estado do Tocantins e o *MCCspa, Capitalia, Gruppo Bancario*, MCC da Itália, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento - Pontes Tocantins - Fase II, solicitado através do Projeto de Resolução nº 33, de 2006, do Senado Federal.

Se o Senador João Ribeiro quiser apresentar as justificativas do Requerimento, esse é o momento. Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Senadores, eu apresento esse Requerimento, nesta Comissão de Fiscalização e Controle, em função de nós, à semana passada, termos aprovado, na Comissão, na CAE, a solicitação deste pedido empréstimo para o nosso querido Estado de Tocantins, Senador Leomar Quintanilha. E faço esse Requerimento em função de alguns fatos ocorridos.

Primeiro, porque é nosso dever e nossa obrigação, como Parlamentares que somos, representantes dos Estados e, também, da população, de acompanharmos de perto tudo aquilo que ocorre em relação, sobretudo, a questão de endividamento, a questão de empréstimos

internacionais, isso é competência do Senado Federal. Aquilo que é repassado para os Estados. Essa questão foi bastante polêmica, eu inclusive fui alvo de inúmeras acusações irresponsáveis partidas, lamentavelmente, da base do Governo do Tocantins lá no Estado, através de imprensa, sobretudo na questão da imprensa escrita e, principalmente, os jornais, aqueles que são pagos com o dinheiro do povo, para falar a linguagem daquele que comanda, ou daqueles que comandam, hoje, o Governo do Tocantins e até, porque diziam que eu estaria contra a aprovação desse empréstimo.

Eu inclusive, Senador Leomar, até em um certo momento... Não é fazendo defesa de V. Exa., mas fazendo justiça ao Senador Leomar Quintanilha e ao próprio Senador Eduardo, já que nós não tomamos conhecimento nesta Casa, eu só tomei conhecimento na hora de votar e eu havia solicitado as informações, porque eu não tinha conhecimento das bases de cálculo, das bases de negociação do Governo do Tocantins, com essa instituição internacional. Nós não tínhamos, não sabíamos qual o spread, como seriam as taxas, onde seriam aplicados esses recursos. Agora, o Governo do Tocantins, em vez de nos prestar as informações, aquilo que ocorreu há dois anos atrás, quando eu, V. Exa. e o Senador Eduardo, fomos procurados para, na questão do apoio, para que nós conseguíssemos o empréstimo de 100 milhões de dólares, 60 na época, do BIRD e 40 milhões de contrapartida, ou seja, um empréstimo de 100 milhões, nós até, eu até saí da Comissão naquela época, para que o Senador Lobão, a pedido nosso, fizesse o Relatório para ajudar o Estado, já que existe um acordo, lá naquela Comissão, ou no Senado, que Senador do próprio Estado não pode relatar pedido de empréstimo para o seu Estado.

E eu fiz algumas reclamações e fiz, inclusive, em meu nome, em nome e V. Exa. e do Senador Eduardo, já que nós nem contatados fomos. Foram procurados, depois, Senadores de outros Estados. Nada contra os Senadores já que nós lutamos e trabalhamos por um Brasil como um todo. Mas, de qualquer forma, era de responsabilidade e obrigação do Governo do Tocantins prestar as informações que nós precisávamos ter.

Apresentei Requerimento à Mesa do Senado que ainda não foi deliberado. Como eu havia apresentado Requerimento na Comissão, retirei o Requerimento e sugeri que fosse aprovado esse Requerimento e foi aprovado naquela Comissão mas, como achei que não era a Comissão própria para que nós pudéssemos fazer o Tribunal de Contas da União, fazer essa solicitação ao Tribunal de Contas da União, para que ele fizesse um acompanhamento da aplicação desses recursos, em função de uma série de denúncias que há, de vícios que há, principalmente na questão da licitação desta obra, já que é uma obra que foi licitada e apenas uma empresa foi vencedora de todos os trechos. Tem obra no norte, obra do sul, do Estado. Acho extremamente importante isso para o Tocantins, que a gente leve os recursos e que os recursos sejam aplicados.

Porque quem está pegando os recursos, já próximo de uma eleição é o atual Governo, quem vai pagar é o povo do Tocantins, com seu sacrifício, com seu suor, com seu sofrimento e, portanto, não, jamais eu iria recuar no sentido de exigir a aplicação clara e transparente dos recursos. Já que o Tribunal de Contas, Senadora Serys, foi cerceado, do Tocantins, de... Quando o Tribunal de Contas, eu coloco isso aqui no Requerimento, o Tribunal de Contas do Tocantins fez sugestões para que se mudasse algo que ele achava que não estava certo, sobretudo essa questão da concorrência, da livre disputa de mercado, para que pudéssemos, inclusive, quem sabe até, obter um preço melhor e fazer mais obras.

Mas o que fez o Governo do Tocantins? Em vez de atender o Tribunal de Contas, mandou que prosseguisse a licitação, aprovou a licitação, fez a licitação, dando, como ganhadora, apenas uma empresa. O Tribunal de Contas do Tocantins mandou cancelar a concorrência. O que fez o Governo do Tocantins, que tem 20 dos 24 Deputados na sua base de apoio, na Assembléia do Tocantins? Mandou uma PEC para a Assembléia tirando os poderes do Tribunal de Contas do Estado, que é motivo hoje, Senador Flávio Arns, Senadora Serys, de uma ADIN que está tramitando no Supremo Tribunal, que era para ter sido votada na semana passada, parece que não deu, mas está na pauta do Supremo, para que ele possa decidir. Espero que sejam restabelecidos os direitos constitucionais do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins; que isso é o maior absurdo que eu já vi.

Em vez de se prestar Contas, Senador Leomar, à sociedade do Estado, fazendo do Processo o mais transparente possível. O Tribunal de Contas mandou cancelar a concorrência; a resposta para o Tribunal foi tirar os poderes do Tribunal, num Governo que diz que é democrático, que é aberto. Olha, nós somos democráticos e justos. E aí ocorreu tudo isso que V. Exa. sabe, além do bombardeio que eu sofri por ter questionado essa questão, por ter questionado. Então não me restou outra alternativa, a não ser solicitar e, como a Constituição me permite, aqui nesse Requerimento eu cito o art. 71 no seu Inciso VI, aonde me dá todas as garantias a esta Casa, de que o Tribunal de Contas da União tem, também, o dever de acompanhar, já que são recursos internacionais e mesmo que não fossem, ele teria que acompanhar a aplicação desses recursos.

E estou fazendo essa justificativa para que esta Casa e aqueles que nos ouvem nesse momento, na TV Senado, possam saber quais os motivos para que eu não seja mal interpretado, daqui a pouco vão dizer que o Senador continua querendo criar dificuldades e problemas. Agora, eu prefiro ser tachado, pelo Governo de Tocantins, de estar criando problemas para ele, mas prefiro que o povo do Tocantins saiba que eu estou querendo transparência no Processo de licitação e na execução da obra.

Que essa obra seja executada. Ah! Mas tem eleição, se não aprovar até tal dia o empréstimo pode não sair. Olha, isso não é culpa minha, eu não vou avalizar esse tipo de coisa, é preciso que seja feito da forma mais transparente. O empréstimo é bom para o Estado? Até acho que é, até acho que é, mas é preciso que as coisas sejam de forma transparente, quem vai pagar é o povo. Um empréstimo com 36 meses de carência, Senador Leomar Quintanilha, com 36 meses de carência. Que nós nem sabemos qual o Governo que pagará isso; pode até ser até V. Exa. que é candidato ao Governo de Tocantins. Não é verdade?

Dia 1º de janeiro, terá posse o novo Governador. Dia 1º de outubro tem eleição. Olha, daqui para lá tem muita coisa para acontecer. Então nós não podemos, não podemos aqui prever e antever nada e, mesmo que pudéssemos prever e antever, mesmo que tivéssemos a certeza que é o atual Governador, coisa que acho que não será, mas isso é opinião minha, pessoal, que será o próximo Governador do Tocantins, isso não importa quem esteja no Governo, nós temos é que acompanhar, de perto, temos o dever e a obrigação. Para isso é que nós fomos enviados para essa Casa, por isso eu faço aqui este Requerimento.

Solicito, de V. Exa., em regime de urgência, Presidente, que o mais rapidamente possível, uma vez que aprovado, que a gente encaminhe esse Requerimento ao Tribunal de Contas da União, para que a gente possa ter o acompanhamento, de perto, da aplicação desses recursos que, com certeza, nós estaremos votando favoravelmente no Plenário do Senado. E solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação desse Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – V. Exa. tem razão, Senador João Ribeiro, é dever de V. Exa. e dessa Casa, exatamente, acompanhar as propostas de financiamento externo cujo compromisso é da União de avalizar.

E V. Exa. tem razão, também, que nós comungamos a responsabilidade de representar o Estado do Tocantins nessa Casa, onde são submetidos à aprovação, propostas de financiamentos externos e, estranhamente, o Governo do Estado quer, diretamente ou por interpostas pessoas, interposta pessoa, ou por qualquer de seus Secretários, não nos tenha procurado para nos informar a respeito da proposta de financiamento externo.

V. Exa. tem total razão e acho pertinente o Requerimento que aporta e, seguramente, é uma forma de estar defendendo, sobretudo, os interesses do Estado e da população do Estado, de dar clareza, clarividência, às propostas de financiamento que o Estado apresentar e que passam pelo crivo desta Casa e deverão passar pelo crivo do Tribunal de Contas da União.

Em discussão o Requerimento apresentado pelo eminente Senador João Ribeiro. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Requerimento... Vamos votar o Requerimento do eminente Senador Flávio Arns.

Requerimento do Senador Flávio Arns. Nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno, solicita a realização de Audiência Pública na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com a presença da Ministra do Estado do Meio Ambiente, Doutora Marina Silva, do Ministro do Estado de Desenvolvimento Agrário, Doutor Guilherme Cassel, do Presidente do Sindicato da Indústria Madeireira do Sudoeste do Pará, Senhor Herinaldo Queiroz, do Procurador da República Ubiratan Cazeta e de representante da sociedade civil para tratar sobre a situação do setor florestal madeireiro da região oeste do Pará, área de abrangência da BR-163 e 230, sobre o termo de ajuste da conduta referente a plano de manejo e sobre a transição para implantação, recém aprovada, da Lei de Gestão de Florestas Públicas. Esse é o Requerimento; se o eminente Senador Flávio Arns quiser apresentar justificativa, sob sua apresentação, fique à vontade. Tem, V. Exa., a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Obrigado. O Requerimento está bastante claro. Refere-se, essencialmente, aos planos de manejo no Estado do Pará e à transição para a implantação da recém aprovada Lei de Gestão de Florestas Públicas e há, nesse Processo todo, um trabalho muito amplo, junto ao Ministério Público, nos termos de ajuste de conduta e dificuldades para a implantação destes termos de ajuste de conduta e isso vem causando, assim, dificuldades, desemprego, problemas sociais e esse debate, na verdade, deve acontecer, também, para que possamos contribuir para a diminuição dos problemas sociais, para contribuir, também, nos debates e na discussão sobre a implantação da Lei de Florestas Públicas e, particularmente, por ser um Projeto de grande vulto, relacionado às BRs 163 e 230, por isso, Sr. Presidente, encareço o

voto dos Srs. Senadores e Senhoras Senadoras para aprovação do Requerimento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Em discussão o Requerimento apresentado pelo eminente Senador Flávio Arns.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 3, Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2005, que dispõe sobre o início do pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal e dá outras providências. Constituí um Relator *ad hoc*, a eminente Senadora Serys Slhessarenko, a quem concedemos a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como nosso Presidente muito bem colocou, nessa Comissão, o Projeto de Lei do Senado 199, de 2005, dispõe sobre o início do pagamento de seguro-desemprego ao pescador artesanal e dá outras providências. Nós temos aqui esse Projeto sendo submetido à Comissão e, num resumo do Relatório da Senadora Ana Júlia Carepa, que é a Relatora, nós temos, no primeiro Item, a obrigatoriedade da decretação, do período de defeso, com antecedência mínima de 15 dias antes de seu início e sua comunicação imediata ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, CODEFAT e ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Segundo, pagamento da primeira parcela do benefício do seguro-desemprego, devido ao pescador artesanal, já no primeiro dia do período de defeso e o das parcelas subseqüentes, a cada intervalo 30 dias e o prazo para Requerimento, para fins de percepção do benefício do seguro-desemprego, pelo pescador artesanal, que deverá ser efetuado a partir da data de publicação do ato normativo que estabelecer o início do período de defeso até o seu final, não podendo ultrapassar o prazo de 180 dias.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a análise do Projeto é bastante consistente, atendo-se a esses três itens que nós acabamos de ler, portanto, eu não vou ler a análise como um todo, que todos os Srs. Senadores estão de posse da mesma, dessa análise. O Projeto é, portanto, meritório pois, ao aperfeiçoar a legislação pertinente à concessão do seguro-desemprego durante o período de defeso do pescador profissional, que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal, contribui, efetivamente, para a preservação da espécie marinha, fluvial ou lacustre, a cuja captura o pescador se dedique. Finalmente, com o intuito de explicitar o tipo de benefício a que se refere o caput do art. 2º-A da Lei 10779, de 2003, constante no art. 2º do Projeto, propomos, ao final deste, emenda nesse sentido.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2005, a seguinte emendA – Emenda da Comissão de Meio Ambiente. Dê-se ao *caput* do art. 2º-A da Lei nº 10779, de 25 de novembro de 2003, na forma que dispõe o art. 2º do Projeto a seguinte redação – Art. 2º-A – O pagamento da primeira parcela do benefício de que trata esta Lei será efetuado ao pescador artesanal, no primeiro dia do período de defeso decretado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ibama, e o das parcelas subseqüentes a cada intervalo de 30 dias. É esse o Relatório do qual eu sou Relatora *ad hoc*, mas a autoria do Relatório é da Senadora Ana Júlia Carepa.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Nós vamos decidir aqui sobre o Item 3, relatado pela Senadora Serys Slhessarenko. Senhores...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Eu queria encaminhar. Eu queria falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Em discussão. Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores. Eu faço questão de fazer um comentário a respeito deste Projeto, porque eu considero esse Projeto, embora já esteja ocorrendo e acontecendo, o Governo Federal já tem, eu não sei se esse Projeto altera alguma coisa...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – parece que data.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – Parece-me que mudança de data, porque eu considero...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Antecipa.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PL-TO) – É, antecipa. Eu considero extremamente importante essa questão deste apoio que o Governo dará, que o País dará, nesse período de defeso, ou como nós costumamos dizer na linguagem popular, de piracema, o período da desova dos peixes, consideramos extremamente importante que os pescadores, sobretudo o profissional ou, até mesmo o artesanal, ele tenha esse apoio, essa espécie de ajuda do Governo nesse período, porque nós estamos vendo a degradação e sobretudo, com o passar do tempo, a gente vê que realmente se for, se desse, se se der continuidade ou, se desse continuidade ao que vinha sendo feito, a pesca predatória, como vinha ocorrendo, acontecendo em épocas passadas, em função exatamente do garim-

peiro, do pescador, desculpem, lembrei do garimpeiro que também, já na questão da aposentadoria, ele foi incluído na mesma lei do pescador artesanal, para a questão de aposentadoria.

Mas aqui nós estamos tratando da questão da piracema, do defeso, do período de defeso.

Portanto, o que vem ocorrendo era a pesca predatória. Por que ocorria isso, Senadora Serys? Porque eles não tinham um salário, não recebiam uma espécie de ajuda, nenhuma, nesse período. Então era obrigado fazer sua pesca mesmo em período proibido, em período em ele estava prejudicando a desova, a reprodução e, mesmo assim, ele era obrigado a fazer, porque era uma questão de sobrevivência, questão de sobrevivência. Muitos pescadores me procuraram, sobretudo nós, Senador Leomar, que estamos ali no eixo Araguaia-Tocantins e são dois rios que têm várias colônias de pescadores à sua margem; se pegar, por exemplo, morando no Tocantins nós temos aí, Casiára, Paudarco, nós temos Paudarco, temos Araguanã, temos Chambeuá, temos Araguatins, enfim, se fosse citar aqui são mais de dez colônias de pescadores que nós temos, que viviam e que, às vezes, cometiam a atrocidade em função da falta, da dificuldade, que ele tinha, de sobrevivência.

Com essa questão da melhora nesse Projeto, que eu sei que é para melhorar o que já existe, nós sabemos que a vida do pescador melhora; do pescador profissional e até do artesanal. Portanto eu não só voto a favor, como aqui quero elogiar a iniciativa desse Projeto que considero extremamente importante.

Até quero, inclusive dizer, Senador Leomar, que eu defendo, inclusive, não sei se... Eu tentei isso, inclusive, com o Ministro da Pesca na época, o Fritsch, José Fritsch, que a gente encaminhasse ao Congresso Nacional ou que ele fizesse por meio de Portaria ou Medida Provisória do Governo, que nós proibíssemos a pesca profissional nos rios brasileiros, eu não diria aí na questão marítima, já é um pouco diferente, mas, sobretudo nos rios, nos rios de água doce, por um período de três a cinco anos pudéssemos recuperar a reprodução dos peixes, porque em muitos rios já não existe nem como, isso aí prejudica a questão do turismo, do turismo da pesca, enfim que é o turismo mais atrativo que o Brasil tem, Senador, por incrível que pareça. É um dos turismos mais atrativos que nós temos, é o turismo da pesca. Porque o pessoal vem, os turistas do mundo inteiro querem vir ao Brasil pescar, porque é diferente da pesca marítima.

Então, se nós fizéssemos isso, aproveitando esse assunto, como é mais ou menos relacionado, eu pretendo apresentar um Projeto porque, na época, tentei com o Ministro, não consegui nenhum resultado, para que a gente proíba, mas para isso o Governo precisa assumir a questão financeira dos pescadores, das suas famílias, que pode ser feita através de outros sistemas, de crias de peixe, de recria, engorda de peixes nos próprios rios, através de tanques e redes. Portanto só esse rápido comentário, mas quero, aqui, cumprimentar a iniciativa desse Projeto extremamente importante e voto favoravelmente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB-TO) – Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar e agradecendo a presença dos Srs. Senadores, declaro encerrada a Sessão.

(Levanta-se a reunião às 13h12)

Ata da 1ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para 22 de fevereiro de 2006, quarta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e cinqüenta e cinco minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e seis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Cristovam Buarque,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **Romeu Tuma, Fátima Cleide, Flávio Arns, Paulo Paim, Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Aelton Freitas e Sibá Machado.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pautA – **Item nº 1**: **Requerimento nº 01-CDH, de 2006**, de audiência pública em Belém do Pará, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, - na qual os convidados deverão prestar esclarecimentos sobre a situação apresentada pelo relatório "Violação dos Direitos Humanos na AmazôniA – conflito e violação na fronteira paraense", bem como sobre as ações que vêm sendo implementadas em decorrência das informações ali contidas. Resultado – **Aprovado . Item nº. 02**: **Requerimento nº 02-CDH, de 2006**, de audiência pública, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que requer, "a realização de Audiência Pública no dia 22 de fevereiro do corrente ano, às 14:00 horas, com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, Senhor Nelson Machado, para prestar esclarecimentos e informações a respeito do recadastramento dos aposentados e pensionistas do INSS". Resultado – **Aprovado.** O Senador Cristovam Buarque passa a presidência para o Vice-Presidente Senador Paulo Paim. **Item nº 03** - **Requerimento nº**

03, DE 2006 de autoria do Senador Cristovam Buarque, "de aditamento ao Requerimento CDH, nº 18, de 2005, aprovado em 14/12/05, de audiência pública para esclarecimentos sobre a reportagem publicada no jornal Correio Braziliense, de 11/12/05, pág. 13, intitulada "Cobaias humanas na Amazônia" , acrescenta na lista de convidados para participar da audiência pública um representante do Ministério das Relações Exteriores. Resultado – **Aprovado**. **(PAUTA EXTRA) Item 1**: **Requerimento nº 4-CDH, de 2006**, de audiência pública, de autoria do Senador Cristovam Buarque, cuja finalidade é discutir a situação dos presídios no Brasil, com relação ao cumprimento da Lei de Execuções Penais e a possível violação dos direitos dos presos. Resultado – **Aprovado**, para ser realizada em data a ser definida. O Senador Paulo Paim devolve a presidência para o Senador Cristovam Buarque. **Item 2** : **Requerimento nº 5-CDH, de 2006**, de audiência pública, de autoria do Senador Paulo Paim, discutir a questão da dependência química no Brasil; Resultado – **Aprovado**, para ser realizada em data a ser definida. Ficam adiados os demais itens constantes da pauta, tendo em vista a falta de quorum. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e quinze minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Havendo quorum, declaro aberta a primeira reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da quarta sessão Legislativa ordinária, da qüinquagésima segunda legislatura. A ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa, solicito aos senhores e senhoras senadores a dispensa da sua leitura e a colocação em votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada a ata. Passamos a apreciação da pauta. Como o quórum é para fazer a reunião, mas não para deliberar nos assuntos terminativos, eu vou pôr em discussão apenas os requerimentos que aqui temos. Requerimento número um, de audiência pública em Belém do Pará com a finalidade que os convidados prestem esclarecimentos sobre a situação apresentada pelo relatório violação dos direitos humanos na Amazônia, conflito na fronteira paraense bem como sobre as ações que vem sendo implementadas em decorrência das informações ali contidas. Autora é a Senadora Júlia Carepa. Não está presente para defender, mas eu creio que nós podemos votar. E não havendo mais ninguém para usar, quer usar a palavra? Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu quero, a Senadora Ana Júlia, ela só não está hoje na reunião e justificou a sua, a sua ausência por estar acompanhando o Presidente da República que se encontra hoje no seu estado. Sr. Presidente, eu não tenho nenhuma dúvida que a violação dos direitos humanos que está acontecendo na Amazônia merece a presença dessa comissão, para discutirmos os conflitos e a violação na fronteira principalmente com o Pará. Então é uma denúncia grave que chega à essa Casa. E eu gostaria de inclusive, assino junto com a Senadora esse requerimento que essa comissão aprovasse por unanimidade, a gente pudesse deslocar com a nossa equipe para aquele estado, no momento tão importante. Até porque, sr. Presidente, é bom lembrar que essa Casa aprovou, recentemente, uma matéria considerada polêmica que é a forma como será controlado a questão do meio ambiente na Amazônia mediante a participação da área privada. E nós poderíamos, nessa oportunidade, inclusive olhar com muito carinho essa outra situação, claro, tendo como eixo a questão dos direitos humanos. Era isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agradeço ao Senador e não havendo nenhum voto contra está aprovado o requerimento. Requerimento número dois, do Senador Sérgio Cabral propõe audiência pública no dia 22 de fevereiro do corrente ano, às catorze horas com a presença do excelentíssimo sr. Ministro da Previdência Social, sr. Nelson Machado para prestar esclarecimentos de informações a respeito do recadastramento dos aposentados e pensionistas. Na verdade, o Ministro já está convidado, já confirmou e essa audiência, se for aprovada agora, será hoje à tarde.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, faço questão também de falar sobre esse requerimento. Até porque, há um desencontro de informação nessa questão do recadastramento dos aposentados e pensionistas que alegam que até hoje não sabem como fazer o cadastramento. Eu tinha, numa oportunidade, solicitado que houvesse um intercâmbio com a COBAP, que é a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, com as federações de aposentados e pensionistas, associações que eles pudessem interagir para ajudar nesse cadastramento. Infelizmente, não foi esse o caminho, e hoje o quadro se encontra muito complicado. A maioria dos aposentados e pensionistas ainda não fez o devido cadastramento e poderão até perder o benefício. Claro que nós sabemos que existe as chamadas aposentadorias e mesmo pensões fan-

tasmas, que se não se cadastrarem têm que perder mesmo o direito. Porque aquilo que é ilegal não pode permanecer. Mas a vinda aqui do Ministro, eu confesso, Senador Cristovam, para nós é muito importante. Até porque, eu, junto com V.Exa., fizemos parte da Comissão Mista que discute a elevação do valor do salário-mínimo com uma política permanente e também dos benefícios dos aposentados e pensionistas e na presença do Ministro aqui vamos interagir com ele sobre o tema específico, mas também podemos avançar um pouco nessa questão da previdência e até assegurando que ele venha, não é, durante o mês de, de março na Comissão Mista para debater essa questão do salário-mínimo e os benefícios dos aposentados e pensionistas. Que é algo, no meu entendimento, da maior gravidade. Eu quero de novo reafirmar e vou falar para o Ministro, quero ouvir a opinião dele, se nós não construirmos uma política de recuperação dos benefícios, apontando naturalmente as fontes de recurso, rapidamente todos os aposentados brasileiros vão estar ganhando um salário-mínimo. E V.Exa. se me permitir tem dito, não só passará o salário-mínimo como outros milhões continuarão a não ganhar sequer um salário-mínimo. Então é um debate, nós podemos iniciar aqui na Comissão de Direitos Humanos que V.Exa. preside com essa ótica da divisão de renda. E fazer com que ela continue, no segundo momento, na comissão específica. Somos totalmente a favor e estaremos aqui à tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu quero, aproveitando o seu pronunciamento, e afirmar que eu considero o programa do salário-mínimo para uma vida digna uma questão de direitos humanos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não apenas no valor para aqueles que recebem o salário-mínimo mas também e talvez, sobretudo para aqueles que nem mesmo o salário-mínimo conseguem receber. Bem, não havendo nenhuma manifestação em contrário, está aprovado o requerimento do Senador Sérgio Cabral. Requerimento número três. E número, extra-pauta, são meus. Eu peço ao Senador Paim que assuma a presidência para que eu possa fazer a defesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Cristovam com a palavra para fazer a defesa do requerimento de sua autoria, assuntO – Cobaias na Amazônia.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Senador Paim, esse é apenas um aditivo à audiência que já foi aprovada e que será no dia oito de março. No requerimento aprovado nós tínhamos apresentado o convite aos Ministros da Ciência e Tecnologia e Saúde e outras personalidades. Mas, o avanço das investigações sobre esse assunto, e eu estive lá pessoalmente, visitei as famílias, comprovei tudo aquilo, me levaram a conclusão de que é preciso ter alguém do Ministério das Relações Exteriores porque a, essas pesquisas, usando cobaias humanas, elas são feitas para a Universidade da Flórida. O documento assinado pelas pessoas para receberem doze reais para se deixarem picar, tem o carimbo da Universidade da Flórida. Nesse sentido, eu sugiro um aditivo incorporando um representante do Ministério das relações exteriores para estar presente no dia da audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Cristovam, eu gostaria também de manifestar o meu total apoio ao seu requerimento que amplia, inclusive, a audiência aprovada aqui no segundo momento, do tema que acabam se encontrando. V.Exa. propõe uma audiência aqui na comissão para debatermos com a profundidade que o assunto exige. Além da visita que faremos, naturalmente, para visitar a situação no próprio local. Por isso eu já, de imediato, encaminho a votação do requerimento de V.Exa. se os senadores e senadoras concordam, eu considero aprovado. Aprovado o requerimento de V.Exa.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a presidência ao Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não, o outro requerimento na pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ah, o próximo requerimento também é de V.Exa.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Trata-se de um requerimento para fazer uma audiência pública sobre um tema que eu creio que já deveríamos ter feito há mais tempo, tanto que eu quando pensei em fazer eu pedi a minha assessoria que levantasse as memórias dessa comissão, para ver se já tinha sido feito, mas não houve ainda. É uma audiência pública para discutir o assunto dos presídios brasileiros. Tanto os presídios de adultos como os presídios onde estão os menores. Eu creio que devemos chamar aqui para falarem os responsáveis pelos presídios, personalidades que estudam o assunto e que possam se manifestar. A gente não pode deixar o assunto da Febem, das Febens fora dessa comissão. E também o assunto dos presídios, sobretudo depois de termos visto a absolvição dos responsáveis pelo assunto de Carandiru. Então eu estou aqui com o requerimento que eu leio que: "Requeiro nos termos dos incisos dois e cinco do artigo 98, a realização de audiência pública no âmbito

desta comissão, destinada a discutir a situação dos presídios no Brasil com relação ao cumprimento da Lei de Execuções Penais e a possível violação dos direitos dos presos. Deverão ser convidados a expor e debater seus pontos-de-vista sobre a matéria autoridades públicas especialistas com atuação funcional, profissional, política relacionada a temática, cujos nomes deverão decorrer de sugestões encaminhadas pelo srs. senadores à Presidência dessa comissão".

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Cristovam, como Presidente no momento em exercício aqui da comissão, substituindo V.Exa., eu quero cumprimentar a iniciativa porque acho que, de fato, a situação dos presídios no nosso país é algo lamentável. E eu comentava com V.Exa. que eu gostaria muito de convidar o ex-Deputado Federal, Marcos Rolim, é um especialista nessa área, foi muito tempo Presidente da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados. Hoje ele faz palestras em diversos países do mundo, se não me engano ele se encontra nesse momento em Londres falando desse tema. Eu gostaria de sugerir a V.Exa. que Marcos Rolim, por tudo o que representa nesse mundo e demonstrando o seu compromisso com os direitos humanos, fosse um dos convidados a estar, já que eu considero de antemão, claro, vou colocar em votação, o seu requerimento aprovado. Se sim permite eu encaminho a votação. O encaminhamento do requerimento do Senador Cristovam Buarque, os senadores e senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Tendo a cópia do requerimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu queria, embora não havia conversado com V.Exa. e vou passar a presidência a V.Exa., em seguida. Numa outra reunião dessa comissão nós tínhamos já conversado e fomos falar com o Presidente Renan Calheiros de realizarmos uma audiência pública para discutirmos a situação da dependência química com os nossos jovens. Como esse requerimento eu encaminhei à Casa, e até o momento não houve uma definição clara por parte ainda, clara, eu entendo, da própria Mesa. Eu proporia a V.Exa. se esse requerimento não poderia ser colocado em votação, de acordo com os moldes apresentados naquela oportunidade por mim. E se tiver alguma questão burocrática eu encaminharia em seguida. Se V.Exa. concordaria em colocar em votação, nós realizaríamos uma audiência pública para discutirmos a situação da dependência química com os jovens brasileiros. Passo a presidência a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu, na presidência outra vez da comissão, quero dizer que aceito plenamente. Lembro que nós aprovamos aqui transformar essa comissão numa comissão do Senado e, juntos, o senhor e eu fomos ao Presidente do Senado, Renan Calheiros e eu estou de acordo. Se está havendo uma demora nós...-

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Começarmos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu ponho em discussão extrapauta com sua proposta e não havendo nenhum outro Senador para oferecer qualquer manifestação, considero aprovada. E vamos marcar o prazo para isso. Eu creio que é um assunto da maior importância. E convocamos, e no processo convidamos outras comissões para se juntarem...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – ... A nós.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Com certeza, essa é a intenção, Senador Cristovam, porque eu já conversava com outros Deputados e senadores, me lembro que o Senador Magno Malta se interessou muito também por esse tema. E seria muito importante que essa audiência pública fosse feita como o primeiro passo de um longo debate, que eu tenho certeza que a sociedade há de fazer sobre a preocupação, e quero dizer que aqui o debate é sobre a situação da juventude brasileira e a sua dependência química. Eu dizia, naquela oportunidade, que é difícil quem não tem, na família ou um parente ou um amigo que não esteja envolvido com essa realidade. E é preciso fazer um debate na linha de apontar caminhos alternativos para aqueles que, efetivamente, querem se deslocar para uma vida saudável. Porque o conflito, eu dizia outro dia, eu sou obrigado a repetir de novo, que eu tenho acompanhado alguns lares é algo assustador. E as pessoas não sabem a quem recorrer. Quem sabe a gente possa apontar uma luz no fundo do túnel para milhões de brasileiros, milhões de brasileiros que se encontram nessa realidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu felicito e digo que hoje praticamente não há uma família que não identifique alguém com esse problema. Mas eu me preocupo até, igualmente, com aquelas famílias que não sabem que têm o problema ainda.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Corretíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Que são muitos milhões também.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Que a tendência dos pais infelizmente, infelizmente é não querer reconhecer. Negar de saber que tem um filho nessa situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Exatamente. Fecha os olhos ou a própria relação com os filhos não permite que tenham conhecimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O diálogo não existe.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Então, essa comissão serviria para despertar aqueles que ainda não sabem do problema que enfrenta. Bem, estando aprovado esse requerimento e não podendo, por falta do quórum regulamentar, discutir os assuntos que exigem quórum qualificado eu dou por encerrada essa sessão. E lembro de que no dia oito vamos ter audiência sobre o assunto das cobaias humanas.

Sessão encerrada às 11h15

Ata da 2ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para 22 de fevereiro de 2006, quarta-feira, às 14:30 horas.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e seis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Cristovam Buarque,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **Romeu Tuma, Fátima Cleide, Flávio Arns, Paulo Paim, Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Aelton Freitas, Sibá Machado e Valdir Raupp.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pautA – **Item Único - Requerimento CDH N° 02, DE 2006** de Audiência Pública com Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Dr. Nelson Machado, para prestar esclarecimentos a respeito do recadastramento de aposentados e pensionistas do INSS. O Senador Cristovam Buarque abre a reunião e passa a presidência para o Senador Sérgio Cabral que passa a palavra ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social para proferir a palestra denominada "Projeto Censo". Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores e Cristovam Buarque, Paulo Paim e Garibaldi Alves Filho. A comissão delibera e aprova dois itens extra pautA – **Item 1 - Requerimento CDH N° 06 , DE 2006** e **Item 2. Requerimento CDH N° 07, DE 2006**, ambos de autoria do Senador Paulo Paim. Resultado – **Aprovados**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezesseis horas e um minuto, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Bom senhores, declaro aberta a Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa tão bem presidida pelo Sr. Senador Cristovam Buarque e vice-presidida pelo Senador Paulo Paim aqui presente. Com a presença do Senador Garibaldi Alves que muito nos honra, Senadora Fátima Cleide que também muito nos honra com a sua presença e, fundamentalmente, com a presença do Ministro da Previdência Social, o Dr. Nelson Machado que se dispôs a dar esclarecimentos e informações a respeito de um tema importante que a impressa vem cobrindo com enorme atenção a respeito do recadastramento de aposentados e pensionistas do INSS. O Brasil acompanhou com enorme apreensão o processo de recadastramento realizado em 2003 que gerou grandes problemas para milhões de aposentados e pensionistas e a gestão do Dr. Nelson vem desenvolvendo já em ação um novo processo de recadastramento. Esta Comissão, vale dizer, recebeu há alguns meses a presença do Presidente do INSS em nossa Casa, o Dr. Valdir Moysés que fez uma exposição não especificamente sobre recadastramento, mas sobre a nova visão de gestão para o INSS. E nós tivemos a oportunidade de aqui, com o Presidente Valdir Moysés e a sua equipe discutir profundamente. Agora temos a honra de receber a palavra do Dr. Nelson que, objetivamente, fará uma exposição sobre o processo de recadastramento. Obrigado, Dr. Nelson, muito honrado com a presença de V.Exa. e de sua equipe.

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Bem, em primeiro lugar eu queria agradecer o convite para estar aqui nessa Comissão, agradecer a presença da Senadora Fátima Cleide, dos Senadores e de todos os presentes. É muito importante a oportunidade de vir a esta Casa para apresentar o projeto do censo. Eu queria dizer, inclusive, que esse projeto, esse modelo de fazer o censo, ele vem sendo planejado e discutido desde o início do ano passado, inclusive, esse modelo do censo, esse modelo que nós estamos executando desde outubro do ano passado, ele foi apresentado e aprovado pelo Conselho Nacional da Previdência

Social que é um Conselho que reúne representantes dos aposentados, dos pensionistas, reúne representantes da sociedade civil e do Governo. Então nós estamos fazendo esse censo com muita calma, com muito cuidado, respeitando, fortemente, os nossos segurados, mas com muita firmeza, porque esse censo tem o objetivo muito claro de eliminar os pagamentos indevidos a partir da atualização cadastral dos titulares de benefícios. Todos nós ouvimos falar, ao longo de algumas décadas, que a Previdência Social tem em cadastro pagamentos que deveriam ter sido cessados, que por uma razão ou outra ainda não foram. Então, nesse sentido a legislação já definiu e em seu mandamento legal desde 91 já falava da necessidade de fazer revisão dos benefícios e a partir da lei aprovada nessa Casa em 2004 que atualizou e incorporou o Parágrafo 4º definiu com clareza que para efeito da revisão dos benefícios o Ministério da Previdência e o Instituto Nacional de Seguro Social procederão, no mínimo, a cada cinco anos ao recenseamento previdenciário abrangendo os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social. Também, no ano passado, num Decreto do Presidente Lula definiu com clareza como é que nós deveríamos fazer isso, o recenseamento previdenciário relativo ao pagamento dos benefícios do Regime Geral de que trata o Parágrafo 4º do Artigo 69 da lei que eu li anteriormente deverá ser realizado, pelo menos, uma vez a cada quatro anos, foi mais rigoroso do que a lei, a lei falava, pelo menos, cinco. Aqui o Decreto diz a quatro, e definiu o modelo geral. A coleta e transmissão dos dados cadastrais dos titulares de benefício, com o objetivo de cumprir o mandamento legal serão realizados por meio da rede bancária contratados para esse fim, de acordo com o Artigo 60 da Lei 812. Então, muito claramente nós temos um objetivo de eliminar os pagamentos indevidos e cumprir a determinação legal de fazer o censo. Antes de a gente entrar em números, dados; eu queria ter a oportunidade de apresentar o modelo de realização para que todos compreendam qual é o modelo, que é muito importante a gente ter a visão desse todo. Então, por favor. Como é o modelo de realização? O modelo é muito simples, ele parte do pressuposto, já que é um pressuposto legal, inclusive, que o melhor lugar para fazer o recenseamento é a rede bancária. Por que a rede bancária? Porque é ali que o beneficiário, o segurado, o pensionista vai todo mês receber o seu benefício. Então não tem erro, ele precisa ir todo mês para receber o seu benefício. Então ali é o lugar, de preferência, para gente fazer o recenseamento, a lei do decreto também assim o definiu. E quem é que pode prestar informação? Pode prestar informação o titular do benefício. Pode também o procurador, porque a figura legal do procurador, do representante, do administrador provisório; existem para representar o titular na sua impossibilidade. Então, nesse sentido está garantido que se o titular, por qualquer razão, não possa comparecer por questão de saúde ou qualquer outra, não possa comparecer à agência bancária para receber o seu benefício e fazer o censo na época aprazada, o seu representante legal poderá fazê-lo. Quais são os documentos do titular que é necessário para o recenseamento? Basicamente nós temos dois documentos que são obrigatórios, um deles é o CPF, fundamental o CPF para que a gente possa ter condição de depois de atualizados todos os dados continuar fazendo o batimento entre os cadastros do Governo Federal, a Receita Federal trabalha com CPF, é preciso que a gente tenha essa condição, diversos outros cadastros também trabalham com CPF. Então é fundamental que haja o CPF no nosso cadastro, e uma carteira de identidade, um documento de identidade, pode ser carteira de identidade, um trabalho, profissional, habilitação, qualquer documento que o identifique, que tenha fotografia, obviamente. E também é fundamental, é obrigatório que se declare o endereço. Vejam que o endereço é declaratório, nós não estamos colocando comprovante de residência como obrigatório, até porque nós temos uma quantidade significativa de trabalhadores rurais que, portanto, tem dificuldade de ter o comprovante de residência, além daqueles que residem em submoradias, muitas vezes, não tem o comprovante. E são desejáveis aindA – comprovante de residência, o número de identificação do trabalhador, o PIS ou PASEP, ou cadastro de contribuinte individual, e também é desejável o título de eleitor para que a gente também possa trocar sistemas, trocar informações, fazer batimento com o Tribunal Superior Eleitoral para que a gente possa ir fazendo de maneira automática a limpeza dos cadastros de todas as áreas do Governo Federal. Como é que é feito o censo? O responsável pela informação presta as informações necessárias ao censo e recebe o comprovante. Então, o titular ou o representante legal vai até o banco, a hora que ele chega lá, ele, simplesmente faz o censo, se for o titular o censo está processado, o censo está completo e se for o representante legal o que é que vai acontecer? O fato do representante legal fazer a declaração dos dados, dos documentos, indicando o endereço onde o titular poderá ser encontrado, então nós teremos uma pesquisa externa que será gerada e executada por um servidor concursado do INSS que vai então atestar residência e vida daquele titular. Uma vez feito o censo na rede bancária, de acordo com as normas contratuais, a rede bancária tem até 10 dias para transmitir o censo pre-

videnciário para a DATAPREV que é a nossa empresa de processamento de dados. Então esse, em linhas gerais, é o modelo do censo, ele é feito diretamente na agência bancária, no sistema bancário aonde ele recebe o seu benefício. Nós fizemos o censo no nosso planejamento, para efeito mais interno, porque para efeito externo é tudo igual, vai ser chamado do mesmo jeito e tal, mas para efeito interno nós dividimos o censo em duas etapas, na primeira etapa nós estamos chamando 2 milhões e 400 mil beneficiários, e a realização dessa primeira etapa ela se inicia, se iniciou em outubro de 2005 e se encerra em julho de 2006. Os primeiros resultados da atualização começarão a aparecer em março de 2006, então dado a modelinho de tempo que nós vamos mostrar em seguida. Aqui está o cronograma, o cronograma da primeira etapa, a primeira etapa ela foi para efeitos internos, efeitos de planejamento, e efeitos legais de sensação do benefício ele foi segmentado em três fases, até para gente não jogar na agência bancária, no conjunto de agência os 2 milhões e 400 beneficiários de uma só vez. É bem verdade que a rede bancária contratada conta com cerca de 20 mil pontos de atendimento, mas é muito importante que a gente tenha feito o planejamento para que, paulatinamente, as pessoas vão à agência bancária para não ter acúmulo nesse afluxo. Então, a primeira fase da primeira etapa foi iniciada em outubro, tudo realizado na agência bancária, tudo e sempre realizada na agência bancária. Então, nós começamos em outubro, quem foi chamado pelo mês de outubro ele pôde fazer o censo em novembro e dezembro, se ele não fez em novembro e dezembro, ele poderá fazer em janeiro e fevereiro, só que além do aviso normal que ele tem na agência bancária esse pessoal que foi chamado em outubro, Senadores, ele teve em janeiro uma outra forma de comunicação, nós mandamos uma carta e está no modelo, uma carta com aviso de recebimento para aqueles que tinham endereço válido. Para aqueles que não tinham endereço válido nós fizemos um edital de convocação publicado, regionalmente, nos jornais de maior circulação em cada estado. Isso, então dá um prazo até o final de fevereiro para que quem for chamado, pela primeira vez em outubro, possa fazer o censo. Se ele não fez o censo até o dia 24 que é o último dia útil de fevereiro, o nosso sistema vai capturar essa informação e em março, no meio do mês de março, nós vamos estar fazendo um edital comunicando a suspensão do pagamento. Então esse modelinho aqui ele se repete para todos. Então quem for chamado pela primeira vez em novembro, então ele terá novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março, sendo que o edital foi agora em fevereiro, acabamos de fazer o edital em fevereiro daquele pessoal que foi chamado, inicialmente, em novembro, e ele vai ter então até o final de março, quem foi chamado agora em fevereiro no meado do mês. A lei fala em trinta dias, nós estamos dando um pouco mais de trinta porque é difícil controlar o prazo, você coloca dia 15 e aí vai até o final do mês seguinte, porque nós trabalhamos sempre com o mês fechado porque do ponto de vista do sistema de processamento de dados nós processamos a folha uma vez por mês, então não tem porque ficar fazendo prazos até 14, 15, 17, 20; é sempre final de mês, dando mais que os trinta dias regulamentares. E quem fez, quem foi chamado pela primeira vez em dezembro tem janeiro, fevereiro, março e abril, vai ter um edital, carta convocando em março dando o prazo até o final de abril para que ele possa fazer, e aí no mês de maio terá feito o período, o edital de suspensão. Então, resumindo eu quero me concentrar aqui nesse primeiro momento, esse aqui é o momento crucial, o pessoal que foi chamado em outubro tem um primeiro edital, convocação em janeiro, tem o prazo agora até o dia 24 de fevereiro e se não fizerem, não comparecerem nós podemos, vamos fazer um outro edital em março e na competência de março o benefício estará suspenso, portanto, no dia 3 de abril o benefício não será recebido por aqueles que não tiverem feito o censo até aquela data. A segunda etapa vai ser de 14.7 milhões de beneficiários, a primeira 2 milhões e 400, agora 14.7. É um volume muito superior e vai ser feito de março a julho de 2007, então, vamos começar a chamar em março agora e ele vai se encerrar em julho de 2007. Quero chamar a atenção que isso é um programa, obviamente, do Governo de combate às fraudes, mas é também um programa do Estado, porque ele perpassa qualquer tipo de mandato presidencial, a lei manda fazer a cada cinco anos, é fundamental que isso seja feito de maneira consistente e permanente, portanto, a segunda etapa vai até julho. Como é que funciona a questão dos avisos ao beneficiário? É importante ter presente isso. O aviso ao beneficiário é sempre personalizado, então nós não temos anúncios, campanhas, "Quem final isso, quem chama fulano, letra A", não tem isso. O chamamento, o aviso é personalizado, cada segurado recebe o seu aviso dizendo quando deve fazer o censo. E esse aviso personalizado é disponibilizado na tela quando ele vai receber o seu benefício ou até impresso quando ele tira o seu extrato. E nós temos, basicamente, hoje dois tipos de aviso, um aviso que diz, que é um aviso positivo, tem que fazer, diz: a partir do mês anterior em que ele vai fazer e ele é repetido até que ele faça o censo. Então, aquele que foi chamado em outubro – olha, o mês seguinte o senhor tem que fazer o censo, e vai repetindo isso aqui, o se-

nhor vai fazer o censo, vai fazer o censo, até que ele o faça, então, toda vez, primeira, segunda, terceira, quarta, quinta, sexta; quantas vezes ele for receber o seu benefício até que não seja suspenso, ele está recebendo o aviso no terminal bancário. Daí o nosso apelo em todas as campanhas que fizemos para que o beneficiário leia com atenção, se ele tem dificuldade de leitura leve uma pessoa da família, leve alguém que possa ajudá-lo, auxiliá-lo a ler a mensagem. Se ele não tiver condição peça auxílio, peça ajuda ao caixa do banco, ao funcionário do banco que está ali e vai orientar. E temos um outro aviso que é o aviso negativo que diz: olha, você não vai fazer o censo agora, por quê? Porque é importante tranqüilizar o beneficiário de que ele não está na base para fazer o censo, porque nós temos 20 milhões para fazer, beneficiários, nós não podemos deixar as pessoas irem à agência para fazer o censo, porque aí ocorre o tumulto, tanto é que esse aviso que a gente chama de aviso negativo, na verdade, é um aviso muito positivo, é um aviso que tranqüiliza a população, tranqüilizam os nossos segurados para que ele não procure os lugares para fazer o censo porque ele não está sendo chamado ainda. Ali é só o modelinho do aviso, a mensagem tipo 1 que avisa quando é que vai fazer, diz: "Faça o seu censo em mês e ano", diz aí o mês em que ele deve fazer. Procure sua agência bancária, leve sua identidade e CPF, evite a suspensão do seu benefício. E o outro tipo de aviso também é bem simples, o e INSS avisA – você não precisa fazer o censo. Quem tem que fazer o censo recebe o aviso e em que mês deve fazer o censo, quem não tem diz que não vai fazer. E este aviso, repito, é colocado mês após mês até que o censo seja feito. Bem, mas se o beneficiário não comparece no prazo estabelecido? Então, como já mostrei lá atrás o INSS emite a convocação para que no prazo da 30 dias ele compareça a rede bancária. Então aqui, quem foi chamado em outubro tinha tempo de novembro e dezembro, não fez, então comecinho de janeiro levantamos, fechamos o sistema e fizemos o edital de convocação com carta dando trinta dias, na realidade, mais do que trinta dias porque foi mandado regulamentar, legalmente, são trinta dias, mas como foi mandado no meio do mês, então ele vale até o final do mês de fevereiro. Se ele tem endereço válido é uma carta, se ele não possui endereço válido, ou se nós mandamos a carta, mesmo com endereço válido, e a carta é devolvida, aí nós publicamos um edital. De qualquer maneira ou uma carta, ou ele recebe uma carta, ou o nome será publicado no edital de acordo com a exigência legal. O beneficiário comparece então após a convocação, depois que ele recebeu a carta ou viu o seu nome no edital, ele comparece, presta a informação, atualiza o dado, recebe o comprovante e acabou, está resolvido o problema. Mas se o beneficiário não comparece, depois da carta, depois do edital ele não comparece, depois do dia 24 de fevereiro agora, para aqueles que são de outubro ele não comparece? Então, no comecinho do mês de março nós fechamos os dados e editamos um novo edital comunicando a suspensão do benefício até que o beneficiário apareça e faça o seu censo na rede bancária. Então este é o edital que nós vamos estar fazendo, o primeiro deles, lá do pessoal que foi chamado em outubro, vamos estar fazendo o primeiro edital comunicando a suspensão agora no meio do mês de março. Muito bem, publicado o edital de suspensão, o beneficiário, digamos que ele, não tinha visto por qualquer razão, aí ele comparece à agência, e chega lá na agênciA – "Poxa vida, olha o meu benefício está suspenso, que o eu faço?" Se ele comparecer à agência até noventa dias após a suspensão, depois que passou tudo, se ele for à agência em até noventa dias, porque depois disso acaba, acabou o censo, aí vai entrar nas regras normais de reativação de benefício da previdência, mas se até noventa dias após a suspensão ele comparecer, o que é que ele faz? Atualiza os dados, o banco transmite para a DATAPREV e após a recepção dos dados da DATAPREV, veja que há um interregno entre o momento em que o beneficiário poderá fazer o censo no banco e a transmissão para a DATAPREV, o banco pode demorar 2, 3, 4, 5, até 10 pelo contrato que nós fizemos, ele tem até 10 para nos mandar os dados. Mas uma vez enviados os dados à DATAPREV o nosso compromisso é de, automaticamente, liberar o pagamento no prazo médio de três dias, que é o tempo de processamento e enviar a informação ao banco. Então esse foi o modelo. Em termos de trabalho nós contamos fortemente com a parceria da sociedade civil, principalmente, dos representantes do Conselho Nacional da Previdência Social e firmamos parcerias para que se fizesse os avisos por diversas entidades representativas para fazer a divulgação, também, além das divulgações normais do banco, nós, também, as entidades fizeram isso. Bem, então esse é o modelo geral da primeira etapa com alguns aperfeiçoamentos e que vai ser também o modelo, Senador, da próxima etapa que se iniciará agora em março. Eu queria agora passar para os senhores a dimensão do que é o censo previdenciário. Vão aqui alguns dados. PrimeirO – aquela primeira etapa, nós estamos chamando, selecionamos 2 milhões 485 benefícios que corresponde a um pagamento mensal, uma renda mensal de 1 bilhão de reais, que significa um pagamento anualizado de 12 bilhões. Quero chamar a atenção para esse número de 2 milhões e 400. Chamar a atenção de que isso

não é um número comum, isso não é uma amostra, isso não é uma amostra aleatória, isso aí é um conjunto de dados que foi minerado dentro do nosso banco, de maneira a escolher aqueles benefícios que têm maior vulnerabilidade cadastral. Então, qualquer resultado desta primeira etapa não pode, não deve, em hipótese alguma, ser estimado para a etapa seguinte. É um conjunto muito especial esses 2 milhões e 400. Vou dar algumas informações do perfil desses 2 milhões e 400 mil. Aqui em termos de tipo de benefícios, espécie de benefícios, nós temos 933 mil aposentadorias, 1 milhão e 95 pensões, 413 mil benefícios assistenciais, aqui tem uma parcela de benefícios assistenciais que nos foi repassado pelo MDS que tinha detectado problema cadastral para gente então confirmar a existência ou não do beneficiário. E auxílios são benefícios em extinção que é uma mixaria, 42 mil. Aqui uma distribuição por faixa de renda, dos 2 milhões e 400, 1900 é até 300 reais, um salário mínimo; 240 mil é de 300 a 600, dois salários mínimos; na faixa de 3, 129 mil; na faixa de 4 86 mil; na faixa 4 a 5, 69; acima de 5, 71 mil. Aí uma distribuição por unidade da federação. Para vocês terem uma idéia, dos 2 milhões e 400 onde é que eles, obviamente, são distribuídos, obviamente, nos estados mais populosos, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Rio Grande do Sul, Maranhão, Ceará, e assim por diante. Está aqui então a distribuição da quantidade de benefícios selecionados nesse conjunto. Aqui uma amostra por idade e por sexo. Vocês devem lembrar que o cadastro da Previdência Social, ele vai incorporando ano após ano os benefícios que são dados e vão sendo passado de um sistema para outro, um cadastro para outro, tem 83 anos a nossa Previdência. Então dos 2 milhões e 400 mil tem 500 mil que nós não sabemos a idade, falta a informação da idade. Nós temos 562 que nós não sabemos o sexo. Além de faltar o nome do pai, o nome da mãe etc. etc. e etc. Então, são benefícios cujo cadastro é vulnerável, não significa que o benefício seja indevido, o cadastro está invulnerável, o benefício tem vulnerabilidade cadastral, ele pode ser perfeito, ou não. Aqui uma distribuição entre rural e urbano. Então, nós temos aqui 861 mil que são benefícios rurais e 1 milhão e 600 que são benefícios urbanos, a distribuição por idade, há uma grande falha no cadastro rural, observe 477 mil não tinha a idade, 12 mil no urbano. Vou chamar atenção aqui, o pessoal quando olha, sempre fica preocupado como é que alguém pode receber benefício da Previdência com 19 anos, com 20, com 30? Aqui nós estamos tendo uma quantidade significativa, obviamente, de pensões por falecimento do titular. Então, crianças, filhos menores de 18 anos são beneficiários e estão aí. Esse outro é uma tabela que mostra aquilo que nós temos no nosso cadastro já de beneficiários que têm um representante legal cadastrado. Então daqueles 2 milhões e 400 375 mil tinha beneficiário cadastrado, portanto, o beneficiário poderá fazer. Ocorre que está acontecendo um fenômeno interessante que uma boa parte, mesmo daqueles que têm representante legal, tem comparecido pessoalmente ao censo. Então a quantidade de revisões, visitas que serão feitas será bem menor do que estimado originalmente. Isso é uma distribuição por banco que mostra que os maiores bancos pagadores porque o sistema está sendo feito por banco pagador, então os maiores bancos pagadores estão aí Banco do Brasil, CEF, BRADESCO, ITAÚ, UNIBANCO, HSBC e uma dezena de outros bancos em menor volume. Então isso eram os dados iniciais, com esses dados é que nós planejamentos o modelo, com esses dados que nós iniciamos o processamento. Queria aproveitar a oportunidade para fazer o balanço mais recente que nós temos é do censo, aquilo que acontece no último dia 20, que foi quando nós preparamos, fechamos os dados para esta apresentação. Sempre lembrar que isso é dinâmico, isso é um censo vivo, (inaudível) agora na DATAPREV, fechar o dado, nós vamos ter, obviamente, valores diferentes porque a cada dia está entrando informação para que a gente vá fazendo o censo. Então para ter uma idéia, o primeiro edital que nós fizemos no dia 17 de janeiro, nós chamamos 157 mil por edital e por carta, nós enviamos 296 mil cartas, totalizando, então 454 mil benefícios que estavam sendo chamados, porque não tinham feito ainda o censo no prazo de novembro e dezembro. No dia 17 de fevereiro agora, nós fechamos o prazo daqueles que foram chamados pela primeira vez em novembro, e mandamos agora, o volume era menor também, mandamos agora 154 mil beneficiários, estavam sendo chamados, dos quais 93 mil cartas e 60 mil por edital. Lembrar que nesse 60 mil por edital nós já temos incluídos aqui 13 ou 14 mil cartas que tinham sido mandadas lá em janeiro e que foram devolvidas, portanto, estão incorporadas aí neste segundo edital. Esse é modelo, como os senhores podem perceber, é um modelo dinâmico, ele vai andando e uma fase vai interferindo na seguinte. Queria, então agora chamar a atenção para a seguinte tabela. Essa tabela tirada no dia 20 de fevereiro relativo a aquele pessoal que foi chamado em outubro, 974 mil que foi chamado em outubro, desses 974 mil que foram chamados em outubro. Vocês estão lembrados? Nós tínhamos mandado o edital e carta para 454 mil, passado um mês apenas 197 mil ainda não fizeram. Então, nós já atingimos a marca de 80% na média, isso mostra que edital, carta, comunicação, o apoio da mídia

na divulgação do censo tem feito com que vá se tendo uma maturação da informação do censo e as pessoas, então estão procurando. Observem aqui está o ranking por estado, os estados aonde nós chegamos no maior contingente foi Santa Catarina e o menor é o Amapá, a quantidade é pequena, mas a porcentagem é preocupante. Os estados do Norte é que tem maior dificuldade, talvez de leitura ou de informação, mas é importantíssimo continuar repetindo que no momento em que for à agência bancária tem que ler, tem que olhar, tem que pedir para ir com alguém e assim por diante, porque é o único jeito objetivo de fazer o chamamento. O dado agora relativo à segunda fase, aquele pessoal que foi chamado em novembro. Nós chamamos, inicialmente, 480 mil, nós estamos agora com 349 já realizados, são 73%, essa fase aqui acabou de ser divulgado o edital e as cartas, esse pessoal de novembro tem até o final do mês de março para que possam fazer o censo antes do edital de suspensão. Terceira fase é o pessoal chamado em dezembro, nós temos aqui 967 mil, já foi recenseado 673 mil e tivemos até agora 70%, falta 294. Esse pessoal aqui vai fazer até o final ainda do mês e em março foi chamado o pessoal da terceira, chamado em dezembro, então dezembro, janeiro, fevereiro, março e abril nós vamos estar fazendo o nosso chamamento. Essa aqui é uma tabela que somam todos os outros. Eu queria chamar a atenção dos Srs. e das Sras. Senadoras o seguinte: estamos chamando 2 milhões e 400, já fizeram 1 milhão e 800 mil beneficiários já compareceram, já fizeram o censo com muita calma, com muita tranqüilidade sem nenhum problema. Nós temos aqui 623 no total que precisam ser recenseados e serão recenseados também pelo modelo que eu acabei de apresentar com muita segurança, com muita calma, com muita tranqüilidade, com muito respeito, mas com muita firmeza porque uma parcela disso, eu não sei quanto, nem ouso dizer quanto, uma parcela disso são benefícios que, efetivamente, não existem. Não sei quanto é isso, não sei se é 1%, 2%, 3%, não importa, se for 0% também está bom porque é preciso que a Previdência tenha a consciência que paga o benefício que é devido, se todos comparecem, maravilha, vai mostrar que a partir de agora a Previdência paga, efetivamente, para aquele. Então, esse é o objetivo de censo e eram as informações, Srs. Senadores, que eu gostaria de trazer para esta Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Eu quero agradecer a exposição objetiva e esclarecedora do Ministro Nelson Machado. Eu teria algumas perguntas a fazer, mas eu vou abrir primeiro para o Senador Cristovam Buarque Presidente da Comissão de Direitos Humanos que é a Comissão mãe desta Subcomissão do Idoso e dizer, inicialmente, Senador Cristovam que o terror de 2003 serviu para que o Ministério da Previdência, hoje sob o comando de uma equipe técnica tomasse as precauções necessárias. Eu tenho aqui algumas observações a fazer porque no meu Estado do Rio de Janeiro ainda há problemas, naturais, num processo como esse de aposentadas que fizeram recadastramento e que foram colocadas no edital como não recenseadas o que levou até o Presidente do INSS a ligar para uma delas e, pessoalmente, pedir desculpas. Mas vejo que houve um aprendizado. Eu queria passar a V.Exa. a palavra para nós aprofundarmos o debate com o Ministro que, realmente, fez uma exposição muito objetiva.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PT-DF) – Ministro, Presidente, eu quero dizer que apesar de toda compreensão que pode haver numa atividade que move, imobiliza 2 milhões e meio de pessoas, provavelmente, assustadas que não sabem o que vai ser feito com isso. Eu quero dizer que é absolutamente necessário fazer esse recenseamento quero parabenizar a decisão tomada de fazê-lo. Eu fui Governador aqui e fizemos um censo dos funcionários e descobrimos coisas surpreendentes durante o censo. Então, eu o parabenizo por isso. E segundo eu quero parabenizar a maneira competente, delicada, eu até diria, como vem sendo feito, por mais que isso toque no medo, sensibilidade, sobretudo, de pessoas mais velhas, idosas. Mas a minha pergunta é no sentido de a conseqüência posterior disso. O que é que o Ministério espera, não quer dizer que vai acontecer, porque se for zero de respostas não dadas, provavelmente, impossível isso, certamente serão identificadas algumas falhas no sistema. O que é que o Ministério está esperando de que vá resultar desse censo? De que a mobilização desses 2 milhões e meio de pessoas que vão lá, que têm direito e que se recadastram e tomam seu tempo, qual é o produto que eles vão saber depois e dizer: "Valeu a pena, o meu sacrifício foi pequeno e o resultado para a Previdência foi grande".

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Pelo número de Senadores presentes e na linha da objetividade, eu passo a palavra ao Senador Garibaldi, depois o Senador Paulo Paim, eu também faço as minhas observações e V.Exa. então responde a todos, caso haja desejo de mais inscrições e perguntas, se todos sentirem atendidos nas respostas, encerramos. Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente Senador Sérgio Cabral, Sr. Ministro. Eu queria, Ministro, também parabenizar a V.Exa. porque um trabalho dessa natureza é um trabalho gigantesco. Há pouco o Senador Cristovam dizia aqui

que havia realizado um censo do funcionalismo. Mas nós sabemos que existe ainda Estados que não sabem quantos funcionários o Estado tem, quantos servidores o Estado tem. Mas eu queria objetivamente perguntar a V.Exa., Ministro Nelson Machado, no caso de pessoas que foram recadastradas, já foram recadastradas, mas foram incluídas na lista de benefícios ameaçados, existe isso? Se constatou, realmente. Isso aí é uma primeira pergunta. A segunda, eu acho que eu vou roubar do Senador Paulo Paim, não sei nem se deveria fazer isso. Mas é o seguinte, é porque ele é um verdadeiro guerreiro aqui em função da luta pela atualização dos benefícios da Previdência, principalmente, com relação ao salário mínimo. Existe, inclusive, uma PEC que é uma Proposta de Emenda Constitucional de S.Sa. que coloca isso. Eu queria saber a opinião do senhor com relação a esse aspecto e pedir perdão ao Senador Paulo Paim, mas é porque eu também me preocupo com isso, mas reconheço a preocupação maior dele e a liderança que ele tem nesse aspecto.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Senador Paulo Paim, por favor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Quero cumprimentar o Senador Sérgio Cabral, Presidente desta Comissão pela iniciativa dessa audiência pública de um tema que está em debate em todo país, a preocupação com o censo, enfim, com o cadastramento, as pessoas têm direito, não têm. E em segundo lugar (inaudível) importância, com todo respeito, ao nobre Senador até maior, cumprimentar o Ministro pela iniciativa do cadastramento, do censo e por atender o pedido do nosso Sérgio Cabral ao vir nesta Comissão prestar os esclarecimentos sobre esse tema. Sem sombra de dúvida, eu acho que o principal mérito do V.Exa. é o combate à sonegação. Nós que cobramos tanto um reajuste melhor para os aposentados, para os pensionistas, enfim, para todos os benefícios, nós temos que incentivar que aquele que, efetivamente, estão recebendo indevidamente, respondam ao que fizeram, devolvam aos cofres públicos os benefícios que eles não tinham de direito, e nós sabemos que, infelizmente, seguidamente o próprio Ministério, enfim, os agentes responsáveis descobrem uma série de desvios do dinheiro da Previdência. Eu sempre digo que a Previdência não é do Governo, não é do Ministro, é nossa, é do povo brasileiro, é tipo um grande banco do povo brasileiro e que, infelizmente, muitas vezes, é assaltado. Então o eixo para mim da iniciativa do seu Ministério, e da apresentação feita como muita competência mostra que estamos no caminho certo, por isso eu quero me somar ao Senador Garibaldi, Cristovam e também ao Senador Sérgio Cabral pelos cumprimentos que deram a V.Exa. Mas, sem sombra de dúvida, eu não vou repetir a pergunta do Senador Garibaldi até porque V.Exa. já está não convidado, eu sei que V.Exa. aceitou o convite e V.Exa., no mês de abril, vai à Comissão Mista do Salário Mínimo para debater esse tema, a recomposição dos benefícios dos aposentados e pensionistas, enfim, as fontes de recursos, onde podemos chegar, qual é o reajuste que vai ser dado, é 1º de maio, é 1º de abril, receberão somente a inflação, ou receberão aquilo que nós todos gostaríamos que recebesse, gostaria, não tenho nenhuma dúvida, exatamente o mesmo percentual que foi concedido ao salário mínimo. Esse é um debate que faremos, claro que V.Exa. poderá aqui, respeitando a pergunta feita pelo nosso Sr. Senador, de forma genérica dar a sua opinião, mas, com certeza, vamos aprofundar, e V.Exa. confirmou já que durante o mês de março estará na Comissão para debater com profundidade devida esse tema que preocupa a todos nós, que V.Exa. deve ter ouvido quase que diariamente. "Aposentei-me com 8 e ganho 4, me aposentei com 4 e ganho 2, me aposentei com 2 e ganho 1, enfim, há um desespero, digamos, e V.Exa. teve em Aparecida do Norte, eu sei, eu não tive, mas V.Exa. teve, e viu lá qual é a grande demanda, qual é o grande sonho do aposentado, é voltar a receber algo que acompanhe o crescimentos do salário mínimo para que ele não tenha essa defasagem. Eu fiz o estudo, Senador Garibaldi, e posso passar para V.Exa., do que ao contrário do que alguns dizem, em uma série de países do mundo ainda se mantém o reajuste de acordo com o valor dado ao salário mínimo, outros países, inclusive, o reajuste dado ao aposentado acompanha o reajuste dado a quem está na ativa, e outros países é exatamente pelo custo de vida, isso é real. Então, são treze etapas que existem em nível internacional que nós podemos aprofundar e, claro, tem todo um debate de se deve ir para a folha, se deve ir ao faturamento, mas vou parar por aqui. E vou fazer quatro perguntas, exatamente sobre o tema da exposição de V.Exa. no dia de hoje. E confesso a V.Exa. porque eu tenho a mania de dizer exatamente o que estou pensando, essas quatro perguntas eu recebi dos jornalistas. Eu vou fazer a V.Exa. porque eles não podem falar, e, eu tenho certeza, que V.Exa. responderá com muita competência. Pergunta nº 1: o que a Previdência tem feito para evitar o vazamento de dados? Eu acho que é importante que os (inaudível) sejam sigilosos até para a gente pegar os fraudadores. Eu entendo que a pergunta se sustenta por ela mesmo. Quando começará a segunda etapa? V.Exa. já demonstrou aqui na exposição. De quem é a responsabilidade de falhas no repasse de informações? E aqui diz, dos bancos. Se é ou não é, não sei, mas fica aqui a pergunta. Como a Previdência... E essa

aqui, Senador Garibaldi, eu acho que V.Exa. também fez indiretamente, e o Senador Cristovam. Como a Previdência vai resolver o problema dos aposentados que foram vítimas da falha do recadastramento? Aqueles que foram divulgados o nome... E V.Exa. falou, Senador Sérgio Cabral. Eu quero dizer a V.Exa. que eu faço as perguntas com a maior tranqüilidade, e quando eu digo que foram os jornalistas, mas eu assumo também a responsabilidade porque são perguntas que estão no dia-a-dia, mas digo também a V.Exa., para mim as exceções não são uma regra, um sistema como esse que envolve milhões e milhões de pessoas, não tiro o mérito do trabalho de V.Exa. de uma ou outra exceção que, porventura, seja divulgado. Então, eu faço as perguntas sabendo que teremos outras oportunidades de continuar o debate desse assunto que é tão caro, que mexe até com as nossas emoções, que é a nossa velhice, enfim, dos aposentados e pensionistas, mas quero dizer, de antemão, que só fica aqui de minha parte cumprimentos a V.Exa. pela transparência, pela forma firme e clara que responde mostrando a importância de termos bons profissionais, que tem, claro, viés político natural, mas tem que ser um profissional competente para estar à frente do Ministro e V.Exa. tem demonstrado isso. Parabéns a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Para encerrar, Ministro, eu também teria essas perguntas, como jornalista que eu sou, conversando com alguns jornalistas que me passaram e que eu já tinha até posto como perguntas, efetivamente, importantes. Essa questão do vazamento da informação, a questão das pessoas que entram na lista dos não recadastrados, mas que fizeram o recadastramento, como é que vocês estão trabalhando com isso. Há outras pessoas no Rio de Janeiro nessa situação. E eu gostaria de abordar, Ministro, um outro ponto, quer dizer, a questão do salário mínimo, do salário, o reajuste para os aposentados e pensionistas que é algo que desde de uma decisão infeliz do Congresso Nacional aprovando uma mensagem do, então Presidente Collor, se comete essa injustiça brutal há, praticamente, 15 anos no Brasil, essa desvinculação covarde em que o cidadão contribui de uma maneira e recebe de outra. E, basicamente, o seguinte: O d*ay after,* quais são os mecanismos de controle? Nós sabemos que a Providência foi objeto de muito uso político, muita corrupção, muita conivência entre funcionários da Previdência, juízes, desembargadores, deputados, enfim, parlamentares. Evidente, que isso vem mudando para melhor, graças a Deus, ao longo das denúncias, dos anos, as coisas vêm se aperfeiçoando. Mas nós sabemos que ainda é algo complicado. Então, quais são os mecanismos de controles novos na sua gestão, com a sua equipe, que vocês estão vislumbrando? Evidente que o recadastramento tem que ser feito até por uma imposição legal, é importante que seja feito. Mas são números, sinceramente, estarrecedores, tudo bem que V.Exa. chamou a atenção que essa primeira etapa, esses 2 milhões e 400 mil segurados foram escolhidos diante de uma peneiragem visando aqueles mais problemáticos, mas de qualquer maneira é um número... Nós estamos falando de 12 bilhões de reais ao ano, nós estamos falando de 20% de 12 bilhões, em números grosseiros, 20% de 12 bilhões de reais, são 2 bilhões e meio de reais, quer dizer, nós estamos discutindo quanto aí para investir a mais em infra-estrutura no país, operação tapa buraco vai custar quanto? E educação que o Ministro Cristovam brigou tanto quando Ministro, e que briga tanto como Senador. E aí? 2 bilhões e meio. Então, o que é que está sendo feito pelo Ministério da Previdência e a sua equipe, o INSS, a DATAPREV para enfrentar esse queijo suíço?

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Bem, quero agradecer as perguntas e as palavra bondosas dos Senadores. Eu vou organizar a minha fala aqui em três aspectos. Primeiro, ainda com relação à questão do modelo. A pergunta da questão das falhas que, porventura, tem havido. Os senhores devem ter percebido pelo modelo que ele é um modelo em continuidade que, primeiro, leva em conta o interesse do nosso segurado. Nós não estamos pedindo para ele ir a lugar algum que não seja no lugar aonde todo mês ele vai para receber o seu benefício. Primeiro ponto. Segundo ponto, nós trabalhamos com um volume de informação, como os senhores viram, enorme, isso só pode se trabalhar com processamento de dados. O processamento de dados tem modelos rígidos e prazos, que eu não posso perder, não posso faltar com eles, prazos legais. Então pegamos o edital de janeiro. O que aconteceu no edital de janeiro? Nós tivemos outubro, novembro, dezembro para fazer. No dia 7 ou 8 de janeiro, mais ou menos, 10 ou 11 de janeiro, porque são dez dias do banco. Então, dez dias depois do prazo do banco repassar aquilo que foi feito até o dia 31 de dezembro. Nós fechamos o edital, eu tenho que fechar o edital senão eu não consigo cumprir o prazo de publicá-lo de tal forma que haja 30 dias de prazo para que se faça o aviso formal, por carta ou por edital. Então nós temos que fechar o edital. Ora há um interregno de processamento entre o dia 1º de janeiro e o dia 15, na hora que nós fechamos a lista, ou até depois disso porque se os senhores perceberam, o nosso objetivo e o nosso modelo não é assim, chegou dia 31... Chamou em outubro, faz novembro, faz dezembro e pára. Não, não é isso, não pára a qualquer momen-

to, porque o nosso objetivo não é cortar o beneficio de quem tem direito, o nosso objetivo é recensear de acordo como manda a lei, receber a informação do nosso segurado a qualquer tempo. Então o que aconteceu naquele edital de janeiro? Algumas pessoas, poucas, inclusive, que no intervalo entre o dia 1º de janeiro e o dia 15 quando saiu o edital fizeram o censo, ou até por alguma falha do banco, ou por algum problema do último dia, nos três últimos dias foi feito, o banco não transmitiu a tempo. Agora, quero dizer Srs. Senadores que não há nenhum prejuízo objetivo material, a não ser um incômodo, obviamente, o estresse, como colocou o Senador Buarque, o Senador Paim, "Poxa, eu já fui lá e já fiz". Está fora esse estresse que nós achamos triste que ocorra, mas não há como evitá-lo porque nós queremos manter o censo em perfeito movimento. Eu poderia fazer etapas estanques, eu evitaria isso, mas criaria um problema muito maior. Chega em (inaudível) estanca, ninguém mais faz, aí solta o edital e aí faz de novo. Aí faz, não faz, faz, não faz. Seria uma loucura. Esse modelo, Senador, foi pensado durante seis meses, e não é mérito meu é, esse é um mérito do Governo porque tinha uma Comissão da Casa Civil, do Ministério do Planejamento, participei enquanto estava lá ainda, da Previdência Social e da Fazenda. Técnicos que ficaram meses discutindo, tentando entender problemas que pudessem vir a ocorrer. Então, é fundamental que ele seja feito em continuidade,fazendo em continuidade este tipo de problema pode acontecer, mas é risco bem minimizado na medida em que nós contamos com a ajuda da impressa especializada para esclarecer, que o fato de ter saído naquele edital, não significa que o benefício está cortado, será cancelado, e nem será degolado, como em alguns lugares eu andei lendo. Mas, a boa imprensa tem, realmente, informado com clareza que esse é um edital onde está sendo convocado para continuar fazendo o prazo. Além disso, Senador, quero chamar atenção de novo para o modelo. Nós vamos agora até o dia 24 de fevereiro é o prazo para fazer. Eu tenho que fechar a lista da suspensão e rodar a folha, eu tenho que rodar a folha no dia 15, 14 de 15 de março eu tenho que rodar a folha. Agora, e se um segurado não fez no dia 24? Mas fez no dia 3 de março? No dia 5 de março? O que vai acontecer? Há a possibilidade objetiva que é do modelo porque eu não... A não ser que exigisse, não faz mais, chegou dia 24 não faz mais, acabou. Não. Eu estou falando isso aqui pela primeira vez, até porque é importante sempre colocar datas. Olha, 24, porque a pessoa corre lá, vai lá e tenta fazer. Mas se acontecer na exceção? Pode acontecer. Dia 4 de março, dia 5 de março o beneficiário vai lá e faz o censo. Muito provavelmente ele estará no edital de suspensão, é muito provável. Mas se ele fez, ele já sabe que fez fora do prazo, ele já sabe que fez fora do prazo, já sabe que tem o seu "tiquetezinho", ele tendo o "tiquetezinho" nós vamos trabalhar com possibilidade rodando a folha, o pagamento está bloqueado, mas no decorrer, na medida em que a gente for recebendo na exceção, vai rodando e vai ser desbloqueado. Se depois de suspenso, o modelo está ali, suspendeu o pagamento, ele não compareceu, suspendeu o pagamento. O que é que vai acontecer? Ele vai ao banco, passa o seu cartãozinho ali, não tem dinheiro. O que é que ele faz? Vai ao guichê do lado, no próprio banco, no mesmo local e faz o censo. O banco vai mandar em dez dias, pode mandar mais rápido, menos rápido, mas depois que o banco informar a DATAPREV e nós tivermos a informação, em média três dias o recurso será pago. Portanto, depois de suspenso foi ao banco, suspendeu, não está lá, ele pode fazer. Mas nós estamos pensando, inclusive, porque o pessoal queimou a pestana. Mas se naquele mês ele não foi receber? Pode ter acontecido, não foi receber, por alguma causa, ficou doente, não pôde ir. Então não foi receber, nem ficou sabendo que o benefício está suspenso, mas no mês seguinte ele vai, ou no terceiro mês ele vai, ou vai mandar alguém, porque não é possível que alguém que viva da Previdência fique três meses sem ir lá receber, é pouco provável. Mas se ele for até três meses depois faz o recenseamento, imediatamente, depois de comunicado à DATAPREV, em três dias o recurso será colocado. Então, isso é com relação a essa questão. Pode ocorrer, como colocou o Senador Buarque, o Senador Paim, serão exceções que, infelizmente, é ruim, cria um estresse, mas não cria nenhum prejuízo material, adicional aos nossos assegurados. A segunda questão que eu queria abordar é com relação às expectativas. Senador, desde que eu anunciei o censo, essa é a pergunta que todos me fazeM – "Mas quanto é que vai ser se negócio?" Eu tenho me recusado, sistematicamente, a fazer esse tipo de avaliação, por quê? Porque é muito difícil. O senhor conhece, eu sou funcionário público de fazenda, eu sou um funcionário público de planejamento. Quando eu faço estimativa, eu faço estimativa e digo porque, isso é assim por causa disso, porque eu tenho uma tendência, porque eu vi aquilo, porque eu vi o outro. Isso aqui eu não vi nada ainda. Então eu não tenho como fazer estimativa. O que eu posso lhe dizer é o que o Senador acabou de olhar, todo mundo pode olhar e fazer a sua aposta. Nós estamos, praticamente, com cinco meses já dessa etapa. Nós já recenseamos 80%, 70%. No acumulado, porque muda todo dia, no acumulado nós já fizemos 74%, faltam 26%, mas ainda faltam quatro editais, falta muita coisa.

Então, se o Senador tiver uma boa bola de cristal, e foi ele que disse, não fui eu. Se o Senador tiver uma boa bola de cristal e disser: "Bom, é 10%". A conta está fácil. Ele fez a conta, eu disse quanto que é, são 12 bilhões/ano, 10%, 1 bilhão e 200. Se for 10% é isso. Se for 5 é a metade, se for 1 é 1 décimo. Eu não vou fazer nenhuma estimativa, não posso fazer. Agora prometo a todos os senhores que no dia 31 de março, no momento em que nós tivermos rodado a folha, mandado a fita e tal, eu vou publicar, posso vir dizer aqui: "Olha, neste momento suspendemos tantos benefícios que equivale a tantos milhões". Mas nem aí nós podemos dizer que isso é o resultado porque eu ainda tenho mais noventa dias para que ele faça o censo, que ele pode aparecer. E aí feito isso nós voltamos no campo tradicional, normal dos benefícios. Além disso, nós temos que lembrar que nós vamos fazer a outra etapa, os outros 14 milhões e 700, que eu também não sei quanto é. E aqui eu queria chamar atenção num aspecto muito importante. No meio desses 200 mil, 600 mil que estão faltando da primeira etapa, seguramente, tem de tudo, tem fraudadores, pode ter quadrilha, pode ter tudo, inclusive, pessoas de boa fé. Outro dia me contaram uma história, vou me permitir aqui, Senador. Que um lar de idosos, o sujeito preocupado com o recenseamento ouviu falar, foi lá e conversou com as pessoas: "Vocês estão em dia? Já fizeram? Foram ver? Não foram?" Encontrou lá um sujeito de sessenta e poucos anos, aleijado, enfim, incapacitado para o trabalho. E perguntou para ele: "Você está certo?" "Não, comigo está tudo certo". "Mas deixa eu ver seu cartão." Maria das Dores. Ele olhou, "Senhor José, que negócio é esse?" "Não, doutor, é que esse cartão aqui eu herdei da minha mãe, minha mãe morreu, faz dez anos, mas eu herdei o cartão dela". Na profunda boa fé, não é maldade, desinformação, necessidade. Então, é preciso ter clareza disso. Nós temos tudo misturado aqui dentro, temos tudo, desde, provavelmente, quadrilhas organizadas que recebem centenas, milhares de cartões e sei lá o que e desde quando, até situações dessa natureza, por incapacidade, por desconhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Eu queria fazer uma pergunta quando o procurador vai à agência e faz recadastramento é tido como recenseado ou depende da visita externa? Tem muitos casos de...

SR. MINISTRO NELSON MACHADO – Quando o representante legal vai à agência bancária, leva o documento, declara o endereço onde o titular pode ser encontrado, aquele benefício é considerado para efeito de cancelamento tal como um bom(F), ele está apartado, não terá suspensão, e isto gera uma visita. Enquanto nós, o Estado, representado pelo funcionário não for lá visitar o censo não está pronto, mas ele não terá, de forma nenhuma, nenhum prejuízo, nenhum risco, nenhum problema. Depois de ido, constatada a condição de vida aí fica o censo processado, o constatado, ao contrário, ser o benefício suspenso. Com relação a mecanismos de controle, aqui é quase uma outra exposição, Senador, não sei o tempo que nós temos, mas eu poderia até, se os senhores tivessem interesse de ter a oportunidade de falar nesta Comissão sobre o trabalho que a equipe da Previdência, do INSS, da DATAPREV vem fazendo nos últimos anos no sentido de fortalecer os controles da Previdência Social. Só para ter idéia, Senador, nós, de outubro do ano passado até agora, este mês, nós já investimentos na área de tecnologia de informação quase 100 milhões de reais, nós estamos fazendo *upgrade* no sistema, no coração dos computadores da DATAPREV, até o mês de março o tal chamado "Regata" vai ter *upgrade,* toda camada média de computadores da DATAPREV vai ser também substituída, e nós estamos num processo muito forte na DATAPREV de mudança do modelo de processamento, porque hoje o processamento ainda é feito nos escritórios regionais com os servidores prismas ali colocado, lado a lado, em cada um dos vinte e poucos escritórios regionais. Nós estamos trazendo todos esses para o centro de processamentos de dados do Rio de Janeiro, de Brasília e de São Paulo para que a gente tenha apenas processamento pesado nesses três centros, e o resto distribuído nas pontas. Então, nós estamos avançando muito nessa questão dos mecanismos de controle da área de informação, e estamos trabalhando muito fortemente na profissionalização da Previdência Social. A questão de dois meses, o Ministério da Previdência fez uma Portaria indicando um concurso público para gerente executivo da Previdência Social. O processo já conta com... Encerrou na semana passada com mais de mil funcionários concursados do INSS inscritos para essa prova, faremos uma prova de conhecimento e depois quando abrir cada uma das gerências, vaga nas gerências e vaga aberta em função de indicadores de performance, nós então abriremos a vaga, o pessoal desse banco de dados vai se inscrever e nós faremos então uma prova de títulos, e depois uma prova de dinâmica de grupo para escolher um gerente profissional, concursado para o INSS. Este é o caminho da profissionalização do INSS, do fortalecimento da Previdência Social pública, forte, solidária. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Bom, eu quero agradecer o Ministro Nelson Machado, creio que os Senadores se sentiram muito satisfeitos com a exposição. Vamos

manter esse canal permanente com a Comissão de Direitos Humanos, com a Subcomissão do Idoso, que eu tenho a honra de presidir. Submeter antes do encerramento um requerimento do Senador Paulo Paim na Comissão mãe, na Comissão de Direitos Humanos a realização de uma audiência pública com vistas a tratar de questões atinentes ao fator previdenciário à luz do PLS 296/2003 a se realizar no próximo dia 6 de março às 10h, devemos convidar as entidades representativas de empregados, conforme definida por esta Comissão. Assinado Senador Paulo Paim. Submeto aos senhores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Anunciar que a Subcomissão do Idoso com muita felicidade já tem alguns estados brasileiros onde o SESC, nós lançamos aqui, Ministro, uma campanha Cidade Amiga da Terceira Idade. Toda cidade que tiver um trabalho voltado para o idoso se inscreve e uma equipe profissional do SESC avalia se a cidade tem, de fato, um programa público voltado para o idoso e ele receberá ainda nesse ano certificado de cidade amiga da terceira idades. Vários estados, várias cidades se inscreveram, perto de 230 cidades e já houve avaliação em muitas cidades, os dados são muito positivos e será motivo de uma reunião nossa. Quero agradecer a V.Exa. Por favor, Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se me permitir, é que eu tinha encaminhado um outro encaminhamento à mesa, também de uma audiência pública, aproveitando aqui o prestígio do nosso Ministro, no sentido de que se discuta um projeto de nossa autoria que cria o FUNDEP que é o Fundo de Apoio ao Ensino Profissional que entraria na linha daquela Subcomissão que eu presido, mas tem que concordar a comissão principal que trata da educação profissional, como forma de inclusão, que tem o apoio do MEC, o MEC está apoiando essa iniciativa e eu gostaria se V.Exa. pudesse botar em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Senador Paim, chegou exatamente agora o requerimento de V.Exa. o PLS 274 de 2003 para avaliação do ensino profissionalizante. Para tanto gostaríamos de que fossem convidados o Ministro da Educação Fernando Haddad, o Secretário-Executivo do MEC Jairo Jorge, o Coordenador do ensino Profissionalizante do MEC Eliezer Pacheco. Os senhores que aprovam esse requerimento permaneçam como estão. Aprovado. Está aprovado. Mais uma vez, Ministro, muito obrigado pela presença. Declaro encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 16h.

Ata da 3ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para 6 de março de 2006, segunda-feira, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

Às 10 horas e 1 minuto do dia seis de março de dois mil e seis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **Romeu Tuma, Heloisa Helena.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pautA – **Item Único - Requerimento CDH N° 06, DE 2006** de Audiência Pública, com vistas a tratar das questões atinentes ao "Fator Previdenciário". O Senador Paulo Paim abre a reunião e passa a palavra aos seguintes convidados: Daisson Portanova, advogado; Antônio Augusto de Queiroz, Diretor do DIAP; Floriano José Matias, representante da ANFIP; Neide Magalhães, Diretora da FENAFISP; Regina Fátima de Menezes, Assessora da FENAFISP; José Calixto Ramos, Presidente da CNTI; Lúcia Regina dos Santos Reis, representante da CUT; José Carlos Torret Schulte, Secretário Geral da CNTC; Antônio Cortes, Força Sindical; Edson Guilherme Haubert, Presidente do MOSAP; Roberto Boccacio Piscitelli, 1º vice-presidente do UNAFISCO Sindical; Benedito Marcílio, Presidente da COBAP; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente da CONTRATUH; Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo, Presidente da CONTCOP; Maria Clotilde Lemos Petta, representante da CONTEE; Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores Romeu Tuma e Heloisa Helena. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quatorze horas e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em exercício da Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Queria agradecer a todos pela presença nessa importante Audiência Pública onde vamos discutir o fator previdenciário e naturalmente as suas implicações na vida dos trabalhadores. A Comissão de Direitos Humanos quando encaminha este debate tem uma visão muito clara do quanto que o fator previdenciário prejudica os nossos trabalhadores. A ampla maioria dos assalariados do nosso país ainda não percebeu a gravidade deste tema. É uma Lei aprovada em 1999 e

que em resumo para introdução eu poderia dizer que ela reduz pela fórmula de cálculo os benefícios do trabalhador do regime geral da Previdência em torno de 30% para o homem e 35% para a mulher. Devido a isso é que nós apresentamos um Projeto de Lei, e sei que outros Senadores e Deputados fizeram na mesma linha, visando revogar o fator previdenciário e que voltássemos a ter o mesmo cálculo que tínhamos antes dessa famigerada Lei, que era a média dos últimos 36 meses. Eu quero agradecer aqui a Senadora Heloísa Helena que está na Mesa conosco, agradecer a todos aqui presentes das centrais sindicais e representantes também de confederações. O tema de fato é de caráter nacional. Tenho certeza que os expositores mostrarão aqui as suas preocupações e também a Senadora que nos acompanhou no encaminhamento desta Audiência Pública e nós haveremos de fazer aqui um grande debate. Só queria que todos entendessem o desenrolar dos trabalhos. Nós pensamos em um primeiro momento botar na Mesa o Dayson Portanova para fazer uma exposição representando a COBAP e o Toninho do DIAP, fariam as duas primeiras disposições e depois na seqüência, nós vamos ouvir as entidades convidadas com o mesmo tempo que for dado a cada um dos primeiros que vão fazer uso da palavra. Então de imediato, não sei se a Senadora queria fazer alguma saudação, faremos na seqüência. De imediato, então, e só dizer também que está sendo ao vivo esta transmissão pela importância do tema para todo o Brasil e naturalmente será reproduzido no momento adequado. Eu convidaria para o primeiro expositor, representando a COBAP, o especialista em Previdência, o Advogado... Portanova que se dispôs a vir do Rio Grande do Sul para a fazer esta primeira exposição. Em seguida nós ouviremos o Toninho do DIAP que esta chegando. Portanova em nome da COBAP, indicado pela COBAP, tem o tempo de 20 minutos para fazer a sua exposição. Está com a palavra.

SR. DAYSON PORTANOVA – Bom dia Senador, bom dia Senadora Heloísa Helena a quem me permite... A quem me permita antecipadamente cumprimentar todas as mulheres que na quarta-feira estaremos no dia internacional das mulheres, mas nós sabemos que as mulheres a exemplo da Senadora são aguerridas e demonstram que todo o dia é o dia que deve representar as mulheres. Senador, eu tomo a liberdade de encaminhar à vossas mãos, um estudo técnico que foi elaborado, fazendo uma avaliação não só do projeto que V.Exª. encaminhou, mas também de alguns reflexos com relação ao fator previdenciário e também algumas alternativas, porque nós sabemos que no embate desta discussão legislativa, algumas alternativas devem ser propostas para a melhoria da condição, não só também pelo aspecto eminentemente do embate da norma. A gente sabe que as negociações se implementam e para negociações, dados são extremamente relevantes. Quero agradecer, Benedito Marcílio, Presidente da COBAP, por ter me dado a deferência de representar na Comissão de Consultor da Confederação. Aqui a Confederação, as Federações que aqui estão representadas, as seções de aposentados e quero dentro do possível tentar esmiuçar o que é um pouco do fator previdenciário. Senhores representantes sindicais, representantes do Governo, senhores trabalhadores desta Casa e a todos que nos ouve. Primeiro aspecto que a gente tem que ponderar e esse embate foi travado profundamente no Congresso Nacional, inclusive, com uma oposição ferrenha a questão do fator previdenciário, o Senador Paim já aborda, objetivamente, ele não vem para aprimorar as relações sociais, ele vem na verdade para atenuar o aspecto econômico retributivo em matéria previdenciária, mas tendo claro que a afetação do fator previdenciário em um primeiro momento foi aplicada gradativamente. E hoje nós temos os efeitos do fator previdenciário de forma integral. Então, nós também tentaremos explicar mais ou menos o que é que foi isso e o que é que representa essa gradativa integração do fator previdenciário e por isso que talvez no primeiro mês de execução desta norma, não houve como deveria ter havido uma pressão generalizada para imediata revogação do dispositivo legal. Porque na verdade o dispositivo legal teve uma fração de integração em 60 meses. Então se você se aposentasse no mês seguinte ao fator previdenciário, a sua perda seria mínima. Depois da implementação dos 60 meses, esta perda vai representar em uma situação concreta, em que a gente também vai procurar demonstrar, em uma representação concreta, uma perda de trinta e 35% no valor final do benefício. Se pegarmos como paradigma um trabalhador à época da aprovação da Lei 9876 e com 35 anos de trabalho e 53 anos de idade, o fator previdenciário representaria um percentual de 0.98%. Se nós pegamos esta hipótese, hoje, ele representa 0.649%. Ou seja, há uma redução de mais de 35% em uma idêntica situação, aonde a norma deveria prezar pelo equilíbrio, pela igualdade, pela isonomia e pela retributividade efetiva das contribuições vertidas. Então o fator previdenciário, ele está sendo sentido mais profundamente na sociedade, hoje. Especialmente após uma manifestação do Ministério Público Federal, aqui de Brasília, em uma ação civil pública, o Senador tenho certeza a conhece, em que houve uma modificação na tabela da expectativa de sobrevida utilizada pelo IBGE por uma nova estrutura dada à questão da mortalidade infantil e a prospecção

na expectativa de sobrevida. Então, esses dois fatores são integrativos do fator previdenciário, esses dois elementos que são integrativos do fator previdenciário, eles vão refletir brutalmente em 2003, na tabela de 2003, ao ponto de, naquele mês em que a tabela foi alterada o prejuízo se eleva em 6% para uma situação igual ao ano anterior. Então, se você se aposentasse no ano de 2002, você tendo implementado as condições, você teria uma aposentaria com 6% a mais no valor do beneficio, do que aquela gerada nas mesmas condições em 2003. E isto ao ser destacado pelo Ministério Público, foi objeto de uma ação civil pública que tramita aqui no Distrito Federal. Então, feita esta primeira impactação, que eu acho que é importante que se dê, e aí uma reflexão ao movimento sindical dos trabalhadores ativos, porque são eles que terão que se organizar efetivamente muito mais do que a COBAP que hoje aglomera e tenta representar na medida da sua legitimidade, os aposentados, mas muito mais dos trabalhadores ativos, porque serão os aposentandos de amanhã, os que irão sofrer os efeitos nefastos deste sistema do fator previdenciário. Então, este enfoque, ele está dirigido a meu ver, objetivamente aos trabalhadores ativos. Não que os aposentados já sobre a vigência e sobre a incidência do fator previdenciário não tenham o que se preocupar. Por quê? Porque a regra ao criar o fator previdenciário, ela criou algumas distorções. Distorções estas que nós poderemos ou modificá-la, se não conseguirmos efetivamente revogar o fator previdenciário que é o projeto apresentado, Projeto de Lei Senado 296 pretende de 2003 revogar o fator, se não isso, algumas alternativas devem ser também debatidas. Por que é que é importante a gente delimitar a questão do fator previdenciário? O fator previdenciário tem três variáveis que interferem no cálculo. A primeira delas é o tempo de contribuição de uma trabalhador. E esta discussão se nós bem lembramos o Ministro Reinold Stefanes no primeiro processo de reforma, no primeiro mandato do Governo Fernando Henrique, sempre apontou em uma discussão e, inclusive, travada à época com o Presidente da Cut Nacional, que era o Vicentinho, sempre apontou sob um paradigma que tempo de serviço até o dia em que a reforma for aprovada, será contado como tempo de contribuição. Em que pese estar lá, assentado no Artigo 4º da Emenda Constitucional n° 20, esta realidade, ela tem uma variável, ela é tempo de serviço para o trabalhador empregado igual o tempo de contribuição, mas não é, por exemplo, para o trabalhador rural quando vai fazer a contagem para o tempo de serviço na atividade recíproca por tempo de serviço, não é contado como tempo de serviço para o trabalhador que era pequeno, micro, médio empresário ou trabalhador autônomo, porque a legislação exige a indenização. Então o conceito de tempo de contribuição deverá ser refletido nesta Casa, no Congresso Nacional, para a sua diversidade de conceito. Porque ela é tratada de uma forma para o empregado, porque a obrigação contributiva seria do empregador, porque ele retém a contribuição da página do empregado e ela é tratada de uma forma diversa para os trabalhadores na área de produção independente, o autônomo, o empresário ou para o trabalhador rural. Então o conceito de tempo de contribuição deverá ser refletido. Quanto maior, obviamente, o tempo de contribuição, melhor será o percentual que acumulará o trabalhador diante da fórmula que existe do fator previdenciário. O segundo elemento importante para a melhoria do fator previdenciário é o requisito idade. Óbvio que quanto maior a idade do trabalhador, quanto maior o tempo de contribuição deste trabalhador, maior será o fator previdenciário. E o elemento preponderante que foi medida de ataque pelo Ministério Público Federal é a questão da expectativa de sobrevida, cuja tábua utilizada é uma tábua que usa uma média, uma ponderação entre a expectativa de sobrevida do trabalhador homem, com a expectativa de sobrevida da trabalhadora mulher. Portanto, não há uma tábua de aplicação para o trabalhador do sexo masculino e nós sabemos que há uma diversidade na tábua e não há uma aplicação de uma tábua específica para a mulher, na sua condição de mulher, na qualidade do IBGE, na apuração de expectativa de sobrevida destes trabalhadores. Aqui se faz o quê? Se unifica-se e tira uma média desta tábua. Nesta média de ambos os sexos apurada pelo IBGE, nós podemos apontar aqui um primeiro vício constitucional. Por quê? Porque não há um tratamento igual. E se existe um tratamento, ele existe na verdade, um tratamento supostamente equânime, porque é apurado por uma média. Mas como nós sabemos que a mulher em tese se aposentaria com menos idade e com menos tempo, porque uma aposentaria para a mulher hoje proporcional que ainda resiste no sistema, a mulher se aposenta com 48 anos e o homem em uma aposentaria proporcional com 53, nesta relação, já a média vai gerar prejuízo no fator previdenciário da mulher. E ao meu ver, aqui uma primeira crítica ao objeto fator previdenciário, ao meu ver, ela é inconstitucional porque trata desigual a relação jurídica. Para haver igualdade, deveria o fator previdenciário para o homem, nas situações previstas pela legislação, ou seja, quando a mulher obtiver 48 anos de idade e o tempo mínimo de 25 anos mais o pedágio e o homem com 53 anos de idade, 30 anos de serviço, mais o pedágio, nesta condição de igualdade o fator previdenciário deveria ser igual, e na verdade não o é.

Mesmo com os cinco anos que se agrega ao tempo para a mulher, porque o fator previdenciário assim determina que se some cinco anos ao tempo de contribuição para a mulher, para que tente se igualizar a relação jurídica. Entretanto, deveria se acrescer não só os cinco anos no trabalho, mas também cinco anos no tempo de contribuição para que esta média pudesse igualizar efetivamente a relação jurídica do fator previdenciário para o homem e do fator previdenciário para a mulher. Por quê? Há um aumento de cinco anos de atividade. Há uma exceção também aqui na questão do fator previdenciário que diz respeito aos professores em que se agregariam mais cinco anos. Então nós temos que tratar do gênero e as exceções serem resguardadas na sua excepcionalidade. Mas, com relação ao gênero, primeiro aspecto que se nota é uma efetiva deturpação no conceito de isonomia, de igualdade, de busca de equidade e de retributividade, que são conceitos da seguridade social, conceitos específicos da Previdência Social para com a relação do trabalhador homem e mulher. Ao aplicar a média, há um desvirtuamento constitucional e há um prejuízo substancial a mulher que depois nós iremos apontar em termos de percentuais. Óbvio que o governo ao apresentar este projeto e ao aprovar a Lei se fez diante da reforma, diante da Emenda 20, que no seu Artigo 201 na Constituição Federal, a redação estabeleceu que o sistema deveria manter o equilíbrio atuarial e financeiro. Então com base na justificativa atuarial e financeira é que foi criado o fator previdenciário. Na verdade o equilíbrio atuarial e financeiro, e a fórmula foi de uma magnífica inteligência e não poderia ser de outra forma, porque foi elaborada por pessoas que pensam. Ela, na verdade, ela se preocupou com o equilíbrio atuarial financeiro, mas não se preocupou com a relação da democratização do acesso a Previdência e muito menos com a retributividade efetiva em termos de garantias sociais. Tanto que se nós pegarmos o patamar, que deveria ser o patamar uniforme do fator um, que em tese seria uma situação de um trabalhador que queira buscar uma aposentaria por idade, com 65, se homem, e 60 se mulher, em tese, a opção para a aposentaria por idade do fator previdenciário, se dá se o fator previdenciário for mais benéfico no caso de um trabalhador do sexo feminino optar por se aposentar por idade aos 60 anos ou um trabalhador do sexo masculino com 65, o fator previdenciário só será aplicado se for maior do que o já previsto na legislação previdenciária, que em tese seria 100%. Então a média já alterada do critério de cálculo, que como o Senador Paim apresenta no projeto a idéia dos 36 meses, a média hoje é 80% de toda a vida contributiva do trabalhador, computado julho de 1994 para cá, que cria um leque bastante abrangente da variável salarial, este também é um outro elemento de fundamental importância. Por quê? Porque em um cálculo de aposentaria por idade utilizando este universo, em tese o salário de benefício sendo um, ele deveria se manter em um *ad* a*eternum.* No início da legislação previdenciária, nós pegamos um paradigma em dezembro de 1999, um trabalhador do sexo masculino, com idade de 65 anos e 30 anos de contribuição que garantiria o fator em tese um. Por quê? Porque a aposentaria por idade nessas condições, gera uma aposentaria com 100% do salário de benefício, como fator previdenciário, em dezembro de 1999 o percentual seria 1.14, ou seja, lá em 1999 o fator era muito mais vantajoso, acrescendo 14% na situação de igual condição. Nós vamos evoluindo e encontramos a partir deste paradigma, que chamamos de paradigma neutro, que é o um, que seria a garantia do que já havia na legislação, nós evoluindo em 2002, nós temos ainda um agregar de 12%. Em 2003, exatamente no momento em que se modificou a tabela do IBGE, que se diminuiu a mortalidade infantil e se aumentou a expectativa de sobrevida, ou seja, os dois extremos aumentaram, o que acontece com o fator previdenciário em uma aposentaria por idade, com 65 anos homem, e 30 anos de trabalho? O fator cai para 0.9459, ou seja, 94.59%. Portanto, quebram o exemplo de neutralidade, quebra o equilíbrio atuarial financeiro. A partir daí o fator previdenciário passa a desagregar mais ainda o paradigma neutro, o paradigma um. E ao desagregar, isso demonstra que não é atuarial e financeiramente estável. Ele está sim, usurpando da sua função atuarial e por isso ele deve ser revogado e por isso o projeto apresentado pelo Senador Paim, ele se reveste de total legitimidade, porque ele agora começa a gerar uma perda brutal na relação das aposentadorias. O que vai acontecer? É mais ou menos aquela, "se correr o bicho pega, se ficar o bicho come". Por quê? Porque quanto mais tempo você agrega ao tempo de contribuição e mais idade você tem, com esses dois extremos aumentando, ou seja, diminuindo a mortalidade infantil e aumentando a expectativa de sobrevida, o ano que você agregou de trabalho e de idade vai ser consumido pela tabela na expectativa de sobrevida. Então é importantíssimo que, ou se transforme o processo de avaliação da expectativa de sobrevida do brasileiro, que da mulher está em 73 anos e do homem 70.8 ou se modifica esta tabela ou se revoga o fator previdenciário. São duas as alternativas que se tem e o debate aqui se trava então para se buscar elementos de demonstração de porque o fator previdenciário se torna tão nefasto. Ele tanto o é que em dezembro de 2005, aquele percentual que em 2003 seria de 94%, diante do

fator neutro, que seria a aposentadoria por idade, ela hoje representaria 93.65%. Ou seja, uma perda de 6.35% para o trabalhador e trabalhadora que vier a se aposentar nestas condições. Então em um primeiro momento o equilíbrio atuarial e financeiro realmente estaria protegido e haveria uma proteção a partir do fator neutro. No momento em que há o desenvolvimento da situação a gente está vendo que houve não só o desequilíbrio atuarial e financeiro, mas se houver o equilíbrio, houve para aumentar o caixa e houve um desequilíbrio social, um desequilíbrio na retributividade econômica, e um desequilíbrio na correlação de contribuição e retribuição que é o conceito do princípio da contrapartida. Além disso, é importante também que a gente assente, que se nós trabalhássemos hoje com uma aposentaria sem o fator previdenciário, você teria outros critérios para valorar a aposentaria. A própria Emenda Constitucional fez isso. Antes a aposentadoria integral ela seria de 100% , mas com o acréscimo de 6% quando proporcional ao tempo de serviço. O que fez o fator, o fator não, a regra? Ela reduziu de 6% para cada ano de serviço a mais, um ano de contribuição a mais, reduziu para cinco anos. Portanto, nós poderíamos criar mantendo aí a aposentaria proporcional e a aposentaria integral com a proporcionalidade com percentuais menores e alongar um pouco mais o tempo de contribuição. O segundo aspecto que o fator previdenciário fez, que foi derrotada a Emenda Constitucional nº 20, nesse aspecto, foi impor ou trazer para dentro da fórmula o cálculo com a idade, portanto, indiretamente criou uma idade, um limite mínimo de idade para a composição do fator previdenciário. Bom, essa questão da inconstitucionalidade entre a relação dos homens e das mulheres, eu já expus assim no inicio, e a gente tem trabalhado neste aspecto. Por quê? Porque vai se gerando diferenças. O exemplo que a gente pode trazer é de novembro de 2005, nós fizemos uma ponderação final, aonde em dezembro de 99 na mesma situação, homem e mulher teriam o índice um, e hoje na mesma situação o percentual do fator previdenciário para a mulher. Ela estabelece 49% para a mulher com 48 anos e 30 anos de trabalho, e o percentual do homem pela média com 59%. Ou seja, o fator previdenciário do homem utilizando a média, ele com 53 anos de idade e com 35 anos de trabalho, o fator previdenciário do homem é de 59, o da mulher é de 49, então há uma diferença de 10 pontos percentuais. Então aí já se demonstra desigualdade de tratamento entre homem e mulher porque o fator (soa a campainha) deveria prever as situações idênticas. O seguinte aspecto, para tentar concluir pelo minuto já advertido, pelo ilustre Presidente, o segundo aspecto que a gente tem que ponderar é que a inflação em dado momento do nosso ciclo econômico, principalmente pós-estabilidade, ele tem apresentado inflação negativa. E a Previdência e o Floriano, o nosso Diretor da ANFIP aqui presente, pode nos afirmar isso, nos corroborar, a Previdência para lançar os seus créditos e cobrar os seus créditos na hora de impingir a correção monetária, não aplica o índice negativo da correção. Ou seja, quando você tem um índice menos alguma coisa, este índice não entra na composição da correção monetária, entra o fator neutro um, e na verdade e desiste daquele sistema de correção monetário. No fator previdenciário esta correção negativa é aplicada na composição de todo o índice, ou seja, frauda a Constituição ferindo o Princípio da Preservação do Valor Real e ferindo o Princípio da Irredutibilidade do Valor do Benefício. Por quê? Porque no momento que você aplica uma infração negativa, você reduz o conjunto de composição de índices e por isso que na fiscalização é expungido este percentual negativo, exatamente para não ter prejuízo. E para finalizar ilustre Senadora, a gente, diante das conseqüências a gente faz uma pretensa exposição de tópicos que tem que ser modificados, eu vou tentar rapidamente expor para vocês, principalmente o que interessa aos trabalhadores ativos e o primeiro deles trata da aposentadoria especial. A gente sabe que os trabalhadores que estão em atividades especiais, insalubres, penosas e perigosas, eles se aposentam. Se tiveram 25 anos de trabalho nesta atividade, sem o fator previdenciário. Entretanto se este trabalhador teve atividade mesclada em períodos não especiais, você converte o tempo especial e este tempo especial vai somar e vai gerar uma aposentaria por tempo de contribuição. Muito bem, até 1998 a atividade especial era considerada com a possibilidade de conversão. O trabalhador que tem atividade especial depois de 98, concomitantemente com atividade especiais antes de 1998 e atividade comum, ele só vai poder converter a atividade antes de 98. Hoje, de 98 para cá são oito anos de trabalho em uma atividade especial que vai ser contada como comum. Por quê? O governo quer que você se aposente por uma aposentaria por tempo de contribuição, sem nenhuma conversão. Entretanto o governo aprovou o decreto que permite a conversão. Entretanto o governo aprovou um decreto que permite a conversão, só que esse decreto vai depender da interpretação administrativa. E nós temos exemplos em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em Salvador, em alguns outros estados situações em que a Previdência não está aplicando este decreto. Então uma das propostas que a gente está encaminhando aqui, é que seja agregado este projeto à implementação de que sejam conversíveis também os tempos de

contribuição após 1998, para que se garanta a proporcionalidade e a relação deste trabalho. Segundo aspecto, bem rapidamente também Senadora, é o debate que se da com o trabalhador rural. Nós sabemos a dificuldade que é comprovar o tempo de serviço de um trabalhador rural. Quem conhece, a Senadora conhece melhor do que eu a vida no nordeste. Os trabalhadores são espoliados e muitas vezes trabalhado em regime semi-escravagista, se não escravagista, não tem condições nenhuma de comprovar essa relação jurídica. E o sistema jurídico previdenciário, na Lei previdenciária, não permite a aprova exclusivamente testemunhal. Por quê? Ah, porque vai ter fraude, vai ter isso, vai ter aquilo. Bom, esta norma deveria se dirigir só a administração. Mas como ela está dentro de uma Lei Federal de regime especial, o Superior Tribunal de Justiça editou uma súmula, súmula de 149, referendando a hipótese de impossibilidade da prova testemunhal. Vocês imaginem a prova testemunhal no direito do trabalho, para que todos os líderes sindicais militam, se fosse alijada a prova testemunhal da Justiça do Trabalho. A Justiça do Trabalho se resumiria em 10% ou 20% das demandas. Então nós temos que fazer a reflexão com relação a este tema, especialmente quando a demanda estiver sobre a esfera judicial. Porque há um preceito maior, que é o livre convencimento do Juiz que não esta estreito ao convencimento ou as limitações que está a administração e os seus agentes da administração. O Juiz tem que ter a liberalidade para julgar de forma muito mais ampla, porque ele estará ao lado do fato, ao lado da situação jurídica prevista. Então para os trabalhadores rurais eu acho que seria importantíssimo uma movimentação no sentido de alteração legislativa. Senadora, eu vou ficar por aqui, teria outros aspectos a adiantar, nos debates a gente tenta aprimorar. Muito obrigada, Senadora.

(Palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nós conversamos eu e a Senadora Heloísa Helena em nós distribuirmos o nosso trabalho da seguinte formA – Neste primeiro momento agora, convidaríamos para a mesa o representante do DIAP, que é o Antônio Carlos Augusto, o Toninho e também convidamos para a mesa da ANFIP o companheiro Floriano José Matias e da FENAFISP, Neide Magalhães. E em seguida convidaríamos outros três e na seqüência o Presidente das centrais sindicais e os representantes das confederações também. O Presidente ou o representante, devido à seqüência. E a intenção nossa no final, é estabelecer um debate sobre as exposições com os sindicalistas aqui presentes e naturalmente Senadores e Senadoras. Então pela seqüência, se todos concordam com esse encaminhamento? Prático e objetivo, todo mundo vai falar. É importante que o Senado ouça a opinião das partes interessadas, naturalmente. Então de imediato eu passo a palavra também por 20 minutos, quinze mais cinco, não é? Quem puder usar só quinze, ajuda. Ao companheiro Antônio Augusto, Toninho do DIAP.

SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Bom dia a todos. Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer o convite da Comissão. Cumprimentar Senadores Paulo Paim e Heloísa Helena e dizer que não vou utilizar todo o meu tempo. Vou trazer aqui apenas algumas considerações de natureza mais geral, chamando a atenção para as ameaças que estão circulando em torno da reforma da Previdência a partir de pressão de diversos organismos internacionais, do mercado financeiro e de outras instituições interessadas em explorar este filão da Previdência. Antes disso, porém, eu queria fazer um registro aqui da dedicação dos dois Senadores presentes à mesa, a causa dos trabalhadores. O Senador Paulo Paim que ingressou na Câmara dos Deputados há 20 anos atrás, tem dedicado a sua vida como a Senadora Heloísa Helena que esta aqui no seu primeiro mandato no senado, a defesa dos assalariados de um modo geral. Incluindo trabalhadores do setor privado, servidores públicos, aposentados, pensionistas, enfim, todos os trabalhadores das diversas áreas da atividade pública e privada. De modo que são dois Senadores que têm coerência, legitimidade e, portanto, podem promover este tipo de reunião e arregimentar em plena segunda-feira pela manhã a quantidade de lideranças sindicais aqui presentes. Quero ainda registrar que a PEC paralela, que foi uma redução da perversidade impetrada pela Emenda Constitucional do Governo Lula em relação à Previdência, foi também produto da articulação desses dois Senadores. Senadora Heloísa como uma pessoa que na reta final percebendo que não se tratava de manobra, até porque poucos Senadores confiáveis estavam à frente deste processo também se engajou no sentido de aprovar e reduzir aqueles prejuízos aos trabalhadores. E estava correta a Senadora em ter esta cautela, até porque esta Casa se conhece o funcionamento dela e há muito acordo que efetivamente não são cumpridos. E ai, ela esperou que fosse aprovada conclusivamente a PEC que suprimiu direitos para então apoiar a iniciativa de reduzir. A iniciativa à proposta que reduzia. O Senador Paulo Paim foi um dos fiadores desta proposta é um Senador que costumo dizer que vale por vários, porque se dedica e está em todas as frentes. Não há um projeto de interesse do trabalhador aqui no Congresso que o Senador não esteja acompanhando, não tenha um de sua autoria iniciando este processo. Apresentou

uma série de iniciativas extremamente interessantes, como o estatuto da igualdade racial, estatuto do idoso, estatuto do deficiente. Então são iniciativas que o Governo Federal muitas vezes a contra gosto, tem sido obrigado a acompanhar aqui no Congresso em razão do apoio que o Senador consegue congregar para suas iniciativas que tem esse apoio exatamente porque são de interesse público, coincidi com o estatuto e o programa dos partidos políticos todos e estão propostas defensáveis ética e moralmente. Então isso lhe dá a condição de aglutinar em torno de si, apoios significativos de todos os segmentos aqui do Congresso. O nosso tema é fator previdenciário. É preciso recuperar um pouco e o colega que me antecedeu já em certa medida, já esgotou esta matéria, é tratar um pouco o que aconteceu na reforma da Previdência do governo Fernando Henrique, que já fez a primeira transformação significativa com impacto nos trabalhadores mais humildes, que foi a transformação do tempo de serviço, em tempo de contribuição. Aquela simples mudança já fez com que diversos trabalhadores que ingressaram no serviço público após aquela reforma ou no setor privado, tivessem especialmente no setor privado, retifico, tivessem que ficar muito mais tempo a disposição da sua atividade, já que em parte dela não tinha como contribuir. A informalidade neste país é uma aberração, uma barbaridade. Então houve esse prejuízo para os trabalhadores a partir daqui adoção. Em segundo lugar, houve uma tentativa, mas não foi possível naquela época, reduzir o número de salários mínimos, mas o Presidente Fernando Henrique Cardoso que inaugurou essa tecnologia, ele consegue fazer isso de outro modo. No caso dos aposentados em atividade, conseguiu desvinculando o salário-mínimo dos benefícios previdenciários. Sempre dá um reajuste, para os benefícios previdenciários a quem do que está sendo dado ao salário-mínimo sobre o fundamento de que está dando ao salário-mínimo dois índices, um a título de aumento real e outro a título de reposição. Isso significa dizer que aquele objetivo lá atrás, de que a aposentaria ficaria limitada a três salários mínimos, o que houve foi só um dilatamento, uma ampliação no tempo para que aquilo viesse a se tornar realidade. O próprio aumento dado agora ao salário-mínimo com 13% real acima do que vai ser dados aos benefícios previdenciários, já é um indicador concreto de que nessa marcha, em cinco, seis anos, o benefício previdenciário máximo estará correspondendo a um salário-mínimo, se não ocorrer o pior, que é o risco de que possa haver a desvinculação do piso do benefício previdenciário do salário-mínimo. Então, isso são ações que estão sendo cogitadas, estão em marcha já há algum tempo no país. Então, essa desvinculação do tempo de contribuição ou adoção do tempo de contribuição e substituição ao tempo de serviço com essa metodologia de reajuste salarial, reajuste dos benefícios previdenciários, dando aumento maior para o mínimo e menor para a Previdência, combinado com o fator previdenciário, que leva em consideração no calculo da aposentadoria, idade, expectativa de sobrevida e remuneração, renda, faz com que as aposentadorias sejam extremamente achatadas e aquele objetivo que o mercado tinha há dez anos atrás pode se concretizar em curto prazo no país. A adoção do fator previdenciário foi uma forma que foi inventada por uma moça muito bonita, esteticamente ela é muito bonita, não me recordo mais o nome dela, sei que está trabalhando para um banco... Solange... trabalhando para um banco de investimento, está orientando no escalonamento no tempo quando é que ela vai poder...

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – São casos raros de mulheres se metendo nisso, geralmente são os homens.

(Risos)

SR. ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ – ...Mas o fato é que, o fato é que a Solange copiou uma fórmula...

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL) – Feita por algum homem.

SR. ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ: Pois é. Feita por algum homem. E veio aqui implementar no Brasil, em prejuízo dos trabalhadores. Essa forma de reajuste, como já foi explicitado aqui, pode trazer um prejuízo de até 49% do benefício no caso da mulher, isso é fácil de escalonar. Mas, a perversidade maior deste processo, é que se delegou ao poder executivo, por portaria, para dizer qual é a expectativa do povo brasileiro. No governo do Presidente Lula nós já aumentamos a expectativa de vida, em quatro, cinco anos. Se ele ficar mais quatro, nós não vamos mais morrer. Então é uma barbaridade o que está sendo feito. O IBGE com base em estudo na tábua de mortalidade atualiza a expectativa de vida e, portanto, reduz os benefícios previdenciários na mesma proporção. Por último eu queria chamar a atenção para um aspecto que embora não esteja sendo debatido nesta Casa aqui, mas, já está sendo examinado no Senado, que é uma tentativa de revisão da Constituição Brasileira. A Câmara deve votar esta semana uma PEC que permite a convocação de uma assembléia revisional a partir de 1º de fevereiro de 2007 e que tem por objetivo, reformar toda a Constituição com o quórum de maioria absoluta. A emenda faz apenas duas ressalvas, diz que estão fora do exame da reforma constitucional apenas os Artigos de 1 a 11 que incluem até a

organização sindical. Para frente, a administração pública, Previdência e outros aspectos estão vulneráveis e abertos para qualquer tipo de mudança. E mesmo esses aspectos dos direitos sociais entendido como aqueles que diz respeito apenas aos trabalhadores sem incluir Previdência, excluindo Previdência, só para efeito de raciocínio. Mesmo esse, pode ser suprimido por ocasião da votação e permitir que se vote amplamente qualquer dispositivo por maioria simples. Isso é uma loucura, está para ser aprovado, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão Especial. Eu estou afirmando, vai ser aprovada esta semana porque a composição da comissão foi feita com indicação de pessoas comprometidas com isso. Há uma possibilidade de referendo após a conclusão dessa matéria, mas que também pode ser retirada do texto constitucional, e aí vocês não tenham dúvida nenhuma, que se for aprovado, mesmo com o referendo, o poder econômico faz o possível e o impossível para viabilizar uma grande campanha no sentido de referendar essa mudança na Constituição. Toda a idéia é de fazer uma espécie de lipoaspiração, um enxugamento na Constituição e tirar delas aqueles excessos, aquele detalhismo que na verdade são os aspectos positivos da Constituição, que são o detalhamento dos direitos que ainda restam no texto constitucional. Exatamente. São salvaguardas que existe. Então é uma preocupação que a gente tem que anotar entre as nossas prioridades, para deflagrar imediatamente uma campanha contra este tipo de iniciativa. Na pior das hipóteses, aqueles que, eventualmente admitem uma mudança, tem que excluir desta eventual revisão, todos aqueles dispositivos da Constituição que foram objeto de mudança por intermédio de Emenda Constitucional e nesse caso estaria preservada a parte administrativa e também a previdenciária. Quero então apenas dar um dado para encerrar aqui a minha rápida participação, dizer que no caso do fator previdenciário, quando se estabeleceu esta redução no benefício, porque o que acontece na verdade é uma redução do benefício, não se fez a mesma redução na contribuição de modo que se retirou dinheiro de pessoas humildes, de aposentados, para se transferir para complementação do superávit primário, que é bom chamar a atenção mais uma vez que a Previdência Social faz parte da seguridade. A seguridade inclui saúde, Previdência e assistência. E os recursos da seguridade, embora todos nós saibamos aqui, que isso foi uma manobra governamental para arrecadar fácil, este dinheiro todo não é canalizado para a seguridade, até porque sobram anualmente, algo como próximo de 50 bilhões de reais. O que houve, eu vou concluir dizendo isso, foi uma manobra do Governo Sarney em particular, que a Constituição de 88 transferiu para estados e municípios uma série de recursos, mas não distribuiu os correspondentes em cargos e o Governo Federal então ficou com uma série de responsabilidades na saúde, de Previdência, de assistência, de habitação e outras mais, sem que tivesse a contrapartida dos municípios e dos estados. Então o que o governo fez? Em lugar de criar um tributo chamado imposto, ele criou um tributo chamado contribuição, que tinham três vantagens basicamente. Primeiro, era supostamente destinado à área social, pelo social é forte. Segundo tinha vigência no mesmo ano, observava só o princípio da noventena. E em terceiro, arrecadava, facilmente não passaria para estados e municípios, só o imposto é que repassa para Estados e Municípios. Então, se criou neste país, uma quantidade enorme de contribuições, COFINS, IPMF, CPMF e outras mais que em tese, integram os recursos da seguridade, mas na prática são utilizados livremente pelo governo para gerar superávit primário e para pagar outras despesas de custeio. Então este desvio de recurso, de reduzir o benefício sem necessariamente reduzir as contribuições, houve na verdade uma garfada aí nas aposentadorias. Eu tenho aqui um dado que é interessante, é de 1998, o Ex-deputado e atual Ministro da Reforma Agrária, o Miguel Rossetto, encaminhou uma consulta ao Ministério da Previdência, com o seguinte objetivo, saber qual era a média de idade com que morria, falecia o segurado do INSS. E a resposta do INSS foi a seguinte: Que a média de idade de falecimento dos aposentados e segurados do INSS era de 60.3 anos. Significa dizer de outro modo que aqueles mais humildes, que começaram a trabalhar cedo, se tiverem que cumprir para ter uma aposentaria plena a exigência do fator previdenciário, não vão poder usufruir deste benefício e nem o da assistência que também, graças ao estatuto do idoso, reduziu um pouco a idade para os mais idosos, melhor, para todos, para que o benefício de assistência só se aplica ao idoso ou ao deficiente. Mas, o fato é que ampliar este tempo de permanência no serviço, substituindo o tempo de serviço, pelo tempo de contribuição e ainda alargando com o fator previdenciário é uma atitude extremamente perversa que prejudica, sobretudo os mais humildes. E (soa a campainha) o risco, para concluir, o risco de uma revisão constitucional, com a ânsia com que o mercado tem agido para instituir uma idade mínima e aí não seria mais de 60 anos, aí seria de 65 ou mais, igualando homem e mulher, urbano e rural, servidor do setor público e servidor do setor privado com a exigência de contribuição com valor rigorosamente observando os critérios financeiros e atuariais, portanto, regra especificamente de mercado. Metodologia de contribuição definida, não de be-

neficio definido, de contribuição definida. Você sabe quanto contribuiu hoje, mas não tem a menor idéia de quanto vai ter de aposentaria lá na frente. Essas são as mudanças que estão sendo cogitadas e não há oportunidade melhor pra esse setor fazer isso, do que uma revisão do texto constitucional. De modo que esse é o alerta que eu deixo aqui pedindo desculpas pelo improviso, mais uma vez cumprimentando a coerência e dedicação dos dois Senadores a causa dos trabalhadores. Muito obrigado.

(Palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Probleminha aqui... Eu quero só mais uma vez afirmar a todos que estão assistindo a este debate que junto com a Senadora Heloísa Helena, a gente preside esta Audiência Pública, no nosso entendimento de fundamental importância sobre a aposentaria dos trabalhadores da área privada e da área pública, centrada no fator previdenciário. Que no meu entendimento, mas hoje, mas amanhã, ele será estendido na íntegra também para os servidores públicos, por isso que o debate interessa a todos. Passamos a palavra a Floriano José Matias, Presidente da Fundação ANFIP, especialista em seguridade social. Quinze minutos, mais cinco.

SR. FLORIANO JOSÉ MATIAS – Muito obrigado Senador Paulo Paim, Senadora Heloísa Helena. Eu trouxe aqui um... Eu quero agradecer em nome das nossas entidades, em nome da ANFIP e a fundação. Mas, eu trouxe aqui algumas transparências. Primeiro alguns dados, alguns cálculos atuariais, há cálculos do fator e depois algumas análises sobre esse procedimento do fator nos últimos cinco anos, inclusive feito pelo IPEA também, um trabalho feito por eles, mas que coaduna com a estatística da Previdência. Como o Dr. Portanova já falou, já antecipou algumas fórmulas, eu vou passar rapidamente, porque 15 minutos não vai dar para passar tudo. Aí está o arcabouço jurídico de toda a legislação previdenciária, principalmente a partir de Constituição com Constituição 88, a Emenda 20, etc. Quarenta e um, quarenta e sete até o fator previdenciário 99. Gostaria de passar rápido porque se não, o nosso tempo vai se esgotar. Pode passar, por favor?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Floriano, com a devida tolerância que a mesa terá com V.Exª., a Mesa pede para que você deixe para nós o material.

SR. FLORIANO JOSÉ MATIAS – Bom, já foi dito isso aí, mas, em 80 e 98 foi aprovado a emenda vinte que alterou substancialmente a regra da Previdência pública, o regime geral, basicamente e depois a emenda quarenta e um, o regime próprio. E um dos itens dos pontos era considerado chave para o governo, na época a idade, e o governo foi reprovado, foi derrotado com a alternativa do controle dos gastos da Previdência. Criou-se então, o fator previdenciário. Por favor. E aí foi exatamente a criação deste fator que gerou a desestimulação a aposentaria, chamada aposentadoria precoce, ou seja, diminuindo o valor do benefício no momento da sua concessão, inversamente proporcional à idade e que levem em consideração a expectativa de vida, já foi dito, e o tempo de contribuição. Por favor, eu vou passar rápido porque são os cálculos, só para a gente ter uma visão geral de como funciona. O benefício do INSS é calculado pela seguinte fórmula, de benefício, salário de benefício que é igual à média de toda a contribuição do segurado, e a partir, quem estava no sistema a partir de 94, mas hoje, quem entrar hoje no sistema é toda a vida contributiva, tirando 80%. Portanto, essa historia de dizer que é a partir de 94, não. Quem começar hoje, é toda a vida contributiva, 80% da vida contributiva. Vezes o chamado fator previdenciário. Por favor, pode ir passando. São três ou quatro, mas um. Então, o salário "SB" é o salário benefício e o "M" é a média dos 80% dos maiores salários benefício, vezes o fator previdenciário. Por essa média já se sabe, por essa fórmula já se sabe que, se o fator previdenciário der menor do que um, a média vai ser menor, ou seja, a fórmula que aí está, o fator tem que dar pelo menos dar um para que o salário benefício tenha a média dos 80% de salário. Por favor, é o valor básico, não é, o salário benefício. Por favor, tem mais uma... e o salário contribuição é o valor sobre, incide sobre a contribuição mensal. Isso é mais uma definição clara, clássica. Por favor, mais um. E aí vem a famosa fórmula do fator previdenciário engendrada em 99, fruto de algumas experiências em outros países. Por favor. E foi esta a fórmula do fator previdenciário. Ou seja, primeiro, uma introdução de critérios atuariais. Embora o regime do INSS seja regime de caixa, essa fórmula leva a um regime de capitalização, ou seja, um regime de capitalização virtual porque está embutido aí a capitalização. Essa primeira, no primeiro parâmetro aí, ou seja, tempo de contribuição vezes o "A" que é o 30... 0,31% nasceu do 20 mais o 11, sobre a expectativa de vida, é exatamente a fórmula, praticamente, da Previdência complementar aberta. Qualquer que seja um PGBL da vida aí, fazer, é um VGBL hoje, aplica-se praticamente essa fórmula. Eu pergunto quanto tempo eu vou contribuir, qual o meu percentual ou meu salário e vejo a minha expectativa de vida. Tem uma reserva matemática, da reserva matemática eu vejo quanto é que eu vou receber. E para não ficar só nessa primeira fase, criou-se o chamado bônus de permanência em atividade. Que ai inclui a

idade e novamente o tempo de contribuição mais o fator contributivo que é 0,31. Essa é a formula, hoje existente. Ele se aplica apenas às aposentadorias por idade opcionalmente e obrigatoriamente por tempo de contribuição, nos demais benefícios ele não se aplica. Por favor. Obtido a partir da tábua já foi dito. Maior média nacional para ambos os sexos, o que prejudica sensivelmente, já foi dito aqui, o sexo feminino, pelas razões já expostas, eu não vou explorar isso aí, a não ser que tenha tempo. E os benefícios, é publicada a tábua anualmente a partir de 1º de dezembro. Por favor, aí está a nova expectativa de sobrevida, há uma diferença entre expectativa de vida e expectativa de sobrevida. Expectativa de vida é quando o sujeito nasce. Hoje a expectativa de vida em média está 71.6 e a expectativa de sobrevida é aquela que vai ter influência no beneficio que a partir de mais ou menos de 50 anos. E aí está a última tábua realizada pelo IBGE, que é considerada a partir de 1º de dezembro de 2005. Por favor. O tempo de contribuição é computado como tempo, o tempo de serviço é computado como tempo de contribuição, a mulher tem mais 5 anos, os professores têm mais 10. Professora dez e os homens professores cinco em função da idade constitucional, em função da aposentaria destas categorias. E aí nós fizemos um cálculo, só para ter idéia, porque depois eu vou explorar isso ai mais. Hoje, um segurado que tenha 35 anos de contribuição, com 55 de idade, a expectativa de sobrevida dele será de 24 anos e a média aí, chutamos de um mil e oitocentos reais. Aonde essa expectativa de vida dele, será de 24%, portanto, calculando, o fator previdenciário deu 0,73%. Já de antemão, se vê que a redução da aposentaria dele será de 27% neste cálculo. Vê-se aí que é uma diferença razoável, só neste exemplo. Depois eu trago mais alguma coisa. O direito adquirido ficou preservado. E a pensão por morte apesar de não ser incluso na fórmula, mas ela terá repercussão, dependendo do segurado ter morrido antes, ou seja, como aposentado. Porque se ele morreu como aposentado a fórmula foi aplicada como aposentado e conseqüentemente tem repercussão na pensão. Aí eu faço algumas análises a partir deste momento da nova e antiga metodologia. E aí estão três exemplos, desde quando começou o fator previdenciário em 99. Começando por aqui, em 1999 para esse assegurando com 55 anos de idade, com 35 anos, seria 21,3% da sua expectativa de vida. Hoje ele está com 24 a sua expectativa de vida. Você vê aqui que mudou. Em 2001 veja, tinha uma seqüência lógica, um aumento razoável, mas não tanto profundo até 2002. Quando chegou em 2003, de 21 anos de expectativa de vida deste segurado, passou para 24 anos. É um aumento significativo em função da nova metodologia do IBGE. Isso fruto do censo, tomado o censo de 91 com a PNAD de 90 e aqui o Censo de 2000 com a PNAD de 2001, 2002. Logicamente deu essa diferença significativa. Para o indivíduo de 60 anos, veja, passou de 17.9 e foi para 20 e assim sucessivamente. Por favor. Em função disso, fizemos também o fator previdenciário, quer dizer, na época que foi criado o fator previdenciário, em 30 de novembro, esse assegurado tivesse 60 anos, ele tinha 1.05 do fator previdenciário. Portanto, ele estaria no limite da renda integral, da renda mensal integral até 2003. Quando chegou de 2004 para frente, passou de mil. E hoje ele teria menos 11%. O indivíduo com 57 piorou mais ainda, de 53, passou para... de 84 passou para 73, aquele exemplo que eu passei anteriormente. Isso quer dizer que para o individuo chegar, o segurado chegar a 1%, hoje ele estaria na faixa de 63 anos mais ou menos, 65.10. E interessante um agravante ai do fator previdenciário, é que, mesmo o indivíduo com 65 anos, imaginemos os 65 anos, que ele vai se aposentar hoje, que tenha 1.10 e que ele esteja no teto previdenciário, ele vai receber 1.10 do teto, ou seja, mais do que o teto? Não. Esse ele não leva, ele só leva no máximo o teto. Então, não é um incentivo para ele ficar trabalhando, é um incentivo para quem está baixo do teto, não aquele que está no teto, porque não leva o teto. Na época, nós fizemos uma tentativa de correção, mas não foi possível. E aí está o mesmo critério aplicando uma renda. Imaginemos o sujeito com 35 anos, com quinhentos reais de média contributiva e este sujeito com 55 anos, e ao invés de onze ele teria quatrocentos e oitenta e quatro reais, hoje ele teria trezentos e sessenta e cinco e assim sucessivamente. Quinhentos e trinta e cinco, hoje, com quinhentos e cinqüenta, isso em termos de valores. Mesmo o sujeito ganhando quinhentos reais. E imaginemos o seguinte, estes valores além de ser prejudicial no fator previdenciário, ano a ano ele tende a perder porque o índice de reajuste é menor do que o salário-mínimo automaticamente. Depois a gente pode explorar um pouquinho mais isso ai, a diferença entre eles. Por favor. Bom, aqui tem algumas considerações, inclusive avaliação do IPEA que fez por solicitação do Conselho Nacional de Previdência, mais econômico. Mas que teve o impacto interessante sob o lado econômico, ou seja, sob o lado de economia. E, vejamos... Primeiro, análise... Duas análises, do período de 95 a 98 e de 99 a 2004. A concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, a média anual caiu de 339 mil (soa a campainha), por ano, nesse período, por ano isso aqui, para 136. Isso foi uma redução drástica exatamente por, praticamente, duas condições, a Emenda 20 e, basicamente, o fator previdenciário. Segundo, a média de

idade dos aposentados, o homem aumentou de 54 para 56.9, quase 57. A média de idade das mulheres aumentou de para 49.7 para 52, uma média significativamente... Exatamente porque tem mais influência. A média do tempo de contribuição, importantíssimo o tempo de contribuição, depois a gente pode discutir sobre tempo de contribuição, o meu tempo já está se esgotando. Mas, a média de tempo de contribuição também aumentou de 32 para 33 e de 27 para 28. E isso influi também no aumento do salário mínimo e a massa salarial, depois a gente pode discutir um pouco mais isso. A média de incremento caiu de 11% para 2.2. E a diminuição da taxa de incremento da despesa previdenciária total na ordem, mais ou menos, de 1% por ano, o que teve uma economia aí nos cinco anos de quase que 11%. Bom, para essa análise, também se faz três subanálises, a tendência demográfica, a evidência da longevidade da população idosa, especialmente além dos 60 anos, modificando o quadro da realidade previdenciária. O equilíbrio fiscal, apesar de seu impacto, não é o argumento fiscal para manutenção, pois a aposentaria por idade também cresceu e não é objeto de discussão. Parece que critica-se muito a aposentadoria por tempo de contribuição, porém não se discute a aposentaria por idade na mesma sistemática. A justiça social, que é redistributiva, não tem nenhum índice causal de redistribuição social, fruto do fator previdenciário. É um outro fator a que também se chegou à conclusão, como justificativa. Por favor. O fator introduz fórmula que não permite conhecer a situação do segurado, nós não sabemos hoje como é que vai se comportar daqui a três anos, a quatro anos, a cinco anos, a seis anos ou 30 anos, por quê? Porque ele é variável no tempo, e mais, poderá variar também na metodologia, assim como já aconteceu no passado, ou seja, em 2003. Então, apesar da fórmula identificar uma situação de capitalização, torna-se inseguro, pelas suas variáveis. Porque hoje eu posso ter 60 anos, 63 anos e ter o fator previdenciário "um", mas, daqui a dez anos, essa fórmula pode se modificar além da minha expectativa de vida, portanto eu não tenho segurança para fazer. É variável, a fórmula atende à aproximação das idades, por incrível que pareça essa fórmula atende as aposentadorias por idade, ele está aproximando quem quer conseguir o fator "um" ele tem que se aproximar da idade de aposentaria por idade. Isso vai gerar um conflito entre a aposentaria por tempo de contribuição e aposentaria por idade. Significa dizer que todos vão se aposentar por idade... Por favor. Para alcançar. E, por último, não menos importante, essa fórmula que foi agregada um índice que seria e, segundo o próprio IPEA, que se não fosse extinto esse fator, que pelo menos, e aí nós concordamos que, pelo menos, fosse agregado a essa fórmula mais um "D" ali, alguma coisa parecida, de tal forma que, quando se chegasse, homem com 60 anos, com 35 anos de serviço, ele tivesse, pelo menos, o fator "um". E a mulher, com 30 anos, com 55 de idade, pelo menos, tivesse o fator "um". Para, exatamente, não ser tão prejudicial e ter, pelo menos, a segurança da sua aposentaria. Não é factível, tão fácil inclusive para passar porque, nem todos, primeiro, trabalham 35 anos só. Muitos, quando chegam aos 60 vão trabalhar 40, 45 anos. Então, em parte, eu não concordo, nós não acordamos porque, o sujeito que começa aos 15 anos trabalhando até (soa a campainha) os 60 anos de idade, certamente ele vai trabalhar 45 anos, então teria que privilegiar, também, o tempo de contribuição. Ela é aceitável, em parte, se tiver... Se o sujeito só trabalhar 35 anos, com 60 de idade, mas tem que privilegiar o tempo de contribuição acima do limite. Como já estou fora do prazo, eu fico por aqui e, para concluir, eu diria que ou se extingue esse fator, e aí tem que se ver qual é a forma mais adequada. E não é fácil, porque virá a idade. Ou se adeqüa o fator a uma forma razoável, em que se tenha um equilíbrio financeiro, entre aspas, e uma satisfação do segurado, principalmente quanto ao tempo de contribuição, que eu acho que é fundamental a preservação do tempo de contribuição de 30 e 35 anos. Muito obrigado.

(Palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu só queria informar aos que chegaram que, até o momento, falaram aqui, pela COBAP, Dayson Portanova, pelo DIAP, Antônio Augusto, o Toninho, pela ANFIP agora o Floriano José Matias e pela FENAFISP, neste momento passamos a palavra a Neide Magalhães, depois falará a CUT, a NOVA CENTRAL, pela CUT, Lúcia Regina, pela NOVA CENTRAL, José Calixto, pelo Fórum das Confederações, conforme o entendimento, fala o companheiro Schultz, pela SDS, o Gilberto Torres, pela Força Sindical, Antonio Cortizo e pelo MOSAP, o Edson. Isso não quer dizer que os outros companheiros, aqui presentes também, que aceitaram o nosso convite, das confederações, não poderão participar do debate. Depois dos expositores nós vamos debater para ver qual é o melhor caminho para nós revogarmos o fator previdenciário e construirmos uma alternativa. Passamos a palavra à FENAFISP, Sra. Neide Magalhães. Só um minuto. Se tiver alguma Central Sindical que eu não falei, por favor, pode...

SRA. NEIDE MAGALHÃES: Bom dia a todos. Em princípio agradecer ao Senador Paulo Paim e à Senadora Heloísa Helena, este convite que muito nos honra porque este tema foi até uma tese que nós apre-

sentamos no nosso COFISP no ano passado, aliás, em 2004, que era acabar ele com o fator previdenciário, a nossa federação se comprometia a entrar em todas as instâncias para tentar acabar com esse fator previdenciário, por quê? Porque nós achamos ele desumano, principalmente para, como diz a Heloísa Helena, para os filhos da pobreza, que começam a trabalhar muito cedo. Eu, pelo menos, sou uma pessoa que comecei a trabalhar aos quatorze anos, com carteira assinada. Porque, na minha época, porque eu já tenho 68 anos, nós tínhamos a carteira do menor. Então, no meu caso, eu seria tremendamente prejudicada se eu não tivesse entrado depois no serviço público, muito tempo depois, que naquela época fazia a contagem recíproca, que hoje o Governo não faz mais isso, porque você contribuiu com a Previdência e, no final, você não aufere aquela parte que você contribuiu. Eu, no meu caso, eu acho isso desumano, inconstitucional, isso gera uma desconfiança na Previdência, e a Previdência, com todas as mazelas que ela tem, ainda é o único órgão que faz distribuição de renda neste País. Porque nós, que viemos no nordeste, que moramos em cidades pequenas, a gente sabe o quanto é valoroso essa aposentaria que o trabalhador consegue, principalmente o rural, que consegue com muito sacrifício, segundo o nosso primeiro expositor que fez aí, que tiraram a prova testemunhal do trabalhador rural, isso é tremendamente injusto para eles. Mas, eu estou falando assim, mais ou menos, da parte mais política, eu gostaria de chamar a Regina Fátima para ela mostrar o nosso trabalho sobre isso. Dá licença, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SRA. NEIDE MAGALHÃES – Troco.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Elas estão dividindo o tempo da exposição, entre a Regina Fátima e a Neide.

SRA. REGINA FÁTIMA – Bom dia a todos, a Neide, gentilmente, me cedeu. Todos nós já vimos aqui que o fator previdenciário, na verdade, ele é uma fração. Qual é a grande crueldade dessa fração? É que a expectativa de sobrevida é no denominador e todos nós apreendemos que, quanto maior o denominador, menor vai ser a fração. O IBGE, apesar de nós não termos saúde pública, não termos saneamento básico, da imensa dificuldade que vive o povo brasileiro, o que é que ele faz? Todo ano ele consegue aumentar essa expectativa de sobrevida do trabalhador brasileiro. Provavelmente, ele deve estar está medindo nos Jardins, em São Paulo e Ipanema, no Rio de Janeiro. Porque, se a gente for para o Vale do Jequitinhonha e outros... Na Baixada Fluminense, nas favelas das grandes cidades óbvio, claro e evidente que ninguém tem sua expectativa de sobrevida de 30 anos, depois que está com 40, 50 anos. Já foi falado aqui que inclusive a média de morte, da idade dos aposentados da Previdência Social, são 60 anos. E, como também já foi dito, isso penaliza sobremaneira ao pessoal que começa a trabalhar mais cedo. Para vocês terem uma idéia, um cálculo de um homem que com 55 anos e 35 anos de contribuição, se em 99, se ele já tivesse feito o cálculo pelo fator previdenciário, o fator previdenciário dele já seria 0.84, em 99. Hoje em dia, ele já está chegando a 0.73. É uma diminuição estúpida, dentro de um cálculo de uma aposentaria que já não é justa, que já não era justa. O justo... Esses 80% dos maiores valores de contribuição da... Que ele faz durante a sua vida de trabalhador, já não é uma coisa justa. Qual que seria o justo? Pegar o valor da sua contribuição que ele fez, do primeiro mês que ele entrou como segurado da Previdência Social, e atualizar esse cálculo até o momento em que ele vai se aposentar. Isso é um calculo justo para o segurado e um cálculo possível para a Previdência Social brasileira. Por quê? Porque nós sabemos que não há déficit na Previdência Social. Esse falso déficit é um ardil contábil. Portanto, quando foi instalado, quando feito o fator previdenciário, o que mais se escutou falar é que nós precisaríamos de ter, não só um estímulo para trabalhador trabalhar mais um pouco, como também precisaríamos porque o trabalhador trabalhando mais, ele contribuiria mais para a Previdência Social e isso aí iria melhorar os valores da Previdência Social, porque ela tem um problema de déficit. Esse argumento pode ser riscado, porque não há déficit algum na Previdência Social, do Regime Geral que o pessoal, em geral, chama INSS. O que a gente tem nisso aí é um ardil contábil, porque o Governo não faz o cálculo correto. O cálculo correto, tem que pegar todas as contribuições, todas as receitas da seguridade social, que abrange Previdência, assistência e saúde e tirar todas as suas despesas. Se formos fazer isso, nós veremos que o superávit anual, inclusive, vem crescendo, quer dizer, veja quanto é desumano essa fórmula. Um superávit da seguridade social crescendo em cima da diminuição também do valor da aposentaria de um segurado que contribuiu 30, 35 anos de sua vida para essa Previdência Social. Então, esse era um dos argumentos de se usar a fórmula que foi implementada na gestão do então Ministro Waldeck Ornellas. Aliás, esses dados do superávit da seguridade social, eu tiro sempre dos trabalhos feitos aqui pela ANFIP, porque também sou auditora fiscal da Previdência Social, aliás, eu estou aqui pela FENAFISP, mas sou auditora fiscal da Previdência Social. Então, esse argumento pode ser riscado. O fator previdenciário, não há o porquê de ele ser implementado dentro

deste País, ele tem que ser realmente eliminado, porque, eu já falei aqui, a fórmula correta para a se calcular o valor do benefício previdenciário, seja para aposentaria, seja para pensão, seja para salário maternidade, seja lá o que for, ele não pode pegar 80% do maior valor contributivo. E a inflação anual? Porque não haver inflação até oficial, a gente até admite. Bom, tudo bem, o cara quer dizer que não tem inflação, não tem. Mas, e nos anos anteriores, que teve? Quem começou a contribuir em 70, 80, essa inflação não vai ser calculada em cima desse benefício? Isso está errado. O fator previdenciário ele tem que ser eliminado, ele não melhora, em nada, a aposentaria das pessoas. Se algum dia melhorou uma ou outra aposentaria é porque ele está obrigando o trabalhador a trabalhar, em média, mais cinco anos, mais cinco anos, para poder chegar ao fator previdenciário mais ou menos igual a "um". Vocês vejam só, em 99... Em 2005, um contribuinte que quiser se aposentar, nas mesmas condições de um contribuinte de 99, recebendo o mesmo valor de aposentadoria, teria que trabalhar mais cinco anos, pois, para o IBGE, a expectativa de sobrevida em 2005, para quem tem 65 anos é de 17.3 anos. Quem tem 14.2 anos de expectativa de sobrevida, é quem está com 70 anos. Essa expectativa de sobrevida de 14.2 anos, em 99, correspondia a quem tinha 65 anos. Então, qual é o... A aplicação do fator previdenciário é uma dupla crueldade. Ele não só diminui o valor da aposentaria de quem já suou a camisa com 30 e 35 anos de trabalho. Como ele obriga... Ele obriga. Na prática, ele está obrigando ao trabalhador a trabalhar, no mínimo, mais cinco anos de vida. Gente, isso é muito coisa. Não podemos pensar no trabalhador brasileiro, como nós de classe média, oriundos de classe média, que trabalhamos de carro, que temos acesso muito fácil ao local de trabalho, nós temos que pensar que cinco anos mais de trabalho, para quem leva de duas a quatro horas para chegar no seu local de trabalho, não é obrigar o camarada a trabalhar mais cinco anos, é obrigar a o camarada a morrer antes desses cinco anos se completarem. O fator previdenciário ele tem que ser eliminado da legislação brasileira, por tudo aqui que já foi exposto, que ele é muito mais danoso à mulher, que todos os outros expositores já pegaram aqui vários aspectos, porque eu não vou voltar a isso, porque foi muito bem destrinchado aqui de todas as maneiras, mas eu vou ficar aqui, no meu repúdio total a essa aplicação desse fator previdenciário porque isso é realmente um crime, principalmente às classes menos favorecidas. Porque, os filhos da classe média e da classe alta que começam a trabalhar com seus 25, 30 anos, depois de fazerem faculdade, depois de fazerem seus mestrados, seus doutorados, seja lá o que for, aposentar com 65 anos, ora, está mais do que correto. Trabalhou 35 anos. E aqueles que começaram com 15 anos vão ter que trabalhar até os 65, vão trabalhar 50 anos para poder obter um fator previdenciário igual a "um". Na minha opinião, não existe o que com consertar nessa fórmula. Na minha opinião, o que temos que fazer é eliminá-la para sempre. A Previdência Social, nós temos que entender a Previdência Social desse País como um direito do cidadão. É um direito que o cidadão tem de ver o seu trabalho transformado em uma aposentaria, depois que ele trabalha e depois que ele cumpre o seu regime laboral. Nós não podemos falar aqui, jamais, em déficit ou superávit em Previdência Social ou em seguridade social. O superávit inclusive da seguridade social demonstra o quanto está errado a política social deste País. Significa que todas as verbas, todas as receitas da seguridade social estão sendo desviadas dos programas sociais para os fins fiscais. Como é que não se tem hospital público dentro deste País, como é que não se pode pagar uma aposentaria decente a um trabalhador e se paga, antecipadamente, uma divida externa. Por que é que não se usou isso para fazer hospital, para implementar saneamento básico, para fazer uma política habitacional e educacional decente? Por que é que o trabalhador brasileiro custou a pular, quando viu esse fator previdenciário ser implementado? Porque, infelizmente, nós não temos, a grande maioria do povo brasileiro não conseguiu nem enxergar a crueldade dessa fórmula, que pega o tempo de contribuição do trabalhador brasileiro e reduz para 31%, porque, você pegar o tempo de contribuição e multiplicar 0.31 é reduzir o seu tempo de contribuição a 31% daquilo que você trabalhou. A minha indignação com essa fórmula, não é de hoje. Eu não vou aqui me estender, eu não vou ultrapassar o tempo, mas peço sim, aos Senadores aqui presentes, a todos os trabalhadores aqui presentes, seus representantes, que venham para o Senado, que venham para a Câmara, lutar contra esse fator previdenciário. Nós temos que acabar com ele, a Previdência Social, esse é o maior patrimônio do povo brasileiro, aliás, o único que restou, porque o resto foi doado. Nós temos que defender isso com unhas e dentes, porque eu, com muito orgulho, digo que trabalho a 13 anos nessa instituição fabulosa, porque tira da miséria, mensalmente, nós temos... Mensalmente, nós apagamos 25 milhões de benefícios neste País. Chova ou faça sol, está no banco, chova ou faça sol, ele não atrasa. Imaginem este País com mais 25 milhões de brasileiros na miséria. Porque, o que está acontecendo com o fator previdenciário é que todos, todos, daqui a alguns anos receberão apenas salário-mínimo como benefício previdenciário, aliás, é o que (soa a campai-

nha) o capital estrangeiro está querendo. Vêm para cá, implementam essa porcaria de Previdência complementar, de triste memória como foi a CAPEMI, e outras mais aí, antigos, porque o pessoal mais antigo já ouviu falar da CAPEMI e de outros mais, que na hora de pagar benefício faliu, foi embora e "báu-báu", ninguém nunca recebeu coisa alguma. Não há garantia alguma de quem esta fazendo uma Previdência complementar hoje que vá receber alguma coisa daqui a 30 anos. Os bancos estrangeiros, que compromisso eles têm com o Brasil? Todos os bancos nacionais, praticamente, estão na mão de estrangeiros, salvo o Banco do Brasil e CAIXA ECONÔMICA, o resto está na mão de estrangeiro. Daqui a 30, 35 anos, quando eles forem obrigados a começar a pagar a Previdência complementar que o trabalhador brasileiro agora está buscando, quem garante que eles não vão embora daqui? Que garantia nós temos que o Governo brasileiro, quem quer que seja, vai obrigar esses bancos a pagar essa Previdência complementar? Nós temos que lutar por essa Previdência Social, que é maravilhosa. E vou ler para vocês, vocês vão me permitir uma definição do que é que é seguridade social da OIT, Organização Internacional do Trabalho. Ela define seguridade social comO – "Seguridade social é a proteção que a sociedade proporciona a seus membros, é uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que derivam da falta de condições de subsistência e de suas conseqüências. Enfermidade, maternidade, acidentes do trabalho ou enfermidade profissional, invalidez, velhice e morte. E também a proteção, na forma de assistência médica e de ajuda às família com filhos". Gente, isso aqui está definido todos os benefícios previdenciários que nós temos. Nós temos salário família, salário maternidade, auxílio doença. As aposentadorias, seja por invalidez, seja por idade, seja por tempo de contribuição, tudo isso aqui nós já temos. Nós não precisamos nem lutar para que isso seja implementado. Nós temos que lutar para que ela seja melhorada. Melhorada. Nós precisamos de funcionários dentro da Previdência Social. O único déficit que tem a minha... A nossa Previdência Social, é de funcionários. Segundo o cálculo da ANASP, faltam dentro da Previdência Social, só da parte administrativa, não estou falando da fiscalização, vinte mil funcionários. Por isso é que ela não pode dar um atendimento decente ao público. Como vai fazer isso? Há agências da Previdência aí em que um único funcionário é obrigado a atender, por dia, em média, 80 pessoas. Quem consegue atender bem a 80 pessoas por dia, cada um com um caso, cada um com um cálculo, cada um com um problema? Ninguém, isso é humanamente impossível. Nós temos que lutar é para pegar todas as receitas da seguridade social e exigir que ela seja realmente colocada e usada dentro da seguridade social. Nós temos que lutar é para acabar com a DRU, que é a desvinculação dos recursos da União, que pega 20% das receitas da seguridade social e joga aí para onde bem entenderam as pessoas. E aqui, para não dizer que eu só reclamei e que eu não dei nenhuma sugestão, a nossa sugestão é eliminação, para sempre, do fator previdenciário. Indexação do valor das aposentadorias ao salário-mínimo. Quem se aposenta ganhando 8,35 vezes o salário-mínimo, tem que morrer ganhando 8,35 vezes o salário-mínimo. Não importa quanto é que esse salário-mínimo vai passar. O que não pode é o cara começar a ganhar oito salários mínimos, quando se aposenta, e terminar ganhando dois. Porque é isso que é a política do Governo. Dos Governos, dos Governos, dos Governos, vêm fazendo. Eles sempre aumentam o salário-mínimo em 20, 30% a mais do que aumenta o restante das pensões da Previdência Social. Elevação do teto do benefício previdenciário para, no mínimo, no mínimo 10 salários mínimos. No mínimo. Tem que acabar com esse salário de contribuinte, salário em referência... É salário-mínimo. E, por último, a recomposição do valor do salário-mínimo que realmente é irrisório. Agradeço a atenção de todos.

(Palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu solicitaria a todos os painelistas que deixassem as suas contribuições com a Mesa, para nós darmos, depois, os encaminhamento devidos. E convidamos agora, para fazerem as suas exposições, pela Central Única dos Trabalhadores, Lúcia Regina dos Santos Reis, pela NOVA CENTRAL, José Calixto Ramos, pelo Fórum das Confederações, companheiro Schultz. Pela SDS, Social Democracia Sindical, Gilberto Torres. Está aí o Gilberto Torres. (soa a campainha). Fique à vontade. O Antonio Cortizo... Eu é que troquei aqui, Antônio, era você mesmo que eu estava chamando. Chegaram quatro convidados agora. Depois, na última Mesa, falam pelo MOSAP, o Edson e o Roberto Bocaccio Piscitelli, pela UNAFISCO SINDICAL e, em seguida, vamos para o debate, onde todos os sindicalistas do plenário poderão interpelar os painelistas. Começamos com o companheiro Calixto, aqui pela minha esquerda, Calixto. Você tem o direito à palavra por 15 minutos, se necessário, mais cinco. Repetimos, debate sobre fator previdenciário e suas implicações na vida do trabalhador.

SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Presidente Paulo Paim, companheiros da Mesa, companheiros e companheiras dirigentes sindicais, das centrais, das con-

federações, aqui presentes, assessores, companheiras e companheiros. Queria, primeiramente, cumprimentar a todos, agradecer o convite para esta Sessão, dizer evidentemente da nossa satisfação em poder participar deste debate. Falar sobre o Senador Paulo Paim, acho que é dispensável, e todos nós já conhecemos a sua trajetória neste parlamento, tanto quanto deputado como Senador da República. Então eu acho que dispensa comentários, e sua atuação já é de conhecimento, não apenas nossa, mas do Brasil e talvez do mundo inteiro. A bem da verdade, tudo o que nós vamos discorrer, está muito ligado a, praticamente, todas as manifestações que já foram feitas, mas nós aproveitamos para deixar com V.Exª. alguns apontamentos que nós amealhamos com base na discussão do fator previdenciário. Mesmo derrotado no Congresso Nacional, em relação à implantação da idade mínima para aposentaria por tempo de contribuição, o Governo Federal conseguiu aprovar o fator previdenciário, através da Lei 9876, de 26 de novembro de 99. E, desde então, a matéria passou a ser objeto dos mais acalorados debates, pelas novas controvérsias e complexidades introduzidas na legislação pertinente ao cálculo dos benefícios concedidos pelo Regime Geral da Previdência Social. Como todos sabem, o cálculo do fator previdenciário considera o tempo de contribuição e a idade do segurado à época da aposentaria, além da expectativa de sobrevida, calculada anualmente pelo IBGE. Quanto menor o tempo de contribuição e a idade, menor o valor da aposentaria ou do benefício. No sentido inverso, quando maior o tempo de contribuição e a idade do segurado e menor a expectativa de sobrevida, maior o valor do salário na aposentaria. A legislação que instituiu o fator previdenciário buscava, à época, estimular o segurado a adiar a decisão de aposentar-se, permanecendo, assim, mais tempo contribuindo para o sistema. No entanto, devido ao aumento da expectativa de vida a cada ano, o fator previdenciário, com o tempo, foi de modificando e deixou de representar, até mesmo a proposta original, quando deveria ser neutro, ou seja, igual a "um", desde que a aposentaria ocorresse aos 35 anos de contribuição para os segurados que já tivessem atingido 59 anos de idade, basta lembrar, que a tabela de mortalidade divulgada em dezembro de 2003, referente ao ano de 2002, trouxe variações bruscas e perversas aos segurados que estavam prestes a completar os requisitos da aposentadoria. O resultado foi um aumento média de 11,8% para a expectativa de sobrevida. Em conseqüência, o fator previdenciário e a renda do benefício diminuíram, em média, 9,72%. É importante destacar ainda que, nos casos de aposentaria aos 60 anos, para mulheres e 65 anos, para os homens, verificou-se um aumento de 18,84% na expectativa de sobrevida e redução de 15,8% no fator previdenciário e no valor do benefício. Com isso, para obter um fator previdenciário igual a "um", o segurado que contasse com 35 anos de contribuição deveria, a partir de 2 de dezembro de 2003, ter 63 anos de idade na data da aposentaria e, para aquele que desejasse se aposentar aos 30 anos de contribuição, a idade mínima exigida seria de cerca de 67 anos. Os trabalhadores de baixa renda foram e são as principais vítimas da sistemática introduzida desde 1999, pois, coma a sobrevida da população mais pobre no Brasil é mais baixa, o cálculo unificado da expectativa de vida média, acaba penalizando os aposentados das faixas mais baixas de renda, que receberiam menos por terem contribuído sobre menores salários. As autoridades, à época em que foi instituído o fator previdenciário, utilizaram o pretexto de sempre, para justificar a salvadora medida. A existência de um grande e crescente déficit na Previdência, razão pela qual ser inadiável a introdução de uma nova sistemática de cálculo dos benefícios. No entanto, o próprio Ministério da Previdência informou que o déficit já era decrescente no primeiro semestre daquele ano, estimando, entretanto, que nos próximos anos o déficit seria crescente, tendo em vista o estoque de aposentadorias já concedidas e as que ainda seriam autorizadas. Daí, a primeira e inevitável conclusão. O objetivo do fator previdenciário, foi de impedir a concessão de novas aposentadorias e, em não conseguindo esse objetivo que, pelo menos, o valor delas seja reduzido, diminuindo o seu impacto na despesa previdenciária. A medida, como todos sabemos, representava um dos anseios dos objetivos macro-econômicos do Governo Fernando Henrique Cardoso. A redução paulatina dos direitos adquiridos e conquistados após longos anos de trabalho do segurado. A discussão sobre a existência ou não de déficit na Previdência persiste até os dias de hoje e continua relevante, mas não para aceitar os surrados argumentos dos diversos Governos, que se sucederam, mas não mudaram a lógica original. Primeiramente porque, de fato, o fator previdenciário acabou penalizando aposentadorias por tempo de serviço e aposentarias por velhices, direitos que decorrem de tempo de contribuição e/ou de requisitos de idade que, por isso, não são compatíveis com a idéia de redução do seu valor, contida no fator previdenciário. Desde que cumprida a exigência constitucional, o que poderia autorizar o Governo a reduzir o direito adquirido de um segurado? Na lógica de Regime Geral de Previdência Social, especialmente depois que a Constituição passou a vincular o direito a aposentaria à observância de critério de equilíbrio financeiro e atuarial, essa questão é incontestável, ou seja, a variável

não é o valor do benefício, mas o sistema de custeio que dá suporte ao mesmo. Ao contrário do que afirmava, à época, o Ministério da Previdência, reduzir o valor dos benefícios, cumprida a condição para aquisição do direito, nada tem de atuarial. E é fácil constatar que o trabalhador brasileiro paga uma das mais altas alíquotas de contribuição do mundo para o custeio dos benefícios previdenciários. Além disso, o sistema de custeio, como está fartamente demonstrado, não apenas é suficiente para cobertura das despesas da seguridade social, onde se insere a Previdência, como também a saúde e da assistência social. A partir, e dentro dessa premissa, considerando-se o sistema de seguridade social, o argumento do déficit previdenciário cai por terra, definitivamente. E nunca é demais lembrar também que, embora a despesa com aposentadorias e pensões seja freqüentemente superior à receita do INSS, oriunda de contribuições de empresas e trabalhadores, a diferença inclui gastos com benefícios de trabalhadores rurais, entre outros grupos de beneficiários, cuja esmagadora maioria deveria ser custeada pelo tesouro e não sobre as contribuições recolhidas pelo INSS. Além disso, não se pode falar em déficit quando a Previdência Social convive com um grau informalidade que supera 50% da população economicamente ativa. E quando a sua gestão padece dos efeitos dos desvios de recursos cometidos ao longo de décadas e da elevada sonegação e elisão fiscal responsáveis pelo não recolhimento de contribuições de cerca de cinqüenta bilhões anuais. Isso sem falar que o poder público deixa escoar pelo ralo da renúncia fiscal receitas de contribuições sociais estimada pela Associação Nacional Fiscal e Contribuições Previdenciários, a ANFIP, em cerca de oito bilhões anuais, além do desvio de recursos da seguridade social para outras finalidades. Apenas para se ter uma idéia da gravidade da mudança operada, à época, basta recorrer a um simples exemplo, quando foi instituído fator previdenciário, uma professora que tinha cumprido 25 anos de magistério teria 50 anos de idade que contentasse em receber apenas a metade de sua aposentaria e contribuir com mais nove anos para recuperar o fator do benefício a que faria jus, sem a referida mudança. Se levarmos em conta a situação dos que se aposentam por velhice, tendo menos que os 35 anos de carteira assinada, situação extremamente comum na sociedade brasileira, as perdas chegariam a até 74% no valor da aposentaria. Seria necessário que o idoso conseguisse, simultaneamente, comprovar aos 65 anos de idade, pelo menos 25 anos de contribuição para que a perda seja eliminada, ultrapassando em mais de 15 anos a carência total exigida. As possibilidades de ganho são remotas e os exemplos que eram apresentados pelo Ministério da Previdência ignoravam o fato de que a média de tempo de contribuição dos segurados do INSS que estavam aposentados era de apenas 30 anos, o que decorria e decorre da enorme dificuldade que tem um trabalhador de manter-se no mercado de trabalho formal durante toda a sua vida produtiva. Apostar que o segurado continuará a contribuir, como autônomo ou como segurado facultativo, é abusar da sorte, especialmente num contexto de elevado desemprego e informalidade, que apresenta índice bastante elevado até os dias de hoje. E, como já dissemos anteriormente, o perfil etário e socioeconômico dos segurados do INSS, tão pouco recomenda a adoção de critérios associados ao fator tempo de contribuição, no cálculo do fator previdenciário. A adoção de um critério como uma expectativa de sobrevida, reduzindo o valor do benefício não encontra respaldo na situação real dos segurados do INSS (soa a campainha) cuja expectativa média de vida é seguramente inferior àquela considerada pelas tábuas de mortalidade do IBGE. Os dados disponíveis apurados a partir do anuário estatístico da Previdência Social de 98 indicam que, em média, os aposentados pelo INSS deixam de perceber os seus benefícios até setenta anos. E a idade média em que os segurados do INSS, ativos ou inativos, instituem pensão para os seus dependentes, situa-se em torno de 60 anos de idade, ou seja, somente aqueles segurados que ultrapassem vivos esta marca, poderiam recuperar as perdas decorrentes do fator ou vir a ter com ele algum ganho. Portanto, o fator previdenciário, nesse sentido, só serviu para reduzir os gastos com benefícios, à medida que, adiando a data do início do benefício, muitos conforme as estatísticas divulgadas, certamente vieram a falecer antes de gozar qualquer benefício. O resultado prático e objetivo do fator previdenciário acabou sendo o de reduzir o valor dos benefícios dos aposentados, a menos que trabalhassem e trabalhem até a morte. Por todas essas razões, Sras. e Srs. Senadores, gostaríamos de saudar a iniciativa do nobre Senador Paulo Paim, sempre presente nas lutas mais sentidas dos trabalhadores, e buscar, através do Projeto de Lei do Senado 296/2003, alterar o Artigo 29, da Lei 8213, de 91 e revogar os Artigos 3º, 5º, 6º e 7º, da Lei 9876, de 99, que modificou a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social, o perverso fator previdenciário. Creio que podemos dizer, nós, diligentes sindicais e trabalhadores, esperamos que iniciativas como essa tenham pleno respaldo do Congresso Nacional e, para isso, creio também, que poderão contar com o nosso irrestrito apoio, pois trata-se da reparação, ainda que tardia, de uma grave injustiça cometida contra aqueles que constroem, com

o seu trabalho e sua luta, a riqueza deste grande País. Daria mais um dado. Ano de 2000, o Tribunal de Contas da União publicou, no seu relatório, uma informação que dizia o seguinte: "Toda a receita oriunda da contribuição sobre o lucro líquido, sobre a CPMF e sobre a COFINS, que eram destinadas à seguridade social, menos da metade foi a ela destinado, e o restante foi para o tesouro exatamente para aumentar o superávit primário". Então, não se pode evidentemente em falar em déficit da Previdência Social. Eu só espero é que o IBGE não tome, por exemplo, a mim, ao companheiro Omar, ao companheiro Almeida, para calcular a sua taxa de sobrevida. Se fizerem isso (risos) eu acho que vai complicar muito a vida dos trabalhadores mais novos. Então, é melhorar deixar a gente para a um lado, e nos esquece (risos) e cuida da taxa de sobrevida que está muito otimista para a situação real que o País atravessa exatamente para nós, que conhecemos relativamente a situação do Norte e do Nordeste, especialmente. Agradeço, Senador, esta oportunidade, e ficaríamos também a disposição, reafirmando a nossa disposição de lutar ao vosso lado para que essa medida mal projetada, se não tendenciosa, ela possa ser banida, definitivamente. Muito obrigado.

(Palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Representando a Central Única dos Trabalhadores, passamos a palavra a Lúcia Regina dos Santos Reis. V.Exª. tem o tempo de 15 minutos mais cinco.

SRA. LUCIA REGINA DOS SANTOS REIS – Todos e todas as presentes e, em especial, ao Senador, que está sendo responsável pela realização desta audiência e aos que nos assistem, já que esta audiência está sendo repercutida pela TV, sobre um tema muito importante e que não tem tido a divulgação necessária para que, por exemplo, o Projeto de Lei 296 possa ter o peso que ele necessita e que, na nossa opinião, a aprovação é necessária, para dar trato a essa questão do fator previdenciário. Eu represento a CUT no Conselho Nacional de Previdência Social. Portanto, vivo envolvida com essa temática da Previdência. E, em particular, essa discussão do fator previdenciário foi pautado por nós da CUT, no Conselho. Em 2004, tendo em vista a virada dessa tabela em dezembro de 2003, nós solicitamos que essa questão fosse discutida no Conselho Nacional de Previdência Social. Isso foi para o debate em julho, então de 2004... Em agosto de 2004, com a representação do IBGE, coisa que vem sendo mencionada por nós aqui, dessa tabela que foi corrigida e os seus impactos que, a partir dessa mudança da tabela, começaram a aparecer aí uma série de reações e de uma divulgação do impacto negativo que o fator previdenciário sempre teve, mas que ali naquele momento, com a revisão da tabela, isso ficou muito evidente. Nesse primeiro momento o IBGE fez a apresentação, ate buscou se isentar das conseqüências que isso possa ter, diz que foi convocado para o trabalho, que apresentava ali a tabela, mas, que a deliberação não competia ao próprio IBGE. Eu lembro isso, porque a pessoa, não vou conseguir repetir o nome, que lá apresentou ela também me parecia bastante crítica ao resultado que isso acabava tendo para o cálculo das aposentadorias. Dessa apresentação do IBGE, nós reivindicamos que houvesse o debate da questão do fator previdenciário porque não queríamos apenas uma coisa formal, burocrática, e sim, uma efetiva discussão sobre o impacto negativo, óbvio, que já vinha sendo denunciado por vários parlamentares, vide aí o PL, que já é de 2003. E tivemos um debate sobre o tema, que resultou numa contratação de uma pesquisa, uma pesquisa para desenvolvimento de estudos sobre o impacto do fator previdenciário, que foi desenvolvida e apresentada para nós agora no mês de agosto de 2005. E essa pesquisa, ela busca, em detalhe, observar a resultante da implantação do fator previdenciário, e tudo aquilo que foi apresentado negativamente por todos aqueles que me antecederam, está ali apresentado. Esse estudo ele inclusive acaba indicando, encerrando, como conclusão, acaba indicando, como medida mínima, que se considerasse, sendo atingindo o tempo de serviço e a idade, o fator igual a "um", para impedir que houvesse a redução no valor das aposentadorias, isto é, se não se consegue mudar aquilo que a Constituição acabou impondo, de se ter o tempo de serviço casado com a idade. Então, se impediria, com essa medida, que desconsideraria essa expectativa de vida, que é algo que a gente deveria considerar absolutamente positivo e não, necessariamente, estar impondo prejuízo para aqueles que contribuíram com a Previdência Social, que é o que acaba sendo o resultado do fator previdenciário. Já que não se consegue perceber que a economia de despesa que ele acaba produzindo tenha qualquer redistribuição social dessa renda, que é algo que vale aqui frisar. A gente continua ouvindo falar de crise, de problemas nas contas da Previdência Social, de medidas a serem tomadas, enfim, de um necessário equilíbrio dessas contas. Então, para nós, o resultado do fator previdenciário é de uma drástica redução dos valores e do número de concessões de aposentadorias. Isso já foi mencionado, mas eu vou repetir aqui. Antes a vigência, era de 320 a 400 mil aposentadorias por tempo de serviço. Após a vigência, de 144 a 130 mil, depois do fator previdenciário implantado. Então, é coisa para a gente considerar, que a gente

quer frisar a nossa proposição de um Conselho pautar a avaliação, aproveitando que, com a virada dessa tabela, também estava marcando o prazo de 60 meses que estava previsto para reavaliação da implantação do fator previdenciário. Então, é algo que inclusive estava formalmente previsto. Essa avaliação feita pelo IPEA, esse primeiro momento foi contratado o serviço do IPEA para fazer esta avaliação, ela não deu conta evidentemente de a gente estar num Conselho onde estão representados Governo trabalhadores da ativa, aposentados e representantes do empresariado. Essa avaliação ela não deu conta de podermos ali fecharmos uma posição do Conselho Nacional de Previdência Social a respeito do fator, o que seria o objetivo da CUT, quando propusemos o debate lá, a proposta de fazer a avaliação tinha como fundamento, como objetivo, aquilo que hoje a gente está debatendo aqui e que está previsto no Projeto de Lei apresentado pelo Senador Paim. Então, eu queria aqui reiterar o nosso apoio, o apoio da Central Única dos Trabalhadores, à aprovação deste PL e da revogação. Não só da revogação do fator previdenciário, mas a gente, novamente, fazer uma revisão do cálculo das aposentadorias. Porque as perdas vêm de dois lados, da forma de cálculo, que foi revista e da aplicação do fator previdenciário. Fiz esse histórico, para dizer que nós não estávamos fazendo um debate... Apenas um debate. Existe uma ação que o movimento sindical, porque essa foi uma iniciativa que a CUT tomou, fortalecida pela COBAP, em particular, no Conselho, e que teve repercussão no debate entre toda a representação. Agora, o que nós precisamos desdobrar é que precisamos casar com algo que pode dar uma acelerada nesse processo, que há o resultado e que possamos ter aqui no Congresso, com uma votação bem-sucedida desse Projeto de Lei, o que não anula a necessidade de estarmos avaliando os meios de caminho, porque podemos não ter sucesso na revogação do fator previdenciário, por exemplo. E aí as alternativas que outros que me antecederam aqui também mencionaram, que é essa do fator igual a "um" pelo tempo de serviço e tempo de contribuição previsto, ser mantido. Então, ele é igual a "um" para impedir perda. Porque, tudo a que a gente assistiu, observando as tabelas que foram desenhadas, que foram apresentadas, trabalhando com essa efetiva renovação de tabela anual, eu digo que o trabalhador vai ter perda, e aí enfatizo aquilo que também já foi dito. Mulheres e trabalhadores, que começam mais cedo, aqueles de origem mais pobre, são aqueles que têm o maior prejuízo. Então, do ponto de vista da CUT, queremos aqui reafirmar a nossa contrariedade com as reformas que foram empreendidas, tanto no Governo Fernando Henrique Cardoso, como no Governo Lula. Reforma da Previdência, quero citar aqui, em particular, e aqui eu destaco o cálculo das aposentadorias, o fator previdenciário e a taxação dos aposentados do serviço público. Coisa que a CUT combateu e que, infelizmente, passou pelo Congresso e que está aí implantada. Então, a nossa oposição a essas reformas, a nossa... Busca sempre divulgação da necessária revogação da Emenda Constitucional 20 é algo que a gente não abre mão. Queremos a universalização e ampliação, melhoria dos direitos previdenciários, aposentadorias dignas e justas e algo que também é muito importante e que o Conselho Nacional de Previdência e agora o seu desdobramento para Estados com a instalação dos Conselhos e nos diversos estados e a divisão nos Estados, em mais de um Conselho, na gestão paritária efetiva, gestão paritária da Previdência Social que é algo que a gente deve estar atento, para que a gente possa ter, e que a gente possa, de verdade, estar tomando conta daquilo que se arrecada, daquilo que se produz e da garantia dos direitos, que, por tanto tempo a gente luta e que a gente quer efetivamente garantidos. Então eu queria aqui, resumidamente, colocar como essas questões centrais. Olhando minhas anotações eu lembrei de uma, que eu acho que vale mencionar também, que é algo que nós também pautamos no Conselho, e que eu acho que os presentes devem estar atentos, que é o combate à sonegação e à cobrança da imensa dívida acumulada que supera o bi a um calote. E que para nossa tristeza, misto de tristeza com surpresa, isso está pautado no Conselho, vem se buscando fazer um processo de cobrança dessa dívida e a gente verifica as imensas dificuldades que o Ministério da Previdência tem para tocar esse processo. Não tem formatização, faltam Procuradores, enfim, todo um processo que é resultante da Reforma do Estado, que o Governo Fernando Henrique produziu, e que deixou o Estado sem condições não só para o caso da Previdência, mas para a educação, saúde, enfim, posso aqui citar uma lista de áreas, mas me detenho aqui nessas áreas sociais que são fundamentais. Então deixou aqui esse processo, um processo difícil de tocar e que até agora a gente não teve uma ação contundente, efetiva para poder pegar os que eu gosto de chamar de caloteiros, e poder ter de volta aquilo que estes insistem em não devolver à Previdência Social. Enfim, eu encerro por aqui a minha intervenção como representante da Central e nós vamos estar aqui então buscando a articulação necessária da Central ou das Centrais do Movimento Sindical, dos Movimentos Sociais com o Congresso, para uma questão fundamental que é que tem como centro aqui a nossa discussão, que é da revogação do fator previdenciário, ou no impedimento des-

te, que a gente consiga mudanças para que não haja a punição para aqueles que cumprem tempo de contribuição e tempo de serviço. Se a gente for olhar as tabelas, foram repetidas vezes aqui que se demonstrou, que a perda que se tem para as aposentadorias está lá gravada. Então fico por aqui e agradeço o convite feito pelo Senador e estamos aqui então reafirmando o nosso apoio do Projeto de Lei 296 de 2003. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Agradeço a presença entre nós aqui do sempre presente, Romeu Tuma, Senador, que tem nos prestigiado sempre em debates como esse, com temas que interessam a classe trabalhadora.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpe pelo atraso, mas esse problema de aviação hoje está uma coisa tão horrorosa. Atrasou uma hora e pouco de vôo. E eu vi uma senhora anteriormente falando, queixando dos 25 milhões de miseráveis que estão por aí. Isso é um problema sério na Previdência, e falava com nosso Advogado sobre o...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – fator previdenciário.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...que a gente tentar ressuscitar o Einstein para vir explicar como é que faz aquele cálculo, da fórmula que V.Exª. tanto tem reclamado aqui. E a Dra. Lúcia... É isso? Eu não enxergo bem, desculpa, esqueci o óculos de longe. Mas ela fala que vê com tristeza. Eu acho que a gente tem que ver com revolta aqueles que não pagam a Previdência. Mais do que com tristeza. Não sei se entendi bem a colocação da senhora. É com revolta e com revolta, mesmo, para valer. Porque com essa Super Receita e não sei se vai funcionar uma cobrança mais correta ou não. Então é um assunto que está nos atingindo profundamente essa discussão da Super Receita, vai ter Audiências Públicas, e talvez V.Exª. possa indicar alguém dessa área de contribuintes, porque nós estamos pensando muito em vários setores e esquece do contribuinte. O contribuinte é o papel principal, porque além de contribuinte, ele é o beneficiário futuro. Então, se a gente não cuidar agora, daqui alguns anos como é que fica? Então, eu fui agora na CPI que apura o problema dos Fundos de Pensão, que também é um setor que tem que ver a Previdência, que ela realmente foi constituída para trazer um benefício de um pagamento à altura do salário recebido durante a sua atividade. Agora a Previdência por si, corta a metade, mais da metade, às vezes 10% do que se ganhava na ativa. Então essas coisas a gente tem se acautelado e tem um problema sério, que depois vou conversar com V.Exª. que a Emenda 20 corta provavelmente a aposentaria dos Delegados Federais em razão de eles terem um benefício na lei anterior, 85, que talvez possa o senhor ajudar a gente. Ele está dando umas idéias e... Desculpa, Presidente. Queria cumprimentar V.Exª. por esse trabalho maravilhoso que faz, principalmente em benefício daqueles que não têm voz ativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito obrigado. Continuamos os nossos expositores. Passamos a palavra agora ao companheiro Schultz, representando o Fórum das Confederações e em seguida representando a Força Sindical o companheiro Antonio Cortizo. Schultz 15 minutos mais cinco.

SR. SCHULTZ – Dizer que é um grande prazer a gente estar novamente aqui presente nesta Casa, com um debate tão importante e tendo como autor da matéria o companheiro Senador e Presidente dessa Sessão, companheiro Paim, que, inclusive, eu tenho a satisfação de ser do mesmo Estado do Rio Grande do Sul, aonde o companheiro Paim nasceu. Ou seja, nós nascemos. Eu estou aqui representando as Confederações de Trabalhadores e gostaria de dizer que estão presentes aqui as Confederações a CNTT do Transporte, a CONTCOP, a CONTEC, a CONTRATO, a CNTS, a CNTA, a CONTIMAF, a CONTEEC, a CNTI, a CSPB, a CNPL, a COBRAPOL e a CNTC. O qual agradeço a todos os companheiros a sua presença aqui e o apoio a essa iniciativa do Senador Paulo Paim. Nós, desde 1998, nós viemos numa luta constante aqui dentro do Congresso Nacional com relação à Reforma da Previdência Social, que se remota a 1989, desde que começaram depois da nova Constituição, a tentativa de modificação daquilo que foi aprovado no Artigo 201 da Constituição Federal. Que se referia exatamente à Previdência, as aposentadorias, Securidade Social como um todo. Em 1998, o então Presidente Fernando Henrique com seus projetos de Reforma da Previdência, conseguiu aprovar a Emenda 20 e durante a discussão do que resultou a Emenda 20, nós tivemos uma atuação bastante grande de todo o movimento sindical, podia se dizer à época, dentro daquilo que poderia ser feito, pressionando para que não fosse aprovado a aposentaria por idade. Aliás, aos 60 anos para os homens e 55 para mulher, que era a grande proposta na época. Conseguimos uma vitória, entre aspas, naquele momento, e em 1999 nós vimos a nossa vitória ir "água abaixo" com a Lei 9.876, aprovada, onde também teve uma grande atuação, os partidos de oposição, os partidos de esquerda na época e a Deputada Jandira Feghali que era a Relatora do PL, que teve o seu projeto, o seu relatório derrotado. E aí surgiu a questão do fator previdenciário que previa, na realidade, uma aposentaria aos 53 para o homem, com 35 anos de trabalho. E 48 para mulher com 30 anos de trabalho. Agora vejamos só, o fator previdenciário

o que é que trouxe? Ele, derrotado o Governo do Fernando Henrique, na sua proposta original, contratou alguém que inventou que foi bem colocado aí (risos) tem que trazer o Einstein para saber como é que foi feito. O que é que aconteceu? Já para aposentar com 100% a mulher, necessitava ter 55 anos. E o homem 60. Ou seja, trabalharia mais sete anos. E essa foi a grande jogada feita com o fator previdenciário. Acontece que essa perversidade que vem na Lei, ela faz com quê? Com que a cada vez que nós chegamos a aposentaria, ou seja, aos 100% da aposentaria, aumenta mais um pouco. Quer dizer, aquele que tinha 53 e tinha 35 anos de trabalho em 2003, vamos dizer, que eu tenho o cálculo de 2003, hoje, e ele tinha que ter... A perspectiva de vida dele era de 23,2 anos, com 53 ele teria 76 anos, ou seja, duraria até 72 anos na perspectiva de vida. Agora, e nós estamos em 2006. Aqueles de 2003 têm 56 anos. E a perspectiva de vida dele é 23,7. Então ele tem que ter quase 80 anos, agora, no cálculo que ele vai durar. Entendeu Calixto? Então isso aqui que é perverso. Por quê? Porque a cada vez que ele consegue chegar perto dos 60 anos, surge uma sobrevida, uma perspectiva de sobrevida e baixa novamente, traz ele para baixo para ele não conseguir. E veja só o que é importante. Foi dito aqui, eu tinha o cálculo de 62 anos, agora já surgiu os técnicos aqui eu vou pelos técnicos. 63 anos para conseguir os 100% da aposentaria. Se sair a nova tabela igual ao ano que vem hora, se sair uma nova tabela, vai para 65 anos. Então aposentaria vai passar a ser o quê? Toda ela por idade, por velhice que se chama. Toda a aposentaria vai passar a ser o quê? Toda ela, por idade... Por velhice, que se chama, né? Então, toda a aposentadoria vai passar a ser por velhice. Então nós ganhamos e não deixar ir para 60 anos e agora estamos perdendo, estamos sendo absorvidos pelo tempo que passou pela expectativa e vamos cair todo mundo na aposentaria por velhice, por idade. Então, essa é a perversidade da coisa. Isso nós temos que nos dar por conta o que é que está acontecendo. Eu sempre tenho dito que a forma mais esperta de flexibilizar os direitos trabalhistas é criar uma cooperativa de trabalho. Certo? Tirar todos os direitos dos trabalhadores, certo? O trabalhador é contratado através de uma Cooperativa de Trabalho. E a forma esperta de tirar o direito a aposentaria do trabalhador é o fator previdenciário. Quer dizer, estão comparados os dois. Então nós vivemos numa terra de que... Como foi colocado pelo Portanova, "se correr o bicho pega, se ficar o bicho come". Então isso aqui nós temos que começar a ver para frente. Nós estamos com os técnicos colocando todos os absurdos que têm. O que nós temos que fazer? Na realidade, nós temos que buscar uma grande mobilização nacional. Chamar o movimento sindical. Trazer o movimento sindical aqui para dentro do Senado Federal e do Congresso Nacional para que nós possamos, na realidade, fazer aprovar um projeto que tem autoria o Paulo Paim, mas fazer que seja um projeto da sociedade. Que exija que o próprio Governo Federal, após ele aprovado, não coloque uma rejeição, um Veto. Isso aí é que é importante. Nós temos projetos da sociedade. Se o Paim é o autor, porque foi pedido pelo movimento sindical, foi discutido, teve essa preocupação, foi discutido nas plenárias nossas, nas assembléias nossas, o companheiro Paim foi, nós hoje temos que fazer com que isso aqui vingue. E vingue de maneira que nós acabemos definitivamente com esse absurdo. Por quê? Porque quando pega o cálculo para fazer a aposentaria nesse país, quando falam em valores, em correção, em isso e aquilo, só corrige o que os trabalhadores pagam. E esquece os 20% que foram pagos pelo empresário, que muitas vezes supera o valor dos trabalhadores. Ou seja, o cálculo, o próprio percentual já supera. Mas supera porque o trabalhador contribui até 11% de dois mil seiscentos e poucos reais. E se ele ganhar 3, 4, 5, 6 mil reais, o empregador paga 20% sobre o valor efetivamente percebido de salário. Aquilo que está na folha de pagamento. Então nós temos muito mais contribuição do que qualquer outra coisa. Agora, nós vermos, nós assistirmos e nós constatarmos que um trabalhador que se aposentar agora em abril, com o salário de quinhentos reais, ele vai receber trezentos e cinqüenta. Vai tomar já um prejuízo de quase meio salário-mínimo na sua aposentaria? É difícil, Portanova. Por isso que nós agradecemos sempre ao escritório lá no Rio Grande do Sul, do Portanova, do Raul, hoje do Claisson**(F)**, de sempre se manterem à altura de discutir e de levar os processos na Justiça para trazer os direitos dos trabalhadores, principalmente no momento da aposentaria, no momento em que nós não temos mais força de trabalho. Então, quando se discute isso aqui, quando se vê essa temerosidade, quando o Congresso Nacional vê uma proposta igual à do Paim, o que é que surge? Começa a surgir outras coisas, começa a surgir a desvinculação. Tem que desvincular o salário-mínimo. Pô, mas já desvincularam o salário-mínimo para aqueles que ganham um pouco mais. Certo? Quer dizer, hoje nós vamos ter a partir de amanhã um salário-mínimo de trezentos e cinqüenta, que seria três mil e quinhentos, 10 salários mínimos, e não vai chegar a dois e oitocentos. Ou seja, já não vai chegar a oito salários, vai chegar cerca de oito salários mínimos, já tivemos um prejuízo de dois. E temos que nos dar por conta da política. Qual a política da aposentaria? A política da aposentaria, quando se vê al-

guém que se aposenta com quinhentos, receber trezentos e cinqüenta, mas digamos que o resultado de outros setecentos, setecentos e pouco, deu quinhentos, nós vamos ver e nós temos que fazer essa perspectiva, ver como é que vai para frente, quando é que ele vai... Quanto tempo ele vai receber aqueles quinhentos reais, que já é 60% do valor dele, 59%, até quando ele vai receber... Ou seja, quando é que ele vai cair no salário-mínimo. Em dois, três anos ele cai no salário-mínimo de novo. E essa é a política da Previdência Social. A política da Previdência Social é cada vez mais ter aposentados com o piso nacional. Ou seja, o salário-mínimo. Cada vez acontece mais isso. Os companheiros das associações de aposentados, pessoal que acompanha isso aí, sabe do que nós estamos dizendo. Que é cada vez mais. Aí vem aquela história que nós temos, 14 milhões, 16 milhões de aposentados que ganham o salário-mínimo. Esse é o discurso, porque não era isso. Foi colocado aqui pelos técnicos de que a proporção de aposentadoria anterior era 320, hoje é quatrocentos mil. Hoje por que é que não se aposenta isso aí? Exatamente pela perversidade, por aquilo que nós perdemos e que não tem mais recuperação. Eu acho que a companheira Regina Fátima, ela fez uma série de colocações no final, de propostas, entendeu, e eu acho que nós temos que observar isso aqui, não só fica para Comissão observar, mas como nós também observar, nós trabalhadores, nós aposentados, todo o pessoal também dos servidores públicos, como nós vamos agir daqui para frente, quanto a isso aí. Eu acho que tem propostas. Além da gente fazer uma grande mobilização nacional e começar a discutir e levar para os trabalhadores, os boletins. A imprensa sindical em pesquisas que aconteceram aí, diz que ela circula muito mais do que os grandes jornais do país. Nós começarmos a colocar essa questão nos jornais do sindicato. E olha, e é fácil companheiro. Eu quando eu quero qualquer coisa sobre isso, eu peço para o gabinete do Paim, e eles me mandam a matéria pronta, sobre essa questão. Então nós temos a matéria que quisermos para publicar. Então eu acho que é por aí que o movimento sindical tem que partir, e partir para cima, mesmo. Porque vão derrotar os trabalhadores. Olha, dez salários mínimos, já virou oito. Então, se virou oito, meus companheiros, e se é dois e seiscentos e sessenta e oito, quer dizer que é duzentos e sessenta e oito reais, duzentos e sessenta e oito reais é que é o piso mínimo da Previdência Social. E é dessa forma que eles querem colocar os aposentados, quando eles falam da desvinculação. Quando falam da desvinculação, é isso que eles querem fazer. E a cada vez mais esses dois mil seiscentos e pouco, vai diminuir em relação ao salário-mínimo que amanhã será três mil e quinhentos e amanhã será dois mil e oitocentos da Previdência Social. Ou seja, trezentos e cinqüenta para duzentos e oitenta. Ou seja, mais 20% menos para as aposentadorias de dezesseis milhões de aposentados desse país e pensionistas. Então temos que ter essa preocupação. Acho que a iniciativa do Senador Paulo Paim ela é, para nós, o caminho, e o norte dado para um Senador que sempre teve a responsabilidade, desde quando Deputado, sempre teve a responsabilidade com os trabalhadores e com os aposentados e devemos com isso, fazer com que esse Projeto de número 296/03 ele tenha um trâmite de aprovação aqui no Senado Federal e também na Câmara dos Deputados. E aí a gente aqui com a presença do Senador Romeu Tuma, nós pedimos que ele, junto com os seus pares dentro do Senado Federal, ajude o companheiro Paim a fazer com que esse projeto seja aprovado, seria isso o nosso primeiro provisionamento. Muito obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Romeu Tuma, como sempre V.Exª. tem todo o direito da palavra. Em seguida vai falar o representante da Força Sindical.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ilustre depoente, gostaria que ele soubesse com toda clareza, que eu sou um soldado do Senador Paulo Paim...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Trabalhamos juntos, trabalhamos juntos. (risos).

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ...Pela vocação que ele tem em servir ao próximo. (soa a campainha) O comportamento dele sempre voltado. É que a gente se assusta como ele toma conhecimento rapidamente das dificuldades que o cidadão, que o trabalhador tem, e os menos favorecidos. Ele vai para Tribuna, a gente toma um susto. Agora mesmo nós tivemos o problema do vale transporte, que ele foi para a Tribuna e o Governo resolveu tornar sem efeito ao grito dele, com o qual nós concordamos e participamos. Não é uma tese vencida, mas era o que ele sentiu e trouxe ao conhecimento do plenário. E esse problema que está trazendo aqui é porque ele sente nas bases, ele vai, ele procura, ele conversa. E aqui o Senado... A gente diz que quem tem mais contato com a sociedade é o Vereador, depois o Deputado Estadual menos, menos, o Senador é muito mais difícil. Ele não, ele vai lá embaixo. E eu procuro segui-lo, porque a gente sabe o coração, a alma e a materialidade que ele busca em benefício dos demais. Eu agradeço a citação de V.Exª. do meu nome, mas pode ficar tranqüilo que a ordem que venha dele será cumprida sem nenhuma discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Senador Romeu Tuma que ele é muito sincero nas suas posições e algumas vezes na Tribuna, se V.Exª. me permitir, em nós tratando de temas sociais, ele ia às lágrimas. Alguém acha "Pô, mas chorando?" Eu acho isso bonito. É só que V.Exª. vive o momento e expressa de forma espontânea. Por isso meus cumprimentos a V.Exª. e V.Exª. tem sido muito parceiro nosso aí. Agradeço a palavra de V.Exª., ao representante da força sindical Antonio Cortizo. V.Exª. dispõe de 15 minutos mais cinco.

SR. ANTONIO CORTIZO – Muito prazer em conhecê-lo pessoalmente, porque a distância através dos veículos de comunicação eu já o conhecia. Observo, admiro com muita freqüência a sua fibra, o seu caráter de não negar a origem. Isso vale muito do homem. Isso vale mais do que qualquer recurso. É o maior recurso que o homem pode conduzir durante toda a sua trajetória aqui nesse nosso país tão cheio de desigualdade. Dizer da satisfação de conhecê-lo pessoalmente e ter a oportunidade de estar aqui tratando desse assunto que é de relevância e importância para os trabalhadores. Quero justificar... Eu não sou um especialista na área, eu sou um trabalhador, e estou aqui hoje representando o companheiro Paulinho que não pode por motivos outros, compromissos assumidos, não pode estar presente, quem tem comparecido normalmente nesses eventos é o companheiro João Batista Inocentine, que é o Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, que é uma entidade que surgiu em boa hora, até acho que um pouco tardiamente, mas que tem feito um trabalho importante na defesa dos inativos, que já deram a parcela significativa de contribuição na construção da riqueza desse país. Os palestrantes que me antecederam foram ricos em detalhes técnicos, e eu vou me comportar aqui mais como um trabalhador de porta de fábrica. E, principalmente, como um contribuinte há mais de 34 anos. E eu vejo com muita tristeza, e há poucos dias eu no bate-papo numa roda de amigos, se discutia justamente o descaso que é dado ao segurado. Seja o ativo e o inativo. Porque nós estamos falando aqui um pouco do aposentado ou do aposentando, mas é extremamente delicado, o momento para o trabalhador portador de incapacidade temporária. Ao se dirigir... E eu acho até que a questão é mais grave no Estado de São Paulo. Estado, país, se considerarmos o PIB, está na frente de tanto outros países por aí, e 60% do Produto Interno Bruto passa ali pelo Estado de São Paulo, e é caso de polícia o atendimento prestado, o atendimento dado aos trabalhadores portadores de doenças relacionadas com suas atividades no local de trabalho. Mas, recentemente, ou especificamente a partir de agosto de 2005, foi instituído um procedimento que ainda está em vigor, sendo bastante repudiado, Deus ajude que a gente reúna força e aqui opero para que todos nós possamos contribuir para derrubar o mais rápido possível, chamado COEPS, traduzindo, Cobertura Previdenciária Estimada ou mais popularmente conhecido como "Data Certa", que ao instituir o benefício por invalidez temporária, ou auxílio doença, ou auxilio acidentário, já determina a alta para esse trabalhador. Ou seja, com o objetivo de diminuir as filas, que são uma demonstração de falta de eficiência do sistema, resolveram dar o benefício e já dar a alta. Como se estivesse nas estatísticas médicas, provas de que determinada patologia, após 60, 90 dias, ou qualquer que seja o prazo, pudesse sem uma avaliação médica, pudesse estar sendo dada como curada. E não havendo a concordância desse segurado, ele entra na junta de recurso, só que para entrar na junta de recurso, ele tem que se apresentar na empresa. Porque do contrário ele corre o risco de um abandono de emprego. Ele entra no recurso e o recurso é lento. Demora. Quando o recurso é bem sucedido, ele recebe aquele período em que ele entrou com recurso até a data que ele foi atendido. Reingressando novamente no benefício. No entanto, está acontecendo um fato extremamente delicado, grave. O segurado, ao ingressar no benefício, se a perícia ao avaliar, entender que ele não tem necessidade de se manter afastado e fazendo o tratamento, e isso acontece 30, 60, às vezes até mais dias depois, nega-lhe o benefício e ele fica sem receber esse período que ficou lá aguardando a perícia. É como se a obrigação... É como se a Previdência não tivesse a obrigação de atender o segurado, doente, portador de uma deficiência de imediato. Por deficiência atende ele 60, 90 dias depois, e às vezes, nega o benefício e ignora que durante esse período ele tem os compromissos domésticos e familiares para bancar. E que a única fonte de sobrevivência desse trabalhador é a sua força de trabalho. Portanto, o sistema... Nós aqui estamos levantando um assunto extremamente preocupante, mas eu acho que a Previdência Social, hoje, merece é uma revolução, uma reforma, mas não nesse aspecto de precarizar, no aspecto de tornar o segurado cada vez mais longe do amparo social. O espírito da Previdência Social se fundamenta justamente no pacto de solidariedade entre gerações. Aonde a geração ativa, banca a geração inativa, seja ela inativa temporariamente, seja ela ativa efetivamente até por força de falta de condições de se manter no mercado de trabalho. Ou seja, a aposentaria definitiva. Se recolher para os seus aposentos... Está aposentado definitivamente. Então essa política gerencial que vem sendo praticada é um crime, e rompe de forma unila-

teral o pacto de solidariedade entre gerações. Eu sei que... E eu vou pedir licença ao Senador e aos demais para explorar um pouco algumas questões que não foram colocadas aqui, até porque o tema é outro. Mas acho importante que a gente repense esse processo, não especificamente na questão desse redutor que tira do direito adquirido, uma parcela expressiva da sua condição precarizando ainda a sua condição de vida. Justamente no momento em que o plano de saúde é mais caro, o remédio é mais caro, ele vai depender, ele perdeu aqueles benefícios que são concedidos quando ele está na empresa... É um convênio médico, é uniforme, é uma cesta-básica, algumas questões que estão atreladas ao emprego. Então no momento que ele mais precisa em que pese ter contribuído conforme a determinação legal, é aí que ele está sendo forçado, está sendo punido. Então, me parece que o debate na questão da Previdência, tem que ser no mínimo no aspecto de um usuário do sistema financeiro quando procura adquirir... Eu vou falar essa coisa aqui porque ela se aproxima muito. Um imóvel. Um imóvel você financia ele 20 anos, 15 anos e tem uma série de cláusulas lá que você não pode violar. Você trabalhador, não pode violar. Porque o Banco vai lá e faz com que ele seja executado. A Previdência Social nós pagamos. Nós somos obrigados ao ingressar formalmente no sistema, a cumprir com uma série de pré-requisitos. No entanto não vem havendo a contrapartida, a garantia daquilo que me foi oferecido durante o meu compromisso, não vem, o Estado, não vem fazendo com que esses direitos se mantenham conforme eles foram nos garantidos, prometidos durante o nosso compromisso enquanto trabalhador, enquanto contribuinte. E... Algumas questões tem até passado despercebido. Por exemplo, os trabalhadores hoje que adquirem o direito da aposentaria, por força da falta de condição de sobreviver com essas aposentadorias cada vez menores, são obrigados a voltar de forma precária ao mercado de trabalho. Às vezes até mesmo, só para ganhar as horas trabalhadas. Não tem mais nada. Não tem um registro, não tem um convênio médico, não tem um salário digno, não tem nada. É só aquilo que efetivamente ele trabalha, ele leva para casa de forma extremamente precarizada. E quando acontece desse trabalhador retornar na condição formal, ele recolhe como se ele fosse um trabalhador com todas as obrigações para o sistema. E me parece que não eu não conheço, e parece que não tem do nosso sistema, nada que se pague não tem a contrapartida. A única coisa que se paga hoje e não tem a contrapartida é a Previdência Social, depois que você se aposenta, que retorna ao mercado de trabalho, você paga e não tem mais nada. Não existe uma contrapartida. Isso é uma violência, terrível, brutal. Não sei se temos algo mais grave que essa situação da contribuição que o trabalhador faz para o sistema e não tem a contrapartida. Eu não sei se poderíamos estar lembrando aqui de uma outra situação. Parece que é a única que eu pago e não tem a contrapartida. E alguém diz assim, "Olha, é porque já aposentou, tem que dar a vaga para o mercado de trabalho, jovem, etc". E eu concordo. Mas para que isso possa ser observado, é indispensável que a política de gerenciamento dos recursos, a política de gerenciamento dos benefícios, a política de manutenção do valor real dos benefícios, também seja uma realidade, porque o aposentado, aos 50, 60 anos ou mais, que volta ao mercado de trabalho, ele não volta por falta de opção, não tem o que fazer, então vou trabalhar. Ele volta porque ele é obrigado. Ele tem vergonha de ser humilhado, depender de um, de outro, e etc. Ele termina se arriscando, se sacrificando, se expondo fisicamente e retorna. Então eu acho que são muitas questões. Mas eu acho assim, o debate não pode se limitar a uma Casa como nós estamos aqui agora. Nós da força sindical no Estado de São Paulo, iniciamos no ano passado uma série de visitas nas agências da Previdência. Certamente tudo aquilo que a gente encontrou lá, todos nós sabemos que acontece no dia-a-dia de uma agência da Previdência. Mas nós fomos lá até para dar apoio moral aos trabalhadores. Mas tem situações que são extremamente revoltantes. Por exemplo, uma fila lá com 500, 600 segurados não tem um banheiro, não tem uma condição. Olha, é vergonhoso, não tem uma condição digna de vida para aqueles trabalhadores, que estão ali em busca de uma condição mínima que é objetivo e é característica, e é obrigação do sistema oferecer. Então, veja bem, eu acho que esse debate tem que ir para a porta da fábrica, para as agências, tem que ir para a população, tem que ser popularizado. Eu acho que tem muitas coisas para fazer. E esse descaso todo é fator previdenciário, esse desmando todo, exclusão das aposentadorias especiais, uma série de questões políticas desastrosas de desvalorização dos benefícios, ela se dá justamente porque nós os segurados, nós os contribuintes estamos muito longe, aonde se discute as regras. E nós nos contentamos ao saber que Paulo Paim, e outros aí eu não quero ser indistinto, não melindrar nenhum, Mas são poucos os políticos que se expõe e se colocam como trincheira para defender esses interesses. Nós temos que popularizar o debate. Se não popularizar o debate, nós continuaremos daquela conversa lá. "Faz, não adianta, vão fazer do mesmo jeito, sai um, vem o outro" Enfim, eu acho que tem que popularizar, tem que massificar, tem que levar o debate para a porta da fábrica, dentro da fábri-

ca, dentro da agência porque o sistema está organizado justamente para não atender aquele que mais precisa. Então, em São Paulo, nós estamos provocando o debate dentro dos sindicatos, dizendo que a Previdência não importa se você é um simples trabalhador. É um contribuinte, você é o dono da Previdência. E se imponha como dono. Esquece o Ministro, esquece o Presidente do INSS, se coloca como dono, e vamos forçar o debate. Porque do contrário nós teremos pouca chance e a Previdência Social, os benefícios aos quais ela se propõe é um sonho cada vez mais longe do segurado. Eu quero deixar o meu agradecimento, depois dessa oportunidade eu fui assim muito prático, acho que não há espaço apenas para questões técnicas que tem que massificar o debate, provocar. Provocar mesmo. E popularizar. E eu fico muito satisfeito, gostaria até que em outras oportunidades a força sindical me confiasse, me permitisse, mas se não for possível aqui, eu continuarei fazendo esse trabalho lá em São Paulo e quero também, Senador, fazer uma denúncia. Os Conselhos... E a companheira aqui falou aqui do Conselho de Previdência, os Conselhos Estaduais são uma ferramenta fundamental, importante. Mas acho que eles estão organizados também para não funcionar, só para formalizar o processo. Eu acho que ele deveria... Eu quero deixar uma proposta. Que ele deveria ser quadripartite e paritário. A quantidade de representantes do aposentado, do ativo, do empreendedor, e do Governo, sem igual. Acho também que os Estados deveriam por Lei obrigatoriamente ter os seus Conselhos Estaduais já que não organizaram nem os Estaduais, seria os Municipais também. Mas os Estados. O Estado de São Paulo, por exemplo, organizou. Mas desmontaram o Conselho no Estado de São Paulo simplesmente com a eliminação do cargo de Superintendente. Porque o decreto que instituiu o Conselho dava o comando do Conselho ao Superintendente. E houve uma mudança. A figura do Superintendente desapareceu. Criaram as Gerências Regionais. E aí o Conselho morreu e não fizeram mais. A gente tem cobrado, tem questionado, mas parece que realmente foi notado que o Conselho incomodava e é melhor que ele não continuasse existindo. Então, eliminaram no Estado de São Paulo a figura do Conselho, porque o Superintendente que era a figura que comandava o Conselho, o cargo está vago, foi substituído pela Gerência Regional e aí melhor para quem gosta de violar, e quem não quer ouvir críticas com fundamento. Então eu acho que já me estendi muito, mas deixar aqui esse repúdio a essa atitude, por exemplo, no Estado de São Paulo aonde eliminaram o Conselho simplesmente ao tirar a figura do Superintendente e criar a Gerência Regional. Então o Conselho existe, mas não existe. Muito obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra aos três últimos expositores. Convido para Mesa o Presidente do MOSAP, o Edson, o Roberto Boccacio Piscitelli, representante da sindical, e o Antonio Cortizo que chegou... Senão serão os últimos dois e em seguida vamos abrir ainda para o debate com aqueles que estão aqui nos acompanhando ao vivo pela TV Senado. E só dizendo que o nosso gabinete já comunica que nos Estados, há muita correspondência chegando cumprimentando a todos os dirigentes sindicais que estão aqui, representantes de aposentados e pensionistas pelo debate tão importante, que envolve a vida e o dinheiro de todo brasileiro. Porque quem não é aposentado, sonha em se aposentar um dia. E naturalmente o fator previdenciário é um inimigo como foi dito aqui, eu considero também o ato mais criminoso que se fez contra os trabalhadores nos últimos tempos, somente. Foi o tal de fator previdenciário que prejudica a todos. Por isso a importância desse debate. Então, passo de imediato a palavra ao companheiro Edson, Presidente da MOSAP por 15 minutos, mais cinco se necessário.

SR. EDSON GUILHERME HAUBERT – Eu não vou usar o tempo de 15 minutos, não. Até por uma razão de que o... A ANFIP, através do Dr. Floriano, já falou e eu solicitei na sexta-feira ao Presidente Dr. Ovídio que a ANFIP falasse em nome do MOSAP. E o Dr. Roberto Piscitelli, também na Mesa, do UNAFISCO sindical, as duas entidades eu acho que mais do que ninguém representa muito bem o pensamento que nós comungamos em relação a esta matéria. E mais do que representa o pensamento, tem muito mais qualificação, são mais entendidos dessa matéria do que eu Presidente do MOSAP, eventual Presidente do MOSAP e para discorrer sobre uma matéria técnica. Mas não poderia deixar de me furtar, pelo menos para me solidarizar em primeiro lugar com o Senador Paulo Paim. E eu uso a palavra solidarizar porque me parece que uma tarefa tão gigantesca que ele se propõe... Não que eu tenha essa... Não posso fazer uma afirmação. Mas me parece que por parte de setores do Governo, talvez não tenha essa compreensão ou até mesmo a boa vontade para com o Senador da sua própria base, em apoiar ostensivamente uma matéria de tamanha envergadura que ele propõe sobre análise aqui no Senado Federal e posteriormente na Câmara dos Deputados. Portanto, em saudar o Senador Paulo Paim, quero também saudar todos os demais Presidentes e representantes das Centrais e de outras entidades que aqui estão presentes. E quero dizer de pronto que para uma reunião de segunda-feira, de manhã, depois de

um carnaval, é um sucesso extraordinário. E isso significa a importância que a matéria merece. E significa também o compromisso de todas as entidades que aqui estão, em fazer com que essa matéria... Se o Governo não quiser, mas que as entidades o façam através das suas pressões legítimas aqui no Congresso Nacional, e essa matéria realmente tenha o destino que deve ter. Que, em princípio, em primeiro lugar seria a revogação total e absoluta desse tal fator previdenciário. E dizer a vocês todos que nós do MOSAP, que é o Movimento Nacional de Servidores Aposentados, quando eu digo servidores, portanto, do serviço público nacional, significa isso uma importância também para nós, muito grande. Em primeiro lugar em solidariedade a todas as demais entidades que aqui estão lutando por uma aposentaria digna, e que não seja afetada no futuro, se possível, por esses fatores. fator previdenciário sempre é uma diminuição daquilo que se ganhou na ativa. E quando se fala em fator previdenciário para o Regime Geral, nós do serviço público temos muitas outras formas de Fatores Previdenciários que vêm sempre diminuir, tentar diminuir pelo menos, aquilo que nós aposentados, hoje, do serviço público ganhávamos na ativa. A paridade que é um dos pilares pelos quais surgiu esse Movimento Nacional de Servidores Aposentados e Pensionistas, o MOSAP, em cuja Diretoria, na primeira Vice-presidência, está uma colega da ANFIP. E como segundo Vice-presidente está um colega do UNAFISCO Sindical. E também como Diretor de Comunicação, um colega da FENAFISP. Portanto, essas entidades todas que aqui estão, têm a mesma preocupação e todas as demais entidades que compõe o MOSAP do serviço público, tem uma compreensão, e mais do que isso, uma preocupação com o Regime Geral. Porque todos nós ou temos o nosso velho pai, ou temos um tio, temos irmãos, enfim, temos parentes que estão hoje dependendo das suas aposentadorias do Regime Geral, portanto, sujeitas infelizmente aos Fatores Previdenciários. O meu velho pai tem 92 anos e sempre falA – "Mas por que é que eu contribuí com tanto e agora só recebo tanto?". Essa é uma preocupação dele, mas passa a ser nossa, também. E nós do serviço público, sobretudo, estamos aqui para nos solidarizarmos. Não é aquela palavra solidariedade que foi usada na CCJ na Câmara dos Deputados quando se aprovou, a contribuição de servidores já aposentados. E falou o nosso antecessor aí, o Antonio Cortizo, que acha uma injustiça terrível um aposentado que volta à iniciativa privada, ter que contribuir para a Previdência, mas não tem nenhum tipo de benefício. Nós servidores públicos aposentados e pensionistas temos a mesma sensação. Nós fomos obrigados pela aprovação da contribuição Previdenciária, mesmo depois de aposentados, esperando o quê? Qual tipo de benefício a gente possa esperar? Isso nós veremos lá quando estivermos lá com São Pedro, para ver o que vai surgir para nós. Eu tenho a impressão, às vezes eu fico me remoendo, afinal de contas, o que vai acontecer conosco lá em cima, ou lá embaixo, ou do lado não sei aonde. No céu vamos dizer assim, que é a esperança que todos nós temos, e que lá certamente não haverá mais Fatores Previdenciários e nem outro tipo de Reformas Previdenciárias, apenas para fazer lipoaspiração nos termos do Ministro Nelson Jobim, lá na Comissão Especial que estuda, que está tratando da famosa PEC 157, que cria uma revisão constitucional. E o Ministro Nelson Jobim como tem feito, aliás, em todo o seu mandato de Presidente lá no Supremo, parece que está mais preocupado em resolver questões de Governo, para que não haja nenhum tipo de perda por parte do Governo e vem com essa palavra lipoaspiração. Eu sempre digo aposentado brasileiro, e, também, o aposentado do serviço público já não tem mais gordura para fazer lipoaspiração. Não tem. Acabou. Essa que é a grande verdade. Então, minha gente, eu só queria, para não me alongar e deixar para que colegas do serviço público... Porque companheiros do serviço público a palavra já ficou meio machucada. Mas para os companheiros que são da área do Regime Geral, talvez ainda não tenham sofrido tanto, mas que com essa proposta de revisão constitucional, que está na Câmara dos Deputados, e amanhã terá mais uma Sessão, uma Audiência Pública, e acho que todos quantos se interessam por essa matéria, e se interessam porque vão se sentir atingidos de uma forma ou de outra, deverão lá estar. Nós deveremos ter essa compreensão de que essa reforma vai atingir a todos. Virá o fator previdenciário para o serviço público, virão outras questões de supressão de direitos, para também os trabalhadores do Regime Geral, que são juntamente com o serviço público os verdadeiros construtores dessa nação. Porque não existe Poder Executivo, não existe nem Poder Legislativo, e também não existe Poder Judiciário que se engrandeça e consigam traduzir em ações aquilo que a Constituição determina, sem servidor público respeitado, considerado a sua dignidade, e nem existe também uma nação e um Brasil grande sem o devido respeito a todos os seus trabalhadores que construíram esse Brasil. Portanto, eu queria apenas dizer que já quando da instituição do fator previdenciário a COBAP, Confederação Brasileira de Aposentados, esteve unida com o MOSAP, com o MOSAP de então, para que o Fator não viesse a ser aprovado no Congresso Nacional. Mas foi. Mesmo assim, a COBAP, o MOSAP continuam na luta e se irmanam a to-

das as demais entidades que aqui se pronunciaram e muito bem, aliás, muito bem, no sentido de que o Governo que vier, que venha a se instalar na próxima... No próximo período, tenha talvez a coragem, e tenha talvez a humildade de saber reconhecer que os seus trabalhadores e os seus servidores públicos, seus funcionários são gente, são parte da sociedade importantíssima. Não é só banqueiro que é importante nesse país. Não é só Banco internacional que tem que ter as regalias como estão tendo. Um Banco, hoje, não tem fator previdenciário quando ele tem que declarar seu Imposto de Renda. Mas nós servidores públicos temos, e vocês também trabalhadores da iniciativa privada não escapam nem um centavo sequer, daquilo que o Imposto de Renda diz que é dele. Nós não temos essa chance de sonegar. Nós não temos essa chance de inventarmos fórmulas para não pagarmos o nosso Imposto de Renda. Então, me parece que tudo isso são fatores de diminuição e, por conseguinte, de desconsideração da dignidade como pessoas e seres humanos dos servidores e trabalhadores. Então, essa é a mensagem que quero dizer, que eu quero deixar. E este ano nós temos eleições. Aí eu quero crer que nenhum fator poderá influenciar na nossa decisão individual, que é o voto. E eu acho e ouso dizer, se todos os servidores aposentados e pensionistas, que, aliás, os pensionistas do serviço público, além de terem de descontar para a Previdência, já aposentaram, ainda uma redução, um fator mais trágico ainda, até 30% do valor do seu titular. Quer dizer, é um outro fator também de extrema gravidade, e acho mesmo um achacamento, não é achatamento, é achacamento, contra a dignidade da mulher brasileira e do pensionista brasileiro. Então, queria deixar só esta mensagem. E eu disse que ia falar pouco, mas estou falando muito. Queria deixar só essa mensagem, e agradecer às entidades que tão bem expuseram a matéria e aqui um agradecimento especial à ANFIP, que sempre é chamada à colação, e UNAFISCO, também, sempre chamado à colação para trazer os verdadeiros dados que são reais, em relação às arrecadações e em relação à Previdência Social Pública Brasileira. E mais, queremos fazer com que essa Previdência Social Pública Brasileira possa se tornar uma realidade ainda mais forte, e que não tenha nenhum tipo de organismo internacional que queira vir conspurcar essa Previdência, através (soa a campainha) das aposentadorias complementares, através de Fundos de Pensões, e através de outros sistemas que no passado nós já sabemos onde deu. Portanto, meus agradecimentos a vocês todos e em especial ao Senador Paulo Paim. E que o Palácio do Planalto venha a reconhecer o verdadeiro valor desse Senador. Que ele, quando trata das questões dos trabalhadores, ele está nada mais, nada menos fazendo do que cumprir a própria Constituição, que é dar dignidade ao servidor público e dar dignidade ao trabalhador desse país. Muito obrigado a vocês todos.

(Palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos de imediato a palavra como último painelista, representando a UNAFISCO Sindical, o Sr. Roberto Boccacio Piscitelli. V.Exª. dispõe da palavra por 15 minutos, mais cinco, se necessário. E em seguida nós vamos abrir ao debate para que todos possam colocar seu ponto de vista ou questionar mesmo a exposição de algum dos painelistas.

SR. ROBERTO PISCITELLI – Ilustre Senador Paulo Paim, conterrâneo, Edson, obrigado pelas suas palavras, colegas de entidades de outras entidades sindicais, claro que a gente gostaria de dizer também, outros Senadores ou gostaria de ver aqui tantos Senadores quanto representantes de entidades sindicais. Em nome do UNAFISCO Sindical agradecemos esse convite para esta profícua audiência que está se realizando hoje, e nos sentimos honrados pelo convite sobre um tema tão importante e tão caro para a classe trabalhadora, qual seja o fator previdenciário. E é muito gratificante saber que o Senador Paulo Paim esteja preocupado com o assunto. A Previdência já tem inimigos demais. E a manipulação de informações a respeito envenenou a opinião pública nacional. Isso ficou amplamente demonstrado nas várias exposições que foram feitas hoje. A Previdência Social brasileira é, esta sim, e eu acho que isso é muito importante a gente assinalar, o maior programa de redução da pobreza e de redistribuição de renda no Brasil. E, provavelmente, um dos maiores do mundo. Dadas as limitações de tempo, e a quantidade de inscritos, nós temos que ser obviamente breves e objetivos. Está inegavelmente demonstrado, foi comprovado, que a introdução do fator previdenciário acarretou duas conseqüências, ou melhor, levou a duas opções. Ou se aceita receber um benefício menor, ou se conforma em trabalhar mais para não perder. É um duro dilema. O problema é que não há nenhuma compensação aparente para esse paradoxo. Exceto a abstração, a boa-fé ou a ingenuidade de admitir que estamos trocando mais uma vez, a garantia do futuro pelo sacrifício do presente. O represamento das aposentadorias tem um outro tipo de inconveniente. Ao retardá-las, bloqueia-se a renovação do mercado de trabalho, dificultando por um lado o ingresso de novos contingentes, justamente o segmento mais vulnerável da população economicamente ativa. E por outro lado rebaixam-se os níveis salariais à medida que aumenta

a competição pela inserção no mercado de trabalho. E mais, a permanência dos trabalhadores por mais tempo na ativa, associada à redução do valor dos benefícios ao levar os aposentados a buscar um complemento de renda, ou um retorno ao trabalho, com retorno ao trabalho, com permanência em atividade, além do mais, reforça a dificuldade de absorção de novas pessoas no mercado de trabalho. É um aspecto extremamente grave e tem sido pouco enfatizado. A proposta do Senador, numa análise matemática da fórmula de cálculo, como já foi demonstrado pelo nosso colega da ANFIP, a fórmula de cálculo do salário de benefício tem a vantagem, a proposta do Senador, de excluir o fator previdenciário, de reduzir o período de cálculo da média dos salários, como antes da Emenda 20. É importante não nos esquecermos desse segundo aspecto da proposta do Senador. O fator previdenciário, por outro lado, como já se viu, leva em conta o tempo de contribuição, alíquota de contribuição, a idade do segurado na data de concessão da aposentaria e a expectativa de sobrevida do segurado na data da aposentaria. Foi muito interessante a referência do colega à questão do fator previdenciário quando lembrou o fato já presenciado por alguns de nós, de que nós estamos sempre correndo contra o tempo. Ou seja, no limite nós nunca vamos atingir as condições para a obtenção da aposentaria plena. Porque o aumento da expectativa de vida sempre vai nos deixar mais distantes desse objetivo. Lembra um pouco a imagem do alcance do horizonte. A proposta, pois, do Senador, humaniza o cálculo ao restabelecer os parâmetros aplicáveis na Constituição de 88. Simplifica a fórmula, torna mais inteligível e torna o benefício, isso também foi dito aqui em outras palavras, torna o benefício mais previsível e programável. Acho que isso é muito importante em termos da expectativa de vida das pessoas. Porque com a fórmula atual, ninguém sabe com quanto vai aposentar e em que condições. Ou seja, vai facilitar o nosso planejamento de vida, a nossa expectativa de vida. A adoção do fator previdenciário no Brasil, como elemento central no cálculo do valor das aposentadorias, revela o viés ideológico da opção dos reformadores da nossa Previdência Social. Esse aspecto, aliás, está muito bem enfatizado pelo Professor Evilásio Salvador, e eu até gostaria de destacar o trabalho desse Mestre numa dissertação de Mestrado pela UnB, em política social. Recomendo a todos que puderem a consulta a esse excelente trabalho, que elucida muitas das questões relativas ao fator previdenciário. Mas eu selecionei um texto porque me pareceu muito significativo, muito ilustrativo. Para se ter uma idéia da linha de raciocínio ou até do tipo de linguagem utilizada pelos nossos tecnocratas, e eu considerei essa frase um verdadeiro primor da formulação dos dirigentes do MPAS à época, responsáveis pela consecução da nova fórmula de cálculo das aposentadorias. Prestem atenção à linguagem. "A concessão de benefícios passa a depender da escolha individual, onde cada segurado, respeitando os padrões mínimos, buscará maximizar intertemporalmente sua renda de acordo com a sua curva de preferência". Que preciosidade. Que refinamento. É a visão tipicamente neoliberal. É a Previdência Pública em vez de priorizar a sua dimensão histórica e social passando a ser uma questão de seguro. De seguro nos moldes do modelo privado e, portanto, individual. Na prática isto equivale a substituir o sistema de repartição, baseado na solidariedade o traço típico fundamental da Previdência, pelo sistema de capitalização, baseado no individualismo, na capacidade individual, na preferência individual, para usar este precioso termo adotado pelos formuladores dessa fórmula. "A Reforma Previdenciária ao trocar o critério de tempo de serviço pelo de tempo de contribuição aumenta as exigências para fazer jus à aposentaria, provocando problemas ao trabalhador de categorias profissionais, com menor grau de organização onde há sonegação no recolhimento das contribuições da Previdência". Eu vou me dar a liberdade de citar também uma outra manifestação do Professor Décio Munhoz, seguramente um dos maiores estudiosos especialistas na questão previdenciária no Brasil, sobre esta questão mais controversa das mudanças. E oportunamente tratada no projeto do Senador, que é justamente a exigência de tempo mínimo de contribuição. Então, vamos ver o que diz o Professor Décio Munhoz: "Exigir comprovação de 35 anos de contribuição, num país onde 20% da força de trabalho não encontra emprego e 45% dos empregados não têm carteira assinada, atinge fundamentalmente os indivíduos mais fracos e mais pobres. Recai sobre os já marginalizados a pena eterna de no futuro terem as aposentadorias fixadas em níveis reduzidos, face ao cálculo de valores proporcionais ao tempo de contribuição. O benefício assim se desvincula do tempo efetivamente trabalhado ao longo da vida e se fixará em valores divorciados daqueles que vinham servindo como base para pagamento da contribuição do trabalhador. Este aspecto, aliás, recomendaria o restabelecimento da regra anterior de cálculo do benefício com base nas contribuições corrigidas nos últimos 36 meses, que é exatamente o foco da modificação proposta pelo Senador Paulo Paim. Por isso apoiamos decididamente o PLS 296 de 2003 e esperamos que ele seja o ponto de partida para barrar o que se poderia chamar de a contra-reforma da Previdência". Porque muito mais está por vir, como acentuou o colega Edson. Inclusive nessa despropositada reforma

anunciada, pretendida, Reforma Constitucional. Mais uma. E acho que é muito importante que tenhamos em vista, que os servidores públicos entendam que essa é uma questão que lhes diz respeito também, pois a experiência nos tem demonstrado que o pêndulo se movimenta continuamente, e que os trabalhadores, em geral, estão numa mesma gangorra. Em lados opostos, é verdade. Mas fazendo incessantemente os mesmos movimentos. É isso que não podemos permitir que se perpetue. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou liberar aqui os dois últimos painelistas, e se vocês permitirem, sem nenhum privilégio a ninguém, eu traria de volta para Mesa o Portanova que foi o primeiro técnico a falar. Todos são da mesma amplitude, da mesma competência, se tiver algum questionamento técnico, ele pode me ajudar aqui no encaminhamento e nós vamos abrir a palavra ao Plenário. Eu convidaria o Portanova então e eu libero os meus dois companheiros aqui, agradecendo a ambos. E queria rapidamente só situar vocês na forma de encaminhar. Primeiro, está inscrito aqui para falar no máximo cinco minutos e daí poderão usar o microfone do Plenário, o Benedito Marcílio, Ex-Deputado Federal e Presidente da COBAP, o Moacir da CONTRATO da Confederação que também é da nova central e destaca aqui, o Antonio Cortizo da CONTCOP que está aqui e a Maria Clotilde Lemos da CONTEC, que está aqui. Eu só queria antes de abrir a palavra ao Plenário dizer que todos podem fazer uso da palavra. Quem já falou mesmo, se tiver algum questionamento, afirmar, desde que fique no prazo de cinco minutos, para a gente ir dosando o nosso tempo. Eu só quero fizer uma fala rápida e deixar quase que uma provocação aqui também no ar, o debate vai continuar e o e o Dayson Portanova que vai me ajudar dentro do possível. Eu tenho visto muito, e eu acho que todos aqui deixaram claro o seu ponto de vista de que o conjunto do movimento sindical brasileiro é (soa a campainha) totalmente a favor do fim do fator previdenciário. Isso eu acho que unifica todos nós. Também entendo eu pelo que sei da COBAP e das entidades que aqui passaram em outros debates, em Audiência Pública, que nós gostaríamos muito e vamos trabalhar para que se estenda aos aposentados o mesmo percentual dado ao salário-mínimo. Também a paridade não divide ninguém, que foi uma das brigas nossa inclusive na PEC Paralela, o Edson para mim tem toda razão quando aqui fala. Voltar a média dos últimos 36 meses acho que ninguém questiona também. Esse é o caminho. Até pela última exposição colocada. E eu coloco aqui uma última provocação positiva, como eu sempre digo e tenho muito orgulho de dizer que sou filho do movimento sindical. De lá eu vim, minhas raízes estão plantadas no movimento sindical. Porque a gente vê muito hoje os empresários apresentando o que gostariam do novo Governo. A gente vê os banqueiros dizendo o que gostariam do novo Governo, a gente vê a bancada ruralista dizendo o que gostaria do novo Governo. Estamos vendo falar ultimamente numa nova carta ao povo brasileiro. Seria muito interessante, eu quero só dizer aqui como uma sugestão, que não sou eu que vai dizer o que tem que fazer o movimento sindical, mas seria muito bom se o movimento sindical brasileiro pudesse de forma unificada ter uma carta aos presidenciáveis. Encaminhada aos presidenciáveis. A todos que forem candidatos a Presidente da República, uma carta mostrando a ele o que nós gostaríamos e qual é os compromissos que eles assumem. Por exemplo, com o fim do fator previdenciário, com a redução de jornada, só pegar alguns exemplos típicos aqui. Essa questão mesmo do Salário-mínimo dos aposentados e pensionistas. Então seria muito interessante nós conseguíssemos construir também a nossa carta, a carta dos trabalhadores em relação àqueles que vão se apresentar com certeza como candidatos a Presidente da República, que serão aí uma dúzia, quem sabe. E vamos ver qual é o compromisso que eles assumem com os trabalhadores, aposentados e pensionistas. Mas vamos ao nosso tempo. Eu gostaria de imediato passar a palavra então ao nosso Presidente da COBAP, companheiro Marcílio. Cinco minutos. Vamos tentar ficar todos em cinco minutos. Vai dar para todos falarem e aí a gente encerra com uma palavra final.

SR. BENEDITO MARCÍLIO – Senador Paulo Paim, Senador defensor dos trabalhadores desse país, defensor dos aposentados, pensionistas e idosos nesta Casa. Demais membros, representantes de Entidades que fizeram inclusive brilhantes exposições com referência ao fator previdenciário. Nós, inclusive, da COBAP, encaminhamos a nossa contribuição através de um relatório técnico apresentado por nosso Advogado, a equipe de Advogados hoje representante da COBAP, o Dr. Portanova. Mas eu gostaria de tecer algumas considerações, Sr. Presidente. Na verdade, pelo que eu senti nesse debate, nessa Comissão de Trabalho, verificamos que realmente o fator previdenciário, que nós pretendemos realmente que seja banido da nossa legislação, ela está usando o bisturi e cirurgias para os futuros aposentados. Mas está havendo também outro fator que não é o previdenciário, que está operando também as nossas aposentadorias dos já aposentados. Essa desvinculação, através de manobras de valores diferenciados do salário-mínimo para quem ganha acima do teto do salário-mínimo, realmente é muito preocupante, nobre Senador. Porque realmente

vai desencadear nas aposentadorias por idade nesse miserável salário-mínimo. Está caminhando para isso. Nós que lutamos tanto, inclusive, nesse período, nessa trajetória nossa, na militância do movimento sindical, a nossa militância no movimento de aposentados, a nossa participação efetiva, inclusive, na nova Constituição Brasileira, fazendo inclusive muitas viagens com riscos para que pudéssemos conseguir, pela primeira vez na história da nossa Constituição, um capítulo específico de Seguridade Social. Mas verificamos que também está no papel. Ficou na nossa Constituição que até o momento, inclusive, verificamos alterações, e várias alterações, extinguir os direitos adquiridos e o capítulo de Seguridade Social praticamente está sendo uma letra morta dentro da nossa Constituição que é lamentável que isso está ocorrendo. Verificamos, Sr. Presidente, que hoje ao assumir a Presidência da Confederação Nacional Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, entidade federativa, que congregam 19 federações nos Estados e mais de 1.200 entidades de bases filiadas, ao iniciarmos, inclusive, os entendimentos, as tratativas (soa a campainha) para esse reajuste também dos benefícios dos aposentados que ganham acima do teto, já sentimos uma decisão de imposições, inclusive.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só para alertar o plenário, quando dá o sinal tem mais um minuto.

SR. BENEDITO MARCÍLIO – Pois não. Vou concluir. Então, verificamos que realmente entra governo e sai governo, mas a chibata é a mesma. Essa que é a grande verdade. Por isso, nós "Cobapianos" convidamos neste momento também nossas autoridades e representantes de entidades, para que no dia 8 de março, quarta-feira próxima, iremos realmente realizar uma grande marcha a Brasília, em cima dos nossos reajustamentos dos benefícios contra inclusive esse fator previdenciário que também foi decisão do nosso Congresso e que devemos realmente extinguir esse fator previdenciário. E esperamos inclusive com as manifestações que deveremos realizar unificadamente com todas as centrais sindicais, com todos os representantes de aposentados, com todo o segmento inclusive do Congresso Nacional, esperamos encontrar forças para que haja vontade política neste país tanto do Governo, como do Congresso, em sanar essa grande injustiça que está ocorrendo com o movimento de aposentados e pensionistas deste país. Muito obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao companheiro Moacir, a contrato, por cinco minutos, irrevogável.

SR. MOACYR ROBERTO – Primeiro eu gostaria de cumprimentar o Senador Paim, eu tenho sempre dito um homem cidadão, pela sua postura, pela sua história, pelas suas lutas, pela sua defesa, um homem sempre preocupado com a questão social. Não vou ser repetitivo, até porque foi bastante desdobrado as questões aqui, mas a minha preocupação na fala era de enaltecer o representante da força sindical, disse que tendo em vista a sua forma de expressão da sua base, do seu dia-a-dia. E fazer uma convocação à força sindical, até a título de provocação, que quando o movimento popular, as centrais sindicais, as confederações, for fazer esse movimento e participar efetivamente do movimento para recuperar e acabar com a questão do fator previdenciário, eles que não na forma do passado faça o discurso do governo e apóie o projeto do Governo, como eles apoiaram na Reforma Previdenciária. É um apelo que nós fazemos para que ela se enganche ao movimento da COBAP, de todo o cidadão brasileiro, que eu acho que aí ultrapassa os limites de A ou B, mas é o trabalhador brasileiro. Esse é o apelo que eu faço e que lamentavelmente o que estamos unindo, o que está nos trazendo a essa discussão é a dor, a "perca" e a sensação quase que de impotência. Porque quando chega essas horas, o Governo, através da sua máquina, do seu poder de articulação e demanda, acaba prejudicando e afogando as ansiedades de tantos brasileiros que espera aquela hora, "vou me aposentar, vou viver com meus filhos, fazer isso e aquilo". E muitas vezes, a maioria das vezes hoje, ele se aposenta, e para não passar a vergonha, como foi colocado nessa Mesa, ele é obrigado a voltar ao posto de trabalho, além de continuar trabalhando, tirando o local e o ambiente de uma outra pessoa que poderia estar produzindo e ele curtindo a sua aposentaria decentemente. Muito obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao companheiro Antonio Cortizo da CONTCOP também pelos mesmos cinco minutos.

SR. ANTONIO CORTIZO – Muito obrigado, Senador. Senador Paulo Paim, primeiro eu quero parabenizar V.Exª. pela autoria do projeto. E segundo, pela Audiência Pública que hoje se realiza, aonde puderam ser ouvidas as classes trabalhadoras aqui representadas pelas diversas entidades e especialistas na matéria de Previdência Social. Eu não poderia vir aqui entrando mudo e saindo calado, atendendo a um convite de V.Exª. para participar dessa Audiência. Não vou debater, quero citar alguns trechos da justificativa de V.Exª. que traduz exatamente com toda clareza o que é o fator previdenciário. V.Exª. diz em sua justificação do projeto. "Essas inovações, sob a alegação

de adequar o Sistema Previdenciário aos impactos atuarial e financeiro da evolução demográfica, almejam de fato a contenção das despesas com benefícios da Previdência Social. Principalmente da aposentaria por tempo de contribuição, mediante a redução de seu valor ou retardamento de sua concessão". Este parágrafo, Excelência, é tudo que se poderia dizer em termos de justificação do projeto muito bem elaborado por V.Exª.. Também quero citar trecho da lavra do Sr. Luiz Alberto dos Santos, assessor da liderança do PT em 1999, não sei se ainda continua. Quando ele diz: "Cumprindo apenas o tempo constitucionalmente exigido, qualquer que seja a idade, o homem continua perdendo até 30% do seu benefício caso se aposente antes dos 59 anos, com 35 de contribuição". Senador Paulo Paim, quero dar o testemunho deste trabalhador que está falando neste momento. Comecei aos treze anos e nunca parei de trabalhar. Tenho 61 de idade, 48 de Previdência Social, porque como disse a nossa companheira no início dessa audiência, aos 13 anos já tinha carteira assinada. Eu era office-boy. E há 48 anos pago a Previdência e continuo pagando até hoje. Mas vou ter que esperar mais dois anos não pelo fator previdenciário. Foi um outro fator, porque eu sou empregado de uma empresa pública, que considero ela não a filha do Governo, mas uma enteada, era a única empresa pública que não tinha a sua Previdência Privada. E ela conseguiu há três anos atrás, um convênio com uma outra Previdência Privada também da área pública, mas com a carência de cinco anos. Portanto eu preciso de mais dois anos pela frente para que eu possa ter a complementação da minha aposentaria. Com isso, Excelência, eu vou completar 50 anos de Previdência e 63 de idade para poder ter direito à aposentaria do INSS com a complementação. Eu não sei, esse tempo todo da minha vida, Excelência, se eu devo procurar a delegacia de furtos, de roubos e de fraudações ou a Delegacia de Defesa do Consumidor, porque estelionato ou foi propaganda enganosa? Eu paguei durante muitos anos, até sobre 20 salários mínimos, depois foi reduzindo, reduzindo, e aquilo tudo que eu paguei lá atrás? Foi para onde, Excelência? Que agora não chega a nem a 10 salários mínimos? Agora é salário contribuição. Por isso eu não sei se é aplicável o 171 ou se é aplicável o Código de Defesa do Consumidor, no meu caso. Mas este, Excelência, é um ano eleitoral. (soa a campainha) E neste ano eleitoral sabe V.Exª. que a CONTCOP que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade irá orientar todos os seus sindicatos e federações nacionais para apoiar o projeto de V.Exª. para que nos comícios S.Exas., os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, enfim, todos os candidatos nesse ano passem a apoiar o projeto de V.Exª. aqui nesta Casa para que possa ser aprovado definitivamente, excluindo, extirpando dessa nossa Previdência esse fator previdenciário tão maléfico a todos nós e aqui o meu testemunho que V.Exª. acabou de ouvir. Muito obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra já com a presença da nossa Senadora aqui Heloísa Helena, que tinha um compromisso no Ministério Público, mas fez questão de dizer que iria lá para retirar alguns documentos importantes para os debates nas CPIs, estou certo? Mas que voltaria em tempo de poder também vocês ouvirem a opinião dela sobre esse tema. Passamos a palavra Maria Clotilde da CONTEC.

SRA. MARIA CLOTILDE – É uma Confederação Nacional dos Trabalhadores em estabelecimentos de ensino, que representa professores e técnicos administrativos no setor privado de ensino. Então, eu gostaria de inicialmente agradecer, parabenizar por essa audiência, parabenizar o Senador Paulo Paim pelo projeto porque para CONTEC em especial nós temos um interesse muito grande nesse projeto, porque, além de todos os prejuízos que todos que me antecederam aqui colocaram, principalmente para os trabalhadores de baixa renda que, sem dúvida, são os mais prejudicados, também foi muito bem destacada a questão da mulher. A Senadora Heloísa Helena está aí na Mesa, nós temos uma representação, e neste momento, inclusive na antevéspera da comemoração do Dia Internacional da Mulher, o fator previdenciário prejudica, sobretudo as mulheres. As mulheres que já estão tão penalizadas por toda a situação de opressão que vivem na sociedade, ainda sofrem mais uma penalização em função do fator previdenciário. Mas representando a Confederação eu queria me ater mais na questão dos professores. Os professores sofrem um prejuízo especial com o fator previdenciário. Por ocasião da aprovação da Constituição de 88, os professores lutaram muito para manter a aposentaria especial. Como todos sabem, no mundo todo há um tratamento diferenciado em relação à categoria dos professores. Pelo tipo de trabalho que é realizado, o mundo, em vários países se reconhece que há necessidade ter uma consideração especial por essa categoria, pelas exigências do trabalho que é realizado. Infelizmente nós perdemos a aposentaria especial para os professores de ensino superior, mas foi mantida a aposentaria por antecipação dos professores da educação básica, professores e professoras. Os professores têm o direito de se aposentar aos 30 anos e as professoras da educação básica aos 25 anos. No entanto, o fator previdenciário acabou anulando essa

conquista e essa garantia constitucional. No caso do professor, como das mulheres, professor que se aposenta aos 30 anos, ele acaba tendo que trabalhar até oito anos para poder ter uma remuneração integral. Cerca de oito anos. A mais prejudicada, no entanto é a professora da educação básica. E nós que somos do sindicato dos professores é revoltante constatar, aquela professora que cuida de criança e que exige uma energia, um tipo de condição física e psicológica, até a criança de educação infantil, chegando após 25 anos de contribuição e sabendo muitas vezes pela primeira vez que não tem condição de se aposentar. Que vai ter que trabalhar mais 10 anos, mais 12 anos para poder ter aposentaria integral. Então essa questão tem revoltado muito a nossa categoria e a Confederação tem procurado desenvolver uma série de iniciativas no sentido de denunciar. Porque é realmente uma questão humana, importante, a penalização, principalmente da professora. Mas não é só a questão da penalização da professora. É a questão da qualidade da educação. Porque, sem dúvida nenhuma, essa professora que vai ter uma redução de 51% na sua remuneração, ela vai ter que continuar trabalhando, e vai ter que continuar trabalhando sem condições psicológicas, físicas, em escolas do setor privado, que exigem muito, que têm uma exigência de trabalho fora da sala de aula, que a professora tem que atender inclusive os alunos hoje, nas escolas particulares há uma exigência de que o professor atenda via internet, que o professor atenda o estudante quase que 24 horas por dia, sem remuneração, então com uma série de novas exigências, que as novas tecnologias aí colocam para os professores, e (soa a campainha) as professoras são obrigadas a continuar trabalhando e com certeza isso há um rebaixamento da qualidade de ensino. Então, eu queria encerrar dizendo que a nossa Confederação está nessa luta, acha que é muito importante eventos como esse, e toda mobilização que deve ser feita junto com as centrais, com as confederações para que de fato seja revogado o fator previdenciário que tanto prejuízo tem causado ao conjunto dos trabalhadores brasileiros. Obrigada. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra também pelo tempo de cinco minutos, ao companheiro Floriano, que já fez a exposição e quer fazer mais um depoimento.

SR. FLORIANO JOSÉ MARTINS – Prometo não passar de dois minutos. Talvez o foco, embora já tenha focado o fator previdenciário, todos aqui o fator previdenciário, mas está nos chamando a atenção e estamos isso há tempo com nossos dados e análises, é sobre o orçamento da Seguridade Social. Acho que eu não poderia sair daqui e não externar pelo menos a nossa preocupação os nossos trabalhos todos. Desde 94 nós estudamos isso. Que lamentavelmente a Constituição de 88, fez uma previsão inteligente sobre a segregação de três orçamentos: orçamento fiscal, orçamento da seguridade e orçamento das estatais. Esqueçamos os orçamentos das estatais. E de lá para cá, principalmente a partir de 94, foi se juntando o orçamento da seguridade com o orçamento fiscal. E a nossa luta, desde então, é exatamente para tentar fazer o movimento no sentido de primeiro segregar o orçamento. Quem sabe, Dr. Marcílio, possamos daqui a pouco lutar por um índice mais alto exatamente para privilegiar ou contemplar, como diz privilegiar, contemplar o aposentado acima de um salário-mínimo. Lamentavelmente, todos os recursos canalizados que deveriam ser canalizados para a Seguridade Social, são canalizados para outras fontes, outras ações do Governo. E mais, chamo a atenção por último, que acho que deveríamos fazer também o movimento. Em 2007 está prevista a extinção da DRU. Ou seja, ele tem um prazo fixo para o ano que vem. Provavelmente é 20% que se arrecada ou se canaliza para qualquer ação governamental, o 20% de todas as contribuições sociais, contribuição e impostos. Será que nós não podemos fazer um movimento no sentido de, ao invés de algumas correntes projetarem aí um aumento de 20 para 30, e até 40%, como algumas entidades internacionais querem, não permanecer no sentido não lutarmos para extinguirmos a DRU? E voltarmos para a luta incessante de segregar os orçamentos da seguridade e do orçamento fiscal. Aí, sim, talvez, a gente possa ver quais os recursos que a seguridade tem, que ao longo desse período, só de 95 para cá, aliás, de 2005 até agora já foram canalizados mais de cento e sessenta bilhões de reais, de 2000 para cá. Podemos fazer até de 95. Eu acho que é o fator previdenciário é sumamente importante, é de extrema necessidade a sua discussão e sua extinção, mas eu acho que o orçamento, a segregação dos orçamentos me parece que é de fundamental importância para que discutamos o conceito de Seguridade Social. A começar pela LDO que vem para cá, e não é o Executivo o culpado, é homologado pelo Congresso, a LDO e todo o orçamento, com dotação exclusiva do orçamento fiscal e Seguridade Social agregadas. É só isso. Obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu gostaria de passar a palavra nesse momento à Senadora Heloísa Helena que prestigiou essa Sessão, como também ao Senador Romeu Tuma, que aqui esteve com a gente. Senadora Heloísa Helena.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL) – Bom, primeiro eu quero abraçar a todos os representantes das entidades e saudar com entusiasmo a de-

cisão do Senador Paim, não apenas apresentando o projeto, até porque eu também ia apresentar o projeto e achei melhor que ele o fizesse, porque de alguma forma ele tem mais vinculação ao Governo (risos). Talvez os governistas da base de bajulação, que não é o caso dele, incentivassem menos a aprovação do projeto. Então eu quero também me desculpar com os representantes de Entidades que fizeram o seu pronunciamento na hora que eu estava fora, realmente eu tinha um documento que tinha solicitado ao Ministério Público e assim sendo, só eu que tinha que assinar o recebimento, mas tive a oportunidade de inclusive já voltando aqui, ver depoimentos extremamente importantes. Claro que o Senador Paim e vários Senadores, eu também, a gente tem trabalhado muito sobre esse tema. E, inclusive, sobre essa questão que trouxe agora o Floriano, que é uma lembrança muito importante da gente estar todo o tempo trabalhando nela, até porque é um argumento muito utilizado para ludibriar a opinião pública, muitas pessoas de bom coração, muitas pessoas de bem e de paz, acham mesmo pela propaganda enganosa que é feita, que existem privilégios, que existe déficit na Previdência, então muitas pessoas acreditam mesmo nisso. Porque existe uma massificação de propaganda muito grande. Daí a importância de nós impedirmos a prorrogação da desvinculação de receita da União da DRU, que não é uma coisa qualquer. Nós estamos numa luta porque não é só da seguridade. Eu sei que nós que somos da educação, e a Clotilde também falava sobre a questão da educação, nós estamos lutando muito, muito, para impedir que se retire recurso da educação. Porque não é só na Seguridade Social. Na Seguridade Social a coisa é mais grave, porque mexe no recurso da Previdência, da Saúde e da Assistência Social. Então não é uma coisa qualquer. E não é apenas o percentual de 20%, o que é mais grave. Porque quando fechou o balanço agora de dezembro para janeiro, o que nós identificamos é que foi saqueado dos cofres da Seguridade Social, não apenas os 20% estabelecidos na legislação, mas 36%, foi saqueado e depois eles passam a fazer a recomposição artificial e tudo isso para quê? Para compor o superávit e, portanto, ser parte de um projeto de irresponsabilidade fiscal, irresponsabilidade social, irresponsabilidade administrativa. Não é a toa que a gente faz de conta, eu digo sempre isso aqui, a gente faz de conta que mexe no orçamento. Nós não mexemos no orçamento. O Congresso faz pose que mexe no orçamento. O orçamento que está previsto um trilhão, seiscentos e setenta bilhões, oitocentos e quarenta bilhões, portanto, a metade do orçamento é intocável, nós não podemos trabalhar em nada. Quando a gente quer colocar recurso para a moradia, para o saneamento, para a educação ou para a assistência social, nós fazemos garimpagem orçamentária, tiramos de um lado para colocar no outro, que chega a ser ridículo, tira da agricultura para colocar na educação, aí o outro que é mais identificado com o setor agrícola tira da saúde e põe no setor agrícola. Aí tira das Forças Armadas, tira de um e de outro fazendo um verdadeiro mecanismo de garimpagem orçamentária para continuar essa política econômica de ortodoxia monetária, que joga oitocentos e quarenta bilhões da riqueza nacional nos cofres dos banqueiros e leva o aprofundamento do abismo da injustiça social. Não é à toa que 0,0005% de famílias brasileiras tomam para si 48% de todo o PIB, de toda a riqueza nacional, em função desse tipo de política econômica de opção econômica, que não é a única opção possível. Vamos acabar com essa conversa também. Como se nós estivéssemos no fatalismo do fim da história, não tem outra alternativa, tem que ser corrupção e neoliberalismo. Acabemos com isso, sejamos ao menos criativos para pensar outras alternativas. Então ninguém quer discutir controle de capitais, não quer discutir aumento dos gastos públicos naqueles setores que dinamizam a economia local, gerando emprego e renda e portanto, melhorando a caixa da Previdência também. Melhorando a arrecadação para que haja investimentos nos setores que tantos estão no âmbito da política social e minimizam a dor e o sofrimento das populações mais pobres, porque volto a repetir, quando a gente fala do aparelho de estado, e fala dos trabalhadores do setor público ou dos trabalhadores do setor privado, é porque a grande maioria do povo pobre do Brasil, ele precisa do aparelho de estado. Ele não tem uma outra alternativa. Não tem o seguro saúde, não tem a opção de colocar escola, de escolher a escola que quer colocar seu filho, não tem. Então não é uma coisa simplória, não é uma coisa qualquer. Agora, o que nós não podemos admitir é que mais uma vez as ditas reformas, que de reformas nada tem, porque todos nós aqui somos favoráveis à reforma. A reforma do aparelho de estado parasitado, privatizado, corrompido para uma minoria todos nós queremos reforma. Mas nós não aceitamos um tipo de modelo de reforma, que penaliza quem já é penalizado, que é o mais pobre, o mais fraco da relação capital-trabalho, que é o mais fragilizado, que é o que entrou mais cedo no mercado de trabalho, como o depoimento que aqui foi colocado pelo Cortizo. Não é uma coisa qualquer. Quem entrou mais cedo no mercado de trabalho, e tem outros Cortizo que estão numa situação mais grave, embora seja difícil de colocar uma hierarquia na dor, porque a dor sempre é a maior quando é sentida por cada um de nós. Mas ainda tem aque-

les trabalhadores que entraram mais cedo no mercado de trabalho, que trabalharam muito num trabalho odioso, precarizado, que não tinham carteira assinada, portanto nem conseguem começar a contar o tempo, é uma situação extremamente grave, e aí não tem teto, porque os mais prejudicados são os mais pobres. Era o que a gente dizia inclusive na outra Reforma da Previdência que trouxe o requinte de perversidade feita pelo Fernando Henrique, feita pelo Lula, nós queríamos ao menos tirar aqueles trabalhadores que estão no teto da Previdência para que não precisassem passar por uma nova regra de transição e não aceitaram. E é por isso, e a Clotilde dizia aqui, muitos trabalhadores do setor privado e público, eles não sabem quando vão se aposentar. Eles não sabem. Você já imaginou que insegurança não apenas a insegurança jurídica, o desrespeito à legislação em vigor do país, a ordem jurídica vigente, imagina o significado de você não saber, ou você ser surpreendido nos Recursos Humanos de uma escola privada ou de uma Prefeitura você chega lá para saber quando vai se aposentar já mudaram as regras, foram alteradas e você vai ser penalizado mais ainda. Então isso é realmente uma coisa dramática. E eu volto a repetir. Claro que não é apenas, todos nós defendemos e temos a obrigação de defender mais as mulheres, e os homens justos também porque sabe que nenhuma sociedade se constrói livre, solidária e fraterna com hierarquia perversa entre ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres, mas a situação das mulheres é muito grave. Especialmente grave, porque não se dá conta, não se introduz no debate a dupla e a tripla jornada de trabalho da mulher. Não se dá conta, não se introduz no debate um trabalho exaustivo, repetitivo, que leva a mulher a uma exaustão completa que é o trabalho do cuidado à casa e o cuidado aos filhos. E ainda agüenta algumas vezes alguns companheiros muito chatos. Então é algo muito grave, é um trabalho repetitivo, exaustivo, não remunerado, nós lutamos muito pela aposentadoria das donas de casa, mas é uma briga gigantesca de ser feita e em determinadas profissões, onde a grande maioria é de mulheres, fica uma situação muito mais grave. A Clotilde dava aqui um depoimento e não é uma brincadeira. Eu encontrei muitas mulheres, professoras do setor privado ou do setor público, por saberem que eu sou professora, me comunicaram o quanto ficaram alarmadas de terem conhecimento pelo Recursos Humanos da escola ou da Prefeitura, que tinham que trabalhar mais três anos. E que diziam "eu não agüento mais os meninos, Heloisa. Eu não agüento mais". Porque não é uma coisa qualquer, agüentar 50 meninos de manhã, 50 meninos de tarde sem estrutura, sem condições de trabalho. Muitas mães sequer têm a oportunidade da paciência de ensinar a lição de casa aos seus filhos, quando chegam nas suas próprias casas, em função desse tipo de trabalho. Então, não é uma coisa simples, eu acho que as propostas que aqui foram feitas tanto em relação de uma mobilização social para a aprovação do projeto do Senador Paim, como incluir também um movimento mais organizado e antecipado diante da nova e possível reforma da Previdência que virá e o Toninho em todas as falas de alguns governistas já dão conta disso, já estão falando do déficit da Previdência, já estão mexendo com as tábuas de expectativa de vida, para dizer que agora é aquela velha discussão de que não é mais aposentaria, auxilio funeral mesmo, então é essencial que nós possamos nos mobilizar antecipadamente, para evitar que venha mais uma reforma, retirando direitos dos trabalhadores do setor privado e dos trabalhadores do setor público e criando mais problemas ainda para estrutura da Previdência Pública também e para os trabalhadores de uma forma em geral. Do mesmo jeito essa questão do Floriano, para impedir a prorrogação da desvinculação de receita da União. Claro que nós queremos a extinção em todas as áreas, porque não é apenas na área da Seguridade Social, mas é essencial que isso seja feito. E só por uma brincadeira final, viu Cortizo... É muito melhor pedir aos políticos em campanha que não façam só discurso no palanque, porque discurso em palanque todos farão com satisfação e enganação. Talvez seja melhor obrigá-los ou solicitá-los delicadamente que eles assinem, registrem, protocolem da forma cartorial para tentar ver se depois eles não acabam conferindo o abismo entre os discursos que são todos iguais, porque não existe o detector de mentira dizendo quem é que está falando a verdade ou não. Como os discursos são iguais, as palavras de domínio público, muitas vezes se constituem em um abismo entre o que se fala e o que efetivamente faz. Acho que é essencial agora que é ano eleitoral sair por aí pedindo aos candidatos que assinem um documento, as entidades registrem, documentos que dêem conta disso. Tirem as pastas dos direitos que foram conquistados pelos trabalhadores, não foi concessão, não foi ato heróico de nenhuma personalidade política, nem nosso de nenhuma outra, foi uma luta incessante que foram sendo, lutas e mais lutas ao longo de tantas histórias. Então nós temos obrigação até para honrar a memória daqueles que lutaram tanto, tanto, muito antes de nós, que a gente realmente não deixe que sejam tirados mais nenhum direito. Não tem, é a moratória na retirada de direito. Não toquem mais. Nada de prejudicar mais. E o pior é porque eles trazem penduricalhos e detalhes para retirar direitos de forma absolutamente que as pessoas não consigam ver, tem

o estatuto da micro e pequena empresa que é algo extremamente importante por um lado, lá eles colocam junto a retirada de direito dos trabalhadores de Fundo de Garantia. Como é que pode uma coisa dessa? Então toda propaganda que está sendo massificada na mídia é que é a oitava maravilha do mundo, essencial para a sobrevivência. Então aí ninguém fala das outras coisas no campo da política econômica que seriam essenciais para dar vitalidade ao micro e pequeno empresário do campo ou da cidade. Outras questões que são essenciais, elas são deixadas intocáveis, porque não se pode tocar em nada que signifique a alteração da ortodoxia monetária. Enquanto isso aí vai sempre para mexer nos poucos direitos que ficaram dos trabalhadores de uma forma em geral. Então tem apenas não a minha solidariedade, mas toda a minha luta no sentido de que a gente possa realmente fazer as alterações que são necessárias, e nos organizarmos de forma a impedir qualquer nova retirada de direitos, porque quem tem acompanhado esses últimos dois meses, a mídia, a fala de personalidades importantes do Governo, a discussão que está sendo feita inclusive da nova carta ao povo brasileiro, tudo isso está lá sendo assegurado de forma pública ou subreptícia(F) está sendo assegurada nova reforma da Previdência e isso pode significar mais retiradas dos poucos direitos que sobraram dos trabalhadores do setor privado e dos trabalhadores do setor público. E quando a gente diz isso, não é que esteja se preocupando apenas com assalariado, não é que não esteja se preocupando com aqueles outros setores que estão na informalidade. Não se trata disso. É que aqui o tema que está sendo discutido está diretamente relacionado a isso. E muitos que estão na informalidade, quando conseguem também pagar, alguns preferem até não pagar. É sempre uma luta lá em casa para eu continuar pagando a Previdência da pessoa que trabalha comigo. É uma luta. Porque a pessoa não quer. "Não Heloisa, ao invés de você estar pagando..." Porque ela nem aceita e eu até entendo a razão e eu pago sozinha, ela não aceita porque ela diz "ah, não vou pagar não"; "por quê?"; "porque eu sei quando vou me aposentar? Eu vejo vocês dizendo que agora se aposenta com 50, depois é com 60, depois é com 70". O meu pai tem 72 anos e não consegue a aposentadoria, porque diz que tem que provar numa nota que ele comprou uma enxada, como se numa feira do interior se comprasse enxada com nota fiscal no meio da feira. Uma luta. Muitos trabalhadores justamente pela insegurança jurídica, pela alteração das normas e do formalismo das leis conforme as conveniências dos banqueiros ou dos gigolôs das instituições de financiamento multilaterais, cada vez mais o que está na informalidade também não quer. Porque não é uma coisa qualquer ele tirar cem, duzentos ou trezentos reais, quando ele tem isso qualquer coisa que ele tira do pão, do vestuário, da escola, do brinquedo para o filho dele, é muito para vida de quem está na informalidade. E cria mais problemas ainda em relação ao futuro da Previdência Pública, especialmente da Previdência Pública do nosso país. Então só para saudar a todos vocês, saudar a luta, as contribuições extremamente importantes que foram estabelecidas aqui, colocadas aqui, mais uma vez saudar o Senador Paim pela iniciativa e numa Comissão mais especial ainda, que é a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos. Mais especial ainda, porque muitas vezes algumas pessoas acham que a luta pelos Direitos Humanos não necessariamente passa por essas lutas concretas das políticas sociais, das políticas públicas, naquilo que pode minimizar a dor e o sofrimento da maioria da população brasileira. Muito obrigada. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O Portanova quer fazer uma consideração rápida, em seguida a gente vai para o encerramento, porque às 14h00 eu e a Senadora temos que estar no Plenário.

SR. DAYSON PORTA NOVA – Eu só gostaria de colocar algumas manifestações que vieram agora de alguns trabalhadores, por exemplo, do Benedito, quando ele fala da questão dos reajustes assim do salário-mínimo e das perdas que ocorreram, e normalmente o governo está dizendo que não teve perda nenhuma, o INPC já demonstra que o próprio Governo não cumpriu isso. Se nós formos um pouquinho mais atrás, o Plano Real que recuperou do servidor público, algumas das perdas que ocorreram, o poder judiciário recuperou isso, lá no nosso Estado, Senadora, os Procuradores do Estado fizeram um acordo com a perda de 10.80%. Os aposentados também tiveram essa perda no Plano Real e até hoje não foi recuperada. Então, perda existe e a gente também tem que enfocar apesar das vezes o Supremo Tribunal Federal ter uma posição mais econômica do que jurídica. Eu quero... Vendo também algumas manifestações como a do Cortizo com relação à Previdência Complementar. A gente tem que alertar que o fator previdenciário deve começar a cair na previdência complementar também. Se não já estão aplicando como acontece em Santa Catarina, em um ou outro instituto que a gente acabou estudando, acaba a previdência complementar pagando um benefício que seria devido pela Previdência, se não houvesse o fator previdenciário. Também aí repercute negativamente no valor da complementação, porque na verdade, o benefício é mil, mas o que a Previdência iria pagar se não tivesse fator era mil e quinhentos,

eu vou complementar sobre mil e quinhentos. Então vocês imaginem como também tem que estar atento na questão da complementação. Quero também trazer um detalhe das professoras, a Clotilde falava na questão dos professores. Tem um problema muito grave: Muitos dos professores do Regime Geral de Previdência Social, em especial antes do fator previdenciário, tinham duas, três ou quatro cargas horárias distintas em instituições distintas. E o que acontecia? "Ah, não, o cálculo da aposentaria não se soma aos trabalhados unificados. Se pega uma das atividades, a mais antiga, e as outras serão proporcionais". É um absurdo. Isto nunca foi reparado na norma, a não ser depois de toda uma composição com a Lei 9.528 e a 9.876, mas toda essa gama de trabalhadores do ensino antes de 1998, também tiveram esses problemas. E Senadora, para aproveitar um pouco da sua fala, se a senhora permitir, a senhora fala do problema das aposentadorias dos servidores públicos. Esse problema se agravou mais ainda com a Emenda 41 e depois com a Emenda 47. Por quê? Porque tinham regimes, principalmente nos Municípios, que em vez de terem regimes próprios, eram regimes CLT. Depois que veio a Constituição passaram para regime próprio. Depois voltaram para a CLT. Veio a 41, passaram para outro... Hoje não se sabe em que regime estão. Então, imaginem chegar isso na mesa de um Prefeito, na mesa de um Secretário de Administração que pouco conhece, e vai dizer "olha, atira isso para o próximo mandato". E o que vai acontecer e já começou a acontecer em alguns lugares? No interior de São Paulo já está acontecendo. Esses regimes, que são próprios, têm que ter primeiro, equilíbrio atuarial e financeiro e também tem que ter uma estabilidade no regime, porque senão não emitem o CRP, que é o Certificado de Regularização Previdenciária. Conseqüentemente, ao não emitir o CRP, não tem receita, dinheiro do repasse direto do Governo Federal e aí pára obra, saneamento básico, educação, pára tudo. Então, desculpe, eu estou até fugindo um pouco do fator previdenciário, por quê? Porque todos esses detalhes, eles deveriam ter um fórum mais amplo. O fator previdenciário aqui, talvez com a iniciativa do Senador Paim, com o referendo que tem sido dado pela Comissão talvez desencadeie debates que estão aí atenuados e escondidos, fechados, que têm que começar a ser discutidos. Então eu quero fechando aqui para a gente respeitar o tempo, quero agradecer ao Senador Paim, a COBAP por ter, ao Benedito na condição de Consultor, e dizer que me senti honrado por ter ministrado os trabalhos com a Senadora Heloisa Helena e por terminar ao lado dela. Muito obrigado a todos. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pessoal, de forma muito rápida eu queria também, abusando um pouco da boa vontade de vocês, dizer que seria muito importante se vocês pudessem estar presentes, amanhã nós teremos um grande debate aqui na Comissão sobre a questão do salário-mínimo envolvendo os Prefeitos e também o representante dos trabalhadores nas Prefeituras. Será um bom debate, seria importante se o movimento sindical estivesse presente. Na quinta-feira teremos um debate sobre o ensino técnico profissional. Que tem tudo a ver também com o movimento sindical, com a presença do MEC, enfim, aprofundando esse debate, o que é que nós queremos com a formação da nossa juventude. Fazer esses dois alertas da terça e da quinta, queria mais uma vez agradecer a Senadora Heloísa Helena, que tem nos prestigiado, eu diria, em todos esses eventos que envolvem o movimento social organizado. Se é o debate do aposentado a gente convida e ela está. Se é do movimento sindical especificamente. Debate das reformas, ela quis estar conosco e vocês todos estiveram aqui conosco. Felizmente parece que está parado agora lá, e que fique lá por um bom tempo, quando houve o debate recentemente aqui também nessa Comissão, onde um painelista no meu entendimento defendia com unhas e dentes que o culpado de toda economia era o salário-mínimo. A Senadora fez o debate do Plenário e também com muita qualidade. Então eu agradeço a todos que prestigiaram esse evento e dizer que essa luta do fator previdenciário será em vão se depender somente de nós dois ou de mais três aqui dentro. De fato se o movimento social organizado, de fora para dentro do Congresso Nacional, fazer a pressão devida, há condições de nós mudarmos a história da Previdência no Brasil e como foi dito aqui pelo Portanova e por todos, não só fator previdenciário, toda a amplitude, e o Schultz me fazia aqui um sinal me dizendo "vamos ampliar esse Fórum de debate. Discutir a Previdência no seu todo". E claro que o fator previdenciário pode ser a mola que unifique a todos nós, porque ninguém pode ser a favor, a senhora disse muito bem aqui, desse ato criminoso que é o fator previdenciário do Governo anterior, mas que está sendo mantido agora do Governo, que eu faço parte e todo mundo sabe das minhas posições muito clara e muito definida e que fazem com que a gente fortaleça um Fórum como esse. Agradeço a todos. Quero dizer que aquilo que foi dito no início numa segunda-feira, pós-carnaval, quando muitos não acreditavam que o movimento sindical viria pra cá. Ele veio para cá, eu diria todos convidados aqui estiveram, deram seu ponto de vista e demonstram que a gente está disposto a fazer uma grande campanha esse ano. E diria a Senadora Heloísa Helena, a senhora não

estava aqui antes, a senhora é uma das candidatas à Presidência da República, de que o movimento sindical deveria fazer uma carta. A gente sabe dos seus compromissos. Estou me dirigindo especificamente à Senadora Heloisa Helena.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL) – Meu nem precisa gastar papel, viu (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Deveria fazer uma carta a todos os presidenciáveis, para decorar o compromisso que eles assumem. Já que eles dizem que têm tanto compromisso com diversos setores da sociedade. Bom, qual é o compromisso com os trabalhadores, aposentados e pensionistas? Então, essa idéia da carta não é minha, é uma idéia que veio numa correspondência que eu recebi e que eu queria deixar aqui junto ao movimento sindical. Você falou e nós não tínhamos combinado, você entrou aqui na carta do povo brasileiro, eu tinha casualmente falado um pouco antes mais ou menos nessa linha. E não foi nada combinado. Que essa carta fosse construída por um movimento sindical. Quem sabe ter um grande encontro nacional e convidar os convidados a Presidente, para ver qual é o compromisso que eles assumem. E veja, estou sendo muito tranqüilo aqui, todo mundo sabe qual é o meu partido, qual é o partido da Senadora Heloisa Helena, mas eu quero também saber de todos os candidatos a Presidente qual é o compromisso que eles têm com o conjunto dos trabalhadores. Parabéns a todos vocês, está encerrada a presente reunião por já ser mais de 14h00. (palmas)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Fica assegurado que eu vou pedir a fita e encaminho para as entidades.

Sessão encerrada às 14h06.

Ata da 4ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para 8 de março de 2006, quarta-feira, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 6, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia oito de março de dois mil e seis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Cristovam Buarque,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **Romeu Tuma, Leomar Quintanilha, Flávio Arns, Paulo Paim, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcante.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Presidente solicitou a Secretaria dar ciência aos Membros da Comissão, do teor do Ofício SF/GSHH nº 005/2006, do Gabinete da Senadora Heloísa Helena, solicitando a atuação da Comissão junto aos órgãos competentes, afetos à matéria nele narrada, para que haja uma rigorosa investigação de fatos criminosos, de identificação de policiais militares torturadores e a submissão destes aos rigores da lei. Para isso foram distribuídas cópias aos Senhores Senadores membros da Comissão. Passa-se a apreciação da seguinte **PAUTA** – **Item Único - Requerimento CDH N° 18, DE 2005,** para a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das questões atinentes às "Cobaias humanas na Amazônia". O Presidente Senador Cristovam Buarque abre a reunião e passa a palavra ao Senador Paulo Paim, Vice-Presidente da Comissão, em ato contínuo passa a palavra para os seguintes convidados, nesta ordeM – Haroldo José de Arruda Franco - Promotor Público do Estado do Amapá; Sidnei Siqueira - Líder da comunidade São Raimundo do Pirativa; Isaac Roitman - Diretor de Políticas e Programas Temáticos do Ministério da Ciência e Tecnologia, representando o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; Moisés Goldbaum – Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, representando o Ministro de Estado da Saúde; Dardeg de Sousa Aleixo - Presidente do Conselho Regional de Medicina do Amapá; Alan Coelho de Sellos - Subchefe de Divisão de Direitos Humanos do Itamaraty, representante do Ministério de Relações Exteriores (conforme Requerimento nº. 03, de 2006, de aditamento); Cláudio Lorenzo – Consultor contratado pelo Conselho Nacional de Saúde; Alan Kardec Ribeiro Galardo - Coordenador da pesquisa. Fazem o uso da palavra o Senhor Senador Paulo Paim. **EXTRAPAUTA** – **Item nº. 01** – Requerimento - CDH nº. 08, DE 2006, **Assunto –** "audiência pública, a se realizar no dia 03 de abril de 2006, às 10 horas, com vistas a tratar das questões atinentes à inclusão do idoso com desdobramentos quanto à regulamentação do artigo 40 do Estatuto do Idoso e a estadia do idoso em instituição de longa permanência". **Autoria** – Senador PAULO PAIM. **Resultado –** aprovado o requerimento. **Item nº. 02**, Requerimento - CDH nº. 09, de 2006. **Assunto –** audiência pública com a presença do Excelentíssimo Senhor Saraiva Felipe, Ministro de Estado da Saúde, com o escopo de informar ao Senado Federal a estratégia preventiva da União para proteger o território brasileiro da "gripe aviária". **Autoria –** Senador Cristovam Buarque. **Resultado –** Aprovado o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quatorze horas e quatro minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e pu-

blicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bom dia a cada um e a cada uma. Minha saudação especial às mulheres presentes pelo dia delas que é hoje. Não apenas os meus parabéns pelo dia, mas os meus agradecimentos pela sensibilidade feminina em todos os assuntos. E creio que nesses dos Direitos Humanos também. Agradeço muito aqueles que aceitaram o convite para vir aqui falar sobre esse assunto. E declaro aberta a quarta reunião da comissão permanente dos Direitos Humanos e legislação participativa da quarta sessão legislativa ordinária da 52ª Legislatura. Antes de iniciarmos o nosso trabalho proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Considero aprovada. E passamos a apreciação da pauta. Essa Comissão de Direitos Humanos tem hoje apenas uma pauta. E eu quero deixar claro a todos aqui presentes que a Casa Legislativa, o Senado, não é um órgão de punição nem é um órgão de julgamento. Nós estamos aqui numa audiência para ouvir, esclarecer e depois tomarmos medidas legislativas. Sejam aquelas de cunho de mudar leis, sejam aquelas de informar o Poder Executivo e Judiciário daquilo que foi feito aqui. E além disso o papel de transmitir ao Brasil o assunto através da tv e da rádio Senado. Para que o Brasil saiba de um problema, não estou dizendo que saiba de crimes, que não somos nós que julgamos. Nem mesmo de erros que não somos nós que definimos, que saibam de uma situação. Para alertar outras áreas e para esclarecermos, sobretudo, porque nós temos que ter consciência aqui de duas posições que às vezes são conflitantes e que a gente tem que apoiar as duas: Uma é a defesa dos Direitos Humanos, a outra, a promoção da ciência. Desde que eu tomei a iniciativa de, a partir de um processo do Promotor Haroldo, levar isso ao conhecimento, todo tempo eu estou preocupado que longe de nós querermos criar uma fobia contra a ciência. A ciência é tão importante quanto os Direitos Humanos Até porque é uma forma de promover os Direitos Humanos, ampliar os Direitos Humanos. Então aqui não se trata de nada obscurantista contra a defesa humana, mas sim e como compatibilizar o avanço da ciência, inclusive numa área tão importante quanto a saúde, tão importante da saúde que é a malária, compatibilizar isso com o respeito às populações ribeirinhas, como a gente viu lá no Amapá e outras populações. Eu fico muito feliz que todos tenham aceitado estar aqui. E quero propor uma ordem para que nós façamos essa audiência colocando em último lugar, por uma deferência, não por relaxamento, o Dr. Allan Kardec, para que ele possa falar depois de ouvir a todos. E possa rebater, inclusive, o que achar que deve rebater, concordar com aquilo que acha que deve concordar. Não estamos julgando ninguém aqui. Quem julga é Juiz, aqui nós somos parlamentares, estamos parlamentando sobre um assunto. Como temos um número grande de pessoas, eu fiz uma ordem e gostaria de pedir certa rapidez de falar, no que for possível, mas não temos, ninguém vai cortar a palavra. Em primeiro lugar, eu estava querendo ouvir o Dr. Haroldo, e eu vou chamar um por um à Mesa para que não fiquem todos, porque não cabem e termina ficando poucos para ouvir, e essa mecânica não é muito positiva, é bom que tenha poucos aqui e muitos aí. Depois do Haroldo nós vamos passar um pequeno vídeo com base no que eu vi na minha visita à área. Depois eu quero chamar o Sidney Siqueira, o Sr. Sidney Siqueira que está aqui, que foi uma das pessoas que eu conversei que foi um dos que se submeteu ao processo e, sem dúvida alguma, é um representante da comunidade. Terceiro, eu penso chamar o Allan Coelho, Subchefe de Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores. Melhor deixar por último, penúltimo, certo? Virá depois, então. Então em terceiro lugar eu penso chamar o professor Isaac Roitman, que vai falar, não vai? Em nome, como Diretor de Políticas e Programas Temáticos do Ministério de Ciências e Tecnologia. E, depois, seria a vez do Moisés Goldbaum, Secretário de Ciência e Tecnologia Insumos Estratégicos que está presente? Que não está presente. Então deixamos aqui, em suspenso. Depois, o Presidente do Conselho Regional de Medicina do estado do Amapá, Dardeg Aleixo, a quem eu agradeço muito a presença. Depois o professor Cláudio, que é um especialista na área de Ética e que eu espero que esteja aqui para falar conosco, caso ele esteja. Depois, então, eu daria a palavra ao Dr. Allan Coelho, representante do Ministério. E só depois, então, eu passaria a palavra para o Dr. Allan Kardec. Está bem assim? Então, em primeiro lugar eu gostaria de convidar para vir aqui o Dr. Haroldo, aqui do meu lado, para que explique como tomou conhecimento do assunto, quais foram as ações que ele tomou, Até porque eu tomei conhecimento a partir do trabalho dele, quando divulgado na imprensa. Desse lado aqui. Assim.

Dr. HAROLDO JOSÉ DE ARRUDA FRANCO – Excelentíssimo Sr. Senador da República, Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado. Excelentíssimo Sr. Senador da República Paulo Paim, Vice-Presidente, a todos os demais presentes aqui, bom dia. Meu nome é Haroldo Franco, sou Promotor de Justiça do estado do Amapá há onze

anos. Atuei em todas as Comarcas do interior do estado, estou atualmente há seis anos na Comarca de Santana e desde o dia três de outubro de 2005, assumi a titularidade da Promotoria de Defesa do Consumidor, Cidadania, Meio Ambiente e patrimônio público da Comarca de Santana. No dia três de outubro de 2005, coincidentemente, o mesmo dia em que eu tomava posse como Promotor Titular, eu recebi um ofício da dra. Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá, tratando a respeito de uma reclamação dos moradores da comunidade São Raimundo do Pirativa a respeito de uma escola que se encontrava completamente destruída! Sem a mínima condição de ser dado aula para os alunos, para as crianças da comunidade. Eu, então, agendei uma visita à comunidade. E essa visita se realizou no dia 23 de novembro. Onde eu fui com apenas dois funcionários e cheguei lá e constatei, realmente, fotografei, fiz fotografias, constatei que realmente a escola não tinha a mínima condição, os pisos quebrados completamente, o forro danificado, paredes, o alojamento dos professores sem condições, enfim, uma escola, um patrimônio público completamente destruído. Uma vez que já me encontrava no local aonde só se chegava mediante viagem de barco, que lá nos chamamos catraia, uma hora de catraia. Eu decidi estender a visita e conversando com os moradores eu perguntei para eles quais eram as outras questões que eles gostariam de discutir, se tinham algum tipo de reivindicação a fazer. E perguntei também, já que dentro da minha área, eu já venho atuando há muito tempo na questão da saúde pública em Santana com problemas do hospital, problemas de agente comunitários de saúde, que é uma profissão muito importante e então, decidi tomar conhecimento de toda a situação na comunidade e pedi para conhecer o posto de saúde. Levaram-me, então, Até o posto de saúde que fica a cinqüenta metros de escola e verifiquei que o posto de saúde também se encontrava em situações precárias, em situações terríveis, banheiro destruído, também o mau uso do patrimônio público, dentro da minha área de atuação. E no anexo do posto de saúde um laboratório muito bem equipado, contrastando Até com a situação da escola e do posto de saúde da comunidade. E perguntei então a que servia aquele anexo, a que servia aquele laboratório quando me informaram que se tratava de uma, de um laboratório utilizado para uma pesquisa sobre malária, na verdade um projeto de heterogeneidade vetorial e malária no Brasil. E eu confesso que, na ocasião, fiquei satisfeito de saber que havia um projeto de pesquisa sobre malária naquela região que, reconhecidamente, é uma região endêmica. Então, procurei saber os detalhes daquela pesquisa como era realizada quando chegou às minhas mãos um contrato, na verdade um termo de consentimento com o carimbo do Instituto de entomologia, do laboratório de entomologia da UNIVERSIDADE DA FLÓRIDA. E uma das cláusulas dizia que a pessoa, no caso o coletor faria parte da pesquisa também alimentando cem mosquitos em seus braços e pernas e isso ocorreria duas vezes no ano. Aquilo me chamou atenção porque eu não sou nenhuma autoridade em entomologia, não tenho conhecimentos científicos suficientes para discutir isso, mas imediatamente o alarme que me soou foi a respeito da dignidade humana, uma questão ética. Até porque, eu acredito que pode haver sim o experimento em humanos para fins terapêuticos e aquele método, com toda a segurança, causaria mais a transmissão da malária do que qualquer terapia para a cura. Até porque, a região é endêmica, a probabilidade de transmissão da malária seria 100%. Então, de posse desses dados e do contraste que eu tive na ocasião de ver um patrimônio público completamente destruído, as crianças sem poderem estudar e os pais das crianças que não podiam estudar porque a escola estava destruída alimentando mosquitos transmissores da malária, eu achei por bem então fazer um... Uma divulgação no site do Ministério Público. Recebi total apoio. Para que a questão fosse esclarecida. E notifiquei o Dr. Allan Kardec para que ele apresentasse documentos, o que foi feito pelo seu advogado e por ele, inclusive se dispondo a, a prestar os maiores esclarecimentos caso fosse necessário. Posteriormente, e junto com esse, com essa documentação, me chegou o projeto, em português, onde constava o processo, a descrição do processo de captura, marcação, recaptura que num conhecimento bastante primário de entomologia se sabe que envolve implicitamente a alimentação da fêmea para o estudo do comportamento do inseto no seu *habitat* natural, em cito. E então, diante dessas, dessa situação, no projeto em português constava que as fêmeas seriam alimentadas com sangue de animais presos em gaiola. Ou seja, nós tínhamos ali já dois instrumentos a serviço daquela pesquisa. Nós tínhamos um projeto autorizando a alimentação das fêmeas no processo de marcação e recaptura alimentadas com sangue de animais domésticos presos em gaiolas e tínhamos um termo de consentimento para que os coletores participassem também, ou seja, aqueles que serviam de iscas humanas no processo de captura, participassem também como alimentadores dos anofelinos, dos mosquitos transmissores da malária. Então, foi aí que eu notifiquei o Ministério Público Federal porque vislumbrei, de plano, pela presença de um organismo internacional, no caso a UNIVERSIDADE DA FLÓRIDA. E também porque vi a agressão a um direi-

to de cidadania, eu então entendi que competia ao Ministério Público Federal aprofundar as investigações. E isso o fiz amparado no art. 109, inciso segundo e inciso quinto A da Constituição Federal, esse inciso quinto A, acrescentado pela Emenda Constitucional 45 que diz que "havendo grave violação de Direitos Humanos, o Procurador Geral da República fará representação ao Superior Tribunal de Justiça, ao STJ, para que tome a, para que chame a causa". E no inciso II, que "sempre que houver o envolvimento de um organismo internacional com município ou pessoa residente no país, a competência também será da Justiça Federal, do Juiz Federal para processar e julgar". Porque eu entendi, desde plano, logo em seguida, que nos termos do art. 927 do Código Civil, do vigente, não é, que haveria a necessidade de se indenizar na verdade eu não vi, de plano, nenhum tipo de benefício, eu confesso para a comunidade. A escola deteriorada, o posto de saúde deteriorado, verifiquei sim, a máxima *vênia*, que havia ali uma manipulação da pobreza. O que, dentro do direito comparado, isso já trazendo à lume o próprio Código de Nuremberg de 1947, já vedava, já era uma questão que Ética em pesquisa não se pode utilizar. E o nosso art. 927 do Código Civil, na verdade ele tem essa origem no Código de Nuremberg e trata da questão do ato ilícito absoluto e que demanda indenização. Nós recebemos apoio imediatamente do Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado, Dr. Dardeg Aleixo. E também, até aproveitando esta ocasião, porque eu entendo como uma questão de Justiça da minha parte, eu quero agradecer também aos médicos, doutores Paulo de Argollo Mendes, Presidente, Içami Aiundi(F), Vice-Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul que nos subsidiaram também com informações a respeito da Legislação a nível do estado. Infelizmente eu tenho que reconhecer, que eu só recebi apoio do Dr. Dardeg Aleixo. E a nível do Senado, com certeza, os Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim. Aprofundado brevemente, que eu chamo de averiguação, eu não chamo de investigação, me surgiram mais dúvidas do que, do que respostas. Houve o apoio logístico do poder público estadual para essa pesquisa com recursos humanos, com equipamentos. E esses recursos Até onde eu saiba não entraram nos cofres do estado para absolutamente nada servir os recursos estrangeiros que foram encaminhados para promover a pesquisa, não serviram de absolutamente nada nem para o poder público municipal nem para o poder público estadual, pelo menos eu não tenho semelhante informação. Eu oficiei ao Secretário de Estado de Saúde, ele não me respondeu. Eu questionei. E oficiei ao Secretário Municipal e ele me respondeu sim dizendo que o município não teve absolutamente nenhum tipo de participação na pesquisa, pelo menos não na administração atual. E que também não foi beneficiado com nenhum tipo de verba para participar, para ceder material, para ceder equipamentos, para ceder pessoal. Então, essa é a situação que se encontra atualmente. Nós temos mais respostas, eu vejo aí que a questão envolve também não só a dignidade, não só a cidadania como a questão de soberania na legislação da Amazônia e é preciso que alguma coisa seja feita. Também na questão do aspecto criminal, isso é exposição da saúde a perigo, lamentavelmente, eu aproveito esta audiência para confessar que eu me senti como Promotor de Justiça, incomodado de entrar imediatamente com qualquer tipo de ação penal. Porque o artigo é o 132 do Código Penal Brasileiro que é Juizado Especial, paga uma cesta-básica de duzentos reais e está resolvido o problema. Essa é a situação atual. Eu não sei as providências que já estão sendo tomadas pelo Ministério Público Federal. Eu recebi um laudo pericial do, da polícia Técnica, da polícia, assim, do Laboratório da Polícia Técnica, feito pela Polícia Federal. E quero aproveitar também a oportunidade para esclarecer uma pequena situação. No dia 4 de novembro, no dia 4 de janeiro, o laboratório foi esvaziado. Dois dias antes da visita do Senador. Inclusive vocês terão a oportunidade de verificar, de ver no vídeo que o Dr. Allan Kardec teria dito que isso teria sido ordem do Promotor de Justiça, o que não é verdade, não procede ao doutor. Até porque eu estive lá, eu respeitei o laboratório, eu nem sequer abri. Eu fiz três visitas lá. Eu não mexi no laboratório porque eu não tinha ordem judicial. E esse material foi então transportado para a comunidade São João do Matapi. De posse dessas informações, e também por haver denúncia de que havia patrimônio público do estado e do município envolvido na pesquisa, colaborando com a pesquisa sem nenhum retorno para o estado e para o município. E sabendo que ia haver uma festa lá na comunidade que o material estava depositado num enorme salão aberto contendo acetato de etila, contendo algumas substâncias nocivas até ao meio ambiente. Eu então determinei, sem ordem judicial sim, mas no zelo da minha função, no uso da minha função de zelar pelo patrimônio público, eu determinei que aquele material fosse recolhido para a Promotoria. Recolhi o material. Guardei na Promotoria. Notifiquei o Dr. Allan Kardec e o seu advogado que o material está à disposição dele, o patrimônio está à disposição dele. E notifiquei-o. E tive uma reunião com o Procurador da República, Dr. José Cardoso Lopes que me garantiu que iria mandar instaurar inquérito policial federal e também que havia interesse sim no Ministério Público Federal na apura-

ção dos fatos. Isso é em linhas gerais o que eu tenho. Meu procedimento está aqui, tenho fotografias, tenho tudo documentado. Mas isso é, em linhas gerais. Eu não quero roubar tanto o tempo precioso essa Comissão de Direitos Humanos. Eu espero ter cumprido com as informações, com a minha prestação de contas dessa minha breve atuação nesse caso. E fico agradecido dessa oportunidade que me foi dada. Agradeço, obrigado. Bom dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Obrigado, promotor. Eu peço então que me seja substituído aqui, mas antes já pelo Sidney Siqueira, mas antes da fala do Sidney, eu gostaria de passar aqui o vídeo que a TV Senado elaborou. Quando eu fui lá à região a TV Senado me acompanhou, fez um filme grande e nós fizemos um, um curto disso. Quem é que vai colocar?!

(Exibição do Vídeo)
(Vozerio)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Esse daqui tem mais ainda...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tem...

(Barulho de motor)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ei, Lima! Lima! Vai encostar aonde?!

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bom dia!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Bom dia!

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – O senhor mora aqui há quanto tempo?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tem uns quantos anos que eu moro aqui.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Hein?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tem uns quantos anos que eu moro aqui.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Se quiser falar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tem que pôr na mesa lá.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Então eu vim aqui ouvir o que vocês têm para dizer disso. Então o que foi alimentado, você foi?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Fui alimentado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Como é que era isso?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Que esses mosquitos estavam dentro do copo, nós parávamos de capturar e íamos colocar esse mosquito em nossos braços para ser alimentado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É mesmo?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E não foi feito uma vez porque eu estou aqui, a prova viva, porque eu posso dizer que foi nove noites, foi nove noites, eu poderia ter "dizido" que foi quatro, foi uma, mas não, foi nove noites que nós alimentamos esse mosquito, sabe? Foi um ato desumano porque após nós fazer isso, nós, da nossa comunidade aqui, como estamos aqui, ninguém quis mais se a se submeter a esse procedimento. E fomos Até o Allan Kardec, tá? Para dizer que nós não ia mais se submeter isso. Nós alimentamos nove vezes.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E como que é que fazia, tirava essa tela?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, não, com essa aquela aqui. Encostava, ele enchia. Ficava todos, ficavam cheios.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – O mosquito ficava cheio de sangue.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Os mosquito ficava cheio de sangue. Depois pegávamos outro copo, outro copo e colocávamos. Até completar os cem mosquitos. E tem mais um detalhe, Senador. Eu estou dizendo que era assim mas quando a gente estava capturando não dava tempo Agente pegava um e os outros estavam ferrando. Como estou lhe dizendo. Ficar sendo torturado...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eles prometeram alguma coisa e não cumpriram?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Prometeram e não cumpriram.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Vocês assinaram um contrato com eles, não é?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Médico.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Estava no contrato?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Estava.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Realmente a gente assinou o contrato com ele e o contrato também dizia que médicos, profissionais médicos iriam cuidar da gente, como isso não aconteceu.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – O que mais?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sequer, sequer, não fomos submetidos a qualquer tipo de exame para saber se nós íamos resistir ou se nós tinha algum problema com o remédio da malária. Nós podia ter morrido. Como foi o caso do Sr. Francisco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sidney...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Oi. Não, não.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Vocês já tinham pegado malária antes?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Antes?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Nunca.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tanto é que depois que nós abandonemos o projeto, ninguém... malária dessas pessoas que pegaram. Quero que seja bem claro, ele pagava doze reais só para capturar. Quando foi para alimentar era só dez reais.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas doze reais por mês, por...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Diária.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – A diária?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A diária.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Por captura?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Por captura.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Doze reais por captura, mais dez reais...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, não, só dez reais para capturar e alimentar.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Por dia?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Por dia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Você sabe quanto as pessoas ganharam? E quanto vocês fizeram? Quanto cada um ganhou em média?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Nos nove dias a gente fazia cento e oito reais. Era nove dias.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – O que esses cento e oito reais representa para as pessoas que moram aqui, para a renda local de vocês?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Olha, esses cento e oito reais, da condição que deixaram nós, não representa nada. Porque desses cento e oito, nós tinha que tirar para a nossa família, tínhamos que tirar para levar para outra comunidade porque a gente ficava lá três dias na outra comunidade, tá.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Então me diga se esses cento e oito valia à pena.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E a pessoa nunca tinha assistência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não tinha nenhuma assistência depois.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não tinha assistência nenhuma.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eles não davam, não faziam nem um curativo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, que curativo? O curativo é quando você chegava à beira do rio e passava uma água na perna para ver se abaixava aquela coceira que era demais.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Quantos anos o senhor tem?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Certo eu tenho sessenta e cinco anos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sessenta e cinco anos e já tinha tido malária antes muitas vezes?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Nunca tinha tido?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Nunca, nunca, nunca.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Tinha ido ao médico ou não?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, nem precisava, nunca tinha me dado febre.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas agora está com médico ou não?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Já vai o médico em casa...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Está em casa, sem poder trabalhar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sem poder trabalhar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E foi eu mesmo, por conta própria que foi lá, lá no hospital, cheguei, eu mesmo internei com a minha esposa lá, ela estava grávida, não é, então ela estava para ter, na véspera para ter nenê. Daí eu cheguei a me internar, cheguei era umas sete horas no hospital lá. Quando eu tive lá, quando deu umas duas assim que passaram medicamento eu estava jogado na maca lá. A minha mulher lá, aí deu a dor nela. Ela disse que ela estava passando ruim, eu peguei e saí.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Isso em Macapá?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, aqui em Santana, no hospital aqui de Santana.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Você estava internado por causa de malária?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – De malária.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Pegou por causa desse mosquito?! Já tinha tido antes?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu tinha tido, uma malária antes. Mas só, olha desde que eu alimentei, desde a primeira vez que eu alimentei aqui eu tive o quê?! Umas três malárias consta aí desse documento.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Como é que foi o processo a hora que veio o pessoal

da pesquisa, o Allan Kardec veio junto para desmontar o laboratório?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Deixa ela falar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Estava só eu e a Dª Maria de Nazaré. Aí o senhor que trabalhava com ele dentro do laboratório chegou lá na minha casa e disse que ele ia retirar o material de dentro do laboratório dele porque ele tinha uma ordem da Promotoria. E eu fiquei calada. Eu não disse nem que era para ele tirar e nem que não era para ele tirar. Eu fiquei calada, não é? Quando eles chegaram, aí era umas 9:30, quarta-feira. Essa quarta-feira agora, quatro de janeiro. Quando chegou era umas 9:30, quando deu uma hora da tarde não tinha mais nada dentro do laboratório.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E a chave do laboratório?!

Ele quis entregar para mim, o rapaz, o seu Jorge. Eu disse para ele que não. Que ele tinha que conversar com a representante da comunidade. Porque quando ele chegou aqui foi com a representante da comunidade que ele reuniu para, que ia montar o projeto aqui. E eu disse que era para ele entregar para a Dª. Maria. Só que ela não estava aqui.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – O que tinha dentro do laboratório?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Muita coisa, Senador. Se eu for ler eu não termino hoje.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas tinha listado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tem porque eu anotei.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Ah, você anotou.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quando eles estavam tirando, colocando lá na ponte lá eu peguei o papel, anotei. Peguei duas pessoas que estavam lá comigo, a Dª. Maria de Nazaré e a Raimunda e mandei elas assinarem aí. Eu mesmo escrevi, está borrado aí porque eu escrevi na hora, eu não quis passar a limpo. Para depois não dizer que eu tinha feito, depois que eles tinham saído.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Por que você não falou para eles não tirarem?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Porque disse que eles tinham ordem da Promotoria.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Isso eles falaram!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele não apresentou documento nenhum, só disse que tinha uma ordem da Promotoria.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Aí, a captura do mosquito aí ele pegava um guarda-chuva Zinho, colocava, a gente sentava no banco, aí descascava a perna, porque eu Até vim de bermuda por causa disso. A gente descascava a perna que era para o mosquito sentar que era para poder a gente pegar. Aí a gente pegava com esses aparelho aqui, colocava aqui, aqui, aqui e aqui, garrafa por aqui, por esse buraco aqui.

Olha, aqui ficava a geladeira. Aqui ficava a geladeira. Bem aqui ficava uma mesa. Aqui uma caixa cheia de mantimentos. Aqui era o fogão. Aqui uma estante. Aqui, nessa estante, tudo o que vocês podiam, era cheio, estava, era grande a estante. Era cheia a estante. Agora ninguém sabe de que é porque ninguém entrava.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Você chegou a pegar malária por causa desse trabalho?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Peguei.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Pegou?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Uma vez só.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Pegou uma vez só?! O que você acha disso tudo? Vocês sabiam que ia precisar ser picado?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sim.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eles chegaram a falar?!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Para mim valeu à pena porque a gente, era da onde a gente tirava o pão de cada dia para a gente comer com a família da gente. Com, olha, eu, meu irmão, meu tio, tudo agora não compra aí no comércio a falta desse dinheiro, dessa pesquisa porque está suspensa a pesquisa e agora a gente está sofrendo as conseqüências por causa dessa denúncia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Está certo, obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não. Esse, esse projeto foi de uma grande ajuda para a gente tanto para a comunidade de São Raimundo, São João e Santo Antônio. Então, os meninos que trabalham na captura aceitaram porque, por livre e espontânea vontade porque ninguém obrigou ninguém a trabalhar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É ruim, mas a gente, a gente, precisava do dinheiro, a gente trabalhava para isso. Nós trabalha para isso, porque a gente precisa do dinheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sidney, eu convido para cá. Esse é um pequeno resumo de uma fita maior feita pela TV Senado, que passa a realidade, inclusive a divisão entre duas comunidades, uma que quis parar e a outra que

não quis parar. E a que não quis parar deixou claro, não queria por causa do dinheiro que era importante para eles. Eu passo a palavra ao Sidney para, que foi uma das pessoas.

SR. ADVOGADO – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sim.

SR. ADVOGADO – Muito bom dia, me sinto honrado em estar aqui perante V.Exª. na comissão participando dos trabalhos em prol de cumes mais altos em favor da Nação Brasileira e do ser humano, da dignidade do ser humano. E na condição de advogado do Allan Kardec, Excelência, eu gostaria de levantar a suspeição deste cidadão mesmo sabedor que sou de que não existe a formalidade de uma CPI e sim de uma audiência pública onde todos são convidados. Mas eu gostaria, Excelência, de premissa máxima vênia, argüir a suspeição deste rapaz em razão do seguinte fato que eu vou levar ao conhecimento de V.Exª. e demais parlamentares.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Só um detalhe...

SR. ADVOGADO – Pois não, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Aqui, que eu saiba, pelo Regimento não tem questão de argüir, tem questão de argumentar.

SR. ADVOGADO – Eu sei, excelência, por isso que eu expliquei. Seria a argüição baseado numa Legislação Brasileira. A argüição da suspeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sei, então, é para ficar o registro.

SR. ADVOGADO – Isso, excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu gostaria que o registro ficasse, no momento que ...

SR. ADVOGADO – Pois não, mas eu gostaria que levasse o conhecimento de V.Exª. o fato antes de ele prestar o depoimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas não seria melhor no momento em que o Allan Kardec, o Dr. Allan Kardec.

SR. ADVOGADO – Não, não, eu gostaria que V.Exª. tomasse conhecimento agora, porque é muito importante que V.Exª. faça o juízo de valor antes de ouvi-lo. Esse cidadão, essa testemunha que se diz lesada em seus Direitos Humanos, a esposa dele chama-se Rosilene dos Santos Nunes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu volto a insistir.

SR. ADVOGADO – Pois não é porque... a testemunha...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Isso daí, não é testemunha. Aqui não há testemunha.

SR. ADVOGADO – Eu sei, excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Aqui tem depoentes sobre um tema, não haverá julgamento.

SR. ADVOGADO – Eu sei, excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Então, no momento em que o Dr. Allan Kardec for falar, ele terá todo o direito de usar todos os argumentos. Não argüições, argumentos.

SR. ADVOGADO – Certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Contra ele e contra todos os outros. Porque se a gente...

SR. ADVOGADO – Seria contra ele, no caso, não seria contra os outros.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Muito bem.

SR. ADVOGADO – Na verdadeiramente é um esclarecimento que eu queria levar a essa Alta Casa de Leis.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu acho que o esclarecimento é corretíssimo no momento que ele for falar, ele próprio e até pode passar a palavra ao senhor. Isso não vai tirar o tempo dele.

SR. ADVOGADO – Pois não, excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – O tempo será livre mas no momento oportuno...

SR. ADVOGADO – A testemunha foi corrompida financeiramente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não é testemunha.

SR. ADVOGADO – Eu gostaria de dar os detalhes. O depoente, melhor esclarecendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Tenho todo o interesse em ouvir isso, mas depois, depois que ele fale.

SR. ADVOGADO – Pois, não excelência. Muito obrigado, Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E, volto a insistir, ele não é testemunha, aqui não há testemunha, não estamos julgando crime nenhum.

SR. ADVOGADO – Certo, satisfeito, excelência, depois eu me manifestarei.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E eu gostaria de pedir que o Sidney trouxesse o depoimento dele sobre o assunto.

Sobre qualquer acusação que ele der depois você terá tempo.

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Eu quero agradecer a presença de todos aqui. Agradecer também a todos que me ajudaram. Porque eu não estou aqui para dizer que eu quero acabar com uma pesquisa, porque quando a pesquisa foi, quando foi dito que a pesquisa era cooperativa, todos nós ficamos alegre, porque nós pensava, quando se fala de uma pesquisa desse nível, a gente estava esperando é... é... Como é que se diz, a gente estava esperando prosperidade para a nossa comunidade. Eu sou de lá, essa pele aqui, me desculpa Até, essa pele não me pertence. Eu sou ribeirinho, sou negro, tá? Tenho orgulho disso. E de qualquer, em qualquer momento, eu não vim para acabar com pesquisa nenhuma. Eu só não aceito da maneira como o meu pessoal, eu estou falando da minha comunidade foi tratado, gente. Da minha comunidade. Vocês viram a situação do Sr. Francisco? A situação do Sr. Francisco. Então eu estou falando pela minha comunidade. Ele sabe, o Allan Kardec, que ele foi, quando nos submetemos a isso, nós fizemos uma reunião do qual eu disse que nós não íamos submeter a isso. E reafirmo aqui, quando foi para fazer isso foi dez reais para alimentar esse mosquito, foi dez reais. E digo para vocês, o que eu tenho aqui, o que eu tenho aqui não foi feito pela comunidade nem pela Rosilene, foi "alevantado" por ele mesmo, está aqui, os números de malária. Foi ele mesmo que fez os dados, tá? Ele mesmo que fez os dado e deixou na mão da Rosilene. A Rosilene é minha esposa. Mas como aqui diz Técnica responsável pelos exames laboratoriais da comunidade, ela trabalha para a Prefeitura e não para o projeto. Então, gente, eu estou aqui para defender a minha comunidade. A minha comunidade conta comigo. Agora, eu vejo assim, tem muitas pessoas realmente que quer puxar o seu, para o seu lado. Mas eu não estou aqui para dizer que foi fulano, sicrano, a instituição culpada. Eu me referi, quando eu me referi, eu me referi ao Allan Kardec porque ele foi lá na nossa comunidade, não fomos nós que fomos atrás dele dizer: "Allan leva a pesquisa para a nossa comunidade". Foi ele que foi nos procurar, tá? E não deu nenhum tipo de tratamento para nós. Eu acompanhei o Sr. Francisco Siqueira, que trabalhava como voluntário, agente de saúde voluntário. Eu acompanhei o Sr. Francisco Siqueira, o seu Sérgio, tá e o seu João Gomes. O seu João Gomes, passando ruim com malária, o levei no hospital São Camilo, do qual eu fiz o curso lá e eles deram duas vagas para caso de emergência ser internado lá. E para lá eu levei o seu João, que tem um atendimento pelo SUS, que é uma rede pública, a partir da rede pública. E depois, o seu Sérgio ficou jogado em uma maca no pronto-socorro. Lá ele ficou jogado. E eu estava lá no lado. Seu Allan Kardec lá, deu cinco reais para essa pessoa, para que ele depois se "alevantasse" e fosse embora para a sua casa, tá? O Sr. Francisco Siqueira adoeceu, eu também acompanhei ele, com malária, para agravar mais o caso, ele tinha próstata. Então, gente, são, o Sr. Francisco Siqueira é meu sangue, é da minha comunidade. Eu não estou aqui para querer me aparecer. Eu estou aqui para lutar pelo meu objetivo e pela minha comunidade, porque eu me senti sim, desculpa a expressão, mas um rato de laboratório, porque a experiência também foi feita em mim. Foi feita em mim. Porque a gente fez, alimentou esses mosquitos, não tivemos tratamento algum, tá, tratamento algum de que maneira a gente veio a chegar a esse ponto. E eu não entreguei documento a político nenhum, porque eu acho que se eu tivesse entregado, com certeza, a minha situação estaria muito grave. Eu entreguei para a Justiça, entreguei para a Justiça. Li nos jornais e agradeço ao Senador Cristovam Buarque, ao senhor pelo que fizeram, foram lá ver realmente a nossa situação. Como vocês viram no vídeo a nossa situação. Sabe, gente?! Eu tenho aqui, tenho documentos aqui se eu fosse: Ah, eu não tenho documento. Não, mas eu tenho documento que não foi feito por mim não, foi por ele, foi ele que fez o levantamento dos dados de malária. A área endêmica? É, mas só que a situação ficou mais agravante porque nós alimentávamos esse mosquito e íamos para as nossas casas. Ia para nossas casas. O meu filho pegou malária. A minha filha pegou malária. E fora os outros da comunidade que pegaram malária, sequer, sequer, em nenhum momento fizemos exames. Ele veio fazer exame, o Allan Kardec, depois que se agravou, aí sim que ele veio começar a fazer exame, antes da captura, fez exame. Inclusive, quando aconteceu esse fato, esse fato, foi que ele veio a não dar mais esse tipo de levantamento. Mas está aqui. São levantamentos que está aqui escrito o nome do projeto, senhores. O nome do projeto. Então ele tinha todo o levantamento, foi quando ele não passou a dar mais esses dados para a gente. E eu repito, eu estou aqui para defender a minha comunidade. A pesquisa é boa se ela tratasse do jeito que ela disse que ia fazer, que ele prometeu, em levar médico, profissionais médicos para que tratasse da gente e isso não aconteceu. E ainda tem mais, uma senhora chamada Roselaine disse que iria cuidar pessoalmente de nós. Ia atender as nossas famílias, isso não aconteceu. Então, gente, eu estou cobrando o que prometeram e eu estou cobrando e defendendo a minha comunidade, sabe? Eu não posso deixar que as pessoas entrem na minha comunidade, façam o que querem e depois saiam, tá?! Fiquei um pouco sentido porque ajudas, não tivemos

nenhum tipo de ajuda do nosso governo, que era para estar lá nos ajudando. Dando apoio, o Senador Cristovam Buarque e algumas pessoas como o médico lá foi na nossa comunidade para ver de fato o que tinha acontecido. Sabe, saiu daqui para ir lá ver isso. Era só o que tinha para falar. E quanto ao nobre advogado, lhe respeito muito, conheço o seu trabalho. Agora, isso aqui não é o momento de julgar. Porque eu podia trazer, a gente podia trazer o nosso advogado também do qual é voluntário, para também indagar o Sr. Allan Kardec e ele ter que provar, provar que eu fui, fui pago para eu estar falando isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu quero fazer algumas perguntas. Você foi pessoalmente usado isso?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Fui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E quantas, quantas vezes?!

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Nove vezes, ou seja, foi uma vez, mas foi uma vez durante o ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Em nove noites?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Nove noites.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Nove noites seguidas?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Nove noites seguidas. Era seis da noite Até às 9: 30 da noite. Nós capturávamos esse mosquito e depois trazíamos esse mosquito, ele fazia o processo de alimentação e captura e alimentávamos esse mosquito.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Quantas horas você ficava para alimentar vinte e cinco mosquitos?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Olha, tinha vezes que a gente ficava de sete a cinco minutos. E para que a gente fosse para casa porque tinha muitas das vezes que era, já estava dez, onze, doze horas nós lá, nós colocávamos dois copos, eu fiz isso, colocávamos dois copos aqui e um aqui para que fosse, se alimentasse o mais rápido possível para ir embora para a minha casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Isso durava só sete minutos?!

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Por volta disso. Sete minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E depois tinha que fazer mais um?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Aí depois mais um.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mais sete minutos. E a sensação que você tem ao ser picado por vinte e cinco mosquitos simultaneamente?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – É essa sensação que eu disse que a gente foi torturado. Eu me sinto torturado porque era dolorido. Essa região do peito da gente ficava cheio de marquinha, de pontos. Esses mosquitos ferravam, era dolorido, bastante dolorido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Você tinha a sensação de que estava colaborando para curar uma doença que vocês todos sofrem na Amazônia que é a malária, ou fez isso só pelo dinheiro?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Olha, se eu disser só para colaborar eu estou mentindo. Mas eu confesso também que fiz pelo dinheiro e pelo que foi prometido, benefícios à comunidade. Benefícios à comunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Que tipo de benefícios?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Entre médico, como eu falei ainda há pouco, médicos, profissionais médicos nos atendendo não só nós como a nossa família, tá?! Passarela, que isso não aconteceu e outros benefícios.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Você vive de quê?!

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Eu, atualmente, atualmente fui contratado como agente de saúde, já era agente de saúde voluntário, feito pelo hospital São Camilo o curso, feito pelo hospital e fui contratado agora, recentemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E antes disso?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Não, era agricultor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Roça?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Roça.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E pesca?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Só roça, trabalhando só com roça.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E você tem informações que pessoas contraíram a doença numa proporção maior do que o normal depois que começaram as pesquisas?!

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Não entendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Tem mais gente pegou malária depois de começar a pesquisa?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não aumentou o número de malária lá?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Como assim, eu não estou entendendo? Antes da pesquisa se tinha muito...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sempre houve malária.

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Sempre houve malária, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Depois da pesquisa aumentou o número de pessoas com malária?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Crianças também?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Crianças também, como tenho aqui os dados. Aumentou muito com a pesquisa. Porque a gente se submetia a isso. A gente colocava, ia capturar, vínhamos de lá e íamos para as nossas casas, tá? Era por turno. Se eu pegava hoje às sete, às cinco e trinta eu ia largar meia-noite e trinta. Muitas pessoas não têm mosquiteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Por que é que é que durava entretanto, sete e trinta, meia-noite e trinta se era só sete minutos?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Não, essa era a captura normal, captura normal de nove dias onde foi feita uma vez a alimentação, não é? Nos outros determinados períodos dos outros meses era feita a captura normal, só capturava e eles levavam para o laboratório.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E aí durava mais?!

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Aí durava mais, porque era seis horas de trabalho para cada turno, para cada pessoa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agora, dez reais atrai tanto se lá tem bolsa-família?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Olha...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Ou não tem bolsa-família?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Olha, nem todos têm bolsa-família, nem todos têm bolsa-família. Nem todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Você assinou um contrato?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Assinei um contrato, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E esse contrato você leu, conhecia?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Esse contrato o Allan Kardec chegou com esse contrato, era cinco, quase cinco e trinta, ele deu quinze minutos para que nós pudéssemos ler esse contrato, e logo depois entregasse para ele. Como as notas que ele fazia o pagamento e nós assinávamos e entregávamos para ele. Porque o certo seria nós assinarmos e nós ficarmos com a nota. E nós dávamos a nota para ele. Ele ficava com a nota.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Você guardava a cópia do contrato?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – A cópia nós guardemos, uma cópia foi guardada, porque ele passou depois recolhendo algumas cópias do contrato.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É todo em português?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Não, não é todo em português. Uma, lá embaixo tinha uma parte em inglês. Que eu saiba, no rio Matapi, no Pirativa, ninguém sabe ler inglês.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agora, você sabe que na outra comunidade, como a gente viu aqui.

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Eu vi.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Muitos defendem que a pesquisa continue por causa do dinheiro. O que é que fez a diferença entre vocês terem a consciência de não querer e eles quererem?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Na verdade...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eles são mais pobres do que vocês?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Na verdade o que acontece é meio assim em todos os estados, os estados querem puxar mais dinheiro para o seu do que para o outro. O que acontece na nossa comunidade é que nós temos uma briga mais ou menos de família, são brigas de família, tá? E isso aí que causou um pouco dessas, porque naquela comunidade São João, o líder da comunidade é meu tio. Por aí você já vê que começa uma briga de família. A esposa dele é irmã do meu pai. Sabe? Aí, então isso é uma briga de família que já veio, que entraram agora, que vai entrar agora, tá, nessa, nessa coisa, nesse... mas em qualquer momento a gente não falou mal do São João ou falou qualquer coisa em relação ao povo do São João. Como você viu. Nós não falamos do São João, o São João é isso é aquilo, nós estávamos nos referindo a pesquisa de maneira que ela foi executada. Que nós não gostamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Alguma pergunta, Senador?!

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Cristovam. Acho que todos aqui sabem da minha caminhada no combate aos preconceitos, principalmente o racial. Eu começaria dizendo que Sr. Allan Kardec, V.Exª. não está sendo julgado aqui

como foi dito. Eu achei indevido, inadequado o seu advogado querer desqualificar o nosso convidado antes mesmo dele falar. Faço questão de registrar isso. Eu acho que como não é uma CPI, eu acho que foi uma tática equivocada e desnecessária. Eu aqui estou totalmente desarmado e querendo ouvi-los, não tem nem juízo firmado sobre o tema. Se tivesse não viria aqui, viria aqui já dar um depoimento a favor de A ou de B, eu vim muito para ouvir e não entendi o porquê do advogado, sinceramente não entendi.

(manifestação fora do microfone)

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP) – Nós convidamos, não estou dialogando com V.Exª., não estou dialogando com V.Exª., V.Exª. falou e eu ouvi. Eu estou dando agora o meu depoimento. Achei desnecessário. Os convidados vieram aqui fazer a sua exposição sobre o tema e nós vamos ouvi-los, simplesmente, com a maior tranqüilidade. E por isso que eu não entendi porque desqualificar o Sr. Sidney antes mesmo dele falar. Nos dêem pelo menos o direito de nós ouvi-lo como Senadores da República e cada um depois fará o seu depoimento com a maior tranqüilidade. Primeira questão. Segunda questão a pergunta que eu faço ao Sr. Sidney, que me preocupa, porque eu tenho aqui algumas informações que eu recebi. Primeiro, a comunidade realmente é formada por negros?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – É formada por negros. Inclusive, Senador, a gente já está dando entrada fazendo o pedido do reconhecimento da comunidade.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP) – Remanescente dos quilombolas?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Remanescentes dos quilombolas.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP) – Eu fico um pouco perplexo porque exatamente só negros, nesse caso estão sendo usados, como é o termo usado como cobaia. É algo que me preocupa que eu deixo para a reflexão, naturalmente vamos ouvir a todos aqui, porque todo mundo sabe o quanto esse país é preconceituoso e racista. E esse caso envolve exatamente uma comunidade de negros que estavam sendo usadas, que eu tenho os dados, conforme me passou a assessoria do que está acontecendo na área. Então, a pergunta principal que eu faço é essA – A comunidade, ou seja, as pessoas que foram usadas nessa experiência, enfim, 99%, ou 90% são negros?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Não, não, não chega a esse tanto. Mas na minha comunidade todos que foram usados foram negros.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP) – Foram negros?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Foram negros.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP) – Daria para dizer que os moradores da comunidade foram induzidos a assinar o contrato, principalmente devido a questão financeira? Foi o que mais moveu a comunidade, a questão financeira a assinar o contrato?

SR. SIDNEY SIQUEIRA – A questão financeira? Eu creio que sim, principalmente pela falta de bolsa, ajuda de custos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP) – São só duas perguntas, porque eu vi isso nas duas comunidades, mesmo aqueles que questionaram a interrupção da pesquisa disseram que estavam é... se sujeitando porque faz falta muito para eles o dinheiro. Mesmo aqueles que disseram que não concordavam com certas denúncias. Então essas duas perguntas para mim me satisfaz. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, eu agradeço. Agradeço ao Sr. Sidney e convido o Sr. Isaac Roitman.

SR. SIDNEY SIQUEIRA – Eu agradeço também todos vocês, principalmente o Senador Paim, o Sr. Cristovam e todos aqui que estão nos ouvindo, especialmente...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Nós que lhe agradecemos ter vindo tão longe para estar aqui conosco. Eu quero dizer de antemão do respeito que eu tenho do professor Isaac Roitman, meu colega da Universidade de Brasília. Um incansável defensor da ciência, tecnologia, das pesquisas. Eu por isso mesmo estou muito curioso de ouvi-lo Até pela sua, seu envolvimento e pela sua experiência nacional, internacional de como é que se faz pesquisas. Professor Isaac.

SR. ISAAC ROITMAN – Excelentíssimo Sr. Senador Cristovam Buarque, excelentíssimo Sr. Senador Paulo Paim, senhores, senhoras. É... vou ser bastante breve, como pediu o Senador Cristovam Buarque no início dessa audiência. E, em primeiro lugar, queria dizer que eu concordo plenamente que essa audiência não se trata de uma ação obscurantista, como disse o Senador, de se interromperem as pesquisas no nosso país. É... a pesquisa científica pode, muitas vezes, envolver a... A participação de seres humanos, e isso é um fato já histórico, tradicional e é, sem dúvida nenhuma, quando isso ocorre. Nós devemos tomar esses cuidados que são, foram já há muito tempo discutidos tanto no Brasil como no exterior e existe, dentro do Conselho Nacional de Saúde, a Comissão de Ética em Pesquisa que determina ou coordena todas as, todos os comitês de Ética que existem em todas as instituições que pretendem a participação de seres humanos em pesquisas. Na realidade, a maior parte do envolvimento de seres humanos em pesquisa

é quando se desenvolve um novo medicamento. Um medicamento antes de ser introduzido na praça, no mercado. Ele, esse medicamento é submetido a dois tipos de testes. Um teste que é chamado pré-clínico, em que isso é realizado em animais de laboratório e também na utilização de animais de laboratório existem hoje, cada vez em número maior, comitês de Ética para experimentos em animais. E essa fase chamada pré-clínica, depois dela nós temos a fase de testes clínicos, que é a experimentação em seres humanos. E aí tem fase 1, fase 2, fase 3. E a fase 1 com um pequeno número de, de voluntários que são absolutamente controlados durante a experimentação. É um controle absolutamente rigoroso e essa é a maior, é o maior envolvimento da participação de seres humanos em, em pesquisa clínica. Para desenvolvimento então de novos fármacos. No presente caso não foi, como já foi mencionado, um desenvolvimento de um novo fármaco, mas pelos registros consultados, se trata de se entender os hábitos do vetor, do mosquito anófilis. Existem doenças em que não existe vetor, uma diarréia causada por um microorganismo ou o diabete que tem componentes genéticos, nós não temos, na intermediação da doença, o que nós chamamos de vetores. Em certas doenças nós temos, a doença de Chagas, leishmaniose e malária. Em que o anófilis é o vetor. Foi feito o estudo no sentido de se entender melhor os hábitos creio do vetor, que é um componente importante nessa patologia. E, na realidade, a posição do Ministério da Ciência e Tecnologia o qual eu estou aqui representando é que em todas essas experiências tanto para desenvolvimento de novos fármacos como para melhor entendimento do vetor se deve ter todos os cuidados, todas as, as análises que, teoricamente, são feitas pelo, pelos comitês de Ética. Li, rapidamente, no relatório do Senador Cristovam que houve aí um fato de omissão de alguma coisa na tradução do, da proposta feita inicialmente pela UNIVERSIDADE DA FLÓRIDA onde se aparece que não, não vi os documentos originais, mas que não constava a realização de experimentos em humanos. Todo o sistema de controle está correto. No entanto, controlar propriamente dito, é um grande problema. Porque nós não temos só no presente caso, mas na biodiversidade, na captação de recursos da nossa biodiversidade. Quer dizer, não há uma forma concreta, objetiva, de se fazer esse tipo de controle. Evidentemente, que existe os comitês de Ética, mas todos os pesquisadores devem ter a sua própria ética, o seu próprio comportamento ético. E isso é, é o que se, a situação ideal que a gente espera que ocorra no futuro. Queria comentar um ponto, o penúltimo ponto, que é essa colaboração com... Instituições do exterior, que foi o presente caso. Colaboração da Universidade de Flórida com várias instituições aqui do Brasil. Essas colaborações devem ser estimuladas. É muito importante que haja não só a colaboração de instituições científicas em nível brasileiro, mas brasileiros com pesquisadores. No entanto, essas colaborações não podem ser de caráter colonialista, devem ser colaborações cinérgicas que beneficiem a ciência como um todo. Para finalizar, eu queria comentar o fato que todo esse episódio foi, foi aqui relatado pelo Dr. Haroldo, o Promotor, inicialmente, que foi, emergiu da constatação de uma escola deteriorada, uma escola sem condições de se dar a educação e, ao lado dela, palavras do Dr. Haroldo, um laboratório bem montado. Essa, essa é... incoerência, não é, de vivermos num país em que podemos ter um laboratório de pesquisa bem montado e a escola degradada é que nós temos que acabar, Senador Cristovam. Porque a boa escola é para se ter depois boa pesquisa em benefício de toda a sociedade. E essa pesquisa em benefício de toda a sociedade não pode conviver com uma, fisicamente, nem de longe, com a atual situação que a gente tem no Brasil de escolas em que talvez, seria melhor não ir à escola do que ir à escola. Então, nós devemos ter sim boas escolas e bons pesquisadores, bons laboratórios de pesquisa, no sentido de que a pesquisa possa colaborar efetivamente com o desenvolvimento social. É isso que eu tinha aqui a falar nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu agradeço bastante ao professor Isaac. Mas gostaria de fazer algumas perguntas. Primeiro, pelo seu conhecimento do trabalho do CONEP e tudo isso, se a proposta de pesquisa que tivesse chegado para análise tivesse sido traduzida integralmente, sem retirada de frases, teria sido aprovada?

SR. ISAAC ROITMAN – Olha, existem, existem projetos que, de estudo de vetores em áreas não endêmicas, isto é, em regiões onde não se encontra, não se tem uma alta incidência de uma doença ou, metodologias onde se trabalha com anófilis criados em laboratório, livre de qualquer parasita, isso é realmente, num projeto onde não fosse omitido, mas nessa situação, não haveria problemas. No presente caso, não quero aqui fazer assim um juízo de valor. Mas no presente caso, expor os seres humanos numa região endêmica, com então evidente risco de, de se adquirir a doença durante esse processo de experimentação, é uma situação mais sensível, em que outros cuidados devem ter, devem serem tomados na detecção, caso aconteça uma infecção ter a imediata assistência, existem vários quimioterápicos efetivos contra a malária. E se não houver esse tipo de, de cuidado eu diria, como opinião pessoal, que é inaceitável quando se tem um risco. Porque a gente viu aqui que o que levou a esses

participantes da comunidade ribeirinhas a serem voluntários nessa, nessa experimentação foi o dinheiro. Ficou muito claro para, muito claro. é... e não é, nem que fosse muito dinheiro, nós não deveríamos ter a falta de, desse cuidado, é, dessa possibilidade no sentido de não deixar seqüelas nessas pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Então, provavelmente, não seria aprovada uma pesquisa se o documento submetido ao CONEP estivesse completo com aquela frase em que dizia que haveria alimentação dos mosquitos?

SR. ISAAC ROITMAN – Depende, Senador Cristovam. Porque se tivesse cuidado...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sim, sim, eu digo naquela região.

SR. ISAAC ROITMAN – Ah! Naquela região, bom...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E não sendo mosquitos criados em laboratório. Não seria aprovado.

SR. ISAAC ROITMAN – Hum-hum.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Então, nesse caso, eu perguntO – Temos um risco de que em outras pesquisas no Brasil estejam sendo autorizadas a serem feitas sem o conhecimento correto do que se está fazendo?

SR. ISAAC ROITMAN – Foi o que eu tentei falar na minha, na minha, inicialmente, é que é muito difícil controlar. Porque uma coisa é o que está no papel e a outra coisa é o que se faz.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Então temos um risco?

SR. ISAAC ROITMAN – Quer dizer, temos o risco. É por isso que além do CONEP, além dos comitês de Ética, nós precisamos ter, perto dos 100% a ética de quem está ali na ponta realizando as experiências. E existem milhares de protocolos sendo feitos hoje em, em experiências clínicas, mais para desenvolvimento de fármacos e que não há, que são submetidos aos comitês de Ética mas na ponta é muito difícil, é impossível, pelo número de protocolos em execução. Então, eu acho que é um processo de educação de toda, de todo, toda a comunidade de pesquisa envolvida de ter, não ultrapassar os, os limites éticos individuais. Coletivos, nós temos as comissões. Não sei se isso ocorre com uma freqüência grande ou não. Eu presumo que não, presumo que haja a ética individual em cada indivíduo que trabalha na ponta. Mas, risco existe sim, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Muito bem. Alguma pergunta? Não. Então, professor, agradeço muito. Eu convido agora o Dr. Moisés Goldbaum, que é secretário em Ciências e Tecnologia em Insumos Estratégicos.

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Bom dia a todos. Tenho a honra aqui de estar representando o Ministro da Saúde, Saraiva Felipe, que me atribuiu a função de estar aqui trazendo a palavra do Ministério da Saúde frente a esse problema que estamos trabalhando agora. Antes de tudo, gostaria de me associar as palavras do Senador Paulo Paim no que diz respeito a questão do combate aos preconceitos. Chamando a atenção até para o fato de que a ética em pesquisa, ela nasce, ela ganha corpo principalmente a partir da Segunda Grande Guerra, onde atitudes absolutamente preconceituosas foram desencadeadas contra grupos sociais ou grupos religiosos, ao qual a um deles eu tenho a honra de pertencer também. E defendo não só o meu grupo como todos os outros, eu acho que não cabe nenhum preconceito. O que significa que a questão da ética em pesquisa com seres humanos representa um avanço extremamente importante e é um processo bastante dinâmico que, certamente, merece uma atualização. E, nesse sentido, eu queria então também me congratular com o Senado Federal pelo fato de estar tomando esta questão como uma questão de discussão, trazendo assim a contribuição do Legislativo para que junto com o Executivo, junto com os demais setores da sociedade, particularmente com a comunidade científica nós possamos estar aprimorando cada vez mais o processo de ética em pesquisa com seres humanos. O professor Isaac Roitman que já me antecedeu, já apresentou uma, a sua exposição, uma perspectiva interessante, importante, a perspectiva da comunidade científica, comunidade a qual eu honrosamente também pertenço e, temporariamente afastado dela, para exercer os cargos no Executivo. A perspectiva que a gente tem aqui realmente é uma perspectiva bastante complexa e esta iniciativa dessa discussão, ela vem se somar a toda uma preocupação que existe entre estabelecer uma lógica entre o desenvolvimento da pesquisa para buscar o desenvolvimento científico e, me parece que está claro aqui que não está se colocando essa questão. E a gente deve evitar levar a questão para uma questão de bruxarias que estariam sendo feitas como pesquisador, como mau elemento ou qualquer coisa deste tipo. Obviamente, o desenvolvimento científico, ele implica em certos procedimentos que precisam respeitar uma outra lógica que é a lógica da ética. E que às vezes nós temos conflitos e que precisam então ser trabalhados, respeitados e verificar como é que a gente pode, ao trabalhar estas duas lógicas, não criar empecilhos para o nosso desenvolvimento científico e nem também sermos utilizados para facilitar o desenvolvimento cien-

tífico com risco para a nossa população. Neste sentido o setor saúde conta com um, com um instrumento extremamente importante para analisar essas questões que é o Conselho Nacional de Saúde. O setor saúde, eu acho que dá um exemplo para os demais outros setores, pelo menos os setores sociais. Na medida em que o Conselho Nacional de Saúde tem uma representação de vários setores da sociedade, diria de todos os setores da sociedade, os usuários de saúde, os trabalhadores de saúde, os gestores, a comunidade científica está presente no Conselho, o que tem permitido realmente estarmos discutindo e aprimorando todo este processo. Eu gostaria, antes de entrar neste caso particular, de dizer quais são, como é que o Ministério da Saúde está trabalhando, de descrever ou apresentar algumas ações que o Ministério da Saúde vem procurando desenvolver, principalmente na atual gestão do Ministério da Saúde. E aqui quando eu falo da atual gestão, eu a dato desde 2003, na gestão do Presidente Lula, tanto na gestão do Ministro Humberto Costa quanto na atual gestão do Ministro Saraiva Felipe, aos dois aos quais eu tive a honra de estar trabalhando conjuntamente. Onde nós, diante de necessidade de aprimorar o processo de ética em pesquisa em saúde. E vale dizer que o Brasil marca uma posição muito importante com a Resolução 196/96, com o Conselho Nacional de Saúde que estabelece todo o procedimento de ética em pesquisa e seres humanos, estabelece, tem, nós temos um instrumento extremamente importante para julgar, e conseqüente para julgar a ética em pesquisa. O professor Roitmann já me antecedeu descrevendo como são os CEPs e a própria CONEP, não vou me alongar aqui. Mas o Ministério da Saúde entende que passado dez anos dessa Resolução, estamos realmente a merecer uma reavaliação de todo este processo e buscar o que está ocorrendo com a experiência toda que se tem a partir de 96. Realmente estar, não se trata de uma revisão da Resolução, mas sim de aprimoramento na medida em que, como eu disse, a ética em pesquisa, ou a ética em geral, ela é um processo dinâmico, não é? Na medida em que a sociedade vai se modificando e, particularmente, no caso, na medida em que novas tecnologias são introduzidas, isto faz com que a gente realmente tenha que estar discutindo isso permanentemente. Nesse sentido, o Ministério da Saúde vem promovendo programas de capacitação dos comitês de ética em pesquisa. Nós identificamos realmente que os comitês de ética em pesquisa, uma parte deles, apresenta deficiências importantes Até de compreensão da Resolução 196. Então com isto a gente vem promovendo programas de capacitação, nós devemos inclusive, no mês de abril estar realizando uma reunião de todos os comitês de ética e de pesquisa do Brasil para que a gente possa identificar quais são as lacunas, e as lacunas também identificadas já trabalhar. A idéia, também estamos fazendo, estamos lançando um edital de pesquisa conjuntamente aqui dentro do programa do Fundo Setorial de Saúde. E aqui eu gostaria de fazer um parênteses, de um avanço também que a sociedade brasileira teve recentemente nos últimos anos. Que foi de romper um fosso que existia muito grande entre o Ministério de Ciências e Tecnologia e o Ministério da Saúde no sentido de compatibilizar e criar condições para que o Ministério da Saúde possa estar trabalhando, ser um ator importante na definição da política de ciências e tecnologia e inovação na saúde. Então, com isto, nós estamos lançando um edital para uma avaliação dos comitês de Ética em pesquisa em saúde. Outra ação que nós estamos procurando também fazer, vamos colocar em discussão hoje no Conselho Nacional de Saúde, que está reunido também, é de que criar um grupo que redefina as atribuições da CONEP e da ética em pesquisa. Nós entendemos que é necessário identificarmos, nessa altura, com toda a experiência já existente, o que é que cabe ao controle social e o que é que cabe ao agente regulador que, no caso, é o Executivo. Eu tenho a impressão que uma parte talvez dos problemas que a gente esteja aqui enfrentando, e uma parte das indagações que foram feitas a cada um dos depoentes aqui dos que estão apresentando suas manifestações. As indagações que foram feitas, uma parte talvez esteja ainda na questão de estarmos afinando as atribuições que nós temos nas nossas respectivas, nos nossos respectivos, na nossa CONEP e nos diversos comitês de ética em pesquisa. E, finalmente, quer dizer, esse processo todo é no sentido da gente colher todas as experiências existentes, muitas coisas são novas para quem desenvolve pesquisa, a comunidade científica vive trabalhando com novidades, senão não teria sentido realmente o trabalho que faz. Colher essas experiências para que a gente possa então estar adequando e estar reformulando e aprimorando o nosso processo de análise de ética em pesquisa. No caso, em particular, que está se analisando aqui, o Ministério da Saúde acaba de homologar uma resolução do Conselho Nacional de Saúde, que propõe a interrupção da pesquisa. Propõe o encaminhamento desse problema para diferentes instâncias setoriais, o Ministério Público, os Conselhos, para que isso possa ser apurado e como há um envolvimento de uma das suas instituições, o Instituto Aggeu Magalhães, que pertence a FIOCRUZ, cabe ao Ministério da Saúde estabelecer uma sindicância para verificar o que é que aconteceu. E evidentemente a partir dessa sindicância tomar as

medidas que forem necessárias para corrigir este processo. Nós entendemos que o Dr. Paulo Lourenço que fez o relatório nesse sentido, eu gostaria de fazer um reparo a quem me antecedeu de que não houve uma presença do governo processo. O governo, particularmente o Ministério da Saúde, ao tomar conhecimento disso, também criou todas as condições para que esse processo pudesse ser examinado em todo o seu detalhe. Daí a presença inclusive do Dr. Cláudio Lorenzo que foi imediatamente contratado pelo Ministério da Saúde, salvo engano meu, para que pudéssemos realmente ter esse trabalho feito junto ao Conselho Nacional de Saúde. Então, no caso, em particular, do Ministério, o que cabia, como era uma pesquisa de um de seus institutos era realmente fazer uma sindicância que está correndo para que a gente possa apurar realmente as responsabilidades. Outras questões, acho que mais particulares de tradução, tal, eu acho que aqui já foram trabalhadas e fico então à disposição dos Senadores para quaisquer outras esclarecimentos. Quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Minha primeira pergunta, Dr. Moisés, é quando é que o Ministério tomou conhecimento do problema?

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Bem, eu, eu acho que eu tomei conhecimento no momento que isso chegou ao Conselho Nacional de Saúde, foi exatamente neste momento que nós tomamos conhecimento. Eu acho que foi mais ou menos neste período que nós tomamos conhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E imediatamente foi dada a determinação de paralisar a pesquisa?

DR. MOISÉS GOLDBAUM – É, isso foi debatido com, foi levado ao Conselho e a orientação foi de paralisar a pesquisa, embora eu, tenho a impressão, que o trabalho de campo já tinha sido terminado naquele momento. Mas, a idéia era paralisar a pesquisa para que a pesquisa, como o senhor, tão professor quanto eu, sabe que a pesquisa não se extingue com o trabalho de campo, tem todo o processo de análise e a idéia é acompanhar realmente a resolução do Conselho de que todos os outros passos da pesquisa sejam suspensos. E, eventualmente, até os resultados decorrentes desse trabalho sejam, não sejam publicados. Sejam invalidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas no seu conhecimento, se no momento de pedir a autorização o Ministério tivesse conhecimento que seriam usadas essas práticas, a pesquisa não teria sido autorizada?

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Senador, eu também quero me associar às palavras do professor Isaac Roitman. A prática de utilização de pessoas como, vamos colocar muito entre aspas, iscas humanas, ela está prevista no processo de desenvolvimento científico, no processo de realização de uma pesquisa. Uma vez bem definida a forma e, pelo que nós entendemos na leitura da versão em inglês, o que ela diz é que serão utilizados membros da equipe para captura de anofelinos. Esses membros da equipe, isso é uma prática tradicional, esses membros da equipe são suficientemente treinados para não se submeterem a riscos nesta captura. Então, vejam, uma vez que isso fosse bem escrito, tal como está na versão em inglês e sendo membros da equipe, eu tenho a impressão que, salvo melhor juízo, que não teria porque ser interrompida. Agora, se vai usar pessoas da comunidade e inclusive pagar estas pessoas, isso é vedado pela Resolução 96, não cabe ao Ministério outra ação senão...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – No contrato que eles assinaram, os objetos da pesquisa, estava escrito que eles, eles seriam alimentadores não eram apenas iscas.

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Vejam. Sim, sim, é verdade, mas isso, pelo que eu entendo não foi submetido ao Ministério da Saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não foi submetido, se fosse não seria...

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Ah, com certeza não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Tampouco seria autorizado se houvesse pagamento?

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Alimentadores, o professor Isaac Roitman foi muito claro na questão da alimentação. Nós temos procedimentos onde as pessoas se submetem a picada de insetos, por exemplo, chega o diagnóstico de doença com Chagas, você tem claramente triatomas não infectados que vão alimentar e para diagnóstico. Isto realmente seria feito. Nas condições em que foram feitas, quer dizer, serem alimentadores de anofelinos eventualmente infectados certamente isso não seria...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Ainda mais porque era sob pagamento.

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Ainda mais que era sob pagamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Que a regra diz que não é sob pagamento para evitar que e concentrem nas populações pobres.

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Se há que haver cobaias que a opção seja ou por sorteio ou por outro critério, não pelos pobres. Em alguns lugares se usam as Forças Armadas se usam soldados, se usa determinados grupos. Mas não...

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Poderia fazer um reparo, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Claro.

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Eu gostaria de evitar o termo cobaia porque o termo cobaia depõe muito contra a pesquisa científica. A utilização de seres humanos, e acho que o professor Isaac foi muito, muito preciso, por exemplo, nos ensaios clínicos, certamente nós teremos que passar pela utilização de pessoas humanas. Elas não são exatamente cobaias tal como o termo apresentaria. Era só este reparo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É porque eu gosto de ser rigoroso. Então como é que eu chamo aquele que não é apenas isca? Não é só isca. O isca para mim está claro. Mas tem um que não é isca. Ele é alimentador. Como é que a gente chama isso?

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Bom, veja, a gente não está, não está... Trabalhando com alimentador. Eu não estou propondo que o indivíduo seja alimentador de insetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Certo.

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Eu só estou dizendo que, na experimentação humana, a gente estaria utilizando seres humanos, eu também não saberia qual é o termo. Mas acho que cobaia acaba criando certo preconceito contra a pesquisa científica.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sei, mas no caso dos que são usados em relação a remédios, como esse filme "jardineiro fiel", que a gente viu, eles são chamados de quê? Não são iscas?!

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Ah, no caso como foram apresentados são verdadeiras cobaias.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – São cobaias.

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Não, não, veja, não respeitando a questão ética são cobaias, evidentemente. Agora respeitando a ética, e respeitando eu acho que...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – São participantes.

DR. MOISÉS GOLDBAUM – São participantes da pesquisa. E, obviamente a eles deve ser garantida toda, todo o rigor, toda, todo o cuidado, toda a atenção. É nesse sentido que eu estava lhe fazendo o reparo com toda, o respeito a questão...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agora, Secretário, a parte mais importante dessa audiência não é ir ao passado e aí eu gostaria de ouvir sua opinião. Vocês trabalharam perante a denúncia para identificar se há casos semelhantes em outras partes do Brasil? Ou pode dizer aqui que não há casos semelhantes?

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Eu acho que o professor Isaac foi muito preciso também, eu acho que essa resposta a sua pergunta, o professor Isaac também foi muito claro. Provavelmente nós devemos ter outros casos que fogem ao nosso controle, na medida em que o que a gente consegue acompanhar são as pesquisas que nos são apresentadas. O que o pesquisador faz na ponta fica difícil de acompanhar. Aliás, isso seria interessante que a gente pudesse estar, a partir da sua pergunta, isto me sugere uma questão importante a ser trabalhada que é de, ao analisar estes processos de ética em pesquisa, que nós não fôssemos simplesmente um sistema de registro de projetos, mas que nós tivéssemos também um processo de acompanhamento e avaliação desses projetos que estão sendo desenvolvidos. Ou seja, com a prestação de relatórios parciais onde a gente pudesse ter uma proximidade maior com a ponta. O senhor há de concordar comigo que saber a ação individual de alguns pesquisadores tal como salientou o professor Roitmann fica difícil. A gente precisa se fiar naquilo que é apresentado como documentação. E é possível que, eu não posso garantir que pesquisas dessa ordem estão sendo desenvolvidas. Eu posso lhe garantir que na minha instituição isso não é feito, que a UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, eu tenho a impressão, que isso não é feito. Agora, no caso daquilo que é feito na minha instituição, que eu acompanho, a UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO está aqui envolvida mas, eu tenho quase certeza daqueles processos que a gente acompanha na comissão de Ética e pesquisa na Faculdade de Medicina, não ocorre.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Fique tranqüilo que a taxa de pesquisadores que não se comportam de acordo com a ética é muito menor do que a taxa de políticos que não se comportam de acordo com a ética.

(risos)

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Graças a Deus. Se as taxas fossem semelhantes, eu acho que estaríamos numa boa situação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP) – Duas perguntinhas muito rápidas. Não sei se V.Exª. poderia

adiantar, e digo eu que quanto mais eu ouço mais eu fico perplexo com essa realidade e com os depoimentos. E diria, Dr. Allan Kardec, estou curioso para ouvi-lo também porque eu acho que tem que ter, porque até o momento... a gente só vê um quadro que nos assusta, inclusive. E estou curioso para ouvi-lo, até porque eu sou sempre de ouvir as duas partes e como o Senador Cristovam encaminhou muito bem, por isso V.Exª. ficou para o final. Mas eu perguntO – Poderia adiantar em que estágio está a sindicância?

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Eu.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP) – Um. Duas perguntas, o senhor responde junto depois. A pergunta dois: Mediante os fatos que estou ouvindo aqui, há algum procedimento já em relação a comunidade envolvida e que foi usada como instrumento, não vou usar a palavra cobaia, como instrumento para essa pesquisa? Há algum movimento por parte, eu diria do nosso governo até já, todo mundo sabe a minha posição em relação ao governo Lula, né.

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Sim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP) – Há algum encaminhamento?! O Ministério da Saúde conseguiu deslocar alguma equipe para lá? Porque percebo que V.Exª. também não concorda, ninguém aqui, até o momento, dos depoentes, concordaram com o método usado. Então as duas perguntas são essas.

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Veja, o estado da sindicância no Aggeu Magalhães eu não saberia lhe dizer em que pé está. O diretor do Instituto Aggeu Magalhães é membro do Conselho Nacional de Saúde, então tem tido a oportunidade de acompanhar isto bem mais de perto do que eu próprio e deve estar tomando todas, está tomando todas as medidas. Quanto ao cuidado com a população, o Ministério da Saúde, no que é de sua atribuição vem procurando realmente atender esta população no sentido de protegê-la e oferecer os serviços, até onde me consta, para garantir a saúde da população dentro do que é, do que é de sua competência. Eu gostaria só, também, de fazer um reparo de que é, embora, não creio que a pesquisa tenha sido um elemento de aumento de incidência de casos de malária, ela não é um motivo de incidência. Aí tem todo um processo de ocorrência da doença, não saberia dizer, não tenho informações se houve realmente um aumento de ocorrência de caso de malária, mas uma pesquisa dessa natureza não estabeleceria uma relação de causa e efeito imediato.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mesmo numa comunidade quase fechada como a deles?

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Mesmo numa comunidade fechada como a deles, eu não, epidemiologicamente não se justifica uma relação de causa e efeito assim tão imediata quanto está se propondo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É, mas o Ministério fez alguma investigação, pesquisa para saber isso, se houve o aumento de incidência comparado antes e depois?!

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Não saberia dizer, poderia me recorrer talvez do Cláudio Lorenzo e Solange que estiveram em campo realmente para talvez responder essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Tá bom. Bem, eu agradeço Secretário, sua presença.

DR. MOISÉS GOLDBAUM – Obrigado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu convido agora o Presidente do Conselho Regional de Medicina do estado do Amapá, o Dr. Dardeg Aleixo. Com a palavra.

SR. DARDEG DE SOUSA ALEIXO – Excelentíssimo Sr. Senador Cristovam Buarque, excelentíssimo Senador Paulo Paim. Inicialmente, eu gostaria de parabenizá-los pela iniciativa dessa audiência. Durante a minha fala eu tentarei mostrar que esse caso é apenas a ponta de um *iceberg* de outras pesquisas que nós, Conselho de Medicina, denunciamos e levantamos no estado do Amapá que ocorre de forma ilegal, antiética. Nós tomamos conhecimento dessa pesquisa através de uma parceria que é efetuada no Amapá com o Ministério Público. O Conselho Regional de Medicina exerce as suas funções em parceria com o Ministério Público. Os Conselhos são autarquias federais cuja função é fiscalizar, normatizar e judicar o exercício da medicina. E toda vez que nós vamos, e aí vocês viram a condição do meu estado. Eu digo o meu estado, embora eu não seja amapaense de nascimento, mas eu sou de coração, estou lá há dezessete anos, eu sou um carioca que migrou para o Amapá há dezessete anos atrás. E, é aquelas, o retrato do nosso estado, das dificuldades de se fazer saúde naquele local que o senhor bem viu, Senador. Então, nós agimos sobre um médico que é de competência do Conselho e o Ministério junto age sobre as demais pessoas. E aí inclui até ações civis públicas contra os gestores por não cumprirem a legislação. Mas, falando sobre o caso, as pessoas que aí eu digo, permita-me, eu digo que são cobaias sim, são cobaias, foram cobaias. Eles foram ao CRM e procuraram o CRM, procuraram o CRM para que nós pudéssemos agir sobre, infelizmente, duas médicas envolvidas, que faziam parte dessa pesquisa. A medicina, Senador, ela tem princípios fundamentais. Entre os princípios fundamentais há cinco mil anos que ela existe e nós, Conselho, hoje tentamos defender isso,

tentamos reavivar essa chama. Diz que o médico, que o médico deve todo o objetivo da medicina é a saúde do ser humano. Isso é importantíssimo. Nenhum médico pode fazer nada contra o paciente, ele tem que ser parceiro do paciente. Todas as suas ações têm que ser para salvaguardar, para lutar pela saúde do paciente. É vedado ao médico qualquer ação que se caracterize como risco à saúde, como tortura, como qualquer coisa que prejudique o paciente. Infelizmente, conforme eu disse antes, nós temos duas médicas que participavam dessa, dessa pesquisa. Eu tenho aqui em mãos, eu tenho em mãos o chamado Consentimento Informado em que em cima tem, como o senhor já sabe, o carimbo da UNIVERSIDADE DA FLÓRIDA. é... em que, aqui embaixo diz: "Contato para informação de emergência após o horário de expediente, finais de semana ou feriados. Allan Kardec Ribeiro Galardo, rua professor tal, tal, tal, ou Vanja Sueli, que é médica". E cita o nome da médica para que pudesse ser resolvidas as emergências. Me estranha que, primeiro, o Sr. Allan Kardec não é médico, não é, teria que ser. E segundo, o médico, o médico deixar colocar o nome dele num termo de livre consentimento do senhor, está aqui o nome, Euclides Siqueira, colocado à máquina, colocado à máquina. Quando tem o local da assinatura do cobaia, está em branco. Porque a grande maioria é analfabeto, não sabe assinar. Então, fica em branco. Não há nenhuma prova de que eles foram, isso eu vou dizer em termo de médico. Eu não estou acusando ele, eu vou falar isso porque essa médica está sendo processada por nós e nós vamos explicar o caso. Não há nenhuma prova de que esses pacientes, esses cobaias foram realmente informados disso aqui porque está em branco, está assinado pelo Sr. Galardo com a data e a pessoa que tinha que assinar dizendo que foi informada não está porque é analfabeta. Nem as impressões digitais tiveram o cuidado de colocar. E eu digo por que a médica, para ela emprestar o nome. Porque os ensaios clínicos de pesquisa, todos precisam de médicos, porque o ser humano vai ser utilizado. Então, na fase clínica, o médico tem que estar presente. E aí o médico tem que ter uma responsabilidade muito grande. O médico precisa se posicionar em defesa daquele paciente, daquela pessoa que está sendo utilizada como cobaia, nesse caso. Existem também outros casos que levou a abertura, foi julgado o inquérito, fizemos o inquérito, nós julgamos esse inquérito que para nós chamamos de protocolo, e está sendo processada por mais de dezesseis artigos de infração ao Código de Ética Médica. Cujo final as duas médicas poderão chegar Até a cassação do diploma, a perda do seu registro definitivamente, profissional. Nesse termo, existe coisas que o médico não pode aceitar, Senador. Não pode aceitar. E se você adoecer em função desse estudo? Pergunta. Se você adoecer em função desse estudo, profissionais médicos cuidarão de providenciar uma clínica de saúde local, que não existe clínica de saúde lá. Absurdo. Ou na cidade de Macapá. Nenhuma outra compensação será fornecida. Isso é inaceitável. Primeiro, porque essa médica nunca deu assistência, ela nunca deu assistência aos ribeirinhos que tiveram malária. E eu digo que tiveram porque no processo contra as médicas, eu tenho dezesseis cópias de exames da FUNASA com pesquisa de *plasmodium*, mostrando que eles adquiriram malária, dezesseis exames, que eles adquiriram malária durante o experimento. E essa médica não teve nem o cuidado de atendê-los. Eles ficaram entregues à própria sorte. Isso é uma, é inaceitável para o médico. Como é inaceitável para o médico participar de uma experiência em que as pessoas recebem, são compradas. Porque aí, e eu conheço a comunidade de lá, é realmente o que eu chamo de exploração, exploração da pobreza. É com vergonha, vergonha como cidadão, como médico, que eu assisti ao vosso filme em que a pessoa diz que doze reais é mais importante que a saúde e a vida dele, e que ele precisa daqueles doze reais mesmo expondo a vida e a saúde. Isso, o médico não pode aceitar. Ele não pode participar desse tipo de experimento. Os Conselhos não aceitam e punem exemplarmente. Como é também inaceitável o médico participar de uma pesquisa em que não existe o Comitê de Ética. Não havia um Comitê de Ética. Qual a função do Comitê de Ética, senhores? O Comitê de Ética são formados por pessoas de várias profissões para fiscalizar os direitos, para saber se os direitos do paciente estão sendo respeitados. Os direitos do paciente não, daquela pessoa que está sendo submetida a experiência está sendo respeitado. Essa é a função do Comitê de Ética. E não havia, de acordo com o próprio, a própria declaração das médicas em processo no nosso Conselho, não havia Comitê de Ética. Mais uma falta dessas médicas inaceitável. Outra. Aqui diz no comitê, no papel, teria informadO – "Se passar mal durante o dia, ligar para os Estados Unidos".

(Risos)

SR. DARDEG DE SOUSA ALEIXO – Parece piada, senhores, parece piada. Os ribeirinhos que vocês viram no filme ligar para os Estados Unidos para se queixar. É brincadeira.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP) – Permite-me, eu sou obrigado a perguntar, desculpa interromper, Senador Cristovam. Mas é verdade ou o senhor está dando uma descontraída no ambiente aqui?

SR. DARDEG DE SOUSA ALEIXO – Não, não, é verdade, é verdade, está aqui, isso são fatos. Triste, triste é nós vermos que países pobres como o nosso, e aí uma grande preocupação nossa, do Conselho de Medicina, é descobrirmos onde estão ocorrendo essas pesquisas porque elas são todas camufladas. Eu só descobri essa pesquisa graças ao Ministério Público, a nossa parceria, a atuação do nosso Promotor. Porque nós estamos, eu tenho mais três pesquisas clandestinas, que mais tarde eu vou citar rapidamente, mas que nós descobrimos casualmente. Isso tudo acontece no nosso país, notadamente nas regiões pobres, Norte e Nordeste, de forma camuflada. De forma camuflada. Nós instauramos, conforme eu disse, processo contra as duas médicas, elas estão sendo processadas e contra os quatro Secretários de Saúde, os quatro médicos, foram quatro Secretários de Saúde, sucessivos. O Conselho abriu processo contra eles, eles também poderão perder o seu diploma se ficar provado que eles sabiam da, dos fatos antiéticos constantes dessa pesquisa. Porque eles são médicos. Antes de ser secretário, ele é médico. O médico pode ser o que for, mas ele nunca deixa de ser médico, e tem que cumprir as regras da profissão dele. Então, os quatro secretários, do estado, de Saúde do Amapá estão sendo processados por ferirem a dignidade, a nosso ver, do ser humano, do ser humano. Existe um fator que ainda não foi levantado e que consta do depoimento é que esses mosquitos eram dissecados e eu não sei quantos ou se todos, ou se um, não sei quantos, eram enviados para os Estados Unidos. Aí eu perguntO – Para quê? Qual a finalidade?! Biopirataria?! Não sei. É algo que precisa ser investigado. Para mim, esse caso. Ah! E aqui está, senhores, e o que é mais grave, nos estados do Norte nós, Conselho de Medicina e a Promotoria, nós esbarramos sempre com uma barreira muito forte, chama-se governo tanto faz de qual partido. O governo que está, nesse caso, tem aqui o laudo da Polícia Técnica que mostra que o Governo do Estado era participante, emprestava microscópios, cedia utensílios com a placa do governo do estado. Está aqui o microscópio escrito GEA, governo do estado do Amapá. Cedia funcionários para essa pesquisa, sem ter o cuidado, sem ter o cuidado de saber se era uma pesquisa ética, antiética, se era ilegal ou se era legal. Preocupa-me muito, agora só um adendo, a fala do meu, do palestrante anterior. Na medida em que ele diz que nós precisamos mudar a Resolução 196/96, precisamos fazer uma readaptação, adequá-la aos tempos atuais. Nós temos notícia, e é dentro do meio médico, que os países ricos sempre tentam mudar as Leis para facilitar as pesquisas. Essas pesquisas não são feitas lá fora, eles levam as pesquisas para o país pobre. E no país pobre, naquele local mais pobre ainda, África, Brasil. Eu não sei se vocês sabem, os DIU, os dispositivos intra-uterinos, que as mulheres hoje usam foram testados no nosso país, nas mulheres pobres do Nordeste que muitas tiveram ruptura de útero, inflamações, tiveram graves seqüelas. Porque as mulheres dos países ricos não quiseram testar lá e vieram testar nesse país. Então é uma preocupação constante do Conselho de Medicina, de todos os Conselhos, mas basicamente do meu Conselho do Amapá, por ser uma região que é, com essas pesquisas. E aí eu quero, também, deixar público, que em 2004 eu, Conselho Regional de Medicina, denunciei duas pesquisas em que está havendo no estado do Amapá com o patrocínio de um órgão chamado IEPA, Instituto de Pesquisas do Estado do Amapá, sem Conselho de Ética, sem aprovação do CONEP, sem controle nenhum, em que graves coisas eram cometidas. Primeiro o paciente, eram diabéticos e para pacientes com gastrite, em que se retira os remédios e se entra com fitoterápicos, isso é proibido. Não se pode retirar o remédio, sabidamente ou comprovadamente, que cura ou que controla uma doença para expô-lo ao perigo. E nessas pesquisas são feitos isso. Então essas, são mais pesquisas que eu estou apenas dizendo que estão ocorrendo no Amapá, fora do controle e, pior, com o apoio do Governo e da comunidade comum européia, por quê? Gira em torno de trezentos mil euros de apoio, essas que eu estou dizendo da gastrite e da diabetes. É muito dinheiro envolvido que precisa ser apurado como está sendo gasto e, principalmente, nós temos que levar em consideração, se aquelas pessoas que são utilizadas como cobaias estão tendo seus direitos respeitados. Que quase nunca estão, porque são experiências clandestinas. Sem o menor controle do CONEP. Sem o menor controle de ninguém. Basicamente, era o que, eu devo ter esquecido alguma coisa, mas basicamente era o que eu queria falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Doutor, eu queria fazer uma pergunta, essa ênfase firme com que o senhor fala, eu encontraria em qualquer Presidente de Conselho Regional de Medicina no Brasil? Ou é uma posição sua?

SR. DARDEG DE SOUSA ALEIXO – Provavelmente sim, provavelmente sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – O Conselho Federal também?

SR. DARDEG DE SOUSA ALEIXO – Eu sou Presidente do Conselho Regional de Medicina do Amapá e sou conselheiro no Conselho Federal de Medicina. Hoje todos os Conselhos de Medicina estamos envolvidos. Porque o médico não é só prescrever, não é só

consultar. O papel social do médico é muito importante. Veja aqui os casos dessas cobaias. É inadmissível que um médico dê uma chancela para isso aqui. Ao meu ponto de vista. E o papel dessas médicas, de uma médica e a outra era do Governo, que dava apoio logístico, é inadmissível para o médico. Para quem faz a medicina, quem um dia pensou fazer medicina participar da chancela dele para que isso seja feito. O médico jamais pode dar a sua chancela. Com relação, só queria dar um, um pequeno reparo, provavelmente, aí não tenho dados, é apenas uma coisa minha, a comunidade houve um aumento da malária porque na medida em que eles pegaram malária, eles foram para casa, também os mosquitinhos foram lá, levaram malária dele para os familiares. Então na, medida que eles pegaram malária, e não tiveram acompanhamento médico, e nem outro acompanhamento qualquer, foram entregues à própria sorte, eles levaram malária para a sua comunidade. Os mosquitos que estão lá, os anofelinos presentes os picaram e depois foram transmitir a malária para os demais. Provavelmente é o que pode ter acontecido, para que haja o aumento do caso de malária. É inadmissível! Qualquer pesquisa não pode expor um paciente são à doença. Não se admite pegar um paciente, um cobaia, uma pessoa para ser cobaia e expô-lo à doença, isso é inadmissível. Se tiver que expor, não se expõe, se faz um estudo retrospectivo dos casos. Eu não posso querer, como Menghelle fazia, estudar infecção, injetar bactérias na pessoa para que ela tenha a doença para eu estudar. Isso é inadmissível. Isso é um crime. Para isso houve, para isso existe o Código de Nuremberg, Helsink 1, Helsink 2 e vários outros. Não se pode pegar uma pessoa sã e expô-la, sabidamente, comprovadamente a risco. Lá é uma região endêmica de malária. Na hora que eu sei que eu estou expondo aquele paciente a cem picadas de mosquito, eu sei que eu estou expondo ele cem vezes mais a contrair a doença. O que é inadmissível para o médico. Eu estou falando em relação a médico, tá. Para os meus médicos do qual eu controlo. Muito obrigado, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Esse assunto chegou a ser discutido no conselho?

SR. DARDEG DE SOUSA ALEIXO – Sim. Houve o julgamento dessas duas médicas e dos quatro Secretários de Saúde. Porque eles tinham conhecimento e apoiaram. Foram co-participes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E essa posição que o senhor traz aqui é da maioria?

SR. DARDEG DE SOUSA ALEIXO – Unanimidade do nosso Conselho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Unanimidade.

SR. DARDEG DE SOUSA ALEIXO – Unanimidade do Conselho. Tem aqui um conselheiro nosso que veio também assistir, foi unanimidade, foram condenados por unanimidade todos os conselheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E o Conselho Nacional tomou conhecimento do assunto ou ainda não?

SR. DARDEG DE SOUSA ALEIXO – Não sei dizer, não sei dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não sabe?

SR. DARDEG DE SOUSA ALEIXO – Eu sei dizer que no caso do IEPA , eu fiz denúncia ao CONEP, eu fiz denúncia à Promotoria Federal. Fiz aonde eu tinha que fazer o encaminhamento para que se tome providências. Porque no caso dessas outras pesquisas o que eu fiz? Eu fechei o consultório e abri processo contra o médico. Eu lacrei, eu interditei o consultório médico, e proibi o médico de continuar exercendo aquilo ali.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – A partir da denúncia?

SR. DARDEG DE SOUSA ALEIXO – A partir da denúncia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Alguma pergunta?

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP) – Senador Cristovam, eu não vou fazer pergunta. Eu acho que o depoimento foi muito firme e muito convicto das suas posições. Mas eu aproveito esse momento, Senador, se me permitir, só para entregar à Mesa, que foi me encaminhado pelo plenário, documento do Sr. Pedro, ele disse que ele foi usado como cobaia, ele é concursado, inclusive, quando ele tinha 25 para 27 anos. Na época ele não percebeu o mal que estava acontecendo. Hoje ele tem 43 anos, ele está aqui no plenário, está totalmente inutilizado, problemas de malária e hepatite. Eu deixo o documento aqui na mesa para a gente poder estudar e, depois, conversar com ele. Ele disse que ele está aqui no plenário e só fez questão que eu entregasse a V.Exª. Ele jovem, na época, não percebeu o quanto que aquilo ia fazer mal para ele. Foi usado como cobaia durante alguns anos. Hoje, 46 anos, totalmente sem condições de exercer qualquer trabalho. Só para registro.

SR. DARDEG DE SOUSA ALEIXO – Malária é a doença que mais mata no mundo. Malária é uma doença grave não é uma gripe. Malária é doença que mais mata no mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É por isso a gente também tem que fazer pesquisas.

SR. DARDEG DE SOUSA ALEIXO – Sim, mas dentro de padrões éticos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Isso, exatamente. Eu agradeço o Sr. Pedro que está aqui depois conversamos. Bem eu agradeço ao doutor. Muito obrigado pela presença. Eu passo a palavra agora ao Sr. Allan Coelho, Dr. Allan Coelho, subchefe da divisão de Direitos Humanos do Ministério das relações exteriores que está aqui tendo em vista a associação dessa pesquisa com uma Universidade estrangeira. E nós queremos, nós queremos tomar conhecimento o que é que o Ministério das Relações Exteriores faz para dar uma legitimidade, uma legalidade a essas pesquisas que têm cooperação internacional.

SR. ALLAN COELHO – Muito bom dia, Senador Cristovam Buarque, Senador Paulo Paim. É uma grande honra participar dessa sessão. Eu gostaria de iniciar felicitando o Ministério Público do Amapá, bem como aos senadores pelo papel patriótico que estão desempenhando ao trazer à discussão esse tema que nos assusta. Do que eu ouvi hoje aqui, os fatos levantados e até agora não negados chocam-se com todos os princípios da ação internacional do Brasil, seja nos fóruns de Direitos Humanos, seja no que diz respeito a cooperação científica internacional. Os fatos aqui elencados ferem o princípio da dignidade humana, o princípio da precaução na preservação do meio ambiente, ferem o direito ao meio ambiente equilibrado, consagrado pela Constituição Federal, ferem o princípio do conhecimento prévio, livre e informado, necessário às pesquisas científicas. E ferem, também, a recusa dos duplos padrões em cooperação científica que o Brasil recusa veementemente, esses duplos padrões que se tem visto tentar impor nos fóruns de cooperação científica. Chamaria a atenção de V.Exªs. e pediria a sua ousadia ao examinarem do ponto de vista Legislativo esta matéria e outras correlatas que não tenham medo de serem taxados de obscurantista. O pior obscurantismo é o obscurantismo cientificista, é a ciência usada a serviço de interesses escusos sem restrições éticas. A ciência é uma mera *práxis* a qual se impõe o *Ethos*, cujo único fim e medida é o homem. O homem é a medida de todas as coisas. Esse é o princípio basilar consagrado na Constituição Federal, e é o princípio que orienta a ação internacional do Brasil no plano dos Direitos Humanos. Agravam ainda esse caso o fato de que a comunidade vitimada era uma comunidade quilombola. Agrava enormemente o caso o fato de que o agente é um agente do estado. E agrava enormemente o caso a participação de uma entidade estrangeira no projeto. Os fatos aqui narrados, se comprovados, todos possuem analogia com fatos amplamente tipificado pela legislação nacional tanto constitucional quanto infraconstitucional. A Lei de Biossegurança, a Lei de Transplantes, a própria Constituição Federal, a Lei de Transplantes, por exemplo, no seu capítulo quinto, parágrafo terceiro, inciso segundo, diz: "Crime praticado em pessoa viva e resulta para o ofendido em enfermidade incurável, pena, reclusão de quatro a doze anos e multa". Isso caberá ao Ministério Público estudar e instruir o processo devidamente e parece que há farta matéria para isso. Do ponto de vista da Lei Internacional, está em discussão uma Declaração Universal de Bioética na UNESCO da qual o Brasil tem participado ativamente. O Brasil é signatário de uma Carta de Buenos Aires sobre bioética da qual, naturalmente, tem conhecimento os senhores ilustríssimos representantes que eu saúdo do Ministério da Ciência e Tecnologia, que justamente condena os chamados padrões duplos em pesquisa científica, que impõe aos países pobres todos os ônus e levam os benefícios para os países ricos e desenvolvidos. Além disso, há uma analogia possível com o próprio Protocolo de Palermo sobre a questão de tráfico de pessoas e tráfico de órgãos. Não bastassem para a abundante instrução desse processo e desse estudioso os meros princípios universalmente aceitos da ética médica lembrados aqui pelo Sr. Presidente do Considero Regional de Medicina desde a Grécia e Roma clássicas. Disso tudo transparecem a falta de cuidado, a falta de segurança, a falta de fiscalização, a falta de meios adequados de fiscalização dos órgãos do estado. E graças a atuação patriótica e cuidadosa do Ministério Público o caso foi trazido ao conhecimento do Senador Cristovam Buarque, que presta esse relevante serviço à Nação, ao trazer esse tema à apreciação do país. Do ponto de vista do Itamaraty, cabe ainda, ressaltar um aspecto realmente preocupante. O aspecto de que vários acordos, mesmo meros acordos de cooperação científica entre instituições que não comprometem o estado brasileiro em sua personalidade total, jurídica, mas que comprometem órgãos específicos da administração pública federal. E que, em última instância assim comprometem todo o estado, são assinados, muitas vezes, sem que se dê conhecimento disso ao Ministério das Relações Exteriores e às Embaixadas isso é fato corrente. Qualquer, e não há nisso aí nenhum, nenhuma conotação pejorativa, mas qualquer pequena Prefeitura dos nossos sertões, tem aí uma assessoria de Assuntos Internacionais e volta e meia se arvora a assinar contratos de acordos em língua estrangeira que às vezes não dominam. E há aqui, esse fato patente dos riscos que há na ação internacional de instituições brasileiras ligadas ao estado brasileiro. Peço aos senadores que, em suas tarefas legislativas,

em suas recomendações chamem a atenção para esse ponto, que o Itamaraty seja mais ouvido. Quando houver dúvida as nossas Embaixadas aí estão para prestar serviços de informação sobre as entidades estrangeiras com as quais se pretende estabelecer parceria, sobre a idoneidade dessas entidades. Para que, depois, o estado brasileiro não seja responsabilizado nas instâncias internacionais de Direitos Humanos, das quais é signatário que reconhece e como, corremos o risco de ser, volta e meia, por inadvertências, às vezes dos agentes do próprio estado. Eu concluiria dizendo, Senador, lembrando as palavras de Rui Barbosa, aplicando-as ao valor fundante da vida, a vida é um valor protegido pelo estado, é um valor protegido pela Lei. E se o indivíduo degenerado a renega, a sociedade vigilante tem que protegê-la. Não é porque as pessoas assinam um acordo, ignorantes, sem saber o que estão assinando ou não é porque há uma necessidade do desenvolvimento da pesquisa científica que se deve relativizar em nenhum momento esse valor fundante da vida, pelo qual o estado presta satisfações não só no nível nacional, mas também no nível internacional. Nos fóruns a que pode ser chamado a responder pelas suas responsabilidades. E, como conclusão, caso os fatos hoje aqui narrados venham a ser caracterizados e consubstanciados e provados amplamente. Eu creio que seria de todo recomendável que o estado brasileiro tanto o Poder Executivo quanto o Poder Legislativo, essa Casa pensássemos na possibilidade de que o estado se antecipasse a qualquer possível futura decisão judicial ou internacional e procedesse já e imediatamente as compensações devidas a esta comunidade que foi vitimada por essa infeliz pesquisa. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu quero, agradeço o seu pronunciamento, muito claro, enfático. Queria fazer algumas perguntas. Primeiro, aqui não é, como eu já disse, um julgamento, mas se esse processo avança se constata que houve equívocos, o que é que o Ministério das Relações Exteriores pode fazer em relação a participação de uma Universidade estrangeira em uma pesquisa que teria ferido, se é que se constatar isso, ferido os Direitos Humanos?

SR. ALLAN COELHO – Muito bem, no caso de isso vir a consubstanciar um processo judicial, por meio do nosso departamento de Cooperação Jurídica e Consular e por meio da, das nossas Embaixadas o governo estrangeiro seria notificado dos fatos e o Judiciário do país estrangeiro seria chamado a cooperar com o nosso Judiciário. Isso de um mero ponto de vista jurídico penal. Naturalmente, se tratasse de uma questão de direito internacional em fóruns de Direitos Humanos, o que se aguarda sempre é que os recursos internos estejam esgotados, o que não é o caso. Graças a atuação vigilante do Ministério Público e de V.Exªs., o assunto está sendo cuidado pelo estado brasileiro. É o que nós estamos fazendo aqui no momento, cuidando do assunto. De modo que, se o estado brasileiro se antecipa e cuida do assunto não há porque ser levado a instâncias internacionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Existe um setor do Ministério das Relações Exteriores que acompanhe os acordos de cooperação científica e tecnológica?

SR. ALLAN COELHO – Sim, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Existe. Como chama?

SR. ALLAN COELHO – O nosso departamento de ciência e tecnologia, há um departamento de ciência e tecnologia do Itamaraty que acompanha inclusive as discussões em curso na UNESCO sobre a Declaração Universal de Bioética.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas esses acordos entre Universidades não passam pela Secretaria?

SR. ALLAN COELHO – Não necessariamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Certo.

SR. ALLAN COELHO – Como eu dizia, o Itamaraty muitas vezes não é consultado porque, na maior parte das vezes, trata-se de contratos pontuais de cooperação pontual e considerada menor. E se V.Exª. me permite, eu sugeriria que sobretudo aqueles acordos que digam respeito a região Amazônica ou que tenham alguma interface com os interesses da segurança nacional, do patrimônio nacional, da biodiversidade, que passem a ser acompanhados com mais cuidado pelo governo como um todo. E que seja atribuída talvez uma parcela maior de decisão ao Ministério das Relações Exteriores, que não se furta, de modo nenhum, a nenhum tipo de trabalho quando é para engrandecer e proteger o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Muito obrigado. Agradeço ao senhor. Bem, nós temos mais um expoente antes do Dr. Allan Kardec, que é o Cláudio, é um especialista no assunto da ética, da bioética e que foi consultor agora do Ministério da Saúde para analisar esse caso e que fez um relatório que eu tomei conhecimento e muito bom. Diante do avançado da hora eu peço que se for possível haja um encurtamento.

SR. CLÁUDIO LORENZO – Bom, boa tarde a todos, é em uma honra muito grande acredito para qualquer brasileiro falar nessa Casa e para mim uma satisfação muito grande eu devo ao meu país a minha

formação inteira desde a graduação, inclusive em ética da pesquisa não existe essa formação no país. Eu fui sustentado por quatro anos por uma instituição brasileira, o CNPQ para, para fazer isso e é com muita satisfação que eu dou um pouco esse retorno ao país. O que eu fiz, basicamente, foi uma análise, que eu não vou tocar aqui pelo avançado da hora. Análise metodológica do planejamento dele nos Estados Unidos. Então a primeira coisa são os desvios éticos do próprio planejamento que estão colocados no planejamento, na imaginação de se fazer uma pesquisa a partir daí, compreender o que é que a pesquisa queria e, em seguida, fazer uma análise, aí a partir de visitas também no local, da condução. E conversar também com os, com os pesquisadores sobre isso. Então, eu preparei, eu vou passar rapidamente, muito rapidamente mesmo, porque eu estou vendo o avançado da hora, mas alguns pontos que são só para visualizar. Então, pode passar, por favor, para mim. Aqui, eu acho que é desnecessário, pode passar, já se falou. Esse aí eu queria aguardar um pouquinho. Já se falou sobre a captura de mosquito, muito, agora, quais são as razões de não ser considerado ético utilizar comunidade de área endêmica. Porque parece senão, porque pode utilizar técnico, como não pode ser. Onde é que foi a falha Ética nisso? É que na comunidade, sendo endêmica, você não pode saber se a contaminação foi a partir do procedimento ou não. E o que faz um procedimento de pesquisa se tornar ético é a sua aceitabilidade do risco, ou seja, o risco é eticamente aceitável. Para isso precisa saber que risco é esse e que medidas de minimização dos riscos são colocados. Então se você usa pessoas de lá você não sabe se ele se contaminou exatamente naquilo, ou lá mesmo que o procedimento mostra muito. Então na captura é isso. Segundo, as pessoas capturavam à noite e trabalhavam de dia. E, num, num determinado procedimento onde o controle de risco está na habilidade de aspirar rapidamente antes da picada, as coisas, como a destreza, o cansaço, o sono, impõem o indivíduo a riscos maiores. Então, esse, essas situações fazem com que não se possa aceitar que se convide populações. Segundo, porque zona endêmica de malária é uma zona onde sempre tem populações vulneráveis, socialmente vulneráveis. Então a indução da pesquisa, ou seja, a influência sobre a voluntariedade das pessoas a partir das suas necessidades ela fica mais evidente esse tipo da captura. A questão da alimentação é muito mais grave. Realmente a alimentação, a captura encontra descrição em livro texto uma quantidade enorme, a gente podia dizer que talvez a pesquisa de malária não pudesse andar de maneira eficiente se não se fizer captura humana porque é o método mais eficiente de capturar o mosquito vivo, íntegro. Então isso, está descrito. A alimentação em humanos, ele não está descrito em nenhum livro, a não ser aquela que já se falou aqui, sem, sem o patógeno, tá?! Então, agora se faz? Faz-se, talvez todos fiquem aqui um pouco surpresos em dizer. Nós conseguimos localizar sim, outros artigos onde existe a alimentação de humanos em mosquitos capturados, ou seja, mosquitos que estão. Não dá para saber, porque por esses artigos não dá para saber o nível de infectividade dessa pesquisa. No caso em particular, um relatório da pesquisa, o primeiro relatório semestral da pesquisa, eles fazem uma coisa que se chama taxa de infectividade do mosquito, ou seja, se pega o mosquito e vê quanto é a proporção que está contaminado. E dava uma proporção, isso a gente chegou aqui, de 3, 55% de mosquitos na região. Ou seja, a cada 100, a cada 100 mosquitos que o indivíduo está colocando, ele tinha uma possibilidade virtual de encontrar ao menos três mosquitos infectados. Se a gente soma isso o fato de que ele repetia isso durante cinco dias a gente pode dizer que, no planejamento do, inclusive porque existem estudos anteriores, chamados estudos prévios da pesquisa que já davam um índice semelhante. A gente pode dizer que no planejamento já se sabia que as pessoas poderiam ter malária. Então, o procedimento visava isso. Então, esse já é um ponto importante, ou seja, já se planeja sabendo que existe. É isso que a gente chama instrumentalização do corpo, ou seja, é aí, nesse caso, só para dar uma questão Técnica da divisão, a gente realmente tenta evitar o nome cobaia porque gera, na população – "Ah, eu fui cobaia de um experimento que eu usei um medicamento". Nem sempre que o indivíduo vai usar ele é cobaia. Mas o que é a cobaia? É a utilização do indivíduo numa situação em que ele perde o seu estatuto humano, o estatuto da dignidade dele passa a ter um estatuto semelhante. Ou seja, aquilo não retorna, então na visão kantiana o indivíduo não é fim, mas é meio. Então, nesse caso, a gente pode dizer que a alimentação é uma instrumentalização do corpo, o indivíduo está sendo utilizado apenas porque ele faz parte do ciclo evolutivo alimentar do mosquito, e para o estudo da sua ovo posição porque as fêmeas precisam se alimentar de sangue. Então, isso é claro. Então, o procedimento de alimentação desde o seu planejamento já foi, e ele foi conduzido uma vez. Realmente, os dados que nós temos, apesar da gente ter colhido os depoimentos de nove dias, os dados que nós temos de pesquisa que nos foram entregues e o planejamento que a gente leu era de cinco dias de alimentação. E essa alimentação foi feita entre os dias 5 e 9 de junho de 2003, segundo os documentos e segundo o censo, assim, um pouco

metodológico do que se poderia. Se isso foi estendido, isso é uma investigação, uma investigação de, que ultrapassa o objetivo da gente. Pode passar o próximo. Aqui são outros tipos de erro que é esses erros da tradução. Eu coloquei aqui, rapidamente, só para vocês verem, tem uma parte ali em que ele vai falar que os coletores, em cada noite, os mosquitos serão aspirados a partir das pernas expostas a mordida e colocado *"in vitro"* e tal. Na quinta linha. Embaixo, é exatamente essa frase que é suprimida. Então isso não é um erro de tradução, isso é uma supressão de informação. A segunda, por favor. Aí também a discreção, num dos parâmetros dessas características que eles colocavam. Então tem ali uma hora dizendo que os, os ferimentos, os mosquitos capturados a partir da contagem do pouso humano, no pouso humano serão alimentados por membros do grupo de voluntários que tenham tomado remédio determinado pelo Ministério como profilaxia, tá? Quando a gente lê embaixo, ele é completamente suprimido também a frase sobre, de alimentação, ele vai dizer: Os indivíduos que participam do teste de marca e recaptura. O terceiro, por favor. E aí é o mais grave de todos porque é no protocolo da participação humana. Ou seja, os Estados Unidos e aqui também, nós, exige-se que você faça uma outra parte no protocolo em que você diz sim, e finalmente, para simplificar o entendimento, qual é a participação humana no projeto? E vocês vêem que o título já é "alimentação com sangue de mosquitos capturados" e o título embaixo para, passa para "captura, marcação e recaptura de mosquito" isso é um procedimento de esconder o título. Segundo lá onde ele descreve mesmo que os mosquitos serão alimentados e tal e que tomarão a medicação, ele é também, vocês vêm que até o tamanho das frases são menores, geralmente o português fica maior do que em inglês. Então, assim, isso daí dá, tem evidência, eu acho muito difícil aos pesquisadores responsáveis pela tradução sustentar que se tratou de erro de tradução. Eu acho que isso não resiste. As evidências são muito claras de que houve um procedimento de esconder algo que eles sabiam que seria proibido. E aí eu digo para vocês. Eu conheço, nunca trabalhei na CONEP nem, mas a norma, e esse procedimento, não seria, sob nenhuma hipótese, aceito dentro da... Nem a captura através de membros da comunidade, nem o procedimento de alimentação, tá? Então, e o que é mais grave é que se manteve no protocolo um procedimento de alimentação, através de animais que eles já sabiam, antes de começar o, a pesquisa, que não iria ser realizada. E que mantém lá para que em outro momento que apareça qualquer coisa em relação a alimentação humana faça o examinador metodológico pensar que se trata da alimentação que está em animal. Então, assim, essa é uma situação eu acho que de difícil defesa, por mais que a gente tenha que permitir que se coloque. E aí a diferença entre o termo de consentimento que foi submetido ao CONEP e aos CEPs da USP e do Aggeu Magalhães em relação as atividades. Eles só colocaram no termo de consentimento que foi enviado a questão de participação num questionário que tinha que descrever as características sociais do local e a participação através dos exames de gota espessa que é aquele furinho que faz no dedo para ver se tem *plasmodium* nas hemáceas, tá. Então é isso que ele pede aí. Enquanto no segundo, o que realmente foi assinado por eles estão aqui, já foi descrito, você será solicitado como voluntário para alimentar cem mosquitos nos seus braços ou pernas para estudo de marcação e recaptura. Então, está claro que não se, não houve a possibilidade do sistema de avaliação ética do país de entender os riscos que estavam implicados na, no projeto. E aí tem a parte do pagamento. Você receberá alguma compensação financeira para a sua participação, foi isso que eles avaliaram e mostra o segundo, por favor. Você receberá um salário normal e uma participação no dia de estudo. O salário, inclusive, nunca foi pago. E uma das queixas deles é que eles estavam se entendendo, se vê claramente, que o sujeito da pesquisa lá ele estava se entendendo como trabalhador. Uma oportunidade de trabalho e isso independente das comunidades que estavam favoráveis, tem comunidades que têm uma excelente relação inclusive com o coordenador local, que está aqui presente da pesquisa, que não tem queixas, ao contrário, acha que ele ajudou quando se ficou doente, se levou. Mas mesmo essas comunidades, elas dizem claramente, elas tinham uma relação de trabalho. Eles queriam saber quais eram os direitos trabalhistas dele porque interrompeu. E pediu ao Conselho que colocasse isso. Pode passar o próximo, por favor. Ah, isso aqui a gente pode passar. Aí também, são só fotos, a gente já viu demais. Eu queria comentar, também eu acho que não vai precisar porque já teve depoimento a partir do filme. Isso aí foi um pouco a fala sobre a caracterização sócio-econômica, só porque quando o indivíduo ouve, conhece mais. Mas como teve um filme e a gente está no avançado da hora eu acho que não cabe mais. Pode chegar Até, pode ir virando que é a mesma coisa, descrição do procedimento já aconteceu. E aí os desvios éticos identificados. Eles têm dois grupos de desvios. Esse que é da forma de submissão, porque aí eu acho que, assim, independente da questão ética é o problema que constitui fraude, que pode dar uma situação penal, até mais clara. Mas assim, essa é um grupo. O outro é esse, a omissão de formulário, a indução finan-

ceira, a participação. O que a gente conclui do ponto de vista do desvio ético que é colocado é exatamente essa questão que não pode haver na pesquisa, que é a utilização de uma determinada situação que às vezes, até na cabeça do, do pesquisador não funciona da mesma forma e muitos, de muitos pesquisadores. A racionalidade científica faz a gente tirar o indivíduo de dentro dele, né? Porque você não pode interferir. E isso, às vezes, faz com que o cientista retire o sujeito que está no outro também. Ele então nem se enxerga no processo, porque é típico da prática científica e ele acaba não enxergando. Então, a questão do pagamento fica claro que é uma indução, fica, de uma indução financeira. O indivíduo não teria a opção, a situação econômica dele não daria opção. Quem defende isso, de por que é que a gente pode pagar é semelhante ao argumento de que diz que criança pode trabalhar em pedreira porque é melhor do que estar na rua passando fome. Entendeu? Então assim, a característica do argumento, ela não se sustenta. O que é que existe então de, do ponto de vista da consultoria, e aí eu falo como consultor, eu não posso falar como membro do Conselho exatamente. Eu fui contratado para falar. Então como eu, o núcleo do meu trabalho é regulação social mesmo de pesquisa, o que é que eu enxergo que possam ser as brechas? Primeiro é uma muito clara, nós não podemos fazer pesquisa internacional com uma tradução que é fornecida pelo próprio pesquisador, tá? Se me perguntareM – Você acha que, que ações devem ter? Eu acho que se deve investigar todas as pesquisas dadas em áreas de isolamento social, dada com comunidade de diversidade, índios etc., que têm protocolos internacionais, a comparação desses dois podem acontecer. Da mesma forma que não se pode implicar os pesquisadores dessa pesquisa como inventores desse procedimento. Eu acho que a particularização da discussão é prejudicial ao país, do ponto de vista da sua regulação de pesquisa. Se a gente transforma isso, os pesquisadores são inimigos públicos, for isolado, essa alimentação que ocorreu pode estar ocorrendo. A gente tem, eu consegui dois artigos, claro que não estou dizendo que está implicado da mesma forma, eu não examinei, dois artigos que descrevem a alimentação em humanos. Existem pesquisadores que faz nele mesmo. Um desses cinco artigos foi na nova Guiné e o indivíduo diz: "Um dos autores se deixou alimentar por isso". Os quatro artigos brasileiros que eu encontrei, de 79 a 2004, eles não descrevem quem alimentou, de que forma foi e quais são. Então, do mesmo jeito que a prática, ela não é, ela pode circular numa espécie de universo próprio de um grupo de pesquisadores, o que é importante é se tirar dessa visão do inimigo público de uma coisa que está localizada e tentar entender o processo. Eu acho que assim ética pública tem que se entender o contexto. O contexto do pesquisador no país também está muito ruim. A subvenção de pesquisas são poucas, o indivíduo faz uma concorrência terrível em relação ao que ele tem que produzir. E ele sofre pressão. Quando o indivíduo recebe um convite de uma coisa internacional, com tudo aprovado, com toda a coisa o indivíduo se joga, muitas vezes, numa temeridade que depois traz conseqüências muito grandes. Então, vai depender, no meu ponto de vista, de investimento também para a pesquisa, de proteção do pesquisador brasileiro. E, claro, de normas, da gente pode olhar, as normas que são de proteção de população vulnerável. Socialmente vulnerável, que não é só aquele vulnerável que não pode responder. Enfim, acho que é isso. Deixa-me ver se me faltou alguma coisa. Ah, sim! Os Estados Unidos, o comitê, eu acho que isso é importante, o Comitê de Ética da Universidade da Flórida, ao que tudo consta e todas as evidências que nós temos, recebeu o protocolo original. E recebeu, e eu recebi a tradução do próprio, a base da tradução onde dizia que as pessoas iam alimentar mosquitos de área endêmica. Então, eu acho que, assim, em minha opinião, que cabe sim ao país perguntar que espécie de critérios de aceitabilidade ética foram feitas por eles para uma pesquisa desse tipo no território nacional. E o governo americano tem uma comissão de Bioética do governo americano que inclusive produz as regulamentações para pesquisa em países em desenvolvimento. Eu conheço algumas delas, tá? E no qual está lá tudo dizendo que tem que ter proteção, tem que ter cuidado como é, tem que respeitar as leis que estão colocadas. Então eu acho que duas coisas cabia, primeiro perguntar ao RB, foi esse realmente o protocolo que vocês receberam e vocês aceitaram isso e por que. E, segundo, pedir à comissão de bioética dos Estados Unidos que se posicionem diante do caso porque, quem patrocina a pesquisa é o Instituto de Saúde americano, está certo? A outra coisa também que eu acho que vale a pena, tem sim documentos inclusive assim, eu gostaria de registrar, os pesquisadores que estavam envolvidos mais diretamente contribuíram com a, a investigação o tempo inteiro. É o que consta inclusive *e-mails*, tentando entender o que estava colocando e foi realmente colocado todas as coisas. Então um desses documentos que foi fornecido pelo pesquisador mostra que 120 fêmeas foram enviadas para os Estados Unidos. Para quê? Ele não é descrito dali e esse documento é assinado pelo coordenador de projetos da Secretaria do Estado de Saúde do Amapá pedindo ao Secretário de Agropecuária que libere a saída dos, dos mosquitos. Há, a gente vê que no

processo, na metodologia existe uma possibilidade, que não é descrita, porque não foi descrito em nenhum momento da avaliação ética, que existiria a saída de material biológico do país. Mas existe uma possibilidade que entre as classificações que eles estavam fazendo que eu via que tinha uma classificação dos mosquitos, das espécies porque tinham que ser comparadas, e a gente sabe que algumas são *genética*s até, e nem sempre se faz no Brasil. Então, há, pode ser, e essa pode ser a, que saia. Mas de qualquer forma saiu. E se ele vai ser usado só dessa forma ou não, precisa que o país saiba como é que seu material biológico está sendo tratado, entendeu? E nós encontramos inclusive outra, envolvendo o mesmo pesquisador, no qual existia uma associação para a saída de mosquitos do Brasil. E é bom frisar que a pesquisa genética de controle genético da malária hoje em dia é de ponta, tá? A criação de mecanismos genéticos do que é o patenteamento dessas coisas depois. Então eu acho que abre, realmente, um horizonte grande do que vai se precisar discutir no país em relação a proteção do país, com a população vulnerável e com projetos internacionais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu gostaria de fazer algumas perguntas, duas ou três. Esse trabalho que o senhor fez no caso do Amapá já tinha feito em algum outro lugar?

SR. CLÁUDIO LORENZO – O trabalho que eu fiz do ponto de vista da análise metodológica? Não, nesse sentido não. A não ser do ponto de vista acadêmico.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas, pelo seu conhecimento do assunto, sua dedicação, existem outras pesquisas desse tipo em andamento no Brasil?

SR. CLÁUDIO LORENZO – Em andamento eu não posso afirmar. Eu acho que isso merece se pedir. O que eu encontrei foram artigos publicados, tem um de 2002, publicados em jornais internacionais, em jornais importantes, um jornal de Entomologia, talvez o jornal mais importante de Entomologia médica em que um estudo feito no sudeste do Brasil o indivíduo disse: "Foram capturados, uma parte foi alimentada em, em animal a outra parte foi alimentada em humano". Ele diz se esse humano colocou. Eu tive relato também só de ouvir, de pesquisadores, que têm, não consegui localizar, de que teve um estudo recentemente na Guiné no qual, na Gâmbia, na qual os indivíduos alimentaram mosquitos, vários indivíduos da comunidade alimentaram mosquitos. E lá é mais grave ainda porque a taxa de infectividade dos mosquitos não é 3,5%, mas 18%. Tá? E é também um estudo financiado por, claro, a Gâmbia não vai ter essa, esse poder de fazer isso. Então, assim, eu acho que tem que regulamentar, tem que regulamentar essa coisa do estudo de zoonoses. A gente já ouviu falar da questão da oncocercose que é uma doença de um carrapato que causa a cegueira no qual os índios participavam da captura desses, desses... então isso é importante para a gente entender a dinâmica do contexto para não se pensar que se trata de uma situação ali travada por três ou quatro pesquisadores. Pode ser alguma coisa que esteja no mundo, dentro de uma racionalidade que está em cima do, enfim, da racionalidade econômica e científica, um pouco unida, não é, o velho complexo tecnológico científico, levando a que o indivíduo ultrapasse essa linha do que é o respeito. Porque se a gente vir dessa forma, e se a gente vir com a possibilidade de que maneira também a gente forma, discute, chama o pesquisador, eu acho que se vai se fazer isso tem que se chamar os pesquisadores importantes do país e dizer: Venha cá, o que é que a gente faz mesmo? Vamos deixar aquela coisa do que é que a gente faz para passar? O que é que a gente faz, o que é que precisa para que a pesquisa de malária e de outras zoonoses possam acontecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Essa pesquisa que o senhor disse que foi publicada lá não cria nenhuma contestação ética? Apenas o pesquisador colocou?

SR. CLÁUDIO LORENZO – Não, não existe. Então vocês sabem que às vezes a descrição de determinados procedimentos da metodologia, ele precisa ser abreviado para que o indivíduo possa discutir resultados e tudo o mais. Então é claro que uma situação dessas não passaria. Mas eu acho que, por exemplo, os dois artigos que aparecem depois que a Lei 196, eles merecem pelo menos ser vistos de que maneira essa avaliação foi feita. Com esse mesmo intuito de não buscar uma coisa do ponto de vista talvez assim, de uma idéia particularizada, mas para entender de que maneira isso está sendo feito e de que forma a gente regulamenta a captura. Agora, de todos os pesquisadores, eu liguei para outros pesquisadores de malária, liguei, falamos com outras pessoas. Três pessoas colocaram, todo mundo diz: Olha, não tem técnicos suficientes para fazer captura. Não se faz captura, vai se levar não sei quantos anos e ninguém vai sustentar uma pesquisa em que você tenha uma ou dois capturadores e que você leva um tempo enorme. Se o procedimento for grande. É por isso que eu estou dizendo que a parte de investimento é necessária. Enquanto se desenvolve tecnologia alternativa de isca humana, é necessário formar Técnica, mas isso não impede a responsabilidade. Então, por exemplo, eu acho que o projeto, esse é saúde que queria ter dado e esqueci, o projeto teria sim gasto um pouco mais para formar

capturado horas e manter na área de pesquisa. Eu fiz o cálculo do gasto a partir do que eles receberam no ano que houve a captura, por exemplo, e do que é que eles receberam naquele ano. Então, eles receberam duzentos e cinqüenta mil dólares para as pesquisas em 2003. O gasto com a captura, que é o principal, que é a partir do qual ele pode fazer todo o resto, significou 0, 97%, dois mil quatrocentos e cinqüenta e cinco dólares. Então há uma espécie de visão econômica, e aí eu acho sim, de que se tira uma vantagem de uma situação social mesmo. Porque, manter, formar o indivíduo com grau secundário, treinar bem e manter lá, isso significa um gasto muito maior atrás. Esse sacrifício é necessário que os patrocinadores de pesquisa compreendam que tem que ser feito, e que os países não podem servir para esse tipo de economia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu agradeço Sr. Allan e peço dois minutos para fazer um telefonema avisando de atraso. O senhor pode vir para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-SP) – O senhor está com a palavra.

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Ilustre Sr. Senador Paulo Paim, Senador Paulo Buarque e aos senhores Presidentes aqui da plenária. Antes de começar a falar exatamente sobre o projeto, eu gostaria de fazer um breve histórico da minha entrada nesse projeto, Até para que a gente entenda realmente a minha participação nesse contexto. Eu sou servidor do Ministério da Saúde, da FUNASA e sempre trabalhei no estado do Rio de Janeiro, lá eu coordenei alguns anos o laboratório estadual de entomologia, fui diretor do centro de controle de zoonoses e dei assessoria Técnica ao Ministério da Saúde na área de entomologia médica porque o meu mestrado é na formação de entomologia médica. No ano, no final de 2002, eu fui convidado pela Universidade de São Paulo, a Fiocruz, o Aggeu Magalhães e pelo Dr. Robert Zimmerman, que é o coordenador do projeto para que eu pudesse trabalhar no estado do Amapá num projeto de malária que é o projeto que ora estamos discutindo. Só lembrar que toda a tramitação de documentação, de projeto, ela foi feita momentos anteriores a minha entrada nesse projeto. Esse projeto, ele, na verdade, é uma continuidade de um projeto que já existia nessa comunidade com a dra. Maria Stela Branquinho, que era a tese de doutorado dela da USP. Ela trabalhava na USP e ela tinha um trabalho nessa comunidade ribeirinha, mais precisamente na comunidade de São Raimundo do Pirativa, e que lá já executava capturas de doze horas como nós fazemos. Não tinha, obviamente, no projeto dela, parte de alimentação. O trabalho dela ela parte de captura de anofelinos. E já naquele período, junto com a USP, eles já indenizavam, já pagavam aos coletores da comunidade o valor de dez reais, que era o valor recomendado para um dia de coleta, uma noite de coleta. Então, antes de se iniciar esse projeto, quando se baseou nesses dados, dessa tese de doutorado da USP e com base nessa tese de doutorado, aí sim se montou também com o pessoal da USP, a dra. Stela Branquinho, Dr. José Maria Barata, é, montou-se um projeto maior. Até porque nessa comunidade existia uma alta endemicidade de malária e existia uma densidade anofélica muito grande, que valeria à pena se estudar com mais cautela, com mais cuidado para entender, de certa forma, o processo de transmissão dessa doença. Por aí, baseado nesse projeto inicial da USP foi que se montou um projeto com financiamento da Universidade da Flórida que dez andou no projeto final que começou em 2003 em Pirativa. Todo o processo de tradução, todo o processo de tramitação de documentos no Conselho de Ética, eles não passaram por mim. Eu apenas sou o executor do projeto. Quer dizer, Dr. Cláudio, com certeza já avaliou isso nas suas reuniões junto ao conselho de saúde. Então toda a parte de tradução, pelo que me consta, ela ficou destinada a Universidade de São Paulo, porque a dra. Maria Stela Branquinho e o Dr. Jacó Voorham que era o pesquisador que desenvolveria o trabalho no estado do Amapá. Quer dizer, com a saída dele e com o retorno dele para o país dele, Holanda, de origem dele. Aí sim, abriu-se essa vaga de pesquisador e, aí, eu fui convidado para ocupar essa vaga. E quando ocupei essa vaga todos os documentos pertinentes ao projeto estavam, a princípio, autorizados. Nós, quando sentamos ainda no Rio de Janeiro para discutir o projeto. Ele estava com o documento todo lá. Inclusive com os termos de consentimento, com toda a documentação é... Pertinente, que o CONEP solicitava na época, e que só hoje a gente descobre que faltou alguma coisa, que houve erro de tradução. Mas que eu, pessoalmente, não participei dela e posso provar tudo isso. Já saindo um pouco dessa parte histórica. Só lembrar que captura de anofelinos não existe outra forma de ser feita no Brasil a não ser com capturas com isca humana. Eu trabalho no Ministério já há dezoito anos e sempre fizemos e fazemos, não é uma coisa específica do estado do Amapá, e fizemos e fazemos isso em todos os estados brasileiros que você tenha problemas com transmissão de malária, por que isso?! O nosso principal transmissor de malária é, *anopheles darlingi*, ele é antropofílico. Então, ele tem preferência por sangue humano. Não existem outras alternativas que não sejam a captura com isca humana. Se a gente pegar o próprio manual do Ministério da Saúde, ele vai dizer, na pági-

na 37, que nós temos que estudar alternativas para substituir a isca humana. Mas, no entanto, não existe alternativas para isso. O próprio Ministério colocou em 2004, onde ele solicita que sejam pesquisados armadilhas que possam substituir a isca humana. No entanto não existe nenhuma ainda capaz de substituir o homem porque ele realmente é antropofílico. Então se a gente vai estudar epidemiologia de malária, nós infelizmente temos que fazer isca humana. Não tem outra alternativa. Isso não é feito exclusivamente por mim, nós podemos pegar diversas publicações científicas tanto em português quanto em espanhol, inglês, onde todas vão mencionar que a captura para trabalhar com mosquitos de malária, com mosquitos antropofílicos é isca humana. Alguns livros publicados no Brasil, e Até fora do Brasil, principalmente Dr. Forattini, que é uma pessoa da USP que a gente tem o maior carinho e maior respeito pelo trabalho dele, ele menciona a captura com isca humana. Porque essa é a única metodologia que nós temos no país hoje, para ser feito trabalho com epidemiologia de malária. Em relação a alimentação, como já falei anteriormente, onde eu assumi o trabalho em janeiro de 2003 já existia um documento, já existia o termo de consentimento que foi apresentado pelo Dr. Cláudio, e que no documento estava lá que as pessoas fariam a alimentação de cem mosquitos. Na minha concepção quando assumi em 2003 este documento estava no CONEP, porque isso foi a informação que foi dada pelas instituições responsáveis pelo projeto. Então, para mim não havia nenhum impedimento, até porque, como sou estudioso da área, sei que existem publicações com a alimentação e publicações no Brasil. Dr. Cláudio levantou algumas, não sei se são as mesmas minhas. Mas eu tenho uma que foi publicada em setembro de 2005, com alimentação com sangue humano. Quer dizer, obviamente, a que em si não diz quem são as pessoas que alimentaram, mas diz que foi alimentação com sangue humano. Algumas fazem sangue animal mais sangue humano, outras fazem sangue humano e fazem sangue com alimentador artificial, mas todas fazem comparativo com sangue humano. Então existem publicações. Então eu realmente não tinha o conhecimento de que o Conselho Nacional de Saúde não permitia a utilização desse tipo de Técnica, até porque, sabemos que existem publicações no Brasil utilizando a Técnica. E na Resolução 196, me perdoem se eu estiver errado, não tem muito claramente que isso não é possível ser feito. E para mim, que assumi o projeto em 2003, por solicitação do governo do estado do Amapá, já tinha um termo que autorizava fazer tal tipo de metodologia. Por esse motivo que nós a fizemos. Discordando um pouco do que o nosso amigo Sidney contou, realmente a alimentação não foi feita uma única vez em cinco dias, porque era o que era preconizado no nosso documento técnico. Isso a gente pode provar, até pela ação do Sidney, convoco ele a provar que nós fizemos nove dias. Nós fizemos cinco dias que foi como o Dr. Cláudio colocou, de 5 a 9 de junho de 2003, na comunidade de São João do Matapi, que naquela época era uma comunidade que não estava tendo surto de malária. O surto estava, se olhar os documentos técnicos emitidos pelo laboratório lá do posto de saúde, o surto ocorria na comunidade de São Raimundo de Pirativa e não na comunidade de São João do Pirativa. E que foi uma atividade coordenada não por mim mas pelo pesquisador Robert Zimmerman, que estava acompanhando esse processo de alimentação. Quando a própria USP, após nós fazermos esse trabalho, ela informou que esse não estava no termo brasileiro, nós suspendemos de imediato, embora tenha se colocado que seria feito duas vezes por ano, não fizemos mais. No momento que foi informado que não estava na documentação, nós suspendemos de imediato o tipo de trabalho e mantivemos apenas o tradicional, que era a captura com isca humanas, que é o que a gente faz o tempo todo. Só colocando mais em relação a questão da captura, informar que todas as pessoas que foram, que trabalharam conosco nesse projeto, elas estavam sendo reaproveitadas do projeto que já existia anteriormente. E que foi solicitado isso pelos líderes comunitários. Os próprios líderes indicaram os nomes das pessoas que participariam conosco nesse projeto. Dr. Cláudio coloca bem que poderíamos ter trazido pessoas de outra comunidade, claro, de outra, de outra área. Mas, por solicitação dos próprios líderes, inclusive temos documentos que mostram, que eles indicam os nomes das pessoas que iriam trabalhar conosco. Obviamente eles queriam que as pessoas da comunidade tivessem também condições de trabalhar no projeto. E aí montamos um treinamento, que na nossa concepção foi suficiente para, para alguns obviamente nem sempre todos têm a mesma assimilação. Fizemos um treinamento de quarenta horas na própria comunidade de São Raimundo onde tivemos profissionais da USP fazendo, dando aula, profissionais do laboratório de saúde pública LACEN, dando a parte de biossegurança. Eu, pessoalmente, dei aulas na parte de entomologia, forma de captura. Teve aulas também na área de malária, epidemiologia de malária. Então nós fizemos um treinamento com essas pessoas, e posterior a esse treinamento sim, iniciamos o trabalho de coleta que, Até o momento, para nós estava dando continuidade num projeto anterior feito pela Universidade de São Paulo Lá naquela localidade. Eu anotei muitas coisas que

perguntaram, vou tentar responder todas. Em relação aos casos de malária colocados, que não existia malária na comunidade, eu muito me estranhar isso porque se nós pegarmos, desculpa, me deixa pegar esse aqui mesmo. Se pegarmos aqui e olharmos no próprio projeto, ele foi escrito baseando-se em dados preliminares da própria comunidade. E a gente vê que nos anos de 1998, 99, 2000, já tinha uma grande incidência de malária na comunidade. Então, não foi o projeto que colocou malária lá, muito pelo contrário. Se nós analisarmos os dados do Sistema Nacional de Informação, do SEVEP, os dados que mencionam os dados de malária nós vamos ver que a malária já existia na comunidade muito antes de nós estarmos lá. Porque se a gente faz uma pesquisa de malária não tem porque fazer uma pesquisa numa área que não tem malária. Nós queremos estudar fatores de transmissão, a proposta do projeto era determinar, incriminar o vetor, transmissor de malária e, aí, fazer uma correlação Do processo de transmissão com o vetor. Densidade, sazonalidade, chuvas, temperatura, uma série de fatores que levam a transmissão naquela comunidade. E aí, sim, montar um estudo a fim de que possamos, futuramente, fazermos intervenções antes que a malária aconteça. Porque a proposta do projeto é determinar fatores entomológicos. Então a gente quer entender o comportamento do anofelino em relação ao próprio meio para fazermos as intervenções, antes de acontecer os surtos epidêmicos. Esta é a proposta que a gente crê que os resultados que nós temos é suficiente dá para fazer essa análise. Então por esse motivo foi colhido pela Universidade de São Paulo essa área. Só complementando o que o próprio Sr. Sidney colocou. Não fui eu que entrei na comunidade. A comunidade, ela já tinha um trabalho anterior com a dra. Maria Stela Branquinho. Inclusive eu fui apresentado à comunidade por essa pesquisadora que, inicialmente, estava conosco no projeto. Ela era responsável por toda a parte de laboratório, ela que fazia toda a análise de parte de Elisa, ou seja, a parte de infecção de prosoítos, ela fazia toda a parte de estudo de hábitos alimentares para saber que tipo de sangue esse mosquito se alimentou. Porque para você fazer uma análise se esse mosquito é importante para a transmissão de malária, nós temos que saber que tipo de sangue ele se alimenta, qual a carga que ele tem de prosoítos e qual o potencial de transmissão que ele tem. E por esse motivo é que foi colocado nesse projeto a questão da alimentação. Porque a gente tem que fazer um estudo do ciclo anotrófico, onde você analisa tempo de alimentação, tempo de postura e tempo de retorno para a segunda alimentação, para saber se ele tem capacidade vetorial de exatamente transmitir a malária. Porque muitas das vezes a gente tem isso a gente vê dentro do próprio Ministério, também sou do Ministério. Você às vezes faz uma intervenção numa localidade só porque lá tem mosquito, muitas vezes o mosquito que está ali não tem potencial de transmissão. Se ele não transmite a malária, a intervenção química ou a intervenção física, que seja, ela tem potencial muito pequeno. Porque na verdade os mosquitos transmissores não são aqueles que estão naquele dado momento naquela comunidade. Esse é o intuito do projeto. É, quando a gente faz, estuda a questão da malária, é só lembrar que os dados, embora estejam no documento com a folha do projeto, eles são fielmente retirados do documento encaminhado pela responsável pelo laboratório de lá. E são, obviamente, acompanhados também pelo sistema de informação, então onde apenas digita para poder ser uma forma mais correta de avaliar, de acompanhar esses casos. Agora, quando se fala, como na matéria que foi colocada que o Sr. Adelson diz que ele teve malária, e depois teve de novo malária, teve de novo malária. Quem trabalha com malária sabe que existe LVC, é lâmina de verificação de cura. Ou seja, todo o paciente de malária, ele, sete dias após fazer a lâmina, ele tem que retomar e fazer a lâmina de novo para saber se o tratamento foi eficaz. Então quando essa pessoa retorna uma semana depois, quinze dias depois e vinte e um dias depois, porque isso é um procedimento do Ministério da Saúde, e se ele está positivo, ele não é um caso novo, ele não contraiu aquela malária, ele apenas está mantendo malária que apresentou uma semana antes, quinze dias antes. Esse é o procedimento do Ministério. Ou seja, por isso que se faz lâmina de verificação de cura, para saber se o tratamento realmente foi eficaz. Porque se faz isso? Porque na Amazônia como um todo, tem-se o costume, infelizmente as pessoas fazem isso, de não tomarem todo o medicamento, o medicamento realmente não é um medicamento bom, quer dizer ele te deixa tontura, dá náuseas, uma série de coisas. Então as pessoas às vezes tomam dois, três dias e param o tratamento. E aí essa malária que ele tinha, ela reaparece porque não foi curada ela, não foi devidamente tratada. Por esse motivo as pessoas têm esse acompanhamento. Colocando os casos que o nosso amigo Sidney colocou, de três pessoas da comunidade que tiveram malária. Realmente, o Sr. João Gomes, ele teve malária, foi internado e agradeço a colaboração do Sidney na época que como eles tinham liberdade de internar no hospital São Camilo, o internamos. Agora hoje as duas pessoas, elas foram acompanhadas, tenho provas disso documentais, que elas foram acompanhadas e que não, na verdade, não tiveram é... Malária grave. O caso do Sr. Francisco ele tinha malária

num período, mas a internação dele, nós temos prontuários médicos para mostrar isso, embora eu não seja médico, como estão se cogitando, mas existem médicos no projeto e avaliam esse prontuários. O motivo de internação maior dele não foi a malária, ele tinha outros problemas que, não decorrentes da malária, mas que, por um motivo desses ele ficou internado. O Sr. Sérgio de Souza que foi outra pessoa que teve malária, ele teve malária mas a internação dele, que não foi nem uma internação, ele ficou uma noite no hospital, foi porque ele tomou excesso de medicamento. Isso foi comprovado pelo próprio médico que atendeu ele, em vez de tomar a dose recomendada para aquele dia, ele tomou todas as doses que deveriam ser tomadas. Não posso julgar, mas foi isso que aconteceu com ele. Por isso que ele nem aparece no prontuário médico, na verdade, não recomendava. Quando se fala de tratamento, o projeto, em momento algum, ele diz que vai tratar pacientes de malária. Isso não é, em momento algum estava no projeto e nem é obrigação nossa de fazer isso. Na página 42, do manual do Ministério, ele diz claramente que isso é atribuição do município. O município que tem a obrigação de coletar lâmina e tratar os pacientes de malária. Porque se toda a pessoa que contrair malária, ela for para um hospital não vai ter hospital suficiente para atender essas pessoas, principalmente na região Amazônica. Eu estou vindo de um Congresso de medicina tropical que está acontecendo em Teresina, Piauí, onde nós estamos, fechamos 2005 com 600 mil casos de malária na região Amazônica. Então, se todas as pessoas forem procurar um médico, um hospital para a internação, realmente não tem condição. E a recomendação do próprio Ministério da Saúde é que o tratamento seja local. A pessoa coleta a lâmina e lá mesmo ela é tratada. E não foi, em momento algum, obrigação do projeto tratar porque eu não sou médico, eu não posso fazer isso. Eu sou biólogo e sou entomologista, a minha única atribuição era mosquitos. E, no projeto, pelo que me consta, eu nunca prometi isso a ninguém, eu prometi que ia ter médico, que ia ter assistência porque não fizemos, tinha sim para os casos graves de malária, se procurassem seriam atendidos. E todos os três casos nós acompanhamos eles e estivemos com eles, e nós podemos provar documentalmente isso. Vamos lá, tentando responder um pouco a questão do Dr. Dardeg, a questão do CRM. No próprio documento, na página 76, tem um documento encaminhado pelo coordenador de pesquisa do estado do Amapá, Dr. Álvaro Couto, que encaminha ao Conselho Regional de Medicina para fazer a apresentação e a aprovação do projeto no Conselho, não é? Obviamente não era o período do Dr. Dardeg era outro Presidente na entidade. Mas isso foi apresentado no Conselho Regional de Medicina, e eu estava presente lá e tenho a assinatura de todas as pessoas que participaram da reunião, tá, no documento. É só olharmos as páginas, na página 91 a 108 tem o convite para as pessoas e a assinatura delas na folha do dia que foi apresentado ao Conselho. É só procurar a página 91 a 108 da pauta da audiência pública. Ela está nessas páginas. Quer dizer, não fui eu que encaminhei, não fui eu que apresentei, Até porque, o próprio CONEP sabe, eu não sou, a nível de CONEP, o pesquisador responsável. O pesquisador responsável no Brasil, dra. Mércia Arruda e dra. Stela Branquinho, Maria Stela Branquinho da USP e o Dr. Robert Zimmerman que é o coordenador principal da Universidade da Flórida. Agora eu participei dessa audiência, dessa reunião onde foi apresentado o Conselho Médico do estado exatamente o projeto, né? E aí está, vocês podem ver na documentação. Ah, complementando! Inclusive não foi só a participação do pessoal da, do Conselho de Medicina, foi convocada toda a área médica do estado, inclusive secretários municipais de saúde, estaduais de Saúde, Instituto de Pesquisa do estado. Só não foi convocado o Comitê de Ética e pesquisa porque não existia em Macapá, nesse período, o Comitê de Ética em pesquisa. Mas todo o pessoal ligado a área de saúde foi convocada para essa reunião. Bem colocado que é de domínio público todas as informações. Em relação ao que o pessoal me colocou muito, me deixou muito preocupado. A questão de negros, não é, nós não temos nada, pelo amor de Deus, com relação a negros, muito pelo contrário. Eu tenho grandes amigos e dos melhores amigos são negros. Inclusive eu sou padrinho de crianças que são de cores escuras e não tenho nada a ver quanto a isso. E devo dizer mais uma vez, essa área, ela foi previamente selecionada pela USP, num projeto em 1999. E pela sua importância epidemiológica e entomológica é que nós mantivemos o projeto lá. Então não fui eu que escolhi essa área, essa área foi escolhida pela Universidade de São Paulo em 1999, em publicação de doutorado, vocês podem ter acesso a ela. Não temos nada contra essas pessoas, muito pelo contrário. No nosso grupo tem negros e brancos, eu também sou branco e não tenho nenhuma discriminação contra raça, religião, nada disso. Então eu quero até colocar isso aqui, porque às vezes parece que a gente está utilizando uma região de quilombolas, por se negros não, pelo amor de Deus! Não pensamos nisso não. A área foi escolhida porque tinha uma publicação científica na área, pela sua importância entomológica, epidemiológica e porque a pesquisadora responsável, da USP, já tinha acesso a essa

comunidade, já conhecia a comunidade, já trabalhava nela. Por esse motivo é que nós comunicamos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – O advogado está colocando o seguinte, muito bem colocado. É que no estado do Amapá não existem áreas definidas, área de branco, área de negros, área de quilombos, todas as áreas existem pessoas convivendo naturalmente e todas as áreas do estado do Amapá, quase sem exceção, inclusive próximos a cidade, as áreas urbanas têm transmissão de malária. Se a gente for acompanhar os casos de malária do Amapá a gente vê que não está restrito a essa região, não está restrita a área de quilombola, não está restrita a área de pessoas de cor branca, a malária está em todos os locais. E a seleção foi colocada exatamente por questão epidemiológicas e entomológicas. E muito mais ainda em áreas de garimpo, que são áreas, que existem muitas áreas de garimpo no Amapá e essas áreas também têm muitos casos de malária. Colocando o que foi colocado, desculpa, em relação ao que o Dr. Dardeg colocou também o documento do Sr. Euclides Siqueira, muito me estranha ele ter um documento em branco, Dr. Dardeg, porque eu tenho o mesmo documento assinado. Então eu acho estranho a colocação de um documento em branco, não vou dizer que não exista, mas o que eu tenho aqui e posso deixar para a plenária ver também tem a assinatura do Sr. Euclides da Siqueira e podemos comprovar depois se é verídica ou não. Esse documento em branco eu desconhece ele existe, se ele existe, ele foi tirado da cópia do colaborador, do voluntário que trabalhou na pesquisa porque esses documentos eles tinham três cópias, um que vai para a Universidade dos Estados Unidos, um que fica em meu poder e outro que fica em poder da pessoa que assinou o termo de consentimento. Então, se ele, nesse termo dele, não assinou, aí é uma questão dele, eu realmente não vou dizer que: Ah, não, cobrei a assinatura nesse momento. Até porque eles, muito contrário ao que o Sidney colocou e convoco-o a provar isso, que as pessoas não tinham tempo de ler o documento. As pessoas têm cópia do documento, as pessoas leram o documento. Tem pessoas que entregaram o documento dois, três dias depois, então dizer que tinha 15 minutos para ler o documento e logo em seguida ele me devolver não é verídico isso tem um pouco de infundamento nessa história. Quer dizer, e até porque, no documento diz que ele pode sair a qualquer momento se ele quiser. Mesmo que foi, não foi isso, que eu tivesse dado quinze minutos para a pessoa ler o documento e assinar, ele poderia ter passado a noite, uma semana, um mês, lido e dizer: Eu não quero participar. É um direito que está bem claro isso no documento. Embora, torno a repetir, não tenha sido eu que elaborei esses documentos, mas ele está claro nesses documentos. Uma das outras coisas que foi colocada constantemente é que as pessoas não tinham acesso ao laboratório. Essa é uma inverdade muito grande. Porque o nosso amigo Sidney, inclusive passava muitos dias sentado conosco conversando no laboratório, a sua filha, a sua esposa, tinha acesso, todas as pessoas tinham acesso aquele laboratório. Obviamente, por determinação minha, minha, porque a gente sabe que isso é sempre complicado, eu não permitia, quando eu não estivesse presente no laboratório, entrada de pessoas do sexo feminino porque sempre existe aquela questãO – Ah, porque, o pessoal da malária está tendo relações com mulheres dentro do laboratório, tal. Então eu realmente não permitia essa entrada dentro do laboratório e no quarto do laboratório. Porque é uma área que deixava restrita ao pessoal que vai trabalhar, que vai dormir, que vai descansar. Agora, fora isso, o laboratório sempre foi aberto para todas as pessoas. E prova disso é que as lâminas de malária eram feitas dentro do laboratório. Depois é que não foi feito mais. Mas, a responsável por coletar lâminas de malária na comunidade, ela o fazia dentro do laboratório de entomologia. Até porque tinha mais condições do que o posto de saúde. Então ela é feita lá. Então dizer que as pessoas não tinham acesso a isso, é muito complicado. Porque a gente pode provar isso que todo mundo tinha acesso até porque, inclusive, eu tenho fotografia das pessoas que adentravam constantemente no nosso laboratório. Uma das coisas que, que assim, que me deixou muito, muito triste com essa história toda, não quero me fazer de vítima aqui, mas é que esses últimos quatro meses minha vida tornou um inferno. Eu parecia que virei um monstro da saúde pública que venho aí fazendo uma série de atrocidades, que torturava as pessoas e uma série de coisas. Isso me causou danos assim muito grandes. Eu fui obrigado a retirar as minhas filhas do meu convívio familiar porque a televisão, os jornais todos os dias colocavam atrocidades sobre a minha pessoa. Eu tenho recortes de jornais para mais de cinqüenta, falando sobre isso, inclusive dizendo que eu já estava sendo preso. Eu nunca fui julgado, e tem lá, a primeira página, a minha foto dizendo – "Pesquisador vai ser preso". Quer dizer, isso me criou um transtorno muito grande. Eu hoje vivo a base de medicamentos, até porque o tempo todo que isso está no jornal, isso está na imprensa e não foi apurado, quer dizer, a gente conversou com o Dr. Haroldo muito gentilmente e sabiamente mandou a solicitação de documentação. Nós atendemos dentro do prazo solicitado por ele,

tentamos atender da forma que foi possível, tentando responder. Isso, agradeço ele dar a oportunidade de mandar a documentação. Fora isso, o restante foi todo somente me julgar antes mesmo de eu ter o meu próprio julgamento. Então a imprensa local, todas as pessoas, mesmo antes de conhecer os acontecimentos me prejulgaram como realmente eu fosse o grande vilão da história e fosse o grande torturador nazista da nação. Isso me deixou muito, assim, um pouco entristecido e que abalou por completo a minha estrutura familiar. Os meus pais que moram no Rio de Janeiro estão sob medicamento, porque isso se tornou uma coisa de cadeia nacional. E mesmo sem te autorizar, a imprensa utiliza constantemente a nossa imagem, coloca essa imagem nos jornais na televisão e até parece que nós realmente estamos sofrendo todos esses processos judiciais que eles mencionam. Eu cometi um grande erro no início, que foi tentar defender o projeto quando se foi mencionado a primeira vez na televisão o episódio lá, a partir da denúncia do Dr. Haroldo. Eu tentei fazer a defesa, até porque na minha concepção o projeto estava todo *ok*. Não tinha nenhum problema de tradução, não existia problema nenhum. E tentei defender. Só após evidentemente fui observar que existiam erros, que não foram da minha responsabilidade e que aí a gente pôde realmente ver que existiam coisas que não estavam é... corretas, mas que na minha conduta técnica eu fiz e, sempre as coisas que foram recomendadas, que foram executadas e que, na minha concepção, elas estavam corretas, até porque são metodologias utilizadas no Brasil. Em momento algum nós inventamos metodologias novas, nós inventamos coisas diferentes. Nós apenas fizemos o que se faz, a pesquisa de malária no Brasil e no mundo. Toda a pesquisa a gente pode é... o Congresso do ano passado de saúde de medicina tropical foram apresentados 11 projetos com capturas de isca humana. Eu estava no congresso essa semana agora, tem mais umas dez publicações também com capturas de iscas humanas. A alimentação tem publicações recentes com alimentação de sangue humano. Então na minha concepção nunca pensei que estaria errado o que nós estávamos fazendo, até porque é a metodologia feita no Brasil. Eu acho que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Ah, tá! Em relação ao contrato escrito em inglês, eu não participei dessa elaboração do contrato, mas falo sobre ele. Quem lê o contrato sabe o que está escrito em inglês ali está traduzido... Apenas não foi retirado daquela parte do contrato. Como já tinha o carimbo da Universidade nós utilizamos. Mas foi um erro que não foi cometido por mim, mas um erro. Mas o que está escrito em inglês já está traduzido também no português. Apenas ele não foi retirado do documento. Aquela parte em inglês porque foi a tradução, o que foi um erro realmente. Outra coisa que está sendo bem lembrada é que quando coloca a questão do telefonema para os Estados Unidos, obviamente, antes de se colocar isso se coloca o nosso telefone, tanto o meu telefone, o endereço, coloca o telefone da médica que ficou responsável no projeto. E, se ele tiver dúvidas, que ele poderia ligar, porque isso é recomendado, isso tem que ter no documento, ele tem que solicitar a fonte da coordenação geral que é, no caso, os Estados Unidos. Em relação a dra. Vanja, não quero fazê-la, defendê-la, é claro, o que a gente foi discutido é que se precisasse, fosse uma malária muito grave a dra. Vanja seria acionada. Mas ela teria, obviamente, que ser procurada. O que nunca foi feito. Ninguém, nesses três anos, procurou a dra. Vanja para nenhum tipo de atendimento. Por esse motivo que ela não foi acionada para nenhum desses casos, até porque, não existiram esses casos graves assim como estão se comentando. E se nós olharmos no próprio documento, só pegando aqui só um minutinho, os casos de malária da comunidade mais especificamente da comunidade que a gente trabalhava, ela reduziu no período que nós estivemos lá. Embora as pessoas digam o contrário, se nós buscarmos informação no SIVEP, que é o sistema de informação de malária no Ministério da Saúde, a malária reduziu nesses anos que nós trabalhamos lá. E se olharmos também na página 43, a gente vai ver que as pessoas que trabalhavam conosco foram as pessoas que menos contraíram malária, embora fossem moradores da comunidade. Então, na página 43, a gente tem aqui os casos de malária da comunidade e os casos de malária relacionados às pessoas que trabalhavam conosco no projeto. A gente vê que 2004 e 2005 nós tivemos muito menos casos em pessoas que trabalhavam conosco do que pessoas da comunidade. E a gente olha que em 2003, quando entramos na área, 2004, queda de malária, 2005 também uma queda, com um aumento porque a malária aumentou no estado do Amapá e no Brasil como um todo, não só no estado do Amapá. Eu acho que a exposição inicial.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu quero agradecer bastante ao Dr. Allan Kardec que tenha vindo aqui, que tenha exposto, falado com transparência muito grande. Nós temos algumas perguntas a fazer, mas me preocupa muito que as duas horas tanto o Senador Paim como eu temos que estar no Plenário. Eu estou inscrito para falar logo no começo, V.Exª. sempre é o primeiro. Se a gente não fala na hora perde. Eu creio que só uma

contradição que eu percebi é se havia ou não malária na região. Dr. Cláudio disse que havia, não, que não havia. E o senhor diz. Eu, aliás, faço a perguntA – Se havia malária não era uma temeridade fazer a coleta de sangue?

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Como, doutor?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Se havia malária.

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não era uma, exatamente o oposto, ficava uma temeridade fazer a coleta do sangue tendo em vista que os vetores eram contaminados?

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – A coleta de sangue, doutor, ela é feita naturalmente em todo o estado brasileiro quando a pessoa apresenta sintomas de malária.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não, não, eu estou falando entre essas pessoas...

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Coleta de sangue o senhor diz o quê?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – A coleta.

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – As pessoas todas, antes de entrar no projeto, quer dizer, inicialmente a USP determinou que essas pessoas ficassem sete dias se tivessem malária sem coletar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas o mosquito não ficava sete dias, o mosquito contaminado podia vir.

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – É claro, isso é verdade, a metodologia de isca humana e isso estava escritos em vários livros nacionais e internacionais.

Ele não nos permite que deixemos os mosquitos se alimentar, então na captura natural de...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas aí se deixava alimentar.

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Nós fizemos um único procedimento em junho de 2003 que alimentamos mosquitos que não foi cem como consta no documento, foi muito menos do que isso, como está na própria Ata aqui da reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sei. Segundo, havia pagamento. Isso não é contra regras?

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Olha, hoje eu entendo que sim. Depois que nós discutimos bastante a questão. Naquele momento não, até porque a comunidade já estava viciada, porque a USP já pagava a comunidade. Então você entrar numa comunidade e falar: Olha, vamos agora coletar mosquito, mas esquece que o pessoal te pagava que agora vai ser de graça. Ninguém faria isso porque a comunidade já recebia pela dra. Maria Stela Branquinho a colaboração da diária delas. Então você entra na comunidade para estudar e as pessoas que trabalhavam já recebiam anteriormente, e se você agora diz que você não vai dar nenhuma gratificação é muito complicado. E como é permitido ao sujeito da pesquisa receber dinheiro para a alimentação, dinheiro para deslocamento, e que na comunidade fica muito complicado isso, porque o deslocamento só é via fluvial, nós optamos por manter o pagamento dessas pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agora a informação que a gente tem é que a dra. Branquinho saiu por discordar do processo.

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – É bom que se apure, ela menciona isso, inclusive foi dado a ela o direito de pedir para sair desse projeto. Agora, ela saiu, se não me engano, final de 2004. E no entanto o processo aconteceu em junho de 2003, se ela discordava desse processo acho que ela tinha que ter saído antes e tinha que ter divulgado isso. Porque quem traduziu os documentos, pelo que me consta foi a dra. Maria Stela Branquinho. Então se ela traduziu o documento, se ela estava constantemente na área, se ela sabia que a gente ia fazer o procedimento, por que ela não avisou isso antes? Por que ela só avisou que não era permitida a alimentação depois que fizemos? Essa também é uma pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E uma pergunta a seguinte, de fato os termos de compromisso foram lidos para a comunidade antes que cada um assinasse?

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Todos receberam o termo de consentimento, todos receberam três vias.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Receberam, mas foi lido para eles tendo em vista que alguns não sabiam ler?

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Não, todos sabem ler, todos sabem ler. A única exceção que não sabe ler é o senhor que trabalha em São João que é o Sr. Francisco, Francisco Moraes. Porque pelo que me consta se não sabem ler foi indicação da própria comunidade e uma das instruções era que tivesse alfabetização.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, o Dr. Haroldo queria fazer, muito rápido.

Dr. HAROLDO JOSÉ DE ARRUDA FRANCO – Muito rápido Excelência, é apenas três observações.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Um minuto, um minuto, o Dr. Haroldo eu quebrei aqui o protocolo, primeiro o Senador que é o meu Vice-Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP) – Não, as minhas serão rápidas também, eu farei todas junto e ele poderá responder de uma única vez. Primeiro dizer que para mim sempre é estranho quando V.Exª. diz que a doença malária está em todo o estado. Mas a experiência, para não usar a palavra cobaia foi feita numa comunidade quilombola, sobrou para os negros, lá é que foi feita a experiência. Só fica, aí não precisa nem responder. Vou fazer um registro. Segunda questão, quando V.Exª. lembra que os líderes comunitários indicam o nome dos voluntários, mas isso é natural, se é pago, é por dinheiro, os pesquisadores não querem nem o enfrentamento e dizer quem vai ganhar quem não vai ganhar. Aí joga a responsabilidade para o líder comunitário, que ele vai ter que sortear lá e para dizer quem vai ganhar mais, quem vai ganhar menos arriscando a sua vida. São pequenas considerações. Mas eu tenho aqui, na mão, e eu vou só ler rapidamente, eu quero só que V.Exª., para ganhar tempo diga sim ou não. Esse projeto de pesquisa foi elaborado pela UNIVERSIDADE DA FLÓRIDA com financiamento, conforme eu tenho aqui. E eu não quero levar a dúvida comigo, foi falado que em duzentos e cinqüenta mil dólares aqui diz o seguinte, com o financiamento de um milhão de dólares do Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos no Brasil, sendo coordenado então pela FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, USP e FUNASA. Agora eu termino já. O Ministério Público apura também que os coordenadores da pesquisa não permitiram que os agentes da Fundação Nacional de Saúde borrifassem repelentes na área. E a última agora, na mesma linha, o Ministério Público solicitou a V.Exª. os seguintes documentos: Prova de registro em Cartório de pessoa jurídica, documentos que provam a autorização da pesquisa, parecer do Conselho Nacional de Biossegurança e do conselho de Ética entre outros. Isso V.Exª. encaminhou. V.Exª. falou que foi encaminhado por escrito pela assessoria. Fiz questão de fazer na presença de V.Exª. para que não levasse comigo a dúvida desses questionamentos também e aqui eu encerro a minha participação.

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Respondendo ao senhor, Sr. Senador. V.Exª. quando menciona a questão da comunidade quilombola, ela é uma comunidade que está em processo de tramitação para ser quilombola, ela não é reconhecida como quilombola ainda. Agora o motivo dessa área não foi por ser uma comunidade quilombola, foi por já existir nessa área...

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP) – Para mim não é importante se é quilombola ou não, é uma comunidade de negros.

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Perfeito. Eu volto a lhe, Excelência, lhe falar o seguinte, esse projeto já foi para essa área porque já existia um trabalho feito pela Universidade de São Paulo, USP, nessa área. Para todo o projeto que a gente faça hoje, nós temos que ter dados preliminares para podermos fazer o projeto. E como já existia dados, os únicos dados no estado do Amapá é esse, não existe nenhum outra área do estado do Amapá que tem um estudo entomológico como essa área. Então, foram os coordenadores responsáveis, dra. Mércia Branquinho, dra. Mércia Arruda e Stela Branquinho, pegaram exatamente essa área por lá já existir um projeto e com muitos dados entomológicos e epidemiológicos. A gente queria complementar essas informações. A escolha da área foi porque já existia um projeto, um doutorado feito nessa área com relação aos casos de malária. Eu torno a dizer,é só buscar os dados, no Sistema Nacional de Informação, no SIVEP, que vai estar lá, 99, 2000, 2001, todos os casos de malária. E no projeto tem os casos de malária 99, 2000, sempre existiu malária e muito mais do que existe hoje. É só pegar os dados não sou eu que estou inventando. Os dados estão aqui. Quando o senhor coloca arriscar a vida. Então eu arrisco a vida há muito tempo, porque eu sou do Ministério da Saúde, e todos os outros da Ministério da Saúde já arriscam a sua vida muito tempo, porque nós sempre pesquisamos, sempre descobrimos alternativas para o controle da malária arriscando a nossa vida porque essa é a função do pesquisador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP) – V.Exª. foi cobaia também?

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Já alimentei, já capturei muito mosquito e alimentei mosquito também.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP) – Sim, mas foi cobaia?

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Sim...

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP) – Então, V.Exª....

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Cobaia, o nome cobaia eu não concordo muito com ela, Senador. Mas eu também já alimentei mosquitos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP) – Foi cobaia também?

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas aqui há uma diferença, que é preciso dizer, eu acho até positivo que haja chamando cobaia ou não, mas que seja uma coisa voluntária, que não seja por um salário, que não seja pela necessidade. Porque quando se paga se condena os pobres a serem isso. Tem bombeiros, bombeiros correm mais risco de vida do que cobaias. Agora, o problema é o voluntário ou o remunerado. Isso o senhor próprio já reconheceu que...

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Concordo, hoje eu entendo, Senador, de que realmente não é permitido isso. Mas eu torno a repetir, isso já era uma prática utilizada naquela comunidade, e nós apenas mantivemos e não fui eu que mantive, não fui eu que determinei para o Haroldo...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – ... Mas, eu quero esclarecer inclusive doutor que aqui não se trata de apurar a sua responsabilidade-

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Não, claro, claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – ... De maneira alguma, aqui se trata de apurar houve ou não a prática que fere os Direitos Humanos, independente da sua pessoa. Nós não estamos aqui, absolutamente, querendo impingir qualquer responsabilidade específica ao senhor.

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Não, perfeito. Torno a repetir, Senador. Nós realmente pagávamos as pessoas o valor de vinte reais a partir de outubro de 2003 para que fizesse o trabalho de coleta até por entendermos que a comunidade necessitava desses valores para poder... a subsistência. Erramos, podemos ter errado, com certeza, segundo o conselho nós cometemos esse erro, na resolução 196, diz que a gente pode dar alimentação e transporte para o sujeito de pesquisa que para a nossa concepção não é a pessoa também, e sim o mosquito. Porque a pesquisa é entomológica, mas se cometemos, cometemos um erro por estar pagando as pessoas. Isso aí realmente podemos ter cometido. É, porque segundo informações podia ter dado uma cesta de alimentos, essas coisas todas. Mas, na nossa, naquele momento, a gente achava que melhor para aquelas pessoas seria uma gratificação. É só complementando o que o doutor, o Senador Paim colocou em relação a borrifação. Eu peço que as pessoas provem documentalmente que a gente proibia isso. Porque o que eu tenho em mãos e que vocês têm também, está na Ata na, página 81, foi a última borrifação feita no local. E eu tenho documentos quando aconteceu a epidemia de junho lá em 2003, de que eu pessoalmente solicitei borrifação no local. Agora tem que deixar claro o seguinte, naquela área, ela pertence ao município de Santana. Mas eu, pessoalmente, só vi os agentes de saúde do município de Santana uma única vez. Agora, quem sempre faz a cobertura de borrifação daquela área é o pessoal do município de Macapá, que é pertencente a comunidade São João. Como eles querem evitar que tenha a transmissão local, eles fazem a borrifação em São João e também fazem a borrifação na comunidade de São Raimundo do Pirativa. Então eu peguei o último documento, isso está encaminhado aos senhores de borrifação local. Mas podemos colocar todas que foram feitas e até a nossa solicitação de borrifação. Em momento algum o projeto interviu na borrifação Até porque isso é uma atribuição do município, e tem que ser feita. Então em momento algum nós fizemos isso, e nem temos autoridade para pedir que não faça a borrifação. Se eu tivesse que pedir eu teria que pedir oficialmente ao Secretário Municipal de saúde que o fizesse. Isso nunca fizemos. Isso eu quero que as pessoas realmente digam por que, na verdade parece que começou por aí dizendo que estava proibindo a borrifação e em momento algum nós fizemos isso e temos documentos, do serviço de aplicação de inseticida que vai comprovar a nossa veracidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, doutor, eu gostaria que fosse bem curtinho.

SR. ADVOGADO – Bem curtinho mas é muito importante, excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não como um Tribunal.

SR. HAROLDO – Eu sei disso, mas uma coisa precisa ser registrada aqui. Primeiro, no próprio projeto de pesquisa, mesmo em português se afirma que a pesquisa será realizada numa área quilombola com a participação privilegiando-se a participação de crianças. Segundo, com certeza isso está no projeto, mesmo em português, aí não teve erro de tradução, segundo, o Dr. Allan Kardec disse que o estudo de entomologia serviria para dizer que horas mais há a incidência da malária, que tipo de clima, que tipo de sangue o mosquito gosta ou prefere. Eu quero deixar registrado o seguinte com todo o respeito aos doutores aqui que eu aprendi muito mas tem um detalhe, qualquer habitante da região Amazônica sabe qual é a hora que a malária é perigosa de se pegar, em que lugar, na beira do rio seis horas da manhã. O tipo de clima na região Amazônica está em qualquer manual de geografia, agora, quanto ao tipo de sangue que o mosquito gosta ou prefere numa área quilombola, isso é manipulação de patrimônio genético. Eu quero deixar registrado apenas essas questões que, na verdade, sinceramente, essa

pesquisa não significa nada para o Amazônico. Essa pesquisa, o conhecimento, mesmo que ela chegasse ao final, só interessaria para os americanos, só interessaria para os Estados Unidos.

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Sr. Haroldo com todo o respeito que eu tenho ao senhor, eu tenho que discordar do que o senhor colocou, é um direito que eu tenho como pesquisador. E até sugiro que a gente convoque um grupo de pesquisadores para analisar os dados que nós temos. Eu tenho certeza que o senhor vai estar completamente equivocado. Os manuais que falam de transmissão de malária por anofelinos, eles são arcaicos, porque o senhor me disse agora, é óbvio ente a literatura que o senhor lê, não é uma leitura científica, ela diz que a transmissão é seis horas e eu digo que não. É por esse motivo que nós temos uma alta transmissão de malária na Amazônia. Porque nós temos, na nossa mente gravado que o anofelino só vem se alimentar às seis horas da tarde, isso é uma inverdade. Isso muda com relação a ambiente, a comportamento da população, a habitação, a uma série de coisas. E esse projeto tinha a função de responder isso e vamos responder. Embora não possamos publicar os resultados, mas toda a pessoa que quiser ler vai dizer o seguinte: Esse projeto mudou o controle de malária na região Amazônica porque esse era o papel dele e esse papel ele cumpriu. E todos os congressos que nós apresentamos esses resultados, e são vários congressos, nacionais e internacionais, todos louvaram o trabalho feito no estado do Amapá, todos, sem exceção. Pesquisadores pequenos ou grandes pesquisadores nacionais e internacionais elogiam o trabalho. É o maior trabalho de entomologia feito na América Latina, o maior trabalho. Com resultados impecáveis, resultados que podem ajudar a controlar a malária na região Amazônica. Então dizer que a gente já sabe isso é uma inverdade. Eu provo isso com dados de pesquisa que, infelizmente, o senhor nesse momento está equivocado. Porque, realmente, o comportamento anofélico muda de acordo com cada região.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, vamos deixar para aprofundar isso em outro momento. Doutor, também pedindo muita rapidez.

SR. DARDEG DE SOUSA ALEIXO – Rapidamente, apenas para dizer que o ilustre Sr. Allan Kardec faltou com a verdade quando disse que o CRM sabia. O CRM, na gestão passada, a minha gestão foi convidada para irá essa reunião de apresentação desse projeto, mas em nenhum momento foi dito lá, e isso quem me falou foi a dra. Neuma, ex-presidente, como seria feito, apenas foi dito que seria feito um projeto de malária que o CONEP tinha aprovado, como parece o foi. Mas não entrou em detalhes os fatores antiéticos que foram usados depois então o conselho, obviamente, não teria deixado isso acontecer. Em segundo lugar, o Sr. Euclides Siqueira é analfabeto, sim senhor, esteve no conselho, tem mais de cinco pessoas analfabetas, parece o que senhor não faltou com a verdade, que é tio dele, esteve no conselho, ele mal sabe assinar o nome. Eu digo analfabeto porque ele para assinar o nome ele desenha junto com a cabeça e não sabe ler. Para ler uma frase leva uma hora. Então essa pessoa é considerada, por mim, analfabeta. Então esse senhor, conforme está aqui, é realmente analfabeto. Somente isso.

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Em respeito ao que o senhor está colocando, doutor, algumas coisas eu gostaria Até que o senhor pudesse provar depois o que senhor está colocando. Porque eu desconheço não só no estado do Amapá, mas em populações ribeirinhas pessoas com nível de escolaridade como o senhor está querendo mencionar. As pessoas lêem e escrevem com dificuldade, isso é normal no Brasil. Quem está falando isso parece que não conhece o Brasil, não conhece a Amazônia brasileira. É só trabalhar com a população ribeirinha, que eu quero ver quem é que tem coragem de passar 12, 15 dias por mês lá dentro, arriscando também sob o risco de pegar malária, e ver que as pessoas não tem escolaridade. Ter escola na comunidade não quer dizer que as pessoas são alfabetizada, porque o nível de instrução é muito ruim. Agora, em relação ao que o senhor coloca, doutor, eu acho que tem um equívoco no que o senhor está colocando porque isso foi feito no auditório do Conselho Regional de Medicina...

SR. HAROLDO – Foi emprestado.

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Foi apresentado com a participação da Presidente do Conselho Regional de Medicina, está aqui o documento. E naquele momento tinha um projeto lá. Se as pessoas vão à reunião, dão *Ok* para o projeto e não lêem o projeto, não é de minha responsabilidade. O projeto estava lá. Então, eu não, não sou, não fui o responsável pela apresentação, não fui o responsável pela convocação, isso coube à Secretaria Estadual de saúde do estado do Amapá mas estava presente nessa audiência e foi apresentado o projeto na íntegra e foi apresentado o projeto lá para que as pessoas pudessem ler.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, eu, só um, rápido.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. CLÁUDIO LORENZO – ... Com relação a incidência de malária, o que nós tivemos acessas listas de positivado no posto que é responsável por todas

as comunidades ribeirinhas e próximas, não por ele. Aí a gente teve a atenção, Dr. Allan, de separar exatamente a lâmina de controle, isso está numa tabela do relatório que vai sair depois, isso nós conversamos, inclusive eu disse pessoalmente.

SR. SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Correto.

SR. CLÁUDIO LORENZO – Não batem as informações que o grupo de pesquisa está colocando da incidência de malária, sobretudo em quem alimentou, que é muito importante se diferenciar quem alimentou de quem capturou. Mas em quem alimentou todos tiveram, eu tenho três pacientes, que tiveram três vezes, são três episódios diferente inclusive com *falsiparum* e *vivaz*, ou então, com intervalo dois meses depois da cura. Segundo, existe um cálculo para quem não é da área de saúde que a gente chama risco relativo, que tira a possibilidade do acaso, ou seja, do que sejam todos. Então quando ele é maior que um ele é significativo se ele tiver uma medida estatística, é difícil explicar aqui. Mas, só para a gente ter uma idéia, esse cálculo foi feito a partir da incidência dele comparando com a incidência de outros indivíduos com as mesmas características, eu fiz com as mesmas características, sexo masculino e acima de 16 anos para inclusive manter o mesmo tipo de atividade e exposição. Isso dá um risco relativo de 2, 45 que significa muito maior do que a exposição em geral. Então, segundo, na, na assistência médica que foi feita, era necessário ter critério de inclusão e de exclusão de quem ia capturar e quem ia alimentar. Isso é outro dado que mostra uma situação de instrumentalização e nós conversamos isso, eu lhe disse isso pessoalmente estou repetindo apenas. Se não se determina se o indivíduo é diabético ou é cardíaco, mesmo com o risco pequeno de captura de ele ter um quadro de malária com febre, ele poderia ter complicações graves. E isso não foi feito e a médica não consta nenhum exame, e eu examinei os pacientes lá não consta nenhum exame anterior nem nenhuma nota de encaminhamento dos pacientes que foram internados. Então assim, do ponto de vista, Dr. Allan do segmento clínico, do que é norma de pesquisa ética há também uma falha da qualidade do segmento clínico que foi prestado aos pacientes sim, era o que eu queria esclarecer.

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Só completando é deixar claro também que eu não sou médico, eu não sou responsável pela parte clínica do projeto. Eu sou responsável pela parte entomológica do projeto, ou seja a coleta dos mosquitos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Quem era o responsável pela parte clínica?

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Olha, a parte clínica ficou responsável a dra. Vanja que quando fosse acionada faria esse atendimento. Inclusive ela foi à comunidade, a primeira visita foi feita pela dra. Vanja em todas as comunidades e em todas as pessoas que apresentavam sintomas de malária ela tratou essas pessoas pessoalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas ela deu acompanhamento?

SR. ALLAN KARDEC RIBEIRO GALARDO – Não, o que consta na documentação é de que ela, quando fosse acionada, necessariamente ela viria atender as pessoas, o que nunca aconteceu. Porque como eu já expliquei, o próprio Ministério diz que o atendimento de malária é feito na própria comunidade. E quando ela fosse acionada ela com certeza estaria presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, nós temos hoje, graças a essa audiência um acúmulo de informações que podem, podem ser muito úteis. Tudo isso foi gravado, como se sabe, tudo isso virará um relatório que eu vou submeter a cada um de vocês. E eu espero continuar esse debate, quem sabe com esse mesmo grupo já tendo refletido um pouco mais, tendo a posição do Dr. Allan, dos outros, de cada um e submeter até um fórum maior. O que a gente quer é o máximo de incentivo a pesquisa, com o máximo de rigor ético no controle da maneira como ela é feita. Eu agradeço cada um de vocês. Acredito que foi uma excelente audiência, permitiu que todos falassem. O tempo foi curto. Mas nós temos outras atividades. E vocês também. Então boa tarde a cada um e para cada um de vocês. E muito obrigado. Todos estão liberados, mas antes de encerrar a sessão eu apresento dois requerimentos que estão na mesa, os dois dizem respeito ao Ministério da Saúde. Um que propõe convocar o Ministro da Saúde para nos explicar qual é a estratégia do Ministério para enfrentar a gripe aviária, que pode chegar a qualquer momento aqui. E que o Brasil tem direito de saber como é que o Brasil está se preparando. E o outro, e o outro é para realizar dia três, discutir o art. 40 do Estatuto do Idoso. As duas, os dois requerimentos são apresentados extra pauta, o Senador Paim está de acordo. Eu também estou. Então, estão aprovados os dois requerimentos.

Sessão encerrada às 14h08

Ata da 5ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para 15 de março de 2006, quarta-feira, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 6, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

Às 10 horas e 37 minutos do dia quinze de março de dois mil e seis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Cristovam Buarque,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **Romeu Tuma, Sérgio Cabral, Garibaldi**

Alves Filho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Heráclito Fortes, Álvaro Dias e Flexa Ribeiro. Compareceram os não membros **Eduardo Suplicy, Augusto Botelho e Patrícia Saboya.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pautA – **Item Único - Requerimento CDH N° 14, de 2005, de Audiência Pública**, visando instruir o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005, que "Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal". Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Fátima Cleide, Patrícia Saboya e Paulo Paim além dos convidados: - **Dioclécio Campos Junior –** Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, **Joelson Dias**, Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB **(**representando Roberto Antonio Busato - Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil- OAB), **Rubens Naves –** Presidente da Fundação Abrinq,

Elizabete Pereira – Diretora de Programas do Ministério (representando Nilcéia Freire **–** Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres), **José Eduardo de Andrade** – Conselheiro do Conanda **(**representando José Fernando da Silva **–** Presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes – Conanda). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bom dia a cada um e a cada uma de vocês. Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior... Em votação... Aprovada. E passamos à apreciação da pauta. Há um único item, rápido, antes da audiência, que se trata de um requerimento do Senador Paim, para fazermos uma Audiência Pública com vistas a tratar das questões raciais atinentes às ações afirmativas e ao Dia Internacional, para a eliminação da discriminação racial, que é no dia 21 de março, e que seria o dia que nós gostaríamos de fazer essa audiência. Eu dispenso a leitura da justificativa. Se houver algum Senador que quiser se pronunciar sobre isso, não havendo nenhum, eu considero aprovado.

E convidaremos a Ministra Matilde Ribeiro para essa audiência. Feito isso, eu dou por aberta a nossa Audiência Pública, que visa discutir a criação do programa "Empresa Cidadã" destinada a prorrogar a licença maternidade mediante concessão de incentivo fiscal. Nós temos presentes, o Dr. Dioclécio Campos Júnior, que eu convido para vir para a Mesa como um dos debatedores. Eu convido o Dr. Joelson Dias, membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, que vem em representação ao Dr. Roberto Busato, o Dr. Rubens Naves, que é Presidente da ABRINQ, a Ministra Nilcéia Freire não pode, mas indicou sua representante, a Dra. Elizabeth Pereira. Eu convido para sentar à Mesa a Senadora Patrícia, que é autora do pedido de audiência e, sem dúvida alguma, a grande defensora da idéia.

Por uma questão de espaço na Mesa e também para que não fique vazio, eu quero pedir ao Dr. José Fernando da Silva, que é representado por José Eduardo de Andrade, que venha para cá depois, em troca de algum dos palestrantes. Mas, eu convidaria para ficar na Mesa, a nossa querida Maria Paula, como madrinha que é dessa campanha (palmas). Nós temos outra madrinha, que é a Flávia, que está, nesse momento (palmas). Nesse momento está fazendo um gesto que justifica tudo que a gente está fazendo aqui. Está amamentando seu nenê. (palmas). Por isso, eu quero deixar clara a satisfação que eu tenho de estar presidindo essa Sessão. Lamentar que, como eu sou da Comissão de Educação e tenho que fazer uma apresentação lá sobre o FUNDEB, que também vai cuidar agora da pré-escola, eu não vou poder ficar presidindo todo o tempo. Em um momento, eu vou pedir ao nosso Vice-Presidente, Senador Paim, que venha para cá. Mas, de qualquer maneira, eu quero dizer que, Presidente dessa Sessão, não quer dizer que é Juiz do assunto.

Então, eu quero manifestar meu total apoio e entusiasmo por essa idéia. Não apenas pelo lado que a maior parte vê, que eu também acho fundamental, que é o lado da relação amorosa mãe e filho. Eu defendo, além disso, que já justificaria, mas eu defendo muito mais por uma questão de Defesa Nacional, por uma questão de construção de uma nação soberana que exige educação. (palmas).

Alguns falam no custo desse programa. E claro que tudo que se fazer usando o lápis para aritmética. Mas não tenha dúvida que o benefício que isso traz para o País no médio e longo prazo supera em muito, em muito, em muito, os custos financeiros que podem ocorrer para o Estado ou para empresas. A mãe, nesses meses, está dando uma contribuição não só familiar, está dando uma contribuição nacional, está dando uma contribuição para que a criança tenha um processo de desenvolvimento muito mais rápido depois. Mas isso os outros que vão dizer, os que estiverem a favor, mas eu não queria deixar de me pronunciar nesse sentido, ao abrir essa Sessão, e tendo em vista que não vou poder encerrar a Sessão quando seria a hora certa de dar a minha opinião.

Eu então abro, passando a palavra para, pela ordem que nós temos aqui, para o Dr. Dioclécio Campos Júnior que, além disso, é um velho amigo, para que faça sua fala. Aqui, nós não costumamos fixar tempo, mas tendo em vista que quando der meio dia, 12h30, 13h começa a esvaziar, e somos muitos, gostaria de pedir que tentasse fazer num tempo curto, mas suficiente, mas não vou cortar sua palavra. Então, a responsabilidade é sua de usar um tempo compatível com a necessidade de encerrarmos essa Sessão antes de 13h, por exemplo. Para não apertar o que vai acontecer, por exemplo, na outra que eu vou que, certamente, vai ficar até as três da tarde. Então, está com a palavra, o Dr. Dioclécio.

SR. DIOCLÉCIO CAMPOS JÚNIOR – Minha saudação inicial aos ilustres Parlamentares, Senadores, integrantes dessa Mesa, minha saudação pessoal ao meu Reitor, Prof. Cristovam Buarque, minha saudação a todos os colegas que comparecem a essa Sessão num momento de extremo significado para essa luta que estamos empreendendo. A Sociedade Brasileira de Pediatria, Srs. Senadores, que tenho a honra de representar, é uma entidade com 96 anos de história, de lutas pelos direitos da criança e do adolescente no País.

Aqui estamos, representantes de cada uma das entidades pediátricas dos Estados brasileiros, do Distrito Federal, representantes, em conjunto, dos 36 mil pediatras que atuam em todo o território nacional. Aqui estamos, atraídos pela singularidade deste momento, que representa um passo decisivo na luta que estamos empreendendo em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil, com a Senadora Patrícia Saboya, visando a conquistar um avanço que tem uma expressão indiscutível, nos termos e no conceito emitidos pelo Senador Cristovam Buarque que, praticamente, de forma concisa, esgotou o assunto. Porque o fundamento dessa nossa luta é, exatamente, a busca de caminhos verdadeiros para assegurar direitos fundamentais ao ser humano, ao nascer. Que traz à sociedade um potencial de riqueza original e que todos nós da sociedade civil, todos nós dos Governos, temos a responsabilidade coletiva de assegurar as condições para que possa se viabilizar na sua plenitude, garantindo, então, a verdadeira cidadania com a qual se há de construir a sociedade com que sonhamos todos nós.

O projeto se fundamenta, Senador Cristovam, no direito da criança a poder construir um vínculo afetivo profundo, estável, sólido, no momento decisivo em que isso deve acontecer na espécie humana, qual seja, o período dos seis primeiros meses de vida, onde cresce o cérebro crescem as estruturas afins do sistema nervoso central em velocidade que jamais será revelada nas etapas seguintes e onde se estabelecem preferencialmente as ligações qualitativas dos neurônios, as chamadas sinapses, essenciais ao desenvolvimento mental da criança, essenciais ao desenvolvimento da personalidade.

E mais do que isso, de acordo com os trabalhos científicos, multiplicados na atualidade à exaltação, a possibilidade de que esse vínculo realmente se consolide, uma vez que se provou já várias vezes que as crianças que não desenvolvem o vínculo neste período decisivo, crescem perdendo, definitivamente, a capacidade de lidar com o afeto, de dar e de receber afeto, criando-se assim um terreno propício para o desenvolvimento de todos os distúrbios de comportamento, indesejáveis, e que fermentam felizmente na nossa sociedade e que estão na gênese de vários desencontros de agravos pessoais preocupantes, porque crescentes, porque sem solução no momento.

O que a Sociedade Brasileira de Pediatria, com essa parceria com a OAB, com o apoio decisivo, com a aplicação engajada da Senadora Patrícia pretende fazer é justamente trazer à consideração dos Srs. Senadores este apelo veemente, no sentido de que deixemos de negar direitos fundamentais às nossas crianças, porque, se persistimos nessa linha, não estaremos construindo o futuro deste País. Que nós possamos garantir, a cada uma delas, o afeto que merecem, o afeto a que tem direito como criatura humana, para poder, em conjunto com toda a população, nesse grau

de responsabilidade coletiva, construir a sociedade melhor que desejamos.

E para isto, Sr. Senador, é indispensável que a maternidade deixe de ser vista no Brasil com o olhar pejorativo e preconceituoso com que tem sido vista. A maternidade é um momento de valor extremo em toda a sociedade. As desenvolvidas o reconhecem a longo tempo, e é preciso que o Brasil passe a desenvolver uma rede social consciente, forte, segura, para proteger a maternidade e, dessa maneira, estender a garantia de todos os direitos sobre os quais estamos falando no momento. É nesse momento dos seis meses, é aí que tudo acontece, é aí ou nunca mais. É aí que se faz o vínculo. E todos nós, nesse momento, somos e gostaria que fizéssemos esse exercício, nos despíssemos dos cargos que exercemos, nos despíssemos da importância que temos no grau da hierarquia dos poderes, para nos identificarmos no único valor que efetivamente nos identifica, a de cidadãos deste País, responsáveis pela garantia dos direitos, pelo progresso da sociedade, pela evolução da sociedade. Porque a nossa vida só vale, se representa acréscimo para a evolução humana no País.

E esta Casa, legitimamente representante do povo brasileiro, certamente, tem a sensibilidade suficiente para se dar conta da relevância desses preceitos e desses princípios para garantir a aprovação desta conquista que está faltando à sociedade brasileira, como investimento consciente para fazer face aos graves problemas que a ameaçam. Eu agradeço, em nome de todos os pediatras brasileiros, aqui representados pelas figuras dos Presidentes das entidades filiadas de todo o País, Senador. Agradeço o seu apoio consciente, conhecida que é a sua bravura na luta por essas questões sociais, pela educação, que não pode ser concebida sem o vínculo afetivo nos primeiros seis meses de vida, pela educação que começa no período pré-natal, e se prolonga nas etapas posteriores. Não chegaremos ao ideal da educação posterior, se não obtivermos êxito nessa investida do pré-natal, do recém nascido e do vínculo. Muito obrigado a todos. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Antes de passar a palavra ao Senador Wellington Dias, eu quero dizer que um dos problemas que vamos enfrentar para a aprovação, Patrícia, é a lógica perversa da economia que domina o pensamento de todos nós. Por exemplo, diante da fala do Dr. Dioclécio, no Brasil, quando aumenta a população de animais na pecuária, se vê como aumento da riqueza, quando aumenta o número de crianças, se vê como redução da renda *per capita*. O aumento no número de brasileiros repercute negativamente nos índices que valoram o futuro do Brasil, baseado na economia. Quanto mais gente, menor a renda *per capita*, quanto mais animais, se considera melhor. E se vai ao nível micro, um fazendeiro comemora toda vez que tem uma cria do seu rebanho, e como estorvo, a gravidez de suas funcionárias. Ou a gente quebra essa lógica e põe a proposta nacional centrado no homem, ainda que levando em conta a aritmética das finanças, ou a gente não vai conseguir aprovar leis, como essa e muitas outras.

Eu quis disser isso, porque eu vou convidar o Senador Paim para tomar o assento na Presidência, conduzir os trabalhos porque, na mesma luta de vocês, eu tenho que estar na Comissão de Educação. Mas fiquem certos, Patrícia e tem todos vocês, que vocês têm em mim um soldado, na luta para fazermos desse gesto, extremamente positivo para o Brasil, não apenas para as mulheres, não apenas para seus filhos, mas para o Brasil inteiro como nação. Muito obrigado por terem vindo, e eu passo a Presidência ao Senador Paulo Paim. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Boa tarde a todos. Queria também registrar a minha alegria em presidir essa Sessão, e dizer para vocês que eu fiquei ontem muito feliz, porque a Senadora Patrícia, pela qual eu tenho carinho muito grande, pela sua história, pela sua vida, a conduta no Congresso Nacional em defesa das nossas crianças, dos adolescentes, enfim, a defesa da vida do nosso povo. E por que é que eu fiquei muito feliz? Não foi só porque eu estou aqui, porque, no momento, eu estou como Presidente, mas ela me comunicou ontem que tinha falado com o Senador Cristovam, e eu fui indicado para ser o Relator desse projeto de vocês.

Então, eu estou aqui como Presidente e como Relator da matéria. (palmas). Senadora Patrícia, eu sei que é uma grande batalha. Eu sei que é uma grande batalha, porque nessa área que a gente atua, do mundo do trabalho, a gente sabe das dificuldades, como disse o Senador Cristovam, pelo viés econômico e não o viés humano e social. Mas podem ter certeza, faremos quantas audiências forem necessárias. Vamos ouvir todos os Assessores que a Senadora Patrícia assim indicar. Mas o meu parecer, vocês podem, de antemão, saber, que será favorável pela aprovação na íntegra do projeto da Senadora Patrícia. (palmas). E claro que a contribuição que nós vamos receber nos debates, nas audiências públicas, vão nos ajudar a formular o

relatório final. Então, de imediato, passamos a palavra agora, representando...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Sr. Presidente, Pela Ordem. Eu queria só, antes de passar a palavra ao representante da OAB, eu queria também comunicar hoje que é um dia muito feliz para nós porque o nosso Presidente e Relator, por coincidência, está aniversariando hoje.

(Palmas)

(Risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – E o presente é a relatoria. O presente é a relatoria. Me sinto cumprimentado por todos aqui, agora nesse momento. Eu passo, de imediato, a palavra, ao Dr. Joelson Dias, membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, representando o Dr. Roberto Antônio Busato. V.Exª. dispõe da palavra pelo tempo que achar necessário.

SR. JOELSON DIAS – Obrigado, Senador, bom dia a todos os presentes. Eu queria, inicialmente, agradecer o convite que foi formulado ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB, para participar dessa Audiência Pública. Queria também justificar a ausência do seu Presidente, Roberto Antônio Busato, que, com toda certeza, tinha muito interesse em estar aqui, mas que, por conta da realização, justamente nessa semana, das Sessões do Conselho Federal da OAB, presididas por ele, Presidente Busato, daí então a sua impossibilidade de se fazer presente. Venho, no entanto, representando a Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, bem assim, a Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB, e externar a satisfação que foi, para a OAB, receber a proposta de parceria formulada pela Sociedade Brasileira de Pediatria, para que as entidades buscassem aprimorar a proteção e a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. E a satisfação maior ainda de ter já uma proposta concreta dessa parceria, que foi justamente a defesa da extensão, da prorrogação da licença maternidade por mais 60 dias.

Queria, em nome da OAB Federal, externar o nosso agradecimento à Senadora Patrícia Saboya, que tão prontamente assumiu, encampou a proposta formulada pela OAB e pela Sociedade Brasileira de Pediatria. Externar também o nosso agradecimento, mais uma vez, à Senadora e também ao Senador Reginaldo Duarte, que propuseram, antes de qualquer conclusão dessa Comissão, a realização de uma Audiência Pública. A OAB tem defendido, tem uma campanha pelo incremento da participação popular. Por intermédio da realização de plebiscitos, da realização de referendos, há uma Comissão capitaneada por Fábio Conder Comparato, em que a OAB defende uma maior participação da população nos assuntos de seu interesse.

E, com toda certeza, a realização de uma Audiência Pública como essa é um desses mecanismos de participação popular. Ou seja, optou o Senado por ouvir a sociedade civil, por permitir que ela se manifestasse, trazendo sua manifestação antes mesmo de um parecer sobre a matéria. E claro que agora nos sentimos ainda mais satisfeitos e contemplados na nossa proposta, tanto a OAB como a SBP, na medida em que o Senador Paim já inclusive antecipa o seu relatório, no sentido de realmente se manifestar favoravelmente ao Projeto de Lei apresentado.

Foi muito importante que Dr. Dioclécio já externasse antes suas ponderações, porque não queria, Dr. Dioclécio, me adentrar nesse campo médico, técnico, científico, que, com toda certeza, ninguém melhor do que a Sociedade Brasileira de Pediatria para trazer ao conhecimento de todos essa questão com a profundidade que trouxe. Essa questão está muito bem já contemplada na justificativa do Projeto de Lei apresentado pela Senadora Patrícia, quando mostra a importância dessa medida no que diz respeito aos fenômenos do crescimento, do desenvolvimento, da importância de que se aprofunde esse contato físico mesmo, da mãe com a criança, da importância que é essa atenção, esse carinho, esse atendimento à criança, nesses primeiros seis meses de vida.

E isso, como muito bem dito pela Sociedade Brasileira de Pediatria, e encampado também pela Senadora, na sua justificativa, já não é mais uma mera presunção, já há dados científicos que comprovam a importância desse primeiro contato físico. E a nossa satisfação de estarmos aqui num dia como esse, é porque, ao mesmo tempo em que em outras Comissões se discutem assuntos, temas, que, certamente, não queríamos jamais ver discutidos na sociedade, não porque não queríamos a discussão, mas porque queríamos que questões como essas, que tão gravemente afetam o cenário político, ocorressem. Queríamos que o Senado, a Câmara estivessem gastando realmente o seu tempo para a discussão de propostas como essa na reunião de hoje. Então, isso é muito importante, porque não estamos aqui discutindo os desagradáveis fatos que afetam o cenário político, mas estamos aqui num momento propositivo. E isso, a importância de um

momento como esse, o privilégio que nós temos de estarmos aqui nessa Comissão e não em outras discutindo assuntos que, certamente, não contribuem para a emancipação da sociedade, não contribuem para a proteção, a promoção dos Direitos Humanos.

E é exatamente, então, Dr. Dioclécio, nessa perspectiva que gostaria de abordar o tema. É contemplado já, como disse antes, no Projeto de Lei da Senadora Patrícia Saboya, esses aspectos, que tão bem foram, anteriormente, já examinados pelo Dr. Dioclécio, gostaria de tentar trazer, então, a fundamentação jurídica para respaldar a aprovação desse Projeto de Lei. Também já foi muito bem dito pela Senadora, na sua justificativa, o porquê, também no campo de vista jurídico, da importância da aprovação desse projeto. E é porque há hoje uma proteção muito especial à criança e adolescente. O reconhecimento da criança como cidadão, o reconhecimento da criança como um verdadeiro sujeito de direitos. E isso é uma vitória que muito grande que se alcançou, nas últimas décadas. Ou seja, a criança já não é mais um objeto da nossa atenção. A criança é, efetivamente, um sujeito de direito. A família também merece a proteção do Estado, não mais porque se acredita que assim deva ser, mas porque há uma imposição normativa assim estabelecendo.

Nós temos na Constituição Federal Brasileira um capítulo dedicado à família, um capítulo dedicado à criança e ao adolescente. E é justamente, então, por força de lei e por força da Lei Maior deste País, que a proteção à criança deve ser assegurada. Mas não só a criança, hoje a Constituição brasileira, no seu art. 226, reconhece as chamadas famílias monoparentais. Ou seja, aquela família integrada por qualquer dos pais e seus descendentes. Então, isso é importante que se compreenda. Há uma proteção efetiva, não somente à criança, mas à própria família. A Constituição protege também a família. Então, é sob essa ótica da criança e também da família que essa questão, em um primeiro momento, deve ser examinada. É nesta fundamentação constitucional, em primeiro plano, eu diria, que residem os argumentos jurídicos para a corroboração do Projeto de Lei e a sua conversão, aprovação, em lei, ao final, como se espera.

Mais importante que isto, o Brasil hoje, felizmente, ainda que o nosso saldo, nosso balanço de comprometimento com os Direitos Humanos não seja dos melhores, e isso é lamentável, mas temos que admitir, mas o Brasil é signatário dos principais tratados internacionais de Direitos Humanos. Tanto no que diz respeito aos tratados da ONU, como nos tratados da Organização dos Estados Americanos, da OEA. O Brasil firmou os pactos internacionais de direitos civis e políticos. Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais, Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, e também a Convenção Americana de Direitos Humanos. Pelo fato do Brasil ter ratificado esses tratados internacionais, criou-se para o Estado brasileiro, e quando digo Estado brasileiro, isso significa dizer para todas as esferas administrativas, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, mas também para os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a obrigação de respeitar o que está previsto nesses pactos.

Daí a importância de uma reunião como essa, porque é, de uma certa forma, o cumprimento pelo, Poder Legislativo, da sua obrigação de atender ao que dispõem esses tratados internacionais. E, nesses tratados internacionais, temos justamente, da mesma forma como já se encontra contemplado na Constituição Federal, a proteção, tanto da família, como da criança. Cito, a título de exemplo, apenas, a Convenção Americana de Direitos Humanos. O art. 17, que trata da proteção da família, afirmando ser a família um núcleo natural e fundamental da sociedade, devendo ser protegida pela sociedade e pelo Estado.

Mais adiante, em seu art. 19, a convenção americana também protege os direitos da criança, estabelecendo que toda criança terá direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer, por parte da sua família, da sociedade e do Estado. Nós, Senadores, sociedade civil, estamos cumprindo a nossa parte. Firmamos um convênio e lançamos essa campanha pela prorrogação da licença maternidade. Esperamos que o Estado, começando pelo Poder Legislativo, também cumpra a sua. Porque, já não é mais uma simples proposta, já não é mais acreditar que isso é o melhor para a criança, que isso é o mais adequado. Agora é uma obrigação legal. Há uma imposição normativa, tanto pela Constituição Federal, como pelos tratados internacionais assinados pelo Brasil, ratificados pelo Brasil, de que assim o seja.

E queria lembrar também que estamos em um momento de extrema importância, porque discute-se, no plano internacional, uma declaração da ONU, mais especificamente a Resolução 55, da Assembléia Geral da ONU, que estabeleceu as normas, as regras do milênio. E, entre esses objetivos do milênio, justamente a questão da melhoria da saúde materna, justamen-

te a questão da redução da mortalidade infantil, são normas, são objetivos do milênio que também o Brasil tem, se não obrigação, pelo menos, o dever moral de contribuir para que essas normas, esses objetivos do milênio sejam alcançados. Eu queria, em primeira mão, porque isso até esse momento, eu quero acreditar, foi guardado no seu mais absoluto sigilo, noticiar aos presentes, que exatamente neste momento, a Ordem dos Advogados do Brasil, por intermédio de todas as suas seccionais, nas 27 Unidades da Federação, em uma parceria com o Conselho Federal de Psicologia, está realizando visita às unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei. Decidimos pela realização dessa visita, em conjunto com o Conselho Federal de Psicologia, porque temos, como todos os presentes aqui também o têm, notícias das sérias violações dos Direitos Humanos desses adolescentes, do descumprimento das normas internas e também dos tratados internacionais, pelo Estado brasileiro, no que diz respeito ao atendimento desses adolescentes.

E temos certeza que talvez não teríamos adolescentes em conflito com a lei, ou talvez não teríamos um número significativo de adolescentes em conflito com a lei que hoje infelizmente temos nesse País, se medidas como essa, da prorrogação da licença maternidade, tivesse sido adotada há mais tempo, para permitir que as mães tenham contato físico com os seus filhos, para permitir que a família possa dar uma maior proteção àqueles que a integram. Com certeza, não teríamos que fazer visitas como essa que estamos realizando hoje que, com toda certeza, posteriormente, ainda no dia de hoje daremos publicidade do que foi constatado, porque isso será objeto de discussão dos próximos dias, será objeto de produção de um relatório final, pela OAB e pelo Conselho Federal de Psicologia, que certamente chegará a essa Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

E para concluir, já queria dizer que a OAB, muito embora tenhamos que, do ponto de vista técnico, fazer constar do projeto que isso é uma renúncia fiscal, a OAB não vê isso como renúncia fiscal. A OAB vê isso, na verdade, como um investimento social que está sendo feito e que já devia ter sido feito há muito tempo. Estamos, por deveras, atrasados, neste investimento que estamos realizando. O Projeto de Lei propõe, inclusive, uma nova formatação no cumprimento dessa obrigação que terá as empresas, exatamente por não ser impositivo. É claro que, tanto a sociedade civil, como a Senadora Patrícia Saboya, no que encampou a idéia, poderia ter proposto, por exemplo, uma Emenda à Constituição.

A Constituição, como todos nós sabemos, estipula a licença maternidade por 120 dias, mas a proposta de prorrogação não vem via Emenda Constitucional, e isso é de fundamental importância, que também se faça a distinção. Projeto de Lei permite, em primeiro lugar, que a empresa possa aderir, voluntariamente, ao programa. Por isso ela será considerada "Empresa Cidadã". Não há imposição, nem no que diz respeito à empresa e nem no que diz respeito à mulher. A própria empregada também poderá decidir se reivindicará ou não a prorrogação da sua licença. Por isso é que não prevalece argumentos polêmicos, que já se lançam, dizendo que isso, de uma certa forma, ainda que velada, vai criar ainda mais uma discriminação, no que diz respeito à mulher. Isso não é verdade. A Licença Maternidade já existe e essa prorrogação proposta caberá à empresa decidir ou não por aderir ao programa e à mulher também decidir ou não se reivindicará a aprovação. Ou seja, aí a nova formatação que disse antes. Propõe-se o convencimento pelo diálogo, o convencimento pela responsabilidade social, para que a própria empresa discuta e crie o convencimento de que ela precisa ter responsabilidade social. E não, necessariamente, uma imposição decorrente de lei.

E, finalmente, para concluir, queria responder ao Senador Cristovam Buarque, muito embora aqui ele não mais se encontre, sobre como sairmos dessa lógica perversa da economia, com uma frase de um estudioso, reconhecido estudioso mineiro, Fernando Jaime, que diz: "A economia deve servir à sociedade para promoção do ser humano". Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pois não, Senador Suplicy. Pela Ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu quero cumprimentar a Comissão de Direitos Humanos, a Senadora Patrícia Saboya Gomes e a todos os convidados. Eu, infelizmente, tenho que estar presente numa votação, nesse instante, na Comissão de Constituição e Justiça, e quero saudar também a Maria Paula, que é madrinha desta campanha e cumprimentá-la, até porque ela na campanha está justamente com a minha neta Maria Luiza, filha de João, meu filho, e quero saudá-la por estar se dispondo assim nesta campanha, seja pela amamentação e o tempo da mãe poder estar com a sua criança, mas, sobretudo, também cumprimentar

a Senadora Patrícia pelo mérito da sua proposta, que também apóio. Muito obrigado. Meus parabéns.

(Palmas)

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, Pela Ordem. Pelo mesmo motivo do Senador Suplicy, eu também... Eu sou médico, estou com vários colegas meus aqui, conhecidos, das sociedades brasileiras de Roraima e de Pernambuco e do Presidente, tenho obrigação de estar nessa reunião. Mas também o meu voto pesa numa decisão que está ocorrendo agora na outra Comissão. Eu tenho que comparecer lá porque nós estamos votando o FUNDEB, que faz parte dessa mudança que o Brasil está passando toda, de melhorar a educação, como também melhorar a vida das pessoas, com amamentação mais prolongada e com cuidado materno durante esses meses, que a gente está querendo conquistar. Podem ter certeza que vou ser mais um soldado na trincheira ao lado da Senadora Patrícia e do Senador Paim para lutar para conseguir aprovar isso aí. Vamos ter muitas barreiras, por causa do problema econômico. Muito obrigado.

(Palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nós faremos depois uma mudança aqui na Mesa, para que eu possa ficar mais como Relator do que como Presidente, para poder ouvir com todo o carinho e o respeito, aos painelistas, logo após a Senadora Patrícia retornar. Mas, de imediato, passo a palavra então ao Presidente da Fundação ABRINQ, Rubens Naves. Mas, se me permite o convidado especial, eu vou fazer a seguinte mudança. Como eu sou o Relator e a nossa querida Senadora é a autora, eu acho que é mais do que justo que eu não fique acumulando função. Eu não sou muito de acumular. Então, eu vou para o plenário, como Relator, para ouvir com todo carinho que merecem os painelistas e a nossa Senadora, mais do que justamente, passa a presidir essa Sessão. Palmas à nossa Senadora.

(palmas)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Obrigada. Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Dr. Rubens Naves, convidar o representante do CONANDA, que está aqui conosco, o Sr. José Eduardo de Andrade, para compor a Mesa também. (palmas). Com a palavra, Dr. Rubens Naves, pelo tempo que achar necessário.

SR. RUBENS NAVES – Bom dia. Agora sob o comando da Senadora Patrícia Saboya, nós, então, aproveitamos a oportunidade para saudar todos os membros da Mesa e companheiros de trabalho dessa manhã, e a todos os participantes dessa Audiência Pública, e, em especial, o nosso Relator do Projeto de Lei que cria a "Empresa Cidadã", destinada à prorrogação da licença maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, o Senador Paulo Paim. No dia 30 de agosto, na Fundação ABRINQ, em São Paulo, nós tivemos uma grande alegria, porque nós recebemos, para uma pequena Audiência Pública, e as organizações da sociedade civil também realizam audiências públicas, a Senadora Patrícia Saboya, que nos trouxe a comunicação da apresentação desse Projeto de Lei.

Esse Projeto de Lei impactou, de uma forma muito grande, os integrantes da Fundação ABRINQ. Muito especialmente, o chamado Conselho Consultivo, que são mais de 60 membros ligados, são profissionais na área da saúde, profissionais ligados à universidade, todos aqueles profissionais com experiência, inclusive, na Administração Pública, que tenham já desempenhado um papel, que tenham uma experiência na questão da defesa dos direitos da criança e do adolescente neste País. Quer dizer, há uma biografia desse conselho, que é simplesmente espetacular, no que diz respeito à militância, à luta desses profissionais.

E a luta desses profissionais, por mais, claro que nós temos demanda no País e recentemente a Fundação ABRINQ está muito ligada na questão do jovem nesse País, que está sem perspectiva diante da ausência de uma possibilidade de se obter emprego, ou mesmo ter um projeto de vida, quer dizer, canalizamos recursos para esses jovens, para projetos ligados aos jovens. Mas sempre com um protesto muito grande desses conselheiros, que são médicos, são profissionais de área da saúde também, que sempre lutam para a gente privilegiar a primeira infância. E, em especial, de zero a seis anos e, em especial, a questão do período de amamentação. Como foi muito bem colocado aqui já pelo Dioclécio, e a Organização Mundial de Saúde traz recomendações muito fortes, e a Organização Panamericana de Saúde também, no sentido de que esse período é um período assim fundamental para a formação desse ser humano que vai habitar esse planeta com tantas dificuldades na preservação do seu equilíbrio. Muito bem, então, esse projeto e não obstante a existência de um trabalho da Fundação ABRINQ já, a Fundação ABRINQ é uma Organização Não-Governamental, que começou com os empresários da área de fabricação de brinquedos, mas transcendeu esse núcleo experimental, e hoje tem

apoiadores em todo o Brasil, quer dizer, são mais de seis mil apoiadores entre empresas, fundações internacionais, nacionais e pessoas físicas, que todo mês aportam a sua colaboração para que os direitos e a proteção das crianças e adolescentes nesse País se torne uma realidade. Então foi muito feliz, Senadora Patrícia Saboya, essa sua iniciativa. Quer dizer, por mais que a gente tenha programas nessa linha de aumentar o período da amamentação, o período da presença da mãe junto ao seu bebê, quer dizer, a nossa luta é uma luta, era uma luta, um desafio muito grande.

Então agora nós acreditamos que, a partir do momento que venhamos a ter, seguramente, com os esforços dos Senadores e futuramente dos Deputados, quer dizer, e nós temos uma lei especificamente para essa questão, eu acho que nós vamos ter um instrumento a mais de trabalho para mudar essa realidade. Como foi salientado aqui inclusive pelo Senador Cristovam Buarque, é uma questão estratégica, de futuro da nossa gente ter esse momento de atenção, esse momento que a mãe possa, esse momento da formação da sinapse etc, que o ser humano desenvolve o que há de mais sagrado que é, principalmente, a sua parte intelectual, que é a sua parte cerebral. Muito bem.

A presença da Senadora Patrícia Saboya em São Paulo foi ainda maior quando nós passamos a constatar as repercussões da apresentação desse Projeto de Lei. Já nessa Audiência Pública na Fundação ABRINQ, estava presente o representante do CIESP, que congrega mais de 800 indústrias no Estado de São Paulo, o Sinésio Batista congrega, esse CIESP, com as grandes indústrias do Estado de São Paulo e que a acolhida foi muito boa. E, imediatamente, ele transmitiu à Senadora o apoio do CIESP a esse Projeto de Lei.

Em seguida, nessa peregrinação da Senadora, por aquele trânsito horrível de São Paulo, que não é fácil a gente cumprir e chegar no horário, nós fomos para a FIESP, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e tivemos uma recepção pelo Presidente Paulo Skaf, e com todos os seus Assessores e outros membros e Diretores da FIESP. A recepção não foi diferente. Quer dizer, há uma consciência do empresariado no sentido de que é importantíssimo o apoio a esse projeto. Esse projeto, veja só, ele no empresário mais consciente, seguramente ele terá a melhor das recepções. Então, nós vamos ter aqui, não vai ser fácil, por alguns motivos que eu vou transmitir em seguida, que já foi objeto inclusive aqui de considerações do Joelson Dias, o representante da OAB aqui. Quer dizer, nós temos, então, essa recepção muito boa da parte da indústria. Mas, essa jornada da Senadora Patrícia Gomes ela não terminou aí. Ela foi também para a Federação do Comércio, e lá, o Presidente Abram Szajman, de igual forma, não só recebeu muito bem a notícia do projeto, como passou a apoiá-lo e inclusive se comprometeu realizar estudos que demonstram que efetivamente há uma possibilidade, uma perspectiva de avançar no número de empresas, não apenas essas empresas que apuram o Imposto de Renda sobre o lucro real. Então, veja só, por parte do empresariado, em São Paulo e outros contatos, como Presidente da Fundação ABRINQ, que eu tenho tido com o empresariado por esse Brasil afora, há uma acolhida desse projeto muito positiva.

Eu acho que algumas posições isoladas que poderão ocorrer, seguramente serão posições fruto de um desconhecimento das características desse projeto e também uma opinião equivocada e, certamente, serão algumas opiniões isoladas, no conjunto do empresariado. Quer dizer, o empresariado vai ser chamado a efetivamente assumir a sua chamada responsabilidade social. Porque, essa é a grande, e como foi salientado aqui pelo Joelson Dias da OAB, esse projeto é extremamente original. Na medida em que, as leis normalmente têm uma sanção, que é uma sanção punitiva. Olha, o preceito maior diz que a sua obrigação é essa. Caso você não cumpra essa obrigação, você vai ser sancionado.

Não, aqui ocorre exatamente o oposto. É o que a gente chama na teoria geral do Direito, na filosofia do Direito é chamada sanção premial, ou seja, há um incentivo para esse comportamento do empresário, no sentido de que se ele cumprir, se ele aderir a essa proposta generosa do projeto, quer dizer, de fazer com que a mãe permaneça com a sua criança mais dois meses, ele vai se tornar uma "Empresa Cidadã". E agora não uma "Empresa Cidadã" criada por um selo ou um programa de uma organização da sociedade civil. Não, passou a ser uma "Empresa Cidadã", diante de uma lei nacional, uma lei brasileira.

Então, esse é um grande avanço e acredito que nós podemos contar com esse instrumento para levar a todo o empresariado essa consciência de que é importantíssimo que os nossos bebês tenham a companhia da sua mãe, possa ser amamentado durante mais tempo e, em especial também, estar junto dela nesse período, nesse momento tão difícil em que essa construção desse ambiente protetor se faz tão necessária. Então, essa a alegria de estar aqui com vocês

hoje é exatamente, primeiro, por saber que essa luta de todos vocês aqui eu vejo muitos representantes de organizações que trabalham na questão da criança e do adolescente, em especial na questão da primeira infância, quer dizer, essa luta que vínhamos desenvolvendo ela agora conta, passará a contar com esse instrumento tão importante que é esse projeto e, seguramente, certamente, se transformará em lei. Quer dizer, a nossa expectativa é a mais positiva possível.

Agora, há um grande desafio, essa lei vai ter que contar, e ela vai ser um instrumento fundamental, para a gente criar essa cultura, quer dizer a cultura é fazer com que todo tipo de relação de trabalho, o empregador se conscientize da importância de se dar mais condições para que o bebê permaneça junto da sua mãe. Quer dizer, esse período é fundamental. Eu acredito que com esse instrumento que o Congresso Nacional, seguramente e rapidamente, poderá trazer para esse setor da sociedade civil, para o empresariado, para sociedade civil como um todo, eu acho que nós vamos ter um grande avanço nessa luta em prol dos direitos da criança e do adolescente. E cumprindo esses compromissos que foram salientados aqui pelo representante da OAB, esses tratados internacionais. Quer dizer, nós lutamos e os Srs. Senadores e Deputados e os Parlamentares em geral, não estão mais do que cumprindo já os princípios pela qual a sociedade brasileira se comprometeu. Princípios que estão nesse projeto de sociedade, que é a nossa Constituição Federal, que é muito clara, como foi salientado aqui, sobre a imperatividade do cumprimento desses direitos. Quer dizer, as crianças e os adolescentes são o patrimônio dessa nação.

Então, a Nação Brasileira elegeu como prioridade a sua proteção, a defesa dos seus direitos. Então, Senadora Patrícia, mais uma vez, eu gostaria de cumprimentá-la e agradecer a sua generosidade em trabalhar e, certamente, vai percorrer o Brasil todo no esclarecimento e nessas mensagens a respeito dessa lei tão promissora que nós vamos, certamente, ter aqui no Brasil. Então muito obrigado.

(Palmas)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Agradeço as palavras, Dr. Rubens Naves, e, antes de passar a palavra à representante da Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Ministra Nilcéia Freire, que, infelizmente, quer dizer, felizmente, porque o que ela está fazendo é muito importante, está cumprindo mais uma tarefa da sua agenda, e nos brinda também com a presença da sua representante, a Dra. Elizabeth Pereira, que é Diretora de programas. Mas, antes de passar a palavra, eu gostaria de passar mais uma vez a palavra ao Dr. Dioclécio, porque ele queria dar uma palavrinha, rapidamente.

SR. DIOCLÉCIO CAMPOS JÚNIOR – Obrigado, Senadora. Eu gostaria apenas de dar o conceito completo do que é a condição de madrinha deste Projeto de Lei. Maria Paula verbalizou, numa de suas participações em campanhas de aleitamento materno, da Sociedade Brasileira de Pediatria, verbalizou um desencontro essencial, que precisa ser resolvido. Recomenda-se que a mãe amamente sua criança, exclusivamente, durante os seis primeiros meses de vida. E se concede a ela, quatro meses de licença maternidade para fazê-lo. Ela sugeriu, numa entrevista que concedeu na televisão, na nossa presença, que os formuladores das leis respeitassem mais os princípios da aritmética. E foi por essa razão que nós entendemos a importância do que ela realmente enunciou, e surgiu daí a idéia do projeto. Obrigado.

(Palmas)

SRA. MARIA PAULA – Obrigada você. (risos).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Maria Paula.

SRA. MARIA PAULA – É uma honra ser madrinha, e, mais ainda, ser a inspiração para um projeto tão bonito. E eu quero dizer aqui que a gente já teve a visão legal, pelo representante da OAB, a gente já teve a visão médica, pelo Dr. Dioclécio, o Dr. Rubens falou da visão empresarial e agora eu quero falar um pouco da visão da mulher.

O Dr. Rubens falou uma coisa muito importante, da dificuldade desses seis primeiros meses. Como é difícil, como é difícil o comecinho de uma nova vida. É difícil para o bebê, que não sabe mamar, que não sabe se expressar, que ainda não sabe quais são as sensações que ele pode expressar como dor, como alegria, como... Ele não sabe de nada ainda. Para a mãe é difícil, a mãe também não sabe de nada, ela vai aprendendo ali junto com o bebê, e além de tudo, é o momento em que os hormônios estão em ebulição, então a mulher está totalmente enlouquecida, histérica, sem saber o que fazer, e chora e ri e está feliz, porque o bebê é lindo, e ao mesmo tempo o bebê chora a noite inteira, ela está exausta.

Então, é de uma riqueza de sensações, tanto positivas quanto negativas, entre aspas, porque o cansaço também é bom e a dor no peito quando o bebê mama no primeiro mês também é boa, mas é de uma profundidade isso tudo, que a gente precisa de tempo para elaborar e para aceitar e para entender. O tempo do corpo ele é muito maior do que o tempo da mídia, por exemplo, que é o meu trabalho, muito maior do que o tempo das empresas, é muito maior do que o tempo que nos é dado. Então, eu acho que a gente tem que reivindicar esse tempo para o nosso corpo também. A gente merece. O bebê merece, mas a mãe também merece. (risos).

(Palmas).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Com a palavra, a Dra. Elizabeth.

SRA. ELIZABETH PEREIRA – Em primeiro lugar eu quero saudar todos os componentes da Mesa, Dr. Dioclécio, Dr. Joelson, Dr. Rubens, Dr. José Eduardo e, particularmente, saudar a nossa Senadora Patrícia Saboya, que, além de cumprimentá-la pela iniciativa, nós, a Secretaria Especial de Política para as Mulheres e, particularmente, a Ministra Nilcéia Freire a saúda pela incansável luta, pelo braço direito, pela trincheira que você ocupa e nos ajuda na luta pelas mulheres. Saúdo também a todas e a todos componentes do plenário, e quero justificar a ausência da Ministra dizendo, como a nossa Senadora já disse, a Ministra Nilcéia se encontra numa atividade na Eletronorte, aonde ela está, nesse momento, assinando com a Eletronorte o nosso programa de pró-eqüidade de gênero. Saúdo as madrinhas, particularmente a Maria Paula, que realmente tocou num assunto importantíssimo que é, nesta conjuntura toda, dentro de toda a importância que reveste a questão da criança, a questão do aleitamento materno, a importância da mulher, que passa por essa situação que Maria Paula retratou e passa, também, pela angústia da insegurança das relações no trabalho. E

ntão, sem dúvida nenhuma, é uma preocupação. Com essa preocupação, inclusive, que o nosso plano de política nacional para as mulheres tem um capítulo dedicado à questão das relações da mulher junto às questões ligadas às questões do mundo do trabalho, aonde diversos eixos de ações foram aprovadas na Conferência Nacional e um desses eixos programáticos é exatamente o programa de pró-eqüidade de gênero. Esse programa é um programa de iniciativa do Governo Federal junto com a Secretaria da Mulher, e reafirma o compromisso com a promoção da igualdade da mulher no mundo do trabalho, das relações trabalhistas em relação às questão de gênero e ao respeito aos normativos incluídos na Constituição Federal e, também, trata dessa questão, dessa promoção da equidade de gênero, com o olhar da diferença. Porque queremos, sem dúvida nenhuma, o tratamento igual nas relações de trabalho. Mas, nós queremos a eqüidade, respeitando a diferença.

E é com essa visão que nós, da Secretaria, vamos estar olhando, analisando, estudando este projeto. Por quê isso? Porque, sem dúvida nenhuma, não só esta aritmética está muito mal feita (risos), ela precisa ser respeitada, como nós precisamos também olhar para o período que a natureza particular de cada mulher determina em relação ao aleitamento materno. Que, não necessariamente é seis meses. E para isso nós temos, inclusive, artigos que garantem que a mulher tenha condições privilegiadas para ter uma jornada de trabalho reduzida ou ter as questões garantidas dentro da empresa, com creches e tudo mais, para que esse aleitamento seja possível, enquanto for possível o aleitamento. Visto que ele é de uma fundamental importância para o desenvolvimento da criança e para a saúde da mulher.

Portanto, nós vamos estar fazendo a discussão com esse olhar, vamos estar discutindo, como já discutimos, não só a questão da importância e das mulheres condições para o exercício dessa maternidade, mas nós também queremos discutir a importância da paternidade consciente e atuante, que é fundamental nesse período. Que a gente não dorme, que a gente não sabe se vai para cuidar da criança, ou vai para cuidar da casa, ou da janta, porque o marido está para chegar e se o nenê chora na hora. Quer dizer, é toda aquela confusão que a gente vive. Então, quer dizer, essa discussão da paternidade consciente e atuante, ela também é fundamental. Ela é fundamental para a mulher, ela é fundamental para um aleitamento materno tranqüilo, que é fundamental para a criança, e para estimular as relações de afeto, de carinho, e de proteção que esta criança precisa para se desenvolver. Ela precisa da mãe, sem dúvida nenhuma, mas ela precisa, também, do pai. Então, mais uma vez, em nosso nome e em nome, particularmente, da Ministra Nilcéia, nossos parabéns a todas e a todos que contribuíram para mais uma iniciativa e, particularmente, à Senadora, por abraçar mais essa luta. Obrigada.

(Palmas).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Queria registrar a presença da Dra. Ana Cecília Sucupira, que é coordenadora da área da saúde da criança e aleitamento materno do Ministério da Saúde. Queria agradecer pela presença. E passo, imediatamente, a palavra ao José Eduardo, que representa aqui o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, que terá o tempo necessário que desejar para falar.

SR. JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE: Bom dia a todas e todos, Senadora Patrícia Saboya, Senador Paim, eu quero, inicialmente, justificar a ausência do Presidente do CONANDA, o José Fernando da Silva, que não pode estar aqui, mas que solicitou que eu viesse, uma vez que sou Conselheiro, representando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e trouxesse algumas considerações, uma vez que o projeto está sendo analisado pela comissão legislativa do CONANDA, mas que já foi apreciado por nós Conselheiros e que já tem, certamente, indicação do apoio do CONANDA.

Quero destacar que é importante encontrar aqui, não só os militantes que estão na Mesa, porque aqui não temos só agentes públicos, nós temos militantes da causa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. Mas, certamente, os que estão aqui participando da audiência são, de fato, militantes. Porque se deslocam para cá para acompanhar um ritual que tem uma importância na medida em que destaca o tema e que certamente influencia Senadores e Senadoras que eventualmente não estão tão próximos como está a Senadora Patrícia (risos).

Eu fiz aqui já uma... Certamente, essa dupla ela seria exemplo para todos os Senadores e Senadoras, não apenas pelo tema da criança, da sua mãe, mas pelo tema da defesa dos Direitos Humanos. E é isso que eu quero, rapidamente, destacar. Primeiro, passar também um relatório que está aqui com o Dr. Rubens, mas eu estou entregando formalmente à Comissão, que é um relatório do plano "Presidente amigo da criança". E por que faço isso? Primeiro, porque ele foi apresentado na nossa última reunião, é o plano do comitê gestor do Governo, que acompanha exatamente o que foi dito aqui já na Mesa, com relação às metas do milênio e aos direitos que estão assegurados na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no plano que o CONANDA elaborou na sua penúltima conferência dos direitos da criança e do adolescente, e que se concretizou através da iniciativa da Fundação ABRINQ aqui, que construiu uma matriz que nos permite acompanhar a evolução dos indicadores dos direitos assegurados pela Constituição, como já disse, e que se materializam em programas, serviços e ações.

Esse relatório é de 2004, o de 2005 estará sendo entregue em breve, há um pacto com a sociedade civil organizada de que nós possamos entregar o relatório até abril agora, e também há os relatórios da sociedade civil. Quero, também, passar como documento, a Política Nacional de Assistência Social, e aí eu falo do lugar que ocupo no Ministério, que é a Diretoria de proteção social básica, dentro da Secretaria Nacional de Assistência Social, que vê esse tema importante, na medida em que faz a relação do indivíduo criança pequena com a mãe, e, portanto, com a família. Aqui a Dra. Beth fez a menção e, quero destacar isso também. A família é o núcleo que protege, que cuida e que, à frente, vai educar essa criança.

Então, é fundamental destacar que o projeto traz um tema que suscita a discussão sobre as responsabilidades da família e as responsabilidades da sociedade. Quero destacar que a proteção social ela não é apenas àquelas famílias de uma renda *per capita* menor do que meio salário mínimo, menor do que um quarto de salário mínimo, que, infelizmente, são muitas famílias nesse País. Mas, a proteção social ela se dedica também à preocupação com os ciclos de vida. E o ciclo de vida da criança pequena, o ciclo de vida da criança que acabou de vir ao mundo é, de fato, um ciclo de maior vulnerabilidade e que permite que possamos discutir cuidados especiais. A criança e a mãe.

Agora, quero destacar também que esse passo importante, que está se dando aqui com o projeto e que nós temos que apoiar, ele remete para a condição daquelas mães de famílias que nem no mercado formal estão. Então, são famílias cujas mães trabalham, porque a renda familiar precisa do recurso que ela também ganha, mas que, portanto, não estando no mercado formal ela não se beneficia desse projeto. No entanto, o projeto é importante, porque primeiro ele avança na linha de que num futuro possamos ter, para todos que estejam integralmente no mercado formal de trabalho, possam ter isso como um direito, ele certamente vai trazer na cultura do empresariado, e o Dr. Rubens já fez menção da acolhida que teve junto, não apenas à fundação, que é uma organização da sociedade civil, mas junto aos órgãos de classe do empresariado,

mas, mais do que isso, a cultura absorvida é a luta de todos nós para que isso seja garantido enquanto um direito a todas as mulheres e que possamos também pensar que é preciso ação de proteção para aquela família que nem no mercado formal de trabalho está integrada.

Por último, quero destacar que o testemunho da Maria Paula trouxe um outro componente, que é, se por um lado pensamos e falamos da cultura empresarial, é a cultura do próprio indivíduo. A cultura e a compreensão, por parte da mãe, por parte do pai, por parte do núcleo familiar, que muitas vezes não se constitui necessariamente nessa dupla, mãe e pai, da importância do aleitamento. Eu acredito que junto com a discussão deste projeto, certamente esse é um outro tema que vai estar na nossa pauta e é por isso que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é o órgão responsável pela deliberação e pelo acompanhamento das políticas voltadas para a criança e para o adolescente e para sua família, traz o apoio a essa iniciativa da Senadora. Muito obrigado.

(Palmas).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Bem, eu queria, Senador Paulo Paim, até como eu estou sentindo essa audiência, uma coisa mais informal, estou me sentindo tão em casa, vendo tantas pessoas queridas aqui, e por se tratar de um tema que eu venho procurando me debruçar ao longo da minha vida, me aprofundar e conhecer cada vez mais para defender essa, que não é só uma bandeira, mas eu acredito que é uma causa de vida, é uma escolha que eu fiz, uma opção por um mandato e por outros que eu já tive a oportunidade de exercer, uma causa mesmo que eu decidi abraçar com tudo que eu possa. E sem limites para isso. De forma, às vezes, intransigente na luta e na defesa dos direitos da criança e do adolescente. E, como eu me sinto aqui, em casa, nessa situação que nós estamos vivendo, eu pediria para falar um pouquinho agora e em seguida lhe passaria a palavra... A Maria Paula já falou, não sei se ela...

SRA. MARIA PAULA – Eu só quero de novo agradecer a oportunidade de estar participando de um momento tão bonito na história do nosso País. Patrícia, eu te admito muito e tenho orgulho e uma honra incrível e sinto que é muito bom estar com você nesse momento. Vamos com tudo, vamos conseguir. Vai virar lei. (risos). E, obrigada a todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Eu queria, então, aqui agradecer à Maria Paula, porque ela abraçou essa causa. Na verdade, foi ela que nos provocou para que isso pudesse acontecer, ao lado da Sociedade Brasileira de Pediatria, do Dr. Dioclécio, através da Ordem dos Advogados do Brasil e de tantos outros que, pouco a pouco, foram chegando e se aliando a esse causa. Eu acho que, se no começo nós éramos poucos, hoje esse contingente tem aumentado, nós já conseguimos duzentas mil assinaturas, e isso é muito importante, vamos continuar nessa luta.

Eu queria cumprimentar a todos aqui presentes, Dr. Dioclécio, quero cumprimentar ao representante da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Joelson Dias, quero cumprimentar ao Dr. Rubens Naves, quero cumprimentar a representante da Ministra Nilcéia Freire, a Dra. Beth, quero cumprimentar o representante do CONANDA, o Zé Eduardo de Andrade, nosso parceiro nessa luta, o Senador Paulo Paim, quero aqui dizer do meu testemunho, da minha admiração, do meu respeito pelas suas causas, pela causa que abraça pelo povo do País, por toda a população, principalmente os mais simples, humildes, os mais pobres, e a entrega que faz, de corpo e alma a essa causa, que é reconhecido hoje, não só pelo Congresso Nacional, mas tenho certeza que por todo o País, pelas causas que V.Exª. vem abraçando e vem lutando. Então, para mim, é um privilégio, é uma honra muito grande poder estar ao seu lado em mais uma luta que, eu tenho certeza, nós sairemos todos vencedores. Porque é uma causa dos homens e mulheres de bem, é uma causa de todas as crianças do nosso País.

Então, eu queria me despir um pouco aqui também da posição que eu estou ocupando como Senadora, e queria até falar, na direção que a Maria Paula falou, da minha experiência também como mulher e como mãe. Eu... A minha primeira filha, a Lívia, hoje tem 22 anos de idade, e eu sofri muito também. Meu Deus! Eu tinha 19 anos, quando ela nasceu. E eu não tenho irmãos mais novos, então foi a minha primeira experiência. Foi, da mesma forma que foi muito gratificante, foi muito sofrimento. Porque tinha hora que não dava leite, eu chorava, ligava todo dia para o banco de leite, para a Dr. Márcia na Universidade Federal do Ceará para ela ficar conversando comigo, dizendo que isso era normal, que isso era natural, que eu ficasse calma. Se a campainha tocasse, eu chegava a desligar a campainha de casa, para ninguém fazer barulho, para

a Lívia não acordar. Porque ficava exausta também, perambulando pela casa de manhã, de tarde, de noite. Então, foi muito sofrimento, como todas as mães, mas uma alegria hoje gigantesca de ver aquela menina maravilhosa, linda, brilhando, fazendo faculdade, sendo feliz, sendo a minha melhor amiga.

Hoje eu tenho a certeza, a minha filha é a minha melhor amiga. E eu tenho certeza que ela também é a minha melhor amiga. (palmas). E eu acho que foi a minha experiência no meu dia-a-dia que me fez abraçar essa causa. Porque eu acredito. Desculpa, se eu ficar emocionada, mas é porque eu gosto muito de falar sobre esse assunto e toda vez que eu falo, eu me lembro de um monte de criança que não tem isso, não tem essa oportunidade, que está no meio da rua, que está desprezada, que está abandonada. E está se prostituindo, está tendo que trabalhar forçado, está vivendo de escravo em algum lugar, em algum País, que está sendo utilizada pelo narcotráfico, que não tem casa para morar, que não tem escola para estudar, que não tem nada. Que não tem nada. Só tem, talvez, a nossa voz. E essa voz é que não pode calar. E cada vez que aumenta esse exército, para mim é uma vitória. Um, a mais, eu fico feliz. Eu comemoro, porque eu acho que essa causa é... Desculpa, gente. (choro). Desculpa. (palmas)

E, quando o Dr. Dioclécio me procurou para falar desse projeto, meu olhinho brilhou. Disse que o Palocci, quando fala em recurso, o olho dele faz "clim, clim, clim" faz aquele cifrão. O meu, quando fala de criança, brilha assim. E o Dr. Disse assiM – "Eu queria que você apresentasse esse projeto". Eu falei: "Eu não acredito. Isso para mim é uma bênção". E, na mesma hora, agradeci a ele, agradeci ao Dr. Busato por terem me dado essa oportunidade, eu digo que é uma oportunidade, Senador Paulo Paim, porque eu digo, meu Deus, eu acho que se eu conseguir isso, eu digo que eu consegui muita coisa e eu vou, não me dar por satisfeita, porque ainda tem muito que fazer, mas eu vou me sentir muito completa de ter podido ajudar e colaborar em tudo isso. Então, como eu senti isso na pele, quando nasceu a Lívia, depois nasceu o Cirinho, que já tem 21 anos, nasceu o Yuri, que já tem 17 anos, e agora, a Maria Beatriz, que tem 10 meses, que está comigo, que é uma menina linda, lá do Ceará, e que foi um presente que Deus colocou na minha mão agora. E já tentei muito que ela amamentasse também, mas não deu certo. (risos). Tentei muito. Mas não deu certo, até porque agora, a maternidade, quando a gente está mais madura, é uma coisa mais tranqüila. Apesar de que eu também fico correndo, choro, ligo para o Dr. Denis, que é o pediatra da Maria Beatriz, que agora é o Pediatra da Maria Beatriz, que aqui é representante da Sociedade de Pediatria do Distrito Federal, e eu quero mandar também um beijo para a Ana Maria Cavalcanti que é representante do meu Estado, o Estado do Ceará, e com ela eu aprendi muito lá no Ceará, com as pessoas mais simples, mais humildes, ela que foi Secretária de Saúde, e é uma amiga querida do meu coração, e que está aqui presente acompanhando essa audiência.

Eu queria muito mais, Maria Paula, agradecer a todo mundo, porque o projeto já foi tão explicado aqui por todas as pessoas, todo mundo, que conhece até muito mais, porque o meu, eu sou Pedagoga, eu sou Professora, sou mãe, sou mulher, sou Senadora, tive o privilégio de ser a primeira Senadora mulher do meu Estado e isso aumenta a minha responsabilidade, com certeza, para que outras mulheres possam também estar na política, lutando por isso que a gente luta, e acabar com esse mito de que as políticas sociais é coisa de mulher. Não é. É coisa de mulher e de homem de bem. De gente que quer e torce para que esse País melhore. Gente que não se conforma mais com essa situação, com essa miséria, com essa pobreza, com essa falta de comida, com essa falta de oportunidade. É gente que não vai ficar quieta, de forma alguma, que não vai parar de denunciar, mas não só de denunciar, mas de fazer a sua parte, como cada um que está aqui, está fazendo a sua parte. Eu sei que hoje e eu queria que essa Audiência Pública tivesse repleta de Senadores. Mas a gente está aqui numa concorrência danada. "É CPI para cá, é CPI para lá, os Senadores vêm aqui e voltam, a Senadora Fátima Cleide, que eu quero também agradecer pela presença, que tem sido uma grande batalhadora, é uma mulher de fibra, de coragem, em todas as lutas, principalmente na CPI da Exploração Sexual, que a gente andou esse Brasil inteiro, visitamos 22 Estados brasileiros ouvindo as crianças, fomos criticados no final num relatório, pelos adultos, porque nós escolhamos dar, pela primeira vez, fé à voz das crianças. Quando as crianças denunciam algum crime, alguma situação de maus-tratos, logo, logo os adultos dizeM – "Estão fantasiando, estão inventando. Criança também mente, criança fantasia". E essa CPI valeu. As pessoas ainda não foram punidas. Nós não conseguimos ainda o nosso objetivo final da CPI. Mas nós trouxemos esse assunto para a pauta,

para a agenda desse País. Hoje, em qualquer lugar que a gente ande, as pessoas sabem que existe isso. Sabe que esse é um fenômeno que tem atingido as cidades grandes, as cidades pequenas, as cidades médias, as cidades ricas, as cidades pobres. Sabe que isso começa na porta da escola, a gente tem alertado que é importante que pai e mãe pare de ter medo de conversar com os seus filhos. Explique, porque senão vão aprender na rua, por que não ter a oportunidade de aprender dentro de casa?

Então, eu quero hoje assim só dizer e agradecer. Agradecer a vocês, agradecer ao Dr. Dioclécio, mais uma vez, porque vocês me deram essa oportunidade. E eu vou carregar isso para o resto da minha vida, com muita felicidade. Porque eu vou levar isso até o fim, eu tenho certeza que o eu e o Paulo Paim vamos sair por esse Brasil convencendo a todo mundo, até que todos realmente assegurem esse que é um direito dos nossos filhos, de todas as crianças brasileiras. Se em alguns lugares isso não acontece, ou em países mais avançados ou mais ricos, isso não é motivo para que a gente aqui desanime. Pelo contrário, o Brasil precisa dar exemplo. O Brasil precisa dar exemplo, porque nós estamos cansados de maus exemplos.

Nós estamos cansados de pessoas que nos representam e que, infelizmente, ao chegar no poder ou adultos, Deputados, Senadores, Governadores, Presidentes, que abraçam as criancinhas, que beijam as criancinhas, mas que, no dia seguinte, na hora do orçamento não vem dinheiro. Que no dia seguinte, na hora de construir moradia para essas crianças não tem recurso. Na hora de combater o trabalho infantil não tem recurso, na hora de combater a exploração sexual não tem recurso. Chega disso. Chega disso. Eu estou cansada. Eu estou cansada de tudo isso, mas, ao mesmo tempo, eu estou com mais vontade de lutar, com mais vontade de vencer essas batalhas. E eu tenho certeza, que ao lado de cada um de vocês e de tantos outros que não estão aqui, e eu quero agradecer a Flávia que está aqui, que fez o sacrifício, que veio lá do Rio de Janeiro com o nenê dela, para mostrar o seu exemplo. Olha aqui, que coisa mais linda do mundo! (palmas).

Eu queria, então, passar a palavra à Senadora Fátima Cleide, antes da palavra ao Senador Paulo Paim. Desculpa eu não falar mais tanto do projeto, mas eu acho... Quero agradecer ao Dr. Rubens, que veio lá de São Paulo, tem me acompanhado nessa peregrinação, o Dr. Rubens, a netinha dele também vai nascer, agora, e ele fez também esse sacrifício de vir aqui, por essa causa, ao CONANDA, que tem sido nosso aliado, nosso parceiro, a OAB. Enfim, a todos vocês Pediatras do Brasil, que fizeram questão de estar aqui hoje para apoiar.

Eu tenho certeza, hoje não tem muitos Senadores e Senadoras aqui, alguns vieram, eu pedi, fiz um apelo "Olha, eu sei que tem muita coisa, mas dêem um pulinho lá para saber que esse projeto vai contar com o apoio de vocês", o Senador Renan Calheiros, que é Presidente da Casa, nós já tivemos uma audiência com ele, e ele demonstrou todo o interesse e sensibilidade. Os empresários também estão apoiando esse projeto. A gente tem que acabar com esse mito de que os empresários estão contra. Não estão contra. É um projeto, pode ser polêmico sim, pode ser polêmico, porque se trata de discutir o acesso da mulher ao mercado de trabalho. Mas, chega disso. Está na hora de se respeitar as mulheres. Afinal de contas nós carregamos a humanidade no nosso ventre. Nós ficamos nove meses com os nossos filhos na barriga, para que eles sejam Senadores, para que eles sejam Pediatras, para que eles sejam Presidentes da República. Somos nós que carregamos essas crianças na barriga, somos 52% da população. Os outros 48% são nossos filhos. Será que nós, que trabalhamos numa média de 30 anos na vida, não temos direito a ficar seis meses com nossos filhos dando carinho, falando no ouvidinho palavras de amor, falando no ouvido, abraçando, cheirando, falando eu te amo, meu filho? Isso, é só isso que a gente está pedindo.

Então, está na hora de respeitar as mulheres brasileiras, mas, mais do que isso, respeitar as crianças brasileiras, que merecem o nosso apoio, a nossa responsabilidade, o nosso compromisso, a nossa determinação, a nossa voz e a nossa luta. Muito obrigada a todos vocês. E eu passo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

(Palmas).

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Senadora Patrícia Saboya, parabéns, mais uma vez, sempre grandiosa na defesa dos projetos que envolvem as crianças e os adolescentes do nosso País. Eu agradeço pelas palavras a mim direcionadas. Eu vim aqui "correndo", apenas para deixar a minha palavra, o meu compromisso de também estar nesta luta em defesa da licença maternidade de seis meses. Eu sou mãe de, hoje, três jovens, e sou avó de dois bebês. Então,

eu sei exatamente a importância, como dizia a Senadora Patrícia Saboya, a gente gera a humanidade. A importância de ficarmos com as nossas crianças um pouco mais. Eu, apesar de não ter tido a possibilidade de ficar com meus filhos seis meses, voltei a trabalhar com três meses, logo... Após o nascimento de todos os três, consegui, com muita dificuldade, amamentar até um ano e meio. Mas eu sei as dificuldades que tive que enfrentar, trabalhando de manhã, à tarde e à noite, para amamentar durante um ano e meio meus meninos. Portanto, eu quero aqui deixar meu compromisso e, desde já, dizer que voto favorável ao parecer do Senador Paim, que também será favorável ao projeto. (palmas).

E dizer que nós estamos numa outra frente de luta, e por isso não estive aqui durante toda a audiência. Peço desculpas, por não ter podido ouvi-los a todos, mas nós estamos tendo uma Audiência Pública, neste exato momento também, sobre o FUNDEB. E nós gostaríamos aqui de convidá-los a se engajar conosco nesta luta, porque também diz respeito a mais recursos para atender, o mais rápido possível, as nossas crianças, que hoje têm um ano e que amanhã terão três. E os que têm sete, amanhã terão dez. Então, nós precisamos da aprovação do FUNDEB já, porque isso significa mais recursos, imediatamente, para o Poder Público, destinados à nossa educação básica. Então, queremos muito poder contar com o apoio de todos vocês também nesta luta. Muito obrigada.

(Palmas).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Obrigada, Senadora Fátima Cleide. E agora, eu ia passar a palavra ao Relator, Senador Paulo Paim, mas veio aqui e eu quero agradecer, porque voltou o Senador Flexa. E, com a palavra, o Senador Flexa e em seguida o Senador Eduardo Azeredo. Obrigada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senadora Patrícia Gomes, que preside esta Sessão da CDH, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Srs. convidados. Senadora Patrícia, não poderia deixar de estar presente de uma Audiência Pública de um projeto de tal magnitude como é o de vossa autoria. Eu iniciei ouvindo as exposições do Dr. Dioclécio, do Dr. Joelson, tive que me ausentar porque tinha uma PEC nossa, de nossa autoria em votação na Comissão de Constituição e Justiça e eu fui acompanhar a votação e não pude ouvir os outros expositores. Mas tenho absoluta certeza que isso é um projeto de vencedores, de soma positiva, e que deve ser apoiado e endossado, não só pelo Congresso, pelo Senado, pela Câmara, mas pela sociedade brasileira como um todo.

Pela leitura do projeto e pelo que ouvi e pela vivência que temos, eu tenho absoluta certeza que V.Exª. foi de uma objetividade muito grande quando colocou no bojo do projeto que não há nenhuma imposição tanto das empresas como das mães em adotarem a extensão da licença maternidade. Quer dizer, é uma opção das mães e também as empresa não terão nenhum prejuízo, porque irão abater esse pagamento do Imposto de Renda devido. Então, eu espero Deus que o Governo não coloque objeções à frente, porque, toda vez que há uma intervenção na Receita da União, agora mesmo nessa PEC minha que foi graças a Deus também aprovada na CCJ, era para fazer uma compensação aos Estados exportadores, do ICM não cobrado na exportação, e que a União se incorpora desse benefício, que é da nação, da questão das exportações brasileiras.

E, novamente, vencemos com o voto contrário do Governo. Eu espero que neste caso, como é uma questão humanitária, o Governo tenha a sensibilidade de aprovar a medida e o nobre Relator aqui, Senador Paulo Paim, do PT, já declarou voto favorável. Então eu espero que a base do Governo acompanhe também o Senador Paim, e a gente possa acelerar o processo de aprovação. Eu quero, ao final, parabenizá-la, Senadora Patrícia. V.Exª. tem colocado aqui o seu trabalho sempre em benefício das minorias, dos mais necessitados, como é o comportamento de V.Exª. permanente. Atendendo os interesses do seu Estado, o Estado do Ceará e atendendo os interesses de toda a sociedade brasileira, na proteção dos mais necessitados. Parabéns a V.Exª., parabéns aos nossos convidados ao apoiarem esse projeto.

(Palmas).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Muito obrigada, Senador. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senadora Patrícia Gomes, Sras. e Srs. expositores, Srs. Senadores. Eu quero também aqui me manifestar favoravelmente a esse projeto, na medida em que ele tem um alcance social muito importante. E ele está muito bem definido. Ele não significa apenas uma renúncia fiscal. Ele tem exatamente uma proposta de adesão, como bem lembrou o Senador Flexa Ribeiro. Ele tem

uma de que a empresa aderindo possa ser ressarcida. Se nós formos lembrar que também o índice de natalidade tem reduzido muito no Brasil, então, quer dizer, é diferente falar na licença maternidade hoje, quando se falava em licença maternidade 20 anos atrás. Há 20 anos atrás, a licença maternidade significava muito mais, o número muito maior de dias em que haveria ausência das funcionárias do que hoje. Porque as funcionárias, na época, tinham quatro, cinco seis filhos. Hoje, as funcionárias têm um, dois, no máximo, três, e tem sido a média brasileira, que caiu bastante. Então esse é um fato muito importante. É uma lei que se adapta a uma realidade, de um menor número de filhos que as mulheres têm hoje.

Mas eu quero é aproveitar também, Senadora Patrícia, e colocar aqui uma preocupação minha. É que nós temos aprovado, às vezes, alguns projetos importantes aqui no Senado, mas que param na Câmara. Nós fomos companheiros aí na CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, V.Exª. foi a Presidente e, ali daquela CPI, saíram projetos. Projetos importantes, que foram aprovados aqui pelo Senado, e eles estão parados na Câmara há muito tempo. Então, são projetos que nós precisamos ter um esforço junto à Direção da Câmara, no caso, para que eles sejam votados e entrem em vigor. E que nós tenhamos, por exemplo, as questões ligadas também à licença maternidade, para a adoção de crianças, que ela seja implementada rapidamente, também já aprovado pelo Senado.

Então, esse é o posicionamento que eu queria trazer aqui, mais uma vez cumprimentando pela oportunidade do projeto e pelo nosso Relator, Senador Paim que é sempre um lutador pelas causas sociais e eu tenho certeza que esse é o parecer dele. Muito obrigado.

(Palmas).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Muito obrigada, Senador. Senador Paulo Paim. Até queria aqui, me permita, Senador Flexa, eu nem lhe consultei, mas o Senador Flexa tem sido um companheiro também excepcional aqui nas horas difíceis e tem sido um braço muito forte na direção dessas nossas conquistas aqui. Eu sempre tenho contado com o apoio dele. E sei que V.Exª. também faz parte da Confederação Nacional das Indústrias. E eu quero aqui lhe fazer um pedido. Me leve até lá, a mim o Dr. Dioclécio, a OAB, o Dr. Rubens, para que a gente possa convencê-los, também, de nos apoiar nesse projeto e o Senador Paulo Paim. Na hora que o senhor marcar nós vamos para lá para convencer também a Diretoria de lá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com certeza, Senadora Patrícia. A Confederação Nacional da Indústria dará total apoio ao vosso projeto e o convite já está aceito. Eu vou agendar na próxima reunião de Diretoria e encaminharei o convite para que V.Exª. possa apresentar o projeto e aí ter de viva voz e de corpo presente a aceitação e o apoio total da CNI.

(Palmas).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Obrigada, Senador Flexa. Muito obrigada. Quero também anunciar ao Senador Paulo Paim que hoje, provavelmente, nós daremos entrada já a um Projeto de Resolução aqui da Casa, do Senado, que prevê a licença maternidade para nós senadoras, porque não existe, na Casa, licença maternidade. E eu vou ser, provavelmente, a primeira a beneficiária desse projeto, em função da Maria Beatriz, que tem dez meses e que eu quero ficar também, ter o direito de ficar com a minha filinha, curtindo ela, apesar de não ter vindo aqui da minha barriga, mas, certamente, do meu coração, da minha alma e da minha mente. Então, certamente, a partir, eu acho, que da semana que vem, eu já tenho isso falado com o Diretor da Mesa, o Carreira, a gente deve estar aprovando esse projeto na CCJ semana que vem, e o Senado passa a ter também licença maternidade, que é mais uma conquista para nós mulheres e para as nossas crianças. (risos).

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senadora, uma Questão de Ordem. Me parece extensivo às senadoras, como mulheres que são, a licença maternidade. Não há o que regulamentar no Senado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Pois é. Mas, infelizmente, nós não somos CLT, nós não temos... Enfim, não temos. Em 2003 a Câmara conseguiu também aprovar essa Resolução. E agora, em 2006, é que nós vamos regularizar isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então vamos regularizar o mais rápido possível, para V.Exª. ser beneficiada.(risos).

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – (risos). Obrigada. Com a palavra, finalmente, o Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Patrícia, se me permitir, Senadora Pa-

trícia, eu cumprimentando a senhora eu cumprimento, tenho certeza, não precisa repetir o nome de cada um dos painelistas, eu ouvi a todos, fiz todas as minhas anotações aqui, e aqui não há nenhuma posição contrária, eu diria, já ao nosso projeto. Não meu, não seu, mas nosso, da sociedade brasileira. E da forma que V.Exª. fez, eu queria lembrar, eu, menino ainda, três, quatro, cinco anos, e minha mãe já faleceu, maio pai também, e minha mãe trabalhava na GTAL, uma fábrica de compensado em Caxias do Sul, e ela me contava a dificuldade que era para me amamentar. Ou seja, os dois só, e tinham que fazer com que um vizinho, uma vizinha, eu menino nascido, enfim, me pegasse no colo e me levasse na fábrica. Ela tinha que sair da fábrica, na portaria, e me amamentar. Porque não teve o período adequado para... Não tinha uma licença como essa que V.Exª. propõe. Eu faço essa homenagem não à minha mãe, a todas as mulheres, porque eu sei da dificuldade das suas vidas, como foi na vida da minha mãe, que Deus, tenho certeza, está com ela. Como digo sempre, meu pai era domador de cavalo, eu sempre digo, e, quando ela falece, e nós somos dez irmãos, e todos choravam. "Fique tranqüilo, ele está lá nas pradarias do céu, cavalgando e esperando ela na porta". Eu faço isso em homenagem às mulheres, mas quero também fazer uma homenagem a um homem, e, por incrível que pareça, não é do meu partido. Se chama Alcenir Guerra. Alcenir Guerra, porque eu fui constituinte. E ele apresentou na Constituinte, a licença paternidade. Era meio que um deboche no plenário. Eu tinha uma relação muito... E ele disse: "Paim, quando eu subir lá, tu vai ver que eu vou mudar isso". Ninguém acreditava. "Essa proposta está derrotada". E ele subiu à Tribuna, me lembro como se fosse hoje. Olha, em 88 isso. Subiu lá em cima e fez o mais belo discurso e que eu ouvi, em homenagem aos pais e mães, homens e mulheres e contando a história de quando sua filha nasceu, e ele é médico também. O projeto foi aprovado, por unanimidade.

Então, num momento desse, porque a sua proposta é uma proposta arrojada, como foi a proposta arrojada do Alcenir Guerra. Eu nunca tinha ouvido falar em licença paternidade. Por desconhecimento. Ele apresenta, num primeiro momento foi ridicularizado, e ele sensibiliza o plenário, e lá estava Mário Covas, estava Ulysses Guimarães, enfim, estavam todos os homens, do passado e do presente, que colaboraram com aquele grande momento da história. Então, o Alcenir Guerra merece essa lembrança, no momento (inaudível) (1:41:50) o projeto. O seu projeto é um projeto também ousado. Eu sei que muitos não entenderam bem a... Porque na hora que entender o projeto, não tem como ser contra. V.Exª. não está impondo nada. Está dizendo quem não quiser que vá optar, quem não quiser, que não faça a opção. A empresa que não quiser, que não faça. E aí V.Exª. aponta via esse projeto que é grande, que é a "Empresa Cidadã". A responsabilidade social que têm e que terão todos os nossos empresários. Eu só queria, bem rapidamente, dizer isso, isso demonstra o meu compromisso com a sua história, com a sua caminhada e com todo o nosso povo e toda a nossa gente. Houve aqui nessa mesma sala uma Sessão secreta. E V.Exª. me convidou para fazer parte daquela Comissão da exploração menores, a exploração sexual. E aqui, V.Exª., Presidente, Maria do Rosário, Relatora. E aqui um dia, numa Sessão Secreta, vocês expuseram, no meu Estado, no Rio Grande do Sul, foram fazer uma sindicância, enfim, foram ao Estado e foram dar um flagrante, poderia eu assim dizer, num caso específico de exploração de crianças por homens. Eu não vou citar o nome, de novo aqui, da Deputada, se me permitir. E, no meio de noite, lá estavam vocês duas acompanhadas por alguns policiais. E quando entra um daqueles carros que estavam explorando as menores, as meninas crianças, era exatamente o cunhado de uma Deputada muito atuante nesta sala. Eu vi aqui a Deputada chorando, e dizer: "Vou denunciá-lo". E foi ele denunciado, efetivamente, com muito rigor. E eu vi a Deputada chorando, fazendo o auto de denúncia e eu vi V.Exª. chorando junto com ela pela solidariedade".

Isso mostra, com esse fato que eu relatei, que foi numa Sessão secreta, o compromisso de V.Exª. e dessa Deputada que eu tenho também o maior orgulho de dizer que a sua história é uma história tão bonita quanto a da senhora. Por isso tudo, e poderia aqui falar horas e horas, porque eu tenho certeza absoluta que esse projeto vai ser aprovado. E eu terminaria dizendo, parabéns, Senadora, como é bom saber que no mundo existem pessoas como a senhora. (palmas).

E se me permitir, é a última frase, eu quero olhar para aquelas duas senhoras, aquelas duas mães ali, e dizer para vocês, como é bom ver uma mulher negra e uma mulher branca, abraçadas pela mesma causa. Essa causa ninguém derrota. A vitória é vitória certa. Parabéns a todos vocês.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB-CE) – Muito obrigada a todos por essa Sessão. A nossa luta vai continuar. Obrigada a todos. Um beijo no coração.

Sessão encerrada às 12h23.

Ata da 6ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para 21 de março de 2006, quarta-feira, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões Nº 06, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II.

Às 10 horas e 28 minutos do dia quinze de março de dois mil e seis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Cristovam Buarque,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **Romeu Tuma, Flávio Arns, Marcelo Crivella, Paulo Paim, Flexa Ribeiro e Mão Santa.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pautA – **Item Único – Requerimento CDH N° 10, de 2005, de Audiência Pública**, aprovado em 15/03/06, "com vistas a tratar das Questões Raciais atinentes às "ações afirmativas" e ao "dia internacional para eliminação da discriminação racial"", com os seguintes convidados: **Antônio Pinto** (representando Matilde Ribeiro **–** Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial); **Sandra Beatriz da Silveira (**representando Ubiratan Castro **–** Presidente da Fundação Palmares); **Thimoty Martin Mulholland** – Reitor da Universidade Federal de Brasília; **Renato Ferreira** – LPP/UERJ; **Frei David Santos** – Educafro e **Alline Andrade** – Estudante Cotista. **EXTRA PAUTA – Item nº 01 – Requerimento nº 11, de 2006 – CDH** visando esclarecimentos sobre uma série de reportagens veiculadas pelo Jornal da Globo, da Rede Globo de Televisão, na semana de 06 a 10/03/2006. As reportagens tratavam da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, com convite para as seguintes autoridades Fernando Haddad – Ministro de Estado da Educação; Márcio Tomás Bastos – Ministro de Estado da Justiça; Luiz Marinho – Ministro de Estado do Trabalho e Patrus Ananias – Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Autor:** Senador Cristovam Buarque. Resultado – **Aprovado**. **Item nº 02 – Requerimento nº 12, de 2006 – CDH.** De Audiência Pública para ouvir os Diretores do vídeo "Falcão, Meninos do Tráfico" veiculado pelo programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, no dia 19/03/2006. O documentário trata do registro de depoimentos e imagens de crianças e adolescentes que trabalham no tráfico de drogas em todo o País, com convite ao "MV Bill" – Músico e Diretor do vídeo e Celso Athayde – Produtor Cultural. Autores: Senador Cristovam Buarque e Senador Paulo Paim. ResultadO – **Aprovado.** O Senhor Presidente solicita aos convidados a ocuparem lugar à mesa e fazer suas exposições, após o uso da palavra dos expositores oficiais, também usa da palavra o estudante Fábio (representando o Coletivo de Estudantes Negros – DENEGRIR, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ); Nielle Diniz Ribas (da Comunidade BAHÁ'Í); Fernando Pinheiro (Pré-Vestibular para Negros e Carentes – PVNC) e Maria Angel (da FASUBRA). Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Mão Santa e Marcelo Crivela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bom dia a cada um e a cada uma de vocês. Eu dou por aberta a 6ª Sessão Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 21 de março de 2006.

Esta Sessão tem por objetivo realizar uma Audiência Pública, que foi requerida pelo Senador Paim, para discutirmos as ações afirmativas, e, também, em homenagem, para discutir o Dia Internacional para a eliminação da discriminação racial. Eu quero colocar na hora de abrir esta Sessão, falar do choque que a gente tem cada dia por conta, nesse País, da discriminação racial. Todos nós estamos horrorizados com o vídeo "Falcão", pelo que mostrou. Eu quero dizer a vocês que foi uma pessoa do movimento negro que me chamou a atenção para outra coisa, que eu não tinha percebido.

Veja bem, eu sou uma pessoa envolvida no assunto, cuidadoso, e garanto que muitos de vocês não perceberam. Foi o Mário Nelson, da Bahia, que me chamou a atenção. O vídeo, todos aqueles que a gente pode chamar de vítimas, pela pobreza, por caírem na violência, todos são negros. Isso todos nós percebemos. Mas vocês perceberam, que todos que são convidados para dar opinião sobre o assunto são brancos? Todos os sociológicos, os psicólogos, todos são brancos. E eu hoje repeti o assunto, no Bom Dia Brasil, e vi de novo. Ontem à noite, outra vez, no Fantástico também. Então, a discriminação ela não está apenas na vitimização da raça negra, que é a cor da pobreza do Brasil. Ela está também no preconceito da gente deixar de lado pessoas que poderiam dar opinião, certamente, de uma maneira muito melhor do que aqueles que foram ali. E pessoas que teriam sentimento de serem da mesma raça daqueles que são os vitimados.

Eu, por exemplo, rapidamente listei aqui alguns nomes, que eu não vi convidados pela televisão para analisarem o assunto. Eu não vi o Hélio Santos, a Sueli

Carneiro, o Ubiratan Castro, o próprio Mário Nelson, o Carlos Alberto Reis de Paula, do TST, o Prof. Sílvio Humberto. A gente não vê esses, convidados para dar opinião sobre o fato que tem por trás uma histórica discriminação, que tem por trás quatro séculos de escravidão. E é em nome disso que eu abro essa reunião, para a gente ver que as ações afirmativas, que muitos estão contra, o que assusta é que a gente tenha demorado tanto para fazê-las e que elas ainda sejam necessárias. O certo, como eu tenho dito e escrito, é que uma sociedade justa não tem ações afirmativas, porque não precisa. Uma sociedade injusta não faz ações afirmativas, mesmo que precise. E uma sociedade semi-justa é aquela que faz as ações afirmativas para tentar corrigir as falhas do passado. O ideal é que a gente não precisasse. Mas ela lamentável que ainda tenha pessoas que são contra, por preconceito, embora algumas são contra, com argumentos lógicos que tentam colocar. Eu não consigo ser convencido pela lógica dos que são contra. Eu acho que, na lógica, se justifica plenamente.

E é nesse sentido que eu quero abrir, trazendo dois requerimentos para serem analisados, que eu quero fazer aqui. E que tem a ver também diretamente com isso. O primeiro é um requerimento, que eu e o Senador Paim fazemos, para convidar o MV Bill e o Celso Ataíde para que venham aqui passar o filme para que os Senadores vejam (palmas) e depois tenhamos um debate sobre o assunto. Porque é triste saber que muitos Senadores não vêm, mas mais triste ainda, Paim, alguém me disse que tinha vergonha desse assunto, e eu digo, eu tenho mais vergonha é de que, daqui a um mês, a gente não vai mais estar falando nisso.

Aquele vídeo, daqui um mês, ou dois, ou três vai estar esquecido. Aí, daqui a três anos, cinco anos, dez anos, a gente vai fazer outro e mostrar outro. A vergonha maior é a vergonha da amnésia que a gente tem, do que mesmo com a maldade que a gente faz. Além da maldade, tem uma amnésia diante da maldade.

Então, por isso nós estamos convocando. Se não tem nenhum Senador contra, e nós dois somos a favor, está aprovado. E a gente quer fazer isso no dia 4 de abril. E o outro, é para chamar quatro Ministros. É um requerimento que eu faço, mas eu tenho certeza que o Paim assina também, para discutir a matéria anterior, em que se falou de prostituição infantil. E aí a gente tem que ser claro, aí o problema nem é só e talvez nem seja, majoritariamente, de meninas e meninos negros. Tem muitos meninos ou meninas brancas, ou mulatos como eu. É o problema da prostituição infantil e juvenil no Brasil, que é uma tragédia, talvez igual, não se dá para medir isso, se é maior ou menor. Mas é uma tragédia da mesma proporção da violência que se faz contra aqueles meninos que terminam sendo violentos também.

Nesse aqui, queremos convidar os quatro Ministros que cuidam da área. E eu sempre disse, e falei o próprio Presidente Lula, quando eu era Ministro. Enquanto tivermos quatro Ministros cuidando de um assunto, não temos nenhum. É preciso ter alguém que cuidasse do assunto da prostituição infantil, encarregado disso, como se fez para o "Fome Zero". Mas, enquanto não tem esse, nós vamos chamar o Ministro Fernando Haddad, da Educação, o Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, Luiz Marinho, do Trabalho e Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social. Considero aprovado, também essa audiência, vamos fazer no dia seguinte, no outro dia. 4 e 5 de abril.

Bem, eu quero convidar para vir para a Mesa os que estão aqui presentes. Depois, se for o caso, os outros virão ocupar o lugar. Eu quero convidar, com muita satisfação, o meu chefe, patrão, porque eu sou Professor da UnB, então o Reitor é o meu chefe. Eu quero convidar o Reitor Timothy, (palmas) com muito orgulho de ter visto a UnB na vanguarda dessa luta. E eu sei das incompreensões que o Timothy e o Professor Lauro Morhy enfrentaram, internamente e externamente. E também o Renato Ferreira, da UERJ. (palmas) O Ubiratan e a Ministra Matilde justificaram ausências. O Frei David já avisou que vai chegar em breve e a Alliny Andrade, estamos esperando. Eu quero dizer para aqueles que estão em pé que se quiserem assistir sentados, se quiserem ficar em pé conosco, com o maior prazer. Mas se quiserem sentados tem um telão no Plenário dois. Mas se quiserem ficar aqui no calor da presença, são bem-vindos. E peço desculpas que não tenha lugar para todos sentarem. O que mostra, também, o interesse no assunto.

Eu passo a palavra, então, ao Professor Timothy, para abrir essa Sessão.

SR. TIMOTHY MARTIN MULHOLLAND – Muito bom dia. Bom dia, Senador Cristovam, Senador Paim, bom dia Prof. Renato, demais Professores, estudantes da UnB e de outras partes, que estão aqui. Hoje é um dia que está sendo celebrado aqui no Senado, um dia muito importante na história do Brasil, e talvez hoje, pelas questões que estão colocadas na pauta pública, talvez seja uma das celebrações ou das representações públicas mais importantes.

Hoje no Congresso se discute uma lei que trata de estabelecer mecanismos de inclusão de estudantes, hoje excluídos, das universidades federais. É um debate acalorado, como sempre foi qualquer discussão de ações afirmativas, nas instituições ou nos parlamentos ou nos jornais. Então, hoje é um dia para

realmente retomar, redobrar o compromisso com a igualdade racial no nosso País, com a necessidade de avanço, muitos avanços já houve, a necessidade de refletirmos sobre as experiências que já existem e o que é que elas nos ensinam, o que é que elas podem indicar para as instituições e para a classe política e para todos os militantes dessa área, em que direções devemos caminhar em tudo isso. Então, como alguém que tem um envolvimento, na verdade, poucos anos, em termos de vida, mas que uma experiência muito rica, pelo privilégio que tive, enquanto dirigente, de participar.

Eu acho que eu posso aqui aprender muito mais do que ensinar, eu posso talvez ouvir mais do que falar. Mas, eu queria colocar para os Senadores e para todos os presentes, os que estiverem assistindo, que o processo que se deu na Universidade de Brasília foi um processo vitorioso em todos os sentidos, pelo menos, entre aqueles que estão mais nos eixos dos debates hoje no Brasil a respeito da questão. Em primeiro lugar, e talvez essa seja a questão mais importante para convencer as pessoas neste momento, é que as ações afirmativas enriquecem a universidade, não enfraquecem e não diminuem a sua qualidade. Não precisa, sequer, citar algum exemplo próximo de nós, quando falam que o estudante cotista, Professor Cristovam, diz que o cotista vai diminuir a qualidade do ensino, a resposta tem que ser: "Mas a qualidade no ensino é responsabilidade dos Professores, não é dos alunos".

Quer dizer, se a qualidade do ensino é questionável, a responsabilidade é de nós, Professores, para darmos o tratamento adequado ao assunto. Então, na verdade, essa é uma falsa questão que se coloca. Falsa em vários sentidos. Um, podemos citar, uma experiência fora do nosso País, quando se fala em excelência, se lembrar qual seria, ao longo das décadas, tido como uma das universidades de maior qualidade do mundo, poderia citar a Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. A Universidade de Harvard, nos anos 60, implementou ações afirmativas não só para estudantes, mas para Professores também. Professores. E era tido como a universidade de maior qualidade, por muitos.

E hoje, 40 anos depois, continua considerada uma das maiores universidades, se não a maior, ou de qualidade. Quer dizer, o que a experiência nos Estados Unidos mostrou, com muita clareza, é que as ações afirmativas, muito ao contrário de ter diminuído a qualidade acadêmica, fez foi aumentá-la. Porque se ganhou na diversidade do corpo docente, se ganhou na diversidade do corpo discente das universidades. E isso se verifica e se verificará com muita clareza no Brasil, na medida em que nós começarmos a formar as turmas dos ingressos pelos sistemas de cotas e outras ações que podem existir. O aluno da UnB, do sistema de cotas, nós acompanhamos de uma maneira discreta, mas ele é indistinguível, Senador Paim, é indistinguível, academicamente, do aluno que senta do seu lado. No papel, é o mesmo aluno da universidade. O sistema de cotas da UnB trouxe alunos qualificados para estudar na universidade. E o que isso nos ensina, e as estatísticas podem nos ajudar muito com isso, é que o problema maior da educação superior no Brasil é a falta de vagas, a falta de vagas de instituições públicas.

Nós queremos colocar 30% dos jovens na universidade até 2011. Nós já colocamos 10%. 7% na universidade privada, 3% na universidade pública. Os outros 20% não podem pagar a universidade particular. Para onde eles vão? Eles têm que ir para onde foram os jovens de todos os Países que alcançaram os 30% de inclusão do jovem na universidade, que é para a universidade pública. Então, um desafio, que engloba o desafio da exclusão, é o desafio de expandir a universidade pública brasileira, seja estadual, seja federal. E é uma expansão que é urgente, porque esses jovens estão se formando numa taxa elevadíssima, graças às melhorias do ensino básico. Só no Distrito Federal, nós formamos 72 mil jovens do ensino médio. 72 mil. Quer dizer, nós teríamos que matricular 24 mil deles. 24 mil deles, para alcançar os 30%. A UnB matricula quatro mil. Então a expansão do sistema público, de um modo geral, que, felizmente, o Ministério da Educação está abraçando, é uma questão que abrange um dos grandes desafios do Brasil, que é de elevar o nível educacional, de levar os jovens para a universidade e tornar o Brasil competitivo nesse mundo globalizado.

Mas, voltando para a experiência nossa, que é muito curta em termos de vivência pessoal e universitária, mas o processo que trouxe esses jovens para a universidade hoje é um processo absolutamente vitorioso, alguns deles estão aqui, entidades públicas vieram ajudar a manter, porque o desafio não é o ingresso, mas, é a manutenção, é a permanência. Então o Ministério da Saúde, o STJ, Superior Tribunal de Justiça, e outros órgãos vieram compartilhar conosco a responsabilidade de oferecer condições de permanência. Então, o que deveria, no meu ponto de vista, ser o debate público hoje, não é mais se ações afirmativas são vitoriosas, são solução temporária, mas necessária no Brasil, mas, sim, como mantermos esses jovens na universidade, pelas questões materiais que se colocam os desafios de sobrevivência e manutenção deles.

Então eu queria felicitar a Comissão, o Senado, pelo dia de hoje, pela sua iniciativa, cumprimentar todos os presentes aqui e me colocar à disposição. Nós podemos demonstrar muito claramente o que eu disse hoje. O processo que se instalou na UnB, graças ao movimento social, que se engajou, a participação de Professores, de alunos e demais, é um processo que hoje podemos colocar com orgulho para o nosso País e dizer: Esse é um processo vitorioso. Ele está produzindo os resultados que eram esperados e, em breve, nós teremos as primeiras turmas de alunos formados já dentro dos sistemas de cotas e nós veremos, nas formaturas, a modificação da cor da nossa universidade, que já vemos nos corredores do nosso prédio principal, que chama "minhocão". Então, é um momento para celebrarmos.

Em termos dos efeitos, tem mais 20 instituições com sistemas de ações afirmativas já adotados no Brasil, em todo o País. Mas é um dia também de redobrarmos o nosso compromisso, de vencermos etapas que ainda faltam, de convencermos as pessoas que têm, pelo menos, alguma capacidade de se submeter à lógica e à verdade dos fatos. Há alguns que não se convencerão nunca, porque a base é o preconceito, é o racismo e não a preocupação social. Mas eu queria parar por aqui, e me colocar à disposição para algum tipo de esclarecimento, algum tipo de informação que os Senadores consideram útil ou que seja adequado neste momento. Muito obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Antes de passar a palavra ao Prof. Renato Ferreira, eu quero convidar o Sr. Antônio Pinto, que vem representando a Ministra Matilde. (palmas) E a Sra. Sandra Beatriz da Silveira, que vem representando o Prof. Ubiratan Castro. (palmas) E ainda, antes de passar a palavra ao Prof. Renato, e considerando que, em algum momento, eu vou ter que me ausentar, porque eu faço parte da Comissão de Educação, que está se reunindo daqui a pouco, e tem um processo lá que eu tenho que estar presente, eu queria dar uma mensagem aqui.

Eu me considero dos primeiríssimos a defender as cotas. Mas eu tenho sido um que sempre alerta que essa cota ela ainda faz parte de um processo elitista. É uma redução do elitismo. Por quê? A cota da universidade beneficia apenas um terço dos jovens brasileiros, aqueles que terminam o ensino médio. A gente precisa lutar por uma cota para os que entram na universidade, mas precisa lutar para derrubar essa cota infame de que no Brasil apenas 33% das pessoas terminam o ensino médio, ou, se quiserem por de outro lado, lutar pela cota de 100% terminar o ensino médio. Se conseguir aumentar para 30% o número dos alunos com idade escolar, entrar na universidade, todos que terminarem o ensino médio vão entrar, e os outros 70% ficam de fora sem terem sido alfabetizados, sem terminarem a quarta série, a oitava série ou o ensino médio. Isso eu sempre digo, alguns que defendem a cota para universidade nem gostam, quando eu coloco isso. Mas eu não posso deixar de pedir a vocês que lutam pelo direito de entrar na universidade, legítimo, e através das cotas, que lutem também pelos outros, pelos que não vão ter direito a fazer vestibular. A cota é para quem faz e passa no vestibular, e não se classifica entre os primeiros, no número de vagas.

Mas, e aqueles que não tem nem direito de fazer vestibular, porque não terminam o ensino médio, porque não conseguiram ter uma escola pública boa ou não conseguiram pagar uma escola privada de qualidade. Eu sempre digo, a universidade precisa ser a vanguarda da luta pela universalização da conclusão do ensino médio. Até porque, enquanto a universidade escolher seus alunos entre, apenas, um terço dos jovens brasileiros, não vai escolher entre os melhores. Imagine se no Brasil só um terço dos jovens jogassem bola desde pequenos. Quantos craques a gente não teria perdido.

Da mesma maneira, a gente perdeu muitos cientistas, porque não aprenderam aritmética na hora certa. (palmas) Então, para concluir esse meu parêntese, na outra cota esquecida, a cota esquecida de 100% terminar o ensino médio, eu lembro que o maior beneficiário disso é a universidade. Porque o Brasil está jogando fora os seus gênios, porque eles não aprendem a ler em tempo. Eu calculei uma vez, obviamente uma estimativa muito grosseira, que 60 milhões de brasileiros, ao redor disso, morreram com mais de 15 anos sem saber ler, desde que a República foi proclamada. 60 milhões. Entre 60 milhões que morreram adultos analfabetos, se você botar uma relação de um para mil, você já tem aí seis mil pessoas geniais. O Brasil nunca teve um Prêmio Nobel de Literatura. Eu não duvido em dizer que a gente não tem um Prêmio Nobel de Literatura, porque ele morreu antes de aprender a ler. A gente não tem um Prêmio Nobel em Ciência, eu não tenho dúvida que ele morreu antes de aprender matemática.

Então, gente, eu queria pedir para unificar, sem diminuir a luta de vocês, para unificar, Frei David, a luta pela cota na entrada à universidade com a luta pela cota na saída do ensino médio. A cota de 100% terminar o ensino médio. Porque é uma mentira nesse País de que se universalizou-se a educação. Quase que se universalizou a matrícula. Matrícula não significa freqüência. Freqüência não significa conclusão. Conclusão não significa qualidade. Universalizar a educação é

quando 100% terminam o ensino médio com qualidade. E isso é possível. Isso é perfeitamente possível se a gente quiser. Fica aqui esse meu apelo, já que eu, em algum momento, vão me chamar para ir para outra Comissão. Eu passo a palavra agora, ao Prof. Renato. Nós aqui não restringimos o tempo, pedimos que não sejam longos por causa de que quando dá uma hora as pessoas começam a sair. Mas não há corte. Nem cinco, nem 10, nem 15, nem 20 minutos.

SR. RENATO FERREIRA – Bom dia a todos e a todas. Exmº. Sr. Senador Cristovam Buarque, Exmº. Sr. Senador Paulo Paim, Senhoras e Senhores presentes, é com muita satisfação e orgulho que eu venho participar dessa audiência pública, numa data tão importante quanto essa. Primeiro, gostaria aqui de pontuar de onde eu falo.

Eu sou Renato Ferreira, Advogado, membro da coordenação do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, lá faço parte do programa "Políticas da Cor na Educação Brasileira". O programa "Políticas da Cor" ele é um programa que, entre outras atividades, faz um monitoramento, um acompanhamento, Senador, das políticas de ações afirmativas no ensino superior no Brasil. E sobre esse acompanhamento, sobre esse desenvolvimento das políticas de ação afirmativa, é que eu venho tratar aqui hoje com vocês.

Bom, nós vamos fazer aí uma apresentação. Eu não tenho como começar a falar das ações afirmativas no Brasil, sem antes pontuar a data de hoje. Dia 21 de março, Dia Internacional de luta contra a discriminação racial. Um massacre ocorrido num bairro negro na África do Sul, por conta do regime do *Apartheid*. Civis protestavam, naquela data, contra o passaporte. Para que eles pudessem ter acesso a determinados lugares da cidade, eles teriam que usar um determinado passaporte. E aí se rebelaram contra a idéia de você ter que ir a algum lugar tendo esse passaporte. Veio a polícia, e abriu fogo. E aí então, houve um massacre, e a partir de então, as Nações Unidas começaram a usar essa data, uma data específica, porque morreram várias pessoas. 69 manifestantes foram mortos e quase 200 ficaram feridos e as Nações Unidas então buscaram essa data do dia 21 de março e instituíram, nessa data, o Dia Internacional de luta contra a discriminação racial.

Então, eu não posso começar a falar aqui de ação afirmativa, sem antes pontuar essa data, porque, para nós, é uma data fundamental. Porque ela tem uma história, porque ela tem um porquê e a nossa luta se soma à luta desses companheiros. Então, eu começo aqui a fazer a minha explanação pedindo aplausos para todas as vítimas do massacre de Sharpeville e também para todas as vítimas que nós temos, inclusive para reafirmar que nós continuamos na luta pela instituição dos Direitos Humanos nesse País.

Bom, para falar de ação afirmativa, a gente, antes de qualquer coisa, precisa estabelecer algumas premissas. E a primeira premissa que eu estabeleço é uma análise da evolução do princípio constitucional da igualdade. Não dá para falar de ação afirmativa, sem antes falar do que venha a ser o princípio constitucional da igualdade, até porque, um dos principais argumentos contra as políticas de ação afirmativa no Brasil, que nós estamos vendo aí, repousa justamente na idéia da igualdade. Na idéia de que as ações afirmativas seriam inconstitucionais, porque elas ferem a igualdade. Porque se está escrito, se está proclamado que todos os cidadãos são iguais perante a lei, como é que você pode determinar, como é que você pode admitir, como é que você pode conceber a idéia de uma política de cota, por exemplo? Então, vira e mexe, sai aí na imprensa um artigo, vem sempre um gaiato falar isso, que as cotas são inconstitucionais, porque ferem a igualdade constitucional.

Então, essa idéia de igualdade que quer se estabelecer para refutar o princípio da ação afirmativa é a idéia da igualdade formal. Mas, o que é que nós temos que rebater aqui? A idéia da igualdade formal é um ideal que, por si só, não exaure o conteúdo do princípio da igualdade. O princípio da igualdade ele vai muito além da questão da igualdade formal. Existe, no conteúdo do princípio da igualdade, também a questão da igualdade material. Existe o conteúdo material da igualdade. Porque sim, a igualdade formal ela se evolui a partir das revoluções liberais burguesas. Em que tinham o direito de todos iguais perante a lei, por um lado, e, por outro lado, a proibição de práticas discriminatórias. Então, você tinha um binômio, todos iguais perante a lei, proibindo-se a discriminação. E todas as Constituições brasileiras vinham nesse sentido. Mas aí a Constituição de 88 quebra essa seqüência, porque não basta apenas não discriminar. Mais do que isso, é preciso promover.

E aí então você tem um novo conteúdo do principio da igualdade que se soma a esse conteúdo anterior, que é o princípio da igualdade material. E a idéia agora não é mais essa desse binômio – Igualdade perante a lei, não discriminar. Não, a idéia passa a ser a seguinte. O Estado deve promover a igualdade. O Estado deve intervir para equilibrar o jogo, para equilibrar a balança, para que as desigualdades não sejam eternas, para que as desigualdades não sejam amplas, para que elas não cheguem ao absurdo. Ao absurdo de, por exemplo, você ter, como no meu Estado, no Rio de Janeiro, um curso – viu, Senador Cristovam? – que vem ao ar di-

zer: "Temos o orgulho de revelar que aprovamos 50% das vagas do curso de Medicina na Universidade Federal. Quer dizer, um único curso aprova, coloca 50% das vagas de um curso de Medicina na Universidade Federal. Isso é uma cota. Isso é uma cota para esse curso. Só que ninguém tem uma grita contra esse tipo de cota. Assim como também não tem grita contra as cotas em outros cursos, como o curso de Direito, nos cursos mais buscados pela elite, em que você não tem diversidade nesses cursos, e pasmem, ninguém nunca usou de nenhum artifício em cima disso para dizer que isso seria inconstitucional, porque seria, vamos dizer, um absurdo não ter negros.

Eu dizia para a então Reitora Nilcéa Freire, da UERJ, que eu achava que a cota absurda não era de negros, a cota absurda era dos brancos que, na UERJ, somavam 100% nos cursos de Medicina. Então, as cotas (palmas) dos negros elas nada mais eram do que uma política para flexibilizar essa cota dos brancos. Que não era uma cota que foi colocada por uma legislação, mas era uma cota que tinha sido colocada pelo nosso histórico de injustiça contra a comunidade negra.

Então, eu estabeleço primeiro essas premissas de a gente primeiro analisar o princípio da igualdade com esses dois conteúdos. Para uns é o conteúdo democrático do princípio da igualdade, para outros seria o conteúdo positivo do princípio da igualdade. E nesse contexto, nós podemos afirmar até mais, é o conteúdo afirmativo do princípio da igualdade. Porque quer a Constituição, no art. 3º, inciso III, que o Estado promova, que o Estado erradique a pobreza, que o Estado busque equilibrar a balança e reduzir as desigualdades sociais.

Para além disso, o próprio art. 5º, que é mal interpretado, porque, para uns, o art. 5º consagraria somente a idéia da igualdade formal não, ele consagra, na última parte do art. 5º a igualdade material quando afirma que a igualdade, o princípio da igualdade tem que ser estabelecido de acordo com os modelos, de acordo com os estabelecidos na Constituição da República. Então, a igualdade, que também é estabelecida no art. 5º da Constituição, Parte Final, vai se dar, para a nossa Constituição, de acordo com aquilo que a Constituição determinar. E a Constituição determina. A Constituição determina que tem que ter cota para pessoas com necessidades especiais num concurso público. A Constituição manda que haja incentivos específicos para a mulher no mercado de trabalho.

Então, por que é que quando uma universidade ou uma Assembléia Legislativa vem e implementa uma política de ação afirmativa para negros, todos vêm bradar que seria inconstitucional, porque fere o princípio da igualdade. Nós não podemos aceitar esse argumento e não podemos permitir que façam uso do princípio da igualdade nesse sentido. O princípio da igualdade abarca muito mais do que isso, e ele tem esses conteúdos que nós não podemos deixar de mesclar. Um outro ponto, que eu gostaria de destacar também, é em relação à questão do mérito, a questão da meritocracia é algo que toca muito fundo a universidade. E a universidade, e eu estive em vários debates, com vários acadêmicos sobre isso, a universidade é lugar de mérito, diziam para mim. Vocês vão pleitear a cota aqui e vocês vão perder. Porque, se tem um lugar que tem que falar de mérito, é a universidade. Mas, o que é que seria esse mérito? O mérito, para a universidade, ele está ali encarnado na figura do exame do vestibular. Eu digo para fins de ingresso. Não é, Prof. Timothy? Quem passa no vestibular, a lógica perversa diz: Tem mérito. Quem não passa, não tem mérito. E aí caímos na esparrela de aceitar esse argumento absurdo.

Ora, esse mérito que tentam estabelecer como uma coisa estanque, uma coisa congelada, uma coisa estática, ele não pode ser usado para refletir a potencialidade que um aluno teria para se desenvolver naquela carreira. O fato de um aluno ter passado com nove no vestibular para um curso de Direito não significa que ele vai ser o melhor estudante de Direito na sua universidade ou que ele vai ter um rendimento melhor na sua universidade por isso. E é impressionante como esses argumentos vêm da própria academia. Sem base. Porque não tem, não há um levantamento, e eu pesquiso isso a fundo, não há levantamento, não há estatísticas que comprovem uma relação direta entre, vamos dizer, o resultado no vestibular e o sucesso acadêmico. Isso não existe. Pode procurar, isso não existe. Não existe uma pesquisa que diga "todos aqueles que ficaram, os cem primeiros melhores lugares na universidade "X" foram os cem primeiros melhores quando terminaram o curso".

Muitas vezes o aluno que passou lá na última reclassificação termina o curso entre os melhores. Então, nós não podemos conceber essa idéia de meritocracia baseada simplesmente no vestibular. O vestibular não serve para medir outra coisa, senão quem é bom nele mesmo, no próprio vestibular. Vestibular não serve para mais nada, vestibular só serve para dizer quem é bom no vestibular. E aí cabe a nós perguntarmos para os Reitores das universidades e para as universidades, onde é que está a autonomia das universidades? Por que as universidades não usam de sua autonomia pra criar outras formas de acesso? Por que é que o vestibular tem que ser a única forma de acesso?

Bom, um outro argumento que levantam, e eu queria ressaltar aqui de maneira, até emocionado, a figura do Prof. Milton Santos. Um outro argumento que

levanto quanto à política afirmativa, é que no Brasil nós somos mestiços. E por sermos mestiços, a idéia de você estabelecer uma política afirmativa poderia até, vá lá, poderia até estabelecer, mas jamais poderia dar certo, porque, na hora de distribuir, na hora de fazer a política acontecer, como é que nós iríamos saber quem é branco e negro no Brasil? Ou seja, para fins da promoção da política afirmativa, quem seriam os brancos e quem seriam os negros? E eu ouvia de um Sub-Reitor da Universidade do Estado de Rio de Janeiro o seguinte: "Essa universidade não vai ser um Tribunal racial, não. Nós não vamos botar uma banca aqui no dia da inscrição no vestibular para dizer você é preto e você é branco". E o que é que aconteceu? Várias pessoas acabaram fraudando aquele primeiro exame na universidade. Não se trata da universidade ter que arbitrar, como ele estava dizendo ali "quem é negro e quem é branco". Antes, se trata de fazer uma ampla campanha de divulgação e de conscientização das pessoas. Porque, nós também não podemos trabalhar o tempo inteiro com a idéia de que vai haver fraude, que todo mundo é desonesto e que todo mundo vai fraudar. É necessário primeiro conscientizar a população, conscientizar os estudantes que querem prestar o exame. E a auto-declaração está aí, quer dizer, é uma coisa democrática. A pessoa pode se auto-declarar ou não se auto-declarar. Ela pode concorrer pela reserva e pode não concorrer pela reserva. E aí o Professor Milton Santos diz que "Ser negro no Brasil, com freqüência, é ser objeto de um olhar enviesado". Quem é de nós aqui que não tem uma história dessa para contar? Nós negros e brancos, enfim, todos nós. Sobre esse olhar a que se referia o Prof. Milton Santos.

Eu mesmo, eu quero aqui fazer um depoimento, eu fui estudante de Direito de uma universidade muito elitista e o Frei David é um dos culpados por isso, estabelecer uma política de acordo com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que permitia que essa universidade concedesse bolsas de estudo, bolsas integrais a fundo perdido, para estudantes que fossem estudar na PUC. E eu fui parar na PUC, para fazer um curso de Direito, um curso altamente elitista, e a PUC é uma universidade fica na Zona Sul do Rio de Janeiro, então, enfim, é uma universidade da elite, da burguesia mesmo, carioca. E chegando à PUC, imediatamente, busquei saber onde era a biblioteca da PUC. Porque eu não tinha dinheiro para comprar livros, então a biblioteca da PUC seria o meu referencial, a minha morada naquela universidade.

E dentro da biblioteca da PUC, quer dizer, eu nunca era um estudante de Direito. Nunca era um estudante de Direito. Vivia na biblioteca estudando, mas eu nunca era estudante de Direito. Sempre chegava um para mim e falava assim: "O Senhor pode pegar esse livro para mim? O Senhor pode guardar esse livro aqui para mim? O Senhor sabe me dizer onde é que eu posso encontrar esse livro?" Tinha vezes de eu dizer: "Eu não posso ajudar". E a pessoa se aborrecer comigO – "Você não quer trabalhar?"; "Espera aí, eu não sou... Eu não trabalho na universidade, eu sou estudante da universidade". E aí vinha o olhar, ao qual se referiu o Prof. Milton Santos. Mas aí tudo bem.

Como eu era estudante de Direito, eu diziA – "Não, mas eu vou me vingar deles, porque quando a gente, no curso de Direito, chega ao sexto período a gente tem que fazer estágio, aí tem que usar terno e gravata, e eu vou para a biblioteca de terno e gravata, obrigatoriamente, porque eu virei do estágio direto para a biblioteca. E aí isso vai acabar". (soa a campainha) E realmente acabou.

Quando eu passei a usar terno e gravata, a partir do sexto período, porque eu tinha que estagiar, não me perguntavam mais onde é que podiam guardar os livros, me perguntavam, agora, onde é que era o banheiro, onde é que era o refeitório, onde é que era o bebedouro. Achavam que eu era o segurança da biblioteca.

Então, esses olhares, quer dizer, esse País teve uma escravidão séculos contra a raça negra. E contra a raça negra. Tiveram leis aqui, a Lei Afonso Arinos, que estabelecia, não um crime, mas uma mera idéia de que, a contravenção penal, uma figura racista seria uma contravenção penal, a própria Constituição da República consagra o racismo como crime. E aí sempre me ensinaram a não racionar o absurdo, quer dizer, então como é que se sempre se soube nesse País quem era negro a ponto de você ter uma lei, (interrupção no áudio) a ponto de você ter uma Constituição que estabelece o crime de racismo e, de repente, você não pode saber quem é negro no País.

Ora, ou não se pode saber quem é negro no País e não se pode ter crime de racismo e não sede pode ter nada, porque, evidentemente, você cometer um crime contra alguém que é negro, mas como, se não dá para saber se a pessoa é negra? Quer dizer, vale uma coisa e a outra não vale. Essa é a lógica do absurdo, que nós não podemos permitir.

O outro ponto que eu destaco, em relação a essa questão das ações afirmativas, é o argumento falacioso de que as cotas, vocês devem ter ouvido muito isso, a médio prazo vão fazer com que caia a qualidade nas universidades. As cotas farão... Eu tive uma reunião com... Não, eu não vou declinar o nome, mas foi o Reitor de uma universidade privada no Rio de Janeiro, uma universidade importante, ele disse para mim o seguinte: "Daqui a pouco anos, ninguém vai

querer estudar na Universidade do Estado do Rio de Janeiro". "Mas, por quê não?"; "Por causa das cotas". "Vão sentenciar a universidade". E lá na Universidade do Rio de Janeiro, muitos alunos diziam: "A UERJ vai virar um Brizolão". "Brizolão" é uma escola feita pelo ex-Governador Leonel Brizola, que tradicionalmente, no Estado de do Rio de Janeiro, educa as crianças de comunidades mais carentes. Então diziam muito issO – "A UERJ vai virar uma alfabetização de adultos". E aí vêm as pesquisas, as primeiras pesquisas sobre o rendimento dos estudantes cotistas na universidade, e não se demonstra que a universidade está perdendo qualidade, pelo contrário, o que nós estamos observando é que estão ganhando qualidade. Porque estão agregando a diversidade, que antes faltava na universidade. Então a universidade, na verdade, não está perdendo, a universidade está ganhando. Agora, não querem falar. Os Professores, os docentes eles estão aprendendo com a diversidade que antes não existia. Professores estão tendo que saber do cotidiano de um mundo que, até então, para eles, era meio que invisível. E isso traz um trauma para o Professor, evidentemente, para aqueles que, sobretudo, não têm um espírito aberto para as mudanças, mas não pode ser esse o motivo de nós permitirmos que as políticas não avancem.

Outro ponto que eu queria destacar aqui, eu não poderia vir ao Senado, sem antes falar, quer dizer, parece que quando a gente quer estabelecer política de ação afirmativa nós estamos inovando "ah, vocês estão colocando uma coisa sem pé e sem cabeça, isso daí nem daqui a 20 anos". Mas olha, nós fizemos um levantamento, Senador, aqui no Congresso Nacional, e levantamos, de 1999 para cá, 41 Projetos de Lei requerendo, pleiteando a instituição de políticas de reserva de vaga nas universidades federais. 41 projetos. Das formas mais variadas. Um para negros, outros para negros e indígenas, outros para negros estudantes de rede pública. Tem até um projeto que pede a instituição de políticas afirmativas para idosos nas universidades. Então, já vem de longa data essa idéia de reserva de vaga nas universidades. O que corrobora ainda mais a idéia de aprovação do projeto que se encontra nessa Casa, que se encontra no Congresso Nacional, o Projeto 7399, que não pôde vir ao Senado, mas nós estamos aqui inclusive para isso, para fazer esse trabalho junto aos Deputados no sentido de conscientizá-los da importância da aprovação desse projeto, para que esse projeto venha para o Senado, e possa aqui também ser aprovado. Nossa luta também tem esse objetivo e eu gostaria de ressaltar isso. Quer dizer, são 41 Projetos de Lei. Em sete anos já são 41 Projetos de Lei propondo reserva de vagas. E u fiz ali um pequeno levantamento das políticas de ação afirmativa no Brasil. Como é que elas estão chegando? Eu busquei fazer por região e eu cheguei aqui a algumas conclusões. Quer dizer, em todas as cinco macrorregiões do País já existem políticas afirmativas em universidades, o que aponta esse avanço, a partir da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, várias universidades começaram a implementar ações afirmativas. Universidades estaduais que estão implementando via legislações específicas do seu Estado, mas também há um fator importante aí, muitas universidades estão implementando ações afirmativas via resoluções do seu próprio conselho. Ou seja, fazendo uso da sua autonomia universitária para promover a igualdade. Porque eu acho um absurdo dizer que ninguém pode mexer na autonomia universitária. Como se a universidade fosse uma ilha, que não estivesse, nesse sentido, subordinada também aos princípios que constituem a República Federativa do Brasil, porque se a República Federativa do Brasil tem princípios que dizem: "Devemos erradicar a pobreza, devemos promover a igualdade, reduzir as diferenças". Como é que uma universidade pode dizer: "Na universidade não se pode mexer". E aí você faz um levantamento como se fez lá na universidade e você percebe: "De um curso de Medicina, cem alunos, 98 estudantes brancos, todos de classe média alta". Então, eu gosto muito dessa expressão que diz que a "Autonomia universitária não é soberania universitária". Ela há que guardar sentido nos princípios que constituem a República Federativa do Brasil.

Passa para mim, por favor, Cristiano, aí da região Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste. E é interessante que as cotas elas são bem diversificadas, tem cotas para negros, negros conjugando com a rede pública, tem cota para rede pública, cota para indígena também, e aí variam muitos percentuais. O que a gente pode dizer é que as ações afirmativas estão chegando às universidades via projeto de cotas. Via estabelecimento de políticas de cotas. Existe lá na UNICAMP um projeto que é por pontuação, que dá uma pontuação para estudantes da rede pública e para estudantes negros, existe na Universidade Federal Rio Grande do Norte, salvo engano, um projeto de meta, que também não precisa ser necessariamente cota, mas existe a idéia da meta também. (soa a campainha) E é importante ressaltar que a autonomia universitária vai, na verdade, ganhando corpo, quer dizer, boa parte das universidades estão usando da sua autonomia para implementar as políticas de ação afirmativa.

Lá no Rio de Janeiro foi a própria Assembléia Legislativa, com a pressão do movimento social, que implementou a política. Mas depois as próprias uni-

versidades, fazendo uso de sua autonomia, começaram também a implementar. E eu queria aqui, e não é porque estou na presença, destacar a importância da UnB nesse processo. Quando nós estávamos sendo, vamos dizer assim, "metralhados", quando havia um verdadeiro "Tsunami" de críticas sobre as políticas de ação afirmativa, vem a UnB, com a sua autonomia, e resolve estabelecer políticas, e ainda mais, e não estabeleceram é eram políticas diferentes, não, estabeleceram políticas de cotas para negros. Fazendo uso de sua autonomia universitária. Você vê como é possível, se tivermos pessoas interessadas em fazer a promoção, interessadas em reduzir as desigualdades.

Um outro dado que eu queria destacar é que usam muito o argumento de que as ações afirmativas, ou de que as políticas de cota, por exemplo, de 20%, ou de 30%, ou de 40%, feririam o princípio da proporcionalidade, ou não seriam razoáveis. Não seria razoável adotar uma política de 20% para negro no Brasil. Dependendo do Estado em que você se encontra, isso feriria o princípio da igualdade. Isso guarda uma certa relevância. Porque vejam, na Bahia, por exemplo, a cota evidentemente teria que ser maior do que no Rio Grande do Sul. Mas isso não pode ser arbitrado assim ao talante de uma vontade qualquer, é preciso uma investigação mais séria. Mas, para aqueles que defendem, como eu li num artigo publicado pelo Jornal O Globo "Política de ação afirmativa, sim. Cota, não". Como para aqueles também que defendem que os projetos que estão nessa Casa, hoje temos que esperar 10 anos para serem implementados, na prática, eu afirmo aqui para vocês, a raça negra não pode mais esperar, o Brasil não pode mais esperar, não tem que aguardar cinco, nem 10, tem que ser agora.

E um dado interessante do IBGE. Vamos imaginar, por absurdo, que todas as universidades, eu estou pegando aqui só o curso de Medicina, se todas as universidades pegassem os seus cursos de Medicina e reservassem 100% de vagas só para negros, vejam, 100% de vagas, significa dizer que não ia entrar outro grupo, ia levar 25 anos para que o número de negros nas universidades seja igual ao número desse grupo da população brasileira. Então, quer dizer, que proporcionalidade é essa que as políticas de cotas estão ferindo?

Então eu acho que nós estamos nessa trilha, eu não poderia deixar de trazer aqui uma homenagem também a Rosa Parkson? A única coisa que me aborrece é termos esperado tanto tempo para fazer esse protesto. Porque o Senador Cristovam Buarque lembrava bem "Porque, ainda, estamos falando em política de cotas", nós já deveríamos ter erradicado essas desigualdades.

E eu li um artigo de um Jornalista do Jornal O Globo, ele publicou, quer dizer, o Ali Kamel, ele publicou dizendO – "Nós vamos deixar de ser o País da democracia racial. Vamos nos tornar o País do ódio, com essas políticas". Quer dizer, uns argumentos evidentemente absurdos e rasteiros, sem conhecimento de causa. Então é importante a gente dar o primeiro passo tal qual fez Rosa Parkson, não ficarmos aí no imobilismo. E eu queria encerrar minha fala contando aqui um caso que eu vivi que me surpreendeu muito. Eu visitei uma escola pública na baixada Fluminense no Rio de Janeiro, em que 90% dos alunos daquela escola são estudantes negros e as Professoras estavam, era uma escola de 1ª a 4ª série, naquele dia eles tinham recebido um livro didático. E um livro didático muito bonito, interessante e muito colorido, e as Professoras na sala, todas: "Que livro bonito, um livro muito bem feito, muito bem elaborado". E eu, com a minha curiosidade racial, fui lá olhar o livro, evidentemente. E comecei a compulsar o livro e vi, o livro tinha muitas fotos, muito colorido, mas o livro não trazia crianças negras no livro. Trazia crianças brancas o tempo inteiro no livro. Não tinha crianças negras no livro. E aquilo foi me dando uma angústia, e eu procurava, procurava e não encontrava. Em determinado momento, eu encontrei crianças negras no livro. Na hora que começava a parte das Ciências Físicas e Biológicas, que ia falar da higiene bucal lá estava a menina negra, cheia de cárie. Na hora que ia falar da questão da desnutrição infantil, da alimentação, lá estava o menino negro, raquítico, desnutrido.

Então, eu não tenho como deixar de ressaltar a importância da implementação da Lei nº 10.639. Que estabelece, de maneira obrigatória, para os níveis de ensino, o ensino da História da África. Para que negros e brancos possam conhecer a História do Brasil, de maneira correta. E aqui, sobre a imagem do grande Senador Abdias do Nascimento, eu gostaria de encerrar a minha fala, ressaltando que... Quer dizer, um momento desse, importante, que nós estamos vivendo, em que buscamos afirmar valores como a ética, a democracia, a diversidade, a solidariedade, a promoção de oportunidades, eu acho que é, na verdade, exatamente a promoção de oportunidades que se impõe como algo fundamental para que nós possamos ser, verdadeiramente, um Estado democrático de direito. Muito obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Antes de passar a palavra ao Frei David, eu quero dar boas-vindas à Alliny e pedir desculpas a vocês, porque lá já estou atrasado meia hora, da Comissão de Educação. Mas, eu passo a Presidência a essa figura, que eu acho que deveria estar presidindo

desde o começo. Porque foi quem deu origem a essa convocação e pela história que ele tem, que é o meu amigo, o Senador Paulo Paim. Um grande abraço para vocês e não esmoreçam nessa luta, nem esqueçam de, nessa luta, incluir todos que não conseguem terminar o ensino médio no Brasil. (palmas)

(mudança de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É com satisfação que eu passo a presidir essa audiência pública, onde o debate é as políticas afirmativas. Dizem que quebrar copo dá sorte, pode ser que aprovem lá o 73 e o Estatuto agora. (risos) Eu queria, em dois minutos, dizer da alegria desse evento, nesse dia em que mundo todo está em debate da luta contra os preconceitos inspirado na história da luta contra o *Apartheid*, Nelson Mandela, Winnie, enfim, o Massacre de Sharpeville e dizer para vocês que, ainda bem que nessa Mesa estão brancos e negros, que, como disse o Cristovam, só brancos falavam, daquele depoimento sobre o Fantástico. E aqui nessa Mesa a gente já vê a parceria importante que podemos fazer nessa luta.

Queria dizer para vocês também, Frei David, que eu estive na África do Sul quando Nelson Mandela estava no cárcere, e, para mim, foi muito importante. Eu quero dar aqui esse testemunho para vocês, quem me recebeu foi a Winnie Mandela, fomos numa missão do Congresso Nacional, fui eu, o Caó, a Benedita, o Edmilson, figuras que vocês conhecem, o Edmilson é lá do Rio de Janeiro também, o Leonel, da Bahia. E, para mim, houve uma reunião, me lembro agora, que marcou muito, que era no fundo de uma igreja.

Ao chegarmos lá, Frei David, no fundo de uma igreja, eu entendia que teria só companheiros negros lá. E eu fiquei muito, muito importante, nosso líder Timothy aqui também, porque lá eu encontrei uma bela parcela também de militantes brancos imbuídos no mesmo sentido. Então, essa parceria que representa a Mesa nesse momento, também o Senador Cristovam, mostra que essa luta contra o preconceito e o racismo, e a defesa da política de cota é uma luta de todos os homens de bem. Não pode ser uma luta, especificamente, só da comunidade negra, e, com certeza, temos avançado nesse sentido.

Está aqui o nosso Reitor Timothy, que representa, sem sombra de dúvida, essa integração. Por isso, a minha alegria nesse momento, de saber que essa audiência pública é importante, claro, todos os depoimentos que vamos ter aqui, e vamos, no final, permitir que, no mínimo, quatro ou cinco pessoas do Plenário possam também fazer uso da palavra, questionar, até mesmo, a Mesa, colocar seu ponto de vista. Mas, para mim, é importante também que essa audiência pública de hoje seja um instrumento de pressão sobre o Congresso Nacional. Porque é inadmissível que até hoje o projeto acordado, discutido, negociado, não foi votado. (palmas)

É inadmissível que o estatuto da igualdade racial, até hoje não foi votado. Parece que as questões da comunidade negra sempre criam dificuldades. Uma hora eles falam que é a cota, outra hora é a questão dos quilombola, outra hora é a questão da universidade, enfim, sempre tem uma desculpa. Então, essa audiência, que a TV Senado há de transmitir, mais de uma vez, para todo o Brasil, que sirva de um instrumento. Agora, para passar a palavra para o Frei David, eu quero dizer que essa audiência pública existe por obra e arte do Frei David. Foi o Frei David que fez contato comigo, falou conosco, pediu que eu articulasse essa reunião para hoje e nós assim o fizemos, porque nós temos aqui um instrumento do movimento e temos aqui essa obrigação. Por isso, ao passar a palavra a ele, pelo trabalho que vem fazendo junto com todos os membros da Mesa e vocês, eu estou muito orgulhoso. Por isso, uma salva de palmas para o Frei David. (palmas) Ele é a personagem, para mim, principal da audiência do dia de hoje. Frei David.

SR. DAVID DOS SANTOS – Agradeço as falas bondosas e caridosas do nosso irmão Senador que, com certeza, acredito que o poder que ele tem e colocou e coloca a serviço dos movimentos organizados da comunidade negra precisaria ser usado mais por nós movimentos organizados. Então, acho que pode e deve sim, cada entidade do movimento negro, procurar mais os Senadores negros e brancos que são abertos para a causa, e Deputados Federais negros e brancos. Nós entendemos que precisamos ter uma ação mais pró-ativa nesta Casa que deve ser, cada vez mais, a Casa do negro também.

Bem, essa audiência é fundamental, porque o assunto está rolando forte, e eu tive a alegria de poder ser recebido em audiência pelo Senador Edison Lobão, e pedimos essa audiência, eu, o MSU, o Sérgio, mais a UBES, mais a UNE, essas quatro entidades, nos reunimos e pedimos a audiência ao Senador Edison Lobão, porque ele é o esposo da Deputada Nice Lobão, autora do projeto que puxa, no qual foi apensado todos os demais projetos de cotas. E eu falo abertamente isso, porque eu acho que ele é uma pessoa inteligente, capaz e sabe que aqui o meu objetivo é simplesmente partilhar um fato concreto. Falei para o Senador: "Senador, eu, Frei David, era contra as cotas. E depois que eu fui ouvindo e entrando nesse assunto eu percebi o quanto eu estava enganado". E botei para ele alguns argumentos que me fez mudar a minha posição. E ele foi sincero, e falou: "Frei, que bom que você veio aqui

em meu gabinete falar comigo. Porque eu sou esposo da mulher que está com essa lei". E eu, até então, era contra as cotas. Gente, olha só, até então, eu era contra as cotas. O Senador Edison Lobão, um grande homem da vida política nacional, do PFL. E ele falou: "Frei, eu quero que o Senhor me ajude a aprofundar esse assunto porque eu quero ter uma posição madura desse assunto". Gente, eu abro esse debate dizendo o seguinte: Nós militantes do MSU, do PVNC, do ENEGRECER, do DENEGRIR, EDUCAFRO e demais entidades devemos, sim, fazer um trabalho corpo a corpo aqui, com cada Senador e cada Deputado, nesses nossos dois dias de Brasília. Vamos priorizar isso, porque não tem jeito, nós, negros e negras vamos depender de cada voto. Cada Senador vai votar "sim" ou "não". Poderá votar com consciência ou poderá votar sem a informação suficiente para votar, e, até então, a grande maioria dos Deputados e Senadores não têm informação o suficiente para votar.

E aí eu faço um apelo para todos nós militantes para gastarmos o máximo do nosso tempo, hoje e amanhã, indo de porta em porta, em cada gabinete, conversando com os Deputados e Senadores. Bem, entrando direto no nosso trabalho, para não atrasar mais, entendemos que 97,3% do povo afro-brasileiro está excluído da universidade. Os pré-vestibulares para afro-brasileiros, que se multiplicam em todo o Brasil, nasceram para mudar essa realidade.

Estima-se em mais de 2200 pré-vestibulares comunitários que lutam pela inclusão no Brasil de pobres, negros, indígenas, pessoas trabalhando voluntariamente na formação cidadã de jovens pobres, jovens negros. E um dos mais antigos pré-vestibulares é o PVNC, depois vem o EDUCAFRO, o MSU, o mais antigo do Brasil, o STEVE BYCO e assim vai esse quadro grande e bonito de grupos que souberam investir na inclusão. A EDUCAFRO é um desses trabalhos. A EDUCAFRO em números. Somos 255 pré-vestibulares e a maioria está concentrada no eixo Rio-São Paulo-Minas-Brasília. Total de alunos, 14.750. Total de coordenadores voluntários 1.530. Total de Professores voluntários, 2.550. Total de universitários, hoje já nas faculdades, sem contar os já formados, 4.780.

O objetivo específico da EDUCAFRO, e acho que da maioria dos pré-vestibulares, promover o ingresso dos afro-brasileiros e carentes no ensino superior e derrubar as barreiras, que historicamente têm dificultado aos pobres e aos afro-brasileiros na conquista de seus direitos e oportunidades. A primeira grande luta que foi feita no Brasil, com referência à comunidade negra e à entrada na universidade, chama-se a derrubada da taxa do vestibular nos vestibulares públicos. Foi a primeira grande barreira.

De 98 a 2004, só a EDUCAFRO, em São Paulo, abriu 300 processos contra a USP, contra a USP, exigindo a isenção da taxa do vestibular. Hoje terminam o ensino médio público no Estado de São Paulo cerca de 540 mil pessoas, por ano. E a USP só concede 65 mil isenções, e isso depois de muita luta, passeata do MSU, da EDUCAFRO e outras entidades. A USP, instituição pública, joga no lixo todo ano milhares de talentos. USP, "Doutora em exclusão de negros e pobres". O quadro étnico dos alunos matriculados na USP. 0,48% são indígenas, 0,5% não quis se declarar, pretos, 1,3%, pardos, 8,3%, amarelos, 9,8% e brancos, 79,5%. O Censo étnico da USP comprovou que apenas 9,64 de seus universitários são afro-brasileiros, pretos e pardos. Mas ainda lembrando a vocês que em São Paulo 88,8% da pessoas que se formam no ensino médio, se formam na rede pública. E na USP 79% dos que ocupam a USP vêm da rede particular.

Aqui está o escândalo da exclusão. O que acontece? Aí o Jornal Folha de São Paulo, em grande manchete, falou, de maneira rápida e concreta e profundA – "Escolas particulares loteiam a USP. 72,3% dos convocados para a primeira chamada", primeira chamada, a USP faz oito chamadas, total. "72,3% dos convocados na primeira chamada na USP, neste ano 2006, são oriundos da rede particular". Isso é um crime, é uma injustiça, falta de ética, ou é isso uma imoralidade? A EDUCAFRO e outras entidades fizeram várias manifestações, com uma luta incansável. E aí tem algumas fotos de atos dentro da USP e a polícia em cima não deixando o povo fazer a sua manifestação.

Voltando à foto anterior, porque ela é muito importante. Esta foto é uma foto histórica. No ano retrasado a EDUCAFRO, aqui em Brasília, fez um ato dentro do Salão Verde da Câmara dos Deputados. Nunca houve nenhum ato de movimento social nesse espaço público. E ali, um grupo de 50 militantes fez acorrentamento, fez pronunciamento, pegando de surpresa, todos os transeuntes pararam, e o debate foi grande e a polícia da Câmara, e aqui eu faço um registro, arrastou esse pessoal para fora da Câmara, quebrou o braço de uns dois, machucou outros, e abrimos processos contra a polícia da Câmara, pela violência feita contra o povo, dentro da Casa do povo. E é missão nossa estar aqui também para ir buscar em que pé está rolando esse processo que abrimos contra os policiais aqui da Câmara.

Ruy Barbosa, nunca é demais lembrar o célebre discurso exarado pelo grande Jurista e Senador Ruy Barbosa, para a turma de Direito do Largo do São Francisco da USP. "O princípio da igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles desigualam". Essa

é uma frase nobre, bonita, e que nós devemos usar constantemente, e até vocês, militantes, que vão falar com os Deputados e Senadores aí em cada gabinete, devem usar essa frase. Essa frase é decisiva. "O princípio da igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualam". É o grande Ruy Barbosa, que foi Senador nesta Casa. O Brasil apóia as cotas. Essa é a grande alegria, gente. É pena que a imprensa não mostra isso. Mas a última pesquisa feita, em 2.340 Municípios, portanto, pesquisa muito mais forte, muito mais legítima do que essas pesquisas que fazem com mil pessoas por aí, foi feita em dois mil trezentos e tantos Municípios, deu aquele resultado ali. A política de cotas para negros nas universidades públicas, conta com o apoio de 61,1% da população, segundo o Instituto de Pesquisa CNT/CENSUS.

Agora, quem de vocês viu esse resultado da pesquisa no Jornal O Globo, na TV Globo, nos grandes jornais do Brasil? Foi oferecido e ninguém, quase, divulgou, praticamente. Desmistificação das cotas. A Fundação Perseu Abramo, que em 95 questionou a população sobre a aprovação da política de cotas e o percentual de aprovação, naquele ano, foi de 48%. Isso em 95, e saltou para 59%, em 2003. Hoje, com os resultados favoráveis das cotas, os percentuais, segundo especialistas, chegam a 68,3%. "Cotas. Instrumento temporário para provocar reflexão e mudanças?"; "As universidades públicas se afastaram das escolas públicas de ensino médio, de maneira estranha, se prenderam aos interesses mercantilistas dos cursinhos caros, fonte de altos lucros e das escolas particulares". "Vestibular. Conteúdo descartável?"; "O conteúdo dos vestibulares passou a se caracterizar por ser descartável.

Por exemplo, coloquem em uma sala, um ano depois, os alunos aprovados em medicina na USP. Aplique o mesmo vestibular de um ano atrás. Você vai descobrir que a maioria ficará reprovada". "A falta de dinheiro é um poderoso e eficiente instrumento de exclusão de negro e pobre". Por quê? Porque, passa na USP, passa nas Federais quem tem dinheiro para pagar cursinho caro e aprender macetes. Então, você aprende macetes, o vestibular pede macetes, passa um ano, você esquece os macetes. Daí o porquê se você aplicar os vestibulares das públicas, aos aprovados das públicas, eles vão estar reprovados, no ano seguinte. 21 de março, Dia Internacional contra o racismo, xenofobia e intolerâncias correlatas, o povo negro aqui presente, de várias entidades, está indo às ruas, no Brasil inteiro, para exigir os seus direitos.

E eu gostaria de passar para vocês um pequeno filme, que saiu na BBC de Londres, mostrando a exclusão do negro no Brasil. É um filme que faz vergonha para nós brasileiros. Mas, infelizmente, é a nossa realidade, e a nossa luta aqui neste Senado, nesta Casa do povo, é fazer com que consigamos mudar essa realidade e possamos convencer a BBC de Londres a voltar aqui e mostrar uma realidade diferente desta que esse filme mostrou, e passou em 65 Países do mundo. Isso é vergonhoso para nós, mas, infelizmente, é a nossa verdade. Esse filme, boa parte dele está em inglês, no entanto, as imagens e o contexto vai nos fazer entender esses minutos de filme. E aqui, gente, com alegria, com muito entusiasmo, diz que a militância da comunidade negra nos quatro cantos do Brasil, colheu esse belo fruto.

Hoje, 21 de março, podemos dizer, e bater o martelo, que chegamos à universidade de número 30 a adotar ações afirmativas. Então hoje, 21 de março, temos 30 universidades, ou instituições públicas, adotando ações afirmativas. Eu cheguei um pouco atrasado aqui, porque eu estou em outro encontro, um encontro dos CEFETs, Centros Federais Tecnológicos do Brasil, estamos em reunião em outro local, aqui em Brasília, debatendo cotas para negro em todos os CEFETs do Brasil. CEFET, Centro Federal de Ensino Tecnológico. Cotas para negros em todos os CEFETs e a imediata aplicação da Lei 10.639 em todos os CEFETs do Brasil. Temos dois representantes de cada CEFET do Brasil aqui conosco nessa reunião e vamos trabalhar e mostrar para eles que o CEFET não pode ficar alheio ao Brasil. Precisa sair na frente, sim, e, principalmente, adotando cotas, porque entendemos que o Brasil hoje é um Brasil tecnológico, também. E não podemos ter a alta exclusão de negros como temos hoje no CEFETs.

Ali está a relação das universidades que adotaram a ação afirmativa, e eu pediria à equipe do Senador Paim, se é possível, passar uma folha para quem tiver interesse de ter isso no seu e-mail, a gente deixaria com o Senador Paim esse material, todo esse *slide* e mandaria por e-mail para vocês, para vocês terem o nome de todas as faculdades que já adotaram ação afirmativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A Assessoria já informa que seu pedido está atendido e está encaminhando.

SR. DAVID DOS SANTOS – Ótimo. Portanto, vai passar, e vocês botam aí os e-mails de vocês, para receber esse material nos seus e-mails. Aí continuação das universidades. Cotas da UERJ. Exemplo de sucesso. Um ano após as cotas, feita a pesquisa pela antiga Reitoria, revelou que 48,9% dos cotistas, após um ano, foram aprovados em todas as disciplinas. Enquanto que os não cotistas, o classe média, foi apro-

vado em 47% apenas. Então, gente, no vestibular, os cotistas tiveram média de 20 a 30% abaixo dos não cotistas. Ora, a lógica era que eles teriam direito de na universidade ter sempre média sempre 30% abaixo dos não cotistas. Esse era o normal. Qualquer um milímetro que eles subirem nisso aí, mostra capacidade deles superior aos não cotistas. E aí, gente, eles não só subiram um, dois, três, mas superaram, suplantaram os não cotistas e chegando a 48,9%.

Então, para o pessoal da UERJ, cotistas negros e demais cotistas, uma salva de palmas. (palmas) E ali o detalhe, eu falei rápido, e quem quiser com detalhes, está mostrando ali, a pesquisa que foi feita de quem tirou de zero a cinco, de cinco a sete e acima de sete. E ali tem os dados precisos, com numeração completa e poderá ser muito útil para os estudos e debates nos vários trabalhos de vocês. Vemos aí a reportagem do Jornal Estado de São Paulo, de 11 de maio de 2005, dando um grande elogio – "Cotistas têm as melhor melhores notas na UERJ". Saiu no Estado de São Paulo, naquele dia, essa matéria que balançou toda a São Paulo. A USP foi questionada, e a USP saiu pela tangente sem aprofundar o debate. Cotas na UNIFESP. A maioria do Brasil conhece como Escola Paulista de Medicina, que é uma das maiores universidades da América Latina em pesquisa. Esta aí, a UNIFESP. Ela adotou cota para negro e ali estãO – "Os cotistas tiveram desempenho no vestibular de 20% a menos do que os candidatos do sistema tradicional. A expectativa dos Professores era de que os cotistas iriam tirar notas inferiores, mantendo as suas notas em torno de 20% abaixo dos outros". E ali está o resultado – "Cotistas têm ótimo desempenho na UNIFESP. Os gráficos indicam que mais de 90% dos estudantes cotistas, tiraram média final entre oito e oito e meio, em provas e trabalhos". Quase há diferença entre cotistas e alunos do sistema tradicional. Mudança de posição da ANDIFES.

Em 16 de fevereiro de 2006, ANDIFES defende ação afirmativa nas universidades federais, isso no *site* da ANDIFES. Ou seja, a ANDIFES, um órgão complicado, que foi sempre contra as cotas, enquanto entidade, não incentivou as universidades federais a somar nessa causa, a UnB e outras corajosas universidades federais adotaram cotas, mesmo sem ser a orientação da ANDIFES, o órgão máximo que articula as universidades federais e tivemos, depois de várias estratégias, convencendo a ANDIFES de sair de uma posição de querer 10 anos, baixando para seis anos. Lembrando a vocês que foi toda uma estratégia, para que quebrar na sociedade brasileira e quebrar frente os Senadores e Deputados a idéia de que movimento negro e universidades seriam rivais. Esta é a estratégia simbólica, que eu gostaria que todos entendessem. Missão do Senado Federal. O Senado deve fazer valer os princípios elencados no art. 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil. Eu vou saltar porque o Dr. Renato já falou desse ponto.

Conclusão. Parabenizamos o Senador Paim, demais Senadores, especialmente esta Casa, Senado, porque vai retransmitir esse debate, em vários horários, ao longo dessa semana. Parabenizamos todos nós brasileiros, porque queremos hoje, neste dia 21 de março de 2006, rever e criar um Brasil plural, um Brasil onde todos tenham oportunidades iguais e contamos com todo vocês no trabalho de hoje à tarde, na militância indo em cada Senador, visitando cada gabinete de Senador e cada gabinete de Deputado em prol da luta do Projeto 73/99.

Obrigado. (palmas) Vamos só tentar o filme agora, ver se dá certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Querendo saber, a Alliny vai falando e ele vai... Porque a questão nossa é que duas horas inicia...

SR. DAVID DOS SANTOS – Então, eu vou cancelar o filme.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Podemos encerrar com o filme. Pode ser? Então eu passo a palavra Alliny Andrade, estudante cotista, que fará aqui o seu depoimento.

SRA. ALINE ANDRADE – Bom, primeiro eu gostaria de parabenizar os organizadores desse evento. Queria também parabenizar os participantes dessa Mesa e enfatizar a presença e o protagonismo dos movimentos sociais e aí especialmente do movimento negro das várias instituições aqui presentes, PVNC, EDUCAFRO, DENEGRIR, do Movimento dos Sem Universidades, que também estava aqui, e de vários outros movimentos que eu não poderei citar aqui por uma questão de memória, mas a minha fala, eu queria falar em nome desses movimentos. Falar em nome desses movimentos, porque eu acredito que a luta que nos une, que uniu todos aqui, é uma só. A luta pela realização de um País mais justo e de um País menos racista, que não tenha um racismo, enfim, tão estrutural como é no nosso País, que seja tão sistemático, que já é naturalizado

Bom, eu sou estudante cotista da UERJ, faço Direito lá, estou no quinto período, entrei no ano de 2004 e vivenciei, de várias maneiras, a luta por ações afirmativas, fui participante da EDUCAFRO, queria saudar aqui Frei David e as outras pessoas da EDUCAFRO que eu vi aqui, o Thiago, o pessoal de São Paulo, fui coordenadora de pré-vestibular comunitário e sabia e vi a dificuldade dos meus alunos e acompanhei toda a discussão, porque se falava sobre o mérito como se

a simples presença, como todos os participantes aqui da Mesa já falaram, de negros e pobres na universidade, já foi uma presunção absoluta de que a universidade se tornaria numa coisa muito pior do que ela é. Eu acho que os estudantes cotistas estão para provar isso, que isso é uma mentira, isso é uma falácia, isso é um discurso racista de um País que há 118 anos, para a gente contar só o pós-abolição, tem se negado, por falta de vontade política, a discutir seriamente o problema do racismo, o problema da inclusão social no Brasil, e querendo firmar que o problema não é só de inclusão social, porque a gente vem aqui falar sobre a aprovação de um Projeto de Lei, um Projeto de Lei muito sério que é o Projeto de Lei 73/99, mas várias universidades já adotaram.

E eu quero enfatizar, porque sei que o projeto frisa muito a questão da entrada de estudantes de escola pública, e eu gostaria de frisar que a UERJ, no ano de 2000, implementou também o vestibular para escola pública, que era o vestibular do SADE, que reservava uma quantidade de vagas, preciso dizer que, apesar da presença dos negros ser maciça na escola pública, não foram os negros que entraram pelo vestibular do SAD naquele ano. Foi necessário, sim, fazer uma cota racial. Então, que o projeto seja aprovado, seja aprovado na íntegra, e que se frise bastante essa questão das cotas raciais tanto para negros quanto para indígenas.

Eu vou fazer, enfim, um depoimento dentro do meu contexto do que é estar dentro de uma faculdade elitista como a minha, de Direito, da UERJ, onde, quando a gente passa no vestibular, enfim, a gente tem uma felicidade muito grande, porque muitas vezes a gente é referência no lugar de onde a gente veio, do lugar onde a gente mora, onde o sistema é estão excludente e o fato de você nascer pobre ou negro é determinante para dizer os lugares onde você não estará, que são os espaços de poder dentro desse País, uma pessoa entrar no vestibular é motivo de festa, não é natural você terminar o segundo grau e ir para a universidade. E quando eu entrei lá ainda muito nesse clima, esse clima acabou no primeiro dia com a minha passagem pelos corredores, porque a minha sala era a última, sala do primeiro período, e no primeiro período, nas paredes tem quadros, quadros imensos, quadros lindíssimos dos formandos desde 77.

E eu, enfim, militante do movimento negro, com uma curiosidade racial, como disse Renato, fiquei ali olhando aqueles quadros, e o máximo que eu consegui identificar foram três negros, em um quadro de formandos, em turmas de oitenta e poucos alunos. Isso foi a turma com a maior presença de negros, tinham três

Bom, na minha sala era um pouco diferente, por causa das cotas, e só por causa das cotas. Eu não posso dizer, eu não tenho tranqüilidade para dizer que sem a adoção de ações afirmativas eu estaria hoje na universidade. Talvez estivesse, demorando quatro, cinco, seis vestibulares, não sei. Mas o meu povo, o povo negro e a população de escola pública, em massa, não estaria. Sempre houve um ou dois guerreiros que conseguiram passar por essas barreiras e entraram na universidade. E o clima de festividade também acabou, porque na primeira aula depois do trote, daquela confraternização onde você vê que as pessoas que vão te receber também não têm as mesmas referências que você, não vieram do mesmo lugar que você, e você é um corpo estranho dentro da universidade, e o Professor começou a falar sobre a universidade, como a universidade de Direito era um celeiro, enfim, e como se formavam os melhores Juristas, e começou a falar da preocupação dele, que ele julgava ser muito legítima, do rendimento, que os cotistas tinham uma obrigação de que o rendimento da universidade não baixasse. E aí eu fiquei me perguntando "Isso não é uma obrigação dos alunos, enfim, de estudar, todo mundo quer se formar, será que nós, por já estarmos aqui, temos que carregar, enfim, o piano da universidade?" Porque é a nossa presença que faz baixar o nível da universidade.

E agora, pela minha experiência pessoal e pelas experiências dos outros movimentos do Rio de Janeiro que eu tenho acumulado em conversas e que eu quero enfatizar que eu não estou aqui representando, mas que eu não poderia fazer uma fala sem citar esses lugares, esses movimentos aonde eu dialoguei, porque foi isso que me formou, foi isso que me possibilitou ter uma vivência da minha negritude, querer um País mais igualitário, um País mais democrático, um país menos excludente, e fazer também da minha estadia na universidade uma luta para isso.

E eu acho que os alunos, enquanto movimento organizado, os estudantes negros, nós temos uma Associação Nacional dos Estudantes Negros, nós temos um coletivo de estudantes negros em São Paulo, na Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, no Rio de Janeiro nós temos o DENEGRIR, temos o Luiz Gama, temos o SENEG, quer dizer, que são alunos negros que, apesar de todas as dificuldades, se formaram, são excelentes alunos, nós já temos safras de alunos, até antes das ações afirmativas, que já estão ingressando no Mestrado. Quer dizer, as ações afirmativas são, sim, um caminho para a inclusão e a presença dos alunos, alunos aguerridos, apesar de todas as dificuldades, porque são muitas, a universidade é cara, a universidade não foi configurada, nem no seu discurso

científico, nem na maneira como era estruturada para a presença de negros e pobres, pelo preço dos livros, pela quantidade de xerox, pelo preço da alimentação. Muitas universidades sequer têm bandejão e um programa sério de assistência estudantil. Nós estamos aí e estamos fazendo nosso papel.

E eu queria agora enfatizar no Projeto de Lei e, primeiro, enfatizar na defesa de uma implementação imediata, porque isso passa só por vontade política. Eu acredito que o País agora é chamado a decidir, porque o movimento negro, que tem sido protagonista há muitos anos nessa luta por ações afirmativas no Brasil, já está discutindo isso há, pelo menos, 30 anos. E como o Dr. Renato Ferreira ressaltou na apresentação dele, desde 99 já são 41 Projetos de Lei. Isso, porque a gente não conta os que, certamente, foram propostos pelo Senador Abdias do Nascimento. Desde 83, desde o mandato dele. O Brasil discute isso e ele é chamado politicamente a se decidir se ele vai deixar de ser um País racista, porque nós somos, sim, um País racista. Um País que nega o acesso dos negros ao ensino superior é um País racista, um País onde o IDH do negro é infinitamente inferior ao IDH dos brancos, é, sim, um País racista. Isso é uma realidade que nós não podemos negar. Por mais que o discurso da democracia racial seja um discurso muito bonito, o discurso da miscigenação seja muito bonito, é bonito, sim, esteticamente, ter um País miscigenado. Mas, eu acredito que vai ser mais bonito quando esse País distribua também as oportunidades e supere a igualdade formal. Eu, como estudante de Direito, não poderia deixar de citar a Constituição, que já foi citada e todo mundo fala "nós somos iguais perante a lei". E eu aprendi uma coisa. Gente, a igualdade formal, todos nós aqui, a maioria, somos universitários, surge das revoluções burguesas, revoluções liberais. Os burgueses não precisavam de igualdade material. Eles já eram abastados. Eles só queriam igualdade formal para que eles tivessem voz e representação nos poderes, representação política. É um absurdo. Um absurdo, séculos depois, nós reafirmarmos esse discurso dessa igualdade, que não se sustenta. O povo que hoje clama por igualdade, o povo de escola pública, o povo negro não tem essa igualdade, essa igualdade eu jamais tive.

Alguns alunos estão usando uma camisa "nada só para negros, nada só para brancos" e eu preciso ressaltar, me desculpe, que os negros desse País têm ganhado muito pouco, para não dizer nada. Eu acho que a gente precisa de uma vontade política. A universidade do Estado do Rio de Janeiro, que foi, por exemplo, a primeira universidade a adotar cotas, por força de um Projeto de Lei, houve muitos problemas, há muitos problemas, porque a universidade não se abriu. Adotou ações afirmativas, se abriu para a presença de alunos, mas existem problemas a serem sanados, que passam, apenas, por vontade política. A postergação desse projeto é entendida para mim, enquanto estudante, enquanto atriz, enquanto protagonista também dessa luta e, muitas vezes, por sentir o olhar discriminatório na pele, eu não gosto dessa expressão, mas é a única que me vem à cabeça, tem muitos problemas, mas eles podem ser superados por vontade política. Essa postergação, eu entendo essa postergação como uma manobra para adotar daqui a quatro, daqui a seis, daqui a dez, como foi feito na época da abolição, que fizeram a "Lei do Ventre Livre", a Lei dos Sexagenários, a lei de não sei mais quem, e nós continuávamos escravos. Nós estamos sofrendo há muito tempo para eu sentar aqui, junto com os Senhores, com os diletos Senadores e ouvir que a gente precisa esperar mais um pouco.

Eu acho que a luta racial precisa ser levada a sério. Nós, os estudantes cotistas somos organizados, somos um movimento organizado, pensamos politicamente, temos instituição, e eu acho que se não for hoje, não vai ser nunca. O momento é agora. A sociedade tem acúmulo, sim, para discutir. Se fala muito da opinião pública, porque saiu, sim, sai sempre muito nos jornais, mas eu fico muito assustada que não tenha-se, por exemplo, consultado as universidades que já dotaram ações afirmativas. Eu, pelo menos, não vi isso no meu acompanhamento direto para saber como é que estava andando. Eu só ouvI – "Não, mas a gente precisa se preparar, a gente precisa se preparar". Existem, como o Frei David falou hoje, 30 universidades, eu nem sabia desse dado, estava desatualizada, para mim, nós ainda estávamos em 22 (risos) e já estamos em 30 universidades que adotam ações afirmativas, que é um número bastante expressivo da população, um número bastante expressivo, que discute, há seis anos, um "bombardeio", porque é um "bombardeio" de matérias na mídia sobre ações afirmativas, mais contra, obviamente, do que a favor. E essa opinião pública, a opinião pública que não dá voz aos atores, aos estudantes cotistas, aos negros, ao movimento negro, para falar sobre ações afirmativas. Eu primeiro, eu queria questionar essa opinião pública, essa volta do projeto para a Câmara, me desculpem, é uma manobra. Uma manobra. Eu quero muito acreditar que os nossos representantes aqui não tenham tido essa intenção, mas é uma manobra para postergar, como eu vi, como historicamente se viu a "Lei do Ventre Livre" e todas essa leis do racismo. Eu acho que é fundamental a adoção do Projeto de Lei, é fundamental, eu não posso deixar de falar sobre a adoção da Lei 10.639. Está aqui. A lei que fala sobre a história do negro, porque o negro é,

sim, protagonista também da formação do pensamento do Brasil, é protagonista da construção desse País e tem sido renegado, tem sido escondido dessa história, seu espaço político, seu espaço de atuação tem sido negado. E eu acho que agora é a hora. A universidade, enquanto espaço de formulação, não só universidade como as escolas técnicas, espaço de formação, espaço, muitas vezes, de diálogo da sociedade, de formação de quadros também para o Estado, porque foi assim que a universidade foi configurada nesse País, para formar os quadros públicos, de formação de quadros, não pode-se negar a presença da universidade. Não é possível a produção, a construção de um País, de um País justo, igualitário, se se retira a voz, como tem sido retirada, dos negros, não só dentro do espaço acadêmico, mas como dentro do mercado de trabalho, dentro dos livros didáticos. Não é possível um País renegar a uma parcela tão grande da população.

Eu tenho um dado aqui, que foi feito dentro de um contexto que eu até gostaria de frisar, que o Rio de Janeiro, também, lá está se articulando e está no contexto de articular também uma carta de (inaudível)(1:38:09) em apoio a esse Projeto de Lei. Vários outros Estados, como a Bahia e São Paulo, estão se articulando, e muitos já estão aqui presentes. Estão se articulando. A sociedade clama por esse Projeto de Lei. Nós, a população negra no Brasil é de, aproximadamente, 78 milhões de habitantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Alliny, me permite, até para não atropelar a sua fala. Todo mundo sabe da nossa luta aqui contra todo tipo de discriminação. Eu sou autor de um Projeto de Lei na Comissão de Educação nesse momento, que vai decidir que o dia 7 de fevereiro será Dia Internacional de luta dos povos indígenas, numa homenagem a Sepé Tiaraju, que foi massacrado no momento em que portugueses e espanhóis invadiam o Brasil a partir do Rio Grande do Sul.

Então, eu volto ter que ir lá para defender o projeto, tenho certeza que ele será aprovado, eu consegui o parecer favorável do Relator e o Senador Mão Santa vai presidir a Sessão, ele é Vice-Presidente da Comissão de Inclusão e Igualdade Racial que eu presido nesta Comissão de Direitos Humanos, e queria dizer para vocês que o Senador Mão Santa, eu tenho muito orgulho que ele vai presidir, porque, naquele evento do Quilombo Silva, lá em Porto Alegre, eu quis levar uma missão do Senado para lá. E a missão do Senado, quem me acompanhou foi o Senador Mão Santa e ele foi decisivo no momento que toda a sociedade se reuniu para defender aquele que foi, para mim, o primeiro ou o segundo Quilombo urbano do Brasil, que está sendo legalizado.

Então, **eu passo a Presidência para o Senador Mão Santa**, Alliny continua com a palavra e eu pediria uma salva de palmas para o Senador Mão Santa, que é um aliado nosso nessa luta pela igualdade, com certeza absoluta. (palmas) Queria também dizer que o fator previdenciário, que pega negros e brancos, reduz a aposentadoria em 35%, projeto de minha autoria, eu precisava de um Senador que bancasse, o Senador Mão Santa foi convocado, bancou, e aprovamos, por unanimidade.

Então, eu vou, rapidamente, lá, e volto aqui. Alliny continua com a palavra. Senador Mão Santa, eu quero registrar a presença aqui também da Associação de Ministros Evangélicos e Negros do Brasil, está aqui o Pastor Bentinho e o Pastor Marivaldo.

SR. RENATO FERREIRA – Só um segundinho, antes que V.Exª. se retire. Eu queria aqui, em homenagem, não em si uma homenagem, mas numa afirmação justa, chamar aqui alguns estudantes, e passar aqui às mãos do Senador Paulo Paim. O Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro confere ao Senador Paulo Paim, o Prêmio Nacional pela luta contra a discriminação racial, instituído pelo programa "Políticas da Cor", em reconhecimento à defesa dos Direitos Humanos e a seu compromisso no combate contra toda forma de discriminação. Brasília, 21 de março de 2006. É um prêmio que eu acho que, na verdade, é um reconhecimento pela luta do Senador Paulo Paim. Então, eu pediria que alguns estudantes entregassem ao Senador essa homenagem, mais do que justa, que o programa "Políticas da Cor" está oferecendo. Obrigado, Senador. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Obrigado, pessoal. Eu queria, simbolicamente, dizer que muito mais do que eu, porque eu sou Senador, vocês sabem, muito pela luta de vocês. E esse prêmio não é meu, esse prêmio é de vocês. Obrigado. (palmas)

(mudança de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Muito bom dia, e vamos continuar. Substituir o Paim é complicado. Foi como substituir o Pelé na copa, ou Amarildo. Mas, vamos continuar aqui, como o nosso Presidente terminou. Quem está usando a palavra é a Alliny, estudante. Continue.

SRA. ALLINY ANDRADE – Bom, como eu estava falando antes dessa justa homenagem, a população negra no Brasil é de, aproximadamente, 78 milhões de habitantes. Destes, 11 milhões já concluíram o ensino médio, ou seja, são potenciais vestibulandos, contudo, o Estado não tem garantido o acesso democrático ao ensino superior. O fato pode ser constatado pela pre-

sença de apenas 898 mil negros, quer dizer, pretos e pardos entre os três milhões e oitocentos e oitenta e sete mil, matriculados nas universidades do País.

Então, um País que pretende, como diz a nossa Constituição, ser um País justo, igualitário, não pode se negar a fazer a inclusão dessa parcela da população. Não pode se negar também a fazer um diálogo cada vez mais constante, cada vez mais aberto na sociedade, porque eu acho que passa, sim, pela implementação, pela fiscalização da implementação dessa Lei 10.639. Inclusive eu já queria fazer uma chamada nas universidades, porque são as universidades é que formam, muito em boa parte, os quadros dos Professores que vão dar aula para esses alunos negros dos subúrbios e das periferias e que precisam, sim, ter uma formação da história negra e da contribuição do negro que a universidade, braço do Estado, vem negando. Eu queria fechar a minha fala fazendo, primeiro, pontuando da importância das ações afirmativas para a inclusão nos negros na universidade.

Hoje eu vejo uma universidade que ainda não é o ideal, eu quero frisar, mas muito melhor do que em anos anteriores à adoção de ações afirmativas, da importância de debates como esse, de debates amplos, da presença de estudantes, de fazer cada vez mais democrático a fala dos estudantes, a representação dos estudantes, e também do apoio do Estado, por exemplo, porque não um Estado que está, enfim, propondo ações afirmativas, reservas de vagas, de um Encontro Nacional, por exemplo, de estudantes negros que implementou a Lei 10.639, de um encontro nacional da juventude afro-descendente, para saber do que é que essa juventude precisa, pela voz dessa juventude. De que não seja um processo que se desvincule da realidade desses atores, que estão sofrendo discriminação no dia-a-dia, e que têm sido protagonistas dessa luta de um País mais democrático, de um País onde a inclusão racial não seja uma falácia e onde o mito da democracia racial possa ser desconstruído, para uma verdadeira inclusão e para a verdadeira construção de uma diversidade, que hoje no nosso País, infelizmente, ainda não existe. Era isso. Muito obrigada. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Continuando aqui a lista de oradores inscritos. Está prevista aqui a palavra de Sandra Beatriz da Silveira, da Fundação Palmares.

SRA. SANDRA BEATRIZ DA SILVEIRA – Bem, em primeiro lugar, Exmº. Senador Mão Santa, em nome do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o Senador Cristovam Buarque e o Senador Paulo Paim, eu gostaria de agradecer e parabenizá-los pela iniciativa dessa audiência pública. E também pedir licença e, aproveitando o ensejo, porque é o mês de março, que é o mês da mulher, mês internacional da mulher, em nome da Alliny, que aqui está como nossa representante, como mulher negra, homenageá-la e também agradecer e também cumprimentar a todas as pessoas aqui presentes. Nesse momento é bastante delicado, porque, pelo avançado da hora, está todo mundo já com as suas agendas articuladas e, de uma certa forma, com o tempo esgotado. Porém, eu estou aqui na condição de representante da Fundação Cultural Palmares, que é uma fundação pública, vinculada ao Ministério da Cultura. E eu estou aqui também justificando a ausência do Presidente Ubiratan Castro, que é o Presidente da Fundação Palmares. Que hoje ele está presidindo e coordenando, juntamente com um Comitê Internacional de Intelectuais Africanos e da Diáspora, uma conferência. Nesse momento eles estão preparando a "2ª Conferência Internacional de Intelectuais Africanos e da Diáspora", que ocorrerá em julho no Brasil. Então, ele está no outro lado, no prédio aqui do Ministério das Relações Exteriores e pediu para que viéssemos aqui e prestar não só a homenagem, mas também manifestar nossa solidariedade, nosso respeito, e a nossa posição favorável que haja realmente aprovação e seja implementado o sistema de cotas nas universidades.

E também aproveitar para que esse ensejo do dia 21 de março, e o Frei David me fez lembrar, quando ele citou o 21 de março com uma parte do título da Conferência de Durban, que o nosso País é um País signatário do plano e do programa de Durban. Aonde nós temos compromisso, e aí nós Legislativo, nós Judiciário, nós Executivo, que é o caso da Fundação Palmares, e também a própria sociedade que está fazendo a parte dela que é a presença de vocês aqui pressionando o Legislativo, no âmbito do Senado, para que haja aprovação desse Projeto de Lei.

E nós nos colocamos à inteira disposição também, e somos irmanamente solidários. Não só solidários do ponto de vista de parceria, mas nós somos parte dessa luta, porque todos nós somos na, sua grande maioria, militantes, que também há mais de 30 anos estamos na frente desse processo, e ficamos bastante satisfeitas e satisfeitos ao vermos um grupo, não só dos que estão aqui presentes, mas, nacionalmente, a gente tem observado que está crescendo esse movimento da juventude negra por maior espaço, não só nas universidades, mas também por emprego, respeito e, acima de tudo, que essa luta do dia 21 é um momento de parada. Porque a nossa luta é contínua.

Eu estava olhando aqui os cartazes, e estava observando. E eu não me lembro de nenhum 21, que tenha ocorrido, que a gente não tenha feito uma reflexão sobre o que a gente realizou, a avaliação do

que falta ser conquistado. Mas é importante também que a gente saliente as nossas vitórias, mesmo que pequenas que sejam. Porque isso também faz com que a gente também caminhe no sentido de que há esperança e que há possibilidade, e essa possibilidade de mudança só virá, realmente, se formos através de uma ação coletiva. Individualmente, está mais do que provado, nós somos cooptados e trabalhamos na linha contra um processo de mudança que reverta o quadro da desigualdade, e favorecemos a chamada democracia racial. E é isso que não se quer. A gente quer realmente um projeto de uma sociedade justa e igualitária, e o inverso do que aquela frase do Sr. Ruy Barbosa, que diz que tem que tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual. Pelo contrário, nós queremos ser tratados igualmente, considerando que somos desiguais. Muito obrigada, e estamos à disposição de vocês. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Consultando a lista dos oradores inscritos, concedemos a palavra ao Sr. Antônio Pinto, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

SR. ANTÔNIO PINTO – Boa tarde a todos, boa tarde Senador Mão Santa, eu quero dizer, Senador, que para nós é uma alegria imensa ouvir o depoimento do Senador Paim acerca da sua disposição e da sua vontade no sentido de ser mais um colaborador no sentido de que o Brasil possa construir um País que certamente construirá, com menos desigualdades e com maior democracia. Eu quero dizer aqui da minha alegria em ouvir depoimentos como o que o Senador Paim acabou de fazer. Queria também, passei aqui no corredor, saudar a todos, a EDUCAFRO, pessoal do Movimento dos Sem Universidade, ao Frei David, que eu quero dizer que eu tenho uma alegria imensa, e sempre que reencontrá-lo, dizer que há cerca de 10 anos atrás eu tive o prazer e a alegria de colaborar com o nascimento da EDUCAFRO. Não foi por um longo tempo, mas me ensinou muita coisa – viu, Frei David?

No exercício do meu trabalho, eu ainda utilizo um pouco do aprendizado que eu aprendi com a EDUCAFRO. E a minha alegria de ver o crescimento e a organização dessa instituição. Quero lamentar, Senador Mão Santa, eu estava olhando aqui fora o número de imprensa que insiste em dar somente visibilidade para as mazelas para as tristezas do País. Mas a mesma imprensa, que tem construído um conjunto de artigos tentando fundamentar a posição contrária às políticas de ação afirmativa, não garante o mesmo espaço para atividades tão importantes como essa que o Senado realiza nesse momento, e que pode servir de formação, de garantia de um conjunto de informações que são importantes para que a sociedade brasileira venha conhecer e saber um pouco sobre essa ação tão importante, que o povo e a sociedade brasileira clama. É uma pena.

Mas, ao mesmo tempo, essa mesma imprensa, no domingo passado, no Fantástico, teve um dos momentos raros na nossa história, de colocar a situação da grande, da esmagadora parte do povo brasileiro, na sua maioria negra, fazendo um recorte na cidade do Rio de Janeiro, um trabalho realizado por um amigo pessoal meu, dois amigos, que é o MV Bill e o Celso Ataíde, uma denúncia importante que assustou parte da sociedade brasileira, mas que não assustou outra parte, porque metade da população brasileira tem conhecimento, convive, e algum momento da vida teve conhecimento de alguma realidade como aquela. E ao desnudar a sociedade, desnudar a situação da sociedade brasileira, a gente começa a fazer um olhar para nós mesmos, apontando a possibilidade e a perspectiva de um Brasil melhor, de um Brasil superior. Não adianta, é melhor não esconder. É melhor que as questões, que as nossas mazelas venham à tona, para que isso nos permita uma reflexão e uma mudança na nossa forma de ver a sociedade e atacar os problemas como eles aparecem.

Quero mostrar a minha indignação também, outro dia, escreveram uma matéria, uma revista de grande circulação no Brasil, sobre o organismo no qual eu trabalho. E a revista se assustava. O nome da matéria era "Paraíso negro". E a revista se assustava com o fato da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial ter nos seus quadros 70, 80% de profissionais negros. E esse mesmo Jornalista, essa mesma revista, nunca parou para fazer uma matéria ou fazer uma reflexão sobre os dados que a gente acabou de ver aqui, nas universidades brasileiras, nas estruturas de riqueza e produção de conhecimento e riqueza do País. É impressionante como a verdade, como as coisas são alteradas nesse País. Mas a gente avança.

Queria fazer um comentário acerca do que tão sabiamente o Senador Cristovam disse no início dessa exposição, dessa atividade, e dizer que o Senador tem total razão quando cobra cota de 100% de inclusão no ensino básico e no ensino médio. É fundamental. Mas, também, eu queria dizer para o Senador Cristovam que é importante, que quando você tem uma obra imensa para realizar você tem que começar de algum lugar. Nós vivemos no Brasil um ciclo vicioso tão complexo, que é necessário começar por algum lugar essa transformação. E eu queria dizer que a inserção e a construção de pessoas como a companheira que acabou de falar antes de mim, a existência de profissionais

que nós podemos construir nas escolas, de formação de Professores que possam ter um olhar diferenciado sobre a educação, um olhar a partir desses excluídos, de Diretores de escola que possam ter o olhar voltado para essa maioria da população, quando a gente consegue ter gestores públicos que passaram por essa situação e podem trazer esse olhar africano, afro-descendente, afro-brasileiro para a formação da política brasileira, a gente está dando uma grande contribuição para a alteração do ciclo, desse ciclo vicioso que nós construímos ao longo de 506 anos.

Queria comentar também, e eu vou fazer comentários rápidos, em função do horário avançado, em função do que os expositores que me antecederam já, brilhantemente, expuseram boa parte daquilo que eu teria para falar. Mas eu teria a dizer, que só a ignorância pode permitir que as pessoas argumentem inconstitucionalidade na adoção de política de ação afirmativa, como já disse bem o Doutor aqui, que colocou a sua exposição aqui nessa Mesa. É bom lembrar que o Supremo Tribunal Federal tem um Acórdão do Ministro Marco Aurélio de Mello, que faz toda uma explanação, todo um estudo acerca de política de ação afirmativa e conclui pela sua constitucionalidade. O próprio Supremo tem políticas de ação afirmativa construídas na sua estrutura. Então, só a má-fé ou a ignorância pode permitir ainda esse tipo de argumentação e esse discurso. Como representante de um organismo do Governo Federal, eu não posso fazer a minha fala sem dizer um pouco do que é que a gente está fazendo e um pouco do que a gente está construindo.

E, rapidamente, eu vou apontar algumas das ações que o Governo tem desenvolvido. Em primeiro lugar, a principal delas, para essa temática. O Presidente da República tomou a iniciativa de encaminhar ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados, uma proposição, o Projeto de Lei 73/199(F), que institui a política de cotas nas universidades federais. Esse é um projeto que está tramitando, foi aglutinado agora no projeto da Nice Lobão, e para nós é uma alegria imensa saber que nós podemos, ainda nessa semana, ter esse projeto votado e aprovado. E os Senhores e Senhoras que estão aqui certamente terão papel fundamental na contribuição para que esse fato venha se concretizar.

É importante lembrar também que o Governo Federal tem desenvolvido o projeto de implantação do programa PROUNI, que é um projeto extremamente importante, quero dizer que ele nasceu da inspiração inclusive da EDUCAFRO e do Frei David, que foi fundamental para a formatação dessa proposta no Governo Federal. É importante dizer que esse é um projeto já vitorioso. No ano passado, o PROUNI incluiu 112.275 alunos no ensino superior, alunos do ensino público, que foram incluídos, através do programa PROUNI, sendo que, no ano passado, 38.413 eram negros e indígenas.

Também é importante lembrar do processo de capacitação e distribuição de *kits* educativos, envolvendo duas mil escolas de seis Estados da Federação, por meio do projeto "A Cor da Cultura", que é um projeto de produção de audiovisual acerca da escola, da cultura e da formação do povo negro brasileiro, em parceria com a TV Globo, Fundação Roberto Marinho, Canal Futura, CIDAN, Centro de Documentação do Artista Negro e Fundação Cultural Palmares e Ministério da Educação.

É fundamental dizer que iniciar produzindo materiais paradidáticos e didáticos e de suporte que possam contribuir para que os Professores possam democratizar a estrutura de ensino é uma experiência fundamental, e essa é uma experiência que deverá ser ampliada para uma ação de política pública esse ano. A mudança dos critérios do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, o FIES. Foram acrescentados 20% num índice de classificação para candidatos negros, estimulando o acesso de cerca de 36 mil afro-descendentes nos cursos superiores não gratuitos, por meio da concessão de crédito educativo.

A implementação da Lei nº 10.639 foi a primeira lei assinada pelo Presidente Lula na sua gestão, que visa, que institui a obrigatoriedade de inclusão da temática História e Cultura Afro-brasileira no currículo da rede de ensino, inaugurou a institucionalização de uma série de iniciativas no ensino fundamental e médio, com repercussão também no nível superior. O aporte de dois milhões e meio de reais, destinados ao desenvolvimento de projetos para a implementação da Lei 10.639 por instituições públicas de ensino superior através dos Neafros(F).

O censo escolar "Mostre sua raça, declare sua cor" realizado pela primeira vez com recorte racial, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o INEP, do MEC, em março de 2005. E a revisão do Plano Nacional de Educação, PNE, elaborada com um grupo de educadores negros especializados na temática e dando recorte em todo o plano nacional de educação para essa questão racial.

Essas são, eu não vou me alongar, mas esses são os pontos importantes para demonstrar um conjunto de políticas que nós temos tentado e temos desenvolvido, a partir da ação que a gente tem a desenvolver.

Queria também só ressaltar o projeto Afro-atitude, que concedeu bolsas de iniciação científica para pesquisas sobre Aids e saúde da população negra e estudantes cotistas negros em 11 universidades pú-

blicas. Certamente, essas são medidas que ainda são muito pequenas, são um grão de areia ainda no combate aos 506 anos de construção de desigualdade racial brasileira. Isso é verdade. Mas é verdade também que partimos do zero, partimos de uma ausência, primeiro, do reconhecimento do Estado dessa desigualdade, da desigualdade racial em que se constituiu a sociedade brasileira, em pouco tempo, e passamos a adotar a produção de políticas públicas que possam contribuir para a reversão dessa mancha, desse crime que se constituiu a desigualdade racial no processo de formação da sociedade brasileira.

Eu queria, por último, para encerrar, dizer para vocês, principalmente alunos e alunas cotistas, universitários negros, da minha alegria em ver a movimentação, em ver a possibilidade da gente juntar hoje um conjunto de meninos e meninas negros com capacidade de articulação e com presença na universidade. Eu queria dizer que quando eu participei do movimento estudantil, nos meus momentos de estudante era ainda, é verdade que nós ainda não revertemos a situação de racismo e de segregação nas universidades brasileiras, mas hoje, é com muita alegria que a gente participa de atividades como essa e consegue perceber um número, e eu sei que vocês representam milhares e milhares que estão nos Estados, que não puderam estar aqui hoje, mas é uma alegria imensa saber que a gente hoje tem uma luz no fim do túnel. E a nossa luta, de cada um de nós aqui, é fazer com que esse túnel seja cada vez menor, que a distância entre o início e o final do túnel seja cada vez menor. Muito obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Registramos a presença da FASUBRA, Federação dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras, e apenas **eu queria voltar a Mesa ao Paulo Paim**, que foi em homenagem e "Deus escreve certo por linhas tortas" e, de repente, eu iria buscar de Deus para dizer o que eu penso. Olha, eu me lembro que Abraham Lincoln, inspirado no livro de Deus disse: "A família dividida é facilmente derrubada, a casa dividida". Esse País não pode ser metade livre e metade escravo, (palmas) que fez a mais bela parte, e, inspirados por eles, nós tivemos negros que tiveram um sonho, Martin Luther King, brancos também, J. Gerald Kennedy escreveu um avanço nessa... Mas, feliz de nós que não precisamos buscar exemplo na história em outros Países e no passado. O exemplo está aqui. É Paulo Paim. Ele representa esse sonho de luta, de igualdade. A democracia começou com um grito do povo, derrubando os poderosos, de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade". Por isso, nós lutamos pela democracia.

E feliz, e aqui mesmo eu acho Juscelino, todos nós, eu sou Médico e tenho uma ciência da psicologia que, a neurolingüística, que diz que tudo tem um modelo. Eu sou Médico, Juscelino era Médico da Santa Casa, Prefeito, Cirurgião. Então, ele disse uma frase: "Melhor sermos otimista". Otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando. E nós somos otimistas, porque nós vimos aqui, não na história, os que nasceram negros e que fizeram bela história. Mas o Paim, e lá no meu Piauí também eu tive. Recentemente, o povo do Piauí elegeu uma mulher negra fantástica. Trindade. (palmas) E Deus a chamou para o céu, eu acho que o mundo não estava muito bom para os sonhos dela. Mas nos deixou aqui o Paulo Paim.

E eu quero crer que... Eu vou resumir tudo. O Paulo Paim é o nosso Martin Luther King, melhor do que ele, porque ele está vivo. Ele vai realizar todos os sonhos que o Martin Luther King teve, no Brasil. Então, eu convido o Paim, aqui ao seu lugar de Presidente e líder de todos esses movimentos. Ninguém mais do que ele abraçou a causa dos mais fracos. Do negro, do índio, do idoso e do deficiente. Então, e minhas palavras iniciais foram com Deus, eu também apelo para Ele, para Ele abençoar e dar muitos anos de vida ao Paim. (palmas)

(mudança de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só dar uma notícia boa para vocês, eu estive lá, e estava em debate o projeto que considera o dia 7 de fevereiro o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas e, numa rápida fala minha, eu disse que a melhor forma de homenagear os discriminados, nesse caso, os índios, era nós não falarmos muito e votarmos com rapidez o projeto. Eu posso dizer, estavam lá uma delegação em torno de 15 a 20 companheiros índios de diversas partes do País e, felizmente, o projeto foi aprovado, por unanimidade. (palmas) Vai agora para a Câmara e eu espero que a Câmara também aprove essa homenagem ao grande Sepé Tiaraju e, naturalmente, a toda a nação indígena. Eu havia me comprometido, se assim vocês entenderem, que eu abriria para quatro entidades que quisessem fazer uso da palavra. E o filme está no ponto.

Agora eu pergunto à Mesa. O filme?

Então, ficamos com o filme para encerrar a nossa atividade de hoje.

SR. DAVID DOS SANTOS – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Não, fui eu que propus. É que me falaram do filme. Eu quero consultar a Mesa e o Plenário. A

nossa proposta é que, pelo menos, quatro companheiros possam falar. Vão falar em torno de cinco minutos cada um e depois encerramos com o filme. Fechou? Porque cada painelista ficou em trono de 10 minutos. Então, os quatro companheiros que farão uso da palavra levantem o braço para eu saber. Pronto, esses quatro que levantaram. Primeiro, o companheiro de camisa amarela, e eu peço a você que na hora da sua fala você fale o seu nome para ficar registrado nessa cobertura da TV Senado.

SR. FÁBIO – Boa tarde, meu nome é Fábio. Eu sou estudante cotista da UERJ, e faço parte do coletivo de estudantes negros DENEGRIR, dessa mesma universidade. Fiz um pequeno roteiro, porque eu me atrapalho às vezes. Eu gostaria de perguntar primeiro, eu queria saber o porquê da não presença dos Senadores na sua própria Casa. A gente traz um evento desse, é importante a visibilidade que nós estamos tendo nesse momento, mas seria também crucial a presença dos devidos Senadores, para que eles pudessem escutar nossas demandas, porque só dessa forma eles poderiam se sensibilizar com a nossa causa.

Então, a gente deve se organizar melhor para que eles possam escutar, porque as pessoas que estão aqui são militantes e já têm acúmulo suficiente nessa temática. Então, devemos rever nossas estratégias. Agora, eu entendo que nós deveríamos marchar numa forma mais acelerada. Essa discussão já está na sociedade há bastante tempo, a nossa representação política ela está preterindo e afastando esse debate, ela está inviabilizando esse debate. Só nós, negros organizados, que estamos a todo momento batendo na mesma tecla. Agora nós estamos aqui, acho que deveria-se articular uma Comissão daqui, continuar essas articulações, porque está num momento crucial e a gente não pode deixar que esse projeto passe com essa proposta de seis anos. Se esse Governo, que é o Governo que, até nesse momento, está dando mais abertura para nossa temática, a gente tem que, de forma estratégica, aproveitar esse momento político e aprovar. Porque, como diz o companheiro Medeiros, lá da UERJ, ele diz que esse problema não é específico das cotas, o problema específico é a cor das cotas.

Como o Renato já falou, esse debate de cotas já existe há muito tempo. Existe cota, gente, sem hipocrisia nenhuma, até para filho de Professor universitário em colégio de aplicação, então é hipocrisia, chegar Reitor e qualquer outra pessoa e falar que isso não está amadurecido na sociedade. Agora, o Reitor da UFRJ não está presente? Eu gostaria de fazer uma pergunta para ele. Eu gostaria que ele se colocasse publicamente, enquanto entidade, pelas declarações que o chefe da Faculdade de Medicina da UFRJ tem feito, falando que a faculdade cairia seu mérito, a sua excelência acadêmica com o ingresso, com a implementação de cotas na Universidade de Medicina. A Universidade de Medicina da UFRJ é uma das universidades mais excludentes do Rio de Janeiro, e do Brasil também, só perde para a USP, porque a USP, "é brincadeira", tem mais oriental do que negro lá. É complicado. A gente tem que avançar nessas discussões.

Agora, para o companheiro Antônio, eu gostaria de fazer uma denúncia. Você falou do Afro-atitude. O Afro-atitude ele tem na UERJ, são 10 universidades que implementaram cotas. Acontece uma coisa horrível. Os alunos vão e a bolsa atrasa. A bolsa não sai de 30 em 30. Sai de 45 em 45, quando sai. E outra coisa, foi estipulado 50 pessoas bolsas, a Faculdade de Enfermagem pegou 25 bolsas, e as outras 25 distribuiu para todos os cursos da universidade. E o critério para escolher esses alunos não é um critério que está à vista das pessoas, é um critério aleatório, que a gente não entende. A gente entende que deveria ser um critério que respeitasse o recorte racial e o recorte sócio-econômico e que realmente discutisse nossas automáticas. (soa a campainha) Porque, se o Governo Federal implementa ações que vão ao nosso encontro, quem deve deliberar isso seriam as nossas demandas. Então, deveria ser, no mínimo, a nitidez de um critério ou, pelo menos, falar para o aluno que não foi escolhido o motivo pelo qual ele não foi escolhido. Isso não está nítido. Nós gostaríamos de fazer essa denúncia.

Muito obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só para encaminhar para o Plenário saber que nós estamos ao vivo nesse momento. A sua fala... É o Fábio. Você, Fábio, já falou ao vivo para todo o Brasil. Então, essa audiência a TV Senado está transmitindo ao vivo, terminaram os trabalhos das Comissões. Então, até para a Mesa saber, a TV Senado está dando um carinho especial para essa audiência, pela sua importância, então, nesse momento ela está em toda a rede no País, está passando na Câmara e passando em todos os gabinetes aqui dos Senadores e nas respectivas Comissões. Porque é preciso também que a gente entenda que são cerca de 12 Comissões, com as CPIs dá mais do que 12 Comissões, e os Senadores estão trabalhando em todas. Eu mesmo tive que sair daqui com todo o compromisso que eu tenho com a causa. Mas consegui aprovar lá o projeto dos índios.

Então, eu vou fazer da seguinte forma, cada um vai falar cinco minutos, repito, nós estamos ao vivo para todo o País, e depois a Mesa vai poder responder dando cinco minutos para cada um dos companheiros da Mesa poder responder. Então, os quatro falarão

em bloco e o meu Senador Crivella, que está aqui, o nosso companheiro também nessa jornada, fará sua intervenção que ele entender no momento adequado. Eu proporia o seguinte, Senador Crivella, faltam mais três entidades falarem, elas falam, o Senhor fala e depois a Mesa faz a sua fala. Então, vamos lá, o próximo inscrito é a Niede Diniz, da Comunidade Bahái. Niede, você dispõe de cinco minutos.

SRA. NIEDE DINIZ – Como já foi falado, meu nome é Niede, eu represento a Comunidade Bahái do Brasil, que é uma ONG que atua na defesa dos Direitos Humanos e tem nessa luta igualdade racial uma das maiores bandeiras.

Bom, de novo, como já foi falado, é inconteste a existência da desigualdade racial, ela se mostra nas universidades, onde a média dos Estados Unidos negros é de apenas 3%, na preferência de muitos empregadores, que não contratam negros. No pouco caso em relação aos cuidados e no combate da anemia falsa e fome que é mais freqüentes entre a população negra, e mesmo em outros aspectos das relações sociais do cotidiano.

A comunidade Bahái considera que o racismo é um dos males mais funestos e persistentes e constitui um obstáculo importante no caminho da paz. A sua prática perpetra uma violação demasiado ultrajante na dignidade nos seres humanos, para poder ser tolerada a qualquer pretexto. Desde o fim do século XIX, os escritos Bahái já vêm afirmando que o racismo retarda o desenvolvimento das potencialidades ilimitadas das suas vítimas, corrompe seus perpetradores e desvirtua o progresso humano. O reconhecimento da unidade na humanidade, implementando através das disposições jurídicas apropriadas, que são as ações afirmativas, que elas vêm para compensar as desvantagens devidas à sua situação, às vítimas do racismo e de outras formas de discriminação, devem ser universalmente sustentadas para que esse problema possa ser superado. Bom, a comunidade Bahái defende que se existe alguma discriminação que deva ser tolerada, ela tem que ser a favor da minoria, e não da maioria. Obrigada. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra a Maria Ângela, da FASUBRA. Está com a palavra, por cinco minutos.

SRA. MARIA ÂNGELA – Boa tarde a todos e todas. Eu gostaria de estar enfatizando que no nosso Congresso passado, da FASUBRA, a gente implementou, nós aprovamos a política de cotas, a FASUBRA representa todas as universidades federais (palmas) e algumas estaduais. A gente também, dentro da federação, nós fazemos um trabalho muito importante, nós temos o GT de políticas sociais anti-racista e fazemos essa discussão, cotidianamente.

Semana passada, nós tivemos aqui em Brasília um encontro fazendo essa discussão, e foi colocada a discussão das cotas, vamos estar fazendo um levantamento em todas as universidades, já estamos fazendo a discussão, todas as universidades que já implementaram as cotas, a política de cotas, e as que ainda não implementaram, como está sendo discutido, vamos estar incentivando que, na base da federação, as pessoas façam essa discussão, que os grupos se mobilizem para estar fazendo essa discussão e estar fazendo, de fato, com que isso aconteça. Gostaria de estar parabenizando a todos nós aqui presente, no Dia Internacional contra todo tipo de discriminação, não podemos esquecer de estar ressaltando isso e de estar colocando que realmente é muito... Está iniciando. Nós estamos engatinhando nessa discussão, porque a discriminação ela existe, e quando a gente vê que algumas universidades têm dificuldade de saber quem é negro e quem não é, essa política aí está colocando, tem que olhar retrato para saber quem tem direito de estar participando das cotas, no movimento negro e nos nossos GTs quando a gente discute, a gente coloca que, se perguntar, a polícia sabe muito bem quem é negro. São as pessoas, somos nós negros que, infelizmente, nem somos perguntados o que estamos fazendo em alguns locais, já somos abordados com violência, dependendo da hora e dependendo do que está acontecendo.

E aí eu gostaria de estar colocando aqui, de uma certa forma, um protesto a respeito dessa dificuldade que se tem em algumas universidades ainda e em algumas instituições também, de saber, de estar falando aí quem é negro e quem não é. Me parece um pouco demagogo isso. E, parabéns para todo mundo, inclusive à companheira Alliny, que ressaltou ali na fala dela sobre a questão dos índios, que tem que sim, parabéns também pelo que foi votado, Senador Paim acabou de falar, porque foi o povo que originou, é originário do nosso País, e as cotas também têm que ser colocadas para eles com a mesma importância. Obrigada. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra para Fernando Pinheiro, pré-vestibular para negros e carentes.

SR. FERNANDO PINHEIRO – Boa tarde. Acho que realmente a gente está passando por um momento crucial, se não é de mudanças, mas pelo menos de etapas, possibilidades de mudança real para o futuro. Eu acho que a construção do futuro, no que tange à questão racial, acho que nunca foi tão aberta de possibilidades. Então, a minha fala ficou até um pouco,

acho que menor, porque já foram falados algumas... (interrupção no áudio – 2:24:17:6)

Mas eu queria apontar duas coisas, Senador. Como é que é a questão de a partir daqui, do Senado e da Câmara dos Deputados, criar formas de se melhorar a extensão, a extensão das universidades, criar incentivos, algum tipo de mudança, porque a gente está nessa batalha do acesso e da permanência, mas também tem a questão da extensão. Porque é na extensão que toda essa massa de intelectuais novos que vão se formar. Negros, comprometidos, de classes populares, eles estão se formando, mas se não tiverem a possibilidade de aplicar, na prática, na sociedade, a sociedade vai acabar tendo um monte de intelectuais negros e sem uma aplicação prática para a sociedade. Ao mesmo tempo, de que forma também pode-se criar leis onde possa ser aproveitado essa massa de intelectuais, que vão se formar a partir desses anos de cotas, de mudanças de perfil de universitários.

Eu digo isso, porque alguns Países, nas suas mudanças, abriram incentivos para os formados ficarem mais no interior, façam atuações mais pontuais. O Estado, por exemplo, a gente pode pegar pela Europa ou o próprio Estados Unidos, vira e mexe criam políticas de incentivo para que essas pessoas entrem em lugares onde é necessário o tipo de conhecimento que eles vão estar pegando e vão estar absorvendo das universidades.

Acho que a gente, nesse momento, tem que atacar de todas as frentes. Não só o acesso, não só a permanência, mas repensar a extensão. (soa a campainha) Afinal, quando alguns universitários na década de 70 se acharam vanguarda, eles iam lá na sociedade, nas favelas, que seja, mas eminentemente eles eram de classe média, eles vinham de referências muito diferentes daqueles que eles estavam tentando ajudar. Agora não, agora a gente pode realmente ter uma massa que tem referências de lugar de pobreza, lugar de favelados, e tudo o mais. Eu acho que reconfigurar o Estado é necessário, até nessa questão. É só isso. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra nesse momento para o Senador Crivella, Senador que tem demonstrado também todo o seu compromisso com essa luta, inclusive relatando alguns projetos de nossa autoria, que vai no eixo do debate que tivemos aqui, inclusive no debate do Estatuto da Igualdade Racial aqui no Senado, porque foi um dos que fez a defesa. E aqui, pelo menos, foi aprovado por unanimidade. E esperamos que a Câmara, com os ajustes necessários, inclusive com o Senador... Estou lançando ao Senado aqui, que o Frei David recomendou, nós temos que fazer uns ajustes na Câmara, queremos que ele volte para cá e aqui nós aprovamos com rapidez, com certeza absoluta.

E digo mais, o Projeto de Lei 73, se a Câmara aprovar, aqui no Senado, nós garantimos que aprovamos em regime de urgência urgentíssima. A responsabilidade está na Câmara. Se a Câmara fizer sua parte, Senador Crivella, eu estou fazendo uma introdução à sua fala, os Senadores, eu garanto que farão a sua. Podem ter certeza. Porque nós íamos aprovar inclusive o estatuto na íntegra naquela primeira versão. Foi num grande entendimento com a Câmara que houve algumas alterações. Agora, nós estamos ajustando de novo na Câmara, o que vier de lá nós aprovamos. Inclusive com as recomendações que já foram colocadas no relatório da Câmara sob a sua orientação. Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PMR-RJ) – Senador Paulo Paim, eu quero saudar toda essa Mesa brilhante, todos os componentes aqui da Comissão, e dizer o seguinte, Senador Paim. A última eleição para Prefeito do Rio de Janeiro, num sábado de manhã, 10h, eu estava com a minha família em Copacabana, na esquina da Nossa Senhora de Copacabana com Figueiredo Magalhães. E uma Senhora de 50 anos passou e a minha filha disse: "A Senhora já tem candidato?" Ela disse: "Não, quem é o seu candidato?"; "É o Crivella. É meu pai". "Ah, você é filha do Crivella?"; "Sou". "Qual é o projeto do Crivella?"; "Um dos projetos é fazer um resgate social nas comunidades carentes, então tem aqui na favela da Providência, no Rio de Janeiro, uma casa que nós ajudamos a botar telhado, a pintar porta e a janela, e olha como ela ficou bonita. A idéia nossa era, com uma política de resgate social, ajudar que todas as famílias pudessem fazer isso. Custou sete mil reais, demorou três dias para essa cãs ficar pronta, tem as fotos do antes e depois, e é isso aí. Esse é um dos projetos". Então, a Senhora disse para ela o seguinte: "Minha filha, você acha que eu estou preocupada, uma senhora de 55 anos, de Copacabana, com favelado, ali só tem vagabundo, prostituta, traficantes de drogas, eles acabaram com a nossa cidade, é uma imundície, descem para cá, enchem as calçadas de coisas".

De noite, depois das carreatas e daquela coisa toda, minha filha disse assim: "Pai, eu acho que você vai perder essa eleição". Eu disse: "Por quê?"; "Porque as pessoas não estão gostando do seu projeto, não". "Não?"; "Não". "Não estão gostando?"; "Não". Pois é, Senador Paulo Paim, depois de 350 anos de escravidão, de exploração, de ter construído esse País com sangue, com humilhação, com discriminação, essa é a visão que a sociedade mais culta da minha cidade, do meu Estado, tem da favela. O morro da Providência nasceu em 1865, um pouquinho depois, 1870. Em

1865 o Brasil enfrentou a pior guerra que já passou pelo nosso País. Guerra do Paraguai. Nós não tínhamos Exército, naquela época. Então, criou-se os voluntários da Pátria. Aliás, quem é do Rio de Janeiro sabe, porque tem uma rua em Botafogo, muito importante, chamada Voluntários da Pátria. Quem eram os voluntários da Pátria? A maioria deles escravos. E foram para guerra sob que proposta? "Olha, se lutarem na guerra vão estar livres". "Mas, e se eu morrer na guerra?"; "A família fica livre aqui". "Ah, quer dizer que, se eu morrer lá, a mulher e meus filhos estão livres da escravidão?"; "Tão". "Então eu vou". O primeiro navio que saiu foi de Campos, Ceres, 1865. Para lá foram milhares e milhares de escravos, que tomaram dois navios na vida. Um da África para escravidão. Outro da escravidão para a guerra. Sangrenta, na tua terra, um frio danado. O Paraguai era a maior potência do Cone Sul. Ia tomar o Rio Grande do Sul e parte do Mato Grosso. Tinham oitenta mil homens, sessenta na reserva, fabricavam navios, armas, porcelana. O Paraguai era a maior potência da região Sul.

Depois de cinco anos de lutas sangrentas, os escravos, os que sobreviveram, voltaram. E foram recebidos no Rio de Janeiro, não na praça 15, porque ali era o cais do branco. No cais do Valongo, aonde desciam os miseráveis. Dali subiram para um hospitalzinho no morro da Gamboa, que está lá até hoje, onde cumpriram uma quarentena para ver se tinham trazido alguma praga. Depois veio o Governador do Rio e disse: "Olha, vocês estão livres". "E onde a gente vai trabalhar?"; "Não tem emprego". "Mas nós não podemos ficar no Exército?"; "Só se tiver outra guerra". "Ah, é?"; "E o que é que a gente fazer?" Aí surge a figura do "negro de ganho", que é aquele que vaga pelas ruas da cidade explorado por um branco qualquer, que lhe faz barbeiro, sapateiro, seja lá o que for. Senador Paulo Paim, e para morar? Já não podia mais ir para senzala, porque não era escravo. Então, deram aos heróis da Guerra do Paraguai, aos que conquistaram de volta o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul do Senador Paulo Paim. Deram o morro da Providência. O morro da Providência, a primeira favela brasileira, foi o prêmio dos heróis que lutaram na guerra mais sangrenta que o Brasil teve. Passaram-se 130 anos. Nós tivemos dinheiro para fazer Copacabana, Ipanema, Barra da Tijuca, fizemos toda a região de Teresópolis, da Serra, o Vale do São Francisco, fomos para Campos, nós construímos um Estado, que é um dos mais ricos do País. Mas nunca olhamos para aqueles heróis e seus descendentes com misericórdia e compaixão e continuamos explorando, mantendo sucessivas gerações de descendentes e de escravos, na maior miséria.

E hoje, quando olham, dizem assim: "Só tem vagabundo, ladrão, prostituta". Quer dizer, isso dói, isso ofende, isso machuca. É claro que há muitos meninos hoje no morro que já não agüentam mais a exploração. E estão dando tiro na polícia de cima para baixo, porque não acreditam na força do trabalho, nem da educação. Seu avô, bisavô, pai, mãe, foram explorados. Esse Senado, como meu Estado, precisa se conscientizar disso. Essa é a história do nosso País. (palmas)

E eu espero, Senador Paulo Paim, que a gente consiga, com a luta que temos, reverter essa situação. Eu tenho um projeto, que V.Exª. vai relatar esses dias, que obriga a tirar do Rio de Janeiro, e de todas as cidades do Brasil, o nome de todos aqueles traficantes de escravos na nossa História. Olha, anteontem eu estive em Campos. Frei David, me perdoe o que vou dizer. Campos foi fundada por Salvador Correa de Sá e Benevides. O homem que tinha, ali no Galeão, e o bairro do Galeão se chama Galeão exatamente por isso, um estaleiro fabricando navios para trazer escravos. Enriqueceu com isso. O maior traficante de escravos do Brasil. Em Campos, ele fundou a Igreja de São Salvador. Mas não é São Salvador por causa de Jesus, não. É São Salvador por causa de Salvador Correa de Sá e Benevides, tanto é que o dia do Padroeiro lá é 4 de agosto, dia em que ele nasceu.

No Rio de Janeiro, nós temos tantas ruas de pessoas que exploraram seus irmãos, que humilharam seus filhos, suas famílias, que os trataram como animais. Como é que esses homens podem ter, serem hoje placa de logradouro? Então, Senador Paulo Paim, eu quero dizer a V.Exª. que, do fundo do meu coração e minha alma, tenho grande admiração pelo trabalho que Deus lhe deu para defender. A injustiça que se comete, que se cometeu, nesse País contra nossos irmãos. Vamos votar as cotas, vamos votar o estatuto de igualdade, toda a discriminação positiva, V.Exª. conte comigo e o meu partido. Muito obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nesse momento, nós vamos para o encerramento, quero insistir, que nós estamos ao vivo para todo o País, pela importância desse debate, e quero de novo dizer, Senador Crivella, em matéria de política de combate aos preconceitos, aqui no Senado não está ficando nada na gaveta. Nós estamos votando e encaminhado para a Câmara. Quando eu falo isso, e eu sei que eu estou ao vivo, eu estou fazendo um apelo aos Deputados Federais que votem o Projeto de Lei nº 73, em primeiro lugar e, na seqüência, o Estatuto da Igualdade Racial. Eu sei que eles estão ouvindo nossa mensagem, com a presença aqui de mais de 300 jovens, passaram aqui, em duas salas, que esti-

veram aqui pedindo que essa audiência tivesse essa repercussão positiva.

Então, nesse momento, eu passo a palavra, por cinco minutos, para os expositores poderem fazer a sua fala final e vamos encerrar com o filme proposto aqui pelo Frei David. Passo a palavra, pela seqüência aqui, começa pelo nosso Renato. É você, Renato. Você que foi brilhante na exposição, como todos os outros, já vai começar fazendo os seus cinco minutos.

SR. RENATO FERREIRA – Bom, eu queria registrar que esse momento, na verdade, coroa a quebra dos paradigmas que nós estamos vivendo no Brasil. Eu não posso deixar aqui, Senador, de ressaltar que hoje a gente assiste, como eu mostrei ali, um quadro de políticas de ação afirmativa pelo Brasil afora. Mas a gente não pode esquecer de lembrar aqueles militantes que, por muitas vezes, fizeram vozes isoladas, militantes do movimento negro e de outros movimentos sociais também que se somaram à causa durante anos e anos e anos. Pessoas que deram a vida, dedicaram uma vida inteira à luta pela igualdade racial no Brasil e que, nem sempre, tiveram espaço. Eu costumo dizer que o Brasil há muito tempo faz censo. Que estabelece lá e que se vê as desigualdades raciais. Mas, sequer o debate sobre as desigualdades raciais no Brasil era adotado. Sequer o debate.

Hoje a gente pode vir aqui para o Senado fazer um debate como este, assistir aos depoimentos que nós vimos aqui, as falas que nós assistimos aqui, e isso é fundamental. Quer dizer, o Senador Crivella trouxe, nós do Rio de Janeiro sabemos bem a história do morro da Providência, e aí quando a gente assiste àquela fita que passou no Fantástico, domingo, para muitas pessoas pode causar um horror, um espanto, mas, evidentemente, deveria causar um espanto em todo cidadão.

O grande problema, Senador, é que nós estamos nos acostumando a banalizar aquelas imagens. O Senador Cristovam falava aqui hoje, que daqui a pouco, daqui a uma semana, duas semanas ninguém mais vai falar daquilo. Daqui a dois anos, outra matéria igual àquela vai vir ao ar novamente. Então, eu acho que quando a gente vem para o Senado para discutir, num dia como hoje, é fundamental a gente alertar para a quebra dos paradigmas. Eu acho que é chegada a hora de uma igualdade efetiva.

E aí eu queria aqui relembrar um grande filósofo em que ele fala que "Em sociedade, as pessoas não nascem iguais". Os homens não são iguais, e eles não adquirem seus direitos de igual forma. A igualdade efetiva é o ideal da razão. Porque, é em nome dessa razão, de igualdade efetiva, de democracia é que nós estamos aqui hoje, nesse evento, e a gente quer ressaltar, na presença aqui do Senador Paulo Paim, também do Senador Crivella, que a gente espera voltar ao Senado, viu Senador? Para quando vier a aprovação da Câmara a gente está aqui junto para assistir a promulgação da lei. Porque vai ser uma luta, vai ser o coroamento de uma luta de todos nós, de todos esses militantes históricos do movimento negro e dos movimentos sociais. Então eu queria deixar uma saudação a todos e a todas e muito obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra à nossa Alliny, estudante cotista, que também fez aqui um brilhante pronunciamento, para as suas considerações finais, por cinco minutos.

SRA. ALLINY ANDRADE – Bom, eu gostaria de ressaltar, mais uma vez, a minha felicidade pelo protagonismo do movimento negro, pela presença aqui do movimento negro organizado, agora o movimento negro também dentro da universidade, eu não posso deixar de ressaltar o DENEGRIR aqui, a presença do DENEGRIR, que está fazendo uma pressão dentro da universidade, não posso deixar de ressaltar também a EDUCAFRO, o PVNC, o MSU, que têm feito a luta, que foi feita também por mim, e que beneficiou a minha entrada dentro da universidade do Estado do Rio de Janeiro e que tem conseguido propiciar a entrada de cada vez mais alunos negros e alunos pobres dentro da universidade.

Eu gostaria de clamar também aqui os Senadores, e uma proposta que eu tinha feito que eu acredito que é uma função do Estado, como eu falei, de vontade política, de organizar, não só dos Senadores, mas também, enfim, dos Deputados, dos Legislativos do País, da administração pública, para organizar, para propiciar encontros da juventude negra, da juventude cotista, dos bolsistas também do Afro-atitude, já chamando aqui à responsabilidade o representante do SEPIR, para que a gente tenha cada vez mais voz e para que os protagonistas políticos, os atores políticos dessa redemocratização, eu não gosto nem de falar redemocratização, porque a universidade, eu, infelizmente, não a vi, em momento algum, ser democrática.

Mas, enfim, da democratização (palmas) da universidade e dos espaços de poder desse País, e também o que foi falado pelo Senador Cristovam Buarque, que no domingo passou o documentário "Falcão" e que eu acho que o Estado também tem que ser chamado à responsabilidade pelo genocídio, aquilo foi amostra do genocídio da população negra nesse País. E o Estado não pode se furtar de cumprir o seu papel no combate a esse genocídio, muitas vezes por atores que são braços do Estado. Porque o Estado, quando exclui, quando não age diretamente para diminuir a

discriminação, para diminuir, para acabar com o racismo dentro desse País, ele é também, mesmo que por omissão, responsável pelo genocídio da minha população. É só isso. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Vou passar a palavra agora ao nosso companheiro também, Antônio Pinto, Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Eu estou seguindo a seqüência aqui e, por engano meu, eu pulei o Frei David. Alguém disse: "Foi articulado para ele ser o último". (risos)

SR. ANTÔNIO PINTO – Com respeito à questão colocada pelo nosso amigo acerca do projeto Afro-atitude, na UERJ do Rio de Janeiro, eu queria dizer para você que eu vou levar essa informação para a Subsecretaria de Ação Afirmativa da SEPIR e ao Ministério da Saúde, e nos comprometemos a fazer uma visita à UERJ, para poder conhecer e saber como o projeto Afro-atitude está sendo implantado lá na UERJ. Com respeito à proposta da nossa querida Alliny, Alliny, você dá um orgulho para a gente tão grande, é uma felicidade tão grande, e dizer, Alliny, nós topamos, a SEPIR topa e eu tenho certeza que a Fundação Palmares topa e eu tenho certeza que o Senado topa ajudar a fazer um encontro dos nossos queridos cotistas e dos nossos (palmas) A SEPIR vai ajudar com empenho e financeiramente para que essa atividade aconteça.

Só queria fazer um último comentário. Nós da SEPIR, da Secretaria de Igualdade Racial, a Ministra Matilde Ribeiro, o Presidente Lula, temos sido acusados freqüentemente na imprensa brasileira de querer estimular, de querer ampliar uma guerra racial no Brasil. Você já deve ter lido isso nos jornais, e dizer que nós estamos quebrando a igualdade racial no País. Primeiro que eu espero que as pessoas que escreveram isso, tenham assistido ao "Falcão", no domingo.

Espero que essas pessoas que estejam assistindo agora, tenham ouvido a fala do Senador Crivella acerca de como é que a gente construiu a sociedade brasileira da escravidão para cá. Para que essas pessoas consigam compreender que as políticas de ação afirmativa, que mostrar o Brasil da forma como é, e construir uma sociedade igualitária, é exatamente evitar uma guerra cotidiana. Uma guerra cotidiana, que nós já vivemos há muito e muito tempo. (palmas)

Eu espero que as pessoas saibam que os negros brasileiros ficaram 500 anos sendo vítimas de desigualdade. E em nenhum momento esses negros se negaram a ajudar a construir esse País. Em nenhum momento. Pelo contrário, deram seu sangue, seu suor, a sua vida, para construir esse País. Portanto, não é agora, que a gente conseguiu botar na pauta da política brasileira essa temática, que a gente vai provocar uma guerra racial no Brasil. Podem ficar tranqüilos. E dizer que resta para nós muita esperança. Eu sou intermediário no movimento contemporâneo, movimento negro contemporâneo, entre alguns militantes do movimento negro unificado, na década de 70, que recolocavam a luta contra o racismo no Brasil, em 74, na fundação do movimento negro unificado, e sou intermediário entre eles e essa juventude bonita que a gente está vendo aqui hoje. E para quem passou esses 40 anos de vida colaborando para a construção desse processo, a gente só pode ter esperança.

Hoje a gente está aqui no Senado, hoje a gente vê falas como a do Senador Paim, do Senador Mão Santa, do Senador Cristovam Buarque, do Senador Crivella, que passaram aqui hoje e que puderam expressar a sua vontade de se somar a nós nessa transformação, e isso só pode nos dar esperança. Hoje a gente tem um Ministério, hoje a gente tem uma, estamos construindo uma TV. A "TV Da Gente", uma iniciativa do Netinho, buscando construir diversidade na TV brasileira. Eu acho que a gente só pode ter esperança. E nós, negros brasileiros, queremos convencer os nossos irmãos não negros a nos somarmos nessa construção desse País, justo e igual. Obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só pediram para mim, e com satisfação e eu faço registro, não por ser Vereador, muito mais que Vereador, pelo projeto, porque aqui diz que ele foi o autor. Então, eu quero registrar a presença aqui do Vereador Armando Azambuja, Coordenador do Movimento Negro da Câmara de Viamão, no Rio Grande do Sul. Agora é que vem o lance. O lance é agora. É autor do projeto de cotas de 44% para os concursos públicos da Prefeitura de Viamão, no Rio Grande do Sul. Acho que esse é o motivo principal das palmas. (palmas) Está registrada a presença. Passamos a palavra à Sandra Beatriz da Silveira, representante a Fundação Palmares.

SRA. SANDRA BEATRIZ DA SILVEIRA – Bem, eu fico bastante contente, e já tinha manifestado, em nome da Fundação Palmares, agradecimento pelo convite, e para encerrar, não indo muito longa, como disseram alguns da plenária que se manifestaram, está na hora de agir. E eu acho que agora, no momento, as palavras são importantes, porém os atos são mais significativos.

Então, nesse momento, parabenizando o meu conterrâneo lá de Viamão, porque também sou gaúcha, que para nós é com muita honra, são essas atitudes que o Legislativo, no nosso entendimento, tem que assumir, e também, da nossa parte, a execução, e a sociedade no cumprimento do controle social sobre a implementação dessas legislações. E também

gostaria, como o colega ali trouxe, realmente eu acho que o processo ele é novo nas estratégias, e eu acho que é esse processo, em termos de construção de uma sociedade, que não é responsabilidade minha nem tua, nem individualmente, nem do Senado, nem da Câmara Federal, mas do conjunto, é um processo que se constitui e vai se moldando e vai se modificando. O racismo em nossa sociedade ele também sofre modificações. As nossas estratégias que adotávamos há 15, 20, 30 anos atrás elas surtiram alguns efeitos, porém, a gente tem pleno entendimento que há necessidade de uma compreensão, um aprofundamento de como esse mecanismo se dá.

E, portanto, é importante que a gente saiba como lidar, de uma forma inovadora, criativa, e esse momento que está se criando é um momento extremamente novo para nós. De 10, 15 anos atrás jamais estaríamos aqui, jamais teríamos audiências públicas, esse espaço é um espaço que, para grande maioria do povo negro brasileiro, era algo inacessível. Não poderíamos andar aqui com nossos trejeitos, as nossas formas coloridas e as nossas formas de dizer como a gente sofre e pensa que deve ser a sociedade que a gente quer viver. Então, realmente isso é fruto de conquista. Não é o suficiente, não é ela na integridade do que nós merecemos e que temos direito, porém, é algo que a gente não pode deixar de reconhecer, que é fruto dessas militâncias. E vocês têm o compromisso da continuidade, e avançar e, conseqüentemente, com esse aparato que já foi construído, mas que exige que tenhamos coragem e que esse dia 21 reforce não só a nossa coragem de luta, mas o nosso espírito, que os orixás nos dêem essa força, para que a gente continue lutando, conquistando maior espaço, porque é um direito que a nossa população negra tem nesse País. E para que, de fato, a gente possa ter uma sociedade que diga que aqui negros, índios, brancos, mulheres, possam ser tratados... Portadores de necessidades especiais... Quer dizer, todas as especificidades possam ser tratadas de forma igual, garantindo as suas diferenças, as suas especificidades.

Eu agradeço, mais uma vez, em nome do Senador Paulo Paim, pelo convite e realmente nos colocamos, não como parceiros, como eu tinha dito anteriormente, mas colocam-nos do lado dessa luta e queiramos nós que a gente possa estar, como disse aqui o Advogado Renato Ferreira, possamos estar novamente aqui, aí sim, festejando, comemorando a vitória na aprovação da lei de cotas nas universidades. Muito obrigada. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Como último expositor a fazer uso da palavra, passamos, de imediato, a palavra para o Frei David, da EDUCAFRO.

SR. DAVI DOS SANTOS – Bem, a minha mensagem final é dirigida aos Deputados e Senadores. Dizer que confiamos em vocês. Esse povo todo está aqui, fizeram viagens longas, viajaram a noite toda para estar aqui hoje, e estamos esperançosos nos Senadores, em abrirem seus corações para entender essa questão e entender nossa reivindicação. Quanto aos Deputados Federais, temos a informação, que chegou aqui agora, que, possivelmente, às 14h de hoje o requerimento, do PFL e PSDB, para debater o projeto de cotas, será colocado em votação hoje às 14h

Bom, devem ter outros assuntos na frente. Então a gente faz um apelo a todos os líderes, porque na semana passada tivemos aqui em Brasília e houve reunião das lideranças de todos os partidos e, naquela reunião, eles se comprometeram a fazer esse debate nessa semana. Se comprometeram. Portanto, lembrar a vocês que, caso a audiência de hoje, 14h, não for colocado em pauta esse projeto, prevejo como impossível não colocar amanhã, também às 14h. E, com certeza, todos nós militantes estaremos no Plenário fazendo e aplaudindo os Deputados que entendem o povo nessa causa.

Então, a minha mensagem final é para vocês, confiamos em vocês, porque vocês vão rever essa questão, e dizer que o filme final aí de seis minutos, eu sei que temos problema de horário, vocês, portanto, têm até que inclusive que estar no almoço até as 14h em ponto, não podem ficar no filme, mas quem puder ficar, está aí o filme para a gente ver, que é um resumo de como a BBC de Londres entende a exclusão do negro no Brasil. Deputado, obrigado pela atenção. Senador. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Olha, eu vou propor que a gente, para o encerramento, passe o filme, que dá uma mensagem dessa luta de todos vocês. Mas antes, só agradecer a todos vocês que estão no Plenário, tanto aqui como na sala ao lado, onde está um talão, não vou citar um por um aqui da Mesa. Cumprimento toda a Mesa, a exposição de todos foi brilhante. Mas quero dizer também, Renato, que a homenagem que você me fez com aquele cartão falando das nossas, e não minha, das nossas lutas contra qualquer tipo de discriminação, e aqui na audiência de hoje, a questão específica da comunidade

negra mexe muito com a gente. E pode ter certeza que você, com esse pequeno gesto, moveu muito... Todo o meu gabinete. E lá do meu gabinete, lá do Rio Grande do Sul, chegaram inúmeros e-mails agradecendo a vocês por esse grande momento. Muito obrigado. A audiência não está encerrada, porque vamos encerrar ela passando o filme. Uma salva de palmas a todos vocês que estiveram conosco aqui.

(palmas)

(exibição de filme)

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Assim, com esse filme que nos trouxe o Frei David, mostrando a realidade da nosso luta, a gente encerra a Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos desse dia 21 de março, que é o Dia Internacional pela eliminação da discriminação racial, e aqui debatemos as ações afirmativas. Queira Deus que a gente possa nos encontrar num amanhã, mas num amanhã mesmo, já podendo dizer que o Projeto 73, que garante a política de cotas às universidades, foi aprovado, e também o Estatuto da Igualdade Racial. Agora depende da Câmara dos Deputados. Aqui no Senado, a gente garante que ambos serão aprovados. Muito obrigado. Está encerrada a Sessão. (palmas)

Sessão encerrada às 13h34.

Ata da 7ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para 22 de março de 2006, quarta-feira, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões Nº 6, Ala Senador Nilo Coelho.

Às 10 horas e 45 minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e seis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Cristovam Buarque,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **Romeu Tuma, Juvêncio da Fonseca, Maguito Vilela, Flávio Arns, Marcelo Crivella, Paulo Paim, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Álvaro Dias, Flexa Ribeiro, Mão Santa e Aelton Freitas**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pautA – **Item Único** – Requerimento – CDH nº09, de 2006, aprovado em 08/03/06, e Requerimento – CAS nº 05, de 2006, aprovado em 16/03/06. Com a presença dos seguintes convidados; **Jarbas Barbosa da Silva Júnior**, Secretário de Vigilância em Saúde, representando José Saraiva Felipe, Ministro de Estado da Saúde e **Paula Montagner**, Coordenadora do Observatório de Mercado de Trabalho representando o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que discorrem a respeito da estratégia preventiva da União para proteger o território brasileiro da "gripe aviária". A Presidência coloca em discussão e votação dois itens extrapautA – Item nº 01 – Requerimento nº 13, de 2006 – CDH, para a realização de audiência Pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Assuntos Sociais, conforme Requerimento nº19, de 2006 – CAE, aprovado em 21/03/06, na CAE e com concordância da CAS, com vistas a tratar das questões atinentes a "gripe aviária", como desdobramento na mortalidade e "pandemia" mundial, bem como seus reflexos no agravamento da questão socioeconômica mundial e especificamente no Brasil. Com formulação de convites aos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Autores: Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim. ResultadO – Aprovado. Item nº 02 – Requerimento nº 14, de 2006 – CDH, para a realização de audiência Pública em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, em concordância com o Requerimento nº 06, de 2006 – CAS, aprovado em 16/03/06, com vistas a promover amplo debate a respeito da "gripe aviária" e suas prováveis conseqüências para o Brasil, com formulação de convites as seguintes autoridades: **José Agenor Álvares da Silva**, Secretário Executivo do Ministério da Saúde (MS) e Coordenador Interministerial "Pandemia da Influenza"; **Jamil Gomes de Souza**, Diretor do Departamento de Saúde Animal, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); **Ricardo Gonçalves**, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos (ABEF); Paulo Marchiori Buss, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz e Membro Titular da Academia Nacional de Medicina. Autores: Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim. Resultado – Aprovado. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Fátima Cleide, Patrícia Saboya. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Declaro aberta a 7ª Reunião da

Comissão Permanente de Direitos Humanos da Legislação Participativa 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Se os Senadores aprovam permaneçam como estão. Aprovada. Passamos à apreciação da pauta. Em primeiro lugar, eu quero lembrar que essa Sessão de hoje é para fazer uma Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, sobre o risco que nós estamos vivendo relacionado à gripe aviária. Eu creio que essa Comissão aprova que seja conjunta. Há uma outra proposta também de uma Sessão conjunta da nossa Comissão com a CAS, outra vez e com a Comissão da CAE. Os Senadores estão de acordo. Nós comunicaremos o nosso interesse. Eu convido, então, para vir à Mesa o Dr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior, que é Secretário de Vigilância e Saúde, representando o Ministro da Saúde, José Saraiva Felipe. E convido a senhora Coordenadora do Observatório do Mercado de Trabalho Dra. Paula Montanher, representante do Ministro do Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

Eu quero dizer aos senhores representantes dos Ministros que essa Sessão foi convocada tendo em vista uma preocupação de toda a sociedade brasileira extremamente forte. Eu diria de toda a sociedade planetária hoje, em relação ao risco da gripe aviária chegar no Brasil e também se espalha contaminando pessoas humanas. Nós convocamos para saber que medidas o Governo está tomando na estratégia de impedir que isso aconteça e se isso acontecer que medidas estão previstas para proteger o mercado de trabalho, para proteger a saúde da população.

Eu passo a palavra inicialmente ao Dr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior com o tempo de 30 minutos.

SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA – Bom dia. Eu queria em primeiro lugar parabenizar as duas Comissões e particularmente os Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque. (Corte de áudio 2:57:09) Esse é um tema efetivamente que vem mobilizando a atenção global, como disse o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque. E eu creio que quanto mais a gente puder estar ampliando o debate sobre ele, o Brasil estará fazendo uma melhor preparação para esse evento. Eu gostaria de justificar o Ministro Saraiva Felipe não pôde atender, mas dentro do Ministério da Saúde é minha área responsável pela área de vigilância, prevenção e controle de doenças. Então, eu espero poder representá-lo bem aqui nessa reunião.

Eu gostaria de pedir licença. Eu vou passar uma apresentação curta, mas eu creio que é importante para que a gente possa, vamos dizer assim, ter uma idéia mais ampla do que nós estamos falando.

Pode passar. Quando nós falamos de influenza ou gripe, nós estamos falando de três situações distintas que têm sido tratadas, inclusive, equivocadamente por alguns órgãos de imprensa como se fosse a mesma coisa. Então, quando falam: "A gripe aviária chegou na Europa". As pessoas as vezes pensam que tem gente adoecendo e morrendo na Europa. O que absolutamente não é verdade. Ou confundem a influenza sazonal com a pandemia. Então eu vou tratar os três separadamente, porque são fenômenos relacionados. Mas que têm impacto social, econômico e sanitário completamente diferentes.

Primeiro lugar a gente tem influenza sazonal, que é um problema permanente, da gripe ou influenza, talvez seja uma das doenças mais comuns no mundo. Ela tem uma dispersão global, mas tem uma incidência mais forte e mais grave principalmente nos países que têm inverno mais marcado e que por isso as pessoas ficam mais confinadas uma grande parte do tempo e a transmissão respiratória como é a caso do vírus influenza, se dá de uma maneira mais facilitada. A Organização Mundial de Saúde estima que a chamada influenza sazonal, essa que a gente tem todos os anos, produza entre 250 mil a 500 mil mortes por ano. Quando o inverno é mais rigoroso ou quando as cepas circulando são mais agressivas, a gente pode chegar a ter 500 mil mortes por ano, principalmente de complicações relacionadas com a influenza, as pneumonias bacterianas e outros problemas. Nós temos um segundo problema que é a gripe aviária, esse é um problema atua, presente, não é um problema de futuro. Nós temos... É uma gripe de aves, como o próprio nome diz, nós temos nas gripes aviárias, a gente tem gripes que podem ser produzidas por subtipos pouco patogênicos ou de baixa patogenicidade e vírus que podem ser considerados de alta patogenicidade.

Os vírus de alta patogenicidade que são conhecidos e acontecem surtos outros, esse não é o primeiro. O que chama atenção nesse foi a dispersão, o H5N1 é um subtipo considerado de alta patogenicidade, ele infecta rapidamente aves, ele mata muitas aves e ele tem uma história. Ele surgiu no mundo em 1997, num surto em Hong Kong. Esse surto foi controlado. Mas ele ressurgiu em 2003, e desde esse seu ressurgimento até agora, não tem sido possível principalmente nos países da Ásia, tomar medidas capazes de conter e impedir a circulação.

Tem um outro dado. É que além dele ter uma capacidade muito rápida de se espalhar entre aves, ele demonstrou a capacidade mesmo que eventual e rara de acometer pessoas humanas. Eu digo eventual e rara, porque enquanto a gente tem mais de 200 milhões de aves que morreram ou em decorrência da

infecção ou em decorrência das medidas para conter a infecção, nós temos ainda uma quantidade relativamente pequena se comparado com esses 200 milhões de casos em humanos.

Então, o problema da contração em humanos é eventual, é raro, e se deu exclusivamente em pessoas que tinham contato direto com a ave ou com excrementos ou secreções da ave, que são muito ricos em vírus, por exemplo, as fezes das aves são uma das principais vias de eliminação de vírus e em países da Ásia quando a gente tem a convivência de aves com seres humanos dentro da casa, não é criando no quintal como o nosso, no meio rural ainda é freqüente, lá é criado dentro da casa, como aqui a gente cria gato ou cão e aquelas fezes eliminando vírus, elas ao ressecarem e produzir a poeira, aquela poeira em suspensão pode ter partículas virais que as pessoas ao respirar podem se contaminar. Por isso a gente tem dentre esses pouco menos de 200 casos de pessoas que se contaminaram de 2003, até agora, desculpem, principalmente crianças, porque estão ali dentro de casa, próximo do solo, próximo do excremento, brincando com aves e etc. Ou pessoas que trabalhavam diretamente com fazendas de aves ou no abate de aves. Então, é um problema por enquanto ainda que tem essa situação.

Nós temos um terceiro problema, que é um problema futuro, que é a questão da pandemia de influenza. A pandemia ocorrerá quando? A pandemia conceitualmente é uma epidemia global. A pandemia acontece, uma pandemia de influenza acontece, quando a gente tem um novo subtipo do vírus da influenza, o vírus da influenza ele muda muito, ele tem três tipos e dezenas de subtipos. E quando acontece de nós termos um subtipo novo, às pessoas, para o ser humano aquele subtipo é completamente desconhecido, ou seja, ninguém tem nenhum anticorpo contra aquele subtipo. Isso faz com que ele se espalhe rapidamente e com isso propicia esse quadro que a gente chama de pandemia.

Qual é o problema que nós temos atualmente? O vírus demonstrou capacidade mesmo que eventual de passar da ave para o ser humano. Se esse vírus aprender a passar de uma pessoa para outra, a gente pode ter um quadro de pandemia. Ele tem dois caminhos para fazer esse aprendizado, olhando para as pandemias passadas. Ele pode ao infectar um ser humano, ele trocar material genético com o vírus da influenza humana se essa pessoa estiver infectada também com o vírus da influenza humana e dai nascer um outro vírus, vamos dizer assim, capaz de se espalhar rapidamente ou ele pode por uma mutação dele mesmo é mais raro mais pode acontecer, ele fazer um aprendizado de passar a ser transmissível de uma pessoa para outra. Então nós temos esses três problemas e a inter-relação entre eles é importante que a gente analise. A gripe aviária a gente tem essa situação atual. Nós temos surtos de influenza aviária por esse subtipo que eu falei, o H5N1 em plantéis de aves de países da Ásia, da África e da Europa. Na Europa, a Turquia somente. E detecção em aves selvagens, nós temos também já na África e aves selvagens na Europa Ocidental.

Surtos de influenza aviária contaminando o rebanho não são eventos raros de acontecer. Aqui mesmo no continente americano nos últimos 15 anos nós tivemos dois surtos de vírus de alta patogenicidade, não era o H5N1, era um outro, os H7, nos Estados Unidos e Canadá que foram contidos rapidamente. Tivemos na própria Europa Ocidental, na Holanda em 2003, um surto que causou a morte de um veterinário e por isso chamou atenção, teve cerca de 70 casos humanos, apenas uma morte, mas foi contido em três semanas, porque em três semanas a Holanda eliminou mais de três milhões e meio de aves e com isso conseguiu conter rapidamente o vírus. Qual é o problema que nós temos hoje? O problema que em países da Ásia e da África há uma carência de recursos e de infra-estrutura tal que a medida fundamental para eliminar e conter um caso de gripe aviária é fazer a eliminação o mais rápido possível de aves num raio de três quilômetros e manter sob vigilância constante todas as aves num raio de dez quilômetros. Essa é a medida que é preconizada. Para fazer isso na Alemanha ou na França isso tem um impacto. Para convencer um fazendeiro pobre do interior da Turquia, ou da China, ou da Indonésia, de que ele tem que abater todas as aves, o impacto é outro, ou seja, a gente vive particularmente uma situação de risco global pela falta de infra-estrutura, pela falta de solidariedade global a que países pobres que tiveram esse acometimento, não tem ainda condições de realizar contensão.

Qual é o problema que isso causa? Quanto mais tempo esse vírus continua a circular entre aves, aumenta a chance que num desses acidentes que ele infecta uma pessoa, ele encontre uma pessoa infectada também com vírus da influenza humana e aconteça esse evento de haver troca genética e se criar um outro vírus que consiga se transmitir. Segundo lugar que essa gripe aviária ela tem um impacto econômico e social muito grande, porque como ela mata muitas aves e ela exige que se mate muitas aves para poder conter. Então como a carne do frango é a proteína animal de mais baixo custo, que a gente tem, além de ser muito saudável, na verdade a gente está tendo um encargo econômico e social muito forte sobre os países da Ásia e da África que são acometidos e uma perspec-

tiva, inclusive, de haver até problemas posteriores de nutrição, de se agravarem problemas de nutrição, caso persista esse caso atual. A transmissão para humanos como eu falei continua eventual e não há evidência de transmissão de uma pessoa para outra. Ou seja, nós não temos até hoje nesses casos detectados nenhum caso em que foi comprovado que havia possibilidade de transmissão entre seres humanos.

Uma outra coisa que é importante esclarecer é que a alimentação, pelo menos a alimentação normal com aves, também não é capaz de transmitir. Eu digo alimentação normal a mais comum, a ave cozida, frita, assada, porque basta uma temperatura de 60 graus centígrados para inativar o vírus. Logicamente que pessoas ou comunidades que possam ter o hábito de ter contato com sangue de aves ou se alimentar de aves cruas, pode ter um risco de ter uma contaminação o que é comprovado até por aquele gato lá na Alemanha, que comendo carcaça se contaminou. Ou seja, a ingestão de ave crua ou secreção de aves, excrementos, etc. Pode eventualmente transmitir. Mas alimentação normal não tem qualquer risco, nunca houve um caso identificado como sendo de transmissão pela alimentação com alimento cozido. Ou seja, não há qualquer sentido de temores da população brasileira, por exemplo, em relação à alimentação com ave. Não há risco de se comer ave hoje nem na China, nem na Indonésia, nem na Tailândia se ela for comida de maneira apropriada. Que dirá no Brasil que não tem nenhum caso de gripe aviária no nosso rebanho.

Um quarto ponto é a necessidade de um fortalecimento da vigilância sobre a saúde animal e mecanismos de contensão. Isso é importante, porque diante da possibilidade de acontecer um caso de ave contaminada, seja ave selvagem ou uma ave do rebanho, o grande problema vai ser se conhecer precocemente, para se fazer a contenção. Não há medida capaz de impedir que num dia incerto, que nós não sabemos quando vai ocorrer, ou se vai ocorrer, chegue uma ave migratória no Brasil. Isso é impossível de prever. Mas as medidas são conhecidas. Não são medidas de tecnologia particularmente complicadas. São medidas que num país como o Brasil, tem condições de aplicar se o conhecimento é precoce que é fazer a eliminação das aves num raio de 3 quilômetros e vigilância sobre aves num raio de 10, para evitar que haja contaminação do nosso rebanho. Essa é a principal questão.

As medidas já adotadas no Brasil foram restrições maiores à importação de material avícola. O Brasil ele não importa comumente aves. O Brasil, ao contrário, é um grande exportador de aves, mas o Brasil importa um material destinado a fazer o aperfeiçoamento genético do rebanho. Desde o ano passado essa importação está ainda mais restrita somente a países que não tem nenhum caso de gripe aviária, mesmo que seja detectada em aves selvagens, quer dizer... Nunca houve também caso de transmissão do H5N1 para outros países, por essa via. Não há nenhum país que importou a ave pelo mecanismo de importação regular de aves. Mas mesmo assim foram tomadas essas medidas e tem um plano de preparação no Ministério da Agricultura, no mapa, que já foi, inclusive, divulgado publicamente que visa exatamente aplicar essas medidas de contensão conhecidas, para eventualidade da detecção no Brasil.

Pode passar o próximo. Aqui a gente tem só para ilustrar. O H5N1 está aí em dourado, em verde são as células do substrato, ele é um dos subtipos o tipo A da influenza, quer dizer, é um tipo comum em aves, a gente tem... Cada vírus da influenza geralmente ele tem uma família que se dirige infectando aves, outra que infecta seres humanos, outra que infecta porcos e outros animais. De vez em quando a gente tem esse processo de saltar a barreira biológica e um subtipo que era comumente encontrado só em aves, pula e ou infecta porco ou infecta o ser humano, como é o caso do H5N1 que diretamente passou a infectar seres humanos.

Pode passar. A gripe aviária, a gente só trouxe esse mapa que está bastante atualizado, esse mapa traz todos os países que foram acometidos desde janeiro de 2006, para cá. Em amarelo estão os países que não têm o seu rebanho contaminado, então não tem foco de gripe aviária, que são os países da Europa Ocidental, particularmente. Eles detectaram em aves selvagens, mas não tem contaminação no rebanho. Em vermelho estão os países que têm o rebanho contaminado. Eu chamo atenção só que no mapa seguinte o Japão lá no canto direito do mapa, que agora está sem caso. E no centro da Europa, o Norte da Ásia, centro da Europa...

Pode passar. Que no próximo mapa quando a gente vê desde 2003, estava em vermelho, ou seja, tinha um rebanho contaminado. Por que eu trago esse mapa? Porque não é inevitável que ela seja controlável, países que tem recurso e que estão aplicando as medidas adequadas controlam e eliminam os focos de gripe aviária. O nosso problema é essa superposição entre pobreza extrema, condições de dificuldade de infra-estrutura de alguns países, para adotar as medidas adequadas.

Pode passar. Aqui a gente traz o mapa, esse mapa tem as rotas de aves migratórias, aves selvagens elas geralmente não conseguem voar durante centenas, centenas de quilômetros elas conseguem, elas não conseguem viajar geralmente sem parada milhares

de quilômetros. Por isso não é comum que haja rotas de aves migratórias que sobrevoam grandes faixas de oceano, geralmente elas fazem procurando terras contíguas. Tanto o fluxo principal nosso de ave migratória, como está ali em vermelho, preto, verde é o percurso Norte e Sul, seja pela via atlântica, seja pela via andina, nós temos um fluxo importante de aves migratória com o Norte do continente norte-americano, ou seja, o Norte dos Estados Unidos e o Canadá. Se a gente tivesse hoje focos de aves com H5N1 naqueles países, a gente estaria, portanto, numa situação muito mais preocupante do que o atual. Porque o fluxo que nós temos com o Canadá e Estados Unidos é um fluxo importante e continuado. Todos os anos milhares de aves vêem para o Brasil, voltam para os Estados Unidos e Canadá em seguida. Mas apesar de não termos rotas, vamos dizer assim, principais e constantes nem da Ásia, nem da Europa, no processo de monitoramento que nós fazemos em parceria com o Ministério da Agricultura e com o IBAMA, nós identificamos nos locais de invernada de aves, aves que se desgarraram da sua rota principal e que vieram para o Brasil. Originárias da Costa Atlântica da África e da Europa principalmente da Ilha da Madeira ou da Península Ibérica. Nunca foi detectado, mas pode ocorrer de uma ave que conseguir vir do centro da Europa para cá. Isso não quer dizer que a gente esteja imune, infelizmente nesse caso nós não podemos dar certeza nem para o mal e nem para o bem. Eu desconheço qualquer evidência técnica que diga a data em que vai chegar uma ave migratória no Brasil. Logicamente que como o ano só tem 12 meses, quem dá um palpite tem 1,12 avos de chance de acertar. Mas eu conversei com ornitólogos e com o Centro Brasileiro de Aves Migratórias é impossível fazer essa previsão.

Por isso a gente tem que estar preparado hoje, tem que estar preparado hoje. Se chega uma ave migratória no Brasil, para a gente contextualizar bem o problema. Isso não será nenhum risco à saúde público, isso será um risco inicialmente ao nosso rebanho. E por isso que a medida principal aí será tomada pelas Secretarias Estaduais de Agricultura junto com o Ministério da Agricultura, ou seja, fazendo a contensão das aves. É muito improvável, a gente não pode falar impossível, mas é muito improvável e os casos da Europa estão demonstrando, não tem nenhum caso de ser humano na Europa, que a partir da detecção de algumas aves selvagens haja contaminação de pessoas, até porque o número de pessoas que entram em contato com aquela ave é mínimo. Reforçando o que a gente tem que fazer aí é uma detecção precoce e uma medida de contenção.

Pode passar o próximo. Aqui a gente tem um mapa que a OZAID(F) preparou sobre os riscos. Na região das Américas o Brasil, inclusive, é considerado de menor risco, quando comparado aos outros continentes. Tem uma lógica nisso. Primeiro, quais foram as grandes maneiras onde a gripe aviária está se propagando no mundo? Foram duas principalmente, ou por quantidade de território, países na Ásia que compartilham fronteiras fazem mercado de aves nas fronteiras. Então, sai lá um caminhão cheio de aves da Turquia para outro país, da China para Indonésia etc. E com isso se levou o vírus da Ásia por contigüidade de fronteira. Como nós não temos nenhum foco de gripe aviária nas Américas hoje é impossível a gente ter contaminação por essa via, que foi a via mais freqüente.

A outra via, a que chega agora na Europa é a via pelas aves selvagens. Como nós não temos fluxo importante de aves selvagens de área contaminada para cá, também a gente tem uma situação de relativo baixo risco, mas eu faço questão de enfatizar que isso não significa que nós não temos risco, baixo risco não significa risco nenhum. É só uma estimativa de probabilidade que a gente está fazendo e não significa que a gente esteja imune, não, nós não estamos, nenhum país do mundo está. E a gente pode por uma eventualidade, uma ave dessa que desgarra e ser detectado no continente Americano. O que nós esperamos é que isso ocorrendo não só o Brasil, porque no caso aí a preparação nacional é importante, mas ela é importante dentro também de um contexto de preparação global e particularmente dos países do continente, ou seja, se a gente tem capacidade de detectar rápido e conter, o continente inteiro fica protegido ou fica em risco se a gente não conseguir fazer essa detecção.

Pode passar o próximo. Bom, aqui tem o dado mais atualizado aí da Organização Mundial de Saúde, a gente tem 184 casos até o momento de gripe aviária em pessoas humanas, todos eles são casos graves, porque na verdade não é ainda uma doença humana. A pandemia sim, essa será uma doença humana, mas a gripe aviária é uma doença de animais e toda vez que um ser humano se contamina com a doença animal é um quadro grave, tanto que a gente tem aí uma letalidade de mais de 50%. Isso não significa de maneira nenhuma, que se houver a pandemia que a gente vai ter essa letalidade dentro de uma pandemia. A pandemia que mais impacto causou sobre a mortalidade, que foi a gripe Espanhola tem uma letalidade estimada em 2%. E a gente tem... Eu faço esse alerta, porque são quadros diferentes que a gente vai tratar.

Pode passar o próximo. Aí é só para ilustrar o mapa que vem a informação que a gente já estava falando, a China, a Tailândia, o Vietnã aparecem como

os países com maior número de casos e de mortes. Mas nós temos casos lá na Turquia e casos já detectados também no Iraque.

Pode passar. Pode passar. É o mesmo mapa. Bom mudando agora de capítulo, entrando na influenza sazonal, essa que acontece aí todos os anos e que é um problema. A grande medida para reduzir o impacto da influenza sazonal é fazer vacinação, principalmente dos grupos mais vulneráveis às complicações da influenza que são as pessoas acima, no mundo inteiro acima de 65 anos. Essa é a recomendação. Aqui no Brasil quando a nossa lei do idoso fixou na idade de 60 anos, o Ministério da Saúde resolveu seguir essa... Para que a gente fale a mesma linguagem no país e adotamos desde 99, a vacinação a partir dos 60 anos. Essa vacinação é gratuita, é precedida de uma campanha de mobilização, publicitária, o que faz com que o Brasil tenha, por exemplo, alcançado esse ano 86% de cobertura vacinal nessa faixa etária. Sem, assim, sem ufanismo, mas é uma das maiores coberturas vacinais do mundo nessa área.

A Organização Mundial de Saúde no ano passado, em novembro, numa reunião sobre a influenza, recomendou que os países desenvolvidos que oferecem a vacina, procurassem alcançar pelo menos 75% de cobertura vacinal, de maneira a proteger mais a população idosa. E logicamente se o vírus da pandemia tiver numa similaridade com as cepas que a gente usa na vacina do dia-a-dia, todos os anos, a gente pode ter alguma proteção cruzada, ou seja, alguma maneira poderia beneficiar. Isso não é um dado certo, mas poderia. Nós já alcançamos 86%. A vacina de influenza, infelizmente, ela é específica para cada subtipo, então nós não temos ainda uma vacina que protegesse contra todos os subtipos de influenza. Nessa vacina da influenza sazonal a gente coloca os três subtipos que mais circularam no Brasil no ano anterior, de maneira a procurar fazer com a vacina tenha o balanço mais adequado e proteja mais a população. Bom, já estamos preparando aí a campanha brasileira de vacinação de 2006, que vai acontecer no mês de abril. A gente faz em abril, porque como a gente leva dois meses para ter o pico do benefício da vacina, as pessoas chegam na nossa época de transmissão da influenza sazonal que é entre junho e agosto com o máximo de proteção auferida pela vacina.

Uma outra questão importante é fortalecer a vigilância de influenza. Gripe é muito comum. Então gripe a gente não conta caso a caso. O que a gente faz com gripe é fazer uma vigilância em unidades sentinelas, que numa amostras das pessoas que apresentam quadro de síndrome gripal é colhido o material e esse material é enviado para identificação viral nos laboratórios. Isso faz, tem dois benefícios. O primeiro é que a gente passa a ter segurança de que na vacina para o hemisfério Sul, que é a vacina que a gente usa no Brasil, os subtipos que circulam no Brasil tem um peso importante. Antigamente a vacina que era recomenda para o hemisfério Sul, era formada basicamente pelas três cepas ou subtipos que mais circulavam na Austrália. Atualmente o Brasil já fornece uma quantidade grande de isolamentos virais para que a OMS tenha uma formulação mais equilibrada do hemisfério Sul. Nós temos 46 unidades sentinelas em 21 Estados que fazem essa captação. No ano passado 254.410 pessoas passaram nessa rede e tinham síndrome gripal e uma amostra delas foi colhido material para fazer isolamento viral. Um outro benefício é que havendo um caso de um surto de influenza mais grave, principalmente em ambiente fechado, em quartel, em creche, em asilo, em escolas a gente tenha condições de rapidamente identificar qual é o subtipo circulante e identificar se é algo inusitado, algo não previsto.

Pode passar. Bom, entrando agora no último capítulo aí que é a pandemia. A pandemia ocorrerá quando e se o vírus aprender a se transmitir de pessoa para pessoa, como eu falei por um daqueles dois mecanismos. Ou ele vai aprender trocando material genético com o vírus da influenza humana e gerando um outro vírus ou ele vai fazer mutações internas que lhe dê a capacidade de ser transmitido de uma pessoa para a outra. A possibilidade de ocorrência é alta, mas é imprevisível quando eu vi uma e pela nossa ansiedade social de termos, números e datas e previsões, eu vi uma única pessoa no mundo arriscar um prognóstico que duraria 18 meses. É uma pessoa, inclusive, que trabalha em laboratório. Eu tenho o maior respeito por laboratório, mas é um profissional absolutamente desqualificado para trabalhar com modelos matemáticos de projeção sobre epidemias, tanto que nem a Organização Mundial de Saúde, nem o CDC Americano, nenhum órgão que trabalhe há décadas com saúde pública e com vigilância se arrisca a referendar qualquer previsão. Infelizmente é incerto se vai ocorrer em 18, em 8, em 3, em 24 ou em 36 meses. Nós não temos condições hoje de prever qual percurso o vírus vai desenvolver e se vai desenvolver para causar a pandemia. É imprevisível também o impacto. O impacto eu trouxe, nós tivemos no século passado três pandemias. A gripe espanhola foi devastadora, estima-se que 500 milhões de pessoas adoeceram, de 20 a 40 milhões de pessoas podem ter morrido, uma estimativa, uma faixa muito grande. Mas mesmo na perspectiva otimista, foi uma situação dramática no mundo, de 20 a 40 milhões de pessoas. Era um mundo diferente do que a gente tem hoje.

Nós estamos falando de um mundo... É a Primeira Guerra, fome, inclusive na Europa, milhões de pessoas migrando e alguns recursos que nós temos hoje relativamente, amplamente disseminados como os antibióticos não existiam ainda naquela época. Então, grande parte das pessoas que morreram na gripe espanhola, morreram em decorrência das pneumonias bacterianas que se sucedem, às vezes, episódios de gripe e naquela época não havia ainda sido descoberto os primeiros antibióticos, que só ocorreram nos anos 40. Nós tivemos uma segunda pandemia que ficou conhecida como a gripe asiática nos anos 50. A gripe asiática estima-se que pode ter matado entre um a dois milhões de pessoas. E tivemos uma última pandemia no século passado que foi a gripe de Hong Kong nos anos 60. Essa estima-se que pode ter matado entre 750 mil pessoas a 1 milhão de pessoas, ou seja, uma pandemia apesar do nome ser um nome que nos impacte, ela tanto pode ser algo devastador e dramático como foi a gripe Espanhola, até um evento que chega muito próximo... (Corte de áudio) É que eu já estou me alongando. Mas eu estou perto de acabar. Ou pode ser algo que tenha um impacto muito parecido... (Corte de áudio) Dentro de um inverno mais rigoroso, por exemplo. Tanto que existem eventos, a chamada gripe russa que até hoje tem debate. Tem gente que foi uma pandemia e tem gente que não foi. E a própria gripe... (Corte de áudio) Por exemplo no caso do Brasil não foi percebida como um problema de saúde pública. Quer dizer, o impacto ele pode ser muito forte ou muito baixo... (Corte de áudio) Também aqui eu repito, é imprevisível. Por isso a gente tem que se preparar para os piores cenários. Mas é diferente da gente ter informações de afirmar seguramente que aquele cenário vai ocorrer.

Pode passar. Nós nos encontramos hoje na fase três, dentro de um sistema que a Organização Mundial de Saúde propõe, que todos os países estão seguindo. A gente está num momento em que em vários casos, já é um caso, vários casos de infecção humana com um novo subtipo viral em algum pais estrangeiro de outro continente. No caso do Brasil é isso que a gente está passando. Então estamos aí acelerando o processo de preparação, mantendo o que se chama de vigilância em alerta para que a gente possa ter tanto de pessoas que vêem desses países, como na questão das aves mais afeta aí ao Ministério da Agricultura.

Pode passar.... (Corte de áudio) De preparação nossa para pandemia de influenza, ele... (Corte de áudio) Em alguns pressupostos, fortalecer a vigilância epidemiológica, por quê? Porque detectar no início ou não faz uma diferença absurda em termos de saúde pública, quer dizer, a SAS que foi a última grande emergência que a gente passou no mundo. Aquele evento ficou conhecido como a pneumonia asiática em 2002, nitidamente o fato de não ter se percebido o início daquele ciclo de transmissão não usual, fez com que a gente tivesse casos no Canadá, nos Estados e em alguns países da Europa. Se a gente perceber a fagulha, a gente consegue conter com os recursos que a gente tem hoje, a gente consegue conter no início. Se a gente só perceber quando tiver um incêndio configurado, aí o mundo todo terá muito mais dificuldade.

Uma segunda questão é o provimento de insumo estratégico, que eu vou falar de vacinas e antivirais. Também a previsão de necessidade na área assistencial, então, os modelos matemáticos estão sendo usados para que a gente possa ter a previsão de quantos leitos serão necessários, UTI, medicamento e etc. O planejamento da comunicação social e a previsão de medidas de contensão que podem ser necessárias, suspender aula numa escola se for necessário, impedir comércio de ave entre Estados se tiver um caso de gripe aviária, tanto no caso da gripe aviária como na pandemia, medidas de contensão tem se mostrado extremamente eficazes quando são adequadamente adotados.

Pode passar. Eu acho que voltou. Aí. Não, só, muito rapidamente o sistema de vigilância sobre aves migratórias é um processo que a gente vem desenvolvendo desde 2002. Ele na verdade no início se destinava não ao vírus da influenza, particularmente, mas ao vírus de outra doença que tem nos Estados Unidos importada do Egito, provavelmente, a febre do Nilo Ocidental, que pode ser transmitido por aves. Então, a gente vem fazendo inquéritos sorológicos em aves nesses locais de invernada e nos animais do entorno. Até hoje não identificamos nenhum vírus de influenza de alta patogenicidade.

Pode passar. Aí é um centro de informações estratégicas, uma sala de situação que está sendo inaugurada agora no mês de março lá no Ministério da Saúde, que vai permitir um acompanhamento mais, vamos dizer assim, em tempo real e com mais transparência para a sociedade, para a imprensa, para os Parlamentares, Conselho de Saúde para a gente acompanhar não só a influenza, mas em qualquer surto, epidemia, o que está ocorrendo.

Pode passar. E aí a gente tem a capa do nosso plano de influenza, esse plano começou a ser preparado já em dezembro de 2003, quando foi identificada a ressurgência do H5N1, nós tivemos várias sociedades especialistas, virologistas, técnicos de laboratórios, professores, pesquisadores trabalhando no plano, apresentando esse plano no Seminário Internacional em novembro no Rio de Janeiro... (Corte de áudio) Par-

ticipantes, pessoas da OMS, Organização Mundial de Saúde, Organização Pan-americana, do Canadá, dos Estados Unidos, do Chile. Tivemos uma participação em várias reuniões internacionais.

O Presidente da República instituiu em outubro um grupo Executivo Interministerial, onde senta o Ministério da Saúde, Agricultura, Planejamento, Fazenda, Justiça, Relações Exteriores, gabinete de Segurança Institucional, Casa Civil, acho que não esqueci nenhum. Sob coordenação do Ministério da Defesa, Esqueci um fundamental, sob coordenação do Ministério da Saúde. Esse grupo vem trabalhando procurando integrar ações nessas várias áreas. E tivemos uma primeira simulação feita agora no mês de fevereiro, com a idéia de testarmos se os frutos estão funcionando. Então, fizemos primeiro aqui em Brasília no hospital de Referência que é o Hospital Regional da Asa Norte e Hospital Emílio Ribas em São Paulo. A gente fez uma simulação para a situação atual. Nós não temos ainda pandemia ocorrendo no mundo. O que é que pode correr hoje? Ou é chegar uma ave migratória e se chegar o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura vão ter que agir rápido, para conter e impedir a contaminação do rebanho ou chegar uma pessoa que se infectou lá na Ásia e veio para o Brasil. O risco para a saúde pública brasileira nesse momento seria nenhum. Porque não há transmissão de uma pessoa para outra. Seria um evento gravíssimo para a pessoa que está doente. Então, nós fizemos uma simulação se chegando uma pessoa nessa condição, vindo da Turquia ou da China a equipe do hospital estava preparada, sabia o que fazer em termos de biossegurança, sabia que tinha que comunicar rápido e comunicou rápido para o órgão de vigilância epidemiológica, para a gente avisar mesmo sendo pouco provável, não tem transmissão entre pessoas humanas. A gente teria que vigiar todos os contatos daquela pessoa. Então foi feita essa primeira simulação que a gente pretende agora estender a todos os Estados brasileiros, para que a gente vá testando fluxo, processos e ter tudo funcionando na hora em que seja realmente necessário.

Pode passar. O plano tem todos esses capítulos que vai desde a epidemiologia da influenza, as fases, etc. Até o aspecto da legislação brasileira, que a gente está fazendo uma revisão, para verificar se necessitam outras normatizações para medidas, por exemplo, de contensão que venham a ser necessárias.

Pode passar. Tem um conjunto de anexos feito por especialistas, pegando aspectos clínicos para que os médicos saibam como tratar. Recomendações para diagnóstico, para laboratório de biossegurança, com produção de vacina, manejo clínico de paciente.

Pode passar. Recomendações para os hospitais, que hospitais de referência que atendem esses pacientes com infecção por nova cepa de influenza, que são esses casos graves, até ações de vigilâncias em portos, aeroportos e fronteiras, que já estão sendo adotadas. A medida atual preconizada é de alertar passageiros que vão para países que têm foco de gripe aviária, que evitem contato com ave. Essa é a única recomendação. Não é ainda necessário suspender viagem para nenhum país do mundo, desde que a pessoa evite ter esse contato direto com ave, na medida que só nesse caso é detectada a contaminação de pessoas. O Ministério da Agricultura com a ANVISA também estão implantando, eu creio que agora até abril, uma espécie de um raio X, um raio X que nos grandes aeroportos brasileiros que recebem vôos internacionais, possa detectar a presença de material biológico dentro da bagagem de pessoas. Nunca foi detectado transmissão de gripe aviária por essa via. Mas como ela pode ocorrer está se tomando essa medida que vai proteger não só contra ela, mas contra outras possibilidades de importação que possam ameaçar o nosso rebanho.

Pode passar. Bom, a gente já tem algumas atividades em andamento. A extensão e aprimoramento do sistema de vigilância da influenza, incluindo os laboratórios, investimento a produção nacional de vacina. A gente já em 2003, numa iniciativa conjunta, Ministério da Saúde e Governo Estadual de São Paulo, foi feito um investimento de cerca de 50 milhões, 30 milhões do Ministério da Saúde, e 20 milhões do Governo de São Paulo, para instalar uma fábrica de vacinas de gripe no Instituto Butantã. Vai ser a primeira fábrica em país não desenvolvimento, ou seja, é uma vantagem enorme que o Brasil tem nesse caso. Só existem hoje oito produtores de vacina contra influenza no mundo. Todos estão ou nos Estados Unidos, ou na França, ou na Inglaterra.

Quer dizer, todos estão num círculo muito pequeno de países desenvolvidos. A nossa será a primeira feita num país não desenvolvido. Ela está sendo feito com assessoria técnica dos maiores fabricantes de vacinas do mundo, Aventis Pasteur e vai estar totalmente pronta no final desse ano. Os equipamentos instalados e testados até metade de 2007. Ou seja, no 2º semestre de 2007 essa fábrica terá condições de fabricar, pelo menos, 30 milhões de doses de vacina. A fábrica é voltada não é para pandemia. A fábrica é voltada para produção de vacinas contra a influenza. Se ocorrer a pandemia ela fará a vacina contra a pandemia, senão essa fábrica fará a vacina que a gente utiliza no Brasil todos os anos na campanha de vacinação dos idosos. Como ela só estará funcionando para o ano, nós fizemos um repasse de 3 milhões, cerca de 3 milhões de

reais para o Butantã e já está pronta uma unidade piloto em fase de teste, o Instituto Butantã já recebeu desde o final do ano passado, a cepa H5N1 da Organização Mundial de Saúde e nós vamos começar a preparar a vacina. Logicamente que vai ser uma preparação inicial, experimental para aprendermos bem a fabricar a vacina. Essa vacina será testada e estocada num pequeno estoque estratégico. Porque é que é a gente não fabrica milhões de doses contra o H5N1? Porque infelizmente como a vacina é específica para cada subtipo nós não temos nenhuma certeza, ao contrário, a certeza é ao contrário, é que vacinas fabricadas para o H5N1 que está circulando hoje, provavelmente não terão eficácia contra o H5N1 modificado que causará a pandêmica. Essa preparação está em andamento. Não procede uma publicação, uma reportagem sensacionalista que foi feita no Brasil há cerca de duas semanas atrás, que falava que vai ter problema com a CTN-BIO. Não haverá problema nenhum. O Brasil já fabrica uma vacina por engenharia genética, que ele é um misto de desconhecimento e um misto também de sensacionalismo. Há cinco anos que a gente já fabrica no Brasil uma vacina por engenharia genética, que é a vacina contra a hepatite B, que é totalmente feita por engenharia genética. Essa vacina infelizmente ainda não há tecnologia de engenharia genética. A única coisa que foi feita é que como foi feita uma modificação genética na cepa original do H5N1, o Instituto Butantã comunicou a CTN-BIO, mas não há nenhum empecilho administrativo para que o Brasil produza isso. Terceiro, a outra grande medida que está sendo preconizada é o estoque de antiviral. Tem um medicamento que tem uma eficácia. Não é uma eficácia de 100, mas ele tem eficácia contra qualquer subtipo do vírus da influenza, que é um medicamento OSELTAMIVIR. Comercialmente chamado de Tamiflu. O Brasil já adquiriu 9 milhões de tratamentos, que corresponde a cerca de 90 milhões de doses. Esse medicamento já está sendo entregue ao Brasil. Será entregue durante todo o ano de 2006, ele vai ficar estocado no Ministério da Saúde e parte nas Secretarias Estaduais de Saúde para dar velocidade no uso. E ele tem duas utilizações. Ele tanto será usado para tratar as pessoas acometidas, como pode ser usado também para fazer bloqueio. Ou seja, pessoas que tiverem contato com a pessoa contaminada no caso de ocorrer a pandemia, tomando duas doses do Tamiflu nas primeiras 48 horas, a gente tem uma chance grande de que eles não venham adoecer e com isso não transmitam. Então o grande uso do Tamiflu vai ser naquele espaço de tempo que será necessário entre começar a pandemia e iniciar a produção da vacina, a gente vai ter aí uns três, quatro meses até ter a vacina pronta, ou seja, nesse intervalo de tempo o Tamiflu seria extremamente importante para conter a disseminação.

A Organização Mundial de Saúde estima que se a transmissão entre pessoas humanas for detectada nas primeiras três semanas, bastaria de um a 3 milhões de dose de Tamiflu para a gente bloquear, abortar na fonte e impedir que ocorresse a pandemia. Então eu creio que é importante ter os insumos estratégicos e mais importante ainda é ter uma utilização racional desses insumos. As pessoas que comprarem Tamiflu para se protegerem, não tem nenhum papel. Não vai proteger ninguém, ninguém sabe o efeito que o Tamiflu tem a longo prazo, ele pode até fazer mais mal para a pessoa se a pessoa tomar continuado do que no caso da gripe e isso vai aumentar a chance de que o vírus aprenda a sobreviver ao Tamiflu, que é o fenômeno natural da resistência que eles têm. O inquérito viral que eu já fiz referencia.

Pode passar. Eu estou no final mesmo. Capacitação de profissionais nós estamos distribuindo uma parceria como Conselho Federal de Medicina, 200 mil Cds para todos os médicos brasileiros por mala-direta. Esse treinamento já está disponível no site do Ministério da Saúde e a idéia é informar os médicos preventivamente de como agir diante de um caso. Foi feito em parceria com especialistas, sociedade brasileira de infectologia e outros grupos. E a gente tem dentro daquele grupo Executivo Interministerial, vários grupos trabalhando. Um de comando e controle que está procurando fazer a interligação, será feito ainda nesse primeiro semestre das salas de situação da Presidência da República, do Ministério da Defesa, do Ministério da Agricultura, do Ministério da Saúde para caso haja necessidade da gente poder acompanhar em linha, em linha a situação a revisão da legislação que eu já falei, a comunicação que já tem um plano elaborado e discutido com base, base simples, transparência para que a população tenha conhecimento efetivamente do que está ocorrendo sempre, qualquer aprendizado e a gente teve um aprendizado duro no Brasil nos anos 70, quando houve uma tentativa de controlar a divulgação de que estava ocorrendo uma epidemia de meningite meningocócica no Brasil causou um efeito muito pior. As pessoas tiveram além da epidemia de meningite uma epidemia de pânico, então um dos pilares é a transparência.

O outro é só trabalharmos com o que é científico e tecnicamente fundamentado. Previsões sobre... Que não tem base técnica científica sustentável, elas não têm nenhum papel. As pessoas não ficam mais preparadas ou menos preparadas se a gente disser, marcar a data que vai chegar nada. O que a gente tem que trabalhar é como se fosse chegar hoje, ou seja, se

chega uma ave migratória hoje, a agricultura brasileira está preparada para conter rapidamente e evitar o rebanho de ser contaminado? É isso que a gente tem que responder. E aparte de logística que está reunindo permanentemente informações do Ministério.

Então, eu concluí aqui. Eu peço desculpas aí pela extrapolação do tempo. Mas eu tentei falar assim em uma linguagem incompreensível, assim, muito epidemiologês, como a gente fala, para que a gente possa depois ter condições de tirar todas as dúvidas dos senhores Senadores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Quero agradecer ao Dr. Jarbas que apesar do tempo que tomou, trouxe uma certa tranqüilidade para nós e dizer que aqui está o Presidente, também, da Associação. E passo a palavra para ele, porque pelo regimento é o mais velho. Como eu não quero discutir quem é o mais velho, eu passo para você a Presidência. (Risos)

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu agradeço ao Presidente Cristovam Buarque na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, eu assumo interinamente a Presidência, desde quando eu vou ter que me ausentar dessa Sessão para participar de uma outra na Comissão de Justiça, onde está sendo votado nesse instante o nome da Ministra Ellen Grace, para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça e ainda há um projeto no qual eu sou Relator da autoria do nobre Presidente Cristovam Buarque, da maior importância, que se eu não estiver presente, naturalmente, que esta matéria não entrará em votação. Sendo assim antes de me retirar, eu gostaria de aproveitar essa oportunidade para agradecer aos convidados que aqui compareceram. Dr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior e a Coordenadora do Observatório do Mercado de Trabalho, Dra. Paula Montanher. O Dr. Jarbas é o Secretário de Vigilância Sanitária e Saúde, que deu uma palestra realmente importante, aprofundando essa questão da gripe aviária ou a gripe do frango, que preocupa o mundo inteiro e o Brasil que ainda não teve nenhuma incidência desse vírus, felizmente pela forma, pelo relatório aqui apresentado o Ministério da Saúde está devidamente preparado. É bom que isso não aconteça. Que Deus nos ajude que isso não venha acontecer aqui no Brasil. Mas o Ministério da Saúde dentro daquele espírito de previsão que caracteriza, o Ministério de responsabilidade, está se adequando de forma oportuna para a eventualidade deste acontecimento que ocorreu em outras partes do mundo no século passado e agora está ocorrendo na Ásia.

Portanto, eu pediria, Sr. Presidente Cristovam Buarque, que aqui ocupasse o meu lugar o Presidente da Subcomissão de Saúde da Comissão de Assuntos Sociais, o Dr. Papaléo Paes, Médico emérito do Estado do Amapá, que ocupará o meu lugar e, conseqüentemente representará nesta Mesa a Comissão de Assuntos Sociais. Obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu assumo outra vez a Presidência, agradecendo muito a presença do Senador Valadares pedindo que faça um parecer bem favorável ao meu projeto...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Já está favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E convido o Senador Papaléo. Eu quero cumprimentar, sem querer fazer nenhuma distinção dos outros Senadores presentes, dois médicos mais que nós temos... Também?... Três, então. Os três médicos que nós temos presentes. Senador Papaléo. E aproveito para passar a palavra para a Dra. Paula Montanher.

SRA. PAULA MONTANHER – Bom. Bom dia a todos. Eu venho representando o Ministro do Trabalho que não estava podendo estar presente nessa reunião. Mas ele sempre reputa muito importante estar trazendo à vocês alguma sorte de informação, a respeito dos impactos econômicos em especial dos impactos para o emprego que podem ocorrer uma vez que como nos explicou o colega da saúde, talvez a gente seja mais feliz em controlar os impactos de saúde que propriamente os impactos econômicos num primeiro momento. O Ministério do Trabalho ainda não desenvolveu nenhuma ação específica para essa questão. Então a minha preocupação é trazer algum conjunto de informação para que vocês tenham uma idéia de como é estruturada, como são estruturadas as empresas brasileiras que atuam na criação de aves e no abate de aves. Elas estão longe de ser empresas pouco estruturadas, elas são empresas de grande porte, tanto pelo volume de recursos aportados, pela logística que elas foram obrigadas a desenvolver uma vez que nós somos grandes exportadores desse produto. Pela logística nacional de distribuição, uma vez que seguramente a carne de frango é uma das fontes de proteína mais importantes da Cesta Básica brasileira hoje em dia. E nos pareceu que seria, pelo menos, importante que as pessoas tivessem algumas noções que a contribuição que o Ministério do Trabalho pode trazer nesse momento.

Eu não trouxe uma apresentação muito grande, mas eu acho que tem alguns grandes números que podem ser objeto de memória de vocês, para vocês terem um parâmetro. No ano de 2005, a gente deve ter, a gente tem informações estatísticas bem organizadas considerando não apenas o lado formal da economia, mas também o lado informal para 2004. Mas considerado o lado formal da geração de emprego onde vão estar a maioria das empresas de maior porte, nós vamos estar falando de aproximadamente 40 mil postos de trabalho, 82 mil em empresas associadas à criação, ao criatório de frangos, galinhas e pintinhos e 150 mil trabalhadores no abate de aves, principalmente uma vez que agrega-se além do abate de aves, abate de animais de pequeno porte nesta categoria. Para vocês terem uma idéia da importância que isso tem isso é mais ou menos 1% do total de empregados com carteira de trabalho assinada nesse país, que a gente consegue registrar por qualquer um dos indicadores. Seja as pesquisas domiciliares, sejam os dados administrativos que as empresas enviam ao Ministério do Trabalho via RAIS e via CAGED.

Agora, quanto ao impacto do emprego e desemprego, eu gostaria de lembrar a vocês que esse segmento, apesar de ser um segmento que tem no caso das empresas de criação de aves, número médio de trabalhadores da ordem de 775 empregados e os abatedouros que tem uma média de 1300 empregados, 40% desses trabalhadores mudam de emprego a cada ano. Então, há uma rotatividade de mão-de-obra muito importante que torna muito complicado que a gente avalie exatamente o impacto de desemprego que a gente pode ter. Por quê? Porque você vai estar lidando permanentemente a cada ano com uma variação que é expressiva, que é da ordem de 40 mil pessoas que mudam de emprego nesses setores. Então, há uma dificuldade de avaliar um impacto imediato.

Uma das coisas que nos preocupou quando nós fomos olhar esses dados é que os impactos não são idênticos no total do país. Eles são diferenciados uma vez que nós temos uma predominância tanto das empresas que criam as aves quanto dos abatedouros na região Sul e no Centro-Oeste. O que me deixou muito preocupada com aquele mapinha de aves migratórias, mas o colega me deixou muito mais tranqüila. Porque a gente tem, inclusive, um centro epidemiológico ali que pode rapidamente captar essas informações. Para vocês terem uma idéia, nós vamos ter os maiores produtores de carne em Santa Catarina, no Paraná, no Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Norte. Mas temos também uma criação muito importante, embora o abate não apareça como muito importante em Pernambuco, Alagoas, Roraima e Amazonas. Então, são setores todos que têm, são Estados todos que têm empresas de grande porte com pelo menos mil empregados. Não é um número desprezível, vocês que estão acostumados a lidar com a importância que tem as pequenas e médias empresas, a gente está acostumado a pensar no nosso país na maioria dos setores como tendo uma média de trabalhadores muito mais baixa.

Esse setor, tanto o de criação quanto o de abate, no Paraná, em Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, no Rio Grande do Sul, a média de empregadas é de 2000 empregados por estabelecimento. Então esta rotatividade não é desprezível, nós estamos lidando com grandes empresas. Agora nós temos duas vantagens, eu acho que é muito mais fácil o controle do que se passa com algum problema que a gente venha a ter, porque ao contrário de outros países em que a média de tamanho dos criatórios e do próprio abate é muito menor. Pelas informações que nós temos no Ministério, nós estamos lidando com um número relativamente restrito de empresas que lidam tanto com a criação quanto com o abate. Nós estamos falando de mais ou menos seis mil e 700 empresas responsáveis pela criação de animais e com 1600 estabelecimentos de abates de ave. O que torna muito mais viável que o Ministério do Trabalho possa auxiliar o Ministério da Saúde no controle de alguma situação, porque é muito mais fácil as formas de localização das grandes empresas de criação e o que é uma coisa que eu acho que, talvez, seja importante, formas de controle da contaminação dos trabalhadores nessas empresas, porque se eu bem compreendi a gente vai ter também que de algum modo capacitar tanto as empresas de criação de aves quanto as empresas de abate para a incorporação nas suas medidas de segurança e saúde às medidas que evitem a contaminação com qualquer forma viral que possa aparecer no país. Acho que é uma... Saber com que números estamos lidando pelo menos para o lado mais comercial da criação, porque a gente sabe que ainda existe pelo país uma série de situações e que a gente cria galinha, pequenos estabelecimentos, a própria criação, mas ela hoje em dia ela responde por uma fração, pelo menos dos meus colegas com quem eu falei em outro Ministério, para a discussão do grande impacto econômico o que importa é razoavelmente mapeado através desses números que eu coloquei. Eu acho que a gente ainda não tem medidas claras do impacto que teria uma diminuição das exportações de frango.

As exportações de aves no Brasil hoje vêm crescendo, aliás, nos últimos anos, eles são uma parte importante da pauta brasileira de exportações, mas a gente já vem observando algumas indicações das

principais empresas, chamando atenção da importância para que se caminhe para produtos tratados, pra produtos que incorporem maior valor adicionado, que significaria cozimento da carne e a preparação mais... E a elaboração... Algum trato com a elaboração da carne de frango. Então, a nossa preocupação é uma preocupação de manutenção de uma atenção em relação às informações que a gente venha a ter da existência desse vírus aqui no Brasil. Por enquanto a gente vê pelos mapas que a gente pode, inclusive, ser uma das áreas beneficiadas se a gente não conseguir controlar rapidamente qualquer surto que venha a acontecer, sem perder a capacidade de exportar e com um impacto minimizado também nas atividades econômicas. Mas nós ainda não temos modelos matemáticos completos para isso. Isso vai ser objeto de um acompanhamento de tal modo que a gente não seja surpreendido por uma situação de geração de emprego inesperada. Mas o Ministério do Trabalho tem se mostrado bastante atento em outras situações, em que segmentos específicos foram afetados, foi possível de alguma forma criar uma proteção à situação de desemprego. É o caso do calçado no ano passado a quem foram estendidos os trabalhadores que sofreram desemprego foi estendido o seguro-desemprego.

Eu sei que essa não é a situação mais importante. Eu acho que a questão da saúde é a mais importante, mas não custa a gente lembrar que existe um Sistema Nacional de intermediação de mão-de-obra hoje no Brasil, o qual está articulado o seguro-desemprego e ele vem sendo mobilizado exatamente para atender situações esporádicas e principalmente situações que causem para um número significativo, não é um número desprezível, nós estamos falando de 1% dos trabalhadores com vínculo formal, alguma sorte de reparação caso eles já não façam jus o que é possível que ocorra. Uma vez que nós estamos falando que 40% desses trabalhadores podem não ter, podem não estar habilitados ao recebimento do seguro-desemprego. Mas o Ministério do Trabalho vai estar atento para essas discussões. Eu não vou me estender mais, porque eu acho que essas são as informações que a gente tem disponíveis no momento. Eu só gostaria de lembrar que a inspeção de saúde do Brasil é considerada uma das melhores e é considerada padrão para a América Latina e ela pode ser mobilizada com bastante antecedência e ela incorporar-se junto aos demais ministérios a esta... A capacidade que a gente tenha de responder rápida e prontamente ao aparecimento desse surto no nosso país. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não há Senadores inscritos.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente. Eu só quero, se me permitir antes de iniciar a fala... Não. Não. Quero entrar na fila aí dos inscritos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Estão abertas as inscrições.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, Senhor e Senhora que vieram nos dar essa lição. Eu só queria acrescentar, Dr. Jarbas, que já noticiou confirmada a presença também da gripe na Dinamarca. Ontem um laboratório especializado na Inglaterra já confirmou a presença também na Dinamarca. Com respeito ao impacto econômico, esse impacto é muito grande se por acaso acontecer problema da gripe das aves no Brasil. Pois o mercado europeu que importa o nosso frango já retraiu. Retraiu, porque o consumidor está consumindo menos carne. E só a Sadia semana passada já estava com 400 toneladas de frango parado. Isso significa, claro, um desemprego enorme. Não vai continuar produzindo e estocando, estocando frango. E hoje essa atividade aviária ela é muito grande, porque como disse a senhora é um produto que faz parte da Cesta Básica brasileira. É a mais barata que tem. Inclusive, o grande concorrente hoje de nós pecuarista é exatamente o frango. Carne no Brasil não reage ao preço. É porque tem muita carne e o frango passou a ser a proteína preferida do consumidor brasileiro. Portanto, eu quero apenas parabenizá-los e ficar mais despreocupado no ponto de vista de saúde e econômico com as declarações do Dr. Jarbas Barbosa. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agradeço. E passo a palavra ao Senador Paim que, inclusive, é um dos autores da convocação desta audiência.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Cristovam Buarque, Presidente dessa Comissão, Senador Papaléo Paes, que aqui representa a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais e é Presidente também da Subcomissão que trata da Área da Saúde, os nossos convidados, Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Secretário de Saúde. E a Paula que eu conheço já do Observatório do Mercado de Trabalho. Primeiro, ao mesmo tempo que eu quero fazer algumas considerações, eu deixo para o Dr. Jarbas o seguinte questionamentO – Quando nós começamos na tribuna do Senado a falar da nossa preocupação com a chamada gripe aviária, claro que nós não somos especialistas na área. Eu não sou médico, mas estamos acompanhando o debate no mundo todo e conseqüentemente o Brasil não é, como é que chama? Uma ilha distante dessa realidade internacional. E nós sabemos que o deslocamento das aves nós não

temos controle e muito menos o Brasil tem controle. Mas eu ouvi muito a seguinte expressão – "Pô, mas com tanta malária aqui no Brasil as pessoas vão se preocupar com a gripe aviária?" Eu acho que não é uma expressão feliz. A malária existe, nós temos que combatê-la, mas não podemos desconhecer aquilo que pode ser um desastre internacional. Esse debate foi no plenário do Senado e que as expressões eu vi e que envolverá como aqui foi dito, quem sabe até a vida de milhões de pessoas. Tomara que não aconteça. Eu sou o primeiro que rezo todo dia de manhã, embora tenha tocado nesse assunto inúmeras vezes, Senador Papaléo Paes, Cristovam Buarque e outros tantos, agora, nós temos que estar preparados. Como alguém já disse: "Se você quer mesmo a paz te prepara também para caso guerra. Como é que você vai fazer a defesa do seu povo e da sua gente?" E eu quero dizer que aqui na linha também que falou. Em primeiro lugar a vida, ninguém tem dúvida quanto a isso. Esse é a nossa maior preocupação. Mas sem sombra de dúvida embora ela não chegou aqui no Brasil, o impacto negativo na economia, como falou o Senador Jonas Pinheiro, é verdadeiro, já é um fato real nas nossas vidas consequentemente, claro, nas nossas vidas. Se os dados que a gente tem preliminares mostram que no campo da exportação em torno de 9% já houve um decréscimo que significa uma redução de mais de 50 mil toneladas de imediato, aqui fala-se 80 mil toneladas. A previsão de que o setor perca no mínimo 525 milhões de dólares ainda este ano. É um quadro real. Nós não podemos desconhecer isto. Conforme cálculo da Embrapa que eu tenho aqui.

A cadeia produtiva de frango, toda a cadeia produtiva de frango gera quatro milhões de empregos do país, dos quais 400 mil podem desaparecer. Ora, 400 mil empregos dentro da realidade brasileira se nós multiplicarmos aí dois dependentes, quantos milhares e milhares ou até milhões de pessoas serão prejudicadas diretamente. A redução das exportações das grandes empresas tem com certeza provocado impacto negativo no pequeno avicultor, como a Paula também aqui coloca, que é obrigado a reduzir a produção de frango.

Eu vou entrar na Área da Saúde, mas eu demonstrei aqui todas as minhas preocupações. Quer dizer que a preocupação é tanta que na AVIPAL, por exemplo, e a Paula fala também, já estão demitindo. É demissão e férias coletivas pela redução da exportação de frango. E eu tenho aqui um documento que eu recebi agora pela manhã da Federação dos Trabalhadores da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul, que eles têm uma reunião hoje a tarde em caráter de urgência urgentíssima com a superintendência do Ministério da Agricultura e a delegacia do trabalho no Rio Grande do Sul para discutir a questão do impacto da gripe aviária e claro na região Sul e outras partes também do país.

Quero cumprimentar os dois expositores. O Dr. Jarbas nos deu aqui uma aula do assunto. Claro que a gente não domina. Nós não somos especialistas. Eu digo, eu sempre tenho afirmado que eu não gosto muito dos generalistas, aqueles que dizem que entendem de tudo, porque quem entende de tudo não entende de nada. E eu não entendo de tudo, graças a Deus. E aqui o Dr. Jarbas nos botou efetivamente as informações precisas, como é que está o movimento, quais as suas preocupações, o que pode ou não pode acontecer e quais as preocupações que está tendo o Governo. Dra. Paula também lembra que nós temos que nos preocupar efetivamente com o lado do emprego e o que o Governo vai ter que pensar até num aporte de recursos se houver um desemprego em massa como está havendo na área do calçado, devido o valor do dólar estar despencando em relação ao real, que principalmente também lá no Rio Grande do Sul, infelizmente, são milhares de trabalhadores que estão perdendo o emprego, devida a essa situação. Então se conjuga a questão dólar relação dólar, significa menos exportação, mais desemprego. E agora a gripe aviária menos exportação mais desemprego.

Então eu levanto aqui as minhas preocupações que efetivamente o Governo brasileiro está a apontar pelo que vejo pelos dois expositores, a precaução e as precauções na Área da Saúde, que eu acho adequada, correta e temos até que pensar em aporte de recurso da peça orçamentária para toda essa, a intenção de efetivamente não permitir que o fato se desenrole da forma como alguns anunciam, que o Doutor colocou muito bem, eu estava aqui com os dados da Isto É e outras revistas, que diz que chega aqui em setembro. Eu estava de fato preocupado. V.Exª. me tranqüilizou que qualquer futurologia de achar que vai chegar em três meses, seis meses ou 18 meses todos estão errados, porque ninguém sabe e V.Exª. deixou isso muito claro. A minha fala é nesse sentido.

Quero cumprimentar o Senador Papaléo Paes. Sei que ele vai falar sobre isso. E já na próxima quarta-feira sob a Presidência de V.Exª. e nós estaremos lá, Comissão de Direitos Humanos, Senador Cristovam, sei que a Senadora Ideli também, entrou na Comissão de Economia temos um outro debate. E depois parece que teremos um outro também na Comissão de Economia. Eu acho que é isso mesmo. Vamos ter que ter diversas audiências aprofundando o diálogo em cima desse tema. E digo como iniciei. Vou rezar muito, queira Deus, que ela não chegue no Brasil, mas

se chegar vamos enfrentar com as forças que o nosso Governo, enfim, e o Senado está aqui dando agora a sua contribuição. Parabéns aos dois Painelistas. Foi muito bom para a gente conhecer mais do tema e as precauções que o governo está já apontando que vai tomar para combater caso ela chegue aqui no Brasil. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Bom. Inicialmente eu gostaria de cumprimentar os requerentes por trazer um assunto tão importante, tão necessário. E agradecer a presença do Dr. Jarbas Barbosa, da Dra. Paula Montanher que expuseram. Lamento não ter assistido toda a palestra do Dr. Jarbas, pois eu sou médico, também me interesso muito. Eu acho que todos os gastos que são feitos em relação à febre aviária, não pode haver dúvida em relação a esses gastos. É só a gente se lembrar da cólera, que foi uma epidemia que eu freqüentei a Faculdade de Medicina de 67 a 72. Cólera, acho que o professor não falou nem dois minutos ou três durante a aula e no livro, de doença só tinha um trechinho. Quando a cólera começou de cada 100 pessoas, não me lembro bem a estatística, mas acho que 35 morriam, quando a epidemia voltou. Então, o Governo Brasileiro gastou muito dinheiro, treinou pessoas lá de Roraima, lá no buraco, lá longe. Quando chega em Roraima alguma coisa vieram muito por aqui. Vieram as pessoas treinar aqui e foram treinar lá onde estava dando cólera. Foram para lá os médicos treinar a controlar a cólera. E graças a Deus poucas pessoas morreram de cólera no Brasil.

Então eu gostaria de parabenizar o Ministério da Saúde pela iniciativa e dizer que tem todo o apoio desta Casa em que tudo que for feito e em que tudo que precisar para se preparar, para enfrentar. Agora eu quero fazer uma pergunta mais técnica para o Dr. Jarbas Barbosa. Se esse vírus dessa gripe aviária, ele só dá nos palmípedes ou ele pega em outras aves também? Se já se tem o conhecimento disso. Sei que o conhecimento é restrito. E também se tem algum conhecimento do período de duração do vírus no meio ambiente. Eu me lembro quando a AIDS apareceu, uma das grandes preocupações da gente que era cirurgião e trabalhava, eu e o Mão Santa, dois cirurgiões, era quanto tempo esse vírus dura? Para a gente saber o tempo que a gente ficava correndo o risco de pegar. Se existe alguma informação sobre o perigo de duração do vírus no meio ambiente e se ele é transmitido para outras aves também? Se é só nos palmípedes.

Muito obrigado. Claro que eu sei que essas perguntas, esse conhecimento não esteja na mão da gente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu prefiro passar logo a palavra.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu ia pedir exatamente o inverso. Não seria importante que nós fizéssemos. Ele responderia em bloco para todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Só temos inscrito o Senador Geraldo. Senador Geraldo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL-AC) – Senador Cristovam, Senador Papaléo. Antes de mais nada, eu queria dizer da minha felicidade e alegria de retornar à Comissão de Assuntos Sociais como membro titular, cumprimentar os nobres Senadores que fazem parte da Comissão, à Presidência, os servidores e companheiros e companheiras que tanto nos ajudam aqui nessas missões por vezes difíceis. Enfim, dizer da minha satisfação em estar aqui novamente. Eu também como o Senador Botelho, eu lamento não ter ouvido por completo a exposição do Dr. Jarbas. Peguei o restinho aqui, mas colhi algumas informações aqui com o Senador Paim. E fiquei aqui muito atento ouvindo a Dra. Paula que me impressionou muito pelas informações que traz.

Agora, há muitos anos... Eu tenho um cunhado no Acre que ele tem uma pequena empresa de informática e ele tem uma pequena "fazendolazinha", Paim. E ele é uma daquelas pessoas muito observadoras. Ele há muito tempo me chamava atenção para um fenômeno que ocorre numa determinada época do ano, mais de uma época, lá no Acre, em Rio Branco, onde ele vive, de aves migratórias segundo ele de longo curso, ele observa isso, fazia tempo, e agora com a questão da gripe aviária ele voltou a comentar esse assunto comigo e chamando atenção para a extensão do problema. Aves migratórias que passam por ali pelo Acre, não se sabe se em algum lugar elas pousam para descansar, sei lá o que, mas isso existe. Então ele chama a atenção para a extensão do problema. A Dra. Paula logicamente centrou a sua preocupação e trouxe aqui a preocupação do Ministério com relação ao mercado de trabalho e etc. Naquele conjunto mais consistente, ou seja, naquele conjunto ali que concentra Sul, Sudeste, etc. Dos maiores criadores. Mas eu fico, assim, muito... Dra. Paula, lá no nosso Estado o Governo do Estado instituiu e implementou um programa de criação de aves que a gente chama lá de frango caipira, distribui as matrizes, os pintinhos lá e isso está assim pulverizado, Paim. É pulverizado isso. É uma criação,

pode-se dizer domiciliar. Isso está no campo, está na cidade, as pessoas.

Então eu não quero me estender, mas queria primeiro parabenizar e dizer que fico tranqüilo e satisfeito em saber que as autoridades, nossas autoridades tanto no campo do trabalho, como no campo da vigilância de saúde e sanitária estão atentas ao problema e criando e gerando soluções, se antecipando ao problema, por sinal Dr. Jarbas, antes que eu esqueça, eu queria até lhe perguntar se há algum resultado objetivo acerca, recentemente morreram as aves lá em São Paulo, uns gansos e uns patos e a população brasileira foi informada de que as autoridades sanitárias fariam avaliação. Eu confesso que eu não tenho o retorno disso, não sei de fato. No momento disseram que não se tratava de nenhum caso. Mas eu gostaria de saber se o senhor tem isso já consolidado, essa informação para nos prestar.

E eu encerro dizendo que eu ofereceria, assim, modesta, modestamente, a sugestão de nós primarmos pela informação, Dra. Paula. De alguma forma a gente massificar a informação, porque eu acho que ela é básica e fundamental para as pessoas se prevenirem. Uma campanha de informação mesmo, como a gente teve várias da dengue e vários males que afetam a vida e a tranqüilidade do povo brasileiro. Informação simples, mas consistente, para que a gente possa disseminar de todas as formas possíveis, principalmente nos veículos de comunicação, porque eu acho que nesse processo de tratamento preventivo de alguma coisa que pode se abater sobre nós, eu acho que a informação atrai a cumplicidade da população brasileira e principalmente daqueles que estão envolvidos com a criação de aves, para a solução da melhor forma possível do problema. Então, a minha modestíssima contribuição seria no sentido de incentivar, estimular os órgãos oficiais que estão envolvidos com o problema, para que primem e massifiquem a informação para que as pessoas não sejam pegas de surpresa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Senador, o Senador Papaléo se inscreveu e preferiu ir para o outro lado para fazer a sua pergunta.

SENADOR PAPALÉO PAES (PMDB-AP) – Fazer minha saudação, Sr. Presidente, parabenizá-lo também pela iniciativa de termos esta importante reunião, Senador Paulo Paim, que é um dos grandes interessados sobre o assunto que também motivou todos nós a termos este encontro importante, tanto na área econômica quanto na Área da Saúde para o nosso país. Eu faço uma referência em especial à Dra. Paula que nós que somos da Área da Saúde as vezes nos concentramos muito nessa questão da saúde, mas a senhora expôs muito bem a preocupação na área trabalhista, nessa questão social e econômica do país. Parabéns a senhora. E ao Dr. Jarbas Barbosa que realmente nos concedeu aqui uma grande aula, fazendo com que muitos pontos importantes dessa questão técnica da saúde fossem esclarecidos, elucidados e nós colocamos essa questão confrontando com a opinião pública, ou seja, com a informação que a opinião pública tem.

Então, o senhor fez um esclarecimento técnico que atinge as pessoas que estão recebendo essa informação e a população em geral está com uma informação principalmente das revistas semanais que fazem com que nós possamos verificar um verdadeiro pânico na população. E por isso me preocupa bastante o fato de que o Governo já tivesse tido até a iniciativa. Não sei se já tem. De patrocinar a opinião pública de uma forma globalizada as informações que sejam informações corretas, logicamente que sua palestra foi uma palestra que jamais tendeu para o alarmismo. Mas a informação das revistas, dos jornais são alarmistas e digo até que tem razão para isso, porque a preocupação que nós temos como uma pessoa muito ligada na saúde, sabendo que as doenças, principalmente as doenças virais, viróticas, elas se propagam de uma maneira muito rápida e por isso eu queria que o senhor nos esclarecesse quais são as medidas principais que o Ministério da Saúde está tomando. E se informações como, por exemplo, prestados pela própria EMBRAPA que estabeleceu até prazo para chegada da... O senhor já explicou muito bem, mas por que a EMBRAPA se precipitaria em estabelecer este prazo causando até um pânico muito grande na população? E também temos uma declaração do próprio Ministro da Saúde, que sai na revista, que todos nós lemos e que a população leu, que ele diz que é impossível conter a entrada da gripe aviária no país. Muito bem. Impossível é. Mas se isso traria para nós algum pânico no sentido de dizer que a qualquer momento nós poderíamos ter uma grande epidemia, até uma pandemia da doença. E também importante que o Ministério comece a esclarecer as pessoas de que o grande risco para a população em geral, o grande risco no sentido da pandemia seria justamente a transmissão de ser humano para ser humano, que seria o grande risco. Deveria esclarecer que esse risco ele existe, mas ele tem que percorrer um determinado caminho que não seria um caminho, vamos dizer assim, muito curto ou imediato como até o senhor bem falou.

Bom, mas consultando o site do Ministério da Saúde eu não localizei nenhuma unidade sentinela no meu Estado, que é o Estado do Amapá. E a pergunta é que quando seria diante dessa, principalmente, porque nós vimos no mapa que o controle de entrada

das aves nós temos lá no Arquipélago do Bailique um observatório desse controle, existe no Amapá e nós não temos unidade sentinela para alguma eventualidade. Então, parabenizo ao senhor Dr. Jarbas e dizer que realmente o senhor, apesar de usar uma linguagem que todos nós pudemos compreender o senhor se aprofundou bastante sobre o assunto e nos deixou de uma certa maneira até tranqüilos e mais equilibrados para transmitirmos informações referentes à doença. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu passo a palavra ao Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Muito oportuno, eu cumprimento o professor Cristovam Buarque. E queria dizer as minhas preocupações. Eu sei que nós melhoramos, mas não tanto. Estamos melhor apenas do que Afrânio Peixoto, eu não sei se o Jarbas, ele é muito novo, mas foi um dos primeiros livros de médico brasileiro, então, lá eles se queixava que a saúde pública no Brasil era feita pelo sol, a chuva e os urubus. E aí ele alertava. Melhorou, a ciência de saúde progrediu muito no Brasil, muito e nessas décadas. Quando eu me formei em medicina era muito difícil a gente ter um livro na nossa língua. Tinha que comprar bem aí em Buenos Aires, na Livraria El Ateneu, quer dizer, nós avançamos. Mas me preocupa que nesse avanço eu sou testemunha, eu sou formado em 1966, Como cirurgião, mas eu quero dar um testemunho de um pouco de pessimismo, porque a saúde pública eu vi mais séria nesse país. Ela tinha uma estrutura organizada. Era aqueles antigos FCS Fundação, Serviço Especial de Saúde Pública. Então, aqueles profissionais eram de uma dedicação exclusiva, porque eles tinham o salário compatível com isso. Mas Cristovam eu fui entender o Brasil, quando eu entrei está lá na sala do Presidente. Talvez nem o Presidente tenha se debruçado. Eu fui ver porque essa injustiça, só quem ganha bem hoje no Brasil é quem é da área da justiça. E aí eu entendi, porque que eu sou médico. Nós damos valor a etiologia, está o retrato lá dos primeiros Senadores, aqui. O erro está aqui. Nós é que estamos errados e continuamos errados, estamos é pior. Aí eu olhei, são quarenta e dois, mais da metade era da área da justiça. Aí tinham dez militares naquele tempo esses militares todos do tempo do Paraguai, dos brasileiros. Sete da igreja, dois médicos, hoje nós temos mais aqui nessa sala. E dois da área do campo. Então, desde daí, eles só vem fazendo leis para eles mesmos, esses traquinos do Poder Judiciário. Vinte e sete mil foi o que pediu ao Senado no fim do ano ele já prevê um aumento.

E eu sei o que é isso. E eles foram... Eu me formei nos anos 60. O Banco do Brasil era uma instituição séria, ganhavam bem. E os da saúde, o FSESP eles eram exclusivos, então eles se dedicavam. Por isso que acabou a varíola, esses negócios todos, melhorou a febre amarela, eles eram dedicados. Aí foi caindo nessa desigualdade que eles tiveram que fazer aquilo como exclusivo. O médico da saúde pública do FSESP era exclusivo. Tinha um salário compatível com a dignidade e o serviço. Agora vai olhar hoje quanto ganha um desse de saúde pública e quanto ganha um juiz. Então, aí a grande diferença. E eu vejo... Daí a etiologia dos quinhentos mil casos no Amazonas, Geraldo Mesquita, jurista, ele não compactua com isso não. Ele é um homem de vergonha, de dignidade. Mas aí como? Quinhentos mil casos e acaba são os profissionais de saúde pública. Saúde pública eu me lembro, tinha o serviço da malária, SUCAM. Isso tudo foi acabando.

Então o meu entusiasmo por V.Exª. de ter mandado aqui, o senhor é dessa área de saúde pública? Então minha admiração, embora, eu sou cirurgião, mas eu reconheço que são mais e os investimentos foram errôneos. Esse negócio de médico de saúde de família. Os médicos que já tinha... Eu conheci. Eu conheci quem fez o Programa de Saúde família. É um programa bobo esse negócio de Cuba, tudo é propaganda. Não tem nada disso. Eu fui lá. Eu estive com o fundador. Eu vi o primeiro livrozinho, apostila, nem impresso é porque eles são pobres mesmo. Cuba é pobre. Eu estive no hospital. Só tem um de resulotividade que era um banco, tomaram e fizeram. Eu tive com ele. Ele estava lá no hospital, porque aqui tem três sistemas. Eu vi a apostila. Então aquilo eram aqueles clínicos gerais, que tinha na nossa infância e na nossa história do Brasil. Não foi avanço, pelo contrário, outra desgraça. Eu acho que devia ser o Ministro da Saúde, era eu mesmo, estou mais preparado do que esses que estão aí. Mais sofridos. Fui prefeitinho, Governador. Desgraça. Cristovam, preste atenção, que o senhor é candidato a Presidente da República, vai cair no mesmo erro. Frank Delano RoosevelT – "Toda a pessoa que eu vejo é superior em mim em determinado assunto". E nesse particular ele foi quatro vezes Presidente dos Estados Unidos. você está desejando eu quero também que V.Exª. chegue lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu estou querendo apenas ver aqui...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sim, mas vou dizer o grande mal hoje...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Vai ter uma Sessão da Campanha da Fraternidade...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Isso é bom. Mas eu vou só encerrar aqui, porque é raro uma autoridade. O país em que o Ministro Arraes saiu. Tomara que o senhor fique, pelo menos com essa minha experiência você está mais capaz do que muita gente aí. E eu vou dizer o erro, que eu estou vendo aí. Esse programa eu conheço, eu tive com o homem, eu fui Governador, fui lá. Um homem que fez o projeto de família. Mostrou o primeiro, uma apostila. Eles são pobres mesmo em Cuba, o resto é idiotice aí. Eu tive... Eu vi mimeografado. Eu vi o primeiro. Tive na mão com ele. Ele estava premiado, então ele estava no hospital. E é um médico, Governador... Mas vou dizer o grande mal: Cristovam, estamos perdidos. Cristovam, grandes especialistas. Eu digo agora na minha área. "Mas não, o senhor sabe que vai ter uma cesariana?" Ninguém pode falar mais. Só Deus do que eu, porque eu fiz muito, fui médico de Santa Casa, interior, cirurgião geral. Cem reais. Tomara que V.Exª., se o Lula tiver a consciência, alguém do PT aqui, porque eu falei a verdade. Eu votei nele, eles não quiseram ouvir a verdade. Eu fui o primeiro que disse que o José Dirceu era Zé Maligno. Fizeram foi tirar uns carguinhos que deram para mim, porque eu ajudei eles no Piauí. Pensaram que ia amedrontar. Olha aí as parrelas. Eu fui o primeiro que aqui contestei. Mas quero dizer para o senhor o grande mal. Especialista. Uma cesárea é cem reais. Cristovam, você tem noção, eu sei que você foi pai, mas não foi mãe. Quando começa uma cesárea na gravidez ela começa, oh, exame, pressão alta, inchou as pernas, o menino balançou, vomitou, faz ali de madrugada, porque o menino é chato, dá tudo é de madrugada que dá dor de parto. Eu passei muitas madrugadas sem dormir. Aí de madrugada você acorda e vai. Aí tem o pós-operatório. Então você é mais de nove meses, é antes até ou depois. Cem reais. Então os especialistas estão tudo deixando, cem reais, eu estou dando com exemplo. Todas são as taxas. Anestesia seis reais. Você está fazendo aí botando o braço com dor, nove. Você acha que uma anestesia... Então os especialistas estão abandonando. Se eu fosse dessa era, hoje, fazia a mesma coisa. Então estão buscando uma boquinha, um biquinho. Ganham pouco.

Médico de família. Onde eu moro, o Piauí, ele é estreito de um lado do Maranhão e do outro lado o Ceará. Então o pobre coitado tem que comer, tem família, tem dignidade e tem ideal, então ele pega uma boquinha de médico de família do Piauí e faz aí, porque esse pessoal da justiça não tem 30 estômagos e o médico só um. Ele tem que se alimentar, a família. E começa aí. E pior, o de saúde pública. Este é que está arrasado mesmo. Este é que... Então eu me preocupo, louvo V.Exª. e por isso é que tem os 500 mil casos de malária. Por isso é que está aí todo mundo querendo ser prefeito, todo mundo querendo ser tudo e entrar na política e perdendo o ideal. Então, os nossos parabéns e V.Exª. sintetiza Oswaldo Cruz, esse pessoal que falou. E o investimento em saúde pública é muito pequeno. O Governo passado foi melhor, eu não sou o Fernando Henrique Cardoso não, eu sou eu mesmo. Mas eu quero lhe dizer que eu consegui no Piauí 30 milhões de aula, para fazer um projeto sanear. Teresina tem 400 quilômetros de esgoto e eu não vejo essa história em nenhum outro Governo, 400 quilômetros. Diminuiu a mortalidade infantil e a longevidade que era 50. Então, eu quero com isso estimulá-lo, porque nós estamos passando. Eu sei, eu tenho uma história para contar de cólera, eu enfrentei uma cólera, eu fiz foi um UTI para cólera, eu vinha do Ceará e do Maranhão. Por isso é que eu estou aqui. Quando eu saí candidato de prefeito da minha cidade, eu tive a maior votação. Está aqui o Heráclito... Mais forte do que eu até no nome, Heráclito Fortes. E ele era amigo de Ulisses, de Tancredo, de Figueiredo, e meu. Sim. Mas enfrentei uma cólera. Eu era médico. Coincidiu. Era médico e coincidiu. Então, nós queremos parabenizá-lo e cumprimentá-lo. E o voto, Dª. Ideli, meu respeito e admiração sincera. Coloque esse homem aí. Não vai sair um Ministro político. Isso não é lugar para político não. Político é para estar aqui fazendo projeto, lei boa para fazer um salário melhor para os profissionais de saúde, não deixarmos o da justiça ganhar 10, 30 vezes mais do que esse homem. Então, está aqui o nome Ideli. Vamos louvar o homem. Eu vi a preocupação, a dedicação, um homem de saúde pública já que vai mudar o Ministério. Nossos parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu passo a palavra à Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de poder participar da audiência. Somente agora, eu quero até registrar que nós estávamos num momento muito especial na Comissão de Constituição e Justiça, onde estava sendo sabatinada a Ministra Ellen Grace, para Presidente do Conselho Nacional de Justiça e aí como mulher eu não poderia jamais deixar de prestigiar, porque vai ser a primeira vez na história deste país que nós vamos ter uma mulher presidindo um poder. Ela vai substituir o Ministro Nelson Jobim, então, todas nós mulheres estamos assim faceiras, sorriso até a orelha, porque de repente a gente toma gosto e aí a coisa vai ficar um pouco mais delicada. E queria agradecer também ao Senador Mão Santa. Com certeza se eu tivesse algum tipo de poder eu estaria...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Mas hoje é dia de festa, só a saída do Jobim é uma bênção ao

país e principalmente... Eu assumo. Ele foi condenado pelo Leonel Brizola num artigo antes de morrer. As fraudes de Nelson Jobim, Leonel Brizola. Eu posso entregar para a senhora hoje mesmo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Quando eu ia elogiar o Senador Mão Santa e agradecer, ele já produz algo que não me permite, porque tenho maior respeito pelo Presidente Ministro Nelson Jobim. Mas eu queria colocar aqui o seguinte. Este assunto gripe aviária eu não poderia deixar de estar aqui presente, até porque de todas as conversas que fizemos nós, inclusive, apresentamos também um requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos. Até era para ser conjunta, como não acabou não sendo votado lá a tempo, para a gente poder tratar do assunto gripe aviária na complexidade que ele tem, porque ele tem os aspectos de saúde pública, então todas as medidas necessárias a serem adotadas caso o vírus chegue ao nosso país, que algum ser humano possa ser contaminado e as medidas que o Ministério da Saúde tem e que deve ter sido aqui, eu vou me ater a apenas os conhecimentos parcos que eu tenho sobre as medidas já adotadas. Mas tenho certeza que deve ter sido muito bem, senão não teria provocado a indicação do Dr. Jarbas para o Ministério, se não tivesse sido a contento as explicações apresentadas aqui. Mas além do aspecto de saúde pública a gripe aviária tem incidência em mercado de trabalho, ela tem incidência em relações internacionais, ela tem incidência numa cadeia produtiva, que é muito importante e digo mais, ela é muito importante para o país, mas para o meu Estado é estratégica. Santa Catarina, ela é nada mais nada menos do que responsável por 1/5 de todos os empregos diretos do setor produtivo do frango, 1/5. Ou seja, tudo que está empregado diretamente no país 1/5 está localizado em Santa Catarina. Nós temos o abatimento mensal, só para ter a dimensão, de 60 milhões de aves/mês, 60 milhões de aves/mês é executado em Santa Catarina. E a exportação do produto por Santa Catarina foi exportado nada mais nada menos do que um bilhão de dólares no ano passado. O Estado de Santa Catarina é o maior exportador de frango desse país. Portanto, falar em gripe aviária em Santa Catarina é arrepiar não só as penas, os cabelos, tudo que a gente tem direito de arrepiar, porque realmente ali toda a cadeia produtiva que vai desde o pequeno agricultor em Santa Catarina é só pequeno agricultor que no sistema integrado nós não temos grande produtor, são pequenos agricultores familiares, toda a rede da agricultura familiar de Santa Catarina a maior parte está integrada, a agroindústria.

Então começa já desde a ponta dos nossos pequenos Municípios, aonde o agricultor familiar já está sofrendo as conseqüências. Aí nós temos as maiores agroindústrias estão sediadas em Santa Catarina, é a Perdigão, é a Sadia, é a Aurora, depois nós temos todo o setor de transporte e temos o maior porto exportador de frango. Então, toda a cadeia produtiva do frango está fundamentalmente localizada em Santa Catarina. Então, a questão da gripe aviária em Santa Catarina é o equivalente à febre aftosa, por exemplo, no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul e se as providências não forem adotadas realmente o nosso Estado, que é um Estado exemplar em termos de desenvolvimento descentralizado, harmonioso, aonde os diversos, as diversas regiões não conflitam em termos de matriz produtiva. Isso realmente vai abalar muito. Por isso que há uma grande mobilização em Santa Catarina com relação a isso. Nós já tivemos a oportunidade, por exemplo, o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, o Dr. Alcântara Corrêa teve a oportunidade de falar pessoalmente como Presidente da República há 15 dias atrás no Recife.

Quando o Presidente da República esteve agora sexta-feira em Santa Catarina novamente teve um momento, os empresários entregaram um documento com o pleito e eu quero aqui deixar, qual é, registrado qual é o pleito que foi apresentado pelo setor empresarial de Santa Catarina. O primeiro deles é a regionalização sanitária da avicultura por blocos de Estados, como, por exemplo, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, através de certificação regional do Ministério da Agricultura. Porque esta regionalização da certificação? É porque da mesma forma que na questão da carne bovina nós temos Estados livre de febre aftosa, nós temos Estados que não foram afetados, porque tem situação diferenciada de região para região do país. Então não é justo que nós sejamos atingidos como um todo, se há condições sanitárias, entendedo... A gente usa rebanho também para ave? Acho que não. Para o plantel. Isso. Para o plantel. Então há condições diferenciadas. Então, é muito importante essa questão da regionalização sanitária. O segundo pleito é a mobilização como projeto nacional de emergência em torno de ações que resultem na obtenção pelo Brasil da certificação da Organização Mundial de Saúde Animal OIE, para reconhecimento de status sanitário livre de febre aftosa sem vacinação, porque isso terá incidência também, este reconhecimento terá incidência no caso das aves. E o terceiro pleito é a realização de ampla campanha oficial no exterior destinado a demonstrar que o Brasil não se encontra atingido pela gripe aviária.

Além destes três pontos pleiteados pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, teve uma ótima receptividade, porque coincidiu com

a ida do Presidente à Santa Catarina a liberação dos 300 milhões para a questão da estocagem do milho. Então este recurso que está disponível já, para poder exatamente, quem está tocando milho poder acessar aos recursos para poder, utilizando esse recurso para dar conta de superar esta crise, porque nós já tivemos no Brasil como um todo e Santa Catarina a diminuição da exportação. Diminui a exportação, as empresas começam a demitir e os agricultores começam a ter que ou não pegar os pintos, para fazer a criação ou matar as aves. Nós já tivemos abates em várias regiões, em vários Municípios, porque não tem a cadeia está sendo quebrada e não tem como dar continuidade. Então foi recebido muito positivamente os trezentos milhões já para a estocagem do milho e a gente sabe que isso está em estudo, nós precisaríamos ter algo relacionado à estocagem do frango. Então, não há precedente. Nós nunca tivemos pelos mecanismos do EGF do empréstimo do Governo Federal para estocagem de carnes. Isso nunca aconteceu. Porque como eu tenho mantido dia sim e outro também contato permanente com os Ministros. Tive oportunidade ontem de falar longamente pelo telefone com o Ministro Furlan. Hoje pela manhã pessoalmente com a Ministra Dilma Rousseff.

Na semana passada, falei com o Ministro Palocci, com o Ministro Rosseto. Então, a gente tem buscado permanentemente colocar este assunto. Então esta questão da possibilidade de um empréstimo para a estocagem da carne de frango tem dificuldade, mas não é algo que possa ser descartado, a priori está em estudo. Tem a questão do treinamento que o Ministério da Agricultura já vem fazendo de algo em torno de 1700 técnicos exatamente para fazer o diagnóstico, a prevenção para poder estar colocado em todo o país já com um batalhão de técnicos para poder monitorar, mas há pedidos de outras questões como esta da regionalização sanitária, da avicultura.

E outra questão que já começou a ser aventada é que como uma boa parte do... E lá no meu Estado é isso. Eu acredito que isso aconteça também em vários outros Estados, os agricultores familiares eles pegam o crédito do PRONAF para fazer reformas nas suas instalações, nos seus aviários, nos seus equipamentos, no maquinário que cada vez mais está sendo aperfeiçoado e uma boa parte desses empréstimos começam a vencer agora na metade do ano. Então, já tem um pleito. De repente pode ser uma medida que tenha um certo impacto positivo se nós conseguirmos, por exemplo, aonde a situação está mais crítica a gente poder postergar, como já houve em outras situações de emergência com estiagem, com enchentes e tal em outras situações. Então o que eu queria aqui fazer o registro é que esta questão da gripe aviária tem tido da parte do Governo. O Presidente Lula atendeu, não estava nem agendado, o Presidente da FIESC lá no Recife. Atendeu, recebeu o pleito, deu os encaminhamentos. Quando da visita, eu fui testemunha a atenção com que ele atendeu o Vice-Presidente da FIESC e todas as medidas, porque eu estou buscando monitorar, até porque se eu não der respostas a esta situação, ao meu Estado eu não preciso voltar ao Estado, porque toda a vez que a gente volta normalmente a gente é cobrada de forma muito insistente, porque volto a dizer essa questão da gripe aviária em Santa Catarina é estrategicamente relevante para toda a nossa economia, a nossa situação social, entende, e até de modelo o que o Estado adotou e que é profundamente diferenciado da maior parte dos Estados brasileiros.

Então eu queria aqui fazer estes registros, Senador Cristovam Buarque, e dizer da preocupação de todos. Eu espero que a Comissão de assuntos econômicos realize a audiência, o requerimento para trazer exatamente o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, do Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para que a gente possa junto com os resultados desta audiência de hoje, a gente cobrir toda a complexidade do debate que é a questão da gripe aviária tem. E que principalmente aquilo que a Ministra Dilma Rousseff me disse hoje pela manhã, possa se concretizar, que é na semana que vem entre terça-feira ou quarta-feira, ela fará a reunião interministerial, Ministro Palocci, Ministro Furlan, Ministro Miguel Rosseto, Ministro Rodrigues, para que uma série de medidas, inclusive, como estas que eu registrei aqui que é pleito, já apresentado oficialmente por setores que estão envolvidos aí na crise da gripe aviária, possa ter da parte do Governo um pronto atendimento. E, inclusive, tanto o Ministro Furlan quanto a Ministra Dilma já sinalizou que os primeiros a receberem a notícia e aí tem uma previsão, inclusive, de uma reunião, envolvendo todos os setores aqui em Brasília e que o setor que encabeçará e receberá em primeiro lugar, entende, as notícias das novas medidas a serem adotadas pelo Governo Lula, será exatamente capitaneado por Santa Catarina até pelo reconhecimento da importância que esse setor tem no Brasil patrocinado e implementado pelo nosso Estado. Então era isto, Senador Cristovam que eu não podia deixar de estar aqui.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Senador Cristovam, V.Exª. permite eu terminar um debate qualificado que eu fiz. Bem rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem rápido.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Olha, eu quero é cooperar. Primeiro que esse Ministério está

na mão do PMDB. Então, eu acho que eu tenho para o caso mais qualificação do que o Senador Suassuna de indicar. E o PMDB aqui de Senador não está com esse negócio não. Nós somamos até pensando em derrubar. Está 12 a 10. O placar. Mas é o seguinte. Eu quero justificar o meu pleito e a V.Exª. O PMDB não vai levar. Então vamos levar uma pessoa que sirva à saúde. Por quê? Cristovam, V.Exª. é mais culto do que eu, é mais viajado. Mas ontem eu fui representar o Senado lá no Panamá. Senador Cristovam, eu fiquei impressionado pela obra de engenharia pelo canal Panamá, de tal maneira que eu fui duas vezes entender o negócio. E o que me impressionou foi o seguinte. Daí a minha indicação por V.Exª. Eu poderia estar encantado pelo Zerbini, cirurgião como eu.

E eu vi aquela obra. Professora Ideli foi o seguinte, foram os franceses que começaram. Anos e anos dos franceses, desistiram, morria todo mundo de malária. Aí os americanos foram lá, mandaram um homem como V.Exª., acabou a malária e está aí a obra. E o Panamá hoje tem vida própria, porque aquilo foi 90 anos de volveria e eles tiveram uma sorte na hora de terminar o contrato, foi o Jimmy Carter. Se fosse esse Bush aí ele não devolvia nunca. Mas foi primeiro um homem como esse que chegou lá, que os americanos mandaram, acabou a malária, aí construíram. Então no momento de tantas ameaças e a malária está aqui, isso faz mais de um século a Constituição do Panamá. E a malária está aqui como estava lá. E quem vai acabar com a malária é um homem de saúde pública, essa é a minha intenção. E aí, oh, essa outra ameaça nós estávamos todos tranqüilizados, principalmente, Santa Catarina que tem V.Exª. uma grande líder e daí eu estar entusiasmado, porque eu sempre acredito mais na mulher. Hoje foi uma mulher que assumiu, amanhã no bacharel e a senhora é, sobretudo, a mulher que tem mais coragem, maior da humanidade a crucificação de Cristo, todos nós homens falhamos. Olha a mulher, a mulherzinha de Pilatos, Verônica, as três Marias... Então ao nosso respeito como isso, como admirador da firmeza que V.Exª. tem tido como mulher defendendo o partido.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu agradeço, Senador Cristovam, só ao Senador Magno Malta, desculpa, perdão, Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Eu agradeço.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Perdão. Senador Mão Santa pela atenção que me presta, mas apenas assim. Eu terminei a minha fala sem fazer nenhum questionamento. Mas obviamente tanto o Dr. Jarbas quanto a Dra. Paula se tiverem algum comentário a fazer a respeito das questões que eu trouxe, eu acho que seria também relevante. Eu não fiz pergunta, até porque expus a gravidade da situação e as preocupações e aquilo que está em andamento. E quero dizer o seguinte: Se precisar de apoiamento – viu, Dr. Jarbas?- , eu estou à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, eu quero agradecer a participação dos Senadores e dizer que quando essa Sessão, essa audiência foi convocada Senadora Ideli nós estávamos preocupadíssimos. Eu confesso que depois da fala do Dr. Jarbas eu senti, eu relaxei um pouco, porque dá a impressão que de fato há uma estratégia de parte do Governo. Eu por isso vejo que não tivemos muitas perguntas, tivemos comentários. Eu tinha uma única pergunta. Como é que está a relação nessa estratégia da Receita Federal na fiscalização dos aeroportos? Porque a gente fala muito em migração de aves e esquece que alguns vem com passageiros de navios ou de aviões.

Então a minha pergunta é: A Receita Federal através da fiscalização dos aeroportos está dando a contribuição devida, está dentro do esquema ou é um sistema paralelo? A ANVISA, mas ela está comparada com a Polícia Federal, não é Receita. Desculpe. A Polícia Federal. É esse trabalho junto que eu quero saber como anda. Eles estão trabalhando juntos a Polícia Federal e a ANVISA ou estão trabalhando separadamente? É a única pergunta que eu tenho. Só queria pedir que agora a gente fosse mais conciso até para as próximas perguntas, porque a Sessão da Fraternidade já está iniciada.

SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA – Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria em primeiro lugar de reiterar a importância que teve essa Sessão. Eu creio que trazer aqui para os Srs. Senadores e duas Comissões tão importantes os esclarecimentos sobre esse tema, eu creio que é, assim, muito relevante para todos nós até pelo poder, a liderança que os senhores exercem, Senadores tem perante a sociedade e, inclusive, para o apoio a medidas que sejam necessárias até tomar adiante, por exemplo, dentro de um orçamento que já é relativamente muito insuficiente, nós estamos tendo que aportar 200 milhões de reais a mais já de imediato praticamente só com a compra do Tamiflu, mais o investimento na área de vigilância, ou seja, a gente vai precisar provavelmente de aportes financeiros, de suplementação ao nosso orçamento ao longo do ano, eu acredito que também o Ministério da Agricultura. Mas procurando responder bastante objetivamente os vários Senadores, Senador Paulo Paim, o Senador Geraldo Mesquita, Senadora Ideli Salvatti e outros, aportaram a importância que tem o impacto social e econômico

que pode haver no presente. Porque a gripe aviária já é uma realidade.

Uma pesquisa do Ministério da Saúde revelou que 28% das pessoas, foi uma pesquisa por telefone, não é uma amostra, mas tem o seu... A sua serventia, 28% das pessoas diziam que estavam pensando em reduzir alimentação com frango com medo da gripe aviária. Quer dizer, eu acho que não é responsabilidade de um ou outro órgão de imprensa. Eu creio que a imprensa está prestando um trabalho excelente. Tem um ou outro exagero. Os próprios jornalistas se questionam, de vez em quando, quando sai uma reportagem exagerada. Mas as pessoas estão com medo de comer frango no Brasil por conta de algo que nem existe no Brasil e que ainda que existisse numa ave selvagem ainda assim não seria recomendável reduzir a alimentação de frango. E o que é pior, geralmente quem tem essa preocupação é o mais pobre, o menos informado. O que vai ter dificuldade de substituir a carne de frango por outra fonte de proteína animal. Então eu creio que é extremamente importante que esse assunto permaneça em debate tanto pela questão dos grandes produtores como da pequena produção domiciliar que o Senador Geraldo Mesquita aqui reiterou que é lá no Acre, mas também os Estados Brasileiros.

O Senador Papaléo falou sobre a questão da declaração do Ministro Saraiva Felipe, que é impossível impedir a entrada da gripe aviária, quer dizer, eu acho que isso é importante... A gente ter... É impossível, por mais que a gente faça uma vigilância com ave migratória é impossível. Se já tivesse na América do Norte e Canadá eu reitero o perigo é real e imediato, porque como tem um fluxo muito grande e era quase que certeza que a gente ia ter. Ainda não tem lá. Provavelmente a chegada ao Continente Americano, aí é um terreno de previsão se dará por lá, porque é de lá que tem fluxo. Se vocês lembrarem daquele mapa de aves vindo da Europa e da Ásia, então, provavelmente chegará nos Estados unidos e Canadá, o que é uma vantagem para o Continente Americano, porque um país pobre se chega num país da América Latina pobre que não tenha condições de agir rapidamente, isso poderá por toda a região em risco. Porque aí eu reitero, o recurso aí faz uma diferença fundamental.

Eu pessoalmente entrando no terreno das probabilidades, a Europa eu acho que não será uma ameaça global. A Europa está convivendo já, é três, quatro, cinco, dois meses já em alguns países só com aves selvagens. Não tem nenhum rebanho da Europa Ocidental infectado e ninguém adoeceu na Europa, porque na Europa tem recursos para aplicar as medidas. A medida é simples agora é penosa, sem fazer um trocadilho, vamos dizer assim, indesejável, porque eliminar aves de um grande produtor já é complicado, e eliminar ave de um produtor que tem ali a sua única fonte de sustento, é complicado, a tendência dele é esconder o fato, é natural do ser humano. Se não há apoio e compensação financeira a África e a Ásia terão dificuldade imensa para conseguir fazer esse trabalho. Então é por isso que o Ministro Saraiva Felipe colocou essa questão é impossível prever ou impedir a chegada. A medida central é detectar rápido e conter. É esse o objetivo. Chegar uma ave selvagem, detectar rápido e conter.

O Senador Augusto Botelho lembra a questão da cólera e o impacto que teve cólera e eu só lembro Senador, daquele episódio de cólera é assim uma demonstração do que a gente deve ou não deve fazer em epidemias. No meu Estado de origem Pernambuco, a chegada da cólera impressiona, porque toda a epidemia mexe também com o psicossocial das pessoas. O Governo tomou uma medida que não tinha muita fundamentação técnicocientífica, mas foi tomada, foi proibido tomar banho de mar. As pessoas não acreditaram que banho de mar transmitisse cólera, achavam certo. Teve estudo demonstrando que você precisava beber sete litros de água salgada do mar, para poder ter alguma chance de contaminar, ou seja, morreria afogado antes. Três dias depois o Governo viu a bobagem que tinha feito e mandou abrir as praias e aconteceu uma coisa estranha. Quando o Governo disse praia transmite teve que colocar a cavalaria da Polícia Militar para impedir as pessoas de tomar banho. Ninguém acreditou. Quando o Governo imediatamente mudou radicalmente a opinião ninguém acreditou e aí as pessoas se retiraram. Foi preciso então o Governador ter que tomar um banho de mar para poder provar que não era perigoso.

Então é por isso que eu reitero a necessidade dessas medidas que a gente diga à população, assim pega, assim não pega, previne assim, previne assado, quer dizer, tem que ser com base de fundamento, porque se a população percebe que há inconstância, que há incerteza ela pára completamente de acreditar. Agora, todas as aves, teoricamente podem transmitir. Não existe ainda estudo em todas, mas tanto perus, cisnes, gansos, patos, são uma fonte importante, frango e também um grande número de aves selvagens. Então eu creio que o bom senso que é ser pessimista é trabalhar com a idéia de qualquer ave pode se infectar e transmitir o H5N1.

O Senador Geraldo Mesquita falou sobre a questão da informação, que eu só estou reiterando para dizer que é importante e sobre os exames de aves mortas, todas até aqui descartaram completamente influenza de alta patogenicidade, tanto aquele do São Paulo,

que chamou atenção, ficou conhecido como Galo de Marília, aquelas aves também que morreram lá no Rio de Janeiro, há três semanas e ali demonstrou como o sistema pode funcionar, quer dizer, o produtor viu mortandade de aves e comunicou de imediato para a Secretaria de Agricultura que chegou lá, conteve, isolou a área, mandou para o exame, se isso for feito, isso é suficiente para a gente agir. O que vai precisar é recurso e provavelmente, talvez, alguma compensação financeira para as pessoas que vão ter a cadeia produtiva vai ser abalada, porque se tiver uma ave selvagem o grande esforço nosso vai ser impedir a contaminação do rebanho. Isso vai ser crucial. A gente não pode deixar contaminar o rebanho avícola brasileiro pelo impacto econômico elevadíssimo que terá ao país, aos milhares de produtores, aos milhares de trabalhadores dessa área. Mas a informação eu concordo inteiramente da importância.

O Senador Mão Santa, eu agradeço as palavras elogiosas, Senador, em nome da equipe e suas observações com base na sua larga experiência do problema grave que a gente tem de recursos humanos na área de saúde e particularmente na área de saúde pública. Eu creio que essa sua intervenção aqui em defesa de se ter mais sensibilidade para essa questão é muito importante.

A Senadora Ideli Salvatti, eu acho que fez uma observação extremamente importante sobre o impacto que isso vai causar e medidas que os avicultores brasileiros já vem solicitando ao Ministério da Agricultura para acelerar, como a regionalização, porque vamos ser pessimistas, e eu creio que em saúde pública é sempre bom a gente usar aquela máxima do pensador italiano, dizer que a gente deve ser pessimista na razão, na inteligência e otimista na vontade. Eu acho que quando a gente olha esses cenários, se houver um caso de gripe aviária a gente tem que lutar com todo o esforço para impedir a contaminação do rebanho. Mas se houver a contaminação do rebanho também nem tudo está perdido, porque se tiver a regionalizado, a gente pode conter e impedir um dano maior. Então é importante que a gente tome todas as medidas possíveis, mesmo as mais remotas para estar prevenido. Medidas que a gente tome com base racional nunca serão desperdício. Se a gente agir baseado, vamos dizer assim, emocionalmente a gente talvez erre. O Tamiflu que a gente está comprando, ele não vai ser jogado fora. Se não acontecer a pandemia de influenza ele vai ser distribuído na rede hospitalar e vai tratar as pessoas com influenza. A fábrica de vacina de gripe no Instituto Butantã, vai fabricar a vacina contra a gripe sazonal que tem todos os anos e que a gente precisa ter vacinas contra ela. O fortalecimento da vigilância tanto animal no Ministério da Agricultura como epidemiológica no Ministério da Saúde, protege a gente contra uma nova SAS, contra uma nova doença, ou seja, medidas racionais não serão desperdiçadas e elas tem que ser tomadas agora. Nós não podemos esperar ocorrer. Por isso que no Ministério já comprou Tamiflu, já está terminando a fábrica de vacina, ou seja, nos preparando para esse cenário pior.

E por último a questão do Senador Cristovam Buarque, enfim, está havendo um trabalho do Projeto Interministerial que foi estabelecido por um decreto do Presidente em outubro do ano passado e já houve, inclusive, Senador, tanto essa ação que eu falei de fiscalização em aeroportos para evitar, vamos dizer assim, material biológico, porque a gente teve um caso concreto de uma pessoa que veio da China, era um chinês, trazendo meio quilo de língua de frango, para preparar algum prato típico. Logicamente que não nenhum caso no mundo de transmissão por essa via. Mas mesmo que não seja o vírus H5N1, mas um outro o *newcastle,* ou qualquer outro, que pode ser trazido para o Brasil, já enfrentou esse problema. Eu acho que eu não sou da área, mas a gente já teve um prejuízo grande causado a indústria de porcos no Brasil, por um vírus que foi trazido em avião e o descarte inadequado de comida num vôo internacional fez a transmissão da peste suína e causou... Porque além dos que morrem você perde a oportunidade da exportação. Então eu acho que medidas nesse sentido, elas são importantes. Está se trabalhando tanto da inspeção conjunta como de um sistema integrado. Trabalhou Polícia Federal, Receita Ministério da Saúde e da Agricultura, a Casa Civil para elaborar um projeto de um sistema integrado para não precisar duplicar ou triplicar os sistemas de informação. Então vai ser captado informação das próprias agências de transporte dos passageiros e verificação conjunta das cargas de maneira a gente ir buscando unificação que diminua, não tenha filas grandes em aeroportos brasileiros, mas também a gente tenha segurança da barreira. Então isso está sendo respondendo sua pergunta assim, está sendo trabalhado. Eu rapidamente só quero agradecer e mais uma vez parabenizar o Senado. Saúde pública a gente tem que se procurar um balanço adequado entre fazer algo que inquiete todo mundo e gere pânico, mas também não gerar uma tranqüilidade inadequada. Eu creio que aqui vários Senadores que falaram demonstraram um equilíbrio muito grande da necessidade que a gente tem de tomar medidas de não estarmos despreparados nenhum dia a partir de agora. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, eu passo a palavra a Dra. Paula.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente, o senhor sabe que a gente tem aquelas Delegacias de Polícia instaladas aqui e já estão me chamando lá para a CPI dos Bingos. Foi tanta coincidência que tão logo eu terminei aqui a fala, me ligou o Ministro Rodrigues da agricultura, que eu estava tentando falar com ele desde ontem e ele estava terminando de sair do gabinete da Presidência da República. Ele esteve tratando agora pela manhã exatamente de medidas necessárias que já estão em andamento e outras que ainda são necessárias na questão da gripe aviária. E ele... Eu pedi autorização e ele me autorizou, inclusive, a colocar aqui que nós teremos provavelmente anúncios de novas medidas na semana que vem, que estão bastante avançados algumas dessas questões que eu já alinhavei aqui como possibilidades e outras que nem sequer eu tenho conhecimento, tinha conhecimento antecipado. Então ele só pediu para não adiantar nada, porque obviamente vai ter que ter uma batida de martelo, todos nós sabemos que isto significa, todas elas significam recursos e aí nós não queremos reprodução de quedas de braço entre os Ministérios fins e o Ministério fonte, então, por isso que provavelmente nós deveremos ter anúncios ainda na semana que vem. Mas eu não poderia aqui de fazer o registro, porque é extremamente positivo a agilidade. Eu acho que é isso que a gente tem que ter nesse momento e continuar monitorando, porque esta é uma situação que exige agilidade de Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E eu quero dizer que nós aqui aprovamos participar da outra audiência convocada pela senhora. Bem, eu passo à Dra. Paula embora eu acho que ela aqui pelo seu setor é tão preocupada quanto nós.

SRA. PAULA MONTANHER – Olha, eu acho que assim, eu tenho muita pouca coisa a acrescentar a não ser fazer coro com os colegas, com os Senadores, com quem está aqui colocando da importância da disseminação de informações para que a gente evite corrida de preços, para que a gente evite perdas maiores, porque a gente não pode esquecer que a exportação, embora ela seja regionalmente importante, mais importante do que a exportação é o consumo nacional e o mercado interno. Então a gente sabe que há, talvez, não haja num tempo tão curto quanto que a Senadora Ideli estava preocupada e seguramente as empresas de grande porte que nós temos no Estado de Santa Catarina, mas não apenas Santa Catarina, a região Sul, os três Estados da região Sul e São Paulo respondem por 58% do emprego, por 60% das empresas. Enfim, aquilo que a gente tem de informação, ela está correta, eles estão caminhando no sentido de evitar crises maiores, uma vez que a gente tem alguma experiência e um tamanho territorial muito grande para ser evitado. Então eu acho absolutamente importante que a gente tenha informações adequadas sobre o consumo, sobre os impactos que isso tem, porque isso tem importância para a vida das pessoas, para capacidade de alimentação que as pessoas têm e tem impactos econômicos que felizmente, eu poderia dizer para aquele segmento mais formalizado da economia ainda não é transparente.

Eu tenho... A gente acabou de divulgar ontem os dados de mercado de trabalho formal e eu estava olhando os dados de Santa Catarina preocupado, mesmo do Rio Grande do Sul, até o momento para aquilo que a gente consegue ter de informação, mesmo para os segmentos mais diretamente envolvidos, aparentemente não há o impacto negativo diferenciado do que há no passado, porque eu fiz questão de chamar atenção, este é um segmento com alta rotatividade. Então, continua havendo aquela rotatividade de admissões e demissões naquele ritmo dos 40%. Então nós estamos mantendo o ritmo. Mas ainda não há, isso não foi, pelo menos até fevereiro, que são os dados que a gente tem disponível, não há nenhuma indicação negativa o que não significa que nós não mantenhamos a atenção para essas informações. Eu gostaria depois de deixar disponibilizada as informações para as demais unidades da federação, de tal modo que essas informações econômicas possam de algum modo vir a ser úteis exatamente porque de fato como lembrou o Senador Geraldo Mesquita a gente tem diferentes situações. Se alguns dos Estados em especiais os da região Norte exceto o Amazonas há pequena produção. Os abatedouros e os criadouros são de pequeno porte. Então a chance da gente ter menores produtores é ainda maior e é importante que eles sejam notificados, que eles tenham informação sobre como cuidar para evitar maiores problemas e para evitar impactos econômicos menores. Mas eu não consigo avançar para além disso, mesmo porque medidas de maior impacto econômico vão estar associadas aos Ministérios, associados à Área Econômica. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, está encerrada esta audiência.

Sessão encerrada às 12h59

Ata da 8ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para 28 de março de 2006, terça-

feira, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões Nº 13, Ala Senador Alexandre Costa.

Às 10 horas e 32 minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e seis, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Papaléo Paes,** reúne-se as Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença dos Senhores Senadores Membros: **Paulo Paim**, **Edison Lobão, Romeu Tuma, Demóstenes Torres, Heráclito Fortes, Luiz Otávio, Mão Santa, Antonio Carlos Valadares, e Alton Freitas.** Deixam de comparecer os demais Membros da Comissão, tendo justificado ausência o Senador **Cristovam Buarque**. Presente também as seguintes autoridades convidadas: **Expedito Luna**, Diretor do Departamento de Vigilância Epidemiológica, representando **José Agenor Álvares da Silva,** Secretário Executivo do Ministério da Saúde e Coordenador Internacional "Pandemia da Infuenza"; **Jamil Gomes de Souza**, Diretor do Departamento de Saúde Animal, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento; **Ricardo Gonçalves**, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos; **Paulo Ricardo Santos Nunes**, Gerência-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras da ANVISA. Não respondeu ao convite, nem mandou representante, **Paulo Marchiori Buss,** Presidente da Fundação Oswaldo Cruz e Membro Titular da Academia Nacional de Medicina. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pautA – **Item Único – Requerimento – CDH nº 13, de 2006**, aprovado em 21/03/06. Presidiram a Reunião os Senadores **Papaléo Paes, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares**. Após a exposição dos convidados, também faz usa da palavra o Senador **Leonel Pavan**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente em Exercício da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde em conjunto com a 8ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Os Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Submeto o nome do Sr. Paulo Santos Nunes, da Gerência-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras da ANVISA à consideração da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Subcomissão de Saúde, que atende ao convite desse Presidente. Não havendo voto contrário, está aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, objeto do Requerimento nº 06/2006 da CAS, com vistas a promover amplo debate a respeito da gripe aviária e suas prováveis conseqüências para o Brasil. Dr. Paulo Marchiori Buss, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz e membro titular da Academia de Medicina, convidado por esta Subcomissão, não respondeu ao convite, nem mandou representante. Eu gostaria de chamar para compor a Mesa as autoridades presentes que farão as suas exposições. O tempo de cada um para a exposição será de 15 minutos. Sr. Expedito Luna, Diretor do Departamento de Vigilância Epidemiológica. Sr. Jamil Gomes de Souza, Diretor do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Sr. Ricardo Gonçalves, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos. Sr. Dr. Paulo Ricardo Santos Nunes, da Gerência-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras da ANVISA.

Eu comunico aos Senhores, primeiro agradeço a presença dos Senhores aqui para discutirmos um assunto da mais alta relevância para a saúde pública brasileira e para a economia nacional. Agradeço a presença de todos, agradeço também aos Senhores Consultores do Senado, que são peças fundamentais para o bom andamento dos nossos serviços, Dr. Denis Muravisck(F), o Dr. José Alves e o Dr. Fernando Lagares. Eu vou passar a palavra para o primeiro expositor, Sr. Expedito Luna, que é Diretor do Departamento de Vigilância Epidemiológica.

SR. EXPEDITO LUNA – Bom dia a todos, eu queria colocar que eu estou aqui representando o Secretário Executivo do Ministro da Saúde, o Dr. José Angenor, pois o Ministro Saraiva Felipe convocou para hoje, pela manhã, uma reunião com todos os Secretários e Diretores do Ministério.

Especificamente, este tema se insere dentro das atividades do departamento que ocupo a direção. Eu trouxe uma apresentação aqui que vai nos ajudar e eu vou tentar ser muito rápido, porque eu esperava que o tempo fosse um pouco mais longo.

Eu queria passar o primeiro *slide,* eu vou estar abordando muito mais o aspecto das conseqüências à saúde humana do problema da gripe.

Então, o primeiro ponto é que a gente poderia definir e separar três situações diferentes. Uma, é que nós chamamos de *influenza* sazonal, ou seja, aquela ocorrência de gripe que acomete, todos os anos, numa determinada estação do ano, as populações humanas.

A segunda é a gripe aviária, porque hoje nós vivemos uma pandemia, um epizootia em animais de criação e também em animais silvestres, e é um problema atual.

E a terceira situação, seria uma pandemia de gripe humana, que é um problema futuro e, ainda, incerto. Quer dizer, que nós não temos certeza que vai acontecer. O próximo. Bom, qual é a situação atual em relação à gripe aviária. Eu creio que o representante...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Presidente, me permite interromper. Eu sei que está havendo um movimento aí na Mesa, que como eu estou no exercício da Presidência da Comissão de Direitos Humanos, para que eu vá também para a Mesa, mas eu quero dizer que eu fico aqui no Plenário, representando naturalmente os Senadores e o Presidente da Comissão cumpre o papel meu e dele, então, não precisa movimentar a Mesa não, porque eu ficarei muito bem colocado aqui.

E eu agradeço à Assessoria das duas Comissões. Por ser uma audiência conjunta, o pessoal estava querendo... Eu vi o movimento aí. Quero só ajudar no encaminhamento. Eu já havia conversado com o Senador Papaléo Paes, que ele preside e eu dou o meu apoio daqui. Obrigado, meu Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Obrigado, Senador.

SR. EXPEDITO LUNA – Bom, então, a situação atual da gripe. Nós temos surtos da *influenza* aviária por esta cepa, a cepa H5N1 em plantéis de aves, principalmente em Países da Ásia, alguns da África e Europa, no caso a Turquia, na parte asiática da Turquia, e a detecção desse vírus em aves selvagens em vários Países da Europa Oriental e Europa Ocidental.

Isso aí tem gerado um grave impacto econômico e social para esses locais, mas a transmissão para humanos continua eventual, a gente tem relatos apenas de dois casos de transmissão de aves para ser humano, na Tailândia e no Vietnã, sem haver o que a gente chama de casos secundários, ou seja, não há terceira geração de casos entre humanos. Ou seja, esse vírus ainda não se transmite de ser humano para ser humano.

Então, isso coloca para a gente com a necessidade do fortalecimento da vigilância na área da saúde animal, que vai ser abordada posteriormente, e, do caso humano, da gente reforçar os mecanismos de contenção, tendo claro que a efetividade desses mecanismos é limitada. Ela pode, no máximo, retardar o problema, mas se uma pandemia vier, ela chegará a todos os Países do mundo. Também com relação à questão aviária, o Ministério da Agricultura já impôs restrições à importação de material avícola e também já tem seu plano de preparação para enfrentamento da gripe aviária.

Bom, aí a situação, desde janeiro de 2006, ou seja, o que a gente tem mais recente como detecção da gripe aviária, então, nós temos o espalhamento, desde janeiro, para a Índia, que ainda não havia sido detectado, a Rússia, desde o final do ano passado, Irã, Iraque. Na África, Egito e Nigéria e vários Países da Europa Ocidental com a detecção de casos em aves migratórias.

Só para a gente comparar, isso aí é de 2003, então, mais alguns pedaços do mapa são incluídos aí. Em vermelho, locais com a ocorrência em aves de criação e, em amarelo, apenas em detecção de aves migratórias.

Próximo. Aí, as rotas de aves migratórias. Tem havido um grande debate qual é o papel das aves migratórias no espalhamento disso, eu creio que também vai ser melhor abordado posteriormente, mas o que a gente tem entendido é que esse espalhamento da gripe aviária, ela é fruto não só da migração de aves, mas também da atividade humana, do comércio humano, principalmente na região da Ásia.

O Brasil e todo o Continente Americano, esse é um *slide* do Governo Norte-americano, classificando o mundo em áreas de risco. A área vermelha sendo a chamada área endêmica, ou seja, onde o problema já está estabelecido, enraizado. E a área verde aqui, o Continente Americano, sendo colocada como a área de mais baixo risco dentre todas as regiões do mundo. Então, isso é relativo, na medida em que as aves não respeitam fronteiras e podem migrar, havendo inclusive suspeitas da existência de rotas, que não estão apresentadas normalmente nos ornitólogos, que seriam rotas transatlânticas, ou seja, a possibilidade de aves migrarem da África para o Brasil. E, como é de conhecimento da população nordestina, que conhece as aves de arribação que, possivelmente, fazem esse trajeto.

Aí a situação de casos humanos da gripe por H5N1. Então, nós temos, até hoje, oito Países com relatos confirmados de casos humanos, essa é a informação até o dia 24, até a semana passada, sexta-feira da semana passada, da Organização Mundial de Saúde. Então, a gente vê que o maior número de casos isoladamente foi no Vietnã. Mas, existe um trabalho consistente de controle da epizootia e dos casos

humanos e, em 2006, não há casos naquele País. E a gente tem, por outro lado, Países que apenas entraram em 2006, como o Azerbaijão, como a Turquia e o Iraque.

Bom, aqui o mapa dos casos humanos confirmados. Então, a gente tem os casos desde 2003, para a gente ter uma idéia do espalhamento dos casos humanos e, na próxima, o que aconteceu de janeiro para cá. Então, a gente percebe que esse espalhamento para o oeste, ele vem acontecendo principalmente neste ano de 2006. Bom, o que é que tem sido feito aqui no Brasil, o que já vinha sendo feito em relação à gripe. Primeiro, nós temos uma rede de vigilância, que nós chamamos, da *influenza*. São unidades sentinela, que fazem, o tempo inteiro, a pesquisa do que está ocorrendo em relação á gripe no País, ou seja, eles medem quantos por cento da clientela atendida tinha sintoma de gripe e, quando aumenta o número de sintomático para a gripe, são coletadas amostras para o exame de laboratório. E para que serve isso? Essas amostras, no fim, os vírus mais freqüentes vão entrar na composição da vacina que a gente usa todo o ano, que é determinada pela OMS, e o Brasil participa desse esforço. Também desde 99, a gente vem vacinando a população maior de 60 anos, com a vacina sazonal para gripe. Isso fez parte de um acordo que foi feito pelo Ministério da Saúde, de Transferência Tecnológica, então, nós compramos a tecnologia de uma indústria farmacêutica multinacional e estamos implantando a fábrica de vacina de gripe no Instituto Butantan de São Paulo, uma iniciativa conjunta do Governo Federal e do Governo Estadual de São Paulo. Essa fábrica ela atrasou um ano, por conta de embargos judiciais na construção do prédio lá no Instituto Butantan. A gente já deveria ter tido produção nacional neste ano de 2006, mas, provavelmente, teremos em 2007 já, a produção nacional da vacina sazonal.

E o Brasil tem conquistado, como está demonstrado ali, 84%, ou seja, consistentemente, todos os anos, coberturas vacinais acima de 80% na população maior de 60 anos. O que é, talvez, o melhor resultado mundial de vacinação de população idosa. Então a gente demonstra o sucesso do nosso programa de vacinação e a adesão da população à nossa iniciativa.

Bom, as pandemias de *influenza*. Três pandemias ocorreram no século XX. A primeira delas é de 1918, a chamada "gripe espanhola", que foi aquela mais grave, com o maior número de óbitos, maior letalidade, se estima em cerca de 50 milhões de óbitos, ela foi entre 1918 e 1920. Tivemos a gripe asiática, entre 57 e 58, e a gripe de Hong Kong, entre 68 e 69. As duas últimas, com conseqüências, em termos de letalidade, de mortes e de casos graves, muito menos importantes do que a primeira.

Bom, em que situação é que nós estamos? Temos o plano de preparação para pandemia de acordo com as diretrizes traçadas por todos os Países e divulgadas pela Organização Mundial da Saúde. Nesse momento, nós estamos na chamada fase três, ou seja, existem casos de infecção humana, com um novo tipo de vírus da gripe, em outro País ou em outro Continente. Mas não há ainda transmissão inter-humana, que seria a fase quatro. Então, o mundo hoje se encontra na fase três, e existem várias recomendações do que fazer nesta fase. Então, ampliar a vigilância epidemiológica, trabalhar as questões de barreira ou de produção de insumos, como a questão da vacina, dos medicamentos antivirais. E é o que vem sendo feito aqui no País.

O fortalecimento da vigilância epidemiológica. Nós pretendemos, neste ano de 2006, chegar, pelo menos, a ter uma unidade de vigilância em cada Estado brasileiro. Ainda temos cinco Estados que ainda não têm uma iniciativa de montar essas unidades. Quase todos eles na região Amazônica.

A questão dos insumos estratégicos. A fábrica de vacinas, a grande fábricas está em andamento. Além disso, em outubro do ano passado, nós repassamos um recurso adicional ao Instituto Butantan, para adaptar uma instalação já existente para a produção da vacina humana contra esse vírus, contra o H5N1, porque já existe o vírus semente, ou seja, aquele vírus que foi trabalhado geneticamente e perdeu a capacidade de causar doença, mas é usado para a produção de vacina. Então, esse vírus semente já está no Instituto Butantan, e a gente acredita que, no próximo mês, essa instalação experimental já vai entrar em funcionamento.

E os antivirais, que são medicamentos novos, lançados, há pouco tempo, pela indústria farmacêutica, e que podem ser usados, tanto no tratamento, mas, principalmente, na prevenção e na contenção do problema. Então, nós adquirimos nove milhões tratamentos do antiviral, do Oseltamivir, cujo nome comercial é o Tamiflu.

Além disso, vem sendo trabalhada a questão da área assistencial, de preparação da área assistencial para enfrentar uma maior demanda gerada pela pandemia, a questão da comunicação social, que é fundamental para evitar o pânico e para fazer com que a sociedade colabore com as medidas de prevenção, de controle, de contenção e trabalhando também que medidas são essas que vão ser adotadas.

Então, a questão da vigilância sentinela, como eu já citei, a nossa intenção é chegar, ao final deste ano, em todos os Estados e em 58 unidades. E a gen-

te vê como é que ela funciona do outro lado. Número de atendimentos que aconteceram nessas unidades, qual é a proporção, a porcentagem deles, que foi por síndrome gripal. E a gente vê claramente, por exemplo, em 2004, a gente teve um pico grande de gripe no País, significando que tivemos uma epidemia sazonal de gripe em 2004.

Nós também trabalhamos, desde 2003, numa monitorização de aves migratórias. É uma parceria do Ministro da Saúde com o Ministério do Meio Ambiente e da Agricultura.

Naquele momento, a nossa preocupação ainda não era tão grande com a *influenza*, mas com outro vírus, o vírus do Nilo Ocidental, que começou a suja trajetória nas Américas, em Nova Iorque, e está descendo, trazido pelas aves migratórias. Mas, como já estávamos fazendo esta monitorização, começou também a monitorização da gripe. Nós já fizemos (soa a campainha) 11 rodadas, eu vou encerrar, 11 rodadas nesses locais, que estão marcados aí no mapa, e agora, com a existência do grupo interministerial, do grupo executivo interministerial, que está coordenando essas ações, essa ação, provavelmente, vai ser assumida pelo Ministério da Agricultura, na medida em que se refere a animais e tem a ver mais com a ação daquele Ministério.

Nós estamos implantando, também, uma sala mais moderna de informações e comando para emergências epidemiológicas. Então, está aí a maquete dela, ela deve estar sendo inaugurada amanhã, pelo Ministro Saraiva Felipe.

E temos nosso plano de preparação para pandemia, que começou a ser elaborado em dezembro de 2003, em 2005, nós aceleramos este processo e, em outubro de 2005, o Presidente da República criou o Grupo Executivo Interministerial do qual fazem parte os Secretários Executivos de vários Ministérios, que estão relacionados a este tema, para que a gente, não só tenha as medidas técnicas, mas que haja decisão e que elas sejam implementadas.

Fizemos um grande seminário internacional para o lançamento do plano, em novembro do ano passado, temos participado de todas as mobilizações internacionais que têm acontecido desde outubro até agora. E fizemos também uma primeira simulação da ocorrência de gripe, com o plano ainda restrito ao setor saúde, no mês passado.

Aí são os capítulos do plano. O plano ele aborda desde a epidemiologia da *influenza* até aquilo que deveria ser feito em todas as fases.

Tem uma série de anexos, de orientações técnicas para as diferentes áreas. Do laboratório, de serviços de saúde, da questão das vacinas, a questão da área dos portos, aeroportos e fronteiras, quais são os hospitais de referência que nós temos, como é que o médico tem de conduzir um caso de *influenza* grave. Quer dizer, isso tudo está contemplado nessa versão do plano, porque tem a segunda versão na Internet, e a gente deve estar lançando, também nesta semana, a terceira versão.

O que já está em andamento eu já tinha colocado, a expansão da rede de vigilância e de laboratórios, a produção nacional de vacinas, o Ministério da Saúde tinha repassado trinta milhões para a fábrica grande do Instituto Butantan, mais três milhões para essa unidade experimental, que deve estar começando a produzir já em abril, a aquisição dos nove milhões de tratamentos de Tamiflu, estimados em cerca de cinqüenta milhões de reais, foi gasto para isso, se eu não me engano, aliás, me desculpem, cento e cinqüenta milhões de reais (risos), o inquérito em aves migratórias.

A capacitação de profissionais de saúde. Então nós fizemos um material de treinamento, que está sendo distribuído para todos os médicos, enfermeiros e algumas outras categorias do setor saúde.

E o grupo executivo tem trabalhado na questão do comando e controle, na integração entre os diferentes Ministérios que estão atuando nessa questão, principalmente a saúde, a agricultura, a defesa e a integração nacional com a defesa civil, a questão da legislação, quer dizer, atualizar a legislação, propor aqui ao legislativo medidas que nos dêem a capacidade de intervenção em situações que possam influenciar, situações complexas como isolamento, quarentena, quer dizer, quem determina isso? Quem tem o poder de restringir liberdades das pessoas, proibição de eventos públicos, que seriam situações que a gente pode enfrentar se ocorrer uma pandemia, a questão da comunicação, isso aí reuniu as Assessorias de comunicação de todos esses Ministérios envolvidos, e já há um plano de comunicação para a situação da pandemia e a questão da logística, ou seja, de como enfrentar, em tendo uma pandemia, como mobilizar todos os recursos para que o País continue funcionando e as coisas funcionem da melhor maneira possível, diante desta situação.

Eu creio que é isso o que eu tinha para falar e creio que, principalmente, o Ministério da Agricultura vai poder abordar um outro aspecto que eu não abordei, porque a minha fala é mais voltada para a saúde humana.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Muito obrigado, Dr. Expedito. eu passo a palavra ao Sr. Jamil Gomes de Souza, Diretor do Departamento de Saúde Animal (soa a campainha) do Ministério da Agricultura, Pecuária de Abastecimento.

O Senhor tem 15 minutos para a sua exposição. Lógico que, se houver necessidade, nós faremos uma prorrogação de mais cinco minutos.

SR. JAMIL GOMES DE SOUZA – Muito obrigado, Senador. Eu gostaria de, em nome do Ministério da Agricultura, agradecer o convite para participar dessa reunião e dizer aqui que o Ministério da Agricultura ele está trabalhando, primeiro, não com a possível pandemia, mas com a eventual chegada do vírus, que já está comprovado, que já está circulando na Ásia e alguns Países da Europa.

A gripe aviária, ela é naturalmente causada por um vírus, esse vírus, esse vírus é de alta contagiosidade e de uma disseminação muito grande e que, felizmente, no Brasil, nós não detectamos ainda, com todos os trabalhos realizados, não foi detectado nenhum sinal desse vírus, portanto, ela é exótica ao País.

Então, o Brasil, nós do Departamento de Saúde Animal, juntamente com o Ministro da Saúde e hoje com o Ministério da Defesa, enfim, toda a sociedade brasileira no sentido, primeiro, de não deixar entrar. Evitar que entre. E num segundo momento, se entrar, o que é que vamos fazer, de que forma nós trabalharemos esse tema, se acaso entrar. É evidente que nesse ponto nós temos que nos preparar com planos de contingência, com legislações específicas para, assim que entrar, se entrar, vamos torcer para que isso não ocorra nunca, mas, de uma forma bastante rápida, nós podemos tomar todas as medidas para que isso fique segregado num local o mais restrito possível.

A causa, ou seja, ela jamais entraria num País onde ela é exótica sem provocar a sintomatologia característica, e uma das sintomatologias é uma elevada mortalidade. Não tem como entrar o vírus numa população totalmente sem proteção e não causar a sintomatologia característica, que é uma elevada mortalidade no plantel que, porventura, ele se instalar.

Diante desta preocupação, quanto ao ingresso da doença no País, todos os Países onde há registro da doença, imediatamente o Brasil suspende todas as importações, seja de materiais genéticos, seja de animais, seja de insumos, seja de tudo que possa veicular o agente, ou seja, o vírus. Então, essa é a primeira medida. Tem um problema, por exemplo, na Rússia, então, todos os produtos que possivelmente são veiculadores do agente, são proibidos de entrar no País. Isso tem dado, não é só no Brasil, mas no mundo todo, tem dado um resultado bom, e não tem outra maneira de ser.

Uma outra via de uma possibilidade de ingresso seria assim através do que se falou aí das rotas de aves migratórias. Felizmente, felizmente, a não ser alguma rota errática, mas, felizmente, as rotas das aves migratórias são no sentido norte-sul, pegando simplesmente o Continente Americano. Então, seria sair do Canadá em direção à Argentina e, naturalmente, ida e volta.

Temos feito um trabalho também de monitoramento dessas áreas de aves migratórias. Agora, importante nesse trabalho de aves migratórias, no primeiro momento, como foi citado, é de que se fazia, e vamos continuar fazendo, colheita, ou coleta, dessas aves migratórias. Mas, para nós, nós temos que ir um pouquinho além. É de fazer o monitoramento em volta desses sítios onde chegam essas aves migratórias. Por quê? Porque não dá para você controlar o que é que é que o que entra e o que sai. Esse entra e sai isso ocorre a milhares e milhares de anos.

Mas, para nós, é extremamente importante saber o que é que fica. Então, nós estamos numa fase já de cadastramento e monitoramento das populações de aves junto a esses sítios. E que, felizmente, também, nós temos aí a sorte de que não há uma população, pelo menos detectada até o momento, uma população elevada de aves, que a gente chama de fundo de quintal ou aves caseiras, em volta desses sítios.

Também em todos esses trabalhos aí de monitoramento, de colheita de amostras não foi detectado a presença do vírus H5N1. Os resultados, portanto, eles nos indicam que nós não podemos colocar isso para um mundo, porque não temos ainda nenhum problema registrado.

Com relação ao sistema de produção no Brasil, e nós temos um sistema de produção industrial totalmente diferente do que é o sistema de produção das aves, por exemplo, na Ásia, a convivência entre humanos no sistema de produção na Ásia é bastante diferente, é um sistema totalmente diferente do que ocorre no Brasil, no Brasil são sistemas onde você tem uma integração, onde você tem um sistema industrial bastante avançado e onde você não tem uma grande quantidade de populações de aves aquáticas e nem aquele relacionamento, que a gente chama às vezes de promíscuo, entre as pessoas e mesmo essas aves existentes, ou seja, pela própria televisão dá para você ver que as aves são criadas praticamente junto com os seres humanos, naquelas regiões.

Amostragens, em todas essas aves industriais, elas são feitas periodicamente, então, isto também nos tem dado uma certa tranqüilidade, porque não foi ainda e esperamos também não detectar nenhum sinal do vírus.

Mas, voltando um pouquinho também à questão das aves migratórias, da rota, o Dr. Expedito tinha colocado, nós temos também já monitorado os principais sítios de invernado, ou seja, de pousos e uma permanência temporária dessas aves, e estamos, natural-

mente temos que avançar e pesquisar novos outros sítios. Então, nós temos, por exemplo, em Pernambuco, nós temos Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Paraná, Amapá, Bahia e Pará. Então, esses são sítios que estão sendo monitorados freqüentemente.

Também no sentido de prevenir, e aí ainda está em fase de implementação e implantação, são os detectores de matéria orgânica nos portos e aeroportos. Fora aquele trabalho de vigilância que nós temos que ter, também a questão da conscientização da população, de quando vem de regiões com algum tipo de problema e, no caso, especificamente, Ásia e Europa, nós também temos que ter esse cuidado em verificar e fiscalizar o que é que estão trazendo. Porque às vezes, inadvertidamente, apesar de estarem sendo advertidos, pode ser que entre via algum tipo de alimento.

O Ministério também tem, juntamente com os órgãos do segmento organizado interessado, tem investido fortemente no sistema de capacitação dos técnicos e dos, vamos dizer, dos sensores que estão dentro das granjas, estão dentro dos sistemas produtivos e, naturalmente, é de todos os técnicos envolvidos no setor. Isso para que a gente, se houver algum problema, a gente consiga detectar rapidamente. Porque a chave, às vezes, do sucesso está exatamente em detectar rápido e tomar as medidas rapidamente.

A atualização dos cadastros do sistema produtivo também é de extrema importância e também das tomadas de medidas de biossegurança que o setor está dotando, para que você tenha uma condição de evitar o eventual contato de aves industriais, aves que são criadas para a produção e outras aves naturalmente existentes no País, que são as aves silvestres. Então, essa atualização desse cadastro vai nos permitir monitorar com maior, não só maior intensidade, com melhores resultados esses plantéis.

O investimento na área de laboratório, porque não basta simplesmente termos sensores especializados ou pessoas que detectam algum eventual problema, porque, em aves, e essa doença é muito semelhante à maioria das outras doenças, mas nós teríamos que ter exatamente a questão dos laboratórios especializados. Nós temos que ter diagnóstico rápido. Nós não podemos ficar no eventual ingresso de qualquer doença, não é só no caso da gripe aviária, mas qualquer doença exótica, nós temos que ter um diagnóstico extremamente rápido. Portanto, nós temos que ter pessoas capacitadas, e estamos fazendo esta capacitação. E temos que ter, naturalmente, meios para detectar rapidamente, e também estão sendo então modernizados os laboratórios de detecção, ou seja, de diagnóstico não só da *influenza*, mas da doença das aves. Para isso, o Ministério da Agricultura, no final do ano de 2005, já descentralizou uma quantia significativa de recursos para que haja uma modernização desses laboratórios.

Nós temos, todos os anos, feito inquéritos, ou seja, estatisticamente se distribui uma quantidade de amostras pelo País, não só para atendimento dos mercados que nos exigem isso, para saber qual é a situação real, porque não basta dizermos que não temos, nós temos que comprovar que não temos. Então, nós temos feito os inquéritos soroepidemiológicos ao longo dos anos. Está programado, também, para este ano de 2006, temos que definir a amostragem ainda estatisticamente defensável e representativa, para que a gente possa dar a segurança, não só ao setor produtor, mas também a toda a sociedade de que não temos o problema e, se tivermos algum tipo de problema, a gente possa, rapidamente, tomar as medidas.

Estamos finalizando uma legislação, isso estava em consulta pública, uma legislação específica para a vigilância da gripe aviária, da *influenza* e, dentro dessa, independentemente, dessa legislação, nós temos um plano de contingência que vai do detalhamento de desde o diagnóstico até a colocação de animais sentinelas. Ou seja, passa por todos os processos, se tiver que destruir animais, pari passu.

Então, nós temos esse manual de procedimento, que é claro, é um manual que vai ser atualizado quase que permanentemente. Não existe um manual que seja aquele manual final. Então, esse manual já existe, esse plano de contingência, também, ele está inserido, nós temos que, diariamente quase, ou seja, permanentemente estar trabalhando na sua atualização.

Agora, a importância que tem no controle e erradicação de qualquer doença não pode ficar segmentado a simplesmente um ou outro órgão. A defesa ou mesmo a erradicação de qualquer doença está ligado muito à questão da movimentação da sociedade. Então, todos, naturalmente, estão e deverão estar inseridos no processo. Desde o seu processo de evitar o seu ingresso, mas, se houver o ingresso, também estar presente, estar consciente das ações que deverão ser tomadas. E as ações que são tomadas numa eventual emergência sanitária, e nós temos alguma experiência com relação à febre aftosa, são realmente muito duras. Causa um caos social. Esperamos que não ter que passar por isso neste segmento avícola. Passamos e estamos passando ainda na questão da bovinocultura. Então, é importante, consideramos extremamente importante, Sr. Senador, essa discussão.

Lamentamos (soa a campainha) não ter trazido uma apresentação que pudesse esclarecer, de forma mais detalhada, o que o Ministério tem feito, de uma forma talvez mais didática. Mas, gostaria de colocarmo-

nos à disposição não só nesta, mas em outras próximas reuniões, para que a gente possa, naturalmente, tentar esclarecer à sociedade e, naturalmente, a todos, o que é que nós estamos fazendo e principalmente...

(interrupção no áudio)(38:34 a 38:46)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Agradeço pela sua palestra e nós solicitamos, de antemão, que o Senhor possa nos enviar esse material tão importante para poder compor o trabalho da nossa relatoria. Convido o Senador Paulo Paim, como Presidente em exercício da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a vir assumir os trabalhos, para dar prosseguimento à nossa audiência pública.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Presidente, eu faço um apelo a V.Exª., continue presidindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Vou usar minha prerrogativa de Presidente. Determino que o Senhor assuma a direção dos trabalhos. (soa a campainha).

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Isso é gentileza do Senador.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu agradeço a gentileza do Senador Papaléo Paes, que, na verdade, quis contemplar aqui na Presidência dos trabalhos a Comissão de Direitos Humanos, e por isso é que ele é um diplomata tão querido por todos nós aqui na casa, permitindo que a nossa Comissão participe desse debate onde a iniciativa foi dele e eu, com muita alegria, e o Senador Cristovam assinamos essa audiência pública. Passamos a palavra, então, nesse momento, ao Sr. Ricardo Gonçalves, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango. V.Exª. dispõe da palavra por 15 minutos, com mais cinco, se assim V.Exª. entender.

SR. RICARDO GONÇALVES – Muito obrigado, bom dia a todos, eu gostaria de agradecer o convite que a Comissão fez para que nós pudéssemos ter a oportunidade de fazer uma explanação a respeito do setor.

O setor de exportação de frango gerou no ano passado 3,5 bilhões de dólares de divisas. Nós exportamos 2,8 milhões de toneladas de frango para 142 Países no mundo. Essas cifras, elas mais do que dobraram nos últimos cinco anos. Portanto, o setor que tinha, na área de exportação, que tinha uma importância relativamente pequena, com relação às demais carnes, hoje em dia tem uma posição bastante importante no setor de carnes, no que diz respeito à exportação.

A exportação brasileira representa, mais ou menos, um terço daquilo que se produz no País. Os outros dois terços são ventilados dentro do consumo interno.

Para que a gente fale em termos de cifras que possam calar o grau de importância do setor, são abatidos, ou foram abatidos, no ano passado, 370 milhões de aves, a cada mês. Portanto, se pode ter uma idéia do que significa a movimentação econômica e a geração de empregos e atividade que o setor possa representar.

Ponho todas essas cifras para os Senhores para poder contrapor, com relação ao problema da gripe aviária. Ainda que seja uma doença exótica, como bem disse o Sr. Jamil, no País, ela nos preocupa. Ela nos preocupa sob dois aspectos. O primeiro aspecto é o que tem haver com o mercado externo. Nós experimentamos, em janeiro e fevereiro, especialmente em fevereiro deste ano, a partir de e fevereiro, uma certa reação do consumidor internacional, especialmente na comunidade européia, com algumas repercussões em outros lugares do mundo, inclusive no Japão, de diminuição de consumo.

Ainda que essa diminuição tenha sido repentina, de qualquer forma, produziu uma situação de acúmulo de estoques, não só brasileiros, como de quaisquer outros Países que estejam no negócio de exportação.

O nosso maior concorrente no mercado de exportação são os Estados Unidos, eles são os grandes concorrentes no mundo, exportando muito mais carnes escuras do que carnes claras. Carnes claras são as carnes de peito de frango.

Portanto, a gente teve uma primeira experiência do que significa o impacto da gripe aviária, e isso produziu uma situação aonde nós temos dois tipos de vertentes. Vertente número um, os *trades* internacionais querem minimizar o seu custo e, portanto, começam a fazer pressão, em termos de preço, para poder renegociar preços para futuras exportações ou importações por parte deles. Isso é uma coisa normal dentro do curso das negociações. E segundo, obviamente uma diminuição nos embarques para o mercado internacional. E isso foi o que se produziu em fevereiro. Isso teve um impacto no mercado interno brasileiro, o que produziu uma redução de preço brutal e o setor, hoje em dia, está numa situação de ajuste, ajuste frente a esta conjuntura que se apresenta aonde a gente tem uma visão de que deva se reduzir a produção em torno de 20 a 25% para a gente possa nivelar estoques. Portanto, independentemente somente do fator de sanidade humana, essa parte, no que diz respeito, de sanidade animal, é extremamente importante.

Então, o plano de prevenção contra a gripe aviária, para nós do setor privado, ele se reverte de uma importância vital. Nós temos discutido com o Ministério

da Agricultura, e temos uma portaria que está ainda em consulta pública e com algumas pendências, porém, para nós, é extremamente importante ressaltar dois aspectos. Em primeiro lugar, é que nós não podemos perder tempo. Nós estamos frente a uma situação incerta e, portanto, o plano de prevenção, que já deveria ter sido editado, assinado e publicado no Diário Oficial, está ainda pendente desta assinatura. Isso nos deixa inquieto. Nos deixa inquieto pela situação que possa confrontar frente a uma situação incerta de entrada no País. Para nós, do setor privado, nós temos tomado uma série de medidas próprias. Temos tomado normas de biossegurança, para poder proteger as nossas indústrias. Essas normas foram publicadas e endossadas, por parte das principais indústrias do setor, para que a gente possa fazer frente ao problema da gripe aviária.

Agora, a prevenção em si, não é somente ligada à saúde pública do País, senão ligada a um interesse internacional, no que diz respeito à exportação. Por que esse interesse internacional? Na medida em que haja uma legislação que seja conhecida, que propicie controles e mecanismos de controle rígidos, que permitam que, na imprensa os Senhores devem ter lido, provavelmente, que regionalização, eu não gostaria de frisar demais em cima desse nome, eu gostaria muito mais de frisar no conceito. O que é que é o conceito ligado por trás disso? Se o mercado internacional conhece, com transparência, o plano de prevenção que o País tem, conhece os mecanismos de controle, e esses mecanismos de controle permitem que haja uma rápida ação, em termos de fechamento de áreas, para que gente tenha um problema de contaminação numa determinada região do País, e isso não ponha em xeque outras regiões do País, e que permita a operacionalidade disto, não só sob o ponto de vista de exportação, como também sob o ponto de vista de consumo no mercado interno, para que a consumidor tenha a clareza de que ele estará consumindo um produto não proveniente de áreas que possam ter sido eventualmente foco de contaminação.

Portanto, para nós o plano prevenção deve se revestir de um mecanismo que permita esse rigor. Esse rigor aonde inclusive os Países importadores vejam e falem: "Ok, eu compreendo que houve um problema no Estado "A", porém esse problema está restrito a esse Estado "A", ou essa Região "A", o nome que nós queremos dar a esse conceito e, portanto, não há necessidade de nós colocarmos em xeque o parque inteiro de exportação. E, de novo, eu repito aos senhores, hoje em dia, se estima que deve haver perto três milhões de pessoas que estão envolvidas diretamente na atividade avícola do País, ou seja, a atividade avícola não é mais uma atividade pequena, ela é uma atividade extremamente importante para o País. Portanto, não é só um problema de saúde pública, é também um problema de saúde animal. Sem querer dar nenhuma prioridade a essa tema, obviamente, porque nós sabemos qual é a prioridade, e que a saúde pública é muito mais importante. Porém, eu tenho que resguardar e chamar a atenção sobre o fato de que a saúde da economia desse setor é extremamente importante. Portanto, esse plano de prevenção, para nós, é muito, muito "chave" para que permita essa proteção.

Eu não vou me alongar mais, porque eu tenho a impressão que depois, se tiver algumas perguntas a mais, Sr. Presidente da Mesa, nós estamos à disposição para responder. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A Presidência agradece a V.Exª. e, de imediato, passamos a palavra ao Dr. Paulo Ricardo Santos Nunes, da Gerência-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras da ANVISA. 15 minutos, com mais cinco.

SR. PAULO RICARDO SANTOS NUNES – Bom dia, Senhoras e Senhores. Bom dia, Senadores e Senadoras. A ANVISA queria agradecer o convite e eu, estando representando ela pela nossa Área de Controle Sanitário de Portos, Aeroportos e Fronteiras.

Como o Dr. Expedito já colocou e nós, como somos uma Autarquia do Ministério da Saúde, nós seguimos as orientações técnicas de algumas ações da Secretaria de Vigilância e Saúde, da qual o Dr. Expedito faz parte.

Dentro do plano que ele já apresentou e colocando a fase em que nós estamos, as ações que a ANVISA está fazendo agora nas áreas de Portos, Aeroportos e Fronteiras, na primeira ação, são informações aos viajantes que estão se destinando às áreas onde estão acontecendo casos de gripe aviária.

Orientações simples, mas que permitem que essas pessoas que se dirigem a essas áreas, minimizem o risco de contato ou de contaminação durante suas visitas a trabalho, turismo ou por necessidades de estudo. São só orientações sobre a necessidade de lavar as mãos, nós estamos entregando um folder, começamos esse trabalho no final de novembro do ano passado, nós estamos entregando, em todos os portos e aeroportos e nas nossas fronteiras, um folder com orientações sobre esses cuidados, que dizem respeito a evitar, entrar em contato, se viajar para esses Países, evitar o contato com animais, com aves, evitar a manipulação dessas aves. Se for comer alimentos derivados de aves, comê-los sempre bem cozidos, não tem risco, e lavar sempre bem as a mãos. Essas são as informações que nós estamos passando aos viajantes que saem do Brasil para essas áreas.

Também informamos, caso eles tenham estado nessas áreas e apresentem alguns sintomas compatíveis com o que já ficou conceituado como caso suspeito, nos dado pela Secretaria de Vigilância e Saúde, eles devem procurar um posto de saúde.

Nós intensificamos, a ANVISA, a Gerência-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras, trabalha em todos os portos, aeroportos e fronteiras, nós estamos em 129 postos em todo o Brasil, entre portos, aeroportos e fronteiras. E a gente já faz um trabalho cotidiano de controle de viajante, de controle de produtos importados, e um trabalho que é feito e que, às vezes, gera um certo incômodo aos viajantes, porque todos nós quando chegamos no aeroporto, queremos sair logo, é uma coisa estranha, porque a gente está sentado lá no fundo do avião, o avião parou, nem bem encostou no *finger*, já está todo mundo de pé, com a mala na mão. E aí nós estamos lá na bancada, pegando a bagagem para fiscalizar. É uma situação que incomoda.

Nós fazemos isso por amostragem, mas nos casos de passageiros que estão vindo de áreas afetadas pela gripe aviária, nós estamos intensificando a fiscalização da bagagem acompanhada, ou seja, das malas. Por quê? Porque como já falou o Dr. Jamil, às vezes, por engano, por desconhecimento, de uma forma inadvertida, as pessoas podem trazer um produto que possa estar trazendo risco para o País. E para vocês terem idéia, em outubro do ano passado, no Aeroporto de Guarulhos, nós encontramos uma mala de um viajante, que continha seis quilos de língua de frango. Então, o nosso cuidado e a nossa intensificação nessa fiscalização e, como também já foi dito pelo Dr. Jamil, a necessidade que o Ministério da Agricultura sentiu em comprar e colocar nos aeroportos e nos portos esses detectores de matéria orgânica, nós temos detectores de metais, e agora vamos ter também detectores de matéria orgânica.

Lógico que todo esse trabalho é um trabalho conjunto, que nós fazemos junto com a Polícia Federal, junto com a Receita Federal e junto com o Ministério da Agricultura, até porque as competências nas áreas primárias em portos, aeroportos e fronteiras é da Receita Federal. E nós estamos tentando sensibilizar a Receita Federal para que nos permita (risos) um acesso maior a essas áreas para que possamos garantir a inspeção dessas bagagens.

Hoje, funciona de forma invertida. A Receita Federal, quando suspeita, nos chama. E nós estamos propondo à Receita Federal para que esse trabalho seja feito em conjunto. Esse é um dos trabalhos.

A ANVISA, quando se começou, nós participamos do comitê, que o Dr. Expedito já falou, participamos do GT lá do Ministério e participamos do grupo executivo. Mas nós entendemos que era importante criar um GT da própria ANVISA, porque não era só a área de portos, aeroportos e fronteiras que tinha alguma interface com o problema da possível pandemia da *influenza* aviária. Tem a área de registro de medicamentos, tem a área de inspeção de hospitais, tem a nossa procuradoria que, provavelmente, vai estar sendo também chamada para discutir a questão legal, de definições de isolamento e quarentena.

Então, nós formamos, em dezembro, um GT da ANVISA, que fazem parte deste GT, 16 gerências gerais, onde nós discutimos, semanalmente, todas as sextas-feiras nós temos uma reunião e nos organizamos quantos às ações que nós vamos fazer. Para vocês terem idéia, tinham sido inspecionados hospitais que podem receber isolamento, até outubro do ano passado, de 47, só três tinham condição de receber. A partir de nós aumentarmos as inspeções, como o Dr. Expedito colocou, esse número de hospitais já se ampliou e já existe a possibilidade de 58 hospitais receberem pacientes com sintomas ou como casos suspeitos de contaminação por gripe aviária.

Além disso, em dezembro do ano passado, nós organizamos, e foi efetivado em janeiro, o Encontro das Vigilâncias Sanitárias Estaduais, nós notávamos que estávamos nos organizávamos a nível central, a nível de portos, aeroportos e fronteiras, mas as Vigilâncias Sanitárias dos Estados precisavam estar tomando conhecimento, recebendo informação a respeito do que fazer, por exemplo, com o controle de feiras, com o controle dos resíduos que são gerados em granjas e para onde esses resíduos vão, ampliar o nível de controle de hospitais, melhorar a informação, o controle e a saúde do trabalhador.

Então, nós fizemos um encontro, estiveram presentes os Coordenadores de Vigilância Sanitária dos Estados, representantes e Coordenadores das Vigilâncias Sanitárias das capitais e representantes das coordenações dos Estados que fazem atividade de inspeção em hospital.

A gente tem participado ativamente, as nossas coordenações nos Estados, nós estamos localizados nas 27 Unidades Federadas, nas 26 e no Distrito Federal, em coordenações. E as nossas coordenações têm participado ativamente, estão participando na elaboração dos comitês e dos planos de contingência dos estados. E a proposta é começar a se discutir também planos para os Municípios. A partir do Estado, planos para os Municípios.

Através do grupo executivo, que é formado por 10 Ministérios, nós discutimos intensamente a necessidade de se criar ou não uma declaração única do viajante. Por quê? O que é que acontecesse? É mais

uma coisa que parece que é chata, mas, do ponto de vista da saúde pública, é de suma importância. Para vocês terem idéia, no ano passado, o caso... O Brasil tem erradicado o sarampo. E, no ano passado, um profissional do *surf* viajou e se contaminou com sarampo, chegou aqui no Brasil contaminado e contaminou outras pessoas durante o vôo dele, e nós tivemos uma dificuldade muito grande de receber essas informações das companhias áreas, para poder localizar as outras pessoas que tinham tido contato com o ele e poderiam estar contaminadas.

Então nós, discutindo com o Gabinete de Segurança Institucional, nós, o Ministro da Saúde, a ANVISA e a Polícia Federal e junto o Ministério do Turismo, preparamos, então, e conversando com as companhias áreas, dois sistemas. Um, que é um sistema de informações próprio que existe, que é exigido pelo OACI, que é a Organização da Aviação Civil Internacional, que é um banco de dados onde todos nós que viajamos temos que informar vários dados e isso fica à disposição das companhias áreas.

A ABIN, aqui no Brasil, vai ter esse banco de dados, com todas as informações, informações mais complexas, e nós estamos, acredito que daqui a uns 30, 40 dias, lançando, através de uma portaria interministerial, a chamada Declaração Única do Viajante, que vai ser entregue nos aviões que chegam ao Brasil e todos deverão preencher, tanto estrangeiros como brasileiros. Com informações mínimas. Ou seja, o nome, de onde está vindo, por onde passou nos últimos trinta dias, onde ficará no Brasil e o número do vôo. Por quê? Porque, caso haja, e nós cada vez mais acreditamos que não existe a possibilidade de pegar um cartaz e dizer para o vírus não entrar no Brasil. A Vigilância Sanitária acredita que é possível se minimizar risco.

Fazer barreiras é uma idéia antiga da Vigilância Sanitária, e nós estamos trabalhando já com outro foco. A Vigilância Sanitária ela tem a competência e tem a responsabilidade de minimizar risco. Essa declaração serve para que? Caso uma pessoa chegue ao Brasil, com a rapidez que são os trânsitos de aeronaves, ela pode passar por nós sem apresentar nenhum sintoma no momento da aeronave. E ela pode entrar no Brasil e apresentar um sintoma num Município qualquer. Quando ela for procurar esse serviço, esse serviço, imediatamente, vai notificar à Vigilância Epidemiológica do Município, que por sua vez, notificará a do Estado, e o Estado vai notificar a Vigilância Epidemiológica.

E através da rastreabilidade dessas informações contidas na declaração divergente, nós seremos capazes de, rapidamente, identificar todos os outros contatos dessa pessoa como os casos suspeitos naquele Município. Então, essa é a intenção da declaração única do viajante.

Nós estamos trabalhando também na questão de capacitação dos nossos trabalhadores. No período da SARS, que faz bem pouco tempo que aconteceu, a síndrome respiratória aguda grave, nós tivemos várias dificuldades, porque os trabalhadores que estão lá na ponta receberam muito pouca informação e foram muito pouco capacitados para usar, por exemplo, o equipamento de proteção individual.

Então, nós estamos querendo agora, já fizemos um primeiro contato com o Instituto Vias, da Universidade Federal de Santa Catarina, a nossa procuradoria entendeu que não havia possibilidade de dispensa de licitação, então, está sendo feito cartas convite para outras universidades, para preparar um curso que seja capaz de, rapidamente, (soa a campainha) através de ensino à distância, capacitar os nossos trabalhadores para o entendimento de que é que é a *influenza* aviária, como ela funciona e quais as ações que devem ser feitas para minimizar o risco da entrada desse problema no País.

Além disso, junto com esse curso, nós estamos preparando dois filmes. Um filme para a utilização de equipamento de proteção individual, ou seja, o que é que se coloca primeiro? Se coloca a luva? (risos) Se colocam os óculos? Se bota o propé, aquela coisa para proteger o pé? Isso são dúvidas que os nossos trabalhadores têm. Que tipo de EPI é necessário para entrar em contato? Quando é que se usa EPI? E isso vai ser um vídeo que nós estamos preparando, que vai ser utilizado para os nossos trabalhadores, vão ser capacitados primeiro os nossos trabalhadores e depois aqueles outros trabalhadores que trabalham nas áreas de portos, aeroportos e fronteiras. Porque nós temos que pensar que existem outras possibilidades de contato. A Polícia Federal trabalha conosco, a Receita Federal, o Ministério da Agricultura, as pessoas que fazem a limpeza e higienização das aeronaves, são os trabalhadores em aeroportos, ou no porto. Então, esse filme pretende, é pretensão nossa, capacitar, passar uma informação razoável para que essas pessoas tenham a noção da importância da utilização do equipamento da proteção individual, bem como o descarte desse equipamento de proteção individual. O que é que nós podemos reutilizar, o que é que tem que ser descartado.

E outro filme que nós estamos preparando, também para essa área, é em relação às questões de biossegurança. Nós estamos trabalhando nessa fase, já encaminhamos a SBS para aprovação, o informe sonoro. Ou seja, em vez de ficar entregando panfletos que tem um custo elevado para o erário público,

nós vamos passar nessa fase, assim que tivermos a aprovação da SBS, informar, através dos interfones do aeroporto, esses cuidados que eu falei para vocês, a necessidade de cuidado para a saída e o que é que tem que ter cuidado agora para a entrada. Ou seja, para os passageiros ficarem atentos para, quando viajarem e quando chegarem no Brasil, não trazerem produtos ou subprodutos de animais que possam colocar em risco o nosso País.

E, para finalizar, nesse momento, está acontecendo uma reunião no Ministério da Defesa, o Ministério da Agricultura, a ANVISA, a INFRAERO e o Ministério do Meio Ambiente, para definir qual é o melhor tratamento que nós vamos utilizar para a questão dos resíduos das aeronaves nos aeroportos. Então, para essa fase, são essas as ações que a Vigilância Sanitária, a ANVISA, vem fazendo nos portos, aeroportos e fronteiras do Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se o Presidente Papaléo Paes permitir e o Presidente Valadares também, que está aqui, ambos são Presidentes, Comissão de Assuntos Sociais e o Presidente da Subcomissão de Saúde, eu daria o seguinte encaminhamento. Se o Senador Papaléo Paes quer fazer algum questionamento à Mesa, depois ele viria assumir a Presidência dos trabalhos e eu retornaria ao Plenário, e daí o Senador Valadares, naturalmente, deve fazer algum questionamento, fará também. Eu quis apenas devolver a Presidência para o meu Presidente aqui da Comissão de Saúde. Senador Valadares, a alegria de estar V.Exª. com a gente aqui.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pela ordem, Senhor Presidente. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, da qual faz parte a Subcomissão de Saúde, que é Presidente o nosso Senador Papaléo Paes, e à Comissão de Direitos Humanos, aqui representada pelo Senador Paulo Paim.

Queria agradecer, e tenho certeza que os esclarecimentos que aqui foram trazidos com relação à gripe aviária e, de certo modo, pela repercussão dos pronunciamentos que aqui foram feitos e estarão tranqüilizando a população brasileira que, como todo mundo sabe, está acompanhando de perto o desenrolar dos acontecimentos e, principalmente, das providências governamentais e das instituições correlatas que cuidam da saúde pública do Brasil, com relação ao que pode ser feito para evitar esse mal maior, que casou algumas vítimas na Ásia.

E, se medidas acauteladoras não forem tomadas, quem sabe, isso poderá se tornar (soa a campainha), vamos dizer, uma crise avassaladora abarcando outros Países, inclusive, aqui o próprio Brasil, que é um grande produtor de frangos, que é essencial para o equilíbrio da nossa balança de pagamentos e que tem uma validade enorme para a geração de emprego e renda, de modo que eu apenas queria enaltecer o que o trabalho que aqui foi feito, por iniciativa da Subcomissão de Saúde, por iniciativa da Comissão de Direitos Humanos, com relação a ouvir essas autoridades que aqui compareceram, espontaneamente, como o objetivo puro e exclusivo de tranqüilizar a sociedade brasileira de que todas as providências estão sendo tomadas no intuito de prevenir uma crise maior, que poderia redundar em mortes em massa em nosso País.

Portanto, os meus agradecimentos e os meus parabéns a todos os palestrantes que se desincumbiram com muito brilhantismo dessa função específica de esclarecer a estas comissões e à sociedade brasileira, que acompanha a TV Senado todos os dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu queria, rapidamente, agradecer ao Senador Valadares, que preside a Comissão de Assuntos Sociais, e que tem incentivado que esses debates se realizem. A Comissão de Assuntos Sociais realizou de sexta-feira para cá, com essa, a terceira audiência pública, de temas que V.Exª. deu aval, pela sua importância junto à sociedade. Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, eu quero agradecer ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Antônio Carlos Valadares, primeiro, pela boa condução, pela condução excelente que faz na Comissão de Assuntos Sociais sobre os diversos temas que são levados para aquela Comissão. E depois, a participação dele muito ativa, o interesse muito grande, em que nós pudéssemos, primeiramente, aprovar o requerimento sobre este tema tão importante que estamos discutindo, mais uma vez, hoje. E depois, a agilidade no sentido de anteciparmos, para o mais breve possível, a realização dessas audiências públicas, que já tivemos uma semana passada e esta de hoje. Então, eu quero dar parabéns, Senador, pelo seu desempenho à frente da Comissão de Assuntos Sociais.

Hoje nós tivemos aqui quatro expositores. Eu acredito que os expositores eles vão nas principais áreas que nós nos preocupamos sobre essa questão da gripe aviária e que fazem com que nós tivéssemos recebido informações extremamente importantes.

Eu vejo que, tanto o Ministro da Saúde quanto o Ministério da Agricultura, a questão dos portos e aeroportos, que é extremamente importante, pela primeira vez eu estou ouvindo alguns pontos importantíssimos sobre a atuação.

Então, eu queria chamar a atenção para uma situação quanto à questão da população de uma ma-

neira geral. E aí eu me refiro ao Dr. Ricardo Gonçalves. Quando nós recebemos as informações que recebemos, através de revistas semanais, que são revistas que têm credibilidade diante da população, eu acredito que aquelas reportagens casaram um pânico muito grande na população. Quer dizer, o povo, de uma maneira geral, está muito mal informado sobre a realidade da gripe aviária, que é extremamente grave, preocupa a todos nós, eu sou Médico, e, logicamente, desvia, centraliza a nossa atenção para essa questão, que é extremamente grave.

Mas, eu vejo que a repercussão na área econômica foi dramática, está sendo dramática. O que nós lemos numa das revistas, era o seguinte que um técnico abalizado da EMBRAPA teria afirmado que a gripe aviária já teria até data marcada, setembro deste ano. Eu sou representante do Estado do Amapá, onde as informações chegam, onde nós não temos esse envolvimento dos Estados grandes produtores de aves, de exportadores, como é o caso do seu Estado, mas que lá também as pessoas estão com medo consumir carne de frango, medo, existe um pânico muito grande.

E, Dr. Ricardo, isso aí deve ter afetado muito a vocês, a preocupação de vocês. Eu vejo que isso é muito importante no sentido de que o Governo já deveria ter tomado a iniciativa de fazer um esclarecimento público para atingir toda a população brasileira no sentido de que a doença, hoje, não existe no nosso País. E que o Brasil está, ou estaria, preparado para todas as medidas preventivas, sem levar nenhum risco, caso a doença chegasse à população.

Então, eu vejo que, na parte econômica, deveria, inclusive o Senhor, como Presidente dessa instituição, deveria cobrar do Governo e participar ativamente junto com o Governo de uma maneira a esclarecer a população, para que a população saia deste pânico, que é um pânico extremamente prejudicial à economia do País. Então, a minha preocupação básica é essa.

Quanto à questão dos esclarecimentos técnicos, eu fiquei extremamente satisfeito. Vejo que todos aqui demonstraram que estão extremamente atualizados com o assunto, que estão participando desse processo que o Brasil precisa e que, logicamente, essas informações que nós recebemos hoje, nós vamos aproveitar para participar também, para que o legislativo possa participar desse processo, que é extremamente importante para a saúde pública do País e para a economia do nosso País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu convido o Senador Papaléo Paes a assumir aqui a Presidência, e eu vou ao Plenário, também fazer algumas perguntas e tenho certeza que o Senador Pavan vai agora, já inscrito, fazer as suas perguntas. E, no final, daí essa é a proposta, que Mesa responda, em bloco, os questionamentos dos quatro Senadores. O Senador Papaléo Paes, primeiro signatário desse Requerimento, assume os trabalhos da Comissão.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente Papaléo, Srs. expositores, eu estive, na semana passada, em Xanxerê, um Município do oeste de Santa Catarina, na Festa Nacional do Milho, e lá tinham expositores, tinha todo o tipo de produto (soa a campainha) para serem vendidos para as granjas de galinha, para criadores de frangos e eles falavam da queda na compra, que não havia mais muito interesse na compra de equipamentos, que estavam tendo um prejuízo enorme.

E eu fui conversar com uma das pessoas, eu não tenho os dados aqui, mas ele fala em alguns milhões de aves/dia que ele coloca a disposição da SADIA, da AURORA, da PERDIGÃO, da CHAPECÓ, ele nos falava lá quantos milhões de aves ele produz por dia, de frangos. E fez algumas justificativas e que me chegaram, ele falou pessoalmente, me chegaram agora por escrito, é um número bastante, é muita folha aqui para ler, para fazer as perguntas vai demorar um bocado. Mas, eu queria ler aqui aos amigos o que saiu no dia 24 de março de 2006. "Gripe aviária não atinge o País, mas afeta a economia da Santa Catarina". Diz que a *influenza* aviária não atingiu o Brasil e talvez nunca chegará ao País, mas seus efeitos econômicos já estão impactando negativamente Santa Catarina. O Celso Mattiolo, da empresa AVEPAR, não sei se conhecem, Santa Catarina, é um dos maiores produtores de frango. O Celso Mattiolo ficou quase uma hora falando comigo e mandou várias reportagens de jornais, estudos e pediu que eu desse conhecimento aqui do que ele mandou para mim. Eu vou ter que fazer isso num pronunciamento na Tribuna do Senado, porque vou ter muito mais tempo.

Diz que a avaliação foi feita, na semana passada, pelo Presidente da Associação Catarinense de Avicultura, Ronaldo Muller e pelo Presidente do Comitê de Sanidade Avícola, Sadi Marcolin, durante o Encontro da Federação Catarinense de Municípios, realizado no parque da Festa Estadual do Milho, em Xanxerê.

Marcolin, técnico da COOPERCENTRAL AURORA e Muller, Diretor da SADIA, destacaram que a cadeia avícola emprega quatro milhões de pessoas no Brasil, produz 2,7 milhões de toneladas e movimenta vinte bilhões de dólares por ano, dos quais, quatro bilhões de dólares são obtidos em exportações. Em Santa Ca-

tarina, onde a produção atinge 900 mil toneladas/ano, a atividade envolve 500 mil pessoas, incluindo 50 mil empregos diretos e nove mil famílias rurais.

Muller, cuja entidade reúne as indústrias avícolas do Estado, disse que a ocorrência da doença em vários continentes e a desinformação a respeito do assunto provocaram queda do consumo de carne de frango na Europa e em outros Continentes. Em conseqüência, as exportações brasileiras despencaram 40%, caindo de 240 mil toneladas para 160 mil toneladas/mês. Santa Catarina, que no passado era o maior produtor nocional e respondia por 70% das exportações brasileiras de carne de frango. Agora, responsável por 30 % das vendas externas do País e por 17,16% da produção nacional.

Essa mudança no quadro deve ser o extraordinário crescimento da cadeia produtiva do frango nas outras Unidades da Federação, em especial a do Paraná.

O Presidente enfatizou que as agroindústrias estão tentando minimizar os efeitos sociais da queda da exportação. Atualmente, cerca de 300 trabalhadores foram demitidos e outros mil empregados de agroindústrias entraram em férias coletivas.

O Presidente do Comitê de Sanidade Avícola, Sadi Marcolin, aliou uma série de razões para sustentar a que gripe aviária não chegará ao Brasil. A agroindústria avícola brasileira é a mais avançada do mundo e toda a cadeia produtiva, há mais de 20 anos, obedece a rigorosos padrões de biossegurança. As aves de corte são criadas em cativeiro, sem contato com outros animais. O acesso às granjas de todas as instalações avícolas é extremamente controlado. O sistema de vigilância sanitária está bem desenvolvido. Além disso, o País não é alcançado pelas principais rotas de aves migratórias.

Ronaldo Muller e Sadi Marcolin destacaram que as agroindústrias catarinenses criaram o Instituto Catarinense de Saúde Animal, ICASA. E, através dele, doaram 119 veículos e contrataram 119 médicoS veterinários, para reforçar as barreiras sanitárias em Santa Catarina.

Agora, indústrias e produtores querem que o Governo invista na adequação de laboratório CEDISA para a realização de análises avançadas. No final do encontro, lá estavam Prefeitos, comunidades, aprovaram a moção para que a Federação Catarinense de Municípios envie expediente ao Governo Federal, pedindo rapidez na implantação do programa de regeneração da avicultura brasileira, previsto na Portaria 48, do Ministério da Agricultura.

O programa foi proposto pela cadeia produtiva e prevê que os Estados ou grupos de Estados construirão circuitos pecuários nas regiões, com controles próprios, autônomos e independentes.

A lentidão do Governo na implantação do programa de regeneração foi severamente criticada pelos administradores municipais e pelos dirigentes industriais.

Eu fiz questão de fazer essa leitura, para mostrar o prejuízo que está tendo Santa Catarina e o Brasil, e as posições que estão tomando em relação a esse assunto.

Aqui coloca também o Sr. Celso Mattiolo inúmeras questões, e uma diz o seguinte: O vírus tem tido uma ocorrência mais freqüente nos Países com inverno rigoroso e muita neve. O vírus permanece pouco tempo viável ao calor. O Brasil é um País de clima quente, sendo assim, o H5N1 resistiria menos tempo no meio ambiente. As aves migratórias que chegam não são da mesma espécie das que estão infectadas na Europa e Ásia.

E vão dizendo inúmeras coisas. O número de pessoas que morreram, há quantos anos existem, e quando eles falam de outros assuntos, de quantas pessoas matam no Brasil, sobre outras doenças infecciosas que existem na área da saúde e que matam milhares de pessoas. E que, acham eles, segundo aqui, deve estar escrito, me contou Celso Mattiolo, que existe um interesse muito grande de um laboratório, de um dono de laboratório, que é parente do Vice-Presidente dos Estados Unidos, o irmão do Vice-Presidente dos Estados Unidos, que tem a vacina, que está criando a vacina para acabar com esse vírus. Eles querem uma política...

O caso é que estou resumindo aqui, porque eu não me recordo muito bem. Ele colocava que, em função dessa vacina que estão criando. Isso é uma política dos Estados Unidos, vem criar um problema mundial para poderem vender o produto. Eu só estou falando colocando aqui alguns assuntos, porque aqui tem tudo isso.

Mas, o tempo, Senador Papaléo, seria muito grande para ler o que nos foi enviado. Em cima desta matéria, gostaria que alguém, não sei qual é o setor, explicasse. E se realmente existe essa dúvida de que existe aí uma política por trás de toda essa denúncia, do próprio Estados Unidos. Se existe realmente alguém que esteja criando uma vacina há muito tempo, e que precisava desovar essa vacina, não sei se isso é verdadeiro ou não. E que tem uma ligação com o Vice-Presidente da República dos Estados Unidos.

Mas eu vou ler melhor a denúncia, eles falam com dados aqui. Com dados. E depois eu vou passar, inclusive, para a Comissão de Agricultura, ao nosso Presidente, o Senador Papaléo, dessa querida Comissão.

E também vou fazer um pronunciamento no Senado. Porque é uma denúncia grave, e foi no Estado, a denúncia ocorreu no Estado que mais produz frango no Brasil e que é responsável por 70% de frango no País. E onde está, em função dessa notícia, está havendo aí demissões e mais demissões, criando um problema sério para o nosso País. Eu só quero fazer esse relato e ver se tem algum fundamento, aquilo que eles estão colocando, ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Papaléo Paes, de forma muito rápida, eu quero cumprimentar aqui o Sr. Expedito Luna, Diretor do Departamento de Vigilância Epidemiológica, O Sr. Jamil Gomes de Souza, Diretor do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Sr. Ricardo Gonçalves, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango e o Dr. Paulo Ricardo de Santos Nunes, da Gerência-Geral dos Portos e Aeroportos e Fronteiras da ANVISA.

Primeiro dizer, Sr. Presidente, que eu estou satisfeito com a participação do Senado. O Senado, preocupado com o tema da chamada gripe aviária, já realiza, hoje, a segunda audiência pública. E já sabemos que há uma terceira audiência pública também na Comissão de Economia. E todas as partes envolvidas, quando convidadas, todas se fazem presente e colocam o seu ponto de vista. Eu considero de suma importância esse debate. Porque, além das vidas, o que está em primeiro lugar, há toda a vida econômica e social do nosso povo, da nossa gente.

Eu vi aqui que o Sr. Ricardo falava que três milhões de pessoas estão envolvidas e eu falava, na outra reunião, e vou repetir aqui, que o dados que eu recebi da EMBRAPRA dizem o seguinte. Conforme cálculo da EMBRAPA, a cadeia produtiva do frango, só vem confirmar o que V.Exª. dizia, gera quatro milhões de empregos no País. Ou seja, envolve cerca de quatro milhões de empregos, dos quais 400 mil empregos podem desaparecer por causa da crise econômica causada pela da gripe aviária. E aqui tem outros dados, naturalmente, como nos forneceram, que confirmam a exposição feita por V.Exª. do impacto econômico no País, que nos preocupa a todos.

Eu recebi também aqui um documento que, nesse momento, há uma audiência das Centrais e da CONTAG, dos trabalhadores, com os Ministérios do Trabalho e da Saúde, onde eles querem aprofundar esse debate, preocupados que estão com a questão da repercussão, no que tange ao emprego, preocupados em ampliar, inclusive, devido a essa situação, o seguro desemprego, a criação, inclusive, segundo os trabalhadores, de um fundo emergencial para alavancar o setor, com essa crise, vacinação e oferta de remédios, que vocês já aqui colocaram muito bem, e a questão dos equipamentos.

E eu recebi aqui agora também, de um Senhor que está aqui no Plenário, representando a Federação das Associações das Pequenas e Microempresas do Rio Grande do Sul, Sr. Fabriciano Alves, Presidente. Ele disse que está muito preocupado, porque o Rio Grande do Sul não tem laboratório credenciado para diagnosticar a gripe aviária. O Rio Grande do Sul exporta 70% da sua produção.

Tenho dados aqui também, Senador Pavan, na mesma linha que o você levanta. E aqui, inclusive, de Santa Catarina, dados da AVIPAL, que V.Exª. conhece muito bem, da SEARA, em Santa Catarina, do número de demissões e o número de trabalhadores já em férias coletivas.

Tem um outro dado aqui que, conforme previsão do próprio FMI, o impacto financeiro e econômico global de uma pandemia, de que a gripe aviária poderá fazer o PIB dos Países mais atingidos cair em torno de 25%, e que o desemprego pode chegar a 50% da mão-de-obra do setor.O preço médio do frango, não sei se os dados de V.Exª. confirmam, caiu em torno já de 14% no Rio de Janeiro.

Então, essas preocupações, elas existem e são reais. Porque eu noto que algumas pessoas... "Não, mas não chegou aqui no Brasil". Não chegou, mas já tem um impacto negativo na nossa economia. Que, além de levar os nossos produtores para uma situação muito difícil, significa, por outra via, demissão em massa. Eu dizia, me preocupo muito com a situação do dólar para quem exporta e o Rio Grande do Sul é um Estado muito exportador e, ainda agora, com a questão da gripe aviária.

Mas, ao mesmo tempo, quero cumprimentar aqui todos os painelistas, o Dr. Paulo, também o Dr. Expedito, como o Sr. Jamil, que colocam que há todo o um movimento, envolvendo em torno de 10 Ministérios, com a preocupação para debater esse tema da gripe aviária.

Sei do esforço que está fazendo também o Ministério da Agricultura, acompanho o trabalho do Ministro Rodrigo, do qual eu tenho muito respeito, enfim, a todos aqueles que atuam nessa área. Mas é, de fato, um momento que preocupa todos. Alguns dizem: "Não, ela não chegará aqui".

A gripe espanhola também diziam assim e, um dia, infelizmente, ela se tornou realidade. E por isso que medidas de prevenção têm que ser tomadas. Eu vi aqui também que o Sr. Ricardo colocava, de um

plano que foi anunciado e até hoje não foi divulgado. Eu acho que essa Comissão, Senador Papaléo Paes, se assim me permitir, poderá interceder também junto ao Governo, para que efetivamente o plano... V.Exª. só citou na sua fala, que haveria um plano que seria divulgado no Diário Oficial e que até o momento não saiu. Que efetivamente saísse esse plano, e que a gente pudesse, como disse o Senador Papaléo Paes, eu sei que o Governo dentro das suas limitações, porque todos nós temos os nossos limites, estar a evitar um pânico na população. Mas, quanto mais for anunciado a situação atual da gripe aviária, eu acho que é bom para todos.

E aqui, Senador Pavan, que levantou muito bem também, que... A segurança da produção brasileira, de forma tal que isso não venha prejudicar as nossas exportações. Se existem problemas em outros Países, aqui não existe. E vamos exportar com muita segurança. Mas é importante que a Senado continue aprofundando esse debate com toda a sua repercussão. Claro, em primeiro lugar as vidas, mas, sem sombra de dúvida, eu que me preocupo muito com o emprego, emprego também é vida. Se nós não tivermos emprego e a saúde financeira das nossas empresas, isso pode significar demissão em massa.

E nós sabemos a devassa que está sendo na região do calçado. Olha bem o que eu estou dizendo. Só com a situação do calçado. Famílias inteiras que trabalham em empresas de calçados. Trabalhavam. E estão sendo demitidas em massa. E a questão do frango é semelhante, pelo menos em uma grande parte lá do nosso Rio Grande.

Então, eu levanto muito mais essas preocupações e, naturalmente, eu vou ouvir aqui as ponderações dos quatro convidados. Era isso, obrigado. E parabéns, Senador Papaléo Paes, que foi quem nos procurou para que essa audiência acontecesse e está acontecendo em toda a Casa.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – O Senhor me permite, Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Senador Leonel Pavan.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Para colaborar. Eu não vi a explanação de nenhuma das pessoas que foram convidadas, e peço desculpas, porque estava em outra Comissão.

Mas, eu queria passar mais algumas informações. Diz que a avicultura brasileira, por ser uma das mais desenvolvidas do mundo, não sofre os mesmos riscos que a avicultura praticada na Ásia. Por exemplo, para desenvolver a doença quais são esses nossos diferenciais de qualidades a pergunta foi feita. E o seguinte, temos um País com extensão continental e a nossa densidade populacional é muito menor que a dos Países asiáticos.

Criamos nossas aves nos conceitos mais modernos de prevenção de doença, ou seja, o avicultor que cria frangos não pode ser criador de outras aves. Os asiáticos trabalham com sistemas diferentes onde criam frangos, patos, gansos e aves na mesma propriedade.

Criamos nossos frangos em galpões fechados. Os asiáticos, normalmente, possuem aves soltas ou em galpões não fechados. Aves silvestres têm acesso às criações, na maioria dos casos.

Criamos nossas aves com idade única nas granjas. Quando um lote de frango vai ao abate, não permanece nenhuma ave viva na propriedade.

Assim, não perpetuamos as doenças na propriedade. Essa prática não é comum nos Países Asiáticos. Inclusive é limpado todo... É feita uma limpeza geral.

No Brasil, as pessoas ficam pouco tempo em contato com as aves, visto que os aviários possuem alta tecnologia e equipamentos, tornando desnecessários contatos do produtor com as aves. Nos paises asiáticos existe um contato prolongado e estreito com as aves, pois a avicultura não é muito tecnificada.

Eles citam inúmeros casos. E aí fala o seguinte aqui, Presidente, que Rússia, Bulgária, Japão, Coréia do Sul, Mongólia, Grécia, Itália, Eslovênia, Reino Unido, Romênia, Ucrânia, Alemanha, Cazaquistão, Nigéria, Níger, todos esses Países não tiveram, aliás, só no Japão, que morreu uma pessoa, na Bulgária, infectou uma com vírus, na Rússia, nenhuma pessoa infectada. Bom, exceto esses, nenhum desses Países tiveram pessoas infectadas, estão aqui os dados, nenhuma. E considerando que lá houve a notícia, espalharam a noticia, mas nenhum desses países teve, não houve nenhuma pessoa infectada.

Eu estou passando aqui dados que, se não forem verdadeiros, aí tem que punir quem está passando a informação, se não for verdadeira. Porém, se verdadeiro, está se fazendo uma guerra, uma concorrência desleal com o nosso País, com prejuízos irreparáveis. O Brasil, nesse sistema, é um dos melhores do mundo, Presidente.

Não dá para ficar igualando coisa que não existe, nenhuma técnica, não existe nenhum... Algo que se leve a sério, como se leva no Brasil. Países que não levam... E misturam tudo, aves silvestres com frango, é uma bagunça. Aqui existe um controle total e acompanhamento, inclusive, por parte de pessoas técnicas. Esses dados aqui, se for necessário, sejam usados.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan. Com a palavra, o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, eu volto a ocupar este microfone, para salientar um assunto que foi objeto de comentários num jornal distribuído pela União Brasileira de Avicultura, onde é que consta que o Governo Federal, através da Portaria nº 48, do Ministério da Agricultura, determinou, elaborou um plano nacional de controle e prevenção das *Doenças de Newcastle* e prevenção da *influenza* aviária.

O texto permaneceu, até o dia 20 de março, em consulta pública, naturalmente visando a receber sugestões, para que a portaria, no caso, pudesse ser modificada em benefício da avicultura. E o Governo, no que diz respeito à proibição do trânsito, entre Estados, de aves vivas para abate e descarte, o Governo resolveu dar uma parada para pensar.

Então, nesse caso, cada Estado, ou bloco de Estados, poderá restringir o ingresso de aves vivas para o abate ou descarte, desde que comprovada diferença de estágio sanitário ou de eficiência do serviço de defesa. Quer dizer, se um determinado Estado tiver cobertura sanitária, estiver preparado para a prevenção de doenças, inclusive da *influenza* aviária, esse Estado naturalmente que está, que não pode receber o trânsito, não pode receber a carga, nem o transporte de aves de um Estado que não se preparou a para a ocorrência ou a eventualidade da doença.

De forma que eu gostaria de saber do nobre representante do Ministério da Agricultura, o Dr. Jamil Gomes de Souza, que é Diretor do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura Pecuária de Abastecimento, gostaria de saber se essa consulta que foi feita ao público realmente já terminou, se algumas sugestões foram colhidas e, no caso da proibição do trânsito entre Estados.

Naturalmente, que os Estados terão que, voluntariamente, e através de leis aprovadas pela Assembléia Legislativa, terão que obedecer esse plano, terão acompanhar esse plano. Quais os Estados que aderiram a esse plano, quais as perspectivas de uma adesão no Sul, no Nordeste e nas demais regiões e, volto a repetir, se a consulta já terminou, no caso de ter terminado esta consulta, quais as sugestões que foram apresentadas para a modificação da portaria a que me referi, que trata do plano nacional de controle e prevenção da doença de *newcastle* e prevenção da *influenza* aviária.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Senador Mão Santa, V.Exª. deseja... Então, **convido o Senador Antônio Carlos Valadares a vir presidir os trabalhos.** E a sugestão é que os expositores comecem a fazer as suas considerações sobre as perguntas e as considerações finais sobre a nossa audiência pública.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então, vamos começar pelo lado direito, com o representante do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura. Em seguida, os demais componentes da Mesa, os convidados, terão cinco minutos para os seus esclarecimentos finais e resposta a alguma pergunta que foi feita, que interesse a cada um dos participantes.

SR. JAMIL GOMES DE SOUZA – Bem, nós, para implantarmos um sistema de defesa sanitária animal, e claro que isso custa muito, então, há naturalmente, além de uma necessidade de aporte de recursos financeiros na área de defesa sanitária animal, também a questão da oportunidade da aplicação desses recursos. Então, não é somente na questão de registro que nós estamos atravessando realmente uma crise, não só uma crise na questão da preparação desse plano, mas também uma crise com relação a outras doenças que têm impactado severamente o País.

Além disso, tecendo alguns comentários com relação ao que se foi dito, do que se diz, porque me parece que o surgimento de grandes especialista que começam a marcar datas, só está faltando a hora do ingresso da doença no país. Isso naturalmente demonstra, e realmente nós temos a necessidade de uma melhor comunicação, porque não tem o menor sentido, a não ser que essas pessoas tenham este dom ou têm essa condição de que isso aconteça.

Então, a gente vê circulando, às vezes, na imprensa, algumas afirmações que realmente não procedem. Quer dizer, vai chegar em setembro, eu já ouvi falar que chegaria depois do carnaval, eu não sei se chega depois da copa. É difícil, só que isso há um impacto muito grande junto à população e, naturalmente, junto exatamente ao agronegócio e que realmente muito grande, como já foi colocado aqui, para às vezes ficar exposto a esse tipo, por exemplo, a esses comentários.

Com relação também à questão que foi colocada, que o Senador Pavan tinha colocado de algum relato de que o vírus não chega no Brasil, quer dizer, também você pode ter o melhor sistema de defesa sanitária, você pode ter as melhores condições, você consegue diminuir essa possibilidade. Você nunca pode dizer que isto não vai ser possível. O que nós temos que fazer é envidar todos os esforços necessários para que isto não ocorra.

Mas não existe esse em biologia, e quando se trata de vírus, não existe esse chamado risco zero. Nós

temos, sim, que trabalhar muito e fortemente para que esse risco comece a diminuir dia após dia.

Também diz algumas coisas com relação à questão do vírus, que ele não sobrevive a temperaturas elevadas, mas é interessante que no Laos, no Camboja, no Vietnã, as temperaturas lá são tão ou muito mais altas do que o que ocorre no Sul do Brasil. E lá ela fez, praticamente, uma verdadeira festa, o vírus realmente ele ficou ali e ele se desenvolveu muito bem naquela região. E nós realmente não temos informações científicas com relação a essa questão de temperatura. É claro que se for fazer isso no Deserto do Saara, seguramente, as chances serão muito menores.

Mas a gente tem que se preocupar muito com a questão da concentração de animais, com relação, principalmente, à questão dos sistemas produtivos, à questão das biosseguranças. O que é que é que tem que ser feito? A criação da vacina, que resolverá o caso, também nos parece que... Bom, em primeiro, há uma necessidade do vírus sair das aves e entrar no ser humano, e daí, ele sofrer uma mutação e passar de humanos para humanos. Quer dizer, e essa vacina, que vacina é essa? Porque eu não sei qual o vírus que vai ocorrer. Qual que é... Essa mutação vai dar para uma... Ele vai ser mais perigoso ou menos perigoso? Na realidade, ninguém sabe.Quer dizer, há uma necessidade dele mutar. Agora, a vacina que está sendo produzida, ou que vai ser produzida, ou que alguém já produziu, quer dizer, isso é uma questão também que... Por isso é que, às vezes... Já existe uma vacina, se existe essa vacina em algum País e que precisa ser desovada, de repente, aí eu não se as pessoas já têm o vírus mutante, mas acredito, e acreditamos piamente, que não. País nenhum seria louco de fazer uma coisa dessa. E é claro que isso existem controles em outros Países, não é só aqui. Existem controles com relação a ingresso desse tipo de agente. Porque ele pode servir a outras causas, não simplesmente à questão econômica.

Eu vou falar aqui do Senador Pavan. Ele falou sobre a rapidez do programa de regionalização. Mas aí eu vou aproveitar e falar com relação (soa a campainha) à Portaria 48. O Senador Paulo Paim falou sobre a questão do credenciamento de um laboratório no Estado do Rio Grande do Sul.

Essa também é uma doença que você tem que concentrar os laboratórios, não podem espalhar laboratórios por todo o País. Esses laboratórios têm que ter um sistema de biossegurança e com pessoal altamente treinado, até porque, ao invés de resolver um problema, dependendo do tipo, se não estiver num local adequadamente instalado, com pessoas treinadas, com um sistema de biossegurança adequado, ao invés de você resolver o problema, você estaria multiplicando esse problema.

Portanto, no Brasil, o local de análise, de diagnóstico de suspeita de qualquer doença isso está localizado em Campinas. Quer dizer, então, todas as suspeitas são direcionadas a esse laboratório. Quer dizer, é muito mais fácil você fazer, até porque é difícil você tentar capacitar. Vamos tentar difundir em outros laboratórios, mas que esses laboratórios tenham pessoal qualificado e tenham condições de biossegurança.

Com relação á questão da Portaria 48 e o plano que não foi anunciado. Bom, essa é uma discussão que nós estamos tendo, na construção desse plano, com a iniciativa privada e, aliás, aqui é importante frisar, porque esse não é um interesse do Ministério da Agricultura, é um interesse da sociedade. Então, isso nós discutimos, e não é só na questão da agricultura, também na questão das outras doenças, de bovinos, de suínos, de caprinos e de aquáticos. Nós temos que discutir isso com quem mais interessa, porque interessa ao Brasil, interessa diretamente aos produtores e à cadeia em si.

Então, foi depois de longas discussões, nós mandamos à consulta pública a Portaria 48. Essa Portaria 48 ficou até a semana passada, até o dia 20, e é claro que todas as sugestões que foram recebidas, que foram várias, que foram muitas, e elas estão sendo sistematizadas e analisadas, para que dê uma formatação e para que ela realmente passe a valer, ou seja, possa ir a nível ministerial, para que o Ministro assine, então, uma instrução normativa relacionada à sua aplicabilidade.

É claro que hoje nós não estamos totalmente descobertos. Nós temos um decreto, que é bastante antigo, é de 34, mas dá cobertura à ação de qualquer doença exótica que possa ingressar no País. Então, esse decreto, ele, volto a repetir, apesar de ser bastante antigo, mas existe, e impressionante como ele, às vezes, é atual. Então, a gente tem condições de qualquer doença que possa entrar no Brasil, nós temos condições de aplicá-lo.

Neste plano há, e aí é dentro das questões quando se constrói uma legislação e um plano, nós temos que ter todo o cuidado possível de que o que nós aplicarmos aqui não seja motivo para nos colocar empecilhos no comércio internacional. Então, por isso que nós temos que ter algumas justificativas, e essas justificativas são importantes para não dar brecha que amanhã, no comércio internacional, nos coloque exigências incabíveis. Então, mais ou menos, se exigem, e isso nós temos tivemos no caso de bovinos, se há restrição entre um Estado, porque eu quero que me dê as garantias quando eu importar qualquer tipo de

produto, então, nós temos que ter exatamente dentro dessa discussão, dessa análise, saber o que é que nós podemos aplicar aqui, e que não possa ser uma brecha que, internacionalmente, comece a nos colocar empecilhos. E nós estamos aí em uma fase extremamente difícil, porque essa questão de baixa do consumo internacional, por problemas, por exemplo, na Europa, e que, se amanhã ou depois alguém quiser colocar alguma barreira, pode simplesmente pegar em algum pontos que nós utilizamos aqui dentro e dizer: "Bom, se há proibição..." Mas isso é uma coisa que nós vamos ter ainda, e está na questão da discussão, nós ainda vamos voltar a discutir com o setor interessado, para ver qual é a melhor saída para a implantação desse plano (soa a campainha).

Só finalizando, com relação à adesão desse plano, ou seja, na melhoria do sistema de atenção veterinária, porque aí nós teríamos condições de dizer que a restrição sanitária é porque determinado Estado cumpre com as suas obrigações no programa nacional de vigilância de doenças das aves e, outros Estados, até por não ter o interesse comercial, não ter um sistema produtivo mais avançado, eles deixam de cumprir.

Então, é claro que tem que ser privilegiado quem tem interesse e que, naturalmente, investe. E que, naturalmente, quem investiu e tem isto implantado, ele pode, para proteger o seu rebanho, o seu território, ele poderá naturalmente colocar as exigências, e é claro que essas exigências têm que estar estabelecias, e para que ele não coloque, não só o seu rebanho em risco, mas também, aí sim, como dar garantias ao comércio, aos parceiros internacionais de que "Eu desenvolvo esse trabalho" e, portanto, ao apresentar isso, você tem condições de requerer também melhores condições nas negociações. Então, em resumo, Senador, seria isso, e também coloco-me ainda à disposição se houver mais alguma pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agradeço ao Dr. Jamil. Agora passamos a palavra ao Dr. Expedito Luna, Diretor do Departamento de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde.

SR. EXPEDITO LUNA – Na maior parte das questão colocadas diz respeito à questão econômica, da agricultura, mas eu creio que tem algumas colocações que foram lidas pelo Senador Pavan que acho que era bom a gente esclarecer.

Eu creio que algumas disposições de tentarem desqualificar o problema não ajudam a gente a tentar resolvê-lo, quer dizer, o problema existe, é real e que o País tem mais é que, como colocou o Jamil aqui, se preparar para enfrentá-lo.

Essa teoria conspiratória de que alguém tem a vacina e tal, isso não existe. A vacina, pelo menos, a vacina humana, ela é produzida a partir de uma liderança da Organização Mundial da Saúde, há quase 50 anos. Então, toda a rede de Vigilância Epidemiológica, do mundo inteiro, ela passa o ano coletando vírus e vendo qual é o mais freqüente. E seis meses antes da produção da vacina, porque esse vírus muda muito, então, a vacina de um ano não é a mesma do ano anterior. Então, a cada seis meses, os Países se reúnem e, ao analisar os dados da vigilância, vêem quais as três cepas do vírus mais freqüentes daquele ano, e é para elas que a vacina do ano é produzida. Então, não há uma vacina estocada. A cada ano, a vacina é diferente. E mesmo para esse vírus H5N1, se ele vier ao se tornar um vírus humano, ele será um outro vírus não mais o que está circulando hoje. Então, uma vacina produzida hoje não vai servir mais.

O que a gente está fazendo, e o mundo inteiro, a Organização Mundial da Saúde sequenciou geneticamente esse vírus e criou um vírus que não é patogênico. Então, isso está servindo para que os laboratórios treinem fazer a vacina a partir dele. Por quê? Porque é um produto vivo, o vírus é vivo. Às vezes, um vírus que é o mais freqüente daquele ano, quando se coloca na cultura, ele não cresce. Então, ele não serve para se fazer vacina. Então, o que está se fazendo é a experimentação com o vírus que está sendo isolado hoje das pessoas, mas, tendo claro que, se vier uma pandemia humana, essa vacina de hoje talvez não sirva, vai ser necessário outra.

Então, em resumo, a vacina anual é uma corrida contra o tempo. A gente produz essa vacina, o mundo inteiro, todas as multinacionais, em seis meses. Então, não existem estoques.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Me permite? Vamos debater. Me permite, Presidente? Talvez, eu coloquei mal aquilo do que eu... Aqui está escrito que eu tenho que ler todo o processo.

Eu falei em estoque. Mas, a patente, de repente, dessa empresa. Eu queria aproveitar, Expedito, o seguinte. O ministério informou, na semana passada aqui nessa Comissão, que não existem casos de gripe aviária no Brasil e que, por enquanto, não há porque nos preocuparmos. Há pouco V.Sª. disse que existe um caso. Quem falou aqui, pelo Ministério da Saúde.

SR. EXPEDITO LUNA – Sim. Foi o meu chefe, o Secretário.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – E o Senhor está dizendo que existe.

SR. EXPEDITO LUNA – Não, eu não disse, não. Eu não falei que existe. (soa a campainha) Eu estou

falando a gripe anual, humana. Nós passamos o ano coletando espécimes.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Esse caso, então, não existe? Esse caso de gripe aviária não existe? O Senhor disse que existe.

SR. EXPEDITO LUNA – Não. A gripe humana. Eu não estou falando em gripe aviária. Inclusive, a gripe aviária é assunto do Jamil, do Ministério da Agricultura. A minha questão é humana. (soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agora eu passo a palavra ao Dr. Paulo Ricardo Santos Nunes, Gerente Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras da ANVISA. V.Exª. terá cinco minutos.

SR. PAULO RICARDO SANTOS NUNES – Eu queria já agradecer ao convite feito à ANVISA para estar aqui.

E, duas coisas que eu gostaria de chamar a atenção. Uma, comentada pelo Senador Pavan, que na Turquia não existiu nenhum caso. Segundo as informações da OMS, existem, em 2006, 12 casos na Turquia, com quatro mortes. Então, depois... Humanos, isso. Depois eu posso deixar com o Senhor, a referência é da Organização Mundial de Saúde. E outra questão que foi levantada é a questão da comunicação. Essas reportagens que estão saindo em várias revistas falando das predições de que o vírus vai...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Os nomes que eu li aqui, eu não citei nenhuma vez Turquia. Eu citei Rússia, Bulgária, Japão, Coréia do Sul, Mongólia, Grécia, Itália, Eslovênia, Reino Unido, Romênia, Ucrânia, Alemanha, Cazaquistão, Nigéria e Níger. Mais nada.

SR. PAULO RICARDO SANTOS NUNES – Então, o Senhor desculpe.

E a questão da comunicação, e essas predições de que vai chegar em 18 meses, em seis meses, é como todos já falaram, é impossível fazer essa predição, não tem como a gente medir esse risco, a gente sabe que o risco existe, e o que o Governo vem fazendo, e os órgãos competentes para isso vêm fazendo é tentar, como o Jamil colocou, minimizar esse risco e levar esse risco a zero. Mas, o risco existe.

E em relação à comunicação, nós estamos assim sendo preparados dia a dia, para poder comunicar à população de uma forma sensata, em a que a gente informe, passe a informação, essa informação possa ser acolhida pela população, de forma a tranqüilizá-la, por exemplo, como a gente tem feito. Nós estamos fazendo essas informações para os viajantes, dizendo que se forem para esses lugares onde tem gripe aviária, comer o frango bem cozido não tem problema. Não existe risco. Isso já está avaliado cientificamente. E todas as informações que a gente dá aqui no Brasil, que não é pouca, todo dia são milhares de entrevistas que nós temos que dar, porque sempre tem os contrapontos, lá o cientista "Fulano de Tal" falou que vai chegar em 18 meses. Aí ligam para nós: "É verdade isso?"; "Não, não é verdade". E a gente tenta novamente esclarecer a população. Então, por parte da ANVISA, o trabalho que nós estamos fazendo...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Me permite, Paulo. Vamos debater. Aqui diz o seguinte. Mais uma aqui. É o seguinte. Até o momento, se o Presidente me permite, Presidente Valadares, até o momento, 9 de março de 2006, houve 94 mortes por *influenza* aviária no mundo de um total de seis bilhões de habitantes do planeta. Essas 94 mortes ocorreram (soa a campainha) num período de dez anos, desde a que doença foi notificada. É verdade?

SR. PAULO RICARDO SANTOS NUNES – É verdade. O dado que eu tenho é um dado de 24 de março, mas só para lhe dar, em relação à questão de vacina, ter vacina ou não ter. O dado que nós temos aqui é de 24 de março de 2006, e estão em 105 mortes. Mas, isso em humanos, porque, o que é que a gente tem que costumado a falar? É que esse vírus não sabe pular, ele não apreendeu a sair da ave e entrar no homem. E a nossa preocupação é que ele apreenda a fazer isso, e que haja uma transformação e, aí sim, aconteça a pandemia de *influenza*.

Por enquanto, não existe pandemia, não existe endemia, não existe epidemia de *influenza* humana. O que existe é a gripe aviária. E essa preocupação dos ministérios do mundo inteiro de se preparar para uma possível pandemia, é com esse receio de que o vírus, que hoje não sabe pular, porque, quantas aves já morreram no mundo inteiro? São bilhões de aves que morreram com a gripe aviária. Mas, seres humanos, graças a Deus, só 105 pessoas, que tiveram, entraram em contato, adquiriram o H5N1 e vieram a falecer. (soa a campainha)

Eu queria agradecer, mais uma vez, pelo convite e me coloco à disposição, e a ANVISA também, para qualquer esclarecimento necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Agora ouviremos o Dr. Ricardo Gonçalves, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango, para suas declarações finais.

SR. RICARDO GONÇALVES – Eu teria dois comentários a fazer. O primeiro diz respeito à Portaria 48, que estava em consulta pública. Eu gostaria de fazer um comentário que é o seguinte. Para nós do setor privado não é importante se vai ou não chegar o vírus da gripe aviária, o que é importante é o que nós de-

vemos fazer, neste momento, para poder, em primeiro lugar, prevenir e, em segundo lugar, na eventualidade de ter, controlar. Então, a discussão do fundo de que se vai ser daqui a seis meses, 12 meses, 18 meses é irrelevante frente a medidas que nós devamos tomar. Isso tem muito que ver com a Portaria 48.

O setor privado reclama um rigor muito forte na aplicabilidade dessa Portaria 48, por um motivo muito simples. Vamos fazer um paralelismo, para que fique claro para todos. Façamos de conta que eu estou comprando uma casa num determinado lugar. E eu decido que vou colocar tranca na porta da minha casa. A rigor, como eu nunca fui assaltado nesta casa, eu não precisaria colocar esta tranca. Para que colocar a tranca? Deveria confiar na sociedade, em que não haveria, não passaria nada comigo. E é mais ou menos a mesma atitude que o setor privado tem com relação à gripe aviária. Ou seja, na verdade, tem que se colocar trancas e trancas extremamente rígidas, que permitam que nós controlemos, antes que aconteça, o problema. De forma tal que o setor internacional inclusive nos compreenda, que as medidas que nós estamos tomando, foram tomadas para evitar que houvesse uma contaminação maior dentro do País.

Então, nós temos duas correntes de pensamento. Uma corrente de pensamento onde nós levamos o *status* sanitário a uma situação, num determinado tempo, e aquela um pouco mais dura, que é "Vamos tomar uma atitude já, para poder controlar e permitir que a gente não tenha possibilidade, ainda que remota, até de contaminação cruzada entre Regiões ou Estados".

A Portaria 48 é uma portaria que é voluntária. Ou seja, o Estado subscreve a seu interesse. O Estado pode não subscrever. Portanto, no nosso pensamento, esse rigor ligado ao fato de que ao Estado compete, querendo ou não, participar desse plano é de fundamental importância para nós. E é por isso que nós insistimos nesse rigor com relação à aplicação dela.

Depois, a segunda parte da explanação tem a ver com o plano de comunicação, que foi comentado pelo Senador Paes. É certo que a gente sempre está com a possibilidade de que a imprensa em geral saia com alguma notícia de surpresa com relação à gripe aviária, é certo também (soa a campainha) que o setor tem feito o maior esforço e envidado todo o esforço em explicar para todos, a respeito da gripe aviária. Porém, eu acho que caberia dentro da Comissão Interministerial, e eu imagino inclusive que, com a explanação que o colega teve a atenção de fazer aqui, a parte de comunicação contempla que haja um maior esclarecimento para diferentes tipos de setores, diferentes meios de comunicação e por áreas inclusive independentes, porque uma empresa ou um setor ligado à indústria do frango, falar a respeito da gripe aviária, seria até responsável por fazer isso, mas cria uma certa dose de Juiz de parte dentro da situação.

Então, acho uma atitude, como o Senador Paes apresentou, de que houvesse, e nós temos falado com o Governo a respeito, mas, acredito que na Comissão interministerial que foi constituída esse assunto tenha sido contemplado, inclusive na apresentação nós pudemos ver. Porque, há uma série de trabalhos frente a comunidades, frente a escolas, frente a, eventualmente, usar pessoas que não sejam, que tenham credibilidade e não sejam ligadas ao setor, para poder, a nível televisivo inclusive, poder comunicar o assunto da gripe aviária de uma forma que compreendido às diferentes camadas em termos de instrução, porque isso é um problema bastante importante de ser vencido.

Então, a nossa idéia é que o Comitê interministerial deve se ocupar dessa comunicação.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Permite, Presidente, ainda. O debate é importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois não. V.Exª. tem a palavra, como último orador.

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – É o seguinte. Nós estamos ouvindo muito na mídia nacional o que poderá acontecer no futuro em relação de mortes, eu falo em milhões de pessoas que poderão morrer no futuro. Isso é uma notícia ruim, que aparece na mídia. E a notícia ruim corre mais a boca pequena e vai, vai aumentando, e está ficando grave. Muitas pessoas me perguntam: "Mas será que isso realmente vai ocorrer, essa gripe vai matar tantas mil pessoas, milhares de pessoas". E a pergunta é feita diariamente.

Está acontecendo uma certa intranqüilidade, principalmente na população menos informada. O Governo Federal gasta em mídia, o que é uma coisa de louco, no aeroporto você, a cada cinco notícias que sai nos trinta segundos, três é do Governo. Por que é que o Governo, até agora, não tem uma divulgação para tranqüilizar a população brasileira? Porque é um caso gravíssimo, está mexendo com a economia do Brasil. Desempregos, e todos os agricultores estão sendo demitidos, e estão vendo isso como uma doença incurável e que vai morrer. "Eu não quero mais trabalhar com frango, eu vou morrer, vou pegar gripe, quero ir embora". Estão saindo de cidades ou de empregos que trabalham com frango, com medo da gripe.

E não há uma informação, tem informação do proprietário. "Mas o dono quer que eu fique aqui por causa que não vai ficar sem empregado, sem funcionário"; "E eu não fico mais". Não há, por parte do Governo, uma campanha publicitária para tranqüilizar a

população brasileira. Não há. Apenas a de que existe o caso. Existe. Mas, estão aí os proprietários tentando dizer que não é tão, os produtores, que não é tão grave assim, que é mais calmo, e o Governo não diz nada. E mais, eu não conheço nenhum programa, eu não vi aparecendo, nenhum programa para que isto não ocorra no Brasil. Está havendo algum programa nacional, para que não venha ocorrer no Brasil? Está havendo. E a população está sabendo que está havendo? Nós estamos desassistidos. Se existe, o povo não sabe. O que sabe é que tem pessoas morrendo no mundo por causa da gripe. Nós mesmos, quando vamos comer um frango, até há gozação na hora. Eu estava agora em outra festa no interior de Santa Catarina, onde o prato predileto era frango, e a gozação na fila era só sobre a gripe. "Quer morrer mais cedo ou mais tarde?"; "Vai pegar gripe já ou não?" Começa... E isso muda a vida dos agricultores.

Eu recebi, por parte de uma mãe, o pedido de um emprego para o filho dela na cidade, uma cidade maior. "Senador, vê se me arruma um emprego, porque eu não vou deixar mais meu filho trabalhar com frango, não vou mais deixar, porque não sabe se já tem ou não". E começa, porque só se fala que a gripe aviária poderá causar milhares de mortes. Falta de informação por parte do Governo. E nós temos que assumir isso. É verdade. Eu não vi, até agora, um comunicado do Presidente da República, do Ministro da Saúde, da Agricultura. "Ei, calma aí. Isso não é tão grave assim, não. Nós estamos combatendo com isso, isso, isso e aquilo, existe lá, mas aqui ainda não chegou. Os produtos aqui são de qualidade. E vamos continuar cuidando, fiscalizando". Mas tem que avisar, fazer com que (soa a campainha) a população fique bem informada com o trabalho que ele está realizando. Principalmente porque tem o contato com as aves diretamente e ele está achando que está correndo risco de vida.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – De fato, Senador Pavan, não só o Governo Federal deve ter essa preocupação, de uma divulgação maciça a respeito desse assunto, para tranqüilizar a população, principalmente a população envolvida com os criatórios de frangos, também os Estados e os Municípios devem se engajar nessa luta. Colocar a só o Governo Federal, que tem que colocar essa divulgação, que tem fazer essa publicidade, por exemplo, no Estado de V.Exª., e V.Exª. disse aí, que há uma preocupação, que há realmente uma perda de ganho na atividade aviária, em virtude desse pânico que se instalou...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Mas não dá para jogar essa responsabilidade para os Municípios, porque as aves vão de um lado para outro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu darei a palavra a V.Exª. daqui a pouquinho. Então, eu acho que a preocupação de V.Exª. tem sentido, mas é preciso que haja um engajamento, quer dizer, uma integração entre a União, os Estados e os Municípios, porque a produção é feita é no Município, a produção é feita no Estado. Logicamente que a União tem que ter a sua parte, e a parte que cabe ao Governo da União, é justamente prevenir, controlar e se preparar para a eventualidade de isso vir a acontecer aqui no Brasil.

Eu acho que também tem muita gente espalhando pânico. E isso, qual é o efeito disso aí na economia do nosso país? Tem muita gente aí desse desinformada. Se sai num jornal, se sai numa revista dizendo que dentre em pouco, daqui a 15 dias chega a gripe aviária no Brasil, eu mesmo sou um comedor, (risos) eu me alimento, praticamente, de frango. E toda vez que eu estou me alimentando, eu me lembro da gripe aviária, mas eu mando sempre a nossa secretária cozinhar bem o frango, conforme os médicos nos orientam, e não vai acontecer nada. E não é fácil a instalação, a transferência do vírus, e aqui já foi explicado, do frango para o ser humano. Ele, inclusive, não aprendeu esse caminho ainda. Quer dizer, essa mutação ainda ele não aprendeu a fazer. De sorte que nós temos que ter a preocupação da eventualidade da ocorrência e também a preocupação em conscientizar a população de que aqui no Brasil não há motivo para pânico. Há motivo, sim, para estudar, para engessar, para fechar todos os canais que possam, vamos dizer, introduzir a doença no nosso País.

Eu quero, nesse momento, passar a Presidência da Reunião ao nosso Presidente da Subcomissão de Saúde, porque foi ele o autor, quem teve essa iniciativa de trazer esse debate à sua Subcomissão e, daqui da Mesa, V.Exª. poderá fazer novas indagações, se for o caso, e também agradecer a presença de todos os integrantes desta Mesa, que se empenharam para trazer as informações precisas e necessárias para o Senado e para a sociedade brasileira.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Presidente eu aceito o convite, mas, antes eu queria fazer alguma consideração aqui.

Eu entendo a preocupação, a ansiedade do Senador Pavan. Talvez eu não tenha deixado bem claro a minha intenção quando fiz aquelas considerações ainda há pouco. Eu vejo que o Ministério da Saúde, que o Governo Federal, tem que ser o cabeça dessas ações. Nós não podemos esperar pelos Municípios, pelos Estados, porque as normas a respeito deste assunto é única e exclusivamente de responsabilidade do Ministério da Saúde.

Eu vejo que está havendo uma negligência muito grande do Governo, uma irresponsabilidade muito grande do Governo, principalmente na questão conseqüente à economia do País relacionado aos produtos que estariam sob risco. O Governo, ele se calou sobre o assunto, se está tomando providências, está, mas, são providências subterrâneas. E nós precisamos ter um esclarecimento oficial pelo Ministério da Agricultura, pelo Ministro da Saúde, pelos órgãos que estão ligados a esta questão, para que a população saia deste pânico. O pânico foi causado, porque a doença já está há dez anos aí circulando, o pânico foi causado, logicamente, pelo aumento dessa doença de País para País, mas, especificamente aqui no Brasil, pelo noticiário da imprensa sem um fundamento técnico que pudesse servir como um parâmetro de nós acreditarmos efetivamente no que estava escrito. Então, não interessa se nós estamos discutindo aqui, entre pessoas esclarecidas, que não vai chegar no Brasil, ou se não vai chegar, ou se tem vacina, ou se não tem vacina.

Interessa, hoje, que a população está em pânico e a conseqüência disso, o Senhor pode falar muito bem sobre isso, as demissões, até aquelas pessoas, até na questão da alimentação, porque a proteína mais barata que nós temos hoje é a proteína do frango. As pessoas que podem compra só esse tipo de proteína, estão deixando de adquirir, porque estão com medo. Então, eu volto a dizer. Não vamos esperara por propaganda de Município...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Estão vendendo em Santa Catarina, noventa e nove centavos por frango, nos supermercados. Estão vendendo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – ...Pois é. Então, o Governo é o grande responsável pela situação da população hoje estar nesse pânico.

Eu digo que o Ministro da Saúde está irresponsavelmente omisso, com relação à comunicação com o povo, e ele, como político que é, ele deveria lembrar que a população está precisando de esclarecimento, que não adianta as partes envolvidas de produtores de frango irem para a televisão, não é isso ao que eu quis me referir, o que eu quis me referir é que os Senhores fizessem gestão junto ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Agricultura, para que eles tomassem as providências para levar credibilidade ao povo. Porque não adianta as pessoas falarem isoladamente. "Não, esse aí é interessante". Não. Tem que ser uma resposta oficial. Se o Município fizer essa propaganda, vão dizer: "Olha, o prefeito está interessado nisso". Se o for o Governo do EstadO – "Ah, o Governador tem alguma produção de frango por aí". Tem que ser o Governo Federal. Não tiremos do Governo Federal esta responsabilidade. É o grande responsável pelo pânico que o País está, porque ainda não se pronunciou publicamente sobre a realidade dessa doença.

Senador Pavan, a questão tem a gripe de frango para frango, tem casos registrados de contaminação de ser humano, que o vírus do frango contaminou. Agora, a nossa grande preocupação é a famosa pandemia, seria a transmissão de homem para homem, de ser humano para ser humano. Então, isso aí, esses vírus da *influenza*, ele sofrem uma mutação permanente. Por isso, não se pode produzir vacina para daqui a três, quatro, cinco, dez anos, não se pode fazer isso.

Então, a mutação que nós tememos é exatamente um ser humano ser contaminado pela gripe do frango...

SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – ... Para eu não perder o meu raciocínio, ser contaminado pelo frango, pela ave, e ali no ser humano sofrer uma mutação que adapte esse vírus a ser transmitido para outro ser humano. Aí não tem jeito, não tem controle. Então, não existe isso hoje, não existe em nenhuma parte do mundo. Mas, há o temor dessa mutação. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, antes de passar Presidência a V.Exª., eu gostaria também de acentuar que, além desses problemas aqui relacionados do pânico que foi criado pela imprensa, através do Senador Pavan e de V.Exª., existe também um grande prejuízo causado pela redução drástica da exportação do Brasil.

Aqui nós estamos sendo informados, através do Dr. Paulo Ricardo, que no Rio Grande do Sul há uma fábrica, quer dizer, há uma granja que dispensou 50% dos seus empregados, por causa dessa redução da exportação. Essa queda da exportação está ligada diretamente ao pânico existente no exterior, principalmente na Europa, por causa da gripe aviária.

Ora, eu acho que isso não tem cabimento, pensar que o Brasil está exportando o vírus da gripe aviária. É preciso, então, realmente aí, que as autoridades estejam alertadas para esse prejuízo que está sendo causado a nossa economia, a meu ver, por falta de uma melhor informação ao mercado externo, que é quem compra os nossos frangos, o Brasil é um dos maiores vendedores de frango do mundo, notadamente, para o mercado europeu, para o mercado asiático, e é preciso que haja uma providência realmente do Governo, eu acredito que o Ministério da Agricultura e o Ministério do Planejamento, como o da Fazenda, estão avaliando esses prejuízos, num setor que é vital para a economia do nosso país, que é a produção de frangos.

Eu passo a Presidência ao nosso companheiro e amigo, Presidente da Subcomissão de Saúde, para, não só presidir, como também, dar o término a essa Sessão, o Senador Papaléo Paes. Agradeço a V.Exª.

(troca de presidente)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Agradeço ao Senador Antônio Carlos Valadares e, mais uma vez, aos Senhores expositores, pelas brilhantes exposições, que realmente trouxeram muitos subsídios para nós. E agradecer e esperar contar com os Senhores, quando precisarmos de novo. Então, muito obrigado a todos. Agradecer a todos que nos dão apoio aqui, à Assessoria da Comissão de Assuntos Sociais, à Assessoria da Comissão de Direitos Humanos, que se fizeram presentes, e aos Senhores Consultores, o nosso muito obrigado.

(Sessão encerrada às 12h56.)

Ata da 9ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para 03 de abril de 2006, segunda-feira, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões Nº 19, Ala Senador Alexandre Costa.

Às 10 horas e 19 minutos do dia três de abril de dois mil e seis, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Cristovam Buarque,** reúne-se as Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senhor Senador: **Paulo Paim.** Deixam de comparecer os demais Membros da Comissão. Presente as seguintes autoridades convidadas a participar da audiência pública, em decorrência a aprovação do Requerimento CDH, nº 8, de 2006, com vistas a tratar das questões atinentes à inclusão do idoso com desdobramentos quanto à regulamentação do artigo 40 do Estatuto do Idoso e a estadia do idoso em instituição de longa permanênciA – **Osvaldo Russo de Azevedo**, Secretário Nacional de Assistência Social, representando Patrus Ananias de Sousa, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; **Perly Cipriano**, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos, representando Paulo de Tarso Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos; **Iadya Gama Mayo**, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; **Paula Regina de Oliveira Ribeiro**, Defensora Pública; Perly Cipriano, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos; **Gustavo Almeida de Sousa**, representante da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – Seção Distrito Federal. Justificaram ausênciA – **Sérgio Paschoal**, Coordenador do Programa de Saúde do Idoso e **Simone Montez Pinto Monteiro**, Promotora de Justiça do Estado de Minas Gerais. Não justificou ausência **José Saraiva Felipe**, Ministro de Estado da Saúde e o Senhor. Após a exposição dos convidados. Faz uso da palavra o Senador **Paulo Paim**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bom dia a cada um e a cada uma, especialmente aos que vieram aqui prestigiar esta Sessão. Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos de Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Tem que dizer tudo isso para ficar registrado nas fitas. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho da dispensa da leitura e a aprovação da Ata reunião anterior. Os Senadores estão de acordo. Aprovado.

Como sabem, esta Audiência Pública foi convocada especialmente, um pedido do Senador Paim, com vista a tratar das questões atinentes à inclusão do idoso, com desdobramentos quanto à regulamentação do art. 40 do Estatuto do Idoso e à estadia deles em Instituições de Longa Permanência.

Nós, da Comissão de Direitos Humanos, queremos trazer para cá para esta Comissão, como parte dos Direitos Humanos, o atendimento aos idosos, às crianças e a todos os grupos que são ou excluídos totalmente ou relegados pela sociedade e, especialmente, pelos Governos sucessivos.

Nós sabemos que aqueles que têm poder – sindicatos, corporações, organizações – esses conseguem defender os seus interesses e conseguem fazer valer o atendimento de suas necessidades. Mas, aqueles que estão fora – as crianças, que não têm sindicatos de defesa das crianças, os analfabetos, que não têm instituição própria de defesa dos seus interesses e os idosos – terminam sendo preteridos, e nós temos que incluí-los em todos os benefícios.

Esta Comissão quer ser a Comissão de Direitos Humanos de todos os grupos marginalizados na sociedade. Por isso, essa audiência, que o Senador Paim tomou a iniciativa de pedir, eu declaro aberta e convido, em primeiro lugar, para vir para cá para a Mesa fazer sua apresentação, o meu amigo Osvaldo Russo, representando o Ministro Patrus.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Cristovam, se me permitir, Senador. Devido à bondade do nosso Presidente, na verdade, essas reuniões são feitas em parceria, é combinado com a minha Asses-

soria e a Assessoria dele e a Assessoria da Comissão de Direitos Humanos. E ele deu aqui todos os créditos para mim. Eu quero dividir, porque nós temos feito em parceria. Ele inclusive provocou, logo no início, que nós instalamos a Comissão de Direitos Humanos, com a Presidência dele e eu como Vice, e ele fez questão de frisar que a questão dos idosos era uma das prioridades do debate aqui na Comissão, então, eu faço questão de dar a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Obrigado. Passo a palavra ao meu amigo, Dr. Osvaldo Russo.

SR. OSVALDO RUSSO – Bom dia a todas e todos aqui presentes, quero cumprimentar especialmente o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, meu amigo, e o nosso Senador Paulo Paim e parabenizá-lo pela convocação, pela aprovação dessa audiência pública de tamanha importância para os idosos, para a política de idosos para o Brasil. O tempo?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Nós não definimos tempo, mas, em geral, dez, quinze minutos, mas eu não quero cortar a palavra do representante do Ministro.

SR. OSVALDO RUSSO – Em primeiro lugar, quero saudar em nome Ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, todos os Parlamentares dessa Comissão e todos que aqui estão presentes. Dizer também da minha satisfação de estar ao lado desses dois grandes Senadores da República. O Senador Paulo Paim, que tem uma história de defesa dos trabalhadores e também das questões sociais no Brasil e, em particular, da questão do idoso e meu particular amigo Cristovam Buarque, ex-chefe que chefe que foi chefe sem ficar chefe. Fui Secretário dele no Governo do Distrito Federal de 96 a 98. Fui Chefe de Gabinete dele no Ministério da Educação e Assessor dele no Senado Federal. Portanto, estou muito à vontade nessa Mesa em estar expondo essa questão.

Inicialmente, é importante a gente colocar, discutir a questão da política do idoso, está aqui o nosso Presidente do Conselho do Idoso, o nosso amigo Perly também. Dizer que nós da área de assistência social colocamos a política do idoso dentro da política nacional de assistência social. É claro, respeitando as suas particularidades, as suas especificidades. Uma das questões, um dos centros, vamos dizer assim, da política de assistência social hoje no Brasil que hoje, ao contrário do passado recente e da história da assistência social no Brasil, política clientelista, política de favor, política de ocasião, improvisada, hoje ela é uma política pública, pactuada entre os entes da Federação e a sociedade civil. Portanto, é uma política republicana, é uma política continuada. É um direito do cidadão e um dever do Estado. Então, estamos colocando na prática, de fato, e isso se deu através exatamente da nova política nacional de assistência social, que foi aprovada em 2004, fruto das deliberações da Conferência Nacional de Assistência Social de 2003, e que agora, em 2005, eu estou no Ministério desde março, foi exatamente essa a nossa principal missão, de coordenar a implantação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil, SUAS, numa trajetória muito parecida de sucesso do Sistema Único de Saúde, o SUS, que mudou, do ponto de vista da amplitude da qualidade também, a saúde pública no Brasil, para quem conheceu a saúde pública no Brasil. Hoje tem outros problemas na área de alta complexidade, também na área de qualidade dos serviços prestados.

Mas foi um avanço o Sistema Único de Saúde. O próprio Presidente da República, na abertura da 5ª Conferência Nacional de Assistência Social, em dezembro do ano passado, disse que, quando se implantou o SUS, se dizia toda vez que acontecia um problema com alguém no hospital, algum acidente, enfim, alguém morria no hospital, dizia que a culpa era do SUS. Então, foram difíceis os anos de implantação do SUS, até afirmar o SUS como uma política, de fato, uma política pública universalizada.

E a assistência social também, ele fazia esse registro principalmente. O Senador Cristovam Buarque tem muita razão em dizer que os excluídos no Brasil, pelo menos, há até bem pouco tempo, nas Câmaras de Vereadores não tinham representantes, nas Assembléias Legislativas, no Congresso Nacional, recentemente até em Organizações Não Governamentais e, muitas vezes, era uma categoria de profissionais na área de assistência social que levava a bandeira da defesa dos excluídos.

É muito importante, então, que agora nós tenhamos uma abertura cada vez maior no Brasil. Quer dizer, é um processo, no Estado brasileiro, de incorporar a participação popular. Eu acho que a Constituição de 88 foi um marco. Um marco, tanto é que o saudoso Presidente Ulisses Guimarães dizia que era a Constituição Cidadã. De fato o é, no sentido de abrir o diálogo e a participação popular.

O Sistema Único de Assistência Social tem essa característica. Ela é um sistema pactuado de diálogo com os entes da Federação, não há uma imposição do Governo Federal, é um sistema integrado das ações com vários níveis de responsabilidades. É preciso a que gente diga, que toda a vez que há uma pressão sobre o Governo Federal para financiamento da assistência social e de outras políticas públicas no Brasil, que é preciso haver um compartilhar de responsabi-

lidades. Não só das atribuições, mas também do co-financiamento. E um dos avanços do pacto de assistência social no Brasil foi a aprovação, pelos Gestores Públicos Estaduais e Municipais e o Gestor Federal, juntamente com o Conselho Nacional de Assistência Social, que é um sistema paritário, foi a aprovação do co-financiamento, a mudança radical da organização do sistema de assistência social, tanto do modelo de gestão, o seu funcionamento, como também da forma de financiamento, que é através de pisos. Inclusive, na questão dos pisos, ela respeita a autonomia dos Municípios, mas, ao mesmo tempo que respeita a autonomia dos Municípios, também, através do sistema informatizado, nós vamos também obter, foi dito aqui, eu estava vendo a entrevista do Senador Paim à televisão, de também um maior monitoramento e fiscalização dessas ações.

Hoje o Governo Federal financia, quer dizer, eu estou falando dados de 2004, de 2005 estamos compilando, em 2004, financiou 73% de todos os recursos de assistência social, incluindo os programas de transferência de renda do Brasil. Isso, em 2002, era algo em torno de 53%. Então, houve um aumento de 20% na participação relativa do Governo Federal no financiamento em 2002. E, no ano de 2005, ampliou-se mais ainda essa participação. É claro, numa estrutura tributária extremamente concentrada no Brasil, é claro também que o Governo Federal, de fato, tem que participar de uma forma mais decisiva nos financiamentos. Mas é preciso agora, a partir da implantação dessa lógica, que a gente tenha um co-financiamento. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é que o atendimento, a gente tem visto não só no Brasil, mas em outros Países que nós temos visitado, nós temos visto que há necessidade em Países como o Brasil, como a China, que teve uma delegação visitando o Brasil, como da Índia ou em Países da América do Sul, da América Latina em geral, é necessário montar uma rede de proteção social. E nesse sentido, Senador Cristovam, Senador Paim, o Brasil está dando exemplo. Está em construção no Brasil uma rede de proteção social. Aliás, tem um artigo hoje no O Estado de São Paulo, de um Jornalista, que fala numa rede de proteção social. Está em constituição, de fato, uma rede pública de proteção social, e quando a gente fala uma rede pública, não é só uma rede estatal, na área da assistência social tem toda uma parceria, eu vejo representantes de entidades civis aqui presentes, tem uma parceria dos Governos, sejam eles Municipais, Estaduais ou Federal, com as entidades da sociedade civil. Há um sistema de co-participação do setor privado também, sem fins lucrativos, na gestão da política de assistência social.

O centro dessa política, essa rede de proteção, a gente vê que esse centro deve ser a família. Há todo um, não só porque é uma determinação constitucional, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, porque, de fato, é a família a célula principal de proteção social. Hoje, nós dividimos a assistência social em dois tipos: De proteção social básica, preventiva, que faz os diagnósticos das famílias em determinada base territorial e também a proteção especial, quando há violação de direitos, que é o caso mais especificamente, vamos dizer, do trabalho dessa Comissão, quando há a violação de direitos, principalmente de Direitos Humanos, direitos sociais, onde as crianças são violadas, violentadas, onde os idosos são violentados.

O Brasil é uma tragédia, nas duas pontas, nós temos violações de direitos e de exclusão social, das crianças e dos idosos. Exatamente nos dois grandes extremos da faixa etária da humanidade. Então, há uma exclusão, há uma violência, há uma violação muito forte em relação à criança e também em relação aos idosos. E, portanto, é preciso que a gente respeite os direitos individuais, os direitos dos segmentos, sejam idosos, sejam pessoas com deficiência, sejam crianças, adolescentes, sejam jovens, mas o direito à convivência familiar é a principal célula. A principal célula não é o centro de referência de assistência social que nós estamos implantando no Brasil, que foi implantado no nosso Governo, a partir de 2003, que eram 1000 centros até setembro do ano passado, e são 2000 centros existentes no Brasil. Ainda que seja um equipamento público importante e articulado e que é a porta de entrada da assistência social e para as demais políticas públicas também, ainda assim, a principal célula é a família.

Portanto, a gente tem, na nossa política, a família como centro da nossa atenção – a atenção integral à família. E o idoso também. Evidentemente, que nós temos, pela realidade brasileira, pelo histórico da realidade brasileira, nós sabemos também, em relação às crianças e aos adolescentes, também às pessoas idosas, que muitos são abandonados pela própria família. Há uma cultura na sociedade que nós temos que, não diria combater, mas que a gente tem que superar, é de fazer com que os idosos sejam respeitados, não haja discriminação em relação aos idosos. Até porque, nós estamos vendo, cada vez mais, a expectativa de vida aumentar no Brasil, e em outros países, cada vez mais a população brasileira ter uma idade média mais avançada. E, portanto, os idosos cada vez mais organizados, como a gente vê aqui, cada vez mais ouvidos, como a Comissão presidida pelo Senador Cristovam Buarque, estão cada vez sendo mais ouvidos e participantes.

É importante que gente ressalte as grandes dificuldades, é claro, que o Governo tem em atendimento, de uma forma geral, mas até para reconhecer um mérito, nunca se teve tanta participação popular como agora. É preciso dizer, até porque, eu sou servidor público há 38 anos, eu sei exatamente, participando sempre da sociedade civil, eu sempre vi o seguinte, os conselhos eram meramente cartoriais. Hoje, há uma grande complexidade em administrar toda essa política de conselhos porque os conselhos são, de fato, atuantes. E em todos os níveis, não é só em nível federal, não. Cada vez mais, o Brasil e a gente se orgulha de neste Governo estar acontecendo isso, o Conselho de Assistência Social é deliberativo. O Conselho da Criança e do Adolescente, o Conselho do Idoso, o Conselho da Pessoa com Deficiência, enfim, os conselhos passam a ter uma participação cada vez maior. E não só a nível nacional, mas a nível estadual e municipal.

Esse é o diferencial, Senador Cristovam, eu estive no México, o Senhor – tem grandes entidades lá no México também, pessoas que lhe conhecem, que lhe admiram – uma coisa importante, o grande diferencial que tem aqui em relação à Venezuela, em relação à Colômbia, em relação ao Peru, em relação ao próprio México, em relação à própria Argentina é que a aqui a gente conseguiu construir. Até porque, houve uma grande mobilização popular pelo fim da ditadura e pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, a gente teve uma grande mobilização popular que impressionou muito fortemente o Congresso Nacional para aprovar uma Constituição de Cidadania. E é uma diferença em relação a esses lugares. Eles ficam impressionados com a participação popular nas políticas públicas no Brasil, a partir dos conselhos setoriais que foram criados.

Hoje, estamos vivendo um problema. Um problema hoje brasileiro, é que nós temos um Conselho da educação, da saúde, da assistência, da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa com deficiência. São vários conselhos e que nós temos que harmonizar, para que também não tenhamos só políticas, vamos dizer assim, segmentadas ou corporativas. Mas, no sentido da gente poder verificar o comum que existe nessas políticas, até para que não haja uma disputa na área social do orçamento público. Tem que haver uma convivência maior em relação a isso hoje.

Nós temos, hoje, nós vamos passar a transparência aí, vamos passar sobre as instituições hoje de longa permanência.

Uma das características, nós estávamos visitando, quinta e sexta, a cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, nós tivemos a oportunidade de conversar com a nossa Subsecretária que tem lá, da Política do Idoso, da prefeitura de Niterói, e também visitamos uma república e um centro de convivência de idosos lá. É impressionante a alegria que existe na atividade que está sendo desenvolvida por eles lá em Niterói. Queria fazer esse registro, porque é importante a gente fazer o registro de uma cidade que está fazendo um trabalho muito importante em relação à política do idoso. Há todo um interesse e uma participação do idoso naquela política.

Então, é importante que a gente registre os avanços que gente teve nisso aí, dizer que dentro do SUAS nós temos hoje uma política, um benefício, vamos dizer assim, obrigatório, mas que é extremamente importante. Nós estamos revelando agora o impacto desse benefício na renda do idoso e na própria renda familiar e na própria renda da economia local, que é o benefício de prestação continuada, que no ano de 2005 atendeu a um milhão de idosos, com salário mínimo mensal para cada idoso, e também em 2006, esse benefício vai passar para um milhão e trezentos mil idosos que vão receber, inclusive com o aumento que houve do próprio salário mínimo.

É preciso registrar que o Estatuto do Idoso, aprovado no Governo do Presidente Lula, teve um impacto extremamente positivo no sentido de que ele ampliou o benefício para os idosos, onde mais de um idoso pode receber em cada família. Isso teve um impacto de mais de 40% no crescimento do benefício para os idosos.

A política de atendimento de idosos em Instituições de Longa Permanência. Serviços destinados... Está dentro da política de proteção especial em alta complexidade.

Mas os serviços de natureza especial são serviços destinados às pessoas de famílias em situação de risco, cujos direitos tenham sido violados e/ou tenham ocorrido o rompimento de laços familiares e comunitários.

Os serviços de alta e média complexidade: Média complexidade, nós temos os Centros Dia e o atendimento domiciliar. Número de pessoas idosas atendidas nesses serviços deu 1.680. Recursos aplicados no ano passado foram de setecentos e oitenta e seis milhões de reais; Serviço de alta complexidade: Abrigos são Instituições de Longa Permanência de idosos, residência em família acolhedora, repúblicas, e a Casa Lar. O número de idosos atendidos nesse serviço foi de 25.370 e os recursos aplicados pelo Governo Federal, de quinze milhões seiscentos e sessenta e quatro mil.

Aí é um quadro demonstrativo. Nas Instituições de Longa Permanência, financiadas pelo Governo Federal, em 2005. Nós temos uma coluna por região, a linha primeira é Centro-Oeste, depois Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. Dá um total de 680 instituições

credenciadas co-financiadas. Desse total, 380 são no Sudeste. Então, vê-se que tem mais de 50% das instituições, cerca de 55% das instituições estão localizadas na região Sudeste do País. As metas/mês que foram co-financiadas nesse período, para as pessoas idosas dependentes foram 12.948, quase 13 mil pessoas idosas dependentes. E também, um pouco menos, independentes, 11.794 pessoas idosas, dá um total de 24.805 pessoas que receberam o benefício em Instituições de Longa Permanência. Os valores dão um total de um milhão e duzentos e setenta e seis. Também, claro, como há um número de idosos mais concentrado, de instituições mais concentradas na região Sudeste, também os recursos mais concentrados na região Sudeste.

Passa para o projeto ACOLHE SUAS. Fazendo uma introdução, como nós estamos com uma política, existe um plano de convivência familiar e comunitária da criança adolescente e da política nacional de assistência social, e nós estamos com esse plano de convivência em construção, já está aprovado, em verdade, mas o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reúne essa semana, está fazendo uma discussão em termos dos Estados e Municípios e, do ponto de vista do Conselho de Assistência Social, o plano já está aprovado, mas, em relação à criança e adolescente, não. Então, a ACOLHE SUAS vem nesse bojo da gente estar reestruturando o sistema para ficar de acordo com a Lei Orgânica da assistência social e a própria Constituição Brasileira.

Então, o projeto ACOLHE SUAS, é um nome fantasia, vamos dizer assim, de acolhimento do Sistema Único de Assistência Social, é um conjunto de ações que visa à qualificação dos serviços de abrigamento realizadas pelas entidades co-financiadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social, pela Secretaria Nacional de Assistência Social, na perspectiva de sua reestruturação e reordenamento, por meio de apoio financeiro a projetos de reestruturação física de Instituições de Longa Permanência, contratação de pesquisa, esse ano é a primeira vez que nós vamos ter recursos para fazer reestruturação de rede, então, vai ser, na verdade, uma novidade da gente estar, junto com alguns Estados, fazendo um trabalho.

Foram selecionados Estados de menor IDH – o Maranhão, o Piauí, o Rio Grande do Norte, a Paraíba e Sergipe – para a gente fazer os projetos, vamos dizer assim, a implantação inovadora desse projeto aí. Não chegaria a ser projeto piloto, mas seriam projetos que nós iríamos iniciar por esses Estados. Existem alguns recursos previstos no orçamento para a reestruturação da rede física dessas Instituições de Longa Permanência.

Estamos também, e já repassamos recursos, para a contratação de pesquisa sobre Instituições de Longa Permanência. Será a cargo do IPEA, que fez um grande trabalho também (soa a campainha) em relação a abrigos de crianças e adolescentes. Estou encerrando. Contratação de entidade para promover atividade de capacitação em relação aos cuidadores de idosos, e a contratação de cuidadores especialistas na temática.

Queremos também destacar que há uma priorização. É a priorização dos idosos em Instituições de Longa Permanência na revisão do BPC. Há uma priorização disso aí. Eu inclusive estive... O único abrigo de idosos, de pessoas idosas diretamente com o Governo Federal ainda, vamos dizer assim, de origem da instalação da sede da República no Rio de Janeiro, que é o Abrigo Cristo Redentor, eu já fiz duas visitas ao Abrigo Cristo Redentor, e lá nós estamos também fazendo esse trabalho do BPC com os idosos que estão lá dentro, inclusive com a participação do Ministério Público. Lá, nós vamos fazer um ordenamento, temos a convicção de que o abrigo é grande, quer dizer, não está na lógica hoje do atendimento de idosos em instituições menores. O fato é que esse abrigo é administrado juntamente com a prefeitura, a maioria dos funcionários são do INSS, e houve uma Medida Provisória agora que regulariza a situação dos funcionários, que até então não tinham aonde se dirigir em termos hierárquicos. E hoje a Medida Provisória mantém eles como empregados, como servidores do INSS, mas lotados oficialmente no Ministério do Desenvolvimento Social, portanto, vamos lá rediscutir o reordenamento dos serviços, com esses funcionários, lá nesse abrigo.

Estamos fazendo um levantamento dos idosos obrigados que possuem BPC. Temos constatações, por exemplo, nesse Abrigo Cristo Redentor, que a gente vai fazer esse levantamento e verificar também idosos que têm famílias e que, na verdade, as famílias estão recebendo o BPC e sequer visitam os idosos. Então, é preciso que a gente tenha uma postura ativa nesse sentido da gente restabelecer esses vínculos ou, pelo menos, que esse recurso seja, de fato, utilizado para o idoso, que é o beneficiário, e não a família.

Vamos desenvolver as ações conjuntas articuladas com o Ministério Público. Há uma determinação do Ministro Patrus Ananias de que a gente, tal qual fizemos com o Bolsa Família, há um convênio com o Ministério Público Federal e com as representações estaduais, brevemente estaremos assinando também convênio para que a gente faça essa articulação da fiscalização, vamos dizer assim, ou do acompanha-

mento do benefício de prestação continuada também articulada com o Ministério Público.

A elaboração da regulamentação do art. 35 está sendo apresentada para debate no Conselho de Assistência Social e no Conselho do Idoso. E um diagnóstico da rede pública que foi contratada, que foi conveniada, por intermédio da pesquisa que é feita com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE.

Bom, eu vou encerrar por aqui e dizer da importância que a gente dá a esse debate que existe aqui e nos colocar à disposição da Comissão e também dos presentes, dos Parlamentares, para qualquer esclarecimento adicional que seja necessário e para a continuidade dessa audiência para que a gente transforme essa questão da discussão, no Congresso Nacional, da política do idoso como algo permanente. E eu quero agradecer, mais uma vez, em nome do Ministro Patrus Ananias, por estar podendo apresentar aqui os dados e as informações da Secretaria Nacional de Assistência Social. Muito abrigado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu pedi ao Senador Cristovam que eu pudesse fazer uso da palavra, antes que ele chamasse o próximo convidado, o nosso painelista, porque essa audiência pública ela foi desdobrada em dois momentos. Nós vamos ter aqui o debate sobre as Instituições de Longa Permanência e teremos também o debate sobre a situação do art. 40, que é o transporte gratuito. Então, eu vou solicitar, em entendimento com o meu Presidente, que, na seqüência, falassem aqueles que têm algo a colocar, a contribuir, sobre o mesmo tema e depois os últimos painelistas falariam sobre a questão do transporte gratuito.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu consulto se tem algum representante do Ministro da Saúde. Ainda não. E se tem algum representante do Ministro Paulo de Tarso Vannuchi. Então, eu passo a palavra ao Senhor, como representante do Ministro Vannuchi. (soa a campainha).

SR. PERLY CIPRIANO – Bom dia a todas e a todos. Senador Cristovam, Senador Paulo Paim. O Ministro não pôde estar aqui presente, eu sou também Presidente nacional do Conselho do Idoso e temos representantes outros do nosso Conselho, mas falarei aqui do ponto de vista do nosso Ministro. Primeiramente, esse ano estaremos realizando a 1ª Conferência Nacional da Pessoa Idosa, que é exatamente construindo a rede de proteção e defesa do idoso.

É a primeira conferência nacional, precedida por conferências em todos os Estados brasileiros, com a participação muito ativa dos idosos e das instituições públicas também. Portanto, há uma articulação bastante avançada. Não é política para o idoso, é "com" os idosos. Nesse sentido, temos avançado muito, já temos hoje construído praticamente, até a data da conferência, 23 de maio a 26, nós teremos conselhos estaduais em todos os Estados brasileiros.

O nosso Conselho era consultivo, e agora é um Conselho deliberativo. E tem trabalhado no sentido, primeiramente, de fazer esse diagnóstico, nós fizemos o primeiro, construímos o primeiro indicador social da pessoa idosa, que serve de instrumento para as nossas políticas públicas. E estamos também, na parceria com o Dr. Osvaldo Russo, que é um parceiro nosso, o MDS é a parceria principal nossa, do ponto de vista do poder público, mas nós estamos trabalhando com todos os Ministérios e trabalhando também no sentido de articularmos as políticas da União, Estados e Municípios. Mas, não basta União, os Estados e os Municípios, é necessário que a família, a comunidade, seja integrada, portanto, efetivamente construindo essa rede.

Estamos também trabalhando no sentido de fazermos efetivamente um levantamento de quantas Instituições de Longa Permanência nós temos no País. Quantas? Onde estão? Em que condições funcionam? Não com uma visão burocrática "Olha, vamos acabar com essas instituições". É o seguinte. Como é que nós podemos capacitar os cuidadores de idosos e como é que nós podemos, até em determinado momento, discutir a questão de financiamentos. É claro que é necessário que haja um prazo, uma transição, no sentido de que a gente possa, de fato, ter uma rede nacional de proteção à pessoa idosa. Com uma visão do ponto de vista de Direitos Humanos, como uma visão de que instituições de longa permanência não seriam apenas para as pessoas carentes. Teoricamente, uma pessoa pode ter recursos e, a partir disso, ter uma instituição que funcione de maneira que ele possa viver lá. E não é necessariamente que seja pessoa que não tenha apenas vínculos familiares – uma pessoa pode fazer uma opção se tiver uma instituição digna funcionando nesse País.

E é necessário também, e o nosso Senador Paim tem acompanhado inclusive reuniões do Conselho, precisamos trabalhar com a lógica, fugir um pouco de alguma tradição. Nós temos que lidar com o seguinte: Com que e de que idoso nós estamos falando? Pode ser um idoso que viva numa favela, mas pode ser um idoso que viva no Lago Sul, pode ser um idoso que não que não sabe ler e nem escrever, mas pode ser um idoso que tenha dez pós-graduações e queira continuar estudando, pode ser um idoso que seja portador de algum tipo de deficiência, mas pode ser um idoso que pratique esporte de maneira tranqüila e normal, pode ser um idoso religioso ou não religioso, enfim, é trabalhar, pode ser um idoso que viva, que esteja na

dependência, quase total, de alguém que cuide dele, precisamos trabalhar, então, com essa lógica. E é preciso, mais do que tudo, criar uma cultura de entender que o envelhecimento, o prolongamento da vida é uma conquista da humanidade, não é uma doença. Por isso nós temos que criar essa cultura. É um prolongamento, é uma conquista da humanidade, que o idoso tem um papel importante destacado na sociedade.

Os índios já dizem, repetem muito, e eu repito isso, porque eu acho que é entender o ser humano como algo integral, que a criança é dona do mundo, que o adulto é dono da aldeia, e que o idoso é dono do mundo. Portanto, ele já passou por essas etapas e continua tendo o seu papel na sociedade. Então, é necessário ver, encarar e compreender o idoso como um participante na construção da sociedade e entender que também precisamos construir o envelhecimento desde já. É preciso que as escolas comecem a entender isso, é preciso envolver as famílias e as comunidades. E a política pública precisa pensar, fugir um pouco de alguma tradição. Ela precisa fazer uma verdadeira revolução nesse sentido.

O idoso de classe média, às vezes, ele não está carente de uma geladeira cheia de comida ou de roupas boas, ele está carente é por solidão. É porque não tem uma política, a família não foi capaz de compreender a sua presença, o seu papel. E ele continua idoso que tem os Direitos Humanos que deve ser respeitado. Então, nesse sentido é que nós queremos trabalhar, e essa conferência vai ser extremamente importante, porque ela fala exatamente da constituição da rede de proteção e defesa da pessoa idosa. Não pode ser pensado só o que o Município pode fazer, mas também na legislação, é o que nós vamos tratar no próximo item, pelo que eu entendi, nós trataremos no próximo item, a questão do transporte. A ABRATT já recorreu, está no STJ, e o STJ ainda não fez essa definição. Disse que, enquanto não estiver definido quem paga a passagem, isso não será resolvido. Então, o Conselho já se reuniu inúmeras vezes, já tratou dessa temática, já discutiu, mas nós não temos como sair, nós estamos num impasse, porque, está no STJ, o STJ, enquanto não tiver uma definição de quem paga, de quem vai fazer ressarcimento dessa passagem, ela não pode ser definida. Então, nem o mérito foi julgado ainda. Então, nós temos o estatuto, é um avanço muito grande, é uma conquista da sociedade, mas temos ainda, então, portanto, como é algo que só o Executivo... O Executivo, o Legislativo e o Judiciário têm que estar integrados nessa ação. Não é uma coisa muito simples no nosso País.

É preciso, então, que haja a mobilização cada vez maior, e também eu quero saudar aqui como altamente importante uma reunião como essa, convocada aqui pela Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado, que trata dessa discussão, traz a sociedade para debater com o poder público. E o Senado tem um papel importante também na mobilização, não é apenas a população que precisa se mobilizar. O Senado sinalizando que quer ouvir a opinião pública, certamente as pessoas virão até aqui, as entidades. É necessário que as pessoas e as instituições que estão se mobilizando cada vez mais nesse País no sentido de construirmos, de fato, uma sociedade onde o idoso seja tratado com respeito e com dignidade, são duas exigências apenas que o idoso tem, ser tratado com dignidade e com respeito. As outras questões são decorrências normais. E é assim também que a criança precisa ser tratada e o adulto precisa ser tratado. Então é preciso, desde já, começarmos a construir essa visão do processo de envelhecimento com o reconhecimento de que é uma conquista da humanidade é necessário prolongar a vida das pessoas, mas com qualidade de vida. As instituições precisam ser acompanhadas.

A Câmara e o Senado já realizaram uma vez uma caravana que visitou essas Instituições de Longa Permanência e o que encontrou é algo trágico, e existe nessa casa o registro do que foi encontrado, da tragédia humana que se encontrava nessas áreas, e o Senador Cristovam já disse bem, são setores da sociedade que tinham poucos na sua defesa, na sua mobilização, eles estavam em Instituições de Longa Permanência, portanto, não é apenas o idoso, é uma parcela do idoso, porque sempre temos que dizer de que idoso eu estamos tratando.

Exatamente está aí o excluído dos excluídos, onde nenhum item, às vezes, da sua dignidade é respeitado. Nem se ele era religioso, porque, às vezes, era uma instituição religiosa que assumia uma instituição dessa e queria, de antemão, converter a pessoa para outra religião. Nem a religiosidade dele. E já vi casos como esse, onde uma instituição disse: "Olha, aqui não pode jogar dominó, porque na minha instituição não admito jogo". Esse idoso só tinha aquilo para fazer, só jogar dominó, não é nada mais o que ele poderia fazer. E era proibido. E aí imaginem se uma mulher talvez numa instituição dessa usar o batom é capaz de achar que aquela instituição não comporta.

Então, é preciso tratar com a sua integralidade, com o seu respeito, com dignidade. E esse trabalho não é simples, porque o idoso sofre discriminação e violência dentro da própria casa. Quando se fala de violência contra o idoso, não é o Estado, não é alguém da sociedade. É, fundamentalmente, a própria família. É a família, filho, filha, nora, genro, sobrinhos, netos que cometem a violência contra o idoso. Então, se não

fizermos essa política de mudança da cultura, nós não temos saída. Não tem uma saída, se nós não trabalharmos com essa lógica do envolvimento da sociedade. É preciso chamar que as igrejas, elas que recorram lá à Bíblia, se for o cristão, ou ao Torá ou ao Corão, para falar do idoso. É preciso entrar também eles, mas é preciso que os sindicatos também lidem com o idoso e não apenas com aquele que contribui.

E na época da eleição as pessoas costumam cadastrar, tem sindicatos que usam um cadastro do idoso para derrotar a outra chapa. Não é isso que precisa. É preciso dizer o que é que o idoso precisa e o que é que ele quer. E, naturalmente, é preparar para o envelhecimento. Muitas categorias no Brasil hoje, se imaginar ferroviários, (soa a campainha) os ferroviários têm mais pessoas aposentadas do que pessoas no trabalho ativo, mas ele aposentado ele continua trabalhando, ele continua desenvolvendo outra atividade.

Então, eu quero só encerrar, o nosso tempo já está encerrado, e dizer que esse é um processo longo, demorado e é uma construção de uma mudança da cultura. Não é algo que a gente possa, por decreto, definir essa questão. O estatuto foi extremamente importante, é o instrumento que as pessoas estão trabalhando, mas é preciso que as defensorias públicas, tem aqui quem vai falar em termos de Defensoria Pública, o Ministério Público, os Parlamentares, enfim, eu quero dizer que essa é uma campanha, é um processo complexo, o mundo caminha para o envelhecimento, e é normal. E esse envelhecimento vai mudar também a própria cultura. Ao criarmos essa cultura de compreender o papel do idoso, a sociedade, como na Itália, hoje a Itália, a população que mais cresce na Itália é de 60 anos em diante, ou o Japão, tem sociedades, tem Países onde a população está inclusive diminuindo, reduzindo o seu número, as pessoas estão vivendo mais, e nascendo menor número de filhos. Então, é preciso compreender esse novo processo. Não como o processo de que "coitado dos velhinhos". É preciso tirar essa cultura. É o ser humano que tem que ser tratado com dignidade e respeito. Não precisa muito mais do que isso.

E é isso que eu acho que o Senado tem feito nas suas ações. E o Senador Paim, eu quero aqui, pessoalmente, em nome do Ministro e em meu nome também, e o Senador Cristovam, é dizer que nós nos sentimos muito felizes por está aqui, por compreender a importância e o papel desses dois Senadores nessa grande batalha. É uma batalha para a construção de uma nova cultura de compreender que o envelhecimento é algo natural e que esse envelhecimento pode ser feito com dignidade e com respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu agradeço e passo a palavra agora à Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, Iadya Gama Mayo. Eu convido que venham para cá, enquanto tivermos cadeiras que ficam aqui. Depois, quando ela terminar, eu peço ao Russo que ceda lugar a Paula Regina de Oliveira Ribeiro, que virá depois.

SRA. IADYA GAMA MAYO – Bom dia a todos e a todas. É uma satisfação, um prazer estar aqui. Gostaria também de agradecer o convite que me foi formulado, na pessoa do Presidente Cristovam Buarque e do Vice-Presidente Paulo Paim, que presidem a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participação. Esse tipo de iniciativa, eu gostaria de registrar, é fundamental no avanço para que a gente possa garantir os direitos fundamentais das pessoas idosas. E eu, como representante do Ministério Público, trabalho, só gostaria de dizer que o meu trabalho, sou Promotora estadual no Estado do Rio Grande do Norte, na Comarca na capital Natal.

O Ministério Público tem uma participação fundamental nessa, vamos dizer assim, nessa construção desse direito, na reafirmação dos direitos, e eu vou começar falando aqui da questão que nós estamos tratando, que é a questão das Instituições de Longa Permanência.

O Ministério Público é um dos órgãos responsáveis pela fiscalização. Mas para que a gente faça uma fiscalização eficiente, e não só o Ministério Público, como as Vigilâncias Sanitárias e todos os conselhos, principalmente o Conselho Municipal, e que nós sabemos que em muitos Municípios ainda não foram instituídos e não foram criados, que é uma pena. Natal já conta tanto com o municipal como o estadual, mas é preciso nós termos clareza do que podemos e até onde podemos cobrar. É preciso que, com relação às Instituições de Longa Permanência, em que nós fazemos visitas, pelo menos, uma visita anual, para saber a situação, tanto que Natal nós temos apenas nove. Mas, me foi repassado dados da colega Simone, de Minas Gerais. Só para que os Senhores tenham uma idéia. Se Natal, que é um Estado menor, nós temos nove instituições apenas, com a demanda de 367 idosos institucionalizados. Nós temos, só para os Senhores terem uma idéia, no Estado de Minas Gerais, para fazer um comparativo, nós temos 12.927, sendo 645 Instituições de Longa Permanência, em que 80% das instituições ainda sequer possuem o alvará sanitário, que eu reputo de imprescindível, fundamental, porque, sem esse alvará, é como se fosse um passaporte, uma garantia de que aquela instituição, pelo menos, conta com os recursos mínimos de acessibilidade, de segurança, de condições físicas para então acolher aquele idoso.

Porque, o que nós temos que entender é que a instituição ela, na verdade, é uma moradia de caráter coletivo. Ela é a casa. Ela precisa ser o segmento. Por vários motivos, esse idoso foi colocado lá, ou ele teve a opção de ir para lá, ou porque ele foi abandonado, ou porque ele fez a opção por conta própria, ao dizer: "Não, eu não quero mais ser dependente da minha família, os filhos já estão acrescidos e eu quero viver com outras pessoas com faixa etária". Então, é uma opção também. Então, essas pessoas precisam ter isso garantido.

Eu coloco isso porque o número de pessoas institucionalizadas é muito grande. E nós temos que ter uma preocupação sim. E aí eu coloco por que é que foi encontrada aquela situação, Senhores Senadores, naquela caravana que ocorreu em 2001, em que se viu aquela situação em que nós tínhamos verdadeiros depósitos de pessoas aglomeradas e que não havia condições, nem dignidade e, principalmente, autonomia.

Eu coloco, Dr. Perly colocou que é dignidade e respeito, eu já coloco que o meu ponto de vista, em termos de Ministério Público, é dignidade e autonomia. Nós queremos que os idosos continuem sendo donos da sua vontade. E não cheguem com 80 anos e os filhos não venham dizer o que é que eles têm que fazer ou deixar de fazer. Que não podem casar, que não poder namorar, que não podem vender suas casas, que não podem fazer nada. Só tem que ir lá para o grupo de convivência e continuar dançando. Quando eu acho que os grupos de convivência precisam continuar numa linha de cidadania, de construção, que continuem votando. É isso. Têm que continuar sendo cidadãos. E dizendo também o que eles almejam e o que eles querem para si e o que é melhor para eles. É preciso isso.

Então, eu coloco essa situação, por que é que foi encontrado? Por quê? E acho que o estatuto do Idoso foi o marco fundamental, e vou dizer por quê, com relação às instituições. Porque ele veio dizer um pouco mais claramente para nós quais eram os requisitos básicos para o funcionamento. Porque se o Estado era omisso, porque o direito à moradia era um direito constitucional, e o Estado precisa garantir a moradia aos idosos que não têm lar, o que é que aconteceu? O Estado ficou omisso, isso nós precisamos dizer, ficou omisso, e simplesmente passou para ser a iniciativa privada, principalmente as filantrópicas, essa, vamos dizer assim, como aconteceu, a saúde foi empurrada para os planos de saúde, a educação foi empurrada para as Pontifícias Universidades Católicas, enfim, para a atividade particular, e com os abrigos aconteceu a mesma coisa. Hoje a maioria são filantrópicas. A maioria. Então, lá em Natal, por exemplo, nós não temos nenhuma instituição verdadeiramente pública, que seja constituída ou pelo Estado ou pelo Município. Nós não temos isso. Não tenho nada contra as filantrópicas, pelo contrário, mas o que precisa, e eu acho que o estatuto veio fazer foi criar esses requisitos básicos, dizer quais eram os princípios e, principalmente, o art. 50, quais eram as obrigações.

Então, veja que celebrar contrato escrito de prestação de serviço foi um marco fundamental na segurança de que se estabelece, vamos dizer assim, um vínculo entre o idoso e a sua instituição. Ele não está ali como um mero assistido, mas ele passa a ser um consumidor, se criou um vínculo, uma obrigação de consumo com esse estabelecimento desse contrato por escrito. Então, ele tem que saber quais são os deveres que ele tem para com a instituição, mas quais são as obrigações dessa instituição para com ele. Então, eu acho que isso foi fundamental.

Mas, para que o Ministério Público possa ir mais diante é preciso, e nós defendemos isso, inclusive agora em Brasília estive participando, no início de fevereiro, foi instituído um Grupo de Trabalho para a criação, foi feito uma minuta de decreto, inclusive aqui gostaria de passar às mãos dos Senhores, em que esse grupo trabalhou, inclusive foi aprovado no Conselho, vamos dizer assim, (soa a campainha) o Conselho Nacional do Idoso, é preciso a que gente possa explicitar um pouco mais.

É preciso, por exemplo, se defende aqui, se colocou muito *en passant* muito aberto quais são os recursos humanos que uma instituição deve contar. E esse decreto viria justamente para dizer o seguinte: "Olha, Ministério Público, você quando chegar lá e for até uma instituição, verifique se existe um Recursos Humanos mínimo, e quais são esses recurso humanos mínimos". Se nós sabemos que nós não queremos transformar os abrigos em hospital, longe disso, mas é necessário, pela situação e da condição desse idoso abrigado, nós sabemos muitas vezes que ele conta com uma fragilidade, é preciso estimular essa sua autonomia, o lazer, é preciso contar com pessoas que possam ser capacitadas nesse sentido. Então, é importante que se avance, que se regulamente ainda mais para que nós possamos chegar lá e cobrar. Porque eles vão dizer assim: "Não, Sra. Promotora, eu não tenho aqui uma Assistente Social, porque em nenhum momento da legislação aqui diz que eu preciso ter. Não me obriga. Como é que a Senhora está me obrigando a ter?" Então é preciso, porque nós sabemos a que lei é que obriga.

Então, nós precisamos explicitar esses recursos humanos. É preciso que haja um decreto regulamentando os art. 46 a 50, de uma forma um pouco mais

prática. Eu acho que, vamos dizer assim, o Poder Legislativo já deu a sua contribuição, mas agora precisa o Executivo avançar, dando normas mais explícitas para estes abrigos.

E eu coloco essa situação só para o Senhor... E eu estava comparando aqui que o Ministério, vamos dizer assim, a nível federal, os recursos só contemplam 24.859 idosos, em 2005, e 1.146 instituições. Ora, Minas Gerais é 12.000, já é a metade, é um Estado, e 645 é também praticamente a metade das instituições. Então, eu estou fazendo um comparativo que o Estado deixa a desejar, ainda é muito pouco. Nós temos muitas instituições que não são alcançadas por esses benefícios assistenciais.

Mas, eu quero dizer que não acho que o Governo em todos os momentos precisa estar presente, ele precisa estar, sim, com recursos, tem a questão do atendimento prioritário, que o art. 3º coloca, que é preferências na formulação e execução de políticas, destinação privilegiada de recursos públicos, e a priorização na sua família. É preciso incentivar outros canais como os Centros Dias, Casas Lares. Mas, nós sabemos que as instituições nunca deixarão de existir, porque elas são necessárias, sim. É preciso uma fiscalização e que elas sejam humanizadas. Essa é a palavra de ordem. E eu coloco essa questão que não só é necessário continuar com o assistencialismo, eu acho que não, a palavra de ordem, hoje, é profissionalismo.

E uma pesquisa que eu fiz inclusive sobre a gestão das nove instituições que nós fizemos lá em Natal, eu cheguei a algumas conclusões, que rapidamente eu gostaria de colocar. Que não é só os recursos públicos que vão resolver a questão que os Senhores encontraram em 2001. É preciso a fiscalização permanente de todos os conselhos e Ministério Público e também das ANVISAs e CONVISAs, Vigilância Sanitária, mais a elaboração de projetos de capacitação para os Gestores. Não adianta, o Dr. Perly colocou bem, a questão é cultural. Se eu tenho uma instituição que o Gestor não tem nem noção do que é um planejamento estratégico, não sabe quanto é que entra, quanto é que gasta e quanto é que sai, ele não pode administrar uma instituição em que a vida, as pessoas podem estar correndo risco de vida. Então, eu coloco que o Gestor, inclusive mudança na forma de escolha desses Diretores dessas associações, pois dos Gestores são os maiores responsáveis pelos resultados empresariais. E a instituição é uma empresa, ela tem que ser vista, se o Governo hoje se coloca num patamar de empresa, preocupado com questões de planejamento estratégico, de gastos, de União, para que "se eu tenho um recurso que é muito pouco e eu preciso usar para muitas coisas, eu preciso fazer um bom gerenciamento. Os Senhores, nas suas casas, também. Se o dinheirinho é curto, os Senhores, com certeza, têm prioridades, vamos procurar economia no supermercado, vamos ver qual é o produto da semana que está ali em liquidação, não é isso? O arroz mais barato, o feijão mais barato. Qual é a marca que eu vou levar?" Se isso é uma coisa de mercado, as instituições precisam também não esperar que as coisas "caiam do céu", mas procurem trabalhar em formas de cooperativas, associações e se, por exemplo, (soa a campainha) isso eu acho que é fundamental, porque a gente tem que parar de ficar achando que as ILPIs são instituições que precisam estar ali tuteladas o tempo todo pelo Estado. Eu acho que não. Eu acho que o Estado precisa pagar àquelas pessoas que realmente não têm condições e precisam estar ali, porque não existe uma residência para elas. Mas, as instituições precisam trabalhar de forma um pouco mais profissional, ou contar com pessoas nos seus quadros que efetivamente administrem e saibam responder a essas questões.

A adoção de ferramentas de qualidade como instrumento de trabalho de uso corriqueiro. A gente chega numa instituição, eles não têm prontuários, eles não sabem nem quantas pessoas foram visitar, se a família visitou ou não, com questões práticas de assumir um caderninho, de colocar e comunicar ao Ministério Público – "Olha, a família da Da. Maria não está visitando. A Da. Maria há três meses não recebe uma visita". Comunica ao Ministério Público, vou chamar à família. Vamos ver por que é que essa família não está, vamos dizer assim, dando o apoio a essa "Da. Maria". A adoção de indicadores de avaliação de desempenho das próprias instituições. Como é que está sendo ofertado esse serviço e a adoção de indicadores de desempenhos pelo próprio Governo.

O Governo precisa ter, hoje louvo essa iniciativa de se saber quantas instituições nós temos, qual o perfil desse idoso que está abrigado, porque nós não sabemos a quantidade. Nós não sabemos. Se nós não sabemos o nosso perfil, como é que nós estamos destinando? Será que essas instituições que estão sendo destinadas, essas instituições, essas 1.146, realmente são as que necessitam mais? Ou nós temos outras que precisam muito mais de assistência e estão em situação de miserabilidade? É isso que nós precisamos verificar.

Então, eu só quero encerrar dizendo o seguinte. Que o Ministério Público está participando, acho que é necessário essa pareceria, louvo essa iniciativa, espero que não fique restrita só ao âmbito desta sala. Nós precisamos avançar mais. E quero deixar uma contribuição, pelo estudo que eu realizei, da fiscalização que nós fazemos, que há uma parceria do Ministério

Público junto às nossas instituições e hoje, se antes as nove não tinham alvará sanitário e estavam prestes a serem fechadas pelo Ministério Público, nós conseguimos, hoje todas as nove têm alvará sanitário e já contam com um quadro de Recursos Humanos um pouco maior e, às vezes, diz "nós não temos dinheiro", mas "aperta daqui, aperta dali" e nós conseguimos ter mais condições para esses idosos, de capacitação, e acho que é fundamental isso. Se nós não conseguirmos mudar a mentalidade dos Gestores das instituições, não adianta. Pode vir o recurso de onde vier, ele vai continuar aplicando mal, ele vai continuar colocando aonde não deve. E, em vez de contratar, de repente, alguém que vai trabalhar, um terapeuta ocupacional que vai trabalhar com o lazer, a autonomia das pessoas – muitos são portadores do mal de Alzheimer – ele vai continuar contratando mais um ASG achando que um ASG é mais importante. Não desmerecendo o trabalho do ASG, não é isso. Mas, às vezes, nós temos ASGs suficientes e que deveríamos, então, avançar em outro território. Então, eu gostaria de deixar essa colaboração, e estou aberta a qualquer questionamento ou qualquer pergunta. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu peço uma salva de palmas para os três. (palmas). E vamos mudar a Mesa. Vamos mudar a Mesa chamando, em primeiro lugar, a Dr. Paula Regina de Oliveira Ribeiro. Vamos convidar, logo, para compor a Mesa, o Perly Cipriano, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso e Gustavo Almeida de Souza, substituindo o Sérgio Paschoal. Gustavo Almeida de Souza, representante da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, secção DF. Eu passo a palavra à Dr. Paula Regina.

SRA. PAULA REGINA DE OLIVEIRA RIBEIRO – Bom dia a todos e a todas. É um imenso prazer estar aqui nessa audiência pública. Gostaria aqui de cumprimentar o Presidente da Comissão, o Senador Cristovam Buarque, a quem eu tenho uma profunda admiração, uma vez que à frente do Governo do Distrito Federal foi um grande defensor da Defensoria Pública aqui do DF, e eu me sinto muito prestigiada com isso, por ser Defensora Pública aqui do DF. Então, eu queria fazer os meus cumprimentos a ele e também aqui ao Vice-Presidente, o Senador Paulo Paim, a quem eu apreendi a ter profunda admiração pela defesa veemente dos direitos do idoso e que, sempre quando foi convidado para estar presente no Conselho, nunca negou a sua presença, sempre esteve lá nos prestigiando e defendendo justamente essas duas questões que hoje nós estamos aqui defendendo. A questão do art. 40, que é justamente do transporte interestadual gratuito e a questão da problemática das Instituições de Longa Permanência.

Eu vou me ater nesses dois pontos, uma vez que eu não vim aqui falar sobre o trabalho da Defenderia Pública, quem sabe, uma outra vez a gente pode estar aqui discutindo qual é o papel, qual a atuação da Defensoria Pública na defesa dos direitos do idoso. Mas, não foi sobre isso que eu vim debater aqui com vocês.

Então, como já foi colocado aqui por outros colegas Conselheiros, como o meu Presidente aqui, o Dr. Perly Cipriano, como a Iadya, que está aqui representando a AMPID, que também tem um assento no Conselho, o Dr. Osvaldo Russo, representando o MDS, que também tem na pessoa da Patrícia uma outra Conselheira no Conselho do Idoso, todos nós temos debatido muito essas duas questões, sobre a regulamentação das Instituições de Longa Permanência, eu vou ser bastante sucinta, porque querer falar alguma coisa a mais do que a Iadya já colocou aqui é um pouco difícil, mas, nós formamos uma comissão, como ela colocou, e a gente tem debatido muito essa problemática, é um quadro bastante assustador e a gente se depara, toda vez que a gente se reúne, que a comissão se reúne, nós nos deparamos com a questão das peculiaridades de cada instituição, nós temos aí instituições públicas, temos instituições filantrópicas, temos instituições privadas, e como ter uma norma que regulamente todas essas três espécies de instituições de uma mesma forma. Que a gente consiga atingir a todos de uma mesma maneira, sem onerar as filantrópicas ou as públicas, mas também não onerando ainda mais as privadas.

E a gente entende, como foi colocado aqui pelo Dr. Osvaldo Russo, que também essa problemática da regulamentação das Instituições de Longa Permanência também perpassa a questão da regulamentação do art. 35, que já está sendo objeto de debate tanto no Conselho Nacional de Assistência Social como no Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, justamente porque a gente entende que, para regulamentar as ILPIs, precisa também ter uma regulamentação de como se dará esse contrato de prestação de serviço entre o idoso e as instituições.

Então, todas essas questões, a questão dos Recursos Humanos mínimos, tudo isso a gente tem tentado discutir e nós achamos que chegamos num decreto que atenda minimamente a essas questões juntamente com o regulamento da ANVISA. Então, estamos aí aguardando (soa a campainha) ser votado, inclusive na sexta-feira, na próxima reunião do Conselho, isso vai ser levado para o Plenário do Conselho. E a gente tem certeza que isso será aprovado e aí vai ser encaminhado à Casa Civil, para as medidas cabíveis.

Com relação á questão do art. 35, aí que eu acho que a gente, com o perdão do termo, a gente está empacado mesmo, estamos numa dificuldade muito grande de como superar esse obstáculo. Hoje, em termos concretos, o que nós temos? A ABRATT propôs uma ação judicial contra a União, pedindo a suspensão da eficácia do art. 40. E em sede ainda de liminar, ainda não houve nem mesmo julgamento de mérito, o STJ, na pessoa do Ministro Edson Vidigal, com a aprovação do Plenário, opinaram pela suspensão da eficácia do art. 40. E esse processo, então retornou à 1ª instância, ao julgador de origem, para agora, aí sim, começar a produção, isso quem atende de processo aqui, vai ter agora produção de provas, não sei o que, cada um vai apresentar a sua defesa, os seus argumentos, para depois ter um julgamento de mérito, que ainda vai ser pendente de recurso, ou seja, na mais otimista da das previsões, a gente acha que se ficar deixando isso para uma decisão judicial, a gente imagina aí uns 10 anos ainda para isso ser julgado. Então, nossos idosos não podem esperar 10 anos para ter esse direito vivenciado. Porque o que todo mundo quer é vivenciar isso daí, é poder viajar realmente, fazer valer esse direito, uma vez que está consagrado isso no Estatuto do Idoso.

Então, o Conselho tentou já diversas vezes e até hoje, desde a primeira reunião que nós tivemos dessa gestão, que começou em outubro de 2004, nós temos trabalhado todas as reuniões nessa questão do art. 40. Já tivemos reuniões com o Ministro dos Transportes, já tivemos reuniões com a ABRATT, que é a Associação Brasileira dos Empresários de Transportes Terrestre, já tivemos reuniões com a Agência Nacional dos Transportes Terrestres, para tentar chegar num consenso, e aí qual é o ponto chave? E o impasse, como o Dr. Perly colocou, é justamente esse. É quem paga a conta. O Ministério dos Transportes diz que ele não pode se manifestar com relação a isso, porque o contrato já foi firmado, não sei o que. A ANTT tem um estudo que diz que não há prejuízo algum para as empresas de transporte terrestre, justamente porque essas duas vagas gratuitas estariam no que eles chamam de cota ociosa, que não teria ônus algum, não teria nenhum custo, entraria justamente nas vagas ociosas. E a ABRATT, por sua vez, diz que não, que eles já estão trabalhando há muito tempo com prejuízo e que eles precisam ter um reequilíbrio do contrato, um reequilíbrio financeiro. E aí, o Conselho, por sua vez, que está lá justamente para defender os interesses dessa classe, dos idosos, a gente fica tentando resolver da melhor maneira possível, só que estamos nesse impasse.

Na quinta-feira, nós temos uma outra reunião com a ABRATT, quem tiver interesse em participar, para a gente tentar novamente buscar um acordo com relação ao art. 40.

Mas, eu acho, sobretudo, que a gente só vai conseguir ter uma definição disso, Senador Paulo Paim, até mesmo com o seu apoio, que sempre tem nos apoiado, se nós tivermos uma mobilização nacional. Se todos os idosos do Brasil não se mobilizarem nessa questão, não saírem à rua e gritarem pela implementação desse artigo, sinceramente, eu, Paula, eu não falo pelo Conselho, eu digo eu, Paula, acho que a gente não vai conseguir, tão cedo, ter uma resposta positiva com relação a isso.

Então eu acho que todos nós, assim como nós estamos aqui, o Senador está preocupado, essa Comissão está preocupada, o Conselho está preocupado, todo mundo tem que se mobilizar, principalmente a classe idosa. Então, eu conclamo essa mobilização. E infelizmente não tenho nenhuma notícia assim agradável a dar, a não ser essa.

Ainda com relação a essa questão das Instituições de Longa Permanência, a gente defende muito, eu só queria ressaltar essa questão dessa regulamentação, porque a gente entende que é a forma de combater a clandestinidade também, que é o grande problema do Ministério Público, que tem tentado acabar com esse tipo de trabalho que muitos idosos são explorados, por conta dessas ILPIs, que a gente não pode nem chamar de ILPI, essas "não sei o que" clandestinas, que estão explorando os abrigados ali. E isso é fundamental para que a gente possa estar defendendo ainda mais não só no âmbito do Conselho, mas em todas as instituições, Ministério Público, a Defensoria Pública, o próprio Congresso Nacional, os direitos do idoso.

Então, estamos aqui para debate, até mesmo para sugestões. É muito importante a que gente tenha sugestões dessa plenária, para a gente poder levar para o Conselho, poder levar para essa reunião com o ABRATT na quinta-feira, e que o Conselho está sempre de portas abertas, todo o idoso que tiver interesse em nos visitar, em participar de alguma reunião do Conselho, como a gente vai ter agora na sexta-feira, a gente conta muito com a participação e com a opinião de vocês. Muito obrigada.

(troca de presidência).

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu quero passar a palavra de imediato ao Dr. Gustavo Almeida de Souza, representante da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia do DF, substituindo o Sr. Sérgio Paschoal, Coordenador do Programa de Saúde do Idoso. V.Exa. dispõe do tempo de 15 minutos, naturalmente, com mais 15 ou 10, se necessário, como foi dado para todos.

SR. GUSTAVO ALMEIDA DE SOUZA – Olá! Bom dia a todos, eu queria agradecer o convite pelo Senador Cristovam Buarque e Senador Paulo Paim. Só ratificar que eu sou o Secretário da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Vocês se perguntam "o que é que um médico está fazendo ali no meio?" Bom, como a gente tem esse hábito, essa prática, e a nossa atividade destino são os idosos, eu acho que nada mais justo que gente tenha uma voz e uma participação ativa aqui.

Primeiramente, eu acho que é interessante e importante a gente ressaltar que tudo isso que está sendo feito são só os meios. Na verdade, quem motiva isso aqui é esse público que está da segunda fileira para trás. Eu acho que os idosos têm que ter uma participação ativa. E como é um Governo popular e para o povo, eu acho que, pelo o voto e pela cobrança e pela presença é a maneira como a gente consegue fazer com que as coisas sejam feitas e que as coisas saiam do papel e atinjam a prática. Então, eu acho importantíssima essa participação de todos nós, dos aposentados, dos não aposentados, até porque esse vai ser o nosso futuro, para alguns mais breve do que para os outros, mas, quiçá, para todos. Eu espero que quando eu chegar na idade dos Senhores que estão mais ao fundo, eu tenha esses benefícios já todos bem arraigados e funcionando.

Bom, é importante essa mobilização social. E a gente tem que também não só mobilizar, não só cobrar. Eu acho importante enquanto população que a gente possa saber propor também. É muito difícil para quem está do lado de cá fiscalizando, saber o que é que está certo e o que é que está errado. Então, é importante que os próprios idosos, os próprios usuários desses serviços, tanto serviço de transporte quanto os serviços de Instituições de Longa Permanência, as pessoas que têm a capacidade e autonomia para tanto, possam salientar os defeitos e as partes positivas também desses serviços. Então, eu acho importantíssimo que os idosos tenham uma voz ativa, e é isso que a gente luta, pelo menos, na geriatria, é que a gente mantenha, ao máximo, a autonomia. O nosso conceito de saúde é muito mais em relação à capacidade da pessoa "se virar", ou seja, tomar conta da própria vida, do que em relação à pessoa ter uma pressão alta, um diabetes, porque isso aí tudo a gente controla.

E também em relação a essas propostas. O lado de cá da Mesa acaba analisando a viabilidade ou não dessas propostas que vêm da população.

É importante a gente falar também que, em relação a Instituições de Longa Permanência, a gente utiliza essas instituições como um fim e não como uma atividade inicial. Na verdade, há toda uma política de tentar evitar que o idoso acabe numa Instituição de Longa Permanência. Aqueles que o fazem por conta própria, por vontade própria, fazem isso por que vêem na Instituição de Longa Permanência um prolongamento da sua atividade social, um grupo que, de repente, parece atrativo para eles naquele momento. Mas, no Brasil, a gente vê a que maioria dos idosos que acabam sendo colocados nas Instituições de Longa Permanência, são idosos que estão um pouco marginalizados, ou que já perderam a sua autonomia e que a própria família não consegue cuidar.

Lá fora, no estrangeiro, nos Países de primeiro mundo, a gente vê que esse conceito de família é muito menos presente do que aqui. Então, isso conta muito a nosso favor. A gente consegue manter o idoso na família por muito mais tempo, porque a família, até pela própria religião e pela própria estrutura de sociedade que gente tem, ela consegue abraçar o idoso com muito mais facilidade do que fora, nos Países da Europa, nos Estados Unidos, onde o idoso, ele deixou de pagar as contas, não é mais útil, ele já entra numa Instituição de Longa Permanência.

Em contrapartida, a gente tem uma família que tem até muita disposição, a família geralmente tenta manter o idoso o máximo de tempo possível com ela, mas a gente não tem uma família que tenha viabilidade financeira para isso. Então, muitas vezes, a institucionalização ela acaba sendo uma maneira de diminuir o ônus da família, o ônus financeiro, a parte social está presente. O idoso, ele tem o seu papel na família, mas a família às vezes não tem condições de arcar com todos os ônus, com todos os custos financeiros, para manter o idoso. Tanto em relação a medicações, que são caras, mas também em relação à demanda que o idoso pode oferecer à família, principalmente aquele que tem alguma debilidade. Então, a nossa luta é para manter a pessoa bem e pelo maior tempo possível.

Em relação às ILPIs, só aproveitando um pouco a palavra das pessoas que expuseram antes de mim, a gente tem que fazer um diferencial entre o que é filantropia e o que é o tropismo(F) pelos filões. Então, ganhar dinheiro às custas dos idosos, montando essas instituições, não é uma coisa bacana de ser feita e a fiscalização está aí para isso. A gente tem que saber não é só se a coisa está funcionando, mas se a coisa está funcionando da maneira que deveria. Como saber quem pode pagar, quem não pode pagar, ou se o Estado deve pagar ou se não deve pagar, e também o que é que é feito nessas instituições. Não é só você colocar o idoso e arrumar um lugar para ele dormir. Isso aí, a rodoferroviária é um lugar para a pessoa dormir, acaba sendo o lar de muitas pessoas. Então, existem

muitos excluídos na sociedade. Não só o idoso, mas o idoso principalmente, as crianças também.

Bom, então a gente tem que saber nessas instituições aquela história "vocês têm fome de que, vocês têm sede que?" Não é só a gente zelar por um teto, mas zelar por um teto que seja agradável, que seja ambientado para a pessoa, em que ela encontre ali uma segunda família, em que ela encontre ali toda uma estrutura que dê vazão à sua criatividade, aos seus anseios enquanto pessoas, enquanto cidadãos. Que eles possam se manifestar pelo voto, que possam se manifestar com uma voz ativa, que possam inclusive participar na própria gestão da instituição, porque isso é importante. É lógico que, hoje em dia, a maioria dos idosos que estão institucionalizados eles não têm essa capacidade, a grande maioria são dependentes. Poucos optam por isso, principalmente as pessoas de classe baixa.

Então, é importante a gente ter nessas instituições lazer, cultura, a participação e, principalmente, a inclusão social. A Instituição de Longa Permanência, a meu ver, ela teria que ser uma coisa transitória. Às vezes, um idoso fez uma fratura e precisa de uma assistência maior, que família não pode prover, ela vai para uma Instituição de Longa Permanência. E ali o idoso encontra uma estrutura não só de cuidados, mas também de reabilitação, com a finalidade de reinseri-lo no âmbito da família. O lugar da gente é em casa, não na casa dos outros ou não numa casa... A gente não mora mais em oca, então a gente não vive em coletivo, da maneira como se propõe. Então, a gente quer que seja uma coisa, quando proposta, a gente quer que seja uma coisa que seja um ambiente como um lar. E, se possível, que gente continue no nosso próprio lar, algumas pessoas vão preferir morar numa Instituição de Longa Permanência.

Então, quem é que vai prover isso para as pessoas com mais de 60 anos? Porque, a princípio, os idosos no Brasil têm mais de 60. Lá fora, são mais de 65. Bom, o próprio idoso pode prover isso? Pode. Agora, quem vai reger esses meios tem que ser a partir do idoso, mas a gente tem que saber quem pode entrar, quem não pode entrar, quem deve ficar lá, quem não deve, quem tem uma família que tem condições financeiras ou até sociais e emocionais para manter esse idoso em casa. Então, o idoso ele tem que encontrar um ambiente satisfatório, um terreno que logre frutos. A gente não tem que considerar o idoso como uma pessoa que não tem participação. Pelo contrário, a gente tem que tentar resgatar o idoso e tentar aprender o que as pessoas têm para ensinar. Isso, a meu ver, eu acho que é o mais importante.

Então, importante a gente saber dentro das instituições, formar uma política, primeiro de fiscalização para tentar evitar que as pessoas tirem proveito dessa necessidade que a sociedade tem dessas instituições. Mas também de prover meios para as pessoas que tenham a boa vontade, não basta boa vontade, a gente tem que ser um pouco mais profissionais em relação a isso, mas a gente tem que também oferecer uma maneira da pessoa se profissionalizar.

Na maioria das vezes, a gente encontra, nas Instituições de Longa Permanência, pessoas com muito boa vontade, mas com despreparo. Então, se a gente conseguisse preparar a pessoa que já tem boa vontade, essa seria uma alternativa bastante viável. Então, eu não sei se isso pode ser feito por meio de *workshops*, ou até pelos próprios grupos comunitários, os próprios idosos ensinarem como querem ser cuidados. Isso é importante. Mas, também deve existir uma estrutura que dê vazão e permita a reinserção do idoso na própria família. A Assistente Social, nessas instituições, deveria ser mandatório, porque eu acho que é o profissional mais ambientado e mais capacitado para filtrar as pessoas que devem está lá ou que não devem, as que podem contribuir com as que não podem contribuir e, com isso, a gente viabilizar a própria parte financeira da Instituição de Longa Permanência. E também prover essa estrutura de reabilitação. Então, para isso a equipe multidisciplinar ou interdisciplinar é importante.

A institucionalização ela pode ser feita de várias maneiras. A gente tem gradações de dependência. Então, a gente poderia deixar as ILPIs para um segundo, terceiro, quarto momento. Tentar, primeiro, prover uma assistência no próprio domicílio e, em seguida, fazer, mostrar que a gente tem capacidade de montar estruturas que dão vazão à necessidade de lazer, dão vazão à necessidade social, à necessidade de interatividade, sem que a pessoa tenha que morar, sem que a pessoa tenha que, necessariamente, estar internada nessa estrutura.

Em relação ao transporte, eu acho que nada mais justo, isso funciona em todo o mundo, eu acho que existe uma certa cota, em relação a transportes coletivos, que são destinados aos idosos. E a gente tem que tornar isso mais atrativo para as pessoas que ganham dinheiro com isso. Assim como tem os filões, a gente tem que mostrar que o idoso também é uma fonte de renda para quem tem meios de transporte. Então, só impor talvez não seja a solução mais rápida. Mas, se a gente consegue montar uma estrutura, até de divulgação, de propaganda em relação a isso, a empresa começa a tornar o fato de estar cedendo duas vagas para os idosos uma vantagem, na verdade. E vender isso para o seu usuário. Eu acho que isso também é

uma possibilidade. Eu queria agradecer mais uma vez o convite e passar a palavra.

(troca de presidência).

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, com a fala do Dr. Gustavo, nós terminamos os apresentadores, porque dois não vieram, nem vieram representantes. O Ministério da Saúde e a Dra. Simone, Promotora de Justiça do Estado de Minas Gerais. Eu abro, portanto, a um debate entre todos os presentes que queiram fazer perguntas, fazer comentários ou manifestar qualquer posição. Obviamente, a gente definiria um prazo, para que não se alongasse muito, porque a gente tem outras atividades. Mas, eu passo primeiro ao Senador Paim. E depois, a qualquer um dos outros que queira fazer um comentário.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu, de forma muito rápida, queria primeiro agradecer a todos os painelistas que foram convidados, por estarem aqui e fazerem, de forma muito didática, uma exposição dos dois temas. Tanto sobre as Instituições de Longa Permanência, como a situação do art. 40, que é o nosso transporte gratuito para o idoso.

Olha, sinceramente, eu fiz uma palestra ontem no Rio Grande do Sul, e estavam lá em torno de 800 pessoas e falavam muito dos movimentos sociais. E eu pedi a aprovação de uma moção de apoio, sabem para quem? Para o povo francês. Alguém poderia dizer: "O que é que tem haver o povo francês com a nossa situação aqui?" É que eu só entendo a aplicação do Estatuto do Idoso, mudanças profundas nos Governos, a partir do que foi dito aqui por todos os painelistas, a partir das mobilizações. O povo francês está com milhões de pessoas na rua. E não é contra ou favor desse ou daquele Governo. O povo francês está com milhões de pessoas na rua, porque não aceita as mudanças que querem fazer na questão dos direitos dos trabalhadores, na questão do primeiro emprego, de quem está no emprego e quem vai entrar. O que é que foi dito aqui, de forma indireta, pelos painelistas? É isso. É a mobilização. Se os nossos idosos e os que não são idosos, entenderem que a única forma de fazer com que seus direitos sejam efetivamente respeitados e assegurados, passa pela mobilização.

Na França, são milhões de estudantes e sindicalistas exigindo que não haja alteração na legislação. Nós, no Brasil, é o contrário. Nós temos uma legislação, pode não ser perfeita, e, para mim, lei nenhuma é perfeita. Mas, que assegura um direito, por exemplo, o transporte gratuito, o interestadual, que foi aqui colocado. Bem, eu sempre lembro a luta dos idosos, dos 147%. Quem não lembra? Eu diria, milhares de ações na justiça, mas o que garantiu até uma decisão no Supremo Tribunal Federal, foi quando os idosos, inclusive na ponte de Florianópolis, fizeram aquele grande movimento, interditaram a ponte e o movimento começou a crescer em todo o País e o Supremo decidiu cumprir a Lei dos 147% que, casualmente, era uma lei, também, de minha autoria. Porque eu fiz o Projeto de Lei, aprovei, por unanimidade, é sancionado, só que para os idosos não quiseram estender os 147%. E aí nós conseguimos, e mediante um movimento muito forte, inclusive do Ministério Público.

Hoje, nós temos o Estatuto do Idoso. Ele está aí e vocês não imaginam o número de telefonemas e e-mails que eu recebo no gabinete. "E daí Senador Paim, o Estatuto do Idoso não está sendo cumprido na íntegra". Ora, o papel do legislador, dentro da sua limitação, a gente conseguiu fazer, e esse estatuto não foi construído pelo Senador Paim. Eu quero aqui fazer uma homenagem a todos que estão aqui, todos vocês ajudaram a construir.

O Ministério Público, por exemplo, teve um papel fundamental na elaboração, até porque eu não sou jurista. Eu sou um operário metalúrgico, que está na vida pública há 20 anos. A Sociedade de Geriatria, os grupos de terceira idade, as entidades de aposentados e pensionistas, enfim, todos trabalharam, foi um projeto coletivo. O estatuto, quando é apresentado, ele surge com 30 artigos, ele termina com 80, se eu não me engano. Está, mais ou menos, com 80 artigos. Isso é construção da sociedade, isso é a sociedade que construiu.

Agora, a implementação dele, tem o setor do Ministério Público que diz assim: "Paim, não abra mão de que se cumpra, na íntegra, o que está escrito aí, senão vocês vão fragilizar o estatuto". É duas vagas, é duas vagas. Todos nós sabemos que isso está inserido no valor final da passagem. Está inserido, nós sabemos disso. E aqui foi dito muito bem também, por exemplo, alguns Estados que estão avançando, eu sei que Goiás avançou bastante, sei que o Rio de Janeiro está avançando bastante. Essa mobilização é que vai assegurar que o estatuto seja cumprido, na íntegra, e que o Estado também cumpra a sua obrigação. Quando eu digo Estado, naturalmente aqui estou me referindo aos governos constituídos que gerenciam o Estado, que cumpram também a sua obrigação.

Esse decreto que foi aqui apresentado, eu acho a que gente pode também gestionar junto ao Executivo que, efetivamente, ele seja o mais rápido possível também implementado, aplicado, encaminhado, enfim, que não deixa de ser um pedaço da tal de regulamentação definitiva, de forma mais detalhada.

E quero também, porque eu não vou entrar no mérito. O mérito, vocês que são especialistas, e tudo que vocês disseram aqui a gente vai acumulando. Eu sempre digo que a gente não inventa a lei. Eu não sou um inventor de lei, eu tenho muitos Projetos de Lei, às vezes, dizem: "Outro projeto do Paim. Apaga um pouco e aprova do outro". É que eu estou aqui há 20 anos e a sociedade é que apresenta as propostas e nós somos ferramentas e vamos encaminhando. Claro, com 20 anos dentro do Congresso, eu devo ter umas 600 propostas, no mínimo, de lei, mas, nenhuma fui eu que inventei, a sociedade é que constrói e a gente é instrumento.

E por que é que eu quero dizer tudo isso? Eu quero terminar, e alguém falou aqui do voto. O voto é muito importante. Olha, eu gostei muito de ouvir, eu não lembro agora quem foi, especificamente, a pessoa que falou.

O idoso ele não tem que abrir mão do seu voto nunca. É a cidadania, é o protesto, é dizer sim ou é dizer não. E o momento é o voto. Eu chego a dizer que nós somos do País hoje, no mínimo, sem medo errar, mais de 25 milhões. Se pegar só aposentados e pensionistas somos 24,5 milhões. Então, vamos dizer que sejamos 25 milhões, 25 milhões. O idoso, duvido, e eu tenho dito isso há muito tempo, por isso fiquei feliz pela afirmação, que ele não influencia em dois votos. Ora, 25 milhões, são 75 milhões de votos, decide uma eleição para Presidente da República. E os candidatos a Presidente da República eles têm que ouvir isso, que os idosos estão vivos e muito vivos, estão acompanhando e querem saber quem tem compromisso com eles, seja quem for o candidato a Presidente. E esse movimento está crescendo.

É com alegria que eu vou estar na Bahia, no dia 7, exatamente em cima desse tema. A situação dos idosos no Brasil, um grande movimento, dia 10 em Curitiba, dia 24 em São Paulo, e estão marcados já encontros em 16 estados, para fazer esse debate que nós estamos fazendo aqui. Porque eu acredito muito, mas muito mesmo, que é a mobilização dos idosos que vai fazer acontecer. Olha, como eu vou estar feliz se nós estivermos em passeata nas capitais, com 20, 30 mil ou 10 mil ou 5 mil idosos. Dizendo: "Queremos a aplicação do Estatuto do Idoso, queremos a recomposição das nossas aposentadorias, no mínimo, com o poder de compra que tínhamos na época em que nos aposentamos". Porque sabemos que a inflação para o idoso é muito maior do que a inflação para cada um de nós, os remédios, os planos de saúde, enfim, tudo que envolve os benefícios.

Então, esse debate é um debate democrático e não é contra ninguém, é somente a favor. Ninguém pense que esse debate é um contra esse ou aquele candidato. Não. É a favor de todos os candidatos, mas apontando o caminho da importância política que é o idoso no nosso País. Para mim hoje, olha, eu chego a dizer, eu venho do movimento sindical, politicamente, o idoso tem mais força política do que as próprias Centrais Sindicais, porque as Centrais Sindicais são diversas, e elas atua em diversos campos, de acordo com a sua identidade, mais com essa ou aquela corporação. Mas, os idosos, eles estão em todos os setores da sociedade, estão em todos os lares, eu diria, estão em todas as casas, estão em todas as cidades, estão em todas as ruas, e muito deles com tempo. Ouçam bem o que eu estou dizendo. Com tempo de fazer política. Política, não contra ninguém, a favor daquilo que eles acreditam, a favor do Estatuto do Idoso, a favor de um salário mínimo decente, a favor de que se cumpra o transporte gratuito interestadual e intermunicipal também. Porque inúmeros Estados já têm assegurado, o Rio Grande do Sul tem o Intermunicipal, o Rio Grande do Norte também tem. Por pressão dos idosos.

Então, eu estou muito feliz com essa audiência pública. Acho que esse nível de consciência aumenta em todo o País. Eu mesmo tenho conversado muito com os setores em que eu tenho mais espaço, digamos, dentro do Governo Lula. "Alertem para esta situação, os idosos se constituem na maior força política organizada neste País". Aqui foi dito também. "Vamos divulgar mais, vamos dizer para os idosos que o transporte gratuito é um direito deles, que eles têm que trabalhar muito para que os benefícios deles tenham uma recomposição adequada". Os idosos não estão aceitando, por exemplo, receber somente INPC, porque não condiz com o processo inflacionário.

Esse é um debate que a gente também está fazendo e, repito, não é contra ninguém, pelo contrário, é a favor. Nós todos aqui estamos a favor, tenho certeza que a nossa palavra de ordem é a favor e não contra ninguém.

Eu aprendi a dizer mais sim do que não. Mas, sim, eu digo com proposta, tendo propostas afirmativas, propositivas, de encaminhamento. Agora, quando precisar dizer não, a gente vai saber dizer não também. Eu acho que todos nós temos que dizer sim, eu quero, eu vou trabalhar, vou fazer, eu sou uma pessoa otimista, eu acho que as mudanças têm que acontecer, mas essa situação dos idosos, de fato, nos preocupa muito. Por isso que a gente fez questão de, em parceria com o Senador Cristovam, provocar essa audiência pública e, como aqui foi dito, eu tenho certeza que ela não fica nesta sala. E por quê não fica nessa sala? Porque a TV Senado está transmitindo ao vivo para todo o País, e isso é bom. Ao vivo para todo o País, e vai se repro-

duzido, eu tenho certeza absoluta, mostrando essa situação, esse quase "grito de desespero" dos idosos, querendo que sejam respeitados os seus direitos. Por isso, essa minha fala vai muito nesse sentido.

Eu acho que o Estatuto do Idoso tem que ser cumprido. Nós vamos mobilizar e pressionar nesse sentido, e não só o Estatuto do Idoso, a situação daquilo que nós chamamos das casas de idosos, de longa permanência. A importância de que efetivamente a gente tenha estrutura para fazer com que a gente possa envelhecer com dignidade.

Eu vou passar para o Cristovam e, naturalmente, para os Senhores, em seguida. Ele me dizia uma frase, que quero repetir. A frase é sua. Ele me disse: "Além dos idosos, nós temos que saber se esse movimento crescer, nós tenhamos educando também as crianças, para que elas percebam que elas serão os idosos amanhã, e passa também por um processo de educação". A frase é dele, e eu estou falando aqui de forma elogiosa pela caminhada dele. "Se nós não fizermos isso acontecer, nós estamos dando maus exemplos para eles. Olha deixa acontecer, porque não adianta mesmo". Não. Nós haveremos de resistir e fazer com que o estatuto efetivamente seja respeitado e avançar muito mais, inclusive, daquilo que está no estatuto. Muito obrigado. E conto muito com a mobilização de todos vocês. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu quero dizer que eu assino embaixo de tudo o que falou o Senador Paim. E acrescentando apenas duas coisas. Uma é: Por que essa situação? Eu queria que essa situação que nós vivemos de quase abandono em relação aos idosos, o descumprimento de compromissos do poder público com os idosos e não do poder público apenas do Governo atual, nem dos anteriores, mas da sociedade em geral, vem do fato de que nós orientamos atividades dos Governos pensando apenas em administrar a economia, e não de cuidar das pessoas.

Nós não vemos Governos cuidando do Brasil como um pai de família cuida de seus filhos. A gente vê como se administrasse uma empresa. O País não é uma empresa, um País é uma família. O verbo deveria ser cuidar e não administrar. Cuidar das pessoas, dos idosos, dos portadores de deficiência, dos empregados, dos excluídos, das crianças. Vocês têm mais força, para forçar um Governo a se reorientar de simples administradores para cuidadores, do que os outros grupos. Sabem por quê? Porque, para um trabalhador em idade ainda de trabalhar, para ele, se se gera emprego, não precisa cuidar dele. Gerando emprego, ele vai ter o salário. Para vocês, não, para vocês, se criar emprego já não vai ser para vocês, nem para as crianças. E eu desejo que não seja para as crianças, porque lugar de criança é na escola. Então, vocês têm uma força, como lembrou o Senador Paim, que talvez não estejam usando na hora de escolher se quem vai para o Governo quer administrar a economia ou quer cuidar das pessoas. Esse é um apelo que eu faço. Se mobilizem em defesa daquilo que vocês precisam, alguém que cuide de vocês, mas eu quero fazer outro apelo. É que não pensem apenas nos idosos de hoje. Pensem também nos idosos de daqui algum tempo, que são os netos de vocês hoje.

E esse documento aqui, eu estava tentando procurar, não achei, ele não faz a separação da situação dos idosos entre os que têm e os que não têm instrução. Mas, eu tenho certeza, de que entre aqueles que tiveram a sorte de ter um apoio na infância para estudar, eu tenho certeza, que a maior parte deles não está precisando de apoio, de assistência do Governo. Alguns sim, mas a maioria não está. A maioria teve a possibilidade de criar seus seguros, de educar seus filhos para que os ajudem e têm aposentadorias com salários satisfatórios. Por isso, ao mesmo tempo da necessidade de cuidar dos idosos de hoje, é preciso cuidarmos dos idosos de amanhã. E a maneira de cuidarmos dos idosos de amanhã é colocar na escola as crianças de hoje. Essas duas juntas têm que estar ligadas. A luta que una os avós e os netos, cuidando dos avós de hoje e cuidando dos de amanhã. Ao mesmo tempo que beneficia os idosos quando seus netos são bem atendidos. É preciso fazer essa aliança entre o cuidar dos idosos e o cuidar das crianças. Lembrando que o cuidar das crianças hoje é cuidar dos idosos daqui a 20, 30, 50 anos.

E, finalmente, eu quero dizer que essa idéia de que a gente não tem os recursos, não é verdade. O que pode ser verdade é que não tem para hoje, mas, se a gente trabalhar direitinho, vai ter para daqui a um ano, dois anos. Vamos mostrar como, vamos fazer um cronograma para isso. E quando a gente fala em recurso, a gente fala só no dinheiro do Governo, mas tem que falar é na economia como um todo. Esse é um País que construiu um imenso patrimônio, e um patrimônio que tem uma parcela muito grande nas mãos do Governo. E quem construiu esse patrimônio? Os idosos. Foram os idosos que fizeram o patrimônio que o Brasil e que o Governo, o poder público, tem. E está na hora da gente descobrir formas de usar esse patrimônio imenso que se tem. Não só a renda anual do Governo. Porque, quando a gente fala em pagar a aposentaria, a gente pensa na renda anual que o Governo tem com os impostos. Mas, a gente esquece que, além de uma renda, o Governo tem um patrimônio. Terras espalhadas por aí, estatais que dão lucros, há um patrimônio nas

mãos do setor público. E a questão é a gente saber como usar com responsabilidade, eu não estou propondo nem depredar, nem trazer a inflação de volta. E a responsabilidade é definida pelo tempo que vai levar para implantar os programas. Por exemplo, hoje está difícil implantar o art. 40, muito bem, então definamos que vai ser implantado com um cronograma determinado, que daqui a cinco anos vai está totalmente implantado ou quatro, ou três, ou dois, dependendo das possibilidades. Mas dá essa esperança de que aquilo não vai ficar só no papel, não vai ser uma letra morta, que aquilo vai se transformar em realidade.

E eu gostei muito do que falou o Senador Paim. Da força que têm hoje os idosos, até porque as crianças não votam. Os idosos são tratados com descuido, e votam. As crianças são tratadas com descuido, e não votam. Nem têm a consciência plena dos seus direitos. Por isso, a responsabilidade dos idosos é muito grande. E essa Comissão, que eu considero deveria até mudar de nome para ser a "Comissão dos Direitos Humanos, da Participação Popular e dos Excluídos", de todos os tipos, que são aqueles cujos Direitos Humanos não são respeitados, outros terminam sendo respeitados. Eu acho que essa Comissão... Acho não. Enquanto eu estiver na Presidência e o Senador Paim na Vice-Presidência, podem ter certeza que essa é a Comissão que há no Senado para defender os Direitos Humanos de todos e dos excluídos, os excluídos são aqueles que mais precisam, e, entre eles, os idosos e as crianças, de uma maneira muito especial, junto com os portadores de deficiência, que é uma parcela menor, em número, mas que é uma parcela que precisa ser cuidada, de uma forma muito especial.

Por isso, eu agradeço muito e eu ouvi de alguém aqui, de você, que essa Comissão não pode ficar só nela, não foi isso? Que ela tem que virar um processo. Nós temos que dar continuidade a isso. Televisão dar continuidade, porque espalha pelo Brasil, a gente publica as falas de vocês, para dar continuidade e, no mais, a continuidade depende das vezes que vocês nos acionarem, nos provocaram, nos pedirem. O Paim disse, os 600 Projetos de Lei que ele fez, talvez poucos tenham saído da cabeça dele e de seus Assessores. A sociedade é que aciona, provoca. Nós estamos abertos, mandem para mim, mandem para ele ou mandem para a Comissão, que a gente quer ser o canal de vocês com os três poderes da República, este aqui, mas também mandando as reivindicações de vocês para o Poder Executivo e para o Legislativo, como eu vi, é onde está parado o art. 40.

Então, muito obrigado a vocês, não sei se alguém tem o que falar, já vai dar meio dia, e eu abriria para umas duas pessoas ou três. Por favor, fale no microfone e diga o nome, para ficar agravado.

SRA. JULIETA MARQUES DA SILVA – Meu nome é Julieta Marques da Silva, eu tenho 65, já vou fazer os 66, e não consegui aposentar, porque não contribuí, mas eu preciso. Então, eu gostaria de saber se vocês podem me dar essa resposta. Por já. Porque, quando eu tiver meus 80 ou 90, não preciso mais. Eu vou precisar agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas, a Senhora tem direito. Procure o Ministério Público na sua cidade. De onde é a Senhora? Daqui do Distrito Federal?

SRA. JULIETA MARQUES DA SILVA – Sim. Moro em são Sebastião, aqui no Distrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Então, eu vou pedir aqui a uma pessoa que trabalha comigo, um Assessor meu aqui, o Assessor vai falar com a Senhora, pegue o seu nome e a gente vai tentar fazer com que a Senhora tenha o seu direito.

SRA. JULIETA MARQUES DA SILVA – Sim. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – A gente vai levar ao Ministério Público do Distrito Federal e vai tentar fazer com que a Senhora tenha o seu direito.

SRA. JULIETA MARQUES DA SILVA – Muito obrigada.

SRA. VERA TEREZINHA – Meu nome é Vera Terezinha, sou aqui de Brasília, e peço licença à Mesa para cumprimentar o meu chefe, sempre considerado chefe, João Batista Medeiros, o qual iniciamos um trabalho aqui em Brasília, e perdura até hoje, e também ao Presidente da Comissão, o Senador Professor Cristovam Buarque, do qual participamos do Governo, pela AETI, Assessoria Especial de Terceira Idade.

Bem, nós aqui de Brasília, eu sou da Gerência de Valorização do Idoso e com o Conselho de Defesa dos Direitos de Idoso de Brasília, convocamos os idosos para essa reunião. Eu gostaria que levantassem a mão aqui os Coordenadores, os Presidentes das associações, que estão aqui a nosso convite e todos os idosos de Brasília levantassem a mão, por favor, aqui agora. Quem é de Brasília que está aqui agora, levantando a mão.

Nós viemos aqui com essa esperança e achamos que foi bem colocado, embora o art. 40 pelo que a Dr. Paula colocou, vá levar 10 anos ainda. Mas eu acho que não. Eu que com os idosos, principalmente de Brasília, eu acho que aqui nós podemos começar um movimento muito bom. E eu tenho a impressão, Dr. Perly, que na Conferência Nacional nós haveremos

de colocar uma moção, haveremos de colocar o início dessa campanha, uma data para essa campanha. Nós não podemos deixar no ar. Eu acho que tem que ter uma data para essa mobilização, para que passe a todos os Estados que tem uma data definida para nós fazemos essa mobilização em todas as capitais, inclusive em Brasília, vindo até idosos aqui de perto, Goiânia etc.

Bem, eu gostaria de fazer uma pergunta à Dr. Paula. Essa comissão que a Senhora fala que se reúne, qual é o local, o dia, qual o telefone que a gente pode contatar para que a gente possa participar mais, principalmente os idosos?

SRA. PAULA REGINA DE OLIVEIRA RIBEIRO – Bom, Terezinha, como é que está, tudo jóia?

SRA. VERA TEREZINHA – Tudo bem.

SRA. PAULA REGINA DE OLIVEIRA RIBEIRO – Minha companheira aqui já no DF. Nós nos reunimos, a cada dois meses, ou quando é o caso de ter uma convocação extraordinária, no próprio Conselho Nacional do Idoso. É aqui no anexo do Ministro da Justiça, na sala 209, salvo engano. O telefone é o mesmo. Então, na quinta-feira, por coincidência, dessa semana, a gente vai estar lá reunido também, para discutir tanto essa questão, eu acho que de manhã é o art. 40 e, á tarde, a gente vai estar discutindo a questão das Instituições de Longa Permanência. E quando eu coloquei da questão dos 10 anos, eu acho que a gente conversando, pode demorar, se a gente deixar só para a questão do Judiciário, que tenha uma definição só na Justiça. Por isso é que eu conclamo a todos que, antes disso, a gente não pode mais ficar esperando, a gente precisa dessa mobilização nacional, porque, só no Conselho, nós não estamos conseguindo resolver as coisas. Então, esse tipo de iniciativa, esse apoio do Senador Cristovam Buarque e do Senador Paulo Paim e de toda a sociedade, seja ela organizada ou não, é fundamental para a gente consiga implantar de vez o art. 40. Porque senão, como o Senador colocou, vai ser, mais uma vez, uma letra morta. Uma lei que "não pegou", como a gente diz, e a gente entende que isso precisa "pegar" sim, porque os idosos não podem ficar esperando, não têm 10 anos para poder visitar, de repente, seus parentes lá no Nordeste. Quantos vieram para cá para construir Brasília e até hoje não voltaram para visitar seus aparentes aí nos rincões do Brasil? Então, a gente precisa, sim, dessa mobilização nacional.

SRA. VERA TEREZINHA – Foi bom a Senhora colocar 10 anos, porque isso dá motivação para a gente lutar. Foi bom colocar. Isso é uma verdade, e deve ser colocada. E saúdo também, agora finalizando, o Senador Paulo Paim, do qual eu sou conterrânea, nasci em São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul (risos). Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, tem um lá atrás, que não tem nenhum cabelo branco, mas pediu para falar. E eu vou passar a palavra.

SR. JOSÉ LUIZ VIANA E COSTA – Eu sou José Luiz Viana e Costa e sou, atualmente, Diretor no Ministro da Saúde, mas não estou aqui como representante do Ministério da Saúde e sim como militante da questão dos idosos, porque eu sou Professor universitário no interior de São Paulo e, na ocasião que eu estive trabalhando, meu tema de doutorado foi sobre a questão da adaptação da legislação nacional do idoso ao Município, e o título é "Em busca da cidade perdida", com o "C" entre parênteses, porque é também "Em busca da idade perdida", discutindo então o papel do Município nas políticas públicas voltadas à população idosa.

Então, eu gostaria de levantar esse tema e verificar a possibilidade dessa Comissão e do Senado promoverem um amplo debate sobre a municipalização das políticas de proteção à população idosa. Então em Rio Claro, nós fizemos a Conferência Nacional do Idoso, há dois anos, e fizemos, com a participação de toda a população, a política municipal do idoso, adaptando do Estatuto do Idoso a realidade local. E a população idosa chama, entre aspas, de "O Estatuto municipal do idoso de Rio Claro", no interior de São Paulo essa lei, que saiu publicado parecido com essa publicação aqui, só que é um azul, e que todos os idosos dos grupos de terceira idade receberam no formato de poderem deixar no bolso, com seus dados pessoais e os direitos a serem aplicados ao idoso no nível municipal.

Porque o grande número de políticas, seja saúde, assistência, mesmo a habitação, o transporte, estão municipalizadas. Então, é importante que, para o cumprimento do Estatuto do Idoso, essa realidade chegue no nível local. Então, essa é uma sugestão, uma contribuição, uma solicitação de que o Senado abrace essa causa.

E uma segunda é uma luta também para que haja uma melhor organização no nível federal, numa articulação entre todas as Secretarias e Ministérios que participam dessa questão. Há uma proposta de constituir uma Secretaria Nacional do Idoso, isso já foi feito através de um abaixo assinado, encaminhando ao Conselho Nacional do Idoso. Não estou acompanhando as conferências estaduais que trazem para a Nacional, que vai acontecer em maio. Espero que esse tema esteja sendo discutido, mas a idéia é de constituir, à semelhança do que se faz com a questão da igualdade racial, com a questão das mulheres, com a

juventude, ter uma Secretaria nacional para coordenar as ações do nível federal, para dar suporte ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e para apoiar os Estados e Municípios no desenvolvimento das políticas estaduais e municipais do idoso.

Então, essa era a contribuição que eu gostaria de trazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – As duas idéias estão aceitas, depois conversaremos, eu e o Paim, para ver como levar adiante. Eu só chamo a atenção de uma coisa. A municipalização, eu defendo do ponto de vista gerencial, mas, do ponto de vista dos recursos, tem que ser federal, porque senão a gente condena os idosos dos Municípios pobres, como estamos fazendo hoje com as crianças. Nós condenamos a terem um atendimento sem dinheiro como é hoje a educação. O Município que tem dinheiro pode ter uma boa educação. O Município que não tem, a criança tem uma péssima educação. Porque o Prefeito não tem dinheiro, ou porque não gosta da educação.

SR. JOSÉ LUIZ VIANA E COSTA – Eu acho que teria que ser um financiamento das três esferas do Governo, e o nível federal sendo repassado para os Estados e Municípios com um *per capita* fixo e alguma variação também em relação a índices epidemiológicos, ocorrência de certas doenças e alguns outros indicadores sociais que podem fazer com que haja mais recurso para alguns lugares, estabelecendo o princípio de eqüidade. Dar mais a quem mais precisa. Não estou justificando aqui a ausência do Ministério da Saúde, mas conversando com os técnicos da área que estão, neste momento, num evento internacional e ainda essa semana acontece um nacional, a informação é de que, não sei se por algum problema de tramitação em alguma esfera, não chegou à área técnica de saúde do idoso a informação e a participação nesse evento aqui. Então, não foi desleixo e depois podemos tentar identificar onde houve problema de comunicação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu combinei aqui com o meu Presidente, e ele: "Bom, indique, (risos) tem a liberdade de indicar". Eu gostaria de ouvir a Dra. Edileuza. E por quê? Eu falava aqui com o nosso Presidente, é Secretária Executiva do Conselho Nacional, ela ajudou muito para esse encontro acontecer. Ela monitorou a equipe, trabalhou, ligou para todo o País, quase. E eu gostaria de ouvir a Senhora.

SRA. EDILEUZA(F) – Bom dia a todos, eu gostaria de agradecer realmente esse apoio, o Senador Paulo Paim tem sido assim um batalhador para que sejam efetivadas as políticas públicas em prol do idoso.

Agora, eu gostaria de saber, até digamos, essa opinião do Riani(F), eu acho assim, criar uma secretaria, eu acho que poderia se criar uma Secretaria mais esvaziada como o das mulheres, não tem recurso, a da igualdade racial.

Agora, poderia se pensar numa Coordenaria Nacional à semelhança da CORD(F). Eu acho que isso seria um grande ganho, porque inclusive a CORD(F) ela trabalha em políticas macro, não só para a população de baixa renda, mas para todos, inclusive os aeroportos brasileiros, está sendo assim um exemplo na questão de acessibilidade. Realmente, eles têm conquistado muita coisa. As pessoas com deficiência eles estão mais organizados do que os idosos.

Os idosos precisam se organizar mais, porque a questão das associações, federações de aposentados, eles lutam mais pelas questões previdenciárias, está certo, mas as outras associações, eles lutam mais pelo lazer. E nós temos que sair, e partir para a cidadania, para o direito, para a conquista do direito. Então, isso que eu acho fundamental, essas organizações, inclusive, mudar a metodologia de trabalho nos centros de convivência para sair benemerência e partir para o direito. Exercer, porque o idoso, como todo sujeito, ele tem direito a ter direitos. Então, para isso, ele precisa conhecer as leis e reivindicar seus direitos, porque senão vai continuar no papel. A exemplo, nós tivemos esse ano para a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, os homossexuais conseguirem emendas parlamentares, o orçamento ainda não foi aprovado, mas de cento e trinta milhões.

E os idosos o que fizeram? Foram á luta? Procuraram os Parlamentares? Então, o que precisa é procurar, avançar e exercer o seu direito de cidadão. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu quero fazer um comentário num sentido. Primeiro, sobre o órgão que cuidaria. Eu tenho um projeto aqui no Senado de criar uma Agência de proteção para a criança. Nada de Secretaria nada de Ministério. Mas, tenha alguém junto ao Presidente que esteja 24 horas por dia preocupado com a situação da infância no Brasil. O Brasil já tem Agência para cuidar da água, das coisas, mas, não da gente, ou seja, tem Agências da administração, mas, não do cuidado. Talvez seja uma idéia, uma coisa parecida para os idosos.

Segundo, a Senhora lembrou bem que hoje há um cuidado muito especial já nos aeroportos. Mas, nas rodoviárias não. Por duas razões. Uma, porque o que é para as classes organizadas, médias e altas, se cuida. O que é para as classes pobres, não se cuida. O segundo, e aí vem a municipalização, que os aero-

portos são federais e as rodoviárias são municipais. Então, ficam entregues aos pobres dos Prefeitos, ou à vontade deles. E finalmente, além disso, quando o você falou "lei que pega" e "lei que não pega", eu acho que, na verdade, não são "leis que pegam" e "que não pegam", são "leis para ricos" e "leis para pobres". As dos ricos "pegam" sempre. As leis para proteger direitos da sociedade organizada, essas "pegam", porque se mobilizam. Agora, as da parcela pobre muitas terminam sem "pegar". Na verdade, você tem razão, "pega" e "não pega". Eu estou dando é a razão, que eu acho, pela qual umas "pegam" e outras não "pegam".

Eu vou dar para mais uma pessoa, e nós vamos ter que sair. Dois. Então, um da Mesa, e ela, que pediu a palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu queria, primeiramente, Dr. José Luiz, porque eu acho que é importante. Ele tocou a questão, que é o maior desafio que nós temos. Nós somos um País, um Estado Federado, União, Estados e Municípios. Se a gente não tiver cuidado, cobra só de uma instância, é preciso cobrar das três. Porque o Município de São Paulo sozinho tem mais dinheiro do que o Estado do Piauí. Então, nós temos que trabalhar, eu acho que essa preocupação é corretíssima, é que a gente trabalhe com a seguinte lógicA – União, Estados e Municípios, e sim a Constituição, a gente trabalhar na mobilização e cobrar de cada um deles. Porque a Instituição de Longa Permanência está no Município, mas não é dizer que o Município é que tem que cuidar. Mas, se não tiver um Conselho municipal lá cuidando, o Conselho da assistência cuidando, dificilmente alguém vai sair se Brasília para ir lá no interior do Piauí, é bom ir lá.

Mas, se tiver um Conselho lá funcionando, facilita isso. Então, eu acho que esse aspecto nós temos que fazer essa articulação completa. O Brasil é signatário do Plano Mundial de Envelhecimento, tem o Plano Nacional do Idoso, tem a acessibilidade, decreto da acessibilidade, tem Conselho. Nós já avançamos muito. Mas, é preciso enfrentar esse grande desafio, é o papel de cada um, porque o cidadão tem que cobrar. E quando ele vai cobrara lá no interior...

Então, é preciso cobrar da União, do Estado e do Município. E também do poder público nas outras esferas também, porque é preciso ver que o Judiciário está lá no meio, o Ministério Público está aí na batalha.

E também a nível internacional o Brasil tem assumido compromisso. Nós estivemos agora no Rio Grande do Norte, Dra. Iadya está aí, nós fizemos a 8ª RICOTEC, Rede Interamericana de Cooperação Técnica que articulou gente do Brasil inteiro, do Brasil e da América Latina inteira, de Portugal, da Espanha, de Moçambique. Fizemos agora um seminário aqui em Brasília, Direitos Humanos e o Envelhecimento, um seminário internacional.

Então, precisamos articular. Tem muitos Países que já avançaram e há algo que nós podemos aprender com eles. Mas, lamentavelmente, uma quantidade imensa de Países estão muito aquém do que nós temos. Porque o idoso ainda tem a aposentaria, precária ou não, mas tem uma aposentaria. E grande parte dos Municípios brasileiros vivem na dependência do daquela aposentaria pequena do idoso. Grande parte dos Municípios brasileiros, se eventualmente, é claro, nunca vai acontecer, se os idosos saíssem daquele Município, o Município quase faliria. Vale para o comércio, vale para a indústria, vale para tudo.

Então, eu acho que é fazer essa grande mobilização. Eu acho que nós temos que trabalhar, mas pensar no idoso, sempre o seguinte, todos os tipos de idosos, não pensar um tipo só. Senão nós corremos risco. Pensar ar só na Instituição de Longa Permanência, só o idoso sem recurso, ou só... Então, é trabalhar nessa visão mais integrada. E encerro já, e grande parte das pessoas com deficiência, a pessoa, na medida em que fica idoso, boa parte deles, em seguida, às vezes, se tornam pessoas com algum tipo de deficiência. Não é que idade seja doença, mas muitos deles, às vezes, passam a ser dependentes. Então, tem que fazer essa política integrada, e estamos fazendo, por isso, um curso de capacitação de Conselheiros. Todos os conselheiros dos idosos do Brasil inteiro, nacional, estadual e municipal, vão poder fazer esse curso. É à distância, são quatro mil vagas, todos eles. Mas é preciso discutir com o Conselho da Mulher, porque a mulher, em questão de gênero, a mulher vive mais do que o homem. Então, é preciso trabalhar essa lógica. A questão racial também está incluída, a pessoa com deficiência, enfim, é preciso fazer essa articulação. Esse curso de capacitação vai ajudar muito nesse sentido.

O Conselho é um local de diálogo, de discussão, de tensão. E democracia não existe sem tensão. Isso eu aprendo muito com o nosso Senador Cristovam, porque ele sempre fala muito nisso e eu acho isso uma coisa importante. Democracia ela existe como muita tensão, mobilização, pressão, não existe, o dia em que houver tranqüilidade absoluta, alguma coisa está errada no ser humano.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – A Senhora, que queria falar.

SRA. MARIA FERREIRA ALVES DA COSTA – Eu sou Maria Ferreira Alves da Costa, eu sou do Conselho Regional de Saúde do Gama. O fato de estar falando muito em Conselho e sobre idoso, eu queria falar que o idoso precisa muito de assistência médica. O Hospital do Gama ele está precisando de Médico, principalmen-

te de um Geriatra, diretamente, dia e noite, porque o paciente chega, o idoso, passando mal, ele enfrenta uma fila miserável, de 4h da manhã até as 5h da tarde. Eu não estou falando o que eu vejo dizer, eu estou falando que eu vejo todos os dias, porque eu estou lá como voluntária no Conselho, ajudando todo mundo, e nós estamos precisando muito disso. E como tem um Senhor que veio representar o Sr. Geraldo Maciel, o qual eu conheço muito e sei o homem que ele é. Ele é capaz de saber disso e nos ajudar. Porque eu acho que é o que o idoso mais precisa é de saúde, porque, sem saúde, ninguém anda, principalmente o idoso. Muito obrigada. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu fico muito feliz com a sua fala, mas queria lembrar que o caminho a gente já teve algum tempo atrás, para resolver isso, que é o era o programa "Saúde em Casa". Aquele "Saúde em Casa", a gente atendia as pessoas nas casas, eu acho que isso pode voltar, sem grandes dificuldades. A dona Alba queria falar, não é isso? Onde está? Lá no fundo, mas aí não tem microfone.

SRA. ALBA MARIA ABIGALIL – Bom dia a todos, meu nome é Alba Maria Abigalil, eu sou Assessora Técnica do Ministério do Desenvolvimento Social, mas, no momento, aqui eu estou presente como cidadã. Participei efetivamente de todo o trabalho junto com o Dr. Paulo Paim, nessa jornada para aplicação do estatuto no âmbito da Federação brasileira, e nós temos um documento muito importante, porque foi feita uma pesquisa de como está situação da rede de proteção social no Brasil, mostrando os desafios e as possibilidades de implementação. E os Fóruns que nós também implementamos com uma grande parceria com a Jurilza(F), enquanto ela era coordenadora dessa área, nos indica um documento maravilhoso que vai ao encontro de uma palestra, que o Senador Paulo Paim fez essa semana na TV Senado, dizendo da questão da economia, da arrecadação do orçamento e mostrando justamente isso, a necessidade de se aplicar bem a questão do orçamento e que não existe falha na seguridade social, previdência, assistência e saúde.

E esse Fórum Nacional, que nós implementamos no brasil todo, ele é formado em cinco regiões e tem um documento muito moderno em que se fala de um pacto para uma longevidade digna. Que mostra justamente isso, a necessidade de implementação dessa rede. E esse documento foi feito pelos Fóruns estaduais, então é um documento muito rico. Eu gostaria de poder encaminhar a essa Comissão, se for aceito ou não, esse documento e também essa pesquisa que mostra, da rede de implementação nacional, justamente abordando as competências de cada Ministério setorial e as estratégias de implementação. Esse documento "pacto para uma longevidade digna" também foi apresentado para o primeiro Conselho Nacional do Idoso, na primeira gestão. Então, eu coloco à disposição, se os Senhores acharem que é válido. Muito obrigada. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Para terminar, eu acho que ninguém melhor do que esse grande defensor da causa, com quem eu aprendi muito, quando fui Governador, e que ele me ajudava como Sub-Secretário, que eu criei essa Sub-Secretaria, que não havia. Passamos a ter uma pessoa encarregada de cuidar do problema do idoso, da terceira idade, e ele que me ensinou inclusive que não é a terceira idade, é a melhor idade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador, meu Governador, Senador Paulo Paim, meus irmãozinhos. Quando eu comecei esse trabalho, em 1986, eu, simplesmente, comecei a criar grupos comunitários de terceira idade. Em dia 15 de novembro de 1986, eu criei o primeiro grupo, no cruzeiro. E, dali em diante, não parei mais. Quando saí do Governo, em 99, tínhamos 50 grupos, cerca de cinco mil idosos mobilizados. Então, eu venho da fonte.

E eu estou muito feliz hoje, não pelo tanto que falaram aqui, porque trouxeram tudo. Mas por tudo que está acontecendo hoje, chamando a atenção da sociedade para o idoso. Porque, naquela época, eu criei os jogos abertos da terceira idade, encontros da terceira idade, baile da terceira idade, baile das debutantes da terceira idade, rainha da terceira idade. A minha Assessora, da época, Vera Terezinha, ficava doida. "Pare de inventar coisas". Mas, nós inventamos e conseguimos mostrar para a sociedade, em Brasília, que o idoso existia. Só a que imprensa custou muito a entender isso. Eu pedia uma entrevista na televisão e chamavam o Jorge Cauhy, Diretor e dono de um asilo. Por quê? Porque naquele tempo, em 86, o idoso era só aquele que estava no hospital ou no asilo. E quando não chega a 1% da população idosa brasileira que está asilada. 99% da população idosa brasileira está em casa, e é com eles que nós devemos trabalhar, com eles que eu aprendi a trabalhar.

Então, vendo todo esse movimento hoje, as informações que nos trazem hoje, eu me lembro quando sós tínhamos a Assessoria da terceira idade, criada no Governo do José Aparecido de Oliveira, e depois, com a chegada do Prof. Cristovam, nós propusemos a ele a criação da primeira Sub-Secretaria do Idoso, no gabinete do Governador, no Brasil. No Brasil, o Distrito Federal foi o primeiro Estado brasileiro a ter uma Sub-Secretaria para assuntos do idoso no ga-

binete do Governador. E ele me convidou para ser o Sub-Secretário.

Hoje eu lembrei que, na semana em que o STJ barrou, aceitando uma liminar da ABRATT do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Transportadores, vetando o art. 40 do Estatuto, naquela semana, eu fui convidado para fazer uma palestra no STJ. E, para preocupação minha, só o Ministro Presidente e eu falamos. Ele falou primeiro, e ficou do meu lado. E depois, eu lamentei no meu pronunciamento, lamentei, profundamente, a decisão do STJ, que não viu o idoso, não viu o ser humano necessitado, viu os empresários, que entraram com a liminar.

Então, eu tenho a impressão que o erro foi cometido no momento em que, nas duas reuniões que estive, no Ministério dos Transportes, que a definição do art. 40 era um benefício social e encaminhamos para a Presidência da República o projeto que eu ajudei a elaborar. E lá, a Advocacia-Geral da União respondeu que não era um benefício social e sim um benefício tarifário. E foi com base nessa questão que o STJ aceitou a liminar. Fica aqui para os Juristas essa informação, que talvez não tenham, para que nós possamos derrubar isso aí e fazer valer isso aí.

Nós idosos, eu comecei esse trabalho eu tinha 53 anos, hoje eu estou com 73 anos, mas tenho a felicidade de estar aqui no Senado, ainda trabalhando, ainda em atividade e vendo tudo isso que está acontecendo. Pode ser que aí possa provocar os Médicos, porque nós só temos 500 Geriatras para atender quase 17 milhões de idosos. E, na minha área, Gerontologia Social, não chega a 300. Para atender quase 17 milhões de idosos. E são acontecimentos como esse que nos dá esperança, e me dá esperança de, antes de chegar os 80 anos, eu assista a formação de muitos Geriatras, porque Pediatras se formam 2.500 por ano, e Geriatras, 35. Que Deus nos ilumine e ilumine aos Senadores que tomaram essa iniciativa. Em meu nome, aos 73 anos, e, acredito, em nome de todo esse pessoal que está aqui, com fome, mas vibrando de emoção, porque a sua luta está sendo reconhecida. Muito obrigado. (palmas).

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Depois dessa fala, só me resta dizer que está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 12h27)

Ata da 10ª Reunião (Extraordinária) Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para 04 de abril de 2006, terça-feira, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões Nº 9, Ala Senador Alexandre Costa.

Às 10 horas e 40 minutos do dia quatro de abril de dois mil e seis, na sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Cristovam Buarque,** reúne-se as Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores: **Paulo Paim, Mão Santa, Romeu Tuma, Juvêncio da Fonseca, Valdir Raupp e Siba Machado.** Deixam de comparecer os demais Membros da Comissão, tendo justiçado ausência o Senador **Sérgio Cabral**, conforme requerimento de ausência do País. Presente as seguintes autoridades convidadas a participar da audiência pública, em decorrência a aprovação do Requerimento CDH, nº 12, de 2005, a respeito do vídeo **"Falcão, Meninos do Tráfico**" veiculado pelo programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, que tratava do registro de depoimentos e imagens de crianças e adolescentes que trabalhavam no tráfico de drogas em todo o país.": **Alex Pereira (MV Bil)**, Músico e Diretor de Vídeo; e **Celso Athayde**, Produtor Cultural e Diretor de Vídeo. Inicialmente, o Presidente Cristovam Buarque abriu a Reunião com a exibição do Vídeo "Falcão, Meninos do Tráfico". Após a exposição do vídeo o presidente passa a palavra ao Senador Mão Santa e em ato contínuo, é franqueada a palavra aos presentes na galeria, diversos representantes da sociedade Civil fazem uso da palavra. Após todos os que manifestaram o interesse de falar ter falado o Presidente anuncia a chegada dos convidados, convida-os a fazer parte da mesa e dá a palavra ao Senhor Alex Pereira (MV Bil), que faz uma explanação acerca do documentário. Em ato contínuo, o Presidente Cristovam Buarque disponibiliza aos presentes na galeria a oportunidade para os que manifestaram o interesse de fazer perguntas aos convidados. Diversos representantes da sociedade Civil e populares perguntam aos convidados e ouvem a resposta. Faz uso da palavra o Senador **Mão Santa**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 13 horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos da Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Senador Paim está de acordo comigo. Está aprovado. Senador Mão Santa também.

Essa Sessão é para levarmos adiante a Audiência Pública nos termos do requerimento nº 12 de 2006, a respeito do vídeo "Falcão, Meninos do Tráfico", veiculado pelo programa Fantástico que trata do registro de depoimentos e imagens de crianças e adolescentes que trabalhavam no tráfico de drogas em todo o Brasil. Nós convidamos aqui os autores e produtores do programa que estão chegando. O vôo deles que sai do Rio atrasou, mas já saiu do Rio, estão chegando. E o que nós queremos fazer aqui é primeiro passar o vídeo, depois ouví-los, e depois conversar entre nós sobre o que é que se pode fazer. Sobretudo as entidades que nós convidamos as Organizações Não-Governamentais, eu quero ouvir de vocês o que é que o Senado pode fazer. O que vocês cobram dos Senadores para que nós possamos, em nome dessa Comissão, levar aos outros Senadores.

Para ganhar tempo, enquanto eles não chegam e, obviamente, eles já conhecem muito bem o vídeo, nós vamos passar o vídeo. Se eles já estiverem aqui damos a palavra para eles. Se eles não estiverem, a gente discute entre nós. Eu tenho a presença de três entidades. A Ander(F) está aqui, o Carlos Eli, que é o Coordenador do Núcleo de Mobilização, está o Movimento Nacional de Direitos Humanos, a Roseana Queiroz e está, da Missão Criança, o Carlos Henrique e a Gladys Buarque. Eu vou pedir então à equipe que passe o vídeo. Podemos apagar as luzes.

(00:02:23 – Início da exibição do documentário: "Falcões, Meninos do Tráfico")

(01:01:19 – Final da exibição)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu deixei esse silêncio de propósito. Eu acho que depois de um vídeo desse, sobretudo assistido por um grupo que quer encontrar uma saída, a vontade maior é de ficar calado um tempo. Mas a gente tem é que gritar. A gente tem é que gritar para que isso não continue. Como praticamente, eu não sei se foi a última fala do MV Bill, estamos perdendo o controle. E a gente está perdendo o controle, se é que já não perdeu, na guerra civil que o Brasil vive que a gente perde o controle da segurança. Perdendo o controle de uma infância porque esse aí é um grupo mais visível das crianças que estão perdidas, mas das 40 milhões de crianças que a gente tem no Brasil e não são muitas que estão nessa situação, mas das quarenta milhões, só doze milhões vão terminar o Ensino Médio. As outras, 2/3 das crianças, não vão cair no crime, mas vão ter uma qualidade de vida na pobreza, na falta de uma consciência mais eficiente, vão ter dificuldades para uma sobrevivência. Certamente não vão cair nas três opções deles, cadeia, cadeira de rodas e morte, mas vão viver nas condições de 70 milhões de brasileiros que é de pobreza, pobreza séria.

Então, essa reunião nossa aqui, o que o eu queria primeiro era mostrar aos Senadores, juntos. Eu até no dia seguinte falei que deveríamos passar isso no plenário, num dia que estivesse cheio, para a gente conversar sobre isso. Lamentavelmente o dia-a-dia termina consumindo todo o tempo no imediato, e não se vê isso. Só temos um Senador aqui, que é o Senador Mão Santa, e eu porque sou o Presidente. É claro que o Senador Paim saiu pela reunião que ele dirige como Relator na Comissão do Salário Mínimo, mas os outros estão envolvidos no dia-a-dia, no dia-a-dia das CPIs, no dia-a-dia de Comissões, e não estamos discutindo esses assuntos mais graves.

Como ele disse também, pouco antes de terminar, "temos que escolher entre um Brasil ou dois "Brasis". E a gente não está escolhendo, está deixando que as coisas continuem. A gente está deixando que as coisas continuem caminhando. E continuar caminhando significa não ter mais dois "Brasis", é ter um grupo que vai se chamar "Brasil" e o outro vai ter outro nome. Por enquanto a gente ainda tem a sensação de dois "Brasis", daqui a algum tempo um vai se chamar Brasil e o outro vai se chamar, qualquer outra coisa. Eu nem sei qual é o que vai ter o nome do Brasil, se não é essa parte moderna que vai se integrar no mundo lá fora e se esquecer que é Brasil, ou se vai achar que os outros que não são brasileiros.

Porque a gente assistir isso e não ser tocado é como se não fôssemos nem seres humanos, quanto mais brasileiros. E o pior é a banalização, no dia seguinte os jornais falaram. Dois dias depois, muitos falaram. Não se fala mais nisso. Essa semana o Fantástico já foi sobre alcoolismo de criança, que há dois dias ele não fala. E depois vem a Copa do Mundo. E depois vem uma eleição onde provavelmente isso não vai ser tema, na eleição. O tema vai ser a economia, com a ilusão de que a economia crescendo resolve isso. Não resolve, não tem nada que ver. Eu vou abrir então a palavra passando inicialmente ao Senador Mão Santa. Quer dizer alguma coisa? E depois abrir a todos que estão aqui, enquanto eles não chegam. Mas eu queria saber o que é que vocês acham que os que foram eleitos, os 81, para serem Senadores, devem fazer para que esses dois "Brasis" não se afastem cada um do outro. Ao contrário, os dois "Brasis" se encontrem e virem um só. O que a gente pode fazer? Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Professor Cristovam Buarque, é o seguinte: V. Exª. como educador tem feito muito. Eu acho que ninguém o excedeu na história do Brasil. Mas esse é o dia mais importan-

te de todos da sua existência. Eu não tinha assistido ao programa do Fantástico, mas quero dizer que foi o programa de maior repercussão em todo o Brasil. Eu estava me sentindo frustrado, já estava querendo comprar porque aonde chegava tinha os comentários. Então, e eu sou muito cristão, acho que Deus não abandona, não. Ele bota as pessoas certas no lugar certo. O nome da Comissão é direitos humanos. E eu estou aqui, voluntariamente, e disse que essa tinha razão de ser e acho que agora V. Exª. encontrou a razão. Atentai bem: eu acho que tem solução.

Primeiro para onde a gente vai se leva a nossa formação profissional? Você é educador. Eu sou médico. E acho a ciência médica mais humana das ciências. E às vezes dá certo. Juscelino era médico-cirurgião, como eu. Então, tem que se fazer primeiro o diagnóstico. Esses homens, eu tenho uma pergunta aqui que uma jornalista me entregou e que eu quero dizer que não vou fazer, não. Eu quero dizer que esses homens merecem aquela medalha que foi dada vergonhosamente por Jobim. Vergonhosamente. Tem que chamar e dar aquela mesma medalha, exigir esse Presidente do Senado a ter. Esses homens fizeram o melhor diagnóstico do Brasil. Está aí. Realmente eles fizeram a parte deles. V. Exª., como educador tem que fazer. Isso tem jeito. Nós temos que modificar. E o quadro está aqui. Mas tem jeito.

Eu fui prefeitinho. Estou lhe dizendo porque eu estou aqui, porque eu repreendo o Lula, porque eu posso ensiná-lo. A cicatriz do meu rosto é do trabalho, do estudo, da dignidade, da vergonha. Eu fui prefeitinho de uma cidade e quero lhe dizer e desafio, aqui e agora, todos esses jornalistas. Não tinha um menino de rua. Por isso quando eu me refiro à minha mulher, eu refiro com muito respeito e muito amor. Isso é traduzido. Eu lhe dou os números. V. Exª. é político. Eu saí da prefeitura, me elegi. Fui cooptado, isso é comum, contra mim, o Governo contra mim. O Presidente da República. Eu tirei 93,84% dos votos da maior cidade do Piauí, com quatro candidatos. Não tinha um menino da rua. Acabamos. Isso acaba. Tendo vergonha, tendo sentimento e noção do cumprimento do dever. Também governamos o Estado do Piauí, eu vi essa cena, e eu deixei, e por isso que eu estou aqui. Também tiramos todos. Não tinha um. Eu os vi. Quando eu entrava no Palácio do Karnak, oito horas da manhã, eles fumando. E lá era uma cola de sapateiro, que eu não sabia. Constrangido eu entrava na sala de Governador antes de percorrida a avenida e as crianças. Isso acaba. E nós estamos aqui porque o povo do Piauí reconheceu que acaba. E acaba.

Não vou culpar o governante e nem o prefeito. Nós aqui que não estamos aqui. Nós aqui que não fazemos nada, fazemos muito pouco. Damos umas medalha daquelas da vergonha, da indignidade, do puxa-saco, dos que têm medo da justiça. Eu digo, eu tenho medo do inferno. Tem que chamar esses dois aí, V. Exª., e dar logo a medalha. A pergunta da jornalista foi feliz. Esses moços aqui tem que ser laureado. Eu não conheço nem eles. Foi feliz. Eles não têm que se perguntar nada, não. Eles já fizeram foi o bem. Se tinha seqüestro quem tem que saber é a polícia, é a justiça, é a lei. Eles já fizeram o dele. Esses dois são os melhores. E isso tem importância. Eu não me lembro o nome, mas qual foi aquele romance que fez os Estados Unidos libertar os escravos? Foi uma mulher que escreveu. O "Direito de Nascer". Foi reproduzido em novela e tudo. Isso aqui é mais importante do que o direito de nascer. A nossa vergonha, a nossa dignidade. Eles fizeram um diagnóstico. Está aí. Agora que estão eles se resolve. Se resolve. Esses modelos estão errados. Aqui mesmo tem um projeto. Brasília vai se tornar igualzinho. Como essas cidades satélites que você não tem culpa, governou, não tem prefeito, não tem Vereador, não tem, como uma cidade dessas gigantes, ali devia ter dez cidades.

Ali no Rio de Janeiro eu conheço, eu estudei lá, eu estou garoto da praça Mauá. Eu sou garoto, me formei ali em cirurgia. E eu andei no carnaval na Rio Branco ainda. Darci Vargas tinha casa do pequeno jornaleiro. Não tinha essas indecências não. O que está fazendo a primeira-dama desse país? A Jornalista para perguntar é isso. Não é ameaçar. Dê a medalha. Essa pergunta não é... não sei o quê. Esses homens são os homens de vergonha. Eles fizeram a parte deles. O diagnóstico. E a primeira-dama o que o é que faz? Olha na história. Oh, Cristóvão Colombo, eu sou da Praça Mauá, Hospital do Servidor do Estado. Nós alugávamos a casa do pequeno jornaleiro, lá do hospital. Aos sábados, nós, médicos brasileiros, pós-graduados, íamos jogar lá com os pequenos jornaleiros. Darci Vargas fez. Tem que ter o exemplo. Adalgisa fez. Isso tem, tem que ter, é essa dá nossa cultura. Eu joguei com esses meninos. Não tinha isso. Oh, Cristóvão. Eu namorei muito no aterro do Flamengo embolado com as cariocas e via os carros passar. Isso parece que é mentira, e não é não. Tinha... Porque não tinha esses meninos. Ela empregava todos. Educandário do pequeno jornaleiro. Eu me lembro que eu jogava com eles, e então eles completavam o time, entrava nos hospitais, a gente comprava, facilitava. Todos os meninos daquela época tinham uma função. Então nós fizemos o bom menino na Parnaíba, o bom menino em Teresina. Não tem muito. Sabe quantos tinham em Parnaíba que é a cidade maior do Piauí? Não tinha 35. Cada cidade do Brasil é isso. Vamos dizer que tenha 100 numa cidade maior.

O que é 100 crianças abandonadas, desvirtuada para um Governo. Quantas falcatruas e roubalheiras, desses ladrões, desse Mensalão davam para pagar isso? Um programa simples. Era um especialista, um psicólogo, tinha uma aula e a mulher arrumava um vínculo e trabalho que dignifica, educa essa palhaçada. Não tem o trabalho escravo. E eles andam fardados, arrumavam um pequeno trabalho que muitas vezes é uma escola. E não tinha. Por isso que eu estou aqui. Eu fui prefeito, não tinha um. Eu desafio. Eu estou sendo televisionado. E em Teresina também se acabou.

Em Brasília está indo para o rumo disso daí. As cidades satélites sem dono, sem disparate, sem mando. Cada uma daquelas. Na Europa, as cidades são pequenas. Cidade européia é tudo pequena. Cidade de cinco mil anos não tem isso. Então o homem tem de fazer leis boas e leis justas. Não é dando essas... Que entre nessa aí e peça logo a medalha para esses homens. Maior do que a que Jobim ganhou.

Esse é o diagnóstico. Compete a V. Exª.. Educador, Deus lhe botou aí como botou Moisés. Escolheu Davi para vencer Golias, lhe botou. E vamos mandar chamar esse, se tem, Ministro da Educação, para botar isso aqui e ser obrigatório em todas as escolas, toda a educação. Foi isso que criou o direito de nascer que fez libertar os escravos. Foi um romance, uma mulher que escreveu, essa reportagem mostra o diagnóstico está feito. Nós temos que dar as providências. E no Rio de Janeiro não tinha isso, não. Eu fui garoto dos anos sessenta. Ali no aterro, saía do hospital servidor, Praça Mauá, nunca vi uma bala perdida, nenhuma coisa, nenhuma exaltação e não é muito tempo não. Mas tinha o exemplo. Essa mulher do Getúlio deve estar no céu, por isso que se proclama. Veja lá. É do tamanho do hospital a casa do pequeno jornaleiro. Então não tinha. Todos os meninos ela pegava, botava, eu tomava banho, a gente jogava futebol no banheiro deles. Tive amigos, eu, médico cirurgião, fazendo, pós-graduado, todo o sábado nós íamos jogar lá. Com eles. Eram esses que estão aí. Ela recrutava.

Agora é lógico que tem uma medida de diminuir essa cidade gigantesca. A proximidade do prefeito, do Vereador. E outra. Número um é esse aí. V. Exª. tem a maior missão. Bote esse aí no cenário mesmo. Bote e peça para cortar o pão do Senador que não vê isso. Aliás, ele depende a mandato... Eu estava frustrado porque aonde eu ia, eu ouvia falar disso. Eu ouvia falar e eu estava frustrado de não ter tido essa oportunidade. Em outro depoimento agora uma homenagem a um jornalista de V. Exª., foi também de uma violência, aliás, Norberto Bobbio, professor como V. Exª., Senador vitalício, morreu recentemente. Ele disse que o mínimo que todos nós sabemos ser ele o teórico melhor de uma política moderna. Norberto Bobbio diz: "O mínimo que tem que se exigir de um Governo é a segurança. Segurança à vida, à liberdade e à propriedade." Isso é um mínimo.

E vou lhe dizer um depoimento. Esse Fernando Henrique Cardoso, eu nunca votei nele não, do PMDB, mas o homem é de uma cultura extraordinária, professor, eu li tudo, ele é sabido demais. Li palestra... Nós, nós, você ainda eram o predileto dele. (Risos) E eu também, uma vez ele me elegeu lá em cima, para mostrar os livros dele, ali é sabido todo. Mas eu vou dizer... Eu só não li esse último dele. Ele tem o valor dele, cultural. Esse negócio de sabedoria é importante, está no livro de Deus, diz que a "sabedoria é ouro", tem esse negócio do Lula não dar valor, não estudar, não ler, que é melhor fazer uma hora de esteira do que ler uma página de livro, aí sai da esteira a dizer besteira (Risos).

Mas ele disse uma coisa muito certa, o Fernando Henrique Cardoso. Eu vi. E eu quero dar o testemunho. No fim do Governo, no fim, transição, eu vi uma entrevista dele. Eu procuro ler todas as coisas dele. Às vezes discordo de um, mas... E ele disse: "Olha, o Presidente Lula tem que ter... Se você não sabe para onde vai, cênica, disse, ventos nenhum lhe ajudarão saber o que fazer". E é assim, esse país, professor, em quinhentos e cinco anos. Vamos, cada um teve a sua missão. O Dom Pedro I, tornar independente. O Dom Pedro II, a unidade. Os Deodoro, a República, não sei o quê. O Getúlio, valorização do trabalho, do trabalhador, do Ministério do Trabalho. O Juscelino, integração, otimismo, desenvolvimento, democracia. Sarney, a transição. O outro, austeridade. Fernando Henrique, o combate à inflação. Tinha uma meta. A meta do Lula, o Fernando Henrique disse, é garantir a segurança. Ele disse. Ele foi verdadeiro nessa. Ele aconselhou. Aí o Lula ficou um tonto, abriu logo 40 Ministérios. Aí não teve. É o cênico, se você não sabe para onde vai o porto, ventos nenhum lhe ajudarão. Então, é isso que eu queria dizer. Vamos pegar isso, Cristovam Buarque, V. Exª. fez certo. Merece como cento e dez, e dar para o Senado para todos ouvirem. Isso é o diagnóstico. Vamos homenagear, vamos fazer e sensibiliza. Vamos fazer leis boas.

Aqui mesmo. Tem aquela do Francisco Escócio. Aqui eu estou vivendo nessa ilha da fantasia de Brasília. Olha as cidades em torno. Sei que é desconhecido, e vê e quando eu sou convidado e vou. Aquilo estão caminhando. Tem que ter uma unidade de comando, uma unidade de versão de poder e de responsabilidades. Como essas cidades do Rio, nós temos que dividí-las em menor. E está lá o prefeito. Mas foi um jornalista que eu quero me congratular no debate de

violência. Cada um falou: "Bota o Exército, capa, mata, bota prisão perpétua até no cemitério, a vida toda, cadeira elétrica, fuzilamento". Aí chegou um jornalista e disse o seguinte: "Atentai bem para isso. Olha o que o eu tenho observado, eu sou jornalista. Eu vou ao morro. Eu conheço. Eu tenho observado de onde tem uma igreja cristã ou católica em torno dela tem mais paz, tem mais paz."

Então, são isso que eu queria aqui V. Exª. levasse essa mensagem. Então, e quero assinar com V. Exª., já que se deu aí para esse ano não ser um ano feio, dá uma homenagem a esse jornalista, convidar também o que disse que cada lugar que ele viu onde tinha uma igreja, em torno dela a população cristã se enchia de paz. Então, V. Exª. tem, já fez muito pela educação, mas aí está o diagnóstico, eu assemelho isso aqui àquela escritora americana que escreveu "O Direito de Nascer", a história dos escravos que fez Abraham Lincoln torná-los independente. E dizer, inspirado na Bíblia, esse país não pode ser metade livre e metade escravo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu quero dizer, agradecer ao Senador à sugestão da condecoração que talvez ninguém pensasse nisso. E eu vou encaminhar, em nome da Comissão. E se o Presidente achar que não, o Presidente Renan, que eles não merecem a gente inventa uma medalha aqui da Comissão e dá para eles. E, para não ficar escondido, eu quero dizer que eu comparto com o Senhor a idéia de que eles merecem mais do que o ex-presidente do Tribunal, Jobim. Para que não fique só nas suas palavras. Eu acho que eles estão fazendo mais justiça, ao mostrar isso, do que muitos juízes no Brasil. Eu fui informado que eles pousaram agora então vão demorar ainda alguns minutos para chegar. Alguém quer fazer uso da palavra? Eu queria que falasse daqui por causa do microfone para a gente gravar... Pode. É porque ele está longe. Sente aí e fale aí e diga o nome para a gente gravar porque o importante desse evento é que a televisão, dependendo das outras Comissões...

SR. SILVIO RANGEL – Não vou sentar, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não quer sentar?

SR. SILVIO RANGEL – A questão não é não quer sentar. É porque eu sentei para ver o documentário o Senhor falou que era só reservado para os Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu não disse isso.

SR. SILVIO RANGEL – Não, o Senhor, não. Um Rapaz que trabalha aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sim. Mas eu estou dizendo agora que você pode sentar.

SR. SILVIO RANGEL – Eu não quero sentar porque quero registrar a minha indignação para com isso. Eu sentei aqui, ele falou que não podia porque era reservado apenas aos Senadores. Eu estou vendo aqui só um Senador sentado aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Na verdade, reservado aos Senadores, pelo regimento, é o primeiro e o segundo. E lá está cheio de gente aí e aqui hoje não tem isso. Mas se você não quiser sentar, não precisa, mas, se quiser, essa cadeira é sua.

SR. SILVIO RANGEL – Tudo bem, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E aí aparece melhor porque eu queria dizer que isso aqui, o importante disso é a gente estar levando para o Brasil inteiro. Se não agora ao vivo, não sei se está, porque tem as outras Comissões, não está, mas grava, passa de noite, repete de madrugada. Então eu queria que você dissesse o nome para ficar gravado e pode falar.

SR. SILVIO RANGEL – Bom. Meu nome é Silvio Rangel. Moro na Candangolândia, periferia de Brasília, no caso se chama cidade satélite, porque a periferia tem nome chique, né? Eu queria registrar primeiro a minha indignação para com o companheiro que falou que não podia sentar que era reservado aos Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Ele estava cumprindo o papel dele. Agora eu estou dizendo que você senta...

SR. SILVIO RANGEL – Sim. Sim. Sentei e falou que não podia porque era reservado aos Senadores. E o único Senador que eu estou vendo aqui é o Senhor ali. Então, queria registrar a minha indignação para com o Senado Federal. O Sr. Mão Santa falou de diagnóstico. Eu estava vindo para cá, estava escrevendo algumas coisas e vi uma coisa interessante que é o diagnóstico feito pelo IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, feito em 99, pelo Sr. Ricardo Henrique. Olha só. Apesar de representar 45% da população brasileira, os negros correspondiam a maioria da população pobre, 64%. Dos 53 milhões de brasileiros pobres, 19 milhões eram brancos, 30,1 milhões eram pardos e 3,6 milhões eram pretos, entre os 22 milhões de indigentes, 13,6 milhões de pardos, 1,5 milhões de pretos e 6,8 milhões de brancos, essa era a composição racial da pobreza do Brasil, em 99.

Você vê que o documentário mostra, se vocês prestaram bastante atenção, a maioria, 90% negros, mora na periferia. E só para registrar outra coisa, outro dado também que é interessante, uma música dos Ra-

cionais, da música Versículo 4, Capítulo 3, é introdução que fala o seguinte: "60% dos jovens da periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras. Nas universidades públicas apenas 3% dos alunos são negros. A cada 4 horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo". Quem falou isso é o Primo Preto, mais um sobrevivente. Essa é a introdução de uma música dos Racionais.

Assim, vendo esse documentário eu fiquei perplexo, assim, né, porque pô, quem é que mora na periferia. O Rapaz, falou: "pô, eu só queria ter um carrinho de controle remoto, queria ter uma bicicleta". O outro, queria, pô, ver o circo. Olha só os anseios dessa juventude. O que essa juventude quer? O que essa juventude precisa? E qual o olhar do Estado? Aqui estão representando o Estado, o Senado, não é isso? O Estado está sendo representado pelo Senado de que forma? Temos aqui pelo menos um Senador. Como é que a vontade dos políticos para estarem fazendo alguma coisa por essa juventude, que está sendo morta pela polícia.

Que a polícia, não sei se todos aqui sabem, é a primeira instância a cumprir as leis dos Direitos Humanos, né? A Lei Universal dos Direitos Humanos. A primeira a descumpri-la. Então no regimento dos Direitos Humanos universal, feito pela ONU, todos os países que participaram tem status de leis, essas deliberações da ONU. Então, a polícia é a primeira a descumprir esse quesito, de qualidade social. Eu fico, assim, pasmo de ver isso. Como é que a polícia, que é a primeira que tem que cumprir essa regra, é a primeira a descumprir. Você vê os Rapazes falando, polícia, o rapaz de cadeira de rodas falou "Não, é melhor tu sair dessa vida aí porque senão eu vou te matar." Você vê, o policial falando isso para uma pessoa. Como é que a gente garante o direito de estar na periferia? Eu, por exemplo, é muito difícil para mim ter esse cabelo. Eu chego na periferia onde eu moro, a polícia chega e já pára logo. "Encosta". "Encosta por quê?" "Você é suspeito". "Suspeito de quê?" "Não interessa, você é suspeito." Até que ponto podemos dizer quem é suspeito? Só porque eu moro na periferia? Até que ponto? Qual é a vontade dos governantes de estarem fazendo alguma coisa? É por isso que toda a minha indignação vem para isso. De que forma estão fazendo alguma coisa?

Eu participei, na última quinta-feira, na última sexta-feira, dia 30, 31 na Câmara dos Deputados, do 1° Seminário da Juventude. E, assim, é interessante que 107 propostas, do tópico que eu estava participando, de 107 propostas só podia tirar 10. Para você ver, os anseios dessa juventude, está querendo mudar, está querendo contribuir também para estar se fazendo leis. Mas olha só. Podemos de 107 só pode tirar 10. Vocês só podem ficar contemplados só com dez. Mas e aí? Nossos anseios são grandes. Nossa vontade de estar participando também, dessa política, também é grande. Mas de que forma que a gente pode estar contribuindo de fato? Sendo que vocês, governantes, não estão nem aí para a gente. Deixa morrer lá, como disse Carolina de Jesus "O quarto de despejo da burguesia é a periferia, é a favela." O que não presta, o Estado joga para lá. Joga lá para a periferia lá que eles vão ficar bem lá. Ontem passou o filme cidade de Deus, foi até uma fala interessante do rapaz que ele falou, "Não é gente, joga lá para a Cidade de Deus lá que eles se viram lá." O Estado, joga lá. Sem saneamento básico, sem iluminação, sem água, sem nada. Sem escola. Qual é a vontade? O Sr. Senador falou, Senador Mão Santa falou muito, mas também não falou nada para mim. Não falou nada. Pelo menos para mim, estou aquém a isso aí.

Então, qual é a vontade que vocês têm? Eu acho que nenhuma. Praticamente nenhuma. Se a Comissão passou um filme, um documentário desse, apenas um Senador. Está certo. Está certo que existem outras coisas para serem feitas. Mas eu acho que isso aqui não é mais importante, não? Está tratando da nossa juventude que está morrendo, está se drogando, está traficando. Então, qual é a vontade de vocês? Nenhuma. Para mim é nenhuma. Podia estar muito bem aqui lotado aqui de Senadores e Deputados, todo mundo. Mas não está. Justamente por isso. Porque as normas da Casa dizem várias coisas. Não pode ficar aqui. Você não pode sentar aqui porque é reservado a Senador. Você não pode ficar aqui porque tem que estar de terno de gravata. Outro dia estava fazendo um manifesto no Salão Verde ali, e aí fui entrar para poder, subir a escada, o segurança barrou. Não, aqui só pode entrar de terno e gravata. Você não pode entrar aqui, não. Por que não? Aqui é só para os Deputados. Ora, quem elegeu vocês foi o povo. Como a gente não pode subir no espaço que a gente botou vocês? De que forma? Então é por isso que a periferia não quer nem vir aqui, porque, pó, chega aqui e é maltratado. Fala: "Não você não pode sentar aí, não. É só para o Senador que se elegeu, mas é só ele que pode sentar". É dessa forma que as coisas acontecem.

Aqui podia também estar cheio da galera da periferia mas não está, não está por quê? A grande maioria, digo, também sou da periferia. Mas não está por quê? Porque aqui não é a nossa *casa*. Aqui a gente não se sente à vontade. A gente elege vocês mas fica aquém, falam, "ah, deixa eles lá". Se a gente pisar lá a gente é maltratado. Não pode nem sentar no lugar que a gente

escolheu, cara, para a gente sentar ali, não pode nem sentar. Olha só que forma é essa, como são as coisas. A partir desse momento como a gente vê a vontade de vocês estar fazendo alguma coisa? Para mim, digo de novo. Nenhuma, nenhuma, nenhuma.

Desculpe, o Senhor, Sr. Cristovam Buarque, o Senhor é um grande educador e tudo, mas a educação também ela pode mudar esse rumo? Não sei. A nossa educação é sucateada, de baixa qualidade. Eu moro na periferia, eu sei disso. Eu sei o que eu estou falando. Lá falta professor. Lá falta livro. Falta... Tem que pagar para poder tirar uma xerox. Eu tenho que tirar do meu bolso? Eu sou estudante, eu tenho que tirar do meu bolso para poder estar fazendo isso? É o dever do Estado. Dever do Estado. Mas cadê? Que o Estado faz alguma coisa? Para mim não faz nada. Fazem várias leis, um monte de Comissões para discutir isso, discutir aquilo, discutir aquilo outro. Mas, de fato, implementar uma lei pública, que garanta que as pessoas saiam desse tráfico, dessa marginalidade, não fazem. É que nem o Estatuto da Criança e do Adolescente. Caiu no buraco do esquecimento. Caiu no buraco do esquecimento. E o buraco é bem fundo. As pessoas falam, vêem esse documentário, falam "mas tem o Estatuto da Criança e do Adolescente que garante isso, isso e aquilo." Garante? Garante no papel, porque na prática mesmo ela não existe. Praticamente não existe.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, eu quero agradecer muito as suas palavras, eu acho que foram muito boas, espero que tenha muita gente ouça o que o você está fazendo, e a cobrança que está fazendo. Até porque, de fato, a gente aqui, no Congresso, se sente impotente. Você mostrou esse seu sentimento. Agora eu gostei de você ter trazido o problema racial para cá. Porque muita gente vê isso apenas como um problema social. E é sobretudo social, mas é também racial. Todos. Eu não acho que 90% não, eu acho que todos que apareceram são negros. Agora tem uma coisa que me chocou ainda mais. Logo depois do filme, pelo menos no outro dia de manhã, levaram para debater o filme psicólogos, sociólogos, todos eram brancos. Todos. Não teve um que não fosse, quando eu vi, no Bom Dia Brasil, que não fosse branco, os três, não eram muitos.

SR. SILVIO RANGEL – É. Assim... Mas também dizer também que a pobreza ela não tem cor. Esse dado é importante também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Esse dado é importante. Mas eu quero mostrar, o que aparece aí na parte da tragédia é com negros. Na hora de analisar... Primeiro porque só tem 3% de negros nas universidades, mas segundO – esqueceram alguns intelectuais negros de qualidade nesse país que podiam ter chamado para debater esse assunto. Por isso os brancos que foram não viram o lado racial. Ficaram apenas no lado social. Bem, fico contente. Se quiser ficar na cadeira, fique. Essa cadeira é sua.

SR. SILVIO RANGEL – Minha não. É dos Srs. Senadores, minha não. (Risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – A razão de reservar é porque se supõe que vai encher de Senadores aqui. E eu quero dizer que o único que virá aqui é suplente. Nem precisava ter vindo. Ele veio porque ele quis vir por causa da sensibilidade dele. Seu nome? Não ela tinha pedido antes. Lá de trás e ela veio para ali. Odilo...?

SR. MÁRCIO PINHEIRO – Bom dia. Meu nome é Márcio Pinheiro. Eu sou produtor cultural há mais de 11 anos. E, na realidade, eu tenho um projeto denominado Escola Show, que é um projeto de empreendedorismo sócio-cultural e inclusão social. E se o Senhor diz que o Senado é impotente para essas causas que nós acabamos de ver aí no vídeo, imagine a gente que é uma pessoa autônoma que tenta implementar um projeto como piloto em Brasília. Eu tenho o apoio de pessoas que não é nem do meio, médicos, como o Mão Santa tem tentado me colocar em algumas reuniões. Tive com o chefe de gabinete do Ministro do Planejamento para apresentar meu projeto. E o que eles me dizem é que não existe recurso para fazer o projeto.

Eu sou fã do Senhor, não conheço pessoalmente. Leio algumas crônicas. Uma das que eu relembro aqui foi a que você comparou a uma empregada doméstica ter um filho e esse filho chegar à universidade e nós, de classe média, a diferença é gritante. Eu tenho uma filha, hoje que estuda numa escola particular, mas, apesar de estudar numa escola particular, eu vejo a grande diferença porque eu trato com cultura há mais de 11 anos. Eu trabalhei com blocos de trio elétricos, trabalhei com grandes artistas do axé *music* e a gente vê como o empreendorismo sócio cultural poderia contribuir para essa situação, porque é uma cadeia produtiva de eventos que existe na cidade. O Ministério da Cultura fala que é para transformar cultura em ocupação e renda, mas a gente não consegue um apoio do Ministério da Cultura, sequer consegue aprovação e sentar com as pessoas do Ministério da Cultura para debater o tema.

A gente passa por situações. Eu tenho articulado em todas as esferas que você possa imaginar, seja estadual, municipal, federal e não tenho conseguido apoio de ninguém. Tentei, com o antigo Deputado Federal, que eu levei os blocos de trio elétrico para o Norte do país em Porto Velho, Rondônia. Esse Deputado Federal já foi prefeito. Hoje em dia talvez seja um candidato a

Governo do Estado de Rondônia. Ele diz que não tem condições de fazer basicamente nada. Acabei de tentar falar com a Senadora Fátima Cleide, ela disse que não tinha tempo. Eu só estou tentando colocar porque o Senhor diz que é impotente em relação ao Senado. Lá no Estado do Piauí eu participei de um projeto no terceiro setor. Nós tivemos apresentando esse projeto junto ao Salão Azul, com o Governador Wellington Dias e esse projeto era uma falcatrua. Eu denunciei esse projeto no Ministério do Trabalho e até hoje não vi solução nenhuma. É um projeto que foi aprovado por 3 milhões e 300 mil reais para capacitar jovem no Estado do Piauí, Mão Santa, do Alagoas e do Pernambuco. Esse projeto era só papel. As pessoas aqui querendo tirar recurso do jovem que está lá na ponta esperando. Eu visitei 7 cidades no Estado do Piauí, tinha cidade que tinha 100 metros de rua. Um Rapaz queria apertar 350 mil reais que era a média por cidade em relação ao projeto.

Algumas pessoas conseguem porque tem algumas articulações, tem algumas amizades. Eu participei desse projeto durante seis meses da minha vida para poder aprová-lo. Com seis meses depois eu senti que o projeto não ia para lugar nenhum, me desvinculei do projeto e entrei com meu projeto no Ministério da Cultura, chama Escola Show, e estou tentando aprovação, está na FUNARTE esse projeto, no Rio de Janeiro. Eles estão me pedindo projetos pedagógicos das áreas afins. Eu estou conversando com os professores da Universidade de Brasília para poder me dar esse projeto pedagógico, para poder encaminhar para a FUNARTE, para que meu projeto seja aprovado, via Lei Rouanet, que eu possa captar recursos aonde existem programas nas Estatais para isso.

Recentemente, eu inscrivi meu projeto nos Correios e ele não foi aceito. Eu já sei, de antemão, que ele foi expurgado porque eles colocam os projetos, limitam a cinqüenta, cem, a duzentos mil reais, dependendo da arte, do segmento. E a gente não consegue. Por quê? Logicamente existem algumas pessoas por trás que conseguem aprovar com muito mais facilidade do que a gente que dedica isso por causa, por missão, por gostar de fazer produção cultural. Só por isso. Eu poderia ficar em casa hoje que eu poderia ganhar muito mais. Mas eu estou há 11 anos, há 3 anos no terceiro setor porque eu acho que foi o caminho mais próximo de obter recurso para fazer isso.

Em relação ao Rapaz aqui. Ele está correto porque eu também tive a mesma dificuldade quando eu cheguei aqui na Comissão. Eu fui convidado para vir aqui e não poderia sentar aqui para poder fazer pergunta. Já ia até embora porque eu tenho um compromisso para levar minha filha na escola. Mas era só esse o registro que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu quero lembrar que essa Comissão é Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, ou seja, a Constituição permite que você, a população elabore leis e se tiver um certo número de assinaturas encaminha e passa por essa Comissão. Então é mais importante ainda se a Comissão de Legislação Participativa...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Senhor vai me desculpar...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Um detalhe... É mais importante ainda pois vocês têm o direito de sentar nas cadeiras...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Senhor vai me desculpar, recentemente eu assinei uma dessas leis que era em relação à senhora que perdeu a filha aí em Brasília, que ela é do Núcleo Cultural do Marista. Perdeu a filha, vocês sabem do caso aqui, e ela colheu diversos, milhões e milhões de assinaturas e no final não foi aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Pode não ser aprovado, mas é que demora muito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O quorum foi suficiente, segundo...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Quando você estava falando aí eu estava olhando aqui porque eu queria ver se dava um exemplo. Mas não tenho dessa vez. Eu tenho aqui as leis que vão entrar no plenário, e tenho autor. Eu estava vendo se tinha algum dos Senadores ou Deputados morto, porque demora tanto que é comum a gente aprovar a lei de morto aqui. Em geral demora muito. Não tem morto, mas tem um que já não é Deputado há muitos anos que é o Airton Dipp, que é prefeito de Campinas. Mas eu queria passar a palavra para ela depois para você.

SRA. IONARA – Bom dia. Boa tarde. Meu nome é Ionara. Eu acabei de completar vinte anos. E estou aqui, não quero falar nenhum discurso, não quero ser radical e nem quero ficar falando aqui o que já foi falado. Eu só quero dizer aqui dos meus anseios e do que está engasgado aqui desde quando esse documentário, que é o nosso foco aqui hoje, foi passado na TV Globo.

Bom, primeiramente, assim que eu estava assistindo a esse documentário pela primeira vez eu, aquilo para mim não é novidade. A gente sabe que para você ver esse tipo de coisa você não precisa ir no Rio de Janeiro ou numa favela lá em São Paulo. Você, aqui a

gente tem isso muito próximo, aqui em Planaltina, estou falando isso porque eu convivo, eu nasci no Piauí, mas que moro aqui desde os meus dois aninhos de idade. Então, eu quero dizer que isso não está longe do Congresso Nacional, que não está só lá no Rio de Janeiro. Está aqui no nosso lado. E aí o que o acontece? Qual a palavra que eu resumo todo esse documentário, todo esse trabalho extraordinário do MV Bill, que a gente está aqui mesmo por de apoio ao MV Bill, de apoio ao Celso Athaíde, por esse trabalho magnífico de usar a comunicação como instrumento de mobilização. Por isso, inclusive, que eu decidi ser jornalista. Estou estudando jornalismo. Para mim, o jornalismo é um dos grandes instrumentos de mobilização.

E aí o que acontece? Eu assistindo esse vídeo a única palavra que me veio durante todo ele fol – oportunidade. O que está faltando para essa galera? É oportunidade. Não é você chegar lá e dar um carro, uma casa, isso. É uma oportunidade. Eles querem uma oportunidade de serem reconhecidos como seres humanos. Para a gente aqui, estou falando isso porque não está muito distante da gente. Para a gente entrar aqui a gente passou por várias portarias, claro, que são regras da Casa que devem ser respeitadas. Mas a gente passou... Então, ali, o Alysson, aquele negão lá no final, sempre quando ele chega já há uma resistência ao Alysson. E a gente sempre anda com o Alysson. Eu falo isso porque eu ando sempre com o Alysson. E onde o Alysson chega, principalmente na Câmara ou no Senado, já há uma resistência. A gente já sente no olhar das pessoas que parece que a gente vai agredir. E eu quero dizer que não. Que a gente é jovem, a gente está aqui e é um direito nosso. Em momento algum eu me sinto menor do que Senador, Presidente da República, para sentar nessa Mesa e falar do que eu estou pensando. Sem ofender ninguém. Porque eu acho que antes de tudo vem o respeito.

Então, eu acho que a gente precisa nesse país é de oportunidade, é de parar e ficar desviando o assunto que está sendo discutido aqui com várias outras coisas. A gente precisa sentar e discutir o que o é que tem que ser feito. E o que é que tem que ser feito? Eu acho que o Senador e a grande maioria dos jornalistas que estão aqui, sabe, é educação. Eu estou falando isso porque a gente acompanha escolas públicas, em quase todas as cidades satélites com projetos sociais. E o que acontece? É educação. É oportunidade. A vida do menino muda quando ele tem uma oportunidade de cantar o Rap que ele fez. A vida do menino muda quando ele tem a oportunidade de jogar um futebol lá na escola, na quadra da escola dele. A vida dele muda quando ele é tratado como gente. Então, é muito pouco. É muito pouco. E a gente quer esse respeito. A gente quer essa oportunidade de desenvolver o nosso potencial, a gente quer oportunidade de ser mostrado como solução. A gente está cansado de ser visto, e eu estou falando isso enquanto jovem, enquanto mulher, enquanto negra, a gente está cansado de ser visto como problema. De chegar no Senado e ficar sendo visto comO – "Já chegaram os favelados". Como a nossa colega escutou ali na porta quando a gente chegou.

Então eu me sinto muito triste de ouvir isso porque eu respeito cada Senador que está aqui porque eu votei, votei no Senhor, votei no Presidente Lula. Eu tirei o meu título com 16 anos só para votar, por pura consciência. E me dói muito de chegar num lugar desse e a gente não ser recebido como ser humano. E me dói muito quando eu vejo um vídeo desse e eu vejo que tem milhões de pessoas aí preocupadas com a Copa do Mundo, com as eleições, enquanto tem um monte de jovens ali sofrendo. E eu estou louca para o MV Bill chegar porque quando o MV Bill fala, ele sabe do que ele está falando. Ninguém sabe aqui o que, nenhum de vocês, nenhum, tenho certeza que nenhum de vocês sabem do que a gente passa.

Eu sou uma jovem como aqueles que estão ali atrás que a gente somos escolhidos por Deus, foi pura sorte, porque eu tive toda a situação de tráfico de drogas, moro num lugar onde tem tudo isso. Mas consegui terminar meu Ensino Médio, sou uma em um milhão, estou na minha faculdade. Mas a gente sabe o que a gente enfrenta por causa da cor, do jeito do nosso cabelo, por causa da nossa cor, até por causa da nossa condição social. E a gente quer respeito. A gente quer oportunidade. E eu estou falando isso por cada um desses jovens. Isso só vai mudar quando a gente parar para investir em educação. Quando a gente parar para valorizar aquele professor, aquele coitado daquele professor porque são grandes heróis que estão lá na escola e a gente está falando isso porque a gente acompanha. Então lá na escola muitas vezes sendo ameaçado, continua em sala de aula, ganhando uma porcaria de um salário e não tem nenhum giz para escrever no quadro. Isso é o que tem que ser discutido. Isso que tem que ser discutido. É a questão da oportunidade para o jovem e da valoração da educação.

E eu falo disso porque eu sou fruto de uma oportunidade, eu sou fruto de uma escola de qualidade. Tenho maior orgulho de falar da escola que eu fiz o Ensino Médio, Centro Educacional Três de Sobradinho. Foi lá onde me deram a oportunidade de fazer um jornalzinho escolar, cinco, seis, sete anos atrás e foi lá onde eu descobri que eu tinha um potencial. Que não é porque eu vim de uma família desestruturada, porque eu moro num lugar onde tem muito bandido que eu ia seguir

esse rumo. Assim como tenho muitos amigos e tenho muitas pessoas que eu conheço que estão seguindo outro rumo, mas isso é uma questão de oportunidade, e essa oportunidade está dentro da escola.

Quando começar, acredito, nunca fui em nenhum morro lá no Rio de Janeiro porque aqui a gente está em constante contato com essa realidade, não precisa ir no morro no Rio de Janeiro para saber que isso aí é verdade não. Então, o que a gente precisa? A gente quer escolas. A gente quer estrutura. A gente quer respeito e, principalmente, a gente quer ser visto como ser humano. Porque, antes de tudo, a gente era ser humano. A gente quer chegar numa Casa dessa e saber que o meu voto, porque eu dei no Cristovam, está sendo eficaz. Por quê? Porque eu vou chegar aquim eu vou discutir um tema, vou ter a liberdade. E eu sento aqui, eu subo num palanque, eu vou num plenário, eu vou onde for. Por quê? Porque eu tenho direito. Não é porque eu não sou Senadora, nem Presidente não. É porque eu tenho direito. Eu sou jovem eu sou brasileira antes de tudo.

Eu quero dizer que a questão é essa. A gente quer respeito. A gente quer ser tratado como ser humano. Está na hora do Brasil passar a ver os seus jovens como solução. Chega de ver os jovens como problema, como bandidinhos, como isso, como aquilo. Chega, a gente quer isso. A gente quer oportunidade. A gente quer oportunidade de falar. A gente quer oportunidade de se expressar. E a revolução hoje não é mais essa que está aí na rua, queimando pneu não. A revolução hoje ela começa dentro de cada um de nós. E é o trabalho que a gente está fazendo nas nossas ONGs. É o trabalho que a gente faz nas nossas escolas e nos nossos grupos. Essa é a revolução. E essa revolução está dentro de mim.

Posso ser chamada de sonhadora, de utópica, do que for, mas acredito no Brasil, apesar de toda essa crise, apesar de tudo isso que está acontecendo, acredito no meu país. Eu me emociono quando a seleção brasileira joga, eu me emociono quando a gente ganha uma medalha e você pode ver que todo o histórico desses grandes atletas sempre começou com uma oportunidade. E por que isso não se tornar parte da nossa vida? Da nossa rotina? Por que não mais jovens terem a oportunidade de jogar e de descobrir o seu potencial lá na sua realidade? A gente não precisa mudar de cidade ou de Estado para mostrar ou para estudar. A gente precisa ter isso lá na nossa casa, lá no nosso Estado. E eu estou falando isso porque não fui criada aqui desde pequena, mas estou falando isso porque eu precisei sair da cidade satélite onde eu estava para eu conseguir ter uma oportunidade em escola melhor em outra. E a gente não quer isso, a gente quer ser respeitado lá nas nossas raízes, onde a gente nasceu. E é por isso.

Eu não vou falar mais porque eu falei o que eu estava pensando. Mas acho que é isso. A gente quer respeito e a gente quer oportunidade. E chega de ver esse tipo de vídeo, desse tipo de coisa acontecer e a gente esquecer. Passa no domingo, na terça-feira ninguém nem fala mais. Tem gente aqui que nem sabe o que foi esse documentário, a importância dele. E ele é importante. Como o próprio MV Bill disse, é para ser um soco, um soco no estômago da sociedade brasileira. E a gente precisa, não acredito que não tenha um ser humano aqui que não tenha se sensibilizado. A questão não é só se sensibilizar e chorar. É fazer alguma coisa e fazer alguma coisa a gente já está fazendo. A gente está sendo exemplo para os milhares de jovens que estão aí sem caminho, sem oportunidade nenhuma. Bom, é isso. Eu não vou me alongar mais. Mas eu só estou falando aqui aquilo que eu estava pensando. Eu acho que a gente tem que discutir. Discutir incessantemente. Tem mais uma. Cadê os nossos Senadores? Cadê os nossos Deputados? Isso aqui era para estar cheio de representante do povo. Cadê? Cadê os representantes do povo que não estão aqui? Era isso.

(palmas)

SRA. ROSEANA QUEIROZ – Roseana Queiroz, do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Depois da fala dos meninos, eu fico assim, um pouco constrangida de falar porque a voz deles e as idéias dos meninos são muito fortes e falam muito fundo na gente. Mas eu estou aqui com a indagação do Senador Cristovam Buarque. O que é que o Senado pode fazer? E eu me pergunto: o que é o Senado e qual o papel do Senado?

Os Senadores eles são representantes dos Estados, dos Governos, daquele território chamado Estado, dos 27 Estados. E, enquanto representante desses territórios, desses Estados, eles têm que fazer com que os Governadores, com que os governantes locais tenham uma agenda de compromisso social. E eu acho que um dos compromissos que é possível de ser feito é fazer o controle e o combate ao narcotráfico. E acho que é possível de ser feito, inclusive sem violência, sem matar as pessoas inocentes, sem matar até as pessoas que são usuárias ou que são, ou que fazem tráfico. É possível se constituir uma polícia especializada que possa entrar dentro das regiões das favelas, que possa controlar e que possa fazer o combate porque sem combate também não tem solução.

Hoje, pela atual situação que nós estamos, como disse o MV Bill nós estamos numa situação quase sem controle ou talvez, como disse o Senador Cristovam Buarque, talvez já perdemos o controle. Então

eu acho que sem combate também não se faz. Eu acho que tem que se criar, nível da Polícia Federal, é preciso se criar com a Polícia Federal e talvez com o Exército, um conjunto de pessoas especializadas para poder ocupar essas regiões, fazer presença do Estado de forma não violenta. E isso é possível. Isso ser feito com acompanhamento da Sociedade Civil, das organizações na Sociedade Civil para que, principalmente nas organizações de Direitos Humanos, para que a gente vigiando, acompanhando, fiscalizando a atuação da repressão não possa haver a violação dos direitos das pessoas, mas que possa ter o objetivo de fazer isso. Eu acho que nesse sentido o Senado pode propor isso ao Ministério da Justiça, pode propor isso às Forças Armadas, uma estratégia de combate unificada nos Estados. Agora, precisa do comprometimento dos Governadores de também atuarem dentro, porque sem esse compromisso das autoridades locais a gente não faz o combate efetivo. Não faz. Se não faz uma integração de forças, de segurança e se não faz uma integração também de ações também fica todo mundo batendo perna para um lado e para o outro e não faz nada. Faz matar as pessoas e causar mais violência ainda nas áreas de favela.

Uma outra questão é a chamada ocupação social. O que significa a ocupação social? Vamos ocupar a favela não só com questão de segurança. Ocupar as escolas, colocar obrigatoriedade todos os Governos locais de ocupar o outro horário do aluno com o estudo, com a educação, com a saúde, com o lazer, com o esporte, com outras atividades que complete, que faça com que o adolescente fique o dia inteiro na escola, que ele goste da escola, a integralidade da escola. E essa ocupação social é imprescindível.

Uma outra questão é preciso também aparelhar e dar condições efetivas aos conselho tutelares do país inteiro, que são eles que devem proteger e zelar pela proteção e segurança das crianças e adolescentes, pelo estatuto, e esses conselhos não tem sequer um computador, às vezes uma linha telefônica, às vezes um telefone, às vezes não tem um transporte para entrar numa favela para ir poder fazer a defesa, a proteção e o encaminhamento de uma criança. Os conselhos tutelares ou eles criam condições e estrutura para funcionarem e para fazerem o papel ou então não precisava eles terem sido criados pelo ECA.

Eu acho que é preciso também repensar o papel das polícias. Tem muitos projeto de lei de reforma das polícias. A gente nunca rediscutiu o papel da polícia e a gente nunca discutiu a questão dos salários, de política salarial dos policiais nas polícias, principalmente militar e civil desse país. Vejam. Você tem uma disparidade muito grande de cada Estado para o outro, cada policial ter um salário diferenciado. Os Senadores precisavam discutir com os Governos algo que fosse comum, parâmetro comum dos salários e que não fosse, e que criasse um teto mínimo para as polícias. Porque, por exemplo, nós somos informados de que a polícia do Amapá ganha mais, por exemplo, do que a polícia do Rio de Janeiro. E o nível de violência que tem dentro do Amapá em relação ao Rio de Janeiro nem se compara e um policial lá ganha bem melhor. Agora por quê? Porque existe um Estado menor, uma população menor. E o Estado do Rio de Janeiro os policiais não tem um plano de cargo de salário. Não tem um salário digno. Um juiz... E infelizmente fizeram agora, inclusive, fazem leis para aumentar seus salários todo dia. Um salário de juiz paga acho que mil policiais praticamente. Um salário de juiz nem sei mais qual é o teto do salário do juiz. Eu acho que essa questão da política salarial e da reforma das polícias e de se criar Ouvidorias independentes, autônomas para as polícias. Porque a polícia não pode atuar sem vigilância, sem fiscalização. Porque eles estão numa linha muito tênue entre o crime e entre a lei. Quer dizer, entre eles só existe a lei. Mas essa linha é muito tênue, muito imaginária. Então é preciso que cada Estado Brasileiro, cada Governador crie uma Ouvidoria de polícia e que ela seja autônoma e que ela tenha condições de fiscalizar o efetivo policial. Porque efetivamente ele se envolve no crime no dia-a-dia e o envolvimento dele cria uma relação perniciosa que não ajuda no combate ao crime organizado e ao crime que tem nos locais mais violentos.

E quero só dizer que, assim, o documentário que a CUFA, Central Única das Favelas, fez, é muito importante. Agora precisa... Ele é uma amostra, uma amostra dura do que todos nós aqui já sabemos. Eu acho que a gente precisa localizar bem. O documentário não mostra só realidade do Rio e de São Paulo, tem realidade da Bahia, tem de Minas Gerais, tem do Rio Grande do Sul e tem daqui do Distrito Federal. Essa síntese que está feita aí não demonstra o levantamento feito em todos os Estados. Foram cinco anos de gravação. Foram cinco anos de andanças da CUFA. Então é preciso aproveitar esse documentário e tentar fazer um estudo e uma localização dos espaços e das áreas mais violentos e dos Estados mais agredidos, e poder aí discutir estratégias de combate e enfrentamento de prevenção. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu quero agradecer e queria que você passasse isso para mim por escrito.

SRA. ROSEANA QUEIROZ – Vou passar para o Marcelo Aguiar tudo por escrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Antes de convidar os nossos convidados para virem aqui para a Mesa eu quero dizer sobre o que eu falei da impotência do Congresso. Primeiro porque a realidade do Brasil hoje é de que não tem três Poderes, só tem dois. O Brasil é governado hoje por Medidas Provisórias do Poder Executivo e por medidas judiciais do Supremo. Essa é a verdade. O Congresso está se transformando num instrumento de fiscalização através das CPIs. A margem que a gente tem é essa. É reunir vocês, ouvir, transmitir, porque isso não pode censurar. E ao mesmo tempo transformar as idéias de vocês em Projetos de Lei.

Por exemplo. Sobre oportunidade eu mandei trazer Projeto de Lei que está correndo no Senado sobre como fazer a revolução na educação brasileira. Mas vai levar muitos anos. Bem, eu queria convidar os nossos dois convidados para virem aqui para a Mesa. Só ele. Está bom. Quero agradecer que tenha conseguido tempo... Dizer que nós assistimos aqui o vídeo, depois caiu um cobertor de silêncio sobre nós. Ficamos calados aqui um tempinho. Bateu lá dentro. E eu abri a palavra. O Senador Mão Santa foi duro e fez uma sugestão que eu aceitei, a gente vai indicar vocês, não sei nem se é possível isso, para uma condecoração do Congresso. Sugestão do Senador Mão Santa. Todos os três, produtores, fizeram isso. Não serve de muito. Pelo menos demonstra que a gente está ligado.

Depois eu comecei a ouvir alguns aqui que falaram. Tem mais um inscrito. Eu gostaria de sugerir ouvir mais uma pessoa inscrita. Ouvir outros e depois você vai falar para a gente o que estiver no se coração e sobretudo dar uma lição na gente. O que é que a gente daqui do Senado pode tentar fazer para, como você mesmo disse no momento, a gente não tem dois "Brasis", os dois "Brasis" se casem em um só. Até porque eu acho, disse aqui que às vezes dá a sensação que já perdemos a batalha, que já não vamos mais conseguir recuperar, porque você disse também que perdemos o controle. Estamos perdendo. Mas eu vou ouvir quem quiser falar primeiro. Não temos prazo para terminar. Vocês têm um compromisso, não é isso? Ou não? Está bom. O nome para que fique gravado.

SRA. DANUSE – Meu nome é Danuse, tenho vinte anos, sou do Sobradinho Dois e vim para cá para... Hoje a gente veio conhecer, parabenizar o MV Bill pelo trabalho que ele fez que a gente ficou muito feliz não pelo que está sendo passado no vídeo, mas por ver que as pessoas que não às vezes não têm acesso a isso ou porque não querem ou porque não convivem com isso, vê a nossa realidade. Porque aquilo é o que a gente vive, é o que a gente vê e é daquilo que a gente tenta correr o tempo todo. E como a gente tenta correr, aí eu ouçO – "Ah, tem que criar espaços para o jovem depois da aula". Isso já acontece. E foi disso, através disso que eu estou aqui hoje, dessa oportunidade, como a Ionara colocou para a gente aqui, que a oportunidade é essencial. Isso já acontece. E a receita para isso se resolver é procurar essas pessoas que já desenvolvem esse trabalho para saber o que elas fazem para atingir esse jovem. Como elas chegam até o jovem. Porque tem muitas organizações realizando isso. Jovens se organizando na sua comunidade sem verba, sem espaço físico. Então os grupos se organizam para se reunir na praça, na porta de casa para dançar como o grupo ACE do nosso colega Alysson, que ensaia na porta de casa porque não tem um espaço físico para ensaiar. Então isso já acontece.

Eu acho que hoje tem que pedir a receita para essas pessoas que o que está faltando é o foco nisso. Mostrar que esse trabalho já é desenvolvido para outras pessoas verem como se desenvolve esse trabalho, como se chega a essas pessoas e o que essas pessoas estão precisando para fazer esse trabalho crescer. Então, eu tenho muito orgulho quando eu vejo pessoas que, junto comigo, assim como eu, Ionara, Alysson, Silvia, Guilherme, Naiara e como todas as pessoas que estão aqui, a gente é fruto disso. A gente veio, a gente correu atrás. A gente criou oportunidade para estar aqui hoje e o que a gente, o que o eu venho dizer é: procurem a receita com essas pessoas que já desenvolvem esse trabalho. Que tem muito jovem já saindo da escola e tendo que fazer não porque o Governo ou qualquer outra pessoa deu verba ou foi lá e falou para fazer. Não. Porque a gente sentiu a necessidade de que isso acontecesse e dos nossos meios, com nossos recursos, a gente acaba fazendo isso acontecer.

Então, o que tem que acontecer é apoiar essas pessoas que já desenvolvem esse trabalho e pedir a receita. Porque às vezes se procura muitas formas de chegar no jovem com campanha contra as drogas, com isso, aquilo outro. Só que eu acho que esse não é o caminho, porque se esse fosse o caminho já tínhamos a solução. Então, eu acho que procurar essa receita com esses jovens que já desenvolvem esse trabalho e abrir portas para a gente estar aqui hoje falando. Porque eu tenho certeza que a partir disso muita gente vai ver e não vai só se sensibilizar, vai procurar fazer alguma coisa, procurar pelo menos saber o que a gente faz para a gente poder estar colocando mais.

Porque eu tenho muita vontade de ajudar mais ainda a minha comunidade de Sobradinho Dois. Só que o que me falta são recursos. Porque a gente já fez muita coisa lá. A gente já tem um Parque Ecológico que os jovens procuraram, a partir de um espaço que tinha

lá, fazer com que esse Parque Ecológico existisse só que o parque acabou, a idéia acabou porque não tinha verba para ter o Parque Ecológico como um parque mesmo, ter parque, trilha. A gente não conseguiu isso. E às vezes eu me sinto com as mãos laçadas porque eu não vejo mais para onde correr. Porque a gente vem para cá e não é aqui que você tem que procurar, você tem que procurar em tal lugar, você tem... E às vezes a gente acaba desistindo porque a gente não vê, não tem mais para onde correr. Até para a gente quando a gente entrou aqui. Falaram: "ah, você vai para ali". "Não você tem que passar..." A gente passou umas três portarias para chegar aqui. O lugar que a gente foi convidado para estar. Então imagine um projeto que às vezes eu nem sei que muita gente quer que aconteça.

Então, eu acho que o que a gente quer é oportunidade como a Ionara já colocou. E a gente já desenvolve esse trabalho. Fazer com que esse trabalho seja visto e que as pessoas procurem a gente para saber o que... Não procurar porque a gente já procura vocês, mas saber o que é necessário para esse trabalho crescer. Então é isso que eu queria colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Primeiro você, depois você.

SR. ALYSSON – Primeiramente, boa tarde. Meu nome é Alysson. E antes de começar a falar eu queria dizer que especialmente a gente veio aqui hoje para estar acompanhando o debate, mas para ver o Bill que, pessoalmente, sou fã, acompanho desde muito tempo o trabalho do Bill, CDs, música, desde o processo da CUFA também, li os dois livros que ele lançou "Cabeça de Porco" e. A gente está lendo agora "Falcão" também. Então, todo esse processo que ele acompanhou, que ele viveu junto, a gente também está vivendo junto por esse interesse que realmente fala de gente como a gente, que é gente da periferia. E para trazer também mais um exemplo para fortalecer, na verdade, esse exemplo de oportunidade e também de mostrar uma outra visão do vídeo, que essa galera não mostrou, a galera não trouxe. A visão de que até mesmo a visão de preconceito que a sociedade tem com o jovem da periferia, até mesmo com o bandido, que eles falam "o traficante". Muitas vezes eles falam: "traficante, não sei o quê". Passa longe, tem aquele resquício, aquele preconceito, na verdade. E às vezes você não precisa nem ser traficante ou bandido para a galera já estar te preconceituando ou até mesmo passando longe, quando você passa perto a galera aperta a bolsa. Então, o vídeo deu para mostrar que por trás de traficante, por trás do bandido, existe o ser humano, existe uma criança que também tem direito, tem deveres, que está na hora, acho que do Estado, da população começar a enxergar isso, de realmente ver, oportunizar com certeza é a questão. Mas acho que a gente primeiro tem que ver ele como ser humano.

Para o Senhor ver como é tão sinistro. Tem até uma comunidade no Orkut que a galera fala que bandido bom é bandido morto, quer dizer, eles não vêem nem isso, a questão da oportunidade, a questão da pessoa. Eles vêem realmente só como bandido. Não importa o que ele fez, o que ele passou, o que ele passa para estar ali naquele lugar, para estar onde ele está, na verdade. Então, eu acho que esse lado do vídeo também tinha que ser abordado. A gente realmente mostrar que por trás de traficante, por trás de bandido existe uma pessoa que tem sonho, tem uma pessoa que quer ser palhaço, uma pessoa quer ser um ator, quer ser um cantor. E que muitas vezes também não é oportunizado isso. Tem música, vários raps que a galera traz isso. São dezenas de vidas perdidas no crime. Não deram oportunidade de também, muitas vezes, pode até se questionar: "pô, mas tem que correr atrás". Mas às vezes a pessoa se cansa de tanto correr.

Então um exemplo dessa pessoa que correu atrás aqui sou eu para falar. Acho que desde o início quando a gente começou a residir lá na Samambaia, minha mãe sustentou sim, levou até hoje, sustentou seis filhos sozinha realmente, sem ajuda de ninguém, a gente não passou fome, acho que por causa de Deus mesmo. E família negra dentro da periferia já é "fogo" já. Já tem vários preconceitos que nos circundam realmente. E para quebrar isso é mais difícil ainda. Então, a gente conviveu durante todo esse ano tentando sobreviver realmente.

E um dos meus irmãos infelizmente acabou caindo no mundo do crime, foi preso umas cinco veze. E ali eu com 10 anos de idade, jogava videogame dentro de casa em meio à fumaça de maconha, de merla. E via meu irmão fazendo todo o processo para fumar, para vender e até mesmo quando eu falo isso para as galeras, as galeras não acreditam. "Putz, e você nunca usou? Você não sentiu vontade de usar? Acho que pelo seu irmão dentro da sua casa e você e seus irmãos no meio da fumaça, era para você estar junto com seu irmão, até mesmo uma coisa pior". Eu falO – "É, muitas vezes era para mim estar ali também". Eu acho que cada um segue o seu caminho e graças a Deus eu tendi para outro caminho. Eu acho que a partir de uma oportunidade que eu recebi dentro da escola que também, é uma área que é muito pouco explorada hoje em dia. E ali dentro mesmo eu peguei aquela oportunidade realmente e fiz crescer com aquela oportunidade. Oportunidade de montar um projeto dentro da escola, um projeto de Hip Hop e a gente estava passando para outros jovens dentro da periferia o que eu sei, o que o eu aprendi, que é realmente

cantar, mostrar a indignação através da minha letra, até mesmo através dos meus passos de dança, que é o Break. Então, foi através disso que eu ganhei uma oportunidade. E hoje é, como muito poucos jovens, até mesmo me coloco assim porque realmente é muito difícil, é um processo muito lento de você terminar o Ensino Médio, eu negro, na verdade, e você conseguir um emprego e entrar para uma universidade, que é no estado que estou hoje. Hoje graças a Deus estou na universidade, faço Educação Física. Então, eu custeio tudo isso, todos os meus estudos, porque a minha mãe não tem condições ainda de bancar, também ajudo dentro de casa.

Tudo isso através da oportunidade que recebi e que eu acho que realmente falta para muitos jovens dentro da periferia. Eu acho que é muita coisa em cima da gente. É preconceito, é discriminação, é realmente o sistema que não oferece nada, realmente o jovem também que às vezes, muitas vezes, ele não quer nada e também ele se espelha muitas vezes no que está mais perto dele ali. Às vezes ele está indo para a escola, ele vê o cara que não vai para a escola, fica o dia todo na esquina vendendo e o cara fatura ali por mês o que o pai dele, fatura ali por semana o que o pai dele fatura no mês. Então, tudo aquilo para ele é mais fácil.

Então eu acho que o vídeo também mostra isso. Essa facilidade que o jovem se fascina pelo tráfico, não é nem pelo tráfico, mas acho que mais pelo dinheiro. Ele sente necessidade de estar ajudando, então ele tende por esse caminho de estar buscando essa renda para dentro de casa. Acho que muitos deles têm muito forte a família, a mãe. São pessoas que estão junto deles. Então eu acho que antes de tudo a gente tem que olhar para a periferia e tirar esse preconceito primeiro. A galera falA – "Pô, não tenho preconceito". Não tem o quê?

Acho que a galera até citou que para a gente estar entrando aqui hoje foi difícil. Claro não foi um evento que não foi divulgado. A gente teve que correr atrás para saber. E para estar chegando aqui a gente teve que passar por diversos esquemas de segurança, passa por ali, detector de metal, revista bolsa, até mesmo antes gente entrar ali houve uma frase muito infeliz: "Daqui a pouco aqui vai encher de favelado". Então, ainda assim está difícil o acesso. O acesso à cultura, o acesso à política, o acesso à educação. Então, tudo isso ainda está difícil. Ainda questiona-se: como que a gente vai melhorar o Brasil? Graças a Deus que ainda tem jovens assim como o Bill, assim como eu, assim como a Ionara, que acreditam nesse Brasil e tentam fazer coisas para mudar e realmente mostrar que o jovem tem um lado positivo, que por trás de traficante, sei lá, ou do bandido existe o ser humano que tem sonho, que sonha e através de oportunidade da sociedade, pode realmente a vim estar construindo coisas, positivas assim como eu construí através de uma oportunidade que eu recebi. Eu só quero ressaltar isso antes de terminar.

SR. RAFAEL COSTA – Bom. Meu nome é Rafael Costa, sou rapper. Meu nome vulgo é "Malandral"(f). Já tive a oportunidade de abrir um show do Bill aqui em Brasília e tal. E é o seguinte: hoje, na hora exatamente que eu estava entrando ali com a rapaziada, eu olhei o prédio e me lembrei de duas pessoas: Malcom-X e Zumbi. Quando eu fui entrar no prédio eu parei e pensel – "Agora eu vou ter que ir contra a massa". Porque eu sei que a partir desse momento eu vou discriminado aqui dentro. E realmente foi como o Alysson falou e a rapaziada. A gente tem muita pouca oportunidade, entendeu? Mas a gente luta para ter uma vida melhor, para não poder se envolver, mas mesmo assim é difícil. Tem muita gente que acaba se envolvendo.

Eu me lembro que há quatro anos atrás eu estudava em colégio público, onde nesse colégio tinham muitas gangues. E o colégio era todo pichado, todo quebrado, tinha guerra direto em frente ao colégio, foi quando essa rapaziada que está aqui no fundo chegou lá e deu oportunidade para os jovens de lá. Eles só chegaram e falaram assim: "Olha, você tem potencial. Escreve seu projeto que a gente vai trabalhar em cima dele". A partir desse dia o colégio mudou. E às vezes eu fico pensando: se a gente, que é ser humano comum de periferia, que enfrenta racismo, consegue mudar, acho que com a ajuda de vocês, o Brasil poderia ser bem melhor. E eu fiquei feliz quando o Bill fez esse documentário. Eu falei, eu pensei comigo, eu falel – "Pôxa, ele foi contra a massa também". Porque para fazer esse documentário ele entrou numa parte complicada. Ele foi corajoso. Por isso eu até bato palma para você Bill, com a rapaziada, porque sinceramente não foi... (palmas)

Eu acho que o papel do... Assim, como rapper, eu percebo muita coisa que às vezes a gente chega num baile, e tem uma massa lá embaixo, vários de menores, e eu percebo que eles entram ali não dá para dançar, mas muitas vezes quando ele compra o ingresso, ele quer ouvir o que o cara vai ter para falar para ele, ele quer absorver. Entendeu? Eu acho que isso é muito importante.

Um lugar também que eu queria citar. Eu acho que está faltando oportunidade nesse lugar é o CAJE (F). Tem muitos jovens ali que até amigos meus que foram presos, que moravam na mesma quadra eles entraram de um jeito e saíram pior. Entendeu? Eu acho que a inclusão. Eu acho que se desse oportunidade para eles ali dentro, se eles fizessem um curso

de computação ou tivessem emprego, com certeza, eles não iam voltar para lá. Então eu só queria tocar nesse ponto aí porque é muito interessante. E sempre quando a gente está escrevendo um Rap eu tento abordar isso de forma assim de coração. Eu me lembro de uma frase: "O verdadeiro rapper é o que pega a caneta e deixa Deus escrever". Então, eu acho que isso é verdadeiro. Eu já tive oportunidade também de ir em Samambaia fazer show com Alysson e são vários projetos que a gente faz junto para tentar ajudar essa rapaziada. Como o irmão que falou. Eu acho que é isso. Esse ponto que eu queria tocar. Se a gente que é um simples ser humano, pobre de periferia, que convive com racismo, com a violência, que está indo contra a massa, pode ajudar. Eu acho que com a ajuda de vocês eu acho que o Brasil poderia ser bem melhor. Só esse ponto que eu queria falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Alguém mais quer falar? Perguntar? Criticar? Sugerir? Ou estão todos ansiosos para ouvir o MV Bill?

SRA. CLEIDE – Meu nome é Cleide. Eu trabalho aqui no Senado. Eu só gostaria de fazer uma sugestão, Senador. Acionar a frente parlamentar de defesa da criança e do adolescente, que é composta por muitos Deputados e Senadores para discutirem fórmulas e meios de fazer com que o legislativo possa realmente, de alguma forma, reverter esse quadro caótico. E... é só.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Obrigado. Você lá atrás. Era bom que falasse no microfone para a gente gravar. Venha para cá. Sente aqui. Senta aqui.

SR. CELSO – Olá, Celso. Prazer, de lá do Rio de Janeiro. Morando aqui em Brasília a gente tem a possibilidade de te ver mais assim. Bom, lembrar o Bill o seguinte: a gente vendo o documentário, tem uma coisa que não foi muito explorada, na narrativa, mas foi colocada, era explícito em função das imagens que era abordagem do racismo. E isso não foi explorado. Não sei se a Rede Globo, de certa maneira censurou, mas a gente sabe que tem esse debate, e que é uma coisa extremamente importante que está colocada na sociedade e que é, talvez, um dos grandes motivadores, a grande causa que está de pano de fundo dessa grande exclusão dos jovens da sociedade brasileira.

Então eu queria que você falasse um pouco sobre como é que está essa questão do racismo, como é que você viu, se isso não foi abordado de maneira na narrativa explícita no filme, no documentário, por algum motivo de vocês ou se houve alguma restrição, no caso, da Rede Globo na transmissão. E lembrar um lance interessante. Eu lembro do Free Jazz, o Bill simulou uma pistola, o primeiro Free Jazz no Rio de Janeiro. E a imprensa toda questionou o Bill naquele momento que, num show importante, com artistas internacionais e foi questionado porque simulou uma pistola no show, e hoje eu vejo o Bill na Rede Globo e sendo reconhecido o trabalho. Então achei bastante o trabalho da gente aí que está na luta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu acho bom dizer que reconhecido na Rede Globo sem pagar pedágio. Porque tem uns que terminam reconhecidos porque mudaram. Mudaram de lado, mudaram de estilo, mudaram de conteúdo. E ele eu acho que uma das coisas bonitas é essa. Não pagou pedágio para chegar lá. Alguém mais quer falar? Não. Então eu vou passar a palavra para você, Bill, que o pessoal está querendo é lhe ver. Sinta-se à vontade... Fale um pouco antes e depois o pessoal pergunta.

MV BILL – Ok. Boa tarde a todos. Boa tarde, Comissão. Obrigado pelo convite. Obrigado pela oportunidade. Acho que é importante isso. Primeiro eu gostaria de dizer que eu acho ótimo chegar por aqui e ver parlamentares e pessoas que desenvolvem trabalho nessas comunidades dialogando. Eu acho que isso acaba sendo uma ponte que eu acho que era um dos objetivos do documentário que deve ter vários. Mas gostaria de começar fazendo tipo uma explanação, falando um pouco dos nossos anseios, das nossas vontades. Quando eu digo nossas, minha e do Celso Athayde que está aqui na frente, de toda a equipe da CUFA, que nos ajudou, que ficava junto com a gente em alguns momento e nos auxiliaram.

Eu sou nascido e criado na Cidade de Deus, vivo lá até hoje, Celso Athayde é cria da Favela do Sapo em Senador Camará. Antes mesmo de começar a realizar esse projeto a gente já tem isso que foi retratado nas nossas histórias de vida. A gente traz isso já no nosso dia-a-dia. Em 98 a gente fez uma música e um videoclipe, uma música chamada "Soldado do Morro" que era a narrativa de um jovem "Falcão" como se ele estivesse em cima de uma laje narrando as mazelas do dia-a-dia e seu desejo de viver de uma forma diferente. Resolvemos ilustrar essa música com um videoclipe, mas num formato diferente em que a gente não fizesse uma ficção. Em que a gente fosse em algumas comunidades e retratasse a vida daqueles jovens do jeito que vivem. Chegamos até os locais e explicamos qual era o videoclipe, qual era o tipo de trabalho que a gente queria fazer, qual era a nossa intenção. Isso com o videoclipe. E muitos aceitaram fazer e nos intervalos entre uma gravação e outra, quando o fuzil era encostado na parede, a gente começava a conversar falando de sonho, vida futura, parecia que naquele

momento a máscara de monstro caia no chão. E, depois das filmagens terminadas, a gente entrou numa ilha de edição, ficamos presos dentro da ilha mais ou menos uns dois, dois meses e meio e não queríamos reproduzir um formato que a gente discorda. Então a gente voltou até as comunidades em que a gente fez as primeiras filmagens para mostrar para os participantes o clipe pronto. E quando nós chegamos nesses lugares nós tivemos a surpresA – 80% das pessoas já não estavam mais nos seus lugares. Muitos já estavam mortos, alguns estavam baleados, outros estavam presos e outros estavam fugidos, sumidos.

Naquele momento, eu e o Celso chegamos à conclusão de que o nosso material vídeo e música era importante, mas era insuficiente para abordar a questão, para abordar a complexidade do assunto e fazer o assunto virar assunto. Então a gente pegou as nossas câmaras que a gente havia comprado com dinheiro de shows, meu e da Nega Gisa, que é minha irmã, que também faz Rap. E começamos a rodar pelo Brasil, não só fazendo show fora ou dentro da comunidade. Quando não era dentro de uma comunidade a gente pedia para visitar uma. E a gente começou a fazer entrevistas com jovens e começamos a identificar esse modelo de jovem, espalhado por toda a periferia do Brasil. Em alguns casos começava a modificar o material bélico, o tipo de arma, o tipo de droga, o sotaque, mas o nível social do jovem era sempre o mesmo. E a gente começou a ficar embriagado por aquilo porque não era só a questão do jovem, que era o nosso objeto de pesquisa, mas o que o acontecia no seu entorno. E muitas das vezes a gente saia da região Sudeste, ia para o Centro-Oeste, voltava para a região Sul e a gente tinha sempre a impressão de estar conversando sempre com a mesma pessoa, sempre estar ouvindo a mesma história, que eram muito parecidas.

E conversamos com mais de duzentos jovens. Separamos dezessete para servir de fio condutor, que a gente achou que as falas desses jovens, principalmente desses dezessete já eram ricas, ricas em assunto, em desdobramentos e fazia uma costura sem a necessidade de ter uma autoridade, um sociólogo, um antropólogo, aliás, uma das motivações foi essa. Sempre quando a gente via esse assunto sendo abordado, era sempre na voz de um antropólogo, um sociólogo, sem tirar o mérito da profissão, mas muitas das vezes sem consultar as pessoas que vivem o problema de perto e sem conhecer também aquela realidade de perto dentro de uma comunidade, baseada em outros fatores, em coisas que as pessoas já escreveram, Internet, enfim. Esses jovens geralmente quando aparecem estão de cabeça baixa, braços para trás, algemado e uma autoridade falando com eles. E a gente, vendo de perto, a gente descobriu que é uma coisa totalmente diferente.

Separamos dezessete jovens e num espaço muito curto de tempo esses jovens foram começando a morrer. Esses foram os jovens que a gente separou para seguir, ir na casa, ficar vinte e quatro horas com eles nas suas atividades. E quando esses jovens começaram a morrer foi começando a bater um desespero de tentar salvar a vida dessas pessoas. Porque não poderia ser possível a gente ver o jovem falando de vida, sonho, futuro e o futuro chegando, que era o seu sepultamento. Muitas das vezes a gente estava, por exemplo, aqui em Brasília, ia para o Rio de Janeiro amanhã e depois de amanhã a gente tinha que voltar porque a mãe do jovem que a gente entrevistou hoje em Brasília, ligava para avisar que ele tinha morrido. E ela, como acreditava no nosso trabalho, a gente tinha que voltar na cidade para poder cobrir o enterro e o sepultamento, ou seja, o seu futuro chegando.

Isso, fazer esse trabalho acabou aflorando em nós uma consciência ainda maior da importância dos movimentos sociais, dos projetos que já existem dentro dessas comunidades, e de não medir, a gente já não mede, passar a não medir mais ainda esforços para manter o nosso projeto vivo, projeto da CUFA, já que a maioria das coisas que a gente faz, a exemplo do documentário, a gente faz com recurso próprio. Como a gente não tem recurso a gente tem que vende bens materiais, como foi citado, fazer oficina dentro do quintal da casa de amigo, ou se indispor com a família porque a gente está tirando dinheiro de responsabilidade, mas para aplicar no projeto que a gente acredita mesmo que não dê retorno financeiro o retorno que a gente espera não é esse. É muito que isso. Então a gente continuou fazendo as filmagens e quando o 17º morreu, a gente entrou numa crise de depressão profunda. O Celso ainda teve mais força do que eu para retornar as filmagens e continuar os trabalhos. E eu não conseguia mais voltar porque até hoje ainda tenho as vozes desses jovens invadindo meus sonhos. Se na segunda-feira após a exibição do documentário o Brasil amanheceu estarrecido, preocupado, até triste, esses são os sentimentos que eu, o Celso, e parte da equipe carregamos há oito anos, que é o tempo que a gente tem de filmagem. E eu já estava decidido a não querer mais trabalhar esse material porque a nossa intenção era humanizar esses jovens, era valorizar a vida. E quando a gente termina com um material que fala sobre a morte eu comecei achar que esse material talvez não tivesse mais sentido nem razão.

E quando no início de 2005 do ano passado a gente descobriu que o 17º na realidade não estava morto, ele estava vivo, primeira coisa que eu fiz foi con-

traditoriamente agradecer pelo cárcere desse jovem, que foi o que o manteve vivo. Eu fui até a penitenciária onde ele estava preso. E a primeira coisa que eu queria saber, pela minha ansiedade, era se o sonho dele se mantinha vivo porque a gente descobriu, aliás, a gente já sabia, mas a gente foi vendo que não eram poucos, muitos desses garotos sonham. E a gente estava vendo, presenciando os sonhos desses garotos sendo adiados. Mas eles não deixavam de sonhar. E justamente o que sobreviveu era o que tinha um dos sonhos, assim, de uma nobreza que me impressionava. Ele tinha vontade de ser palhaço. E palhaço é uma palavra que é pejorativa. Pode servir para xingar uma pessoa de boba, de otária, então é uma expressão que ninguém se auto-denomina dentro de uma comunidade. Isso não é coisa do Rio de Janeiro, qualquer uma delas. E ele com uma arma na mão, na situação em que estava, dizer que gostaria de ser palhaço e chorar, dizer, que pó, com sua maior revolta é com sua mãe falecida que nunca tinha levado num circo, seu sonho era conhecer o circo do Beto Carreiro. Aquilo mexeu muito comigo. Quando eu descobri que exatamente esse jovem estava vivo e que o sonho dele era mantido. A primeira coisa que eu disse para ele foi que o sonho dele iria manter ele vivo e ia passar a ser o meu sonho também. Então, ele acabou sendo a minha maior motivação. A nossa maior motivação para trazer esse assunto à tona e salvar a vida desse jovem eu acho que não resolve a vida de todos. Claro que não. Não sou ingênuo para isso. Mas acho que a gente transforma esse jovem num marco de possibilidade, mostrando que é possível, sim, a recuperação a partir de uma oportunidade. O ideal é que nem espere entrar no crime para tentar salvar porque os outros 16 é impossível salvá-los, já estão mortos. Mas, assim, o que mais me causa preocupação, o que me causava preocupação é saber que aquele jovem estava morrendo e que um jovem de 10 anos, pode ser o seu sucessor senão o seu próprio filho, porque esses jovens têm em média 17, 16, 14, sabe que a linha final não passa dos 18 anos, se passar é sorte. Já têm filhos. Sabem que seus filhos vão ficar órfãos, as meninas cada vez mais novas botando essas crianças no mundo, também não têm acesso à educação sexual, por isso uma criança põe outra criança no mundo. A família desestruturada, a figura do pai ausente, a mãe acaba sendo "pãe", que é pai e mãe ao mesmo tempo. Então, é toda uma história que gira em torno desse jovem. Pensar na vida desse jovem é pensar no que acontece em volta dele.

E fazer esse documentário para a gente tinha um significado diferente porque se for reparado, acho que vocês conseguiram perceber, em nenhum momento a gente usa câmara escondida para falar com esses jovens. Todos eles falam abertamente para as câmaras. Existia uma cumplicidade entre nós e essas pessoas. Eu não sou um universitário que estudei na Tchecoslováquia e voltei para o Brasil para estudar a vida dos pretinhos de dentro da favela. Eu vivo aquilo. Sou parte daquilo também. Então, as nossas conversas nunca eram entre repórter e entrevistado porque eu não sou repórter. E a linha que nos separava é quase inexistente, até porque a gente é parte daquilo e é parecido com aquilo também. E só foi possível eu fazer esse documentário, esse livro com ajuda da periferia, porque a história é deles, é nossa também. E o que difere esse material de tantos outros, é que desta vez, um problema que não é novidade está sendo mostrado de dentro, com a voz das pessoas que são de dentro com seus motivos e não somente as causas e os efeitos.

Não sei até aonde a discussão vai, mas, assim, as primeiras semanas de discussão, assim, têm me levado ao lado do otimista da coisa porque ela está chegando a vários níveis da sociedade. É uma discussão muito grande que eu acho que ela não pode ficar somente dentro das comunidades. Por isso, eu e Celso saímos num trabalho de campo na primeira segunda-feira depois da exibição, levando livros para a polícia do Rio de Janeiro, levando livros para os presídios do Rio de Janeiro, para o prefeito da cidade, viemos à Brasília, distribuindo livros para os três poderes. Fomos à São Paulo e a outras cidades. Nosso trabalho não pára.

A gente vai continuar rodando porque a gente sabe da importância desse trabalho e de manter a discussão viva. A gente reconhece a importância de todos os movimentos sociais principalmente aqueles que surgem a base. A gente espera que esse documentário seja uma ponte, possa servir de ponte para começar a abrir o diálogo entre as comunidades e os homens do asfalto, os homens da política, a polícia, que entra dentro dessas comunidades, entre toda a sociedade civil. Se não for dessa forma infelizmente eu não consigo ver o progresso. Nosso trabalho vai continuar independente. Mas eu acho que dialogar com essas comunidades a partir desses movimentos e fortalecê-los acho que é um bom início, é um bom começo.

Assim, nessa primeira fala, assim, para fechar, é dizer que em muitos casos, assim, a gente é chamado de corajoso, de... As pessoas dão parabéns pelo trabalho desenvolvido. Para nós é um pouco difícil aceitar os parabéns não por indelicadeza ou falta de educação, mas é que é um trabalho que para a gente não foi bonito de fazer e também nem é bonito de ver. É uma realidade triste ter um tipo de infância como essa dentro do Brasil, que é um país grande que luta pelo progresso, luta pelo desenvolvimento, mas parte do

Brasil não consegue se inclinar para esse outro Brasil que cresce cada vez mais e cresce de forma violenta. Então, assim, e o corajoso, assim, eu também não me acho um cara corajoso, até porque no livro a gente demonstra todos os momentos, os nossos medos, as nossas contradições, as nossas vontades, nossos desejos. Então, a coragem, assim, eu deixo para os heróis. A gente teve que usar para realização desse projeto foi o coração e amor à vida. Sentido e o sentimento de humanização. Obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Alguém quer fazer algum comentário? Não vamos desperdiçar a oportunidade de ter uma figura como essa aqui. A não ser que ele tenha trazido um instrumento e queira fazer um show para a gente aqui.

SR. SILVIO RANGEL – MV Bill, a primeira vez que eu... Meu nome é Silvio Rangel. Sou morador aqui do Distrito Federal, sou da Candangolândia. A primeira vez que eu vi o clipe do "Soldado do Morro", para mim, eu fiquei, assim, chocado. Porque mostra os irmãos segurando armas, usando drogas. Então, assim, para mim era uma indignação muito grande. O próprio documentário mesmo também foi um choque bastante assim para mim. E essa problemática racial ela é muito importante estar questionando ela, porque quem mora na periferia, são os negros. Assim, eu faço parte de um grupo chamado Enegrecer, o coletivo de estudante negros do Distrito Federal e entorno, e a gente trabalhou essa questão sobre as cotas nas universidades. Uma problemática que surgiu foi que: quem é negro no Brasil? Quem é um negro? E aí eu disse uma coisa assim, falei assim, "não, pergunta para a polícia. A polícia sabe quem é negro". A gente sabe, que a gente vê nas cadeias, essa superlotação e a maioria são negros. Você vê que essa problemática ela é importante, estar mostrando isso, estar relatando isso.

Antes de você chegar já tinha pedido a palavra e estava falando ao Senador, o que tem feito, as autoridades, para onde que eles têm mostrado seus olhares, para essa periferia, para essa juventude que está se matando, que está se drogando. Isso é uma realidade nossa aqui também. Como muitos falaram aqui. Nasci na Ceilândia, me criei lá, hoje tenho 28 anos, consegui sair de lá com perspectiva de fazer alguma coisa melhor para os meus irmãos que estão lá ainda, na periferia. Vi muitos morrerem. Muitos amigos meus morrerem. Os que não estão mortos hoje, estão na cadeia.

E aí é interessante ver o clipe "Soldado do Morro" porque ele diz muita coisa. Ele mostra a realidade. Assim, as suas letras também, elas são muito fortes nesse sentido, de mostrar, estar passando como você mesmo fala, mensageiro da verdade, passando essa verdade que muitos deles, governantes, não estão nem aí para ver. Só agora, depois de estar passando o documentário que as pessoas começam a se interessar pela coisa. Você vê como é que é a nossa situação. Valeu.

MV BILL – Posso comentar, Presidente? Tudo bom, cara?

SR. SILVIO RANGEL – Firmeza.

MV BILL – Então, queria dizer até pegando gancho na sua fala e na pergunta do meu parceiro lá do Rio, perguntando se faltou abordar o racismo no documentário. Acho que só a questão visual, quando você começa a identificar a cor daqueles jovens, o local em que vivem, as condições em que vivem, você identifica o racismo visualmente, tanto no clipe, quanto no documentário e no livro. Você vê que os dois "Brasis" também têm duas regras, duas constituições, duas leis diferentes, uma aplicada num Brasil A e outra aplicada no Brasil Z.

E, assim, a Rede Globo, a nossa intenção inicial com esse documentário, inicial não, quando a gente começou a ver onde a gente estava entrando, a gente nunca pensou na questão financeira, a não ser na hora da gente desembolsar o nosso próprio dinheiro para fazer as viagens, porque a gente não teve apoio de ninguém nem para comprar as câmaras. Não tem logotipo, logomarca de ninguém. A gente fez tudo sozinho. Até porque quando a gente chegava, não foi o caso da Rede Globo, que a gente não foi até lá pedir nada, mas quando a gente chegava em alguma empresa, em alguma instituição que pudesse ajudar ninguém queria ligar o nome da sua empresa, a sua imagem, ou o seu rico dinheiro a esse tipo de questão que a gente abordava. Então, a gente fez tudo sozinho. E quando a gente sentou para negociar com a Rede Globo não foi uma negociação também financeira porque eles também não nos pagaram nada. Foi uma parceria entre a Rede Globo e a CUFA, onde as duas partes entenderam a importância desse material, a importância desse material, a importância da discussão que esse material podia gerar e, como que a gente queria que isso fosse visto pelo número maior de pessoas que a gente conseguisse, a Rede Globo cedeu o espaço do Fantástico que é o horário de maior audiência da televisão brasileira. Eu, particularmente, não vejo problema nenhum tanto que os resultados disso estão aqui. Hoje a gente está discutindo na Comissão de Direitos Humanos sobre essa questão que o Rap já aborda. Vocês já devem ter abordado na música de vocês, outros caras de outros Estados também já abordaram, mas não fazia a voz ecoar e refletir aonde tem que refletir. Porque acho que a nossa parte é importante. Mas se não houver isso, diálogo, comunicação e investimento,

volto a falar, insistentemente, investimento nos projetos que já existem nesses lugares, assim, eu não consigo ver o Brasil como país do futuro, o país do progresso. Eu acho que a gente tem que pensar, sim, na vida desses jovens por tabela pensar nas nossas, caso contrário não pensar nesses jovens que estão na comunidade, acho que é inviabilizar o Brasil.

Dentro desses lugares eu identifiquei outros tipos também de juventude. Tem o jovem que estudou como eu, você, você, conseguiu driblar tudo, seja através da guerrilha mesmo, "não quero ser isso", ou o conselho dos pais, se transformarem em outras coisas. Tem as famílias que conseguiram se manter um pouco mais estruturadas e manter seus filhos na escola. Só que o nosso foco de pesquisa era justamente esse jovem que vive enclausurado e entregue à sua própria sorte. Nasce e morre muito cedo. Em muitos casos, a gente estava tipo no Belém do Pará filmando, aí os nossos entrevistados morriam, dois jovens, por exemplo, a gente viu sendo assassinados. E a gente voltava para o quarto do hotel e a morte desses jovens sequer passava no noticiário local. Nem estatística tem como eles virarem. Enquanto eu voltava para o Rio de Janeiro um tiroteio sem nenhuma vítima na praia de Copacabana ganha destaque nacional em toda a mídia. Acaba demonstrando que uma bala perdida é mais importante que outra. E quando uma bala perdida chega até um apartamento em Copacabana, em Ipanema, ela já furou três barracos dentro do morro. E uma bala perdida não pode ser mais importante que outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Só dizer uma coisa. Tem até a ver com a sua fala. Essa idéia dos dois "Brasis", ela é antiga, mas ela está ficando cada vez mais distante os dois. Eu queria só usar uma imagem, que para casar os dois "Brasis" não vai ser na igreja, vai ser na escola. É a escola que vai poder casar os dois "Brasis". Não tem outro jeito que é dar oportunidades iguais como a Iara, não é?

SRA. IONARA – Ionara.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Ionara falou. Você pediu a palavra, Ionara.

SRA. IONARA – Bill, eu queria saber o que está passando agora na sua cabeça? Já que esse trabalho todo foi divulgado. Está todo mundo discutindo. E o que você espera que seja feito agora a partir do próprio Governo, dos governantes. Já que você entregou esse documentário para o Presidente Lula. Ele assistiu, ele tem conhecimento disso e vários outros parlamentares também têm conhecimento disso. O que você espera que seja feito agora já que todo mundo se sensibilizou, muitos choraram, muitos se sentiram tocados. E agora?

MV BILL – É... Quando a gente estava fazendo esse documentário a gente já percebeu de cara que ele não tinha a intenção de procurar os culpados. Identificar quem é o culpado por isso. Porque aquelas pessoas demonstraram para a gente uma urgência maior que a urgência pelas soluções. Reconheço. Não precisa ninguém me dizer. Na década de 80 eu via que essa realidade existia com menos jovens envolvidos. Então isso é um problema de gerações. Não é o problema desse Governo atual. Seja Governo Federal, estadual, distrital, municipal. Uma coisa que vem de muito antes e que não quer dizer que esses governos que estão aí também não têm a sua parcela de responsabilidade.

Na década de 80 quando entrava um jovem, criança, no tráfico chamava atenção de todo mundo, dos jornalistas, era um absurdo. Hoje não, hoje está banalizado e virou uma coisa absolutamente normal. Quando acabou a exibição, tiveram alguns depoimentos, e um deles foi do Manoel Carlos, que é escritor de novela. O cara é novelista, mexe com o imaginário popular. Ele disse que desconhecia aquela realidade. O documentário acaba prestando um serviço. Está aqui a realidade. Se você não conhece, está vendo. Mas acaba demonstrando uma outra coisA – a distância que existem entre esses dois mundos. E nem sempre essa distância é geográfica. Às vezes uma distância que é separada por um muro, por uma cerca, por três ou quatro seguranças. Então isso foi uma outra coisa que me chamou muita atenção.

E, ao entregar o documentário, o livro para alguns parlamentares, para políticos, inclusive para o Presidente da República, eu fui cobrar algumas respostas porque se estão fazendo muito, o documentário mostra que está sendo pouco. Se estão fazendo pouco, o documentário mostra que precisa de mais. E se não estão fazendo nada, a gente gostaria de saber o porquê e mais do que issO – Celso e eu nos colocamos à disposição junto com a CUFA para qualquer tipo de ajuda que a gente possa estar dando. Acho que essa daqui é uma delas. Já é um convite que já foi feito já há um tempo, só deu para vim hoje. Mas acho que essa aqui é uma forma de contribuir.

Eu confesso para vocês, para todos, com sinceridade, eu perdi a minha crença politicamente falando. Não consigo acreditar que vai ser a política que vai resolver esses problemas. Por isso que a minha força está toda voltada para os projetos sociais, para os movimentos culturais que surgem dentro dessas comunidades. Porque esses projetos não têm fim eleitoreiro. Eles não têm que fazer uma coisa bonita para receber voto. Ninguém está ali por mandato. Ninguém está ali

cumprindo nada. Esta ali por amor e por coração. Então, ampliar essa discussão que é um sentimento que não é só meu. Sei que ele é compartilhado por várias pessoas que vivem em comunidade e levar a todos os níveis acho que é mostrar que agora, nesse momento, a gente talvez, tenha a melhor oportunidade para discutir essa questão sem estereótipos, sem criminalizar ninguém, sem ninguém ir preso, pelo menos por conta desse documentário, acho que a gente possa fazer uma grande mobilização com todos os setores da sociedade e pensar nessa questão de verdade. Dar um prazo. Sei lá. Daqui a... Até 2020, até 2022 a gente tentar resolver essa questão e trabalhar com prioridades.

Agora, voltando mais ainda no passado, tirando mesmo a culpa atual de qualquer coisa, mas buscando no passado, acho que essa é uma questão que começou na abolição da escravatura. No momento em que se dividia duas sociedades, o lado bom e o lado podre, o lado podre se perpetuou até hoje e vem apodrecendo cada vez mais. A gente tem uma bola "quicando" na nossa frente para fazer o gol e a gente não pode perder essa oportunidade de chutar para a linha de fundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mais alguém quer falar?

SR. SILVIO RANGEL – Na verdade, o que eu queria fazer primeiro um paralelo sobre algumas situações e até mesmo porque eu estou vendo em relação até mesmo o Bill, e que depois ele comentasse. Anos atrás eu assisti, no Jornal da Globo, falando sobre o clipe de "Soldado do Morro" trazendo aquela imagem pejorativa, a galera falando que o rapper aparecendo armado e tal, trazendo toda aquela imagem lá falando que realmente tinha aquilo que tinha acontecido com o clipe, na verdade, era um clipe que era para ser censurado, que não sei o quê, que passava uma imagem negativa para os jovens e, na verdade, pegaram até mesmo focos do clipe para estar mostrando só a imagem pejorativa e não entenderam a verdadeira mensagem do clipe que igual você falou, que é realmente mostrar a realidade do que se passa dentro do morro através daquelas imagens.

Naquela ocasião, a Rede Globo trazia essa imagem, falando, colocando você em foco, você até mesmo defendeu o seu ponto. E anos depois você volta para a mesma emissora. Teve outra ocasião também, outra passagem que você foi repórter por um dia no Fantástico e hoje você volta, até mesmo você falando da organização que você participa que é a CUFA, que agora é parceiro da Rede Globo que também passou o vídeo "Falcão" que foi a mesma emissora que anos atrás passou essa imagem pejorativa do seu clipe. Eu queria que você comentasse qual seria na verdade o papel da mídia nessa ocasião? Porque a gente tem o Governo, tem a sociedade, tem a população que entende tudo isso daí. E hoje em dia o canal, até mesmo o meio mais acessível para essa população é a televisão. Então como é que será que eu posso estar recebendo isso?

MV BILL – Eu acho que a mídia ela tem um papel quase que fundamental dentro disso tudo. Primeiro deixar de, não ficar indo nesses lugares onde a gente foi para fazer o nosso documentário, não irem nesses lugares somente quando tiver uma tragédia, quando tiver um corpo no chão. Irem nesses lugares também para retratar as coisas positivas que conseguem aflorar desses lugares. E em relação à Rede Globo, acho que a maior prova da mudança de posição da emissora é o espaço que a gente conquistou que não foi um espaço doado em que um programa com 33 anos de tradição, de duração no ar nunca tinha feito uma apresentação dessa, nunca tinha aberto um espaço como esse para um assunto desse tamanho e feito por pessoas de dentro da periferia. Então eu acho que essa é a prova de que a opinião deles modificaram, hoje eles se redimiram ao equívoco que cometeram porque é o mesmo material, "Soldado do Morro", "Falcão". É tudo a mesma coisa, o mesmo material, e poder ter esse espaço e divulgar o nosso trabalho dentro da emissora sem se corromper e sem perder o conteúdo, acho que é conquista, é a prova da mudança. E se parte do Brasil, ou todo ele, também assumir esse momento de mudança como a Rede Globo fez, eu acho que aí sim a gente começa a caminhar para um direcionamento positivo.

SR. SILVIO RANGEL – Com relação ao próprio "Soldado do Morro", até a própria Rede Globo na época falou mal de você e tudo, por estar exibindo crianças com armas na mão e tudo mais. Eu queria falar uma coisa também do Sabotagem, que Deus o tenha, conheci ele e tudo, troquei a maior idéia com ele. Ele também tinha essa coisa, esse lado social, de tirar essa galera do crime mesmo. Uma vez ele até falou que, tipo, o moleque estava lá vendendo a droga lá, ele falou assim: "Não, eu te dou 100 reais para tu ir só para o meu show, sacou? Para tu não ficar aqui vendendo a droga e tal, sacou?". É meio que um lado social ali também. Um cara querendo tirar essa galera do crime aí.

E outro dia eu ouvi uma coisa que me deixou muito triste. Foi um ex-presidiário, o maluco lá da cadeira de rodas, falando que passou 19 anos na cadeia. E o outro maluco chegou para mim e falou para mim: "A faculdade do crime é a penitenciária." Pô, imagine o que é isso. Em vez do cara ficar lá 19 anos, trancafiado, imagine se ele estivesse gastando 19 anos estudando. Hoje a

cara aí era PhD, já tinha estudado tudo que era possível. Então, assim é um descaso total. Não tem uma campanha psicológica dentro das penitenciárias, não se há uma volta do Governo mesmo, acha que trancafiando o cara ali dentro da prisão está resolvendo o problema. Mas na verdade o cara sai mais ocioso ainda, porque o cara, pô, você fica sem perspectiva de nada, sai de lá, não tem dinheiro, não tem para onde ir, é ex-presidiário. Aí o pessoal falA – "Não, tu és presidiário, meu irmão, não tem como não, velho. Eu vou te dar abrigo não, não vou te dar emprego, não". Aí o cara cai mais no crime ainda, né. Ele vai ficar lá só maquinando o que ele vai fazer depois. Sai de lá, falA – "Pô, não tenho perspectiva, então eu quero que tudo vá para o alto".

Então, é um descaso tremendo por parte da sociedade também civil, em relação a essa questão penitenciária também, porque também, pô, você acha que vai tirar essa juventude das drogas, acabando com o crime, jogando nas penitenciárias. Na verdade não é. A polícia aí ela tem uma poder muito forte, pô, polícia chega lá, meu irmão, você quer saber de nada, descer o pau mesmo, quer matar mesmo. Então, assim, questão da penitenciária e a questão do crime mesmo, essa juventude está se acabando dentro das penitenciárias, estão se matando, estão acumulando mais ainda para que se possa fazer mais coisas ainda depois que sair dali. Então, aqui no CAJE (F) mesmo aqui, que é o Centro Penitenciário para Menores, você vê totalmente o descaso. A galera fazendo rebelião porque realmente os monitores não estão nem aí, estão aquém a essa realidade dessa galera. Na sua grande maioria são pessoas brancas que não entende essa problemática do jovem negro da periferia. Na sua grande maioria é negro dentro das penitenciárias. Então, a partir daí o que você pensa com relação às penitenciárias. O que o você acha que deve ter, fazer, no caso, porque você trabalha mais com a galera evitando que essa galera caia no crime, que caia nessa penitenciária. Como é que você vê o Estado mostrando a penitenciária, o que você pensa também da penitenciária nesse sentido?

MV BILL – Bom, assim, o jovem de hoje que está no crime pode ser o presidiário de amanhã, daqui há dez, quinze anos. E tem muitas críticas feitas ao dinheiro que é gasto com o preso no Brasil. E a gente está falando de jovens que, se viverem, vão ser os sucessores desses que estão na cadeia. Então, a melhor maneira que tem, lógico que tem que rever o sistema prisional, as visitas, tem pessoas que estão presas com processos que tem que ser revistos, têm direito a liberdade, essas coisas. Mas eu acho que dentro do foco do documentário a gente olha para esse jovem para que ele não venha a ocupar o lugar dos adultos hoje. Então, mais uma vez é olhar para as crianças mesmo e os caras que estão presos hoje, quando a gente vai visitar a cadeia para passar esse documentário, fazer o que a gente está fazendo hoje aqui nos presídios do Brasil, o que a gente mais ouve é isso. É o medo do cara que está lá dentro ter que dividir a sua cela ou pavilhão com seu próprio filho. Então até eles estão conscientes que a gente tem que olhar para as crianças que esse são o futuro do país, mas não podem ser o futuro da cadeia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem. Eu acho que essa foi uma sessão memorável, não só porque vocês sentaram na frente. Eu agradeço pela sua rebeldia por isso, ter lutado... Nem lutou. Recusou, até. Porque no começo disseram que não podia sentar aqui na frente, só os Senadores.

MV BILL – Ah, é?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu acho que foi uma sessão memorável. Está gravado. Eu vou enviar isso para a autoridade do Senado, para o Presidente, a reclamação que foi feita. Quero dizer que a pessoa que disse para você não sentar aí. Essa pessoa não tem culpa nenhuma. É a ordem que deram a ela.

SR. SILVIO RANGEL – Eu só quis registrar mesmo porque ...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Fez muito bem...

SR. SILVIO RANGEL – Sentei só para ver o documentário. Não pode sentar aí porque é o lugar dos Senadores. Aí só tinha um Senador aqui, um monte de cadeiras vazias. Eu falel – "Tudo bem." Eu levantei, fui lá pra trás.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu só quero dizer que a culpa não é do funcionário, mas você fez bem. Eu estou contente, é uma grande manhã. Eu queria apenas, antes de passar a palavra para uma que quer... Então Edilson, eu quero fechar lendo algumas frases que me tocaram muito durante o vídeo. Nenhuma pergunta. Depois que ele falar, você responde. Eu vi na mesma época que passou o "Falcão", diversos outros programas. Eu chamei a atenção para ele quando ele falou do problema racial que eu acho que esqueceram, os que analisam, não vocês, problema racial, analisam socialmente. Eu chamei a atenção de que, logo depois, no dia seguinte, fizeram um debate no "Bom Dia Brasil", e para o debate só levaram brancos, ou seja, na hora de dar opinião só vai branco. Primeiro porque a maioria dos sociólogos etc, etc, são brancos. Segundo porque eles ignoram alguns grandes intelectuais negros, pouquíssimos porque a maioria dos negros não entra na uni-

versidade, ele mesmo disse 3%. Agora uma coisa que eu vi que não está no vídeo, eu pensava que era um pedaço do vídeo, é uma mãe entrevistada que diz que a solução era a escola em horário integral. Num dos programas de repercussão apareceu essa cena mais de uma coisa que a mãe disse. Mas ela não aparece aí. Isso é de vocês também ou é a entrevista que a televisão fez repercutindo? Mas você responde depois do Edilson. Diga Edilson.

SR. EDILSON – Não. Eu ia citar essa questão da... Meu nome é Edilson, eu estou aqui hoje no Senado, mas vim também... Eu moro em Ceilândia. Fiquei sabendo que você passou por lá também nesse documentário. Alguns companheiros lá citaram. Mas eu gostaria que você comentasse duas questões. Primeiro é sobre a questão da polícia que vários momentos ali o sentimento daqueles jovens é de indignação com a polícia. Agora, eu não sei qual é a sua opinião porque a polícia ali também, ela é vítima de uma situação e de uma realidade. Então, qual é o seu sentimento, qual é a sua opinião sobre a polícia?

A outra questão é sobre a liberalização das drogas. O Senador Jefferson Peres, que é do PDT, ele fez uma palestra que nós convidamos o ano passado, que ele defende a liberalização das drogas. E vieram debater várias entidades aqui do Distrito Federal defendendo e outras contra. E eu queria saber a sua opinião porque esse vídeo, e a realidade dele, é mais direcionado a essa questão das drogas. É o volume de dinheiro que movimenta, é tirar o jovem da família, é colocá-los na prisão. Queria saber a sua opinião sobre essa questão da liberalização das drogas aqui no país. Porque tem outros países que já fizeram e nós temos aí algumas realidades que são positivas e também negativas.

MV BILL – Ok. Polícia. Fazendo esse material a gente consegue perceber, conseguiu, a gente já sabia, mas isso ficava cada vez mais forte na nossa consciência de que a polícia é o único braço do Estado que freqüenta essas comunidades. E a gente viu uma necessidade de ter outros braços que subissem esses morros. O braço que leva a educação, o braço que leva a saúde, o braço que divide a renda do Brasil, que está concentrada na mão da minoria, o braço que leva a dignidade e visibilidade para aquelas pessoas. E essas coisas não é só a polícia que vai levar. Mais que isso, o policial em muitos lugares, em algumas cidades, o policial mora dentro da favela também. Vive tipo uma situação de medo em que a mulher dele tem que lavar a roupa, a farda dele de policial e botar para secar atrás da geladeira porque não pode botar na corda, o filho não pode falar que o pai é polícia na escola para não criar problema para a família e para ele mesmo. Então, assim, o policial acaba sendo vitimado disso também. Eu não sou ingênuo de achar que o Brasil, um mar de corrupção, a polícia vai ser a única santa no meio disso tudo. Só que a corrupção dos policiais propiciam várias coisas, acho que através da corrupção que passa a ser possível várias atrocidades. E além de uma corrupção matar muitas pessoas ainda tira a vida deles próprios também. Acho que no caso da polícia é necessário moralizar a polícia, até porque não é toda ela que é corrupta. Ali os jovens falaram só dos policiais, dos maus policiais. Mas acho que tem que moralizar a polícia sim, ou parte dela. Mas antes disso eu acho que tem que moralizar a sociedade porque as atrocidades cometidas pelos policiais é um reflexo das exigências dela.

E em relação às drogas, eu acho que as drogas merecem discussão sim. A gente tem que discutir legalização, liberalização, discriminalização tem que ser discutida sim. Agora discriminalizar como diagnóstico para a violência não serve. Conversando com esses jovens, tipo 95, 98% dos jovens que a gente entrevistou não entraram no crime por conta da dependência, para sustentar o vício. A maioria deles passaram a usar depois que já estavam, ou seja, eles entraram por conta de uma busca, que é a busca pela sobrevivência e a busca pelo dinheiro, se discriminalizar as drogas a busca vai continuar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Quanto a essa mãe que falou em horário integral não foram vocês que filmaram?

MV BILL – Então, na realidade o que passou no Fantástico é um trailer que a gente começou a chamar de documentário, mas na verdade é um trailer de um filme que a gente vai fazer mesmo para lançar que já está em ilha de edição para lançar dia 12 de outubro direto nos cinemas. Chama-se "Falcão, o Sobrevivente". E tem algumas cenas que a gente foi, mesmo fora do material que passou no Fantástico a gente foi liberando, foi mostrando, outros momentos inéditos daquele que passou no Fantástico.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Essa afirmação dessa mãe, me tocou muito, tem tudo a ver com o que ela falou, a Ionara, quando ela resumiu todo o trabalho de vocês em uma palavra. Oportunidade. Que é o que falta para resolver tudo isso. Então, aquela mãe disse isso. E veja bem. Sem querer fazer publicidade a ninguém, mas se a gente tivesse nos últimos vinte anos implantado aquele CIEPs em todo o canto, horário integral com esporte, com cultura, dificilmente isso daí estaria acontecendo. A gente vem perdendo oportunidade. A primeira oportunidade que a gente perdeu na hora que aboliu a escravidão não completou. A escravidão ainda não foi, a libertação, a abolição ainda não foi

completada. Não se deu terra, não se deu educação, não se deu emprego, não se deu casa. Eu gosto até de dizer. O escravo deixou de trabalhar forçado para cair no desemprego. Deixou de comer o que estava na Casa Grande para ficar com fome. Saiu da senzala para debaixo de ponte às vezes, ou as favelas ruins. Então não foi completada. E segundo. Quando a gente implantou a República, mas manteve a aristocracia. Depois fez um desenvolvimento que não distribuiu. E por último isso, cresce economicamente sem investir na educação. E aí que eu acho que está a porta para resolver isso. Casamento dos dois "Brasis" vai ser na escola. Ou não vai ter.

Mas eu disse que queria concluir lendo algumas frases que eu anotei dos meninos. E uma coisa que não foi frase, mas me tocou muito. Por exemplo. Me tocou muito logo no começo quando diz: "Falcão não dorme". É um negócio forte. E uma falou que era como "passarinho", "Passarinho que não dorme". O outro é "o Governo não quer". Veja bem. Os meninos percebem isso. Outro menino diz: "Para onde vai o dinheiro do Brasil?". Consciência de que existem recursos. É um país rico. O outro, fortíssimA – "O inferno é aqui". Não sei se vocês lembram o menino que diz isso. O outro que me chocou muito, me tocou é quando ele fala da mãe dele que mora longe, ou é tia, e diz: "Lá onde ela mora é muito ruim". Imagine. É pior do que aquilo. O outro, eu não lembro qual foi que disse que "aí ele vai virar o que eu sou". Eu não sei se foi aquele de cadeira de rodas ou não. Mas o de cadeira de rodas disse uma coisa muito interessante: "O crime não tem Fundo de Garantia, não tem férias". É a informalidade, é a exclusão. Quem entra no sistema mesmo assalariado, já deu um salto quilométrico em relação a quem esta excluído. O trabalhador que ganha, não digo um, mas dois salários mínimos, com carteira profissional, com Fundo de Garantia, é incluído. Ganhou um passaporte para a modernidade. Outra é aquela coisa que vocês até repetiram mais de uma vez. "Morte, cadeia e cadeira de rodas". É o que é o destino deles.

E você falou em três coisas que eu achei interessante. Uma é quando se falou em "humanidade". O problema hoje não é tanto de modelo econômico de socialismo. É de humanidade. É um problema de humanismo. A gente deu um passo atrás na chamada Esquerda. Até vinte anos atrás lutava pelo Socialismo. Agora a gente luta pela abolição do *Apartheid* social. Não estamos mais nem falando no salto pós-capitalista. A gente está querendo é o mínimo de humanidade. A idéia dos dois "Brasis" e o que eu acho que vale a pena para compreender isso, a sensação de perder o controle. Eu acho que a gente talvez já tinha perdido o controle, mas a banalização dá impressão que não perdemos o controle ainda. Quem está morando em Bagdá é capaz de estar achando que está sob controle aquilo porque todo dia acontece, todo dia acontece e a gente de tanto ver acontecer todos os dias, a gente não está percebendo a gravidade da situação brasileira. Por isso eu fico feliz que vocês tenham encontrado tempo de terem vindo aqui, que o papel da gente é tentar despertar a trazer de volta para essa Casa um sentimento de indignação. Aqui havia a indignação durante a ditadura. Havia uma indignação contra a tortura, contra exílio. Havia uma indignação contra a censura. Como é que a gente não consegue ter a mesma indignação que teve contra a censura? Contra o exílio? Contra a prisão de políticos? Como a gente não tem a mesma indignação com o crime de crianças, crianças alcoólatras, meninos fora da escola, escola sem qualidade, professores com remuneração baixa. A gente tem que retomar a indignação e o trabalho de vocês sem dúvida alguma eu acho que é um ponto marcante na tentativa de despertar outra vez a indignação, por ter errado por isso. Muito obrigado por ter vindo aqui.

MV BILL – Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E muito obrigado a todos vocês. Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 13h54)

Ata da 11ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 06 de abril de 2006, quinta-feira, às 10:00 horas na Sala de Reuniões Nº 19, Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e vinte minutos do dia seis de abril de dois mil e seis, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim,** reúne-se as Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores: **Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro, Romeu Tuma, Juvêncio da Fonseca, Antônio Carlos Valadares e dos Senadores não membros da CDH Serys SIhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior e Augusto Botelho.** Deixam de comparecer os demais Membros da Comissão, tendo justificado ausência o Senador **Sérgio Cabral**, conforme requerimento de ausência do País. Presente parte das autoridades convidadas a participar da audiência pública, em decorrência à aprovação do Requerimento nº 15, de 2005 – CDH, com vistas a tratar das questões indígenas atinentes ao "Dia de Luta dos Povos Indígenas" objetivando inclusão e concessão de cidadania, com os seguintes convidados: Gilberto Passos Gil Morei-

ra, Ministro de Estado da Cultura, não respondeu ao convite; Miguel Soldatelli Rossetto, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, indicou o Senhor Villi Seiler; Paulo de Tarso Vanucchi, Ministro de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos, não respondeu ao convite; Deputado Fernando Záchia, Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, não respondeu ao convite; Deputado Dionilso Marconi, Presidente da Comissão de Cidadania de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, não respondeu ao convite; Jecinaldo Barbosa Cabral, Presidente do Fórum Nacional de Defesa dos Direitos Indígenas; Presidente de Caciques do Rio Grande do Sul, não respondeu ao convite; Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Indígenas, não respondeu ao convite; Dom Tomás Balduíno, Presidente Nacional da Comissão Pastoral da Terra, não respondeu ao convite; Saulo Feitosa, Vice-Presidente do Conselho Indigenista Missionário, não respondeu ao convite, em substituição ao Presidente Dom Gianfranco Masserdotti; Mércio Pereira Gomes, Presidente da Fundação Nacional do Índio, não respondeu ao convite; Deborah Duprat, Subprocurador Geral da República; e Valéria Paye Pereira, Departamento de Mulheres da COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira). O Presidente abre a reunião, comunica acerca dos andamentos de projetos de leis cujo mote diz respeito ao índio. Em ato contínuo pede a palavra pela ordem o Senador Romeu Tuma para fazer comunicado. Em seguida, o Presidente passa a palavra para os convidados de pronto. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores, nesta ordem, **Cristovam Buarque, Juvêncio da Fonseca, Geraldo Mesquita Júnior, Antônio Carlos Valadares, Romeu Tuma, Augusto Botelho e Serys Slhessarenko.** O Presidente interrompe os Senadores para receber um abaixo assinado do povo indígena do Estado do Rio Grande do Sul e em ato contínuo devolve a palavra aos Senadores. Ao final da explanação dos Senhores Senadores, o Presidente Paulo Paim abre a palavra para as seguintes lideranças das comunidades indígenas para fazer suas ponderações, nesta ordem os Senhores **Ailson** do Povo Truká, **Paulo de Titiá**, do Povo Pataxó hã-hã-hãe, a Senhora **Graça Tapajós**, do Povo Tapajós do Estado do Pará, **Vinícios Jorge**, Povo Terena do Estado de Mato Grosso do Sul e **Cacique Marcos** do Povo Xukurú do Estado de Pernambuco, **Warleem Mura,** dos Povos indígenas da Amazônia, **Anastácio Peralta**, do Povo Guarani Kaiová, Pajé Churucurú Kairi, dos povos indígenas do Estado de Alagoas, Senhora **Débora Bakaeri**, do Estado de Mato Grosso (COIAB) e Wilson dos povos indígenas do Baixo Xingu, Altamira, Estado do Pará e outros**.** O Senador Paulo Paim comunica que será encaminhara requerimento de criação de Comissão Mista ao Presidente do Senado Federal composta de onze Senadores e onze Deputados Federais com o objetivo de correr todos os territórios indígenas em conflito de terras no Brasil e produzir relatório no qual deverá apresentar um diagnóstico e as soluções para o problema fundiário indígena no Brasil. Encerrado os debates passa-se ao **ITEM EXTRAPAUTA – Requerimento nº 15 de 2006 – CDH**, que tem a finalidade de realizar uma Audiência Pública para debater as questões atinentes a "GRIPE AVIÁRIA" dando conhecimento ao Senado Federal e buscando soluções para o impacto que esta moléstia tem causado na cadeia produtiva avícola do Brasil, bem como os reflexos negativos nos direitos humanos dos trabalhadores deste setor. Resultado: **Aprovado**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 13 horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senhores e Senhoras, meus amigos e minhas amigas, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao objetivo desta Reunião.

Item único. Realização de Audiência Pública, dos termos do art. nº 15 de 2005, da Comissão de Direitos Humanos, com vistas a tratar das questões indígenas atinentes Dia de Luta dos Povos Indígenas, objetivando inclusão e concessão de cidadania e, nesse aspecto, que visa discutir, nessa Audiência Pública o interesse dos povos indígenas, nós convidamos as seguintes pessoas, ou o seu representante caso não pudesse estar presente. Ministro de Estado da Cultura, Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário ou seu representante. Representando o Ministro do Desenvolvimento Agrário está aqui conosco o Senhor Ville Seilert, que eu convidaria a fazer parte da Mesa. Programa Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. Uma salva de palmas ao representante do Ministro (palmas) da Reforma Agrária. Foi convidado, também, o Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Presidente do Fórum Nacional de Defesa dos

Direitos Indígenas, Presidente de Caciques do Rio Grande do Sul, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, que eu aqui estou, também, representando já que faço parte da Frente Parlamentar, Presidente do Conselho Indigenista Missionário, Presidente da Fundação Nacional do Índio, Secretário Especial de Direitos Humanos, Sub-Procurador Geral da República, Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. A partir destas citações nós convidamos, também, está aí, a Procuradora. Sumiu aqui da minha mão. Convidamos a fazer parte da Mesa a Sub-Procuradora Geral da República, Coordenadora da 6ª Câmara – Comunidades Indígenas e Minorias – Deborah Pereira. (palmas)

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só mais um minutinho, para formar a Mesa.

Convidamos, também, do Fórum Nacional de Defesa dos Direitos Indígenas, Jecinaldo Barbosa Cabral, para fazer parte da Mesa. (palmas)

Convidamos, também, para fazer parte da Mesa, ambos serão expositores, os quatro convidados, Valéria Paye Pereira, Departamento de Mulheres da COIAB, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. (palmas)

Está presente o representante do MEC, Dr. Cléber Gesteira, para fazer parte da Mesa. (palmas)

Há um representante da FUNASA também. Então nós, com essa Mesa, eu estou pedindo para a assessoria, que providencie uma cadeira aqui, e a placa para o Dr. Cléber e, em seguida, nós vamos iniciar os nossos trabalhos. Eu apenas informo, a todos os companheiros aqui presentes que, companheiros e companheiras, que outros convidados, também painelistas, que chegarem em tempo, poderão, também, fazer uso da palavra pela importância do tema.

Eu queria, aqui, dizer a todos vocês, que é com muita alegria que estão, aqui conosco, o Senador Romeu Tuma, apoiando o movimento. (palmas) Senador Flexa Ribeiro, aqui também, conosco, apoiando o movimento de vocês. (palmas) São todos votos importantes aqui, nessa discussão. Senador Juvêncio da Fonseca, também está aqui, fez questão de dizer que ele estava aqui, com esse objetivo. (palmas) Sumiu aqui da minha lista, mas ele está aqui, também, Senador Geraldo Mesquita Júnior. (palmas) Esteve aqui na Mesa e está conosco aqui, também. (palmas)

Queria dizer também que, quando vocês passaram ali, cumprimentaram vocês, que estão aqui, ao lado, numa outra Audiência mas que, terminando lá virão para cá, Senador Valadares, Senador Salgado, Senador... que estava lá também, Valadares, Salgado, Mesquita Júnior. Nós estávamos lá, não é? Então, a partir desse momento, se vocês me permitirem, eu considero esse momento um grande momento, porque essa aqui é a Comissão de Direitos Humanos. E Comissão de Direitos Humanos tem obrigação de se preocupar com nosso povo, com toda nossa gente, negros, índios, brancos, palestinos, judeus, homens, mulheres, crianças. Enfim, esse é o objetivo desta Comissão. Eu diria que essa Comissão se sente homenageada, por vocês terem aceitado estar aqui conosco hoje. Por isso uma salva de palmas muito forte aos povos indígenas. (palmas)

Vocês aqui são os personagens principais. (palmas)

Este evento só aconteceu porque eu sei que vocês se deslocaram de todo o País para vir aqui, ouvir e falar.

E muito mais do que a fala, eu tenho certeza que vocês querem ações concretas por parte do Governo Brasileiro, do Estado Brasileiro, tanto no campo da terra, na saúde e dignidade de vida, que é o que todo brasileiro quer.

Muito obrigado por vocês estarem aqui prestigiando a Comissão de Direitos Humanos.

Se vocês me permitirem, eu fiz uma pequena abertura, eu gostaria de, nesse momento, apresentar aos Senadores e Senadoras e ao povo brasileiro, já que a TV Senado vai transmitir essa Audiência para todo o País, para que o País saiba o que pensam, o que querem, principalmente aqueles que aqui primeiro chegaram, aqueles que são os verdadeiros donos desta terra, os índios brasileiros. (palmas)

Senhores e Senhoras, o Senador Cristovam é o Presidente desta Comissão. Eu sou o Vice-Presidente e ele deu todo o apoio para que esse movimento acontecesse, estava no exterior, me autorizou a fazer todo o encaminhamento.

Senador Cristovam eu vou fazer um apelo ao Senador Cristovam, que sente comigo aqui na Mesa, numa homenagem a vocês. E nós vamos presidir juntos, essa Reunião. Senador Cristovam é parceiro nosso. Ele é o Presidente desta Comissão. Ele vai sentar aqui ao nosso lado e presidir junto.

Senhores e Senhoras, como eu sei que hoje, também, vocês serão recebidos pelo Presidente da República, se eu não me engano, às 15 horas, não é isso? Uma Comissão será recebida, será recebida, também, pelo Presidente do Senado, após terminar essa Audiência Pública.

Senhores e Senhoras, com o objetivo de discutir a situação atual do direito dos povos indígenas do Brasil, gostaria de fazer pequenos comentários em meu

nome e tenho certeza, do Senador Cristovam, que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Eu sou Presidente da Subcomissão de Direitos Humanos que trata da questão da inclusão e igualdade.

Recentemente, a Comissão de Educação do Senado Federal aprovou, por unanimidade, em caráter Terminativo, já foi, inclusive, para a Câmara, Projeto que propõe que 7 de fevereiro seja considerado, também, o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, sem nenhum prejuízo do dia 19 de abril, Dia do Índio. Parabéns a vocês, parabéns ao Senado, que atendeu mais um dia de luta, porque eu sei que vocês dirão que todos os dias é dia de luta dos povos indígenas. O dia 7 de fevereiro é uma data especial.

Eu falo, com isso, por ser, também, gaúcho, nesse dia, em 1756, há 250 anos, é morto em combate, lutando contra o exército binacional formado por Espanha e Portugal, o nosso líder e sempre histórico, o índio Sepé Tiarajú. Três dias depois... (palmas) Três dias depois que Sepé tomba, em defesa do solo brasileiro, cerca de 1500 indígenas são mortos no combate, porque preferiram a morte, mas não abriram mão da liberdade e defesa desse solo.

Aquela batalha ficou conhecida como a Batalha de Caiboaté. Um dos maiores genocídios contra os índios ocorrido na América Latina. Líder de seu povo, Sepé Tiarajú resistiu, em nome do povo brasileiro, contra os invasores. Lutou por terra, em defesa do solo desta Pátria. É um mártir. Disse Sepé... (palavras em Tupi-Guarani) Ou sejA – Essa terra tem dono, grita Sepé Tiarajú em defesa do País. (palmas)

Queria, também, dizer para vocês que, ontem à tarde, recebi o Parecer da Senadora Maria do Carmo, que hoje não está aqui, porque está viajando, dando o seu Parecer Favorável pela aprovação de Projeto de nossa autoria e, por uma questão de justiça, quero dizer, que eu apresentei esse Projeto aqui no Senado e o Deputado Marco Maia apresentou na Câmara o mesmo Projeto para acelerar o Processo; Projeto de nossa autoria que escreve o nome de Sepé Tiarajú no Livro dos Heróis da Pátria, ao lado de Zumbi dos Palmares, de Tiradentes, de Plácido de Castro, Tamandaré e tantos outros. Existem hoje, se não me engano, nove ou dez líderes que foram escritos, seus nomes, naqueles chamados Heróis da Pátria e que, infelizmente, não havia nenhum índio. Tenho certeza que, antes do fim do mês de abril, o nome de Sepé Tiarajú estará escrito lá como um dos grandes Heróis da Pátria. Será o primeiro índio que vai estar lá registrado. Sepé Tiarajú, Herói do Brasil. Parabéns a vocês por essa iniciativa. (palmas)

Só um rápido histórico. O livro dos Heróis da Pátria encontra-se no *Panteon* da Liberdade e Democracia que fica na Praça dos Três Poderes aqui do outro lado do Congresso. Não existia lá nenhum índio. Destaco que Sepé Tiarajú, aqui repito, será o primeiro índio a ser reconhecido como Herói Nacional. O Projeto será votado, em caráter Terminativo, aqui na Comissão de Educação entre os dias 17 e 19 de abril. Estamos articulando na Câmara para que haja, com a mesma intensidade, a votação, tanto repito, por uma questão de justiça, do Projeto, com o mesmo objetivo, do Deputado Marco Maia como, também, desse Senador.

Senhores e Senhoras, estas simbologias são fundamentais para resgatar a auto-estima de todo nosso povo e eu diria, principalmente nesse caso, dos povos indígenas que é a história de todos vocês. Quero, também, que fique claro, meus amigos, é dever do Congresso Nacional colocar na pauta os problemas dos índios brasileiros, os índios não querem, só, homenagens. Acham bonito uma homenagem ao Sepé Tiarajú, acham bonito uma homenagem a toda a Nação Indígena, mas os índios querem mesmo é que se discuta, exaustivamente, soluções para o conjunto dos problemas das Nações Indígenas. Principalmente, principalmente nesse momento, principalmente terra e saúde, terra, cidadania, saúde e liberdade. Viva os povos indígenas! (palmas)

Eu informo, até porque a TV Senado que está transmitindo e gravando essa Audiência para todo o País, que na sala 19, uma sala maior do que essa sala, sala 6 está lotada, também, de companheiros representando os povos indígenas, eu diria, da América Latina e aqui, no caso, principalmente no Brasil. Parabéns pela mobilização. Eu quero dizer para vocês. Já está sendo aberta uma outra sala, com telão, na sala 15, para que, aqueles que quiserem ficar aqui vão ficar, os que entenderem que querem sentar, que é legitimo, né, porque ficar em pé, três, quatro horas, eu sei da resistência de vocês, que é milenar, é uma resistência que ultrapassa, eu diria, esses mais de 500 anos, mas que há duas salas com telão à disposição de vocês para que vocês possam assistir a todos os debates. Eu queria, de imediato, iniciar a fala dos nossos convidados, eu começaria aqui...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pela ordem, só, se V. Exª. permitir um segundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador Romeu Tuma eu até faria questão que V. Exª. falasse, se assim entendesse, nessa abertura para que eu, em seguida, comece, então, a dar a palavra aos painelistas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Me sinto emocionado nesse momento. Vi a vibração quando o Senhor anunciou a Dra. Deborah Pereira. Que há um órgão público, da importância do Ministério Público,

que deve estar lutando pelas comunidades indígenas, em defesa dos seus interesses. Eu queria cumprimentar V. Sª. por esta demonstração que os que aqui se encontram festejaram a nominada do convite a V. Sª. para estar sentada à Mesa e os demais.

Inclusive, o Ministério da Educação aqui, eu conheço um pouco do sofrimento das comunidades indígenas, eu queria também, se permitisse, lembrar que o Senador Juvêncio da Fonseca, quando Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o primeiro caso que apareceu, foi no Estado de Mato Grosso, onde 12 crianças morreram por falta de alimentação e cuja responsabilidade recaía sobre a FUNASA, que não se faz representar nesta Mesa. E o Senador, sozinho, foi lá ouvir as comunidades indígenas e tentar equacionar essa dor e o sofrimento da morte de crianças por falta de comida. Vou falar claro. Se eu tiver errado, V. Exª. confirma. E chamava os vários representantes do Estado e, todo mundo, arrumava uma desculpa, quer dizer, relegaram a segundo plano os verdadeiros brasileiros, que são os índios que vivem em nosso País.

Então eu acho que... Eu faço, de joelhos, minhas homenagens a V. Exª. Senador Paulo Paim. Acho que todas as orações, cada índio tem o seu modo de orar e pedir a Deus a ajuda, para que continue a iluminar V. Exª. pelo trabalho que tem feito em benefício das minorias e principalmente uma minoria deste valor, que são, realmente, os que coordenaram, no início da descoberta do Brasil, a manutenção do território em defesa da terra.

Desde 1500 há várias mortes, não só o herói que V. Exª. se referiu, mas a todos aqueles que são descendentes dos índios, os primeiros moradores, a primeira civilização, eu diria, que ocupou esse País. Parabéns Senador Paulo Paim. E que Deus o abençoe por esta luta em que vem se envolvendo em benefício daqueles que precisam de uma voz para defendê-los. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito obrigado. Eu até gostaria de passar a palavra a todos os Senadores, mas como a gente tem que ouvir os painelistas, eu acho que serão falas rápidas, eu proporia a Comissão... seis ou sete, que cada um falasse 10 minutos, a gente abriria, em seguida, para os Senadores e aí, inclusive, algum cidadão que quiser fazer, nós vamos abrir a palavra, também no Plenário, para fazer alguma pergunta aos membros da Mesa. Podemos encaminhar assim?

Quero registrar de novo, a toda a comunidade indígena, é bom que vocês entendam. Esta Audiência já está com a presença aqui, eu diria que é a Audiência Pública em que mais Senadores estão presentes. Eu acho que isso é bonito, que mostra que os Senadores estão entendendo e tem compromisso. Eu já citei, mas vou citar de novo aqui, Senador Valadares, Mesquita Júnior, Senador Romeu Tuma, Senador Botelho, Senador Cristovam, Senador Juvêncio, Senador Salgado, enfim, é uma Audiência Pública com a presença maciça dos Senadores. Normalmente a gente deixa essa primeira fila aqui em Audiência Pública para os Senadores. É muito difícil ver ela lotada. Hoje ela lotou. Eu estou aqui e o Senador Salgado não pôde sentar, porque estão dois companheiros nossos aqui. Isso é muito bom.

Então, de imediato, para ganhar tempo, que a tendência de quem preside, não é Senador Cristovam, inclusive de minha parte é falar um pouco demais. Eu não posso fazer isso. Eu vou passar a palavra à Sub-Procuradora Geral da República, Dra. Deborah Duprat. A Senhora tem 10 minutos, se for necessário, mais dois. Eu gostaria muito de ouvir os Srs. Senadores. Eu tenho certeza que cada um tem uma mensagem, aqui, a dar para a nossa Nação Indígena.

SRA. DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA – Obrigada. A minha saudação aos povos indígenas aqui presentes e, principalmente, pela renovação, mais este ano, do Abril Indígena. Esse empoderamento do 19 de abril. Os índios tomaram a si o Processo de celebrar a data, que até então lhe foi indicada, como a data do seu dia. Eu acho que isso é louvável, né, retirar daqueles estereótipos, retirar daquelas homenagens mais ou menos programadas, todo o, enfim, todo o valor que a sociedade branca lhes dava e se apoderar, enfim, do seu próprio simbolismo e conferir, ao mês de abril, a envergadura que merece. Então, por esse dado, mais uma vez, meus parabéns.

Há pouco, eu acho, há muito que celebrar, eu acho que o movimento está aí, mostrando a sua força. Essa força é crescente. Ela se verifica, a cada ano, com mais intensidade. Agora, há muito o que cobrar.

Nós estamos aqui, há pouco o Senador Paim falou de um Projeto homenageando um líder indígena. Temos que lembrar que nessa Casa, o Senado e também na Câmara dos Deputados, há, eu diria, que centenas de Projetos de Lei e de Emenda Constitucional tendentes a abolir direitos dos povos indígenas, de uma forma ou de outra, seja com relação as suas terras, seja com relação a uma série de direitos correlatos, no sentido de limitar a amplitude do seu território, limitar acessos a determinadas situações e Projetos outros que tendem a homogeneizar, mais uma vez, a sociedade nacional, não reconhecendo diferenças. Ainda que com bons propósitos.

Temos, também, pouco a comemorar e muito a cobrar no que diz respeito aos Processos de demarcação das terras indígenas. Pouquíssimo se avançou

nos últimos anos. Nós temos aí um passivo enorme de terras que não, enfim, cujos Processos ainda não se iniciaram. E o que mais nos preocupa é o Governo, por meio da FUNAI, assumir para si o papel de dizer quais são as terras indígenas, quantas são e quando se encerra esse Processo, retirando o valor da Convenção 69, retirando o valor da alta atribuição dos grupos e retirando um dinamismo de um Processo que não se exaure no momento em que há uma autoridade pública diz: "É o fim". Então, isso é importante ficar consignado. As áreas indígenas não são apenas aquelas que constam de uma listagem da FUNAI. As áreas indígenas são aquelas que assim se revelam por sua ocupação tradicional.

E há muito pouco, eu diria, até, muito que se cobrar e muito pouco a se celebrar em relação ao próprio Poder Judiciário. Eu acho que, na atualidade, nós vivemos um Processo de incompreensão muito maior do que aquele que se verificou imediatamente após a Constituição de 1988. Eu acho, que só agora o Judiciário tem a dimensão do que são, efetivamente, os territórios indígenas e o mito da propriedade privada volta com força, num Judiciário marcadamente privatista, num Judiciário marcadamente civilista, como de resto os nossos juízes e advogados, porque afinal saem de Universidades Públicas, onde se ensina Direito da propriedade por cinco anos, Direito das coisas por mais cinco, de contratos por mais não sei quantos anos, enfim, somos *expert* em propriedades, em contratos, em obrigações, como se esse fosse um País, de proprietários, contratantes e, enfim, esse é o ambiente que vivemos.

De modo que há ainda, na sociedade nacional, uma forte incompreensão a respeito das diferenças, a respeito de direitos específicos a povos diferentes e isso se revela, com enorme freqüência, na nossa mídia. Ainda que, em alguns momentos, nós tenhamos algumas matérias bastante interessantes, principalmente quando a gente tem, como matéria, aquele índio, digamos, emblemático, o índio que é o índio estereotipado, aquele que ainda se encontra num estado, diga-se, um estado de virgindade, tal qual aqui estava quando Cabral aqui aportou. Temos até algumas matérias.

Mas quando se trata de índios, que é o que é freqüente, o que se dá de ordinário, que estão em relações permanentes com a sociedade envolvente, que negociam, que fazem trocas, que estabelecem comunicações, que eu digo, que é o que se dá de ordinário e não a exceção, geralmente se vê isso, isso é um dado indicativo de aculturamento, como se nós tivéssemos que falar de uma única cultura, quando, na verdade, ela é plural, fala-se, enfim, em índios que perderam a sua cultura como se cultura fosse uma coisa que se perdesse, não se renovasse, dia-a-dia, no cotidiano da vida desses grupos, enfim e agora, infelizmente, a lamentar, contamos aqui com o Senador do Estado do Mato Grosso do Sul, o episódio que, infelizmente, resultou na morte de alguns Policiais Civis mas que, imediatamente, é visto como ato de barbárie por parte dos índios, sem que se tenha a mínima compreensão do que de fato ensejou aquelas mortes, do que de fato está por trás daquilo tudo, num ambiente extremamente conflitivo e resistente aos direitos dos povos indígenas como é o Estado do Mato Grosso do Sul. Então, apenas fazendo esse registro, esperando que tenha sido breve o suficiente para dar tempo a eventuais manifestações do plenário, eu termino por aqui, esperando que consigamos avançar, cada vez mais, nas conquistas dos direitos que já estão garantidos, mas que não se revelam, na prática. Obrigada. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra, nesse momento, ao Senhor Ville Seilert do MDA, Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, Assessor do nosso Ministro.

SR. VILLE SEILERT – Bom dia a todos. Eu fico com imensa satisfação de estar, mais uma vez, aqui e, desta vez, representando o Gabinete do Ministro, especialmente no Programa de Gênero, Raça e Etnia que é um subprograma do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministro Rossetto. Inclusive, agora, está em transição e assume o novo Ministro Guilherme Cassel.

Bom, a questão indígena, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, não é tão antiga assim, é uma caminhada recente e todas as lideranças que estão aqui, sabem que, de 2003 para cá, inclusive por força de um Processo de mobilização decorrente de uma Comissão Interministerial se discutiu conceitos básicos para que o Governo Brasileiro definisse estratégia para etno-desenvolvimento.

E, a partir de 17 consultas, que foram feitas a nível nacional, se definiram algumas linhas de trabalho para que o MDA pudesse incorporar, especialmente na Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Secretaria da Agricultura Familiar algumas ações. Além de outras que são casadas com a ação de coordenação e iniciativa da FUNAI.

Eu vou falar um pouco e antes, eu gostaria de agradecer a oportunidade, aqui, na pessoa do Senador Paim e agradecer aos outros Senadores, também aqui, na pessoa da Valéria, agradecer e cumprimentar a todas as mulheres indígenas do Movimento Indígena. E do Jecinaldo... (palmas) ...que é uma liderança que está na frente, enfim, tem marcado presença não

querendo fazer demérito a todos, mas simbolizando essa presença firme dos povos indígenas.

Eu fico muito à vontade, porque, há 20 anos eu venho trabalhando do lado de lá, com as Organizações Não Governamentais e agora, há oito meses, com o MDA, tentando ajudar a definir algumas linhas de ações. É um trabalho difícil porque nós não temos, como a Dra. Deborah falou, temos muito mais a fazer do que a comemorar nesse momento.

Mas de todo o jeito tem algumas ações que merecem atenção, porque nada vem de graça, nada é ofertado pelo Governo, mas é fruto de um Processo de conquista, de participação, de pressão e, recentemente, o MDA definiu um primeiro edital que chama Projetos para inclusão das populações indígenas em políticas de apoio a remodelamento da gestão territorial, quer dizer, as comunidades indígenas, a pensar em estratégia ligadas a atividades econômicas, para garantir maior e melhor presença, nos limites do seu território e, também, pensar em estratégias e metodologias diferenciadas para tratar o desafio econômico nas terras indígenas.

Ano passado nós fizemos um seminário chamando Universidades e Organizações não Governamentais e as organizações indígenas e chegamos a algumas conclusões interessantes. Hoje, está sobre a minha mesa, em torno de 70 Projetos demandados pelas organizações indígenas. E esses Projetos, obviamente, apesar de toda a boa vontade do Ministro e da Casa, vão precisar de uma presença dos índios, das organizações indígenas, para garantir que eles tenham êxito no Processo de seleção e enquadramento na ordem orçamentária, não só da Casa, mas, também, do Orçamento da União, que ainda nem foi votado.

Bom, além desta ação que pretende inaugurar uma ação com parceria com a FUNAI, mas sob a coordenação com o MDA, é uma ação que pretende tratar um problema que é de exclusão. Todos os Processos de pensar estratégia de ocupação regional, de programas de desenvolvimento regional, excluem as populações indígenas desde Municípios a Programas Federais. É possível se ver que todos os Processos de zoneamento que ocorrem no País, fazem, das áreas indígenas e unidades de conservação, como se fossem verdadeiros vácuos. E isso não é verdade.

A idéia, então, é pensar estratégia de como podem fazer das populações indígenas, através de um apoio de Governo, os protagonistas de ocupação desses territórios e mostrar verdadeiros tesouros, que existem nesses territórios, como, por exemplo, recentemente, um grupo indígena que apresentou, numa Universidade, um gráfico da produção de piqui, que, provavelmente, chega aos patamares do agronegócio, se tratado com cuidado e com zelo. É uma experiência que o MDA está olhando com cuidado para que isso possa se transformar num fato e não num sonho. E essas experiências é que nós queremos trazer para a luz dos Projetos e dos programas do MDA, para que essas populações indígenas possam ser incorporadas nesses programas de desenvolvimento e, especialmente, através desses Projetos demonstrativos.

O outro programa, é um programa que é da iniciativa da FUNAI, mas que conta com a ação direta do MDA, que é a ação de desintrusão ou o reassentamento de não indígenas que estão, hoje, de boa ou de má-fé, situados nas terras indígenas. Não é pouco. Hoje, um número, ainda alarmante, de casos de pessoas organizadas ou não que, de boa fé ou não, estão dentro das terras indígenas. E com isso, usurpando um direito constitucional que é o direito de usufruto exclusivo. Nesta ação foi constituída uma Gerência formada por vários Ministérios, mas sob a coordenação da FUNAI e do MDA, INCRA, para agora, com o concurso que houve e contratação de antropólogos, constituir Grupos de Trabalhos, que já estão em campo, inclusive na Raposa Serra do Sol, para tratar de desintrusar e reassentar aqueles que são público da reforma agrária, nos termos da Lei e indenizar aquelas benfeitorias que são de boa fé.

Basicamente, são essas duas ações. Assim, a primeira, já mais histórica... a segunda. E essa primeira que é decorrente de um edital específico para a chamada de Projetos para o apoio ao etno-desenvolvimento e às atividades econômicas e à assistência técnica em terras indígenas. Eu fico à disposição para qualquer pergunta que estiver ao meu alcance e já agradecendo em nome do Ministro e do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, que é coordenado pela Dra. Andréa Butto, a presença aqui nessa Audiência. Obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao Presidente do Fórum dos Direitos Indígenas, Senhor Jecinaldo Barbosa Cabral. Eu vou tentar dizer aqui o povo, mas, daí, o Senhor me ajuda povo, Saterê Mawé. Está certo?

SR. JECINALDO BARBOSA CABRAL – Saterê Mawé.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Isto. Então, o Senhor está com a palavra.

SR. JECINALDO BARBOSA CABRAL – Obrigado, Senador Paulo Paim. Ao qual, eu gostaria de destacar o seu empenho, para que hoje nós pudéssemos estar aqui. Num período em que mobilizações, manifestações, muitas vezes são encaradas de uma forma, de que vai manchar a imagem de políticos, de Governo, nós não estamos aqui com essa intenção.

Estamos aqui trazendo a real necessidade de nossas comunidades, nossos povos, com relação à questão da demarcação das terras indígenas e com relação à saúde indígena.

Nós estamos vivendo com os nossos direitos ameaçados no Congresso Nacional. Srs. Senadores que estão presentes aqui, Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos, no dia de ontem protocolamos um documento para o Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo, ao qual também apresentamos essa mesma preocupação e indignação e repúdio como o Congresso Nacional tem tratado a questão indígena.

Tentando, várias tentativas, as várias Emendas Constitucionais e dos vários Projetos de Lei que estão tramitando nesse Congresso, a grande maioria tenta acabar com art. 231 da Constituição Brasileira. Isso, nós estamos, aqui, trazendo essa reivindicação da mobilização Abril Indígena. Isso não pode acontecer. Isso não pode acontecer, Srs. Senadores, porque isso é um desrespeito aos direitos dos povos indígenas do Brasil.

Queremos destacar, aqui também, a paralisação da demarcação das terras indígenas, lá no Ministério da Justiça. Estão paradas várias demarcações e o Ministro não está dando seqüência a essa demarcação das terras indígenas, principalmente, em Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e na região Nordeste. Uma outra questão que nos preocupa, como falou a Dra. Deborah, é o Judiciário. Estão contestando várias das demarcações e o Judiciário, sem qualquer critério, está fazendo, deixando-se levar e prejudicando, que é algo mais sagrado que nós lutamos, que é a terra. Nós, aqui, denunciamos essa paralisação da demarcação das terras indígenas no Brasil. Pelo Ministério da Justiça, pelo Judiciário e pela própria FUNAI. Em conseqüência disto nós temos visto coisas que não poderiam mais estar acontecendo nesse País, como barganhas políticas para não homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol do Estado de Roraima. E as tentativas do Prefeito de Pacaraima lá naquele Estado e políticos antiindígenas como o Sr. Romero Jucá e Mozarildo Cavalcanti que tentam, a todo o custo, prejudicar o direito dos povos indígenas do Estado de Roraima.

Porque não falar, também e citar o exemplo do povo Cinta Larga, no Estado de Rondônia, quando o Governo disse que ia discutir e tratar, como prioridade, a questão da mineração, da questão dos recursos naturais daquele povo. E que tratou, numa ação emergencial e que esses recursos até hoje não chegaram e esse povo sofre os reais problemas, pela falta da educação, da saúde e de sustentabilidade do povo Cinta Larga.

E eu gostaria, também, de citar o exemplo, que ocasionou a morte de dois policiais, desta conjuntura. O povo Guarani-caiuá morando na beira da estrada, com sua terra homologada. Isto é uma vergonha para o Brasil e que ocasiona esta situação e que colocam a culpa nos povos indígenas com relação a essas questões.

Gostaria de me reportar à triste situação da saúde indígena, que nós estamos passando no País. Nós estamos mostrando para o mundo que, ainda, crianças estão morrendo de desnutrição, que crianças estão morrendo de coqueluche no Brasil. Nas aldeias indígenas. A morte dessas crianças representa, por esse povo, a revolta com relação ao Governo que não se estrutura para cuidar da saúde indígena, que não aceita a participação direta e ativa, sem imposição, dos povos indígenas nas discussões, nas decisões, na implementação de uma saúde de qualidade. A morte das crianças Apinajé, no Estado de Tocantins, a morte das crianças com coqueluche no Estado do Maranhão e a desnutrição que está mostrando, para o mundo e para o Brasil, esta realidade.

Nós não estamos aqui, simplesmente, como disse o Senador Paim, na busca de homenagens. É muito bonito. Mas isso nós já cansamos. Nós precisamos, nós estamos trazendo, aqui, a realidade que nos passa essa situação e que nos revolta muito mais ainda, Senador Paim, é que não está presente nesta Sessão, nesta Audiência, a FUNASA e a FUNAI. Mostra a irresponsabilidade... (palmas) Mostra a irresponsabilidade e o equilíbrio de buscar um diálogo com o Movimento Indígena.

Isto não pode acontecer. Nós estamos abertos ao diálogo. Nós não somos baderneiros. Nós estamos acampados, aqui na Esplanada dos Ministérios, trazendo esta denúncia que, muitas vezes não aparece nos documentos bonitos da FUNASA, da FUNAI, de quem muitas vezes quer apenas aparecer, em nome da realidade indígena. O Governo Brasileiro, infelizmente, não priorizou a questão indígena no País. Infelizmente. E, principalmente, a sua participação. Este Congresso Nacional aprovou a Lei da OIT, Organização Internacional do Trabalho, a Lei 169 e o Governo Brasileiro também promulgou esta Lei que garante a participação ativa. Mas quando a gente vê, este Congresso faz um Decreto Legislativo, por exemplo, para agora no Estado do Pará, Estado do Mato Grosso...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Jecinaldo, se você me permitir, eu acho que é importante, nesse momento, nós já estamos ao vivo para todo o País, é bom que o plenário saiba, a TV Senado deu prioridade, em vez de ficar nas Comissões, de estar transmitindo esta Audiência, ao vivo

para todo o País e, nesse aspecto, eu queria aproveitar, já que é ao vivo, fazer um apelo ao representante da FUNASA e, também, da FUNAI, que venham aqui, que essa Audiência vai longe e nós estamos esperando eles aqui. (palmas)

SR. JECINALDO BARBOSA CABRAL – Eu gostaria de dizer que o Governo Brasileiro, infelizmente, não priorizou a questão indígena e sua participação, como diz, com este Congresso aprovando a Lei 169, da Organização Internacional do Trabalho, assim como também, o Presidente da República promulgando esta Lei, que garante a participação direta das populações indígenas. E nos indigna, por exemplo, quando este Congresso faz um Decreto Legislativo para a construção da hidroelétrica de Belo Monte que vai inundar muitas terras indígenas no Estado do Pará e no Estado do Mato Grosso, o rio Xingu.

Então, é preciso que nós possamos aprender esta questão, entre o diálogo, entre o Congresso Nacional, entre a Câmara, entre o Senado e entre o Legislativo e o Judiciário, com relação às populações indígenas.

Gostaríamos de deixar algumas deliberações, da Audiência de ontem, com o Presidente da Câmara dos Deputados, no dia de ontem. Ontem, nós pedimos à Câmara, assim, também fazemos apelo ao Senado, que não discuta, de forma paralela, a mineração, outros Projetos que estão tramitando, inclusive de autoria de um dos Senadores que está aqui presente, Juvêncio da Fonseca, que, realmente, Senador, nós precisamos muito conversar com o Senhor sobre o seu Projeto.

Então, nós estamos precisando aqui, é organizar essa discussão no Senado e no Congresso, porque senão acaba tendo discussões paralelas. Nós queremos que crie, aqui, uma Comissão, como nós pedimos à Câmara, uma Comissão Permanente, aonde possa aglutinar a temática indígena para que não possa... (palmas)

E nós queremos muito mais. Queremos que o Senado e a Câmara possam abrir o diálogo, de uma semana ou quando for preciso, para que se possa trazer essas lideranças e dizer, no estatuto, o que realmente eles querem de melhor para o futuro das populações indígenas. Então, eu gostaria de finalizar aqui, pedindo ao Senador Paim, já que não podemos ter a participação, a fala, dessas lideranças que estão aqui. Mas este documento, Srs. Senadores, representa o resultado de discussões, desde segunda-feira, no Acampamento Terra Livre, no Abril Indígena, estamos aqui trazendo este resultado do tema da nova política indigenista, na questão das terras indígenas, nas ameaças aos direitos indígenas no Congresso Nacional, na gestão territorial e sustentabilidade das terras indígenas, na saúde indígena, na educação, aqui fazer um destaque na questão da educação. Nós pedimos, no Abril Indígena do ano passado, que fosse realizada a Conferência Nacional de Educação. Infelizmente, o MEC não cumpriu com essa responsabilidade demandada pelos povos indígenas. Na questão da educação e aqui o resultado que nós queremos passar ao Senado, para que não coloque na gaveta, mas coloque em prática essa demanda das populações indígenas. (palmas)

Este aqui também é o documento das mulheres indígenas. Elas estão denunciando a saúde indígena à ONU, aos organismos internacionais pelo que está a saúde indígena hoje no Brasil. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só queria, rapidamente, dizer que estou recebendo os dois documentos. Mas, terminando a Audiência Pública, nós vamos ser recebidos pelo Presidente do Congresso Nacional e do Senado, Senador Renan Calheiros. E esses documentos vocês vão poder entregar em mãos ao Presidente do Senado que já assegurou, faz questão de recebê-los, quando terminarmos a Audiência. Ok? (palmas)

SR. JECINALDO BARBOSA CABRAL – Eu gostaria só de concluir, passar também, aqui, à Dra. Deborah Duprat, do Ministério Público Federal. Eu gostaria de concluir, que, aqui estou me esforçando para representar essas lideranças que estão aqui, essas crianças, esses jovens, essas pessoas mais idosas, que estão acampadas no Acampamento Terra Livre, no Abril Indígena, trazendo as reais necessidades. Eu queria concluir, dizendo que eu acredito, Srs. Senadores, é possível de a gente abrir um diálogo, franco, claro, entre nós. Não mais uma imposição. Não mais decidir por nós. (palmas) Eu estava vendo aqui, tem vários Senadores, Cristovam Buarque, conhecemos a sua história, conhecemos o Mesquita Júnior, conhecemos o Juvêncio da Fonseca. Então, é necessário a gente ter esse diálogo. Acho que a gente não tem essa oportunidade. É isso que nós queremos proporcionar, com uma Comissão Permanente, com seminários da temática indígena, dentro, aqui, com a nossa participação. Então, mas infelizmente, eu queria terminar com uma frase aqui. "Que País tão rico, que País plural de muitas culturas. Mas que País, ainda, infelizmente, tão discriminador". Obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Temos aqui... (Falha no áudio) ...Senador Cristovam, que a grandeza e a generosidade são dos grandes homens. V. Exª. poderia estar presidindo essa Sessão. Mas me disse: "Não, você preside, porque você foi autor do Requerimento e eu vou ficar ali, no plenário, junto com os povos indígenas". Então uma salva de palmas ao Cristovam. (palmas) E você vai falar em seguida, viu. Passo a palavra à Sra. Valéria Paye Pe-

reira, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

SRA. VALÉRIA PAYE PEREIRA – Bom dia. Primeiramente, a todos os meus parentes que estão aqui. E aos Senadores. E nós estamos aqui, como já foi dito, pelo parente Jecinaldo. Nós, como mulheres, estamos aqui não por uma luta em paralelo. Isso que fique muito claro para nós. Nossa posição aqui, nós somos feministas, mas é muito claro que estamos aqui para lutar junto, reivindicar pelos nossos direitos. E, nesse sentido, nós, como mulheres, temos muita clareza no sentido de dizer que, acima de tudo, para nós, está a questão da demarcação da terra. A partir da demarcação da terra é que vêm os outros itens, como a gente discutia no Encontro que foi realizado, aqui em Brasília. No Encontro Nacional de Mulheres Indígenas. É a partir daí que vem. Podemos discutir a questão da sustentabilidade, a questão da saúde, a questão dos direitos específicos das populações.

E eu queria dizer a vocês, Senadores, como representantes dos Estados que compõem o Brasil. Vocês, é preciso que vocês olhem, com muito carinho, as especificidades dentro das regiões. Elas existem. E dentro das regiões mesmo, existem as especificidades dos locais. E isso não serve só para nós, povos indígenas, não. Isso está, também, dentro do movimento, dentro da população que compõe o Brasil. Os Senhores, que vêm da Amazônia brasileira, é uma realidade diferente do povo que vem do Sul. Então vocês, como Srs. Senadores, eu acho que têm esse papel, o papel de vocês, de lutarem pela especificidade de cada região. Não estar impondo uma política pública igual para todo mundo. Isso não cabe, para nós, aqui dentro desse Brasil.

E eu gostaria que vocês também fossem nossos interlocutores no sentido de dizer. A população indígena, nós temos alguns aliados. São quinhentos e poucos Senadores e Deputados. Desses quinhentos e poucos, a gente tem contado no dedo, quem são, realmente, os nossos aliados. É preciso levar, para a discussão, a importância que termos representantes dentro dessa Casa. Porque é preciso a gente estar a altura de não termos mais interlocutores. Precisamos que nós estejamos aí para discutir, para propor junto com vocês. Somos nós que sabemos a nossa realidade. Dentro das nossas aldeias.

É isso que é preciso, vocês Senadores, que é muito, é muito carinho nesse sentido de discutir e garantir os nossos, os nossos direitos. É preciso que vocês também lutem para que nosso País seja um País pluriétnico mesmo. É o que somos e o que a gente precisa lutar e garantir para que isso aconteça. Que adianta a gente estar aqui, a nossa Constituição tão bonita, mas que ela não está sendo respeitada.

E nós, como mulheres indígenas, sendo esposas, mães, a gente está aqui para dizer também. "Poxa, vida. Que tristeza que temos de olhar a questão da saúde indígena". A gente não está lidando com vidas, que eu possa dizer: "Vamos discutir, prolongar essa discussão dois, três anos". Porque enquanto isso o nosso povo está morrendo nas aldeias. As nossas crianças estão indo. E qual é a posição em relação a isso, como já foi colocado aqui, total descaso. Algumas pessoas só se interessam em discutir. Mas e aí? São uma, duas pessoas. E cadê o interesse dos outros grupos. E é preciso, mais, que a gente ter essa unidade.

É preciso a gente pensar. E quando a gente ter essa sensibilidade, também, é preciso vocês, Senadores, conduzirem, de uma forma que a gente garanta a participação de todos aí. E essa instância que está colocada aí, como proposta do Acampamento Terra Livre, para nós ela é muito importante. A gente precisa conversar. A gente precisa chegar a propor as nossas propostas, como povos indígenas, aqui.

E eu queria agradecer, nesse sentido, a participação, como nós, de mulheres, aqui. Estamos nessa luta, nessa caminhada, juntos. Juntos com nossos Caciques, nossas lideranças, nossos jovens, nossas crianças. E, como já foi dito, fizemos um documento e vamos denunciar junto à ONU, junto a outras instâncias, porque o Brasil faz parte, que adianta sair daqui ir para outros Países assinar o papel bonitinho de compromisso. Chegar dentro do seu território eles não assumirem esses compromissos. Aí está lá, bonitinho, mas chega aqui, é o total engavetamento de documentos, principalmente na questão dos povos indígenas.

É com muita tristeza que eu avalio, eu, como uma cidadã, como cidadã que lutei, também, dentro dos movimentos indígenas, para que o nosso Presidente atual estivesse aí. Quando a gente criou grande expectativa de irmos à luta, de ajudar. E foi a pessoa que mais não fez nada por nós, povos indígenas. É com muita tristeza que eu vejo isso. E muito obrigada. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou passar a palavra ao Dr. Cléber, mas faço questão de registrar que estão, nessa Audiência, conosco, aqui Senador Cristovam que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Romeu Tuma, Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Gustavo já falei, Senador Flexa Ribeiro, Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Salgado, Senador Mesquita Júnior e Senador Augusto Botelho. Com a palavra o Senhor Cléber Gesteira Matos, Coordenador Geral de Educação Escolar Indígena.

SR. CLÉBER GESTEIRA MATOS – Bom dia a todos, bom dia a todas. É uma grande honra estar presente nessa importante Audiência Pública. Eu quero, em nome do Senador Paulo Paim, cumprimentar todos os membros do Senado, em particular o nosso Senador Cristovam Buarque, Senador Geraldinho, aliados dos povos do Acre. Cumprimentar, em nome do Jecinaldo e da Valéria, todas as lideranças indígenas, todos os representantes indígenas aqui nessa Casa. Em nome da Dra. Deborah Duprat, a todos os outros assessores, aliados, amigos, parceiros, dos povos indígenas do nosso País.

Para o Ministério da Educação a educação escolar indígena é um grande desafio. Ainda é um grande desafio. Porque contrariamente, diferentemente dos outros, de todas as outras políticas que atendem aos povos indígenas do nosso País, a atenção à educação é bastante descentralizada. Nós não temos, na educação, um sistema único no nosso País, um Sistema Único de Educação. São sistemas que convivem e devem se articular em regime de colaboração.

No entanto, como todos sabemos, especialmente os especialistas na educação do nosso País, especialmente os Senadores desta Casa, o regime de colaboração precisa muito aperfeiçoamento, ainda. E isto afeta, diretamente, os povos indígenas. Por quê? Apesar de a gente ter hoje, quer dizer, comemoramos hoje a realização de uma legislação muito bem informada, com uma construção muito participativa dos povos indígenas, uma legislação que atende as especificidades, que aponta para o respeito às diferenças, aponta para o respeito à valorização lingüística e social de cada povo indígena, no entanto, a execução dessas políticas sofre de diversas injunções ao longo do nosso território.

Interesses paroquiais antiindígenas em Municípios ou em Secretarias Estaduais de Educação, influem para que as políticas de educação não caminhem como devem, nos vários territórios. Esse é um grande desafio. É preciso aprofundar o regime de colaboração com os Estados e Municípios aperfeiçoarem esse regime, criar instrumentos legais e administrativos para fazer com que vários agentes públicos, nos Estados e Municípios, realmente respeitem a legislação que foi construída em nível federal e que executem as políticas de acordo com interesse e a necessidade e o que os povos indígenas merecem.

Um outro ponto importante, que é preciso aperfeiçoar, um outro grande desafio e que, nesse caso, é, também, muito importante a compreensão específica e carinhosa do Senado para isso, é a promoção da participação indígena nas políticas estaduais.

Os povos indígenas têm algumas instâncias de representação e participação em nível federal, por exemplo, tem um representante indígena no Conselho Estadual de Educação, existe uma Comissão Nacional de Controle Social Indígena sobre as políticas do Ministério da Educação, mas não há correlato disso em quase nenhum outro Estado, Senador. É necessário que os povos indígenas tenham instrumentos de controle social efetivo sobre as políticas de Educação Escolar Indígena em todos os Estados, porque senão, por boa ou má informação, por boa ou má vontade, por boa ou má intenção muitos gestores Municipais e Estaduais acabam executando políticas que não contemplam o que os povos indígenas, realmente, necessitam, precisam.

E há desperdício de recursos públicos e, pior ainda, prejuízo direto, para as crianças e jovens indígenas, no Processo de educação escolar. Então, aperfeiçoar o regime de colaboração e criar melhores e maiores instrumentos de participação indígena, de controle social indígena, em todo o território nacional, não só a nível federal, a nível de todas as Secretarias Estaduais de Educação, é necessário, é urgente, para que a nossa bela Legislação de Educação Indígena, se cumpra na prática, se cumpra de verdade. Para que a gente não passe ano a ano escutando as mesmas reivindicações indígenas.

Faço eco, aqui, às palavras do Jecinaldo com relação à promulgação da Resolução 169. É preciso que isso seja observado em nível federal, mas é preciso que os poderes públicos no Amazonas, no Acre, no Rio Grande do Sul, no Espírito Santo, em todo o território nacional porque, felizmente, há povos indígenas em todo o território nacional. É preciso que cada órgão respeite também a Resolução 169, Sr. Senador e não faça, dela, letra vencida quando implementa as políticas em nível de Estado.

Com relação ao Ministério da Educação é preciso destacar que, desde a gestão do nosso Senador Cristovam Buarque, a educação escolar indígena passou a ter um novo impulso, um novo calibre de ações dentro do Ministério. As ações foram fortalecidas, o orçamento cresceu de maneira substancial, a capacidade de articulação do Ministério da Educação com as Secretarias Estaduais aumentou e, em 2004, foi criada uma Secretaria específica para atenção a diversidade de todos os povos, toda a diversidade brasileira em especial aos povos indígenas. Foi criada a Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade. Essa Secretaria desenvolve políticas e ações específicas para contemplar a diversidade dos nossos povos indígenas. Com crescimento do orçamento e, principalmente, com ações que, já de algum tempo, os povos

indígenas conquistaram, no âmbito do sistema federal de ensino, que são, basicamente, a formação de professores indígenas, agora, em um novo patamar, os povos indígenas estão reivindicando e conquistando a formação dos professores indígenas, em cursos de licenciatura específica. Uma segunda política importante é a produção de materiais didáticos próprios nas línguas indígenas para cada povo, para cada etnia. A criação de espaços institucionais de controle social e participação indígena, entre outras ações.

Para finalizar, Senhores e Senhoras presentes, é importante dizer o seguinte: A educação escolar indígena é o segmento da educação pública brasileira que mais cresce. Nos últimos quatro anos, por incrível que possa parecer, mas isso é muito bem explicável e explicado pelos próprios indígenas, a matrícula em escolas indígenas aumentou 40%. O número de escolas indígenas cresceu 36% de 2003 a 2005. O que está acontecendo? Claro que a gente vê um reflexo muito positivo e muito a ser comemorado do crescimento populacional dos povos indígenas. Mas não é só isso, os povos indígenas hoje acreditam que a escola é um instrumento vital, estratégico, para a construção dos seus Projetos de futuro. E, nesse sentido, todo o Estado Brasileiro tem que dedicar uma especial atenção a Educação Escolar Indígena.

Tramita, no Congresso, a proposta de um novo fundo de financiamento da escola pública no País, que é o FUNDEB, é necessário que haja um índice diferencial a mais, para contemplar as necessidades especiais da educação escolar indígena nesse novo mecanismo de financiamento. É necessária uma vinculação mais clara desses e de outros recursos para execução das políticas de educação escolar indígena.

Da mesma forma, é necessário que esse e, nesse Projeto e outros que tramitam sobre o financiamento da educação que haja uma atenção especial, como eu disse antes, a participação e o controle social indígena. O que a gente gostaria de dizer brevemente, para não tomar muito tempo, porque o mais importante é a participação dos Srs. Senadores, de todos os representantes indígenas aqui é isso e dizer que o Ministério da Educação está às ordens de todos para prestar qualquer esclarecimento e continuar esse diálogo em outras instâncias, sempre em atenção ao que os povos indígenas conquistaram e ao que é fundamental para o nosso País. A valorização da sociodiversidade, da riqueza cultural sócio lingüística e simbólica dos nossos povos indígenas. Muito obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É com enorme alegria que eu passo a palavra, nesse momento, ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Cristovam. Repito. Eu queria que ele falasse daqui. Mas ele: "Eu fico lá e falo de lá". Uma salva de palmas ao Senador Cristovam que merece (palmas) pela postura que ele tem tido na Comissão de Direitos Humanos que, junto com o Senador Juvêncio, que foi o que antecedeu a ele, tem feito, aqui, um belíssimo trabalho. Parabéns.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente desta Sessão, Srs. Senadores, representantes, os dois, diretos dos povos indígenas e os demais militantes, defensores, seja no Governo ou fora, dos povos indígenas, bom dia e um bom dia a cada um e a cada uma de vocês. Eu quero dizer, em primeiro lugar, que a ausência aqui da FUNAI e da FUNASA não é prova de um certo desprezo, relaxamento do Governo com os povos indígenas; é, também, um certo desprezo e relaxamento em relação ao Congresso Nacional. (palmas) Que foi o Congresso Nacional que convocou.

E eu digo isso porque não é só Audiências, como essa, para vocês, que eles deixam de ir. Ontem nós fizemos uma Audiência para discutir o assunto da prostituição infantil, convidamos cinco Ministros e nenhum deles disse nem porque não vinha e alguns mandaram representantes de terceiro e quarto escalão. Um único mandou alguém do segundo escalão. Isto mostra, também, uma falta de compromisso com esses problemas fundamentais. Mas eu quero dizer para vocês, sobretudo, sabendo que está sendo transmitido, que os dois representantes diretos dos povos indígenas disseram coisas que mostram como eles querem que seus direitos sejam respeitados, mas eles querem estar integrados no Brasil. O Jecinaldo veio com uma camisa escrito "Brasil" e com a Bandeira Brasileira, isto é prova, inclusive Jecinaldo, de uma generosidade, porque os que os dirigentes brasileiros, eu me incluo dentre eles, fizemos com vocês nesses 500 anos é para vocês terem mágoa de todos nós e da instituição brasileira.

Desde o primeiro dia em que o Brasil começa, na descoberta, nós não tivemos e continuamos sem ter, uma maneira de integrar os povos indígenas no Projeto Brasil. Então, você vem com a camisa do Brasil. Isso me alega muito. E segundo, a Valéria falou e eu achei muito interessante, da idéia de termos uma sociedade pluricultural. Ela tinha direito, como em outros Países hoje acontece, de querer constituir uma nação independente no seu território como os mexicanos querem, felizmente vocês não querem porque nós queremos vocês brasileiros. Agora, para que isso aconteça é preciso que o Brasil trate vocês como povo a ser respeitado, promovido, de acordo com a soberania cultural, de acordo com a participação política.

Não temos um índio representando vocês no Senado e não sei se tem algum na Câmara dos Depu-

tados. O velho, meu amigo Juruna que, aliás, do nosso partido, foi um representante de vocês. De lá para cá eu não sei se tem algum. Então, vocês vão ter que contar, como representantes de vocês, daqueles que, de fato, tem sensibilidade para uma sociedade pluriétnica, em que um indígena seja parte do Projeto e não um estorvo, como alguns consideram, ao Projeto nacional. Temos que ver os povos indígenas, a cultura de vocês, como a riqueza da Nação Brasileira e não como um problema da Nação Brasileira. A Nação Brasileira tem que ser também vocês. E não apesar de vocês como alguns pensam. Vocês, então, tem uma posição muito mais avançada do que muitos dos brasileiros que não são indígenas. E isso me alegra muito. E, como vocês não têm representantes, eu quero que vocês considerem e, acho que falo em nome de todos os Senadores dessa Comissão, considerem essa Comissão como a Casa de vocês. (palmas)

Tomem essa Comissão como o representante na defesa dos direitos e da participação de vocês. E a mim, pessoalmente, eu quero que me tomem como Senador, também dos povos indígenas. Não apenas do Distrito Federal, porque cada Senador, como cada brasileiro, se ele não se reconheça um pouco negro, um pouco índio, ele não é um brasileiro pleno. (palmas)

E na procura de ser esse brasileiro pleno, na procura, porque não é fácil ser um pouco negro, um pouco índio quando a gente não teve o privilégio, a sorte e os problemas que vocês enfrentam por ter sido negro ou índio, eu quero, nessa procura, que vocês me ajudem, me usando. O Jecinaldo disse uma coisa muito interessante. Esse é um País muito rico e muito discriminador.

A Comissão de Direitos Humanos é o lugar onde a gente quer ser o antidiscriminador. Nós queremos ser aqui a encruzilhada das etnias. Na verdade, nós deveríamos ter uma Subcomissão de Defesa das Minorias, que defendesse todos os grupos que são discriminados, como falou Jecinaldo.

Contem comigo como Senador e, enquanto eu for Presidente da Comissão, tenham certeza que, falando em nome dos outros, eu coloco essa Comissão à disposição de vocês, não apenas nos momentos de Audiências como essa, que nós devemos ao Senador Paim, mas durante todos os dias do ano, em cada instante, em cada minuto contem conosco. Eu, pessoalmente, a Comissão, o Senador Paim, nem precisa dizer, porque a presença dele aí já é determinante. Eu quero ser um Senador do Distrito Federal e dos povos indígenas e dos negros e de todos aqueles grupos que o Jecinaldo lembrou, os grupos discriminados do Brasil. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Pela ordem de inscrição aqui, agora é o Senador Juvêncio da Fonseca, que estava como primeiro inscrito, mas cedeu, gentilmente, ao Senador Cristovam, como Presidente da Comissão, em seguida o Senador Mesquita e o Senador Valadares e, em seguida, o Senador Botelho.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, convidados, Srs. Senadores, nossos irmãos aqui presentes. Eu acho que você interpretou aquilo que a gente gostaria que fosse mesmo, que falasse primeiro o sábio Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o nosso Senador Cristovam. Presidente, eu gostaria muito, mais muito, Jecinaldo, de ressaltar aqui a sua participação nesta Audiência. A expressão sua, a inteligência sua, a exposição sua, a cultura sua, sobre as questões indígenas, mostra que vocês estão preparados para dirigir o próprio destino. (palmas)

Eu tenho falado isso, lá em Mato Grosso do Sul. Me orgulho muito em Mato Grosso do Sul. Cheguei a chamar o Senador Paim e outros Senadores, para ver como eles são capazes de dirigir as suas instituições, ou no mínimo participar, democraticamente, do destino delas, juntamente com os não índios que dirigem a FUNAI, FUNASA e toda e qualquer instituição em favor do índio. Agora, você tem referência a minha PEC.

Eu gostaria de fazer uma preliminar. A minha PEC, ele, em essência, permite a desapropriação de terras para que haja assentamento de índios. Paralela à legislação que trata da Reforma Agrária, porque o Executivo Federal, a União, não tem autorização legislativa para essa desapropriação, para fim de atendimento ao indígena. Não tem essa autorização. Minha PEC é para isso. E o que é que a gente se fundamenta nessa PEC? Primeira coisa, de fundamental importância. Sem resolver o problema da terra não se resolve nenhum outro problema do índio. Isso é fundamental.

E como é que eu me inspirei para esse Projeto? Porque lá em Mato Grosso do Sul, Senador Paim, a situação dos índios é um pouco diferente do resto do País. Veja bem, a aldeia mais conflagrada que nós temos lá que é de Dourados, dos Caiuás, não é? Dos Caiuás. 3.500 hectares de terra, quase 10 mil pessoas, 10 mil índios. Verdadeiro confinamento. Verdadeiro confinamento. Campo de concentração de índio. Sem nenhuma assistência. Seja lá agrícola, seja lá de educação, de saúde. A FUNASA tem ido lá para fazer corrupção em cima dos recursos... (palmas) ...que são destinados aos índios. Levantado, provado através de CPIs lá da Assembléia Legislativa e o Ministério Público já está trabalhando encima disso, também, responsabilizando os culpados. A FUNAI distante. Distante. Mas,

ao mesmo tempo, insuflando os índios para invasão de terra. Impressionante. Impressionante.

E, em razão disso, e crescendo a população indígena, ela está crescente. Quanto mais cresce mais terra precisa. Nossa aldeia, lá de Dourados, está com quase 10 mil, daqui a pouco tem 15. Só tem 3 mil e quinhentos hectares. O que é que deve ser feito para solucionar isso? Para entregar um pouco mais de terra para os indígenas. Só através da União. Porque aquela teoria, que está sendo colocada em prática, abertamente, no Estado, pela FUNAI e por várias outras lideranças, inclusive pelo CIMI, de invasão de terra para colocar os índios, para restabelecer, resgatar os seus direitos, vem afrontar, hoje, os dispositivos constitucionais, legais. E é por isso que o Supremo Tribunal anula, por exemplo, a homologação de demarcação feita pelo Lula, feita pelo Presidente lá em Antônio João, em Mato Grosso do Sul. Porque é uma terra titulada legitimamente há mais de 70 anos, 80 anos, três gerações da mesma família e entendeu, a FUNAI, que era terra tradicionalmente ocupada pelos índios. Como já tem jurisprudência farta dizendo que não é assim que deve ser entendida a terra indígena.

Então, diante desse conflito que vocês têm, com o próprio Poder Judiciário e a realidade que nós temos, fundiária, com referência ao índio, nós temos que procurar uma solução que traga a harmonização de tudo isso. Esta solução tem, sim, que passar pela União. A União tem que desapropriar a terra e fazer a expansão das aldeias. E não permitir que façam o que fizeram lá agora, que estão fazendo, que lá, de Antônio João, os coitados dos índios saíram de lá, depois de levados de Dourados, está na beira da estrada há mais de 100 dias e lá, olha o que o acontece, a questão da morte dos policiais. Veja bem, Jecinaldo, o que é que está acontecendo. Acusado de ser o mandante do massacre dos Policiais Civis em Dourados, o ex-Cacique Carlito de Oliveira é um impostor, falso índio. Segundo o líder dos indígenas acampados em Porto Cambira, ele é paraguaio. Ontem, na Assembléia, a Deputada Estadual Bela Barros, tia do agente civil Ronilson, chamou os índios acusados de homicídios, de animais. Então, observa bem o seguinte. É tudo um absurdo. Tudo é um absurdo. Absurdo é abandonar os índios como estão abandonando. Absurdo aliciar índio para invadir terras legitimamente tituladas e absurdo permitir que um homem como este, criminoso, com uma folha corrida extensa, vá lá liderar índio para matar alguém. Os policiais entraram lá atrás de outro bandido e foram severamente, barbaramente, assassinados naquele acampamento. Eu ainda pergunto porque acampamento de índio...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Invadiram o que era nosso. Invadiram o que era nosso.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sim invadiram. (palmas) Tudo bem. Invadiram. É, invadiram.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu só vou fazer um apelo ao plenário, porque o bom mesmo, pessoal, se me permitir, Senador, é a gente fazer esse bom debate, na palavra diálogo, que foi colocada. Aí devagar as coisas vão surgindo e nós queremos, ainda aqui, como foi dito, com soluções e não só homenagens. Então é bom que todos coloquem o seu ponto de vista. Que seria muito bom para um ou outro Senador que pensa diferente, eu vou ficar na minha, depois encaminho como bem entender. Não. Exponha aqui a sua posição e vamos fazer o debate e a solução final tem que ser os interesses das Nações Indígenas. Ok, pessoal?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Então, mesmo que a Justiça entenda que a terra não é do índio, fica autorizada, a União, a desapropriar essas terras, que são tituladas, para entregar para os índios e o índio restabelece da sua terra. Eu acho que essa PEC tem esta função. Ela é importante, ela acompanha o conflito, não permite que haja pessoas usando alguns índios para fazer essas invasões, até certo ponto absurdas e criando um clima de conflito muito sério, não só em Mato Grosso do Sul, mas, também, em outros locais. E eu acho, também, que o que precisa, através dos índios, com uma liderança como Jecinaldo, assumir as suas, as suas obrigações e a sua liderança, porque o índio precisa, além da terra, ele precisa de saúde, ele precisa de produção na sua aldeia. Ele precisa de água potável, precisa de escola, precisa de viver e ter qualidade de vida. Do jeito que está aí, nós vamos dar qualidade de vida? Não vamos dar qualidade de vida, porque a FUNAI não tem, nem sequer, competência para administrar as questões indígenas. Ela foge até das reuniões.

Então, primeira coisa que eu acho fundamental, além da terra é prestigiar as lideranças indígenas preparadas para administrar o seu destino. Lá em Mato Grosso do Sul, lá em Dourados, nós já temos mais de duas dezenas de índios que já se formaram em nível universitário na Faculdade de Dourados, administrador de empresa, advogado, etc., que coloca a questão indígena, assim, com muita clarividência, com muita inteligência mas não é ouvido pela FUNAI, pela FUNASA, por ninguém. Vamos entregar para o índio a definição, a decisão sobre as suas questões e ouvi-lo com seriedade, com segurança... (palmas) ...porque nós estamos vendo, vamos ser francos, vamos ser francos, sempre digo isso aqui, pode ser que alguém

ache ruim. Mas estão usando muito o índio para ganhar dinheiro e não chega, esse dinheiro, onde está o índio. Essa é a grande verdade. Muito movimento, muito movimento, muitas entidades trabalhando mas não chega, lá no índio, os recursos que são alcançados, até externamente, porque se chegasse, a solução do índio já tinha tido um destino. Já teria tido um destino diferente.

Portanto, premissa é a terra, mas também, junto com a terra, é a valorização das lideranças indígenas, que tem que tocar o seu destino, com respeito às suas decisões. Ele participar, democraticamente, das decisões que possam envolver os interesses dos indígenas. Dentro disso, Jecinaldo, meu Projeto eu não vou dizer para você que ele seja perfeito. Ele não é perfeito. Mas o importante é nós termos diálogo. O legislador ter o diálogo com o indígena, aperfeiçoar, recuar, avançar. É isso que nós precisamos fazer. Nós não podemos, hoje, Jecinaldo, é radicalizar, uns de um lado, outros do outro e não conversa.

A FUNAI radicaliza de um lado e do outro, a FUNASA, não senta conosco para conversar. Isto não pode acontecer. Eu queria me colocar à disposição, como um modesto Senador, já no final do mandato, um Mato-grossense do Sul, convivo com muita área indígena, sei quem são essas pessoas, como gostariam de encontrar qualidade de vida e, às vezes, são impedidos disso. Precisamos respeitar a cultura indígena, a sua formação, precisamos dar futuro para o índio. É isso que eu estou disposto, nessa tarefa. E se a minha PEC for suficiente para dar um passo à frente, estou à disposição a dialogar, a recuar, a avançar, a modificar, a acrescentar ou diminuir, naquilo que está colocado na PEC. Mas ela, Jecinaldo, está sendo muito bem recebida pelos indígenas de Mato Grosso do Sul. Já fizeram duas reuniões lá, de lideranças indígenas, Caciques, capitães, me chamaram lá e expliquei direitinho como que seria e fizeram até um movimento contra a violência no campo, em busca das soluções e, sim, em favor da solução jurídica, que essa PEC tem condições de dar, para que a União desaproprie e pague o justo preço ao proprietário. E assente. Vamos assentar. Colocar o índio na terra que ele tanto precisa. Essa é a proposta nossa. Gostaria, Sr. Presidente, que essa PEC, ela fosse bem discutida. Que ela fosse objeto de discussão e que vocês levassem, inclusive, a discussão nesses foros, que estão sendo organizados e eu estou disposto a participar, em qualquer nível, para que possa esclarecer, cada vez melhor, o que ela significa e a razão de ser da sua proposta. Muito obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra, de imediato, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior que é, sem sombra dúvida, também, um lutador no campo social e, principalmente, em defesa de todos que são discriminados nesse País, como por exemplo, se me permitem, nós, negros e os índios.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL-AC) – Senador Paulo Paim que preside essa Audiência, Jecinaldo, Dra. Deborah, Ville, Valéria, Cleber, meu caro amigo. Como disse, eu vou me valer de um tratamento que a Valéria aqui expressou. Minhas parentes e meus parentes aqui presentes, índias e índios.

Eu vou tentar ser breve, mas eu queria começar a minha fala contando uma historinha de como a FUNAI chegou no meu Estado, que ele ostenta com muito orgulho a existência de 14 Nações Indígenas. Há muitas décadas atrás, meu pai era Governador do Estado e insistiu, fortemente, para que o Governo Federal instalasse a FUNAI no Estado. Não havia presença da FUNAI. E aqui houve uma resistência, em princípio, ao argumento de que 'Uai, o Acre tem índio'? Não se sabia que o Acre tinha índio. O argumento definitivo que meu pai usou, para convencer as autoridades federais, foi de que, quando criança, lá no Município de Feijó, onde ele nasceu, ele, durante algum tempo da sua infância e juventude, ele foi criado com duas crianças índias. Elas aportaram na casa dos meus avós, foram acolhidas, depois de uma daquelas, que a gente chamava, daquelas correrias seringalistas, correndo atrás dos índios, matando alguns e essas duas crianças foram acolhidas pela minha vó, pelo meu avô e meu pai foi criado, durante algum tempo, com essas duas crianças. Depois elas reencontraram a sua aldeia, a sua comunidade e seguiram a sua vida.

Mas esse foi o argumento final e definitivo da existência comprovada de índio. O Acre hoje tem, registrado, 14 Nações Indígenas.

Eu vou dizer outra coisa aqui. Se eu sacasse aqui, por exemplo, agora, a idéia de que sugerisse aos candidatos aí à Presidência da República que convidassem um representante indígena para figurar na sua chapa, na condição de, por exemplo, candidato à Vice-Presidente. (palmas) Eu lhe digo, Senador Paim, que, imediatamente, muita gente iria dizer: "O Geraldo está tratando de um assunto sério, de brincadeira". Sabe porque Senador Buarque? Porque índio no Brasil não é considerado coisa séria. Assim como as crianças que estão se prostituindo não é considerada coisa séria. Assim como aquelas crianças que são vítimas do tráfico lá, que o Senador Paim trouxe aqui numa Audiência também igual a essa. Assim como os aposentados, os pensionistas, não são considerados coisa séria. Assim como a maioria do povo brasileiro

não é considerado coisa séria, Senador Buarque. Sabe por quê? Nós vivemos e aqui é preciso que a gente seja absolutamente direto e franco. Nós vivemos num sistema, num sistema cruel, realmente. É uma máquina de moer gente. Em que o fundamento, o objetivo, é o lucro perverso, é a concentração do capital, é a concentração da riqueza na mão de poucas pessoas nesse País. Eu me referi a uma das Audiências que o Senador Paim promoveu aqui, de várias. Eu tive a oportunidade e o privilégio de participar com ele aqui, da discussão acerca do problema dos pensionistas e aposentados, acerca...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Bela Audiência que fizemos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL-AC) – Bela Audiência que fizemos, Paim. E olha... Eu sou até suspeito para falar, sabe? Existe, existe... Eu queria aqui... Destacar, assim... Existe uma coisa, Senador Paim. O sistema é bruto, é cruel, sabe? Aqui a gente poderia dizer. Não são os índios que são discriminados. Não, Senador Buarque. E não é nem uma questão meramente antropológica, é econômica mesmo, sabe? O sistema exclui porque não enxerga ainda a possibilidade de se apropriar. Assim como exclui os índios, exclui os sem-terras, exclui as meninas que estão se prostituindo, exclui a maioria dos assalariados desse País.

Agora, em face disso tudo existem pessoas que se movimentam com sinceridade. O Senhor sabe qual é a coisa que eu acho mais interessante? Dra. Deborah. Dra. Deborah, hoje, é uma referência no trato da questão indígena. Sabe por que Senador Paim? Porque ela trata a questão indígena pela lógica e pela ótica dos indígenas. Ela coloca um aparato jurídico que ela domina e maneja, à disposição dos interesses e da causa indígena. (palmas) Quando isso acontece, quando isso acontece, essa relação, absolutamente desigual, Senador Paim, ela pode, a gente pode ir avançando aos poucos. A gente pode ir avançando, quebrando algumas resistências. Eu quero citar outro exemplo aqui, modesto, inclusive. Dr. Cléber que está ali na ponta. Educação indígena. Educação indígena. (palmas)

Ele raciocina com a mesma lógica. Ele coloca a sua experiência e eu acho que ele coloca até o seu coração também nessa jogada. Ele coloca tudo o que ele sabe, tudo que ele domina à disposição da luta pela educação indígena mas pela ótica indígena.

Tem uma pessoa aqui no Congresso Nacional, uma Assessora de uma Senadora que eu queria também fazer uma referência a ela, Dra. Áurea, ela estava por ali ainda agora. Não a vejo mais. Ela é daquelas pessoas persistentes. Eu estou citando o exemplo de três pessoas que são, para mim, são emblemáticas e representam centenas, talvez milhares de pessoas nesse País, que se movimentam no sentido de se colocar à disposição de alguns movimentos pela lógica e pela ótica desses movimentos. A Dra. Áurea, por exemplo, assim como o Cléber, manda religiosamente para minha caixa e eu acho que para caixa de todos os Senadores e para muita gente desse País, documentos, informações, sugestões, do que a gente deveria estar fazendo neste Congresso Nacional.

Esse Congresso Nacional, aqui eu não estou, não quero que alguém pense que eu estou jogando contra o time, né. Não se trata disso. Mas o Congresso Nacional é parte desse sistema, Senador Buarque. Eu estou aqui já disse e repito. Eu estou aqui há pouco mais de 3 anos, Senador Paim. Eu vi muito pouca coisa tramitar nesse Congresso Nacional que diga respeito aos interesses diretos da grande maioria do povo brasileiro. Eu digo isso com tristeza no meu coração. Aqui, interesses de grandes grupos, de corporações, do grande capital, o Congresso Nacional diligencia com uma presteza inacreditável. Agora, quando se trata de questões que dizem respeito a milhões de pessoas nesse País. Olha o Senador Paim, enfrentando uma barra, tentando juntamente com outros Senadores.

O Cléber fez uma referência aqui ao Senador Buarque, que eu queria colocá-lo, também, nessa roda. E mostrar que não é apenas o gesto, o sorriso. O sorriso ajuda, o gesto ajuda. Mas a ação efetiva. O Cléber está ali testemunhando que na sua gestão a questão da educação indígena no Ministério deu um salto. Isso é ação efetiva, Senador Paim. Porque é como o Senhor disse. Não adianta a gente vir aqui para uma Audiência dessa, conversa para lá, conversa para cá e nada acontece. Nada acontece. Eu acho que essa Audiência ela é, ela se faz absolutamente importante, desde que nós tenhamos essa visão de que, primeiro, ela serve para a gente retemperar, persistir, na luta por questões que são fundamentais nesse País, que são fundamentais nesse País.

Então eu queria, eu queria dizer da minha satisfação, do meu prazer de aqui, modestamente, no limite das minhas possibilidades e capacidades de ação intelectual, seja qual for, de me colocar ao lado de pessoas como o Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque, Senador Juvêncio, todos os que estão aqui, Valadares, Botelho, Senador Tuma, esteve aqui há pouco, o Congresso Nacional, que é essa Casa vista pelo povo brasileiro, hoje, com uma certa preocupação, eu diria para não dizer mais, é uma Casa que tem muitos e muitos integrantes que honram o seu mandato. Muitos e muitos integrantes que honram seu mandato, que se colocam à disposição para defender

causas nobres no Congresso Nacional e nesse País. Eu louvo a presença, me orgulho da presença de muitos deles aqui nesse Congresso Nacional. E eu digo mais. Eu me seguro na presença deles, inclusive, para não desistir, porque tem horas, aqui no Congresso Nacional, que dá vontade de pegar a toalha e ir para casa, tal é o desânimo que cai sobre os ombros da gente. (palmas) Então, quando eu vejo, quando eu vejo, quando eu vejo acontecer esse tipo de coisa, aqui no Congresso Nacional, isso aqui me lembra um pensamento, uma lógica que eu desenvolvi logo que eu cheguei aqui Dra. Deborah, eu que vi lá...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Me permite só um segundo, só para registrar esse gesto que eu achei importante, a Senadora Serys chega, companheiro, um dos líderes da Nação Indígena, de pronto levanta e cede o lugar. Isso é bonito. Uma salva de palmas. Serys vai ter que sentar.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Eu só estou sem voz. Quero que ele permaneça sentado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Permita-me, como habitante lá de Roraima, defender meus parentes. É que V. Exª. não convive com eles, mas eles são muito gentis e respeitam as pessoas e respeitam as regras dos locais, também. Quando a gente vai entrar numa aldeia a gente tem que conversar com o tuchao, lá em Roraima, Cacique chefe é tuchao... Falar com ele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Exato. Mas aí V. Exª. está... Porque isso é normal. Eles são gentis e respeitam nossas regras. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu quero dizer para você, meu Senador Botelho, que talvez V. Exª. não tinha entendido. Eu estou chamando a atenção, é dos brancos, porque os índios fazem isso. Muito branco não levanta para a mulher sentar. (palmas) Essa foi a intenção.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL-AC) – Eu queria encerrar, Senador Paim, acho que tomei muito tempo, desculpe, porque a emoção toma conta da gente. Dra. Deborah, quando eu cheguei aqui esse Senado, essa coisa assim, que às vezes assusta, o caboclo chega aqui, né, e eu, e eu procurei me ligar a uma lógica para não descolar da realidade aqui, porque aqui a gente corre um sério risco de descolar da realidade. Aqui, a gente é cercada de muita coisa, de muita mordomia e se a gente não tomar cuidado a gente descola da realidade. Então o que eu imaginei. Quando eu saia da minha sala para ir para o Plenário, aquele tapetão azul e tal, eu imaginava, Senadora Serys, que estava andando lá num varadouro, lá de um seringal da minha terra, ficava imaginando até ouvir o som dos bichos, entendeu, Senador Paim, estou falando sério, para não correr o disco de se descolar. Para me segurar na realidade porque, se bobear, a gente descola aqui.

Então eu queria, modesta e humildemente, prestar uma homenagem àqueles que não desistem, não transigem, não abrem a guarda e continuam na luta em defesa. O Senador Buarque usa a expressão minorias. Mas, olha, são minorias? Talvez. Mas reunidas, são maioria desse País. Senador Buarque. Reunidas, são maioria nesse País. O Senhor vê o desrespeito que, o desrespeito com que essa maioria brasileira é tratada. Aqui eu vou, eu fiquei impressionado. Aqui, com todo o respeito eu digo isso. Com todo o respeito. Mas me impressionou.

O atual Ministro da Fazenda, quando foi anunciado Ministro da Fazenda, a primeira oportunidade que ele teve, de se dirigir à imprensa encima, ali acossando, ele se dirigiu, Senador Paim, ao Mercado. Não foi ao povo brasileiro. Ele se dirigiu. Eu estou aqui me dirigindo ao Mercado para acalmar, porque tudo vai continuar na mesma. Não se dirigiu ao povo brasileiro. Isso para mim traduz, Senador Paim, exatamente o comportamento. Eu não digo desse Governo. Mas eu digo de Governos e mais Governos que se sucedem nesse País, que representam, exatamente, os interesses da elite burra e perversa desse País. (palmas)

Representam sim. Representam sim. Eu sonho um dia com essa pátria livre e socialista mesmo, em que as pessoas mereçam o respeito de todos entre si e que possam tocar suas vidas com dignidade, com grandeza, com simplicidade. Mas que tenham a oportunidade, todos tenham a oportunidade de serem felizes porque isso, ao final da história, Senador Buarque, é o que interessa a todos. É ser feliz, criar suas famílias, produzir, ter uma vida digna. Não é verdade? É isso que interessa a todos, índios, pretos, brancos, mestiços, mulatos, seja lá quem for. É o que interessa ao povo brasileiro e isso é algo que tem sido de uma dificuldade incrível. Exatamente por isso. Porque nós vivemos num sistema cruel, perverso, em que, a acumulação do capital, a produção do lucro indecente, é a tônica, é o objetivo final de quem manda nesse País. As minhas homenagens, modestas e humildes aqui a todos aqueles que não desistiram até agora. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Olha... É com muita satisfação que eu quero passar a palavra àquele que é o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais daqui do Senado. E vai me permitir Senador Valadares, essa semana um Senador me disse. 'O que tem aquela Comissão de

Assuntos Sociais que aprova todos os temas que são de interesse, efetivamente, dos trabalhadores, dos desempregados, dos aposentados'. Sabe o que eu respondi? 'Porque o Presidente é o Senador Valadares'. Um homem, efetivamente, comprometido com todas as questões sociais e na luta, permanente, em defesa dos discriminados. Ele suspendeu a Reunião de hoje porque entendeu que hoje nós devíamos estar todos aqui. Uma salva de palmas e passo a palavra ao Senador Valadares.(palmas)

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Senador Paulo Paim, Vice-Presidente da CDH, no exercício da Presidência desta Comissão, Sr. Jecinaldo, em nome do qual comprimento a todos os integrantes desta Mesa, Senadores e Senadoras, povos indígenas aqui presentes. Em primeiro lugar, eu gostaria de enaltecer e exaltar esse trabalho edificante, grandioso que está sendo desenvolvido, com muito sucesso, na área social, em defesa das minorias que são maltratadas e muitas vezes esquecidas nesse País, pelo Senador Paulo Paim e é um exemplo, neste Senado, a sua luta em defesa do salário mínimo, dos idosos, dos mais jovens, dos índios, dos desiguais, dos negros e etc. V. Exª. tem uma pauta de trabalho, aqui neste Senado Federal, verdadeiramente impressionante que conta com o apoio de todos nós, que constituímos a Comissão de Assuntos Sociais.

Quando Pedro Álvares Cabral aportou no Brasil, chegou ao Brasil, encontrou as Nações Indígenas recebendo os europeus, os portugueses, há registros da nossa história, com muito carinho, com muita boa fé, com muita inocência e com muita cordialidade. Há, inclusive, quadros que são apresentados nas escolas, da Primeira Missa que foi realizada no Brasil, com a equipe de Cabral, ali estando presentes representantes das Nações Indígenas. Digo isso para mostrar que o desejo, muito embora o Brasil estivesse sendo invadido, para ser colonizado pelos portugueses,... (palmas) ...mesmo assim, os portugueses aqui foram recebidos como amigos e também a nossa história registra, ao longo do tempo, a participação e a integração do índio na defesa do nosso território, como por exemplo no Nordeste, a expulsão dos holandeses, os índios tiveram uma participação intensa na guerra para expulsão daqueles que estavam dominando a região nordestina. O nosso Estado de Sergipe, Estado que eu represento, índios como Aperipê de Sergipe, e tantos outros pontificaram na nossa história, como exemplos de bravura e de dedicação à existência dos seus povos.

Acho que a questão indígena no nosso País deve ser vista dentro do prisma da justiça social. Se nós queremos um País... (palmas) ...livre, autônomo, independente e justo devemos, sem dúvida alguma, lutar não pela exclusão, mas pela inclusão, pelo fortalecimento e grandiosidade das Nações Indígenas, porque foram os primeiros donos e proprietários de terra do Brasil, donos naturais. Por isso, que quando se fala em terra, nas terras para os índios a gente fica pensandO – "Veja, os índios lutam por aquilo, por um aumento da terra dentro de um território que já foi deles. Integralmente deles". (palmas)

Por esta razão, Sr. Presidente, é que, se nós queremos justiça social nesse País, devemos reconhecer os índios como aquelas pessoas que, em verdade, se integraram ao longo da nossa história à nova cultura que foi imposta, mas sem perder as suas características, a sua própria cultura. E a nossa luta é nesse sentido, de que os índios e as Nações Indígenas, sejam preservados naquilo que lhes é reservado, por direito, na própria Constituição. A discriminação contra determinadas classes no Brasil ainda existe, V. Exª. mesmo é testemunha, a sua luta em favor do reconhecimento dos direitos dos negros. Essa discriminação ela não deveria existir.

O índio tem que ser valorizado como aquele ser humano que, primeiro, foram os nossos ancestrais. Os índios com a sua cultura, com a sua origem, foram capazes de, ao longo de tantos e tantos anos, continuarem aí existindo, aos trancos e barrancos, lutando contra toda a espécie de barreira que foi interposta na história do Brasil. Os índios já foram até escravos em nosso País, mas se rebelaram. Eles preferiam a morte à escravidão. E há exemplos, na nossa história, apontando essa disposição dos nossos índios na defesa da liberdade.

Assim, Sr. Presidente, a minha palavra, nesse instante, é de enaltecimento à luta, legítima, travada pelas Nações Indígenas em nosso País. A luta para que a educação lhe seja dada, como é oferecida aos demais brasileiros. Que a saúde pública seja prioridade nas terras ocupadas pelos índios de forma legítima, que sejam proporcionados meios aos índios, às Nações Indígenas de, diante do aumento de sua população, novas terras sejam adquiridas, não com demagogia; que não se utilize do índio para alcançar vantagens eleitorais, políticas ou vantagens econômicas, mas que se utilize da sua luta para a preservação dos seus direitos e a conquista de novos direitos.

Por esta razão eu quero, nesse instante, parabenizar a todos os participantes da Mesa e dar a minha palavra de, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, onde nós cuidamos, lá, de assuntos como saúde, geração de emprego e renda, regulamentação das profissões, que a nossa Comissão de Saúde, integrada por tantos Senadores como Cristovam Buarque, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita e o Senador Paim,

a nossa Comissão está à disposição para que esta luta, que repito, legítima, dos índios pela conquista dos seus direitos inalienáveis, assegurados pela Constituição, a Comissão de Assuntos Sociais, está à disposição de todos os Senhores que aqui vieram ao Senado Federal. Eu fiquei impressionado com o poder de organização. A gente costuma dizer, nas nossas falas, nos nossos Estados: "O povo unido jamais será vencido". Os índios unidos jamais serão vencidos. Obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – (Falha no áudio) ... aqui conosco, o Vereador Percedino, está certo? Percedino Rodrigues é Vereador indígena. Uma salva de palmas, aqui, então, do Mato Grosso do Sul. (palmas)

E queria, também, registrar a presença, aqui, da Cacique Mari Acoabê(F) e Sérgio Senaguê(F), índios Charruas, lá do Rio Grande do Sul, que querem ser reconhecidos, pelo Estado Brasileiro, como Nação Indígena. Está aqui a Cacique Mari. Eu peço que ela levante o braço, ali. (palmas)

Ele nos ajuda aqui para que você possa entregar, nesse momento, o documento, que é o reconhecimento. Ela esteve no meu Gabinete. Ela fala que são descendentes do grande Charrua, do Sepé Tiarajú. Não é?

SRA. MARI ACOABÊ: (pronunciamento em língua indígena) Sou Cacique do povo Charrua, do Rio grande do Sul e sou a Presidente das Mulheres Indígenas do Rio Grande do Sul, (pronunciamento em língua indígena) ...e o irmão, eu tenho três irmãozinhos, negrinhos, que são filhos da Solange, minha filha. Espero o irmão lá na comunidade para ver os irmãozinhos, e é meu padrinho de casamento. (palmas) (Risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Valeu. Um abração. Eu vou levar e vou entregar para o Presidente.

SRA. MARI ACOABÊ: Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Outro Vereador indígena, do Maranhão, Zé Arão(F), certo? Uma salva de palmas. (palmas) E eu quero passar a palavra, de imediato, ao meu amigo, médico, sensível, conseqüentemente, das coisas sociais; há momentos, aqui nessas Comissões que a gente atua, todos nós, que é uma correria. E o Senador Botelho toda vez que um assunto como esse... "Paim, eu vou lá e abro para você e vou para outra Comissão, que estão também me chamando". Senador Botelho, é com alegria enorme que eu lhe passo a palavra, pela sua sensibilidade e o compromisso que o Senhor tem, com todo o povo brasileiro. Parabéns a V. Exª..

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Peço uma salva de palmas para o Senador Botelho. (palmas)

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado. Sr. Presidente Paim, Senhores componentes da Mesa, meus parentes que estão aqui todos espalhados. Realmente, nós tínhamos que continuar nos organizando para lutar e para ocupar os espaços. Sem chegar aos extremos de matar o irmão. Nós não podemos. Ninguém tem o direito de matar uma pessoa. E isso é uma coisa que é bem claro em todas as filosofias do mundo todo e tudo. Nada justifica um matar o outro. Então isso eu sou contra, por princípios religiosos e acho que ninguém deve entrar por esse caminho. Mas eu, está se falando em coisas tristes.

Meu Estado tem 35 áreas já homologadas e demarcadas. A última foi demarcada com muita polêmica e tudo, mas a maioria das pessoas que habitam lá, como sempre não se ouvem as pessoas, que habitam a área não concordava que tirasse as vilas, as cinco vilas que tem lá na Raposa Serra do Sol onde a maioria do pessoal já é parente, já foram para lá de boa fé.

Em relação ao Projeto do Senador Juvêncio, é um Projeto, porque o que tem feito lá em Roraima, todo mundo sai da área e não recebe indenização pela terra. Mesmo que já esteja a cinco gerações, que tenha título do tempo do Amazonas. Então eu acho que é uma injustiça. Lá não dá tanto problema, porque lá tem terra para todo mundo, lá tem espaço para todos.

Mas aqui no Mato Grosso, por exemplo, o Governo vai ter dificuldades de expandir a área. Então se ele tiver uma Lei, que ele possa indenizar e botar, resolve facilmente, desde que seja de boa-fé. De má-fé eu acho que ninguém deve ser indenizado.

Mas lá em Roraima, nossos parentes estão mais organizados. Nós já temos um Prefeito. Nós temos 15 municípios, um Prefeito, de Normandia, Orlando Justino, é indígena e o Vice-Prefeito de Pacaraima, que é onde mais dá confusão, é também outro indígena. E temos vários Vereadores, também, lá em Roraima. E esperamos ter um Deputado Estadual, também, porque eles vão sair candidatos a Deputado Estadual agora. Eu acho que esse é um caminho que nós temos que fazer.

Lá em Roraima, em relação à Universidade, eu vi o Senador achando bom ter vinte pessoas na Universidade. Lá em Roraima nós temos muitos que entraram por mérito próprio, já estão fazendo até a segunda faculdade, mas tem um programa que foi desenvolvido há alguns anos, para os professores. Nós temos 185 professores indígenas, fazendo curso superior, lá em Roraima. Temos, também, 600, incluindo esses 120, 600 pessoas das comunidades que estão nas Univer-

sidades, na Federal, nas particulares e tudo. A gente tá, tá, nosso pessoal lá está andando, está indo, que é uma opção deles. Ninguém está obrigando eles a fazer isso.

O que o eu acho, também, que nas políticas indígenas do Brasil, nós temos que ouvir as pessoas, para saber o que elas querem. Se você quer água gelada e quer luz elétrica na sua casa você tem o direito de ter água gelada e luz elétrica. Mas se você não quer, você não precisa ter. Se você quer ter uma escola boa para o seu filho. Quer mandar seu filho para estudar numa Universidade, você tem o direito de fazer isso. Não um antropólogo, ou um 'ongueiro' venha querer decidir o que você, graças a Deus... pelo menos nossos indígenas da região, os que já estão há mais tempo de convivência, já sabem o que eles querem. Eles vêm para uma reunião dessa aqui e falam, tipo falou o nosso amigo aqui e a nossa querida também, lá da COIAB. Falam o que o eles sentem. Não precisa ter alguém apitando no ouvido para eles falarem.

E eu, quando vim para cá, vim com o compromisso com eles, de defender as suas idéias e seus pensamentos. Tenho direito de divergir, em alguns pontos, mas defendo. Porque eu acho... Eu também sou da quarta geração. Minha tetravó era indígena e meu avô era preto também. Então eu, aqui, estou defendendo. Mas eu quero que chegue aqui também, eu quero, espero ainda poder ver, dentro da Câmara Federal, um indígena, aqui, lá de Roraima de preferência, porque lá nós somos 10% da população e se reunir todo mundo nós temos capacidade de eleger uma pessoa. É claro que todos aqui sabem. Na hora de eleição divide, vem um para cá, vai outro para lá. Mas vocês têm que se unir e escolher. Escolhe o mais sério. Não vão botar gente safada para dirigir vocês. Não vão seguir o exemplo, que nós temos, de muita gente que tem aqui nesse País, que vem representar, mas que não representa os cidadãos, representa os safados. Então, eu acho que vocês têm que lutar, se organizar. Lutar pela terra. Mas também, temos que nos respeitar as pessoas. Quem está de boa fé é diferente de quem chegou lá para grilar... mas o indivíduo já está até casado com uma indígena, são casados. Mas em Roraima já não existe mais.

Existem alguns lugares ainda... Os Ianomamis são um povo aparte. Os Aioais(F), que estão isolados. Mas os outros não. Os outros querem. Todos dizem. Quem quer ter dor de dente? Alguém gosta de ter dor de dente? Não. Então nós queremos uma saúde boa para todos os indígenas. Infelizmente, eu ainda me envergonho, porque, lá no meu Estado, nós não conseguimos baixar a mortalidade infantil dos indígenas, para ficar num nível aceitável. Mas não estou falando dos povos dos Macuxis, Uapichanas que estão lá no lavrado, no pé da Serra, não. Nas áreas indígenas, dentro da mata, que realmente é mais difícil. As equipes de saúde têm que ir para lá. O indivíduo não agüenta ficar 30 dias. Mas nós já estamos evoluindo para fazer agentes de saúde Ianomamis também. Porque aí talvez melhore mais.

É lógico que é um direito do indígena, também, como acontece lá em Roraima. Muitos fizeram Universidade e não quiseram mais voltar para a aldeia. Mas outros quiseram voltar e estão lá ajudando. Isso é uma coisa que a gente não pode impedir. É um direito de cada um. Mas eu acho, assim, que nós temos que nos organizar, vocês tem que ocupar o espaço político também. Se juntem. Vão ser Vereador, vão ser Prefeitos, vão ser Senadores e Deputados Federais. Essa é uma forma de a gente ter...

Porque para gente poder defender a causa indígena a gente tem que ter o sentimento indígena. A gente tem que ter dormido na aldeia, tem que ter sido criado, como o pai dele foi criado. Eu fui criado junto com indígenas, também. Lá em Roraima, quando eu comecei a me entender, nós tínhamos 16 mil habitantes em Boa Vista. Meu pai era o único médico que tinha lá. Então, todo mundo ia na minha casa para ser atendido. Por isso que eu sempre tive respeito a todas as pessoas. Eu acho que nós somos todos filhos de Deus. Somos iguais. Temos direito.

Agora, vocês estão se organizando para defender os seus direitos. Agora, não fiquem radicais. Não partam para essa história de matar. Mas defendam com garra, contudo. E lutem e façam mais uma coisa. Se metam no meio político vigente e que funciona, que é a democracia. Eu acredito na democracia e parabenizo nossos Vereadores que estão aqui presentes e nossos, lá de Roraima também, que devem estar assistindo isso daqui, nosso Vice-Prefeito, nosso Prefeito, o Orlando Justino; teve votos, em igual proporção, em qualquer comunidade. Não foi só na comunidade indígena não. Foi eleito por todos. Por que? Porque é uma pessoa de respeito, trabalhador, honrado e tenho certeza de que ele ainda vai andar muito mais ainda. Se Deus quiser. Obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É com alegria que passamos a palavra agora, nesse momento, à Senadora Serys Slhessarenko porque alguém já diria, só falaram os Senadores e ela vai falar, que é uma Senadora. A Serys tem um compromisso, sem sombra de dúvida, do Mato Grosso, tem um compromisso enorme com todo o nosso povo, com negros, com brancos, com índios, com mulheres, com crianças e está fazendo um belíssimo mandato aqui, capitania, entre tantas outras lutas que eu já citei, a das

mulheres, mas eu citei todas que você capitania aqui, por isso Serys, uma salva de palmas de todo o nosso povo aí, brancos, negros, índios, mulheres, crianças. Pelo teu trabalho. (palmas)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Vou começar pedindo desculpas a todos porque está difícil de falar. Mas eu não poderia deixar de estar aqui, nosso Presidente, que preside esta Audiência Pública, nosso querido Paim, que luta em todas as frentes, eu diria, em todas as frentes das minorias, especialmente. E eu vou tentar falar o mais resumido possível, porque eu estou com um problema, realmente visível. Srs. Senadores aqui presentes, Senhores e Senhoras aqui da Mesa, uma saudação muito especial a todos os indígenas e às indígenas aqui presentes. (palmas)

Eu fiquei representante das mulheres indígenas aqui na Mesa. Eu fiquei muito feliz de saber que tem uma Cacique aqui. Não sei se tem mais de uma. Eu conheci uma aqui. Isso, realmente, é da maior importância. Há dias atrás, eu presido a Comissão do Senado, o Conselho da Mulher Cidadã do Senado da República. E esse Conselho oferece a premiação, por mulheres que lutam pela causa da mulher no Brasil, as cinco mulheres por ano. E este ano uma das cinco mulheres, só cinco no Brasil inteiro, foi uma que está em Processo de iniciação para pajé. Ela esteve aqui no Senado, foi homenageada e premiada pelo Senado da República. É realmente a mulher na luta, mulher indígena na luta pela conquista da mulher indígena, também. (palmas)

Essa luta é uma luta de todas as mulheres do planeta, mas nós temos que cuidar delas aqui no Brasil e claro, que dos Companheiros homens também, em absoluta igualdade de condições, porque nós mulheres, de um modo geral, somos 52% da sociedade e os outros 48% são os homens, nossos filhos. Portanto, precisam contribuir conosco para que a gente conquiste direitos absolutamente iguais. (palmas)

Ailson, quando eu cheguei, que você levantou da minha cadeira eu achei um gesto muito lindo. E não quis me sentar na cadeira. Eu falei – 'É você que vai ficar sentado aí, porque hoje, nessa discussão aqui, você, com certeza entende e compreende e conhece muito mais a causa do que eu, do que qualquer um de nós Senadores ou Senadoras aqui. Por isso você tem que ficar sentado aí, sim'. Eu disse que eu ia falar bem pouquinho, até porque eu não estou podendo falar. Eu estava em outras Comissões, por isso só pude chegar aqui agora.

Eu sou Senadora por Mato Grosso, Mato Grosso que temos, lá, nós, os Senhores aqui presentes sabem, que Mato Grosso é um Estado que tem muitos, uma população indígena muito significativa, muito sofrida. Eu sou Mato Grosso, não Mato Grosso do Sul. Eu sou Mato Grosso. Temos problemas grandes lá com relação a vários aspectos. Mas, especialmente, a questão da demarcação das terras. E eu sempre fui uma defensora, sou e serei. As lideranças que me conhecem sabem de que lado, nessa situação, nessa questão, de que lado eu estou. Por isso eu também não vou entrar em especificidades, que eu estou terminantemente proibida de falar. Eu só estou falando aqui, porque eu não podia deixar de falar. Então, nessa questão eu tenho um lado. Contem comigo para o que der e vier, para o que for necessário, com relação à demarcação de terras indígenas. Não só em Mato Grosso, mas no Brasil, como um todo. Como Senadora, é minha responsabilidade defender esta causa no Brasil, como um todo. (palmas)

Eu já estive. Eu já estive em Iauretê. Eu já estive nos Ianomamis. Eu já estive em... Ai, esqueci. Cachoeira. Como é que é? São Gabriel da Cachoeira. Em vários locais do Brasil, fora de Mato Grosso. E cada vez, eu estou mais consciente, se nós, da Amazônia, só para citar a questão da Amazônia. Nós temos indígenas fora da Amazônia também. Mas só para citar a questão da Amazônia. Para mim, está cada vez mais claro que a questão da Soberania, Soberania Nacional, do nosso País, que é tão discutida, tão cantada e decantada, as Forças Armadas é que vão fazer. São esses ou aqueles? Não. As Forças Armadas tem um papel importante. Elas devem contribuir para se preservar o Território Nacional, a Soberania Nacional e etc. Mas, quem pode assegurar, para valer, são as populações ribeirinhas e, especialmente, as Nações Indígenas.

Se tiverem realmente... (palmas) ...Se tiverem, realmente, as suas, as suas terras demarcadas, seus espaços territoriais, realmente, assegurados. O que são os donos da terra? Os invasores somos nós, há 500 anos. Isso tem que ser reconhecido. Isso tem que ser dito. São os donos da terra. Sim, nos dêem licença. Nos permitam viver em parte desse território. Mas como? Exigindo. Mas exigindo de nós, o respeito que os Senhores e as Senhoras merecem por serem os donos da terra. E, por isso, eu acredito, confio e digo, que só os Senhores, mais as populações ribeirinhas e etc. são capazes de assegurar a Soberania deste País e os limites territoriais dele, para valer. E para isso precisam de apoio. Precisam, realmente, que as autoridades brasileiras assegurem aquilo que lhes é de direito.

Portanto, eu tinha muita coisa para dizer aqui. Anotei quatro páginas mas não vou falar, porque eu não posso. Mas eu quero finalizar, dizendo. É este o caminho. É o caminho da mobilização. E parabéns. A

grandiosidade desse movimento, com certeza, é um acontecimento histórico nesse País, que vai ficar registrado nos anais e nas páginas do Senado da República. E a responsabilidade de nós, Senadores e Senadoras, para com a questão indígena, tem que estar assegurada. Está assegurado, meio devagar, mas tem que ser assegurado, daqui para frente, com determinação, para valer, com respeito aos Senhores e às Senhoras. Obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Conforme combinado com o plenário, nós iríamos abrir a palavra, nesse momento, para quatro companheiros do plenário. Teve um que se inscreveu logo no início aqui que estava sentado aqui, vou abrir a palavra para quatro e, depois disso, a Mesa vai fazer as considerações finais. Eu vou dar 5 minutos, para cada um da Mesa, fazer as considerações e, no seguinte encaminhamento, a todos vocês. Eu recebi, há poucos minutos aqui, uma mensagem do Senador Renan Calheiros, disse que faz questão de que, às 13:30 a gente esteja lá, na sala dele, onde ele vai receber e nós vamos entregar a ele os documentos que vocês, até o momento, passaram, simbolicamente, a mim, mas a ele é que são destinados, esses documentos. Está bom assim? Então eu peço aos quatro companheiros que, o microfone está aí na frente. Vamos começar por aqui. Então será esse companheiro, aquela Senhora, o Senhor. E tinha um que estava sentado aqui na frente. Foi o primeiro a pedir. Está bem. Então, tá. Então vamos lá. Esses quatro com a palavra. A gente divide aí. Quatro, cinco não há problema nenhum. Sabendo que temos um limite. Temos que encerrar aqui, exatamente 13:25, para que a gente possa deslocar até a sala do Presidente do Congresso, que quer recebê-los, Senador Renan Calheiros, sabendo eu, pela informação dos companheiros, das lideranças do movimento, que às 15 horas vocês tem um encontro com o Presidente Lula. Está certo? Então vamos lá. Senhor nome...

SR. AILSON: Boa tarde. Meu nome é Ailson. Sou do povo Truká em Pernambuco, na Ilha da Assunção, onde está se discutindo a bendita transposição do rio São Francisco. O que quero falar aqui, para todos os Senadores aqui presentes e autoridades, é que, para a gente, o importante é a nossa terra, não se discute saúde, educação, sem antes se discutir demarcação, desintrusão e homologação das terras indígenas. E uma outra questão é que nós não estamos querendo toda a terra de volta. Nós só queremos fazer parte dela, com muita justiça. (palmas)

Nós não queremos, aqui, expulsar os irmãos brancos e os irmãos negros. Nós só queremos que o Governo honre o que determina a Constituição. Demarque e homologue e desintruse as nossas terras, o mais rápido possível, para que a gente tenha qualidade de vida e tenha, aqui, uma boa saúde. Porque a gente não consegue viver com a invasão constante das nossas terras e com a forma como o Governo nega os nossos direitos. E dizer, ao representante do Ministério da Educação, que nós aqui nos sentimos envergonhados, humilhados com o salário que se paga aos professores. Um salário de 200 reais, que isso é sub-humano um professor viver. Estar ensinando aos nossos parentes ganhando 200 reais por mês. Obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Oi. Um longo período com a mão levantada. Diga só o nome...

SR. PAULO TITIÁ – Eu sou Paulo Titiá , Pataxó Hã-hã-hãe. Venho em nome do meu povo, aqui neste Senado, pedir a vocês, autoridades, que o nosso povo Pataxó Hã-hã-hãe está morrendo, fizeram a retomada, todos os dias está tendo tiroteio dentro da nossa aldeia e nós queremos uma providência, o mais rápido possível, porque nós já recebemos liminar do Juízo de Ilhéus, da Comarca de Ilhéus, pedindo a saída do nosso povo Pataxó Hã-hã-hãe. E nosso povo Pataxó Hã-hã-hãe não vai sair do território. Nós vamos derramar o sangue para conseguir o nosso território. (palmas) Já basta... Já basta o massacre de 1500, atravessar 500 anos com outro massacre, que todo esse povo estava lá naquele Porto Seguro e recebemos a guerra que o próprio Governo anterior, passamos para a gente uma guerra. Então hoje nós Pataxó Hã-hã-hãe estamos organizados para nós derramar o nosso sangue. Então nós estamos com o Processo da nossa terra engavetado, passou por um Ministro, um Ministro e até hoje o nosso Projeto não saiu da gaveta. Eu queria pedir à minha Senhora aí, que ajudasse a desengavetar esse Processo dos Pataxó Hã-hã-hãe e nós queremos um apoio dos nossos companheiros indígenas que a nossa terra, cada vez que passa, os nossos índios estão morrendo. Que, a semana passada, mataram um não índio que é casado com uma índia. Quem foi que matou? Foi o próprio fazendeiro. Está matando até o próprio povo branco que está nos ajudando a nossa, a nossa conquista do nosso território. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito bem. (palmas) A Doutora me informa aqui, que o Processo de vocês está a 25 anos no Supremo. 25 anos! Com certeza eu posso, aqui, se me permitir o Senador Cristovam, que a gente saia, no mínimo, com uma moção, um documento, que vamos remeter para o Supremo, visando que esse Processo seja, efetivamente, encaminhado, tramitado e tenhamos a solução que atenda ao nosso povo.

SR. PAULO TITIÁ – E para ter o aumento da nossa terra, nós teve que perder o companheiro Galdino, aqui dentro do nosso, do nosso, da nossa capital no nosso País. Poxa! O que o é isso? A gente já está cansado. Já perdemos 18 lideranças. Fora as mulheres grávidas, que perderam crianças, gente. Crianças, pelo Governo da Bahia mandar retirar a gente do nosso território, porque nós temos na nossa história, que nossa terra foi demarcada no ano de 39, de 39, pelo Exército e pelo Estado e o povo está dizendo que a terra não é da União. A terra é nossa. Então, nós vamos, está com ódio do juízo que vai ser determinada, ele tirar o nosso povo indígena no dia 11. E o nosso povo Pataxó Hã-hã-hãe não vai sair da terra. Nós vai perder as nossas crianças que estão gerando no útero da sua mãe, da sua mãe, nós vamos perder essas criança e nós vamos perder mulher, mas nós vamos ficar na nossa terra. (palmas) E vocês tomem cuidado. Se acontecer morte a partir de hoje, apesar que nós estamos aqui, nesta Casa, e quem vai ser responsáveis são vocês. E já chega...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu queria passar a palavra à Senhora que está inscrita há um longo tempo já. A Senhora diga o seu nome.

ORADORA NÃO INDENTICADA – Então... Bom dia. Eu quero cumprimentar a toda a Excelência que compõe a Mesa, que são as autoridades que compõem esta Casa. Mas quero cumprimentar, também, a Excelência que são as nossas autoridades indígenas, que estão aqui, também, nesse momento. (palmas)

Nos sensibiliza, nos motiva, as palavras que todos que se pronunciaram, elas são realmente emotivas para todos nós povos indígenas. Então, entendemos que direitos indígenas, desculpa, que os Direitos Humanos eles, dentro do seu conteúdo, ele tem o ápice que se trata e chega e que conhecemos, que é o dom da vida, que todos nós temos. Então, quando nós falamos de vida, para nós, populações indígenas, ela está relacionada com a nossa Mãe Terra. Então, se a nossa Mãe Terra não é garantida, a demarcação, a seguridade desses territórios, nós entendemos que nós não podemos ter a saúde. Entende?

Então, os nossos direitos estão aí na legislação. Dizemos que estamos num País democrático. Mas como é essa democracia? De que forma ela se dá? De forma participativa? Então, aqui, a gente quer registrar. Se nós não temos essa participação em que, nas discussões, nas instâncias governamentais, nós não somos escutados, não tem esse gesto de escuta por parte dos parlamentares, nós entendemos que isso não é uma democracia.

Então, queríamos dizer aqui, que nós queremos voltar a esta Casa e solicitar de Vs. Exas. que façam ter ações concretas em tudo isso que já foi colocado aqui. Nós queremos dar um colorido, voltar aqui e dar um colorido, como vocês estão vendo aqui. Um colorido lindo que nós temos um potencial de beleza, de conhecimento milenar. Nós queremos voltar aqui... (palmas)

Nós queremos voltar aqui, elogiar as ações concretas que sejam feitas, reconhecidas e respeitadas por todos os Senhores. E aqui nós estaremos, novamente, voltando também para elogiar e falar isso. E não somente encher essa Casa de denúncias que não estão sendo cumpridas. Muito obrigada. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu passo a palavra. Peço que use ali um microfone mais próximo. Em seguida o Cacique Marcos. O Senhor diga o seu nome.

SR. VINÍCIOS JORGE – O meu nome é Vinícios Jorge. Sou índio Terena do Mato Grosso do Sul. Até gostaria, no momento, que se o Senador Juvêncio estivesse aqui. Mas infelizmente, ele se afastou da plenária. Quando ele mencionou, aqui, sobre a nossa reocupação nas terras do Mato Grosso do Sul, quando, no momento o Senador cita de que nós somos insuflados. Mas eu gostaria de deixar aqui bem claro aos Senadores, às autoridades desse País, de que nós, a nossa, a nossa reocupação de terra indígena, no Brasil, creio eu, que em todos, jamais fomos insuflados por pessoas que não tem influência nas nossas terras. Se nós reocupamos as terras é porque nós sentimos na pele a necessidade e o sofrimento que o nosso povo vem sofrendo. (palmas)

E gostaria de dizer aqui, aos Srs. Senadores, queira Deus que tudo aqui que foi falado, não por mérito de desconfiança, mas que isso seja legitimo, aquilo que aqui foi falado em prol dos nossos direitos. Nós no Mato Grosso do Sul, Terenas, somos de várias regiões do Mato Grosso do Sul. Nós temos, o nosso Processo, já no Ministério Público Federal em São Paulo, pela qual já está... a nossa luta se arrasta há mais de 70 anos. Só que conseguimos, através do movimento, o nosso Processo chegar até o Tribunal Federal de São Paulo, através de pressão. E hoje ela está, lá, engavetada. E muito mais 'nós se preocupa', ainda, quando fomos informados e somos sabedor, de que o Presidente da FUNAI pediu, através da imprensa, a morosidade, ainda mais, do Processo das terras no Mato Grosso do Sul e em todo o Brasil. Isso nos preocupa. Tanto é que isso mostra, verdadeiramente, o que ele tem falado na imprensa, porque ele não está aqui presente aqui, hoje. Eu chamo atenção do Senhor Presidente da FUNAI que, simplesmente, ele está lá para lutar pelos direitos

indígenas e não com interesse de grandes latifundiários desse País. Eu gostaria de deixar a minha mensagem e um pedido aos Srs. Senadores, sobre a educação indígena. Queremos que os Srs. Senadores dêem mais espaço e aumentar as vagas nas Universidades. Porque hoje, na Universidade, apenas conta com cinco vagas. Queremos que isso possa ser aumentado, ampliação, ampliar para oito vagas, se possível, em cada curso, com direito, se possível, à bolsa-escola. Isso que nós queremos na parte da educação para o nosso povo. (palmas) Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Está inscrito o Cacique Marcos e, em seguida, o Senhor.

SR. CACIQUE MARCOS – Boa tarde à Mesa. Na pessoa de Jecinaldo, cumprimento a todos que estão presentes. Me chamo Marcos. Sou Cacique do povo Xukurú localizado no Município de Pesqueira, no Estado de Pernambuco, filho do Cacique Chicão, que foi assassinado em maio de 98. E quero aqui, apenas reforçar o que o parente caba de falar, em relação a um dos Senadores que estava presente aqui, aquele que está com a PEC tramitando dentro do Congresso, que aqui claramente mostrou uma foto dos jornais, falando dos dois policiais que foram mortos agora, recentemente, lá no Mato Grosso do Sul. E quero dizer o seguinte. Porque o Senador também não trouxe os jornais de duas pessoas, dois índios que foram assassinados lá na Ilha de Assunção, dois índios, por quatro, cinco policiais e que até hoje está lá, a situação e eles estão lá ainda, dentro da cidade e ameaçando, ainda, os companheiros, parentes Truká, que estão lá naquela região. Porque ele não trouxe? (palmas)

E ainda, sem contar o que vem acontecendo no Estado de Pernambuco, principalmente e no Nordeste, uma vez que as lideranças começam despontar no processo histórico de luta, nós somos assassinados. E quando não é assassinado, ainda, não sei o que está acontecendo no Judiciário, nós somos alvos de tentativa de criminalização das nossas lideranças. Onde pessoas estão sendo presas, como tem aqui o Aurivã (F) Truká, Cacique do povo Truká, que foi preso.

Então, isso eu gostaria de entender e que esta Comissão pudesse estar investigando, realmente, o que é que está acontecendo no nosso Poder Judiciário nesse País. Então, aqui colocando, também, a minha indignação em relação à questão do povo Chururucurú-Kairi, lá de Alagoas, que há mais de 20 anos, acho que mais de 20 anos, que está lá o seu Processo demarcatório de suas terras e que até hoje a FUNAI não tomou nenhuma solução em relação a isso, onde tem aqui senhores de idade, como seu Manuel, que está ali, que há muito tempo vem nessa luta, trabalhando, lutando e até hoje não conseguiu o seu território.

Está lá a FUNAI ocupada, ocupada pelos nossos parentes pedindo, cobrando, do Governo Brasileiro, que possa resolver essas situações, como já foi dito, a questão fundiária, no Brasil, em relação às populações indígenas, está um descaso. Está um descaso o que vem acontecendo onde hoje, né, quantas terras foram indenizados no País no Governo Lula? Pouquíssimas.

Então isso é difícil para a gente, quanto à educação, quanto à saúde. Então nós não podemos aqui, como já foi dito, tratar isoladamente da questão terra. Eu entendo e nós entendemos, acho que o movimento indígena entende, que temos que andar paralelamente, porque nós não podemos desassociar a saúde da terra, a educação da terra. Temos que andar conjuntamente, para assim poder solucionar e termos melhorar a vida do nosso povo. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Está, a palavra, com o nosso companheiro, atrás de você, que se identifica, diz o nome, para situar.

SR. CACIQUE WARLEEM – O meu nome é Warleem. Sou Cacique do povo Mura, do Amazonas. Eu só queria aqui deixar registrado o nosso respeito a vocês, que são os líderes, hoje, da população brasileira, os líderes que estão à frente de tudo. Eu vim deixar algumas perguntas, alguns temas aqui. Porque fala-se muito na proteção da floresta e da fauna e da flora Amazônica. Mas como podemos proteger nossa fauna e nossa flora se nós não temos terras demarcadas?

Como podemos estar protegendo, lá, o nosso povo, a nossa terra, que para nós, para o nosso povo, não só para o meu povo, como para toda a população indígena, que hoje se resume um povo só, para nós é sagrada e hoje está sendo manchada com o sangue indígena, manchada com o sangue branco que vocês, parlamentares aqui, me desculpem, que é por culpa de um Governo que, simplesmente, está se omitindo, as reivindicações de nós, líderes indígenas que, realmente estão sofrendo nossas bases.

Estamos aqui ouvindo, palavra de grandes lideranças, de outros povos, parentes nosso, indígenas branco, que estão sentindo na pele, que estão morrendo lá, pessoas brancas não indígenas que estão morrendo em áreas indígenas.

Então, sinceramente, do fundo do meu coração, eu queria muito que aqui, como é o Senado, como vocês são grandes líderes, nós somos líderes, sim, da população indígena. Mas vocês são líder de um País onde está índio, onde está branco, onde está negro. Então, eu quero que vocês respeitem nós como população, nós como líder, ouçam nossas propostas e

acima de tudo que respeitem a nossa proposta. Porque estamos aí tendo nossas matas invadidas, tendo nossas terras invadidas, fazendeiro matando índio. É muito fácil chegar e divulgar aqui que foi mortos dois brancos lá dentro. E porque não divulgam, que nem Cacique Marquinho falou, o tanto de indígena que já foi morto dentro das áreas indígenas e fora das áreas indígenas? (palmas)

Quero, sim, deixar registrado a revolta da população indígena, porque aqui são diversos povos, diversos líderes de populações diferentes, de regiões diferentes, mas deixar registrado que nós somos só um povo, somos índios, tem sangue correndo aqui é o mesmo sangue. E estamos prontos a lutar por esse sangue que é verdadeiro. E se somos os primeiros aqui, dessa terra. Infelizmente, foi invadida, nossas terras. Queremos ser respeitados. Porque se somos donos dessas terras, queremos nossas terras demarcadas, somos os donos dessa terra, respeitamos essa terra, os reais protetores dessa terra, da fauna, da flora e de tudo que existe de bom no nosso País, é a população indígena. É isso que eu gostaria que deixar registrado. Muito obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se os Srs. Senadores me permitirem, com a presença do Cristovam, ainda aqui ao lado, eu queria colocar em votação o Requerimento para que, na questão da gripe aviária, a gente possa ouvir, no próximo dia 17 às 10 horas, os representantes dos trabalhadores. Todo mundo sabe o que a gripe aviária pode trazer para o nosso País. Nós ouvimos o Governo, empregadores, exportadores. Então, queremos ouvir, também, os representantes dos trabalhadores. Se nenhum Senador é contra eu considero o Requerimento aprovado e voltamos, normalmente, à nossa Audiência Pública e gostaria de, em primeiro lugar, registrar, também, a importância, aqui entre nós, do líder Maurício Guarani e pela informação que me chega aqui, descendente direto de Sepé Tiarajú. Ele se encontra? Se encontra aqui. Então uma salva de palmas então a um dos descendentes do grande guerreiro... (palmas) ...eu diria líder de todos nós, que morreu em defesa do solo brasileiro. Passamos a palavra para o próximo inscrito. E eu, como sou autor do Estatuto do Idoso, sou o próximo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Bom dia a todos os Senadores e Senadora e autoridades que estão presentes. Primeiramente, quero agradecer a nossa vinda aqui, de vocês, também, ter recebido a gente. Mas também queria esclarecer, que este País, ele não foi programado para ser um País para cuidar de índio ou cuidar da natureza. Ele foi, o povo chegou aqui com um pensamento diferente de que nós pensa hoje. Porque foi um povo que chegou somente para explorar. E esta mentalidade está até hoje no nosso País. Principalmente, na cabeça de alguns parlamentares que acham que explorar é continuidade de vida. Se nós não cuidar da terra, não cuidar do meio ambiente, se tem País com 5 milhões de anos ou 5 mil anos, esse País não agüenta mais 50 anos, não vai existir mais Brasil.

Eu fico preocupado com essas coisas. E precisamos ter, mudar o cérebro deste País, mudar o cérebro dos nossos parlamentares, principalmente dos Vereadores, Prefeitos, Deputados Federais, Senadores, Governadores, Presidente da República, porque nós está voltado para colher lucro. Nós não quer saber se a vida é importante. Se a vida do ser humano é importante. O boi vale muito mais do que uma criança indígena. O soja vale muito mais do que um pé de ipê, um pé de cedro. Isso que está acabando com o nosso País. Se tem dinheiro, nós vende até a família se for possível. Eu acho que tem que, mudar... (palmas) ...esta mentalidade. E também não quero culpar muito vocês, não, porque a própria educação do País é para isso. Eu casar, sem bem de vida, ter uma empregada e minha mulher ser empregada também. Não é para cuidar dos filhos. Isso vem gerando violência.

Não é polícia que vai resolver nossa vida também, é amor, é carinho, que nem na nossa região, teve a morte de, no dia 15 de novembro, mataram, de dezembro, um liderança nosso. Os cara não está preso até hoje. Só que esses dias o Polícia Civil foi lá na área de noite e o pessoal, com medo, não se identificou, teve o homicídio lá. Esses índios vai ser condenado para o resto da vida. Mas os que matou os parentes lá, esses está solto.

Então nós precisa de... Se é para fazer justiça, vamos fazer justiça. Agora, não dá para a gente ficar nessa que o pobre tem que ficar preso. Quando o rico mata tem que ficar solto. É uma desigualdade total. Eu acho que, nesse País, precisa ter justiça. E eu acredito que tarda mas não falta. Mas vai ter justiça. E outra coisa que não funciona, também, no nosso País é a antropologia, a política e o jurista. Quando o jurista quer, não tem antropologia, não está certo. Quando a antropologia, o jurista quer, os político também não quer. Não sei. A gente é comandado por políticos. E um político inconsciente, com a sociedade que precisa viver, como nós, comunidade indígena. Era isso, muito obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Meus amigos. Diversas lideranças estão aqui pedindo para fazer uso da palavra. Eu queria lembrar a todos vocês de que o Senador Renan Calheiros vai nos receber às 15:30. É importante que nós não temos

também o direito, 13:30, de atrasar a outra audiência que vocês tem, que é com o Presidente Lula, que é as 15:00. Então nós temos que encerrar à 13:25, temos que encerrar. Então eu pediria. Eu vou dar a palavra. Eu vou dar a palavra a mais três. Mas no prazo de dois minutos cada um, de forma objetiva, para não atrasar a agenda de vocês com o Presidente Renan Calheiros e, em seguida, com o Presidente Lula. Eu vou passar a palavra, como eu havia prometido, a um dos nossos líderes mais idosos aqui presentes. O Senhor está com a palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu quero fazer uma palavra, levando os meus sentimentos, que hoje eu me acho um sicratisas(F) do extermínio de uns invasores, que aprendi uma palavra europeu e eu acho que é este povo que são invasores. Um Sr. Senador aí, falou que índio invade terra. Eu discordo Srs. Senadores. Eu discordo. Eu protesto. Índio nunca foi invasor. Índio é um terra nossa. Nossa terra porque ela é Mãe nossa. E por isso, eu tenho orgulho e até, de dizer que sou do outro lado, tenho vergonha de dizer que sou brasileiro. Eu não gosto de dizer. E eu acho que eu não sou. (palmas) Eu sou um índio. Nós somos, antes dos brasileiros. Os brasileiros que eu considero, eles é aqueles mineradores, é aqueles madeireiros, é aqueles borracheiro, é aqueles que são os puxadores dos recursos naturais das nossas terras, que eles deram o nome de Brasil, que esse nome está errado. Então é esses que levaram e que pode ser brasileiros. Não nós índios. Nós somos...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu peço a V. Exª. que conclua para mim dar uma oportunidade para outros e uma salva de palmas aí para ele que eu acabei... (palmas)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E por isso eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Me pediu a palavra nesse momento também a Sra. Débora Bakaeri. Estou certo? A Débora está? Então eu passo a palavra, nesse momento, à Sra. Débora. Faço um apelo para que fique, exatamente, nos dois minutos para que a gente possa concluir a nossa Audiência Pública da forma que foi programada.

SRA. DÉBORA BAKAERI – Bom dia Srs. Senadores. Em nome das mulheres indígenas do Norte, do Sul, Centro-Oeste, Sudeste é que eu me reporto a esse momento, ao Presidente da Mesa de Comissões de Direitos Humanos. Meu nome é Débora Terruari(F), sou do povo Bakaeri do Estado do Mato Grosso. Atualmente Coordenadora do Departamento de Mulheres Indígenas da COIAB, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. Nós viemos aqui indignados, por todos os descasos do Governo Federal pelo descompromisso para com as populações indígenas e principalmente para as mulheres indígenas que são as mais afetadas nas suas aldeias, que sofrem com seus filhos quando as suas terras são invadidas e quando não tem uma saúde de qualidade e de onde muitas mulheres indígenas tem morrido por falta de pré-natal com doenças de câncer de colo de útero sem uma assistência médica e muitas das vezes os médicos são omissos e muitas das vezes esses médicos não são punidos, não são presos.

Nós gostaríamos que essas providências fossem tomadas. E as nossas terras indígenas são as terras mais ricas da biodiversidade. E nós não temos de volta para nós um programa voltado para conservação, demarcação, ampliação e desintrusão. Nós queremos esses programas. E outra. As nossas terras que já são demarcadas nós não temos um projeto, um programa de auto-sustentabilidade. E por isso as nossas crianças estão morrendo desnutridas por falta desses programas específicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Concluiu seu tempo. A Senhora pode concluir... seu tempo.

SRA. DÉBORA BAKAERI – Muito obrigado Srs. Senadores, Sra. Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Te agradeço pela precisão do tempo. (palmas)

Tem dois companheiros que estão há horas me pedindo. E eu fiz um sinal para os dois que entre aqueles três, ali, então, dois companheiros, dos três, usem a palavra depois eu vou passar a palavra para mais um companheiro ali e daí volta à Mesa porque nós temos que encerrar.

SR. GILSON CURUÁ – Obrigado. Eu sou Gilson Curuá do povo Curuá lá do Pará, da região do Baixo Xingu, ali em Altamira, mais precisamente. Como nosso parente Luiz Xipá(F) já elaborou uma moção em repúdio à construção de Belo Monte porque tem sido um agravante constante, lá, de luta dos povos indígenas. E nós aqui estamos aqui para nos colocarmos contra a construção de Belo Monte porque não têm sido consultadas as populações indígenas, nem ribeirinhas. E isso é um problema sério para os povos indígenas não só de Altamira mas, também, do Mato Grosso, do Pará que é um problema que, com certeza, vai prejudicar a população e vai afetar, com certeza, o meio ambiente da região. Isso é um problema que agrava.

E o Governo tem dinheiro para investir em barragem mas não tem dinheiro para construir escolas indígenas. Nós preparamos um projeto que é para construção das escolas indígenas que são choupanas lá de palha, que o morcego caga nas cadeiras, mas o Ministério da Educação diz que não tem recur-

so para construir escolas indígenas nas aldeias, mas tem dinheiro para construir barragem. Isso é uma coisa que é inaceitável. E a saúde também cada vez pior. Os recursos cada vez diminuem e os funcionários da saúde passam de três a cinco meses, já passaram até sete meses sem receber. Então, o pessoal trabalha, realmente, por amor a causa. Na maioria não são indígenas mas trabalham por amor à causa. Muitos dos professores, praticamente, que tem que pagar a passagem, anteriormente pagavam, agora...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – 20 segundos para concluir.

SR. GILSON CURUÁ – A Prefeitura tem ajudado. Mas antes os professores pagavam passagem de 16 dias de viagem de barco. Então isso é uma coisa que é inaceitável. Então a gente pede para essa Casa que olhe com carinho essas situações e reveja e se posicione junto ao Ministério Público para solucionar essa problemática. Obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Conforme entendimento que eu fiz com os três vai falar agora o companheiro ali que já está com o microfone. O seu nome?

SR. VALDONILSON TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA(F) – Meu nome é Valdonilson Tupinambá de Olivença. Eu quero deixar claro, para concluir, sobre os documentos que o Senhor vai apresentar, né, que é o seguinte. Hoje a FUNAI se fez ausente aqui. Certo? E esse mesmo, essa mesma razão que ela faz aqui, ela faz lá com a gente. Você entendeu? A realidade lá ainda é pior de que aqui. Lá a gente se encontra em retomada. E a gente não tem, não está sendo assistido pela FUNAI. Assim como outros órgãos. Então, assim, como o Senhor falou nessa elaboração de um documento era bom, também, que fizesse essa moção aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Como ele foi rápido e foi parceiro do colega ao lado, o colega ao lado com a palavra agora. Ele falou menos que um minuto. Deu oportunidade para você falar. Isso é solidariedade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Bom dia Senadores. Bom dia parentes. Nós já falamos da demarcação de terra, educação, saúde. O Senhor pode muito bem ver com seus próprios olhos. Todos os Senadores, que a nossa saúde hoje em dia está muito precária. A educação piorou, ainda, nas nossas bases. Está aí o Presidente, até hoje. O que ele fez por nós? Não fez nada, absolutamente. Nós somos um povo sofredor, guerreiro, mas jamais nós vamos desistir do nosso objetivo. Porque esperamos sair daqui com uma boa proposta Senadores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito bem. (palmas) Como todos estão sendo solidários, deu a oportunidade para o companheiro que também está, há horas, pedindo direito à palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) Eu sou de Mato Grosso do Sul e doradense, do Município de Doradina. Eu então, a nossa terra, demarcar a nossa terra de 8 mil hectares que é a minha comunidade está pedindo, sentindo, sofrendo. Nós estamos lutando. Nós estamos obedecendo, pela ordem do Dr. Charles. Aí nós ia embora de novo. Eu falei. Aí o Dr. Charles chegou e falou assim: "Muda. Não tem a beira da estrada? Então, você fica à beira da estrada para poder. Senão, se você ir embora fica parado o Processo". Então nós ficamos é ali e até hoje nós ficamos lá. Nós passamos dificuldade, nós passa sem comida, criança chorando sem leite, o que está desmamando. Assim mesmo nós já quer trabalhar e o fazendeiro está segurando a nossa terra. E você é o Senhor que é o pai da gente de todo o Brasil. Você faz colaboração com a gente. Só isso minha gente. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu passo a palavra ao Senhor que está há horas, também, lá aguardando a sua oportunidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Boa tarde. Já é 1 hora,né? Eu sou Cacique lá do Caramurú. Eu estou aqui com comissão de 13 pessoas lá de nossa tribo e tem mais companheiros que nós veio em 48 pessoas. Então, eu vou falar um pouco mais rápido para a gente adiantar para os outros companheiros a questão da morte, que o rapaz falou aqui, surpreendeu a gente. À semana retrasada nós teve aqui, conversamos com a Senhora ali, a respeito de morte. A gente tem um Vereador lá que é Gerson Pataxó. Ele já foi atentado. Foi emboscado, duas vezes, atiraram nele e felizmente, graças a Deus não mataram ele.

Agora mataram esse rapaz. O rapaz vinha para cidade com a criança nas costas, vinha com o cunhado também, a mulher, ele mandou o rapaz tirar a criança do colo para botar no chão para ele detonar o rapaz. O rapaz não colocou ele atirou no rapaz na frente das duas crianças, na frente da mulher e mandou o outro rapaz, também tirar a criança das costas, pra ele atirar no rapaz. O rapaz não tirou. Aí ele deixou o rapaz sair e tornou dar outro tiro na cabeça do rapaz. De queima-roupa. Isso é um desrespeito. A gente vem aqui lutando, já tem várias pessoas da gente que já morreu lá. O policial sabe quem é. A gente fala com eles. A cisma que nós tem de andar. Porque lá é assim. Eu não sei de outro lugar, mas pelo jeito que os meninos falaram aí, os companheiros falaram, é do mesmo jeito.

O índio lá, quando ele passa a ser uma liderança, ele é visado na mira dos pistoleiros. Então, eu espero assim, que o policial está fazendo isso com nós,

prometendo de prender a gente, quando é liderança, é para evitar nós avançar na terra. Mas não é por isso que nós vamos deixar de lutar. Porque eu acho que a gente tem aí, nós estamos unidos para vencer essa luta. Eu espero, que nós aqui, na Casa, da justiça, eu espero que a justiça tome oportunidade com isso. Muito obrigado. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Meus amigos. O Senador Renan Calheiros já está nos aguardando. Depende de vocês. Eu sei que todos querem dar a sua importante contribuição, mas é preciso que vocês entendam que é muito importante ir todos daqui, para ele receber uma Comissão. Eu havia feito aqui um acerto que tem dois companheiros ali com um minuto cada um. O Senador Mesquita Júnior aqui conosco falará em seguida. Eu passo para a Mesa e dá tempo de nós ir lá. Então, companheiro aqui, um minutinho, eu quero passar para o Mesquita Júnior.

SR. SANDRO TUXÁ – Muito obrigado Sr. Paulo Paim, Sr. Senador. Mas na verdade eu não vou mais uma vez colocar o que já foi colocado por todos os parentes o sofrimento, a luta pela demarcação, os problemas sendo ocasionados de saúde e educação. Na verdade o que eu quero aqui, é pedir. Pedir e propor a essa Casa, ao Sr. Vice-Presidente, Dr. Paulo Paim, que possa nos ajudar no sentido de fazer uma reivindicação enquanto Governo Brasileiro, enquanto Senado, junto à ONU. Eu vou me apresentar, meu nome é Sandro Tuxá, venho do Norte da Bahia, sou ribeirinho da margem do São Francisco. E eu tive a oportunidade, enquanto representando o movimento indígena, fazer um curso na Europa, no País Basco, curso de Direitos Humanos por quatro meses e meio, aonde eu tive a oportunidade de conhecer o Sr. Relator Especial dos Povos Indígenas na ONU, Dr. Rodolfo Stefenheim(F), que no qual se compromete a fazer uma visita a nosso Estado, ficando a cargo de o Governo Brasileiro assim solicitar, já que uma vez tantos índios são mortos a cada ano no nosso País e o Governo Brasileiro não emite nenhuma resposta e que o Governo Brasileiro precisa mudar a imagem, essa imagem de Governo que índios são mortos e que nada é cumprido, que nada é apresentado e que nada é feito enquanto justiça. E esse Senador e esse Relator Especial da ONU para os Povos Indígenas, o Dr. Rodolfo Stefenheim(F) ele poderá, junto com nós, povos indígenas de todas as regiões, elaborar um relatório aonde vai apresentar ao Governo Brasileiro propostas contundentes junto com nossas organizações de melhorias para as comunidades indígenas. E desde já eu faço esse apelo para que nós possamos, não só essa Casa, mas nós enquanto movimento indígena estarmos nos organizando para fazer essa solicitação. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra rapidamente ao Senador Mesquita Júnior para que a Mesa possa fazer as suas considerações finais, mediante tudo que foi aqui colocado, eu mesmo vou apresentar, também, o requerimento que vai na linha do encaminhamento. Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL-AC) – Senador Paim, rápido aqui. Apenas para botar uma pimenta aqui nessa Audiência. Nós povo brasileiro, romanticamente, assumimos que os índios são os proprietários originais do território brasileiro. Não é Dra. Deborah? Agora, deixando o romantismo de lado, o jogo muda. Os índios são os originais proprietários, mas quem demarca a terra indígena e quem concede aos índios, olha a inversão das coisas. Não são mais os índios. São aqueles que chegaram posteriormente.

Então eu queria, Senador Paim, esclarecido esse ponto, propor à V. Sª. quando nada, um debate inicial com os povos indígenas, com os Senadores, Deputados. Enfim, do encaminhamento de uma Emenda Constitucional. Eu me atrevi, até, a alinhavar aqui os termos dela. Claro que isso poderá ser fortemente melhorado, mas é só para dar a idéia. Não é? Qual é a idéia? Os índios são os proprietários originais do território brasileiro. Então, bolas, quem deveria estar demarcando e concedendo terra eram os índios. Não é? Está certo? (palmas)

Então, a emenda, a emenda tem o seguinte. Artigo 1º. "Território Brasileiro é originariamente dos povos indígenas que nele vivem e ocupam desde o início da formação do País". Artigo 2º, Dra. Deborah. "Cabe aos povos indígenas, na forma da lei, promover a demarcação e destinar as áreas de terra onde poderão, onde vivem, os demais brasileiros e onde estão instalados a União, Estados e Municípios". Artigo 3º, ou seja lá o que for. "São nulos todos os registros de terra no Brasil". (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Nesse momento eu passo a palavra à Mesa. Eu vou fazer um apelo também aqui à Mesa. O Senador Renan Calheiros está nos aguardando. Depois se ele sair para almoçar vocês vão cobrar de mim que eu não acelerei aqui. Eu faço um apelo de dois minutos a cada um da Mesa na seqüência começando o Dr. Cléber para terminar aqui com nosso líder. Dr. Cléber.

SR. CLÉBER GESTEIRA MATOS – Bom, rapidamente, no sentido de encaminhamento, Senador Paim. Só respondendo e frisando o que é preciso avançar na Educação Escolar Indígena. É preciso garantir recursos específicos para a educação indígena, em particular na regulamentação do FUNDEB. Segundo.

É preciso garantir a regulamentação da participação indígena nos Estados e Municípios, porque existe no Governo Federal, mas não existe, a regulamentação da participação indígena, nos Estados e Municípios e nas políticas de educação em consonância e em harmonia com o regulamento da 169 da OIT. É preciso, também, aperfeiçoar o regime de colaboração entre o Governo Federal, MEC e as Secretarias Estaduais de Educação. Isso precisa ser por Lei, para todo o Território Nacional, para evitar que, nos Estados, dirigentes façam o que querem e não o que a Lei manda e o que os indígenas necessitam.

E finalmente, atendendo a uma pergunta que veio aqui do plenário no papel. É necessário que o Senado e a Câmara, ao se debruçar sobre qualquer política afirmativa para acesso e permanência de indígenas do nível superior, pense fortemente como se dará o financiamento desses estudantes, porque senão não se garante o sucesso deles. É necessário que exista um programa específico para custear os estudos dos estudantes indígenas quer eles estejam em escolas Públicas Federais, Estaduais ou em Universidades Particulares. Muito obrigado a todos, um abraço. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – De imediato passo a palavra à Senhora Valéria.

SRA. VALÉRIA PAYE PEREIRA – Gostaria só de aqui reforçar e solicitar que a Comissão de Direitos Humanos desta Casa se comprometa com nós povos indígenas presentes no Acampamento Terra Livre 2006, a assumir e intervir nas Comissões para que os assuntos indígenas não sejam discutidos paralelamente. Que se assuma o compromisso de discutir o Estatuto do Índio na íntegra. Era isso a solicitação perante para que assim a gente possa, minimamente, garantir o direito dos povos indígenas que ali já estão. Aqui a gente só está para reforçar. Se o Estado fizesse a sua parte, a gente, talvez, não poderia estar passando, por todas essas situações que aqui já foram colocadas, pelos nossos parentes. Então, agradeço, então, a oportunidade de poder estar aqui para colocar. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu que agradeço aí a rapidez da Mesa e passo a palavra ao Senhor Ville representando o MDA.

SR. VILLE SEILERT : Quero agradecer a oportunidade. Para mim sempre são as melhores oportunidades quando eu estou escutando os índios. E eu queria fazer aqui as palavras do Ministério do Desenvolvimento Agrário, dizer que de uma janela que se transforme numa porta. Quer dizer, o meu papel é de tentar colocar à disposição de vocês o Gabinete do Ministro e as ações da Secretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial à disposição de todos os índios. Eu deixo aqui os meus contatos e todos os contatos dos Secretários e do Ministro para que fiquem, diretamente, todos com a liberdade de acessar as políticas do MDA. Eu já para área de proposta eu venho a muitos anos acompanhando a questão das políticas indigenistas desde o Processo constituinte, pelas ONGs e agora, um pouco, pelo Governo. Eu vejo que estamos numa bipolaridade Senador Paim. Eu nunca vi um Governo que tivesse tanta ação, tanto recurso à disposição de povos indígenas.

Recentemente eu fiz um levantamento das políticas públicas e o desempenho em termos de orçamentário para políticas públicas. No entanto eu nunca vi um Governo que estivesse tão acéfalo em termos de coordenação indigenista. Este é um problema. Quando um corpo não tem cérebro age por espasmo. Corpo, pernas agindo por espasmos fica difícil. E esse é que é o problema. O MDA, por exemplo, é uma parte importante como uma perna e uma mão, que precisa estar à disposição para ajudar no processo de gestão territorial e regularização. Mas nós precisamos movimento de cérebro, de pensamento, de programação, de articulação e de coordenação. E esse movimento nós estamos carentes, nós precisamos. Os povos indígenas e o Governo. É esse o apelo.

Nós precisamos sair de 15 anos de uma agência indigenista que é morta-viva e como, perambulando, todo mundo olha e prefere que ela fique morta-viva, como moribunda. Esse papel coordenador nós estamos precisando e não podemos reagir coagidos, ou agir como se fosse com marcapasso que, por exemplo, o Ministério Público tem feito, às vezes e os próprios povos indígenas, que dá um apertão e as coisas atuam. Mesmo assim nós estamos, verificamos que temos um potencial e ações muito importantes, principalmente no campo do étnico desenvolvimento da demarcação de terras indígenas. Muito obrigado para vocês e deixo depois os contatos do Ministério. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – De imediato a palavra a Dra. Deborah, Procuradora-Geral da República.

SRA. DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA – Eu vou ser muito rápida porque acho que são várias as questões. Diretamente, no que diz respeito ao Senado, eu gostaria de lembrar da aprovação de dois Decretos Legislativos todos eles em relação a Usinas Hidroelétricas, que é Belo Monte e Estreito, ambas passando por áreas indígenas. Belo Monte é o Xingu. Xingu é rio indígena, é rio de ribeirinho, é rio de população tradicional. Estreito, pega a população quilombola. Quebradeira de Babaçu. Nenhuma dessas comunidades foi ouvida.

Então, o importante, quando se fala que ouvir comunidades indígenas é tomar as suas expressões como verdade. E não fingir que estão ouvindo. E a outra coisa é a fundamental importância desses povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, populações tradicionais de uma maneira geral, na formulação dos processos, da legislação que lhe afeta direta ou indiretamente. O que passa pela discussão, também, do modelo de desenvolvimento desse País, que eles estão ao largo. E aí nós estamos aí às voltas com o agro negócio que requer enormes extensões de terra avançando sobre terras indígenas, quilombolas, sobre a Reforma Agrária inviabilizando, enfim, a ocupação desses territórios por quem de direito. Então, a discussão legislativa não passa, apenas, pelas questões diretamente, que estão na intimidade do grupo indígena e que dizem respeito à intimidade de suas terras. Mas ele é muito mais amplo. Afinal, que País queremos para todos nós? E é essa a discussão. É a única admitida numa sociedade plural. É só. Obrigada. (palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Quero registrar a presença entre nós do Deputado Babá que chegou aqui agora que é um lutador também pelas causas dos discriminados. (palmas)

E o último inscrito aqui da Mesa. Em seguida vamos sair daqui para a sala do Presidente Renan Calheiros. O líder Jecinaldo Barbosa Cabral para suas considerações finais nesses dois minutos.

SR. JECINALDO BARBOSA CABRAL – Primeiramente, eu queria fazer um esclarecimento, principalmente sobre o Senador Botelho, do Estado de Roraima. A pessoa a qual ele se referiu, o Prefeito de Pacaraima, é um bandido e um assassino. Quartieiro(F), mandou destruir aldeias indígenas. Então para nós não é considerado indígena do Estado de Roraima. (palmas)

Ele, com suas fazendas de arroz, divide e cria as divisões no Estado de Roraima. E o Botelho é dessa turma também. (palmas)

Gostaria de, em forma de encaminhamento, conforme nossas propostas, saída do Abril Indígena, a mobilização que está acampada na Esplanada dos Ministérios, de reforçar aqui para o Senado, que as discussões, das discussões dos Projetos de Lei das Emendas Constitucionais e outros que estão tramitando aqui no Congresso Nacional, seja discutido de uma forma articulada com a participação direta dos povos indígenas do Brasil.

Eu gostaria, também, de ver a situação do Mato Grosso, principalmente o Governo do Mato Grosso, que é o maior sojeiro desse País e que mais destrói a biodiversidade no Brasil, que pediu, em ofício ao Executivo Federal, para não demarcar terra no seu Estado e parece que o Governo está cumprindo com o ofício do Governador do Estado do Mato Grosso. Uma outra questão. A Comissão que foi criada em Santa Catarina e passa por essa discussão, de todas as demarcações, mudando totalmente o processo de demarcação.

Reforçamos aqui, que o Governo cumpra a desintrusão e retirada das fazendas da terra indígena Raposa Serra do Sol que termina agora dia 18 de abril, prazo limite final, para retirar os invasores da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. E não a municipalização da saúde indígena. Reforçamos novamente a Conferência Nacional de Educação. Gostaria de concluir aqui e agradecer imensamente. Ser muito grato à pessoa do Senador Paim.

Dizer para todos aqui. Não desistimos. Não vamos desistir a não ser se matar a todos nós indígenas deste Brasil. E dizer aqui... (palmas) ...se o Governo não tomar decisões concretas e o Congresso Nacional não mudar sua postura e o Judiciário continuar mantendo as suas formas de condução de discriminar os povos indígenas, nós viremos mais fortes para Brasília no acampamento Abril Indígena de 2006 de 2007, de 2010, enfim... (palmas) Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Meus amigos, com a fala do líder Jecinaldo, eu queria dar por encerrada esta grande Audiência Pública, agradecer, com forma também respeitosa e carinhosa ao presente Senado, que permitiu e garantiu que a nossa TV Senado cobrisse ao vivo, ao vivo. O que vocês disseram aqui foi para todo o País e que agora vai nos receber. Ele pede, que na sala dele não cabem todos. Eu sei que vocês vão entender. Eu já conversei isso com os Caciques, que sejam os líderes que vão nos acompanhar, nós vamos à sala dele, eu fiquei aqui com os principais documentos. Eu sei que os Caciques e os líderes também têm. Nós vamos entregar os documentos na mão dele. Todos foram entregues, até o momento, aqui na Mesa, para que a gente possa chegar lá.

E quero dizer, antes de encerrar, antes que vocês se retirem, que nós também vamos encaminhar, ao Presidente, a formação, pessoal, importante, a formação de uma Comissão Especial, de 11 Senadores e 11 Deputados, para viajar o País, conhecer, lá na aldeia, a situação dos nossos índios e, efetivamente, tomar medidas concretas aqui que atendam a demanda de vocês. Ok, pessoal? (palmas)

Então eu peço agora. Está encerrada... Fale, meu amigo. Você é o personagem principal.

SR. JECINALDO BARBOSA CABRAL – Só informando. A mesma delegação que foi na Audiência com o Presidente da Câmara, são essas mesmas lideranças que irão para a audiência com o Presidente do Senado. As outras lideranças vão almoçando e, em seguida,

nós vamos para o Planalto e cumprir outra agenda do acampamento Terra Livre. Tá bom? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Ok, pessoal. Vamos saindo juntos.

(Sessão encerrada às 13h28)

Ata da 12ª Reunião (Extraordinária), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 17 de abril de 2006, segunda-feira, às 10:00 horas na Sala de Reuniões Nº 15, Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e dezenove minutos do dia seis de abril de dois mil e seis, na sala quinze, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim,** reúne-se as Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senhor Senador: **Garibaldi Alves Filho.** Deixam de comparecer os demais Membros da Comissão, tendo justificado ausência o Senador **Cristovam Buarque**, conforme requerimento de ausência do País. Presente parte das autoridades convidadas a participar da audiência pública, em decorrência à aprovação do **Requerimento nº 15 de 2006 – CDH**, que tem a finalidade de realizar uma Audiência Pública para debater as questões atinentes a "GRIPE AVIÁRIA" dando conhecimento ao Senado Federal e buscando soluções para o impacto que esta moléstia tem causado na cadeia produtiva avícola do Brasil, bem como os reflexos negativos nos direitos humanos dos trabalhadores deste setor, com a presença dos seguintes convidados, nesta ordem: Sr. **Siderlei Silva de Oliveira** – Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação/CONTAC; **Artur Bueno de Camargo**, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Industrias de Alimentação/CNTA); **Sr. Darci Rocha** – Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul – FTIA/RS; **Sr. Sidney Amorim** – Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Mato Grosso – FTIA/MT; **Sr. Ernane Garcia Ferreira** – Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Paraná – FTIA/PR; **João Antônio Felício**, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT. **Deixam de comparecer os seguintes convidados: Sr. Neuri Antônio Santhier** – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia de Concórdia / SC**; Sr. Reinaldo Salomão** – Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Mato Grosso do Sul – FTIA/MS; **Sr. Altemir Tortelli** – Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF SUL; **Sr. Alberto Broch** – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. O Presidente abre a reunião e passa a palavra para os convidados de pronto. Ao Final das explanações dos convidados o Presidente franqueia o uso do microfone para os demais interessados. Faz uso da palavra o Senhor Senador **Garibaldi Alves Filho.** Encerrado os debates o Presidente discorre suas considerações acerca da Audiência pública e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a Mesa. Solicitamos aos Srs. Parlamentares e convidados a dispensa de sua leitura e a coloco em votação. Aprovado. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Confirmado.

Passamos, então, à realização da Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 15/2006 da CDH, que tem a finalidade de debater as questões atinentes à gripe aviária. É importante lembrar que essa Comissão já ouviu os representantes do Governo na área do trabalho, na área da saúde, na área da exportação e também da indústria e comércio. Hoje, depois de ter ouvido também os representantes dos empresários, principalmente o setor exportador e como também aqueles que têm o seu ramo no mercado interno, nós entendemos que é muito justo que esta Audiência Pública seja para ouvir os representantes dos trabalhadores, demonstrando a sua preocupação com o impacto que a moléstia tem causado também na cadeia produtiva a nível internacional, claro que a gripe aviária não chegou no Brasil, mas os seus reflexos no mercado, tanto no aspecto da economia, como também na questão do emprego, já são alarmantes e, por isso, esta Audiência Pública.

Nós teremos como painelista na reunião de hoje o Sr. Siderlei Silva de Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, CONTAC, o Sr. HERNANI Garcia Ferreira, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação do Paraná, ainda o Sr. Darci Rocha, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação do Rio Grande do Sul e ainda o Sr. Artur Bueno de Camargo, Presidente da

CNTA, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação.

Então, de imediato, nós vamos desenvolver o nosso trabalho da seguinte forma. Nós vamos chamando um por um dos painelistas à Mesa, já tendo uso da palavra por 15 minutos, com tolerância de mais cinco, e depois de os cinco falarem, nós vamos estabelecer o debate com o Plenário, já que aqui todos são lideranças representando legitimamente os trabalhadores do nosso País e aqui, precisamente, os trabalhadores na área da alimentação.

Então, começamos a nossa Audiência Pública chamando para fazer uso da palavra o Sr. Siderlei da Silva de Oliveira, da CONTAC. V.Sª. dispõe da palavra por 15 minutos. A Mesa será tolerante e informamos a todos aqui presentes e àqueles que nos assistem também pela TV Senado que esta Audiência Pública, a exemplo das outras, pela sua importância, está sendo transmitida ao vivo para todo o País. Siderlei, com a palavra.

SR. SIDERLEI SILVA DE OLIVEIRA – Bom dia, Senador Paim, bom dia, autoridades do Plenário, sindicalistas. A nossa Confederação agradece por essa audiência, pela oportunidade que temos de falar à Nação e colocar as nossas preocupações. E também quero dizer que aqui nós temos hoje duas confederações, a nossa confederação, a CONTAC, a nossa confederação é uma confederação ligada à Central Única dos Trabalhadores, e também temos a CNTA. Isso mostra a gravidade do problema aonde as duas confederações que representam os trabalhadores no Brasil estão presentes neste ato...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Mostra a unidade do movimento...

SR. SIDERLEI SILVA DE OLIVEIRA – Isso mostra também a maturidade do movimento aonde sentam na mesma Mesa as confederações com idéias, muitas vezes, adversas. Mas, nesse momento, estamos juntos.

Primeiro, eu queria dar uma pincelada no que é o setor do frango para nós trabalhadores, o que é que nós entendemos no setor do frango. O setor do frango é um dos principais setores da economia brasileira hoje. É o setor responsável pelo desequilíbrio ou pela balança comercial favorável ao Brasil. Juntamente com a indústria automobilística, juntamente com a exportação de soja, o setor de frango hoje faz parte deste rol de produtos que são responsáveis pelo sucesso da economia brasileira no exterior. O setor do frango é um setor que chegou hoje ao patamar de campeão mundial da exportação, o primeiro, no mundo, em exportação. Quer dizer que o Brasil é o campeão mundial. Para chegar a isso, ele trouxe problema sério para nós trabalhadores, que é o ritmo de trabalho insuportável, as fábricas continuaram do mesmo tamanho e a produção aumentou, para poder atender a essas demandas que tinha, esse foi um problema sério que nós enfrentamos. Quando nós estamos debatendo a questão das doenças no setor, o ritmo de trabalho do setor, que estava insuportável, surge o reflexo da gripe aviária fora do País, que já deu reflexo econômico no País, que é a questão da não exportação, o pessoal deixou de comer frango ou reduziu o consumo de frango nos Países importadores e, com isso, tiveram que aumentar a venda no mercado interno. Para isso, os empresários aplicaram uma técnica conhecida mundialmente conhecida por *lock-out*, que é a greve patronal. Os empresários, 45 dias atrás, decidiram, organizadamente todos eles, todas as empresas, não escapou nenhuma, de não alojarem pintos, não colocarem pintos nos alojamentos para serem criados. Dentro de um prazo da 45 dias, que é o prazo onde os frangos ficam prontos para o abate, iria faltar frango no mercado. Essa atitude tinha o objetivo de não deixar o preço cair no mercado interno. Mas, essa atitude também trazia junto com ela o perigo do desemprego, o momento que não colocam os frangos nos alojamentos, que mataram os pintos que estavam vivos, que quebraram os ovos que já estavam chocando e que não colocaram ovos para chocar, em 45 dias é começar a ter problemas no setor. E esse problema é que ia começar a ser divulgado e, com isso, ia manter o mercado interno com preço aquecido. E isso está acontecendo agora, nesse momento nós estamos passando pelo auge do ato empresarial que foi o *lock-out*, e aí começou o problema nosso, e é o nosso martírio. Quer dizer que nós estamos vivendo agora a morte programada, sabíamos quando íamos começar a morrer, sabíamos quando íamos começar a perder o emprego.

A indústria de frango ela tem uma característica diferente, e mais importante até que a indústria do automóvel, elas são até parecidas, no automóvel entra um chassi, duas barras de ferro, e sai lá na outra ponta um automóvel. Na indústria de automóvel, vai se colocando peça no automóvel e sai pronto. Na indústria de frango, entra o frango inteiro e sai a carcaça somente. Então, o sistema é o mesmo. A forma é a mesma. Só que são milhões de frangos, enquanto são milhares de automóveis. O sistema de produção é quase o mesmo. A diferença fundamental da indústria de frango é que ela se instala em pequenas cidades no interior dos Estados, especialmente nos Estados da região Sul, Mato Grosso e Goiás. São empresas que geram emprego, descentralizando das capitais. A indústria de frango é responsável pelo esvaziamento da miséria das capitais, temos que reconhecer isso. Nós

não estamos aqui só para apontar o os defeitos que tem a indústria de frango, também temos que apontar as vantagens que essa indústria tem. Ela consegue fazer a migração de retorno das capitais para o interior. Hoje é comum, onde tem uma indústria de frango, pessoas que estavam na capital voltarem a trabalhar, muitas vezes não na sua cidade, porque não tem indústria de frango, mas voltar para o interior, mas para uma outra cidade onde tenha uma grande indústria de frango. Essa é uma vantagem.

A outra vantagem da indústria de frango é a descentralização da economia, ela pega o dólar lá no Japão, pega o dólar lá no Iraque, no Irã, na Arábia, na Índia, na China, e traz e distribui lá naquela cidade pequena, para quem produziu o milho, para quem produziu a ração, para o empregado, trabalhadores que trabalham na indústria, para aquele cabedal de pessoas agregadas ao trabalho da empresa que não são empregados da empresa, mas trabalha em função da empresa, motoristas de caminhão, muito transporte, é um produto que se usa muito transporte. Então, é uma empresa que mexe com a economia local. Então, onde tem uma indústria de frango, tem uma riqueza aparente, não existe miséria. Isso é uma bondade da indústria. O que tem também onde tem uma indústria de frango é muita farmácia, isso chama atenção. Onde tem uma indústria de frango, numa cidade de 10 mil habitantes tem o número de farmácias suficiente para uma cidade de 50 mil, 100 mil habitantes. Então, esse é um dos motivos da indústria de frango, que é a quantidade de doença que essa indústria também produz, e isso é uma questão que nós temos que tratar. Mas, como estamos tratando mais da questão da gripe aviária, não vou me deter muito nessa questão da doença produzida pelo ritmo intenso de trabalho que tem dentro das indústrias de frango, esse é um problema grave que nós enfrentamos, e nós vamos ter que tratar isso também.

A indústria de frango também tem algumas características, a sua fragilidade, é uma indústria que qualquer tropeço na exportação, qualquer problemiinha que dá, atinge toda a cadeia, e por aí pega os trabalhadores e pega também os integrados, é uma empresa que trabalha com produtores integrados, são pessoas que produzem um frango que não é deles, entregam para a indústria depois de grande, recebem pinto e entregam pronto e só ganham caso eles criarem. Então, quando dá qualquer problema na cadeia já balança os empregos dentro da fábrica e já balança também a renda daqueles integrados. Hoje, aqueles que estavam trabalhando para as indústrias de frango, os integrados, não estão recebendo, porque não estão produzindo, não existe...

A indústria é muito oportunista, posso dizer, é uma indústria oportunista, muito bem preparada, com a tecnologia muito bem montada, é uma indústria que funciona como relógio, ela tem tudo computadorizado, inclusive a criação de frango é controlada, só que não tem um atendimento ao nível que tem a tecnologia que ela usa para produzir para ela, ela não tem também um atendimento ao produtor que produz o frango para ela, no caso de não produzir, ele não recebe. Então, hoje temos um problema sério com a questão do integrado que também não está recebendo, está com problema também, como o trabalhador. Quer dizer, se não alojar o frango, eles também não estão recebendo. Além de não alojarem, também estão espaçando, aqueles que estão ainda trabalhando estão colocando os frangos com um espaço maior, em vez de 45 dias, botando mais, então tem problema sério aí. E o desemprego, que está acontecendo já no setor. Hoje nós já amargamos em torno... Nós hoje temos informação, que eu recebi aqui dentro, do pessoal que chegou, nós já temos confirmado, documentado dentro dos sindicatos, 15 mil demissões no País, e temos já em torno de 25 mil trabalhadores em férias coletivas.

Então, isso demonstra que aquela ação, aquele *lock-out* programado, aquela paralisação da produção pelos empresários, a greve patronal ela está surgindo tremendamente prejudicial aos trabalhadores, que são as demissões. E aí vem o problema. A empresa que mais vendeu, que mais produziu e que mais vendeu nos últimos anos é a indústria avícola brasileira, no setor alimentício. Ela tem um valor agregado bastante grande, emprega muito, vendeu muito, e colheu um bônus bastante grande, e agora, a primeira crise que dá, já sobra o ônus para os trabalhadores, e esse ônus é, de cara, o desemprego. E aí vem a nossa preocupação, porque esse filme nós já vimos quando houve o problema da febre aftosa. Quando da febre aftosa se via falar que a briga dos produtores era para receber pelo gado que estava sendo morto para eliminar os focos. E receberam. Só que o número enorme de trabalhadores demitidos, pouco foi feito, perderam os empregos, e quando estão retornando aos frigoríficos agora, estão entrando por um salário mínimo, não garantiram nem o salário que ganhavam na época.

Então, é essa questão que nós temos que resolver. Quando tem uma crise, cuidar só do lado da empresa, cuidar só do lado do capital, nós temos que começar a nos preocupar com o lado dos trabalhadores, e aí o Governo brasileiro tem que ter uma preocupação, que a primeira coisa que os empresários falam, eles criaram uma crise para evitar um prejuízo, para manter o preço do mercado interno aquecido, porque eles tinham que vender o frango que vinha lá de fora aqui, porque

sobrou, porque não podia entregar lá fora, porque não tinha exportação, para garantir o mercado interno com preço aquecido, criaram esse esquema, já estão reclamando que estão tendo prejuízo, querem o benefício que o Governo tem que dá, e tem alguns benefícios que já vão conseguir. E o Governo tinha que casar esses benefícios com a garantia de não demissão. Eles não têm prejuízo e demitem. Inclusive, nesse momento está havendo (inaudível) no setor, limpando o setor, demitindo aqueles doentes que adoeceram durante a produção ativa, intensiva. Então, essas pessoas estão sendo demitidas. Estão limpando, estão parando turnos, mas não mandam o pessoal daquele turno inteiro para a rua não, eles pegam daquele turno os melhores e tiram, e os doentes eles mandam embora. Então, não dá para deixar mais que aquelas empresas atuem dessa forma, qualquer crise elas salvam-se e deixam que os trabalhadores que se danem, não se pode, num País como o Brasil, com crise de desemprego, que qualquer coisa se manda embora, e como se diz "fiquem aí esperando que qualquer coisa chamo de volta", só que ele fica sem salário e é mais um problema que temos que enfrentar.

Então, esse é um problema sério que nós estamos enfrentando, e só se vêem os empresários, em qualquer reunião, eu tenho certeza que na reunião que eles estiveram aqui eles não falaram dos trabalhadores deles, e quando falam nos trabalhadores, falam para usar os trabalhadores. "Eu vou fechar a empresa, vou perder tantos empregos, me dá tanto em dinheiro, para salvar o setor". Dá dinheiro para salvar o setor e eles desempregam igual, se tiver. Então, essa questão nós temos que começar a debater, e o Governo tem que olhar com olhos diferentes quando vai salvar o setor. O setor tem que ser salvo num todo, também os empregos. Não se pode dar dinheiro com juro subsidiado, ou às vezes até sem juros, quase que dinheiro a fundo perdido, para o empresário, e depois não garantir os empregos. Então são esses problemas.

A outra preocupação que nós temos é se a gripe aviária vem. Os técnicos garantem que ela virá. Eu sou taxado de alarmista. Então eu quero dizer, o Brasil está me ouvindo, porque já faz uns três meses que eu ando pelo Brasil buscando onde é que está a nossa prevenção caso a gripe venha, a primeira conclusão a que cheguei, nós produzimos frango na região Sul e Sudeste, então está fácil localizar onde temos a produção de frango brasileira, os técnicos garantem que essa gripe vai chegar, nós trabalhadores rezamos para que ela não chegue, só que rezar só não ajuda, nós temos que também ter prevenção, sem aquela história do bombeiro que passava por uma casa numa enchente e o sujeito em cima da casa e o bombeiro convidava: "Vamos embora, porque está enchendo, vai te pegar". Ele diz: "Não, aqui em cima a água não vem". Passou o bombeiro de volta: "Vamos embora, porque vai encher"; "Aqui a água não vem". O bombeiro foi, e não voltou mais, e ele disse: "Meu Deus! A água veio". E Deus: "Eu já mandei duas vezes o bombeiro aí e tu não subiu, agora eu não posso fazer mais nada". Assim é o caso da gripe aviária, ela pode não vir, mas já avisaram a nós que ela pode chegar. Então não vamos fazer igual àquele cara que não obedeceu o bombeiro. Então nós temos que estar preparados e a prevenção se faz antecipadamente, se prepara, se não é usada, nos abraçamos e "olha, estávamos preparados para se ela viesse".

E aí eu me preocupo, na região onde produz frango eu não vejo laboratórios instalados. Se tem, tem que divulgar. Eu não vejo também preparação dos trabalhadores para a eliminação de um foco rápido. Porque no caso de um foco acontecer, esse foco tem que ser eliminado rapidamente. Segundo os técnicos, num raio de dez quilômetros, aonde apareceu o foco, tem que eliminar todas as aves que estiveram nesse raio.

Na Tailândia, 35 mil galinhas foram mortas, foi notícia mundial. 35 mil galinhas, no Brasil, é o que tem em dois aviários (soa a campainha) integrados com as empresas. Então, dois aviários têm 35 mil galinhas, então foram mortas, em todo o País, 35 mil. Então aqui, num raio de 10 quilômetros, com certeza, passa de dois a três milhões de galinhas que têm que ser mortas. Como? Rapidamente. De que forma? Onde é que está o treinamento? Quem é que vai fazer isso? São os trabalhadores daquela fábrica que está localizada próximo? Onde é que está o treinamento para fazê-lo? De que forma vamos fazer? Essas coisas queremos saber, estar preparados até para ajudar, porque os nossos empregos é que estão em risco, os trabalhadores é que estão botando em risco o seu emprego e também a sua saúde, no caso. Onde é que está o equipamento que nós vamos ter que usar, caso precisar? Se não precisar, tudo bem. Eu acho que prevenção é isso, nós estarmos com equipamento, nós estarmos treinados, estar preparados, e com laboratórios de investigação e com laboratório para estarem em pesquisa para se a doença chegar, ser detectada imediatamente. A doença não vem? Tomara que não venha. Mas, pode vir. Há uma perspectiva, uma possibilidade muito grande, ela pode chegar de avião, por um passageiro que venha da região contaminada, ou ela pode chegar através de pássaros que venham da região contaminada, ou pássaros que façam contato, por exemplo, pássaros que venham da Patagônia, e no Sul do Brasil é muito comum, nós temos a época do marrecão, que os gaúchos conhecem muito bem,

inclusive, tem uma temporada de caça ao marrecão, e ele vem da Patagônia, essa região da Patagônia, e têm contato com aves que vêm das regiões frias também, onde essa doença está acontecendo. E aí? Contatam-se lá, e vem fazer contato com as nossas aves silvestres brasileiras, e que podem contaminar nosso frango. Por exemplo, uma saracura, que está numa lagoa, é comum encontrar uma saracura em volta dos aviários que estão situados próximo, a comer restos de comida que ficam em volta dos aviários. Então, isso pode haver. Esperamos que não. Agora, temos que ter prevenção, temos que ter análise para poder evitar que essa doença se propague, no caso de um foco. Então, essa é a preocupação que nós estamos tendo, e talvez até não devesse ser tanta, mas a gente está pensando que em um setor tão importante com tanto número de trabalhadores e tão importante para a economia brasileira ele deveria ser tratado diferente.

E aí vem a questão do oportunismo também. As empresas estão se aproveitando agora da situação que tem, e já estão querendo retirar mais direitos dos trabalhadores do que já perderam. Não é suficiente ainda. É comum nós sentarmos nas mesas de negociação agora e já aparecer lá: "Bom, para não demitir mais, queremos um banco de horas". É um crime banco de horas na indústria avícola. É um crime. Porque uma indústria avícola, que trabalha no ritmo que trabalha, insuportável, fazer banco de hora. A pessoa não adoece quando ela está curtindo as horas do banco, ela (inaudível) o dia que ela tem que pagar as horas do banco. Porque ela trabalha excesso de hora de trabalho, e excesso de hora de trabalho, num ritmo incessante, insuportável, como tem nas indústrias de frango, é crime. O sindicalista que aceita banco de hora hoje poderia ser considerado um criminoso. E aí existem algumas cláusulas consideradas abusivas, que, no nosso ver, não é abusivo, são cláusulas às vezes que o sindicato coloca, que a própria justiça, o próprio Ministério do Trabalho acha que é abusivo, e os bancos de hora passam tranqüilamente. E eu acho que no setor de frango não pode, de maneira nenhuma, mais passar essa questão de banco de horas, porque é um setor que trabalha num ritmo intensivo, e agora, quando retomar a produção, esperamos que essa crise passe, e vai voltar, com certeza, a todo vapor, e aí vai voltar, de novo, o nosso problema que temos com doença e tal. Então as preocupações que nós temos, Senador, são essas, uma está ligada com a questão do emprego, a nossa proposta é que tenha salvaguarda aos empregos, já estão demitindo, já temos em torno 15 mil desempregados no setor, confirmado pelos sindicatos, e são trabalhadores que têm que ter uma garantia. O Seguro Desemprego cobre por três meses, quatro meses, caso fique desempregado, mas caso em três meses não se resolva, como é que fica depois? Então, nós temos que tratar disso e ver como resolvemos esse problema de garantir esse salário desse pessoal, pelo menos enquanto durar a crise.

E depois, o Governo que ache uma forma de fazer com que as empresas devolvam esse dinheiro que se investiu na crise, porque eles têm que ter ônus e bônus, não só bônus, porque, até agora as indústrias só tiveram bônus, e muito bônus, porque foi a indústria que mais vendeu e que mais trabalhou, e os trabalhadores (soa a campainha) estão só com o ônus da doença e com o ônus também do desemprego. Eu acho que seria isso. Obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Convidamos agora a fazer uso da palavra, e queremos registrar aqui já a presença entre nós do João Felício, que é o Presidente da Central Única dos Trabalhadores, que está aqui também, e vai poder fazer uso da palavra, como outros Presidentes de Centrais Sindicais que aqui se fizeram presentes. Passamos a palavra, de imediato, ao Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação. O Artur fica aqui e depois a gente chama outros dois para ir para o Plenário, já registrei a presença aqui do nosso João Felício, Presidente da CUT, que vai fazer uso da palavra, na seqüência aqui, como os outros painelistas. Artur Bueno, O Senhor tem a palavra por quinze minutos, com mais cinco.

SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Primeiramente eu quero parabenizá-lo por essa iniciativa dessa discussão aqui no Senado, cumprimentar as autoridades aqui presentes, os companheiros, companheiras, dirigentes sindicais, e a imprensa aqui presente.

Senador, eu vou procurar não ser repetitivo, dentro daquilo que o companheiro Siderlei colocou, mas eu queria fazer um paralelo aqui que eu acho que é importante, a gripe aviária e suas conseqüências. E aí eu acho que é importante a gente falar sobre esses milhares de trabalhadores que já foram demitidos e outros milhares que estão de férias coletivas. Agora, se a gripe aviária, felizmente, não chegou aqui no Brasil, por que é que essa crise está atingindo, de forma profunda, a questão do emprego e da exportação? E aí eu acho que vale a pena a gente debruçar em cima dessa questão.

Eu tenho percorrido os Estados e tenho percebido um empenho muito grande dos Estados na prevenção. Eles têm preocupado realmente, buscar alternativas, estruturar, com o propósito de poder realmente preservar o seu Estado. E todos eles dizem que a possibilidade da gripe aviária atingir aqui o Brasil é remota,

é muito pequena, isso é o que eu tenho ouvido dentro de cada Estado que eu tenho percorrido. Ora, se nós temos este quadro ao nosso favor, por que é que a crise lá fora atinge de tal forma a colocar já, quer dizer, de imediato, uma quantidade grande de trabalhadores na rua e outros de férias coletivas e, se me permite, Senador, a perspectiva desse quadro é a pior possível, porque se eles não estão produzindo hoje o frango, à hora que esses trabalhadores retornarem de férias, não tem produção, as conseqüências são as piores que você possa imaginar, esta é a realidade.

Agora, o que é que está faltando para que o Brasil possa realmente levar para o exterior esta segurança do qual os Estados anunciam? E aí eu acho que nós temos um papel importante de cobrar do Poder Executivo uma ação mais consistente, um *marketing* mais eficaz. Eu não sou nenhum especialista em marketing, mas, por que não colocar a seleção brasileira, os jogadores lá comendo frango e dizendo de que grandes jogadores do Brasil estão consumindo frango. Será que isso não repercutiria realmente de uma forma positiva para o consumo do nosso frango lá fora? Talvez pudesse ser alternativa, não é verdade? E outras personalidades que nós temos, porque temos muitas, e, principalmente o Presidente da República, que tem assim um contato muito próximo com os jogadores, até mesmo porque ele sempre demonstrou ser um esportista. Então, eu acredito iniciativas dessa natureza eu acho que nós poderíamos estar cobrando do Governo um *marketing* mais forte, para que essa questão da exportação pudesse realmente estar num patamar melhor do que nós estamos hoje.

Por outro lado, eu quero dizer de que o setor empresarial de frigorífico é preciso que, de uma vez por todas, nós passemos a cobrar responsabilidade social. Não é possível mais nós vivermos nessa situação em que, a cada crise que aparece, as conseqüências são desemprego e mais pais de famílias na rua e sem nenhuma responsabilidade social. Se hoje o setor, de fato, está atravessando uma crise, pela questão da exportação, mas, fato real também é de que esse setor ganhou muito dinheiro ultimamente, dobrando o seu potencial de produção e dobrando seu lucro, e nem por isso os trabalhadores conseguiram melhores condições, nem por isso eles ganharam mais do que o seu salário minguado.

Então, acredito eu, Senador, de que o setor tem plenas condições de manter o emprego desses trabalhadores, pelo menos por um período que possa estar atravessando esta crise. Esta responsabilidade social acredito que é o papel de todos nós representantes dos trabalhadores, eu acho que o Poder Legislativo e o Poder Executivo é hora de cobrar responsabilidade social do setor patronal. Eu acho que esta seria uma das formas que nós teríamos realmente para poder estar buscando alternativas e amenizando um pouco esta situação. E é importante que se diga, embora nós estejamos falando aqui da gripe aviária, mas o Estado do Mato Grosso do Sul, principalmente, nem bem tinha atravessado, nem bem tinha terminado ainda a crise da febre aftosa, já vem a gripe aviária e, mais uma vez, atingindo os trabalhadores. E é importante que se registre também de que, quando nós tivemos a crise da gripe aftosa, do qual esta entidade, a Confederação dos Trabalhadores da Alimentação, cobramos, insistentemente, com o Poder Executivo, uma ação mais consistente, e não só isso, e que nós tivéssemos um trabalho na prevenção, porque não basta apenas nós corrermos para apagar o fogo, é preciso prevenir, é preciso uma ação de prevenção, se nós sabemos que a cada momento nesse mercado globalizado que vivemos, podemos estar sofrendo influências ainda que a crise não esteja instalada em nosso País. Por que não criarmos uma alternativa de um grupo de trabalho que pudesse estar criando ações preventivas? Aí com representação dos trabalhadores, dos empresários, do Poder Legislativo e do Poder Executivo esse deve ser o caminho, um caminho de prevenção porque senão o que vai ocorrer é exatamente isso. A crise chega, os empresários vêm pedir socorro ao Governo, o Governo socorre ao setor, mas não socorre as condições dos trabalhadores que perdem o seu emprego, isso é preciso fazer em conjunto, isso é preciso fazer de forma casada, não dá para fazer, socorrer o setor sem realmente garantir as condições de emprego e dos trabalhadores. Portanto, Senador, eu quero aqui em nome da nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação, quero agradecer por essa oportunidade e estamos aí com esse objetivo de juntos buscarmos alternativas para amenizar essa crise. Mas também cobrar do Poder Executivo para que possamos ter uma ação de prevenção para podermos realmente nos preparar para outras crises que possam vir. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Essa presidência informa, mais uma vez, que essa Audiência Pública que está sendo transmitida pela TV Senado visa debater na visão dos trabalhadores a gripe aviária e as suas conseqüências, já ouvimos representantes de todos os setores e hoje estamos ouvindo os representantes dos trabalhadores. Nesse momento eu convidaria a fazer parte da Mesa e convidaria meus dois convidados que estão aqui para que ficassem aqui no Plenário na primeira fila o Sr. Darci Rocha, Presidente da Federação dos Trabalhadores da Alimentação do Rio Grande do Sul e o Sr. Sidney

Amorim, Presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Mato Grosso e na última Mesa então fica o Sr. HERNANI Garcia Ferreira, Presidente da FT&A e o Sr. João Felício, Presidente da Central Única dos Trabalhadores. O Senhor dispõe de 15 minutos com mais cinco de tolerância. Começamos pela ordem aqui ao SR. Darci Rocha, está com a palavra com quinze minutos com mais cinco.

SR. DARCI ROCHA – Inicialmente agradecer publicamente aqui em nome da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim, nosso companheiro lá do Estado do Rio Grande do Sul que sempre tem atendido muito bem as demandas e os pedidos dos trabalhadores e faz com que desta vez não seja só ouvido os demais setores, mas que os trabalhadores também possam ter essa oportunidade para falar desta situação que não é nada agradável para os trabalhadores do ramo de Alimentação do Brasil do Rio Grande do Sul, mas que a gente está atravessando.

É importante dizer aqui também, falar da unidade do ramo da alimentação neste momento. Nós temos aqui a nossa Central Única dos Trabalhadores que nos representa em todo o Brasil, temos a Confederação Orgânica da CUT, a CONTAC e temos a nossa Confederação que é a Confederação oficial do ramo da alimentação, trabalhando todos no sentido de fazer uma corrente, como se diz, para buscar soluções para essa crise que hora se instala no Brasil. Quando falo crise, porque acho que nós enquanto brasileiros não podemos falar em gripe aviária aqui no Brasil, nós não temos gripe aviária no Brasil e isso é muito bom para nós. O que nós temos sim é uma redução nas exportações de carne brasileira por conta da gripe aviária que está hora instalada nos Países asiáticos e na Europa.

Não vou repetir dados mais gerais do setor porque os companheiros que antecederam já fizeram isso, então vou me ater a dados mais específicos do setor da alimentação no Estado do Rio Grande do Sul. As indústrias aviárias lá empregam hoje em torno de 30 mil trabalhadores direto, trabalhadores indiretos com integrados e tal vai a mais de 50 mil trabalhadores e as empresas já começam a fazer as suas demissões. É importante colocar para a sociedade que as empresas avícolas no Estado do Rio Grande do Sul juntamente com os bancos foram as que mais lucraram nos últimos anos, essas indústrias cresceram e cresceram muito, e cresceram também com a ajuda do Poder Público, é importante colocar isso. Com financiamento do BNDS, com renúncia fiscal no Estado do Rio Grande do Sul e com uma série de outros instrumentos que essas empresas utilizam para aumentar sua capacidade instalada e também a sua produtividade.

E eu quero citar aqui duas empresas e cito porque tenho dados comprovados que são as empresas AVIPAL e a empresa PERDIGÃO que essas duas empresas foram as que mais lucraram no Estado do Rio Grande do Sul nos últimos anos e são as primeiras a fazer demissões, no momento que a crise se avizinha já existem demissões preventivas por conta dessas empresas, e que no nosso entender e falou aqui as Confederações, aí está um flagrante que não existe responsabilidade social, não existe responsabilidade social porque quando é para buscar dinheiro no governo, quando é para buscar renúncia fiscal para aumentar o seu lucro é tudo muito fácil. Quando essas empresas estão em alta elas não concedem aquilo que deveriam conceder aos trabalhadores e nessas empresas tem ritmo elevado de produção, nessas empresas tem jornada de trabalho excessiva e agora no primeiro momento da crise, trabalhadores estão sendo demitidos. Há milhares já de trabalhadores demitidos, há trabalhadores, muitos trabalhadores no Estado do Rio Grande do Sul, Senador, que estão em férias coletivas, e pior que a demissão parece que está havendo no Estado do Rio Grande do Sul uma eleição dos trabalhadores que deverão ser demitidos utilizando os instrumentos da crise. E para a nossa tristeza os trabalhadores que primeiro estão indo para a rua são aqueles trabalhadores que estão lesionados, são aqueles trabalhadores que está comprovadamente que hoje estão com problema por causa do ritmo de produção e isso também é lamentável, é importante a gente usar esse espaço aqui para denunciar para a sociedade isso que está acontecendo.

O importante é dizer que a nossa Federação dos Trabalhadores da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul em conjunto com a CONTAC e com a Central Única dos Trabalhadores está buscando soluções, está indo ao Governo fazer Audiências Públicas. Já tivemos aqui no Senado, fomos recebidos pelo Senador Paulo Paim, fomos recebidos pelo Ministro da Reforma Agrária e outras autoridade onde a gente está colocando as nossas preocupações.

Lá no Estado do Rio Grande do Sul Fizemos uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa e contamos com a presença do Governo Federal, contamos com a presença de todos os setores da cadeia produtiva, contamos com a presença dos Deputados na Assembléia Legislativa, mas, infelizmente, não contamos com nenhuma representação do Governo Estadual daquele Estado, parece que não existe preocupação por conta do Governo do Estado com os trabalhadores do ramo da alimentação. Estamos

realizando outras atividades, agora no dia 19 de abril na cidade de Lajeado e eu aproveito este momento e publicamente convido também o Senador Paulo Paim, sei dos seus compromissos, das suas atividades, sei que nem sempre é possível estar junto conosco, mas tenho certeza absoluta que sempre que pode, está junto conosco. Estamos realizando na Câmara de Vereadores de Lajeado mais uma Audiência Pública para discutir a questão dos efeitos da crise. A nossa opinião enquanto Federação da Alimentação, enquanto órgãos governamentais nós achamos que o Governo Federal nesse momento tem a responsabilidade de socorrer o setor, mas nós não viemos aqui para pedir renúncia fiscal ao Governo Federal e nem que o Governo Federal coloque dinheiro nessas empresas. O que a gente veio pedir aqui é que o Governo chame esses grandes grupos que foram citados aqui e chamem eles a responsabilidade social deles, nesse momento. Isso para nós é muito importante, mais importante ainda ao nosso ver é que o Governo Federal faça uma campanha de mídia incentivando e já está fazendo, mas no nosso entendimento ainda tímida, incentivando os brasileiros a consumir mais carne de frango, é importante registrar que aqui no Brasil o consumo cresceu, isto é bom para nós, e crescendo o consumo aqui pode absorver parte desse produto que deveria ser embarcado para outros Países e que o Governo também faça uma publicação real do que é que é a crise aqui no Brasil e o que é que acontece com essa questão da gripe aviária e quais são as possibilidades reais dela chegar ao Brasil, isso é importante para nós. Porque nós vivemos uma guerra de informação, a imprensa diz uma coisa, setores dizem outras coisas. Nós temos palavra do Ministério da Agricultura que a possibilidade da gripe chegar no Brasil é pequena, nós temos palavra do Ministério da Agricultura que há, sim uma mobilização por parte da União no sentido de evitar que esta gripe chegue ao Brasil. Então essa é uma das palavras. Nós temos palavras do setor empresarial através do Presidente das ASGAF lá no Estado do Rio Grande do Sul que a crise deve ser passageira. Mas em contrapartida nós temos dados concretos que não está havendo alojamento ou incubação, ou seja, não estão preparando ou criando novos pintos e a gente sabe que um pinto no momento que ele nasce ele leva 45 dias para se tornar frango ou produto para ir ao mercado e se não está havendo incubação mesmo que de um momento para outro exista uma abertura do mercado internacional para importação da carne brasileira vai ter uma dificuldade grande se ter a demanda necessária, mas novamente para se abastecer os frigoríficos. Então são essas preocupações que a gente tem. A gente reconhece o objetivo do Governo também, a gente sabe que o Governo Federal já criou um pacote de 300 milhões de reais para insumos no setor avícola que é a questão do milho, ou seja, um projeto de IGF onde no futuro e isso não está trabalhado ainda dentro do Governo, mas foi colocado pelo Ministro Agrário que poderia ser utilizado até mesmo o próprio produto, a própria carne de frango como garantia desses empréstimos para socorrer o setor avícola. Eu não vou me alongar mais, eu gostaria de ir encerrando por aqui, eu não vou usar todo o meu tempo, eu acho que o debate é importante para a gente esclarecer melhor à população. Mas eu gostaria de no encerramento, Senador Paulo Paim, fazer a leitura de um documento da Federação da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul que é uma síntese do que eu coloquei aqui e que a gente já entregou aos órgãos governamentais, inclusive, ao Senador Paulo Paim quando a gente esteve aqui em Brasília no inicio dessa crise aviária. Então o documento da nossa Federação diz o seguinte: "A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação no Estado do Rio Grande do Sul, entidade que representa 90 mil trabalhadores no ramo, ao longo dos seus 60 anos de existência sempre visou lutar pela garantia dos direitos conquistados pela categoria, vem através desta manifestar seu parecer sobre a situação que o setor avícola vem atravessando no nosso País. Inicialmente é imprescindível que haja uma posição objetiva por parte dos órgãos responsáveis Estaduais e Federais, principalmente do Ministério da Agricultura no sentido de publicizar e tornar público a real situação que existe e divulgar um plano efetivo de prevenção com relação à gripe aviária visto que a doença não está presente no Brasil. Além disso, é obrigação do Estado garantir o bem estar da população, portanto, é necessário que o Governo exija que as empresas cumpram com sua responsabilidade social no sentido de garantir os empregos dos trabalhadores e condenando a eliminação de matrizes produtivas feitas preventivamente pelos setores empresariais, pois isto futuramente será de difícil reparo. A conjuntura atual que propicia a realização de uma análise e aprofundamento sobre os incentivos sociais percebido pelas grandes empresas do setor avícola e exigir uma contrapartida das mesmas junto à sociedade brasileira. Outrossim, diante do quadro que se desenha o Governo deverá tomar medidas no sentido de incentivar o consumo interno de maneira a suplantar as dificuldades de mercado até que se restabeleça a normalidade. Por fim reafirmamos que é imprescindível por parte do Governo que haja dados concretos que venham acabar com a guerra de informações sobre a realidade da situação que estamos atravessando. Muito embora se saiba que está se vivenciando um momento de incerteza do

mercado externo é necessário que antes de tudo fique claro perante à sociedade brasileira que não deverão ser os trabalhadores do ramo da alimentação a pagar a conta de uma pretensa crise, visto que a questão é relativa à gripe aviária e que é questão de natureza pública de interesse social de todos os setores da sociedade brasileira". Porto Alegre, 09 de março de 2006. Portanto, encerro aqui a minha explanação, mais uma vez em nome da Federação dos Trabalhadores da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul em nome da sua direção, em nome do seu sindicato filiado agradecendo por esta oportunidade, principalmente ao Senador Paulo Paim.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos direto a palavra ao Sr. Sidney Amorim, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Mato Grosso. Como vocês percebem, os nossos convidados são principalmente lideranças dos Estados que mais produzem frango e conseqüentemente estão preocupados com a crise, teremos também naturalmente uma visão das Confederações, já tivemos e naturalmente das centrais sindicais. Sr. Sidney Amorim.

SR. SIDNEY AMORIM – Bom dia a todos. Cumprimento aqui à Mesa o Senador Paulo Paim; o companheiro Darci da Federação do Rio Grande do Sul; Siderlei Oliveira, Presidente da Confederação Nacional de Alimentação da CUT; o nosso Presidente João Felício da CUT – Central Única dos Trabalhadores; o Presidente também da Confederação Nacional da Alimentação o Sr. Artur Bueno e os demais companheiros que aqui estão presentes. Tendo em vista que muitos de nossos companheiros já relataram aqui os fatos e todos os setores, a retrospectiva que o Siderlei nos passou aqui como um todo foi muito importante, muito oportuno. Nós, no Mato Grosso, Cuiabá, porque quando fala Mato Grosso, tem Mato Grosso do Sul, Campo Grande, e Mato Grosso eu já falo logo Cuiabá para haver um destaque maior, todo o grande Mato Grosso.

E o nosso Estado em relação ao outros Estados não houve tanta crise neste setor ainda, mas sim a gente sentiu quando houve a febre aftosa, sentimos muito que teve baixa produção, e nós sentimos na pele que as empresas começaram a demitir os nossos trabalhadores. E na gripe aviária que hoje assola todo o nosso planeta, e felizmente, graças a Deus não chegou ao nosso País, mas a gente tem a preocupação de tentar, pelo menos, resguardar esses trabalhadores que estão trabalhando com o setor do frango, porque não é possível que tudo que acontece nesse País venha a calhar sobre os trabalhadores. Toda crise que acontece no nosso País são os trabalhadores que são os maiores prejudicados. Mas com toda produção que há nesse País são os trabalhadores que fazem também, com todo recorde que o nosso País tem aí alavancado, graças a Deus temos trabalhadores ainda com saúde e outros que estão aí sofrendo com essa produção, estamos dizendo isso, Senador, porque temos também uma preocupação com a questão da LER, da DORTE que a gente já vem também e outros Estados alavancando essa questão, onde se produz muito e se causa muita doença. Então, esses trabalhadores estão com muitos problemas de saúde nesses setores, inclusive, aviários, temos pesquisa, temos dados, e nada se foi feito ainda.

O que eu queria dizer mais ainda é que essa crise que veio, está vindo, ou não vem, ou é mentira, ou não é; que o setor empresarial vem utilizando, inclusive, para demitir os trabalhadores que eu acho que seja desmascarado isso, que não é possível que nós tenhamos aqui no nosso País empresários que são sérios, preocupado com a economia do País para um crescimentos mais voltados de País de primeiro mundo, e ao mesmo tempo não somos país de primeiro mundo, nós somos incapazes até de combater esses pequenos fragmentos que vem em nossa direção. Eu vou me assolar muito, a minha fala está bastante elevada para esse nível de debate que estamos esperando aqui. O nosso Presidente Siderlei Oliveira disse muito bem que 15 mil trabalhadores estão aí vão perder o emprego. A pergunta minha é: se não está existindo a crise por que haveria de ter as demissões? Ou por que é que o setor empresarial está com essa política? Gostaríamos, nós trabalhadores, de saber o por quê. Eu acho que eu deixo aqui a palavra para os demais companheiros e é só.

Obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Então neste momento convidamos para fazer parte da Mesa o Sr. HERNANI Garcia Ferreira, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Paraná e o João Felício, Presidente da Central Única dos Trabalhadores. Eu agradeço os dois painelistas que usaram a palavra nesse momento. Convido eles para retornar ao Plenário e vamos continuando o nosso debate. Reafirmamos que este debate visa ouvirmos os trabalhadores quanto à questão da chamada febre aviária e as suas conseqüências... Febre aftosa e gripe aviária, já tivemos a conseqüência enorme da febre aftosa e agora temos da gripe aviária. O Siderlei que vem com a história aí, no momento da febre aftosa não debatemos, como devíamos aqui no Senado, na visão dos trabalhadores. Agora eu já

misturei febre aftosa com gripe aviária que, na verdade, as conseqüências são imprevisíveis. Então, de imediato, eu passo a palavra ao Sr. HERNANI Garcia Ferreira pelo tempo de 15 minutos com mais cinco. Depois fala o Presidente da Central Única e daí nós vamos abrir ao plenário, todos os convidados que estão aqui poderão fazer perguntas e mesmo explicitar a sua posição sobre o tema.

SR. HERNANI GARCIA FERREIRA – Bom dia, Senador, bom dia aos companheiros do Plenário, aos dirigentes sindicais, Presidente da Confederação, o Artur, Presidente da CONTAC, Siderlei, cumprimentar também o companheiro João Felício, Presidente da Central Única dos Trabalhadores e a todos que nos acompanham neste instante. Estamos aqui hoje muito preocupados com a dita gripe aviária. Como já foi dito, como já foi informado na febre aftosa, de certa forma, os trabalhadores acabaram por não serem ouvidos até porque pegou muito ou quase a todos de surpresa, e que, infelizmente, foi aí mais um meio de concorrência desleal e da desinformação, os trabalhadores, mais uma vez, no dito popular, paga o pato, Senador, mais uma vez pagou o pato, mas acordamos, os trabalhadores acordaram, as instituições, o Governo e fez todo um corre-corre, e estamos aí de certa forma para minimizar criando mecanismos para que estirpe de uma vez e assim nós possamos ocupar, de imediato, novamente o posto que ocupávamos antes da tão mal falada febre aftosa. Mais importante, hoje, em especial, estamos aqui como já estivemos nos Ministérios nos últimos 15 dias, também estivemos nos Estados conversando, dialogando com o Secretário de Estado, com Governadores de toda essa preocupação de se fazer uma prevenção para que não ocorra o desastre que está ocorrendo nos Países do mercado comum europeu. O Brasil não pode, de jeito nenhum, deixar acontecer o que aconteceu na febre aftosa. Temos que prevenir sim.

Nas visitas que fizemos aos Ministérios, Senador, fomos informados das 'n' campanhas, 'n' trabalhos que estão sendo feitos em nível de Ministério na prevenção, mas essas informações não têm chegado lá embaixo, por exemplo, para nós no Estado do Paraná está muito tímida a informação, é necessário o Governo Federal, é necessário o Governo Estadual através das Secretarias num intercâmbio fazer a troca de informação e de esclarecimento para a nossa sociedade. Vimos aqui nos companheiros que antecederam já propor algumas ações. Nós esperamos que o Senado através dessa Audiência Pública, na 12ª Audiência Pública consiga já de imediato trazer as orientações, inclusive, para nós os trabalhadores. Voltando um pouquinho na febre aftosa, não sei se o Senador tem informação, se a sociedade tem informação. Os trabalhadores de última hora foram colocados para fazer a desinfecção, os trabalhadores, tudo porque nós, a sociedade não estava preparada, ao ponto de que nas divisas do Estado, nas barreiras estaduais que foram montadas, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso, o trabalhador ir lá descalço, sem uma proteção, de shorts, imagens de TV, de jornais, foi presenciado isso, estivemos lá acompanhando em algum momento, como ainda hoje em algumas barreiras está lá descalço, com a maquininha, com um aparelho, mas sem proteção nenhuma, com a febre aviária já não pode de jeito nenhum, tem que ter todo um preparo, tem que ter uma tecnologia. E aí fica a indagação, a sociedade, nós os trabalhadores estamos querendo saber, de fato, dos Ministérios, do Governo Federal, dos órgãos responsáveis pela área quem é que vai fazer isso. Aonde é que estão os laboratórios para se fazer os exames, diagnosticar se realmente está acontecendo, se os animais silvestres, os que têm contato com animais que vem via vôo, as andorinhas, patos, gansos; enfim, qualquer outro contato via aeroporto aonde é que vai ser feito esse exame porque pelo que sabemos a partir do momento que tem um foco, ele se alastra rapidamente, é em poucos minutos, poucas horas, toda uma região, todo um local está contaminado.

Então, o nosso questionamento, o questionamento dos trabalhadores do Estado do Paraná é aonde é que estão esses técnicos, se vai ser o Exército, se vai ser a Marinha, Aeronáutica que está preparando a sociedade para esta discussão, porque se nós formos só no Estado do Paraná, nós estamos na região norte, região oeste, região sul, os nossos aviários na região produtora, se acontecer de termos um foco, Senador, como é que vai para disseminar, acabar com isso. O que nós estamos vendo muito é, realmente, a desinformação, e a desinformação faz com que devido ao anúncio no exterior das inúmeras mortes por ocasião da febre aviária no País e no Estado, o consumo realmente começou a diminuir também na sociedade. Nas redes de supermercados é possível já não só por causa do excesso de produto interno, mas também pela falta de consumo o preço do produto cair, e não tem feito com que isso retome também um pouco pela condição salarial do trabalhador brasileiro, ele consumir esse acesso de produto, do frango nas mesas, mas também é o medo de, de repente, pela exportação porque hoje vê falar muito de exportação, é muita dificuldade de estar identificando isso, a sociedade não tem essa informação, eles não estão consumindo. Também é importante, os Senadores estiveram conosco na semana passada na Audiência do Salário Mínimo no Estado do Paraná e nós já colocarmos para eles e para os demais pares

que estavam no Estado a preocupação, igual ocorreu na febre aftosa, os empresários foram atendidos, houve financiamentos, houve o atendimento e as reivindicações deles, nós os trabalhadores e algumas regiões por ser capital ficamos com seguro- desemprego por cinco meses, e algumas regiões nem isso porque a maioria dos trabalhadores por serem áreas de muita rotatividade não tiveram nem o Seguro Desemprego, estão às margens desesperados e quando que retomam o seu emprego, o seu posto de trabalho e assim dar o sustento à sua família. Com a gripe aviária, ela não está instalada no País, graças a Deus, já disseram aqui, graças a Deus mesmo, não está instalada, mas o reflexo é a demissão, no Estado do Paraná já são dois mil trabalhadores demissões diretas, fora o que tem dentro da cadeira produtiva normal, natural, dentro da rotatividade em decorrência da febre aviária são dois mil trabalhadores demitidos. E uma série de empresas com as férias coletivas colocadas, instituídas e todo um desespero, uma preocupação desses companheiros, das companheiras trabalhadoras, o que é que vai ocorrer nos próximos 10, 12, 3º dias, 60 dias quando retornarem das férias coletivas.

Dentro das fábricas é toda uma pressão psicológica para não se comentar nada, para não se falar nada; é repressão de todas as formas nos colegas trabalhadores. Já os que antecederam aqui, os dirigentes sindicais colocaram a preocupação da LER, da DORTE; enfim, do exército de mutilados, Senador, que temos na área. Isso é verídico, no Estado do Paraná não é diferente, nas filas do INSS. As empresas que não querem emitir CAT em decorrência dessas situações, realmente é um caos, não admitem, não aceitam debater. O Estado do Paraná ventilou o diálogo, a informação da febre aviária, já correu no Estado, já correu no Governo Federal via Procuradoria do Ministério Público do Trabalho, da Delegacia Regional no Ministério do Trabalho, com o Delegado do Ministério do Trabalho, com os Procuradores requerem a redução de salário, redução... E aí se vai. E o trabalhador não é chamado, os dirigentes sindicais, as centrais sindicais não foram chamadas, convidadas para debater o assunto e já chamaram o Governo e olhA – estamos aqui, precisando reduzir o número de empregos, precisamos reduzir o salário para nós mantermos. E aí fica a pergunta, a indagação da responsabilidade social com relação aos empréstimos que fizeram junto ao BNDS, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil que estão com esses valores em caixa, é só nós pegarmos os números, as estatísticas dos anos 99, 2000, 2001 o quanto esse setor avícola cresceu no País e, principalmente, no Estado do Paraná, o quanto é que cresceu. E agora do dia para a noite falam em fechar unidades, falam em demitir, é uma redução enorme. E nós estamos preocupadíssimos com toda essa situação e estamos aqui no Senado com V.Exª., com a sociedade, provocando essa continuidade de debate para que nós tenhamos as informações mais precisas possíveis e também possamos diagnosticar e assim ajudar muitos dos empresários sérios que se tem, é interessante, é importante registrar aqui que temos empresários que são sérios, e estão preocupados com a situação sim, e têm medidas propositivas, querem ser ouvidos sim, como já foram e querem participar nas Secretarias Estaduais, no Governo Federal com idéias e situações, com propostas concretas para conseguirmos, se chegar a acontecer o fato da febre aviária chegar aqui nós conseguirmos fazer com que ela não seja tão drástica igual está ocorrendo em outros países.

É importante não só divulgar o consumo, como já disse aqui anteriormente, para não ficar repetitivo do produto, do frango, da carne do nosso frango brasileiro é também fazermos realmente a campanha esclarecedora através da nossa mídia para que nós possamos, de certa forma, delimitar ou então conseguir fazer com que a febre aviária não chegue no País e aí nós vamos voltar ao crescimento, voltar ao eixo natural que estávamos há poucos dias, principalmente a todo pique que estava ocorrendo em novembro e dezembro de 2005, Senador.

Então é preciso realmente que nós diagnostiquemos e o Governo Federal, o Poder Legislativo, o Executivo e nós os trabalhadores de mãos dadas que nem estão as centrais sindicais, que nem estão as duas Confederações sair a campo e à batalhar e assim nós podermos retomar. Nós os trabalhadores do Estado do Paraná queremos agradecer a oportunidade e nos colocarmos à disposição para mais esclarecimentos e informações no setor do Estado. O nosso obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao Presidente da Central Única dos Trabalhadores, João Felício. Queria também registrar a presença entre nós que vai poder falar naturalmente, em seguida quando iniciar o debate o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. Com a palavra João Felício, Presidente da CUT.

SR. JOÃO FELÍCIO – Bom dia a todos, companheiros e companheiras, é um prazer enorme retornar aqui ao Senado e agradecer enormemente ao Senador Paulo Paim que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e participação que tem se notabilizado nos últimos tempos em abrir espaço para o movimento sindical para que nós pudéssemos vir aqui nesta Casa

e colocarmos um pouco da realidade das nossas vidas no mundo sindical para que o Senado também reflita o mundo do trabalho, que é um mundo real, um mundo que nós representamos.

Também o espírito unitário dessa ação, eu acho que é muito positivo nós verificarmos aqui, Senador Paulo Paim, a presença não somente de centrais sindicais e suas representações, mas também Confederações, Federações, algumas delas filiadas à nossa Central Sindical, mas numa situação como esta de grande repercussão nacional e internacional é bom esse espírito unitário que todos nós estejamos lutando para apontarmos caminho altamente expressivo para este segmento tão importante.

Eu queria iniciar, Senador, já fazendo algumas denúncias, não é possível até o Século XIX se utilizava de métodos pouco condizente com a democracia e com a civilização para exigir que o cidadão cumprisse determinadas funções na sociedade, que era um trabalho profundamente escravo, se exigindo que o cidadão trabalhasse 16 horas por dia.

Agora nesse mundo globalizado parece que a possibilidade da utilização do açoite é um pouco mais difícil, e, no entanto, se exige uma produção tão desgovernada, tão acentuada do cidadão que o leva a viver uma vida desesperançada, uma vida que não condiz com o mundo civilizado que todos nós almejamos. Eu vou ler uma frase que apareceu nessa revista para que fique registrado aqui no Senado que foi o depoimento de uma companheira funcionária de uma dessas empresas, ela proferiu a seguinte frase, é bom que todos nós tenhamos aqui no Senado o registro dessa frase dela. "Depois que tira todos o osso, a coxa, a sobrecoxa fica o bifão grande. Ali não pode ter osso nem cartilagem, no caso quando se tira a cartilagem às vezes se fura a pele do frango, mas disseram que não podia mais ter furo nenhum." Esclarece a companheira. Por causa disso a nossa encarregada pediu para reduzir, passar para cinco ou quatro frangos e meio por minuto que ainda seria uma boa produção, mas no final ela foi para a rua e os seis frangos por minuto voltaram. Quer dizer, eu já assisti, Paulo, eu acho que todos nós já assistimos vídeos, filmes que relatam o que é o mundo do trabalho no Brasil. Já assisti filmes, por exemplo, relatando muito companheiros e companheiras cortadores de cana que é uma agressão à vida das pessoas, você perceber jovens de 20, 25 anos com uma expressão de 40, 50 anos porque são submetidos a uma produção diária de corte de toneladas de cana. Já assistimos também e vimos na vida, pessoas que são obrigadas para poder receber um salário digno trabalhar 16 horas por dia. Mas essa situação aqui num segmento extremamente moderno que tem contribuído enormemente que é o chamado agroindústria para a exportação do País, que tem uma lucratividade enorme, nós vivenciarmos situação como essa relatada por essa companheira nessa reportagem aqui, "Frango barato sai caro". Portanto, é inaceitável. Ninguém é contra, e seria um absurdo alguém ser contra que um setor como esse de altíssima expressividade na exportação deixe de sê-lo. O que é inaceitável é a gente se utilizar constantemente da exploração do cidadão, de uma cidadã para alavancar uma lucratividade enorme e essa lucratividade não ser compartilhada, que é isso que tem ocorrido nesse País, você pega segmentos, segmento automotivo, isso para não falar do setor dos bancos, o setor financeiro, que é um segmento que tem uma enorme lucratividade, mas colocam toda sorte de obstáculo para fazer um acordo salarial com os companheiros de sindicato dos bancários. Esse aqui é um segmento também assim que poderia estar dividindo, poderia ter uma situação um pouco mais civilizada na relação com seus funcionários e não conseguem. Por exemplo, em Jaraguá do Sul a CARGIL que é uma multinacional, bastou os companheiros daquela fábrica entrar em greve, fazer uma luta, absolutamente natural, porque o direito de greve é um direito sagrado, constitucional, ao cidadão deve ser dado, pelo menos, o direito de espernear quando se sente oprimido numa situação de profunda opressão no mercado de trabalho, ter o direito de fazer greve, a empresa simplesmente demite, vai embora. Uma grande multinacional chamada CARGIL que, se não me engano, é uma empresa norte-americana. Portanto, é um segmento da altíssima lucratividade que as grandes empresas estão vindo para cá, e ninguém é contra que venham, ninguém é contra que venham se utilizar de um mercado, se instalar aqui, gerar emprego, gerar distribuição de renda. O que nós não aceitamos é uma situação dessa natureza tal como nós estamos vendo, que qualquer problema, qualquer crise que ocorre mesmo que seja uma crise que está por vir ainda imediatamente milhares e milhares de companheiros e companheiras são colocados em férias coletivas, são dispensados, às vezes determinadas empresas não tem a coragem de dispensar diretamente, mas são empresas terceirizadas que demitem e que acabam trazendo uma enorme crise para o segmento. Portanto, eu acho que uma Audiência Pública como esta, Senador Paulo Paim, tem essa importância para nós, da gente deixar registrado mesmo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – O senador Garibaldi está do nosso lado aqui.

SR. JOÃO FELÍCIO – É um prazer, Senador Garibaldi. Que tem para nós essa importância da gente denunciar situações como esta no mundo do trabalho,

tal como estava dizendo antes, por isso que nós das centrais sindicais sempre falamos da necessária humanização do mundo do trabalho, este é um segmento que precisa ser humanizado, é inaceitável você exigir que uma pessoa, que uma mulher, um homem desosse seis coxas de frango por minuto, sendo obrigado a desossar quase três mil coxas de frango por dia, por isso que tem essa crise, a companheira não consegue nem amamentar uma criança porque tem um problema nos nervos, nos músculos e etc. 23 anos de idéia, isso é uma situação que agride, por isso que nós chamamos as autoridades desse País, Ministérios, chamamos as Organizações de Direitos Humanos existentes na sociedade, as Organizações da Sociedade Civil. Essa não deve ser apenas uma luta do Sindicato porque há determinadas lutas que ocorre no país que elas extrapolam o mundo sindical, extrapolam os nossos sindicatos de base que lutam com muita força, com muita garra para superar um grau de opressão existente. E eu digo isso também e isso está ocorrendo até pela forma que tem havido a exportação. Eu acho que todos os companheiros aqui que são do ramo sabem, talvez os outros não, mas até 1995 a grande produção, a grande exportação se dava através do frango inteiro, hoje, não, hoje 60% da produção é através da produção desossada. Portanto, isso deveria ser acompanhado por uma enorme elevação de postos de trabalho. A contrapartida não houve, portanto, quando você produz, quando você exporta dessa maneira; uma coisa é exportar o frango inteiro, outra coisa é exportar pedaços, da mesma maneira como se exporta pedaços de boi, de porco e etc. Esse é um segmento que deveria ter triplicado o número de funcionários das empresas, isso não ocorreu, a contrapartida foi o seguinte, aumenta-se a exportação três vezes mais nesse segmento, como não houve três vezes mais na contratação de postos de trabalho, a exigência é uma produção desgovernada, aumenta-se enormemente a produção por pessoa para poder dar conta das demandas, da exportação e etc., portanto, essa é uma questão que todos nós deveríamos cuidar, é inaceitável que se abuse do cidadão por causa do desemprego para ganhar um salário, que eu tenho um dado aqui que me deixou estarrecido, um salário na criação de quem produz o frango, a média é de R$ 623,00 e no abate R$ 715,00; quer dizer, num setor tão espetacular como esse, uma enorme quantidade de recursos que se arrecadada, uma lucratividade incrível não se consegue pagar um salário melhor, praticamente dois salários mínimos. Portanto, também nesses casos as empresas que produzem o frango e exportam deveriam criar vergonha na cara e pagar um salário mais condizente e não pagar um salário tão agressivo como esse. Portanto, é um setor que poderia estar pagando uma média salarial muito superior ao que está pagando. A outra questão e nós temos dados aqui, Senador Paulo Paim, um resumo do estudo do DIESE que foi feito em Santa Catarina agora em março, portanto, o que nós estamos dizendo aqui não é discurso de sindicalista, nós não estamos aqui fazendo uma contraposição entre o mundo do trabalho com o capital e etc. como se não fosse possível a convivência, a exportação e a sobrevivência de quem representa o mundo do trabalho, são dados do nosso DIESE. Para se ter uma idéia em 2005, 60% da exportação do frango foi em cortes. Em Santa Catarina 17,63% pertence à produção nacional, produzem nacionalmente, exportam para o País, mas 29% o único Estado é para exportações, portanto responde isso por 712 milhões de cabeças abatidas num universo de quatro bilhões de pessoas que o nosso DIESE. Eu acho que diante de uma situação como essa, um Estado como aquele ou outros Estados que também contribuem enormemente para a produção, há a necessidade nesse momento de uma grande aliança nacional, ou a gente faz uma aliança nacional e conseguimos através das centrais sindicais aqui no Senado, Câmara dos Deputados, Poder Público, Ministério do Trabalho para diminuir o impacto nesse segmento ou nós vamos entrar numa situação como nós já vivenciamos em outros ramos da produção nacional que se tornou irreversível. E nós vamos, Senador Paulo Paim, cuidar muito neste ano, não é que a nossa central sindical deixará de organizar, de fazer a luta de segmentos de mais lucratividade como este o setor automotivo de bancos, mas a nossa central sindical está fazendo aquilo que eu costumo dizer, uma opção preferencial pelos pobres, por aqueles que têm uma dificuldade maior de organização sindical, até porque existe uma opressão muito grande nesse segmento. É inaceitável uma empresa como a CARGIL colocar tanta dificuldade para fazer negociação coletiva, colocar tanta dificuldade para pagar um salário melhor. Eu digo a CARGIL porque é aquela que se apresenta maior, não estou excluindo as outras não. Portanto, aqui nesse caso há a necessidade de uma pressão política muito grande das nossas autoridades junto com o movimento sindical, uma pressão muito forte sobre esta empresa, nenhum País do mundo aceita que uma empresa se instale de forma tão selvagem como essa, usufrui de uma lucratividade tão alta como usufrui e não divide a sua lucratividade e não dá condições de trabalho para que o cidadão possa exercer a sua função com dignidade ou o mínimo com esperança. Portanto, nós queremos e reivindicamos aqui, para encerrar minha fala que já está (inaudível) que nós devemos ter uma participação dos trabalhadores do Ministério do Tra-

balho num grupo interministerial para se antever, para se organizar, para se antecipar a essa possível gripe aviária. É melhor se antever, é melhor se antecipar do que esperar a desgraça vir e sair correndo atrás da desgraça, que é isso que às vezes ocorre no mundo do trabalho. O movimento sindical denuncia, denuncia, denuncia; você não consegue sensibilizar e, de repente, a coisa vem e a coisa surpreende as autoridades do País, surpreende o mundo do trabalho e surpreende o mundo sindical. A garantia de Seguro Desemprego, é necessário ter um fundo, não é possível e esse desafio nós fazemos a todos, todos deveriam ter um fundo, uma salvaguarda para que quando se avizinha uma crise, e a gente sabe que o mundo é assim, tem determinados segmentos que cresce assustadoramente numa época e num outro momento cai, por que é que não se aproveita a lucratividade no momento quando está bom para poder criar Seguro Desemprego nesse País. Sustentado pelo próprio segmento, inclusive, com fiscalização nossa. O capital precisa aprender que o mundo do trabalho não pode ser um mundo aonde você pega como se fosse uma petequinha, chacoalha e joga na lata do lixo quando bem entende. O capital não pode agir desta maneira com o mundo do trabalho e ainda afirmam categoricamente na sociedade que a luta de classe acabou. Acabou para alguns, mas para o capital não acabou a luta de classe, porque eles pegam, chacoalham e jogam o trabalhador na rua da amargura como bem entendem. Nós não compreendemos dessa maneira a relação capital e trabalho. É só andar e eu tenho denúncias aqui que comprovam essa afirmação nessa revista quando às vezes se impede que um caminhão de som, Senador Paulo Paim, um carro de som se dirige abertamente ao pessoal que está trabalhando, desossando frango dentro na fábrica, colocam uma cortina negra para que o sol não entre, para que o trabalhador possa ouvir a palavra do sindicato. Portanto são afirmações que nós estamos fazendo aqui sem exagero nenhum. Esse é o mundo que nós vivemos, o mundo do trabalho, é só andar pelo País entrar de surpresa, entrem de surpresa dentro de uma fábrica dessas ou entrem de surpresa num canavial de cana para perceber uma jovem mulher, um jovem cortando cana para a gente sentir o que é que é o mundo do trabalho no País.

Portanto, as denúncias que nós estamos fazendo aqui são denúncias altamente comprováveis para quem conhece o mundo do trabalho no País e anda pelo País e sabe como é que às vezes determinados segmentos do capital encara e se relaciona com sindicatos que representam o mundo do trabalho. Por último eu queria dizer que é necessário também a vacinação imediata, a disposição de medicamento ao pessoal do setor avícola para que a gente se antevenha a possível crise. É preferível a gente se antever, se organizar do que sermos pegos de surpresa como já ocorreu no passado. E por último a liberação de equipamento de proteção anticontaminação com fiscalização rigorosa e análise periódica da saúde dos trabalhadores.

Nós da Central Única dos Trabalhadores corroboramos com esta carta que foi tirada num encontro que vocês fizeram no Mato Grosso do Sul recentemente, uma carta unitária de todos os segmentos que representam a sociedade brasileira, que representam os sindicatos dessa região para que a gente consiga sair dessa questão.

Eu acho que, Senador Paulo Paim, encerrando, eu acho que são reuniões como essa que vocês estão fazendo aqui no Senado, portanto, é um agradecimento público da Central Única dos Trabalhadores para que a gente, no futuro, nesse País nós tenhamos, aquilo que eu disse durante a minha fala, relações humanas no mundo do trabalho, no que se refere a salário, no que se refere a emprego, no que se refere à proteção do mundo do trabalho que nós não tenhamos jovens denunciando situações como essa, com LER, com lesões repetitivas que lhe trazem uma desesperança enorme, uma desesperança, inclusive, no País. Por isso que eu acho que uma audiência como esta, portanto, quero, para encerrar, agradecer publicamente aqui a iniciativa de vocês e a presença de companheiros sindicalistas que estão aqui presentes junto conosco atuando também no mundo sindical, e o mundo sindical não é somente um mundo aonde se reivindica salário e emprego, mas é um mundo onde a gente denuncia a desumanidade que existe no mundo do trabalho. Esse é o nosso papel também. Obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A Comissão de Direitos Humanos do Senado se sente prestigiada, eu diria, pela presença aqui de todos os senhores e senhoras e esse, no meu entendimento, é um dos (inaudível) que denúncias como essa, efetivamente, precisam ser feitas e que se dê a devida repercussão. Eu queria também dizer para vocês da alegria de estar conosco aqui o Senador Garibaldi Filho, é um companheiro nosso em todos esses debates da questão social, e eu tenho dito de público, o debate do salário mínimo na questão do PIB ele foi fundamental, ele sabe o que eu estou dizendo, como foi toda a discussão e estamos avançando. E dizer também, João Felício, que foi numa audiência semelhante a essa com a presença das centrais sindicais e de representante de Confederações que nós fizemos aqui um grande debate do fator previdenciário, e foi

decisivo para que o Senado aprovasse o fim do fator previdenciário que a gente espera agora que na seqüência a Câmara também, até que se tiver que alterar, que altere, mas que não permita que fique como está. Eu sei que o movimento sindical comunga dessa posição, nós estamos recebendo já abaixo-assinado de companheiros de fábricas de todo o País para que o fator previdenciário seja alterado com a rapidez que ele exige, por isso a importância dessa reunião. Eu já falei aqui com o Senador Garibaldi, ele disse que na seqüência vai fazer uso da palavra, mas que de pronto ele entendeu que eu devia abrir para o Plenário conforme foi combinado e o primeiro inscrito é o Sr. Paulo Pimentel da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. O Sr. Paulo Pimentel pode usar o microfone a sua frente para fazer as suas considerações, e em seguida, naturalmente, nós vamos permitir que todos os nossos convidados possam fazer uso da palavra e, naturalmente, todos se sintam como se na Mesa tivessem e aí a gente faz um debate. Eu sei que o Dr. José Pinto que é também Suplente de Senador, deste Senador está também querendo fazer uso da palavra e terá a devida oportunidade.

SR. PAULO PIMENTEL – Eu queria agradecer, em primeiro lugar, o convite feito à CNTS e informar ao Senador que tão logo fomos convidados nas outras audiências, nós comparecemos e fornecemos ao gabinete alguns levantamentos importantes relacionados com esta crise que nos ameaça que é a gripe aviária. Eu queria agradecer também ao companheiro Artur que lembrou logo da nossa Confederação e todos os companheiros representantes dos trabalhadores aqui presentes. É claro que essa situação atinge a todos os trabalhadores em geral, mas há de se citar algumas categorias que sofrem diretamente até por participar, como a saúde que participa profissionalmente e diretamente da situação, do entendimento ao trabalhador, ao nosso semelhante. É bem verdade que existem várias outras categorias como aqui foram citadas. Mas a nossa categoria é atingida muito diretamente e nós temos essa preocupação. Estamos, inclusive, fazendo um movimento entre a Confederação, as nossas Federações e o Sindicato dos Trabalhadores chamando-os também para participar do debate que é importante quem viver o dia-a-dia e participa diretamente dessa situação, é importante a sua manifestação, o trabalhador sempre tem que estar presente se manifestando e levando à sociedade tudo aquilo que ele conhece por participar diretamente. Eu queria encerrar minhas palavras porque naturalmente iremos participar aqui do debate e dizer que outros dados estão sendo levantados para serem encaminhados ao Senador Paim que eu reputo um Senador de um valor tremendo, não desmerecendo o outro nosso Senador aqui presente, a gente tem acompanhado e tem participado e tem visto aqueles que participam. Mas eu devo esclarecer que o nosso Senado tem participado, tem participado das lutas desse País e a gente fica satisfeito. Nós nunca tivemos um Senado tão atuante como esse atual que nós temos. E eu finalizo agradecendo e informando ao Senador que nós enviaremos dados importantes para um desempenho talvez um pouquinho mais claro, técnico desta crise, e se Deus quiser ela não chegará ao nosso País. Mas é preciso este cuidado, esta pressão que tem sido feita através do nosso Senador porque senão a gente sabe perfeitamente que as coisas começam a correr assim de uma maneira não muito séria e é por essas pressões é que todos nós participamos e agradecemos ao convite aqui feito a nossa Confederação.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A partir deste momento a gente estabelece um debate no Plenário. Podíamos aqui combinar cinco minutos cada um que quiser fazer uso da palavra tanto para reafirmar uma posição que entenda adequada para esse grande debate, ou alguma pergunta para todos aqueles que fizeram parte do painel. O primeiro inscrito é o Dr. José Pinto que está com a palavra, em seguida cada convidado que quiser fazer uso da palavra tem um microfone na frente que é só se habilitar.

SR. JOSÉ PINTO – Bom dia a todos, Sr. Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim. Apenas para que a Consultoria do Senado a Consultoria Legislativa do Senado tenha subsídios para que possa depois assessorar a Comissão no encaminhamento das sugestões aqui apresentadas e na formatação, inclusive, de alguma proposta que atendam os interesses das entidades sindicais aqui presentes. Eu acho que seria importante colocar, inicialmente, que nós temos aqui quatro atores principais, principalmente num primeiro momento o Governo Federal que parece que já divulgou um pacote de medidas relativas à questão da gripe aviária, teríamos que verificar então deste pacote quais é a opinião dos trabalhadores em relação a esse pacote para que eventuais omissões por parte do Governo pudessem ser supridas, inclusive, com a interferência do Poder Legislativo. Outro aspecto é a competência, capacidade do Congresso Nacional pelas suas funções legislativas e de fiscalização em que momento e em que situação ela poderia atuar. Talvez aí no âmbito desta Comissão, da Comissão de Assuntos Sociais pudesse ser criada uma subcomissão para o acompanhamento dessa situação da gripe aviária, inclusive, com membros de outras comissões, como da Comissão de Agricultura enfim, aqui da Casa. E os

outros dois atores principais envolvidos que são as empresas e os empregados. Em relação às empresas me parece que uma das medidas que o Governo adotou existe uma certa restrição porque parte da produção de frango destinado à exportação não pode ser subsidiada, não pode ser subsídio direto governamental tendo em vista as regras da OMC, Organização Mundial do Comércio.

Então, uma das alternativas que se criou, me parece que foi através do milho, através de um subterfúgio de se financiar a produção de milho, a compra antecipada de milho para que se pudesse como insumo principal da produção de frango nós temos, evidentemente, uma forma de colaboração do Poder Executivo, do Governo Federal em relação a essa questão. E isso também haveria de ser analisado porque aí nós temos dois problemas, nós temos o problema, porque na verdade dizia uma das grandes empresas produtoras de frango, que na verdade frango é milho processado em forma de carne, porque a maior parte, o maior insumo do frango é milho. Hoje nós temos uma informação do Rio Grande do Sul a saca de milho estava 18, quase 20 reais, hoje está 10 reais a saca de milho.

Então, nós temos aí e sendo que grande parte da produção de milho é destinada à ração animal, tanto para exportação como para o consumo interno. Então nós temos aí um problema que envolve também os trabalhadores rurais, os pequenos produtores e os grandes produtores que estão envolvidos nessa questão que são os produtores de milho. Nós temos um impacto grande como falou o Presidente da CUT o Dr. João Felício, que o frango é todo desenvolvido, toda a sua produção através de uma produção integrada que envolve os pequenos agricultores numa determinada área geográfica. Então, evidentemente, que esses trabalhadores rurais com a desmobilização ou com a paralisação da produção também vão ser afetados diretamente, sem sombra de dúvidas, quer dizer, nós temos um impacto na produção agrícola do milho, nós temos um impacto na questão da produção integrada porque esses produtores integrados vão ficar sem a sua remuneração, porque eles recebem por frango (soa campainha) colocado, então nós temos também a necessidade de conjugar esses fatores todos. Parece-me que a principal medida seria a análise do pacote do Governo para se verificar o que é que se pode ser feito, a outra questão como uma sugestão talvez seja a certificação do frango brasileiro através de um órgão internacional, nacional que pudesse do ponto de vista da exportação certificar esse frango para consumo internacional, no mercado nacional e outra coisa é uma propaganda porque nós temos um problema de mercado, se não há consumo, se as pessoas lá fora na Europa, na Ásia estão, vamos dizer, receosas de consumir o frango por algum tipo de problema a primeira questão é a certificação sanitária, a segunda medida que parece que o Governo já adotou é a divisão do País em regiões sanitárias para que um problema de gripe aviária acontecida, por exemplo, no Estado do Pará não repercuta em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Mato Grosso, devido à extensão continental do nosso País. E as outras questões. Na questão do Seguro Desemprego é bom falar o seguinte, nesses momentos sempre há necessidade de se adotar uma medida legislativa porque a legislação do Seguro Desemprego em vigor ela não atende essas situações emergenciais até porque alguns dos representantes sindicais falaram que no setor a rotatividade da mão de obra é muito grande, como você precisa de, no mínimo, 15 meses num emprego para acionar o Seguro Desemprego praticamente o Seguro Desemprego vai atender uma parcela pequena de trabalhadores da área, então haverá, isso é uma resultante, haverá necessidade, evidentemente, de uma legislação emergencial para se estender o Seguro Desemprego ou se liberar o Fundo de Garantia para essas pessoas, alguma medida legislativa porque pela legislação atual vai ser difícil essas pessoas acionarem o Seguro Desemprego devido o fato delas não preencherem os requisitos para acesso a esse mecanismo. Eu acho que essas eram as questões mais relevantes a serem levantadas no momento para o debate aqui na Comissão para que a gente possa ter subsídios e surgir mais algumas coisas depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito bem, DR. José Pinto, nós combinamos aqui o seguinte, vamos fazer uma fala de três e depois as pessoas vão interagindo, podem ir perguntando, podem ir questionando, ou explicitando também a sua posição sobre aquilo que aqueles que os antecederam falaram. Então o próximo agora é o Sr. Sérgio Bonzan do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Carne e Alimentação e Similares e Derivados de Sidrolândia, Mato Grosso do Sul. Em seguida já pediu a palavra o Sr. Siderlei. Na seqüência teremos mais três.

SR. SÉRGIO BONZAN – Bom dia Paulo Paim. Eu quero agradecer a oportunidade de eu estar hoje nessa Audiência Pública que o Senador está dando para todos nós do movimento sindical. Eu quero cumprimentar o João Felício, Presidente da CUT e em nome dele cumprimentar as demais Confederações e os Sindicatos aqui presentes. Eu sou do Estado do Mato Grosso do Sul e aonde, como foi já colocado aí na Mesa, nós somos um Estado juntamente com o Estado do Paraná que estamos em duas crises fortes que a primeira veio a febre aftosa que no nosso Esta-

do ainda hoje temos cinco frigoríficos onde as portas estão fechadas ainda, e já temos a gripe aviária aonde já temos 1500 trabalhadores demitidos e 2 mil trabalhadores em férias coletivas, que para mim férias coletivas é aviso prévio antecipado, porque a gente sabe que dentro desse ciclo de produção de ovo até chegar ao abatedouro, o frango para o abate e indo para o mercado 30 dias de férias coletivas não vai resolver o problema de mercado. Então esses trabalhadores, infelizmente, com as férias coletivas, certamente 50% deles virá a ser demitido nas empresas.

Dentro dessa crise também são os pequenos produtores, porque ainda aquele grande produtor que tem 10, 12 aviários, 200, 300 frangos ele ainda têm a lavoura, tem ainda o gado no pasto, então ele tem outros mecanismos de sobrevivência, mas aquele pequeno produtor que tem aquele aviário, que tem os seus 25, 30 hectares de terra sobrevive do aviário. E a reportagem que passou sábado na televisão local foi chocante aonde que o município de Terenos onde há um grande número de pequenos produtores que produzem para a AVIPAL há 70 dias não estão recebendo da indústria e agora pior, agora estão com os aviários sem o pinto lá, já não receberam daquele lote que entregaram para a indústria e agora estão com os aviários vazios.

Então, eu acho que a preocupação é grande, a gente está buscando, vai ter Audiência Pública na Assembléia Legislativa na Comissão de Trabalho e Direitos Humanos no dia 25 de abril das 14 às 19 horas.

A preocupação do Governo do Estado começou se sentir na própria entrevista do Governador do Estado que ele diz que o Estado não vai suportar duas crises, que se continuar essa crise prolongada de seis a oito meses que é a previsão que os técnicos estão dizendo que vai até setembro, outubro; não vai ter dinheiro nem para pagar a folha do Estado. E ele colocou em entrevista isso no sábado no nosso Estado.

A gente também quer fazer uma pergunta para as duas Confederações. Está se debatendo muito a questão do Seguro Desemprego, de responsabilizar as empresas socialmente, mas como o Siderlei colocou os dados, são 15 mil trabalhadores já demitidos. O que é que vai ser feito de concreto para esses 15 mil trabalhadores? Isso é uma coisa que tem que ser para ontem, não pode nem se pensar para amanhã porque esses trabalhadores já foram demitidos, tem mais trabalhadores de férias coletivas, mais 10, 15 mil trabalhadores de férias, daqui a 30 dias esses trabalhadores também poderão ser demitidos, e isso é uma questão séria e que tem que se discutir rápido e a gente sabe que aquilo que se trata com o Governo, com os órgãos públicos é uma que talvez tem que se discutir quatro, cinco meses e não tem solução. A prova foi a questão da aftosa no nosso Estado onde que até os (soa a campainha) dois Presidentes das Confederações participaram lá e hoje os trabalhadores estão todos demitidos, frigoríficos fechados, as indústrias ganharam incentivo, os produtores foram pagos, as vacas que foram abatidas, que estavam doentes, só que para os trabalhadores até hoje não teve nenhum resultado concreto. É isso que eu queria colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Eu vou encaminhar da seguinte forma. Vai falar agora o Sindicalista o Sr. Adão e em seguida entre aqueles que já fizeram uso da palavra passam a responder o Siderlei que já pediu a palavra e o João Felício e também o nosso Darci, na seqüência você também.

SR. ADÃO – Senador Paim e demais da Mesa, João Felício, Presidente da nossa central e demais autoridades Senador Garibaldi e as nossas Confederações. Eu vou falar mais e resumindo Lajeado onde eu represento que sou Presidente do Sindicato da Alimentação de Lajeado o GRUPO AVIPAL lá é o que mais tem demitido os trabalhadores, demitiu 500 trabalhadores e estão 800 trabalhadores de férias coletivas. E a preocupação do Sindicato das Federações é que na cidade de Lajeado 300 demissões onde um frigorífico que emprega três mil trabalhadores e 800 estão desempregados, o momento de incerteza dos trabalhadores que estão de férias coletivas, deveriam pegar férias para passear e estão saindo de férias sem saber qual é o futuro deles na volta ao seu trabalho. São famílias que são demitidos, primeiro na fila são aquelas pessoas doentes, foram demitidas gente que vem trazendo problemas de saúde e em torno de incerteza que fica com a gente nesse momento. Nós temos desenvolvendo no dia 19 às 14 horas uma Audiência Pública lá na cidade de Lajeado na Câmara de Vereadores e a gente está muito preocupado sobre o que o Governo vai fazer nesse momento que os trabalhadores saem desempregados, alguns companheiros que estão de volta, estão 6 meses, ficam 2 meses na questão do Seguro Desemprego também e o que o Governo vai fazer. Nós estivemos há poucos dias aqui em Brasília para tentar uma Audiência com o nosso Ministro do Trabalho, nós fomos recebidos por uma outra pessoa e também, além disso, quando o sindicato faz as denúncias lá no Ministério do Trabalho muitas vezes não somos atendidos, a demora para ser atendido e os companheiros têm problema de saúde, a questão de CAT, o Sindicato está fazendo esse trabalho, mas aí fica jogado de um lado para outro, também eles não têm a questão da Seguridade Social é difícil lá para os trabalhadores receberem algum dinheiro. Mas, Sena-

dor, a preocupação dos trabalhadores é muito grande lá na Cidade de Lajeado, também das pequenas agriculturas, da agricultura familiar que é um pólo que se concentra muitas indústrias da avícola no pólo e são muitos criadores, pequenos produtores que estão não região. Além disso, os caminhoneiros que são pequenos proprietários do transporte, que fazem o transporte lá da granja para o setor de abate que não têm condições de pagar as suas prestações do caminhão que comprou, os agricultores não têm condições de pagar o empréstimo que fizeram para o seu pequeno aviário, e os trabalhadores, que muitos têm empréstimos também na folha consignada e esse empréstimo que se faz desconta em folha de pagamento. A rescisão de contrato, a gente está aconselhando os trabalhadores que são demitidos para guardar, não gastar, porque a gente não sabe quando é que eles vão arrumar outro trabalho, que está difícil, todos nós sabemos. São poucas as minhas palavras, a gente quer pedir um apoio do Governo Federal, do Senado, da Câmara dos Deputados na questão do Seguro Desemprego para que a gente desenvolvesse um projeto para atender aos trabalhadores, emergencial. (soa a campainha) Seria isso. Obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Na seqüência estão inscritos já para responder e ao mesmo tempo colocar as suas posições o companheiro Siderlei, João Felício, Darci Rocha, Artur Bueno e HERNANI Garcia. Cinco minutos com a tolerância de mais um. Siderlei.

SR. SIDERLEI SILVA DE OLIVEIRA – A preocupação minha continua, a gente vem a Brasília, estivemos aqui, estamos hoje aqui. As demissões estão acontecendo e eu acho que a gente tinha que buscar mais alguma coisa. E alguma solicitação nossa que não vejo problema nenhum a ser atendida, são mínimas e não foram entendidas, por exemplo, a nossa participação naquele comitê interministerial que trata a gripe aviária, eu acho que no Brasil ou mudamos, pensar como primeiro mundo ou nós nunca vamos chegar a ser primeiro mundo, enquanto não envolver os trabalhadores nas questões não adianta. Existe uma casta involucrada dentro dos poderes que não respeitam os trabalhadores. E não é diferente em vários segmentos do Estado mesmo, os Governos Estaduais como, inclusive, nas Câmaras Federais, Câmaras Estaduais, os trabalhadores não são ouvidos. Trata-se da questão dos empresários, os empresários querem subsídio, já estão pedindo subsídio do milho e os trabalhadores estão sendo demitidos. Eu acho que para dar um subsídio tinha que estar casado com a não demissão. Então não dá. Eu fico revoltado quando eu vejo isso, que os empresários olham para o lado deles. Agora só tem sentido ajudar os empresários quando a questão social está sendo reparada, e aí não está. Nós não fomos, não permitem a nossa participação nesse Comitê, como convidado que seja, porque é lá que trata da questão, e lá nós não somos ouvidos, só se trata a questão de um lado, e não pode tratar, os dois lados têm que serem ouvidos.

Então a questão dos trabalhadores sempre fica para depois, e depois das demissões feitas é muito difícil resolver. Já está feita, gente. A condição aftosa a mesma coisa. Eu estive presente, inclusive, no Mato Grosso, eu tinha proposta da ampliação do desemprego, do Seguro Desemprego por certo tempo para aquela gente, só ficamos na proposta, havia discordância, principio não se mexe, não pode desempregar, não pode, mas desempregam. É a primeira coisa que fazem. Essa indústria do frango foi a que mais ganhou, pode qualquer análise da economia que se fizer vai aparecer a indústria do frango ganhando como ganhou, e o primeiro probleminha de dá já programado por eles porque é um *lock-out* uma greve que eles fizeram, pararam de produzir não alojaram o pinto para garantir o mercado interno e já demite e já pedir subsídio, e já estão achando uma forma de dar porque não pode dá, os subsídios estão proibidos, os importadores não aceitam concorrência desleal, mas tem forma, o brasileiro (inaudível) sempre se dá. Mas para os trabalhadores não tem jeito. Por que é que nós não estamos nessa Comissão? Já solicitei a vários Ministérios que eu visitei. O Ministério do Trabalho tem que estar presente e aqui são questões de Estado, não é nem de Governo, são problemas que envolvem o Estado, os Poderes, como um todo, inclusive, a Justiça é envolvida num caso como está acontecendo no frango. Então, eu acho que é assim que tem que se pensar. Se vai ao Ministério do Trabalho, isso é com o Ministério da Agricultura, isso é com o Ministério da Saúde e aí fica nesse meio.

Então, vamos lá para esse órgão onde está o Ministério da Saúde, da Agricultura juntos, vamos discutir. Então, é uma solicitação que nós fizemos nessa audiência e aos dois Senadores da Mesa. Eu acho que é justo, no mínimo, nós participamos, no mínimo como cidadão, dentro de uma Comissão que trata questões de um setor onde nós somos tremendamente envolvidos, somos 400 mil trabalhadores envolvidos nesse setor.

A questão da resposta que fazia era isso, a ampliação do Seguro Desemprego a esse setor, já houve casos no calçado, houve casos noutro setor, também pedimos a esse setor também, já existem número de desempregado e uma fiscalização também no oportunismo das empresas, é que essa questão de mandar doentes embora, (soa a campainha) tem uma penaliza-

ção, exigem que as pessoas quando são contratadas é feito um exame médico para contratar e aí quando vão demitir, os doentes são demitidos com exames e tudo, embora constatada a doença. Eu acho que essas são questões que a gente vai ter que tratar um pouco diferente. Então, primeiro, ampliação do Seguro Desemprego, eu acho que é uma questão que tem que ser resolvida e não é difícil de se resolver isso, e a questão também da participação dos trabalhadores nessa Comissão Interministerial que trata da gripe aviária. Nós não somos Ministério, agora como entidade convidada, com certeza, podemos e o Ministério do Trabalho tem que ser convidado, exigir a participação do Ministério do Trabalho também lá nessa Comissão Interministerial porque é lá que se tratam as coisas, que trata a gripe aviária.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – De imediato a palavra ao Presidente da CUT, João Felício.

SR. JOÃO FELÍCIO – Uma parte daquilo que eu pretendia colocar (soa a campainha) o companheiro Siderlei já colocou, mas eu gostaria de fazer alguns comentários, eu achei muito boa a fala do José Pinto, eu acho que contribuiu enormemente no debate, especialmente, na busca de soluções, alternativas.

Nós já tivemos momentos aqui no Brasil bem recente crise, por exemplo, no setor automotivo. Nós encontramos uma solução negociada com o Poder Público e para evitar que houvesse demissão em massa do segmento. Tivemos, inclusive, recentemente uma negociação que resultou na ampliação do Seguro Desemprego para pescadores da região da Amazônia, uma seca brutal que levou a uma situação insustentável. Eu acho que esse segmento também está merecendo, eu acho até que já houve iniciativas por parte do Ministério do Trabalho, mas eu acho muito aquém da necessidade, isso que o Siderlei colocou é correto. Eu acho que uma ampliação na parcela do Seguro Desemprego neste momento, uma ampliação considerável seria uma atitude muito bem vista pelo mundo do trabalho e pelo Sindicato.

Quando a gente fala, por exemplo, de se criar um fundo emergencial, eu acho que está na hora, nesse País, da gente ter uma participação e aí nós não estamos cobrando simplesmente às autoridades públicas, nesse caso o setor empresarial, que eu acho que eles precisam criar em determinadas situações de bonança, de altíssima lucratividade de criar um fundo próprio para resolver problemas quando ocorrem crises em determinados segmentos, a gente não poder deixar simplesmente o mercado resolver tudo, porque o mercado quando resolve tudo ele sempre resolve sobre nós. Ele sempre resolve sobre o mundo do trabalho. Tem crise? Somos nós que pagamos o pato em todos os segmentos. Então é necessário criar leis, mecanismos numa combinação entre nós, Poder Público e os empresários para se antecipar a possibilidade de crises que são eminentes numa sociedade como esta que nós estamos vivendo. É nesse sentido que a gente coloca a parceria neste momento e nós achamos, Senador Garibaldi Alves e Senador Paulo Paim, que vocês poderiam contribuir enormemente para que isso ocorra, para que não sejamos surpreendidos por uma situação, porque nós estamos, pelas denúncias colocadas aqui, talvez estejamos não no início da crise, talvez estejamos no meio da crise, crise essa que pode ficar incontrolável, se ela ficar incontrolável a situação nossa vai ficar pior ainda. Nós já temos denúncias que foram apresentadas aqui na região tal de 20 mil pessoas em férias coletivas, na outra região dispensa de 1500 pessoas. Se vier uma gripe nesse País aqui agora, a crise vai ficar incontrolável. Então vamos nos antecipar para que nós possamos estabelecer uma aliança. Nós não temos receio de dizer que quando o Governo erra, nós não temos o receio de dizer errou, e quando acerta não temos receio de dizer que acertou. Por exemplo, eu achei espetacular o que ocorreu na DRT de São Paulo quando eles foram lá fiscalizar trabalho escravo em plena capital de São Paulo. Eram coreanos escravizando bolivianos e paraguaios na produção de camisa e foi uma ação espetacular do Ministério do Trabalho na capital de São Paulo. Então o comportamento da CUT e este, quando acerta nós elogiamos, quando está titubeando nós temos que criticar, e aqui a crítica é nos empresários, não é possível, parece ave de rapina, parece que era uma senhora, um senhor depenando um frango e um gavião em cima, você não sabe se quer chupar o cérebro do trabalhador ou quer comer o frango que está sendo ali esquartejado, desossado e etc. Não é possível as pessoas terem um comportamento tão perverso.

Tem empresa brasileira, que eu fiquei sabendo aqui agora que não tem a coragem de dispensar da sua fábrica de alimentação, mas aceita a dispensa em massa na empresa terceirizada, que bonito não é? (soa a campainha) Eu não dispenso na minha. Eu mantenho aqui meus postos de trabalho, minha imagem permanece intacta, mas as empresas terceirizadas que fornecem o produto e etc., a dispensa está ocorrendo à solta. Então, até isso está ocorrendo nesse segmento. Quando a gente fala de humanização do mundo do trabalho, nós não queremos ampliar terceirização, não queremos ampliar, nós reconhecemos que tem havido um aumento de postos de trabalho com carteira assinada em vários segmentos da economia, isso é altamente espetacular, sempre foi uma reivindicação

das centrais sindicais, e está ocorrendo. Nós reconhecemos o aumento real no salário mínimo, Senador, eu acho que vocês tiveram uma participação muito positiva. Há muitos anos que nós não vimos, em dois anos se teve 22% de aumento real no salário mínimo. Eu acho que foi uma conquista inegável, se nós continuamos assim nós vamos ter uma bela recuperação no salário mínimo nos próximos anos. Então, quando a gente chega aqui e critica é porque a coisa está difícil, (soa a campainha) a coisa está muito difícil, se a gente não encontrar soluções antecipadas como esta que nós estamos colocando aqui aí nós vamos chorar lá na frente. Vamos evitar o choro do futuro e tentar resolver alguma coisa no presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao Sr. Darci Rocha, em seguida é o Artur Bueno.

SR. DARCI ROCHA – Eu quero agradecer em nome da Federação também a participação aqui do Senador Garibaldi Alves Filho em nome da nossa Diretoria, agradecemos muito pela sua preocupação, também em relação aos trabalhadores do ramo da alimentação do Estado do Rio Grande do Sul e também do Brasil. Eu acho que era importante num debate desse que a gente tivesse alguém da Vigilância Sanitária no sentido de se discutir algumas questões que estão colocadas para nós e que existem algumas contradições, por exemplo, a nossa Federação em conjunto com a CONTAC é signatária daquele documento que assinamos lá em Uberlândia aonde pede a imediata prevenção da vacinação dos trabalhadores envolvidos diretamente com o setor avícola.

E aí os técnicos do Ministério da Agricultura, quando estivemos com eles disseram que não existe possibilidade de vacinar porque não existe uma vacina ainda aqui no Brasil e, talvez no mundo no sentido de prevenir a questão da gripe aviária em seres humanos porque ela hoje não é transmissível entre uma pessoa e outra, e para que isso aconteça tem que haver uma mutação do vírus e daí só depois pode ser desenvolvida a vacina. Então essas são contradições que a gente enfrenta e que os técnicos dizem uma coisa e a gente pensa outra, e a gente quer uma solução nesse sentido.

E outro dado que eles colocam que nos países asiáticos e nos europeus, mas principalmente nos asiáticos o problema lá é da forma que eles arregimentam esses animais, que existe uma promiscuidade, que os animais convivem junto com as pessoas, que as feiras vivas abatem os animais vivos para as feiras aonde são abatidos no momento e que por falta de estrutura de congelamento e tal, logística e tal que eles têm esta forma de proceder e daí isso incentiva essa questão da transmissão do vírus, mas reforçando a importância dessas pessoas estarem aqui no sentido de fazer um debate mais aprofundado. Eu acho que a CONTAG deveria estar aqui ou alguém representante dos trabalhadores dos integrados e será de suma importância, mas como a gente está aqui na defesa da cadeia e sabe que a indústria não sobrevive sem os integrados porque sabe que tudo é uma cadeia, é importante salientar que os trabalhadores integrados já estão tendo prejuízos eminentes, ou seja, os ciclos de entrega desses animais, as indústrias já estão sendo espaçadas, por exemplo, os caras contrataram para entregar 8, 10 ciclos por ano, já reduziu para 4, 5 ciclos e eles fizeram uma contratação e empréstimo junto aos bancos para financiar essa produção deles para 10 ciclos. Como é que fica essa questão? Eu acho que é importante pensar nisso também nesse momento, e salientar que esses companheiros nossos que estão lá, que são nossos de dentro da cadeia produtiva que eles não têm Seguro Desemprego é importante colocar isso no momento que nós reivindicamos para o trabalhador da indústria e com muita justeza que nesse momento seja socorrido e tenha uma ampliação do Seguro Desemprego e que seja olhado também os companheiros dos integrados. Outra informação para encerrar que é importante colocar e que o Adão colocou aqui e que outros colocaram e é importante nosso Presidente da CUT que também falou nessa direção e que é um absurdo que esteja ocorrendo isso é que trabalhadores estão sendo demitidos doentes e estão sendo demitidos doentes por quê? Não é só por causa da gripe aviária, é importante que a população saiba disso e a sociedade saiba disso. Existe um projeto da nossa Confederação contra o ritmo do trabalho, existe um projeto da nossa Federação lá no Rio Grande do Sul no sentido de complementar em parceria com a Universidade Católica de Pelotas, também para apontar a questão do ritmo de trabalho. O que as empresas fazem? Se utilize e aí entra o oportunismo, companheiro Siderlei, e se utilizam neste momento de crise para mandar embora justamente aqueles trabalhadores que são os candidatos eminentes a serem afastados por doenças ocupacionais e quem paga isso, não precisa que a gente repita muito aqui, é a sociedade porque quando vem, Senador Paulo Paim, os projetos de reforma da Previdência, que não se pode mais suportar a Previdência e tal e tal, não se olha para esse aspecto que é muito natural e que está acontecendo natural, não, mas que está acontecendo hoje como se fosse natural no nosso País se colocar trabalhadores em risco eminente de perder a capacidade física de aposentadoria precoce e depois joga para a sociedade pagar. Então, é isso que a gente quer colocar aqui. E

quando a gente coloca que tem trabalhadores demitidos e que estão com laudo, inclusive, que estão com doenças ocupacionais a gente coloca com muita clareza, porque, inclusive, a nossa Federação já entrou no Ministério Público (soa a campainha) pedindo reintegração desses trabalhadores em algumas empresas lá no Estado do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao Sr. Artur Bueno e por último o Sr. HERNANI Garcia. Na seqüência com certeza dar aqui a sua mensagem.

SR. HERNANI GARCIA – Eu queria me ater um pouco a dar uma resposta com certeza não convincente, mas eu acho é O meu dever com relação a pergunta que o companheiro Sérgio que é Presidente do Sindicato do Sidrolândia, Mato Grosso do Sul, está fazendo. Eu acho que ele colocou muito claramente a questão de que nós tivemos um movimento lá, logo quando houve no início da questão da febre aftosa, lá tivemos a Confederação da Alimentação juntamente com o Sindicato, o companheiro Siderlei esteve lá também. E ele pergunta, esses trabalhadores que já foram demitidos em conseqüência da febre aftosa que ainda estão desempregados e que agora esses trabalhadores que estão sendo demitidos em conseqüência da questão da gripe aviária, e o que é que as Confederações realmente têm para responder. Companheiro Sérgio, primeiro eu queria colocar o seguinte. Nós fizemos um movimento lá em Chapecó no último dia 12, fizemos um movimento lá em Chapecó, Santa Catarina e lá nós convidamos representações do Governo Federal, do Governo Estadual, Municipal, da representação dos trabalhadores e dos empresários.

Eu confesso que para mim é uma decepção a posição do Governo Federal. É uma decepção, fica discutindo a questão técnica, mas não discute o cerne da questão que é o problema dos trabalhadores e o Ministério da Agricultura mandou lá um técnico para falar sobre a questão da gripe aviária.

Ficamos sabendo agora de que foi dito aqui por um companheiro de que já está sendo liberada verba para o setor de frango, mais uma vez o Governo Federal demonstra que está preocupado sim, com a questão da exportação do franco, mas não está preocupado com os trabalhadores, porque não chamou a representação dos trabalhadores para poder estar discutindo alternativa que pudesse sim, socorrer o setor, mas isso com alguma garantia de emprego, das condições dos trabalhadores.

Eu acho que isso é uma questão realmente importante. E aí, Sérgio, eu quero dizer de que quando nós estivemos lá discutindo a questão da febre aftosa e que você é testemunha disso que nós havíamos pedido representantes do Ministério do Trabalho, e eles haviam, inclusive, assumido o compromisso que estariam lá. Aqui está o Siderlei que pode comprovar isso. Nós ficamos esperando mais de cinco horas e não apareceu ninguém, e depois por telefone ligou para a Delegacia Regional do Trabalho lá de Mato Grosso do Sul e pediu para que uma representante fosse lá, a coitada não sabia nem porque estava lá.

Então é preciso que trate essa questão com pouco mais de responsabilidade. O Ministério do Trabalho tem que realmente estar à frente dessa questão, não pode mais ficar alheio a essa questão. Enquanto o Ministério do Trabalho não estiver à frente, junto, ouvindo a representação dos trabalhadores para que a gente possa realmente combater esse tipo de coisa, nem as Confederações, e como disse o companheiro Felício, eu acho foi muito feliz, quer dizer, vamos continuar com essa exploração.

Nós sabemos, vivemos num País capitalista, o objetivo do capital é explorar o trabalhador para obter mais lucro, mas é possível realmente a gente amenizar e que essa ganância não seja tão escravagista como é o sistema capitalista, eu acho que dá para amenizar desde que realmente nós possamos ter voz neste Governo, e ele tem que ser o ponto, o Governo tem que ser o ponto de equilíbrio nessa questão. Enquanto nós não obtivermos isso, dificilmente vamos mudar essa questão.

Então, eu quero aqui registrar, Senador, de que eu acho que o movimento sindical e a representação dos trabalhadores estão fazendo o seu papel, agora é preciso realmente cobrarmos mais do Governo e, por outro lado, se nós... Fico muito feliz do Felício ter dito aqui, o Presidente da CUT de que vocês estão priorizando aqueles, realmente, que está em condições piores de trabalho e de salário, eu acho que esse deveria realmente ser o movimento de todas as centrais e de todo o movimento sindical, eu acho que é preciso a gente trazer aqueles que estão em piores condições para cima, para que juntos nós possamos avançar, senão nós ficamos com a questão desequilibrada, eu acho essa deve ser a prioridade do movimento sindical, nesta linha, neste sentido, Felício, pode contar com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passamos a palavra ao Sr. HERNANI Garcia, dispõe também de cinco minutos com mais um.

SR. HERNANI GARCIA – Só quero reiterar, mais uma vez, das dificuldades e os dilemas que os trabalhadores têm em todos os rincões do Estado brasileiro. O companheiro Artur, Presidente da CNTA, o compa-

nheiro Siderlei já noticiaram aqui as dificuldades que temos tido com relação ao relacionamento nos Ministérios para abrir uma porta e nós podermos também trazer propostas e, muitas das vezes, colocar, apontar os dilemas que os trabalhadores têm em todos os Estados, Senador.

Eu entendo oportuno também, João Felício, trazer aqui a notícia e isso eu acredito que não é só no Estado do Paraná, mas eu acredito que se nós através do Ministério do Trabalho conseguíssemos efetivar um concurso urgente na área dos fiscais, auditores fiscais nós conseguiríamos, de certa forma, diminuir e eu vejo assim, acabar hoje na situação que está, e entendo assim que é difícil, mas eu entendo que é possível se nós, de imediato, conseguirmos implementar um concurso e aumentar número de auditores fiscais nós conseguiríamos diminuir sensivelmente o número, o exército de mutilados que temos, essa é uma necessidade urgente, e eu acredito que em todos os Estados, em nome do Estado do Paraná vimos aqui reivindicar isso de forma mais urgente.

Os desmandos de alguns empresários na área, quando se vai falar na questão da terceirização, do desmando, do escravagismo, não só no setor avícola, mas em outros setores, é um absurdo o que acontece, é absurdo mesmo e acumulado com as dificuldades que temos com o Poder Judiciário na demora do atendimento das reclamações trabalhistas, das demandas em decorrência dessas deficiências, o nosso trabalhador, muitas vezes, morre sem ver o seu anseio atendido e os empresários, na sua maioria, acabam por aproveitar. Não é só em Santa Catarina, não é só no Rio Grande do Sul que tem essa situação de um sindicalista não poder entrar na fábrica, de falar com os trabalhadores, no Estado do Paraná também tem, João. Há poucos dias chegamos no Ministério do Trabalho com todo o dilema que temos, fomos ao Ministério do Trabalho, fomos à Procuradoria reivindicar o atendimento e a punição de empresários nesse sentido da escravização dos colegas trabalhadores, e o outro dilema, as Confederações já tentaram, já começaram a discutir, mas nós não temos conseguido avançar a discussão com relação a salário para o setor, João, Paulo Paim, companheiro Senador. Tem regiões lá no próprio Estado do Paraná que é salário mínimo, 16 horas de trabalho por dia e salário mínimo, é salário mínimo mesmo, não tenho vergonha de falar isso, isso está ocorrendo lá e quando vem reivindicar aqui mais auditores fiscais, mais engenheiros da Segurança da Medicina do Trabalho para que eles possam atender e cumprir minimamente a convenção coletiva ou a série de enunciados trabalhistas que se tem e que não é cumprido naquele Estado. Nós vemos aí uma série de enunciados e não é cumprido, então aproveito a oportunidade, não só para tratar da gripe aviária, Artur, Siderlei, mas também trazer esses dilemas que estão ocorrendo lá no Estado, como ocorrem no setor sucro-alcooleiro e assim, sucessivamente.

Mais uma vez acho importante frisar aqui que o Poder Legislativo, o Poder Executivo tem como, de imediato, de forma rápida, chamar os empresários, os seus representantes aqui e discutir o assunto, não só vir aqui e discutir as suas vendas, as suas exportações, mas discutir com nós, os trabalhadores, com os representantes dos trabalhadores a nossa situação de não demissão já. Há meios, há mecanismos, temos formas de nós, em conjunto, discutirmos saídas para isso nos Governos Estaduais, nos Governos Municipais, porque na hora que foi para discutir o Banco de horas, já disseram aqui, foi para discutir o contrato por parte determinado vieram, nos colocaram o que nós tínhamos que cumprir senão não dava emprego, agora a febre aftosa, a gripe aviária eles nos mandam embora e não abrem a porta para discutir, nem a janela abriram para nossa discussão. Estamos aqui neste momento parebenizando (soa campainha) o Senado por esta audiência, parabenizar as centrais sindicais, todas elas que rapidamente se interem dos assuntos nos Estados, também as demais Confederações, porque é toda uma cadeia produtiva, os trabalhadores rurais, nós da indústria, o comércio vão ser prejudicados e estão sendo prejudicados já, pelo dilema febre aviária.

Então, nós estamos conclamando e aí de certa forma, chamar atenção sim do nosso Ministro, do Ministério do Trabalho como um todo que dê uma atenção para esses setores dos trabalhadores da alimentação. Nós vemos muitas vezes é o setor automobilístico, é o setor A, é o setor B e o setor dos trabalhadores na indústria da alimentação, ao menos estar sendo recebido para um diálogo mais franco, Senador, e também o João Felício nos ajudar nesse sentido e aí como o Siderlei trouxe aqui, que nós sejamos contemplados no Comitê Interministerial (soa campainha) da gripe aviária e assim nós podermos lá fazer as nossas sugestões, a nossa participação e trazer as soluções para as nossas demandas, e as demandas da nossa sociedade como um todo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Passo a palavra, neste momento, ao nosso Senador Garibaldi Filho para que faça as suas considerações.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão. Quero cumprimentar também os que estão na Mesa, o Presidente da CUT, João Felício e o Sr. Fernando que é Presidente dos Trabalhadores na Indústria da

Alimentação. Cumprimentar todos os líderes sindicais aqui presentes, ao Senador, chamar logo de Senador porque Paim deve ser candidato a Governador, no mínimo.

Eu quero declarar que ouvi muito aqui e aprendi muito, e fiquei um pouco estarrecido e admirado com uma coisa, é que eu pensei que as relações com o mundo do trabalho, como falava o Dr. João Felício já tinham avançado mais, quer dizer, eu não esperava ainda que tratássemos dessa relação, desse acesso; que esse acesso às vezes tivesse tão difícil, sempre surpreende e o Paulo Paim vai me permitir a crítica construtiva ao Governo, surpreende até num Governo que é chefiado por um trabalhador, mas eu não quero que isso se transforme num chavão não, é uma observação de que isso precisa avançar, precisa avançar não apenas com relação ao Executivo, mas com relação ao Legislativo como nós estamos aqui.

O esforço deste Senador, do Senador Paulo Paim, é um esforço que eu diria até que comove a todos nós, o que ele faz nesse sentido, no sentido de que tenhamos, realmente o trabalhador visto de outra maneira, com mais dignidade, com mais apreço, com mais atenção no sentido de se fazer mais justiça ao trabalho, não é justiça no sentido de que isso vá parar nos Tribunais não, é para que não vá aos Tribunais. Se antecipe a questão e que ela não vá aos Tribunais. Mas eu queria, objetivamente, eu não tenho condições de contribuir muito, eu sou um Senador do Nordeste, região Nordeste, Senador do Rio Grande do Norte, e lá nós estamos numa situação muito pior, eu acho que os senhores têm conhecimento, e lá um dia desses, eu fiz um discurso e o Senador Paulo Paim até colaborou conosco, eu fiz um discurso dizendo que lá há uma inversão das coisas, a força do trabalho está tão penalizada, tão subtraída, tão diminuída, diria melhor, de que lá a Previdência Social é que tem um papel importantíssimo, quer dizer, essa inversão que eu falei, para falar muito claro é que os mais velhos estão sustentando os mais novos, porque os mais velhos se valem da Previdência Social para sustentar os mais novos que estão penalizados por aqueles setores da economia que não conseguem, há setores dinâmicos, que há setores dinâmicos, há, o meu discurso não é aquele discurso para que os senhores tenham pena da minha região, não é bem esse discurso, que há setores dinâmicos. Mas é preciso entender que aquela região tem 90% do seu território no polígono da seca e que chove lá dificilmente, quando chove lá, todos nós sabemos que é motivo de comemorações, quando deixou de chover no Rio Grande do Sul, parece que foi no ano passado, foi um motivo assim de um caso de estarrecimento, lá não, lá não chove, simplesmente não chove. Até diziam, os meninos até para saber o que é chuva têm que aprender no livro. Mas não é exagero, é uma região que representa 90% do nosso território, 10% tem petróleo, tem agricultura irrigada, tem turismo, mas tem 90% e precisava de um certo equilíbrio, equilíbrio que eu ouvi falar muito aqui da parte do Presidente João Felício e de todos os senhores que me deram esse depoimento. Então eu queria agradecer ao Paulo Paim e pedir desculpas se não estou podendo contribuir muito com relação à gripe aviária, porque os problemas são tantos que eu acho que a gripe aviária é apenas um desses problemas. A gente chega aqui para um debate sobre a gripe aviária, pensa que a gripe aviária é uma catástrofe, quando, na verdade, os nossos problemas internos são mais graves às vezes do que a gripe aviária afetando a vida do trabalhador.

Então, eu quero deixar esse depoimento aqui, agradecer ao Paulo Paim, novamente. Eu, graças a Deus, eu sento perto de Paulo Paim ali no Plenário e estou sempre aprendendo com ele, e ele, um dia me deu alegria de recebê-lo lá em Natal. Mas eu só pude mostrar a ele a parte, esse mundo mais que contentou mais, que encheu mais os olhos dele, mas eu ainda vou, ainda prometo que vou mostrar a ele o que é esse outro lado para que ele, eu acho ele já teve oportunidade de ir, porque onde se fala em trabalho, em salário está Paulo Paim, está sempre presente, ele tem o dom da ambigüidade quando se trata dessas matérias.

Portanto, muito obrigado a todos pelo que eu ouvi aqui e o que eu puder colaborar estarei ao lado do Senador Paulo Paim. Obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Muito bem. Eu queria só dizer que o Senador Garibaldi Filho, na verdade, deve ser novamente Governador do Estado do Rio Grande do Norte e que, na verdade, quando eu estive lá eu estive num debate dos aposentados e pensionista, ele me acompanhou, inclusive, estivemos na Sede, acompanhamos e conseqüentemente acabou, eu diria, se me permite, Garibaldi, eu percebi o carinho que o povo tem com V.Exª. e não só o povo do litoral, aquele evento com os aposentados aonde caminhei com v.Exa, é um carinho muito grande, e eu tenho visto aqui a responsabilidade social tão falada nesta Audiência Pública e que V.Exª. tem demonstrado aqui no momento do voto, V.Exª. tem votado sempre e sentamos juntos, graças a Deus, muito próximo um do outro e aí trocamos idéias sobre as questões do mundo social, e isso é muito bom.

Mas eu queria antes de encerrar esta Audiência Pública, eu conversava aqui com o João Felício, e eu

até dizia para ele: "Você lembra desse evento?" "Não, lembro de você em nome da Comissão", porque você entrou no exercício da presidência que hoje, infelizmente, fazem dez anos do massacre de Eldorado de Carajás. Foram 19 trabalhadores assassinados, a Comissão de Direitos Humanos foi convidada para estar lá, eu confesso a vocês e eu dizia também ao João Felício e ele fez questão que eu lembrasse, que nós só não estamos lá devido a esta audiência, mas a Senadora Ana Júlia está lá representando a Comissão de Direitos Humanos e eu sei que tanto a Central Única como as outras centrais e confederações estão lá com seus representantes para que fatos como esse não se repitam nunca mais. Como a gente disse, Eldorado de Carajás nunca mais. E é importante o ato de hoje que está lá acontecendo, e eu ouvi ontem uma frase do João Pedro e ele dizia que é triste ter que fazer aniversário de 10 anos do assassinato de trabalhadores e os culpados pelo massacre não estão não prisão, a maioria ainda estão em debate, em julgamento, alguns apontaram já o caminho, mas infelizmente, não há ainda a punição como nós gostaríamos que acontecesse com aqueles que foram culpados do massacre de 19 trabalhadores lá em Eldorado de Carajás.

Eu termino a atual audiência agradecendo a todos vocês pela presença, queira Deus que a falada gripe aviária não chegue no Brasil, mas eu entendo que os trabalhadores estão fazendo a sua parte com essa movimentação e se ela aqui chegar nós queremos estar preparados, agora as conseqüências no campo econômico e social já chegaram, por isso que o debate tem que ser enfrentado.

Eu tomei nota em alguns pontos, mas recebi também documentos, por exemplo, Siderlei, faço questão de enfatizar que esta Comissão, eu sei que o Senador vai assinar em baixo, nós vamos interagir junto ao Governo sobre a importância dos trabalhadores não somente o Ministério do Trabalho, mas também os trabalhadores estarem representados no Comitê Interministerial que está aprofundando o debate desse tema, que não hajam demissões na crise, e me lembro de um documento que vocês me entregaram, já que a gente fala em ampliar o Seguro Desemprego, vamos ampliar o Seguro Desemprego e se houver demissões estarão cobertos pelo Seguro Desemprego e quando retornarem ao trabalho no fim da crise que eles sejam colocados nos mesmos postos sem redução de salários. Eu sei que esse documento, vocês me entregaram, e está comigo. Então eu falei do Seguro Desemprego.

A fiscalização rigorosa em toda a extensão, não só na crise, mas também naquilo que vem acontecendo, foi muito bem colocado pelo João Felício e também por você e por todos vocês que estão aqui no Plenário, do que vem acontecendo no mundo do trabalho, infelizmente ainda, e por isso eu fiquei aqui perplexo do dado que foi colocado aqui, que aumenta o número de farmácia nas cidades onde existe o maior número de empresa nessa área, não que a gente não queira que as empresas estejam lá e tem que estar com a maior quantidade possível, mas também que haja a preocupação com as doenças e acidentes no trabalho para que o trabalhador, no fundo, não seja o grande prejudicado.

O sistema integrado, a CONTAG, da importância de ser assegurado aos integrados do Seguro Desemprego e o famoso fundo de emergência tão falado por todos aqui para o momento de crise como esse, lembro aqui também da questão do Dr. José Pinto, enfim, não quero citar um por um, de nós temos uma legislação apropriada, inclusive, para crise como essa, foi a febre aftosa, agora a gripe e depois a seca quase que permanente, para que a gente possa responder as preocupações do empresariado, mas também dos trabalhadores, porque esses, efetivamente, não têm para onde correr, campanha de informação, lembra aqui o companheiro da Mesa também, a importância do próprio Governo ter uma ampla campanha, primeiro, demonstrando que a gripe aviária não chegou aqui, não existe gripe aviária, existe uma campanha no sentido de alertar a população de que o consumo do franco está assegurado com tranqüilidade no Brasil, inclusive, na nossa política de exportação. Lembro-me de outro dado que vocês colocaram, do Governo até comprar alguns estoques para abastecer os hospitais, abastecer o Exército, escola, não achando que a gripe vai chegar no outro dia, mas de uma forma de atender o estoque já que está assegurado nas empresas que estão trabalhando, enfim, o produtor do frango.

Então, encerro a presente Audiência Pública cumprimentando a todos vocês e na certeza que nós vamos continuar interagindo junto ao Governo, junto ao empresariado sempre na linha de preservar a saúde dos brasileiros e o emprego dos nossos trabalhadores.

Muito obrigado a todos.

(Sessão encerrada às 12h51.)

Ata da 13ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para 03 de maio de 2006, quarta-feira, às 10:30 horas.

Às onze horas do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e seis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Cristovam Buarque,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa com a presença dos Senhores Senadores **Romeu Tuma, Juvêncio da Fonseca, Fátima Cleide, Flávio Arns, Paulo Paim, Ana Júlia Carepa, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Valdir Raupp e Flexa Ribeiro.** Justificou ausência o Senhor Senador Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pautA – **Item nº 01 – Requerimento nº 16 de 2006,** Assunto: Audiência Pública para tratar das questões atinentes ao "Dia Mundial de Combate a Violência contra o Idoso", com desdobramentos na sua qualidade de vida e dignidade de sobrevivência, no dia 12 de junho de 2006, às 10:00 horas. Autor: Senador. Paulo Paim. **Resultado: aprovado. Item nº 02 – Requerimento nº 17 de 2006**. Assunto: Audiência Pública para discutir os problemas estruturais das instituições de internação de adolescentes em conflito com a lei, denominadas FEBEM". Autor: Senador Cristovam Buarque. **Resultado: aprovado. Item nº 03 –** requerimento nº 18 de 2006. Assunto: Audiência Pública para discutir e esclarecer a erradicação do trabalho infantil no Brasil tendo como referência o "Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente". Autor: Senador Cristovam Buarque. **Resultado – aprovado. Item nº 04** – **Requerimento nº 19 de 2006**. AssuntO – Audiência Pública para discutir e esclarecer a erradicação do trabalho infantil no Brasil tendo como referência o "Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente". Autor: Cristovam Buarque. **ResultadO – Aprovado. item nº 05 – Requerimento nº 20 de 2006 – CDH**. Assunto – a substituição dos nomes das autoridades convidadas através do Requerimento nº 11, de 2006, aprovado em 21/03/2006, que visa a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), no dia 24/05/2006, para esclarecimentos sobre "exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil". Autores: Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim. **ResultadO – Aprovado. Item nº 10 – Sugestão nº 04, de 2005**. Assunto – "Veda ao funcionário público federal, estadual ou municipal, o direito de remuneração no período em que estiver licenciado para concorrer às eleições que menciona". **ResultadO – Aprovado o Relatório com voto pelo arquivamento da matéria. Item nº 11 – Sugestão nº 17, de 2005**, Assunto – "Sugere formulação de um Projeto de Lei para alteração do art. 6º da Lei nº 5991/73". Autor: ASSOCIAÇÃO CAPIXABA DE SUPERMERCADOS – ACAPS. Relator: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA (ad hoc). VotO – Pela aprovação da Sugestão, na forma da PEC e PLS que apresenta. **ResultadO – Aprovado o Relatório. Item nº 12 – Sugestão nº 01, de 2006**. Assunto: "Pedido de aditamento à elaboração de texto normativo que propõe seja acrescentado parágrafo único ao artigo 9º da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950. (Dispõe sobre o fornecimento gratuito de cópia autenticada, após o trânsito em julgado , das peças principais do processo, à parte beneficiada por esta lei". Voto: Pelo arquivamento. **Resultado: Aprovado o Relatório. Item nº 14** – **Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000**. EmentA – "Institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família". VotO – Pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado o Substitutivo**. **Item nº 16 – Projeto de Resolução do Senado nº 82, de 2005 ,** Ementa: "Institui o Diploma Vladimir Erzorg de Direitos Humanos e dispõe sobre a sua concessão". Autor: Senador VALMIR AMARAL. Relator: Senadora FÁTIMA CLEIDE. Voto – Pela aprovação da matéria com 3 Emendas de redação. **Resultado – Aprovado o Relatório**. **Item nº 29** – **Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2005,** EmentA – "Altera dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências." Voto – pela aprovação da matéria. **Resultado – aprovado o Relatório.** Ficam adiados os demais itens constantes da pauta, tendo em vista a falta de quorum. O Presidente Cristovam Buarque passa a Presidência para o Senador Flexa Ribeiro para conduzir os trabalhos durante a votação dos requerimentos de sua autoria. Fazem o uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Juvêncio da Fonseca, Fátima Cleide, Flávio Arns, e Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bom dia a cada um e a cada uma. Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos de Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A Ata da Reunião anterior encontra-se sobre a Mesa. Solicito as Srªs. e os Srs. Senadores a dispensa da sua leitura e a coloco em votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passamos a apreciação da pauta. O item nº 1, como está sobre a Mesa, é um requerimento do Senador Paulo Paim, que é o nosso Vice-Presidente, que se trata de Audiência Pública com vista a tratar

das questões atinentes ao Dia Mundial de Combate à Violência Contra o Idoso, com desdobramento na sua qualidade de vida e dignidade e sobrevivência. A proposta é para o dia 12 junho de 2006, às 10 horas, e ele sugere como convidados o Sr. Perli Cipriano, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso; o Sr. Paulo Roberto Barbosa Ramos, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos do Idoso e Pessoas com Deficiência; Srª. Laura Mello Machado, representante do Instituto Nacional de Prevenção a Violência; Einstain de Camargo, representante da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia; e Srª. Cecília Minayo, representante da Fundação Oswaldo Cruz, e a mais a Srª. Marta Maria Alves da Silva, Coordenadora do Programa de Prevenção a Violência. Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, na verdade, essa é uma demanda do movimento. Como eles vão ter uma conferência nacional para tratar da questão do idoso, entenderam, também, que a data seria oportuna, que o Senado também participasse desse debate sobre a violência contra o idoso. Então, as entidades indicaram os representantes. Eu, de pronto, disse que, com certeza absoluta, V.Exª. seria signatário pela importância desse debate. Então, o que eu peço é que a gente possa aprovar e fazer a audiência na data aqui estipulada, porque todos os convidados estarão aqui em Brasília, participando dessa conferência nacional, e vão aproveitar para fazer um grande debate aqui no Senado, pela importância do tema. Era isso, Sr. Presidente, agradeço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu solicito o Vice-Presidente, Senador Paulo Paim, e abro a palavra. Não havendo quem queira se pronunciar, eu ponho em votação. Está aprovado o requerimento do Senador de fazer essa Sessão sobre a violência contra o idoso.

Os itens seguintes da pauta são requerimentos meus e do Senador Paulo Paim. Eu vou passar por eles, para depois convidar o Senador Paim para ficar na Presidência e vou direto ao item nº 6. É uma sugestão, nº 18, de autoria do Senador Aelton Freitas: "Visando estabelecer a obrigatoriedade de se fazer constar nos editais da Administração Pública medidas de proteção à saúde e segurança do trabalhador". O Senador não está presente. Eu proponho adiar a sua votação. O segundo é outra sugestão, também do Senador Aelton Freitas. Sugere melhor distribuição dos recursos recolhidos para o INSS que são repassados para o SESC, SENAC e SESI. Também pela ausência dele, eu adio. Mais um do Senador Aelton Freitas, propõe que empregadas domésticas tenham os mesmos direitos trabalhistas que a lei proporciona ao trabalhador comum. Todos são sugestões extremamente elogiáveis, mas sem a presença dele, fica difícil. Mais um do Aelton Freitas: "Requer a obrigatoriedade por parte das companhias de água e esgoto a instalar hidrômetros individuais nos condomínios verticais". Fica adiado.

Uma sugestão do Senador José Maranhão que também não está presente, que veda ao funcionário público federal, estadual e municipal o direito de remuneração, no período em que estiver licenciado para concorrer às eleições que menciona. Eu quero dizer que nesse caso, o Senador José Maranhão não pediu para adiar como fez o Senador Aelton Freitas, que quer estar presente. Eu peço, então, a um dos presentes ou uma das presentes, que faça a leitura do parecer do Senador José Maranhão. É o item nº 10, que "veda ao funcionário público federal, estadual e municipal o direito de remuneração, no período em que estiver licenciado para concorrer às eleições que menciona". Eu quero deixar a Senadora a quem eu pedi, que fique à vontade, caso não seja favorável e o parecer for favorável, de não ler, porque termina assumindo a maternidade.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Eu acho mais interessante deixar que ele ao vir aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É, porque fere interesses do funcionário público.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Eu voto pela rejeição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Parecer pela rejeição. Não do funcionário público, de alguns que são candidatos. Mas o parecer é pelo arquivamento, que está escrito aqui. Quer dizer, que é contrário. Então, se a Senadora Fátima puder fazer uma leitura sucinta, a gente poria em votação.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – "Da análise: primeiramente, cumpre-nos apontar a inconstitucionalidade que está eivada à proposição, cujo tema faz parte dos assuntos de iniciativa privativa do Presidente da República. Com efeito, dispõe o art. 61, § 1º, inciso II, letra C, da Lei maior. São iniciativas privativas do Presidente da República, as leis que: 2 – disponham sobre – letra C: Servidores Públicos da União e territórios e seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentaria. Portanto, não nos parece razoável o argumento contido na justificação de que o contribuinte acaba por remunerar o salário do Servidor que se licença para tratar de assuntos particulares, sobre a proteção de concorrer ao cargo eletivo. Antes de registrada a sua candidatura, ele não pode perceber remuneração e, cremos em comum,

a situação em que um cidadão chega a registrar seu nome perante a Justiça Eleitoral, apenas para receber seus vencimentos, sem prestar o serviço para o qual foi nomeado. De qualquer forma, independente da questão de mérito da minuta do projeto, respeitante a sua conveniência e oportunidade, a iniciativa não poderia seguir seu curso, porque é vedada a iniciativa parlamentar para tema dessa natureza".

"Voto: Ante o exposto, o voto é pela rejeição da sugestão nº 4 de 2005".

Sr. Presidente, eu gostaria inclusive de comentar, que, como Servidora Pública, caso um projeto desse fosse aprovado, dessa natureza, eu não poderia nunca estar no Senado Federal; porque o trabalhador do serviço público, a única fonte de alimentação para os seus filhos, é o seu salário. Então, eu acho um absurdo a proposta e concordo plenamente, como relatora *ad hoc,* com o voto do Senador José Maranhão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E se o parecer fosse favorável, eu ia sugerir que incluísse também os Senadores. Durante o período eleitoral ficarem sem o salário, porque não haveria...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Afinal, somos todos Servidores Públicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Claro, somos Servidores Públicos. Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, faço questão de elogiar o Relator, Senador José Maranhão, pela sua visão clara, em defesa dos interesses do conjunto dos trabalhadores, para que não tenham mais esse prejuízo, por que seria uma descriminação hedionda. Naturalmente, a nossa Senadora Fátima Cleide, que é uma Servidora Pública, conhece a área e não poderia ter outra posição que não fosse essa. Então, parabéns a Relatora Fátima Cleide e fala bem, também, ao Senador José Maranhão. Parabéns a V.Exª. que acabou defendendo o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Alguém mais quer fazer o uso da palavra? Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Cristovam Buarque, só também para associar-me a relatoria *ad hoc* da Senadora Fátima Cleide, dizer que não poderia ser diferente. E parabenizar o Relator, o Senador Maranhão, porque seria uma descriminação com os funcionários públicos se não pudessem receber os seus proventos, quando licenciados para disputar o pleito. Então, é uma forma de eliminá-los, de forma precipitada, do processo eleitoral. Então, eu quero parabenizar tanto a relatora *ad hoc,* como o Relator, Senador Maranhão, que não poderia, eu acho, ser diferente. O próprio Presidente se manifestou a respeito do assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Alguém mais quer fazer uso da palavra? Eu lembro que isso é sugestão, não é projeto de lei, não é requerimento. Não havendo mais ninguém que queira se pronunciar, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo com o relatório, permaneçam como estão. Está aprovado.

O item nº 11 é uma sugestão também que sugere a formulação de um projeto de lei para alterar o art. 6º, da Lei 5.991/73. Essa sugestão, o autor, é a ASSOCIAÇÃO CAPIXABA DE SUPERMERCADOS. Como nós somos Comissão de Legislação Participativa, passa por aqui as sugestões que vêm da sociedade. O Relator é o Senador Edison Lobão, pela aprovação. Eu peço a algum dos Senadores... Senador Juvêncio, você poderia ler o parecer?

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – É o nº 11?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É o nº 11. Pode fazer uma leitura sucinta e chamando a atenção para a posição, a favor, contra.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, o parecer é do eminente Senador Edison Lobão. "Vem a essa Comissão ofício do Presidente da ASSOCIAÇÃO CAPIXABA DE SUPERMERCADOS, de 24 de novembro de 2004, com três sugestões para melhorar a Legislação Brasileira. A primeira propõe alterar o dispositivo da Lei nº 5.991, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. A segunda, o objetivo é a imunidade tributária dos produtos que compõe a cesta básica, justificada, também, como benefício direto aos menos favorecidos. A terceira é a de promover simplificação dos procedimentos fiscais, mais especificamente a redução e uniformização dos procedimentos exigentes na hora de fazer o recolhimento da infinidade de tributos. As duas primeiras sugestões são passíveis de serem transformadas, de imediato, em Proposições Legislativas do Senado, uma vez que tratam de matéria cuja competência administrativa e legislativa é da União. Em relação a terceira, há que se considerar a criação recente, por meio do Ato do Presidente do Senado Federal nº 79/2005, do grupo de trabalho da desburocratização e da simplificação das relações do Estado com o cidadão e das empresas, com o objetivo especifico de propor medidas no mesmo sentido da sugestão, que desautoriza essa Comissão de antecipar a suas conclusões e recomendações. Em visto do exposto, considerando o que dispõe o inciso I, do §

único, do art. 102 e do Regimento Interno do Senado Federal, propomos o acatamento das duas primeiras sugestões, em razão do que apresentamos, as duas proposições legislativas correspondentes". E faz, então, as duas propostas redigidas como propostas de emenda a Constituição, que acrescenta dispositivo a Constituição Federal para conceder imunidade tributária ao gênero de assistenciais e alimentação humana básica; com a sua devida justificação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Ponho a matéria em discussão. Algum Senador ou Senadora queira se pronunciar? Não. Eu ponho, então, em votação. Os que estiverem a favor do parecer, permaneçam como estão. Está aprovado o parecer.

Vou ao item nº 12, cujo Relator é o Senador Juvêncio da Fonseca. É uma sugestão, nº 01/2006. É um pedido de aditamento a elaboração de texto normativo, que propõe que seja acrescentado § único, art. 9º, da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950. Essa lei dispõe sobre o fornecimento gratuito de cópia autenticada, após trânsito em julgado, das peças principais do processo a parte beneficiada por esta lei. Ou seja, o interessado teria o direito de receber, gratuitamente, uma parte importante de todas as peças dos processos em que ele esteja envolvido. Autor é uma entidade, ELO SOCIAL BRASIL. Eu passo a palavra ao Relator, Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente, venho ao exame dessa Comissão a sugestão nº 1/2006, encaminhada, como disse V.Exª., pelo Presidente do INSTITUTO PONTO DE EQUILÍBRIO – ELO SOCIAL DO BRASIL – instituição social sem fins lucrativos, sediado na capital do Estado de São Paulo, propondo duas modificações na Lei de Assistência Judiciária.

Quanto à primeira sugestãO – "Propõe garantir ao beneficiário da Justiça Gratuita, a obtenção gratuita de cópia dos autos, mediante acréscimo de § único, art. 9º, da Lei de Assistência Judiciária, no qual estipula que todos os atos do processo, até a decisão final do litígio, em todas as instâncias, estão compreendidos no âmbito da assistência judiciária aos necessitados. Propõe a redação e no que tange a segunda proposta, contida na sugestão em análise, de criação da figura de Assistente de Procuradoria, no âmbito da Lei de Assistência Judiciária, alude o seu autor à existência de figura correlata no processo penal, que é o Assistente de acusação ou o Assistente do Ministério Público. Segundo o código de processo penal, ele é autorizado a intervir em todos os termos da ação pública – isso o Assistente do Ministério Público – como representante do ofendido, mediante a proposição de meios de prova, requerimento de perguntas à testemunha, aditamento do libelo e dos articulados. Participação dos detalhes orais e arrazoamento dos recursos interpostos pelo Ministério Público ou por ele próprio, nos casos específicos". Ou seja, se em matéria penal existe o Assistente, o Procurador Público que representa o Estado, na área da Assistência Gratuita, teria que ter também a figura do Assistente da Procuradoria, com esses requisitos de atividade.

"Parte-se da idéia de que, segundo as próprias palavras do autor da sugestão, nas Varas Cíveis e de Família, onde o cidadão de baixa renda goza do direito de ser assistido gratuitamente pela Procuradoria do Estado, conforme o art. 5º da Constituição Federal, até então não existe a figura do Assistente de Procuradoria, que desta feita ao invés de garantir a eficácia da condenação como acontece com o Assistente da Promotoria, pudesse ser o impulsionador do processo, após o que, a responsabilidade pela eficácia dos objetivos pleiteados, caberia ao Sr. Procurador da Justiça".

"Análise: preliminarmente, constata-se que essa Comissão deve conhecer da matéria, ou seja, apreciar o mérito da sugestão nº 1/2006; uma vez que teria sido atendido o requisito de que trata o inciso I, do art. 102/E, do Regimento Interno. No sentido de que as sugestões legislativas sejam apresentadas por associações e órgãos de classe, partindo-se da presunção que no estatuto da entidade autora, cuja cópia deixou de ser encaminhada, puder ser comprovada a sua natureza jurídica de associação civil, sem fins lucrativos".

A primeira propostA – "Convém registrar que a primeira proposta de acréscimo de parágrafo ao art. 9º da assistência judiciária foi objeto no referido mandado de injunção nº 183, impetrado pela entidade autora da sugestão em apresso, perante o Superior Tribunal de Justiça que se pronunciou pela improcedência do pedido. No mérito, não há dúvida de que a entrega de cópia dos principais atos do processo aos beneficiários da Justiça Gratuita, antes do seu arquivamento, em medida de significativo alcance social; mas com relação a esse aspecto, também não há dúvida de que não há qualquer empecilho formal para a entrega dessas cópias em juízo. O que provavelmente pode estar acontecendo, na maioria das vezes, é a existência de dificuldades por conta de desinformação da parte; ou, quem sabe, até por má vontade do Serventuário da Justiça, em alguns casos, mas não por falta de legislação a respeito. Logo, se não há empecilho formal, a solução não há de ser extraída da edição de ato formal, que é a alteração da letra fria da lei, para dizer que é assegurada à parte o direito de obtenção das cópias do processo, até porque, o beneficiário da Justiça Gratuita, hoje, já conta com esse direito. Sa-

liente-se a proposta que própria a Constituição Federal em seu art. 5º, já assegura a todos como direito fundamental independentemente de pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse social".

A segunda proposta: "Quanto à segunda proposta de criação da figura do Assistente da Procuradoria de Assistência Judiciária, a notícia, na sugestão em tela, de que teve por inspiração, como já nos referimos, a figura clássica do Assistente do Ministério Público no Processo Penal. No entanto, trata-se de função nitidamente peculiar ao processo penal, em que o *dominus litis* é o Ministério Público; diferentemente do que acontece com as ações cíveis, em que o titular da ação é o próprio particular. Deste modo, mesmo nas ações privadas no processo penal e também no processo civil, a lei exclui a possibilidade de se falar em Assistente, já que nelas o titular da ação figura como parte necessária, não podendo dar assistência a si mesmo. Já nas ações penais públicas, o ofendido intervém para reforçar a acusação pública, com a função de auxiliar, assistir o Ministério Público e a acusar e, apenas secundariamente, garantir seus interesses reflexos, contra a indenização civil dos danos causados pelo crime. Registra-se ainda que o próprio Ministério da Justiça, por intermédio do parecer do Secretário da Reforma do Judiciário já mencionado, também considerou a medida proposta inapta para ser convertida em proposição legislativa, alegando, convém repetir, que ela se reveste de caráter paliativo, sobretudo, se considerarmos que prevê uma atuação insuficiente, cingida ao ato processual inaugural; o que não se coaduna com o primado constitucional da Assistência Integral.

Voto: "Isto posto, pelas razões acima expendidas, concluímos com base no § 2º, art. 102/E do Regimento Interno que o Senado Federal deve evitar dar segmento a sugestão nº 1/2006 arquivando-a e, com efeito, abstendo-se de transformar as propostas nela contidas, tanto a primeira quanto a segunda, em proposição legislativa para tramitação nesta Casa".

É o nosso relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Abro a discussão. Os Srs. Senadores e Senadoras, não havendo ninguém que se pronuncie, ponho em votação. Os que estiverem de acordo com o parecer, permaneçam como estão. Está aprovado.

O item nº 13, a Relatora é a Senadora Fátima Cleide, que cria o Relatório Anual Sócio-econômico da Mulher.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, eu requeiro para que a gente possa apreciar esse projeto na próxima Sessão, uma vez que ainda há uma pendência a ser resolvida com o Ministério da Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Está aprovado o adiamento para a próxima Reunião.

O item nº 14, Relator Senador Paulo Paim. Institui o Programa Nacional de Habitação para as Mulheres com Responsabilidade e Sustento da Família. Eu passo a palavra, lembrando que esse projeto tem por autoria a Deputada Maria Elvira.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Presidente, eu vou sintetizar o relatório. Na verdade, é um projeto autorizativo. Eu vou ler o art. 2º que fica bem claro: "Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Habitação para as Mulheres com Responsabilidade e Sustento da Família". Nós sabemos que infelizmente, infelizmente porque eu gostaria que houvesse a parceria de homens e mulheres administrando as respectivas casas, mas existe um número hoje que chega a quase 30% de mulheres nesse país que sozinhas, elas têm que assumir todo o sustento da família. Então, eu entendo, mais do que justo, que esse projeto apresentado em boa hora pela Deputada Maria Elvira, fortalece a luta das mulheres na busca da sua independência e com certeza para que elas possam ter a casa, a moradia, para conviver com seus filhos, porque elas fazem muito bem. Os homens são muito mais relapsos, no meu entendimento, e é a mulher que cumpre esse papel fundamental. Não é que com isso eu esteja, aqui, a dizer que não seria o ideal que ambos tivessem o mesmo compromisso. Então, a proposta dela vem numa linha de distribuição de renda, de justiça social, de solidariedade com as mulheres, que acabam sendo a grande gerente dos lares nesse país. Por isso, eu fiz o parecer pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu ponho em discussão. Não havendo quem queira se pronunciar, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o projeto.

O projeto seguinte, o Relator é o Senador Leomar Quintanilha que não está presente. Então, eu vou pedir ao Senador Flexa Ribeiro que faça a leitura do Projeto de Lei do Senado... Desculpe, esse projeto é terminativo, nós não estamos com *quorum;* estamos impedidos. É um Projeto de Lei do Senado terminativo, nós temos que passar para o Projeto de Resolução nº 16. Peço desculpas ao Senador Flexa Ribeiro por ter solicitado a leitura.

O projeto seguinte de resolução do Senado, a Relatora é a Senadora Fátima Cleide. É um projeto

do Senador Valmir Amaral, que instituiu o Diploma Vladimir Herzog de Direitos Humanos e dispõe sobre a sua concessão. Eu passo a palavra a Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em sua justificação, o autor do projeto observa que: "Embora o Brasil seja signatário dos mais importantes documentos internacionais de proteção aos direitos humanos, as constantes violações dos mesmos, notadamente aquelas perpetuadas contra os segmentos mais pobres e desprotegidas da população, coloca o país em posição extremamente desfavorável no cenário internacional. A violência urbana e rural, a prostituição e o trabalho infantil, a tortura e o extermínio de presos comuns e de jovens nas favelas, dentre outros problemas constantemente denunciados pela imprensa e pelas organizações envolvidas na defesa dos direitos humanos, indicam que o país tem um longo caminho a percorrer para a garantia, a seus cidadãos, os direitos mais elementares. Nesse contexto, as pessoas e instituições que diariamente batalham pela defesa ou promoção dos direitos humanos, muitas vezes arriscando a vida, merecem o reconhecimento da sociedade por meio da concessão do Diploma Vladimir Herzog. A escolha do nome de Vladimir Herzog, Jornalista morto pela Ditadura Militar e símbolo da luta contra a censura, não poderia ser mais adequada. O Jornalista nasceu em 1937, na ex-Iugoslávia, e veio para o Brasil ainda criança, fugindo do Nazismo. Em 1973, tornou-se Secretário do jornal Hora da Notícia na TV Cultura e, em seguida, assumiu o cargo de Diretor do Departamento de Telejornalismo daquela emissora. Em 1975, o jornalista, que acreditava na responsabilidade social do jornalismo e defendia a prática não-servil e pública da profissão, foi chamado a depor no DOI-COD, onde foi torturado e assassinado. Assim, tanto a homenagem prestada com a escolha do nome do Jornalista assassinado, quanto o estabelecimento do dia da entrega do diploma em 10 de dezembro, data em que se celebra a adoção pelas Nações Unidas da Declaração Universal dos Direitos Humanos, refletem a importância do tema e o valor das pessoas e instituições que defendem e promovem os direitos humanos no Brasil e no exterior. Portanto, diante do exposto, recomendamos a aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 82/2005, que instituiu o Diploma Vladimir Herzog de Direitos Humanos e dispõe sobre a sua concessão, com emendas de redação. A utilização da palavra "prêmio" não nos parece adequada, pois traz de forma implícita uma relação com ganhos materiais, o que não ocorrerá com esse diploma. Assim, para proporcionar maior precisão ao texto, apresentamos aqui duas emendas, para apenas adequar a redação e dessa forma somos favoráveis ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Consulto se alguém quer se pronunciar. Não havendo quem se pronuncie, ponho em votação. Os que forem favoráveis permaneçam como estão. Está aprovado o parecer.

O item 17, do Senador Ramez Tebet, tem como Relator o Senador Sérgio Cabral. Agora, eu vou pedir ao Senador Flexa Ribeiro... Esse também é terminativo? Outro terminativo, desculpe, outro que é terminativo, também.

Então, eu vou pedir ao Senador Flexa Ribeiro que vá direto ao 29, que é o único que não é terminativo nessa Comissão, é terminativo na CCJ, o Projeto de Lei do Senado 362. "Altera dispositivo da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências". O autor é o Senador Pedro Simon e o Relator é o Senador Sérgio Cabral, que não está presente. Eu peço ao Senador Flexa Ribeiro que faça a leitura do parecer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, muita honra ser Relator *ad hoc* do projeto do Senador Pedro Simon e ter como Relator o Senador Sérgio Cabral. Trata-se do projeto de autoria do ilustre Senador Pedro Simon, que pretende efetivar alterações nos arts. 74, 79 e 99 da Lei 10.741, de 2003, Estatuto do Idoso. Na sua justificação o Senador Pedro Simon demonstra a sua preocupação com a falta de explicitação dos meios legais de que o idoso pode se utilizar, para obter a concretização do direito ao recebimento gratuito de medicamentos. Salienta o autor do projeto que o art. 15 do Estatuto garante ao idoso o direito ao medicamento, mas a aplicabilidade desse direito fica comprometida pela falta de explicitação sobre quem é responsável por fazer valer tal direito e da existência de tutela legal para tanto. Não foram apresentadas emendas ao projeto. É o relatório.

Análise, Sr. Presidente: "O projeto sob exame tem três objetivos: A – explicitar com mais clareza e objetividade o papel do Ministério Público na garantia da efetivação do direito do idoso ao recebimento gratuito de medicamentos, art. 74; B – garantir a tutela jurisdicional, para satisfação do direito de recebimento de remédios, art. 79; C – tipificar como crime a omissão no fornecimento de medicamento, art. 99. Trata-se de matéria de competência legislativa da União Federal, conforme o art. 22, da Constituição Federal. A matéria não é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo. O projeto atende, assim, aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade. O projeto merece aplausos e o total apoio de todos os membros do Congresso Na-

cional. Trata-se de iniciativa que procura dar soluções ao grave problema enfrentado pela população idosa mais carente, para as enormes dificuldades que vêm enfrentado em obter do poder público, a efetivação do seu direito à prestação de serviços que garanta a sua saúde, especificamente no que respeita ao dever de fornecimento de medicamentos existenciais. É notório o quadro de dificuldade dos participantes do SUS em obter, do Poder Público, medicamentos; o que tem levado milhares de pessoas a recorrer ao Poder Judiciário, com a finalidade de obter tutela jurisdicional para esse fim, através de inúmeras ações propostas contra os Municípios, Estados e a União federal. Daí, porque, importantíssima se apresenta a proposta de alteração do inciso II, do art. 74, do Estatuto do Idoso, para explicitar melhor os deveres e prerrogativas do Ministério Público, no que concerne a tutela do idoso quanto ao seu direito ao recebimento gratuito de medicamentos. O mesmo se diga quanto a inserção expressa no inciso I, do art. 79, do Estatuto, de responsabilidade pela omissão ou prestação insatisfatória de alimentação e medicamentos aos idosos. Além disso, o projeto tem o grande mérito de tipificar como crime no art. 99 do Estatuto, a omissão na prestação de medicamentos de que o idoso necessite. A redação atual do art. 99 se refere genericamente a alimentos e cuidados indispensáveis, pela nova redação fica tipificado como crime a omissão na entrega de medicamentos aos cidadãos maiores de 60 anos de idade".

Vamos ao voto, Sr. Presidente: "Pelo exposto, o voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 362/2005, na forma da sua redação original. Era o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu consulto se algum Senador ou Senadora quer se pronunciar. Senador Paim quer se pronunciar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, só como eu fui o autor do Estatuto do Idoso, eu quero cumprimentar o Relator Flexa Ribeiro, o Relator Sérgio Cabral e também ao Senador Simon, que venha melhorar a redação desse artigo no Estatuto do Idoso, de forma a ser mais rígido em matéria de tipificação de crime o ato cometido contra o idoso, aqui, principalmente, na questão de alimentos e remédios.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu consulto... Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero ir na mesma linha do Senador Paulo Paim e, entendendo bem o objetivo do Senador Pedro Simon, que é o autor do projeto, e também o Senador Sérgio Cabral, que é o Relator, e o *ad hoc,* o Senador Flexa Ribeiro. Primeiro lugar, parabenizar novamente o Senador Paulo Paim como autor do Estatuto do Idoso; aliás, autor de outros estatutos igualmente importantes, um dos quais vai ser analisado, brevemente, por esta Comissão, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de autoria também do Senador Paulo Paim,, que eu tenho o prazer de estar relatando.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – V.Exª. me permite uma parte?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pois, não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Questão de justiça. Eu quero dizer mais uma vez aqui, que eu apresentei o projeto original, mas a grande obra do Estatuto da Pessoa com Deficiência, é do Senador Flávio Arns. Está fazendo um belíssimo de um substitutivo; ampliou, digamos, mais de 100% dos direitos que em um primeiro momento nós tínhamos colocado. Toda vez que ele fala, eu faço isso, porque eu acho que é uma questão de justiça. Ele está viajando, discutindo; vai sair um belo de um estatuto e para mim o Relator merece aplausos de pé do Brasil, pelo trabalho que está fazendo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu agradeço ao Senador Paulo Paim e eu creio que nesse mês de maio, nós tenhamos a oportunidade, Sr. Presidente, de debater esse assunto aqui na Comissão, de apresentar os resultados e de encaminhar para a votação. Inclusive, na esteira do próprio objetivo da campanha da fraternidade desse ano; fraternidade e pessoas com deficiência.

Mas em relação ao projeto que nós estamos votando, eu quero dizer que é de extrema importância isso que o Senador Pedro Simon sugere e que vem, assim, aperfeiçoar o Estatuto da Pessoa Idosa, que é garantir, fazer, criar os mecanismos para que o direito se converta em realidade. Quer dizer, tornar mais concreto esse direito e dar os mecanismos para a pessoa idosa que precisa usufruir desse direito, para que ela tenha os caminhos jurídicos para que isso aconteça. Eu acho que essa perspectiva deve ser buscada em todo o Projeto de Lei, porque precisa haver, naturalmente, a tipificação do crime, caso aquele direito não seja concretizado.

Então, eu diria que é muito importante, aperfeiçoa o estatuto e da os caminhos para a população, conhecendo o estatuto, para o Ministério Público também, para transformar o direito em realidade. Então, eu quero parabenizar o Senador e o relatório também, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não havendo mais nenhum pronunciamento, eu queria fazer uma referência ao que disse o Senador Paim. Todos nós reconhecemos

o papel do Senador Flávio Arns na luta pelos direitos daqueles que são portadores de deficiência. Eu, como Ministro, acompanhei a luta dele, a defesa dele, inclusive brigando quando era preciso, em relação a alguns aspectos. Agora, aproveito para dizer que não só é uma questão de elegância, o que fala o Senador Paim, nem de reconhecimento apenas, mas é muito sintonizada com essa Comissão; que já que é a Comissão de Direitos Humanos, tem que ser também a Comissão dos Direitos dos Senadores, embora muita gente por aí não acha que Senador seja ser humano. Pelo menos eu recebo uns *e-mails* por aí que tratam não igualmente.

Eu queria agora pedir a Senadora... Ah, está saindo, não é? Eu vou pedir, então, ao Senador Flexa Ribeiro que assuma a Presidência, porque tem três requerimentos meus e depois tem um que é meu e do Senador Paim. Para não ficar trocando, assim a gente faz a substituição de uma vez.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só Pela Ordem, Sr. Presidente. Eu tenho a impressão que V.Exª. não colocou em votação esse projeto, porque aí nós começamos a falar e acabou...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não havendo ninguém que queira se pronunciar mais, eu ponho em discussão. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Bom, quero colocar em discussão o Requerimento nº 17/2006, que trata de pedido de Audiência Pública, a realizar-se no dia 17 de maio de 2006, para discutir os problemas estruturais das instituições de internação de adolescentes em conflitos com a lei, denominadas Febem. Com a presença das seguintes autoridades: Paulo de Tarso Vanucci, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Eunice Aparecida de Jesus Prudente, Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania; Laila Said Abdel Qader Shukair, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Roseana Queiroz, Coordenadora Nacional do MDH; Marta Marília Tonim, Presidente da Comissão Temporária da Criança e do Adolescente da OAB.

O requerimento é de autoria do nobre Senador Cristovam Buarque. Com a palavra o autor do requerimento.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós temos tido, tradicionalmente, nesta Comissão, o costume de tratar como direitos humanos, certas coisas e não outras. Eu trago com esse requerimento, para dentro dessa Casa, a idéia de que faz parte dos direitos humanos a criança ser tratada como criança. E é nesse sentido que eu proponho essa audiência para discutirmos esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Alguém mais gostaria de pronunciar a respeito do requerimento? Eu quero, antes de colocar em votação, Senador Cristovam Buarque, parabenizá-lo pelo requerimento que solicita definição de Audiência Pública, para tratar da questão dos problemas estruturais das instituições de internação de adolescente, a Febem. Eu acho que é um assunto que a mídia tem colocado à sociedade estarrecida, os conflitos que são quase permanentes. Então, é muito boa a sua proposta no sentido de que se discuta abertamente, nesta Casa, esses conflitos e de que tal forma eles possam ser minorados e possam ser, se possível, extintos. Em votação...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, só uma observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu gostaria, da minha parte também, de parabenizar o Senador Cristovam Buarque pela iniciativa, diria que é muito importante. E lembrar de um fato, inclusive, que, quando Deputado Federal ainda fazia parte da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, e fomos a São Paulo verificar a unidade denominada UAI, que é Unidade de Atendimento Inicial, para os adolescentes que tenham cometido algum crime, mas sobre a ótica de ver como é que o sistema poderia, sim, identificar crianças e jovens que estivessem cometendo esses crimes em função de distúrbios mentais, distúrbios psíquicos ou distúrbios de comportamentos severos. Em outros paises existe um trabalho concentrado de pesquisa, de atendimento, para podermos identificar. Isso seria necessário, não só em relação ao adolescente, também em relação ao adulto, mas aqui estamos discutindo o adolescente que tenha um determinado comportamento em função de um distúrbio mental, distúrbio psíquico ou doença mental, como se costuma falar. Não deficiência, mas doença, distúrbio, transtorno mental.

Então, se essas pessoas que viessem aqui, pudessem também nas suas apresentações, lembrar-se de enfocar esse aspecto. Como é que isso está sendo pensado, em relação a essa população? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pois não, Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu agradeço a sugestão do Senador Flávio Arns e,

fique certo que a gente vai tentar trazer o debate, também, para esse aspecto específico do problema dos nossos jovens adolescentes, que hoje são vítimas do que passam nas FEBEMs. Apesar de que muitos deles foram condenados por crimes que cometeram.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só para complementar mais essa brilhante iniciativa do Senador Cristovam, que tem pautado a sua caminhada em inúmeras áreas, principalmente nessa, que é a educação, fortalecimento, a forma como as instituições se portam em relação às crianças e aos adolescentes e também aos adultos. Cristovam já é uma marca nacional muito forte; inclusive, por inúmeras vezes que ele não esteve aqui, é porque ele está no exterior fazendo palestra sobre educação. E todos nós sabemos que a educação é o caminho, de fato, para os povos avançarem e, conseqüentemente, as relações humanas. Parabéns, Senador Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não havendo mais quem queira discutir o requerimento, coloco em votação. Os que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento nº 18/2006, de Audiência Pública a realizar-se no dia 31 de maio de 2006, para discutir e esclarecer a erradicação do trabalho infantil no Brasil, tendo como referência o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. Com os seguintes convidados: Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical; Antônio Carlos dos Reis, Presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT; João Antônio Felício, Presidente da CUT; Armando Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Antônio Ernesto de Salvo, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura – CNA; Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional dos Transportes – CNT; Sandra Lia Simón, Procuradora-Geral do Trabalho. Autor, Senador Cristovam Buarque. Com a palavra o autor do requerimento.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, esse requerimento é totalmente relacionado com o seguinte: o 19, que trata da mesma coisa e pode-se perguntar: por quê? É porque nós dividimos em dois grupos aquele que queremos escutar sobre o problema do trabalho infantil; essa vergonha que nós temos no Brasil. O fato de que no Brasil, em vez de brincar e estudar, nós temos ainda milhões – alguns falam em três e meio, outros em cinco, outros em dois milhões – de crianças trabalhando. E quando eu digo trabalhando é sem estudar, praticamente. E não se trata daquele, vamos dizer, processo de aprendizagem. Pode até fazer parte da aprendizagem combinar escola e certas atividades, a partir de uma certa idade, nunca antes.

Então, nós queremos discutir esse assunto: por que o Brasil não consegue superar isso? Eu fiz proposta de audiência sobre isso, só que eu dividi em duas: uma em que eu chamo a sociedade civil, a outra em que eu chamo o Governo, separadamente. Na sociedade civil, eu não sugeri nenhum nome dos que tradicionalmente lutam contra o trabalho infantil, as ONGs e entidades religiosas. Eu chamei aqueles relacionados diretamente com o trabalho, tanto o Sindicato dos Trabalhadores como entidades patronais. A idéia é que a gente ouvindo os sindicalistas e dirigentes patronais, a gente possa saber o que está acontecendo no trabalho infantil no Brasil e como superar. E na hora que vier o Requerimento nº 19 – eu acho que a gente nunca pode votar dois ao mesmo tempo – eu falarei outra vez, só para dizer porque foi separado. No caso, de uma hora o setor produtivo, sindicatos trabalhistas e sindicatos patronais, e outra hora, representantes do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, para discutir. Primeiro, cumprimentar mais uma vez o Senador Cristovam por ter convocado as centrais sindicais e também os empresários, para discutir esse tema. Eu entendo que isso é fundamental.

Eu queria lembrar, Senador Cristovam, que foi numa Audiência Pública nessa Comissão, aonde vieram todas as centrais sindicais e todas as confederações de trabalhadores, que nós discutimos o famigerado fator previdenciário e todos os Senhores sabem a minha posição. E por humanidade, fiz uma campanha a nível nacional para que o fator previdenciário fosse alterado. E nesse sentido, que eu quero apoiar, mais uma vez, a iniciativa do Senador Cristovam. O Brasil todo está acompanhando, porque o Brasil entende que hoje ele vai para a Câmara dos Deputados. Eu quero, inclusive, de público, cumprimentar todos os Senadores do PMDB que retiraram o pedido de recurso, no sentido de que se faça um entendimento lá na Câmara dos Deputados, e vou fazer um apelo muito grande para que os Senadores do PT também retirem o recurso. Os Senadores do PSDB não assinaram o recurso, porque entendem que o debate pode ser feito lá na Câmara dos Deputados. Eu aproveito esse momento para fazer esse apelo que farei da tribuna, apresentando todos os argumentos possíveis e imagináveis. Inclusive, vou ler, Senadora Ana Júlia, o discurso que eu fiz, Senador Cristovam, quando ele foi votado na Câmara e que foi assinado por todos os

Deputado Federais do PT e pela liderança do PT que, naquela época, encaminhamos o contrário. Então, eu acho que é um momento bonito, ver que a Comissão de Direitos Humanos está impulsionado esse grande debate e nesse tema aqui, principalmente do trabalho escravo. Parabéns, Senador Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Algum Senador gostaria ainda de discutir o requerimento? Antes de colocar em votação, quero novamente, Senador Cristovam, parabenizá-lo. V.Exª. tem, como sempre, colocado temas importantíssimos a discussão desta Comissão de Direitos Humanos. Esse assunto que V.Exª. solicita Audiência Pública, que trata do trabalho infantil, ele foi motivo de uma discussão acalorada na Comissão de Orçamento, entre os Senadores João Ribeiro, que era Sub-Relator da Comissão, e a Senadora Lúcia Vânia, defendendo os recursos para o atendimento do PETI, exatamente o programa destinado a erradicação do trabalho infantil.

Então, V.Exª. traz, e traz de forma adequada, dividindo o seu requerimento em duas audiências: uma do setor produtivo e outra dos órgãos governamentais. Quero parabenizá-lo e colocar... Como não há mais quem queira usar da palavra, em votação o requerimento do nobre Senador Cristovam Buarque. Em votação. Aprovado.

Requerimento nº 19/2006, de Audiência Pública a realizar-se no dia 7 de junho de 2006, para discutir e esclarecer a erradicação do trabalho infantil no Brasil, tendo como referência o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, com a presença dos seguintes convidados: Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social; Luiz Marinho, Ministro de Estado do Trabalho; Márcio Thomaz Bastos, Ministro de Estado da Justiça. Autor, Senador Cristovam Buarque. Com a palavra o autor do requerimento.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, esse requerimento é exatamente o mesmo do anterior, apenas mudando as pessoas convidadas; como eu lhe disse, para, agora, ouvir os representantes do Governo.

Eu quero mais uma vez insistir que a nossa idéia nessa audiência, é não apenas fazer denúncia, aliás, não precisa de denúncia mais, é procurar soluções. E o quê é que o Senado pode fazer para ajudar nisso? Mas, eu quero aproveitar e assinar embaixo de sua referência à Senadora Lúcia Vânia. Foi graças a ela que o PETI se fez realidade. Ela que trouxe a idéia, ela que aprovou. E, sem dúvida alguma, é um dos grandes programas que o Brasil tem. Se o PETI tivesse sido, com um valor maior, ampliando o número de beneficiados e em alguns investimentos a mais na escola, a gente já não teria esse problema do trabalho infantil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Em votação. Aprovado.

Requerimento nº 20/2006 de substituição dos nomes das autoridades descritas no Requerimento CDH nº 11/2006, aprovado em 21 de março de 2006, que visa à realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH, no dia 24 de maio de 2006, para esclarecimento sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Os novos convidados são: Paulo de Tarso Vanucci, Ministro de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos; Osvaldo Russo, Secretário Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social. Autores: Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim. Com a palavra, os Senadores autores do requerimento.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, essa substituição nova tem uma explicação. É que nós fizemos uma audiência, o Senador Paulo Paim e eu, convidamos a uma audiência, e não compareceram as pessoas que deveriam. O Ministro Paulo Tarso Vanucci – eu devo reconhecer que foi por falha nossa, ele não foi incluído na lista – porque na época em que se trabalhava no problema da prostituição infantil, que eu tinha vinculação, não havia o próprio ministério ainda. Era uma Secretaria do ministério. Então, eu me penitencio. Os outros Ministros que foram convidados nenhum compareceu. Em alguns casos, mandaram terceiro e, até um, enviou pessoa de quarto escalão. E eu não fiz a audiência naquele momento. Então, uma outra convocação e agora concentrando no Ministro Paulo de Tarso Vanucci e no Dr. Osvaldo Russo, que é o Secretário Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Como autor, eu só endosso a iniciativa do Senador Cristovam. Na verdade, a iniciativa é dele e ele me convidou e, claro, com muito orgulho eu assinei junto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Flávio Arns, para discutir.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero, também, dizer da importância do requerimento e de termos essa Audiência Pública para um tema tão essencial, tão presente; inclusive, em função das denúncias que recentemente aconteceram pelos meios de comunicação, no problema que aflige tantas crianças e adolescentes do Brasil, infelizmente, no que se refere a sua exploração sexual.

Agora, eu gostaria de sugerir aos autores do requerimento que, além das notícias que foram veiculadas pelos meios de comunicação, as pessoas que viessem fazer a participação na Audiência Pública, tivessem como base o relatório da CPMI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Porque a CPMI que foi presidida pela Senadora Patrícia Gomes e secretariada pela Deputada Maria do Rosário, do Rio Grande do Sul, a CPMI chegou a conclusões importantes e interessantes e eu diria que seria bom se o Poder Público viesse, como estará vindo dois ministérios, estarão representados, que eles se posicionassem também em função do que vem sendo feito, a partir do relatório final da CPMI. Eu não sei o que o Senador Paulo Paim ou o Senador Cristovam Buarque acham, mas para não trazer novas coisas, novos fatos. Foi um trabalho extenso, de meses, um documento muito bem elaborado no final. Aí as pessoas podem, as autoridades convidadas e outras, poderiam chegar aqui e dizer: "olha, temos o relatório, lemos o relatório e estamos tomando as seguintes medidas em função daquilo que foi investigado pelo Congresso Nacional, através de uma Comissão Mista de Inquérito; quer dizer, Deputados e Senadores".

Eu tenho a impressão, Senadores, que ficaria assim uma coisa mais prática, mais concreta, para não começar a discutir "foi tal sugestão, tal sugestão". E essas denúncias que aconteceram, particularmente através da Rede Globo de Televisão, denúncias importantes ilustraram a necessidade desse debate, de se tomar iniciativas, de como essas denúncias se inserem dentro daquilo que o relatório sugeriu ou não, se isto leva a acrescentar alguma coisa ao relatório. Eu pelo menos tenho a impressão, Senador Cristovam, que ficaria algo bem concreto, bem prático e de posicionamento; porque o relatório é uma coisa que vai nortear as ações para o futuro, não só agora, mas o tempo todo. Então, a minha sugestão é nesse sentido. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu agradeço a sugestão do Senador Flávio Arns e quero dizer que todo o trabalho para realização dessa audiência está sendo feito em conjunto com o gabinete da Senadora Patrícia Saboya, que dirigiu, a partir do Senado, um trabalho belíssimo do ponto de vista do trabalho, ainda que tão trágico e triste, do ponto de vista do objeto do estudo, que é a prostituição. Eu não esqueço um discurso que ela fez aqui, que levou muita gente a forte emoção, na apresentação do seu relatório. Estamos fazendo junto com ela.

E, quer dizer, que o pretexto para que eu convocasse essa audiência, os dois pretextos foram: um foi, de fato, a matéria do O Globo, que o Senador Flávio Arns fez; e a outra é saber o que foi feito nesse mais de um ano, desde que terminou o trabalho da CPI. O quê foi feito e o quê não foi feito?

Então, eu agradeço a sugestão do Senador Flávio e vamos levar em conta, sem dúvida alguma.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu gostaria novamente de parabenizar aos Senadores, autores do requerimento e a solicitação do Senador Flávio Arns.

A Senadora Patrícia Saboya Gomes, ela é reconhecida por todos como uma lutadora sobre o tema da erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes. Ainda há pouco tempo participei, aqui na Câmara dos Deputados, de uma cerimônia que prepara o dia nacional de combate à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. E como bem disse o Senador Flávio Arns e o Senador Cristovam incorporou, é partir do relatório da CPMI e verificar, realmente, ao longo, depois deste ano de encerrada, o que foi efetivamente feito para implementar as propostas e sugestões que a CPMI levantou ao longo do seu trabalho.

Então, eu quero novamente parabenizar. Parabenizar porque são três requerimentos, Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim, da maior importância. Um que trata da delinqüência infantil e adolescente, no caso da ação da Febem; outro que trata da erradicação do trabalho infantil; e o terceiro que vai extirpar esse tumor, que é exatamente a exploração sexual de crianças e adolescentes, que é um problema de todos nós da sociedade brasileira.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Em votação. Aprovado.

Não havendo mais itens em nossa pauta, declaro encerrada a Sessão da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Sessão encerrada às 12h.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da Quinta Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 30 de março de 2006, às 9:30 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia trinta de março do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO**, reúne-se a Comissão de Re-

lações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **RODOLPHO TOURINHO, PEDRO SIMON, JEFFERSON PÉRES, ARTHUR VIRGÍLIO, ROMEU TUMA, GERSON CAMATA, EDUARDO SUPLICY, AELTON FREITAS, FLEXA RIBEIRO, VALDIR RAUPP, MARCO MACIEL, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, SÉRGIO ZAMBIASI, JOSÉ JORGE, ÁLVARO DIAS, NEY SUASSUNA, HERÁCLITO FORTES, JOSÉ AGRIPINO, MÃO SANTA e CÉSAR BORGES.** Compareceu também o Senador **LEONEL PAVAN,** não-membro desta Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Inversão de pauta. **Item 02**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 132, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e a Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **JEFFERSON PÉRES**. Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores **JEFFERSON PÉRES**, **GERSON CAMATA** e **ARTHUR VIRGÍLIO**. **Item 07:** Requerimento (SF) Nº 05, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso à Dra. VERÔNICA MICHELLE BACHELET JERIA, pela vitória nas eleições Presidenciais no Chile, tornando-se a primeira mulher a assumir o comando do Executivo Chileno". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador Flexa Ribeiro. Fazem uso da palavra os Senadores **EDUARDO SUPLICY, GERSON CAMATA, JEFFERSON PÉRES** e **ARTHUR VIRGÍLIO.** Aprovado. **Item 03:** Requerimento (SF) Nº 182, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que "Requer, nos termos do artigo 223, do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de censura aos atos, inclusive decretos e leis recentes, editadas pelo Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez, criando restrições e estabelecendo punições, inclusive de prisão, à liberdade de imprensa que ameaçam a democracia". Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO SUPLICY** para leitura de seu parecer. Fazem uso da palavra os Senadores **ARTHUR VIRGÍLIO, GERSON CAMATA, JEFFERSON PÉRES, PEDRO SIMON** e **HERÁCLITO FORTES.** Concedido pedido de vista coletivo. Fazem uso da palavra os Senadores **AELTON FREITAS** e **JOSÉ AGRIPINO**. Inversão de pauta. **Item 09:** Requerimento Nº 1047, de 2003 – de Plenário, de autoria do Senador Tião Viana, que "Nos termos do art. 335, inciso III, requer o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado Nº 03, de 2002, em face da nova lei de estrangeiros que dará tratamento amplo ao tema, sendo, portanto, mais abrangente que o objetivo da matéria aqui mencionada". Faz uso da palavra o Senador **AELTON FREITAS** para leitura de seu parecer. Fazem uso da palavra os Senadores **GERSON CAMATA** e **PEDRO SIMON**. Aprovado. **Item 01:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 131, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Estabelecimento de um Mecanismo Permanente de Intercâmbio de Informações sobre a Circulação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos, assinado em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003". Faz uso da palavra o Senador **HERÁCLITO FORTES** para leitura de seu parecer. Faz uso da palavra o Senador **GERSON CAMATA**. Aprovado . **Item 04:** Requerimento (SF) Nº 1007, de 2005, de autoria do Senador Aloízio Mercadante, que "Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de louvor ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. CELSO AMORIM pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia". Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO SUPLICY** para leitura de seu parecer. **Item 05:** Requerimento (SF) Nº 1008, de 2005, de autoria do Senador Aloízio Mercadante, que "Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de louvor ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Roberto Rodrigues, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia". Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO SUPLICY** para leitura de seu parecer. **Item 06:** Requerimento (SF) Nº 1009, de 2005, de autoria do Senador Aloízio Mercadante, que "Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Luiz Fernando Furlan pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia". Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO SUPLICY** para leitura de seu parecer. Aprovados. Faz uso da palavra o Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**. **Item 08:** Ofício "S" Nº 05, de 2004, de autoria do Gabinete do Ministro da Defesa, que "Informa que, tendo em vista o agrava-

mento da situação na República do Haiti, determinou o envio de um avião da Força Aérea Brasileira àquele País**,** bem como de um destacamento de fuzileiros navais, a fim de promover a retirada de brasileiros e dar segurança às instalações diplomáticas do Brasil em Porto Príncipe". Fazem uso da palavra os Senadores **PEDRO SIMON** e **ARTHUR VIRGÍLIO**. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Azeredo, passa a Presidência ao Senador Pedro Simon. Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO AZEREDO** para leitura de seu parecer. Aprovado. O Senador Pedro Simon devolve a Presidência ao Senador Eduardo Azeredo. **Item 10:** Indicação (SF) Nº 02, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "Propõe, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, a adoção das necessárias providências pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no sentido de que seja estudada a possibilidade de articular com a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério das Relações Exteriores, a inclusão, ainda neste ano de 2004, na programação das visitas de autoridades ao nosso País, a do Presidente da República da Costa do Marfim, Senhor Laurent Gbagbo". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**. Aprovado. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente em Exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Havendo número regimental declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Submeto a Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada. Passamos agora à apreciação da pauta.

O Item 1, o Relator é o Senador Heráclito Fortes, pediu que nós fizéssemos uma inversão de pauta, que ele estará chegando daqui a pouco, devido a um compromisso que tem. De maneira que passamos já para o Item 2 que é o projeto de Decreto Legislativo nº. 132/2006, que aprova o texto do acordo sobre o benefício da justiça gratuita e assistência jurídica gratuita entre os Estados partes do Mercosul a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis em 15 de dezembro de 2000. Autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD) e o Relator é o Senador Sérgio Zambiasi.

Eu vou pedir ao Senador Jefferson Peres. É o Item 2, Senador. Senador Jefferson Peres como Relator *ad hoc*, então, para este acordo da justiça gratuita entre os Países do Mercosul, a Bolívia e o Chile. Concedo a palavra ao Senador Jefferson Peres.

SR. RELATOR SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Relator é o Senador Sérgio Zambiasi, Sr. Presidente, que depois de analisado o acordo, conclui pela aprovação do texto do Decreto Legislativo nº. 132 de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir encerro a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Bom, enquanto... o item 3 aqui, vários itens aqui são do Senador Suplicy. Eu quero só trazer aqui um comunicado ainda a respeito da questão do convite da Assembléia Popular Nacional da China, convite da Embaixada da China. Os dados estão aí com os Srs. Senadores para análise. A respeito do requerimento nº. 3/2006, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando a presença do Embaixador Sérgio Barcellos Telles em Audiência Pública para tratar do desaparecimento do Engenheiro João José de Vasconcellos Júnior, comunico o recebimento do ofício nº. 14/2006, do Sr. Ministro das Relações Exteriores, Chanceler Celso Amorim, informando que o Itamaraty, que os convites para Audiências Públicas fossem dirigidos ao próprio Ministério ou a funcionário diplomático lotado em Brasília, responsável do tratamento do assunto objeto da Audiência Pública e não a Chefes de missões diplomáticas, pois os mesmos são representantes pessoais do Presidente da República junto a Governo estrangeiro, e agem em função de instruções de Brasília, preparadas pelas áreas temáticas da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

O Sr. Ministro informa ainda, que neste caso específico, as negociações empreendidas e o acompanhamento permanente do tema, tem sido coordenados pelo representante especial para o Oriente Médio, Embaixador Afonso Celso de Ouro Preto, que poderá prestar à Comissão os esclarecimentos necessários. E em fax enviado à Comissão, como aditamento ao Ofício nº. 14/2006, o Sr. Ministro Chanceler Celso Amorim, informa ainda que tendo em vista as ponderações feitas, o Embaixador Sérgio Barcellos Telles estará sendo chamado a serviço para participar da Audiência Pública na data que for determinada por esta Comissão.

Vamos então marcar oportunamente a audiência para ouvirmos, portanto, o Embaixador Sérgio Barcellos Telles sobre as questões ligadas ao desaparecimento do Engenheiro João José de Vasconcellos Júnior.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Pela ordem Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Apenas para satisfazer a minha curiosidade, o Presidente Senador Saturnino está no Cazaquistão, foi assistir ao lançamento do...?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim, Senador Jefferson Peres, o Senador Saturnino, Presidente da Comissão está no Cazaquistão em missão oficial para acompanhar a primeira participação de um brasileiro em viagem...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, pela ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Num vôo espacial.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Pela ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Primeiro eu queria cumprimentar o nosso Presidente, que teve esse privilégio de ir ao Cazaquistão, e apresentar os cumprimentos ao Governo brasileiro. Não pode cientificamente representar nada, mas publicitariamente, promocionalmente, nos 100 anos do Santos Dumont a ida do astronauta brasileiro foi um grande golpe de publicidade do Governo brasileiro. E mais. Feito no dia da leitura do relatório da CPI. Quem foi para o espaço foi o Serraglio. O astronauta foi o assunto do dia, cumprimentado por isso do Governo brasileiro. E protestar contra o Governo da Rússia. Eu assisti à subida várias vezes, os *replays*, inclusive, a gente via o comandante russo operando, anotando, operando aqueles equipamentos, o Engenheiro americano operando os botões no teto e o brasileiro lá atrás só fazendo assim. Quer dizer, não deram nem uma cadernetinha para ele anotar um negócio, pagar 10 milhões de dólares para tratar nosso astronauta desse jeito?! O meu protesto contra a empresa russa de astronauta, Cosmo Russa (F), sei lá o nome dela. Isso... Não podiam ter feito isso com o nosso astronauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Eu ficaria muito feliz se o foguete fosse brasileiro, equipamentos eletrônicos, tecnologia nacional e ainda me contentaria se fosse uma carona gratuita. Mas por dez milhões de dólares eu acho demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Mas, vamos reconhecer. Foi preciso um operário chegar a Presidência da República, para um brasileiro ir ao espaço. Pela primeira vez neste País um brasileiro foi ao espaço sideral. Nós não podemos negar que depois de tantos anos de Governo de Pedro Álvares Cabral para cá foi preciso o Governo do PT...

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Bom, a minha homenagem a Santos Dumont pelos 100 anos que ele fez o primeiro vôo.

SENADOR GERSON CAMATA – Por sinal é mineiro, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Mineiro, exatamente. Bom, vamos passar ao Item 7 que é o Requerimento nº. 5/2006, que requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de aplauso a Dra. Verônica Michelle Bachelet Jeria, pela vitória nas eleições presidenciais no Chile, tornando-se a primeira mulher a assumir o comando do Executivo Chileno. Autoria da Senadora Serys Slhessarenko. A Relatora é a Senadora Lúcia Vânia, que não está presente. Eu vou pedir ao Senador Flexa Ribeiro, Senador colega de partido da nossa Senadora Lúcia Vânia para que leia seu parecer como Relator *ad hoc*.

SR. RELATOR SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, o parecer da Relatora, Senadora Lúcia Vânia. Ela analisa o projeto da Senadora Serys Slhessarenko que pede um voto de aplauso à Dra. Verônica Michelle Bachelet, Presidenta eleita do Chile. Depois de fazer a análise ela propõe o seguinte voto. "Do exposto, reconhecemos o mérito da homenagem e votamos pela aprovação do Requerimento nº. 5/2006". Este é o voto, Sr. Presidente. (interrupção no áudio).

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Em discussão...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, apenas para apoiar a iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko e gostaria, inclusive, de que este requerimento de aplauso seja cominado com o preparo que o Senado e a nossa Comissão deva ter para quando segundo se anuncia, avalio que será breve a visita da Srª. Michelle Bachelet, certamente à Presidência, V.Exª. mesmo e o Senador Roberto Saturnino estarão tomando as providências necessárias, para

que possamos acolher, com toda a atenção, a visita de uma Presidenta de um País amigo como o Chile, e em especial, dada a relevância dela ser a primeira mulher que preside o Chile.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Perfeito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Talvez seja a segunda, não é, porque houve uma... Mas eleita...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O que consta é que é a primeira...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É a primeira eleita. Então muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Suplicy, muito obrigado, nós tomaremos as providências na época devida à visita da Presidente do Chile. Em discussão, portanto, mais algum Senador queira participar... Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Queria fazer uma notação se V.Exª. me permite. A primeira Governadora na América Latina foi a esposa de Vasco Fernandes Coutinho. Era uma italiana, chamava-se Luiza Grimaldi. Quando fracassou a colonização da Capitania do Espírito Santo, ela assumiu o Governo da Capitania em 1562. Fez um Governo espetacular e salvou o Espírito Santo da invasão da Capitania da Bahia, senão hoje nós iríamos ser baianos e não capixabas. Nós devemos o fato de sermos capixabas a essa Luiza Grimaldi, a primeira Governadora da América Latina.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Fez bom Governo mesmo?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Excelente Governo.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Diziam Padre Antônio Vieira, que os Governadores vêm buscar não o nosso bem, mas nossos bens.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Mas, ela permaneceu no Espírito Santo, morreu no Espírito Santo, foi sepultada no Espírito Santo e trouxe muito bem ao Estado do Espírito Santo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Então, nesse caso tanto não foi a primeira vez na história do Brasil. Já tinha há mais tempo. Em votação...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente. Mas não foi ela que mandou para o espaço, ninguém. Vamos reconhecer.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Em votação o parecer da Senadora Lúcia Vânia, lido pelo Senador Flexa Ribeiro. Aprovado. Voltamos então à pauta. Ao Item, a pauta inicial, ao Item 3. Senador Suplicy, são vários itens agora de autoria de V.Exª. V.Exª. é o Relator.

O Item 3 é o Requerimento 182/2005, que requer nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de censura aos atos, inclusive decretos e leis recentes, editadas pelo Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez, criando restrições e estabelecendo punições, inclusive de prisão, à liberdade de imprensa que ameaçam a democracia.

O autor é o Senador Arthur Virgílio e Relator o Senador Suplicy, a quem passo a palavra para a leitura do seu parecer, portanto, é o Requerimento 182/2005, voto de censura proposto pelo Senador Arthur Virgílio, quanto as leis editadas restringindo a liberdade de imprensa na Venezuela.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Senador Arthur Virgílio propõe seja consignado o voto censura aos atos e, inclusive, decretos e leis recentes, editados pelo Presidente Hugo Chávez da Venezuela, criando restrições, estabelecendo punições, inclusive de prisão, à liberdade de imprensa que ameaçam a democracia.

Da justificativa que acompanha o requerimento, cumpre destacar que o mundo livre, inclusive o Brasil, vem manifestando preocupação com atos do Presidente Hugo Chávez, impondo restrições e liberdade de imprensa da Venezuela. Tendo em vista que o Brasil é um País democrático que a liberdade de imprensa é um dos alicerces mais sagrados, estou propondo ao Senado Federal da República, este voto de censura, segundo as palavras de Arthur Virgílio, que haverá de exprimir o repúdio do legislativo aos retrocessos que estão em curso na Venezuela. Análise: Trata-se de proposta o requerimento, como pedido de censura, tendo em vista a recente aprovação pela Assembléia Nacional da República da Venezuela, da Lei de Responsabilidade Social, em rádio e televisão, norma extensa e detalhada que no art. 1°, define seus objetivos, quais sejam, estabelecer na difusão e recepção de mensagem, a responsabilidade social dos prestadores de serviço de rádio e televisão, os anunciantes, os produtores e usuários e usuárias, para promover a justiça social e contribuir com a formação da cidadania e democracia, paz, os direitos humanos, a cultura e educação, a saúde e o desenvolvimento social e econômico da nação, de conformidade com os princípios constitucionais da legislação, para proteção integral das crianças e dos adolescentes, a segurança social,

a livre competência a Lei Orgânica de telecomunicações. Com implicações na legislação penal, a nova lei também estabeleceu uma série de sanções administrativas, desde Sessão de espaço para difusão de mensagens culturais e educativas, até multas, suspensão e cassação e concessões como previsto no seu art. 26. Não há que se questionar, trata-se de norma de bastante rigidez destinada a contrapor-se a atuação política dos oligopólios que dominam a imprensa venezuelana, manifestamente contrárias e mesmo sediciosos em relação ao Governo, legítima e democraticamente escolhido. Em cúminos (F), no âmbito da presente Comissão, verificar a conveniência e oportunidade das iniciativas legislativas, como a que ora se apresenta. Nesse sentido, é imperioso que façamos algumas considerações acerca das relações que mantemos com o País vizinho. A Venezuela desempenha papel estratégico na América do Sul, seja pela posição geográfica ao Norte do subcontinente, com litoral recortado e estendido pelo mar do Caribe, seja pela extração petrolífera responsável por 80% das exportações totais do País. A riqueza da Venezuela, no entanto, não a diferencia, sobremaneira, dos demais Países sul-americanos, na medida em que permanecem delicadas as questões sociais a serem resolvidas. Se por um lado, os desafios a serem superados, relegam à Venezuela periferia do mundo desenvolvido, por outro lado aproximam-na do Brasil, com quem tem estabelecido profícua relação nas áreas econômicas, político e cultural, com objetivo de sedimentar o espaço de integração e de estabilidade. O diálogo entre o Brasil e a Venezuela ganha impulso graça a estímulos governamentais de ambos os lados, que privilegiaram promoção de conhecimento de modo a diversificar as oportunidades de comércio exterior e de cooperação efetiva. Única nação do ocidente a integrar a OPEP, a Venezuela é o quinto maior produtor mundial desse recurso mineral. A extração do produto comandada pela estatal PETRÓLEO DA VENEZUELA S.A. responde por mais de 25% do PIB, parcerias nessa área, portanto, são de pronto promissoras, porquanto o Brasil também desenvolve tecnologias avançadas na extração, refinamento e distribuição do petróleo. Embora o Brasil não desempenha substancialmente de exportações da Venezuela, já que se encontra pressa em atingir a auto-suficiência petrolífera, são de interesse comum projetos que configuram dinamismo, eficiência as atividades ligadas ao petróleo. Fosse, contudo, apenas esse o interesse energético, simples e breve seria o diálogo. O contrário, entretanto, parece revelar os reais interesses dos dois Países. A viagem do Presidente Lula em 13 e 14 de fevereiro de 2005, resultou em aliança estratégica que prevê exploração de gás e carvão, produção de etanol e biodiesel, parcerias na área de mineração, petroquímica e siderurgia. O intercâmbio comercial que em 2004, foi superior a 1,6 bilhão de dólares, tende a ser incrementado pelo desembolso de créditos para financiar exportação de bens e serviços brasileiros para projetos de infra-estrutura na Venezuela. O Brasil já atua ativamente na construção de hidroelétricas e pontes sobre o rio Orinoco, nos projetos de metrô em Caracas em planos de irrigação. No âmbito das políticas públicas, acorda-se cooperação para evitar dupla tributação de empresas. Estuda-se a viabilidade e a criação da empresa binacional, a maneira, a VALE DO RIO DOCE, a COMPANHIA ESTATAL VENEZUELANA CORPOZULIA, com o escopo de se explorar carvão no oeste da Venezuela. Brasil e Venezuela estão em acelerado ritmo de entendimento e cooperação. Abrem-se oportunidades inusitadas, ora incentivadas pelos Governos, ora forjados pelo empresariado capaz de compreender os benefícios aporte-se de médio e longo prazo. Resguardando o Princípio Constitucional de não ingerência em assuntos internos dos demais Países, primando sempre pela solução pacífica de controvérsias, tem o Brasil atuado na América do Sul como árbitro cauteloso e imprescindível nas grandes controvérsias e litígios regionais. Demonstração desse poder de influência, desprovido de pretensões imperialistas, foi o auxílio concedido pelo Brasil na crise que abalou a ordem democrática da Venezuela a partir de abril de 2002. Ajuda brasileira em consonância com a defesa das instituições democráticas e com estabilidade, materializou-se na coordenação de um grupo de amigos da Venezuela composto por Chile, México, Portugal, Espanha, Estados Unidos e o próprio Brasil. A atuação foi prova de força da tradição diplomática brasileira sempre pronta à auxiliar nações parceiras ameaçadas pela desordem e pela violência. Ressalto, Sr. Presidente, que aquela iniciativa do Presidente Lula contribuiu, inclusive, para que não houvesse o agravamento da situação doméstica na Venezuela, possivelmente, tendo evitado uma guerra civil. Brasil e Venezuela passam por momento alvissareiro em suas relações bilaterais. No campo econômico, os projetos diversificam-se e tomam corpo e investimentos crescentes, em obras em infra-estrutura e redes energéticas. Na área política, estabelece o diálogo producente que vai além das fórmulas retóricas para encontrar, na realidade, meios de garantir cooperação efetiva e imediata. A América do Sul revela-se prioridade aos próprios Países da região, já que isso lhes fortalece, permite relacionamento mais equilibrado com as potências da ordem internacional. Brasil e Venezuela parecem claramente compreender os novos influxos, ditados para

a configuração da ordem externa, apressam-se em compartilham desafios e saldos comuns de desenvolvimento. A nosso juízo e tomando em conta todas as relações aqui exaradas, seria temerário o Poder Legislativo brasileiro emitir juízo de valor acerca das decisões soberanas de uma democracia, com a qual mantemos relações de vizinhança privilegiadas. Em razão de acharmos certo ou errado o que de lá legitimamente se legisla. A ser aprovada e concretizada a censura pretendida pelo requerimento sobre exame, estaríamos confrontando a própria Constituição Brasileira, que já em seu art. 4º estabelece que a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais – e este é o ponto mais importante, Sr. Presidente – irá primar pela observância do princípio da não ingerência, não se imiscuindo em assuntos internos ou de domínio reservado em outros Países. Art. 4º. A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios: Independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, concessão de asilo político. Parágrafo Único. A República Federativa do Brasil buscará integração econômica, político, social e cultural dos povos da América Latina, visando a formação de uma comunidade latino-americana de nações. Cremos que a tradição e a responsabilidade do Congresso, não devem ser comprometidas pelo emocionalismo perecível no tempo, porém fadada à constituir precedente politicamente temerário e juridicamente indefensável. Todos somos defensores da liberdade de imprensa, lembrada pelo Presidente Lula em sua entrevista coletiva, como depurador e garantidora da democracia. Porém, quando o poder legislativo de um País democrático está a contingenciar o direito de julgar a legislação de outro País também democrático, a contrariar a sua Constituição e tradição não resta dúvida estar sendo a contingência de trilhar-se um caminho inadequado. Em face do exposto e louvando as boas intenções da proposta legislativa do Senador Arthur Virgílio, pelo qual tenho o maior respeito, por considerarmos eivada de em sanar vício de inconstitucionalidade, somos pela rejeição do requerimento.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de ressaltar um aspecto importante. Como o Senador Arthur Virgílio. E aqui quero estender um pouco mais, eu sou um defensor da liberdade de imprensa e avalio como fundamental que nós jamais permitamos em nosso País que haja qualquer ofensa a estes princípios que... E aquilo que desde, ainda recentemente o Senador Arthur Virgílio, lembrou de episódio quando o saudoso Deputado Ulisses Guimarães nos incumbiu de estarmos juntos enfrentando a ação de repressão do então Regime Militar aqui no gramado em frente ao Congresso Nacional, e nós dois fomos com outros, pessoalmente, enfrentar ali uma possível repressão a manifestantes, pelas liberdades, inclusive, a liberdade de imprensa. E, portanto, nós somos parceiros dessa causa. Eu também gostaria até de poder transmitir ao Senador Hugo Chávez, este sentimento que é meu e do Senador Arthur Virgílio, tenha cuidado aí com a importância de se assegurar a liberdade de imprensa. Quem sabe possamos um dia ter um diálogo com o Presidente Hugo Chávez que com freqüência tem visitado o Brasil e quem sabe até o convidarmos para um diálogo aqui. Mas dada, sobretudo, a letra e o espírito da nossa Constituição de não estarmos ingerindo em assuntos internos ou ainda mais tendo em conta que a Venezuela afinal tem hoje um regime democrático de eleições, tendo, inclusive, o povo da Venezuela em referendo confirmado a Gestão do Presidente Hugo Chávez, eu pela razão constitucional é que eu recomendo que não se vote a moção nos termos exarados pelo Senador colega e amigo Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra Senador Arthur Virgílio, autor do voto de censura.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, em primeiro lugar é absoluta verdade a convicção que tenho, é verdadeira a convicção que tenho na filiação à democracia do Senador Eduardo Suplicy e é com... E é com saudade que lembro, não dos tempos da ditadura, mas da coragem que alguns tivemos de enfrentá-la e é com saudade que me lembro da figura mítica, mas nós conhecemos tão profundamente humana do Presidente Ulisses Guimarães. É verdade.

Por outro lado Senador Suplicy ao arrazoar ele se refere à democracia na Venezuela. Eu diria que a Venezuela não é propriamente uma democracia, ela vive hoje uma situação híbrida entre o que resta de uma democracia formal e um autoritarismo que foi implantado na parte em que pôde implantá-lo o Presidente Hugo Chávez. Ao mesmo tempo disse o Senador Suplicy da importância do Presidente Hugo Chávez garantir a liberdade de imprensa. Eu queria o regime no mundo inteiro onde a liberdade de imprensa não dependesse da vontade do arbítrio de quem quer que fosse, de Presidente nenhum. Ao mesmo tempo diz o Senador Suplicy que lembra o Presidente Lula a importância a liberdade de imprensa no Brasil. Felizmente nós não dependemos do Presidente Lula nos lembrar

e nem precisamos que ele nos lembre. A liberdade de imprensa é algo consagrado nesse País.

Mas, Sr. Presidente, eu faço um perfil do Sr. Hugo Chávez. Alguém que não tem apegasse instituições democráticas tais como nós no Brasil as erigimos no Brasil. O Senador Suplicy teria absoluta razão se eu aqui estivesse propondo uma missão militar brasileira à Venezuela, algo parecido. E aí eu estaria enquadrado no art. 4º da Constituição que consagra os princípios da autodeterminação dos povos na não intervenção como básicos, como pétreos na hora de nos conduzirmos enquanto nação, vis-à-vis as questões externas.

Eu me lembro de Santiago Dantas, do seu voto à época mais do que justificável contra a exclusão de Cuba do sistema interamericano, grande Ministro Santiago Dantas do Presidente João Goulart. E eu sou, eu próprio, completamente de acordo com o Brasil se manter na linha do respeito aos dois princípios, da Autodeterminação dos Povos e da Não Intervenção. Não prego, portanto, intervenção. Eu prego um gesto soberano do Congresso. Aí não vejo inconstitucionalidade nenhuma. Um gesto soberano do Congresso dizendo que o Congresso Brasileiro, o Senado brasileiro não concorda com os caminhos que a República venezuelana sugere para a questão da imprensa. Por exemplO – Ameaça de prisão para quem discorde do regime, para quem discorde do Presidente. A falta de clareza em relação ao compromisso com a liberdade. A ameaça nítida ao que possa restar de democracia, porque se o Senador Suplicy se lembra de algo que pode não ser tão bom e até pode ser nocivo os tais oligopólios da imprensa, eu vejo que Chávez, a esses oligopólios pretende se contrapor com um monopólio da opinião e o monopólio do poder. Ele não pensa em abrir mais a sociedade quando supostamente enfrenta os tais oligopólios. Ele pensa em fechar as liberdades na Venezuela estabelecendo um monopólio da opinião, monopólio do poder. Quando o Senador Suplicy diz, "das nossas boas relações", e eu aqui não interfiro, não questiono uma cooperação que desde antes do Presidente Lula, existia, e que é fundamental existir cada vez com mais com mais força entre o povo brasileiro e a nação brasileira e o povo venezuelano, a nação venezuelana, a questão da cooperação não está em jogo, está em jogo a liberdade, ele diz assim que nós temos seja por isso, seja por aquilo, ou seja pela posição geográfica o Brasil tem que preservar as suas relações.

É precisamente pela posição geográfica que me preocupa e muito os caminhos que toma a Venezuela, porque eu aqui estou pensando muito na solidariedade ao povo venezuelano que eu gostaria de ver livre, é um sonho meu, de ver os sul-americanos todos livres, sob regimes democráticos. Mas eu aqui falo objetivo e friamente como Senador do País. Eu entendo que interessa ao Brasil democracia. Entendo que interessa ao Brasil liberdade em todo o Subcontinente Latino-americano, em toda a porção Sul da América, em toda a América do Sul. Interessa, sim, porque a base ditatorial, ali, significa mau exemplo, para que amanhã possa quem sabe acontecer algum abalo ditatorial aqui no Brasil. Eu falo, portanto, também friamente como representante do povo brasileiro, como Senador do povo brasileiro, que não abre mão da democracia.

Agora, vamos lá. A Venezuela, sim, é que tem sido intervencionista, a Venezuela é que tem praticado seguidos atos de ingerência sob assunto de assuntos de outros povos. A Venezuela muito mais do que o Brasil. Muito mais do que qualquer outra nação do nosso subcontinente, ela tem procurado se imiscuir a negócios internos de outros Países, haja vista a manifestação recente na Argentina que envolveu aquela coisa esdrúxula, meio esquisita de um craque na bola, mas que a revista Veja classificou de acordo com aquele livro do filho do Garcia Marques, como o nosso Maradona, que bom que eu posso falar nosso Maradona, não é nosso Delúbio, é o perfeito idiota latino-americano, aquilo é verdade, mas aquilo é um ato de ingerência, aquilo é um ato de ingerência em assuntos de outros povos. E Sr. Presidente, eu não me alongo para dizer que eu cresci politicamente numa família trabalhista, mas eu fui mais à esquerda. Eu grande parte da minha juventude eu a gastei em conversas que iam do bar ao diretório acadêmico, justificando as agressões que a União Soviética praticava a povos que se rebelavam contra o seu julgo. Se alguém me perguntavA – Invasão da Hungria, Senador Pedro Simon, lá ia eu dizer: "Foi para preservar o socialismo. Aquilo ali foi necessário porque senão o capitalismo faria pior". Eu dizia isso. Eu tinha essa cabeça. Invasão da Tchecoslováquia. E lá vinha eu: "Essencial, porque aquele regime longe de ser libertário que estavam tentando implantar na Tchecoslováquia, aquele regime ele visava no fundo, no fundo, a abalar a conquista dos trabalhadores, a conquista dos operários". Eu cheguei a ter essa cabeça chapada...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Um babaca.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Eu era. Eu era assim. Agora, o que... E o que, Gerson... Hum?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Babaca.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Não, sim... Mas veja bem... E você diz isso e eu não tinha opinião diferente de você, quando você estava na

arena. Eu dizia assim, meu amigo Gerson é um babaca que está defendendo a ditadura. (risos)

(risos)

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – E quem exacerbou... Quem exacerbou... (risos) Quem exacerbou o meu radicalismo, foi precisamente o regime que meu amigo Gerson Camata defendia. Aquele regime que torturava amigos meus, assassinou companheiros meus, aquele regime de força que eu não quero nunca mais ver repetido no Brasil e por isso a preocupação que tenho com a Venezuela. Cuba, por exemplo. Eu não consigo mais aceitar como bonito, como politicamente correto figuras que eu adoro, figuras que eu venero como Chico Buarque de Holanda, assinando manifestos justificando assassinatos em Cuba, assassinatos frios de jovens que não estavam querendo derrubar o Governo de Cuba, jovens que estavam querendo fugir de Cuba, fugir da ditadura e tentar a vida em outro lugar. Eles não estavam conspirando sequer contra aquela ditadura cruel de Fidel Castro. Eles estavam querendo fugir. Fidel Castro vai, os retira da boca do tubarão, eles iam talvez morrer com aquela jangadinha no meio do mar, retira da boca do tubarão e os leva para um julgamento sumário, nem julgamento houve, os leva para uma condenação sumária, para condenação à morte. Eu vejo figuras que lutaram tanto por liberdade, nessa época que eu era o tal babaca que se refere o meu querido amigo Senador Camata, figuras que eu aprecio tanto pela arte, que faz parte da cultura do povo brasileiro, essas figuras até hoje estão assinando manifesto, até hoje assinando manifesto como se houvesse uma Cuba com que sonharmos, como se houvesse um Fidel Castro a ser venerado. Eles continuam é verdade. V.Exª. e eu... V.Exª. porque largou aquela história da arena e eu porque larguei aquela história do comunismo. Vamos dizer que somos ex-babacas. (risos) Agora eu nunca compartilhei com agressões a liberdade nenhuma, nesse País. Eu sempre me pus contra as agressões à liberdade. É por isso que eu defendo com ênfase.

Primeiro, Sr. Presidente, sem colocar em dúvida em nenhum momento as convicções libertárias de meu querido amigo Eduardo Suplicy no período da ditadura, era babaca como eu, estava ali enfrentando dia e noite aquele regime. Eu só sustento que se sua Excelência diz que é inconstitucional, eu quero dizer que não é porque eu não estou empregando intervenção do Governo brasileiro. Não estou empregando infringência, ou seja, eles podem ir lá continuar agredindo liberdade de imprensa à vontade, enquanto for esse o estágio político do povo e do Governo venezuelanos. Eu estou pregando uma decisão soberana do Senado Federal, dizendo que o Senado Federal discorda da idéia de algum povo no continente, no Subcontinente Latino-americano, algum povo sul-americano está até hoje vivendo sob ameaça de restrições à liberdade de imprensa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Pedro Simon e Senador Jefferson Peres. Senador... Senador Jefferson Peres pela primeira inscrição, posteriormente Senador Pedro Simon nesse assunto que é realmente o assunto muito interessante em discussão.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores eu me sinto muito à vontade para falar sobre o assunto, porque eu tal como o Senador Arthur Virgílio em minha juventude e até além da minha juventude eu fui um radical de esquerda, também. Tanto que passei momentos difíceis durante o Regime Militar. Mas, Sr. Presidente, eu fui curado da doença infantil do esquerdismo, por um livro seminal de um grande liberal francês Raymond Aron: O Ópio dos Intelectuais. Todo intelectual de esquerda deveria ler aquele livro. Ele mostra como o marxismo consegue anestesiar as mentes mais brilhantes que ficam divididas. Existem duas éticas. Uma para os outros, outra para eles próprios de esquerda. É isso que leva essa ambigüidade terrível. Como é que uma pessoa que se diz defensora do Estado Democrático de Direito, da liberdade, pode compactuar com o regime de Fidel Castro em Cuba? Como é possível, Sr. Presidente? Em nome de quê? Eles fazem as piores coisas em nome do bem. Que coisa terrível Senador Arthur Virgílio! Em nome do bem com uma causa maior, a libertação do mundo do proletariado, eles podem fazer qualquer coisa. Como é que um homem que se diz democrata pode concordar, Sr. Presidente? Senador Eduardo Suplicy, um homem como V.Exª, com um País onde há partido único. E Cuba?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Não, não. Eu quero, eu estou desenvolvendo um raciocínio. Espere aí. Eu não me dirigi a V.Exª., estou me dirigindo a outros. Perdão, eu suprimo isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ah, bom. Porque eu sou a favor do pluripartidarismo, eu sou a favor da liberdade de imprensa, eu sou a favor...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Por favor, não me dê um aparte de meia hora, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – De repente V.Exª. diz como é que eu sou a favor.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Suprimo dos anais a referência ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está bem, obrigado.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Como é que pode uma pessoa que se diz democrata silenciar diante de um regime, Sr. Presidente? Tem partido único que tem um monopólio do Governo de todos os meios de comunicaçãO – Rádio, televisão, jornais. Outro dia alguém me disse. Se houver uma eleição em Cuba o Fidel Castro leva 99% dos votos. Eu disse: Me dê. Me dê o monopólio do rádio, dos jornais e da televisão que eu obtenho 99% dos votos no Brasil, também. Total controle, absoluto controle. Os que se levantam são presos. Processados, são fuzilados como aqueles três rapazes que queriam fugir de Cuba. Foram fuzilados Senador Aelton. Fuzilados em julgamento sumário. Sumário. Como é que é possível um julgamento sumário?! Porque queriam fugir do País.

E outro dia um esquerdista me disse. "Mas os Estados Unidos erguem muros para evitar que entrem lá". Eu disse a diferença é que eles erguem muros para evitar que ingresse ilegalmente em seu território soberano. A diferença é que o Fidel Castro ergue muro para evitar que saiam, que os cidadãos queiram sair do seu País. O direito absolutamente humano de ir morar onde quiser, que está na Constituição Brasileira. Está na Declaração dos Direitos Humanos da ONU. O direito de sair do País e retornar ao seu País de origem. Isto é negado em Cuba. Como é que um cidadão que se diz democrata de esquerda que grita escandalizado contra o arbítrio da ditadura militar. Eu também grito, mas posso, eu tenho autoridade para gritar. E silencia diante de Cuba e concorda com aquilo. Como é possível essa ambigüidade? Eu queria entrar na mente de uma pessoa dessa, porque ou é extremamente desonesta ou está, como diz o Raymond Aron, é um ópio mesmo, ele está anestesiado, obnubilada na sua capacidade de raciocínio. Não é?

Muito bem. Agora vamos ao Chávez. Obviamente que o Sr. Hugo Chávez não é um democrata. Ele está implantando aos poucos uma ditadura de fato, com aparência de democracia. Aliás, o Regime Militar do Brasil nunca fechou o Congresso, a não ser o Geisel durante curto período. O Brasil era aparentemente uma democracia. Também. Mas o compromisso hoje com a democracia está em Tratado Internacional do Brasil. O Mercosul tem a cláusula democrática. Qualquer País membro do Mercosul, Sr. Presidente, que suprimir o Estado Democrático de Direito estará excluído do Mercosul, tanto assim que o Brasil interferiu, sim, no Paraguai quando houve uma tentativa de golpe, houve interferência diplomática do Brasil e o golpe só não se consumou por isso, porque o Governo brasileiro fez saber, acho que era o Governo Fernando Henrique Cardoso ainda, fez saber que a cláusula democrática seria cumprida e o Paraguai seria excluído do Mercosul. Não violou de certa forma a Constituição Brasileira se levado ao extremo a cláusula da não ingerência?

O Sr. Hugo Chávez é uma figura preocupante porque não se limita à Venezuela. Há dois anos esteve à beira da ruptura de relações diplomáticas com a Colômbia, porque ele, suspeito de financiar guerrilheiros na Colômbia. Ele interfere, ele tem planos expansionistas, sim. Ele vem até ao ponto de gastar um milhão de reais em sua promoção pessoal e propaganda no Brasil financiando uma escola de samba. Aliás, algo que deveria ser até proibido, não é Senador, receber ajuda estrangeira de um Governo estrangeiro.

Então, eu comungo com a preocupação do Senador Arthur Virgílio. Eu estou muito preocupado com o Sr. Hugo Chávez, homem com aquela, com um passado golpista. 10 anos antes de assumir o poder, tentou um golpe militar, era coronel do Exército. Ele não tem um passado que o recomende. E as atitudes e os gestos dele são altamente preocupantes. A ponto de a oposição se recusar. Hoje o Congresso é 100% Chávez, porque a oposição se recusou. Por que se recusou a participar da eleição? Porque era um simulacro de liberdade Senador Eduardo Azeredo, tamanha a campanha de rude intimidação contra os adversários, que eles preferiram não concorrer. Um homem, um regime desse montado em bilhões de dólares, graças aos preços do petróleo não preocupa. A mim preocupa, pelo menos. Não me importa qual é a ideologia do Sr. Chávez. Fosse de esquerda, de direita, estaria, estou preocupado, extremamente preocupado por isso eu voto a favor da moção do Senador Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado Senador Jefferson Peres. Continuando, portanto, a discussão. Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu tenho inveja, muita inveja do Senador Jefferson Peres. Inveja pela tranqüilidade do seu raciocínio, pela lucidez do seu argumento e por ele dizer que está tranqüilo porque essa era a posição. Eu não nego que sua Excelência todas as palavras que disse são absolutamente corretas. Mas eu não tenho essa tranqüilidade. Eu vejo que nós estamos vivendo num mundo onde não sei se nós podemos tranqüilamente ficar na frieza, no texto da lei, da constitucionalidade, na verdade do que deve ser feito. Claro que essa é a nossa obrigação.

Claro que nem eu vou dizer aqui, porque senão o Senador Jefferson vai mudar o conceito que tem de

mim de que eu acho que as coisas não devem ser feitas pela lei, pela constitucionalidade e pela verdade. Mas nós temos que analisar o mundo que nós estamos vivendo. Nós estamos vivendo num mundo onde as coisas são tão diferentes do que a gente imagina. Nós estamos vivendo num mundo que está nos levando para uma globalização, onde nós estamos indo sem querer. Nós tentamos criar aqui o nosso Mercosul para nos darmos condições de termos independência, de termos liberdade, da América do Sul que tem todas as condições para ser uma grande potência. Tem riqueza, tem terra, tem agricultura, tem minerais, tem água e, no entanto, é uma região junto com a África de mais miséria, de maior atraso que se possa imaginar. No entanto, estão aí os americanos, europeus a boicotarem e impedirem de nós andarmos adiante. Nós queremos um Mercosul onde diz bem

o Senador Jefferson Peres, o Fernando Henrique interviu e interviu bem. Não fora ele o golpe já estava consumado no Paraguai. Foi o fato dele dizer e confirmar que se o Paraguai consumasse o golpe ele teria que sair do Mercosul, porque o Mercosul só aceita Países democratas, é que mudou a situação. E o nosso Embaixador praticamente foi o grande responsável por isso. Mas nós não podemos nos esquecer que durante muito tempo a ditadura que nós vivemos aqui não houve nenhum voto, nenhuma coisa, nunca o Congresso Americano nem o Congresso francês, nem o Congresso alemão, nem o Congresso italiano, nem o Congresso de ninguém, votou moções com relação ao que foi feito aqui na ditadura militar. Pelo contrário. Eles interviram. O Governo americano deu força total para bombardear a moeda, matarem o Presidente Allende, fazerem um golpe brutal e violento no Chile. O mesmo na Argentina. O mesmo no Uruguai, a Suíça brasileira que nunca tinha experimentado nada desse tipo.

E durante anos o Extremo Sul do mundo, os Países, Brasil, Chile, Paraguai, Argentina e Uruguai passaram a ser o exemplo do mundo da falta de democracia, da falta de ditadura, do fascismo, da violência, da morte, da tortura. E ninguém veio nos ajudar. Nós não tivemos apoio, nós não tivemos moção, nem a ONU, nem ninguém. Não teve uma decisão do conselho nacional da ONU mostrando quando o americano, se o Jango quisesse tomar posse na renúncia do Jânio Quadros, a frota naval americana estava aqui como estava em 64 também, se fosse necessário para invadir o Brasil como invadiu São Domingos. Então são realidades que estão aí. São realidades duras. Quer dizer, o americano está querendo boicotar o Mercosul, está fazendo negociações direta com os Países, como fez com o Chile, como quer fazer com os outros Países, para impedir que a América Latina tenha vez, tenha voz, tenha condições de aparecer. Está certo de dizer: Não, ela fez uma barreira, está construindo um muro, mas está construindo um muro para que não entre em sua pátria. Mas é uma bofetada na humanidade. Quer dizer, que eles conseguem a riqueza, a pujança, se negam a assinar o Tratado de Kyoto, eles são os maiores destruidores da natureza, e destroem o mundo, aquela natureza, impedindo que as pessoas cheguem lá.

Agora, o que eu vejo nesse sentido com todo o respeito ao nobre Líder do PSDB e eu entendo a sua proposta, e eu sou favorável a ela no seu espírito, é que na minha opinião nós não devemos entrar por esse caminho de nos isolarmos e atirarmos no Presidente no braço do lado de lá. Eu acho que a tentativa de buscá-la, a tentativa de integrá-la, a tentativa de... Ele já está querendo entrar no Mercosul e quer fazer parte do bloco do Mercosul, eu acho que a tentativa de buscá-lo é muito melhor do que a tentativa de empurrá-lo para lá.

Nesse sentido, com todo o respeito eu acho que o Governo Brasileiro, que o Lula está agindo com correção, no momento que ele fala com um, fala com outro, fala com o Peru, fala com a Venezuela, fala com a Bolívia, eu acho que é correto isso. Eu acho que tem razão. Eu quero dizer que o nobre Líder tem toda a razão, a origem dele, o nobre Senador do PDT tem toda a razão, as causas são todas corretas, mas eu acho que aqui e principalmente o Líder do PSDB que é um Diplomata, ele sabe melhor do que eu, ele que devia dar lição para nós, não é eu que devo falar aqui. Há momentos que a gente tem que ter um jogo de cintura nesse sentido, tem que ter um jogo de fazer.

Eu gostaria de votar, de ver derrubar o Governo esse Hugo Chávez, acho uma barbaridade. Mas acho que dentro do possível nós poder trazê-lo para cá, dentro do possível ele integrar o Mercosul, dentro do possível ele construir o Gasoduto que vai da Venezuela até a Argentina e da Argentina para o Brasil. Onde ele vai gastar uma fortuna e é uma integração fantástica em termos de energia e em termos de indústria para toda a América Latina. Eu acho que isso é o que o Brasil está construindo. Isso é o que o Brasil está conseguindo e é uma coisa espetacular. Claro que pode chegar o momento em que nós temos que empurrar. Não podemos aceitar. Agora, eu acho que podíamos até fazer, querido Líder, fazer uma moção, em outro estilo. Mas não de rompimento, porque eu acho que esse rompimento nós estamos numa posição eticamente muito bonita, elegante, correta, somos democrata, mas o mundo não é esse. O mundo é um mundo cruel. O mundo é um mundo que a ONU por unanimidade, a exceção do voto da Inglaterra e o voto

dos americanos votaram contra a invasão do Iraque. Está aprovado e o brasileiro Presidente da Comissão de Rastreamento das Armas Nucleares está aprovando. O Iraque aceitava que eles iriam lá fazer o levantamento, fazer todos os estudos para ver se tinha ou não tinha. E está provado que não tinha. E está provado que o americano, o Bush sabia que não tinha quando declarou a guerra. No entanto está aí. Está todo mundo de cabeça baixa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – V.Exª. me permite um aparte?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Com prazer.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador Pedro Simon há um problema que no requerimento do nosso ilustre Líder Arthur Virgílio. Porque ele diz: "Um voto de censura". E depois diz assim: "Requeiro que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento da Venezuela".

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Mas foi erro... Eu também reparei.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu acredito que é um erro de impressão aqui.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Ou foi um erro de redação ou uma dupla personalidade do autor que essa parte final ele já falou como Embaixador. A primeira parte foi o Líder político e a segunda parte foi o homem do Itamaraty. (risos). Mas acho que foi um erro de impressão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador, no original já está corrigido. Voto de censura.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Claro, eu vi que foi um equívoco. Então eu acho que se o Senador Arthur Virgílio e se o Senador Jefferson, como quisesse alterar esse requerimento, fazendo com que nós fizéssemos uma manifestação sem fechar as portas...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Senador Pedro Simon me permite um aparte?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Com prazer.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – O dono, autor do requerimento é o Senador Arthur Virgílio. Mas eu pergunto a V.Exª., V.Exª. aceitaria se nós manifestássemos a nossa preocupação apenas e não o repúdio? Com a ingerência...?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É por aí. "Nós achamos que nesse momento que estamos vivendo, integração da América Latina e tal... Seria interessante, até uma preocupação, assim... E temos maior interesse, no sentido...". Uma coisa que fosse por aí, que não fosse um rompimento. Porque aqui é um rompimento, nós estamos rompendo e deixando mal o Brasil. No momento que a Comissão de Relações Exteriores dá uma nota, e o Itamaraty vai fazer coisa contrária, nós vamos chamar o Ministro das Relações Exteriores e "Como é que você está fazendo isso, se o Congresso está propondo isso?" É um apelo que eu faço não ao Líder, mas ao Diplomata.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Arthur Virgílio autor do Requerimento, com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Porque com as informações que eu tenho é que se ganhar o Alckmin, será o Ministro das Relações Exteriores. Ele tem que pensar até nisso. (risos) Eu acho que é uma análise que ele tem que fazer, daqui a pouco ele está aí e sem mencionar no colo dele...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Muito obrigado Senador Pedro Simon pelos votos que faz a uma pessoa que não pensa muito em cargos sem votos. Os meus são quase todos obtidos pelos votos, mesmo. Ministro de Relações Exteriores é cargo de nomeação, eu já foi nomeado certa vez Ministro da pasta política e deixei aquilo sem nenhuma saudade, ao contrário daquela patologia revelada pelo Ministro José Dirceu que não largar de jeito algum, no dia que eu larguei me senti o homem mais feliz do mundo. Porque aquilo realmente não é normal. Mas, antes de mais nada, não vou me deter nessa história de aplauso, voto de repúdio, porque não houve contradição...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Concorda V.Exª. com todo o respeito, numa eventualidade...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Perdão?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Na eventualidade possível de ganhar o Presidente do PSDB, seria muito interessante que o Ministro das Relações Exteriores fosse alguém com a experiência dupla. E a experiência de um homem do Itamaraty, um homem da escola e ao mesmo tempo com a experiência política que tem V.Exª. Eu acho que seria sensacional.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Muito bem, Senador. Não houve e não há nenhuma contradição entre um Embaixador que não sou. Minha carreira está empacada, enfim. E o militante da democracia e da liberdade, que não vou deixar de ser nunca em ocasião qualquer. Portanto, não vou me deter nessa história do equívoco lá da assessoria, que já corrigiu na versão final que está em mãos do Presidente Eduardo Azeredo.

Eu vou Senador Pedro Simon me reportar de maneira bem objetiva a dois pontos. O primeiro é quando V.Exª. aplaude o Governo passado pela atitude dura que tomou e junto com Argentina e junto com Uruguai, os três tomaram uma atitude dura em relação ao Paraguai, que aquela altura, ali sim daria pano para as mangas. É interferência, não é interferência, é ingerência, não é ingerência, fere o princípio da autodeterminação, não fere, mas estavam os três Chefes de Estado naquela altura, defendendo o patrimônio que é comum a todos. Democracia. Ou seja, o Mercosul quer optar por um regime ditatorial opte, mas não no Mercosul. Também ali eu entendo que não houve ingerência e que não houve ferimento ao Princípio da Autodeterminação. Algo que deixaram claro para eles. Ninguém vai colocar força armada aí. Quiser enveredar, enverede pelo caminho que quiser. Agora não no Mercosul, porque nós temos a maioria no Mercosul e temos, portanto, peso e voto para excluí-lo. E o Paraguai...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Arthur Virgílio...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Pois não Senador, com muita alegria.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Se nós aprofundarmos muito a discussão a pergunta que eu lhe faço é o seguinte: Numa ditadura existem autodeterminação do povo ou o povo está impedido de se autodeterminar pelo ditador?

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – A ditadura em si é uma excrescência e nós vemos a Venezuela marchando na direção de uma ditadura. A Venezuela tenta disfarçar e por isso ela faz tantos prolegômenos, ela não pode agir como se agia nos anos 50, como agiu, por exemplo, o antecessor de Chávez que dilapidou o único recurso que dispõe a Venezuela que é o petróleo, do mesmo jeito irresponsável, do mesmo jeito... Não posso dizer que seja corrupta a forma de agir o Presidente Chávez, ouço falar de corrupção no Governo dele, mas não sei, não posso dizer contra ele, posso dizer de Pérez e Menen, que era ele, sim, pessoalmente corrupto. Mas o resultado final, mesmo, a dilapidação da única *commodity* que poderia realmente alavancar a diversificação da economia venezuelana, enfim. Mas isso aí já é uma questão muito deles. Senador Jefferson Peres tem inteira razão. Na ditadura não se pode falar de autodeterminação dos povos. A ditadura em si é algo a ser varrido do mundo pelos nossos desejos, pelos nossos sentimentos, pelas nossas aspirações. Até porque ela própria, ditadura, ela fere o Princípio de Autodeterminação dos povos, na medida em que ela não deixa os povos ditados se autodeterminarem.

Mas, muito bem, mas eu pego o raciocínio do Senador Pedro Simon, que é uma figura exemplar para todos nós, e ele com muita autoridade para falar de democracia, porque eu vi pouca gente lutar por liberdade com tanta coragem, com tanto denodo, com tanta conseqüência e com tanta consistência e com tanta extensão no tempo. Enfrentou a ditadura desde que ela se implantou até o momento em que ela ruiu para dar espaço à transição democrática que foi possível. Aquela possível. Mas eu vejo dois problemas para a Venezuela no Mercosul, eu que desejo a Venezuela no Mercosul, como desejo Bolívia. Eu desejo todo o continente, toda América do Sul dentro do Mercosul. Esse seria o meu projeto ideal. Mas eu vejo já Venezuela ameaçada de cair no mesmo desvão do Paraguai ao se consumarem os intentos do Presidente Chávez. E mais ainda, do ponto de vista econômico não é tão fácil, Senador Jefferson Peres, V.Exª. sabe disso muito bem. Não é tão fácil o ingresso no Mercosul da Venezuela não depende de Chávez querer ou de Lula querer. Depende de questões bem frias como, por exemplo, a capacidade da economia venezuelana se adaptar ou não a novas regras tarifárias. Não é uma coisa simples, mas é algo a ser buscado. Isso deve ser trabalhado com todos os Países da América do Sul, mas tem a questão democrática. De repente, se Chávez avança e continua esmagando as liberdades no seu País, inclusive, fazendo o que está fazendo em relação a liberdade de imprensa, daqui a pouco o Presidente Lula ou o Presidente Alckmin ou quem quer que seja terá que fazer aquilo que o Presidente Fernando Henrique e os outros dois Presidentes fizeram em relação a eles. "Olha, ou conserta ou se retire do Mercosul". Então eu gostaria muito de ter a unidade da nossa Comissão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V.Exª. permite um aparte, Senador.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Eu concluo, Senador Suplicy, já lhe concedo aparte com muita alegria. É só para dizer que eu me disponho a uma releitura disso, a uma redação diferente, ou seja, porque não entendo Senador Pedro Simon que esteja sendo proposto nenhum rompimento, mas sim um gesto soberano da Comissão de Relações Exteriores, e um gesto sério pelo peso que eu dou, a importância, pelo reconhecimento que tenho da importância da Comissão de Relações Exteriores e do principal País da América Latina, que é o Brasil. Mas não é um rompimento, é um gesto soberano que não tem a ver com a forma como vai o Governo brasileiro se portar diante deste fato. Mas, levando em conta o fato de que não podemos passar a mão na cabeça de alguém que para mim é uma proposta de ditador, o Sr. Hugo Chá-

vez, levando em conta que pode não ser unânime ou pode ser até divisionista eu estar querendo algo a mais do que aquilo que seja possível se conseguir no seio desta Comissão. Levando em conta que se mexo na redação, passo a ter o voto do Senador Pedro Simon, o que me enche de alegria duas vezes, pelo objetivo de conseguir o voto em si e pelo que representa estar ao lado de sua Excelência em qualquer luta. E pela certeza de que mudando a redação, desaba o relatório do Senador Suplicy que passa a estar comigo e, portanto, conosco, na reprimenda, seria uma reprimenda, sim, a uma escalada ditatorial, uma escalada autoritária que nós verificamos na Venezuela. Eu, portanto, me disponho, Senador Pedro Simon, sim, a mexer na redação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V.Exª. permite?

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Com muita alegria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se me permite Senador Pedro Simon na direção do que V.Exª. propõe...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Simon...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu acho que seja suspensa a discussão e seja pedida uma vista coletiva para que... Seja dada uma vista coletiva para que o ilustre autor na próxima vez terá com a nova redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu acho que o debate aqui está sendo muito frutífero. O Senador Pedro Simon faz uma sugestão. Quem sabe possamos chegar a uma redação que possa significar até uma unidade, porque todos nós aqui somos a favor da liberdade de imprensa. Todos nós queremos a integração da América do Sul, todos nós gostaríamos de ver a Venezuela integrada ao Mercosul, mas garantindo-se às liberdades democráticas. E quem sabe possa a intenção do Senador Arthur Virgílio de expressar ao povo da Venezuela, a comunidade das nações, ao Sr. Presidente Hugo Chávez que nós gostaríamos de que seja sempre respeitada a liberdade de imprensa, seja transformado em algo onde esteja assegurado os princípios constitucionais e não interferência, mas que ao mesmo tempo possa ser colocado em termos, digamos, no espírito do que o Senador Pedro Simon propôs. Quem sabe possa haver da parte do Senador Arthur Virgílio e da Comissão de Relações Exteriores e do Senado, como que uma recomendação construtiva de diálogo fraterno com os venezuelanos, com o Governo da Venezuela, externando a nossa preocupação com os efeitos desta legislação que em verdade foi proposta pelo Executivo, aprovada pelo Congresso venezuelano, mas que pudesse significar uma maior compreensão e conhecimento nosso, mesmo, do que se passa na Venezuela. Quem sabe possa ser encontrado um caminho de diálogo, de preocupação.

Então eu proporia, quem sabe o próprio Senador Pedro Simon à luz do que foi aqui estabelecido, possa propor um caminho com o qual eu próprio gostaria até de, então, estar de acordo com o Senador Arthur Virgílio. Uma forma construtiva que o Senador Pedro Simon com essa luminosidade irá encontrar. É a sugestão que eu formulo e não votemos hoje, votemos, quem sabe, aquilo que poderá consultar de um consenso entre nós.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Pedro Simon novamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, eu concordo que a gente peça uma vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Perfeito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu quero dizer ao Senador Suplicy, que nós temos a mais absoluta confiança no ilustre autor do projeto, e tenho certeza que o Senador Arthur Virgílio vai conversar com ele, vai conversar comigo, vai conversar com mais pessoas para trazer a sua proposta. Então, eu acho que fica o Senador Arthur Virgílio e eu estou à disposição, todos nós para conversarmos com ele naquilo que ele achar que for possível apresentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Arthur Virgílio, autor da proposta será concedida a vista coletiva...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Considero que é uma solução boa, é a solução satisfatória possível. E eu vejo Senador Pedro Simon que para mim não é o único, mas um dos medidores de um regime democrático é, por exemplo, a capacidade de poder tolerar a oposição. Eu vejo que na ditadura nós tínhamos que lutar muito, V.Exª., eu próprio, Senador Suplicy, lutar muito para termos o direito de manter certas franquias e de até alargar. A grande palavra de ordem chegou a ser alargar as franquias. As pouquinhas que tínhamos era para alargar, para irmos crescendo em direção a transição democrática, que finalmente sobre Tancredo e com sua morte sobre Sarney, se estabeleceu e foi um belo momento brasileiro. Eu fico me colocando, assim, eu pego a mim próprio, que sou oposicionista ao Governo que aqui está e estamos

numa democracia, não importa o que pense o Presidente, mas há uma democracia no País, eu me sinto garantido, exercitando o meu dever de fazer oposição. Então eu me meço, eu digo muito bem, eu faço oposição obstinado ao Governo que está aí.

Eu fico preocupado quando eu vejo essa coisa do caseiro, quando eu vejo as tentativas de cerceamento de liberdade no Brasil, mas todas elas são repudiadas por uma Sociedade Civil exigente, por instituições que são sólidas. Eu digo: Puxa vida! Se eu fosse opositor. Eu pessoalmente, eu fulano de tal... Estou pensando em mim, neste momento, se eu fosso opositor ao Governo do Sr. Hugo Chávez será que eu teria ido longe? Porque eu fico olhando para mim eu testo a paciência do Presidente Lula. Tem dias que nem eu me agüento. Imagine o Presidente Lula que não deve pensar. Se houvesse instrumentos excepcionais na sua mão, como é que vai aturar a V.Exª., aturar a mim, aturar a tanta gente que diz as coisas mais candentes, e diz as coisas mais candentes, primeiro porque deve, isso é uma coisa ética, e segundo porque pode. Nós estamos podendo dizer, estamos podendo dizer tudo, porque nós temos uma imprensa que nos publica, nós temos leis que nos garantem, ou seja, eu olho para o povo da Venezuela com muita solidariedade. A liberdade está fenecendo, lá.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Não nos esqueçamos que o Presidente Lula, e o Governo Lula já tentou sufocar o Ministério Público, já tentou sufocar, se dependesse dele as coisas já eram diferentes.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Imprensa, a produção intelectual com aquela ANCINAV. E várias manifestações. Ultimamente essa brutalidade. Se V.Exª. me pergunta o que o eu considero mais grave se foi o Mensalão gravíssimo, aberrante, o Mensalão chocante ou se foi a quebra do sigilo do caseiro, no fundo, no fundo, para proteger corrupção, eu lhe diria que eu coloco lá em cima a minha preocupação com o Mensalão, isso é deplorável, eu jamais o justificaria, ao contrário, eu o combateria sempre, mas eu considero que mais grave do que tudo foi a possibilidade de se ter o sigilo de alguém quebrado daquele jeito arbitrário para servir ao poder, para servir ao Governo, para servir a um partido, para servir ao poder.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Se a gente abrir os jornais de hoje já vem outro fato gravíssimo que é a quebra do sigilo de quase seis mil pessoas na Receita Federal. É grave...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – É incrível! Então, Senador Pedro Simon, eu vejo que tem sido feitas as tentativa, mas o Brasil revela uma solidez institucional que a Venezuela não tem. Com muita honra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado Senador Arthur Virgílio, Senador Heráclito Fortes.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Pediu um aparte o Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Então antes do Senador Heráclito o Senador Pedro Simon novamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O Senador é uma pessoa excepcional, o Suplicy. Mas às vezes ele não é muito... A gente tem que acompanhar o pensamento dele para chegar no final. Outro dia, por exemplo, lá na CPI, olha que foi difícil. Eu, por exemplo, fiquei horas... Perguntando para a Senadora Heloísa Helena. Aonde é que ele quer chegar? Aí no fim eu entendi. Ele levantou uma tese. Eu digo o seguinte. Será e V.Exª. o homem exatamente que pode fazer isso, será que V.Exª. não pode nesse momento transformar a sua proposição num outro sentido? Em vez do sentido de... se a censura cobrar essa coisa, ser o sentido do alerta, de nós aqui, chamar nossos irmãos. "Olha, o caminho não é por aí, eu acho que vocês podem seguir o outro caminho, vamos fazer, vamos unir...". Eu acho que fazer, botar o chapéu indiretamente na cabeça, eu acho que seria uma forma sensacional, sabe. Nós faríamos o negócio, ele teria que nos agradecer e nós diríamos as coisas indiretamente. Eu acho que V.Exª. tem capacidade e competência para fazer isso de uma outra forma.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Me ponho de acordo até para ter V.Exª. ao lado da propositura, e também porque seja por qual redação que façamos aqui, eu vou atingir um dos meus intentos que é contrariar o Coronel Hugo Chávez. Eu quero contrariá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Meu caro Presidente, companheiro, eu quero louvar a atitude do Senador Arthur Virgílio pelo requerimento apresentado. E tenho certeza que o Senador Simon ao pedir uma modificação de texto, o fez com a convicção de que temos que ser duros sem perder a ternura. Eu acho fundamental o documento dessa natureza, até porque o Senador Suplicy, se lembram o quanto foi importante a pressão internacional no período da nossa abertura. Foram exatamente pressões de Parlamentos no mundo inteiro que possibilitaram os primeiros passos para a abertura. De forma que eu acho que o Sr. Chávez à medida em que receba manifestações de Países vizinhos ou de Países do mundo inteiro, con-

denando algumas medidas que estão sendo tomadas na Venezuela, pode ser que reflita para o perigo que é esse tipo de comportamento. A América Latina está vivendo um momento de democracia plena e é muito perigoso se abrir exceção ou se dar mau exemplo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Nós vamos dar continuidade, portanto à pauta. Senador Aelton Freitas com a palavra. Concedido o pedido de vista coletiva, Senador Arthur Virgílio fará uma revisão, portanto, da moção.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, como eu tenho que viajar, Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exª. inversão de pauta, para ver se dá para relatar o Item 9.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Se estiverem de acordo.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, ainda sobre o item anterior, uma palavra rápida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim, Senador José Agripino com a palavra.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Eu queria me manifestar inteiramente favorável à iniciativa do Senador Arthur Virgílio de manifestar desconforto com a atitude do Governo da Venezuela, do Sr. Hugo Chávez. Concordo inteiramente para que a coisa seja feita por consenso, se negocia os termos da manifestação, da admoestação para que a manifestação seja considerada como uma palavra oficial da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, de forma equilibrada, mas de forma democrática e que posicione de forma muito evidente os partidos políticos com assento nesta Comissão e no Senado Federal. De modo, que nessas palavras, eu quero dizer que estou inteiramente de acordo com a discussão que aqui foi feita e com a conclusão que aqui se chegou.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado Senador José Agripino. Os Senadores estão de acordo. Portanto, vamos inverter a pauta, depois voltaremos ao Item 1, do Senador Heráclito Fortes, passamos ao Item 9. Requerimento 1.047/2003, de Plenário, que, nos termos da art. 335, inciso III requer o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado Nº. 3, de 2002, em face de nova lei de estrangeiros que dará tratamento amplo ao tema, sendo, portanto, mais abrangente que o objetivo da matéria aqui mencionada. Autoria do Senador Tião Viana, o Relator o Senador Aelton Freitas a quem concedo a palavra para suas considerações.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Srs. Senadores. Esta Comissão é chamada a opinar sobre o requerimento 1.047/2003 que objetiva nos termos do art. 335 inciso III, do Regimento Interno do Senado, ao sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº. 3/2002.

A referida proposição de autoria do Senador Moreira Mendes, pretende acrescentar no Parágrafo o art. 55 da Lei 6.815 de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de vistos a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por Governo, não reconhecido pelo Governo brasileiro ou não válido para o Brasil, desde que ele esteja em viagem de negócio ou em missão comercial ou econômica. Distribuída ao Senador Gilberto Mestrinho para relatar, a matéria recebeu parecer favorável do ilustre Senador nos termos do substitutivo que amplia o benefício também aos turistas aprovados por esta Comissão em 10 de outubro de 2003. A tramitação da matéria foi interrompida em 3 de março de 2005 em virtude da aprovação do requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, de autoria da Senadora Ideli Salvatti. Recebidas as informações solicitadas, a matéria retomou o seu trâmite processual em 28 de abril de 2005. Ao fundamentar o requerimento, ora em exame, o Senador Tião Viana afirma que o anteprojeto de nova Lei de Estrangeiros, encontra-se em discussão oferecendo tratamento mais abrangente ao tema. Segundo informa justificação um anteprojeto de nova lei de estrangeiros de autoria do Poder Executivo seria aberta à consulta pública para receber críticas e sugestões antes do seu envio ao Congresso Nacional. Prossegue o autor do requerimento sugerindo que seria de bom alvitre que o Senado Federal aguardasse a remessa do Congresso Nacional, do referido anteprojeto e de sua tramitação nesta Casa, de modo que a matéria possa ser considerada no contexto das discussões, ora em curso, as quais poderiam proporcionar novas informações ao Parlamento por darem tratamento mais abrangente ao tema. O art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, dispõe o que o estudo de qualquer proposição poderá ser sobrestada temporariamente a requerimento da Comissão ou Senador para aguardar a decisão do Senado ou estudo de Comissão ou sobre outra proposição com ela conexa. O resultado de diligência ou recebimento de outra proposição sobre a mesma matéria. O requerimento em tela, Sr. Presidente, pretende que se aguarde o recebimento do Congresso Nacional do anteprojeto de nova Lei de Estrangeiros de autoria do Poder Executivo. Contudo, não nos parece que seja este o espírito de inspirar a inclusão do estudo de sobrestamento do Regimento Interno do Senado Federal. A intenção do legislador, neste caso, não é retardar o processo legislativo, mas ao contrário do que se pretende é permitir o recolhimento de subsídios que enriqueçam o estudo de uma

proposição e favorecer a economia processual. Não nos parece lícito, Sr. Presidente, invocar o disposto no art. 335 para provocar a paralisação do processo legislativo, para que se possa esperar o Projeto de Lei, que sequer foi formalmente enviado ao Congresso Nacional, segundo informa a página oficial do Ministério da Justiça na internet.

Ou seja, Sr. Presidente, faz dois anos que esse processo foi paralisado aqui nesta Casa esperando que alguma atitude fosse tomada e nada aconteceu por enquanto, pelo que nós levantamos na página oficial do Ministério da Justiça na internet. Com isso, e por todo o exposto somos contrários à aprovação do voto do requerimento nº. 1047/2003 onde eu peço a compreensão e o apoio dos nobres colegas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Em discussão o parecer. Senador Gerson Camata para discutir.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – É bem rápido. Eu acho que na verdade o Relator tem toda a razão. Primeiro tempo. Há dois anos se pretendia mandar...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Esperando uma nova lei de estrangeiro.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Não se pode obstacular a tramitação desse jeito. O Congresso, o Senado, a Câmara tem que aumentar o poder de resolutividade, de resolver o problema. Não se pode esperar cinco anos, quatro anos, dois anos. Numa empresa privada se demorar um ano para tomar uma decisão a empresa quebra. Um País hoje tem que ser mais rápido, também. E é lógico. O que se quer aqui? O País que não tenha relações com o Brasil, se vem algum empresário querendo comprar ou querendo instalar alguma empresa, fazer negócios no Brasil, criar empregos no Brasil, promover negócios no Brasil que ele tenha direito a um visto. Coisa tão simples. Eu não posso acreditar que ainda não tenha esse direito. Que ainda não exista isso. Tem que ser muito rápido. Visto provisório 90 dias. Não fere a soberania do Brasil. Pelo contrário, mostra o grande País que sempre foi o Brasil de abrigar, de asilar, que está até naquele artigo da Constituição que o Suplicy citou aí de dar asilo. Aí um asilo provisório de 90 dias para o desenvolvimento de negócios. Muito lógico o parecer do Senador Aelton Freitas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Ótimo. Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir. Coloco, portanto, em votação. O relatório, portanto, do Senador Aelton é contrário ao requerimento.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Só uma pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Pedro Simon com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu sou inteiramente favorável ao projeto. A única questão que eu perguntaria é: O Governo brasileiro poderá conceder visto temporário pelo prazo máximo de 90 dias a estrangeiro portador de... Eu acho que tinha que ter alguma coisa assim ao cidadão que não tenha...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Pedro Simon... Microfone, por favor. Só o microfone que os demais Senadores não estão ouvindo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu acho que isso também é natural. Entende o que eu quero dizer? Hoje tem tanto trânsito de tráfico de dólares, de armas, de não sei o que...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Senhor não viu a libanesa? Ela veio para cá e estava lá em São Paulo...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – E era vigarista. (risos) Mas eu acho que essa matéria, na hora de votar o projeto, a gente vai analisar. Não é agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Exatamente. Está em votação apenas o requerimento. Se o requerimento for rejeitado aí então o projeto entrará na pauta para segunda votação. O projeto já foi aprovado em primeira votação. Sim, vai voltar à tramitação normal. Portanto... Senador Heráclito ainda... O mesmo assunto, Senador?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Então em votação. Portanto, está aprovado. Os Senadores... O relatório do Senador Aelton Freitas, contrário ao requerimento do Senador Tião Viana. Voltamos, portanto, à pauta com o Item 1, o Senador Heráclito Fortes que é o Relator, é o Projeto de Decreto Legislativo Nº. 131/2006, que aprova o texto do memorando de entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o estabelecimento de um mecanismo permanente de intercâmbio de informações sobre a circulação e o tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais correlatos, assinado em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003. Relator, Senador Heráclito Fortes a quem concedo a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, amparado no dispositivo constitucional do art. 49, o Poder Executivo através da mensagem 103 de março de 2004, submete a esta

Casa do Congresso Nacional, o texto do memorando de entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Argentina para estabelecimento de um mecanismo permanente de intercâmbio de informações sobre a circulação e o tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos e outras providências correlatas. Trata-se de um acordo que foi assinado em outubro de 2003, em Buenos Aires.

Sr. Presidente. Tramitou pela Câmara através das Comissões existentes, circulou na Comissão do Mercosul e tendo recebido o apoio para sua aprovação. Trata-se de uma medida altamente oportuna, porque irá fazer com que os Países acordados terão mais condições de através da troca de informação sobre tráfico de armas, impedir este abuso que hoje vem sendo um dos grandes problemas, principalmente do Brasil. Vale lembrar que acordos semelhantes estão sendo providenciados para que sejam assinados com a Bolívia e com o Chile. Ele está totalmente enquadrado na técnica legislativa, jurisdicidade, portanto, tendo em vista os seus objetivos, eu sou, o meu parecer é pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Parecer do Senador Heráclito Fortes é favorável ao projeto. Portanto, em discussão. Quem queira discutir. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Concordando com o relatório com o acordo importante, foram encontradas o ano passado muitas armas do exército argentino com traficante no Rio, mas um acordo semelhante a esse, tem que ser assinado com o Paraguai que é o grande fornecedor de armas clandestinas para os marginais brasileiros. Acho que repentinamente seria interessante recomendar ao Governo brasileiro que se assine um acordo semelhante com o Governo do Paraguai.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado Senador...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu solicitaria que fosse encaminhamento junto com o parecer essa sugestão do Senador Camata para o Ministério de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado. Portanto, está ok. Não havendo mais quem queira se manifestar sobre esse assunto colocamos em votação. Aprovado. É o Item 1, esse que nós aprovamos. O Item 2 também já foi aprovado. O Item 3º, também o Item 7º e o Item 9, vamos agora aos itens, 4º, 5º, 6º que são os três de Relatoria do Senador Suplicy. Então com a palavra o Senador Suplicy o Item 4º, de autoria do Senador Aloízio Mercadante e Relatoria do Senador Suplicy.

Requerimento 1.007/2005 requer nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de louvor ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim, pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia. Com a palavra Senador Eduardo Suplicy para o seu parecer.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, trata-se de proposta de requerimento do Senador Aloízio Mercadante para homenagear o êxito brasileiro em defesa de interesse comerciais junto aos termos de solução de controvérsia da OMC, em especial ao Ministro Celso Amorim, porque ao obter resultado favorável em seu pleito contra as comunidades européias, no caso da carne de frango, salgada e congelada, o Brasil em muito se beneficia usufruindo de decisão favorável de 12 de setembro de 2005, decisão definitiva por ter sido prolatada pelo órgão de revisão da OMC. Trata-se de resultado do trabalho levado a efeito pelo Ministério de Relações Exteriores, por intermédio de contenciosos comerciais recentemente criado em Genebra, pela nossa Comissão junto aquela organização. O resultado favorável não é fato isolado compreendendo uma vitória brasileira naquela organização, que ocorreu também nos casos do algodão, do açúcar, da construção de aeronaves, o emblemático recente Embraer versus Bombardier ou o Brasil versus Canadá. Assim recomendo a sua aprovação.

Permita, Sr. Presidente, que quem sabe possa para efeito de síntese e economia, já que trata-se de situação semelhante também o voto de louvor do Item 4º referente ao Ministro Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura e Pecuária e Abastecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Item 5, Requerimento Nº 1.008/2005 requer nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de louvor ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Roberto Rodrigues pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia, de autoria do Senador Aloízio Mercadante. Item 06, Requerimento Nº 1.009/2005 requer nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de louvor ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Luiz Fernando Furlan pela vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) referente às exportações de carne de frango para a União Européia, autoria do Senador Aloízio Mercadante.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Item 5. Refere-se...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Mesmo assunto sobre também exportação de carne de frango.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A mesma coisa. Aqui...

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente eu gostaria de discutir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Refere-se também no caso a...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Exportação de carne de frango para a União Européia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Exatamente. Pelas iniciativas tomadas junta a OMC pelo Ministro da Agricultura, no caso do frango que houve uma vitória do Governo brasileiro e também um voto de louvor pelo trabalho do Ministro Luiz Fernando Furlan, na vitória no contencioso comercial instalado no âmbito da OMC, referente às exportações de carne de frango.

Então são de natureza semelhante e proporia, Sr. Presidente, que o voto seja aprovado para os itens 4, 5 e 6 respectivamente Ministros Celso Amorim, Roberto Rodrigues e Luiz Fernando Furlan.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Portanto, os votos, os pareceres são favoráveis, ao voto de aplauso, Requerimento 1.007, Requerimento 1.008, Requerimento 1.009. Um voto de louvor aos Ministros das Relações Exteriores Celso Amorin, Roberto Rodrigues da Agricultura e Luís Fernando Furlan do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em face das negociações com a Organização Mundial de Comércio, referente às exportações de carne de frango para União Européia. O parecer é favorável. Com a palavra para discussão o Senador Arthur Virgílio Líder do PSDB.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, ao contrário de... (interrupção no áudio) Episódios aqui lembrados agora pelo Senador Suplicy que tiveram começo em períodos anteriores ao Governo do Presidente Lula e tiveram desfecho no Governo do Presidente Lula, favorável ao desfecho no âmbito da decisão da Organização Mundial de Comércio, e aí eu abro um parêntese para dizer que eu entendo o Brasil como um processo, e se tem algo que me causa até uma certa irritação é essa mania que eu vejo no Presidente de inventar o Brasil a cada momento. Inventa o Brasil e nunca ouve... Algo que vem sendo desenhado como, por exemplo, a auto-suficiência do petróleo. É o exemplo mais desonesto, intelectualmente falando, vem se desenhando a auto-suficiência, a luta pela auto-suficiência desde Getúlio Vargas, Bilac Pinto, Horta Barbosa, Monteiro Lobato, aí passa por todos os Governos, décadas e décadas e décadas, Lula recebe o Governo faltando 4% para o Brasil se tornar auto-suficiente, ao longo do Governo dele isso acontece e nós vemos uma milionária propaganda, no fundo, no fundo, e que Duda Mendonça até com razões éticas questionabilíssimas tentando essa propaganda, mostrar que de repente não tinha nada, nada, nada, de repente, pronto. O homem pegou a varinha de condão e transformou o País em auto-suficiente em petróleo. Isso é uma outra forma autoritária de ser. Eu me reporto tanto a forma desonesta intelectualmente de ser quanto à forma autoritária de se portar. Porque é a tentativa de fazer lavagem cerebral no povo. Mas, muito bem. Esse episódio todo relatado pelo Senador Suplicy Embraer e outros que tais, isso significaram esforço do Governo passado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sem dúvida.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Então é bom nós estabelecermos a figura do processo. Neste episódio específico, este que leva o Senador Mercadante de maneira oportuna a propor o voto de aplauso, voto de louvor aos Ministros Celso Amorim das Relações Exteriores, Luiz Fernando Furlan do Desenvolvimento e Roberto Rodrigues da Agricultura, neste eu mandei saber. Minha assessoria levantou que o contencioso é de 2002, ou seja, último ano do Governo passado. Mas a reclamação na OMC se deu em 2003, primeiro ano do Governo do Presidente Lula.

Então, Sr. Presidente, em que pesem as preocupações que já haviam sendo anotadas pelo Governo anterior no âmbito desses três Ministérios e certamente qualquer que fosse o Presidente, haveria de fazer o que o fez o Governo do Presidente Lula. Protestar, reclamar junto a OMC e brigar pela vitória que felizmente se consuma agora. Mas eu devo dizer que desta vez eu não tenho como deixar de reconhecer que o mérito é do Governo atual, ou seja, que eu também não tenho pretensão de... Nem quero ser lavador cerebral de ninguém e nem tenho pretensão de eu próprio inventar o País. Desta vez o mérito é do Governo atual, ou seja, o contencioso é de 2002, e a reclamação muito oportuna e competentemente foi feita pelo Ministro Celso Amorim, pelo Ministro Luiz Fernando Furlan e Ministro Roberto Rodrigues em 2003, tendo a vitória sido consagrada em 2005. Não é isso, Senador? Em 2005. Muito bem, então eu quero me associar à iniciativa do Senador Mercadante no apoio ao relatório do Senador Suplicy, considerando oportunos os três votos de louvor, aos três Ministros que se portaram conforme

deve portar neste episódio aquele que representa de maneira condigna o interesse brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado Senador Arthur Virgílio. Não havendo mais quem queira discutir coloco em votação. Aprovados, portanto, os três requerimentos de aplausos aos Ministros. Temos ainda mais dois itens, só, Senador. O Item 8 é um Ofício "S" nº. 5, de 2004. Informando que, tendo em vista o agravamento da situação na República do Haiti, determinou o envio de um avião da Força Área brasileira àquele País, bem como de um destacamento de Fuzileiros Navais, a fim de promover a retirada de brasileiros e dar segurança às instalações diplomáticas do Brasil em Porto Príncipe. É uma questão já mais antiga, de autoria do Gabinete do Ministro da Defesa. A Relatoria é minha. Eu teria que chamar...

SENADOR PEDRO SIMON: (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Pois é. Voltar... Já foi, já voltou, já trouxe todo mundo. Então, o relatório é favorável.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Qual o Item, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – É o Item 8.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Oito e nove é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O oito e o dez. O nove já foi aprovado. Senador Pedro Simon então como... Porque eu que sou que sou o Relator só dizendo que está de acordo. Não, mas está bom... Então... Exatamente. O Senhor poderia assumir a Presidência para eu ler rapidinho.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Olhe só um problema que o Chávez gostaria de suprimir. Ele adoraria poder relatar, presidir, fazer tudo ao mesmo tempo. (risos)

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O Senhor tem que assumir dois minutinhos só.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – V.Exª. está com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Presidente. Então o adendo se transforma num projeto de Decreto Legislativo que autoriza o envio de aviões da Força aérea Brasileira e destacamento de Fuzileiros Navais à República do Haiti, com o objetivo de promover evacuação de nacionais brasileiros residentes naquele País, bem como de outros cidadãos de Países vizinhos ao Brasil e dar segurança as instalações diplomáticas brasileiras na capital haitiana.

O Projeto de Decreto Legislativo é o seguinte: Congresso Nacional decreta. Art. 1º. É concedido autorização para envio de avião da Força Aérea brasileira e de destacamento de Fuzileiros Navais a República do Haiti, com objetivo de permitir evacuação de nacionais brasileiros residentes naquele País, bem como de outros cidadãos de Países vizinhos ao Brasil e de dar segurança as instalações diplomáticas brasileiras na capital haitiana. Art. 2. Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Parecer, portanto, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Não havendo quem queira discutir. Em votação. Aprovado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado Senador. Reassumo, então, a Presidência, passando ao Item 10, que é último item da pauta de hoje. A indicação nº. 2/2004, o Relator Senador Roberto Saturnino. Senador Arthur Virgílio, V.Exª. pode ser o Relator *ad hoc* em que é indicação nº. 2 que propõe, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, a adoção das necessárias providências pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no sentido de que seja estudada a possibilidade de articular com a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério das Relações Exteriores, a inclusão ainda neste ano de 2004 na programação das visitas na programação das visitas de autoridades ao nosso País, a do Presidente da República na Costa do Marfim, Sr. Laurent Gbagbo. É de autoria do Senador Marcelo Crivella. Senador Roberto Saturnino que é o Relator. Eu passo a palavra ao Senador Arthur Virgílio como Relator *ad hoc*.

SENADOR ARTHUR VÍRGILIO (PSDB-AM) – Muito bem, Sr. Presidente, competente como sempre o Senador Roberto Saturnino em sua análise, ele leva em conta o fato de a condução da política externa ser de competência do Poder Executivo, mediante isso é salutar, mecanismos de controle do Poder Legislativo, conforme previsto no Ordenamento Constitucional Brasileiro. Muito bem. Então a partir daí sua Excelência o Senador Roberto Saturnino, e eu endosso seus argumentos, elabora todo um raciocínio, raciocínio conseqüente, raciocínio coerente. E deságua no voto

que diz literalmente o seguinte: "Em face do exposto por considerarmos conveniente e oportuna a indicação nº. 2 de 2004 sob exame constitucional e regimental e versado em boa técnica legislativa opinamos pela sua aprovação com a seguinte emenda". Aí vem a emenda proposta pelo Senador Roberto Saturnino e por mim endossada como Relator *ad hoc*. Indicação nº. 02 de 2004. Nos termos do art. 224 do Regimento Interno a doação das necessárias providências pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no sentido de que seja estudada a possibilidade de articulação com a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério de Relações Exteriores à inclusão na programação de visitas de autoridade ao nosso País, a do excelentíssimo Presidente da República da Costa do Marfim Sr. Laurent Gbagbo. Este é o voto, Sr. Presidente. Favorável com essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado Senador Arthur Virgílio. Em discussão. Terminada a discussão em votação. Aprovado. Portanto, o Item 10 da pauta que é o último Item, eu quero então antes de terminar agradecer a presença dos Senadores que aqui compareceram, Senador Rodolpho Tourinho, Pedro Simon, Jefferson Peres, Arthur Virgílio, Romeu Tuma, Gerson Camata, Eduardo Suplicy, Aelton Freitas, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Marco Maciel, Wellington Salgado, Sérgio Zambiasi, José Jorge, Álvaro Dias, Leonel Pavan, Mão Santa e César Borges. Obrigado a todos os Srs. Senadores. Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 11h57.)

Ata da Sexta Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 6 de abril de 2006, às 9:30 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia seis de abril do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **HERÁCLITO FORTES, JEFFERSON PÉRES, ROMEU TUMA, GERSON CAMATA, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, SÉRGIO ZAMBIASI, FLEXA RIBEIRO, EDUARDO SUPLICY, MARCO MACIEL, AELTON FREITAS, SERYS SLHESSARENKO** e **JOSÉ JORGE.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente faz inversão de pauta. **Extra-Pauta – Item 01:** Requerimento nº 10, de 2006 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "Requer, nos termos do art. 40, §1º , II, c, combinado com o art. 90, inciso IX do Regimento Interno do Senado Federal, a minha designação, como Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia, para acompanhar, no período de 10 a 17 de abril, os procedimentos desenvolvidos pelo Governo Federal, por intermédio de órgãos como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Polícia Federal e outros, para a retirada de famílias não índias da área da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, sem ônus para o Senado Federal". Aprovado. O Senhor Presidente retorna à ordem da pauta. **Item 01: "**Audiência Reservada com a presença do Senhor Embaixador Sérgio Barcellos Telles, para tratar do episódio do desaparecimento do engenheiro João José Vasconcellos Júnior, objeto do Requerimento nº 03, de 2006 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, aprovado em 02 de fevereiro de 2006". Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **HERÁCLITO FORTES** e **EDUARDO SUPLICY**. O Senhor Presidente torna a sessão reservada. Reaberta a sessão fazem uso da palavra os Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, HERÁCLITO FORTES e ROMEU TUMA** e o Embaixador **SÉRGIO BARCELLOS TELLES**. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e oito minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente em Exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Dispensada.

Passamos agora à apreciação da pauta e, inicialmente, com uma inversão, para que possamos discutir o requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti. Item 01 – Extra-Pauta – Requerimento nº 10, de 2006 – CRE, não terminativo. Requer, nos termos do art. 40, §1º, II, C, combinado com o art. 90, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal, a designação do Senador Mozarildo Cavalcanti, como Presidente da Sub-Comissão Permanente da Amazônia, para acompanhar no período de 10 a 17 de abril, os procedimentos desenvolvidos pelo Governo Federal, por intermédio de órgãos como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Polícia Federal e outros, para a retirada de famílias não índias da área da reserva in-

dígena Raposa Serra do Sol, do Estado de Roraima, sem ônus para o Senado Federal. O autor, como é o Senador Mozarildo Cavalcanti, aqui não está presente, mas não há necessidade de uma justificação maior, eu coloco, portanto, o requerimento em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. Senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado, portanto, o requerimento para o Senador Mozarildo Cavalcanti representar esta Comissão na retirada de famílias não índias da área de reserva indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, sem ônus para o Senado Federal. Voltamos, portanto, à pauta. O item 01 prevê uma Audiência Reservada com a presença do senhor Embaixador Sérgio Barcellos Telles, que já está aqui ao nosso lado. Com a presença do Embaixador Sérgio Barcellos Telles, para tratar do episódio do desaparecimento do engenheiro João José Vasconcellos Júnior. Objeto do Requerimento nº 03, de 2006 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, aprovado em 02 de fevereiro de 2006. Como se trata de uma audiência reservada, vamos suspender a transmissão e solicito que permaneçam na sala apenas os senhores Senadores, o Embaixador...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com a palavra...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria sugerir...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Uma questão de ordem. Que permanecesse na sala o Embaixador Marco Antônio, que é da Assessoria Parlamentar do Ministério e acho importante a sua presença aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Perfeitamente. O Embaixador Antônio é muito bem vindo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Antes que seja transformada em reservada, eu acho que é próprio, Sr. Presidente, que possam até todos que acompanham o trabalho do Senado, em especial da Comissão de Relações Exteriores, que possamos dar aqui a informação. Seja a família do Sr. João José Vasconcellos Júnior, seja a todos aqueles que, todos os brasileiros que têm procurado acompanhar isso. Que nesta ocasião, por iniciativa do Senador Heráclito Fortes, e que todos nós apoiamos, a Comissão de Relações Exteriores do Senado volta a solicitar ao Ministério de Relações Exteriores, e agora através do Embaixador Sérgio Barcellos Telles, porque sendo Embaixador na Tunísia, ele teve a oportunidade de se preocupar com isso de maneira entrosada com o Ministério, com o Ministro Celso Amorim. Mas para que saibam os familiares e os brasileiros em geral que nós continuamos atentos a saber do paradeiro do senhor João José Vasconcellos Júnior. Inclusive, V.Exa., desde que ocorreu o episódio, algumas vezes se pronunciou no Plenário a respeito pedindo as providências. E que nós desejamos junto ao Ministro Celso Amorim, junto aos órgãos do Governo, seja ABIN, o General Jorge Felix, junto ao Presidente da República, dar os passos necessários para que seja completamente elucidado este episódio. Então, era esse o registro que eu considerei importante ser feito antes de passarmos à sessão reservada e pediria à V.Exa. que, inclusive, explicasse a quem nos, quem esteja nos ouvindo, das razões pelas quais a sessão será reservada. Porque há razões para isso. Então, como Presidente, que possa...

(interrupção no áudio)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Senador Suplicy.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mais uma vez aproveitando...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Aproveitando o fato da sessão ainda estar aberta, apenas uma pequena correção no que disse o Senador Eduardo Suplicy. O Embaixador Sérgio Telles não interessou-se pelo assunto. Interessados pelo assunto estamos todos nós brasileiros. Essa é uma questão nacional. O Embaixador Sérgio Telles...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas, sem dúvida, é o sentido da minha própria...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, não. Para ficar bem claro. O Embaixador Sérgio Telles foi ao Iraque como Diplomata brasileiro, representando a diplomacia brasileira, se inteirar de uns fatos. Daí porque achei importante a sua colocação. Interessado pelo fato, eu tenho certeza que do Presidente da República ao caseiro Francenildo, todos estão, sem nenhuma distinção. Então, é uma questão que, por dever de Justiça, jamais convocaria a esta Casa alguém interessado nesse assunto, mas sim uma pessoa que pode trazer para nós da Comissão

de Relações Exteriores informações que ajudem a esclarecer o fato. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senhores Senadores, eu vou exatamente, até para esclarecer um pouco melhor o objetivo, eu quero ler aqui a justificativa do requerimento de V.Exa. Em que é solicitada a presença do Embaixador Sérgio Barcellos Telles em audiência secreta para podermos exatamente discutir essa questão do desaparecimento do engenheiro João José Vasconcellos Júnior no Iraque. A justificação ela coloca que: "No dia 19 de janeiro de 2005, o engenheiro mineiro João José Vasconcellos Júnior, foi seqüestrado em solo iraquiano quando o comboio que o transportava à Bagdá foi emboscado em estrada de sinal próxima à cidade de Beiji, no chamado Trâmite Sunita. Esse fato provocou preocupação na comunidade brasileira e manifestações por sua libertação, como o pedido feito pelo jogador de futebol Ronaldo e o ato público ocorrido em Juiz de Fora no dia 29 de janeiro de 2005, que reuniu cerca de mil e quinhentas pessoas. Esse prolongado desaparecimento provoca a angústia da família da nação brasileira, que não compreende represálias a seus nacionais em guerra em que não tem participação. Ao contrário, o Brasil sempre se posicionou contrário à opção dos Estados Unidos de invadir o Iraque e para além dos posicionamentos políticos. A tomada de refém é crime de guerra em todas as circunstâncias. Portanto, interessa sobremaneira a essa Casa conhecer as estratégias governamentais para a localização do engenheiro brasileiro para, se possível, viabilizar a sua liberação. Para tanto, solicitamos em reunião secreta para não obstaculizar o andamento das negociações diplomáticas com o Embaixador Sérgio Barcellos Telles – Embaixador do Brasil na Tunísia – que esteve em Bagdá para tratar do assunto em nome do Estado Brasileiro". O requerimento é datado de 02 de fevereiro de 2006, quando foi aprovado, assinado pelo seu autor, Senador Heráclito Fortes, e por vários outros Senadores, inclusive com a minha também assinatura. Portanto, já agora em condições, eu considero que nós poderíamos passar então a ouvir o Embaixador Sérgio Telles...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer. A princípio, o Itamaraty tinha sugerido que um Diplomata do quadro do Itamaraty em Brasília viesse prestar esses esclarecimentos. Eu poderei, inclusive, com a participação e a compreensão do Ministro das Relações Exteriores, para a necessidade e a conveniência da vinda do próprio Embaixador que lá esteja. Quero deixar isso bem claro, porque eu tive do Ministro Celso Amorim a compreensão e ele comunicou inclusive a essa Casa, através de documentos, que atenderia às ponderações e remeteria para Brasília o Embaixador para que nós fizéssemos essa audiência. A solicitação de que ela fosse reservada ela é justificada por si só.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Trata-se de um assunto diplomático, de um assunto delicado, aonde alguns fatos poderão ser narrados para a Comissão, mas que, tornados públicos, poderão inclusive complicar a continuidade das tratativas que estão sendo feitas. E como todos sabem, a diplomacia tem seus mecanismos próprios, seus melindres, e daí porquê o Brasil e qualquer país do mundo tem corpo especializado e bastante treinado para essas funções. Daí porque essa solicitação de que seja reservada. Tenho certeza que isso vai frustrar muitos dos que estão ouvindo, mas espero a compreensão. Esse é um assunto de Estado, é um assunto de interesse nacional. Portanto, eu espero que seja justificado o brevê.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Perfeito, Senador. Nós vamos então ouvir o Embaixador, depois reabriremos a sessão, aonde poderá ser feito algum comentário adicional.~

(Sessão passou a ser secreta às 10h30.)

(Sessão passou a ser pública às 12h00)

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Nós continuamos gravando, então eu vou passar a palavra...

(interrupção no áudio)

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Reaberta a sessão, eu quero agradecer a presença do senhor Embaixador Sérgio Barcellos Telles e a presença dos senhores Senadores que aqui hoje estiveram, Senadores Heráclito Fortes, Jefferson Peres, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Wellington Salgado, Flexa Ribeiro, Marco Maciel, Eduardo Suplicy, Aelton Freitas, Serys Slhessarenko e José Jorge.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy, antes do encerramento formal.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu tenho a convicção de que o Senador Heráclito Fortes não objetará que nessa parte aberta eu possa dar um livro meu ao Embaixador Sérgio Barcellos Telles. Ele já leu o primeiro, esse é "Renda básica de cidadania". Mas particularmente por que...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com autógrafo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Com autógrafo, mas porque neste livro há um capítulo que eu vou pedir especialmente para que ele leia, ele vai saber por quê. "Uma boa proposta para a democratização e a pacificação do Iraque", relacionada à pergunta que eu fiz à ele na sessão reservada. Então, a não ser que o Senador Heráclito tenha alguma objeção.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Muito pelo contrário. Só vem à confirmar o acerto da minha sugestão de que V.Exa. Vá para essa missão no Iraque.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A única contrariedade do Iraque é que ele ainda não tem o direito de receber o livro.

(risos)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Inclusive, inclusive...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Depois vai receber.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Inclusive, convidar o líder sunita para vir ao Brasil conhecer o Fome Zero do Presidente Lula que ele tanto apreciava.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, só eu peço...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Há três anos...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senhor é o... Embaixador Sérgio, porque a imprensa estava desesperada aqui achando que eu estou sabotando. Que eu e o Suplicy temos obrigação de dizer quem é o jardineiro que sabia da história do... Eu não sei quem é o jardineiro, não descobri ainda. O jardineiro que entregou, que teria denunciado a posse do...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Perfeito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas, sr. Embaixador? Não, só pedindo essas desculpas que eu acho... Para mim como descendente de árabe, tem um valor especial esse depoimento do senhor. Até porque há uma generalização de que sunita, barunita... Barunita não, mas mulçumano e tal, todos são terroristas. Generalizaram e a imprensa publica assim sem um raciocínio mais claro que tem gente boa lá também. Tem gente que está aqui no Brasil, convive com todas as raças, e todos os credos sem nenhum conflito, nada que possa trazer uma preocupação às autoridades. Então, para mim, é excepcional a oportunidade, Presidente, de saber a história como é que foi. Porque há alguma coisa na alma e no coração das pessoas que a gente não consegue identificar quando a violência toma conta. Que são reações, às vezes, eu não diria natural de um ser que raciocina, que a vingança não é o melhor caminho. Mas o desespero, às vezes, e a religião, às vezes, impõem comportamentos antiéticos da defesa de princípios que, às vezes, não têm valor. Então, para mim, o que eu consegui ouvi, eu só fiquei triste de não ouvi o final. Mas para mim foi ótimo essa história. Eu sei que tinha um detalhe que talvez não caiba nem mais a pergunta, que o Brasil não pode ter empresa diretamente contratada no Iraque. Por quê? Porque não apoiou a guerra e a invasão no Iraque. Então é um fato que o iraquiano não tem que ver com simpatia. Então, a Odebrecht tem uma empresa constituída em Miami que presta serviço até no Exército Americano. Por isso que está lá. Posso estar errado. Só estou falando para o senhor que é o que eu ouvi de quem, de árabes que têm conhecimento, esse Embaixador do Iraque, Presidente de entidades iraquianas que estão vivendo aqui pelo Brasil e relatam esses fatos. Que eles gostariam muito de fechar vários contratos com o Brasil por troca de petróleo, principalmente alimentos, medicamentos e não podem nem contratar empresas. O senhor sabe melhor que eu, eu fui ao Iraque uma vez com uma delegação e não tem reserva isso, porque foi pública. De que a maior credibilidade do Brasil no Iraque era incomparável com os outros países. No fornecimento de armamentos, nas construções. Arábia Saudita, Iraque, Jordânia, tudo. O Brasil tinha um conceito e competência na prestação de serviço. O Debeg(F), Camargo Corrêa, todas essas aí e perderam esta oportunidade em razão da própria proibição que foi imposta aos países que não foram signatários do apoio à invasão. Não quero que o senhor responda, não, porque diz que é secreta. Então fica só com...

EMBAIXADOR SÉGIO BARCELLOS TELLES: Tá certo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A minha alma e depois, particularmente, eu falo com o senhor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Fora do microfone) (inaudível)

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não sei se eu estou errado, também.

EMBAIXADOR SÉGIO BARCELLOS TELLES: Não, eu não sei. Eu acho que o novo Embaixador do Brasil no Iraque poderá reunir informações que confirmem ou não as respostas, porque ali, todas as hipóteses prosperam. Há muitos...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ele já está em Bagdá?

EMBAIXADOR SÉGIO BARCELLOS TELLES: Não sei.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ele fica na base da Jordânia.

EMBAIXADOR SÉGIO BARCELLOS TELLES: Ele fica na Jordânia.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu acho que ele fica na Jordânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – É, foi aprovado por nós já tem uns meses.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O senhor ficou com o endereço do chefe religioso que o senhor conversou lá em Bagdá ou não?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sunita.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O endereço eletrônico.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O chefe sunita.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Tem o endereço dele, o nome e endereço dele?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Endereço eletrônico, não. Eu fui lá de táxi, eu tinha uns contatos por telefone. "Vai chegar aí um brasileiro".

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Não tem Internet funcionando lá.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O telefone dele você não tem?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu quero agradecer então a presença dos senhores Senadores, do Embaixador e nós vamos receber agora ainda o Embaixador do Chile que vem tratar uma visita na próxima semana da Presidente do Chile que vem ao Brasil.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O Embaixador está chegando agora, eu vou recebê-lo e a Presidente do Chile estará ao Brasil na semana que vem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Suplicy, V.Exa. fique tranqüilo que eu irei encaminhar à Mesa da Casa a indicação do seu nome para esta missão, desde que na sua companhia vá a Senadora Ideli Salvatti por questão de hierarquia partidária. Ela é a líder do partido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Está encerrada a sessão. Obrigado a todos.

(Sessão encerrada às 12h08.)

Ata da Sétima Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 27 de abril de 2006, às 9:30 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e sete de abril do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **FLEXA RIBEIRO, VALDIR RAUPP, SERYS SLHESSARENKO, GERSON CAMATA, EDUARDO AZEREDO, SÉRGIO ZAMBIASI, MARCO MACIEL, EDUARDO SUPLICY, ÁLVARO DIAS, EDISON LOBÃO, ROMEU TUMA, HERÁCLITO FORTES, PEDRO SIMON, JOSÉ JORGE e JOSÉ AGRIPINO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente faz inversão de pauta passando para a Extra-Pauta. **Item 01**: Requerimento (SF) Nº 462, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que "Requer, nos termos dos artigos 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de repúdio ao atentado que vitimou o brasileiro Sérgio Vieira de Mello e de apelo para que não se aplique pena de morte aos responsáveis pelo ato, tendo em vista os princípios constitucionais brasileiros e as convicções e prática do diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello." O Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino passa a Presidência ao Senador Eduardo Azeredo. Fazem uso da palavra os Senadores **ROBERTO SATURNINO,** para leitura de seu parecer, **EDUARDO SUPLICY, CRISTOVAM BUARQUE (não membro), GERSON CAMATA** e **ROMEU TUMA**. Aprovado nos termos do texto que o relator apresenta. O Senador Eduardo Azeredo devolve a Presidência ao Senador Roberto Saturnino, que retorna à ordem da pauta, convidando os Senhores Embaixadores indicados para comporem a Mesa. **Item 01:** Mensagem (SF) Nº 104, de 2006, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**. **Item 02**: Mensagem (SF) Nº 105, de 2006, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDUARDO DOS SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores,

para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil no Principado de Liechtenstein." Faz uso da palavra o Senador **HERÁCLITO FORTES** para leitura de seu relatório. O Senhor Presidente passa a palavra aos Embaixadores **FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER e EDUARDO DOS SANTOS,** que fazem suas exposições de motivos. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a Sessão, o Senhor Presidente comunica a aprovação dos indicados por unanimidade, tendo sido escrutinador o Senador Eduardo Azeredo. O Senhor Presidente lê comunicado informando que autorizou "Ad Referendum", em 19 de abril de 2006, o Requerimento Nº 11 de 2006 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavancanti. **Item 03**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 04, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 53 entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, concluído em Brasília, em 03 de julho de 2002." Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO SUPLICY** para leitura de seu parecer. Aprovado. O Senhor Senador **EDUARDO SUPLICY** apresenta Requerimento Nº 13 de 2006 – CRE que "Requer, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Requerimento (SF) N° 462, de 2006." Aprovado. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e sete minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino.**

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Havendo número legal, regimental declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Submeto a Comissão à dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Se todos os Srs. e Sras. estão de acordo. Fica dispensada.

Nós temos uma pauta hoje ordinária de três itens, sendo a indicação de dois Embaixadores e temos um item extra-pauta que se refere a um requerimento do Senador Eduardo Suplicy, de voto de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado, que ocasionou a morte do Embaixador Sérgio Vieira de Mello.

Eu creio que pela importância e pela urgência que tem este requerimento, eu proporia a inversão de pauta, que nós rapidamente o apreciássemos e logo em seguida, apreciássemos os Srs. Embaixadores. Se os Senadores estão acordo nós fazemos essa inversão de pauta.

Eu vou passar a Presidência ao Senador Azeredo, na medida em que eu sou o Relator do parecer do requerimento do Suplicy.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino, para o parecer do requerimento proposto pelo Senador Eduardo Suplicy. Em seguida o Senador Gerson Camata para discutir.

SR. RELATOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu venho a Comissão de Relações Exteriores, no requerimento número 462 de 2006, que requerer nos termos nos termos dos arts. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de repúdio pela decisão do Tribunal Central Penal do Iraque que condenou a pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello.

Acompanha o requerimento à justificação do seu autor, o Senador Eduardo Suplicy, fundado em que o próprio Embaixador era um homem notoriamente contrário à aplicação da pena de morte. Era um grande humanista, um brasileiro que repetidas vezes havia manifestado essa sua convicção e essa sua opinião.

A iniciativa legislativa propõe-se a denunciar e repudiar a condenação à morte do delinqüente acusado de participar do ato terrorista de 19 de agosto de 2003, que vitimou o Alto Comissário para Direitos Humanos na ONU, o brasileiro Sérgio Veiga de Mello e mais 21 pessoas em Bagdá. Embora as informações recebidas a respeito da condenação do terrorista sejam versadas em termos imprecisos, não havendo sequer o nome do condenado, às fontes de informação são absolutamente fidedignas, conforme consta do relatório acima elencado.

Ainda que reconheçamos o direito de todos os Estados possuírem a autodeterminação e exercício pleno da própria jurisdição penal, é inadmissível que se viole do Direito Penal Humanitário, mormente em relação ao que vitimou o Alto Comissário dos Direitos Humanos. Sérgio Vieira de Mello era um humanista engajado e militante, forjado nas convicções jurídicas civilizadas, solidamente construídas em seus estudos na Universidade de Paris, Sorbonne, da qual foi aluno prodigioso. A proscrição da pena de morte é convicção jurídica que remonta a segunda metade do Século XIX, o Direito Penal Humanitário edificou a certeza

de ser a pena medida civilizada de reassociação do delinqüente.

Não é a pena forma de punir ou de infligir sofrimento. O Direito Penal Civilizado execra há mais de um século a partir da Obra Clássica Dei Delitti e Delle Pene, de Cesare Bonesana, o Marquês de Beccaria, a qualquer forma de barbárie a título de apenamento, não só em relação à pena capital, mas ainda a prisão perpétua e as de caráter infamantes e cruéis.

A grande vitória do terrorista é quando ele consegue deflagrar respostas virulentas destinadas da mesma maneira, da mesma forma a incutir terror e arrepio da lei e com o comprometimento de conquistas democráticas e do Estado Democrático de Direito. As prisões ilegais em Guantânamo, por exemplo, são a propósito disso, exemplos que falam por si.

Por todo o exposto, estimamos ser o requerimento em análise convincente e oportuno aos interesses nacionais, não podendo o Senador da República omitir-se diante de lamentável decisão do Tribunal Penal Iraquiano, razão pela qual o meu voto é favorável pela aprovação do requerimento do Senador Suplicy.

Eu queria acrescentar só ao meu parecer, que há muitos minutos atrás eu recebi um telefonema da viúva do Embaixador Sérgio Vieira de Mello, a Dona Carolina Vieira de Mello, que em nome dela e em nome da sua sogra isto é, a mãe do Embaixador ...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Carolina Larriera.

SR. RELATOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Carolina Larriera.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Uma senhora de nacionalidade Argentina ...

SR. RELATOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Uma senhora de nacionalidade Argentina ...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas que hoje vive no Brasil até em função...

SR. RELATOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É verdade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – De ter sido a viúva, companheira de Sérgio Vieira de Mello.

SR. RELATOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – E que estava presente no mesmo local onde ocorreu o atentado e ocorreu a morte do Embaixador e por sorte dela ela sobreviveu, mas ela manifestou em seu nome pessoal.

Em nome do pensamento que ela conhecia do Embaixador Sérgio Vieira de Mello e em nome da opinião da sogra dela a mãe do Embaixador, no sentido de que fosse aprovado este requerimento, porque era convicção profunda consolidada do Embaixador Vieira de Mello, um grande Humanista, que não se aplicasse nunca esse tipo de pena, que ele via como uma vingança e não como uma manifestação de Justiça.

Por todas essas razões Srs. Senadores, o meu voto é favorável ao requerimento do Senador Suplicy.

Eu apenas sugeriria ao Senador ao Suplicy que ao lado do voto de repúdio, talvez se pudesse acrescentar um apelo a que não fosse aplicada... O voto de repúdio a pena e um apelo ao Governo Iraquiano, para que não fosse aplicada esta pena.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se V. Exª., ler o cabeçalho, a ementa do requerimento, eu peço a gentileza de... A ementa.

SR. RELATOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É que a ementa diz: Voto de repúdio pela decisão–

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, mas leia, por favor, se puder mostrar ao...

SR. RELATOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – "Requeiro nos termos tais do regimento, seja consignado o voto de repúdio pelo Tribunal... Que condenou a pena de morte o responsável... E um apelo no sentido que a punição do responsável... Seja...". E um apelo, eu vou com vagar: "E um apelo no sentido de que a punição do responsável seja de outra natureza – muito bem – uma vez que o então Coordenador das Nações do ONU no Iraque era contrário à pena de morte e aboliu a mesma quando foi Administrador transitório do Timor Leste e que a Constituição Brasileira também averba".

Então eu retifico o meu parecer...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Foi acatada a sugestão de V. Exªs.

SR. RELATOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – A minha sugestão já está acatada, foi o próprio autor do requerimento que a formulou. Por todas essas razões o meu parecer é favorável, senhor Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu gostaria de agradecer senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com a palavra o Senador Suplicy, depois o Senador Camata, Suplicy já tinha pedido a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois, não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (manifestação fora do microfone)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Imagine!

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Então, como autor V. Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu quero agradecer a atenção e inclusive a velocidade de ontem para hoje, com que o Senador Roberto Saturnino Braga –

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Quando se trata de pena de morte há sempre urgência, a gente não sabe... Isso os prazos a que estão sujeitos. Então a urgência é evidente no caso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Foi anunciado na última sexta-feira, que haveria 30 dias de prazo para apelo do condenado. E eu queria até informar que eu pedi ao Professor Mahir Hussein, que nasceu no Iraque, mas há mais de 30 anos está no Brasil, casado com uma brasileira e tendo filhos brasileiros e que tem irmãs vivendo no Iraque, que é um Professor de Física da USP, muito interessado na questão da pacificação do Iraque.

Ele se dispôs a traduzir para o árabe o teor desta manifestação, para que a carta chegue ao Primeiro Ministro do Iraque em árabe, em inglês também ao Secretário Geral da ONU, Kofi Annan.

E obviamente, eu quero agradecer ao Senador Roberto Saturnino Braga, porque quando eu falei da sugestão nesse sentido, ele me disse: "Olha, porque não fazermos deste apelo uma decisão do Senado?". E então V. Exª. teve a gentileza de rapidamente trazer isso para a consideração de todos os Senadores, primeiros aqui na CRE e em seguida no Plenário.

Então, eu avalio e inclusive também conversei com a senhora Carolina Larriera e com a senhora Gilda Vieira de Mello, mãe do nosso Diplomata e Representante da ONU no Iraque, Alto Comissário de Direitos Humanos Sérgio Vieira de Mello. Ela me disse que estava inteiramente de acordo com essa proposição do Senado e que tinha muito a ver com os valores que eram defendidos pelo Sérgio Vieira de Mello. Que gostaria que até mesmo os responsáveis pelo atentado que o levou a morte, possam pensar noutra forma que não seja a continuidade de mortes, de guerra, de ações bélicas.

Daí a importância quem sabe, desse gesto e a compreensão de nós brasileiros transmitidas ao Governo do Iraque a esse Tribunal, possa ser algo positivo para o propósito de colaborarmos para a democratização e condições de paz no Iraque. E pelo que sabemos dadas às divisões entre xiitas, sunitas, curdos e outros, é preciso que haja alguma forma de entendimento entre eles. Se nós brasileiros temos aqui uma tradição de resolver as nossas dificuldades por meios não bélicos na medida do possível, quem sabe possamos transmitir isto aos iraquianos.

E queria ressaltar até lembrando aqui também o apelo inúmeras vezes feito pelo Senador Eduardo Azeredo, que a senhora Carolina me disse: "Que bom que eu tivesse lembrado, ontem na minha fala – e está no requerimento também – do apelo às autoridades do Iraque e da ONU, para que se empenhem no sentido de saber do paradeiro de João José Vasconcelos Júnior, o Engenheiro da Odebrecht, que foi seqüestrado em janeiro do ano passado e até hoje a família espera notícias a respeito, que tem sido alvo também da preocupação desta Comissão de Relação Exterior.

Os meus cumprimentos ao Senador Saturnino.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado, Senador. Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senhor Presidente e senhor Relator, também, senhor Presidente. Eu ia pedir vistas; ele matou um brasileiro. Esses terroristas, a lei de lá diz que quem mata é pena de morte.

Então, vamos pedir também para botar o Saddam Hussein, para não aplicar a pena de morte para ele. Vamos pedir já para os assassinos desse engenheiro brasileiro, que estão querendo vender o cadáver para o Governo Brasileiro, a ossada. Mandaram o Embaixador aqui fazer propostas. Não pode! A gente vê na Palestina, matar um brasileiro lá é igual matar um cachorro. Ninguém protesta. O Brasil não cria problema.

Eu estou com uma proposição lá no PlenáriO – O Brasil não pode manter relação diplomática com organização terrorista que mata brasileiro. Por quê? E o representante da Palestina está toda hora aqui dentro. Eles matam brasileiros, nem para chamar dizendO – "Pára de matar brasileiros, vocês já mataram dois a semana passada, nós não estamos no conflito".

E agora, nós vamos pedir para perdoar! Ele não matou um brasileiro matou 21 pessoas, inclusive iraquianos, irmãos de sangue dele.

Então, agora, se incluir o Saddam Hussein ...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Me permita, Senador?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Incluir os traficantes brasileiros que estão condenados à morte lá na coisa. E incluir esses por antecipação nos direitos ...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permite um aparte?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Aí eu voto, então, vamos acabar com isso. Agora...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O Senador permite?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não é perdoar

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Eu acho que é se meter legislação do outro país. Ele matou foi iraquianos também, mais do que um brasileiro.

E nós vamos ficar aqui – "Nenê, não mata não". E vou citar mais. Por exemplo, Fernando Beira Mar, os americanos pediram a extradição dele por que é ligado

as Farcs, que enche o território americano de drogas e o Brasil, fica carregando ele para cima e para baixo de avião custando uma fortuna.

Manda para lá, para ver se ele faz rebelião de penitenciária, se ele comandava tráfico de dentro da prisão. Por que nós não mandamos? São um monte de coisas que o Brasil está fazendo errado. Os brasileiros que foram traficar drogas, um dia vai ter pena de morte para traficante no Brasil.

Senão nós não vamos resolver o problema das drogas no país. Eles foram sabiam que tinha pena de morte. Se arriscaram: "Ah, não. Não pode matar não". Mas a lei deles é essa, por isso que lá não tem problema de drogas.

Então, eu acho que nós temos que respeitar a legislação de outro país ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador, Camata. Não, Claro...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Por que ele matou um brasileiro. "Ah, não porque ele matou um brasileiro". E os outros 21, que não eram brasileiros eram de lá? Não é se meter lá.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador, nós estamos fazendo um apelo, no sentido de que não seja aplicado... Não perdoar, ninguém falou... O requerimento não fala em perdoar, fala em não...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – É se meter na legislação de outro país.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sim. É se meter fazer um apelo, mas isso se faz.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Daqui um pouco vão dizer que estão perdoando o mensalão lá, porque o Senado da Bolívia pediu para perdoar os nove Deputados ladrões! Ora, Presidente!

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Não. Assim nós fizemos um apelo também, para que não fosse executado o brasileiro que está condenado à morte lá na Indonésia.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Vamos ouvir o Senador Cristovam.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Isso é válido, fazer o apelo em nome de uma convicção. A convicção brasileira é contra a pena de morte. A convicção do Embaixador era contra a pena de morte. A convicção minha e do Senador Suplicy é contra.

Agora, de V. Exª., não é, então...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Aqui no Brasil eu sou contra a pena de morte. Agora, se meter na legislação deles para que eles mudem a lei deles, porque o cara matou 21 consangüíneos deles, então vamos pedir uma anistia geral no Iraque para todo mundo que mata, da bomba e acabou! Na Palestina também, em Israel.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Presidente. Se V. Exª., disse que daqui a pouco nós vamos ter a pena de morte para os traficantes, porque senão nós não resolvemos esse problema...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Espero que eu não veja isso vivo.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Ah, bom.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PMDB-MG) – Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Presidente, eu entendo a indignação do Senador Camata, mas não compacto com a posição delas. Mas há algo que eu queria sugerir de mudança.

O que me chocou no primeiro momento foi à palavra repúdio, porque nós não somos contra, nós não vamos repudiar a condenação. E se a condenação é a pena de morte ou não é uma questão deles, o que nós vamos fazendo é um apelo, para que essa pena de morte seja transformada em uma pena dura, mas não morte.

E aí eu acho que a gente tem que estar pronto para fazer para qualquer um e não só para esse caso, todos eles. Só que esse caso nos diz respeito, que é a imagem do nosso conterrâneo, compatriota. Ele que lutou contra a pena de morte, ter os seus assassinos, bandidos, sujeitos à pena de morte, eu acho que de fato nós temos razão em pedir que não se faça disso em nome dele.

Agora, eu tiraria a palavra "repúdio", porque não tem o que se repudiar contra uma pena que é de outro país. E temos é que elogiar a condenação.

Eu gostaria de apoiar a idéia do apelo, sem a palavra "repúdio".

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Suplicy, autor do requerimento, Vossa Excelência concorda em alterar?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O principal é a transformação, é o apelo para que a punição seja de outra natureza. Então, eu estou acordo que se faça a modificação na redação, de maneira...

Eu levei em conta até porque tinha primeiro escrito, voto de pesar, porque eu estava procurando encontrar a palavra que regimental e constitucionalmente seria adequada. Eu queria até pedir a assessoria da Comissão, para então estar atento.

Eu estou de acordo com a proposta do Senador Cristovam Buarque, para que o requerimento tenha na sua ementa, sobretudo, este sentido que é a segunda parte. Então, nós poderíamos como que subtrair a primeira parte, que fala em repúdio e deixar...

Precisaria é que eu não tenho na mão aqui, Senador V. Exª. acabou, leu há pouco a ementa.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu compreendo. Como Relator, também estou acordo. E isso nós depois estudamos a melhor redação, mas o espírito é esse...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Que o espírito seja esse então.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É de não falar em repúdio, mas falar em apelo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito bem.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – A transformação da...

(tumulto)

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Vamos ouvir então, o Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senadores, eu acredito Senador Camata, Senador Cristovam e Suplicy, eu também sou contra a pena de morte, até ...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Lá e aqui?

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não contra a pena aqui. É claro que a legislação, eles podem receber um apelo que é natural e podem aceitar ou não, porque a imposição da lei é permanente e a soberania é quem decide.

Agora, o que a gente tem que caracterizar é o repúdio ao ato criminoso. O repúdio ao ato criminoso. Porque o que nós não podemos aceitar pacificamente um ato que chegou a matar vinte e tantas pessoas!

Então, tem que repudiar o ato criminoso e terrorismo. Todos os atos terroristas.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sem dúvida.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu só pediria licença ao Senador Camata, não concordar que o palestino... Porque o palestino não é terrorista. Os árabes, os muçulmanos não são terroristas, existem os grupos identificados...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O Rhamas é.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eles são e a eles que nós temos que combater, para que mudem os seus conceitos com respeito à conquista da soberania por meios pacíficos. Como a própria Ministra de Minas e Energia disse: "Não adiantava ir para a guerrilha, porque pelos meios pacíficos a gente conseguiria o poder".

Então, eu acho que... Eu tenho defendido essa generalização, Senador, é claro, o Senhor está... Eu estou dando toda a razão ao Senhor, porque é um ato tão repugnante que não dá para aceitar a gente pedir perdão, não jeito porque não está aqui. Agora, repudiar a condenação, não ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu mandaria...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Repudiar o ato, sim. Eu acho que deve consignar aqui, que nós repudiamos o ato criminoso praticado pelo grupo terrorista...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Contra um brasileiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Contra um brasileiro e contra qualquer cidadão no mundo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (manifestação fora do microfone)

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não, o apelo eu não vejo nenhuma razão, não tem intervenção. Eu acho que o Senador Camata... Agora, é um tema Senador, muito difícil. Se traz aqui um tema que é divide a sociedade brasileira a pena de morte ou não. Já houve pesquisa, porque é difícil. A revolta de quem sofre um crime dessa natureza é que aquele que o praticou tenha o mesmo fim.

Então, é uma discussão difícil. Eu queria depois pedir a V. Exª., se permitir, fazer um requerimento para convidar o Presidente da firma que está sendo expulso da Bolívia, vir explicar se cumpriu ou não cumpriu a legislação boliviana.

E qual a razão da expulsão da empresa brasileira de lá, se V. Exª., concordar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Um adendo, alguém do Itamarati para explicar qual a reação do Governo Boliviano.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Está, certo.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu proponho que a gente ordene ...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O meu voto é o mesmo, o Senador Camata, vota a favor.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Bom, vamos ...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita? Levando em consideração as sugestões ...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu sentei aqui para no espírito do que foi expresso que seja assim modificado. "Seja consignado um voto de condenação pelo atentado contra o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, que matou outras 21 pessoas.

E um apelo no sentido de que a punição do responsável, seja de outra natureza que não a pena de morte, uma vez que o então Coordenador das Ações da ONU, Sérgio Vieira de Mello no Iraque, era contrário à pena de morte e aboliu a mesma quando foi Adminis-

trador Transitório do Timor Leste e que a Constituição Brasileira também a veda". E assim–

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Fazer uma emenda para botar o Saddam Hussein lá...

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Como?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Botar o Saddam Hussein para pedir para não condenar a morte; ou para todo mundo ou para ninguém.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O Senador Jefferson...

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Camata, eu só quero lembrar que o Sr. Saddam Hussein, nunca se manifestou contra a pena de morte.

Ao contrário ele aplicou-a várias vezes, muitas vezes. Então, há uma diferença que eu acho que é substancial.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Essa foi boa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Vale a regra não vai ...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas está claro aqui, que nós estamos condenando a pena de morte, mas nos preocupando muito com o cidadão brasileiro.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Aí, vai dar direito o Presidente, o senhor me desculpe, a qualquer indivíduo condenado à pena de morte em qualquer lugar do mundo dizer assim: "Eu não posso ser morto, porque eu sou contra a pena de morte!".

O Saddam era contra a pena de morte, era a favor ele tem que ser morto, ou o outro não. Eu estou dizendo, eu vou contar aqui rápido. Era Deputado, o Amaral Neto apresentou um projeto da pena de morte, V. Exª., se recorda disso ...

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Enquanto se discutia aquilo, lá em Vitória uma família de um amigo meu, entrou um bandido na casa, matou o pai para roubar uma televisão na frente da família inteira. O pai agonizou no chão ali. A família me pediu para votar pela pena de morte eu senti a revolta.

Eu votei contra a pena de morte. O filho mais velho do seu Odorico me ligou e disse assim: "Gerson, nunca mais a família vota em você. E nunca mais você venha na minha casa. E nunca mais você se dirija a ninguém de nós. Você apoiou o bandido que matou o meu pai". Aconteceu isso. Nunca mais conversou.

E eu tenho um outro problema. Você é católico como eu Suplicy, V. Exª., na Igreja Católica quem votar pela pena de morte é excomungado. Excomungado. O Bispo nos advertiu na época, chamou a Bancada e disse: "Olha, quem votar com o projeto, eu vou excomungar". Porque a Igreja Católica não admite a pena de morte, embora alguns países de maioria católica têm a pena de morte e a igreja lá dá conta.

Eu acho que lá é a lei deles. Eles não são católicos eles são árabes, eles são muçulmanos, deixa aplicar a lei deles.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador, Gerson Camata, quantas mortes serão necessárias até que percebamos que muitas pessoas já morreram? Pessoas demais já morreram no Iraque e é preciso que pessoas com o espírito, a mente, a generosidade humana de Sérgio Vieira de Mello, possa contribuir mesmo ele tendo falecido, para que a guerra lá acabe.

E eu com todo o carinho e respeito pela família, que lhe disse para não vir mais a sua casa, eu quero pedir a reconsideração deles, para que as mortes injustificadas terminem inclusive lá no Iraque ou agora no Sri Lanka e em tantos outros lugares, e às vezes, no nosso país para que diminuam muito. Nós precisamos de espíritos tais como o de Sérgio Vieira de Mello.

É nesse sentido que eu peço o apoio de V. Exª., e inclusive, com a contribuição dada por V Exª., que modificou o texto...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Foi o Tuma.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, por todos. V.Exª., o Senador Tuma, Senador Cristovam Buarque e todos nós, assim chegarmos a uma redação mais adequada e de qualquer acordo com o espírito que o nosso Relator, Saturnino Braga propôs.

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senhores Senadores, com o novo texto apresentado, então pelo Senador Suplicy e pelo Relator Roberto Saturnino, eu coloco, portanto, em votação a aprovação do requerimento...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Com a modificação apresentada...

SR. PRESIDENTE EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Com a modificação apresentada com a emenda.

Quem estiver a favor permaneça como se encontra. Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Senador Roberto Saturnino, para que possamos continuar a reunião.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito obrigado, Senador Azeredo. Vamos então passar a nossa pauta, que consta de três itens.

O primeiro item submete a Apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Frederico Salomão

Duque Estrada Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão. É longe. Eu pediria a presença dos dois indicados aqui.

O Relator da presente indicação é o Senador Mão Santa que não se encontra presente. Eu vou pedir, então, ao Senador Sérgio Zambiasi que faça a leitura do parecer do Senador Mão Santa.

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Presidente Roberto Saturnino, com muita honra estou designado por V. Exª., para relatar a mensagem 104 de 2006, do Sr. Presidente da República que submete a apreciação do Senado Federal à indicação do Senhor Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão.

O Relator é o Senador Mão Santa, a quem substituo nesse momento com muita honra.

Vemos aqui um extenso currículo profissional, de acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o Sr. Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, nasceu no Rio de Janeiro, onde se graduou em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas.

Apenas dois anos após a conclusão do curso ingressou na carreira Diplomática como Terceiro Secretário, tendo nela ascendido regularmente. Entre as divisões em que serviu na Burocracia do Itamarati, citamos a Divisão Consular, a Divisão Jurídica, o Gabinete do Ministro de Estado, a Secretaria de Informações do Gabinete do Ministro de Estado e o Departamento de Organismo Via Internacionais.

No Exterior serviu nas seguintes Missões Diplomáticas Brasileiras Permanentes: Embaixada de Bagdá, em 1980. Embaixada de Moscou, em 1985. Delegação Permanente em Genebra, 1989. Embaixada do Brasil em Jorge Town, em 1993. Embaixada do Brasil em Havana, em 1995. E missão do Brasil junto ONU em 2003.

No que tange com relação exatamente à relação com o país, onde o nosso Embaixador vai servir, acerca das relações bilaterais com a República do Cazaquistão, cumpre destacar o trecho que segue: "Em todas as Repúblicas Centro Asiáticas surgidas do desmembramento da ex-União Soviética, o Cazaquistão foi o país que tomou mais iniciativas de aproximação em relação ao Brasil. Missão de alto nível, chefiada então pelo sub-Secretário Geral de Assuntos Políticos do Itamarati, Embaixador Ivan Canabrava, logrou obter resultados positivos no aprofundamento do diálogo político com o Cazaquistão e na avaliação das possibilidades concretas de cooperação, intercâmbio econômico e comercial entre os dois países.

Por ocasião da apresentação de credenciais do novo Embaixador do Brasil no Cazaquistão em maio de 2004, foram detectadas numerosas oportunidades de cooperação bilateral. A área de agricultura e pecuniária se mostrou especialmente promissora, sobretudo tendo presente manifestações de autoridades cazaques de que o agribusiness brasileiro é considerado um modelo para o desenvolvimento da produção cazaque.

Na ocasião de acordo com o Relatório do Ministério de Relações Exteriores, foi discutida a possibilidade de negociar acordo de cooperação técnica, agropecuária, bem como estimulou o andamento das negociações de certificados sanitários para a exportação de carnes brasileiras. Os entendimentos para a retomada da importação de trigo cazaque, a negociação de acordo quadro governamental para embasar futura aproximação entre a Petrobras e a Petroleira Estatal do Cazaquistão e a negociação de acordos para evitar a bi-tributação.

No que tange ao comércio bilateral ele é modesto, segundo o relatório sendo o fluxo comercial amplamente favorável ao Brasil, exportamos fumo, tubos de ferro e aço, produtos químicos e carnes. Importamos daquela República couros, trigo, ferro, cromo e ligas de alumínio".

Tendo em vista a natureza apreciada, o relatório é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito obrigado, Senador Zambiasi. Passamos ao item dois.

Antes de ouvirmos os respectivos indicados, é a mensagem 105 de 2006, que Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Eduardo dos Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o Cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética E, Cumulativamente o de Embaixador do Brasil no Principado de Liechtenstein.

O Relator é o Senador Heráclito Fortes a quem eu passo a palavra.

SR. RELATOR SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senhor Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhores Embaixadores Frederico Meyer e Eduardo Santos, eu vou procurar ser o mais sucinto do que foi o Senador Mão Santa, tão bem representado aqui pelo

nosso colega Zambiasi, até porque o Embaixador Eduardo Santos não é novato nesta Comissão, por aqui já passou, quando teve o seu nome aprovado para servir na Embaixada do Uruguai e teve como Relator o Senador Tião Vianna.

Trata-se de um dos mais brilhantes Diplomatas dessa nova geração, que o Itamarati colocou nos seus quadros e que vêm ao longo do tempo servindo em missões por ele designadas.

O Embaixador Eduardo Santos, ele foi agraciado com várias honrarias, tem o reconhecimento dos seus companheiros de carreira. Portanto, a sua indicação para a Confederação Helvética, nós que conhecemos como a Suíça, sendo o seu país mais importante, é justa. O currículo e os detalhes da sua carreira profissional se encontram sobre a Bancada de cada um dos Senadores.

Portanto, eu pediria a V. Exª., a permissão para não cansá-lo, porque o currículo do Embaixador fala por seu só. Sendo assim, eu sou pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – A Presidência agradece ao Senador Heráclito e passa agora, a apresentação dos respectivos indicados.

Eu vou pedir, então, primeiramente ao Sr. Embaixador Frederico Salomão Duque Estrada Meyer que faça a sua exposição. E em seguida o Embaixador Eduardo Santos, com a palavra Frederico Duque Estrada Meyer.

SR. FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado Senador pelas suas palavras. É uma honra estar aqui e gostaria de falar um pouco sobre o Cazaquistão que é um país mais desconhecido do que a nossa Confederação Helvética.

Com o desmembramento da União Soviética, vários países surgiram e começaram a procurar seus novos caminhos, seus novos parceiros, seus novos aliados. Para mim inclusive, caso seja aprovado, será muito interessante porque eu trabalhei na antiga União Soviética ...

SR. RELATOR SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senhor Embaixador, V. Exª., permitiria. Sr. Presidente eu ouso pedir a V. Exª., que libere o início da votação. Nós temos alguns compromissos, inclusive eu sou Relator em outra Comissão, estou em dificuldades, vim e cumprir com o meu dever.

Gostaria de saber se V. Exª. liberaria para àqueles que já se sintam em condições de votar.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sim, os relatórios já foram apresentados, eu acredito que aqueles Senadores que já tiveram condições de votarem poderão fazê-lo, na medida em que isso vai simplificar os nossos trabalhos.

Eu volto à palavra ao Embaixador Frederico Duque Estrada.

SR. FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER – Obrigado. Então o Cazaquistão, que era a segunda maior República da União Soviética, só a Rússia era maior do que a União Soviética, começou querer ter relações mais intensas com o Brasil. E já na posse do Presidente Fernando Henrique veio o Chanceler do Cazaquistão.

E ao longo de todo esse período, eles vêm sinalizando, nós também sinalizamos. Teve a missão do Embaixador Canabrava. Teve a missão comercial, recentemente no final do ano passado.

Eu acho que será de todo interesse do Brasil e da política externa brasileira, ter uma presença, ter uma Embaixada no Cazaquistão, já que eu estarei caso aprovado abrindo a Embaixada.

Serei o primeiro Embaixador no Cazaquistão. O Cazaquistão pouca gente sabe, mas o Cazaquistão hoje é o quinto maior produtor de petróleo do mundo, e as expectativas são que passe a ser em 2015, o terceiro maior produtor de petróleo do mundo.

Além disso, é o maior produtor de chumbo, de tungstênio, de urânio, e o segundo maior de prata e de zinco. Na área comercial eu acho que existem grandes perspectivas, como o Senador falou, a área do agribusiness eles estão muito interessados em ter uma maior parceria com o Brasil.

O Cazaquistão tem 67% do seu território agricultável, pode ser utilizado para agricultura.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Um grande território.

SR. FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER – Um grande território é o nono maior país do mundo. Equivale a cinco Franças e desde 2000 o Cazaquistão, vem crescendo a 9% ao ano. A renda per capita nos últimos cinco anos triplicou.

Então, acho que o Cazaquistão vai ser um país chave ali na região. É certamente o país mais importante da Ásia Central. E eu acho que estão abertas todas as possibilidades para um maior relacionamento e para empresas brasileiras de construção. Eles acabaram de construir uma nova capital, uma nova Brasília, que tem apenas oito anos que é um canteiro de obras, já houve manifestação das empresas brasileiras de estarem presentes lá.

Além disso, existe um grande interesse da Petrobras, existe um grande interesse da Vale do Rio Doce, eu acho que existe um grande mercado também para outras áreas. Quando o Embaixador Canabrava esteve lá eles também manifestaram um grande interesse em

ter uma grande cooperação com o SEBRAE, tem um grande interesse no desenvolvimento de pequenas e médias empresas.

Por tudo isso e temos tido um comércio que cresce a cada dias mais. De 2003 a 2005, a nossa exportação cresceu cinco vezes com o Cazaquistão. Passou de 07 milhões e meio para 31 milhões. E a nossa importação aumentou 300%, quer dizer, nós vamos nos conhecendo aos poucos e cada vez mais essa relação tem sido adensada.

Então, eu acho que caso seja aprovado, eu acho que teremos um grande trabalho a fazer no Cazaquistão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agradeço. E passo a palavra ao Embaixador Eduardo Santos, para sua exposição.

SR. EDUARDO DOS SANTOS – Muito obrigado Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores e Sra. Senadora. É uma grande satisfação dirigirmos as V. Exªs. Aguardo com muito interesse as instruções e as orientações que queriam transmitir-me nessa oportunidade.

Eu gostaria de falar um pouco sobre a Suíça, sobre três aspectos. A Suíça como do Brasil. A Suíça como interlocutor do Brasil e a Suíça como referência internacional. Mas antes de fazer esse comentário, eu queria ressaltar três ou quatro pontos que distinguem a relação do Brasil com a Suíça.

Em primeiro lugar do ponto de vista econômico, a Suíça é um dos principais centros financeiros do mundo e possui no Brasil um significativo estoque de investimento. São cerca de 250 empresas que estão aqui, dentro de uma tradição muito importante desde as primeiras décadas do século XX. A Suíça está hoje entre o 12º e 13º, maior investidor do Brasil e antes das privatizações ocupou mais ou menos o 5º lugar.

Perdeu um pouco para países como Espanha, Portugal e França. Um segundo aspecto de caráter humano. A emigração Suíça no Brasil que foi pioneira da imigração não portuguesa no Brasil. A cidade de Nova Friburgo foi fundada em 1820, por Decreto de D. João VI, anterior.

E a comunidade não é das maiores, mas possui cerca de nove mil membros de dupla nacionalidade, doze mil ao todo e um milhão de descendentes de suíços.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – V. Exª. me permite, mesmo quebrando o protocolo? No Espírito Santo, no Município de Conha, se comemora domingo, os 100 anos da Imigração Suíça.

SR. EDUARDO DOS SANTOS – Muito obrigado, pela contribuição Senador. E terceiro aspecto, um aspecto de caráter histórico, que às vezes, não é muito bem lembrado. A Suíça foi árbitro na questão arbitral, entre o Brasil e a França na questão do Amapá.

Eu acho que isso é um dado relevante a ser lembrado na relação bilateral, no contexto de um processo em que atuou o Barão do Rio Branco, na sua segunda grande causa vitoriosa na defesa do Amapá.

E um quarto aspecto de valor diplomático não menor, mas recente, que foi um fato de que Brasil e Suíça juntos atuaram, tiveram um papel importante no seguimento do trágico conflito das Ilhas Malvinas. O Brasil foi à potência protetora da Argentina junto a Grã-Bretanha.

A Suíça, cumprindo uma tradição internacional que lhe é própria, representou a Inglaterra junto à Argentina, defendendo os interesses. Houve uma famosa reunião em Berna em 1984, em Berna, onde Brasil e Suíça participaram como testemunhas de uma tentativa de reaproximação entre argentinos e britânicos. Tentativa fracassada, então. Por que a Suíça é importante como sócio do Brasil? Obviamente pelo seu peso econômico. Só um ilustra essa afirmação.

A Suíça é o sétimo maior PIB da Europa. Ela só está atrás dos quatro grandes da União Européia e mais Espanha e países baixos. Ela supera em produto interno bruto a vários outros países. Em BIP per capita ela é o terceiro da Europa inteira, perde apenas para Luxemburgo, devidas as apropriações e outros.

E, além disso, a Suíça tem uma inserção econômica internacional muito peculiar. Ela praticamente exporta os mesmos produtos que importa, produtos de alta tecnologia e sofisticados. Tem uma relação exportação de bens e serviços em relação ao PIB das melhores do mundo.

Portanto, é uma relação importantíssima para o Brasil, sobretudo pelos investimentos suíços no Brasil que são tradicionais, que estão no Brasil desde as primeiras décadas do Século XX, que empregam cerca de 80 mil pessoas. Portanto, é um aspecto que obrigatório na atenção dessa relação. A Suíça como interlocutora hoje, tem o seu papel revalorizado na sua relação com o Brasil, sobretudo pelas mudanças que o país vem sofrendo a partir do fim da guerra fria, quando os valores tradicionais da sociedade Suíça, como a neutralidade, passaram a ser colocados à prova, passaram a ser desafiados. Há uma série de referendos e questões internacionais, sendo colocadas em discussão no país.

E hoje, por exemplo, a Suíça, graças a uma dessas mudanças causadas pelo fim da guerra fria ingressou nas Nações Unidas em 2002. Uma questão muito recente. E graças a isso, o Brasil hoje tem na Suíça um interlocutor importante, para coordenar, divulgar,

intercambiar pontos de vista sobre a agenda política multilateral.

A agenda da Reforma das Nações Unidas tem sido já um ponto importante nesse diálogo. A questão das negociações comerciais de DOHA. A Suíça tem uma tradição de livre comércio mesmo antes da entrada na ONU, já é sede da OMC e de distintas organizações internacionais, portanto, o papel da Suíça como interlocutora do Brasil tem sido valorizado.

E a Suíça como referência internacional, acho que é importante sempre ter presente, afinal a Suíça vale no mundo pela importância das suas instituições e das suas tradições. E me referi à política de neutralidade, mas a Suíça tem todos os elementos de democracia direta, que despertam um grande interesse internacional.

E, portanto, são elementos de importante referência. Eu me refiro aqui as diferentes formas de referendo, referendo facultativo obrigatório, a política de consenso, o regime colegiado, que é uma prática no país. O Conselho Federal que detém o Poder Executivo é constituído de sete membros e o seu Presidente alterna a cada ano.

A Suíça tem também uma tradição muito peculiar de conservadorismo, basta lembrar que o voto feminino, por exemplo, na Suíça só foi instituído em 1971. E alguns cantões só o foram no início da década de 90, portanto, é uma sociedade que requerer uma certa atenção.

A relação da Suíça com a União Européia é um dado particular. A Suíça é cercada de membros da União Européia, sobretudo depois que a ALTRA entrou e a Suíça tem a situação, procura administrar essa não relação com a União Européia da maneira mais beneficiosa, fazendo acordos. No Fundo é um virtual membro da União Européia e negocia com ela e já tem concluído vários acordos.

Essa perspectiva da relação Suíça é importante para o Brasil, sobretudo na questão das exporto ações. A Suíça sempre teve uma política agrícola muito similar à política agrícola comum da União Européia.

A Suíça hoje tem tarifas muito baixas para produtos industriais, mas no caso da produção agrícola existe uma elevada proteção tarifária. Isso é um grande desafio para o Brasil. Aí entra um outro aspecto da relação do Brasil como sócio. O Brasil tem que fazer um esforço exportador renovado, por que o nosso comércio é altamente deficitário para nós em cerca de 600, já chegou a 700 milhões de dólares.

O Brasil exporta basicamente produtos, matéria-prima e produtos semifaturados. Acho que as pesquisas que de mercado que têm sido feitas apontam oportunidades em distintos campos. Eu enfatizo a importância da indústria aeronáutica, já houve contratos com a EMBRAER e a indústria do designer.

Eu acho que é um esforço, um campo em que o Brasil pode oferecer muito em termos de acesso ao mercado suíço. Com essas considerações, eu apenas termino dizendo, que na baixada em Berna, caso seja aprovado e com a orientação de V. Exª.s, eu pretendo dar atenção a todos esses aspectos.

E há um que gostaria de me referir particularmente, que é o tema de acordo de cooperação jurídica em matéria penal, que foi assinado há pouco tempo pelo nosso Ministro da Justiça que está, entendo eu ainda em tramitação no Congresso Nacional. É um acordo muito importante que mostra uma das prioridades do nosso relacionamento e é o mesmo tipo de prioridade que nós vamos perseguir na relação com o Principado de Liechtenstein.

A necessidade de criarmos um mecanismo de assistência de cooperação judicial, mais ágil que permita enfrentarmos um problema hoje que é comum na agenda internacional. Além disso, eu pretendo dar ênfase basicamente, além do comércio, ao tema da divulgação e da ciência e tecnologia. Na divulgação eu menciono o interesse de sensibilizar as autoridades suíças para algumas iniciativas que o Governo Brasileiro tem desenvolvido.

Eu me refiro à questão dos mecanismos inovadores de financiamento e a acusações internacionais na luta de combate a pobreza. Sendo a Suíça um grande centro financeiro internacional, entre dois dos dez maiores Bancos do Mundo são suíços. Acho que é obrigação da Embaixada procurar sensibilizar as autoridades para essas questões.

Eu me coloco à disposição Presidente e agradeço a atenção.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agradeço a palavra do sim... Mas, entretanto, agora, de acordo com a exigência constitucional eu deve transformar a nossa reunião em secreta, para que os senhores Senadores possam argüir os indicados.

A Reunião passa a ser secreta às 11h28.

A Reunião passa a ser aberta ao público às 11h57.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – (Falha no áudio), parte em conflito como estipulado no art. 27 do regime adotado. O México não obstante ser em geografia política um país da América do Norte é obviamente uma nação Latina Americana.

E o presente acordo contribui para a aproximação e integração do Brasil com os seus vizinhos, conforme preconiza o art. 4º, da Constituição, que fala que o Brasil buscará a integração econômica, política e social dos povos da América Latina visando à formação de uma Comunidade Latino Americana.

Com base, no exposto, sou pela aprovação do projeto de Decreto Legislativo, que aprova o texto referido e gostaria de informar Sr. Presidente, inclusive aqui aproveitando para agradecer e cumprimentar a Embaixadora Cecília Solto, que após cinco anos de prestar serviços como Embaixadora do México no Brasil, agora está se despedindo. Ainda ontem eu tive a oportunidade da estar na Embaixada do México, em que ela fez uma recepção para se despedir do Corpo Diplomático, dos Parlamentares.

E ela prestou serviços muito significativos e inclusive pediu que nós tivéssemos a atenção, como um dos seus últimos atos de aprovar este projeto. Ela em embarca de volta dia 08 para o México, informou-me que estará ali participando da campanha do candidato Obrador, que está numa disputa bastante equilibrada com o outro candidato.

Ela inclusive fez uma referência muito interessante sobre algo que se apresenta nos Estados Unidos, uma vez que deverá haver no próximo dia 1º de maio, um ato de em que os hispano-americanos farão um protesto nos Estados Unidos. Protesto que se iniciou em Los Angeles e depois nas mais diversas e vem aumentando com extraordinária força e que se refere a um assunto, que nós aqui muitas vezes temos nos preocupados a questão de direitos latino-americanos nas três Américas e especial nos Estados Unidos.

Eu inclusive comentei com ela, eu quero recomendar aos meus colegas, daqui da Comissão e a todos, a senhora Lúcia para assistir o filme Os Três Enterros, que trata dos conflitos que estão ocorrendo ao longo da fronteira dos Estados Unidos com o México, onde por vezes hispanos-americanos-mexicanos são ali submetidos a tiros e tudo.

Este movimento explicou-me à Embaixadora Cecília Solto, iniciou-se muito em função de um filme denominado "Um Dia Sem Os Mexicanos", que se passa em Los Angeles, uma história como se um dia os mexicanos parassem de trabalhar em Los Angeles e a cidade ficaria completamente sem uma séria de serviços que são de responsabilidade mexicanos.

Pois bem no dia 1º de maio, que costuma ser dia do trabalho em outros lugares do mundo, mas não nos Estados Unidos, onde o Labor Day se dá acho que em setembro os hispano-americanos, inclusive os brasileiros, por exemplo, em Boston e em outras cidades estarão participando desse protesto, relativo às questões da lei norte americana sobre o tratamento dos imigrantes. Inclusive àqueles que às vezes estão por anos já nos Estados Unidos trabalhando, mas ainda sem toda a documentação.

Se trata de um assunto muito importante que temos aqui tratado em nossa Comissão.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito oportuna às observações de V. Exª., Senador Suplicy, em aditamento ao seu parecer. O parecer é favorável.

E está em discussão. Os Senadores que o aprovam permaneçam como estão.

E está aprovado o decreto Legislativo que aprova o acordo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Gostaria de apresentar e estou formalizando o requerimento, para que o requerimento relativo a Sérgio Vieira de Mello, possa ser apreciado com urgência no Plenário.

Apenas com a devida redação agora modificada pelo entendimento entre nós. Então que possamos também encaminhar a urgência.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito bem vamos apreciá-lo, e o assunto realmente requerer urgência, pela suas conseqüências óbvia.

E está em discussão.

Os Srs. Senadores, se ninguém deseja discutir, coloco em votação o requerimento de urgência. Os que aprovam permaneçam como estão. Está Aprovada.

Tendo cumprido a nossa pauta em todos os seus itens, eu declaro encerrada a sessão agradecendo a presença de todos e cumprimentando os nossos dois futuros Embaixadores.

(Sessão encerrada às 12h07)

Ata da Oitava Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da52ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 4 de maio de 2006, às 9:30 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia quatro de maio do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **HERÁCLITO FORTES, FLEXA RIBEIRO, JEFFERSON PÉRES, RODOLPHO TOURINHO, MARCELO CRIVELLA, PEDRO SIMON, MARCO MACIEL, EDUARDO SUPLICY, EDUARDO AZEREDO, WELLINGTON SALGADO, VALDIR RAUPP, CÉSAR BORGES, SÉRGIO ZAMBIASI, SERYS SLHESSARENKO, ÁLVARO DIAS, ARTHUR VIRGÍLIO** e **JOSÉ AGRIPINO.** Presença também da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA** e do Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE,** não-membros desta Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Inversão de Pauta. **Item 02:** Mensagem (SF) nº 112, de 2006, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, a esco-

lha do Senhor Frederico Cezar de Araujo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia". Retirado de pauta a pedido do relator, Senador Arthur Virgílio**.** Fazem uso da palavra os Senadores **EDUARDO SUPLICY, JEFFERSON PÉRES** e **EDUARDO AZEREDO**. O Senhor Presidente convida o Embaixador Hélio Magalhães de Mendonça para compor a Mesa. **Item 01:** Mensagem (SF) nº 111, DE 2006, de autoria da Presidência da República, que "Submete a apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor Hélio Magalhães de Mendonça, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Sudão". Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO SUPLICY** para leitura de seu relatório. O Senhor Presidente passa a palavra ao Embaixador **HÉLIO MAGALHÃES DE MENDONÇA,** para sua exposição de motivos. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a sessão, o Senhor Presidente comunica a aprovação do Embaixador por unanimidade, tendo sido escrutinador o Senador Eduardo Suplicy. Fazem uso da palavra os Senadores **EDUARDO SUPLICY** e **JEFFERSON PÉRES. Extra-Pauta. Item 01:** Requerimento Nº 12, de 2006 – CRE, de autoria do Senador Romeu Tuma, que "Nos termos regimentais, requer sejam convidados o Embaixador José Eduardo Martins Felício, Subsecretário Geral da América do Sul e o Senhor Eike Batista, Presidente de uma empresa brasileira de siderurgia, a EBX, para, perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, prestarem informações acerca dos recentes acontecimentos que levaram o governo boliviano vetar a implantação do empreendimento do empresário brasileiro naquele país". O Requerimento é subscrito pelo Senador **MARCO MACIEL,** que faz uso da palavra para justificá-lo. Fazem uso da palavra os Senadores **JEFFERSON PÉRES** e **EDUARDO AZEREDO.** Aprovado. **Item 02:** Requerimento Nº 14, de 2006 – CRE, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo, Pedro Simon e Serys Slhessarenko, que "Requer nos termos regimentais que seja convidado o excelentíssimo Embaixador da Bolívia no Brasil, senhor Edgar Camacho Omiste, para prestar esclarecimentos sobre as ações do governo da Bolívia que vieram a prejudicar seriamente os interesses brasileiros naquele país". Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO AZEREDO**, para justificá-lo. Aprovado. **Item 03:** Requerimento Nº 15, de 2006 – CRE, de autoria do Senador Jefferson Péres, que "Requer, nos termos do art. 58, parágrafo segundo, inciso V, da Constituição da República; do art. 90, inciso V; e do art. 103, inciso I e VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor Ministro de Estado de Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, para prestar esclarecimentos à CRE sobre a expropriação dos ativos da Petrobrás Bolívia decretada pelo governo Evo Morales". Faz uso da palavra o Senador **JEFFERSON PÉRES**, para justificar. Aprovado. **Item 04**: Requerimento nº 16, de 2006 – CRE, de autoria do Senador Jefferson Péres, que "Requer, nos termos do art. 58, parágrafo segundo, inciso v, da Constituição da República; do art. 90, inciso V; e do art. 103, incisos I e VIII do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os senhores doutores Silas Rondeau, Ministro de Estado de Minas e Energia, e José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobrás S/A, para prestarem esclarecimentos à CRE sobre a expropriação das instalações da Petrobrás Bolívia decretada pelo governo Evo Morales. Faz uso da palavra o Senador **JEFFERSON PÉRES**, para justificar. Aprovado. **Item 05:** Requerimento nº 17, de 2006 – CRE, de autoria do Senador Romeu Tuma, que "Nos termos regimentais, requer seja convidado o Presidente da Petrobrás, senhor José Sérgio Gabrielli, para, perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, prestar informações acerca das recentes medidas adotadas pelo governo da Bolívia, que culminaram com a invasão de instalações de refinarias da Petrobrás naquele país". Prejudicado. Fazem uso da palavra os Senadores **JEFFERSON PÉRES, ARTHUR VIRGÍLIO** e **JOSÉ AGRIPINO**. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e seis minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Se todos os Senadores estão de acordo, fica dispensada, e passamos à apreciação da pauta.

A pauta de hoje compreende a apreciação da indicação de dois candidatos a Embaixador e vários requerimentos de Audiência Pública. Nessas indicações de Embaixador, uma delas é a indicação do Sr. Frederico Cézar de Araújo, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o

cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia. O Relator é o Senador Arthur Virgílio que requereu à Comissão por escrito o adiamento, a retirada de pauta da apreciação deste indicado em razão da necessidade que ele sentiu de rever o seu parecer diante dos acontecimentos últimos que afetam o relacionamento do Brasil com a Bolívia. Sendo um direito do Relator, a presidência concede o Requerimento e fica retirado de pauta o segundo item, apreciação do Embaixador junto à Bolívia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Retirou porquê? Quem é o relator?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Porque o Relator pediu por escrito a retirada de pauta para que ele faça uma revisão do seu parecer face aos acontecimentos últimos. O Senador Arthur Virgílio.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – E atendeu um apelo dele o Senador Antônio Carlos Magalhães e não achamos conveniente enviar neste momento o Embaixador brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – E ele embora não esteja presente, ele fez um Requerimento por escrito e apresentou ontem à Comissão e a Mesa não tem por que...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita-me então, Sr. Presidente, para que eu possa fazer uma ponderação junto aos Senadores Jefferson Peres e Arthur Virgílio, porque eu compreendo a preocupação de ambos com respeito a como é que o Brasil vai estar procedendo junto ao Governo Evo Morales diante da decisão de nacionalização anunciada do petróleo, do gás na Bolívia. Agora, até em sabendo que nós iríamos aqui hoje estar examinando o parecer e a indicação do Sr. Embaixador Frederico Cézar de Araújo para representar o Governo Brasileiro na Bolívia, indicação essa feita pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Eu ainda há pouco conversava com o Embaixador Frederico Cézar de Araújo dizendo da relevância da missão que ele vai ter. Perguntei até se ele iria colaborar para que houvesse lá um bom entendimento. Ele até disse que não é de pronto que ele está indo lá, porque em princípio prevendo a sua chegada em setembro. Eu falel – "Puxa, mas eu estava imaginando que o chegaria ali para ajudar a resolver o problema e tudo." E chego agora e me sinto surpreendido pela notícia, se o Presidente estava em missão a convite da Unesco. Foram dois dias de ida e dois dias de volta para estar um dia em conferência internacional da Unesco sobre a liberdade de imprensa e a erradicação da pobreza. Então não estava ontem aqui nesses últimos dois dias. Mas diante dessa informação que o Senador Jefferson Peres me fala que ele e o Senador Arthur Virgílio pediram para que seja melhor pensado, uma coisa, tudo bem, melhor pensar. Mas daí a sustar, a negar a presença de um Embaixador do Brasil na Bolívia num momento em que, inclusive, é tão importante o diálogo entre o Governo Brasileiro e o Governo Boliviano. Salvo engano, ontem eu ouvi um trecho em que V.Exª., Presidente Roberto Saturnino, manifestava a importância do diálogo entre os dois governos, a importância até de estarmos procurando compreender as decisões do Governo Evo Morales e, afinal de contas, o Governo Brasileiro em certo momento da nossa história também criou a PETROBRAS como empresa que iria estar explorando petróleo e, inclusive, com monopólio estatal do petróleo. Mas recentemente nossa história nós abrimos para que haja a participação também da exploração de empresas privadas. Nós temos a PETROBRAS como a empresa principal.

Então me parece que deixar de ter a representação que o Senado venha porventura sustar a representação. Eu fico surpreendido. Quero só compreender melhor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – (Pronunciamento fora do microfone)

SENADOR JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Então eu vou tentar explicar...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Suplicy, o Brasil tem Embaixador na Bolívia que é exatamente quem passou por todos esses acontecimentos, quem participou dos entendimentos, quer dizer, é quem tem mais condições, não um Embaixador recém-chegado, mas aquele que tem mais condições de prosseguir nas negociações e é o que lá está, que é um Embaixador muito competente. Não se trata de deixar vago neste momento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Só estou querendo compreender a decisão.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Em primeiro lugar Senador Eduardo Suplicy, eu creio que o diálogo é um pouco inócuo sem a presença do Relator. Segundo lugar, como já explicou o Presidente Saturnino Braga, o Brasil está com Embaixador lá, que acompanhou todo esse problema, está em melhores condições do que o que está indo para lá. Em terceiro lugar, nós não adiamos se media o propósito do Senador Arthur Virgílio com a nossa concordância iria trazer na próxima semana, fazia uma pausa. Ainda hoje o Presidente do Brasil está reunido lá com o Presidente da Bolívia, quem sabe as coisas não se aclarem. Nós poderemos debater com o Embaixador indicado com melhores condições. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O propósito é exatamente esse.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sem querer antecipar o debate, mas V.Exª. quer antecipar, se quiser vamos travá-lo. Eu participei da campanha "O Petróleo é Nosso" eu participei, graças a minha idade, V.Exª. não teve esse privilégio. Eu defendi o monopólio, claro que com uma diferença, a criação da PETROBRAS não expropriou ativos e bens de ninguém, ela incorporou o acervo do Conselho Nacional de Petróleo. É um pouco diferente, nem violou tratados, acordos internacionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu pergunto ao Senador Suplicy se está esclarecido?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu queria melhor compreender a decisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Então fica decidido o adiamento, a retirada da pauta. E vamos apreciar o primeiro item e com a brevidade possível, porque há vários requerimentos sobre Audiências Públicas, sobre essa questão, que é extremamente importante que nós devemos apreciar. Então eu vou pedir ao Sr. Hélio Magalhães de Mendonça que esteja presente aqui e vamos apreciar o item 1. Mensagem 111 de 2006, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Hélio Magalhães de Mendonça, Ministro de Segunda Classe da Carreira Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Sudão. O Relator é o Senador Eduardo Suplicy a quem passo a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Embaixador Hélio Magalhães de Mendonça. O Presidente da República indicou o Embaixador Hélio Magalhães de Mendonça para exercer o cargo de Embaixador junto à República do Sudão. Nascido no Rio de Janeiro em 03 de maio de 48. Filho de Hélio Cunha Telles de Mendonça e Elza Magalhães de Mendonça, concluiu o curso de preparação na carreira Diplomata do Instituto Rio Branco em 73. Ascendendo ao cargo de Segundo Secretário em 77, em 81 promovido a Primeiro Secretário, em 90 Conselheiro, em 99 Ministro de Segunda Classe. Sempre por merecimento. Diplomou-se no curso de altos estudos do Instituto Rio Branco em 99 com a monografia "Em busca de seu lugar na comunidade internacional na política externa da nova República da África do Sul". Das numerosas funções que exerceu destacam-se a de Segundo e Terceiro Secretário nas Embaixadas de Washington e Budapeste, 76 e 80. Em 82 Chefe Substituto da Divisão de Associação Latino Americana de Integração, na divisão de Ásia e Oceania dois em 87, 91 tornou chefe dessa divisão. Em 98 chefiou a Divisão da Europa. Em 2001 foi assessor do Departamento da África. Em 2004 do Departamento da Europa. Serviu como Ministro Conselheiro das Embaixadas Brasileiras em Madri e em Pretória em 91 e 95 e 95 e 98, respectivamente. Situado ao norte da África Oriental, a República do Sudão faz fronteira com Egito, Líbia, Chade, República Centro-Africano, República Democrática do Congo, Ganda, Quênia, Eritréia, Etiópia e o Mar Vermelho, 2,5 milhões de Km2, 35 milhões de habitantes, 37% em áreas urbanas. Ao longo do Século XIX, época em que a administração do Sudão estava sob responsabilidade de funcionários ingleses, o Egito dominou o território em 1899, forças militares inglesas impuseram o regime de soberania conjunta anglo-egípcia que durou até janeiro de 56 quando o Sudão e tornou-se um País independente.

O Governo Central foi formado por elite de origem árabe predominantes na capital em toda região norte do País. Metade sul habitada por população negra africana sem uma região dominante, passou a reivindicar maior participação na vida política e econômica do País. A história do Sudão é marcada por intensos conflitos separatistas entre o Governo Central e algumas províncias do sul e noroeste do País. A região do sul do Sudão ao longo de mais de vinte anos, os embates separatistas geraram cerca de 1,5 milhão de mortes, quatro milhões de refugiados. A partir de 2002 se intensificaram as negociações para o fim desses conflitos, sendo que em julho deste ano ocorreu a assinatura do Protocolo de Machacos. As autoridades sudanesas e o movimento exército de libertação do povo sudanês concordaram em estabelecer uma forma de governo que garanta os direitos humanos e a divisão eqüitativa do poder e da riqueza decorrente da exploração do petróleo. Esse protocolo atende também a reivindicação fundamental de cada parte. O governo manteve o direito de aplicar a lei penal islâmica no norte do País e as províncias do sul poderão realizar plebiscito sobre autodeterminação em 2011.

O acordo de paz definitivo foi celebrado em Nairobe em janeiro de 2005. O conflito separatista em Darfur começou há mais de dois anos em uma área habitada por sete milhões de habitantes. Em função desse embate centenas de milhares de pessoas dessa região migraram para o Chade, País vizinho. A crise de Darfur gerou preocupação na Comunidade Internacional. A União Africana enviou missão à região, o Conselho de Segurança da ONU, adotou resolução à cerca da região. O quadro ainda é estável e se reveste de grande gravidade. Ressaltam também a importância das negociações entre os rebeldes e o Governo Sudanês em curso na cidade de Abujama(F) Sudão com o apoio da Presidência da União Sul Africana. Há

mais detalhes, Sr. Presidente, que avalio, o Embaixador Hélio Magalhães poderá, inclusive, nos dizer por ter estudado tão bem esse assunto. O comércio entre o Brasil e o Sudão ainda é incipiente, mas poderá desenvolver – se principalmente de modo progressivo, no entanto, se observou um significativo incremento das exportações brasileiras entre 2003 e 2005. As vendas externas nesse período passaram de sete para 69 milhões de dólares. As importações brasileiras ainda não são significativas.

Avaliamos, Sr. Presidente, que o Embaixador Hélio Magalhães de Mendonça possuiu todos os elementos suficientes para estar cumprindo a função designada pelo Presidente Lula de representar o Brasil na República do Sudão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agradecendo ao Senador Eduardo Suplicy. Concedo a palavra agora ao Embaixador Hélio Magalhães de Mendonça para fazer a sua exposição. Com a palavra Embaixador.

SR. HÉLIO MAGALHÃES DE MENDONÇA – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Roberto Saturnino Braga. Exmo. Senador Eduardo Suplicy Relator no dia de hoje. Srs. Senadores. é para a mim uma grande honra comparecer hoje na Comissão de Relações Exteriores desta grande Casa que é o Senado Federal para defender a minha indicação para a Embaixada do Brasil em Cartun no Sudão. A Embaixada em Cartun foi criada em novembro de 2005. O Brasil, no entanto, detém relações diplomáticas com o Sudão desde 1968, sendo as nossas relações conduzidas pela parte brasileira, pela nossa Embaixada no Cairo. Há razões para abertura da Embaixada do Brasil no Sudão. Primeiro o fato de que nós já temos relações bastante antigas, de que temos tido repetidas provas de interesse por parte do Sudão em ter relações, em ampliar as suas relações com o Brasil. Provas essas que foram concretizadas com a vinda de um primeiro Embaixador do Sudão ao Brasil em 2004. Outras razões seriam de ordem do próprio Sudão. O Sudão é territorialmente o maior País da África. Ele ocupa uma posição estratégica. Na verdade o Sudão faz fronteira com o Oriente Médio, na parte leste do Sudão. Ele é banhado pelo mar vermelho que o divide da Arábia Saudita.

Outra razão é que é um País que, enfim, ainda se encontra numa situação econômica bastante limitada, mas é um País de grandes potencialidades. É um País que têm grandes reservas de petróleo que começam a ser exploradas. Se o Sudão continuar unificado e essa é uma questão que ainda se terá de ver porque vai depender de uma série de eventos, ele poderá ser em breve, dentro de uma década ou mais um dos mais importantes países da África, por força das suas condições estratégicas e da suas condições econômicas. É também um ponto de encontro entre a África e os países árabes visto que a parte norte do Sudão, principalmente, ocupada por populações árabes e a parte sul por populações africanas. Uma razão a mais para que se abra a Embaixada do Brasil em Cartun é o fato de que o atual governo tem considerado a ampliação das relações do Brasil com a África e, portanto, a ampliação de suas relações com todos os países da África como uma das prioridades da política externa brasileira. O Presidente Lula já fez três viagens à África tendo visitado cerca de 17 países nessa viagem. Da mesma forma uma maior interação e coordenação com os países árabes é também o interesse da política externa brasileira que deu motivo, inclusive, à cúpula entre os países da América do Sul e os países árabes. A abertura da Embaixada em Cartun nesse momento, ele aproveita um momento positivo do Sudão. Embora os Senhores possam perguntar: "Mas a crise em Darfur continua." Sim, continua e é uma coisa tremenda.

Por outro lado, esse é um momento muito importante para o Sudão porque em janeiro de 2005 eles conseguiram resolver uma guerra civil que já durava para mais 25 anos entre o norte e o governo de Cartun e rebeldes do sul do Sudão. Esses conflitos têm a ver com uma série de problemas. O mais importante desses problemas é realmente a questão da partilha de poder entre as várias regiões do Sudão. E foi agravado pelo fato de que as grandes reservas de petróleo do Sudão se encontram exatamente no sul.

E sobre esses aspectos se coloca então um aspecto que seria o aspecto das diferenças étnicas e as diferenças religiosas entre o norte do Sudão árabe e muçulmano e o sul do Sudão africano basicamente animista com uma faixa importante também de cristãos. Com o acordo alcançado, o chamado acordo amplo de paz alcançados em Nairobe em janeiro de 2005 inicia –se uma etapa muito importante para o Sudão porque esse acordo prevê um período de 6 anos de transição ao final da qual o sul terá direito a responder a um referendo para saber se o sul quer continuar a fazer parte de um País uno com o norte do Sudão, ou se ele quer se tornar independente.

Outro aspecto que é importante ressaltar é que o Sudão tem conseguido na última década, vamos dizer, ter uma situação econômica bastante melhorada; Até 1997 o Sudão tinha grandes problemas com altos níveis de inflação, pequenos índices de crescimento. Em 1997 foi feito um acordo entre o Governo de Cartun e o FMI para que o Sudão passasse por um

processo de ajustamento estrutural da sua economia. Por força desse processo que foi, ou melhor, tem sido monitorado pelo Fundo Monetário Internacional, a situação econômica do Sudão melhorou muito. A inflação desceu de níveis de 100 ~ 133% que ele havia alcançado em 1996 para 9 e pouco em 2004. Em 2005 a inflação já subiu para 11% e se espera que ela volte a subir por força do programa de reestruturação do sul que vai obrigar o Governo do Sudão a fazer grandes dispêndios. A economia tem apresentado também importantes índices de crescimento e esses índices vem crescendo também ao longo do tempo. Em 2004 esse índice foi de 6,2, já em 2005 o índice de crescimento foi de 8,5%.

O Governo do Sudão pretende usar para o Programa de reconstrução do sul as receitas do petróleo, que a tendência que elas cresçam muito porque há uma crescente produção de petróleo no Sudão, com investimentos da China, da Malásia, da Áustria, e da França e também de verbas que viriam por doação internacional. Em abril do ano passado, em 2005 houve uma reunião de doadores em Oslo, na Noruega quando houve um compromisso da comunidade internacional de colocar no Sudão 4,5 bilhões de dólares para reconstrução do País. Divididos em dois fundos, um fundo para o Governo de Cartun e um fundo para o Governo do sul do País que se formou com o acordo amplo de paz. Uma palavra sobre o Darfur, a situação do Darfur como, evidentemente, a situação do sul do Sudão também no passado, hoje nós temos o acordo de paz e temos que ver como é que ele será implementado. A situação do Darfur é uma situação extremamente grave. Acredita-se que houve um número imenso de mortes, muitos sudaneses do Darfur hoje estão em outros países, sobretudo, no Chade e os deslocados internos no Darfur são da ordem de dois bilhões.

A União Africana tem sido muito importante como promotora de uma paz entre o Governo de Cartun e os rebelados de Darfur. Foi ela quem conseguiu em 2004, foi a União Africana que conseguiu em 2004 estabelecer uma trégua que não tem sido respeitada ao longo desses dois anos e foi também a União Africana que conseguiu levar para a Mesa de negociação o Governo de Cartun e os dois movimentos mais importantes rebeldes do Darfur. As reuniões foram realizadas em Abuja na Nigéria e tivemos sete rodadas de negociação. A Comunidade internacional deu um prazo de 30 de abril para que o Governo de Cartun e os rebeldes de Darfur chegassem a um acordo de paz. Em 30 de abril a União Africana apresentou aos movimentos e ao Governo de Cartun um acordo de paz de 85 páginas. E esse acordo deveria ter sido assinado em Cartun. Já houve duas prorrogações do prazo para assinatura desse acordo, dois dias a partir de 30 de abril e depois mais 2 dias, o que faz com que se encerre no dia de amanhã o prazo para que as partes interessadas assinem esse acordo de paz. O acordo de paz no Darfur é importante por força da questão humanitária, mas é também importante para que o Sudão possa implementar o acordo de paz com o sul. E também o acordo de paz que vai ser feito com o Darfur, inclusive, porque a comunidade internacional apesar de ter se comprometido a colocar 4,5 bilhões de dólares no Sudão, inclusive, sendo 1,7 desses bilhões de doação norte americana não fará, quer dizer, não colocará, efetivamente, esse dinheiro no Sudão enquanto não for dada uma solução para a situação do Darfur.

As relações do Brasil com o Sudão estão apenas começando, nós já temos um acordo de cooperação técnica. Já houve várias missões sudanesas que vieram ao Brasil, a primeira delas uma missão da Prefeitura de Cartun que esteve no Brasil antes mesmo da abertura da Embaixada sudanesa aqui recentemente veio uma missão das autoridades aéreas do Sudão para entendimentos com a INFRAERO na tentativa de obter cooperação técnica da INFRAERO. O Sudão tem 17 aeroportos, e esses aeroportos terão de ser renovados e ampliados. E exatamente foi isso que essa agência aérea, agência nacional de assuntos aéreos do Sudão veio conversar com a INFRAERO. E também esteve com a EMBRAER. Portanto, o comércio do Brasil com o Sudão tem crescido nesses últimos anos como mostrou bem o Relator e há grandes possibilidades dele vir a crescer mais no futuro, evidentemente, há esse problema de que as poucas possibilidades de importação por parte do Brasil de produtos sudaneses e há bastante espaço para a cooperação entre os dois países. Muito obrigado.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Presidente, pela Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Pela Ordem o Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, nós vamos transformar a Sessão em reservada, poderíamos fazer as indagações em Sessão aberta, como é que V.Exª. está procedendo?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador eu sou muito a favor do não fechamento, mas é uma exigência do regimento e da Constituição, então eu tenho que cumprir, lamentavelmente, vamos transformar agora nossa Sessão em secreta e logo vamos votar os requerimentos de Audiência Pública.

(Sessão passou a ser secreta às 11:08)

(Sessão passou a ser aberta ao público às 11:38.)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O que temos tido diversas vezes nesta Comissão, também no Plenário, mas inclusive eu tenho tido com o Senador Jefferson Peres, sobre este tema uma diferença de opinião, mas eu vou convidá-lo aqui a uma reflexão importante sobre o fenômeno que está acontecendo nos Estados Unidos da América, e que tem muito a ver conosco brasileiros e hispano-americanos. Há cerca de dois anos nos Estados Unidos passou um filme denominado "Um dia sem os mexicanos". Se tratava de um documentário sobre o que se passava em Los Angeles onde 1/3 dos habitantes são hispano-americanos e muitos dos quais até com dificuldades de obter documentação legal. E o filme mostrou que Los Angeles simplesmente entraria em dificuldade enorme, uma vez que aqueles hispano-americanos realizam uma série de trabalhos, de serviços que os americanos ali legais normalmente não tem mais realizado. Então os serviços acabaram sem serem realizados, muito dos trabalhos pela ausência.

Pois bem, esse filme detonou uma campanha de conscientização de alguma forma de boca em boca, Mas os responsáveis por esta questão de conscientizar os hispano-americanos por seus direitos, acabou sendo transmitido em muito me relatou a Embaixadora Cecília Soto através dos disk-jóqueis que falam, sobretudo para os jovens e isso deflagrou um movimento de importância crescente de dezenas de milhares de pessoas. E desencadeou um grande movimento nacional realizado neste 1º de maio, anteontem, sobretudo, nas grandes cidades onde a presença de hispano-americanos, inclusive, brasileiros, portanto, latino-americanos tem sido muito grande. Nas próprias comunidades brasileiras nos Estados Unidos, alguns dos quais são chamados de "brasucas", houve uma reflexão em que medida deveriam participar e praticamente todos participaram.

Houve um dia de protesto onde os latino-americanos resolveram não comparecer ao trabalho. Pelo que foi divulgado na imprensa, houve, inclusive, a simpatia por parte de empresários latino-americanos que interagem com estes latino-americanos. Por que tanto esta preocupação? Porque ali no Congresso norte-americano está por ser votado, já votado na Câmara agora em tramitação no Senado uma legislação muito dura com respeito a aqueles hispano-americanos que não tendo toda a documentação estariam sujeitos a dificuldades ali dentro dos Estados Unidos. Por que é que se relacionam ao nosso termo aqui? É porque eu tenho expresso que mais e mais será importante que se os Estados Unidos quiserem pensar num dia, numa área de livre comércio das Américas que possa ser uma área de livre movimentação dos seres humanos. Aí é que o Senador Jefferson Peres falou: "Puxa! Imagina deixar entrar qualquer um no Brasil, na Amazônia, coisa desse tipo." E eu tenho convidado o Senador Jefferson Peres para aqui refletir que talvez seja uma coisa boa. Claro que de repente, imagine entrarem tantas ali pessoas de outros lugares no nosso País, mas por outro lado, poderemos os brasileiros estar, se assim o desejarmos irmos trabalhar em Boston, ou em Nova Iorque, ou em Los Angeles e tal e assim por diante, ou seja, direitos de circulação dos seres humanos. Os Estados Unidos da América já foram uma Nação muito aberta aos imigrantes e as dificuldades deles ali na argumentação de tantos que são da geração presente de americanos é porque os seus pais, avós, bisavós foram um dia migrante que chegaram ali e simplesmente não tiveram dificuldades de fazer a América, descobrir a América a ponto tal de o Governo da França no final do Século XIX presenteou os Estados Unidos com a Estátua da Liberdade, que ali na entrada de Manhattam significa essa liberdade das pessoas irem e fazerem a América. Então como se tratou de uma manifestação de grande relevância. Eu, inclusive, estava na Ásia e na África e vi a repercussão desses episódios ali e, inclusive, esse assunto tem se refletido nas artes. Eu faço a recomendação ao Senador Jefferson Peres como amigo que sou dele, inclusive, para assistir o filme "Os três enterros de Melquíades" de Tommy Lee Jones que mostra este fenômeno muito interessante do conflito entre a guarda fronteiriça americana que está ali atirando nos mexicanos que, porventura, tentam cruzar a fronteira. E é um filme que, obviamente, ressalta, não há porque haver esse tipo de muro, de barreira para seres humanos que trabalham cá e lá estarem se sujeitando a uma perseguição dessa natureza. Era o registro que eu queria fazer aqui porque na Comissão...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Jefferson, mas apelando para que essa discussão não se prolongue em demasiado, porque o nosso tema de hoje é Bolívia, e nós temos que...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Senador Suplicy, longe de mim negar a importância da migração. O Brasil é um País de imigrantes como todos os países das Américas. Agora o que eu não posso aceitar é a tese de V.Exª. extremamente injusta com os Estados Unidos de querer que os Estados Unidos abram suas fronteiras. Se fizerem isso vão 50 milhões de latino-americanos para lá. Eles não podem absorver isso, claro que não. Nós latino-americanos vamos resolver o nosso problema de desemprego e criar um problema gigantesco para eles. País nenhum

do mundo faz isso, não exija dos americanos, o que nós brasileiros não fazemos. Nós não abrimos nossas fronteiras livremente para povo nenhum. Nós temos uma imigração controlada como qualquer País soberano do mundo, Senador Suplicy. V.Exª. me desculpe, fez uma comparação extremamente imprópria naquele almoço na Embaixada Chilena. V.Exª. disse que o muro erguido pelos americanos lembra o muro de Berlin.

Mas veja que coisa despropositada, Sr. Senador. O muro americano é para proteger o território dos Estados Unidos, é um ato de soberania. O muro de Berlin é para evitar que cidadãos da Alemanha Oriental exercessem o sei direito inquestionável de sair do País. Nenhum País livre do mundo impede que seus cidadãos viagem para onde quiserem, aquilo era uma violência inominável contra o povo alemão oriental. Os americanos estão protegendo o seu território, um direito legítimo de soberania, Senador Suplicy. Quanto a uma área de livre comércio com livre circulação de pessoas, me desculpe, mas há três graus de integração. A área de livre comércio que existe e que gradativamente se exclui as barreiras alfandegárias entre os países membros, é o primeiro grau, o primeiro estágio. Segundo estágio, União alfandegária onde além da eliminação das barreiras internas se cria uma tarifa externa comum para países não membros, é o segundo estágio. Terceiro estágio, mercado comum completa integração e livre circulação de pessoas e de capitais, então só quando chegarmos ao terceiro estágio é que poderemos admitir a livre circulação de pessoas. Eu quero chegar lá também, mas isso não se fará em cinco meses.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito brevemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito brevemente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Felizmente o Senador Jefferson Peres prevê o terceiro estágio que é aquele sobre o qual é favor. Então nesse sentido eu comungo com o Senador Jefferson Peres, talvez apenas na questão da velocidade. Agora quero dizer há muros que separam para qualquer finalidade, seria bom que extingamos todos, o de Berlin que foi saudado pelos povos do mundo inteiro e eu disse, inclusive, nesse almoço que estivemos juntos que os Estados Unidos ainda no ano passado, pela palavra do seu Presidente George Walker Bush procurou persuadir os israelenses a não construir o muro da Cisjordânia, e este muro ali que não existe na fronteira com o Canadá e é um dos temas que está por ser votado no Senado Norte-americano já aprovado na Câmara de se estender ainda mais o muro e isso vem provocando protestos crescentes tanto no interior dos Estados Unidos quanto agora no México e eu avalio que nós devemos sermos solidários à causa de na medida do possível logo que chegarmos ao terceiro estágio. Mas quero lembrar ainda uma outra questão que o economista Martin Assen(F) ressalta quando menciona que os grandes economistas clássicos falavam da importância da livre circulação das pessoas. Adam Smith na riqueza das nações quando criticava a forma tomada pelas leis de assistência aos pobres, The *poors rules* e o próprio Karl Marx quando ressaltou que o fenômeno mais importante da época dele foi justamente a guerra civil nos Estados Unidos da América que acabou levando à abolição da escravidão. Justamente a abolição da escravidão quando promoveu a maior e livre circulação das pessoas nos Estados Unidos da América acabou impulsionado significativamente o progresso econômico com todos os problemas do capitalismo, mas dinamizou significativamente o capitalismo. E eu quero dizer que para nós passarmos ao terceiro estágio e mesmo que tenhamos muitas oportunidades de latino-americanos indo para a América, haverá o vice-versa e certamente, a livre circulação das pessoas contribuirá enormemente para maior igualdade de oportunidade e será um dos fatores que mais significativamente poderão contribuir para a melhor distribuição da renda e da riqueza do Alasca à Patagônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado Senador Suplicy. Vamos passar aos requerimentos. Nós temos cinco requerimentos. Eu vou propor que votemos, apreciemos um a um, e depois se for o caso, como todos se tratam de Audiência Pública podemos talvez agrupar em dois requerimentos numa audiência, enfim, nós decidiremos depois o grupamento de cada um.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Se faremos uma audiência ou duas?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Ou duas, exatamente. Agora, o primeiro Requerimento é do Senador Romeu Tuma, diz respeito a questão da siderúrgica. O Senador Romeu não estando presente, eu vou tirá-lo de pauta e deixar para a próxima Sessão, até para não sobrepor duas questões que são distintas.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, o Senador Romeu Tuma está em São Paulo fazendo um exame.

Então, ele me fez um apelo no sentido de que esses assuntos pudessem ser, se possível, discutidos e votados, tendo em vista... Eu posso subscrever isso se for... Exatamente. Ele está fazendo uns exames, inclusive, porque teve um problema no joelho, alguma coisa assim e está com uma imobilização parcial.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Senador Tuma é um dos Senadores mais presentes aqui, assíduos, e se ele não está presente certamente sua ausência é mais do que justificada. É que é uma regra da Casa na ausência do autor, do propositor a gente não votar mais. No momento em que V.Exª. subscreve também, vamos colocar em apreciação. Item 01 – Extra-PautA – Requerimento Nº 12, de 2006 – CRE, de autoria do Senador Romeu Tuma diz respeito ao convite ao Embaixador José Eduardo Martins Felício, Subsecretário Geral da América do Sul, do Itamaraty, e o Sr. Eike Batista Presidente de uma empresa brasileira de Siderurgia EBX para prestar informações a cerca dos recentes acontecimentos que levaram o Governo Boliviano a vetar a implantação de empreendimentos do empresário naquele País. Quer dizer, eu concedo a palavra ao Senador Marco Maciel., autor subscrito.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores eu serei muito breve. Eu creio que o Requerimento do nobre Senador Romeu Tuma e auto-explicativo e como a questão que é objeto do seu Requerimento ora lido, é uma questão também de domínio público, eu tenho a impressão que, salvo melhor juízo é uma matéria que por si só está legitimada até pela atualidade do tema e certamente também eu acho que o Senador Tuma deve ter o seu Requerimento expressado também a preocupação na proteção de empresas brasileiras que atuam no exterior, mormente no caso em tela na Bolívia.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, eu acho interessante o Requerimento, inclusive, os convidados porque de uma parte a empresa brasileira, empresa privada se desvite, o Governo Boliviano acusa, no entanto, de estar em situação irregular numa faixa de fronteira proibida, segundo o governo. E a presença do Embaixador José Eduardo Felício seria interessante para ele dizer se realmente ele deve ter informações a respeito das razões alegadas pelo Governo Boliviano e porque o Itamaraty entendeu não intervir pode ter boas razões para isso. Então eu creio que seria um bom diálogo entre os dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Se nenhum dos Srs. Senadores deseja mais aduzir qualquer... Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu quero apenas concordar com essa convocação. Considero que nós acabamos discutindo mais essa questão do petróleo, pelo porte da PETROBRAS, evidentemente, pelas características do problema que pode gerar ao País com gás. Mas essa questão também dessa usina siderúrgica brasileira na Bolívia está dentro do mesmo enfoque, de maneira que eu também estou favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu estou de acordo. Eu só quero também num comentário, dizer que a meu juízo, são questões bastante distintas, uma coisa é a atitude do Governo Boliviano em relação à exploração do gás, outra coisa é esse projeto da siderúrgica que segundo o Governo Boliviano contradiz as leis do País anteriores de ordem legal. Agora que o Requerimento pretende exatamente esclarecer esse assunto. Então eu acho que é claro se os Senadores concordam, vamos aprová-lo sem confundir com a outra questão do gás, porque são questões distintas. Então se ninguém mais deseja discutir, coloco em votação, os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como estão. Aprovado.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente há um segundo Requerimento do Senador Tuma que é o requerimento nº 17 que nesse caso eu subscreveria para cumprir exigência regimental apontada... (intervenção fora do microfone)

Então já vamos ter um excelente Advogado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O segundo item da Extra-Pauta, Requerimento Nº 24, de 2006 – CRE, que é assinado pelos Senadores Eduardo Azeredo, Pedro Simon e Serys Slhessarenko requer que sejam convidados o Exmo. Embaixador da Bolívia no Brasil, Sr. Edgar Camacho Omiste para prestar esclarecimentos sobre as ações do Governo da Bolívia que vieram a prejudicar seriamente os interesses brasileiro naquele País. Quer dizer, trata-se de um Requerimento de convite do Embaixador da Bolívia no Brasil. O Requerimento dos Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Pedro Simon e Serys Slhessarenko. Em discussão. Palavra ao Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse Requerimento eu não sei a apresentação dele na segunda-feira, na terça-feira, nem o momento em que apresentavam um outro Requerimento na CAE, assuntos econômicos para tratar com as autoridades brasileiras dessa questão. No caso específico aqui da nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional me parece bem adequado que possamos ouvir aqui, evidentemente, a convite do Embaixador da Bolívia para que ele possa nos expor exatamente os motivos e a forma com que a Bolívia está tomando essas medidas. Evidentemente, que eu já tenho uma opinião, mas é claro que é quero ouvi-lo, quero entender as suas razões. De início a minha opinião é, realmente, de muito espanto com a atitude tomada, da forma que foi tomada pela Bolívia,

exatamente até com essa questão de ocupação militar. Eu acho que é muito diferente como lembrou aqui o Senador Jefferson Peres, é diferente você fazer uma nacionalização, no caso é uma invasão de uma propriedade que está dentro das regras bolivianas, quer dizer o investimento brasileiro não foi feito lá de maneira contra as leis, ele foi feito corretamente e, na verdade até chamado e festejado para que lá acontecesse. Daí a preocupação muito grande sim, porque são recursos brasileiros, são na verdade brasileiros que também trabalham lá, alguns deles, a maioria, evidentemente, trabalhadores bolivianos.

Então, me parece que seria muito interessante que pudéssemos ter a presença do Embaixador da Bolívia. Eu considero que do ponto de vista diplomático não estaríamos correndo em nenhum... Senão, pelo contrário, eu acho que é um convite para que ele aqui explique a nós que somos responsáveis pelas relações exteriores brasileiras do ponto de vista do parlamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Continua em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores desejam discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado o Requerimento. O terceiro item da Extra-Pauta, Requerimento Nº 15, de 2006 – CRE, é do Senador Jefferson Peres. Requer que seja convidado o Sr. Ministro de Estado de Relações Exteriores, o Embaixador Celso Amorim para prestar esclarecimentos à Comissão sobre a expropriação dos ativos da PETROBRAS pela Bolívia decretada pelo Governo Morales. Palavra ao Senador Jefferson Peres, o autor.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Eu acho que dispensa explicação. Até aproveitaria para discutir um pouco a política externa brasileira em relação à América do Sul, esses problemas de conflitos têm surgido ultimamente. Senador, nós levantaríamos outras questões certamente como esse conflito Uruguai e Argentina em torno das papeleiras, um apanhado geral da política externa brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Perfeito. Em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores desejam discutir. Em votação. Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado. O quarto item da Extra-Pauta, Requerimento Nº 16, de 2006 – CRE, é também do Senador Jefferson Peres. Requer que sejam convidados o Dr. Silas Rondeau, Ministro de Estado e Minas e Energia, José Sérgio Gabrielli Presidente da PETROBRAS para prestarem esclarecimentos à Comissão sobre a expropriação das instalações da PETROBRAS. Também a palavra ao Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Esses, além do problema em si da expropriação dariam também informações valiosas sobre as implicações disso em termos de abastecimento de gás. Não sei se viriam juntos ou separadamente, digo o Ministro e o...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu sei, o Ministro e o Presidente da PETROBRAS**.**

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – O Ministro e o Presidente da PETROBRAS viriam juntos, talvez junto com o Chanceler, não sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Depois nós até discutiremos isso. Mas em discussão o Requerimento propriamente dito. Se ninguém deseja discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. E finalmente o último, item cinco da Extra-Pauta, Requerimento Nº 17, de 2006 – CRE, que é do Senador Romeu Tuma, que o Senador Marco Maciel subscreveria, mas acontece que ele fica prejudicado pela aprovação do Requerimento do Senador Jefferson Peres. Agora eu gostaria exatamente de colocar em discussão e ouvir os Srs. Senadores a respeito da nossa programação. Acho que o Requerimento do Senador Tuma sobre a siderúrgica, realmente acho que deve ser uma Sessão separada por tratar-se de um assunto diferente. Agora, também acho que a presença do Embaixador Boliviano também deveria ser em Sessão separada. Misturar o... Pode criar constrangimentos. Então vamos fazê-la em Sessão separada. A única possibilidade de agregação seria o Ministro das Relações Exteriores com o Ministro das Minas e Energia e o Presidente da PETROBRAS. Eu gostaria de adiantar a minha posição, eu acho que o Senador Jefferson Peres justificou muito bem que a presença do Ministro das Relações Exteriores deve induzir a uma discussão um pouco mais ampla do que apenas o caso específico da Bolívia, ao passo que a presença do Presidente da PETROBRAS e do Ministro de Minas e Energia é especificamente sobre o caso. Eu acho que deveríamos fazer também sessões separadas, mas escuto... Então vamos fazer um esforço de desenvolver três sessões de três Audiências Públicas, mas o assunto merece a nossa atenção e o nosso esforço e nós vamos então programar...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, eu pediria a V.Exª. que no contato com essas autoridades que ponderasse eles que procurasse não postergar muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com certeza. O Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu vejo que V.Exª. acerta quanto ao método, é isso mesmo, são preferíveis as três reuniões em separado, e eu agradeço a V.Exª. a forma correta e elegante com que se portou em relação ao relatório que apresentarei no momento oportuno a respeito da indicação do Embaixador Frederico Araújo para La Paz. É um Diplomata da melhor qualificação, mas eu não participo da pressa de termos que fazer nada parecido com o que me pareceu lesivo ao interesse brasileiro, o manifesto do Governo ontem, é de estarrecer. Alguém justificar o ato do outro é de estarrecer. Pensar pelo outro é de chocar. Chega a ser lesa-pátria, a meu ver. Política internacional se faz com frieza absoluta. O interesse do Brasil é o interesse do Brasil, o interesse da Bolívia é o interesse da Bolívia. A Bolívia defende o seu, o Brasil defende o dele. E, portanto, nós temos um trabalho de anos com bilhões de dólares investidos pelo Governo Brasileiro, tirados da poupança de um povo sofrido como o nosso que, de repente, num gesto de transtorno, sei lá de que ordem, um Presidente Boliviano vem num quadro de instabilidade que cada vez mais marca aquele País como um País de difícil porto para capitais de fora, vai e diz que não é mais assim, que as regras mudam.

Então, nós aqui agimos com (inaudível) e V.Exª. com absoluta correção. Não tínhamos mesmo que apressar coisa alguma. Eu volto a dizer, La Paz quando tudo se normalizar, e quem não se importa com normalidade é Evo Morales, se orgulhará de ter como seu Embaixador brasileiro lá, o Embaixador Frederico Araújo, figura da melhor qualificação técnica, da melhor experiência em política externa. Nós temos até que fazer uma Sessão mais elaborada, e V.Exª. diz já a Comissão numa quadra feliz, talvez até infeliz para o Brasil, mas feliz para a Comissão e para V.Exª.. Porque eu me conformo um pouco com o fato de que o Embaixador chega aqui e a gente vota apressadamente, e já vota antes dele terminar de dizer e de repente, nenhum disparate porque não tem o que se cobrar dele, dos Embaixadores. Política externa não é um tema relevante para o Brasil, ninguém ganha e nem perde eleição no Brasil por causa de política externa. Um Senador se elege pelo seu Estado ou se elege pelo meu, ou se elege Deputado por Santa Catarina até sem falar em Mercosul. Nós nos elegemos ou perdemos a eleições sem abordarmos a questão da política externa, e nós não somos mais um País tão pequeno, tão diminuto politicamente que não tenha o dever de colocar como um dos seus pontos de honra de debate, política externa. O mundo se globalizou, alguns gostam, outros não. E, portanto, nós não podemos hoje em dia imaginar que alguém no sul se eleja sem saber o que é que se deve esperar do Mercosul. Ou que o Brasil inteiro não esteja com suas atenções voltadas para o destino a ser dado por um gasoduto que custou aos cofres brasileiros 8 bilhões de dólares.

Então, a Sessão será uma Sessão exigente. Eu disse isso ao Embaixador Frederico Araújo ontem. Uma Sessão exigente, vamos perguntar dele muito. Vamos saber exatamente o que ele pensa, ou seja, não será algo corriqueiro, não será tipo passar por aqui de passagem e cada Senador fica seus dez minutos, dá a sua presença. Será uma Sessão, efetivamente, de perguntas e respostas densas. E eu tenho certeza absoluta de que ele tem tudo para se sair muito bem e nós temos muito o que discutir com essa outra figura qualificada que é o Embaixador Celso Amorim, e temos muito o que discutir com os demais Senadores, cada um de nós com os seus colegas para formarmos uma opinião correta e concreta a respeito do que seja o melhor interesse nacional, numa hora em que para mim, essa é a minha opinião, o interesse nacional é atingido e precisa ser defendido nos fóruns internacionais, nas conversas duras de pé de ouvido, nas tratativas bilaterais. Eu não consigo entender esse encontro com o Sr. Chávez em Puerto Iguaçu, não consigo entender. Na minha cabeça ele trama para diminuir o peso e a força do Presidente Lula. Ele trama isso, ele trabalha para ser o líder da América do Sul, forçando uma situação porque a Venezuela não tem a menor vocação para liderança da América do Sul.

Então, quando o Presidente Lula aceita isso ele se diminui enquanto liderança, ele se rebaixa enquanto liderança. A conversa teria que ser Lula e Evo Morales. E não é companheiro para cá, Senador Suplicy, porque não é luta de Sindicatos. Não é companheiro para lá porque não é luta estudantil. Não é meu amigo fulano, porque não tem amigo em política internacional. Pode ficar amigo depois, como o Clinton é hoje amigo do Fernando Henrique e amanhã Bush pode ser amigo de Lula. Mas na hora em que um é Presidente de um País e outro de outro não é amigo. Não existe essa coisa de amigo. Existe é o interesse brasileiro que deve ser defendido com unhas e dentes. E quem defende o seu interesse para lá que o faça. Portanto, foi acertada a decisão de V.Exª., extremamente elegante para com o seu colega a de não colocar hoje na pauta, escolhendo outro Relator. Optei em comum acordo com V.Exª. por essa via que pareceu a todos nós a mais sábia e vamos fazer uma Sessão bastante interessante, bastante forte, discutindo a fundo um tema que para mim deveria fascinar a todos nós, que é o tema de política externa e é muito bom que seja um homem da sua qualificação a presidir a Sessão nesta quadra. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, eu que agradeço, Senador Artur Virgílio, mas toda Comissão compreendeu perfeitamente não apenas o Presidente as razões de V.Exª. e houve acordo unânime a esse respeito. Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Presidente, eu queria louvar a iniciativa de V.Exª. de dedicar espaço especial nessa reunião à discussão do fato mais importante do País hoje que é o impasse Brasil/Bolívia com relação ao fornecimento do gás. Que é uma coisa, no mínimo, bizarra porque o gás que a Bolívia tem, no primeiro momento, no segundo momento, no terceiro momento só pode ser vendido no Brasil. Difícil vender a alguém que não seja o Brasil. E insiste em aumentar o preço, e o Brasil teve atitude que em minha opinião não foi a mais correta no primeiro momento. Eu, até um pouco antes de entrar na sala da Comissão falava com a imprensa e diziA – "Olha, o que eu acho que tem que se esclarecer é o impasse entre duas posições. Eu acho que a Bolívia foi no primeiro momento amadorista, despreparada e truculenta na atitude que tomou. Produto, inclusive, de uma necessidade demagógica do Presidente se impor à sociedade boliviana. Eu posso estar errado e o esclarecimento dos fatos virá com as Audiências Públicas que se impõe. Eu acho que o Brasil também teve no primeiro momento uma postura diferente da que poderia ser ter tido marcada pela ideologia. O Brasil tem no Itamaraty quadros formidáveis em matéria de qualificação para o estabelecimento de negociações, são os quadros do Itamaraty. Quem toma conta da América do Sul em nome do governo não é o Ministro Celso Amorim, é o Sr. Marco Aurélio Garcia que pode acertar e pode errar, mas do ponto de vista institucional não é a pessoa recomendável para levar a efeito as negociações, é o Itamaraty. O Itamaraty é quem tem a missão precípua de diplomaticamente agir para negociar, que é o que me parece, interessa ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Eu acho que nós temos um contencioso, Presidente Roberto Saturnino, onde entra amadorismo, entra despreparo, entra truculência, entra desrespeito ao compromisso internacional, entra demagogia, entra ideologia inconveniente, um contencioso perigoso entre as relações Bolívia/Brasil para os dois, e que precisa ser removido esse contencioso. Nada mais oportuno do que V.Exª. fez agora, dar espaço prioritário, interrompe tudo nessa Comissão, interrompe tudo, e vamos dar espaço prioritário para o estabelecimento dos depoimentos para que os esclarecimentos se façam por inteiro, para que os compromissos sejam tomados e para que nós Parlamentares que temos a opinião a emitir, temos obrigação de emitir opinião, e temos o direito de opinar para sermos ouvidos por termos a informação precisa para opinar bem, em todo interesse nacional. Era essa a minha opinião e a minha palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Senador Agripino. V.Exª. expôs os seus pontos de vistas e todos os Senadores, inclusive, eu mesmo exporemos os nossos no momento dessa audiência. E as audiências foram programadas, a meu juízo, sabiamente pela própria Comissão, quer dizer, nós vamos ouvir as razões da Bolívia, convidando o Embaixador da Bolívia aqui. Vamos ouvir as razões do Governo Brasileiro de natureza política convidando o Ministro das Relações Exteriores e vamos ouvir os aspectos mais técnicos, digamos assim, escutando o Presidente da PETROBRAS e o Ministro de Minas e Energia. Creio que cobriremos, se não tudo, pelo menos a maior parte dos aspectos que estão em debate neste momento, nesse problema que, efetivamente, é grave. De forma que teremos oportunidade de discussão bastante ampla e aprofundada.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Teremos a rara oportunidade, ou a oportunidade de trazer a discussão para o nível da racionalidade, da lógica. É o que interessa ao País.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Perfeito. Se todos estão de acordo e não havendo mais quem queira usar a palavra. Declaro encerrada a nossa reunião.

(Sessão encerrada às 12h06.)

Ata da Nona Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia9 de maio de 2006, às 9:30 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia nove de maio do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **SERYS SLHESSARENKO, EDUARDO SUPLICY, GILVAM BORGES, JEFFERSON PÉRES, MOZARILDO CAVALCANTI, SÉRGIO ZAMBIASI, JOSÉ AGRIPINO, ARTHUR VIRGÍLIO, FLEXA RIBEIRO, PEDRO SIMON, VALDIR RAUPP, FERNANDO BEZERRA, HERÁCLITO FORTES, EDUARDO AZEREDO, MÃO SANTA, ROMERO JUCÁ, LEONEL PAVAN e JOSÉ JORGE.** Presença também dos Senhores Senadores **LÚCIA VÂNIA** e **CRISTOVAM BUARQUE,** não-membros desta Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa para a apreciação da pauta. **Item 01:**

"Audiência Pública, com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Chanceler Celso Luiz Nunes Amorim, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a expropriação dos ativos da Petrobrás Bolívia pelo governo Evo Morales, objeto do Requerimento n° 15, de 2006 – CRE, de autoria do Senador Jefferson Péres, aprovado em 04 de maio de 2006." O Senhor Presidente concede a palavra ao Chanceler **CELSO AMORIM** para fazer sua apresentação e convida os Senadores José Sarney e Antônio Carlos Magalhães para compor a mesa. Fazem uso da palavra os Senadores **PEDRO SIMON, EDUARDO SUPLICY, JEFFERSON PÉRES, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**, **JOSÉ AGRIPINO, HERÁCLITO FORTES e ARTHUR VIRGÍLIO**. O Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino passa a Presidência ao Senador Eduardo Azeredo. Faz uso da palavra o Senador **ROBERTO SATURNINO.** O Senador Eduardo Azeredo devolve a presidência ao Senador. Fazem uso da palavra os Senadores **IDELI SALVATTI, EDUARDO AZEREDO, FLEXA RIBEIRO, SÉRGIO ZAMBIASI e CRISTOVAM BUARQUE.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião às quatorze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. E submeto à Comissão a dispensa da Ata da reunião anterior. Se todos os Senadores estão de acordo, fica dispensada.

Bem, a nossa reunião de hoje tem como finalidade realizar uma Audiência Pública, com a presença do Exmº. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Chanceler Celso Amorim, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a expropriação dos ativos da PETROBRAS Bolívia, pelo Governo Evo Morales, objeto do Requerimento nº 15/2006, da Comissão, de Autoria do Senador Jefferson Peres, aprovado em 4 de maio de 2006. Eu concedo a palavra ao Sr. Ministro, Chanceler Celso Amorim, para sua exposição preliminar. Com a palavra, o Ministro.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Obrigado, Sr. Presidente. Srs. Senadores. Em primeiro lugar, eu quero dizer da minha satisfação de estar aqui no Senado para discutir tema de tão alta relevância. Em muitos outros momentos eu tenho vindo a essa Comissão, ainda comentando com o seu predecessor, Senador Suplicy, ele mesmo lembrava que eu talvez fosse Ministro que mais vezes tivesse vindo à Comissão de Relações Exteriores e Comissões temáticas. E é sempre um prazer ter essa discussão, porque eu acho que esse tema, que é um tema muito importante para o relacionamento internacional do Brasil, para a integração do Brasil na América do Sul e na América Latina, porque é um objetivo constitucional que a discussão desse tema se realize da forma elevada como sempre têm sido todas as discussões que tenho mantido, com concordâncias e eventuais discordâncias sobre os temas mais variados que temos, como ALCA, como a OMC, como aspectos do MERCOSUL. Portanto, é uma grande satisfação estar presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu vou pedir licença ao Sr. Ministro para, primeiro, convidar o Senador José Sarney, nosso Presidente de sempre, para tomar assento à Mesa. E também avisar a todos os que estão aqui a assistir, diante da exigüidade evidente do espaço, que há um telão disponível na Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, que reproduz tudo o que se passa aqui na Comissão. Peço desculpas ao Ministro, e retorno a palavra a S.Exª.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero dizer também que é uma grande honra contar com a presença dos Senadores amigos, mas muito especialmente o Presidente Sarney, de cuja pena nasceu a assinatura do ato da minha promoção a Embaixador. Então é, entre outras razões, um motivo de grande satisfação tê-lo aqui, e tem sido sempre. Não quero fazer como naqueles livros, Presidente, em que se diz "Os defeitos são todos meus, mas as qualidades..." Tem sido um conselheiro sempre, e solícito, mas não quero atribuir a ele nenhuma culpa por algum deslize eventual da política externa.

Eu queria, se me permitem, fazer dois ou três comentários introdutórios, e depois eu queria falar um pouquinho da própria Bolívia, eu sei que, eu temo um pouco "chover no molhado", para muitos dos Senadores, mas eu acho difícil conversar sobre a situação atual sem mencionar um pouco a própria evolução na Bolívia, falar um pouquinho sobre a relação Brasil e Bolívia durante o Governo Lula, muito especialmente, e depois, então, me referir à questão do gás e às reações do Governo brasileiro e como as questões estão sendo encaminhadas, e daí talvez algum outro tema possa surgir. Mas, alguns comentários introdutórios eu creio que são importantes. O primeiro deles se refere à própria integração sul-americana, porque nós freqüentemente lemos críticas à política externa que

vem sendo praticada pelo Presidente Lula e que, na realidade, em muitos aspectos, é um aprofundamento de outras políticas que foram seguidas antes e que se inspiram, como eu dizia, num preceito constitucional da integração latino-americana.

Mas, além disso, como muitas vezes há um debate entre o que seria ideológico, o que seria pragmático, freqüentemente... Aliás, a palavra ideologia ficou uma palavra muito desgastada porque ela recebeu uma conotação sempre pejorativa quando, na realidade, ideologia, como um conjunto de idéias, é algo que todos naturalmente temos que ter mesmo, de uma forma ou de outra e, digamos, a própria integração latino-americana não deixa de fazer parte, digamos, de uma ideologia nacional, de um ideário nacional, no sentido mais amplo.

Mas para mostrar que isso tem também um aspecto pragmático, eu não vou cansar os Srs. Senadores com isso porque, naturalmente, o objeto central é outro, mas eu acho importante salientar, com alguns números muito breves, como caminhou a integração sul-americana nos últimos anos.

Eu não vou falar, por exemplo, das questões de investimento, porque elas são mais difíceis de mensurar. Vou me referir a comércio. Sei que é uma referência superficial, naturalmente incompleta, mas ela é importante.

Então, vejamos, num comércio que se passou, e eu estou tomando quatro Países importantes, haveria outros, a Argentina, que provavelmente é mais importante do que qualquer outro desses no nosso relacionamento, mas justamente estou tomando outros que são menos tradicionais para demonstrar como, digamos, a integração tem tido objetivos práticos, pragmáticos, e tem trazido resultados concretos para o Brasil.

Em termos de exportações brasileiras, talvez o comércio que mais cresceu tenha sido com a Venezuela, proporcionalmente. O comércio com a Venezuela era da ordem de um pouco menos de oitocentos milhões de dólares, as nossas exportações apenas, estou sempre me referindo às nossas exportações, era de cerca de oitocentos milhões de dólares em 2002, e chega em 2005 a dois bilhões e duzentos milhões de dólares. É um aumento absolutamente espetacular. Mas não foi só com a Venezuela. A Colômbia, por exemplo, e isso demonstra a pluralidade ideológica, digamos, do comércio, como, aliás, tem que ser. Com a Colômbia as nossas exportações eram de seiscentos e trinta milhões e são hoje de um bilhão e quatrocentos milhões. Mais do que o dobro, portanto. Peru, eram quatrocentos e trinta milhões e hoje são novecentos e trinta e dois. E Chile, era um bilhão e quatrocentos, portanto, menos de um bilhão e meio, e hoje são três bilhões e seiscentos milhões. Isso é apenas para ilustrar. Com a Argentina, naturalmente, em 2002, a era plena crise, de modo que a comparação pode não ser exata, mas era menos de dois bilhões e meio, hoje estamos exportando perto de dez bilhões de dólares para a Argentina.

O que interessa é que como conjunto, e eu vou com isso parar um pouquinho com as estatísticas, porque eu sei que é um pouco cansativo, mas, como conjunto, a América Latina e o Caribe são hoje, quer dizer, a América Latina, porque o conceito de Caribe está incluído no de América Latina, é hoje o nosso principal parceiro comercial, principal mercado para as exportações brasileiras. Quer dizer, num contexto que as nossas exportações crescem, para o mundo inteiro, e que batem recordes nos Estados Unidos e na União Européia, a América Latina se tornou o nosso principal parceiro comercial.

Então, eu acho que esse é um fato a destacar, porque isso demonstra, sem nenhuma dúvida, eu não quero defender que a integração tem objetivos puramente comerciais, mas como muitos estão acostumados a ver as coisas por um ângulo mais mercantil, é muito comum, sobretudo, nos artigos de imprensa, então aqui há um exemplo mais do que claro de como a integração com a América Latina e com a América do Sul, em particular, tem dado frutos espetaculares.

É curioso que a nossa própria maneira de colocar os dados às vezes funcione contra nós, porque, se nós pegarmos os dados oficiais de comércio exterior, não aparece América Latina e Caribe, aparece a ALADI. E com a ALADI não está incluída a América Central e o Caribe, como sabem. Mas o conjunto de América Latina e Caribe já supera a União Européia.

E a América do Sul, apenas a América do Sul, isto é, os Países da comunidade andina, mais o Mercosul e mais o Chile equivalem hoje aos Estados Unidos da América, também num contexto crescente. Então, nós não estamos falando de nada que seja puramente doutrinário ou sentimental, embora eu não veja nada de errado no doutrinário e no sentimental, estamos falando de coisas que têm repercussões concretas, que geram empregos no Brasil.

A mesma coisa eu poderia dizer sobre investimentos. O Presidente Sarney sabe disso, desculpe eu invocar aqui o seu testemunho, mas quando eu mesmo, já depois do Governo Sarney, e a Argentina, nós tínhamos lá, de investimento, três ou quatro empresas brasileiras, o BANCO DO BRASIL, VARIG, pouca coisa a mais. Hoje em dia, há mais de duzentas empresas. Os investimentos da PETROBRAS hoje, a PETROBRAS se tornou hoje uma das principais, se não a principal investidora estrangeira na Argentina. E temos investimentos, na Venezuela, de empresas construtoras. Nós

temos também na Colômbia, onde, por exemplo, temos pela primeira vez uma siderúrgica, é um velho sonho abrir uma siderúrgica na Colômbia e agora estamos tendo uma siderúrgica na Colômbia.

Não quero continuar a citar, mas a integração na América do Sul, e da América Latina, mais amplamente, é não apenas um projeto político, que é natural, é importante, é uma obrigação constitucional, faz parte, portanto, daqueles princípios básicos do relacionamento internacional do Brasil, mas, além disso, ela está dando resultados concretos, ela está sendo aprofundada, e nós não inventamos a integração da América do Sul. Mas eu acho que nós podemos dizer com, creio eu, justa vaidade, que nós aprofundamos a integração na América do Sul. Essa é uma das questões que eu queria salientar.

A outra questão que eu gostaria de mencionar ainda como...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Quem criou foi o Presidente Sarney.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Justa homenagem. Outro aspecto que eu queria salientar é que os problemas que nós enfrentamos hoje eles não derivam da política sul-americana ou a política para a América do Sul que o Governo vem desenvolvendo. Os problemas da América do Sul derivam de questões internas, muitas delas, e externas, outras, dos vários Países que compõem a América do Sul. Eu vou me deter um pouco mais, e é natural, sobre a Bolívia, mas nós sabemos que todos os Países aqui, não preciso invocar Eduardo Galeano, as veias abertas da América Latina, mas as desigualdades sociais que, muitas vezes, especialmente no caso da Bolívia, têm componentes raciais e étnicos fortíssimos, o sentimento de espoliação internacional que existe, certo ou errado, em muitos casos, certo, mas, de qualquer maneira, a percepção de espoliação dos recursos naturais por potências estrangeiras é algo muito forte na América Latina, e isso tudo está gerando reações que vêm vindo aos poucos. Elas geraram movimentos na década de 60, geraram contra-movimentos na década de 70, houve o processo de redemocratização, o processo de redemocratização veio seguido por um processo fortemente, chamado hoje de neoliberal, e eu vou me deter nisso também, no caso da Bolívia, e hoje são outros movimentos, movimentos de cunho marcadamente social e nacional.

E, finalmente, eu gostaria de fazer uma referência, que eu creio que o resto da exposição vai ilustrar, sobre o nosso relacionamento com a Bolívia. O nosso relacionamento com a Bolívia é de uma política de Estado, independentemente de simpatias, que é normal que haja, e que existe no mundo inteiro. Eu imagino, por exemplo, que o Primeiro-Ministro Jospin tivesse simpatia pelo Primeiro-Ministro D'Alema, porque eles pertencem a um mesmo movimento, existe um partido socialista ou social democrata no Parlamento europeu. Agora, o relacionamento da França com a Itália é um relacionamento de Estado. E o relacionamento do Brasil com a Bolívia é um relacionamento de Estado. E há muitas coisas que podem ilustrar isso, mas eu vou logo mencionar uma, talvez me antecipando, que uma das primeiras visitas de trabalho efetivas que o Presidente Lula recebeu em Brasília foi a do Presidente Sánchez de Lozada, que é, certa ou erradamente, apontado como, digamos, o arauto do neoliberalismo na Bolívia, aliás, pessoa que depois passou a ser muito atacada e teve que praticamente sair fugido da Bolívia. Então, não há e nem houve, em nenhum momento, a idéia de que nós vamos nos relacionar com Governos que são de esquerda, ou Governos populistas, ou Governos mais nacionalistas. Nós nos relacionamos com todos os Governos. As cifras de comércio que eu mencionei deixam isso claro, mas também o relacionamento pessoal. O Presidente Lula tem, sim, um bom relacionamento com o Presidente Chávez, mas o Presidente Lula tem, sim, também um excelente relacionamento com o Presidente Uribe, da Colômbia, que veio aqui pedir conselhos e apoio. Quer dizer, se não houvesse esse relacionamento, se o relacionamento não fosse um relacionamento de Estado, isso não ocorreria. Se o nosso relacionamento fosse pautado por preferências ideológicas, isso não teria ocorrido.

E eu diria que o mesmo, eu estou citando dois exemplos, o Presidente do Peru, que sai agora, com quem nós tivemos uma relação intensa, eu, pessoalmente, viajei muito mais para o Peru do que para a Venezuela, e nós fizemos coisas concretas, muito importantes, com o Peru. A estrada interoceânica, por exemplo, o primeiro acordo que permitiu depois o acordo entre a comunidade andina e o Mercosul foi assinado com o Peru. Foi o primeiro acordo no Mercosul com outro País sul-americano, que abriu as portas para uma Área de Livre Comércio de toda a América do Sul, que era um sonho antigo nosso e que parecia impossível de ser alcançado. Então, eu acho que isso é outra coisa importante.

E a outra coisa, que naturalmente eu gostaria de mencionar e, enfim, isso também vai perecer, não foi o Presidente Lula que elegeu o Presidente Evo Morales. Independentemente de simpatias ou não simpatias, quem elegeu o Presidente Evo Morales foi o povo da Bolívia, e nós temos que respeitar esse fato, como respeitamos o povo da Colômbia. Eu não sei o que vai ocorrer na eleição da Colômbia, mas se as pesquisas de opinião estão corretas e o Presidente

Uribe for eleito, nós respeitaremos e acataremos e a relação de amizade, inclusive pessoal, do Presidente Lula com o Presidente Uribe continuará.

Então, eu acho que preciso colocar essas coisas nesse contexto, porque eu acho que muitas das críticas, e eu dizia antes, Presidente, que nós recebemos críticas injustas e justas. As injustas irritam, mas as justas preocupam. Então, eu não quero, absolutamente, dizer que nós estamos imunes a erros, a equívocos, a enganos, mas é preciso também desbastar um pouco o campo das premissas para se entender bem aonde nós estamos.

Bem, eu queria falar um pouquinho sobre a Bolívia, embora não queira também "chover no molhado", mas é importante entender que o Brasil tem com a Bolívia, e essa é uma percepção não é desse Governo, é uma percepção que vem de todos os Governos e que, certamente, esteve presente no Governo imediatamente anterior. A Bolívia é um parceiro estratégico para o Brasil. É a maior fronteira do Brasil. É o único País, creio eu, que tem fronteiras com quatro Estados brasileiros. Então, é um País com o qual nós teremos que nos integrar, de uma forma ou de outra. Quer dizer, ou nós nos integramos bem, pelo comércio, pela tecnologia, pela cooperação, pela cultura, ou nós nos integramos mal, pelo narcotráfico, pela guerrilha, pelo contrabando. Isso, aliás, vale para muitos outros Países, mas vale para a Bolívia, que é um País que tem a maior fronteira com o Brasil. Também é um País que nós temos que levar em conta que é um País de uma instabilidade crônica, eu não preciso entrar em detalhes sobre isso, nem creio que esteja sendo deselegante, porque os próprios governantes bolivianos freqüentemente dizem isso e colocam isso em seus estudos. O ex-Presidente Mesa, por exemplo, que é um importante estudioso, um Escritor, um Jornalista, um homem de grande cultura, ele fala desses fatos. E essa instabilidade dos Governos bolivianos ela é estrutural. Ela provém de uma dificuldade de relacionamento, talvez ímpar, que existem em outros lugares, mas talvez tenha sido mais aguda do que em qualquer outro lugar, entre a sociedade colonial, ou a que emanou da sociedade colonial, e a população indígena.

Em nenhum outro País talvez o fosso seja tão grande, a tal ponto, os Senhores sabem disso, que até 1944, eu estou lendo uma tese de um colega do Itamaraty, muito boa por sinal, com aspectos inclusive antropológicos interessantes, mas até 1944 os índios não podiam entrar no centro das grandes cidades. Precisavam de permissão especial. E as terras eram vendidas, quando se vendiam as terras incluíam o número de famílias que estavam nela. Quer dizer, implicitamente, era como se fossem servos de gleba. Então, esse é o País de que nós estamos falando. É muito diferente do Brasil. Se o Brasil teve racismo, se não teve racismo, se teve discriminação, se não teve discriminação, se tem até hoje, mas nós estamos falando de um País onde o fosso era um fosso enorme. E era um fosso não só de desigualdades materiais, mas era um fosso de visões do mundo. Porque, justamente esse isolamento propiciou que enquanto se desenvolvesse não talvez uma prática, porque ela era mais feudal do que capitalista, mas uma ideologia capitalista num setor, num outro havia uma ideologia, digamos assim, comunitária, milenarista, que procurava sempre recriar e reproduzir o mito das sociedades primitivas. Era um fosso tremendo, enorme, que, naturalmente, a partir da Revolução de 52 isso começou a ser matizado, de uma forma ou de outra, mas que não foi eliminado. Então, essa profundidade dessa brecha social e racial na Bolívia é algo muito importante que nós temos que ter em conta. Quer dizer, eu quando vejo alguns comentaristas, pessoas que eu até respeito, usarem expressões pouco adequadas para definir um Presidente que tenha origem indígena, eu fico realmente chocado e devo dizer até que envergonhado como brasileiro, porque é natural que independentemente do que nós acharmos das idéias políticas dele, ou da prática política, deveria ser um motivo de orgulho para a América do Sul, e num País onde a grande maioria é indígena, que um índio tenha sido eleito. Se ele está fazendo bem ou mal, é outra coisa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Vamos chegar lá. Mas de qualquer maneira, eu acho... Bom, o que eu queria também em seguida mencionar é o seguinte. Evidentemente que, além de todos esses problemas, a Bolívia é um problema que tem ressentimentos históricos também, porque ela foi perdendo território, então também é um País complexo por esse aspecto, perdeu território na Guerra do Chaco, perdeu território antes na Guerra do Pacífico, não diria perdeu, mas cedeu um território ao Brasil, porque, nesse caso, foi negociado pelo Barão do Rio Branco, mas, de qualquer maneira, houve também uma percepção que, certa ou errada, se formou num País que tem, digamos, esse grau de complexidade. E por cima disso tudo, naturalmente, a sensação de esbulho dos recursos naturais, a prata que foi embora, o estanho que foi embora, a sensação de que o gás vai embora e, juntando isso tudo, a coca, que era obviamente um cultivo tradicional e que se torna um problema internacional.

Todas essas situações elas sempre existiram, houve um certo interlúdio de aparente estabilidade no período que poderia ser caracterizado como neoliberal,

aliás, é uma coisa interessante dizer, porque nós usamos muito a expressão neoliberal no Brasil, crítica ou pejorativamente, mas na Bolívia é um anátema, isso virou um anátema. Tanto que o Presidente Sánchez de Lozada, que encarnava essa política, teve que praticamente sair fugido. Mas essa instabilidade ela se refletiu nesses três anos, nos primeiros três anos do Governo Lula, ou três anos e um mês, digamos, porque se você contar a eleição são dois meses, houve quatro Presidentes na Bolívia. Então, essa instabilidade, que é uma coisa histórica, mas ela é real ainda hoje foi o Presidente Mesa, houve o interinato do Presidente Eduardo Rodríguez, que era Presidente do Senado, e agora o Presidente Evo Morales. Então nós não estamos tratando com uma realidade "Olha, havia ali um Governo estável, que estava negociando tão bem com o Brasil, que estava tudo indo bem e de repente foi eleito um Presidente que pôs tudo a perder etc e tal". Não é bem assim. Era uma situação de muita instabilidade, e essa questão do gás, entre outras, sempre estiveram dentro desse contexto tumultuado.

Aliás, a própria eleição do Presidente Evo Morales, pode-se analisar de várias maneiras, mas os que acompanharam de perto se lembrarão, que até poucos meses ou semanas antes ele era dado como tendo 25, 26%, talvez a maioria, como eles têm aquele sistema complexo de confirmação no segundo turno realizado no Congresso, havia a expectativa de que ele pudesse ser eleito, mas ninguém esperava que ele fosse ter maioria absoluta. O que, a meu ver, denota que uma boa parte da população, isso é uma interpretação minha, mas da boa parte do eleitorado boliviano que não era necessariamente, digamos, pessoas que apoiavam o Evo Morales, preferiu o Evo Morales, por apostar numa estabilidade, até para evitar, digamos, aquela constante agitação que houve, permanentemente, de piqueteiros, revoltas camponesas etc.

Bem, como é que foi a relação Brasil-Bolívia nesse período? Eu já me referi aos acordos assinados quando o Presidente Sánchez de Lozada veio o Brasil, um dos primeiros a ser recebido, em abril de 2003, e a relação foi constante com o Presidente Mesa, outros acordos foram assinados, mas eu diria também que o Brasil procurou sempre, nesse período, trabalhar pela estabilidade da Bolívia, dentro daquilo que nos é possível, quer dizer, sem nenhuma paranóia, sem nenhuma pretensão de que nós é que vamos determinar qual é a realidade de um outro País. Isso não é possível. Ninguém pode determinar a realidade nem do seu próprio País, quanto mais de outro País. Mas, na medida do possível, até porque éramos freqüentemente chamados pelos bolivianos, nós tivemos aí alguma atuação, eu não vou entrar em todos os detalhes, mas, por exemplo, nos dias que antecederam a queda do Sánchez de Lozada, em que havia uma ameaça muito forte de sublevação popular com risco real de confrontação entre as Forças Armadas e os manifestantes camponeses, ligaram, eu estou falando apenas as pessoas que ligaram para mim, me ligou Secretário Geral da OEA, que era o César Gaviria, me ligaram políticos bolivianos, como o Paz Zamora, pedindo que o Brasil ajudasse no diálogo, e nós procuramos, e houve uma transição relativamente pacífica para o Presidente Mesa.

Depois, todos se lembram, a situação conturbada em que o Presidente Mesa foi obrigado a governar, tanto assim que ele renunciou duas vezes, a primeira renúncia não foi aceita, a segunda foi aceita, mas demorou a se materializar, por questões constitucionais. E aí novamente o Brasil sempre procurando ter, na medida do possível, uma posição construtiva.

Eu diria, eu fui o primeiro Chanceler, de qualquer País, a visitar o Governo do Presidente Mesa, e fui também o primeiro Chanceler, de qualquer País, a visitar a Bolívia, depois da posse do Presidente interino, que era o Eduardo Rodríguez. E nesta ocasião, apenas para ilustrar também, como se tratava de uma política de Estado, tive a ocasião de encontrar os dois principais candidatos. O candidato Evo Morales e o candidato Tuto Quiroga. E com os dois tive o mesmo diálogo, a importância de que se acatasse o resultado da eleição. Naquela época, não se sabia, estava muito emparelhado, entre os dois quem poderia... Só foi nas últimas semanas, sobretudo, nos últimos dias, que se manifestou essa vantagem. Isso um pouco a pedido até do próprio Presidente da Bolívia, que queria que a nossa atuação fosse nesse sentido, de garantir que qualquer que fosse o resultado, ele fosse respeitado e ambos, naquelas conversas, foram conversas naturalmente privadas, me garantiriam que seguiriam nessa linha.

Bem, a situação, digamos, de instabilidade na Bolívia, de certa maneira, mesmo com a eleição do Presidente Evo Morales, com a grande maioria que ele teve, 54%, é uma situação que não vai, digamos, se resolver com facilidade, até porque, o Presidente Sarney sabe muito bem que é que é uma Assembléia Constituinte, agora, o Senhor imagina, Presidente, uma Assembléia Constituinte exclusiva, uma Assembléia Constituinte em que ninguém vai ter responsabilidade de participar do Governo depois. Então, essa Assembléia vai ser eleita agora no dia 2 de julho. Então, o período que antecede a Assembléia, eu diria, mesmo o período de vivência da Assembléia é um período de natural a agitação. Assim é em qualquer País do mundo.

Não é uma coisa que é particular da Bolívia. Há todos esses e outros fatores que nós já mencionamos.

Eu quero, nesse contexto, falar do gás, e sem entrar em muitos detalhes também, porque eu não quero "chover no molhado", eu imagino que os Srs. Senadores conheçam muito bem essa problemática, mas sabemos que os primeiros tratados sobre gás e petróleo vêm de 38, na época ainda do Getúlio, temendo o desabastecimento do Brasil na época da guerra. Foram depois ampliados no Tratado de Roboré. Os que se lembram bem, e participaram de campanhas, eu era jovem, mas acompanhei as campanhas nacionalista, havia uma grande preocupação que através da Bolívia nós desnacionalizássemos a PETROBRAS, porque os Tratados de Roboré, como na época a Bolívia estava sob forte influência norte-americana, excluíam a possibilidade de uma companhia estatal explorar, então tinha que ser criada uma companhia privada que era a PETROBOL, se eu não me engano, que falavam na época. Enfim, os Tratados de Roboré acabaram não se materializando, por falta de oportunidade prática, o assunto foi levantado, de novo, no Governo Geisel, em 74, então não é uma coisa nova. Mas ele veio a se concretizar, os acordos mais importantes em relação ao gasoduto, entre 92 e 96. Eu mesmo, como Ministro do Presidente Itamar Franco, participei de várias negociações desse tipo. Os atos mais importantes foram, por coincidências, sancionados um pouco antes e outros um pouco depois, mas eu participei dessa negociação e creio que, devo dizer, nisso que eu, quando digo que essas decisões antecedem o Governo Lula, eu não estou, de maneira alguma, querendo criticá-las, eu acho que o Brasil fez bem em ter o acordo de gás com a Bolívia. Eu acho que é bom para a Bolívia e é bom para o Brasil. Agora, há que operá-lo da maneira certa, e isso nós temos que ver, e eu creio que mais para o final nós veremos.

Mas, enfim, o acordo mais importante, fundacional, vamos dizer, se deixarmos de lado a pré-história, o acordo fundacional é um acordo de 92, que é um acordo de alcance parcial da ALADI, eu sei se o Embaixador Jerônimo era o Embaixador na ALADI nesse momento, mas é o acordo fundacional, porque é o acordo de Governo a Governo, como complemento do acordo da ALADI, que estipula que não haverá restrições a exportação e a importação etc, e que dá margem então aos acordos de venda de gás. É um acordo de venda de gás também de Governo a Governo que, no fundo, dá legitimidade às negociações entre empresas em 93. Houve um momento muito conturbardo da negociação, foi um pouco, a que eu participei, porque, na época, em 93, o Banco Mundial, que iria financiar uma parte do gasoduto não queria que a PETROBRAS participasse, porque, naquela época, havia a teoria do (?), quer dizer, que ter uma empresa estatal afugentaria a iniciativa privada. E, pelo contrário, a companhia mais cotada, na época, e que ficou lá algum tempo, e com a qual a PETROBRAS depois teve que negociar e se impor, foi a Enron, para ver como é que as ideologias jogam. A Enron era a companhia fidedigna. A PETROBRAS não era. A Enron era a companhia preferida, na época, pela burocracia internacional.

Bem, isso foi negociado e, como se sabe, em 96 é que há o acordo realmente de fornecimento do gás. Esse é um acordo importante e eu acho que aqui também é importante... Bem, eu ia fazer uma digressãozinha, mas...

Então, em 96 há o acordo de fornecimento do gás, há um acordo também que é importante porque foi um acordo aprovado pelos Congressos Nacionais, que tem a ver com a isenção de impostos sobre o gasoduto, lá e cá, então esse não era um acordo complementar da Laigret(F), tinha uma matéria tributária, teve que vir ao congresso, foi aprovado, em 98, a PETROBRAS comprou as refinarias e aí, digamos, se inicia o processo.

Eu queria também fazer novamente uma pequena nota que, historicamente, é importante, e eu repito o que disse, eu sou a favor do gasoduto. Não estou fazendo nenhuma crítica a decisões tomadas antes do atual Governo nesse aspecto, com relação ao gasoduto. Se crítica pode-se fazer é não ter mantido alternativas, mas isso é uma questão que não é uma questão do Ministério das Relações Exteriores, de política energética, mas eu sou a favor. Agora, vamos também deixar claro, quer dizer, não foi este Governo que criou essa interdependência, ela já vinha. Pelo contrário, eu acho que neste Governo houve até grande prudência. A PETROBRAS investiu ao todo cerca de um bilhão na Bolívia. Mais ou menos, um bilhão. Os números, é difícil, porque eu também não fui ver os livros da PETROBRAS, mas, mais ou menos, um bilhão, os ativos são da ordem de trezentos e noventa milhões, mas, um bilhão, desse um bilhão, novecentos e vinte milhões, e, portanto, cerca de noventa e dois...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Dólares ou reais?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – ...Dólares. Desse bilhão de dólares, novecentos e vinte milhões, portanto, 92%, foram investidos entre 96 e 2002. E apenas cem milhões foram investidos entre 2003 e 2005. Eu acho que isso é muito importante para mostrar como a PETROBRAS, nesse Governo, agiu com prudência. Apesar de toda a nossa aproximação com a América do Sul, apesar de todo o nosso esforço de também... E há várias obras ocorrendo na Bolívia, algumas ain-

da ocorrendo, com financiamentos do BNDES, ou do PROEX, outras até sem financiamento do BNDES e do PROEX, mas com envolvimento de empresas nacionais, mas a PETROBRAS agiu com muita prudência. Por quê? Porque o problema do gás não é de agora. O Decreto do Supremo ele dramatizou uma situação, e deu uma visibilidade indiscutível, também não vou negar, mas é um problema que já vinha. Ele foi um problema que esteve implícito na queda do Sánchez de Lozada, porque havia uma revolta inclusive contra o gasoduto para o Pacífico, por outras razões.

Em 2004, em julho de 2004, foi feito um referendo que, posso ler os detalhes, mas digamos rapidamente, o que é que ele estabelecia, o referendo? O que é que ele aprovou? Primeiro, revogava a lei dos hidrocarbonetos antiga, do Sánchez de Lozada, que tinha permitido o gasoduto e toda a demais exploração de gás na Bolívia, que fazia com que a Bolívia recuperasse a propriedade para o Estado boliviano "na boca do poço". Então, essa idéia que o "na boca do poço" surgiu agora também não é, isso é do referendo de 2004. Ele já desfazia o processo de privatização da estatal YPFB.

Bom, aí foge um pouco da nossa linha, mas até autorizava o Presidente a usar o gás como ferramenta política para obter saída para o Pacífico.

Então, o referendo de 2004 já continha isso. Baseado no referendo de 2004, há a lei de maio de 2005, que foi aprovada pelo Congresso da Bolívia, com a qual, aliás, o Presidente Mesa não concordou. E é uma das coisas que está na raiz da sua renúncia, quer dizer, com os termos precisos dela. Ele mesmo fez o referendo, mas depois não concordou com os termos precisos da lei, e saiu.

Então, é preciso ter presente que o Decreto, eu não estou querendo subestimar a importância, sobretudo, não vou dizer que não tenha tido uma simbologia desnecessária. Quer dizer, você ter forças militares na porta de refinarias ou de campos da PETROBRAS era algo totalmente desnecessário. Embora ninguém tenha sido amedrontado, não foi baioneta colocada em ninguém, não houve propriamente ocupação, como se chegou a noticiar, mas criou, digamos assim, uma impressão totalmente desnecessária, até porque não ia haver reação física da nossa parte, como de nenhuma outra companhia.

Mas, o fato é que essa crise do gás vem vindo, e é por isso que a PETROBRAS foi prudente. Por isso é que a PETROBRAS investiu menos de 10%. As estimativas de que para continuar, para que a Bolívia continue a fornecer gás ao Brasil nas quantidades atuais, que são cerca de 26 milhões de BTUs por dia, para que ela possa continuar fornecendo essa quantidade, são necessários investimentos mínimos de seiscentos milhões, ou setecentos milhões. Por quê? Porque alguns poços ou bacias, eu não sei como é que se chama no caso do gás, já secaram, novas reservas não foram descobertas, então há uma diminuição natural. Mas a PETROBRAS, cautelosamente, evitou fazer esses investimentos. Ela fez os investimentos de manutenção, de complementação daquilo que ela já estava envolvida, ela não pode deixar de fazer esses investimentos, e os Senhores terão lido no jornal, que há poucas semanas atrás houve um problema grave no lugar onde há separação entre o gás e os líquidos que quase que isso leva à interrupção do fornecimento de gás para o Brasil.

Então, eu queria dizer isso, e queria fazer um comentário a mais, antes de passar para o Decreto do Supremo, para a situação atual. É que, apesar de toda essa instabilidade, a Bolívia tem sido um fornecedor confiável de gás no Brasil. Nunca faltou o gás da Bolívia ao Brasil. Num momento que quase que faltou foi por um desastre natural. Mas eles foram, inclusive já neste Governo, cooperativos. Porque a PETROBRAS teve que fazer algumas obras de emergência, teve que retirar algumas das, eu não entendo tecnicamente bem dos produtos, mas algumas coisas tiveram que ser retiradas de caminhão e eles ofereceram todas as facilidades. Não houve nenhuma dificuldade. Isso ocorreu há cinco, seis semanas atrás, creio eu. Então, eles têm feito.

Agora, com relação ao Decreto do Supremo, eu quero falar duas ou três coisas importantes. Ele tem vários aspectos, e eu não sou, digamos, a melhor pessoa para falar dele em detalhe, eu acho que isso é uma exegese também que, claro que nós, como Ministério das Relações Exteriores, temos que estar envolvidos, mas também há departamento legal da PETROBRAS e outros.

Mas eu queria mensurar o seguinte. Há ali duas ou três coisas que são distintas. Uma, é que a nacionalização das empresas, é quando fala que a Bolívia vai readquirir 51%. O Decreto não é, na minha opinião, totalmente claro. Mas a minha leitura do Decreto, o que aconteceu hoje vai nessa linha, ou ontem, perdão, é que a nacionalização se refere, ou pelo menos está focalizada nas refinarias. A nacionalização de 51%.

A outra parte se refere à nacionalização, digamos assim, dos proventos, da produção. E aí é a parte que se fala, que já vinha da lei anterior, 50% já ficava com a Bolívia, agora é acrescentado mais 32%, por um período de transição, e 18% com as companhias exploratórias. Agora, isso é por um período de 180 dias em que as questões são discutidas.

É importante dizer que o Decreto do Supremo ele não incide diretamente, ele pode ter uma incidência indireta, e eu vou comentar isso, na minha opinião, mas ele não incide diretamente sobre o contrato de fornecimento de gás, que é regido por um instrumento de 96. Ele pode incidir indiretamente, porque no art. 2º, quando ele diz que o YPFB retomará o controle da comercialização, claro que isso pode ter a ver com os preços, mas até o momento em que ela não exija unilateralmente um preço superior ao que está no contrato, não há incidência. Então, há uma incidência potencial, mas não há, digamos assim, ainda uma incidência no contrato. Eu digo isso, porque o contrato de 96 é válido, o contrato de 96 tem um foro próprio para exame, que é a Associação de Arbitragem Comercial de Nova York, e ele será utilizado se não houver um acordo. Eu quero dizer também que o contrato de fornecimento de gás, que é esse contrato de venda de gás, que é o contrato de 96, ele estipula, numa fórmula complexíssima, que eu não saberia reproduzir...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu queria pedir licença para a interrupção, e convidar o Senador Antônio Carlos Magalhães a tomar assento à Mesa.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Muito obrigado. Muito honrado, Senador, com a presença.

Então, o contrato de 96 não só estipula esse foro para a solução de controvérsias, mas ele também estipula que o preço, e tem uma fórmula complexa, que é uma média dos preços dos vários óleos combustíveis, digamos, dos substitutos do gás, e prevê que isso seja revisto de cinco em cinco anos. Tanto quanto eu sei, a partir do funcionamento do gasoduto, que começou em 99. Em 2000, ele chegou a Porto Alegre e em 99 ele começou a funcionar. Que eu saiba, até hoje não houve revisão. Na realidade, em 2004 a PETROBRAS queria uma revisão, porque queria baixar o preço do gás. E não foi possível pela própria instabilidade da Bolívia, e essa revisão não ocorreu.

Então, digamos, há no próprio acordo do gás uma possibilidade de revisão de preços e será julgado, e se não houver acordo, isso vai para a Corte arbitral de Nova York.

Eu queria dizer duas coisas. É importante, portanto, manter a diferença entre o problema que é... Eu não estou dizendo que eles não tenham alguma relação, política ou econômica, mas é importante manter a diferença entre o que é a nacionalização, seja do gás, seja das empresas, e a questão do contrato de fornecimento. São duas coisas distintas e, até do ponto de vista jurídico, têm instrumentos de proteção distintos. O contrato de fornecimento, o contrato de venda de gás e esse acordo de 96.

Com relação à nacionalização, afora as gestões diplomáticas e outras coisas que possam ser feitas, do ponto de vista jurídico, a PETROBRAS que está presente na Bolívia, na exploração, principalmente, é a PETROBRAS Holanda. Por quê? Porque ela se vale de um acordo de investimentos que existe entre a Holanda e a Bolívia, já que o Brasil não tem acordos de investimentos com nenhum País do mundo.

Então, é uma curiosidade e um paradoxo que nós, na realidade, tenhamos que vir a recorrer a um instrumento que, internamente, nós não gostamos, digamos assim. Nós, coletivamente. Eu não estou falando a opinião de quem quer que seja, mas o fato é que eu mesmo assinei dois acordos de investimento no passado, que depois não foram ratificados. Então, são instrumentos distintos.

Então, qual é a questão que se coloca hoje e o que é que aconteceu? Como reagiu o Governo? O Governo reagiu, a meu ver, com o que deveria ser. Um equilíbrio entre abertura para o diálogo e firmeza na negociação. Reconhecimento da soberania da Bolívia, isso não é favor nenhum. É um reconhecimento. O problema que pode se colocar para o Brasil não é saber se a Bolívia tem ou não tem direito de nacionalizar o gás. Aliás, o gás, repito, gás "na boca do poço" não foi nacionalizado pelo Decreto do Supremo. Foi nacionalizado pela Lei de Hidrocarburos, que já tinha um ano, mais ou menos. E já estava previsto no referendo aprovado pela amplíssima maioria da população boliviana.

Então, a questão não é essa. A questão está em saber se no processo de nacionalização os nossos interesses vão ter um tratamento justo. E é para isso que hoje, entre outras razões, ou entre outros motivos, está indo para a Bolívia o Presidente da PETROBRAS e o Ministro de Minas e Energia. Hoje, ou amanhã, perdão, estarão lá. Então, essa é uma questão.

E a outra questão é a questão do fornecimento. Essa questão do fornecimento e do preço obviamente é muito importante para o Brasil, não há a menor dúvida. E daí a preocupação do Presidente Lula de manter esse encontro, que foi o encontro de Iguaçu, e eu tenho certeza que todos leram, mas eu me permito chamar a atenção para duas cláusulas, não é um tratado, mas, para dois parágrafos do comunicado conjunto. Um parágrafo, O parágrafo que fala, eu me permito ler aqui porque são parágrafos importantes, o parágrafo que fala do abastecimento e o parágrafo que fala de preço. O parágrafo do abastecimento diz: "Neste contexto", quer dizer, o contexto de cooperação, em benefício de todos os povos etc, então, "Neste contexto, os Presidentes coincidiram na necessidade de preservar e garantir o abastecimento de gás, favorecendo um desenvolvimento equilibrado nos Países

produtores e consumidores. Mas, coincidiram na necessidade de preservar e garantir o abastecimento de gás". O parágrafo seguinte, que fala dos preços: "Da mesma forma, destacaram que a discussão sobre os preços do gás deve dar-se no marco racional e eqüitativo, que viabilize os empreendimentos".

Então, duas coisas, fundamentais para nós, que o fornecimento de gás seja mantido. Eu acho que a própria lógica já diria que o fornecimento seja mantido, porque não há alternativa de venda, pelo menos a curto prazo, para a Bolívia. Mas, de qualquer maneira, há uma garantia quanto a qualquer ação de outra natureza.

E segundo, que a discussão sobre o preço tem que ser uma discussão racional, quer dizer, baseada em fatos. Ela não é uma discussão que pode ser baseada em elementos emocionais, ainda que eles fossem justificáveis. Tem que ser uma discussão racional. E o preço tem que ser eqüitativo, mas tem que ser um preço que viabilize os empreendimentos. Em outras palavras, se o gás for para um preço que não torne possível o funcionamento das indústrias de São Paulo, ou das termoelétricas que existam no caminho, ou aquilo que seja possível pagar pelo consumidor brasileiro, porque ele teria a opção de buscar, o produtor, de buscar uma alternativa no óleo combustível, ou em outra fonte de energia, esse preço não pode ser elevado além disso.

Então, é como eu tenho dito, não é o Brasil, por uma atitude autoritária, que está dizendo "Não, nós queremos impor esse preço, porque o Brasil tem aqui um porrete na mão e se não fizer isso nós vamos retaliar". Não é isso, é o mercado. É preciso entender que o projeto de gás da Bolívia não é, digamos assim, uma situação em que havia muito gás aqui disponível para ser vendido e uma enorme demanda aqui que estava para ser suprida de qualquer forma. Não. Havia uma capacidade potencial, e havia uma demanda potencial. E o gasoduto foi feito, repito, em Governos anteriores, mas numa decisão que eu, pessoalmente, como Ministro das Relações Exteriores, como Diplomata de carreira, com visão de Estado, aprovo e concordo, quer dizer, ele foi feito para, digamos, transformar em ato aquilo que só existia em potência, que era, digamos, essa ligação da produção gasífera com o consumo no Brasil. Não havia nenhuma demanda aguardando um fornecimento e nem uma oferta aguardando uma demanda. Havia duas coisas potenciais que se realizaram com o gasoduto. Então, esse entendimento, que é o entendimento do que é razoável, eu acho que nós podemos discutir com os bolivianos. O que é que é eqüitativo e o que é que é razoável.

Então, essa é uma negociação, é uma conversa. Por que é que o Governo Brasileiro reagiu dessa maneira e preferiu, digamos, o diálogo a manifestações estridentes? Por quê? Porque o pior que pode acontecer para o Brasil é uma radicalização da situação. Porque na radicalização, qualquer atitude da Bolívia de impedir ou dificultar o abastecimento de gás ao Brasil, seria "irracional", entre aspas, do ponto de vista da Bolívia. A Bolívia exporta hoje um bilhão de dólares para o Brasil. O Brasil é hoje responsável por 36% da exportação da Bolívia. O Brasil tem hoje uma relação íntima com a Bolívia. Os Estados Unidos, eu acho que importam 14%, com todo o acordo preferencial que eles têm, em tudo. Então, o Brasil importa 36%. Então, é uma relação importantíssima.

Agora, se nós radicalizarmos, e assumirmos atitudes estridentes, ameaçadoras, aí a racionalidade pode desaparecer do outro lado. Eu sempre comento "Ah, mas não vai acontecer nada de mal, não sei o que", porque, eu tenho a célebre fábula do escorpião e da rã, que todo mundo conhece, que mostra que às vezes o irracional ocorre. Agora, como é que você previne o irracional? Você previne o irracional, agindo racionalmente, agindo moderadamente, buscando o diálogo, defendendo o nosso interesse, mas defendendo o interesse de maneira dialogada, negociada, com fraternidade, num espírito de integração, que é o espírito que nos tem inspirado.

As negociações vão ser longas, vão ser difíceis, não vai ser uma coisa que se vai resolver imediatamente, tanto sobre preço como sobre indenização, mas eu tomo como elementos positivos esses três fatos. Primeiro, que todos os pronunciamentos bolivianos, sobretudo, depois da reunião de Iguaçu são nesse sentido de, sim, garantir o fornecimento. Segundo, que mesmo os pronunciamentos sobre o preço, e eu não vou entrar em detalhes sobre valores, porque não é da minha competência, mas todos os pronunciamentos sobre preço têm admitido uma certa negociação, têm admitido uma certa flexibilidade. E terceiro, há uma admissão inclusive, que está nos jornais de hoje, não me lembro qual, do Ministro de Hidrocarburos da Bolívia, de indenização. Como é que vai ser a indenização, se eles vão procurar fazer auditorias, eu não sei, isso nós vamos ver, e para isso a PETROBRAS tem bons Advogados, o Itamaraty estará dando a cobertura necessária, e isso é um processo que vai se desenrolar. Mas nós passamos de um clima de confrontação, que é muito ligado a um clima pré-eleitoral lá, para um clima de diálogo. É um diálogo que de vez em quando ainda surgem algumas dissonâncias, mas é um diálogo.

Bem, então eu acho que sobre especificamente a questão do gás eram os comentários que eu queria

fazer. Eu quero fazer um último comentário, porque esses assuntos estão muito presentes também nos jornais nos últimos dias, sobre a questão de terras e de brasileiros na Bolívia.

A realidade, eu acho até que é uma coisa que nós temos que aprimorar, tem que ser um pouco melhor conhecida. Mas, digamos, os elementos que eu tenho são, mais ou menos, o seguinte: O Brasil tem... Tem duas coisas, aliás, que tem que ser separadas. Elas podem até se misturar um pouquinho, às vezes, mas são duas coisas distintas, são os sojicultores brasileiros, que adquiriram terras na Bolívia, que são hoje responsáveis por 40% da produção e 60% da exportação de soja da Bolívia, que vão enfrentar, aliás, problemas por causa da soja subsidiada na Colômbia, provavelmente agora, da soja subsidiada norte-americana na Colômbia. Mas, enfim, que é uma situação que não envolve um grande número de pessoas, mas interesses econômicos importantes. Ao que me consta, a maior parte dos empregados desses brasileiros são bolivianos, haverá brasileiros também, e há a situação de um número que eu tenho visto oscilar muito, até porque eu acho que ele é meio sazonal também, que varia entre 2000 e 5000, que é o número de brasileiros na Província de Pando, próximos à fronteira e que em relação aos quais houve recentemente até incidentes.

Bem, o que é que tem ocorrido e o que é que nós temos feito? De um modo mais amplo, tem sido colocado que a Reforma Agrária é um dos objetivos do Governo boliviano. Tem sido colocado também, tanto publicamente quanto privadamente, nas gestões que nós temos feito, nós não estamos silenciosos, nós não estamos deixando de dialogar, embora não necessariamente o tempo todo de público, tem sido colocado que a ênfase, pelo menos, ou o foco, vai ser em propriedades improdutivas, ou que não estejam de acordo com a lei boliviana.

Bom, improdutiva certamente as brasileiras não são, porque, se elas são responsáveis por 60% da exportação, elas são muito produtivas. De acordo com a lei boliviana, a maioria, pelo que nós sabemos, tem títulos legais de propriedade e nós vamos dar a assistência que for necessária aos brasileiros, para que essas questões se clarifiquem.

Com relação aos outros, que são de Pando, onde há uma mistura, porque aí são trabalhadores, que às vezes vão colher castanha ou explorar madeira e ficam, e alguns se transformam em posseiros e acabam tendo alguma presença mais permanente, essa situação é mais indefinida. Mas o que é que nós temos feito? Isso foi colocado pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, quando esteve lá numa missão de cooperação técnica, uma missão, aliás, importante, porque envolveu Secretários Executivos de vários Ministérios, mas essa questão específica foi colocada lá à luz do nosso acordo recíproco para tratar de emigração. Há 60 ou 70 mil bolivianos em estado que não seria, digamos, legal, a não ser esse acordo. Então nós estamos esperando que se aplique a reciprocidade, que não haja uma exigência de documentos dos brasileiros discrepante da exigência que nós fazemos aqui aos bolivianos, e que nós estamos aos poucos tentando integrar ao mercado de trabalho formal.

Então, eu diria que essas são as colocações. Eu teria outras, mas talvez eu possa deixar um pouco, porque eu tenho quase certeza que elas vão surgir nas perguntas. Mas eu queria fazer duas reflexões finais, se me permitem. Uma é a questão da dependência ou não do Brasil. E aí eu digo, eu acho que aí há dois caminhos. Primeiro, não é uma dependência, é uma interdependência. Mas, sim, é uma vulnerabilidade. Uma vulnerabilidade, eu diria, não é tanto nem política, pelo que o Evo Morales possa fazer, ou outro Presidente da Bolívia possa fazer. Também, pode ser. Mas é também em função até de desastres naturais. Nós enfrentamos há pouco tempo uma situação de preocupação em função da destruição ou avaria numa planta que separa o gás de outros elementos, provocado por tempestades. As tempestades podem ser naturais ou sociais ou políticas, e durante os Governos anteriores, imediatamente anteriores, nós enfrentamos constantemente situações de piqueteiros, grevistas, pessoas que barravam a saída de caminhões, e sem aquela saída dos caminhões com os elementos líquidos não podia vir o gás para o Brasil.

Então, há uma situação que eu acho que é obrigação nossa tratar, e o Presidente Lula está tratando disso, sobre isso eu não tenho como dar detalhes porque isso foge à minha área, que é aumentar a nossa própria capacidade no Brasil de suprimentos alternativos. Temos que investir nisso, certamente. E também de diversificar as nossas fontes supridoras. E eu acho que nisso a atuação diplomática do Brasil já criou uma ponte e pode fortalecer essa ponte. Como? Eu vejo, outro dia mesmo conversando, o nosso Ministro de Minas e Energia ligando para o Ministro da Nigéria, e ligando para o Ministro da Argélia, diretamente. O que é ótimo. Por quê? Porque há hoje uma relação de intimidade com esses Países, que permite essa relação. E temos também um outro grande produtor, eu não estou falando aqui, eu não posso falar pela PETROBRAS, eu não sei qual é o gás mais barato, qual é o melhor. Isso eu não posso dizer.

Mas, por exemplo, na compra de gás natural liquefeito, que implica naturalmente investimentos, inclusive em plantas de regaseificação no Brasil, que devem ser

feitos, eu imagino, creio até que algumas já estão sendo feitas. Mas, por exemplo, o Qatar, um País árabe, onde nós acabamos de abrir uma Embaixada, é um País que é um grande produtor. Se a PETROBRAS vai ter interesse lá ou não, eu não sei. Se ela vai ficar mais interessada na Argélia ou na Nigéria, eu não sei também. Porque aí são decisões técnicas. Mas o quadro diplomático está criado para isso.

E nós temos a intenção de fortalecer isso, o Itamaraty já teve uma divisão de energia, num nível assim de Conselheiro. Eu estou querendo criar, preciso contar com o apoio dos Srs. Senadores para os pouquíssimo DASs que o Itamaraty está pedindo, mas eu, se não tiver o apoio, vou ter que encontrar outra forma, mas vais ser dolorosa. Mas eu estou querendo criar um departamento de energia. Porque eu acho que é algo muito importante a energia hoje. E não é só para tratar de gás, não. É para tratar de gás, mas também de etanol, tratar de biodiesel. A energia está na pauta internacional. Está na pauta do Presidente Bush, está na pauta do gasoduto da Rússia, que atravessa a Ucrânia, está na pauta ambiental. Então, um departamento de energia é algo que se impõe, e é minha intenção criar um departamento de energia no Itamaraty, e uma divisão de energias renováveis, outra de energias fósseis etc. Então, eu acho que nós temos esse papel, o Itamaraty pode sim ajudar, não na definição, mas na execução da política energética, contribuindo para a diversificação de fontes. Sem abandonar a integração sul-americana, que continuará a ser um objetivo, que eu acho que é um objetivo de muitos Governos, ele foi enfatizado nesse, o Presidente Sarney está aqui, que não me deixa mentir, que ele não é um objetivo só desse Governo, mas certamente continuará a inspirar as nossas políticas. E a nossa política, se me permitirem aqui comentar, a gente sempre tem muito aqui as expressões anglosaxãs ou americanas como exemplo, se nós fôssemos tomar, e como são exemplos históricos, eu me permito citar. Se citar os dois Roosevelt, a política brasileira nunca será a do porrete, será sempre a da boa vizinhança.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agradecendo ao Ministro das Relações Exteriores, eu vou passar a palavra agora aos Srs. Senadores, dando preferência ao subscritor do Requerimento, que é o Senador Jefferson Peres, a quem concedo a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Bom dia. Embaixador Celso Amorim, eu gostaria muito de, em outra oportunidade, discutir com V.Exª. a política externa do Brasil, praticada neste Governo.

Mas hoje nós temos um tema específico, momentoso, que é a crise com a Bolívia, e vou me ater a isso. Entretanto, eu lhe digo que eu gostaria muito que o Itamaraty, sim, executasse uma política externa baseada no pragmatismo, sem nenhum ranço ideológico. E aqui eu nem vou, eu até gostaria de debater com V.Exª., num torneio intelectual, a conceituação de ideologia, mas não é esta a oportunidade também. Eu acho que tem um ranço ideológico sim. Aliás, o único autor que V.Exª. citou foi Eduardo Galeano, uruguaio das "Veias Abertas da América Latina", uma visão ideológica de que a América Latina é a coitadinha, todas as desgraças e mazelas são fruto do imperialismo, da exploração. É isso aí. Mas, um pesquisador tão incompetente, para lhe dar um dado pequeno, um detalhe. Em certa altura do livro ele fala na apresentação faustosa de Enrico Caruso no Teatro Amazonas. Enrico Caruso nunca cantou no Teatro Amazonas. Ele nem sequer teve o cuidado de verificar isso (risos).

Mas a minha primeira pergunta, embora V.Exª. tenha todo o direito disso. Eu só quero saber para fazer um juízo de V.Exª. A visão que V.Exª. tem da América Latina é a mesma do Eduardo Galeano? É a primeira pergunta. É a visão do coitadinho, vítima dos exploradores internacionais, é isso? Segundo, V.Exª. disse que as críticas são oportunistas, e V.Exª. disse isto há uma semana. Tem o direito de fazer isso também. Mas, eu gostaria que V.Exª. qualificasse um pouco mais. O que é crítica oportunista? Quem lhe fez crítica oportunista? Embaixador Celso Amorim, pela quantidade de e-mails que eu recebo, pelo peso deste assunto no noticiário da imprensa, pelas pessoas que me abordam na rua. São milhões de brasileiros, não todos, que fazem críticas à postura do Brasil neste episódio. São oportunistas. O Itamaraty, além de ter perdido a condução da política econômica porque há um Itamaraty paralelo no Palácio do Planalto. Está perdendo a elegância também.

Mas, enfim, objetivamente, o que é que V.Exª considera crítico oportunista? Eu tenho sido um crítico, acho que não por oportunismo.

Terceira perguntA – Embaixador Celso Amorim, V.Exª falou em *big stick*. Eu não vi nenhum Senador, pelo menos, pedir que o Brasil deslocasse tropas para a fronteira, que o Brasil rompesse relações diplomáticas com a Bolívia, eu não vi nenhum Senador preconizando a "política do porrete" com a Bolívia. Eu vi muitos indignados com o que consideramos a tibieza do Governo na sua reação expressa naquela nota. V.Exª. disse que é uma obviedade reconhecer, disse em outras palavras, a soberania da Bolívia. Claro. Então, a nota se limitou a uma obviedade. Dizer que a Bolívia tem o direito soberano pelo exercício, graças ao exercício da soberania, direito aos seus recursos naturais. Disse uma obviedade e nada mais. O que nós

gostaríamos, eu, pelo menos, é que a nota fosse mais enfática na defesa dos nossos interesses.

Embaixador Celso Amorim, quando V.Exª. terminar a leitura do texto eu prossigo.

A nota se limitou a dizer que a Bolívia estava exercendo a sua soberania. Ou seja, vocês têm toda razão de fazer o que fazem, em outras palavras. Eu creio que a nota deveria ter, até se quisesse repetir o óbvio, que era um ato soberano. Muito bem. Mas, em seguida, dizer que o Brasil não estava satisfeito com a forma truculenta, sim, com que agiu o Governo boliviano. A presença de militares em torno dos campos da PETROBRAS e da refinaria foi um ato inamistoso além de desnecessário, ou não foi, Embaixador Celso Amorim?

Se V.Exª. não considerar isso um ato inamistoso, além de desnecessário, é um espanto para mim. Mas eu gostaria de dizer por que é que o Brasil, a nota não fez referência a isso. A nossa inconformação com aquele ato inútil, hostil e inútil, por que o Brasil silenciou quanto a isso? Porque o Brasil aceita como normal o Presidente da Bolívia, às vésperas do encontro de Puerto Iguaçu dizer que estava sendo chantageado pela PETROBRAS, usou esta expressão. Que chantagem, Ministro? Porque o Presidente da PETROBRAS disse, como diria o Presidente de qualquer empresa que, em face daquele gesto a PETROBRAS iria rever seus investimentos? Ele tinha que dizer isso mesmo. Isso é chantagem contra o Governo da Bolívia? Um Chefe de Estado que vai ao encontro de outro dizer isso? O Brasil silencia quanto a isso. O Brasil não disse na nota, além de dizer da sua inconformação com o gesto inamistoso. O que é que o Brasil não disse que esperava que a Bolívia respeitasse os acordos, os contratos e os acordos internacionais. E por que não teve um terceiro item? Que o Brasil esperava a Bolívia não repetisse gestos inamistosos porque isto poderia afetar futuramente as nossas relações. Era apenas isso. Isso é a política do *big stick*, Ministro? Por questão de orgulho nacional, Senador Arthur Virgílio. Não me importa se o Evo Morales é índio, ou se tivesse olhos azuis e cabelos louros, a minha indignação seria a mesma. Não importa que seja a Bolívia, ou seja, a Argentina. O Brasil ser mal-tratado pelo Chefe de Estado de um País e não dizer que não gostou disso, isso é política do *big stick*? Como, Ministro? É isso? Por que é que o Brasil não fez uma nota assim? Não redigiu uma nota desse teor? Enérgico? Seja qual for a sua resposta, eu estou propondo ao Senado um voto de censura ao Governo Brasileiro, ao Presidente da República pela sua tibieza sim. Este é o sentimento em nome de todos, mas de milhões de brasileiros por todas as manifestações que eu ouço. Pelo episódio que eu considero lamentável, mas eu gostaria que V.Exª. comentasse isso. Eu tenho algum tempo ainda, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Jefferson, V.Exª. foi o subscritor do Requerimento, V.Exª. tem tempo mais elástico, mas é claro, que a Mesa sempre apela para a brevidade.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente. A sugestão que eu faria a V.Exª. é que exatamente isso, todos pudessem ser concisos, mas sem aquela limitação de... Não valeria a pena estar aqui tendo três minutos para discutir um tema tão complexo com o Ministro Celso Amorim. Quem sabe a consciência de cada Senador, ou seja, nada de repetição, nada de expletivo, mas o tema é relevante, nós temos toda a consideração pelo Ministro. Queremos chegar a uma posição nacional e, portanto, eu creio que os Senadores saberão usar da concisão sem... Aliás, V.Exª. foi muito sábio quando já não marcou ali. Sem a espada de...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Esse tem sido o procedimento normal da Presidência, mas claro que eu sempre faço um acordo... Com a palavra o Senador...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu acho muito importante, quer dizer, pela primeira vez eu vejo alguém se referir ao Senador Jefferson com relação a tempo. Porque ele usa tão pouco o tempinho dele, que eu acho que ele tem um... Já não é o mesmo do nobre líder.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É um Senador reconhecido pela sua objetividade. Tem V.Exa. a minha concordância. Mas continua com a palavra...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Senador Simon, mais conciso do que eu, só o vizinho do Senador Simon. (risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Continua com a palavra o Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Embaixador Celso Amorim, a energia da nota, além de necessária como o resgate do orgulho nacional ferido, seria também uma advertência para que aquilo não se repetisse. Uma advertência a terceiros. Se todos os Países onde a PETROBRAS tem investimentos acharem que a reação do Brasil vai ser sempre essa, eu começo a temer pelo que pode acontecer com a empresa em outros Países latino-americanos. Além do que encoraja o Presidente da Bolívia desrespeitar acordos e tratados futuros. E eu até me preocupo agora. Eu chamaria até a atenção dos Senadores pelo Estado do Acre. Ele pode denunciar o tratado de Petrópolis e pedir a

devolução do Acre à Bolívia. É um perigo, Senador. É um perigo, sim. Como foi que o Acre se incorporou ao Brasil? O Governo do Amazonas lá que financiou brasileiros que lá estavam, mas o território era boliviano, e afinal houve o levante de Plácido de Castro e a Bolívia acabou cedendo, pelo Tratado de Petrópolis, cedendo o Acre ao Brasil. Eu não duvido que o Senhor na sua insane, o Sr. Evo Morales amanhã denuncie o Tratado de Petrópolis. Eu estou preocupado. E o Brasil aceite abrir negociações, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Não era a hora de falar nisso agora, não é hora de falar nesse assunto. Lembrar uma coisa que está lá... E daqui a pouco ele é capaz de levar adiante a sua conversa.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Estou chamando a atenção dele. É verdade, pode ser que ele não se lembre disso. Mas finalmente, para concluir. Agora uma outra pergunta. Já que o Brasil se preocupa tanto com a integração sul-americana, que é o anseio de todos nós, e parece que em vez de integrar está é se desintegrando. Por que é que... Embaixador Celso Amorim, se o Governo Brasileiro para ser coerente, por que deixa desativado em banho-maria um instrumento que existe de integração Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, a OTCA que tem lá mais de 25 anos, da Secretaria Executiva que existe aqui em Brasília e nem se ouve falar nesse tratado, Embaixador. A não ser uma ponte recentemente inaugurada entre Brasil e Peru. Quais são as ações efetivas para uma integração em todos os campos? Física, econômica, cultural, de intercâmbio turístico, de combate ao narcotráfico, de vigilância de fronteiras, etc, etc. O OTCA está lá no papel, com muito poucas ações práticas. Como é que não se desperdiça um instrumento desse para fazer uma integração que envolve oito Países sul-americanos, Embaixador? Enfim, desculpe o tempo que lhe tomei, mas eram essas as perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com a palavra o Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Bem, ilustre Senador, em primeiro lugar será sempre um prazer ter uma discussão intelectual com V.Exª., e creio que eu certamente me beneficiarei dessa discussão no momento em que V.Exª. desejar, seja dessa forma, seja num almoço, no momento que V.Exª. desejar eu estou às suas ordens, e terei muito prazer em convidá-lo se me permitir...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Que o vinho não seja boliviano.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – O vinho do Itamaraty é sempre vinho brasileiro. Embora alguns argumentem que pelo Mercosul de vez em quando devia ter um vinho chileno, argentino. Mas Senador, Eduardo Galeano eu citei, naturalmente é um autor que foi um clássico da década de 60, não quer dizer que muitos autores clássicos não tenham errado. Muitos, inclusive, fizeram autocríticas e vieram a exercer altos cargos políticos. Talvez eu tenha me valido de uma figura de retórica, que é uma figura que impressiona, "Veias abertas da América Latina". Ás vezes não são só da espoliação internacional, são também das desigualdades internas, e V.Exª. se lembrará que em determinado momento, talvez, quando eu descrevi em maior detalhe a situação da Bolívia, e mesmo quando falava em geral da América Latina eu me referia também a um problema de percepções. Quer dizer, não é só uma questão de se houve ou não a exploração, mas a percepção de exploração, que no caso da Bolívia ela é muito presente. Quer dizer, ela é, pelos meus contatos com os bolivianos, eu sinto que eles falam da prata que foi embora, do estanho que foi embora e do gás que estaria indo embora sem nenhum beneficiamento. Até por isso, Senador, porque nós tínhamos uma preocupação muito grande com a integração. Um dos projetos que infelizmente não está se concretizando por causa dessa situação de instabilidade era da criação de um pólo gás químico na fronteira porque isso permitiria até um beneficiamento do produto, adicionar valor agregado, etc.

Então, eu, de modo algum, não estou dando razão às ações todas que os bolivianos têm praticado e V.Exª. terá escutado de mim, inclusive, que algumas delas podem não ser razoáveis. Agora, V.Exª. me pergunta se eu devo classificá-las como inamistosas. Olha, eu não tenho, eu não posso me arvorar em julgador de outros Países. Eu acho que elas foram, eu diria, francamente, adolescentes. Elas não contribuíram em nada, elas contribuíram para criar um clima político que é esse que nós vimos no Brasil em torno...

Agora, eu acho que ela foi um ato de consumo interno, antes de uma eleição, e nós comunicamos ao Governo boliviano da maneira que nós achamos adequada e o Presidente Lula o fez da maneira que achou mais adequada e eficiente esse fato. Se deveria estar ou não na nota, eu respeito o julgamento de V.Exª., é possível, mas nós utilizamos a maneira que nos pareceu mais eficiente. O Presidente Lula se comunicou seguidas vezes com o Presidente Evo Morales, por telefone, e depois na reunião de Iguaçu onde houve uma conversa a sós dos Presidentes, em que essas questões foram colocadas, eu diria, o Presidente Lula me relatou e eu poderia dizer que o que ele me disse, e que ele falou de maneira franca e dizendo tudo que deveria ser dito. E pelas conversas que eu tive antes e depois com o Presidente Lula, isso inclui essa pre-

ocupação. Eu respeito, acho que é uma hipótese que isso pudesse ter figurado na nota. Agora, no momento que V.Exª. talvez achou que eu estivesse distraído, eu estava procurando justamente a nota em respeito à sua pergunta. E é verdade que nós dizemos que um ato de soberania.

Mas o parágrafo seguinte que é o terceiro parágrafo da nota diz: "O Governo Brasileiro agirá com firmeza e tranqüilidade em todos os foros", que incluem esses que eu mencionei aqui. E pelos instrumentos adequados. Eu acho que o foro mais óbvio e mais evidente, se houver algum problema de fornecimento, é o foro de... É o Tribunal de Arbitragem de Nova York, é o mais óbvio. Se for necessário chegarmos lá. Agora, abrimos um caminho para a negociação, porque apesar, digamos, do lado boliviano ter havido grande estridência, e talvez até manifestações públicas e simbólicas, como eu disse aqui, inconvenientes e desnecessárias. O que de efetivamente ocorreu não configura, digamos, um fato consumado que seja insuperável. A nacionalização sim, mas essa já vinha de antes, na realidade.

Agora, a forma de compensação da nacionalização não está estipulada. Ao contrário do que se disse, quero aqui fazer uma ressalva. Eu, quando falei que as críticas eram oportunistas, obviamente, eu não tinha em mente os Senadores. E quando me referi a porrete, eu também não tinha em mente os Senadores, mas eu li em jornais algumas pessoas falando em retaliação. Eu acho que se nós entrássemos, e certamente não foram os Senadores que disseram isso. Senão não teria aqui repetido isso. Seria, além de tudo, uma tolice da minha parte. Mas se nós entrássemos numa escalada de retaliação e de ameaças, eu acho que aí nós estaríamos despertando elementos irracionais do outro lado. Porque eu repito a minha convicção. Na medida em que os dois Países, certamente o Brasil, mas também a Bolívia haja racionalmente de acordo com o seu interesse, esse problema se resolve. Porque é da natureza do problema que ele só pode ser resolvido mutuamente. Agora, se nós estimularmos ainda que com boa intenção a irracionalidade, ela pode prevalecer. Nós já vimos isso acontecer em relações internacionais. Às vezes os Países agem irracionalmente, movidos por sentimentos muito crispados, etc. Eu contava um pouquinho da história da Bolívia antes e V.Exª. além de cidadão brasileiro, um cidadão amazônico conhece isso muito melhor do que eu, mas é uma história de complexos, de ressentimentos, de sofrimentos imensos.

Então, eu acho que nós, agindo com firmeza, como eu creio que está na nota. Claro que a questão da dosagem é sempre uma questão subjetiva e eu aprecio e respeito a opinião de V.Exª.. Mas agindo com firmeza e ao mesmo tempo com abertura para o diálogo, nós prevenimos, espero eu, não sei, a história vai dizer, prevenimos ações irracionais. E se nós tivéssemos... Porque, digamos, ações desse tipo como a das tropas que não chegaram a entrar, mas que desnecessariamente e simbolicamente ficaram em frente as instalações da PETROBRAS, elas poderiam ocorrer de novo. E podem ocorrer de novo, e isso acabar gerando situações muito piores.

Então, eu acho que a situação é essa.

Então, quando eu me referi, e repito, a questão do *big stick*, obviamente me referindo, sei muito bem que os Senadores jamais sugeriram isso, mas li sim na imprensa brasileira sugestões de retaliação. Como li também reações muito ponderadas como da Confederação Nacional da Indústria, e de outras pessoas como tive oportunidade de repetir, aliás, numa entrevista que dei à televisão sobre esse assunto. Se nós devíamos ter respondido à expressão citada em jornal de chantagem, sinceramente, Senador, eu não acho... Aí é uma questão também de percepção. Eu acho que é melhor agir e procurar resultados do que ficar buscando responder a cada expressão que surja.

A minha experiência é que, digamos, a resposta a cada expressão gera outra expressão, e não traz o resultado esperado. Nós vamos ter que ver. Eu concordo. Nós não temos nada garantido. Mas a conversa que o Presidente Lula teve com o Presidente Evo Morales foi positiva. Ela gerou e eu vejo nos últimos dias, pronunciamentos depois desse encontro mais moderados. Eu nem quero sublinhar isso muito para eles não se sentirem obrigados a fazer pronunciamentos mais radicais. Mas nós estamos lá enviando amanhã, estará chegando o Ministro de Minas e Energia, estará chegando o Presidente da PETROBRAS, estarão acompanhados por elementos do Itamaraty. Há uma notícia hoje no jornal que o Presidente Lula me pede a mim como chanceler para ir à Bolívia. A noticia está um pouco truncada e confunde a saída com a ida de amanhã. Mas eu estarei indo à Bolívia assim que possa me encontrar também com o Presidente Evo Morales para, inclusive, demonstrar com toda clareza que se trata de relações de Estado para Estado, e não de partido para partido. Eu acho que essa é a preocupação do Presidente Lula e essa é a preocupação dele ao me enviar nessa situação como Ministro das Relações Exteriores. Eu acho que isso tem que ficar muito claro. Eu acho que os contatos de outros membros do Governo como políticos, eles foram úteis no passado e eles podem ter um trânsito que eu não posso. Sinceramente, eu posso receber um líder de oposição, mas tem que ser com uma certa formalidade. Tem que ser dentro de parâmetros permitidos ou aceitos pelo

Governo local. Outras pessoas têm mais mobilidade. Mas nas nossas negociações, Senador, inclusive, na negociação desta nota, que foi a declaração conjunta dos quatro Presidentes, eu posso garantir ao Senhor que a visão de Estado e a visão do Itamaraty, claro que a serviço da política comandada pelo Presidente da República, que é uma política que é... É lógico, como toda política é de um Governo, mas que segue também princípios de relacionamento de Estado que são permanentes. E essa nota foi redigida com a intensa participação do Ministro das Relações Exteriores, se não dizer exclusiva do ponto de vista brasileiro. Com orientação dele, naturalmente.

Então, eu acho que as suas preocupações são legítimas, eu acho que elas estão na minha percepção sendo atendidas, mas eu respeito a divergência. Com relação à OTCA, Senador, eu sou um entusiasta da OTCA. Obviamente nós temos sempre que... E sou um entusiasta da integração de uma comunidade andina ao Mercosul. Eu dediquei uma parte imensa dos meus primeiros dois anos de mandato a viagens na América Latina e, sobretudo, ao norte da América Latina. Por quê? Porque no Mercosul, bem ou mal, já havia um processo com todos os tropeços que nós conhecemos e talvez alguém queira perguntar sobre eles. Com todos os tropeços que nós conhecemos, mas há um processo de integração acelerado. E com o norte da América Latina, não. E as cifras hoje, eu uso o comércio, não pense, desculpe Senador, que eu sou mercantilista. Eu uso o comércio porque o comércio é a única coisa que dá um índice fácil de perceber. Mas hoje as nossas exportações para os Países do norte da América Latina, mais o Chile, que não é do norte, que não é Mercosul, elas são praticamente iguais do norte da América do Sul praticamente iguais aos do Mercosul.

Eu dei os dados sobre Colômbia, Venezuela, Peru, Equador naturalmente é menor, pela própria dimensão do País. Mas a nossa atenção a esses Países tem sido intensa. Eu participei de maneira ativa da primeira reunião da OTCA que se realizou no Brasil, em Manaus. Tivemos o prazer de simultaneamente realizar uma feira voltada para exportadores de outros Países da América do Sul. Nós já realizamos coisas que poucos Países fazem e poderá ser debitado também a uma ingênua generosidade da política externa brasileira, mas nós realizamos vários seminários para o que nós chamamos de importação substitutiva, promoção de importação substitutiva de importações, para promover importações de Países como a Colômbia e outros porque nós temos saldos comerciais imensos. Aliás, o único País da América do Sul com o qual a gente tem déficit é a Bolívia em função do gás. As nossas exportações para a Colômbia que atingiram um bilhão e quatrocentos, acho que as importações ficaram em 140 milhões. Isso não é sustentável. Claro que vai chegar lá alguém um dia e dizer: Como é que a Colômbia importa um bilhão e quatrocentos do Brasil e só exporta cento e oitenta milhões? Então nós temos promovido ativamente o comércio com essas regiões. Mas eu estou totalmente aberto às sugestões de V.Exª.

Eu conheço do seu patriotismo e o seu sentimento também. Eu não sou amazônico, mas me considero ligado muito ao tema. Eu acho que o Itamaraty tem dado uma projeção grande à OTCA. Infelizmente, talvez não tenha atingido o nível que nós desejávamos devido à multiplicidade de compromisso. Mas está para se realizar uma cúpula da OTCA pela primeira vez no Equador. O Presidente da República assumiu o compromisso de comparecer, e isso é uma coisa nova, vai se realizar pela primeira vez no Governo do Presidente Lula. Não será no Brasil, será no Equador, mas será promovido pela Secretária-Geral da OTCA que é uma equatoriana que vive no Brasil. Mas com o nosso apoio.

Talvez eu não tenha feito o suficiente, estou pronto a ouvir sugestões, tenho conversado com Reitores da Universidade da Amazônia para uma maior cooperação científica e tecnológica e estarei aberto certamente a continuar a trabalhar nessa linha.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O próximo inscrito é o Senador Eduardo Suplicy. E eu queria apenas fazer uma comunicação que é para o Senador, mas é para todos os demais. A Presidência não vai cortar a palavra de nenhum Senador, mas vai sempre apelar para que nas interpelações se mantenham no limite máximo de cinco minutos, e também apelar ao Ministro que nas suas respostas use a brevidade possível. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, prezado Ministro Celso Amorim, eu fui testemunha da posse do Presidente Evo Morales e pude ali observar diversos fatos de enorme significado. Primeiro, pude naqueles dois dias perceber o extraordinário entusiasmo do povo boliviano pela eleição de um Presidente que obteve quase 54% dos votos no primeiro turno. E poderia se perceber nas ruas, nos diversos lugares, nas bonitas manifestações e cerimônias como estava o povo boliviano, na sua enorme maioria, muito contente.

Também pude testemunhar a maneira como o Presidente Evo Morales se dirigiu ao Congresso Nacional. V.Exª. estava presente, por cerca de uma hora e meia de pronunciamento, onde ele, inclusive, fez uma referência com muita amizade e com carinho ao

Presidente Lula, assim como outros Presidentes que ali estavam, mas foi um momento alto, com vistas à aproximação da amizade Brasil e Bolívia e no sentido não apenas de afinidade entre os dois Presidentes, mas também entre... Na perspectiva de que V.Exª. aqui chamou de relações de Estado. Porque se percebeu uma harmonia naquele dia, ainda que o Presidente Evo Morales soube ser muito assertivo na maneira de dizer as coisas, inclusive, para com aquelas pessoas que não concordavam com ele. Aliás, foi nesta ocasião que eu, inclusive, ao voltar juntamente com o Presidente Lula e ao aqui chegar, eu disse a ele: "Olha, Presidente, que interessante é chegar ao Congresso e dizer as coisas olho no olho, inclusive, em direção às pessoas com as quais não se concorda". E veja a capacidade de comunicação que teve o Presidente Evo Morales naquele dia. Está relacionado, inclusive, com a sugestão que eu tenho feito ao Presidente Lula de um dia vir aqui dialogar com estas pessoas que alguns aqui têm...

Imagine o Presidente Lula chegar aqui e ouvir as coisas que alguns dos presentes aqui falam. Eu acho que todos vão tratá-lo com maior respeito e carinho, e o Presidente vai acabar se dando muito bem se aceitar a minha sugestão para a hora que ele desejar.

Mas foi muito importante a reunião havida em Puerto Iguaçu. Algumas pessoas se perguntaram, inclusive, na imprensa, não apenas aqui, mas por que é que estava ali também o Presidente Chávez, se era algo mais do relacionamento entre o Brasil e a Bolívia, e, obviamente, ali o hospede era o Presidente Nestor Kirchner. Então agradeceria se puder nos esclarecer por que é que foi importante também a presença do Presidente Hugo Chávez?

Mas mais ainda, V.Exª. acaba de mencionar que o Presidente Lula relatou em detalhes o conteúdo daquele encontro. Na medida em que considerar adequado e plausível, agradeceria se puder nos informar como foi este encontro, além daquilo que foi a declaração conjunta. Mas, como é importante para nós sabermos que graças a este bom relacionamento, olho no olho que o Presidente tem de caráter pessoal, de estar desenvolvendo uma amizade pessoal com o Presidente Evo Morales, em que medida este relacionamento poderá contribuir para a solução de bom senso que todos aguardamos que possa acontecer na relação?

E pediria a V.Exª. que possa também nos falar do sentido maior da integração que o Governo Brasileiro, o Presidente Lula e V.Exª. como entusiasta da integração da América do Sul e do Mercosul, qual é esse sentido maior, qual é a velocidade que pretende o Governo do Presidente Lula neste relacionamento em imprimir a esta integração sobre os mais diversos pontos de vista, integração do comércio de bens e serviços, a diminuição a mais rápida possível das barreiras alfandegárias e de outra natureza para os movimentos de capitais e, inclusive, o movimento dos seres humanos.

Nós sabemos que existe um movimento muito intenso de bolivianos que vêm para o Brasil. Por exemplo, na minha cidade de São Paulo há dezenas de milhares de bolivianos, boa parte dos quais ainda não tem toda a sua documentação em ordem. Será que não seria, por exemplo, um passo de muito boa vontade do Governo Brasileiro em direção à Bolívia dizer: "Olha, nós queremos aqui avançar na integração econômica, social, de nossos Países, de nossos povos, inclusive, acelerando a regulamentação, a possibilidade de bolivianos estarem vindo ao Brasil aqui estudar, trabalhar, viver, se assim o desejarem serão bem-vindos, e tal", ou seja, é possível que possa o Governo Brasileiro dar passos de boa vontade em certos campos que aumente a boa vontade do Governo Boliviano com respeito às questões como do gás.

E finalmente, Sr. Presidente, gostaria de também perguntar como é que é este projeto de gasoduto, oleoduto que o Presidente Lula ainda há pouco, há poucos dias mencionou que poderá até ser uma obra, a mais importante do ponto de vista até do seu tamanho, desde a construção da muralha da China, da Venezuela até a Argentina passando pelo Brasil e Bolívia e tudo, e como se pensa em fazer isso e em que medida isso está relacionado?

Eu encaminho a V.Exª. para concluir, este livro "A Renda Básica de Cidadania" onde está a carta que entreguei em mãos do Presidente Evo Morales, sugerindo, inclusive, que eles possam ter lá um critério para, efetivamente, fazer com que todo o povo boliviano partilhe da riqueza natural da Bolívia, podendo um dia, se puder ocorrer, contribuir se existir para toda a América Latina, para todas as três Américas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com a palavra o Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Presidente, eu tenho que ficar entre a sua determinação de ser breve e a minha obrigação de responder as perguntas dos Senadores. Vou tentar conciliar as duas coisas porque as perguntas são complexas. Vou tentar ser o mais rápido.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O mais difícil a gente já conseguiu, que ele foi breve.

(risos)

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Bem, primeiro a questão da influência do Presidente Chávez, e por que é que ele estava presente na reunião. Primeiro porque a questão do gasoduto da Bolívia hoje

não pode ser vista fora do contexto mais amplo da última questão que V.Exª. colocou, que é a integração energética da América do Sul, a maior reserva é a da Venezuela, segunda é da Bolívia. E como há um projeto, é um outro tema, talvez isso merecesse uma outra vinda aqui ao Senado. Mas digamos, como há um projeto de um gasoduto, justamente como disse V.Exª. que viria da Venezuela à Argentina, mas que só ficará pronto em 2017, 2019, é útil ter a presença de um Presidente que é parte desse processo e também não é segredo de ninguém porque exerce alguma influência ou ascendência sobre o Presidente Boliviano num momento delicado.

Agora, o fato do Presidente Chávez ter vindo, creio que é também decorrência de outros contatos que haviam sido mantidos sobre temas semelhantes imediatamente antes. Antes mesmo da questão do...

Eu, de certa maneira, me refiro a uma outra pergunta sua, Senador, é claro que eu não posso responder em todos os detalhes, até porque não os tenho, em muitos casos. Eu tenho um sentido geral da conversa do Presidente Lula com o Presidente Evo Morales, no sentido de que foi uma conversa franca, questões como essa, maneira de fazer, digamos, é natural que entre Estados que se respeitam, se você tem uma necessidade política, uma determinação constitucional, aliás, legal, que era a nacionalização, mas se avisa antes, se combina como é que vai fazer, de que maneira, se conversa como é que vai discutir questão de preço, enfim. Há uma maneira abrupta como ocorreu que gerou muito dessa reação, certamente foi um dos aspectos que o Presidente Lula mencionou.

Mas o Presidente Lula tinha também tido uma conversa muito franca com o Presidente Chávez dez dias antes. A propósito da presença dele numa reunião. A gente respeita, cada um vai à reunião que é quer, mas que tinha havido recentemente entre Bolívia, Uruguai e Paraguai, na qual podia ser lida, não estou dizendo que fosse essa a intenção dele, mas a presença dele podia ser lida como estímulo a ações, digamos, que não se compatibilizam com os objetivos integracionistas mais amplos que nós seguimos. Quer dizer que sem querer, eu digo sempre, Senadores me permitem, os Senadores são jovens, eu estou mais velho que os Senadores, mas eu dividi o Itamaraty no trato desses temas em duas gerações, e aí as gerações não são só por idade, não se confunde. Os Embaixadores da Bacia do Prata e os Embaixadores do Mercosul. Porque na época da Bacia do Prata tudo era rivalidade. Era só problema. Quer dizer, você olhava para o sul era tudo problema, rivalidade, quer dizer, nós não estamos falando de Itaipu, mas quando Itaipu foi construída foi num contexto também geopolítico, não foi num contexto puramente, havia várias outras idéias a respeito. Eu acho até que foi bom. Acho que foi bom, mas foi também no contexto geopolítico.

Então, hoje em dia, quando... Eu tive uma conversa muito franca também com o Chanceler da Venezuela quando ele veio ao Brasil, eu falei – "nós não podemos recriar essas rivalidades da época da Bacia do Prata num contexto Mercosul, não é esse o contexto". Então essas conversas francas foram mantidas, e a conversa franca do Presidente Lula com o Presidente Chávez foi muito profunda, e isso nós acreditamos ajudava até ao Presidente Evo Morales a ver que é do interesse dele uma discussão dialogada, uma discussão racional com o Brasil. E pelos relatos que eu tenho, pelo relato que eu tenho, o único, que eu tenho que é do Presidente Lula, o comportamento do Presidente Chávez na própria reunião de Puerto Iguaçu foi positiva. Até sublinhando alguns pontos, eu não sei exatamente quais que o Presidente Lula havia levado a diante.

Então, eu acho que as relações entre os Países, obviamente, são relações de Estado a Estado, mas as relações pessoais são importantes. Essa conversa "olho no olho" que V.Exª. se referiu certamente ajuda a criar um clima de confiança. Eu acho que é muito importante que o Presidente Evo Morales tenha aceito logo essa reunião. Porque se a disposição dele fosse totalmente negativa, ele não iria. Ele inventaria um pretexto e não iria para a reunião.

Então eu acho que a reunião teve um resultado positivo, a nota espelha esse resultado, a negociação que muitas vezes leva horas, negociação desse texto, a minha experiência diplomática demonstra isso, nós em vinte minutos, meia hora fizemos o texto, depois da reunião dos Presidentes, o que demonstra que os bolivianos e venezuelanos, quem mais estava, estava também com uma disposição positiva de encontrar solução. Agora, repito, isso tudo criou uma moldura política para a negociação. A negociação estará começando amanhã e vai se prolongar durante algum tempo, eu não tenho ilusões sobre isso.

Sobre a América do Sul mais amplamente, eu não sei, acho que o Presidente vai me cortar a palavra, mas nós continuamos certamente muito interessados na área de comércio, nós temos hoje algo que era um sonho e foi criado no Governo Itamar Franco do qual fui Chanceler, sucedi o Presidente Fernando Henrique Cardoso como Chanceler do Presidente Itamar Franco que é a área de livre comércio sul-americana. Isso parecia impossível durante anos, ou não sei se não foi perseguida com o mesmo afã, não posso julgar. O fato é que se concretizou no Governo Lula. Então, nós continuamos trabalhando intensamente e sem nenhuma discriminação ideológica. Tanto governos considerados

esquerda como a Venezuela, como outros considerados mais centro ou direita, tipo Colômbia ou Peru.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com a palavra o Senador...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V.Exª. não respondeu sobre o livro que ele entregou.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ele vai ter a oportunidade de ler. Sr. Presidente, eu aproveito a oportunidade e faço o lançamento amanhã na Esquina da Palavra e convido todos os Senadores e amigos e amigas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com muito prazer estaremos todos lá.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A Renda Básica de Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Um tema muito novo, aliás, para nós, na medida em que...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Cada Senador vai receber um livro, mas às 21h lá eu convidei...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com muito prazer, muita honra nós, estaremos lá.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Suplicy, a entrega do seu livro está parecendo liberação de recurso do PT. Só promessa. Entregar nunca.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Senador José Agripino com a palavra. O próximo interpelante.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr. Ministro Celso Amorim...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu vou permitir, Senador José Agripino Maia, mas antes da observação do Senador Heráclito, eu vou fazer o anúncio aqui. Às 21h em ponto, como o livro chama-se "Renda Básica de Cidadania, a Resposta Dada Pelo Vento", eu convidei os meus filhos Supla e João Suplicy para comigo cantarem "Blue in the wind" lá na livraria. E são todos convidados. Será na Esquina da Palavra. Depois vão receber o endereço. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador José Agripino.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Entrada gratuita, Senador?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Inteiramente. E ainda cada Senador recebe um livro.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Ministro Celso Amorim, dos gracejos aqui do Senador Heráclito com o Senador Suplicy, vamos voltar às coisas sérias que são razões da vinda de V.Exª. aqui. Deixa-me dizer a V.Exª. uma coisa, eu tenho um apreço pessoal, V.Exª. sabe disso, pelo Itamaraty e por V.Exª.. Agora, tem uma grande preocupação. O assunto que nós estamos discutindo, pelo menos, para quem acompanha os fatos, pelos meios de comunicação, entendem que o Itamaraty está escanteado, e que o Itamaraty cedeu espaço ao cidadão chamado Marco Aurélio Garcia para conduzir as negociações no âmbito dos assuntos Brasil/América do Sul. Eu faço essa constatação lamentando, porque acho que a diplomacia brasileira é uma das melhores do mundo. Eu vou repetir. A diplomacia brasileira é uma das melhores do mundo. Entendo que V.Exª. é um bom Diplomata. Como excelente Diplomata é o Embaixador Canabrava que há pouco tempo esteve à frente em nome do Itamaraty, na solução de um conflito que parecia inevitável entre Peru e Equador, e que o Brasil, exercendo a liderança, sem querer ser líder, conseguiu um acordo, um tratado de paz marcando ponto para a diplomacia brasileira e elevando o conceito do Itamaraty no contexto da América do Sul.

O Presidente Lula, o próprio Lula tenha dito em 2004, numa reunião de cúpula sul-americana que nunca a América do Sul havia Estado tão bem articulada. A minha preocupação: A América do Sul hoje está esfrangalhada. Começou com o contencioso estabelecido entre o Brasil e a Argentina, quando a Argentina fez a sua renegociação da dívida e o Brasil não foi forte e solidário politicamente com a Argentina. Ficou uma mágoa, ficou um lundum. A Argentina e o Uruguai estão hoje em conflito. O Peru e a Venezuela estão trocando desaforo. Já imaginou um Presidente chamar o outro de ladrão nos meios de comunicação? É o que está acontecendo.

O Brasil com a rusga clara com a Bolívia sem o direito de exercer a sua liderança e assistindo a esse esfrangalhamento do continente. Eu digo isso, Ministro Celso Amorim, porque acho que na nota que a Bolívia liberou, há um equívoco com relação ao conceito de soberania. Na minha opinião, soberania não é do Chefe de Estado, é do País. A soberania não é do Presidente Evo Morales, a soberania é da Bolívia. O que a soberania é, é a capacidade, é um misto de direito e dever. Direito e dever. Direito de assinar contratos internacionais e a obrigação de honrá-los. A menos que queira revê-los por negociação. O que é que aconteceu? A ocupação, o gesto espetaculoso, pirotécnico de um Presidente de República legitimamente eleito, pouco importa como disse o Senador Jefferson Peres com maestria, se ele tem olho azul ou se ele tem olho oblíquo de indígena que seja. Parabéns, ele foi eleito pelo voto direto do povo boliviano, ele merece o nosso

respeito. Agora, ele tem que nos respeitar. Porque os contratos que foram assinados, foram assinados... A Bolívia exerceu a sua soberania e o Brasil querendo ver a sua soberania respeitada, amparada por leis internacionais. O que se viu foi a ocupação militar espetaculosa. Na minha opinião, com objetivos puramente eleitorais. Objetivos clara e puramente eleitorais. A reação do Brasil, e aí é aonde vai a minha preocupação com o Itamaraty, não foi uma reação *itamaratyana*, a reação *itamaratyana* teria sido dura publicamente e hábil no contato direto na negociação por quê? E aí vai a minha preocupação.

O Itamaraty, repito, Ministro Celso Amorim, eu tenho certeza absoluta, teria dado se fosse Celso Amorim, se fosse os Ministros de Itamaraty, se fosse a diplomacia brasileira, os Cardeais do Itamaraty numa questão aguda como a do Brasil/Bolívia, teria havido uma declaração forte, pública para preservar os interesses e o *day after* e em seguida uma negociação habilidosa, como é prática do Itamaraty. Não houve isso. Houve o contrário. Houve uma posição frouxa, pública e depois a PETROBRAS endurecendo o jogo com conseqüências muito ruins.

O que é que eu quero perguntar a V.Exª. fazendo uma análise do fato e das conseqüências? Qual é o fato? O fato foi a nacionalização do gás, não do gás, das refinarias. A PETROBRAS comprou e pagou com dinheiro as refinarias. Comprou e pagou. E por um ato perdeu o que pagou. Cabe na cabeça de brasileiro? O Brasil, em 96, ou foi em 98, comprou e pagou as refinarias e os bens. E agora, por um ato unilateral, truculento, inaceitável que diminuiu o Brasil no contexto internacional das nações e da América do Sul teve as refinarias expropriadas. O que você pagou não vale mais nada. Esse é o primeiro ponto. Garantido por quê? Por tropas. Tropa militar. Pelo amor de Deus, cercar os bens, tropa militar, espetaculosidade para quê? Para humilhar o Brasil, o patrimônio brasileiro?

Ministro, quando eu fui Governador do meu Estado, eu tinha contingentes de estudantes de medicina bolivianos lá no meu Estado, o Rio Grande do Norte, que eram muito bem tratados. Quando eu fui estudante de engenharia, eu tinha um colega, o Ruiz, era um colega de faculdade, boliviano, o Brasil há anos recebe bolivianos e os prepara. Para que as tropas cercando as refinarias da PETROBRÁS? Que truculência boba é essa? Para que isso? O Brasil tinha que ter mostrado suas armas diplomáticas, competentes, e não o fez. Qual é o outro fato? É a garantia da continuidade do fornecimento do gás. Evidente. Vão vender a quem? Eles não têm porto, não têm saída. Vão vender o gás a quem, depois do gasoduto feito? Claro, agora vão exibir, Senador Arthur Virgílio, um troféu. Um troféu dos dois dólares. Que vai, na minha opinião, um tiro no pé, claríssimo. O que é que eu acho que deveria ter sido feito pela diplomacia brasileira no contato hábil como Canabrava fez, como V.Exª. teria condições de fazer? Reconheço, V.Exª. teria a condição de fazer.

O Presidente Evo Morales, Ministro Solis Rada, vamos conversar aqui maduramente. Se os Senhores aumentarem, se fizerem o que querem fazer, vai haver um desestímulo lá nos compradores do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, que se prepararam para o gás boliviano e que agora vão à incerteza ou frear os investimentos ou se preparar para uma fonte alternativa de energia. Não faça isso não que isso é bobagem. O que os Senhores estão fazendo aqui é bobagem. Do ponto de vista político e econômico não façam isso. Tal conselho de quem é líder. Dá o conselho de quem é líder. Isso não foi feito. Foi feita a truculência e não por falta de aviso porque eles avisaram desde a campanha eleitoral que Evo Morales dizia. O Samuel Guimarães foi à Bolívia, vieram autoridades, o Ministro Diro Cameres(F) veio ao Brasil, e o recado foi dado e nada aconteceu.

Aí a minha preocupação, me desculpe, estou me excedendo muito. A minha preocupação é a diminuição do Brasil no contexto sul-americano como Nação líder. Nós estamos nos esfrangalhando como Nação líder. Desculpe-me o termo chulo, mas nós estamos perdendo no contexto da liderança política do continente por erros que não podem e não devem ser cometidos. Agora, a minha preocupação maior, aí é aonde vem, Presidente Roberto Saturnino, isso é uma questão dos brasileiros que têm terras lá. O que é que o Brasil vai fazer? Estão ameaçando, tenho certeza de que vão expropriar as terras dos brasileiros, porque a eleição vai ser em julho e daqui para lá tem que haver a conquista de mais alguns votos para que tenha a maioria na constituinte. O que é que vão fazer com os brasileiros, e o que é que o Brasil vai fazer com esses brasileiros para garantir os seus direitos? É uma preocupação que eu tenho. Segundo, a maior de todas: O Brasil tem com o Paraguai uma parceria importante chamada Hidrelétrica de Itaipu. O Paraguai, Senador Azeredo, não é nenhum modelo de sustentação política. A Bolívia, V.Exª. disse que teve quatro Presidentes.

O Paraguai também tem uma tradição de insustentabilidade. O Paraguai não é nenhum modelo perfeito e acabado de consistência política. Quem é que nos assegura que o Paraguai diante da atitude brasileira frouxa, não vai amanhã também imitar para conseguir mais alguns dólares pela energia elétrica de Itaipu? E aí? Se a moda pega, como é que fica? Eu queria saber qual é a atitude do Brasil, o que é que o

Presidente está pensando com relação à questão dos brasileiros que estão ameaçados de expropriação das suas terras e propriedades e qual é o pensamento do Itamaraty com relação à Itaipu, que na minha opinião, não é absurdo pensar, está ameaçado de ter na barragem assistir fenômeno semelhante à invasão das tropas paraguaias. Deus nos livre. É como aqui se falou, a questão do Acre, Deus nos livre. Mas se aconteceu a maluquice que aconteceu na Bolívia, quem é que nos assegura que essa moda não pega e pega também em Itaipu?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com a palavra o Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Obrigado, Senador José Agripino. Obrigado pelas suas palavras em relação ao Itamaraty, obrigado também por me considerar um bom diplomata, talvez haja outro excelente que em melhores condições do que eu para levar a diante uma política externa que corresponda melhor, talvez aos interesses brasileiros.

Mas deixa eu lhe dar a minha visão do que V.Exª. mencionou. Eu concordo totalmente que o gesto, já disse aqui, é um gesto espetaculoso, desnecessário, aquele que criou essa reação toda, agora, também não creio que devamos confundir as coisas. Não houve uma ocupação militar e uma tomada militar de ativos brasileiros. Houve sim, um Decreto supremo de nacionalização que já estava previsto, quer dizer, nacionalização esta que estava previsto num referendo que foi aprovado não apenas pelo Presidente Evo Morales, mas por 80 ou 90% da população boliviana que exerceu a sua soberania ao votar nesse referendo proposto pelo Presidente Mesa. Havia uma lei aprovada pelo Congresso boliviano também prevendo a nacionalização. O que há agora, eu tentei falar isso na minha exposição, o que há agora, houve duas coisas: a decretação, digamos assim, da nacionalização, da efetivação da nacionalização das refinarias, e medidas específicas sobre a repartição dos benefícios ou da produção, se quiser, da exploração do petróleo. Não está dito em nenhum lugar que essa nacionalização não será acompanhada de alguma forma de compensação. Eu leio, eu não sei exatamente... É para isso que o Ministro de Minas e Energia e o Presidente da PETROBRAS estarão chegando lá amanhã. Mas eu leio hoje ainda nos jornais, talvez num diapasão até muito mais ameno do que era o diapasão de uma ou duas semanas atrás, o Ministro de Minas e Energia, o Ministro de Hidrocarburos da Bolívia dizer que está aberto à indenização, que terá que ser discutida, que uma parte pode ser paga com gás futuro, que, evidentemente, eles vão ver também o que eles consideram. Há pendências jurídicas várias. Eu não vou me pronunciar sobre elas agora, mas, por exemplo, há pendências jurídicas como sabem, o contrato que não foi assinado nesse Governo e que também é um contrato típico. Não estou fazendo crítica. Aquele contrato *take or pay(F).* Então, o Governo Brasileiro tinha que pagar o gás mesmo que não comprasse. Esse é o contrato que foi assinado em 96. E houve várias pendências. Foi negociado pela PETROBRAS, se não me engano, até 2003, pendências de momentos em que o Brasil não tinha tomado o gás e não tinha pago. Então, qual era o valor que deveria ser utilizado, se era o primeiro peço, se era o preço já corrigido? Enfim, são detalhes técnicos que depois talvez conversando com a PETROBRAS V.Exª. possa obter, e eu não tenho.

Eu sei que 2004 e 2005 não está resolvida, então isso vai fazer parte da negociação. Como isso vai ser resolvido, eu não posso antecipar. Mas eu sei sim que há uma admissão de que tem que haver compensação.

Então, não houve expropriação no sentido, como eu freqüentemente ouço, de que tratados foram rasgados, contratos foram rasgados, não. Se o exercício da soberania boliviana nos agradou, não nos agradou a maneira como ele exerceu e a forma como ela se deu, é outra questão. Agora, nós temos que separar as coisas, senão nós não vamos conseguir resolver o problema. Primeiro separar o fornecimento do gás do problema da propriedade. E na questão da propriedade, nós temos que separar o que, a meu ver, é sim, um direito legítimo do povo boliviano de assumir essa propriedade do que é também um direito brasileiro absolutamente legítimo que está dito na nota do Presidente, as pessoas lêem como, digamos, tiveram interesse. Mas que é o legítimo direito de defender os nossos interesses. E está dito na nota de que nós faremos isso em todos os foros em que isso for cabível. Se for necessário. Se não se chegar a um acordo negociado.

Então, Senador, V.Exª. conhece muito bem o Itamaraty, tem muitos elementos para saber de detalhes do Itamaraty, e eu aprecio muito o diálogo que tem mantido com V.Exª.. Mas eu acho sinceramente que está havendo uma dramatização excessiva. Imaginar que tropas vão ocupar Itaipu, ou que vão invadir o Acre em função de uma manifestação, a meu ver, inconveniente, e isso foi dito aos líderes bolivianos da maneira mais direta possível, eu acho que é talvez ir longe demais. Sinceramente, eu repito aquilo que já disse, a crítica, a maneira como as coisas ocorreram, eu acho que nós agimos com firmeza, eu acho que a nota é sempre uma questão de dosagem que se pode ter, mas na prática, muito mais importante do que a nota foi o diálogo direto do Presidente Lula com o Presiden-

te Evo Morales que foi inequívoco, e que está gerando uma atitude, me parece, de maior negociação.

Agora, haverá estilos, e eu creio que cada um de nós terá direito de preferir um estilo de agir na diplomacia. Muitos que advogam, não estou dizendo que V.Exª., por favor, não quero dizer que são os Senadores, mas muitos que eu tenho visto advogarem atitudes rígidas, rigorosas, e quase belicosas em relação à Bolívia foram os mesmos que assumiram atitudes tíbias, fracas em relação a grandes potências em negociações econômicas internacionais. Isso eu sei e posso dizer. Por exemplo, vou dar um exemplo só, para não treinar em muitos detalhes. Quando o Brasil aceitou negociar a ALCA, um exemplinho apenas, a negociar a ALCA a partir da tarifa aplicada e não da tarifa consolidada, nós abrimos mão numa única tacada de 20 pontos percentuais de negociação. Na época foi a decisão que se encontrou melhor.

Agora, eu acho que, digamos, foi imposição, foi o que se achou melhor, não sei. Eu sei que nesse caso específico nós estamos agindo com aquilo que nós achamos que é o bom senso, com a firmeza necessária. O Presidente Lula se dirigiu ao Presidente Evo Morales com toda franqueza, como ele disse antes, ele já tinha se dirigido ao Presidente Chávez com toda a clareza, que certas ações põem em risco até o projeto de integração, isso foi dito.

Eu não quero entrar nos detalhes das conversas porque senão elas perdem o efeito. Mas eu fui testemunha de uma dessas que foi a conversa do Presidente Lula com o Presidente Chávez, aliás, antes disso, em que ele antevendo o que poderia ocorrer na Bolívia, e antevendo ou, pelo menos, baseado nas notícias que nós temos de que há funcionários na PEDEVESA atuando na Bolívia e que isso poderia ser um estímulo a algum tipo de atitude por parte da Bolívia, porque senão a Bolívia não tem nem condições técnicas, digamos, imediatas de operar, e o Presidente Lula foi muito franco, e disse a ele que isso põe em dúvida o projeto do gasoduto maior, a que se referiu o Senador Suplicy, e que punha em dúvida a própria integração sul-americana. Então essa firmeza tem sido exercida da maneira correta e da maneira que nós julgamos mais eficaz.

Agora, a história dirá. Eu repito aqui, algumas vezes é hora de fazer barulho. Algumas outras vezes é hora de ser estridente. Algumas outras vezes a diplomacia tem que agir mais silenciosamente. E eu acho que cabe a quem está na posição de conduzir a política externa fazer esse julgamento. Eu entendo que nem sempre ele é o melhor visto de fora. Se o Presidente Lula quisesse agir eleitoralmente, se o Presidente Lula quisesse agir eleitoralmente ele teria feito isso, ele teria feito um enorme barulho, qualquer que fosse a briga com a Bolívia, isso ia render dividendos internos, mas isso não ajudaria a resolver o problema, radicalizaria a posição do Presidente Evo Morales.

Eu não quero dizer aqui e nem vou subscrever e nem estou de acordo com o que, freqüentemente, eu leio na mídia de que o Evo Morales está nas mãos do Presidente Chávez. Mas se isso fosse verdade, isso seria agravado. Então uma atitude, digamos, de diálogo tem todas essas...

Com relação às questões das terras, só rapidamente, eu acho que há uma reportagem, se não me engano é o Globo de hoje, eu não me lembro qual é o jornal que reproduz, porque foi um dos que eu li, que reproduz a gestão já feita ontem pelo Embaixador Ruy Nogueira com o encarregado de negócio da Bolívia sobre a nossa preocupação. Essa gestão foi feita também na Bolívia, junto ao Ministro que lá é o equivalente ao Chefe da Casa Civil. Nós temos recebido, temos ouvido afirmações, digamos assim, de que propriedades produtivas ilegalmente estabelecidas não serão atingidas. Claro que sempre haverá, é possível que haja alguma área cinzenta. Nós vamos dar a assistência jurídica que pudermos, e a assistência e política que for necessária aos nossos... Tanto aos nossos trabalhadores rurais que estão ali, digamos na província de Pando, perto da fronteira talvez irregularmente, como estão irregulares um grande número de bolivianos no Brasil. Aliás, o acordo foi assinado justamente da minha visita, o acordo sobre a situação dos imigrantes foi assinado na minha visita à Bolívia em 2005. E daremos toda essa cobertura.

Agora, repito Senador, podemos estar errados, mas a nossa política não é uma política de ameaça, não é uma política de intimidação, e não creio que é preciso... E eu creio que é não necessário. Claro que o julgamento é subjetivo, qualquer redação a pessoa pode dizer: "Ah, em vez de dizer firmeza poderia dizer dureza, em vez de dizer respeito ao ato soberano poderia dizer entende...". Tudo isso é discutível, e eu acho que tudo isso... Agora, eu acho que a atitude vista não apenas numa única nota, mas vista no contínuo que ela se passou, demonstra que o Governo Brasileiro, e, o Presidente Lula, em particular, tem agido com firmeza.

Segundo se me permite, porque acho que isso é muito importante, eu acho que não há nenhuma diminuição do papel do Itamaraty. Está nos jornais de hoje, o Presidente Lula acaba de me pedir para ir à Bolívia, há uma confusão no jornal sobre quando seria a ida, justamente para dar o peso da relação de Estado, quando houve uma discussão sobre o outro tema, que não quero trazer aqui que é muito complexo, da

TV digital ele pediu que eu chefiasse a delegação justamente para mostrar que o Ministério das Relações Exteriores com sua visão do Estado é que estaria coordenando essa negociação. Agora, as pessoas... é natural que os governos se valham dos vários canais de comunicação.

Há coisas que o Marco Aurélio Garcia faz que eu não poderia fazer. Não poderia fazer. Ele tem contatos com políticos de oposição que eu teria que ter de uma maneira no máximo... às vezes é possível, mas tem que ser de maneira mais discreta. Agora nós estamos numa fase diferente, agora trata-se de lidar com o Governo e justamente porque se trata de lidar com o Governo o Presidente Lula me pediu que assumisse, queria até... O jornal disse até que era para eu ir agora, mas eu não posso porque eu tenho que encontrar o Presidente Lula em Viena. Mas eu estarei prontamente assim que for possível marcar, indo à Bolívia para tratar sob o ângulo que V.Exª. deseja, mas com o estilo que é o nosso, a nossa relação com a Bolívia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Presidente, um minuto só. Muito rápido. Ministro Celso Amorim, eu acho que a operação Brasil/Bolívia do ponto de vista do Brasil não foi exitosa para o Brasil. Não foi. Definitivamente não foi. E acho que há uma espécie de unanimidade nesse sentido. Em não tendo sido exitosa para o Brasil, eu acho... E V.Exª. acabou de dizer, o Dr. Marco Aurélio Garcia tem relações com político de oposição que fazem uma tarefa que V.Exª. não pode fazer. Aí entra o viés ideológico...

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – A oposição pode ser de qualquer lado.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – O canal de comunicação ideológico. Claramente, o Sr. Marco Aurélio Garcia tem um viés ideológico. Claro, e ele age em torno desse viés. A minha preocupação se manifesta, e essa é a última colocação que eu faço. O interesse brasileiro...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Senador, tem ou tinha, porque o PT também tinha o viés ideológico e...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Depende do ângulo que se verificar. Mas deixa eu só complementar. Em função do que V.Exª. acaba de dizer, que o Marco Aurélio Garcia tem trunfos na mão que V.Exª. não tem, porque ele tem diálogo com políticos que V.Exª. não tem, por razões de ordem ideológica, suponho eu, me é legítimo concluir que o interesse brasileiro nesse episódio capitulou as razões de ordem ideológica de proteção a interesses eleitoreiros do Sr. Evo Morales. Na minha opinião e para o Brasil inteiro está cada vez mais claro. E com isto tudo a minha preocupação, o papel do Itamaraty que é uma instituição que sobrevive a governos ficou diminuído.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – A palavra agora Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, Sr. Presidente. Cumprimento o Ministro, e tenho quatro perguntas e teço algumas considerações antes delas. A primeira é a reafirmação do meu respeito pessoal, minha estima pessoal e meu respeito político e profissional pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro do Exterior. Sobre o episódio Marco Aurélio Garcia, eu discordo do método. Para mim seria melhor o modelo Ricupero assessorando Sarney, até para prepará-lo para ser mais exigente nas suas conversa, por exemplo, com o Ministro do Exterior, do que alguém que Assessor do Presidente para tema de política externa exterioriza o que pensa. Modelo meu, ou seja, é um absurdo imaginar que alguém do Amazonas ia se eleger Presidente. Se eu fosse, eu não o faria. Eu optaria pelo modelo Sarney/Ricupero e não pelo modelo Marco Aurélio Garcia e Lula, e, portanto, todo o prestígio seria dado ao meu Ministro do Exterior enquanto ele o fosse.

Mas eu o vejo, Ministro, que é hora de pontuar divergências. Três Embaixadores do maior peso, colegas seus e meus, se referem de maneira crítica ao episódio. Ricupero que chegou a ser Chefe do Departamento das Américas rotula de ingênua a posição brasileira. Paulo de Tarso vai mais além, chega a ser que se praticou roubo à mão armada do patrimônio brasileiro. Rubens Barbosa fala ao contrário de integração, fala da desintegração se referindo aos acordos bilaterais Estados Unidos e diversos Países pelas costas do Brasil e do Mercosul à querela no Mercosul para mim está em crise por causa de uma fabriqueta lá entre Argentina e Uruguai, ele fala em desintegração.

Nós temos alguns pontos que a meu ver tem sido de pouco êxito. Quando nós vemos o Brasil de certa forma distante daquele projeto inicial em relação ao Conselho de Segurança da ONU. Pagou preço e ficou longe do Conselho. A derrota para o BID e a derrota para a OMC, essa questão do Mercosul que eu já referia, e essa ALCA que a meu ver, nasce às nossas costas. Acordos bilaterais, o Uruguai já ameaça com isso sem que o Brasil tome uma atitude. Eu sou a favor da ALCA. Entendo que o NAFTA foi bom para o México, a ALCA dificilmente seria bom para o Brasil e claro que prego uma, acho que não difiro de V.Exª., prego uma negociação que seja boa para o País, mas eu teria como objetiva nela adentrar com o Mercosul forte.

Muito bem, eu temo que acha um novo eixo de poder na América do Sul, não mais o tradicional Brasil

Argentina, primeiro o Brasil e segundo a Argentina, e sim um outro que é inusitado. Venezuela e Argentina, primeiro Venezuela e segundo Argentina. Vejo em xeque o prestígio e vejo em xeque a posição do Presidente Lula do ponto de vista da liderança natural que ele teria que exercer na América do Sul.

Muito bem. Me preocupa o precedente, não sou drástico, nada de tropas, mas eu vejo que depois do primeiro gesto, tomar o segundo e estou tomando o segundo que é avançar nas terras brasileiras, e amanhã aparece alguém parecido com Evo Morales e faz algo parecido em Itaipu e aí nós teríamos uma crise energética econômica de proporções inimagináveis.

Eu entendo que V.Exª. quando diz, preferimos o diálogo à radicalização, é claro. O diálogo sempre. A radicalização seria romper. Agora, há um meio termo que seria a nota mais dura, a conversa de pé de ouvido, sem Chávez ao lado, não tinha porque Chávez estar ali, a meu ver, a conversa ao pé do ouvido, dizendO – "Olha, não gostei da atitude, não foi boa a atitude, nós poderíamos sair para sanções econômicas que não iremos sair. Sabemos da sua dependência também em fornecer para mim. Se eu tenho dependência em receber o gás de você, você tem dependência em vender para mim. Você também não está com essa bola toda, Evo, para vender para quem você queira. O gasoduto é para cá, você tem o Brasil como o seu principal fornecedor...", e dizer a ele uma coisa lógicA – Que poderíamos recorrer à arbitragem internacional que estabeleceria indenizações que não estão ao alcance da bolsa boliviana, que, aliás, nos últimos tempos, nos últimos 70 anos praticou três nacionalizações. Duas contra os próprios americanos e essa nossa contra a PETROBRAS.

Então não é nem novidade essa história de vai volta que faz parte da instabilidade desse País. Muito bem, então radicalizar não, mas o meio termo sim, com mais dureza. Quando entram pela retórica, e aí dou razão ao Senador Agripino e condeno essa interferência de Marco Aurélio Garcia, quando dão razão, quando a gente entra pelo viés ideológico, ou seja, solidariedade entre os povos, solidariedade... essa história toda, os pobres da Bolívia, eu não sei se o prejuízo à economia brasileira não se reflete negativamente contra os pobres do nordeste, os pobres do País inteiro e os pobres da região norte e centro-oeste.

Estamos às vésperas de trabalhar por necessidade uma nova política energética que não exclua as fontes externas, mas que privilegie os gasodutos brasileiros. Tem dois na minha região. Urucu precisa começar a sair do papel e da propaganda, o gasoduto Quari-Manaus, assim como tem que sair da propaganda o gasoduto Urucu-Porto Velho. E tem outros gasodutos. Nós temos podemos ser auto-suficientes em gás se – e aí não é culpa deste Governo apenas, tem a ver com aquele do qual eu fui líder e Ministro – é um caso tão grave. Eu não vim à vida pública para mentir. Eu não estou aqui para... Eu vim para explicar as minhas posições com clarezas, mas nós poderíamos, se tivesse havido efetiva priorização, em sucessivos governos sermos hoje auto-suficientes em gás natural. Temos reservas para isso.

Mas eu critico o aparelhamento da PETROBRAS. Até hoje não desce pela minha goela o Presidente da PETROBRAS de então, José Eduardo Dutra, Senador, figura agradabilíssima, ex-Senador, ter largado a Presidência da principal empresa estatal do País e da América Latina, talvez, para virar Secretário Municipal em Aracaju. Deveriam elegê-lo por unanimidade Prefeito de Aracaju, porque é muito amor pela cidade. É um amor extraordinário pela cidade. O aparelhamento eu vi, o aparelhamento da PETROBRAS. Eu vejo o aparelhamento da ANP. Lotearam os cargos entre partidos. Então a questão do marco regulatório não está convincente para nós tocarmos para valer essa política energética que eu julgo que tem que acontecer.

Queria lhe fazer uma lembrança, sei que V.Exª. conhece melhor do que ninguém o que vou referir, mas o Presidente Lula, V.Exª. disse, o Presidente Lula não usou eleitoralmente. Acho que usou. Poderia ter sido mais espalhafatoso. Acho que ele foi até tíbio. Eu adoraria que o Presidente Lula tivesse obtido votos com uma posição mais forte, mais clara de defesa nítida de interesse nacional. Mas ele procura ganhar voto dizendo, por exemplo, que vai repassar para a PETROBRAS, para os acionistas da PETROBRAS o eventual aumento do preço do gás. Não pode, meu Presidente Saturnino. Não pode meu prezado amigo Embaixador Celso Amorim. O Ministro Mantega disse isso minimizando os acionistas. No máximo o que pode acontecer é os acionistas terem menos dividendos. Aí parece aquela velha coisa de esquerda contra a direita "o acionista que se dane". Mas quem financia a prospecção em águas profunda é o acionista. Não vamos ser ingênuos em acreditar que é diferente. Agora, mais ainda, a bolsa de Nova York possivelmente expulsaria a PETROBRAS da comercialização das suas ações lá, caso ela aplicasse subsídios. Ela não pode aplicar subsídios. Então, o subsídio teria que sair do orçamento já minguado para investimentos, do orçamento da União. Eu tenho absoluta convicção do que estou dizendo.

Então, o orçamento da União seria ainda mais sacrificado para que se subsidiasse o aumento que inevitavelmente virá a partir da atitude do Presidente Evo Morales. 61% significam 10 ou 15% nos próximos meses. E não sei se agüentam isso até as duas elei-

ções. Mas o fato é que com ou sem as eleições, em algum momento esse aumento virá e esse aumento não poderá ser subsidiado pelos acionistas da PETROBRAS. Eles podem ficar tranqüilos. Até porque uma lei americana proíbe isso, e um lugar onde a PETROBRAS é muito bem cotada e muito bem trabalhada, do ponto de vista das suas ações, valorizadas e respeitadas é precisamente a bolsa de Nova York. Uma empresa a qual nós temos todos que nos orgulhar muito.

Mas muito bem, eu vejo Ministro... V.Exª. já aplicou muito bem a posição em relação à Galeano, o Senador Jefferson foi duro em relação a Galeano. Era um dos meus ídolos. Acho apenas que passou aquele tempo. Hoje em dia nós temos um mundo de realidade interdependente, não temos mais aquela figura... Não temos sequer os dois pólos, aquele *balance of (?)*, não temos mais aquilo. Nós temos hoje que encontrar uma fórmula de restabelecer o multilateralismo que foi atingido pelos bombardeios unilaterais do Presidente Bush ao Iraque, lutar pelo multilateralismo, para mim isso é muito mais importante do que brigar pelo tal Conselho Permanente no Conselho de Segurança da ONU, de uma ONU que não existe mais. O Brasil poderia procurar liderar uma luta pela restauração dentro da ONU ou em outro organismo do multilateralismo, porque isso que garantiria efetivamente a paz mundial.

Mas eu pessoalmente vejo em Evo Morales nada mais, nada menos que mais um Presidente que vai trazer instabilidade. Talvez conclua, talvez não conclua. Se eu tivesse que fazer uma aposta esportiva infelizmente até aposto que não conclui esse mandato dele. Vira herói no primeiro momento, no segundo momento cai no opróbrio, e espero que não haja inclusive incidência de corrupção mais adiante. Mas com certeza haverá incidência de impopularidade até porque é terrível um País carente de capitais dispensar capitais que vão para lá, portar tecnologia, gerar empregos, significa confiança do Governo Brasileiro mesmo com a instabilidade que lá reina, sucessivos governos brasileiros investindo fortemente na Bolívia. Eu não posso aprovar de jeito algum alguém como ele.

Então, eu digo que por proteger a posição política de Evo, não quer dizer necessariamente proteger o futuro do povo boliviano. Para mim, o que cumpre ao Brasil é fazer aquilo que para mim é a única linguagem cabível na política internacional. Interesses são frios. Então eu defendo o meu interesse. Eu defendo o meu interesse. Eu vejo que todas essas concessões estão levando a uma ascensão de posição de lideranças do Coronel Chávez, a uma diminuição da posição de liderança do Presidente Lula, está fora da lista dos cem maiores líderes da revista Time, e lá está Chávez. Essa integração "A la Chávez" não me agrada. Me agradaria uma inserção que tivesse na cabeça, por exemplo, a Bachelet, o Tabaré, e o Presidente Lula.

Eu vejo com nitidez Chávez conspira para tirar peso e força da liderança do Presidente Lula. Isso a mim não me agrada. Não olho agora como oposição, como oposicionista esse quadro. Olho como brasileiro. O Brasil jamais abdicou, mesmo na crise do honrado Presidente João Goulart, o Brasil era líder da América Latina. O Presidente Kennedy se virava para João Goulart para negociar. Mesmo na crise moral do Governo Collor, o Governo Collor era líder na América do Sul. O Brasil não abdicou nunca para ninguém de algo que era natural, que era incontestado até então. Eu vejo a chegada de Chávez à América do Sul com olhos... primeiro eu não sei como é que vai ser a equalização das tarifas. Segundo, eu vejo que ele pretenderia uma liderança enfraquecida do Presidente Lula e ele pretenderia chegar para impor, a meu ver, caminhos que para mim não são caminhos, são descaminhos para o Mercosul que a meu ver não está vivendo seu melhor momento.

Mas, Ministro, eu lhe diria mais ainda, que V.Exª. foi – eu quero parabenizá-lo porque foi assim – saiu de um certo jargão que eu ouço nesse Governo, ou seja, o que é bom é do Governo e o que é ruim é dos anteriores. Então V.Exª. chegou a mencionar que o que hoje parece não acertado em governos passados teria sido acertado pela sua própria visão da época, porque senão pareceria assim: O Governo anterior... O Governo atual é o dono da auto-suficiência do petróleo. O Governo passado é o culpado da dependência do gás na Bolívia. Ou seja, a nossa discussão tem sido no melhor nível, no nível mais elevado. V.Exª. também se saiu muito bem na resposta ao Senador Jefferson quanto àquela história do racismo, ou seja, não partiu do Senado nenhum desejo de estigmatizar, muito menos eu, que tenho claramente sangue indígena nas minhas veias até como amazonense que tenho muita honra de o ser. Então não caberia mesmo isso. Ele poderia ser...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Tem sangue indígena?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sabe que até lá pelo Rio Grande tem gente que tem também. É uma história... Mas tenho, e com muita honra. E o pior é que lá no Rio Grande deve ter também. Tem etnias indígenas boas, com muita contribuição para a compreensão da história brasileira. Mas o fato é que retomando aqui, após a revelação que eu faço ao Senador Pedro de que tenho sangue indígena e dele me orgulho, não caberia a figura do racismo. Eu não condeno Evo Morales pela sua origem étnica. Eu condeno, eu como analista e não como Senador ago-

ra, condeno Evo Morales por entender que ele não serve à Bolívia. Por entender que a Bolívia junto com outros Países que têm Presidentes parecidos, está escrevendo uma página obscura da América do Sul e isso aumenta a responsabilidade do Presidente Lula, que tem sido responsável no macroeconômico e precisaria agora, a meu ver, ser mais presente e mais contundente na conversa com figuras que são seus liderados. Sem perder a fraternidade, sem perder a ternura, *endurecer pero sin perder la ternura jamas.* É exatamente o que prego. Muito bem, Sr. Presidente, eu tenho ainda uma última, antes de fazer as perguntas, uma última... Tem aqui Fabiano Maisonnave enviado especial da Folha de São Paulo a Santa Cruz de La Sierra, acaba de soltar uma nota dizendo que o Governo boliviano já nomeou ontem à tarde os novos Diretores da PETROBRAS BOLIVIA REFINACIÓN SA, e de outras empresas, muito bem. Então ainda não tem a lei, eles fazem as coisas mesmo sem ter a lei, enfim, falta agora definir os nomes, não tem a lei, mas é uma situação difícil e que a meu ver exige que nós saibamos encontrar síntese que nos una, mas eu tenho evidentemente todas essas colocações e essas objeções a fazer a certos rumos da política que V.Exª. que é uma figura por todos os títulos respeitável lidera, porque essa é a convicção que vem da minha própria formulação intelectual.

As perguntas, Ministro Amorim sãO – Desde a campanha eleitoral de Morales, poderia prever que se eleito ele criaria problemas para a PETROBRAS e conseqüentemente nas relações Brasil/Bolívia. Por que o Brasil não se preparou eficazmente e previamente para evitar o problema?

A outra pergunta: A expropriação das instalações da PETROBRAS pelo Governo Morales foi ofensiva aos interesses brasileiros. Criou-se então um problema, claramente bilateral, que poderia até virar trilateral porque a Argentina tem um pouquinho a ver. Mas jamais "tetralateral", posso dizer essa expressão, porque não cabia Chávez. A mim... Eu vou lhe falar uma coisa, Presidente Saturnino, que me deixou muito feliz, é uma lembrança que tenho de um grande amigo, querido amigo Presidente Tancredo Neves. A coisa que me deixou, uma coisa simbólica. Ele viajou antes de ter aquela agonia, ele viajou pelo mundo apresentando o que seria o seu programa de Governo. E ele vai ao Presidente Reagan, e foi um gesto simbólico. Mas a mim me tocou e me arrepiou. O Presidente Reagan em pé, o Presidente Tancredo em pé, os dois estavam ali trocando amabilidades e o Presidente Tancredo fez assim para Reagan sentar. E Reagan sentou no momento em que Tancredo disse que era para sentar. Uma bobagem, não tem nada de científico no que digo. Só tem que ali me passava a experiência, a determinação, a coragem de tantas vezes testada de um homem do valor daquele Presidente que não conseguiu sê-lo em função daquela diverticulite desastrosa para o País, enfim, que impediu que nós conhecêssemos o que faria na administração, aquele homem que estava tão esperado pela população brasileira.

A mim, a foto não ficou boa. Aquela foto do Presidente Morales segurando o Presidente Lula, aquilo é para chargista. Aquilo não é uma foto boa. Porque o Presidente não deve deixar ninguém pegar nele, eu acho. Tem que ter uma certa dignidade formal, corporal, ter a expressão corporal adequada. Eu percebi, que não foi o melhor, não foi bom. Realmente não foi bom. Mas muito bem...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador, não interromper, cortar a palavra, mas V.Exª. já está 17 minutos. (risos)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pois não. Acho que já bati o recorde, o Senador Jefferson foi 15 e eu peço mais dois. Está bem? Que essas coisas, Presidente, ou impõe a regra do internato logo no início ou depois vira realmente essa democracia meio anárquica de cada um acabar falando.

Mas muito bem, Sr. Presidente, toda a imprensa noticiou e ficou claro que o Governo populista de Hugo Chávez incentivou a ação do Governo Boliviano. Não dá para ignorar isso. Houve alguma reação do Governo Brasileiro contra essa ostensiva atuação do Governo Venezuelano contra os interesses brasileiros?

E finalmente, eu não precisava nem dos dois minutos mais, o Brasil vai continuar assistindo passivamente a audaciosa, e para mim, nefasta atuação de Hugo Chávez visando assumir a liderança da América do Sul?

Muito obrigado, Ministro. É um prazer revê-lo sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Palavra ao Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Bem, também é um prazer para mim, Senador e colega, ter a oportunidade de discutir com V.Exª. acho que devíamos fazer isso mais vezes em vários contextos. Os comentários foram muito amplos, mas como V.Exª. fez perguntas eu talvez deva me limitar às perguntas em vez de fazer contra-comentários. Só um, se me permite, eu faria porque também se aplica a algo que foi dito pelo Senador José Agripino, quando ele disse, "o que é que nós devíamos ter feito", e entre outras coisas, ele mencionou, Senador, mencionou que nós devíamos ter dito para os bolivianos – acho que V.Exª. também mencionou isso – que nós devíamos ter dito para os bolivianos que é do interesse deles, que é dar um tiro

no pé, não entregar o gás para o Brasil, que não há a possibilidade de inviabilizar o projeto, que não há a possibilidade de aumentar o preço de maneira, enfim, como está sendo colocado sem inviabilizar o projeto. Eu posso assegurar que tudo isso foi dito, foi dito para eles diretamente e foi dito publicamente por mim numa entrevista que está hoje no Globo. Então pelo menos essa parte eu quero lhe assegurar que foi feita. Não sei se é suficiente, mas isso foi feita.

Com relação às perguntas específicas, depois eu gostaria muito de conversar com V.Exª. sobre o Conselho de Segurança e multilateralismo, até porque acho que as coisas estão juntas, porque se nós tivemos hoje a representação de 45 não haverá um verdadeiro multilateralismo. Ele não é mais representativo da realidade de hoje. Não é uma pretensão vã do Brasil, é algo que tem a ver com a estrutura internacional.

Mas voltando aqui aos temas e perguntas, campanha de Morales, e o que poderia acontecer. Senador, nós estamos nos preparando para isso há muito tempo. Não só pela campanha do Presidente Evo Morales, na realidade, o referendo proposto pelo Presidente Mesa e em 2004 e a maioria esmagadora que obteve, já propunha nacionalização, já propunha tudo isso. Qualquer Presidente que fosse eleito, Senador, eu posso lhe assegurar, teria muita dificuldade de não concretizar aquele... Ou se reinstauraria, como ocorreu com o próprio Presidente Mesa, o clima de instabilidade logo após a Lei de Hidrocarburos, na Bolívia. Eu não sei, não posso prever exatamente o que é que os outros Presidentes fariam, como fariam, provavelmente não poriam tropas ou algo do gênero. Mas de qualquer maneira um plebiscito que tinha tido 80, 90% dos votos. Uma lei aprovada pelo Congresso, é muito difícil imaginar que qualquer uma Assembléia Constituinte que já havia sido aprovada também antes – ainda durante o Governo do Presidente Mesa – outro referendo sobre autonomias. É muito difícil imaginar que outro Presidente tivesse agido de maneira diferente.

Nós, em muitas ocasiões, tivemos conversas com o Presidente Evo Morales. Eu lhe relatei aqui, que eu mesmo pessoalmente fui à Bolívia, tive com os dois candidatos, sempre ouvimos palavras, digamos assim, de razoabilidade do Presidente Evo Morales. Tanto quando candidato, quando eleito. Razoabilidade no sentido de que eles continuavam querendo uma parceria com a PETROBRAS, que achavam que não queriam interromper de maneira nenhuma o fornecimento. Agora, se eles iam e como eles iam cumprir o plebiscito e a lei...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – É que eu estou respondendo a pergunta de V.Exª.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Perdão. Peço perdão a V.Exª.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Como exatamente ele iria fazer, certamente... Se me perguntar eu li muitas coisas: "Surpreendeu o Brasil". Não. O fato de haver a nacionalização não nos surpreendeu. A maneira como foi feita, sim. Houve alguma surpresa, porque ainda na semana anterior tinha havido um contato da própria PETROBRAS e do Ministro de Minas e Energia com o Ministro do Hidrocarburos deles. Agora, que algo iria acontecer de alguma forma nós sabíamos, até que ponto isso está sendo inspirado por considerações eleitorais lá é algo que nós teríamos que discutir.

Bem, com relação... Quando V.Exª. falou da expropriação, depois V.Exª. entrou pelo domínio gestual, também acho que os gestos são muito importantes em política, mas acho que a pergunta não era sobre isso propriamente. A pergunta é se nós vamos fazer valer nossos direitos, e isso tem sido dito continuamente pelo Presidente Lula, pela PETROBRAS, sim. Se encontrarmos uma solução negociada ótimo, se não encontrarmos uma solução negociada, há previsão nos contratos específicos de como agir. E é isso que teremos que fazer.

Com relação à lideranças, às ações do Chávez, suas duas últimas perguntas creio que são meio parecidas. A presença do Presidente Chávez lá, eu creio que também a presença se justificava, sobretudo, em função da questão mais macro, que é a integração energética da América do Sul e as principais reservas se encontrarem na Venezuela, então era difícil separar totalmente os dois assuntos, eu repito que naquele caso específico o Presidente Chávez teve uma ação construtiva, mas também digo a V.Exª., porque eu creio que isso fez parte das suas perguntas, eu me perdi agora um pouquinho exatamente em que é que foi perguntado em relação aos dois temas, mas, sim, foi transmitido ao Presidente Chávez o nosso desconforto. E o desconforto pessoal do Presidente Lula com algumas dessas ações que foram praticadas. Ações que pode em ter sido... Eu não vou julgar aqui como se diz em francês, (?). Não sabemos qual era a intenção do Presidente Chávez, mas o fato concreto de que enquanto certas ameaças estavam sendo veiculadas pela imprensa, disso se dar paralelamente a uma presença grande de funcionários da PDVEZA disso se dar paralelamente a uma presença do Presidente Chávez num encontro em que envolvia Uruguai, Paraguai e Bolívia, esse desconforto foi expresso de maneira inequívoca pelo Presidente Lula, a ponto dele dizer que isso colocava em risco não só o gasoduto, o projeto maior do

gasoduto, esse que viria da Venezuela, iria a Manaus também, sem prejuízo... Imagino eu de outros gasodutos inteiramente nacionais, que eu concordo com V.Exª. que nós devemos procurar o máximo a autosuficiência, agora, não só prejudicaria gasoduto, mas prejudicaria a própria integração sul-americana. V.Exª. pode até me perguntar: Surtiram efeitos? Acredita que o Presidente... Não sei. Isso nós vamos ver.

Eu acho que as conversas têm sido progressivamente francas. Vou dizer um exemplo, e muito francas. Freqüentemente o Presidente Chávez nos diz que ele acha que o Mercosul deu pouca atenção a parte social, que nós não podemos ter o Mercosul comercial. E várias vezes ele ouviu do Presidente, de mim, quando o Presidente generosamente também me permitiu falar, o que é que nós temos feito na parte social do Mercosul. Muito que tem sido feito. Quer dizer, não se trata de reinventar o Mercosul, trata-se de aprimorá-lo. E várias vezes também tem sido dito diretamente a eles, e publicamente, se V.Exª. também... Eu creio que também V.Exª. tem outras coisas a fazer do que ficar lendo as minhas declarações para imprensa... (risos) muito mais importantes, mas terá sido... Vai encontrar em várias delas a afirmação de que não é o Mercosul que tem que se adaptar à Venezuela. A Venezuela é que tem que se adaptar ao Mercosul. Senão não chegaremos ao um acordo. Claro que ela uma vez sendo membro terá lá o direito de influir como os demais membros. Mas não de forma diferente.

Com relação finalmente à ação nefasta de Chávez na América do Sul, e que nós pretendemos fazer em relação a isso, e a liderança do Brasil, eu diria o seguinte: E eu ouço e repito aqui muita coisa que tem sido dita, inclusive, por esses ilustres colegas meus que dessa vez se esmeraram aí nas críticas. Eu respeito muito a opinião das pessoas, alguns deles já foram até meus chefes, agora, também tenho o direito de discordar deles em algumas ocasiões. Mas a liderança ela se exerce pelas atitudes. Enquanto toda essa crise começava a se esboçar, o Presidente Uribe, que é o Presidente da Colômbia e que justamente está assinando um TLC com os Estados Unidos, sentiu necessidade de vir procurar Conselho e apoio do Presidente Lula. Se a liderança dele estivesse tão desgastada assim, isso não ocorreria. V.Exª. se referiu também à OMC. Um pouco *en passant,* creio eu, a nossa derrota. Derrotas em eleições nós temos que estar preparados para elas, eu acho que são coisas que ocorrem. Se V.Exª. me pedir uma analise hoje, eu diria que foi infeliz nos candidatarmos ao BID e à OMC ao mesmo tempo. É uma avaliação que eu faço, mas, digamos, sabedoria *a posteriori* tem pouca valia. Foi infeliz termos as duas candidaturas ao mesmo tempo, que isso foi apontado até como um excesso de ganância do Brasil e no final não conseguimos eleger nenhum dos dois. Agora, dizer que o nosso prestígio, como muitas vezes foi dito na OMC, foi abalado, isso certamente não é verdade. V. Exª. Acompanha a política externa brasileira, com certeza, acompanha a política das negociações comerciais, e jamais terá visto uma presença do Brasil nessas negociações como tem ocorrido hoje. Pode ser circunstancial, pode ser que tenha ocorrido por vários fatores, tem a ver com G-20, tem a ver com outros fatores, tem a ver até com circunstâncias biográficas, porque por coincidência e por indicação de outros Presidentes e fui duas vezes Embaixador em Genebra, então eu conheço os assuntos lá, não é por mérito, é por coincidência da vida. Mas o fato é que nunca vi o STR americano se colocar para o Brasil, porque nós não podíamos ir aos Estados Unidos para conversar sobre OMC. E isso aconteceu há um mês atrás. Nunca vi isso. V.Exª. pode olhar nos jornais de ontem, imagino eu que na página da Casa Branca, o Presidente Bush dos Estados Unidos dizer claramente e publicamente à Chanceler Ângela Merkel da Alemanha, que acha bom ela estar conversando não só com os parceiros europeus, mas Países como o Brasil. Quer dizer, então o Brasil não está desprestigiado internacionalmente.

Outros problemas que existem, me permita porque acho que essas coisas são importantes, nós não controlamos a realidade. Quando falam aqui que há um problema grave, eu acho que quando as pessoas falam em desintegração da América do Sul, quando esse artigo que foi publicado hoje, eu não sei em que é que isso espelha, não quero julgar a intenção das pessoas. Agora, é evidente que nós não controlamos a realidade. Eu acho pessoalmente que a eleição do Evo Morales foi uma coisa boa para a Bolívia. Como é que vai ser o resultado, eu não sei. Mas independentemente de eu achar bom ou ruim não está no nosso controle. Ele teve 54% dos votos do povo boliviano. Da mesma maneira que o referendo revogatório que foi realizado na Venezuela, e o Brasil teve uma participação ativa para assegurar que aquele dispositivo constitucional da Venezuela fosse respeitado, deu vitória ao Presidente Chávez. Isso é um fato. Da mesma maneira que possivelmente o Presidente Uribe será eleito. Agora não sei, não posso julgar porque a eleição ainda vai ocorrer, mas as pesquisas dizem isso.

Então essas coisas não estão sob o nosso controle. Obviamente. Então há uma inquietação na América do Sul. Há muitas inquietações. O que nós temos que trabalhar é pelo diálogo. A nossa relação com a Argentina, eu vejo que V.Exª. fez uma referência a ela, e terá havido realmente no início um certo... Como eu não sei como eu classificaria, mas um certo afasta-

mento, talvez pessoal, mas hoje está totalmente superado. Nós temos hoje uma relação com a Argentina como talvez só tenhamos tido no tempo do Presidente Sarney com Alfonsín, mas naquela época era um idílio ainda. Hoje nós temos problemas de uma relação íntima. Uma coisa é o namoro, um noivado. Outra coisa é uma relação com a que eu tenho de 40 anos de casado em que os problemas vão surgindo, e você tem que ser capaz de resolver aqueles problemas, e não ficar só... É bom que mantenha o idílio também, mas tem que viver a realidade muito mais complexa de saber onde é que cada um bota a escova de dente, etc. Então nós temos essa relação hoje com a Argentina num plano excelente.

Então, podemos agir na questão do Uruguai e Argentina? Olha, há suscetibilidades que nós temos que respeitar. E às vezes não é a falta de liderança do Brasil que está impedindo que se encontre uma solução. Há problemas que estão ao nosso alcance ajudar a resolver, e nós temos ajudado em vários. Para voltar um ano e meio atrás quando a Colômbia e a Venezuela tiveram problema, o Brasil esteve presente e ajudou a amenizar a questão. Em várias outras questões nós temos agido. Agora, há algumas que às vezes até convém deixar que as coisas caminhem um pouco por si para não entrarmos num momento, em que digamos, que a nossa presença seja bem-vinda e não seja vista como intruso. Claro que isso tudo depende de julgamentos subjetivos, mas eu quero garantir a V.Exª. que ao Brasil, eu acho que a liderança do Brasil não está em xeque. É claro que em certos momentos quem tem ações mais espetaculares aparecem mais. Eu não estou preocupado realmente em que o Presidente Lula apareça na lista do Time. Nem estou preocupado em que o dia em que façam uma lista de Chanceleres que eu apareça na lista do Time. Não estou preocupado. Eu estou preocupado para onde caminham as coisas. E eu acho, dito isso não por mim, mas por um Embaixador Britânico que acabou de presidir um seminário sobre o Brasil vou lhe mandar as conclusões porque acho muito interessante, em Ditchley, na Inglaterra, um seminário onde havia pessoas críticas e pessoas a favor, ele fez um comentário dizendo o seguinte: O mundo caminha na direção do Brasil. "*The world goes Brazil's way*".

Então, eu fico mais satisfeito com essas afirmações de pessoas preparadas do que com outras colocações, respeito, naturalmente, mas digo como aparecer na lista do Time certamente, provavelmente é possível até que Osama Bin Laden tivesse na lista do Time. Eu não sei se já estava. Mas já esteve. Certamente já foi até capa do Time.

Então, eu acho que nós estamos caminhando pelo caminho que achamos correto, equilibrado. Podemos errar, e como eu disse aqui no início dessa... Acho que isso pode se aplicar, Senador, algumas das coisas que V.Exª. disse, que acho que vale a pena dizer. As críticas injustas me irritam, as críticas justas me preocupam. Eu tenho a difícil tarefa de separar as injustas das justas e procurar melhorar o meu comportamento em relação às críticas justas.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, me permita uma breve réplica?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Me permita apenas uma observação, Senador Arthur Virgílio, porque eu achei estranho. Eu diversas vezes eu vi o Presidente Fernando Henrique Cardoso abraçar pessoas até às vezes de quem ele discordava e tudo, então não pode o Presidente Lula pegar no braço. Aqui eu acho que o meu amigo Senador Pedro Simon não vai acha ruim que um Senador pegue no braço dele. E o Senador Arthur Virgílio reclamou do Presidente Lula ter pego, dar um abraço no Presidente amigo. Então eu fiquei preocupado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – A discussão paralela realmente a gente deve evitar porque senão...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Senador Suplicy, eu sou amigo e tenho muito orgulho de ter servido ao Governo de Fernando Henrique Cardoso. Agora, eu já desencarnei dele. Se o Senador fizesse a mesma coisa seria bom. (risos) Então vamos objetivar. Essa coisa de Osama Bin Laden. Não dá para negar a importância dele, não. Não dá para negar. É tão importante que causou aquele trauma todo no 11 de setembro. Não dá para negar. Eu estou dizendo que a análise de uma revista importante disse que na América do Sul o maior líder era Chávez. E olha que a revista não deve morrer de simpatias por Chávez. Então tudo que eu rogo, o que eu desejo para o meu amigo Ministro Celso Amorim é que se fizer a lista de Chanceleres é que V.Exª. esteja lá. Eu torço porque não é bom não estar. Imprensa é muito chata quando procura a gente demais. É mais chata quando não procura a gente. Quando não dá bola para gente, aí é horrível. Não tem um homem público que ache bonito não ser procurado pela imprensa.

Mas vou muito bem, Presidente, Sr. Senador, Sr. Ministro, duas observações: Eu sinto que esses eventos não fortalece a posição do Presidente em Viena. E diz isso alguém que não tem nenhum interesse em ver ele enfraquecido lá, porque eu repeti ontem aquilo que eu dissera numa reunião das oposições quando

falava muito em *impeachment* numa hora em que o Presidente estava muito fraco. Eu fui contra o *impeachment* naquela hora, e ainda ontem, de novo, declarei alto e bom som para a imprensa, e está publicado nos jornais hoje, que não sou a favor de se partir para essa coisa de *impeachment*. Ou seja, com essa coerência eu desejaria que nós brigássemos aqui dentro e lá fora a posição fosse forte. Eu sinto que não seja tão forte. É minha opinião. E por outro lado, aí eu quero de novo dizer que nós temos a necessidade de conversar. Acho que vou me meter naquele seu jantar com o Senador Jefferson Peres, porque é um desastre do ponto de vista ecológico, do ponto de vista econômico, do ponto de vista geopolítico, esse tal gasoduto que é maior do que muralha da China. A Miriam Leitão chamou de "Transpinel". Porque rasga a Amazônia, não passa pelo crivo dos ambientalistas brasileiros. Eu já estou vendo a dureza que é o pequeno gasoduto Quari-Manaus, a confusão que deu no campo ambiental. É melhor buscarmos soluções mais simples e essa ainda tem agravante de nós estarmos de novo nas mãos da Venezuela. Eu preferiria que nós fizéssemos, realizássemos os gasodutos que estão projetados no País. Se fizermos isso, em poucos anos teremos o Brasil autosuficiente em gás.

Muito obrigado, mais uma vez é uma um prazer ter dialogado com V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O próximo inscrito sou eu mesmo. Então vou pedir ao Senador Azeredo que assuma aqui, que troque de lugar comigo e assuma a Presidência.

(troca de presidência)

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Presidente Azeredo, uma questão. Pode ser "pela ordem". Eu como não sou membro da Comissão, eu vou ficar provavelmente em último lugar. Mas eu quero dar a minha opinião. Eu só quero saber se haverá tempo. Senão eu não ficarei, porque está muito interessante, mas eu quero dar a minha opinião sobre esse assunto. Eu quero saber até que horas nós vamos ter essa reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Cristovam, nós temos ainda depois do Senador Saturnino, mais cinco inscritos antes de V.Exª. Apenas uma, não está presente, que é a Senadora Serys, que não está presente. Cedeu lugar para a Senadora Ideli que informa aqui.

Então, teriam quatro, e eu acredito, o Ministro vá poder ficar mais um pouco.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – O tempo que for necessário.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não seria melhor fazermos um grupo de Senadores perguntando e o Ministro responderia em bloco?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Pergunto ao Presidente.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Por mim, sim, agora, acho que os...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Pegando uma carona no Senador Cristovam e no Presidente agora, que acabou de assumir. Eu concordo porque eu teria apenas uma pergunta para fazer, e a resposta do nosso Embaixador, acho que ela pode... Seriam 30 segundos a resposta, talvez, mas considero importante. Talvez um bloco de perguntas. Eu nem inscrito estou, ainda estou me inscrevendo.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu acho que com a colaboração de todos, nós vamos cumprir essa agenda sem que cheguemos às 14 horas às 2 horas da tarde, enfim, é uma previsão de tempo que eu acho que já estava mais ou menos estabelecida, tendo em vista a importância transcendental deste depoimento aqui do Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu acredito que nós podemos... Vamos tentando levar a reunião como está indo, e se houver muito atraso a gente poderia modificar.

Então, com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Ministro, me permita antes de tudo cumprimentar V.Exª. pela exposição excelente e pelas respostas objetivas, pela clareza, pela franqueza e pela capacidade de convencimento que a sua presença hoje aqui trouxe a nós todos e aos que nos vêem e aos que nos escutam.

Eu queria fazer rapidamente duas ou três observações e depois uma pergunta bastante objetiva. As observações que eu queria fazer dizem respeito a essa contraposição que a gente vê tão freqüentemente entre ideologia e pragmatismo. Como o que aqueles que defendem uma certa posição ideológica fossem nefelibatas, pessoas que não são capazes de enxergar a realidade, quando o que se dá é que os que pautam as suas ações políticas com uma marca mais profunda de natureza ideológica, pensam no longo prazo. Ao passo que os pragmáticos pensam quase sempre no curto prazo, na solução de um problema que está na pauta. E os que têm um certo pendor ideológico pensam no desenvolvimento de um modelo de natureza econômica e social que no longo prazo venha trazer mais benefícios para a população, no caso, do Brasil.

Quer dizer, eu pessoalmente acho que há uma ligação muito profunda, embora no longo prazo, entre

o interesse do povo sofrido e espoliado boliviano e o povo sofrido e explorado brasileiro. Quer dizer, essas coisas existem. E existem laços que no longo prazo vão ligar interesses que eu defendo, interesses de uma parte mais carente da população brasileira e que estão ligados por certas razões e por certos fenômenos aos problemas do povo boliviano. Acho, por exemplo, que o Brasil tem, neste caso, interesses muito fortes e muito grandes e muito consideráveis que transcendem o mero interesse do lucro ou do prejuízo da PETROBRAS. Que é importante, sim. Eu não quero desconsiderar a importância do lucrou ou do prejuízo da PETROBRAS. Eu quero é que se considerem as outras razões que transcendem essa questão imediata que estão ligadas ao grande projeto de integração da comunidade sul-americana, que eu acho que foram consideradas nesse episódio por parte do Governo, porque o Governo dá importância a esse projeto de longo prazo.

Então, aquilo que parecem tibieza, na verdade é racionalidade, tendo em vista esses outros objetivos, isto é, não abrir mão da defesa imediata dos interesses, através da negociação, ao invés de escalar no emocionalismo e fazer pronunciamentos que possam atender, digamos, à alma, ao espírito do povo brasileiro de ver uma satisfação momentânea, mas no longo prazo vir a prejudicar um projeto que é muito importante para esse mesmo povo brasileiro e para o próprio povo boliviano.

Então, a nota diz com clareza, a meu ver, isso, quando fala em firmeza com tranqüilidade. Firmeza com tranqüilidade é isso. É ter a racionalidade de enfrentar o problema momentâneo, mas sem perder a visão de longo prazo que é a da integração sul-americana. Dizer que a América do Sul está esfrangalhada que também é esquecer o passado, um passado que não é muito remoto. Quando eu fiz CPOR nos anos 50, a hipótese de guerra do Brasil era com a Argentina. Então os Países da América do Sul viviam todos de costas uns para os outros, pensando nos Estados Unidos e na Europa. E de repente se descobriram que eles existem e que há um interesse recíproco e essa escalada do comércio interno reflete isso. Mas como disse o Ministro muito bem, não é só o comércio interessa. O comércio interessa muito, mas a integração política interessa também e precisa ser considerada e levada em conta.

Então, acho que tudo isso, a presença de V.Exª. hoje aqui, suas explicações, o fornecimento de informações que faltavam a muitos, serviu enormemente, profundamente para esclarecer muitos aspectos que estavam mal colocados, estavam, enfim, sujeitos a má informação, que, a meu juízo, aqui em um juízo muito particular, mas que eu faço questão de dizer aqui, tem também outras razões inconfessáveis. Quer dizer, há muito interesse que ver implodir o projeto de integração sul-americana para que todos nós nos voltemos para a ALCA como a salvação única e existente para os nossos povos e nossas economias.

Enfim, feitas essa essas considerações, eu vou fazer apenas uma pergunta a V.Exª, que diz respeito quando foi referido aqui o esfrangalhamento da América do Sul, que eu acho que não existe, tendo em vista o que existia no passado e o que existe agora, eu perguntaria só uma informação...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Ah, mas muito melhor. Pois é. Eu queria uma informação de V.Exª., ainda que não diga respeito ao assunto do nosso encontro de hoje, é a respeito desse chamado tropeço do Uruguai. O Uruguai ameaçando sair do Mercosul, o que é que há de efetivo, de realidade a esse respeito?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Senador, vou tentar responder rapidamente. Eu acho que indiretamente também comentar alguma coisa que V.Exª. comentou e que outros comentaram.

Eu acho que eu freqüentemente ouço críticas à política externa brasileira, no caso da América do Sul, por dizer que fizemos muitas concessões, fomos muito generosos. Agora, ao mesmo tempo ouve-se a crítica e eu ouvi com muita atenção e interesse e quero continuar debatendo com ele e com os outros, do Senador Arthur Virgílio, que nós estamos deixando a liderança do Presidente Chávez, independentemente de ser nefasta ou não ser nefasta a liderança do Presidente Chávez ou de outro País se expandir na América do Sul.

Olha, se algo faltou na política externa brasileira, e aí não é tanto o problema de política externa, é o problema de cultura nacional, foi ter uma atitude mais aberta, de visão de mais longo prazo ainda, em relação aos nossos parceiros menores do Mercosul. O grande problema que a gente enfrenta no Mercosul hoje não é um problema entre o Brasil e Argentina. As questões entre Brasil e Argentina foram resolvidas. Claro que outras vão surgir. É natural. Terá que ser assim.

Agora, os grandes problemas que nós vemos hoje no Mercosul é a insatisfação dos Países menores com o Mercosul. E por quê? Porque eram, digamos, se quisermos usar, eu citei aqui o Galeano, já paguei um preço por isso, é a "*great expectation*", são as grandes esperanças frustradas. O Uruguai talvez fosse o País em que as primeiras sondagens de opinião, eu acompanho isso desde o início, atravessei o Governo do Presidente Sarney cuidando um pouco lateralmente

desse tema, no Governo até do Presidente Collor eu era Diretor da Área Econômica, fui Ministro do Itamar Franco, Presidente Itamar Franco, quando assinei o Protocolo de Ouro Preto, acompanhei muito isso. As primeiras sondagens, o País que tenham maior apego ao Mercosul era o Uruguai. Porque tinham as maiores esperanças no Mercosul. E realmente no início houve o grande avanço. Eu cito sempre o comércio porque o comércio é um índice fácil de comparar. Claro que ele não espelha tudo. Então a exportação do Uruguai que chegou a ser um bilhão para o Brasil, hoje é de quinhentos milhões. Eu se fosse os uruguaios também estaria desiludido com o Mercosul.

Agora, por quê? Nós não tivemos boa vontade? Sim, tivemos. Mas nos acreditamos que através de instrumentos automáticos, tarifários, tudo seria resolvido. E não foi. Quer dizer, nós reduzimos a zero as tarifas, permitimos eles terem regras de origem mais flexíveis, criamos listas de exceções, e mesmo essas coisa não foram suficientes para atrair o investimento que o Uruguai queria para exportar para o Brasil e para a Argentina.

Então, nós temos que ter mais coisas. O que nós temos que fazer para resolver essa adesão do Uruguai em relação ao Mercosul? Nós temos que ter, mas é um problema cultural, é um problema que vai muito mais fundo. Como disse V.Exª. Nós temos que entender que a integração da América do Sul é um destino que não há como fugir dele. A gente vai se integrar por bem ou por mal. Pelo narcotráfico ou pelo comércio. Então nós temos que trabalhar por essa integração de maneira positiva. E não é, digamos, voltando as costas para os nossos parceiros, ameaçando de retaliação que nós vamos conseguir chegar lá.

Então, o que é que falta com relação a Países como Uruguai e Paraguai? Mas, com o Uruguai mais ainda. O que falta com eles? É nós termos a generosidade, sim, de estendermos um pouco os nossos empréstimos do BNDES para investimentos no Uruguai, porque senão você cria uma desvantagem brutal. Claro que se uma empresa... Vai se investir no Brasil, vai ter empréstimo do BNDES, e chega no Uruguai e não tem empréstimo nenhum, porque não existe Banco nacional, lá.

Então é uma coisa. Temos que ter uma política de compras governamentais que permitam. O que é que o Uruguai ou Paraguai pode fornecer para o Brasil? O Paraguai vai fornecer a plataforma de exploração de petróleo? Claro que não. Mas ele pode fornecer lá uma manivela que faz parte da plataforma de exploração de petróleo.

Agora, isso exige da nossa classe empresarial, dos nossos políticos, dos outros órgãos do Governo, além do Ministério das Relações Exteriores e do Presidente da República, uma compreensão de que isso é o futuro. Quer dizer, nós não podemos tratar de uma Política Industrial Brasileira e depois olhar o Mercosul como um apêndice. A Europa não faz isso.

Então, nós temos que olhar. Por que é que a Bélgica e a Holanda não vivem brigando com a União Européia? Porque... E hoje em dia Portugal e Grécia que são mais pobres, porque esses interesses foram levados em conta. Claro que nós não temos os meios da Alemanha, nós nunca vamos poder botar o dinheiro que a Alemanha ou Inglaterra puseram. Mas na nossa restrita proporção, nós temos que levar isso em conta. Ou então nos resignarmos que algum dia o Uruguai saia do Mercosul. O que é que se vai fazer. Também se quiserem sair é um direito soberano deles. Nós não podemos discutir isso. Agora, não pode ser do Mercosul e ao mesmo tempo fazer um acordo de livre comércio com os Estados Unidos separado do Mercosul. Isso não pode. Agora, não pode porque não é que a gente não queira, não pode porque não é da índole de uma União aduaneira. É a queixa que se faz hoje em dia na Comunidade Andina em relação aos tratados de livre comércio do Peru e da Colômbia. Eu vejo... Eu não quero estender porque tem muitas outras perguntas, então eu vou me limitar a isso.

Eu acho que nós temos que ter e a resposta para a questão do Uruguai. E eu acho que até essas questões das papeleiras, tem outras conotações, naturalmente, teria sido muito amenizada se nós tivéssemos favorecido investimentos produtivos no Uruguai. Enquanto nós não favorecemos, vão surgir. Porque claro, o que é que vê hoje o Uruguai? "Ah, pela primeira vez botou investimento de um bilhão de dólares e surge o problema". Não estou entrando no mérito do problema. Mas o sentimento nacional é esse. E se nós não entrarmos na compreensão do sentimento nacional dos outros, nós não vamos resolver e não vamos resolver e nem atender o nosso próprio interesse nacional. Essa é que é a questão. Ninguém é generoso porque quer ser bonzinho. Generosidade não é ser bonzinho, é ter uma visão de alto interesse, mas de longo prazo. Não preso, digamos, ao interesse de imediato, de um setor. Enfim, foi assim que nós resolvemos um problema com a Argentina importante, e assim é.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Ministro. Eu vou devolver a Presidência ao Senador Saturnino, e o Senador Pedro Simon é o próximo inscrito.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Embaixador, não há dúvida que essa questão do seu contexto pegou todo o Brasil na contramão. O PT no Governo, de repente acontece o que aconteceu com a PETROBRAS na Bolívia. Eu não tenho nenhuma dúvida que seja qual fosse a posição que o Lula tomasse, a oposição estaria fazendo crítica. Se o Itamaraty e o Lula tivessem dado uma nota radical, praticamente rompendo com a Bolívia, a oposição estaria dizendO – "Mas que bobagem. Em vez de negociar, atirou a Bolívia nos braços da Argentina". Então a oposição do Governo Brasileiro, com toda sinceridade, acho que não seria fácil. Eu vou lhe ser sincero, o que me surpreendeu é que eu acho que o Governo do Lula, e aliás, a rigor, o Governo do Fernando Henrique, o Brasil, desde que o Sarney iniciou essa Política de Integração com a América Latina, vem tendo uma política de muita simpatia com seus vizinhos. Então o Lula com a Bolívia foram várias manifestações de simpatia. Até exagerada. Quer dizer, na campanha ele foi lá. Só não votou porque não deixaram. Então eu me surpreendi pelo gesto do Presidente da Bolívia. Está certo que ele está numa eleição, para ele foi um lance a privatização, etc, mas eu acho que faltou um pouco de respeito dele para com o Lula. Ele deveria ver que o Lula também tem uma eleição aqui pela frente dura, difícil, e meio à eleição ele podia ter feito um gesto meio que empatasse, que somasse para os dois lados. Um gesto de fazer um novo entendimento, um novo protocolo, mas que somasse para os dois lados. Então o gesto do Presidente, a mim me surpreendeu nesse sentido. Que eu achava que eram tão fraternas as relações do Governo Brasileiro com o Governo de lá, que eu achei que não fariam da maneira que fizeram, inclusive com o exagero de usar tropa quando não tinha nenhuma necessidade.

Segundo lugar, eu acho que o Presidente da Venezuela se meteu demais. Quer dizer, ele quis botar o braço e aparecer como o tal, como o orientador, como o... Eu acho que também foi um ato de grosseria de alguém que está tendo respeito do Governo Brasileiro. Respeito ao longo do tempo, ele precisou e precisa, e nas horas difíceis, inclusive, lá na hora mais difícil foi o Lula que estendeu a mão para ele, deu o abraço a ele.

Então o que eu achei nisso foi que a recíproca absolutamente negativa dos dois lados. Nessa operação da América Latina, eu sou dos que defendo que o Governo tem que ter muito, muito cuidado. Porque se nós estamos no atual estágio, devemos isso modéstia parte só ao Brasil. Se depender da Argentina não tinha nada, porque a Argentina estava no seu mundo encantado, despreocupada com tudo, e o restante a mesma coisa. Quer dizer, foi o Brasil, conversando primeiro com o Uruguai, depois o diálogo importantíssimo do Sarney com o Alfonsin, que, justiça seja feita, o Uruguai ajudou muito, porque as primeiras reuniões foram feitas lá no Uruguai, porque o Alfonsin era considerado antipático, então o seu colega, Ministro das Relações Exteriores dele, então o Caputo, ninguém sabia como chegar nele, enquanto que o atual, o que foi Presidente do Banco Mundial, o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, fizeram um relacionamento. Então, esse trabalho foi muito bem feito. Eu achei que o Collor, quando quis dar o avanço que ele deu, de precipitar para cinco anos que o Sarney tinha previsto em 10, eu acho que foi um erro do Collor. Porque isso a Europa levou 50 anos. Quer dizer, isso não se faz. Eu até achava que os 10 do Sarney era para começar. De repente, o Collor diminui para cinco anos. Quer dizer, a integração vai ser feita em cinco anos.

Então, se na Europa a integração começou pelo comércio e hoje está praticamente quase total, os riscos que tinham eram as guerras, o ódio das nações praticamente ali, que são ódios na Espanha, com os Países da Espanha, com as nações diante da Espanha, o que era ontem a Iugoslávia, e que hoje é não sei o que, isso não tem no Brasil e na América Latina. Mas, em compensação, o nosso atraso, a nossa cultura, a nossa miséria, e o que é mais grave, quer dizer, a interferência principalmente do americano. Quer dizer, o nosso maior inimigo se chama Estados Unidos. Se não tivesse os Estados Unidos, se o americano não tivesse se metido aqui, nós estaríamos muito longe. Quer dizer, o americano não quer. Quer dizer, o americano, se depender dele, ele faz como fez com Chile, um acordo direto, como fez com o México, como quer fazer agora, aproveitar porque o Uruguai está nessa crise das empresas de papel de celulose com a Argentina, aproveitar para pegar o Uruguai. Quer dizer, o americano é um adversário duro no sentido de não querer que isso aconteça.

Então, eu acho que realmente vocês viveram um momento delicado, e eu entendo a posição de V.Exª., principalmente, porque não vai ser o Lula que, com todo o respeito, nessas questões internacionais ele tem que olhar para o Ministro das Relações Exteriores dele. E acho que a sua posição realmente foi muito difícil e muito complicada. De um lado, um ato de agressão à nossa soberania, a nossa independência, e principalmente o Brasil, que nunca teve gestos nenhum com relação ao nível internacional e que todo o seu relacionamento com a Bolívia foi numa boa. Nós fizemos o gás, mas o Brasil, com toda aquela heterogeneidade da política da Bolívia, nós investimos. Foi o País que acreditamos, botamos dinheiro, aplicamos

lá, abrimos as portas para a Bolívia, porque, se para o Brasil o gasoduto é importante, a vinda do gás é bom, para a Bolívia é fundamental, é vida ou morte. Porque, se ela não vender o gás dela para o Brasil, vai vender para quem? O que é que ela vai fazer com o gás dela? E o gás dela, enquanto tiver ali e não tiver a quem comprar ela não tem ligação nenhuma, e o caso dela para nenhum outro País do mundo tem importância e ela vai conseguir o preço que tem com o Brasil.

Então, eu acho que o Brasil agiu bem, e posicionou-se bem. É um erro do Brasil, V.Exª. está cometendo, mas que não é seu, veio de trás, lá de Fernando Henrique, que eu critiquei no início, foi o negócio do Conselho de Segurança. Acho que o Fernando Henrique, foi um ato de vaidade dele, é um trato desnecessário, quer dizer, para eu pertencer ao Conselho, eu prefiro pertencer à FAU, pegar a Presidência da FAU, pegar um organismo desses. Eu acho que aí deu uma ciumeira danada na Argentina, e começaram a olhar para a gente... E foi uma coisa de... Assim como atitudes, que V.Exª. reconhece, que é querer pegar as duas Presidências, e terminou não levando nenhuma. Porque há essa ciumeira. E eu, falando lá com representantes numa reunião que tivemos aqui em Brasília, eu fui chocado com um empresário latino-americano, que dizia o seguinte: "Não, nós não temos nada que ver com a disputa de vocês e o americano. Entre o Mercosul e não sei o que, que vocês querem, e a ALCA... Porque, na verdade, para nós, não importa quem está nos explorando, se são vocês ou se são os americanos. Quer dizer, vocês querem ficar no lugar deles". E para nós é a mesma coisa. Quer dizer, o americano do lado de lá e o Brasil do lado de lá, representa uma exploração da nossa vida. Então, há um sentimento nesse sentido, e o Brasil, com um mapa do tamanho que tem e essa coisa toda, quer dizer, nós não podemos fugir dessa realidade.

Eu acho que no fundo, no fundo, e eu tenho meditado muito isto, é difícil a gente dar um resposta. O Dr. Ulysses tinha um Deputado muito conhecido do PMDB de São Paulo, que ele ia para os jornais e dizia horrores do Dr. Ulysses. Mas dizia horrores, horrores do Dr. Ulysses. Manchetes de jornais. Chegava no gabinete do Dr. Ulysses. Manchetes de jornais. Chegaram no gabinete do Dr Ulysses "Meu Presidente, meu amigo, eu lhe adoro", uma vez o Dr. Ulysses disse para ele "Mas, olha, ô Fulano, não seria melhor nós fazermos o seguinte, isso que você está dizendo para mim, você bota no jornal, e isso que você está botando no jornal fala para mim. Não dá para inverter?" Quer dizer, a rigor, seria isso, a nota não poderia ser um pouquinho mais dura e ele ir abraçar lá o Presidente e dizer "Olha, isso eu botei porque tinha que botar, não tem problema".

Mas, na verdade, na verdade, eu acho, com todo o respeito, que a nota poderia ser um pouquinho mais, ela foi suave demais. Mas eu não sou contrário ao espírito que está levando V.Exª. a continuar o diálogo, levou a paulada, vamos acertar ali adiante, mas vamos, porque o Brasil está dando um exemplo importantíssimo de que ele quer continuar com o Mercosul, que ele quer a integração da América Latina. Está sofrendo na carne. Se antes era diferente, agora ele está dano um exemplo. "Não, eu quero. Se antes vocês diziam que eu queria porque eu queria ganhar, porque eu queria somar, porque eu queria não sei o que, agora vocês estão vendo que eu levei uma paulada e continuo querendo". Eu acho isso positivo, acho que isso soma para nós. Estou achando que, de certa forma, a Argentina está se portando bem. Quer dizer, o gesto da Argentina, do Presidente da Argentina, eu achei elegante o gesto dele. Achei que o Presidente Lula tem que baixar um pouco o tom quando ele fala. Ele não pode desmoralizar o Presidente da PETROBRAS, porque o Presidente da PETROBRAS diz "Vai acontecer isso" e ele responde. Até porque, não fica bem isso. Quer dizer, a PETROBRAS ela tem o carinho de todos nós, afinal está todo mundo torcendo pela PETROBRAS.

Agora, que deve haver uma conversa muito séria no sentido de saber o que é que se quer, deve. Porque eu acho que com a Bolívia e com a Venezuela, acho que isso é muito importante. Porque, infelizmente, eu não vejo, se o Senhor me perguntar, V.Exª. me perguntar "O Brasil é o mais apaixonado pelo Mercosul? O Brasil é o mais apaixonado pela integração da América Latina"; "É"; "Qual é o segundo?" Eu não sei lhe responder. Eu acho que o segundo parceiro latino-americano que pensa nessa integração está muito longe do Brasil. Quer dizer, eu acho que o Brasil tem isso com dedicação, com paixão, com vontade, mas, o que vem em segundo lugar vem muito atrás. Nós não conseguimos, lamentavelmente, não sei se sua opinião é essa, nós não conseguimos fazer com que essa coisa ande, como devia andar.

E eu digo, e tenho dito muito isso, Chanceler, eu vejo o Brasil, quer dizer, nós temos petróleo, nós temos água, nós temos minério, nós temos terras agricultáveis, nós temos tudo para ser um continente rico de primeira grandeza, o que nós não temos é a capacidade de nos entrelaçar, de fazer o intercâmbio para que a coisa desenvolva e avance. E quando eu vejo o milagre que aconteceu, para mim foi um milagre o que aconteceu na Europa, com toda sinceridade, e olhava aquilo, quando eu vejo Portugal, País de primeiro mundo, quer dizer,

que mudou completamente da sua realidade, quando eu vejo que eles conseguiram encontrar uma moeda, conseguiram encontrar um objetivo, conseguiram realmente fazer frente, e o objetivo deles foi um, é olhar para o americano, ou eles faziam isso ou o americano engolia todos eles, e o que o americano não engolia, vinha a Alemanha de um lado, e o Japão e a China do outro lado. E eles tiveram essa visão e conseguiram fazer com todos os seus ódios, as suas guerras, que nós não temos nada aqui.

A última, fazia tanto tempo que eu não ouvia falar nisso, depois de muito tempo que eu até fiquei assustado com essa reunião, eu achei uma reunião muito negativa, porque já ressuscitaram negócio de que vai aparecer o negócio do Acre, que vão ressuscitar o Acre, já lembraram o que vai acontecer com o problema de Itaipu, já lembraram o negócio da Argentina, e eu pensei que iam falar na Colônia de Sacramento, e querer reconquistar. Quer dizer, eu acho que não é por aí. Eu vejo...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador, eu vou apelar para V.Exª. concluir com brevidade.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – ...Que o momento foi delicado. Acho que o Lula não tinha saída, qualquer decisão que ele tomasse ele ia levar pau, a oposição não podia deixar de pegar um prato como esse, quer dizer, era um prato delicioso. Imagine V.Exª., cá entre nós, o que é que o PT, se tivesse na oposição, o que é que o meu amigo Saturnino, Líder do PT, estaria fazendo se o Presidente da República fosse o Fernando Henrique e eles estivessem fazendo o que fizeram? Estariam fazendo uma revolução, estariam pegando em armas para ir lá derrubar o Governo da Bolívia. Então, eu até acho que isso faz parte.

Agora, acho que V.Exª. merece o respeito, com toda a sinceridade, o nosso amigo lá do paralelo dois, do Itamaraty, podia baixar um pouco a bola, realmente, eu até acho que ele não é o que parece, mas a imprensa dá uma versão maior do que o que parece e essa versão não é positiva.

Agora, eu confio, sinceramente, mas acho que o Lula tem autoridade para cobrar do Presidente da Bolívia uma espécie de reparação. Quer dizer, "Olha, eu sou candidato, eu tenho três meses e tenho que fazer alguma coisa". Que nós vamos ter que pagar mais o gás, podemos pagar... Mas ele tem que fazer um gesto no sentido de corresponder à nota do Brasil. Quer dizer, ele fez, nós demos a cobertura... Porque, cá entre nós, a manchete nos jornais da Bolívia botaram, da reunião dos quatro Presidentes, foi para matar, botaram uma página inteira, quer dizer, o Lula se rendeu, parece que o Lula perdeu a guerra ali. Então, há esse sentimento do que deve ser feito.

Mas eu felicito V.Exª., Sr. Ministro. É a primeira vez que V.Exª. vem aqui num ambiente diferente, mas V.Exª. vem aqui dar show. Dessa vez o clima, mas é o clima, isso eu concordo, é o clima, porque o Brasil inteiro está meio assustado com isso. E eu confio muito de que isso tenha o lado positivo, e o lado positivo que eu acho é contribuir para que, em cima disso, tenha o lado positivo para a integração nova do Mercosul.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Ministro Celso Amorim, com a palavra.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Eu queria apenas dizer, Senador, sem me alongar, porque V.Exª., na realidade, não colocou uma pergunta, mas eu acho que eu ouvi com imensa atenção, e as suas palavras, como sempre, elas são muito sábias. E são fontes de inspiração. Não quer dizer que necessariamente eu concorde com cada frase que V.Exª. disse, e isso é natural, não creio que o PT, em outros casos poderia ter pego, neste caso, não creio que PT fosse pegar, porque esse, e eu não sou do PT, mas o sentimento de solidariedade com os povos latino-americanos é muito marcado no PT também. Podem até exagerar às vezes, ou não exagerar, mas eu acho que, nesse caso, ele não pegaria. Mas eu diria que, fora essa observação, suas palavras são de grande sabedoria. E eu acho que é essa a atitude correta que nós temos que ter com a integração. O Brasil tem o ônus e o bônus do tamanho. O bônus do tamanho é que nós temos a liderança natural, queiram ou não, quer dizer, é uma questão natural. Eu ouvi o Presidente Kirchner outro dia dizendo que o Brasil é muito maior, e a gente tem que compreender isso. Ele disse, e é um comentário normal. Agora, como é que isso é exercido, tem que ser exercido com grandeza, com generosidade, com visão de longo prazo, sem perder de vista naturalmente a proteção dos nossos interesses, que são legítimos. Eu acho que essa é a maneira, eu concordo integralmente com V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Ministro. Nós temos aqui cinco senadores inscritos, a Senadora Ideli, o Senador Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque e Sérgio Zambiasi. Se cada um usar cinco minutos, mais cinco de resposta, em 50 minutos nós terminamos essa reunião, o apelo que eu faço da concisão, da brevidade. Com a palavra, a Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Saturnino, logo na minha fala. Eu vou buscar ser bem concisa, o máximo, apesar de que eu tenho várias questões a colocar. Eu represento um Estado que de-

pende única e exclusivamente do gás boliviano. O gás consumido em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul vem só da Bolívia. Só. E esta questão da dependência preocupa, a gente tem... Nós já tínhamos nos mobilizado e inclusive foi até interessante porque nós tivemos uma audiência com o Presidente da PETROBRAS, uma semana antes do Decreto do Presidente da Bolívia, com os Presidentes das três Federações das Indústrias, dos três Estados, exatamente para tratar, porque tinha tido aquele acidente lá no gasoduto. Já tinha uma ameaça talvez de ter racionamento. Então, a gente já tinha se mobilizado e tínhamos ido conversar com o Presidente da PETROBRAS. Então, quando estourou, eu já estava bastante familiarizada, porque é um assunto que a gente não domina, e o problema faz com que a gente tenha a necessidade de...

Então, assim, não tem... E sexta-feira passada participei de uma reunião também com os empresários, e a Drª. Luciana Rachid, que é da divisão do gás lá da PETROBRAS também lá em Santa Catarina, e, apesar de diplomacia ser sempre uma coisa, Chanceler Celso Amorim, que é sempre muito da conversa, as pessoas querem saber "E daí?" Isso tudo, tirando todo esse palavreado, toda essa discurseira gestual, "E daí?" Então, abastecimento não tem qualquer chance de não ser mantido. Eu acho que isso fica muito claro, está muito garantido, por vários motivos, não é só por causa da nossa vontade de que o abastecimento... Porque não tem como não ser, só pode vender para o Brasil, se não retirar lá o gás junto com o condensado, nem sequer as condições de mover lá com a gasolina e o diesel a Bolívia tem condições de fazer. Então, abastecimento risco zero.

Preço. Vamos tratar de preço, porque, na conversa com os empresários lá em Santa Catarina, a Drª. Luciana Rachid ela foi muito explícita. Porque é o seguinte, tem contrato da Bolívia com o Brasil, com a PETROBRAS. Esse contrato está tudo previsto, o preço etc e tal, e se quiser mexer nisso vai ter uma encrenca do tamanho de um bonde até a ponto de ser levado até as últimas instâncias em fóruns internacionais e tal, para poder garantir o preço que está no contrato.

Agora, a PETROBRAS tem contrato com as distribuidoras estaduais de gás. A PETROBRAS tem um contrato com a SC gás. A SC gás tem contrato com os empresários. E, portanto, não tem como dizer assim "Não, agora vai mudar". Não tem, porque tem contratos. Inclusive, quando o Presidente Lula diz, a PETROBRAS, se houver, vamos supor que no resultado das negociações, vamos supor que tenha. Mas os contratos aqui internos dentro do Brasil, nós vamos fazer o quê? Nós vamos rasgar também? É óbvio que não.

Então, quando o Presidente Lula diz que, mesmo numa hipótese, vão ser mantidos os preços, é porque nós temos contratos também. Da mesma forma como tem os contratos com a PETROBRAS Bolívia, da empresa boliviana com a PETROBRAS, tem também os contratos da PETROBRAS com as nossas distribuidoras estaduais, com exceção, eu fui informada, eu não sabia disso, com exceção de São Paulo e Rio de Janeiro, que, estranhamente, a PETROBRAS, por lei estadual, ela não tem a participação da mesma forma como ela tem no restante do País. Lá até é meio "filé mignon" da distribuição, e lá a PETROBRAS não tem a mesma relação que ela tem, por exemplo, com os Estados do Sul do Brasil.

Agora, veja bem, porque é interessante, teve aqui uma fala que me antecedeu dizendo assim "Mas se tiver que absorver o prejuízo, Nova York não vai permitir". Os acionistas da PETROBRAS não vão permitir. Acontece que a PETROBRAS absorveu prejuízos com o gás boliviano durante anos. Ou não absorveu? Quando nós contratamos, no primeiro contrato, o contrato é de 30 milhões de metros cúbicos/dia. O máximo. Agora, nós nem chegamos ao máximo, 26. Quando foi feito o contrato, no início, pagava e não consumia praticamente nada. Durante anos. E a PETROBRAS absorveu isso para poder mudar, ter a entrada do gás na matriz energética.

Então, como é que não vai absorver agora? A Assessoria terminou de me trazer aqui, do crédito suíço, do dia 3 de maio, é o boletim deles. E é claro, aqui eles dizem assim, segundo o boletim do crédito suíço, o impacto global da taxação de gás pela Bolívia terá um impacto pequeno nos resultados da PETROBRAS, irrelevante, no contexto dos resultados consolidados. E ainda que haja aumento do preço do gás, a PETROBRAS poderia absorvê-lo sem maiores dificuldades. Portanto, essa história do preço, eu tenho o entendimento.

Agora, eu quero entrar no aspecto do tal do ideológico, Senador Saturnino, e se o Chanceler também me permitir, porque é o seguinte. Tem um artigo maravilhoso, eu até recomendo, do Gilberto Maringoni, na Carta Maior, onde ele fez todo um histórico da legislação, de toda a evolução, de "nacionaliza, privatiza, nacionaliza, privatiza", porque foi sucessivo, e ele termina o artigo dele colocando o seguinte. Eu faço questão absoluta de ler, porque é precioso para os desmemoriados, para os que se esquecem das coisas. "A reação da imprensa deveria ter ocorrido quando a PETROBRAS assinou contratos de gás com a Bolívia. Aponta Fernando Siqueira, Diretor da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS. Segundo ele, por pressão de FHC, ela assumiu o gasoduto boliviano quando

ainda não existia aqui mercado para o gás. Durante cinco anos a empresa importou 18 milhões de metros cúbicos do produto e pagou por 25 milhões, pois a atividade era antieconômica. Mas não era exatamente à Bolívia que os pagamentos eram feitos. Os destinatários eram as empresas TOTAL, França, REPSOL, da Espanha, AMACO, Estados Unidos e ENRON, Estados Unidos". Porque, na época dos contratos não era nacionalizado, era privado, as empresas que atuavam lá. "Elas exploravam, em 98, reservas de 400 milhões de metros cúbicos e pressionaram o Brasil a mudar sua matriz energética hídrica, criando assim mercado para o gás. A PETROBRAS fez um contrato absurdo e ninguém reclamou porque ela era 90% estatal, ressalta Siqueira". As possíveis perdas são seguramente menores do que as do contrato firmado no Governo tucano, assegura. Na época, a empresa assumiu o risco cambial e uma série de outras incertezas. O que acontece hoje? Fernando Henrique vendeu cerca de 40% do capital em Wall Street, e mais 19% foi para Agente como Benjamin Steinbrook(F) e Daniel Dantas", aquele que está sempre no ar. "O Estado detêm apenas 32% da empresa, embora tenha a maioria dos votos, diz ele. Os acionistas privados agora pressionam o Governo e a imprensa, resultando nesta grita toda". Portanto, é importante a gente ter esta noção do que é que aconteceu, de como é que foram os procedimentos, do que é que estava colocado na época do contrato, o que é que está colocado agora, por que é que tem grita agora e não teve grita naquela época.

E eu diria assim, que a falta de memória é tanta, que tem tanta gente indignada com o Exército cercando as instalações da PETROBRAS na Bolívia, mas é bom lembrar que o Exército, daí não o boliviano, o brasileiro, cercou as instalações da PETROBRAS durante muitos dias, quando, em maio de 95, teve a greve dos petroleiros. E o que é que estava em jogo na greve dos petroleiros? Era exatamente todo o debate a respeito do papel da PETROBRAS, da questão do monopólio do petróleo, dos interesses brasileiros na questão do petróleo brasileiro.

Então, eu acho bom a gente colocar as coisas sempre nessa perspectiva histórica, relembrando, porque é difícil, tem gente ali abanando a cabeça e tal, e eu tenho todo o direito de colocar a minha opinião...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senadora, aqui não tem nada uma coisa com a outra, Senadora. É um Exército de outro País invadindo instalações brasileiras, é diferente. Está bem, na minha hora eu falo disso aí.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas acontece que às vezes o Exército brasileiro já atuou, e na história, infelizmente, já atuou, para atender não os interesses soberanos do Brasil. E nesse caso da PETROBRAS eu quero dizer aqui e afirmar com toda as letras, não foi no interesse soberano do Brasil. Porque hoje a PETROBRAS ela é vista como estatal, mas, na prática, ela não é. Porque nós temos apenas 32% ali. Quer dizer, é controlada majoritariamente, e os interesses dos acionistas etc e tal. E, portanto, isso está colocado.

Mas eu queria ainda terminar agora fazendo duas perguntas ao Dr. Celso Amorim. Primeiro, do papel do Marco Aurélio Garcia. Porque isso toda vida é questionado. Agora, o Itamaraty sempre utiliza os agentes ativos, ou seja, quando tem procedimentos, quando tem situações de crise, é obrigação do Itamaraty já utilizar todos os mecanismos, os instrumentos para que a crise possa ser superada. E no caso da Bolívia é tão interessante, porque quando teve aquela crise que quase foi deflagrada uma guerra civil, o Marco Aurélio Garcia teve um papel importante sim. Ele trabalhou em conjunto com o Itamaraty, o Brasil com a Argentina, e foi exatamente esta ação conjunta, muito forte, do Marco Aurélio em consonância com o Itamaraty, que permitiu que não tivéssemos uma guerra civil e fosse superado. Então eu acho que para eliminar, de uma vez por todas, porque todos acham que há controvérsia, que há polêmica. Não. Há uma complementaridade, é assim que eu vejo as ações, e muitas vezes importantíssimas, essa da Bolívia, no caso da Colômbia foi outra, também da própria Venezuela também. Sempre complementar.

E por último, a questão do papel do Brasil na América Latina. Eu não vou ler nem todo o art. 4º da Constituição brasileira, mas eu vou ler apenas o parágrafo único do art. 4º da Constituição brasileira. Diz assim: "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações". É da Constituição brasileira. Portanto, quem não comungar, quem não agir, quem não atuar nesta linha, estará descumprindo a Constituição brasileira. E como o Brasil é o maior País da América Latina, ele tem mais responsabilidade. A responsabilidade é maior. Como ele é economicamente também o maior da América Latina, ele também tem responsabilidades maiores.

Então, esta questão da América Latina, Mercosul, eu entendo, Dr. Celso Amorim, que ela é fundamental. E quando o Presidente age, o Presidente Lula age, e se teve Presidentes que não agiram assim, eles estão errados, eles estão descumprindo a Constituição.

Então, era mais ou menos nesta linha que eu queria, até do cumprimento do texto constitucional brasileiro, as ações que a gente vem desenvolvendo

em termos de integração, de busca permanente de integração da América Latina feita pela diplomacia e política externa do Governo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – É um comentário e uma resposta a uma pergunta. Com relação ao último comentário, Senadora, naturalmente eu sou suspeito, sendo Ministro das Relações Exteriores do Presidente Lula, mas eu diria que em poucos momentos se fez tanto pela integração da América Latina quanto o Presidente Lula. E também o fez porque teve condições, tempo, mas muita dedicação. O Presidente Lula, no primeiro ano de Governo, recebeu todos os mandatários dos Países sul-americanos no Brasil. Todos. Independentemente de ideologia, independentemente de partidos políticos, e isso no primeiro ano de Governo. Alguns, mais de uma vez. E em dois anos de Governo, ele foi a todos os Países da América do Sul. Alguns que não tinham sido visitados desde a época do Presidente Sarney, outros que não tinham sido visitados desde a época do Governo Militar. Então, na realidade o Presidente Lula esteve em todos os Países, e se dedicou profundamente a essa integração. E tenho o sentimento claro e a noção clara de que para você ter a integração, o Brasil como um País maior, como um País que tem mais responsabilidades. Agora, o fato é que há muitos setores da sociedade brasileira, e também não é culpa deles, isso é natural, porque isso é um processo educativo, que não têm essa noção.

Então, na realidade, o que é querem é sempre briga. Seis meses atrás, agora calou-se, parece que o problema sumiu, desapareceu, que nunca existiu, mas seis meses atrás parecia que nós estávamos vendendo a Pátria porque nós estávamos discutindo um acordo comercial com a Argentina que visava, na realidade, a preservar o imenso superávit comercial que nós estamos tendo e evitar problemas maiores e agravados. Fomos criticados enormemente. O Presidente Lula, eu, pessoalmente, nesse caso não entrou o Marco Aurélio Garcia porque era uma negociação mais de natureza econômica, sobrou direto para mim. Então, não é problema. Eu acho que isso, e eu lembro aqui o que foi dito antes em resposta, não bem em resposta, um comentário feito em relação a perguntas anteriores, mas inclusive às perguntas também do Senador Pedro Simon, eu acho que em algo que realmente nós precisaríamos de um apoio ativo do Congresso, dos Senadores, promovendo mais debates, é sobre como fortalecer essa integração sul-americana. A compreensão de que nós precisamos disso. Que nós queremos. Alguém uma vez perguntou: "Mas por que é que vocês se preocupam tanto com a América do Sul?" Eu disse: "Porque eu moro aqui. Se eu morasse em outro lugar ia me preocupar com outro lugar. E se eu moro aqui eu tenho que me preocupar com o bem-estar dos meus vizinhos, senão sobra para mim."

Então, não é nem bondade. Eu tenho que fazer isso. E o Presidente Lula tem essa compreensão além da solidariedade que ele também tem, que é característica da personalidade dele. Isso não há dúvida.

E isso nós temos que fazer e não fizemos ainda. Se há uma autocrítica que eu faço como Governo, por exemplo, como membro do Governo, e até talvez como Ministro das Relações Exteriores é que nós não fizemos o suficiente por Países como o Uruguai e o Paraguai. Por exemplo, a Bolívia até que nós tentamos fazer mais, mas a situação lá não permitiu, era confusa, era complicada. Mas o Uruguai e o Paraguai, sobretudo, Uruguai que hoje sente esse, digamos, desconforto no Mercosul, porque nós não fizemos o suficiente. Nós não fizemos investimentos lá. Nós não promovemos investimentos lá. Nós falamos muito e fizemos pouco, a verdade é essa. Porque na hora de mobilizar vários instrumentos envolve muita gente no Governo e a cultura brasileira, a cultura do empresariado, a cultura dos órgãos quando você baixa o nível um pouquinho e chega nos níveis técnicos, é uma cultura estritamente nacionalista. Não necessariamente nacionalista só com relação às grandes potências, mas nacionalistas também de defender aquele interesse setorial.

Então, isso, digamos, é o comentário que eu faria, e eu concordo plenamente, eu acho que o papel do Brasil na integração sul-americana que é o momento necessário para essa integração é esse. Mas mesmo assim fizemos muito. Criamos a comunidade sul-americana de nações, temos hoje algo que o Presidente Itamar Franco, quando eu era Ministro do Exterior tentou fazer, mas naquela época, evidentemente, as condições não estavam maduras, se passaram oito anos e não se fez. Mas hoje temos uma área de livre comércio entre todos os Países da América do Sul. Quando as pessoas dizem: está se fazendo uma ALCA pelas nossas costas porque a Colômbia assinou um acordo de livre comércio com os Estados Unidos. Assinou antes com o Brasil, quando ninguém esperava que isso fosse possível. E o Peru também.

Então, isso tudo foi feito graças a uma dedicação intensa. A trabalho não só, digamos, intelectual e dedicação, mas também ao esforço. A nunca deixar para o outro dia. Eu me lembro quando o Presidente Lula, em uma das viagens, das três ou quatro que ele fez à Colômbia, uma delas ele tinha terminado um compromisso à 1h da manhã em São Paulo e às 7h da manhã ele estava na Colômbia para cumprir com os compromissos na Colômbia.

Então, eu concordo plenamente com V.Exª., creio que não é preciso aprofundar.

Sobre o papel do Marco Aurélio Garcia. Eu acho, em primeiro lugar, nunca, que eu me lembre, teve dissonância entre a nossa posição, a posição do Itamaraty e a posição do Marco Aurélio, freqüentemente nós conversamos em conjunto. Acho sim, que há papéis diferentes. São papéis diferentes de um Assessor do Presidente que leva uma mensagem, às vezes, mais pessoal, que, muitas vezes, aqui me foi colocado como se fosse ideológico. Não tem nada de ideológico. Quando disse que o Marco Aurélio tem mais liberdade para conversar com partidos políticos e partidos que estão na oposição, às vezes são até partidos de direita também. Não é só porque...

Então isso aí é um trunfo indispensável. E há um capital de conhecimento não só da esquerda, também de outros partidos que é muito útil e tem sido usado sempre de maneira entrosada.

Agora, negociações de Estado é o Itamaraty que conduz e o Presidente Lula tem perfeita noção disso. De modo que eu acho que essa é uma...

Algumas pessoas, obviamente, não querem atacar o Itamaraty porque o Itamaraty é uma instituição, então fazem essa separação. Outras são até mais generosas, não querem atacar a mim e também fazem a separação.

Mas não há, e eu disse no começo do Governo, aliás, logo quando houve a questão da Venezuela que eu e o Marco Aurélio éramos inintrigáveis porque nós tínhamos uma relação antiga, quando eu trabalhei com o Presidente Itamar, havia a possibilidade do Presidente Lula ganhar a eleição, afinal não ganhou, e eu tive várias conversas com o Professor Marco Aurélio Garcia, não buscando, eu, nenhum cargo, nem vice-versa, mas procurando, a ele, explicar algumas linhas básicas da política brasileira, como era o Mercosul para até que houvesse a vitória do Presidente Lula, que essas linhas pudessem continuar naquela ocasião.

Então, eu não acho que isso seja... é natural. Vão explorar. Essas coisas, eu acho que não se pode também prestar excessiva atenção a esses fatos. Eu acho que o importante é que a linha seja marcada, e eu acho que nesse ponto, na linha política que eu defendo, eu nunca me vi, digamos assim, poderia ser normal, nunca me vi, digamos... Sim, recebo orientação do Presidente, mas nunca me vi, digamos assim, desautorizado por ele. O grupo de Amigos da Venezuela, por exemplo, o Professor Marco Aurélio teve um papel muito importante no início, até antes da eleição. Agora, quem conduziu a criação do grupo Amigos da Venezuela foi o Itamaraty. Totalmente. Quem conduziu a questão do Haiti foi o Itamaraty. O que não impediu que o Professor Marco Aurélio tivesse contato com outros líderes, facilitasse até um pouco o nosso trabalho. Porque conhece pessoas.

Então, eu acho que isso aí é uma coisa que é, digamos... Aí também é natural, faz parte do jogo político, mas não me impressiona, certamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores e Senadoras. Sr. Ministro, nós da oposição, na verdade, nós estamos um pouco surpresos sim com a maneira da reação do Governo, porque toda política veio no sentido de uma relação muito amistosa do Presidente Lula com o Presidente Evo Morales. A questão da América Latina, nós estamos de pleno acordo, nós sempre concordamos com essa relação de solidariedade, de apoio aos outros Países, sabemos que a Bolívia é um País mais pobre que o Brasil.

Quando o Presidente Lula perdoou a dívida da Bolívia, não sei quantos milhões de dólares, quando abriu linha de financiamento do BNDES, ninguém se opôs a isso. Agora, o que nós vemos com preocupação é, realmente essa questão de que as empresas brasileiras lá instaladas e não é só a PETROBRAS, existem outras empresas, elas, realmente, estão, nesse momento, inseguras. Porque foi, sem dúvida alguma, uma atitude populista do Presidente Evo Morales, não há como negar isso.

Quando o Itamaraty vai com a política de abertura de novos mercados, também aí não há críticas. Nós aprovamos aqui outro dia, o Embaixador do Sudão, na semana anterior o Embaixador do Cazaquistão. Quer dizer, esperamos que não tenha Embaixador de uma ilha pequena perto da Nova Zelândia, alguma lá. Mas nós entendemos que é válido, o Brasil estar com essa abertura de novos mercados, sim.

Agora, não dá para minimizar as coisas. Eu acho que essa questão e minimizar, colocar aqui que não vai ter desabastecimento, que o aumento de preço é irrelevante, ou que essa é uma crítica eleitoreira, aí me desculpe, não dá para dizer. Nós não estamos fazendo crítica eleitoreira. Essa Comissão é uma Comissão até muito imune a essa questão de eleições. Nós estamos exatamente retratando o que temos ouvido. Está se falando do Brasil como um todo. Existe um sentimento ferido do brasileiro sim, porque a nossa empresa maior que é um símbolo brasileiro, ela teve as suas instalações invadidas militarmente. Não foi simplesmente uma busca de renegociação de preços. Não foi simplesmente dizer que precisamos de um recurso maior. Não foi isso, foi uma invasão de maneira autoritária, de maneira unilateral. O Presidente Evo Morales deu sinais disso

sim, não só na sua campanha política, mas deu lá no meu Estado de Minas Gerais, na abertura do BID, V.Exª. estava lá, o Presidente Lula, infelizmente, não esteve lá, o Embaixador, o Ministro... Vários outros Ministros estiveram presentes, mas o Presidente Lula não esteve presente, mas lá na abertura o Presidente Morales falou mesmo, com todas as letras: "Estão saqueando os nossos recursos naturais". Repetiu isso umas oito vezes. Eu estava ao lado do Secretário de Minas Wilson Brumer e ainda comentava com ele: "Esse negócio não vai acabar bem". E não acabou. Está aí, nós estamos vendo o que está acontecendo. De maneira que essa questão nos pareceu que houve sim, quando no primeiro dia na semana passada aqui, eu até apresentei um pedido de audiência, até para reforçar o Governo Brasileiro com a posição do parlamento. Mas o ato seguinte nos frustrou, sim. Nos pareceu que foi um ato em que o Brasil não se posicionou de maneira adequada e mostrou, realmente, fraqueza e uma certa submissão, digamos, ao que nos preocupa sim, que é esse eixo Hugo Chávez, Evo Morales, isso nos preocupa. Nós gostaríamos de ver a política brasileira, o Presidente Lula junto com outros companheiros da área da esquerda sim, com o Presidente do Chile, com o Presidente do México, que são pessoas que têm uma noção mais clara do mundo moderno. Não são daquela esquerda ultrapassada que viria apenas em discursos. De maneira que o risco do precedente é que preocupa muito. Esse risco do precedente que pode vir.

E aí eu termino colocando que também não dá para aceitar essa coisa de insinuação de que é culpa de governo passado, tem parte de empresas, às vezes, financiada pelo Governo que diz isso, que a culpa é do governo passado, que foi imprevidente deixar o Brasil dependente só do gás da Bolívia. Na hora que o Brasil está auto-suficiente em petróleo aí não é mérito do governo passado. Agora, na hora que você tem uma dependência de um fornecedor só neste momento, evidentemente, que o Brasil tem que buscar outros fornecedores, inclusive, o próprio gás brasileiro em Santos e em outras ocorrências, não dá para querer dizer que isso é coisa do governo passado. Deixa isso para lá.

Mas eu queria ver então a sua posição, Ministro, a posição de V.Exª. em relação a essa possibilidade de novas ameaças a outras empresas brasileiras, além da EBX que já aconteceu, mas outras empresas brasileiras e a questão dos embaixadores. Nós estamos sem Embaixador da Bolívia aqui, a informação que nos deram, que não tem Embaixador da Bolívia no Brasil nesse momento. E aí eu pego até um pedacinho para dizer: Cadê o Embaixador dos Estados Unidos, também que tem seis meses que nós estamos sem Embaixador dos Estados Unidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Bem, se eu for também ameaçar os Estados Unidos de retaliação porque não tem Embaixador aqui aí vai ser mais difícil. Mas enfim, eu acho que essa questão de nomeação de Embaixadores, me desculpem, eu estou no Senado e não devia me atrever a dizer isso, mas depende muito dos rituais. Nós precisamos da aprovação de 12 Embaixadores agora pelo Plenário do Senado e nós estamos sem Embaixadores definitivos em muitos Países. Devido à mecânica nossa que talvez seja diferente, os Embaixadores antigos continuam, mas continuam desmotivados também nos seus lugares. Eu estou há um ano para mandar um novo Embaixador para a Nigéria e não consigo. Não há nenhum problema, não há nenhuma objeção. Se houvesse objeção até compreenderia, mas é, digamos, as dificuldades que a gente compreende do processo legislativo, trancamento de pauta, etc. Mas eu até apelaria para os Senadores para ajudarem um pouquinho. Eu tenho tido todo o apoio do Presidente Renan Calheiros, mas eu sei que às vezes é difícil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Ter menos Medidas Provisórias ajuda também.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Não, mas às vezes tem brechas entre as Medidas Provisórias, tem brechas. A gente já viu isso para outros fatores.

Então, são fatos desse tipo. Eu não creio que haja nenhuma razão para não ter um Embaixador da Bolívia aqui. O antigo, naturalmente, ia ser nomeado pelo Governo anterior, houve uma mudança muito grande, ele foi chamado de volta e tem o encarregado de negócios que é um Diplomata competente, aliás, ontem foi chamado até e tem mantido diálogo conosco e não há nenhum sentido político nisso. Já o nosso novo Embaixador na Bolívia teve a sua audiência aqui suspensa. Eu entendo que foi um gesto, digamos, que a Comissão fez, eu entendo, eu só espero que esse gesto não se prolongue por muito tempo, porque isso vai dificultar justamente que um Embaixador pensado para um tempo novo não possa assumir. Que nós continuemos com o Embaixador que involuntariamente teve, que é um grande Embaixador, mas que teve que sofrer o desgaste desses quatro anos, de ter casa cercada, etc e tal.

Então, faria um também apelo aos Senadores para que nos ajudassem um pouco na aprovação rápida do nosso Embaixador na Comissão e no que puderem

nos ajudar no Plenário também, eu sei que tem a ver com as Medidas Provisórias, e ficaria grato.

Mas, enfim, não há que ver nenhum significado político específico nessas questões.

Com relação, V.Exª. mencionou a questão do precedente, não há nenhum precedente criado. Quer dizer, tudo que há, tudo que eu vejo se constrói em torno de uma nota cujos termos foram considerados insuficientes. Eu não acho isso. Eu li trechos da nota que fala que vamos manter uma posição firme em todos os foros internacionais, todos os foros que isso couber. Mas tudo se constrói em torno disso. Quer dizer, qual é o precedente que está sendo criado? Quando que se diz que a PETROBRAS abriu mão das eventuais compensações a que faz jus ou que pode fazer jus, uma vez negociado tudo, encontrado, saber o investimento que amortizou e que não amortizou, isso é uma discussão técnica, tem que ser transparente. O que nós vamos exigir da Bolívia que seja transparente.

Então, quando é que nós abrimos mão disso? Quando que nós abrimos mão de negociar o preço que seja adequado? Então, qual é o precedente que está se criando? Eu acho que está se fazendo, sinceramente, eu entendo nessas horas, eu não vou dizer que seja por motivos eleitorais, eu não entrei nisso, V.Exª. não estava no início da minha exposição. Eu fiz questão de dizer que embora, quer dizer, o que há é o paradoxo não dos Senadores, mas de pessoas que estiveram presentes ao longo dessas negociações e de outras. E agora criticarem a dependência do Brasil. Agora, eu, pessoalmente, se tivesse que dizer, eu teria favorecido como, aliás, favoreci no momento em que participei como Chanceler do Presidente Itamar Franco de um momento dessa negociação do gás da Bolívia. Se nós devíamos ter mantido alternativas de fornecimento, é outra questão. E acho que no futuro temos que fazer isso. Temos que buscar auto-suficiência e temos que também buscar diversificar fornecedores. Agora, não se criou procedente nenhum. O Brasil não abriu mão de nada. O Brasil fez uma afirmação que é absolutamente correta O ato de nacionalização é um ato de soberania. Se o Brasil amanhã resolver nacionalizar seja o que for, ele pode nacionalizar e é um ato de soberania. Ele deve pagar compensação a ter que tratar com justiça e com equanimidade e de acordo com as leis e com os contratos os setores afetados? Sim, tem. E é isso que nós estamos tratando de fazer. E eu acho que a conversa do Presidente Lula com o Presidente Evo Morales, independentemente do gestual, porque a gente sabe, os fotógrafos agora acabou pegando que eu estou comendo biscoito na hora que eu estava morrendo de fome. Isso acontece. Então, vão dizer, não é um gestual adequado para um Ministro estar no Senado comendo biscoito. É natural. Mas eu digo, então a gente não pode se basear numa fotografia para, digamos, julgar qual foi a atitude do Presidente Lula com o Presidente. Eu não testemunhei o relato do Presidente Lula, mas, evidentemente, que ele terá feito o relato fidedigno, ele foi muito franco com o Presidente Evo Morales. E falou tudo que tinha que ser dito. E expressou toda a decepção que também nós sentimos, todos sentimos. Não que vamos esperar gratidão propriamente. Mas é que não esperávamos. Não que houvesse a nacionalização, porque isso está escrito aqui nas leis, isso já tinha sido aprovado há mais tempo no plebiscito que foi votado a mais tempo. Agora a forma, as tropas não invadiram, vamos ser precisos, mas de qualquer maneira, acho que ostensivamente ficaram à frente. Tudo isso nós achamos lamentável. E foi dito a eles.

Agora, alguns dizem: é preferível, digamos, ter mais estridência no público e tratar gentilmente no privado. Eu não sei. Eu acho que na minha opinião é que, digamos, o método que foi adotado nas circunstâncias, é o mais eficaz. Nós estamos tratando com uma realidade. Eu não terminei de ler, porque depois de terminar de ler até convidaria... Não sei se ela pode ser publicada, que eu não sei se cita muito, mas acho que deveria ser um *best seller* a tese de um colega nosso chamado Alfredo Camargo que, aliás, é Ministro Conselheiro na Bolívia, que trata, digamos, de toda a história da Bolívia e, digamos, dessas contínuas humilhações a que o povo boliviano foi sujeito. Você vai dizer, mas vem descontar logo no Brasil, que foi amigo? É justo? Não, não é justo, mas eu estou dizendo, se nós não entendermos e procurarmos, digamos, tratar disso defendendo os nossos interesse. Se nós tivermos reações epiteliais ditadas pela vontade de aparecer como duro, parecer como duro agora, quer dizer, porque quando o Brasil aceitou uma negociação na ALCA que não ia permitir que a PETROBRAS, tão defendida agora, mas que a PETROBRAS tivesse suas plataformas de petróleo produzidas no Brasil, ninguém estava falando em submissão. Aquilo era normal, era um acordo comercial. Apenas íamos incluir compras governamentais. Se nós tivéssemos aceitado uma negociação da ALCA que teria levado à abdicação de uma política de saúde iniciada no Governo anterior que é da distribuição de genéricos. Se nós tivemos aceitado a Alça, isso tudo teria ido pelo ralo. Então, não é que nós sejamos contra a ALCA. Nós só queremos uma redefinição de uma discussão. Agora, aquilo não foi considerado submissão, não foi considerado ideológico, era pragmático. Agora, se você, digamos, revela uma certa compreensão com o País mais fraco, aí é ideológico. Se você revela compreensão e atitu-

des: ah, não podemos descontar aqui, porque afinal de contas são os Estados Unidos... Aí é pragmático. Não é ideológico.

Então, essas são as questões que se colocam, essas são as questões que nos enfrentam. Eu quero dizer aos Senhores o seguinte, já que a discussão, de certa maneira, também se ampliou com relação à Bolívia. Eu digo como Diplomata brasileiro, sou Diplomata há 41 anos, passei por muitas situações, senti vergonha no metrô de Londres quando vi notícias sobre a tortura de cidadãos brasileiros pelo Governo militar, participei de vários... Trabalhei em várias situações e vários governos que o Diplomata tem que fazer isso. Agora eu acho que nunca a posição do Brasil no cenário internacional foi tão atuante. Nunca. E não vou dizer que isso vem só desse Governo, não. Vem de muitas coisas. Vem da consolidação da democracia, veio da capacidade do Brasil de gerir as divergências de maneira democrática. Agora, vem também da preocupação social que tem esse Governo, que está procurando melhorar a situação aqui no Brasil e no mundo, quando as pessoas, digamos, meio que ridicularizam a campanha da fome, isso é algo que está sim, associado ao prestígio que o Brasil tem hoje no mundo. Eu vejo coisa que eu via raramente, não vou dizer que nunca vi, mas vi raramente o Brasil aparecer na foto, digamos assim, valoriza a reunião. Eu ouvi, digamos, as insistentes...

Alguém mencionou aqui a Reunião de Viena, as insistentes demandas para que o Presidente Lula que tem preocupações internas, que todos conhecem, para ir a Viena. Todos ouviram, todos sabem, não só o Embaixador da Áustria não, porque é no País dele e de todos os Países, eu ouvi de alguns líderes importantes, não vou dizer quais, porque seria uma inconfidência diplomática dizer o líder do meu País só vai se o Presidente Lula for.

Então, vamos também colocar as coisas nas devidas proporções. Se a nota podia dizer: exige em vez de demanda, não sei, não estou com o texto na minha frente, são sutilezas. Agora, a nossa atitude é clara. A nossa atitude é uma atitude de defesa do interesse nacional, de recriminação quando tem que ser feita, inclusive, há líderes que são com os quais o Presidente Lula mantém relações pessoais, como é o caso do Presidente Chávez, como é o caso do Presidente Evo Morales. Nós não queremos que se crie um eixo Venezuela/Bolívia, nem nenhum outro eixo da América do Sul, porque o único eixo que faz sentido... A palavra eixo, aliás, é uma palavra ruim, mas o único eixo que faz sentido é um eixo que envolva toda a América do Sul. E é nesse que o Presidente Lula está empenhado. Agora, para isso ele tem que manter o diálogo, se ele começar ter atitudes, bravatas e retaliações, independentemente de concretizá-los ou não, ele está estimulando setores mais radicais. Não vamos esquecer, nós não podemos esquecer isso. A memória nossa, às vezes, é curta. Agora, quem se lembra dos anos 70, onde muitos dos... Até dos Diplomatas que hoje criticam a política externa brasileira estiveram envolvidos em muitos projetos desses. Quem não se lembra que nos anos 70 a percepção que havia na América Latina, correta ou não, não estou dizendo, estou falando de percepções, mas percepções são importantes em política, como sabem os senhores, melhor do que eu. A percepção que havia na América Latina era que os Estado Unidos era um País imperialista e que o Brasil era um País subimperialista. Era errada a percepção, mas havia percepção.

Então, não há que se também se surpreender tanto quanto certas reações ocorrem. Há que corrigi-las pelo diálogo, pela persuasão, por mostrar que, justamente, como dizia o Senador Pedro Simon. Nós também fomos feridos, mas nós somos um pouco maiores. Então nós podemos agüentar uma feridinha, é melhor do que deixar o pequeno sentir a feridinha. Mas não vamos deixar de defender o nosso interesse. Agora, não vamos ficar repetindo a cada palavra, tentando dizer, nós é que nós somos os maiores, todo mundo tem que nos seguir, porque esse não será o estilo de liderança brasileiro.

Permitam-me fazer um comentário, eu sei que outros estão impacientes para falar, mas eu quero fazer agora, porque se liga um pouco com o que eu estou dizendo. O Brasil está multinacionalizando a sua economia. Não no sentido que foi no passado, que era só as multinacionais entrarem aqui. O Brasil está tendo interesse, porque as suas companhias estão se tornando multinacionais. Ontem teve um artigo muito importante do Presidente da Vale do Rio Doce, Roger Agnelli com o CORREIO BRAZILIENSE o porquê da política africana, e etc. do ângulo dele. Eu acho que há outras razões também, mas no ângulo dele. Ao se multinacionalizar, inevitavelmente, nós vamos entrar em País de alguma instabilidade, porque se me permite citar de novo o Roger Agnelli que uma vez disse isso num almoço privado, mas muito interessante: "petróleo não dá na Torre Eiffel, e manganês não dá na 5ª Avenida. Se você quer isso, você tem que busca onde tem." E, em geral, tem em lugares instáveis.

Então, como é que é que nós temos? Nós temos que nos preparar sim a longo prazo para isso, de maneira clara, com participação do Congresso Nacional, dos Senadores, mas de maneira a partidária. E temos que nos preparar para o longo prazo. E como é que é nos preparando? Tendo uma política de ameaças, fa-

zendo o que foi feito na época do Mossadegh no Irã, ou procurando desenvolver acordos justos que sejam percebidos como acordos eqüitativos. Nós não vamos nos livrar dos problemas, mas podemos evitar muitos problemas se nós não encararmos os interesses empresariais estritamente e pudermos ver o interesse brasileiro nacional e internacional e, sobretudo, da integração na América do Sul de maneira mais ampla.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Flexa Ribeiro. Penúltimo dos nossos interpelantes.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Saturnino, Chanceler Celso Amorim, até pelo adiantado da hora, Chanceler, V.Exª. já se disse com fome, e eu também, até os pontos das considerações que eu faria, já foram aqui colocados e debatidos pelos que me antecederam e eu quero ir pontualmente, mas questões, até em função das suas respostas. Vou abandonar as perguntas que tinha aqui.

Ainda há pouco se falou muito em memória, questão memória passada. Eu diria que uma das coisas que veio a idéia é de que me preocupa muito essa questão da memória. O Presidente Lula tem se queixado, ao longo de algum tempo, de desconhecer, de não ver, então me preocupa que ele tenha perdido a memória do juramento que fez quando tomou posse de defender o Brasil.

Então, eu acho que esse é um ponto fundamental. Ainda há pouco foi colocado aqui de que o sentimento nosso de nacionalidade de todos os brasileiros, se sente ferido pela forma já colocada amplamente não firme da posição. E aí eu perguntaria a V.Exª.: V.Exª., colocou aqui na questão do resultado positivo daquele encontro que houve dos chefes de Estado. Eu até não entendo, gostaria de saber por que é que o Presidente Hugo Chávez estaria presente, que era um fato que não faz respeito, não dizia respeito à Venezuela. A não ser que se queira desconhecer da influência que ele vem querendo ter e aí eu quero dizer a V.Exª. que compactuo da necessidade de haver esta integração buscada há muito tempo da América do Sul, e o Brasil não pode deixar de ser o líder dessa integração, por todas as coisas que aqui já foram ditas, até considerada como a liderança sendo natural.

Então, não há como deixar espaço para que um Governo populista como é o Governo da Venezuela, que está usando os recursos do povo venezuelano para vir aqui até o Brasil fazer demagogia, oferecendo parcerias para instalar refinarias, vindo agora com esse faraônico projeto desse gasoduto ligando a Venezuela, passando pelo Brasil com a Argentina, e a posição de liderança influenciando, como todos nós sabemos, a própria Bolívia a tomar essa posição. Porque a Bolívia, como bem V.Exª. colocou, não teria cocaínas de administrar as suas bases, se não tivesse o apoio da própria Venezuela.

No início do Governo Lula, havia uma aproximação muito forte com Cuba, com Fidel e com o próprio Hugo Chávez, e o que se nota agora é que, pelo menos, nesse episódio que esse eixo, no bom sentido, desviou, tirou o Brasil e uniu com a Bolívia. Porque o próprio Evo Morales foi consultor antes do Hugo Chávez e consultou o próprio Fidel.

Aí eu volto à questão da reunião, basicamente, eu não acho que tenha sido positiva essa reunião. Porque a Bolívia testou o Brasil nos discursos de campanha dizendo que ia fazer, então foi uma morte anunciada do que aconteceu. Segundo, quando ele fez a ação contra a EBX, novamente não houve uma reação à altura do Governo Brasileiro. Aí ele veio e fez a expropriação da PETROBRAS e impôs as condições que ele queria para a questão das riquezas da Bolívia. É soberania de um povo? Evidente que é. Mas há que se reagir. O Senador Pedro Simon colocou com bastante sabedoria a questão dele. Quer dizer, uma coisa é você dizer de público e em particular outra. Então vamos inverter essa posição, ser forte na hora de dizer para o resto do mundo, que o resto do mundo todo está analisando essa posição brasileira nesse incidente com a Bolívia. E internamente, pela diplomacia tão bem levada a termo por V.Exª., reconhecido por todos, na questão de resolver a posição mais firme da posição brasileira. Então fez e vai fazer agora o terceiro passo que não será o último, em função também, me parece, aí a juízo meu, posição da questão da PETROBRAS vai fazer com os plantadores de soja na Bolívia. É o terceiro passo que o Governo da Bolívia toma em relação a questões de interesses brasileiros naquele País. Começou com a EBX, veio a PETROBRAS e agora a questão dos produtores de soja.

Então, não vamos querer invadir a Bolívia, evidente que não. Não vamos tomar ações de força, evidente que não. Mas temos que ter uma diplomacia que mostre a posição brasileira em defender os interesses daquelas propriedades de brasileiros que lá estão.

V.Exª. falou também aí, e com bastante propriedade com números, inclusive, dos investimentos da PETROBRAS na Bolívia que foram feitos praticamente no governo passado, só 10% desses investimentos ocorreram neste Governo.

Então, eu diria que V.Exª. usou o termo que foi prudência da PETROBRAS em fazer isso. Eu até acho que sim, mas foi imprudência da PETROBRAS raiando pela irresponsabilidade não ter feito investimentos outros que previssem a crise que está sendo. Volto a dizer que foi uma amostra anunciada. Porque se des-

de a campanha ele vinha dizendo que faria isso, então era necessário que a PETROBRAS tivesse tomado as providências que está tomando hoje, de tentar trazer navios para regaseificar o gás que vai trazer liquefeitos do exterior, ou investir nos postos produtores brasileiros, para que pudesse, evidentemente, nos dar uma menor dependência do petróleo boliviano.

Então, o que está sendo feito hoje de forma açodada, poderia ter sido feito anteriormente no sentido de saber que isso viria a acontecer. E mais, foi dito há pouco também, que no governo passado foi feito o acordo que fez com que se pagasse o produto não usado. Evidente que esse acordo que foi feito foi para fazer com que houvesse uma mudança da base energética brasileira. Era preciso induzir o uso do gás. E aí nós atingimos a auto-suficiência brasileira no petróleo, Ministro, o Senhor analisar estatisticamente, nós atingimos isso porque esforço de 53 anos, evidente que sim. Mas mais, porque houve uma redução de barris usados atualmente. Se nós formos verificar, hoje o número de barris diários usados, um milhão e oitocentos mil, é o mesmo de três, quatro anos atrás. Fato se deve ao baixo crescimento brasileiro, da economia brasileira, mas também se deve à mudança da base energética. Esse gás que está sendo hoje consumido no sul e sudeste brasileiro seria usado também, parte dele como queima de petróleo. Então, há uma compensação nisso aí.

Então, eu faria essa referência também à questão do investimento. E por último, eu não gostaria. Eu fico aí como brasileiro, todos nós sendo da situação da oposição, temos o dever de defender o nosso País. E para nós é importante e gostaria muito de ver, realmente, o Presidente Lula exercendo a liderança que o Brasil sempre exerceu na América do Sul.

Então, não há como ceder espaço para o Presidente Hugo Chávez querer assumir essa liderança como está hoje através de envolvimentos outros, querendo fazer essa assunção. Mas eu diria, e por último, para encerrar, muito se falou no Embaixador Marco Aurélio Garcia, o Professor Marco Aurélio Garcia. Eu só queria que o Senhor comentasse... Ele deu uma declaração, eu não vou fazer juízo, até para que eu possa ouvir o seu. Ele disse, pelo menos, a imprensa divulgou, que a PETROBRAS já ganhou muito dinheiro na Bolívia. Ou se entenda que agora ela pode passar a perder?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Ministro.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Senador, vou tentar ser rápido porque também a minha capacidade já vai diminuindo. Mas eu devo dizer o seguinte: Primeiro cada um responde por suas afirmações, eu respondo pelas minhas, não estou fazendo outro comentário. Com relação à PETROBRAS eu só queria fazer um comentário que isso é importante que se mantenha. Na realidade, esse contrato que foi feito com a Bolívia era um contrato que tem o nome *take or pay*(F), você paga mesmo pelo gás que não recebe. E assim foi durante anos, de certa maneira houve um subsídio implícito na instalação do processo, eu não me lembro se o Senhor estava aqui no início da... Acho que o Senhor mudou de posição e eu cheguei a dizer que eu, pessoalmente, não teria tido nenhuma objeção, pessoalmente, eu digo, à criação desse gasoduto. Medidas, digamos, acautelatórias de alternativas deveriam ter sido buscadas, não sei se nesse Governo ou no Governo anterior. Eu não posso julgar, quando tiverem a conversa com a PETROBRAS, os senhores colocam essa pergunta para eles, eu não posso responder sobre isso. Eu sei que nós estamos envolvidos em ajudar no que nós podemos ajudar que é, digamos, em ter um acesso diversificado à fonte de energia. A parte de investimentos no Brasil, não compete ao Itamaraty dizer e acho que já tenho bastante trabalho com a minha seara para não estar me envolvendo na seara dos outros.

Agora, há um ponto também que eu queria mencionar, porque isso foi freqüentemente colocado, como se a reação do Brasil tivesse sido tíbia, fraca, e que isso aí vai servir de exemplo, e como é que o mundo vai olhar. Eu, primeiro, diria o seguinte, eu acabei de dar o exemplo agora do que o Presidente Bush disse para o México. Eu estava achando que um País que não tem mais importância, ele não iria dizer isso. Mas vamos deixar de lado, vamos olhar mais adiante. Eu acho que isso vai ser julgado pelos resultados. Eu acho que é procurar nas expressões estridentes e na suavidade, digamos, das atitudes não é uma coisa boa. Eu acho que é o contrário, é melhor ser suave ou, relativamente, suave nas afirmações e ser firme. Não há integração na América do Sul, não há futuro para a integração na América do Sul a qual professa, sinceramente, não vou deixar que os outros julguem, eu acho que sim. Tanto o Presidente Chávez quanto o Presidente Evo Morales sem uma participação ativa do Brasil, sem respeito aos interesses do Brasil. Isso é evidente. Isso não há dúvida. Por que é que o Presidente Chávez se preocupou tanto quando ele sentiu que o Presidente Lula e também outros, mas o Presidente Lula não estava muito contente com o que se dizia da participação dele, a ida dele a uma reunião. Ele veio três vezes aqui na região, quer dizer, duas no Brasil e uma na Argentina na fronteira com o Brasil num período curtíssimo para tentar dar satisfações, para tentar mostrar que não es-

tava querendo agir contra o Brasil. Agora, o que nós vamos ver nisso tudo são os resultados.

E se daqui a meses, de fato, nós não tivermos conseguido nenhuma boa negociação com a Bolívia, se a Bolívia tiver tomado algum ato impensado em matéria de fornecimento de gás, não tiver entrado em nenhum tipo de negociação conosco em relação aos interesses das nossas empresas, eu acho que aí talvez seja o caso de fazer a autocrítica, mas no momento nós estamos tendo uma política que está se revelando ao contrário, que está demonstrando uma disposição de negociar. E digo ao Senhor, novamente, Senador, digo a V.Exª., na realidade não eram sinais enviados pelo Evo Morales. Esses sinais vinham de muito antes, e existiam, estavam presentes. Agora, apesar de todos esses sinais, porque parece que o Brasil tomou uma atitude única. O Primeiro-Ministro espanhol fez uma primeira reação dizendo que era preocupação e etc. Hoje em dia a REPSOL tem procurado se alinhar à posição brasileira. A British Gas tem procurado se alinhar à posição brasileira. E mais do que isso, empresas que não estão presentes na Bolívia como a anglo holandesa Shell estão procurando entrar na Bolívia.

Então, a situação é uma situação que, digamos, a situação que aparece na mídia, que tem muito destaque, e é verdade. Tudo isso eu já falei aqui, não sei se V.Exª. estava presente, eu sou o primeiro a criticar a desnecessária e inconveniente presença de forças militares bolivianas nas instalações da PETROBRAS e em outras instalações. Agora, eu tenho certeza que apesar de tudo que está dito, e há um tempo grande, 180 dias para negociar que o petróleo e o gás da Bolívia continuará sendo um bom negócio. Se não fosse um bom negócio, a Shell não estaria lá, porque a Inglaterra não tem 3.700 km de fronteira com a Bolívia, quer dizer, ela não teria outros interesses estratégicos. Ela tem lá porque tem interesse no petróleo. Então é porque é possível chegar a um bom acordo. E eu posso lhe garantir, a líder nesse processo vai ser a PETROBRAS.

Então, se, independentemente, de qualquer estridência, de barulho eleitoral que todo mundo sabe que é importante, qualquer País do mundo, sobretudo, às vésperas de uma constituinte. Eu acho que vai haver uma negociação, e eu acho que a negociação vai ser satisfatória. Agora, não tenho meios de lhe dizer hoje isso, mas eu tenho certamente essa aposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O último orador, o último indagador é o Senador Cristovam. Mas eu não resisto à oportunidade de fazer uma observação que é a seguinte: Os investidores, os capitalistas do mundo inteiro, muito especialmente, os New Wall Street são pessoas muito espertas e muito bem informadas, na verdade. E os investidores estão acreditando no bom êxito das negociações. Porque as ações da PETROBRAS não caíram nada, ao contrário, até se elevaram um pouquinho. Agora, as ações da REPSOL que tiveram aquele respaldo enérgico do Primeiro-Ministro da Espanha despencaram. Quer dizer, os investidores são pessoas que têm outras fontes de informação que, muitas vezes, nós não temos e tem uma percepção sobre os acontecimentos que também é sempre muito perspicaz.

Eu passo a palavra ao Senador Cristovam, o último dos nossos interpelantes, Ex-Presidente dessa Comissão, Senador muito querido aqui.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Obrigado, Presidente.

Ministro, eu não sou membro formal dessa Comissão, não precisava estar aqui a essa hora, não pela fome, a fome eu não me preocupo. Preocupo-me com esse frio que tem nessa sala terrível que eu sempre reclamo.

Eu fiquei todo esse tempo porque eu não queria passar sem dar a minha opinião sobre esse assunto. E quero dizer aqui, que eu fico tranqüilo como brasileiro, não só como Senador, de ter visto que o Itamaraty não entrou em pânico numa crise dessa e o Presidente Lula também não. E também de que não confundiu interesse de uma empresa, mesmo querida empresa estatal com os interesses da Nação brasileira. Duas coisas fundamentais nas relações exteriores. 53 anos atrás, o Primeiro-Ministro Mossadegh, que o Senhor, inclusive, citou, fez no Irã o que Evo Morales está fazendo, com a companhia anglo pérsia de petróleo, exatamente a mesma coisa, Igualzinho. O que é que aconteceu? A empresa foi nacionalizada, o Mossadegh propôs negociar a indenização e um preço melhor para o petróleo. A empresa conseguiu convencer o Ministério das Relações Exteriores da Inglaterra e o Churchil que era então o Primeiro-Ministro de bater na mesa, de endurecer, de não negociar. O Presidente Truman tentou impedir isso, terminou o mandato dele, entrou Eisenhower, imediatamente, poucos meses deram um golpe no Mossadegh. Implantaram o regime de volta do chá. E tiveram durante 25 anos petróleo baratíssimo. Mandaram no País. 25 anos depois os Países continuam. E hoje os Estados Unidos não podem entrar no Irã. E o Iraque vai se juntar ao Irã qualquer dia desse, é questão de tempo que os xiitas vão organizar aquilo não como um só país, mas como uma unidade de negociação do preço do petróleo. Um equívoco que os Estados Unidos hoje reconhecem. Endureceu e confundiu Nação com empresa. Dois erros que não foram cometidos.

Então eu quero deixar claro aqui que apesar do choque, da surpresa, do incômodo, inclusive, do toque nacionalista que surgiu no Brasil para defender a PETROBRAS lá, mas não para defender coisas do Brasil aqui. Apesar de terem transformado isso numa espécie de campeonato de futebol, eu acho que o Itamaraty não tinha alternativa a não ser essa. Não confundir empresa com Nação, e não entrar em pânico.

Na vida pessoal o pânico pode matar a gente. Mas entre nações declara-se guerra por causa do pânico. E estragam-se relações por décadas e décadas.

Então, eu fico satisfeito de ver esse cuidado. Quero dizer também que quando aqui o Senador Simon falou que o Presidente Lula defendeu Hugo Chávez, e agora deveria receber de volta. O Presidente Lula defendeu a democracia, não foi ao Chávez. O Chávez era o Presidente eleito como continua sendo. E não tinha que esperar nada em toca. Entre nações não há generosidade. A gente tem que ter generosidade entre povos. Está passando fome, manda-se ajuda. As relações têm que ser entre Estados em torno de interesses. E o Presidente Evo Morales está, ele acha, defendendo os interesses da Bolívia. Então ele tem todo o direito de fazer isso. Agora, eu, pessoalmente, acho que ele não está defendendo, porque não entendeu, como outros da onda de esquerda que eu acho que está vindo pela América Latina, e eu temo de aconteça, não entenderem que hoje há certas limitações para você nacionalizar, para você tomar medidas. E mesmo que não se rasgue contrato, ameace rasgar. Hoje nós não temos mais poder dentro de uma Nação de rasgar contratos. E talvez o Presidente Evo Morales termine pagando o preço alto. Não em relação ao Brasil, que a gente vai se ajeitar. Mas o sinal que ele deu para o mundo pode assustar muita gente. E hoje não dá para se fazer isso.

Antigamente era o Papa que falava para a cidade e para o mundO – "*urbi et orbi*". Hoje, qualquer Presidente que faça qualquer coisa na área de economia, ele fala para sua capital e para o mundo inteiro. Não há mais pais pequeno ou grande na hora de tomar decisões que ameace acordos feitos internacionalmente. Mas isso é um problema do Presidente Evo Morales. O nosso problema é negociar fontes de energia na Bolívia, ou na Argélia, ou na Rússia se o preço que ele pedir for muito alto. Aí é uma questão de mercado, não é a questão exatamente de Relações Exteriores.

Então eu quero deixar claro aqui que a minha posição de que eu creio, por mais que nos incomode do ponto de vista da imagem de parecer que o Brasil está recebendo um pontapé, como a gente viu recentemente em algumas charges, colocando o Presidente Lula simbolizando o Brasil, eu acho que por mais que isso toque o nosso sentimento de nacionalidade, eu creio que não havia alternativa a não ser a que o Itamaraty tomou e, com muito cuidado, negociar defendendo os interesses brasileiros sem transformar isso num campeonato de futebol. Defendendo as regras de mercado que vão nortear os preços e deixando bem claro que uma coisa é a negociação entre empresa, e a outra coisa é a negociação entre Estados. A negociação entre empresa vai repercutir no balanço do próximo ano, a relação entre Estados vai repercutir na relação nos próximos 50, 100 anos na relação que nós vamos ter com a Bolívia. E tem que ser isso com muito cuidado.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer. Esperei até agora apenas para manifestar minha posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Pergunto se o Ministro quer fazer algum comentário?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Não. Eu só queria agradecer as palavras do Senador Cristovam Buarque, quer dizer, se eu, naturalmente, estou aqui e teria que ficar de qualquer maneira, mas se não tivesse obrigado a ficar, teria valido a pena ficar para ouvir seus comentários.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Suplicy, pela Ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se me permite o Presidente Roberto Saturnino, Senador Eduardo Azeredo, há um assunto que nós sempre nos sentimos responsáveis aqui de estar perguntando, aproveitaria a oportunidade ao Ministro Celso Amorim de perguntar se há alguma informação sobre o paradeiro do João José Vasconcelos Júnior, ainda que esse não seja o tema dessa reunião, mas se trata de um assunto importante para nós brasileiros, se, porventura, houver alguma nova informação nós agradecemos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Ministro, esse é um assunto que, realmente, interessa à Comissão, mas V.Exª. fica inteiramente à vontade.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Eu posso dizer o que eu sei, naturalmente, porque alguns meses que não há nenhuma informação nova. As últimas, todas as pistas que em determinado momento pareciam indicar certa direção, depois não se confirmaram. Isso é a única coisa que eu posso dizer nesse momento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E o Governo Brasileiro que já aprovou o Embaixador do Brasil no Iraque, ele já está lá em Bagdá?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM – Não. Ele não está ainda em Bagdá porque é natural o problema de

segurança que nós temos que tratar, é um problema de segurança e envolve recursos vultuosos, não é uma coisa pequena. E nesse momento ele está funcionando como uma unidade em Amamas(F) dedicados a assuntos de Iraque, viajará com freqüência, mas ele deverá ir para Bagdá assim que as... Não vou dizer assim que as condições de segurança permitam, porque é possível que elas não permitam nunca, mas assim que nós tivermos equacionado, razoavelmente, as condições de segurança.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Ele, aliás, disse isso aqui na Comissão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu só quero informar que a família sempre nos pede para estar mandando informações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Bom, só me resta agradecer a presença de todos, especialmente, do Ministro Celso Amorim, pelo esforço que fez de responder a todos os questionamentos, e pelas esclarecedoras informações e pontos de vista que nos trouxe na sua exposição. Muito obrigado a todos. Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 14h24)

Ata da Décima Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 11 de maio de 2006, às 9:30 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de maio do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **EDUARDO AZEREDO, JEFFERSON PÉRES, PEDRO SIMON, MARCO MACIEL, ROMEU TUMA, EDUARDO SUPLICY, ÁLVARO DIAS, SERYS SLHESSARENKO, VALDIR RAUPP, HERÁCLITO FORTES, AELTON FREITAS, JOSÉ JORGE, ARTHUR VIRGÍLIO e JOSÉ AGRIPINO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. **Item 01**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 197, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova, com reserva, o texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, concluída em Manágua, em 9 de junho de 1993". Faz uso da palavra o Senador **ROMEU TUMA** para a leitura de seu parecer. Aprovado. **Item 02**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 199, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o Combate ao HIV / SIDA, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002". Faz uso da palavra o Senador **MARCO MACIEL** para leitura de seu parecer. Aprovado. O Presidente faz leitura de Comunicado da Comissão. Fazem uso da palavra os Senadores **ROMEU TUMA, SERYS SLHESSARENKO, EDUARDO AZEREDO** e **EDUARDO SUPLICY. Item 03**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 200, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, celebrado em Pequim, em 24 de maio de 2004". Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO AZEREDO** para leitura de seu parecer. Aprovado. **Item 04**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 201, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, celebrado em Brasília, em 17 de novembro de 2003". Faz uso da palavra o Senador **ROMEU TUMA** para a leitura de seu parecer. Aprovado. **Item 05**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 202, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos, celebrado em Rio Branco em 14 de abril de 2004". Fazem uso da palavra os Senadores **PEDRO SIMON,** para leitura de seu parecer, **JEFFERSON PÉRES** e **ROMEU TUMA.** Aprovado. A Senadora **SERYS SLHESSARENKO** solicita inversão de pauta. **Item 13**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 211, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo-Quadro sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, em Kiev, em 18 de novembro de 1999". Faz uso da palavra a Senadora **SERYS SLHESSARENKO** para leitura de seu parecer. Aprovado. **Item 06**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 203, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003". Fazem uso da palavra os Senadores **PEDRO**

SIMON, para leitura de seu parecer e **ROMEU TUMA.** Aprovado. Solicitam inversão de pauta os Senadores **JEFFERSON PÉRES** e **ARTHUR VIRGÍLIO. Item 08**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 206, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, celebrado em Berna, em 12 de maio de 2004". Fazem uso da palavra os Senadores **JEFFERSON PÉRES,** para a leitura de seu parecer e **ROMEU TUMA.** Aprovado. **Extra-Pauta Item 01:** Requerimento Nº 19, de 2006 – CRE, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que "Requer, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o Embaixador do Brasil em La Paz, ANTONINO MENA-GONÇALVES para, em audiência pública, prestar esclarecimentos aos senadores desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a decisão do governo boliviano de nacionalizar a exploração de gás e petróleo no país e os conseqüentes desdobramentos dessa decisão para o interesse nacional". Fazem uso da palavra os Senadores **ARTHUR VIRGÍLIO,** para justificar seu Requerimento, **JEFFERSON PÉRES, EDUARDO SUPLICY** e **ROMEU TUMA.** O Senhor Presidente encerra a reunião às onze horas e quarenta e um minutos, adiando os demais itens da Pauta, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Bem, havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, e submeto a Comissão à dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Se todos estão de acordo, fica dispensada e passamos à nossa pauta que contém um conjunto de acordos que precisam ser aprovados aqui.

O primeiro item, item nº. 1. Projeto de Decreto Legislativo Nº 197, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova, com reserva, o texto da Convenção Interamericana sobre o cumprimento de sentenças penais no exterior, concluída Manágua em 9 de junho de 1993". O Relator é o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho a esta Comissão com fundamento no disposto do art. 49, inciso I da Constituição, Poder Executivo por meio da mensagem 164 de 12 de maio de 2002, submete à aprovação no Congresso Nacional, com proposta de reexame de reserva, o texto de Convenção Interamericana sobre o cumprimento de sentenças penais no exterior, concluída em Manágua em 9 de junho de 93. A Comissão em foque foi aprovada pelo Congresso Nacional por Decreto Legislativo em 29 de dezembro de 2000, e ratificada pelo Brasil, estando em vigor desde maio de 2001. Na oportunidade foi feito reserva ao § 2º, art. 7º do acordo internacional, posteriormente chegando o Executivo Federal à conclusão que essa reserva somente deveria atingir a primeira parte do referido § 2º. O projeto Decreto Legislativo 197/06, submete a reexame dessa reserva.

Por isso que eu estou lendo, porque é uma coisa que trouxe contradições dentro do Governo.

Na Câmara dos Deputados, esse Projeto de Decreto Legislativo foi distribuído para as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição de Justiça e Cidadania, sendo uma matéria aprovada pelo Plenário daquela Casa, em 16 de maio de 2006. Por ser dado, nos termos do art. 376, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 30 de maio de 2006 – portanto, é recente – e na Comissão esse Relator em 10 de abril. A discussão base do Projeto Decreto Legislativo 197 é um reexame de reserva ao § 2º, art. 7º da Convenção Interamericana sobre o cumprimento de sentenças penais no exterior. Feita no momento da ratificação pelo Brasil, conforme permite o art. 16º do tratado. Referido § 2º, no art. 7º possui o seguinte teor: Art. 7º, direito da pessoa sentenciada transferida em forma de cumprimento da sentença. Dois, salvo do disposto do art. 8º dessa Convenção, a pena de uma pessoa sentenciada transferida será cumprida de acordo com as leis e procedimento do Estado receptor, inclusive, a aplicação de quaisquer disposições relativas à redução de períodos de prisão ou do cumprimento alternativo da pena. Nenhuma sentença será executada pelo Estado receptor de modo a prolongar a duração da pena para além da data em que inspira de acordo com os termos da sentença do Tribunal do Estado sentenciador.

Portanto, a sentença propalava no Brasil tem que... O seu prazo limite tem que ser cumprido no Estado que pede a extradição. Propõe o projeto do Decreto Legislativo que a reserva seja feita somente à primeira parte citada do § 2º, segundo a exposição de motivos n°. 166 de 2002, do Ministério de Relações Exteriores. O estabelecimento da mencionada reserva no que respeita a totalidade do § 2º, art. 7º, tal como efetuado, implicaria a possibilidade de uma pena sentenciada no

Brasil ser prolongada em outro País e assim de se contrariar garantias constitucionais a exemplo do exposto do arts. 5º, 75º da Constituição Federal. O início em apreço estabelece: O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença. Portanto, apropriada é a retirada em parte da reserva brasileira da Convenção Interamericana sobre o cumprimento de sentenças penais no exterior, mantendo a integridade do nosso sistema de garantias fundamentais, ao mesmo tempo em que preserva concepção coerente quanto a tema de pessoas condenadas. Voto – com base no exposto, considerando-se de todo o conveniente aos interesses do País a aprovação do acordo em análise a reserva proposta a primeira parte, § 2º, seu art. 7º, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo Nº 197, de 2006.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, acredito que está bem explicado as razões desta reserva que o Brasil faz em defesa dos direito individuais do cidadão mesmo que condenados.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com certeza, Senador Romeu Tuma. Em discussão o Parecer, se nenhum dos Srs. Senadores desejam discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos ao item nº. 2 que é o Projeto de Decreto Legislativo Nº 199, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do acordo de cooperação dos Estados membros da comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o combate ao HIV/SIDA, assinado em Brasília em 30 de junho de 2002", sendo o Relator o Senador Marco Maciel a quem concedo a palavra.

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, Srª. Senadora Serys, Srs. Senadores. Sr. Presidente, eu serei breve. A proposição que vamos examinar, foi encaminhado ao Congresso Nacional com o fundamento na Constituição Federal, art. 49, inciso I, que dá ao Poder Executivo poderes para promover as negociações e também o de submetê-lo depois ao Congresso Nacional. Por coincidência, eu acompanhei um pouco essas negociações, porque à época era Vice-Presidente da República. E o Governador brasileiro adotara desde o início uma atitude muito proativa com relação a disseminação dessa pandemia Aids ou SIDA, como se diz em Países de língua portuguesa, o Governo Brasileiro, repito, assim muito proativa nesse sentido, se empenhou também não somente em firmar convênios com instituições financeira internacionais como o caso, por exemplo, do BID para fazer o melhor combate a essa pandemia aqui no Brasil, mas também se preocupou em dar um pouco de assistência aos Países lusófonos, sobre mormente os Países da África que integram a CPLP. E eu quero dizer o que é óbvio, é consabido que graças a todas essas medidas o Brasil terminou recebendo o prêmio da ONU pela melhor política de combate a Aids. E agora esse protocolo que agora especificamente estamos apreciando é o resultado desses entendimentos que foram realizados entre o Brasil e os Países de língua portuguesa. Daí porque, com base no exposto, o meu Parecer é favorável, aliás, expressando uma opinião do próprio Itamaraty.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Em discussão o Parecer favorável do Senador Marco Maciel. Se nenhum dos Senadores deseja discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como estão. Aprovado.

Vamos ao item 3. Antes, porém, eu queria aproveitar a presença dos Senhores aqui para fazer duas comunicações. A primeira é de que, na próxima terça-feira, será realizada a Audiência Pública referente à questão do petróleo na Bolívia com a presença do Ministro Silas Rondeau e do Presidente da PETROBRAS o Dr. Gabrielli, na terça-feira às 9h30. E a segunda é um convite para uma viagem promovida pelas nossas das Forças Armadas, o exército brasileiro realizará uma viagem a região Amazônica para mostrar o trabalho desenvolvido por eles na região e a viagem ocorrerá no período de 25 a 28 de maio do corrente. E a Comissão foi solicitada a indicar um ou dois membros que enfim, Senadores, membros da Comissão que se interessem por essa viagem importante, eu quero dizer que pessoalmente eu iria com muito interesse, mas estou impedido por compromissos a que eu não posso faltar. Mas, então fica o comunicado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, posso fazer uma sugestão? Eu gostaria de ir, mas eu já fui, que se desse oportunidade a quem nunca foi para conhecer realmente o trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu estou comunicando e pedindo que o Senador ou os Senadores interessados comuniquem a Comissão para que nós possamos...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Senador, Presidente... (risos) eu também já fiz essa viagem e eu acredito que é da maior importância que todos o façam. Então, eu também estaria abrindo mão. Gostaria até de fazê-la de novo, mas eu acredito que é da maior importância que é quem não fez, o faça.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu avalio a importância e me empenharei em estar presente na próxima, porque ela se realiza de vez em quando.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito grande no presente momento. Então, Senador Azeredo já manifestou o seu interesse.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu só conheço Manaus. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – E qualquer outro... Pede-se a indicação de um ou mais. Então, não fixa um número. Mas qualquer outro Senador que tenha interesse, peço que manifeste à Secretaria da Comissão. E vamos passar ao item 3.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador, eu me senti representado pelo Senador Eduardo Azeredo. Eu gostaria muito de ir, mas como está se aproximando a época, o primeiro de outubro, as eleições, estar ausente do meu Estado de São Paulo, nessa fase, para mim, realmente é bastante difícil, então eu vou aceitar o convite após às eleições. Numa outra oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Item 3 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo Nº 200, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, sobre a assistência judiciária mútua em matéria penal, celebrada em Pequim, 24 de maio de 2004". O Relator é o Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª. Senadora, nunca é demais lembrar a importância de um tratado com a China, tendo em vista o avanço que temos tido com esse País gigantesco. Essa solicitação foi apreciada pela Câmara dos Deputados que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores, tendo sido também objeto de exame na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Aqui no Senado, somos chamados, portanto a opinar e a análise mostra realmente que essa cooperação judiciária entre Estados é modernamente considerada uma das formas mais eficientes na repreensão e prevenção da criminalidade internacional. O ato é importante, conveniente aos interesses nacionais, aproximando-nos dos mais importantes e expressivos atores da cena internacional. Com efeito a China já está totalmente incorporada à Organização Mundial do Comércio e é parceiro de primeira grandeza para a política externa brasileira.

Há ainda a mencionar que o art. 1º do tratado analisado estipula o alcance da assistência bilateral prevendo a inclusão, dentre outros vitais setores, para a averiguação criminal da entrega de documentos, da tomada de depoimentos ou declarações pessoais, avaliação de peritos, bem como eventual transferência de pessoa sob custódia para prestar depoimento e prover a elaboração de provas. Com base, portanto, no exposto, o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O voto favorável do Senador Azeredo. Em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores desejam discutir, em votação. Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao item 4, Projeto de Decreto Legislativo Nº 201, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto de tratado de extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, celebrado em Brasília em 17 de novembro de 2003", o Relator é o Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra. É o item 4.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone) República Dominicana, celebrado em Brasília em 17 de novembro de 2003. Nós fizemos a análise, Presidente, que está na mão de todos os Srs. Senadores, graças à eficiência dessa Comissão, e eu pediria licença para ler só o voto, porque não há nenhuma contradição no acordo.

Com base no exposto, considerando o acordo examinado oportuno e conveniente aos interesses nacionais. Portanto, somos favoráveis à sua aprovação pela expedição do Projeto de Decreto Legislativo Nº 201 de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Em discussão o voto favorável do Senador Romeu Tuma. Se nenhum dos Srs. Senadores desejam discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

E vamos ao item nº. 5, que é o Projeto de Decreto Legislativo Nº 202, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto de acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, sobre a cooperação policial em matéria de investigação, prevenção e controle de fatos delituosos. Celebrados em Rio Branco, em 14 de abril de 2004". O Relator é o Senador Pedro Simon a quem concedo a palavra. É o 5, item 5.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Presidente e Srs. Senadores, a fronteira de Brasil e Uruguai, ela é integrada por intensas relações onde nós temos casos que o mundo inteiro admira, que é uma cidade

se constituir em dois Paises. Santana do Livramento, Rivera, duas cidades que são uma só, Brasil e Uruguai. Uma ponte para ir a Artigas, exatamente limitando os dois Países. O intercâmbio cultural, o intercâmbio entre Brasil e Uruguai é qualquer coisa de excepcional, de positivo, de concreto. E muito antes desses tratados o diálogo, o entendimento, o entrelaçamento entre as autoridades de Brasil e Uruguai, eles foram realmente muito interessante e muito criativos. Tem um caso típico que qualquer tratado de Direito Internacional interno, o mundo inteiro publica que é exatamente ali na Barra do Chuí quando a lagoa entra no mar. E o tratado de fronteira entre Brasil e Uruguai diz que o tratado é exatamente as águas que estão ali.

Acontece que na cheia e na vazante uma enorme região de manhã é Brasil, e de tarde e de noite é Uruguai. E não tem o que discutir, não tem o que alterar, não tem o que modificar. E como é que vão agir, principalmente, as autoridades policiais?

Então, eles decidiram que o local, que o fato aconteceu. No momento em que aconteceu. É Brasil? É Brasil. Então, pode a cheia estar para lá, estar para cá, a polícia brasileira que vai... perdão, perdão... disse bobagem. A nacionalidade da pessoa. Ele é uruguaio? É uruguaio, então não importa o que acontece, é a polícia uruguaia que vai investigar. É brasileiro? É brasileiro. Não importa se as águas são mais para cá, se as águas são mais para lá, é a polícia brasileira que vai investigar. Isso é apenas um exemplo, porque ali nós temos uma imensidão de terras, que são terras sem rio, sem mar, sem montanha, é o Pampa. E no Pampa tu está aqui, daqui a pouco tu está no Uruguai. E o que é mais grave, tu está aqui no Brasil, tu está no Uruguai, o dono daquela terra também é brasileiro... Então, lá pelas tantas fica muito complicado, quando é que eles botam as cabeças do lado de cá, quando eles botam a cabeça do lado de lá. Quando ele faz o recenseamento do lado de cá ou do lado de lá.

Então, todas essas coisas geraram uma amizade muito profunda entre Brasil e Uruguai. Muito, muito profunda, que está complicando agora. O Mercosul só veio atrapalhado, porque com essa história de Mercosul e os brasileiros gaúchos foram plantar arroz em Uruguai, porque nunca tinha tido arroz lá no Uruguai. E agora os gaúchos plantam arroz lá no Uruguai e depois vem vender mais barato para nós aqui. Então o proprietário que tem terra no Uruguai grita, está lá no Uruguai e o mesmo proprietário que está aqui no Brasil grita, porque o arroz está sendo importado muito alto.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – V.Exª. me permite um aparte? Parece que temos problemas pela frente com o nosso tradicional amigo, Uruguai. Li hoje uma notícia que o Governo Brasileiro teria informalmente tentado influenciar a empresa finlandesa a não implantar a fábrica de celulose, a pedido da Argentina, e isso vai nos criar um problemão com o Governo do Uruguai. Isso é só uma informação não quero interromper.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – A sua informação é importante, porque é um problema desses, assim, que quando não há um pouco de grandeza, não tem solução entre Argentina e Uruguai, são duas fábricas de celulose onde resolveu se instalar no Uruguai, e a Argentina protestou dizendo que fere o meio ambiente. E eu sei o que é isso, eu fui Governador lá no Rio Grande, e o que eu sofri dos meios ambientalistas com essa questão de meio ambiente é uma questão cruel. Ninguém mais do que eu defendo o meio ambiente, defendo, sou apaixonado, acho que é uma das coisas mais importante que tem. Nós temos que ser racionais. Nós temos a obrigação de ser racionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu posso me permitir um aparte a V.Exª.? Porque agora me lembrei de um fato. Eu já era funcionário do BNDES e instalou-se lá em Porto Alegre uma fábrica de celulose da Borregaard, que casou um tremendo impacto, uma reação, mas a questão da poluição tem solução técnica e econômica. A Borregaard está lá hoje funcionando e perfeitamente, não tem... Quer dizer, resolve-se esse problema da poluição técnica e econômica. Fazia um mau cheiro terrível.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – O problema todo... já na época tinha solução. O problema, e eu tive como Governador, o problema com as fábricas de curtição de couro. Ela, tradicionalmente, curtiam o couro e botavam no rio. E o rio era um mau cheiro, uma desgraça, poluíram todos os rios. E há anos a gente vinha cobrando delas e elas prometendo que iam resolver o problema. Mas é que o problema é muito caro. O combate à poluição é muito caro. Praticamente quase que eu diria 30% do valor final da obra. E aqueles curtidores, há 50 anos curtindo couro e botando no rio, mas nem admitiam uma coisa desta. Eu fechei esse curtume, quase me mataram, mas fizemos negócio. Hoje é uma maravilha, não tem problema nenhum. A Borregaard, o meu amigo Presidente diz com toda a razão, foi uma guerra o Brasil inteiro, Porto Alegre inteira contra a Borregaard. E para azar delas, o Pereira Caldas, o falecido Pereira Caldas, fez uma bela de uma resistência na beira da Guaíba e o cheiro vinha direto a casa dele. Então ele pegou o correio contra ele... Deus o guarde. Até que botaram as instalações nobres e hoje a Borregaard está...

Do lado de Porto Alegre tem o pólo petroquímico. Do lado de Porto Alegre tem a refinaria Alberto Pasqualini, dois setores dos mais poluentes que existe.

O pólo petroquímico, quando nós fizemos o Governo de Estado era o Amaral de Souza o Governador, ele gastou duzentos e cinqüenta milhões de dólares só para fazer o combate à poluição. O Governo bancou. E hoje é uma maravilha.

Mas a questão ali é política, porque a Argentina queria que a fábrica fosse para a Argentina, e o Uruguai queria para o Uruguai. E eu não sei, claro que Argentina e Uruguai, eu lembro, o cordeiro, mas o Brasil que é outro leão... eu acho que não devia ajudar a morder o cordeiro. Eu acho que ele devia ter um pouquinho mais... Com toda a sinceridade eu acho que ele não foi feliz. Eu sei que ele precisa da Argentina, ainda mais agora com essa briga da Bolívia e a Argentina está com a gente, e essa questão tomou uma posição passional, não é mais uma questão racional, e dentro do passionalismo, a Argentina deve ter colocado o Governo na seguinte situaçãO – Ou está comigo ou está contra mim.

E o Presidente americano, o Presidente uruguaio está lá nos Estados Unidos pedindo para fazer um acordo direto com os Estados Unidos, pensando em entrar, aliás, um assunto que nós devíamos discutir aqui. Pensando em sair do Mercosul, quer dizer, o Uruguai está pensado em sair do Mercosul e fazer um acordo direto, que nem o Chile, com os Estados Unidos. Essa é uma situação grave e por isso eu acho que o Brasil, não sei se foi a melhor solução essa que o companheiro está dizendo. O Chile devia fazer uma intermediação mais serena nesse sentido. Agora, dentro disso, esse acordo é 100%. Eu acho que ele é positivo, é correto, vem dentro do espírito que existe ali. E modéstia à parte, não quero dizer nada, mas Brasil e Argentina e Brasil e Uruguai, na parte que tange o Rio Grande do Sul, vão muito bem obrigado, a não ser o futebol, o resto nós vamos bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O voto favorável em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Presidente, só uma palavrinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu li com atenção o brilhante relatório do Senador Pedro Simon, além das explicações pessoais sobre os problemas geográficos, econômicos e tudo que ocorre na fronteira que antigamente era a mais preocupante na estratégia nacional, hoje, passou para o norte da Amazônia. Mas esse acordo se refere ao problema de troca de informações policiais desde a época, estava na Polícia Federal, a Interpol tinha já uma ligação forte, e o Brasil tinha um relacionamento perfeito com a polícia uruguaia e várias reuniões nós fizemos em Santana do Livramento... e Senador Pedro Simon.... Senador Pedro Simon. V.Exª. cita aqui uma coisa que já a gente, na polícia já não falava mais, o crime da abigeato, volta a ocorrer em território brasileiro também com esse volume de criação de gado, o furto de gado. Então, esse acordo atinge também, porque eu acho que o furtavam muito cavalo lá, não é? Furtavam muito cavalo, porque o Exército criava muito cavalo, por causa das unidades de cavalaria de fronteira.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Criava, tomava...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tomava. (risos) Atravessava o rio, acabou. Mas, então eu acho que é importantíssimo, está bem relatado, está bem consciente da realidade brasileira, do que há uma biose muito forte entre a policia brasileira e a polícia uruguaia.

E essa parte de perseguição ao criminoso quando atravessa a fronteira é um grande drama para o policial. Porque atravessou a fronteira, você perde a possibilidade... E se não tiver um acordo desse, bastante acentuado, é claro que nós tivemos uma tristeza no caso da nilha(F) e é outro que foi entregue preso de um lado para o outro, foi um marco altamente negativo nas relações policiais, mas ele tem um valor muito grande, eu acho que nós temos que aprovar com louvor ao relatório do Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito bem, discussão continua. Se os Srs. Senadores desejam discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Eu queria, Sr. Presidente, questão de ordem. Se for possível, na aquiescência, complacência dos Srs. Senadores, porque eu estou reunida à Comissão Mista do Orçamento, eu sou titular, e o Ministro Paulo Bernardo está lá e a gente está em debate e estão me chamando, e eu sou Relatora do item 13, se pudéssemos fazer inversão da pauta, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu vou suspender. O pedido da Senadora procede. Se todos estão de acordo votamos o 13 e depois encerramos a Sessão.

O item 13 é o Projeto de Decreto Legislativo Nº 211, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do acordo quadro sobre a cooperação dos usos pacíficos no espaço exterior celebrado entre o Governo da

República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, em Kiev, em 18 e novembro de 1999", a Relatora é a Senadora Serys Slhessarenko, está com a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Nós estamos aqui, Srs. Senadores, eu agradeço a inversão da pauta, Sr. Presidente, e como nós temos o relatório, com certeza a análise, o relatório desse trabalho já foi lido por todos os Srs. Senadores, membros dessa Comissão. E para que a gente realmente possa agilizar os trabalhos, eu diria que através da cooperação técnica viabilizada por esse acordo da República da Ucrânia, Sr. Presidente, que já possui extenso conhecimento técnico-científico em matéria espacial, contribuirá para a realização do projeto espacial brasileiro. A votação desse acordo quadro, torna-se ainda mais emblemática nesse momento em que o País comemora a viagem do primeiro Astronauta brasileiro ao espaço. O Tenente Coronel Aviador Marcos César Pontes, assim como a comemoração do centenário do vôo de Alberto Santos Dumont, pai da Aviação. Nosso voto, por tudo que foi explicitado e por julgá-lo oportuno e conveniente, somos pela aprovação do Projeto Decreto Legislativo Nº 211 de 2006. É esse o voto favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O voto favorável em discussão. Se nenhum Senador deseja discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Eu quero informar aos Srs. Senadores que o Secretário da Mesa, o Dr. Carreiro, ficou de nos avisar no momento em que fosse necessário, aberta a Sessão, que interrompêssemos aqui, como ainda não avisou...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Parece-nos, Presidente, que não se chegou a um acordo. Está estabelecido, o Arthur Virgilio deve saber mais do que eu, que para o Governo, o Presidente Lula, a tradição é que o horário definido é uma hora depois do horário marcado. Então... como é 11 e não avisaram... E o Renan que está na presidência, não sabe se é o horário dele que é 11 horas, ou se é o horário do Presidente que é 11 mais 1 hora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O fato é que podemos prosseguir a reunião até que recebamos o aviso e vamos, então, ao item 6, que é o Projeto de Decreto Legislativo Nº 203, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria, sobre cooperação no campo do Turismo. É celebrado em Damasco em 3 de dezembro de 2003", o Relator é o Senador Pedro Simon a quem concedo a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, é chamado à Comissão a se pronunciar sobre o projeto de Decreto que aprova o teor do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria, sobre a cooperação no campo de turismo celebrado em Damasco. Em cumprimento do disposto no art. 49, vem a nossa Comissão. O objetivo é a troca de informação sobre suas respectivas legislações. O estímulo de intercâmbio de estudantes e acadêmicos entre suas respectivas instituições. Apresentação de atrações turísticas mediante a participação em exibições e conferências organizadas pela outra parte. Cada uma das partes deverá encorajar visitas recíprocas e agentes de viagens. O estímulo de investimento recíproco no setor turístico dos dois Países. A cooperação no âmbito da Organização Mundial do Turismo e de outras organizações internacionais que tratem nos seus programas do trabalho do tema Turismo.

Eu acho altamente positivo, Sr. Presidente, até direi com emoção que eu aprovo essa matéria e acho que ali no mundo árabe tem uma infinidade de realidade que nós podemos conhecer e com as quais nós estamos identificando. O Brasil do mundo inteiro é o local do mundo onde mais árabes tem fora. Eu sou descendente de libanês e a colônia libanesa no Rio Grande do Sul tem uma população maior da que a população do Líbano, maior do que a população do Líbano. E isso está hoje crescendo e crescendo muito. Não há uma razão para que os estudantes árabes, os seus sírios que podem vão apenas estudar nos Estados Unidos ou na Inglaterra. Por exemplo, no Líbano, na Síria, são dois Países que além do árabe a língua fluente deles é o francês. Que eles foram durante muito tempo, ligados ao domínio francês, antes da guerra até o final da Grande 2ª Guerra, e língua francesa era a língua oficial deles. No entanto, é Inglaterra e Estados Unidos.

Eu creio, e nós fazemos várias análises nesse sentido, de que movemos todas as condições que se possa imaginar para que se haja um intercâmbio cultural, um intercâmbio de cultura, um intercâmbio de turismo, o acordo que nós estamos assinando aqui é com a Síria e eu fico muito satisfeito. Mas eu digo Síria, eu digo Líbano, eu digo Egito, eu digo o mundo árabe que está li, eu acho que realmente é muito positivo. E botem junto Israel, porque eu defendo um mundo de paz, de entendimento. Eu acho que nós estamos caminhando para isso e se Deus quiser, é algo realmente, tremendamente positivo. Essa é uma questão que no Turismo, nós temos todas as condições de desenvol-

ver e no Comércio, por exemplo, só carne de ovelha, nós temos condições de abastecer o mundo árabe, cordeiro, ovelha é uma coisa inestimável. E isso era algo que não existia até pouco tempo.

O Presidente Lula esteve no Líbano, esteve no mundo árabe, é algo que o Líbano esperava há 100 anos e foi um acontecimento realmente marcante, porque foi o primeiro Presidente brasileiro que esteve no Líbano. E eu creio que é uma oportunidade, quer dizer, e o Brasil é um exemplo, Sr. Presidente, o Brasil é um exemplo... Aliás, em todos os relacionamentos em São Paulo dos árabes e dos israelenses é de primeira grandeza. O Cônsul de Israel em São Paulo que é uma figura excepcional. É uma figura simpática... Não sei se ele é Cônsul ou se ele é o...

SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sim, mas tem o Cônsul e tem o líder religioso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ah, o Rabino.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Rabino.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Pessoa simpática que tem tudo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu digo que está em todas. Está lá, vai a Porto Alegre, vem aqui em Brasília, está em todas. É uma figura excepcional.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Exato. Eu acho que é uma pessoa realmente excepcional.

Então, eu creio que esse projeto a gente vota com satisfação, porque realmente ele é positivo e tem um significado maior do que ele, porque tem uma região toda sendo abrangida.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Em discussão, o Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só cumprimentar o Senador Pedro Simon, eu acho que tem uma importância vital e, às vezes, a gente fica um pouco entristecido principalmente quando há generalização com respeito aos palestinos, muçulmanos, que são todos terroristas, o que não é verdade. Eu conheço muita gente da colônia e o Senador Suplicy também e sabem que eles lutam e buscam a paz.

Senador Pedro Simon, eu gostaria de convidar, quando o Senhor for a Síria em Damasco, visitar Babtuma que é a porta dos Tumas, que era a época da luta contra os cruzados, um cristão que comandava essa região de Damasco e resistiu à entrada mesmo sendo cristão. Então, eu acho que existe um registro importante da família que é uma região de Damasco, uma das cidades...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu já estive lá e vi, assisti, achei uma maravilha e convidei eles para vir aqui no Brasil e conhecer V.Exª. que é a porta dos Tuma no Brasil, (risos) que representa realmente uma espetacular luta a favor da democracia e da verdade. Eles também ficaram de vir aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Obrigado. Parabéns, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Continua em discussão. Senador Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Eu sou tão preconceituoso que às vezes eu olho com desconfiança o Simon e o Tuma, se não tem uma bombinha no bolso.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Essa afirmativa do Senador Jefferson é uma coisa muito grave.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Mas, Presidente falando sério... Senador Saturnino, o próximo item, o Senador José Agripino é o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Não estando presente passamos ao item...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – O item 8, um tratado muito importante entre Brasil e Suíça.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Vamos ao Item 8. Pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Foi preconceituoso o Senador. Aliás, eu estranhei, mas não entendi.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pedir a V.Exª. analisar requerimento Extra Pauta antes de terminar Sessão para a Sessão solene pelos 180 anos do Senado aquele em que eu peço o convite ao Embaixador do Brasil em La Paz, Embaixador Antonino Mena Gonçalves, para discutir conosco essa momentosa posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu proponho o seguinte. Agora, o Secretário nos chama, mas acho que ainda há tempo de ouvir o relatório do Senador Jefferson Peres e em seguida apreciarmos o requerimento do Senador Arthur Virgílio e encerraremos a Sessão.

Trata-se do Item 8, Projeto de Decreto Legislativo Nº 206, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do tratado em cooperação jurídica em matéria penal, entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, celebrado em Berna, 12 de maio de 2004", o Relator é o Senador Jefferson Peres, a quem concedo a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – É desnecessário ressaltar a importância de um acordo desse com a Suíça, Sr. Presidente. O maior centro financeiro internacional, depósito de dinheiros muitas vezes de origem ilícita, e o Brasil não tem esse tratado, terem conhecimento, uma noção da sua importância, ele impõe a obrigação recíproca de conceder, tomada de depoimentos, entregas de documentos e inclusive de natureza administrativa bancária, financeira e comercial. Portanto, o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O voto favorável. Senador Jefferson Peres. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Rapidamente, só para cumprimentar o Senador Jefferson Peres, mas com o processo que foi aberto de um político importante de São Paulo, Senador Jefferson Peres, a Procuradora, nós tínhamos conhecimento pessoal, porque ela colaborou muito com a Polícia Federal e ela entrou em pânico e provavelmente esse acordo venha dar mais capacidade ao uso dos dados que são fornecidos sigilosamente, que normalmente não pode ser usado. E como o Promotor fez uso no seu relatório, quase que se cancela um acordo anterior de troca de informações.

Então, eu queria cumprimentar o Senhor e dizer que é importantíssimo até pela movimentação financeira que se faz na Suíça.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Se nenhum dos Senhores deseja discutir, encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos, então ao item Extra-Pauta, Item 1 que é o Requerimento Nº 19, de 2006 – CRE, de autoria do Senador Arthur Virgílio que requer nos termos regimentais e constitucionais que seja convidado o Embaixador do Brasil em La Paz, Antonino Mena Gonçalves para em Audiência Pública, prestar esclarecimentos aos Senadores dessa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a decisão do Governo Boliviano de nacionalizar a exploração de gás e petróleo no País, e os conseqüentes desdobramentos dessa decisão para o interesse nacional.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, que propõe o requerimento.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pois bem, Sr. Presidente, o tema está na Ordem do Dia e me dizia ainda há pouco e com muita propriedade, o Senador Jefferson Peres que a nossa Audiência Pública com o Ministro Celso Amorim já rendeu frutos significativos, por exemplo, uma agressão ao Ministro por parte da Chancelaria Venezuelana o que confirma a minha tese de que há um propósito autoritário expansionista, num País que não consegue imaginar que o Ministro do Brasil fale do jeito que mais lhe dê gosto fazer. São inquietantes os rumores outros, a Bolívia diz que não sabe se indenizará, vai calcular não sei lá o quê. Parece que eu estou vivendo os nossos tempos de combate ao regime, quando nós tínhamos na dívida externa, o nosso principal centro e qualquer pessoa de esquerda dizia: "vamos auditar a divida externa", hoje é um problema em equilíbrio equacionado já há muito tempo, em equilíbrio hoje, mas lá está na Ordem do Dia essa discussão. Num mundo que talvez não permita mais que isso aconteça, estamos discutindo se o Brasil tem haver ou a dever. E coloca a PETROBRAS entre aqueles que não sei há quantos anos espoliam a Bolívia.

O trabalho é recente lá, e eu entendo que a PETROBRAS faz bem ao povo boliviano. Deploro as declarações desse Chanceler, Chanceler informal que é o Sr. Marcos Aurélio Garcia, que é um teórico de Relações Internacionais, sem nenhuma vivencia prática, sem nenhuma vivência de campo, que demonstrou ele também o seu desagrado em relação ao Ministro Celso Amorim.

O Ministro Celso Amorim entra numa certa convergência com a média do Senado, ou seja, pega a minha posição, a posição do Senador Jefferson Peres, pega a posição de V.Exª., fez uma média como bom político que é, e foi veladamente advertido pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, tipo, isso é o que ele pensa. Se ele pensa assim, está bem, mas eu penso diferente. Algo desse tipo.

E evidente que não caberia ao Sr. Marco Aurélio Garcia ditar agora o rumo do pensamento do Ministro Celso Amorim, ele pensa aquela velha história, não sei qual foi o Parlamentar que certa vez alguém disse: "Essa é a sua opinião". Aí ele respondeu: "É claro, é a minha. Não posso dar a sua, só posso dar a minha. V.Exª. dê a sua porque eu dou a minha". Então o

Ministro aqui expendeu a dele e inclusive, a meu ver, democraticamente mudando parte da sua anterior, em função do que ouviu aqui. O que mostrou um dia ativo e um dia honroso para a Comissão de Relações Exteriores. Eu creio que ninguém mais importante do que o Embaixador Antonino Mena Gonçalves para nos dizer o que viu e como viu essa crise.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Talvez uma Sessão até reservada.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Quem sabe uma Sessão reservada, se ele quiser, eu creio que sim. Não necessariamente, mas ele pode em algum momento dizer, "Olha agora eu gostaria que fosse reservada e..."

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu queria até também colocar aqui a questão do convite já aprovado por essa Comissão para o Embaixador da Bolívia e depois fomos informados que a Bolívia não está com Embaixador nesse momento, tem que Encarregado de Negócios, eu não sei o que poderíamos decidir aqui, se...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É melhor ouvir primeiro o brasileiro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – É. Eu acho melhor ouvir primeiro o Embaixador Antonino Mena Gonçalves, e um dos remédios que eu preconizava e longe de rompimento, era o Brasil chamar uma coisa muito comum o Brasil já fez isso umas quinhentas vezes, chamaria o Antonino, deixaria lá o Encarregado de Negócios, *ad interim*, mostraria sutilmente para um Governo que não tem sutil como o do Sr. Evo Morales que não estava satisfeito, ou seja, tanto que diminuiu a força da representação. E daqui a, não sei quanto tempo, iria para lá um novo Embaixador, dando à Bolívia a importância estratégica que tem a Bolívia.

Para mim é muito mais importante o Brasil ter um Embaixador bom na Bolívia do que ter um Embaixador bom na Bélgica, um Embaixador bom na França, eu considero. Eu considero que é muito importante o Paraguai, eu considero que aquele circuito Elizabeth Ardem não é o mais cabal, não é o mais vital para a nossa diplomacia. Certos Países poderão reforçar ou diminuir essa liderança que o Brasil tem que exercer com naturalidade sobre a América do Sul, por consenso, sem nenhuma inclinação imperial, o Brasil não tem graças a Deus, felizmente não tem vocação expansionista, militar, não tem. Nós, no máximo, poderíamos cuidar de nos tornarmos uma potência militar defensiva, até em função de eventos ligados à região, mas jamais algo que signifique ameaça a vizinho. Então, isso é bom.

Eu creio que o Brasil poderá perfeitamente ser um grande mediador no mundo, com o seu peso de potência média, de potência econômica e longe de ser uma potência militar. O Brasil poderá se credenciar a ser um grande mediador de conflitos no mundo inteiro. Eu creio que é importante, Sr. Presidente, a vinda do Embaixador Antonino Mena Gonçalves.

O Senador Gerson diz bem, quem sabe, metade da Sessão aberta, metade da Sessão fechada, vai depender dele. Mas julgo que ele tem o que nos dizer para nos esclarecer sobre esse tema, que mais do que nunca, está na Ordem do Dia, em função até das tratativas que vejo entre a PETROBRAS que tem sido firme, não tem outra alternativa, a não ser, ser firme, porque ela tem compromisso com o que firmou, por exemplo, na Bolsa de Nova Iorque não tem como, ela não pode falar outra linguagem, é uma empresa de capital aberto, ela tem que dar satisfação aos seus acionistas e a gente não pode cair naquela coisa um pouco ingênua de dizer: "Ah, mas os acionistas que esperem". Fazendo assim um certo esquerdismo estudantil, porque são os acionistas da PETROBRAS que financiam a prospecção em águas profundas, são os acionistas da PETROBRAS que financiam o avanço tecnológico dessa empresa que é de fato notável. Ou seja, nós temos que realmente observar.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não pode perder a credibilidade.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – E não deve. Que é uma empresa que se credencia como umas de melhor colocação, no ponto de vista dos seus papéis, aqui e no exterior.

Eu considero, Sr. Presidente, e para resumir, que é relevante nós trazermos aqui o Embaixador Antonino, competente como é, e tendo sido testemunha ocular dos fatos, ele tem o que nos contar. Obrigado a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Apresentados as razões, em discussão o requerimento do Senador Arthur Virgílio. Com a palavra o Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Para manifestar que estou de acordo. Eu acho que o Embaixador Antonino pode dar uma colaboração muito importante para que tenhamos maior grau de compreensão da problemática existente entre o Brasil e Bolívia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Continua em discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores desejam discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. Aprovado. Aprovado nos termos em que o convite é para uma Sessão

aberta, porém, podendo se transformar em Sessão reservada, caso o Embaixador ou os Srs. Senadores assim o julguem.

Bem, a Sessão lá não começou ainda. Talvez por falta nossa, então, tendo em vista que nós avançamos bastante, eu agradeço a presença de todos e dou por encerrada, renovando a comunicação de que na terça-feira próxima estarão aqui o Ministro Silas Rondeau e o Presidente da PETROBRAS, Sérgio Gabrielli.

Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 11h41)

Ata da Décima Primeira Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 16 de maio de 2006, às 9:30 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia dezesseis de maio do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **JEFFERSON PÉRES, VALDIR RAUPP, AELTON FREITAS, ROMERO JUCÁ, SERYS SLHESSARENKO, ROMEU TUMA, FLEXA RIBEIRO, ARTHUR VIRGÍLIO, EDISON LOBÃO, RODOLPHO TOURINHO, CÉSAR BORGES, EDUARDO SUPLICY, PEDRO SIMON, NEY SUASSUNA, JOSÉ JORGE, EDUARDO AZEREDO, FERNANDO BEZERRA, WELLINGTON SALGADO, HERÁCLITO FORTES, JOSÉ AGRIPINO, MARCO MACIEL, TASSO JEREISSATTI, ANA JÚLIA CAREPA e LEONEL PAVAN.** Presença também dos Senhores Senadores **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, CRISTOVAM BUARQUE e IDELI SALVATTI** não-membros desta Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente convida o Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Silas Rondeau, e o Presidente da Petrobrás S/A, José Sérgio Gabrielli, para comporem a mesa e passa à apreciação da pauta. **Item 01:** "Audiência Pública com a presença do Excelentíssimo Senhor Silas Rondeau, Ministro de Estado de Minas e Energia, e do Senhor José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobrás S/A, para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre a expropriação das instalações da Petrobrás Bolívia decretada pelo governo Evo Morales, objeto do Requerimento n° 16, de 2006 – CRE, de autoria do Senhor Senador Jefferson Péres, aprovado em 04 de maio de 2006". O Senhor Presidente concede a palavra ao Ministro **SILAS RONDEAU** e ao Senhor **JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI** para fazerem suas apresentações. Fazem uso da palavra os Senadores **JEFFERSON PÉRES, PEDRO SIMON, ARTHUR VIRGÍLIO, NEY SUASSUNA, VALDIR RAUPP, IDELI SALVATTI, EDUARDO AZEREDO, SERYS SLHESSARENKO, FLEXA RIBEIRO, ANA JÚLIA CAREPA, EDUARDO SUPLICY, SIBÁ MACHADO** e **ANTÔNIO CARLOS VALADARES.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião às quatorze horas e cinqüenta e oito minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta 11ª Reunião Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura. Peço, aos Senadores presentes, a dispensa da leitura da Ata anterior. Se todos estão de acordo, fica dispensada.

Registramos, com muita satisfação e orgulho, a presença do Deputado Zica e vamos dar início à nossa Reunião pedindo ao Ministro e ao Dr. Grabrielli que tomem assento à Mesa.

A presente Reunião tem por objetivo realizar uma Audiência Pública com a presença do excelentíssimo Sr. Ministro Silas Rondeau, Ministro de Estado de Minas e Energia e do Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da PETROBRAS S/A, para prestarem esclarecimentos, a essa Comissão, sobre a expropriação das instalações da PETROBRAS Bolívia, decretada pelo Governo Evo Morales, objeto do Requerimento nº 16/2006, desta Comissão, de autoria do Sr. Senador Jefferson Péres, aprovado em 04 de maio de 2006.

Quero comunicar aos que assistem a nossa Reunião com (interrupção no áudio) nível, na sala 13 nesse mesmo corredor. Nós vamos (interrupção no áudio) convidados para suas exposições iniciais e depois daremos. Então...

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – ...a palavra aos inscritos para indagação.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Pela ordem, apenas para dar uma justificativa. Nós estamos tendo menos Senadores aqui, embora o assunto seja de alta relevância, porque estamos tendo, simultaneamente, votação de dois Diretores do Banco Central, na Comissão de Economia. Estamos tendo a Comissão da Educação, estamos tendo a Comissão de Agricultura, onde estão chegando doze Governadores, sobre

os problemas da agricultura e, ainda, estamos tendo uma Extraordinária, da Comissão de Constituição e Justiça, onde o Presidente Antonio Carlos convocou, diante de toda esta catástrofe que está acontecendo no Brasil, para a gente fazer uma revisão da legislação. Essa é a razão da gente ter menos pessoas aqui, nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sei, ainda, que há uma Reunião, também, de uma Comissão, para tratar do assunto Varig, que é outro assunto... Três Comissões. Que é outro assunto muito momentoso aqui, de forma que está explicada a presença, não tão pequena, mas relativamente pequena, dos Senadores, mas, à medida que começarem as exposições, estou certo de que haverá uma presença mais numerosa dos Srs. Senadores. Eu vou, então, conceder a palavra ao Ministro Silas Rondeau, de Minas e Energia, para a sua exposição preliminar. Com a palavra o Ministro Silas Rondeau.

MINISTRO SILAS RONDEAU – Bom dia Sr. Presidente, bom dia Srs. Senadores. Em primeiro lugar, um prazer muito grande estar aqui, nesta Casa, acompanhado do Dr. José Sérgio Grabrielli, Presidente da PETROBRAS e o nosso objetivo é tentar esclarecer, o quanto possível, o processo de nacionalização da indústria do gás, ocorrido, recentemente, na Bolívia, suas principais conseqüências para o mercado brasileiro e o tratamento que está sendo dado pela PETROBRAS, que está diretamente envolvida no processo, em ativos dentro da Bolívia e com negócios dentro do Brasil, no processo de fornecimento de gás natural para o mercado, principalmente do Sudeste e do Sul brasileiro.

Eu queria propor, Sr. Presidente, que a gente fizesse... Eu vou fazer uma rápida exposição da contextualização do aspecto do gás natural no Brasil e, em seguida, o Presidente Gabrielli, vai descer nos detalhes dos aspectos que estão mais relacionados, principalmente, com os questionamentos que têm ocorrido na imprensa, enfim, que foi o motivo da convocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito bem, Ministro. Estamos de acordo. V. Exª. tem a liberdade de fazer a sua exposição do melhor modo que achar.

MINISTRO SILAS RONDEAU – Então, a idéia é contextualizar o mercado brasileiro de gás natural, o cenário do gás na Bolívia, a questão dos preços do gás fornecido ao Brasil e qual tem sido a postura do Governo Brasileiro e da PETROBRAS nas negociações referentes a todo esse desencadeamento do processo do chamado Decreto Soberano de Nacionalização da Bolívia. Ok, o próximo.

Aqui nós vamos, primeiro, observar o que é a matriz energética brasileira. Estou falando matriz energética brasileira, não matriz elétrica. Toda a capacidade de gerar trabalho, em todos os segmentos da indústria, enfim. Então, na matriz energética brasileira, que hoje corresponde a 218 milhões... A quantidade de energia que precisa fazer, para o Brasil funcionar, num ano, são 218,6 milhões de toneladas equivalentes de petróleo. Trilhões de barris, equivalentes de petróleo. 29,7%, portanto, praticamente 30%, é biomassa. Nós temos absoluto controle dessa fonte. Petróleo e derivados, 38%; foi declarada auto-suficiência em 2006, agora. A participação da hidroeletricidade é em 15%, urânio 1,2%, carvão mineral 6,4% e o gás natural participa, da matriz energética brasileira, em 9,3%. Aqui nós estamos considerando o gás natural que é utilizado para fazer funcionar toda a indústria do petróleo, geração de energia, bombeamento e tal, o gás natural utilizado nas Refinarias próprias da PETROBRAS, o gás natural que é entregue para comercialização nas distribuidoras estaduais, também. Então, todo esse volume de gás utilizado na matriz energética brasileira corresponde, hoje, a 9,3%. A próxima.

No que diz respeito à matriz elétrica, a quantidade de gás que nós utilizamos para gerar eletricidade, hoje, considerando a energia do ano passado, de 2005, que é o último dado que nós temos, consolidado, ela participou com menos da metade disso; foram 4,1% da participação do gás, foi utilizado, durante o ano de 2005, para geração de energia elétrica no sistema interligado brasileiro.

Bem, aqui uma consideração rápida. Antes do Brasil, antes do gasoduto Brasil – Bolívia, o que acontecia no Brasil? No Brasil, nós tínhamos: A pesquisa exploratória era voltada para o petróleo. Não se tinha uma orientação específica para a produção do gás que tinha, o que nós estamos chamando, círculo vicioso. Não tinha mercado, não precisava de gás, não produzia gás, não se gerava a produção do gás para isso. Então, a pesquisa exploratória era voltada, basicamente, para o petróleo. O crescimento da produção era função da produção de petróleo.

Todo mundo aqui que sabe da indústria do petróleo, o nosso Deputado Luciano Zica conhece bem isso, tá certo? Então, sempre tem um petróleo associado. Então, o gás era marginal, em função da indústria prioritária do petróleo. E as reservas de gás estavam estagnadas como eu vou mostrar logo (interrupção no áudio) normalmente, em função desse crescimento marginal, sem uma perspectiva de um crescimento, justamente por conta deste círculo vicioso. Então, não se investia em exploração porque não tinha gás no mercado e não se desenvolvia o mercado porque havia o gás.

Após, após o GASBOL, que entrou em operação em 99, mudou o cenário do gás no Brasil. Na pesquisa exploratória buscou-se, também, procurar o gás natural. As várias descobertas de gás não associado ocorreram depois desse fato porque, a partir daí, se criou o mercado. Grandes projetos e avaliação e implantação foram iniciados no Brasil. A 7ª e a 8ª rodadas de blocos exploratórios, feitas pelo Governo Brasileiro, elas foram orientadas para produção de gás natural. E o mercado de gás natural tornou-se, então, por conta disso, dessa oferta, um mercado crescente em todos seus segmentos e, basicamente, procurando ocupar a demanda reprimida.

Então, nós saímos de um círculo vicioso, no que diz respeito à utilização do gás natural, para, num segundo momento, nós chamamos de círculo virtuoso, em que a oferta abundante do gás boliviano proporcionou esse desenvolvimento do mercado e que redirecionou a pesquisa exploratória. A orientação era a seguinte: Nós não estamos somente procurando óleo em si, nós estamos procurando buscar reservas específicas de gás para aumentar, cada vez mais, essa oferta ao mercado brasileiro. Ok, próximo.

Aqui, rapidamente, foi a evolução das reservas prováveis de gás natural. A gente observa aqui que, até 2003, nós vínhamos nesse patamar, aonde a reserva certificada pela ANP, partir de (interrupção no áudio) 26, que é um pouquinho para 306. E isso já é o reflexo, considerando que o gasoduto entrou em operação a partir de 99, essa tendência aqui, de aumentar as reservas de gás natural no Brasil. Próximo.

(interrupção no áudio) evolução da produção do gás natural, como será essa evolução. Nós estamos aqui em 2006 e os estudos e o planejamento estratégico da PETROBRAS, vai ser detalhado isso pelo Presidente Gabrielli, demonstra um crescimento rápido podendo, inclusive, modificar a inclinação desta reta aqui no que diz respeito à oferta do gás natural para o mercado brasileiro, gás natural produzido no Brasil. Próximo.

Aqui, também é importante a gente observar como é utilizado o gás natural produzido no Brasil. Aqui você tem, embaixo, o que é utilizado na re-injeção. O processo de produção de petróleo necessita que eu utilize gás natural no processo de produção. Só para ter uma idéia, eu estive na Venezuela na semana passada e os campos que produzem petróleo, no Oeste da Venezuela, eles têm problema de levar gasodutos para lá. Ele importa o gás, um pouco do gás da Colômbia, para usar no processo de produção dos postos de petróleo na Venezuela, que é considerada a maior reserva de gás que tem na América do Sul.

Então, o que nós temos aqui? Essa parte debaixo aqui, a gente re-injeta, a outra é o que é queimado dentro do processo, existem alguns casos em que ainda não temos gasoduto, então, não podendo ser utilizados e essa última parte aqui é o que é disponível para o mercado. Então, a gente observa que, praticamente a metade, é usada no processo produtivo; que é disponibilizado para o mercado de distribuidoras estaduais é essa outra metade do gás natural em torno de 20,86%. Ok. Essa linha vermelha, ela está mostrando o que tem disponível no Brasil, que é produzido pelo Brasil.

O que sobra aqui, para cima, é o que está sendo produzido... que nós estamos importando da Bolívia. Aqui está o nosso mercado de gás até 2006, basicamente, em números redondos, erA – Toda a produção disponível para o mercado brasileiro do gás nacional atenderia o gás industrial. Próximo.

A partir de uma Resolução, a Resolução do Conselho Nacional de Política Energética nº 8/2003, iniciaram-se as atividades de planejamento, voltando as rodadas de licitações para o gás. A metodologia passou a ser o seguinte: Avaliar as reservas de petróleo e gás natural em relação à nossa produção, de forma a ir sempre repondo, mantendo a relação reserva/produção desses níveis, considerados estratégicos para o País. As rodadas 5º, 6º e 7º rodadas, elas tiveram uma oferta, foram orientadas para produção do gás e, aqui embaixo, a gente observa o seguinte: Na 5º rodada de 2006, houve uma oferta adicional de 600 milhões de m³, 0,6 bilhões de m³ de acréscimo, 49 bilhões já na 6ª rodada e, na 7ª rodada, 67 bilhões de oferta de gás natural, incorporadas às reservas brasileiras. Próximo.

O cenário agora da BolíviA – Até aqui, a gente viu o cenário brasileiro do gás natural, o que nós estamos fazendo para aumentar a produção, quanto é que significa a participação do gás natural nacional na matriz energética brasileira, como é que ele chega até seu consumidor. Depois, aqui olhando agora o gás natural boliviano, nós fizemos a seguinte análise: Antes do gasoduto, que acontecia na Bolívia? A pesquisa exploratória estava, praticamente, paralisada na Bolívia, a produção estava reduzida, o mercado de gás natural era extremamente pequeno, porque até mesmo hoje a produção do gás natural na Bolívia não chega a ser 4 milhões de m³. Não é isso Gabrielli? É bem pequeno, o consumo interno do mercado boliviano.

As reservas da Bolívia eram de 5,7 trilhões de pés cúbicos, esse TCF é uma terminologia do pessoal da área de petróleo e gás, 5,7 trilhões de pés cúbicos era toda a reserva da Bolívia naquela época. E existia esse círculo vicioso porque não se investia na produção do gás porque não havia mercado, está

certo? Não havia mercado. Após o gasoduto o que é que aconteceu na Bolívia? Foram feitas grandes descobertas de gás não associado a partir de empresas estrangeiras que estavam lá explorando, uma delas a PETROBRAS.

Reservas de gás: Elas foram multiplicadas e veja só, se antes da abertura desse mercado as reservas bolivianas estavam estagnadas em 5,7 trilhões de pés cúbicos, após o gasoduto, que foi o mercado que propiciou o aquecimento da indústria do gás na Bolívia, levou-se, então, as reservas para em 48,7 trilhões de pés cúbicos em 2005, subindo de 5,7 para 48,7 trilhões. Ou seja, aumentou em, pelo menos, oito vezes as reservas da Bolívia após a entrada do mercado brasileiro comprando esse mercado boliviano. Então, nós saímos daquela situação, que era o círculo vicioso, para o círculo virtuoso em que, a necessidade de atendimento ao mercado brasileiro, praticamente, alavancou, foi o motor da exploração e da disponibilidade do gás na Bolívia. Próximo.

Aqui como foi que evoluiu a produção de gás natural na Bolívia. Passou para 48,6 milhões de metros por dia, aqui, e o início do GASBOL, aqui, no final de 99. Então, após a entrada do fornecimento do gás da Bolívia para o Brasil, a produção de gás natural disponibilizada para esse mercado sobe, praticamente, de 15 para 40 milhões de m³ por dia. Próximo.

Então, a importação do gás bolivianO – Ele, realmente, é importante para o Brasil, no momento em que ele propiciar redução de custos para as empresas. Ele está considerado, no cálculo da matriz energética, com uma participação, como nós vimos aí, da ordem de 4%, mas ele é importante enquanto tiver um sinal de preço positivo. Ele também tem a sua importância, do ponto de vista ambiental, no momento em que, o gás natural, ele é o substituto natural para o óleo combustível. Ele desloca o próximo combustível na indústria, que é o óleo combustível; no momento em que eu desloco o óleo combustível, que é muito mais pesado, mais poluente, eu estou melhorando as condições ambientais pela intensificação do uso do gás natural principalmente na indústria.

Do ponto de vista da Bolívia, nós entendemos que a exportação do gás para o Brasil tem uma grande importância, sim. Tem importância para o Brasil, no momento que ele tem um bom sinal de preço, no momento em que ele diversifica a minha matriz, o que é importante, no momento que melhore minhas condições ambientais, mas para a Bolívia, é claro que também é importante. Ele consegue, com isso, o maior contrato de exportação deles, são 26 milhões de m³ por dia, portanto, disparadamente, o maior comprador desse energético deles, gera divisas, para a Bolívia, da ordem de 1,4 bilhão de dólares por ano e produz 31 mil barris/dia de condensado associado ao gás, que produz a gasolina, diesel e GLP.

Veja gente, como lá não tem, tem muito pouco somente a ocorrência do óleo líquido, do hidrocarboneto líquido, tem mais hidrocarboneto gasoso, então, ele retira esse hidrocarboneto que vem úmido, faz a separação daquela parte úmida, que eles chamam de condensado e é esse condensado, que é a primeira separação do gás da Bolívia, é que as Refinarias que a PETROBRAS operava até o dia 1º, estavam lá operando até o dia 1º, ainda hoje também, é que transformam as necessidades do mercado boliviano no que diz respeito à gasolina, ao óleo diesel e ao GLP. Condensado que sai do gás, ou seja...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

MINISTRO SILAS RONDEAU – Sim, a gasolina é feita a partir do processo da tirada do gás, não tira somente o óleo para produzir a gasolina, isso é importante. E a arrecadação de impostos, da ordem de 603 milhões de dólares, que foi o montante da arrecadação de impostos verificados no exercício de 2005. Próximo.

Estou terminando. A questão do preço do gás fornecido ao Brasil. Isso aqui é importante, vai ser detalhado, também, pelo Presidente Gabrielli. O preço do gás, ele tem a execução de um contrato de importação do gás, que pega o gás da Bolívia, coloca no mercado brasileiro e ele está, ele tem uma regra de formação de preço que está atrelado a uma cesta de óleos. Ele pega o óleo do Mediterrâneo, mistura com o óleo do Golfo americano e o outro de Roterdam. Pega isso e diz o seguinte: À proporção que esse óleo vai variando, eu vou variando o gás, porque a forma que melhor atrela ao valor do energético próximo dele que é o óleo combustível. Então, veja o que aconteceu. Aqui...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

MINISTRO SILAS RONDEAU – Não, ele tem um fator de amortecimento, que ele pega o último trimestre, vai ser detalhado, mas tem um fator de amortecimento, para não ficar sujeito a essa volatilidade muito grande do preço do petróleo, de sorte que a curva é essa aqui, trimestral. Aqui ele começou com aproximadamente 90 centavos e hoje o preço do gás, entregue lá na Bolívia, lá em Rio Grande, está na ordem de 3,47...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – 3,80.

MINISTRO SILAS RONDEAU – 3,80. Está aqui. Aqui, vai ter um detalhe porque eu tenho um contrato, o aditivo é um preço maior, então, a média dele vai dar 3,60, mas ele saiu aqui, seguramente da ordem de 90 centavos, hoje está 3,60, o valor da molécula lá dentro

da Bolívia. Claro que para chegar no Brasil, tem que associar o custo de transporte e o investimento do gasoduto, tem tudo isso ainda, que é acrescido ao preço. Então, não é verdade a interpretação de que nós estamos pagando um preço que está descolado da variação do petróleo. Não, nós estamos perfeitamente atrelados ao combustível que o referencia, que é óleo combustível e segue, sim, os humores do mercado internacional, da variação do barril de petróleo. Próximo.

Aqui essa aqui é importante também. A curva em azul é a variação do petróleo, é a referência do barril de petróleo *brend* no mercado internacional e aqui a variação do gás. Ora, entre janeiro de 2000, e o Senador José Jorge se lembra desse caso, e julho de 2004 nós pagávamos, o equivalente do preço do gás, mais do que do barril do petróleo. Foi quando se entrou lá dizendO – "Olha, eu quero baixar o preço", usou-se a Cláusula específica que é a Cláusula 15, a Cláusula 11, dizendo o seguinte: "Olha, qualquer uma das partes, no momento que achar que o contrato não está legal para ele, vai lá reclama, se eles dois concordarem, muda o preço".

As duas vezes em que o Brasil entrou pedindo revisão de preço e queria que baixasse porque aqui, olha, o preço do barril equivalente, do energético gás, estava superior ao do petróleo, não se fez e ficou dessa forma. Aí, a partir daqui, a coisa equilibrou e hoje estamos vivendo uma situação muito semelhante em que os equivalentes do preço do barril de petróleo estavam equivalentes ao próprio preço do gás. Olha, volta ali, rapidinho. Só para verificar, a variação do barril de petróleo, nesse período, foi de 270% e a variação do preço do gás foi de 311%, portanto, na média, se você fizer uma regressão linear dessa curva aqui, nós vamos ver que há, sim, um descolamento entre o preço da variação do barril de petróleo em relação ao equivalente do preço da variação do gás, de 270% para 311%. Próximo.

Aqui, essa já é a penúltima transparência, só para mostrar o seguinte: A curva azul, essa curva azul embaixo, era o que se cobrava de tributo pela produção no território boliviano, entre o 3º trimestre de 99 até o 2º trimestre de 2006, o tributo, que era arrecadado na boca do poço, para a Bolívia, era 18%. Depois, entre o 2º trimestre de 2006 até 1º de maio, era 50% e agora, com a edição do tal Decreto Soberano, que é uma regulamentação da *Ley de Hidrocarburos*, que foi aprovado em maio de 2005, o tributo passa a ser 82% contra o que fica, para a produção, de 18%. É claro, aqui o que fez? Inverteu, aqui era 18% de tributo que ficava para a Bolívia, contra 82% que ficava com o produtor. O que a última fase da modificação, transformou: 18% fica para o produtor e 82% é tributo que se paga para a Bolívia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

MINISTRO SILAS RONDEAU – Alguma coisa parecida, é isso mesmo. A curva vermelha é: O quanto era que ficava com o produtor. O azul é: O quanto se deixava de imposto diretamente, na produção, para a Bolívia. Eu estou dizendO – Entre esse primeiro momento e o último, saiu de 18%... 18% contra 82%. O tributo, para a Bolívia, era 18% e 82% ficava com o produtor. Inverte, 18% fica com o produtor e 82% paga de imposto. Isso gente, antes de ir para as perguntas, eu vou deixar claro. Isso é transitório...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

MINISTRO SILAS RONDEAU – Sim, isso na Bolívia. Significa o seguinte: O que ele disse? Enquanto nós revisarmos toda a situação da produção e do efeito da nacionalização, eu fico com 82% e você fica com 18%. Depois que nós fizermos a auditoria e ficar comprovado que, para você sobreviver, pagar seu custeio, pagar sua manutenção, enfim, todos os impostos que você tem, todos os custos que você tem, remunerar seu capital não é 18%, é 25%, nós vamos negociar com a taxa de remuneração acordada.

É isso que ele está dizendo. Ele não disse: "Bateu, a partir de hoje é isso", não. Ele está dizendo: Existem 180 dias, em que essas auditorias serão feitas e serão consolidados os valores que definirá qual será o percentual desse imposto, que é retido imediatamente, quando o gás sai do solo, na boca do poço. Isso, naturalmente, sem tirar os outros impostos, como Imposto de Renda e etc. aqui é só dizendo o seguinte: Na hora que eu tirei a molécula e coloquei aqui em cima, do valor desse gás, 18% ficam com você, para resolver a sua vida e 82% vai virar imposto, enquanto nós reavaliarmos o processo. Foi isso que disse o Decreto. Próximo.

A posição de negociação do Brasil, essa é a última parte. O que nós fizemos? Durante todo o processo e é bom que se diga o seguinte: Vocês sabiam que ia acontecer isso na Bolívia? Nós imaginávamos sim, porque, como eu falei, em maio de 2005 já havia sido promulgada a *Ley de Hidrocarburos*, que tinha sido reflexo de uma consulta popular, em que 92% dos bolivianos declaravam que queriam a volta do domínio da cadeia do hidrocarboneto dentro da Bolívia, como sendo propriedade do Estado. Então, foi editada essa lei. Maio de 2005. Durante toda a campanha do Presidente Evo Morales, ele sustentou, em sua campanha, que ele implementaria essa lei que, em maio de 2005 não conseguiu ser feito, durante o resto de 2005, que

foi conturbado, como todo mundo conhece, não vou entrar no detalhe.

Então, havia, sim, uma lei que precisava ser executada e regulamentada para a entrada em vigor. Quando ele assumiu, isso foi no dia 22 de janeiro, já nas primeiras semanas, nós recebemos sinais, a partir da própria PETROBRAS, que isso estava em andamento, era absolutamente acompanhado pelo nosso pessoal que acompanha, na Bolívia, o processo, está ali o nosso Presidente da PETROBRAS na Bolívia, o Freitas e o Décio, que é o elemento ligado à Diretoria da PETROBRAS, que cuida do negocio, inclusive na Bolívia.

Nós sabíamos que existia esse movimento e pegou vocês de surpresa? Surpresa não, quinze dias antes nós tínhamos informações que era possível que isso acontecesse e a PETROBRAS, a exemplo de todos os outros seus negócios que são considerados estratégicos, tem e é obrigatório, faz parte do negócio, tem seus programas emergenciais. Então, iniciado o processo o que se fez? Os nossos advogados, tanto na Bolívia como no Brasil, mergulharam nos textos para entender, claramente e, a partir daí, ficou claro que tinha uma série de dúvidas que precisavam ser esclarecidas.

Marcamos uma viagem à Bolívia e a fizemos, na semana passada, não foi isso, Gabrielli? Onde estivemos reunidos com o Ministro correspondente à minha posição lá, que é o Ministro Soliz, com o Presidente YPFB, que é o correspondente ao Gabrielli, com a pessoa correspondente ao que seria à ANP aqui e, enfim, o lado boliviano e chegamos à seguinte conclusãO – Criamos uma Comissão de alto nível em que essas questões técnicas precisam ser permeadas a nível de Governo, por intermédio de seus respectivos Ministros, foi marcada uma primeira Reunião, que deve ocorrer agora, ontem foram indicados participantes brasileiros.

Estamos trabalhando em quatro frentes: UmA – Um subgrupo vai avaliar as condições da produção dentro do território boliviano, qual o efeito, qual o impacto do Decreto nas condições da produção do gás dentro da Bolívia. SegundA – Vai definir as condições dos contratos e, principalmente, identificar aqui, o que nós estamos chamando de compensação negociada, que é a indenização. Tudo bem, a Refinaria é brasileira, porque vocês venderam a parte de vocês, é isso? É 100% e é 51% que, a partir de agora, o Decreto diz que a YPFB vai ser dona, é isso?

Mas, para acontecer isso nós precisamos o quê? Modificar os estatutos, criar as condições legais, enfim, fazer a passagem do controle acionário, nós temos que fazer como tem que ser feito uma transição qualquer, porque a PETROBRAS zela por isso, que é o cumprimento das leis e, principalmente, das questões constitucionais dos 16 Países onde ela está. A PETROBRAS zela por uma atividade legal e sempre constitucional. Se o Decreto que é Soberano diz: Você vai deixar aqui 82% de imposto, nós não vamos discutir isso agora. A PETROBRAS vai cumprir, neste momento de transição, os 82% de imposto, porque não pagar imposto é ser contrabandista, a PETROBRAS não usa isso.

Então, todas as questões foram avaliadas pelas nossas equipes jurídicas e nós fomos lá e criamos os quatro grupos. Primeiro, nós vamos tratar como é que vai ser feita a questão operacional, a segunda, como é que nós vamos absorver essa mudança do controle acionário na parte, principalmente nas Refinarias. E o terceiro é a assinatura para a condição dos contratos de produção, porque existe muita dúvida. Ele disse: "Toda a cadeia, agora, pertence à Bolívia". Na hora da boca do poço, até chegar no concentrador, que fica na cidade de Rio Grande, como é que vai transitar essa molécula? Quem é que vai fazer o contrato do gasoduto, quem o responsável por isso?

A questão ambiental: Coisas que não ficaram claras dentro do Decreto que precisam ser regulamentados. E a última, passa à próxima, e a última é a questão do preço, o que ficou acertado? Mantém-se o suprimento do gás natural da Bolívia para o Brasil nos termos contratuais, volumes serão cumpridos, nos termos contratuais, lá. Questão de volume e preço, se discute no contrato em vigor. E o preço, no reajuste natural, deve ser tratado segundo os mecanismos, que é a tal Cláusula 11, ou a Cláusula 15.

A próxima é a última transparência minha, não é mais não. Só para dizer o seguinte: Para ser bem sucinto, passar a palavra para o Gabrielli. Tem que descolar a confusão que existe entre a atividade da PETROBRAS dentro da Bolívia; lá ela produz, lá ela transporta, lá ela tem uma rede de postos, lá ela tem uma Refinaria. Ali dentro. A atividade da PETROBRAS boliviana, que é uma empresa que, inclusive, é subordinada a uma matriz na Holanda, dentro da Bolívia. Dentro da Bolívia o alcance do Decreto Soberano será aquele em que a autoridade de qualquer País tem sobre a questão de legislar sobre seus impostos. É isso; dentro da Bolívia.

Agora, o atendimento ao mercado brasileiro a partir do gás boliviano é feito por um contrato, em que a PETROBRAS brasileira faz um contrato com a da YPFB da Bolívia, faz um *take* de energia, ou seja, eu digo o seguinte: Eu vou pegar 26 milhões de m³. Esse contrato, que é feito através de acordos, de contratos bilaterais, chancelados inclusive, com cláusulas de garantia e proteção internacional, inclusive escolhen-

do o Foro de Nova Iorque para solução de controvérsias, esse é um outro contrato em que nós estamos dizendo o seguinte: O gás, para chegar no mercado brasileiro, para sofrer alterações de preços terá, mandatoriamente, que cumprir os ditames das cláusulas específicas desse contrato que está em vigor e foi reconhecido por eles nessa Reunião em que estivemos eu e o Gabrielli, lá.

Não estou aqui discutindo sobre o atendimento do mercado, estamos comprometidos, o Presidente se comprometeu com isso, eu o Ministro, ele lá dizendo, eu e o Ministro nos comprometemos com isso e está aqui a YPFB dizendo que não tem alteração de volumes. A questão do contrato, nós entendemos e ficou garantido isso, assinado, através de um termo conjunto, preço será discutido no âmbito do contrato e já tem, inclusive, um comitê diretivo para tratar disso.

A questão dentro da Bolívia, nós vamos resolver no prazo que for dado, está ali, deram até 180 dias, nós esperamos, sinceramente, se resolva antes e vai ser feita, segundo o que eu disse lá, segundo a lógica empresarial da PETROBRAS. Então, muito obrigado, vou passar a palavra ao Gabrielli, para dar as informações complementares de natureza técnica.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado Ministro Silas Rondeau, com a palavra Então, o Dr. Sérgio Gabrielli, Presidente da PETROBRAS.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Bom dia, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srªs. e Srs. Muito prazer que eu estou aqui para prestar esclarecimentos sobre o posicionamento da PETROBRAS em relação à Bolívia. Vou pedir escusa porque a gripe boliviana me pegou e eu estou um pouco gripado.

Primeiro, eu queria falar um pouco da história do contexto regulatório desse contrato da Bolívia com o Brasil, na sua origem e as modificações que ocorreram nesse período. Em primeiro lugar, nós temos uma situação, na época em que o contrato foi assinado, entre a YPFB, que era uma empresa estatal boliviana que tinha o monopólio, na Bolívia, da produção e da comercialização de gás.

Esse contrato foi firmado entre essa empresa, que tinha o monopólio legal na Bolívia, com a empresa, no Brasil, que estava em fase de transformação de uma situação de monopolista para uma situação sem monopólio, mais ou menos na mesma época, que fazem esse contrato.

Essa situação, então, é uma relação entre duas empresas estatais completamente controladas... que tinha o monopólio de produção e comercialização, que iriam construir um gasoduto que iria trazer o gás produzido na Bolívia, esse gás seria produzido pela YPFB com a associada à PETROBRAS, na Bolívia. Então, nós teríamos uma associação da estatal boliviana com a estatal brasileira para produzir o gás na Bolívia, o gasoduto seria construído para trazer esse gás para o Brasil e esse gasoduto seria fortemente financiado e bancado o risco deste gasoduto pela PETROBRAS.

Foi feito um acordo de oferta de gás, que é o chamado GSA, que é o contrato que está em vigor até 2019, que regula os volumes de gás que vêm da Bolívia para o Brasil. Esse gás, a PETROBRAS entrega esse gás às distribuidoras estaduais, distribuidoras estaduais brasileiras, que são monopólio dos Estados brasileiros, que distribuem esse gás aos consumidores finais no Brasil.

Essas distribuidoras estaduais, nesse momento da assinatura do contrato, também eram distribuidoras fortemente estatais, portanto, a estrutura que se montou na origem do contrato, em 1996, 97 e 98, é uma relação entre entes estatais.

O que acontece na Bolívia? Próximo, por favor. A Bolívia privatiza a produção na Bolívia. Então, a produção da Bolívia passa a ser uma produção com empresas privadas, produzindo na Bolívia. À PETROBRAS é vedada a entrada na produção das reservas conhecidas na Bolívia, nessa época, porque a PETROBRAS não era uma empresa *Investment Grade*, que hoje é, mas na época não era. Empresa *Investment Grade* na época era a Enron(F), por exemplo. A PETROBRAS, portanto, foi vetada de entrar, diretamente, na produção. A PETROBRAS pode sim, adquirir áreas para exploração com risco de descobrir, ou não, gás. E a PETROBRAS entrou para descobrir gás. A PETROBRAS adquiriu áreas e descobriu gás em volume significativos na Bolívia pós a transformação da privatização dentro da Bolívia, portanto, houve uma primeira modificação na estrutura regulatória societária, dentro da Bolívia, que alterou aquela condição da YPFB dentro da Bolívia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Em noventa e...

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – 96, 97, 98. Isso não quer dizer que a YPFB tenha desaparecido. A YPFB continuou existindo com o monopólio da comercialização do gás. As empresas privadas na Bolívia vendem o gás à YPFB por obrigação legal. Quem comercializa o gás é a YPFB. Próximo, por favor.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Até hoje?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Até hoje. Por outro lado o gasoduto aqui, foi... Incluiu a Enron(F) como sócia do gasoduto e incluiu, também, outras firmas produtoras de gás e transportadoras de

gás, além da PETROBRAS, que hoje tem 51% do gasoduto. 49% do gasoduto Brasil-Bolívia é privado.

Além disto, no ponto de vista interno do Brasil, as distribuidoras estaduais brasileiras também passaram a ser empresas com participação crescente de empresas privadas, na distribuição do Brasil. Particularmente em São Paulo e Rio, onde a PETROBRAS foi vetada, em São Paulo por lei e no Rio por decisão dos sócios, a participar da distribuidora estadual. Então, a distribuição do gás estadual no mercado de São Paulo, que é feita através da COMGÁS, da Gás Brasiliano e da SPS... como é que o nome da... São Paulo Sul Gás, a PETROBRAS, por disposição da Lei Estadual Paulista, não pode participar porque ela é uma estatal federal, portanto, na distribuição do gás dentro de São Paulo a PETROBRAS está ausente. No Rio de Janeiro também está ausente, particularmente na cidade do Rio de Janeiro. Próximo.

No entanto, a PETROBRAS, junto com a Repsol e a Total, descobrem gás a partir de suas atividades exploratórias de risco na Bolívia. Descobrem gás na Bolívia e passam a ser produtores de gás na Bolívia. Grandes produtores de gás na Bolívia. Junto com outras empresas, são oito produtores de gás na Bolívia. A PETROBRAS tem uma parcela dessa produção. A maior reserva de gás na Bolívia pertence à Repsol. A Total tem 15% das reserva nossas, que nós operamos na Bolívia. Isso, portanto, fez com que a PETROBRAS venda o seu gás da mesma forma que a Repsol, da mesma forma que a Total, da mesma forma PLUS PETROL, da mesma forma que a CHACO, que a PAN AMERICAN e que a B&G vendem seu gás à YPFB, na Bolívia.

Esse gás da YPFB que é vendido pelas produtoras na Bolívia à YPFB, é vendido para o Brasil através do gasoduto, que é o transportador que, dentro da Bolívia, é majoritariamente privado. A PETROBRAS tem 11% do gasoduto dentro da Bolívia e tem 51% do gasoduto do dentro do Brasil. E a PETROBRAS recebe esse gás e vende esse gás às distribuidoras estaduais. Próximo, por favor.

Essa é a situação, portanto, regulatória que modificou-se, totalmente, ao longo do período. O contrato foi feito numa situação societária e hoje ela é completamente distinta do que era, no momento em que foi feito o contrato. Só para dar alguns dados, nós temos aí em... na história da nossa presença na Bolívia, nós temos, em outubro de 96, nós fizemos a sísmica em San Alberto e iniciamos a construção do GASBOL. Isso aqui é uma atividade exploratória em San Alberto. Em agosto de 98, nós fizemos a descoberta no campo de San Alberto. Em 99, nós temos a inauguração do GASBOL. Também em 99, nós temos a descoberta de San Antonio.

E temos o início das exportações para o Brasil. Setembro de 99, nós temos a certificação de 8,8 trilhões de pés cúbicos de reserva para a PETROBRAS na Bolívia. Em novembro de 99 nós compramos as Refinarias. Em início de 2001 nós começamos a produção em San Alberto. Início de 2001 começa a produção em San Alberto. Há contrato de venda de gás, uma segunda fase dos contratos é feita em abril de 2000. Há uma operação de distribuição na Bolívia, que se inicia em 2001 e a inauguração de postos também em 2001 entrando, portanto, na distribuição de líquidos dentro da Bolívia como disse o Ministro usando, como matéria-prima, não o petróleo bruto, mas usando como matéria-prima o condensado separado do gás na própria Bolívia. Em 2003 nós iniciamos as operações do GASLIG, que é um gasoduto que traz o gás das áreas produtoras até o gasoduto Brasil-Bolívia. Próximo, por favor.

Aqui é para mostrar algumas situações distintas entre o que nós adquirimos nas Refinarias Bolívia, isso é PETROBRAS-Bolívia Refinación, que são, portanto, as nossas Refinarias. Esta é uma área de refeitório na Refinaria antes de nós adquirirmos. Próximo, por favor, essa é a situação atual do refeitório da Refinaria em Bolívia. Próximo. Isso aqui é um posto de observação também na... Antes e uma situação atual dos postos de observação. Isso aqui é uma rede de tubos existentes na Refinaria. Próximo. É a situação atual. Ou seja, nós fizemos investimentos, transformamos. Isto aí é a situação só da Refinaria que é uma parcela do problema, isso é a área administrativa, antes e depois da nossa presença. Então, nós fizemos investimentos, alteramos situações, especificamente, na área de refino isso aí, não estou falando na área de exploração e produção. Próximo.

Esta situação mostra a exportação da Bolívia. 92 a 99. O grande País comprador do gás da Bolívia, na faixa dos 6 milhões de m³/dia era a Argentina. A partir de 99, quando o GASBOL passa a existir, a exportação da Bolívia para o Brasil passa a ser dominante. Está acabando já, a parte vermelha é a exportação da Bolívia para o Brasil, que mostra que, do ponto de vista da exportação da Bolívia, o Brasil passa a ser o principal mercado, que a viabiliza a expansão da produção da Bolívia, particularmente a partir de 2003, 2004 e 2005. Em 2004 e 2005 também, com a retomada das exportações da Bolívia para a Argentina; aquela parcela azul embaixo da coluna. Próximo, por favor.

Do ponto de vista da nossa operação na Bolívia, nós estamos atuando em cinco dos nove Estados na Bolívia, nós atuamos em gasoduto, portanto, atuamos

em transporte, atuamos na produção do gás, atuamos na refinação do gás, atuamos no processamento do gás, nós temos termoelétrica, nós temos atividades de distribuição dentro da Bolívia. Próximo.

Esse gráfico mostra um pouco a situação importante na cadeia de exportação de gás no Brasil. Os campos de produção, que são os maiores campos de produção da Bolívia, estão situados nesta região aqui. Nós temos o gasoduto IABOG(F) que traz o gás dessa região até a planta de compressão de Rio Grande, onde nós encontramos o GASBOL que traz o gás para o Brasil. Esse movimento de gás, dentro da Bolívia, é de mais de 550 quilômetros, então, nós temos uma movimentação de gás, dentro da Bolívia, de mais 550 quilômetros, que hoje é coberta, essa movimentação, por contratos entre o produtor... aqui nessa produção em San Alberto e San Antonio, nós produzimos 22 dos 30 milhões de m³/dia de produção da Bolívia. A PETROBRAS tem 7,6 milhões de m³/dia dessa produção, o restante, 7,6 para os 22, o restante é da Repsol e da Total, portanto, nós somos operadores, porém nós não somos donos da produção total de San Alberto e San Antonio. Além disso, nós temos uma pequena produção de um milhão de m³/dia em Colpa Caranda que pertence à PETROBRAS Energia, que é nossa empresa na Argentina.

O GASLIG transporta, que é esse gasoduto que transporta o gás daqui até Rio Grande, ele transporta 16 dos 30 milhões de m³/dia e a PETROBRAS tem 44,5% desse gasoduto. Nós temos a Planta de Compressão no Rio Grande, que comprime e que faz a compressão de 30 dos 30 milhões de m³/dia na Bolívia e a PETROBRAS tem 21% desta planta. O GASBOL transporta todos os 30 dos 30 milhões de m³/dia de capacidade de transporte, a PETROBRAS tem 11% deste gasoduto; 11% deste gasoduto na parte boliviana, portanto, nós estamos presentes em várias etapas da produção, não somos majoritários na maior partes das questões da produção de gás, porém temos uma presença relevante porque somos operadores de muitos desses contratos.

Evidentemente que a passagem da produção, da boca do poço para a propriedade da YPFB, como preconizado pelo Decreto Supremo, exige uma resolução de uma série de conjuntos, de um conjunto de contratos para viabilizar a responsabilização da propriedade da molécula, a partir da boca do poço até chegar à entrega no Brasil, na fronteira brasileira. Isso é que nós estamos discutindo, tecnicamente, para viabilizar a implementação do Decreto Supremo.

Nós temos, portanto, na Bolívia, em refino, duas Refinarias: Refinaria de Cochabamba com 40 mil barris/dia de capacidade e a Refinaria de Santa Cruz com 20 mil barris/dia de capacidade. São duas Refinarias pequenas para os padrões brasileiros, porém são Refinarias que representam 100% da capacidade de refino na Bolívia. Essas Refinarias não utilizam petróleo como matéria-prima, mas utilizam o condensado do gás, ou seja, parar a produção do gás significa parar o refino na Bolívia.

O custo desse gás para as Refinarias, hoje, está em torno de 27 a 30 dólares por barril, o que significa que substituir esse gás condensado por óleo cru vai significar, para esse tipo de Refinaria, que tem baixa conversão, não pode utilizar petróleo pesado, tem usar petróleo leve, vai significar, em Nova Iorque, vai custar 72 dólares o barril. Então, é inviável as Refinarias da Bolívia processarem óleo cru. Elas só podem processar condensado.

Do ponto de vista da estrutura contratual nós temos, portanto, um contrato da YPFB com a PETROBRAS Bolívia, que é um contrato de risco compartilhado, que está extinto, diga-se de passagem, pela lei aprovada pelo Governo anterior a Evo Morales, mencionado pelo Ministro, em maio do ano passado. Essa lei estabelece três tipos de contrato para substituir o chamado contrato de risco compartilhado, CRC, que é o contrato que estava existente quando nós iniciamos a produção na Bolívia. Esse contrato estabelece a oferta de gás, da produção para a YPFB. Então, a PETROBRAS Bolívia produz o gás e vende à YPFB. Os outros produtores também vendem à YPFB.

Esse contrato está, também, lastreado ou está relacionado com o contrato Back-to-Back que diz que, o preço que é vendido aqui é o preço que a YPFB vende à PETROBRAS. Esse contrato de venda da PETROBRAS é o contrato GSA que eu mencionei, que é aquele contrato que vai, que garante a venda até 2019 do gás boliviano para o Brasil. A fronteira brasileira estabelece aqui, portanto, a soberania boliviana. O direito do Decreto Supremo boliviano se restringe aos contratos dentro da Bolívia. Na relação Bolívia/Brasil prevalecem as relações internacionais e prevalecem as leis internacionais. Não prevalecem, portanto, os elementos regulatórios e legais de dentro da Bolívia. Próximo, por favor.

Dentro dos contratos, dentro da Bolívia, é a legislação boliviana que é determinante. O Fórum é o Fórum de Santa Cruz, o Tribunal Arbitral é a Câmara de Comércio, mas prevalece a legislação boliviana. No contrato YPFB/PETROBRAS, o Fórum é Nova Iorque e o Tribunal Arbitral é American Arbitration Association, portanto, esse contrato não se submete à situação interna da Bolívia. Os outros contratos são submetidos à legislação boliviana.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eles reconheceram na última reunião que nós tivemos, onde o Ministro Soliz e o Alvarado assinaram a Nota conjuntamente com o Ministro Silas e eu. Bom, vamos em frente. Além do mais a propriedade da PETROBRAS da Bolívia é formalmente a nossa subsidiária holandesa. Nós temos, antes disso, nós temos um contrato entre a PETROBRAS, para a compra das Refinarias, que também estão submetidos, esses contratos estão submetidos à legislação boliviana. Vamos lá, o próximo.

Tudo isso ele é... como a propriedade da PETROBRAS Bolívia é da nossa subsidiária na Holanda, que é a Petrobras International PIBV(F), essa subsidiária da Holanda está submetida, portanto, esses contratos estão submetidos ao Tratado de Proteção de Investimentos entre Bolívia e Holanda. Nós não estamos apelando, ainda, para essa situação, mas é uma possibilidade numa eventual disputa judicial mais intensa que é a utilização das relações do *International Centre for Settlement of Investment Disputes*. Que é que lastreia os contratos e os tratados entre a Bolívia e a Holanda. O Brasil e a Bolívia não têm esse tratado, mas a Holanda e a Bolívia têm este tratado e a dona dos nossos ativos na Bolívia é a nossa subsidiária holandesa.

Do ponto de vista do Decreto. Vou tentar ser o mais rápido possível. O Decreto decreta a nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia e define novos contratos de exploração e produção, em 180 dias. Aqueles contratos que estão estabelecidos pela lei anterior a Evo Morales, precisam ser detalhados agora, temos 180 dias para detalhar esses contratos. Então, na exploração e produção, ele define que a comercialização é da YPFB, mas, no entanto, nós precisamos... Que a YPFB precisa definir as condições, volumes e preços para o mercado interno e externo. Como isso impacta os contratos atuais? Como isso determina a nova forma de contrato de responsabilização do hidrocarboneto na boca do poço? Quem opera e faz essa transferência na boca do poço? Estas questões não estão determinadas pelo Decreto, precisam ser detalhadas, tecnicamente.

O Decreto também estabelece uma participação adicional de 32% para YPFB, que é aquele tributo que o Ministro mencionou, que passa de 50%, definido pela *Ley de Hidrocarburos*, que é anterior ao Presidente Evo Morales, para 82%, definido no Decreto de forma transitória, enquanto se discutem os termos do novo contrato. Este imposto adicional se aplica apenas aos campos com produção superior a 100 milhões de pés cúbicos por dia. Só e exclusivamente na Bolívia, aos campos de San Alberto e San Antonio; são os campos da PETROBRAS, Repsol e Total.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Por quê?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – É normal nesse tipo de imposto, nesse tipo de situação, fazer impostos diferenciados por volume de produção. Isso é, na indústria de petróleo e gás é uma coisa normal, a diferenciação pelo volume de produção. No caso o limite de 100 milhões de m³ de pés por dia, acaba atingindo, basicamente, a PETROBRAS, Repsol e Total, que são os grandes produtores na Bolívia. A definição adicional permanente, caso a caso, vai ter um processo de auditoria para verificar, na versão que não está totalmente explícita, mas que está indicada, apesar de que a *Ley de Hidrocarburos* não diz isso, de um contrato de serviço para a produção de gás dentro da Bolívia. Também há necessidade de detalhar e regulamentar, de forma mais detalhada e mais precisa tecnicamente, as condições para que isso ocorra.

A fixação do prazo de 180 dias para a assinatura de contratos. Isso, evidentemente, vai colocar certa pressão para viabilizar as negociações de forma mais acelerada. No entanto, se não acontecerem, as negociações adequadas, o que acontecerá, numa eventual prorrogação de prazo, precisa ser definido. E aqui apenas para comentar uma decisão que foi tomada ontem pela YPFB, mas que não afeta a PETROBRAS, que é a transferência das ações dos Fundos de Capitalização Coletivo que pertencia, individualmente, a cada um dos bolivianos, que foi passada, gratuitamente, para a YPFB como base de capitalização da YPFB, mas não atinge a PETROBRAS isso aqui. Próximo, por favor.

Do ponto de vista de logística e de transporte, que é outro elemento importante, eu queria chamar atenção que nós produzimos em San Alberto e San Antonio, entregamos isso à IABOG(F) e à GASLIG, que transportam isso até Rio Grande e Mutum e, nesse transporte, nós temos transportadora e temos o carregador, portanto, nós temos aí a Transrede e outros carregadores, particularmente CLHB, que são empresas, na Bolívia, onde nós temos participação minoritária. Na Transrede nós não temos participação.

Onde nós temos participação minoritária, amplamente minoritária, que passam também a ser nacionalizadas e precisam determinar os processos de nacionalização adequados, para que haja a transferência da propriedade dessas ações para a YPFB, de forma que a responsabilização da molécula, no seu transporte de 550 quilômetros até chegar à fronteira brasileira, seja perfeitamente determinada e perfeitamente explícita.

Do ponto de vista do refino, transporte e comercialização, a nacionalização das ações necessárias para que o Estado controle 50% mais 1, da PETROBRAS Refinación. A lei boliviana, a Constituição Boliviana, no seu Art. 22, admite que haja a nacionalização de ações dentro da Bolívia. Porém essa nacionalização tem que ser precedida por indenização prévia e justa. Indenização prévia e justa. São termos do Art. 22 da Constituição Boliviana, portanto, a nacionalização que é legal, que é legítima, que é possível dentro da Bolívia, no entanto, do ponto de vista legal, precisa que tenhamos indenização prévia e justa. A Bolívia reconhece isso e quer fazer uma auditoria para justificar, para definir o que é indenização justa. Vamos analisar toda essa questão.

Vamos discutir, também, com a Bolívia, as condições operacionais pós-controle da YPFB: Que acontece com as relações de trabalho dentro das nossas Refinarias? Que acontece com nossas políticas de segurança e meio-ambiente dentro das Refinarias? Que acontece com nossas políticas de comercialização no mercado boliviano? A depender dessas negociações, nós podemos, até, analisar a possibilidade de estar ausentes do refino boliviano. Se não interessar, enquanto empresa, continuar como sócios minoritários, sem ter condições operacionais adequadas à nossa responsabilidade social ambiental, as nossas responsabilidades enquanto produtores, enquanto refinadores de alta qualidade no mercado mundial.

Do ponto de vista da distribuição hoje, na Bolívia, as empresas de distribuição, pertencem à refinadora. Como se modificam esses contratos? Como se alteram esses contratos? Como se modificam as condições regulatórias para viabilizar a distribuição que a venda no atacado para os postos de gasolina dentro da Bolívia? Como fica, portanto, esse segmento do mercado, na nova estrutura regulatória estabelecida pelo Decreto? E o controle do Estado sobre todos os segmentos da indústria no País relativos aos hidrocarbonetos? Portanto, nossa visão é que o Decreto Supremo define metas, mas não define como chegar lá.

É preciso regulamentar esse Decreto Supremo e essa regulamentação envolve um conjunto de discussões técnicas, que nós estamos esperando que essas discussões ocorram no âmbito daqueles três Grupos Técnicos que foram formados, a partir da reunião que tivemos lá em La Paz, com presença do Presidente da YPFB, do Ministro Soliz Rada e do Ministro Silas Rondeau. Próximo, por favor.

Bom, do ponto de vista das acusações que são feitas sobre nós. Não é prática da PETROBRAS inflacionar os custos de gás para reduzir carga fiscal. Nós temos nossos processos de planejamento tributário absolutamente normais, auditados e analisados de forma transparente, na operação da PETROBRAS no Brasil e fora do Brasil, portanto, não aceitamos, repudiamos, firmemente, qualquer insinuação que estejamos fazendo manobras para sonegar e reduzir pagamentos de impostos na Bolívia.

SR PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Houve insinuação?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Houve. A PETROBRAS opera na Bolívia, assim como nos demais Países, de acordo com os padrões e práticas utilizadas na indústria petroleira. De forma adequada à indústria petroleira, práticas geralmente e universalmente utilizadas na Bolívia. Há uma acusação de que os contratos de exploração e produção nossos seriam ilegais, porque não foram aprovados pelo Congresso Nacional Boliviano. A nosso ver essa é interpretação equivocada de um dos componentes da Constituição Boliviana. Na Constituição Boliviana existem dois artigos regulando o Poder Legislativo em relação aos contratos. Em termos genéricos, os contratos deveriam passar pelo Congresso, mas, no Art. 119, se não me engano, da Constituição...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – 139.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – 139. O Art. 139 da Constituição Boliviana, que é específico dos contratos de hidrocarbonetos, esse item da Constituição Boliviana, específico aos contratos de hidrocarbonetos, remete a uma lei, remete à lei os contratos sobre hidrocarbonetos. Lei, que é a Lei 1689, que existia na época e foi revogada posteriormente e essa lei determina que os contratos não precisem ir ao Congresso.

Portanto, nossos contratos são absolutamente legais e constitucionais. É inadmissível qualquer acusação que os contratos são ilegais e inconstitucionais. Os contratos são, claramente, constitucionais em relação à legislação boliviana em vigor no momento que os contratos foram feitos. Próximo, por favor.

Do ponto de vista da situação atual da política da PETROBRAS em relação às iniciativas da Bolívia. Nós pretendemos defender os interesses da PETROBRAS, através de negociações com as autoridades bolivianas, por todos os meios legais e todas as instâncias internacionalmente. Ou seja, nós queremos manter o máximo de postura negocial, aberto e possível, porém, de acordo com os regulamentos e leis que protegem os investimentos que nos tivemos na Bolívia.

Nós consideramos que a declaração de Porto Iguaçu, nós consideramos que declarações e atitudes do Governo Brasileiro, facilitam e são extremamente importantes para criar essas condições negociais. Achamos muito importante que criemos todas as con-

dições para negociação de forma racional, de forma equilibrada entre as partes, na Bolívia.

O conflito e a tensão que, nesse momento, se intensificam, não são elementos e condições mais adequadas para a negociação. Evidentemente, como empresa, também nós estamos suspendendo todos os novos investimentos na Bolívia porque, dada a situação atual, dado o fluxo de caixa possível, com 18% da produção de San Alberto, dada a situação de indefinição sobre os ativos existentes na Bolívia, nós não podemos, a não ser por gestão temerária, anunciar que vamos fazer investimentos adicionais na Bolívia.

Portanto, não vamos, não estamos anunciando que estamos nos retirando da Bolívia, mas estamos dizendo que novos investimentos, na Bolívia, são muito difíceis, a menos que tenhamos uma condição muito distinta da situação atual que nós temos da Bolívia. E terceiro, nós estamos, também como empresa responsável, também, pela oferta no Brasil, aprofundando, intensificando atividades, investimentos no Brasil e em outras áreas, para diversificar fontes de suprimento do gás, para reduzir a dependência do mercado brasileiro do gás natural da fonte da supridora da Bolívia.

Evidentemente que isso envolve um certo tempo, isso envolve um conjunto de ações, conjunto com outros agentes no mercado brasileiro, mas entendemos que há possibilidade de encontrarmos alternativas adequadas para diversificar a fonte de suprimento no mercado brasileiro envolvendo substituição de produtos, envolvendo análises sobre plantas de regaseificação no Brasil para trazer gás natural liquefeito, envolvendo ampliação do uso de outros combustíveis alternativos em substituição ao gás natural boliviano.

Do ponto de vista da Declaração de Porto Iguaçu, já mencionei, na verdade, eu queria chamar atenção que essa Declaração, ela envolve alguns elementos fundamentais para destacar. Primeiro, ela é uma declaração dos Presidentes, onde destaca-se a importância da integração energética latino-americana.

No entanto, tem, como um destaque importante, preservar e garantir o abastecimento de gás natural, favorecendo o desenvolvimento equilibrado entre consumidores e produtores. Reconhece que a discussão de preço se dá no âmbito do contrato em vigor e tem que ser feita de forma a viabilizar os empreendimentos, portanto, dá um marco racional e tecnicamente adequado para se fazer a discussão dos termos da discussão de preços.

Do ponto de vista da Nota que nós fizemos dessa reunião no dia 10 de maio, nós reconhecemos que há necessidade de uma série de procedimentos e formalidades legais que antecedem, são prévias à possível ocupação de postos de direção da PETROBRAS Refinación, na Bolívia, por indicados do Governo Boliviano. Não há possibilidade desses indicados no Governo Boliviano, assumirem os postos antes que as condições regulatórias, as condições legais e as condições de acordo de acionistas, que nós queremos aceitar ou não, se realizem.

Portanto, há um conjunto de questões prévias à aceitação de indicados para assumir a direção da PETROBRAS Refinación na Bolívia, de sermos entre outras coisas, a nosso ver, a definição da compensação negociada da nossa parcela de propriedade, há, a nosso ver, a necessidade de uma lei especial da Bolívia que permita, diretamente, explicitamente, que a YPFB torne-se acionista da PETROBRAS Bolívia, há necessidade de formalizar, dentro dos órgãos todos, os órgãos regulatórios societários, a transferência das ações da PETROBRAS para a YPFB. Há necessidade de alterar o estatuto da PETROBRAS Bolívia para considerar a entrada do novo sócio. Há necessidade de fazer uma assembléia de acionistas. Há uma série de condições prévias antes que haja a assunção dos Diretores da Bolívia.

Como já mencionou o Ministro, eu não vou falar um pouco nisso, eu queria chamar a atenção, só de alguns detalhes desta resolução, que nós tivemos no dia 10 de maio.

Primeiro: Nós assumimos o respeito às decisões soberanas do Decreto Supremo, porém, esse respeito às decisões do Decreto Supremo, do Decreto Supremo, está submetido, na sua implementação, ao acordo às normativas aplicáveis. O que significa isso? Que todas as leis, regulamentos, todas as condições legais têm que ser prévias à implementação do Decreto Supremo.

Segundo: As comissões técnicas vão tratar de todas essas condições, como mencionei, as condições para a condução do negócio durante os 180 dias, como é que vai ficar a operação, porque a operação está lá, normal. Nós continuamos operando o campo, nós continuamos operando as Refinarias. Como é que nós vamos fazer isso? É necessário definir as condições para que essa operação ocorra. Vamos ter que discutir os novos contratos, novos contratos de transporte, novos contratos de carregamento, novos contratos de venda dentro da Bolívia, porque o contrato entre a YPFB e a PETROBRAS está em vigor, para venda para o Brasil. E os contratos de produção, porque a lei aprovada em maio de 2005 estabelece três tipos de contrato e há uma condição nova e que precisa ser regulamentada e definida pelo novo Decreto Supremo. Próximo.

A PETROBRAS, evidentemente, manifestou repúdio claro às acusações, a nosso ver, equivocadas em relação à nossa atividade legal e constitucional den-

tro da Bolívia. Nós ficamos, também, muito surpresos porque essas declarações ocorreram na manhã do dia seguinte a nós termos feito um acordo, assinado com o Ministro, elogiado pelo Presidente em exercício, durante a Reunião, porque o Acordo foi lido ao Presidente Linera, durante a Reunião e ele mandou uma mensagem, depois de ouvir, de parabéns pelo resultado alcançado e fomos, depois, acusados indevidamente, a nosso ver, para a nossa operação na Bolívia, que afeta nossa operação em 16 países do mundo.

Do ponto de vista garantia de abastecimento, nós acreditamos, claramente, que dificilmente nós teremos qualquer risco ao abastecimento brasileiro. Nós achamos que, do ponto de vista da Bolívia, há necessidade de continuar produzindo, entendemos que do ponto de vista da Bolívia, a Bolívia necessita que o gás continue sendo produzido, não só pelo gás, mas que, se o gás pára de produzir, também o líquido, diesel, gasolina e GLP, deixam de produzir dentro da Bolívia, portanto, temos clara idéia que, do ponto de vista racional e objetivo, nós não esperamos que haja nenhum corte e ameaça à garantia de suprimento de gás natural para o Brasil. No entanto, como empresa responsável pelo abastecimento que, durante 53 anos, tem sido firme e absolutamente intransigente com a responsabilidade de suprimento de combustíveis para o Brasil, nós temos sempre planos contingenciais.

Na eventualidade de contingência, nós temos que ter planos alternativos. Então, nós temos planos alternativos para a eventualidade, inclusive, de cortes muito drásticos e a nosso ver improváveis de ocorrer. Nós temos redução de uso próprio de gás, nós temos substituição por óleo combustível e por GLP, temos aceleração possível de produção nacional, temos possibilidade de ampliar e acelerar projetos de regaseificação, para utilizar gás natural liquefeito, devemos, provavelmente também, ter alternativas na área de bio-combustíveis que podem, portanto, permitir enfrentamentos nossos. É muito improvável a eventualidade de algum efeito sobre o suprimento de gás no Brasil.

Bom, no ponto de vista do conhecimento. Eu vou falar, apenas, um pouco mais detalhado. Nós tivemos várias reuniões prévias com representantes do Governo e, diretamente, com o Presidente Morales. Nós nunca discutimos com o Presidente Morales ou com representantes do Governo Boliviano, os termos específicos do Decreto. Discutimos com ele, algumas vezes, algumas idéias gerais relativas a nacionalização, relativas à ação do Governo e sempre nossa posição foi de respeito à soberania do Governo Boliviano, porém chamando a atenção de que as condições legais, as condições regulatórias, não poderiam ser irreversíveis.

Nós teríamos que ter sempre um ambiente de negociação e sempre um ambiente de possibilidade de ajuste, para as decisões internas da Bolívia. Evidentemente que não fomos informados da forma como o Decreto seria feito, não fomos informados que o exército iria cercar nossas áreas e tampouco estamos satisfeitos, achamos que o Decreto, ele é inaplicável, em termos operacionais, na forma que está, porque ele não detalha e não regulamenta uma série de questões que são indispensáveis para que ele se torne efetivo.

SENADOR TASSO JEREISSATTI (PSDB-CE) – O exercíto continua lá.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eles continuam. Não dentro, não entraram, estão na área externa das nossas Refinarias e na área de produção. Próximo.

Do ponto de vista de investimentos. Esses aqui são valores históricos de investimentos. Evidentemente que, do ponto de vista econômico, nós temos que fazer valor presente desses valores, nós não estamos fazendo cálculo de valor presente, estamos fazendo apenas o investimento, historicamente realizado. Se nós, do ponto de vista técnico, do ponto de vista histórico, portanto, isso é dado histórico, não é dado valor econômico atual, nossos investimentos cresceram até 2002, portanto, nós tivemos, consolidamos e constituímos toda a infra-estrutura dentro da Bolívia até 2002.

Em 2003 em diante, nós tivemos investimentos de manutenção, não fizemos nenhum investimento adicional, nossos investimentos caíram, agora em 2006, evidentemente. Mantivemos apenas investimentos na área de operação, investimentos para manutenção dos nossos ativos na Bolívia. Não fizemos nenhum investimento para expansão de produção na Bolívia. Evidentemente, que nós estamos interessados em ampliar a produção na Bolívia, tanto é que, no concurso aberto para TBG no Brasil nós, inicialmente, oferecemos a possibilidade de aumentar o transporte, da Bolívia para o Brasil, de 15 milhões de m³ por dia para o Brasil e, frente à crise, nós suspendemos essa oferta para o leilão, para o concurso aberto da TBG, porque não pretendemos, nesse momento, fazer investimentos adicionais para a expansão da produção na Bolívia. Próximo.

Do ponto de vista, eu acho que eu vou pular esses números, porque para entrar na discussão, eu acho que vou encerrar por aqui, acho que não tem nenhum... São números, depois, nas perguntas, posso detalhar, são números para informações mais numéricas, não sei se vale à pena.

Talvez valha a pena só no mercado interno brasileiro, do ponto de vista da projeção nossa, para o ano 2010. Hoje nós estamos em 2004 com 37,9; em 2005

nós temos provavelmente alguma coisa em torno 42 milhões de m³ de demanda no Brasil. A projeção que nós estamos fazendo, dada a situação prévia à crise boliviana, era um crescimento de demanda muito forte no Brasil, de gás natural, que atingiria 99,3 milhões de m³ em 2010. Uma demanda térmica bastante grande de 46,4 milhões de m³ para 2010 e o restante, para a demanda não térmica no Brasil. Próximo, por favor.

A oferta, portanto, nós estamos pretendendo crescer a oferta. Aqui, nós estamos, portanto, nesse momento, viabilizando, portanto, precisamos de um aumento de oferta em torno de 11 milhões de m³ para 2010, em função de que esse volume não poderá, nesse momento, na medida em que suspendemos os investimentos na Bolívia, não podem vir da Bolívia. Do ponto de vista dos preços energéticos no mercado brasileiro, para o consumo de 500 m³/dia de gás natural, esses aqui mostram um pouco a situação, a parcela azul das colunas representa a parcela da PETROBRAS, as outras parcelas representam as parcelas da distribuição e da importação. O próximo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não a Bolívia não. Aqui é Brasil, isso é a distribuição dentro do Brasil, isso é o gás que a PETROBRAS vende às distribuidoras dentro do Brasil e o preço total é o preço que chega ao consumidor brasileiro. Esse é o consumidor com média de 500 m³ por dia. Tem imposto, , tem distribuição e tem a PETROBRAS. Próximo, por favor. Aqui também a mesma coisa em termos de consumidor de 100 mil m³/dia. Próximo.

Aqui a rede de gasodutos existentes no Brasil que é afetada pela crise boliviana. Isso aqui é o gasoduto dentro do Brasil-Bolívia, nós temos uma rede que leva esse gás da Bolívia até o Rio Grande do Sul e temos uma rede interna no Rio que vem até São Paulo que usa o gás da Bacia de Campos para alimentar o mercado de São Paulo, Rio e Minas Gerais. As distribuidoras são essas as distribuidoras, nós temos distribuidoras no País todo, a participação da PETROBRAS, ela é minoritária na ampla maioria das distribuidoras estaduais brasileiras. Próximo, por favor. E com isso eu estou aberto a qualquer questão, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agradecemos ao Dr. Sérgio Gabrielli, voltamos a informar a disponibilidade do telão na Sala 13 deste corredor e registramos, mais uma vez, a presença honrosa para nós dos Deputados Luciano Zica e Luiz Bassuma. Vamos então, passar à fase das interpelações e o primeiro Senador é o autor do Requerimento, o Senador Jefferson Peres, com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Bom dia Ministro, bom dia Dr. Gabrielli. Tudo o que eu não quero é politizar a discussão. Os senhores foram convidados por mim e acho que é esse o sentimento dos demais Senadores, para nos dar informações, nos tirar dúvidas, para que nós, bem informados possamos nos posicionar. Tudo o que eu tinha de criticar já critiquei, a posição do Governo brasileiro, não gostei, não tenho críticas a fazer, até aqui, à posição da PETROBRAS.

Mas até seria muito bom que Congresso e Executivo chegassem a um consenso porque, Ministro, se não houver divisão interna, isto reforçaria muito a posição do Brasil e da PETROBRAS nas negociações com o Governo Boliviano.

Ao Dr. Gabrielli eu perguntaria, eu acho que as posições da PETROBRAS, até aqui, tanto quanto eu sei, têm sido adequadas, em defesa dos interesses da empresa, que são, em última análise, interesses do País. E eu lhe perguntO – A PETROBRAS... talvez o Ministro responda melhor do que V. Sª. A PETROBRAS vai ter autonomia mesmo, para negociar, ou em algum momento receberá pressão do Governo para fazer concessões desse ou daquele tipo, em nome de uma política de integração, que eu acho excelente, mas que deve ter como limites os interesses do País?

Vamos nos integrar com os vizinhos, ser amigo dos vizinhos, mas limites são os interesses do País. Eu receio muito, não sei, nenhum de nós tem bola de cristal, que a PETROBRAS não tenha tanto autonomia assim, determinado momento seja pressionada, receba determinação do Governo, para ceder. Eu receio. Gostaria que V. Sª. comentasse isso, ou o próprio Ministro, que fala pelo Governo.

Outra pergunta, a PETROBRAS vai exigir indenização prévia, como diz a Constituição Boliviana, ou pode ceder nisso? TerceirO – A auditoria ficará a cargo de Auditores designados pelo Governo Boliviano ou a PETROBRAS vai pedir, exigir, uma auditoria idônea, talvez internacional, para avaliação dos ativos da PETROBRAS, com o objetivo de indenizar a empresa? A outra pergunta seriA – Os contratos com a Bolívia prevêem prazos para negociação, negociação de preços e prazo para mudanças contratuais, me parece nesse último caso que são cinco anos. A PETROBRAS vai manter isso ou vai ceder neste ponto? Encurtar prazos quanto a mudanças das cláusulas contratuais.

E finalmente, para V. Sª, Dr. Gabrielli vou fazer outra pergunta. Dr. Gabrielli eu não tenho relação direta com o abastecimento do Sul porque é lá a região Norte, mas é gás. Existe uma novela chamada gasoduto Coari-Manaus que, por algum tempo, a PETROBRAS não pode concluir porque o Governo do Amazonas,

de então, exigia, que preferia transporte por balsa. Isso já está superado, há três anos que o Governo do Amazonas abriu mão disso, as jazidas de gás estão lá, as reserva de gás estão lá sendo queimadas ou reinjetadas nos poços e Manaus consumindo fuel-oil e óleo diesel, que custam uma enormidade em termos de subsídio para o País. Eu lhe perguntO – Agora, a licitação feita no passado foi anulada, não discuto a razão da PETROBRAS, mas eu lhe perguntO – Há efetiva vontade da PETROBRAS de realizar aquele gasoduto e as obras, há condições de iniciar as obras, pelo menos até o final do ano?

São essas as perguntas a V. Sª. e, para o Ministro, apenas não se relaciona com o gás, mas com a matriz energética. Ministro, a linha de transmissão de Tucuruí vai ser mesmo levada? Está adiantada? Em que etapa se encontra, que vai libertar alguns Municípios do meu Estado da escravidão dos grupos térmicos a diesel. Era isso apenas.

MINISTRO SILAS RONDEAU – A primeira eu me sinto na obrigação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com a palavra o Ministro Silas Rondeau.

MINISTRO SILAS RONDEAU – Obrigado, Presidente. Senador Jefferson Peres, a primeira eu me sinto na obrigação de responder, para assegurar que, pressão do Governo em negociação, contratos comerciais da PETROBRAS, não existe. Eu, além de Ministro, eu sou do Conselho de Administração. A PETROBRAS é uma empresa líder no Brasil, referência mundial, uma das razões é, justamente, a forma transparente que ela atua no seu plano de negócios e em respeito, inclusive, aos acionistas que ela tem.

A PETROBRAS é listada na bolsa de Madri, de Buenos Aires, de Nova Iorque, enfim. Então, a PETROBRAS age como empresa de propriedade do Governo. Naturalmente, que as questões de natureza estratégica são conduzidas pelo Governo e eu represento, como Ministro de Minas e Energia, a parte em que, dentro do Conselho, nós passamos as orientações estratégias. Então, não haverá pressão no sentido de flexibilizar uma negociação que afronte a lógica comercial da PETROBRAS. Isso eu lhe asseguro com toda certeza.

E a última é simples de responder, o senhor sabe disso, nós tivemos eu, o nosso Senador Arthur Virgílio se lembra disso tive minha passagem em Manaus, fui dos maiores defensores da integração do mercado de Manaus ao sistema nacional, através de uma linha de 1400 quilômetros que, saindo de Tucuruí, atravessa para a margem esquerda do rio Amazonas, atendendo mais de 17 Municípios que hoje estão isolados, tanto no Estado do Pará e chegando em Manaus, também na margem esquerda do rio Amazonas.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Me refiro à linha menor. Para o baixo Amazonas.

MINISTRO SILAS RONDEAU – Então, a linha grande, de 500 kW, que, efetivamente, integrará o parque hidrotérmico de Manaus à rede básica nacional, está previsto, no nosso planejamento decenal, que foi lançado no mês passado, inclusive entrando em operação a partir de 2010. Complementarmente a isso, nós estamos, inclusive, com os estudos já finalizados pela Eletronorte, no sentido de alcançar, agora pela margem direita, Parintins, Nova Olinda, Maués, enfim, aqueles outros Municípios numa linha que seguirá de Itaituba em 138 kW e chegará nesses mercados também.

O senhor, inclusive, foi autor de uma Emenda e está acompanhando isso, nós estamos com esse planejamento ativo e vai depender, porque como se trata de subtransmissão, que é de responsabilidade da concessionária paraense pelo lado do Pará, do lado do Amazonas é mais simples, nós estamos simplesmente organizando como é que, através do Governo Federal e da Eletronorte, nós estaremos implementando essa integração.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Os estudos não estão concluídos?

MINISTRO SILAS RONDEAU – Estão. Nós estamos com estudos de pré-viabilidade já com traçado definido e temos que formalizar só através das duas concessionárias, por se tratar de uma subtransmissão. Por isso que não recai diretamente à rede básica nacional.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Dr. Gabrielli, apenas para dizer que a minha preocupação é enorme com a PETROBRAS, porque pertence a todos os brasileiros, mas pertence mais ainda aos brasileiros que, como eu, em razão da idade, como o Senador Saturnino, participamos da campanha do Petróleo é Nosso.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Senador Jefferson, eu estava aqui na celebração dos 50 anos, me lembro do depoimento do senhor, um depoimento emocionante, um depoimento muito comprometido com a história brasileira. Eu vou começar com o gasoduto Coari-Manaus; o Senador pergunta se há efetiva vontade de realizar o gasoduto, eu vou afirmar, de forma clara, que há interesse e há claro interesse da PETROBRAS de realizar esse gasoduto. O Senador Arthur Virgílio é um grande patrono dessa idéia, nós, na discussão do orçamento, tivemos várias discussões importantes, o Senador Arthur Virgílio desempenhou um papel importante nesse processo decisório e nós

tivemos, por questões negociais, anulação de concorrência, por causa dos preços excessivos.

O mercado de gasodutos brasileiros está relativamente aquecido, por nosso programa de investimentos que é muito intenso. Os construtores de gasoduto estão superdemandados e, portanto, nós temos que fazer um processo de negociação mais intenso. Dois trechos estão já em fase de mobilização. Nós devemos iniciar operações dentre breve. Os tubos estão já comprados, no local, as clareiras já estão abertas, um dos trechos nós estamos finalizando o processo de negociação direta com potenciais operadores na obra, incluindo o Exército Brasileiro e, portanto, esperamos que as obras iniciem ainda nesta fase das chuvas, na janela das chuvas deste ano de 2006. Provavelmente não concluiremos neste ano de 2006, mas iniciaremos mobilização nesse ano de 2006.

O Ministro Silas já respondeu em relação à autonomia da PETROBRAS, que recebe orientações do Governo através do seu Conselheiro de Administração. Sobre a exigência de indenização prévia vai ceder. Eu vou responder essa pergunta, Senador, junto com a questão da auditoria. É importante chamar a atenção de que, de fato, a nacionalização que está ocorrendo, em termos de ativos, é a nacionalização da Refinaria. Do ponto de vista da produção de gás, o que está havendo é um aumento de impostos.

Não está havendo nacionalização da produção de gás. A proposta da nacionalização é da Refinaria. Na Refinaria, a auditoria, usualmente, tem que ser uma auditoria de uma parte e uma auditoria da outra parte, que nos interessa também fazer uma auditoria, porque nós queremos saber o que resta, o que fica, qual é a responsabilidade que nos manterá na Refinaria, portanto, não vai haver, nós não vamos aceitar uma auditoria unilateral. Também não há, provavelmente, nesse momento, possibilidade de auditoria comum. Provavelmente, teremos uma auditoria do Governo e uma auditoria nossa e, eventuais divergências, são resolvidas de forma técnica e negociais. A indenização prévia é um requisito da Constituição e, portanto, deve ser cumprida, a Constituição Boliviana.

Do ponto de vista de contratos para mudanças de preço e encurtar prazos. Existem duas Cláusulas no contrato. A Cláusula 11 do contrato diz que, a cada cinco anos, a fórmula de cálculo do preço pode ser revisitada, a cada cinco anos. E, caso as partes concordem em mudar a fórmula de cálculo de preços... porque também é importante dizer que os preços não estão fixos, os preços do contrato boliviano se modificam a cada trimestre. Trimestralmente os preços se modificam em relação à cesta de óleos, de óleo combustível de *fuel-oil*, com graus diferentes de enxofre, em relação aos preços internacionais. São todos os preços fixados internacionalmente.

Na realidade, a origem do contrato é a tabela da PLAX(F), que refere-se a preços internacionais. Os preços não estão fixos. A fórmula está fixa. A Cláusula 11 refere-se a revisão da fórmula. Além da Cláusula 11, existe a Cláusula 15. Na Cláusula 15 do contrato, as duas partes são obrigadas a sentar na mesa se, qualquer uma das partes quiser discutir qualquer dos termos do contrato, em qualquer momento. Então, os dois, as duas Cláusulas são importantes. São duas Cláusulas que estão válidas. Uma é a 11 que é específica da revisão da fórmula de reajuste, da fórmula de reajuste não, da fórmula de paramétrica da revisão de preço e a outra Cláusula que permite qualquer coisa a qualquer momento. Então, dentro do contrato é possível, ninguém pode recusar, sentar para negociar pela Cláusula 15, qualquer coisa que seja levantada pela outra parte. Essa é a situação que existe no contrato.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito bem, vamos então, ao segundo Senador inscrito que se seria o Senador Suplicy, mas ele permutou, a pedido do Senador Pedro Simon, que tem 1001 afazeres, ainda nesta manhã. Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Peço desculpas Sr. Presidente, mas, na realidade, eu tenho uma Varig aqui do lado e o Governador do Rio Grande do Sul. Sr. Presidente, eu quero trazer o meu respeito ao Presidente da PETROBRAS. Acho que S. Exª. agiu, desde o início, com muita firmeza. Eu não sei se V. Exª. vai poder me responder, acho que nem tem condições de responder, mas acho que tem um entendimento assim, o Presidente Lula foi macio e V. Exª. foi duro. Eu acho que vocês dois se acertaram. Você vai bate e eu vou aqui e assopro. Porque, na verdade, o Presidente Lula, inclusive, meio que desautorizou V. Exª.

V. Exª. falou e falou com firmeza, dizendo que não vai ter aumento agora e, se tiver aumento, nós vamos ter que pagar. E o Lula diz nós não vamos ter, o povo não vai ter aumento nenhum de gás, quem vai ter que pagar vai ser a PETROBRAS. Acho que V. Exª. agiu bem, agiu com coração. Eu quero dizer a V. Exª., eu sou um macaco de auditório da PETROBRAS. Eu era um gurizinho de faculdade e não só não pelo Governador Brizola, nós fizemos a primeira torre da PETROBRAS na praça da Alfândega, depois se fez em todas as Capitais, como subi lá em cima para botar a bandeirinha do Brasil; até hoje não sei como consegui chegar lá em cima.

Então, eu vejo isto da PETROBRAS com uma grande satisfação. E vejo que nós vivemos uma situa-

ção realmente muito delicada, eu tenho dito isso, disse isso, inclusive, para o Chanceler.

Eu não sou dos que batem muito duro no Lula porque ele não deu uma resposta à altura da grosseria que o Presidente da Bolívia deu para nós. Porque eu acho que, nessa América Latina, que está vivendo um dos seus piores momentos, do ponto de vista da integração. O Uruguai está querendo sair, o Uruguai está negociando diretamente, com o Presidente, com o Presidente americano, imitar o México, imitar o Chile, fazer uma negociação direta de Governo a Governo e sair do Mercosul, eu estou sentindo, de certa forma, não sei se é isso, mas o Presidente da Bolívia, antes de fazer o que ele fez, ele passou dois dias com o Fidel Castro, embora jure que não tem nenhuma participação... O Presidente da Venezuela, também numa grosseria, está se oferecendo para dar os técnicos, assessorias, as pessoas, em algo que ele deveria ficar de fora e ver o entendimento entre o Brasil e a Bolívia.

Eu estou vendo hoje no Brasil, hoje na América Latina, eu tenho dito e repito, eu só vejo o Brasil preocupado com integração. Eu não vejo nem um segundo, qual é o outro que está preocupado? Não vejo. Uma coisa banal, quer dizer, banal, é banal, uma fábrica de celulose; apareceu uma mulher pelada lá na Reunião dos... porque... protestando contra a fábrica de celulose que ia poluir a Argentina, com relação ao Uruguai.

Logo o Uruguai e a Argentina. Então, há uma enorme má vontade com relação a tudo e eu só vejo o Brasil, com toda sinceridade. Eu só vejo o Chanceler do Brasil, o Presidente do Brasil e que também, diga-se de passagem, o Fernando Henrique também teve essa boa vontade, mas não vejo mais ninguém preocupado com essa possível integração da América Latina.

Mas isso não impede que a gente defenda os interesses da gente e V. Exª. está agindo com grande coração. Eu acho que V. Exª. fez o que tinha que fazer, vai fazer o que tinha que fazer e eu no fundo, no fundo, não sei se o Ministro, mas acho que houve um entendimento, o Ministro e o Presidente Lula diz: bate e eu vou ficar mais de fora. Porque, se V. Exª. não tivesse batido ia ficar muito ruim.

O Presidente só assoprando e V. Exª. quieto? Não V. Exª., mas pode ficar certo que o Brasil está com V. Exª. Obviamente, V. Exª. está fazendo as coisas que deveriam ser feitas. Eu acho que, no fundo, o que me assusta é, se de repente aí, não mais do que de repente, quer dizer, vê o que aconteceu ontem em São Paulo, a gente não imagina, não está o Fidel Castro com o Governador da Bolívia e o Governador da Venezuela, querendo criar um novo fato político na América Latina.

O que cá, na minha opinião é um momento muito ruim porque é um momento em que nós estamos vivendo problemas que não tem nada, não estamos vivendo nenhum problema político, nenhum problema ideológico, problemas econômicos mesmo, propriamente dito, todas as disputas que nós estamos tendo por aí, são disputas de ordem econômica, desde a mais singelas, volto a repetir que essa da fábrica de celulose na fronteira do Uruguai com a Argentina, até para nós, no Rio Grande do Sul, que os gaúchos foram lá para a Argentina, para o Uruguai, plantaram arroz lá nas terras que eles compraram e agora estão atrapalhando a nós, porque vendem o arroz de lá para cá pela metade do preço e nós não temos como colocar o arroz do Rio Grande do Sul. Como a soja que os gaúchos foram plantar lá na Argentina e agora a Argentina coloca aqui pela metade do preço e nós não temos como vender a nossa soja. Então, estes problemas que nós estamos vivendo são de grande gravidade, que eu acho que nós vamos ter que encontrar uma solução à altura para o momento que nós estamos vivendo.

Agora o que me preocupa, volto a repetir, é exatamente isso, que haja um sentimento no sentido de se criar um novo movimento, que é completamente fora de tom, Uruguai, Venezuela, Cuba se mostrando para aparecer e nessa, eles viram que o Lula não está nesta e não podia estar. O Presidente Lula está na posição que o Brasil está que é uma posição positiva no respeito de defender a integração da América Latina, dar força para a América Latina, não aceitar a unificação com a América do Norte nessa altura, significa a ALCA significaria terminar conosco, mas fazer isso sem agressão.

Aliás isso é muito engraçado, a Venezuela faz um carnaval, fala, grita, bate na mesa, mas a venda do petróleo entre a Venezuela e os Estados Unidos, vai muito bem obrigado. Nunca esteve tão bem. Está lá, recebe os 80 milhões de dólares, recebe pessoalmente, atualizado, aumenta o preço, aumenta o que eles recebem e não falaram, em nenhum momento, em cortar ou diminuir, aquela coisa. Então, o pragmatismo que o Presidente da Venezuela tem, no relacionamento com a venda do petróleo com Estados Unidos, que eu não critico, eu acho que ele está na dele.

Eu acho que eles devem respeitar a posição do Brasil nesse sentido. Agora que há uma frustração, que há uma angústia no povo brasileiro, com relação principalmente ao Lula há. Porque na verdade, na verdade, a gente esperava, no primeiro discurso que eu vi neste sentido foi do Presidente Saturnino, que ele foi para lá em cima de um discurso duro da oposição, de repente, o Saturnino nem parecia o antigo Saturnino, estava lá o antigo Saturnino, parecia até bom-

beiro, acalmando, não é bem assim, vamos devagar, aquela coisa toda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Bombeiro eu até sempre fui, não tenho a vocação do incendiário não, mas tudo bem, aceito a observação de V. Exª. porque eu realmente dou uma importância enorme a essa coisa da integração.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – E eu quero dizer que o pronunciamento de V. Exª. me impressionou muito, tanto que eu mudei o pronunciamento que eu ia fazer depois e fiz no outro sentido, mas que há uma irritação da sociedade brasileira, há. Há um ressentimento, há. É verdade que, nessa altura, não sei, Arthur Virgílio, mas o homem meio que voltou atrás, foi, mostrou que foi, praticamente, ridículo o papel. Exato. Exato. Quer dizer, ele meio que voltou atrás.

Aquela história de dizer que ridicularizar o nosso Governo. O ato dele ir lá e pedir desculpa, ninguém entendeu... Todo mundo entendeu, como entendeu, também, que ele está voltando atrás. Eu acho que saímos bem, mas eu confio muito em V. Exª. Até porque a parte técnica é o Ministro e me perdoe o Ministro, mais do que o próprio Ministro é a direção do PETROBRAS e acho que é com ela que o Brasil está. Por isso, eu lhe trago o meu abraço muito afetivo, esperando que se encontre uma solução, acho que nós estamos bem melhor hoje do que estava há quinze dias atrás.

Porque, há quinze dias atrás, o ânimo da Comissão era de romper com a Bolívia, trazer o embaixador, fazer um carnaval. Agora as coisas já estão diferentes e V. Exª., com todo o respeito, é um grande vitorioso, porque ao contrário do que parecia, eu acho que V. Exª. meio que orientou o Presidente dizendo eu fico nessa que é mais difícil, V. Exª. vai naquela. E deu certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Pergunto ao Ministro se deseja fazer alguma observação e ao Dr. Gabrielli? Ministro com a palavra.

MINISTRO SILAS RONDEAU – (interrupção no áudio) que eu também concordo, Senador, a posição da PETROBRAS, acho que foi uma posição absolutamente serena dentro de uma lógica, como citei, que tem que ser tomada e que se espera dela, que é a lógica empresarial. Não acredito no jogo combinado de que ele ia bater e o Presidente ia soprar. Acho que cada um fez o seu papel da forma melhor possível.

A posição da PETROBRAS é essa mesma em defender a empresa, a PETROBRAS, o senhor falou muito bem, a PETROBRAS é a cara do Brasil, a PETROBRAS é a própria cara do Brasil e o que se espera é isso.

O Presidente eu acho que foi, por sua vez, pragmático, ele foi sereno e equilibrado no momento que tinha que ser, porque o que se focava era o resultado que é esse resultado que os senhores estão vendo aí, Srs. Senadores, que é o quê? Trazer a negociação para o seu local onde sempre devia estar. É a mesa de negociação porque existe um contrato entre as partes.

Então, acho que ganha assim a PETROBRAS, ganha o Presidente Lula, ganha o Brasil com o desenvolvimento desse processo que não acabou, nós estamos apenas começando, mas eu acho que agora, começando da forma mais correta mesmo, são as partes, cada um na sua contra parte Brasil e Bolívia caminhando no sentido do entendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Dr. Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu queria, também, manifestar a minha opinião, eu acho que a posição da PETROBRAS e a posição do Presidente Lula foram posições complementares, acho que não houve nenhum acordo de um ser mais duro do que o outro, acho que o Presidente Lula foi muito firme na reunião em Porto Iguaçu, na defesa da racionalidade, na defesa do equilíbrio nas negociações, o Presidente Lula foi muito firme em todas as declarações para chamar a diferença das relações entre Países e a relação entre empresas, o Presidente Lula foi muito feliz em criar as condições para que o Brasil, que é um País muito grande, não ficasse simplesmente ameaçando.

O Brasil tem, ao contrário, defende a posição de negociação permanente, o País defende a posição de equilíbrio de negociação diplomática e isso, essa posição firme do Presidente Lula, acho que é complementar e facilita a negociação técnica que nós, enquanto empresa, vamos fazer com a YPFB e com o Ministério de Hidrocarbonos da Bolívia. Então, acho que o Presidente Lula foi muito feliz no posicionamento que ele tomou, de criar as condições para que as negociações técnicas se desenvolvessem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Bom, o próximo Senador inscrito é o Senador Arthur Virgílio a quem concedo a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Bom, Presidente Roberto Saturnino, Srªs. e Srs. Senadores, Ministro Silas Rondeau, Presidente José Sérgio Gabrielli. Eu não vou entrar em detalhe de política externa, eu tenho muitos senões à postura da política externa brasileira nesse episódio e tenho debatido isso fartamente, inclusive com nosso Presidente da Sessão, nosso Presidente Roberto Saturnino.

Eu vou me ater muito mais aos senhores, a participação dos senhores que representam o Ministério das Minas e Energia e a PETROBRAS. Eu começo pela PETROBRAS, eu não tenho feito igualmente e aí eu repito o Senador Jefferson Peres, reparos à atuação

da PETROBRAS. Percebo que ela fez o cumprimento estrito do seu dever, afilhada a bolsas internacionais, a começar pela poderosíssima bolsa de Nova York, não caberia nada diferente a não ser o reconhecimento do direito dos acionistas que são, junto com a parte que tem cabido à PETROBRAS do recurso da União, são eles que os financiam os êxitos da PETROBRAS.

Êxitos de tantas décadas, prospecção em águas profundas se faz, também e muito, pela confiança do acionista. Vou de passo sobre a questão diplomática, jamais preguei ruptura, eu preguei uma linguagem mais dura. No momento, por exemplo, em que a PETROBRAS, sem parar a negociação, sugeriu providências, entre as quais as alternativas ao gás boliviano, eu coincidência ou não, eu vi, aí, o momento de inflexão.

O Sr. Evo Morales, em cuja atuação e em cuja vida pública eu não acho a menor graça, exercito aqui o meu direito de não achar graça nele, não considero que ele seja progressista coisa alguma, não considero que ele seja nada, ele é apenas uma figura confusa, num País confuso, num País instável e que Deus permita que ele faça um mandato que vá até o fim, porque isso, em se tratando da Bolívia, é uma grande novidade.

Me assustam as posições passadas e me assusta a posição presente do Ministro, do Ministro Soliz, aquele que por se falar, falando em prospecção, foi flagrado, na coluna do Anselmo, prospectando combustível nasal e, com toda a expectativa que nós temos, ali lhe sobre beleza interior, pelo menos isso. O ideal seria a Gisele Bündchen ter beleza interior também, eu não a conheço, mas eu tenho a maior boa vontade que o equilíbrio se faça com muita beleza interior por parte do Ministro, porque na parte exterior a coisa não anda bem.

Mas nós aqui discutimos um pouco essa questão dos investimentos na Bolívia, mais do que correta essa parada técnica e mais do que correta a idéia de se buscar alternativas nacionais. Preço do gás, dentro do contrato se pode discutir, sem a pressão, sem a Espada de Dâmocles. Preço do gás na base do é justo, é injusto, não cabe a discussão, até porque nós sabemos que os investimentos que foram feitos lá, eles previam a maturação dos próprios investimentos e é em cima disso que se elaborou toda uma lógica que levou a esse preço. Isso foi, soberanamente, concensualizado entre os dois Estados.

Eu digo isso, Dr. Gabrielli, e me dirijo, inicialmente, a V. Exª., eu digo isso porque é, com bastante orgulho, que eu reconheço alguns avanços que o Brasil tem experimentado. Um deles, o Brasil há 14 anos, dois anos do Governo Itamar Franco, oito anos do Governo do Presidente Fernando Henrique e, agora, estamos indo para quatro anos do Governo do Presidente Lula. Há 14 anos que o Brasil cumpre, fielmente, todos os seus contratos.

Apoiei, e da Tribuna, discordando, desta vez, até da posição do meu queridíssimo colega e companheiro José Agripino, mas eu apoiei o resgate antecipado do que se devia ao FMI. Não sob o jargão de que estávamos nos livrando do FMI porque isso não é verdade. Isso corresponde a uma brutal mentira ideológica, mas porque era uma forma do Brasil apagar o passado de calotes e valia a pena se optar por pagar juros mais altos em outras dívidas e se eliminar uma de juros privilegiados para se apagar a figura da bancarrota dos anos 70 e do calote dos anos 80. Assim como o resgate dos Bradies, eu também concordo.

Concordo porque quanto mais o Brasil afaste de si esse cálice da lembrança do calote, mais ele vai se credenciar, num espaço que eu pretendo breve, se tornar um País *Investment Grade*, como, pela sua trajetória, pelo esforço de toda... De gerações e gerações que labutaram na PETROBRAS e em torno dela e a favor dela, a PETROBRAS hoje é uma empresa *Investment Grade*.

Muito bem, eu, portanto, eu digo que dentro do contrato e concensualizando, dá para se discutir, de acordo com os interesses de ambos, mas para mim, a política internacional não comporta essa história de ideologia, nem de companheirismo, ela comporta interesse frio. Eu defendo muito o meu, ele defende o dele, a Bolívia é um País pobre, mas nós temos pobres no Brasil e, portanto, terminou, a meu ver, falando mais alto a PETROBRAS, com os interesses claros que ela tem a defender. Não tenho reparos a exposição técnica que V. Exª. fez.

Apenas eu acresceria, ainda metendo a colher nessa coisa da política externa, que, em Puerto Iguazú, caberia, a meu ver, no máximo, Kirchner, não caberia Chávez. Não caberia. Barão do Rio Branco, lá, teria vetado essa reunião com Chávez, Barão do Rio Branco não permitiria. Barão do Rio Branco diria Kirchner, porque tem um pouquinho de interesse. Lula e Evo sim, porque eram os dois interessados. O Barão Rio Branco teria reunido com Chávez se ele fosse o Presidente do País. Não caberia aquela figura que projetou certa sombra e que, a meu ver, o tempo vai mostrar, inclusive ao Presidente Lula, que a Venezuela concorre com a liderança brasileira, que é uma liderança natural se projetar sobre a América do Sul. E hoje eu diria que é uma liderança benéfica, benigna, sobretudo se se articula com Tabaré Vásquez, se articula com, quero dar um voto de confiança a ele, com Alan Garcia, quero esperar que venha reciclado e se articula com a Sra. Michelle Bachelet, do Chile.

Nós que temos que voltar a exercer influência sobre uma Argentina que está, cada dia, mais influenciada pela Venezuela, tem mais dinheiro da Venezuela circulando na Argentina do que do Fundo Monetário Internacional e, por outro lado, não me cheira bem esse tal crescimento econômico, que não é a não ser reposição cíclica, este crescimento econômico de 5%, de 6% ou de 7%, que mal corresponde e não sei se completará a reposição cíclica do que o populismo fez perder na Argentina, não me agrada, a começar pelos dois dígitos de inflação que a Argentina tem e aí eu venho a uma outra coincidência, nem sempre com figuras do Partido do Governo aqui, mas uma coincidência, por exemplo, com o Banco Central, eu apoio claramente as metas de inflação rígidas, as metas de inflação, calculando-se o que se pretende de crescimento econômico e se mantendo a mais baixa inflação possível, dentro do crescimento econômico que se projeta. Eu prefiro isso a um crescimento maior que depois cai no refluxo de não se ou poder sustentar, portanto, eu devo dizer que aprovei e me senti bastante tranqüilo com a atuação da PETROBRAS, que mostra que ela é uma empresa realmente sólida e que sabe defender seus interesses para fora, ou seja, sabe, perfeitamente, se manifestar.

Eu gostaria, Dr. Gabrielli, de complementar a preocupação do Senador Jefferson Peres a respeito do gasoduto. Agradeço, primeiro, a sua palavra tão gentil a respeito da minha preocupação com algo que é essencial e não só para minha terra, essencial para o Brasil, numa hora que nós estamos discutindo o gás natural brasileiro e com ênfase, eu repito, Senador Jefferson, lembrando que o Governador passado era contra o transporte por gasoduto. O Governador atual não coloca objeções. Havia desejo político do Presidente passado de fazer o gasoduto e vejo o desejo político do Presidente presente fazer o gasoduto.

Eu faço aqui, as seguintes perguntas: A política de gasodutos brasileiros, eu sei que há propostas de construção de gasodutos em todo o País. Se pudesse me dizer quais são esses gasodutos e as expectativas de conclusão de cada um, eu gostaria de incluir aí, como preocupação fundamental minha, o gasoduto Urucu-Porto Velho e o gasoduto Coari-Manaus. Prazos... por exemplo o Exército se dispõe a ajudar, tem esse impasse com as empreiteiras.

A PETROBRAS tem que, na verdade, jogar duro para obter o preço que remunere justamente, mas só justamente o trabalho delas e puxando para baixo o preço ao máximo, então, eu pergunto qual seria o percentual do total dessa obra do meu gasoduto, gasoduto Coari-Manaus, qual seria o percentual do Exército, o que se pode esperar do Exército e o que se precisa esperar das empreiteiras, porque se o Exército pudesse fazer tudo seria uma maravilha. Eu queria me esclarecer sobre isso. E prazo de conclusão de cada um desses gasodutos.

Muito bem, em relação ao meu prezado amigo Ministro Silas Rondeau, eu gostaria de fazer a ele duas perguntas bem objetivas, duas perguntas bem objetivas, a primeira pergunta é se a PETROBRAS, se o Governo brasileiro ou o seu Ministério havia elaborado um plano B, algo assim tipo viabilizar a saída da Bolívia, se as coisas tivessem piorado e não pioraram e não piorarão, se Deus quiser, mas que plano havia para se retirar os cinco mil brasileiros que vivem hoje em território boliviano e, pelo o que se lê e pelo que se ouve, vivem em estado de tensão, porque há sempre aquela perspectiva de uma reforma agrária meio Zapatista, meio estranha e investimentos que brasileiros humildes, trabalhadores lá fizeram, estão sendo ameaçados pela incerteza e não se sabe quando sai o novo édito.

Gostaria de saber se tem um plano para isso e ainda, Dr. Silas, se não me engano, foi uma emenda do Senador Jefferson Peres, essa que criava aquele linhão menor de Tucuruí para a região do baixo rio Amazonas. Saber o que houve, porque era, também, um compromisso do Governo, enfim, a gente sabia que nem sempre dá para se fazer, mas... O que houve, qual é a perspectiva de se, a partir de Maués para cima e V. Exª. conhece muito bem aquela região, aqueles Municípios todos, é Maués, é Boa Vista dos Ramos, é Barreirinha, que é a terra do poeta Thiago de Mello, Iamundá, Parintins, mais os Municípios parentes, ali, limítrofes, mas saber o que se pode esperar de efetivo, porque houve um deslocamento dessa Emenda para uma outra finalidade e, enfim, eu lhe pergunto o que se pode esperar.

E finalmente, Dr. Gabrielli, eu gostaria de aqui registrar, de maneira muito clara, meu reconhecimento à ação do Ministro Tarso Genro, no episódio do orçamento. Engraçado é que alguns jornais disseram: "Ah, Líder do PSDB, que deveria ter uma preocupação nacional – e eu tenho – estaria sendo provinciano porque estaria priorizando o gasoduto do seu Estado". Ou seja, eu seria universal se eu priorizasse o gasoduto, quem sabe do Tenesse a Ohio.

Mas eu me preocupando com meu, eu tenho que ser provinciano. Ou quem sabe eu tivesse que me preocupar com o gasoduto – e eu me preocupo – que levasse alguma coisa do Rio Grande do Sul para o Rio Grande do Sul. Eu não dou muita bola para isso, porque eu tenho um mandato muito claro do povo do Amazonas para cumprir – e procuro cumpri-lo – e eu disse, olha com clareza, não foi aí o Governo, deixa

eu dizer com muita clareza, outros interesses, foi um Projeto de Lei do Governo, de créditos, dizendO – tem 141 milhões para o gasoduto. Isso foi esvaziado, outros interesses esvaziaram para outras regiões. Eu disse: eu espero a reposição disso.

Como não houve resposta e colocaram apenas mais 16 milhões no orçamento de 2006, eu não posso colaborar com a votação do orçamento, enquanto não me derem os 110 milhões que possibilitarão o início dessa obra. E aí houve uma série de conversas e essa figura qualificada de articulação política, da vida pública brasileira, que é o Ministro Tarso Genro, fez comigo um exercício muito bom e nós chegamos à conclusão de que se poderia mesmo fazer um remanejamento dentro do orçamento da PETROBRAS sem acréscimos.

Portanto destinando esses 110 milhões, que estão aí a aguardar, se o Exército vai poder começar pronto, já tem os 110 milhões. Se o Exército... Em qualquer circunstância se tem esse começo, isso para mim virou, de fato, uma questão de honra, mas hoje eu duvido que alguém escrevesse um editorial, chamando de provinciano alguém que se preocupa com gás. Sobretudo depois do evento da Bolívia, portanto, queria parabenizar a ambos pela explanação que fizeram e creio que se as perguntas foram bem compreendidas, eu encerro por aqui a minha participação inicial.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Passo Então, a palavra ao Ministro Silas Rondeau.

MINISTRO SILAS RONDEAU – Meu caro Senador Arthur Virgílio, de fato eu vou responder a pergunta, mas queria deixar registrado o entendimento dessa sua intervenção no que diz respeito ao gasoduto Coari-Manaus. Na discussão do orçamento eu entrei pessoalmente em contato com o Presidente Gabrielli...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – V. Exª. esteve aqui conosco, nos prestigiou muito com sua presença.

MINISTRO SILAS RONDEAU – ...que inclusive disse: Olha Silas o que eu quero é que o gasoduto saia, isso é muito importante para o meu Estado e todo meu esforço será no sentido de que eu estarei atuante na antecipação desse projeto, é um sonho para o povo do Amazonas, especificamente para questão de Manaus e fui orientado pelo Ministro Tarso Genro e assim eu fiz, imediatamente, conversando com o Presidente da PETROBRAS e essa... eu acho que isso vai ser muito importante porque possibilita, inclusive, pelo fato de estar sendo mobilizado o Batalhão de Engenharia de Construção para ajudar no processo, eu teria um recurso que, de certa forma, já estaria garantindo isso.

A segunda observação, antes de ser objetivo na resposta, meu caro Senador, que É importante aqui nesse Plenário, foi uma colocação que foi feita com respeito à reunião de Porto Iguaçu. Na realidade houve e é natural que houvesse um mau entendimento da posição do Governo Brasileiro naquela reunião de Porto Iguaçu. A reunião... Primeiro, que o objetivo foi tratar da integração energética regional. O assunto não era crise PETROBRAS – YPFB. Essa ainda poderia ser feita como o assunto da integração regional, Senador, era a discussão preliminar, de grupo de trabalho, que estava levantando elementos para tomada de decisão de uma integração energética regional, Venezuela, Brasil, Argentina, nesse momento. A reunião foi justamente na Argentina, por conta disso, porque entendeu-se, o grupo de trabalho levou a preocupação ao Ministro, que eu por sua vez... Cada um dos Ministros levou ao seu Presidente que era importante considerar a Bolívia no processo, por conta que ela é o segundo maior reservatório de gás.

O projeto, Senadores, meu caro Senador Arthur Virgílio, de integração energética regional, que considera 150 TCF prováveis, ou possíveis na Venezuela, com aproximadamente 50 na Bolívia, os 12 ou 15 ou 20 do Brasil, ele é um projeto que tem que ser amadurecido, como um sonho do futuro em que qualquer consumidor, em qualquer dos Países aí, ou fonte, ou mercado, tenha acesso democrático a uma rede de gasoduto, do jeito que acontece nos Estados Unidos, do jeito que tem, o senhor citou muito bem, no Canadá, do jeito que acontece com o gasoduto que, praticamente, corre toda a Europa.

Então, a reunião, na realidade, a presença lá do Presidente Chávez se deveu pelo fato de ele estar sendo convidado porque ele era uma das pontas do gasoduto. Infelizmente; infelizmente, Senador, no dia 04 de maio, infelizmente foi logo depois do tal Decreto Soberano, que criou aquela situação toda, é importante a gente deixar claro que esse...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Estava prevista, não é?

MINISTRO SILAS RONDEAU – Está prevista uma reunião, estava prevista inclusive seria na Argentina, no limite com o Chile, que acabou sendo cancelado por conta disso, mas enfim, justifica isso. O fato importante é que, como ocorria logo depois do episódio do dia 1º de maio, era importante que se dissesse o seguinte: "Gente não existe integração energética via gás, se eu tiver uma das fontes fora do processo". Então, a conversa, naquele momento, foI – "Vamos estabelecer uma coisa. Interessa para os Dirigentes retomar a discussão ou não, vamos parar por aqui e, felizmente saiu uma declaração conjunta e todo mun-

do concordou que era importante o gasoduto, enfim, que continuar-se-iam os estudos em cima disso" e foi em função disso que nós estivemos, eu e o Gabrielli, na Venezuela, na semana seguinte.

Objetivamente então, a questão da pergunta. A PETROBRAS, o Governo Brasileiro, o Ministério de Minas e Energia trabalham com plano B, no caso de uma contingência? Sim. No caso específico de atender aos representantes da PETROBRAS ali da Bolívia, naquele momento, nós temos sim, sempre, um plano de contingência. No que diz respeito à questão dos agricultores, naturalmente esse é um assunto que trata com o GSI, enfim, não é especificamente com o Ministério de Minas e Energia.

Com respeito à linha de Parintins, o processo, como eu reafirmei agora a pouco, para o Senador Jefferson Peres, ele está ativo sim, os estudos preliminares foram feitos no nível técnico da Eletronorte, nesse momento estamos discutindo entre as concessionárias que são responsáveis pela subtransmissão, tanto a SELBA(F), como a CEAN(F), de como será implementado dentro dos seus programas de trabalho, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Dr. Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu estava tentando ver se nós tínhamos, aqui, a malha de gasodutos do Brasil para apresentar aqui, mas parece que nós não temos aí, neste momento. Nós temos no Brasil hoje três malhas de gasodutos. Uma malha de gasoduto, hoje, que vai de Urucu a Coari, não chega a Manaus, nós temos uma malha de gasodutos que vai de Salvador, Paricatú a Fortaleza. Temos uma malha de gasodutos que vem de Cabiúnas até o Rio Grande do Sul e liga até a Bolívia, são três malhas de gasodutos. Nós chamamos Malha Nordeste, Malha Sudeste e Malha Norte. Nós estamos prevendo investir alguma coisa em torno de seis bilhões dólares, até 2008, para densificar essas malhas.

Em relação ao Norte, a nossa idéia, nesse momento, é avançar de Coari a Manaus, reforçando a parte até Coari, substituindo o GLPduto que tem lá. Essa malha é uma malha isolada no Norte, que deve continuar isolada nesse momento, até que haja integração elétrica. A Malha Nordeste nós temos alguma coisa, hoje, em torno de quase 700 milhões de dólares previstos para reforçar a malha do Nordeste, fazer um gasoduto mais pelo interior do Nordeste, reforçando alguns elos da malha do Nordeste, fazendo a integração entre o Nordeste e o Sudeste através do GASENE que é o gasoduto que integra a malha do Sudeste com o Nordeste e, no Sudeste, nós temos grandes duas grandes sub-malhas; uma malha que é a malha PETROBRAS, uma malha que é malha TBG.

Essa malha PETROBRAS é, fortemente, uma malha do Rio de Janeiro, que pega o gás associado da Bacia de Campos e leva até São Paulo e a malha TBG, que é a malha que traz, fortemente, o gás da Bolívia e alimenta o Sudeste brasileiro. Nessa malha Sudeste nós temos um investimento também bastante forte, em torno de quase um bilhão de dólares, para reforçar essa malha do Sudeste, em várias partes dessa malha. Nós precisamos investir na ponta, no Rio Grande do Sul, porque temos uma redução de carga no Rio Grande do Sul.

O fato é que nós temos, hoje, um conjunto de gasodutos que estão em construção no País. O Ministro me ajudou aqui, que envolve: O gasoduto da Aratu-Camaçari está previsto para outubro desse ano, Catu-Carmópolis setembro de 2007, Atalaia-Itaporanga novembro de 2006...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Início de operação. Carmópolis-Pilar outubro de 2006, o Nordestão-II está previsto, início de operação em junho, Pilar-Ipojuca junho de 2009, Açú-Serra do Mel setembro de 2008, o GASFOR-II estamos, nesse momento, esperando o prazo de construção do GASENE, Caraguatatuba-Taubaté junho de 2009, GASBEL-II maio... não, não é isso não, não é isso não. É malha de gasodutos, não é Distribuidoras. GASBEL-II, maio de 2008, Paulínea-Jacutinga março de 2008, Japeri-Reduq dezembro de 2008, Campinas-Rio de Janeiro dezembro de 2006, Cabiúnas-Vitória setembro de 2007, Vitória-Cacimbas dezembro de 2006, Cacimbas-Catu, que é o GASEND novembro de 2008, Urucu-Porto Velho dezembro de 2008, Coari-Manaus março 2008, Urucu-Coari dezembro de 2007, Uruguaiana-Porto Alegre janeiro de 09.

Portanto, há um conjunto de gasodutos com várias partes, com volume de investimento em torno de seis bilhões de dólares para realizar esses gasodutos no Brasil. Em relação a Urucu-Manaus de forma particular, nós temos três trechos nesse gasoduto, dois desses trechos nós já fechamos, não sei, estou em dúvida se já fechamos o contrato, mas a mobilização já foi autorizada... Já fechamos contrato? Mas já foi feita a mobilização, nós começamos a obra já e não tem o Exército nesses dois trechos. Tem um trecho, que foi o trecho que nós cancelamos por excesso de preço, que esse trecho nós estamos em negociação.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Quando começam as obras, Dr. Gabrielli? Esses já acertados?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu acho que agora em final de maio, junho, nós devemos estar com máquinas já em operação.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Já com uma empreiteira, é isso?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Para aproveitar essa janela de estiagem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Qual deles? É o lote A?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – É o lote A e o lote B2.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Lotes A e B1 e b2, um deles aumentou.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O B1 é que é o problema, que foi suspenso. O B1 é o que nós temos problema por causa do preço. Nós estamos em negociação, vamos também mobilizar isso. Temos vários tipos de negociação nesse momento. Nós temos negociação direta com o fornecedor original, temos negociação com os dois outros que podem estender o A e o B2 para atingir parte do B1, e temos uma discussão de que tipo de etapas o Exército pode entrar para construir, também. Então, eu não posso responder, percentualmente, quanto é, porque eu não tenho, ainda, a conclusão desse processo negocial do Exército. O Exército, se atuar, vai atuar no B1. O A e o B2, estão com empreiteiras privadas.

Do ponto de vista da integração energética, eu queria comentar um pouco a importância do ambiente energético latino-americano. Nós como empresa, PETROBRAS como empresa, tem, na nossa missão estratégia, ser líder na América Latina, na área de energia. Ponto de vista estratégico nosso. Na América Latina nós temos dois grandes competidores, enquanto empresas, PDVSA, na Venezuela e PEMEX, no México. A PDVSA produz mais do que nós, a PEMEX também produz mais do que nós. Tem duas características... Tem uma característica, no entanto, que une as três empresas. Nós três somos grandes produtores de petróleo pesado. Petróleo pesado, petróleo bruto, pesado, é um produto que tem, hoje, um preço declinante em relação ao petróleo leve.

Chegou, em alguns momentos, a diferença por barril, a 19 dólares o barril, entre o leve e o pesado. Hoje, diferença entre o leve e o pesado deve estar em torno de 10 a 11 dólares por barril, portanto, o produtor de petróleo pesado tem que encontrar caminhos e alternativas, para processar esse petróleo pesado para ganhar a margem na transformação do derivado.

O petróleo pesado, normalmente, ele acaba produzindo, relativamente, mais óleo combustível e relativamente menos diesel, relativamente menos gasolina, relativamente menos GLP e produz mais óleo combustível. O óleo combustível é um produto que, internacionalmente tem preços declinantes, portanto, do ponto de vista empresarial uma definição estratégia comum de produtor de óleo pesado é uma coisa importante. Encontrar canais, para processamento do óleo pesado, é uma coisa importante para agregar valor à Companhia.

Nós estamos fazendo, com a PDVSA, um conjunto de discussões nesse momento, nós estamos junto com a PDVSA discutindo uma Refinaria, no Nordeste brasileiro, em Recife. Que é uma Refinaria que, em tese, vai processar metade de petróleo nacional e metade de petróleo produzido na Venezuela.

Em compensação a essa participação da PDVSA na Refinaria brasileira, nós temos um conjunto de negócios em discussão na Venezuela, participação da PETROBRAS na faixa do Orenoco e produção de óleo pesado e extrapesado na Venezuela. Participação da PETROBRAS na produção de gás natural no Campo de Mariscal Sucre, que é uma grande reserva potencial de gás natural. Participação da PETROBRAS na exploração e no desenvolvimento de campos maduros de gás em terra na Venezuela.

Participação da PETROBRAS no negócio de etanol na Venezuela. Participação da PETROBRAS na área de lubrificantes e fertilizantes na Venezuela. Nós temos um conjunto de negócios com a Venezuela, que tem grupos de trabalho andando, além da discussão do gasoduto do Sul que integra Brasil, Venezuela e Argentina e que, dada a situação geopolítica e de fornecimento do gás na América do Sul, evidentemente, que teria que incluir a Bolívia como fornecedora e, posteriormente, até o Peru que também é um produtor de gás no mercado.

Portanto esse conjunto de negócios exige que nós tenhamos uma relação freqüente, alguns momentos de amor e alguns momentos de ódio, como em toda negociação ocorre com a PDVSA, com a Venezuela, independente das questões político-ideológicas, independente das questões digamos mais de geopolítica, de política externa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Uma réplica, dois minutos. Queria dizer apenas, antes de mais nada, reafirmar que foi bastante satisfatória esta Audiência Pública, temos uma terceira, ainda, que é com o Embaixador Mena Gonçalves, exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Embaixador brasileiro, na Bolívia, ainda não foi marcado porque...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Dr. Gabrielli, eu lhe faço uma perguntA – Auto-suficiência em petróleo que foi tratada, aliás... aqui não tratamos, mas me sugere que o tom de sobriedade desta

Reunião leva ao reconhecimento de que é uma coisa que começa no sonho de Monteiro Lobato, passa por Getúlio Vargas e passa por todos os Governos e com a PETROBRAS tão autônoma de resultados dos Governos, que o Governo do Presidente Goulart, isso está na peça de propaganda, aliás muito sóbria, que a PETROBRAS colocou nas revistas brasileiras, o Presidente Goulart que teve dificuldades para implementar um mandato profícuo, administrativamente, atingiu lá a célebre marca dos 100 mil barris/dia, ou seja, a PETROBRAS funcionou a revelia das crises que provocavam contra o Presidente Goulart.

Então, nós chegamos a isso que se pode chamar, tecnicamente, de auto-suficiência, que é uma grande conquista brasileira e se pode também e eu opto pela segunda definição, chamar de situação de equilíbrio e eu explico porque situação de equilíbrio, porque que eu prefiro chamar situação de equilíbrio.

A minha pergunta é, se porventura houvesse um impasse, um impasse que se procura contornar, um impasse que, imagino, que não vai haver, do ponto de vista do fornecimento de energia para o Brasil, poderá haver o aumento do preço do gás no bolso dos brasileiros, claro, porque a PETROBRAS tem os seus compromissos internacionais, não tem que ficar subsidiando coisa alguma, a verdade é essa, estamos aqui discutindo com o máximo de franqueza, mas se houvesse um impasse e se o crescimento econômico desse ano for como desejamos, maior do que aquilo prevêem as agências que fazem essas projeções, ou seja, elas prevêem alguma coisa entre 3,5 e 3,7...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador, eu vou pedir V. Exª. que...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu serei bem breve. É que eu estou usando meu direito de réplica, Sr. Presidente e creio que esse direito me assiste, não houve limite para ninguém e... Se porventura a... V. Exª. me confundiu. Se porventura, o crescimento for maior e mais um impasse, em que medida e por quanto tempo se poderia ter, de novo, uma situação de ligeiro desequilíbrio?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Nós não temos essa possibilidade, ela é muito remota, quase impossível der ser feita num horizonte visível. Nós estamos prevendo a auto-suficiência sustentável na hipótese de um crescimento de 4% ao ano, com crescimento de mercado de demanda de líquido em torno de 2,5% a 2,8% ao ano, o gás representa entre 150 e 200 mil barris/dia e o gás importado, o gás como todo, não só o gás importado, o gás como um todo, representa de 150 a 200 mil barris/dia de óleo equivalente, nossa produção ela chega em 2010 com 440 mil barris/dia, adicionais, além do crescimento da demanda brasileira. Então, nós não temos no horizonte, até 2010, eu não posso anunciar depois de 2010, mas...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Então, podemos esperar equilíbrio até 2010.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não. Eu digo que é muito mais depois de 2010, eu não posso, porque o nosso Plano Estratégico depois de 2010 não foi ainda anunciado ao Mercado, eu tenho compromisso de só anunciar o que é que o mercado conhece, mas posso afirmar que posteriormente a 2010, com certeza, por muito tempo, nós teremos ainda condições tranqüilas de ter produção acima, significativamente acima do crescimento da demanda nacional.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Bem, já passa de uma hora da tarde, nós temos, ainda, 11 inscritos, então, eu pedir, agora, um esforço de objetividade, aliás não preciso pedir ao próximo, que é o Senador Suassuna, porque costuma ser um interpelante muito objetivo. Com a palavra S. Exª..

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eu começaria dizendo o seguinte: Esse contrato é de 96, esse contrato nos obrigava a pagar um *take-or-pay* entre 2002 e 2003, que era no valor 12 milhões de dólares mês. O que seria esse pagamento hoje no ano de 2006? É uma primeira pergunta. Nós, mesmo sem tirar gás, teríamos que pagar 12 milhões de dólares/mês por causa do contrato e hoje teríamos um 'X', que não sei qual é o volume, mas deve ser maior porque era crescente, não é verdade?

A outra pergunta é: Muita gente falou que a PETROBRAS explorava a Bolívia e que pagava um preço abaixo e quando a gente olha, na conferência vocês, hoje aqui, dos senhores aqui, hoje verificam que o petróleo subiu 270% e o gás subiu 311%. Isso significa que a tendência que o gás continue crescendo mais, ou haverá um ajuste pelo contrato? Está previsto no contrato esse ajuste? Essa é uma segunda pergunta.

A terceira pergunta é a seguinte: Que alternativa nós temos se embananarmos com a Bolívia, nós não vamos fazer de novo como fizemos com o Acre, então, provavelmente, deixaremos de lado e eles terão problema ao que tudo indica, porque se o gás é que dá origem à gasolina e ao diesel dele, eles ficarão sem a produção de gasolina e de diesel de curto prazo. E ficarão também sem a receita. De quanto é essa receita, hoje, que nós pagamos a eles?

Quarta pergunta e penúltimA – Com o aumento dos impostos lá, internamente na Bolívia, quanto aumentou e o que eles estão querendo aumentar externamente, quer dizer para a conta brasileira?

E a última pergunta é a seguinte: Porque é que nós não investimos, Sr. Ministro, mais na Agência Nacional de Petróleo, para fazer exploração porque nós só temos, ao que me consta, 25 mil perfurações no Brasil até hoje, 25, 20 e poucas, enquanto Estados Unidos, Canadá... O Canadá faz 20 mil por mês, por ano, perdão, por ano. E a pergunta nossa é: Porque, se nós... não é possível que, tendo só 3% do território nacional explorado, a gente não encontre gás em outras regiões. Deus, a gente sabe que é brasileiro. Com certeza existirá. Por que a gente não investe mais na nossa Agência Nacional de Petróleo, que é quem faz a exploração para os leilões, permitindo, assim, maior encontro de gás e sair da dependência estrangeira. Essas são as perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com a palavra o Ministro Silas Rondeau.

MINISTRO SILAS RONDEAU – Dentro da objetividade requisitada. Realmente o investimento na ANP desse ano será maior do que do ano passado e, com certeza, do ano que vem, maior do que esse ano; há essa consciência, sim.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Ministro, só para... Eram quatro bilhões que ela tinha direito, só recebeu menos de 200 milhões. Quatro bi e recebeu menos de 200 milhões, no ano passado. Nesse ano não recebeu nem 60, ainda, dos dois, três bilhões que tem para receber..

MINISTRO SILAS RONDEAU – Nós temos essa questão do, mas a idéia realmente, o senhor tem absoluta razão. A política de prospecção, ela é encaminhada pelo Ministério, a idéia realmente é disponibilizar a maior quantidade possível de dados e os elementos geológicos necessários para que tenha... O sucesso da rodada é função da qualidade dos dados que são disponibilizados.

Isso, realmente, é função do investimento, na ANP nós estamos atentos a isso e a idéia, realmente, é implementar quanto puder o investimento, o recurso para a ANP aumentar essa questão de prospecções diárias, com potencial de encontrar gás ou petróleo. Acho que a minha pergunta era essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Dr. Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Bom, em relação ao *take-or-pay*, realmente, nós tivemos um contrato que, inicialmente tinha um determinado volume que nós éramos obrigados a... O contrato erA – Nós nos comprometemos a comprar um determinado volume, comprando ou não, ou seja, trazendo ou não esse volume, então, esse contrato foi alterado durante, ao longo do tempo, particularmente, num momento que nós tivemos aquela crise energética do apagão, isso alterou o contrato, elevou, antecipou metas... O fato é que em 2003 nós tínhamos uma obrigação, pelo contrato, de pagar 24 milhões de m³ de gás por dia e pagar o transporte de 30 milhões de m³ de gás por dia, em 2003.

Nós estávamos transportando em torno de nove a dez milhões de m³/dia em 2003, 2004, portanto, nós pagávamos 24 e transportávamos 10. Esse contrato é um contrato de compra antecipada de gás, evidentemente, que essa diferença entre os 10 e os 24 é um gás que nós podemos receber no futuro, mas a diferença entre 10 e 30, que era o que nós pagávamos pelo transporte, se perdia. Porque o *ship-or-pay*, que é o contrato de transporte, ele não tem recuperação futura, nós só temos recuperação do gás.

Então, esses volumes, se nós não tivéssemos crescido o mercado interno, se o mercado interno brasileiro não tivesse crescido e o mercado interno brasileiro cresceu aceleradamente em 2003, 2004 e 2005, atingiu, hoje, 26 milhões de m³/dia, portanto, é mais que o *take-or-pay* que nós precisamos, portanto, hoje...

Hoje nós importamos da Bolívia alguma coisa em torno de 01 bilhão e 400 milhões de dólares. Esse 01 bilhão e 400 milhões de dólares de dólares de gás. 01 bilhão e 400 milhões de dólares, nós pagamos à Bolívia. Esse pagamento à Bolívia, ele não é só da PETROBRAS, a PETROBRAS produz uma parte desse gás da Bolívia, outra parte desse gás da Bolívia é produzido pela Repsol, outra parte desse gás é produzido pela Total e nós temos, ainda, uma pequena parcela de gás da ABG que vem da Bolívia também.

Então, o conjunto de negócios de *take-or-pay*, hoje ele é, não está mais válido por que... Quer dizer, ele continua válido, mas, não é relevante porque estamos transportando mais do que 24 milhões de m³ por dia da Bolívia para o Brasil.

Em relação a ajuste de preço. A fórmula de ajuste de preço, que é ajuste trimestral de preço, ela é uma média ponderada da variação dos preços dos óleos combustíveis, que são alternativos ao gás. É 0,5 vezes a variação ponderada do Fo0, mais três tipos... não adianta dar os códigos aqui porque não tem sentido, mas, são três tipos de óleo que são de origem diferentes, que tem teor de enxofre diferente.

A variação desses óleos combustíveis é a variação do trimestre anterior, em relação ao trimestre prévio, o que faz com que a fórmula tenha um certo amorte-

cimento, tanto para subida, como para queda, porque ele trabalha com uma média que amortece as movimentações de curto prazo. Essa fórmula é a fórmula que está em vigor, portanto, caso o óleo combustível tenha uma queda de preço acelerada, o preço do gás cai menos do que a queda do óleo combustível. Caso o óleo combustível tenha uma subida de preço muito acelerada, ele sobe menos do que o óleo combustível. No entanto, o óleo combustível, em si, ele tem se reduzido, tem perdido crescimento, em relação ao petróleo, por quê?

Porque como tem havido uma mudança da proporção com óleo leve com óleo pesado e o óleo combustível está muito associado à produção de óleo pesado e o óleo pesado tem uma oferta crescente no mundo, mais do que cresce o óleo leve, a tendência de que o movimento do preço do óleo combustível, seja menos acelerado que o crescimento do petróleo. Então, é provável que o preço do gás tenda a crescer menos do o preço do petróleo, de agora em diante.

Mas isso é movimento de mercado, isso não é pela fórmula. É porque, no mercado, nós estamos tendo uma queda relativa do preço do óleo combustível, que é disponível e abundante no mercado mundial. Em relação ao aumento de... Qual foi a última questão, que eu me...

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – (inaudível), mas antes disso eu perguntava sobre a Refinaria, se para o gás, para, também, o petróleo deles.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Isso, na verdade Refinarias bolivianas, a estrutura de refino boliviana, ela usa uma parcela de petróleo cru muito pequena; é fortemente dependente do condensado, que é associado à produção de gás na Bolívia.

Não há logística, hoje, adequada, para substituir diretamente óleo diesel para o mercado, diretamente o gás liquefeito de petróleo para o mercado, diretamente a gasolina para o mercado e/ou substituir o condensado por óleo cru para processar nas Refinarias bolivianas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Próximo.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente. Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Porque não estipula bloco de três Senadores, acho que ganharia tempo, como tem feito algumas vezes, as respostas seriam mais rápidas, do Sr. Ministro, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Se os Srs. Senadores estiverem de acordo, procedemos assim, porque realmente... Então, a próxima é a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, queria cumprimentar o Ministro Silas Rondeau e o Presidente da nossa querida PETROBRAS, Dr. Sérgio Gabrielli e dizer, em primeiro lugar, que eu venho lá de um dos Estados que consome única e exclusivamente gás boliviano, portanto, essa questão, para nós, é muito delicada. Tanto que, até por necessidade, a gente vem mantendo contatos periódicos com os Presidentes da PETROBRAS, na época, ainda, Senador Eduardo Dutra, o ex-Senador e, mais recentemente, nós tivemos a oportunidade de ter uma Audiência muito, eu diria, para mim inclusive, muito proveitosa, com o Dr. Sérgio Gabrielli, o Ildo Sauer, uma semana antes do malfadado Decreto do Evo Morales.

E, nessa Audiência, nós tivemos a oportunidade de estar com os representantes das Federações das Indústrias dos três Estados do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tendo em vista a preocupação.

Naquela época, a preocupação era aquele acidente do gasoduto, que tinha uma ameaça de racionamento. Então, já estavam todos apavorados antes do Decreto; depois do Decreto, então, aí a coisa ficou, não é, lá no Estado... Tivemos, depois, a presença da Dra. Luciana Rachid num evento lá, da FIESC, que eu quero aqui agradecer, que foi bastante elucidativa, mas eu queria dizer algumas questões.

Primeiro: a utilização do gás, ela tem efeitos na qualidade do meio ambiente e ela tem efeitos significativos na qualidade dos produtos. Por exemplo, em Santa Catarina nós tivemos uma rápida adesão do setor produtivo da cerâmica que é, no nosso Estado, principalmente, voltado para a exportação e a competição, no mercado externo, a qualidade se dá exatamente do produto que é produzido utilizando gás. Se não utilizar o gás a qualidade do produto cai, portanto, a gente perde competitividade externa.

Então, essa questão do gás, ela tem efeitos ambientais, ela tem efeitos na qualidade de determinados produtos que têm, na utilização da energia do gás, alterações profundas, portanto, para nós, eu fico imaginando assim, pela minha realidade catarinense, todo esse debate do gás, do preço, do abastecimento, então, assim, lá nós estamos agora vivenciando a seguinte situação.

Estão confiando no abastecimento, na garantia do abastecimento, estão confiando, inclusive, que nós não teremos aumento, a curto prazo, no preço do gás, que essas negociações todas que estão sendo entabuladas e tal, mas a preocupação, nesse momento, é o seguinte: Bom e daí, eu quero expandir a minha fábrica, eu vou poder? Entendeu? Expandir ou não? Ou seja, a pergunta é: Nós vamos poder dar continui-

dade na utilização do gás ou não? Qual é o vislumbre que nós temos de auto-suficiência? Nós levamos 50 anos, 50 e poucos anos para ter auto-suficiência no petróleo. O que está vislumbrado para nós em termos de auto-suficiência, vamos ter ou não vamos ter, dentro da matriz energética, essa questão do gás, como é que ela está desenhada?

A outra questão que eu gostaria de fazer, aí já um pouco mais de avaliação, tanto do Ministro quanto do Presidente da PETROBRAS, é que nós tivemos diferenças de política energética com relação ao gás, ao último período. Por exemplo, a Bacia de Santos, ela tem um papel no mercado de gás brasileiro, mas ela teve diferenças de tratamento pela PETROBRAS. Inclusive na questão do leilão; nós tivemos... A avaliação que nós temos é que nós tivemos uma forte, um forte risco de a PETROBRAS não ser a ganhadora dos principais lotes de leilão.

Então, a gente gostaria de ter um pouco essa avaliação da política adotada com relação à exploração do gás brasileiro na questão da participação dos leilões da PETROBRAS, fazendo um pouco de comparação, antes da atual Gestão da PETROBRAS e do Ministério de Minas e Energia, antes e atualmente. Eu acho que isso seria bastante elucidativo para nós, como um todo.

E, também, nós temos tido muito debate aqui a respeito de políticas adotadas pela PETROBRAS nesses últimos dez anos. E a estratégia de investimento teve diferença, eu tenho a convicção de que teve diferença, quando a gente adotou a questão buscar o máximo possível de nacionalização dos investimentos, das plataformas e a história de que tinha uma conversa de que o risco exploratório no Brasil era muito elevado e o que o nosso petróleo era de baixa qualidade. Por isso que a gente não tinha uma política mais de ofensiva, de exploração, até o final de 2002. Eu queria um pouco desta comparação.

E, por último, é o seguinte, a blogesfera, ela anda fantástica, porque o que a gente acessa de coisas e tal, mas eu acessei, acho que muita gente deve ter acessado, uma carta que está, muito malcriada, sobre vários aspectos, de uma senhora chamada Carmem Barreto, mas, como na carta ela coloca o telefone, ela coloca, inclusive, que ela se dispõe a apresentar provas e ela dirige essa carta à Miriam Leitão, eu vou tirar os desaforos, mas tem coisas que ela coloca aqui, que eu não posso deixar de perguntar.

Ela diz assim: "Que o projeto Gasoduto Bolívia-Brasil, o Corpo Técnico da PETROBRAS se opunha, terminantemente, a esse projeto". Depois ela diz lá: "Não precisávamos desse gás caro, tínhamos e temos excesso de óleo combustível, BTE, Baixo Teor de Enxofre, o melhor do mundo, mas tivemos que criar, artificialmente, mercado para esse gás natural importado a preços altíssimos já na época da assinatura dos contratos". Depois ela diz: "A PETROBRAS, através da GASPETRO, que agia em nome da PETROBRAS, assumiu, na época da assinatura do contrato, 84% dos investimentos na transportadora do lado boliviano, GTB, para ter apenas 9% de participação acionária naquela transportadora". Mais para frente ela fala dos contratos. Que o Governo anterior sabia que o Brasil tinha um mercado para, no máximo, uns 10 milhões de m³ de gás por dia; que a Bolívia, na época da assinatura, só podia fornecer 16 milhões de m³ de gás por dia, mas assinou um contrato onde paga, pagava, por 24 milhões de m³. E, apesar de comprar 24 milhões de m³, assina um contrato onde paga o transporte de 30 milhões de m³ por dia, ou seja...

Ela achincalha o contrato de uma forma tão contundente, que eu entendo que seria relevante. Depois fala, também, dos contratos de construção das Usinas Termoelétricas. A PETROBRAS arcava com todos os custos da construção, fornecia o gás a preço de custo, se obrigava a garantir mercado e, após um curto espaço de tempo, os sócios privados, dentre eles a *El Paso* e a empresa do Sr. Eike Batista, que também foi expulso, agora recentemente, lá da Bolívia é que ficariam como donos exclusivos das Usinas. Então, descontando toda a contundência e os desaforos, ela é uma funcionária aposentada da PETROBRAS, não sei se ela é conhecida dos senhores, mas eu achei relevante porque, determinadas críticas que ela coloca aqui, eu entendo que são relevantes para o nosso debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu vou pedir, vou passar a palavra ao próximo inscrito e, depois, eles respondem aos dois. O Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MB) – Sr. Presidente. Eu quero, na verdade, a minha preocupação maior é com relação ao abastecimento e o jornal, hoje, traz isso aqui – "O Governo Evo cai em três meses se quebrar contrato". Quem disse isso foi, nada mais, nada menos, que um Diretor da PETROBRAS, o Ildo Sauer. Se ele tem essa idéia. Pode até acontecer isso, mas me parece não devemos incorrer no mesmo erro da Bolívia, de dizer coisas que não são adequadas.

Mais no fim ele diz aqui, também, que o certo é que nós temos condições de substituir, perfeitamente, o gás natural da Bolívia, ao contrário do que muitos oportunistas políticos andam dizendo. "Estamos, completamente, fora do risco de um apagão nesse setor", garantiu o Sauer.

Eu não sei quem são os oportunistas, certamente não é o Embaixador Rubens Ricúpero, que traz, também, uma matéria que eu estou pedindo, hoje, o registro, em que ele fala o que fazer agora, depois que as declarações de Morales, em Viena, tripudiaram sobre a fraqueza brasileirA –

> "Preparar-se para o pior. Isso não quer dizer, como insinua, com má-fé, o Governo, usar com a Bolívia o mesmo remédio ilegal de força que ela usa conosco, significa só defender o direito do Brasil, com todos os meios legais e, se isso levar o mau vizinho a cortar o gás, tomar, já, medidas preventivas para atenuar o golpe".

E aí cita, o Ministro Rubens Ricúpero cita aqui quatro pontos: "Protestar, contra todo ato, declaração violatório de acordos ofensivos às relações normais entre Países; lembrar que o contrato possui Cláusula 15, que prevê processo civilizado para negociar aumento de preço, que não foi seguido; exigir que a negociação se faça sem ameaças ou ultimatos; não havendo acordo, acionar a Cláusula 17 pela qual os conflitos são submetidos à Corte de Arbitragem em Nova Iorque e o quarto, que é elaborar um plano de emergência para preparar a indústria e os consumidores para eventual suspensão de gás e anunciá-lo, para que os bolivianos saibam que não aceitaremos chantagem".

Na verdade, a posição que nós temos defendido aqui, eu fui um dos primeiros a propor aqui essas Audiências Públicas, é no sentido de dar suporte ao Governo, para poder reagir contra uma atitude que consideramos inadequada, da parte do Governo Boliviano.

Não é uma questão que nos tenha deixado à vontade na seqüência, nós sentimos que o Governo, na seqüência da primeira, do primeiro posicionamento nosso, da oposição, foi uma declaração de, eu diria, de se acomodar, achando que o Governo Boliviano poderia fazer o que quisesse.

Nós vimos, pelos dados técnicos, que o preço do gás está no preço correto, está no preço internacional. Então, os senhores que estiveram, o Ministro e o Dr. Gabrielli, que estiveram na Bolívia e eu acredito que, então, já puderam, frente a frente, ter esse sentimento.

Evidente que o Presidente da Bolívia tem dito coisas, desmentido depois e isso, evidentemente, que mostra que a situação é realmente difícil de chegar a um entendimento mais adequado, mas eu acredito que declarações como essa, do Sr. Ildo Sauer, não vão ajudar não, isso vai só piorar a questão, do ponto de vista diplomático. Dizer que vai cair o Governo daqui a três meses, se suspender o contrato...

MINISTRO SILAS RONDEAU – Me permite?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MB) – Sim, claro. Já cumpri o que...

MINISTRO SILAS RONDEAU – Eu gostaria que o Senador lesse a declaração do Dr. Ildo inteira, porque ele diz, exatamente, por isso é que não teria idéia de suspensão do gás vindo da Bolívia. É por isso, porque, se tivesse isso o Governo não se sustentaria.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MB) – Até acho que ele cairia, sim, mas ele não deve dizer isso.

MINISTRO SILAS RONDEAU – Não é que nós vamos derrubar. É que a Bolívia não irá fazer isso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MB) – Sim, mas ele não pode dizer isso. Me desculpe, mas aí não pode. Se nós estamos criticando a diplomacia boliviana, não podemos cometer os mesmos erros.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Bem, vou passar a palavra ao Ministro Silas Rondeau.

MINISTRO SILAS RONDEAU – Nós não estimulamos nenhum tipo de troca de ofensas, enfim. Acho que pode ter sido um momento infeliz, se é que ele disse, embora eu tenha ligado para ele, também preocupado, pela mesma razão que o senhor colocou, ele... Para mim ele foi muito claro que houve uma interpretação negativa feita, das palavras dele, enfim.

O que ele quis dizer e esse é o entendimento que foi passado aqui em toda palestra técnica, de que a produção dos derivados, para a sobrevivência do dia-a-dia da Bolívia, depende do gás, então, é o que, me desculpe, está certo, é o que se diz, que seria um tiro no pé, essa uma forma de se ver pelo lado estratégico.

Naturalmente que qualquer análise que se faça sobre a questão política dentro da Bolívia, enfim, não cabe a nós, da PETROBRAS, estar fazendo isso e a orientação que nós temos passado é que a PETROBRAS esteja afeita à questão técnica, sim, e tem feito isso muito bem.

Aliás eu tive o prazer de ouvir o reconhecimento dessa Casa, hoje, que é uma condução absolutamente dentro da linha lógica de uma empresa que é reconhecida mundialmente e, realmente, tem dado muito orgulho para nós brasileiros, principalmente agora, depois dos seus 50 anos e da auto-suficiência do petróleo.

Eu queria, naturalmente, fazer rapidamente, dentro da proposta de aceleração, aqui, do processo, dizer o seguinte: Olha, dez está, Senador Azeredo, para nós, que o abastecimento está garantido pelas autoridades bolivianas e pelas pessoas ligadas diretamente à questão do abastecimento do gás. Isso acho que foi muito

importante, mais uma vez, parabéns à PETROBRAS pela condução. A questão, vai aumentar ou não vai aumentar o gás? Essa a sua pergunta. Não podemos saber. Vai aumentar ou não vai aumentar o barril do petróleo? Que tem um reflexo direto ao gás, através do óleo combustível.

Naturalmente que se vai dizer o seguinte: As regras, nós estamos apostando que serão mantidas, as regras serão mantidas e será, naturalmente, atrelada a ele, dentro uma fórmula complexa, como o Dr. Gabrielli falou, que tem um sistema de amortecimento, mas que a idéia é o seguinte, não têm surpresas maiores pela frente, o investidor que quiser fazer isso, naturalmente vai ter que avaliar o preço desse energético em relação aos demais.

Os novos investimentos, naturalmente, eles precisam ser feitos e o que tem ser feito é que, aí sim, o Governo, enquanto definidor das políticas energéticas para o País, tem que revisitar, à luz de todos os fatos e aí é disponibilidade da Venezuela, utilização ou não do gás da Bolívia, política de independência para o gás, eu mostrei aqui no início, a matriz energética; de todos os energéticos que foram mostrados, inclusive Urânio, somente o gás o Brasil não é auto-suficiente. A política de independência energética é alguma coisa que chega antes da política de auto-suficiência, quer dizer o seguinte, nós temos as opções sem nenhuma surpresa com o que vier a acontecer na frente.

Foi como Gabrielli falou, nós estamos pensando em terminar de regaseificação, enfim, todas essas questões, estamos antecipando produção dos principais postos, então, essa questão, realmente está andando e a PETROBRAS está fazendo o dever de Casa de uma forma surpreendente. Na última Reunião do Conselho, que nós tivemos na sexta-feira, tive oportunidade de ver isso, que todas as propostas no sentido de caminharmos o mais célere e rapidamente para que o chamamos de independência energética, que o próximo passo, anterior, é da auto-suficiência que eu acredito que vai acontecer.

E aí, uma coisa importante, o Conselho Nacional de Política Energética, que é o órgão de assessoramento ao Presidente da República que, em última palavra, é quem decide a questão da política energética nesse País, representado aí, aliás, por oito Ministros que fazem parte desse Conselho, tem se reunido, temos uma reunião próxima, inclusive, em que todas essas questões serão debatidas. Por quê? Nós precisamos pensar assim, Senadores, agora é a questão do gás, quais vão ser os passos e a velocidade que nós vamos dar nesse sentido, de encarar a matriz, o gás natural dentro dos processos produtivos. Não é nenhum desespero.

No momento em que o Brasil se torna auto-suficiente no petróleo, como muito bem colocou, aqui, tecnicamente, de uma forma didática, porque o Gabrielli é professor, como é que vai acontecer, num dado momento desses, Senadora Ideli, sabe o que se faz? Você atende, sim, o pessoal da cerâmica fina, que vai precisar do gás, tem outras alternativas, inclusive tecnológicas, disponíveis hoje, como o uso do gás propanado. Eu acho assim, tem que haver esta articulação, está sendo muito bem feita pela PETROBRAS em reuniões mais amiúde que ocorreram ultimamente, com a FIESP, deixar claro para o mercado que esse é um assunto que está, absolutamente, sob controle.

E finalmente, eu queria fazer uma só colocação levantada pela Senadora Ideli, também, é a questão da participação da PETROBRAS dentro do processo de exploração de gás no Brasil. Foi uma política acertada, sim, que nós estamos caminhando, em que os leilões, as rodadas, são feitas para blocos exploratórios, é colocada da forma mais diplomática, da forma mais exemplar ao nível mundial e a PETROBRAS tem feito muito bonito, ela no último, na 7ª rodada, ela arrematou, em termos de volume, praticamente 50% do lote.

Mostra que tem uma competência, tem competitividade, tem tecnologia de ponta e o que me surpreende e me satisfaz, enquanto brasileiro, por esse orgulho que nós temos dessa grande empresa brasileira, é dizer o seguinte, os maiores nomes em termos de exploração mundial, Exxon... Enfim, só para citar várias outras, aqui, elas fazem questão, quase que como uma regra, de se associar à PETROBRAS nesse processo de exploração e produção de petróleo no Brasil. Então, a PETROBRAS, ela tem competido, não tem nenhum tipo de privilégio dado num leilão como esse, e tem, realmente, arrematado os melhores lotes e tem, inclusive, atraído a atenção e a vontade de participação nos negócios das grandes empresas multinacionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Dr. Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu gostaria de ler as declarações do Diretor Ildo Sauer, porque eu acho que a manchete não faz jus, exatamente, ao que o Diretor Ildo Sauer diz. O Diretor Ildo Sauer diz na matéria daquele (inaudível) do Estado de São Paulo, e está entre aspas: "Se houver a interrupção nas exportações de gás ou seja, se a Bolívia quebrar os contratos com o Brasil, o País fica sem óleo, sem receita e o povo não quer isso... o Governo cai em três meses". Mais adiante, o Diretor Ildo diz: "A PETROBRAS não trabalha com a possibilidade de corte no fornecimento do gás boliviano; mesmo assim, estudamos alternativas para reduzir a dependência, como as importações de GNL e o gasoduto ligando a Vene-

zuela à Argentina. Achamos que o objetivo, o Decreto de Estatização das reserva nacionais bolivianas, tem, como único objetivo, elevar as receitas da Bolívia".

É uma análise da Bolívia. Não está, em nenhum momento, dizendo que nós vamos derrubar o Governo da Bolívia, não é? Exª.tamente, é importante ficar claro isso. Entendeu? Não é isso que nós estamos dizendo, nós estamos dizendo é que, dentro da análise técnica da Bolívia, vai ter um problema, porque a Bolívia não vive sem gás e energia.

Em relação às questões que a Senadora Ideli levanta, é verdade a história da PETROBRAS em relação ao GASBOL, é uma história de amor e ódio, também. Num primeiro momento, a PETROBRAS considerava que não haviam reservas certificadas na Bolívia e não havia mercado no Brasil, portanto, a construção do gasoduto era uma coisa que tinha outras razões, que não apenas o negócio de gás, para o Brasil e para a Bolívia e os técnicos da PETROBRAS, de fato, resistiram, mas são bem disciplinados, o Conselho de Administração determinou e, o Conselho da Administração determinando, então, evidentemente, que a Companhia se volta, fortemente, para operacionalizar as decisões tomadas.

É verdade que a PETROBRAS tinha CBTE, quer dizer, óleo combustível de baixo teor de enxofre, em grande quantidade, continua tendo, hoje a produção de óleo combustível continua alta, os preços de óleo combustível estão declinantes, em termos internacionais, apesar de serem, hoje, um pouco acima dos preços do gás.

É, também, verdade que o crescimento da demanda brasileira, nos últimos três anos, foi extraordinariamente elevado e aí a garantia de suprimento futuro, já respondendo à preocupação, que eu acho que é válida, dos industriais de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e de São Paulo, é que o ritmo de crescimento da demanda industrial brasileira, real e a potencial, não há condições, no médio prazo, de oferta brasileira crescer nesse ritmo. Nós vamos ter que ajustar esse crescimento.

Nós temos alternativas de óleo propanado, ou seja, o GLP aerado, temos a alternativa de óleo combustível, temos alternativas, algumas ainda em fase de teste, mas algumas alternativas de outros tipos de combustíveis, porém, dificilmente nós conseguimos sustentar crescimentos em torno de 20% ao ano.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Dr. Gabrielli, naquela Audiência o senhor colocou que a demanda estava crescendo na faixa de 15% a 20% ao ano. E a nossa oferta não chegava nem perto disso.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – A oferta prevista, estava prevista crescer a 11% ao ano e, é...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Vê se é certo meu raciocíniO – Independente do Decreto do Presidente da Bolívia, essa disparidade entre crescimento da demanda e da oferta, já criaria uma situação problemática.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exª.tamente. Hoje, nós temos uma situação em que a distribuição do gás, nos Estados, é monopólio das empresas estaduais, a PETROBRAS não vende o gás no mercado final. Algumas das empresas estaduais estão estimulando demanda. Hoje, o que o Diretor Ildo se refere, a não impossibilidade de existência de apagão de gás é que, dados os contratos atuais e o gás não é uma mercadoria que se compra na prateleira, o gás precisa de contratos de longo prazo, não há possibilidade de falta de gás.

Dados os contratos atuais, ou seja, dada a demanda existente atual, identificada pelos contratos atualmente feitos, os contratos hoje feitos serão garantidos. Contratos adicionais são discutidos em função da possibilidade de disponibilidade de gás, está claro?

Em relação à estratégia de investimentos na área exploratória, nós intensificamos, fortemente, os investimentos na exploração, nós atuamos intensamente na aquisição de áreas, novas áreas exploratórias, nós estamos alocando, hoje, quase, hoje, em torno de um bilhão de dólares para exploração de gás e óleo, devemos acrescentar, crescer isso para, provavelmente, 1,6-1,8 bilhão de dólares para atividade exploratória. Há limitações hoje, físicas, para a exploração, porque sondas exploratórias não estão disponíveis no mundo, não é um problema de recurso financeiro, é um problema de disponibilidade de sondas de exploração e nós intensificamos a atividade exploratória.

Tanto é, na Bacia de Santos; a Bacia de Santos, é importante lembrar, que a descoberta da Bacia de Santos é de 2001; a Declaração de Comercialidade é de 2003. Só em 2004 nós pudemos desenvolver a produção, depois que o TCU autorizou a nós fazermos o desenvolvimento, porque existia uma discussão jurídica sobre a possibilidade de nós termos o desenvolvimento da Bacia de Santos.

Só a partir de 2004 que nós começamos a desenvolver a produção na Bacia de Santos. Nós temos descobertas na Bacia de Espírito Santo muito recentes, nós estamos com um conjunto de atividades exploratórias, hoje, na Bacia do Espírito Santo, muito intensa. Então, a grande, os grandes volume de gás, associados a óleo leve e os grandes volumes de gás associados...

De gás não associado, no Brasil, são muito recentes, são de coisas de menos de cinco anos para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Bem, pelo adiantado da hora, agora eu vou chamar três Senadores, os próximos ...

MINISTRO SILAS RONDEAU – Presidente, só um instantinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – ... inscritos, que sãO – A Senadora Serys, o Senador Flexa Ribeiro e a Senadora Ana Júlia.

MINISTRO SILAS RONDEAU – E quem são os demais, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Depois Senador Sibá Machado, Senador Valdir Raupp e, se sobrar tempo, agora chegou, chegou o Senador Suplicy estava inscrito antes. Então, os próximos três são, Senadora Serys, Flexa Ribeiro e Ana Júlia Carepa.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Prometo que vou ser bem breve, Presidente, até porque, com dois Professores, meus colegas, permitam chamá-los assim, que o Ministro, ele sempre fala para gente: "Antes de tudo sou professor" e eu também e o Dr. Gabrielli também. Então, são extremamente didáticos. Eu acredito que a vinda do Dr. Gabrielli, dias atrás, na Infra-estrutura, se não me engano, foi, assim, excelente, só sobraram comentários positivos aqui, no Congresso, para aqueles todos que assistiram, como hoje eu também tenho certeza disso, tanto do Ministro quanto do senhor.

Mas eu queria fazer uma colocação aqui, porque muitas vezes a gente está andando por aí, agora passou um pouco, aquele afã primeiro em que... bom, não preciso dizer que também hoje foram extremamente explícitos. Existe a impressão, isso já foi até colocado, mas só queria reforçar, de extrema dependência da PETROBRAS e do País em relação ao gás da Bolívia.

Mas vamos analisar e contextualizar do ponto de vista dos negócios pois, a impressão que se tem ultimamente, é que, principalmente por algumas intervenções de vários autores, tanto aqui no Congresso, como na mídia brasileira e boliviana, das autoridades da Bolívia, é de que a PETROBRAS vive do gás extraído no País vizinho e que explora *los hermanos*.

E isso é questionado, colocado para gente seguidamente, porque o Brasil realmente está explorando, etc. O que representa, nos negócios da PETROBRAS, as atividades da Bolívia, do ponto de vista do faturamento e do lucro. Sei, Presidente, que o senhor já salientou na sua apresentação, mas acho importante ressaltar, sinteticamente, para termos a dimensão exata do tamanho dessa questão.

E dizer, aliás o nosso Ministro já disse há pouco, que o importante, além desse momento primeiro, que é de como negociar, discutir, buscar alternativas, avaliar a situação e ver as saídas é, realmente, buscar a continuidade, buscar saídas que, realmente, sejam acertadas, para que essa questão se viabilize de uma vez e a gente consiga, pacificamente, resolver essa questão. Parabéns aos dois, realmente, mais uma vez, nos encantam com suas apresentações, com seu conhecimento, com a sua determinação e com capacidade, realmente, que os dois desempenham, a Pasta que cada um desempenha.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Roberto Saturnino, Ministro Silas Rondeau, Presidente Sérgio Gabrielli, da PETROBRAS. Primeiramente, eu quero parabenizar ao Ministro e ao Presidente Sérgio Gabrielli, pelas explanações consistentes que fizeram aqui e pela posição tomada, pela PETROBRAS, nesse *imbroglio* com a Bolívia.

As disposições aqui colocadas demonstram, claramente, que as manifestações do Presidente Evo Morales são despropositadas e tolas, inclusive, que nada daquilo que ele tem dito corresponde à verdade e só se entende, essas posições, por uma questão de uma política menor, em que ele quer fazer esse movimento, no seu País, tentando atingir a Nação Brasileira.

Lamento a posição do Governo brasileiro no episódio quando, no nosso entendimento, disse isso quando aqui esteve o Ministro Amorim, de que teria que ter tido uma ação mais enérgica de defender os interesses da Nação Brasileira e não de defender um País, dito como o mais pobre da América do Sul, mas que estava numa posição hostil em relação à Nação Brasileira.

Ele, talvez até induzido por essa ação da diplomacia brasileira, fez aquelas declarações na Áustria, lá em Viena, em que afrontou mais ainda a Nação Brasileira, inclusive adjetivando a PETROBRAS, com coisas inadmissíveis para qualquer brasileiro, que tem a PETROBRAS como um patrimônio nacional.

Então, parabenizo, a ambos, pelas exposições. Elas foram bastante claras e eu não teria, até pelos questionamentos de meus Pares, fazer algumas perguntas que iria fazer, mas quero só tirar algumas dúvidas da Nação Brasileira porque há controvérsias, nas declarações da PETROBRAS e do Presidente, com relação a investimentos.

Ainda agora o Presidente Sérgio Gabrielli, na sua exposição, colocou, como um dos itens, que a PETROBRAS não iria mais dar continuidade aos investimentos, na Bolívia, enquanto essa questão e é

uma posição empresarial correta, enquanto não fosse resolvido. O Presidente tem dito, em resposta a, talvez, a forma, repito, hostil do Presidente Morales, que a PETROBRAS continuaria fazendo esses investimentos na Bolívia. Então, gostaria de ter qual a posição correta, uma ou outra.

Com relação à, também controversa, questão do repasse dos aumentos. Se houver o aumento e está provado que a PETROBRAS remunera dentro de uma idéia internacional, o gás comprado da Bolívia, inclusive com variações de preço pela flutuação do petróleo e eu gostaria, também, de saber se vai haver, em havendo essa alteração, se a PETROBRAS repassará ao consumidor ou se ela absorverá, como disse o Presidente, esses aumentos que, por acaso, vieram a ocorrer.

E eu perguntaria se, face, como já foi dito aqui, também, na exposição e talvez diretamente mais ao Ministro Silas, que desde o plebiscito que ocorreu, me parece em 2004, na Bolívia, que já havia essa possibilidade dessa tomada de posição por parte do Governo Boliviano e, mesmo durante o processo eleitoral, repetidas, era uma das partes de campanha do Presidente Evo que, se chegasse à Presidência, ela tomaria essas posições. Se naquela altura, então, já em 2004, a PETROBRAS não poderia ter tomado todas essas providências que está tomando hoje, de intensificar a exploração, de buscar alternativas de fornecimento para a possibilidade desse problema que, infelizmente, ocorreu.

E por último, Dr. Sérgio solicitou que, se fosse encontrado aí, o mapa dos gasodutos no Brasil e, me parece, que chegaram e colocaram aqui. Lamentavelmente... Poderia colocá-lo na tela, por favor. Porque vou antecipar a pergunta, Dr. Sérgio. Lamentavelmente, nós vivemos no Estado do Pará, é um Estado exportador de energia, com empresas que demandam bastante energia e lá a gente tem uma discussão, no setor produtivo e no setor governamental, quando é que nós vamos ter o gás, no Pará.

Até porque e aí aquela pergunta que o Senador Jefferson e o Senador Arthur Virgílio fizeram, da questão da interligação, com Parintins, de Tucuruí, que atenderia os Municípios da margem esquerda do Amazonas, que é um projeto que já vem sendo estudado há bastante tempo e esperamos nós que ele realmente aconteça, como já foi dito aqui, em breve espaço de tempo.

Mas o Pará está isolado, tanto pela esquerda como pela direita, do acesso ao gás. Eu acredito que, como já foi dito aqui, que Deus é brasileiro, nós vamos encontrar gás, lá no Pará, também, que é a única coisa que está faltando, petróleo e gás. Já houve algumas explorações lá, algumas coisas que não deram resultado satisfatório naquela altura, mas o barril a 70 dólares e o gás faltando, do jeito que está, pode ser revista a questão do custo de exploração.

Mas existe um projeto, que eu saiba, de interligação do gasoduto que vem do Nordeste ligando com o Pará? Ou, me parece teria um, que viria de Brasília, pelo Centro-Oeste, também, ligando com o Pará, ou do Amazonas. Qual a solução que o Ministério das Minas e Energia e a PETROBRAS têm, para atender o Pará com gás, essa era uma pergunta fora da pauta, mas, para nós, de grande importância, porque existem vários projetos a serem feitos no nosso Estado, de interesse nacional, que depende de energia, no caso Belo Monte que, se Deus quiser, também será uma realidade e o gás que poderá chegar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senadora Ana Júlia, a pergunta do Pará já foi feita, hein?

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Não, eu posso já adiantar que o gasoduto que... a integração com a Venezuela, passa pelo Pará, até onde eu sei, até onde eu conheço do projeto, passa pelo Estado do Pará e...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O 'Transpinel'(F), Senadora Ana Júlia, é uma fantasia do Hugo Chávez, dos *hermanos*.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu queria, até aproveitar para colocar, como são interessantes as críticas que se fazem a Governos. Eu estive a Espanha, por coincidência, à semana passada e, obviamente, essa discussão surgiu, até porque a PETROBRAS é a empresa... primeira empresa, em termos de volume de aquisição de gás na Bolívia, a segunda é a Repsol, que é espanhola. Aliás, a Repsol é maior que PETROBRAS. Então, são as duas maiores na Bolívia. E, aqui no Brasil, nós ouvimos as críticas ao Governo, que o Governo não foi firme, que devia ter sido firme, como foi como Zapatero. Pois na Espanha, as críticas são as seguintes: As críticas ao Zapatero são que ele deveria ter sido firme como o Presidente Lula, que ele deveria ter sido firme como o Presidente Lula. Então, o que mostra, para nós, é que nós fizemos a política correta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Posso dar uma parte, não resisto. Parece que as ações da PETROBRAS andam muito bem, as ações da Repsol, depois daquelas declarações, despencaram.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Pois é. Então, eu acredito que nós temos tomado... e o Governo tomou a política justa, eu acho que essa questão de dizer que mais firme, eu acho que é uma questão de visão, porque têm alguns que não con-

cordam, que Países possam declarar autonomia em relação aos seus bens. O Brasil tem, é dono dos seus bens, o povo brasileiro é dono dos seus bens minerais, de tudo o que existe de minério nesse País, o povo brasileiro é o proprietário. Então, quem respeita isso, há de respeitar uma decisão como essa da Bolívia, é uma questão de visão.

Aqueles que acham que não é necessário um País ser auto-suficiente, que não é necessário a autodeterminação dos povos Então, com certeza, tem uma visão diferenciada. Realmente se têm diferenças de visão e eu acho justa a visão do Governo Brasileiro, de respeitar a autodeterminação dos povos e de não querer colocar o exército para invadir a Bolívia. Que bom, mas, como eu citei, a questão da Espanha, que aqui foi criticado o Governo Lula, Presidente Lula, por não ter tido a firmeza de Zapatero e lá foi criticado, Zapatero, por não ter tido a firmeza do Presidente Lula.

Mas eu queria fazer uma pergunta que não foi colocada aqui, já até tinha conversado com o Ministro em relação à questão do Pará, que eu acho que tem interesse grande em...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Está bom, está bom, Suplicy, é outro assunto aqui. Que tem um interesse grande com certeza, o Pará é o Estado, de todos os Estados brasileiros, o Estado com maior potencial hidroelétrico, também tem o maior, é a maior província mineral do mundo, mas ainda não temos, realmente, ainda não se achou gás ali e nem... Então, mas nós temos outras riquezas, em termos de energia, inclusive o próprio biodiesel, que é a energia com elemento da natureza renovável, não é nem como gás e o petróleo que não são renováveis, Não. Isso é renovável, portanto, é *ad eternum*.

Mas eu queria perguntar uma questão que eu acho que é importante para a sociedade brasileira. Foi colocada, criticada, uma decisão do Governo Brasileiro e cumprida pela PETROBRAS, que é a questão do conteúdo nacional na recuperação da indústria de estaleiros e eu gostaria aqui, Presidente Sérgio Gabrielli, qual o efeito dessa exigência do conteúdo nacional na recuperação da indústria de estaleiros e quais os efeitos multiplicadores sobre a produção, a renda e o emprego, principalmente no Estado do Senador Saturnino, que eu sei que inclusive...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Estado do Rio agradece.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Ele está presidindo esta Sessão, mas ele gostaria de fazer esta pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Estado do Rio agradece o interesse da Senadora do Pará.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Porque eu acho que, essa questão da geração de empregos aqui no nosso País é fundamental, então, eu vejo isso, eu vi isso, como coisa positiva, mas tem sido criticada essa postura, então, eu gostaria que a PETROBRAS pudesse colocar isso para o País e que eu reforço, é só uma pergunta, mas essa resposta em relação ao Estado do Pará que, se confirma aquilo que eu falei, em relação a esse gasoduto, essa integração com a Venezuela. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Bem, o Ministro Silas Rondeau.

MINISTRO SILAS RONDEAU – Eu tentei anotar e se eu esquecer por favor, me provoquem. Senador Flexa Ribeiro que, por sinal, ele é ligado ao Maranhão, pelo nosso amigo Flexa, tem os Flexa Ribeiro lá, também, do Maranhão. Veja só, a questão da contradição entre o que fala o Gabrielli e fala o Presidente Lula, eu não vejo dessa forma. Aliás, a minha interpretação está absolutamente clara.

A posição do Gabrielli, quando diz: "Eu não posso investir aonde eu tenho uma dúvida sobre o que vai acontecer nos entendimento com a Bolívia" é uma posição absolutamente empresarial que ele tem a obrigação de fazer dessa forma. A manifestação do Presidente Lula, que eu concordo, também, diz o seguinte: "Nós não estamos fechando a porta para Bolívia, está dependendo deles". Então, a resposta se haverá investimento, vai depender do desfecho de todas essas negociações que estão em andamento. É politicamente, acho que está correto, não podemos fechar a porta para a Bolívia, a própria Bolívia reconhece isso, disse isso para nós lá, que o Brasil é um parceiro importante, sim, e nós temos que ajustar esse momento.

Se tem uma coisa que pode sair com um resultado positivo, de toda essa situação é, justamente, o entendimento claro que há uma simbiose construtiva entre os interesses da Bolívia em vender esse seu gás e o mercado potencial mais próximo, portanto, com menor custo de transporte, que é o Brasil. Se isso ficar claro, ficar ajustado e daí nascer uma segurança entre as duas partes, que tem ser natureza jurídica, regulatória, nós não estamos aqui, com isso, fechando uma porta para o futuro.

A posição é, enquanto isso estiver em definição, naturalmente que nenhum empresário com responsabilidade que é, tomar essa decisão dentro da PETROBRAS, estaria anunciando investimentos dentro da Bolívia e, do ponto de vista político, dentro daquele que tem feito o maior esforço para a integração dos

Países da América Latina tem sido o Presidente Lula não poderia, a meu ver, absolutamente correto, está certo, estar fechando a porta para a Bolívia, dizendo o seguinte: "Esse é um diálogo que precisa ter um bom resultado para que nós possamos construir um futuro de fato em cima dessas questões da América do Sul".

No que diz respeito à questão do aumento de preços, que o senhor também colocou, eu diria que eu volto, até para ser breve, à própria resposta que foi dado à Senadora Ideli, isso vai ser, realmente, função do mercado, se as variáveis que compõem o preço do gás, dentro de seu comportamento, isto será, naturalmente, atrelado ao comportamento do preço do gás. A Senadora Ana Júlia Carepa... eu esqueci alguma?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

MINISTRO SILAS RONDEAU – Ah, para Belém. Eu vou passar isso para o Gabrielli, eu não sei essa resposta. Senadora Ana Júlia, sobre a questão do gasoduto, se está previsto, dentro dos estudos do gasoduto, passar pela margem esquerda, atende em parte isso. Na realidade, o seguinte, eu vou voltar a esse tema, existe um grupo formado por quatro Países agora, que estuda a possibilidade da integração energética via gás. Dentro desse grupo de trabalho, que é interligação das fontes da Venezuela com a Bolívia, Brasil, Argentina, etc, existe um traçado, ainda em análise, que passa, ou pela margem esquerda, ou pela margem direita do rio Amazonas.

Naturalmente que, do ponto de vista técnico, nós defendemos que o traçado passe pela margem esquerda do rio Amazonas, que hoje é uma ilha na interligação brasileira, em que todos seus Municípios, inclusive a Ilha de Marajó, ela está desligada do sistema interligado nacional. No momento em que você faz isso, você viabiliza dois assuntos importantes tratados nessa Casa hoje.

Um: A interligação do sistema elétrico nacional sairia de Tucuruí pelo mesmo traçado, chegando a Manaus. Dois: Isso seria, praticamente, a rota preferencial em virtude da questão ambiental, de passar também, pelo mesmo traçado, pela margem esquerda do Pará, atendendo, praticamente, todos os Municípios da margem esquerda do Pará, chegando ao Amapá e atendendo uma parte significativa dos Municípios, também na margem esquerda do Amazonas.

O que precisa ficar claro é que a questão do gasoduto, de integração do Sul, ela passa, ela é um estudo. Ora, se interligação com a Bolívia remonta de 1937, portanto, passamos mais de setenta anos discutindo isso, só viemos, realmente a trazer a primeira molécula de gás a partir de 99, não significa que o fato de estarmos estudando vai ser amanhã, depois ou depois.

Mas o gasoduto, ele prevê, sim. Ele tem a função principal de integração e, para o Norte, ele será muito importante. Agora o que vai definir isso? A segurança jurídica, a segurança regulatória que nós teremos em cima disso, o resultado da viabilidade técnica e econômica, o respeito ambiental, que é fundamental para que tem um projeto desses passando dentro da Amazônia, enfim, a sua maior função que seria cumprir, de fato, a função de integração regional.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Dr. Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Tentando ser mais objetivo possível, a Senadora Serys pede a posição relativa da Bolívia, em relação à PETROBRAS. Em 2005, Senadora, a Receita Operacional Líquida da PETROBRAS foi de 137 bilhões de reais, 137 bilhões de reais. A nossa receita, na Bolívia, foi de 2 bilhões. No primeiro trimestre desse ano, a nossa Receita foi de 35,9 bilhões de reais, a nossa Receita da Bolívia, nesse primeiro trimestre de 2006, foi de 0,5 milhão de reais. No Lucro Líquido de 2005, o Lucro Líquido da PETROBRAS foi de 23,7 bilhões de reais, o lucro da Bolívia foi de 0,25 bilhão de reais. O primeiro trimestre desse ano nosso Lucro Líquido foi de 6,7 bilhões de reais, o lucro líquido da Bolívia foi de 36 milhões de reais, portanto, é menos de 0,5% do Resultado da PETROBRAS.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – É o que significa o lucro, não é isso?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O lucro que vem da Bolívia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Que vem da Bolívia. Então, tá.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não representa isso, realmente a Bolívia não é importante, não é uma grande fonte de lucro da PETROBRAS.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Dr. Sérgio, isso vem também em contraponto à declaração do Professor Marco Aurélio Garcia, que diz que a PETROBRAS já ganhou muito dinheiro na Bolívia.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Não, eu acho que existem duas situações distintas. Objetivamente há, eu vou tentar responder ao Senador Flexa Ribeiro, há umas tarefas e funções diferentes numa relação entre dois Países. A PETROBRAS é uma empresa que tem um contrato com outra empresa na Bolívia.

No entanto, se os Governos, brasileiro e boliviano, tivessem um ponto de conflito, dificilmente as negociações empresariais estariam ocorrendo. Se o Governo

brasileiro tivesse agredindo a Bolívia, dificilmente nós poderíamos estar negociando.

Então, do ponto de vista negocial ou empresarial, é absolutamente correta e eu considero de extrema sabedoria a posição do Presidente Lula e do Governo Brasileiro, porque ela cria as condições para a negociação ser viável. Porque o contrário leva à guerra; o contrário, quando acontece, um Governo radicalizar contra o outro, leva à guerra, não tem negociação. No Iraque não tem negociação entre empresas.

No Oriente Médio dificilmente, quando tem momentos conflagrados, há a expansão dos investimentos. Quando a Bósnia... a crise na Europa se agrava os investimentos se retraem. Todos os momentos em que você tem conflitos entre Países na África, os investimentos se contraem. Ao contrário, o Governo brasileiro está tendo uma atitude absolutamente correta de criar o ambiente, o espaço, para que as empresas negociem, portanto, eu não vejo essa busca de contradição entre a posição da PETROBRAS e a posição do Governo. Eu vejo uma complementaridade de um País que tem, hoje, multinacionais. Essa é a diferença fundamental que temos que compreender.

A PETROBRAS, hoje, é uma empresa multinacional e o Governo Brasileiro está tendo uma posição absolutamente correta de viabilizar nas relações entre Países uma forma em que as empresas se negociem de forma mais adequada, porque a outra alternativa é a guerra, a outra alternativa é a arma e o Governo brasileiro não vai fazer isso. Em relação. Em relação...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – É que alguns sonhavam com isso.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – ...Em relação ao gasoduto, eu queria colocar de novo, para explicar um pouco a situação lá do Pará, sem o GASENE, ainda. Então, nós temos uma situação, aqui, em que o Pará está aqui, nessa situação. O Nordeste hoje tem uma demanda potencial crescente maior do que a oferta de gás no Nordeste. O Nordeste não tem gás. Então, crescer, do Nordeste para o Pará, é... não tem fontes de gás suficientes para expandir esse mercado. Crescer de Manaus para Belém, também não tem gás suficiente, a produção de gás de Urucu não é suficiente, é suficiente para atender Manaus e, talvez Porto Velho, num determinado ritmo de crescimento, mas dificilmente pode expandir além desse mercado.

Portanto, nós temos aí, bota o GASENE, aí nós estamos construindo esse gasoduto aqui, que interliga a rede do Sudeste com o Nordeste. O que vai acontecer? Nós vamos ter uma rede nacional pela costa brasileira. Nós vamos aumentar a produção em Santos, vamos aumentar a produção no Espírito Santo, vamos, portanto,... e vamos estar, anteriormente, pensando em trazer mais gás da Bolívia, que hoje, nesse momento, não estamos pensando em trazer mais.

Mas temos que aumentar a produção em Santos e no Espírito Santo. Isso significa, e temos que investir nessa malha, nesse gasoduto e nessa malha do Nordeste, mas, dificilmente essa malha chegará aqui, nesse momento. Provavelmente o que vai acontecer, no momento em que resolvermos os problemas ambientais, os problemas geopolíticos, os problemas tecnológicos, os problemas de definição societária desse gasoduto, definição dos diversos problemas, vão levar alguns anos em discussão, pensando no cenário futuro, uma possibilidade é trazendo da Venezuela, isso chegar ao Pará. Porque aí fecha o círculo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Independente da parte vertical, há inclusive estudos que mostram que a primeira parte do gasoduto deveria ser essa primeira parte, aqui pelo Norte; num segundo momento nós faríamos alguma coisa no Sul e, depois, faríamos uma ligação na parte vertical, portanto, para essa região aqui, nesse momento, o que é mais provável acontecer é depender do gás que vem da Bolívia. A não ser que se faça ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Da Venezuela.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Da Venezuela. E a não ser que se tenham descobertas extraordinárias aqui, o que, do ponto de vista do conhecimento geológico nesse momento não recomenda grandes expectativa. Do ponto de vista do impacto do conteúdo nacional, que a Senadora Ana Júlia levantou, nós tivemos, no início dessa política, uma crítica muito forte sobre, digamos assim, a idéia de que ampliar o conteúdo nacional, levaria a um aumento do custo e uma expansão dos prazos para a entrega dos produtos e dos equipamentos. Evidentemente que nosso volume de investimentos cresceu bastante nesses últimos três anos, nossa demanda da indústria nacional cresceu bastante, a indústria nacional tem respondido adequadamente, tanto em preços quanto em prazos, mas nós não podemos deixar de considerar que o ritmo de crescimento dos nossos investimentos está um pouco mais rápido do que a capacidade da indústria nacional devia responder completamente, em todas as áreas e com toda a rapidez e com o preço adequado. Nós estamos enfrentando problemas na área de gasodutos, nós estamos enfrentando problemas nalgumas áreas de algumas parcelas, de alguns equipamentos que estão já com capacidade plena, no Brasil, nós participamos ativamente de um programa chamado Programa Nacional de Mobilização da Indústria Na-

cional de Petróleo, PRONIMP, que é um programa coordenado pelo Ministro de Minas e Energia, que ele é fundamental para viabilizar, dar condições, à indústria brasileira de responder um ritmo adequado à demanda que nós estamos fazendo. Nós consideramos que a política de conteúdo nacional é um sucesso, é extremamente importante, tem impacto enorme na economia brasileira, tem um impacto enorme na geração de atividades econômica, na geração de empregos e ela vai ter que se espalhar e se expandir no conjunto da atividade econômica brasileira adequando seu crescimento ao ritmo de crescimento dos investimentos da PETROBRAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Bem, vamos a última rodada, agora, dos interpeladores e vamos fazer, então, um conjunto de quatro, quatro Senadores, começando pelo Senador Suplicy e seguida Sibá Machado, em seguida Valdir Raupp e em seguida Antonio Carlos Valadares. Com a palavra o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, Ministro, prezado Ministro Silas Rondeau, prezado Presidente da PETROBRAS, José Sérgio Gabrielli. Primeiro, acho que foi muito importante a maneira como procederam, na semana passada, com os responsáveis pela empresa de petróleo e gás da Bolívia, assim como o Vice-Presidente, Presidente em exercício, Garcia Linero, de uma maneira a assegurar o entendimento em bases sinceras e a assertiva, da parte dos senhores, bem como avaliei como positivo o diálogo que o Presidente Lula teve, com o Presidente Evo Morales, há poucos dias atrás, quando houve como um restabelecimento de uma conversa em termos altos, respeitoso e na linha daquilo é de se esperar, conforme ambos ressaltaram aqui, porque nós temos tantas coisas para entrosarmonos bem com Bolívia, que seria uma pena que agora houvesse uma interrupção de um bom entendimento com a Bolívia.

Eu ontem tive a oportunidade de até, tendo em conta uma entrevista com o Deputado Paulo Delgado no jornal O Globo de segunda-feira, em que ele expressou que quem sabe fosse o caso de o Brasil romper relações com Bolívia, chamar o Embaixador e enviar os bolivianos de volta para a Bolívia eu, sinceramente, fiquei preocupado, Sr. Presidente, de transmitir ao meu amigo Deputado Paulo Delgado que afinal de contas, V. Exª. tem aqui sido testemunha, eu tenho expresso quão importante, se um dia pudermos estar tendo brasileiros e bolivianos e sul-americanos circulando livremente entre os nossos Países e escolhendo, até, aonde estudar, trabalhar e viver.

E em São Paulo, por exemplo, se estima hoje que há 300 mil bolivianos, ou seja, seria o caso de nós nos prepararmos para liberar mais, quer dizer, nós, aqui, temos aprovado acordos, segundo os quais não precisamos mais sequer do passaporte para nós, brasileiros irmos à Bolívia e vice e versa, com a própria Carteira de Identidade, como com outros Países do Mercosul. Leio que o Governo Boliviano está querendo regulamentar a presença de brasileiros ali, mas eu acho que tudo aquilo que for para liberar a interação e quem sabe, eu acho que seria importante que tanto a PETROBRAS e o Ministro de Minas e Energia, estejam pensando nisso, a integração nossa deve levar em consideração bens, serviços, capital e, sobretudo, seres humanos e quem sabe, nesse diálogo, a perspectiva de atos de boa vontade nesse caminho serão positivas.

Ambos sabem que eu tenho proposto e já é lei no Brasil, a instituição de uma renda básica de cidadania como direito de todos os brasileiros, algo que será instituído gradualmente, a critério do Poder Executivo sendo, o Bolsa Família, o começo disso, mas já há uma lei para o dia que implementarmos. Como uma das alternativas para financiar algo nessa direção, poderíamos ter algo como Fundo Brasil de Cidadania, um projeto que tramita aqui, que levaria em conta, inclusive, os *royalties* decorrentes da exploração de recursos naturais e outras fontes.

Em 13 de janeiro último, eu entreguei ao Presidente Evo Morales, quando ele esteve aqui no Brasil, uma semana antes de sua posse, uma carta me colocando a disposição de, junto às autoridades bolivianas e ao Parlamento Boliviano, estar colocando essa proposta para interagir e discutir. Coincide que ontem, eu recebi a visita, na minha residência em São Paulo, do Senador Andrés Guzman que, inclusive, tem um irmão, boliviano, que é radicado em São Paulo há 40 anos que, quando eu mostrei a entrevista do Paulo Delgado falou: "Mas como mandar para casa?" Há 40 anos ele tem algumas lojas de materiais esportivos em São Paulo, é um empresário que está, fala português como nós, além do espanhol, obviamente, mas ele é uma das pessoas que quer muito ver a boa interação, o bom entendimento entre nossos Países e esse irmão dele, que hoje é Senador, veio à minha residência, com o propósito de transmitir o convite a mim, para proximamente ir a Bolívia, falar no Senado Federal sobre essa proposta, inclusive falar com o Vice-Presidente Garcia Linera e com o Presidente Evo Morales sobre esse tema que, sobre o qual eu falei há poucos dias com o José Sérgio Gabrielli, acho que lhe mostrei uma cópia da carta ao Presidente Evo Morales.

Pois bem, então, eu quero, eu queria até lhes perguntar se porventura, no diálogo a respeito da Lei

de Hidrocarbonetos e outras ali, houve alguma consideração, por enquanto, deste tema. Como é que serão utilizados os recursos porque, se a Lei de Hidrocarbonetos envolve a soma de impostos mais *royalties* da ordem de 50%, que vai para um Fundo do Governo Boliviano, se porventura, neste diálogo, houve, no diálogo com os senhores, houve qualquer consideração sobre como utilizar esses recursos, porque uma das maneiras seria seguir o exemplo do Fundo Permanente do Alasca, que hoje paga, aos 700 mil residentes do Alasca, um dividendo que está por volta, esse ano, da ordem de mil dólares por ano *per capita*. Pago a todas as pessoas.

Quem sabe uma coisa dessa natureza pudesse, no meu entender, contribuir, inclusive, para que todos os nove milhões de bolivianos venham se sentir como partícipes da riqueza daquela Nação, em que, um dia, possamos ter isso em toda a América do Sul e assim por diante. Então, eu também quero lhes dar essa informação, é possível que essa minha visita ao Senado e ao Presidente e Vice-Presidente, se dê, segundo a proposta dele, nos dias 25 e 26 próximos e, se acontecer, eu quero, ali agir como Senador, em consonância com os propósitos que caracterizaram a visita dos senhores a La Paz, na semana passada, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Silas Rondeau, Sr. Presidente da PETROBRAS, José Gabrielli. Primeiro lugar eu preciso, também, externar, não tive oportunidade de fazê-lo na Tribuna do Senado ainda, mas agradecer pelo desempenho nas negociações com o Governo Boliviano. Inclusive, na véspera do pronunciamento que teria, digamos assim, chocado algumas pessoas e digo que as negociações foram, no meu entendimento, uma desconsideração do momento sentimental, digamos assim, coração na mão, que foi o Presidente Evo Morales que, pelo que eu vi na imprensa, em seguida, vem a dizer que está aprendendo a governar.

E que tenham um pouco de paciência com ele. Claro que teremos. Na rodada de negociações, que eu acho que foi muito bem já explanado aqui, pelas duas palestras, que eu me sinto bastante contemplado sobre o que é a rodada que está em fase inicial se é o que eu pude entender. Tem muita coisa, ainda, que diz respeito ao conflito da própria legislação local e que Vs. Exª.s. estão estudando, cabalmente, as medidas para saber como se colocar numa negociação de fatos eminentemente econômicos.

Pergunta que eu queria fazer o Ministro Silas. PrimeirO – Se comenta muito aqui no Congresso, que o Brasil teve um crescimento econômico pífio, que está sempre abaixo dos números da média mundial e coisa parecida. E me traz a atenção de que, se Brasil, de repente passar a crescer a 5% numa média, num médio prazo, digamos assim, qual a demanda de nova energia que o País vai necessitar? Essa uma primeira pergunta que eu queria fazer. E transponho isso para o Mercosul, para os Países que compõem o Mercosul, se nós mantivermos um crescimento acima de 5% ou qualquer taxa acima de 5%, que condição de energia nova nós precisamos.

Segundo: na questão do aumento dos preços do gás da bolívia, que V. Exª. já deixou parecer resposta, mas queria que deixasse bastante enfatizado, o que ocorrerá se houver, nas negociações, o aumento de preço para o consumo aqui no Brasil.

Terceira questão, sobre o gasoduto da Venezuela, que também já vimos aqui, a previsão de um mapa que deixaria a resposta do Pará respondida. Eu já fiz um desenho, em várias palestras que eu fiz, não sobre o gás, mas sobre o linhão de transmissão de energia elétrica firme. Apresentei, inclusive, a V. Exª., quando ainda era Presidente da Eletronorte, de que pensássemos na linha de transmissão saindo das hidroelétricas do Pará até Manaus, transformando a energia de Manaus em energia de gás, descendo a Porto Velho, aproveitando as duas fontes de Porto Velho que estão em discussão e levando esse linhão ao Centro-Sul do País. Ou seja, esta matriz de gás, que estamos vendo nesse momento, seria feita através de linhão. Então, se há alguma procedência, também, de trabalhar a Amazônia como a grande fornecedora de energia elétrica firme para o resto do País e para qualquer outro ponto da América do Sul.

E, portanto, culminando com as perguntas que faço a V. Exª. se, diante da instabilidade que se colocam diversos Governos da América do Sul e aí mais possivelmente, os conflitos que houveram na Venezuela e, também, na Bolívia, se isso é viável, falando agora de geopolítica, se não é possível de um investimento dessa magnitude, o Governo de repente encerrar o fornecimento ou coisa parecida. Pensamos já que V. Exª. nos disse aqui, que não estamos atrás de guerra, mas que pode haver guerra e se houver, qual é a saída que o Brasil tem diante disso.

MINISTRO SILAS RONDEAU – Desculpe, Senador, eu não entendi bem a última pergunta.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não, porque, falar de Venezuela fornecendo gás para nós, porque parece que já tem um fornecimento de energia elétrica para Roraima, então, um País como a Venezuela, se, porventura passar por uma tribulação social e vir a cortar relações com o Brasil, como fica esse

sonho de fornecimento de gás se é o gasoduto Norte-Sul ou se é um gasoduto apenas de abastecimento ao Estado do Pará ou coisa parecida. Estou falando aí de medo de guerra, né?

Dr. Gabrielli, quais são mesmo as reservas de hidrocarbonetos no mundo hoje? As verdadeiras e as imaginárias; o que temos de concreto sobre isso? Capacidade de Urucu, V. Exª. já respondeu aqui, atende mal Manaus e Porto Velho, não dá para pensar em muita coisa. E qual é a participação de bolivianos na empresa PETROBRAS da Bolívia, PETROBRAS Boliviana S/A.

E por último eu quer dizer que, estava disposto, diante dessa animosidade que gerou, da gente iniciar uma, que pode parecer uma brincadeira, mas uma campanha de abraço à PETROBRAS, que seria, quem sabe, cada um de nós comprar uma ação da PETROBRAS, para dizer o tanto que nós amamos e respeitamos essa empresa. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro de Minas e Energia Silas Rondeau, Sr. Presidente da PETROBRAS José Gabrielli, Srªs. e Srs. Senadores. Minha fala vai ser bastante breve, Sr. Presidente. Queria agradecer ao Senador Arthur Virgílio por ter defendido não só o gasoduto Coari-Manaus, mas como o gasoduto Urucu-Porto Velho também. Mostra que ele não é um Senador provinciano nem defende questões paroquiais. Eu acho que defender o gasoduto Coari-Manaus e o gasoduto Urucu-Porto Velho não é defender questões paroquiais nem provincianas. Afinal de contas nós estaríamos diminuindo a contribuição ou o custo/pagamento dos consumidores brasileiros de energia elétrica que contribuem para o bolo da CCC, que vai consumir, esse ano, 04 bilhões e 600 milhões de reais e que, nos anos anteriores, ficou na faixa de 04-05 bilhões de reais.

Então, esses gasodutos de Coari-Manaus e Urucu-Porto Velho vão diminuir essa conta da CCC, assim como é uma meta, também, do Ministério das Minas e Energia interligar o sistema nacional à Rondônia e Acre. Da mesma forma o Pará ao Estado de Amazonas, interligando todo o sistema nacional para diminuir esse custo da energia elétrica no País.

Então, a pergunta é bem simples. Perguntar ao Sr. Ministro e ao Sr. Presidente da PETROBRAS, eu ouvi aqui o Presidente Gabrielli falar que o término do gasoduto Urucu-Porto Velho seria dezembro de 2008, mas já temos a licença ambiental já definitiva, depois de uma pendenga, de uma luta de quase cinco anos e agora já que temos a licença, quando nós vamos começar essa obra e, se está previsto o término em dezembro de 2008, ela teria que começar, fatalmente, até dezembro de 2006.

Porque nós sabemos que esta obra não se faz com menos de 2 anos e Rondônia, a nossa Térmica de 340 MW, queimando óleo diesel a um custo mais elevado e uma poluição maior, já há três anos, até quando essa Térmica vai ficar queimando óleo diesel lá no Estado de Rondônia, assim como as Térmicas do Estado do Amazonas já fornecem energia para o Estado do Acre. Então, o Estado do Acre também seria contemplado se não num futuro um braço do gasoduto até Rio Branco, já com o gasoduto até Porto Velho, o Acre estaria contemplado com a geração de energia elétrica a gás. Era essa pergunta e dizer, para encerrar, que o Brasil está muito bem servido com os dois grandes homens públicos que estão à frente do Ministério de Minas e Energia, Dr. Silas Rondeau e o Dr. Gabrielli, à frente da PETROBRAS. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares, derradeiro.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Presidente da PETROBRAS. Eu até simpatizo muito com a origem política e os compromisso assumidos perante a Nação Boliviana, com o atual Presidente desse País, o Sr. Evo Morales. Acredito até que S. Exª., levado pela imaturidade, na falta de experiência no trato com os negócios do Estado, tenha cometido alguns excessos, tenha se equivocado, inclusive, com relação à ocupação, depois do Decreto de Nacionalização das reserva de gás e petróleo, a ocupação estabanada das Refinarias da PETROBRAS, como nós sabemos uma empresa que agiu naquele País sempre dentro da legalidade, respeitando a legislação da Bolívia, respeitando as autoridades e uma empresa, apesar de ser multinacional, mas proveniente, originária de um País de índole pacífica, como é o Brasil.

Então, aquilo foi uma verdadeira bravata, que não poderia ter acontecido, não precisava, à força armada, cercar as instalações da PETROBRAS, para dizer que aquele Decreto tinha validade, mesmo porque ninguém contesta autonomia, ninguém contesta a soberania da Bolívia em estabelecer as suas políticas em defesa das riquezas do subsolo. Mesmo porque isso já havia sido objeto de um plebiscito ou de uma eleição plebiscitária, onde o homem foi eleito com essa incumbência, com esse propósito, com esse compromisso, com esse objetivo.

Então, se alguém, em dado momento, achou foi uma surpresa é porque não teve a devida previsibilidade, não montou a estratégia suficiente para enfrentar essa realidade. Eu acho que, pelas relações

de amizade, entre o Brasil e a Bolívia e as relações de amizade entre o próprio Presidente Lula e o Presidente Evo Morales, não havia necessidade, não só disso, de demonstrar força onde, na realidade, o que se deve demonstrar nessa realidade não é força, mas convencimento, para mostrar que a Bolívia precisa readquirir, através da imposição de mais impostos, uma arrecadação maior, para realizar projetos sociais e investimentos econômicos no seu território e de outro lado o Presidente, volto a dizer, Evo Morales, pela sua imaturidade, cometeu algumas gafes de natureza diplomática, que, como é que um Presidente chega em Viena e diz que não se fale, não há que falar em indenização, às empresas que foram nacionalizadas. As empresas internacionais.

Quando chega na França, ele declarA – Qualquer empresa tem o direito de recuperar seus investimentos, quanto gastos nas instalações, ou seja, tudo aquilo que foi gasto, ele reconhece, na França, imediatamente. E, então, a Folha de São Paulo fez a seguinte pergunta a ele: "Qual das duas afirmações vale, Presidente? A de Viena ou da França?" Ele terminou dizendo o seguinte: Que está realizando uma auditoria nas contas das empresas multinacionais, na Repsol, na PETROBRAS, etc, para saber qual o nível de indenização.

Então, ele reconhece, finalmente, que se houver indenização não há porque contestá-la de vez que tudo foi feito às claras, os contratos foram assinados e ninguém foi forçado a assinar contrato. Então, hoje nós, no mundo globalizado em que estamos vivendo, nenhuma Nação pode viver isolada. Primeira coisa que a Nação deve se preocupar: com instituições fortes, Congresso forte, Executivo obedecendo às leis e Judiciário sendo rápido nas duas decisões. Em segundo lugar respeitar os contratos e no caso de o contrato ter sido assinado indevidamente, equivocadamente, dando prejuízo ao País, existe um Foro especial, como no caso dos contratos com a PETROBRAS, que é Nova Iorque, que é o Foro adequado para discutir, juridicamente, essa questão.

Então, eu acho que o Presidente Evo Morales só exagerou nessas, vamos dizer assim, naquilo que ele falou, naquilo que ele agiu com relação às forças armadas, cercando as instalações da PETROBRAS. Quanto à defesa da sua soberania, nós respeitamos porque nós defendemos a nossa soberania, inclusive aqui nós quebramos o monopólio da PETROBRAS, mas não quebramos a competência do Brasil defender seu subsolo. Tanto que o contrato de risco de uma empresa estrangeira só é feito com autorização do Ministério das Minas e Energia, com a participação, também, da PETROBRAS e em suma, toda a nossa soberania respeitada.

Então, já que nós queremos a nossa soberania, vamos respeitar também a da Bolívia, apesar dos percalços nesses episódios a que me referi. Há uma interdependência, sem dúvida, que já foi falada, entre o gás que é produzido na Bolívia e o gás é trazido para o Brasil, 50% de suas necessidades. São Paulo, 75%. O que preocupa nesse momento, o que é os industriais estão preocupados, as fábricas de vidro, que não podem, de um momento para o outro mudar as suas instalações em função da mudança, por exemplo, do gás para óleo diesel, para o combustível ou para o GLP. Os taxistas, aqueles que, acreditando na política de gaseificação do veículo, de utilização desse insumo energético para movimentar os carros, o que é os motoristas estão, a esta altura, preocupados? Os industriais, os motoristas, etc, tudo? Quem precisa de gás está preocupado, com o que, nesse momento?

Claro que guerra, não há que se pensar em guerra, que ninguém vai pensar em guerra. O Brasil tem natureza pacífica e a Bolívia, nesse instante, não está pensando em guerra, nem em conflito bélico entre os dois Países. Nós estamos preocupados, nesse momento, é o preço do gás, quer dizer, há uma reivindicação da Bolívia em aumentar o gás. Até que ponto nós podemos agüentar esse aumento, qual é o limite desse aumento, para que torne-se viável a desse insumo, desse combustível para movimentar veículos principalmente táxis. Para movimentar nossas indústrias. Até que ponto? Olhe, hoje nós pagamos tanto à Bolívia, por metro cúbico. Pagamos quanto por metro cúbico, Presidente?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O preço é por milhão de BTU.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Um milhão de BTU. Quanto nós pagamos?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Nós pagamos à Bolívia, em média... Tem dois tipos de gás. Até 16 milhões nós pagamos três dólares por milhão de BTU e 4,20 até 24; na média dá em torno de 3,80 dólares por milhão de BTU.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pois é, então, tem muita gente, em todo o Brasil, trocando, vamos dizer, colocando cilindro de gás nos carros porque realmente, eu andei, mesmo lá em São Paulo e aí o motorista diz: "Olhe, Senador o senhor não imagina a economia que eu estou fazendo. Eu tenho uma economia, segundo ele, de mais de 50%, mais de 50%". Quer dizer quem se utiliza da gasolina não tem quase lucro nenhum. Se ele for motorista de táxi, mas, no entanto, se ele usar o gás, realmente, ele pode sobreviver e, ainda, sobra muita coisa para comprar um carro novo. O motorista está preocupado

com isso e os consumidores dos táxis também estão preocupados porque vai haver aumento de tarifa.

MINISTRO SILAS RONDEAU – Senador me permite, a grande diferença entre o preço da gasolina e o preço do gás natural é a SID, que incide em torno de 0,40 reais por litro na gasolina e é zero no gás.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Também o álcool, em função até de acertos que foram feitos pelas empresas e pelas Usinas, elas fizeram o acerto e depois quiseram descumprir esses acertos. O álcool está até mais baixo agora, até melhor, nesse momento, colocar álcool, pelo menos aqui em Brasília, do que a própria gasolina.

Então, afinal, o Senador Sibá Machado falou também, eu acho que outros Senadores também falaram, Venezuela e Bolívia, existe instabilidade política nesses dois Países. Estão fazendo um gasoduto, por exemplo, de 20 bilhões dólares, 20 bilhões de reais ou dólares? Não me recordo. De dólares; 20 bilhões de dólares. Quer dizer e depois, quer dizer, colocaram a gente na forca, numa crise política, logicamente que os senhores estão se preparando para uma eventualidade de haver uma crise política, novamente na Bolívia.

A PETROBRAS começou a furar na plataforma continental lá no Espírito Santo. Não deu muito certo, foi lá para Sergipe, meu Estado, pequenininho, mas tem uma costa que é rica em óleo, em petróleo e, graças aquele poço de Guaricema, que foi extraído, que foi explorado lá na costa de Aracajú, de Sergipe, ali a PETROBRAS desencadeou o processo de investimento na plataforma que deu certo, está aí a Bacia de Campos, onde tem petróleo, também tem gás e tudo começou lá em Sergipe, a tecnologia hoje da PETROBRAS, Sr. Ministro, nós sabemos, nós temos esse orgulho é a tecnologia mais avançada, é a primeira do mundo, a PETROBRAS está adiantada.

Então, eu acho que agora é a vez e a hora, já que atingimos a auto-suficiência em petróleo, a vez e a hora, agora, é do gás natural. Obrigado a V. Exª., Sr. Presidente, obrigado Sr. Ministro. Obrigado Presidente Sérgio Gabrielli.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu vou passar a palavra aos dois convidados para as respostas finais, mas vou, também, colocar uma perguntinha, aqui, ao Dr. GabrielII – O mercado de gás, o gás não é uma *commodity*, mas existem grandes variações, por exemplo, entre o preço do gás lá na América do Norte, Canadá, Estados Unidos, lá na Europa, Rússia e aqui na América do Sul? Há uma disparidade substancial de preço? Palavra o Ministro Silas Rondeau.

MINISTRO SILAS RONDEAU – Eu prometo que respeito, que já são 14h39.

Rapidamente. Queria agradecer Senador Eduardo Suplicy pelas palavras positivas, objetivas e o apoio que o senhor dá nesse momento de dificuldade, que confirma uma característica sua, que é muito admirada pelo Brasil, de ser uma pessoa que constrói o entendimento e, embora em ambientes divergentes que nós temos vivido, que foi o caso, agora recente, da questão da disputa Brasil-Bolívia, no fornecimento do gás. Ao Senador Sibá Machado, ao passo em que também agradeço as palavras de apoio pelo trabalho que vem sendo desenvolvido pela PETROBRAS, com apoio do Ministério de Minas e Energia, isso nos fortalece e nos faz entender que nós estamos no caminho certo, é isso realmente que o Brasil precisa, o Brasil está acima de tudo.

No que diz respeito à questão do... O que acontece com o mercado de energia, se o mercado não for o mercado que nós chamamos de referência, se for mercado (inaudível) de 5%. Naturalmente que existe aí uma... Vai haver uma demanda muito maior de energia, isso é óbvio e que implicaria num incremento de aproximadamente 6 mil MW, dentro da previsão do Plano Decenal que nós temos, que é de estar incrementando o mercado brasileiro de energia elétrica, mais 6 mil MW em cima de 40. Era basicamente isso, a grosso modo, que é a resposta.

No que diz respeito à questão se aumenta. O que acontece com o preço do mercado brasileiro se aumentar o preço do petróleo da Bolívia, essa eu vou deixar para o Gabrielli, porque também foi solicitado pelos demais Senadores que aqui interpelaram.

A questão fundamental que o senhor defende muito, que é: É possível a gente fazer um anel energético, de integração, que contemple a questão da Amazônia, que foi nossas primeiras reuniões? A resposta é sim; estamos trabalhando para isso. Os dois passos, se a gente observar no mapa, existe já projetado. Colocado no Plano Decenal de Energia, chegar a Manaus, com o sistema interligado e já estamos chegando agora no leilão, que ocorrerá, agora neste semestre, em Porto Velho.

Entre Manaus e Porto Velho, é só nós correrrmos, ali, a BR e fazer aquela ligação. Com isso nós teremos, realmente, fechado esse grande anel, que o senhor defende muito bem, em que nós teríamos o parque hidrotérmico de Manaus e o parque hidrotérmico de Porto Velho e aí, incluindo o sistema Acre-Rondônia, também interligado ao sistema elétrico nacional e aí dando estabilidade e possibilitando o acesso de todas as grandes fontes que nós temos, principalmente no Norte do Mato Grosso e no Estado de Rondônia, para aumentar o fluxo, para contribuir com energia barata de fontes hidroelétricas que nós temos ali dentro, em

cima de um conceito que nós trabalhamos, que é de uma subestação coletora naquela região.

Então, a resposta é sim, essa sua idéia é uma idéia que está acontecendo inclusive e com uma participação muito positiva de V. Exª. quando nós estivemos naquela primeira reunião, lá no Acre, sobre a matriz energética para a Amazônia, sugestões.

Senador Valdir Raupp também nós agradecemos ao término da Sessão, só dizendo que, também o gasoduto Coari-Manaus eu prefiro que o Gabrielli também sintetize na resposta dele, que é o projeto do atendimento da Amazônia, ele tem as respostas mais objetivas e precisas sobre o assunto.

Ao Senador Antonio Carlos Valadares, também nós agradecemos as suas palavras, queremos dizer o seguinte, que esse comentário e esse é o último comentário que eu vou fazer, os demais o Gabrielli vai responder. Precisamos ter em mente uma coisa absolutamente prática, o gás natural, ele é importante sim para a sua participação na matriz energética brasileira, o crescimento, ele tem que ser visto; isso é uma política de Governo, atuando nas duas partes, nas duas pontas, no lado da oferta que é todo esse plano de expansão, mostrado pela PETROBRAS, mas nós temos que também atuar no lado da demanda.

Nem sempre vai ser isso, o taxista do Rio de Janeiro vai estar pagando um terço do preço equivalente à gasolina. É importante que, dentro dessa revisão da postura nossa, do ponto de vista de energéticos no Brasil e a posição específica do gás brasileiro, haja um sinal e preço honesto, é ele que vai, realmente, sinalizar esses valores equivalentes, gás-equivalente-gasolina. O que eu estou dizendo, depende de como se comportar o mercado internacional, cujos preços estão referenciados na bolsa de óleo.

E o que é importante ver é o seguinte, o gás como já disse aqui, ele desloca o combustível, o óleo combustível na indústria e, no caso da gasolina, pelo fato da gasolina ser mais cara do que o óleo combustível e Ciclo Otto não usa óleo combustível, ele se torna extremamente atrativo. A questão aí vai ser como é que nós vamos calibrar isso em questão dos preços internacionais. Não se pode aqui fazer uma política de esconder ou de deformar o mercado em cima de preços que não são reais. A orientação que nós temos dado é que os preços serão aqueles efetivamente registrados na cadeia total da produção do gás desde a sua produção até seu consumo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado Ministro, com a palavra, agora, Dr. Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Aproveitando esse último momento da fala do Ministro falando de preços, esse gráfico mostra o preço do gás por milhão de BTU, para o consumidor com consumo médio de 500 m³ por dia de gás natural, que é um consumidor pequeno. COMGÁS aqui a São Paulo esse aqui é o preço que a PETROBRAS entrega, em torno de cinco dólares por milhão de BTU. O consumidor paga isso, porque tem imposto e tem a margem na distribuição.

Na COMPAGAS, existe o que a PETROBRAS vende à Distribuidora. Isso aqui é imposto e mais distribuição. Em Santa Catarina, isso aqui a PETROBRAS entrega; em torno de cinco dólares o milhão de BTU, isso aqui é imposto e margem de distribuição. Na SULGÁS dessa maneira também.

Esse aqui é um consumidor de 100 mil m³ por dia, que é consumidor maior, um consumidor grande aqui a PETROBRAS também entrega em torno de cinco dólares o milhão de BTU. Isso aqui é tudo gás, aqui é óleo combustível. Aqui é gás. Esse é o preço a PETROBRAS entrega à Distribuidora, o consumidor paga esses preços aqui, portanto, o preço final do consumidor não depende apenas da PETROBRAS, depende da margem de distribuição e depende dos impostos no Brasil.

Voltando à pergunta do Senador Suplicy, sobre a discussão nossa sobre os recursos sociais na Bolívia, em relação ao uso dos recursos da renda de hidrocarburos. Nós entendemos, Senador, que o grande objetivo do Governo Evo Morales é ampliar a participação do Governo Boliviano na renda gerada pelos hidrocarburos. Em nenhum momento nós discutimos o uso desse recurso adicional para o Governo, porque não competiria a nós, enquanto empresas produtoras de hidrocarburos na Bolívia discutir o uso desses recursos.

No entanto, nas primeiras missões que nós mandamos à Bolívia em fevereiro desse ano, por exemplo, nós apresentemos vários projetos adicionais que nós não podíamos fazer enquanto PETROBRAS na Bolívia, nós falamos na possibilidade de um complexo gás-químico para adicionar valor ao gás dentro da Bolívia, nós falamos na possibilidade de discussão de estudos de gás e fertilizantes da Bolívia, na possibilidade de discussão de redes de distribuição de gás para uso domiciliar em bairros pobre na Bolívia, falamos na possibilidade de treinamento de um grande número de bolivianos para trabalhar na cadeia de hidrocarburos na Bolívia, falamos no aumento dos gastos sociais da responsabilidade social da Companhia com o Brasil que nós fazemos, também ampliarmos nossos gastos dentro da Bolívia. Esse foi um... Nós fizemos, inclusive, uma proposta de memorando entendimentos com vários desses projetos, em fevereiro desse ano e dada a evolução das negociações, isso não avançou muito.

A privatização que ocorreu na BolíviA – Ela, ao privatizar, passou as ações das empresas que foram privatizadas para o povo boliviano. O povo boliviano, individualmente, era, até ontem, o detentor das ações das empresas privatizadas lá em 97. Essas ações eram administradas pelas AJPs, que são associações de jubilados e pensionistas, que são as associações dos apensionistas, dos Fundos de Pensão na Bolívia, que administravam as ações que estavam sob a responsabilidade dela. O Decreto transfere a propriedade dessas ações, das pessoas, sob a gestão dos Fundos de Pensão para a YPFB. Isso foi ontem publicado, não afeta a PETROBRAS em nada, mas é um movimento de retirada das ações dos indivíduos bolivianos para financiar a YPFB, é um direito legítimo, uma decisão absolutamente soberana e respeitável da Bolívia. O Senador Sibá levanta a pergunta sobre quantos bolivianos nós temos na Bolívia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita, prezado Presidente Gabrielli, quando mostrou esse gráfico aqui, ainda mais por ser de São Paulo, eu fiquei pensando, mas por que a COMGÁS cobra tão mais do consumidor que consome até 500 m³ por dia, em relação às demais empresas se bem que depois, para o consumidor maior, salvo engano, aí é equilíbrio. Há alguma razão especial para essa disparidade? E em segundo como o Senador Valdir Raupp me chamou atenção aqui de que o Senador que eu mencionei, que me visitou ontem, em verdade é um Senador suplente, eu acabo de ligar para ele quero esclarecer. O Senador Andrés Guzman me informou que é Senador suplente que, na Bolívia, tem o mesmo direito de legislar que o titular, mas que o convite para que eu possa ir lá, será efetuado, segundo ele, pelo Presidente do Senado Ramires, então, tudo mais que eu falei seria válido. Só para aqui registrar, agradeço o esclarecimento do Senador Valdir Raupp.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Senador Suplicy eu não gostaria das razões da COMGÁS, porque nós não participamos da COMGÁS, no entanto, falando em tese sobre a indústria de rede, que é a indústria de gás, o consumidor familiar, o consumidor pequeno em geral, ele é um consumidor que tem um custo de infra-estrutura maior do que o consumidor grande, onde o custo, pela escala, tende a ser menor, então, é possível que haja uma explicação, eu não estou nem justificando, nem dizendo que está correto, não está correto, mas tem certa explicação econômica que é pelo tamanho dos investimentos necessários para atingir um consumidor pequeno e o consumidor grande. Respondendo ao Senador Sibá, nós temos cerca de 1.500 empregados na Bolívia, 95% são bolivianos. São bolivianos, 80% dos gerentes são bolivianos, 80% dos gerentes são bolivianos. Nas Refinarias, nós só temos um brasileiro em cada Refinaria, um brasileiro. Então, objetivamente, nós temos hoje uma empresa com grande presença de empregados, aliás, nós estamos muito preocupados, porque nós estamos implementando crescentemente nossas políticas de RH na Bolívia, nossas políticas de segurança, meio-ambiente e saúde na Bolívia e numa hipótese de... Num acordo de acionistas, futuro, com nós como minoria, se nós não conseguirmos garantir as condições de trabalho, as condições de remuneração, as condições de carreira, as condições de treinamento, o respeito à representação dos trabalhadores na Bolívia, provavelmente nós não teremos condições de permanecer na Bolívia, no refino.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só uma perguntinha, rapidamente, um minutinho, você acharia viável uma ida da gente lá, fazer, pelo menos uma visita de solidariedade ou coisa parecida? Do seu ponto de vista?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Uma visita do Senado?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Nas instalações, sim. Com a presença de alguns Senadores, Deputados, quem queira ir, se é viável?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Ir lá nas Refinarias?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Fica aquela sensação que os brasileiros estão de costas para o problema, coisa parecida.

MINISTRO SILAS RONDEAU – (inaudível)

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Estou falando porque presto uma solidariedade, querendo desmistificar um fato. Estavam dizendo que poderia haver uma intervenção militar, aprisionamento de brasileiros ou coisa parecida, então, com esses números é para cair por terra esse tipo de coisa e a gente fazer alguma coisa que possa dizer para os brasileiros que as coisas não estão nesse ponto, de um estado de guerra ou coisa parecida.

MINISTRO SILAS RONDEAU – O próprio Ministro... rapidamente. Senador Sibá, veja, primeiro, não é necessário, acho que não é necessário agora. Agradeço, nós agradecemos, mas acho que não é necessário. O próprio Ministro, na nossa reunião, ele deixou bem claro, a posição dele e ele fez questão de colocar isso na imprensa, é que ele colocou o Exército na parte externa, porque ele também temia que alguma coisa acontecesse nas instalações e comprometesse o suprimento que é muito importante para eles, da Bolívia. Então, essa é a justificativa que ele colocou, embora, naturalmente, eu tenha questão de registrar o descontentamento, o sinal negativo que teve, do exército em

frente da logomarca da PETROBRAS, mas ele está dizendo o seguinte: "A nossa preocupação maior foi garantir a tranqüilidade, o funcionamento das instalações". Então, de sorte que eu agradeço, realmente, esse apoio...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só para exatamente para tirar esse medo. Então, o Exército está lá protegendo e não ameaçando a invasão.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Senador Valdir Raupp nós, evidentemente, que temos que iniciar as obras, já que estamos prevendo dezembro de 2008, o Senador sabe, perfeitamente que a situação, no caso do Urucu-Porto Velho há uma empresa privada que é responsável pelo gasoduto, nós temos um processo de negociação com a empresa, nós temos participação na empresa, mas não somos sozinhos nesse gasoduto, estamos acelerando o máximo possível para viabilizar o gasoduto até final de 2008. Está dependendo de negociações com os sócios na...

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O Senador Valadares levanta uma série de questões extremamente importantes e pertinentes, eu queria apenas destacar a preocupação que ele está levantando sobre as instabilidades na Venezuela e na Bolívia, eu estive visitando numa época Diretor Financeiro, eu tive visitando algumas Agências de Avaliação de Risco Financeiro e fiz uma pergunta a eles. Nós estávamos diversificando as atividades, estávamos a nossa presença na Argentina, na Venezuela, na Bolívia, na Nigéria, na Tanzânia, na Turquia; isso aumenta o risco ou diminui risco da PETROBRAS e essa Agência de Rating disse: "Infelizmente não tem petróleo na Suíça." Então, objetivamente, a indústria de petróleo e a indústria de gás, ela vive em ambientes de instabilidade no mundo e nós temos apenas ter mecanismos de minimização do impacto dos riscos sobre nossas atividades.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente. Faltou...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu faço um apelo, porque ambos vão comparecer à Comissão da Câmara que está marcada para as duas e meia e já são 02h56.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não vou aumentar o debate, só o seguinte: eu fiz uma pergunta, eu fiz uma pergunta relacionada com o interesse dos taxistas e dos industriais, até que ponto, qual o limite para o aumento que pode, que o Presidente da Bolívia está solicitando. "Olhe, Valadares, nós agüentamos até tanto. Pode ser que eles estão pedindo além do que o Brasil possa conceder".

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Senador, o que eu quis mostrar é que nós não podemos dar uma resposta a isso, porque o preço por taxista e para o consumidor industrial depende do distribuidor estadual. Não depende da PETROBRAS. A PETROBRAS entrega a cinco dólares o milhão de BTU, agora.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – É o seguinte: porque quem sabe o Presidente disse que perdeu o Acre por causa de um cavalo e sabe que agora descontar quando nós sabemos o Brasil pagou e assinou o tratado de Petrópolis, dois milhões de Libras Esterlinas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu queria agradecer, imensamente, a presença de todos e muito especialmente dos nossos convidados, cumprimentá-los pela justeza, pela adequação das... Pelo conteúdo, pela qualidade das respostas e dar por encerrada essa Sessão.

MINISTRO SILAS RONDEAU – Nós que agradecemos.

(Sessão encerrada às 14h58)

Ata da Décima Segunda Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 18 de maio de 2006, às 9:30 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia dezoito de maio do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **FLEXA RIBEIRO, HERÁCLITO FORTES, EDUARDO AZEREDO, JEFFERSON PÉRES, MARCO MACIEL, ARTHUR VIRGÍLIO, SÉRGIO ZAMBIASI, ÁLVARO DIAS, EDUARDO SUPLICY, LEONEL PAVAN, ROMEU TUMA, GILVAN BORGES, MÃO SANTA e CÉSAR BORGES.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senador **SÉRGIO ZAMBIASI** solicita inversão de pauta. Os Senadores **JEFFERSON PÉRES** e **EDUARDO SUPLICY** fazem uso da palavra pela ordem. O Senhor Presidente segue para a **Extra-Pauta Item 02:** Projeto de Lei da Câmara Nº 16, de 2006, de autoria da Presidência da República, que "Autoriza o Poder Executivo a alienar, por doação, um helicóptero Esquilo Biturbina para a Armada da República Oriental do Uruguai".O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **SÉRGIO ZAMBIASI.** Aprovado. O Senhor Presidente convida os Embaixadores indicados para comporem a Mesa e retorna à ordem da pauta. **Item 01:** Mensagem (SF) Nº 120, de 2006, de autoria da Presidência da Repú-

blica, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Coréia." Faz uso da palavra o Senador **MARCO MACIEL** para leitura de seu relatório. O Senhor Presidente faz inversão de pauta para **Extra-Pauta Item 01:** Mensagem (SF) Nº 112, de 2006, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor Frederico Cezar de Araujo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia". Faz uso da palavra o Senador **ARTHUR VIRGÍLIO** para leitura de seu relatório. O Senhor Presidente passa a palavra à Embaixadora **CELINA MARIA ASSUMPÇÃO DO VALLE PEREIRA** e ao Embaixador **FREDERICO CEZAR DE ARAUJO,** que fazem suas exposições de motivos. Fazem uso da palavra os Senadores **EDUARDO SUPLICY** e **JEFFERSON PÉRES**. A Reunião torna-se secreta. Reaberta a Sessão, o Senhor Presidente comunica a aprovação dos indicados por unanimidade, tendo sido escrutinadores os Senadores **MÃO SANTA** e **EDUARDO SUPLICY.** O presidente retorna à ordem da pauta. **Item 02:** Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 205, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto das Emendas à Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, realizada em Londres, Reino Unido, em 9 de abril de 1965." O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **MÃO SANTA**. Aprovado. **Item 03**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 207, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda, firmado em Pretória, em 8 de novembro de 2003." O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**. Aprovado. **Item 04**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 208, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos, celebrado em Brasília, em 26 de novembro de 2004." O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **ROMEU TUMA.** Aprovado. **Item 05**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 209, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão, celebrado em Brasília, em 11 de maio de 2005". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **EDUARDO SUPLICY**. Aprovado. **Item 06**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 210, de 2006, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, celebrado em Zagreb, em 25 de fevereiro de 2005". O Senhor Presidente designa relator "Ad Hoc", Senador **ROMEU TUMA**. Aprovado. Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO SUPLICY. Extra-Pauta Item 01**: Requerimento Nº 21, de 2006 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros, que "Requer, nos termos regimentais desta Casa, que o Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, seja convidado a comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre a crise que ora se estabelece entre a Bolívia e o Brasil". O Senador **ARTHUR VIRGÍLIO** subscreve o requerimento para justificá-lo. Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO SUPLICY.** Aprovado. O Senhor Presidente encerra a reunião às treze horas e dois minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.– Senador **Roberto Saturnino,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Havendo número legal. Declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura e submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Se todos os Senadores estão de acordo fica dispensada a leitura da Ata anterior. Passamos a nossa pauta.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sr. Presidente, sobre a (inaudível) de pauta para a apreciação do Item...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com a palavra o Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Apreciação do Item 2, Projeto de Lei da Câmara de 16 de 2006, que autoriza o Poder Executivo a alienar por

doação, Helicóptero Esquilo Biturbina para a Armada da República Oriental do Uruguai.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – V.Exª. pede para inversão de pauta.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Inversão de pauta. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu consulto os Srs. Senadores. Acho que não é um Item polêmico. E logo em seguida a ele, nós apreciaremos os dois Embaixadores e o resto da pauta fica para depois.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Pela ordem o Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Senador Saturnino, eu estive hoje pela manhã com o Ministro Celso Amorim no Itamaraty, conversando longe dos holofotes sobre Política Externa. E ele me pediu que transmitisse a V.Exª., o seguinte: Está de viagem marcada para o Brasil o Chanceler do Chile, embora em princípio seja uma sexta-feira, mas ele, Chanceler, pode negociar outra no dia da semana se houver interesse desta Comissão em recebê-lo.

Então estou transmitindo a V.Exª. Conversaria com o Embaixador Celso Amorim a respeito disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito bem. Mas é uma sexta-feira próxima ou ainda...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Parece que é a próxima, se não me engano, mas ainda está em tempo de marcar outra data.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – De amanhã a uma semana. Está bem. Obrigado. Agradeço a V.Exª. Vamos entrar em contato com o Embaixador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Pela ordem, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, ontem o Senado norte-americano aprovou a medida da construção do muro de 600 quilômetros, um muro triplo entre os Estados Unidos e o México, na verdade, entre os Estados Unidos e a América Latina. E eu tenho aqui feito um diálogo até muito, que eu tenho considerado muito produtivo e construtivo, sobretudo, que o Senador Jefferson Peres, mas eu queria informar, tenho conversado com outros Senadores, agora com o Senador Arthur Virgílio. Eu acho que seria interessante nós fazermos uma manifestação do Senado Brasileiro ao Senado norte-americano, porque fico imaginando o dia em que as fronteiras dos Países das Américas ficarem caracterizadas por muros como aquele, que não me parece o melhor caminho.

Então, eu estou redigindo. Hoje à tarde encaminharei ao Plenário do Senado uma manifestação, que eu espero possa ser apreciada e aprovada por todos os Srs. Senadores. E, inclusive, se alguns desejarem pensar na melhor forma dessa manifestação, me disponho a ouvir. Mas eu queria informar que estou preparando para hoje à tarde apresentar no Senado que obviamente depois vem para esta Comissão a ser apreciada. Então, era o registro que gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Senador. A Mesa esperará o Requerimento de V.Exª. Então vamos ao Item 2 da Pauta Extra que é o Projeto de Lei da Câmara nº. 16 de 2006 que autoriza o Poder Executivo a alienar por doação um Helicóptero Esquilo Biturbina para Armada da República Oriental do Uruguai. O Relator é o Senador Romeu Tuma. Não estando presente, eu peço ao Senador Sérgio Zambiasi que funcione como Relator ad hoc.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Pois não. Com muita honra, Presidente Senador Saturnino.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Com a palavra Senador Zambiasi.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – O Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, bem, eu tenho apenas um dos itens aqui do nosso Relatório, Senador Romeu Tuma, que eu acho que ele caracteriza bem a importância dessa doação, o Projeto der Lei em análise nasceu do interesse manifestado pelo Presidente da República Oriental do Uruguai Tabaré Vasquez, em visita ao Brasil no mês de maio de 2005, em receber um Helicóptero Biturbina. O H-13 pertencente ao inventário da Marinha do Brasil. Essa transferência seria fundamental para a capacitação da força naval do País irmão, no emprego e na operação de aeronaves, embarcadas e insere-se nos propósitos de integração do Mercosul, além de encaixar-se nos Princípios de Solidariedade Latino-Americano expressos em nossa Constituição.

Considero-se, assim, que o Projeto de Lei em análise atende aos anseios da integração do Conesul propiciando o progresso das Forças de Defesa da Nacional Uruguaia e fortalecendo os laços de amizade entre os dois Países e não desfalca a Marinha do Brasil. Uma vez que ficam garantidos os recursos para o seu ressarcimento pela aeronave doada.

Então, o Parecer é pela aprovação, o Parecer do Senador Romeu Tuma, é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Em discussão o Parecer. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir. Em votação. O Senador Marco Maciel quer...? Não. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sr. Presidente, muito obrigado. Eu já aprovei para requerer urgência para apreciação em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Os Srs. Senadores. Está em discussão o Requerimento de Urgência. Se nenhum dos Srs. Senadores quer se manifestar em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Requerimento de Urgência. E passamos então à apreciação das indicações dos Srs. Embaixadores. Uma na pauta normal, a outra na Pauta Extra. E são respectivamente a Srª. Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, Ministra de Primeira Classe da Carreira Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores para Embaixadora do Brasil junto à República da Coréia. E o Sr. Frederico César de Araújo, Ministro de Primeira Classe a Carreira Diplomata o Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia. Peço aos dois indicados que tomem assento aqui à Mesa.

Bom, vamos examinar primeiramente o Item 1 da pauta normal que se refere à mensagem nº. 120 de 2006 e submete à apreciação do Senado a indicação, como eu disse, da Srª. Celina Maria Assumpção do Valle Pereira para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Coréia. O Relator é o Senador Marco Maciel a quem concedo a palavra.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR MARCO MACIEL (PFL-PE) – Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores. Bom, sou Relator como V.Exª. anunciou da indicação feita pelo Sr. Presidente da República da Embaixadora, Ministra da Primeira Classe Celina Maria de Assunção do Vale Pereira, do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Coréia.

Sr. Presidente, eu acho que é dispensável ler todo o rico e denso currículo da indicada, que é uma das mais competentes Diplomatas do Ministério das Relações Exteriores, que é reconhecidamente uma Casa de alta profissionalidade. E devo destacar, porém dois pontos do seu currículO –

O primeiro é que ela chefiou a Delegação Permanente do Brasil em Genebra, quer dizer, ela foi Embaixadora Alterna da Delegação Permanente em Genebra no ano de 2000, e tendo sido posteriormente Embaixadora do Brasil na Suíça. Portanto, são duas funções, assim, muito estratégicas sob o ponto de vista de política internacional.

Depois, devo dizer também, que ela ao longo da sua carreira participou de alguns eventos ligados a temas sensíveis, como, por exemplo, a Reunião do Comitê Permanente Brasil/Argentina, sobre Política Nuclear em Buenos Aires em 1999, a Conferência dos Estados partes, na Convenção sobre Proibição do Desenvolvimento, Produção e Estocagem de Armas Biológicas e Tóxicas sobre (inaudível) de Genebra, e também reuniões de OIT, etc.

Agora a Embaixadora está sendo indicada para exercer as funções do Brasil na Coréia. E eu devo dizer, na Coréia do Sul, lógico. E a mensagem presidencial informa também que aquilo que todos nós sabemos, que as relações Brasil Coréia do Sul transcorrem muito bem. O então Presidente Fernando Henrique Cardoso teve a oportunidade de visitar a Coréia assinando, inclusive, acordos. E essa cooperação se desenvolve em vários campos, tendo recentemente o Presidente Roh visitado, se não me engano 2004 o Brasil.

Eu creio, Sr. Presidente, que em face do que acabo de expor, são essas as considerações que acho relevantes produzir por ocasião, por ocasião desta etapa da Sessão que se volta para a leitura do Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. E passo, então, à apreciação do Item 1º da Pauta Extra que é a mensagem nº. 112 de 2006, e submete à apreciação do Senado a escolha do Sr. Frederico César de Araújo para, como eu disse, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia. O Relator é o Senador Arthur Virgílio a quem concedo a palavra.

SR. RELATOR AD HOC SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, Sr. Presidente, eu cumprimento a Embaixadora Celina Assumpção e o Embaixador Frederico Araújo. E antes de mais nada, explico até a posição que tomei ao solicitar a V.Exª. que colocasse Extra Pauta essa matéria, hoje.

Eu estou convencido de que se vivermos um quadro delicado na Bolívia, e se isso exige firmeza, prudência, sensibilidade, habilidade, mas eu repito, firmeza por parte da diplomacia brasileira no trato com essa questão e no trato com o Governo boliviano, e

se entendo que o consenso que estabeleceu, a partir de proposta minha, de não apreciarmos o nome do Embaixador Frederico Araújo antes de termos algum aclaramento da situação entre os dois Países, eu percebi fatos supervenientes. Por exemplo, aqui mesmo nesta Comissão esteve o Ministro Celso Amorim que até contrariando *alter egos* do Presidente da República, disse de maneira bastante assertiva alguma coisa do que era o discurso da oposição brasileira nesta Casa. E, portanto, eu considerei positiva a vinda do Ministro Celso Amorim à Comissão de Relações Exteriores.

Do mesmo modo nós tivemos uma segunda Sessão de audiência pública com o Ministro das Minas e Energia Silas Rondeau e com o Presidente da PETROBRAS, Dr. José Sérgio Gabrielli. E eu me senti bastante contemplado, porque percebi a PETROBRAS cumprindo estritamente o seu dever de proteger os interesses dos seus acionistas, proteger os investimentos que não são de pequena monta feitos por ela a partir do recurso dos seus acionistas e sem dúvida alguma com dinheiro do povo brasileiro, porque parte disso vindo do orçamento da PETROBRAS, orçamento aprovado aqui no Congresso Nacional, percebi a PETROBRAS com um elenco de hipóteses que *in extremes* iriam até a arbitragem internacional. E que em qualquer situação era de não abrir mão de nenhum tostão brasileiro, nenhum real brasileiro investido naquele País.

Vejo que esse País precisa mesmo é de investimentos e não de bravatas. Esse País precisa mesmo é de se inserir no diálogo com as nações e de perceber que a PETROBRAS lhe faz bem. Não adianta tentar recriar a figura do imperialismo, que fica até ridículo o Brasil posar disso, num mundo que hoje é interdependente, um mundo onde os capitais são disputados sofregamente. Nós temos os indicadores anuais. Fim de ano, "Este ano recebemos menos capital estrangeiro do que ano passado". Isso é visto como algo negativo. E a Bolívia sabe do caminho dela. Mas que saiba do seu caminho que o percorra indenizando o Brasil, se for o caso, e arcando com as conseqüências de atitudes extremas, e a PETROBRAS me disse claramente, aquilo que também era uma recomendação da oposição brasileira. Ou seja, o discurso que eu fiz no primeiro dia, eu sentir, feito depois pelo Governo Brasileiro com toda a moderação que o Governo Brasileiro tinha que ter e que eu não tinha a obrigação de ter, até porque líder de um partido de oposição nesta Casa.

Portanto, eu queria dizer isso, Sr. Presidente, porque eu entendo que o fundamental é o Ministro Celso Amorim com quem esteve hoje o Senador Jefferson Peres, com quem estive eu ontem, o Ministro Celso Amorim chegar a La Paz na sua visita próxima, final da semana, começo da outra, algo assim, podendo levar mais esse trunfo na mão de boa vontade. Podendo dizer que o Congresso Brasileiro na parte que lhe toca, Comissão de Relações Exteriores aprovou e isso é de uma importância qualitativa significativa, aprovou o nome do Embaixador Frederico César de Araújo, mostrando que o Brasil pretende negociações normais, que o Brasil pretende realmente normalizar a situação. Que o Brasil, enfim, pretende continuar encarando a Bolívia como um País com quem se troque as melhores figurinhas da economia e as melhores figurinhas do futuro. E com isso eu creio que respondo a uma indagação que eu tinha feito para mim mesmo, ou seja, o Relatório antes era o Relatório que é aquele Relatório simples que a Assessoria nos apresenta, e que seria acrescentado pelo respeito que tenho pelo Embaixador Frederico César de Araújo, amizade pessoal, e respeito, eu o conheço e sei da sua competência. A Bolívia vai se sentir orgulhosa de ter sido agraciada pelo Brasil com a competência de Antonino Mena Gonçalves, e agora com a competência e a experiência de Frederico Araújo, assim como estamos dando uma enorme contribuição em relações Brasil/Coréia, com a ida da Ministra Celina Assumpção para lá.

Essa é a maior prova de que o Brasil vê na Coréia um parceiro relevante. E, portanto, para lá mandando um dos seus quadros mais significados, um dos seus quadros mais preparados.

Eu passo então ao Relatório que diz menos do que eu precisaria dizer, seja na parte afetiva, seja na parte... Seja em relação ao Relatório foi feito antes, Embaixador Frederico, desses eventos. Então eu resumo. O Presidente indica e faz muito bem o primeiro tópico, indica e faz muito bem em indicar um Diplomata do seu calibre para um posto importantíssimo, por tudo que já vimos e por tudo que já sabemos, um posto importantíssimo, mais importante do que a maioria dos postos do chamado Circuito Elizabeth Warden. A Bolívia é importante, é relevante, na minha cabeça e na forma como eu vejo a Política Externa do nosso País.

Então, muito bem. *Curriculum vitae* do Embaixador é o melhor. Passou por diversos testes, chegou promovido por merecimento em diversas situações. Serviu em importantes missões, Londres, Tóquio, Camberra, teve, chefiou o Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores e da Presidência da República, e é uma figura merecidamente portadora de diversas condecorações nacionais e estrangeiras. Em outras palavras, eu repito o que dissera no início. É honroso para a Bolívia como é honroso para a Coréia, nós para lá enviarmos Diplomatas desse calibre. É a maior prova de apresso que o Brasil pode dar a esses dois Países. Um, País tão fraterno que não pode alimentar nenhum ressentimento avoengo contra o Brasil. E o

outro, um País com o qual nós temos que aprofundar relações, até porque muitas vezes competidores do Pólo Industrial do meu Estado é competidor, às vezes feroz e de produtos coreanos, e ao mesmo tempo, é um pólo que recebe investimentos coreanos significativos. E é muito bom sabermos transitar nesse fio da navalha benigno, positivo. A competição nos obriga a produzir melhor, e os investimentos coreanos nos ajudam a produzir melhor.

Muito bem. Então, eu gostaria diante do que expus em cumprimento ao que expõe o Art. 52, 4º da Constituição Federal, submeter à escolha do Sr. Frederico César de Araújo a esta Comissão, certo de que seus integrantes certamente já haverão de dispor de elementos suficientes para deliberar, e eu imagino que positivamente, sobre a indicação presidencial que acerta em cheio.

O Brasil mostra de novo que pretende ter relações boas e positivas com a Bolívia a partir, inclusive, da Excelência dos quadros o que o Palácio tem enviado. Eu quero aqui registrar o trabalho competente do Embaixador Antonino Mena Gonçalves. E dizer que o Brasil mantém o mesmo diapasão com a experiência, com a competência, com o brilhantismo do Embaixador Frederico Araújo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu quero agradecer o Senador Arthur Virgílio, e ao mesmo tempo se manifestar o meu regozijo, louvor mesmo, pelo gesto de S.Exª. que sem abrir mão dos seus pontos de vista, mostrou mais uma vez o seu grande espírito público ao pedir que eu colocasse Extra Pauta a indicação do Embaixador Frederico Araújo na medida em que esta indicação pode reforçar a posição do Brasil nesta negociação que inicia-se com a Bolívia.

De forma que nosso agradecimento e nossa manifestação de louvor mesmo, ao gesto do Senador Arthur Virgílio.

E vamos, então, às exposições dos respectivos indicados, a começar pela Srª. Celina Assumpção do Valle Pereira, indicada para representar o Brasil na República da Coréia. Com a palavra S.Exª.

SRA CELINA MARIA ASSUMPÇÃO DO VALLE PEREIRA – Exmº. Senador Roberto Saturnino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado, Exmº. Sr. Senador Marco Maciel, Relator, Exmº. Srs. Senadores, membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa.

É com muita satisfação e com muita honra que eu compareço hoje à presença de V.Exªs., para cumprir com um preceito constitucional que submete designação dos Chefes de Posto de Embaixadas em caráter permanente, a aprovação do legislativo por intermédio do Senado Federal. Esta é uma competência do Senado, dentre outras, que caracteriza a co-participação do Executivo e do Legislativo em matéria de Política Externa e que estão na base da cooperação entre o Ministério das Relações Exteriores e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa.

Faria aqui uma menção muito rápida à minha curta experiência como Embaixadora. Eu tive a possibilidade de receber uma missão Parlamentar Brasileira do Grupo Parlamentar Suíço Brasileiro em Berna, e essa missão, teve contatos com o Governo, autoridades do mais alto nível, o próprio Presidente da República, o próprio Presidente da Confederação (inaudível) os recebeu, Parlamento e visita as duas das empresas multinacionais de farmácia das mais importantes do mundo. Novartis e Roche.

Essa visita foi um sucesso e ela serviu, sobretudo, para mostrar aos suíços, tanto no Governo como Parlamento, como nas empresas, que Política Externa no Brasil é Política de Estado. E essa missão Parlamentar ela é integrada por Parlamentares da situação e da oposição, coisas que eles fizeram questão de frisar, e ficou muito claro que a Política Externa brasileira é uma política de Estado.

Portanto, essa co-participação Executivo e Legislativo, serve para reforçar a credibilidade da Política Externa brasileira.

Eu recebi a indicação do Presidente Lula com muita satisfação, para ser aprovada por V.Exªs. Embaixadora na Coréia do Sul. Trata-se de um desafio. A Coréia, a Ásia em geral, enfim, os três grandes Países, asiático, em particular, China, Índia e a Coréia atraem hoje a atenção de todos os Países industrializados, em desenvolvimento, e o Brasil não poderia ficar indiferente.

Eu não vou, apesar de trazido aqui vários dados, não vou incomodá-los com esses dados que são um pouco cansativos. Mas apenas salientarei alguns deles. A Coréia tem um produto internacional, um Produto Interno Bruto de 785 bilhões de dólares. Esse PIB em 2003 era de 606 bilhões de dólares, o que mostra o crescimento constante e elevado.

A renda per capita em 2006 dos coreanos é de 15 mil 962 dólares. Em 1962, no começo, digamos assim, do desenvolvimento da Coréia, Coréia do Sul como País independente, essa renda era de 87.

Portanto, 87 dólares e hoje 15 mil 962 dólares. Portanto, isso mostra o dinamismo da Coréia. O crescimento é realmente um crescimento extraordinário e constante.

Se olharmos um pouco a história desse desenvolvimento industrial da Coréia nós vamos notar que há algumas similitudes com o Brasil. A Coréia como

o Brasil começou a sua industrialização servindo-se de incentivos à indústria nacional, de substituição das importações, de restrição aos investimentos estrangeiros, e diferenciou-se do Brasil na medida em que essa política econômica, ela foi feita com um objetivo, que era o mercado externo. Onde se explica, o País tem uma população menor que a do Brasil, nós temos um mercado interno muito grande, a nossa atenção foi muito mais para o mercado interno. A Coréia não. A Coréia se dirigiu para o mercado externo.

E a segunda diferença é que também, aí podendo ser um pouco qualificada em grau, é que a Coréia foi um País autoritário durante muitos anos. O Governo era um Governo autoritário. O Governo tinha uma capacidade de intervir no setor econômico, de dirigir. Havia um dirigismo muito grande. Aí também existiria alguma semelhança com o Brasil, porque também tivemos um período de regime autoritário. Mas o fato é que a Coréia tinha um plano estratégico que foi se desenvolvendo ao longo desses anos. Inclusive, a ênfase começou nas pequenas indústrias, indústria têxtil, quando isso se afirmou bem e já tinha um mercado externo bastante importante, partiu para uma política mais industrial, mais sofisticada, começou a explorar petróleo, a construir navios... A Coréia é hoje o principal País construtor de navios e plataformas.

Então, ao longo dos anos ela foi se, enfim, sofisticando na sua industrialização, mas sempre sem perder de vista o mercado externo.

Naturalmente a Coréia teve uma vantagem adicional, que foi o fato de os Estados Unidos ao ocuparem a Coréia ao final da Segunda Guerra, contribuíram enormemente para a economia desenvolver, a economia coreana. E, inclusive, foram eles que fizeram a Reforma Agrária na Coréia. Mas não data apenas do período de ocupação, enfim, não diria da ocupação americana, mas da presença americana na Coréia, essa base industrial. Na verdade, o Japão embora como potência ocupante, colonizadora, o Japão desenvolveu muito a Coréia no seu interesse próprio. Instalou indústrias na Coréia visando à Coréia como plataforma de exportação, também. Tinha seus homens mais envolvidos nas lutas e no expansionismo, então usava a mão-de-obra coreana muito barata, aliás, até hoje é uma mão-de-obra barata. E o Japão, inclusive, contribuiu muito também para elevar o nível de educação da Coréia, que é outra das características do País e que explicam, inclusive, esse dinamismo, esse crescimento constante.

Portanto, o Brasil ao se aproximar mais da Coréia, não está só se aproximando de um País com qual tem situações e interesses em comum. Obviamente nós não estamos em busca de exemplo, mas estamos em busca de um parceiro comercial. Nós também desejamos aumentar o nosso comércio, desejamos aumentar os investimentos estrangeiros no Brasil, e a Coréia tem todas as condições para isso.

O nosso comércio com a Coréia cresceu enormemente nos últimos anos. A Coréia já vem fazendo investimentos no Brasil. Há uma... Recentemente, foi lançada a pedra fundamental de uma indústria siderúrgica coreana no Ceará. E há também um projeto, eu soube disso ontem, um Projeto da Camargo Corrêa com os coreanos em Pernambuco, se não me engano. Mas há outros investimentos mais tradicionais. Enfim, os grandes chabous(F) coreanos, enfim, que estão presentes no Brasil, como Hyundai, LG.

Bom, nós temos, enfim, possibilidades de incrementar ainda mais o comércio, mas não quer dizer que também nós não tenhamos algumas dificuldades. Eu tenho 10 minutos, não é, Senador? (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O tempo que achar necessário. Indispensável.

SRA CELINA MARIA ASSUMPÇÃO DO VALLE PEREIRA – Tá certo. Nós temos algumas vantagens e algumas desvantagens. Quer dizer, nós temos o que oferecer a Coréia. A Coréia é um País carente de energia, é um dos Países mais pobres em energia. E nós temos, aí, enfim, *know-how*, e mesmo... Enfim, fontes de energia a oferecer. O Etanol seria uma delas, embora eles reajam um pouco a isso. Mas essa reação ao Etanol não é só dada a Coréia, eu vi isso na Suíça, também, e Suíça está mudando de posição.

Nós temos também a possibilidade de um envolvimento conjunto em pesquisa e desenvolvimento. O Ministro Celso Amorim resumiu numa palavra a prioridade com relação à Coréia. Vamos desenvolver, aumentar a cooperação entre os dois Países na área de Ciência e Tecnologia. Essa é a área prioritária para nós. E justamente essa é uma área para a qual nós já estamos voltados, porque por ocasião da visita do Presidente Lula à Coréia em 2004, foi decidido que se criaria, se instalaria um Centro de Tecnologia na área de Tecnologia da Informação. Esse memorando de entendimento já foi negociado, deve ser assinado, e pelo que eu soube há, inclusive, já planos de localização geográfica desse Centro de Tecnologia. Esta é uma área extremamente importante...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Esse Centro seria no Brasil?

SRA CELINA MARIA ASSUMPÇÃO DO VALLE PEREIRA – Seria no Brasil. Esse Centro seria no Brasil. Quer dizer, obviamente esse memorando de entendimento sendo negociado, tem que ser negociado com todas as cautelas, porque nós não queremos,

obviamente, que ele acabe se tornando uma forma de exportação de tecnologia coreana no Brasil. Queremos é uma exploração, uma pesquisa conjunta de maneira que o Brasil também possa se beneficiar. Mas como existe alguma complementaridade, ou seja, um País pobre em energia, nós somos ricos em energia, podemos complementar nessa área, podemos complementar em outras áreas.

Do ponto de vista da agricultura, também, é um País com dificuldades na área agrícola, pelo seu tamanho, por clima, pela sua geografia, embora aí nós tenhamos algumas dificuldades. Porque a Coréia tem uma posição muito restritiva com relação ao comércio de produtos alimentares. Arroz é sagrado, enfim, esse é o grande *issue*(F), em Genebra, na Organização Mundial do Comércio, porque eles subsidiam o arroz e não admitem mudar sua política para cultura do arroz. Mas as nossas dificuldades são com produtos como carne de frango, carne de suíno e bovino, onde hoje nós somos grandes exportadores e estamos tentando penetrar no mercado coreano, na Coréia do Sul, com uma certa dificuldade. Mas obtivemos já, começamos à exportar esse ano frangos, e estamos tentando fazer o mesmo com relação à carne bovina e... Isso no plano bilateral. Existem complementaridades, existe a possibilidade de aprofundarmos as relações.

No plano político a Coréia do Sul tem para nós uma importância também, na medida em que nós somos muito ativos no plano multilateral, no plano internacional de um modo em geral. E naquela região que é uma região estratégica, enfim, menos para nós do que para as grandes potências, mas naquela região nós temos um impasse muito grande que diz respeito à questão nuclear. Coréia do Norte desenvolveu o enriquecimento do urânio, apesar de ser membro do tratado de proibição de armas, Tratado de Proibição Nuclear, TLP. E é um problema sério, enfim, difícil de ser resolvido e que precisa ser resolvido da forma diplomática, e a Coréia do Sul nos últimos quatro anos, passou a ter um papel mais importante nessa, como diria, nesse encaminhamento diplomático dessa questão nuclear, importante. Mais importante, sobretudo, depois que a questão do Irã também veio a acontecer.

E a Coréia do Sul, portanto, representará para nós, brasileiros, para o Brasil, um ponto de observação importante sobre o que está acontecendo com relação à Coréia do Norte. E nós não participamos da discussão, a discussão é limitada a seis Países, enfim, as potências, as principais potências nucleares e da região. Mas nós temos um interesse em acompanhar o assunto porque nós somos muito ativos nessa área de não-proliferação e desarmamento nuclear.

Portanto essa era uma outra oportunidade. Eu peço desculpas por ter feito algo um pouco descosido, mas o tempo é curto. Eu acho que as perguntas é que me darão mais oportunidade para avançar em alguns temas. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Certamente. Eu que agradeço Embaixadora. E quero informar a V.Exª. o seguinte: No programa de atividades desta Comissão nós desenvolvemos um conjunto de audiências públicas dedicadas ao conhecimento, a informação, ao estudo, análise de alguns Países que sob o ponto de vista econômico e social, tiveram bastante êxito nos últimos 20 anos, por exemplo. E que uma das próximas audiências focalizará a Coréia. O caso da Coréia que é realmente impressionante os dados que a Senhora nos trouxe. Quer dizer, nos anos 70 a Coréia tinha uma renda per capita três vezes inferior ao do Brasil, aproximadamente. Hoje a Coréia tem uma renda per capita três vezes maior do que o Brasil. Quer dizer, realmente é um êxito extraordinário. E essa audiência pública da Coréia ainda não está marcada, porque nós estamos articulando a agenda das diferentes pessoas que virão nos informar sobre ela. Mas desde já V.Exª. está convidada e nos dará muito prazer se ainda estiver no Brasil e puder comparecer, V.Exª. será avisada.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, apenas uma observação. Eu não vou me inscrever, até porque nós vamos debater. Apenas para dizer que o que mais impressiona no desenvolvimento coreano, é que além do ritmo, da rapidez, é que ele se fez com crescente distribuição de renda. Isso é que é impressionante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito bem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita, Sr. Presidente, eu agradeceria se a Embaixadora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira acrescentasse na sua exposição uma palavra sobre também a Coréia do Norte, na medida em que... Nós temos, por vezes, recebido aqui Parlamentares da Coréia do Norte. Há como se sabe uma aspiração do povo das duas coréias de eventualmente se unirem outra vez. E a Senhora falou daquilo que o Brasil tem para oferecer...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador, nós vamos ter...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O debate, a interpelação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu queria, apenas, quem sabe isso ainda na parte aberta. Porque se trata de um tema importante. E o Brasil tem

algo a oferecer eventualmente a reunificação da Coréia que já foi objeto, inclusive, de sugestão do Embaixador aqui da Coréia do Sul e de Parlamentares da Coréia do Norte, que quem sabe pudesse o Brasil, dado o fato de os brasileiros da seleção brasileira de futebol, terem encantado o povo coreano, e dos dois lados, de eventualmente, da mesma maneira que o Brasil teve um papel formidável no Haiti quando foi lá a seleção brasileira. Mas a idéia seria de a seleção brasileira de futebol no tempo em que achar adequado, mas quem sabe V.Sª., a Senhora possa colaborar no diálogo a respeito. Quem sabe possa a seleção brasileira fazer um jogo com a seleção de ambas as coréias nas capitais da Coréia do Norte, da Coréia do Sul,para promover um passo de entendimento importante. É a idéia que eu queria deixar para que a Senhora, inclusive, lá dialogue a respeito, quem sabe, numa oportunidade surja isso. O Brasil pode oferecer num passo muito importante de confraternização entre os povos já que eles têm laços, inclusive, familiares. E quem sabe sejam um dia, venham a se unificar, como aconteceu com Alemanha do Leste, Alemanha Ocidental. Então fica aqui a sugestão.

SRA CELINA MARIA ASSUMPÇÃO DO VALLE PEREIRA – (inaudível) Idéia boa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado. Muito bem, eu vou pedir então ao Embaixador Frederico César de Araújo, indicado para a nossa Embaixada a Bolívia que faça a sua apresentação, sua exposição.

SR. FREDERICO CÉSAR DE ARAÚJO – Sr. Presidente, muito grato. Srs. Senadores. Eu faço minhas as palavras que antes proferiu a Embaixadora Celina do Valle Pereira, da satisfação de estar aqui, da interação entre essa Comissão, o Executivo, no interesse demonstrado sempre pelo exame das relações entre o Brasil e o exterior.

Essa é a segunda vez que eu venho aqui. Antes, há alguns anos atrás, cá estive quando fui indicado para Embaixador da Austrália. Mas considero que hoje a minha tarefa é muito mais fácil, porque não há ninguém que entenda mais a Bolívia hoje que os integrantes dessa Comissão, Senador. Eu acho... Isso me permite, inclusive, saltar vários dados do que eu deveria dizer sobre Bolívia, República Unitária Presidencialista, uma população, aliás, em matéria de população eu acho uma coisa importante, uma população de 8 milhões e 900 mil habitantes, mas dos quais 66% descendem das etnias autóctones que foram encontradas na América.

Um PIB de 9 bilhões e meio, uma renda per capita de mil e poucos reais, uma inflação relativamente baixa, um crescimento do PIB até o ano passado de 3,4. Isso mais ou menos são as características dos dados básicos da Bolívia. Ela passou. São relativamente simples os ciclos econômicos da Bolívia. Nós sabemos que no período colonial até o final do Século 19 a economia boliviana se fundamentou na mineração da prata. E do final do Século 19 até mais ou menos a década de 80 no Século 20, prevaleceu à mineração do estanho. E desde então, a exploração do petróleo e gás que é hoje o que nos interessa imensamente.

Em termos de relação com o Brasil nós sabemos que a Bolívia tem a mais longa fronteira com o Brasil. E essa fronteira de mais de 3 mil e 400 e poucos quilômetros, ela liga quatro Estados nossos e foi durante a maior parte do relacionamento do Brasil com a Bolívia o centro de interação. A delimitação das fronteiras, parte no período colonial, isso esteve a cargo das potências, mas já depois de independente nós vamos ter um Tratado em 1867, outros que se seguiram em 82 e 87. Esses Tratados em 1867 é importante, porque eu considero que ele será a fonte posterior da crise do Acre, que foi outra questão que foi solucionada pelo Tratado de Petrópolis já no início do Século 20.

A descoberta de petróleo na Bolívia, em mais ou menos em 1920, e a Guerra do Chaco que se seguiu, guerra de interesse entre companhias de petróleo, uma a SHELL mais com o apoio dos paraguaios e a STANDAROV(F) com o apoio da Bolívia, suscitou no Brasil um interesse possível na importação do petróleo. O Senhor pode imaginar que estrategicamente era importante, viria o petróleo para o lado Oeste, já se antecipavam possíveis conflitos internacionais que pudessem impedir o fornecimento de petróleo para o Brasil. Então, nós chegamos em 1938, nós assinamos dois importantes e os primeiros Tratados: Um de ligação ferroviária entre o Brasil e a Bolívia, e o outro de aproveitamento do petróleo boliviano. Esse Tratado de ligação ferroviária seria também para a Bolívia de interesse, porque ela abriria a rota atlântica. Eu não vou entrar em detalhes sobre a perda do litoral boliviano na Guerra do Pacífico no Século 19, mas isso seria uma abertura para a Bolívia do Atlântico, através do Rio Paraguai do Porto de Santos. E para o Tratado de aproveitamento de petróleo seria uma opção estratégica para nós importante. Esses dois Tratados... Veio a guerra, houve uma grande efervescência dos dois lados e esses Tratados foram custando a serem aprovados, tanto assim que a ferrovia que ligaria Santa Cruz a nós, só foi concluída em 1955.

Logo em seguida um novo conjunto de acordos, chamado Acordos de Roboré levantam de novo o interesse do Brasil, e é a primeira vez que aí se fala em gás numa das nossas reversais. Esse acordo é uma série de notas reversais, que foram examinadas tam-

bém longamente pelo Congresso, de um lado e do outro, interesses da Bolívia se alternavam com grande nacionalismo, e nós ao mesmo tempo nos perguntávamos para importação de petróleo e eventualmente gás. Esse momento o petróleo estava muito barato. Então, foi aberta a oportunidade, mas não houve, assim, um empenho muito grande. Somente na década de 70 com as crises do petróleo, era o Governo Banzer na Bolívia e o Governo Geisel no Brasil, retomou-se o interesse pelo petróleo e o gás da Bolívia, e em 74 se firmaram importantes acordos e que previam, inclusive, o estabelecimento de um complexo siderúrgico e um complexo petroquímico na área da fronteira, que nós teremos o desenrolar ainda hoje.

Nesse momento o gás seria usado mais como um insumo industrial. A PETROBRAS nesse momento tinha outras opções ainda de óleo combustível, então o gás seria utilizado de uma nova forma.

Na Bolívia novamente grandes perguntas se o temor de satelitização do País ao Brasil, mas na década de 90 nós aí já determinamos nós, a alteração da nossa matriz energética com grande interesse para o gás, grandes conselhos e gestos da FIESP, interessada aí numa forma menos poluente de energia. Então o gás passou a ser considerado amplamente na nossa matriz.

E em 96 firmamos, então, o Acordo de *Gas Saves Agreement*(F), que é a fonte do que se passa hoje no... O fundamento da entrada da PETROBRAS na Bolívia.

Sabemos todos que foi feito um Gasoduto entre a Bolívia e até o Sul do Brasil, que esse Gasoduto 80% está no Território Nacional, que custou 2 bilhões de dólares e os investimentos da PETROBRAS, falaremos um pouco depois, mas os Senhores já sabem imensamente.

Nesse momento o que é paralelo ao interesse brasileiro na Bolívia é a gente ter uma idéia das condições internas na Bolívia. Não preciso de reportar a históricos da sucessão desde Santes de Lousada que foi o final do chamado neoliberalismo na Bolívia, mas ao crescimento do movimento, o que eles chamam o Movimento ao Socialismo, o que levou o Presidente Evo Morales ao poder. Esse Movimento começou mais ou menos, nós sabemos todos que as populações autóctones da Bolívia foram dominadas completamente pela potência colonial, já eram dominadas pelo Império Inca, porque desde Século 12, 13, já haviam sido dominadas. Eram populações sempre muito subjugadas, e tiveram no período da Independência da Bolívia, também um julgo de uma oligarquia muito elitizada e muito pequena, que massacrava-os, mesmo, tratava-os como se fossem servos. Tanto assim o Sistema Agrário na Bolívia quando se vendia era um sistema quase de servil, quando se vendia uma gleba de terras, as famílias iam juntas. Isso só se alterou na década de 50, quando houve a grande, a Primeira Reforma Agrária no tempo de Paz Estenssoro.

Esse movimento de valorização das etnias autóctones começou na década de 70, curiosamente através de rádios que foram criados com auxílio da Igreja Católica, rádios em Aimar em Quechua. Naquele momento a ditadura, prevalecente na Bolívia do Banzer, considerou essas rádios como um exotismo cultural, e não havia censura. As rádios se transmitiam nas línguas locais e isso foi criando não só uma consciência, mas como fortalecendo esses movimentos, que chegaram à criação do Movimento ao Socialismo que levou o Presidente Evo Morales ao poder.

Nós sabemos, paralelamente, que o Presidente Evo Morales teve um grande papel na discussão com os Estados Unidos sobre a erradicação da droga. Ele propugnou muito pela substituição das culturas. Teve um papel fundamental na região do Chapare, que é uma região onde ele teve um grande poder político e que foi fundamental para a vitória dele no primeiro turno das eleições, agora, com 50 e tantos por cento.

O Ministro Amorim, os Senhores todos já sabem tudo que se passou desde que o Presidente Evo Morales tomou o poder. Ele já havia prometido Referendo sobre Autonomia, eleição de Assembléia Constituinte para criar uma nova Constituição que será feita agora no dia 2 de julho, e no plano econômico há uma Reforma Tributária e a nacionalização das reservas de petróleo e gás, que já foi amplamente discutido aqui, e eu não preciso de recordar por causa do tempo, mas eu acho que é importante desse período que eu fui, entre eu ser convocado aqui e hoje, eu considero que houve um entendimento, uma redução de um clima antagônico muito grande.

Os Senhores, nós temos declarações Presidenciais e Vice-Presidenciais na Bolívia que se alternam, mas temos solidamente missões do Ministro Rondeau, da PETROBRAS, que vai à Bolívia, se estabelecem grupos de trabalho para estudar a forma de indenização, a forma de uso. Depois nós temos o Presidente da PETROBRAS esteve aqui, os Senhores puderam saber de fonte direta. Nós sabemos que no momento eles estão com os planos suspensos para investimentos na Bolívia, mas estão discutindo como ser ressarcido da nacionalização. E eu acho que quando eu, se eu for... De fato chegar lá, é o que eu vou ter que enfrentar, será certamente das missões minhas mais difíceis, que eu vou ter que negociar, da melhor forma para os interesses nossos como se terá sido ressarcido e, sobretudo, o que nós já sabemos que de parte a parte

é importante o fornecimento da Bolívia e o consumo nosso do gás, porque as alternativas são muito limitadas e terão muito tempo a frente para poder haver uma... E além do mais não se interessa uma quebra, porque a Bolívia obviamente é fundamental num programa maior de integração da América do Sul, sendo ele na posição que está.

Eu vou poupar aqui a Comissão de outros programas que estão em curso de cooperação técnica, de cooperação para a criação de vários outros pólos importantes entre o Brasil, de empreiteiras em construção porque isso tudo, eu acho que o momento primeiro principal é o que nós tivemos ao longo dessas duas semanas aqui.

Eu acho que eu agradeço imensamente a atenção dos Senhores e considero. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – A Comissão é que agradece, Sr. Embaixador, agora não obstante o interesse que sei dos assistentes em escutar a nossa, a interpelação, mas eu sou obrigado pela Constituição e pelo nosso regimento a transformar a Sessão em secreta. Peço aos presentes que...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Pela ordem o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Seria importante antes de fecharmos a Sessão, saber se o Embaixador Frederico César de Araújo estaria planejando acompanhar o Ministro Celso Amorim à Bolívia nesses próximos dias, porque daí caberia a solicitação de urgência para apreciação do seu nome em Plenário.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Isso pode ser na parte secreta, porque se não... Pode ser que seja alguma coisa... Presidente, queria depois...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Muito bem. Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu vou procurar... Acho que ainda não deu tempo.

(Sessão passa a ser Secreta às 11h51.)
(Sessão passa a ser aberta às 12h47.)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Reaberta a Sessão. Feita a apuração, registrou-se uma votação unânime a favor de ambos os indicados que merecem por conseguinte os cumprimentos da Casa e os agradecimentos pelas exposições e pelas respostas. Cumprimentos. Parabéns. E vamos prosseguir na nossa...

SRA CELINA MARIA ASSUMPÇÃO DO VALLE PEREIRA – Obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Nada. Os Senhores estão... A Senhora está liberada para... Parabéns. Parabéns. Parabéns a Senhora, também.

SRA CELINA MARIA ASSUMPÇÃO DO VALLE PEREIRA – Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Vamos ao Item 2 da pauta.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Vai votar o Relator ad hoc?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Vou. Aprova o texto das Emendas à Convenção para a facilitação do tráfego marítimo internacional, realizado em Londres, em Reino Unido em 9 de abril de 65. O Relator é o Senador José Agripino. E eu pediria ao Senador Mão Santa que lê-se o Parecer do Senador José Agripino. É o Item 2.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, "pela ordem".

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Se pudesse ler só o voto. Porque me parece que é está bem explicado. E é bem complexo. Isso tem quase um livro inteiro. Se o Senador pudesse ler só o voto...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Fica feito o apelo ao Senador Mão Santa para que lê-se só o voto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O voto. Onde está o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Não. Inteiramente. Mais uma vez, parabéns. Parabéns, uma vez mais.

SRA CELINA MARIA ASSUMPÇÃO DO VALLE PEREIRA – Obrigada.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O voto está na página 28, Senador, 28.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – ... Explicitado, por julgar oportuno e conveniente, somos pela aprovação do Projeto do Decreto Legislativo nº. 205 de 2006. Sala de Comissão. Pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Em discussão. Se os Srs. Senadores não querem discutir mais. Em votação. Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos ao Item 3 que aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação

aos impostos sobre a renda, firmado em Pretória em 8 de novembro de 2003. O Relator é o Senador Álvaro Dias. Não estando presente eu vou pedir ao Senador Arthur Virgílio que faça a leitura do seu voto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente. A matéria é... Trata da aprovação de texto da convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação aos impostos sobre a renda, firmado em Pretória 8 de novembro de 2003. Muito bem.

O voto. Por todo o exposto, considerando que o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da África do Sul para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação aos impostos sobre a renda celebrada, em Pretória em 8 de novembro de 2003 não apresenta vezos de inconstitucionalidade ou injuridicidade, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 207 de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Em discussão o Parecer. Se nenhum dos Senhores deseja discutir. Em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

O Item 4 é o Projeto de Decreto Legislativo nº. 208 de 2006, que aprova o texto do acordo de cooperação na área de turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos, celebrado em Brasília, 26 de novembro de 2004. O Relator Senador Alvaro Dias. Não estando presente peço ao Senador Romeu Tuma que faça a leitura do voto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Voto. Com base no exposto considerando ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, além de constitucional e legal e versado em boa técnica legislativa, concluo pela aprovação do projeto de Decreto Legislativo nº. 208 de 2006. Senador Alvaro Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Em discussão o Parecer. Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discutir. Em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos ao Item 5 que é o Projeto de Decreto Legislativo nº. 209 de 2006, que aprova o texto do acordo de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão, celebrado em Brasília, 11 de maio de 2005. O Relator ao Parecer é o Senador José Jorge. Não estando presente peço ao Senador Suplicy que faça a leitura do voto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Trata-se de acordo de cooperação técnica entre Brasil e Sudão por meio de programas, projetos e atividades a serem concebidos em reuniões bilaterais e definidos em ajustes complementares. Estabelece pacto de guarda de sigilo de documentos, informações decorrentes e sua implementação, condicionando sua divulgação em previa e solene consentimento da outra parte. Assegura apoio logístico para permanecer no território alheio do pessoal enviado, para execução de projetos ajustados que serão concedidos privilégios, imunidades a esse pessoal, similares aos deferidos ao pessoal de representações diplomáticas, consulares e de organismos internacionais.

A escolha dos enviados está condicionada à aceitação da outra parte. É por cinco anos, e é importante lembrar que o Sudão tem enfrentado graves problemas de ordem doméstica. Estabelece um acordo de cooperação técnica com o Sudão de valor humanitário importante. Daí para a qual votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 209.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Em discussão o Parecer. Se nenhum dos Senadores deseja discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado.

O último Projeto de Decreto Legislativo é o 210 de 2006, que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, sobre isenção parcial de vistos para portadores de passaportes comuns, celebrado em Zagreb em 25 de fevereiro de 2005. O Relator é o Senador Eduardo Azeredo. Não estando presente, peço ao Senador Romeu Tuma que faça a leitura do Parecer.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, este acordo é importante visto ser o nosso primeiro adversário na Copa do Mundo, a Croácia. Então nós somos favorável à aprovação do Decreto Legislativo nº. 210 de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É o voto. Em discussão. Os Srs. Senadores que desejam discutir. Se ninguém deseja. Em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, queria informar que lamentavelmente faleceu anteontem no Rio de Janeiro o Embaixador Álvaro Alencar, um dos Diplomatas mais importantes da sua geração, o Embaixador Álvaro Alencar contribuiu para a defesa dos interesses nacionais no campo comercial, financeiro, com inúmeras décadas de dedicação ao serviço público, não só no Itamaraty, em outras áreas do Governo, no Ministério da Fazenda, pois foi Secretário de Assuntos Internacionais na gestão do Ministro

Francisco Dornelles, e ocupou o mesmo cargo na gestão de Dilson Funaro no Ministério da Fazenda. Tanto o Ministro Dornelles, como o Ministro Funaro tinham por ele grande respeito e consideração.

Tantas pessoas que com ele interagiram são testemunhas de seu trabalho, de sua seriedade. Inclusive, o Prof. Paulo Nogueira Batista Júnior que é um grande amigo dele. E gostaria de... Ele foi Embaixador do Brasil nas Nações Unidas, em Cuba. Assessorou o Ministro Celso Amorim recentemente na definição e defesa de posições brasileiras em negociações comerciais. E ele foi uma das pessoas que, inclusive, colaborou na elaboração do Projeto que define Normas e Diretrizes que aqui foi aprovado pelo Senado, que tramita na Câmara dos Deputados, de minha autoria, para negociações comerciais.

Eu estou, inclusive, preparando um Requerimento para apresentar hoje no Senado, de pesar. E convidaria V.Exª. e os demais membros da Comissão para depois assinar um Requerimento de pesar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Claro. Certamente. A Presidência e os demais membros se associam à iniciativa de V.Exª., e muito justa.

Bem, nós tínhamos ainda na pauta o Item 7, que é o Requerimento do Senador Heráclito Fortes, e convite ao Sr. Marco Aurélio Garcia. Trata-se de um ponto que, enfim, tem importância e é praxe da Casa não colocar em votação requerimentos quando os Senadores...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – O Arthur subscreveu...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Ah, tá bom. Tá bom. O Senador Arthur Virgílio... Agora estou sabendo que subscreveu, também. Então nesse caso nós podemos apreciar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pois não, Sr. Presidente. Os Senadores que endossaram a iniciativa, a meu ver justa do Senador Heráclito Fortes, demonstram inquietação com a desenvoltura, para fora, da atuação em Política Externa do Sr. Marco Aurélio Garcia, que chega em alguns momentos a criticar a posição do Ministro das Relações Exteriores.

Eu sempre cito o exemplo do Presidente Sarney que se cercou de um Assessor como o Marco Aurélio, só que para dentro, no caso era o excelente Embaixador Rubens Ricupero. Então, Ricupero preparava Sarney, brifava Sarney, seja para as conversas serem mais exigentes quando o Sarney fosse ter com o seu Chanceler, seja para os encontros de Sarney com os Chefes de Estado, os outros Chefes de Estado. Mas não havia a perspectiva de Ricupero passar à frente do Chanceler de Sarney, ou dos Chanceleres que Sarney teve ao longo dos seus cinco anos de Governo.

Ele trabalhava, eu repito, para dentro. Ele introvertia a sua atuação. Marco Aurélio extroverte a sua atuação. E não é um profissional da área de Política Externa. É um teórico. Uma pessoa interessada. É um curioso, certamente com um bom nível de leitura. Alguma coisa nos chamou a atenção, e ficou... A imprensa noticiou como sendo uma acusação curta, mas dirigida ao Chanceler do tipo agir desse jeito significa racismo. Então, eu para provar que eu não sou racista eu tenho que concordar com a dilapidação do patrimônio do meu País.

Enfim, o que ele é, o que ele representa desperta a curiosidade do Sr. Heráclito, com meu endosso e de inúmeros Senadores, que gostaríamos de vê-lo aqui para explicitar melhor o que ele faz, se houve mal-entendido, se não houve, qual a versão dele para os mal-entendidos, qual é o nível de entrosamento que tem com o Ministro Celso Amorim.

Enfim, eu considero que a essa altura, a Casa não pode ignorar pela sua Comissão Especializada, figura que se revela tão proeminente nos negócios externos do País.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Apresentadas as razões. Eu vou colocar em... Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu gostaria de aqui expressar, Sr. Presidente. Será uma oportunidade para Marco Aurélio Garcia estar... Inclusive, dizendo da sua intensa cooperação na área internacional, sobretudo, com o Presidente Lula e muito bem entrosado com o Ministro Celso Amorim. Pois ambos, eu sou testemunha, e tem tido um entrosamento muito positivo.

Então, não haverá... Eu acho que será bem-vinda a presença dele aqui, assim como houve a presença tão construtiva e inúmeras vezes já, desde que o Ministro Celso Amorim assumiu o Ministério das Relações Exteriores ele já compareceu aqui, peço à Secretaria que me confirme, mas pelo menos sete vezes. E sempre se dispondo a vir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Apresentadas as razões vou colocar em votação. Em votação o Requerimento do Senador Heráclito, subscrito por outros Senadores, inclusive, Arthur Virgílio. Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como estão. Aprovado o Requerimento.

Esgotada a nossa pauta agradeço a presença de todos e declaro encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 13h02)

Ata da Décima Terceira Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 25 de maio de 2006, às 9:30 horas.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de maio do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **ROBERTO SATURNINO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **ARTHUR VIRGÍLIO, JEFFERSON PÉRES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, FERNANDO BEZERRA, SÉRGIO ZAMBIASI, FLEXA RIBEIRO, MARCO MACIEL, WELLINGTON SALGADO e EDUARDO SUPLICY.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa para a apreciação da pauta. **Item 01**: "Audiência Pública, destinada a discutir o impacto da crise das grandes cidades brasileiras sobre a defesa nacional, objeto do Requerimento Nº 20, de 2005 – CRE, de autoria do Senador Romeu Tuma, aprovado em 05 de maio de 2005, com a presença dos Senhores: Robson Robin**,** Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça; Mauro Spósito, Coordenador de Fronteira do Departamento de Polícia Federal; Wladimir Sérgio Reale, Presidente da Associação dos Delegados do Rio de Janeiro; e Marina Maggessi, Chefe do Setor de Investigação da Delegacia de Repressão a Entorpecentes". O Senhor Presidente concede a palavra ao **Dr. ROBSON ROBIN** para fazer sua apresentação. Fazem uso da palavra os Senadores **ROMEU TUMA e JEFFERSON PÉRES.** O Senhor Presidente passa a palavra ao **Dr. MAURO SPÓSITO** para fazer sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores **WELLINGTON SALGADO e ROMEU TUMA.** Os Senhores **WLADIMIR SÉRGIO REALE e MARINA MAGGESSI** fazem suas apresentações. Fazem uso da palavra, para interpelação, os Senadores **ROMEU TUMA** e **WELLINGTON SALGADO.** O Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino, transfere a presidência para o Senador Romeu Tuma. Fazem uso da palavra os Senadores **ROBERTO SATURNINO e WELLINGTON SALGADO**. Reassume a presidência o Senador Roberto Saturnino. Fazem uso da palavra os Senadores **EDUARDO SUPLICY e FLEXA RIBEIRO,** além do Deputado Federal **HAMILTON CASARA.** O Senhor Presidente, Senador Roberto Saturnino, transfere a presidência para o Senador Romeu Tuma. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião às treze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Roberto Saturnino,** Presidente.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizando-se em 25 de maio de 2006 para efeito de uma Audiência Pública, destinada a discutir o impacto da crise das grandes cidades brasileiras sobre a defesa nacional.

Objeto de Requerimento n°. 20 de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, e aprovado em 5 de maio de 2005.

A nossa Comissão tem sob sua responsabilidade, os assuntos não só das Relações Exteriores, como da Defesa Nacional. E as manifestações de falta de Segurança Pública no País estão atingindo tal dimensão, por exemplo, a última manifestação que ocorreu em três Estados do Brasil, que pela sua extensão e pela sua dimensão, pela sua profundidade, estão já a se confundir com ameaças à própria defesa nacional, razão pela qual é muito importante e muito justo que nós também tratemos desse tema da Segurança Pública na sua acepção mais ampla que extravasa já uma questão ligada à própria defesa nacional.

Os convidados para essa Audiência Pública são o Dr. Robson Robin, que é Diretor do Departamento de Políticas Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Ele vem substituindo o convidado primeiro que era o Dr. Luiz Fernando Corrêa, o próprio Secretário de Segurança Pública, que por razões justas não pode comparecer. Assim, o Dr. Robson Robin representa aqui o Secretário Nacional de Segurança Pública.

O Dr. Mauro Spósito, que é o Coordenador de Fronteira do Departamento de Polícia Federal. O Dr. Wladimir Sérgio Reale que é o Presidente da Associação dos Delegados do Rio de Janeiro, e a Drª. Marina Maggessi, que é Chefe do Setor de Investigação da Delegacia de Repressão a Entorpecentes do Rio de Janeiro, cujas presenças aqui na Mesa, peço que sejam providenciadas.

Eu só esqueci de pedir a dispensa do Ata da Reunião anterior, mas se todos Senadores estão de acordo fica dispensado.

Eu quero também comunicar aos Senadores da Comissão que eu recebi a visita do Embaixador do Irã no Brasil, e que anunciou que vai enviar a esta Comissão um convite oficial para uma delegação de Parlamentares brasileiros, do Senado e da Câmara, preferentemente das respectivas Comissões de Re-

lações Exteriores para uma próxima visita ao Irã em data a ser escolhida, de conveniência dos Srs. Parlamentares. Estou comunicando para receberem, enfim, as manifestações de interesse de participação nessa viagem e para que possa dar uma resposta ao Sr. Embaixador do Irã.

Peço, então a presença...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL –SP) : (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eles falam persa. Agora, eles escrevem...

Bem, vou conceder primeiramente a palavra aos senhores convidados para uma breve exposição de 15 minutos. Claro que se for necessário um pouco mais a gente aceita, mas em princípio 15 minutos a cada um para que depois os Senadores tenham a oportunidade de fazer as indagações. E vou começar pelo Sr. Robson Robin que vem representando o Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Com a palavra o Dr. Robson.

SR. ROBSON ROBIN – Sr. Senador, Presidente, uma honra o convite. Demais Senadores, colegas de Mesa, sou Robson Robin, sou o Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Também sou o Secretário substituto. Dr. Luiz Fernando pede desculpas, se esforçou para vir, mas a crise é permanente na pasta da Segurança e ele está envolvido diretamente hoje com as questões ainda que afligem o Mato Grosso do Sul. Ontem o Governador esteve aqui com o Ministro da Justiça, hoje está o seu Secretário de Segurança do Estado, tratando justamente de apoio às questões notadamente de Segurança Pública daqui do Estado...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpa interromper. A força especial foi para lá mesmo?

SR. ROBSON ROBIN – Lhe esclareço. A Força Nacional está convocada, está solicitada pelo Governador do Estado do Mato Grosso do Sul e está se preparando para ir para lá sim, senhor.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Ela não tem ação imediata?

SR. ROBSON ROBIN – Não. Até que o pré-requisito da Força é a solicitação do Governador do Estado.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Mas eu digo, quando há Requisição tem atendimento imediato, ou tem que aguardar concentrar a Força?

SR. ROBSON ROBIN – Nesse caso ela tem que aguardar concentrar. Ela é mobilizável. Ela está sendo mobilizada nesse momento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Obrigado.

SR. ROBSON ROBIN – No que me cabe contribuir nessa discussão, e lhes apresento, a Secretária Nacional tem nos permitido um grande diagnóstico do País, na medida em que todas as necessidades de Segurança vêm através dos senhores Secretários de Segurança.

Então, a Secretaria é um grande laboratório hoje que permite ter uma visão panorâmica do País sobre os problemas da Segurança. Ou seja, não há "achismo". Basta juntar os fatos. E o que é que se percebe? E essa é minha missão aqui hoje. Conversei com o Secretário ontem à noite, nós ficamos durante um bom tempo reunidos para ver qual é o encaminhamento, qual é a contribuição que a gente queria dar a essa Casa e que V.Exª.s. são fundamentais, porque conduzem o processo Legislativo.

O que se percebe e aqui eu me reputo à experiência recente na Câmara dos Deputados, na Comissão de Segurança Pública na Câmara. Que houve uma reunião nesses moldes e houve um comparativo. Nós temos a Secretaria Especial da Pesca, que é uma Secretaria que tem status no Ministério. E nós temos a Secretaria Nacional de Segurança Pública que é mais uma Secretaria no organograma do Ministério da Justiça.

Então, a conclusão é que a prioridade pesca e o *lobby* da pesca foi mais eficiente, está mais eficiente nesse País do que a Segurança Pública. Isso é constitucionalmente reconhecido, digamos assim, porque temos a Secretaria Especial da pesca. Nada a contra a pesca, nada contra o peixe, contra os pescadores. Mas é assim que a realidade política brasileira atesta. Me permitam, e não me entendam deselegante, mas esse é um fato brasileiro, constitucional e legal. Nós temos a Secretaria Especial da Pesca e não temos... E temos a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Nessa medida, o que está... Já amadureceu, mas venha em pauta novamente é a necessidade de um empoderamento constitucional da Segurança Pública, Constitucional. As nossas atividades de Segurança no País, elas de regra, estão calcadas, estão alicerçadas numa legislação infraconstitucional. Uma legislação que abre precedente para uma discussão constantemente, que abre discussão constantemente para contestação, e isso não dá a garantia jurídica notadamente na pasta da autoridade judiciária que o País precisa.

Então, o encaminhamento é que as transformações e modificações têm que estar consolidadas no ordenamento constitucional e no seu regulamento imediatamente posterior.

Uma coisa que todos debatem, todos suscitam, a necessidade da Regulamentação do § 7° do Art. 144. Que eu não vou aqui aprofundar. Sei que outros colegas de Mesa vão aprofundar o tema. Mas isso é uma

carência que data da Constituição de 88. Quer dizer, não entrou na pauta política do País essa prioridade. E os fatos se sucedem, as crises agora elas estão quase que mensais. O que nos preocupa é que as crises na pasto da Segurança Pública no País, observada a sazonalidade desse ou daquele Estado, elas estão sendo regulares quase que ao tempo da mensalidade.

Então, nós temos que enfrentar essa questão porque ela está cada vez mais constante. Isso preocupa a todos. Dito isso, os problemas de não estar constitucionalizado uma série de interesse da Segurança Pública. Hoje lhes digo: Todas as ações que a Secretaria implementa, o SUSP, o Sistema Único de Segurança Pública, que não é desse Governo, ele é um resumo do bom senso, como diz o Dr. Luiz Fernando. Ali está o bom senso da Segurança Pública. Tudo quem tem que estar ali, qualquer Governo, qualquer partido tem que cumprir medianamente com um ato ou outro de gestão, mas é um resumo do bom senso. Só que esse resumo do bom senso, hoje ele está sendo implementado na pactuação política, pura e simplesmente, num acordo de vontades, pura e simplesmente.

Então, processos de magnitude nacional eles ficam à mercê da vontade política de um Estado, de aderir ou não, de implementar ou não. Mas quem são os atores envolvidos nisso? A Polícia. Então, não há regulamento que imponha ao Governo do Estado...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Desculpa, tem um ponto importante, desculpa interromper, não é a Polícia em si que ela pode ou não ser coordenada. Nós estamos numa Federação em que os Estados têm independência.

Então, a legislação de intervenção direta na ação de qualquer órgão no Estado, aqui tem propostas constitucionalizar a Segurança Pública, para dar mais independência aos Governos Estaduais. Corre-se o risco até de se retirar da...

Então, a gente tem que ter cautela, porque a Secretaria de Pesca é o setor econômico, que não tem...

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu vou pedir ao Senador, porque nós vamos ter o tempo da interpelação. Eu compreendo o impulso de V.Exª. de...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu sei porque eu fui Secretário Nacional da Polícia Federal. Que não vingou dentro da própria Polícia Federal.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Mas eu compreendo a intervenção do Senador Tuma, é que o expoente faz a afirmativa com tanta ênfase que realmente.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – (risos) Mas eu estou só...

SR. ROBSON ROBIN – Muito me honra, porque a minha proposta é de não fazer um ditado, Exª.s., e sim provocar uma discussão realmente que esses são os temas palpitantes.

Sobre essa questão, e essa é a questão central, os senhores vêem que eu venho aqui com um foco bem dirigido, o que nós percebemos é que é uma questão altamente técnica. Que não permite aventuras. O estudo tem que ser sob o embasamento técnico por aqueles que conhecem a questão. Esses é que vão inspirar as soluções, mas não no "achismo" ou não no momento emocional. O momento emocional é muito temerário, principalmente na questão da Segurança Pública. Decisões no momento do calor dos fatos, conduzidas por calor dos fatos, esse é o nosso maior temor. O Sr. Senador Romeu Tuma, em homenagem à sua intervenção, o Estado, e isso é pacífico, o Estado é o único legitimado ao uso da força.

Então, temos questões econômicas que essas podem ser terceirizadas, essas devem ser tocadas pelo setor privado. Agora, o Estado jamais vai poder abrir mão da sua legitimidade constitucional do emprego da força.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Estado aí no sentido amplo, né? Não é o Estado da Federação.

SR. ROBSON ROBIN – O Estado no sentido amplo. Perfeito. E nesse sentido a Federação ela tem um papel regulatório. Não intervencionista, nós não pregamos essa intervenção. Há uma autonomia e isso é um grande avanço no Estado–

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Regulamentação penal e Federal.

SR. ROBSON ROBIN – Isso. Agora, há alguns ditames convencionais, alguns nortes seguros, inclusive para os Estados, nós percebemos que é possível. O Secretário Luiz Fernando, foi o primeiro pedido dele ao Ministro Márcio quando lá chegou: "Eu queria que o senhor confiasse em mim e obstasse esse processo que alguns fomentam das desconstitucionalização das Polícias".

Então, essa é a nossa posição. O Estado e a Legislação Federal não podem prescindir de regulamentar essa pasta.

Um outro aspecto que é de fundamental importância, o equilíbrio do sistema. E aqui lhes digo assim depoimentos de Secretários de Segurança Pública de Estados. Ele disse: "O maior problema hoje de Segurança Pública é o Sistema Prisional". No diagnóstico do Secretário, no caso isso era em Alagoas, na oportunidade o Secretário Pascoal, ele diz: O meu maior problema aqui é o Sistema Prisional, porque o crime organizado está todo dentro do sistema. A Polícia foi

eficiente até nisso. Está todo preso, mas eles comandam lá de dentro.

Então, hoje o meu problema de interferência, de corrupção, de quem morre, de quem vive, de quem assalta, de onde é assaltado... Os crimes que acontecem vêm lá de dentro. Então, o meu maior problema hoje não está nas ruas, está dentro do sistema.

Então, não havia sistema. As pastas estão fragmentadas, inclusive, enquanto gestão. As pastas não se unem. Então, é nesse sentido que eu não sei se a saída seria Legislativa, mas certamente nós temos que ter uma criação Legislativa que não obste esta integração, que não dê autonomia para que pessoas que são vocacionadas para serem sistêmicas adotem posturas assistêmicas. Ou seja, não tem como dissociar Secretaria de Segurança Pública de Sistema Prisional.

Então, qualquer legislação que venha a ser construída tem que observar essa necessidade fática deles se integrarem, deles se reunirem, dos investimentos serem equilibrados nesse segmento. O que a gente está vendo é um desequilíbrio de sistema, porque não nos vemos sistêmicos.

Então, qualquer empoderamento da Polícia no cumprimento de mandado de prisões vai repercutir imediatamente, vai engargalar no Sistema Prisional. E esse Sistema Prisional, imediatamente sendo eficiente, botando grandes líderes para frente, vai engargalar no controle de lideranças.

Então, o equilíbrio do sistema. A gente percebe que a pasta Segurança Pública não pode ser tratada de uma forma segmentada. E ainda é muito segmentado no País. Pelos Estados. Esse é nesse sentido, Senadores... Esse é o desafio. Não intervir no Estado, observar sua autonomia, mas ditar constitucionalmente alguns mandamentos que absolutamente não são intervencionistas. Eles são o resumo do bom senso. Eles são a necessidade da Nação. E aí essa é a perguntA – A unidade política desse País que é composta por todos os seus representantes, a unidade política tem que decidir sobre isso. Havendo uma decisão de unidade política de País, os Estados cumprirão conscientemente, pactuadamente, o que é diferente de intervenção.

Um outro aspecto que me cabe que é quero ser objetivo e depois contribuir da forma que os senhores queiram, o cheque, essa é a expressão, o cheque da conta da Segurança Pública está compensando só nos órgãos de Segurança. E os órgãos não têm esse saldo.

Então, outro movimento que me cabe, que eu quero ser objetivo e depois contribuir da forma que os senhores queiram. O cheque... Essa é a expressão, o cheque da conta da Segurança Pública, está compensando só nos órgãos de segurança e os órgãos não tem esse saldo. Então outro movimento que tem que ser feito é que isso está estressando a atividade Policial. A Polícia está no seu limite. A Polícia está no seu limite. Já passou dele. Ela não agüenta mais a cobrança. Não temos esse saldo na Segurança Pública. E aqui eu vou lançar mão do tema. "O impacto da crise nas grandes cidades brasileiras". Nós temos que rever o que é que gerou as grandes cidades. Há estudos recentes... A Carta Capital há três edições atrás trouxe um estudo interessante sobre a proporção de cidades com mais de um milhão de habitantes nos próximos quinze anos. E os problemas que ali advém. Aí foi citado o problema do lixo, a parte de esgoto e a parte de Segurança.

Então, se não houver decisão política, sistêmica para se preparar para isso nós caminhamos para o caos.

Então, a questão da Segurança Pública tem que entrar na pauta política do País com a máxima urgência. Mas o que é que é pauta política? É a unidade. É a unidade de consenso sobre quais são as transformações que têm que fazer. E essas transformações elas têm que ser calcadas em estudo técnico. E para referir a nossa preocupação, ficou recente e palpitante o controle dos celulares nos presídios. Eu sou técnico da área de segurança, eu tenho 23 anos de atividade. Eu já fiz qualquer atividade que os senhores imaginarem.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sua função hoje qual é?

SR. ROBSON ROBIN – Eu sou Agente Federal hoje, senhor. Eu sou oriundo da Polícia Federal, sou Agente Federal Especial e estou na Polícia há 23 anos. Exerci todas as atividades. Muitas vezes o recebi como Chefe em Foz do Iguaçu, na minha primeira lotação, lá.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Lugar difícil.

SR. ROBSON ROBIN – Lugar difícil a minha escola. O que é que eu lhes digo? É inócuo falar em bloqueio de celulares. É inócuo. É uma lei inócua. E quem nos diz isso? Quem tem que ser ouvido. O Diretor do DEPEN. Na oportunidade disse na Câmara. Os senhores sabem que... Eu acho que é o Rio Grande do Sul e um ou outro Estado que não tem preso cumprindo pena em delegacia. A realidade do País é presos cumprindo penas em delegacia. Significa que os bloqueadores de celulares não terão destino aos presídios. Se nós vamos bloquear o Sistema Prisional, significa que nós vamos bloquear algumas milhares de delegacias no País. Uma lei inócua. O caminho é

diferente. O caminho é tirar os presos de delegacias e criar um sistema penitenciário.

Então, veja bem, a lei, na melhor das intenções, se ela não observar os técnicos da área, ela já vem com vício. Nós temos milhares de delegacias no País que são estabelecimentos de cumprimento de pena. Nós vamos inviabilizar a comunicação...

Então, vejam bem, essa é a questão. O encaminhamento de todas as nossas questões é o debate (soa a campainha) com os técnicos.

Para encerrar, para ser obediente a essa Casa...

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Essa campainha é só um alerta. O senhor ainda tem um minuto. (risos)

SR. ROBSON ROBIN – Muito obrigado. Mas essa ênfase toda que estou trazendo é a angústia de todos os Secretários. A nossa Casa ali é um desaguadouro dessas angústias, num pleito de que seja observada a instância técnica nessa questão. Porque senão nós vamos legislar de uma forma inócua, ou vamos de repente atrapalhar a execução de algumas atividades. Muitas leis elas só têm que ser cumpridas.

Um problema também que vou resumir para que os outros colegas contribuam. A definição do papel da Polícia. Com a legislação pertinente, com reconhecimento definitivo da instituição Polícia nesse País. Uma definição bastante, política, pactuada. Por isso que reputo. Ela tem que ser constitucional, porque se ela ficar a mercê de leis que os Estados com suas constituições possam eventualmente afrontá-las no ponto de vista da discussão, nós não teremos essa unidade nacional. Nós temos questões elementares. Sob discussões das mais pequenas, mas elas mostram o quanto o segmento não é prioridade.

Porte de arma para Policial. A lei hoje que regula o porte de arma dos Policiais, vou lhes dar um exemplo, é uma Lei Federal. Mas existem interpretações que um Estado não pode entrar armado num outro. E vejam o absurdo. O desempoderamento da instituição do Policial. É uma Lei Federal. Não tem Lei Estadual regulamentando hoje armas. E pasmem, o País todo é perplexo, o Sr. Secretário das Forças Especiais, o Chefe de Polícia, às vezes, perplexos, porque o Policial pode ir do Estado do Rio Grande do Sul para o Paraná armado? A interpretação de muitas Polícias é que não pode, e isso está causando problemas diuturnos, em aeroportos, em portos, em pedágios. Vejam a necessidade da pactuação e da difusão bastante do papel da Polícia, de suas prerrogativas de função, porque essa fragilidade, ela permeia a capilaridade que nós precisamos, a unidade do Policial, e isso resulta numa fragilidade do sistema.

De outra sorte, o Porte Federal expedido pela Polícia Federal. É um Porte Federal ao cidadão. O cidadão comum, uma vez empossado num Porte Federal transita pelo País todo com um Porte Federal. E nessa comparação, alguém questiona a legitimidade de um Policial reconhecido portar arma no território nacional? Mas isso hoje não está claro para a Nação. Um exemplo elementar pequeno, mas lhes mostra a necessidade do empoderamento e da difusão bastante nos Parlamentos constantes. Que isso seja inspirado a todas as autoridades com capilaridade, porque hoje nós ainda estamos com interpretações. Esse é o nosso desafio. Nós temos boa legislação, temos uma Lei Federal. Ela já estatuiu o que é que deve ser feita. Ela regulamentou armas nesse País. O que é que ela não teve? Ela não teve foi a eficácia da capilaridade suficiente em todos os segmentos. "N" segmentos se atrevem a questionar isso. Isso tem fragmentado o sistema. De outra sorte, o crime tem se empoderado com a nossa fragmentação.

Então, esse desequilíbrio até da difusão Legislativa, da interpretação técnica, não basta só a lei. Nós temos que ir um pouco mais. Temos que editar a lei e inspirar claramente através de publicidade a sua interpretação. O poder que a edita, o poder que a constrói tem todo um debate prévio tem um fundamento daquela lei. Só que quem fica melhor capacitado na interpretação da lei, são os que a fazem. Os que a cumprem, não estão capacitados. Qual é o cerne da lei? Para quem é que ela veio? Qual é o espírito dessa lei? Então, esse espírito fica dual. Fica a interpretação de cada segmento, eventualmente de cada Estado.

Para encerrar, qual é o pleito da Segurança Pública? Pactuado o que é poder legítimo do Estado. Jamais será terceirizado. Essa é a vocação originária do Estado. O mundo nasce assim. Reis com exércitos cobrando impostos. É legítimo a sustentabilidade de um Estado, seja medieval, seja moderno. Esse poder é nato do Estado. O poder da força. Esse poder não veio para dar lucro imediato. Mas ele é garantidor de tudo mais, do desenvolvimento, inclusive, do lucro. Mas esse poder tem custo. E os valores hoje aportados na Segurança Pública absolutamente não a reverenciam. Esse é um problema sério, e uma coisa muito importante. Não procuremos culpados. A culpa é nossa. Enquanto Nação, enquanto povo, porque não é esse ou aquele Governo ou esse ou aquele partido que fez. Esse é um comportamento da Nação. Há uma pactuação diferenciada com relação a Segurança Pública no que tange a investimentos. Os Estados hoje, senhores, eles agonizam com o custeio da Máquina. Agonizam. Por isso tanto reclame a nível federal, a nível do Fundo. Nós somos assediados muito isso, no aumento do

investimento do fundo. Porque a realidade dos Estados é se agüentando no custeio da Máquina. Não há investimentos. E eu não quero gerar nenhuma espada na cabeça dos Secretários e dos Governadores. É um limite que os Estados têm.

Então, a União por sua vez, tem um papel importante, de fazer uma repactuação, uma revisão dos seus investimentos. As pessoas hesitam em dizer: Construir presídios ou construir escolas? A questão não é essa. Está mal encaminhada a questão. A questão é que não tem vagas no sistema e o sistema explode a cada momento. Até para que as escolas tenham aula. O sistema não pode explodir, porque o sistema explodindo as aulas são suspensas.

Então, a discussão tem que ser muito bem encaminhada. O poder político que sustentar de construção de presídios imediatamente, de verbas localizadas e pontuais para um Sistema Prisional forte, eficiente, estruturado, não pode ser afrontado entre escolas e presídios... Não pode se sentir nessa "saia justa".

Por isso eu faço aqui não são minhas as palavras, foi do Deputado Raul Jungmann, na Câmara. Ele perguntou a única pergunta que nós temos que fazer em relação a isso é: "Nós temos unidade política nesse País para promover as mudanças que nós precisamos?". E essa eu entendo respeitosamente, o encaminhamento. Temos que buscar uma unidade política nacional para promover com bases técnicas. Lhes digo, lhes tranqüilizo. Sobram técnicos no Estado. Nos Estados, a nível federal também, na nossa instituição política federal, Senador Romeu. Sobram técnicos que sabem as soluções, que conhecem as causas. Que podem aportar a infra-estrutura necessária para a reflexão, e para a modificação ou para o aprimoramento legislativo, mas ela precisa de pactuação política.

Eu me lembro de uma vez V.Exª. disse isso quando a Polícia muito lhe assediando encaminhava questões corporativas. O senhor disse: "Vocês têm que chegar aqui medianamente pactuados. Trazer todos os problemas para o Senado resolver o destino é a gaveta, porque vocês não se entenderam ainda". Então essa inspiração ela não paira hoje no cenário. O cenário está muito fragmentado. A Casa Legislativa, os Deputados e Senadores têm um papel importantíssimo nisso, que é o papel do bom senso, que é chamar essa fragmentação nas Polícias, nas instituições, chamar para si e convidá-los ao bom senso. Que eles pactuem e que se chegue a uma unidade política sobre o que é que tem que ser feito. Porque nós ficarmos sob o *lobby* das PMs, sob o *lobby* das Polícias Civis, sob o *lobby* da Polícia Federal, sob o *lobby* dos Agentes, sob o *lobby* dos Delegados isso também é uma inspiração, é uma fragmentação que nos vem sido inspirada, por justamente por questões elementares como eu quis referir o porte de arma. As questões são duais, as questões permitem dupla interpretação. As questões na medida em que não são reguladas fortemente, cabalmente, elas abrem um precedente para que esse ou aquele abra a discussão.

É nesse sentido o meu encaminhamento. Uma honra tê-los como ouvinte, e modestamente quis aqui encaminhar as questões macro que afligem, que o nosso laboratório (inaudível) nos permite vir hoje. Estou à disposição de V.Exª.s. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agradecemos nós, Dr. Robson, a sua exposição e vamos passar logo ao Dr. Mauro Spósito. Eu só queria registrar a presença do Deputado Hamilton Casara que muito nos honra. Com a palavra...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (Pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – (risos) Tem uma semelhança evidente com o... Dr. Mauro, Coordenador de Fronteira do Departamento de Polícia Federal, com a palavra.

SR. MAURO SPÓSITO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Parlamentares, é um prazer ter sido convidado para essa audiência, e, em nome da Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, eu gostaria de externar os nossos agradecimentos.

Quando da convocação não havia ocorrido os episódios de São Paulo, os tristes episódios de São Paulo, que talvez deixem transparecer o quanto a causa da Segurança Pública está frágil. E está frágil não para os Policiais que vieram a falecer, está frágil para a população de um modo geral.

Dentro deste quadro, eu trouxe uma apresentação que são 80 *slides*, e esses *slides*, obviamente não terei condições de apresentá-los, mas vai ficar à disposição dos senhores para que qualquer dúvida seja colocada.

Eu gostaria de dar uma colocação do que a Polícia Federal vem realizando em termos de controle de fronteiras no combate aos crimes transnacionais. Com o término da Guerra Fria, o conceito de Segurança nacional vigente foi alterado, e nós não podemos mais ter aqueles paradigmas existentes de um mundo dividido entre oriente e ocidente. Nós estamos com outras alternativas, com outros riscos que não estão mais nas armas de fogo destrutivas, e sim da capacidade do crime em desestruturar o Estado. Eu acho que nada mais óbvio do que já ficou demonstrado.

A globalização que tantos benefícios trouxe, mas também trouxe seus malefícios. Nós teríamos que estar preparados para enfrentar essa questão da porosidade das nossas fronteiras. E particularmente o Brasil, que

é o maior País da América do Sul com fronteiras com 10 outros Países. A ONU diz que o seu tema principal, o principal problema hoje vivido é o crime organizado transnacional. Crime organizado transnacional. O que é o crime organizado transnacional? Nós não temos um conceito ainda pacífico do que é o crime organizado. Nós não temos o que combatemos em realidade, por isso temos que nós valer de conceitos próprios. E para isso nós capitulamos como os dois tipos. Consultamos diversos juristas e chegamos a um ponto de que a criminalidade está dividida em criminalidade de massa e criminalidade organizada. A criminalidade de massa é aquela decorrente dos eventos do dia-a-dia. E organizada é aquela que é preparada para se fazer isso. E ilícito transnacional, por sua vez, é aquela que ultrapassa as fronteiras. E organização criminosa a junção de pessoas. O caráter transnacional do delito, as formas que o caracterizam por ser transnacional e as esferas onde mais atua o crime organizado. O crime organizado atua naquilo que der dinheiro. O dia que outra forma criminosa parecer que der dinheiro vai ser subtraído.

Os princípios básicos que caracterizam uma organização criminosa estão elencadas, óbvio que não precisam expor todos os componentes, apenas alguns desses componentes já demonstram a vontade de delinqüir dessas organizações criminosas. E nesse sentido o Brasil com os seus 16 mil, quase 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres com os países da América do Sul e uma costa marítima de quase oito mil quilômetros tem os seus problemas. Dentre esses problemas, aqui talvez o tópico principal da apresentação está a nossa fronteira amazônica. Nós temos uma linha de fronteira de quase 17 mil quilômetros e uma faixa de fronteira de 2 milhões e trezentos mil quilômetros quadrados, ou seja, um terço do País é faixa de fronteira. E, dentro disso, nós temos a faixa de fronteira amazônica que corresponde à maior parcela desse território. Diante disso, a Polícia Federal procurou elencar, além das nossas atividades rotineiras, quais seriam os problemas amazônicos mais identificados, e foram capitulados o narcotráfico, exploração mineral, indígena, extrativismo, as organizações não governamentais, a zona franca de Manaus, o terrorismo, política, meio ambiente, questões fundiárias e projetos amazônicos. São temas muito polêmicos, e bem rápido gostaria de passar.

Questão do narcotráficO – A questão do narcotráfico não é apenas pela questão do tráfico interno brasileiro, do tráfico que alimentam os nossos viciados. Grandes fortunas são feitas pelo trânsito de drogas em nosso País. O potencial, o que é que nós temos de narcotráfico em território brasileiro. A América do Sul é o único continente no mundo onde se tem origem a cocaína. Uma cocaína cheirada lá no Japão a sua origem é América do Sul, e somente três Países a produzem. Três Países que sediados em nossas fronteiras... Esses quadrinhos amarelos são onde estão situados os plantios de coca.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – O Equador não produz?

SR. MAURO SPÓSITO – Não. O Equador conseguiu praticamente erradicar. O pouco que produz é só para consumo cultural. E dentro disso daqui, por incrível que pareça, todos os plantios estão nas cabeceiras dos rios, formadores da Bacia Amazônica. Todos. Na banda oriental da Cordilheira dos Andes, os rios formadores da Bacia Amazônica.

Nós temos 8 mil quilômetros de fronteiras com os três Países produtores de cocaína hoje no mundo. Nós fazemos anualmente, nós fazemos estudos a respeito dos plantios de drogas existentes em território boliviano, Peruano e colombiano, talvez como única forma de sair do "achismo". "Que eu acho que, eu acho que, eu acho que..." Todo mundo acha que... Então seja a única forma de sair do "achismo" para tentar verificar a potencialidade criminal do que a cocaína é traduzida para nós.

A gente verifica aqui nesse quadro, desde 1995 os quadros oscilam em torno de 200 mil hectares de coca plantados. 200 mil campos de futebol plantados entre Colômbia, Peru e Bolívia. E uma situação peculiar. Quando baixa o plantio na Colômbia sobe no Peru, sobe na Bolívia. Um compensa o outro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB –MG) – Qual a produção por hectares de coca?

SR. MAURO SPÓSITO – Você tem saindo... Um hectare mede uma tonelada de folha de coca por safra. Mas você pode ter de quatro a seis safras por ano. Tem um componente muito... Que é agregador dessa potencialidade, que é a questão da umidade. Ela não pode pegar umidade na hora da secagem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB –MG) – Uma tonelada de folha de coca produz quanto...?

SR. MAURO SPÓSITO – Uma tonelada de folha de coca produz 120 quilos de pasta base. 240 quilos de pasta base de cocaína, dois quilos de pasta base de cocaína, perdão, dois quilos de pasta de coca você faz um quilo de pasta base de cocaína. E com 1.2 de pasta básica de cocaína você faz um quilo de cloridrato de cocaína. E dentro desse raciocínio me permita interromper... O maior problema nosso não é o cloridrato de cocaína. O maior problema que nós temos é a pasta base de cocaína e a pasta de coca, que é a primeira

etapa de retirada da cocaína que talvez somente aqui na América do Sul se consome a droga nesta forma *in natura*. O bazuco, o mescla, o craque de São Paulo. Então esse é o grande risco que nós temos.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (inaudível) Incorre num risco muito grave se a mistura for feita.

SR. MAURO SPÓSITO – Ah, Vai aumentando...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em que momento que entra... Desculpe, Presidente... Se eu posso...?

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Não, é uma pergunta oportuna é sempre... Mas eu peço uma compreensão dos Senadores...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em que momento que entra o éter aí?

SR. MAURO SPÓSITO – O éter entra na etapa do refino. É quando se transforma já em cloridrato de cocaína.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O desenvolvimento dos químicos nas drogas são suficientes pela substituição...

SR. MAURO SPÓSITO – Ah, substituem... Uns três anos atrás nós pegamos um laboratório no sul do Pará e todos os produtos químicos encontrados lá dentro eram desconhecidos nossos. Mas eles sabiam que aquilo lá procedia como fazer.

O tráfico de cocaína organizado na sua essência, ele obedece fases. É a fase do plantio, a fase da manufatura, a fase do refino, a fase do comércio e fase de distribuição. Tudo isso para alcançar o usuário. Sem contar a fase de financiamento.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – A nível nacional, né?

SR. MAURO SPÓSITO – A nível internacional. Aqui no quadrinho bem simples, tentar reproduzir como é feita a cocaína. As folhas são secas, pisoteadas de onde se traz a pasta de coca. A pasta de coca é transportada, juntada, homogeneizada e transformada em pasta base de cocaína. E a pasta base de cocaína posteriormente é levada para refino e transformado em cloridrato de cocaína, que é o pó, é o sulfato, o sal. Aquela pergunta que o senhor me fez está aqui como se consegue a coisa, e as etapas, hoje, como é que se tem os plantios. A Bolívia hoje tem 15% dos plantios e está crescendo. A Colômbia tem 56% dos plantios...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Pode facilitar o aumento da produtividade de coca?

SR. MAURO SPÓSITO – Eu não tenho...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) –...A situação política. É apenas uma preocupação que desde o início pela fronteira brasileira que fica a mercê.

SR. MAURO SPÓSITO – Essa é a nossa grande preocupação. Em razão dos episódios que antecederam até mesmo a posse do Sr. Presidente da Bolívia, havia uma imobilização da Polícia na repressão ao plantios de coca.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Na substituição também.

SR. MAURO SPÓSITO – Na substituição também. Um hectare de coca plantado dá muito mais dinheiro do que um quilo de feijão, um quilo de arroz. Nessa situação, proliferou nos últimos dois anos, aumentaram tremendamente os plantios de coca em território boliviano. A Polícia boliviana está proibida de reprimir os plantios de coca. Óbvio que a coca utilizada é para mascar na Bolívia, eles têm um tratamento cultural. Só que os 23 mil hectares de folha de coca hoje plantados na Bolívia não tem consumo. O excedente disso que se estima em torno de três mil, quatro mil hectares daria para abastecer a Bolívia inteira, esse excedente...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – ... Superávit primário deles.

SR. MAURO SPÓSITO – (risos) Exato. E o grande problema é a pulverização disso. Porque o agricultor vai fazer seu saquinho de folha, uma tonelada de folha é uma coisa enorme, ele transforma isso em 10 quilos de pasta base, vem aqui atravessa a fronteira brasileira e vem para nós 180 milhões de pessoas e que somos consumidores deste tipo de entorpecentes. Principalmente o Estado de São Paulo é o mais atingido por esse tipo de droga.

Aqui apenas comentários que o sistema especulativo do narcotráfico coloca, pelo menos, cem mil famílias de agricultores pela cena do crime. A transformação das folhas de coca em pasta base de coca, coloca pelo menos 400 milhões de litros de produtos químicos nas cabeceiras do Rio Amazonas. Sem contar a desflorestação dessa área, porque a Amazônia, Deputado Casara bem conhece, depois de desflorestada, se você não tem aquela camada de folhas para reerguer o solo. Então, realmente acaba-se a coisa e tem que se colocar em outro terreno.

Basicamente em termos de... O outro tópico que nós verificamos é a questão da exploração mineral. É um tema que para nós nos causa grande preocupação. Principalmente nós nos envolvemos diretamente com essa situação diante dos episódios que ocorreram na reserva Indígena Roosevelt, naquele massacre e tomamos um susto. Tomamos um susto por uma descoberta de que enquanto nós nos preocupamos em preservar o solo brasileiro, o subsolo brasileiro está praticamente já em mãos de companhias estrangeiras. Um exemplo, só para colocar aqui, essa empresa VALDIUM(F), o *site* deles na internet em 4 do 6 de 2004. Os homicídios

ocorridos na reserva indígena foram em abril de 2004. O ponto referencial deles, a nível mundial, é que ficam junto aos depósitos da Reserva Indígena Roosevelt, como os investidores canadenses soubessem algo a esse respeito. Mas conseguimos alcançar como eles se promovem aqui. O conglomerado de empresas somente para um pequeno espaço daquela área e está tudo em nome de empresas estrangeiras que colocam 99% de suas ações em nome da estrangeira e colocam laranja brasileiro para transformar em MINERAÇÃO ITAITUBA dar esse outro nome. Conseguimos listar essas 34 empresas estrangeiras que atuam em território brasileiro com esta forma, com o capital internacional superior ao capital nacional, e tivemos a oportunidade de verificar como eles procedem. Isso daqui nós tivemos a oportunidade de interceptar uma apresentação feita aos acionistas da SANTA ELINA MINES CORPORATION aonde eles dizem que eles mantêm em Rondônia 204 áreas contínuas. Isso daqui para exploração de cobre em nome da MINERAÇÃO TAKAOKA. E colocam como está dividido a área entre a MINERAÇÃO CODEL... O verdinho é a COMPANHIA VALE DO RIO DOCE e a outra é a ANGLO, FELPS(F), (inaudível), FALCON BRITISH(F) e outras minoritárias que são a cinzinha.

A mesma coisa na questão do diamante. A questão do diamante esta área, os alvarás de pesquisa tem um prazo de apenas três anos. Os alvarás de pesquisa estão desde 1974 sendo transferidos de um grupo a outro. E um grupo de 200 mil hectares que está lá dividido entre SANTA ELINA, COMPANHIA VALE DO RIO DOCE e empresa DE BEERS.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Essa área é que houve a operação com a morte dos garimpeiros?

SR. MAURO SPÓSITO – Exatamente. É o entorno da reserva indígena.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O contrabando era enorme, né?

SR. MAURO SPÓSITO – É enorme. Como um outro detalhe, talvez, compete ao Congresso Nacional outorgar direito de lavra ou pesquisa dentro de terras indígenas. Nós precisamos ir à justiça para que a justiça determinasse que os requerimentos para a mineração em terra indígena fossem extintos. Porque senão criar-se-ia uma expectativa de direito da qual o MPM não é autoridade competente para outorgar. Mas vamos em frente. E isto tudo nos traz prejuízos sérios a ponto de que empresas interessadas na desconstituição do Brasil na questão do Certificado Kimberly fazer um livro, um encadernamento que causou grande polêmica e ainda causa até hoje.

Só para se ter uma idéia, com toda esta confusão, agora em junho de 2005 a RIO TINTO investe treze milhões de dólares somente em Pimenta Bueno, em alvarás de pesquisa, títulos precários para explorar o entorno da reserva. E esses mesmos grupos vão investir 1,8 bilhões em novos projetos na região. É um setor que realmente nos causa grande preocupação.

O outro tópico é a questão indígena. Mas a questão indígena não naquela atividade rotineira que temos, que é a atividade de proteção da cultura indígena, proteção do território indígena. E, sim, naquilo que está vocacionado essas organizações indígenas e o que está por trás dela.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu vou pedir ao Dr. Mauro para abreviar o possível. (risos)

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Um assunto tinha que ser exclusivo.

SR. MAURO SPÓSITO – A questão indígena que mais nos preocupa hoje é o fracionamento de território. E um dos grandes movimentos que existe é o movimento do Taiante schuiú(F) é o retorno da Pátria Inca, que seria dentro da América do Sul fracionamento territorial. Obviamente que o alvo maior seríamos nós pela vastidão de terras. E aqui quem promove os ditames dessas organizações. Certo, é a Aliança Amazônica que congrega uma série de organizações não-governamentais, a maior parte delas estabelecidas nos Estados Unidos, fora daqui, com interesses diretos aqui.

A questão do extrativismo, que é nada mais do que dar prioridade à população Ribeirinha, que estes, sim, são os brasileiros que mantém o território nacional. Esses daqui não são como eu que vai aquela área ganhando diária com incentivos do Governo, cargo do Governo. Eles moram lá por opção, e esse, sim, são os que guarnecem o nosso território.

A questão de ONGs: ONGs, para nós, nada mais é do que o *lobby*. São associações que visam influir na política nacional, mantidas por agências de cooperação, subvencionadas por organizações ou governos nacionais ou estrangeiros, com interesses econômicos na Nação que atua. Isso é uma designação de *lobby*. Portanto, existem ONGs maravilhosas com seus melhores objetivos. Mas temos que tomar um cuidado muito grande no que quem os patrocina. Quem os patrocina algum interesse tem por trás.

A questão da Zona Franca de Manaus, que a Zona Franca de Manaus é, para nós, o fator de desenvolvimento maior naquela região que os ilícitos que lá se perpetram podem transformá-lo em uma área, um paraíso fiscal.

A outra questão, terrorismo, graças a Deus não incidente em território brasileiro, porém estamos cercados de atividades dessas organizações. Temos as FARCs

na Colômbia que há 40 anos atuam naquela área e que hoje conhecemos claramente a estrutura militar dessa organização. Porém, as FARCs é uma organização político militar, e nós desconhecemos a estrutura política que está por trás das FARCs. Nem mesmo os complexos produtivos de cocaína Naurinoque(F), na Amazônia, que totalizam quase 90% de toda a produção colombiana estão em situadas sob proteção das FARCs. Não bastasse isso nós vemos crianças tomando conta dos plantios de coca, que são recrutados e até mesmo em território brasileiro.

Outra organização é uma organização emergente, o Movimento Revolucionário Taiante schuiano(F) que quer promover a desagregação territorial aqui na América do Sul, criação de novas áreas. O querer promover algum movimento revolucionário, tudo bem. Mas só que eles congregam quatro movimentos guerrilheiros, ainda para fazer ter essa atividade sempre movido por uma questão étnica, como é a proposta das FARCs, da criação da nova Colômbia, aquele território, entre estrelinhas, que seria um território étnico para movimentação.

A questão política não vou me ater a isso, é a questão da origem dos recursos das campanhas políticas. Em face à proximidade do quadro político com o tráfico de Colômbia, Peru e Bolívia seria terrível termos políticos financiados por aquelas organizações.

A questão do meio ambiente que é hoje uma situação que nos deixa muito intranqüilo. Nós somos detentores da maior floresta tropical, um dos maiores ecossistemas, e tudo isso numa situação de luta entre antropocentrismo e ecocentrismo que faz parte da agenda global da Segurança internacional.

Eu reproduzo alguns temas aqui que posteriormente poderia ser verificado. E aqui o Thomas Barnett falando a respeito de como os Estados Unidos, como o Pentágono encara a questão amazônica. É o que eu consumo dizer, o Brasil na década de 70 era Pelé, agora é Amazônia. E finalizando, perdão, ainda temos a questão da biopirataria que também, assim como o crime organizado, é algo não assente em nossos...

As questões fundiárias, que para nós é um conflito exato da... Os projetos amazônicos com aquela situação. E envolve diretamente um outro problema que é o MST que para nós a gente verifica que o embrião patrocinado é a forma de aquisição da propriedade. Procura-se promover, desestimular a forma como nós obtivemos o nosso território.

Então, se nós não reconhecermos que o *uti possidetis* foi a forma como nós ganhamos os nossos territórios, as nações também não deverão ter este reconhecimento.

Por fim, finalizando, o Departamento de Polícia Federal para fazer frente a este quadro, criou a Coordenação de Operações Especiais de Fronteiras, COESF que tem 18 operações permanentes a seu encargo. A Operação GUISU, VEBRA e COBRA. GUISU é Guiana e Suriname, VEBRA é Venezuela-Brasil e COBRA, Colômbia-Brasil. PEBRA, Peru-Brasil, BRABO, Brasil-Bolívia, ALIANÇA que é junto ao Paraguai e CONE SUL Argentina e Uruguai. Essas ações são operações de caráter permanente.

Desencadeamos também outras operações paralelas que é CAPA Controle Aéreo, CRAFS, CRAFS é FARCs ao contrário, CERRIQUES(F) que são os Centros Regionais de Inteligência, Operação Mamoré, Nitro que é a destruição de pistas de pouso. Oger(F), Projeto Olho Grande, Raposa Serra do Sol, Ribeirinha, Yanomami.

No seqüencial tem uma descrição destas operações como está. Mas acho que não há necessidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Todas seu comando?

SR. MAURO SPÓSITO – Todas sob o meu comando.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Agradeço muito ao Dr. Spósito. A exposição dele nos mostrou que precisamos (risos) realizar uma Audiência Pública voltada para o problema das fronteiras que é muito grave e transcende bastante até o objeto aqui da nossa audiência de hoje.

Então, vou passar logo a palavra ao Dr. Wladimir Reale, que é Presidente da Associação dos Delegados do Rio de Janeiro.

SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Eminente Presidente da Mesa, o Senador Roberto Saturnino Braga, Srs. Senadores, Eminente Presidente da Associação dos Delegados do Brasil, a quem eu cumprimento também os demais Delegados, e inicialmente parabenizando o Senador Romeu Tuma, nosso ícone da Polícia Judiciária Nacional, pela iniciativa que nos permite debater mais uma vez a questão de Segurança Pública, como já fizemos em diversas oportunidades, inclusive com o Presidente da Mesa, há 20 anos atrás, na Câmara dos Vereadores lá no Rio de Janeiro em que discutimos essas questões hoje certamente muito mais agravadas.

Demais componentes da Mesa, inicialmente quero também concordar com o que disse o nosso Subsecretário Nacional de Segurança Pública, Dr. Robson Robin e a aula magistral do nosso sempre Dr. Mauro Spósito, com quem concordamos. Aí vem a indagação. Como enfrentar essa questão toda do crime organizado sem recursos? Essa é a questão posta e fundamental.

Ontem mesmo sentimos uma certa alegria na Comissão de Constituição e Justiça quando um passo já foi dado pretendendo que haja um bloqueio das verbas de Segurança Pública para essa consecução. Já é um avanço, a questão de não contingenciar tais verbas, que acabou sendo objeto do Governo Federal nessa última legislação orçamentária em que lá também havia sido posta essa questão. E com Emendas, inclusive o Senador Jefferson Peres, como também do nobre Senador Romero Jucá responsabilizando autoridades para que não cumprissem isso. O certo é que não é possível enfrentar crime organizado num País continental como Brasil, sem que tenhamos recursos adequados. E quais são esses recursos adequados? Também de longa data tramita nesta Casa a PEC 22 de 2001 da lavra do eminente Senador Romeu Tuma. E que lá, não só se buscava a questão das verbas de custeio, como também, sobretudo, um item que diz respeito à remuneração condigna dos Policiais. Eis a questão. Ela associada a PEC 60, do Eminente Presidente do Senado Federal, na realidade foi objeto também de um pedido coletivo de vista nessa fase agora da Comissão de Justiça, e nós fazemos um apelo aos Srs. Senadores. Que independentemente de verbas que possam ficar destinadas à melhoria da Máquina, a Máquina não anda sem o homem, Sr. Senador, sem que tenhamos exatamente os homens em condições de remuneração adequada. Não adianta colocar equipamentos de última geração, se ele depois tem que exatamente ir morar na favela. Em que o risco é muito maior. As possibilidades às vezes até de eventual envolvimento acabam sendo ainda mais permeáveis. Então, fazemos um apelo que exatamente na apreciação dessa matéria que consta da PEC 60 e da PEC 22 de 2001, na parte em que o Senador Romeu Tuma destacou remuneração condigna dos Policiais, que também num eventual substitutivo que possa resultar daquela apreciação não seja esquecido o homem, Srs. Senadores.

O outro ponto é sobre a questão do sistema. A Constituição de 88 o quê fez? Ela resolveu criar um sistema equilibrado, em toda a administração da justiça criminal.

Então, lá vemos: Cabe à Polícia apurar que a parte vocacionada para atuar na investigação criminal. Cabe ao Ministério Público acusar, atuar na esfera judicial, sustentando o trabalho realizado pela Polícia judiciária com a finalidade de poder efetivamente condenar os acusados. E o Poder Judiciário eqüidistante da infração penal, simplesmente julgar. Mas o que vem ocorrendo? Se nós já não temos recursos para sustentar a máquina neste País continental, como ressaltou o nosso eminente companheiro Dr. Mauro, porque ainda nós provocarmos, Senador Saturnino, Economista que é, a dispersão de recursos com competências que pretendem ser cumulativas. Eu dou um exemplO – Nós verificamos hoje em relação ao Ministério Público, por exemplo, que sustenta e luta nos tribunais para que eles tenham a competência investigatória que com o todo respeito a Constituição não lhes deu. A Constituição separou atividade da apuração, da atividade acusatória como parte na relação processual e o judiciário para julgar. O que é que vem ocorrendo? Dispersão de esforços onde verificamos também não raro a Polícia Civil agindo na ostensividade, não raro a Polícia Militar agindo na investigação, muito menos raro a atuação do Ministério Público brasileiro querendo investigar, e com que resultado? Eu trago aqui uma matéria que não foi muito discutida, mas sim debatida e falada no Plenário do Supremo Tribunal Federal, numa Sessão do último dia 30 de março, em que o eminente Ministro Gilmar Mendes, buscando exatamente analisar esses resultados de todo esse confronto de competências nacionais disse: Isso foi em 30 de março recente. "Na última quinta-feira, em Sessão do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Gilmar Mendes, crítico severo dos abusos do Ministério Público trouxe a público uma estatística intrigante. De cada 10 denúncias levadas ao Supremo Tribunal Federal, oito foram consideradas ineptas nos últimos cinco anos".

Então, não adianta fazer toda essa pirotecnia que nós vemos no cotidiano, nos jornais, no dia-a-dia, em São Paulo agora, ressalto, em São Paulo, quando verificamos com perplexidade que o nobre Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo deu 72 horas para a Polícia apresentar a sua lista de mortos. Isso é um absurdo. É a politização das ações. Porque não cabe ao Ministério Público, na sua atividade, diz lá a sua lei orgânica que eles têm realmente a questão de que seja obrigado a executoriedade das suas decisões, mas *interna corpus* e não externamente. E tem razão o Secretário de Segurança Pública de São Paulo, a nosso ver, quando diz que essa medida é ilegal. Por que a pressa? Nós temos 132 pessoas mortas em São Paulo que de fato realmente necessitam que sejam identificadas, mas há de se verificar num Inquérito Policial instaurado para cada caso se tem ou não conexão, correlação com o fato que ocorreu. Quando foram mortos aqueles Policiais Civis, Militares, que eram os representantes do Estado, na realidade a agressão não foi ao Estado, aquela agressão feita pelo PCC em São Paulo não foi contra os Policiais, foi agressão ao Estado constituído. E, portanto, é importante que essas questões não sejam politizadas e muito menos partidarizadas.

Então, o que nós estamos vendo em São Paulo, nesse caso gravíssimo que ocorreu, a sociedade realmente preocupada, a sociedade ansiosa em que vimos São Paulo parar uma noite, vimos São Paulo sem movimento à noite. Isso é inédito naquele Estado, como inédito também em outros Estados como o nosso, no caso o Rio de Janeiro. O que se quer é que a Segurança Pública, independentemente e fundamentalmente, independente dos recursos, nós tenhamos a integração do Sistema da Administração da Justiça Criminal. E como fazer isso? A Constituição em 88 ela foi expressa. Quando disse no § 7º do Art. 144. "A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública de maneira a garantir a eficiência de suas atividades". O que quis dizer isso? Foi a integração preconizada pelos diversos órgãos de Segurança Pública, a fim de que eles tenham uma integração, e um melhor resultado, e o que ocorre? Nós estamos em 2006, portanto já quase 18 anos da promulgação da Carta de 88, e o Executivo Federal ainda não enviou nenhum Projeto de Lei, já que é iniciativa sua e privativa, para que isso seja regulamentado como sistema. Agora, sim, sob a batuta do nosso eminente Secretário Luiz Fernando Corrêa, foi realizada uma Comissão para estudar não só essa questão, bem como a modernização das instituições Policiais no Brasil. E lá estamos, porque até fazemos parte dessa Comissão, concluindo os textos a fim de que nessa parte se consiga, quem sabe, efetivamente que o Governo envie para o Congresso Nacional e isso não ocorreu desde 88 a integração do sistema. Isso é absolutamente fundamental. E lamentavelmente o Parlamentar (inaudível), quer dizer, tem a vedação constitucional de ter esse poder de iniciativa. Mas é preciso que o Governo encaminhe, Senador Eduardo Suplicy, para que isso possa ser objeto da grande discussão aqui no Parlamento, para que efetivamente se resolva essa questão do sistema de integração. As leis orgânicas, tanto das Polícias Civis ou da Polícia Federal, das Polícias Militares, pelo menos as duas aquelas já estão aqui, na Câmara dos Deputados. Elas são a Polícia Civil e a Polícia Militar. Lá sendo desenvolvido, digamos, os debates, as discussões para que efetivamente ela passe e conjuntamente com esse trabalhados adicional que está sendo feito na Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Então, a nossa preocupação em fazer uma abordagem de fundo, Sr. Presidente, é porque as crises na Segurança Pública vêm surgindo de forma cada vez mais agravada. Eu não sei se podemos chamar isso em São Paulo de algum Tsunami, mas o certo é que a tendência... Ela vem, ocorre, depois desaparece, vem de forma crescente e cada vez mais organizadamente. E não se diga que as Polícias não produzem com todas essas dificuldades, senão as cadeias, as penitenciárias, os presídios não estariam lotados, superlotados. Como foi aqui colocado é um sistema que abranjo a prevenção, que abrange a repressão, que abrange a esfera, digamos, da ação penal, e finalmente a parte da execução penal, envolvendo aí já dentro do sistema penitenciário que obviamente está um caos que isso é notório. Como também é caos anda as questões Policiais do País diante da massa de trabalho que se tem e os recursos disponíveis.

Quer dizer, o que nos parece fundamental, e aí a nossa preocupação, que evidentemente temos problemas, sim. Temos problemas internos, sim, mas como tem em todas as áreas quando se envolve eventuais envolvimentos com o crime ou com o criminoso, que certamente é sempre uma exceção e não uma regra como vem ocorrendo nos diversos setores e segmentos da sociedade brasileira.

Portanto, a nossa preocupação, sobretudo, e já acompanhando isso nesta Casa, nessa nossa atividade semanal desde 1987, portanto temos assistido todas essas fases e todos esses embates, é que o Congresso Nacional, o Senado Federal, sobretudo, que tem vários projetos aqui tramitando, último também de não menos importante que houve um pedido de vista coletiva também ontem em relação à Lei Antidrogas, uma nova Lei que também pretende criar um sistema nesse tipo de atividade que hoje é a raiz, é o motor, é a causa determinante da chamada criminalidade violenta. Tudo é conseqüência. É a droga da droga. E aí, portanto, o que se discute, e aí também não é uma questão menos polêmica, é o problema do usuário, que de um certo modo o usuário foi colocado sempre como uma vítima disso tudo. E é. Todavia também dizem especialistas, não sei se o Dr. Spósito concorda, que em termos de vício em relação às drogas, nós temos em geral três em dez. Dois em dez.

Então, a maioria não é viciada. A maioria é no fim de semana, a maioria é do encontro social.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O usuário e o viciado.

SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Exatamente. Então, na medida que a Polícia brasileira, falando assim, fica também manietada na atuação nesse tido de atuação, nós só temos o tráfico porque temos o usuário e de forma crescente. Aí é procura e oferta. E ninguém vai conseguir resolver o problema desse País a respeito do tráfico de drogas se também não olhar o usuário, quer como eventual dependente, quer como aquele de final de semana para sua festinha. E aí está o problema maior. Porque ele, ou eles, é que alimentam e realimentam a violência e o crime organi-

zado. O resto é conseqüência. E o que vimos em São Paulo, agora nesse último caso, e por que não dizer no Rio de Janeiro em seguidas vezes? Exatamente é a repetição do mesmo filme. Então aí indaga-se: Qual é a solução? A meu ver, medidas sempre de curto, médio e longo prazo, sobretudo, passando por essas Emendas Constitucionais. Apesar da resistência que nós sabemos dos governos. Os governos não querem vinculação de receita, querem ter naturalmente sua maneabilidade, razão da legitimidade que foram escolhidos, às vezes, mas isso é fundamental. Isso a educação tem lá o seu artigo, desde 1988. Está lá no artigo, salvo eu de memória, 212, depois a saúde também, com todos os problemas, melhorou mais do que era antes. E se temos o tripé educação, saúde e segurança, a segurança é a menos lembrada. A não ser em crise.

Portanto, fazemos esse apelo aos Srs. Senadores, ao Congresso Nacional, porque enfrentem a questão da Segurança.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – 20 anos na frente.

SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Exatamente. Portanto, a nossa colocação foi procurar trazer à discussão as questões de fundo, porque as questões do varejo, do dia-a-dia, nós estamos vendo isso no cotidiano. Portanto, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu que agradeço, Dr. Reale, especialmente o fato de que V.Sª. se manteve no nosso tempo de 15 minutos que é muito importante (risos) para a oportunidade dos Senadores fazerem as suas indagações.

Agora vamos passar a palavra à Drª. Marina Maggessi, que é Chefe do Setor de Investigação da Delegacia de Repressão a Entorpecentes. Com a palavra Drª. Marina.

SRA MARINA MAGGESSI – Bom dia Presidente, bom dia Senadores, autoridades. Primeiro eu quero registrar aqui nessa Casa, inclusive me foi sugerido, eu não estou aqui representando a Polícia Civil do Rio de Janeiro. Nós temos aqui um representante da SENASP, um representante da Polícia Federal, e um representante da Associação de Delegados de Polícia. Eu ainda enfrento bastante resistências dentro da minha instituição na nível de cúpula, por ter o cargo de Inspetora, e portanto, por ser técnica, fico muito honrada pelo convite dessa Casa e pelo interesse de V.Sªs. de ouvirem os técnicos, principalmente os técnicos como o meu colega aqui que é um Agente. Eu acho que o que me traz aqui é a presença experiência Policial de 16 anos no combate ao tráfico de entorpecentes do Rio de Janeiro. É a sexta vez que eu estou lotada na Delegacia de Repressão a Entorpecentes, é a segunda vez que eu chefio e também eu fui durante um ano e meio Chefe da Inteligência Policial do Estado do Rio de Janeiro.

Então, nesses 16 anos eu e minha equipe, que eu tive a graça de formar, nós somos 10, um dos nossos já morreu e nós trabalhamos juntos todos esses anos, nós somos responsáveis pelas maiores prisões dos maiores traficantes do Rio de Janeiro, principalmente na década de 90, aonde realmente havia um tráfico de cocaína pesado no Rio de Janeiro, aonde entraram os fuzis, aonde se comercializava 500 quilos de cocaína por semana e onde rolava muito dinheiro.

Hoje todos esses chefões estão mortos ou presos no Rio de Janeiro. Hoje sobrou nas ruas do Rio de Janeiro a ralé do crime, como a gente fala. Sobrou o que a sociedade não fez, atrás do papel da Polícia. Me desculpem, porque eu estou muito gripada. Então o que acontece é que eu acho que posso falar de Rio de Janeiro como um exemplo para o Brasil. O Rio de Janeiro está há 20 anos em relação a crime organizado de qualquer Estado da Federação. Outros Estados estão até mais. Eu tenho tido convite para fazer palestra em todo o Brasil em Associações de Delegado, em Associações de Ministério Público.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SRA MARINA MAGGESSI – 20 anos? É. Com certeza. Então a gente viu toda a dinâmica, a gente viu como eles se organizaram e toda a decadência que eles sofreram. Eu acho que o Brasil tem muito a aprender com o Rio de Janeiro. Agora, para isso tem que se definir verdades. Ou seja, a grande diferença hoje do PCC para as facções cariocas, inclusive o Comando Vermelho. A inspiração do PCC é o Comando Vermelho, sem dúvida. A nível de organização carcerária, porque toda a facção nasce na cadeia. Toda, sem exceção. Agora, o PCC, ele é uma organização que traz para si um discurso político, sócio-político, vamos dizer assim. Marcola ele é abusado, é um sujeito branco, vamos dizer assim, falando claro, e se diz muito culto, diz que leu três mil livros, cita livros chaves como "A arte da guerra", enfim. E essa liderança não só dele como dos outros integrantes da cúpula do PCC, ela é muito perigosa. Ela é muito perigosa pelo seguinte: Quem quer saber dos presidiários? Quem quer saber da massa carcerária que existe no Brasil? Ninguém.

Então, qualquer um que se arvore de ser o grande defensor, ser o grande porta-voz, o Brasil hoje vive uma sede de lideranças em todos os setores. Imaginem nos mais pobres. Certo? O PCC não é um problema de São Paulo. São Paulo sozinho não vai resolver isso. O PCC é um problema de soberania nacional a qual o Comando Vermelho não quer fazer parte e não faz. A

prova disso é que o Comando Vermelho não foi para a rua no Rio de Janeiro, não tem interesse em ser massa de manobra de PCC. Existe uma rixa de orgulho entre eles, vamos dizer assim, e o Rio de Janeiro ainda tem a facilidade para nós Policiais e até para a população, infelizmente, na contramão da ordem, mas nós temos três facções criminosas que brigam entre si. Então o reino dividido sempre é mais fácil de controlar.

O que acontece hoje é uma coisa que nós estávamos conversando ali dentro, e que o meu colega Subsecretário estava dizendo sobre a competência para comandar. Eu acho que a chave de tudo está na competência para comandar. E ele citou uma frase muito interessante. Que a competência não se subordina. Quem está comandando o quê, aonde e por quê? Indicado por quem? V.Sªs. viram o próprio Delegado Godofredo Bittencourt dizer que São Paulo errou quando exportou o PCC. São Paulo plantou metástase no Brasil. Foi isso. Cada presídio que recebeu um ou dois integrantes do PCC fez escola. E por isso eles têm a rede. Todo mundo sabe que a rede é tudo.

Então, foi por causa de um erro, e que eu até elogio aqui esse "mea culpa" que a gente não está acostumado ver autoridade dizer "eu errei". Mas isso foi muito importante para isso que a gente está vendo hoje acontecer em São Paulo.

Lá no Rio de Janeiro, a gente vê hoje a gente assiste mais ou menos confortável o crime organizado dentro do nosso Estado. Porque o nosso crime organizado se perdeu no consumo. Essa garotada que está na rua ela foi criada na cocaína pelos grandes chefes que foram presos ou mortos. O que sobrou? O que sobrou são seres humanos quase limítrofes. Porque são meninos que nunca foram à escola. E se foram, não são alfabetizados, são semi-analfabetos. Não sabem fazer contas, não sabem... Têm vinte palavras no vocabulário. Eles foram "qual é", "então", "já é", "tá ligado". Não tem nenhum tipo de instituição por trás deles. Não tem família, não igreja, não tem escola, não tem Estado, só tem a facção criminosa a qual eles obedecem como uma torcida organizada. E todo mundo sabe que torcidas organizadas se matam. E eles são mais xiitas do que qualquer terrorista islâmico. Porque o terrorista islâmico ainda tem uma promessa de vida eterna, se ele se suicidar ou se ele matar qualquer pessoa. Esses meninos não têm. Vocês assistiram "Falcão", eu acho. "Meninos do tráfico". É importante frisar que "Falcão – Meninos do tráfico" não trata dos chefes, trata do intermediário. Aquela é a verdade das nossas favelas e aí a gente assiste o Brasil falar: "Ué? Isso acontece?" Então, parece que está todo mundo o tempo todo completamente alienado. Eu vou me permitir aqui como Policial Inspetora de Polícia de ponta a discordar em parte de que os bandidos do PCC atacaram o Estado na figura dos Policiais fardados. Não. O grande inimigo da favela é o Policial. O grande inimigo do Policial é a favelado. Isso é uma cultura que a Polícia é empurrada para a favela para agir com truculência. A Polícia, a nossa Polícia, eram um braço armado da ditadura. Teve um poder incomensurável, e até que um dia ficou aí "na pista", como a gente fala, sem poder nenhum governado na sua maioria por governos de esquerda. E daí perdeu toda aquela tal autoridade.

Vejam os senhores que São Paulo, vários Policiais Militares que foram assinados estavam no ônibus, de farda. Por quê? Porque existe uma Lei Nacional que permite o Policial fardado não pagar a passagem. Há quantos anos no Rio o Polícia Militar não anda de farda? O Polícia Militar do Rio de Janeiro ele usa a carteira dele no pé. Entre o pé e a meia. Porque ele anda de ônibus. Porque ele é assinado sumariamente. Ele e nós, e os Federais também. Só por serem Policiais. E os governos todos que eu vi passar só contabilizam Policiais mortos, em serviço. Mas olha serviço é esse. Então aqueles números não existem. Ontem foi revelada uma pesquisa da FIOCRUZ dizendo que os Policiais Militares do Rio de Janeiro morrem 14 vezes mais do que a população comum. Nós somos caçados sumariamente na rua. São Paulo chocou porque foi no atacado, há muito tempo ninguém via quase 30 Policiais serem assassinados numa tacada, num dia só, reconhecidos de farda andando de ônibus. Mas no Rio, o varejo no Rio... Sulacap é um bairro no Rio de Janeiro onde tem um cemitério da PM que é um vazadouro. São dois ou três Policiais Militares por dia. Só porque são Policiais Militares. São assassinados sumariamente em frente as suas famílias, são vítimas de assalto. Qualquer um bandido do Rio de Janeiro sabe dar uma geral para ver se aquele assaltado é um Policial ou não.

Então eu acho muito importante o que eu estou fazendo aqui pelo seguinte: De imediato, eu acho que a gente tem que olhar para as nossas instituições, fazer os "mea culpa", eu não estou falando só da instituição Policial nem da classe política, eu estou falando principalmente da OAB, porque a OAB nesse sentido corporativista dela se coloca acima do bem e do mal na hora de ser revistado no presídio, senhores. Por que é que um Advogado ele é considerado mais ético ou mais honesto do que a mãe de um bandido que tem que se submeter a uma revista vexatória e constrangedora? E aí a gente vê o Presidente da OAB responder o seguinte, porque a maioria dos Advogados é honesta. Ora, a maioria da população é honesta. Vamos acabar com a Polícia. Ou não é? A maioria da população não é honesta? Então, isso é argumento? Não, não é. Vamos sair dos castelos e vamos sedimentar essa

massa crítica que estou vendo se formar no Brasil, e principalmente estou vendo se formar no meu Estado. Porque existem vários especialistas de Segurança, eu vejo aí, policiais sociológicos, antropólogos. Eu virei uma especialista de bandido. Então, quando alguém quer saber de bandidagem aí me convida para falar. Até porque eu não tenho essa linguagem rebuscada dos meus colegas Doutores. Eu não sou formada em Direito. Minha formação é Jornalismo, eu sou mais, inclusive, mais inflamada.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Escreve melhor.

SRA MARINA MAGGESSI – Escrevo. Graças a Deus. (risos). Mas o que acontece é que o que eu estou vendo se formar nessa massa crítica é: Os senhores querem ver como é que está diferente o Rio de Janeiro e como a gente hoje está num momento que é pegar ou largar? Eu sou Chefe de Investigação da Delegacia de Repressão de Entorpecentes, é a delegacia mais temida pelos bandidos, porque combate eles. A nossa equipe é responsável pela prisão deles todos. O Chefe do Comando Vermelho, Márcio Nepomuceno, o verdadeiro "Marcinho VP" está preso. Nós o prendemos em Porto Alegre. Nós viajamos o Brasil todo prendendo esses bandidos em hotéis cinco estrelas. Hoje eu tenho vergonha de apresentar um chefe de quadrilha no Rio de Janeiro. Eu falO – "Meu filho, é você que é o chefe de lá?" Ele não tem perfil nenhum de chefão. E são comparados à máfia italiana. Ocupam primeira página de jornal. Quantos cientistas vocês conhecem, brasileiros, que são capas de revistas famosas? Não, mas os bandidos são capas de revistas famosas.

Então, o que a gente vê se formar hoje lá no Rio é, por exemplo, o próprio MV Bill e o Celso Athayde que têm um trabalho chamado CUFA, que é a Central Única de Favelas, eles vão na DRE, na nossa delegacia, na nossa delegacia, me entregam um livro do "Falcão, meninos do tráfico", com capítulo dedicado a mim, no início da minha formação Policial, quando eu trabalhava na Cidade de Deus, e dei muita geral nele, e volta para dormir na Cidade de Deus. Eu viajo o Brasil todo com o Afroreggae que é composto só de ex-bandidos. Todos eles são ex-bandidos. E é a prova de que o tráfico não impede ninguém de sair quando há uma alternativa. O Afroreggae toca em todas as favelas do Rio de Janeiro independente de facção. Então está acima dessa luta. E o Afroreggae volta para dormir em Vigário Geral. E essa proximidade deles com a Polícia, hoje, porque o Afroreggae tem um projeto chamado Polícia Mineira, onde ele se aproximou da Polícia de Minas Gerais e colocou no batalhão, perto da favela, várias oficinas, enfim, e humanizou essa Polícia. E, enfim, está viajando o Brasil todo. Tocou no QG da PM. O Afroreggae nasceu numa chacina dentro de Vigário Geral comandada por Policiais Militares. Hoje o Afroreggae, que são filhos e netos dessas pessoas que foram mortas, procuram a banda da PM para tocar junto dentro do QG da PM. Hoje o Senado me convida para vir aqui, as *socialites* promovem lá do Rio de Janeiro, promovem reuniões e me chamam para falar para elas. O que eu vejo hoje, na maioria das vezes, são Policiais infiltrados aí, fazendo a cabeça de sociólogos... Quem fala mal da Polícia é a Polícia. A Polícia é autofágica, e aí existem muitos Policiais hoje que induzem jornalistas, induzem grandes pesquisadores e grandes sociólogos, e mancham as nossas corporações quando a favela está fazendo um movimentem direção à Polícia. (risos)

Então, eu vejo com muito otimismo, com muita satisfação a gente agregar mais essa instituição aqui a essa massa crítica, a esse interesse dos senhores em ouvir o técnico, em ouvir a ponta, em ouvir a rua. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Drª. Marina, também pela sua disciplina quanto ao tempo. E vamos então passar imediatamente aos Senadores para a interpelação, a começar pelo autor do Requerimento, que é o Senador Romeu Tuma, com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu digo que não sei se infelizmente ou felizmente me sinto muito emocionado. Um originário da Polícia Civil de São Paulo, passando pela Polícia Federal, exercendo vários cargos por 50 anos eu vivi os dramas que nossa colega aqui apresenta. A senhora sabe que ninguém aqui foi escolhido pela hierarquia que representa na administração Policial. Aqui vieram aqueles que realmente sofrem no dia-a-dia este constrangimento, esta luta desigual em defesa da sociedade. Por isso que vocês estão aqui.

O Presidente, comigo, escolhemos alguns nomes, entre centenas que poderiam aqui estar, porque eram conhecidos do nosso trabalho, colegas de profissão, e o Presidente elogiou muito e hoje eu vejo que ele tem razão. Há, realmente, Dr. Reale, o desinteresse pelo profissional da Segurança Pública. Eu vejo, hoje, talvez não seja uma ação contra o Estado, não, não quero criticar as duas versões, mas a covardia da morte desses Policiais que deixaram de ser avisados provavelmente por uma vaidade de uma chefia que achou que resolveria por si mesmo um esquema que estava montado há muito tempo, e que já era do conhecimento dos seus dirigentes.

Então, esses Policiais morreram de graça, se assim eu posso falar. Em defesa... Não houve nenhuma ação de defesa da sociedade. Foram mortos covardemente, sem nenhum tipo de confronto. Usou farda

e matou. Hoje o Policial que mora da favela, Senador Flexa, ele, a sua família se esconde para ele não ser reconhecido como Policial. A mulher tem que lavar sua farda na pia e secar atrás da geladeira, se ele tiver geladeira, para que ninguém saiba que lá mora um Policial. E a todo esse prazo, esse tempo que se fala ninguém pensou em reverter esse processo. Tem o governante tem preocupação com o homem de Polícia. Tem um pouco mais viatura, um equipamento melhor para ficar na esquina lá dizendo que tem mais Polícia na rua. E essas organizações criminosas sabem disso.

Então, eles têm duas opções, se organizam e vão cooptar os Policiais que decepcionados fracassaram na sua vocação por falta de meios, acabam colaborando com a criminalidade. Eu sei, eu fui Secretário da Polícia. Desculpa a emoção. Eu quero que ninguém pense que seja covardia ou medo de alguma coisa. Não. Isso é sentimento pessoal mesmo. Provavelmente talvez eu não tenha sido confirmado no convite para Secretário de Segurança, porque queriam unificar o sistema de trabalho Polícia e sistema carcerário. É decorrente. Não tem jeito de o senhor tratar um sistema carcerário, quando ele tem uma ligação direta com a criminalidade A Secretaria de Segurança tem que trabalhar entrosada.

Então, não é lavar as mãos com que acontece na cadeia, não, porque ela passa a comandar o crime sem nenhuma restrição. Agora, proibir a entrada de telefone é solução? Não sei. Não estou na ativa, não vou criticar o que se fizer. Mas por que é que o telefone entra? Como é que o telefone pode entrar na cadeia? Quando o senhor passa no aeroporto, todo mundo, não há nenhum privilégio para ninguém, nem o Policial passa sem passar para dentro do arco. E tem que escrever lá que está armado para que seja comunicado à chefia.

O porte de arma é outra coisa que não tem mais que se discutir. A regra é clara, ela é objetiva. Não tem cabimento o Policial andar desarmado pela rua porque está proibido, porque ele é vítima permanente. Ou ele vai ter que defender alguém próximo dele.

Então, ele tem que estar armado para reagir a uma ação criminosa. Mesmo não estando em serviço ele tem a obrigação, 24 horas por dia, isso diz a lei. Não é a vocação do Policial que o obriga a agir 24 horas por dia, é a própria lei que o obriga agir 24 horas por dia.

Então, ele tem que ter meios de poder intervir com poder maior do que um marginal. Porque a lei diz: Reagir à altura que supere a ação do marginal. Não é para matar à toa, não é para assassinar ninguém, mas ele tem que ter o poder de reagir à altura que não vai permitir que o criminoso tenha mais poder para ferir a sociedade.

Eu conheço o Dr. Mauro, trabalhamos juntos há mais de 30 anos e sei a capacidade de trabalho dele. Nós temos uma grande preocupação, porque o senhor como Secretário lá da Segurança, Dr. Robson, deve receber mais do que nós aqui nessa Casa que às vezes somos desinformados e o que o nosso Wellington dizia, Senador, o que vale nesse Congresso é isso que o senhor fez hoje. Trazer a informação para dentro dela. Para que a gente quando discuta, não discuta numa CPI entra telefone ou não entra, às vezes não por maldade, mas por desconhecer profundamente um assunto que possa realmente trazer dentro da legislação, uma defesa da sociedade.

Então, hoje, quase todas as secretarias, infelizmente... Não é uma crítica pessoal, são dirigidas por decisões políticas. A indicação é política. Hoje a senhora tem na Segurança um Delegado que trabalhamos juntos, competente, esclarecido, um homem de inteligência Policial, tranqüilo, sabe produzir. O Mauro conhece profundamente a região amazônica, todos os pontos de fronteira. Nós fizemos ali, o Presidente Sarney criou o Projeto Calha Norte, que é o pelotão para ocupar fisicamente a fronteira brasileira na Amazônia toda, o Senador Flexa de Lima é testemunha, e foi interrompido por alguns anos, até a manutenção desses pelotões de fronteira. Não tinha dinheiro para manter o pelotão. Lá só se anda de barco ou de avião, não é Mauro? Então, houve praticamente a destruição das pistas, a Comara que era da Aeronáutica, não tinha dinheiro para recuperar pistas. Então você não podia nem levar o soldado para fazer uma substituição.

Então, era uma coisa terrível esta falta de investimento claro, naquilo que é para a manutenção.

Então, eu vejo lá Programas de Governo, vamos criar uma Força Nacional de 70 mil homens, vamos criar não sei o quê, para não sei o quê. Ora, por que é que não vai no Estado e diz para o Secretário: "Seleciona um grupo especial de bons Policiais e está aqui o dinheiro para eles funcionarem no combate à crise". Não precisa trazer nada de ninguém. Por isso que eu perguntei para o senhor se uma intervenção rápida tem... Por quê? Quando houve a greve na Bahia, da PM da Bahia, não sei se eu estou saindo muito do tema, o senhor desculpa, mas quando houve a greve na Bahia o General me disse que levou cinco dias para transportar a primeira tropa que chegou lá, para substituir a Polícia Militar. Nesse interregno morreu mais de 20 cidadãos de bem, porque a Polícia agiu... Não tinha Polícia, a criminalidade agiu com toda a liberdade. Levou cinco dias porque não tem nenhum esquema de requisitar meios para transportar uma força dessa. Que devia ter.

Se tem a defesa interna, que é responsabilidade nossa aqui, tem que criar mecanismo para que aonde haja uma intervenção que precisa se deslocar, requisitar e depois faz concorrência, depois paga. E não ficar numa discussão se vai buscar a tropa daqui ou dali.

A Polícia Federal não tem que ser oferecida a ninguém. Ela está dentro da Constituição. A obrigação dela é trabalhar inclusive com a senhora no seu trabalho. E ela fez isso em São Paulo. O Ministro não precisava oferecer, porque ela já tem obrigação constitucional. Agora, o Exército é uma força pesada para intervir. Por que é que as PMS não têm dentro do Fundo... Que o Fundo deve ser pequeno, porque se fala muito em Fundo, mas não tem grana nem para...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB –MG) – Fundo raso.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – É um fundo furado. Então, não adianta a gente fazer "mandraquice", porque isso traz uma expectativa para a sociedade enganosa. Você tem que dizer... Vamos buscar os meios. Porque quando a gente assume um posto Policial, eu fui Chefe de vários segmentos, eu pego aqui, o Mauro foi Chefe de Gabinete comigo, e sabe... "Vamos levantar o que a gente tem de meios, para saber empregar bem. Porque não adianta ficar na expectativa de que virá outro tipo de ajuda e não fazer nada". O que a senhora está fazendo. A senhora está fazendo um trabalho de combate à criminalidade sem esquecer que pode socialmente ajudar a recuperar esses meninos que estão perdidos sem saber o que fazer. Nós vimos no "Falcão" coisas terríveis, e nós vemos na FEBEM coisas muito piores, em que não há nenhum tipo de estrutura por trás, que tente recuperar uma parte dessa garotada para ter uma vida mais tranqüila e a sociedade poder aceitar. Porque a sociedade vira as costas. Não quer saber. Tem medo. O medo tomou conta de todos nós.

O que aconteceu em São Paulo foi uma reação tão terrível, sem o dedo da criminalidade. O Marcola cresceu pela imprensa. Eu pergunto para a senhora, que a senhora fez a referência mais nessa área social, se a vaidade do bandido ela não cresce quando a imprensa o coloca na primeira página.

SRA MARINA MAGGESSI – Com certeza. Até porque... O bandido, para eles, para qualquer um de nós aqui, ser colocado numa primeira página tachado de pior bandido, o maior ladrão, é muito ruim. Mas para eles é promoção.

Então, quem legítima ele? O senhor quer ver um exemplo, o Fernandinho Beira-mar usou durante muito tempo o Ministério Público para cobrar dívida. Ele fazia assim: Ele pegava o telefone, porque ele é um marqueteiro muito inteligente, sabia que o telefone estava grampeado, ligava para algum Assessor dele e dizia assim: "Olha aqui, fala para aquele cara, que ele está me devendo um milhão, eu já sei onde está a família dele, e vou mandar matar ele hoje". Aquela fita de noite estava no Jornal Nacional. Então, ele cobrava dívida através da Rede Globo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu não vou me alongar mais, Presidente, porque o nosso Delegado, que é um jurista, já expôs aqui praticamente dentro daquilo que é necessário regulamentar dentro da Constituição e que está na nossa mão. Já em andamento. O Secretário da Segurança está claro no aspecto da legislação praticamente casando com dois depoimentos. Do Mauro não vou praticamente perguntar, porque acho que devíamos convidá-lo para fazer uma exposição mais clara sobre fronteira. Sobre isso. Porque é uma grande preocupação, porque os Governadores, acusam muito a Polícia Federal e o Governo Federal. Não estou defendendo o Lula, nem Governo Federal, não, de que está deixando entrar droga pela fronteira. Então, eles não têm responsabilidade... É um absurdo isso aí. É um absurdo. A fronteira é limitada na entrada de drogas, porque fica mais pesado, mais caro, mais demorado. Traz de avião. Faz pista clandestina quase dentro de São Paulo, quase dentro do Rio de Janeiro.

Então, a infra-estrutura de combate às drogas tem que ser unificada, dentro dos padrões que a Polícia Federal e as divisões especializadas possam se concentrar na troca de informação. Não tem o sistema de informação. O que aconteceu em São Paulo foi falta de informação. Por isso que o Wellington disse assim: "O que eu gosto é disso, trazer informação para aqui para dentro". Se não tiver informação, ela tem que descobrir, às vezes, um crime que algum colega já sabia que ia acontecer.

Então, tem que acabar com a vaidade pessoal de quem tem, por vocação, a profissão de Polícia. Porque ela é praticamente o médico da sociedade. O Policial é o médico do esgoto da sociedade. Desculpe a expressão.

Então, ele tem que ter um pensamento voltado para o interesse da sociedade e esquecer de si mesmo. Senão, não tem vocação. Ele vai lá para ganhar o salário, que é uma porcaria. Desculpe. São Paulo é o penúltimo Estado em valor de salário para Policiais. A Polícia Federal espera desde novembro a reestruturação e a correção dos salários, com o compromisso do próprio Ministro que está sofrendo com isso. Eu sei que ele está. E não consegue, porque a área econômica não permite que se faça nem a discussão sobre o assunto.

Quando eu fui Secretário da Polícia Federal, a Polícia Rodoviária, Polícia Federal estava unificada. Não se conseguiu vencer, porque cada uma queria ter uma coisa ou outra. Então, se dividiu novamente e se criou as duas infra-estruturas que trabalham isoladamente, e às vezes nem informação consegue se casar. Nós vemos hoje o grande problema do roubo de cargas. Que só se tem um sucesso quando passou também a ser competência não só dos Estados, como da União, em razão de ser interestadual e até internacional.

Então, a própria estrutura da Polícia Federal com escuta, com tudo, tem desbaratado grandes quadrilhas.

Eu queria cumprimentar os quatro e pedir desculpas pela emoção, mas tenho certeza que este depoimento foi muito útil.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Obrigado, Senador Tuma. Acho que todos nós queremos também agradecer a V.Exª. pela contribuição que deu. V.Exª. é mais um dos expositores que com a sua experiência traz informação, e com a sua emoção natural e humana, traz também o sentimento de responsabilidade, de prioridade que V.Exª. dá a esse problema, e o seu profundo envolvimento nele. De modo que é queremos agradecer muito e passar a palavra ao próximo inscrito, que é o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, estou aguardando uma informação, peço para ficar para depois, por favor.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Bem, o próximo sou eu mesmo. Então, eu vou pedir ao Senador Tuma que assuma aqui a Presidência.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com muita honra.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, com a palavra, o Senador, ilustre Presidente desta Comissão, Saturnino Braga.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Bem, eu queria muito agradecer e cumprimentar os expositores e cumprimentar também o Senador Tuma, não só pela exposição que fez, mas pela iniciativa de convocar essa Audiência Pública.

Realmente esse tema está a nos desafiar, a nós congressistas, a nós lideranças políticas do País, de uma forma que é uma verdadeira provocação. Nós não estamos sabendo articular as respostas que tragam efetividade ao trabalho de combate à criminalidade e o estabelecimento da Segurança Pública. Eu tenho escutado muito, e aqui mesmo o Dr. Robson ressaltou isso, a importância do problema carcerário, porque, enfim, os comandos desses criminosos estão todos presos, e de lá eles articulam tudo.

Entretanto, eu peço vênia até para discordar e dizer que o problema maior está no exército de criminosos que estão na rua, quer dizer, e que está crescendo. É claro que eles são comandados pelos principais, a Drª. Marina disse muito bem, no Rio "os cabeças" estão quase todos presos, e de lá ficam comandando. Mas se eles não têm o comando do presídio, vai aparecer o comando imediato por ali ou eles vão agir sem comando, mesmo. Mas o fato é que esse Exército de criminosos está crescendo. E isso... Por exemplo, no Rio de Janeiro, o Dr. Reale lembrou muito bem, nós fizemos uma Audiência Pública aí nos anos 90, que já preocupados com esse problema, mas nos anos 80, quando eu fui Prefeito, eu subi aqueles morros da cidade todos até sozinho, sem nenhuma preocupação. Quer dizer, não existia essa tensão que existe hoje. Isso é uma coisa de 20 anos para cá. E isso está crescendo, está crescendo, está crescendo.

Quer dizer, organizadamente ou não, parece que a sociedade não oferece aos seus membros mais carentes a oportunidade da realização da vida digna pelo trabalho. O trabalho parece cada vez mais desvalorizado, então o carente, para se realizar o mínimo de vida digna, ele vai ou para a esperteza do pequeno delito ou para a criminalidade ou para o tóxico. Quer dizer, está faltando exatamente a nossa visão de maior profundidade e de maior extensão no longo prazo para poder buscar novas formas de estruturação da economia, da sociedade brasileira, para que esse exército de criminosos, de bandidos ou de espertos ou de pequenos delinqüentes cresça. Porque está crescendo. E isso é o que nos preocupa mais.

Agora, eu queria aproveitar aqui a presença dos senhores para fazer algumas perguntas mais específicas, quer dizer, eu quero levantar essa preocupação que tem que ser nossa, Senadores e Deputados, da condição da estruturação da sociedade e o modo. Está certo, investimento na educação é necessário, ninguém discute, melhorar... O trabalho de organizações como a CUFA, que estão abrindo oportunidades de realização e de promoção pessoal para esses menores carentes, é extremamente importante. Mas há uma questão de estrutura nisso tudo, de estrutura social e econômica, que essa é uma responsabilidade eminentemente nossa, de lideranças políticas do País. Mas eu queria fazer duas perguntas objetivas.

Primeiro, a questão do efetivo Policial em ação. Quer dizer, eu não sou um "expert", mas eu li numa publicação até do... Acho que do Ministério da Justiça, umas informações que davam conta da relação entre viaturas em ação na Polícia por mil habitantes, mos-

trando que o número de viaturas no Brasil é muitíssimo menor do que o número de viaturas por mil habitantes nos Estados Unidos. Mas depois dava o número de Policiais, a relação de Policiais por viatura, que também dá uma diferença... Casando as duas, quer dizer, Policiais em ação por mil habitantes, dá uma diferença da ordem de seis vezes, quer dizer, como se o Brasil tivesse seis meses menos Policial em ação por mil habitantes do que os Países, enfim, mais ricos do mundo. Mas tudo bem, nós não vamos atingir o nível... Até porque falta recurso. Isso é um dos constrangimentos que a gente enfrenta.

Mas me parece, assim como leigo no assunto, não sou "expert" no assunto, que está faltando um pouco de efetivo Policial em ação nas ruas, ação nas ruas mesmo para dar um pouco mais de sensação de Segurança aos nossos habitantes. Eu queria uma palavra dos senhores a esse respeito. Assim como em matéria de tecnologia, quer dizer, esse... Por exemplo, tecnologia de geoprocessamento não é uma coisa importante para a Polícia dispor, para poder monitorar as ruas da cidade, que isso hoje é perfeitamente... Eu sei que nós vamos sempre bater no problema dos recursos, mas é preciso levantar essas questões para a gente ter um rumo a que seguir e umas razões, argumentos, para pleitear uma melhor distribuição de recursos públicos de forma a contemplar a questão da Segurança, que a meu juízo, está subcontemplada, sim, evidente que está, e é preciso conscientizar o Congresso e a população a esse respeito.

E a terceira pergunta eu queria fazer diretamente ao Dr. Robson, que é sobre essa Força Nacional. Quer dizer, o que é isso e como ela pode ser utilizada e, enfim, qual o efetivo dela, qual a expressão dela, e como isso pode se articular com as Polícias Estaduais?

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Senador, as primeiras perguntas são para os quatro. Então, o Dr. Reale responderá, e V.Exª. também falou, se eu entendi bem, que a gente gostaria de saber sobre o Cadastro Nacional da Criminalidade. Uma concentração de informações de marginais e *modus operandi*.

SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Nobre Senador Roberto Saturnino Braga, eu estaria comparativamente... A própria situação da antiga Capital Federal que é a cidade do Rio de Janeiro, nós tínhamos na década de 30, 28 Delegacia de Policiais para a cidade do Rio de Janeiro. Hoje, em 2006, a cidade do Rio de Janeiro não tem 40 delegacias distritais, as Policiais. Temos sim um número maior de delegacias especializadas, mas que atuam em razão da matéria. No antigo Estado da Guanabara, nós tínhamos 11 mil Policiais Civis como um todo. E no antigo Estado do Rio de Janeiro, 1.500. Com a fusão, evidentemente em 1975, portanto já há 30 anos, um pouco mais, hoje nós temos no total me parece que em números redondos, gravita em 11 mil, por aí, nas diversas categorias somadas.

Então, há uma desproporção absolutamente brutal entre exatamente a relação população, a relação trabalho, relação aumento de criminalidade com os recursos que são absolutamente desproporcionais.

Então, quando da antiga Polícia Civil do Distrito Federal, depois o Departamento Federal de Segurança Pública, que atuava na época apenas em termos locais, não tinha atuação nacional antes de 64. Ela, na realidade, tinha também um efetivo, e é preciso também considerar um aspecto histórico no caso do Rio de Janeiro que, por questões políticas envolvendo os episódios que antecederam, digamos, a Revolução de 64, nós tivemos uma segurando briga lá, na época, entre João Goulart, Abelardo Jurema e Carlos Lacerda. E aí, de um dia para o outro, ou de uma noite para o dia, nós tivemos a famosa opção para o retorno à União que depois foi o embrião que reorganizou o atual Departamento de Polícia Federal, na época DFSP em que houve um esvaziamento absoluto. As delegacias ficaram com cinco, seis homens, e nós tivemos até condutor de bonde sendo lotado na época para atuação nas delegacias Policiais. E eu apenas finalizaria nessas brevíssimas considerações, dizendo que já fui titular na Delegacia Rio de Janeiro, Policial Especializado, só para dar um exemplo final, em que no nosso tempo, por exemplo, a 4ª Delegacia Policial, a Drª. Marina Maggessi, conhece bem hoje lá no centro. Nós tínhamos 120 Policiais, Hoje temos 30. Da década de 60 para cá.

Então, evidentemente a Segurança Pública... E é preciso ressalvar também que o atual Governo em termos de custeio, em termos de reforma das delegacias, com o Sistema chamado Delegacia Legal efetivamente deu melhores condições de trabalho técnico, material, e apresentação para atendimento à população, porque ressalta-se que o cidadão é o destinatário da Segurança Pública, e não evidentemente os Policiais que estão lá para servir. Servidores da Segurança Pública. Mas o certo é que esse Sistema de Delegacias Legais realmente vem modernizando o funcionamento dessas delegacias. Muito embora, ressalto, a questão humana ainda não está colocada nos termos adequados. Tanto é certo que um Polícia Civil do Rio de Janeiro, um Inspetor, um Escrivão que hoje chama-se lá oficial de cartório, enfim, as categorias dos Agentes estão sendo muito mal pagas no Rio de Janeiro. Os Delegados mais ou menos, porque estamos constantemente na justiça. É preciso que se diga também o seguinte, es-

sas questões que os Delegados no caso do Rio de Janeiro estão ali entre os cinco maiores do País em relação aos Delegados e os meus conterrâneos de São Paulo, porque eu nasci em São Paulo, em penúltimo lugar, o que é absolutamente impensável o Estado de São Paulo o Estado mais poderoso da Nação é o penúltimo lugar, só perde para a Bahia, que é o último. E o Rio de Janeiro está entre os cinco primeiros em relação às autoridades Policiais. O primeiro estava o Estado do Mato Grosso, havia o problema também, uma melhora agora do Mato Grosso do Sul, e o Paraná agora. O Paraná, realmente, está tendo agora uma solução mais...

Então, finalizando, não se anda, não se faz Polícia sem o homem. E é preciso o homem como sistema, autoridade Policial e todos seus agentes. E às vezes há certa divergência local, mas é que nós estamos sempre na justiça, o tempo todo, questionando isso, aquilo...

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Mas quando se refere isso ao homem em geral as referências são voltadas para a qualidade. O que é importante, a qualidade... Mas me parece que há uma deficiência de quantidade, também, que é muito grave, é preciso ser...

SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Hoje a qualidade, os Agentes inclusive têm um recrutamento obrigatório como sendo terceiro grau, o que é uma modernamente acertada para dar um melhor padrão de qualidade profissional, aliada à vocação. Porque é fundamental também que tenha a questão da vocação. E quando eu insisto que cabe à Polícia judiciária a parte da investigação penal por vocação e não ao Ministério Público querendo fazer investigação, porque eles não têm vocação, não tem competência jurídica, nem profissional, o que se vê por aí é só essa pirotecnia que depois quando bate isso tudo no Supremo Tribunal Federal, eu em alto e bom tom disse: "Das dez, oito são consideradas ineptas".

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Acho que não tem nem legal.

SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Legal. E nós temos... Ontem mesmo, lá no Supremo, no dia 23, quer dizer, anteontem, a primeira turma tranca ação penal, denunciados por crimes contra a ordem tributária, em que o Supremo num caso também do Estado do Pará, acabou, Senador Flexa Ribeiro, o Supremo derrubou. Quer dizer, não adianta querer fazer essas investigações a toque de caixa, apenas com pirotecnia que nós estamos vendo também com todo respeito essa questão de competência em relação ao problema que afeta das ambulâncias e tal querendo agora, querendo agora... Foi inaugurado, volta para lá e depois não adianta nada. Porque se não tiver a Polícia Federal com o seu inquérito e o Ministério Público acompanhando, e ele produzindo diretamente o seu inquérito, depois acaba não acontecendo nada. Só o desgaste das pessoas muitos inocentes são colocados aí na... E desmoralizados, e só depois os anos é que vão corrigir. E a União pagando, porque futuramente o Estado e a União vão pagar as indenizações correspondentes pelos abusos praticados.

Portanto, essas são as nossas brevíssimas considerações sobre isso. Muito obrigado.

SR. MAURO SPÓSITO – A questão de pessoal, questão de efetivo, é terrível. E mesmo com concursos, a Polícia Federal tem uma deficiência crônica de pessoal. Em 1973 houve um estudo da Fundação Getúlio Vargas que era para a Polícia Federal ter 17 mil homens. Nós estamos em 2006, e somos 11 mil, e com a Constituição de 88 tivemos novas atribuições. E concorre a isso o fato de que na Amazônia o concursado já entra de costas. Ele já chega perguntando o dia que vai embora.

Então, nós temos o problema muito sério de fixação do homem de Polícia, lá. E não adianta, obviamente, o Policial só vai ter um desempenho melhor a partir do momento que ele conhecer a área que ele trabalha. Estávamos até conversando a esse respeito da Força Nacional. É muito difícil você pegar os 100 melhores Policiais do Ceará e levar para o Rio de Janeiro. Não sabe para onde que vai... Pegue os 100 melhores do Rio de Janeiro e leva para o Ceará é a mesma coisa. Então, se você não conhece o seu terreno é muito difícil. Isso nos causa um problema. A carreira Policial não é atrativa. Não existem atrativos nem financeiros e nem mesmo que sejam recompensados, porque o Policial sempre é meio estigmatizado pela sociedade.

Uma outra coisa que o senhor falou, Excelência, e que eu gostaria de colocar. A criminalidade cresce a olhos vistos, e a capacidade do Estado diminui. Hoje o problema não é prender ninguém, o problema é onde colocar o preso depois que prende. Fazer o flagrante é a coisa...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Fazer Mecanismo.

SR. MAURO SPÓSITO – (risos) Fazer o flagrante é a coisa mais simples do mundo. Hoje computador veio substituir as velhas Olivett é a coisa mais simples do mundo fazer um flagrante. O difícil é depois botar o homem no camburão e ficar correndo para saber quem é que aceita. E ninguém aceita. Temos casos de presos que rodaram 48 horas em busca de um local para você colocá-lo. A partir do momento que nós estamos fazendo isso, nós estamos deixando de colocar homem na

rua para dar segurança. Nós estamos correndo atrás de onde colocar o preso.

Então, é muito difícil. A gente tem até uma brincadeira que, graças a Deus, a Polícia não tem essa competência toda. Porque se ela fosse super competente e cumprisse todos os mandados de prisão decorrentes dos inquéritos que ela provocou, aonde a gente ia colocar essa massa carcerária? É difícil. Mas, voltando à questão principal, o que fazer para elevar esse efetivo é difícil.

SRA MARINA MAGGESSI – ... Vocês vêem que ele antes mostrou aí o território nacional, as fronteiras, e 11 mil homens é uma coisa... É o efetivo da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não são Policiais de ação efetiva na linha de fogo.

SRA MARINA MAGGESSI – Outra coisa importante é que além da quantidade tem a qualidade. Uma vez eu vi o Dr. Paulo Lacerda, na posse dele, ele disse que a Polícia Federal ela tinha 10% de corruptos, 80% de burocratas. E isso se aplica muito à Polícia Civil do Rio de Janeiro, também.

Então, sobram 10% trabalhando efetivamente. Se a gente for olhar, são sempre as mesmas equipes. Por quê? O rapaz que entra para a Polícia, ele pode ter a maior vocação do mundo, mas ele não vai ficar ali ganhando mil reais. Então a metade da Polícia hoje, ou quer fazer prova para Delegado ou quer fazer prova para Agente Federal.

Então, você segurar um Policial de qualidade ali é muito difícil. Porque todo mundo, os mais inteligentes, os mais... Quase toda a Polícia Civil hoje tem terceiro grau. Só que o que o Governo fez? Não abre nunca um concursos a nível de terceiro grau. Criou um cargo embaixo chamado investigador que na verdade eram os antigos carcereiros que foram reaproveitados e abre concursos aqui embaixo, a nível de segundo grau. Então já tem quatro anos que um Inspetor de Polícia a nível de terceiro grau, mas esses quatro anos nenhum concursos foi aberto. Muito pelo contrário, foi aberto um concursos a nível de segundo grau para investigador. E com isso, a tendência se não mudar essa visão do Governo, é o cargo Inspetor ser extinto.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Posso fazer uma indagação, a respeito do policiamento ostensivo. Polícia Militar também é... Quer dizer, o efetivo está muito aquém do que seria desejável?

SRA MARINA MAGGESSI – Essa pergunta acho que é melhor o Dr. Reale responder, porque eu não tenho números de Polícia Militar.

SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Bem, falaria conceitualmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (inaudível) Uma expressão maior.

SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Os números são notórios. Evidentemente que o efetivo está sempre muito aquém da necessidade. Salvo erro de memória, a Polícia Militar, hoje, do Estado do Rio de Janeiro, tem em torno de 28 mil Policiais Militares em todas as categorias, em todas as classes. Que é um número aquém ao necessário.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu tenho a impressão que há muito tempo tem esses 28 mil. (risos)

SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Eu diria um exemplo definitivo. No âmbito da Polícia Civil a Lei de 83 havia fixado um efetivo de 23 mil Policiais. 1983, foi até o Governo Brizola. A lei fixou um quadro permanente com esse número. E jamais conseguiu se chegar sequer até a metade.

SR. ROBSON ROBIN – Vou procurar ser objetivo e lhe confesso que os Vossos questionamentos me provocam, e é uma oportunidade rara pela importância da Casa, pelo evento.

Os efetivos estão pessimamente gerenciados. Antes de falarmos em aumento, nós temos que adotar uma ISO 9000 e alguma coisa no gerenciamento. E isso a Casa tem papel fundamental. A Casa tem uma estrutura de segurança. Tem a Polícia do Senado. A Câmara tem a sua estrutura. Os Tribunais, quando gerem essa Casa, V.Exª.s. devem, com o vagar necessário, com a coerência necessária autorizar que "N" órgãos se tornem autônomos na sua Segurança. Aqui no DF nós temos um batalhão de Polícia Militar que servem aos Tribunais. Não se questiona aqui a Segurança Pública de autoridades do Poder Judiciário. Mas a pergunta é: Essa é a vocação da Polícia? Esses são os questionamentos. Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O batalhão diplomata que cuida das embaixadas..

SR. ROBSON ROBIN – Perfeito. Tem os que cuidam das Embaixadas. Então, não se questiona que é um papel de Segurança. O que se questiona é se essa é a vocação do Executivo, propiciar esse tipo de segurança. Ou se essas instituições elas têm que crescerem, se reconhecerem em necessidade e proporem as modificações legislativas no sentido de se tornarem auto-suficientes. Desonerando a atividade Policial. Porque essa solução eterna de País de minimizar com a Polícia e minimizar com a Polícia, está a descaracterizar essa gestão dos homens. Os Tribunais... Eu acompanhei isso ao longo desses três anos, no Rio, em São Paulo, todos os Tribunais de Justiça invariavelmente estão povoados de centenas de Poli-

ciais Militares. Centenas. Somados são milhares. Isso é uma péssima gestão. Mas essa é uma decisão política. Os Tribunais não investem. Eles não têm a sua realidade. Os valores que os Tribunais têm, tinham que contemplar a auto-suficiência nisso para desonerar a Polícia. Isso é um dos exemplos.

O outro aspecto é um comportamento, é um aspecto comportamental da Polícia brasileira. Notadamente os efetivos de Polícia Militar são muito maiores. No País todo isso é uma regra. Notadamente tem uma história cultural disso. Notadamente tem uma história de construção de País, de uma Polícia do rei, de uma Polícia ostensiva a serviço do poder, não do Estado. Então, nós temos esse paradigma. Nós temos o paradigma e eu lhes digo assim, e eu falo... Entendam, não quero ser deselegante, mas são perguntas difíceis de se fazer. O Secretário Luiz Fernando nos autoriza, enquanto hoje gestores de Polícia pública a perguntar para os Coronéis, os Comandantes das PMs. Os senhores são Policiais ou os senhores são militares? Nós temos que responder essa pergunta. A Polícia é Civil. Não existe. A Polícia Militar é das Forças Armadas. Ela cria uma Polícia Militar para, por exemplo, resolver o problema de um furto de arma do Exército. A PE. Agora, a Polícia doutrinariamente no mundo, ela é Civil. O fato de usar uniforme, a atividade eminentemente civil. O fato de se usar uniforme, uniforme é ferramenta de trabalho. Se quer dar ostensividade a essa atividade, se põe uniforme. Se quer padronizar as pessoas dispostas no cenário urbano. Se põe uniforme. Como um mecânico, um médico usa o seu uniforme. É algo funcional, mas a vocação histórica, doutrinária, a Polícia é Civil. Se os senhores perguntarem para muitos Policiais Militares eles vão custar para responder se eles são militares ou se eles são civis. Então isso faz toda a diferença comportamental. E essa diferença faz com que subordinem a segmentos não Policiais. E aí vem o mal gerenciamento do efetivo.

Não quero me estender, mas isso é um problema antes de se quantificar nós temos que enxugar a Máquina. Temos que fazer uma recolhida do que está disperso. E aí nós teremos uma real necessidade da proporção.

Nesse sentido, o afastamento da vocação Policial por uma condição política de País, que vem dando um mal uso àquilo que tem sua vocação. Não tem primado pela vocação. Pela real finalidade. E nesse sentido eu lhes digO – O custeio dessa Máquina e o investimento dessa Máquina têm que ser mais inteligente. A gestão. Hoje nós primamos muito na Secretaria, no Ministério, o Ministro Márcio, essa é a grande mensagem, aumentar a capacidade de gestão na Segurança Pública. Eu diria inaugurar, porque não foi inaugurada nesse País. Nós estamos desbravando isso. Os Policiais de outros Países chegam aqui, esses Policiais fardados fazem o quê numa viatura civil? Ou esses Policiais civis fazem o quê numa viatura ostensiva? Eles dizem que num País como o deles, alguém civil, em trajes civis, numa viatura é uma ocorrência, porque alguém roubou uma viatura. É a única conclusão. Se tem uma pessoa em trajes fardados ou vice-versa, uma pessoa civil, a Polícia Civil, no caso, um Policial Civil, em trajes civis, dirigindo uma viatura preto e branco no País deles é uma ocorrência. Porque roubaram uma viatura.

Então, nós temos esses paradigmas. Uma Polícia Civil dual, às vezes tentando ser vocacionada a ostensividade. Então, nós temos que resolver esse problema. E isso vai mostrar o real efetivo. Isso vai mostrar a real necessidade. E proporcionalmente é justo. A Polícia Judiciária, um inquérito indicia 300 pessoas que a Polícia Militar apresentar. Nós temos que observar isso. Essa proporção é natural, ela é plenamente explicável.

O custeio dessa máquina. Por isso lhes falava, Exmº. Senador, da importância da legislação federal, não intervindo, mas como marco legal, garantidor de interpretação no País. O U2 faz um show em São Paulo. Não tenha dúvida que quem promove é a iniciativa privada. Não tenha dúvida que isso é de outro segmento, não tenha dúvida que tem um objetivo de lucro, não tenho dúvida de que dá muito lucro. Qual o legado para a Polícia? Porque o problema é da Polícia. Quem garante aquele perímetro, quem se mobiliza naqueles dias é a Polícia, é o sistema de Segurança Pública. Isso em diferentes Estados já tem soluções. Mas essa solução não é de País. O que é que um organizador de um evento desses tem de responsabilidade com a cota de água que aqueles Policiais precisam beber no dia. Os Policiais devem entrar na fila do banheiro? Com dezenas, centenas de pessoas? Qual é a responsabilidade de quem organiza um evento de organizar uma infra-estrutura *pari passu* para a Segurança Pública? Isso fica à interpretação do vento, ao bel-prazer. Não está legislado que o senhor vai fazer um grande evento e esse evento na sua organização tem ser antecipado em dias e com a previsibilidade dos efetivos de suprimento de água para esses Policiais, suprimento de lanches. Eles não podem se afastar dali. Eles vão ficar constantemente. Suprimento de banheiros públicos, aqueles fáceis de montar específico para a área de Segurança e principalmente no dia seguinte, qual é o legado? De milhões. Tem algum legado para a Polícia? Não. O Estado. Mas quem pagou isso foi o cidadão lá da periferia, porque as viaturas, que já são poucas, os efetivos foram para um grande evento. Que pode ser um jogo de futebol.

Então, esse é o comportamento que o País tem que mudar. Tem uma maneira inteligente de gerir, de comprometer a sociedade, de comprometer o meu filho que foi ao show do U2. Que naquele ingresso esteja contabilizado, pactuado nacionalmente que naquele ingresso, que naquela contabilização pelo gestor do evento que ali esteja a cota de água dos Policiais. Isso não pode ser terceirizado no Estado. O Estado quebro desse jeito. Tudo está sendo depositado na conta do Estado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Desculpa interromper, só porque senão passa a situação. Eu debati com o Presidente (inaudível), quando é pago uma taxa pelo ingresso no jogo de futebol, por exemplo, não tem ali uma cota que vai para a Segurança?

SR. ROBSON ROBIN – Isso ainda não está decidido. Isso não existe... Tem alguns Estados.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Existe ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Tem alguns Estados que cobram. Isso é privativo da legislação estadual. O que ele acha é que tem que ter uma regra nacional, pelo que eu entendi.

SR. ROBSON ROBIN – Perfeitamente. Essa é a interpretação. Essa é a importância da Legislação Federal. Porque hoje nós estamos assim, o poder privado na sua capacidade gerencial convence ou não o Estado A ou B, Estados brasileiros...

SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Apenas quando houve a abordagem na questão das taxas para Segurança Pública, isso é uma grande discussão, inclusive no Estado do Pará, em que o Estado do Pará e alguns outros passaram a cobrar por esse serviço mediante taxa de Segurança Pública. Aí o Supremo Tribunal Federal já decidiu não só no caso do Pará como em outros casos, que não pode haver cobrança de taxa. O serviço de Segurança Pública tem que ser mantido por impostos.

Portanto, ainda que conceitualmente possa se admitir que seria uma solução prática, isso não é possível dentro desse contexto, já que é da esfera de impostos. Apenas essa observação.

SR. ROBSON ROBIN – Perfeito. Mas suscito o tema que por isso a vocação nata dessa Casa e da esfera que nós estamos debatendo isso. Essa é a transformação que o bom senso e a necessidade gerencial do País dite as regras. Porque hoje elas foram ditadas sobre uma outra ótica, sobre uma outra época. E esse conceito é competência do Estado? Até que ponto esse Estado vai fabricar esse dinheiro? Então, só para referir. Porque essa Casa é que vai abordar, vai julgar o mérito das leis e vai dar equilíbrio a elas.

Então, nós precisamos de uma repactuação social. Vou lhes dar um exemplo, e não quero me estender. Foz do Iguaçu, fui num evento sobre esse tem "problemas das grandes cidades". Foz recebe... Como eu disse, tive a honra de recebê-lo lá como Chefe, trabalhei quatro anos e meio lá, ela muda, a população lá muda em 500 mil habitantes num feriado prolongado. A taxa de lixo, quem é que paga a taxa de lixo?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Dá licença, senhor, eu queria só lembra que a nossa Sessão hoje começa às 13 horas. Então, como tem uma resposta importante que...

SR. ROBSON ROBIN – Perfeito. Só para referir que há várias pactuações sociais a serem refeitas. Porque não é problema de ninguém. Não era problema do turista o lixo em Foz do Iguaçu. É de quem mora lá tão somente.

Eu vou me, por sua inspiração, vou tocar na Força Nacional. Como o que surge o programa da Força? Não surge com vocação de emprego. Ela se desdobra numa possibilidade de emprego. O Programa surge na implantação do Sistema Único de Segurança Pública como uma valorização das Polícias Militares pelo País. Nós tínhamos excelências em estrutura como a de São Paulo, como a de Minas, como a de Rio Grande do Sul. E tínhamos outras Polícias não tão em estado de excelência.

Então, o termo certo, ele surge, e esse que está inscrito, ele é um curso de nivelamento. Ele quis trazer quem estava menos qualificado para o patamar de quem está ali um pouco mais. Quis valorizar a Polícia, quis padronizar e está fazendo isso, o armamento. Uma coisa que o Exército tenta há anos e ninguém consegue. Padronizar um armamento de uma Polícia, como controle, como forma, inclusive, de disciplina das instituições.

Então, o Programa ele é um Programa. Antes do emprego, o emprego é um desdobramento que o bom senso mostrou. Toda essa força equipada de uma forma padronizada, toda essa força se comportando da mesma forma, ela tem uma vocação de ser empregada. Mas ela não é uma força intervencionista. Ela só ocorre sob solicitação do Estado.

Na questão, Dr. Mauro, de eles encontrarem um terreno adverso, se aplicaria ao Exército. Isso é um problema, mas não chega a ser um problema definidor de empregá-lo ou não. Porque ela adere ao poder local. A Força ela vai agora ao Mato Grosso do Sul. E vou lhes dar um exemplo de como o senhor está com o raciocínio perfeitamente de acordo com que está sendo feito. Todo o Pelotão de Operações Especiais da PM de Mato Grosso do Sul, todo, passou pelo trabalho da Força. Todos já vieram... O que o Governador disse, o

Secretário disse? Muito obrigado, vocês deram um treinamento e capacitaram todo o meu grupo de elite.

Então, em nada conflita. Nós temos que aumentar esses grupos de elite. Ter uma Força local para dar uma resposta. E ele não conflita nada com o Programa, porque o Programa quer nivelamento de procedimentos de padrões, de emprego de armamento, de compra do equipamento...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Houve uma tentativa quando as Forças das Policiais Militares ficaram sob gerenciamento de um departamento oficializado do Exército logo depois de 64, e ele acabou se desfazendo por causa da dependência. Porque não podia ser nomeado Secretário de Segurança Pública a não ser um elemento advindo das Forças Armadas. Então, eu acho que essa transição também trouxe alguns aspectos de readaptação. E esse controle das armas era muito voltado, porque tinha que ter a padronização e o Exército controlava o tipo de arma que podiam ou não ser usados pelas Polícias.

SR. ROBSON ROBIN – Hoje lhe digo, nós avançamos no controle. Temos um sistema nacional de armas. Tanto o SIGMA do Exército, como o (inaudível) da Polícia Federal.

Então, por que é que hoje o porte é Federal? Por que é que um Policial pode circular e deve circular armado pelo território nacional? Porque há um sistema que o controla. Ou seja, nós temos a potência e temos o controle. Temos o equilíbrio sobre isso. E por isso avançamos. Mas sobre a Força. A Força vem justamente, porque havia uma idéia anterior de criar uma Guarda Nacional que seria um outro gasto...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – ... Projeto que está na Câmara e foi suspenso. Nós temos um projeto que o próprio Governo mandou para acrescentar, mas o próprio Exército... Mas é claro, não tinha uma definição do que é a Guarda Nacional. Então ele foi eliminado e se criou... Está lá o Projeto do Guarda Municipal. Que tem tido um papel importante, mas até agora não se conseguiu aprovar lá da Câmara, aqui por unanimidade. Na Câmara está paralisada a proposta por razões de pressão, de Polícia Militar. Aí vem um entrosamento da necessidade de preservação da Guarda Municipal. Teve até morte em São Paulo e eles estão fazendo um trabalho razoável de Polícia Comunitária que é uma outra coisa que acho que a Secretaria deveria pensar como agir Polícia Comunitária.

SR. ROBSON ROBIN – Nesse sentido. E aí a importância, novamente, quando essa Casa recebeu os vários anseios da Polícia Militar, da Polícia Civil, de aqui pautar pelo bom senso. As Guardas Municipais vieram para ficar. E não vieram para ocupar o lugar das PMs. Mas existem traumas históricos de resistência. Mas as resistências têm que ser pactuadas, e absolutamente não podem ser reverenciadas. Nós não podemos reverenciar. Eles falam Policial Federal, e hoje eu defendo com garra a Polícia Civil, a Polícia Militar e as Guardas. Porque isso é o sistema. Essa solução não passa por um efetivo só. Mas ainda sobre a Força Nacional, então, ela surge justamente porque ela mobiliza efetivos que os Estados têm. Ela não cria, não duplica estruturas. Porque duplicar estrutura significa custo, logística. As crises se Deus quiser, e esse País, as crises vão para o lugar da excepcionalidade, um dia. Então, vai ficar uma estrutura eterna para se empregar eventualmente.

Então, nos pareceu e nós estamos convencidos disso, era um Programa de Governo de que era uma coisa mais profícua, eficaz e equânime. São os mesmos Policiais. Tem uma mensagem nisso também que a Secretaria quer dar e o Ministério quer dar. Na medida em que se convoca o Exército com essa regularidade, ninguém olha a conta, mas tem um custo altíssimo de mobilizar as Forças Armadas. O que se discutia é que esse custo podia ser sistemicamente na Segurança, e o empoderamento natural da Segurança com isso. E tem uma mensagem que nos abala, abala os Policiais é que chama o Exército, implicitamente desista da Polícia. Desista da Polícia. E isso é uma mensagem muito ruim. Os Policiais têm solução para o caso se lhes derem os equipamentos necessários, se lhes derem os efetivos necessários.

Então, desista da Polícia. Isso tem uma mensagem muito ruim como "chegaram os salvadores da Pátria". Isso tem sido histórico, tem sido repetitivo. E isso está a depor contra sistema. Então, nós não somos sistema. Então, nós não temos órgão de Segurança Pública.

Então, tinha uma mensagem muito... Então a Força Nacional vem. Uma solução ainda em sede de Segurança Pública, em sede através de Policiais, ainda com os mesmos homens e mulheres desse País, numa pactuação federativa, numa assistência mútua. O que é que se mostrou agora mais recentemente? Em crises que tendem a se alastrar por vários Estados, esses Estados não vão necessariamente ceder tropa. Nós vamos ter que lançar mão daqueles que não têm crise.

SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Me permita só a respeito da participação da Exército no episódio mais rumoroso que houve no Rio de Janeiro, recentemente, a atuação do Exército ali foi um ator absolutamente constitucional e legal. Legal. Por quê? Porque havia um crime militar, de roubo de armamento dentro do quartel, que resultava numa atuação através do Inquérito Policial Militar, e, portanto, competência da Justiça Militar

Federal e nada teve a ver com intervenção, atuação ou Exército. Apenas eles mobilizaram a sua Força de acordo com a sua especialidade, vamos dizer assim. Mas não como intervenção ou em substituição às Forças Policiais. O que se discutia era a existência do crime militar, no quartel ou como tantas outras diligências das Forças Armadas vêm sendo feitas no Rio de Janeiro, em São Paulo quando há crime militar. Perfeitamente. A competência é da Polícia Judiciária Militar, presidida pelo próprio oficial das Forças Armadas.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor quer concluir, por favor?

SR. ROBSON ROBIN – Vou concluir. Então, a Força vem antes de tudo valorizar a instituição, dar novo papel, dar mais otimização para os meios efetivos, ser mais equânime na aplicação de recursos e instituir a federalização no sentido da pactuação dos problemas. O problema de Segurança Pública é problema de Polícia. É um problema interno.

Então, tem uma grande mensagem nisso. Em fazendo a Constituição, organização dela, nós nos deparamos com algumas coisas que eu quero destacar e encerrar, agradecer a oportunidade.

Foi a expressão de um colega nosso, Delegado da Polícia Federal, Dr. Renato da Porciúncula, o mérito é dele, foi ele que disse, lá numa reunião na ABIN. "O Itamaraty segue as mesmas regras que a Polícia Federal segue para um coquetel e para a compra de armamento". A 8.666 é uma lei que o controle não pode obstar progresso. A proposta de controlar o controle não pode. Ele tem que ter uma pauta de não obstar o progresso.

Então, hoje para uma instituição mobilizar efetivos para contratar um avião para transportar emergencialmente alguma coisa, para comprar armamento, como fuzil, e eu fui sustentar isso no TCU, me perguntaram por que é que nós... Fomos para a inexigibilidade de licitação para comprar fuzis. Como que alguém padroniza alguma coisa no País abrindo licitação? Como que alguém padroniza alguma coisa no País abrindo uma licitação?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Parecia viciados.Parecia viciados.

SR. ROBSON ROBIN – Quem determinaria a política de fuzis DE um País, que é o 556 com logística, com manutenção, com assistência técnica próxima, que é da IMBEL a vocacionada. Quem ditaria isso poderia ser a COUTY(F) ou a RUGER, ou HALF-LIFE ou a HK alemã. Ou seja, uma política no País, quem dita? As regras de uma licitação ou o País?

Então, essas perguntas do ponto de vista do controle. Então quando falamos em Segurança Pública, quiçá que a legislação não trate um coquetel para o Itamaraty da mesma forma que trata as questões. A Força revelou isso na compra de uniformes. Nós queremos aquele uniforme, nós aquele equipamento. É uma política de País. Cumpra-se. E nós a propósito de controlarmos, a proposta de uma transparência que está excessiva no sentido, porque é uma transparência inócua, uma transparência que chega a ponto de impedir o desenvolvimento e de impedir sistematização.

Então, a Força veio revelar isso também, a necessidade do trato apartado, fiscalizado.

Outra coisa que eu encerro lhes dizendo. O Policial, o homem de Segurança Pública ele presta conta de uma forma muito mais intensa diuturnamente. Ontem eu entreguei o meu Imposto de Renda, é obrigação nossa. E ele não é sigiloso. O meu imposto, o dos Policiais ele não é sigiloso. Porque ele circula na mão de uns duzentos funcionários.

Então, a proposta do TCU, a proposta do controle, os homens da Segurança Pública são controlados ao extremo diuturnamente pela disciplina de suas instituições.

Então, nós só somos contratados. Não há que se tratar gestores de Segurança Pública da mesma forma que se trata qualquer funcionário que tem um expediente, que tem uma atividade diferenciada.

Então, nós não estamos pregando descontrole. Nós já somos super controlados. O Diretor da Polícia Federal já é controlado ao extremo. Além dos controles naturais, normais para qualquer criatura, ele tem que prestar contas para o Imposto de Renda, ele tem que panfletar o Imposto de Renda dele para o Ministério da Justiça, para dentro dos recursos Humanos da Polícia, ou seja, isso lhes digo para quê? Para que se sintam à vontade quando flexibilizar o controle para a compra de armamento, para a inexigibilidade de licitação, para uma série de coisas, para que a segurança avance. Para que se padronize um carro. A Polícia hoje não pode escolher um carro. Quem escolhe um carro hoje é quem vence a licitação. O nosso parque de manutenção é uma miscelânea.

Então, só para referir que a Força veio no propósito de criar uma sistematização, de padronizar procedimentos no País e em fazendo isso ela se revela com uma vocação para ser convocada e atuar de uma forma assistencial.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu gostaria de devolver a Presidência a V.Exª., Roberto Saturnino. Enquanto isso, o próximo orador é o Senador Suplicy, que trocou.

(troca de presidência)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, quero cumprimentá-lo, e ao Senador Romeu Tuma, pela iniciativa de

trazer este debate para a nossa Comissão, e gostaria, inclusive, de sugerir que este assunto seja objeto, dada a relevância do mesmo, eventualmente num próximo debate em Sessão conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, assim como também da Subcomissão recém criada na Comissão de Constituição e Justiça para justamente tratar dos temas da Segurança, porque os presentes expositores estão contribuindo efetivamente para aquilo que diz o Art. 7º, ou seja, a nossa obrigação de melhorar as leis que disciplinam a organização e funcionamento dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública de maneira a garantir a eficiência de suas atividades. Me refiro ao § 7º do Art. 144 da Constituição, que ressalta ser responsabilidade de todos nós, e dever do Estado, a segurança.

Eu fiquei um pouco preocupado no início quando o Sr. Robson Robin expressou assim mais a... Diante da gravidade dos problemas que temos assistido em São Paulo, no Rio de Janeiro e assim por diante, mas ressaltou no início como seria importante dar maior poder à instituição da Secretaria Nacional, transformando-a em Especial. Eu, sinceramente, acho que ela vai se tornar especial na medida em que a sua ação se tornar especial, em cooperação com o Ministério da Justiça, o próprio Ministro da Justiça, então... Mas eu considero importante e relevantes as suas observações.

Com respeito ao exemplo do show do U2, eu gostaria de ressaltar, mas eu tenho quase a convicção, pelo que li na imprensa de que recentemente a Prefeitura Municipal de São Paulo passou a ter a preocupação de que os responsáveis por estes grandes eventos nos Estados e Municípios, onde for, tenham uma responsabilidade de estar contribuindo para prover uma soma de recursos, seja da Companhia de Engenharia de Tráfego, da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia também, para assegurar aquilo que é importante para a boa realização do evento.

O Sr. Presidente dos Delegados, da Associação do Rio de Janeiro, Wladimir Sérgio Reale, deu ênfase à importância de se melhorar a remuneração dos Policiais, ressaltando que é tão importante o homem. Mas eu gostaria de dizer que para que nós venhamos a atacar a raiz dos problemas, nós vamos ter que dar a importância, sim, ao homem. Mas a todos os seres humanos. E daí porque eu avalio que, para resolver o problema de tamanha criminalidade, e crescente crise de criminalidade, nós vamos ter que as raízes econômicas e sociais que levam tantas pessoas... Quer dizer se o Policial eventualmente por má remuneração estiver morando na favela. Acontece que aqueles que moram na favela então vão morar aonde? Então, ou seja, é importante nós assegurarmos a todas as pessoas o direito inalienável a vida com dignidade, e isso envolve todos os seres humanos, e nós precisamos caminhar muito rapidamente e muito mais rapidamente do que o que temos feito para essa direção.

V.Sª. fez uma afirmação, e eu, com muito respeito e amizade, quero ressaltar que ainda ontem eu fiz uma observação da Tribuna do Senado diferente da sua. Porque eu considerei, e disse que considerava certa a declaração do Procurador-Geral da Justiça de São Paulo, Rodrigo Pinho, quando diante do quê? Diante do fato de que de um lado o próprio Governador Cláudio Lembo havia afirmado em entrevista corajosa, que é possível que tenha havido casos de mortes abusivas, e que aconteceram. E, ao mesmo tempo em que um dos seus Secretários havia afirmado que nunca mais... Que os dados sobre os mortos seriam possivelmente considerados reservados para sempre. E então, numa atitude corajosa, o chefe do Ministério Público que não partidarizou, ele cumpriu com o seu dever de ser um representante guardião da realização de justiça, dizendo – "Não. Os senhores tem 72 horas para mostrar". O Secretário da Segurança, até então ponderou. "O importante é que a verdade venha à tona". Sim, a verdade toda.

Então, se em 72 horas será difícil ter não apenas os nomes, mas as circunstâncias de mortes de todos que faleceram nessa tragédia dos últimos dias, então é importante que se saiba a verdade toda. Mas que se tenha um prazo para isso.

Então, o sentido da afirmação do Dr. Pinho não foi de partidarizar, assim como o Procurador-Geral Antônio Fernando, quando designado pelo Presidente Lula faz um indiciamento de 40 pessoas do partido do Presidente, ele age de maneira independente e cumprindo com o seu dever e não partidarizando.

Portanto, permita eu discordar. Do sentido que eu percebi da afirmação do Procurador-Geral designado pelo Governador Mário Covas e colaborador, portanto, de sua equipe, mas neste momento eu acho que ele agiu em defesa do interesse público. E por que razão? Nos últimos dias a imprensa tem mostrado e inclusive ontem e anteontem também, a imprensa escrita e televisionada que houve inúmeros casos de mortes de civis que podem ter sido vítimas de eventuais esquadrões da morte, que de repente se organizaram naquele momento. E, portanto, é necessário que se faça averiguação. E eu e todos nós aqui expressamos a nossa solidariedade aos Policiais Militares e Civis que foram mortos em atentados que são totalmente inadmissíveis, por parte de organizações criminosas. Então, condenamos severamente isso. Mas a reação àquele tipo de procedimento também não pode ser outra barbárie. Então, acho que é importante isso.

Com respeito à superlotação dos presídios, eu acho que nós precisamos mais e mais estar utilizando as penas alternativas e colaborando nesta direção, e eu acho que os senhores que têm uma experiência nesta área da Segurança, tem uma enorme contribuição a dar, e eu acho que o Congresso Nacional precisa pensar muito isso.

O senhor mencionou a questão da causa da criminalidade violenta, com os dependentes, inclusive os usuários de final de semana, e tudo, mas eu gostaria de ressaltar que inclusive a Drª. Marina Maggessi, quando mostra uma sensibilidade e um conhecimento muito grande para o que acontece na sua convivência, inclusive, no cargo que hoje ocupa com respeito aos que se envolvem com o tráfico de drogas ou os seus usuários e tudo, mas eu não formei minha opinião completa ainda, mas... E estou, digamos, em processo de estudo, de elaboração. Mas eu acho que nós devemos, sim, considerar estudar a possibilidade que foi defendida pelo ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, eminente Advogado Evandro Lins Silva, quando no último ano de sua vida, aos 90 anos, deu, por exemplo, uma entrevista à época em que ele expressou ao ser perguntado sobre o poder paralelo do crime organizado que existe determinado poder que foge ao controle das autoridades localizados nas favelas, a disputa pelo comércio de droga.

Com a falta de emprego e oportunidades na vida, as pessoas acabam aderindo a esse estilo de vida se tornando parte disso. Seja ativamente ou por omissão. E o traficante por ganhar tanto dinheiro ganha o poder de corromper e cria uma teia de força muito grande. Mas então como combater o tráfico? Aí ele opina: Digo para todos nós pensarmos. "Combater à força é bobagem. O tráfico se tornou oportunidade de emprego de muitas pessoas. É decorrente dos problemas sócio-econômico do País. Eu defendo a descriminalização das drogas". "E o que diria a nova lei?" "Seriam permitidas a fabricação pelos laboratórios e a venda nas farmácias. Então se passaria a tomar conta das violações nessa venda, sendo necessário receita médica, algum tipo de regra. Limites seriam criados. Se for feita uma venda irregular que se puna a infração, mas não seria mais crime. Dessa forma sai da esfera marginal".

E claro que é uma solução polêmica, sobre a qual nós devemos pensar melhor, mas eu acho que deve ser estudado. E ele ressalta: "O mais importante é focar no que realmente interessa, que é educar e dar oportunidade de emprego às pessoas. O que reduziria todo tipo de crime". Mas então, a longo prazo, é necessário resolver o problema de natureza social, mas descriminalizar seria um passo importante. E eu queria também dizer ao Dr. Mauro Spósito, que a sua experiência, o conhecimento daquilo que se passa na fronteira é de enorme relevância para todos nós.

Eu tenho aqui ressaltado o quão importante é que nós venhamos a caminhar na direção da maior liberdade de circulação de seres humanos. E jamais estarmos pensando de o Brasil vir a construir muros como os Estados Unidos está construindo em relação ao México e a toda a América Latina. Não vamos, nunca, caminhar naquela direção. Eu espero. E mais e mais com a integração econômica, que esta integração se dê a ponto de podermos, inclusive, homogeneizar os direitos sociais. Quem sabe até o direito a uma renda básica de cidadania em todas as Américas. E homogeneizar mais os direitos de aposentadorias, direitos trabalhistas e sociais em geral. Mas aí, vem esta preocupação que o Senador Tuma por vez tem aqui ressaltado. E como é que vai ser a questão do controle da fronteira com respeito ao contrabando e outras coisas que o senhor nos mostrou. Então eu deixo a pergunta para a sua reflexão. Se puder nos transmitir alguma... E eu achei...

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Senador, vou apelar para V.Exª. (risos)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu quero dizer quão relevante eu achei o depoimento da Drª. Marina Maggessi, acho que temos muito que aprender, inclusive da sua convivência, aquela experiência que nos falou de como o grupo Afroreggae tem interagido com senhora, e dado o seu conhecimento dos líderes das facções diversas, seja do PCC, do Comando Vermelho e dá outra que eu não sei qual o terceiro que a senhora mencionou, e como acabou de ser designado uma Comissão do Senado, por exemplo, para ir a São Paulo e averiguar, acompanhar todo o desvendar de tudo que ocorreu, inclusive, verificar a situação dos presídios. A superlotação e tal. Para esta missão que nós teremos que fazer, a senhora recomenda de estarmos dialogando também com os chefes das facções? Teremos que ouvi-los e compreendê-los? Essa é a pergunta.

SRA MARINA MAGGESSI – Com certeza. Precisa se habitar a cabeça do outro. Se você não conhece o inimigo, você não tem como habitar.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu vou passar a palavra ao Dr. Reale.

SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Eminente Senador Eduardo Suplicy, apenas um esclarecimento adicional a respeito de nossa posição. Quando falamos ali não no caso ali especificamente partidarização, e sim no ponto a questão da politização, porque é notório que existe uma divergência grande entre Secretário de Segurança Pública de São Paulo que também

é do Ministério Público, e o atual Procurador-Geral de Justiça. Então, acho que aí é que houve...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Realmente ele é originário do Ministério Público.

SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Exatamente. Aí que houve uma certa aresta, porque não cabe evidentemente à Polícia Judiciária esconder nenhum dado. Agora, há um procedimento, há um inquérito instaurado. Quer dizer, nessa fase a exigência que em 72 horas já sejam informados todos os dados a respeito de um inquérito que ainda mal está começando, que é a própria identificação de certas vítimas também leva um certo tempo a respeito de digitais. Tem todo um processamento que...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Dr. Reale, dá licença um pouquinho. Eu acho o seguinte, a lista em si não representa nada. É o resultado do Inquérito Policial para saber se houve confronto, se não houve confronto, se houve eliminação... É o resultado do inquérito. Tem que... Aí, sim, o Ministério Público pode e deve participar das apurações, acompanhando a (inaudível) do Delegado de Polícia.

SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Essa foi a nossa colocação. Até porque todos os jornais já deram uma lista parcial faltando alguns poucos. O importante é que... Porque alguns podem não estar. Inclusive os que são identificados no Estado de São Paulo.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone) ... O sigilo está na responsabilidade de quem recebe.

SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Claro. E o nome. Muitos não estão sequer identificados.

Então, a nossa colocação foi exatamente no sentido construtivo, para evitar exatamente o atropelo, inclusive, de conclusões apressadas a respeito se tem ou não causa e efeito com as mortes em São Paulo da necessidade de uma apuração serena, firme, e com o acompanhamento do Ministério Público. E não a exigência, a nosso ver, e legal também como disse o Secretário de São Paulo, de fixar o prazo de 72 horas, já que isso...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Até porque eu acho que algumas mortes em São Paulo foram por vingança pessoal de outros tipos de atividade criminosa. Quando tem esse confronto enorme, alguém vai e mata o seu inimigo ou quem está com o rabo preso com alguém. Vai lá e queima o arquivo é agora. Vai morrer e vai ficar na conta da Polícia. Não que eu estou defendendo. Acho que tem que apurar seriamente tudo que aconteceu. Até porque a gente tem que se adaptar à ação permanentemente. A exposição que ela fez demonstra que às vezes a gente tem que passar por uma reciclagem psicológica, porque vai embrutecendo o Policial à ação permanente de sempre entrar em confronto com alguém, com alguma coisa.

SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Isso, para concluir, eminente Senador Suplicy, a vocação do Ministério Público é a vocação dos Tribunais. Quer dizer, o papel dele na relação processual, como parte. Ele não é investigador, ele não tem o preparo para a investigação, ele não foi formado para isso.

Então, o que vem ocorrendo? Aquilo que dissemos na Sessão do Supremo Tribunal Federal de que oito em cada dez casos está havendo rejeição da própria denúncia, exatamente desses procedimentos feitos por quem não está habilitado para isso, além da discussão da competência constitucional sobre esse tipo de assunto. Quer dizer, eles não estão vocacionados para a investigação. A vocação é da Polícia judiciária, que essa sim tem que se aperfeiçoar, tem que atuar, enfim. Esse confronto, ou pior do que isso, esses recursos que são exatamente gastos de forma duplicada só prejudica o próprio sistema da administração da Justiça Criminal. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Doutor, deseja fazer...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pode ser breve cada um. Vai começar a Sessão. Muito breve cada um.

SR. MAURO SPÓSITO – Com referência ao que o Sr. Senador colocou, não resta dúvida. Para facilitar o desenvolvimento das relações entre as nações, nós precisamos de um controle fronteiriço. O controle fronteiriço não é só para a questão da repressão. Para assegurar aquelas pessoas que têm atividade ilícita de poder trafegar entre os dois Países tranqüilamente. E uma observação...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Atividade ilícita?

SR. MAURO SPÓSITO – É. Aqueles que têm sua atividade ilícita hoje, nós vamos ganhar o Pacífico, está sendo aberta a estada estrada. Nós vamos ganhar o Pacífico. Obviamente vamos levar daqui o produto, a carne de segunda, tudo vamos vender do outro lado. O que é que vai retornar do Peru? Óbvio, vai retornar adubo, que é um produto que eles têm, e vai vir uma cocaína no meio. Se nós não tivermos esse controle nós vamos inviabilizar o desenvolvimento regional.

Então, essa é uma das razões. A outra questão que eu sempre faço questão de colocar, o posicionamento do Ministro Lins e Silva, quem sou eu para discutir isso daqui, mas nós temos o Dr. Tuma, o Dr. Tuma foi um dos líderes que mais brigou para que o Princípio da Responsabilidade Compartilhada vingasse. Em que Países produtores, Países de trânsito, Países de consumo de drogas tivessem a mesma responsa-

bilidade no cenário internacional. Que nós não ficássemos subjugados pelos Países desenvolvidos, que são Países consumidores de drogas e nos acoimam de sermos produtores e de trânsito.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Como se fosse vitímas aos agressores.

SR. MAURO SPÓSITO – Os agressores. Hoje nós estamos às vésperas, em 2008 nós vamos ter a Convenção de Viena, e provavelmente isso vingue. E se isso vingar, para nós, será péssimo. Se isso vingar a discriminação das drogas, Países como Estados Unidos, a Europa, serão vítimas de Países de trânsito e produtores. Serão vítimas de nós, do Brasil que somos considerados Países de trânsito.

Então, isso é um risco muito grande que nós corremos, porque sanções econômicas que deverão advir disso são impensáveis. E a gente sabe que nessas questões sempre existem interesses ocultos. Então essa questão de nós mantermos o Princípio da Responsabilidade Compartilhada, que com tanta luta o senhor conseguiu, eu acho que isso nós não devemos de forma nenhuma abdicar disso aqui. Pode ser que o uso da droga não seja criminoso, não estou querendo entrar... Isso aqui é uma seara totalmente diferente. Mas nós não podemos permitir que se descriminalize essa questão. Nós vamos sofrer muito mais do que estamos sofrendo hoje.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Drª. Marina deseja?

Bom, então vamos... O último Senador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro e o Deputado Casara está aqui conosco desde o início, ele também deseja...? Então eu vou pedir...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Faz uma homenagem.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Uma homenagem ao Deputado Casara que esteve conosco aqui desde o princípio. Eu vou então conceder a palavra ao Senador Flexa e depois, rapidamente, ao Deputado Casara e as respostas serão dadas em conjunto.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Pois é. Porque nós temos a Sessão, o horário da Sessão. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu agradeço, Presidente, Senador Roberto Saturnino, e apesar de ser o primeiro inscrito, primeiro orador inscrito na Sessão plenária de hoje, acho que já perdi essa inscrição. Mas, por respeito ao Presidente, ao autor do Requerimento da Audiência Pública, Senador Romeu Tuma e aos palestrantes, eu fiz questão de permanecer e vou ser bastante rápido nas minhas indagações.

Me preocupa muito se ver, e falo aqui sem nenhum conhecimento na Área de Segurança, mas apenas fazendo parte, me considerando parte da fração mais frágil dessa corrente, que é a sociedade. Que está sujeita, hoje, ao crime organizado da forma com capacidade de paralisar uma cidade como São Paulo, que me parece ter sido a primeira vez que São Paulo teve essa condição de ser paralisada da forma como foi. Quem tem parentes como eu que mora em São Paulo, tenho filho lá que exerce a profissão de médico, a preocupação nossa é permanente, saber onde está, o que é que está fazendo, para onde vai, não vai ao trabalho, quer dizer, essa preocupação que é de toda a sociedade brasileira. Mas, me deixou aqui bastante... Uma força interior muito grande da forma como foi colocada aqui, sabendo que a Segurança Pública trata com cenas bastante graves no dia-a-dia, mas a emoção, o calor humano, o sentimento humano do Senador Romeu Tuma, e dos próprios palestrantes, saber de que essa forma de impacto no trato das pessoas do crime não fez com que o sentimento humano fosse esquecido.

Eu perguntaria, e eu tenho dados aqui que são importantes, me preocupa muito a questão dos defensores dos Direitos Humanos. Porque todas às vezes que se coloca um criminoso em regime diferenciado, então vem aquele movimento no sentido de que se tem que ter a questão dos Direitos Humanos e não lembra, e não é lembrado no momento em que há uma vitimização do Policial, como ocorreu agora, que também são seres humanos, que também deveria... Ou também da própria sociedade.

Então, me parece e aqui foi colocado e eu defendo e vou votar a favor no momento que for ao Plenário, a vinculação de receita para a Segurança Pública. Não que eu seja a favor de vinculações, mas, lamentavelmente, esse tripé que sustenta a sociedade, como foi dito, educação, saúde e segurança, educação e saúde, só funcionaram, começaram a melhorar quando tiveram vinculação dos seus orçamentos, porque não há, lamentavelmente, vontade política para esses três segmentos. E lamentavelmente, Senador Romeu Tuma, toda a vinculação que é feita como piso, ela passa a ser considerada como teto. Há uma inversão do uso do orçamento, quer dizer, a vinculação é para dar o valor mínimo de aplicação, e esse valor mínimo passa a ser buscado com fontes alternativas, até de jogo orçamentário para chegar como aquele piso sendo o teto de vinculação.

Então, votarei a favor da vinculação também para a Área de Segurança. E aí nós vamos ver o seguinte,

lamentavelmente eu tenho um dado aqui do Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça, em 1995, segundo o dado aqui, o número de presos no Brasil era de 144 mil, o número de vagas no Sistema Penitenciário, de 38 mil e um déficit de 105 mil.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – São Paulo tem mais presos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Em 2002 o número de presos seriam 240 mil, o número de vagas de 180 mil. Então foram acrescidas de 38 para 182 mil. Mesmo assim houve um incremento, quase o dobro do número de presos. O déficit era de 57 mil.

Em 2004, pasmem, o que houve? Uma involução. O número de presos aumentou para 340, de 240 para 340, e o déficit de vagas aumentou de 57 que era em 2002, para 145 em 2004. Ou seja, praticamente o incremento de presos de 100 mil aumentou no déficit de vagas. Não houve apoio no crescimento da coisa. Aí eu perguntaria ao Dr. Robson: O senhor fez referência à questão do Sistema Penitenciário, que realmente tem que funcionar integrado. Não há como a Polícia fazer a ocorrência, fazer a coisa e não ter como colocar de forma correta. Agora mesmo a televisão mostrou um presídio de Segurança Máxima na Colômbia, funcionando perfeitamente, com as pessoas... Com o regime diferenciado, sem usar... Também concordo, não tem como ter necessidade de bloquear o celular. Não tem que deixar entrar o celular. Não tem que deixar entrar o celular. E é fácil, você não entra em celular você não passa no celular no aeroporto, você tem que deixar o celular fora para poder passar. Porque é detectado o porte do celular. Quer dizer, não há, não deve haver dificuldades maiores para evitar o uso. Mas aí eu perguntaria a V.Exª.: Qual o valor razoável, não diria nem mínimo, razoável de aplicação no orçamento para essa área de Segurança? Porque, o que se verifica aqui em 2005 foram contingenciados mais da metade dos valores que estavam definidos para o Sistema de Segurança Pública. E orçamentado dois reais per capita, a nível nacional e só foram liberados sessenta centavos per capita. Então, qual seria esse valor mínimo se os trezentos e tantos milhões que estavam orçamentados seriam necessários? Ou seja, os dois reais por pessoa seria o necessário? E qual hoje o número de vagas prisionais necessárias e quanto custaria isso para que houvesse uma demanda? Porque o Governo Federal disse que iria construir cinco presídios de Segurança Máxima e na realidade só está inaugurando um, primeiro agora, que deve ter inaugurado.

E ao Dr. Spósito, eu sou Senador pelo Pará da Amazônia. O senhor fez uma demonstração aí das fragilidades da nossa região. E fez referência às Organizações Não Governamentais. Lá nós temos uma preocupação muito grande, porque as Organizações Não Governamentais, elas interferem diretamente em qualquer projeto de desenvolvimento humano, eu falo humano, porque tem que vir junto com o econômico da nossa região. Me parece que por interesses outros, externos à nossa soberania, eles pretendem deixar a Amazônia como uma reserva futura, ou como uma área de contemplação.

O senhor fez referência aqui a questão das fronteiras, uma ação... A nossa região representa praticamente, a Amazônia Legal, 60% do território nacional. Eu perguntaria ao senhor, se o senhor... Eu não vi referência aqui na sua exposição sobre a biopirataria, que é um crime que preocupa muito, porque são riquezas brasileiras que estão saindo de forma incorreta do Brasil, e que... Nós já tivemos, inclusive, um caso no Pará de ter sido tirado uma patente de uma fruta nossa, que é o cupuaçu, no Japão. (risos) Todos os produtos a partir do cupuaçu teriam que pagar os direitos aquela patente internacional que estava lá. Uma fruta da região. Graças a Deus foi derrubada a patente.

Então, essa questão da biopirataria é uma coisa que nos preocupa. E eu perguntaria também ao Dr. Spósito, a questão se o Projeto SIVAM que foi implantado agora na Amazônia, se ele veio em auxílio a esse controle da nossa região, e se ele já tem a questão realmente da sua eficácia, já demonstrou a oportunidade dessa implantação. E ao Dr. Robson, também, a questão que me veio aqui agora, a questão da Força Nacional. Já foi colocado aqui de que o uso da Força ao deslocar contingente de um Estado para o outro, poderia trazer dificuldade na ação ao combate do crime nessa região. Mas me preocupa, no início da sua fala, na primeira pergunta do Senador Romeu Tuma, V.Sª. colocou que a mobilização da Força Nacional agora para Mato Grosso do Sul não foi imediata. Quer dizer, se há uma Força para atender em emergência, se houver um... Qual o tempo necessário para que haja essa mobilização da Força para atender essa emergência. Porque deixa de ser emergência e passa para ser urgência. Então, aí fica a dificuldade na eficácia da Força Nacional.

Eu quero parabenizar a todos e dizer que o trabalho de vocês é importante, importante para a manutenção dos direitos do cidadão.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu vou passar a palavra ao Deputado Casara, apelando para a sua brevidade. Com a palavra o Deputado.

DEPUTADO HAMILTON CASARA (PSDB-RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar aqui a Drª. Marina, o Dr. Robson, o Dr. Wladimir e o Dr. Mauro Spósito, e cumprimentar principalmente,

parabenizar o Senador Romeu Tuma pela importante iniciativa de trazer os expositores a esta Casa.

Mas, Sr. Presidente, rapidamente apenas para a Drª. Marina, V.Sª. faz um comparação entre o PCC e o Comando Vermelho. Se bem entendi, é mais ou menos V.Sª. se refere como um instrumento de pressão política, já o que diferencia de certa forma do PCC. V.Sª...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Modo da ação.

DEPUTADO HAMILTON CASARA (PSDB-RO) – O *modus operandi*. Exatamente. V.Sª. confirma ou não se tivesse alguma força externa, oculta que pudesse também estar se apropriando das atividades do PCC como forma de poder. A senhora responde, por favor, daqui a um instante. A segunda pergunta seria para o Dr. Robson, se V.Sª. não... Qual o seu entendimento sobre a Força Nacional de Segurança, se dentro dessa lógica nós não estaríamos federalizando aquilo que deveria ser fortalecido como nacional dentro da lógica bem comentada pelos expositores, no sentido de descentralizar cada vez mais as atividades, fortalecendo exatamente as células de combate às organizações criminosas. E a terceira pergunta, Sr. Presidente, ao Dr. Mauro Spósito, me causou uma preocupação enorme no momento da sua exposição em que demonstra enquanto nós falamos, o Senador Flexa Ribeiro falou muito bem, da necessidade de nós termos uma estrutura que combata a biopirataria. Nós vimos que nós não temos orçamento para isso. Nós não temos uma estrutura definida, sabemos que a Polícia Federal montou uma pequena estrutura, mas carece de orçamento para isso. IBAMA da mesma forma. Mas me preocupou que enquanto nós cuidamos de biopirataria, toda a nossa biodiversidade, das nossas florestas, dos nossos rios, V.Sª. fez uma afirmação extremamente preocupante, que é de que o nosso subsolo, praticamente todo, principalmente nossas riquezas minerais estão na mão de empresas estrangeiras.

V.Sª. teceu uma lista aí de 34 empresas de que eu gostaria de perguntar se existe alguma conexão dessas empresas com o contrabando de pedras preciosas, com autoridades situadas na Amazônia, e quando V.Sª. se refere à Reserva Roosevelt, se existe alguma vinculação, algum *link* de autoridades regionais, particularmente do Estado de Rondônia, que fica localizada a Reserva Roosevelt, com o contrabando de pedras preciosas, e se existe, se foi instaurado algum processo que posso apurar responsabilidade ou qualificar algumas pessoas cometendo esse tipo de crime. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu vou passar a cada um para as respostas, mas eu tenho que abrir um seminário à 1h30 da tarde agora, eu vou lamentar ter que me retirar e pedir ao Senador Tuma que ocupe a Presidência, agradecer muito a presença e cumprimentar os expositores, agradecer a presença de todos. Eu, infelizmente, tenho que me retirar nesses 10 minutos finais.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Parabéns, Presidente. Eu pediria para que fossem sucintas as respostas, o que não impede depois de novamente convidá-los às coisas, mas que ficarem um pouco penduradas, principalmente esse problema da Amazônia, eu acho que ela é muito delicada, inclusive a gente não sabe como é que está agindo, quem autoriza o direito de lavra também que está um pouco confusa. E esse problema é o seguinte, quer dizer, o senhor tem uma mina, eu tenho um informante, eu ligo para Brasília e o cara já está na minha frente lá para registrar a mina. Não tem um critério muito classificatório de... É uma coisa desde o tempo que eu estava lá. Não acredito que tenha mudado muito pela exposição que o Mauro fez. Mas o senhor perguntou é para responder o Senador Flexa, o nosso querido Deputado, o senhor vai perguntar, Senador? Então, eu pediria que a quem foi feita a pergunta que o senhor fez...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ao Dr. Robson e ao Dr. Mauro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Dr. Robson, se pudesse ser sucinto, por favor. E em seguida o Dr. Mauro responde aos dois.

SR. ROBSON ROBIN – Eu vou me ater. O que vejo que me inspira é Força Nacional. Se de um lado nós pactuamos e o Brasil caminha nesse sentido pela independência maior dos seus Estados e suas soluções nesse nível, o fato é que a vida nacional atual demanda uma solução melhor.

Então, nós não pregamos que a força seja *ad aeternum*, mas nós temos um momento de País. Nós achávamos que também as verbas para a Segurança tinham que ser só a cargo dos Estados, mas a realidade brasileira não é essa.

Então, o Fundo. O Fundo ainda precisa por um longo período, isso tem íntima relação com a eficácia das nossas políticas como País. Mas para que os Estados se tornem independentes, eles têm que ser conduzidos para essa independência.

Então, o papel da União, ainda por um período de tempo da vida nacional, pela necessidade da realidade nacional que ela impõe, as Forças ainda não são auto-suficientes. Elas precisam de completividade. E assim vem a Força. Quiçá que um dia ela nunca seja convocada, quiçá que todos os Estados dêem suas soluções. Mas a realidade nacional é que o Espírito

Santo não deu conta, que o Rio de Janeiro por vezes não dá conta, que São Paulo agora ficou claro que não deu conta. Então, temos uma realidade de período da história brasileira. Mas nós absolutamente pregamos que isso tem que ser *ad eternum*. É uma solução de época para o País. O Fundo, o senhor pergunta o Fundo, todos os Fundos... E o senhor foi brilhante na sua colocação, que a idéia não era por decreto, mas o momento nacional, o momento de desenvolvimento nacional assim impõe. A educação não estaria onde está, a saúde não estaria onde está se não tivesse sido imposto.

Então, quando eu digo que há de ter ditame constitucional, há que ter regramento a partir da federalização por algumas questões, é pelo momento da vida, com um futuro. E esse é o poder dessa Casa de a qualquer tempo, qualquer época rever suas decisões, modificar o ordenamento legislativo.

Agora, momentaneamente, o que a realidade nacional inspira é que precisamos do Fundo, da ordem do bilhão. Quatrocentos milhões nominais que sempre acabam se tornando em trezentos e cinqüenta milhões, que contingenciado ficam na ordem de duzentos e cinqüenta, duzentos e setenta, que foi o ano passado, é muito pouco. E não há que se procurar culpados. Há que se ter uma decisão política robusta, bastante pactuada, mas tem que ser na ordem do bilhão, para fomentar os Estados, para conduzi-lo a essa independente que o senhor sustenta e que é o ideal, que é o que nós... Mas momentaneamente sozinhos sem o poder indutivo da União, eles não chegarão lá.

Então, eu lhes digo, é uma solução de época de Brasil. Não uma solução eterna, não uma solução que a gente quer que dure para sempre.

Nesse sentido, uma coisa que eu não posso deixar de me furtar a questão da liberalização das drogas. Num contexto de um País que tem problemas graves de segurança. É uma experiência que nós não podemos nos permitir. Nós não temos esse lastro. Liberalizar uma substância significa admitir que o BANCO DO BRASIL vai ter que financiar a produção. Significa que a ANVISA vai ter que fazer estudos em laboratório para ver que aquilo que foi liberado para consumir não tem pó de vidro, não tem osso de crânio, não tem cimento. Se aquilo foi uma cocaína bem feita. Nós estamos falando de uma... Me perdoem, minha vida toda foi tráfico de drogas, estou fazendo um Mestrado pela OE, nessa área...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – No trabalho contra, né?

SR. ROBSON ROBIN – (risos) No trabalho contra. É o bom senso que é contra. Vejam bem, só para encerrar, liberalizar significa, me permitam, admitir que o BANCO DO BRASIL vai financiar a lavoura, significa que aqueles trabalhadores terão direitos trabalhistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não terá trabalho escravo.

SR. ROBSON ROBIN – Não terá trabalho escravo. Significará que terá jornada de trabalho, significa que inclusive quem quiser comprar tem que ser admitido que uma pequena empresa seja, inclusive, financiada para aquilo. As pessoas podem fazer empréstimos pessoais para adquirir o seu vício.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Até propaganda se for necessário.

SR. ROBSON ROBIN – Então, a tese, no papel, ou estudo jurídico da questão, está muito longe de exaurir o que isso é na implementação. Só para referir. Se for liberar a droga nós temos que prever investimentos do BANCO DO BRASIL para financiar a produção, admitir que a ANVISA e o Ministério da Saúde e todos os outros órgãos de controle, do Inmetro, vão medir do que é que é feito, se não tem adulteração, porque nós estamos falando que permitimos que o cidadão utilize uma droga. E as farmácias, as aspirinas, têm o controle que tem.

Então, nós temos que admitir uma infra-estrutura de País para liberar uma coisa que vai dar muito problema. Só para referir. A Força Nacional já exauri, o que nós precisamos de decisão política de País. Não só dos políticos constituídos, da decisão política de cada cidadão. Cada cidadão, cada Advogado, o problema do paradigma da Segurança Pública não passa pela Polícia, não passa pelos legisladores, passa pelo comportamento da sociedade como um todo. A sociedade organizada como um todo, sociedade organizada como todo, segmento privado como um todo. O problema é que nós não vamos vencer se um Advogado insistir que ele não pode ser revistado.

Eu conheço o modelo colombiano. Eu conheço o modelo americano. O Diretor do presídio não entra com o celular no presídio. Ele é plenamente localizado num telefone convencional. Tem orelhões nos presídios americanos. Orelhões. Só tem um jeito de usar. O preso tem que avisar qual o número, porque eles são pré-programados. Eles só aceitam número que o senhor indicou para o Diretor do presídio que vai ligar. O senhor não pode ligar para um tele-pizza. Existem modelos simples demais.

A esse propósito não quero me estender. Convoquem o Diretor do DEPEN que é um Departamento. E o senhor com muita propriedade externa. Não há equilíbrio. Nós somos Secretaria, o nosso eminente Senador Suplicy tocou nesse assunto, nós somos Secretaria. O outro é um Departamento. Nos Estados nós temos questões também completamente duais e completa-

mente desequilibradas. E esse equilíbrio é fundamental. É fundamental. Sem haver esse equilíbrio... Por isso que lhes digo, a vontade política momentânea de plantão neste ou naquele Estado está a fragmentar algo que precisa ser normatizado de cima, pelo menos nessa época atual de vida nacional. No futuro quiçá essa independência seja inspirada naturalmente e valha *ad eternum*, mas hoje nós precisamos de uma indução, sim, de Governo Federal. Nós precisamos de uma indução constitucional e precisamos de uma indução em recursos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agora o nosso querido Mauro, para concluir respondendo aos dois questionadores aqui. Se puder ser sucinto, Mauro.

SR. MAURO SPÓSITO – Rapidinho. Dois minutinhos. Questão da biopirataria, o maior problema que nós temos é que nós não sabemos o que é biopirataria. Combater aquilo que não está conceituado como crime é muito difícil. Hoje, quando a gente pega o ato típico de biopirataria nós colocamos como crime de dano. E vai para o mal fadado TCO, que não há praticamente efetividade, não se responde àquilo que realmente o camarada causou prejuízo. Quanto à questão do SIVAM, SIPAM, nós estamos nos entrosando para ver o que é que ele pode nos ofertar. Ele é um órgão de apoio. Eles têm que nos apoiar na execução das tarefas. Nós estamos trabalhando para verificar quais são as ferramentas de apoio que eles podem nos fornecer. Eles também estão com pouco tempo que assumiram efetivamente aquelas atividades, e estamos... Semana passada, inclusive, tivemos uma reunião para esse tipo de detalhamento. Eu acredito que será positivo para nós.

Quanto ao Dr. Casara, na questão da mineração. Na questão da mineração eu posso lhe dizer que uma das coisas que mais me surpreendeu, eu trabalho alguns anos já na Amazônia e não tinha dimensão desse quadro. É um quadro que precisa ser apurado em toda a sua extensão. Na questão da Reserva Indígena Roosevelt, sim. Nós temos autoridades envolvidas na exploração, inclusive, só para citar o nome, o próprio Governador responde hoje um processo no STJ. E ainda ficamos marcados por aquilo ali. Nós não sabemos o potencial existente naquelas terras. Dizem que é a maior reserva de diamantes do mundo, superior inclusive à África do Sul, mas, porém só dizem. Não temos pesquisas para poder informar, e melhor qualidade também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Eu queria acrescentar uma coisa, desculpa aí... O SIVAM e SIPAM eram praticamente um objetivo muito forte para nós, sempre foi. Nós lutávamos muito, e inclusive aqui no Congresso houve algumas discrepâncias, suspeitas e tudo. Mas objetivamente ele era importante.

Então, tudo se dirigia na forma de se aprovar o Projeto. E foi criado, está aqui o Delegado Mauro, e todos sabem o Pró-Amazonas, não se você falou nisso. O Pró-Amazonas é um projeto de dar meios à Polícia Federal da Amazônia de corresponder à expectativa das informações que vêm do SIVAM, porque o SIPAM é controle de produtividade e de ajuda principalmente aos investidores. O SIVAM é de vigilância. Agora, se tiver uma série de informações, talvez eles possam até estar mais atentos nisso, e não tem quem opere embaixo, não adianta nada.

Então, há uma interligação. Por isso que o Mauro disse que esse entrosamento é importantíssimo, para que o SIVAM, recebendo as informações, passe imediatamente para quem já está habilitado a operar aquela informação.

Então, se não tiver essa ligação ela se perde. Informação é o momento. No mesmo instante não dá para guardar para o dia de amanhã como aconteceu em São Paulo. Eu só queria esclarecer isso porque eu sou entusiasta, e às vezes fico aqui entristecido quando cortam a verba para esses Programas tão importantes em defesa da soberania. Já é da soberania nacional, não é praticamente combate ao crime. Porque eu fiz uma operação na Bolívia, fiz. Participei como dentro da Bolívia com as forças americanas, e bolivianas, principalmente sobre o tráfico de drogas por pequenas aeronaves. E tem uma área na "Cabeça do Cachorro", o senhor conhece melhor do que eu... Eu conheço bem porque eu já fui lá várias vezes e gosto de ir lá. (risos) O Mauro me leva de vez em quando, mesmo sendo Senador ainda... (risos) Mas lá a "Cabeça do Cachorro" tinha uma área de sombra, que os radares americanos, com aquele avião que o serviço federal de receita que cedeu o avião para a operação, não conseguia captar. Queria sobrevoar o solo brasileiro. Claro que de princípio nós consultamos a Aeronáutica e as autoridades brasileiras concordaram desde que os pilotos fôssemos nós e que os dados obtidos ficariam conosco. Eles não concordaram. Então, não houve.

Hoje, com o SIVAM e a EMBRAER, produzindo aviões de vigilância com grande capacidade tecnológica moderna, nós podemos fazer isso.

Então, quando fica acusando o Governo, "Ah, a Polícia Federal tem responsabilidade pela droga de entra". Não é tanto assim. Ela tem que vigiar, tem que melhorar o equipamento, melhorar o efetivo, mas a droga está vindo por uma série de locais. Ontem nós tivemos a discussão no Projeto e foi pedido vistas coletivas no novo Projeto que a Secretaria apoiou e

tudo, sobre esse problema do usuário e do traficante, quer dizer, aumenta a pena do traficante, mas não descriminaliza. Apenas como tem... Não leva mais o usuário para cadeia. Mas acontece o seguinte, ficou uma grande discussão sobre a residência permanente do usuário e do viciado aqui, que aí ficou claro a separação do usuário e do viciado, aquele que bebe socialmente e o que bebe para encher a cara e fazer mal para a família.

Então, eles têm muito mais conhecimento, converso com preso, converso com usuário, converso com o traficante. Então, tem um quadro essencialmente.

Então, a gente tem que conversar com eles, para saber se realmente nós estamos certos na legislação ou não.

Então, foi pedido vistas, alguns Senadores que tem experiência não concordam com a reincidência permanente, desobedecer a decisão judicial de uma pena alternativa que ele fique sempre desrespeitando o Juiz.

Então, há uma premissa, uma discussão primária que dê pelo menos cinco meses para o sujeito que duas, três vezes desobedece a decisão judicial. Porque aí ele não quer colaborar e não quer ser tratado, porque é um crime contra a saúde pública. Ele é claro. Está no capítulo, não é isso Doutora? Num crime contra a saúde pública. Se ele não quer se tratar, ele está alimentando alguém que vai produzir.

Então, ficou essa dúvida, há uma pressão grande contrária a qualquer ação sobre o usuário. Mas eu acho que realmente é um erro. Descriminalizar eu acho que é um suicídio coletivo, porque aí o senhor pode até... Fume um pacau Boa Viagem A boa mistura de coca com maconha. E quem é que vai proibir? Quem é que vai proibir se ela passa... O senhor é médico e sabe disso. Pacal boa viagem... Pacau é uma mistura de duas drogas que faz o cigarrinho e fuma.

Então, fazer propaganda disso é uma coisa... A senhora sabe disso. Imagine ela estar numa operação, tem um traficante e tem dez usuários. O que é que ela faz: "Sai daqui, sai daqui. Vocês vão embora." e só fica com o traficante. Ela vai sofrer amanhã, porque quem é usuário é um passo para amanhã ser traficante. Porque ele acaba a capacidade econômico-financeira dele, ele vai ter que vender para poder ter uma parcela, para poder usar. Não é isso, Doutora, a senhora não encontra muito isso? Então, são coisas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – O senhor me permite, Senador? Na Câmara houve um momento em que a situação estava até pior, porque na tramitação do projeto, havia uma proibição total. Quer dizer, o Policial, por exemplo, lá na praia ele tinha que apreender a droga, não poderia conduzi-lo sequer à delegacia e tinha que anotar o nome. E obviamente o sujeito sem identidade ia dizer João da Silva, ou quem fosse, e o Policial levar a droga para a delegacia para registrar. Olha que problema. Acusações de que houve... Foi forjado, enfim, não é possível. Que não fique preso, muito bem, mas tem que haver um procedimento para que a justiça possa decidir sobre a pena ser aplicada. Nem que seja a prestação de serviço à comunidade. Mas houve uma fase na Câmara em que a situação ficou muito mais difícil. Havia depois uma redação mais mitigada, mas esperamos que o Senado dê... Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – (interrupção no áudio) ... Atualizar, eu acho que já tem 20 anos, a Lei de Drogas, 30 anos já e a evolução do uso das drogas diversificação do uso, ela evoluiu bastante. A senhora sabe hoje que essa droga sintética compra em qualquer esquina. Eu não sei se os senhores querem usar da palavra ou se eu posso encerrar. Eu queria encerrar...

SRA MARINA MAGGESSI – Eu só queria responder a pergunta dele, sobre se o PCC já pode estar ligado a alguma entidade externa. Ainda não. Mas o risco de isso acontecer é muito grande. Inclusive, eles têm pretensões de lançamento de candidaturas, lançaram candidatura a Deputado Federal na outra eleição e vão lançar agora, e se dizem até que talvez possa a vir a ser um partido político.

Então, isso não está saindo só deles. É óbvio que vão ter aqueles aventureiros de plantão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP) – Quem quer se eleger gruda. E prenderam agora o Advogado por desacato na CPI do Tráfico de Armas. Porque o desafio daqueles dois, eu não sei como aquela mulher é Advogada do Marcola. O Marcola ou é pé de chinelo ou é... Mas, eu acho que o grande problema foi uma denúncia ali que eu achei grave. Eu não sei se é verdadeira. Por isso que tem o DEPEN, chamar aqui porque diz que qualquer Advogado pode chegar num presídio e pedir o preso, mesmo não sendo por Procuração ser Advogado do preso. Então, ele vai lá, leva bilhete, trás bilhete. Não se compromete por não ser o Advogado legal.

Então, um negócio maluco. Quer dizer, se não entra o telefone entra o bilhete, entra o recado. Entra uma porção... Uma série... Não precisa telefonema, o cara traz o recado direto.

Então, a fiscalização sobre a entrada em presídio tem que ser que nem aeroporto. É sistema de Segurança no interesse da sociedade.

Então, não vejo... É claro que o Advogado tem que ser respeitado e tudo isso, mas passar pelo crivo do arco, não tem nenhum desrespeito. Eu vou, por exemplo, nos Estados Unidos que eu mantenho o desfibrilador, eu vou direto para a revista. Nem passo lá porque pode dar problema e já vai direto para a revista. Eles não deixam. Não tem ninguém que chega lá e dar carteirada. Não existe carteirada no sistema de Segurança, senão ela tende a fracassar. Porque se tiver ou ele tiver num posto daqueles, Mauro aí eu digo assim. "Eu sou Delegado, sou "Senador". Ele se vê obrigado a me deixar passar, ele amanhã vai tomar a decisão que quiser com outra pessoa que se identificar. Eu acho que ele é mesmo, vou deixar.

Então, não consegue mais respeitar as regras de Segurança. Eu acho que elas têm que ser rígidas. Não dá para desrespeito, mas também não dá para facilitar nem criar privilégio.

Eu acho que todos já falam, eu quero agradecer muito a presença dos senhores, acho que valeu a pena, nós podemos ter a idéia do DEPEN, o Mauro voltar outra vez, e a Doutora talvez até para depois a gente discutir essa nova legislação, se precisar.

Agradeço muito o nosso jurista aqui, na Área de Segurança, e acredito que vale a pena a presença do Dr. Dudu, também Presidente da Associação Nacional dos Delegados, Dr. Caio, Delegado Federal, e enfim todos aqueles que colaboraram conosco. E muito obrigado e que Deus nos ajude a vencer essas dificuldades.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Sessão encerrada às 13h42)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Ata da 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da, da 3ª Sessão Legislativa ordinária, da 52ª Legislatura, realizada em 20 de setembro de 2005, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 13, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte de setembro do ano de dois mil e cinco, na sala número treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença dos Senhores Senadores **Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres, Mozarildo Cavalcanti, José Jorge, César Borges, Aelton de Freitas, Rodolpho Tourinho, Valdir Raupp, Roberto Saturnino, Ney Suassuna, Gilberto Goellner, Sérgio Zambiasi, Mão Santa, Augusto Botelho, Leonel Pavan, Siba Machado, Marco Maciel e das Senhoras Senadoras Maria do Carmo e Fátima Cleide**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, a Presidência dá início aos trabalhos da Comissão destinada a realização de Audiência Pública com a presença do Dr. Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para prestar esclarecimentos e informações sobre as seguintes questões: A avaliação da Anatel sobre o Aumento Expressivo nas Clonagens na Telefonia Móvel; As Providências que a Agência têm Tomado no Combate a esta Prática e As Perspectivas da Anatel para a Efetiva Solução do Problema, em conformidade com o Requerimento nº **25/2005-I**, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho. Em seguida, a Presidência convida o Dr. Elifas Chaves para tomar assento à Mesa, concedendo-lhe a palavra para suas considerações iniciais. Usam da palavra para interpelar ao convidado os Senhores Senadores Leonel Pavan, Rodolpho Tourinho e José Maranhão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, *Celso Antony Parente*, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com suas notas taquigráficas. – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço a V. Exªs que consta da pauta da reunião de hoje apenas um item, que é o convite feito ao Dr. Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, por proposição do Senador Rodolpho Tourinho. Ele virá aqui para prestar esclarecimentos e informações sobre as seguintes questões: avaliação da Anatel sobre o aumento expressivo na clonagem de telefonia móvel; as providências que a Agência tem tomado no combate a essa prática; as perspectivas da Anatel para efetiva solução do problema; alguma outra questão que algum dos Srs. Senadores lhe deseje fazer no instante.

Convido, pois, o Dr. Elifas a tomar assento à Mesa. (Pausa.)

Para orientação, V. Sª, como convidado, terá quinze minutos para sua exposição, e abrir-se-á a fase

de interpelação. Os Srs. Senadores dispõem de cinco minutos, assegurado igual prazo ao convidado, após o qual poderá ele ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se a ele o mesmo tempo.

A palavra aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras será concedida pela ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido. A lista de inscrição já se encontra sobre a mesa.

Concedo a palavra ao Dr. Elifas Gurgel do Amaral, para suas considerações iniciais.

O SR. ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL – Exmº Sr. Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal; Srs. Senadores, minhas senhoras, meus senhores, é com satisfação que atendo ao convite de V. Exªs para falar, neste plenário, acerca de um problema para o qual a nossa sociedade clama por soluções. A agência reguladora, a Anatel, como órgão responsável pela fiscalização e pela regulação do setor de telecomunicações, fará uma breve exposição acerca do tema e depois me colocarei à disposição dos Srs. Senadores para que possamos discutir o assunto e expor o que efetivamente está sendo feito, como a Agência vem trabalhando, como vem acompanhando o que tem ocorrido no serviço móvel pessoal, o conhecido telefone celular, que muitas vezes nos causa transtorno, embora nos dê a flexibilidade de falar em locais bastante remotos, distantes e em qualquer situação.

Por isso, então, Srs. Senadores, Sr. Senador Heráclito Fortes, vou seguir este sumário, dando algumas informações acerca de: esclarecimentos iniciais; previsão legal; adequação da regulamentação do serviço móvel pessoal; crescimento; cobertura; tipos de fraude – a clonagem é um tipo de fraude; levantamento feito pela Anatel; combate à fraude e reparação dos usuários vítimas de clonagem; ações da Anatel referentes às fraudes no SMP. E vou aproveitar a oportunidade para falar sobre as consultas públicas que estão atualmente em andamento acerca do serviço móvel pessoal e também acerca do serviço de telefonia fixa comutada, tendo em vista que é importante que a sociedade dê sua contribuição para a solução dos problemas. Essa é a maneira democrática que a Agência utiliza para compartilhar com a sociedade o aspecto regulatório da Agência.

Inicialmente, cito o art. 69, que trata da previsão legal sobre fraudes. Discorremos sobre a regulamentação hoje existente sobre fraudes nos serviços de telefonia.

O nosso art. 69 do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal diz:

As prestadoras devem dispor de meios para identificar a existência de fraudes na prestação do SMP, em especial aquelas consistentes na utilização de Estação Móvel sem a regular Ativação, utilizando Código de Acesso associado a outra Estação Móvel.

Isso é o que preconiza a nossa legislação.

Como falei há pouco, estamos em consulta pública sobre o novo regulamento do Serviço Móvel Pessoal. Assim, estamos propondo a inclusão de um parágrafo único ao art. 69, lido há pouco, que trata da fraude, com a seguinte redação:

Parágrafo único – A prestadora deve participar, juntamente com as demais prestadoras de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, de um sistema de prevenção de fraudes, partilhando os custos e benefícios advindos dessa prevenção.

Isso está na revisão da regulamentação, baseado no acompanhamento feito pela Anatel em monitoramento das reclamações dos usuários sobre fraude. Então, essa é uma medida que a Anatel já está tomando acerca dessa questão de fraudes no SMP.

É importante, nesta oportunidade, ressaltar aos senhores e às senhoras o crescimento da nossa planta de telefonia móvel no Brasil. Chegamos agora, no mês passado, ao número de 78,9 milhões aparelhos já em funcionamento no Brasil. Certamente, chegaremos aos 80 milhões com facilidade, antes do fim do ano. Portanto, a densidade que temos hoje no Brasil é de 42,8 acessos para cada grupo de 100 habitantes. Especialmente aqui em Brasília, temos mais de 100 aparelhos habilitados por pessoa. Então, é um número que se destaca no cenário nacional – aquele número é uma média no Brasil.

Para que os senhores tenham uma idéia da cobertura do Serviço Móvel Pessoal no Brasil, estamos distribuídos essencialmente nessas três grandes regiões, onde temos, em média, pelo menos quatro operadoras explorando o serviço, com exceção da Região 1, na área 10, no Nordeste, onde temos no momento apenas três operadoras explorando o Serviço Móvel Pessoal, e em Minas Gerais também.

Quais são os principais tipos de fraudes que detectamos no Serviço Móvel Pessoal? O primeiro deles, que posso afirmar é sem dúvida o principal motivo de fraude à telefonia celular, trata-se da subscrição. É o uso indevido de documentação de terceiros, seja de pessoa física, seja de pessoa jurídica. Quer dizer, o fraudador, antes, frauda uma documentação; ele falsifica um documento e, dessa forma, pode se dirigir a uma loja de venda de telefone celular e adquirir, muitas vezes em nome de outra pessoa, um telefone celular. Ele passa a utilizar esse telefone até que a operadora descubra que a pessoa que está usando o aparelho, que fez a aquisição do aparelho, não foi a que fez a aquisição ou a que está utilizando o equipamento. En-

tão, a subscrição é o numero considerável em relação aos demais tipos de fraudes.

Detectamos também a fraude interna, que é decorrente de prática criminosa por parte de funcionários da empresa. Todas as empresas estão sujeitas a isso. Acontece venda de números, de senhas de pré-pago, de transferência de contas. Pois bem, acontece também, em menor quantidade, logicamente, a fraude interna.

Outro tipo de fraude também é o abuso de informações. Esse abuso de informações é o uso de informações privilegiadas para a exploração fraudulenta de um serviço de telecomunicações. Por exemplo – aí já é um aprimoramento do crime –, o cidadão tem um perfil de utilizar muito o telefone celular. Esse é um perfil desejado e procurado pelos fraudadores. Se a pessoa tem esse perfil, o de utilizar muito o telefone celular, é difícil de a operadora detectar o momento em que aquele telefone foi clonado, para fazer a devida restrição ao uso. As operadoras usam um sistema de proteção de uso indevido do telefone celular por um histórico. Então, por esse histórico, é possível saber se aquela pessoa costuma ligar para determinados números, muitas vezes internacionais, se costuma ligar freqüentemente. Então, existe um perfil. Cada usuário tem um perfil, as operadoras já estão trabalhando nisso, e esse sistema antifraude é acionado muitas vezes antes mesmo de o cidadão perceber que seu telefone foi clonado.

A clonagem, como dizemos, é a captação aérea do sinal radioelétrico das características técnicas do aparelho móvel, essencialmente na tecnologia analógica, a AMPS - Advanced Mobile Phone System (Sistema de Telefonia Móvel Avançado), que foi a tecnologia inicial em todos os telefones celulares. Antigamente se usava apenas essa tecnologia analógica, que é bastante vulnerável, porque é como se fosse uma comunicação de rádio aberta, isto é, qualquer pessoa que tenha um rádio receptor pode ouvir perfeitamente o que se fala. Por isso, essa tecnologia está sendo abandonada pelo Brasil.

Hoje, menos de 1% da planta, podemos dizer, utiliza essa tecnologia. Entretanto, a vulnerabilidade ocorre quando o cidadão desembarca, por exemplo, no aeroporto e liga seu aparelho; se, naquela região, naquela área, não houver um serviço digital, antes, o terminal telefônico troca a mensagem com a estação mais próxima, e essa troca de mensagem se dá de forma clara, aberta, isto é, sem nenhum código de criptografia, de segurança; isso permite ao meliante, ouvindo aqueles códigos do terminal, fazer um, utilizando aquele mesmo código, de forma a se dar a clonagem.

Na tecnologia GSM, pelo que já constatamos, a fraude ocorre pela cópia do pequeno chip que fica dentro do aparelho. Há uma reprodução, como se fosse uma xérox de um papel, de um documento. Então, xeroca-se aquele pequeno chip interno, porque já não se faz a clonagem, na tecnologia GSM, pela captação dos sinais radioelétricos, pois eles já têm a previsão de não permitir esse tipo de clonagem.

E ainda ocorre, nas tecnologias CDMA, o roubo e o clone de terminais móveis. Na tecnologia CDMA, também ocorre a clonagem, essencialmente também por roubo de terminal e também no momento em que o cidadão vai para uma daquelas áreas, por exemplo, onde não há a cobertura digital. Então, o usuário não só perde a sua condição de utilizar o seu equipamento, as suas facilidades no que se refere à tecnologia digital, como as mensagens.

Outra fraude é a fraude técnica, que é a utilização indevida de serviços telefônicos pertencentes a terceiros. Essa fraude ocorre não só na telefonia móvel, com na fixa, quando um cidadão programa um terminal para um "siga-me". Também foi observada a utilização pelo crime organizado esse tipo de fraude. Ele faz um "siga-me" para outro aparelho e fica utilizando.

Há a fraude de subsídio, que é o uso irregular ou fraudulento do subsídio do aparelho. Hoje os terminais aparelhos telefônicos celulares são subsidiados pelas operadoras, em sua grande maioria. Então, eles já adquirem os equipamentos subsidiados e muitas vezes até exportam para outros países. Esse também é um tipo de fraude.

Há também clonagens de telefones de uso público. Isso já foi detectado. Alguns telefones de uso público, que são os orelhões, ficam localizados em áreas bastante remotas, em que não haja a fiação, e utilizam o sistema celular. Dessa forma, o que tem acontecido é que tem sido clonados esses telefones de uso público. Então, a pessoa que clona aquele telefone de uso público vende para um terceiro, e, quando a operadora vai saber de quem é aquele aparelho, descobre que se trata de um aparelho de uso público. É uma forma também que tem sido utilizada pelo crime organizado.

Fizemos levantamento junto às prestadoras e temos constatado que a fraude permeia todas as tecnologias. As prestadoras utilizam meios para combate à fraude, criando áreas especializadas, bloqueando linhas e trocando aparelhos. Elas dispõem de procedimentos para ressarcir os usuários que são vítimas de fraude. Então, rapidamente as operadores se posicionam, porque é interesse delas, porque é prejuízo para a operadora cada vez que ocorre uma fraude. É possível que, em poucas horas, uma operadora tenha um prejuízo de R$4mil. Muitas vezes o telefone é clonado

e é colocado numa central PABX, e aquelas ligações são praticamente constantes. Por isso, é importante a agilidade da operadora em detectar um tráfego de dados, um tráfego de voz acima de determinado parâmetro. Por isso, falei agora da importância do perfil quando vai se clonar um terminal.

Há também orientações sistemáticas aos usuários para os riscos de fraudes em determinadas situações e lugares. As próprias operadoras instruem os seus usuários a não ficarem expostos a situações de risco, a não abandonar seu aparelho, a não mandar consertar seu aparelho em lojas não-especializadas, a exigir sempre a nota fiscal ao adquirir seu aparelho. Então, são essas orientações básicas de segurança que as operadoras prestam aos seus usuários e estornam os valores expostos em conta oriunda de fraude.

Então, há o combate à fraude e a reparação de usuários vítimas de clonagem. Quando o clone é identificado, o cliente é interceptado pela própria prestadora e encaminhado a uma central de relacionamento com vistas ao atendimento por uma equipe especializada. Identificada a clonagem, as empresas oferecem ao usuário a troca do que chamamos de MIN, *mobile identification number*, que é um código que trafega na rede; e a troca às vezes do número do acesso móvel e do próprio aparelho. Isso depende do perfil dos usuários. Há ainda ações propostas por empresas que utilizam as tecnologias TDMA e CDMA.

Quais são as ações da Anatel relativas às fraudes? O que a Anatel tem feito? Temos feito reuniões constantes com as operadoras, solicitando essas informações, mensagens das prestadoras sobre fraudes, em especial clonagem e subscrição.

Uma das ações que a Anatel vem tomando, no novo regulamento da SMP, trata efetivamente de cobrar das operadoras que elas identifiquem, com certeza, do que se trata quando um cidadão vai adquirir um terminal telefônico, se aquela documentação é realmente daquela pessoa que está comprando o aparelho ou habilitando a linha. Então, estamos também, nesse regulamento, tornando mais eficaz e mais efetiva esta exigênciA – o cuidado que a operadora deve ter ao fazer isso, porque é um prejuízo para a sociedade como um todo. Esse prejuízo é, vamos dizer, contabilizado, e isso vai, com certeza, em última análise, para o usuário final.

Falarei agora sobre o monitoramento das reclamações sobre fraudes existentes na central de atendimento da Anatel. Nós recebemos reclamações dos usuários através da nossa central de atendimento, por carta, fax e *e-mail*. A Anatel também tem esse acompanhamento. Outro meio de obtermos informações é a agenda de acompanhamento da implementação da integração das bases de dados, o CEMI - Cadastro Nacional de Estações Móveis Impedidas. Dessa forma, cada vez que um telefone é denunciado como tendo sido roubado ou extraviado, o cidadão recorre à operadora, e existe o Cadastro Nacional de Estações Móveis Impedidas. Esse cadastro é consultado cada vez que um telefone é habilitado pela operadora, tanto nas tecnologias CDMA quanto nas GSM.

Outro ponto a ser analisado são os estudos de relocação. Qual é a ação da Anatel quanto a essas fraudes? Está sendo feito o estudo de relocação de faixas de freqüências para possibilitar o *roaming* digital - quando o cidadão sai de uma cidade e vai para outra, dizemos que ele está em *roaming* -, desativando-se o sistema analógico. Sabemos que existe grande vulnerabilidade no sistema analógico, do ponto de vista de clonagem, do ponto de vista tecnológico, pela escuta de radiofreqüência. No sistema analógico, o cidadão chega em uma cidade e não há o sistema digital; então, ele passa seu código, e é como se ele entregasse o código, com muita facilidade, à pessoa que vai cometer o crime.

Ainda a Anatel fornece, no próprio *site*, esclarecimentos aos usuários sobre fraudes na comunicação móvel, isto é, como acontecem as fraudes, os indícios, as providências a tomar, as precauções. Não espero que os senhores e as senhoras consigam ler tais informações, porque a letra é pequena. É apenas para mostrar que, no nosso *site*, existe essa orientação.

Apresento ainda alguns dados a respeito de reclamações. Apenas para que se tenha noção do número de reclamações que chegam à nossa central de atendimento por Unidade da Federação, São Paulo praticamente encabeça a lista por Estado. Então, temos contabilizados, desde 2003, cerca de 12 mil reclamações de usuários. Sabemos que esse número é bem maior, porque esse número que estou mostrando referem-se a pessoas que reclamam à Agência. Mas temos dados de que esses números são bem maiores.

Este gráfico demonstra o crescimento de reclamações quanto a fraudes nos anos de 2003 e 2005. Naturalmente, o crime organizado se especializa, se aprimora e a cada instante se modifica e inventa formas diferentes de se fazer a clonagem e de se fazer uso do seu terminal telefônico de forma fraudulenta.

Aqui, analisamos o número de reclamações por empresa. Entre as vinte maiores empresas, a Vivo praticamente lidera esse número. Por grupo de telefonia móvel, este gráfico demonstra o número de reclamações que chega ao nosso *call center*.

Quero informar a V. Exªs acerca da regulamentação do SMP, que estará em consulta pública até 16 de novembro de 2005, como também o regulamento

do Serviço Telefônico Fixo Comutado. A consulta está prevista para ser concluída até o dia 10 de outubro deste mesmo ano.

Gostaria, apenas, de citar algumas introduções, algumas ações que a Anatel pretende adotar no que se refere ao novo regulamento SMP, que entendemos vai ao encontro do anseio da sociedade quanto ao uso do serviço móvel pessoal.

No que se refere a saldo de créditos em planos pré-pagos de serviços, com o objetivo de reembolso ao usuário do valor referente aos créditos não gastos e remanescentes, após a rescisão do contrato, é preciso garantir ao usuário a possibilidade de aquisição de créditos com maior validade do que a atual. Então, de 90 dias, passam para 180 dias. Naturalmente, o saldo remanescente é somado à nova aquisição. O cidadão, na hora em que quiser romper o contrato, terá direito a receber de volta o que não utilizou.

Tratarei agora do cadastramento dos usuários no plano pré-pago de serviço, para adaptação ao Regulamento da Lei nº 10.703, as chamadas de usuários visitantes internacionais. Hoje, nosso sistema de telefonia celular tem uma característica diferente do sistema de outros países. Nós introduzimos o código de seleção de prestadora na telefonia móvel, o que chamamos de CSP. Isso não é utilizado em outros países. O cidadão que tem um telefone celular acessa diretamente sua ligação interurbana, ou seja, internacionalmente, já se admite que a prestadora de longa distância seja a mesma prestadora do serviço móvel pessoal. Isso causa algum transtorno às pessoas que vêm ao Brasil e não sabem da nossa especificidade. Então, nesse novo regulamento, estamos abrindo essa exceção para atender os visitantes internacionais.

Quanto à coordenação de radiofreqüências, a Agência estabelece diretrizes mínimas para a coordenação de rádiofreqüência entre prestadoras, no sentido de otimizar o uso do espectro elétrico, que é um recurso escasso, um bem da sociedade. Portanto, cabe à Agência preservar e utilizar, do modo mais eficiente possível, o uso do espectro rádioelétrico.

No tocante ao prazo para apresentação da cobrança, a operadora tem o prazo máximo de 90 dias para apresentação de cobrança ao usuário, a partir da efetiva prestação de serviços para chamadas SMP, inclusive quando em *roaming* nacional, com emissão de fatura específica para eventos que tenham ocorrido após 90 dias.

Com relação aos usuários portadores de deficiência auditiva, estamos introduzindo, nesse novo regulamento, as condições mais apropriadas para as pessoas com deficiência auditiva, que teriam centros de atendimento a seu dispor.

No que concerne à troca de mensagens entre usuários, também estamos inserindo, nesse novo regulamento, a possibilidade de troca de mensagens entre usuários vinculados a prestadoras distintas.

Falarei agora sobre as principais alterações do regulamento SMP. Podemos citar a substituição do código de acesso do usuário quando da mudança de tecnologia ou plano de serviço. Nesse aspecto, será estabelecido que a mudança de padrão de tecnologia promovida pela prestadora, ou a mudança dos planos de serviço de pré-pago para pós-pago, ou vice-versa, não resulte em substituição do código de acesso, isto é, o cidadão que tem um telefone pré-pago e quer passar para um plano pós-pago vai permanecer com o mesmo número, o mesmo código de acesso; ele não vai perder aquele número que já é divulgado, que todos já conhecem.

Quanto a divulgação dos direitos do usuáriO – também nesse novo regulamento nós estabelecemos que as prestadoras, em seus locais de atendimento, devem afixar os direitos dos usuários como, por exemplo, o direito de ser atendido em 10 minutos. Há uma série de direitos que serão especificados. Vamos exigir das operadoras que coloquem à vista para os cidadãos. São ações que visam diretamente ao interesse do cidadão.

Para finalizar, apenas um ligeiro resumo do regulamento do TSFC: sei que não está no contexto, mas considerando que é um assunto de alta relevância para a sociedade, estamos propondo algumas alterações, dentre elas o detalhamento da fatura, permitindo maior controle do serviço utilizados pelo cidadão inclusive relacionados a ligações locais. Isso é possível em virtude da conversão pulso/minuto, que estamos promovendo. É uma introdução que vai vigorar a partir de 2006.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Tourinho, aqui na Comissão há uma proposta com relação a modificação de conta, verificação exatamente de detalhamento de fatura que não sei se é de autoria de V. Exª. Então já é um assunto que V. Exª pode avançar porque já está em estudos aqui na Comissão.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Está indo ao encontro do anseio da sociedade.

A questão da comunicação prevê, por escrito, a inclusão do nome do usuário em cadastro, banco de dados, registros de inadimplentes: muitas vezes a pessoa é surpreendida com seu nome no cadastro de inadimplentes e não tem nada a ver com a história; pode haver fraude no uso do telefone fixo – acontece fraude na telefonia fixa também. O reparo de danos causados por descargas elétricas conduzidas via rede telefônicA – hoje o cidadão pode ter um modem ligado em sua linha telefônica e caso haja uma descarga

elétrica provocada por essa rede ele estará desprotegido. O novo regulamento prevê que ele vai ter direito a indenização caso haja uma descarga elétrica que prejudica algum equipamento seu que esteja ligada à rede telefônica, no caso de fax, que também se liga à rede telefônica. É importante frisar que esses equipamentos que estiverem ligados à rede telefônica têm que ser homologados pela Anatel. Todos os terminais telefônicos, equipamentos de telefonia são obrigatoriamente homologados pela Anatel.

Negociação e parcelamento sem encargos da fatura encaminhada fora do prazo pela prestadorA – vamos supor que a prestadora enviou uma fatura depois de quatro meses. O cidadão tem direito ao parcelamento dessa fratura no mínimo pela quantidade de meses relativos ao atraso da apresentação da fatura. A devolução em dobro dos valores cobrados e indevidamente pagos: isso atende diretamente ao Código de Defesa do Consumidor: os valores pagos indevidamente devem ser devolvidos em dobro e com correção monetária.

Situação de contestação de débitos: este regulamento inverte o ônus da prova. O cidadão tem que ser informado pela operadora o motivo pelo qual ela não aceita as suas contestações; isto é, a operadora tem de se preparar dizendo que o cidadão solicitou o serviço, que há uma fita gravada com a voz dele pedindo esse serviço. O ônus cabe à operadora. Muitas vezes o cidadão se sente desprotegido nessa situação. De repente ele vê na sua conta a cobrança por serviços que ele não solicitou; ele diz que não solicitou, e a operadora diz que ele pediu. Então com este novo regulamento o cidadão estará protegido com a inversão do ônus da prova.

Introduzimos o não pagamento da tarifa, a assinatura básica, durante período de suspensão total do serviço por falta de pagamento. Muitas vezes o serviço é interrompido, e o cidadão continua sendo cobrado na sua fatura. Então, se houve interrupção ou suspensão do serviço, não pode mais ser gerada nenhuma fatura.

Quanto aos deveres das prestadoras, são autorizadas a apresentar plano de serviços com pagamento pré-pago, isto é, a Agência entende que a questão da assinatura básica passa pela diversificação de oferta de produtos. Dessa forma, esse novo regulamento traz um avanço, isto é, ele regulamenta o serviço pré-pago.

Outro dever das prestadoras é a organização de Conselho de Usuários integrado por representantes da sociedade.

Também é dever da prestadora a sensibilidade e atendimento prioritário a portadores de alguma deficiência ou com mobilidade reduzida. No que se refere aos deficientes auditivos, a prestadora tem que manter centrais de atendimento para intermediação da comunicação telefônica deles.

A prestadora, igualmente, deve fornecer ao usuário a comparação de plano de serviços de sua opção com o plano básico. Assim, se a operadora oferecer um plano diferente daquele que o cidadão está pedindo, ela deve fornecer a comparação com o plano básico. O que nós entendemos? Entendemos que cada usuário tem uma característica própria de uso do telefone. Para alguns, é mais conveniente haver assinatura básica. Para outros, de acordo com seu perfil de uso, é interessante que não haja assinatura, que paguem só pelo serviço que utilizarem, como hoje acontece com o serviço pré-pago na telefonia móvel. A telefonia móvel dispõe de mais de mil planos distintos e disponibiliza ao interessado a forma pela qual ele quer fazer uso do seu terminal. Então, para ele, muitas vezes, é muito mais interessante ter um pré-pago, porque fala pouco. Se ele for falar muito, faz outro plano, de 500 minutos, de 600 minutos, com assinatura, sem assinatura. Esse é o ponto que estamos trabalhando.

Quanto à interrupção do serviço, estamos introduzindo uma penalidade para operadora se deixar o telefone do usuário interrompido por período superior a trinta minutos em cada período de 24 horas. Será debitada da tarifa 1/30 (um trinta avos) do valor da tarifa ou do preço da assinatura. Isso também exige da operadora eficácia e eficiência na prestação do serviço.

Srªs e Srs. Senadores, era isso o que eu tinha para apresentar. Coloco-me à disposição de V. Exªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Antes de passar a palavra ao primeiro orador inscrito, por dever de justiça, Senador Saturnino Braga, quero dizer que o Senador Tourinho foi muito feliz ao fazer esta convocação, tendo em vista que esta Comissão abriga, entre suas atividades, exatamente essa de acompanhar a atuação das agências reguladoras. Por dever de justiça, faço questão de registrar que, pela primeira vez, Senador Tourinho, estamos vendo um dirigente de Agência preocupar-se, de maneira efetiva, com a questão do consumidor. Acho que essas medidas anunciadas aqui – e que, com certeza, terão curso e serão aprovadas – visam, em primeiro lugar, à proteção do consumidor, no que diz respeito não só à eficiência, como também à economia.

Dessa forma, parabenizo a V. Sª, Dr. Elifas, pela coragem de fazer essas propostas. Evidentemente que, de antemão, nós sabemos as pressões que deverão ser dirigidas à Anatel. Daí por que a necessidade de, cada dia mais, procurarmos blindar o mandato e o exercício da função dos gestores das agências. Pen-

so que as agências cumprem o seu papel, e a cada dia esse aperfeiçoamento vem ocorrendo. Sendo assim, nós, do Poder Legislativo, temos que combater, de maneira veemente, qualquer tentativa de mudança nas regras das agências. Vez por outra, vêem-se tentativas, por exemplo, de se restringir a autonomia das agências, quer seja pela extinção de mandatos, quer seja por outros mecanismos. Sou da opinião que as agências estão vivendo o seu momento de adaptação, mas a tendência é que elas fiquem mais fortes a cada dia e que prestem serviços cada vez mais eficazes ao povo brasileiro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL - PI) – Pois não. Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Heráclito, sou titular da CPI dos Bingos e sou um dos primeiros inscritos lá. Também sou Relator de um projeto na Comissão de Educação. Acho esta audiência pública das mais importantes, que envolve muito a situação atual, a preocupação com os usuários de celulares. O Senador Tourinho, ao fazer esse convite, certamente o fez porque centenas, milhares de pessoas devem tê-lo procurado e reclamado sobre a questão...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL - PI) – Captei a mensagem de V. Exª, Senador Leonel Pavan. Quero otimizar: V. Exª pede para inverter a ordem de inscrição para as inscrições? (Pausa.)

V. Exª permite, Senador Tourinho?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL - PI) – Pronto. Então, faça as perguntas de V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É que eu e o Senador Eduardo Azeredo tivemos os celulares clonados. O meu foi clonado às 16 horas; o do Eduardo Azeredo, às 16h30, quando estávamos no plenário do Senado.

No ano passado, meu celular foi clonado oito vezes; este ano, três vezes. Todas as vezes, certamente, no aeroporto de São Paulo, enquanto eu aguardava no aeroporto para ir para Santa Catarina. Mas, por duas vezes, o horário que nos deram do clone coincidiu com o horário em que estávamos no plenário do Senado, e na hora foi feita a denúncia ao Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros.

O que nós pensamos, Sr. Elifas? Nós achamos que está havendo desleixo nessa questão, nas investigações, porque é impossível que essa quadrilha toda consiga trabalhar em todos os lugares do Brasil, livremente. Investiga-se, prendem-se tantas pessoas, mas elas não são presas.

Eu queria fazer apenas este comentário, Senador Tourinho. Eu tive o meu telefone clonado oito vezes no ano passado e quatro vezes neste ano, no aeroporto de São Paulo, mas uma vez foi aqui no plenário desta Casa.

Queria apenas deixar esse comentário, para ser discutido.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL - PI) – V. Exª merece. A Casa é que agradece a sua participação.

Concedo a palavra ao Dr. Elifas, para os esclarecimentos sobre a pergunta feita.

O SR. ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL – Sr. Senador, muito obrigado pela oportunidade. Efetivamente, trata-se de crimes que envolvem várias entidades do setor público e do setor privado.

Nós temos feito reuniões com a Polícia Federal em que temos exposto a posição da Agência, como esses fatos ocorrem, e temos feito propostas de como agir, como informar as pessoas sobre a forma de se proteger e também apresentamos idéias sobre como a Polícia deve agir para que a população seja efetivamente protegida desse tipo de fraude. Infelizmente, a tecnologia ainda está atrás, o que permite que ocorra esse tipo de fraude. Uma das maiores é a subscrição, como eu já disse a V. Exª. Então, nós temos trabalhado com os órgãos de repressão, prestando informações, e nossos técnicos têm-se aperfeiçoado em cursos de formação ministrados por juízes e advogados que tratam especificamente desses assuntos de telecomunicação. Enfim, é uma ação multidisciplinar que envolve várias entidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho, que é o autor da proposição.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; Dr. Elifas Gurgel do Amaral, Presidente da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) –

Em primeiro lugar, achei muito própria sua defesa das agências reguladoras, Senador Heráclito Fortes. Quero lembrar que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) está sem seu Presidente desde janeiro deste ano, vai completar um ano daqui a três meses. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) está sem dois dos seus Diretores desde maio, se não me engano desde 25 maio deste ano, e vai perder mais dois, acho que até o fim do ano. Quer dizer, na Aneel

nós corremos o risco, mantido esse mesmo padrão, esse mesmo critério...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A Aneel perde o terceiro no dia 25 de novembro, salvo engano.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sim, e o outro até o final do ano.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Até o final do ano.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Então, corremos até o risco, mantido esse "padrão de eficiência" do Governo em relação às agências, de não termos Diretores na Aneel, corremos o risco de só haver um em janeiro do próximo ano. Isso preocupa muito, porque o principal problema hoje em relação às agências, na minha avaliação, foi levantado por V. Exª, Senador Heráclito Fortes: é a questão do contingenciamento. Ele existe, é feito, é a forma de o Governo manter o Poder em cima das agências. Isso preocupa muito nessa questão de mandatos, de aperfeiçoamentos que devem existir. E fico mais preocupado ainda, dentro desse quadro, quando se analisa o caso da Anatel.

Por acaso fui o Relator aqui quando o Dr. Elifas Amaral foi indicado. E passamos a ter, desde aquela época, alguns questionamentos que permanecem aqui nesta Casa, mas que citarei depois. Esses questionamentos não eram sobre essa questão, mas sobre transparência. Mas venho acompanhando sempre a presença do Dr. Elifas, sua eficiência e suas soluções, que é o que estamos vendo aqui hoje. E preocupa muito saber que o mandato do Dr. Elifas termina em 3 de novembro agora. Acho que não poderíamos perder a colaboração de um técnico desse porte, cuja eficiência tem sido demonstrada em soluções que têm sido dadas.

Pois bem, preocupa-me muito, repito, essa possibilidade de o Governo manter seu "padrão de eficiência" nas nomeações dos dirigentes. Quero deixar essa posição muito clara. Temos tido alguns contatos... Ou nas não-nomeações, como bem disse o Senador Roberto Saturnino muito propriamente. Isso preocupa muito, Senador Roberto Saturnino, e sobretudo preocupa a perda de um técnico, como é o Dr. Elifas, em algo tão complicado.

E aí eu queria chamar a atenção para como é complicada essa área, pela própria exposição que nós tivemos aqui. Tenho comparado sempre o controle que se pode fazer das contas de água, energia elétrica e celular. Quando se verifica o controle que se pode exercer sobre as contas de água, é simplíssimO – você olha seu hidrômetro todo dia, e é possível manter um controle perfeito de sua conta de água; de sua conta de energia, basta olhar o relógio diariamente ou a cada hora, como você quiser, e terá também um controle efetivo; no caso dos telefones celulares, não temos nenhuma transparência nas contas. Esse é outro problema, não é assunto desta audiência, mas acho que deve ser de outra – e sei que as providências estão sendo tomadas.

Havia uma preocupação, logo no começo da gestão do Dr. Elifas, de não haver quebra de contratos - coisa que tenho certeza que nós também defendemos. Defendemos que não se quebrem contratos, mas que se passe a exigir alguma coisa dessas empresas que não esteja no contrato de concessão. Mas é importante que se diga que a complexidade é muito grande. O senhor mencionou que, só no telefone móvel, existem mais de mil planos distintos que são oferecidos, e nem sempre muito claros. Parecem aqueles contratos de seguro com letrinhas pequenas, que acho que ninguém lê.

Da própria exposição do senhor, podemos verificar a complexidade desse setor. Não é fácil entender tudo isso que está aí, não só por todos os tipos de serviço que são oferecidos, como também pelos níveis de tecnologia que cada uma dessas empresas tem. E acho que podemos olhar por aquele gráfico que o problema realmente existe. Esse gráfico para mim é o mais importante, porque demonstra o número de reclamações sobre fraudes na Anatel. E o Dr. Elifas ainda disse que o problema é muito maior do que isso, porque essas são as fraudes informadas, mas existem as não informadas.

Eu, a exemplo do Senador Leonel Pavan, já tive o meu telefone clonado várias vezes, no Senado e em vários outros lugares. Já tive o meu telefone fixo também clonado. Então, acho que o problema existe e está refletido ali no número crescente. A tendência dessa linha é enorme e se assemelha um pouco à tendência de crescimento do número de telefones celulares. Segundo consta aí nesse gráfico, já são quase 80 milhões de aparelhos.

Dessa forma, a primeira coisa que eu perguntaria é o seguinte: evidentemente, ao que deixa transparecer, nem todas essas empresas têm o mesmo nível tecnológico; mas o nível de crescimento é também uniforme entre elas; há esse nível de tecnologia, ou uma ou outra está mais atrasada, não protegendo o consumidor? Essa seria a primeira pergunta que faria ao senhor.

O SR. ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL – Sr. Senador Rodolpho Tourinho, inicialmente, agradeço as palavras em defesa das agências reguladoras, em especial a Anatel.

Acerca do crescimento das reclamações de fraudes perante a Anatel, digo a V. Exª que o que constatamos efetivamente – e eu disse a V. Exª que os números são maiores, e são maiores mesmo – é que são cerca de cem mil casos por mês, em todas as operadoras. Esse número não cresceu conforme a planta; quando tínhamos cerca de 40 milhões de aparelhos, esse número era muito próximo disso. Mas há uma preocupação, e temos observado que as operadoras têm trabalhado intensamente para solucionar esse problema, até porque as conseqüências dele refletem no bolso delas.

Digo ainda que, do ponto de vista tecnológico, estamos acompanhando uma série de operações em que operadoras distintas se fundem em um único grupo. Essa fusões envolvem tecnologias distintas. Sempre que acontece esse tipo de ação, uma operadora fica um pouco mais à frente da outra, ou um pouco mais atrás. Mas, de forma geral, elas estão praticamente no mesmo nível tecnológico - em dado momento, um pouco mais atrás; em outro, um pouco mais à frente -, e as tecnologias utilizadas são internacionalmente conhecidas e já razoavelmente amadurecidas, o que permite haver alguma previsibilidade quanto ao desempenho.

Confesso a V. Exª que esse número ainda está muito alto. Muito há que se fazer ainda para proteger o nosso cidadão quanto a essas questões. Temos feito várias reuniões, e já convidei os presidentes de operadoras para tratar, na próxima semana, especificamente da qualidade do serviço, enfocando também o aspecto da clonagem. Na semana posterior, igualmente, chamarei os presidentes das operadoras fixas para tratarmos da questão da qualidade dos seus serviços.

Não sei se respondi adequadamente a V. Exª quanto a essas observações.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL - BA) – As operadoras que utilizam o sistema analógico são mais passíveis de fraude, não é?

O SR. ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL – Na realidade, Senador, as operadoras hoje não usam em suas plantas somente o sistema analógico. Elas usam o sistema analógico como se fosse uma espécie de *back-up*, quer dizer, numa situação de emergência. Como já mencionei, o sistema AMPS no Brasil representa pouco mais de cem mil linhas, nesse contexto de quase oitenta milhões. É uma planta remanescente, que tem sido modernizada constantemente.

Então, o que ocorre é que elas já sabem que a tecnologia AMPS, que é a tecnologia analógica, deve ser abandonada. Mas existem algumas linhas remanescentes. Mas, por terem ainda tecnologias distintas, GSM, TDMA, CDMA, num dado momento, elas precisam recorrer à tecnologia comum, ou seja, naquele instante em que o cidadão desembarca no aeroporto e já liga o seu aparelho. Se naquela localidade não houver a tecnologia da sua cidade de origem, automaticamente o sistema, para não deixar o aparelho fora de uso, utiliza a tecnologia analógica. Entretanto, mesmo por tecnologia analógica, algumas operadoras já estão criptografando essa troca de informações. É o celular que diz: "Olha, acabei de chegar em sua área". E já existem dispositivos tecnológicos para proteger essa troca de informações, quer dizer, para tornar mais difícil a clonagem via rádio.

Mas o grande número mesmo de problemas, Sr. Senador, como já disse, refere-se à clonagem em virtude de uma falsificação anterior, uma fraude que é precedida de uma documentação fraudulenta.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Última perguntA – que notícias o senhor daria em relação à questão da transparência das contas, para que o usuário possa conferir os dados de suas ligações, para ter certeza daquilo que existe? Hoje em dia, em alguns casos, é difícil até localizar o número do telefone. Não sei se o senhor já reparou isto: até o número do telefone às vezes é colocado de uma forma que nem se sabe exatamente que telefone é aquele. Isso ocorre principalmente com quem tem mais de um telefone. É difícil para o usuário controlar pulsos, é difícil para o usuário controlar minutos. Às vezes, não há nenhuma forma de comparar aqueles pulsos indicados na conta, não há como comparar minutos indicados.

O senhor apresentou vários tipos de fraude, que basicamente são de seis ou sete tipos. E o que percebemos é que muitas delas podem estar prejudicando o usuário, e este não vai descobrir nunca, e vai pagar a conta. Lembro que, nas nossas discussões iniciais sobre isso, havia um alto percentual ou de fraudes ou de contas erradas, que foram contestadas pelas empresas, mas não muito bem contestadas. Na verdade, a sensação que ficava é que, de alguma forma, em algumas operadoras, o usuário estava pagando mais do que devia.

Sei que o senhor colocou isso muito bem ao longo desse tempo, sei que está tomando as providências, mas gostaria de saber que notícias o senhor nos traria em relação a essa questão de transparência e para evitar que paguemos conta com fraude.

O SR. ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL – A disposição das informações na conta telefônica é regulamentada pela Agência. Então, podemos trabalhar esse aspecto de forma que as contas sejam apresentadas ao cidadão de forma mais clara e de fácil leitura.

Quanto à transparência, no caso da telefonia fixa, com relação à cobrança de pulsos, o que fazemos são as fiscalizações das operadoras para que os equipamentos que geram os pulsos estejam perfeitamente condizentes com o que deve ser cobrado. Efetivamente, o cidadão não tem hoje acesso àquela contagem de pulsos. Na realidade, a contagem se faz de forma aleatória, isto é, no instante em que o cidadão liga, no instante em que se completa a ligação, dispara-se um pulso; o próximo pulso é gerado num processo aleatório, em virtude da tecnologia antiga, em que se utilizava apenas um contador para todas as linhas que estavam conectadas àquela central. Tenho a convicção de que a conversão de pulsos para minutos permitirá ao cidadão ter a informação precisa do tempo em que utilizou aquela conexão, isto é, estarão discriminados na conta a data, a hora, o número chamado e o tempo que ele permaneceu em conversação. Essa é uma maneira de darmos a transparência tão solicitada. Eu lembro muito bem de que, na ocasião da minha sabatina, V. Exª já havia me posicionado quanto a essa questão, que é o anseio da sociedade. Esperamos ter êxito em obter mais transparência nesse caso da telefonia fixa.

Na telefonia celular, as ligações hoje já vêm discriminadas com o tempo de uso da conexão, e a Agência, em suas ações de fiscalização, mede efetivamente se o tempo computado para início da conversação está correto. A Agência faz essa verificação constante e aleatoriamente, partindo de um plano de fiscalização que prevê uma verificação remota. A operadora não toma nem conhecimento. De forma remota, a Agência tem como saber se a contagem do tempo daquela conexão está sendo feita de forma correta, e essa contagem dos pulsos é feita por meio de auditorias nas centrais telefônicas das operadoras.

Esperamos que, a partir de janeiro do próximo ano, com esse novo contrato na telefonia fixa, referente à conversão de pulsos para minutos, a conta telefônica fique mais transparente para o cidadão, pois o tempo de uso do telefone será discriminado não só nas ligações interurbanas, mas também nas locais.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Dr. Elifas, V. Exª aborda, com muita precisão, alguns aspectos que merecem comentários. Um deles é a legitimidade da cobrança. Geralmente, quem está na ponta da linha, reivindicando um direito por ter recebido uma cobrança que julga indevida, em 80% dos casos, encontra, do lado da operadora, uma pessoa muito pouco disposta a prestar esclarecimentos e que, na contrapartida – geralmente, o que está reclamando se considera indefeso –, diz: "Vou botar seu nome no Cadin, no SPC ou em outro cadastro que o valha". Isso amedronta, porque quem vive, como nós vivemos hoje, na era da moeda plástica sabe que o assentamento do seu nome em qualquer órgão fiscalizador de crédito é mortal. Assim, muitas vezes, embora consciente de que tem razão, a pessoa é obrigada a fazer esse pagamento para preservar o seu crédito e ter direito ao acesso em outras questões. Realmente, essa medida que a Agência começa a tomar, pelo menos, vai colocar o usuário numa posição mais confortável.

Foi dito aqui por V. Exª o acerto que se está tomando com relação a essas agências de regulação. Concordo em gênero, número e grau. Mas quero até prestar um esclarecimento - embora não seja o tema da reunião - sobre um fato recorrente, que inclusive tenho ouvido com muita constância por parte do Secretário da SPC (Secretaria de Previdência Complementar). Ora, ele insiste em criticar o Congresso por ter derrotado aquele projeto que veio para cá criando a Previc. O ex-Ministro Gushiken, inclusive, também foi induzido ao mesmo erro e fez essa crítica.

Não! O Congresso, de maneira especial o Senado, agiu de maneira correta. Senadores Mão Santa e Marco Maciel, participamos da votação em plenário. A matéria veio para cá como medida provisória, e, por questões de pauta, só foi trazida ao plenário no último dia de prazo. Trazia umas peculiaridades que davam alguns privilégios inaceitáveis para a Previc, porque a Previc não era agência nem secretaria. Era um monstro que se estava criando. E vou citar três exemplos.

No seu texto, não havia contingenciamento. Por que o privilégio? As agências padecem com a figura do contingenciamento. Ninguém é mais testemunha disso do que o próprio Presidente da Anatel, que viveu um drama terrível no último mês.

Segundo ponto: seus dirigentes não passavam pelo crivo da sabatina no Senado da República. Eram escolhidos a bel-prazer do Ministro da Previdência e para cá indicados. No caso que tínhamos em discussão, o presidente era um ex- assessor do Ministro Gushiken, e o diretor da área atuarial, também. Não é justo que se crie uma agência nessas circunstâncias, dando poderes excessivos e privilegiados a dirigentes sem nenhuma responsabilidade dentro do espírito criado que é de Agência.

Terceiro e último ponto. Quando o projeto veio ao Senado, no seu bojo estava enxertada a criação de quase novecentos cargos. V. Exª se lembra muito bem disso. Eram alguns cargos para a própria Agência e outros que foram colocados como penduricalhos, para atender a outros setores da Administração Pública.

Dessa forma, não havia a menor condição de aprovação do projeto, e acho que o Senado foi ágil e, acima de tudo, soberano nessa questão. Se querem realmente uma regulação nessa área, mandem para

cá um projeto igual aos demais. E acho até que, pelo poder e desejo que eles têm, talvez resolvessem, de uma vez por todas, acabar com o contingenciamento não somente da Previc, mas de todo o sistema. O que não é justo é haver agências atuando no mesmo patamar e com as mesmas atribuições, umas com privilégio, outras, não.

Sr. Presidente da Anatel, não temos mais nenhum questionamento a fazer. Acho que os esclarecimentos foram prestados. Quero dizer que a Comissão recebe muitas reclamações com relação às agências. Com relação à Anatel, é exatamente quanto à clareza nas contas. Há um questionamento muito grande feito pela sociedade com relação a esse ponto. Dessa forma, julgo oportuna essa medida tomada para funcionar a partir de janeiro; que vai dar um alívio muito grande aos usuários. E não sei por que as companhias prestadoras de serviços insistem em tornar cada dia mais difícil a leitura por parte do consumidor.

Há um assunto que não foi tema desta convocação, mas tenho certeza de que poderá ser discutido aqui no correr do ano, sob a Presidência de V. Sª. É o que diz respeito à escuta telefônica, judicial e não judicial. Eu tenho uma história sobre escuta telefônica que me marcou muito. Dois meses atrás, eu viajava para Teresina, Senador Mão Santa, e uma garotinha de uns cinco ou seis anos estava falando ao telefone – admito – com uma amiga ou amigo. Ela bem arrumadinha, com um telefonezinho daqueles cor-de-rosa, parecendo o telefone da Barbie. E eu ali ao lado, ouvindo a conversa dela. Daquelas meninas bem espirituosas, respondendo a tudo. De repente, ela dá um pulo para trás, toma um susto e diz: "Não fale isso por telefone, porque nós podemos estar sendo ouvidas!"

Então, imaginem a que ponto é a confiabilidade do Brasil em matéria de sigilo e de privacidade de telefone. Uma menina de seis anos, na certa por ouvir de novelas ou das conversas dos pais no dia-a-dia, tem esse pânico. Até hoje não sei o mistério, o segredo da sua conversa, mas ela vai crescer e amadurecer com a certeza de que a sua conversa não tem privacidade. E realmente essa é uma questão que precisamos corrigir.

Eu queria apenas fazer uma pergunta a V. Sª: a clonagem não é exclusividade do Brasil, existe praticamente no mundo inteiro – uns sistemas mais seguro, outros, menos seguros; por que os investidores brasileiros não procuraram, de imediato, adotar, se é que existe, um sistema que elimine a clonagem?

A segunda pergunta: qual é o percentual nosso, com relação ao restante do mundo, no que diz respeito à vulnerabilidade desse sistema?

O SR. ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL – Sr. Senador, muito obrigado pelas colocações. Vou começar a responder pela parte inicial e depois dou uma conclusão.

Quanto ao problema da escuta telefônica, é direito do cidadão a inviolabilidade das comunicações, a Agência se preocupa com essa questão, e nossos regulamentos são bem claros quando dizem que é responsabilidade das operadoras a questão da segurança das comunicações, do sigilo das comunicações.

Quanto às fraudes, como V. Exª citou, não é coisa que aconteça somente no Brasil. Se V. Exª permitir, posso consultar um assessor meu quanto a esse dado internacional, porque não o tenho. Não sei se o...

O SR. BRUNO – São os mesmos percentuais do mundo. Hoje, o sistema brasileiro é um dos mais modernos, porque nós entramos...

O SR. ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL – Sr. Presidente, o Bruno, nosso gerente, pode fazer uso aqui do microfone para explicar isso?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Passo, então, a palavra ao Dr. Bruno, para que preste esse esclarecimento.

O SR. BRUNO – Obrigado, Senador.

Atualmente, o Brasil possui uma planta de telefonia celular muito moderna, até porque o Brasil entrou em telefonia celular após os Estados Unidos, por exemplo, e após os países da Europa. Então, em termos mundiais, o Brasil é muito avançado. As empresas estão investindo no sistema de autenticação brasileira, que é um dos mais modernos. Então, os patamares em torno de clonagem no Brasil são muito iguais aos do restante do mundo.

Além disso, Senador, não só os equipamentos são importantes, mas também a interligação entre as plataformas, pois, hoje em dia, no sistema móvel, existe a parte de *roaming*. Então, o usuário se desloca para outra prestadora, e essa interligação é muito importante. E, quanto a esse aspecto, estamos vendo no Brasil uma evolução muito grande na mentalidade das empresas. Existem fóruns, elas conversam muito entre si, e a Agência estimula esses fóruns. E hoje, por exemplo, as empresas móveis participam de uma associação. Por essa associação, todas as empresas são conectadas com relação a fraudes. Então, todo o sistema de *roaming* brasileiro hoje se baseia no imediato reconhecimento, por perfil, se existe uma fraude ou outra. Isso também, além dos equipamentos, demonstra uma maturidade, uma relação muito grande entre as empresas móveis brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Confere mais ou menos com as informações que nos chegam à Comissão: a de que, na realidade, nos-

so sistema é compatível com o restante do mundo. O problema é que a Justiça de cada país tem seu modelo de punição. Alguns países árabes, por exemplo, chegam inclusive à pena de morte por escuta e clonagem telefônica. No caso dos Estados Unidos, a pena é a prisão sumária. Talvez a questão maior seja a da aplicação da pena.

V. Sª ainda tem alguma consideração a fazer?

O SR. ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL – Apenas agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Antes de passar a palavra, eu queria apenas prestar aqui um esclarecimento, por dever de justiça, no que diz respeito a contigenciamento. A Anatel estava vivendo uma situação de penúria, o que é uma injustiça, porque essas agências reguladoras têm orçamento próprio, têm arrecadação. Não sei o caso da Anatel, mas deve ser... Aliás, Sistel, desculpe-me. A arrecadação chega a mais de R$2 milhões, não é isso?

O SR. BRUNO - Dois bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – No entanto, o Governo, quando bem libera, libera cerca de R$250 milhões, R$300 milhões. O mesmo ocorre com a ANP, a Aneel, e isso prejudica a própria fiscalização.

A comissão ao tomar conhecimento disso, a pedido de alguns Senadores, convocou o Dr. Elifas para prestar esclarecimentos. Por quê? Porque foi corajoso, correu riscos, mas foi correto e suspendeu o *call center*, por um motivo muito simples: não tinha como pagar. Dessa forma, não tinha outra atitude a tomar, a não ser suspender os pagamentos. Daí a convocação, parece-me, foi um remédio quase que milagroso – isso eu estou dizendo e assumo a responsabilidade. Imediatamente o Governo liberou os recursos, e, por conseqüência, o sistema voltou a funcionar. Foi tão eficiente que passei a receber telefonemas de várias outras agências que, em situação semelhante, pediam a convocação de seus dirigentes.

Daí por que, Senador Tourinho, neste orçamento já tomamos uma medidA – a proibição de contingenciamento de recursos orçamentários para as agências, e o Governo vai ter poder de veto, mas espero que não se utilize dele. As agências não estão com pires na mão, pois têm arrecadação própria. Mas o orçamento é fundamental para a fiscalização, mobilização dos funcionários, enfim, para sua própria sobrevivência. Dessa forma, temos que assumir – e já há várias manifestações com relação a isso – a intocabilidade do orçamento das agências.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Espero, Senador Heráclito Fortes, que o Governo efetivamente não vete esse ponto, que é muito importante.

Quero finalizar minha dúvida e o processo todo da Anatel, lembrando que, ao tomar posse há dois anos, o Dr. Elifas disse que o assunto da transparência só poderia ser tratado dentro de dois anos. Acho que vamos, em janeiro, comemorar a passagem de pulso para minuto, com o controle em todas as áreas seja na de telefonia móvel, seja na de telefonia fixa. Entendo ser esse um grande avanço.

A posição do Senado, como órgão sempre vigilante dos direitos do consumidor, é muito importante, Senador Heráclito Fortes, não só em relação ao contingenciamento, ao não contingenciamento, mas também em relação a outros aspectos da vida do consumidor. Parabenizo o Dr. Elifas por atingir o que prometeu aqui. Neste Governo, Dr. Elifas, é muito raro esse tipo de coisa acontecer. Além de todas as desilusões que tivemos, há também essa em relação às providências administrativas. Vemos que, de alguma forma, isso vai acontecer e ficamos satisfeitos de ter participado desse processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo a palavra ao Dr. Elifas para as considerações finais.

O SR. ELIFAS CHAVES GURGEL – Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Senador Rodolpho Tourinho, Senador Mão Santa, senhoras e senhores, agradeço imensamente, à oportunidade, as considerações dirigidas à Anatel. Quero dividir com todos os meu servidores, Srs. Senadores, os elogios feitos à Agência, visto que é um trabalho de equipe, em que participo apenas dando continuidade a um trabalho profícuo que vem sendo executado por todos os servidores da Anatel, com muita dedicação e competência. Portanto, sinto-me feliz em estar à frente dessa agência que tem problemas administrativos e de ações próprios. Mas o importante é que estamos realmente dispostos a enfrentar os momentos difíceis em proveito do cidadão, de um setor de telecomunicações cada vez mais forte e vigoroso, para que possamos atender, enfim, ao crescimento da economia brasileira.

Agradeço mais uma vez. Estarei à disposição de V. Exª sempre que for oportuno trazer informações à sociedade e a este Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Antes de encerrar, por dever de justiça, quero indagar do Senador José Maranhão se a Paraíba tem alguma reclamação ou alguma sugestão a fazer à Anatel.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores e senhores jornalistas, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 04 minutos.)

Ata da 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da 3ª Sessão Legislativa ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 25 de outubro de 2005, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 13, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte e cinco de outubro do ano de dois mil e cinco, na sala número treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador ALBERTO SILVA, Vice-Presidente, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença dos Senhores Senadores **Roberto Saturnino, Ney Suassuna, Valdir Raupp, Rodolpho Tourinho, Luís Otávio, Serys Slhessarenko, Leomar Quintanilha, Aelton Freitas, Siba Machado, Eduardo Suplicy, José Jorge, César Borges, Aloísio Mercadante, Gerson Camata, Augusto Botelho, Teotônio Vilela Filho, Mozarildo Cavalcanti, João Ribeiro, Delcídio Amaral e Heráclito Fortes, Presidente**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, a Presidência dá início aos trabalhos da Comissão destinada a realização de Audiência Pública com a presença do Dr. Haroldo Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, a fim de prestar esclarecimentos e informações sobre os Problemas Relacionados com as Gestões Administrativas, Orçamentárias e de Recursos Humanos da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, em atendimento ao Requerimento nº **02/2005-CI**, de autoria do Senador Heráclito Fortes. Em seguida, a Presidência convida o Dr. Haroldo Lima para tomar assento à Mesa, concedendo-lhe a palavra para suas considerações iniciais. Usam da palavra para interpelar ao convidado os Senhores Senadores Ney Suassuna, Eduardo Suplicy, José Jorge, Roberto Saturnino, Serys Slhessarenko, Rodolpho Tourinho e Heráclito Fortes. Após, a Comissão aprova, EXTRA PAUTA, o Requerimento nº 27, de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, requerendo nos termos do art. 90, III, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública, no âmbito da Comissão, com a presença do Diretor-Geral Brasileiro da Empresa Itaipu Binacional, Sr. Jorge Miguel Samek, para prestar esclarecimento sobre As Revisões Tarifárias da Usina Hidrelétrica em Relação à Variação Cambial entre o Real e o Dólar Norte-Americano. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos, lavrando eu, *Celso Antony Parente*, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com suas notas taquigráficas. – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores e Senadoras que a pauta da reunião de hoje consta de um único item: audiência pública. Assuntos: esclarecimentos e informações sobre os problemas relacionados com as gestões administrativas, orçamentárias e de recursos humanos da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Convidado: Dr. Haroldo Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíves – ANP. O autor do requerimento é o Presidente desta Comissão, Senador Heráclito Fortes, que, brevemente, estará aqui. Como Vice-Presidente, estou assumindo e, neste instante, convido o Dr. Haroldo Lima para comparecer a esta nossa reunião.

Para esclarecimentos, temos na pauta o seguinte: o nosso convidado terá quinze minutos para as suas exposições. Abrir-se-á a fase de interpelação pelos Srs. Senadores e Srªs Senadoras inscritos. Dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do convidado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao convidado o mesmo tempo para a réplica.

Isso é norma da Comissão, apenas estamos esclarecendo para as pessoas, como é uma audiência pública, para tomarem conhecimento de como funciona esta Comissão.

A palavra dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido (art. 397 do Regimento Interno).

A lista de inscrição encontra-se sobre a mesa.

Agradeço a presença de todos e passo a palavra ao nosso convidado, Dr. Haroldo Lima, que tem quinze minutos.

O SR. HAROLDO LIMA – Senador Alberto Silva, que preside essa reunião da Comissão de Infra-Estrutura do Senado da República, Srs. Senadores aqui presentes, meus Senhores e minhas Senhoras, vou tecer alguns comentários. Antes, porém, gostaria de registrar a minha satisfação de estar comparecendo aqui, Senador Alberto, nesta reunião, na primeira oportunidade que tenho de falar ao Parlamento depois que fui indicado para Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo. Não posso me esquecer de que essa indicação decorre de prévio assentimento por parte do Senado Federal e desta Comissão, a partir da sabatina a que fui submetido e que passou a compor, com muito orgulho, o meu currículo.

Srs. Senadores, vou tecer comentários sobre as limitações do orçamento da ANP, com algumas indicações sobre aspectos laterais. Chamo a atenção sobre as atribuições básicas da ANP, sobre as quais falarei rapidamente porque o tempo é curto.

Essas atribuições são: a regulação, a contratação e a fiscalização. Na regulação, temos que regular o que diz respeito à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, importação, exportação, oleodutos, participações governamentais, refino, abastecimento, qualidade. Na contratação, ocorre a definição de blocos da licitação e, na fiscalização, a fiscalização da produção, do refino e da distribuição e revenda. É um elenco muito grande do que a ANP tem que fazer.

Recentemente, houve um dado que mereceria comentários rápidos que eu gostaria de fazer. Falo da sétima rodada de licitação ligada à contratação, à nossa atribuição de definir blocos e de fazer a licitação. Fizemos isso na sétima rodada – falarei disso rapidamente porque não é esse o tema do debate – e foi um sucesso.

Primeiro, de forma inédita no Brasil, dividimos o leilão em duas partes, Senador Saturnino. Uma parte ligada a blocos exploratórios e outra ligada a leilão de blocos de revitalização de poços de petróleo já desativados. A primeira parte é muito custosa, é arriscada porque é nela que se emprega o capital de risco e só cabem aí grandes empresas. No caso de empresas brasileiras, só a Petrobras e algumas outras que já estão participando do setor.

Na parte B, fizemos uma licitação, pela primeira vez no Brasil, de uma série de blocos onde há áreas inativas, com acumulações marginais de petróleo. Era específica para abrigar e incentivar o surgimento de pequena e média empresa brasileira produtora de petróleo, fato que nunca existiu na história do Brasil. Inclusive, muitas pessoas consideravam que não daria muito resultado, mas apareceram 86 empresas brasileiras interessadas em entrar no ramo da produção de petróleo e eram todas pequenas e médias empresas. A totalidade dos blocos postos em leilão está no Nordeste brasileiro e lá também se organizaram diversas dessas empresas.

A Agência Nacional do Petróleo facilitou bastante as condições para participar. O lance era de alguns poucos milhares de reais. Exigimos mais o compromisso com o investimento. Ganhava-se a possibilidade de revitalizar aqueles poços de petróleo antigos que já produziram muito petróleo e que estavam desativados há anos. Muitos estavam fechados há mais de dez, quinze anos. Produziram, no passado, milhares de barris de petróleo por dia e hoje estariam produzindo quinze, dez, doze barris de petróleo por dia, uma coisa absolutamente insignificante para uma grande empresa, mas absolutamente significante para a pequena empresa brasileira.

O nosso ideal básico com relação a essa questão e que quero transmitir de forma rápida para os Senadores é que hoje a Agência Nacional do Petróleo está convencida da possibilidade de fomentar o surgimento no Brasil de uma categoria empresarial inexistente no Brasil até então, que é dos pequenos e médios produtores de petróleo, categoria essa que começou muito bem com essas 82 empresas que se organizaram para participar desse processo.

Sigo em frente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, isso é o que se chama poço seco?

O SR. HAROLDO LIMA – Não. O poço seco é o que não tem nada. É o que você produziu e não achou petróleo. Os poços vulgarmente chamados de poços maduros têm petróleo. Eles não têm petróleo em quantidade, mas têm petróleo. Eles produzem pouco.

Nós mandamos para os Estados Unidos e ao Canadá para examinar como era essa história. Senadores, nos Estados Unidos, ao lado de todas as grandes produtoras de petróleo do mundo – Esso, Shell, Texaco, etc –, existem 23 mil pequenos e médios produtores. Cada um individualmente produz uma bobagem. Os 23 mil juntos produzem 40% da produção americana de petróleo. Os 23 mil juntos incorporam 300 mil trabalhadores. É algo importante. No Brasil, nunca houve isso. Fui a diversas federações e indústrias deste Brasil todo dizer aos industriais que se movimentem para participarem e serem industriais do petróleo.

Quando eu era da Câmara, aprovamos a Lei nº 9.478, a Lei do Petróleo, que dispõe que *royalty* é 10%. Em casos especiais, a ANP pode reduzir até 5%. Nos Estados Unidos, *royalties* é, mais ou menos, isto: em

casos especiais, para pequeno e médio, reduz até zero por cento. Nós reduzimos até 5%. Nunca houve nenhuma pressão do setor para que se baixasse de 5% para zero por cento porque o setor não existe. Por isso, não existe petróleo. Na medida em que começar a surgir o setor de médio e pequeno produtor de petróleo, perguntarão porque V. Exªs não fazem uma emenda e não abaixam esse percentual. Isso é necessário para fomentar o surgimento desse setor no Brasil.

Apresento outros dados gerais. Quanto às reservas de petróleo que tivemos no Brasil, reparem que aumentaram muito as nossas reservas. Nessa fase final, o crescimento é considerado muito grande, é quase um crescimento geométrico. A ANP começa a funcionar em 1988. Sob esse aspecto, estamos com resultados muito positivos.

Apresentamos um dado muito interessante sobre a participação do setor de petróleo no PIB brasileiro. Em 1997, o setor de petróleo era aproximadamente 2,7% do PIB brasileiro. Nós crescemos nesse período todo e hoje estamos em 9,05% do PIB brasileiro. O "hoje" de que estou falando é o ano de 2004. São os dados já completos que temos. Parece que, em 2005, chegaremos a um pouco mais de 10%, o que mostra que o setor do petróleo tem crescido bastante no Brasil e mostra, por conseguinte, que o modelo que estamos realizando está dando resultado. O modelo tem problemas, mas está dando resultados.

Outro dado – o crescimento do setor de petróleo na economia brasileira. Como se sabe, a economia brasileira não tem crescido nos níveis históricos que cresceu desde a Segunda Guerra Mundial até o início da década de 70. Nos últimos sete anos, a economia brasileira cresceu aproximadamente 26%, o que é muito pouco. Mas, no mesmo período, o setor do petróleo cresceu 318%. Esse é um dado que se precisa levar em conta justamente para não haver um crescimento anômalo, quer dizer, isso não cresce, mas isso cresce. Teríamos de encontrar mecanismos para este crescimento alavancar o crescimento de cá.

Temos ainda a acrescentar alguns dados gerais sobre *royalties*. Como mostrei ainda há pouco, no Brasil, os *royalties* são de 10%. Em 1997, havia R$190 milhões de *royalties*. Isso foi crescendo nesta proporção que V. Exªs estão vendo aqui. Há um pouco mais de cinco bilhões de *royalties* em 2004.

A participação especial é um tipo de *royalty*. A ANP estabelece que, descontado o *royalty*, os campos de petróleo e os poços de petróleo que têm uma produção extraordinariamente grande devem pagar, além do *royalty*, uma participação especial. O *royalty* é 10%. A participação especial pode chegar a 20%, 30%, 40% da produção extraordinária que aquele poço, ou aquele campo, produz. No caso da evolução da arrecadação das participações especiais, sigam isto aqui – participação especial só existe a partir do ano 2000. Então, de 2000 foi isso, nós hoje estamos com cinco bilhões por ano, de participação especial de petróleo.

Outro

Aí são alguns dados... passa aí... volta um pouquinho antes. Então, só para chamar a atenção de que os 5 bilhões de participação especial com os 5 bilhões de *royalties*, dá 10 bilhões, que nós distribuímos, que o setor de petróleo distribui para 790 Municípios brasileiros, para 10 Estados, para o Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Marinha e, por conseguinte, é um tipo de contribuição que o setor de petróleo dá à sociedade brasileira, significativo – 10 bilhões anuais só em participação especial e *royalty*. Passa. Aqui é uma informação também básica...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permite um esclarecimento, Sr. Presidente? Se puder o Presidente da ANP, Deputado Haroldo Lima, nos explicar qual é a diferença, a definição daquilo que se obtém como *royalty* e aquilo que se obtém como participação especial, e é cobrada sobre o quê: sobre o faturamento, sobre o valor adicionado, ou sobre o quê?

O SR. HAROLDO LIMA – Não, é o seguinte: no geral, toda a produção de petróleo é submetida à cobrança do *royalty*, tem que pagar, que, por lei, é 10% em casos especiais. Os casos especiais são: campos de difícil acesso, de produtividade muito baixa. A ANP pode, provocada pelo concessionário, dizer: "Aquele campo ali nós reduzimos o *royalty* de 10% para 7%, para 6%, em geral isso é bem excepcional – existem alguns campos que pagam *royalties* de 7%, 6% –, é 10%. Agora, existem alguns campos, Senador Suplicy, que têm uma produção extraordinária, são campos assim bitola Oriente Médio, produzem assim 30 mil barris, 35 mil, 40 mil barris por dia. É a região da Bacia de Campos, por exemplo. Então, esses campos especiais, a ANP, e por lei, baseada na lei, determina, em casos especiais, a ANP examina a produção extraordinária daquele poço e define uma participação especial sobre o *royalty*. Desconta o *royalty*, e o que fica de excesso tem sobre aquilo o que chama participação especial. A participação especial que, dependendo, chega a 20%, 30%, até 40%, segundo a legislação. Então, o *royalty* é, então, um tipo de receita que chega para o povo brasileiro através desse mecanismo e a participação especial se soma a isso. As duas juntas, como eu falei, chegam hoje a 10,4 bilhões de reais/ano.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E a Petrobrás? Recebe quanto?

O SR. HAROLDO LIMA – A Petrobrás? A Petrobrás não recebe. De *royalty* ela paga. Na verdade, a Petrobrás paga o *royalty* e paga a participação especial. Participação especial mesmo só tem hoje no Brasil, embora os volumes sejam muito grandes, mas tudo isso decorre da Bacia de Campos. Tudo isso só tem mesmo na Bacia de Campos: participação especial, sejam esses poços com produção extraordinariamente grande, só tem lá. Em perspectiva, a gente acha que vai chegar lá pelo Nordeste brasileiro, pela Paraíba, pelo Rio Grande do Norte, é o que esperamos.

Há aqui algum dado sobre a redução da dependência externa. Repara bem que nós tínhamos... a produção nacional de petróleo no Brasil era isso aqui nesse período, a produção foi crescendo bastante, na própria medida em que a importação foi decrescendo. A dependência, então, é essa curva aqui, então a dependência foi... o máximo da dependência foi aqui, no início da década de 80, esse período aqui, depois a dependência vai caindo, vai caindo, vai caindo, e hoje está... praticamente nós estamos às vésperas da auto-suficiência.

OutrO – aqui agora vamos entrar no negócio do Orçamento, nós estamos alguns problemas aí. A proposta que a ANP fez ao Orçamento para 2005 era issO – 432; a proposta que o Ministério de Minas e Energia (MME) fez era 184; a proposta que a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) fez era 184,3, mais ou menos a mesma coisa, o valor atual da Lei Orçamentária Anual (LOA) com o pessoal é 243, sem pessoal é 201; já liberados, 133; a liberar para estudos geológicos, 45,7; saldo complementar, 21. Nós estamos mais ou menos no final do ano e falta liberar esse montante de 67, é o que falta liberar. Nós tivemos já liberados 139. É muito aquém do que foi previsto pela ANP anteriormente, bastante aquém, inclusive, do que foi aprovado na LOA. Na LOA nº 253 foi liberado isso e nós estamos com esse recurso bloqueado, que foi de qualquer maneira para estudo geológico e já foi acertado o que vai ser feito, mas está bloqueado.

Passemos.

As receitas da ANP, só para lembrar, por disposições legais, constituem receitas da ANP parcelas do exercício de bônus assinatura, o que está na lei. A Lei nº 9.478 estabelece que ela tem parcela do bônus de assinatura, da participação especial e, segundo os termos da lei, de acordo com as necessidades operacionais da ANP. Isso é o que está estabelecido. De acordo com as necessidades operacionais da ANP. Afora esses dados, há aqui emolumentos, taxas e multas.

Passemos à frente.

Só agora discriminando cada uma delas, os bônus de assinatura parecem-me algo que precisávamos ver direito. No ano de 2003, os bônus de assinaturas correspondem àqueles lances. No leilão são feitos os lances. O total dos lances para os blocos exploratórios em 2003 foi de 27,4. A Loa foi de 27,10. Reparem bem que é uma das receitas previstas na lei de acordo com as necessidades da ANP. Arrecadamos isso e houve isso na lei. Em 2004, arrecadamos isso e não fizeram. Agora, nós arrecadamos 1,88 bilhão e está previsto zero no Orçamento de 2006. Nós achamos que... Esse é um problema que não parece estar adequado. Primeiro que a lei diz especificamente, de acordo com as necessidades da ANP, isso é receita da ANP. Há até uma certa perplexidade, faz-se um esforço e arrecada-se praticamente o dobro e isso não corresponde a nada do ponto de vista das receitas da própria ANP.

Passa.

Aí há a retenção de área. São as áreas onde existe a produção de petróleo. Então o concessionário Petrobras ou uma outra empresa em 2003 pagavam isso e a LOA colocou essa parte para a ANP. A lei também diz que exatamente essas retenções de áreas vêm para a ANP de acordo com as suas necessidades e têm essas proporções.

Passemos.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E no orçamento?

O SR. HAROLDO LIMA – Isso é no Orçamento. Essa parcela de que falei da participação especial não aparece no Orçamento, é simplesmente zero. Vamos chegar lá daqui a pouco.

Multas, também há isso. As multas são essas e, na LOA, aparecem essas proporções.

Passemos.

Serviços de informações científicas e tecnológicas. Quando alguém quer fazer um estudo sobre uma área, vai à ANP e diz que quer conhecer tal área para saber, então a ANP vende essas informações científicas e tecnológicas e dessas vendas há esse tipo de participação razoável.

Passemos.

Agora, reparem, isso me parece uma coisa importante, Senadores. A lei diz expressamente que 28% da participação especial devem ser destinadas a fazer estudos geológicos a serem promovidos pela ANP. A ANP deve receber esse dinheiro, 28% dessa participação especial, para fazer estudos da geologia brasileira. Ora, chamo a atenção dos Srs. Senadores que o Brasil tem 29 bacias sedimentares. De conhecimento científico acumulado, arquivado dessas bacias sedimentares na ANP temos 7%. Nós conhecemos 7% das potencialidades geológicas e, sobretudo, petrolí-

feras brasileiras. É o que a Petrobras deve conhecer um pouco mais, mas esse conhecimento é o que nós herdamos da Petrobras. A Petrobras não mais faz estudos. Quem faz estudos por lei de agora por diante é a ANP. Mas fazemos com esse dinheiro aqui, 28% da participação especial é para continuar a fazer os estudos. Conhecemos 7% e estamos presentes, Senador, em 3% das bacias sedimentares brasileiras. Tudo isso que nós fazemos, esses poços todos que estão furados por aí, e que equivalem a mais ou menos cerca de 22 mil poços furados no Brasil todo, tudo isso somado dá 3% das bacias sedimentadas brasileiras. É uma quantidade irrisória. Temos 22 mil poços aproximadamente furados no Brasil, e o Canadá fura 23 mil poços por ano. No ano passado, furou 23 mil poços. Os Estados Unidos têm 4 milhões e tantos de poços furados. Nós temos 22 mil numa área mais ou menos igual. E nos termos da legislação brasileira furar significa explorar. A tal exploração de petróleo decorre de uma empresa ir a uma licitação, nos termos da lei, ganhar aquele bloco e furar. A ANP só pode botar o bloco em licitação conhecendo o bloco. O bloco foi estudado, nós colocamos em licitação, aí alguém vai e tenta arrematar aquele bloco. Na medida em que esses 28%, em 2003, da participação especial que é a parcela que caberia à ANP é 1,4, 1,5 mais ou menos em 2003. Na LOA apareceu 282. Em 2004 foi 1,4, 1,5 aproximadamente. Na LOA apareceu 19.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Apareceu ou foi liberado?

O SR. HAROLDO LIMA – Foi liberado. Mas é muito pouco, Senador. É mais ou menos 1% para pesquisar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Acho que no ano passado eles liberaram esses 19 por engano. Se tinha 1 bilhão 476 e liberaram só 19, deve ter sido algum erro. Liberaram errado.

O SR. HAROLDO LIMA – E agora, em 2005, Senador, teve muita importância a pressão feita aqui no Senado para se liberarem os 45 milhões, que somados a uma parcela que existia deu esses 56 milhões aqui. Isso foi por causa da pressão feita aqui no Senado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Só eu fui mais de 15 vezes ao Ministério das Finanças.

O SR. HAROLDO LIMA – A contribuição do Senador Suassuna nos chamou a atenção e queremos aqui agradecer.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Mas o que constava na LOA? Eram essas quantias?

O SR. HAROLDO LIMA – Eram quantias irrisórias. De tal maneira, Senador, que...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Mas assim mesmo, os quantitativos da LOA estavam muitíssimos abaixo da previsão.

O SR. HAROLDO LIMA – Isso mesmo. Esse é o fato. Muitíssimo abaixo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O fato é que a lei dos 28% está sendo ignorada. Mesmo na elaboração do orçamento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A equipe econômica passa a régua em todo o dinheiro e guarda o dinheiro para pagar outras coisas. E a perfuração de petróleo, que é importante, não fazem.

O SR. HAROLDO LIMA – Parece que a coisa é especialmente grave, Senador, porque esse negócio de estudos geológicos de uma coisa desconhecida é uma coisa estratégica. Um país como o nosso não pode passar sem rapidamente tentar conhecer o que tem. Nós falamos muito das nossas riquezas. Conhecemos essas riquezas? Senador Alberto Silva, muitas das coisas que estou falando que conhecemos, esse tal 7% é conhecimento proveniente de uma tecnologia de 25, 30 anos atrás, que hoje é considerada completamente ultrapassada. Nós conhecemos coisas absolutamente de forma completamente insuficiente. Precisamos, com a tecnologia de hoje, e é caro, temos a fonte, as fontes nós temos. Se conseguirmos colocar esses 28% da participação especial para uma parcela disso, para uma parcela significativa disso, para fazer estudos, nós poderemos sim, em um prazo curto, ter uma idéia mais clara do que existe no subsolo brasileiro.

Essas aqui são as receitas a que teríamos direito. São essas proporções. E aqui é o que saiu. Aqui diz respeito aos tais 28%. Reparem bem, são os 28% da participação especial versus ação de serviços em geologia. Porque esses 28% são os tais vinculados ao que nós chamamos aqui na Câmara de...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, talvez seja bom explicar o que é participação especial, porque deve ter muitas pessoas que não sabem o que é.

O SR. HAROLDO LIMA – Eu já expliquei. Os 28% da participação especial dariam isso aqui. E está surgindo então uma quantidade muito pequena. Isto aqui é o que chamamos aqui no Parlamento de verba carimbada. O art. 50 da Lei 9.438 estabelece que esses 28% da participação especial são para fazer estudos, a serem promovidos pela ANP. Então, não estamos podendo fazer esses estudos, é uma questão importante. Falei anteriormente que o slide anterior dizia respeito aos 28%. Aqui, é a receita global, são as receitas a que teríamos direito, que a ANP teria direito, a LOAS mais os créditos, e aqui, efetivamente, o que foi empenhado, liberado, etc. Como se vê, a

defasagem é grande. Aqui, só para salientar, coloquei as conseqüências administrativas e econômicas prováveis desses cortes. A primeira queda é na participação governamental. Como mostrei anteriormente, a participação governamental da produção de petróleo brasileiro é muito grande. Não salientei o Imposto de Renda, que é muito grande, por ausência de fiscalização. Por exemplo, se você não fiscaliza a produção porque não teve recursos para fiscalizá-la, evidentemente, ela vai ficar na dependência do produtor dizer quanto foi produzido: "Aqui, só produzimos tanto." Acabou a história. Você não tem como fiscalizar, você não tem como conferir o seu medidor. Você coloca o seu medidor em alto-mar e não tem condições de ir lá olhar para saber quanto foi produzido, porque é uma tarefa cotidiana. A inviabilização dificulta muito a contratação de estudos geológicos e sísmicos. Com essa precariedade de recursos, os estudos geológicos e sísmicos ficam muito difíceis de serem feitos porque são estudos caros. Se é no mar envolve navio, se é na terra envolve avião. Não dá para ser feito isso com algumas poucas dezenas de milhares de milhões de reais. É um pouco como está na lei, são os tais 28% de que falei. Aumenta a adulteração de combustíveis pela redução significativa de fiscalização. Isso estou dizendo aqui, dentro do Senado. Ou seja, na medida em que... Vocês sabem que funcionou na Câmara, há algum tempo atrás, a CPI dos Combustíveis, que, lembro-me muito bem, identificou o que na época era chamada de máfia dos combustíveis, máfia essa que, ao cabo de algum tempo, teve a adulteração de combustíveis diminuída no Brasil. Ou seja, já existe um combustível mais ou menos controlado, porque houve muita ofensiva fiscalizadora nesse terreno. Se corre a notícia de que essa ofensiva fiscalizadora vai diminuir porque não tem dinheiro, o aumento da adulteração, você pode ter certeza, vem aí com muita força. Finalmente, o aumento da sonegação pela mesma razão e a impossibilidade da missão legal da ANP.

Aqui, implicações dos cortes. Fizemos uns estudos na ANP dizendo o seguinte: é a fiscalização do sistema de medição, que é feita em alto-mar e também na terra. O sistema de medição tem de ser feito constantemente. Então, a variação de apenas 1% na medição fiscal pode trazer uma perda de 100 milhões nos royalties. Quer dizer, 1% a menos perde 100 milhões de royalties e participações especiais.

Dificuldade de realizar inspeções de integridade estrutural. Os nossos aparelhos têm de fazer inspeções sistemáticas, o que é difícil. Limitações no convênio com a Marinha, que faz o monitoramento do tráfego marítimo da Bacia de Campos. A gente, às vezes, fica preocupado com essa história de, digamos, estar fazendo produção em alto-mar, longe da terra, onde não se enxerga. E se por acaso, em perspectiva, chega um navio e recolhe o petróleo, indo embora? É preciso ter um controle dessa história. A Marinha tem feito isso e faz muito bem, só que através de convênios com a ANP. Se você não tem o dinheiro para fazer o convênio, vai ser difícil, cada vez mais. Claro que não está supresso, ainda, mas o problema está existindo. Limitações nas áreas diretas de fiscalização. Fazíamos fiscalização em 210 instalações em terra e 115 em mar.

Aqui, uma idéia sobre o mercado de combustíveis e a arrecadação no Brasil. Em gasolina, vendemos aproximadamente 23 bilhões de litros de gasolina e recolhemos 24 bilhões de reais em CIDE, PIS, Cofins, ICMs. Somando tudo, dá esses 24. Então, é um tipo de combustível que dá... Diesel, por exemplo, está sendo vendido por 39 e só recolhemos menos, porque o imposto é bem menor. Álcool, vendemos por 4 e recolhemos 2, porque o imposto também é menor, etc. Os totais são grandes. O total de 42 bilhões, que é esse que está aqui, não inclui o imposto de renda das empresas. Só a Petrobras recolheu de imposto de renda R$6,2 bilhões!

Aqui estão as perdas de arrecadação por insuficiência de fiscalização. Fizemos o seguinte cálculO – uma simulação que foi feita lá no INP, de acordo com a qual, se o aumento de não conformidade, ou seja, se a adulteração crescer de 5 para 7,5, a CIDE, PIS/Cofins, que é 48, o total da perda será de 112 milhões. Perde-se isso aqui. Perde-se isso em ICMS e o total da perda... Ou seja, só com essa perda de 5% para 7,5% no aumento da não-conformidade, se isso acontecer, nós perderemos 112 milhões. Se cair de cinco para dez, a perda será de 223 milhões. Se cair de cinco para vinte, a perda será de 446 milhões.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Adulteração.

O SR. HAROLDO LIMA – Adulteração. Repare bem aquela observação embaixO – os recursos usados para a fiscalização do abastecimento em 2004 foi de 36 milhões. Então, para supostamente economizar 33 milhões, perdem-se 112.

Passemos adiante.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O raciocínio igual ao da febre aftosa.

O SR. HAROLDO LIMA – Conseqüências políticas prováveis do corte.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Melhor matar o boi depois do que...

O SR. HAROLDO LIMA – Estou chamando a atenção para as conseqüências políticas prováveis do corte. Primeiro, a insatisfação de dez Estados, porque tudo isso significa perda de *royalty*, perda de partici-

pação especial, etc. Os dez Estados que recebem *royalties* seguramente vão perder bastante, se houver esse corte. 790 Municípios. Esses Ministérios, a Marinha. Há insatisfação de todos os Estados quanto à queda na arrecadação de ICMS, há insatisfação dos usuários em face do crescimento da adulteração, há insatisfação dos agentes mais sérios do mercado em face da desvantagem na concorrência com os adulteradores. Às vezes, somos procurados por gente muito séria, Senador, que nos vem procurar: "Diretor, se vocês não tiverem um jeito de conter a adulteração dos nossos vizinhos, ou nós saímos do mercado, ou nós vamos adulterar também, porque nós vamos perder todo o mercado". Então, a adulteração é uma relação muito complexa. Ou você controla todo o mundo ou não controla quase ninguém. O não-cumprimento por parte da ANP de suas obrigações, etc.

Passe adiante. Objetivos a atingir. Nós pensamos que devemos retomar os estudos geológicos e sísmicos, honrar as contratações em andamento. A ANP tem muitos contratos que correm o risco de ser cortados, se não houver recursos.

Aprimorar a fiscalização e controle da exploração e produção. Temos não só de manter, mas aprimorar a fiscalização do abastecimento. Aqui a exploração e produção é *upstream*. Aqui abastecimento é *downstream*, é esse abastecimento de rua mesmo, dá suporte de infra-estrutura para cerca de 400 pessoas admitidas no concurso público. Esse pessoal vai entrar em exercício agora e como vai ser para manter esse pessoal?

Adiante. Aqui a proposta da ANP para 2006. A nossa proposta é 445,4 para o orçamento de 2006. A proposta do MME foi 171. A proposta do SOF foi 231. O SOF foi até um pouco maior. É o Proa. Está um pouco maior, etc.

Adiante. As expectativas que temos com relação a isso é que haja uma adequação orçamentária que alcance pelo menos isso, a adequação, de tal maneira que haja uma previsão dos 28% das participações especiais que deve haver na lei orgânica. Ao invés de ser, como os senhores viram, 0% das participações especiais vir para nós, dos 28% previstos em lei, que haja alguma coisa significativa. E, segundo, emendas parlamentares. A nossa idéia é a de que as emendas parlamentares que possam ser apresentadas pelos Srs. Senadores e Deputados, juntamente com esta mudança aqui na previsão da destinação dos 28%, preencham esses 214, que é o que nos falta para manter a ANP num funcionamento razoável.

Passe adiante. Terminou. Muito obrigado a todos. Desculpe-me se me excedi um pouco mais, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Registramos que, por deferência especial, o Presidente desta Comissão é o Senador Heráclito Fortes, que me está concedendo a oportunidade de presidir esta reunião e, dentro do escopo da reunião de hoje, passo a palavra aos nossos companheiros inscritos. Concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Ney Suassuna.

Pelo Regimento, V. Exª tem três minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, essa situação da ANP é insustentável. A ANP tem um papel primordial, extremamente importante e, como os senhores viram, o Brasil tem vinte e dois mil poços perfurados em todo o território nacional. Só 3% da sua área foi pesquisada até hoje.

No Canadá, vinte mil poços no ano passado; nos Estados Unidos, mais de vinte mil poços no ano passado. Os Estados Unidos já estão na casa de quatro milhões quase de perfuração de poços em todo o território e nós temos vinte e dois mil. Não sabemos o que temos e é uma guerra para se conseguir. A Paraíba, na área de Souza, o petróleo tem brotado, brotado e, nós, com muita dificuldade, buscamos a pesquisa e, graças a Deus, encontramos o apoio da Agência Nacional de Petróleo e fizemos uma parceria.

Todo ano temos brigado por uma emenda para a ANP e, de novo, vou apresentar nesta Comissão, neste ano, um novo pedido de emenda, cerda de cento e oitenta milhões. Peço o apoio dos meus companheiros. Mas depois que lutar depois pelo orçamento porque lá cortam, mas o mais injusto é o dinheiro que eles têm por direito. Eles têm o direito do leilão. Isto é uma coisa tão irracional que não cabe na minha cabeça e vou pedir ao Presidente depois essa informação.

Vejam só: na hora que detectam em que há petróleo entra no leilão e o leilão arrecada várias vezes. Eu vou citar o caso da Paraíba. Vamos gastar lá vinte e cinco ou trinta milhões em pesquisa. Com certeza, o lote da Paraíba vai dar duzentos milhões, pelo menos, no leilão. Quer dizer, isto é pelo menos dez vezes e, depois, quando há produção, o que tem de produção paga aquele especial que vai dar outros tantos milhões. Os senhores viram quanto ela tem por direito arrecadar.

E o que está acontecendo? Não chega de volta o dinheiro à Agência. A Agência vive à mingua e descumprindo o desejo dela de fazer pesquisa em todo o território nacional, porque não tem recursos. É um dinheiro, é um investimento altamente rentável. Eu pergunto ao nobre Dr. Haroldo Lima, nosso Presidente da ANP, a quem parabenizo e que estava respondendo

interinamente agora, é definitivamente o Presidente, como é que tem acontecido para os demais Estados, porque a Paraíba já vai entrar no oitavo leilão a parte territorial. O novo deve entrar a costa provavelmente.

Perguntaria se o senhor tem condição de dizer qual foi o investimento, por exemplo, do Espírito Santo. Depois do leilão o quanto foi investido no Espírito Santo para se ter uma idéia que beneficio traz um leilão desse depois que as áreas são leiloadas. V. Exª pode me dizer alguma coisa, porque a Paraíba de hoje é o Espírito Santo de ontem. Estava sofrendo o mesmo processo como foi o Rio Grande do Norte que está produzindo cento e cinqüenta mil barris/dia.

Como os senhores vêm essa é uma área injusta e pediria essa informação. A segunda coisa é se a Justiça ainda tem atrapalhado muito nesse caso da importação de solventes, que é a pior lástima na adulteração é o solvente que misturam com a gasolina. Há gasolina que é só quase solvente se a ANP não está em cima fiscalizando. Se a Justiça tem atrapalhado e o que podíamos fazer?

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Nobre Presidente da ANP.

O SR. HAROLDO LIMA – Senador Ney Suassuna, a sua pergunta de fundo é quais benefícios traz para a área após as mesmas serem leiloadas?

V. Exª já colocou algumas dessas questões. Mas lhe acentuo uma que também não acentuei em minha exposição, mas agora aproveito a sua pergunta para realçar é que, feito o leilão, uma determinada empresa assina o contrato de concessão. Esse contrato de concessão é muito minucioso, tem cerca de noventa páginas, prevê todos os passos, todos os mecanismos e, hoje, esses bônus que recolhemos nessa sétima rodada chega a exatamente um bilhão e oitenta e oito milhões. É o que nós recolhemos. E, ao mesmo tempo, os contratos que serão assinados – não foram ainda, mas todos serão assinados com base nos compromissos que eles assumiram – prevêem investimentos nessas diversas áreas da ordem de US$1,5 bilhão. Então, US$1,5 bilhão nesse conjunto de áreas. Quer dizer, nenhuma área é leiloada para, em seguida, o concessionário não ir para lá para fazer investimentos que têm prazo fixado com muito rigor.

Então é uma coisa muito interessante para as áreas, como espero que seja lá para a Paraíba.

Agora, V. Exª perguntA – como é que fica a perspectiva? Eu estive conversando com V. Exª ainda ontem e chamando a atenção para o fato de que temos os estudos lá na Paraíba já bastante avançados, quase completos. Em certa parte, completos, outros, avançando na área da plataforma continental. Assim há uma expectativa nossa de que existam situações muito promissoras na Paraíba, razão pela qual tudo indica, o certo é que essas áreas, pelo menos parte delas, irão na oitava rodada.

O problema é o seguinte: a ANP, se não investir mais em estudos, não terá condição, por exemplo, de continuar a fazer os seus leilões. Os leilões são decorrência dos estudos que são feitos. Lá na Paraíba vamos conseguir colocar em leilão já algumas áreas de que fizemos estudos. E outras, não, porque não conseguimos fazer.

A idéia que temos na ANP, Senador, é que temos subsídios técnicos suficientes, informações técnicas, para apresentar o oitavo leilão. O nono leilão já é duvidoso. Se não investirmos até lá bastante, vamos ter dificuldade de apresentar algo substancial para o nono leilão.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Satisfeito, Senador?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Falta o problema da Justiça.

O SR. HAROLDO LIMA – A Justiça não tem... No passado, houve uma coisa que chamamos na ANP de indústria de liminares, mas isso foi supresso. A própria ANP fez um trabalho, conversou muito com magistrados e juízes mostrando as conseqüências de certas liminares, que terminavam favorecendo a adulteração de combustíveis, e isso diminuiu bastante. Está praticamente extinto isso, hoje.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Uma última colocação, Sr. Presidente. Eu fui ao Ministro Palocci atrás de um dinheirinho para terminar aquela pesquisa da Paraíba. O Ministro das Minas e Energia me disse que repassou para a ANP e V. Exª me disse que, para a área marítima, temos os 20 milhões lá, para concluir a pesquisa na Paraíba.

O SR. HAROLDO LIMA – Certo, isso aí tem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Tem? Então estou tranqüilo em relação à Paraíba. Ficam faltando Pernambuco e os demais Estados, não é isso?

O SR. HAROLDO LIMA – Faltam Pernambuco e os demais Estados, o resto do Brasil, porque uma quantia muito pequena foi liberada.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas, Presidente, aleluia, porque a Paraíba já foi. Graças a Deus.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Estava inscrito aqui o Senador Valdir Raupp, mas como ele não está presente, passo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko. Desculpe-me se pronunciei errado.

A SRA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Vou ser breve. Eu gostaria de parabenizar o Dr. Haroldo, que até então estava como interino. Estávamos na

torcida para que ele ficasse permanentemente, porque ele está demonstrando aqui hoje o quanto conhece do assunto, e precisamos de pessoas assim. Eu acredito que só quem conhece, quem compreende, é capaz de fazer os processos avançarem.

A sua determinação hoje aqui, Dr. Haroldo, e as explicações que o senhor deu realmente são convincentes, são fortes.

Eu gostaria de fazer uma colocação, talvez exista até algum equívoco, mas eu não sei até onde vai, sobre a competência da própria ANP. Hoje se discute, por exemplo, a fábrica de amônia e de uréia. Há aí uma disputa grande entre os dois Mato Grossos, o do Sul e o nosso. Até onde realmente a ANP estaria definindo essas estratégias, etc., os critérios e tudo o mais para que possamos ter essa disputa, por conta de que viria através do gás, para nós, de Mato Grosso, que vem da Bolívia, que está com todos esses complicadores agora, inclusive na Bolívia. Quer dizer, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que estão nessa disputa. Quais as estratégias que existem para conseguirmos definir essa coisa em termos de critérios? Quais os Estados que têm maior potencial e maiores possibilidades.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Com a palavra o Presidente Haroldo Lima.

A SRA SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Vou pedir até desculpas, não sei se é da competência, sei que a Petrobras está fortemente envolvida nesta questão. Mas qual é papel da ANP nesta questão, melhor dizendo.

O SR. HAROLDO LIMA – Está bem, Senadora. Agradeço as suas palavras e me parece que o Senador Saturnino já fez a observação aí ao lado.

Na realidade, a ANP não tem nenhuma competência direta nesta questão. Mas, a ANP está muito preocupada, ela regula a questão do gás. Estamos, por exemplo, fazendo agora um leilão, fizemos esse leilão, escolhendo blocos de petróleo por indicação do CNPE, do Conselho Nacional de Política Energética, um conselho dirigido pelo Ministério, fizemos uma escolha de blocos onde tivesse mais probabilidade de produção de gás. Quer dizer, o alvo, o eixo foi o gás. Por quê? Porque há uma determinação governamental no sentido de mudar um pouco a matriz energética brasileira prestigiando o gás. Isso vai colocar, para a ANP, problemas não dessa natureza, mas de natureza que também envolve interesses gerais. Por exemplo, a regulação do gás. Não temos no Brasil, por enquanto, uma Lei do Gás. Temos uma iniciativa tomada aqui no Senado, pelo Senador Rodolpho Tourinho, que está em tramitação, a ANP preparou subsídios para os Ministérios a respeito do assunto, estou sabendo que o Ministério está trabalhando esses subsídios para, com certeza, encaminhar também suas opiniões – quem sabe seria o caso de convergir essas duas iniciativas para um processo mais rápido. E a ANP, há poucos dias, terminou regulando o acesso aos dutos. Uma questão fundamental que se colocava no Brasil é que o acesso aos dutos deve ser regulado pela ANP, e a ANP regulamentou ao cesso livre aos dutos. Quer dizer, cada investidor que fizer um duto tem o prazo mínimo de seis anos, no qual ele tem exclusividade de uso e, depois disso, ele é obrigado a entrar num entendimento com o concessionário que tiver desejo de transportar seu gás naquele duto, no sentido de procurar uma tarifa compartilhada. Isso está sendo feito.

Agora, o plano da construção dos dutos é um plano das empresas. No caso específico, a Petrobras tem se debruçado muito sobre esses planos, e não a ANP.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Está satisfeita, Senadora?

A SRA SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – A minha pergunta foi mais por conta da existência da Superintendência de Comercialização do Gás, que é na ANP. Foi por isso.

O SR. HAROLDO LIMA – É, sim.

A SRA SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Acho que cometi um equívoco, porque está aqui o Senador Roberto Saturnino, que estava inscrito. Com a palavra o Senador Roberto Saturnino. Perdoe-me, porque me escapou.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Inclusive estou sendo demandado pela Comissão de Educação. Ficamos pulando, correndo.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Queremos ouvi-lo, Senador. V. Exª tem peso, principalmente pelo seu Estado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Obrigado. É, meu Estado realmente tem um peso extraordinário.

Mas eu queria dirigir ao Dr. Haroldo duas questões básicas. A primeira se refere ao seguinte: Dr. Haroldo, há uma campanha nacional, que vem crescendo, contra a realização de novos leilões, novas licitações para concessão de áreas. A mídia, muitas, vezes, quer dar a essa campanha uma classificação de irracional, de radical, quando na verdade essa campanha tem um fundamento, uma base racional, que acho muito forte e que está ligada ao seguinte: em primeiro lugar, a um futuro muito difícil de prever em relação ao petróleo no mundo, não só aos preços, que estão disparando a níveis impensáveis, como o mundo está ameaçado de guerra mesmo, guerra que já está se processando,

que já se processou no Iraque e que agora cobre de ameaças o Irã de um lado e, de repente, a Venezuela de outro, com essa campanha que começa a se desenvolver contra o governo de lá.

Quer dizer, há uma situação de tensão no mercado mundial, nas relações internacionais muito grande em relação e por causa do petróleo, prevendo-se o esgotamento que, ao que parece, não vai demorar muito.

E o Brasil, quer dizer, com essa falta relativa de conhecimento que V. Exª bem retratou na falta de recursos de investimentos nas pesquisas e, por outro lado, a Petrobras tem feito um esforço de arrematar essas áreas, as áreas que pelo menos ela considera mais promissoras. Mas o fato é que há empresas estrangeiras entrando e ganhando áreas, quer dizer, a perda de controle nacional num futuro em que o desenho das tensões vai-se acentuando muito fortemente.

Essa composição de fatores e de condições é que começa a preocupar e a se revelar perigosa. Quer dizer, por um lado a falta de conhecimento brasileiro, por outro lado uma crescente perda de controle de áreas e por outro lado essas situação internacional e tudo isso pede um pouco mais de cautela na ação da Agência do Petróleo no tocante a novas explorações e não, enfim, uma política de crescimento das licitações. Para quê? Para gerar receitas que afinal não ficam na ANP, mas vão constituir superávit primários para pagar juros.

Quer dizer, sobre essa questão é que queria perguntar a V. Exª a sua opinião. E a segunda é sobre o biodiesel. É uma das alternativas, são os combustíveis renováveis. E aqui está, entre as atribuições da ANP, a regulação sobre biodiesel. A ANP mal tem condições de cuidar do petróleo, o biodiesel é uma gigantesca área que se abre também com um futuro, embora promissor, mas pedindo uma ação governamental um pouco mais dedicada a ela.

O Senador Alberto Silva tem um projeto. Outro dia discutimos isso muito na TV Senado, é um projeto que cria uma entidade, uma empresa, exatamente para cuidar da organização da produção do biodiesel, do seu planejamento, enfim, da sua promoção. Então queria também perguntar a sua opinião sobre o biodiesel que está colocado aqui na ANP e que, a meu juízo, salvo engano, um pouco fora da natural área de preocupações da ANP, que é uma Agência Nacional de Petróleo.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Com a palavra o nosso Presidente.

O SR. HAROLDO LIMA – Senador Roberto Saturnino, V. Exª como sempre levanta questões muito procedentes e importantes.

O primeiro ponto que V. Exª levanta demandaria talvez uma discussão melhor. Vou expor algumas opiniões a respeito do assunto. Tenho também essas preocupações que V. Exª demonstra com relação ao nosso controle sobre as nossas riquezas petrolíferas, é uma preocupação de todos nós.

Gostaria de acrescentar, Senador, que aqui no Brasil há certas idéias de que estamos, digamos assim, às vésperas de se acabar o petróleo no mundo etc. Idéias essas que são polêmicas.

Eu, por exemplo, fui formado aqui na Casa e quando aqui cheguei, já entrei fazendo um discurso dizendo que os Estados Unidos tinham cinco anos de petróleo e eles continuam aí e já se passaram 25 anos e os Estados Unidos estão firmes e fortes furando poços de petróleo. Eu me espantei quando na ANP?? Quando vi a precariedade da exploração e do conhecimento do Brasil na questão do petróleo. Ou seja, esses dados que aqui nós expusemos são chocantes. Nós estamos assim muito no início. Então, por que nós, ao cabo de 60 anos, operarmos, mexer no petróleo do Brasil? Nós só conseguimos furar 22 mil poços, que é o que o Canadá e os Estados Unidos furam por ano. Por que isso? Então, nós estamos atrasados, muito atrasados. Corremos o risco de, de repente, estarmos buscando outras tecnologias e o petróleo que eventualmente temos não foi sequer reestudado quanto mais explorado.

Chamou-me a atenção, outro dia, Senador, uma declaração do Sr. Ahmed Zaki Yamani, Ministro do Petróleo da Arábia Saudita. Perguntaram a ele: "Será que a Arábia Saudita não está explorando petróleo demais, vendendo petróleo demais? Tem muito petróleo, mas será que não está vendendo demais? Daqui a pouco, acaba o petróleo da Arábia Saudita, vocês ficam em dificuldades?" Ele deu uma resposta muito interessante: "É, a Idade da Pedra acabou não foi por falta de pedra foi porque mudou a tecnologia. Corre o risco de, daqui a pouco, a idade do petróleo já acabou e nós ficamos com esse petróleo embaixo do chão. De sorte que queremos aproveitar o petróleo."

Eu fico com a idéia, Senador Roberto Saturnino, que precisamos correr atrás do petróleo que eventualmente temos. Nós não estamos explorando. O risco de estarmos perdendo o controle do petróleo é uma coisa assim de quem... Eu não vejo esse risco. Por enquanto, não vejo. Por exemplo, penso que está se conformando no Brasil um setor de petróleo que precisa ser ajustado mas que a vida vai caminhando em um certo sentido.

Por exemplo, quando houve a sexta rodada, houve uma campanha, como V. Exª colocou, para suspendermos a sexta rodada. Eu, depois que na ANP, comecei a estudar mais esses assuntos e percebo o seguinte: se suspendermos essa sexta rodada, ninguém, legalmente, pode explorar petróleo fora da área onde está. Por exemplo, a Petrobrás e todo mundo que explora petróleo no Brasil está em 3% das bacias sedimentadas da (inaudível). Se você não faz um leilão de petróleo, pela Lei nº 9.478 que diz o seguinte: só pode explorar petróleo quem for a uma licitação aberta, arrematar e assinar um contrato com o Estado Brasileiro através da ANP. Se não fizer o tal leilão, ninguém pode sair de onde está. Nós estamos em 3%; precisamos sair para 4%, 5%, 7%, 8%, 9%. Se chegarmos em 10%, será o triplo do que temos hoje e é muito pouco! Então, temos que correr um pouco; nós estamos atrasados.

Eu estive verificando que essa quantidade gigantesca de campos que existem nos Estados Unidos, mais de quatro milhões, foram cavados – é claro que as características americanas são muito diferentes das nossas – mas eu já vi comentários que é alguma coisa assim como 20 Petrobrás furando poços nos Estados. Nós ficamos com uma Petrobrás e não é *a* Petrobrás de anos atrás, que estava surgindo, explorando.

Considero que a experiência da Petrobrás, em minha opinião, é magnífica.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Com certeza.

O SR. HAROLDO LIMA – O monopólio estatal da Petrobrás nos rendeu a maior empresa petrolífera da América do Sul. É uma coisa extraordinária. A Petrobrás tem demonstrado uma competência extraordinária nesses leilões. Mas, aceitamos o desafio. Eu tenho minhas opiniões, por exemplo, os senhores viram o número de sucesso que a Petrobrás está tendo recentemente é muito maior do que teve antes. Por quê? Eu fico com as minhas opiniões. Já discuti isso com os técnicos da Petrobrás. Em uma situação em que existia o monopólio, que - diga-se de passagem - sempre defendi, mas naquela situação o fato é que a Petrobrás, aquela área está com ele, aquela também está com ele, aquela também. Vamos devagar com o andor. Então, explorava aquela, quando tivesse de cá, ia explorar a outra... depois ia explorara outra e os anos iam passando. Nós ficamos atrasados.

Agora, depois que surgiu esse novo modelo, a ANP estabelecendo esses contratos, os contratos são muito rigorosos. No primeiro ano, tem que se construir três poços; se não fizer, vai ter que pagar tanto... E para pagar tanto, tem que deixar aqui uma caução; se não fizer o preço, a ANP executa o seu cheque pré-datado. Com isso, a Petrobras está correndo atrás e está sendo sucesso.

Por outro lado, a Petrobras, como conhece bem o território brasileiro e como está jogando um papel importante nesse processo, percebe onde ela quer.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Ela sabe.

O SR. HAROLDO LIMA – Ela vai ao leilão com consciência de arrematar. Então, por exemplo, na sexta rodada... Havia uma campanha, dizendO – "A ANP está querendo leiloar os chamados blocos azuis que são os melhores para as multinacionais". Alguns diziam: "A ANP está querendo entregar, de mão beijada, para as multinacionais os blocos azuis". Vamos ver o resultado. Eu já escrevi algumas coisas sobre isso. A Petrobras arrematou 94% dos blocos azuis. Sabe quantas das grandes multinacionais entraram para arrematar os blocos azuis? Nenhuma. As grandonas não foram lá. Então, às vezes, fantasiamos o processo e imaginamos uma coisa que não é bem assim. Agora, nessa sétima rodada, a Petrobras arrematou 88% dos blocos que ela queria arrematar.

Foi bom ela ter arrematado esses 88%, porque o interesse nacional, que é o interesse do crescimento da Petrobras, está mantido, mas o interesse nacional não se resume somente a isso. O interesse nacional está também no desenvolvimento do Brasil. A Petrobras é uma grande empresa, a nossa maior empresa, mas não deve ser a única nesse setor, porque ela se sente esgotada, ela é pequena para a dimensão do recurso.

O que teríamos de fazer, Senador, e acho que estamos fazendo - precisamos, às vezes, melhorar, nisso V. Exª tem toda a razão - é, por exemplo, o contrato. O contrato estabelece: a empresa pode exportar petróleo, mas dando prioridade a abastecer o mercado nacional. Tem um parágrafo lá que diz: "a qualquer momento, o Governo brasileiro, por decisão do Presidente da República, por meio de medida" – não está lá escrito "por meio de medida provisória", a palavra "medida" está só "medida", mas a insinuação é por meio de uma medida provisória – "pode sustar qualquer tipo de exportação de petróleo do Brasil". Quem assina o contrato assina isso. Então, ele está sabendo que, se está exportando petróleo, se houver necessidade, uma medida provisória susta isso. Não se está rompendo os contratos, isso está nos contratos. Então, acho que está guarnecido.

Por exemplo, aqui, no Brasil, hoje, neste instante, está-se exportando petróleo. Quem está exportando petróleo é a Shell, que exporta em torno de quarenta mil ou sessenta mil barris de petróleo por dia, porque a Petrobras não quis comprar o petróleo dela. Agora,

a própria Petrobras exporta em torno de quatrocentos ou quinhentos mil barris por dia também. Então, um exporta e o outro exporta. Está errado exportar? Não está errado. Tem de se olhar um pouco as características.

Aqui, no Brasil, no período muito anterior, o que existia era a importação de derivados. Nós importávamos a gasolina. Surgiu o movimento nacionalista e tudo o mais, dizendO – "Não, não vamos importar gasolina. Vamos fazer gasolina aqui. Vamos importar petróleo e aqui refinamos e fazemos gasolina". Aí, construíram essas refinarias que estão por aí. Então, foi uma vitória importante. Só que as refinarias foram construídas para refinar o petróleo que vinha de lá de fora.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – E não o nosso.

O SR. HAROLDO LIMA – E não o nosso, porque não tinha. Então, comprávamos o petróleo lá de fora, que era um petróleo bom, fino, e as refinarias estavam todas prontas para isso. De repente, descobrimos, mais recentemente, nosso petróleo, que é um petróleo pesado. Essas refinarias não têm condições de refinar o nosso petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – E vendemos.

O SR. HAROLDO LIMA – Só tem um jeitO – vende o petróleo e compra o outro. Ou então, vende uma parte e compra outra, para misturar com o daqui. Faz um mix e, aí, coloca na refinaria.

Eu creio, Senador, que vai se formando aqui, no Brasil, um setor de petróleo que está respondendo aos interesses nacionais que é, primeiro, desenvolvimento - mostrei os dados aí: um desenvolvimento grande - e, depois, o desenvolvimento da nossa empresa estatal. A Petrobras nunca se desenvolveu tanto quanto está se desenvolvendo nestes últimos anos. Ela está crescendo assustadoramente. A Petrobras hoje está em quinze países do mundo. É um sucesso, uma coisa extraordinária.

No outro dia, já conversei sobre isso com a Ministra Dilma Roussef, quando ela era Ministra de Minas e Energia. A Ministra já me disse que não tem nenhuma dúvida de que, se não permitíssemos que os de fora viessem para cá se quisessem, também não permitiriam que fôssemos para lá, não.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – É lógico.

O SR. HAROLDO LIMA – Não são os outros bobos e nós, os sabidos. No comércio internacional, não tem isso. A Petrobras está no Oriente Médio, está em 15 países do mundo. Então, ela está se saindo bem.

Eu, pessoalmente, Senador, se me permite uma observação assim, acho que deveríamos examinar melhor. O que me preocupa não bem isso. Eu acho que isso está sob controle. Penso que não há perda de controle do poder nacional. Acho que estamos indo bem nesse terreno. Acho que estamos precisando desenvolver mais o País, criar uma categoria empresarial nova no Brasil de dezenas, centenas de empresários, pequenos e médios, envolvidos nessa história de produzir petróleo. Temos dezenas de postos desativados. A Petrobrás tem campos, por exemplo, em que há 10 poços de petróleos, 02 produzindo em 08 fechados. E porque não produzem? Não dá, é uma bobagem. Para a Petrobrás é um investimento enorme, tem que manter engenheiros etc. Mas para uma empresa pequena, aquilo...

Nos Estados Unidos, nós da ANP fomos até lá para fazermos certos estudos, e nos surpreenderam lá certas coisas, Senador. Por exemplo, um pequeno empresário americano, Senador Alberto Silva, tem um poço de petróleo no fundo da casa, um poço. Ele, a mulher, o filho fazem isso. Só isso. Ele retira, nas condições americanas 07 mil dólares por mês. E ele só tem aquele negócio, aquele cavalo de pau balançando. Nós não temos esse tipo de coisa. Penso que devemos entrar nesse terreno.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) - Em Mossoró não tem. Dizem que em cada casa há um poço. Refiro-me a Mossoró, no Rio Grande do Norte.

O SR. HAROLDO LIMA – Sim, Mossoró, no Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) - Há sim. Eu vi umas caixas d'água. Perguntei se era água e me disseram que era petróleo. O sujeito cava e a 30 metros encontra petróleo.

Bem, Senador Roberto Saturnino.

O SR. HAROLDO LIMA – Uma notícia rápida sobre o biodiesel. Primeiro que o biodiesel, para mim, é o projeto de inclusão social mais importante que há no Governo. No Governo Lula, o projeto de importância estratégica, de incorporação social é o projeto do biodiesel. É algo extraordinário, tem uma perspectiva enorme e nós no Brasil temos nisso um grande futuro. Não tenha dúvida.

A ANP está convocada e está cumprindo um papel de regular o mercado. Ela não participa propriamente, vamos dizer, de investimentos. O que ela faz é... "Quais são as características que deve ter o biodiesel no Brasil? O B2, como o estamos chamando, deve ter as seguintes características..." É isso o que estamos fazendo. E vamos fazer a fiscalização do B2. "Você vai vender biodiesel? Sim. Então, nós vamos fiscalizar qual é o seu biodiesel". É algo que nos diz respeito porque é um combustível junto com o diesel.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Haroldo Lima e dizer que a Agência Nacional de Petróleo encontrou um Diretor-Geral extremamente competente e que tem conhecimento da matéria e que tem a consciência brasileira bem desenvolvida.

O SR. HAROLDO LIMA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) – Tem a palavra agora o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Diretor-Geral da ANP, em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentá-lo, Sr. Haroldo Lima, primeiro pela coragem que o senhor teve de trazer aqui de uma forma tão clara a situação de contingenciamento de recursos das Agências. É um assunto que preocupa muito. É um absurdo. Acho que V. Sª traz de uma forma muito corajosa, didática e simples e, sobretudo, muito firme, essa posição.

Eu gostaria, inclusive, de colocar uma outra questão ao lado dessa, que é a levantada, e lamento que S. Exª não esteja aqui, pelo Senador Ney Suassuna, de emendas parlamentares. Eu acho um absurdo que sejam feitas emendas parlamentares para a ANP. Penso que podemos até mudar a lei. Temos de cumprir a lei, e não mudar isso por meio de emendas parlamentares. Isso já me foi solicitado há um dois anos.

Desde que há um contingenciamento de recursos Senador Heráclito Fortes, a ANP fica sem recursos. Aí, por meio de emendas parlamentares de Comissão, faz-se a complementação de recursos.

Não é por aí. Isso é coonestar uma posição que não é nova, que já tem de outros Governos, mas que vai se agravando na medida em que a ANP tem outras responsabilidades e você tem um campo muito maior hoje do que tinha no início da ANP, quando os recursos já eram contingenciados.

Se tiver de mudar, mude-se a lei, ou cumpra-se a lei. Inclusive, Dr. Haroldo Lima, tem um projeto meu que deveria até ter sido votado hoje na CAE, se tivesse havido reunião. Propor-se que seja proibido esse tipo de contingenciamento. Então, mudem os valores. Se 28% de participação é muito, vamos analisar. Talvez seja, o senhor teria mais condição de dizer. Não vamos permitir que haja contingenciamento de royalties, contingenciamento de participação especial. É matar tudo isso.

O segundo ponto sobre o qual quero congratular-me com V. Sª é a questão dessa mudança. É uma posição pessoal de V. Sª com relação a essa questão de monopólio do petróleo. Entendo – e V. Sª mencionou claramente – que a Petrobras não deve ser a única no setor, com o que concordo inteiramente.

V. Sª mencionou que ficamos atrasados nesse processo e temos que retomá-lo. Entendo o posicionamento da Petrobras atualmente, tenho a maior admiração pela alta tecnologia que desenvolveu. Creio que tem um caminho, mas muita coisa só pode ser feita com outros. Não se pode fazer tudo sozinho.

Outro ponto que V. Sª tocou e que é da maior importância, sobretudo para a nossa terra, para a Bahia, é a questão dos campos maduros. É um assunto sobre o qual a Petrobras, ainda pensando de forma completamente atrasada, vem colocando uma pedra e nada faz. Há centenas de poços desativados da Petrobras, que nada faz, não permite que pequenas empresas, como V. Sª falou. Creio que V. Sª está certo – e tenho lutado pela questão dos poços maduros, como V. Sª – e que venham participar desse processo. O que a ANP fez agora, e fez bem feito, foi colocar os campos que tinha, devolvidos pela Petrobras, em leilão. Foi muito bem feito. Pequenas empresas participaram, creio que 86 empresas participaram. Quatorze desses campos foram adquiridos por essas empresas. Tenho certeza de que, sobretudo na Bahia....

Tenho lutado muito por isso e peço a ajuda de V. Sª. Temos a ajuda do Dr. Milton Monteiro, que é Diretor da ANP, e que, nesse aspecto, tem tido uma sensibilidade muito grande, como V. Sª também. Falo da questão de abrirmos. V. Sª sabe, melhor do que eu, do potencial que temos na Bahia. Falo não só em relação aos campos que estão fechados, mas da mão de obra que ainda temos para ser aproveitada. Quantos empregos não estariam sendo criados em todo o recôncavo baiano? Há gente que saiu da Petrobras, aposentada, com pouca idade, na época, que hoje está inteiramente ativa e pronta para fornecer esse conhecimento. É um ponto a respeito para o qual quero muito pedir a sua intervenção. O outro ponto é sobre a área de campos maduros e o último é a questão da resolução que a Agência Nacional do Petróleo, recentemente, depois de consulta pública, fez sobre a questão dos dutos de transporte de gás. Nesse caso específico creio que é muito importante essa posição porque está indo ao encontro do nosso projeto de lei, que V. Sª também citou tentando regular a questão do gás.

Estamos com esse projeto de lei e com o apoio de 100% dos Estados, com o apoio da Fiesp, do IBP, enfim, de todas as áreas de mercado interessadas. Vejo que dentro da própria ANP, se pudesse, com a coragem de V. Sª, dever-se-ia deixar clara essa questão em relação ao projeto do Governo. O projeto do Governo vai enfrentar os Estados. O projeto do Governo está criando o mercado secundário de gás, por lei. O projeto do Governo está fazendo uma reserva para as termelétricas. Creio até que deve ser feito, mas que

pode ser conversado. Ao invés de fazer 100% pode-se fazer o que for essencial. Esse problema do gás é sério. Não é só para inserir o gás na matriz energética, Dr. Haroldo. É também porque teremos um problema muito sério em 2010. Estamos com uma crise anunciada em 2010 por falta de gás, ao contrário da crise passada. Essa é por falta de gás. A Petrobras tem que fazer um esforço hercúleo, um esforço de guerra para desenvolver os campos de Santos e para permitir, também, que outros venham, dentro dessa linha que V. Sª defende hoje, auxiliar nesse processo todo.

Mas quero encerrar, dizendo que apreciei muito a sua coragem de desnudar essa verdade que é o contingenciamento pela equipe econômica dos recursos das Agências, porque isso vai matar as Agências. Se o objetivo é matar as Agências, o governo está acertando em cheio.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – V. Exª tem alguma coisa a dizer, Sr. Presidente!

O SR. HAROLDO LIMA – Senador, gostaria de fazer um comentário rápido sobre o que o Senador Tourinho colocou em relação a hipóteses, por exemplo, de se alterar a lei.

Fico com a idéia, Sr. Senador, de que essa hipótese não deva ser inteiramente afastada. Porque, em relação à questão do setor de petróleo, desconhecíamos esse formato novo que está-se infiltrando no Brasil. No início, quando havia o monopólio estatal do petróleo, há 8 anos, quando se pensava em trilhar por esse caminho, ninguém sabia exatamente que caminho era esse. Eu mesmo fui contra, porque pensava que isso iria enfraquecer a Petrobras, que seria, eventualmente, privatizada. E isso não está acontecendo! Aliás, está longe disso, está é se fortalecendo no processo.

Mas o que chamo mais a atenção é que algumas coisas não eram sabidas. Por exemplo, quando se estabeleceram, e fiz referência aqui a isto, os *royalties* em 10%, podendo-se baixarem para 5%, são *royalties* altos para a pequena. Aí, porque não existia, à época, ficou lá assim mesmo. Ninguém topou baixar um pouco mais. Creio que, à medida que a realidade vai-se transformando e que vão surgindo dados novos, podemos fazer as mudanças legislativas que correspondam a tais mudanças da situação objetiva. Por exemplo, surgiu uma categoria nova no Brasil empresarial, que é a dos pequenos e médios empresários. Esse pessoal vai reivindicar aos Srs. Parlamentares: "Espere aí, por que são 5%? Por que não pode ser 0%, 1%?" Dependendo da situação de um posto estar mais bem ou menos bem situado.

E aí que entro no negócio dos 28%. E V. Exª diz: "Será que se for grande....". Pois bem, quando foi estabelecido isso, eram 40%. Aí, no meio do processo, "40 está muito". E por quê? Porque, quando se estabeleceram, Senador, 40% da participação especial, não se sabia direito até onde iria chegar essa tal participação especial. De repente, essa participação especial cresceu muito, ficou uma coisa espantosa. Aí, baixou-se para 28%, por meio de uma lei que o Congresso aprovou aqui. Os 28%, hoje, ano passado, dariam 1.9 bilhão de reais. 1.9 bilhão de reais, que são os 28% que seriam uma espécie assim de verba carimbada, se olharem direito, como V. Exª perguntou, é muito. É muito! 1.9 bilhão, para nós, é muito! Deram-nos 19 milhões, que correspondem a 1%. Aí é o tal negóciO – nem tanto ao mar nem tanto à terra! Nem 1.9, nem 19!

Então teríamos de caminhar para uma solução intermediária. E não afasto a hipótese de que, se houver um consenso de cumprimento da verba carimbada, então que se passe de 28, vamos dizer, para 15 ou para alguma coisa qualquer desse tipo, que daria em torno de quê? De duzentos e tantos milhões, que é um pouco do que imaginamos. Uns duzentos e tantos milhões, em torno de duzentos e cinqüenta milhões, aí já daria para você incrementar. 19 não dão nem para começar, porque se envolve com equipamentos muito fortes, tipo navio, tipo não sei o que. 19 não dão nem para se fazer o contrato.

Há outras observações a fazer sobre o que V. Exª falou, mas ficam para uma outra oportunidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Consulto o Senador José Jorge se fez algum acordo com o Senador Heráclito, porque já se está dirigindo para falar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, não fiz acordo algum com o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Então passo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mesmo porque ele não me propôs acordo. Se tivesse proposto, até poderia ter feito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Estou inscrito e vou para a CPI dos Bingos, por isso não posso dar a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Com a palavra, Senador!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vim aqui assistir à parte da palestra do Presidente, depois tive de ir à Comissão de Educação, pois era Relator de um projeto, relatei o meu projeto, voltei para cá e agora vou exatamente fazer as minhas perguntas, o mais rápido possível, para permitir que os companheiros também as façam e, depois, vou à CPI dos Bingos, que já co-

meçou. Então tenho muitas Comissões. Infelizmente, não pude assistir à resposta dos demais.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de ressaltar alguns pontos: em primeiro lugar é o descaso do Governo com as Agências. Esse Governo do Presidente Lula, além de outras falhas, em relação às Agências eu diria que ele tem uma atuação que eu diria decepcionante. Desde o começo, isso não foi uma coisa que começou agora. Desde o início, quando inclusive os Diretores de Agências não tinham sido nomeados pelo PT ou pelo governo, que eles se irritavam muito com isso, porque queria nomear todo mundo. Achavam que queriam nomear todo no País inteiro. Tinha muito petista para nomear, então, o que aconteceu. Houve essa irritação. Então, tudo que os Presidentes das Agências diziam vinha um Ministro ou vinha o próprio Presidente para falar contra, para reclamar ou para colocar a Agência em uma posição difícil. Depois pouco a pouco como Presidentes de Agências hoje são todas nomeadas pelo Governo, essa questão dessa irritação diminuiu. Aí o que aconteceu? Começaram a segurar o dinheiro pelas Agências. Isso que o nosso Presidente Haroldo Lima falou não acontece só na ANP. Se acontecesse só na ANP era bom. O problema é que acontece na ANP, na Aneel, na Anatel, acontece nas outras Agências todas, inclusive as Agências que têm os seus recursos da mesma maneira que a ANP que são cobradas especificamente para as Agências. Por exemplo, a Aneel. O consumidor paga uma taxa de fiscalização para fiscalizar as empresas que prestam serviços. E essas taxas de fiscalização o Governo arrecada, não pode gastar em outra coisa, ele deixa lá parada para pagar juro.

Então, na verdade, essa preocupação é geral em relação às Agências.

Em segundo lugar, houve essa questão que foi a questão financeira. Primeiro era a questão política falar mal das Agências, até o Presidente Lula falou mal das Agências, depois houve uma tentativa de enforcamento via recursos.

Em terceiro lugar, veio um projeto de lei que modificava, diga-se de passagem, para pior, a questão da atribuição das Agências. E esse projeto de lei foi exatamente feito na Casa Civil na época do todo-poderoso Ministro José Dirceu, e ele foi mandado para a Câmara, chegou na Câmara há mais de um ano, não tem pai e nem mãe. Ninguém olha para ele, ele está praticamente paralisado, e, certamente, ninguém se interessa mais pela sua aprovação, foram feitas algumas modificações, ele pode ser aprovado e melhorar o funcionamento das Agências.

E por último agora, Sr. Presidente, veja a questão mais grave é que o Governo não nomeia os Diretores da Agência. A ANP, por exemplo, passou praticamente um ano, de janeiro até a semana passada sem Presidente, e o Governo nem aí para isso. E agora está exatamente com o cargo vago. A Aneel que necessita e são, Presidente, decisões colegiadas, são cinco Diretores que necessitam ter um mínimo de três para decidir. Desde maio que o mandato de dois Diretores terminou e ele não nomeia e não manda para o Senado. Quando mandar vai querer que o Senado os nomeie em uma semana. E aí vai chamar o Senador Heráclito Fortes que é poderoso, o Presidente da nossa Comissão, vai chamar o Relator, e aí vai querer aprovar as nomeações em uma semana. Agora de maio até outubro, não sei quantos meses são, se são pelo menos seis, eles não mandaram os Diretores, não sei, não se entendem lá, não sei se é questão política, não sei o que é. Eu sei que até agora não mandaram os Diretores.

Agora outra questão. Eles na realidade não são obrigados a mandar em maio quando termina; eles podem mandar antes. Isso é feito... a senhora que está grávida para esperar o bebê, ela não vai comprar a roupa do bebê quando o menino nasce, como ela já sabe que o menino vai nascer, ela vai comprar a roupa do bebê pouco a pouco comprando as roupas, etc.. Então, se vai acabar o mandato de um Diretor de uma Agência, ele vai acabar antes e não depois.

Então, eu acho que essa é uma oportunidade para nós aqui no Senado que temos lutado, porque nós aqui temos lutado pelas Agências. Eu mesmo já fiz duzentos discursos, outros Senadores falam. Aprovamos nesta Comissão proibindo contingenciamento de verbas dessas Agências, foi para a Comissão de Orçamento, foi aprovado, entrou na LDO, o Presidente Lula vetou.

Então, ao invés de perguntar ao Deputado Haroldo Lima, Sr. Presidente, vou aproveitar esta oportunidade para deixar o meu protesto e pedir ao Governo, porque as Agências são importantes, elas são órgãos do Estado, é uma inovação, e devem ser prestigiadas e fortalecidas. Aqui na Comissão vamos trabalhar nesse sentido.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Alberto Silva, em primeiro lugar, quero congratular-me com este velho companheiro de lutas na Câmara dos Deputados, Haroldo Lima, que nos honra com sua presença nesta comissão.

Quero dizer, para que o País tome conhecimento, que esta audiência já estava solicitada há pelo menos três ou quatro meses, mas vários problemas envolvendo ora a comissão, ora a agenda pessoal do Presidente

Haroldo Lima, fez com que somente na data de hoje a sua presença fosse efetivada.

É verdade que o Senador José Jorge foi perfeito na sua argumentação. Não se compreende como uma Agência que tem entre os seus diretores uma figura como o Sr. Haroldo Lima tenha passado tanto tempo com o exercício da interinidade pelo próprio Haroldo Lima. Não se justifica o porquê disso. Desconfiança não é, tanto que ele foi nomeado, Envolvimento político, questão política ou fazer um correligionário, seria desvirtuar exatamente o objetivo da Agência. Com isso quem perde é o País. Aliás, penso que o Congresso tem que ser um pouco mais duro nessa questão atinente aos relacionamentos dos Governos. Vamos deixar bem claro, para não aguçar o complexo de alguns governistas, que não se trata deste Governo, mas do relacionamento entre Governo e Agências, que não pode mais ser essa brincadeira.

Há dois meses, Deputado Haroldo Lima, permita-me chamar assim, nós tivemos aqui um problema envolvendo a Anatel. O Presidente da Anatel teve que cancelar um **call center**, aquele 0800, que tantos serviços prestam à Nação, por falta de contingenciamento do Governo. Questão parecida ocorreu com a ANP. Arrecada fortunas e o Governo segura esse dinheiro, de maneira criminosa, porque, a partir do momento em que os repasses são feitos, no momento certo, aumenta a capacidade de fiscalização da própria Agência, o que foi dito aqui, de maneira bem clara, pelo Haroldo. Aliás, uma das características do Deputado Haroldo Lima é essa franqueza quando se está lutando para a solução desse problema. Não é porque se queira ser contra o Governo, nós que somos oposição, mas porque nós queremos que o País funcione. Qualquer cidadão brasileiro independente de posição política ou partidária não fica satisfeito de ver o País envolvido com a adulteração de combustível, porque ele mesmo corrige isso, como usuário. Ele próprio é o afetado, é ele que tem o prejuízo. Ninguém fica feliz em ver um serviço de utilidade, como o 0800, ser suspenso por falta de recursos.

Acho que chegou o momento de acabar com essa história de Agências viverem de "pires na mão", porque aí, meu caro Haroldo Lima, vamos ser franco, o Governo não é honesto nessa relação, usa de máfé, mandou para cá, há seis meses, um projeto criando uma secretaria que era um monstrengo, a tal da Previc, que ia substituir a Secretaria de Previdência complementar. Porque atendia a interesses localizados, o monstro que veio não se transformava nem em Agência nem em secretaria. Era um órgão todo poderoso, onde o Presidente sequer passaria pelo crivo de aprovação no Senado, era nomeado pelo Ministro da Previdência, quando se sabe que quem manda em fundo de pensão não é o Ministro da Previdência, nós temos um núcleo de poder que manda. E aí vinha o milagre dos peixes. "Os recursos arrecadados não poderão, por força desta lei, ser contingenciados". Por que esse privilégio? Para que essa discriminação? E aí o Senado derrotou. Aquelas medidas provisórias que chegam aqui na calada da noite, e que o PT, num passado bem recente, combatia muito e que pratica agora com muita sofisticação. Ou se aprova hoje ou não se é brasileiro. V. Exª, que é nacionalista e que defendeu o Brasil durante longos anos, sabe melhor do que ninguém o que é isto, ou vota agora ou não se é brasileiro. Último dia de prazo. E aí, meu caro Senador Alberto Silva, vem com um penduricalho maior ainda, criando mais de 700 cargos paralelos. Desses cargos, Deputado Haroldo Lima*, só 200 eram para atividade-fim, o resto era para atender Deus lá sabe o quê.

De forma que acho que é muito proveitosa essa sua presença aqui, primeiro pela sua história, segundo pela sua passagem na Casa. V. Exª é uma pessoa que transita aqui em qualquer gabinete. Tem o afeto dos companheiros, além do respeito. Acho altamente proveitosa essa sua vinda e espero que ela seja um marco de alerta para esta Casa porque o prejudicado está sendo o País. E alguns, que tinham tantas esperanças de que de dois a três anos para cá aquele dinheiro não fosse mais contingenciado porque aquilo era coisa para atender ao FMI (Fundo Monetário Internacional)... V. Exª sabe muito bem que quando o dinheiro era contingenciado, era para atender ao FMI. E nunca se contingenciou tanto dinheiro neste País como nos últimos três anos, até avançando a pagamentos futuros.

Eu queria, depois de saudá-lo pela presença, pedir a V. Exª que mostrasse ao Brasil, de maneira didática porque o Brasil hoje acompanha a TV Senado, é uma realidade... Vamos ver a Seção III do Projeto 9.478, que cria a ANP (Agência Nacional de Petróleo), Das Receitas e Do Acervo da Autarquia:

"Art. 15. Constituem receitas da ANP:

I – as dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II – parcela das participações governamentais referidas nos incisos I e III do art. 45 desta Lei, de acordo com as necessidades operacionais da ANP, consignadas no orçamento aprovado;

III – os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas, excetuados os referidos no inciso anterior;

IV – as doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

V – o produto dos emolumentos, taxas e multas previstos na legislação específica, os valores apurados na venda ou locação dos bens móveis e imóveis de sua propriedade, bem como os decorrentes da venda de dados e informações técnicas, inclusive para fins de licitação, ressalvados os referidos no § 2º do art. 22 desta Lei.

Art. 16. Os recursos provenientes da participação governamental prevista no inciso IV do art. 45, nos termos do art. 51, destinar-se-ão ao financiamento das despesas da ANP para o exercício das atividades que lhe são conferidas nesta Lei."

Muito bem. O que nós gostaríamos de pedir inclusive que V. Exª remetesse à Comissão: o quadro do que já foi passado até a data; do que não foi passado, a justificativa de por que não foi passado, se o Governo tem mandado a respectiva justificativa. Porque nós tínhamos de ter também uma lei de responsabilidade fiscal ao contrário, porque isso é exatamente uma falta de cumprimento de uma lei, meu caro Haroldo, que traz conseqüências gravíssimas para o País.

Evidentemente, como pode ser uma resposta complexa e esses dados podem não estar todos em suas mãos, gostaria que fosse item por item, porque queremos ver o volume desse contingenciamento, quanto hoje o Governo segura dessa Agência e aí não se pode querer exigir fiscalização de uma empresa quando não se dá sequer nenhum instrumento.

Por último, uma indagação paroquial. Gostaria de saber se V. Exª pode nos informar como andam os estudos feitos pela ANP, salvo engano em convênio com a USP, feito no nosso Piauí – que V. Exª tem tantas ligações afetivas e quer tanto bem – Maranhão, Tocantins e é exatamente o levantamento magnetométrico e grafinométrico, para verificar o solo e saber finalmente se o Senador Alberto Silva terá o seu sonho realizado de ver petróleo no Piauí, como vai o nosso lençol freático, a sua duração, um estudo muito sério e importante que está sendo feito no Estado do Piauí, com a participação direta da ANP.

Dito isso, parabenizo V. Exª pela brilhante intervenção e participação, dizendo que esta Comissão será não só da ANP como das outras Agências reguladoras uma grande defensora porque acha que com isso cumprirá o seu papel. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – V. Sª teria alguma coisa a falar.

O SR. HAROLDO LIMA – Apenas um comentário rápido, com a permissão de V. Exª. O Senador Heráclito Fortes teceu comentários em particular sobre a postura do governo face às Agências. Não pretendo entrar no debate mas sei que, na realidade, o governo que surgiu com a base política que o apóia, da qual faz parte o PC do B e o meu partido etc. quando surgiram essas Agências nós tínhamos uma posição contrária e votamos tudo contra as Agências aqui.

Um Senador ainda há pouco falou que fui alterando certas opiniões porque percebi, no curso do processo, que esse tipo de Agência surgiu no mundo há cerca de 8 anos, pois não existiam Agências reguladoras no mundo. Recentemente, foram feitos dois encontros internacionais de Agências reguladoras onde foi notificado que, nos últimos 8 anos, foram fundadas 500 Agências reguladoras no mundo, em 115 países, o que significa uma forma nova que está surgindo no mundo e não podemos ficar atrás disso. Além do mais, o setor de petróleo e a Agência hoje já tem uma estrutura e um cabedal. Não se pode hoje, Senador Teotonio Vilela, voltar atrás. A roda da história não volta para trás.

Aquele modelo de exploração de petróleo em que alguns setores ainda hoje dizem que é bom, Senador Heráclito, no mundo existe um monopólio estatal do petróleo no estilo antigo, que é o México. O resto acabou, no Brasil e na Argentina acabou, na Venezula está diferente. Numa dessas rodadas que fizemos, veio uma delegação do México para observar como estamos encontrando mecanismos de fazer um novo setor de petróleo no Brasil, porque eles querem fazer algo semelhante. Então, são coisas que tiveram a sua história e, no passado, foi importante, cumpriu o papel e acabou aquele papel e estamos num outro momento. Setores que querem voltar para trás não percebem a dinâmica da história.

O surgimento das Agências despertou, por parte de alguns setores, uma certa desconfiança. Confesso que achava que, no fundo, queriam acabar com a Petrobras, privatizá-la, enfraquecê-la, entregando tudo às multinacionais. Era esse o discurso que se proferia há oito anos. As intenções eram as melhores, não estou pondo em dúvida as intenções. Os fatos estão mostrando, e mostrei aqui. Não acabou a Petrobras, longe disso. Ela nunca cresceu tanto. O desenvolvimento brasileiro é bastante significativo, o setor do petróleo está crescendo muito mais do que a economia brasileira. Dei uns dados, 318% nos últimos sete anos, enquanto a economia brasileira cresceu 26%. É uma coisa espantosa. Estamos então desenvolvendo. O controle nacional está em nossas mãos. Não estamos entregando nada para as multinacionais, ou coisa que o valha. Elas estão sendo convidadas a selarem acordo conosco sob controle.

Então, o que acho, Senador Heráclito Fortes, é que aquela desconfiança está sendo diminuída. Então,

recentemente tive uma conversa com o Ministro Silas Rondon, e ele me comunicou: vamos compor todas as diretorias das Agências que não estão compostas nesses últimos períodos. Porque não estão compostas é outro problema. O certo é que há uma disposição do Governo de compor todas essas diretorias, começando pela ANP, que agora já regularizamos a situação do Diretor-Geral, e a expectativa é que se venha a compor isso o mais cedo possível.

Penso que caminhando nesse rumo, vamos sim fortalecer uma coisa que tem sido útil na organização desses setores importantes na economia brasileira.

Obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aguardo ainda algumas informações sobre os estudos e o levantamento que estão sendo feitos no Piauí.

O SR. HAROLDO LIMA – Das 29 bacias sedimentares brasileiras, como falei aqui, em geral todas desconhecidas, conhecemos aproximadamente 7%, o Piauí tem uma das bacias mais promissoras, que é a bacia do Parnaíba. Fizemos um convênio com a USP para fazer os estudos na bacia do Parnaíba. Também tem que vincular empresas que mobilizam aviões e levantamentos sísmicos, geológicos, geofísicos. É uma coisa custosa. Os estudos estão em prosseguimento. Em minha opinião o prosseguimento está lento e está lento por falta de recursos. Mas acho que vamos prosseguir. No caso da Paraíba já houve um avanço maior. No caso da Paraíba, há estudos na parte terrestre e na parte da plataforma continental. Na parte terrestre os estudos estão completos, na parte continental não estão completos. É bom levar em conta também, Senador, que no caso da bacia do Parnaíba, temos certo conhecimento, mas é um conhecimento muito elementar. E é conhecimento advindo de tecnologias de prospecção que existiam há décadas. Se puser num leilão blocos da bacia do Parnaíba com aquele conhecimento, pessoal que olhar, isso não é nada, há coisa muito mais avançada. Os mapas sísmicos da região? Os mapas sísmicos de hoje são extremamente complexos, densos, quase que uma radiografia. Os antigos são indicações muito genéricas, é o que temos um pouco, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Senador Alberto Silva, quero finalizar: compreender exatamente a cartela do Haroldo Lima, até porque algumas dessas informações, por características estratégicas, não podem vir a público. Têm-se segredos nesses estudos de prospecções.

Quero aproveitar para convidá-lo a voltar aqui para uma sessão reservada falar a esta Comissão sobre esses estudos que estão sendo feitos. Evidentemente que, sendo piauiense, estou muito curioso em saber o que vai acontecer no meu Estado, mas o Senador Teotonio Vilela quer saber também, o Senador Sérgio Cabral, todos queremos saber um pouco, e aí acertaremos uma data e V. Exª inclusive traria alguém da área técnica com mais detalhamento sobre o assunto, até para nos dar mais argumentos para defesa de recurso para esta área.

Tenho certeza que o nosso Presidente Senador Alberto Silva se une a mim nesse requerimento, que é de muita importância.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador Teotonio Vilela.

O SR. TEOTONIO VILELA (PSDB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Diretor-Geral da ANP, Haroldo Lima, que conheci por meio do velho Teotônio Vilela, nas lutas pelas liberdades democráticas. Meu caro Haroldo Lima, parabenizo V. Sª pela sua exposição, pela sinceridade, pela franqueza e, sobretudo, pela forma despojada e dedicada como V. Sª está se postando à frente desta tão importante Agência reguladora, a ANP. Vimos aqui V. Sª se despojar dos dogmas do seu Partido, de princípios lapidares em favor da Instituição e dos compromissos que assumiu para a constituição que preside, importantíssima para o Brasil, dada a dimensão do petróleo para a alavancagem da nossa economia. Parabenizo V. Sª, que está mostrando a esta Casa e ao País que está à altura do importantíssimo cargo que lhe foi confiado, que é a chefia da ANP.

Dito isso, faço, rapidamente, duas perguntas: o Governo do Presidente Lula, na sua opinião, em face de como foi demonstrado aqui nesta exposição – e já era do conhecimento da maioria dos Senadores –, em face desse comportamento de aperto que têm imposto todas as Agências, não apenas a ANP, V. Sª atribui isso ainda ao fato de o Governo não ter feito este processo de conscientização da importância da Agência como um instrumento de apoio, de fiscalização e, sobretudo, de alavancagem da energia do petróleo e do gás ou, simplesmente, é a busca do reforço do superávit primário que tem causado tantos problemas à Agência e ao seu trabalho institucionalmente pré-concebido?

A segunda pergunta é uma conseqüência da primeirA – hoje, o Estado de Alagoas, que teve os primeiros postos descobertos no início do século passado – já vai fazer 100 anos, meu caro Presidente Alberto Silva, que foi descoberto o primeiro posto de petróleo em Alagoas –, encontra-se como os demais Estados, alguns que agora estão sendo pesquisados pela primeira vez, dependendo de estudos que possam, realmente, definir o papel do Estado de Alagoas em relação às suas reservas de petróleo para o futuro. Alagoas tem a maior reserva de gás natural não-associado do

Nordeste, tem um potencial grande de petróleo, mas aguarda esses estudos. Como anda a situação de Alagoas em relação aos estudos que estão sendo feitos pela ANP a respeito das reservas, porque sabemos que esse atraso tem impedido o andamento das licitações e, portanto, atrasado o Estado e o País. Obrigado. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Recomendaria que fôssemos o mais sucinto possível, porque ainda há dois companheiros inscritos.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Por que não os três... O Senador Eduardo Suplicy faz a sua pergunta; depois eu pergunto...

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Perfeitamente. Já fizemos isso aqui. O Senador Eduardo Suplicy faz as suas perguntas; em seguida, o Senador Sérgio; e, depois, o nosso Presidente responderá.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente, Senador Alberto Silva, o Diretor-Geral da ANP, Haroldo Lima, por seu trabalho, tanto no Congresso Nacional, em defesa dos interesses nacionais, e que levaram o Presidente Lula a escolhê-lo para estar agora com a preocupação tão forte para que possa o Brasil desenvolver muito bem a sua área de petróleo.

Notei nos gráficos que V. Exª apresentou que, no que diz respeito à produção do petróleo, no gráfico, o ano primeiro do Presidente Lula ficou estacionado, não havendo, a não ser nas suas palavras, no gráfico, a parte relativa a 2004 e 2005, que, por suas palavras, é a de crescimento. Mas, no gráfico que nos mostrou não está, porque pára em 2003. Então, acho que até seria interessante se puder aquele gráfico ser atualizado também. Não sei se...

O SR. HAROLDO LIMA – Das reservas, não?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) - Não, da produção.

O SR. HAROLDO LIMA – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) - No gráfico que V. Sª disponibilizou, a reserva de petróleo vai até 2004, crescendo; mas no que diz respeito ao gráfico relativo à redução da dependência externa, a parte referente à produção nacional do petróleo, parece, pelo menos, que não há um aumento, ainda que na sua exposição, tendo ela sido muito otimista, dizendo que em 2004/2005 está crescendo, então estranhei um pouco a queda nesse gráfico da parte relativa à produção nacional do petróleo. A não ser que eu esteja vendo errado esse mapa.

O SR. HAROLDO LIMA – Não, V. Exª está vendo certo, sim. É que, na verdade, esse mapa aqui se apóia em dados, digamos assim, consolidados até 2003.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está certo. Por isso, então...

O SR. HAROLDO LIMA –Por isso é que faltou.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, eu sugiro a atualização.

O SR. HAROLDO LIMA – Nós vamos atualizar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para corresponder às suas palavras.

O SR. HAROLDO LIMA – E vai corresponder. V. Exª pode ter certeza.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas eu me interessei especialmente nessa questão da evolução dos royalties somados à da participação especial. O que eu queria sugerir, caro Deputado Haroldo Lima, Diretor- Geral da ANP, até porque mencionou que pessoas da ANP, quem sabe V. Exª tenha ido aos Estados Unidos examinar experiências, mas que conheça especialmente a de um dos Estados Norte-americanos. Não sei se V. Exª já esteve lá, mas recomendo que o faça. É no Alasca. Por acaso, V. Exª esteve lá?

O SR. HAROLDO LIMA – Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) - Por que recomendo tão fortemente que V. Exª vá lá? Para conhecer a experiência **sui generis**, tão positiva, que levou o Alasca a se tornar o mais igualitário dos Estados norte-americanos. E como foi isso? Foi justamente através do aproveitamento dos royalties decorrentes da exploração do petróleo e dos recursos naturais. Em 1976, o Governador do Estado Jay Hammond, vivo ainda, eu conversei com ele recentemente, disse aos seus concidadãos, dado o petróleo que haviam descoberto, que "precisamos pensar não apenas na geração presente, mas na vindoura. Então, vamos separar 50% dos royalties decorrentes da exploração dos recursos naturais para instituir um fundo que a todos pertencerá." Houve até, prezado Diretor Haroldo Lima quem ali disse "Mas o senhor está querendo fazer uma proposta comunista." E ele disse "Não, mas essa é uma proposta de bom-senso, que será compatível até com a natureza do sistema." E ele quis que fosse aprovada também por referendo popular. Foi aprovada na proporção de dois para um, e também como emenda à Constituição. E aqueles recursos foram sendo aplicados em títulos de renda fixa, em ações de empresa do Alasca dos Estados Unidos, internacionais. Inclusive hoje há dezessete empresas brasileiras com ações no Fundo Permanente do Alasca.

Em empreendimentos imobiliários evoluiu de US$1 bilhão, em 1980, para US$31 bilhões e meio. E

caso V. Exª, Deputado Haroldo Lima, estivesse presidindo no Alasca há um ano ou mais, teria, desde 1980, recebido, a cada ano, primeiro trezentos, depois quatrocentos, depois quinhentos.

Se me permite perguntar, na sua família quantos são?

O SR. HAROLDO LIMA – Nós somos três.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Conclua, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se estivesse residindo no Alasca, a sua família em outubro passado teria recebido mil **per capita**, cerca de US$3 mil, como um direito de todos partilharem da riqueza do Estado.

Eu encaminho a V. Exª o exemplar do meu livro que explica isso, porque eu gostaria que estudasse. Recomendo que vá lá. Eu estive sete dias no Alasca estudando isso. Eu acho muito importante que a Agência Nacional de Petróleo, sobretudo o prezado Haroldo Lima, conheça melhor isso aqui explicado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Eu solicito ao nobre Senador Suplicy, se possível, que permaneça um pouco na nossa reunião, porque o Senador Rodolpho Tourinho fez um pedido que eu gostaria de submeter à Casa antes de encerrarmos a reunião.

Com a palavra o Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, creio que praticamente tudo foi dito em relação à exposição do Deputado Haroldo Lima, Diretor-Geral da ANP. Quero falar da satisfação de vê-lo à frente da ANP e da maneira como ele nos recebeu no Rio de Janeiro, a mim e a uma delegação do nosso Estado, e da franqueza com que ele expôs primeiro a sua reavaliação da importância de uma lei que então, em 1997, S. Exª votou contra e hoje avalia como uma lei e um modelo positivos.

Segundo, eu falo da coragem de também colocar aqui, para nós, na Comissão de Infra-estrutura, as dificuldades enfrentadas pela Agência Nacional de Petróleo. Há um contingenciamento que leva a uma precária fiscalização; ao estímulo da adulteração do combustível; a uma máfia cada vez mais fortalecida financeiramente, com braços na política e no Judiciário.

A ANP, sobretudo pela equipe técnica que a compõe e no comando do Deputado Haroldo Lima pelas suas convicções, competência e biografia, se dispusesse de infra-estrutura e condições para fiscalizar essa bandalheira, com recursos nós rapidamente teríamos esses fatos debelados.

Quanto à questão do levantamento geológico, o Deputado Haroldo Lima lamenta o atraso com o qual novas prospecções são feitas no Brasil. Evidentemente, quando se vê aqui a relação, no gráfico, do que houve de receita e o que foi gasto com o levantamento geológico, é uma brincadeira! Então, vamos demorar, sim, décadas e décadas. Novos combustíveis nascerão, novas alternativas de energia, e o Brasil vai estar patinando nesse tema.

Por outro lado, Sr. Presidente, os estados e municípios beneficiados pela participação especial e pelo **royalty** têm, mal ou bem, cumprido as suas obrigações; aplicado esses recursos. Todos os estados e municípios beneficiados pela Lei dos **Royalties** e pela lei da participação especial. Enquanto o Governo do PT contingencia e privilegia o Ministério especial chamado "Ministério do Superávit Primário". Então, tudo foi dito.

Quero parabenizar V. Exª e o Senador Heráclito Fortes pelo encaminhamento, à ANP, que certamente terá outros desdobramentos, de um requerimento para que a Agência Nacional de Petróleo, por intermédio de seu Diretor-Geral e sua equipe, responda efetivamente que recursos foram esses e onde deveriam ser aplicados, para que, a partir daí, tenhamos um desdobramento junto às autoridades monetárias, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento, e convocar em audiência pública os responsáveis por esse crime.

Agora, parece-me que na 7ª rodada houve uma arrecadação de cerca de R$1 bilhão de reais.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Um bilhão e oitenta e oito.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) **–** Um bilhão de reais, um bilhão e oitenta e oito.

Para onde vai esse dinheiro, Sr. Presidente? Para o superávit primário? Um bilhão e oitenta e oito para o superávit primário?

Então, queria parabenizar a Comissão, parabenizar o Deputado Haroldo Lima e a Comissão, dessa maneira, se formaliza, não só se solidariza, como avança no questionamento e nos desdobramentos concretos.

E, em relação ao nosso Estado do Rio de Janeiro, produtor de 85% do petróleo brasileiro, o Governo Federal tem feito uma grande covardia com o nosso Estado. Agora, Sr. Presidente, o Deputado Haroldo Lima fez uma bela exposição didática – e V. Exª complementava numa dobradinha – sobre a importação dos derivados, a mudança para a produção dos derivados, refinarias que refinam óleo fino, o nascimento do óleo bruto no Brasil e a necessidade, Deputado Haroldo Lima, de termos refinarias que refinem esse óleo bruto. E o Rio de Janeiro está pronto para receber uma refinaria, é merecedor dessa refinaria, e o Governo brasileiro, co-

vardemente, faz um jogo, agora recente, estimulado por altas autoridades desse país, jogando regiões do meu Estado, Senador Teotonio Vilela, em nome da implantação da refinaria. Pedimos uma refinaria para o norte fluminense, uma região onde se encontram 85% da produção do petróleo brasileiro, na Bacia de Campos, fundamental para aquela região e o Governo cozinhou. Participei de uma audiência com o Presidente Lula, com a Ministra Dilma Rousseff, com a Governadora Rosinha Garotinho, com os Deputados Federais, com o Secretário Wagner Victer, uma audiência, Presidente Alberto Silva, de cerca de quase três horas, sem exagero, com o Ministro Palocci, com o Presidente Lula e com a Ministra Dilma Rousseff. Quase três horas de discussão e nada foi feito. Isso em outubro de 2003 e estamos em outubro de 2005.

Agora o Governo aponta para uma possibilidade de uma refinaria em Itaguaí e jogam os livres, das regiões do norte e do grande rio do Itaguaí, uns contra os outros e não sai nem uma nem outra. A Petrobrás se vangloria de ter posto não sei quantos milhões de reais no Rio de Janeiro. É mais do que a obrigação, porque 85% do petróleo estão lá. Faz muito pouco o Governo brasileiro pelo que o Estado do Rio lhe devolve de petróleo, das suas riquezas naturais.

Agora tem uma questão objetiva, Dr. Haroldo Lima, que, na verdade, o Rio de Janeiro está sendo efetivamente garfado. Refiro-me ao Campo de Roncador. No Campo de Roncador, onde já há uma produção expressiva e a perspectiva é de um aumento brutal de produção no campo de roncador. Ele está 100% em território do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, a Petrobrás, antes do nascimento da própria ANP, na análise geológica e geofísica – o Deputado Haroldo Lima sabe disso – incluir o Estado do Espírito Santo. E 16% dos **royalties** do Campo de Roncador vão indevidamente para o Estado do Espírito Santo.

O Governo do Estado me parece que está formalizando – o Secretário Wagner Victer já esteve com o Deputado Haroldo Lima – e gostaria de ouvir do Deputado Haroldo Lima qual a sua posição, se já há informações mais precisas sobre isso, que também encaminharei à MP esse questionamento, porque efetivamente, já por dados comprovados, 100% do Campo de Roncador se encontra em território fluminense e 16% de **royalties** vão para o Espírito Santo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Sr. Haroldo Lima, peço-lhe que seja o mais sucintamente possível.

O SR. HAROLDO LIMA – Farei esforço, Sr. Presidente, para fazer uma saudação rápida aos três, Senador Teotonio Vilela, Senador Eduardo Suplicy e Senador Sérgio Cabral.

Agradeço a todos as referências elogiosas feitas à minha pessoa. O tempo é curto, sem dúvida alguma, para fazer comentários mais localizados. Apenas dizer questões rápidas.

Primeiro, com relação ao Senador Teotonio Vilela, que ele fez lembranças aí do velho Totonho. Eu conheci o velho Totonho na prisão. Eu estava preso e bateu na porta um velho, Teotonho Vilela, e fiquei impressionado com aquela figura de coragem, de simplicidade, do tempo que levou conversando conosco...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADFO – Inaudível.

O SR. HAROLDO LIMA – Eu estava preso. Eu estava dentro da prisão quando ele chegou e ficou em minha sela horas e a imprensa toda esperando do lado de fora da cadeia e ele conversou com todo mundo, os presos. Mostramos coisas a ele, perguntávamos e depois ele saiu daquele jeito dele e quando ele chegou lá fora, nós o víamos na televisão – nós tínhamos acesso à televisão pequena – quando ele chegou do lado de fora, a imprensa foi a ele e ele disse: "eu acabei de visitar todos os presos que tem ali dentro e não vi nenhum bandido, nenhum terrorista". Interessante, esse é o pai dele. Depois me tornou um grande amigo.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, eu não resistI – é um segundo a intervenção. Ele continua e diz: "a todos eu convidaria, todos os presos políticos, a todos esses jovens, eu convidaria para dormir na minha casa, coisa que não faria com muitos Ministros do Governo". Governo da época.

O SR. HAROLDO LIMA – Governo da época. Isso mesmo. Bom, então, essa referência, assim, vamos dizer, quase fraternal que eu faço não só ao Senador Teotônio, mas a todos os senadores que estão aqui. Porque o Teotonio Vilela foi um homem que honrou essa Casa.

Eu também queria dizer a observação feita pelos diversos Senadores, praticamente, esses três últimos, que o Senador perguntou um certo, digamos, descaso que o Governo teria com relação às Agências. Decorre de quê mesmo? Eu não gostaria de fazer uma análise de descaso, mas o que eu gostaria de informar é que o Presidente Lula, com quem eu estive depois da 7ª Rodada, me pediu uma informação sobre como foi, em geral, a 7ª Rodada, e eu informei a ele dados básicos sobre o assunto e devo dizer que o Presidente ficou entusiasmado. E me abraçou, e disse: "Olha, Haroldo, foi muito bom você ter segurado essas questões e nós temos que ir à frente mesmo". E mais do que isso, ele

disse: "Essas Agências, nós vamos ter que fortalecer essas Agências". Se isso era uma opinião dele há anos atrás ou se não era, eu não sei. Sei que não era a minha há anos atrás. Eu fui vendo que as Agências não estavam aí para acabar com a Petrobras nem para enfraquecer a Petrobras, como eu já mostrei aqui. E, por isso, é que eu percebo hoje que a Agência pode estar sendo útil ao desenvolvimento brasileiro como tal. E eu acho que o Presidente Lula está com essa opinião perfeita. Existem problemas, como o Senador coloca aqui, porque essas coisas acontecem nos contingenciamentos de certas verbas. Aí já são quase que de política de governo. Eu acho que essa política do contingenciamento para fazer superávit primário às custas de estudos geológicos e geofísicos, é um erro. Eu acho que é um erro. Não quero nem dizer que contingenciar outras coisas é errado ou não é errado. Contingenciar a verba que nós temos para fazer estudos é um erro estratégico. Estudos geológicos e geofísicos brasileiros, ou nós fazemos ou nós não estamos à altura das eventuais riquezas que existem no nosso país. Nós precisamos conhecer essas riquezas e nós não conhecemos e temos dinheiro e os nossos estudos são absolutamente necessários. Sem o que, como diz o (inaudível) passa a idade da Pedra, não porque falta pedra, mas porque a tecnologia mudou. A tecnologia está mudando e nós estamos enveredando no terreno do biodiesel e em diversos outros terrenos e nós não sabemos nem o petróleo que nós temos aqui. O que sabemos é um canto indeterminado.

O Senador Suplicy fez referência, também, um pouco me chamou atenção disso. Ele disse que eu fui indicado pelo Presidente Lula pela minha história e pelas minhas posições de defesa dos interesses nacionais. Então, certeza absoluta, Senador, que foi por isso mesmo. E eu estou fazendo o maior esforço no sentido de cumprir isso, inclusive de alertar algumas pessoas que tenham, às vezes, idéias pouco dinâmicas sobre a forma de se defender o Brasil. Então a forma de se defender os interesses nacionais hoje, no terreno do petróleo, não é a forma como se fazia há quarenta anos atrás. Trinta anos atrás, quarenta anos atrás, cinqüenta anos atrás, quem não estivesse defendendo o monopólio estatal do petróleo estava contra o desenvolvimento do Brasil; isso jogou o seu papel fundamental, mas isso já está ultrapassado, como está ultrapassado no mundo inteiro. Como falei aqui, só existe daquele tipo de monopólio só no México e está estudando como é que acaba.

O Senador Suplicy me recomenda uma viagem ao Alasca. Devo dizer que fiquei muito interessado em conhecer. Vou ler o livro do Senador e, seguramente, alguém vai ao Alasca recolher essa experiência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu recomendo.

O SR. HAROLDO LIMA – E, Senador Sérgio Cabral, agradeço suas palavras. Vamos ver os *royalties* do Roncador. O problema aí vamos ter de examinar mais tecnicamente. A forma de se fazer essa divisão, às vezes, chama a atenção. Por exemplo: tem o campo de Santos. Em princípio, parece que Santos está todo em São Paulo; não é verdade, a coisa se estende muito.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Está em frente ao Rio de Janeiro o Campo de Santos.

O SR. HAROLDO LIMA – Está em frente ao Rio de Janeiro também. Exato. E a forma pela qual se identifica se um determinado poço ou campo está na frente daquele local ou não é uma perpendicular que se tira daquele local, é uma perpendicular a terra, que, às vezes, fica meio enviesada. Então, naquele local, há uma curva no litoral e, quando você pega naquela curva, a perpendicular é assim e não assim, e por isso que, às vezes, 16% está em território. Nós poderemos examinar isso melhor.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – V. Exª pode checar com os técnicos da ANP que 100% do Campo Roncador se encontra em território fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. HAROLDO LIMA – Vamos ter de examinar isso melhor; seguramente com a oposição aí dos capixabas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Deputado Haroldo Lima, minha sugestão é que então passemos a beneficiar a todos os 185 milhões de brasileiros como um direito de todos participarem da riqueza da Nação: os cariocas, os paulistas, os piauienses e assim por diante.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, acredito na generosidade do Senador Suplicy, mas sei que mais alto fala o seu paulistês. Ele se frustra porque São Paulo não tem petróleo; o Paulo Maluf até disse que tinha, mas não tem.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – Sr. Presidente, lembro o Dr. Haroldo Lima sobre a questão das pesquisas em Alagoas, a quantas andam.

O SR. HAROLDO LIMA – Na verdade, Senador, V. Exª tinha levantado essa questão. Uma notícia rápidA – recentemente, com a decisão tomada pelo Conselho Nacional de Indústria, do Ministério de Minas e Energia, preside o Comec, e tomou a posição de mudar a matriz energética brasileira beneficiando o gás, como aqui já fiz referência. Pois bem, a partir desse fato, nós estamos fazendo, dentro da ANP – e já fizemos em boa medida e com base no conhecimento ainda limitado que temos das bacias –, uma distribuição de quais são as bacias que passam a ter prioridade nas pesquisas, que é justamente para levar em conta essa orientação que

vem, oficial, de que devem ser aquelas que têm mais propensão a ter gás. E, quando a propensão é para ter gás, Alagoas sobe de importância. Os estudos em Alagoas estão postos na linha das prioridades, posto que é lá que existe mais propensão a ter gás natural. Então os estudos estão catalogados, estão na linha de prioridades e dependo um pouco dos recursos que seguramente sairão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Srs. Senadores, Sr. Presidente, antes de encerrar esta reunião, eu gostaria de lembrar o seguinte: o Presidente desta sessão é o Senador Heráclito, mas, como ele chegou um pouco tarde, ele se inscreveu, e eu fiquei aqui com muita honra para mim. Também já presidi esta Comissão, mas é que me inscrevi também e gostaria de dar duas palavrinhas.

Mas pediria aos companheiros, antes disso, que submetesse ao Plenário desta comissão um requerimento do Senador Rodolpho Tourinho, no sentido de que nos termos art. 90, § 3º do Regimento Interno do Senado Federal, requeira audiência pública, no âmbito desta comissão, com a presença do diretor geral brasileiro da empresa Itaipu Binacional, Sr. Jorge Miguel Samek, para prestar esclarecimentos sobre as revisões tarifárias da usina hidrelétrica em relação à variação cambial entre o real e o dólar norte americano.

Salas das sessões, 20 de outubro.

Submeto a votação. (Esse pedido é uma pauta extra.)

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Sr. Presidente, antes de encerrar a sessão, gostaria de falar um pouco, porque estava inscrito e pediria aos dois companheiros que ouvisse um pouco.

Fique feliz de ouvir aqui, do nosso Presidente Haroldo Lima, que foi, naturalmente, à época que eu era o Presidente, quando eu era presidente ele foi aprovado aqui nesta Comissão; e o governador muito bem em colocar um homem dessa competência na Presidência, definitivamente, da Comissão da Agência Nacional do Petróleo.

Meu caro Deputado Haroldo Lima, ouvimos aqui, seguramente, emocionados e satisfeito com as informações que a sua administração traz ao país. É nos dizer que através dessas licitações os pequenos produtores começam entrar e o Brasil precisa disso. V. Exª disse aqui que nos Estados Unidos os pequenos já representam 40% da produção de petróleo. Imagina que estamos aqui numa área tão pequena, não só com relação as nossas reservas como com relação à participação dos pequenos. Mas, seguramente, estamos certos que com a sua administração vamos ter duas coisas seguramente.

Primeiro, na colaboração que faz, com a sua competência – permita-me – no sentido de que haja realmente o interesse de pequenas e médias empresas brasileiras no campo do petróleo. Quem sabe, diz que o petróleo está acabando. E quem sabe, aqui no Brasil, esteja longe de acabar. Agora vamos atrás dele. Estamos com 3% apenas, quanto temos ainda. Agora, está faltando dinheiro. Agora, gostaria de resumir, em primeiro lugar, sobre isso.

Creio, que no momento, apesar de que a preferência seja naturalmente em conseqüência, talvez de uma possível falta de energia é que o Brasil está se encarregando, através do seu Governando, recomendando que se coloque o gás na seqüência da matriz energética brasileira, porque talvez as hidroelétricas não cheguem a tempo para que não tenhamos um novo "apagão". Parece-me que é isso, para que não tenha que se usar diesel gerando energia a preço altíssimo. Teríamos que gerar com gás. Mas acabei de ouvir aqui que exatamente porque tem gás. As pesquisas indicam que podem se encaminhar por Alagoas; e o Piauí ainda está naquela fase de arranjar recursos para que a USP consiga colocar em evidência qual é a riqueza que tem na Bacia do Parnaíba. Pelo menos foi isso que entendi.

Como os recursos aqui foram provado que são muito poucos, faria aqui u apelo diretamente ao Presidente Lula, mas precisamente a Ministra Dilma, que me parece que é uma espécie de Margareth Thatcher do Brasil, ela tem força, tem competência, inteligência, no sentido de sentir que é preciso prestigiar as Agências, mas principalmente a Agência do petróleo, a ANP; e de mais dinheiro para que o Brasil rapidamente se encontre com a sua riqueza.

Por fim, meu caro Deputado Haroldo, bem no fim das atribuições da ANP está o biodiesel. E quero fazer aqui uma colocação que tomei conhecimento ontem ou anteontem de que há um zoneamento. Só se pode plantar mamona em áreas que estejam 300 metros acima do nível do mar. Penso que grande parte do semiárido nordestino está muito abaixo dos 300 metros.

Posso dizer a V. Exª, caro Deputado, e aos companheiros que o biodiesel nasceu quando eu era Presidente da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos. Apliquei US$1 milhão da EBTU numa pesquisa de biodiesel na Universidade do Ceará. Penso que precisamos aplicar dinheiro em pesquisa. Todos nós vamos trabalhar a fim de que chegue dinheiro à pesquisa da ANP.

O biodiesel foi consagrado. V. Exª sabe que o Presidente da República inaugurou uma usina que

produz 90 mil litros/dia de biodiesel na cidade de Floriano, no Piauí. Sua Excelência disse publicamente à multidão que lá estavA – "Plantem mamona, que é a vez de vocês". Tenho a impressão de que essa recomendação é um equívoco. Peço a ajuda da ANP a fim de que consigamos fazer com que haja uma mudança nessa recomendação.

O Ministério da Agricultura recomenda que só se plante mamona no País, até que surjam novas sementes, numa área situada 300 metros acima do nível do mar. Foi isso que me informaram. A Embrapa, por quem tenho o maior respeito, disse que as sementes de mamona que existem no Brasil são o resultado de uma pesquisa dela e que foram feitas para a altitude acima de 300 metros. Incluo-me entre as pessoas que acreditam na pesquisa, mas apanhei essa semente e levei para uma área 4 metros acima do nível do mar. Colocando água e adubo, colhemos mais de uma tonelada de mamona por hectare, apesar de a semente, de acordo com a Embrapa ou com o que me disseram ontem, não ser adequada para regiões abaixo de 300 metros.

Fui a Israel. Vi 8 toneladas de trigo plantadas na areia. Perguntei como foi feito isso. Disseram que terra para eles era o suporte da planta. "O que ela precisa, nós colocamos".

Caro Presidente, apelo à ANP que nos ajude, porque queremos que o homem do semiárido nordestino, do sertão das Alagoas, do sertão do semiárido nordestino – no sertão das Alagoas, caro Senador, há vários Municípios que não estão 300 metros acima do nível do mar – plante mamona. Darei uma pequena resumida. Agradeço a presença de todos. A mamona pode propiciar uma renda àquele lavrador sofrido que, com o dinheiro do Pronaf, planta milho, feijão e mandioca, há cem anos, com uma renda inexpressiva e tem vivido assim a vida toda.

Fizemos algumas experiências no Piauí e constatamos que, em um hectare, se for plantada a mamona e o feijão e colocado o adubo adequado, ter-se-á mais de uma tonelada de mamona. Desafio quem disser o contrário, porque fiz essa experiência com técnicos da Embrapa. Disseram-me: "Isso não é oficial". Mas é real. O que é real é o que estou vendo.

O que queremos? Que essa medida seja revogada em benefício do estímulo aos plantadores de mamona. Há no Piauí uma usina que produz 90 mil litros de biodiesel/dia, mas não temos mamona, porque só podemos plantar se a área ficar 300 metros acima do nível do mar. No Piauí, acima de 300 metros tem muito pouco, a metade está abaixo.

Então, para concluir e para conhecimento do Brasil, que está me ouvindo, tenho certeza, pela TV Senado, eu diria que tenho na mamona o seguinte: uma tonelada por hectare, e o feijão que está entre ela, em três carreiras, também uma tonelada. Agora, vamos fazer algumas continhas. Inicio com um hectare, depois, posso ter três por família, mais do que isso, a família não dá conta, porque todo dia há um cacho novo de mamona. Então, são 3.330 pés por hectare, e o feijão no meio. Se compro um hectare, tenho 3.300 pés, preciso de um homem para colher isso durante um ano, mas tenho uma tonelada de mamona, onde posso ter 500 litros de óleo seguramente. E, como a Petrobras autoriza misturar 2%. Não sei se a Petrobras ou a ANP, mas, de qualquer forma, peço o apoio da ANP com relação a essa medida. Se eu colocar 2% do biodiesel oriundo da mamoma, misturado com o óleo da Petrobras, posso vender, isto é, posso pegar o biodiesel do óleo de mamona, vamos pedir autorização à ANP para fazer isso, posso vender o biodiesel de mamona a R$3,00 o litro, porque são dois litros em 100, R$6,00 em 100 litros. Não vale nada a diferença, mas o lavrador ganhou, se tiver uma miniusina.

Então, resumindo, eu gostaria de, neste instante, parabenizar esta Comissão pela presença deste homem, sobre o qual não é preciso mais que digamos nada, pelo que ouvimos aqui e pela sua história, e cumprimentar os companheiros. Faço minhas as palavras do Presidente Heráclito de que queremos vê-lo novamente aqui, talvez, como ele mesmo propôs, numa reunião fechada com todos nós, para ouvirmos suas informações que não poderiam ter sido ditas numa reunião pública como esta.

Mas, desde já, ao agradecer e antes de encerrar esta reunião, eu queria pedir o seu apoio para revogarmos essa medida inoportuna do zoneamento que proíbe plantar mamona abaixo dos 300m. Penso que isso não é oportuno e prejudica terrivelmente a região do semi-árido nordestino.

Sem mais, ainda agradecendo a sua presença, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 5 minutos.)

Ata da 25ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 08 de novembro de 2005, às 9 horas e 30 minutos.

Às dez horas e cinqüenta minutos do dia oito de novembro de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador ALBERTO SILVA, Vice-Presidente, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença dos Senhores

Senadores **Valdir Raupp, Rodolpho Tourinho, Juvêncio da Fonseca, Roberto Saturnino, Siba Machado, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Paulo Paim, Srys Slhessarenko, Augusto Botelho, Gerson Camata, Eduardo Azeredo, Marco Maciel, Heráclito Fortes, Presidente, Jorge Borhousen, Gilberto Mestrinho, José Jorge, Leonel Pavan, Aelton Freitas e Delcídio Amaral**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente comunica que a presente reunião destina-se a deliberação de matérias constantes da Pauta, solicitando iniciar pelo **Item três** – **Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2002** – TURNO SUPLEMENTAR, que "Dispõe sobre a instalação de aparelho para a medição de pulsos telefônicos no Serviço Telefônico Fixo Comutado e do Serviço Móvel Celular", de autoria do Senador Arlindo Porto, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece Parecer favorável a aprovação da matéria, conforme substitutivo apresentado. Em 23.08.2005, foi aprovado o Substitutivo em primeiro turno. Não foram oferecidas emendas até o final da discussão em turno suplementar. O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, de acordo com o art. 282 combinado com o art. 92 do Regimento Interno. Passa-se ao **Item um** – **Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005** – NÃO TERMINATIVO, que "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, a Rodovia nova que especifica.", de autoria da Comissão de Legislação Participativa, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável a aprovação da matéria, com 1 emenda de redação. Em 29/03/2005, foi concedida vista ao Senador Siba Machado. Em 13/04/2005, foi devolvido sem voto em separado. A apreciação da matéria é aprovada. Fazem uso da palavra para discussão da matéria os Senadores Eduardo Azeredo, Relator e Gerson Camata. **Item dois** – **Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2005** – TERMINATIVO, que "Inclui na Jurisdição federal os trechos rodoviários que especifica, coincidentes com a diretriz da rodovia federal BR 497, estabelecida na Plano Nacional de Viação (PNV)", de autoria do Senador Aelton Freitas, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável a aprovação da matéria. Em 23/08/2005, foi concedida vista ao Senador Roberto Saturnino. Em 29/09/2005, foi devolvido sem voto em separado. A apreciação da matéria é adiada. **Item quatro** – **Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2003** – TERMINATIVO, que "Institui diretriz sobre a utilização de fontes energéticas a ser observada pelos Municípios na Implementação da Política de Desenvolvimento Urbano", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece Parecer concluindo pela oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em relação à constitucionalidade e juridicidade da matéria e para opinar se os vícios são sanáveis. A apreciação da matéria é adiada. Em seguida, a Comissão aprova, pauta extra, a indicação do Senador Gerson Camata para presidir a Comissão que irá acompanhar os trabalhos da VARIG, tendo em vista o possível fechamento daquela Empresa. Fazem uso da palavra os Senadores Heráclito Fortes, Gerson Camata e Marco Maciel. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, *Celso Antony Parente*, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com suas notas taquigráficas. – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esclareço aos Srs. Senadores que a pauta de hoje consta de quatro itens. Mas eu iniciaria pedindo para ler o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2002, em turno suplementar.

Ementa – "Disponho sobre a instalação de aparelho para a medição de pulsos telefônicos, serviço telefônico fixo comutado e do serviço móvel celular".

Autoria – Senador Arlindo Porto; RelatoriA – Senador Rodolpho Tourinho.

O parecer é favorável à aprovação da matéria, conforme substitutivo apresentado.

Observação – em 23/08/2005, foi aprovado o substitutivo em primeiro turno. Não foram oferecidas emendas na discussão em turno suplementar. O substitutivo é dado como definitivamente adotado, de acordo com o art. 92, combinado com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Então, nesse caso, o Item 3 está praticamente resolvido.

Passaremos, então, ao Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005, não terminativo.

EmentA – Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na redação descritiva da rodovia do sistema rodoviário nacional, a rodovia nova que a especifica.

AutoriA – Comissão de Legislação Participativa. RelatoriA – Senador Eduardo Azeredo.

O parecer é favorável à aprovação da matéria com uma emenda de redução.

ObservaçãO – em 29/03/2005, concedido o visto ao Senador Sibá Machado; em 13/04/2005, devolvido sem voto em separado.

Em discussão.

Por favor, leia o relatório, Senador Azeredo.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Inscrevo-me para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – V. Exª quer discutir?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Após o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Pois não, após o Relator.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Esse projeto, Senadores, trata de incluir, na relação das rodovias do sistema rodoviário nacional, um trecho que liga duas rodovias federais. Uma proposição que atende, portanto, aos critérios exigidos para a inclusão de rodovias no Plano Nacional de Viação. Não há nenhum vício de iniciativa, inconstitucionalidade ou injuridicidade que eu pudesse desabonar.

No mérito, concordamos com os argumentos apresentados, os quais consideram que a inclusão da rodovia pretendida no rol das rodovias federais vai favorecer a obtenção de recursos da União para obras de pavimentação e manutenção, além de colaborar para a melhoria do seu padrão construtivo, com reflexos positivos para o desenvolvimento da região. Essa rodovia se encontra parcialmente asfaltada, apenas interliga as rodovias BR-381 e BR-116 – a BR-116 é a Rio–Bahia; e a BR-381 é a rodovia transversal, que vai desde o Centro-Oeste, passa por Minas Gerais e chega até o Espírito Santo. É uma região vizinha, exatamente, então, faz a ligação das cidades mineiras com as cidades do Espírito Santo.

De maneira que eu pediria o voto favorável.

Esse projeto foi apresentado – é importante também salientar isso; e ele não é origem de nenhum Senador ou Deputado – pela Associação Comunitária *(Inaudível.)*, usando a prerrogativa que a Constituição previu de projetos virem da própria comunidade. Então, essa Associação Comunitária de *(Inaudível.)* já teve aprovação também aqui, no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Muito bem!

V. Exª deseja discutir? (Pausa.)

Para discutir, concedo a apalavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ilustre Presidente, vou ser rápido.

Na verdade, essa rodovia é muito importante para aquela região. Ela sai de Minas e atravessa uma parte do Espírito Santo, no Município de Mantenópolis, que é vizinho a Mantena.

É uma região que empobreceu muito, porque ali é que houve a Guerra do Contestado, entre Minas e Espírito Santo, que durou 40 anos e que levou à morte dezenas ou centenas, ou até milhares de soldados...

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Mais.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – ...do Espírito Santo e soldados dos batalhões especiais de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Eu não sabia disso.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Foi uma guerra oculta que se viveu ali, perigosa.

Nessas cidades, por exemplo em Mantena, em certa época tivemos dois Prefeitos: o Prefeito eleito por Minas e o Prefeito eleito pelo Espírito Santo. Depois, na guerra, o Espírito Santo colocou o Prefeito de Minas para fora.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Em que ano foi isso?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ah, isso durou de 1918 a 1962.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Não é possível!

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – É, quando Magalhães Pinto e o Governador Francisco Lacerda de Aguiar assinaram o Acordo de Rio Bananal, pondo fim ao litígio. Aí, passaram o limite definitivo entre os dois Estados.

O Espírito Santo, até hoje, ainda tem ex-combatentes vivos, remunerados, dessa guerra que houve contra o Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Um exército.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – E se nós não tomássemos cuidado, Minas chegaria ao mar, como é muito grande aquele povo. Mas em conseqüência dessa guerra, é só historicamente que estou registrando, ocorreu o empobrecimento da região.

Acredito que essa rodovia seja muito importante, embora eu tenha a dizer que não acredito muito que, hoje, a federalização signifique alguma coisa, por-

que temos uma rodovia federal que liga Cachoeiro do Itapemirim, no sul do Espírito Santo, a Muqui. É um açougue humano.

O Governador Paulo Hartung, há dois anos, vem pedindo ao Governo Federal que passe a rodovia para o Estado para que seja asfaltada. Não tem jeito, não passam a rodovia. Mas não é só issO – o contorno de Vitória é outra região que é um açougue humano. O Governador Paulo Hartung, há dois anos, desde o antigo Ministro, que vive aqui, diz: "Passem-me a rodovia, que o Estado faz.". Não passam.

De modo que não sei. Enquanto estamos pedindo para passar para o Estado para ver se se faz a rodovia, nós, aqui, estamos invertendo, passando para a União, que não está fazendo aquelas que deveria estar fazendo. Mas a esperança é a última que morre, então vamos aguardar que essa federalização possa fazer alguma coisa por essa região.

Era o que eu tinha a dizer e voto a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Vota a favor, então, os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes, Presidente dessa Comissão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os órgãos de imprensa do País estão noticiando, com muita insistência, já um possível fechamento de um acordo envolvendo os destinos da Varig.

Acredito que isso será muito salutar desde que tenhamos a garantia, Senador Camata, de que a Varig terá um destino seguro, não prejudicando os seus funcionários e também não permitindo que aquela empresa cesse os grandes serviços que tem prestado ao País ao longo dos anos.

Por isso e por ser atribuição desta Comissão, eu gostaria de levantar, aqui, a idéia de que acompanhássemos mais de perto essa questão. Senador Eduardo Azeredo, evidentemente, isso vai depender da boa-vontade do Governo, do Legislativo e a Comissão de Infra-Estrutura deve ficar mais atenta a esse fato.

Portanto, eu queria propor ao Presidente Alberto Silva que criasse, de imediato, uma Comissão, para a qual sugiro, desde logo, o nome do Senador Camata.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Com certeza.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Para coordenar esse grupo.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Com certeza.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ele teria o direito de escolher mais dois ou três Senadores, que acompanhassem de perto o andamento, ouvindo as partes. E, mais, eu dar-lhe-ia, já, a sugestão de que convocasse para esta Comissão, ou convidasse, não só o atual presidente desse grupo que está dirigindo a Varig, como também o do comprador.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – O grupo português.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Que é o grupo português e se trata de um brasileiro.

Seria um grande papel que esta Comissão prestaria à Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Com certeza.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Com certeza. Com a palavra, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Fico muito honrado com a designação de V. Exª, Sr. Presidente, mas tenho uma coisa que me impede um pouco. Vou até expô-la publicamente: primeiro, a Presidência da Comissão de Educação está me absorvendo muito. Há seis subcomissões funcionando lá.

Agora, estamos na época, primeiro, do Orçamento; o problema do fim da Lei de Incentivos Fiscais à Cultura – também um outro processo que está absorvendo, e muito, lá –, e a briga entre produtores e exibidores na área cinematográfica, que vai se desencadear até o fim do ano. Este é um ponto. O outro, é que, naquela reunião convocada pela atual nova direção da Varig, que, aliás, depois de vinte direções em sete anos começa a encontrar uma solução, lá, expus a minha posição – talvez isso me impeça de presidir um grupo como este –, dizendo não acreditar, enquanto existir a Fundação Ruben Berta, que a Varig seja recuperada. Sou um admirador da Varig por se tratar de uma empresa de Bandeira do Brasil, que tem de ser recuperada. Inclusive citei o caso dos **Diários Associados**. O Chateaubriand teve um bonito gesto ao criar os comunheiros; mas, os **Diários Associados** foram engolindo dinheiro da União, da Caixa Econômica, do Banco do Brasil. No final, resultou no que vemos hoje. Era uma empresa dez vezes mais poderosa do que é hoje a Rede Globo, na América Latina. Naquela época em que o Brasil tinha 50 milhões de habitantes, a revista **O Cruzeiro** circulava com um milhão de exemplares – recentemente a **Veja** atingiu esta cifra. E ainda tinha **O Cruzeiro Internacional** que circulava em toda a América Latina. Pois aquilo foi devorado pela Fundação dos comunheiros dos **Diários**

Associados. Disse lá, e estou repetindo aqui, que enquanto não se domar a Fundação Ruben Berta, os bilhões que forem jogados serão engolidos por esta Fundação. Os portugueses devem saber disso. A não ser que eles consigam conter juridicamente – eu não sei como. Então, como disse aquilo lá, Sr. Presidente, agora fico em uma posição chumbada e com a asa carimbada para presidir uma Comissão como esta. Eu deveria ter ficado calado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Gerson Camata, exatamente pelo posicionamento claro de V. Exª é que me inspirei que V. Exª seria a pessoa indicada, porque V. Exª sabe, de antemão, qual o maior foco do problema. Penso que essa questão deve ser amplamente discutida. Concordo em gênero, número e grau com V. Exª. Então, pela coragem de V. Exª em enfrentar o problema, e por ser de um Estado que foi uma das maiores vítimas do fim dos **Diários Associados** – meu avô dizia que cachorro mordido de cobra corre com medo até de salsicha – então, a cautela faz sentido exatamente por isso. Daí fazer sentido certa cautela.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Tem a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de secundar a manifestação do Senador Heráclito Fortes. Por todas as razões elencadas, acredito que o Senador Gerson Camata tem plenas condições de integrar a Comissão e de fazê-lo de forma competente.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar os trabalhos desta Comissão.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h29min.)

Ata da 4ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e 9ª da Comissão de Educação, Extraordinárias, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em conjunto, no dia 11 de abril de 2006, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 15, Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e dezoito minutos do dia onze de abril do ano de dois mil e seis, na sala número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Gerson Camata, Presidente da Comissão de Educação e, em seguida, do Senador Augusto Botelho, que assume a Presidência Eventualmente, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença dos Senhores Senadores **José Jorge, Marco Maciel, Rodolfo Tourinho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Mão Santa, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Siba Machado, Aelton Freitas, Antônio Carlos Magalhães, César Borges, Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca, Luiz Otávio, Paulo Paim, Fátima Cleide, Flávio Arns e Augusto Botelho**. Comparecem, ainda, o Senador Eduardo Suplicy e os Deputados Luiz Alberto, Zezéu Ribeiro, Luiz Bassuma e Luciano Zica. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, a Presidência dá início aos trabalhos com a realização de Audiência Pública destinada a ouvir o Exmo. Sr. José Gabrielli, Presidente da Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRÁS), com a finalidade de prestar esclarecimentos ao Senado Federal sobre a campanha de divulgação da Auto-Suficiência Brasileira de Petróleo, em atendimento aos Requerimentos nº 03 e 10, de 2006-CI e nº 05, de 2006-CE, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes e José Jorge, respectivamente. A Presidência solicita ao Senador Aloísio Mercadante que conduza o convidado para tomar assento à Mesa, concedendo-lhe a palavra dar início a sua exposição. Após, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador José Jorge, autor do Requerimento nº 05/06-CE. Usam da palavra os Senhores Senadores Valdir Raupp e César Borges, De acordo com a lista de inscrição, fazem uso da palavra os Senadores Rodolpho Tourinho, Serys Slhessarenko, Sérgio Cabral, Eduardo Suplicy, Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Azeredo, Augusto Botelho e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, *Dulcídia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Infra-Estrutura da 4ª sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que está sendo realizado neste 11 de abril de 2006, às 10 horas e 18 minutos. Trata-se de uma Sessão Extraordinária destinada à Audiência Pública para um debate sobre a auto-suficiência brasileira de petróleo. O

Requerimento é de autoria do Senador José Jorge e do Senador Heráclito Fortes. A Mesa submete-se ao Plenário dois Requerimentos: A dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior e sua aprovação. Não tendo quem se manifeste contra. Aprovados ambos os Requerimentos.

A Presidência solicita ao Senador Aloísio Mercante que introduza o nosso ilustre convidado Dr. José Sérgio Gabrielli, digníssimo Presidente da PETROBRÁS, até a Mesa do Plenário. Aberta a Sessão, e com a presença do nosso ilustre convidado, de acordo com o Regimento Interno, a Mesa e a Presidência concedem ao Dr. José Sérgio Gabrielli, o tempo de 30 minutos para a sua exposição. Seguindo-se depois as perguntas daqueles que se inscreverem, sendo que o primeiro inscrito é o autor do Requerimento, o Senador José Jorge. As inscrições já estão abertas, a lista vai circular nesse momento. Com a palavra o Sr. Presidente, Dr. José Sérgio Gabrielli, da PETROBRÁS.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exmºs. Senadores da República, Deputados, Senhores presentes nessa Sessão. É com muito orgulho que eu recebi o convite para vir a essa Sessão falar sobre a auto-suficiência do petróleo. Nós consideramos que este é o motivo de orgulho para o povo brasileiro, o motivo de orgulho para a Nação brasileira e é motivo de orgulho para o futuro desse País. Minha apresentação tentará abordar o significado da auto-suficiência, e a campanha da auto-suficiência. E, evidentemente, que após isso estaremos disponíveis para responder as questões.

Vamos começar pelo conceito de auto-suficiência. A auto-suficiência é um conceito que nós estamos utilizando para caracterizar a situação em que nós teremos a quantidade de petróleo produzida no País necessária para o refino no País. O País usa querosene de aviação, usa GLP, usa gasolina, usa óleo diesel, usa lubrificante, mas para produzir isso é preciso ter petróleo, álcool, mas nós não produzimos álcool. Do ponto de vista do petróleo, nós precisamos de um petróleo para refinar e para produzir esses derivados que são usados no mercado brasileiro.

Então, em termos numéricos, a demanda brasileira hoje está em torno de 1,8 milhões de barris/dia. A nossa capacidade de refino, hoje, é acima de 1,9 milhões de barris/dia. E nossa produção de petróleo estará, neste ano de 2006, em torno de um milhão e oitocentos, um milhão e novecentos, barris/dia. Portanto, na média deste ano nós produziremos um volume de produção de petróleo que é suficiente para atender a demanda brasileira de petróleo. Mas qual o significado disso? Esta é um pouco a história da produção da PETROBRAS. Se nós olharmos, a PETROBRAS começou com uma produção em 1954 que era 2,7 mil barris/dia. Hoje nós estamos produzindo 1,8 e chegaremos a 1,9 milhões de barris/dia em 2006. Há uma clara evolução ao longo do tempo de crescimento. Durante um certo momento nós ficamos com a produção relativamente estável, esta era a produção dominantemente em terra, esse salto de produção aqui ocorre com a expansão da produção da Bacia de Campos, estes saltos aqui ocorrem, portanto, quando entram em operação os grandes sistemas de produção da Bacia de Campos, as grandes plataformas de produção da Bacia de Campos.

Esta é a nossa meta para atingir. Em 2010 nós estamos prevendo uma produção no Brasil de 2,3 milhões de barris/dia, até 2010. Portanto, nós sairemos nos atuais, do ano de 2006, em torno de um e novecentos para 2,3 milhões de barris em 2010 nos próximos quatro anos. Qual o significado disso para o sistema de operações na PETROBRAS? Este gráfico mostra uma situação em que nós tínhamos uma produção de petróleo que estava em 2000 em um milhão, duzentos e setenta e um, nós atingimos em 2006, 2007, um milhão e novecentos.

Portanto, igualamos a demanda nacional. Quer dizer, a demanda é a carga processada no Brasil que é essa linha verde. Portanto, aqui em 2006 nós atingimos o equilíbrio entre a produção nacional e a demanda nacional. E em 2010 nós estaremos produzindo 2,3 para uma demanda nacional de um e novecentos, um oitocentos e noventa e cinco. Portanto, nós estamos vislumbrando aqui uma possibilidade de exportações bastante elevadas a partir do Brasil, porque estaremos produzindo um volume de petróleo muito maior do que necessitamos para as nossas refinarias, em 2010. Evidentemente que esta efetiva exportação vai depender do que nós chamamos de flexibilidade operacional. O que é que é a flexibilidade operacional? Na verdade, nós temos a produção de um petróleo que é de diferente tipos, predominantemente de um petróleo pesado no Brasil. Esse petróleo pesado no Brasil, ele é processado em nossas refinarias, nossas refinarias produzem os derivados que são predominantemente derivados leves, e hoje 80% do petróleo utilizado em nossas refinarias é pesado, é brasileiro. Fortemente pesado. Nós pretendemos estar utilizando em 2010, 90% do nosso petróleo de petróleo pesado. Petróleo brasileiro.

Portanto, nós continuaremos importando petróleo leve para misturar com o nosso petróleo pesado para viabilizar, otimizar a utilização de nossas refinarias de forma a produzir os derivados necessários para o mercado brasileiro. Evidentemente que os preços dos diferentes derivados têm dinâmicas distintas e,

portanto, a otimização dessa carteira de produtos de nossas refinarias depende de duas coisas. Depende da quantidade e do tipo de petróleo produzido, e depende da capacidade de processamento de petróleo pesado da refinaria, que é o que nós chamamos de unidade de conversão. Portanto, nós devemos aumentar o investimento nas nossas refinarias, para tornar nossas refinarias mais capazes e processar petróleo pesado e produzindo os derivados necessários para nós.

Por outro lado, se nós observarmos o final dessa curva aqui, nós temos a curva vermelha. Essa curva vermelha mostra o comportamento do mercado de derivado no Brasil. O mercado de derivados no Brasil vinha declinando até 2003. A partir de 2003 o mercado de derivados muda de inclinação e volta a crescer. Essa é a compra de derivados pelo mercado brasileiro. A nossa projeção para 2010 coloca que a demanda de derivados brasileira será um pouco superior à capacidade de refino até 2010. Por isso, nós estamos programando para 2011, o início da produção da refinaria de Pernambuco. Que não está nessa refino, aqui.

Portanto, em 2011, nós estaremos introduzindo uma nova refinaria em Pernambuco para produzir e processar 200 mil barris de petróleo por dia. Essa refinaria que entra em operação está prevista para entrar em 2011 e irá utilizar, portanto, parte do petróleo pesado que nós estamos produzindo, principalmente o diesel para o nordeste que é uma necessidade da região e do Brasil.

Além disso, em 2011 também, nós estamos prevendo a entrada em operação do complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, que é uma unidade também nova que irá processar em 2011, 150 mil barris de petróleo pesado e é uma refinaria petroquímica que irá produzir diretamente propeno e eteno, fornecendo matérias-primas fundamentais para a petroquímica brasileira sem necessitar utilizar as matérias-primas atuais que nós temos falta, que é a nafta e o gás natural. Portanto, nós estamos viabilizando com esse plano, em 2011, um aumento de demanda de petróleo pesado no Brasil, em torno, adicional do Brasil de petróleo pesado de 200 mil barris em Pernambuco de 150 mil barris no complexo petroquímico. Portanto, aumentando a demanda de petróleo pesado de 350 mil barris/dia em 2011. Além disso, hoje a situação de crescimento, esse crescimento de demanda previsto está na hipótese de um crescimento médio anual de PIB brasileiro de 4%. Que reflete-se no crescimento da demanda de derivados em torno de 2,6% dada a elasticidade-renda da demanda de derivados no Brasil.

Qual é o significado da auto-suficiência? A principal contribuição da auto-suficiência é garantir o fornecimento de um energético fundamental para o desenvolvimento brasileiro. Essa é uma situação muito rara entre os diversos países do mundo. Poucos países do mundo têm uma situação de produzir o energético fundamental da sua movimentação, de pessoas e cargas, produzir a quantidade necessária para este energético dentro do País. No momento em que o mundo enfrenta, crescentemente, uma escassez desse energético. No momento em que o mundo enfrenta crescentemente dificuldades de acesso a esse energético. No momento em que o mundo, para viabilizar acesso a essas fontes, utiliza mecanismos muito difíceis de serem generalizados, via força política, militar, via reservas financeiras extraordinárias, via potência acumulada da economia nacional, nós vamos mostrar que a maior parte dos grandes consumidores do mundo enfrentam problema diverso do Brasil, porque enfrentam uma não suficiência plena no fornecimento desse derivado. E para isso a garantia do fornecimento se torna um elemento fundamental na visualização do futuro energético desses países.

Qual é o significado imediato que nós temos? Nós temos uma reversão completa da balança comercial no Brasil. O petróleo no Brasil teve um impacto gigantesco sobre a balança comercial brasileira em todo o momento de crise no petróleo nos últimos 30, 40 anos. Desde 1970. Esses dados de 2004, 2005 mostram um pouco a tendência do que acontecerá. Nós saímos em 2004 nós tivemos um déficit na balança comercial de petróleo e derivado de 3,1 bilhões de dólares. Esse é o déficit da PETROBRAS.

Então, a PETROBRAS contribuiu negativamente no déficit comercial 2004, via exportação e importação de petróleo e derivados, de 3,1 bilhão de dólares. Em 2005, esses 3,1 bilhões de dólares, praticamente desapareceu. Virou 132 milhões de dólares. Em 2006 nós vamos transformar esse déficit num superávit em torno de três bilhões de dólares, já em 2006. Em 2010 essa contribuição será ainda maior. Portanto, longe de ser um problema de geração de necessidade e utilização de divisas externas para garantir o suprimento de petróleo, nós teremos condições de produção nacional que diminui a necessidade das compras externas de petróleo. Isso não quer dizer que o mercado de trabalho brasileiro possa se descolar do mercado internacional de derivados. O mercado brasileiro é um mercado aberto, esse é um mercado aberto, e, portanto, manter os preços nacionais por muito tempo, diferentes do mercado internacional de derivados, vai provocar ou a entrada de novos produtos via importações, ou a compra desses produtos no Brasil para aumentar as exportações para o exterior.

Portanto, no longo prazo é impossível numa economia aberta manter descolados os preços dos preços

domésticos dos preços internacionais. Mesmo que haja produção no País da matéria-prima fundamental desse produto. Isso acontece com o petróleo, como com todos os produtos em que haja livre fluxo de produtos entre os países.

Aqui é um pouco, mostrar a situação dos Estados Unidos, por exemplo, os Estados Unidos são o maior mercado de derivados de petróleo do mundo. A situação nos Estados Unidos hoje é que os Estados Unidos tem 58 milhões de barris/dia, 58% de consumo baseado em importações. Porque a produção americana é 57,9% do consumo americano.

Então, objetivamente a tendência até 2025 é que a dependência dos Estados Unidos, do petróleo importado, tenda a aumentar. Os Estados Unidos terá... A previsão do Departamento de Energia americano é de que em 2025, 70% da produção de petróleo será importada para atender o consumo americano. Isso nos Estados Unidos.

Se nós olharmos a China, que é outro grande País consumidor de petróleo do mundo, a China sai de uma situação de superávit comercial de petróleo em 1995 para se tornar numa grande importadora de petróleo do mundo. 2004 nós temos... Essa é a importação de petróleo na China e exportação de petróleo na China. Portanto, a China se tornou um grande importador de petróleo no mundo. A dificuldade de viabilizar isto no longo prazo, de acesso e garantia de suprimento é bastante elevado, e o impacto que isso tem sobre o mercado internacional de petróleo é bastante grande.

Se nós olharmos as reservas mundiais, de onde vem esse petróleo para atender essa demanda crescente dos Estados Unidos, da Europa, da China e do Japão. Hoje, as reservas mundiais nós temos cerca de 727 bilhões de barris de reservas provadas no Oriente Médio. A Europa, América Central e do Sul e a África, têm mais ou menos reservas em torno de 100 bilhões de barris. Portanto, em termos de condição de substituição dessa produção, eles estão mais ou menos em termos iguais, porém, em termos de geopolítica, de instabilidade da oferta, evidentemente que o Oriente Médio tem hoje, por razões históricas, políticas e sociais, uma instabilidade de garantia de fornecimento dessa matéria-prima fundamental para o desenvolvimento mundial, bastante intensa. No entanto, a natureza colocou no Oriente Médio a maior parte das reservas de petróleo. Não cuidar das garantias de fontes de suprimentos alternativos e não cuidar de garantias de suprimentos, é se colocar mais vulnerável as flutuações que ocorrem no Oriente Médio.

Do ponto de vista dos preços nacionais. Como eu disse, nós temos que manter uma certa relação entre os preços domésticos e o os preços internacionais. Esse gráfico mostra de dezembro de 2003 a dezembro de 2005, como se dá esse comportamento dos preços. Essa curva azul é o preço médio de referência do Brasil. O que é que significa isso? Isso aqui é uma média dos preços de derivados vendidos pela PETROBRAS ao mercado brasileiro, ponderados pelos volumes vendidos no Brasil, transformados em dólar pela taxa de câmbio corrente.

Então, se nós olharmos essa curva azul, nós vamos ver que essa curva azul ela tem uma flutuação bem menor do que essa curva vermelha. O que é que essa curva vermelha representa? Representa a mesma composição de produtos que nós vendemos no mercado brasileiro, na hipótese que nós fôssemos iguais ao Golfo do México nos Estados Unidos.

Então, a curva vermelha representa os volumes vendidos no Brasil ponderados pelos preços vendidos no Golfo do México. O que é que nós observamos? Que há uma flutuação muito maior na curva vermelha em relação à curva azul. No entanto, as tendências são semelhantes e em certos momentos há coincidências do preço internacional com o preço brasileiro. Com isso, nós estamos dizendo que no Brasil, dado a flutuação do mercado internacional, e dada o tamanho do produtor brasileiro, é possível suavizar as flutuações dos preços internacionais nos seus impactos sobre os preços brasileiros. Evidentemente que, aumentando a auto-suficiência, garantindo auto-suficiência na produção de petróleo, essa suavização pode ser ainda maior do que vem sendo. Porém, não é possível descolar inteiramente num longo prazo um preço do outro. A curva verde representa o preço do petróleo Brent. Esse petróleo Brent é um petróleo leve, de referência, não é o petróleo que nós produzimos, ele é um petróleo que tem um preço muito maior – e nós vamos ver mais adiante – do que o petróleo que nós produzimos, porque é um petróleo leve, é um petróleo de maior qualidade, e que há diferencial entre petróleo leve e pesado, tem aumentado de forma significativa nos últimos tempos.

Quando e como será alcançado a auto-suficiência? Como nós estamos dizendo, a auto-suficiência será alcançada em 2006. O que é que vai ser o ponto de alcance da auto-suficiência? A entrada em operação da P-50. A P-50 é uma plataforma que está para entrar em operação ainda no mês de abril, provavelmente, e esta plataforma vai aumentar a produção brasileira de 180 mil barris/dia. Portanto, vai aumentar em cerca de 10 a 11% a produção brasileira de petróleo. Com a entrada em operação da P-50 nós garantimos que vamos atingir no ano de 2006 uma média de produção equivalente à produção de 1910 barris/dia, superando

a demanda, portanto, prevista de 1,85 e 1,9 milhões de barris/dia.

Porém, isso não é apenas agora que nós vamos garantir a auto-suficiência. A auto-suficiência tem que ser sustentável. Ela para ser sustentável, ela tem que ser acompanhada de um Programa de Investimentos de introdução em operação de novas plataformas de produção. A indústria de petróleo, diferentemente de outros tipos de indústria, ela dá saltos. Ela não segue continuamente o aumento de produção. Você faz um investimento num determinado sistema de produção, isso dá um salto no volume de produção, porque você tem que produzir a capacidade plena, porque se não produzir a capacidade plena, não se justificam os custos, que os custos fixos são muito grandes e, portanto, você tem que entrar com capacidade plena. Uma vez que você entra com a capacidade plena você dá um salto na produção.

Por outro lado, do ponto de vista geológico, a produção atinge um pico em cada canto e declina a partir de um determinado momento e você vai investir em tecnologia para diminuir a taxa de declínio e, portanto, aumentar a taxa de recuperação dos campos. É assim que você viabiliza a continuidade do crescimento da produção. Com a entrada de novas operações e aumentando a taxa de recuperação dos campos existentes. Isso exige investimentos tanto na recuperação e manejo de reservatórios de campos maduros quanto na introdução de novos sistemas de produção que vão dar saltos nesse volume de produção.

Hoje nós estamos prevendo até 2010 uma entrada em operação, diversos, sistemas de produção bastante robustos, que garantirão essa auto-suficiência por muitos anos no País.

Quais as conseqüências disso? Como eu disse, nós teremos uma economia mais forte, geração de mais emprego, uma vez que nós teremos uma atividade econômica mais estável, teremos mais estabilidade tanto no crescimento econômico quanto na balança comercial brasileira, teremos fortemente segurança energética porque nós teremos fornecimento estável e garantido sob nosso controle de um elemento energético fundamental, sem precisar estar necessariamente estar submetido a crises potenciais de fornecimento energético externo, a soberania para decidir o ritmo de exploração que nós queremos e sustentabilidade para dada essa visão de longo prazo, permitir intervenções em investimentos em alternativas e novas fontes de energia para viabilizar modificações substantivas na matriz energética brasileira.

Além disso, evidentemente como indústria de petróleo é uma indústria fortemente pagadora de impostos, *royalties* e participações especiais, isso vai dar fortalecimento bastante intenso no volume de *royalties* e participações especiais, que pagaremos as diversas instâncias do Governo Brasileiro através do recolhimento à Agência Nacional de Petróleo dos *royalties* e participações.

Do ponto de vista do mercado interno, portanto, nós vamos ter uma menor volatilidade em preços internos e uma garantia de fornecimento físico do produto para o mercado brasileiro. As flutuações desse mercado, portanto, serão suavizadas nos seus impactos no mercado brasileiro. Dificilmente nós poderemos isolar o mercado brasileiro do mercado internacional, a não ser que nós pretendêssemos fazer do País uma autarquia em relação ao mundo, que não é o caso e, portanto, nós vamos ter apenas a condição de suavizar os impactos internacionais sobre o mercado brasileiro. E evidentemente que do ponto de vista do colapso de curto prazo de emergências de fornecimento de combustíveis, nós estamos absolutamente garantidos pela produção nacional.

Do ponto de vista de percepção global de risco, de percepção de perspectiva de crescimento do País e da PETROBRAS, a garantia desse fornecimento e viabilização de mecanismos para sustentar esse fornecimento no longo prazo, melhora a percepção de risco da companhia e do País, melhorando, portanto, as possibilidades de acesso ao mercado de financiamentos, e, portanto, alavancando a capacidade de ampliar ainda mais os investimentos feitos para manter o crescimento da atividade e a sustentação da auto-suficiência no País.

Como garantir a sustentação? Como eu disse, nós temos, de um lado, manter o Programa de Investimentos, de outro garantir a melhoria do manejo dos reservatórios, porém, é necessário ter reservas. É preciso encontrar reservas no futuro para continuar esse crescimento. Porque, dada a situação atual, nós sabemos que os campos vão declinar. Portanto, é necessário introduzir novos campos, novas gerações de áreas produtoras. Portanto, ter um portfólio exploratório, ter áreas onde nós possamos vir a descobrir petróleo é um elemento fundamental num horizonte mais longo de sustentabilidade de auto-suficiência no País. Então, nós precisamos ampliar a base de exploração da atividade petrolífera para viabilizar novas descobertas de forma a incorporar a essa capacidade de produção, novas áreas e continuar o crescimento que é o nosso objetivo de longo prazo, e não apenas de uma auto-suficiência pontual.

Para isso, nós temos, portanto, investimentos já realizados na história da PETROBRAS. De 1954 para hoje, investimentos realizados de duzentos e sete bilhões de dólares. Esses investimentos vêm crescendo

ultimamente. A previsão que nós temos de investimentos agora de 2006 e 2010 vai levar a um investimento médio em torno de onze bilhões de dólares por ano. Nós estamos, portanto, vendo um aumento do volume de investimentos. Esses investimentos cinza são investimentos nominais, e os investimentos vermelhos são os nominais adicionados da atualização pelo índice/preço americano.

Portanto, nós temos hoje já investidos ao longo da vida da PETROBRAS, 207 bilhões de dólares. E estamos prevendo no nosso plano de 2005 a 2010 investir 56 bilhões a mais até 2010.

Esse é o plano de investimentos. Então nós temos prevendo de 2006 a 2010, 56,4 bilhões de dólares de investimento. 87% desse investimento vão ser feitos no Brasil. E 13% desse investimento fora do Brasil. Em termos de segmento de negócios, 60% do investimento, 34,1 bilhões de dólares, nós estamos prevendo alocá-lo na exploração e produção de petróleo. Portanto, a maior parte de investimentos serão alocados para a exploração e produção de petróleo. Evidentemente que o petróleo vai ser, como nós não somos diferentemente da maior parte das empresas do mundo de petróleo, nós não somos uma empresa predominantemente exportadora de petróleo, nós somos uma empresa que temos a grande parte de nossa produção usada pela nossa refinaria no Brasil e vendida no mercado brasileiro, portanto, 85% de nossa receita vêm do mercado brasileiro, e vai continuar vindo do mercado brasileiro, nós temos que ampliar, também, os nossos investimentos no abastecimento. Aqui no abastecimento nós temos refinarias, logística e petroquímica em separado. Refinaria e logística, principalmente.

Na petroquímica nós estamos também aumentando o nosso investimento em torno de 4% para a petroquímica e estamos com 6,7 bilhões de dólares alocados para o crescimento na área de gás e energia. Aqui é o investimento só na área de distribuição e na área de utilização do gás. Porque dentro da exploração e produção, dentro desses 34,1 bilhões, nós temos um volume significativo de recursos voltados para aumentar a expansão da produção de gás no Brasil.

Do ponto de vista das áreas futuras da PETROBRAS, do ponto de vista da utilização de áreas para garantir a auto-sustentação da produção de petróleo no longo prazo. Aqui nós estamos com os BIDs, com os leilões realizados pela ANP de 2005, 2004, 2003, 2002, 2001, 2000 e 1999, e nós vamos ver que claramente nós tivemos uma mudança bastante significativa no perfil de áreas de exploração da PETROBRAS. Nós vínhamos num perfil de redução de áreas... Aqui são quilômetros quadrados de exploração e ampliamos fortemente as áreas de exploração nos últimos anos, o que garante, no longo prazo, a possibilidade de descobertas de novas fronteiras de produção no País.

Hoje nós temos blocos exploratórios que vão da Bacia de Pelotas à Foz do Amazonas. Nós temos, portanto, hoje uma diversificação bastante grande das áreas de exploração, ainda em fase exploratórias, (soa a campainha) Não temos ainda descobertas, e viabilizaremos a partir deste ano o crescimento da produção no Espírito Santo e a partir do ano de 2008 a produção também na bacia de Santos.

Bom, aí são os projetos todos. Vamos adiante.

Aqui são alguns projetos que entrarão em 2006. P-50 com a produção de 180 mil barris. A P-34 está prevista para junho de 2006 com a produção de 60 mil barris/dia, Golfinho que é do Espírito Santo com a produção de 100 mil barris/dia e Piranema que é em Sergipe, com a produção de óleo leve de alta qualidade de 20 mil barris/dia este ano.

Além disso, nós teremos em 2007 a entrada em operação de mais 100 mil, 280 mil, 380 mil, 460, 560 mil barris/dia, com este sistema de produção. O Módulo 2 de Golfinho, P-52, o Módulo de Espadarte e a P-54. Em 2008 entramos com a P-51 e a P-53 mais trezentos e sessenta mil. Em 2009 com frade, mais 100 mil, em 2010 com SPCO Módulo 3, P-57, P-55 e o projeto complementar de Albacora, portanto mais 360, 380, 460, 560 mil barris. Portanto, a capacidade de produção está prevista, todos esses projetos estão em construção ou em contratação até 2010.

Bom, esse aqui é a situação de 2010. Como é que ficará o fluxo de produtos no mercado brasileiro em 2010? Nossa produção brasileira será de 2,3 milhões de barris. Desse, 2,3 nós estamos pretendendo utilizar 1,7 nas nossas refinarias. Esses 1,7 serão misturados com óleos importados de 159, portanto, a carga processada em nossas refinarias será em torno de 1869. O consumo de derivados no Brasil será em torno de 2,60. Nós estaremos importando 191 mil barris de derivados, portanto, a importação total será em torno de 350 mil barris em 2010. E nossas vendas internacionais do Brasil, nós estamos pretendendo exportações de 522 mais 339 mil barris de produção internacional da PETROBRAS, o que vai fazer com que a PETROBRAS esteja vendendo no mercado internacional cerca de 860 mil barris/dia em 2010.

Bom, para comunicar isso para a população, para diversificar e celebrar o orgulho que é ter alcançado isso, nós estamos com a campanha institucional de divulgação desses resultados, de divulgação desse tipo de situação. A situação, hoje, a PETROBRAS gasta, em termos do faturamento dela, de propaganda, 0,26% em 1999; 0,25% em 2000; 0,23% em 2001; 0,13% em 2002; 0,17% em 2003; 0,20% em 2004; não tem aí, mas

nós temos em 2005, 0,16% do faturamento em propaganda. Portanto, absolutamente dentro de qualquer perspectiva de análise técnica, absolutamente padrão para empresas do tamanho da PETROBRAS.

Em termos de valor de marca, ou seja, em termos de reconhecimento do valor da marca da PETROBRAS, em termos de valor econômico da marca, há uma pesquisa mundial feita pela INTERBRAND, e essa marca no Brasil, a PETROBRAS foi a marca que mais cresceu nesse período em termos de valor até 2004, crescendo 94% em termos de valor de marca, comparada com a SADIA, com a BANCO REAL, BRAHMA, com o BANCO DO BRASIL, SKOL, ITAÚ, ANTARCTICA, UNIBANCO, BRADESCO e EMBRAER. Portanto, em termos de marca o resultado de publicidade da companhia foi bastante significativo.

Em termos do valor da marca, a avaliação em termos numéricos é que a marca da PETROBRÁS tem um valor milhão de dólares saindo de uma situação de valor em 2002 de duzentos e oitenta e seis milhões de dólares, portanto, agregando valor à empresa que hoje é importante chamar atenção, tem 60% do seu capital em mãos privadas.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Mas vocês vão vender a marca?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – A PETROBRAS tem 60% do seu capital em mãos privadas, 40% em Nova York. O Governo tem 37% do valor da empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A exposição não pode ser interrompida. V.Exª. está inscrito como o primeiro a perguntar.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Bom, por que comemorar? É um marco histórico para a companhia e para o País, é semelhante às comemorações dos 50 anos da PETROBRAS, é uma oportunidade de reforço na identificação da população brasileira com a PETROBRAS e é uma fidelização de todos os seguimentos da marca da PETROBRAS. Portanto, tem todos os sentidos em fazer uma campanha por um fato que em si é extraordinário e é motivo de profundo orgulho do povo brasileiro e que para a PETROBRAS é extremamente importante que reflete o esforço de 53 anos, portanto, coroa um conjunto de atividades e de sucessos dessa empresa, reconhecido por todos os brasileiros, reconhecidos pelos acionistas da PETROBRAS, reconhecido por toda a sociedade brasileira.

O Estado atual da campanha, nós estamos em elaboração ao plano de mídia. As peças gráficas estão em pré-produção, os filmes estão em pré-produção, serão utilizados brasileiros comuns, com personagens, integrantes da força de trabalho, não teremos personagens e nem participação de nenhuma personalidade na nossa campanha publicitária da auto-suficiência. Auto-suficiência vai destacar o povo brasileiro, vai destacar a capacitação técnica e os petroleiros, e não tem, portanto, nem participação de autoridades, personalidades, nem personagens na nossa publicidade.

Nós estamos dividindo a campanha em quatro momentos O momento um, que é o momento de preparação, que é o momento onde nós vamos discutir o significado de petróleo na vida moderna. Mostrando que o petróleo apesar de ser fortemente associado com gasolina e diesel, ele não é só isso. Ele, hoje, envolve um conjunto de bens e é importante na cadeia produtiva de conjunto de bens do País. Na semana de divulgação do início da produção da P-50, nós vamos destacar a conquista, o resultado do esforço empreendido nesses 50 anos da PETROBRAS e os benefícios da auto-suficiência. Depois disso, nós vamos avançar em campanha, que é o momento 2, dos benefícios da auto-suficiência para o Brasil e para os brasileiros. E no momento 3, nas áreas de atuação da própria PETROBRAS.

No momento 1, portanto, o foco é o petróleo. A abordagem é fortemente didática, que é tentar fazer o destaque da importância do petróleo na vida de todos. A idéia é valorizar o petróleo como maior fonte de energia e matéria-prima no mundo hoje, e o enfoque vai aproximar o grande público da auto-suficiência. Portanto, vai tentar mostrar que o petróleo não se resume apenas à gasolina e diesel.

Na semana D, é mostrar que chegamos a um divisor de águas. A partir desse momento nós passamos a ter uma situação nova onde passamos a enfrentar uma situação do mercado e uma situação da produção distinta do que éramos antes da auto-suficiência. Este essencialmente é um momento de destacar o orgulho do Brasil de ser um dos poucos países auto-suficientes do mundo, que é uma vitória do Brasil, da PETROBRAS e, sobretudo, do povo brasileiro.

Na semana seguinte nós vamos trabalhar sobre alguns conceitos importantes sobre País mais forte, economia mais forte, mais emprego, mais estabilidade para o País, segurança energética, soberania, sustentabilidade para investir novas fontes de energia. Objetivamente a PETROBRAS foi criada por esses objetivos, tem inauguração na P-50 como elemento importante, investimentos em pesquisa (soa a campainha), novas tecnologias de treinamento e, portanto, isso.

O momento 3 são os benefícios, o orgulho, e aqueles elementos que já mencionei. O desdobramento é destacar os impactos sociais e ambientais, e a PETROBRAS se orgulha de ser cada vez mais socialmente responsável.

Então, os termos sinteticamente, a importância do petróleo na vida das pessoas, o País forte, e se orgulha de chegar à auto-suficiência. A mídia usada vão ser praticamente todos os instrumentos de mídia. Portanto, com isso, eu encerro.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Srs. Senadores, a Mesa quer primeiro registrar aqui membros da Comissão, a presença dos Senadores José Jorge, autor do Requerimento, Valdir Raupp, Aelton Freitas, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi Augusto Botelho, Vice-Presidente da Comissão de Educação, César Borges, Eduardo Azeredo, e Geraldo Mesquita. Não membros da Comissão que estão presentes, nós vamos registrar. Registramos membros da Educação, agora vou registrar da Infra-Estrutura. Senador Rodolpho Tourinho, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Antônio Carlos Magalhães, Senador Sibá Machado, e Senadora Ana Júlia Carepa, Senador Aelton Freitas. E também registrar aqui a presença dos Deputados Federais, Luiz Bassuma, e Luiz Alberto, e também do que acaba de chegar, Deputado Federal Zezéu Ribeiro. Estão aqui presentes participando dessa reunião. O Senador Heráclito Fortes, o Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, solicita que se comunique é que ele está num vôo que está atrasado e possivelmente não poderá chegar a tempo. Embora nós o aguardemos aqui.

A Mesa queria ainda comunicar que eu vou fazer um apelo para que a gente cumpra o Regimento Interno. Cumprindo o regimento, todos terão oportunidade de faze suas inquirições e todos terão a oportunidade de ouvir as respostas. O regimento diz o seguinte: "Os membros da Comissão poderão, terminada a leitura, interpelar o orador exclusivamente sobre a exposição lida, pelo prazo nunca superior de três minutos. E a resposta será também de três minutos." Se nós conseguirmos será uma importante meta para nós.

E eu queria também dizer que o Presidente da PETROBRAS, finda a exposição que ele veio fazer sobre a campanha da auto-suficiência, ele se dispõe também a responder perguntas sobre o gás. Já nos comunicou lá da Mesa, que é um assunto também muito atual. Para inquirições estão inscritos: Primeiro, o autor do Requerimento que é o Senador José Jorge, depois o Senador Valdir Raupp, e depois o Senador César Borges. A Senadora Ideli Salvatti, o Senador Roberto Saturnino, o Senador Rodolpho Tourinho, Senadora Serys Slhessarenko, o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Sibá Machado e a Senadora Ana Júlia Carepa. Todos esses estão inscritos. E o Senador Augusto Botelho, que se inscreve agora, também.

Então, inicialmente com a palavra, solicitando, vamos fazer um esforço para que a gente possa cumprir o regimento, com a palavra o Senador José Jorge, autor do Requerimento.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Sr. Presidente, realmente é um tempo muito curto, inclusive eu como autor do regimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Não é a Mesa que está fazendo o tempo, é o regimento interno.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – Eu gostaria de dizer, em primeiro, lamentar que tenha demorado tanto para que nós tivéssemos aqui a presença do Presidente Gabrielli. Nós fizemos o Requerimento desde fevereiro, sempre todo o esforço, só agora, depois de muita luta, temos aqui a presença do Presidente, que eu acho que na realidade o Senado mereceria ter essa explicação mais cedo. Segundo lugar eu gostaria de saber, primeiro, vou perguntar bem rápido, qual o critério de auto-suficiência? Porque aparentemente existe o critério de valor de produção e o critério financeiro. Pelo critério de valor de produção, desde o início do ano, quando a produção já era de um milhão, oitocentos e cinqüenta e sete milhões de barris, 1,857 milhões de barris, nós já tínhamos atingido a auto-suficiência, e, portanto, era uma coisa já prevista, há anos pelos planos da PETROBRAS que em 2005, 2006 essa auto-suficiência seria atingida. Então eu gostaria de saber qual o critério, para que não fique dando a impressão de que isso foi obra de A, B ou C. Isso é uma obra de continuidade de anos e anos, inclusive, em outras épocas se fez muito mais, a produção aumentou muito mais do que agora nesses três anos.

Em segundo lugar, eu gostaria de perguntar sobre a questão da campanha sem si, porque na realidade... Primeiro, porque essa campanha foi feita pelo Publicitário Duda Mendonça. Se Duda Mendonça não servia para o Palácio, que reincidiu o contrato dele, por que a PETROBRAS, quando terminou o contrato dele, renovou, ele é réu confesso num crime grave, receber dez milhões de reais do PT no exterior. E, em segundo lugar, o próprio Tribunal de Contas da União já disse que não poderia mais ser renovado porque já ultrapassou os 25%. Primeiro por que isso. Segundo, por que uma campanha tão cara? Auto-suficiência é importante, mas a economia também é importante. A PETROBRAS tem aumentado, V.Sª. colocou aí os dados (soa a campainha) relativos ao faturamento da PETROBRAS. Mas acontece que o faturamento da PETROBRAS tem aumentado muito por conta do preço do petróleo. Mas a campanha publicitária deveria acompanhar na mesma proporção. Se a gente olhar aqui, por exemplo, no ano de 2002, nesse período 99/2002, tem uma média de cem milhões por ano. O ano de 2004 já foi 216, praticamente o dobro. E o 2005, V.Sª. não colocou, não

sei porquê, porque o balanço da PETROBRAS já foi publicado, foi de 220 milhões.

Portanto, em três anos mais que dobrou o valor da PETROBRAS em gasto da propaganda. Em relação ao faturamento, como o preço do petróleo aumentou, esses itens intermediários deveriam ser usados para economizar. Quanto custa a campanha, e se não vai haver uso político dessa campanha. Porque estão deixando para fazer a campanha exatamente nos dois últimos meses antes da eleição. V.Exª. é militante de um partido político, inclusive, apareceu no programa nacional do partido fazendo propaganda, portanto, é um direito que assiste a V.Exª, mas também é um direito nosso desconfiar daí em diante, de como a PETROBRAS vai ser utilizada na campanha eleitoral. Então, essa seria a segunda pergunta. A terceira, em relação à questão da GDK. Segundo o relatório técnico do Tribunal de Contas, que fez tanto trabalho envolvendo a empreiteira GDK conclui que o contrato exibia graves e inaceitáveis e inúmeras irregularidades. No trabalho os auditores recomendaram a retenção de dezessete milhões de dólares que a PETROBRAS ainda deve à GDK, que medida estatal está tomando para regularizar essa contratação ilegal? Quem são as pessoas envolvidas no ilícito e que participação teve o ex-dirigente Silvio Pereira que recebeu a tal caminhonete nesses gastos?

E por último, eu gostaria que V.Sª. também dissesse alguma coisa no final sobre essa questão da Bolívia. V.Sª. já está se comprometendo, mas teria muitas outras perguntas, mas infelizmente tem a questão do Gás Eno, que o Senador Tourinho já está junto de mim, vai perguntar, mas como eu sou do nordeste também eu gostaria de saber como está o Gás Eno, porque nós estamos auto-suficientes, mas em compensação nós estamos sem gás por conta dessa questão da Bolívia e mesmo por conta de que nós produzimos realmente pouco gás em relação à nossa demanda.

Então eu gostaria também de saber um pouco sobre essa questão de gás e por que também uma campanha tão cara? 37 milhões, 40 milhões de reais para gastar numa campanha, para nós aqui principalmente da Comissão de Educação, parece um dinheiro exagerado, quando existe tantas necessidades no País que poderiam ser melhor atendidas com esse dinheiro.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Presidência concedeu um pouquinho, um minuto a mais ao Senador José Jorge, porque ele é autor do Requerimento e agradecer a ele a maneira como ele rapidamente pôde resumir as suas perguntas. Com a palavra o Sr. Presidente José Sérgio Gabrielli, Presidente da PETROBRAS.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Excelentíssimo Senador José Jorge, é verdade que a nossa produção atingiu pontualmente um milhão, oitocentos e cinqüenta mil barris/dia. Por que é que nós não lançamos então assumindo que é auto-suficiente? Porque sem a entrada da operação da P-50, nós temos programas de manutenção previstos que vão reduzir essa produção a menos da auto-suficiência.

Então, como nós não podemos ter uma auto-suficiência que vai variando a cada mês, nós precisamos ter um volume de produção garantido que vai garantir na média do ano, a auto-suficiência.

Então, a razão absolutamente técnica por que é que nós anunciamos apesar de pontualmente nós estarmos com a produção maior. Mas como temos campos que vão entrar em manutenção e que vão reduzir a produção, nós precisaríamos ter nova produção adicional para garantir a média nacional acima de mil oitocentos e cinqüenta.

Em relação à campanha realizada que está sendo feita pelas três agências, não está sendo feita apenas pela de Duda Mendonça, nós iniciamos um processo licitatório para contratação de nova publicidade, e nesse processo, que é um processo longo, nós tivemos a necessidade de fazer um aditamento para a necessidade da campanha este ano.

Então, objetivamente nós estamos com um aditamento no contrato que é absolutamente legal, porque poderíamos fazer por mais tempo, fizemos apenas de um ano, para viabilizar e garantir a continuidade do trabalho nesse tempo. A PETROBRAS não é um Tribunal. A PETROBRAS não é a justiça, a PETROBRAS não pode julgar.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – E o Palácio do Planalto, é?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – A PETROBRAS não é, portanto, capaz, não tem capacidade jurídica de julgar. Ela tem que julgar, sim, a competência dos seus fornecedores, e até hoje a competência do fornecedor Duda Mendonça não foi questionada. O julgamento das ilegalidades possível ou não dele, é função das diversas instâncias de julgamento adequadas que existem no País.

Em relação às afirmações que o Exmº. Senador faz em relação ao TCU, eu queria insistir enfaticamente que são formulações preliminares, antes da ouvida do contraditório da PETROBRAS, o Tribunal de Contas ainda não se opinou, finalmente. (soa a campainha) Existem, portanto, discussões sobre isso. Depois eu me reservo a falar sobre isso.

Em relação ao preço da campanha, na verdade, o preço da campanha eu só queria chamar atenção que dada a situação do mercado brasileiro, o PETRO-

BRAS, apesar de ser a maior empresa brasileira, sem sombra de dúvida, não é a empresa que mais usa publicidade. No ano de 2004 foi a 7ª empresa em anúncio, perdendo para as CASAS BAHIA, UNILEVER, GENERAL MOTORS, VIVO, BANCO Do BRASIL, e PÃO De AÇÚCAR. Em 2005 passamos para 19º lugar perdendo para CASAS BAHIA, UNILEVER, GENERAL MOTORS, grupo PÃO DE AÇUCAR, VIVO, FIAT, TIM, LIDERANÇA, FORD, BANCO DO BRASIL, CLARO, SKY, VOLKSWAGEN, CVC, CAIXA ECONÔMICA, INSINUANTE, PONTO FRIO.

Portanto nós não estamos gastando nada de extraordinário. E mais do que isso, Exmº. Senador, com certeza, do passado a PETROBRAS gastou muito mais em outras campanhas. Particularmente na campanha da crise energética que nós vivemos. Nós gastamos muito mais naquele momento em campanha publicitária para o Governo do que hoje nós estamos gastando. Gastamos naquela época trinta milhões de reais que hoje equivale a 45 milhões de reais. Nós ainda não temos isso feito porque estamos em processo de produção e montagem de programa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – V.Exª. terá depois dois minutos para a réplica.

SENADOR JOSÉ JORGE (PFL-PE) – E sobre a GDK? Bom, na realidade isso está ficando um debate difícil de operar. Em primeiro lugar, em relação a questão do publicitário Duda Mendonça, o que V.Sª. não fez na PETROBRAS, o Planalto fez. O Planalto não cancelou o contrato dele, mas também não renovou. Então, são critérios diferentes para julgar a mesma coisa. Porque o publicitário Duda Mendonça, ele não foi julgado mas deu uma declaração pública de que teria recebido dinheiro no exterior para fazer a campanha eleitoral do PT.

Então, só isso já bastaria para ele não trabalhar para o Governo. Ele poderia trabalhar para uma empresa privada qualquer, mas não para uma empresa que é governada pelo partido do qual ele recebeu dinheiro.

Em segundo lugar, em relação à questão do custo do valor do contrato, os contratos poderão ser aditados em até 25%. Isso é normal. Pelo que o Tribunal de Contas investigou, esse contrato foi aditado em muito mais do que 25%, portanto, é uma irregularidade que não está concluída, mas já poderia ter sido evitada. (soa a campainha)

Em terceiro, eu gostaria que V.Sª. encerrasse, talvez, falando sobre a questão da GDK que eu falei, mas não foi citada.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com a palavra, o Sr. Presidente, no minuto que o Senador José Jorge abriu mão dele.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Bom, existe uma divergência entre várias divergências de interpretação de lei entre a PETROBRAS e o TCU. Uma delas refere-se aos contratos de publicidade, que é antiga. Essa divergência não é nova, o TCU tem a mesma posição, na época que o Exmº. Senador José Jorge era membro do Conselho de Administração da PETROBRAS, sabe que a mesma situação foi levantada, e, portanto, essa divergência sobre TCU, sobre renovação de contratos e aditivos de contratos, é antiga, não é nova, não é particularmente dessa situação. O Senador conhece isso porque ele estava no Conselho de Administração da PETROBRAS quando sofreu o mesmo tipo de acusação do TCU.

Além disso, do ponto de vista da GDK, a PETROBRAS tomou todas as medidas necessárias para responder ao TCU. Nós não temos ainda uma posição final do TCU sobre essa questão. Nós respondemos no dia 23 de janeiro de 2006 com um contraditório de oitenta páginas. Os elementos iniciais levantados pelo TCU envolvem uma série de interpretações, ao nosso ver, equivocadas em vários aspectos. Portanto enquanto nós não tivermos um posicionamento final do TCU, nós não podemos tomar providências em relação à GDK.

Em relação ao que a GDK fez com quem quer que seja, não compete a PETROBRAS também julgar isso. Isso é um problema entre a GDK e as pessoas que eventualmente foram beneficiadas por ele. Na medida em que a PETROBRAS tem tranqüilidade dos seus procedimentos internos, o que a GDK fez com outras pessoas é um problema entre a GDK e essas pessoas. PETROBRAS não tem que se manifestar sobre isso.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Segundo inscrito é o Senador Valdir Raupp, e logo a seguir o Senador Borges. Dentro do regimento, V. Exª. tem três minutos para as suas perguntas. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, Sr. José Gabrielli Presidente da PETROBRAS, realmente a PETROBRAS é orgulho do Brasil, do povo brasileiro. Acho que juntamente com a nossa querida seleção brasileira. Mas, Sr. Presidente, tenho observado que a PETROBRAS tem lançado Editais de concursos públicos para diversas áreas. Qual o impacto dessa medida no que se refere à mão-de-obra terceirizada?

Segund1 Hoje discute-se muito a participação de empresas em ações de responsabilidade social. Como tem sido a atuação da PETROBRAS na área de responsabilidade social?

Terceiro – o petróleo do Brasil ainda é muito caro, comparado a outros países. Com a auto-suficiência e os lucros recordes que a PETROBRAS tem obtido, eu pergunto se os preços podem baixar. Já conseguimos a auto-suficiência em petróleo. Por que não buscar a auto-suficiência em gás? Eu vejo que nós temos uma instabilidade terrível na questão do gás, principalmente o gás vindo da Bolívia. Do Gasbol. E por último, Sr. Presidente, eu vou aqui economizar tempo, eu quero falar sobre o gasoduto Urucu/Porto Velho. Porque os investimentos 2006-2010 vão somar 56,4 bilhões. Nós vamos precisar menos de dois bilhões para fazer um gasoduto que vai ter uma economia de um milhão e meio de litros de diesel por dia. Porque o gás é 50, 60% mais barato do que o diesel. Você vai diminuir a poluição, talvez baixe o custo da energia, e a CCC vai gastar na Amazônia esse ano 4,6 bilhões de reais. Só a CCC construiria o gasoduto de Guari/Manaus e de Urucu/Porto Velho. Então essas perguntas que eu faço ao Presidente. Muito obrigado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com a palavra o Sr. Presidente da PETROBRAS, Dr. Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exmº. Senador Valdir Raupp, a PETROBRAS tem esse Programa de Investimentos dada a situação financeira da PETROBRAS hoje, dada as condições de acesso ao mercado internacional, ela não tem limitações para viabilizar esse Programa de Investimento em termos de recursos financeiros. Nós conseguimos gerar com nossas atividades financeiras, o suficiente para financiar esse investimento. No entanto, nós temos uma restrição. Essa restrição está impessoal. Nós não conseguiremos com o quadro atual de pessoas que nós temos na empresa, viabilizar esse Programa de Investimento. Nós precisamos ampliar o quadro de pessoal da companhia. Nós estamos prevendo contratações em torno de 9.500 pessoas até 2008, via concursos. Porque com isso nós teremos recuperando um período que levamos 10 anos sem contratação, portanto, nós temos aí um hiato, na idade, na distribuição etária da nossa força de trabalho, porque 10 anos levamos praticamente sem contratação. As contratações recomeçaram em 2001, não começaram recentemente, começaram em 2001. Nós estamos acelerando essas contratações, porque para viabilizar esse Programa de Investimento é absolutamente fundamental que nós incorporemos nova força de trabalho na empresa.

Além disso, como esse programa é um programa que tem um forte conteúdo nacional, isso tem um impacto enorme sobre a indústria brasileira. Também a indústria brasileira de fornecedores vai precisar contratar mão-de-obra. Vai precisar treinar mão-de-obra. E a PETROBRAS, junto com o Governo Brasileiro, está participando ativamente de um programa chamado Programa de Mobilização de Indústria Nacional do Petróleo, que vai treinar até 2008 cerca de 77 mil pessoas para as atividades fornecedoras da PETROBRAS para viabilizar esse programa.

Portanto, o programa de concursos é um programa que tem todo sentido, dado o Programa de Investimentos que nós temos.

Em relação à responsabilidade social, a PETROBRAS se orgulha muito de ter na sua estratégia três pilares fundamentais. De um lado, tem que ser uma empresa de crescimento, uma empresa sustentável, portanto de responsabilidade, e de outro ser uma empresa com responsabilidade social fundamental. Em relação ao gasoduto Urucu/Porto Velho, que acho que a resposta direta interessa ao Senador, no projeto original do Urucu Porto Velho a PETROBRAS é parceira, é sócia de grupos privados na região e dada a situação de licença ambiental que foi definida, nós precisamos agora terminar o arranjo societário, porque o gasoduto não será o gasoduto só da PETROBRAS. Isso está sendo encaminhado, estamos em processo de negociação sobre isso.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Terceiro inscrito, Senador César Borges... Ah, V.Exª. tem três minutos.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Faltou a resposta do preço do petróleo. Por que não baixa o preço do petróleo se auto-suficiente e lucros recordes?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O problema do preço do petróleo tem dois aspectos que são importantes de chamar a atenção. Um eu já mencionei, o preço do petróleo não pode descolar do preço internacional, porque se ficar muito acima do preço internacional por muito tempo, isso vai trazer um crescente, exportação acima no mercado brasileiro e importação. Vai provocar importação de produtos para o Brasil. Se ficar muito abaixo do preço internacional no mercado brasileiro, como é um mercado aberto, muitos vão comprar da PETROBRAS e exportar. Portanto, no longo prazo não é possível descolar o preço nacional do preço internacional pelo lado comercial. Por outro lado, do ponto de vista dos investimentos, nós, para fazermos sonda, para fazer produção, nós precisamos de sonda, nós precisamos de sísmica, nós precisamos de uma série de conjunto de bens e serviços que são em dólar. Que são não só dolarizados, como são atrelados ao preço internacional de petróleo. Nós temos hoje doze bilhões de dólares de dívida. Nós hoje, a PETROBRAS é uma empresa que tem hoje uma situação financeira bastante tranqüila.

No entanto é uma empresa que vai continuar acessando o mercado internacional para captar recursos para viabilizar seus investimentos. Isso envolve desembolsos em dólar, e muitas vezes, o custo está associado ao preço de petróleo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O próximo inscrito é o Senador César Borges e depois a Senadora Ideli Salvatti. Com a palavra o Senador César Borges para as perguntas que pretende fazer.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente da PETROBRAS, Dr. José Sérgio Gabrielli, a minha pergunta inicial é: Por que no atual Governo o desempenho da PETROBRAS no aumento da produção de petróleo foi tão pífio? Ao fazer essa campanha publicitária sobre a auto-suficiência, sem sombra de dúvida, há um aproveitamento político. O Presidente Lula quer se apropriar de um mérito que não é dele. A auto-suficiência é uma conquista que orgulha os brasileiros, é bem verdade, mas está longe de ser uma conquista do atual Governo. Quando Vargas concebeu a campanha "o petróleo é nosso", mas foi no governo, inclusive no governo passado que demorou oito anos que de fato se concretizou, seu gráfico mostrou isso. Assumiu àquela época o Governo passado, do Presidente Fernando Henrique com a produção de 668 mil barris/dia, e entregou ao Governo Lula com a extraordinária produção de um milhão e meio barris/dia, representando aumento de 125% da produção em oito anos. Numa média de crescimento anual de 11%. Agora, durante o Governo Lula, a produção foi aumentada de 1690 mil barris, média de 2005, o que representa um crescimento realmente pífio de 12,7 em três anos, uma média anual de quatro anos. Será que isso será dito nessa campanha publicitária? Será que será feita justiça ao que realmente levou a PETROBRAS a alcançar a sua auto-suficiência, o Brasil, auto-suficiência de petróleo? Ou será meramente uma campanha visando política? Porque nos leva a crer que nós poderíamos ter, inclusive, alcançado se o atual Governo mantivesse o ritmo do governo passado, essa auto-suficiência há mais tempo. Daí concluir que a PETROBRAS atrasou, Srs. Senadores, intencionalmente (soa a campainha) essa conquista para coincidir com o ano eleitoral. Agora, a imprensa noticiou recentemente que 50 milhões, é o que está dito, que V.Exª. precisa confirmar aqui, é o que será gasto para divulgar a auto-suficiência nessa campanha já contratada ao publicitário Duda Mendonça que nós conhecemos tudo que o que pesa sobre Duda Mendonça apesar de V.Sª. se isentar de que não é julgador, não é tudo mais, mas o que nós acreditamos é que Duda Mendonça teve esse contrato para fazer como ele fez na CPMI dos Correios. Ficar calado. É o pagamento pelo seu silêncio. Ele vai ganhar 50 milhões para produzir. Outro fato, veja, V.Sª. fez um sofisma sobre o gasto de propaganda da PETROBRAS. Percentualmente. Acontece que – como disse o Senador José Jorge – que o faturamento tem crescido.

Então, no ano de 2004, foi para o gasto de duzentos e dezesseis milhões, a PETROBRAS. O que supõe que 2005 esteja chegando a trezentos milhões de reais/ano. Agora, eu quero dizer mais a V.Sª. A PETROBRAS usou muito desse dinheiro politicamente na campanha eleitoral de 2004 de Prefeitos. E fez isso no meu Estado da Bahia. Patrocinando, inclusive, festa de Município, de emancipação de Município. E as notícias que nós temos de recursos da PETROBRAS for utilizar até para calçar e pavimentar ruas, porque estão embutidos em outros contratos, inclusive, nesse famoso contrato da GDK, onde o Tribunal de Contas da União aponta um superfaturamento de vinte e três milhões de dólares. Lamentavelmente, é isso que nós sabemos. Como nós sabemos que V.Sª. tem um compromisso partidário muito forte com o PT, faz parte do aparelhamento do Estado, de uma empresa tão importante, internacional como é a PETROBRAS, sem ter conhecimento específico da área de petróleo, sem fazer parte do quadro, foi simplesmente indicado de forma partidária. Então essas suposições nós temos todo o direito de ter e eu gostaria que V.Sª. pudesse esclarecer aqui.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com a palavra o Sr. Presidente da PETROBRAS, Sr. José Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – V.Exª. não tem obrigação de saber como funciona a indústria de petróleo. Evidentemente. Mas como eu mencionei aqui, a indústria de petróleo funcional por saltos. O que aconteceu no período de comparação, nós não queremos fazer essa comparação, porque achamos que não é adequado fazer essa comparação com o período de oito anos a nós. Mas o que aconteceu, é que duas grandes plataformas, a P-43 e a P-48 e a P-50, que deveriam estar prontas, no Governo anterior não ficaram prontas.

Então, objetivamente se elas não entraram em operação, a produção no ano seguinte vai cair. Até que elas entrem em operação. Quando nós assumimos a Diretoria da PETROBRAS, essa gestão atual iniciada pelo Presidente José Eduardo Dutra em 2003, nós encontramos essa situação na mão. Nós tínhamos uma situação herdada de uma produção parada de crescimento, porque não tinha possibilidade de crescer com a produção da P-43, P-48 feitas pela KBR, que é uma empresa internacional do Vice-Presidente dos Estados Unidos, nós entramos com um processo de negociação intensíssimo com eles para viabilizar a entrada de ope-

ração da P-43 e a P-48. Conseguimos colocar a P-43 e P-48 em operação. Vamos colocar a P-50 agora. Foi por isso que tivemos em 2004 um problema.

Porém, em 2005 nós crescemos 13% da nossa produção. Só em 2005. Em 2006 com certeza, nós vamos crescer muito mais, porque conseguimos recuperar o que foi atrasado no período anterior. Além disso, o período anterior nos deixou com um portfólio exploratório, áreas de exploração declinantes. Nós tivemos queda da atividade produtiva, o que ameaçava o futuro da PETROBRAS. Nós revertemos isso, ampliamos nossa presença nos leilões, e ampliamos a capacidade do futuro da PETROBRAS.

Então, objetivamente teve diferença também disso. Nós não queremos entrar nesse debate, mas estamos dispostos a entrar. Do ponto de vista, em relação ao Sr. Duda Mendonça, o Senador conhece muito bem o Duda Mendonça, (soa a campainha) foi publicitário do Senador por muito tempo. Do Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – V.Exª. comprove isso! V.Sª. está dizendo uma mentira, uma inverdade. Comprove isso! Ele não tem direito de mentir aqui.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – V.Exª. terá dois minutos de réplica, depois. V.Exª. terá réplica. Prossiga com a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu publicitário? V.Exª. tem a responsabilidade de dizer a verdade.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – A situação do publicitário Duda Mendonça, na questão política, não é o nosso problema. Nós, enquanto PETROBRAS, estamos analisando a empresa de publicidade que presta nosso serviço, do ponto de vista técnico. E do ponto de vista técnico não há contestação à capacidade técnica dele. Enquanto não for provado o compromisso dele e o problema da impossibilidade legal de fazer esse serviço, não tem porquê a gente julgar, nós não somos julgadores. Nós temos compromisso com nossos acionistas, inclusive o Governo Brasileiro, que querem um bom serviço prestado à PETROBRAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senador César Borges, dois minutos de réplica.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, o que nós sabemos é que o Sr. Duda Mendonça foi publicitário e conselheiro do Presidente da República Presidente até pouco tempo. O Presidente não fazia nada, não dava um espirro sem consultar Duda Mendonça, e todos os contratos do Duda Mendonça com a Presidência da República foram cancelados. PETROBRAS, não. Eu volto a dizer. É pagamento pelo silêncio do Sr. Duda Mendonça. Inclusive, eu tenho informações que não foram concorrências feitas, na verdade. Como disse aqui V.Exª. foram aditados esses contratos. Poderiam ter sido feita concorrência. Mas não foram. Então, nego peremptoriamente essa sua afirmativa que ele tenha sido publicitário meu. Eu acredito e posso falar pelo Senador Antônio Carlos Magalhães, de forma nenhuma. Agora, lamento que V.Sª. venha desacordar dos números que aqui eu citei. Eu citei que a produção no governo passado cresceu 125%. Neste Governo apenas 12,7. Uma média anual de 4%. (soa a campainha) E se atrasaram a construção das plataformas se deve muito sobre a política populista, inclusive, danosa e onerosa à PETROBRAS, que foi praticada pelo Presidente Lula. Que procurou fazer demagogia em cima de uma estatal que tem acionistas privados. DizendO – Vamos fazer aqui dentro que atrasou a construção dessas plataformas. Foi isso que atrasou. Mas seu gráfico, nada melhor demonstra de como o crescimento aconteceu no Governo passado, e nesse Governo se estabilizou a produção. Aqui está. Aqui está o crescimento do ano de 1998 ao ano de 2002, como cresceu, e como ficou estabilizado...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Isso já vem crescendo há muito. Agora cresceu de forma, eu diria, quase exponencial nos últimos quatro anos de 98 a 2002, e estagnou no seu Governo, por conta de medidas incorretas. Porque essa é uma estatal nacional, de interesse estratégico nacional, com a atuação internacional, e que lamentavelmente tem sido utilizado politicamente pelo aparelhamento (soa a campainha) que o Partido dos Trabalhadores tem feito do Governo e das estatais.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Próxima inscrita, Senadora Ideli Salvatti tem a palavra para suas inquirições e os inscritos a seguir são o Roberto Saturnino e o Senador Rodolpho Tourinho. Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, o requerimento para esta Audiência Pública, apresentado nas duas Comissões, tinha como objetivo discutir a auto-suficiência em petróleo, e também a questão da campanha publicitária. Os requerimentos eram pouco diferenciados de uma Comissão para outra. Em primeiro lugar, nós apresentamos à Mesa do Senado, o requerimento para a realização de uma Sessão Especial no dia 03 de maio, para comemorar a auto-suficiência brasileira em petróleo. E seria importante registrar que este requerimento que nós encabeçamos teve o apoiamento do Senador Arthur Virgílio,

do Senador Agripino, do Senador Ney Suassuna, do Senador Mercadante, enquanto líderes. Além disso, teve o apoiamento do Senador José Sarney e do Senador Marco Maciel, pelo período que estiveram também no comando do executivo nacional e que, portanto, tem o entendimento da importância da auto-suficiência brasileira. Além disso, outros Senadores também fizeram o apoiamento, como o Senador Pedro Simon, Senador Tião Viana, e o Senador Saturnino Braga. Que é uma demonstração inequívoca de que a auto-suficiência brasileira em petróleo é uma questão de Estado. É uma questão do Estado Brasileiro. É uma questão que todos os que defendem o Estado Brasileiro, todos os que entendem que a energia é algo estratégico e, portanto, como política de Estado, deve ser trabalhado neste entendimento, que eu acho que (soa a campainha) teve um corte muito claro quando na década de 50 tivemos a campanha do "petróleo é nosso", e isto é algo político, estratégico para qualquer País, e quando se trabalha a auto-suficiência também está se trabalhando na linha estratégica de que não é possível ter soberania se nós não temos como ingrediente a auto-suficiência energética, inclusive a diversificação, que acho que é algo que nós temos em andamento no País quando apostamos na questão do biodiesel, quando apostamos na questão da retomada do programa do álcool, quando desencalhamos toda uma série de empecilhos para que aproximadamente 40 usinas elétricas no País pudessem deslanchar que isso é uma política adotada pelo Governo Lula de forma muito clara, é essa política estratégica de Estado, e não de Governo. (soa a campainha) Por isso que eu queria até poder fazer o meu questionamento ao Dr. Gabrielli exatamente sob essa visão estratégica de política de Estado. No corredor, o Senhor veio me dizendo que a sua vinda no dia 03 de maio para a audiência vai ser na seqüência de um Prêmio Internacional que, inclusive, a PETROBRAS estará recebendo pelo reconhecimento da...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senadora, a Presidência vai pedir que V.Exª., a exemplo dos demais colegas, cumpra o regimento interno, 30 segundos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Já estou terminando a minha segunda pergunta. A importância desse reconhecimento da tecnologia da PETROBRAS em águas profundas, o quanto que impactou o fato das plataformas, a decisão política de tê-las determinado que no máximo possível fosse feita com tecnologia nacional, dentro desta visão estratégica de Estado, que eu tenho o entendimento que tem a questão da auto-suficiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com a palavra o Sr. Presidente da PETROBRAS, Dr. José Sérgio Gabrielli para as respostas.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Senadora Ideli Salvatti, realmente a PETROBRAS ela tem hoje um reconhecimento mundial de ser uma das melhores, se não a melhor empresa na produção de águas profundas do mundo. Nós hoje estamos perfurando no Golfo do México, nos Estados Unidos, poços a 11 quilômetros de profundidade. Estamos aqui na bacia de Santos a cinco mil metros de profundidade.

Então, portanto, nós temos hoje uma capacidade de produzir em lâmina d'água e de perfurar em laminas d'água acima de 2.500, 3.000 metros, reconhecida no mundo inteiro. Portanto, essa é uma questão tecnológica importante de competitividade da PETROBRAS e posicionamento da empresa no mundo. Do ponto de vista do Estado, da estratégia do Estado de viabilizar o acesso a um energético fundamental para o crescimento, a capacitação da indústria e da sua cadeia produtiva é fundamental. Porque se nós tivéssemos de fazer a produção de petróleo baseado só e exclusivamente em fornecedores estrangeiros, nós continuaríamos vulneráveis em um outro nível da cadeia produtiva. Portanto, também aumentar o conteúdo nacional e fazer com que as conquistas tecnológicas e a capacitação para tratar da possibilidade de produzir petróleo seja divida com outros produtores nacionais, é garantia também de longo prazo de soberania e de estratégia e sustentação de crescimento a longo prazo.

Evidentemente que se os custos fossem completamente distintos, nós estaríamos equivocados. Se o Senador César Borges estivesse correto, de que a política de conteúdo nacional fosse uma política de aumentar custos, evidentemente que isso não é sustentável no longo prazo. Mas a prática dos últimos três anos, que não se aplica a P-43, P-48, Senador, (soa a campainha) foram solicitadas pela KBR estrangeira que fez uma licitação internacional e uma delas foi construída no Brasil, porque foram preços melhores, a outra foi feita em Cingapura, a P-51 e P-52 que estão sendo feitas no Brasil, estão sendo feitas a custos menores do que outras plataformas que estão sendo feitas nesse momento no Golfo do México e na África, do mesmo tamanho.

Então, a política de aumentar o conteúdo nacional, ao invés de aumentar o custo, diminuiu o custo. É uma política estrategicamente importante para garantir a sustentação de longo prazo na produção de petróleo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Senadora Ideli Salvatti, um minuto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, é que eu havia já solicitado ao Dr. Gabrielli a

possibilidade de perguntar a respeito da questão do gás. Na sexta-feira passada, o Fórum Industrial Sul se reuniu em Santa Catarina, juntando o setor empresarial do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. E cinco questões foram levantadas. Nem sei se é o caso de ter as respostas aqui, mas que pelo menos nós pudéssemos ter uma alternativa de conversação com a PETROBRAS, é isto que eu estou sendo porta-voz em nome do Fórum industrial Sul.

Primeiro – Alternativas de fornecimento de gás. Porque o sul do País é totalmente dependente do gás boliviano; A questão das tarifas. Equiparação das tarifas entre o gás nacional e o importado tendo em vista que isso é um diferencial, acaba tendo um diferencial de preço para o sul do País significativo; A questão da lei do gás, a aprovação da lei do gás que está tramitando aqui, não está na sua prerrogativa, está na nossa; (soa a campainha) a ampliação do Gasbol com traçados a serem definidos que possam amenizar a situação nossa lá no sul do País, e a conclusão da obra do gasoduto Uruguaiana/Porto Alegre.

Essas são as cinco questões levantadas pelo Fórum Industrial Sul, reunido sexta-feira em Florianópolis, que eu sou porta-voz no sentido de poder ter atendimento ou equacionamento dessas questões junto a PETROBRAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O próximo inscrito, Senadora é o Senador Roberto Saturnino, a seguir o Senador Rodolpho Tourinho, e depois a Senadora Serys. Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Dr. Gabrielli, antes de tudo quero cumprimentar V.Exª. pela clareza da sua exposição, respostas e pela densidade das informações que nos traz. Eu só queria recordar o que foi a história do Brasil nos últimos 50, 60 anos. Eu acompanhei, vivi este período, e me lembro perfeitamente bem de que a história deste País se coincidia com a história das crises cambiais, o Brasil sempre a braços com as crises cambiais que restringiam as suas possibilidades de desenvolvimento, bibliotecas foram escritas sobre este assunto, e a ligação dessas crises cambiais com a incapacidade do Brasil de produzir petróleo e com o crescimento das importações que acompanhava o crescimento da renda e do produto brasileiro.

Então, quem viveu isso e quem se lembra do pessimismo em relação ao petróleo, das acusações que foram feitas ao grande estadista brasileiro Getúlio Vargas quando da proposta da criação da PETROBRAS, acusações desse tipo de que era desperdício de dinheiro que o Brasil não tinha mesmo petróleo. Quem viveu tudo isso entende a razão de ser desta campanha da auto-suficiência, a importância histórica na história deste País está o cumprimento desta meta, que foi meta de muitos períodos. É uma meta de Nação brasileira, é uma meta de Estado, não é uma meta de Governo. Por conseguinte está na hora de comemorar mesmo, e comemorar de uma forma mais competente possível e acredito que a PETROBRAS vá fazer isso. Eu só me permito fazer uma observação que o Senhor disse que não haverá nenhum personagem presente nesta campanha. Eu acho que seria de justiça (soa a campainha) que o personagem Getúlio Vargas aparecesse nessa campanha, porque foi o estadista brasileiro que teve esta visão, esta intuição, esta sensibilidade.

Mas, agora, eu queria que V.Exª. me dissesse no minuto que me resta, algo a respeito da localização desta refinaria petroquímica no Estado do Rio, que nós, a minha expectativa é que ela se localizasse em Itaguaí, no Porto de Sepetiba que vai ser maior porto da América do Sul, inevitavelmente pelas suas condições físicas, mas a escolha de Itaboraí... Sei que é um projeto para a economia do meu Estado de capacidade de alavancagem maior do que qualquer outro que jamais foi feito maior até que a própria, não digo que a própria siderúrgica nacional no momento em que foi feito, porque naquele momento a siderúrgica foi alavancadora da economia brasileira, mas agora o Estado do Rio, depois de chegar ao fundo do poço na sua economia, revivendo as etapas anteriores, acredita muito e aposta muito nessa refinaria. E houve a grande discussão e acabou sendo (soa a campainha) escolhida a localização de Itaboraí que não estava nas previsões daqueles que polemizavam sobre o assunto. Eu queria uma palavra de V.Sª. a respeito disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com a palavra o Dr. José Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Bom, em primeiro lugar eu queria aproveitar aqui a sugestão do Exmº. Senador Antônio Carlos Magalhães a lembrar que a prospecção em tecnologias de águas profundas é muito antiga na PETROBRAS, ela é resultado de um longo período que vem de muito tempo. É verdade que não é uma coisa recente, é uma coisa que se acumula ao longo do tempo. Em relação às questões da Senadora Ideli Salvatti, eu vou tentar concentrar... Tenho pouco tempo a responder também ao Senador Saturnino, vou tentar me concentrar numa resposta sobre a situação atual, e algumas dificuldades que nós temos na indústria de tomasse.

Hoje nós estamos vivendo uma situação emergencial de um duto, um oleoduto que foi rompido por uma chuva na região do Chaco na Bolívia. Esse oleoduto transporta condensado que é líquido que vem

junto com o gás, na medida em que nós não podemos escoar o líquido nós não podemos produzir o gás. Portanto, nós tivemos que ter uma redução da produção de gás na Bolívia. Isso impacta o transporte de gás para o Brasil. Nós tentamos minimizar o impacto geral desse efeito de redução de gás no Brasil tentando absolver no âmbito interno da PETROBRAS o maior impacto possível dessa redução de produção, e, ao mesmo tempo, intervir lá na Bolívia para recuperar um duto alternativo mais antigo da TRANSREDES para viabilizar a recuperação no curto prazo desse acidente. O trabalho final vai levar 30 dias.

No entanto nós temos hoje praticamente uma certeza bastante grande de que os impactos sobre o mercado brasileiro serão praticamente nulos, fora dos impactos sobre a PETROBRAS. Nós podemos evidentemente que temos que ter a cautela técnica necessária para terminar a avaliação da rapidez da recuperação do duto lá na Bolívia, (soa a campainha) Mas podemos dizer, com certeza, que os impactos serão mínimos possíveis. Em relação a Itaguaí, Itaboraí e Campos, nós fizemos uma avaliação das diversas áreas de localização. Isso é um complexo extremamente estruturador, é um complexo que tem uma capacidade de crescimento muito grande, nós tínhamos que analisar os impactos ambientais e a possibilidade de expansão fora de áreas urbanas. Itaboraí é um Município fortemente rural e que na área e na configuração existente é o Município que mais permite expansão da sua atividade porque não tem áreas urbanas concentradas. E é próximo de São Gonçalo que tem uma população grande e que poderá permitir também a instalação de alguma infraestrutura para a instalação de mão-de-obra.

Então, a escolha foi uma escolha em função da perspectiva de expansão estrutura do complexo no Estado do Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – V.Exª. tem dois minutos.

SENADOR ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Eu só queria aproveitar também em complemento ao que o Dr. Gabrielli disse, todo o processo de liderança da economia brasileira a partir da auto-suficiência vai coincidir com um outro processo, uma acumulação de efeitos benéficos resultantes da vocação brasileira para a produção de combustíveis renováveis no momento histórico em que o mundo vai viver a escassez de petróleo de uma forma aguda nos próximos 20, 30 anos. E a perspectiva que se abre para o Brasil, exatamente a partir da sua estabilidade em termos de produção de petróleo, da garantia das estabilidades da auto-suficiência poder avançar, ampliar e investir na produção de combustíveis de base agrícola, é fundamental. É da maior importância. E eu queria também um breve comentário sobre a participação da PETROBRAS nessa produção de biocombustíveis. (soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O próximo Senador inscrito é o Senador Rodolpho Tourinho, em seguida a Senadora Serys. Acabam de se inscrever também o Senador Sérgio Cabral e o Senador Eduardo Suplicy. E a Presidência registra a presença do Senador Marco Maciel. Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho que é o próximo inscrito.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente Gerson Camata, Sr. Presidente da PETROBRAS, a primeira coisa eu gostaria de discordar de V.Sª. em relação à questão da PETROBRAS, do Governo anterior e dessa em relação aos blocos de exploração que V.Sª. afirmou quando, na minha avaliação, tinha menos blocos. Mas a medida que nós devemos ter é quilômetro quadrado, e não bloco. Que a área de quilômetro quadrado é que você efetivamente verifica e vai ter uma condição muito maior de exploração.

Então, a situação não é bem essa que V.Sª. colocou. É só para consertar. A outra questão é que eu acho que nós estamos nesse momento frente a uma constatação que é se transformar um fato operacional num feito histórico. Eu acho que é importante do ponto de vista da história isso. Agora, é um fato operacional já previsto antes, e eu queria aqui, até para fazer justiça aos técnicos da PETROBRAS, para fazer justiça à grande empresa que é a PETROBRAS, dizer que o grande responsável no fundo pela auto-suficiência, hoje, que a gente tem e vai ter, mas já anunciada desde 99, 2000, é efetivamente a quebra do monopólio do petróleo. A partir de 1997, e o Senhor pode verificar nos gráficos aí existentes, é que efetivamente se teve um grande crescimento da PETROBRAS, até pelas parcerias que ela fez com o mercado. Porque se sair de uma produção de 838 mil barris em 97, para essa produção anunciada em 2006 de um milhão e novecentos. É exatamente nesse período é que houve o grande crescimento de produção.

Eu queria dizer também que essa sensação que fica em relação a essa propaganda, nós estamos um pouco escaldados. Em relação ao FUNDEB (soa a campainha), por exemplo, a propaganda do Governo, é que o Programa já existe, já está em funcionamento, e o Governo já estaria colocando quatro bilhões de reais, o que não é verdade. Escaldados também em relação ao "Programa Luz no Campo", que o "Luz Para Todos", realmente levou energia para os brasileiros, para dois milhões de brasileiros quando o "Luz no Campo" levou para três milhões de brasileiros.

Então, por tudo isso, e por essas razões técnicas e por esse fato de estar se transformando esse fato operacional previsto antes num feito histórico, e de se saber que se leva pelo menos cinco anos entre a descoberta de um campo até colocá-lo em operação é que nós colocamos isso, que nesse momento, desconfiança, inclusive, em relação a essa propaganda e poderíamos discutir mais tecnicamente, mas já não temos tempo, e creio também que V.Sª. falará sobre o gás depois. Eu quero colocar logo, teria, Sr. Presidente, questões em relação ao gás.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Com a palavra o Sr. Presidente da PETROBRAS.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Senador Tourinho, na verdade, nós tivemos redução de números de blocos e de quilômetros quadrados. Não só de quilômetros quadrados. As duas coisas nós tivemos redução. Que era uma política claramente adotada no período da PETROBRAS não disputar os leilões da ANP para viabilizar a entrada de novos concorrentes internacionais. Então é uma política perfeitamente justa e legítima. Eu não concordo, mas foi uma política adotada nesse período que levou a uma redução das áreas.

Quando nós assumimos a direção da PETROBRAS, nós revertemos a política e resolvemos participar ativamente dos leilões da ANP para viabilizar o futuro com áreas exploratórias, porque a indústria de petróleo só cresce. Ou descobrindo novos petróleos ou comprando. Nós achamos que temos uma situação excepcional entre as empresas de petróleo porque temos capacidade de crescer com apenas o crescimento orgânico de nossas áreas produtivas. Eu, *data venia*, e pedindo... Me colocando claramente como simples cidadão frente ao Senador, eu queria desacordar da idéia de que atingiu a auto-suficiência da produção de petróleo é apenas um simples fato operacional. Os fatos operacionais são importantes em si. Porque são fatos operacionais que leva à produção. Mas, além disso, é um fato histórico, sim, Senador. É um faço histórico porque não somente nós vamos atingir num ponto a produção, mas estamos garantindo que num horizonte visível, nós tenhamos condição de garantir a sustentação da produção necessária para o País por muito tempo, incluindo a possibilidade de descobrir novas áreas, porque estamos investindo fortemente na exploração de novas áreas. É um fato histórico, sim, é uma mudança de situação substantiva da PETROBRAS em relação ao mercado brasileiro e em relação à sua capacidade de expansão no mundo.

Então, objetivamente é uma situação bastante distinta. Em relação à publicidade e propaganda (soa a campainha), nós estamos fazendo uma campanha institucional, e vamos fazer uma campanha institucional sobre o orgulho de ter atingido essa situação. A PETROBRAS no passado já foi envolvida numa série de outras campanhas governamentais. Várias outras campanhas governamentais. No passado, no Governo anterior. Várias campanhas governamentais foram feitas com recursos da PETROBRAS, que não eram necessariamente campanhas diretamente associadas à PETROBRAS. No entanto a PETROBRAS participou, e por isso está respondendo no TCU, inclusive.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMD-ES) – Com a palavra, por dois minutos, para a réplica o Senador Rodolpho Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Eu quero, Sr. Presidente, eu não falei num simples fato, eu falei num fato operacional. Eu não qualifiquei de simples fato, como uma coisa corriqueira. Qualifiquei que é uma coisa operacional. Que vem de entrada de produção de decisões tomadas de investimentos feitos. E não falei num fato histórico, eu falei num feito histórico. É um pouco de diferença nisso. Mas, enfim, é só para colocar isso e em relação a questão, eu insisto outra vez na questão de que você tem hoje uma área maior, em relação ao que deve ser feito. Acho que a PETROBRAS deve entrar. Numa me opus em momento nenhum que a PETROBRAS entrasse. Acho que é correto que ela entre nos leilões da ANP. E acho que a única forma de termos essa exploração. O que me preocupa até hoje em relação a isso é que a PETROBRAS deixou de fazer por lei, até a pesquisa geológica a ANP também não está fazendo. Esse futuro para frente é que eu tenho um certo receio. Mas eram essas as colocações em relação a esse ponto. Mas queria por fim também, colocar essa questão do gás, porque o ano passado foi quando eu decidi, Presidente, de encaminhar (soa a campainha) o meu projeto de gás, exatamente quando começou a crise na Bolívia. E o que eu temia foi o que aconteceu hoje. Primeiro, choveu. Quer dizer, por chuva, a gente justificaria até um possível problema. Agora, o problema na Bolívia não é a chuva, foi que aí os companheiros lá de Morales, interditaram a estrada e impediram a recuperação do gasoduto ou do que foi danificado.

Então, foi naquele momento que eu efetivamente achei que tinha que encaminhar o projeto, sobretudo para que pudesse atrair investimento privado, mais investimento privado que viesse a se somar com os da PETROBRAS para que no futuro nós ficássemos nessa dependência que nós temos hoje que mais de 50% do consumo vem da Bolívia. Eu gostaria também de saber em relação a isso, e também de saber de V.Sª. recebeu aquilo que eu encaminhei pelo Senador Aloi-

zio Mercadante, porque entendo que aquela posição praticamente resolve toda a questão (soa a campainha) que existe em relação aos investimentos atuais e eu não recebi nenhuma resposta. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Dois minutos para o Presidente da PETROBRAS, Dr. José Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Em relação ao gás, Senador, Exmº. Sr. Senador Rodolpho Tourinho, ele tem uma preocupação que é compartilhada com a PETROBRAS. Nós temos um problema de infra-estrutura na distribuição de gás no País. Isso precisa realmente ter um investimento e viabilizar a expansão da infra-estrutura de produção e de distribuição. A PETROBRAS está alocando na bacia de Santos, só na bacia de Santos até 2015, dezoito bilhões de dólares para viabilizar a produção de gás no Brasil. Mas no pico da produção da bacia de Santos, nós vamos estar produzindo 30 milhões de metros cúbicos por dia. No pico da produção. Nós estamos intensificando o máximo possível a produção de Manati para acelerar o máximo possível a produção de Manati, mas Manati vai produzir no pico seis milhões de metros cúbicos ao dia. Nós estamos intensificando todas as atividades na exploração das áreas de gás no nordeste brasileiro, mas o crescimento previsto é pequeno. Infelizmente, ainda não descobrimos o gás suficiente no Brasil para isso. (soa a campainha) Então temos que depender do gás boliviano. Na Bolívia nós estamos tentando o máximo possível viabilizar um ambiente regulatório possível para a garantia de suprimento de longo prazo para o País, que vai representar num horizonte visível cerca de 30% do afeta brasileiro.

Em relação ao bloqueio que ocorreu nas estradas, Senador Tourinho, não foram os apoiadores do Governo, na verdade, foi uma disputa local na realidade de opositores ao Governo disputando a fronteira do Estado, e na medida em que o Governo interviu o problema foi resolvido e nossa equipe já está na área trabalhando.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O projeto nós recebemos, nós estamos avaliando. Evidentemente que tivemos um conjunto de questões agora que nos levaram, mas vamos voltar a procurar o Senador para continuar aquela profícua discussão–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – ...O conteúdo, Senador, é muito profundo e muito forte, muito importante, muito impactante.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – 15 segundos.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – (pronunciamento fora do microfone) ...três ou quatro páginas, inclusive marcadas em amarelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Nós temos a próxima inscrita que é a Senadora Serys Slhessarenko. Mas eu queria antes registrar a presença do Deputado Luciano Zica que participa aqui dessa reunião conosco. A inscrição do Senador Flávio Arns, e o Senador Heráclito Fortes me pede que comunique é que a reunião da Comissão de Infra-Estrutura que estava marcada para hoje às 14h00 foi transferida para terça-feira dia 18 de abril às 10 horas, com a mesma pauta que estava marcada para hoje. Estão inscritos também o Senador Sérgio Cabral e Eduardo Suplicy e agora o Senador Flávio Arns. A próxima inscrita então, é a Senadora... Eu queria solicitar ao Senador Augusto Botelho que assumisse temporariamente a Presidência, porque eu tenho que cumprir um compromisso rápido e retornarei, mas eu concedo a palavra para as suas perguntas a Senadora Serys Slhessarenko. E o Senador Antônio Carlos Magalhães está se retirando para participar da Reunião da Comissão de Orçamento. Muito obrigado pela sua presença. Com a palavra então a Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª. Senadora, nosso Presidente da PETROBRAS que muito nos orgulha, eu queria começar pedindo desculpas porque nosso entra e sai está por conta da reunião de que está acontecendo no Congresso na tentativa de buscarmos a aprovação do orçamento. Eu só queria, antes de fazer duas ou três questões, esclarecer aqui ao meu querido Senador Tourinho, apesar das divergências políticas, nós somos amigos, dizer que o FUNDEB ainda não está em ação por responsabilidade nossa. Porque o Presidente Lula já mandou para cá faz tempo. Mas ele tem mais que anunciar para ver se a gente resolve aprovar. Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer algumas colocações. Como eu sou Presidente da Frente Mista do Desenvolvimento Sustentável do Congresso, que o Senhor nos explicasse rapidamente que o tempo é pouco, o que é que significa auto-suficiência sustentável. Isso é uma coisa que eu tenho dificuldade. E talvez a outra questão que eu vou colocar, o Senhor já tenha até respondido. Claro que a questão dos combustíveis nos inquieta, mas também nos enche de orgulho por conta de termos a PETROBRAS e o seu desempenho e tudo mais. Sem comentários. É tudo *top* de linha. Eu diria. Mas eu sei que já foi bastante questionado, mas eu, inclusive, em alguns momentos estive fora desse

recinto, como estão as negociações levadas em efeito com o Governo da Bolívia. Falo isso, os Senhores até já devem até saber porque. Como Senadora por Mato Grosso, e juntamente com a comunidade mato-grossense, temos a grande e constante preocupação em garantir a fábrica de fertilizantes para Mato Grosso, para nossa Cuiabá. (soa a campainha) E sabemos que, para isso, para termos essa fábrica de fertilizantes o gás boliviano se constitui num insumo fundamental. Então seriam mais ou menos essas questões. O que é auto-suficiência sustentável até para que eu possa me movimentar mais na minha Comissão, nesse sentido, e também parabenizar a PETROBRAS por ter assumido o selo da questão de gênero. Parabéns para a PETROBRAS. Para a mulher brasileira é da maior importância, da maior relevância. E também como Coordenadora da bancada feminina e como Presidente do Ano Internacional da Mulher Latino-americana e Caribenha, nos orgulhamos muito da PETROBRAS por este feito também. Muito obrigada.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra o Presidente da PETROBRAS, José Sérgio, por três minutos para a resposta.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exmª. Senadora Serys, começando pelo desenvolvimento da auto-suficiência sustentável, nós estamos chamando a auto-suficiência sustentável a possibilidade de continuar produzindo um volume que é necessário para atender o crescimento da demanda brasileira. E isso significa garantir que nós vamos estar introduzindo novas áreas de produção no longo do tempo, que vai substituir a área que deixou de produzir e vamos também intensificar o nosso investimento, a nossa atividade no manejo das áreas subseqüentes, para viabilizar a recuperação do petróleo existente e descoberto.

Então, sustentável é sustentável no sentido de que a demanda vai crescer e que nós vamos garantir que a produção vai crescer ao longo do tempo. Mas sustentável também quer dizer que nós, do ponto de vista da demanda, nós também estamos atuando e eu vou aproveitar para responder a pergunta do Senador Roberto Saturnino, a questão do biodiesel e do biocombustíveis, o Brasil tem uma característica no mercado de consumo de derivados que é praticamente única no mundo. Nós temos 25% da gasolina do Brasil misturada com álcool. Álcool anidro. Além disso, todos os postos de gasolina brasileira têm pelo menos uma bomba de álcool hidratado. E temos 75% dos carros novos saindo das fábricas brasileiras, carros *flex fuel*. Isso significa, portanto, que nós temos um energético de origem agrícola que ocupa uma parcela significativa no mercado de gasolina brasileira.

No mercado de diesel, o programa do Governo de biodiesel vai também crescer como oferta adicional de um energético que vem de fontes renováveis, e não de fontes exauríveis, como o caso do petróleo.

Então, o hoje a PETROBRAS é a grande compradora de biodiesel no País, nós estamos avançando na montagem de plantas, iniciaremos produção de biodiesel em 2007, e estamos investindo (soa a campainha) fortemente na tecnologia para isso. Sobre a Bolívia depois eu falo quando falar no gás.

As negociações com a Bolívia nós tivemos um período de certa paralização das negociações com a Bolívia. Essas negociações retomaram e nesse momento nós estamos com acordo de confidencialidade com Governo boliviano para não fazer essa negociação via estruturas públicas. Os diversos organismos serão informados no momento que as negociações se concluírem.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – V.Exª. meus dois minutinhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – V.Exª. tem dois minutos.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Dentro das suas colocações, Sr. Presidente, companheiro Gabrielli, seria mais ou menos o manejo, a questão da auto-suficiência sustentável seria o manejo que a gente em outras áreas luta e briga também. Essa questão do biodiesel, que o Senhor colocou, que a partir do ano de 2007, a PETROBRAS vai estar entrando... Que Mato Grosso, eu faço essa pergunta porque Mato Grosso o biodiesel está começando a ser significativamente estimulado. Mas lá está uma discussão terrível. Nesse final de semana ainda fui abordada por várias pessoas que estão começando a produzir, já tem gente com fábricas, tem gente plantando de mamona, estão fazendo do babaçu o biodiesel, também, que é uma árvore nativa que é uma coisa interessante, mas a questão do preço, etc, como se assegurar a comercialização e a (soa a campainha) não diferença... Agora me falta o termo, e eu não sou da área, no sentido da questão do valor do biodiesel não ser tão diferenciado. Porque segundo o que me foi colocado é um desestímulo total para a questão do biodiesel, porque pagam impostos altíssimos e não tem disputa de mercado. Eu não entendo dessa área. Eu gostaria que o Senhor me pudesse dar explicação sobre o biodiesel, fundamentalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Mais um minuto.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – O biodiesel tem a seguinte situação. Há leilões que

são feitos pela ANP, Agência Nacional de Petróleo, periodicamente compra de biodiesel. A PETROBRAS e REFAPE têm comprado 100% da produção brasileira de biodiesel. Então nós compramos biodiesel no leilão. O preço do biodiesel no último leilão foi em torno 1,85 reais por litro, que é um pouco acima do preço do diesel normal.

Então, portanto nós estamos comprando biodiesel acima do preço do diesel, e não abaixo do preço. Agora, o biodiesel tem alguns problemas tecnológicos ainda que precisam ser resolvidos. Particularmente precisa ter uma especificação estável na produção de biodiesel, porque na medida que ele vai ser não um produto vegetal, mas um combustível, ele precisa atender especificações constantes. Isso exige um certo investimento tecnológico que ainda não tem uma clareza muito grande. A PETROBRAS vai iniciar três plantas ou quatro plantas de produção em 2007 produzindo biodiesel, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Na ausência dos quatro inscritos. O próximo Senador com a palavra é o Senador Sérgio Cabral. V.Exª. tem três minutos.

SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Senador Botelho, Presidente Gabrielli, vou tentar ser o mais objetivo possível. O anúncio da refinaria em nosso Estado, creio que é conseqüência natural da estratégia da empresa, da naturalidade de um processo de um Estado que produz 85% do petróleo brasileiro e que houve o engajamento político de todos os agentes do nosso Estado nessa luta pela refinaria. A campanha "A Refinaria é Nossa" que iniciou-se em 2003, a meu ver, teve um papel importante junto com a própria decisão estratégica da empresa PETROBRAS e do Governo Brasileiro no anúncio da refinaria em nosso Estado. E ela é muito bem-vinda em Itaboraí. A minha pergunta específica é o seguinte: Não houve até agora nenhuma ação concreta por parte da PETROBRAS, por exemplo, na compra de terreno na definição objetiva de terreno para a refinaria. A Governadora do Estado, inclusive, ofereceu a disposição do Estado em desapropriar e facilitar a ação e parceria com a PETROBRAS. Eu gostaria de saber de V.Exª. em que pé anda isso. Segundo, eu me lembro, Presidente Gabrielli, fui a uma audiência com o Presidente Lula, acompanhando a Governadora, junto com a então Ministra Dilma, então Ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, e os então Ministros José Dirceu e Palocci com o Presidente da República e lá foi discutido o tema refinaria e se discutiu a possibilidade da PETROBRAS estar comprando refinarias no exterior. E o Presidente Lula respondeu enfaticamente que isso não tinha o menor cabimento, (soa a campainha) que refinaria tinha que ser construída no Brasil, pelo valor agregado, pela importância econômica e porque o Governo Brasileiro é o principal acionista da empresa, e que não tem o menor cabimento. Nós sabemos que a PETROBRAS comprou recentemente parte de uma refinaria, se não me engano no Texas, está em análise compra de refinaria em Portugal, outra refinaria nos Estados Unidos. Eu queria saber o que é que mudou na voz do representante, do principal acionista da empresa, que é o Governo Brasileiro, o seu titular o Presidente da República para os dias de hoje.

Segundo ponto, é uma questão que volta de um litígio de alguns anos atrás e que me parece que a PETROBRAS já foi notificada e a ANP também pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, sobre o Campo de Marlin, sobre o problema da participação especial. Há anos atrás a PETROBRAS teve que reconhecer operações de custos financeiros eu não diria maquiagem, mas operações que o Estado do Rio de Janeiro entendeu que estava sendo lesado na sua receita em participação especial. Isso tem quatro, cinco anos. Agora, a nossa análise, os nossos técnicos do Estado é que a PETROBRAS nos deve cerca de oitocentos milhões de reais no Campo de Marlin em operações de gestão financeira na área da participação especial. Eu não sei se V.Sª. tem conhecimento dessa interpretação, e de que maneira está agindo por falar em ANP, nós tivemos recentemente, há cerca de três meses, a vinda do Diretor-Geral da ANP aqui, do ex-Deputado Aroldo Lima. E nos confessou a sua apreensão que é da própria Agência Nacional de Petróleo com a carência de recursos. E lamentando que a receita dos leilões que devia em parte significativa para a ANP para pesquisas geológicas, enfim, para investigações científicas da maior importância não estavam indo, e ficavam no tesouro brasileiro. Então eu queria saber a visão de V.Sª. sobre essa distorção do caminho do dinheiro dos leilões que deveria estar na ANP e se encontra no tesouro. E por último, uma (soa a campainha) observação de um projeto, Presidente, que eu apresentei a essa Casa e que está tramitando que me foi inspirado por técnicos da Secretaria do Direito Econômico do Governo Brasileiro relativo a um dos cartórios que ainda existem nesse País que é o gás de cozinha. Nós temos poucas empresas, e a PETROBRAS acabou de adquirir há pouco tempo uma dessas companhias. É um verdadeiro cartório e algo absolutamente que eu diria quase que medieval essa situação da relação do lar brasileiro com o gás de cozinha. Eu apresentei um projeto...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador, 30 segundos para encerrar.

SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Eu apresentei um projeto inspirado em outros países de primeiro mundo civilizados, a permissão do cidadão com o seu gás de cozinha, com o seu botijão de gás de cozinha, ir a um determinado posto de abastecimento e abastecer o seu botijão de acordo com a sua necessidade, como se faz com o automóvel, como se faz com outros tipos de... Não tem cabimento do Brasil ficar nas mãos, o povo brasileiro ficar nas mãos de sete, oito empresa que dominam esse mercado de maneira cartorial pagando 32 reais um botijão de 13 quilos, quando nós sabemos que há tecnologia absolutamente suficiente para nós estabelecermos essa opção, essa possibilidade do povo brasileiro abastecer o seu botijão com dois quilos, com três quilos, com quatro quilos, sistemas de segurança, há formas no primeiro mundo e que a PETROBRAS que é uma empresa de primeiro mundo, aqui eu me orgulho e tenho a satisfação de vê-la instalada na nossa cidade do Rio de Janeiro com grandes técnicos, grandes partes dos seus técnicos e profissionais do Rio de Janeiro, tem condições absoluta de estabelecer e normatizar isso junto (soa a campainha) com outros órgãos do Governo Brasileiro para que se democratize esse acesso que é um verdadeiro cartório que massacra a população brasileira, V.Sª. sabe que muitas famílias brasileiras chegam no meio do mês sem condições de reabastecer seus botijões porque ou é 32 reais ou não é nada e acabam utilizando outros mecanismos que levam até a insegurança de vários lares brasileiros. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador. Com a palavra o Presidente Sérgio Gabrielli por três minutos.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exmº. Senador Sérgio Cabral, não sei se vou conseguir responder todas as questões em três minutos, mas em relação ao complexo petroquímico do Rio de Janeiro, nós fizemos como eu mencionei em outro momento um estudo de localização e localizamos lá em Itaboraí. Esse é um que está previsto iniciar a produção em 2011, tem uma fase de integração tecnológica e definição de projeto básico, conceitual. Então, por mais que eu entenda a angústia do Senador, as nossas necessidades estão sendo encaminhadas adequadamente, as negociações estão feitas adequadamente com o grau de sigilo que é absolutamente necessário ser feita para não criar maiores problemas na área que nós estamos pensando.

Do ponto de vista da ação do Governo do Rio de Janeiro em relação ao complexo petroquímico, nós temos dito insistentemente que é um complexo extremamente estruturante e importante que precisa da parceria de todos. Nós estamos sentindo que pode estar havendo uma certa mudança de opinião no âmbito do Governo do Rio de Janeiro em relação à PETROBRAS, porque o Governo do Rio de Janeiro nos últimos meses tem adotado uma série de medidas, antes do anúncio do complexo petroquímico, uma série de medidas que são medidas, ao nosso ver, inadequadas para uma relação com o contribuinte, apesar da PETROBRAS ser um grande contribuinte do Estado do Rio de Janeiro, há uma fiscalização especialmente voltada para a PETROBRAS, há uma mudança de regras que afetam não somente a PETROBRAS, mas os investidores do Rio de Janeiro, então nós estamos preocupados com essas mudanças. Em relação a essa cobrança particularmente do Projeto Marlin, é uma cobrança que nós a consideramos que é uma cobrança que pode ser questionada e nós vamos questionar essa cobrança na medida do possível. Nós não vamos aceitar um pagamento só porque a visão do Governo é essa. Em relação...

SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – V.Sª. sabe que há anos atrás houve a mesma situação...

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador Sérgio Cabral, V.Exª. vai dispor de três minutos de réplica depois. Aguarde um pouquinho.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Em relação a refinarias, essa também é uma das mudanças que decorre da auto-suficiência. Na medida em que nós estamos auto-suficientes, e nós estamos vivendo uma diferenciação crescente do preço do petróleo pesado em relação ao petróleo leve, isso já chegou a atingir em alguns momentos, 19 dólares por barril, produzir o derivado, adiciona valor enormemente ao nosso produto. Nós estamos com planejamento de aumentar a capacidade de produção brasileira, complexo petroquímico é um deles que vai usar o petróleo pesado para produzir propeno e eteno, ou a refinaria do nordeste é outro que vai usar petróleo pesado para produzir principalmente diesel, e também como nós vamos ter excedentes para exportar, é melhor que nós processemos isso no exterior, vendendo a matéria-prima que tem um custo de logística menor do que os derivados que precisariam de diferentes navios para serem transportados, e portanto viabilizando a expansão internacional.

A situação anterior em que nós não tínhamos a auto-suficiência. Uma situação anterior que nós não tínhamos previsão de expansão da capacidade de refino Brasileiro levaria, claro, a não se fazer uma aquisição no exterior. Mas a situação posterior à auto-suficiência permite, portanto, que a gente se expanda no refino internacional. Nos bônus de exploração, nós pagamos

a ANP. O destino disso aí é um problema da Fazenda e do Ministério da Fazenda. Mas a PETROBRAS paga. O ano passado, inclusive, pagou antes do prazo.

SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Gás de cozinha.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Em relação ao gás de cozinha nós temos uma situação um pouco mais complexa do que outros países do mundo. México, se não me engano, nós não temos nenhum mercado do mundo que tenha a dimensão do GLP que o mercado brasileiro tem. O GLP brasileiro é muito grande. Do ponto de vista da PETROBRAS, ela tem uma parcela muito pequena do preço final do produto. O GLP que sai de nossas refinarias ele tem um preço que está desde 2003, nós não alteramos o preço desde de 2003. E a partir daí você tem uma cadeia de fornecedores que é muito complexa e muito grande que vai desde o atacadista ao retalhista, ao pequeno distribuidor dos bairros populares, ao sujeito que transporta. Então é uma cadeia muito complexa. Nessa cadeia, o Senhor tem razão, o ficar preso a um botijão de marca pode claramente criar algumas dificuldades de competição. Não há dúvida disso. Porém, por outro lado, dá também uma certa possibilidade de identificar responsáveis numa cadeia complexa. É um problema que temos que tratar. A PETROBRAS adquiriu a AGIPE, que hoje tem cerca de 22% mercado de distribuição no atacado, nós não chegamos à ponta, então, portanto, nós estamos também trabalhando com a possibilidade de fazer mais competição no mercado de gás liquefeito de petróleo.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – V.Exª. tem dois minutos, Senador.

SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Obrigado. Em relação ao ponto do litígio, eu sou absolutamente favorável a uma boa relação do Estado do Rio de Janeiro com a PETROBRAS. É uma boa relação natural. Agora, é evidente que o Estado tem o direito e o dever, aliás, porque julga seu direito. E V.Sª. sabe, concordou comigo que alguns anos atrás houve essa mesma situação e o Estado do Rio de Janeiro foi vitorioso. Eu penso que em relação a esse ponto nós seremos vitoriosos outra vez. E eu lamento. Acho que a PETROBRAS podia em vez de entrar no campo do litígio, abrir o canal do diálogo e chegarmos ao entendimento.

A segunda questão, em relação à refinaria no exterior, eu acho o seguinte, quer dizer, então privatiza a PETROBRAS, quer dizer, se nós temos uma lógica estratégica de Estado, quer dizer, do ponto de vista do acionista privado, (soa a campainha) essa é uma lógica razoável. Agora, do ponto de vista de Poder Público, se o grande acionista da PETROBRAS é o Poder Público, e a meu ver tem que continuar sendo, o Estado há que se ter uma visão maior do que a própria visão do negócio. E acho que a PETROBRAS e é sempre melhor exportar derivados do que exportar petróleo.

O terceiro ponto é a questão do gás de cozinha. Presidente, essa é uma situação, volto a dizer, absolutamente quase que escravocrata, medieval. Quando V.Sª. se refere à cadeia complexa e chega ao distribuidor, eu botaria até o traficante de drogas que em regiões metropolitanas brasileiras, operam e dominam isso. Eu não consigo compreender porque é que o cidadão com postos de abastecimentos não podem pegar o seu botijão e reabastecer os quilos que deseja. Isso não entra na minha cabeça. Isso é verdadeiramente um cartório que tem que acabar. Eu acho que um Governo democrático, um Governo com o pensamento social, um governo que se propõe a mudar as coisas. Não é possível que continuemos com essa lógica. É uma lógica econômica perversa quando o povo brasileiro...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – V.Exª. tem mais um minuto para responder.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Eu concordo, agora, o traficante na ponta não vai mudar se ele tiver acesso ao botijão, não. Esse é o ponto.

SENADOR SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Muda. Muda, porque a dona de casa fica aguardando a passagem do caminhão, e usando uma expressão bem popular e carioca, "é bola ou bulica". Não tem como... ou compra o de 13kg ou não tem nada em casa. Aí usa o álcool, aí usa a lenha. V.Sª. sabe que muitos lares brasileiros optam pelo álcool. Com danos terríveis, com acidentes terríveis... Ou com a lenha.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador Cabral. Próximo Senador inscrito é o Senador Eduardo Suplicy. V.Exª. tem três minutos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, José Sérgio Gabrielli da PETROBRAS, acredito que a exposição que V.Sª. faz aqui hoje sobre a promoção que será feita, a publicidade que será feita em termos da PETROBRAS ter atingido a auto-suficiência no Brasil, do petróleo, é caracterizada por dados de transparência muito importantes, inclusive, aqui relatando que não há caracterização de personagens e tudo que poderiam estar preocupando, digamos, os Senadores da oposição com respeito ao que é que é que PETROBRAS faria desta publicidade. Noto, também, que na tabela aqui contida, a relação propaganda e faturamento, nos anos 2003 e 2004, há uma proporção em média menor de gastos

em relação ao faturamento do que era realizado nos anos 99 a 2002. Então era, por exemplo, 99 0,26%, 25, 23; em 2003, 0,17; 2004 0,20%. Agradeço se puder atualizar os dados, não sei se já o fez, para 2005 e 06, previsão. 016 em 2005 e 2006 aproximadamente, ainda não tem. Mas, portanto, é uma evolução saudável e o cumprimento dessa direção.

Pelo que está aqui exposto, eu fiquei pensando num paralelo quando o astronauta Marcos Pontes expôs ali a sua experiência que teve enorme repercussão no Brasil, sobretudo, (soa a campainha) para as crianças, os jovens, como um despertar para a vontade dos jovens ter também a curiosidade científica do experimento, e tudo. Acho que isso só envolveu um benefício de extraordinária valia. Então aqueles como o próprio meu amigo Presidente Enio Candotti que falou: "Ah, mas será que dez milhões não foi demais nesse gasto?". Eu acho que de alguma maneira se justifica. Eu tenho a impressão – que não vi ainda a qualidade da publicidade – mas quem sabe tem um caráter muito positivo no sentido de sensibilizar os brasileiros para algo que é um patrimônio de toda a nacionalidade. Com respeito à questão da Bolívia, eu agradeceria se puder nos informar que tipo de diálogo vem mantendo a PETROBRAS, a sua direção ali na Bolívia relativamente às experiências que a própria PETROBRAS, outros países do mundo e a Bolívia vêm tendo no que diz respeito à utilização dos *royalties* decorrentes da exploração de hidrocarbonetos, de petróleo e de gás e assim por diante. Uma vez que eles aumentaram a taxação mais os *royalties*, em cerca de 50% do faturamento pelo que pude compreender.

Em que medida o diálogo sobre a utilização disso, a experiência da PETROBRAS e tudo, vem sendo objeto de consideração. Eu imagino que na medida em que a PETROBRAS, que nós mesmos pudermos dialogar com os bolivianos a respeito, é possível que isso contribua até para melhor aceitação de um entendimento. Eu próprio, Presidente José Sérgio Gabrielli, vou encaminhar às mãos de V.Sª. aqui está o meu último livro, "Renda básica de cidadaniA – A resposta dada pelo vento", que contém ao final uma carta minha ao Presidente Evo Morales, que entreguei a ele pessoalmente quando esteve no Brasil uma semana antes de sua posse, em 13 de janeiro último, sugerindo a ele (soa a campainha) que venha a utilizar o modelo semelhante ao do fundo permanente do Alasca sobre o qual eu já tive oportunidade de dialogar com V.Sª, mas aqui lhe dou o exemplar e como tramita no Senado um projeto para instituir um fundo Brasil de cidadania que guarda relação com aquele, não precisa agora, mas eu agradeceria se a PETROBRAS, com a sua equipe puder especialmente com o Economista José Sergio Gabrielli dialogar, refletir a respeito desse projeto que tramita, já foi aprovado em duas Comissões no Senado Federal. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – V.Exª. tem a palavra por três minutos, Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO – Exmº. Senador Eduardo Suplicy, entre as muitas qualidades do Senador, eu queria destacar a persistência que ele é um defensor da renda básica e da renda mínima. Há muitos anos que eu conheço o Senador e que ele vem persistentemente batalhando por essa coisa tão importante que é para a distribuição de renda do País, para a melhoria da situação dos mais pobres. Portanto, o Senador sabe da minha simpatia pelas idéias do Senador em relação a isso. Simpatia pessoal do problema.

Em relação às negociações com a Bolívia, nós estamos hoje... Talvez seja importante chamar atenção de como funciona o mercado na Bolívia para a informação dos excelentíssimos Srs. Senadores. Na Bolívia nós temos uma situação que é... A PETROBRAS, foi nos campos que nós produzimos gás. Nós fomos descobridores do gás. Nós fomos impedidos de entrar nas reservas conhecidas da Bolívia, na época, porque nós não éramos uma empresa *investment grade*. Entre as empresas que eram *investment grade* nessa época estava a ERON. A ERON foi permitida a ter acesso a produção na Bolívia e nós não. Nós então compramos áreas de exploração e descobrimos gás na Bolívia. Foi resultado da nossa atividade de exploração na Bolívia. E nós descobrimos gás na Bolívia. Começamos a produzir o gás na Bolívia. A estrutura da Bolívia é de produtores de gás, onde existem vários produtores, a PETROBRAS é uma delas, REPSOL é outra, a TOTAL é outra, a PANAMÉRICA é outra. Têm vários produtores de gás na Bolívia. A produção de gás na Bolívia é vendida a YPFB que é a empresa que era estatal e virou privada, mas tem o monopólio da comercialização do gás. Essa empresa YPFB vende o gás para o Brasil. (soa a campainha) Que é comprado também pela PETROBRAS.

Então, conseqüentemente você tem um conjunto de atores aí em diferentes situações. No Brasil a distribuição do gás é monopólio das distribuidoras estaduais. A PETROBRAS participa de algumas delas. Não participa, por exemplo, da de São Paulo, que é a maior de todas. As negociações com a Bolívia, portanto, envolve um conjunto de questões sobre um conjunto de atividades do complexo da cadeia de gás na Bolívia. A lei que mudou a tributação mudou a tributação sobre a produção de gás. Não sobre a comercialização de gás. E essa discussão sobre *royalties* e participações

sobre a produção de gás é anterior ao Governo do Presidente Ivo Morales. Essa lei foi passada antes do Governo Evo Morales. O que o Governo Evo Morales está fazendo é fazer o Decreto regulamentador da implantação dessa lei. E aí nós temos várias Mesas de Discussão que estão em andamento e que infelizmente eu não posso entrar em maiores detalhes sobre essas negociações nesse momento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito obrigado. Só quero me colocar à disposição, como o faço na minha Carta ao Presidente Evo Morales, no último capítulo, V.Exª. poderá ver a cópia da Carta que eu me coloco à disposição do Governo da Bolívia, do Parlamento, ele já sinalizaram que vão me convidar para estar lá falando no Congresso boliviano. Esteve aqui recentemente um Senador boliviano que disse que vai convidar-me, mas eu quero fazê-lo de uma maneira entrosada com a PETROBRAS, dialogando com a direção da PETROBRAS. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – O próximo orador inscrito, Senador Flávio Arns tem a palavra por três minutos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quero, em primeiro lugar, cumprimentar V.Sª., Dr. José Sergio Gabrielli, e na sua pessoa cumprimentar todos os técnicos, todos os profissionais da PETROBRAS que vem se dedicando tanto a essa área estratégica fundamental e também para o Brasil e também na conquista, sem dúvida, de um feito histórico e não como V.Sª. já enfatizou, simplesmente um fato operacional. V.Sª. disse, é um feito histórico, e nesse sentido nós, no Brasil, temos que reconhecer também essa auto-suficiência que o Brasil vem experimentando e vai experimentar. Isto tem que ser comemorado. Eu acho que na verdade, às vezes as pessoas indagam... É que todos nós temos que pensar que estamos governando o Brasil neste momento. E tudo que fazemos neste momento é fruto do esforço, da dedicação, do trabalho de um conjunto de pessoas no decorrer da vida. Também para a auto-suficiência. Assim como para o FUNDEB, a que o Senador Rodolpho Tourinho se referiu agora há pouco, e também é fruto da experiência do FUNDEF, a experiência acumulada pôde levar esse Governo a avançar mais ainda estabelecendo o FUNDEB. Mas, em função da auto-suficiência do petróleo, eu gostaria de indagar a V.Exª. sobre três coisas: A primeira delas, e as pessoas todas questionam, eu próprio me questiono tantas vezes, em termos dos benefícios que a auto-suficiência pode gerar para o povo brasileiro.

Então, no sentido das pessoas que tem carro, a primeira pergunta que eu faço, por que é que o combustível no Brasil ainda é tão caro? Eu ainda me arriscaria a dizer mais caro que nos Estados Unidos, porque o galão (soa a campainha) vendido lá certamente... Não sei se já chega aos cinco dólares, mas aqui no Brasil, onde um litro do combustível está acima de um dólar. Por que é que esse combustível está tão caro em nosso País se nós estamos chegando na auto-suficiência? Eu sei que existe uma série de explicações, mas para o povo, eu diria, nenhuma explicação convence.

O segundo aspecto – O povo não está conseguindo chegar ao trabalho pegando o transporte coletivo, porque o transporte coletivo está muito caro, e o componente combustível é a dificuldade maior para o trabalhador chegar ao trabalho. E é um debate intenso que acontece nas Prefeituras, nas capitais, nos Estados. Então, como nós estamos chegando num ponto de auto-suficiência, em termos de petróleo, e o resultado, benefício disso, não está chegando ao trabalhador que se utiliza do transporte coletivo e como é que a PETROBRAS vê esta questão, também.

E o terceiro fato é mais para uma reflexão, porque quando nós pensamos nos percentuais que a PETROBRAS vem despendendo para campanhas de publicidade, como o Senador Suplicy enfatizou, isso até diminuiu no decorrer dos últimos anos. Percentualmente aumentou o valor, mas diminuiu percentualmente em termos de participação no faturamento. Mas, de qualquer forma, eu acho que o Poder Público, a empresa pública, devem se questionar sempre, a gente não vê esse questionamento, porque nós temos, por exemplo, milhões de pessoas que não tem casa, não tem saneamento, não tem acesso a direitos fundamentais, e nós vemos os poderes públicos ainda gastando um dinheiro exagerado, extraordinário em propaganda, seja o Município, Estado, Governo Federal, as empresas, que se houvesse um pacto, vamos dizer, nesse sentido, poderíamos talvez resolver o problema da habitação e do saneamento no Brasil. Só se todos os que exercem funções públicas, na verdade, chegasse a um ponto de dizer, "Em vez de fazer propaganda, vamos construir as casas e fazer o saneamento", porque daí o povo vai, inclusive, consumir mais combustível na seqüência.

Então são as três indagações que faço a V.Sª. parabenizando V.Sª. pela fala, pela apresentação, pelos dados, pelo segurança, e fazendo assim o favor de transmitir realmente a toda a equipe da PETROBRAS e a todos nós brasileiros que nas últimas décadas chegamos a esta auto-suficiência. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra, por três minutos, Sr. Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Exmº. Senador Flávio Arns, eu vou tentar responder pelo final. Começar pela publicidade. Volto a insistir que a PE-

TROBRAS não é apenas uma empresa pública do Governo. O Governo brasileiro, a União, tem 37% do capital da PETROBRAS. Mais de dois terços do capital da PETROBRAS está na mão de 300 mil acionistas privados brasileiros, 40% de detentores de depósitos na bolsa de Nova York. Portanto, ela não é uma empresa apenas do Governo Brasileiro.

Então, ela é uma empresa que tem que prestar contas e tem que valorizar a sua marca e tem que valorizar... Por isso que ela tem que gastar em publicidade. Ela não pode ser excessiva no dispêndio em publicidade. Evidente que se nós gostaríamos, eu como cidadão individual, gostaria o máximo possível de alocar os recursos para enfrentar os maiores problemas do povo brasileiro. Mas a PETROBRAS em Constituição tem o objetivo que é produzir petróleo, que é ter rentabilidade com responsabilidade social, e destina um volume significativo para a atividade social dela. Mas ela não pode deixar de fazer a publicidade. Porque faz parte do negócio da valorização da marca e ela tem, inclusive, é um caso extremamente de sucesso na marca da PETROBRAS.

Em relação ao diesel, eu também gostaria de chamar atenção, que nós não vamos ser auto-suficientes de diesel nesse horizonte que estamos dizendo. Nós vamos continuar importando diesel. O diesel é um derivado leve. A capacidade de produção de diesel nosso, será inferior à demanda brasileira de diesel. Porque no processo produtivo dos derivados, existe uma certa proporção dos derivados que não está sob o controle do gestor da refinaria. Depende do tipo do petróleo que está sendo usado e dos equipamentos existentes e das unidades existentes na refinaria que se chama tecnicamente do grau de complexidade da refinaria. (soa a campainha) Então, portanto, nós vamos ser importadores de diesel. Nós não vamos ser produtores mais do que necessário para o mercado brasileiro de diesel. Mesmo na auto-suficiência.

Em relação aos preços de gasolina e derivados, se nós compararmos os preços de refinaria da PETROBRAS com os preços internacionais, na refinaria, nós estamos abaixo em certos momentos e em níveis com preços internacionais em outros momentos. A diferença de preços da bomba, que o Senador corretamente identifica, decorre da diferença da estrutura tributária. Dos dois e quarenta, dois e cinqüenta reais do preço de bomba, o preço de refinaria é 0,50. O resto é imposto. É margem de distribuição. Portanto, não é da PETROBRAS essa diferenciação de preço entre o mercado brasileiro e o mercado internacional. Particularmente o mercado americano, onde o volume de tributação é muito baixo.

Então, o problema da diferenciação de preço na bomba, também, tem a ver com a estrutura tributária do derivado de petróleo nos Estados Unidos e no Brasil. Se nós compararmos com os preços europeus que a estrutura tributária é semelhante à brasileira, nós vamos estar mais ou menos no mesmo nível dos preços europeus.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra o Senador Flávio Arns por dois minutos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu gostaria só que V.Sª. então fizesse o comparativo do preço da gasolina, no caso, já que eu mencionei os carros também, em termos de refinaria, comparando o Brasil com os Estados Unidos. Porque os Estados Unidos, por exemplo, de acordo com as informações que nós tivemos hoje na apresentação de V.Sª, ele produz somente 30% do que consome. Ou seja, ele está importando o barril a quase setenta dólares o barril que é a cotação de hoje. Então eu fico imaginando qual é a vantagem para o povo brasileiro, além da questão de soberania, geração de emprego, qual é a vantagem para o povo brasileiro de termos auto-suficiência?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Nós temos esse gráfico na nossa apresentação, Senador, que mostra que entre junho de setembro de 2005 o preço nos Estados Unidos era em termos de barril equivalente dos derivados era de (soa a campainha) 73,2 dólares por barril. O preço no Brasil era de 60,26 entre junho e setembro. Agora em dezembro de 2005, o preço de derivados médios nos Estados Unidos era de 74,05 para o barril equivalente e no Brasil de 68,9 barril equivalente. Isso não é só gasolina, são todos os derivados que a PETROBRAS vende na refinaria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Praticamente a mesma coisa, então. 74 a 68?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – 74 a 68,9 e em junho e setembro 73 a 60,2. Os preços brasileiros são menores. Treze dólares a menos do que nos Estados Unidos na refinaria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Treze dólares a menos, mas lá eles importam 70% do que consomem.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Mas aí é a refinaria. A diferença de refinaria. No preço do petróleo bruto, a diferença também está aqui. Nesse outro gráfico, no quarto trimestre de 2005, o petróleo bruto, Brent, que é um petróleo leve, o preço médio do petróleo leve era 52,7 dólares por barril, no mercado internacional e no mercado brasileiro o preço de venda do nosso petróleo que é um petróleo de baixa qualidade, e tem um desconto, era de 46,05.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu acho que fica muito difícil para todos nós, Sr. Presidente, só para encerrar, me desculpa até por estar tomando o tempo, mas eu acho que esta é uma discussão que eu diria que deve continuar, porque ao mesmo tempo em que a gente festeja a auto-suficiência, e é importante, a gente pode entender num conjunto de fatores, mas infelizmente a gente vê que isto não vem atingindo as necessidades do povo, o dia-a-dia, o cotidiano, procurando tornar a vida do povo brasileiro um pouco mais tranqüila, com menos gastos, ajudar as Prefeituras. Eu acho que nós tínhamos que nos deter mais neste debate. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra, o próximo Senador inscrito, Senador Antônio Carlos Valadares. V.Exª. tem três minutos.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente da PETROBRAS, Dr. José Sérgio Gabrielli, Srªs. e Srs. Senadores, primeiro lugar eu gostaria de dizer do meu orgulho pelo Brasil estar inaugurando uma nova fase, conquistando a sua auto-suficiência em petróleo. Quem vivenciou a história do Brasil, quem participou dos eventos "o petróleo é nosso", podem muito bem aquilatar o que representa para o nosso País a auto-suficiência, que significa a garantia para o consumidor do fornecimento e a distribuição de bens incomensuráveis como o óleo diesel, a gasolina, etc. E estamos então desmentindo com mais de 50 anos depois, o famoso Relatório Link, aquele americano que dizia que o Brasil era inviável em matéria de produção de petróleo. Mas depois veio Lobato que confirmou que o Brasil era um grande poço de petróleo, e em seguida veio em 3 de outubro de 1953 a sanção da Lei de 2004 que criou a PETROBRAS e estabeleceu o monopólio no Governo de Getúlio Vargas, e por uma coincidência muito infeliz V.Exª. que é baiano, cujo território civil, o primeiro palco da produção de petróleo na Presidência da PETROBRAS, nos dá essa alegria de comemorarmos juntos essa auto-suficiência. É uma coincidência histórica que vale a pena registrar aqui nesta hora.

Também eu gostaria de dizer que me sinto muito alegre, porque o Estado do Sergipe, que é o menor Estado da Federação, está contribuindo para o aumento da auto-suficiência de petróleo. O conseguimos este limite que perseguimos há tantos anos (soa a campainha) O poço de petróleo de Piranema que foi anunciado pelo Vice-Presidente, companheiro e amigo José Eduardo Dutra, ex-Senador da República, que vai produzir este ano 20 mil barris por dia. Em agosto já estará funcionando, no segundo semestre. Então para mim é uma alegria muito grande poder anunciar que esse poço de 20 mil barris por dia no Estado de Sergipe, vai transformar também o nosso Estado num grande produtor de petróleo ao lado do Estado de Alagoas. Eu gostaria de também falar a V.Exª., se o Presidente me permitir, já que meu tempo já foi tocado, que eu recebendo aqui informações do Dr. Armando Trípole, meu querido amigo da PETROBRAS, Assessor da PETROBRAS, grande conhecedor das questões petrolíferas do Brasil. Eu fui perguntar a ele sobre a questão do aproveitamento do gás de Urucu. Lá um grande manancial, em plena selva Amazônica, e que a PETROBRAS está empenhada a entregar, dentre em pouco, um gasoduto de mais ou menos 500 quilômetros de extensão até Manaus para substituir ali um produto que é muito poluente, que é o óleo combustível, pelo gás natural. E em seguida nós teremos o gasoduto de Porto Velho. Esse gasoduto de seiscentos quilômetros de extensão.

Então, eu gostaria que V.Exª. me informasse porque a preocupação nossa também é a preocupação de todos os brasileiros, é a auto-suficiência na produção de gás natural. Porque aí nós iríamos resolver muitos problemas. Logicamente que é uma região localizada, mas aí iríamos economizar mais de cinco bilhões de dólares segundo informações. Quando esse gasoduto será entregue, Urucu/Manaus, e quando será iniciada a obra de Urucu/Porto Velho. Nós sabemos que o Meio Ambiente demorou mais ou menos oito anos, não foi por culpa da PETROBRAS como alguns acusam. E agora a PETROBRAS já dispõe da autorização do próprio IBAMA para a realização dessas obras (soa a campainha) fundamentais para a economia regional que tem repercussão na economia nacional, sem dúvida alguma.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Com a palavra Sr. Sérgio Gabrielli por três minutos.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Exmº. Senador Valadares, claro que como baiano eu fico também muito orgulhoso pelo fato de Sergipe estar começando a produzir um volume desse de óleo, de excelente qualidade, que vai ser feito até o final desse ano.

Então, é o orgulho para os baianos e para os sergipanos, também. Em relação a Manaus, e norte, nós temos uma produção de petróleo em Urucu, temos um gasoduto que vai de Urucu a Guari, que é um gasoduto de 300 quilômetros, precisamos fazer mais cerca de 400 quilômetros, menos, talvez, do que isso, não tenho o número exato, até Manaus. Nós estamos vivendo uma situação em que a indústria de construção de gasodutos no País está superaquecida. Também até pela demanda que a PETROBRAS vem fazendo.

Então, nós temos hoje vários gasodutos em andamento, nós temos uma previsão de seis bilhões de

dólares em construção de gasodutos até 2009, 2010, e, portanto, tem uma demanda muito aquecida de gasodutos. Este gasoduto Urucu/Manaus vem passando por um processo sucessivo de Licitações, a última, inclusive, Licitação que nós fizemos nós suspendemos o preço excessivo, estamos em fase final, um processo licitatório agora, que espero nos próximos dias nós concluamos esse processo licitatório. Isso significa, portanto, que tendo processo licitatório, os contratos assinados e as obras começarão o mais breve possível. Nós estamos em fase final do processo licitatório do gasoduto Guari/Manaus.

Em relação ao gasoduto Urucu/Porto Velho, essa é uma situação um pouco distinta da primeira. A licença ambiental foi liberada recentemente. O gasoduto é um gasoduto em parceria entre a PETROBRAS e sócios privados. Nós precisamos resolver ainda alguns problemas (soa a campainha) na sociedade entre a PETROBRAS e os sócios privados em termos de quem vai assumir os riscos, quem vai bancar a obra. Portanto, não é um problema no caso de Urucu/Porto Velho, de Licitação, mas é um problema de quem vai bancar o trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – V.Exª. tem dois minutos, Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Por último eu gostaria de perguntar a V.Sª., que diante dessa crise, não digo crise, mas possibilidade de vir acontecer uma crise séria entre a Bolívia e o Brasil, notadamente com as empresas produtoras de petróleo e gás ali na Bolívia, se há a possibilidade de o Brasil, num amanhã, com as prospecções que já foram feitas, as explorações que já foram feitas há possibilidade do Brasil dispensar a dependência externa da distribuição do gás natural, que nós sabemos vem contribuindo para o barateamento do preço do transporte, principalmente os táxi, etc. E também eu gostaria de saber se há possibilidade de num acordo internacional (soa a campainha) fazermos um grande gasoduto envolvendo, por exemplo, Uruguai e Paraguai, Brasil, Argentina, Venezuela, o próprio Chile, e através desse consórcio internacional nós trazermos gás não apenas da Bolívia, mas também da Venezuela que é uma grande produtora de gás. São as duas perguntas por último que faço a V.Sª.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Do ponto de vista do futuro, nós estamos analisando todas as possibilidades. Nós visualizamos uma possível situação na América do Sul onde nós tenhamos grandes redes de gasodutos, ligando a Venezuela, a Bolívia, o Brasil, o Peru, a Argentina, que são os grandes produtores de gás da América do Sul, mas isso é uma estrutura de longo prazo. No horizonte que nós temos hoje, analisando as reservas que nós temos no Brasil, os volumes descobertos no Brasil e os desafios que temos que superar para a construção desse gasoduto para a Venezuela, nós não podemos dispensar o gás da Bolívia. A não ser que a situação na Bolívia se torne tão grave que viabilize a implantação de estrutura de gás natural liquefeito – GNL, que é uma estrutura hoje que corresponde aproximadamente a 13% do mercado mundial de gás que tem forte base de sustentação de produção no Qatar, lá no Oriente Médio, que tem um volume de gás bastante significativo, e que via concentração e compressão do gás, ele pode se transformar em líquido, é transportado por navios e é regaseificado na porta de entrada. Esse é um projeto caro, que tem um custo muito elevado, mas que se tornasse absolutamente uma crise incontornável é uma alternativa possível, porém, bastante cara para a expansão de outras fontes de fornecimento de gás no País.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Senador, se quiser tem um minuto, Senador. Senador Eduardo Azeredo, penúltimo orador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Sr. Presidente José Sérgio Gabrielli, eu participei lá em Belo Horizonte da abertura do encontro do BID, e foi com muita preocupação que eu vi a fala do Presidente Evo Morales. Ele usou a expressão "estão saqueando nossos recursos naturais", por oito vezes no seu discurso. Oito vezes ele falou em saquear os recursos. Quem está saqueando os recursos naturais me pareceu muito claro que seria a PETROBRAS, no caso uma delas que poderia estar saqueando esses recursos naturais. Então esse é o primeiro ponto. É um ponto que preocupa muito, sim. Me parece que com o estilo do Presidente Morales, com esse entusiasmo inicial dele, ele está querendo realmente... Pode parecer paradoxal que o Governo do Presidente Lula que sempre usou, às vezes, alguns desses termos, agora tenha contra si esse tipo de termo usado no caso aí a PETROBRAS sendo a imperialista, no caso que está sendo colocado.

A segunda questão, diz respeito ao que o Senhor já falou a questão do gasoduto Guari/Manaus, não é propriamente da minha preocupação, mas é do líder do nosso partido, Artur Virgilio, que não está aqui hoje, e é a questão de quando que esse gasoduto vai sair.

Eu tive que me ausentar para ir lá na presidência do Senado, no encontro dos Governadores, a respeito da questão do orçamento, da Lei Kandir, e o Relator Carlito Merss me mostrou até um informe da PETROBRAS dizendo que tem problemas com valores da Licitação e que estaria na fase final. Só se tiver uma previsão maior... Mas aí entra também a nossa preo-

cupação em relação à lei do gás. O Senador Rodolpho Tourinho é o autor, eu sou o Relator aqui e o Governo acabou mandando uma outra Lei do Gás. E aí, quer dizer, o objetivo qual é que é da Lei do Gás? É aumentar a oferta de gás no Brasil, que nós possamos ter uma concorrência que seja positiva em benefício da população, (soa a campainha) e estamos encontrando realmente algumas resistências, algumas delas da própria PETROBRAS em relação a essa abertura do mercado do gás. E me parece que esse seria o caminho. Até perguntaria se o Senhor teria alguma notícia da questão do gás no norte de Minas Gerais. Aí já é uma questão particular. No norte de Minas existe algum afloramento de gás, a ANP chegou a fazer uma Licitação, mas depois disso eu não tenho mais notícia. Seria de repente uma grande solução.

Basicamente são esses os pontos que eu queria colocar, e o último só, o patrocínio da PETROBRAS para o Flamengo, qual é que é o valor e se teve processo licitatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Dr. Sérgio Gabrielli tem a palavra por três minutos.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Exmº. Senador Eduardo Azeredo, eu vou ficar devendo a informação sobre o Flamengo. Mas depois eu peço ao pessoal para informar.

(risos)

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Nada contra. Acho que é normal que patrocine os esportes, sim. Eu concordo. Mas, é apenas porque que fique claro que nesse caso a PETROBRAS realmente faz diretamente o patrocínio, não tem licitação e é um o preço razoável.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Em relação ao São Francisco, a região do São Francisco, que é a região... A Bacia do São Francisco chamada, região nova, entrou no leilão ANP, a PETROBRAS foi a grande compradora desses lotes e estamos... Nós temos sete anos para fazer atividades exploratórias e vamos fazer num ritmo que nós considerarmos mais adequado para acelerar a produção de gás. Mas nós estamos dentro dos cronogramas previstos. Não há nada de atraso em relação à exploração, lá. Uma vez que nós temos um conjunto de problemas de exploração e temos limitação hoje no volume de sondas exploratórias tanto em terra como em mar. Em relação a Bolívia, o Senador assistiu o Presidente Evo Morales, e eu me encontrei com ele, me reuni com ele lá em Belo Horizonte também, na prazerosa cidade de Belo Horizonte.

Na verdade, o que nós combinamos foi que as negociações se retomariam, porque há objetivamente interesses comuns entre quem produz o gás e que não tem aonde colocar o gás, e quem demanda do gás e precisa do gás vindo. Portanto, há bases objetivas de encontrarmos o caminho. É preciso que nós sentemos, estamos sentando em Mesas de Negociação, e façamos essa discussão no âmbito da negociação. E não no âmbito da imprensa e da opinião pública, porque nesse momento (soa a campainha) Isso só faz atrapalhar um pouco mais o problema do que alcançar a solução, que é o nosso objetivo.

Em relação à Lei do Gás, nós temos talvez, evidentemente que estamos interessados em avançar no marco regulatório da Lei de Gás. O nosso objetivo é também objetivo do Senador Rodolpho Tourinho, que é viabilizar a possibilidade de atrair mais investimentos para a Lei do Gás, só que nós tínhamos diferenças da forma de alcançar isso. E nós apresentamos as diferenças, apresentamos nossos comentários ao Projeto de Lei do Senador, ele já nos apresentou a visão dele sobre os nossos comentários e vamos continuar nesse processo de discussão e diálogo, que é profícuo e que é positivo para o País.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – V.Exª. tem a palavra por dois minutos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Essa questão da Bolívia, só uma informação adiciona,l a PETROBRAS ela paga *royalties* à Bolívia ou ela tem um contrato especial de aluguel? Como é que funciona o sistema?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – A situação na Bolívia. Existe uma lei que foi aprovada pelo Governo anterior e não pelo Governo atual, que diz que a propriedade das jazidas de gás, até a boca do poço é do Estado boliviano. Como vai se transformar isso em fato concreto, e qual é o grau de concessão que vai ocorrer, isso vai ser regulamentado por Decreto. Portanto, não está ainda em vigor porque não está ainda regulamentado. Isso é semelhante à situação brasileira. As jazidas de petróleo no Brasil e gás pertencem ao Estado brasileiro que faz uma concessão através dos leilões, e as concessões são feitas a quem quiser explorar o petróleo no País.

Então, uma das discussões importante é como definir esse processo de acesso à produção boliviana. Esse é um dos pontos em debate com o Governo boliviano. (soa a campainha) Aí, tem impostos. Tem impostos e participações especiais que foram aumentadas na faixa de produção. Como eu disse anteriormente, o produtor na Bolívia vende a produção a YPFB que tem o monopólio do País de compra do gás dentro da Bolívia. E que vende esse gás para exportação e para mercado interno.

Então, nessa faixa de comercialização e de venda não tem alteração tributária. A tributação alterou-se na etapa de produção do gás.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado. Bom, eu vou lhe fazer uma pergunta agora, apesar de estar aqui na Presidência. Eu sou do Estado de Roraima. Lá a gente atravessa... A capital está 200 quilômetros da fronteira com a Venezuela, País com o qual nós temos 800 quilômetros de fronteira e 800 quilômetros com a Guiana. Nós temos uma cunha entrando entre esses dois países. A 300 quilômetros da fronteira com a Venezuela, a gente começa a ver as bombas de petróleo explorando petróleo, e na Guiana EXXON explorou na margem do Rio Itacutu que faz fronteira com a Guiana e achou petróleo também. Eu gostaria de saber por que é que a PETROBRAS ainda não foi em Roraima para dizer: "Tem petróleo aqui", e começar extrair petróleo. De repente nós temos petróleo leve, lá em Roraima.

A pergunta é uma pergunta pessoal como a do Senador Eduardo Azeredo. Outra questão em relação ao preço da gasolina nos postos que é que o Senador Flávio Arns falou em relação ao dólar, que o dólar realmente baixou e a gasolina manteve o preço. Na nossa fronteira com a Venezuela nós compramos 10 a 11 litros de gasolina com o preço de um litro lá em Roraima. Lá em Roraima é 2,90 a gasolina. É mais cara do Brasil. E eu gostaria de saber isso, por que é que a PETROBRAS ainda não se meteu lá, ou licitou, fez o que tinha que fazer para começar a dar uma perspectiva de criar emprego para o nosso Estado. Antes de encerrar eu passo a palavra para o Senador Paim para ele fazer a pergunta e responder em bloco.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Dr. Sérgio passou para mim, não foi nada combinado, e não é nenhuma pergunta é só nesse momento fazer uma saudação a V.Exª., pelo trabalho que a nossa PETROBRAS vem fazendo sobre a nossa liderança, e dizer da minha alegria quando estava havendo um processo de negociação entre BRASKEM e PETROBRAS, que envolvia o pólo petroquímico do Rio Grande do Sul, eu convoquei uma Audiência Pública e de imediato V.Exª. mandou aqui um representante e naquela oportunidade ele afirmava que não estava nada feito, encaminhado e resolvido, e no fim a resolução tomada pela PETROBRAS foi de alto nível e atendeu os interesses, no meu entendimento, do Rio Grande do Sul, Pólo Petroquímico de Triunfo e também do Brasil. Então, mais é isso.

E também dizer a V.Exª., quando V.Exª. faz a exposição, eu vi algumas preocupações aqui de alguns Senadores, que isso poderia ser um instrumento de dar visibilidade política para o Presidente Lula. Eu tenho uma frase que eu uso no longo da minha vida. "A César o que é de César". Aquilo que está dando certo, está indo bem... Graças a Deus que a PETROBRAS pode mostrar aquele quadro de auto-suficiência. Muito bem. Isso é mérito de quem está na direção da PETROBRAS independente de quem seja o Governo.

Então, por esse motivo, mais do que nunca, eu quero dizer que ninguém se preocupe, que ninguém fará uso político da nossa PETROBRAS. Agora, que está sendo bem dirigido é bom para todos nós, é bom para o País, independentemente do Governo. Se o PIB vai mal, por exemplo, a crítica é feita ao Governo. É até legítima a crítica. Agora, aquilo que vai bem, vamos dar mérito, também, àqueles que estão conduzindo o País principalmente na área de V.Exª.

Por isso que eu faço essa rápida consideração pelo carinho que todos nós temos pela nossa PETROBRAS. Era isso, e parabéns pelo seu trabalho e toda a sua equipe.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Muito obrigado, Senador Paim. O Presidente José Grabrielli tem três minutos para responder e fazer as considerações finais pelo tempo que ele achar necessário.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Exmº. Senador Augusto Botelho, Senador Paim, primeiro gostaria de agradecer as palavras bondosas do Senador Paim. Em relação ao comentário do Senador Botelho, eu não sei se vou ser certo ou errado, mas eu imagino que nos leilões da ANP, Roraima não foi colocada ainda como área exploratória. A PETROBRAS não pode por livre e espontânea vontade sair explorando petróleo em qualquer lugar desse País. Nós temos que adquirir a concessão para a exploração. E isso é feito nos leilões da ANP. Não é PETROBRAS que faz isso, é a ANP que faz isso. Em relação ao preço da gasolina na Venezuela, que afeta tanto as nossas áreas de fronteiras, eu queria chamar atenção dos brasileiros e particularmente do Exmº. Senador, que a PDVSA vende no mercado interno apenas 15% da produção dela. 85% da produção são para o mercado americano e mercado europeu. Por isso que a PDVSA tem condições de no mercado interno ter um preço que é descolado do preço internacional. Porque na exportação, que é a principal fonte de receita da PDVSA, ela faz via mercado internacional. Não é o caso da PETROBRAS. A PETROBRAS, diferentemente da maior parte

das empresas de petróleo, é uma empresa fortemente voltada para o mercado doméstico. Nós produzimos para o mercado brasileiro. O nosso compromisso é com o mercado brasileiro. E daí que nós tiramos 85% da nossa receita. E, portanto, é por isso, que nós não podemos descolar esse preço do preço internacional sob pena de não poder continuar produzindo ao longo do tempo. Ou seja, é possível durante um certo tempo, mas não para pagar os enormes custos para sustentar essa produção ao longo do tempo.

Me desculpe, Senador, eu queria agradecer a oportunidade, espero que tenha esclarecido a maior parte das questões, evidentemente que algumas questões não consegui esclarecer, mas continuamos abertos e dispostos ao Senado Brasileiro, essa Casa de representação do Estado brasileiro que é muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Em nome da Presidência da Comissão de Educação e infra-estrutura nós agradecemos a presença do Dr. Sérgio Gabrielli, Presidente da PETROBRAS, e comunicamos que a Comissão de Infra-Estrutura adiou a reunião agendada para hoje às 14 horas para terça-feira, dia 18, às 10 horas da manhã. Declaro encerrada a Sessão. E declaro também que os roraimistas se orgulham da PETROBRAS e dos trabalhadores da PETROBRAS. Muito obrigado.

(Sessão encerrada às 13h07.)

Ata da 5ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 18 de abril de 2006, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 13 da Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e cinqüenta e cinco minutos do dia dezoito de abril de dois mil e seis, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença dos Senhores Senadores **Demóstenes Torres, José Jorge, Marco Maciel, Rodolfo Tourinho, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Gerson Camata, Valdir Raupp, Mão Santa, Roberto Saturnino, Serys Slhessarenko, Siba Machado, Aelton Freitas, César Borges, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca, Romero Jucá, Luiz Otávio, Valmir Amaral, Paulo Paim, Fátima Cleide, João Ribeiro e Augusto Botelho**. Presente também o Senador João Alberto. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência lê o Memo GSCB nº 04-135/2006, datado de três de abril de dois mil e seis, de autoria do Senador Cristovam Buarque, informando que irá se ausentar no período de 17 e 24 de abril do corrente, quando estará em desempenho de Missão política e cultural de interesse parlamentar no exterior, para proferir palestra no âmbito do XIII Colóquio da Academia de Latinidade, a realizar-se em Baku – Azerbaijão. A presente reunião destina-se a deliberação das seguintes matérias constantes da PautA – **Item um** – **Mensagem do Senado Federal nº 115**, **de 2006**, que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Victor de Souza Martins, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleio, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o *Senador Ney Suassuna.* Foi designado Relator "*ad hoc*" o *Senador Gerson Camata*. A indicação foi aprovada, obtendo o seguinte resultadO – **20** (vinte) votos sim, **2 (**dois**)** votos não e 1 (uma) abstenção num total de **23** (vinte e três) votos. **Item dois – Mensagem do Senado Federal nº 108, de 2006**, que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Romeu Donizete Rufino, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o *Senador Aelton Freitas.* Foi aprovada a indicação, obtendo o seguinte resultadO – **22 (** vinte e dois) votos sim, **1** (um) voto não e nenhuma abstenção, totalizando **23** (vinte e três) votos. **Item três – Mensagem do Senado Federal nº 109, de 2006**, que "submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor José Guilherme Silva Menezes Senna, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o *Senador Siba Machado.* A indicação foi aprovada, obtendo o seguinte resultadO – **22 (** vinte e dois) votos sim, **1** (um) voto não e nenhuma abstenção, totalizando **23** (vinte e três) votos. A Presidência convida os Senadores Mão Santa e Serys Slhessarenko para os escrutínios. Usam da palavra para sabatinar os indicados, a Senadora Serys Slhessarenko e o Senador Rodolpho Tourinho. Foi aprovado, **Extra Pauta,** o Requerimento nº 014, de 2006-CI, de autoria do *Senador César Borges*, requerendo seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão, a fim de discutir a problemática da logística de escoamento de produção do Oeste Baiano, que bate a cada ano novos recordes, face às notícias de que a Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA promoveu licitação irregular, com fortes indícios de favorecimento de uma determinada empresa, para a construção

de terminal de grãos no porto de Aratu, no Estado da Bahia, com a participação dos seguintes convidados: Paulo Sérgio Oliveira Passos, Ministro do Estado de Transportes; Representante da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; Geraldo Simões, Presidente da Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA; Valmir Koll, Presidente do Sindicato Rural de Luiz Eduardo Magalhães e Humberto Santa Cruz, Presidente da Associação dos Irrigantes do Oeste da Bahia – AIBA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião da Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura, Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura. Antes de iniciar o trabalho proponho a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior. Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há expediente que será lido. Requeiro nos termos do art. 93 inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública perante essa douta Comissão, a fim de discutir a problemática da logística do escoamento da produção do oeste baiano, que vai arrecadando novos recordes, face às notícias de que a companhia das docas do Estado da Bahia, CODEBA, promoveu licitação irregular com forte indício de favorecimento de uma determinada empresa para construção de terminal de grão no Posto de Aratu, no Estado da Bahia, com a participação dos seguintes convidados: Paulo Sérgio Oliveira Passos, pelo Ministério do Estado dos Transportes, um representante da Agência Nacional de Transporte Aquaviário – ANTAQ, Dr. Geraldo Simões, Presidente da Companhia das Docas do Estado da Bahia, Sr. Vamir Koll, Presidente do Sindicato Rural de Luís Eduardo Magalhães, Humberto Santa Cruz, Presidente da Associação dos Irrigantes do Oeste do Estado da Bahia. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, apenas para um breve esclarecimento, porque a Senadora Serys não está entendendo o requerimento. É uma preocupação muito regional, muito local do Estado da Bahia, que tem uma grande fronteira agrícola, que recentemente está sendo aberta com a produção de grãos, que a cada ano é recorde, já chegando a aproximadamente 5 milhões de toneladas de grãos por ano, e que tem dificuldades no escoamento dessa produção, que se faz com custos elevados através de via rodoviária, até mandando ao Porto de Ilhéus, que não está devidamente capacitado à exportação desses grãos e traz uma série de transtorno àquela cidade.

Em função disso, o Estado procura um corredor exportador para esse grão. E o natural é que ele se faça através da BR-242, BR-116 e BR-324 em direção ao Porto de Aratu. Entretanto, o Estado foi pego de surpresa, quando a Companhia de Docas do Estado da Bahia promoveu uma licitação para construção de um terminal exatamente para grãos, junto ao Porto que é destinado à importação e exportação de produtos petroquímicos. Portanto, não tem muito a ver com grãos. E poderia, inclusive, haver até uma contaminação. E essa licitação se deu de forma açodada, muito rapidamente, direcionada para atender uma determinada empresa, que a empresa citada é a BUNGE ALIMENTOS, que é uma empresa multinacional que já atua na região como financiadora, como adquirente, como transportadora de soja. Então, os produtores daquela região estão temerosos, com justas razões, de que fiquem diante de um monopólio de todo o processo de comercialização. Aonde vai o financiamento da safra, já que muitas vezes o Governo não atende as necessidades e a empresa BUNGE vai e financia. Ela é adquirente, será transportadora e exportadora. Ou seja, vai dominar todo o setor. Está tudo dominado. Diz aqui a Senador Serys. Foi o que nós assistimos aqui, quando o Senador Delcídio trouxe a mesma preocupação de que a BUNGE poderia adquirir a ferrovia Brasil, que tem a FERRONORTE, a FERROBAN, que faz o transporte da soja do Mato Grosso através do Estado de São Paulo até o Porto de Santos. Então, se isso acontecer na prática, esse monopólio, certamente o prejudicado será o produtor brasileiro, a agricultura e o agronegócio brasileiro. Então, essa é a razão que eu justifico esse requerimento, Sr. Presidente, e agradeço a aprovação dos pares dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Presidência agradece as colocações feitas por V.Exª. e pelo visto atendeu em cheio a curiosidade da Senadora Serys.

O expediente do Senador Cristovam Buarque comunicando para os devidos fins, que cumprirá de 17 a 24 de abril, missão política e cultural de interesse parlamentar no exterior, onde irá proferir palestra no 8º Colóquio da Academia da Latinidade, Azeibarjão. O Senador tenha uma feliz viagem a esse vizinho país. Azeibarjão. Da Latinidade. É universalização do nosso... Volta as nossas origens.

A presente reunião destina-se às seguintes matérias: Primeiro lugar. Nós temos mensagens do Senado de nº 115, de 2006, que é o item 1 da pauta, submete exatamente a apreciação do nome do Sr. Victor de Souza Martins para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – ANP.

Mensagem nº 108, de 2006, que submete à apreciação do Senado Federal do nome de Romeu Donizete Rufino, para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL.

Mensagem nº 109, de 2006, submete o nome do Sr. José Guilherme Silva Menezes Senna, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Convidamos, portanto, para tomar assento à Mesa, o Dr. Victor Martins indicado para ANP. Antes, porém, eu quero convidar o Dr. Gelson Kelman para tomar assento como convidado dessa Mesa na qualidade de Presidente da ANEEL.

Dr. Romeu Donizete Rufino, indicado para o cargo de Diretor da ANEEL.

E Dr. José Guilherme da Silva Menezes também indicado para exercer cargo da ANEEL.

O Relator designado para a mensagem nº 115 do Dr. Victor de Souza Martins é o Senador Ney Suassuna, líder do PMDB no Senado. Quero dizer, inclusive, que foi uma solicitação do próprio Senador, mas problemas de deslocamento do Rio para cá, S.Exª. não chegou ainda e eu vou transferir a Relatoria para o Senador Gerson Camata, que foi o Relator, salvo engano, no primeiro processo do Dr. Victor. E de forma que passo a palavra a V.Exª.

SR. RELATOR *AD HOC* SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, ilustres Senhores indicados. Atendendo à determinação do Presidente Senador Heráclito Fortes, eu passo a ser então o Relator *ad hoc* e vou ler o relatório do Senador Ney Suassuna, líder do meu partido.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa dá, inclusive, liberdade a V.Exª., já que todos possuem o relatório e confiando no poder de síntese que tem sido a marca da sua passagem por essa Casa, que o pratique com todo o fervor.

SR. RELATOR *AD HOC* SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Obrigado a V.Exª. Era o que eu pretendia e vou cumprir agora como determinação. Eu vou me ater ao curriculum vitae do SR. VICTOR MARTINS que acompanha a mensagem presidencial.

Ele é natural do Rio de Janeiro, graduou-se em Administração de Empresas em 74 pela Universidade Federal do Espírito Santo e em Língua e Civilização Francesa em Paris, onde também conclui o curso de pós-graduação em Nutrição e Saúde Pública no processo de desenvolvimento econômico em 76, em 2000 conclui o curso de Pós-Graduação Executiva em Petróleo, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Portanto, a gente observa pelo curriculum enviado, que é um dos poucos que tem curso de pós-graduação executiva em petróleo na direção daquela agência, que tem também os melhores cérebros brasileiros na área. Entre os cargos mais importantes ocupados pelo Sr. Victor de Souza Martins destacam-se: Diretor da Associação Brasileira de Empresas Estaduais e Processamento de Dados, Diretor-Presidente da Empresa de Processamento de Dados do Espírito Santo, Vice-Presidente do Banco do Estado do Espírito Santo e Diretor-Presidente da Empresa Capixaba de Turismo. No âmbito do Governo do Estado do Espírito Santo, foi Assessor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, Coordenador de Divulgação e Promoção da Secretaria de Comunicação Social. Foi Assessor da Presidência e Secretário Executivo da Câmara Estadual do Corredor Leste do Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, onde participou da realização de diversos estudos, visando a expansão da movimentação de cargas nos complexos portuários no Espírito Santo. Na Agência de Desenvolvimento em Rede do Estado do Espírito Santo, a DERES, o Sr. Victor de Souza Martins ocupou funções de Assessor Especial e Diretor Técnico, com atuação nos Setores de Turismo, Logística, Desenvolvimento Regional e Industrial com ênfase nas Áreas de Petróleo e Gás Natural.

Além disso, coordenou estudos visando o recálculo da parcela capixaba no Campo do Roncador e a implantação dos mecanismos regulatórios envolvendo a distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo. Foi membro do Conselho da Autoridade Portuária do Porto de Vitória e do Conselho Consultivo da Organização Nacional da Indústria de Petróleo. Também foi Secretário Executivo da Câmara Estadual de Logística e Comércio Exterior do Espírito Santo. E representante daquele Estado nos Comitês de Assuntos Tributários e de Competitividade Industrial da UNIP. Ademais é um dos fundadores da Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente. Exerceu também a função de Superintendente da Organização Nacional da Indústria de Petróleo, no Espírito Santo e a função de Representante do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás Natural naquele Estado. É Membro do Conselho de Energia, do Conselho de Petróleo e Gás e do Comitê de Infra-Estrutura da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo e do Comitê de Petróleo, Gás, Energia e Química do Movimento do Espírito Santo em Ação. E do Comitê Regional do Estado do Espírito Santo,

do PROMIND, Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás.

Agora, o Exmº. Sr. Presidente da República submete novamente o nome do Sr. Victor de Souza Martins à apreciação desta Casa, com o objetivo de reconduzi-lo ao cargo. Entretanto, para se evitar problemas de natureza jurídica, os quais sem sombra de dúvida resultaria em prejuízo para ANP, a oportunidade em que essa Comissão conclui pela recondução do Sr. Victor de Souza Martins, são convalidados os atos praticados no período compreendido entre 16 de janeiro e 30 de março de 2006.

As funções de cargos exercidos pelo indicado demonstram um nível de qualificação profissional compatível com o requerido cargo almejado.

Além disso, Sr. Presidente, o Espírito Santo é hoje a segunda maior bacia petroleira do Brasil, com muito orgulho. E agora mesmo nós estamos, começaram ontem os entendimentos da ligação que vai, nós vamos ligar o Estado do Rio de Janeiro à Vitória, Vitória já está ligada a Cacimbas e Cacimbas Catu lá no Estado da Bahia. Então a presença do SR. VICTOR MARTINS na Agência Nacional de Petróleo, como representante do segundo maior produtor de petróleo do Brasil, brevemente o maior produtor de petróleo, é muito importante para o Brasil. Acima, além da qualificação profissional do Sr. Victor de Souza Martins.

É um adendo que eu faço, Sr. Presidente, ao relatório do Senhor, meu líder Ney Suassuna, que eu acabo de ler. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Presidente agradece o brilhantismo de V.Exª. e antes de passar a palavra para o próximo Relator, eu convido para fazer parte desta Mesa o ex-Deputado, Haroldo Lima, que é o Presidente da Agência Nacional de Petróleo.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas, que é o indicado para ser o Relator do nome do Sr. Romeu Donizete Rufino da ANEEL. Faço votos que V.Exª. siga a trilha do seu antecessor.

SENADOR AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Srªs. e Srs. Senadores. O Senado Federal manifesta sobre a indicação do Sr. Romeu Donizete Rufino para exercer o cargo de Diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, materializada no aviso nº 292, assinada por S.Exª., Ministro-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Trata-se aqui, Sr. Presidente, de um cargo revestido de grande importância. A ANEEL tem por finalidade regular e fiscalizar a produção e transmissão de distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do Governo Federal. Assim, entre outras atribuições, cabe a ANEEL implementar as políticas e diretrizes do Governo Federal, para exploração de energia elétrica e aproveitamento dos potenciais hidráulicos, expedindo os atos regulamentares necessários ao cumprimento de normas estabelecidas pela Lei 9074 de 1995. Também promover mediante delegação com base no plano de outorgas e diretrizes aprovadas pelo poder concedente, os procedimentos licitatórios para contratação de concessionárias e permissionárias do serviço público para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica. E para outorga de concessão para aproveitamento e potenciais hidráulicos. Gerir os contratos e concessão ou de permissão trabalhista e outros na Price Waterhouse Auditores Independentes, de setembro de 1978.

Me perdoa... Acompanha a mensagem do curriculum vitae do candidato em comprimento art. 383 inciso I do Regimento Interno do Senado, o curriculum vitae do Sr. Romeu Donizete Rufino atesta que a sua formação acadêmica e sua experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado. De nacionalidade brasileira, o candidato nasceu em Coromandel, Minas Gerais, em 23 de maio de 1956. É filho de Antônio Rufino e Maria das Dores. Graduou-se em Ciências Contábeis pela Associação do Ensino Unificado do Distrito Federal, em 1982 e possui duas pós-graduações, Contabilidade Gerencial pela Fundação Getúlio Vargas, concluída em 1996. "Skills, Tools e Competências – STC pela Fundação Dom Cabral de Kellog, em junho e agosto de 2004.

O curriculum também lista quatro cursos de especialização, Executivo Internacional, na AMANA-KEY, Desenvolvimento e Educação de 97 a 99, Jornada de Integração Gerencial – Habilidades Humanas, Habilidades Gerenciais e Ferramentas Gerenciais, com equipe de Consultores contratados pela ELETRONORTE de setembro a dezembro de 92; Gerência de Qualidade Total pela Fundação Christiano Ottoni em outubro de 1991. Diversos na área de Auditor do âmbito Contábil, Societário, Tributário e Avaliação de Investimentos Trabalhistas e outras na Price Waterhouse Auditores Independentes, em setembro de 98 a dezembro de 1982.

A experiência profissional do candidato também é relevante pelo cargo. Foi funcionário de Centrais Elétricas Norte do Brasil, ELETRONORTE de 83 a 98. Atualmente é funcionário da ANEEL, onde ocupa o cargo já de Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira.

Em suas responsabilidades no âmbito da ANEEL, devemos destacar fiscalização do desempenho econômico e financeiro das concessionárias de serviço público de energia elétrica, definição e supervisão de procedimentos contábeis adotados pela Agência de setor elétrico, análise e manifestação prévia da ANEEL

sobre ações dos agentes do setor elétrico nos seguintes pontos: Contratações com partes relacionadas, prestação de serviços, compras e vendas de energia elétrica, empréstimo, financiamentos etc. Alteração do controle societário do estatuto social, reestruturação societária, cisão, fusão, incorporação e desverticalização, captações financeiras junto aos agentes financeiros do mercado de capitais.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, desejo acrescentar que o indicado, Sr. Romeu Donizete Rufino, encaminhou ao meu gabinete para que fosse anexado ao processo de mensagem e apreciação, a declaração com o seguinte teor:

"Eu, Romeu Donizete Rufino, portador da Carteira de Identidade nº 003551, SSP, Distrito Federal, declaro para efeito de atendimento ao que determina o art. 6º da Lei 9427 de 26 de dezembro de 1996, que não mantenho com empresas concessionárias, permissionárias, autorizadas, produtos independentes, auto-produtores, bem como as associações de classe destes agentes ou prestadores de serviços, contrato por essas empresas, sob regulamentação ou fiscalização da ANEEL. Qualquer dos vínculos previstos no art. 1, 2 e 3, nem no § 1 do referido artigo.

Essa condição, Sr. Presidente, na condição de Relator, eu solicito que tal declaração passe a constar em anexo do nosso relatório, que nós estamos por finalizar. Com essas informações a Comissão de Serviço de Infra-Estrutura está em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Romeu Donizete Rufino, para exercer o cargo de diretor da ANEEL, que desde já garanto que tem todas as capacitações, todos os predicados e adjetivos para representar e muito bem esta Agência de Energia Elétrica.

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao terceiro e último Relator, Relator da mensagem nº 109, que faz a indicação do nome do Sr. José Guilherme Silva Menezes Sena, para exercer cargo de Diretoria na Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL. Concedo a palavra ao meu conterrâneo e sintético Relator, Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, colaborando com V.Exª., tendo em vista que o dia de hoje falando tanto de energia é o dia que nós vamos ter que exercitar em nós o teletransporte da matéria integral, porque hoje temos ai várias Comissões ao mesmo tempo, então nós vamos ter que ser muito rápidos, mas saudar aqui o Presidente da ANP e o Presidente da ANP o nosso querido Haroldo Lima e o Presidente da ANEEL, Dr. Gerson Kelman.

Então, vamos direto já ao curriculum vitae, Sr. Presidente. Acompanha a mensagem o curriculum vitae do candidato, em cumprimento ao art. 383, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O curriculum vitae do Sr. José Guilherme Silva Menezes Sena anexado à mensagem presidencial, demonstra que sua formação acadêmica e sua experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado. De nacionalidade brasileira, o candidato nasceu em Piracanjuba, Goiás, em 28 de janeiro de 56, filho de Célia Silva Menezes Sena e José Menezes Sena. É casado com Dª. Clidemona Sena e tem dois filhos. É graduado em Engenharia de Mecânica pela Universidade de Brasília, UNB, desde julho de 1978 e possui duas pós-graduações. Mestrado em Ciências Térmicas, pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o ITA, concluído em primeiro de 12 de 81 e Doutorado em Engenharia Nuclear pelo Massachusetts Institute Of Technology, concluído em 1/9/1985.

O curriculum lista três outros cursos de especializações. Economia da regulação dos serviços públicos, na OAD, Universidade da Argentina, Metodologia de Regulação Tarifária na Oxford e VI Programa de Treinamento Internacional em Regulação de Serviços Públicos, na Universidade da Flórida. O candidato tem experiência profissional relevante para o cargo. Foi funcionário de carreira do Instituto de Estudos Avançados do CTA e do Centro Técnico Aeroespacial de 1981 a 1991, atualmente é funcionário de carreira do ITA, onde ocupa desde 1º de janeiro de 92 os cargos de Pesquisador Titular, Professor de Graduação e Professor de Pós-Graduação.

Entre os cargos que ocupou devemos destacar no âmbito da ANEEL, os de Assessor de Superintendência, CCTV, na SRE, Superintendência de Regulação Econômica, entre 13/4/99 e 01/11/2001 e o cargo de Assessor de Superintendência, o CA 2 na SEM, Superintendências de Estudos Econômicos e de Mercado, entre 01/11/2001 e 22/02/2005.

O seu curriculum lista como realizações relevantes a participação como pesquisador no projeto do motor automotivo a álcool, desenvolvido pelo PMOCTA e no projeto de desenvolvimento do reator raptor do IEAV, onde atuou como Engenheiro Líder da equipe entre outras.

Com essas informações a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura está em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. José Guilherme Silva Menezes Sena para exercer o cargo de diretor da ANEEL.

Passo a ler ainda, Sr. Presidente, a declaração que chegou posterior à elaboração do relatório, que eu acho importante.

Declaração. Para os efeitos de atendimento do que determina o art. 6º da Lei 9427 de 26 de dezembro de 96, declaro que não mantenho com a empresa concessionária, permissionária, outorgada, produtor independente, auto-produtor ou prestador de serviço contratado dessas empresas, sob regulamentação ou fiscalização da ANEEL, qualquer dos vínculos previstos nos incisos I, II ou III, nem do parágrafo único do referido artigo. Assina o Dr. José Guilherme Silva Menezes Sena.

É a declaração, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa comovida agradece a V.Exª. Senador Sibá Machado.

Antes de passar a palavra para o primeiro sabatinado, eu quero abrir aqui a opção para os Senadores. Nós hoje estamos com várias atividades, CPIs funcionando ou não, e Orçamento. Os sabatinados visitaram ou mantiveram contato com os Srs. Senadores. Além do mais os seus currículos também chegaram às mãos dos Senadores em tempo hábil. Portanto, aquele que se achar em condições e com a convicção do voto, independente do que será exposto por cada um deles, eu, a partir desse momento, abro o processo de votação. Exatamente para facilitar a agenda de cada um. Portanto, a partir de agora o Sr. Senador que...

Então, passo a palavra ao Dr. Victor Martins.

SR. VICTOR MARTINS – Excelentíssimo Senhor...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Apelando para que V.Exª. siga o conselho, siga a trilha dos que relataram o seu curriculum, na questão de tempo.

SR. VICTOR MARTINS – Eu só falei um Excelentíssimo Senhor e já... (risos)

SR. VICTOR MARTINS – Srs. Senadores, Srªs. Senadoras, Senador Presidente Heráclito Fortes, Senador Ney Suassuna e o Senador Gerson Camata, Relatores da minha indicação. Há pouco mais de um ano eu estive aqui nessa Casa para ser sabatinado por essa Comissão atendendo à indicação que havia sido feita pela então Ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff encaminhada ao Presidente da República. Hoje, eu agradeço a indicação do novo Ministro Silas Rondon, encaminhada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a essa Agência.

Queria cumprimentar o Diretor-Geral da ANP, Dr. Haroldo Lima, o Diretor da ANEEL, Dr. Gerson Kelman, meus colegas de sabatina, Dr. Romeu e Dr. Senna, e dizer que naquela ocasião, há um ano atrás, eu tinha destacado alguns pontos que eu achava da mais absoluta relevância para o desempenho de uma agência reguladora forte e independente como deve ser, como o Brasil precisa.

Eu destaquei naquela ocasião que, segundo o meu ponto de vista, a questão mais importante era que fosse criado um marco regulatório definitivo, que tratasse com exclusividade da questão do gás natural. No desempenho das minhas funções de Diretor na Agência, junto com o corpo técnico competente naquela Casa, nós tivemos oportunidade de submeter à consulta pública três resoluções que já estavam em discussão há mais de 4 anos e regulamentar de uma forma definitiva a Lei 9478, no que diz respeito ao gás. Mesmo assim essa regulamentação que ela sinaliza, já dá mais segurança para o mercado, ela dá mais segurança para o investidor, ela ainda é insuficiente para que o país venha a ter um marco regulatório consistente, que afeta o setor de gás e o setor de energia elétrica.

Então foi com muita satisfação pessoal que eu vi quando o Senador Rodolpho Tourinho deu entrada num Projeto de Lei, aqui no Senado, iniciando a discussão sobre esse tema. Discussão da qual eu tive oportunidade de participar ao longo de seis ou sete meses, em diversos fóruns que foram feitos, e acho que com essa iniciativa ele colocou no debate um tema vital para o país no foro certo, que é o Parlamento.

No mês passado, o Poder Executivo, através de uma mensagem presidencial, também encaminhou um Projeto de Lei para o gás natural, que vai ser discutido, que vai ser demitido pelos Srs. e Srªs. Parlamentares, mas eu registro com muita satisfação que aquela minha preocupação vital lá de trás, ela está sendo hoje apreciada pelo Parlamento Brasileiro, discutida pela sociedade brasileira de forma a permitir o investimento, a competição e o ganho para o consumidor e para o cidadão brasileiro, no que diz respeito ao gás natural.

O outro ponto que eu levantei, que talvez tenha passado desapercebido naquela ocasião, era a necessidade da ANP regulamentar uma cláusula do contrato de concessão, que obriga o concessionário que explore, que produza em campo de alta rentabilidade ou de grande volume de produção a destinar 1% de sua receita bruta para atividade de pesquisa e desenvolvimento. Os concessionários enquadrados nessa situação, estavam provisionando recursos desde 1998. Em alguns casos aplicando esses recursos, mas sem regulamentação necessária.

Srs. Senadores, Srªs. Senadoras, apenas para ter uma idéia do montante de recursos sujeitos a essa cláusula, de 98 até o final do ano passado nós estamos falando em dois bilhões de reais. O valor superior,

valor que é quase o triplo de todos os fundos setoriais existentes no país.

No final do ano passado a Agência regulamentou essa cláusula, que vai permitir que já a partir de 2006, mais 700 milhões de reais sejam agregados para programas de pesquisa e desenvolvimento e excepcionalmente de qualificação de mão-de-obra, desenvolvimento de fornecedores naturais.

A Diretoria da Agência aprovou, em fevereiro desse ano, o primeiro projeto que utiliza recursos oriundos dessa cláusula, que é um projeto apresentado pela PETROBRAS chamado programa de qualificação de mão-de-obra do PROMIP, que prevê a qualificação de 70 mil 206 trabalhadores brasileiros de nível superior, de nível técnico e de nível básico, todos eles recebendo bolsas de estudos, durante o seu período de formação profissional e todos eles com colocação profissional assegurada ao término dos seus cursos em prestadores de serviços na indústria do petróleo. A possibilidade de ter contribuído para a adoção dessas duas resoluções que permitem esses investimentos também é uma coisa que me gratifica ao longo desse primeiro ano de mandato.

Um outro tema que naquela ocasião eu também procurei destacar e retorno, talvez, com maior ênfase hoje, é a questão que trata dos recursos necessários à pesquisa geológica, à pesquisa geofísica, à geração do conhecimento sobre a geologia das bacias sedimentares brasileiras.

Embora a lei que trate da participação especial determine, de uma parcela desses recursos o equivalente a 28% disso, seja destinada para que a agência realize esses estudos, esses recursos normalmente são contingenciados e liberados apenas numa pequena parcela. No ano retrasado foram 16 milhões, no ano passado foram 45 milhões, quando que o montante previsto, que o montante possível era superior a 2 bilhões de reais. Isso é uma ameaça, isso é uma ameaça ao interesse brasileiro. Isso é uma ameaça à soberania desse país. A Agência corre o risco de estar oferecendo em leilões áreas com pouco conhecimento geológico, essas áreas virem a ser arrematadas por empresas e elas serem possuidoras de grandes reservas de petróleo ou de gás natural.

Eu chamo, eu faço um apelo aos Srs. Senadores, às Srªs. Senadoras, que no debate na questão orçamentária, busquem contribuir com a soberania do país, o conhecimento do país sobre suas riquezas naturais, riquezas naturais tão vitais como são o petróleo e o gás natural, para evitar que a gente venha a ceder áreas a troco de banana.

O outro ponto que naquela ocasião destaquei, e aí é um ponto que o Diretor Haroldo Lima se bate muito, como o Dr. Newton Fonseca, o meu outro companheiro de Diretoria, é a oferta pública de campos marginais com acumulações inativas. Nós chegamos à realizar o primeiro leilão dessas áreas e está previsto para o dia 31 de maio o segundo leilão dessas áreas, permitindo a pequenos empresários brasileiros entrarem nesse negócio e se consolidarem na atividade econômica.

Também nas licitações foi dada uma ênfase à participação do fornecimento local de bens e serviços, através de exigências mais rigorosas sobre o conteúdo local, tanto na fase de exploração quanto na fase de produção. Destaquei também a necessidade do Brasil buscar desenvolver, modernizar o seu parque de refino e vejo com satisfação dois novos projetos em andamento, unidade petroquímica base, com o refino voltado mais para o setor petroquímico, mas produzindo aqueles subprodutos do petróleo que o Brasil importa, como GLP e diesel e um outro projeto no Nordeste brasileiro para o refino do óleo pesado.

A fiscalização dos derivados também foi intensificada. No ano passado foram mais de 15 mil estabelecimentos fiscalizados com autuação de 4 mil 200 e poucos. O índice de não conformidade da gasolina, que anos atrás era próximo de 20%, já reduziu para algo em torno de 3%. É o trabalho da agência na defesa do consumidor, na defesa do cidadão brasileiro.

Por último, já que não sou detentor no poder de síntese que foi requisitado pelo Presidente, queria também fazer uma referência ao Programa Nacional do Biodiesel, que é um programa de grande futuro nesse país, nesse país ensolarado, que permite uma safra a mais, esse país que já demonstrou no biocombustível, no álcool, a sua tecnologia, a sua capacidade, apenas para citar como exemplo, o álcool quando foi lançado tinha um preço de custo de 200 dólares por mil litros e caiu para 70 dólares ao cabo de 6 anos. A Agência já realizou dois leilões de biodiesel, considerando o fator social, considerando o selo social daqueles produtores inscritos no PRONAF, e esse é um programa que abre oportunidades, tanto para o pequeno produtor como o país como um todo.

Eu não quero me alongar mais. Eu queria me colocar à disposição dos Senhores para esclarecer quaisquer dúvidas que estejam dentro da minha capacidade. E dizer que no ano passado o ganho social, o ganho repartido com a União, os Estados e os Municípios brasileiros na área do petróleo atingiu 6 bilhões e 900 milhões de reais a título de participação especial. E 6 bilhões e 200 milhões de reais a título de *royalties*. Isso significa 76 vezes mais o que os Estados e Municípios brasileiros recebiam antes da Lei do Petróleo. E nesse momento que o Brasil atinge a auto-suficiência em petróleo, nós temos que reconhecer que esse é

um trabalho que foi iniciado lá atrás e que está dando os frutos nesse momento. E que a Agência tem como meta, como obrigação, como dever cívico, continuar esse trabalho de forma a permitir a reposição das reservas brasileiras para que essa auto-suficiência seja não de 18, não de 21, mas de muito mais tempo para a tranqüilidade de todo o povo brasileiro.

Bom, agradeço aos Senhores. Estou à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao Dr. Romeu Donizete Rufino, para sua exposição.

SR. ROMEU DONIZETE RUFINO – Excelentíssimo Senhor Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura do Senado Federal. Exmº. Sr. Senador Aelton Freitas, Relator desse meu processo de avaliação para o cargo de diretor da ANEEL, Exmºs. Srs. Senadores, Senadoras, Dr. Gerson Kelman, Presidente Diretor-Geral da ANEEL, Dr. Haroldo Lima, Diretor-geral da ANP. Caros colegas de trabalho da ANEEL, Senhoras e Senhores, bom dia a todos.

É com muita honra que venho a esta Comissão para ser avaliado em função de minha indicação para o cargo de Diretor da ANEEL, pela indicação feita pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República, para que caso seja considerado apto e digno pelo Srs. Senadores, ser nomeado para o cargo de Diretor.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Senador Aelton Freitas pelo relatório que indica a minha vida profissional e o meu potencial para exercer o cargo para o qual eu estou sendo avaliado pelos Srs. Senadores.

Gostaria também de destacar e agradecer a forma humana e atenciosa com que fui recebido nessa Casa democrática durante esses dias que antecedeu essa reunião de hoje, essa sabatina. Atribuo a distinta proposição do meu nome, feita pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Republica, a minha experiência profissional de 25 anos no setor elétrico, sendo 8 dos quais desde a sua criação na Agência Nacional de Energia Elétrica. Entendo que minha completa identificação com a causa do interesse público fez com que eu conquistasse a confiança dos meus colegas de trabalho, dos meus superiores, do Excelentíssimo Sr. Ministro de Minas e Energia, da excelentíssima Srª. Ministra da Casa Civil e do Excelentíssimo Sr. Presidente da República, que submeteram meu nome ao julgamento dos Srs. Senadores. Espero que após essa sabatina, adquirir também a confiança dos Srs. Senadores. Farei uma apresentação muito breve em respeito ao tempo dos Srs. Senadores sobre a minha visão da ANEEL.

Então, no meu entendimento, o papel da ANEEL, ele tem um grande papel que é regular o funcionamento do setor elétrico brasileiro. Esse papel, ele está subdividido em três grandes papéis originais da própria Agência e um exercido por delegação do Poder Executivo.

O primeiro papel, que é regulamentar o setor elétrico, é sem dúvida um grande desafio, porque no setor elétrico está sendo ainda consolidado, chamado modelo do setor elétrico, portanto, temos várias alterações ao longo dos últimos 8 anos, da existência da ANEEL, no marco regulatório estabelecido em lei e esses regulamentos merecem, ele precisa ser constantemente atualizado. Esses regulamentos, a ANEEL o faz, submetendo a proposta de regulamento de Audiência Pública. Já realizamos mais de 200 Audiências Públicas e todos os regulamentos passam por esse processo de Audiência Pública. E as próprias reuniões deliberativas da ANEEL são reuniões públicas.

O outro papel igualmente importante é a questão da fiscalização. E a ANEEL o faz de maneira muito intensa. Nós fiscalizamos desde o começo da Agência, especialmente nos primeiros anos, fiscalizamos todos os anos 100% dos agentes e continuamos fiscalizando de maneira bastante intensa. É claro que a fiscalização é uma orientação da própria lei. Ela tem uma preocupação muito mais orientativa e educativa, mas punitiva, se necessário. A ANEEL já aplicou algo em torno de 600 multas, totalizando algo em torno de 400 milhões, dos quais 51 milhões já recolhidos.

O outro papel também relevante, talvez menos visível ao público de um modo geral, que é o papel de mediar e o papel de ouvidoria. Esse papel de mediar, que tem a função de mediar o conflito entre os diversos agentes e entre agentes e consumidor, que também na nossa avaliação muito bem sucedida, porque vários conflitos já foram dirimidos nesse papel de mediar, nesse papel que a Agência executa no dia-a-dia.

A Ouvidoria, a ANEEL recebe algo em torno de 84 mil ligações em média por mês, das quais algo em torno de 95, apenas para pedido de esclarecimento. As outras é mais no sentido de criticar, de elogiar e até mesmo de reclamar de alguma ação dos agentes.

E por último, o papel que é delegado pelo Poder Executivo que é o papel de concessões e licitações, quer dizer, esse não é um papel atribuído por lei à ANEEL, isso é reservado ao Poder Executivo por intermédio do Ministério de Minas e Energia. Não há nenhum inconveniente nesta forma que a lei definiu, porque em vários outros países esse papel de poder concedente é exercido, sim, pelo Governo, através do Ministério que cuida do assunto de energia elétrica, mas no meu entendimento o que precisaria ser revisto é porque preferencialmente esse papel deveria estar previsto em lei. Vamos dizer, essa questão de ser uma

atribuição por delegação do próprio Governo, ela pode ser feita de uma maneira mais intensa num determinado momento, e em outro menos intensa, eventualmente até num outro momento não ser nem feita. Então isso dificulta a própria gestão da ANEEL. Isso tudo, claro, todo esse papel visando a questão de preservar o interesse público.

Bem, então a atuação da ANEEL é fortemente de busca do equilíbrio entre os diversos interesses representados pelos consumidores e sociedade de um modo geral, pelos agentes setoriais e pelo próprio Governo. Claro que pela parte dos consumidores, os consumidores sempre buscam a motricidade tarifária, a qualidade melhor dos serviços, a garantia dos seus direitos, a própria questão da motricidade tarifária e a qualidade de serviço já é por si só conflitante. Via de regra o consumidor deseja a melhor qualidade do serviço, mas deseja pagar também a menor tarifa. Ora, se exigimos uma maior qualidade, uma melhor qualidade do serviço, necessariamente temos que fazer mais investimentos, investimento esse que tem que ser remunerado. Pelo lado dos agentes, o interesse especial dos agentes na remuneração adequada do investimento feito, o cumprimento dos contratos, é uma questão muito importante, porque no setor elétrico não falamos de contrato de curto e nem médio prazo, é de longo, longuíssimo prazo. Contratos que chegam a 35 anos. Então, a questão de preservar e de cumprir contrato é importantíssimo nesse setor.

Regras claras e estáveis, isso tudo que o agente busca. E pelo lado o Governo, claro que o interesse estratégico, de políticas e diretrizes para esse segmento de energia elétrica, o modelo de desenvolvimento, então tem algumas diretrizes no sentido de desenvolver, e aí tem subsídio, importante que o subsídio seja explícito como o caso da CCC, por exemplo, a região Norte, ela tem o modelo de desenvolvimento e para que a energia não fique num patamar fora da realidade de outros Estados, existe o subsídio à geração térmica do sistema isolado. Então, a conta de consumo de combustível que é bancada pelo conjunto dos consumidores de todo o Brasil é algo em torno de 4,5, 4,8 bilhões de reais/ano.

E a questão da universalização, que é um programa importante do Governo, que está sendo estendido o atendimento à energia elétrica a todos os lares brasileiros, mas isso também custa. Então, ainda que seja fortemente subsidiado por fundos setoriais. Mas a própria operação e manutenção dessas instalações, tem Estado que pode acarretar um aumento tarifária da ordem de 40%, isso é impraticável. Então, temos que encontrar formas, o próprio Governo está buscando isso, de minimizar esse efeito. Então, tudo isso, essa atuação busca favorecer o equilíbrio do interesse público.

Bem, aí de alguma forma já comentei, mas importante que tem vários interesses comuns. A ambos, sociedade, consumidor e investidores. Quer dizer, uma atuação dentro do devido processo legal e com amplo direito de defesa, que tem sido a prática da ANEEL, é muito importante tanto para o consumidor como para o investidor.

O tratamento isonômico, todos os agentes envolvidos no setor.

A prestação de contas e o controle institucional. É muito importante, interessa à agência, como ela já tem feita várias, participado de várias Audiências Públicas aqui no Congresso Nacional, sempre que convocada ou convidada a Agência tem participado. E em alguns casos até espontaneamente, até se apresentando à Casa para prestar contas.

E a questão da participação do processo regulatório é algo que precisa certamente ser aprimorado, porque nas próprias Audiências Públicas a gente nota que há uma certa simetria. Certamente os agentes estão muito mais preparados para o processo de discussão de Debate Público do que os próprios consumidores. Em especial os denominados consumidores cativos, aqueles pequenos consumidores, consumidores residenciais.

Bem, com relação ao Congresso Nacional e à ANEEL. Cabe à ANEEL cumprir as políticas aprovadas pelo Congresso e implementado pelo Executivo, evidentemente não compete a ANEEL elaborar as políticas de diretrizes para o setor elétrico, mas cabe a ela cumprir e também oferecer subsídio, contribuir para o processo de discussão para essa definição. Apresentar resultados à sociedade, principalmente, por meio de Audiência Pública, como eu já comentei, mais de 200 Audiências Públicas feitas pela ANEEL e aqui na Casa, no Congresso, no Senado e na Câmara, já tivemos várias audiências públicas.

Sinalizar com o Congresso com possíveis lacunas e aperfeiçoamento do marco regulatório. É visitar o processo regulatório em função da experiência adquirida, quer dizer, a ANEEL, a política, quer dizer, o papel de agências reguladoras no Brasil é algo muito novo, então, nós, por exemplo, estamos revisitando todo o regulamento que disciplina o processo de revisão tarifária. Concluímos no ano passado o primeiro ciclo de revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição que assinaram contrato de concessão. E identificamos a necessidade de revisitar para com o resultado da experiência desse ciclo encerrado o ano passado, aprimorar o processo para os próximos ciclos. Isso é próprio do papel do regulador.

Aprimorar o mecanismo é o que eu comentei e eu reforço, friso essa questão. Eu acho que é um belo desafio de aperfeiçoamento para a ANEEL, aprimorar o processo de participação da sociedade de um modo geral nas discussões, nas Audiências Públicas para aprimorar os regulamentos.

Consolidar o quadro de serviços adequadamente remunerado e capacitados, a consolidação do quadro de servidor, desculpa, quadro de servidores da ANEEL, as agências de modo geral, a ANEEL em particular, desde a sua instalação lá em 97, ela tem trabalhado com um quadro, num primeiro momento como parte de pessoas cedidas dos próprios agentes, que a lei permitiu por um período, desde que fossem empresas estatais. Num segundo momento basicamente por um contrato temporário. E finalmente, já realizamos um concurso, estamos realizando um segundo concurso para compor o quadro definitivo das agências. Mas é um desafio ainda também criar atrativos para retenção desse quadro na agência. Várias pessoas que já passaram e já tomaram posse no último concurso, já saíram, porque os atrativos, os salários não são atrativos.

E consolidação da autonomia e da independência da Agência, que é algo também que tem que ser aperfeiçoado.

E deixo aí uma mensagem final para os Srs. Senadores e me coloco à disposição para responder as questões eventualmente formuladas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Concedo a palavra ao Sr. José Guilherme da Silva Menezes. Antes comunicando à Senadora Serys que o PFL e PSDB convocam... O Senador Rodolpho Tourinho completa o quadro de votação. O PT completou, parabéns.

E o PMDB, falta um Parlamentar.

O nosso PDT teve presença maciça. Compareceram todos: um.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Dr. José Guilherme.

SR. JOSÉ GUILHERME DA SILVA MENEZES: Gostaria de agradecer a todos que direta ou indiretamente participaram dessa minha trajetória profissional, dedicada à área de energia com ênfase nos aspectos tecnológicos e econômicos e de regulação. E pretendo, caso confirmada a minha indicação, colaborar na preservação do nível de excelência e dedicação que sempre pautou a atuação de profissionais da agência com quem tive o privilégio de trabalhar por vários anos.

Considerando que a apresentação do Dr. Romeu já foi bastante elucidativa, eu me coloco de imediato à disposição de V.Exª.s para quaisquer indagações.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Merece a unanimidade de todos. (risos) Muito obrigado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só perdeu para o Enéas, Sr. Presidente. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Vamos aguardar mais 10 minutos para que seja completado, ou se tentar alcançar o voto de todos os presentes, de todos na Comissão, uma vez que já temos quorum suficiente. Temos o voto do Senador Tourinho, que fecha PFL e PSDB... E vamos dar aqui um prazo de 5 minutos na tentativa de que o PMDB complete o seu quorum, uma vez que está faltando apenas um Sr. Senador. Desde já ao iniciar o processo de votação convido os Senadores Mão Santa e Serys Slhessarenko para atuarem como escrutinadores do pleito. Indagamos se algum Senador tem perguntas a fazer.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Eu gostaria brevemente, enquanto...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Rodolpho Tourinho. Primeiro inscrito.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Eu estou inscrita, Presidente?

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Eu posso ceder a minha inscrição inicial para a Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Obrigada pela gentileza. Ele cedeu o primeiro para mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não é surpresa. O Senador Tourinho é um *lorde*. V.Exª. apenas tem que se inscrever aqui, mas já pode iniciar.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – (risos) Só precisa se inscrever, né? Então o Senhor me inscreve, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Cumprir essa pequena formalidade, tem que ser com a sua assinatura.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Oh, meu Deus... Posso falar?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Claro, claro.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Eu gostaria de me dirigir ao Dr. Victor, aliás, em primeiro lugar saudar o Presidente da ANP, nosso querido Haroldo Lima, nosso Presidente da ANEEL e aos sabatinados, Senhores sabatinados, que, aliás, a gente leu os currículos e sabemos que são estrelas de primeira grandeza.

E gostaria de rapidamente, principalmente nas colocações que o Dr. Victor fez, durante a sua gestão já por algum tempo na ANP, como foi a interação entre o mercado e as discussões de livre acesso?

E rapidamente, até porque o Senhor já falou sobre essa questão, sobre o desenvolvimento da produção do biodiesel, se atualmente está dentro daquelas perspectivas esperadas e etc. Porque eu sou Senadora por Mato Grosso e o biodiesel para nós realmente é algo da mais alta relevância. Muito obrigada.

SR. VICTOR MARTINS – Respondendo inicialmente à questão no que se refere ao livre acesso nos gasodutos de transportes. Essa discussão foi travada ao longo dos últimos quatro anos, foi objeto de duas Audiências Públicas, de quatro consultas públicas, foi debatida em diversos fóruns dos agentes econômicos. E o que nós identificamos, até pelas contribuições que surgiram nas Audiências Públicas é que à exceção do agente dominante na atividade de produção e transporte de gás, havia uma unanimidade dos demais agentes no sentido de que fosse possibilitado ao outro agente econômico se utilizar daquela rede, que constitui um monopólio natural na forma determinada pela lei do petróleo. E eu diria que dentro do próprio sistema PETROBRAS, quer dizer, as opiniões não eram uniformes, porque uma empresa pediu um prazo de proteção para o carregador de 15 anos, outra pediu de 8 anos, outra pediu de 10 anos. Havia, sim, um sentido que é legitimo por parte da empresa de buscar defender o seu monopólio. E por outro lado, havia parte do mercado uma expectativa de que a agência fizesse cumprir a lei do petróleo, o que nós fizemos quando publicamos as três resoluções que faltavam, para regulamentar o art. 68.

Com relação ao biodiesel, eu acho que esse é um problema que vai crescer muito. Eu acho que eu sou um entusiasta realista desse programa, e acho que o Estado de Mato Grosso vai ter grandes oportunidades. Eu acho que é um processo, ele vai começar como começa tudo, com erros e acertos. Mas eu acho que é o caminho, o país tem muita oportunidade nisso. E as coisas estão se desenrolando de acordo com o previsto até agora. Espero ter respondido à Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Satisfeita, Senadora Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sim, Presidente. Até porque temos que oferecer o tempo que nos resta aos outros Srs. Senadores para as interpelações. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra, o Senador Rodolfo Tourinho.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente Heráclito Fortes, Sr. Presidente da ANEEL, Kelman, Sr. Presidente da ANP, Haroldo Lima. Eu quero começar esclarecendo alguma coisa que o Vitor colocou, que agente dominante é a PETROBRAS, para que todo mundo entenda.

SR. VICTOR MARTINS – Depois eu falei sistema PETROBRAS.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Para não ficar com subterfúgio, o agente dominante nessa questão do livre acesso é a PETROBRAS. Então o meu projeto da quebra do monopólio no gás é o agente dominante que tem reagido. E a nossa visão é absolutamente igual à visão da ANP, igualzinho. O que a gente quer, veja. O que eu acho é que o regime deve ser de concessão. Por que concessão? Porque a concessão ela é um instrumento jurídico, que ela assegura direitos e deveres e tem uma lei, você tem um prazo de 20, 30, 35 anos até nas hidroelétricas, nessa concessão e, sobretudo ela assegura o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

Ao assegurar o equilíbrio econômico financeiro do contrato, Senadora Serys, ela garante o retorno do capital. Garantindo isso de alguma forma, ela garante o investimento privado. Esse é que é meu objetivo, que não fique só a PETROBRAS. Mas o que o agente dominante quer é um regime de autorização que a diretoria da ANEEL, ou da ANP, mesmo desfalcada, vive sempre desfalcada, pode sentar e canetar, e acabar com aquele projeto que está ali, que é um caráter temporário, precário. Então esse é que é o objetivo. E aí pensamos iguais à ANP.

Eu acho também que quem deve determinar a questão do livre acesso, quem deve regular, aproveitando a sua pergunta, é a ANP e não o agente dominante. Mesmo porque o agente dominante, pelo próprio nome vai regular para ele. Enquanto a ANP regular, vai regular para o mercado.

Da mesma forma, na questão de que tipo de gás, quando pode passar, também a mesma coisa, e da mesma forma quem deve fixar a tarifa no meu projeto é ANP e não a PETROBRAS. Então a nossa grande diferença hoje do projeto é essa. Nós temos tido uma identidade grande de pensamento com a ANP, como não podia deixar de ser, desde que defendemos as condições técnicas e de mercado, e a PETROBRAS defende uma posição dela, uma posição de empresa, acho até legitimo que ela defenda. Agora não acho legítima a posição de impedir a votação de um projeto.

E eu colocaria ainda uma outra questão em relação a esse projeto da PETROBRAS, que acabou surgindo com sua pergunta, Senador, do livre acesso, que é em relação à questão do que a PETROBRAS tem

colocado, que os seis bilhões de dólares que estariam para serem investidos no gasodutos, isso não seria feito, porque o meu projeto expropriaria a PETROBRAS, o que não é verdade. Nós temos a unanimidade das opiniões do mercado. E aí eu cito o Estado de São Paulo, cito já com cinco editoriais, cito Miriam Leitão que sempre vem sobre esse tema. Então não há nenhuma intenção de expropriar coisa nenhuma. E no caso desse projeto, o que fizemos? Uma outra alteração, que diz o seguinte: "Olha, esses projetos que vocês tem em andamento, Presidente Haroldo Lima, então fica o seguinte, vocês apresentem o projeto antes que essa lei venha ser regulada, que vocês continuam dentro da legislação atual". Se é que efetivamente eles querem fazer. Se quiserem fazer, tenho certeza com a competência e agilidade que ANP dá, ele obtém autorização rapidamente. Não vejo nenhum problema.

Quero dizer que temos discutido muito esse assunto todo do gás com o Diretor Vitor Martins e sempre do ponto de vista técnico e com a sua competência total e interesse em discutir esses assuntos dessa forma e até me surpreendi de V.Sª. ter que voltar aqui. Acho que seria dispensável pelos seus conhecimentos, pelo trabalho que V.Exª. vem fazendo, acho que seria dispensável. Trago nesse momento também uma preocupação de verificar que com a sua ausência a partir do dia 31 de março, a ANP ficou alguns dias sem poder votar coisa nenhuma. Porque ainda faltam dois, não é isso, Presidente?

Esse, eu acho... a ANP, a ANEEL também estava faltando. Mas daqui a pouco falta outra vez. Esse tem sido um processo contínuo nas agências reguladoras. Eu acho e quero deixar aqui a minha posição, e tenho certeza que é a posição de todo mundo que está nessa Mesa, não é assim que as agências reguladoras devem ser tratadas. Eu quero deixar isso claramente.

Quero dizer que hoje também está sendo discutido um projeto meu que o Governo pediu vistas na CAE, por isso que não estava aqui antes, proibindo o contingenciamento de duas coisas, simplificandO – Daquelas receitas provenientes de *royalties* que acaba prejudicando a ANP, que não tem feito pesquisas geológicas, o país está sem fazer pesquisa geológica. Não é porque a ANP não queira. É porque o Governo não deixa a ANP fazer. No ano passado, de mais de 2 bilhões de reais que deveriam ter sido passados para a ANP, eu acho que não foram passados nem 50 milhões, esse é um ponto.

E também proibindo que seja feito qualquer contingenciamento das receitas próprias das agências, seja da ANEEL, seja da ANP, receitas de multas, que isso não venha ser contingenciado. Ou vocês têm independência ou vocês vão ser sempre um anexo do Governo. Por aí nós não vamos ter nem a política de petróleo que se pretende, a política de gás e nem também na área elétrica.

Fico também por último satisfeito de ver a colocação muito clara do Dr. Victor, Vitor Martins, hoje em relação, não sei se foi hoje, mas em relação à questão do GASENE. Isso o Presidente Haroldo Lima, baiano, grande problema nosso em todo o Nordeste, essa questão da energia. E a única saída que a gente tem é gás. E vejo com muita clareza essa colocação feita pelo Vitor, dizendO – "Se nada for feito. Haverá tanto falta do próprio combustível para atender ao mercado, quanto ao suprimento para as usinas térmicas, em relação ao ano fixado de 2008". Que eu também considero que é 2008, e acho que é preciso se correr com o GASENE.

Por outro lado, o agente dominante informa hoje, Dr. Victor, que o GASENE... espera o custo do GASENE até 2008. Isso não é verdade. Não tem chance. Quer dizer, concluir um pequeno trecho agora, ainda vai fazer licitação, tem problemas ambientais... Então não há a menor condição de se ter gás no Nordeste do GASENE em 2008, a menos que eu esteja enganado e que essa negociação com os chineses. que já dura muito tempo, seja concluída rapidamente.

Mas eu quero mais uma vez colocar aqui claramente, em relação a toda essa discussão que temos tido, Dr. Victor, da sua competência, a sua firmeza e a sua também clareza de ver esse assunto do gás. O gás é, na sua Diretoria na ANP, o gás é o nosso combustível do século 21. Nós temos que tratar dele rapidamente. Sei que o uso dele em termoelétrica não é o uso mais nobre, mas é o que nós temos que fazer agora. De forma que com isso, Sr. Presidente, eu encerro a minha... Não tenho nenhuma pergunta a fazer. Eram essas as observações.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

Senador Sibá Machado encontra-se ausente. Indagamos se mais algum Senador tem alguma pergunta a fazer. Como não há encerro a fase das oitivas e peço aos Senadores Mão Santa e Serys Slhessarenko que iniciem a apuração.

A Mesa depois desse relevante serviço prestado pelo Senador Mão Santa e Serys Slhessarenko anuncia o resultado. Dr. Victor de Souza Martins teve 20 votos positivos, 1 voto branco e 2 negativos. O Dr. Romeu Donizete Rufino teve 22 votos positivos e 1 voto negativo. O Dr. José Guilherme Sena teve 22 votos positivos e 1 voto negativo.

Estão, portanto os três aprovados.

(palmas)

Essa Presidência fará o encaminhamento regimental à Presidência da Casa, que remeterá para o plenário, aonde nós desejamos que todos obtenham sucesso, que possam prestar relevantes serviços ao país. Está encerrada a sessão.

(Encerrada a Sessão às 12h10)

Ata da 6ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de abril de 2006, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 13 da Ala Alexandre Costa.

Às dez horas e cinqüenta minutos do dia vinte de abril de dois mil e seis, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença dos Senhores Senadores **Marco Maciel, Gerson Camata, Ney Suassuna, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca, Pedro Simon, Paulo Paim, Flávio Arns e Augusto Botelho**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência lê o expediente subscrito pelo Senador Rodolpho Tourinho, datado de 19 de abril do corrente, requerendo considerar como licença autorizada sua ausência dos trabalhos da Casa no dia 20 de abril deste, em virtude de compromisso partidário inadiável no seu Estado. A presente reunião destina-se a apreciação do item único da PautA – **Requerimento nº 15, de 2006-CI,** de autoria do Senador Heráclito Fortes, requerendo a realização de Reunião de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo, a fim de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG, com a participação dos seguintes convidados: Rodolfo Landim, Presidente da BR Distribuidora; Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da INFRAERO; Dr. Milton Sérgio Silveira Zuanazzi, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Marcelo Gomes, Gerente-Geral da Empresa Alvarez e Marsal; Comandante Márcio Marsillac, Coordenador da TGV (Trabalhadores do Grupo VARIG) e o Sr. Elnio Borges, Diretor do Sindicato Nacional dos Aeronautas. A matéria foi aprovada. Usam da palavra para discussão da matéria, os Senhores Senadores Delcídio Amaral, Juvêncio da Fonseca, Paulo Paim, Gerson Camata, Pedro Simon e Ney Suassuna. A Comissão aprova, **Extra Pauta**, o Requerimento nº 16, de 2006-CI, de autoria do Senador Pedro Simon e outros, requerendo seja convidada a Ministra de Estado da Casa Civil, Dilma Rousseff, para participar da Reunião de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo, com a finalidade de discutir a grave situação a que vem passando o Grupo VARIG. Ainda foi aprovada a sugestão do Senador Ney Suassuna no sentido de criar um conselho para acompanhar a crise do Grupo VARIG, tendo como Coordenador o Senador Paulo Paim, na Execução o Senador Ney Suassuna, assessorados pelos Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Havendo número regimental declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura. Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Temos, à Mesa, um Requerimento do Senador Rodolpho Tourinho baseado no art. 55, inciso III da Constituição Federal para os fins do disposto no art.13 do Regimento Interno, que pede licença para se ausentar dos trabalhos da Casa no dia 20 de abril do corrente ano, em virtude de compromisso partidário no Estado.

Expediente a ser lido: A presente é uma proposta de uma convocação para uma Audiência Pública. A presente Reunião destina-se à apreciação de Requerimento de autoria desta Presidência, que requer a realização de Reunião de Audiência Pública, em conjunto com as Comissões de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Desenvolvimento Regional e Turismo, a fim de discutir a grave situação em que vem passando o Grupo VARIG, com a participação dos seguintes convidados: Rodolfo Landim, Presidente da BR Distribuidora; Tenente Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da Infraero; Dr. Milton Zuanazzi, Diretor-Geral da ANAC, Marcelo Gomes, Gerente da empresa Alvarez e Marsal e Comandante Márcio Marsillac e Eliana Borges, coordenadores da TGV, que é o Grupo de Trabalhadores da VARIG. Em discussão o Requerimento. Srs. Senadores que aprovam, perma-

neçam como se encontram. Aprovado. Com a palavra o Senador Delcidio Amaral.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Caro Presidente Senador Heráclito, quero, mais uma vez, registrar aqui a importância dessa Audiência Pública. A situação da VARIG é uma situação que preocupa a todos os brasileiros.

No meu ponto de vista, nós já... o tempo se passou e a VARIG hoje... lá atrás havia uma solução, no sentido de se resolver essa questão da VARIG, isso não foi adiante porque acreditava-se que o próprio mercado encontraria ou a VARIG encontraria uma solução de mercado. A questão da VARIG não é só uma questão ligada a uma empresa área, mas é uma questão que nos preocupa muito pela especialização dos seus funcionários, dos seus trabalhadores e, mais do que nunca, a questão da VARIG é estratégica para o Brasil.

Não só com relação aos vôos domésticos mas, especialmente, com relação aos vôos internacionais, com os *slots* todos nos principais aeroportos do mundo. Então, mais uma vez, louvo a iniciativa da Comissão de Infra-Estrutura, tão bem presidida por V. Exª., trazendo alguns convidados que vão nos esclarecer, definitivamente, essa questão da VARIG e, mais uma vez, o Congresso Nacional colaborando, ajudando, no sentido de se buscar uma solução para uma companhia cuja história se confunde com a própria história do nosso país.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Esta Presidência agradece as palavras de V. Exª. e concede a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Juvêncio da Fonseca.

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB-MS) – Sr. Presidente. O Requerimento dessa Audiência Pública é de V. Exª. Mais uma vez participando, efetivamente, dos problemas nacionais mais graves, com lucidez, com oportunidade... e esse caso é importantíssimo que se discuta aqui, no Senado Federal.

Não posso afirmar, Sr. Presidente, mas, pela imprensa, verifiquei notícia de que a União deve quatro bilhões para a VARIG, não sei se é verdadeiro. E seria interessante saber a que monta essa dívida da União com a VARIG também; porque, quando o Executivo diz que não colocará dinheiro do povo na VARIG, será que não tem dinheiro, recurso da VARIG na União?

Nós temos que esclarecer bem essa situação porque se, na realidade, a União deve para a VARIG, ela tem obrigação, imediatamente, de pagar, com todos acessórios, juro, correção monetária, o que for preciso, para que haja uma solução efetiva para a VARIG. Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A Mesa informa que, diretamente, o objetivo é que as pessoas prestem os esclarecimentos que a Nação está a cobrar. Daí porque a convocação, inclusive, do Presidente da ANAC, que tem uma difícil responsabilidade de substituir o DAC e que esta substituição foi feita, temos que reconhecer, num momento muito difícil, num momento em que, além do agravamento dessa situação específica, nós tivemos, em menos de um mês de ação da nova agência, um acidente aéreo, grave, no Rio de Janeiro e um outro não tão grave no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

Evidentemente que é uma coincidência, apenas uma coincidência, mas o caso da VARIG, nós temos que ter a coragem de tomar atitudes preventivas e acho que, uma vez que a Justiça afastou alguns entraves como, por exemplo, a interferência predatória do Fundo e, também, da Fundação, eu acho, Senador Delcidio, que é o momento de se procurar sensibilizar o Governo, como bem disse o Senador Juvêncio, é do conhecimento de todos que existe uma ação julgada, aonde a VARIG tem o direito de receber ressarcimento por danos de planos econômicos passados. De forma que o objetivo é, exatamente, esse.

Há cerca de três meses o Senador Gerson Camata tomou a iniciativa de uma convocação. Mas o momento tumultuado fez com que a providência não fosse levada à frente e, até porque, a própria administração, nebulosa como estava acontecendo, nós não teríamos objetividade na convocação. A Justiça do Rio tomou já algumas medidas; eu acho que a partir de agora nós teremos condições de discussão com objetividade.

Eu quero passar a palavra ao Senador Paulo Paim, por dever de justiça, juntamente com os seus dois companheiros do Rio Grande do Sul, têm sido os lutadores dessa questão da VARIG. Pronto. Quando você diz a verdade aparece o dono delA – Senador Pedro Simon. Eles têm tido uma luta permanente, não é de hoje, já é de algum tempo, na defesa da VARIG, que aí eu tomo para todos nós o direito de dizer que ela não é gaúcha, ela é nacional. Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senador, falo de forma muito breve, com muita rapidez, quero mais é cumprimentar V. Exª. V. Exª. ontem, praticamente articulou no Plenário com as outras Comissões, Comissão de Assuntos Sociais, Infra-Estrutura que é a sua e, também, Desenvolvimento Regional e Turismo e, também, a Comissão de Economia. V. Exª. trabalhou com todos os Presidentes, eu fui testemunha, para que houvesse, então, esse grande evento, eu diria, na próxima terça-feira, às dez horas da manhã, onde os convidados, V. Exª. já listou, para que possamos fazer um bom debate sobre a situação da VARIG.

Eu gostaria de dizer que 11.000 trabalhadores fizeram, ainda ontem, em Porto Alegre, claro, não os

11.000, mas a sua representação, uma grande caminhada pelas ruas da Capital, houve, inclusive, um desentendimento com a comitiva do Presidente Lula, mas eu, que sou a favor das mobilizações, eu recentemente, Senador Heráclito Fortes, pedi até uma Moção em Plenário de apoio ao povo francês pela grande mobilização que faziam, na busca de direitos que o povo perderia se o Congresso francês votasse uma lei que alterava a questão do primeiro emprego.

Eu acho que essas mobilizações são legítimas e elas devem acontecer e a caixa de ressonância do movimento social, em matéria de legislação e de interferência nos Poderes, claro que deve ser o Congresso Nacional pela forma de agir e, principalmente, o Senado Federal, nesse momento, que a nossa VARIG se encontra num momento tão difícil.

Como aqui foi dito, não vou repetir, a VARIG não é patrimônio gaúcho, é um patrimônio do Brasil que repercute em todo o mundo. Então é com muita alegria que eu vim aqui para dar esse depoimento, cumprimentar V. Exª. como também a todos os Presidentes das outras Comissões e oxalá, queira Deus, que a gente contribua para encontrar uma saída para que a VARIG continue voando.

Eu termino dizendo que o Requerimento, que estamos recolhendo assinaturas, tanto eu, Senador Zambiasi, Senador Simon, V. Exª., todos os Senadores, já se aproximam do número de 75 assinaturas; só não assinou o Senador que, porventura, motivo oficial, não se encontra na Casa.

Eu tenho certeza que, até terça-feira, nós vamos estar com as 81 assinaturas para entregar, quem sabe, a V. Exª., de forma simbólica e para que ela seja, então, encaminhada, em nome do Senado, ao Presidente da República pedindo a participação efetiva, ativa, do Governo Federal para encontrarmos uma saída para a nossa VARIG. Parabéns a V. Exª.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Agradeço a V. Exª. Quero lembrar o seguinte, a cerca de três meses, como disse anteriormente, foi aprovado, aqui, um Requerimento em que indicava o Senador Gerson Camata para fazer tratativas no sentido de que fossem ouvidas as autoridades brasileiras com relação a essa questão.

Eu quero pedir permissão à Comissão, não só para atualizar o Requerimento e solicitar o empenho do Senador e aí pediria a ele a permissão de sugerir a inclusão do nome do Senador Paim, não só como representante dos demais Senadores, se concordarem, da bancada do Rio Grande do Sul, que é a origem e a razão de ser da VARIG...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É, exatamente; como também tem sido, desde o início, um baluarte, principalmente, na questão da manutenção do direito dos trabalhadores da companhia.

Então, qual é a minha proposta, Senador. É que, a partir do depoimento, se examine a conseqüência, no sentido de futuras convocações. Se os depoimentos dados na terça-feira remeterem à necessidade de que sejam ouvidas mais pessoas, então se partiria já para convocar, na quarta ou na quinta. Porque eu acho que essa é uma ação que tem ter um pouco de velocidade. Teremos, inclusive, apenas como sugestão, talvez, que haja necessidade, inclusive, de ouvir a Juíza do Rio de Janeiro, que é uma situação interessante, um lado da Justiça quer a falência da VARIG, outro lado da Justiça diz que a VARIG não pode falir.

Aí é uma coisa muito esquisita isso aí, acho que, em determinado momento, talvez, que fosse necessário, inclusive, ouvir para saber o quê que, embasado em que, o quê que motivou a Justiça a tomar tal atitude. Bom. Enfim, ficaria, apenas, a sugestão e a liberdade de se tomar essas providências.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Se V. Exª. permitir. Como nós estamos trabalhando juntos, intensamente, os três Senadores gaúchos, na sugestão que V. Exª. coloca que os três Senadores caminhassem junto com a proposição, junto ao Senador Jefferson Peres.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Claro. Certo. Está certo. Com a palavra o Senador Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, V. Exª. se recorda, há um ano, mais ou menos, eu vou agora puxar lá do fundo do baú da minha memória. O ex-Presidente da PETROBRAS e ex-Presidente da Rhodia, foi designado Presidente da VARIG. E aí ele se... nos convidaram para uma reunião, no Hotel Nacional, para formar um grupo para tentar salvar a VARIG. E lá, quando eu fui falar, eu disse: "Olha, Sr. Presidente, o Senhor tem uma experiência administrativa muito grande mas, no momento em que o Senhor tentar salvar a VARIG, o Senhor vai ser demitido pela Fundação Rubem Berta". E aí ele chamou lá um representante da Fundação Rubem Berta, que disse que, absolutamente, agora... No dia seguinte ele tomou as medidas de contenção, 24 horas depois ele foi demitido e me ligou: "Você tinha razão, a VARIG é "insalvável"".

O Presidente Heráclito Fortes me designou: "Você poderia fazer um grupo de Senadores e tal". Eu disse a ele: "Olha, para salvar não tem jeito não. Não é o que eu quero que aconteça. É o que eu tenho medo que vai acontecer". A Fundação comeu a VARIG. Ela já não

existe mais, é um cadáver insepulto. Há um ano. E as coisas, dali para cá, não melhoraram nada.

Eu... Com essa batalha judicial, um Juiz que diz uma coisa, outro Juiz interpreta de outra maneira, os credores que assumiram, dentro da lei, não conseguem administrar a empresa e eu acredito, é a impressão que eu tenho, se o Governo jogar um bilhão, ela dura seis meses; se jogar dez bilhões, ela dura seis meses, comem tudo. E eu acompanhei, nós acompanhamos, a história dos Diários Associados.

Era a empresa de comunicação mais poderosa da América Latina e, talvez, uma das mais poderosas do mundo; mais poderosa, na época, do que a Rede Globo hoje. Tinha a revista O Cruzeiro, veja V. Exª., há 35 anos, em 1960 e poucos, a revista O Cruzeiro; o Brasil tinha 60 milhões de habitantes, a revista O Cruzeiro tinha um milhão de exemplares semanais, que a Veja atingiu há pouco tempo. E tinha O Cruzeiro Internacional, circulava na América Latina, 500.000 exemplares em espanhol; 68 emissoras de rádio; 60 emissoras de televisão; 37 jornais no Brasil todo. Aconteceu igualzinho. Foram comendo a empresa, comendo a empresa, comendo a empresa...

Então, eu acho que esse esforço, se V. Exª. me permitisse, estão aqui os três Senadores do Rio Grande do Sul, a VARIG é uma bandeira do Brasil, mas é uma bandeira do Rio Grande do Sul, como a Vasp foi uma bandeira de São Paulo e acabou tão melancolicamente.

Eu acho que a gente poderia, os três fazerem parte da Comissão e, por idade, colocar o Pedro Simon Presidente, eu ficaria na Comissão, mas acho que o Pedro Simon, se os demais Senadores concordarem. (tumulto) Porque o Senador Pedro Simon, ele foi Governador do Rio Grande do Sul...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Esse olhar sereno dele foi de concordância.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – ...eu ficaria, e eu queria que ele acendesse, em mim, a esperança que morreu naquela reunião do Hotel Nacional e com os eventos que aconteceram depois.

Mas acho que o Pedro Simon na Presidência, primeiro, dá personalidade, põe o Rio Grande do Sul à frente, o que faltou a São Paulo, na época, na briga da Vasp, hoje não, tem uma bancada do Rio Grande do Sul, aqui, brigando. E que a gente pudesse, sob a liderança de V. Exª., que foi o único que está fazendo esse esforço no Congresso Nacional, unindo aqueles que querem salvar a empresa, que V. Exª., então, designasse, eu membro e, com a concordância dos demais, o Pedro Simon, Presidente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Microfone para o registro.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Paim deve ser o Presidente. Porque o Paim é do PT. E tem que entrar, tem que se aproximar dos Ministros do PT e eu acho que ninguém melhor do que o Paim. O Zambiasi também, porque o Zambiasi não é do PT, mas namora com o PT.

Repara a frase que hoje tem na Zero HorA – "O Deputado Biolchi tirou Lula do sério ao tocar no assunto VARIG, quando ciceroneou a comitiva na FENACHIM. "Se você, Biolchi, me apresentar alguém que tenha solução para a VARIG, eu aceito na hora", reagiu enérgico Lula, alinhando as providências do Governo tomadas para ajudar a companhia". Eu não sei se vocês assistiram na televisão, a Chefe da Casa Civil foi até um pouco áspera, na minha opinião, quando ela falou sobre a VARIG na televisão. Não vai...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – A Chefe da Casa Civil, ela foi áspera na televisão. "Não, dinheiro não bota, não tem um tostão, é botar dinheiro fora, é um fundo, um fundo, é um poço sem fundo..." eu estou achando que o procedimento do Governo, até... como é que eu diria, até para ver sepultar a VARIG, não... está sendo sem choro nem lágrima. Está sendo...

Então eu aceito participar, mas eu gostaria que o Paim, porque o Paim tem essa, esse jogo de cintura, parece que é nosso mas, no fundo, ele é PT.

Agora, eu quero dizer uma coisa para vocês, eu estou achando muito mau o procedimento do Governo com a VARIG. Eu acho que a VARIG não está sendo... o Governo não está se dando conta, até para morrer a VARIG, até para ver ela desaparecer, o Governo tinha que ter um pouco mais de ação. Poder pode; a VARIG é uma empresa concessionária de serviço público. O Governo, se quisesse, podia intervir na VARIG, designar uma Comissão na VARIG, fazer a limpeza na VARIG e fazer uma companhia que ele distribuísse a quem quisesse.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – A Fundação entra na Justiça e tira o Governo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – A Fundação está liquidada. (tumulto) A Fundação está, mas está fora.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Aquilo é igual à sanguessuga.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas agora está fora.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Primeiro lugar a Fundação já está fora. Segundo lugar, a

Fundação pode intervir no que quer que seja, menos num ato de intervenção do Governo, com uma empresa concessionária de serviço público. É uma empresa concessionária de serviço público.

Então, eu acho que o Governo, que deve quatro bilhões e quinhentos milhões para a VARIG e não está tendo nenhuma preocupação nesse sentido, eu acho, com toda a sinceridade, que a gente tem que fazer sentir, o Presidente da República e a Ministra Dilma, que eles estão tendo insensibilidade e isso... até para dizer não tem que ter uma certa categoria e com a VARIG eles estão mostrando uma sensação de repulsa e eu não gostaria de repetir aqui mas a informação que eu tenho ela é quente.

O Chefe da Casa Civil já tinha tudo preparado para a TAM ficar com a VARIG. É um esquema onde, cá entre nós, vamos falar, a TAM começou na mesma época que o PT começou. Lá atrás, 25 anos. E, quando começaram, o PT, as passagens dele eram, praticamente, todas na TAM e a TAM tinha uma simpatia pelo PT, o que eu acho natural. Dentro desse contexto, que apareceu uma onda de que, de repente, não mais do que de repente, a TAM e alguns, e quem coordenava era o Chefe da Casa Civil, aproveitariam esse esquema para a TAM fazer uma...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Uma *joint venture*.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Não, iam fazer uma união, juridicamente iam se unir, mas na verdade, a TAM ia tomar conta. E, quando nós fomos contra, o Senado, aqui, e a Câmara foi contra, aí eles enlouqueceram.

Aí, tudo que apareceu a favor da VARIG foi contra, o Chefe da Casa Civil não deixava, não deixava, não deixava, boicotou tudo, nada, nada, nada. Porque nós não fizemos um entendimento com a TAM. E isso, acho deve ser esclarecido.

E, pelo que eu vejo, aquilo que a nossa amiga, Senadora Heloisa diz, que essa história de dizer, quem manda é A, quem manda é B, quem manda é C, quem manda é o Lula, diz ela, que ela foi membro da Executiva e, quem manda é o Lula, parece que o Lula também é...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sabendo ou não no que está mandando, não é?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É, mas parece que o Lula está absorvendo essa mágoa com relação à VARIG, e também ele não está demonstrando a simpatia que devia ter, não digo simpatia, mas a preocupação que devia ter com assuntos dessa natureza.

Eu felicito V. Exª. felicito meus colegas, acho que, se nós, modéstia à parte, mas se V. Exª., aí na Presidência e nós na Comissão, fizermos um trabalho para valer, nós temos condições de fazer sacudir essa questão. O que está acontecendo é uma indiferença da gente.

Acho que a Sessão de ontem, aquela Sessão onde foi levantado o assunto da VARIG, que nós vamos levantar hoje, o Paim vai levantar hoje, de novo, onde nós movimentarmos essa questão e V. Exª. sair na frente, tomando posição, eu acho que o assunto muda de figura.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Pedro Simon, antes de passar a palavra ao Senador Paulo Paim, eu quero felicitar V. Exª. pela precisão cirúrgica...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Eu só achava que, sinceramente, a primeira pessoa a nós convocarmos deveria ser a Ministra Dilma.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Convocação da...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Da Ministra Dilma.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Senador Pedro Simon faz uma proposta para que se traga, se convoque a Ministra Dilma, para prestar esclarecimentos a esta Comissão. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Convidada.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Convidada, convidada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Nobre Presidente assim que terminar, (tumulto) você me cede a vez, só para falar primeiro falar isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Eu queria apenas só lembrar aquilo que o Senador Simon disse, que foi de uma precisão cirúrgica.

O que eu acho é que, se o Governo tem, com a VARIG, a paciência que teve com a Transbrasil, a Transbrasil está sem operar há cinco ou seis anos e, nem sequer os hangares foram tomados, se nós passarmos no aeroporto taxiando ou entrando e chegando, nós vamos ver que em Brasília, que em São Paulo os hangares estão lá, os aviões sucateados, mas as providências jurídicas não foram tomadas. Evidente que o advogado da Transbrasil é o Dr. Roberto Teixeira, muito competente, vai estar, até, aqui daqui a pouco, na CPI. Um advogado de muita competência, de competência comprovada.

Segundo ponto, que o Senador Pedro Simon, quero lembrar, essa, Senador Paulo Paim, é importante: No começo da crise, na CPI dos Correios, uma das denúncias que se fez, foi da viagem do Sr. Delúbio e do Sr. Marcos Valério a Portugal, para negociar a

venda da VARIG. Ficou o dito por não dito e ninguém se aprofundou nessa questão. Deu-se nome aos bois e esse, para mim, é um dos mistérios.

No mais são notícias desencontradas. Ontem mesmo, essa mesma informação que o Senador Simon recebeu, com relação à participação da TAM, eu recebi e fui atrás. Há um problema, a TAM não pode fazer o tipo de operação e aí, a conclusão que se chega, é de que são os próprios interessados, que é uma empresa pequena, os próprios interessados jogando informações desencontradas para tirar proveito. Porque, tanto a TAM como a Gol, abriram capital, eles estão na bolsa de Nova Iorque e tem, meu caro Simon, uma série de restrições para operações dessa natureza. Inclusive, até, com relação à distribuição de bilhetes. Passa a ser uma empresa de mercado aberto, com ações na bolsa de Nova York, e com fiscalização internacional, com auditagem, com tudo.

Bom. As estórias são muitas, entram empresas de um pequeno Fundo dos Estados Unidos que comprou a VARIG LOG e fala-se num chinês, de Macau, que é dono de cassino, enfim, é preciso que tudo isso seja esclarecido, daí porque a convocação e, por felicidade, chega aqui o Senador Ney, que tem tido, também, uma sensibilidade muito grande com relação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Presidente. Antes de o Senador Ney falar, eu vou ser muito rápido. O Senador Simon indicou meu nome, o Senador Zambiasi concorda, naturalmente tenho certeza que se fosse o meu nome ou o dele ou, também, do Simon, percebo que o Senador Simon, efetivamente, não gostaria, eu proporia, pela história, inclusive, de defesa da VARIG, do Senador Ney Suassuna se ele não gostaria de ficar nessa Presidência, com apoio total dos três Senadores gaúchos e, tenho certeza, do nosso Senador também, que acabou indicando o Senador Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – E é das pessoas, hoje, que goza da maior intimidade...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Claro. Tem trânsito livre junto ao Governo, o que é fundamental para nós.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – ... com o Presidente Lula e o Governo do PT.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É evidente que, com a força que o Senador Paulo Paim tem com o Presidente Lula, ele ficaria encarregado de tratar, pelo menos, as questões salariais, porque ele teve muito sucesso na sua defesa do salário mínimo, então eu acho...

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, por ano, eu já fui algumas vezes o responsável pelas negociações. Eu tenho uma estima pela VARIG enorme, mas enorme mesmo. A VARIG é uma embaixada do Brasil em todos os lugares onde ela está.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não só estima como voa.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Uma marca nacional e internacional, reconhecida. Essa semana passada mesmo, eu viajei fui à Itália pela VARIG e me doeu na alma, e me doeu na alma ver o desespero, o choque, como estão os tripulantes, como estão os pilotos, preocupados com o destino, sem saber o que vai acontecer. Eu até não declino, desde que eu possa dizer, aqui, as coisas que já aconteceram. Por exemplo, como Presidente da Comissão da Economia, nós fizemos aqui três ou quatro Audiências Públicas para ver como salvávamos a VARIG. Naquele tempo não era oito bilhões a dívida. Na VARIG nós tivemos seis bilhões de capital, os seis bilhões eles foram consumidos, se gastou mais oito, então catorze bilhões foram gastos.

A culpa não é dos pilotos, não é dos que cuidam, é da Fundação. A gente tem que dizer, a Fundação, por não ter dono e por ser... empurrou e foi empurrando com a barriga, foi consumindo gordura até que está no osso, hoje. Hoje se deve oito bilhões. Hoje nós temos oitenta aviões dos quais só estão voando 58, 58 aviões. Os outros estão no chão aguardando peça, porque não tem como voar. Mas têm 1300 pilotos ainda, na Fundação, recebendo salários e eu vou contar essa história, usando as palavras que foram ditas, porque eu, o Senador Renan e o Senador Lobão, fomos até o Ministério e dissemos: "Tem que se salvar a VARIG", Senador Pedro Simon.

E aí o Ministro virou para nós e disse: "Não temos como fazê-lo", porque vejam, existe uma demanda no STJ, que diz que a VARIG deve, o Governo tem uma conta de acerto de cinco bilhões. Acontece que, se formos recorrer de ofício, como é obrigado, porque somos funcionários públicos, se não fizer vamos presos. O Ministério Público cai encima da gente. Agora, se fizermos acordo, teria que ser, pelo menos 33% de desconto, como foi com a Transbrasil. Então isso daria três bilhões e meio. Acontece que, desses três bilhões e meio, dois e meio já foram dados, em garantia, para a Fundação. Então sobra um bilhão. Na verdade, o acerto é de um bilhão, mas como é que nós vamos fazer isso se a Fundação não corta os funcionários que existem.

Por exemplo, 58 aviões voando, 1300 pilotos. E tem, deles, antigos, que ganham R$ 50.000,00. Os novos não, os que estão trabalhando não, mas dos antigos, da Fundação, tem salários de R$ 50.000,00. Então nós não temos como botar dinheiro público nisso, a não ser que, aí deu uma fórmula, que nós não tivemos como

aceitar. A fórmula era a seguinte: Deixa falir, fali. Esse passado podre fica com a Fundação, porque foi ela a responsável, essa empresa nova que surge, surge sem as concessões, sem as concessões dos vôos, mas faz uma Medida Provisória, imediatamente, dando todas as concessões de todas as linhas. E essa nova, agora, com o número que pode ser, ela sobrevive sem dever nada, sem ter nada e aí, sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – O Modelo é adotado na Suíça com a quebra da...

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – E aqui na nossa lei. Então ele deu essa sugestão. Só que, nessa sugestão, tem muita gente que vai ser prejudicada, sim, porque, embora tenha 1300 pilotos, que todos são patrões, porque são da Fundação, tem gente ali que não tem culpa nenhuma e está voando e está... e vai ser prejudicado porque vai ficar com passivo, também. E aí voltamos a... tem uma solução nova sendo estudada, nós saímos do campo. Então nós podemos aceitar, sim, Dr. Pedro, Zambiasi, mas sabendo que nós vamos ter limitações e que, provavelmente, botar dinheiro público sem que ela corte na carne, não vai ser feito.

Se for nessa situação, para salvar o nome, para salvar os empregos, para salvar uma embaixada brasileira sem burocracia no exterior, estou de acordo, estamos, sempre foi, aliás meu Gabinete até tem sido o lugar onde eles se concentram, não o da Liderança, o outro, onde se concentram, lá é onde tem rodado material e tudo mais. Eu estou na luta e estou à disposição. Agora, sabendo, e eu não poderia deixar de dizer para vocês, dessas limitações que nós ouvimos do próprio Governo, do Murilo Portugal, do Palocci e soluções...

Porque que houve uma hora, que houve má-fé mesmo, houve uma hora que queria-se dar para a TAM tudo que era da VARIG. Queria-se entregar. Não, isso não era possível. Agora, hoje tem, mas tem que estar com pé no chão, sabendo que a realidade é uma realidade mais dura e eu estou à disposição e quero louvar, acabei de votar, na Comissão de Assuntos Sociais, a convocação conjunta e aqui, também estou declinando meu voto, porque a gente tem que fazer tudo o que possa, para salvar o que for possível da VARIG.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – V. Exª. tem absoluta razão, acho que exatamente esse é o caminho e o que nós temos que ter aqui é a consciência de que cada um de nós é responsável por essa causa e atuar em forma de mutirão.

Eu acho da maior importância esse início com essa Audiência Pública e, a partir daí, a conseqüência será ditada, exatamente, pelo que se ouvir aqui. Acho que nós temos que fazer isso da maneira mais rápida e da maneira mais simples. Com a palavra o Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Presidente Heráclito, acho que, com a manifestação do Senador Simon que teria, obviamente, a unanimidade, o aplauso, o apoio para presidir a Comissão, mas como o Senador Ney Suassuna tem toda uma memória histórica é fundamental que nós tenhamos esta memória presidindo a Comissão e encaminhando a questão.

Nós, eu conheço a posição do Senador Simon, eu lembro, Simon, de uma audiência que nós tivemos com o então Ministro Viegas e o Senhor, diante dele, dizendo o que o Senhor repetiu hoje aqui, a questão reconhecida agora também pelo Senador Ney Suassuna, de que houve um momento em que todo esse processo, tendenciava a encaminhar para a TAM, está evidente que havia um movimento de alguns setores, inclusive do Governo, que trabalhavam nesse sentido.

Eu acho que, exatamente, as insistentes denúncias e uma das vozes que mais foram ouvidas à época, foi do Senador Pedro Simon, impediu que isso acontecesse. Então, a disposição do Senador Ney Suassuna de liderar esse processo, exatamente pela sua vinculação histórica com o tema, ela recebe, obviamente, todo o nosso apoio e ele acaba de colocar aqui uma sugestão que eu acho que muito importante que é, também, o convite ou a convocação, não sei como está sendo encaminhado, da Agência Nacional, da ANAC. Está aqui o Zuanazzi, recém-formado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Ele está incluído na...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Exatamente. Agora dei conta, aqui. O Dr. Milton Zuanazzi, Diretor-Geral da ANAC, está incluído na convocação e que ele, obviamente, tem que ter, tem que oferecer, também, uma sugestão e sinalizando...

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Senador Zambiasi, permite um aparte rápido. Muito bem se é essa a vontade dos Senadores do Rio Grande do Sul, eu aceito o encargo, sim, mas com uma condiçãO – Que haja um Conselho dos três Senadores do Rio Grande do Sul, permanentemente me assessorando, porque aí, nós marcharemos os quatro juntos, eu apenas seria o executor da vontade dos três Senadores, mais a minha pessoa, está bem?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Já está formado o Conselho e a sua assessoria gaúcha, para que nós possamos, quem sabe, encaminhar uma perspectiva de solução, porque acho fundamental. Não está em jogo a VARIG, está em jogo até a própria credibilidade do Brasil no exterior, como o Senador Ney comentou, cada local onde se lê "VARIG" fora do Brasil

é um local de amparo, de apoio, de acolhida para todos nós, é o Brasil que está, também, nesse jogo.

Não é por ter lá Rio Grande do Sul no nome, do que nós muito nos orgulhamos, essa empresa é brasileira acima de tudo. Ela é muito mais brasileira que gaúcha nesse momento. Nós estamos, por esse vínculo histórico, afetivo, com a VARIG, estamos, obviamente, muito mais motivados.

Mas eu vejo que a VARIG é uma unanimidade na Casa e acho que a sua atitude, Senador Heráclito, de promover esta Reunião, na próxima semana, das duas Comissões, Infra-Estrutura e Assuntos Sociais, trazendo aqui as autoridades diretamente ligadas à questão VARIG, quem sabe possa clarear, definitivamente, a questão e nos apontar um caminho que leve para uma solução.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Chega aqui ao plenário da Comissão um, também um grande baluarte dessa questão VARIG, que é o Senador Roberto Saturnino. Nós acabamos de aprovar o Requerimento de Audiência Pública, aquele que se discutiu ontem no Plenário e, por sugestão do Senador Pedro Simon, aprovou-se um convite à Ministra Dilma Rousseff, para que venha, aqui, também prestar esclarecimentos sobre a questão. Aprovados os dois Requerimentos, o de convocação, não há nenhuma discordância e, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a Sessão. Apenas para avisar a Reunião, a Audiência, será nesta Comissão, na terça-feira, às dez horas.

(Sessão encerrada às 11h22)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Ata da 3ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 29 de março de 2006.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e seis, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador SÉRGIO GUERRA, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos Senadores: **LÚCIA VANIA, FLEXA RIBEIRO, JONAS PINHEIRO, DEMÓSTENES TORRES, HERÁCLITO FORTES, GERSON CAMATA, SIBÁ MACHADO, ANA JÚLIA CAREPA, OSMAR DIAS, ÁLVARO DIAS, RODOLPHO TOURINHO, VALDIR RAUPP, MAGNO MALTA E EDUARDO SUPLICY.** Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Guerra, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte PautA – **ITEM 1**: **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 1999. (TERMINATIVO). (Tramitando em conjunto com os PLS nºs 428 e 605/99). EMENTA –** Dispõe sobre as Sociedades Cooperativas. **AUTOR:** Senador Osmar Dias. **RELATOR:** Senador Demóstenes Torres. **RELATÓRIO –** Pela aprovação do PLS nº 171 e de duas emendas nºs 1 e 29; duas subemendas às emendas de nºs 6 e 14 que apresenta, e pela aprovação das emendas de nºs 1,3,18 e 27 e pela rejeição das emendas de nºs 2,4,5,7,8,9,10, 11,12,13,15,16,17,19,20,21,22,23,24,25,26 e 28, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa e do Senador Sibá Machado e pela rejeição dos PLS nºs 428, de 1999 e 605, de 1999. **RESULTADO –** Concedido vista coletiva. As matérias constarão da pauta da reunião do dia 19/04/2006. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, DE 1999. (TERMINATIVO). (Tramitando em conjunto com os PLS nº 171 e 605/1999). EMENTA –** Dispõe sobre as Sociedades Cooperativas**. AUTOR:** Senador José Fogaça. **RELATOR:** Senador Demóstenes Torres.**RELATÓRIO –** Pela rejeição dos PLS nºs 428, de 1999 e 605, de 1999 e pela aprovação do PLS nº 171, de 1999, com duas emendas de nºs 1 e 29; duas subemendas às emendas de nºs 6 e 14 que apresenta, e pela aprovação das emendas de nºs 1,3,18 e 27 e pela rejeição das emendas de nºs 2,4,5,7,8,9,10,11,12,13,15,16,17,19,20,21,22,23,24, 25,26 e 28, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa e do Senador Sibá Machado. **RESULTADO –** Concedido vista coletiva. As matérias constarão da pauta da reunião do dia 19/04/2006. **ITEM 3**: **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 605, DE 1999. (TERMINATIVO). (Tramitando em conjunto com os PLS nºs 171 e 428/99). EMENTA –** Dispõe sobre as regras gerais do Sistema Cooperativista Nacional, que compreende as cooperativas e seus órgãos de representação. **AUTOR:** Senador Eduardo Suplicy. **RELATOR:** Senador Demóstenes Torres. **RELATÓRIO –** Pela rejeição dos PLS nºs 605, de 1999 e 428,de 1999 e pela aprovação do PLS nº 171, de 1999, com duas emendas de nºs 1 e 29; duas subemendas às emendas de nºs 6 e 14 que apresenta, e pela aprovação das emendas de nºs 1,3,18 e 27 e pela rejeição das emendas de nºs 2,4,5,7,8,9,10,11,12,13,15,16,17,19,20,21,22,23,24,25,26 e 28, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa e do Senador Sibá Machado. **RESULTADO –** Concedido vista coletiva. As matérias constarão da pauta da reunião do dia 19/04/2006. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será

assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra,** Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Aprovada.

Sobre a Mesa, Ofício de nº. 2000/2006, do Presidente do Fórum Nacional de Secretários da Agricultura, Sr. Pedro Barbosa de Deus, convidando membro da Comissão para participar, na qualidade de debatedor, do Painel Sobre Medidas de Apoio ao Agronegócio Brasileiro, tema a ser exposto pela Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e a realizar-se no próximo dia 06 de abril, em Londrina. Desta forma, designo o nobre Senador Flávio Arns para representar esta Comissão.

Sobre a Mesa, Ofício n° 01/2006, do Exmº. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, encaminhando DVDs sobre as conseqüências do plantio de grãos de soja geneticamente modificados.

Informo à Comissão que haverá Audiência Pública no dia 05 de abril do corrente ano, próxima quarta-feira, com o Presidente do INCRA, Dr. Rolf Hackbart, para fazer a exposição sobre a Reforma Agrária, em cumprimento ao Requerimento nº. 08/2005 da Comissão de Reforma Agrária, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro.

Em 12 de abril próximo corrente, o Presidente do BANCO DO NORDESTE, Roberto Smith, comparecerá à Comissão a fim de instruir Medida Provisória nº. 285/2006, que dispõe sobre as operações de crédito rural com recursos de financiamento do BANCO DO NORDESTE, FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, ADENE, em cumprimento ao Requerimento nº. 01/2006, da Comissão de Agricultura, de autoria do Senador Sérgio Guerra.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Projetos de Lei do Senado de nº. 171, 428 e 605/1999, que tratam das sociedades cooperativas, de autoria dos Senadores Osmar Dias, Eduardo Suplicy e José Fogaça, respectivamente.

Comunico à Comissão que foram realizadas reuniões do Grupo de Trabalho, com a participação dos Senadores Sérgio Guerra, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Ana Júlia Carepa, Demóstenes Torres, Relator da matéria, do Ministro Roberto Rodrigues, dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Trabalho e do Emprego, representante da Assessoria Especial da Presidência da República e do Dr. Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária, Márcio Porto Carreiro, Secretaria de Cooperativismo do Ministério da Agricultura, além da Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB, UNICAFS, UNISOL Brasil, CONCRAB, UNITRABALHO, e ANTEAG.

Item um. O Projeto de Lei do Senado nº. 171/1999, de autoria do Senador Osmar Dias, que dispõe sobre as sociedades cooperativas, tramita em conjunto com os PLS nº. 428 e 605/1999. O Relator concluiu pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. Com a palavra o Relator, Senador Demóstenes Torres, para proferir relatório sobre as emendas de nº. 02 a 28, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa e do Senador Sibá Machado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores.Esse é um Projeto de Lei que tem gerado polêmicas imensas. Tanto é que o relatório está pronto há algum tempo, e nós temos tentado um acordo com setores do Governo para que nós pudéssemos fazer esse entendimento. O próprio autor da matéria, o Senador Osmar Dias, por diversas vezes, tentou também que nós pudéssemos conversar, aparar as arestas, eu recebi também emissários do Governo, representantes de cooperativas, mas de sorte que, ao ler, eu vou ler integralmente, porque é realmente uma matéria polêmica e necessária ao Brasil. Com certeza haverá pedido de vista e nesse período da leitura até nosso retorno eu tenho certeza que muitas outras tratativas ocorrerão, no intuito de aperfeiçoar esse projeto e de encontrar uma solução definitiva para o setor de cooperativas.

Nessa Comissão tramitam em conjunto em razão da aprovação em Plenário dos Requerimentos nº. 514 e 719/1999, o Projeto de Lei do Senado, PLS nº. 171/99 de autoria do nobre Senador Osmar Dias. O PLS nº. 428/1999 e o PLS nº. 605/1999, de autoria dos ilustres Senadores José Fogaça e Eduardo Suplicy, respectivamente. Todos dispondo sobre as sociedades cooperativas.

Os projetos, inicialmente distribuídos à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, foram redistribuídos a esta Comissão, em razão da promulgação da Resolução nº. 01, de 22 de fevereiro de 2005.

Por reputar acertadas as considerações tecidas na Comissão de Constituição e Justiça, reitera os termos do relatório, naquele colegiado, apresentado pelo Senador Leomar Quintanilha.

O Projeto de Lei do Senado nº. 171, que tomaremos como referência em nossa análise, divide-se em 18 capítulos, cujo conteúdo passo a indicar: O Capítulo I define o sistema cooperativista nacional como conjunto de cooperativas e seus órgãos de representação.

Prevê também a observância da legislação específica nas atividades das cooperativas integrantes do sistema financeiro nacional;

O Capítulo II dispõe sobre a natureza da cooperativa e arrola 12 características obrigatórias que a distinguem. Limita, além disso, o uso do termo cooperativa a sociedades que se enquadram na definição que explicita;

O Capítulo III abre todos os ramos da atividade econômica às cooperativas, e consagra a sua qualificação em singulares, centrais ou federações e confederações;

O Capítulo IV aborda os procedimentos necessários à constituição da sociedade cooperativa, os dispositivos que devem constar do Estatuto, bem como a necessidade de seu encaminhamento, no prazo de 30 dias, ao órgão estadual de representação do sistema cooperativista, que disporá de outros 30 dias para declarar sua compatibilidade com a legislação ou fixar as exigências de compatibilização, se for o caso;

O Capítulo V enumera os livros que a cooperativa deverá manter;

O Capítulo VI estabelece a divisão do capital social em cotas-partes, assim como a possibilidade de incidência de juros reais de até 12% ao ano sobre a parcela das obras líquidas integralizadas no exercício;

O Capítulo VII obriga a constituição de reserva legal e do fundo de assistência técnica, educacional e social ao tempo que faculta a criação de fundos e reservas outras, inclusive de equalização;

O Capítulo VIII relaciona os requisitos necessários ao ingresso, os procedimentos a cumprir no ato da admissão, bem como os casos em que ocorre a perda da qualidade de sócio;

O Capítulo IX explicita as competências da Assembléia-Geral, ordena a realização de, ao menos, uma assembléia anual, para análise no balanço geral, delimita as diferentes possibilidades de convocações, dispõe sobre a direção dos trabalhos e o quórum necessário às diversas deliberações e acolhe o princípio cooperativista de um voto por associado;

O Capítulo X trata dos órgãos de administração da cooperativa, estabelecendo limites para o prazo da gestão, as inelegibilidades, as vedações impostas aos administradores e os limites de sua responsabilidade;

O Capítulo XI prevê a existência do Conselho Fiscal, sua constituição, responsabilidades e modo de operação, bem como, hipóteses de inelegibilidade para seus membros;

O Capítulo XII regula o sistema operacional das cooperativas, define, para tanto, o Ato cooperativo ao qual a Constituição prevê tratamento tributário adequado, como aquele praticado entre a cooperativa e seu sócio ou entre cooperativas associadas, na realização de trabalhos, serviços ou operações que constituam objeto social, equipara ao Ato cooperativo os negócios auxiliares ou meios indispensáveis à consecução dos objetivos sociais. Cria a possibilidade de cooperação entre cooperativas e outras pessoas, físicas ou jurídicas, mediante o estabelecimento de contratos de parceria. Prevê, ainda, um mecanismo de capitalização das cooperativas mediante emissão de certificados de aporte de capital, adquiríveis por não sócio. Estabelece, finalmente, as condições nas quais a cooperativa poderá operar com não associados os procedimentos para cobertura das despesas, das perdas e prejuízos, bem como a destinação das sobras;

O Capítulo XIII estipula a duração do exercício social e relaciona as demonstrações contábeis necessárias à instrução da deliberação da Assembléia-Geral;

O Capítulo XIV dispõe sobre os processos de fusão, incorporação, e desmembramento de cooperativas;

Os capítulos XV e XVI referem-se, respectivamente, a situação de moratória e aos casos de dissolução, liquidação e extinção de cooperativas;

O capítulo XVII trata da representação do sistema cooperativista e afirma o princípio da unicidade de seu sistema de representação em nível local, estadual e nacional. A representação do sistema, no plano nacional, caberá conforme o projeto, à Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB, entidade constituída pelos órgãos estaduais de representação. Ao sistema, como um todo, competirá a tarefa de acompanhar o processo de constituição de novas cooperativas, assim como fiscalizar o funcionamento das existentes. É mantida, nesse capítulo, a contribuição cooperativista, recolhida em favor da OCB, que deve repassar, por sua vez, 50% do montante recolhido ao órgão estadual de representação;

No capítulo XVIII, Das Disposições Gerais e Transitórias, é estabelecido o prazo de 12 meses para as cooperativas adequarem seus Estatutos à nova lei.

Passo a relatar os Projetos de Lei do Senado nº. 428 e nº. 605/1999, apensados à proposição acima descrita. Deter-me-ei nas diferenças que apresentam em relação ao projeto de autoria do ilustre Senador Osmar Dias.

A comparação entre os projetos faz ressaltar a semelhança entre os PLS nº. 428 e nº. 605, que, pelo menos, em dois pontos fundamentais, contrapõem-se ao disposto no PLS nº. 171.

O primeiro ponto diz respeito à representação do sistema cooperativista. Conforme verificado, o PLS nº. 171 incorpora o princípio da unicidade de represen-

tação e define a organização das cooperativas brasileiras e as organizações das cooperativas estaduais integrantes, como únicas representantes do cooperativismo nacional.

A esse sistema, cabe, no bojo do projeto, parte significativa das funções de fiscalização e controle, antes desempenhadas pelo Estado. Aliás, essa é a principal divergência em relação aos outros projetos. Assim, compete aos órgãos de representação do sistema, avaliar a adequação dos atos constitutivos de nova cooperativa à lei. Autorizar sua instalação, registrá-la, fiscalizar suas atividades, podendo inclusive convocar Assembléia-Geral e solicitar sua liquidação.

A letra do PLS nº. 605, por sua vez, apenas diz ser livre a organização de entidade de representação do sistema. As cooperativas poderiam criar quantas fossem necessárias, de maneira a espelhar a diversidade de concepções presentes no movimento.

Já a redação do PLS nº. 428 procura, aparentemente, uma solução intermediária. Na sua redação, a criação de entidade de representação não é inteiramente livre, mas essa função poderia ser exercida pelo sistema OCB ou pelas confederações de cooperativas, a critério de cada cooperativa singular.

Um segundo ponto fundamental de divergência entre os projetos sob exame, diz respeito à definição do Ato cooperativo. O PLS nº. 428, assim como o PLS nº. 605, segue a definição tradicional, conforme a qual Ato cooperativo é aquele praticado entre a cooperativa e seu associado, ou entre cooperativas associadas na realização de trabalho, serviço ou operação que constitui o objetivo social da cooperativa.

O PLS nº. 171 acrescenta um segundo parágrafo ao *caput* do artigo, equiparando ao Ato cooperativo os negócios auxiliares ou meios indispensáveis à consecução dos objetivos sociais. A importância da definição decorre do fato de a Constituição garantir tratamento tributário diferenciado ao Ato cooperativo, o que implica no entendimento corrente, consagrar sua característica de fato não gerador de tributo.

Conforme a definição adotada pelo PLS nº. 171, portanto, também as operações da cooperativa com não filiados, desde que indispensáveis ao atendimento dos objetivos sociais, beneficiar-se-iam de tratamento tributário diferenciado. É outra diferença.

Assinaladas essas divergências básicas, passo a elencar as demais diferenças observadas nos textos dos demais projetos em relação ao texto de referência, o PLS nº. 171/99. A comparação concentra seu foco no PLS nº. 428, vez que a maior parte dos dispositivos do PLS nº. 605 encontra-se contemplada nos demais projetos:

1) No artigo que define a sociedade cooperativa, 2º no PLS nº. 171 e 3º no PLS nº. 428, a relação de características apresenta as seguintes diferenças: O PLS nº. 171, inclui o interesse pelo desenvolvimento da comunidade e, ao afirmar o princípio da indiscriminação, veda a concessão de subvenções econômico-financeiras a quaisquer pessoas ou entidades. O PLS 428, por sua vez, ordena a limitação mínima e máxima do número de cotas parte por sócio, excetuados os casos de subscrição por critérios de proporcionalidade;

2) Ao tratar do objeto e da classificação das cooperativas, o PLS nº. 428 prevê, art. 4º, Parágrafo Único, a constituição de cooperativas de produção coletiva, caracterizadas pela propriedade coletiva dos meios de produção, organização cooperativada do trabalho, participação do sócio nas sobras proporcional ao trabalho aportado e promoção social e educacional dos cooperados e seus familiares. Não se encontra dispositivo semelhante no PLS nº. 171;

3) Ainda no que tange cooperativas, o PLS nº. 428 prevê a criação de cooperativas de quarto ou maior grau, formadas pela união de três ou mais confederações;

4) Ao tratar do Estatuto, o PLS 428 ordena a inclusão em seu texto de dispositivo que defina a área de admissão de sócios;

5) Conforme o PLS 428, o Estatuto deve ainda, consoante o princípio da pluralidade da representação anteriormente abordado, definir o órgão de representação ao qual a cooperativa se filiará;

6) A seção que dispõe sobre as formalidades complementares à constituição, Seção III, nos dois projetos, evidencia as conseqüências da opção pelo princípio da unicidade ou pluralidade. O PLS nº. 171 determina o envio do ato constitutivo e do Estatuto ao órgão de representação do sistema, que examinará sua adequação à legislação, com poder de propor mudanças antes da remessa à Junta Comercial. O PLS 428, por sua vez, prevê o envio dos atos diretamente à junta, responsabilizando os fundadores por eventual infração ou inobservância do disposto na lei;

7) O PLS 428 prevê, art. 13, a correção monetária do capital social da cooperativa;

8) O mesmo PLS determina também, art. 14, § 2º, o livre acesso à cooperativa de cônjuges e filhos maiores de 18 anos do produtor que exerça suas atividades em regime de economia familiar, mediante matrículas individuais. A subscrição e a integralização das cotas-partes, neste caso, no valor correspondente a uma matrícula, seriam rateadas entre os integrantes da família;

9) Ainda no que respeita ao capital, o PLS nº. 171 autoriza as cooperativas a emitirem certificados de aporte de capital;

10) A relação de requisitos legais e estatutários para o ingresso em cooperativas apresenta as diferenças seguintes: O PLS nº. 171 prevê a possibilidade de o Estatuto restringir a filiação a integrantes de uma ou mais entidades, como é o caso das cooperativas de crédito ou consumo restritas aos funcionários de uma empresa. O PLS 428, por sua vez, fixa as condições de filiação de pessoas relativa ou absolutamente incapazes, autoriza a filiação de menores nas cooperativas escolares e confere aos dirigentes de cooperativas restritas a empresas as garantias que protegem os dirigentes sindicais.

11) O art. 26 do PLS nº. 428, veda às cooperativas remunerar o agenciamento de novos sócios, assim como deles cobrar prêmio, ágio ou jóia;

12) No que respeita às atribuições da Assembléia-Geral, a relação constante do PLS nº. 171 inclui a autorização da emissão de certificados de aporte de capital. A lista do PLS 428 contempla a aplicação da correção monetária, a fixação dos honorários dos membros do Conselho Fiscal, a autorização para oneração ou alienação de bens imóveis e a decisão sobre o plano de aplicação do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, FATES;

13) O PLS nº. 171 prevê a convocação da Assembléia-Geral pelo órgão de representação do sistema e pelo órgão de administração da central, federação ou confederação de que a cooperativa faça parte;

14) O PLS nº. 428 dedica um artigo, de nº. 42, ao estabelecimento dos requisitos mínimos para eleição dos órgãos de administração, aos quais o Estatuto deve se conformar;

15) O mesmo PLS, no art. 54, ordena a constituição de um conselho de representantes, com a função de operar como elo entre a administração, a fiscalização e os sócios;

16) O Ato cooperativo é entendido de maneira diferente, como já assinalado;

17) Ambos os projetos autorizam as operações com não filiados até o limite de 50% do total das operações com filiados, ambos excepcionam aquelas operações que resultem de solicitações de órgãos governamentais ou concessionárias de serviços públicos. O PLS 171, no entanto, excepciona, igualmente, as operações que visem ao cumprimento de contratos ou à utilização de instalações ociosas;

18) O PLS nº. 171 restringe a participação das cooperativas em sociedades não cooperativas aos casos de sociedade de responsabilidade limitada;

19) Toda uma seção do PLS nº. 171, Seção IV, do Capítulo XII, dedica-se ao certificado de aporte de capital, não previsto pelo PLS nº. 428. Trata-se de um sucedâneo no interior do cooperativismo do sistema de capitalização mediante emissão de ações. O valor total dos CAPs não pode ultrapassar o capital social. Os CAPs podem ser ofertados a não sócios. E na ocasião da emissão, a Assembléia-Geral deverá especificar seu valor nominal, juros, coeficiente de participação nos resultados, garantias reais, bem como as condições de vencimento, resgate e amortização;

20) O Projeto nº. 171 prevê igualmente o estabelecimento de contratos de parceria com não filiados, com participação limitada a 49% do total do empreendimento;

21) Ainda no PLS nº. 171, o art. 67 estabelece o mecanismo de apuração das sobras líquidas do exercício;

22) O art. 68, do mesmo projeto, limita em 70% do patrimônio líquido o total de recursos aplicados no ativo permanente;

23) Conforme o PLS nº. 428, qualquer filiado pode requerer a dissolução da sociedade cooperativa. O PLS nº. 171 inclui entre os possíveis requerentes, além dos sócios cooperativados, o credor, no caso de insolvência decretada em processo judicial, e o órgão de representação do sistema;

24) No que respeita à representação do sistema, conforme assinalado, o PLS nº. 171 opta pela unicidade, apenas à OCB e às OCEs integrantes compete a representação. Na redação do PLS nº. 428, a representação cabe à OCB ou às confederações de cooperativas, enquanto PLS nº. 605 prevê a livre instituição de entidade de representação;

25) Entre as competências do sistema de representação, o PLS nº. 171 inclui a verificação da adequação dos atos constitutivos à lei, o registro, a fiscalização, além da proposta de dissolução de cooperativas. Todas estas competências não são relacionadas na redação do PLS nº. 428;

26) O PLS nº. 171 determina que o percentual sobre o valor do capital integralizado, fundos e reservas existentes na data do levantamento do balanço geral da cooperativa, percentual que constitui a contribuição cooperativa deve ser fixado pela Assembléia da OCB, mantendo, no momento, a 0,2% desse valor. O PLS nº. 428 fixa a contribuição cooperativista em 0,2%;

27) O PLS nº. 428 ordena o recolhimento da contribuição cooperativista em favor do órgão de representação a que a cooperativa estiver filiada. O PLS nº. 171 determina a entrega dessa contribuição à Organização das Cooperativas Brasileiras, que deverá

repassar 50% à OCE da Unidade Federativa em que a contribuição foi arrecadada;

28) O PLS 171 detém-se ainda nas questões relativas à organização da OCB, assim como nas referentes ao Estatuto da OCB e das OCEs.

Dois. Análise da matéria. O objetivo comum aos três projetos é a atualização da legislação cooperativista, vez que a vigente Lei nº. 5.764/1971 foi superada pela Constituição de 1988, em todos os aspectos que dizem respeito à tutela do Estado sobre o sistema cooperativista.

Fundamentalmente, conforme a lei, cabia ao Estado autorizar, ou não, o funcionamento de novas cooperativas, proceder a seu registro, fiscalizar o cumprimento da legislação e intervir nas cooperativas faltosas, sempre que necessário.

Esse conjunto de dispositivos foi revogado pelo art. 5º inciso XVIII da Carta Magna, que reza: "A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada interferência estatal em seu funcionamento". Daí a necessidade de nova lei, que atualize o conjunto de normas aplicáveis às sociedades cooperativas, adequando-o à nova Carta e às exigências da realidade presente, muito diferentes daquelas predominantes 30 anos atrás.

Como avaliar as diferentes soluções que o os três projetos apresentam? Considero como indicador de particular relevância o fato de o Projeto de Lei do Senado nº. 171/1999 incorporar um conjunto de sugestões apresentadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB, conforme assinala o autor em sua justificativa. Isso significa, a meu ver, que os aspectos percebidos pelas cooperativas como problemas em sua operação cotidiana foram debatidos nas bases e em todas as instâncias de representação e as soluções, então formuladas, foram acolhidas pelo autor do projeto sob exame.

Considero, portanto, que o PLS nº. 171 apresenta diversas inovações, resultado claro da experiência acumulada pelo sistema nos anos recentes. Cito apenas algumas delas, igualmente assinaladas pelo autor. Um dispositivo específico sobre cooperativas escolares, a relação minuciosa das atribuições do conselho administrativo e a proposta polêmica da possibilidade de ingresso, na condição de associado, de pessoa jurídica de qualquer espécie, inclusive sociedades empresárias, desde que não operem no mesmo campo econômico.

Além desses dispositivos, merecem destaque três posicionamentos sobre questões fundamentais que diferenciam positivamente o Projeto de Lei do Senado nº. 171 dos demais projetos em apreço. Em primeiro lugar, uma definição mais abrangente do Ato cooperativo. Tradicionalmente, Ato cooperativo é todo aquele praticado entre o cooperado e sua cooperativa ou entre cooperativas associadas entre si na realização de seu objetivo social. Como assinalamos acima, o projeto inova ao equiparar ao Ato cooperativo, assim definido, os negócios auxiliares ou meios indispensáveis à consecução dos objetivos sociais. A distinção é relevante, uma vez que a Constituição, em seu art. 146, inciso III, alínea "c" garante tratamento tributário adequado ao Ato cooperativo, prevendo sua regulamentação em Lei Complementar.

Em segundo lugar, a possibilidade que a cooperativa tem, pelo projeto, de abrir seu capital mediante a emissão, autorizada por Assembléia-Geral, de certificado de aporte de capital. É importante lembrar que os compradores desses certificados não se tornariam filiados, mas fariam jus apenas a uma remuneração fixa, ou por percentual, dos eventuais ganhos provindos do negócio objeto da emissão, conforme o caso. A participação de não sócios nas atividades de interesse da cooperativa ainda poderia ser estabelecida mediante contratos de parceria, nos quais as formas de gestão e o rateio dos resultados seriam previamente acordados entre a cooperativa e seus parceiros.

Um terceiro aspecto, da maior relevância, constante do projeto, é a reafirmação do princípio da unicidade, no que diz respeito ao sistema de representação. Prevê-se apenas uma organização nacional de representação do sistema, e apenas uma em cada Estado e no Distrito Federal. Esta é, não cabe dúvida, a posição amplamente majoritária no movimento cooperativista nacional reiterada em diversos congressos. Mas qual a razão dessa afirmação de princípio? Por que o movimento não se inclina simplesmente pela livre organização de entidades representativas do cooperativismo, no número em que a própria dinâmica no movimento determinar, como prevê o Projeto de Lei nº. 605, por que não abre a possibilidade de representação também às confederações, como estabelece o Projeto de Lei nº. 428? Como declara o nobre Senador Osmar Dias em sua justificação: "A experiência acumulada pelo sistema ensina que a interlocução com o Estado e a definição de diretrizes que mantêm o sistema competitivo face à concorrência das empresas capitalistas ganham eficácia com a representação única, a dispersão, pelo contrário, debilita o movimento. Por essa razão, predomina na experiência internacional a passagem da pluralidade para a unicidade antes que o movimento inverso".

Essas razões que me levaram a optar pelo Projeto de Lei do Senado nº. 171/1999.

Análise das emendas. Foram apresentadas 27 emendas, de iniciativa da Senadora Ana Júlia Carepa e do Senador Sibá Machado. Passo, a seguir, ao exame das emendas oferecidas.

A Emenda nº. 1, anteriormente apresentada por este Relator, retira do art. 111 do projeto a expressão "E demais disposições em contrário", por ser desnecessária. As Emendas nº. 2, 5, 11, 12, 16, 25, 26 e 28 tratam da pluralidade do sistema de representação das cooperativas. O meu entendimento é pela unicidade dos órgãos de representação das cooperativas, como forma de apoiar e estimular o cooperativismo, de acordo com o § 2º do art. 174 da Constituição Federal.

Concordo, assim, com o autor do projeto. Sou favorável às Emendas nº. 3, que trata do respeito às decisões tomadas em assembléia, nº. 18, que trata das operações da cooperativa e atualiza o projeto quanto à emissão de certificados de depósito e nº. 27, que afasta a recriação do Fundo Nacional do Cooperativismo, pois aperfeiçoam o projeto em diversos aspectos.

As Emendas nº. 4 e 8, vedam o ingresso na cooperativa de agente de comércio ou de pessoa jurídica que opere em outro campo econômico. Sou favorável a que seja facultado ao Estatuto da cooperativa permitir a admissão de pessoas jurídicas que pratiquem atividades correlatas e das pessoas físicas associadas, com a ressalva de que não operem no mesmo campo econômico da cooperativa, não há porque discriminar as pessoas jurídicas quanto à possibilidade de participação em sociedades cooperativas.

A Emenda nº. 6 estabelece o limite individual de subscrição em um terço do total das cotas-partes. Concordo, em parte, com a emenda, pois o projeto original permite que um único associado detenha a quase totalidade das cotas-partes da cooperativa. No entanto, apresento subemenda com vistas a recuperar o dispositivo equivalente da Lei 5.764, de 16 de setembro 1971, que estabelece que o limite de subscrição será de um terço das cotas-partes ou proporcional ao movimento financeiro ou físico do associado na cooperativa.

A Emenda nº. 7 exclui o dispositivo que determina que o resultado positivo dos negócios realizados com não associados seja destinado ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, FATES. Discordo da emenda, pois a realização de negócios com não associados é uma situação excepcional.

A Emenda nº. 9, ao art. 23, deve ser rejeitada, pois não se pode incluir entre os objetos de restituição, aos associados que perderam essa condição, os valores referentes ao certificado de aporte de capital, por estes possuírem prazo de resgate específico, o qual não pode ser regulado pelo Estatuto da cooperativa.

A Emenda nº. 10, ao § 2º do art. 27, que trata do acesso a outros documentos, além do balanço geral e a demonstração da conta de sobras e perdas antes da assembléia, deve ser rejeitada, pois o artigo trata da apreciação apenas destes documentos.

A Emenda nº. 13, ao art. 29, que cuida da possibilidade de envio de comunicação de convocação da Assembléia-Geral a cada um dos sócios, deve ser rejeitada, pois não estende a publicidade do edital a terceiro de boa-fé.

A Emenda de nº. 14 corrige imprecisão do projeto original, que dava margem à interpretação de que o Estatuto das cooperativas poderia dispor que as decisões das assembléias poderiam ser tomadas sem respeitar o princípio da singularidade do voto. Acolho a emenda, na forma de subemenda que apresento, para manter a sistemática de votação por delegação, conforme já dispõe a Lei nº. 5.764/1971.

A Emenda nº. 15 objetiva permitir aos sócios, administradores e fiscais que votem na Assembléia-Geral sobre, entre outras matérias, tomada de conta dos administradores e parecer do Conselho Fiscal. Concordo, entretanto, com a redação atual do projeto, que veda a participação de sócios nas votações em que tenham interesse, motivo pelo qual opino pela rejeição da emenda.

A Emenda nº. 17 tem por finalidade determinar que a Diretoria da cooperativa seja composta somente por Diretores filiados, eleitos pelo Conselho de Administração. Entendo que a função de Diretor não se confunde com a de sócio, e concordo com o autor do projeto, que permite a nomeação de Diretores não sócios, e por conseguinte, opino pela rejeição da emenda.

As Emendas nº. 19, 20 e 22 tratam da definição dos certificados de aporte de capital como debêntures. Os autores das emendas entendem que o investidor não deve ter direito à participação nos resultados da cooperativa, eis que isso constitui direito exclusivo dos sócios, e que os possíveis investidores já terão seu capital remunerado na forma de juros. A meu ver, a emissão de certificado de aporte de capital é uma forma importante de captação de recursos pela cooperativa, haja vista as elevadas taxas de juros praticadas no País. Os compradores desses certificados não terão poder de interferência na gestão da cooperativa, mas assumirão parte dos riscos da atividade, considerando que farão jus a uma remuneração, fixa ou por percentual, dos eventuais ganhos advindos do negócio objeto da emissão. Os autores das emendas propõem a aplicação subsidiária dos dispositivos da Lei das SAs concernentes às debêntures. Opto, entretanto, por introduzir alterações, conforme emenda ao final apresentada, que fazem com que os certificados

possuam características semelhantes às das debêntures, sem que seja necessária referência genérica a dispositivo da lei societária, o que causaria insegurança jurídica. A emissão de certificados a não sócios dependerá de aprovação da Comissão de Valores Mobiliários e a sua tradição se dará por meio de registro na CETIP, Central de Liquidação e Custódia, mantida a responsabilidade solidária dos sócios da cooperativa pelo descumprimento dos limites de emissão.

Da mesma forma, deixo de acolher a Emenda nº. 21, que busca suprimir o direito dos compradores dos certificados de aporte de capital de fiscalizar, nos termos do projeto, os atos dos administradores.

A Emenda nº. 23 pretende suprimir o art. 58, que permite, expressamente, às cooperativas, firmar contratos de parceria com não sócios. Considero interessante a previsão no projeto das condições nas quais as cooperativas poderão operar com não sócios, inclusive com a limitação de participação destes a 49% dos investimentos, razão pela qual opino pela rejeição da emenda.

A Emenda nº. 24 pretende aplicar às sociedades cooperativas dispositivos da Lei nº. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que trata de recuperação judicial e extrajudicial das empresas, nova Lei de Falências. Cumpre destacar, que as sociedades cooperativas não são consideradas sociedades empresárias, e por conseguinte estão sujeitas, dado o interesse público que despertam, a regime próprio de liquidação e extinção, conforme art. 76 a 101 do projeto. Não obstante, proponho, ao final, emenda que busca estender às cooperativas mecanismos de recuperação semelhantes aos constantes da nova Lei de recuperação das empresas.

Voto. Pelas razões apresentadas, manifesto-me pela rejeição dos PLS nº. 428 e 605/1999, pela aprovação do PLS nº. 171/1999, pela aprovação das Emendas nº. 1, 3, 18 e 27, pela aprovação das Emendas nº. 6 e 14, na forma de subemendas, e pela rejeição das Emendas nº. 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 28, e pelo oferecimento das emendas a seguir:

Subemenda à Emenda nº. 6. Vamos ler, Professor Tourinho. Acrescente-se ao art. 11 do projeto, os § 1º e 2º, a seguir: Art. 11, § 1º. Nenhum associado poderá subscrever mais de um terço do total das cotas-partes, salvo nas sociedades em que a subscrição deva ser diretamente proporcional ao movimento financeiro do cooperado ou ao quantitativo dos produtos a serem comercializados, beneficiados ou transformados, ou ainda, em relação à área cultivada ou ao número de plantas e animais em exploração; § 2º. Nas sociedades cooperativas, em que a subscrição de capital for diretamente proporcional ao movimento ou à expressão econômica de cada associado, o Estatuto deverá prever sua revisão periódica para ajustamento às condições vigentes.

Subemenda à Emenda nº. 14. Dê-se ao art. 30 do projeto, a seguinte redação. Art. 30. Nas cooperativas singulares, cada associado terá direito a apenas um voto, que poderá ser exercido, salvo disposição em contrário do Estatuto social, pelo cônjuge ou filho com maioridade civil, os quais deverão estar devidamente credenciados; § 1º. O Estatuto social poderá estabelecer que os sócios sejam representados nas Assembléias-Gerais por delegados sócios no gozo de seus direitos sociais e que não exerçam cargos de administração ou de fiscalização; § 2º. O Estatuto determinará o número de delegados, à época, e a forma de sua escolha por grupos seccionais de sócios, o tempo de duração da delegação e as matérias que constituem o objeto de suas decisões, excetuando-se as eleições para os órgãos de administração. Os delegados terão direito a voz e voto, proporcional ao número de representados, e os demais sócios presentes terão direito a voz.

Emendas sem número ainda. Acrescentem-se os § 1º e 2º ao art. 54 do projeto, com a seguinte redaçãO – Art. 54, § 1º. As emissões poderão ser ofertadas a não sócios, desde que o lançamento seja previamente aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários; § 2º. A tradição dos certificados de aporte de capital será efetivado mediante o registro da operação na Central de Liquidação e Custódia. Dê-se aos art. 76 e 84 do Capítulo XV do projeto, a seguinte redação, suprimindo-se os art. 85 a 92 do projeto e remunerando-se os subseqüentes: Art. 76. A moratória a tem por objetivo a superação de eventual crise econômico-financeira da cooperativa, preservando a prestação de serviços aos sócios, o emprego dos trabalhadores, o interesse dos credores e garantindo a função social; Art. 77. A moratória poderá ser requerida em Juízo, por cooperativa em atividade há mais de dois anos e que cumulativamente: 1) Apresente o rateio das perdas ocorridas no exercício dos últimos três anos, indicando a responsabilidade individual de cada sócio, na proporção de sua participação nas ações da cooperativa, bem como o histórico da quitação, se houver; 2) Não tenha, a menos de cinco anos, obtido concessão de moratória; 3) Não tenha como administrador, sócio inelegível. § 1º. A moratória poderá ser requerida pelos sócios; § 2º. A cooperativa poderá propor e negociar com credores plano de moratória extrajudicial. Art. 78. Ao se constituir meios de moratória judicial, a concessão aos credores de direito de eleição em separado não poderá exceder a 49% do Conselho de Administração da cooperativa, vedada a indicação de membros da Diretoria, se o

Estatuto determinar sua eleição assemblear; Art. 79. Durante o procedimento da moratória os Conselheiros Diretores perdem os seus cargos, se vieram a serem condenados em sentença transitada em julgado, que os torne inelegíveis, ou houver indícios veementes de prática de fraude a credores, violação de sigilo empresarial, divulgação de informações falsas, indução a erro, favorecimento, desvio, ocultação, apropriação de bens, aquisição, exercício legal de atividade, violação de impedimento ou omissão de documentos contábeis obrigatórios. Parágrafo único. Deverá ser convocada em 30 dias a Assembléia-Geral dos sócios para eleger os substitutos dos Conselheiros e Diretores destituídos, quando esses houverem sido eleitos em assembléia de sócios. Art. 80. Rejeitado o plano de moratória pela Assembléia-Geral de credores, o Juiz decretará a insolvência da cooperativa. § 1º. O Juiz poderá conceder a moratória com base em plano que não obteve aprovação na Assembléia-Geral de credores, desde que na mesma assembléia tenha obtido de forma cumulativa – 1) O voto favorável de credores que representam mais da metade do valor de todos os créditos presentes à assembléia, independentemente de classe; 2) A aprovação de duas das classes de credores ou, caso haja somente duas classes com credores votantes, a aprovação de pelo menos uma delas; 3) Na classe que houver rejeitado o voto favorável de mais de um terço dos credores. § 2º. A moratória somente poderá ser concedida sem a aprovação na Assembléia-Geral de credores se o plano não implicar tratamento diferenciado entre os credores da classe que o houver rejeitado. Art. 81. O Juiz também decretará a insolvência durante o processo de moratória – 1) Por deliberação da Assembléia-Geral dos credores aprovados por votos que representem mais da metade do valor total de créditos presentes na Assembléia-Geral; 2) Pela não apresentação pela cooperativa do plano de moratória em até 60 dias da publicação da decisão que deferira o processamento da moratória; 3) Por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano da moratória; 4) Por inadimplemento de obrigação não sujeita a moratória. Parágrafo único. No caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano de moratória, qualquer credor poderá requerer a insolvência. Art. 82. Na convolação da moratória em insolvência, os atos de administração, oneração ou alienação praticados durante a moratória presumem-se válidos. Art. 83. Decretada a insolvência, os credores terão reconstituídos seus direitos e garantias, nas condições originalmente contratadas, deduzidos os valores eventualmente pagos. Art. 84. Aplicam-se à moratória as disposições referentes à recuperação judicial ou extrajudicial, naquilo que não colidirem com os dispositivos dessa lei.

O relatório é esse, Sr. Presidente. Eu fiz questão de lê-lo, porque é uma matéria, como eu disse, extremamente polêmica. Eu tentei contemplar aqui a todas as sugestões, propostas pelos mais diversos Senadores, especialmente os Senadores Eduardo Suplicy, Ana Júlia Carepa e Sibá Machado, naquilo que, no meu entendimento, não desvirtua o projeto original, especialmente quanto à unicidade. Não me oponho a qualquer espécie de entendimento. Já tentamos isso por diversas vezes, V.Exª, inclusive, já intermediou reuniões com Ministros, com diversos representantes do setor cooperativo, o autor do projeto, Senador Osmar Dias, também, por diversas ocasiões, nos encontramos com também diversos representantes, e é claro que haverá o pedido de vista. E o meu intuito ao colocar hoje, até tentei, ainda durante a semana passada, estender esse prazo, mas eu percebi que o Governo não se move em direção a acordo. Apesar dos Senadores governistas, esses sim, se moverem tranqüilamente. Mas o Governo não se moveu para fazer esse entendimento. Então, estou apresentando o relatório, sei que haverá pedido de vista, e nós vamos tentar nesse período, talvez V.Exª. possa estabelecer ainda um prazo razoável, caso se concretize o que eu estou prevendo, que é o pedido de vista, cheguei a conversar ainda há pouco com a Senadora Ana Júlia Carepa, disse a ela dessa minha disposição, ela também disse, para que nós ainda tentemos, num razoável, a ser estabelecido por V.Exª., algumas modificações que podem, conseqüentemente, contribuir para o setor cooperativista.

Ainda ontem recebi representantes no meu gabinete de cooperativas do Brasil todo, especialmente o Dr. Daniel Turibio Rech, que veio também fazer uma série de reivindicações, que nós deixamos para discutir melhor e contemplar nesse período em que, certamente, os Senadores que compõem a bancada governista disporão para apresentar as emendas com o pedido de vista que será formulado e nós, naturalmente, tenho certeza que vamos encontrar um caminho melhor ainda para que possamos aprimorar o presente projeto. Então, o relatório é esse, Sr. Presidente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – O Senador Demóstenes Torres concluiu pela rejeição dos PLS de nº. 428 e 605/1999 e pela aprovação do PLS de nº. 171/1999, pela aprovação das Emendas de nº. 1, 3, 18 e 27, pela aprovação das Emendas de nº. 6 e 14, na forma de subemendas, pela rejeição das Emendas de nº. 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 28 e pelo oferecimento de duas subemendas e de duas emendas, apresentadas pelo Relator, de nº. 1 e 29.

Desde que essa questão vem sendo tratada aqui, nós tivemos sempre a consciência exata da responsabilidade dessa questão. E que também tem demonstrado amplamente os Senadores de uma maneira geral e o Senador Demóstenes Torres, em especial. É matéria complexa, é matéria que já tem muito tempo aqui no Senado, e que, na minha opinião, o exame dessa matéria já foi exaustiva, é exaustiva, negociações eu já assisti várias, eu aposto sempre na possibilidade de um acordo, até o último momento. Acredito nisso. Porém, acho que nós devemos deflagrar esse processo de discussão e votação para que não comprometamos a própria finalidade da Comissão e do Senado. Nós temos que fazer o máximo esforço para um entendimento, na falta desse entendimento, que se faça o que deve ser feito, que se vote e que ganhe quem tem maioria.

Agora, eu hoje de manhã, fui acordado logo cedo por um telefonema do Senador Flávio Arns, que é Vice-Presidente da Comissão. E, sendo Vice-Presidente da Comissão, é também alguém muito preocupado com essa questão. Pró-ativo, tem uma ação de contribuição real, e ele me ponderava na linha do que já ponderou o Senador Demóstenes Torres. Eu apenas queria deixar muito claro que, gente, não quero me precipitar, mas se houver um pedido de vistas, que haverá prazo para que essa questão seja examinada, mas esse prazo será limitado.

E que haja em todos nós a intenção de fazer como estamos fazendo hoje. Comparecer, discutir, no limite. E jamais de impedir a votação. Porque é comprometedor para nós. Por exemplo, há um requerimento no Senado para voltar à Comissão de Justiça. É um direito, nada a opor, mas essa matéria já esteve mais de oito anos na Comissão de Justiça.

Quer dizer, a gente encara isso com objetividade, vamos dar uma solução a isso, ou a gente não vai cumprir a nossa tarefa. De toda maneira, eu quero fazer um apelo a todos para que essa consciência de contribuição seja efetiva. Eu tinha, algum tempo atrás, afirmado que a gente, não apenas pela minha vontade, mas pela vontade da maioria, que a gente votaria essa matéria, evidentemente diante de uma situação do tipo absolutamente legal de uma solicitação de vistas, não apenas será concedida a vistas, como algum prazo. E que nesse intervalo, se há possibilidade de avançar, que esse avanço se dê mesmo, para que a gente não fique apenas protelando uma decisão que não há porque não tomar com brevidade. Em discussão a matéria. Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E depois V.Exª. me inscreva, Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o esforço dos Senadores Osmar Dias, José Fogaça, de estarem, e eu também fui um dos que apresentei projetos para regulamentar as sociedades cooperativas, estabelecer as normas de organização das sociedades cooperativas.

Ainda ontem, o Senador Osmar Dias, da Tribuna do Senado, colocou mais uma vez o seu empenho em estimular as formas cooperativas de produção, objetivo com o qual eu tenho estado sempre de pleno acordo, assim como também o Senador José Fogaça, quando aqui era nosso colega.

E, portanto, o nosso objetivo é de estar aperfeiçoando a regulamentação das cooperativas, e, sobretudo, à luz daquilo que diz a Constituição de 1988.

O Senador Demóstenes Torres, além de ter a formação de Advogado, é um eminente Jurista, e por todos nós assim reconhecido, até por causa da sua carreira como Promotor, Procurador, então, é um conhecedor profundo da Constituição Brasileira.

E gostaria aqui de ressaltar que, ele sabe melhor do que eu, no art. 5º estão explicitados nos incisos XVIII e XX, respectivamente, que a criação de associações, e na forma da lei de cooperativas independentes de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento e, XX, ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

É a nossa compreensão, Senador Demóstenes, que esses artigos são muito claros. Talvez tão claros quanto, por exemplo, no mesmo art. 5º, digamos, o art. 67 diz lá: Não haverá penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, inciso XIX. Ora, então eu não poderia, por maiores que pudessem ser as razões que justificassem alguém ser a favor da pena de morte, colocar um Projeto de Lei que fosse regulamentar a pena de morte. Só para colocar um caso extremo. Então, eu tenho a compreensão e, por essa razão, coloquei no Projeto de Lei 605 que, consoante os artigos que mencionei, o art. 5º, incisos XVIII e XX, nós não poderíamos, necessariamente, obrigar à unicidade. A não ser que, por razões de liberdade de associação, os associados assim resolvessem, mas não por determinação legal.

Bem, este é um dos aspectos sobre os quais nós temos uma divergência democrática. Eu quero ressaltar que considero muito positivo a sua declaração de que gostaria de chegar a um entendimento. E eu quero saudar isso. E, quem sabe, nós consigamos avançar nesta direção. E por esta razão, eu gostaria aqui de pedir vista, outros Senadores pedirão, e gostaria que, dada a complexidade do projeto, possamos ter um prazo razoável, quem sabe, 15 dias seja um

prazo que o Senador Osmar Dias considere também de bom senso e, nesse período, nós vamos continuar o trabalho intenso de busca de um entendimento. Então, na semana seguinte à Semana Santa, estaria bem, Sr. Presidente...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ...Só concluindo, então, Sr. Presidente, com respeito ao requerimento que eu, Flávio Arns, Ana Júlia Carepa e Sibá Machado apresentamos foi exatamente por causa dessa questão e, quem sabe, chegando a um entendimento aqui, nós venhamos a superar e desistir deste requerimento. Porque avaliamos que este aspecto constitucional é importante, e daí, se não conseguirmos um entendimento aqui, nós nos sentimos compelidos a pedir que a Comissão de Constituição e Justiça também o examine. É esta a razão, Sr. Presidente, mas, quem sabe, consigamos aqui chegar a um entendimento. Então, peço vistas e sugiro que possamos apreciar e votar essa matéria logo após a Semana Santa.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Presidente. É só para lembrar que o Senador Suplicy não pertence à Comissão e, portanto, não pode pedir vista.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Mas eu posso.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É só para lembrar isso também. Mas, Sr. Presidente, para a economia de tempo, eu pediria que, se esse é o entendimento desta Casa, o meu pedido de vista é nessa direção, então eu faço o meu pedido de vista nessa direção, deixando claro ao Relator e a V.Exª. e ao autor, que tão logo apresentemos o pedido de vistas, nós...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Eu só estou querendo colaborar com o pedido de vistas. Por isso eu lembrei.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Desculpe, Senador Sérgio Guerra, é que com a minha participação intensa aqui nesses últimos momentos eu já estava me sentindo membro da Comissão, mas eu agradeço a chamada de atenção do Senador Osmar Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – O pessoal agradece a participação e a contribuição do Senador Osmar Dias. Vai ouvir, pela ordem, o Senador Osmar Dias... Aliás, o Senador Sibá Machado, depois o Senador Osmar Dias e o Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – O próximo pedido de vista, Sr. Presidente, vai ser feito por um Deputado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Então, para dizer isso, que o pedido de requerimento, aí a CCJ tratava-se da gente buscar os últimos acertos sobre dois pontos que ainda consideramos de extrema delicadeza. Claro que se eles forem acordados os demais ficam muito mais flexíveis.

Então, neste caso, a gente está disposto inclusive a sustar o próximo requerimento, que seria para passar pela CCJ, tendo em vista de que este tempo que V.Exª. pudesse nos dar, na leitura que foi feita, está dito que houve amplo debate para chegar a termo da construção deste projeto, e é o que eu digo também que nós participamos intensamente de uma série de debates com outras cooperativas, que trouxeram também uma série de preocupação. Portanto, temos aqui dois propósitos que nascem do interesse direto.

Então, Sr. Presidente, o pedido de vista é nessa direção. Digo a V.Exª. que tão logo nós venhamos a esta Comissão com a leitura do pedido de vista, aí nós vamos a voto, sem sombra de dúvida, não haverá mais protelação, e aí, é claro, o resultado da votação vai indicar a vontade da maioria dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu queria ponderar que, nada contra a iniciativa do requerimento, mas trata-se de uma cautela dispensável. Porque o procedimento nosso tem sido de discutir essa matéria no limite. E vai continuar assim.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Senador, eu queria só um pela ordem, porque eu acho que cabe aqui uma justificativa. É necessário a gente entender isso, nós inclusive estivemos numa reunião, todo esse esforço que nós temos feito nesse sentido, que caminhou inclusive até com Ministro, que de 1999 até agora, 2006, surgiram diversas formas de cooperativas.

Então, essa é uma questão, quando a gente fala de uma outra Comissão também, que ela acaba não dizendo respeito só à questão da agricultura. Ela acaba dizendo respeito a outras situações. Então, só para deixar claro também que não é uma coisa absurda. É lógico que nós estamos aqui caminhando e V.Exª. é testemunha de todo o esforço que nós temos feito no sentido do acordo, no sentido do mais próximo possível do consenso e eu quero parabenizar o Relator, o Senador Demóstenes, que tem feito esse esforço, apesar de ele me deixar quase que com complexo de rejeição de tanto que ele rejeitou emendas minhas. Mas, eu não vou procurar psicólogo – viu, Senador Demóstenes? (risos) Mas eu quero dizer que eu pretendo, nesse tempo, ainda convencê-lo, e não ficar assim preocupada, principalmente naquilo que eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Com a palavra, o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, bem rápido, é só para dizer que esse projeto, como V.Exª. já afirmou, ficou quase oito anos na Comissão de Justiça sem nenhum parecer da Comissão de Justiça, sem nenhuma decisão da Comissão de Justiça. Então, se ele voltar e ficar mais esse tempo, aí eu vou pedir aposentadoria do projeto, nem o arquivamento. Já está no tempo da aposentaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu penso que a condução que essa matéria está tendo não comporta esse tipo de movimento. Porque é preciso discutir, tem havido completa e total disposição para discutir, de todas as partes. É preciso reconhecer o envolvimento não apenas do Senador Osmar Dias e do Senador Demóstenes, mas até de personalidades do Governo, que participam dessa discussão de forma concreta, mas eu acho que é da responsabilidade da Comissão e de todos nós, porque a Comissão não sou eu, nem o Senador Osmar, nem a Senadora Ana Júlia, é uma instituição. Que elas cheguem e votem essa matéria. Senador Jonas.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Demóstenes Torres, que fez um belíssimo trabalho como Relator, e eu entendo que o parecer do Relator ele engloba todo o cooperativismo atual e nessa altura eu também peço vista no processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Bem, a vista é coletiva. Concedida para o dia 19, quarta-feira, após a Semana Santa. Eu quero dar mais uma palavra em relação ao trabalho do Senador Demóstenes, que a cada acontecimento que eu tenho oportunidade de acompanhar, demonstra o seu brilho, a sua imensa competência e a sua enorme responsabilidade parlamentar. Está destinado a grandes vôos.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Obrigado.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Sr. Presidente, eu só queria uma informação. Eu falei com V.Exª. em relação àquela data, da disponibilidade do Presidente do INCRA. Então, se...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Está marcado.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Está marcado? Dia 5. Porque ele tinha falado dia 6. Aí V.Exª. tinha concordado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Não há problema. A Senhora pode resolver com a Mesa isso. Ele confirmou 5 de abril.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Tudo bem. É só porque eu queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 11h50.)

3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 29 de março de 2006, às 10 horas e 42 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Aprovada.

Sobre a Mesa, Ofício de nº. 2000/2006, do Presidente do Fórum Nacional de Secretários da Agricultura, Sr. Pedro Barbosa de Deus, convidando membro da Comissão para participar, na qualidade de debatedor, do Painel Sobre Medidas de Apoio ao Agronegócio Brasileiro, tema a ser exposto pela Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e a realizar-se no próximo dia 06 de abril, em Londrina. Desta forma, designo o nobre Senador Flávio Arns para representar esta Comissão.

Sobre a Mesa, Ofício n° 01/2006, do Exmº. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, encaminhando DVDs sobre as conseqüências do plantio de grãos de soja geneticamente modificados.

Informo à Comissão que haverá Audiência Pública no dia 05 de abril do corrente ano, próxima quarta-feira, com o Presidente do INCRA, Dr. Rolf Hackbart, para fazer a exposição sobre a Reforma Agrária, em cumprimento ao Requerimento nº. 08/2005 da Comissão de Reforma Agrária, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro.

Em 12 de abril próximo corrente, o Presidente do BANCO DO NORDESTE, Roberto Smith, comparecerá à Comissão a fim de instruir Medida Provisória nº. 285/2006, que dispõe sobre as operações de crédito rural com recursos de financiamento do BANCO DO NORDESTE, FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, ADENE, em cumprimento ao Requerimento nº. 01/2006, da Comissão de Agricultura, de autoria do Senador Sérgio Guerra.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Projetos de Lei do Senado de nº. 171, 428 e 605/1999, que tratam das sociedades cooperativas, de autoria dos Senadores Osmar Dias, Eduardo Suplicy e José Fogaça, respectivamente.

Comunico à Comissão que foram realizadas reuniões do Grupo de Trabalho, com a participação dos Senadores Sérgio Guerra, Flávio Arns, Eduardo Suplicy, Ana Júlia Carepa, Demóstenes Torres, Relator da matéria, do Ministro Roberto Rodrigues, dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Trabalho e do Emprego, representante da Assessoria Especial da Presidência da República e do Dr. Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária, Márcio Porto Carreiro, Secretaria de Cooperativismo do Ministério da Agricultura, além da Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB, UNICAFS, UNISOL Brasil, CONCRAB, UNITRABALHO, e ANTEAG.

Item um. O Projeto de Lei do Senado nº. 171/1999, de autoria do Senador Osmar Dias, que dispõe sobre as sociedades cooperativas, tramita em conjunto com os PLS nº. 428 e 605/1999. O Relator concluiu pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. Com a palavra o Relator, Senador Demóstenes Torres, para proferir relatório sobre as emendas de nº. 02 a 28, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa e do Senador Sibá Machado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores.Esse é um Projeto de Lei que tem gerado polêmicas imensas. Tanto é que o relatório está pronto há algum tempo, e nós temos tentado um acordo com setores do Governo para que nós pudéssemos fazer esse entendimento. O próprio autor da matéria, o Senador Osmar Dias, por diversas vezes, tentou também que nós pudéssemos conversar, aparar as arestas, eu recebi também emissários do Governo, representantes de cooperativas, mas de sorte que, ao ler, eu vou ler integralmente, porque é realmente uma matéria polêmica e necessária ao Brasil. Com certeza haverá pedido de vista e nesse período da leitura até nosso retorno eu tenho certeza que muitas outras tratativas ocorrerão, no intuito de aperfeiçoar esse projeto e de encontrar uma solução definitiva para o setor de cooperativas.

Nessa Comissão tramitam em conjunto em razão da aprovação em Plenário dos Requerimentos nº. 514 e 719/1999, o Projeto de Lei do Senado, PLS nº. 171/99 de autoria do nobre Senador Osmar Dias. O PLS nº. 428/1999 e o PLS nº. 605/1999, de autoria dos ilustres Senadores José Fogaça e Eduardo Suplicy, respectivamente. Todos dispondo sobre as sociedades cooperativas.

Os projetos, inicialmente distribuídos à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, foram redistribuídos a esta Comissão, em razão da promulgação da Resolução nº. 01, de 22 de fevereiro de 2005.

Por reputar acertadas as considerações tecidas na Comissão de Constituição e Justiça, reitera os termos do relatório, naquele colegiado, apresentado pelo Senador Leomar Quintanilha.

O Projeto de Lei do Senado nº. 171, que tomaremos como referência em nossa análise, divide-se em 18 capítulos, cujo conteúdo passo a indicar: O Capítulo I define o sistema cooperativista nacional como conjunto de cooperativas e seus órgãos de representação. Prevê também a observância da legislação específica nas atividades das cooperativas integrantes do sistema financeiro nacional;

O Capítulo II dispõe sobre a natureza da cooperativa e arrola 12 características obrigatórias que a distinguem. Limita, além disso, o uso do termo cooperativa a sociedades que se enquadram na definição que explicita;

O Capítulo III abre todos os ramos da atividade econômica às cooperativas, e consagra a sua qualificação em singulares, centrais ou federações e confederações;

O Capítulo IV aborda os procedimentos necessários à constituição da sociedade cooperativa, os dispositivos que devem constar do Estatuto, bem como a necessidade de seu encaminhamento, no prazo de 30 dias, ao órgão estadual de representação do sistema cooperativista, que disporá de outros 30 dias para declarar sua compatibilidade com a legislação ou fixar as exigências de compatibilização, se for o caso;

O Capítulo V enumera os livros que a cooperativa deverá manter;

O Capítulo VI estabelece a divisão do capital social em cotas-partes, assim como a possibilidade de incidência de juros reais de até 12% ao ano sobre a parcela das obras líquidas integralizadas no exercício;

O Capítulo VII obriga a constituição de reserva legal e do fundo de assistência técnica, educacional e social ao tempo que faculta a criação de fundos e reservas outras, inclusive de equalização;

O Capítulo VIII relaciona os requisitos necessários ao ingresso, os procedimentos a cumprir no ato da admissão, bem como os casos em que ocorre a perda da qualidade de sócio;

O Capítulo IX explicita as competências da Assembléia-Geral, ordena a realização de, ao menos, uma assembléia anual, para análise no balanço geral, delimita as diferentes possibilidades de convocações, dispõe sobre a direção dos trabalhos e o quórum necessário às diversas deliberações e acolhe o princípio cooperativista de um voto por associado;

O Capítulo X trata dos órgãos de administração da cooperativa, estabelecendo limites para o prazo da gestão, as inelegibilidades, as vedações impostas aos administradores e os limites de sua responsabilidade;

O Capítulo XI prevê a existência do Conselho Fiscal, sua constituição, responsabilidades e modo de operação, bem como, hipóteses de inelegibilidade para seus membros;

O Capítulo XII regula o sistema operacional das cooperativas, define, para tanto, o Ato cooperativo ao qual a Constituição prevê tratamento tributário adequado, como aquele praticado entre a cooperativa e seu sócio ou entre cooperativas associadas, na realização de trabalhos, serviços ou operações que constituam objeto social, equipara ao Ato cooperativo os negócios auxiliares ou meios indispensáveis à consecução dos objetivos sociais. Cria a possibilidade de cooperação entre cooperativas e outras pessoas, físicas ou jurídicas, mediante o estabelecimento de contratos de parceria. Prevê, ainda, um mecanismo de capitalização das cooperativas mediante emissão de certificados de aporte de capital, adquiríveis por não sócio. Estabelece, finalmente, as condições nas quais a cooperativa poderá operar com não associados os procedimentos para cobertura das despesas, das perdas e prejuízos, bem como a destinação das sobras;

O Capítulo XIII estipula a duração do exercício social e relaciona as demonstrações contábeis necessárias à instrução da deliberação da Assembléia-Geral;

O Capítulo XIV dispõe sobre os processos de fusão, incorporação, e desmembramento de cooperativas;

Os capítulos XV e XVI referem-se, respectivamente, a situação de moratória e aos casos de dissolução, liquidação e extinção de cooperativas;

O capítulo XVII trata da representação do sistema cooperativista e afirma o princípio da unicidade de seu sistema de representação em nível local, estadual e nacional. A representação do sistema, no plano nacional, caberá conforme o projeto, à Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB, entidade constituída pelos órgãos estaduais de representação. Ao sistema, como um todo, competirá a tarefa de acompanhar o processo de constituição de novas cooperativas, assim como fiscalizar o funcionamento das existentes. É mantida, nesse capítulo, a contribuição cooperativista, recolhida em favor da OCB, que deve repassar, por sua vez, 50% do montante recolhido ao órgão estadual de representação;

No capítulo XVIII, Das Disposições Gerais e Transitórias, é estabelecido o prazo de 12 meses para as cooperativas adequarem seus Estatutos à nova lei.

Passo a relatar os Projetos de Lei do Senado nº. 428 e nº. 605/1999, apensados à proposição acima descrita. Deter-me-ei nas diferenças que apresentam em relação ao projeto de autoria do ilustre Senador Osmar Dias.

A comparação entre os projetos faz ressaltar a semelhança entre os PLS nº. 428 e nº. 605, que, pelo menos, em dois pontos fundamentais, contrapõem-se ao disposto no PLS nº. 171.

O primeiro ponto diz respeito à representação do sistema cooperativista. Conforme verificado, o PLS nº. 171 incorpora o princípio da unicidade de representação e define a organização das cooperativas brasileiras e as organizações das cooperativas estaduais integrantes, como únicas representantes do cooperativismo nacional.

A esse sistema, cabe, no bojo do projeto, parte significativa das funções de fiscalização e controle, antes desempenhadas pelo Estado. Aliás, essa é a principal divergência em relação aos outros projetos. Assim, compete aos órgãos de representação do sistema, avaliar a adequação dos atos constitutivos de nova cooperativa à lei. Autorizar sua instalação, registrá-la, fiscalizar suas atividades, podendo inclusive convocar Assembléia-Geral e solicitar sua liquidação.

A letra do PLS nº. 605, por sua vez, apenas diz ser livre a organização de entidade de representação do sistema. As cooperativas poderiam criar quantas fossem necessárias, de maneira a espelhar a diversidade de concepções presentes no movimento.

Já a redação do PLS nº. 428 procura, aparentemente, uma solução intermediária. Na sua redação, a criação de entidade de representação não é inteiramente livre, mas essa função poderia ser exercida pelo sistema OCB ou pelas confederações de cooperativas, a critério de cada cooperativa singular.

Um segundo ponto fundamental de divergência entre os projetos sob exame, diz respeito à definição do Ato cooperativo. O PLS nº. 428, assim como o PLS nº. 605, segue a definição tradicional, conforme a qual Ato cooperativo é aquele praticado entre a cooperativa e seu associado, ou entre cooperativas associadas na realização de trabalho, serviço ou operação que constitui o objetivo social da cooperativa.

O PLS nº. 171 acrescenta um segundo parágrafo ao *caput* do artigo, equiparando ao Ato cooperativo os negócios auxiliares ou meios indispensáveis à consecução dos objetivos sociais. A importância da definição decorre do fato de a Constituição garantir tratamento tributário diferenciado ao Ato cooperativo, o que implica no entendimento corrente, consagrar sua característica de fato não gerador de tributo.

Conforme a definição adotada pelo PLS nº. 171, portanto, também as operações da cooperativa com não filiados, desde que indispensáveis ao atendimento dos objetivos sociais, beneficiar-se-iam de tratamento tributário diferenciado. É outra diferença.

Assinaladas essas divergências básicas, passo a elencar as demais diferenças observadas nos textos dos demais projetos em relação ao texto de referência, o PLS nº. 171/99. A comparação concentra seu foco no PLS nº. 428, vez que a maior parte dos dispositivos do PLS nº. 605 encontra-se contemplada nos demais projetos:

1) No artigo que define a sociedade cooperativa, 2º no PLS nº. 171 e 3º no PLS nº. 428, a relação de características apresenta as seguintes diferenças: O PLS nº. 171, inclui o interesse pelo desenvolvimento da comunidade e, ao afirmar o princípio da indiscriminação, veda a concessão de subvenções econômico-financeiras a quaisquer pessoas ou entidades. O PLS 428, por sua vez, ordena a limitação mínima e máxima do número de cotas parte por sócio, excetuados os casos de subscrição por critérios de proporcionalidade;

2) Ao tratar do objeto e da classificação das cooperativas, o PLS nº. 428 prevê, art. 4º, Parágrafo Único, a constituição de cooperativas de produção coletiva, caracterizadas pela propriedade coletiva dos meios de produção, organização cooperativada do trabalho, participação do sócio nas sobras proporcional ao trabalho aportado e promoção social e educacional dos cooperados e seus familiares. Não se encontra dispositivo semelhante no PLS nº. 171;

3) Ainda no que tange cooperativas, o PLS nº. 428 prevê a criação de cooperativas de quarto ou maior grau, formadas pela união de três ou mais confederações;

4) Ao tratar do Estatuto, o PLS 428 ordena a inclusão em seu texto de dispositivo que defina a área de admissão de sócios;

5) Conforme o PLS 428, o Estatuto deve ainda, consoante o princípio da pluralidade da representação anteriormente abordado, definir o órgão de representação ao qual a cooperativa se filiará;

6) A seção que dispõe sobre as formalidades complementares à constituição, Seção III, nos dois projetos, evidencia as conseqüências da opção pelo princípio da unicidade ou pluralidade. O PLS nº. 171 determina o envio do ato constitutivo e do Estatuto ao órgão de representação do sistema, que examinará sua adequação à legislação, com poder de propor mudanças antes da remessa à Junta Comercial. O PLS 428, por sua vez, prevê o envio dos atos diretamente à junta, responsabilizando os fundadores por eventual infração ou inobservância do disposto na lei;

7) O PLS 428 prevê, art. 13, a correção monetária do capital social da cooperativa;

8) O mesmo PLS determina também, art. 14, § 2º, o livre acesso à cooperativa de cônjuges e filhos maiores de 18 anos do produtor que exerça suas atividades em regime de economia familiar, mediante matrículas individuais. A subscrição e a integralização das cotas-partes, neste caso, no valor correspondente a uma matrícula, seriam rateadas entre os integrantes da família;

9) Ainda no que respeita ao capital, o PLS nº. 171 autoriza as cooperativas a emitirem certificados de aporte de capital;

10) A relação de requisitos legais e estatutários para o ingresso em cooperativas apresenta as diferenças seguintes: O PLS nº. 171 prevê a possibilidade de o Estatuto restringir a filiação a integrantes de uma ou mais entidades, como é o caso das cooperativas de crédito ou consumo restritas aos funcionários de uma empresa. O PLS 428, por sua vez, fixa as condições de filiação de pessoas relativa ou absolutamente incapazes, autoriza a filiação de menores nas cooperativas escolares e confere aos dirigentes de cooperativas restritas a empresas as garantias que protegem os dirigentes sindicais.

11) O art. 26 do PLS nº. 428, veda às cooperativas remunerar o agenciamento de novos sócios, assim como deles cobrar prêmio, ágio ou jóia;

12) No que respeita às atribuições da Assembléia-Geral, a relação constante do PLS nº. 171 inclui a autorização da emissão de certificados de aporte de capital. A lista do PLS 428 contempla a aplicação da correção monetária, a fixação dos honorários dos membros do Conselho Fiscal, a autorização para oneração ou alienação de bens imóveis e a decisão sobre o plano de aplicação do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, FATES;

13) O PLS nº. 171 prevê a convocação da Assembléia-Geral pelo órgão de representação do sistema e pelo órgão de administração da central, federação ou confederação de que a cooperativa faça parte;

14) O PLS nº. 428 dedica um artigo, de nº. 42, ao estabelecimento dos requisitos mínimos para eleição dos órgãos de administração, aos quais o Estatuto deve se conformar;

15) O mesmo PLS, no art. 54, ordena a constituição de um conselho de representantes, com a função de operar como elo entre a administração, a fiscalização e os sócios;

16) O Ato cooperativo é entendido de maneira diferente, como já assinalado;

17) Ambos os projetos autorizam as operações com não filiados até o limite de 50% do total das operações com filiados, ambos excepcionam aquelas operações que resultem de solicitações de órgãos governamentais ou concessionárias de serviços públicos. O PLS 171, no entanto, excepciona, igualmente, as

operações que visem ao cumprimento de contratos ou à utilização de instalações ociosas;

18) O PLS nº. 171 restringe a participação das cooperativas em sociedades não cooperativas aos casos de sociedade de responsabilidade limitada;

19) Toda uma seção do PLS nº. 171, Seção IV, do Capítulo XII, dedica-se ao certificado de aporte de capital, não previsto pelo PLS nº. 428. Trata-se de um sucedâneo no interior do cooperativismo do sistema de capitalização mediante emissão de ações. O valor total dos CAPs não pode ultrapassar o capital social. Os CAPs podem ser ofertados a não sócios. E na ocasião da emissão, a Assembléia-Geral deverá especificar seu valor nominal, juros, coeficiente de participação nos resultados, garantias reais, bem como as condições de vencimento, resgate e amortização;

20) O Projeto nº. 171 prevê igualmente o estabelecimento de contratos de parceria com não filiados, com participação limitada a 49% do total do empreendimento;

21) Ainda no PLS nº. 171, o art. 67 estabelece o mecanismo de apuração das sobras líquidas do exercício;

22) O art. 68, do mesmo projeto, limita em 70% do patrimônio líquido o total de recursos aplicados no ativo permanente;

23) Conforme o PLS nº. 428, qualquer filiado pode requerer a dissolução da sociedade cooperativa. O PLS nº. 171 inclui entre os possíveis requerentes, além dos sócios cooperativados, o credor, no caso de insolvência decretada em processo judicial, e o órgão de representação do sistema;

24) No que respeita à representação do sistema, conforme assinalado, o PLS nº. 171 opta pela unicidade, apenas à OCB e às OCEs integrantes compete a representação. Na redação do PLS nº. 428, a representação cabe à OCB ou às confederações de cooperativas, enquanto PLS nº. 605 prevê a livre instituição de entidade de representação;

25) Entre as competências do sistema de representação, o PLS nº. 171 inclui a verificação da adequação dos atos constitutivos à lei, o registro, a fiscalização, além da proposta de dissolução de cooperativas. Todas estas competências não são relacionadas na redação do PLS nº. 428;

26) O PLS nº. 171 determina que o percentual sobre o valor do capital integralizado, fundos e reservas existentes na data do levantamento do balanço geral da cooperativa, percentual que constitui a contribuição cooperativa deve ser fixado pela Assembléia da OCB, mantendo, no momento, a 0,2% desse valor. O PLS nº. 428 fixa a contribuição cooperativista em 0,2%;

27) O PLS nº. 428 ordena o recolhimento da contribuição cooperativista em favor do órgão de representação a que a cooperativa estiver filiada. O PLS nº. 171 determina a entrega dessa contribuição à Organização das Cooperativas Brasileiras, que deverá repassar 50% à OCE da Unidade Federativa em que a contribuição foi arrecadada;

28) O PLS 171 detém-se ainda nas questões relativas à organização da OCB, assim como nas referentes ao Estatuto da OCB e das OCEs.

Dois. Análise da matéria. O objetivo comum aos três projetos é a atualização da legislação cooperativista, vez que a vigente Lei nº. 5.764/1971 foi superada pela Constituição de 1988, em todos os aspectos que dizem respeito à tutela do Estado sobre o sistema cooperativista.

Fundamentalmente, conforme a lei, cabia ao Estado autorizar, ou não, o funcionamento de novas cooperativas, proceder a seu registro, fiscalizar o cumprimento da legislação e intervir nas cooperativas faltosas, sempre que necessário.

Esse conjunto de dispositivos foi revogado pelo art. 5º inciso XVIII da Carta Magna, que rezA – "A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada interferência estatal em seu funcionamento". Daí a necessidade de nova lei, que atualize o conjunto de normas aplicáveis às sociedades cooperativas, adequando-o à nova Carta e às exigências da realidade presente, muito diferentes daquelas predominantes 30 anos atrás.

Como avaliar as diferentes soluções que o os três projetos apresentam? Considero como indicador de particular relevância o fato de o Projeto de Lei do Senado nº. 171/1999 incorporar um conjunto de sugestões apresentadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB, conforme assinala o autor em sua justificativa. Isso significa, a meu ver, que os aspectos percebidos pelas cooperativas como problemas em sua operação cotidiana foram debatidos nas bases e em todas as instâncias de representação e as soluções, então formuladas, foram acolhidas pelo autor do projeto sob exame.

Considero, portanto, que o PLS nº. 171 apresenta diversas inovações, resultado claro da experiência acumulada pelo sistema nos anos recentes. Cito apenas algumas delas, igualmente assinaladas pelo autor. Um dispositivo específico sobre cooperativas escolares, a relação minuciosa das atribuições do conselho administrativo e a proposta polêmica da possibilidade de ingresso, na condição de associado, de pessoa jurídica de qualquer espécie, inclusive sociedades em-

presárias, desde que não operem no mesmo campo econômico.

Além desses dispositivos, merecem destaque três posicionamentos sobre questões fundamentais que diferenciam positivamente o Projeto de Lei do Senado nº. 171 dos demais projetos em apreço. Em primeiro lugar, uma definição mais abrangente do Ato cooperativo. Tradicionalmente, Ato cooperativo é todo aquele praticado entre o cooperado e sua cooperativa ou entre cooperativas associadas entre si na realização de seu objetivo social. Como assinalamos acima, o projeto inova ao equiparar ao Ato cooperativo, assim definido, os negócios auxiliares ou meios indispensáveis à consecução dos objetivos sociais. A distinção é relevante, uma vez que a Constituição, em seu art. 146, inciso III, alínea "c" garante tratamento tributário adequado ao Ato cooperativo, prevendo sua regulamentação em Lei Complementar.

Em segundo lugar, a possibilidade que a cooperativa tem, pelo projeto, de abrir seu capital mediante a emissão, autorizada por Assembléia-Geral, de certificado de aporte de capital. É importante lembrar que os compradores desses certificados não se tornariam filiados, mas fariam jus apenas a uma remuneração fixa, ou por percentual, dos eventuais ganhos provindos do negócio objeto da emissão, conforme o caso. A participação de não sócios nas atividades de interesse da cooperativa ainda poderia ser estabelecida mediante contratos de parceria, nos quais as formas de gestão e o rateio dos resultados seriam previamente acordados entre a cooperativa e seus parceiros.

Um terceiro aspecto, da maior relevância, constante do projeto, é a reafirmação do princípio da unicidade, no que diz respeito ao sistema de representação. Prevê-se apenas uma organização nacional de representação do sistema, e apenas uma em cada Estado e no Distrito Federal. Esta é, não cabe dúvida, a posição amplamente majoritária no movimento cooperativista nacional reiterada em diversos congressos. Mas qual a razão dessa afirmação de princípio? Por que o movimento não se inclina simplesmente pela livre organização de entidades representativas do cooperativismo, no número em que a própria dinâmica no movimento determinar, como prevê o Projeto de Lei nº. 605, por que não abre a possibilidade de representação também às confederações, como estabelece o Projeto de Lei nº. 428? Como declara o nobre Senador Osmar Dias em sua justificaçãO – "A experiência acumulada pelo sistema ensina que a interlocução com o Estado e a definição de diretrizes que mantêm o sistema competitivo face à concorrência das empresas capitalistas ganham eficácia com a representação única, a dispersão, pelo contrário, debilita o movimento. Por essa razão, predomina na experiência internacional a passagem da pluralidade para a unicidade antes que o movimento inverso".

Essas razões que me levaram a optar pelo Projeto de Lei do Senado nº. 171/1999.

Análise das emendas. Foram apresentadas 27 emendas, de iniciativa da Senadora Ana Júlia Carepa e do Senador Sibá Machado. Passo, a seguir, ao exame das emendas oferecidas.

A Emenda nº. 1, anteriormente apresentada por este Relator, retira do art. 111 do projeto a expressão "E demais disposições em contrário", por ser desnecessária. As Emendas nº. 2, 5, 11, 12, 16, 25, 26 e 28 tratam da pluralidade do sistema de representação das cooperativas. O meu entendimento é pela unicidade dos órgãos de representação das cooperativas, como forma de apoiar e estimular o cooperativismo, de acordo com o § 2º do art. 174 da Constituição Federal.

Concordo, assim, com o autor do projeto. Sou favorável às Emendas nº. 3, que trata do respeito às decisões tomadas em assembléia, nº. 18, que trata das operações da cooperativa e atualiza o projeto quanto à emissão de certificados de depósito e nº. 27, que afasta a recriação do Fundo Nacional do Cooperativismo, pois aperfeiçoam o projeto em diversos aspectos.

As Emendas nº. 4 e 8, vedam o ingresso na cooperativa de agente de comércio ou de pessoa jurídica que opere em outro campo econômico. Sou favorável a que seja facultado ao Estatuto da cooperativa permitir a admissão de pessoas jurídicas que pratiquem atividades correlatas e das pessoas físicas associadas, com a ressalva de que não operem no mesmo campo econômico da cooperativa, não há porque discriminar as pessoas jurídicas quanto à possibilidade de participação em sociedades cooperativas.

A Emenda nº. 6 estabelece o limite individual de subscrição em um terço do total das cotas-partes. Concordo, em parte, com a emenda, pois o projeto original permite que um único associado detenha a quase totalidade das cotas-partes da cooperativa. No entanto, apresento subemenda com vistas a recuperar o dispositivo equivalente da Lei 5.764, de 16 de setembro 1971, que estabelece que o limite de subscrição será de um terço das cotas-partes ou proporcional ao movimento financeiro ou físico do associado na cooperativa.

A Emenda nº. 7 exclui o dispositivo que determina que o resultado positivo dos negócios realizados com não associados seja destinado ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, FATES. Discordo da emenda, pois a realização de negócios com não associados é uma situação excepcional.

A Emenda nº. 9, ao art. 23, deve ser rejeitada, pois não se pode incluir entre os objetos de restituição, aos associados que perderam essa condição, os valores referentes ao certificado de aporte de capital, por estes possuírem prazo de resgate específico, o qual não pode ser regulado pelo Estatuto da cooperativa.

A Emenda nº. 10, ao § 2º do art. 27, que trata do acesso a outros documentos, além do balanço geral e a demonstração da conta de sobras e perdas antes da assembléia, deve ser rejeitada, pois o artigo trata da apreciação apenas destes documentos.

A Emenda nº. 13, ao art. 29, que cuida da possibilidade de envio de comunicação de convocação da Assembléia-Geral a cada um dos sócios, deve ser rejeitada, pois não estende a publicidade do edital a terceiro de boa-fé.

A Emenda de nº. 14 corrige imprecisão do projeto original, que dava margem à interpretação de que o Estatuto das cooperativas poderia dispor que as decisões das assembléias poderiam ser tomadas sem respeitar o princípio da singularidade do voto. Acolho a emenda, na forma de subemenda que apresento, para manter a sistemática de votação por delegação, conforme já dispõe a Lei nº. 5.764/1971.

A Emenda nº. 15 objetiva permitir aos sócios, administradores e fiscais que votem na Assembléia-Geral sobre, entre outras matérias, tomada de conta dos administradores e parecer do Conselho Fiscal. Concordo, entretanto, com a redação atual do projeto, que veda a participação de sócios nas votações em que tenham interesse, motivo pelo qual opino pela rejeição da emenda.

A Emenda nº. 17 tem por finalidade determinar que a Diretoria da cooperativa seja composta somente por Diretores filiados, eleitos pelo Conselho de Administração. Entendo que a função de Diretor não se confunde com a de sócio, e concordo com o autor do projeto, que permite a nomeação de Diretores não sócios, e por conseguinte, opino pela rejeição da emenda.

As Emendas nº. 19, 20 e 22 tratam da definição dos certificados de aporte de capital como debêntures. Os autores das emendas entendem que o investidor não deve ter direito à participação nos resultados da cooperativa, eis que isso constitui direito exclusivo dos sócios, e que os possíveis investidores já terão seu capital remunerado na forma de juros. A meu ver, a emissão de certificado de aporte de capital é uma forma importante de captação de recursos pela cooperativa, haja vista as elevadas taxas de juros praticadas no País. Os compradores desses certificados não terão poder de interferência na gestão da cooperativa, mas assumirão parte dos riscos da atividade, considerando que farão jus a uma remuneração, fixa ou por percentual, dos eventuais ganhos advindos do negócio objeto da emissão. Os autores das emendas propõem a aplicação subsidiária dos dispositivos da Lei das SAs concernentes às debêntures. Opto, entretanto, por introduzir alterações, conforme emenda ao final apresentada, que fazem com que os certificados possuam características semelhantes às das debêntures, sem que seja necessária referência genérica a dispositivo da lei societária, o que causaria insegurança jurídica. A emissão de certificados a não sócios dependerá de aprovação da Comissão de Valores Mobiliários e a sua tradição se dará por meio de registro na CETIP, Central de Liquidação e Custódia, mantida a responsabilidade solidária dos sócios da cooperativa pelo descumprimento dos limites de emissão.

Da mesma forma, deixo de acolher a Emenda nº. 21, que busca suprimir o direito dos compradores dos certificados de aporte de capital de fiscalizar, nos termos do projeto, os atos dos administradores.

A Emenda nº. 23 pretende suprimir o art. 58, que permite, expressamente, às cooperativas, firmar contratos de parceria com não sócios. Considero interessante a previsão no projeto das condições nas quais as cooperativas poderão operar com não sócios, inclusive com a limitação de participação destes a 49% dos investimentos, razão pela qual opino pela rejeição da emenda.

A Emenda nº. 24 pretende aplicar às sociedades cooperativas dispositivos da Lei nº. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que trata de recuperação judicial e extrajudicial das empresas, nova Lei de Falências. Cumpre destacar, que as sociedades cooperativas não são consideradas sociedades empresárias, e por conseguinte estão sujeitas, dado o interesse público que despertam, a regime próprio de liquidação e extinção, conforme art. 76 a 101 do projeto. Não obstante, proponho, ao final, emenda que busca estender às cooperativas mecanismos de recuperação semelhantes aos constantes da nova Lei de recuperação das empresas.

Voto. Pelas razões apresentadas, manifesto-me pela rejeição dos PLS nº. 428 e 605/1999, pela aprovação do PLS nº. 171/1999, pela aprovação das Emendas nº. 1, 3, 18 e 27, pela aprovação das Emendas nº. 6 e 14, na forma de subemendas, e pela rejeição das Emendas nº. 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 28, e pelo oferecimento das emendas a seguir:

Subemenda à Emenda nº. 6. Vamos ler, Professor Tourinho. Acrescente-se ao art. 11 do projeto, os § 1º e 2º, a seguir: Art. 11, § 1º. Nenhum associado poderá subscrever mais de um terço do total das cotas-partes, salvo nas sociedades em que a subscrição deva ser

diretamente proporcional ao movimento financeiro do cooperado ou ao quantitativo dos produtos a serem comercializados, beneficiados ou transformados, ou ainda, em relação à área cultivada ou ao número de plantas e animais em exploração; § 2º. Nas sociedades cooperativas, em que a subscrição de capital for diretamente proporcional ao movimento ou à expressão econômica de cada associado, o Estatuto deverá prever sua revisão periódica para ajustamento às condições vigentes.

Subemenda à Emenda nº. 14. Dê-se ao art. 30 do projeto, a seguinte redação. Art. 30. Nas cooperativas singulares, cada associado terá direito a apenas um voto, que poderá ser exercido, salvo disposição em contrário do Estatuto social, pelo cônjuge ou filho com maioridade civil, os quais deverão estar devidamente credenciados; § 1º. O Estatuto social poderá estabelecer que os sócios sejam representados nas Assembléias-Gerais por delegados sócios no gozo de seus direitos sociais e que não exerçam cargos de administração ou de fiscalização; § 2º. O Estatuto determinará o número de delegados, à época, e a forma de sua escolha por grupos seccionais de sócios, o tempo de duração da delegação e as matérias que constituem o objeto de suas decisões, excetuando-se as eleições para os órgãos de administração. Os delegados terão direito a voz e voto, proporcional ao número de representados, e os demais sócios presentes terão direito a voz.

Emendas sem número ainda. Acrescentem-se os § 1º e 2º ao art. 54 do projeto, com a seguinte redaçãO – Art. 54, § 1º. As emissões poderão ser ofertadas a não sócios, desde que o lançamento seja previamente aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários; § 2º. A tradição dos certificados de aporte de capital será efetivado mediante o registro da operação na Central de Liquidação e Custódia. Dê-se aos art. 76 e 84 do Capítulo XV do projeto, a seguinte redação, suprimindo-se os art. 85 a 92 do projeto e remunerando-se os subseqüentes: Art. 76. A moratória a tem por objetivo a superação de eventual crise econômico-financeira da cooperativa, preservando a prestação de serviços aos sócios, o emprego dos trabalhadores, o interesse dos credores e garantindo a função social; Art. 77. A moratória poderá ser requerida em Juízo, por cooperativa em atividade há mais de dois anos e que cumulativamente: 1) Apresente o rateio das perdas ocorridas no exercício dos últimos três anos, indicando a responsabilidade individual de cada sócio, na proporção de sua participação nas ações da cooperativa, bem como o histórico da quitação, se houver; 2) Não tenha, a menos de cinco anos, obtido concessão de moratória; 3) Não tenha como administrador, sócio inelegível. § 1º. A moratória poderá ser requerida pelos sócios; § 2º. A cooperativa poderá propor e negociar com credores plano de moratória extrajudicial. Art. 78. Ao se constituir meios de moratória judicial, a concessão aos credores de direito de eleição em separado não poderá exceder a 49% do Conselho de Administração da cooperativa, vedada a indicação de membros da Diretoria, se o Estatuto determinar sua eleição assemblear; Art. 79. Durante o procedimento da moratória os Conselheiros Diretores perdem os seus cargos, se vieram a serem condenados em sentença transitada em julgado, que os torne inelegíveis, ou houver indícios veementes de prática de fraude a credores, violação de sigilo empresarial, divulgação de informações falsas, indução a erro, favorecimento, desvio, ocultação, apropriação de bens, aquisição, exercício legal de atividade, violação de impedimento ou omissão de documentos contábeis obrigatórios. Parágrafo único. Deverá ser convocada em 30 dias a Assembléia-Geral dos sócios para eleger os substitutos dos Conselheiros e Diretores destituídos, quando esses houverem sido eleitos em assembléia de sócios. Art. 80. Rejeitado o plano de moratória pela Assembléia-Geral de credores, o Juiz decretará a insolvência da cooperativa. § 1º. O Juiz poderá conceder a moratória com base em plano que não obteve aprovação na Assembléia-Geral de credores, desde que na mesma assembléia tenha obtido de forma cumulativa – 1) O voto favorável de credores que representam mais da metade do valor de todos os créditos presentes à assembléia, independentemente de classe; 2) A aprovação de duas das classes de credores ou, caso haja somente duas classes com credores votantes, a aprovação de pelo menos uma delas; 3) Na classe que houver rejeitado o voto favorável de mais de um terço dos credores. § 2º. A moratória somente poderá ser concedida sem a aprovação na Assembléia-Geral de credores se o plano não implicar tratamento diferenciado entre os credores da classe que o houver rejeitado. Art. 81. O Juiz também decretará a insolvência durante o processo de moratória – 1) Por deliberação da Assembléia-Geral dos credores aprovados por votos que representem mais da metade do valor total de créditos presentes na Assembléia-Geral; 2) Pela não apresentação pela cooperativa do plano de moratória em até 60 dias da publicação da decisão que deferira o processamento da moratória; 3) Por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano da moratória; 4) Por inadimplemento de obrigação não sujeita a moratória. Parágrafo único. No caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano de moratória, qualquer credor poderá requerer a insolvência. Art. 82. Na convolação da moratória em insolvência, os atos de administração, oneração ou alienação praticados durante a moratória presumem-se válidos. Art. 83. De-

cretada a insolvência, os credores terão reconstituídos seus direitos e garantias, nas condições originalmente contratadas, deduzidos os valores eventualmente pagos. Art. 84. Aplicam-se à moratória as disposições referentes à recuperação judicial ou extrajudicial, naquilo que não colidirem com os dispositivos dessa lei.

O relatório é esse, Sr. Presidente. Eu fiz questão de lê-lo, porque é uma matéria, como eu disse, extremamente polêmica. Eu tentei contemplar aqui a todas as sugestões, propostas pelos mais diversos Senadores, especialmente os Senadores Eduardo Suplicy, Ana Júlia Carepa e Sibá Machado, naquilo que, no meu entendimento, não desvirtua o projeto original, especialmente quanto à unicidade. Não me oponho a qualquer espécie de entendimento. Já tentamos isso por diversas vezes, V.Exª, inclusive, já intermediou reuniões com Ministros, com diversos representantes do setor cooperativo, o autor do projeto, Senador Osmar Dias, também, por diversas ocasiões, nos encontramos com também diversos representantes, e é claro que haverá o pedido de vista. E o meu intuito ao colocar hoje, até tentei, ainda durante a semana passada, estender esse prazo, mas eu percebi que o Governo não se move em direção a acordo. Apesar dos Senadores governistas, esses sim, se moverem tranqüilamente. Mas o Governo não se moveu para fazer esse entendimento. Então, estou apresentando o relatório, sei que haverá pedido de vista, e nós vamos tentar nesse período, talvez V.Exª. possa estabelecer ainda um prazo razoável, caso se concretize o que eu estou prevendo, que é o pedido de vista, cheguei a conversar ainda há pouco com a Senadora Ana Júlia Carepa, disse a ela dessa minha disposição, ela também disse, para que nós ainda tentemos, num razoável, a ser estabelecido por V.Exª., algumas modificações que podem, conseqüentemente, contribuir para o setor cooperativista.

Ainda ontem recebi representantes no meu gabinete de cooperativas do Brasil todo, especialmente o Dr. Daniel Turibio Rech, que veio também fazer uma série de reivindicações, que nós deixamos para discutir melhor e contemplar nesse período em que, certamente, os Senadores que compõem a bancada governista disporão para apresentar as emendas com o pedido de vista que será formulado e nós, naturalmente, tenho certeza que vamos encontrar um caminho melhor ainda para que possamos aprimorar o presente projeto. Então, o relatório é esse, Sr. Presidente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – O Senador Demóstenes Torres concluiu pela rejeição dos PLS de nº. 428 e 605/1999 e pela aprovação do PLS de nº. 171/1999, pela aprovação das Emendas de nº. 1, 3, 18 e 27, pela aprovação das Emendas de nº. 6 e 14, na forma de subemendas, pela rejeição das Emendas de nº. 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 28 e pelo oferecimento de duas subemendas e de duas emendas, apresentadas pelo Relator, de nº. 1 e 29.

Desde que essa questão vem sendo tratada aqui, nós tivemos sempre a consciência exata da responsabilidade dessa questão. E que também tem demonstrado amplamente os Senadores de uma maneira geral e o Senador Demóstenes Torres, em especial. É matéria complexa, é matéria que já tem muito tempo aqui no Senado, e que, na minha opinião, o exame dessa matéria já foi exaustiva, é exaustiva, negociações eu já assisti várias, eu aposto sempre na possibilidade de um acordo, até o último momento. Acredito nisso. Porém, acho que nós devemos deflagrar esse processo de discussão e votação para que não comprometamos a própria finalidade da Comissão e do Senado. Nós temos que fazer o máximo esforço para um entendimento, na falta desse entendimento, que se faça o que deve ser feito, que se vote e que ganhe quem tem maioria.

Agora, eu hoje de manhã, fui acordado logo cedo por um telefonema do Senador Flávio Arns, que é Vice-Presidente da Comissão. E, sendo Vice-Presidente da Comissão, é também alguém muito preocupado com essa questão. Pró-ativo, tem uma ação de contribuição real, e ele me ponderava na linha do que já ponderou o Senador Demóstenes Torres. Eu apenas queria deixar muito claro que, gente, não quero me precipitar, mas se houver um pedido de vistas, que haverá prazo para que essa questão seja examinada, mas esse prazo será limitado.

E que haja em todos nós a intenção de fazer como estamos fazendo hoje. Comparecer, discutir, no limite. E jamais de impedir a votação. Porque é comprometedor para nós. Por exemplo, há um requerimento no Senado para voltar à Comissão de Justiça. É um direito, nada a opor, mas essa matéria já esteve mais de oito anos na Comissão de Justiça.

Quer dizer, a gente encara isso com objetividade, vamos dar uma solução a isso, ou a gente não vai cumprir a nossa tarefa. De toda maneira, eu quero fazer um apelo a todos para que essa consciência de contribuição seja efetiva. Eu tinha, algum tempo atrás, afirmado que a gente, não apenas pela minha vontade, mas pela vontade da maioria, que a gente votaria essa matéria, evidentemente diante de uma situação do tipo absolutamente legal de uma solicitação de vistas, não apenas será concedida a vistas, como algum prazo. E que nesse intervalo, se há possibilidade de avançar, que esse avanço se dê mesmo, para que a gente não fique apenas protelando uma decisão que

não há porque não tomar com brevidade. Em discussão a matéria. Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E depois V.Exª. me inscreva, Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o esforço dos Senadores Osmar Dias, José Fogaça, de estarem, e eu também fui um dos que apresentei projetos para regulamentar as sociedades cooperativas, estabelecer as normas de organização das sociedades cooperativas.

Ainda ontem, o Senador Osmar Dias, da Tribuna do Senado, colocou mais uma vez o seu empenho em estimular as formas cooperativas de produção, objetivo com o qual eu tenho estado sempre de pleno acordo, assim como também o Senador José Fogaça, quando aqui era nosso colega.

E, portanto, o nosso objetivo é de estar aperfeiçoando a regulamentação das cooperativas, e, sobretudo, à luz daquilo que diz a Constituição de 1988.

O Senador Demóstenes Torres, além de ter a formação de Advogado, é um eminente Jurista, e por todos nós assim reconhecido, até por causa da sua carreira como Promotor, Procurador, então, é um conhecedor profundo da Constituição Brasileira.

E gostaria aqui de ressaltar que, ele sabe melhor do que eu, no art. 5º estão explicitados nos incisos XVIII e XX, respectivamente, que a criação de associações, e na forma da lei de cooperativas independentes de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento e, XX, ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

É a nossa compreensão, Senador Demóstenes, que esses artigos são muito claros. Talvez tão claros quanto, por exemplo, no mesmo art. 5º, digamos, o art. 67 diz lá: Não haverá penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, inciso XIX. Ora, então eu não poderia, por maiores que pudessem ser as razões que justificassem alguém ser a favor da pena de morte, colocar um Projeto de Lei que fosse regulamentar a pena de morte. Só para colocar um caso extremo. Então, eu tenho a compreensão e, por essa razão, coloquei no Projeto de Lei 605 que, consoante os artigos que mencionei, o art. 5º, incisos XVIII e XX, nós não poderíamos, necessariamente, obrigar à unicidade. A não ser que, por razões de liberdade de associação, os associados assim resolvessem, mas não por determinação legal.

Bem, este é um dos aspectos sobre os quais nós temos uma divergência democrática. Eu quero ressaltar que considero muito positivo a sua declaração de que gostaria de chegar a um entendimento. E eu quero saudar isso. E, quem sabe, nós consigamos avançar nesta direção. E por esta razão, eu gostaria aqui de pedir vista, outros Senadores pedirão, e gostaria que, dada a complexidade do projeto, possamos ter um prazo razoável, quem sabe, 15 dias seja um prazo que o Senador Osmar Dias considere também de bom senso e, nesse período, nós vamos continuar o trabalho intenso de busca de um entendimento. Então, na semana seguinte à Semana Santa, estaria bem, Sr. Presidente...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ...Só concluindo, então, Sr. Presidente, com respeito ao requerimento que eu, Flávio Arns, Ana Júlia Carepa e Sibá Machado apresentamos foi exatamente por causa dessa questão e, quem sabe, chegando a um entendimento aqui, nós venhamos a superar e desistir deste requerimento. Porque avaliamos que este aspecto constitucional é importante, e daí, se não conseguirmos um entendimento aqui, nós nos sentimos compelidos a pedir que a Comissão de Constituição e Justiça também o examine. É esta a razão, Sr. Presidente, mas, quem sabe, consigamos aqui chegar a um entendimento. Então, peço vistas e sugiro que possamos apreciar e votar essa matéria logo após a Semana Santa.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Presidente. É só para lembrar que o Senador Suplicy não pertence à Comissão e, portanto, não pode pedir vista.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Mas eu posso.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É só para lembrar isso também. Mas, Sr. Presidente, para a economia de tempo, eu pediria que, se esse é o entendimento desta Casa, o meu pedido de vista é nessa direção, então eu faço o meu pedido de vista nessa direção, deixando claro ao Relator e a V.Exª. e ao autor, que tão logo apresentemos o pedido de vistas, nós...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Eu só estou querendo colaborar com o pedido de vistas. Por isso eu lembrei.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Desculpe, Senador Sérgio Guerra, é que com a minha participação intensa aqui nesses últimos momentos eu já estava me sentindo membro da Comissão, mas eu agradeço a chamada de atenção do Senador Osmar Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – O pessoal agradece a participação e a contribuição do Senador Osmar Dias. Vai ouvir, pela ordem, o Senador Osmar Dias... Aliás, o Senador Sibá

Machado, depois o Senador Osmar Dias e o Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – O próximo pedido de vista, Sr. Presidente, vai ser feito por um Deputado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Então, para dizer isso, que o pedido de requerimento, aí a CCJ tratava-se da gente buscar os últimos acertos sobre dois pontos que ainda consideramos de extrema delicadeza. Claro que se eles forem acordados os demais ficam muito mais flexíveis.

Então, neste caso, a gente está disposto inclusive a sustar o próximo requerimento, que seria para passar pela CCJ, tendo em vista de que este tempo que V.Exª. pudesse nos dar, na leitura que foi feita, está dito que houve amplo debate para chegar a termo da construção deste projeto, e é o que eu digo também que nós participamos intensamente de uma série de debates com outras cooperativas, que trouxeram também uma série de preocupação. Portanto, temos aqui dois propósitos que nascem do interesse direto.

Então, Sr. Presidente, o pedido de vista é nessa direção. Digo a V.Exª. que tão logo nós venhamos a esta Comissão com a leitura do pedido de vista, aí nós vamos a voto, sem sombra de dúvida, não haverá mais protelação, e aí, é claro, o resultado da votação vai indicar a vontade da maioria dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu queria ponderar que, nada contra a iniciativa do requerimento, mas trata-se de uma cautela dispensável. Porque o procedimento nosso tem sido de discutir essa matéria no limite. E vai continuar assim.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Senador, eu queria só um pela ordem, porque eu acho que cabe aqui uma justificativa. É necessário a gente entender isso, nós inclusive estivemos numa reunião, todo esse esforço que nós temos feito nesse sentido, que caminhou inclusive até com Ministro, que de 1999 até agora, 2006, surgiram diversas formas de cooperativas.

Então, essa é uma questão, quando a gente fala de uma outra Comissão também, que ela acaba não dizendo respeito só à questão da agricultura. Ela acaba dizendo respeito a outras situações. Então, só para deixar claro também que não é uma coisa absurda. É lógico que nós estamos aqui caminhando e V.Exª. é testemunha de todo o esforço que nós temos feito no sentido do acordo, no sentido do mais próximo possível do consenso e eu quero parabenizar o Relator, o Senador Demóstenes, que tem feito esse esforço, apesar de ele me deixar quase que com complexo de rejeição de tanto que ele rejeitou emendas minhas. Mas, eu não vou procurar psicólogo – viu, Senador Demóstenes? (risos) Mas eu quero dizer que eu pretendo, nesse tempo, ainda convencê-lo, e não ficar assim preocupada, principalmente naquilo que eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Com a palavra, o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, bem rápido, é só para dizer que esse projeto, como V.Exª. já afirmou, ficou quase oito anos na Comissão de Justiça sem nenhum parecer da Comissão de Justiça, sem nenhuma decisão da Comissão de Justiça. Então, se ele voltar e ficar mais esse tempo, aí eu vou pedir aposentadoria do projeto, nem o arquivamento. Já está no tempo da aposentaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu penso que a condução que essa matéria está tendo não comporta esse tipo de movimento. Porque é preciso discutir, tem havido completa e total disposição para discutir, de todas as partes. É preciso reconhecer o envolvimento não apenas do Senador Osmar Dias e do Senador Demóstenes, mas até de personalidades do Governo, que participam dessa discussão de forma concreta, mas eu acho que é da responsabilidade da Comissão e de todos nós, porque a Comissão não sou eu, nem o Senador Osmar, nem a Senadora Ana Júlia, é uma instituição. Que elas cheguem e votem essa matéria. Senador Jonas.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Demóstenes Torres, que fez um belíssimo trabalho como Relator, e eu entendo que o parecer do Relator ele engloba todo o cooperativismo atual e nessa altura eu também peço vista no processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Bem, a vista é coletiva. Concedida para o dia 19, quarta-feira, após a Semana Santa. Eu quero dar mais uma palavra em relação ao trabalho do Senador Demóstenes, que a cada acontecimento que eu tenho oportunidade de acompanhar, demonstra o seu brilho, a sua imensa competência e a sua enorme responsabilidade parlamentar. Está destinado a grandes vôos.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (PFL-GO) – Obrigado.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Sr. Presidente, eu só queria uma informação. Eu falei com V.Exª. em relação àquela data, da disponibilidade do Presidente do INCRA. Então, se...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Está marcado.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Está marcado? Dia 5. Porque ele tinha falado dia 6. Aí V.Exª. tinha concordado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Não há problema. A Senhora pode resolver com a Mesa isso. Ele confirmou 5 de abril.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Tudo bem. É só porque eu queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 11h50.)

Ata da 4ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 5 de abril de 2006, às 10:30 horas.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia cinco de abril de dois mil e seis, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **SÉRGIO GUERRA**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), reúne-se com a presença dos Senadores: **FLEXA RIBEIRO, GERSON CAMATA, FLÁVIO ARNS, AELTON FREITAS, SIBÁ MACHADO, ANA JÚLIA CAREPA, JOÃO RIBEIRO, LEONEL PAVAN, EDISON LOBÃO, WELLINGTON SALGADO, SERYS SLHESSARENKO, SÉRGIO ZAMBIASI E CROSTOVAM BUARQUE**. O Senhor Presidente da Comissão Senador Sérgio Guerra, propõe a dispensa da leitura da Ata anterior, que é aprovada. A presente reunião destina-se à realização de audiência pública. **ITEM 1: REQUERIMENTO N° 8, DE 200S-CRA. AUTORES: Senadores Flexa Ribeiro e Arthur Virgílio. ASSUNTO –** Requer nos termos Regimentais e Constitucionais, que sejam convidados o Deputado Federal Xico Graziano e o senhor Marcelo Resende, ex-presidentes do INCRA, e Rolf Hackbart, atual presidente do INCRA para, em Audiência Pública, prestar esclarecimentos aos senadores desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o processo de reforma agrária no Brasil. Fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre o assunto abordado os seguintes Senadores(a) – Ana Júlia Carepa, Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy. **RESULTADO – Audiência Pública realizada. EXTRA-PAUTA – ITEM 1: REQUERIMENTO N° 2, DE 2006-CRA. AUTOR: Senadora Ana Júlia Carepa. ASSUNTO –** Requer a realização de audiência pública com a presença de representantes do Ministério da Fazenda e do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, para instruir a tramitação no Senado Federal da Medida Provisória n° 285, de 2006. Usaram da palavra para tecerem comentários sobre o assunto abordado os seguintes Senadores(a) – Ana Júlia Carepa e Eduardo Suplicy. **RESULTADO –** Aprovado com adendo, solicitando a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, Dr. Pedro Brito. Reunião agendada para o dia 12 de abril corrente. **ITEM 2: REQUERIMENTO N° 3, DE 2006-CRA. AUTORES: Senadora Ana Júlia Carepa e Senador Eduardo Suplicy. ASSUNTO –** Requer a realização de audiência pública com a presença do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, Dr. Roberto Rodrigues e do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Dr. Carlos Cassel, com a finalidade de discutir as questões relacionadas ao esclarecimento sobre os índices de produtividade rural com base nos estudos já realizados pelo Governo Federal. Usaram da palavra para tecerem comentários sobre o assunto abordado os seguintes Senadores(a) – Ana Júlia Carepa e Eduardo Suplicy. **RESULTADO – APROVADO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SR. SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Há quorum regimental. Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do plenário, é dada como aprovada. Aprovada.

Sobre a Mesa Ofício de nº 202 de 2006 do Deputado Max Rosenmann, solicitando à Comissão providências quanto à transferência ao Tesouro Nacional das dívidas rurais inadimplentes, contraídas junto à Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Ofício s/nº do Sr. Antônio Celso de Andrade, Presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, encaminhando cópia do expediente, enviada à Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para comentar o Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial, criado pelo Decreto s/nº de 21 de 10 de 2004, que trata da difícil situação, em que se encontram os produtores

rurais da zona da mata nordestina, em especial os pequenos e médios agricultores.

Informo à Comissão que em 12 de abril, quarta-feira próxima, o Presidente do Banco do Nordeste, Roberto Schmidt, comparecerá a Comissão, a fim de instruir, a Medida Provisória de número 285 de 2006, que dispõe sobre as operações de crédito rural, com recursos de financiamento do Banco do Nordeste, FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento Nordeste, ADENE, em cumprimento ao Requerimento de nº 01 de 2006 de autoria do Senador Sérgio Guerra. Sobre a Mesa Requerimento de nº 02, da Comissão de Agricultura e de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que apreciaremos extra pauta, de realização de Audiência Pública para instruir a tramitação de Medida Provisória de número 285 de 2006, com a presença de representantes do Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em discussão o Requerimento.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Senhor Presidente só pra na verdade acrescentar ao que havia sido aprovado, de vir, inclusive, o Presidente do Banco do Nordeste. E V.Exª. conversou comigo e achou que seria bom o Ministério da Fazenda e Ministério da Integração em vez do Ministério da Agricultura, e eu concordei. Então, por isso estou fazendo aqui o registro, publicamente, que concordo que venha a representação do Ministério da Fazenda e o Ministério da Integração que é muito mais para que a gente possa ouvir atentamente, todas as dificuldades que o BNB vai trazer aqui, e também vão ouvir junto conosco representantes já do Governo, para que nós saiamos dessa Audiência com encaminhamentos práticos, que eu acho que é esse o objetivo, e tem sido essa uma prática nessa Comissão sob a sua Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – O Requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa tem por objetivo um amplo conhecimento do problema, da posição da dívida rural na área da ADENE. A idéia de incluir nela o Ministério da Integração, porque é o Ministério da Integração, é exatamente quem cuida da questão regional, tem relação direta com o Banco do Nordeste, mas eu não acho que deva se excluir o Ministério da Agricultura.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Não. V.Exª. tinha conversado comigo, mas por mim, tanto que eu coloquei, podemos ficar representantes dos três Ministérios, que acho que é bom que todos ouçam realmente os problemas do nordeste através do Banco do Nordeste do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Em votação o Requerimento. Aprovado. No dia de hoje nós temos uma situação atípica, ontem faleceu a mãe do Senador Arthur Virgílio, hoje, Senadores estão se deslocando para o Rio de Janeiro, aonde vai se dar o enterro da mãe do Senador Arthur. Por conta disso, a Sessão nossa que deveria ser à tarde, foi trazida, para a manhã, o que está dificultando, a concretização da nossa reunião de hoje. De toda maneira já há quorum regimental, e os Senadores já estão avisando que vão chegar.

O que desejamos na reunião de hoje, é uma ampla informação do INCRA sobre o quadro que ele administra. Há uma imensa preocupação nossa, no Congresso, da sociedade brasileira, com a questão fundiária de uma maneira geral, com a questão da Reforma Agrária em particular, e com a violência que, em várias áreas, inclusive, na minha área, na área que eu represento, o Estado de Pernambuco, se apresenta nesse contexto do problema, do homem do campo sem terra no Brasil. A idéia é ouvir não apenas a experiência do atual Presidente, como a de outros Presidentes. A primeira idéia era que nós fizéssemos isso em conjunto. Há ponderações para que, seria mais instrutivo que não fosse em conjunto, que fossem audiências de cada um dos Presidentes ou dos Ex-Presidentes, que nós sem dificuldade acatamos. A discussão é importante, mas ela pode se dar em outro momento, o que a gente precisa ter com muita clareza, e eu acho que no Senado... No Senado a discussão da questão da agricultura no plural é muito mais intensa, do que a discussão da questão, da Reforma Agrária em particular. Rigorosamente a gente tem aqui muita manifestação, digamos política, no bom sentido, mas falta ao Senado uma discussão de conteúdo sobre essa questão, que é o centro da operação do INCRA.

Eu tenho certeza do que estou dizendo, e não vai crítica nenhuma a nenhum dos companheiros, mas apenas um reconhecimento de que essa questão da Reforma Agrária é tratada com grande preconceito. Porque a gente tem a capacidade de separar nesse caso, o preconceito dos fatos, e se ater aos fatos, e procurar dos fatos um caminho para a solução, porque a gente acha, e provavelmente todos acham, não está ainda realizado, não está concretizada. Eu conheço algumas dezenas de experiências de Reforma Agrária, umas bem sucedidas outras não tão bem sucedidas, mas o problema da terra no Brasil, como significativamente demonstra os movimentos sociais, é um problema por resolver, e já está assim há muitos anos, não teve solução, e ainda não tem solução.

Eu passo então a palavra ao Presidente do INCRA, para que ele comece a sua exposição à Comissão de Agricultura do Senado.

SR. ROLF HACKBART – Um bom dia a todos. Bom dia Senadores. Estava combinando aqui, um pou-

co tempo, e procurar falar no máximo, meia hora, e no meu entender fazer um esforço para tocar em alguns pontos que eu acho que são fundamentais, e desde já me colocando à disposição da Comissão para futuros debates.

Então, acho que é importante que, não só o Senado, mas que se discuta a questão Agrária no Brasil hoje, e também deixar aqui um relatório do monitoramento do que nós fizemos de 2003 a 2005 na nossa Gestão. Então, para não entrar em muitos números eu fiz uma opção para fazer um debate mais de mérito, os números estão todos aqui, quantas famílias foram assentadas, quanto de crédito, estrutura fundiária no Brasil. Então, eu entregaria isso para a Comissão, depois a gente pode ver uma forma eletrônica de enviar para cá, talvez facilite, e colocar à disposição, ou então os dados das relações do INCRA 2003/2005. Então, essas duas questões preliminares. Eu vou abordar dois pontos aqui, o primeiro: O que é a questão Agrária hoje no Brasil?

Acho que esse é um ponto, se a gente conseguir responder a essa pergunta, talvez ajude no debate, não para necessariamente ter um consenso, nem é esse o objetivo, mas a partir da realidade agrária, fundiária do país, o que é a questão Agrária hoje no Brasil. Esse é, pelo menos no meu ponto de vista, se a gente souber fazer as perguntas corretas, facilita a gente a buscar as respostas, e ver soluções para os problemas do país e para que ele se desenvolva. Eu diria, e aí me perdoem talvez a linguagem mais simples e mais direta, que a questão Agrária hoje no Brasil no fundo, no fundo, nada mais é do que a questão do não emprego, da não ocupação, e da não renda.

Não estou falando aqui em ocupação de terra. Se nós olharmos a história do Brasil dos seus 506 anos, pelo menos essa história mais contada para nós, a concentração do uso e da propriedade da terra continua muito alto no Brasil, o índice de GINI é 0.84, todos sabem que máximo é 1, país desenvolvidos, por exemplo, Estados Unidos, é 0.62, no Brasil ainda é 0.84. Então, a concentração da propriedade da terra no Brasil, a partir das Capitanias Hereditárias, da forma de ocupação do nosso território, ainda é muito alto hoje, de um lado. Por outro lado, documentos de vários setores da sociedade brasileira, inclusive, da FIESP, dizem o quê e afirmam vários estudiosos? O grau de tecnologia utilizado hoje na indústria, no comércio, nos serviços é incapaz de absorver a mão de obra existente hoje no Brasil. Por isso que a questão Agrária, para além da questão de justiça, de redistribuição da propriedade, do uso da terra, ela é fundamental para gerar ocupação e renda, eu uso aqui o termo ocupação, porque não há emprego de carteira assinada, holerite, é ocupação, é a pessoa ter onde produzir, o que produzir, ter uma vida digna e obter renda. Por isso que existem milhares e milhares de famílias que buscam terra no Brasil.

Por isso que muitos estudiosos como Inácio Sachs, recentemente na II Conferência Internacional da FAO sobre Reforma Agrária, que estuda o mundo, que estuda a Reforma Agrária no mundo, acompanha a realidade brasileira, reafirma em vários textos dele: "Os grandes conglomerados urbanos do Brasil, Grande Rio, Grande São Paulo, Grande Salvador, Grande Recife, Belém, etc. Não tem nada de planejamento ou muito pouco de planejamento urbano. São aglomerados urbanos de pessoas que foram expulsas do campo, não tiveram opção do meio rural". Muitas universidades já têm pesquisas, o INCRA tem participado de algumas pesquisas, em que apontam evidentemente que jovens recém casados, que moram nessas periferias urbanas, estão doidos para voltar para o meio rural, doidos para voltar para o meio rural, Vitória, é um exemplo, o terceiro e grande centro urbano de maior violência no país é a Grande Vitória, muita gente não se dá conta disso. O número de assassinato de jovens de 17 a 24 anos na Grande Vitória, é o terceiro maior do país. Esses jovens, essas pesquisas: "Quero voltar para o meio rural". Muitos deles vieram para o meio rural, e não têm emprego, não tem ocupação, não têm renda, entram para atividades ilegais, do crime, etc. Esse para mim é o ponto, essa é a questão Agrária hoje no Brasil. Dois: questão Agrária hoje no Brasil também é desenvolvimento sustentável. Sem Reforma Agrária, depois de entendido, vou tentar desenvolver melhor o que é a Reforma Agrária. Estou falando um pouco do que é a questão Agrária, não ocorre o desenvolvimento sustentável de um país, de uma nação. O que é desenvolvimento sustentável? Vou tentar ser simplista. É o uso dos recursos naturais, a preservação, o uso correto, e que continue para gerações futuras.

Não é nós utilizarmos todas as riquezas naturais hoje, sem pensar nas gerações futuras. Isso é sustentável. E a Reforma Agrária tem que cumprir um papel importante para o desenvolvimento sustentável em todos os sentidos em nosso país. Muitas regiões, muitos países, nossa também aqui, a monocultura já mostrou que não é necessariamente sustentável, ao contrário, em várias regiões tem destruído o meio ambiente. Então, esse é o segundo aspecto que eu levantaria sobre o que é a questão Agrária no Brasil. Vejam, estou dando de barato que a concentração fundiária é altíssima, milhares de famílias estão buscando terra, eu estou querendo, pelo menos fazendo um esforço de ir mais fundo, a partir do nosso dia-a-dia no INCRA. Por que existe a questão Agrária?

E muitas vezes as pessoas querem: "É uma questão ideológica". Não é. É uma questão de ocupação de renda, de buscar uma vida digna, de ter onde trabalhar, onde viver, onde morar, ter uma vida digna e ter renda. Evidentemente que esses jovens nas grandes periferias querem voltar, mas querem ter uma vida digna, é o desenvolvimento rural sustentável, a partir de territórios que tenha lazer, que tenha educação, que tenha política pública, que desenvolva essas regiões. Isso é fundamental, não é jogar as pessoas lá no meio do mato, ou no meio rural e dizer: "Aí elas estão satisfeitas". Não é isso. Terceiro aspecto: Hoje, e talvez esse seja um dos pontos que muitos gostam de debater, eu não tenho dúvida nenhuma, e foi referendado agora na Conferência Internacional da FAO, é o papel do Estado. Não tem como enfrentar a questão Agrária no país, no Brasil, agora vou falar daqui, sem papel importante do Estado. 96 países participaram da conferência e todos reafirmaram, inclusive, e principalmente os do primeiro mundo, sem política pública consistente de longo prazo não se resolve a questão fundiária ou a questão Agrária nos nossos países.

E ela é fundamental, em gerando ocupação e renda para o combate da fome e da miséria no meio rural, existe muita miséria no meio rural. Então, esses são os três pontos que gostaria de destacar e firmar muito bem aqui. Fiz questão de começar por aí: Questão Agrária, geração de ocupação, renda é desenvolvimento sustentável, é política pública consistente de longo prazo, e o nosso país tem um potencial enorme. Nós temos tudo para avançarmos nesse sentido aqui no país. Tem muita terra, os dados estão aí, eu não quero cansar com números, senão fica muito número, tem muita terra, tem muita energia, tem uma biodiversidade fantástica, e tem uma população que quer trabalhar no meio rural, que quer produzir. Nós temos tudo.

Uma vez um grande empresário foi entrevistado numa grande rede de televisão e ele perguntou: "Qual é o futuro do Brasil?" Eu imaginei que ele ia dizer o aço. Aí ele disse: "É o setor primário". A fotossíntese no Brasil, a biodiversidade, a energia, a água, tudo que nós temos nesse país, tem um potencial tão grande, que nos exemplos que nós vamos mostrar na seqüência que já existem, já estão funcionando, esse povo vive muito bem, alegre, feliz, com perspectiva, com expectativa de vida.

Também gostaria de registrar que Reforma Agrária é Processo, gente. Estou tentando ir mais nos princípios e nos conceitos. O que eu quero dizer com isso? Reforma Agrária não é estoque, não é que nem na CONAB, por exemplo: "Dia tal vou fazer um leilão e compro tantas toneladas de feijão". Reforma Agrária é Processo. É identificar o imóvel rural, classificar aquele imóvel rural, selecionar as famílias, a documentação das famílias, criar o projeto de assentamento, é o interesse público versus o privado, necessariamente, por isso tem sim uma raiz conflitava nesse sentido, é o conflito entre interesse público e o privado muitos casos. Seleção das famílias, a documentação, a criação do projeto de assentamento, a criação do plano de desenvolvimento do assentamento, a concessão dos créditos, muita gente as vezes que não é do ramo acha: "Não. Eu aperto um botão, está feito o assentamento. Está lá a casinha bonita com flores, o crédito chegou, a água, a energia". Não. É um Processo e as safras agrícolas, geralmente são de seis meses, um ano, conforme a cultura. A constituição de comunidades dos assentamentos são ciclos de cinco, seis, dez anos. Muitos assentamentos do país já viraram municípios novos, os que estamos criando aqui muito deles viram municípios novos, é disso que nós estamos tratando. Eu gostaria de chamar muito a atenção aqui, nós estamos tratando de expectativa de vida, não é um bico.

É assim que a questão Agrária deve ser encarada. "Eu vou ali no Senado trabalhar um pouco, depois se não der certo eu volto. Vou abrir um negócio aqui, vou abrir um negócio lá", não. As famílias que optam e que são assentadas, tanto nos assentamentos da Reforma Agrária como na agricultura familiar, colocam ali a sua expectativa de vida. Então, isso é muito importante. Também chamar a atenção, gostaria de reforçar aqui que os movimentos sociais, as ONGs, os Governos e aí talvez, um desafio para os Parlamentos, também debaterem esses temas. Nesse mês de março, só para dar um exemplo, nós tivemos a II Conferência Internacional da FAO sobre a Reforma Agrária, 96 países participaram em Porto Alegre discutindo acesso a terra e política pública, acabando agora em Curitiba. As duas conferências discutindo o quê? Biodiversidade, sementes. Agora no final, nas próximas semanas temos no México a conferência sobre as águas. Então, terra, biodiversidade, águas, o mundo está discutindo. Os movimentos sociais do mundo estão discutindo, os Governos estão discutindo pouco, na minha opinião. Os Parlamentos estão discutindo pouco, na minha opinião, mas se debate muito. Por quê?

E talvez a imagem do nosso astronauta, como é que ele viu a terra, ele chegando lá em cima e olhando a terra é azul e disse: "Olha, é muito bonita, ela é azul, é parecida com os olhos da minha mãe". E eu estava torcendo aquela hora: "Que bom se ele dissesse mais coisas". Porque as crianças que estão acompanhando isso, seria um momento muito importante, eu acho que daqui a anos a gente vai estudar, o que significa esse momento, o fato de um brasileiro ver a terra lá de cima, por que não falar do meio ambiente, do desenvolvimento

sustentável. Muitas crianças, a minha filha perguntou assim: "Papai, mas não tem muito lixo aqui? Ele não viu o lixo?" Eu disse: "Lá de cima não vê, porque é longe". Ela estava doida. Até ela já sabe que tem um problema de meio ambiente, de saneamento básico, de lixo. Poxa, podia falar, não é? Então, é isso que nós temos que olhar no planeta, a questão Agrária para nós passa por esses pontos, estamos discutindo isso em vários fóruns, o mundo está discutindo, e ele é fundamental para a construção do desenvolvimento sustentável. Eu não estou falando em crescimento só, crescimento da economia, crescimento da indústria, crescimento das exportações, crescimento da produção, estou falando em desenvolvimento sustentável, melhorar as condições de vida. Acho que o IDH é um dos indicadores importantes a ser utilizados, não é o melhor, mas do que existem hoje para a gente utilizar.

Então, esse, para mim, é o principal ponto do que é a questão Agrária hoje. Ela é diferente de anos anteriores em muitos aspectos? É. Mas ela está muito presente, e eu ousaria afirmar aqui que não existe desenvolvimento sustentável do nosso país sem Reforma Agrária. Entendida a Reforma Agrária como o reordenamento do uso da propriedade da terra, junto com um conjunto de política públicas de créditos, assistência técnica, saúde, infra-estrutura básica, pensado a partir de regiões de territórios reformados, não assentamento isolados, que tenham modelos de desenvolvimento agrícola sustentáveis e não predatório. Sem isso não tem desenvolvimento, a começar pelo primeiro ponto que eu falei, não tem emprego para todo mundo com esse grau de tecnologia utilizado na indústria, no comércio e no serviço, não existe, o desemprego estrutural ele é crescente. Onde estão as oportunidades?

Querem um exemplo? Vamos lá para o Rio Grande do Sul, indústria do calçado, Sapiranga, Novo Hamburgo, perto de Porto Alegre. Situações que eu vivi e alguns parlamentares viveram, pessoas que estão nessa sala. Quanta gente na década de 80 saía das missões e ia trabalhar na indústria de calçados? Crise da indústria hoje: todo mundo desempregado. Para onde estão indo? Para o desemprego estrutural, ou lá na casa do pai da mãe que moram lá no interior para ainda pegar um "beiradinha" da aposentadoria. Então, qual é o futuro dessas pessoas? Ou tem, e nesse mesmo Estado, já avanço no segundo ponto, no caso do Rio Grande do Sul, citar como exemplo. Nós estamos trabalhando numa região de Bagé, Hulha Negra, Aceguá, com 53 assentamento da Reforma Agrária, mais de 2.100 famílias, nós estamos trabalhando, não só lá, mas em outras regiões também o conceito de território reformado, uma região reformada, e aplicando, e convergindo o conjunto de políticas públicas, para aqueles assentamentos que estão construindo novo Modelo de desenvolvimento, para aquela região, que são famílias que foram assentados, vieram de outras regiões do Estado e estão lá construindo um novo modelo de desenvolvimento regional, buscando rendas, cidadania, direitos, assim como têm outras regiões do país, que nós poderíamos citar mais adiante, não queria me alongar muito nesse aspecto. Dois: alguns números a gente precisa dar sempre nesses dados, nesse tipo de exposição. No cadastro do INCRA consta, eu vou sempre citar cerca de, os números exatos estão no site do INCRA, 4 milhões 290 mil imóveis rurais cadastrados no INCRA.

O INCRA constitui o grande cadastro de imóveis rurais do país, notem, esse cadastro ainda é declaratório, o proprietário mesmo vai lá e diz: "Eu tenho tantos hectares, eu faço isso, eu uso desse jeito". A concentração, para vocês terem uma idéia, é tamanha que desses imóveis, os que têm até 10 hectares representam 33% do número e 1,6% da área, até dez hectares, mais de 1000 hectares representam 1,6% do número e 47% da área. É uma altíssima concentração da propriedade da terra, segundo o cadastro do INCRA que é declaratório, imaginem à medida que a gente vai checando *in loco* as grandes propriedades, aquelas que são acima de quinze módulos fiscais, que essas são passíveis segundo a nossa Constituição para obtenção para a Reforma Agrária no cadastro do INCRA são 112 mil 463 imóveis, desses pela própria declaração dos proprietários, 58 mil são classificados como improdutivos, e representam cerca de 133 milhões de hectares.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Quantos improdutíveis Dr. Rolf?

SR. ROLF HACKBART – 58 mil.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Dos 112 mil 463?

SR. ROLF HACKBART – 58 mil são classificados...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – São propriedades acima de?

SR. ROLF HACKBART – Quinze módulos fiscais.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Acima de quinze módulos fiscais.

SR. ROLF HACKBART – 58 mil são considerados improdutivos, que representam em torno de 133 milhões de hectares, segundo o cadastro do INCRA, evidentemente que isso tem que checar na realidade. Algumas dessas já viraram produtivas? Certamente, tomara. Muitas devem estar improdutivas ou não cumpre a sua função social. O INCRA trabalha com cerca 6.400 projetos de assentamento no país inteiro, mais

de 400 famílias para ter alguns dados gerais. Também gostaria de destacar, mesmo estando numa Casa que estuda a Lei, elabora Leis, que a Constituição nossa é muito clara. O art. 5º diz o quê? "É garantido o direito de propriedade privada". O mesmo Artigo no Inciso anterior afirma: "Desde que ela cumpra sua função social". Vamos deixar muito claro. É garantido o direito de propriedade privada, mas desde que cumpra sua função social.

Lá no 184, 185 diz o quê? O que é o cumprimento da função social. São três os requisitos fundamentais: ser produtiva, respeito à legislação ambiental e a legislação trabalhista. E felizmente o poder judiciário está começando a ler os três critérios de uma forma conjunta, não só se o imóvel é produtivo ou improdutivo, mas se ele cumpre a legislação ambiental e a trabalhista. Então, isso é muito claro na nossa Constituição. Isso é muito importante nós entendermos o quê? A propriedade da terra. A terra tem que cumprir uma função social, a nossa Constituição nesse sentido é avançada, ela tem que cumprir a função social. Se não cumpre uma função social ela tem que ter um outro destino. Ela pode ser uma reserva, pode ser uma área indígena, pode ter um outro destino como estabelece nossa legislação. Nós estamos implantando, aqui que vem a última parte da minha fala inicial, o segundo plano nacional de Reforma Agrária.

O primeiro plano no período histórico recente foi elaborado em 85 e o segundo plano em 2003. Ele tem quatro grandes eixos. O primeiro: o assentamento das famílias. Então, tem metas de assentamentos. 400 mil famílias em quatro anos que devem ingressar no programa nacional de Reforma Agrária. Então, assentar as famílias. Dois: o ordenamento territorial. Principalmente, nós estamos com prioridade na região Amazônica. Que é o quê? Identificar quem ocupa a terra pública federal, como está sendo ocupada essa terra, e dar o destino para essas áreas, fazer o ordenamento territorial. Não só na região Amazônica, mas em todo o país. Três: a recuperação dos assentamentos existentes. Nós temos programas de agroindústrias, de recuperação dos assentamentos, de obra, muita obra de infra-estrutura para recuperar os mais de 6 mil assentamentos que existem no país, para que as pessoas tenham uma vida digna nesses assentamentos. Quarto: o fortalecimento do INCRA. Evidentemente que não é só o INCRA que faz, mas o fortalecimento do INCRA com uma autarquia para executar esse programa, ele é fundamental.

Nesse sentido nós já estamos no segundo concurso no INCRA, 1.800 novos funcionários. O orçamento do INCRA em 2002 era de 950 milhões, hoje é de 3 e meio bilhões para obtenção de terras, para pagamento de pessoal como um todo, compra de equipamentos, carros, GPSs, computadores para o país inteiro, criamos uma superintendência regional em Santarém, são 30 superintendências regionais, mais de 6 mil funcionários hoje, o INCRA já teve mais de 10 mil no passado. Mais do que o fortalecimento do INCRA é o quê? Criamos uma carreira de Estado no INCRA. As pessoas que fizeram concurso agora estão entrando em uma carreira de Estado, melhorando as condições de trabalho dentro do INCRA e buscando parcerias com os Governos Estaduais, Municipais, universidades, EMBRAPAs, cooperativas para que o trabalho lá na ponta de desenvolvimento rural sustentável não só nos assentamentos, mas com o setor primário nos municípios tenha necessariamente a participação dos Municípios, dos Estados, das Cooperativas, das Universidades, de todos os Órgãos responsáveis, num conjunto das políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Alguns números que nós já atingimos estão nesse relatório. Gostaria de destacar nesse de 2003 a 2005 o orçamento global do INCRA foi de 7,5 bilhões de reais. Nós obtivemos quase 2 milhões de hectares de terras para Reforma Agrária, mais as terras públicas que nós destinamos somam-se em torno de 22 milhões de hectares. 245 mil famílias ingressaram no programa de Reforma Agrária que é muito mais do que o acesso à terra. Isso eu gostaria de destacar aqui. Quer dizer, ingressar no programa tem direito ao crédito, 5 mil para construção de casa, 2 mil e 400 por 3 anos para compra dos primeiros equipamentos e produzirem.

Na assistência técnica, assessoria técnica, social, ambiental que é o nosso conceito, nós estamos atendendo 314 mil famílias. É pouco? É, mas não tinha quase nada. Ainda é um técnico para cada 100, para cada oitenta? É, não é o ideal, mas nós estamos buscando para fazer a recuperação do passivo ambiental, organizar a produção. Produzir o quê? Para quem? Vender para quem? Há todo um trabalho de assistência técnica. 154 mil famílias foram beneficiadas, estão sendo beneficiadas com programas de educação: PRONERA, Residência Agrária. Vão desde que cursos de alfabetização até a Residência Agrária com cursos superiores.

Então, o acesso a terra, recursos orçamentários, assistência técnica, educação e uma série de dados que eu não vou cansar vocês, estão tudo nesse relatório, de obras de infra-estrutura, para nós são eixos centrais da constituição de políticas públicas para o avanço da Reforma Agrária, do desenvolvimento rural sustentável do nosso país, e é assim que nós vamos avançando com participação da sociedade civil organizada, com parcerias, com um desafio enorme pela

frente em regiões como da Amazônia Legal, como regiões aqui do centro oeste. Buscando o quê? O avanço da renda, do emprego no meio rural.

Também, para finalizar gostaria de destacar alguns aspectos das nossas metas para esse ano. Esse ano nós temos uma meta de assentar 154 mil famílias. Estamos aqui na expectativa evidentemente de aprovação do orçamento geral da União, vocês não imaginam como isso impacta lá na ponta, quer dizer, não tem recursos, o orçamento, se aprovada essa semana ou na outra vai para sanção, QDD, Ministério de Planejamento, Decreto de Contingenciamento, chega lá na ponta, na minha opinião, no início de maio, o que é muito ruim para execução do nosso programa, e significa assistência técnica parada, obtenção de imóveis rurais parado. Nós não estamos obtendo nenhum imóvel rural.

Todo o recurso de investimento está parado, nós estamos com 1/12, 3/12 para custeio da máquina. A água, luz, passagem alguma, salário dos servidores, está tendo um impacto enorme. Justamente no momento de calendário de mobilização, abril, maio, junho, pré-eleitoral, e nós não vamos abrir mão da nossa programação operacional. O nosso esforço vai ser o quê? Depois de aprovado o orçamento, nós corremos atrás para cumprirmos as nossas metas, aplicarmos os recursos etc. Há uma série de desafios que precisamos melhorar na legislação, nas normas internas do INCRA para que se acelere a Reforma Agrária. Então, eu gostaria de dentro do tempo estabelecido parar por aqui e ficar à disposição às perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradecemos a fala do Presidente do INCRA, Dr. Rolf Hackbart nessa primeira fase dessa nossa audiência, lembrando que o Requerimento foi de autoria do Senadores Arthur Virgílio e Senador Flexa Ribeiro. Passo, então, em primeiro lugar a palavra a um dos autores, o Senador Flexa Ribeiro, V.Exª., poderíamos combinar o tempo? Cinco minutos estaria bem?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Está bom demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – V.Exª. está com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Flávio Arns, que preside essa Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Dr. Rolf Hackbart, Presidente do INCRA. Eu quero ao iniciar lamentar aqui o falecimento da dona Isabel, genitora do Senador Arthur Virgílio ocorrido ontem. O sepultamento é agora às dezesseis horas no Rio de Janeiro. Em face disso, o Senador não pode estar aqui presente como gostaria de estar, como autor do Requerimento. Também lamento a ausência dos outros convidados, Deputado Federal Xico Graziano e o Sr. Marcelo Rezende.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só um minuto, se V.Exª. me permite. No início dessa Audiência, o Presidente Senador Sérgio Guerra que só teve que se deslocar para um debate sobre uma medida provisória e que retornará a essa Audiência, ele justificou dizendo que ele tomou a iniciativa de fazer audiências separadas. Então, na verdade o Dr. Graziano não faltou a essa conferência, mas ele vai também ser ouvido numa outra ocasião. A Presidência recebeu essa sugestão e entendeu por bem adotar esse procedimento. Então, para justificar não só para V.Exª., mas para a comunidade em geral.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – A sugestão da vinda dos outros dois Ex-Presidentes do INCRA era para que a gente pudesse fazer um esclarecimento ao longo do tempo da Administração do Órgão, mas como os dois Ex-Presidentes e o Presidente Senador Sérgio Guerra fará outra Audiência Pública, então, nós poderemos ter essas informações ao longo do tempo. Dr. Rolf, eu cheguei e o Senhor tinha iniciado a sua exposição. Pelo que eu pude perceber o Senhor fez aí algumas observações de um trabalho do INCRA e eu considero imaginário, porque gostaria que fosse realmente dentro que foi exposto, de que os assentados tivessem as condições de assistência técnica, de financiamento, de infra-estrutura para escoamento da sua produção, ou seja, tivesse dignidade no assentamento.

O Senhor fez referência ao final da sua exposição com relação ao orçamento de 2006, que está sendo finalizado em aprovação no Congresso. Mas é importante que se diga, que a nação brasileira tenha o conhecimento disso, Dr. Rolf, que quem não queria que o orçamento fosse aprovado era o próprio Governo.

Eu faço parte da Comissão Mista do Orçamento, e ao longo desses 4 meses, os anais estão ai para comprovar, por diversas ocasiões a base de apoio do Governo foi que suspendeu as Sessões, pedia verificação de quorum, ou seja, usava de todas as condições regimentais para atrasar a aprovação do orçamento. E a oposição, presente as reuniões, no sentido de acelerar essa aprovação. Ainda agora, por último, houve uma questão que vai ser decidida em plenário com a condição do Governo Federal de não colocar recursos no orçamento, que veio da proposta (soa a campainha) de não colocar recursos no orçamento para a Lei Kandir, como não colocou para o salário mínimo, como não colocou para os reajustes do funcionários federais.

Tudo isso teve que ser incorporado ao orçamento já na própria Comissão. Mas como o Senhor bem colo-

cou, acredito que até a semana que vem está previsto uma Reunião, um Sessão do Congresso para terça-feira próxima para aprovar, finalmente, o orçamento de 2006. Eu estive, por uma feliz coincidência, estive domingo, Dr. Rolf, num assentamento do INCRA que tem nove anos, no Pará, no Município Baião, no projeto de assentamento Angelim, onde estão assentadas 254 famílias.

Quero lhe dizer que todas as experiências que tive em visita a assentamentos, elas foram as piores possíveis. Essa como não poderia deixar de ser, confirmou aquilo que é a realidade nacional. Para o Senhor ter uma idéia, esse assentamento fica a 50 km da sede do Município do Município de Tucuruí, acessado por uma BR, a BR 422. 50 km em uma estrada razoável se levaria cinqüenta minutos para ser trafegado, Senador Flávio Arns, nós levamos quatro horas para percorrer os 50 km da BR 422, e mais os 6, 7 km de acesso até a sede do assentamento, tal a condição da estrada, que nem estrada pode ser chamada, quanto mais de BR, e pior ainda a condição da vicinal de acesso ao assentamento.

Então, o que se ouviu lá? Nós fomos recebidos lá pelas lideranças do assentamento, o Genivaldo, a Edinalva, o José Antônio que nos receberam, e o Ex-Secretário de Agricultura do Pará, Wandenkolk Gonçalves, ia levando ao assentamento benefícios que o Governador Simon Jatene concedia, como recursos para a construção de um casa de farinha, duas toneladas de semente de feijão, de milho para que eles pudessem fazer... Tinha uma escola lá interrompida que eles não tinham como fazer, precisavam de 10 mil reais para concluir a escola, água que não tinha no assentamento para fazer um poço que o INCRA deixou lá, que não funcionava. Todos esses benefícios que não foram atendidos pelo INCRA. Então, essa é a realidade que se vê no assentamento. Gostaria, e tenho certeza que o Senhor se esforça no sentido de que essa realidade seja modificada.

Mas eu perguntaria à V.Sª. com relação ao IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia, ele mostra que 15% do desmatamento registrado em 2004 na nossa região, ocorreu dentro dos assentamentos do INCRA, o percentual dele da Amazônia Legal corresponde a 106 mil 580 quilômetros quadrados, área equivalente a área do Estado de Pernambuco, o resultado baseado em registro do INCRA de 70 a 2002, imagem de satélite do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial, registrada entre 97 a 2004.

Então, eu pergunto a V.Sª. se com base nesse estudo, 15% do desmatamento registrado na Amazônia em 2004 ocorreu dentro do assentamento do INCRA, gostaria de saber se o Senhor confirma essa informação, e que medidas o INCRA adota para que a degradação ambiental dentro dos assentamentos possa ser contida. E, complementando a informação, todos nós sabemos, a Senadora Ana Júlia junto comigo, em 2005, fomos a também a áreas de PDs lá no Município de Anapu, onde houve o assassinato lamentável da Irmã Dorothy, e até hoje esses projetos de desenvolvimento sustentável nessas áreas de assentamentos não saíram do papel, não foram implementados, e seriam uma forma de conter esse desmatamento, inclusive, porque há uma previsão para a utilização desses PDs das florestas como utilização econômica dessas florestas.

E uma outra pergunta que eu gostaria de ter informação de V.Exª. é: O Ministério de desenvolvimento agrário ele contabiliza, até para engrossar as estatísticas, como assentados, família que há muitos anos moram em terras ocupadas e que apenas tiveram a sua situação formalizada.

É o que acontece, por exemplo, com 4.362 famílias do projeto de assentamento Agro-Extrativista Lago Grande, em Santarém no Pará e com as 2.664 famílias da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu no mesmo Estado. Senhor Rolf, V.Sª. confirma que as estatísticas de assentamento no INCRA inclui famílias que moram há anos em terras ocupadas e que tiveram sua situação apenas regularizada? Qual a metodologia utilizada do INCRA para obtenção das estatísticas do número de assentados?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro e passo a palavra ao Presidente do INCRA (soa a campainha), Dr. Rolf Hackbart.

SR. ROLF HACKBART – Alguns comentários tentando responder as questões feitas. Evidentemente que a situação dos assentamentos, nos mais de 6 mil, que o INCRA trabalha no país inteiro, as condições de vida nesses assentamentos não são boas. O que foi feito nesse país como Reforma Agrária não tem nada a ver. Principalmente na região norte, as pessoas foram jogadas lá, então esse P.A. Angelim que, eu não conheço pessoalmente, mas deve ter muitos desses, é a situação da maioria dos assentamentos, da maioria dos assentamentos do país é essa situação, porque foram abandonados.

Então, esses dados que eu tenho aqui e comprovo-os, nós estamos recuperando os assentamentos no país, essa uma das grandes prioridades nossa, é obra de infra-estrutura, é acesso a crédito, o Estado do Pará é uma das maiores demandas, nós aplicamos mais de 216 milhões no ano passado no Estado do Pará, o Senhor vai dizer: "Não, mas é pouco". É, mas nunca foi investido tanto no Estado do Pará como no

ano passado. Para esse ano, aprovado o orçamento, nós temos uma previsão de 400 milhões de reais para investir no Estado do Pará. Eu acho que isso não é pouca coisa. Vai dar para resolver tudo? Não. Qual é a participação do Estado? Qual é a participação dos Municípios? Isso também é importante. As escolas são de responsabilidade dos Municípios, dão parceria, estamos fazendo parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento, o FNDE.

Muitos Prefeitos vem aqui e dizem: "E a escola? Mas a escola é responsabilidade do Município. Não sai a escola". Então, realmente, assim também temos exemplo de outros assentamentos que estão indo, estão indo muito bem e que tudo isso que eu falei aqui, nós estamos fazendo e já está acontecendo e já estão prontos. Então, nós estamos buscando um movimento de reversão do quadro caótico desses assentamentos, para melhoraria das condições de vida desses assentamentos. Eu não conheço o estudo do IMAZON, eu vi falar, eu vi a matéria em jornal. A nossa área técnica, inclusive, recebeu uma resposta do instituto IMAZON dizendo que a matéria não estava certa, que saiu no jornal, porque os dados que eles têm não comprovam. O fato é o seguinte: Nós assinamos um termo de ajuste de conduta com o Ministério do Meio Ambiente, INCRA, Ibama, MDA, Ministério do Meio Ambiente há 2 anos, acompanhado pelo Ministério Público, para recuperação do passivo ambiental nos assentamentos da Reforma Agrária. Nós temos um termo de ajuste e um prazo para cumprir, para fazer a recuperação ambiental nos assentamentos da Reforma Agrária.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Dr. Rolf, eu só podia lhe ajudar para lhe dizer que eu o conheço do estudo do IMAZON, ele, inclusive é feito até o ano de 2002. Esses dados são referentes até 2002.

SR. ROLF HACKBART – Ele fez um levantamento, mas lendo melhor esse estudo a gente pode verificar os dados. Agora, acho que a questão fundamental, e que talvez a pergunta suscite é a seguinte: A Reforma Agrária é responsável pelo desmatamento na Amazônia? Do grande desmatamento com certeza, não, o próprio estudo, esse, até 2002 vai 15%.

Quer dizer, 85% do desmatamento não é de Reforma Agrária. Então, por aí tem um outro... Todos os estudos de preservação ambiental mostram o quê? Que as populações de ribeirinhas, as populações tradicionais, são as que mais preservam o meio ambiente. Mas, mais importante do que isso, quem é o responsável ou não, é, o que nós estamos fazendo para evitar o desmatamento, para preservação ambiental e para construir o modelo de desenvolvimento sustentável? Isso que é o importante, por isso que nós temos créditos direcionados para a recuperação ambiental, por isso que nós temos a proposta de projetos de desenvolvimentos sustentáveis, projetos agro-extrativistas. Ainda estão muito no papel? Sim. Mas essa é a nossa proposta. Tem setores do seu Estado que não querem isso.

A própria agricultura familiar, os próprio trabalhadores, o pessoal que migrA – "Não, nós não queremos projetos de desenvolvimento sustentável". Mas por que não? Então, nós temos essa proposta, estamos implantando, temos um TAC Ambiental, um Termo de Ajuste e Conduta Ambiental com o Ministério do Meio Ambiente para o país inteiro, Estados como Santa Catarina está fazendo um excelente trabalho, Rio Grande do Sul está fazendo um excelente trabalho na recuperação ambiental, inclusive, no redesenho dos assentamentos. É um Processo de médio-longo prazo. É. Não é assim. Tem que, inclusive, mudar a casa, fazer recuperação, plantar mudas nativas para se preservar e recuperar o meio ambiente. Nosso conceito de famílias assentadas, famílias que ingressam o programa de Reforma Agrária, tem dois critérios fundamentais.

Um: As famílias estão na terra. Dois: A terra é da União. Nós revogamos uma portaria, a portaria 80 que, em épocas passadas, em anos anteriores contabilizava famílias acampadas aqui, um imóvel sendo obtido lá já contava como famílias assentadas e faziam parte das estatísticas. Nós acabamos com essa portaria. Nós revogamos. Famílias que nós contamos hoje as que ingressaram no programa de Reforma Agrária que estão na terra, e a terra é da União.

Quais são as três formas de obtenção de terras? Desapropriação, interesse social para fins de Reforma Agrária, 90% dos imóveis que a gente obtém, retomada de terra pública, muito na região norte, na Amazônia Legal, segundo os dados do INCRA, mais de 110 milhões de hectares de terras públicas, federais, não destinadas. A maioria delas ocupadas. Isso quer dizer, a gente se engana. "Está tudo lá". Não. A maioria está ocupada, mas não destinadas. Por isso o reordenamento territorial, o geo-referenciamento, os mais de 800 mil hectares que nós geo-referecendo na região de Anapu, identificando quem ocupa, como ocupa, quem tem direito a permanecer na terra, quem não tem, e dá o destino correto a essas terras, que é um patrimônio público. No caso, nós contabilizamos famílias que já estavam lá na terra? Sim. E estão felizes da vida, que estavam abandonadas, abandonadas há anos lá. Estavam abandonadas. Agora, nós queremos assentamento, reconhecemos a família, documentação, tem direito ao crédito, têm direitos e deveres, um dos direitos é o crédito. Têm direito a assistência técnica, estão se organizando para cobrar do Estado agora todos esses programas, para que eles cheguem lá na ponta.

Então, essas famílias passam a ingressar fazer parte do programa nacional de Reforma Agrária, tem direto a crédito, a assistência técnica, casa, habitação, a um conjunto de políticas públicas que tem que chegar lá na ponta, para que se desenvolva assentamento e de forma sustentável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Para complementar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então, V.Sª. confirma que nas estatísticas, quando formaliza a situação do assentado, considera como novo assentamento, a regularização. Mas eu queria só esclarecer dois assuntos com V.Sª. O primeiro. V.Sª. fez referência ao TAC que existe para a questão dos PDs formalizado, inclusive, pelo Ibama, pelo INCRA, pelo Ministério Público, só que no Pará lamentavelmente o Ibama se nega a aprovar os projetos de manejo em função desse TAC. Ele diz que não vai cumprir e passa por cima da ordem, inclusive, dos Ministros que anuíram ao próprio TAC. E o que acontece que no nosso Estado, os próprios empresários gostariam, e cederam terras, inclusive, para implantação dos PDs. E isso não acontece.

Agora, eu gostaria, só para esclarecer, o Senhor fez uma referência com a questão do Angelim, que a situação é essa, que o Senhor não conhece, só que eles estão há 3 anos e meio no Governo Lula, esperando que o INCRA o atenda e o INCRA não chegou até lá hoje. Então é lamentável que isso aconteça. Eu gostaria, só concluindo Presidente com a vossa permissão, de fazer um convite a V.Sª. Gostaria de convidá-lo já fiz esse convite a Ministra Marina Silva, que até hoje não pode atender, mas o Senador Sibá Machado, o Senador Leomar Quintanilha, estiveram conosco lá num projeto, um experimento feito em parceria com o Governo do Estado do Pará e com AGROPALMA, e com o Banco da Amazônia num assentamento do INCRA, no município de Moju a 100 KM de Belém, para utilização das áreas dos assentados para o plantio de Palma, para obtenção de óleo de Palma.

Para o Senhor ter uma idéia, esse projeto tem três anos, Presidente, hoje as famílias dos assentados têm uma renda de R$ 900,00 por mês e ainda não atingiu o máximo de extração das palmeiras, com uma projeção de 20 a 25 anos de cultura perene. Eles estão, inclusive, retornando o financiamento ao Banco da Amazônia, com retenção de 25% da produção que é comprada pelo AGROPALMA. Então, esse é um modelo exitoso, que pode e deve ser incorporado pelo Governo federal, pelo INCRA e pelo MDA, pelo Ministério do Meio Ambiente e nós não conseguimos avançar nisso. Está lá o projeto exitoso, nós temos um projeto de lei que permite a utilização das áreas alteradas para plantio de espécies nativas e exóticas, para exploração comercial, está empacado na Câmara Federal, não avança, porque o Governo não tem interesse em aprová-lo.

Agora, vem com o arco, transformar o arco de desmatamento em arco de desenvolvimento, exatamente o que o projeto está lá prevendo, basta aprovar esse projeto. Então, gostaria de convidar V.Sª. para que dentro da disponibilidade de sua agenda fosse até a Moju visitar, e tenho absoluta certeza, como hoje o Senador Sibá Machado é o maior defensor desse projeto, o Senhor retornando de lá vai ser um defensor para que se possa expandir essa experiência aos demais assentamentos, no caso da cultura do dendê na área propícia, em outras culturas, em outras áreas.

E para finalizar, eu gostaria de perguntar a V.Sª. se o INCRA dá apoio às invasões de terra, com distribuição de cesta básica. Eu quero aqui fazer uma denúncia, existe uma fazenda produtiva em Breu Branco, próximo de Tucuruí, no Pará da Camargo Corrêa Metais. A Camargo Corrêa Metais, Senador Flávio Arns é uma indústria de silício metálico implantada no nosso Estado do Pará, que gera divisas para o Brasil e tem uma fazenda produtiva, uma fazenda de reflorestamento para a produção de madeira para a utilização na indústria. Essa fazenda já foi invadida por mais de cinco vezes. A última esse ano os Sem Terra invadem a fazenda, destroem equipamentos, destroem as árvores, para tentar ocupá-la. O próprio INCRA já declarou a fazenda como produtiva, sem ser possível para utilização e assentamento, mesmo assim a gerência do INCRA naquela região apóia os invasores, distribui cesta básica e dá apoio aos assentamentos que ficam nas estradas. Eu gostaria de ter essa confirmação de V.Sª.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com a palavra o Presidente do INCRA, Dr. Rolf.

SR. ROLF HACKBART – A tarefa do INCRA, a missão do INCRA é fazer a Reforma Agrária dentro da Lei e dentro da ordem, dentro das normas existentes. Os movimentos sociais têm toda sua autonomia e são responsáveis pelos seus atos, pelas suas ações. Nós não damos cestas básicas para ocupação de terra, aí nós vamos checar lá na ponta o que estiver acontecendo. Outra coisa é o INCRA junto com outras áreas, como o Ministério do Desenvolvimento Social atender a fome, as famílias que necessitam de comida, de assistência de saúde, que é uma questão de direitos humanos também, isso é muito importante. Agora, mais importante do que isso, Senador, que eu acho, é resolver o conflito lá na ponta. É ver se a terra é produtiva ou não é, é arrumar terra para as famílias ou não, se não é lá,

deve ser em outra, através do diálogo e do trabalho nosso resolvermos os conflitos pela terra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Passo seguida a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Obrigada, Senhor Presidente. Dr. Rolf eu quero lhe parabenizar pelo trabalho que vem fazendo à frente do INCRA Nacional, num Processo de recuperar um Órgão que foi completamente, seria até bom que o Senador Flexa, que tanto apoiou o Governo anterior ficasse e ouvisse. Então, quero lhe parabenizar pelo trabalho de recuperação, não só que V.Sª. está fazendo, mas o Governo Lula está fazendo de um Órgão que sucateado, que foi abandonado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso junto com o Ibama e outros Órgãos Públicos. Eu quero dizer, que a sua explanação aqui sobre concepção de Reforma Agrária, sobre concepção do que é o desenvolvimento sustentável foi muito importante, porque, exatamente até rebate algumas críticas aqui colocadas, não que eu ache que algumas críticas não sejam corretas, por exemplo, eu quero aqui até concordar com uma questão para não dizer que eu discordo em tudo do Senador Flexa. Não. É quase tudo. Algumas coisas eu concordo.

O que ele colocou em relação ao Termo de Ajuste de Conduta, assinado por INCRA, Ibama e Ministério Federal em relação aos manejos de exploração das empresas madeireiras, exatamente para não haver o desmatamento, infelizmente, aí não é responsabilidade do INCRA, não é sua responsabilidade, mas é responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente que tem dificultado, e tem, inclusive, empurrado esses empresários para a ilegalidade. Porque o termo de ajuste de conduta foi feito para um período intermediário, até que o projeto de Gestão de florestas possa entrar em prática, porque ele não é projeto que entra em prática da noite para o dia, fazer licitação de áreas públicas para poder fazer a exploração sustentável, o manejo sustentável, mas infelizmente no caso não é responsabilidade do INCRA, eu reconheço, mas a responsabilidade, sim, do Ministério do Meio Ambiente que está jogando no colo da bandidagem, empresários, inclusive, sérios empresários que apoiaram o projeto de Gestão de floresta.

Mas é uma questão, é só para mostrar que não é 100% a minha discordância. Eu quero aqui colocar uma questão que eu reconheço os avanços que têm acontecido na assistência técnica, inclusive, o Pará é um dos Estados onde só o investimento do PRONAF, Dr. Rolf, cresceu 1.600% em relação ao Governo anterior, só o PRONAF que é o Programa de Crédito. Então, o acesso ao crédito foi muito grande, realmente. Agora, é o Estado que tem maior quantidade de assentamento no Brasil. Mas como foram feitos esses assentamento no Governo Fernando Henrique Cardoso, do PSDB/PFL e outros?

Foi feito o maior programa de favelização agrária que esse país já teve. Mas é importante dizer assim: "Assentamos, coloca na televisão, faz a propaganda, que fizeram a maior Reforma Agrária do mundo". Fizeram a maior favelização agrária do mundo.

Esse assentamento aí citado tem nove anos! O que o Governo do Estado fez nesses assentamentos? O Governo do Estado é omisso! Omisso! 100% omisso nos assentamentos! Ele não dá atenção à saúde, educação absolutamente nada! Nada! É zero! O atendimento do Governo do Estado Pará aos assentamentos, tudo deixava para o Governo Federal quando se tratava de assentamento. Pode ser que o com o Vandencol(F) Ex-Secretário, agora é candidato a Deputado Federal, ele esteja indo lá levar alguma coisa, porque ele é candidato, ou porque está apoiando candidato, mas é uma prática que deve ser uma em um milhão, é isso que tem acontecido em relação ao Governo do Estado do Pará. Mas eu queria aqui levantar uma questão e fazer uma solicitação ao Presidente do INCRA.

O INCRA precisa, eu sei que o INCRA está fazendo concurso, está tentando recuperar. O INCRA que tinha uma quantidade de assentamentos pequenos, tinha 10 mil funcionários há alguns anos atrás, e diminuiu a quantidade de funcionários exatamente porque foi mesmo sucateado, porque a Reforma Agrária, na concepção do Governo anterior era jogar o povo, como foi falado aqui a 50, 100 km sem estrada, sem luz, sem água, sem assistência técnica, sem crédito, sem nada. Como Angelim, tem centenas, centenas e centenas no Estado do Pará. Então a herança maldita, a herança maldita herdada do Governo anterior é grande, e está se recuperando, está se tentando fazer assentamento. Porque não adianta dizer assim: "Assentamos milhares e milhares de famílias".

Favelização como eles fizeram, é melhor não fazer, porque é vergonhoso! Então, assentar como falou, com políticas públicas, a própria FAO reconhece. É impossível ter realmente desenvolvimento no campo, se não tiver políticas públicas de forma não apenas de curto prazo, mas de longo prazo para haver desenvolvimento agrário, em todos os países do mundo. Porque as pessoas não querem mais o isolamento. O programa Luz Para Todos tem levado um desenvolvimento imenso para uma série de situações, uma série de populações e uma série de assentamentos, porque os assentamentos são prioridades no Luz Para Todos, e tem trazido alterações, inclusive, na qualidade

de vida e na própria organização econômica desses assentamentos.

Então, não é só isso. Mas eu queria colocar, assim como condeno, acho indevido, acho que não justifica, acho que é uma atitude criminosa destruir laboratório, Senador Suplicy, eu sei que V.Exª. já também condenou esse tipo de prática. Foi feito isso no Estado do Pará, infelizmente. Eu sou parceira dos movimentos sociais. Eu sou parceira e aliada disso. Agora, aliada daquilo que é justo, reivindicação correta. Não sou de atitude criminosa. Eles destruíram o único laboratório que existia no Estado do Pará na área da pecuária. Então esse crime não dá para a gente concordar, eu não vou ser aliada, cúmplice de crime, venha de onde vier. Eu preciso deixar muito claro isso.

Agora a situação que está acontecendo de despejo, de sem terra de forma ilegal, isso também é crime, Dr. Rolf, é crime. Eu estou aqui com uma situação que é do grupo Quagliato, que agiu, inclusive, de má-fé na justiça para conseguir os objetivos. Por quê? Porque na verdade eles colocaram-na petição que as famílias tinham ocupado a fazenda Rio Vermelho. Juntaram um documento de propriedade atestando que o referido imóvel possui 26 mil hectares Oferecendo, inclusive, as coordenadas geográficas do imóvel. Com base nessa documentação os Advogados do MST e da CPT que é Comissão Pastoral da Terra, requereram ao INCRA uma análise completa da documentação. O resultado comprovou que a fazenda Rio Vermelho onde foi pedida a manutenção de posse fica a 13 quilômetros do local em que o acampamento estava localizado. Ou seja, a liminar foi usada para expulsar as famílias de uma área onde não foi pedida a manutenção de posse. Isso aqui é litigância de má-fé, isso aqui é crime. E infelizmente por determinação do Governador Simão Jatene do PSDB do Estado do Pará, do Secretário de Defesa Social, Manoel Santino, Secretário de Defesa Social, mas é em defesa dos grandes empresários. Eles estão lá protegendo a fazenda, com helicóptero, com duzentos policiais enquanto tem o maior índice de violência na região para as comunidades, a polícia está para proteger uma empresa que simplesmente ganhou terra da União. Esse grupo Quagliato que, inclusive, já foi condenado três vezes por trabalho escravo. Em três fazendas já foram achado trabalho escravo. Isso é um escândalo, porque um Juiz da Vara Agrária, ele poderia e deveria ter realizado conforme, inclusive, estabelece o código do Processo Civil no seu art. 928, ele deveria ter realizado uma audiência de justificação prévia. Mas não o fez, simplesmente despachou.

Então eu quero dizer, Sr. Presidente do INCRA, que eu quero aqui reiterar novamente, parabenizando o trabalho que o INCRA tem feito. Mas sei, também, que as dificuldades são muitas e gostaria só de fazer uma solicitação que o INCRA pudesse acompanhar mais de perto esses processos de reintegração de posse. Porque tem sido escandaloso no Estado do Pará, é de conhecimento público que o Governo do Estado do Pará, ele tem lado e ele é do lado dos grandes proprietários, ele é do lado dos que praticam trabalho escravo. (soa a campainha) Ele está do lado daqueles que infelizmente praticam assassinado dos trabalhadores, tanto que até hoje não prenderam o Adilson Laranjeira e o de Vantuir Gonçalves de Paula que foram condenados pelo assassinato do João canudo. Essa casa homenageou a viúva do João canudo, aqui no dia 8 de março pela passagem do Dia Internacional da Mulher, ela recebeu o Prêmio Bertha Lutz, porque uma mulher que perdeu o marido em 80 perdeu mais dois filhos em 85 e ainda incentivou, continuou na luta que o terceiro filho que sobreviveu ao seqüestro, fosse Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria.

Então, para concluir eu quero dizer que o INCRA, os órgãos federais, Dr. Rolf, é onde os trabalhadores se apóiam, porque infelizmente a polícia a mando do Governo do PSDB do Pará, que está tristemente há 11 anos, mais de 11 anos naquele Estado, ela tem servido não por conta dos policiais, com certeza, mas por conta daqueles que mandam na polícia servida a proteger o grande latifúndio e o latifúndio ilegal, ao trabalho escravo e, inclusive, aqueles que financiam a violência e a morte no campo. Porque elucidar em parte o assassinato da Irmã Dorothy, eu digo em parte porque a polícia não quis continuar as investigações, para não chegar nas ramificações políticas, em parte, porque muita gente que é culpado daquele assassinato continua solto, lépido e faceiro naquela região, porque foi um assassinato de repercussão internacional.

Então é essa solicitação, eu vou lhe passar, inclusive, esse documento do que aconteceu no Estado do Pará, esses 30 mil hectares de terra da União que foram grilados pelo grupo Quagliato...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – V.Exª. conclua só o pensamento.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – ...E solicitar isso que o INCRA acompanhe mais de perto a reintegração de posse que estão acontecendo no nosso Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – com a palavra o Presidente do INCRA, Dr. Rolf.

SR. ROLF HACKBART – Nós do INCRA e do Governo Federal sempre temos dito e gostaria de registrar isso nessa Comissão, não somos os melhores, fizemos tudo, tem muito por fazer. O que eu gostaria

e procurei deixar claro aqui no início da minha intervenção, qual é o rumo que estamos trabalhando. É o rumo do desenvolvimento sustentável, geração de ocupação, de renda, do reordenamento fundiário, da desconcentração da propriedade do uso da terra. Esse é o rumo. Que as pessoas tenham uma vida digna no meio rural. Esse é o nosso rumo. Para isso nós estamos fortalecendo o INCRA, nós estamos recuperando o INCRA, precisamos melhorar muita coisa na legislação, precisam convencer a sociedade brasileira mais ainda da importância da reforma agrária, da agricultura familiar, do desenvolvimento sustentável. É só assim que nós vamos ter futuro, como Nação, como País que acabe com a fome, com a miséria, que distribua renda, riqueza e o poder. Nesse caso, no caso do Pará, por exemplo, é muito emblemático. Nós estamos com trabalho uma programação operacional para este ano enorme de novo lá, de georeferenciamento, de criação de Projeto de Desenvolvimento Sustentável, de metas e nós vamos, sim, trabalhar muito no Pará.

No que diz respeito na reintegração na posse dos imóveis rurais, nós temos reivindicado sempre a todos os Juizes lá na ponta. Ouçam as partes antes, verifiquem na área quem está lá de fato, chamem o INCRA, que não seja feita na calada da noite, que a liminar não seja dada às 3h da manhã, às 5h, da polícia lá. São pessoas, são crianças, são mulheres, são cidadãos brasileiros que tem que ser respeitados, têm que ser tratados de acordo com a lei. Em todos os sentidos. Nós somos contra a violência, venha ela de onde vier. Em alguns lugares, em vários Estados, os Juizes já têm chamado o INCRA. Olha, tem uma reintegração na posse aqui, chamem o INCRA, chama o Ministério Público, chama os Parlamentares da região. Às vezes Vereadores, Prefeitos ou Deputados Estaduais vão lá na área. Em 90% dos casos onde é feito desse jeito, o diálogo tenha resolvido, porque as famílias... Ninguém quer apanhar, ninguém quer... Nenhum soldado lá na ponta, consciente, vamos dizer assim, ou policial militar, vai querer bater numa criança, numa mulher ou jogar... ou em situações mais graves ainda. Sempre o INCRA tem buscado a negociação, o diálogo para quê? Arrumar outra área, no mínimo uma outra área para ter o acampamento, uma área depois para assentar essas famílias. Ver como o município, o Estado se preocupa, também, para não ser só um problema da União. É o problema da sociedade brasileira, esse é o nosso grande desafio.

E é isso que nós estamos fazendo em todo o País, vamos fazer. Eu acho muito importante, Senadores, que a sociedade brasileira está vez mais consciente. Eu sou muito otimista nesse sentido, muito. Todo mundo... É nas escolas... O que nós temos distribuído de material sobre reforma agrária nas escolas primárias, segundo grau... São Paulo tem nos solicitado muito, fizemos uma cartilha lá com a POESPS(F), se não me engano, o que é a Reforma Agrária, como é distribuída a terra no País, qual é a função da Reforma Agrária. É muito importante que a sociedade se dê conta. Ou a ocupação do nosso território se dá de forma democrática ou nós não teremos desenvolvimento de cidadania no País.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Passo em seguida a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Só antes... Eu posso também ter direito, só para perguntar depois, Dr. Rolf, a situação do georeferenciamento, como é que está avançando lá no Estado. Eu sei das dificuldades e não poderia deixar aqui de dizer que é absolutamente, distante da realidade, para não dizer que é mentira, afirmar que o Governo não quis aprovar o orçamento. Todos sabem, a sociedade sabe, ninguém é mais bobo nesse País para ver que é a oposição que está protelando a aprovação do orçamento neste País para que o governo não trabalhe neste ano prevendo uma disputa eleitoral que nós já sabemos que será dura, mas a oposição, ela não faz oposição ao Governo, ela faz oposição ao País e o próprio Senador Flávio Arns aqui comentava que nunca em 15 anos de parlamento havia visto chegar no mês de abril esse tipo de irresponsabilidade. Nós na oposição jamais cometemos esse tipo de irresponsabilidade com o País, coisa que essa oposição, inclusive, já foi Governo está fazendo, chegar agora e não ter orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Antes de passar a palavra ao Senador Suplicy, eu só peço que esclareça a questão levantada pela Senadora Ana Júlia a respeito do georeferenciamento.

SR. ROLF HACKBART – Eu agradeço a contribuição da Senadora. São dois pontos que eu gostaria de marcar. Um: Sobre o orçamento geral da União, a minha observação aqui foi uma só. É colocar nessa Casa, como é lá na ponta, num órgão executor a não existência, a não aprovação do orçamento. Antes de vir para cá para essa audiência, seis telefonemas de Superintendências Regionais, que não tem dinheiro para a diária para os funcionários irem nas áreas, evitar o conflito, fazer a vistoria, entregar o crédito. Cadê o crédito? Nós estamos com mais de 300 milhões parados no tesouro nacional para obtenção de imóveis rurais. Os proprietários foram desapropriados. Nós já nos emitimos na posse em várias áreas, já criamos assentamentos. Eles têm o direito, então é ruim... Essa a única observação eu gostaria. A segunda...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero, antes de V.Sª. entrar no segundo ponto, eu só quero reafirmar o que a Senadora Ana Júlia Carepa já colocou que de fato em 15 anos de Parlamento eu nunca vi uma situação como essa de um País chegar no mês de abril e o Congresso não ter aprovado o orçamento. Para o Congresso é uma vergonha. Eu diria que isso esteja acontecendo. Em prejuízo do povo e da ponta, como V.Sª. coloca. Seja em que área for. Isso está prejudicando o cidadão, o processo de desenvolvimento, cidadania, e infelizmente é uma atitude, eu diria lamentável do Congresso Nacional.

SR. ROLF HACKBART – Só para acrescentar, a gente recebe lá no INCRA, por semana, no mínimo 20, 30 Prefeitos do interior do País. Eles passam aqui no Congresso, nos Ministérios, e vão muito no INCRA do meio rural. E nós temos muitas parcerias com as prefeituras, para fazer obras de infra-estrutura nos assentamentos. Está tudo parado. E aí é importante também saber que tem o calendário das chuvas nesse País. O País é muito diverso. Não é só Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, tem Amazônia, Acre toda.

Então, ou as obras são feitas num determinado período... Porque depois não adianta mais ter o orçamento.

Então, é muito complexo. O segundo, já é o georeferenciamento. A minha opinião é a seguinte, Senador. Amazônia Legal. Vamos focar na Amazônia Legal. Nós temos que intensificar e nós estamos buscando isso com o Ministério da Defesa, é uma parceria com o Exército brasileiro, que tem nos ajudado e muito, mas também falta orçamento, para fazer, entrar nessas áreas pública, federais, na Amazônia Legal, identificando quem ocupa, como ocupa e dar o destino a essas áreas, para fazer manejo sustentável, para fazer preservação, para promover o desenvolvimento. Nossa prioridade no ano passado foi em Anapu, mais de 800 mil hectares, agora vai ser a BR 163.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Concluiu Anapu? Porque tinha a informação que não tinha concluído. Antes de mudar, então seria interessante Dr. Rolf... Vai concluir. É isso que eu queria saber.

SR. ROLF HACKBART – Nós vamos concluir Anapu. Falta pouco. Porque tem áreas... Quem não conhece a região, como a Senadora conhece, não se entra só com o Exército, é a Polícia Federal, é o Exército, aí falta combustível, não tem diária, não tem orçamento, essa é nossa vida. Agora a prioridade é a BR 163. Mas há demandas enormes, em Rondônia, o norte de Mato Grosso, o sul do Amazonas... São áreas que nós temos que imediatamente... quer dizer, tem que chegar a presença do Estado até para resgatar os objetivos e o espírito da Irmã Dorothy e de tantos outros que lutaram no Pará, antes dela, em toda a Amazônia Legal, nossa determinação é parceria com o Exército para entrar nessas regiões, Polícia Federal, IBAMA, Exército, INCRA, e identificar quem ocupa, como está sendo ocupado e mais importante do que isso, é dar o destino. Também não pode só identificar, fazer uma bela foto, SIVAM, *power point,* e não dar o destino para essas áreas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Passo então a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para fazer também os seus comentários e indagações.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, prezado Rolf Hackbart, Presidente do INCRA. Primeiramente, com respeito às próprias observações da Senadora Ana Júlia, relativamente à maneira como às vezes o movimento social tem agido, eu até gostaria de passar às mãos do Presidente do INCRA, e também passo às mãos do Presidente, pediria até que fique registrado nos anais desta Comissão, nesta Sessão, primeiro uma carta pública que corresponde em boa parte ao que eu falei da Tribuna do Senado ao MST, e dirigida a um dos coordenadores nacionais ao movimento dos trabalhadores rurais sem terra João Pedro Stedile, e depois uma carta aberta a mim próprio, porque este meu pronunciamento foi transformado de alguma maneira em artigo publicado na folha em 17 de março. No dia 24 de março o ex-Deputado Federal e Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Plínio de Arruda Sampaio, fez uma carta aberta a mim de forma muito companheira e construtiva fazendo observações sobre o que eu havia mencionado, e depois eu publiquei mais uma carta, um diálogo com o Plínio de Arruda Sampaio, o MST, o Governo Lula e a própria ARACRUZ CELULOSE, onde basicamente, Sr. Presidente, eu ponderei com companheirismo aos membros do MST que seria importante se eles pudessem sempre caracterizar as suas manifestações, até mesmo os seus atos eventualmente de desobediência civil, seguindo as recomendações ora de Mahatma Gandhi, de Martin Luther King Jr., mas que, sobretudo, essa essas ações fossem caracterizadas pela não violência, pelo respeito aos seres humanos, à integridade física, até mesmo daqueles com os quais nós possamos estar discordando, mas também, inclusive, com respeito àquilo que constitui algo que foi criado pelo esforço de pessoas, de trabalhadores.

Então, a destruição física, por exemplo, de um laboratório como o laboratório da ARACRUZ ali no Rio Grande do Sul, seja das mudas de eucalipto, seja dos equipamentos que lá estavam, mesmo quando são que-

bradas as instalações como ainda de edifícios públicos ou privados, como, por exemplo, ocorreu nesta semana ali em manifestações de Belo Horizonte, ou o que foi mencionado pela Senadora Ana Júlia, a destruição de um laboratório ali no Estado do Pará. Quer dizer, eu pelo menos argumentei junto aos companheiros do MST que as suas ações, elas terão maior respaldo junto à opinião pública, porque normalmente há uma vontade, eu acredito, do povo brasileiro, na sua imensa maioria, de ver o caminho na direção de uma ordem social econômica mais justa. E isto envolve, obviamente, a realização mais rápida da Reforma Agrária.

Então, quando, por exemplo, o MST (soa a campainha) organizou a grande marcha sobre Brasília, quando vieram milhares de pessoas dos mais diversos Estados, inclusive, dizendo em cada um dos Municípios por onde passavam, da importância de se acelerar a Reforma Agrária, e naquela ocasião se tratava de um ato de memória em relação aos que foram objeto de um massacre ali em Eldorado dos Carajás, já se tornou uma data importante, o 17 de abril. Então, quando eles realizaram aquela marcha, eu me lembro de ter visto aqui em Brasília, era a filha que vinha com a sua mãe e a sua avó, descia do prédio para dizer: "Nós estamos com vocês, achamos justa a sua causa". E naquela ocasião, por exemplo, quando foi o segundo ano de um ato de memória, o episódio de Eldorado dos Carajás, houve uma grande repercussão. E em algumas ocasiões, como no artigo que o Plínio de Arruda Sampaio, com muito companheirismo, disse a mim: "Olha, Eduardo, mas às vezes o ato de desobediência civil, se não realizado, ele não chama à devida atenção para aquilo que é importante". Ora, eu até respondo para o Plínio, para o MST que sou solidário com respeito aos índios Guaranis, cuja aldeia foi ali destruída por uma ação de desapropriação causada pela ARACRUZ CELULOSE, pelo que eu pude compreender, e a maneira como ali foi feita também, foi por forma de desrespeito às pessoas físicas dos índios, então... Mas é importante que possamos, nós, inclusive como a Ana Júlia, eu, e o Senador Flávio Arns, que somos representantes do povo, e que muitas vezes somos chamados para estarmos junto ao MST, ao movimento pela moradia, ao movimento pela saúde pública, pela educação. Nós queremos estar juntos, mas até para que nós possamos estar solidários, melhor estaremos nos sentindo se o ato for caracterizado muito mais pela força da alma do que pela força física, ou por atos eventuais de desrespeito ao ser humano ou àquilo que tiver sido construído, muitas vezes, por trabalhadores.

Então, é possível que o Presidente Rolf Hackbart até já conheça esse texto, mas eu encaminho então às suas mãos, mas eu pediria a sua reflexão. Porque avalio que é um momento importante, e nossos companheiros do MST, eles estão atentos à sua palavra aqui no Senado. Mas gostaria também de lhe perguntar: Primeiro, sobre a meta desse ano. Nós estamos no dia 05 de abril, e o Presidente Lula colocou como meta, inclusive, junto ao movimento social, seja a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, seja junto ao MST, aos outros movimentos que são... Que têm relação com a questão agrária. Que neste ano, há o propósito de completar a meta de 400 mil famílias. Se, até 2005, foram assentadas 245 mil e 61 famílias, isso envolveria a necessidade de em 2006 haver o assentamento de praticamente 155 mil famílias. Em que pese os problemas da aprovação atrasada do orçamento prevista para terça-feira próxima, será viável isto? Será viável até eventualmente superar isto? Pediria também que relacionado a este tema, pudesse o Presidente Rolf Hackbart também esclarecer esse número, 245 mil são de alguma maneira questionados e tudo. Ele representa o número real (soa a campainha) diante das observações feitas?

A outra questão importante também relacionada ao tema, que até o Plínio de Arruda Sampaio colocou no artigo, e me parece que é bastante razoável, refere-se aos índices de produtividade, exigidos para se considerar uma propriedade socialmente produtiva.

Ainda ontem, eu fiz uma visita ao novo Ministro Guilherme Cassel do Desenvolvimento Agrário, e comentei isto com ele. Data de 1975, os indicadores de produtividade então formulados, acredito que por Decreto, pediria até que esclarecesse como é que é a maneira que se define, mas são de 75 os indicadores de produtividade que define se uma terra está sendo de acordo com a Constituição socialmente produtiva. Eu fui informado que em 1999 tanto a EMBRAPA quanto a UNICAMP, elaboraram novos indicadores de produtividade que estariam, portanto, prontos para o Governo, e que essas duas instituições, de maneira independente, teriam chegado a indicadores semelhantes. Quem me deu essa informação foi o Presidente do INCRA, Plínio de Arruda Sampaio.

Ora, o Governo estaria então com praticamente tudo pronto para definir os indicadores de produtividade. Que, em reuniões entre os Ministros, isto o Ministro Guilherme Cassel informou-me, há uma certa dificuldade uma vez que o Ministro Roberto Rodrigues avalia que não seria oportuno agora estar se definindo os novos indicadores de produtividade, dado a grande reação que poderiam alguns proprietários de terras no Brasil ter. Mas, em diversas áreas, por exemplo, em Estados como do Rio Grande do Sul, do Paraná, Santa Catarina, e São Paulo mesmo, e outros, se não houver a consideração de novos indicadores de produtividade,

isto pode estar dificultando a realização da Reforma Agrária, no ritmo que seria o desejável e justo.

Então, eu pediria a sua consideração a respeito. O estágio de debate que hoje existe dentro do Governo, até para que nós, Senadores, possamos dialogar com os Ministros, com o Presidente Lula a respeito deste assunto, porque me parece que seria razoável que pudesse haver a definição o quanto antes. Até levando em conta um argumento do próprio Ministro Roberto Rodrigues, que volta e meia enaltece tanto o crescimento da produtividade da agricultura brasileira. Portanto, se de 1975 a produtividade da terra, da agricultura brasileira progrediu tanto, não seria de bom senso que nós adotássemos novos indicadores de produtividade para definir o que é que na Constituição considerado socialmente produtividade? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Passo a palavra ao Dr. Rolf.

SR. ROLF HACKBART – Agradeço as contribuições, Senador Suplicy. Sempre pertinentes e instigantes. Eu vou começar pela última, e dar a minha opinião com a responsabilidade que eu tenho. Se a direção do INCRA, do MDA e quem vos fala aqui, assumindo a responsabilidade, está certa, está correto, no rumo certo, ou seja, a sociedade brasileira, a grande parte deseja isso, do primeiro ponto que eu falei aqui, qual é o nosso objetivo? É o desenvolvimento rural sustentável. Se isso estiver correto, a atualização dos índices de produtividade ela é fundamental não só para a Reforma Agrária. O que é que eu quero dizer? A nossa Constituição é clara. O imóvel rural tem que cumprir uma função social. Muitos movimentos sociais até falam, e setores sociais, que tem que ter um limite à propriedade. Na Coréia, Taiwan, que a gente esteve numa conferência internacional, eles lá estão num maior debate no Congresso, porque lá o limite mínimo são dois hectares e o máximo é cinco. Eles querem baixar de dois para três. O mínimo e o máximo. E são Países de economia capitalista dinâmicas, vamos dizer assim.

Então, se isso está correto, o imóvel rural tem que cumprir uma função social e o cumprimento da função social ele é medido por três critérios: O ambiental, o trabalhista e o econômico. O econômico é: O seu imóvel é produtivo ou não é produtivo? Segundo os critérios estabelecidos. Ajuda, inclusive, o proprietário deste imóvel dizer: "Olha, eu não tinha me dado conta. Meu imóvel não é produtivo. E eu não estou obtendo renda para pagar dívida de Banco, por exemplo". E aí nesse sentido eu acho que a securitização feita, o PESA, foram alívios, mas não resolveram um dos problemas estruturais do setor patronal que é o endividamento. São mais de trinta bi de dívida ao Tesouro Nacional.

Então, a atualização dos indícios de produtividade ajudam nesse sentido. "Olha, é melhor eu pegar o meu recurso e aplicar numa outra atividade econômica ou produzir um outro produto". Muitos produtores, Senador, no INCRA vão agradecer o fato do INCRA fazer a vistoria. E isso nós estamos buscando mudar no INCRA. Não uma questão punitiva, penalizante. "Olha, o seu móvel deve ser vistoriado". Muitos têm agradecido. "Puxa, não tinha me dado conta". Agora eu sei o tamanho da propriedade. Para vocês terem uma idéia, ele declara lá, tem uma escritura 2.132 hectares, aí o INCRA vai lá agora e felizmente com o GPS novo, e olha, não tem 2.132 hectares. Tem 1.812. "Puxa, que bom, nem eu sabia", eu o proprietário. Avalia o cumprimento da função social. Puxa, eu não sabia que eu tinha problema ambiental. Como é que eu corrijo? Porque eu desmatei tudo, o rio está acabando. "Nossa, a legislação trabalhista também falta assinar a carteira direito". Eu não renovei, eu não paguei direito. Isso pode me dar problema trabalhista. E muitos casos: "É, eu não sabia que eu era improdutivo. Estava me dando conta que não sobrava nada de dinheiro. Eu não conheço pagar o Banco". "Pois é, o Senhor está abaixo dos índices mínimos". Por isso que é importante. A legislação não falta no País. Nós temos legislação boa. A lei manda atualizar.

Bom, o que é que nós fizemos? Resgatamos um trabalho da UNICAMP. Nós sempre temos ditO – "Vamos buscar a grife da UNICAMP, para não dizer puxa, isso é uma coisa do INCRA, vira aquele debate ideológico, querem penalizar...". O estudo está pronto. No dia 7 de abril do ano passado, não, de 2004, o então Ministro Miguel Rosseto, entregou para o Presidente da República o estudo feito pela UNICAMP referenciado pelo INCRA MDA, pronto. O que é que falta? Depois foi feito um trabalho junto com o Ministério da Agricultura, a atualização é uma Portaria interministerial do Desenvolvimento Agrário e do Ministro da Agricultura. Falta publicar esta Portaria. O estudo está pronto, elogiado, inclusive, pelo Ministro da Agricultura, "Olha, o trabalho está muito bem feito, falta uma decisão política de fazê-lo". A minha opinião, isso que eu quero deixar bem claro, é bom para todos, inclusive para os proprietários.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Poderia só dar um exemplo, se por acaso souber, vamos supor, uma propriedade de tal área para ser produtivo, hoje precisa ser tanto. Não sei se...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Para efeito de registro a pergunta é do Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – É porque pode ser útil para uns. Vamos supor, uma pro-

priedade de mil hectares ou tal... Qualquer número que escolhesse.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Deixe-me completar isso, até porque, Senador Suplicy, eu acho que como não somos tantos aqui na Comissão, e esse tema é importante, tem projeto aqui tramitando aqui nesta Comissão sobre isso. E eu tenho sido cobrada porque pedi vistas, exatamente por Senadores e Senadoras que não querem alterar esse índice de produtividade. Vamos deixar claro aqui. Não querem que altere viu Flávio Arns, V.Exª. que é Vice-Presidente dessa Comissão, a cobrança é no sentido de não alterar. Essa que é a verdade.

Então, tem gente que não quer que altere esse índice porque se preocupa de que torne mais evidente ainda que suas propriedades não sejam produtivas. Porque isso é verdadeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Antes do Presidente do INCRA se deter nas considerações que foram feitas, que eu só quero dizer como Vice-Presidente desta Comissão, que esse debate, inclusive, de uma certa forma, aconteceu. De uma certa forma. Eu só gostaria de ressaltar o que o próprio Dr. Rolf colocou e para outras situações, mas que se aplica a esta também que tem que haver o diálogo, entendimento. Foi levantada a dificuldade que muitas pessoas passam em termos do estabelecimento de políticas agrícolas bem definidas em nosso País.

Hoje em dia, nós vemos a situação de muitas pessoas que, inclusive, deixam de plantar, porque essas iniciativas podem ir para falência em função de preço de comercialização, em função de dívidas agrícolas, em função de uma série de fatores que teriam que ser levados em conta. Ao mesmo tempo, existe a pressão dos momentos sociais, como foi colocado, e eu acho que existe um consenso legítimo também.

Então, tudo isso tem que ir para... Vamos dizer, para um debate, uma discussão. Temos estudo já como foi mencionado da própria UNICAMP, que tem uma preocupação grande, também, que tem toda a condição de fazer estudos dessa natureza.

Então, nesse sentido que eu tenho a impressão que mesmo aqui no Senado, houve a discussão, mas não houve o aprofundamento. Sem dúvida alguma, a redefinição desses índices deve acontecer, mas fruto, eu diria, dessa convergência aí que pode ser criada também.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Talvez até, Senador, a gente possa aqui de comum acordo propor, inclusive, uma audiência para que a gente possa ouvir os diversos argumentos. Porque realmente o País é diverso, o País é diferente, tem diferenças regionais.

Então, como é um tema que merece essa discussão realmente, esse diálogo, eu acho que caberia em vez de uma votação açodada, essa proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Um debate, um aprofundamento sobre o tema índices, atualização de índices de produtividade. Sem dúvida alguma. Enalteço, acho que isso pode ser objeto de um Requerimento, se V.Exª. concordar, até no dia de hoje, ainda. Já aprovaríamos esse Requerimento.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu faço um Requerimento oral e depois faço por escrito que a gente possa, antes inclusive de votar essa matéria sobre o índice de produtividade, eu tenho certeza que o Senador Suplicy também concorda, não é isso Senador? Assina junto comigo e o Senador Flávio Arns também que nós possamos fazer esse debate amplo, convidando...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Nesse caso seria convidar o Ministro Roberto Rodrigues e o Ministro do Desenvolvimento Agrário para trazer além dos esclarecimentos que o Presidente do INCRA está nos dando hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então, eu já submeto à votação esse Requerimento, colocado de forma oral, de forma verbal pela Senadora Ana Júlia, mas já na seqüência, nesses termos em que estamos colocando, convidando os Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, para debaterem nesta Comissão a questão relacionada ao estabelecimento de novos parâmetros para índices de produtividade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E que segundo o esclarecimento agora dado pelo Presidente do INCRA, estão praticamente prontos, basta haver a decisão política do Governo, portanto, de ambos, o Ministro e do Presidente da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com o complemento colocado sabiamente pelo Senador Suplicy.

Então, em votação o Requerimento. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

SR. ROLF HACKBART – Só para fechar essa parte dos índices, Senadora, tem uma decisão interna, e eu procuro ser bastante disciplinar do Governo de não abrir esse debate com números, porque isso é nitroglicerina pura. Eu acho que do ponto de vista econômico, e para complementar a Constituição Federal, é fundamental a atualização. Inclusive, para a obtenção de imóveis rurais. Dizem, até erradO – "Ah,com novos índices o INCRA vai obter tanto a terra". Eu acho que não. Agora, vai ajudar que a terra cumpra sua função social. No caso da soja, São Paulo

pegar o seu Estado, hoje a média, o índice atual, não. A média no Estado de São Paulo hoje é de produção 2.366 quilos por hectare de soja. É o que se pratica na média. O Senhor sabe muito melhor do que eu o que é média, moda, mediana. A UNICAMP usou a média. 2.366 quilos por hectares de soja em São Paulo. O INCRA utiliza 1.9OO como parâmetro. Atualmente. E a proposta é passar para 2.200. Quer dizer, abaixo do que se pratica a média hoje em São Paulo. É só para dar um exemplo do estudo aqui. Agora, eu chamaria atenção para um dado que o Senhor mesmo levantou, e o Deputado Delfim Netto, Economista Delfim Neto, escreveu um artigo essa semana na Veja, se não me engano. Eu acho que é muito útil. Se eu fosse Senador eu pegaria esse artigo iria para o microfone e fazia um belo debate.

Carta capital. Sobre índice de produtividade e endividamento agrícola. Eu tenho certeza que ele não quis, mas eu faria esse gancho. Delfim Neto. O que é que ele diz: "A produtividade aumentou tanto...". Aí ele mostra os dados.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Foi dessa semana? Eu li.

SR. ROLF HACKBART – Foi dessa semana. Ele mostra os dados de 99 para cá como aumentou a produtividade, mas não resolve o endividamento.

Bom, essa é uma contradição. A tese dele é o seguinte, apesar do aumento e o tamanho da produtividade, qual é a resposta minha, óbvia? Bom, a securitização foi mal feita. Não conseguem pagar. Alguns setores não conseguem pagar o seu endividamento.

Mas, Senador, eu tenho um outro dado aqui que é importante. 1985, o País produzia 49 milhões de hectares, cerca de 85 milhões de toneladas. Em 2005, passamos para 53 milhões de hectares. Não foi tanto o aumento. De 49 para 53. Mas, a quantidade de toneladas passou de 85 milhões para 123 milhões de toneladas.

Então, realmente... E é isso que eu volto ao primeiro ponto. Pena que tem tão pouco Senador aqui. Mas o que é que é? O primeiro ponto é o seguinte: Se produz tanto. O que isso impactou na natureza, no meio ambiente? Para que é que serviu esse aumento da produtividade? Como está a distribuição dessa renda? Evidentemente tem uma contribuição enorme para a economia brasileira. Quem usufruiu da renda, do lucro obtido com essa produção? Aí entram os índices. Que critérios podemos atualizar para ver se é produtivo ou não é, de acordo com a região, de acordo com o produto, a partir dos biomas, quer dizer, tem todo um critério. A UNICAMP é uma universidade reconhecidíssima no mundo inteiro. Não precisa falar mais nada.

Segundo, procurar ser mais rápido aqui, sobre o primeiro aspecto, Senador, o seu artigo eu li. Do Plínio eu li, tenho todos eles de cor. São todas pessoas conhecidas e o debate é quente. Não é o assunto aqui. Eu gostaria de aproveitar esses artigos e relatar o que eu vivi ontem na minha sala no INCRA. E botar um outro assunto aqui na Mesa. Uma das tarefas que o INCRA tem é de titular os territórios remanescentes das comunidades quilombolas. Em todo o País. Estima-se em mais de quatro mil comunidades. Nós estamos trabalhando com trezentos e tantos processos. A tarefa do INCRA não é reconhecer a comunidade, é identificar, delimitar e titular o território. Um território às vezes tem várias comunidades. Na minha opinião, comunidade é autodeterminação dos povos.

Bom, no Estado do Espírito Santo, tem um Município, no norte do Espírito Santo e no sul da Bahia tem, por baixo mais de 50 comunidades. Todas dentro do Eucalipto, dentro de áreas da ARACRUZ. Todas. Um conflito enorme está estabelecido lá. Vai aflorar nos próximos dias, meses. O que é que eu quero levantar com isso? Com base nesses artigos, nós temos um problema para ser discutido, e encaminhado no Governo Brasileiro é o Modelo de Desenvolvimento Agrícola. Modelo do Desenvolvimento do setor primário. Não sei se estou sendo chato, mas eu volto lá para o primeiro ponto de novo. Que modelo nós queremos para o nosso País? Esse é o ponto. Eu não quero que o País vire um canavial, um eucaliptal, um sojal. Eu não imagino a Amazônia com a monocultura da soja. Para o futuro, para as próximas gerações.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Seria absolutamente insano.

SR. ROLF HACKBART – Isso que eu chamo, eu não, todos os autores, de sustentável é para as futuras gerações. Não é nós. Agora está tendo uma reunião lá no INCRA em que uma companhia, importante siderúrgica nacional que está já instalada no sul do Pará e várias outras regiões, do Maranhão, do Pará... O que nós estamos tratando agora lá no INCRA, a nossa equipe? Desafetar assentamentos mal feitos há 15, 20 anos atrás... Desafetar a área. O termo é esse mesmo. Eu acho horrível. É passar o domínio da terra, quer dizer, acabar com o assentamento, tirar o assentamento que praticamente não existe, mal feito, e dar um outro destino àquela área. Que é pública, federal. Para grandes projetos de reflorestamento de eucalipto, mas aí quando vai olhar o estudo geológico, os assentamentos e essas empresas estão em cima de uma maior reserva de nióbio do mundo. É isso que está em jogo. E qual é o desenvolvimento para aquela região? Para não ter mais...

Agora nós estamos registrando 10 anos de Eldorado dos Carajás. Agora 17 de abril, naquela região. Que tem um subsolo riquíssimo. Uma biodiversidade fantástica.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ROLF HACKBART – Grandes projetos. É isso que nós queremos discutir. Não só o INCRA, evidentemente que não. É o Senado Federal, é o Congresso, os governos, as universidades, os movimentos sociais, os partidos políticos. É que tipo de desenvolvimento nós estamos construindo para o nosso País. Esse é o ponto. Para além dos artigos, do debate, das ações em si, o que está na nossa mesa lá no INCRA é isso. É o sul da Bahia, o Espírito Santo, prestem atenção, falei muito do Espírito Santo nessa Sessão, o norte, eucalipto, o sul, cana, sobraram aquelas comunidades descendentes de alemães, pomeranos, até com o meu sobrenome, fala a minha língua lá, ainda produzindo um pouco de café ali, orgânico, artesanal, um nicho de mercado pequeno. Os demais está tudo na grande vitória, os jovens estão lá, no desmanche de carro, no narcotráfico, no desemprego, na prostituição. Eu não quero um País assim desenvolvido. Eu quero desenvolvimento sustentável. É isso que todos nós queremos, em princípio todo mundo quer.

Aí se inserem, também, esse debate sobre o questionamento dos modelos. As empresas já tiveram na minha sala. Quando eu coloco esse ponto, eles se assustam. Sempre vieram os empresários da Finlândia. Por que Senador? Porque a fotossíntese no nosso País é fantástica. Aqui tem 12 meses de fotossíntese. Na Finlândia três. Então, uma árvore de eucalipto lá leva anos, aqui bem menos anos.

Então, por isso que milhares de hectares num sistema rotativo, no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, parece que querem levar para o Acre, agora, na Bahia, em vários outros... Todo o nosso sudeste aqui, e o mercado da celulose para os próximos 20, 30 anos é fantástico. Extremamente rentável.

Então, se há 506 anos levavam o pau-brasil, a árvore, agora levam a pasta. Fabricam o papel na Finlândia, e vendem para nós aqui de novo. Em princípio, eu não sou contra isso. Agora, qual é o modelo nosso de desenvolvimento aqui? Para onde vão as pessoas? Para onde vão os filhos dos agricultores familiares? Quem é o sem terra? É o expulso do campo. Esse que é o grosso do sem terra. Mais do que isso. Nenhum cidadão brasileiro está escrito na sua certidão de nascimento, carteira de identidade que ele só pode ser agricultor, outro dentista, outro médico, outro Deputado, outro Senador.

Então, tem muitas pessoas que vivem nas periferias, nos grandes centros urbanos, que querem, sim, trabalhar na agricultura. E a construção civil, na década de 50, 60, 70, não reclamou tanto que vinham os não qualificados do campo para trabalhar na construção civil. Estava ótimo. Vamos lá. Por que é que agora não podem voltar para o campo e muitos se questionam: "Olha, esse não é apto, não é apto a ser assentado, a trabalhar no setor primário". Sim, mas é apto ao quê? Qual é o direito básico da nossa Constituição? Meta, Senador, a frase não poderia ser outra. Nossas metas estão mantidas. Nós vamos perseguir as metas, sempre. Acho, num debate muito fraterno aqui, se não bem trabalhadas as metas, explicado qualidade, critérios, como o INCRA conta, qual é o nosso critério de contagem. Se isso não for transparente, claro, e a minha tarefa no INCRA é... Próximo divulgação de metA – Ser mais detalhado. O que é que é a regularização, o que é que é assentamento, o que é que é área nova, o que é retomada de terra pública? Isso tem que estar transparente. Pode virar uma armadilha. Todo mundo discutiu meta, meta. A nossa meta são 155 mil famílias novas que passam a incorporar o Programa Nacional de Reforma Agrária. Em terras retomadas, desapropriadas, algumas compradas, nós temos que deixar isso muito claro. Agora, duas coisas nós não abrimos mão. As famílias estão da terra e a terra é da União. Quer dizer, não tem essas de "família com promessa de", ou acampada lá. Não, isso não. E onde tiver nós vamos corrigir. Aí não tem arrogância, também. Está tudo certo, está tudo... Não. Tem erros, vamos corrigir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Até março foi possível já avançar nessa direção?

SR. ROLF HACKBART – Muito pouco, nós estamos hoje com 11 mil. Agora, sempre tem um ciclo no INCRA. Final do ano isso aumenta. Porque tem todo o processo de obtenção dos imóveis, seleção das famílias, documentação. Até na terra aí é outro. Vou citar o exemplo das ilhas ao entorno de Belém. São terras da União, as ilhas, nós estamos criando assentamentos. Acho que esse é um exemplo bom assim para um debate. As famílias estavam para ser expulsas das ilhas. São dezenas de ilhas em torno de Belém. Aliás, quem não conhece vale a pena ir lá ver, de tão lindo que é. As famílias estavam para ser expulsas dessas ilhas. Sem nada, sem nenhuma política do Governo do Estado, nem dos Municípios...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – São mais de 40 ilhas.

SR. ROLF HACKBART – ... Os Prefeitos lá, desesperados. O que nós fizemos? Criamos assentamentos, sim. A terra já existia? Já. Era da União? Era. As famílias

estavam lá? Estavam. Como elas estavam? Ninguém pergunta. Abandonadas. Eu fui lá. Várias pessoas do INCRA foram. Uma festa, uma alegria. As famílias para serem reconhecidas pelo Estado, ter direito ao crédito habitação, ao crédito de compra de equipamentos, a recuperação, estão organizando em cooperativas, a energia... Está chegando o PRONERA, eles exportam açaí, exportam a poupa do cupuaçu, já têm renda. "Ah, não pode contar". "Ah, eu vou contar". Elas passam a incorporar o Programa Nacional de Reforma Agrária com seus direitos etc etc.

Então, só para dar um exemplo. As metas estão mantidas, essa questão do orçamento ela é gravíssima. Nem vou falar na área de saúde, que não é minha área. Mas para a Reforma Agrária o impacto é enorme, negativo. Os proprietários que oferecem terras para o INCRA ou foram desapropriados, estão sendo desapropriados aumentam a tensão no campo. Claro. "Opa, eu não vou receber, esse orçamento não foi aprovado, é TDA, cadê meu dinheiro de benfeitoria". Então, a tensão aumenta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Inclusive, até entre a família, porque o Sr. Francisco Linhares, "Cataco" de propriedade lá em Castilho, que inclusive com a presença do Presidente do INCRA, os representantes dos movimentos sociais do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, do MST, perante o Ministro do Supremo Tribunal Federal que juntou as partes, inclusive na minha presença, fui testemunha, para chegar a um entendimento, e foi feita então... Quer dizer, resolveu-se assim de uma maneira a não ter problemas ali de violência, etc. E o proprietário, ao final, concordou em nome da família, e ele está desde outubro, novembro, quando ocorreu isso, sendo cobrado pela família, e agora o pagamento que havia sido prometido? E eu tenho dito, quando for votado o orçamento. E ao Presidente Rolf Hackbart tem me ditO – Será dos primeiros. O primeiro da lista.

Então, só para citar um exemplo do que ocorreu efetivamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Do prejuízo... Quer dizer, por um lado o grande mérito de ter havido esse entendimento e o prejuízo que a falta de orçamento traz em função de todo o problema social.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Última e pequena informação relativo também ao entendimento ali do Governo do Estado de São Paulo, o INCRA, relativo a uma área da SABESP, se porventura há uma informação nova, por acaso até o pessoal lá dos trabalhadores me ligou há pouco para saber se havia alguma informação nova de entendimento entre o INCRA e a Secretaria de Recursos Hídricos do Governo do Estado de São Paulo, porque eu telefonei, inclusive, para o Governador Geraldo Alckmin, na semana passada, três, quatro dias antes de deixar o Governo, lembrando que o entendimento foi feito para que o INCRA pudesse adquirir aquela área e ser objeto de assentamento. Só se há alguma informação nova.

SR. ROLF HACKBART – Não, a informação é a mesma. O INCRA e o ITESP terminaram a avaliação da área, está com a resposta agora para ser dada pela Secretaria de Recurso Hídricos do Governo do Estado de São Paulo. De nossa parte nós queremos o imóvel para assentar aquelas famílias.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Esta Comissão de Agricultura e de Reforma Agrária do Senado Federal, agradece a presença de V.Sª., Dr. Rolf Hackbart, que é Presidente do INCRA, ainda justificando a ausência de um número maior de Senadores em função do aspecto já mencionado, que a Sessão do Senado foi antecipada para a manhã do dia de hoje, além disso, nós temos duas CPIs em funcionamento que é a CPI dos CORREIOS e a CPI dos Bingos, e, além desses fatores, também outras comissões que estão em funcionamento. Mas, eu quero destacar que a TV Senado e os meios de comunicação do Senado, a rádio, a Agência Senado, realmente fazem um papel extraordinário. Porque através particularmente da TV Senado, o Brasil vai poder acompanhar essa Audiência Pública não só por uma vez, normalmente, inclusive, até retransmitida mais de uma vez, duas vezes, e quero destacar também, eu diria a qualidade da apresentação de hoje de manhã. Realmente, foi uma oportunidade impar, eu diria, para não só nos debruçarmos sobre os números, e termos assim a felicidade de ver que as metas estão sendo cumpridas, não só vendo em termos de orçamento, eu diria, porque muitas vezes nós dizemos que o lugar de criança é na escola. E muitos de nós já estamos dizendo no Brasil que lugar de criança é no orçamento. Porque se tiver orçamento, ela vai ter escola, vai ter merenda, vai ter livro, Professor vai ser remunerado, e Reforma Agrária, o lugar de Reforma Agrária não é só no discurso, na convicção, mas que essa convicção seja transportada para o orçamento.

Então, o orçamento é claro quando nós tínhamos novecentos milhões e hoje nós temos três anos depois três bilhões e meio para esta finalidade, isso significa um aumento de 350%, insuficiente como V.Sª. colocou, mas representa a vontade de realmente fazer com que esta iniciativa seja concretizada no Brasil. Mas, independente dos números, das metas, dos números dos orçamentos, dizer que a audiência foi,

eu diria, muito proveitosa para todos nós pensarmos nas razões pelas quais devemos nos envolver nesse debate, nesses encaminhamentos na busca de um Brasil mais justo, mais desenvolvido, mais justo para todos os seus cidadãos.

Então, eu diria que foi uma oportunidade impar, boa, maravilhosa, de todos nós, inclusive, através dos meios de comunicação do Senado, pensarmos sobre essas necessidades. Agradeço muito a presença de V.Sª., desejo que o trabalho profícuo continue acontecendo no clima de entendimento, de diálogo, para que todas as partes sejam chamadas a contribuir, e Oxalá, através do INCRA, também, que o INCRA dê toda a contribuição, como vem dando, para que o Brasil seja melhor. Obrigado, e declaro encerrada a Audiência Pública.

(Sessão encerrada às 12h35.)

Ata da 5ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 12 de abril de 2006.

Às dez horas e dez horas e vinte oito minutos do dia doze de abril de dois mil e seis, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **SÉRGIO GUERRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos Senadores: **JONAS PINHEIRO, DEMÓSTENES TORRES, GERSON CAMATA, MAGUITO VILELA, FLÁVIO ARNS, ANA JÚLIA CAREPA, OSMAR DIAS, ÁLVARO DIAS, AMIR LANDO, DELCÍDIO AMARAL, JOÃO ALBERTO SOUZA, CÉSAR BORGES, NEY SUASSUNA, GARIBALDI ALVES FILHO** e do Deputado Federal **WELLINGTON ROBERTO**. Havendo número regimental, é declarada aberta à reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Guerra, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, de acordo com a seguinte Pauta – Audiência Pública com o objetivo de instruir a Medida Provisória nº 285, de 2006, sobre as operações de crédito rural, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, em cumprimento ao Requerimento nº 1, de 2006-CRA de autoria do Senador Sérgio Guerra e ao Requerimento nº 2, de 2006-CRA, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, com a presença dos seguintes convidados: Mauricio Rodrigues, Secretário de Política de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional; José Gerardo Fontelles, Assessor Especial do Ministro da Fazenda; Roberto Smith, Presidente do Banco do Nordeste; Edílson Guimarães, Diretor do Departamento de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **RESULTADO –** Audiência Pública realizada. Fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre o assunto abordado os seguintes Senadores(a) – Ana Júlia Carepa, César Borges, Ney Suassuna e Jonas Pinheiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze horas e trinta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra,** Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Há quorum regimental. Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Requeiro a dispensa de leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário é dada como aprovada. Aprovada.

Sobre a mesa ofício da Assessoria Parlamentar do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, no qual: "Encaminha Instrução Normativa de nº. 636, de 24 de março corrente, que dispõe sobre a suspensão da exigibilidade da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins incidente sobre a venda de produtos agropecuários e sobre o crédito presumido, decorrente das aquisições desses produtos".

Ofício número 81, também do Ministério da Agricultura: "Que encaminha Decreto 5741, de 30 de março corrente, que regulamenta os artigos 27a, 28a e 29a, da Lei de nº de 8171, de 17 de janeiro de 1991, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e dá outras Previdências".

Lembro aos senhores membros da Comissão, da reunião para apreciação dos Projetos das Sociedades Cooperativas, a realizar-se no próximo dia 19 de abril, próxima quarta-feira.

A presente reunião destina-se a Audiência Pública com a presença do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Dr. Roberto Smith; do Dr. Antônio Roberto Albuquerque da Silva, Diretor do Departamento de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional SDR, do Ministério da Integração Nacional; do Dr. Wilson Vaz

de Araújo, Coordenador Geral de Análises Econômicas da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e do Dr. José Gerardo Fontelles, Assessor Especial do Ministro da Fazenda, com o objetivo de instruir a Medida Provisória nº 285, de 2006, sobre as operações de crédito rural com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, ADENE, em cumprimento aos Requerimentos nº 01 e 02, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária de autoria dos Senadores Sérgio Guerra e Ana Júlia Carepa, respectivamente.

Srs. Senadores a questão da renegociação da dívida dos agricultores do Nordeste, vem sendo objeto de uma ampla discussão dentro do Senado, na Câmara, no Congresso de uma maneira geral e no próprio Governo. Até bem poucos dias foi tentada uma negociação que infelizmente não deu resultados.

No conjunto das dificuldades para rigorosamente estabelecemos um padrão de acordo, se apresenta sempre o problema da ausência de uma base de dados consensualmente aceita, que tenha consistência e que possa efetivamente parametrizar quais os caminhos a seguir, as possibilidades a serem perseguidas e as conseqüências de contribuição à agricultura do Nordeste, do ponto de vista da sua responsabilidade e conseqüência fiscal. Normalmente há falta de entendimento sobre esse padrão.

Ninguém mais do que o Banco do Nordeste poderá a essa Comissão esclarecer, qual efetivamente é a posição dos financiamentos agrícolas e pecuários de Pernambuco, dos Estados do Nordeste, de uma maneira geral do Ceará e de todos Estados envolvidos e definir conosco um ponto de vista seguro sobre isso.

Nós temos completa identidade com o Banco do Nordeste é uma Instituição do Nordeste, aceita pelos nordestinos no plural. A gestão atual do Banco do Nordeste tem produzido bons resultados para o Banco, isso é o reconhecimento de muita gente é o meu próprio reconhecimento. Nós temos uma relação de contribuição com o Banco do Nordeste e estando o Banco do Nordeste inserido no conjunto do problema regional, ele seguramente não deixará de informar a esta Comissão, dados que tenham alcance, que tenham consistência atestada e que possam efetivamente basear o esforço do Congresso para contribuir na solução do problema da dívida dos produtores do Nordeste que é extremamente grave.

Evidentemente, que nós temos reconhecimento amplo das dificuldades dos produtores rurais do Brasil inteiro e não apenas do Nordeste. Mas na última negociação com o Ministério da Fazenda, pelo menos ficou clara a intenção do Ministério da Fazenda de considerar a questão do Nordeste de forma especial.

Esse tipo de reconhecimento até então nós não tivemos, só passamos a ter na última abordagem que foi feita por Líderes do Senado, Líderes da Câmara e pelo Senador Aloísio Mercadante que presidiu essas negociações em nome do Congresso com o Executivo, especialmente o Ministério da Fazenda.

Então, se há uma intenção em reconhecer o Nordeste como caso especial com características atípicas, se não todas, algumas características atípicas é fundamental que a gente dê consistência e possa aperfeiçoar a Medida Provisória, que no reconhecimento de todos não atende ao problema da dívida regional e que nesse instante tramita na Câmara Federal.

Eu quero chamar para a mesa os convidados Dr. Roberto Smith, Presidente do Banco do Nordeste, o Dr. José Gerardo Fontelles, do Ministério da Fazenda, o Dr. Maurício Rodrigues, do Ministério da Integração Nacional e o Dr. Wilson Vaz Araújo, do Ministério da Agricultura.

Eu quero dizer que nós vivemos hoje uma dificuldade especial no Congresso, porque o dia de ontem foi um dia extremamente tumultuado, por várias questões de todos os tipos desde o problema da renegociação da dívida, a tentativa de votação do orçamento e há outras questões que se apresentaram e que nesse momento há também uma sessão no Plenário do Senado. As Comissões não estão funcionando, nem a CCJ está se reunindo e nós estamos aqui com quorum reduzido, mas absolutamente interessados na questão que para nós é relevante.

Eu queria passar a palavra inicialmente ao Dr. Roberto Smith.

SR. ROBERTO SMITH – Prezado Senador Sérgio Guerra, eu queria agradecer a oportunidade de podermos estar aqui, trocando idéias em prol do avanço das medidas que estão sendo programadas, projetadas em relação ao tratamento da dívida rural.

Eu queria cumprimentar o Senador Flávio Arns, que é o Vice-Presidente da Comissão. O meu prezado amigo Gerardo Fontelles, que é Assessor Especial do Ministério da Fazenda. O Sr. Maurício Rodrigues, que é Secretário de Política de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração. O Sr. Wilson Vaz, Coordenador Geral de Análise Econômica da Secretaria de Política Agrária do Ministério da Agricultura. O Senador Garibaldo Alves, o Senador Jonas Pinheiro, o Dr. Torres de Melo, representando a CNA, a Senadora Júlia Carepa.

Eu gostaria de dizer o seguinte, como o Senador Sérgio Guerra afirmou, foi solicitado ao Banco do Nordeste um conjunto de informações que viessem

a agregar a formação das opiniões no tratamento da questão atinente à Medida Provisória 285.

Esse requerimento que contém um conjunto de informações requisitadas ao Banco do Nordeste Senador, eu gostaria de dizer, eu pediria vênia para poder fazer uma apresentação, onde estão inseridas o conjunto dessas informações objeto desse requerimento e que o maior detalhamento desses dados informações eu passarei depois às suas mãos, na medida em que é um conjunto grande de informações desagregadas, inclusive, em termos de nível de endividamento e atrasos em relação a setores e tudo mais, que eu acho que seria ocioso aqui, para que depois o Senhor pudesse tenho dar um encaminhamento necessário.

Dessa forma eu estruturei uma apresentação então inserindo esse conjunto de informações, e também, dentro daquilo que corresponde à atuação do Banco do Nordeste, no que se refere a sua política voltada para o setor rural da região.

Podemos, então, iniciar essa apresentação? Aonde... Eu gostaria de configurar que a nossa crença de que a questão do desenvolvimento, ela passa necessariamente pela área rural como forma estruturadora, esse é um corpo de crença que eu trago já desde a minha formação universitária como militante do desenvolvimento regional, e que nós atribuímos uma enorme importância à questão do desenvolvimento da produção rural para o Nordeste em que pesem as dificuldades que existem de ordem climática de uma região, que tem uma significativa parcela do seu território envolvido com o território do semi-árido árido.

A política do Banco do Nordeste em relação ao setor rural, ela tem uma certa forma e de uma forma mais recente, voltada para priorização de seguimentos que nós considerarmos estratégicos. Esses segmentos estratégicos na nossa ação vão aparecer significativamente nos dados que nós vamos expor.

Estão envolvidos todo o avanço da produção no cerrado já dentro da configuração do agronegócio, da agricultura familiar, que também vem passando por significativos avanços. Nós vamos falar um pouco sobre qual tem sido a nossa atuação nesse sentido, mas que nós entendemos que a agricultura familiar, ela é sobremodo importante para a fixação do homem no campo, em condições dignas e como um fator inibidor da emigração campo/cidade.

A floticultura que vem avançando também, num terreno fértil de modernização e conquistas de mercados externos. Na agricultura irrigada, que também apresenta recentes dados de uma evolução bastante animadora.

A pecuária é intensiva.

A carcinicicultura e todos os setores exportadores que colocam hoje o Nordeste, dentro de uma configuração que acompanha o panorama nível de crescimento das exportações brasileiras. O nível de crescimento das exportações nordestinas, eles acompanham pari passu o nível de crescimento das exportações de todo o país.

Nós temos trabalhado com formas de incentivo à utilização de tecnologia moderna de produção no campo, introduzindo esses aspectos dentro do quadro dos financiamentos como elemento financiável. Nós temos trabalhado com implantação de projetos em espaços vocacionados, através de zoneamento agrícola, da estruturação de territórios através da ação dos nossos agentes de desenvolvimento e de um modelo desenvolvimento territorial.

Nós temos hoje um exército de agentes de desenvolvimento que fazem toda a estruturação e todo o planejamento voltado para a contratação de negócio. Também o microcrédito rural produtivo orientado, que nós estamos denominando o Agro-Amigo, que é a transferência do PRONAF B, com um enorme conjunto de operações para o modelo do microcrédito produtivo orientado, contando com a ação de assessores de microcrédito rural, que são técnicos agrícolas. Nós geramos um emprego bastante elevado para técnicos agrícolas.

Esse eu diria é a menina dos olhos, porque também ela se configura como um esforço de racionalização do Banco do Nordeste, na medida que grande parte das ações são afastadas das agências e nós estamos trabalhando dentro da própria metodologia do microcrédito, que nós sabemos que opera com níveis bastante baixos de inadimplência.

Nós temos trabalhado com uma integração do crédito com todas as políticas governamentais, desde a nossa ação territorial voltada para as ações municipais, dos governos estaduais em conjunto com as EMATER e com o Governo Federal inclusive integrada a políticas públicas. Eu destacaria o fato das nossas operações de credenciamento e documentação de mulheres, que tem a partir daí acesso ao crédito também do PRONAF.

Integração do crédito a ação de assessoria empresarial principalmente para os agricultores familiares, dentro da configuração do crédito produtivo orientado que eu já fiz referência.

Um incentivo à implantação da agroindústria, estabelecendo os fatores que levam maior agregação de valor e comercialização.

Exigência em todos os nossos projetos financiados, dos requisitos ambientais fitos sanitárias de vacinação de animais vacinados.

O Banco vem buscando fortemente a simplificação de procedimentos operacionais, principalmente àqueles voltados para os agricultores familiares, implicando isso também em avanço tecnológico na forma do tratamento dessas relações. E a obrigatoriedade da adesão ao Pró Agro Mais, para a agricultura familiar.

Eu gostaria de mostrar aqui o quadro da nossa evolução em relação às operações rurais, destacando em azul as operações de custeio e as operações de investimento em vermelho, mostrando que as operações de investimento elas caracterizam a ação do Banco, aonde é como se houvesse assim, uma divisão do trabalho onde a fundamentação das operações de custeio elas estão muito mais concentradas a cargo do Banco do Brasil.

Então, nós temos aqui uma evolução de quantidades contratadas da ordem de 120% entre 2002 e 2005. E em valores nominais um crescimento da ordem de 241%, também nessas contratações.

O quadro seguinte mostra a aplicação dos financiamentos dentro e fora do semi-árido. Nós temos que as nossas operações fora do semi-árido, em quantidade cresceram 150%. Dentro do semi-árido 97%, no período de 2002 a 2005. E em termos de valores nós crescemos 316%, fora do semi-árido e 147%, no semi-árido.

Essa evolução ela mostra também uma dinâmica que vem ocorrendo no Nordeste, sobretudo a partir do processo de ocupação da Região do Serrado, com a agricultura moderna de exportação e que o Banco vem preenchendo esse quadro que mostra uma diferenciação interna dentro da região muito elevada.

Para os senhores terem uma idéia a nossa Agência de Barreiras, no Oeste da Bahia, quando nós assumimos a direção do Banco, ela era uma agência totalmente sem importância, hoje é a agência que mais contrata no Banco. É a primeira agência em volume de contratação, agora, juntamente com a Agência de Luiz Eduardo Magalhães que dá a cobertura.

E o que a gente percebe também é que nós temos hoje padrões de produtividade das mais elevadas no Brasil, tanto para a soja como para o algodão em áreas do Maranhão e do Piauí, aonde esse processo vem se estruturando de uma forma muito evoluída.

Esse dado que nós apresentamos é um ranking da FEBRABAN, que exclui o Banco do Brasil e mostra que em posição de saldo devedor o Banco Nordeste em relação ao crédito rural, ocupa a primeira posição no Brasil, evidentemente, depois do Banco do Brasil cujos dados não são expressos aqui nesse relatório da FEBRABAN.

Então, nós temos hoje um ativo, um saldo de contratações da ordem de 14 bilhões, 591 milhões, voltada para o crédito rural, inteiramente, diga-se de passagem, no Nordeste, ainda que esses dados sejam bons para o Brasil.

O quadro seguinte mostra a posição do Banco Nordeste fundamentado em operações de longo prazo, aonde nós somos responsáveis praticamente por algo em torno de 70% de todo o crédito de longo prazo para o setor agrícola no Nordeste. Eu sempre digo que não nos vangloriamos dessa posição, mas ela mostra como o resto do sistema bancário não vem se ocupando dessa posição. E evidentemente, quer dizer, quando vai se discutir aspectos vinculados em nível de endividamento e renegociação de dívidas, o Banco do Nordeste se torna um interlocutor importante dentro desse processo.

Outro quadro importante aqui com os dados do Banco Central mostra que nós detemos apenas 6,46% das agências, são 176 agências na região, mas, no entanto, a nossa participação no crédito rural, é da ordem de 81,6%, havendo uma variação em torno dessa posição forte que evidencia a participação do Banco do Nordeste.

Evidentemente, nós estamos numa região, como eu já fiz referência, aonde ocorrerem instabilidades climáticas, as estiagens, mas também o ano passado, tivemos o fenômeno de enchentes se contrapondo. Condições climáticas da região, principalmente no semi-árido onde nós temos uma forte presença de solos cristalinos; aonde a produtividade é muito mais baixa; aonde a difusão tecnológica ainda permeia ainda com maior dificuldade; aonde, sobretudo, o nível de escolaridade do nosso produtor é talvez um dos pontos fundamentais que ainda perduram.

Nós temos um nível de organização incipiente dos produtores, isso muitas vezes, também afeta na efetividade dos processos de pressão em termos de renegociação. A fraca estruturação de cadeias produtivas, mas eu coloco todos esses aspectos não dentro de uma visão negativa, mas de uma visão, sobretudo, de um caráter evolutivo da economia do Nordeste e do papel do setor agrícola e rural do Nordeste, mostrando uma crescente integração, um forte amadurecimento das suas camadas empresariais e de seus produtores rurais. Eu acredito que isso vai ficar de uma forma cabal evidenciada, quando nós analisarmos níveis de inadimplência.

Na verdade, é importante que a gente tenha em mente que os níveis de inadimplência das contratações do crédito rural, elas estão extremamente concentradas em operações que ocorreram até o ano de 1998. A partir de 1998, há uma queda significativa desse nível de adimplência.

Quer dizer, quando nós estamos tratando a questão de renegociação, é preciso que a gente tenha uma visão de que é necessário dar uma limpada naquilo que ficou para trás, por que o avanço de 98, para cá, ele mostra esses aspectos que eu estou chamando a atenção, de uma evolução, de um quadro de maturidade empresarial, de maturidade produtiva apesar das dificuldades que se encontram e que realmente configuram sua presença na região.

Termos das renegociações.

Eu trago aqui informações Senador, a respeito da quantidade de operações que foram renegociadas por ocasião da 10.177, ocorrida em janeiro de 2001. E da 10.696, que é de julho de 2003.

Foram renegociadas 72 mil, 629 operações, com saldo líquido de 02 bilhões e 300 milhões, pela 10.177. E pela 10.696, foram renegociadas 308 mil, 815 operações, num valor contratado de 02 bilhões, 679 milhões.

Eu gostaria de dizer que esse quadro de renegociações recentes, eles espelham um intenso esforço de toda a camada operacional, funcional de funcionários do Banco do Nordeste.

Isso foi feito por que os senhores sabem, que se trata de uma matéria complexa de difícil entendimento. Isso foi feito através da edição de cartilhas, de trabalhos junto às emissoras, de divulgação junto às emissoras de rádio, trabalho com sindicatos, com federações, com ONGs e temos espelhado, esse enorme volume de renegociações que foram feitas.

O quadro que nós temos na posição de operações não renegociadas, por ocasião da Lei 10.177, elas espelham um total de 40 mil e 90 operações não renegociadas, envolvendo um saldo líquido de 03 bilhões, 787 milhões.

E das operações da 10.696 – essas são informações, elas não estão aí – das não renegociadas pela 10.696, nós temos um total ainda de 127 mil, 242 operações, num valor contratado de 01 bilhão e 600 milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – (pronunciamento fora do microfone) – Mas não está ali.

SR. ROBERTO SMITH – Não, mas eu estou lhe passando o detalhamento dessa...

Eu gostaria, ainda, de acrescentar que nesse quadro das operações não renegociadas de 40 mil e 90, nós estamos ainda incluindo, um total de 10 mil operações, que estão incluídas nesses 40 mil, de 10 mil e 37 operações, que são operações contratadas entre o ano de 1999 e ano de 2000, e que não tiveram cobertura de nenhuma das normas de renegociação. Isso envolve um total, um saldo líquido de 227 milhões, e um saldo em atraso de 118 milhões.

Em relação à abrangência da Medida Provisória 285, então, esse quadro que nós temos de operações até 35 mil, evidenciando a quantidade de 29 mil, 286 operações, aquelas se situam acima de 35 até o limite de 50, já é número menor de 716, somando 30 mil, as quais nós deveríamos ainda, computar mais 10 mil operações, que estariam no quadro das contratações ocorridas entre 1999 e 2000, que não tem então nenhuma cobertura e ficaram excluídas, portanto, das medidas de renegociação e alterações de taxas permanecendo ainda com encargos pós-fixados.

Um aspecto importante a ressaltar aqui, quando nós temos na Medida Provisória a delimitação de operações até o limite de 50 mil reais, é que o critério de classificação de porte, ele leva em consideração, não o valor do financiamento, mas a renda agropecuária bruta anual.

Então, nós temos uma renda de até 80 mil reais para o mini-produtor; de 80 até 160 mil, para o pequeno produtor: De 160 a 01, milhão para o médio produtor e, acima de um milhão para o grande produtor.

Esse aspecto é importante, porque nós podemos ter muitas vezes, um grande produtor sendo atendido pela Medida Provisória, na medida em que ele contratou um crédito até 50 mil reais. São critérios não excludentes.

Ainda dentro do quadro das informações que fazem parte da requisição por parte do Senado, nós temos aqui os bônus de adimplência e rebates concedidos por ocasião das renegociações.

Então, nós temos esse quadro mostrando que os bônus de adimplência e rebates concedidos, eles atingiram um valor de 565 milhões divididos em bônus e rebates, segundo o porte dos produtores, com uma evidente concentração em cima de mini-produtores e pequenos protetores.

Ainda dentro do quadro das informações requisitadas por parte do Banco do Nordeste e do ETENE, nós temos aqui a evolução, desde o ano de 1995 das contratações feitas segundo a categoria de pequeno, médio e grande produtor.

Eu fiz uma referência de que a ampliação das operações, sobretudo nas Zonas de Serrado do Oeste da Bahia, envolvendo também o sul do Maranhão e Piauí, eles caracterizam a evolução dessas operações a partir de 2003, mostrando um crescimento na participação das operações de maior porte.

Nós temos aqui então em termos de valores contratados, mostrando, então, que há um declínio das operações voltadas para os pequenos que atendiam na base, mais ou menos de 80% das contratações. E

elas se situam em torno de 65 a 55% nos anos mais recentes da nossa gestão, justamente porque o Banco passa a atender agora, também, mais fortemente uma região que não vinha sendo atendida da Região do Serrado, e também outros tipos de operações que estavam de uma certa forma vetadas no Banco, como setor canavieiro, o setor da carcinicultura e tudo mais, que envolve uma forte presença no panorama exportador da região e do país. Nós temos aqui também conforme foi-nos solicitado, uma exposição do...

Vamos adiante, uma evolução do PIB agropecuário do Nordeste. A evolução do PIB agropecuário, em relação ao PIB dos outros setores no Nordeste.

Na verdade, nós vemos que ainda há debilidade da presença do PIB agropecuário no Nordeste, que vem passando por uma configuração de uma elevação a partir realmente da ocupação, eu diria assim, dessa fronteira agrícola que tem representado as Regiões de Serrado.

Nós temos aqui os dados do PIB agropecuário, em relação ao PIB do Nordeste, mostrando então que nós temos aqui uma participação, que se situa em torno de uma média de uns 10% ao longo desse período. Dados que foram solicitados a nós também, a respeito da população economicamente ativa por setor em relação à população economicamente ativa do Nordeste, como um todo. Esses dados também mostram um quadro semi-estacionário, ainda que haja evidentes avanços em termos de ganho de produtividade.

Em termos de evolução de empregos, nós temos também essa configuração e que ela vai espelhar na Região Nordeste, um crescimento mais situado nos últimos anos em função também da ocupação de áreas mais produtivas com o desenvolvimento tecnológico dos recursos desenvolvidos pela EMBRAPA.

Eu gostaria de só dar algumas informações a mais, a respeito de dados que eu fiz referência no início da nossa exposição a respeito da configuração do quadro das operações de envolvidas com a área rural do Nordeste, que somam um volume total, um saldo líquido de operações da ordem de 14 bilhões e 300 milhões de reais. Desse total de 14 bilhões, 307 milhões, cerca de pouco mais de metade, 07 bilhões e 600, são operações contratadas com recursos do Fundo Constitucional, até o ano de 1998.

Após 1998, nós temos um saldo líquido de operações, da ordem de 05 bilhões e 67 milhões, e de outras fontes um total de 01 bilhão e 600 milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – (pronunciamento fora do microfone) 01 bilhão e 600, é o quê?

SR. ROBERTO SMITH – De outras fontes que não são aqui, FAT, BNDES que é FAT, também e tudo mais.

O atraso total, as operações em atraso desse total de 14 bilhões e 307, que é um saldo líquido, o total de atraso é de 04 bilhões e 30 milhões. Desse total de 04 bilhões e 30 milhões, o atraso de operações até o ano de 1998, representa 03 bilhões 633 milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – (pronunciamento fora do microfone) 03 milhões, 600...

SR. ROBERTO SMITH – E 33 milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – (pronunciamento fora do microfone) Para ser vencida até?

SR. ROBERTO SMITH – Até 98.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – (pronunciamento fora do microfone) Vencida até 98?

SR. ROBERTO SMITH – Não. Contratadas até 98. As operações, contratadas após 1998, de um total de 05 bilhões e 67 milhões, elas têm o atraso de 342 milhões. Ou seja, a inadimplência das operações anteriores a 98 é de 47,6%. A inadimplência das operações posteriores a 98 é de 6,7 milhões.

A diferença que existe no tratamento do Fundo Constitucional para essas operações...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – (pronunciamento fora do microfone) 47, é até 98?

SR. ROBERTO SMITH – Até. Isso dá praticamente, correspondem a quase, elas são 50, mais de 60%, das operações em... Desculpa, quase 90% das operações em atraso, do saldo devedor em atraso.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – (pronunciamento fora do microfone) Até 98, 47% das operações estão com atraso, não é isso?

SR. ROBERTO SMITH – Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – (pronunciamento fora do microfone) Inadimplência.

SR. ROBERTO SMITH – Inadimplência.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – (pronunciamento fora do microfone) De 98 para cá, quantos por cento estão?

SR. ROBERTO SMITH – 6,7%. O que ocorre? Quer dizer dentro da forma como vem sendo operado o Fundo Constitucional, as operações após 98, elas se caracterizam por um risco compartilhado por parte do Banco. Ou seja, anteriormente a 98, todo o atraso ele repercute em cima do saldo do patrimônio do Fundo Constitucional.

Após 98, o Banco do Nordeste tem uma responsabilidade compartilhada de 50% sobre a inadimplência e ela é significativamente mais baixa, de outras fontes o nível de inadimplência é de 3,4%.

Isso configura então um dado geral aonde a inadimplência, de todas as operações rurais do Nordeste, hoje ela é de 26, 16%. Seria a media ponderada entre essas operações anteriores e posteriores a 98. Eu gostaria de agregar uma outra informação em cima do porte do contratante.

Nós temos que alterações, até que foi exatamente, conforme foi citado. Operações contratadas de até 35 mil reais, até o ano de 1998, nós tínhamos um saldo líquido daqueles 07 bilhões e 600, de 02 bilhões 942, com atraso de 01 bilhão, 272 e uma inadimplência de 43%.

As operações de 35 mil, a 100 mil reais, elas têm um saldo líquido de 01 bilhão, 133. Um atraso de 480 milhões, também uma porcentagem de inadimplência de 42,3. Um pouco menor do que a outra, que era de 43%, agora, de 42%.

Operações de maior porte, indo de 100 a 200 mil reais, nós temos um saldo líquido de 649 milhões, um atraso de 341 milhões, configurando uma inadimplência de 52,5%.

Operações maiores de 200 mil reais, elas têm um saldo líquido de 02 bilhões, 909 milhões. Elas têm em atraso 01 bilhão, 539 milhões, também 52,9% de inadimplência. A média então ponderada por essas categorias, também é de 47,6%.

Então, nós temos que as operações menores de menor porte, elas têm uma faixa de inadimplência levemente inferior.

Se nós pegarmos uma outra forma de ver aqui, que é o porte do tomador entre pequeno, médio e grande, nós temos que a inadimplência dos pequenos é de 33,7%, aqui entendido. Então o pequeno, aquele que tem uma renda da atividade rural até 80 mil reais, é de 33,7%.

Do médio é 52,3%, e do grande é de 71,5%, dando a mesma média de...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – (pronunciamento fora do microfone) 71 e...

SR. ROBERTO SMITH – 71,5%, dando um total de 47,6% de inadimplência dentro dessas operações. Eu não tenho essa...

Eu estou lhe informando os quadros também em relação às operações posteriores a 98, mas eu estou entendendo aqui como as operações posteriores a 98, como elas têm uma inadimplência da ordem de 6,7%, quer dizer, elas se aproximam uma normalidade, eu não fiz essa configuração.

Eu gostaria de dar um quadro adicional, que eu acho que é importante para a gente entender, por que muitas vezes as operações que ocorrem no Nordeste e as operações específicas a cargo do Banco do Nordeste, elas são tratadas como eu diria assim, uma carga de preconceito muito grande relativo à região.

Eu gostaria de informar, mostrar, eu deixei a disposição dos senhores um livrinho aqui, onde nós temos, para mim, é a página mais importante, que é a página da inadimplência do Banco como um todo, que é a última página – ela deveria ser a primeira a meu ver – mostrando que o quadro evolutivo da nossa inadimplência.

Quer dizer, hoje os recursos próprios do BNB, as aplicações feitas com recursos próprios do BNB, aqui envolvendo uma série de operações que são descaracterizadas e tudo o mais, que o Banco tem que assumir para si, eles têm uma inadimplência de apenas 3%, isso se encontra dentro da média nacional das instituições financeiras envolvidas pela FEBRABAN.

O FNE como um todo – aqui então, eu não estou me referindo apenas as operações rurais, que são os dados que eu dei anteriormente.

O FNE como um todo ele apresenta uma inadimplência de 33, 7, enquanto que as operações rurais elas estão com um nível de inadimplência, na média, mais baixo de 28,2%.

Da mesma forma, as operações ocorridas anteriormente a 98, elas estão com 51%, e os senhores percebem que esse nível de inadimplência vem caindo isso também como um fruto de um intenso esforço de renegociação que o Banco vem empreendendo, que foi responsável por uma recuperação de crédito da ordem 02 bilhões e meio ao longo desses três anos, que foi caracterizada pela criação de agências de recuperação de crédito em todos os Estados e um enorme esforço das nossas agências.

Já as operações com risco compartilhado, após 98 elas caem para 5, 8%, ou seja, nesse caso elas são menores do que a inadimplência do setor rural, aqui envolvendo o setor rural e os outros setores. De forma que o quadro de inadimplência do Banco hoje, que ele é muito exposto em função daquelas operações anteriores a 98, é na média de 28,2.

O Cred-Amigo, ele tem um nível de inadimplência mostrando que é um programa exitoso, com uma taxa de inadimplência inferior a 1%. As operações contratadas de todo o tipo pelo Banco do Nordeste, na nossa gestão, elas têm uma inadimplência que também está dentro de um quadro de normalidade de 1,6%.

É preciso considerar aqui que muitas dessas operações ainda estão num prazo aonde o principal não começou a ser amortizado, mas os juros são de

pagamento imediato, de forma que mostra o nível bastante aceitável de inadimplência.

Eu coloco isso, para dizer que tanto no setor rural, como no quadro de todas as operações de crédito que o Banco do Nordeste se destaca, enquanto a principal entidade financiadora da região suprimindo praticamente mais de 70% da oferta de crédito, ele se enquadra dentro de condições bastante auspiciosas e que eu acredito – isso referenda a minha afirmação de um crescente grau de maturidade do empresariado nordestino, de um crescente grau de maturidade dos nossos produtores rurais.

Nós temos aqui, e eu tenho visitado significativos empreendimentos que muitas vezes, nesse nível de inadimplência ocorrido no passado, eles mostram uma trajetória de uma curva de aprendizagem.

Se a gente pega um exemplo, por exemplo, a Região de Petrolina em Pernambuco, aonde o que significou esse endividamento? Significou que realmente a área... O setor rural, ele envolve um aprendizado intenso. Eu tenho visitado... Que nós temos financiado a estraticultura, a criação de avestruz, que é um processo extremamente complexo, envolve um aprendizado até que se chegue a maturidade.

Hoje quando a gente vê na Região de Petrolina, vê àqueles produtores que estão endividados, infelizmente muitas vezes sem acesso ao crédito, na mão de intermediários e tudo o mais, e que estão num nível de produtividade de modernização, de conquista de mercado externo e tudo mais, quer dizer, isso demanda realmente que a gente possa apreciar com outros olhos, que não os olhos do preconceito de achar assim: "os devedores, são mau caráter, os devedores não pagam, por que não querem". E uma série de outras coisas que a gente ouve muitos em nível das constantes visitas, porque a gente faz questão de estar sempre em contato na ponta com nossos os clientes ouvindo os problemas.

Nós temos uma série de empresas hoje que são de destaque e tudo mais, mas quando a gente analisa o fluxo de caixa delas é importante ter alguma solução, que não a do crédito tradicional, para que a gente possa contribuir para alavancar a região.

Eu digo, o Nordeste hoje, se configura como uma região uma fronteira de crescimento da economia brasileira. O Banco do Nordeste, quando nós assumimos estavam com recursos de 06 bilhões de reais do Fundo Constitucional não aplicado.

Hoje nós estamos com esses recursos totalmente aplicados, voltados já para outros tipos de captação, com auxílio do Ministério da Integração, com discussão no Ministério da Fazenda, no Ministério do Trabalho pleiteando recursos do FAT, voltando a operar com o BNDES.

Vejam os senhores, nós temos um orçamento de 04 bilhões e meio esse ano para aplicações do Fundo Constitucional. Nós estamos aqui adentrando o mês de abril, já estamos com operações comprometidas de 05 bilhões de reais. Isso tem levado o Banco a uma afirmação que nós temos feito, que o tamanho do Banco do Nordeste está deixando de ser o tamanho do Fundo Constitucional.

E é necessário que dentro desse quadro dê revigoramento da economia nordestina, de avanço sobre novas fronteiras, inclusive de exportação e fronteiras também de avanço tecnológico, que a gente possa entender tanto o Banco do Nordeste, como a economia nordestina dentro de um quadro de integração com a economia brasileira.

É esse aspecto que pauta a nossa presença aqui, onde nós acreditamos que é importante que num processo de renegociação, duas características estejam presentes em qualquer processo de renegociação.

Primeiro – Que não se penalizem os adimplentes.

E segundo – Que não se sinalize com vantagens que incentive a inadimplência.

Nós entendemos que qualquer medida de renegociação de dívida ela necessariamente, deve ser caracterizada por um gradual fechamento, mostrando que aqueles que se aproveitaram de uma renegociação anterior, não terão... Os que não aproveitaram, não terão as mesmas condições. E que se estabeleçam àqueles elementos adequados, para que a gente possa também entender esse panorama voltado para a renegociação, como um panorama concentrado em cima daquelas operações mais antigas. Porque a forma como vem sendo operado o crédito, de uma forma eu diria, mais moderna, mais acompanhada, com acompanhamento dos gerentes já na agência, acompanhada com as nossas agências de recuperação de crédito, com todo o nosso sistema de controle, pela evolução dos nossos processos de análise de risco.

Quer dizer, nós estamos nos distanciando bastante, daquele quadro que foi necessário de uma trajetória que eu diria de maturidade, de uma curva de aprendizagem, aonde eu incluo também, a presença do Banco nessa curva de aprendizagem.

São essas palavras que eu gostaria de trazer aqui.

Passar às suas mãos Senador, o detalhamento do requerimento, atendendo também às solicitações que foram feitas por outros Senadores de disponibilização dessas informações, porque eu acredito que elas são adequadas, também, para que a gente possa tratar

essa questão da renegociação com a devida isenção com os objetivos que elas requerem, e que nós entendemos que são muito importantes para a região, são muito importantes para o Banco.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu queria fazer três rápidas perguntas ao Presidente.

A primeira – Se bem eu entendi, a inadimplência das operações de crédito rural para o FNE, é menor do que a inadimplência das outras operações para o FNE? 46,5% é o número, 33,7%, é o número da inadimplência para todos os...

SR. ROBERTO SMITH – A média... Deixa-me ver como é que está. A média, esses 43,7 é a média para operações anteriores a 98.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Não. 46.5, sim, 33,7. Está...

SR. ROBERTO SMITH – Ah, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Nesse conjunto aqui o que é que ...

SR. ROBERTO SMITH – Aqui tem todas as operações, esse é o conjunto de todas as operações.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Pois é, a média do crédito rural é mais elevada que a média dos outros créditos do FNE?

SR. ROBERTO SMITH – Da inadimplência, não. Ela tem 14, 4 com 14, eu lhe digo, ela está em 28, e pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Veja isso aqui, o Senador César Borges é um dos grandes especialistas nessa questão do crédito no Nordeste Brasileiro.

Mas o Presidente apresentou aqui alguns dados, entre eles a inadimplência do Banco, de 31 de dezembro de 2005. E a inadimplência geral da ordem de 33.7, para todos os créditos.

Eu estou perguntando a ele, se a inadimplência do setor, do crédito rural é maior ou menor do que a inadimplência média?

SR. ROBERTO SMITH – Olha, a inadimplência no setor rural, que é de um atraso de 04 bilhões e 30 milhões, sobre um saldo líquido de 14 bilhões e 307 milhões, é de 26,16%.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Então, no FNE os outros créditos são mais inadimplentes do que o crédito rural.

SR. ROBERTO SMITH – São.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) 26% de 100%, ou 26% sobre os 33%?

SR. ROBERTO SMITH – Não, aqui sobre os 14, que é o saldo líquido das operações voltadas para o setor rural.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Outra coisa que...

SR. ROBERTO SMITH – Então, essa é a inadimplência do setor rural. A inadimplência com o FNE como um todo, é esse dado que o senhor tem de 33 ...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – (pronunciamento fora do microfone) É mais baixo que... O setor rural é mais baixo. A segunda questão é a seguinte, eu percebi na leitura dos números que os grandes créditos e financiamentos, eles têm uma inadimplência mais elevada da ordem de ...

SR. ROBERTO SMITH – 52%.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – 52%.

SR. ROBERTO SMITH – Para operações anteriores a 98.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Depois também, as operações mais recentes também.

SR. ROBERTO SMITH – Eu não vou...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Esses grandes créditos, são créditos basicamente feitos aonde? Tem algo a ver com o agronegócio, tem a ver com agroindústria da cana-de-açúcar?

SR. ROBERTO SMITH – Nos dados que eu lhe detalhei por setor, nós temos os setores aonde isso vem ocorrendo. Em alguns setores, por exemplo, na cajucultura.

Eu precisaria consultar isso por setor, eu não estou lembrado porque há um conjunto muito grande por setores...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Mas está aqui nas informações:

SR. ROBERTO SMITH – Está. Nas informações está bem detalhado isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – E por último, qual o tamanho da operação do Banco do Nordeste e do agronegócio que se estabelece no Piauí e em outras áreas? O Nordeste está presente nessas operações de financiamento?

SR. ROBERTO SMITH – Perceba que quando a gente pega os dados agregados, quer dizer, essa presença do agronegócio, ela é responsável pela expansão, inclusive pela diminuição da participação dos pequenos no quadro geral, que baixam de 80, para 55%, 82, 85, para 55%.

Eu não saberia lhe dizer especificamente qual é o volume de contratação, apenas em relação ao agronegócio e especificamente em relação ao Oeste, ao

Serrado. Mas é que juntamente com isso, eu teria que configurar também a presença nossa no financiamento da cana-de-açúcar, que o Banco na nossa gestão voltou a operar com cana-de-açúcar.

A nossa presença também na carcinicultura, que são setores que também fazem parte do agrobussiness...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Do Vale do Francisco do negócio da cultura...

SR. ROBERTO SMITH – Da floticultura, sobretudo também, mas eles são responsáveis, então, por esse quadro evolutivo de uma maior presença do grande.

E também por uma maior participação, também no crédito de curto prazo, porque o nosso entendimento – e o Banco vem desenvolvendo ações de financiamento de curto prazo, capital de giro e tudo o mais – porque nós entendemos que o apoio ao investidor também deve se dar em cima do curto prazo.

Nós temos uma linha estratégica hoje de atender com operações de curto prazo os nossos clientes de longo prazo.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Bem, a Senadora Ana Júlia sugeriu a essa Comissão, a presença de representantes de três Ministérios que tenham também ação de sinergia nessa área.

Estão presentes aqui representantes do Ministério da Agricultura, da Integração Nacional e da Fazenda.

Rigorosamente, num primeiro momento a gente queria ter a informação da Instituição Regional, sobre a questão de inadimplência no crédito rural de uma maneira geral.

Eu consultoria aos senhores presentes, se desejam dirigir alguma palavra a Comissão dar algum esclarecimento sobre a matéria, os representantes dos três Ministérios.

A palavra está facultada, portanto, a qualquer um dos três representantes dos Ministérios aqui presentes, se julgarem que devem contribuir com a discussão na forma como ela se dá. Dr. Fontelles.

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES – Sr. Presidente, da Comissão de Agricultura do Senado, Sr. Sérgio Guerra e demais membros da Mesa, Sras e Srs. Senadores, Sras e Srs. Deputados, demais participantes dessa audiência, bom dia.

Eu gostaria de reenfatizar não os aspectos que o Presidente Smith apresentou sobre a performance do Banco do Nordeste, mas muito mais na linha da conseqüência de chegar a Medida Provisória 285, que é o foco básico desta audiência.

Quando da aprovação do 4514, com origem na Câmara, e o 142 do Senado nós fizemos uma avaliação do impacto que decorreria dessas medidas, em cima de patrimônio do Fundo Constitucional do Nordeste e isso afetava esse patrimônio em aproximadamente 9.9 bilhões de reais.

Praticamente impossível de um suporte dessa natureza, em cima de um Fundo que tinha um patrimônio, que como o Presidente falou aqui, girando em torno de 15 a 17 bilhões de reais.

Numa demonstração de interesse do Governo, de dar o critério seletivo ao Nordeste dadas suas peculiaridades regionais em relação ao conjunto do Brasil se editou uma Medida Provisória 285, tendo por escopo essa diferenciação.

E o que qual o princípio que norteou essa Medida Provisória? Ela foi norteada no sentido de fazer voltar para dentro do sistema àqueles produtores que quando da edição da Lei 10.177, por alguma razão não se habilitaram ou não foram beneficiados por essas medidas.

Isso envolve aproximadamente 30 mil produtores, num foco básico de mini, pequenos produtores, médios e cooperativas, para que pudesse trazer esses tomadores para um nível de normalidade, em decorrência da impossibilidade de se arcar com um impacto decorrente do Projeto de Lei 142. E isso é uma demonstração inequívoca que foi aberto uns precedentes sobre dívidas já negociadas no passado.

Então, eu quero só demonstrar com isso, que há esse interesse de discriminar, não de discriminar, mas diferenciar a região, que era a razão do projeto 142.

E outra coisa mais recentemente isso no mês passado, o Governo tomou decisões dado o projeto com problema conjuntural da agricultura, de estar renegociando dívidas que giram em torno de 7.2 bilhões de reais, disponibilizando recursos da mesma ordem, envolvendo 14, quase 15 bilhões de reais. Negociações de dívidas que numa conjuntura adversa para a agricultura que todos os senhores conhecem.

Então, na realidade é uma demonstração de que o Governo está preocupado com a performance desse setor.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Que dívidas, Doutor?

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES – Essas dívidas são de custeio... O que está sendo negociado, o que foi acertado e que nesses dias as normas que estão saindo nesses dias é: As dívidas, as prestações de investimento que se vencem em 2006, envolvendo tanto os Fundos Constitucionais, envolvendo FINAME Especial, envolvendo os Programas de Investimento do BNDES, equalizado pelo Tesouro, PRONAF, toda essa linha, isso dá em torno de... Só junto ao BNDES 05 bilhões, 190 milhões nos dois programas, FINAME

Especial e os programas da agricultura equalizáveis e aproximadamente 02 bilhões nos demais programas, nas demais áreas, envolvendo todos os recursos.

Na parte do custeio as operações de custeio prorrogadas em 2005, que se vencem esse ano, também estão sendo objeto de prorrogações e as operações ditas de custeio de 2005 e 2006.

Essa é base das negociações da semana passada, que devem nesses dias estar saindo as instruções para operacionalização por parte dos agentes financeiros.

Então, eu queria prestar esses esclarecimentos Senador, para dar uma demonstração de que há uma preocupação, apenas nós somos limitados pela disponibilidade de recursos para fazer uma intervenção mais abrangente.

Têm outras medidas mais que estão sendo tomadas, estão sendo disponibilizados, por exemplo, para execução em dois meses aproximadamente 5,7 bilhões de reais, estão fazendo extra-limite para comercialização, que é o problema de modo que é evitar que se coloquem esses produtos no mercado.

Até trinta de junho essa parte de recursos para a comercialização já estarão nessa semana, em poucos dias disponíveis para serem executados pelos agentes financeiros. Ok?

Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Mais algum representante Ministerial gostaria de usar a palavra?

O Ministério da Integração.

SR. MAURÍCIO RODRIGUES – Sr. Presidente, senhores membros da Mesa.

O Ministério da Integração, como é responsável pelos Fundos, pela programação, pelas diretrizes dos Fundos e pela avaliação, obviamente que tem interesse na medida e o que está fazendo nesse momento?

Nós estamos com mais de 100 emendas que já foram apresentadas. Tem uma equipe nesse momento analisando essas emendas, logo vendo suas possibilidades partindo de uma consolidação, de uma posição – o Ministério não tem uma posição sobre as emendas.

Nós já temos conversações com a Fazenda, vamos ver se há possibilidade de alguma alteração ou que possa aperfeiçoar alguma coisa na medida, mas até o momento essa é a posição do Ministério da Integração.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Ministério da Agricultura.

SR. ADÍLSON GUIMARÃES – Sr. Presidente, eu só queria enfatizar a posição do Ministério da Agricultura e do Ministro da Agricultura.

Nós estamos já conscientes de que o setor está atravessando uma crise conjuntural séria, temos consciência dos problemas porque passam os agricultores do Nordeste.

Como o Gerardo já colocou, o Ministro trouxe para dentro do Governo uma reivindicação de renegociação de dívida, por entender que é justo, os agricultores realmente estão atravessando uma situação difícil, o Governo acaba de tomar essa decisão dessas medidas.

Com relação ao Nordeste nós estamos atentos e vamos olhar com carinho e com cuidado essas medidas, na medida do possível vamos tentar implementá-las na Medida Provisória.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Com a palavra Senadora Ana Júlia, autora do requerimento.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Senador Sérgio Guerra, eu acho que hoje nós iniciamos aquele processo que nós nos dispusemos a fazer e V. Exª., junto com o Senador Flávio Arns, na Presidência e Vice dessa Comissão, se dispuseram a encaminhar desde a criação dessa Comissão de Agricultura do Senado, que é avaliar além de trazer para essa Comissão problemas concretos reais, mas numa perspectiva sempre de resolução. Eu acho que isso tem sido extremamente positivo.

E quando discutimos essa questão de Medida Provisória, era mais para que se pudesse começar essa discussão com a presença dos Ministérios, exatamente para levar as preocupações já que nós temos.

Nesse meio tempo entre o lançamento da Medida Provisória, houve também o anúncio de uma série de medidas que também vão atingir, é óbvio, não apenas a Região Nordeste, mas atingem também a região, obviamente.

Então, na verdade, eu queria ouvir inclusive do Dr. Roberto Smith, o Presidente do BNB, ele fez aqui uma exposição em relação à situação, mas o que eu queria saber: Dr. Roberto, o que a Medida Provisória, ainda pode melhorar? E qual a relação inclusive que existe dentro daquilo que a gente se propõe, dentro de possibilidades concretas?

Não ainda a gente aqui, eu acho que nós temos nos caracterizado por isso, não fazer... Todo mundo tem direito de fazer o discurso, mas na hora do encaminhamento, vamos encaminhar dentro da realidade do que pode ser, considerando a situação da agricultura no país.

Como o Senhor falou já o Ministro reconhece e nós reconhecemos, que é um problema conjuntural. O Dr. Smith colocou claro, quer dizer, antes de 98 quando

as dívidas eram negociadas de outra forma, também o impacto na inadimplência era completamente diferenciado, isso fica claro.

Então, como agir? E queria saber isso basicamente: O que é que estaria fora ainda? Eu sei que a Medida Provisória ela pode carecer mesmo de aperfeiçoamentos e o que já nesse pacote de medida que, por exemplo, tem como coisa importantíssima, mais de 01 bilhão para a comercialização, que é um tema crucial e também alonga a dívida, quer dizer, do Safra, o Plano Safra não precisaria ser quitado agora imediatamente.

Então, o que já vem impactar de forma positiva o setor, para que a gente já pudesse trabalhar? Senador Sérgio Guerra, eu falo mesmo de forma um pouco pragmática, mas eu acho que a gente tem trabalhado e assim e tem que ser.

Resultado, nós não temos muito tempo. Eu acho que nós temos que trabalhar aqui para haver uma solução o que essas duas... A Medida Provisória e o pacote já lançado, já impactam de forma positiva e o que ainda teria... E na verdade, o que ficaria, não teria... Quais as possibilidades concretas, se já tem algum tipo de discussão?

É isso, já em nível do Ministério da Fazenda e dos Ministérios. O Ministério da Integração já colocou que ainda vai fazer talvez, esse cruzamento, tanto da Medida Provisória quanto do impacto para haver o impacto também nos Fundos Constitucionais.

É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Dr. Roberto Smith.

SR. ROBERTO SMITH – Senadora, o Banco do Nordeste ele é um cumpridor das normas provenientes do Ministério da Fazenda e do Legislativo. A gente acredita que na medida em que eles sejam aperfeiçoadas e tudo mais, elas tenham uma implicação importante para a região e também para o Banco.

Como o dentro Gerardo Fontelles chamou a atenção, quer dizer, havia uma preocupação também muito grande da nossa parte em cima da 4514, no sentido do aspecto nefasto que implicava em relação ao patrimônio do Fundo, porque nós temos que zelar pelo Fundo e existia uma série de aspectos que eram negativos nesse sentido. Quer dizer, nós acreditamos que alguns ajustes possam ser evidenciados e elaborados em relação à Medida Provisória.

Alguma coisa no sentido de que, a gente vê assim com um problemático a questão do prazo até 15 de agosto, que não leva em consideração aspectos relativos a configuração da safra no Nordeste, quer dizer, vai estar muito em cima. Quer dizer, a questão da disponibilidade, inclusive para que o produtor possa comparecer e já efetivar um pagamento relativo a 1,16 avos da dívida e tudo mais, quer dizer, isso aqui precisaria ter mais tempo.

Então, isso um pouco mais tempo, quer dizer, então isso um pouco mais de análise sensível, também deixar um pouco a cargo do Banco a capacidade de poder, a capacidade de poder negociar caso a caso em função também do fluxo...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – A Medida Provisória prevê essa negociação caso a caso.

SR. ROBERTO SMITH – Isso. Haver essa possibilidade e não amarrar ou dilatar um pouco esse prazo.

Outra questão que a gente acha que melhoria, inclusive ampliaria o teor da abrangência da Medida Provisória – que eu fiz referência aqui e dei dados – em relação àqueles produtores que não tiveram a abrangência na Medida Provisória e anteriormente também na 10.177, relativas as operações contratadas entre 1999 e janeiro de 2001.

Isso ampliaria algo em torno de mais 10 mil produtores, na verdade, precisa haver esses impactos, mas eu acredito que isso seria possível.

Eu já conversei com a Fazenda, também achei muito injusta a Medida Provisória penalizando e multando o Banco, que isso já a gente acredita que será revisto, porque o Banco ele tem tido uma conduta... Eu mostrei os números das nossas renegociações elas foram intensíssimas e muito bem feitas, quer dizer, não há razão para que se busque penalizar o Banco por aquilo que ele vem cumprindo muito bem.

Eu afirmei que se a Fazenda não está satisfeita com o Banco do Nordeste, mude o Presidente, mas não penalize a Instituição, mas isso, eu acho que é um fato que a gente...Eu estou colocando aqui, mas sem maiores problemas, isso a gente resolve.

Quer dizer, de forma que eu acho que é preciso trabalhar isso com alguma sensibilidade, no tocante a aspectos que tocam de perto o produtor, quer dizer a questão de calendário agrícola da safra e tudo mais.

Existem problemas aqui de jogar essas operações com encargos de inadimplência. No Banco a gente chama, isso tem um apelido que o Banco do Brasil também utiliza, a gente casquenor(F) com tudo aquilo que vem carregado que joga a dívida lá para cima.

Quer dizer, você inscrever isso na dívida ativa, realmente é um aspecto problemático com todos esses encargos, e o Banco fica fora de qualquer possibilidade posterior de tratar essa questão, e que na verdade ela acaba sendo discricionária, porque ela envolveria apenas as operações até 50 mil, as outras ficariam fora, mas o que a gente acha que... São aspectos de

técnica legislativa que poderiam ser trabalhadas para aperfeiçoamento.

Agora, de qualquer forma a gente vê que a Medida Provisória ela é importante, dentro dos princípios que ela se coloca e dentro dos limites ela resolve. Mas eu proponho que esses aspectos que eu levantei sejam levados em consideração nos debates parlamentares e tudo o mais.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Senador, só fazer, na verdade um...

Eu acho que o Dr. Smith aqui colocou bem, é lógico e até porque nós sabemos e também, toda a Medida Provisória, ainda mais algumas quando elas são feitas de forma mais rápida, elas saem com problemas, é natural, e eu acho que é papel nosso fazer esse aperfeiçoamento.

Eu quero parabenizar essa Comissão, porque já está pensando nisso. Quando o Senhor fala da safra, o país é imenso tem diferenças regionais, a gente na Amazônia, eu sou do Pará, também briga muito sempre por isso, inclusive em relação ao orçamentO – "Não adianta liberar no final do ano para nós para fazer... Vai asfaltar no final do ano não ainda, não resolve nada, porque não vai acontecer porque não é época de chuva".

Cada região tem que também levar em consideração esses aspectos, acho que são aperfeiçoamentos que poderiam vir, sempre tendo – eu acho que foi isso – o que também essas medidas que o Governo anunciou posteriormente à Medida Provisória, que já sempre há um apelido, já apelidou de "pacote agrícola". O que isso também já impactou nessa renegociação, já impactou de forma positiva na agricultura.

Eu acho que isso que talvez a gente também pudesse colocar, porque eu acho que essas coisas não estão desvinculadas, ao contrário, elas estão absolutamente conectadas e casadas.

SR. ROBERTO SMITH – Sem dúvida, essa Medida Provisória recente que nós já estamos avaliando, inclusive com a Fazenda, todos os impactos da Medida Provisória recente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Em discussão, a palestra do Dr. Roberto Smith. Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, lamentavelmente, eu estava no Plenário e cheguei atrasado, não ouvi a palestra do nobre Presidente do Banco do Nordeste.

Eu queria inicialmente solicitar exatamente, se o Presidente estava atendendo às solicitações inclusas no requerimento. Inicialmente eu vi que não, mas agora chega em minhas mãos, me parecem os dados que correspondem ao que foi pleiteado no requerimento.

Eu acho que são dados muito importantes agora, que merecem uma análise mais demorada, nós não vamos conseguir fazer essa análise agora.

Eu, no entanto, quero destacar o papel do Banco do Nordeste, que é um papel muito importante para a região. Até para o meu Estado da Bahia, tem tido um papel de alavancador do desenvolvimento ampliando as aplicações.

Eu não vejo o Banco do Nordeste nessa questão, apenas como fornecedor de dados.

É claro que o Banco do Nordeste tem uma preocupação que todos nós nordestinos temos na preservação do Fundo Constitucional, nós não podemos dilapidar esse Fundo, mas a questão não é exatamente essa. Ninguém deseja que para socorrer o Nordeste, nós tenhamos a única possibilidade que é usar o Fundo Constitucional do Nordeste, para suprir todas as necessidades do Nordeste, isso nunca foi colocado, isso não está em pauta.

Nós não desejamos isso, porque sabemos que isso traria um prejuízo imenso para o Nordeste Brasileiro, e não só a agricultura como outros seguimentos que são importantíssimos para o nosso desenvolvimento, como o setor do comércio, o setor industrial, o setor quaternário do turismo que tem uma importância muito grande.

O que nós lutamos sempre era que o Governo Federal, entendendo a situação peculiar do Nordeste, as intempéries que nós sofremos, a tão conhecida seca que tem tirado sustentabilidade além de outros fatores mais esse, diferentemente de outras regiões do país, pudesse o Governo Federal com recursos do seu orçamento, aplicar para renegociação das dívidas.

Veja V. Exª, que nós trabalhamos de forma árdua, o Congresso cumpriu a sua obrigação com os produtores nordestinos.

A Câmara dos Deputados aprovou por ampla maioria e o Senado, da mesma forma, aquilo que se chamou do PLC 142 de 2005. Dr. Fontelles está aqui, talvez, como remanescente da parte do Governo daquelas negociações, porque essa pessoal subestima a força espiritual do nordestino, do baiano em particular.

E, veja que aqueles que nós negociamos foram defenestrados do Governo. Nós negociamos com o nosso, até amigo Murilo Portugal, não está mais, o Ministro Palocci também saiu, só está resistindo o Fontelles (risos), que está aí há muitos anos.

Mas eu reputo que a resistência do Fontelles é muito mais, porque ele não é o idealizador, ele não é autor intelectual, ele é apenas o executor de tarefas que o Ministério da Fazenda lhe dá e que ele tem que, infelizmente de colocar, mas o Congresso Nacional cumpriu o seu papel.

Nós aprovamos o PLC 142, que a questão não se resume ao FNE, está bastante claro que a questão se resume a recursos do BNDES, a recursos do FAT, a questão do PESA, da Securitização, os nossos produtores estão sendo executados. O que era dívida agrícola virou dívida fiscal e o Secretário de Tesouro Nacional está executando, ou seja, há um clima muito ruim. Muito ruim, que acrescido ao problema da seca nós temos o problema do dólar, está bastante demonstrado que os insumos foram comprados a um dólar e a safra está sendo vendida, por exemplo, a soja em preço muito depreciado, o cacau da mesma forma, está sofrendo uma crise terrível, por conta de um preço que vinha mantendo uma média de 70 reais, agora está em 48. Até o café está sofrendo também esse problema, o milho.

Os produtores da região do oeste apresentaram aqui como a região tem sofrido, apesar da resistência de continuar plantando, e ainda plantaram a safra de 2005, mas vai chegar um momento que é insuportável.

E sabem os senhores a relação para você fazer uma troca, por exemplo, de milho para uréia, ela tem crescido de forma exponencial, se 2003, era de 50 a 73 agora, 2005, agora são 65, sacas, milho e trator a mesma forma, tem crescido de forma exponencial.

Então, esse é um problema que tem assolado toda a agricultura brasileira, por conta da política econômica, que é a macroeconomia voltada, para dar tranqüilidade ao mercado e manter a inflação em números baixíssimos, mas isso penaliza setores econômicos da nossa economia.

Agora, qual é o setor mais fraco que nós temos na nossa economia e sempre foi? É o setor primário. É a agricultura. Por quê? Você precisa da situação climática e precisa depois, da situação de preço na hora de você vender seu produto. Isso todos sabem! Não é à toa que Europa subsidia violentamente o seu agricultor, para que ele não vá morar nas periferias das grandes cidades.

No Brasil não, parece que o agricultor é um irresponsável. É essa a sensação que eu sinto das autoridades governamentais.

Estão pensando apenas na macroeconomia, não podemos tirar nada, nada. Não podemos tirar absolutamente nada do Orçamento Geral da União, para isso.

Podemos gastar 10 milhões de dólares para comprar uma carona e mandar o astronauta no espaço, isso é possível. Aí se faz oba, oba, ufanismo etc, não contribui nada para a ciência e tecnologia brasileira, mas isso se faz.

Agora, quando é defender empregos, por exemplo, defender uma Varig não se faz, defender uma agricultura não se faz, lamentavelmente é isso.

Então, Sr. Presidente, o PLC 142, tratava de parcelas vencidas do PESA, Securitização, tratava dos custeios, tratava do FAT, de giro para os produtores, da redução das taxas de juros dos Fundos Constitucionais, das aplicações do BNDES, que inclusive, pela resolução do Bacen de 2996, diz que: "As aplicações com recursos administrados pelo BNDES, destinadas ao financiamento de atividades agropecuárias e formalizadas com beneficiários do crédito rural, por meio de contrato ou instrumento de crédito, são considerados crédito rural para todos os efeitos". Hoje não considerados, na verdade, está se transformando tudo em dívida com o Tesouro Nacional.

Então Sr. Presidente, eu acho que o Governo Federal desrespeitou o Congresso Nacional porque fez um veto integral ao PLC 142!

E mais do que isso. Ao fazer um veto integral ao PLC 142, editou essa Medida Provisória 285, que eu desafio os senhores que são as autoridades, principalmente, o Ministério da Agricultura que se pronunciou recentemente, até por esse pacote lançado pelo Governo Federal, agora, o Ministro Roberto Rodrigues já disse que é insuficiente, que não atende a crise da agricultura.

Foi dito pelo Ministro Roberto Rodrigues, verdade? Ele disse isso agora, recentemente. Então, nós estamos nos deparando com o quê? Com a Medida Provisória 285, que é inócua.

Trata do FNE e única e exclusivamente, mesmo assim aqueles que não tenham efetuado assunção, renegociação e recomposição de dívida, nos termos da Lei 10.177, dão um prazo de seis anos. Não atende absolutamente, é inócuo.

Então, nós estamos deparando Sr. Presidente, com duas possibilidades: Ou o Congresso se afirma perante o Governo Federal de forma democrática, derrubando o veto do Presidente da República ao PLC 142, é isso que eu advogo.

Tenho tentado junto com o Presidente do Senado, que ele possa acelerar a colocação a apreciação desse veto. Lamentavelmente, Sr. Presidente, eu falo a V. Exª, como o Presidente da Comissão de Agricultura, vejo que já não há aquele ímpeto que nós tivemos na aprovação do PLC 142, com relação agora, à apreciação do veto, que seria um direito do Congresso Nacional de avaliar o veto do Presidente e colocar uma posição, de aceitar ou não aceitar o veto, o que é dentro dos trâmites da regra democrática.

Em segundo lugar, de certa forma se quedando à realidade, seria analisar a Medida Provisória 285.

Essa Medida Provisória ela é inaceitável como está, mas nós temos condições de modificá-la, esperando que o Governo não venha vetar novamente. Nós podemos modificá-la. Na Câmara dos Deputados foram apresentadas emendas, eu mesmo tinha um projeto aqui que era o Projeto de Lei do Senado 517, que fiquei um ano e meio aqui tentando aprovar, e era só FNE, na época, porque na época o problema era só esse.

O problema é que um ano e meio de procrastinação por parte da Bancada do Governo aqui, levou a situação muito mais grave da agricultura, muito mais grave.

Então, eu renuncio a esse projeto, mas de qualquer forma eram 100 mil na origem, aqui a Medida Provisória, fala em 50 mil na origem. Fala em 50 mil na origem.

Então, eu acho que nós temos que fazer um esforço muito grande, primeiro para pressionar o Presidente do Senado e na Câmara, ambos nordestinos, ambos do Estado sofrido e pobre de Alagoas, para que eles cumpram seu papel com os produtores nordestinos.

E não é só uma pressão nossa de Parlamentares não, é uma pressão de todos que fazem agricultura, de todos os produtores, da Confederação Nacional de Agricultura, das Federações de Agricultura do Nordeste, que se mobilizem para pressionar, porque eles têm condições de colocar em votação imediata o veto.

Se isso não for possível senhor Presidente, a outra posição é modificar essa Medida Provisória. É modificar essa Medida Provisória.

Então, eu quero colocar essas questões que me parecem ser uma condução mais correta do problema. Não acho que o Banco do Nordeste vai nos ajudar ou não vai nos ajudar. Eu acho que a questão se resume a uma questão de afirmação do Congresso Nacional, porque se depender da vontade do Ministério da Fazenda, nós não vamos a lugar nenhum. E, poderemos até forçar a perder o amigo Gerardo Fontelles, no futuro.

Então, para que não aconteça isso com ele, vamos trabalhar dentro do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Com a palavra Ney Suassuna.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, caros convidados Dr. Roberto Smith, Dr. Gerardo Fontelles, Dr. Maurício Rodrigues, Dr. Edílson Guimarães.

Hoje o Nordeste está vivendo dias difíceis em termos de ter alavancas para o seu progresso.

A SUDENE esvaziou-se completamente. Infelizmente, a gente ouve com tristeza as notícias da SUDENE, e quando compara com o passado, verifica que como nós éramos felizes naquela época em que ela funcionava bem.

A única alavanca que existe hoje é o Banco do Nordeste. Não fosse o Banco do Nordeste nós estávamos no mato sem cachorro, para pelo menos nos orientar dos perigos que poderiam estar vindo.

O Banco do Nordeste tem feito um trabalho incrivelmente, bom, mas ele precisa de ajuda. Precisa de ajuda para mais capital, por exemplo, no FNE, que já o que tinha lá e achava-se que não ia ser aplicado, o Dr. Roberto Smith na sua Administração já ocupou todo Senador Sérgio Guerra, todo, e vai precisar de mais recursos.

Quando a gente olha o PRONAF, vê o crescimento que foi dado, saltou de 200 milhões para foi dado para 555, para 776, e nesse ano chegar a 01 bilhão e 200.

Quando a gente olha, as pequenas Instituições a gente vê que, aí de nós se não tivéssemos lá o Banco do Nordeste em cada cidade, fazendo todo o apoiamento.

No entanto o Banco do Nordeste tem subordinações e me causou muita espécie e eu fiquei inclusive, muito chateado e muito preocupado, quando li alguns dados sobre o que foi orientação ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste. Nós temos alguns exemplos, que são exemplos gritantes para mostrar o que chega a essa dívida.

Nós tivemos de uma dívida por volta de 12, 14 milhões, ou melhor, mil reais que hoje está por volta de 14 milhões de reais. Não é isso Dr. Smith? Nós não tivemos uma dívida que foi uma dívida que foi dada como exemplo? Pelo menos circulou no Nordeste, um empréstimo que tinha na origem alguma coisa superior a 10 mil reais e que hoje anos depois, está por volta de 12, 14 milhões, peço a sua confirmação.

SR. ROBERTO SMITH – (pronunciamento fora do microfone): Vários casos.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Vários casos desses, mas os parâmetros que eu estou falando estão corretos?

SR. ROBERTO SMITH – (pronunciamento fora do microfone): As mais antigas.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – As mais antigas, um cidadão que tomou 12 mil reais, hoje está devendo 14 milhões ...

SR. ROBERTO SMITH – (pronunciamento fora do microfone): Caso de inadimplência, multa, juros de mora e tudo o mais, tem um crescimento aí exponencial.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Então, essa dívida é cobrada cheia, saltou para a casa de 02 milhões.

Qual é o agricultor, o pequeno agricultor da Paraíba, de Pernambuco, do Ceará, ou de onde é que seja, que tomou um empréstimo de 10, 12 mil reais e que hoje tem 14 milhões para pagar? Não tem como nem que queira. Vendendo a terra, vendendo a família e botando todo mundo para trabalho escravo não consegue pagar.

E agora, o que é pior: Qual foi a norma Dr. Fontelles, que foi passada para eles? "Se não cobra, a instituição financeira paga 3% de multa sobre a dívida cheia". Essa é a ordem. Essa é a ordem Dr. Smith?

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – (pronunciamento fora do microfone): Não. É que está na Medida Provisória.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Não. Eu estou falando na ordem da diretiva do Ministério da Fazenda para as Instituições Financeiras. Não tem uma multa sobre a conta cheia?

SR. ROBERTO SMITH – (pronunciamento fora do microfone): Meta da Medida Provisória.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – (pronunciamento fora do microfone): É da Medida Provisória.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Meta da própria Medida Provisória.

Então, como é que pode a Instituição deixar de cobrar? Tem que cobrar! Agora, cobrar de uma pessoa que não pode pagar.

Imaginem, quem comprou, por exemplo, ração. Houve uma época em que houve um empréstimo para ração. A ração virou esterco, mas a dívida hoje toma a fazenda do cidadão e o que tiver na fazenda. Olha, que dilema que nós estamos vivendO – O Banco não pode deixar de cobrar. O cidadão não tem como pagar e nós estamos encalacrados.

Agora, se toma a terra faz o quê? O Banco do Nordeste e nem o Banco do Brasil, não tem uma equipe para colocar lá para lavrar a terra. O pouco feijão, o pouco arroz, o pouco milho deixa de existir. É pouco, mas no somatório termina sendo muito. É a produção da região.

E a terra fica lá é do Banco, mas até para desfazer depois ou para vender é tudo muito difícil, mas têm exemplos piores.

Tem o exemplo, por exemplo, de quem entrou no conto do plantio da algaroba. Não é o Governo de hoje não, é o Governo Figueiredo: "Olha, vocês plantem algaroba, é uma planta miraculosa, resiste a qualquer seca, dá lenha e dá vagem para alimentar o gado".

O cidadão tinha que arar a terra – hoje não seria possível – gradear duas vezes, arrancar toda e qualquer espécie que houvesse vegetal lá, cavar o buraco 50 por 50, num espaçamento X, e plantava.

A algaroba não deu madeira, a algaroba puxa muita água porque têm raízes muitos profundas. E a vagem que não tinha informado bem, que foi dada para o gado, deu língua de pau, a vaca perde o controle motor e fica paralisada, porque o sistema nervoso é atacado. Agora, até se descobriu que torrando e moendo, pode se dar misturada com alguma outra ração.

E essas pessoas estão sendo executadas também – dívida na época do Figueiredo. Pagaram a primeira prestação, não pagaram a segunda e essa segunda, hoje é mais do que a fazenda que o cidadão tem.

Essa é a situação que nós estamos tendo. Nós estamos aqui entre a cruz e a espada. Se o Banco cobra, fale o agricultor, se o Banco não cobra, paga uma multa sobre a dívida plena cheia, mas essas dívidas já colocadas Senador Sérgio Guerra, elas não podem ser... Como é que vão ser dispensadas? Como é que o Banco vai negociar e dizer: "Tira a multa, tira mais isso, tira mais aquilo". Porque já está consolidada na dívida ativa. Não existe esse mecanismo. Nós não criamos esse mecanismo. Então, é uma situação muito difícil.

O que nós fizemos? Para sinalizar para o Governo, e eu sou da base do Governo, diferentemente do César Borges, eu sou da base do Governo, mas nós sinalizamos dizendo: "Vamos apoiar a Medida Provisória que estava ali", sabendo que tinham grandes agriculturas que tinham seis bilhões, que representavam 500 e poucos agricultores apenas, mas não tinha como tirar. Então, votamos, para sinalizar: o Congresso quer.

Chegou a nova. Nós já tomamos uma decisão entre o meu Partido, que eu lidero, o Partido de V. Exª, o PFL: nós queremos um prazo, grande alguma coisa da ordem de 25 anos. Nós queremos um prazo de carência. E nós queremos um rebote, para tirar essas coisas todas que foram inoculadas por esse sistema financeiro nosso que é terrível.

Agora, isso precisa ser negociado. Só que enquanto a gente está negociando as execuções estão ocorrendo, e eu tinha pedido a V. Exª., e nesta Comissão, que nós instássemos ao Ministério da Fazenda, ao Ministério da Agricultura, aos Bancos, ver como nós fazíamos para dar uma mora, uma suspensão, enquanto a gente discute e ache um caminho.

Esse foi o pedido nesta Comissão e volto a solicitá-lo e fico sem entender, como é que os Bancos vão poder nos ajudar, senão houver uma negociação direta com o Ministério da Fazenda e com o Ministério da Agricultura, porque os Bancos são executores e lá a contabilidade é feita na ponta do lápis, ou na letra do computador. Eles não têm como dizer: "Vou fazer isso", se a legislação não permitir.

Então, o que eu quero louvar? Um Banco do Nordeste que eu sei que é o único amigo que nós temos hoje. O único amigo que o Nordeste tem. Eu quero lamentar o dilema que nós estamos vivendo.

Eu quero afirmar o que meu Partido vai insistir na negociação juntamente com os demais Partidos da Base. Eu espero senão da base da oposição, mas nós vamos brigar por isso.

E o que é que eu sonho? Que a gente consiga fazer essa suspensão, até que a gente resolva isso com as instâncias do Governo Federal e o Ministério da Fazenda, para poder negociar essas dívidas que grassam em todo o país, mas que atingem mais duramente o semi-árido. Dá pena.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senador Ney Suassuna, tão logo o Senhor fez a sugestão de uma certa interferência junto ao Governo, para evitar a execução de centenas de propriedades nordestinas, nós entramos em contato com o Ministro Palocci, que prometeu que se reuniria conosco a seguir. Porém ele teve... Depois viveu um quadro de turbulência, bastante conhecido e finalmente deixou de ser Ministro.

Vamos procurar agora, o atual Ministro com a mesma finalidade. Esperamos que possamos fazer isso de hoje para amanhã, marcar algo com ele, porque ontem mesmo, eu tentei através do Líder Fernando Bezerra, conversar sobre isso, mas ele estava bastante empenhado na questão da negociação da Lei Kandir. Mas senão for possível do nosso ponto de vista encontrar essa nova agenda, eu vou pedir a sua ajuda para construí-la.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Me perdoe nobre Presidente, eu acho que a gente podia oficiar desde já, até alertando que já tínhamos tido essas tratativas anteriores, mas oficiaríamos e pediríamos um encontro para complementar e discutir, porque essa só leva, e a gente precisava ouvir também uma solução que fosse condizente.

Agora, que realmente é urgente, é urgente, porque as execuções continuam.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senador, Jonas.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MS) – Sr. Presidente, Sr. Presidente do BNB, Srs. Representantes dos Ministérios aqui convidados.

Sr. Presidente, a minha preocupação maior – eu também sou de uma Região de Fundo Constitucional lá do Centro-Oeste – onde a nossa inadimplência gira em torno de 1%. Então, a preocupação nossa é com esse quadro de inadimplência.

Nós tivemos dados de 31 de dezembro de 2005, 51,1% de inadimplência, é verdade que são as operações até 30 de novembro de 98. Mesmo as operações, após 30 de novembro de 98, ela está com uma inadimplência de 5.8%, mas se fizer a ponderação como V. Exª, disse, isso dá 46%. 46? No ponderal das inadimplências, considerando...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – (pronunciamento fora do microfone) Com as outras duas...

SR. ROBERTO SMITH – Não. Dá 28,2%.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MS) – Dá 46.

SR. ROBERTO SMITH – Dá 28,2%

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MS) – Dá 46, mas no ponderal, 46%.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) 46.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MS) – Pois bem, com o nível de inadimplência disso ...

SR. ROBERTO SMITH – Antes de 98, depois dá 28, ou 26.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) Dá 26 ou 28.

SR. ROBERTO SMITH – Dá 26 pontos.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MS) – O nível de inadimplência disso, evidentemente que o Fundo perece, o Banco, o agente financeiro sofre. E o que eu estou mais preocupado é tentar recuperar esses produtores, para voltarem ao processo produtivo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone) Sem dúvida.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MS) – Quer dizer, é um pecado, é um crime de lesa-pátria inclusive para nós Senadores, deixar que esses produtores fiquem fora do processo produtivo. Ele não está contribuindo com a sua família, ele não está contribuindo com a nação.

Portanto, esse é o trabalho que nós devíamos fazer nesta Comissão, no Congresso Nacional para estudar esse nível de inadimplência para baixá-la, ao baixar evidentemente, nós estamos trabalhando pelo país.

Esta é a minha consideração a respeito do quadro, que nós estamos vendo aqui.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senador, Ney Suassuna com a palavra.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu tenho três perguntas aqui, nobre Presidente, que eu queria deixar para ver: Por exemplo, segundo o relatório dos Fundos Constitucionais de Financiamento em dezembro do 2005, do Ministério da Integração Nacional, o FNE realizou em 2005, um total de 525. 374 operações rurais, no valor de 02 bilhões, 103 mi-

lhões, 850 mil reais, o que corresponde a um valor médio de 4,004 milhões e quatro... 04 milhões e 04 mil, é que esqueceram de colocar aqui que a unidade era milhão...

SR. ROBERTO SMITH – Não, é mil.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – É mil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – 04 mil reais.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – No entendimento do Ministério e do Banco, essa atuação será capaz de promover o desenvolvimento da região e recuperar a enorme defasagem existente em relação ao restante do País?

Porque é pouco dinheiro, então, eu estava achando que o quadro aqui mostrado fosse milhão, é mil mesmo.

SR. ROBERTO SMITH – É mil.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Então, é muito pouco recurso para uma área que precisa ser defasada. Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é que quando a gente olha, por exemplo, a casa própria, o Governo, a toda hora, baixa uma norma que facilita o comprador da casa própria.

Por exemplo, a Secretaria de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, no número 333, de 18 de junho de 2005, disse que vai baixar o custo, porque várias medidas foram tomadas para facilitar o pagamento dos saldos, o pagamento da casa própria.

Ora, a casa própria é um bem que o cidadão adquire repara família dele.

O pobre do agricultor, além de não ter certeza do retorno do seu investimento e do seu trabalho, porque vai depender do clima e no caso nosso lá do semiárido, em 16 anos nós tivemos 10 anos de estiagem, 16 anos, 10 anos de estiagem, ele não tem a menor garantia e não vai recuperar sequer o que plantou, o que gastou, senão tiver safra.

E como é que a equipe econômica, explica essa diferença de tratamento? Para o urbano toda a proteção. Para o rural que protege a nossa mesa, porque senão fosse ele não tinha comida na mesa, toda a dureza dos juros, das correções e tudo o mais.

Essas eram as duas perguntas que eu queria deixar, para ver se nós ao respondê-las, encontramos alguma solução para amenizar o problema que estamos vivendo na área da agricultura.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu queria acrescentar, Sr. Presidente, e fazer uma pergunta, também, para deixar aqui para a avaliação e até resposta. Porque esses números com relação à dívida são mágicos. Então, o Governo cita números que são esotéricos, saem assim de onde a gente não sabe.

Então, o relatório dos Fundos Constitucionais de Financiamento editado pelo Ministério da Integração, registra em 31 de dezembro de 2004, um saldo de aplicações do FNE, no setor rural de 09 bilhões, 542 milhões. Conseqüentemente o saldo dessas aplicações em 31 de dezembro de 2002, foi inferior.

É evidente, que na hipótese absurda de perdão de todas essas dívidas, o impacto seria bem inferior aos referidos 09 bilhões, 542 bilhões.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Qual é o ano?

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – 2004, eram 9 bilhões, 542.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Não bate com esse aqui.

SR. ROBERTO SMITH – É relativo a 2003.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Em 31 de dezembro, foi inferior.

Na hipótese absurda do perdão de todas as dívidas, o impacto seria bem inferior aos 09 bilhões, 542 milhões, registrados em 31 de dezembro de 2004.

Entretanto, o veto, por ocasião do veto do PLC, 142, o Líder do Governo alardeou para todo o país, que o impacto seria superior a 11 bilhões.

A pergunta é: qual a origem, com que intenção foram divulgados esses números fictícios e tão alarmistas?

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Deixa eu fazer só mais uma pergunta, nobre Presidente?

Quando nós discutimos aqui e nós ficamos estão atônitos, e veja, volto a dizer, sou da base do Governo, mas em relação a isso aqui, eu tenho que pensar mais no Nordeste, porque eu estou vendo o que está acontecendo lá.

O Governo falou em 72 mil tomadores, 32 a 34 mil, seriam os que estariam sofrendo esse problema.

Falou também que a taxa de inadimplência, não era tão grande, que ficaria muito mal para quem pagou ver que os outros teriam tratamento diferenciado.

Em seguida chegou a confederação e falou pra nós que esse número não seria isso, que seria alguma coisa da ordem de 500 mil tomadores, teve até organismo que falou aqui 600 mil tomadores.

Até hoje nós não sabemos qual é o número de tomadores, nem do Banco do Brasil e nem do Banco do Nordeste. Finalmente, qual é o número real? São os 72? Só estão devendo 32, 34 mil tomadores? Os outros estão pagando em dia? Ou realmente são esses 500 mil que falam as associações, as federações e os representantes dos agricultores?

Nós ficamos aqui debaixo de um tiroteio que nós não sabemos.

Nessa hora que o Senador está falando do dado de 2004, nós temos um outro mapa do próprio Ministério, falando que só são 02 bilhões, que a dívida para o rural são só os 2 bilhões, 559, 291, aqui fala em 09. Qual é o dado que nós estamos lidando?

Nós nunca sabemos, nem da Base do Governo nem da oposição e, aí fica essa guerra entre nós. Eles dizem que é um número, a gene diz que é outro número, mas nenhum de nós tem certeza.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Nem o Governo tem.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Pelo visto nem o Governo tem.

SENADOR CÉSAR BORGES (PFL-BA) – O Dr. Fontelles pode afirmar a dificuldade que ele tem de conseguir esses números.

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu duvido que numa época do mundo computadorizado, que não possa lá apertar uma tecla e não sair o número de tomadores que tenha no relatório dos dois Bancos, que é Banco do Nordeste e Banco do Brasil! Claro que tem condição de fazer.

Agora, qual é o número real? Nós da base não sabemos. A oposição usa essa não sabedoria da gente para atacar a gente a toda hora e nós ficamos sem saber o que fazer, porque nós temos também a nossa base. A base eleitoral lá nos nossos Estados, que do ponto de vista da solidariedade, porque um país é feito de solidariedade.

Quando a gente vê que não há solidariedade com quem traz o alimento para a mesa da gente, fica muito difícil.

Não podemos de maneira nenhuma nesse cenário da República, criticar nem Banco do Nordeste nem Banco do Brasil estão cumprindo a obrigação deles à risca! Só que é muito difícil situação que eles estão. Eu entendo que também o Ministro lá, o cobertor é curto, mas a gente quer saber os números, a verdade é muito difícil para todos nós.

Se os senhores pudessem nos esclarecer seria para nós muito produtivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Com a palavra o Sr. Roberto Smith e o Dr. Fontelles a seguir.

SR. ROBERTO SMITH – Srs. Senadores, as informações que nós demos, como foi afirmado aqui pelo Senador César Borges, é no intuito de podermos esclarecer um pouco esse imbróglio de números, porque eles também dentro da realidade financeira muitas vezes eles geram alguma confusão. De qualquer forma esses dados que foram requisitados pelos senhores estão sendo disponibilizados aqui para essa Casa.

E nós acreditamos que esses números, quer dizer, uma vez também considerados números do Banco do Brasil, que são as duas principais instituições, voltadas para o crédito para a área rural do Nordeste, nós teremos números embasados e necessários para realmente se tomar um pé da situação.

Nós transmitimos também o número daqueles produtores que serão tocados pela Medida Provisória, ainda mais, quer dizer os números também, se essa Medida Provisória ainda ela pudesse vir abranger os contratos realizados entre 1999 e 2000. De qualquer forma, quer dizer, o Banco do Nordeste ele se coloca como um executor desses normativos, provenientes do Executivo e do Legislativo e dentro dos prazos que são consignados.

De forma que essas questões que são colocadas, eu acho que são questões de ordem mais geral em relação ao fato de como é que se coloca as prerrogativas de política urbana envolvendo casa própria, a VISA, a política voltada para o produtor rural, que também ela está eivada de subsídios e tudo mais, nós achamos adequado.

Nós não trabalhamos contra uma política de subsídios, mormente dentro de um referencial importante como é a agricultura no semi-árido e tudo o mais. De qualquer forma também é a observação feita pelo nobre Senador Ney Suassuna, que achando que é pouco o valor médio das contratações da ordem de 4.000 reais, eu queria dizer o seguinte é que essa ...

SENADOR NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Isso no total, no total é razoável.

SR. ROBERTO SMITH – É razoável, sim. Nós acreditamos que a escala de crescimento do atendimento do financiamento rural no Nordeste, ele tem mostrado uma recuperação.

Se nós virmos ainda os dados, por exemplo, do PRONAF, quer dizer, o Nordeste ainda se situa muito aquém em relação às demais regiões do país. O Banco do Nordeste vem ampliando significativamente essas aplicações e nós estamos inclusive pleiteando junto ao Ministério da Fazenda, mais recursos porque estão sendo necessárias em função da crescente demanda que nós estamos tendo relativa às aplicações do PRONAF.

Eu gostaria de dizer que reafirmando-se aquilo que já havia afirmado, não na presença do Senador César Borges e nem do Senador Ney Suassuna, que nós vimos trabalhando também num avanço qualitativo dos instrumentos de crédito, porque a gente acredita que o crédito mal consignado é gerador de dívidas não pagas, que tira o produtor do sistema produtivo e acaba grande um efeito nefasto.

As melhorias que estão sendo instaladas, notadamente com a mudança de metodologia voltada para o pequeno produtor do PRONAF, o PRONAF B, e tudo mais, já começam a dar resultado e esse processo ainda está num volume que vem se intensificando.

Nós acreditamos que até o ano que vem nós vamos estar dando cobertura a todos os produtores do PRONAF, com nosso programa que nós estamos denominado de Agro-Amigo. O Agro-Amigo é um processo tirado do Cred-Amigo, que é um microcrédito que é urbano e para o informal, para estabelecer as normas de microcrédito para o produtor rural, nas faixas de renda mais baixas.

Quer dizer então esse crescente esforço de melhor qualificação do crédito tem atendido toda a nossa atenção. E fica aqui quer dizer, também o que foi colocado pelo Senador Jonas, da preocupação de se trabalhar ainda o elevado nível de inadimplência, que ele compara com o nível de inadimplência do Mato Grosso e tudo o mais, que é uma região que gera mais resposta em termos de agricultura, isso é reconhecido, mas que um trabalho crescente na melhor qualificação do crédito, significa um avanço gradual no rebaixamento desse nível de inadimplência.

Eu acho que a gente não poder fugir a uma visão dinâmica, mostrando que a direção é correta que isso está sendo atingido e que nos próximos anos, dentro dessa configuração, dentro dessa política, nós estaremos trabalhando dentro de níveis de inadimplência bastante aceitáveis.

Fica o apelo, que nós temos ainda uma herança do passado, mas as heranças do passado elas estão...

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – São heranças malditas, não é?

SR. ROBERTO SMITH – Eu chamo realmente é o passado que nos condena, nós enquanto direção do Banco, nós não abdicamos da responsabilidade desse passado, porque a Instituição também teve o seu papel em relação a isso, como governos e tudo mais, mas não adianta ficar lambendo feridas, temos que olhar para frente e resolver os problemas do passado.

O próprio Banco do Nordeste na nossa gestão, pagou algo em torno de 01 bilhão e meio de reais, em termos de passivo trabalhista, previdenciário, tributário e tudo o mais, isso é mais do que o nosso patrimônio líquido que já poderia ter sido dobrado.

Eu não estar ai aqui forçando o Ministério da Fazenda, porque eu estou precisando capitalizar o Banco, eu teria capitalizado de modo próprio o Banco, mas, no entanto, quer dizer, a nossa visão é de resolver os problemas do passado com olhar para o futuro.

Eu acho que é essa a visão que nos norteia e essa a visão que nos reúne aqui na tentativa de resolver esses importantes problemas que nos afetam a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Dr. Fontelles.

SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES – Bom, eu espero fornecer a Comissão de Agricultura, as razões das divergências de numéricas que foram colocadas aqui. Não dá para fazer, jogar números.

Eu vi contradições que o número do Senador está correto, e o número do Senado Ney Suassuna está correto. Ele pegou um intervalo de tempo de benefício. O Senhor pegou o PL agrícola, no mesmo momento.

Então, não adianta. Eu vou pegar essas informações e metodologias que foram feitas para chegar a 9.9, em termos das contas, viu Senador?

Eu vou passar isso para a Comissão, para aclarar essas divergências de números que às vezes, é muito mais, intervalo de captação e considerar, conceito de inadimplência, contratos do ano de 94, que têm variações de 40% ao mês, por causa dos processos inflacionários do passado e tal.

Eu vou preparar esses dados e vou fornecer à Comissão de Agricultura, de modo que a gente possa ter um número adequado e que possa ser difundido de uma maneira generalizada, sem divergências.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Bem, a nossa Comissão tem nessa questão dessa Medida Provisória, teve uma discussão na qual decidimos de instruir a nossa atuação nessa matéria.

É consenso de todos que prévio seria um reconhecimento da base de dados que pudesse sustentar a nossa atuação, já que como foi visto, essa base de dados é polêmica, no mínimo polêmica.

Nós enfrentamos isso na votação daquele projeto lei no Senado acerca de um mês atrás, ou pouco mais de um mês, depois ele veio a ser foi integralmente vetado, e cujo veto temos interesse em votar com a maior urgência. Porém hoje tivemos audiência do Presidente do Banco do Nordeste, reforçado pelo comparecimento de representantes ministeriais e num documento inclusive que está sob a nossa guarda – eu distribui para os Senadores – e que responde a todo um prévio interrogatório que fazia parte da audiência de hoje.

É necessário ter informação do mesmo tipo do Banco do Brasil e de qualquer outra Instituição, que possa nos permitir brevemente ter consistência nesses números, ter segurança sobre a base sobre a qual trabalharemos de fato.

Eu tenho a opinião que eu não falo como Presidente da Comissão, falo como Senador do Nordeste também – o que não quer dizer que não seja da mesma forma Senador do meu país – a questão do Nordeste

ela não pode ser considerada como outras questões, isso é um discurso velho e todo mundo fala isso e muita gente não acredita nisso, mas é rigorosamente a verdade. Basta ter um pouco mais de realismo como ficou claro aqui na palavra do Senador Ney Suassuna, para que a gente tenha a percepção exata de que as coisas por lá, não são exatamente como são em outras áreas.

Uma coisa é real, eu estive num município pernambucano há um mês atrás, pedi para conversar com agricultores, não chegaram menos de 100 agricultores dos quais 30 ou 40 estão ameaçados de perder sua propriedade. E não há chances para eles. Perdida a sua propriedade, não tem mais esperança nenhuma, ou vão ter que se empregar nas Prefeituras, que já não como empregar mais ninguém e nem seria conveniente que o fizesse, ou vão morrer de fome ou vão ficar pendurados nessas "bolsas da vida", que seguram as pessoas, mas não resolvem nada.

Eu quero dizer que como nordestino, eu assisto a ação do Banco do Nordeste, também muito pouco havia um Diretor Pernambuco, que apesar de não ser do nosso Partido é uma pessoa da nossa relação antiga Pedro Eugênio. E o Banco do Nordeste está fazendo um esforço é real esse esforço, mas a questão do crédito, a questão do preço do crédito, as modalidades de negociação não são exclusivas do Banco, são coisas que tem que estar num conjunto.

O Banco tem feito uma operação segura, no meu Estado mesmo cresceu o seu volume de operação, equilibrou-se melhor do que está equilibrado antes, mas o fato concreto é que a realidade está lá e sobre essa realidade, como disse o Senador Ney, com absoluta precisão, nós não estamos conseguindo chegar com nenhuma providência.

As providências chegadas ou anunciadas não se confirmam na prática, existe uma agricultura lá que sustentam alguns milhares de pessoas como ficou claro no emprego, que o Presidente Roberto Smith mostrou e que essa debilidade dessa estrutura é a mesma hoje, como foi no Governo passado e em todos os governos é a mesma debilidade, não houve mudança no Nordeste. Do ponto de vista da população, dos agricultores, pequenos médios e grandes.

Outra coisa muito clara, é que a crise não é só dos pequenos, não é o problema do proprietário ser maior ou menor é uma crise geral que se deve a fatores gerais e não o tamanho da propriedade e eventualmente a dimensão econômica do produtor. Todos lá... Eu disse aqui, todos lá são pobres e todos estão submetidos ao mesmo regime de adversidade que não foi inventado por nós e que não depende dos governos, mas da natureza.

O fato é que é preciso encarar uma solução, porque nesse problema estão envolvidos alguns milhões e milhões de brasileiros. Então, eu acho que vamos instruir a nossa atuação.

Vamos ter os dados do Banco do Brasil, vamos chutar as informações possíveis nas nossas assessorias e trabalhar sobre elas, para que a gente tenha uma participação efetiva na discussão, que logo vai chegar ao Senado da Medida Provisória que por absoluto senso de responsabilidade cabe melhorar e aperfeiçoar, até com sugestões que foram indicadas até pelo Presidente do Banco e a Senadora Ana Júlia há pouco mais de meia hora.

Então, está encerrada a reunião de hoje.

(Sessão encerrada às 12h30)

Ata da 6ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 17 de maio de 2006.

Às onze horas do dia dezessete de maio de dois mil e seis, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, eventual, da Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos Senadores: **FLEXA RIBEIRO, RAMEZ TEBET, PEDRO SIMON, LEOMAR QUINTANILHA, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, OSMAR DIAS, ÁLVARO DIAS, LEONEL PAVAN, EDISON LOBÃO, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, SERYS SLHESSARENKO, ANTONIO JOÃO E SÉRGIO ZAMBIASI**. Havendo número regimental, é declarada aberta à reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, eventual, Senadora Ana Júlia Carepa, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, de acordo com a seguinte Pauta: Audiência Pública com a finalidade de discutir as questões relacionadas ao esclarecimento sobre índices de produtividade rural, com base nos estudos já realizados pelo Governo Federal, em cumprimento ao Requerimento nº 3, de 2006-CRA de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa e do Senador Eduardo Suplicy, com a presença dos seguintes convidados: Caio França, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Coordenador-Geral do Núcleo de Estudo Agrários e Desenvolvimento Rural; Régis Norberto da Cunha

Alimandro, Coordenador-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **RESULTADO –** Audiência Pública realizada. Fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre o assunto abordado os seguintes Senadores(a) – Ana Júlia Carepa, Antonio João e Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Júlia Carepa,** Presidente eventual da Comissão**.**

SRA PRESIDENTE SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT/PA) – Há *quorum* regimental. Eu declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Aprovado.

Como é do conhecimento de todos, foi realizado ontem, 16 de maio, Reunião dos produtores rurais juntamente com vários Governadores, Secretários Estaduais de Agricultura, Deputados federais e Senadores, bem como o Ministro de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento, para discutir a grave crise em que se encontra a agropecuária brasileira. Desta forma, encontra-se sobre as bancadas ofício sem número, datado de 16 de maio, encaminhado ao Presidente da República, subscrito por dez Governadores, Vice-Governadores e Secretários de Agricultura de alguns Estados, bem como pelo Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Sérgio Guerra e Deputado Abelardo Lupion, respectivamente, e o Presidente da CNA – Confederação Nacional da Agricultura, solicitando providências urgentes para a crise na agropecuária, criteriosa avaliação do atual momento e buscar as alternativas possíveis para minimizar os efeitos desastrosos que se avizinham.

Sobre a Mesa, Aviso nº 376, Gabinete do Ministro da Agricultura, subscrito pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Roberto Rodrigues, solicitando indicação de representante para atuar na Câmara Setorial da cadeia produtiva de mel e produtos apícolas. Eu consulto a Comissão, se alguém aqui deseja integrar a referida Câmara Setorial? Eu acho que a gente poderia deixar para uma outra oportunidade.

Essa Reunião destina-se à Audiência Pública com a finalidade de discutir as questões relacionadas ao esclarecimento sobre os índices de produtividade rural, com base nos estudos já realizados pelo Governo Federal, com a presença dos seguintes convidados: Caio França, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Coordenador Geral do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, e Regis Norberto da Cunha Alimandro, Coordenador Geral de Estudos e Informações Agropecuárias da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Então, eu sei que o Dr. Caio pediu para expor, então, eu passaria a palavra ao Dr. Caio, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

SR. CAIO GALVÃO DE FRANÇA – Agradeço Senadora Ana Júlia, cumprimento os Senadores presentes, o colega Regis Alimandro. Do ponto de vista do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nós valorizamos muito essa iniciativa da Comissão, tendo em vista a importância que esse tema da atualização dos índices de produtividade tem, para o avanço do processo de Reforma Agrária no Brasil.

Nós faremos uma apresentação breve para situar o tema e estaremos à disposição da Senadora e dos Senadores para desenvolver e discutir os temas que considerarem prioritários. Queria chamar a atenção, primeiro para um aspecto de que esse tema vem sendo tratado em âmbito do Governo Federal pelo Ministério do Desenvolvimento Agrária, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e também de forma coordenada pela Casa Civil e pela Assessoria Especial da Presidência. Há um esforço, que nós iremos abordar na seqüência, de produzir uma elaboração que refletisse uma posição de Governo em relação a esse tema.

A atualização dos índices de produtividade, ela se refere a um tema previsto pela Constituição Federal Brasileira, que é a desapropriação, para fim de Reforma Agrária, de imóveis rurais que não cumpram a função social. A Constituição Federal, ela estabelece requisitos econômicos, sociais e ambientais para que esses imóveis sejam considerados passíveis de desapropriação. Essa função social da propriedade rural, ela está prevista na Constituição no seu Art. 186 e faz referência aos critérios e graus de exigência que se desdobram nos itens que estão indicados a seguir: o aproveitamento racional e adequado; a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis; a observação das exposições que regulam as relações de trabalho e a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. O conceito de função social da propriedade previsto na Constituição Federal, ele tem, portanto, uma dimensão mais estritamente econômica, expressa pelo aproveitamento racional e adequado e

uma preocupação com as dimensões ambiental e trabalhista. Então, o direito de propriedade rural no Brasil é um direito relativo, porque ele está condicionado pelo exercício da função social que tem essas dimensões econômica, ambiental e trabalhista.

Os índices de produtividade, eles vão ser utilizados para o cálculo dos critérios que são identificados pela Constituição, para avaliar se o imóvel é produtivo ou não é produtivo; e a identificação desses critérios foi estabelecida pela Lei Federal 8.629, de 1993. Não é nova na Legislação Brasileira a definição de um coeficiente técnico para avaliar se o imóvel cumpre ou não a função social. Nós tivemos várias normativas desde o Estatuto da Terra, conceitos distintos que buscavam caracterizar esse imóvel, como um imóvel produtivo ou não. A Lei Federal de 93, ela atualiza um conceito definido lá em 1980, que são os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração. Esses dois conceitos eles foram inseridos na Legislação Brasileira em 1980, no momento em que se discutia a possibilidade de redução do imposto territorial rural pago, a partir de uma avaliação de que esses imóveis vinham sendo adequadamente explorados. Então, esse tema é inserido na Legislação Brasileira no momento de uma atualização da legislação referente ao imposto território rural, e é retomado em 93 como critérios, como referências, para avaliar o cumprimento da função social da propriedade, no que se refere a sua dimensão econômica.

Então, portanto, toda a discussão da atualização dos índices de produtividade, elas se referem à definição de valores e parâmetros que vão ser utilizados para o cálculo do Grau de Utilização da Terra, o GUT, e o Grau de Eficiência na Exploração, o GEE. O GUT e o GEE são dois instrumentos administrativos que são utilizados pelos técnicos do INCRA, no momento em que eles vão fazer a vistoria do imóvel. São obtidas informações dos proprietários e com essas informações, é que são calculados o Grau de Utilização da Terra e o Grau de Eficiência na Exploração.

Como os índices dizem respeito diretamente ao cálculo do GUT e do GEE, eu acho que seria importante, eu sei que deve ser de conhecimento dos Senadores e da Senadora, mas apenas para registrar.

Então, o GUT é uma relação entre a área efetivamente utilizada pelo imóvel e a área aproveitável total desse imóvel. A área aproveitável, ela exclui aquelas áreas que não podem ser destinadas à atividade agropecuária e florestal. Então, para calcular o GUT, vamos fazer uma relação entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitada. O que é a área efetivamente utilizada de um imóvel? Ela é a somatória, a agregação, da área plantada com produtos vegetais, com pastagens nativas e plantada, com a exploração extrativa vegetal e florestal e também reconhece como área efetivamente utilizada, todas as áreas de pastagens ou culturas permanentes, que estejam em processos de recuperação conduzidos com as exigências técnicas.

E o GEE, que é o Grau de Eficiência na Exploração, ele é uma relação entre a produção que é feita e a área que é efetivamente utilizada. No caso dos produtos vegetais, o cálculo é feito pela identificação da quantidade colhida de cada produto, a partir de informações declaradas e comprovadas pelo proprietário, dividido pelos de rendimento, esses são os índices de rendimento que são objetos de discussão para a sua atualização. No caso da pecuária, há uma peculiaridade. A legislação estabelece o conceito de unidades animais e há uma tabela que transforma as cabeças de cada tipo de animal em unidades animais. Aí no caso, é dividido pelo índice de lotação da zona de pecuária, que também é objeto dessa nossa discussão de atualização.

Então, a legislação prevê para a avaliação dessa eficiência produtiva, eficiência econômica dos imóveis rurais, primeiro: se da área disponível passível de utilização, qual é o percentual dessa área que está sendo utilizada? Que é o GUT. E o GEE é, dentro dessa área que está sendo utilizada, qual é o grau de eficiência? E aí vêm as indicações em relação às produções e as produtividades que são exigidas.

Bom, a atualização dos índices dos rendimentos que são utilizados nos cálculos do GUT e do GEE, ele é um tema que está na ordem do dia do Estado Brasileiro, pelo menos desde 1993. A Lei 8.629 estabeleceu que esses índices, eles deveriam ser atualizados, ajustados, periodicamente, de forma a refletir os avanços científicos e tecnológicos e o desenvolvimento rural. Então, desde 1993 já há uma prescrição legal sobre a necessidade da atualização desses índices.

Essa informação que nós trazemos é importante para nós identificarmos de que universo de imóveis rurais nós estamos falando, quando estamos discutindo os processos de desapropriação e o impacto da atualização dos índices. A atualização dos índices de produtividade não é um tema que afeta o conjunto dos quase cinco milhões de estabelecimentos rurais brasileiros. Ele é um tema que diz respeito, diretamente, apenas a quase 100 mil imóveis rurais, que são aqueles classificados como grandes propriedades. Nós estamos falando, portanto, de apenas 2% dos imóveis rurais cadastrados no Brasil; um universo bastante delimitado.

A própria legislação prevê uma ressalva importante que orienta os procedimentos dos técnicos do INCRA e servem de referência também para que os

proprietários possam recorrer administrativamente e judicialmente nos processos de desapropriação. É fato que existem anos em que a produção agropecuária é afetada por causas externas, que estão fora da governabilidade dos agricultores, uma praga nova, uma intempérie, e isso jogam os resultados, joga o desempenho, a produtividade desses imóveis para baixo. Afeta a produção e a produtividade. Portanto, o INCRA quando vai avaliar o desempenho de um imóvel, por exigência legal e também interiorizada nas suas portarias e instruções normativas, esse ano afetado por uma seca ou por uma intempérie ou algum outro aspecto – como é chamado na legislação "por alguma razão de força maior" – esses dados são excluídos da avaliação da situação do imóvel para verificar a sua produtividade ou a sua improdutividade. Então, nenhum produtor é penalizado no momento da vistoria se aquele desempenho, abaixo do que é o seu desempenho tradicional, foi decorrente de uma razão de força maior, um caso fortuito, associado a uma intempérie, alguma praga que não tinha uma ocorrência tradicional na região. Isso é um dado importante, porque mostra que os índices de produtividade são parâmetros estabelecidos para tratar situações em que a atividade produtiva ocorre de maneira mais regular, excluindo essas situações excepcionais.

Qual é a situação atual em relação aos índices de produtividade? A legislação estabeleceu e o INCRA fixou esses índices em 1980, e buscou como referência para essa definição dos índices, as estatísticas oficiais disponíveis, mais recentes a época. Havia o censo agropecuário de 1975, havia o cadastro do INCRA de 78, e com essas informações é que foram definidos os índices de produtividade para 38 produtos vegetais, para seis produtos extrativos vegetais e florestais e, no caso da pecuária, a definição dos índices de lotação, que eram índices de lotação diferentes, agregados em cinco zonas de agropecuária em todo o País. Desde, então, desde a sua fixação em 1980, esses índices nunca foram atualizados. Como a referência ao censo agropecuário é de 1975, há uma defasagem em relação a o que é agricultura brasileira de mais de 30 anos e, em relação àquela exigência legal da Lei Agrária de 93, já há uma defasagem de 13 anos entre a exigência da atualização e a ausência de medidas administrativas do Governo para atualizá-la. Quando o INCRA definiu esses valores ele buscou refletir o que era, não uma produtividade esperada ou desejada das atividades agropecuárias brasileiras. Em 1980 o INCRA olhou para o que era o retrato da produção agropecuária brasileira em 1975. O que era um desempenho efetivo, realizado; não o que poderia ser uma produção potencial dos imóveis ou o que poderia ser parâmetros desejáveis. Então, a fixação dos índices, ela refletiu uma leitura sobre o que era a realidade da agropecuária brasileira em 1985 e o que deveriam ser, a luz de um desempenho já da agricultura brasileira, o que deveriam ser esses índices mínimos exigidos.

Esse tema vem sendo tratado pelo Governo conjuntamente entre o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o acompanhamento da Casa Civil e da Assessoria Especial da Presidência, desde o ano passado, e há alguns critérios acordados em relação a isso. Como se trata de uma exigência legal e é uma medida administrativa a cargo de dois Ministérios, do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola, a opção é que essa medida seria implementada e, portanto, não se exige nenhuma alteração da norma legal. Isso não quer dizer, da legitimidade, da importância do debate que essa Casa e a Câmara dos Deputados têm para discutir o marco legal que rege o processo de Reforma Agrária, inclusive essa discussão. Nós sabemos que tem, me parece, seis projetos que tratam desse tema, tramitando aqui, de diferentes Parlamentares. Então, independente da legitimidade da importância de um debate que essa Casa faça sobre um marco legal, as iniciativas do Governo vêm no sentido de implementar medidas administrativas, como especificado pela legislação vigente.

A atualização dos índices, ela objetiva, portanto, buscar que esses novos índices, que esses índices atualizados, reflitam o que foi essa evolução da agricultura brasileira nesses 30 anos. Eu acho que é inegável o reconhecimento acadêmico por parte dessas Casas, por parte dos movimentos que representam diferentes segmentos, que a agricultura brasileira atual representa uma evolução brutal em relação ao que é o retrato de 75. Significou uma expansão de áreas. O Centro-Oeste era ainda uma área muito pouco ocupada nessa região, fruto dos investimentos feitos em ciência e tecnologia, especialmente pela EMBRAPA. As culturas ganharam, além da expansão da área, o crescimento da produção brasileira se deu especialmente através de ganhos de produtividade, fruto da melhoraria do manejo, das práticas agrícolas e especialmente de um conhecimento elaborado e incorporado na atividade produtiva por parte dos centros de produção de conhecimento do Brasil e, especialmente, a EMBRAPA. E a opção é uma atualização dos produtos vegetais, tendo como referência as informações estatísticas mais disponíveis.

Como é de conhecimento de todos, o último censo agropecuário brasileiro foi feito em 1995/96. De lá para cá, o IBGE produz anualmente uma série de pes-

quisas e uma delas é a Pesquisa Agrícola Municipal que produz informações sobre um conjunto importante de culturas temporárias e permanentes, que permita, então, que nós tenhamos, ano a ano, uma leitura da evolução da produção, da área e da produtividade, para esse universo de culturas. Essa pesquisa – a PAM – ela é desenvolvida muito em conjunto com os técnicos da CONAB, que fazem o acompanhamento das previsões de safra, e ela serve para todos os órgãos públicos, inclusive para as entidades de representação, como é o caso da Confederação Nacional da Agricultura, da CONTAG e outros, para acompanharem a evolução da atividade agropecuária. No caso da pecuária, infelizmente, a única informação disponível que permite uma atualização do índice de lotação é a do censo agropecuário de 1995/96. Porque a pesquisa realizada anualmente pelo IBGE, a PPM, Pesquisa Pecuária Municipal, ela só traz uma informação de evolução do rebanho, da alteração do número de cabeças Ano a Ano. Ela não traz uma informação da área de pastagem e como o índice de lotação, essa relação entre o número de cabeças de animais e área de pastagem, eu só tenho como referência nas estatísticas oficiais, os dados produzidos pelo censo agropecuário 95/96. Então, a proposta do Governo de atualização dos índices, ela conta para os produtos vegetais, com informações produzidas anualmente, o último dado disponível é da Pesquisa Agrícola Municipal de 2004, e, no caso da pecuária, não há alternativa a não ser trabalhar com os dados do censo pecuário de 95/96.

Então, a nossa proposta de atualização abrange a atividade pecuária, os produtos vegetais... Em relação aos produtos da extração vegetal e silvicultura, o IBGE está alterando – nós também só temos o censo agropecuário de 95/96 – e o IBGE está alterando o seu instrumento de coleta e de acompanhamento de informações sobre esse tema. Fruto disso, a avaliação do Governo de que não deveria nesse momento, enquanto não houvessem essas novas informações produzidas pelo IBGE, promover uma atualização nos dados dos seis produtos de extração vegetal e silvicultura.

Aqui tem uma série de tabelas que foram elaboradas conjuntamente pelos Ministérios, que mostram para o conjunto das principais culturas, uma tendência clara de evolução dos níveis de produtividade. Deve ser feita uma ressalva, que no caso da soja, a tendência é de uma estagnação nos ganhos de produtividade. Houve um crescimento muito expressivo desde 1975, entretanto, a tendência mais recente, com exceção da soja – no caso da soja é de estagnação – mas de outras – como do algodão, do arroz, da cana de açúcar, do feijão, do milho – todas essas apresentam claramente uma tendência de crescimento da produtividade. No caso da soja, como eu fiz referência, a tendência estatística é de uma tendência de estagnação. Essas informações são apenas para resumir. Nós podemos trazer outros indicadores para resumir uma evidência do imenso crescimento da produção e da produtividade que ocorreram no Brasil em todas as atividades de 1985, quando foi realizado o censo que serviu de base para a elaboração das propostas, para o que é um retrato atual da atividade agropecuária brasileira.

Nesse processo conjunto, o Regis vai abordar de forma mais detida o procedimento de elaboração da proposta. Alguns cuidados foram tomados. Nós sabemos que a atividade agropecuária varia de ano a ano, em função das condições climáticas, de condições de mercado. Então, há uma flutuação de uma situação de um ano. Portanto, como foi, por exemplo, 2005, afetado pela crise; se nós adotássemos um único ano como referência para essa atualização, nós estaríamos correndo o risco de adotar como referência, um ano que foi marcado por uma excepcionalidade. Portanto, a opção é ter como referência uma série histórica de cinco anos. E os dados mais recentes disponíveis para compor essa série histórica, no caso, os produtos vegetais, são os dados da Pesquisa Agrícola Municipal de 2000 a 2004. Quais informações que a PAM me dá? A Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, ela me dá uma informação de qual é a produtividade média em cada um dos Municípios Brasileiros. Esses rendimentos médios, a agregação desses valores dos Municípios, permitem uma agregação do que seria um rendimento médio estadual. Então, a informação básica que eu tenho como referência, é uma série histórica de 2000 a 2004 das produtividades médias municipais agregadas numa produtividade média estadual. Essa variação, essa produtividade média municipal, ela tem uma grande variação nos Estados.

Bom, para buscar definir quais deveriam ser os parâmetros a serem adotados, nós buscamos uma referência – também vai ser abordada, acho que pelo Regis – nós buscamos fazer uma análise estatística da variação dessas produtividades médias. Como é que essas produtividades médias municipais se distribuem; para que a partir dessa referência, nós pudéssemos identificar um nível de corte, uma linha de corte. Nós sabemos que a média, ela traz em si uma variação muito mais ampla, por isso nós buscamos um recurso estatístico, que foi a análise da distribuição e da identificação dos decis, para, a partir daí, buscar uma linha de corte que refletisse o que revelasse uma informação mais cuidadosa, mais aprofundada do que apenas a mera média.

Apenas para ilustrar alguns dos índices vigentes atualmente. No caso do Paraná, nós estamos falando

de 1.900 kg/ha; no Rio Grande do Sul, 1.400 t/ha; no Centro-Oeste 1.200 t/ha. No caso do milho, São Paulo e região sul, 1.900 kg/ha; no restante do País 1.300 e no norte 600 kg/ha. Como é de conhecimento aqui da Comissão, são valores muito abaixo do que são as produtividades médias obtidas atualmente, mesmo com as dificuldades atuais, pelos agricultores nas várias regiões. Isso sem querer comparar, por exemplo, com as produtividades anunciadas pelos vendedores de sementes, que colocam essas produtividades em valores muito acima disso. Caso seja interesse da Comissão, nós depois podemos ilustrar com alguns casos.

Em relação à pecuária, atualmente o Brasil está dividido em cinco zonas de pecuária e os dados têm como referência 1975. A proposta que vem sendo discutida no Governo é uma ampliação para oito zonas de pecuária, adotando como referência para o cálculo dos índices de lotação os dados do censo de 95/96. Isso aqui é apenas para ilustrar o que são essas zonas de pecuária, então para cada uma das cores haveria índices de lotação diferenciados. E no caso da pecuária, apenas um indicador. Esses dados são da ESALQ, da UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, que realiza para a Confederação Nacional da Agricultura um importante trabalho de acompanhamento dos custos da atividade pecuária e com uma metodologia bastante original e referendada internacionalmente. Ele faz um acompanhamento da variação dos índices de lotação em alguns Estados, a partir de uma metodologia que identifica propriedades típicas nas regiões e aí tem um dado indicativo do que eram os índices de lotação em 1995 no Mato Grosso e o que é em 2003, e o dado do Brasil de 89 e 2003.

Aqui apenas para ilustrar, para a discussão não ficar tão abstrata. Quando a gente está falando em uma unidade animal, nós estamos falando... No Rio Grande do Sul, corresponde a um boi ou uma vaca com três anos ou um novilho precoce com dois anos; e uma cabeça ovina corresponde a 0,25 unidades animais. Então, a média no Brasil de 0,89 significaria isso. Significaria 0,89, é menos que um boi por hectare. No caso do Nordeste, uma cabeça de vaca ou de boi, com três anos, correspondem a 0,83 unidades animais por hectare.

Por fim, eu gostaria de enfatizar que a decisão do Governo de atualizar os índices de produtividade, ele corresponde, portanto, a essa exigência legal, que desde 1993 indica a necessidade de uma atualização periódica que reflita esse desenvolvimento científico e tecnológico que mudou o padrão brasileira e que, certamente, amplia a capacidade do Governo cumprir com as metas do Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária.

Eu me coloco a disposição da Senadora e dos demais Senadores para outros esclarecimentos que considerarem necessários e agradeço essa oportunidade.

SRA PRESIDENTE SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT/PA) – Obrigada, Dr. Caio, Coordenador Geral do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Eu acho que nós ouviríamos, então, o Ministério da Agricultura e depois, para a gente poder fazer o debate, então... Com a palavra o Dr. Regis Alimandro.

SR. REGIS NOBERTO DA CUNHA ALIMANDRO – Obrigado, Senadora. Bom dia a todos, bom dia Senadores presentes, Senhoras e Senhores, Caio.

Bom, o Caio. Nossa palestra não foi combinada, mas existem alguns pontos complementares, mas há um conjunto interseção que é muito grande, o que me facilita a vida. Eu havia pensado em levar uns 20 minutos, agora se chegar a 10, é muito.

Esse ponto é um dos pontos em comum. Quer dizer, eu repito ali uma parte que o Caio já citou, que é a questão da Legislação de 93, que prevê o reajuste, a correção dos indicadores de produtividade, sem especificar um período de tempo, de modo que os avanços científicos e tecnológicos sejam incorporados aos indicadores vigentes. Bom, também como ele disse, os números hoje que estão em vigor são de 80, baseados em dados de 75.

Vamos passar a próxima, porque essa foi toda falada pelo Caio.

Nesse ponto, eu vou começar a contar rapidamente o que foi esse processo de negociação. Não negociação, eu não acho a palavra correta, mas do trabalho de construção de uma proposta comum no Governo. No início, esse processo havia uma posição firme do MDA que defendia a imediata revisão dos índices, em razão da necessidade de atingir metas de Reforma Agrária, a princípio no Centro-Sul sobre o País. O mapa entende que é necessária essa revisão, sim, mas sempre se colocou como uma posição, digamos, cautelosa, por duas razões. A primeira, a crise que viveu o Agronegócio brasileiro. Do ponto de vista político, não recomendaria mexer em questão tão sensível politicamente, nesse momento; mas isso é uma questão política, não me cabe analisar. Do ponto de vista mais técnico, e esse é um problema sério, os dados disponíveis... O Caio tem razão, a PAM para os produtos vegetais e o censo para a pecuária, talvez sejam as informações menos ruins disponíveis, mas elas têm defeitos sérios. Apenas para ilustrar o que eu estou tentando dizer, isso aqui é um gráfico onde você tem a produtividade média do milho, no Paraná, de 99 a 2003, em quilos por hectare, nesse período todo. E

cada pontinho daquele ali, significa o quê? Naquele ano, o Município, qualquer que seja, teve uma produtividade daquele número. Isso tem dois problemas: em primeiro lugar, a dispersão; notem, a dispersão entre o menor e o maior número é uma coisa muito grande. Então, a gente está falando de uma distribuição que ela é muito ampla. E o segundo ponto é o seguinte, cada pontinho daquele esconde, embute, como o Caio marcou, uma outra distribuição. Quer dizer, cada pontinho daquele significa a média de produtividade do seu João, Manoel, do Joaquim e assim por diante. Cada um deles, que deu uma média, digamos, seis mil quilos, um pode ter tido mil, o outro 12 mil e outro sete mil, vai dar uma média de seis mil. Esse outro gráfico é a mesma coisa, só que milho também para Minas Gerais, em função, inclusive, do número de Municípios, há muito mais Municípios em Minas do que no Paraná, a dispersão é ainda maior.

Essas discussões envolveram o mapa, o MDA, a Casa Civil e a Assessoria da Presidência da República. Como não existia uma memória de cálculo do momento em que foram estabelecidos os índices vigentes, a gente teve que construir essa metodologia. E apesar de diferenças técnicas de opinião, de pontos de partida, a gente conseguiu construir uma metodologia consensual.

Para a pecuária, eu não vou entrar muito nisso, isso é uma parte mais técnica e o Caio já falou, eu acho que bastante disso. Eu não vou repetir aquela história do GUT e do GEE. Eu vou falar um pouquinho mais dos vegetais. Isso aqui eu vou falar um pouquinho delas. No caso do uso para os vegetais, você tem dois requisitos: um nível mínimo de utilização de terras – como o Caio também falou; e há um indicador de eficiência da exploração, que é, na verdade, o índice de produtividade física das lavouras. Nós tomamos essa precaução de trabalhar, não com o número de um ano, mas com uma média de cinco anos, tentando minimizar os impactos de clima, de praga, etc. e tal, e mesmo de tendência. Embora ele tenha pegado o período 2000 a 2004, do qual 2000 a 2003 foram anos muito bons. Feita essa conta de média, esses Municípios são ordenados, foram ordenados, em ordem crescente e você saiu cortando, fazendo linhas de corte. Os primeiros 10%, em termos de produtividade crescente, são denominados os primeiros decis, o primeiro decil da distribuição; de 10 a 20, o segundo decil, e assim por diante. E também fizemos a mesma conta com os quartis, ou seja, dividir os Municípios em ordem crescente de produtividade, em quatro grupos iguais, de igual número de Municípios, sendo que o primeiro decil agrega os primeiros 25%; o segundo até 50%, e assim por diante. E você chega num resultado desse tipo aí, que eu peguei do nosso relatório final. Nesse caso de produtividade no Paraná, eu não consigo ler direito, está longe para mim, mas ali os pontos vermelhos são as produtividades médias dos Municípios. Você tem uma média histórica. O primeiro decil é a linha mais baixo, evidentemente. O segundo decil é a segunda linha. O primeiro quartil está em verde, mediana e a média, está certo?

Bom, eu acho que essa foi a parte mais interessante do nosso trabalho. O resto foi muito levantamento de dado, muito trabalho estatístico. Num dado momento, a gente sentou e estabeleceu, conseguiu estabelecer critérios técnicos de aplicação da forma de correção dos índices. A atualização dos índices de produtividade não poderia nunca reduzir os índices vigentes, é um primeiro critério. O limite superior da produtividade seria a média do quarto decil do maior Estado produtor, arredondando para baixo a casa das centenas. A referência para a utilização será o valor entre o terceiro e o quarto decil e a distribuição de produtividade, observando-se o limite de área mínima de 20% da área colhida. No caso, se observada uma tendência significativa de redução da produtividade, que não é o caso de nenhuma das culturas – a soja tem uma tendência de estagnação – se poderia aplicar fatores redutores a essas correções nos Estados com pequena área colhida de uma determinada cultura, ou atuais índices poderão ser mantidos, em caráter excepcional.

As tabelas, eu trouxe duas tabelas sobre esse assunto, muito mais para a gente entender qual foi o resultado desse exercício, está certo? Bom, nós chegamos, portanto, a uma proposta técnica para a qual você precisaria ainda avaliar: os índices são esses mesmos? Estão adequados? O trabalho está bem feito? Atende, não atende? E depois os encaminhamentos normais. Aqui, só a título de exemplo – de novo, ficou muito pequena a letra. O Estado lá em cima em vermelho é o principal Estado produtor brasileiro, São Paulo. Em 2004, ele tinha uma produtividade de 81,1 t/ha; o terceiro decil 71; o quarto decil 75; a média 75.6; o índice em vigor hoje 70; e nós estabelecemos, pela aplicação daquela metodologia, um índice novo de 75 t/ha.

Aí a soja em grão. De novo o Estado em vermelho é o principal Estado produtor, Mato Grosso. E as mesmas estatísticas: 2.758 de produtividade em 2004; primeiro decil 2.700, praticamente; 2.780 no quarto decil; a média é 2.770; o índice atual 1.200; e o índice proposto 2.500 quilos, que é um rendimento que corresponde a 50 sacas/ha, que esse ano, por exemplo, são raros os Municípios, do Mato Grosso para cima, do Centro-Oeste para cima, conseguiram alcançar. Mas, como a legislação garante, um ano como este, não seria empregado.

Foi isso que eu tinha para dizer depois de toda aquela parte da minha palestra que o Caio roubou, indevidamente. E estou à disposição da Senadora e dos demais Senadores. Obrigado.

SRA PRESIDENTE SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT/PA) – Obrigada, Dr. Regis Alimandro. Eu vou, então, abrir para os Senadores. Como eu sou autora, eu posso ficar para depois, até porque eu estou presidindo a Sessão.

Então, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senadora Ana Júlia, V.Exª., como autora, tem o direito de fazer os questionamentos em primeiro lugar, e até como uma deferência às mulheres. Mas, eu vou atender vossa convocação, para poder fazer algumas argüições aos nossos convidados.

Todos nós, toda a Nação Brasileira, tem conhecimento da crise porque passa a agricultura nacional. Um setor da maior importância – eu tenho alguns dados aqui que demonstram a importância da agricultura na economia brasileira – ela representa alguma coisa... Deixa-me pegar o número aqui para ser mais preciso nele. "O Agronegócio brasileiro é responsável por 33% do Produto Interno Bruto, cerca de 45% das exportações totais e 35% dos empregos brasileiros. Somente o PIB da agropecuária respondeu por 161 bilhões em 2004". Mas, lamentavelmente, ao longo desses últimos anos, a agricultura brasileira está em crise. Alguns movimentos já foram feitos aqui, repetidas vezes e ainda ontem tivemos um grande encontro aqui no Auditório Petrônio Portela, que concluiu para o encaminhamento ao Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, de um manifesto assinado por nove Governadores de Estado, o Presidente da Comissão da Câmara, o Deputado Abelardo Lupion, Presidente da Comissão do Senado, o Senador Sérgio Guerra, propondo alguns pontos importantes de uma ação efetiva em apoio ao setor agropecuário brasileiro. O documento que está distribuído aos Senadores, ele traz o seguinte textO – "Os Governadores abaixo assinados concordam que a economia brasileira passa por um momento delicado, em razão da crise da agropecuária e seus reflexos nos demais segmentos que, direta ou indiretamente, são afetados conforme as observações a seguir. As perspectivas apontam para a queda nas atividades do campo e em quase todos os segmentos voltados ao comércio exterior, com sérias conseqüências na geração de renda e emprego. Os efeitos se farão sentir com mais gravidade no decorrer do segundo semestre de 2006 e ao longo do ano de 2007; onde a arrecadação dos Estados deverá sofrer drástica redução, impedindo de cumprir com os compromissos elementares com a saúde publica, educação, segurança e as outras obrigações institucionais mínimas. Por isso, Sr. Presidente, se faz uma criteriosa avaliação do atual momento e buscar as alternativas possíveis para minimizar os efeitos desastrosos que se avizinham". Em anexo as premissas e as propostas para análise do Sr. Presidente da República.

No momento em o setor agrário passa por essa crise, nós estamos buscando novos índices de produtividade. E aí, me parece, e eu quero deixar aqui a minha preocupação com a ação do MDA, voltada para a questão da Reforma Agrária. O MDA tem uma influência muito grande, é influenciado muito grande pelo movimento dos sem-terra, e isso faz com que o setor produtivo nacional fique preocupado com as propostas que foram aqui apresentadas. Eu fiz uma rápida leitura, Senadora Ana Júlia, e fiquei impressionado com as propostas do MDA para os novos índices de produtividade, comparativamente com o levantamento atual, de agora, com o censo do IBGE de 94/95, e com esse aumento absurdo. Só para falar do Estado do Pará, que é o nosso Estado, no caso da soja, nós temos um índice atual levantado de 1.2 t/ha e o censo de 95 chegou a 1.1 t/ha, quer dizer, praticamente idêntico ao que está se verificando atualmente. E o MDA propõe que o índice de produtividade seja de 2.9 t/ha. Ora, o quê se levanta disso? Eu estou falando do Estado do Pará, nos outros Estados, se repetem essa mesma discrepância entre o que se verifica atualmente, o que tinha pelo censo, e o que está proposto como novos índices de produtividade. Então, isso poderia levar os produtores rurais a uma situação de ter que aumentar a sua produtividade, excessivamente, levando isso a uma... Porque, talvez, o que esteja ocorrendo, é que a lei da oferta e procura faz os preços caírem.

Então, quando você aumenta a produtividade e tem uma safra, quando o Governo não garante a compra do excesso de produção com o preço mínimo, faz com que os produtores entrem num processo de insolvência, como está sendo hoje. Aí, eu perguntaria aos Senhores que representam aqui o MDA e o Ministério da Agricultura. Primeiramente, de tudo isso que foi dito, eu gostaria de saber se há terras disponíveis para a Reforma Agrária? Primeiro. Ou seja, se nós temos um volume de terras que possibilitem o assentamento das pessoas que não as possuem? Porque, em recente apresentação do INCRA, MDA, no Congresso Nacional, foi dito que mais de 50% das grandes propriedades são improdutivas. Ademais, gostaria de saber se os Senhores dispõem de dados sobre os níveis de produção dos assentamentos existentes? E se as novas unidades atendem, pelo menos, à exigência atual? Porque também é importante, nós não somos contra a Reforma Agrária, muito pelo contrário, nós

defendemos a Reforma Agrária, mas de forma correta. Não adianta-nos assentarmos os agricultores sem dar a eles condições de produtividade, sem dar a eles condições técnicas de acompanhamento e sem dar a eles as condições de escoarem a sua produção. Porque senão, as terras que estão sendo alocadas para a Reforma Agrária, também serão improdutivas. Quer dizer, você desapropria uma área porque é improdutiva, faz o assentamento e esse assentamento é tão, ou mais, improdutivo do que a área que teria sido desapropriada.

Um outro aspecto que gostaria de ser esclarecido (soa a campainha), por exemplo, o índice proposto para a soja em São Paulo de 2.9 t/ha, talvez, me parece até um pouco menor que o do Pará, o do Pará que eu me referi há pouco... Não, é a mesma coisa. A mesma produtividade de São Paulo que é a do Pará, é superior a média nacional e muito superior ao índice atual, 1.9 t/ha. Parece muito alto esse novo patamar. Em outras palavras, com exigência desse tipo, grande parte das fazendas dos Estados Unidos, isso é importante que a CNA lembra aqui. Quer dizer, esses índices propostos para definir a produtividade são superiores a grande parte das fazendas dos Estados Unidos e até mesmo do nosso vizinho de fronteira, a Argentina. Seriam consideradas essas terras da Argentina e dos Estados Unidos, então, seriam consideradas improdutivas para fins de desapropriação. Com um nível de exigência desse, poderiam ser compatibilizados os interesses de investidores e mesmo da sociedade civil.

Por último, não menos importante, gostaria que os Senhores comentassem as principais alterações nos índices e justificassem com dados as suas observações. Uma outra questão que me causa espécie, é que os dados utilizados para definição dos novos índices de produtividade não foram tomados da EMBRAPA, que é um órgão do Governo, que tem a excelência reconhecida por todos e, lamentavelmente, me parece que para adequar aos novos índices, foram utilizados dados da UNICAMP. Quando a EMBRAPA é, sem sombra de dúvida, reconhecida nacionalmente como o órgão de excelência, que tem os dados todos para subsidiar qualquer nova proposta de alteração de padrões de produtividade.

Então, a nossa preocupação, que tem que ser revisto, eu acho que tem; porque já foi proposto aqui, mostrado aqui, que são coisas defasadas, de 30 anos. Mas, ao se adequar novos índices, precisa ter racionalidade nisso, para que não seja levado, quase que a totalidade das terras brasileiras seriam consideradas improdutivas e, aí, passíveis de desapropriação. Não quero levar ao raciocínio que esse seja o objetivo do MDA, não me parece que seja esse. Mas, então, é preciso que isso fique bastante esclarecido, para que não se crie mais uma dificuldade para um setor que é importante para a economia brasileira e passa hoje por uma crise sem – eu não gosto de usar esse termo porque é muito usado – "nunca dantes se viu nesse País, há mais de 500 anos não se faz nesse País". Isso está tão banalizado, que eu não gostaria de dizer que essa crise é singular na história brasileira, mas, não dizendo isso, apesar de já ter pronunciado, eu quero dizer que é uma crise grave e precisa ser entendida pelo Governo Federal como tanto.

SRA PRESIDENTE SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT/PA) – Obrigada, Senador Flexa.

Então, vou passar a palavra e só dizer que ontem, inclusive, os Governadores foram recebidos pelo Presidente da República. Não só entregaram uma carta, mas foram recebidos em Audiência, inclusive.

Então, eu passo a palavra ao Caio e depois ao Dr. Regis.

SR. CAIO GALVÃO DE FRANÇA – Obrigado Senadora, obrigado Senador Flexa Ribeiro. Eu acho que o Senador identificou uma série de pontos que compõe legitimamente o debate público sobre a atualização dos índices. Eu acho que ele identificou uma boa pauta sobre a quais nós precisamos explicitar opiniões, posições e esclarecimentos. Eu vou tentar percorrer, o Senador colocou vários pontos. Se eu esquecer de algum, por favor, Senador, me cobre ao final.

Primeiro só uma justificativa, eu acho que o Senador está tendo como referência em algumas das observações, uma proposta que o Ministério do Desenvolvimento Agrário apresentou no ano passado em abril. Essa proposta em discussão atualmente no Governo, o que está em discussão atualmente no Governo, é uma outra proposta. A partir de uma discussão com o Ministério da Agricultura, acompanhado pela Casa Civil, se avaliou que se deveria buscar uma análise estatística mais elaborada que fosse além da mera identificação da média estadual, para definir o que seriam os índices de atualização. No caso, por exemplo, da soja, que o Senhor fez relação ao Pará, nessa proposta era 2.900, na proposta em discussão agora é 2.200, que é um valor bem abaixo... A média no Estado está em torno de 2600, a média. E é evidente a diferença em relação a 1995, porque a soja, a expansão dela no Estado do Pará é uma expansão mais recente, como toda a ampliação da sua produção no Centro-Oeste. Se a gente for verificar, as atualizações dos índices, elas vão promover variações maiores, especialmente nas regiões de expansão mais recente, no Centro-oeste e em outras áreas de expansão, como é o caso da soja no sul do Pará. Esse seria o primeiro ponto.

O segundo ponto, a necessidade da atualização, ela decorre de uma exigência legal, primeiramente. Desde 93 há uma exigência legal para que essa atualização seja feita. Segundo, há uma necessidade de atualizar para que a exigência constitucional do exercício da função social, ele seja, ele reflita o que é a nova situação da agropecuária brasileira. Não se trata de buscar estabelecer parâmetros elevados, de tal forma a incluir o conjunto dos imóveis das propriedades, não se trata disso. A sociedade brasileira, quando inscreveu na Constituição o conceito da função social e disse que uma das dimensões era a dimensão econômica, e depois a legislação buscou materializar essa visão em algum tipo de coeficiente e indicador, ela buscou identificar o que seria um patamar mínimo de produtividade, que estaria materializando essa função social do ponto de vista econômico. Então, essa preocupação é que está na origem da proposta de atualização. Evidentemente, que as atualizações dos índices, elas proporcionam uma ampliação da capacidade de arrecadação de terras do INCRA. Vou dar um exemplo para os Senhores: no Rio Grande do Sul, com exceção nos últimos três anos, com exceção de um imóvel, todas as vistorias realizadas, elas indicavam que os imóveis eram produtivos com seus atuais índices, com esse grau de defasagem que existe. Então, especialmente no Rio Grande do Sul e algumas outras regiões de agricultura mais consolidada, mais estabilizada, há uma dificuldade real. Por que existe isso? Porque nós estamos falando de uma agricultura que teve ganhos de produtividade brutais nesses 30 anos. Isso não, quer dizer, que os padrões produtivos exercidos atualmente, eles sejam condizentes com o que é uma exigência mínima. Aqui nós não estamos falando em penalizar os produtores. Primeiro, um corte, nós só estamos falando de grandes produtores. Então, a discussão dos índices abrange apenas 2% dos imóveis. Nós estamos falando de 99 mil imóveis. Então, a maior parte, os 4 milhões e 700 mil imóveis e estabelecimentos agropecuários, eles estão fora dessa discussão. A idéia não é penalizar quem está produzindo. Quem produz e faz uma atividade rentável, enfrentando uma situação conjuntural muito adversa, ele necessariamente, ele tem padrões produtivos superiores aos índices que estão sendo discutidos. O sentido não é penalizar quem arduamente faz daquela área uma área produtiva. É penalizar aqueles que não fazem daquelas áreas atividades produtivas e que tem desempenhos extremamente baixos. Então, o que nós estamos falando são de exigências mínimas que caracterizem aquele imóvel, que permitam aquele imóvel, o reconhecimento de que ele está cumprindo a sua função social.

É recorrente no debate sobre atualização dos índices a referência... Ah, não se exige índices de produtividade mínimos para os assentamentos da Reforma Agrária. E aqui tem duas informações importantes. A primeira revela a importância, e o Congresso ao aprovar o orçamento e garantir os recursos para o início do censo agropecuário, ele já está revelando uma disposição de superar essa defasagem. A realização do censo agropecuário, que começa a ser feito esse ano e que nós teremos resultados finais provavelmente em dezembro de 2007, ele vai proporcionar, não só uma informação atualizada sobre todos os estabelecimentos agropecuários brasileiros, mas também sobre os assentamentos. Todos os quase seis mil assentamentos de Reforma Agrária serão considerados unidades especiais de coleta de dados, e nós teremos, com o censo agropecuário, uma informação, assentamento por assentamento; com todas as informações que nós temos sobre o censo: sobre estrutura produtiva, de renda, os produtos que são utilizados.

O que nós temos hoje não são pesquisas censitárias. Nós temos duas grandes pesquisas que foram feitas: uma pela UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, que se chama Qualidade dos Assentamentos, que foi feita em 2002; e, também em 2002, uma pesquisa realizada por duas universidades do Rio de Janeiro – a UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO e a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – e a pesquisa se chama Os Impactos dos Assentamentos. Essas duas publicações já estão disponíveis, eu faço questão de, assim que voltar ao Ministério, enviar para os membros aqui da Comissão. E o quê essas pesquisas revelam? Elas, como eu disse, não são dados censitários. Ela, no caso da qualidade do assentamento, ela analisou todos os assentamentos existentes em 2002, mas ela não levantou informação de cada um dos assentados. Haviam cinco informantes privilegiados, associação, técnico do INCRA, quem fazia a assistência técnica. Então, não tem o rigor que terá, não tem a profundidade que terá a informação do censo agropecuário. E a outra pesquisa, foi uma pesquisa que se concentrou em algumas áreas de concentração de assentamentos. E essas duas pesquisas mostram que os assentamentos de forma geral, não todos, eles têm um desempenho produtivo superior ao que o imóvel tinha anteriormente e na média da produção da região. E isso, Senador, num cenário – que o Senhor conhece bem – de muitas dificuldades pela maneira como foram implementados os assentamentos no passado. No Estado do Pará, por exemplo, o Governo, nos últimos três anos, investiu na viabilização de 10 mil quilômetros em estradas, porque nós tínhamos assentamentos em que as pessoas tinham acesso a terra, mas não tinham

condições nem de escoar e nem de acessar serviços, por conta das condições das estradas. Um problema que ainda não está de todo resolvido, como o Senador conhece bem. Então, as informações disponíveis produzidas pelas universidades brasileiras mostram que os assentamentos, eles têm, de forma geral, um desempenho equivalente ao que é a média da região e superior ao que o imóvel tinha anteriormente. Agora, esse cenário sobre a situação produtiva dos assentamentos, ele vai ser melhor elucidado com os dados que vierem do censo agropecuário.

Em relação ao porquê que não teriam sido utilizados os dados da EMBRAPA. E aí eu me adianto introduzindo uma discussão que os colegas da Confederação Nacional da Agricultura já manifestaram em outros momentos, de que a produtividade física não seria a melhor forma de aferir o uso racional adequado, a produtividade de um imóvel. Esse é um debate extremamente pertinente. Há projetos, inclusive nessa Casa, nas duas Casas, em discussão buscando alterar quais seriam esses critérios para avaliar se o imóvel é produtivo ou não é produtivo. Qual é a dificuldade que nós enfrentamos, Senador? É que para a definição das políticas públicas e para a atualização dos índices, não é suficiente ter uma informação válida para um imóvel ou para alguns imóveis do que seria o potencial produtivo. Porque nós precisamos de estatísticas oficiais que possam ser válidas, pelo mesmo critério, para todo o País. E, apesar dos estudos existentes da EMBRAPA e de outras organizações que buscam identificar o quê é a eficiência produtiva das atividades rurais – na pecuária existem várias taxas que podem identificar melhor o quê é essa eficiência da atividade – nós não temos nenhuma estatística oficial que permita que esse dado seja utilizado nacionalmente.

Então, eu acho que o debate que essa Casa inicia estimulada pelos índices, ele pode contribuir para que a academia e os órgãos públicos consigam definir novos indicadores, que possam ser incorporados nos instrumentos de coletas de dados realizados pelos organismos oficiais, como o IBGE, e, a partir dali, nós tenhamos informações que possam subsidiar um outro tipo de critério. O Senador é ciente das dificuldades que a agricultura agropecuária brasileira tem para melhorar a qualidade dessa informação. Nós temos dificuldades de informação sobre vacinação, rastreabilidade. Então, as dificuldades para implementar as próprias políticas do Ministério, ela esbarra numa grande informalidade que existe na atividade pecuária. Existem ações dos órgãos de representação e do próprio ministério tentando superar isso.

Então, não é simples melhorar a qualidade da informação sobre as atividades agropecuárias. Ela exige uma evolução, o reconhecimento da importância disso, inclusive para os produtores, superar essa informalidade, concordar com o registro e a disponibilização dessas informações. Agora, para uma atualização dos índices, não existem outras informações estatísticas oficiais disponíveis a não ser essas. Não se tratou de desconsiderar o acúmulo da EMBRAPA, mas de se utilizar os dados existentes do IBGE. E essa proposta, que não é uma proposta do MDA, é uma proposta que está em discussão no Governo, se utilizou como referência para as discussões, uma série de estudos que foram realizados nos anos 80 – desculpa – a partir de 89 até 98, pelo INCRA, que contou com a colaboração da UNIVERSIDADE DE CAMPINAS. Agora, essa proposta que está em discussão no Governo, ela é uma proposta que levou em consideração estudos anteriores, mas é uma proposta que parte do que foi acumulado por essa equipe de técnicos e que se utilizou de todas as informações que haveriam disponíveis.

A grande limitação é que nós temos muito boas informações, do ponto de vista de uma eficiência biológica, eficiência econômica, mas que podem ser aplicadas a um imóvel. Então, se uma empresa de consultoria, um órgão público quiser analisar o potencial produtivo de um imóvel, ele tem uma série de recursos analíticos para fazer isso. Isso é muito útil, é muito importante; mas nós não temos estatísticas oficiais nacionais que tenham feito isso para o conjunto dos imóveis e daí, isso servisse de referência. Aqui é importante que se diga, que em nenhum momento nós estamos propondo índice de produtividade partindo da análise de produtividades potenciais. O INCRA quando vai vistoriar um imóvel, ele não olha para que o seria o potencial a partir das condições edafoclimáticas, das várias alternativas tecnológicas; ele compara aquele imóvel com o que é uma performance média daquela região. Então, o que se espera é que aquele imóvel, naquelas atividades, ele tenha uma performance, a partir de padrões mínimos. Padrões mínimos que podem ser praticados e que exigem que sejam praticados, para que aquela seja uma atividade rentável.

E por fim, em relação aos níveis dos índices exigidos. A agricultura brasileira – o Senhor fez referência ao Estados Unidos e a Argentina. Eu acho que a competitividade da agricultura brasileira, em algumas dessas culturas, ela se dá especialmente pelas grandes produtividades que foram conquistadas nesses últimos anos. Apesar dos subsídios existentes, por exemplo, no caso dos Estados Unidos, há uma competitividade da soja brasileira, fruto desse conhecimento que foi incorporado pelos produtores e que fazem com que a soja brasileira tenha uma alta performance no tema da produtividade. Então, nós temos que ter cuidado

com essas comparações internacionais; porque, de fato, o Brasil tem produtividades em algumas culturas superiores a de que Países que tinham no passado a condição de líderes no mercado internacional de produtos agrícolas. Então, não é surpresa nenhuma, no caso da soja e em outras atividades, que o Brasil tenha desempenho superior a Argentina ou que tenha superior aos Estados Unidos.

Perdoe-me, Senador, se esqueci de alguns dos temas, mas eu acho que o Senador tocou em pontos que são muito importantes, que compõe um debate público sério, responsável, sobre esse tema. Imagino que eu tenha respondido todos.

SRA PRESIDENTE SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT/PA) – Dr. Regis.

SR. REGIS NOBERTO DA CUNHA ALIMANDRO – (interrupção no áudio) Identificadas pelo Senador e foram todas elas comentadas adequadamente.

Esse trabalho que nós fizemos, nós Governo fizemos, nesses últimos meses, ele teve justamente esse objetivo de acertar aqui, acertar ali. Quer dizer, o ótimo é inimigo do bom, todo mundo sabe disso. Por exemplo: o índice de produtividade não pode ser, de modo algum, meta; tem que ser um piso, como bem disse o Caio. Foi nisso que a gente trabalhou. Conseguimos mais em alguns aspectos, menos em outros aspectos.

Uma outra coisa, um outro ponto que também já foi tocado pelo Caio, mas é necessário reforçar. A função social da terra, a eficiência de um produtor, ela, de fato, não tem como ser mensurada, a racionalidade do processo produtivo, não tem como ser mensurada por um reles um indicador de produtividade, quantidade produzida dividida pelo número de hectares ocupados. Não é racional um produtor ter sempre recordes crescentes de produtividade. Esse produtor não é um produtor necessariamente racional, muito menos eficiente. A eficiência econômica de uma propriedade se mensura pela capacidade de gerar lucratividade na atividade, respeitadas as condições de trabalho, ecológicas, ambientais, etc., evidentemente. Agora, como o Caio disse, a gente não dispõe dessas informações. Então, vamos trabalhar com o quê? Com o índice de produtividade física da lavoura, que é um indicador que indicava eficiência quando a agricultura trabalhava com enxada, quando o fator de produção era único: trabalho, além da terra. É isso. Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu, se a Presidenta permitir, gostaria de fazer algumas observações ainda.

SRA PRESIDENTE SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT/PA) – Tudo bem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu...

SRA PRESIDENTE SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT/PA) – Depois, eu...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – ...Me preocupo muito com essa questão das estatísticas. Eu gostaria de receber esse trabalho, porque eu tenho visitado alguns assentamentos no meu Estado e tenho encontrado situações deploráveis. Ainda a pouco V.Sª. falou dos 10 mil quilômetros, de vicinais. Eu ainda, a coisa de um mês atrás, visitei um acampamento a 50 quilômetros da sede do Município de Tucuruí e levei quatro horas para percorrer 50 quilômetros numa BR, numa BR; para ver a dificuldade de acesso. E, realmente, as pessoas que lá estão assentadas, não têm a menor condição de produzir, porque se produzirem, não vão escoar.

Então, como eu dizia, essa questão de estatística é preocupante. Eu tenho o dado que me passaram da Consultoria do Senado, realmente, dizia da questão da produtividade da soja de 2.9, na sua exposição estava com 2.2. Mas, mesmo assim, é bem superior a praticada, tanto pelo censo quanto a levantada atualmente no Pará. E também é superior, no caso de São Paulo ficou 2.2; aí se aproxima de São Paulo 2.1, que é a dada pelo censo, e 1.9 a levantada agora. Mas me preocupa, por exemplo: nós todos sabemos que a diversidade de terras no Brasil é muito grande e inclusive (soa a campainha) não só em regiões, mas também dentro de um mesmo Estado, como é o caso do nosso Estado do Pará. Se nós formos criar um índice de produtividade para a pecuária e compararmos, por exemplo, a pecuária do sul do nosso Estado, do sudeste do nosso Estado, com a pecuária da Ilha do Marajó ou do oeste do Pará, todas as terras utilizadas em pecuária nessas duas outras regiões, tanto do Marajó quanto do oeste, serão improdutivas; porque eles não têm capacidade, não têm tecnologia e não têm apoio para ter a produtividade que têm as terras do sul e do sudeste. Quer dizer, há que ter um bom censo no sentido de também abrir mais essa questão da produtividade, não só por Estado, mas entre regiões do próprio Estado. De tal forma que o quê é improdutivo numa região tal, não seja numa outra região do próprio Estado. No caso do Estado do Pará, eu tenho conhecimento disso, e nos outros Estados também deve ocorrer a mesma coisa.

Nós temos um exemplo exitoso no Estado do Pará. Eu quero dizer que não é só desse Governo não, isso é um defeito que há no nosso País, de quando quer implementar um programa se preocupa só com a quantidade. Quantos alunos estão na sala de aula? Quantos atendimentos foram feitos pelo SUS? O Pre-

sidente há pouco disse que o SUS está chegando na eficiência máxima e está morrendo gente todo o dia por falta de atendimento. Quantas famílias? Qual é o índice que o INCRA usa, e o MDA, para justificar um êxito na Reforma Agrária? Famílias assentadas. Isso não quer dizer nada, isso não quer dizer nada! Porque são assentadas em condições subumanas. Seria muito melhor reconhecer a incapacidade de assentar 100 mil famílias e assentar 20 mil famílias corretamente. Ou seja, é necessário que o Governo Brasileiro, ao estabelecer o seu programa, ele estabeleça metas de qualidade a serem atingidas; metas de qualidades e não só de quantidade. Porque senão, nós vamos criar cada vez mais dificuldades para isso. Eu quero dizer aos Senhores, como eu dizia no meu Estado, nós temos um programa exitoso utilizando um assentamento improdutivo da Reforma Agrária no Município de Moju. A Senadora Ana Júlia conhece o programa, um programa de produção de óleo de palma, de amêndoas de palma, as palmáceas, para a produção de óleo de dendê. Então, lá, através de um programa do Governo de Estado – iniciado no Governo passado de Almir Gabriel e continuado pelo Governo do Simon Jatene – foi feita uma experiência com 150 famílias...

SRA PRESIDENTE SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT/PA) – Com o financiamento do Banco da Amazônia, também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – ...Sim, com o financiamento, mas não poderia deixar de ter o financiamento do Banco da Amazônia. Tem a contrapartida do Estado, tem a contrapartida da empresa, que sem ela, a empresa não daria – só o Estado e o BASA financiando não daria sucesso – porque o financiamento existe para todos. Tem o PRONAF, aí, financiando de forma indiscriminada. Eu quero saber o retorno desse financiamento. Então, o quê acontece? O Governo Federal põe um anúncio na televisão e de forma mais... Assume o programa, quando a única ação do Governo Federal foi o financiamento do BASA que está disponível.

Mas, voltando à questão do programa. Foi feita uma experiência com 150 famílias em terras assentadas improdutivas, abandonadas. E hoje, três anos depois, essas famílias têm uma renda, em 10 hectares de dendê, de 900 reais. Pagando já, Senadora Ana Júlia, a amortização do BASA. Porque a AGROPALMA, que é a empresa que dá assistência técnica, fornece a semente e banca o produtor ao longo da carência para a extração da amêndoa, ela resgata, ao comprar a amêndoa, 25% do valor da compra, para amortizar o BASA. Então, é um programa exitoso. Eu já fiz propostas ao INCRA, ao MDA, ao Ministério da Agricultura, ao Ministério do Meio Ambiente, para que isso seja levado à frente no Estado do Pará, que tem um potencial enorme de produção de amêndoa. No caso da AGROPALMA, com essa cultura, mas em outras áreas com outras culturas, mas que haja esse acompanhamento. Quer dizer, seria muito fácil chegar e dizer: "Nós vamos fazer para duas mil famílias", e diríamos que estavam sendo duas mil famílias e não tinha o êxito. Fizemos com 150, está aí o resultado para ser expandido agora dentro da capacidade de produção, porque nem semente tem também se houver um crescimento inadequado.

Então, eu quero só deixar claro aqui, que a revisão dos índices, ela se faz necessária. Mas que essa revisão, não seja só estatística, que ela também leve em consideração fatos e condições que são importantes. Eu tenho aqui uma questão levantada pela Consultoria que diz aqui um dado importante. Por exemplo: "sabe-se que o Brasil, dado o seu imenso território – mais ou menos isso a que eu me referi – possui enorme diversidade de solos e climas. Além disso, o padrão tecnológico da agricultura das diversas regiões do País é bastante heterogêneo. Isso não significa que a rentabilidade econômica de uma região, com baixa produtividade, seja negativa". Quer dizer, mesmo com baixa produtividade, você tem rentabilidade econômica. "Pelo contrário, pode-se alcançar bons índices de lucratividade com o uso de tecnologias mais baratas, apesar de resultarem em menor produtividade". Então, a pergunta que a Consultoria faz aos Senhores é: a proposta de novos indicadores de produtividade baseados em indicadores estatísticos é capaz de mensurar as peculiaridades sócio-econômicas de cada região? Ou seja, não é só a estatística, tem que ir para outras variáveis. "Não seria mais eficiente que os novos indicadores se baseassem em estudos técnicos, com a determinação de uma produtividade mínima abaixo da qual a rentabilidade econômica fosse negativa?" Ou seja, que a produtividade não fosse definida por padrões somente estatísticos, no nível de produção, (soa a campainha), mas também se referisse a capacidade de rentabilidade daquela terra; porque senão você vai tornar passível de desapropriação a maioria das terras brasileiras. Eram essas as observações finais.

SRA PRESIDENTE SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT/PA) – Obrigada (interrupção no áudio) Eu também quero falar, mas passo antes para você, Caio. Ou eu falo e vocês falam depois? Então, deixa-me falar.

Então, vamos fazer assim, falam todos e depois eles respondem, para a gente marcar o tempo. Senador Antônio João.

SENADOR ANTÔNIO JOÃO (PTB-MS) – Na verdade...

SRA PRESIDENTE SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT/PA) – Qual é o seu Estado, Senador?

SENADOR ANTÔNIO JOÃO (PTB-MS) – Mato Grosso do Sul.

Na verdade, o que me preocupa é que eu estou aqui ouvindo, porque eu estou aprendendo, e fico imaginando porquê será que o Governo sempre coloca... A gente imaginava que se você tivesse uma baixa produção numa região, caberia ao Governo dar tecnologia e instruções, para que o produtor produzisse mais. Mas aí ele cria o Ministério que é para desapropriar aquilo que ele acha que não está bom. É um negócio muito desagradável.

Nós temos experiências lá no Mato Grosso do Sul de assentamentos e eu não conheço nenhum produtivo. Daqui a pouco o Ministério da Reforma Agrária vai começar a fazer Reforma Agrária dentro da Reforma Agrária. Deve ser isso. Porque lá tem uma fazenda do Itamarati que gastaram duzentos milhões de reais para dar para o Olacir para fazer uma Reforma Agrária, e os assentados arrendam as terras para os produtores e ficam lá esperando para saber qual é o lucro que eles vão ter em saca de soja ou de milho. Eles não plantam, porque eles não sabem plantar; nessa tecnologia não. Eles devem ser produtores rurais – e nada contra eles não, se é que foram produtores rurais – devem ter sido pequenos produtores rurais, na época que se produzia na enxada, no enxadão, plantando as flores.

Então, me preocupo quando começam a estabelecer índices maiores em relação a... Porque eu não ouvi aqui ninguém falar assim: "Olha, se tiver índice baixo, o Governo tem um estudo legal para dizer para o produtor como produzir mais". Só fala: "Se não tiver índice legal, nós estamos prontos para tomar a terra de vocês. E aí, vamos retalhar aquilo tudo e dar para o produtor rural". Que eu nem sei se é produtor, porque deve ter mais produtor rural no País do que gente. São 400 mil famílias, 500 mil famílias, e todo mundo dando propaganda que assentou isso. No meu Estado do Mato Grosso do Sul, eu não sei vocês que ficam aqui nos gabinetes, vocês devem ter alguma forma de ver melhor do que eu, porque eu vejo lá no local. Eu não vi nenhum assentamento produtivo, não. Eu estava até achando que devia ter uma lei para desapropriar o assentamento, para devolver para quem produziu um pouco, porque não se produz nada. E eu não estou fazendo aqui nada contra produtor, contra o pequeno produtor, não. Eu acho uma barbaridade o Governo pegar um monte de terra, entregar, retalhar, bota o sujeito lá em dez hectares, solta ele lá. E eles são tão, coitadinhos, tão desamparados, que lá no Estado o Governo tem que dar cesta básica para eles comerem nos assentamentos, e se não der vira uma revolução.

Então, eu não entendo muito bem como funciona essa Reforma Agrária e eu me preocupo. Eu estava ouvindo o Senador Flexa, me parece que estabelecimento de índices novos é só para dizer assim: "Bom, agora podemos desapropriar mais gente. Olha, já acertamos o índice, vamos tomar bastante terra e vamos assentar muita gente". Daqui a pouco, o Agronegócio, por exemplo, acabou, porque vai estar tudo com assentamento não produtivo; e aí, é preciso saber se o Ministério da Reforma Agrária vai começar a desapropriar os assentados, porque vai ficar muito pior. Quando se fala: "Olha, essa fazenda aqui não tinha nada, botamos lá e está produzindo muito mais do que tinha". Se não tinha nenhum pé de mandioca, plantou três, já cresceu 300% a produção. Então, é um negócio muito relativo isso. E é isso que o Senador Flexa fala. Gente, cada terra, cada... Não é assim, dá a mesma coisa no mesmo lugar. Ter qualidade de terra, ter adubação a mais, adubação a menos. Quem não tem tanto recurso, aduba menos, corrige menos. Então, dá a impressão que vão mapear esse Brasil de forma errada, ou nem vão mapear. Vão estabelecer índices e nós vamos chegar numa conclusão de que daqui a pouco vai ser muito difícil plantar no Brasil e dar a ele os resultados, que o Agronegócio tem dado.

Eu nunca plantei soja, viu, Senhores? Mas, eu já criei um pouquinho de gado. Eu tinha sete fazendas. Vendi, só tenho uma hoje, graças a Deus. E nessa uma minha que eu tenho lá, tem quatro vacas leiteiras e eu estou preparando para plantar eucalipto, antes que alguém vá lá e me tome. Porque gado não dá nada. Do jeito que estão botando o índice aí, eu acho que vão ter que criar os índices americanos. Os índices brasileiros são menores, a nossa tecnologia pode ser muito eficiente e nós temos grande eficiência, só que nós precisamos de dinheiro para fazer as coisas. E se você tem uma terra de cultura, como a gente fala, que é a terra muito fértil para criar o gado, o resultado é um; se você está lá naquele cerradão, o resultado é outro. Pode fazer o que você quiser. Então os índices vão ser sempre... Então, quando se estabelece um índice, tem que ter tanto na... Um mínimo. Isso está parecendo preço mínimo, que o Governo não cria. Ele cria índice mínimo para tomar a terra, mas preço mínimo para indenizar o produtor quando não produz, também não faz.

Então, eu fico preocupado quando eu vejo uma Reunião dessa que eu participo na minha estréia, para saber que estão aqui estudando índices menores para quanto que nós vamos tomar de terra de alguém. Quando, na verdade, eu acho que o Governo faria muito melhor aí, o Senador Flexa, escolhe uma área boa, pre-

para o agricultor que quer trabalhar lá e dá condições para ele trabalhar e condições de se alimentar.

Lá no Mato Grosso do Sul, eu acho que as maiores experiências de Reforma Agrária estão lá. Lá tem cidades que nasceram da Reforma Agrária, Mundo Novo, Dourados, Sete Quedas, todos foram. Todos os assentados, em absoluta maioria, venderam as terras e (inaudível) as grandes propriedades. Porque eles não conseguem produzir, eles não têm um trator, porque não dão conta para comprar. Como é que quando ele recebe 20 hectares, ele vai comprar um trator e uma colheitadeira, ou seja lá o que ele precise, ou a grade. Não dá para comprar, então ele não faz. Então, ele planta a mandioquinha dele, planta uma cana, planta um mamãozinnho e lá fica ele. "Sou assentado, bacana, legal. Vou esperar alguém parecer". E já apareceram muitos que compraram as terras deles, uma parte já foi.

Então, eu vou só dar esse palpite meu. Eu estou entrando agora aqui, mas eu fiquei muito preocupado de toda essa exploração bonita, técnica, bacana, e fiquei pensando "Vai achar um jeito de tomar mais". Só isso, eu queria que o Governo falasse assim "Olha, lá naquele Estado lá está produzindo pouco, vamos mandar o nosso pessoal técnico para ajudar ele a produzir mais, orientá-lo". Não tem.

Então, nós estamos numa situação que eu lamento muito, mas a mim parece que é só para tomar mais terra, sem resultados. Se fosse para ter resultados até não teria problema, mas vai ser sem resultados; e o meu Estado está lá, é a prova disso. A Fazenda Itamarati custou duzentos milhões de reais ao Governo do Lula. O Lula até foi lá, entrou numa colheitadeira, iniciou a colheita. Ele mal sabia que não tinha sido assentado, ninguém contou para ele. Lá são terras que os assentados arrendam para os grandes produtores plantarem tudo que plantam.

Então, é um negocio complicado essa Reforma Agrária. Precisava sair um pouquinho e fazer o que o Senador Flexa faz, o que a gente faz. Vai lá olhar um pouquinho, não fica só no gabinete não. Vai ouvir um pouco, andar um pouquinho, para ver a realidade desse País. Conhecer a qualidade das nossas terras, não é dos nossos produtores, das nossas terras, os nossos produtores são bons. Os assentados não fazem mais porque não dão condições de fazer. E lá no meu Estado tem que dar cesta básica se não ele não consegue comer, morre de fome. Obrigado.

SRA PRESIDENTE SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT/PA) – Obrigada, Senador. Eu vou, então, fazer a minha intervenção.

Bom, eu primeiro queria agradecer a presença dos representantes aqui do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Agricultura. Eu quero dizer que eu me sinto feliz de ter proposto essa Audiência Pública, porque eu acho que esse é um tema importante e nós não somos especialistas em tudo, mas temos que votar sobre diversas propostas. Então, quando você propõe uma Audiência Pública, ela, sem dúvida nenhuma, vai ajudar muito a esclarecer sobre questões como essa, que hoje é um debate importante.

Primeiro, eu acho que desmistificou uma questão, pelo menos para mim. Quer dizer, está se querendo, com a atualização dos índices, tomar mais terras? É óbvio que não. Desmistificou isso por dois motivos: uma porque realmente os índices estão extremamente defasados de mais de 30 anos; e outra, quer dizer, que não é esse o objetivo, porque só atinge 2% da propriedade, 2%, minha gente. Então, vamos parar ficar aqui dizendo que isso é para tomar propriedade, porque nós estamos falando de 2% num dos Países que tem maiores concentrações fundiárias do mundo. Eu estou falando do Brasil. Temos altíssima concentração fundiária. A concentração fundiária no Brasil, inclusive, é causa de muitos dos conflitos que existem nesse País. Isso é uma realidade. Só quem não quer ver é que não vê; mas, não adianta tampar o sol com a peneira, porque essa é uma realidade.

Então, nós estamos falando, primeiro, de índices de produtividade apenas de 2%. 98% não está sujeito a isso. Então, nós vamos ter que colocar aí "os pingos nos is" e colocar a discussão de uma forma correta. Eu acho que o Senador Flexa colocou preocupações justas. O Senador sabe que nós temos divergências, mas acho que colocou algumas coisas de forma correta, colocou a importância da atualização, é claro. Eu percebi também que não é uma questão, uma proposta do MDA, não. É uma proposta que está sendo feita de forma conjunta, tanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário quanto o Ministério da Agricultura. E ninguém aqui em sã consciência pode dizer que hoje no Ministério da Agricultura tem alguém querendo tomar terra. Alguém! Isso jamais, nem no Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas muito menos no Ministério da Agricultura. Então, eu acho que também esse tema está desmistificado aqui.

Então, eu, muito mais para mim, esclareceu muita coisa e eu realmente tenho que reconhecer. Essa polêmica entre quantidade e qualidade de assentamento, ela é real. É interessante, inclusive, o seguinte, muitos setores da oposição ficam cobrando "Não, o Governo não cumpriu a meta, tem que assentar não sei quantos mil". E eu sempre disse "Olha, o Governo Lula provavelmente vai assentar menos talvez, do que no Governo anterior, mas vai assentar com mais qualidade". Porque, realmente não adianta fazer o que

fizeram no meu Estado. Centenas de assentamentos, centenas de assentamentos! Coloca lá o cara a 150 quilômetros, sem estrada. O Governo conseguiu fazer tudo? Não. Fez muito, não deu para fazer tudo. O quê é que faz? Qual é? Quanto gasta o Governo do Estado em assentamento no Estado do Pará? Porque, o quê é interessante, o que a gente tem que entender, é que tem questões que existem nos assentamentos, cuja responsabilidade é do Estado. Educação, saúde, mas é como se nem existisse. É como se aquelas pessoas vivessem numa ilha, dentro do Estado do Pará. Porque o Estado simplesmente desconhece. E a EMATER, que é um órgão estadual, sobrevive de repasse de recurso do Ministério do Desenvolvimento Agrário para que possa fazer assistência técnica, porque se não, também, já tinha acabado. Porque também não tem recursos, mas o Ministério do Desenvolvimento Agrário é que repassa recursos para que possa ter assistência técnica. E ampliou muito a assistência técnica, porque, realmente, é verdade. Muita gente não consegue produzir financeiramente, por quê? Porque foram assentados sem assistência técnica, sem crédito adequado. Se você não der assistência técnica, não vai possuir o credito adequado. É óbvio. Sem condições mínimas de a pessoa produzir, sem condições mínimas de escoar o produto, se você não tem estradas. Então, eu costumava dizer que foram feitas no Brasil verdadeiras favelizações, é isso mesmo. E hoje está se tentando exatamente corrigir isso e transformar – sempre falei, inclusive, esse termo – transformar os assentados em produtores rurais, inseridos na economia. Isso é fundamental.

Então, eu quero primeiro dizer que... Eu faço questão de colocar isso, porque essa cobrança de mais assentamentos, eu acho que ela deve vir junto, realmente, com mais qualidade.

Bom, eu queria colocar uma pergunta. Bom, uma delas era a questão dos assentamentos e já foi respondido aqui que está sendo feito. A gente sabe que, nesse momento, dessa crise no campo, aí eu perguntO – esse seria o momento adequado? Parece-me que essas situações extraordinárias estão fora da medição do índice. Quer dizer, quando existe algum fator externo, realmente não está. Então, eu entendi, era até uma pergunta que eu ia fazer, mas eu entendi que não, mas mesmo assim eu reitero essa questão. Eu acho que deve ter um ajuste no índice de produtividade. Ele atinge, realmente, uma pequena parcela das propriedades brasileiras, uma pequena parcela das grandes, ainda. Não são nem todas as grandes, tem grandes propriedades, mas que estão... Ou seja, apenas um percentual pequeno daquilo que a própria lei diz o quê é, define como grande propriedade sujeita à desapropriação. E tem mais, é verdade que não deve ser só o índice, quantidade vezes a área plantada, sobre a área plantada, etc. Eu acho que realmente tem outras coisas para que uma propriedade nesse País, para respeitar a Constituição, seja considerada propriedade, cumpra a função social; uma delas é a relação de trabalho. Infelizmente, nós temos, ainda em pleno o século XXI, proprietários que praticam trabalho análogo ao trabalho escravo. Isso é verdadeiro, isso é real e ninguém me contou. Porque eu conheço. Eu não sou só de ficar olhando. Eu já fui e vou a assentamentos. Vejo propriedades rurais.

Então, não é uma situação que não exista. Não, existe. Pode ter alguma outra situação realmente que pode até ser uma exceção, que não é bem assim; mas tem situações, infelizmente, que nós conhecemos. É lógico, a escravidão, quando a gente fala análogo, porque as pessoas não estão ali presas com grilhões, trabalhando, mas a escravidão se dá por outra forma; a forma de obrigar o cidadão a comprar na cantina e ele vai ficando devedor cada vez mais, enfim. Nós conhecemos essa realidade, ela ainda existe, eu sei que inclusive as entidades de produtores rurais também combatem isso. Eu sou testemunha de que tem combatido também essa prática, porque eu acho que não é bom para uma entidade de produtor rural isso existir. Então, tem combatido essa prática que é triste, em um País ainda existir.

Então, eu quero mais saber se é realmente produtivo; quer dizer, os porquês da mudança agora estão mais claros. E uma outra questão: teria que haver uma decisão do Conselho? Pelo que eu ouvi aí, não. Mas teria que haver uma decisão do Conselho Nacional de Agricultura, no caso de política agrícola?

Então, eu queria colocar essas questões e aí responder a todas as questões, que todos os Senadores já colocaram. Obrigada.

SR. CAIO GALVÃO DE FRANÇA – Obrigado, Senadora. Vou percorrer, então, as questões colocadas pelo Senador Flexa, dialogar com as ponderações do Senador Antônio João e da Senadora Ana Júlia.

Eu queria iniciar por um... tanto os setores de representação dos produtores quanto os Parlamentares têm manifestado uma preocupação com as dificuldades que a agricultura brasileira vem enfrentando nos últimos dois anos: seca, elevação de preço dos insumos, queda no preço do mercado internacional. E tem sido reiterada a afirmação de que, nessa safra, já estaria ocorrendo uma redução dos investimentos que os agricultores estariam fazendo na atividade e que isso se agravaria, inclusive, para o próximo ano. Então, nós estamos falando de um ano, em que é um ano, digamos assim, afetado por uma situação de ele-

vação de custos, situação desfavorável no mercado internacional. E qual foi o impacto disso sobre a produtividade? Vou pegar os dados. Terminou recentemente o Rally da Safra, que é uma iniciativa da AGROCONSULT muito importante para verificar *in loco*, não são estatísticas oficiais produzidas a frio, são checagens feitas em campo, que compõe uma opinião sobre a situação da safra. São estimativas, não são dados apurados. Em relação à soja, Senador, no Maranhão, que é uma região de expansão recente da soja, a produtividade ponderada das áreas que eles verificaram lá no Estado, está em 39 sacas/ha. O índice que se discute para soja no Maranhão, 20 sacas/ha, quase a metade da média aferida pela AGROCONSULT no Estado do Maranhão, num ano de muitas dificuldades, de redução dos investimentos e, portanto, de um desempenho inferior da produtividade. No caso do Mato Grosso, o que eles constataram? Uma produtividade média de 44 sacas/ha. O quê se discute na proposta dos índices? Vinte, menos da metade. No Mato Grosso do Sul, mesmo com todas as dificuldades, a produtividade da soja em 39 sacas/ha. Qual é o índice que se discute? 20 sacas/ha. E a mesma coisa em relação ao milho. Podemos pegar também, no caso do sul, ainda na soja, o Rio Grande do Sul que é um Estado em que há uma estagnação no desempenho econômico, os solos estão mais exauridos, mesmo com todas as dificuldades, o que a AGROCONSULT constatou? 35 sacas/ha em relação à produtividade da soja. Qual é o índice que se discute para o Rio Grande do Sul? 23 sacas/ha.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – E o Pará aí?

SR. CAIO GALVÃO DE FRANÇA – O Pará, a AGROCONSULT não visitou, mas ele traz uma projeção aqui. Eu nem falei, apesar de o número ser favorável para o meu argumento, eu não levantei porque eles não visitaram, Senador, mas está em torno de 50 sacas/ha. Mas como eles não visitaram, as fontes... Eu acho que a informação não é tão rigorosa quanto a outra. No caso do milho, São Paulo – e o milho é um dos produtos mais afetados nos últimos dois anos pela questão do preço – produtividade média esperada, 77 sacas/ha em São Paulo. O índice que vem se discutindo? 31 sacas. No Mato Grosso do Sul, 72 sacas no milho, mesmo num ano de dificuldade, e o número que se discute, 21 sacas.

Esses números são só para ilustrar que a proposta de atualização dos índices, ela não tem nenhum sentido de penalizar quem produz e quem está enfrentando dificuldades conjunturais para produzir. Ela está atualizando o quê é um patamar mínimo de exigência que a sociedade estabelece, para um bem que tem uma peculiaridade. A terra pela Constituição Brasileira, diferente de outros patrimônios, ela tem que cumprir uma função social. Então, é legítimo que essa função social seja atualizada no passar do tempo.

E o Senador Flexa tem razão quando ele chama a atenção para a importância dos índices serem o mais regionalizados possíveis, para refletir toda uma diversidade existente. E no caso da pecuária, Senador, os índices não são índices estaduais. Os índices são para cada uma das 558 micro-regiões geográficas em que o Brasil está organizado, segundo o IBGE. Claro que dentro de cada micro-região geográfica, há diferenciação. Mas se buscou, no caso da pecuária – que é uma atividade com padrão muito mais diferenciado do que das lavouras, que também tem uma grande diferenciação – buscou-se, então, garantir que essas diferentes situações pudessem se expressar na hora da definição dos índices. Então, nós temos um índice para cada uma das micro-regiões geográficas que estão agrupadas em zonas de pecuária. Então, nós temos oito zonas de pecuária, na qual essas 558 micro-regiões se ajustam, de forma a absorver essa diferenciação.

Há um conjunto de observações em relação ao tema da Reforma Agrária.

SRA PRESIDENTE SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT/PA) – Só uma pergunta. Então, na verdade, um mesmo Estado pode ter mais de uma zona?

SR. CAIO GALVÃO DE FRANÇA – Isso. Aquele mapa que nós mostramos. Dentro do mesmo Estado, você tem várias zonas de pecuária.

Então, o caso que vocês fizeram referência, o quê que é a região do Marajó e uma outra região, elas estão contempladas nessa diferenciação.

Foram feitas vários observações, ponderações, mas eu acho que são mais posições, opiniões, em relação ao tema da Reforma Agrária. Eu só queria registrar alguns pontos. O primeiro, Senador, é que nós, os compromissos assumidos pelo Governo Federal com a Reforma Agrária estão sendo cumpridos e o balanço, no final do ano, é um balanço superior, em quantidade e qualidade, ao que foi feito no Governo anterior.

A meta definida, ela foi uma meta que está aquém do que é a necessidade da democratização da propriedade fundiária no Brasil. Entretanto, ela foi uma meta factível, para que fosse implementada combinando outros instrumentos além do acesso a terra.

Então, os Senhores conhecem as alterações que ocorreram nos créditos de instalação; a retomada de uma estrutura de assistência técnica, ainda em processo de consolidação; garantir as vias de acesso, também com a perspectiva de não só de garantir o acesso ao escoamento da produção, mas também o

acesso a direitos e serviços que, às vezes, não estão na própria região. Como todo o programa de acesso à energia, que possibilita outras iniciativas de agregação de valor. Então, eu acho que o grande diferencial das ações que vem sendo feitas no tema da Reforma Agrária, é uma preocupação de fazer, de fato, desses assentados novos produtores, o mais integrado possível nessas regiões.

Em relação, só uma observação pontual, Senador Antônio João. Não há distribuição de cestas básicas para assentados, há para acampados. E o Presidente Lula, agora no segundo semestre, deve visitar novamente a Fazenda Itamarati. E eu acho que será uma boa oportunidade para a sociedade do Mato Grosso do Sul, os Parlamentares, a própria Comissão, constatarem os avanços que ocorreram nesses três anos. O Senador fez referência a uma série de dificuldades que de fato houve no processo de implementação.

SENADOR ANTÔNIO JOÃO (PTB-MS) – Quando eu falei em cestas de distribuição, eu não disse que foi o Presidente Lula, não. É o Governador José Orcírio que faz isso.

SR. CAIO GALVÃO DE FRANÇA – Para os assentados?

SENADOR ANTÔNIO JOÃO (PTB-MS) – Para os assentados.

SR. CAIO GALVÃO DE FRANÇA – Eu não tenho essa informação, não.

SENADOR ANTÔNIO JOÃO (PTB-MS) – Até porque, se imagina que eles vão lá desapropriam aquilo, é desapropriado, faz o quadradinho de cada um, faz aquela casinha pequenininha para ele e durante um tempo vai dando cesta básica. Ele não plantou nada e nem vai plantar, ou vai plantar muito pouco. O que não é suficiente. Por que ele não vai plantar arroz? Porque não dá. Ele não vai plantar dois hectares de arroz, meio hectare de arroz; não planta mais isso. Ele vai plantar mandioca, vai plantar a banana dele, alguma coisa que ele vai consumir. O resto tem que ser dado via cesta básica mesmo, se não ele lá... Só que o Governo, dos outros Governos eu não conheço, mas o Governo do Mato Grosso do Sul distribui 80 mil cestas básicas, o Governo do Estado, (soa a campainha) 80 mil cestas, para gente pobre e para assentados. E aqueles que estão na beira do Estado, aí... Esses infelizes não têm nada, não tem saúde, não tem nada. A Fazenda Itamarati que o Presidente gastou lá esses milhões todos para comprar, criou um problema muito mais grave em Ponta Porã, porque o Governo é legal. Vocês do Ministério acham o seguinte: tira, põe as pessoas lá e ninguém se preocupa em construir um hospital para atendê-los, ou melhorar o serviço de saúde do Município. Você imagina para uma cidade como Ponta Porã receber 2.500 famílias e ter que levar isso sozinha. "Ah, o SUS dá". O SUS não dá não, não dá. É insuficiente, sim. Não tem escola para dar. É um problema sério. Então, a Reforma Agrária é um negócio bonito de ser fazer, bem feito. Até acho que podia se fazer bem feito até, desde que eles pudessem ter o direito a terra e tudo mais. Mas lá no não acontece, o Presidente Lula está sendo informado de que ele vai lá ver o assentamento. Eu não sei qual é a situação de hoje, porque eu acho que os arrendatários da Fazenda do Itamarati não vão conseguir pagar, os arrendadores que são os que receberam a terra.

Porque o problema nosso aqui no Brasil não está sendo de produtividade, está sendo de preço. O problema nosso hoje, no Agronegócio, não é que estamos produzindo pouco. É que nós produzimos muito, cada vez com mais eficiência, e nós não temos preço. Por funções, junções internacionais e essas coisas. Mas seria bom que alguém, quando fosse com o Presidente à Itamarati, desse a ele uma noção mais real daquilo. Porque ele sempre fica protegido e ninguém acaba deixando ele saber de muita coisa. Mas lá é um problema sério. Como é quase tudo arrendado, parte dos pivôs que eles receberam, são aqueles que irrigam 100, 110 hectares de uma vez só, parte já vai destruindo, vai acabando, porque eles não sabem nem como manter, os assentados. Não tem recursos para manter, porque eles ganham lá 6 ou 7 sacas/ha; não dá para manter aquilo. Aquilo lá na hora que acabar, acabou. E vai ser um problema. Eu só fico pensando – talvez você me dê a resposta – se amanhã o assentamento não der certo, se vão desassentar para assentar de novo? Como é que vai funcionar isso? É uma curiosidade, talvez você nem tenha a resposta. E não é por incompetência, não, é porque às vezes não tem resposta.

SR. CAIO GALVÃO DE FRANÇA – Eu não posso falar em nome da agenda do Presidente, mas eu acho que certamente seria muito bem vinda, do ponto de vista do MDA e do INCRA, que os Senadores se integrassem à comitiva do Presidente quando ele for visitar a Itamarati; para mostrar inclusive um cenário, Senador, um pouco diferente do que o Senhor apresentou.

Agora, uma informação que eu acho que é importante. O Senhor tocou num ponto que, de fato, foi no passado um problema. Quando você chega num Município pequeno com um assentamento de mil famílias, isso cria uma demanda por serviços além da capacidade instalada. O quê aconteceu na área da saúde? Já há dois anos está vigente isso. Quando há a instalação de um assentamento no Município e amplia a população daquele Município em mil pessoas, esse acréscimo na população, ele vai impactar positivamente na *per capita*, no percentual de recursos da

saúde que é repassado para a população, vinculado ao número de habitantes. Então, todos os Municípios que tiveram assentamentos implantados, eles tiveram um aumento correspondente no recurso que ele recebe para a saúde, correspondente a esse acréscimo, promovido pela vinda dessas populações rurais. Por conta disso mesmo, tem situações em que o Município rural, às vezes, tem a sua população num aumento de 20, 30% num projeto de assentamento e, as estruturas de assistência em saúde em geral, elas já têm dificuldade de dar conta do que havia antes. Então, essa foi uma mudança importante ocorrida nesse Governo, que permite que os Municípios tenham capacidade de responder essa ampliação da demanda por serviço de saúde.

E por fim, Senadora, em relação ao momento da decisão. Eu acho que o próprio Senador fez referência, a atualização dos índices não é uma medida para se aproveitar da crise ou para enfrentar a crise que vive a agricultura brasileira. Ela representa um reconhecimento da necessidade legal de atualizar quais são os parâmetros que a sociedade brasileira estabelece, parâmetros mínimos que a sociedade estabelece, para que os imóveis rurais, para que as grandes propriedades exerçam a sua função social. Nós estamos falando de 2% dos imóveis. Então, essa exigência... As grandes propriedades, elas têm que cumprir a sua função social, seja do ponto de vista da dimensão trabalhista, do ponto de vista ambiental e do ponto de vista estritamente econômico. A forma de aferir isso são os índices. Então, o que está sendo atualizado são esses patamares mínimos de exigência, para que ela preserve a sua condição produtiva (soa a campainha) e possa continuar funcionando.

Em relação ao último ponto, a Legislação, a Lei 8.629/93, ela estabelece que a atualização é um ato administrativo conjunto do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola.

Então, o entendimento do Governo é que a partir de uma definição e de uma decisão, seja feito o procedimento de consulta. Vale lembrar que o Conselho Nacional de Política Agrícola não é um órgão deliberativo, ele é um órgão de consulta para as várias políticas, especialmente do Ministério da Agricultura. Então, certamente essa exigência será feita, no sentido de buscar uma manifestação, ouvir a opinião do Conselho Nacional de Política Agrícola, tendo, claro, que ele não tem uma função deliberativa em relação a isso.

Gostaria de agradecer a oportunidade, Senadora, e dizer que nós nos colocamos à disposição para outros esclarecimentos que forem considerados necessários.

SRA PRESIDENTE SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT/PA) – Obrigada. (interrupção no áudio) Regis Alimandro.

SR. REGIS NORBERTO DA CUNHA ALIMANDRO – Eu queria apenas tocar em um ponto, num único ponto. Falar depois é sempre bom, porque a gente vai ticando, ticando, ticando e praticamente não tem o que acrescentar. Então, ele deixou cair uma peninha só e eu vou recolher essa peninha.

Sobre a questão dos anos excepcionais. 2005, para ser mais claro, seria um ano que não poderia ser ano objeto de vistoria do INCRA, por conta das regiões atingidas pela seca, porque foi amplamente reconhecido por todos os órgãos de estatísticas, assistência técnica e etc., que foi um ano excepcional. 2006, eu não tenho certeza se seria. 2007, se nós tivermos um bom clima, provavelmente não seria. O plantio será feito em condições absolutamente adversas, o pacote tecnológico será rebaixado, o índice de produtividade dos grãos, de um modo geral, será muito menor. Portanto – isso está claríssimo para nós todos, como pusemos o grupo -você não pode fixar índices de produtividade que sejam metas, e sim, índices de produtividade que sejam pisos. O Caio fez essa conta a partir dos dados do consumo, que eu não tinha feito, foi uma boa idéia. Gostei do seu resultado. (risos) E, também me coloco a disposição dos Senadores. Muito obrigado.

SRA PRESIDENTE SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT/PA) – Obrigada. Eu queria fazer uma observação que eu acho importante, Caio. É do quanto tem um impacto positivo, o programa "Luz para Todos", e que tem agora critérios para onde vai ser prioridade de investimentos. Uma das localidades, uma das localizações onde tem prioridade de levar energia, são assentamentos. Isso tem beneficiado inclusive o acesso aos assentamentos. Porque em vários locais o Programa "Luz para Todos" tem 10% de participação dos Governos Estaduais. Os Prefeitos, formalmente, eles não têm participação, mas eles acabam tendo – alguns, pelo menos que eu tenho visto. Por quê? Porque eles entram em parceria com o próprio INCRA, para dar condições de acessibilidade na estrada. A estrada é recuperada para poder levar energia. Precisa recuperar a estrada, porque senão o caminhão não chega.

E o quanto tem crescido também, produtividade, o quanto tem alterado a relação, inclusive a produção, o quanto tem agregado o valor, o fato de chegar energia para essas localidades. É impressionante a alteração da qualidade de vida das pessoas, não apenas a partir do momento que elas compram uma televisão, um refrigerador, mas a partir do momento que elas produzem e se associam, inclusive em cooperativas, e a partir da energia elétrica podem comprar freezer

para, por exemplO – já teve em colônias de pescadores para armazenar o peixe; também foi levado para Igarapé Mirim, que é uma área ribeirinha. Inclusive tem até um histórico, um filme sobre como chegou o "Luz para Todos" e como essa comunidade passa a se organizar para a produção do açaí, enfim. Inclusive o Ministério da Reforma Agrária também está financiando, quer dizer, essas pessoas ribeirinhas passam a ser consideradas clientes da Reforma Agrária e passam a ter acesso a crédito, acesso a financiamento, que eram pessoas que estavam fora desse processo. Então, quero fazer esse registro aqui, porque é significativa no meu Estado, mesmo considerando que ainda temos muito a fazer; porque realmente a quantidade de assentados em péssimas condições era tanta, que foi impossível nesses três anos recuperar tudo. Mas o avanço realmente foi muito grande. Eu queria fazer essa observação em relação ao "Luz para Todos", até nisso tem contribuído bastante.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senadora?

SRA PRESIDENTE SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT/PA) – Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – O Programa Luz no Campo, ele tem apenas 60% de participação do Governo Federal. Luz no Campo. Eu agora vou sempre me referir aos programas que foram assumidos por esse Governo, iniciados no Governo passado. Então, o Programa Luz no Campo, ele tem 60%, não 90, de participação do Governo Federal. 10% que V.Exª. falou é do Estado, 30% da concessionária e 60% do Governo Federal. Essa é a divisão de participação de cada parte.

SRA PRESIDENTE SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT/PA) – Deixa-me esclarecer V.Exª., Senador para que V.Exª. não dê uma informação indevida, para aqueles que inclusive nos assistem.

Eu não disse que era 90% do Governo Federal, eu disse que era 10% do Governo do Estado, foi isso que eu falei. O programa é 65% do Governo Federal, 15% da concessionária, 10% do Governo do Estado e os 10% que restam é um financiamento do Governo Federal para a concessionária. Mas é financiamento do Governo Federal, certo? Então, eu não disse que era 90% do Governo Federal. Agora, se nós quisermos discutir, fazer uma audiência para discutir o "Luz para Todos", eu acharia maravilhoso para mostrar para a sociedade as imensas diferenças... É lógico, se tem um programa e ele tinha coisas positivas, como o Luz no Campo, se aproveita parte delas. Agora, eles são incomparáveis; porque tem comunidade que está chegando a energia, que ia demorar se fosse no mesmo critério, no mesmo financiamento do Luz no Campo, se o "Luz para Todos" seguisse, ia chegar daqui a 30 anos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Então, concluindo o meu raciocínio, só para esclarecer. A informação que eu tenho é de 60% do Governo Federal, não 65, pode ser que há uma discordância aí...

SRA PRESIDENTE SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT/PA) – Eu estou lhe dando os dados oficiais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – ...30% da concessionária, seja de aporte próprio ou de financiamento, mas absorvido por ela, e 10% pelo Governo. Mas me preocupa que nós estejamos aqui discutindo índices de produtividade, quando todos nós sabemos que na safra passada foi até de forma incorreta, pedido que a safra não tivesse avanço, porque não tinha como ser escoada. Então, nós estamos buscando produtividade se nós não temos capacidade de escoamento. Então, eu acho que a gente tinha que primeiro produzir capacidade de escoamento, pelos portos, pelas estradas que estão intrafegáveis, pela implantação de hidrovias. O Sr. Caio falou que a produtividade brasileira é maior que a americana. Na fazenda é! Só que a competitividade termina na porta do estabelecimento rural. Daí para frente, nós perdemos de longe em nível de competitividade. Então, não adianta produzir e não ter como escoar safra. Vai ser perdida, vai ser perdida. Então, eu acho que o Governo, para exigir produtividade, devia dar condições ao produtor, para que pudesse escoar essa produtividade a maior. Esse é o meu entendimento.

Então, vamos corrigir, vamos resolver os portos; até porque, se nós crescermos – e vamos ter que crescer muito – nós vamos ter que resolver essa questão da infra-estrutura. Porque do jeito que está, nós lutamos há décadas para implantar a Hidrovia Araguaia-Tocantins, para fazer as eclusas para sair por Belém, por Vila do Conde, a produção do norte de Mato Grosso, que já são oito milhões de toneladas, asfaltar a Santarém em Cuiabá e o Governo não dá resposta para essas demandas de infra-estrutura e induz o aumento de produtividade. E aí, eu acho que todos nós temos que ser parceiros, para que isso possa acontecer. E me preocupa mais ainda, que a discussão dos critérios de produtividade esteja sendo assumida pelo MDA, quando deveria ser assumida pelo Ministério da Agricultura. O Dr. Regis, ele, como representante do Ministério da Agricultura e o Ministro, deveria assumir como tarefa do Ministério da Agricultura, dizer quais os critérios e os índices de produtividade, e não o MDA. O MDA é o Ministério de Desenvolvimento Agrário para assentamento, para fazer a Reforma Agrária e não para definir índices de produtividade. Então, essa alternância que

está havendo aí de capitanear o processo, me deixa realmente preocupado.

E por último, pode ser competência legal, mas não é real. Nós temos que viver no Brasil real. Então, a realidade é que a tarefa deveria ser do Ministério da Agricultura. Definir os índices, se é produtivo ou não é produtivo, é INCRA, é o MDA que vai desapropriar, já é outra coisa, mas falar a definição dos índices. E por último, eu vou encaminhar a Senadora Ana Júlia, todas as ações do Governo do Estado, via Prefeituras, nos assentamentos. Eu já estive em dois ou três e vi a ação, vi a Prefeitura, porque o Estado não vai agir diretamente numa vicinal, vai ter que dar recurso para que a Prefeitura possa fazer – como ela bem disse – as ações, para que possa até chegar a luz no campo, a esses assentamentos.

Eu vou fazer chegar a Senadora Ana Júlia, para que ela possa conhecer o Pará real.

SRA PRESIDENTE SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT/PA) – Eu tenho certeza, Senador, que eu conheço o Pará de forma bastante real. Não posso dizer que é mais do que V.Exª., porque eu não vou cometer essa indelicadeza, mas, no mínimo, o tanto quanto.

Eu queria agradecer aqui o representante. Eu acho que nós temos claro da necessidade desse debate. É uma necessidade que todos aqui reconhecem, de realmente atualizar os índices. E, o fato de ser feito pelos dois Ministérios e não por um ou por outro, é exatamente a exigência da legislação e é absolutamente justo que assim o seja. E até onde eu sei, inclusive é um grupo de trabalho e que está sendo feito de forma "consensuada". Então, não tem essa questão de "é mais um ou é mais outro". Pelo contrário, eu acho que esse trabalho, tanto que o Ministério do Desenvolvimento Agrário tinha uma proposta e não foi essa proposta que está sendo colocada. Já foi uma proposta bastante diferenciada a proposta que está sendo colocada. Então, mostra que na verdade está se procurando um consenso, porque não se pode realmente só uma visão, mas o Ministério da Agricultura é fundamental nessa discussão, também.

Então, eu queria agradecer o representante do Ministério da Agricultura, o Regis Alimandro e o Caio França, que eu acho que contribuíram, pelo menos para nós, os Senadores, e eu falo inclusive por mim, que é um tema que eu não conhecia tão profundamente e que hoje me sinto muito mais esclarecida em relação, inclusive ao Projeto de Lei que não é meu, mas que eu pedi vistas para dar um parecer em relação a esse projeto. Com certeza agora eu me sinto esclarecida e, portanto, eu acho que nós fizemos algo positivo não só para nós, mas para a própria sociedade, para a agricultura também, quando nós colocamos essa situação.

Em relação até essa questão da infra-estrutura, eu acho que isso é uma situação que realmente nós temos que olhar assim com muito carinho. Nós temos uma dificuldade que a gente ainda não conseguiu superar: a questão do Ministério Público. Infelizmente, o Governo tem até tido muita vontade de fazer várias ações de infra-estrutura nesse País, mas o Ministério Público Federal, em algumas situações, tem impedido literalmente de que até estudos sejam feitos, como por exemplo, da Hidrovia Araguaia-Tocantins. V.Exª. é testemunha que nós aprovamos aqui e o Ministério Público entrou com uma ação que não poderia nem fazer um estudo do impacto, o que eu não consigo entender essa resistência. Eu tenho um respeito imenso pelo Ministério Público Federal, mas muito grande mesmo, mas eu acho que fazer o estudo do impacto de uma hidrelétrica, como Belo Monte, ou de uma hidrovia, eu acho que é possível e deve ser feito. Ao contrário, porque não tem como ter desenvolvimento se não tiver energia, se não tiver realmente vias de acesso. E nós sabemos que, inclusive, o transporte fluvial é o mais barato, portanto torna o nosso produto... Com certeza, se ele já tem uma alta tecnologia e já é um preço bom, com um meio de acesso barato, ele se torna extremamente competitivo, com certeza, imbatível até no mercado internacional.

Então, eu queria só para fazer esse registro, porque eu acho que esses debates, talvez até em algum momento a gente devesse trazer essas dificuldades que se está tendo, porque muitas vezes elas estão extrapolando o nível do Executivo, mas estão presentes, muito grande, em algumas visões. Eu não diria generalizado, claro, mas em algumas visões, principalmente no Ministério Público Federal.

Então, eu agradeço e dou por encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 13h30)

Ata da 7ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 24 de maio de 2006.

Às doze horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e seis, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador SÉRGIO GUERRA, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos Senadores: **FLEXA RIBEIRO, JONAS PINHEIRO, DEMÓSTENES TORRES, RAMEZ TEBET, PEDRO SIMON, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, ANA JÚLIA CAREPA, JOÃO RIBEIRO, ÁLVARO DIAS, LEONEL PAVAN E WELLINGTON**

SALGADO DE OLIVEIRA. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Guerra, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte PautA – **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2004.(TERMINATIVO). EMENTA –** Dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Efraim Morais. **RELATOR:** Senador Demóstenes Torres. **RELATÓRIO –** Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. **RESULTADO – ADIADO. OBS:** Em 24/01/2005, foram encaminhadas aos membros da Comissão cópias do AVISO nº 480/MF, do Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antônio Palloci, referente ao Requerimento de Informações nº 1036, de 2005, de autoria do Senador Romero Jucá, que solicitou estimativa de impacto fiscal do presente projeto. Deste modo, foi prejudicado em 15/12/2005, o Requerimento nº 31/05-CRA (RQS. 1491/05 – SGM) de autoria da Comissão (Art. 245 § Único, do RISF). **ITEM 2: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003. (PL. nº 02820, de 2000, na origem). (NÃO TERMINATIVO). EMENTA –** Altera os artigos 47 e 56 da Lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas). **AUTOR:** Deputado Alberto Fraga. **RELATOR:** Senador Pedro Simon. **RELATÓRIO –** Pela aprovação. **RESULTADO – ADIADO. OBS:** Em reunião realizada em 5/10/2005, foi concedido vista ao Senador Gilberto Goellner. O Senador Jonas Pinheiro apresentou Voto em Separado, o qual concluiu pela aprovação com emenda substitutiva. **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2002. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA –** Acrescenta artigo à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo código florestal, permitindo que nas propriedades rurais, a área de preservação permanente seja incluída no cálculo da reserva legal. **AUTOR:** Senador Álvaro Dias. **RELATOR:** Senador Jonas Pinheiro. **RELATÓRIO –** Pela aprovação, na forma do Substitutivo que apresenta. Iniciada a discussão, usaram da palavra para tecerem comentários sobre a matéria os seguintes Senadores(a) – Álvaro Dias, Jonas Pinheiro, Wellington Salgado de Oliveira e Flávio Arns. Passa-se a fase de votação da matéria, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO – APROVADO O PARECER. OBS:** Será encaminhado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, em decisão terminativa. **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, DE 2002. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA –** Dispõe sobre a anistia de parte das dívidas de pequenos produtores rurais, pescadores e de suas cooperativas e colônias junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e junto ao Banco do Brasil S.A., e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Wellington Roberto. **RELATOR:** Senador Gerson Camata. **RELATÓRIO –** Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. **RESULTADO – ADIADO.** OBS. O Projeto será encaminhado à CAE e CCJ, cabendo à última a decisão terminativa. **ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2003. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA –** Corrige distorções na correção dos cálculos dos financiamentos rurais passados, regula suas execuções e dá outras providências. **AUTOR:** Senadora Heloísa Helena. **RELATOR:** Senador Álvaro Dias. **RELATÓRIO –** Pela aprovação, na forma do Substitutivo que apresenta. Iniciada a discussão, usaram da palavra para tecerem comentários sobre a matéria os seguintes Senadores(a) – Álvaro Dias, Ana Júlia Carepa, Flexa Ribeiro, Wellington Salgado de Oliveira, Jonas Pinheiro. Passa-se a fase de votação da matéria, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO – APROVADO O PARECER. OBS:** Em reunião realizada em 5/10/2005, foi concedido vista ao Senador Valdir Raupp, tendo sido devolvido sem manifestação. Será apreciado pela CAE, em decisão terminativa. **ITEM 6: REQUERIMENTO Nº 04, DE 2006. ASSUNTO –** Requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Dr. Ariel Antônio Mendes, Vice-Presidente da União Brasileira de Avicultura – UBA, para que, em Audiência Pública nesta Comissão, em data oportuna, apresente aos senadores uma análise sobre o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e comente sobre a adesão dos estados ao Programa de Regionalização. **AUTOR:** Senador Jonas Pinheiro. Iniciada a discussão, usaram da palavra para tecerem comentários sobre o assunto os seguintes Senadores(a) – Jonas Pinheiro, Flávio Arns e Wellington Salgado de Oliveira. Passa-se a fase de votação do requerimento, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO – APROVADO, COM ADENDO – Reunião Conjunta da CRA/SF com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra,** Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Há quorum regimental. Declaro aberta a

7ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. Requeiro aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência, portanto, do Plenário, é dada como aprovada. Aprovado.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias. Quero esclarecer, em primeiro lugar, aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que neste dia, nesta quarta-feira, várias reuniões de Comissões aconteceram, concomitantemente, o que demandou a presença dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras em várias outras Comissões, inclusive na própria Comissão de Constituição Justiça e Redação, que ainda se encontra reunida neste momento, bem como na própria CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que também está para ter a sua reunião iniciada. O que, na verdade, acabou prejudicando a apreciação de matérias de natureza terminativa e não terminativa nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, razão pela qual estas matérias serão examinadas na primeira ocasião em que reunião desta Comissão for novamente agendada.

Contudo, nós temos no Item 6 da pauta, um Requerimento de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que será apreciado nesta reunião. Passo a ler, então, o Item 6 da pauta. Requerimento nº 4/2006. De autoria do Senador Jonas Pinheiro. Requer seja convidado o Dr. Ariel Antônio Mendes, Vice-Presidente da União Brasileira de Avicultura, UBA, para que, em Audiência Pública nesta Comissão, apresente análise sobre o Plano Nacional de Prevenção da *Influenza* Aviária e comente sobre a adesão dos Estados ao programa de regionalização. Com a palavra o autor do Requerimento, Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Este Requerimento, eu o fiz, como todos os brasileiros estão preocupados com a gripe aviária, a preocupação foi exatamente nesta linha. E há uma política na área da avicultura para tentar regionalizar a avicultura no Brasil. Sr. Presidente, principalmente para V.Exª., que é de um Estado que tem na sua avicultura um desenvolvimento muito grande, esta regionalização é importante, porque vai facilitar o combate à gripe aviária, se por acaso, ou por uma infelicidade, entrar no Brasil. Portanto, a regionalização ela é importante, e por isso é que nós estamos convidando o Dr. Ariel Antônio Mendes, que é Vice-Presidente da UBA, União Brasileira de Avicultura, para que, em data oportuna, apresente aos Srs. Senadores uma análise sobre o Plano Nacional da Prevenção da *Influenza* Aviária e comente a adesão dos Estados no programa de regionalização. Esse programa de regionalização não é nada mais do que a regionalização que tem hoje já para a febre aftosa. Se por acaso tiver uma ação de febre aftosa numa região, então aquela região onde deu a febre aftosa que ela fica engessada, mas libera-se outras regiões. Então, isso aqui é uma prevenção contra a gripe aviária.

Sr. Presidente, ainda mais, é importante que essa Audiência Pública seja uma conjunta com a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Então, ao aprovar este Requerimento aqui no Senado, vamos depois entrar em contato com a Câmara, para ver se a Câmara, na Comissão de Agricultura, aprove o mesmo Requerimento, no mesmo nível, para que depois proceda essa Audiência conjunta. E eu considero isso aqui, Sr. Presidente, como muito importante.

Antes de encerrar, eu gostaria de também hoje comemorar com todos os produtores de milho do Brasil, o Dia Nacional do Milho. Hoje, 24 de maio, é o Dia Nacional do Milho, que tem como sua festa maior no Estado de Minas Gerais, na cidade de Patos de Minas, onde todo o ano tem a "Semana do Milho". E o milho que é um produto de primeira linha na produção agrícola brasileira, não só para a alimentação de brasileiros, mas também o milho entra em 60, 70% na composição do alimento para aves, para porcos, para leite e para peixes. Portanto, o milho ele entra na nossa vida de forma direta ou indireta. Por isso eu quero fazer aqui a minha congratulação com a ABMILHO, Associação Brasileira dos Beneficiadores de Milho, que hoje está fazendo essa importante festa da agricultura nacional. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Desejamos, Sr. Senador, também nos associar às festividades nacionais em função do Dia Nacional do Milho, congratular a ABMILHO, como V.Exª. já acentuou, ressaltar o trabalho fundamental dos produtores, das entidades para a geração de emprego, geração de renda, dinamização da economia, em função das atividades na área do milho. E dizer que é fundamental, sem dúvida alguma, essa iniciativa, em termos de todas as necessidades do Brasil.

Em relação ao Requerimento de V.Exª., coloco o Requerimento em discussão, para realização, como já foi mencionado, da Audiência Pública para discutir a questão da *Influenza*, da gripe aviária e também para que isto aconteça em termos de uma possível Audiência Pública junto com a Câmara dos Deputados, com a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Está em discussão o Requerimento do Senador Jonas Pinheiro. Não havendo quem queira discutir, está aprovado.

Então, as providências serão tomadas, no aguardo que esse contato com a Comissão de Agricultura da

Câmara dos Deputados aconteça, para que possa ser marcada, então, a Audiência Pública aqui no Senado Federal também. O Plano Nacional de Prevenção da *Influenza* Aviária e a discussão da adesão dos Estados no programa de regionalização, particularmente, para o Estado do Paraná também, essa é uma discussão das mais fundamentais. Eu passo, em seguida, a palavra ao nosso Presidente, Sérgio Guerra, eu tive a honra e o privilégio de substituí-lo nesse início da reunião, mas, na seqüência passo a palavra a ele.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Agradeço ao Vice-Presidente, Flávio Arns, e quero dar duas breves palavras. A primeira sobre reunião havida semana passada da qual participaram Senadores, de uma maneira geral, o Senador Jonas Pinheiro esteve presente lá, quando o setor rural brasileiro, unificado, não apenas fez uma avaliação da crise, da complexidade da crise, da vida rural no País, da agricultura e da pecuária, com exemplar qualidade técnica, como também fez proposições objetivas para o encaminhamento dos problemas que precisam ser resolvidos. E acho que foi uma reunião madura, que reuniu vários Governadores, senão todos os Governadores vinculados aos Estados mais agrícolas, e espero que soluções, de fato, sejam encaminhadas e encontradas.

Não está fácil resolver as coisas, o ambiente é de relativa turbulência, mas eu penso que a crise anunciada da agricultura ou ela é enfrentada ou as instituições brasileiras vão assinar um documento no qual se declaram incompetentes. E faz parte dessas instituições também o Congresso. É preciso ter um enfrentamento muito forte dessa situação, que corresponde a uma crise para uma parcela grande da população do País, de gente que produz, de gente que não vive de especulação, que vive de colaborar com o desenvolvimento, com o emprego, com a renda, com a sobrevivência do País, com a exportação de produtos. E eu tenho assistido uma permanente subestimação do problema. Esse é um dado.

O outro dado é que já está aqui no Senado Medida Provisória do Presidente da República, que trata da questão das dívidas do Nordeste brasileiro, ou melhor, da região do semi-árido. Essa Medida Provisória passou pela Câmara, e chega ao Senado numa condição de precisar de ser rigorosamente discutida e que a partir dela se faça uma negociação. A Câmara praticamente não mexeu na forma anterior do projeto que o Presidente vetou, mas permite que a idéia é que o Senado de fato conduza a negociação. Nós tivemos sempre nesse trabalho de negociação a colaboração do Senador Aloízio Mercadante, é preciso reconhecer que ele sempre foi ator desse esforço de negociação, sempre o prestigiou, mas o Senador nesse momento está numa tarefa política de disputar a eleição no seu Estado, e quem o substituiu é o Senador Romero Jucá. Eu tive uma conversa ontem com o Senador Romero Jucá e voltaremos a ter outras conversas. E também vamos agora fazer uma aproximação com o Senador Fernando Bezerra, que é outra vez Relator desse assunto no Senado, por indicação do Presidente Renan Calheiros.

Em Pernambuco, a gente está sendo convocado, e no Nordeste todo, para participar de reuniões pelo interior do Estado nas quais a marca é a seguinte. Aqui há 200, 300, 100, 50 produtores rurais dos quais 40% ou 30% estão hoje vivendo um processo expropriação das suas terras, como forma de garantir seus financiamentos inadimplentes.

Então, não é uma brincadeira, é um negócio pesado, a gente tem que dar agilidade a esse encaminhamento. E seguramente era apenas um pedaço do grande problema brasileiro. Quando a gente apoiou a idéia de fazê-lo no Nordeste, não há descriminação nenhuma com outras áreas. Mas apenas nós sentimos que, politicamente, do ponto de vista, todos contribuíram para isso, inclusive o próprio Senador Mercadante, o próprio Senador Fernando Bezerra, e o Senador Mercadante é Senador por São Paulo, nós sentimos que era mais viável que a gente começasse a discussão ali reduzida para, a partir dessa discussão, abrir espaço para outras discussões sobre a mesma matéria, em outras áreas do Brasil, que têm também, de forma contundente, problemas de dívida agrícola não resolvida, dívida rural não resolvida.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Sérgio Guerra.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Permite uma colocação, Sr. Presidente. Eu vejo que nós estamos chegando num ponto, Senador Sérgio Guerra, onde o Senado, o Congresso, ele aprova algumas leis e aí ocorre que parte dessa lei é vetada pelo Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – No caso, foi toda a lei. 100%.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então, veja bem, Senador Sérgio Guerra, eu, claramente, sou da base de apoio do Governo. Eu sou do PMDB, dito pela governabilidade, mas eu acho que existem momentos em que o Senado, a Câmara ou o Congresso ele tem que botar esse veto do Presidente para ser votado. Eu acho que nós va-

mos ter que, de alguma maneira, chegar a esse ponto. Temos que conversar com o Presidente Renan, temos que conversar com o Presidente Aldo, vai chegar a um ponto. Porque, na verdade, o Congresso acaba votando o que o povo quer, o que o povo necessita nesse momento, como na questão que V.Exª. está levantando dos agricultores. E aí o Congresso vota e o Presidente, por razões talvez da política econômica, veta. Vai chegar um momento, porque tem uma série de vetos que nunca foram votados, que vamos ter que colocar pontualmente essas questões para serem votadas. Se perder, perdemos, se ganhar, ganhamos. Agora, o Congresso vai ter que colocar isso para votar. Eu acho que essa é a questão. Porque hoje o País só se fala em superávit primário, é uma questão de gerência de finanças do País. Mas que a questão da agricultura, não é só no Nordeste, se o Senhor olhar o noticiário hoje em dia esse troço se espalhou pelo Brasil inteiro, fechando ruas. Eu acho que está pior que os "Sem-Terra". Porque chegou um momento difícil.

Eu tive a oportunidade de alcançar com o Governador Blairo, que é um homem ligado à agricultura, quando eu fui ouvir pela CPI lá o "Comendador" Arcanjo, nós almoçamos, um almoço informal, onde ele me falava "Não tem condições, o preço do diesel antes, comparado em dólar, porque eles só exportam, é hoje o triplo do que era antes.

Hoje o custo de produção da soja é maior do que o de venda. Ou seja, você já entra como se você estivesse dentro do cheque especial sabendo que não tem dinheiro para pagar. E o Governo não mexe também no câmbio. Está-se tentando agora uma saída para o câmbio só de exportação, uma jogada para pagar menos imposto, mas não resolve o problema.

Então, Senador Sérgio Guerra, o Senhor que é um homem que luta pelos agricultores, inclusive do Nordeste, mas conseqüentemente temos outras e outras regiões, vamos ter que ter uma reunião com o Presidente Renan e com o Presidente Aldo, e vamos botar esse veto para votar, para ver qual é realmente a vontade do Congresso. E o Presidente Lula faz o trabalho dele dentro de uma questão de Governo. E nós temos que ver o que o povo quer. É só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu acho que as ponderações do Senador Wellington são extremamente lúcidas e feitas com completo domínio do assunto. Nessa questão própria que eu discuti, que eu comecei a discutir aqui, do crédito, desse refinanciamento ou dessa solução para financiamento de inadimplentes na área do Nordeste, ou na área da ADENE, eu acho que foi assim que ela foi compreendida, nessa questão o que aconteceu foi o seguinte. A Câmara aprovou uma lei bastante ambiciosa. Nós aqui, entre nós, Senadores mais próximos do assunto, concordamos que, e até as próprias instituições empresariais, a exemplo da CNA, que tem gente aqui na nossa audiência de hoje, nós constatamos que aqueles objetivos aprovados pelo Congresso, pela Câmara, eram, de alguma forma, difíceis de serem cumpridos pelo Governo Federal. Reconhecemos essa dificuldade. Representavam um número grande, do ponto de vista fiscal.

O que a gente fez foi, com a ajuda do Mercadante na época e com a ajuda de outros Senadores, abrir um processo de negociação. O Fernando Bezerra estava entre nós. E nessa discussão... O Senador Osmar Dias, o Senadores da Bahia, os dois, obviamente o Senador Antônio Carlos não estava, mas os outros sim, mais o Senador César Borges, de maneira muito ativa, e nós começamos a discutir um ajuste, o que representasse um avanço para os agricultores. Porque havia uma emergência, e há uma emergência. A negociação andou bem, mas ela foi tumultuada. E no final, as propostas que chegaram do Governo aqui eram absolutamente precárias, não serviam aos objetivos que todos nós reconhecíamos como sendo legítimos. O que se votou, então, numa reação do Senado, foi o projeto como ele veio da Câmara. Essa aprovação feita aqui foi completamente vetada pelo Presidente da República. Que, no exato momento em que a vetou, ou antes disso, emitiu uma Medida Provisória sobre o mesmo tema. Essa Medida Provisória é insuficiente. É o que está se discutindo agora. Eu penso que...

Isso já transitou pela Câmara, e chega ao Senado agora, e se a gente insistir na negociação, algo pode ser feito com a maior brevidade. Isso não anula o seu argumento de que vetos não podem ficar arquivados, porque essa é, seguramente, uma posição que não ajuda o prestígio do Congresso. Na medida em que o Congresso que se mostra incompetente e inapetente de usar seus próprios direitos e de fazê-los reconhecidos. Na medida em que o Congresso pode vetar, aprovar ou recusar, ou aprovar vetos do Presidente da República e não o faz, ele está renunciando a uma responsabilidade dele próprio, o que não é bom, num quadro desse, para as instituições e muito menos para a agricultura.

Então, a idéia do Senador Wellington de conversar de forma concreta sobre esse veto, de uma maneira especial, até porque há muitos outros montados nessa perplexidade dos vetos que não são votados, a gente deveria procurar e perseguir numa conversa com o Senador Renan, poderemos fazer isso na maior brevidade. E acho que é até uma forma de ajudar a negociação. Porque é muito mais radical, se o Congresso...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E mais democrático.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – E mais democrático derrubar ou aprovar o veto do que um ajuste que nós vamos fazer aqui. Mas, esse ajuste de todo o caso é compulsório, porque a gente tem que encontrar uma solução para a gente que está na ponta e que não tem tempo mais no relógio para esperar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O taxímetro está ligado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – O taxímetro está ligado. Então, eu queria tratar aqui do Item 3 da nossa pauta. Projeto de Lei do Senado nº 158/2002. De autoria do Senador Álvaro Dias, por sinal aqui presente, com a importância que todos nós reconhecemos nesse grande líder, provável candidato, junto com o Flávio, a Governador do Paraná, (risos) a não ser que eles estabeleçam uma nova aliança. Que acrescenta artigo à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que instituiu o novo Código Florestal, permitindo que nas propriedade rurais a área de preservação permanente seja incluída no cálculo da reserva legal. Matéria não terminativa. Com a palavra, o Relator da matéria, Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, há bastante tempo que este projeto já perambula aqui pelo Senado, mas é um projeto interessante.

Nas nossas propriedades, nós temos dois tipos de floresta ou de vegetação. Temos as de reserva permanente, que são as chamadas APP, que são aquelas que são, vamos dizer, como Magri, é "imexível", não pode mexer, é beira de córrego, é ponta de morro, é beira de lagoa etc. Então, essa aí é preservação permanente. E nós temos também a chamada reserva legal. A reserva legal é um percentual que se deixa intacto na propriedade. E o que pretende aqui o eminente Senador Álvaro Dias é fazer com que essa Área de Reserva Permanente ela pode ser considerada no cálculo de reserva legal, o que eu acho perfeitamente justo, aliás, era assim, agora é que eles mudaram.

E, na Medida Provisória 2166, que agora, dia 25 de junho, vai completar dez anos, já estabelece também que as Áreas de Preservação Permanente podem ser computadas para efeito de reserva legal. E o projeto de conversão do eminente Deputado Moacir Micheletto também preserva exatamente esse texto.

Então, o que pretende o nosso Senador Álvaro Dias é exatamente isso. Que estabeleça de que, para efeito de reserva legal, seja incluída também a Área de Reserva Permanente.

Portanto, tem a minha plena aprovação. Isto aqui vai atender, de certa forma, os produtores, sobretudo, os pequenos produtores, que ainda podem aumentar um pouquinho o seu patrimônio, utilizando um pouco mais da sua área. Parabéns pelo projeto, Senador, e espero que esta Comissão aprove, como espero que o Congresso Nacional aprove este projeto. Como eu disse, ela faz parte de uma Medida Provisória, só que a Medida não foi aprovada. Daí o trabalho do Senador Álvaro Dias para aprovar este projeto, para fazer valer aquilo que está na Medida Provisória.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Em discussão o Relatório do Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu não vou discutir a matéria, porque falou um "professor" no assunto, que é o Senador Jonas Pinheiro. Apenas destacar, Senador Sérgio Guerra, que esse Projeto de Lei foi elaborado por um irmão meu, que não é o Osmar, o Silvio, que é um Advogado e que é um estudioso desse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – e um dia será Senador também.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Aí é muito. (risos) Aliás, ele não pode ser aproveitado na vida pública, senão vão dizer que é nepotismo. (risos) Mas tem conteúdo, preparo para exercer qualquer cargo público. E ele é o autor desta matéria, e de outras que apresentei relativamente ao mesmo assunto, e mais um outro projeto que está tramitando no Congresso Nacional, que é também resultado dos estudos que ele realiza relativamente a esse tema. Então, eu faço esse registro e esse agradecimento a ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Em discussão a matéria.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Sérgio Guerra.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só para fazer uma colocação, eu tive a oportunidade de... Eu estava assistindo a um julgamento, quer dizer, não a um julgamento, numa Sessão vários julgamentos, estava esperando um amigo e resolvi aguardar e sentar e vi num Tribunal federal a discussão e, por coincidência, estava acontecendo a discussão que a indenização por desapropriação de uma área onde estava sendo desapropriada a área em metragem quadrada, porém a pessoa que estava tendo a sua área desapropriada entrou com uma outra ação, questionando tudo aquilo que tinha nascido em cima daquela área, as árvores que tinham um valor e tudo, aquela flora que tinha ali e, no entanto, o Tribunal

julgou que teria que ter uma indenização também para aquela outra questão, não só da área, entendeu? Eu achei uma coisa super interessante, porque realmente são valores diferentes, a área de metragem quadrada e o que está naquela área. Porque de repente lá um avô plantou eucalipto, plantou algumas coisas e, no entanto, a desapropriação ocorreria só da área e não do que estava plantado. E eu acho que são coisas que têm que ser colocadas para o pessoal do campo. Os agricultores, que ao longo de gerações de repente construíram alguma coisa e, por um momento político qualquer, o Governo decide ou o Meio Ambiente decide que aquela área é de preservação. Tudo bem, eu acho que para o bem público tem esse direito. Agora, tem que indenizar levando em conta tudo aquilo. Achei super importante essa matéria e, como nós estamos discutindo aqui algo parecido, eu resolvi citar aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero manifestar também o meu apoio à iniciativa do Senador Álvaro Dias, lá do Paraná também, e ao relatório do Senador Jonas Pinheiro, e dizer que eu considero a iniciativa extremamente justa, porque a gente pode imaginar que eventualmente em algumas propriedades, se se somar a área de preservação permanente junto com o cálculo de reserva legal, acaba-se inviabilizando inclusive a propriedade.

Então, se já tem a área de preservação permanente, nada mais justo do que considerar aquilo como já para efeitos também da área da reserva legal. Então, é um problema, eu sei que esse debate vem também acontecendo também no Paraná com vários proprietários, e nós temos que achar mecanismos aí que facilitem essa discussão e esse encaminhamento. Eu sou plenamente favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Não havendo mais quem queira discutir...

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senador Jonas.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Eu acho que é oportuno comentar ainda um pouco mais sobre a Medida Provisória 2166, que trata do Código Florestal. É uma Medida Provisória que vai fazer dez anos no dia 25 de junho. Muito bem. Não é uma Medida Provisória do atual Governo, foi do Governo anterior. E essa medida ela vai ser votada, porque quando nós fizemos a última mudança de como votar o art. 62 da Constituição, que trata das Medidas Provisórias, foi incluído um dispositivo, através de uma Emenda da minha autoria, que obriga que aquelas Medidas Provisórias anteriores à mudança da Constituição, de mudanças de Medidas Provisórias, elas serão obrigado a ser votado, desde que já tenha o seu relatório aprovado nas Comissões mistas respectivas daquela Medida Provisória. E essa Medida Provisória 2166, que tem como Relator o Deputado Moacir Micheletto, também do Paraná, ela vem exatamente nesse sentido, que é a solução, eminente Senador Flávio Arns, para todos os assuntos que nós temos nesta área de meio ambiente.

O maior problema que nós temos na agricultura hoje é a indefinição legal da área de meio ambiente. E essa Medida Provisória, com o parecer já aprovado do Relator da matéria, vem resolver esse problema. Eu acho que é uma matéria, eminente Presidente, que nós temos que puxar, porque ela é uma dos problemas da agricultura.

Como também é problema da agricultura outro veto, que é o veto sobre os transgênicos. O que o Presidente da República fez foi uma afronta a esta Casa. Ele vetou o quorum para aprovação dos transgênicos e depois emitiu, em cima do que nós aprovamos, emitiu um decreto dizendo o seguinte. "Para pesquisa, o quorum para aprovação é a maioria simples. Porém, para comercialização, tem que ser dois terços" e, com dois terços, com a atual composição da CTNbio, não se aprova nada. Portanto, votamos uma Medida Provisória de biossegurança, que incluiu os transgênicos, que não está servindo para nada. E isto também reflete na renda do produtor, porque a utilização de transgênicos ela diminuiu o custo de produção. No milho e na soja, diminui 20% o custo de produção. E no algodão, ela pode diminuir até 30%. Porque não votar o veto, não derrubar o veto que o Presidente opôs? Porque assim nós estaremos ajudando a agricultura brasileira, particularmente esta Comissão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Quando foi que o Congresso derrubou um veto, quanto tempo tem, Senador Sérgio Guerra? O Senhor sabe isso aí?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Bastante tempo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Senhor nem se lembra, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Derrubamos um aí.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Qual é que foi?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Foi do aumento dos servidores.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Salário mínimo. Aumento do servidor. "Unzinho", não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para decisão terminativa.

O Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 231/2003, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que corrige distorções na correção dos cálculos dos financiamentos rurais passados, regula suas execuções e dá outras providências. A matéria é não terminativa. Foi concedido vista ao Senador Valdir Raupp, em 5 do 10 de 2005, e devolvido sem manifestação. Com a palavra o Relator, Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Projeto da Senadora Heloísa Helena. Pretende autorizar o recálculo de todas as dívidas, no âmbito do crédito rural, até duzentos mil reais, contraídas até 31 de dezembro de 2002, no intuito de corrigir distorções na correção dos financiamentos rurais passados, decorrente, em boa parte, dos planos econômicos. Estão excluídos dos benefícios as indústrias, os armazenadores, os comerciantes e outros setores que não sejam produtores.

Dessa forma, o benefício se destina somente aos agricultores, pessoas físicas e suas cooperativas. Igualmente vedado está o acesso de depositários infiéis, daqueles que desviaram recursos do crédito rural e mutuários em débito com tributos federais.

Não foram oferecidas Emendas ao projeto.

O voto. Destarte, o pedido de vista do Senador Valdir Raupp, não houve qualquer alteração proposta e, portanto, nós estamos aprovando o projeto, na forma de um substitutivo. E esse substitutivo está em mãos dos Srs. Senadores, não vou fazer a leitura, apenas procura corrigir algumas distorções e creio que aperfeiçoa a proposta da Senadora Heloísa Helena. Então, o voto é favorável, na forma do substitutivo apresentado.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Eu peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – O Relator concluiu pela aprovação do projeto, com Emenda substitutiva que apresenta. Em discussão a matéria. Senadora Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Presidente, esse projeto, como alguns outros que constam na pauta, que tratam de situações semelhantes, no caso ou renegociação das dívidas, ou no caso esse, até alteração do cálculo, se trata da alteração na correção do cálculo do financiamento. Eu acredito que todas essas matérias sejam apensadas às matérias relativas à negociação da dívida agrícola que está em tramitação. Eu acho que são questões que giram sobre o mesmo tema. Eu acho que aprovarmos aqui um projeto ou outro por uma maioria eventual, mas na prática eles não virarem lei, eu acho que, se não for por um processo discutido e negociado, porque têm sido lançados vários pacotes. O Governo diz que vai lançar mais um, enfim, eu acho que deveriam ser todos apensados, para que se pudesse discutir todos nesse bojo da renegociação da dívida agrícola, que está em tramitação.

Então, é isso que eu gostaria de propor, Senador Sérgio Guerra, para que nós não votássemos um ou um outro projeto e, sim, fizéssemos a discussão, porque senão nós vamos estar votando aqui, aí depois obviamente vai ter que ir ainda para a Câmara, passando ou não, pode haver veto. Então, eu acho que não é esse o objetivo que se quer. Tem sido essa pelo menos a postura desta Comissão, desde que ela foi criada, e o Presidente tem tido essa postura, de tentar aprovar coisas viáveis e que possam ter efetivamente benefícios. Porque, ao mesmo tempo se aprova, a gente acha que vai aprovar, e depois não acontece o benefício, porque não fazer no bojo de uma discussão que possa trazer efetivo benefício. É essa a minha proposta, que a gente apensasse todos esses projetos, discutisse de uma forma única.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Com a palavra o Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, já que há contestação, eu quero apenas apontar as alterações que o substitutivo propõe em relação à proposta original da Senadora Heloísa Helena. Não há alteração de mérito, apenas o recálculo propõe dá exclusão da dívida (inaudível) dos mutuários, os seguintes itens.

Nós estamos propondo o descasamento entre índice de correção das dívidas e índice de correção dos preços mínimos; B) Valores cobrados indevidamente pelos Bancos, a título de capitalização mensal das taxas de juros em desacordo com os Decretos-Lei 167/67; C) Taxas de juros do mercado sobre operações prorrogadas em desacordo com o estabelecido pelo art. 4º da Lei nº 7.843/89; Lançamentos feitos pelos Bancos a título de multa, juros de mora, comissão de permanência e honorários advocatícios.

Essas medidas procuram, por um lado, resgatar as recomendações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, do endividamento agrícola e, por outro, corrigir distorções de diversos planos econômicos. Por-

tanto, tem o mérito de fazer justiça social ao sofrido segmento rural brasileiro.

Em relação ao que diz a Senadora Ana Júlia, eu creio que nós não podemos perder a oportunidade de aprovar propostas que venham em benefício do pequeno produtor rural, tão sofrido e, sobretudo, no atual momento. É a maior crise talvez, dizem os ruralistas, que é a maior crise do setor rural brasileiro nos últimos 40 anos. Nós não podemos ficar aguardando a boa vontade de apensamento de projetos, enfim. Isso aqui é muito mais uma manifestação de vontade política, é um gesto político de apoio aos pequenos produtores rurais. Porque nós sabemos que tem uma tramitação a percorrer, isso terá que ir à Câmara dos Deputados, exatamente. Portanto, nós temos ainda discussão, eu peço à Senadora Ana Júlia, porque na Comissão de Agricultura votar contra um projeto que vem em benefício ao pequeno produtor rural num momento como esse, eu creio que é um verdadeiro acinte e pode significar até uma ofensa ao pequeno plantador do nosso País. Por isso eu faço um apelo a Senadora Ana Júlia, nós teremos a oportunidade ainda de discutir em outra Comissão, como disse o Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Sérgio Guerra, Vice-Presidente, Senador Flávio Arns, Senadora Ana Júlia, Srs. Senadores, eu vou ao encontro do pensamento do Relator, Senador Álvaro Dias. Acho que esta Comissão, face à situação porque passa o setor rural nacional, não pode deixar de atender, minimamente no mérito, as necessidades do pequeno produtor rural. Lastimo que esse Governo, que tem como bandeira a defesa dos menos favorecidos, em todas as votações que buscam atender os micros e pequenos, elas são sempre obstadas por ações do Governo, não só nesta Comissão, como em todas as outras.

Nós temos que dar o exemplo, nós temos que dar ao produtor rural a certeza de que ele não está abandonado pelo Legislativo, que aqui nós estamos atentos às suas necessidades, e votamos os projetos que vão ao encontro das emergências momentâneas deles. Esse projeto aqui apenas exclui, quero até aproveitar e parabenizar o Relator, a questão produtiva da questão financeira. Quer dizer, não há como você vir para regras de mercado financeiro para cobrar financiamentos do produtor rural. Então, que tenha o seu preço mínimo estabelecido pelo próprio Governo.

Eu quero também fazer um apelo a Senadora Ana Júlia, até porque esse projeto não é terminativo, então nós não vamos—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Esse projeto é de 2003, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – 2003. Então, nós não vamos procrastinar o andamento dele na Comissão de Agricultura, para não deixar de discutir mais adiante na Comissão de Assuntos Econômicos, e no próprio Plenário. Então, eu quero fazer um apelo, Senadora Ana Júlia, para que votemos hoje e possamos dar andamento burocrático a esse projeto, que é da maior importância para atender o produtor rural.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu digo sinceramente para V.Exª. e para os demais Senadores que estão aqui, que tudo está ficando muito técnico. Se fala em viabilidade, eu quero saber se o dia que o produtor parar de plantar, que não tiver comida, se quem não se a alimenta, não come e não anda se vai estudar viabilidade. É isso que eu quero saber, porque está ficando tudo muito técnico. A questão de hoje o que é que roda no País? O que é que é importante? Todo mundo só fala em CDI. O que é que é o CDI? É o custo da rolagem da dívida do Governo, que é a melhor aplicação que existe hoje, não é isso, Senador Guerra? O Senhor que é experiente na área.

Então, tudo que se fala em CDI, então não tem porque, o que você planta está sujeito a uma taxa de juros a um papel que rola, que dá sobrevida a uma dívida que vai explodir a qualquer momento. Porque nós estamos, emagrecendo, emagrecendo, emagrecendo, e se fala em via habilidade, e como é que é isso? Se no dia que nós formos no supermercado e não tiver comida lá para nós comermos, Senador "Flexinha"? Como é que vai se estudar viabilidade? Mas não é isso a essência, não é isso? O lado primário, não é isso? Plantou, comeu, sai andando e vai se estudar livro, se aplicar equações e tudo mais. Agora, se você plantou e não comeu, você vai estudar que livro, você vai aplicar que equação? É coisa primária.

Hoje todo mundo entra no gabinete, faz um monte de equação. Então, esqueceram lá do produtor. Eu estou vendo isso, eu vi isso em Cuiabá. O Governador Blairo, almocei com ele, numa conversa informal, quando nós fomos lá com a CPI. Uma conversa informal de um homem que é um grande governador, que era cotado por suas mudanças, eu estou falando independente de partido, Senador, eu estou falando do homem. Estava lá me falandO – "Olha, Wellington, não dá. O preço do diesel é três vezes mais em dólar. O preço para você plantar é mais caro que você vai

vender". Ou seja, você já entra num cheque especial sabendo que está devendo. É como se eu estivesse dentro de um táxi e não tendo dinheiro para pagar e falar "Roda, porque eu vou ver se encontro algum amigo na esquina para pagar a minha corrida". Não é isso Senador Arns?

Estamos correndo, estamos andando. Aí vem todo mundo aqui e "Não, temos que falar em viabilidade". Nós estamos perdendo a essência do lado primário. Eu acho que estamos precisando jogar uma sementinha e ver nascer uma arvorezinha e dá um fruto. Eu fiz isso na minha infância, chupei manga no pé. Eu vi plantar, crescer e chupar manga no pé. E ali não tinha estudo de viabilidade, não. Era simples, plantar, jogar aguinha, crescer, ter paciência, e depois ir lá e chupar a manguinha amarelinha. E todo mundo esqueceu disso, todo mundo só fala em equação, superávit primário, eu não sei onde nós vamos parar, Senador Sérgio Guerra. Era só isso que eu queria colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senador Jonas.

SENADOR JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, a preocupação minha agora é que nós estamos analisando aí que nós estamos na maior crise da agricultura nos últimos 40 anos.

Não, nós não estamos não. A pior crise vai ser no próximo ano. Se nós não dermos continuidade a esse trabalho que nós estamos fazendo, no próximo ano vai faltar alimento na Mesa do povo brasileiro, vai faltar dinheiro para exportação e haverá o maior desemprego neste País.

E, Sr. Presidente, eu hoje vim para o gabinete cedo e me preocupei, porque o resultado da reunião de ontem à noite no Ministério da Agricultura, com todas as reivindicações que a agricultura estava preparando, houve uma negativa já do Ministério da Fazenda. O Governo prometeu lançar amanhã dois pacotes agrícolas. Um, o plano de safra para o próximo ano, e outro, as medidas estruturantes para a agricultura brasileira. Isto é, fazer com que o custo de produção seja menor do que a receita da produção. Então, se não está havendo um entendimento positivo entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Fazenda, Sr. Presidente, mais uma vez, nós vamos ficar perante o agricultor brasileiro, eles vão ficar decepcionados conosco. Porque não conseguimos resolver o problema mínimo dos produtores brasileiros. Mas, ainda tem tempo de trabalhar, vamos ver se isso amanhã concretiza aquilo que o Presidente Lula prometeu para os Governadores.

Por outro lado, Sr. Presidente, a respeito desse projeto. Esse projeto da Senadora Heloísa Helena é fruto ainda da CPI do Alto Endividamento da Agricultura Brasileira. Foi uma CPI que nós instalamos em 1974, que encerrou em 74, e eu fui o Presidente desta CPI, e o que eu coloco aqui não é nada mais nem nada menos do que as recomendações daquela CPI, cujas recomendações não foram atendidas dentro do programa de securitização e (inaudível). Portanto, eu concordo com o parecer do eminente Senador Álvaro Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senadora Ana Júlia, farei apenas duas ponderações que dizem respeito às suas considerações iniciais. Primeiro, acho que apensar esses projetos é uma excelente idéia. Porém, essa é uma matéria que deve necessariamente ser encaminhada à Mesa do Senado. Segundo, nós estamos com esse projeto aqui na Comissão já há um ano, sem votação. Terceiro, ele não é terminativo. Então, eu acho que a Comissão deveria votá-lo. A nossa ponderação é que ela deveria votá-lo. Com a palavra a Senadora Ana Júlia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Senador, até porque eu fiz a ponderação, mas jamais, de forma alguma, vou impedir a votação, mesmo reconhecendo que o projeto não atende a algumas questões importantes, inclusive da própria LDO, no seu art. 123, "Projetos de Lei, Medidas Provisórias que importem ou autorizem diminuição da receita ou aumento da despesa da União no exercício de 2006 deverão estar acompanhados de estimativas desses efeitos para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2006 a 2008, detalhando a memória de cálculo respectivo e correspondente compensação. § 1º, o Poder Executivo encaminhará, quando solicitado pelo Presidente de órgão colegiado do Poder Legislativo, no prazo máximo de 60 dias, a estimativa da diminuição de receita ou do aumento de despesa ou oferecerá os subsídios técnicos para realizá-la".

Eu acho que o Senador Jonas agora falou bem que várias medidas, não foi só essa que o Governo está anunciando amanhã. Nós votamos aqui nesta casa, ainda, eu acho que em 2003, se eu não me engano, Senador Sérgio Guerra, V.Exª. estava aqui, e em 2003 nós votamos, sim, o processo de renegociação das dívidas, ou facilitação de renegociação, tanto que mais de 600 mil produtores foram beneficiados, então não é uma situação... Isso em 2003. Votamos depois, de novo, incluindo outras situações, vários outros pacotes. Então, não é uma situação assim "Nada se está fazendo durante..." Não, não é verdade. É lógico que... Podemos até dizer o seguinte. As ações concretas, elas não estão atingindo a 100% dos produtores, isso eu posso dizer que é verdadeiro. Mas elas estão atingindo, sim, uma parcela significativa desses produtores. Eu sou testemunha disso, porque lá no meu Estado mesmo vários puderam ter acesso novamente a cré-

dito porque puderam renegociar suas dívidas. Então, eu acho que... Nós estamos também aguardando, Senador Jonas, com ansiedade e com muita esperança, o pacote que será anunciado amanhã, mais um que vem realmente para corrigir distorções, para atender às necessidades, porque todos nós conhecemos as necessidades, eu sei o que são essas necessidades. Eu costumo dizer que lá no Pará os assentamentos são verdadeiras ilhas, porque, se não forem os recursos do INCRA, não entra nenhum centavo do Município e nenhum centavo do Estado. Nada.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Me permite um aperte, Senadora Ana Júlia? O Presidente Lula, quando nós atingimos a auto-suficiência em petróleo ele fez aquela foto sujo de petróleo que o Getúlio fez. Porque ele não lança também "Plante que o Lula garante"?

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Porque ainda... (risos)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não é isso? E eu admiro o Presidente Lula.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Mas eu acho que as ações concretas...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – "Plante que o Lula garante". Não é isso, Senador Jonas? Pode lançar. Eu acho que a Senhora poderia, V.Exª., já que sujou a mão de petróleo, agora é "Plante que o Lula garante".

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA) – Então eu só queria colocar, Senador, é que eu só fiz a ponderação, como V.Exª. falou, justo porque é justo, eu acho que ajuda. Porque alguns dos resultados desses projetos eles não prática já estão acontecendo. É isso que nós estamos vendo. Mas como inclusive ainda vai para a Comissão de Assuntos Econômicos, eu acho que a gente poderia propor, via Mesa do Senado, que eles sejam apensados inclusive para o própria Comissão de Assuntos Econômicos, já que eles terão efeito terminativo nessa Comissão. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Não havendo mais em queira discutir a matéria, em votação. Aqueles que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu queria propor à Comissão que na próxima semana, provavelmente na quarta-feira, nós convidemos aqui para esta Comissão o Senador Fernando Bezerra, que é Relator da matéria sobre a questão das dívidas do semi-árido brasileiro, para que ele discutisse com a Comissão o assunto. Isso faz parte de uma preocupação que nós já tivemos desde o começo, e que teve a solidariedade completa da Senadora Ana Júlia. E eu acho que, se vocês estiverem de acordo, a gente deveria chamá-lo para comparecer aqui e discutir conosco o que ele está pensando sobre essa questão e qual o acordo que ele imagina que pode ser feito.

Quero agradecer a presença de todos, dizer inclusive que os Itens 1, 2 e 4 ficam adiados, e vamos chamar o Senador Fernando Bezerra, como eu disse, na semana que vem. E está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h22

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	**GESTÃO – 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru–simples.asp Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX–61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.
Contato internet: 3311-4107

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA–DF
CNPJ: 00.530.279/0005–49 CEP 70 165–900



EDIÇÃO DE HOJE: 1014 PÁGINAS